



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - FSS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PPGSS



# ANAIIS

VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

- VIII SEMINTSS -

*Lutas Sociais, Democracia e Serviço Social*

ISSN nº 25944533 v. 5 n. 1 de 2025

JUIZ DE FORA-MG  
2025

**VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA FACULDADE DE SERVIÇO  
SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

**VIII SEMINTSS**

*Lutas Sociais, Democracia e Serviço Social*

**REALIZAÇÃO:**



**APOIO:**



**11 a 14 novembro de 2025**

**Juiz de Fora - MG**

## **Comissão Organizadora do VIII SEMINTSS**

Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte – Professor, Vice Coordenador do PPGSS/UFJF e Presidente da Comissão Organizadora  
Profa. Dra. Edneia Alves de Oliveira – Professora, Coordenadora do PPGSS/UFJF e Vice Coordenadora da Comissão Organizadora  
Profa. Dra. Yolanda Aparecida Demétrio Guerra - Professora Visitante do PPGSS/UFJF  
Profa. Msa. Jéssica Ribeiro Duboc - Professora da FSS/UFJF  
Dra. Michelle Neves Capuchinho - Voluntária  
Dra. Fernanda Picinin Moreira - Voluntária  
Monaliza Medeiros Cornélio Domingos - TAE da FSS/UFJF  
Luciano Cardoso de Souza - TAE da FSS/UFJF  
Anna Luíza Carneiro e Oliveira - Mestranda do PPGSS/UFJF  
Thaysi Poliani Ribeiro Melo – Doutoranda do PPGSS/UFJF  
Maria Fernanda Novaes Figueiredo - Graduanda da FSS/UFJF  
Palloma Faria Correa - Graduanda da FSS/UFJF

## **Comissão Científica do VIII SEMINTSS**

Alcina Maria de Castro Martins – Instituto Superior Miguel Torga (Portugal).  
Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras - FSS/UFJF  
Alexandre Aranha Arbia - FSS/UFJF  
Amor António Monteiro – Universidade Católica de Angola (Angola).  
Ana Luiza Avelar de Oliveira - FSS/UFJF  
Ana Maria Ferreira - FSS/UFJF  
Ana Paula Procópio da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)  
Bruno Bruziguessi Bueno - FSS/UFJF  
Carina Berta Moljo - FSS/UFJF  
Christen A. Smith – University of Texas at Austin (Estados Unidos da América)  
Cláudia Mônica dos Santos - FSS/UFJF  
Edneia Alves de Oliveira - FSS/UFJF  
Elaine Rossetti Behring – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)  
Elizete Maria Menegat - FSS/UFJF  
Estela Saléh da Cunha - FSS/UFJF  
Isaura Gomes de Carvalho Aquino - FSS/UFJF  
José Paulo Netto – Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)  
Joseane Barbosa de Lima - FSS/UFJF  
Luciana Gonçalves Pereira de Paula - FSS/UFJF  
Marco José de Oliveira Duarte - FSS/UFJF  
Margarita Helena Rozas Pagaza – Universidad Nacional de La Plata (Argentina)  
Maria Carmelita Yazbek – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)  
Maria Lúcia Duriguetto - FSS/UFJF  
Marilda Villela Iamamoto – Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)  
Marina Monteiro de Castro e Castro - FSS/UFJF  
Miguel Ángel Oliver Perelló – Universitat de Les Illes Balears (Espanha)  
Mônica Aparecida Grossi Rodrigues - FSS/UFJF  
Néstor Aníbal Artiñano – Universidad Nacional de La Plata (Argentina)

Realização:



Apoio:



Paula Molina Vidal – Universidad de Chile (Chile)  
Rodrigo Souza Filho - FSS/UFJF  
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada (Espanha)  
Sabrina Pereira Paiva - FSS/UFJF  
Sergio Andes Quintero Londoño – Universidad de Caldas (Colômbia)  
Sónia Mafalda Pereira Ribeiro – Universidade Lusófona do Porto (Portugal)  
Vassilis Ioakimidis – University of Essex (Inglaterra)  
Yolanda Aparecida Demétrio Guerra – Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

### **Pareceristas do VIII SEMINTSS**

Agatha da Silva Leite - UFRRJ  
Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras - UFJF  
Alexandre Aranha Arbia - UFJF  
Ana Luiza Avelar de Oliveira - UFJF  
Ana Maria Ferreira - UFJF  
Analú dos Santos Lopes - UFSC  
Anderson Martins Silva - UEMG  
Bruno Bruziguessi Bueno - UFJF  
Camila Faria Pançardes - UFRJ  
Carina Berta Moljo - UFJF  
Carla Carolinne Alves de Carvalho Moises – UFRJ e UFF  
Carla Virginia Urich Lobato - UERJ  
Carolina Gilaberte Barbosa de Oliveira - UERJ  
Carolina Moraes Simoes de Melo –UFJF  
Claudia de Oliveira Vicente Santos - PUC Rio  
Cláudia Mônica dos Santos - UFJF  
Daniele Cima Cardoso - UFSC  
Edneia Alves de Oliveira - UFJF  
Eliane Gomes Da Silva Borges – PUC Rio  
Elizete Maria Menegat - UFJF  
Emilio Ben Barreto Freire - UFSC  
Erica Aparecida Monsorens da Silva – P.M. Engenheiro Paulo de Frontin  
Erika de Almeida Winter - UFJF  
Estela Saléh da Cunha - UFJF  
Fabiana Nascimento Marques - UNESP  
Fatima Eugenia de Araujo Silva -UFF  
Fernanda Pantuso Garcia - UFMG.  
Fernanda Picinin Moreira –UFJF  
Flávia Lopes de Moraes - UEL  
Geyzon Cosme Santos Rodrigues - UFG  
Gláucia de Fátima Batista - CRESS-MG  
Guilherme Moraes da Costa - UERJ  
Heloisa Helena Mesquita Maciel – PUC Rio  
Higo Gabriel Santos Alves - UFC  
Isabel Cavalcante Godinho - UERJ  
Isaura Gomes de Carvalho Aquino - UFJF  
Jéssica Ribeiro Duboc –UFJF  
Joseane Barbosa de Lima - UFJF

Realização:



Apoio:





Juliana Aparecida Vieira Pinheiro - UFV  
Juliana da Silva Miranda - UERJ  
Juliano Zancanelo Rezende - UFJF  
Lara Rodrigues Caputo - UFJF  
Lucas Catarino Pereira de Sousa - UFPI  
Luciana Gonçalves Pereira de Paula - UFJF  
Luíza Carla Cassemiro – PUC Rio  
Malu Ribeiro Vale - IFRJ  
Marcello de Moura Coutinho - UFF  
Marcelo Fernandes da Rocha – P.M. Rio Pomba  
Marcelo Nascimento de Oliveira - UEL  
Márcia Cristina Brasil Santos - UERJ  
Márcia Cristina de Souza Cabral - UFSC  
Marco José de Oliveira Duarte - UFJF  
Maria da Conceição Epitácio dos Santos Correa - UFSC  
Maria Lúcia Duriguetto - UFJF  
Mariana Leite Peres - UFJF  
Marina Monteiro de Castro e Castro - UFJF  
Marina Valeria Delage Vicente Mancini - UFJF  
Mauricio Caetano Matias Soares - UFRRJ  
Michelle Neves Capuchinho - UFJF  
Mirian de Freitas da Silva Ramos - UFV  
Mônica Aparecida Grossi Rodrigues - UFJF  
Natã Sousa Coutinho - UFRJ  
Natália Tuler Godinho - UERJ  
Nicole Cristina Oliveira Silva - UFJF  
Paula Silva Leão - Universidade Nove de Julho  
Priscila Rodrigues Nonato - PUC Goiás  
Priscila Teixeira de Carvalho – ANPOF/AFYL-NEA  
Rachel de Aguiar Batista - UFF  
Rita Marilza Bravin - UERJ  
Rodrigo Souza Filho - UFJF  
Rosângela Oliveira Gonzaga de Almeida - UFF  
Sabrina Pereira Paiva - UFJF  
Sandra Regina de Souza - PMCRJ  
Sandra Rodrigues dos Santos –UFJF  
Thaiana Rodrigues da Silva - UERJ  
Thais Cavalcanti Marques - UFRJ  
Thaís Lopes Côrtes - UERJ  
Thays Karolline dos Santos Fidelis - UFAL  
Ubiratan de Souza Dias Junior – PUC SP  
Vanessa Cristina dos Santos Saraiva - UFRJ  
Vanessa Ferreira Queiroz – PUC Rio  
Viviane Arcanjo De Oliveira - UNESP Franca  
Viviane Souza Pereira –UFJF  
Wagner Ricardo dos Santos - UFF  
Yolanda Aparecida Demétrio Guerra –UFJF e UFRJ

Realização:



Apoio:



## **Comissão Organizadora dos ANAIS do VIII SEMINTSS**

Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte – FSS/UFJF - Coordenador

Profa. Dra. Edneia Alves de Oliveira – FSS/UFJF

Profa. Msa. Jéssica Ribeiro Duboc – FSS/UFJF

## **Revisão Técnica e Editoração**

Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte – FSS/UFJF

**Realização:**



**Apoio:**



## SUMÁRIO

### EIXO TEMÁTICO 1

#### **CRISE DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA**

**1. Crise estrutural do capital, expansão capitalista e expropriações contemporâneas**  
*Weslany Thaise Lins Prudêncio*

**2. Entre o direito e a mercadoria: financeirização, subfinanciamento e o desmonte do direito à saúde**

*Felícia Canella Guerra*

*Karolyn Ferraz*

*Lavinia Messias Alves*

**3. Crise do capital, retrocessos e desmontes dos direitos das mulheres: contradições e resistências**

*Paula Martins Sirelli*

*Gabrielle Gomes Ferreira*

*Ana Carolina Dielle Silva Reginaldo*

*Isabela Cardoso Ramos*

*Dâmarys Paula da Silva Soares*

**4. TIC's como ferramentas de exclusão: a relação entre racismo, capitalismo e crise democrática**

*Maria Isabel Soares Barros*

**5. A resistível ascensão neofascista no Brasil contemporâneo**

*Daniel Arantes Vicentine*

**6. O pensamento revolucionário burguês, sua crise e decadência - uma análise dos efeitos das socializações de informações pela Internet no Brasil**

*Ana Paula Carvalho de Rezende*

**7. A nova face do sistema financeiro: notas sobre o domínio das gestoras de ativos e impactos sobre a fome**

*Elizete M. Menegat*

*Keyla M. Gomes Ferreira*

**8. Crisis capitalista y conciencia de clase en un contexto de alta desigualdad**

*Recaredo Gálvez Carrasco*

**9. Dívida pública em Marx: entre alavanca da acumulação primitiva e "credo" do capital**

*Tatiane Cristina Lopes*

**10. Glosas econômicas críticas do mundo pós-2008**

*Evandro Ribeiro Lomba*

**11. Crise do capital, neoliberalismo e privatização: a luta popular pela água na Bolívia**

*Isabel Jardim do Nascimento Andrade*

Realização:



Apoio:



*Juliana da Silva Miranda*

**12. Assistência social:** uma análise crítica do neoliberalismo e o desmonte do SUAS na cidade de São Paulo – SP

*Paula Silva Leão*

**13. Serviço social e crise do capital:** o desmonte das políticas sociais e a resistência ético-política

*Tainá Gregghi Suano*

*Ana Júlia Oliveira Azevedo*

*Thaissa Oliveira Clemente*

*Luís Fernando de Oliveira*

*Regina Maura Rezende*

## **EIXO TEMÁTICO 2**

### **POLÍTICAS SOCIAIS, OFENSIVA NEOLIBERAL E DEMOCRACIA**

**14. Universidade, neoliberalismo e promoção da saúde**

*Maurício Caetano Matias Soares*

**15. A influência do pensamento de Michel Foucault no debate em saúde:** breves notas

*Laura Marcelino Leal*

*Marina Monteiro de Castro e Castro*

**16. Plataformização de políticas sociais:** eficiência ou redução ao direito

*Eliana Monteiro Feres*

**17. Saúde pública no Brasil e hiv/aids:** “Programa Brasil Saudável”, sujeitos sociais e interseccionalidade

*Maria Clélia Pinto Coelho*

**18. Fome e serviço social:** reflexões acerca do perfil usuário de projeto de segurança alimentar

*Mariana Leite Péres*

*Marcelle da Silva Nerio*

*Marcelo Martins Rodrigues*

*Elaine Cristina Silva Rosa*

**19. Política social e serviço social:** o avanço do neoliberalismo e o impacto na construção do trabalho profissional do assistente social na contemporaneidade

*Raquel Pereira da Silva*

**20. Considerações sobre a educação superior privada no Brasil**

*Maria Clara de Arruda Barbosa*

**21. O pêndulo político brasileiro, à luz do bolsonarismo:** uma análise do governo Bolsonaro, a partir de elementos da formação social brasileira

*Luã Gabriel dos Santos Gonçalves Lima*

Realização:



Apoio:



**22. Contrarreforma, TIC's e desmonte orçamentário:** construção neoliberal do Estado brasileiro via dissolução da proteção social

*Mariana Teodoro de Sousa*

*Yve Matayoshi Galvão*

*Tainá Gregghi Suano*

**23. A função protetiva da família e a educação infantil:** uma análise contemporânea

*Ethiene da Purificação dos Anjos Santos*

**24. Políticas para democratização do acesso ao ensino superior e alterações no perfil discente:** Uma análise interseccional

*Cassiana Ferreira Simões*

**25. Aprisionamentos e políticas sobre drogas:** a população negra como alvo

*Juliana Desiderio Lobo Prudencio*

**26. Pé-de-meia:** o incentivo ao empreendedorismo e a lógica da qualificação

*Anna Luiza Carneiro e Oliveira*

*Ednéia Alves de Oliveira*

*Juliana Gonçalves Moreira*

**27. Política pública de cotas raciais:** a UFMT em cor autodeclarada

*Célia Maria Moreira*

*Imar Domingos Queiróz*

**28. A formação social brasileira e o capitalismo dependente:** considerações sobre as políticas sociais

*Gabriel Vitor Souza Santiago*

*Wesley Helker Felício Silva*

**29. O passado-presente das relações étnico-raciais na política social brasileira**

*André Henrique Mello Correa*

**30. Crise da democracia no cenário contemporâneo e o impacto nas políticas sociais**

*Cristiane Rodrigues Libardi*

**31. Estado, neoliberalismo e democracia:** uma análise da política social no Brasil contemporâneo.

*Paolla Galollete Silva*

**32. Governamentalidade neoliberal e datificação da saúde:** impactos na produção da subjetividade e desafios à democracia

*Lara Moreira Jiló*

**33. O serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência:** avanços e retrocessos

*Cintia Dutra da Silva Bensi*

Realização:



Apoio:



**34. Reflexões teórico-políticas sobre crise de hegemonia no Brasil de Marçal e da devastação ambiental**

*Tatiane Cristina Lopes*

**35. Fome e insegurança alimentar: contradições da proteção social capitalista e resistências populares**

*Carolina Cerveira*

**36. Política social de saúde mental, neoliberalismo e racismo estrutural**

*Ana Paula Cupertino da Silva*

**37. A “cidade maravilhosa” e o campo minado da segurança pública: práticas de desumanização da população periférica a partir da militarização da questão social**

*Erica Conceição do Nascimento*

*Renan Silva Gomes*

*Luã Gabriel dos Santos Gonçalves Lima*

*Carlos Antonio de Souza Moraes*

**38. Descentralização e democracia: contradições da política social no Estado Federativo Brasileiro**

*Ronaldo Alves Duarte*

*Lilian Fernanda Silva*

*Maicom Marques de Paula*

*Olsymara Cavalcanti*

*Suênya Thatiane Souza*

**39. Comparando os modelos de democracia: uma análise das abordagens direta e indireta**

*Joyce da Silva Basilio*

*Laylla Kelly Duarte Silva*

**40. Financiamento da educação pública no Brasil: neoliberalismo e os impactos ao direito à educação.**

*Camili Ferreira da Silva Menezes*

*Julia Barcelos Bittencourt*

*Matheus Oliveira de Paula*

*Sarah Lourdes Marçal de Oliveira*

**41. Acolhimento dos acompanhantes no contexto hospitalar: contribuições do Serviço Social na extensão universitária**

*Sthefany Vitoria de Oliveira Almeida*

*Raquel Lima de Jesus*

**42. Fundo público e a teoria marxista da dependência: a particularidade do fundo público nos países de capitalismo periférico**

*Laís Aparecida Santos de Oliveira*

*Iris Sunsyaray Mendes Feliciano de Andrade*

**43. Capitalismo, Estado neoliberal e seus rebatimentos na política de saúde mental**

Realização:



Apoio:



*Maria Luiza da Silva Pessoa Menezes*  
*Ingrid Jennifer Gouveia Fernandes Gandoia*

**44. A hegemonia da direita na Amazônia:** desafios para a efetivação das políticas sociais a partir do cenário socio-político

*Bianca Martins Viegas Pinheiro*  
*Marcos Vinicius Monteiro de Salles*

**45. Neoliberalismo, pandemia e serviço social:** impactos na prática profissional e nas políticas públicas

*Carlos Alessandro Duarte*  
*Isabele De Lima Gomes*  
*Karolaynny Kelenn Silva Da Cruz*  
*Deizeane Lazigne Larrat Andrade*  
*Gabryela Eliana Correa Lobato*

### **EIXO TEMÁTICO 3**

#### **OFENSIVA DO CAPITAL, TRABALHO E REGRESSÃO DE DIREITOS**

**46. Análise do “EP dinheiro” frente às ofensivas do capital, à regressão de direitos e à alienação da classe trabalhadora**

*Carlos Daniel da Silva Vieira*  
*Amanda Balbino Dias*

**47. Direitos reprodutivos no contexto de regressão de direitos:** a legalização do aborto em pauta

*Eduarda Gabriela Moreira*  
*Luis Fernando de Oliveira*  
*Lesliane Caputi*  
*Janaína Francisca de Souza Campos Vinha*

**48. As revoluções tecnológicas e suas implicações no mundo do trabalho:** perspectivas atuais

*Shirley da Silva Oliveira*

**49. O fenômeno da uberização como expressão da exploração e precarização do trabalho na contemporaneidade**

*Larissa Silveira Pinto Alves*  
*Maria Eduarda Corrêa Cardozo*

**50. Serviço social e formação em saúde:** a experiência de um programa de residência multiprofissional em Atenção Hospitalar

*Andressa de Paula Ramalho*  
*Joseane Barbosa de Lima*  
*Paula Ferreira Oliveira Santos*  
*Tatiana de Oliveira Alves Gonçalves*

Realização:



Apoio:



**51. O narcotráfico como alternativa de sobrevivência dos pauperizados na realidade brasileira**

*Karina Lemes*

*Sandra Rodrigues*

**52. A ontonegatividade da política e do estado em Marx: implicações para a emancipação humana na ofensiva do capital**

*Mariana Morás dos Santos*

**53. A crítica da subjetividade e objetividade política: a partir da questão ontológica em Marx**

*Maria Fernanda Alves Lameira*

**54. Trabalho escravo na indústria da moda e o movimento de acumulação capitalista**

*Laura de Melo Soares*

**55. Trabalho de cuidado X lei 15.069/24: reflexões a partir da teoria da reprodução social**

*Carla de Jesus Monteiro Castro*

**56. Entre revoluções e precarizações: o trabalho agora em algoritmos**

*Eduarda Soares da Silva Correia*

**57. A nova fronteira do fetichismo: tecnologia, ideologia e manipulação no capitalismo contemporâneo**

*Cézar Henrique Miranda Coelho Maranhão*

**58. Empreendedor ou entregador de aplicativos? a face renovada da precarização do trabalho no Brasil**

*Júlia Neves Cardoso Maranhão*

**59. Neoliberalismo, racionalidade de mercado e plataformização - a nova forma da ofensiva do capital sobre o trabalho e os direitos**

*Rosildo da Luz Bomfim*

**60. O trabalho do assistente social no núcleo de acolhimento educacional: entre o desconhecimento do serviço social na escola e a precarização do trabalho**

*Tatiane de Menezes Bezerra*

**61. Capitalismo dependente e superexploração da força de trabalho no Brasil: implicações para a efetivação dos direitos no campo da saúde do/a trabalhador/a**

*Jéssica dos Santos Costa*

*Marianna Carvalho Martins Albergaria*

**62. Precarização do trabalho de assistentes sociais: reflexões baseadas na realidade da Prefeitura de Viçosa-MG.**

*Vitória Maria Gomes Machado*

Realização:



Apoio:





**63. Trabalho e racionalidade:** leitura crítica do "Homem Médio" e do "Homem Empresarial" nas transformações laborais

*Julia da Silva Ramos*

**64. A precarização do trabalho dos assistentes sociais perante o avanço do ultraneoliberalismo**

*Yve Matayoshi Galvão*

*Manoela Soleira Ferraz*

*Ana Beatriz Batista Alfieri*

*Sofia Nolli dos Santos*

*Regina Maura Rezende*

#### **EIXO TEMÁTICO 4**

#### **DIREITOS SOCIAIS E HUMANOS, CIDADANIA E DEMOCRACIA**

**65. A deficiência como expressão da “questão social”:** apontamentos para o debate

*Wagner Nery Copola*

*Aristela Vieira de Sousa*

**66. Violência doméstica e o acesso à justiça no Brasil:** um estudo sobre os limites e possibilidades do sistema de proteção às vítimas

*Maria Clara da Cunha Machado*

*Karla Maria Damiano Teixeira*

*Ana Isabel Sani*

**67. Políticas sociais brasileiras:** análise da política municipal para a população em situação de rua carioca

*Rafaela Barbosa de Oliveira Henriques*

**68. Reforma psiquiátrica, neoliberalismo e os desafios da cidadania em tempos de crise**

*Maria Luiza da Silva Pessoa Menezes*

**69. Direitos humanos e a “cultura” de institucionalização de crianças e adolescentes negros no Brasil**

*Erica Emanuelle Costa Santiago*

*Eva Fernanda França Anselmo Costa*

**70. Cidadania LGBTQIAPNB+:** retratos das políticas públicas de saúde no estado do Rio de Janeiro

*Dhébora de Sousa Rodrigues*

**71. A institucionalização de crianças e adolescentes motivada pela negligência em Rio das Ostras, RJ**

*Jeniffer Araujo de Oliveira*

*Paula Martins Sirelli*

*Fabiola Andrade Porto Teixeira*

*Caio César Wollmann Schaffer*

Realização:



Apoio:



**72. Drogas e saúde mental:** entre o moralismo que aprisiona e a liberdade terapêutica  
*Thalita Melchiades da Silva*

**73. Serviço social, direitos humanos e cidadania na formação dos(as) assistentes sociais em Portugal**

*Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras*

*Cláudia Mônica dos Santos*

*Ana Clara Aparecida Moreira Alves*

**74. Centro de cidadania LGBTI+:** serviço social na viabilização do acesso à educação para pessoas LGBTQIA+

*Pedro Silva de Oliveira*

**75. Limites e possibilidades da atuação do assistente social na garantia do acesso a nutrição**

*Ângela Antunes Bianchi*

*Camila Rezende Machado*

**76. Cidadãos em movimento:** o serviço social no suporte aos imigrantes

*Ana Beatriz Fernandes da Silva Gomes*

**77. Educação especial e capacitismo:** desafios no ensino superior

*Letícia Barros Palma da Rosa*

**78. A atuação do Serviço Social nos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher**

*Ana Beatriz dos Santos Paes Bento*

*Karla Maria Damiano Teixeira*

**79. Direitos humanos, saúde e trabalho escravo contemporâneo:** relato de uma experiência

*Isabella da Paixão Alves*

*Matheus Marques Almeida Machado*

**80. Do direito ao desafio da permanência:** apontamentos acerca da Política Nacional de Assistência Estudantil na política de educação brasileira

*Cassiana Ferreira Simões*

*Juliana Desiderio Lobo Prudêncio*

*Rebeca Barreto Duarte Paterson*

**81. A atuação do serviço social nos centros de referência em direitos humanos de Minas Gerais**

*Letícia Evangelista Ribeiro*

*Raquel Mota Dias Gaio*

**82. Tessitura do cuidado na atenção especializada em traumatologia e ortopedia:** a atuação do serviço social na reabilitação em saúde

*Dayana Gonçalves de Alexandrino Silva*

Realização:



Apoio:



**EIXO TEMÁTICO 5**  
**SERVIÇO SOCIAL, LUTAS SOCIAIS E RESISTÊNCIA**

**83. Ruptura e resistência:** a renovação do serviço social na Universidade Católica de Valparaíso (Chile)

*Susana Maria Maia*

*Maria Rosângela Batistoni*

*Letícia Beatriz Arancibia Martínez*

**84. O centro de documentação como lugar de memória:** experiência da Faculdade de Serviço Social

*Carina Berta Moljo*

*Geovana Gonçalves dos Santos*

*Maria Lucia Duriguetto*

*Ana Luiza Avelar de Oliveira*

**85. Famílias em movimento:** enfrentamentos populares contra a violência em ambientes socioeducativos.

*Ionara dos Santos Fernandes*

*Sofia de Andrade Denozor*

*Alessandra Lopes Ferreira*

*Rosana Ramos dos Santos Alves*

*Alice Cristina de Macedo Cabrinha*

**86. Cotidiano e trabalho em saúde na sociabilidade capitalista:** reflexões acerca do serviço social

*Carina Bárbara de Carvalho Dornelas*

**87. Os fundamentos do serviço social:** as contribuições de Guerra ao debate

*Caio Vitor Beltran dos Santos*

*Larissa Pereira Silva*

*Livia Fernandes*

*Luciana Gonçalves Pereira de Paula*

*Marcela Francisquini Abreu*

**88. A compreensão do método em Marx:** breve considerações à luz do serviço social

*Vitória Regina da Silva*

**89. A interface entre serviço social e educação:** resistências no cotidiano escolar

*Patricia da Silva Coutinho*

*Pâmela Soares Oliveira*

*Bianca Franciane da Cruz*

**90. Resistencia y lucha social durante la dictadura:** el caso de las arpilleras en Chile

*Claudia Paz Verdugo Lobos*

*Recaredo Gálvez Carrasco*

**91. Envelhecimento e cárcere:** desafios para atuação do assistente social.

Realização:



Apoio:



Andréa de Freitas Paixão  
Luana de Oliveira dos Santos Franceschi

**92. Vozes antirracistas em ação:** letramento racial e a prática socioeducativa do serviço social

*Luana Martins Santos*

**92. Mercado de trabalho de assistentes sociais no Brasil (2000–2020):** precarização, resistência e desafios profissionais

*Letícia Fonseca Piedad*

*Valter Martins*

**93. Vidas escravizadas:** uma reflexão da necropolítica do capitalismo

*Daniel Silveira*

*Dara Fernandes*

*Jessica Braga*

*Jurema Teodo da Silva*

*Sara Raquel López Cristaldo*

**94. Qual fogo que te queima?** a violência nossa de cada dia

*Camille Vitória Soares dos Santos*

*Giovanna Martins de Oliveira*

*Ingra Moratori Sobreira*

*Mirella dos Santos Kuczmenda*

*Rafael Coe Barbosa*

**95. A violência de gênero na Amazônia e o serviço social**

*Sarah Thays Nascimento Andrade*

**96. Os riscos da influência do pensamento “pós-moderno” no serviço social**

*Leonardo Koury Martins*

**97. Serviço social e diversidade sexual e de gênero:** lutas, avanços e desafios contemporâneos

*Layliene Kawane de Souza Dias*

**98. De bom escravo a mau cidadão:** Clóvis Moura e a “questão social” no Brasil

*Mariana Bellozi Domingues de Souza*

*Mariana Leite Péres*

**99. Racismo, Estado e silêncio:** a memória das mães como ato político

*Debora Marcele Borges Diniz*

*Carolina Neves Raphael dos Santos*

*Brune de Oliveira Tavares*

*Ariane Chaves Magalhães*

**100. Entre o ensinar e o aprender:** vivências da monitoria na disciplina de pesquisa social no curso de serviço social

*Iara Porto Lima Mota*

Realização:



Apoio:



*Kamille Oliveira Gonçalves*  
*Márcia Matos Marciano*

**101. Centro de documentação e memória:** a experiência e a construção de um espaço de preservação

*Carina Berta Moljo*  
*Felipe Augusto Ribeiro*  
*Maria Eduarda Pedrete Vieira*  
*Maria Fernanda Novaes Figueiredo*  
*Mariana Moreira do Bem Brandão*

**102. Aprender ensinando:** a monitoria acadêmica como espaço formativo dialógico no curso de serviço social da UEMG – Barbacena

*Patrícia da Silva Coutinho*  
*Bruna da Silva Cruz*  
*Esliane Cristina Ferreira de Oliveira Alves*

**103. Os fundamentos teóricos, metodológicos e históricos do serviço social e o trabalho profissional**

*Luiz Otávio Sobreira de Andrade*  
*Rebeca Ferreira Angelo*  
*Isaura Gomes de Carvalho Aquino*

**104. Trabalho social em favelas e o medo**

*Francine Helfreich*  
*Náthaly D'Almada*  
*Yasmim Menezes*

**105. A mobilização da família no âmbito socioeducativo no Rio de Janeiro**

*Ana Beatriz Santos Silva*  
*Ana Clara da Costa Barroso*  
*Camila de Souza do Nascimento*  
*Talyta Conrado Braga Deolindo*  
*Marcelle de Souza Soares*

## **EIXO TEMÁTICO 6**

### **SERVIÇO SOCIAL, DEMOCRACIA E NEOCONSERVADORISMO**

**106. Formação crítica e o ensino no serviço social:** sistematizações de pesquisa

*Eliane Martins de Souza Guimarães*  
*Larissa Cordeiro Barros*  
*Luanna Regina de Almeida Cardoso*  
*Giorgia Barbosa Pacheco*  
*Quezia Lopes da Silva*

**107. O conservadorismo no serviço social brasileiro:** um debate sobre o campo da saúde

Realização:



Apoio:



*Ana Beatriz Dias da Silva*  
*Débora Holanda Leite Menezes*  
*Jullie Doria Freitas*  
*Lucas Cavachini Rodrigues*  
*Priscila Gomes da Silva Napolitano*

**108. Os processos de ensino na universidade:** aproximações e sinalizações para o Serviço Social

*Eliane Martins de Souza Guimarães*

**109. Serviço social e questão social:** um olhar sobre a temática da pesquisa

*Jéssica de Cássia Costa Silva*

**110. Política de drogas brasileira em disputa:** STF, PEC/45 e o antiproibicionismo no serviço social

*Maria Gabriela Moreno Lopes*

*Alessandra Cristina Santos Ferreira*

**111. A dimensão técnico-operativa do serviço social:** tendências atuais

*Elizângela Samara da Silva*

**112. O serviço social brasileiro:** entre rupturas e resistências

*Carla Carolinne Alves de Carvalho Moisés*

**113. O papel do Estado no capitalismo segundo Marx e sua importância para o serviço social**

*Luana de Oliveira dos Santos Franceschi*

*Andréa de Freitas Paixão*

**114. Serviço social e hemoterapia:** uma atuação na perspectiva do direito?

*Thaysi Poliani Ribeiro Melo*

**115. Estratégias emancipatórias do serviço social frente ao recrudescimento do conservadorismo na contrarrevolução do capital**

*Jacqueline Luiza de Sousa*

**116. Serviço social e ensino à distância:** reflexões sobre sua tensa relação com o projeto ético-político

*Marco Aurélio Silva Juscelino*

**117. Expressões do (neo)conservadorismo na produção do conhecimento do serviço social brasileiro**

*Adriana Ramos*

*Juan Carlos Siqueira Cardoso*

**118. Uma visão do serviço social no Estado Novo pelas revistas do INCP (1940-1945)**

*João Pedro Marques Curty Lage*

**119. Conservadorismo e serviço social:** expressões contemporâneas

Realização:



Apoio:



Ana Maria Ferreira  
Joseane Barbosa de Lima  
Luciana Gonçalves Pereira de Paula  
Marina Monteiro de Castro e Castro  
Nicole Cristina Oliveira Silva

**120. Neoconservadorismo familista e desafios ao serviço social**

*Claudio Henrique Miranda Horst*

**121. Serviço social e processos de mobilização e organização popular: aproximações históricas na realidade juizforana**

*Juliano Zancanelo Rezende*

*Maria Lúcia Duriguetto*

**122. Predominância do EAD, redução dos cursos privados presenciais e consequências para a formação em serviço social**

*Larissa Dahmer Pereira*

*Érica de Moraes e Silva Muniz*

*Ingrid Rangel de Medeiros*

**123. Dilemas do serviço social marxista: análise da produção de conhecimento de assistentes sociais brasileiros**

*Maria Eduarda Pessanha Barbosa*

*Ednéia Alves de Oliveira*

**EIXO TEMÁTICO 7**

**RESISTÊNCIAS, LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA**

**124. A política do esquecimento: velhice, memória e resistência**

*Geovanna Gonçalves dos Santos*

*Kellyane Maria de Paula*

*Estela Saleh da Cunha*

**125. Apontamentos iniciais para uma análise crítica dos movimentos sociais**

*Juliano Zancanelo Rezende*

**126. Ciclos de memórias serviço social na ditadura construindo a consciência histórica na formação profissional**

*Graziela Scheffer Machado*

*Sara Beatriz Silva de Oliveira*

*Karla da Silva Apolinario*

**127. Metodologia camponês a camponês de transição agroecológica em assentamentos de reforma agrária: articulação Brasil-Cuba**

*Michelle Neves Capuchinho*

*Mônica Grossi*

*Julia Guerra de Oliveira Gomes*

*Guido Duarte Swensson de Mattos*

*Maria Clara Barbosa Reis*

Realização:



Apoio:





**128. Territórios em disputa:** conflitos socioambientais da mineração no Brasil e na Argentina

*Maria Eduarda Moreira de Almeida*

*Laisla Camile dos Reis Mariano*

*Matheus José Costa Fernandes*

*Frederico Daia Firmiano*

**129. Migrants, markets and movements:** insurgent citizenship in the streets of Barcelona

*Miriam Vilaplana Garcia*

**130. Experiências de abastecimento popular no Brasil e no Uruguai:** a partir das iniciativas do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA Brasil)

*Elaine Martins Moreira*

**131. Fóruns de trabalhadores/as do SUAS:** resistências contra a precarização das relações e condições de trabalho

*Janaina Albuquerque de Camargo*

*Robson Roberto Silva*

**132. A crise da democracia no Brasil e os impactos nos movimentos sociais**

*Cristiane Rodrigues Libardi*

**133. Pessoas com deficiência:** uma reflexão a partir da entrada do modelo social e do feminismo

*Cintia Dutra da Silva Bensi*

*Paula Azevedo Manhães*

*Juliana Thimóteo Nazareno Mendes*

**134. Formas de resistência LGBTQIAPNB+ no Brasil:** um contexto de lutas e conquistas

*Dhébora de Sousa Rodrigues*

**135. Lutas, movimentos sociais, direitos sociais e sua relação com o projeto ético-político do serviço social brasileiro**

*Vinícius Paulino Lopes da Silva*

## **EIXO TEMÁTICO 8**

### **OFENSIVA ANTIGÊNERO, RACISMO, SEXISMO E LUTAS SOCIAIS**

**136. Racismo territorial na planície Goitacá**

*Ana Cláudia de Jesus Barreto*

*Jady Cristina Mattos Gomes*

*Katy Dutra Fernandes*

*Maíza da Silva Izaías*

**137. A realidade da população negra no mercado de trabalho**

Realização:



Apoio:





*Robson Luiz Marques da Silva*  
*Marco Jose Hortolani Louzada*  
*Emanuelly Ferreira Marques Silva*  
*Marilda Aparecida Simeão*

**138. Lei da alienação parental:** proteção de crianças ou punição de mulheres?

*Cyntia Gomes Damasceno Basilio*  
*Vanessa Cristina dos Santos Saraiva*  
*Daniel de Souza Campos*

**139. Corpo que menstrua, amamenta e gesta:** um breve relato sobre as práticas feministas e comunitárias do coletivo Flores de Resistência em Belo Horizonte/MG.

*Marcela Mendes Sales*

**140. O tom da desigualdade e a cor da pobreza:** uma análise crítica na perspectiva do serviço social

*Andreia Cristina Soares de Mello*

**141. A influência do patriarcado na representação da homossexualidade feminina no cinema mundial**

*Aline Salles de Souza*  
*Mariana Teixeira Grijó de Araujo*  
*Estela Saléh da Cunha*

**142. Leis que libertam, estruturas que oprimem:** considerações sobre o pacto da branquitude no Brasil

*Maria Julia Batista de Oliveira Reis*

**143. Reflexões sobre a perpetuação de mulheres negras na precariedade do trabalho**

*Fernanda Picinin Moreira*  
*Joseane Fernandes Reis*

**144. A via autocrática-escravista-colonial de desenvolvimento do capitalismo brasileiro**

*Anderson Martins Silva*  
*Jéssica Ribeiro Duboc*

**145. É racismo religioso e não intolerância:** o plano de poder neopentecostal como estratégia colonialista

*Leonardo Patricio de Barros*

**146. A exclusão da educação da seguridade social como estratégia neoliberal de mercantilização**

*Carina dos Santos Magalhães*  
*Rayane Nunes de Paula*

**147. Direito à cidade é para quem?** mulheres negras, racismo socioambiental e serviço social.

*Luana Martins Santos*

Realização:



Apoio:



**148. Relações étnico-raciais, racismo e eugenismo-higienismo na formação sócio-histórica brasileira**

*Clara Barbosa de Oliveira Santos*

**149. Barragem na competição:** O racismo como mecanismo de manutenção de privilégio do grupo racial branco

*Marcela Rodrigues Camilo da Conceição*

**150. Inserção de professores negros no ensino superior brasileiro:** reflexões sobre trajetórias, dinâmicas e reproduções sociais

*Hosana Borges Costa*

*Lorraine Bastos Silva*

**151. Intersecções entre capitalismo, racismo estrutural e sofrimento psíquico:** breves apontamentos

*Lara Rodrigues Caputo*

**152. O racismo no projeto pedagógico:** análise do núcleo sócio-histórico do serviço social da UFJF

*Emylli Santos Silva*

**153. Uma possível (re)leitura de imagens relacionadas à Medusa**

*Cibele Vieira Feital*

**154. Diálogos do cotidiano do Programa de Educação Tutorial Serviço Social PETSS:** aula aberta sobre o projeto de lei n. 1904/2024 – “criança não é mãe”

*Karina Lorrany Silva*

*Regina Maura Rezende*

*Yasmin Aparecida Marques de Freitas*

**155. A atualidade do pensamento de Lélia Gonzalez:** algumas reflexões sobre as mulheres na contemporaneidade

*Raquel Pereira da Silva*

**156. Racismo, proibicionismo e guerra às drogas:** guerra contra quem?

*Juliana Desiderio Lobo Prudêncio*

*Renan Silva Gomes*

*Hiago Teixeira Damaciano*

**157. Eugenia e educação superior no Brasil:** breves incursões sobre currículo e formação em serviço social

*Larisse Miranda de Brito*

**158. Racismo e trabalho no Brasil:** os rebatimentos da formação sócio-histórica brasileira na configuração dos supérfluos nacionais

*Iasmim Lopes Ribeiro*

*Marcelo Martins Rodrigues*

Realização:



Apoio:



**159. As ações de educação em sexualidade de jovens brasileiros/as no governo Lula (2023-2025/1)**

*Sabrina Pereira Paiva*  
*Yuri Carvalho Machado*

**160. Comunidade migrante venezuelana LGBTQIA+ no Brasil: duas realidades, país de origem e país anfitrião.**

*Yarlis Yaneth Conde Herrera*  
*Marco José de Oliveira Duarte*

**161. Intervenções do Estado na infância negra: velhas e novas formas de controle social**

*Bianca Franciane da Cruz*  
*Carolina Morais Simões de Melo*

**162. Desigualdades históricas do acesso ao poder no Brasil: quem sobe e quem fica?**

*Aline Cristina Pelozo Rabaglio*

**163. Racismo, trabalho e formação social: as políticas sociais em contexto de crise do capital**

*Ana Paula Procópio da Silva*

**164. Violência LGBTIfóbica, enfrentamento da LGBTIfobia e cidadania LGBTI+: um estudo de revisão**

*Marco José de Oliveira Duarte*

**165. Os serviços de educação e responsabilização para homens autores de violência doméstica e os avanços das políticas públicas para as mulheres em Armação dos Búzios**

*Daniela Falci Pereira*  
*Karen Coutinho Pereira*  
*Michele Do Nascimento Alves*

**166. Da abolição à modernidade: breve análise do racismo estrutural a partir dos jovens catadores de Campos dos Goytacazes**

*Franciele da Silva Pessoa*

**EIXO TEMÁTICO 9**

**SUPREMACIA DO CAPITAL, TERRITÓRIOS URBANO E RURAL E CRISE CLIMÁTICA**

**167. Territórios da desigualdade: A segregação social e racial nas ZEIS em Juiz de Fora – MG**

*Dayane Andrade Cardoso da Silva*

**168. Da colônia à favela: a persistência da dominação racial no Brasil**

*Anna Luiza Carneiro e Oliveira*

Realização:



Apoio:



**169. Metabolismo social, ruptura metabólica e sua universalização:** elementos críticos para pensar a questão ambiental

*Alysson Lima de Oliveira*

*Álvaro Henrique da Silva Halfeld*

**170. A expropriação de terras e a superexploração do trabalho**

*Robson Luiz Marques Da Silva*

*Emanuelly Ferreira Marques Silva*

*Marilda Aparecida Simeão*

**171. Crise estrutural capitalista e meio ambiente:** uma análise do fenômeno das mudanças climáticas

*Samuel de Souza Pinto*

**172. Serviço social e questão socioambiental:** um debate necessário para a formação profissional

*Larissa Costa Murad*

*Maurício Caetano Matias Soares*

**173. Emergências climáticas e racismo ambiental:** por que os mais vulneráveis pagam o preço mais alto?

*Lorraine Bastos Silva*

*Luana Vital de Santana*

**174. Caminhando com movimentos sociais para enfrentar às mudanças climáticas:** análise a partir da experiência de extensão universitária

*Caroline Rodrigues da Silva*

*Luiza Helena David da Silva*

*Stephany Araujo Fernandes*

*Vanessa Fernandes Corrêa*

**175. Corpo-território entre o urbano e o rural:** A periferia na ordem do capital

*Marília Magalhães Lima*

**178. Deslocamentos forçados e a proteção dos migrantes ambientais à luz da supremacia do capital**

*Amanda Balbino Dias*

*Bárbara Silva Ferreira*

*Vitória Barros de Oliveira*

**179. Considerações sobre a face oculta da pesca artesanal no Brasil**

*María Fernanda Ecurra*

**180. Extrativismo no Brasil e o rompimento da barragem da Samarco:** considerações sobre Linhares – Espírito Santo

*Aristela Vieira de Sousa*

**181. Entre racismo ambiental e injustiça social:** as contradições do Estado e a realidade das favelas na preparação da COP30 em Belém (PA)

Realização:



Apoio:



*Carlos Matheus Matos Santos dos Santos*

*Izabel Cristina dos Anjos Martins*

*Alice Estefani Nascimento dos Santos*

**189. Teoria do valor, processo de trabalho e a superexploração no capitalismo dependente**

*Juliana da Silva Miranda*

*Isabel Jardim do Nascimento Andrade*

Realização:



Apoio:





## **EIXO TEMÁTICO 1**

### **CRISE DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA**

Realização:



Apoio:



## CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, EXPANSÃO CAPITALISTA E EXPROPRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Weslany Thaise Lins Prudêncio<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho analisa como a conjuntura da crise estrutural do capital impulsiona a destruição dos direitos sociais como forma de expropriação contemporânea. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, fundamentada na teoria social crítica a partir do materialismo histórico-dialético. Observa-se que, na contemporaneidade, há uma intensificação da relação dialética entre exploração e expropriação, cuja ofensiva aos direitos sociais, está relacionada à busca do capital por novas formas da reprodução ampliada. Esse movimento agrava a precarização das condições de existência da classe trabalhadora e submete os/as/as trabalhadores/as a situações cada vez mais degradantes de trabalho.

**Palavras-chaves:** Crise estrutural; Expropriações contemporâneas; direitos sociais.

**Abstract:** This paper analyzes how the structural crisis of capital drives the destruction of social rights as a form of contemporary expropriation. Bibliographical research was conducted with a qualitative approach, based on critical social theory based on dialectical historical materialism. It is observed that, in contemporary times, there is an intensification of the dialectical relationship between exploitation and expropriation, whose attack on social rights is related to capital's search for new forms of expanded reproduction. This movement aggravates the precariousness of the living conditions of the working class and subjects' workers to increasingly degrading work situations.

**Keywords:** Structural crisis; Contemporary expropriations; social rights.

### Introdução

Os ataques aos direitos sociais, desde a instauração da crise do capital nos anos 1970, não podem ser compreendidos apenas como um efeito colateral e alternativas de contenção de gastos. Trata-se, na verdade, de uma, dentre as mais variadas estratégias de reprodução ampliada do capital, inserido em sua crise estrutural, conforme sinaliza Mészáros (2011a). Frente a um contexto marcado pela persistência de crises, o capital depara-se com uma exaustão de suas fronteiras expansivas tradicionais, por isso amplia sua ofensiva contra as condições necessárias para a subsistência da classe trabalhadora, principalmente nos países dependentes, como no caso do Brasil, aproveitando das suas particularidades e papel que desempenha no mercado mundial.

Os ataques sistêmicos aos direitos sociais, via políticas de austeridade fiscal relaciona-se com o debate sobre a categoria – marxiana e marxista – expropriação. Entendendo que os processos expropriatórios cumprem o papel de submeter a classe trabalhadora ao trabalho, seja ele formal ou informal, sob condições precárias ou não. Os processos de ataque aos direitos sociais atualizam novas formas de subsunção ao

---

<sup>1</sup> Bacharela e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: weslany45@hotmail.com.

Realização:



Apoio:





trabalho, diferente daquela que Marx analisou no capítulo XIV do O capital ao debater sobre a acumulação originária, mas que desempenham a mesma finalidade. Na atualidade ainda persistem em alguns territórios a expropriação da terra, a exemplo do que vivenciam os povos originários. Mas soma-se também a impossibilidade de acessar meios necessários para a sobrevivência humana, como por exemplo, saúde e educação, aprofundando precariedade e submetendo a condições cada vez mais degradante de vida e trabalho.

No Brasil verifica-se que os direitos sociais têm sido alvo de constantes ataques, justificados a partir da disseminação da cultura da crise (Mota, 2003), que faz com que os ataques apareçam como consequências da crise econômica, pois o Estado não teria condições para arcar com as despesas oriundas das políticas sociais. Assim, propagasse midiaticamente que há um *déficit* das contas públicas e responsabilizam as despesas referentes ao custeio da Previdência, da Saúde, Educação, Assistência Social, para reafirmar a necessidade de contenção de gastos. É verdade que existe um *déficit* orçamentário, mas que ocorre devido os mecanismos de ajustes fiscais, como Desvinculação dos recursos da União (DRU), Renúncia Tributária, tributação regressiva, entre outros. Os cortes realizados sobre o financiamento das políticas sociais dizem respeito a lógica destrutiva e expansionista do capital, a manutenção e garantia da transferência de parte da mais-valia nacionalmente produzida para os países centrais, por meio do capital portador de juros e seu sistema de endividamento público.

Tais elementos são imprescindíveis para a compreensão do ajuste fiscal permanente que instaurou no Brasil desde 1990, com a chegada do neoliberalismo e que se aprofunda a partir de 2016. Por isso, busca-se nesse artigo problematizar como a conjuntura da crise estrutural do capital impulsiona a destruição dos direitos sociais como forma de expropriação contemporânea. Para intermediar os nexos necessários para a compreensão desse fenômeno, fundamentou-se na teoria social crítica, tendo como método o materialismo histórico-dialético, que permite capturar as mediações e determinações estruturantes da problemática apresentada, saturando o que há de essencial para entender o fenômeno em sua essência. O tipo de pesquisa utilizada foi a bibliográfica com abordagem qualitativa. O trabalho está estruturado em um tópico central, além de introdução e considerações finais, que localiza as expropriações contemporâneas no contexto de crise estrutural do capital e sua busca por novas esferas lucrativas.

## **A crise estrutural e a busca do capitalismo por novas nichos lucrativos**

Com a entrada dos anos 1970, o modo de produção capitalista adentra numa crise com contornos diferentes do que já havia vivenciado, ciclos expansivos alternados com períodos recessivos. O capital vivencia desde então um estágio contínuo de crise, em que Mészáros (2011a) denomina como crise estrutural. Nessa nova etapa não se verifica intervalos cíclicos entre períodos expansivos e recessivos. Ao contrário, presencia-se mais frequentemente, de maneira contínua, o surgimento de recessões.

Mészáros (2011a) ao destrinchar sobre a crise iniciada nos anos 1970, foi enfático ao dizer que a novidade histórica da crise contemporânea se manifesta em quatro aspectos: no seu caráter universal, no alcance global, em uma escala de tempo permanente e no desdobramento rastejante. É uma crise que emana das três dimensões internas da expansão capitalista: produção, consumo e circulação/distribuição/realização, exibindo contradições em escala, cada vez maior. Isso não é indicativo de que a crise estrutural é restrita a esfera econômica, ao manifestar nos quatros aspectos mencionados, repercute em todas as esferas da sociedade moderna, revelando-se como “uma verdadeira *crise de dominação* em geral” (Mészáros, 2011a, p. 800)

Realização:



Apoio:



A variação entre a intensidade e características da crise é a forma habitual da existência capitalista, porque as crises são formas de ultrapassar barreiras imediatas e manter a esfera de operação e dominação/exploração. Por mais profundo que seja o período de recessão econômica, não é intenção do capital a sua superação. É em períodos recessivos que o capital se reinventa e intensifica suas formas de gerar valor. Isso porque, “o capital não pode ter outro objetivo que não sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente” (Mészáros, 2011, p.800).

O capital tem tentado ultrapassar barreiras para sua autorreprodução, porque a crise estrutural instaurada diz respeito aos limites últimos de toda a sua estrutura. O alto grau de desenvolvimento do capitalismo atingiu o clímax do contraditório movimento entre maturação e saturação (Mészáros, 2011b). Diante de um quadro profundo de recessão, as soluções que se colocam são altamente destrutivas para a classe trabalhadora, especialmente, nos países em posições dependentes.

A busca por novos meios de geração e valorização do valor é alinhada com as necessidades e características da contemporaneidade, mas a intensidade das medidas ditas como restaurativas da dinâmica capitalista, decorre da formação e conjuntura histórica de cada país. Tais medidas se materializam em mecanismos inter-relacionados, como a intensificação da exploração da força de trabalho – e no caso dos países dependentes, a intensificação da superexploração –, atuação estatal na desregulamentação da força de trabalho, na restrição de direitos sociais, nos processos que mercantilizam políticas e serviços públicos (Mota, 2018).

Essa busca incessante por novos mecanismos de autorreprodução diz respeito ao processo, cujo capital tem voltado seus interesses para esferas que ultrapassem a área produtiva. Esse movimento é imbricado com as estratégias de supercapitalização, em que parcela dos valores superacumulados atina para maneiras e novos espaços de autovalorização. Na perspectiva de Behring (2015, p. 49) as operações de supercapitalização é um

processo no qual uma forte liquidez de capital se faz acompanhar da sua penetração e/ou busca por nichos de valorização, é o fundamento dos processos atuais de “invenção” de novas necessidades, industrialização das esferas do lazer, da cultura e até da seguridade social, bem como dos processos de privatização de setores produtivos antes assumidos pelo Estado

Entende-se que as estratégias de supercapitalização, podem não produzir mais-valia de forma direta, mas certamente aumentam a capacidade de sua geração. A supercapitalização é impulsionadora de processos expropriatórios na contemporaneidade. Ao discorrer uma análise sobre as manifestações dos processos expropriatórios na contemporaneidade, Fontes (2010) pondera que as recorrentes crises indicam uma expansão da contradição central do capital, com o aumento da transformação da humanidade em força de trabalho e de toda riqueza em mercadoria.

Os processos expropriatórios constituíram as bases para a acumulação primitiva, Marx (2015) no livro O Capital, dedica o capítulo XXIV para discorrer sobre os processos expropriatórios que tiveram como finalidade separar o camponês da terra, seu meio de produção e subsistência, para a subsunção do trabalho assalariado. Na contemporaneidade, tais processos persistem, mas diante de uma crise estrutural e do elevado grau de desenvolvimento capitalista, verifica-se processos expropriatórios que têm a mesma finalidade de subsunção ao trabalho, que não se restringem a separação entre camponês e seu meio de produção. A partir dessa direção, Fontes (2010) formulou o conceito de expropriação primária para se referir as expropriações constitutivas da acumulação primitiva; e o de expropriação secundária para caracterizar os processos que são consequências dessa conjuntura. Escreveu Fontes (2010, p.54)

Realização:



Apoio:



estas expropriações, que estou denominando disponibilizações ou expropriações secundárias, não são, no sentido próprio, uma perda de propriedade de meios de produção (ou recursos sociais de produção), pois a grande maioria dos trabalhadores urbanos dela já não mais dispunha. Porém, a plena compreensão do processo contemporâneo mostra terem se convertido em nova – e fundamental – forma de exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais-valor.

As expropriações na contemporaneidade possuem um caráter ofensivo, com um potencial totalmente ilimitado. É ofensivo e ilimitado porque possibilita a transformação de todos os meios de sobrevivência em mercadoria, sejam: os recursos naturais, o próprio sono, os direitos sociais, enfim, os aspectos mais relevantes e essenciais da reprodução e manutenção humana. Identifica-se que a unidade dialética entre expropriação e exploração tem se complexificado. Sabe-se que a atuação do fundo público interfere na reprodução da força de trabalho, ao gerir via legislação trabalhista, ou mediante as políticas sociais. Essa atuação se deu a partir da emergência do capital monopolista devido a refuncionalização do Estado que por intermédio da organização trabalhadora e da própria dinamicidade dessa fase, passa atuar na questão social mediante as políticas sociais.

Vê-se que desde a instauração da crise estrutural em 1970 há uma tendência contínua de restrição com as despesas direcionadas aos gastos sociais. O neoliberalismo enquanto um estratagema de recuperação de ganhos de lucro, ataca diretamente as políticas sociais, mantendo o máximo de ganho para o capital. Por tais razões afirma-se que a adoção de medidas neoliberais, como austeridade fiscal, precarização dos vínculos de trabalho e mercantilizações de direitos, são formas de autorreprodução do capital mediadas pela dialética entre exploração e expropriação.

Expropriação e exploração são dimensões da dinâmica capitalista que atuam de forma interligada. Ao retirarem os meios de sobrevivência da classe trabalhadora, essa se vê obrigada a submeter-se as condições mais precárias de trabalho para consumir os direitos que lhes foi retirado. Por essa razão, compreende-se que as expropriações contemporâneas aprofundam a exploração da força de trabalho, e no caso do Brasil a superexploração.

A ofensiva que os direitos sociais vêm sofrendo desde a instauração da crise de 1970 pode ser apreendida enquanto uma expressão da articulação entre exploração e expropriação no capitalismo contemporâneo. Segundo Mészáros (2011b) o sistema capitalista ao não ter limites expansivos, converte-se numa processualidade incontrolável e destrutiva, “*expansionista* na busca crescente e desmedida de mais-valor, *destrutivo* na sua processualidade pautada pela superfluidade e descartabilidade, o sistema de capital torna-se no limite, *incontrolável*” (Antunes, p.11, 2011b).

Ao impor condições cada vez mais aviltantes de inserção no mercado de trabalho, o capital retira da classe trabalhadora, os meios coletivos de subsistência, operando um processo de expropriação ampliada. Esse mecanismo se intensifica especialmente nos países dependentes, como o Brasil, onde desde 1990 vivencia-se um ajuste fiscal permanente. É nesse cenário que o recrudescimento da diminuição do financiamento das políticas sociais deve ser analisado. As políticas que compõem a Seguridade Social têm sido progressivamente desmontadas e mercantilizadas e no caso da Assistência Social, submetida à lógica da focalização/seletividade, configurando novas formas de submissão da vida às exigências de valorização do capital. A título de exemplo, desenvolveremos uma breve análise dos processos que têm permeado as políticas de Previdência, Saúde e Assistência Social.

A Previdência Social já vivenciou sete processos de contrarreformas, através da aprovação de Propostas de Emendas Constitucionais (PEC). A primeira foi a Emenda Constitucional (EC) nº 3/1993, aprovada no governo de Itamar Franco, direcionada aos trabalhadores inseridos no setor públicos, cujo custeio das pensões e aposentadorias

Realização:



Apoio:



passaram a ser realizado pela União e os servidores. A segunda foi a EC nº 20, aprovado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que alterou a idade mínima para aposentar (48 anos para mulheres e 53 para os homens) e o tempo de contribuição (30 anos para mulheres e 35 anos para homens) (CONDSEF/FENADSEF, 2025).

Nos governos petistas foram aprovadas quatro PECs, duas no Governo Lula e duas no Governo Dilma Rousseff. A EC nº 41/2003 preconizou uma base média de todas as remunerações para as aposentadorias e pensões dos servidores públicos, que tiveram que contribuir 11% dos seus salários. Já a EC nº 47/2005 merece destaque por ter sido uma alteração que beneficiou os trabalhadores que tinham uma renda baixa ou não possuíam renda, eles foram incluídos dentro de um sistema de contribuição e carências reduzidas, tendo direito a um salário mínimo. A EC nº 70/2012 se direcionou para as aposentadorias por invalidez nos serviços públicos, o cálculo começou a ser realizado com base na média das remunerações e não com base na sua última remuneração. A EC nº 88/2015 aumentou de 70 para 75 anos a idade definida para aposentadoria compulsória (CONDSEF/FENADSEF, 2025).

Por fim, em 2019 foi aprovada a EC nº 103/2019 no governo Bolsonaro, a mais destrutiva em termos do que preconizou a Seguridade Social, essa contrarreforma pôs o fim da aposentadoria por tempo de contribuição, passando a exigir uma idade mínima (65 anos para homens e 62 anos para mulheres, com 15 a 20 anos de contribuição). Não há mais média das 80% maiores contribuições: agora todas as contribuições contam, mesmo as mais baixas, o que diminuí o valor do benefício. Para receber 100% da média, o trabalhador precisa contribuir por 40 anos. Também houve a extinção da aposentadoria por contribuição especial de professores e rurais, com mudanças nos critérios e valores. Fim da aposentadoria por tempo de serviço para servidores públicos, com regras de transição severas e o reforço à ideia de previdência complementar, especialmente para servidores federais (CONDSEF/FENADSEF, 2025).

No caso da Política de Assistência Social verifica-se que os desafios impostos pela conjuntura neoliberal e a reprodução ampliada do capital, perpassa a sua regulamentação, financiamento e concepção. A Assistência Social foi inclusa no rol da Seguridade Social em 1988, mas a sua regulamentação foi tardia. A aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) só ocorreu em 1993, sendo que em 1990 o projeto da LOAS foi aprovado pelo Congresso Nacional e mesmo assim vetado pelo presidente Fernando Collor. Destaca-se também a implantação tardia da Função 8, que ocorreu apenas em 1999, dificultando a transparência orçamentária. Ainda, desde FHC foi priorizada a efetivação de programas de transferência de renda em detrimento da assistência estruturante. O financiamento dos serviços socioassistenciais, historicamente, enfrenta redução de recursos discricionários ao longo dos anos. Tudo isso, somado ao deslocamento do papel do SUAS para um modelo assistencial limitado e seletivo, cujo programas de transferência de renda ocupam mais de 90% das despesas da Função 8.

A expansão dos programas de transferência de renda tem um papel compensatório, nos momentos de falta de rendimentos do trabalho e são incidentes na pobreza e na extrema pobreza. Esses programas funcionam como um recurso impulsionador para a inclusão de grupos sociais que estão impedidos de participarem do circuito de consumo de bens, serviços e direitos existentes na sociedade. Sua lógica reside, exclusivamente, na possibilidade de inserir força de trabalho no mundo das finanças, através de auxílios/bolsas que convertem o cidadão de direitos em cidadão-consumidor. Por essa razão, não só no caso do Brasil, mas também da América Latina, que os organismos internacionais impõem a adoção dos programas de transferência de renda para tratar a pobreza e extrema pobreza (Silva, 2012).

Em se tratando da Saúde, até 2016 enfrentava-se um subfinanciamento crônico, em que o Sistema Único de Saúde (SUS) nunca obteve recursos suficientes para cumprir integralmente seus princípios. Esse subfinanciamento transforma-se em

Realização:



Apoio:





desfinanciamento, a partir 2016 com a imposição da EC nº 95/2015 que congelou as despesas obrigatórias por 20 anos (Salvador, 2024). Um ano antes tinha sido revogada a EC nº 86/2015 que estabelecia um piso de gastos vinculados a receita corrente líquida da união a 15%. Há, ainda, uma forte incidência das Emendas Parlamentares (EP) permitindo que a distribuição de recursos dependa da vontade de parlamentares.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2025, só foi aprovada em março de 2025 e sancionada, apenas em abril de 2025. O atraso é fruto das disputas no parlamento e do impacto das concessões permitidas pelas EP. Entende-se que as EP comprometem a descentralização e o pacto federativo, os municípios podem receber mais ou menos recursos dependendo de suas relações políticas. Essa dinâmica promove o clientelismo e a desestruturação da lógica da universalidade do SUS. A Saúde enfrenta uma permanente disputa com a lógica do mercado privado, com a ampliação da saúde suplementar, sua mercantilização e a fragmentação da rede pública, onde nota-se que em alguns casos o SUS é porta de entrada, mas a realização do serviço é feita por setores privados conveniados com o próprio SUS.

Segundo Bravo *et al* (2019) a partir de 2016 houve uma intensificação e um progresso do projeto de privatização do SUS, ao realizar a redução de gastos com as políticas públicas/congelar as despesas primárias como Educação e Saúde. Fragmenta-se os atendimentos e focaliza as ações do SUS para as camadas mais periféricas e marginalizadas da população. O enfraquecimento do SUS é parte do projeto de transformar direitos em serviços, ao precarizar os serviços, vende-se a ideia de que os serviços privados são melhores.

Na mesma conjuntura de aprovação do congelamento de gastos, houve a regulamentação dos planos privados de saúde populares. A precarização e o direcionamento focalista para parte da população em condições de pobreza ou extrema pobreza, possibilita ao capital o aumento dos serviços privados disponibilizados para os cidadãos consumidores, ou melhor, excluídos dos programas localizadores do governo. Ainda, permite a inserção do capital na gestão pública de atenção à saúde, intervindo através de novas formas de gestão e implementando componentes da racionalidade burguesa na esfera pública, como metas e programas (Bravo *et al*, 2019).

As contrarreformas impostas pelas políticas de austeridade e ajuste fiscal permanente, atuam como instrumentos de expropriação dos direitos sociais conquistados como fruto da organização da classe trabalhadora, no processo de redemocratização brasileira. A ofensiva às políticas que constituem a Seguridade Social, são formas atualizadas desses processos. As expropriações contemporâneas reduzem o custo da reprodução da força de trabalho e libera parte do fundo público para o capital portador de juros. Ao retirar os direitos, intensifica-se a superexploração no mercado de trabalho, pois os trabalhadores são obrigados a comprar os serviços que deveriam ser ofertados dentro do escopo da proteção social.

Torna-se visível que os desmontes que as políticas sociais têm sofrido, não são apenas reflexos necessários para superar a crise orçamentária, como os tecnocráticos propagam midiaticamente. São verdadeiros mecanismos ativos de reprodução ampliada de capital. Tais retrocessos cumprem a função dual de expropriar garantias e formas da proteção social e de intensificar a exploração/superexploração. Tem-se o movimento em que precariza-se a vida e amplia a acumulação do capital, a destruição dos direitos sociais é consequência, mas também é uma condição para a reprodução ampliada capitalista.

Por tais razões que os estudos de Fontes (2010) e de Boschetti (2016; 2018) apontam que as expropriações de recursos sociais para a reprodução se referem a “[...] à supressão das condições dadas a existência dos trabalhadores e sua consequente inserção, direta e mediada pela tradição, nas relações mercantis [...]” (Fontes, 2010, p. 89). Nesses termos, Boschetti (2016) afirma que a diminuição de condições que permitem à classe trabalhadora deixar de vender sua força de trabalho e que garantem

Realização:



Apoio:



sua subsistência, a exemplo das aposentadorias, seguro-desemprego/seguro-saúde, também pode ser compreendida como processo de expropriação. Ao considerar as reflexões expostas até o momento, interpreta-se que a captura do fundo público se constitui como expropriação secundária/contemporânea, primeiro por diminuir as possibilidades de subsistência via subtração dos direitos sociais, segundo porque o fundo público é composto pela mais-valia socialmente produzida, que no caso do Brasil tem sido financiado majoritariamente pela classe trabalhadora.

## Conclusão

Uma análise que mediatiza o contexto da crise estrutural e as estratégias de superação, manutenção e garantia da reprodução ampliada do capital, evidencia que a destruição dos direitos sociais tem sido parte integrante do funcionamento contemporâneo do sistema capitalista. Diante da complexidade da crise que se instaurou, o capital busca novas esferas lucrativas e intensifica os processos expropriatórios contemporâneos. Tais processos, diminuem as possibilidades de acesso aos meios de reprodução na esfera pública, a exemplo da saúde, educação, previdência social etc.

É via expropriação que cresce a inserção em trabalhos cada vez mais precários, acirrando a exploração e no caso do Brasil, a superexploração. O fundo público tem sido capturado para assegurar a rentabilidade do capital portador de juros, intensificando o desfinanciamento das políticas sociais. No Brasil desde 1990 opera-se um constante ataque aos direitos sociais conquistados em 1988 e que não tiveram fôlego para serem efetivados da forma como foram pensados e estruturados. Há um tendência de recrudescimento dos meios de expropriações na contemporaneidade altamente ilimitada, já que a busca incessante por valorização sobrepõe os próprios limites da vida humana e da natureza. Mészáros (2011a) em Para além do capital, evidencia a complexidade da autorreprodução do capital na crise estrutural, pontuando que a própria natureza é ameaçada em favor da expansão capitalista.

A mesma dinâmica que aos longo dos anos tem transformado direitos sociais em mercadoria, faz os recursos naturais serem submetidos a rentabilidade privada. Levanta-se a seguinte questão: dentro dos marcos do modo de produção capitalista quais as reais perspectivas de melhorias para a classe trabalhadora? Quando todos os sinais convergem para um recrudescimento do que já está em curso: intensificação de processos expropriatórios, ampliação exploração/superexploração e aprofundamento da devastação social e ambiental. O capital segue sua lógica destrutiva de reprodução ampliada, incapaz de garantir a vida em sua plenitude, transformando a crise em modo permanente de existência.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. Introdução: a substância da crise. In: ANTUNES, Ricardo. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ernest Mandel: imprescindível. **Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 35, p. 37-64, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

Realização:



Apoio:



BRAVO, Maria Inês Souza *et al.* Avanço das contrarreformas na saúde na atualidade: o SUS totalmente submetido ao mercado. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (org.). **Crise do capital e fundo público**: implicações para o trabalho, os direitos sociais e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

CONDSEF/FENADSEF. **Nos últimos 30 anos, Brasil já teve seis reformas da Previdência**. 11 jun. 2025. Disponível em: <<https://www.condsef.org.br/noticias/nos-ultimos-30-anos-brasil-ja-teve-seis-reformas-previdencia?fbclid=IwAR3A4lk4DkeCi2dt3kQKi9T8IMwd9pwkblepr0wXXfxPfXxyZTJKjU9kG0Y>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos et al. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

MARX, Karl. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: Um Estudo Sobre as Tendências da Previdência e da Assistência. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTA, Ana Elizabete. Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

SALVADOR, Evilásio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. **Argumentum**, Vitória, v. 16, n. 1, p. 6-19, 2024.

SILVA, Giselle Souza da. Transferência de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. In: SALVADOR, Evilásio *et al* (org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

Realização:



Apoio:



## ENTRE O DIREITO E A MERCADORIA: financeirização, subfinanciamento e o desmonte do direito à saúde

Felícia Canella Guerra<sup>2</sup>

Karolyn Ferraz<sup>3</sup>

Lavínia Messias Alves<sup>4</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é destacar os sentidos da ofensiva neoliberal, e do processo de financeirização sobre a política social de saúde no Brasil. Desde a década de 1990, a agenda neoliberal promoveu a ampliação do setor privado na oferta de serviços de saúde. A financeirização, como desdobramento do neoliberalismo, intensificou esse processo ao transformar a saúde em campo de valorização do capital, especialmente por meio da expansão de planos de saúde e da atuação de grupos financeiros no setor. Para tanto, esse trabalho apresenta os avanços, limites e contradições do SUS, além de colocar em cena a questão do subfinanciamento.

**Palavras-Chave:** Sistema Único de Saúde (SUS); financeirização; subfinanciamento.

**Abstract:** The aim of this article is to highlight the meanings and implications of the neoliberal offensive and the process of financialization on social health policy in Brazil. Since the 1990s, the neoliberal agenda has promoted the expansion of the private sector in the provision of health services. Financialization, as an outgrowth of neoliberalism, has intensified this trend by turning health into a field of capital accumulation, particularly through the growth of private health insurance and the increasing involvement of financial groups in the sector. To this end, the article examines the advances, limitations, and contradictions of the Unified Health System (SUS), while also addressing the persistent issue of underfunding.

**Keywords:** Unified Health System (SUS); financialization; underfunding.

### Introdução

A contemporaneidade é marcada por um novo estágio da acumulação capitalista, no qual se intensificam as transformações nas formas de produção e organização do trabalho, com o objetivo de atender prioritariamente aos interesses do capital. Na esfera produtiva, a acumulação flexível se impõe como modelo dominante, impactando profundamente as relações de trabalho, os direitos sociais e, consequentemente, as políticas públicas. A lógica neoliberal, nesse contexto, ganha força como diretriz econômica e política, orientando a reconfiguração do papel do Estado e a gestão da proteção social. Com isso, agravam-se as expressões da “questão

---

<sup>2</sup>Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: feliciacanella@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: karolyn.ferraz@gmail.com.

<sup>4</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: lavmessias@gmail.com.

Realização:



Apoio:





social” e consolida-se uma forma de organização social fundada na precarização e na mercantilização da vida.

Entre os elementos centrais desse processo, destaca-se a financeirização, compreendida como uma etapa do capitalismo que subordina todas as esferas da vida inclusive as políticas sociais à lógica do capital fictício e do rentismo. Essa dinâmica incide diretamente sobre a formulação, o conteúdo e a materialização das políticas públicas, impondo modelos focalizados e seletivos em detrimento de políticas universalizantes. No Brasil, observa-se a consolidação de um sistema de proteção social orientado por diretrizes como privatização, contenção de gastos, descentralização e focalização, o que representa um grave esvaziamento dos direitos sociais, entre eles o direito à saúde.

É nesse cenário que se insere o presente artigo, cujo objetivo é problematizar os efeitos da financeirização sobre a política de saúde no Brasil, com ênfase no subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e na crescente mercantilização desse direito social. Parte-se da compreensão de que tais processos não são acidentais, mas expressam o avanço da lógica neoliberal e a conformação da saúde como mercadoria.

Para tanto, realiza-se uma análise de natureza teórica, com base em revisão bibliográfica, ancorada na crítica da economia política formulada por Karl Marx e em autoras e autores alinhados com a tradição marxista e a perspectiva crítica do Serviço Social, como, Tatiana Brettas, Maria Inês Bravo, entre outros.

A estrutura do artigo está organizada da seguinte forma: no primeiro tópico, apresenta-se um panorama da política de saúde no Brasil, com ênfase em seus avanços, limites e contradições históricas; em seguida, discute-se a agenda neoliberal e seus impactos sobre as políticas sociais, especialmente a política de saúde; no subtópico 2.1.1, aprofunda-se a discussão sobre a financeirização da saúde como expressão da lógica de mercado e sua articulação com o subfinanciamento do SUS; por fim, apresentam-se as considerações finais, destacando os desafios atuais para a defesa da saúde como direito social universal.

## **A política de saúde no Brasil: avanços, limites e contradições**

A Constituição Federal de 1988 representou um marco na luta por direitos sociais no Brasil ao instituir a saúde como um direito de todos e dever do Estado, por meio da criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Com base nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, o SUS foi concebido como expressão de uma reforma sanitária voltada à construção de um sistema público, estatal e democrático e no reconhecimento da saúde enquanto direito social inalienável.

Contudo, apesar dos avanços normativos e institucionais trazidos pela Constituição de 1988, a implementação efetiva de um sistema de saúde universal sofreu restrições significativas, marcadas por contradições estruturais. A própria Carta Magna, fruto de um processo constituinte atravessado por correlações de força desfavoráveis aos setores populares, incorporou ambiguidades que abriram margem para a privatização e a focalização das políticas sociais. Tais elementos expressam o caráter híbrido do projeto constitucional, que, embora avance na afirmação de direitos, também sustenta dispositivos que permitem o fortalecimento do setor privado, como o suporte legal aos planos de saúde.

Essa contradição se intensifica nos anos 1990, quando o Brasil adere mais intensamente às reformas de cunho neoliberal, alinhadas às políticas de ajuste estrutural ditadas por organismos multilaterais. A reestruturação do Estado, travestida de "modernização", impôs restrições fiscais, desresponsabilização estatal e fragmentação da seguridade social. Como destacam Noronha e Soares (2001),

Realização:



Apoio:



assistimos à transformação do projeto de proteção social em um modelo focalizado, seletivo e subordinado aos ditames do mercado.

No campo da saúde, essa inflexão implicou o avanço da privatização sob múltiplas formas: desde a terceirização da gestão de unidades públicas (como ocorre com a proliferação das Organizações Sociais), até o incentivo direto e indireto ao setor privado por meio de renúncias fiscais e subsídios. Ao mesmo tempo, o subfinanciamento crônico do SUS, agravado pela desvinculação de receitas e pela limitação imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal, produziu o sucateamento de serviços e o enfraquecimento da rede pública. Essa lógica favorece a migração de segmentos médios da população para os planos privados, aprofundando a segmentação do acesso e fragilizando o princípio da universalidade.

Tais transformações revelam que a política de saúde no Brasil é atravessada por uma tensão permanente entre o direito e a mercadoria. De um lado, o SUS permanece como conquista histórica da classe trabalhadora e base de resistência frente à mercantilização da saúde. De outro, o avanço da financeirização e do discurso da eficiência gerencial têm buscado submeter a política pública aos critérios do capital, subordinando o cuidado à lógica do lucro. Como aponta Bravo (2018), vivemos um processo de contrarreforma sanitária, no qual se nega o projeto emancipatório de saúde como direito, e se consolida a lógica neoliberal que promove a focalização, a privatização e a desresponsabilização do Estado.

Nesse cenário, os limites estruturais da política de saúde, como o subfinanciamento, a descontinuidade das ações, a precarização do trabalho e a fragilidade da regulação sobre o setor privado, são, em grande medida, expressão da ofensiva neoliberal sobre o Estado brasileiro. A construção de um sistema verdadeiramente universal e igualitário, conforme o projeto originário da Reforma Sanitária, permanece como um desafio político em aberto, cuja concretização exige enfrentamento à lógica do capital e defesa radical do direito à saúde.

## **A agenda neoliberal e a ofensiva contra os direitos sociais**

Do ponto de vista econômico, a década de 80 é considerada “a década perdida”. Entretanto, do ponto de vista social, grandes conquistas democráticas e lutas por direitos sociais, até a materialização do texto constitucional, são características desse momento. Apesar dos avanços e vitórias, a realidade nos mostra que a Constituição Federal de 1988 foi resultado de correlação de forças desfavoráveis; apresenta, assim, contradições, como: universalidade *versus* focalização, suporte legal ao setor privado, entre outras, o que evidencia o caráter híbrido da Constituição. Não se concretizou, no país, um modelo de fato universal. Essa forma de planejar, gerir e implementar a seguridade social – formato este compensatório, fragmentado, seletivo e setorizado – é característico da agenda neoliberal. Assim,

com o avanço das medidas neoliberais, implicitamente se esvazia o próprio conteúdo da cidadania, pois se retiram dela os aspectos da vida humana que por meio da luta política foram reconhecidos como preocupações coletivas, e que passam a ser a ser compreendidos como interesses meramente particulares a serem mercantilizados e explorados para gerar lucro (Hoshino Rizzo, 2020).

No que tange a política de saúde, tais características são marcantes. O ataque à saúde pública universal, que vem se intensificado, fragiliza, cada vez mais, o Sistema Único de Saúde (SUS). É preciso, segundo Mendes e Carnut (2020),

reconhecer a histórica fragilidade financeira do SUS, de forma mais ampla, por meio de insuficiência de recursos e do baixo volume de gastos com recursos

Realização:



Apoio:



públicos; de indefinição de fontes próprias para a saúde; de ausência de maior comprometimento do Estado brasileiro com alocação de recursos e com melhor distribuição de recursos no interior do Orçamento da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social); das elevadas transferências de recursos ao setor privado via recursos direcionados às modalidades privatizantes de gestão (OSs, Oscips, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e Fundações Estatais Públicas de Direito Público/Privado com contratos celetistas). Todas incentivadas pela implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal (em vigor há 19 anos) que limita o aumento do gasto com pessoal, favorecendo o incremento das despesas com serviços de terceiros (Mendes; Carnut, 2020, p. 24).

É nítido a interferência da agenda neoliberal na implementação dos princípios orientadores democráticos e dos direitos a eles correspondentes. O Estado optou pela fragmentação e seletividade da política de saúde, reforçando a ideia dos planos de saúde, por exemplo. Dessa forma, o subfinanciamento da saúde pública abre espaço para o discurso neoliberal do “Estado ineficiente” e a “urgência” de uma articulação público/privada. Segundo Netto (1996), o “Estado mínimo” é o “Estado máximo para o capital”. Essa articulação fragmenta a gestão do sistema, segrega usuários e precariza o modelo atual. O fato é que, mesmo se afirmando, sobretudo no texto constitucional, que saúde é um direito social e um dever do Estado, o mercado avança vorazmente. Sobre isso, Santana e Lima (2024) afirmam:

com o avanço da ofensiva neoliberal, criam-se programas e projetos cada vez mais excludentes, focalizados e seletivos, recolocando as políticas de acesso universal sob critérios da gestão empresarial de interesses econômicos e políticos do capital internacional e nacional, o qual resulta em um profuso processo de privatização da coisa pública e no trabalho de profissionais da saúde as pelejas (Santana; Lima, 2024, p. 07)

Assim, o subfinanciamento está intrinsecamente ligado ao sucateamento do SUS. Afinal, a expropriação de recursos que deveriam atender às políticas sociais de saúde atinge diretamente a gestão social, desmonta a integralidade e universalidade do sistema e favorece a venda de planos privados – lógica funcional ao Estado repressor capitalista.

#### A lógica do mercado na saúde: a financeirização

A financeirização tem se tornado ferramenta chave nesse processo. Segundo Brettas (2017), a financeirização – uma nova forma de dependência que aprofunda a superexploração, reorganiza as bases produtivas e amplia a transferência de valor para os países imperialistas – favorece a lógica de acumulação, haja vista que delimita como as políticas sociais serão ofertadas e, também, está ligada ao seus desmontes. Assim, as políticas sociais são orientadas pela perspectiva da mercadoria.

A financeirização é compreendida como uma das principais características do atual padrão de reprodução do capital no capitalismo neoliberal, sendo um processo pelo qual as finanças passam a ocupar um papel central não apenas na economia, mas em diversos aspectos da vida social. Isso inclui a crescente inserção da classe trabalhadora no sistema financeiro, por meio de mecanismos como crédito, previdência complementar e programas de transferência de renda que envolvem bancos e operações financeiras.

A financeirização é característica central do capitalismo contemporâneo, marcado pela reconfiguração do papel do Estado e pelo asseguramento do pleno crescimento do capital na sua forma fictícia, em detrimento das formas produtivas. Na área da saúde, o fenômeno é compreendido como determinante

Realização:



Apoio:



da redução de gastos, impondo limites à universalização da assistência pelo SUS. A crise do financiamento, a partir desse ambiente de dominância financeira, foi explicitada pela adoção de uma política macroeconômica restritiva, resultando em tentativas de diminuição dos gastos na saúde. Não é de estranhar, portanto, que esse esquema do financiamento vem dificultando a efetivação dos princípios do SUS, a universalidade (Mendes; Marques, 2009, p. 844-845).

O geógrafo britânico David Harvey, em sua obra *O Novo Imperialismo*, introduz o conceito de "acumulação por espoliação" para descrever os processos pelos quais o capital, diante de crises de valorização, busca novas fronteiras de expansão em esferas ainda não plenamente subsumidas à lógica mercantil. Nesse contexto, a Seguridade Social se apresenta como um campo atrativo à lógica do capital, especialmente por meio da privatização de serviços historicamente públicos, como a previdência, a saúde e a educação. A financeirização, enquanto traço característico do capitalismo contemporâneo, desempenha papel central nesse processo, ao possibilitar a inserção do capital privado em setores tradicionalmente vinculados ao Estado. Para tanto, torna-se necessário o encolhimento da presença estatal por meio da retração de serviços públicos e da transferência de recursos para o setor privado. Segundo Mendes e Marque (2009), a "financeirização torna-se parte do Estado e este um instrumento para sua difusão e valorização do capital financeiro, reduzindo os gastos na saúde". Nesse sentido,

a implementação do SUS [...] aponta para a criação de um sistema público de atenção à saúde sem restrição ao acesso, inédita no país. Ao mesmo tempo, a adesão a uma política econômica pautada na lógica do ajuste fiscal e na privatização das grandes empresas estatais pressionou a configuração das políticas sociais no sentido inverso e permitiu implementar um substantivo processo de precarização das condições de vida (Brettas, 2017, p. 66).

Assim, a base da reconfiguração das políticas sociais passa a se estruturar na formulação de programas e ações alinhados à nova lógica de reprodução do capital, marcada pela hegemonia das finanças, conforme analisa Brettas. A política social, em especial no campo da saúde, foi profundamente impactada por essa lógica. No caso brasileiro, o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) passou a ser diretamente afetado pela adoção de políticas macroeconômicas baseadas no ajuste fiscal, no superávit primário e no pagamento prioritário da dívida pública — elementos centrais do processo de financeirização do Estado. Isso se expressa na constante tensão entre, de um lado, o princípio da universalização do direito à saúde previsto na Constituição de 1988 e, de outro, o princípio da contenção de gastos, imposto por uma política econômica ortodoxa que subordina as necessidades sociais à lógica do mercado.

A financeirização da economia brasileira nos anos 1990 e 2000 consolidou um modelo no qual os recursos da Seguridade Social, originalmente vinculados a ações de saúde, previdência e assistência social, foram sistematicamente desviados para o pagamento de juros da dívida pública. Como apontam Mendes e Marques, mesmo com superávits orçamentários na Seguridade Social em diversos anos, o governo federal priorizou sua utilização para compor o superávit primário, enfraquecendo o financiamento do SUS. Um exemplo disso é a criação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que permitiu a utilização de 20% dos recursos originalmente destinados à saúde para outras finalidades fiscais.

Além disso, houveram tentativas recorrentes de mascarar os gastos com saúde, incluindo despesas que não se enquadram nas ações e serviços públicos de saúde, como aposentadorias de servidores e pagamento de juros, comprometendo a transparência e a efetividade do orçamento da área. A fragilidade do financiamento do SUS, somada à fragmentação das fontes e ao avanço do setor previdenciário sobre os

Realização:



Apoio:



demais recursos da Seguridade, demonstram como a financeirização impõe obstáculos estruturais à consolidação de um sistema de saúde verdadeiramente universal, integral e equitativo.

A Constituição Federal de 1988 estrutura o orçamento público brasileiro em três grandes esferas: o orçamento fiscal, composto majoritariamente por receitas provenientes de impostos — sendo o imposto de renda o principal deles — é destinado ao custeio das políticas setoriais do Estado, excetuando-se aquelas pertencentes à seguridade social; o orçamento das estatais, que abrange as empresas sob controle da União; e o orçamento da Seguridade Social, que contempla as áreas de saúde, previdência e assistência social. Segundo Conceição, Cislighi e Teixeira (2012), a Seguridade Social,

possui um orçamento próprio, composto, além das contribuições previdenciárias, por recursos orçamentários destinados exclusivamente a esse fim, num modelo que chamamos de vinculação de receitas. A Constituição prevê ainda que, de acordo com as necessidades, o orçamento da seguridade social pode ser complementado pelos recursos do orçamento fiscal. (Conceição; Cislighi; Teixeira, 2012, p.5)

Desse modo, a Seguridade Social não apenas conta com fontes de financiamento próprias, como também pode, em situações excepcionais, ser suplementada por recursos advindos da arrecadação tributária geral. No entanto, a partir da década de 1990, com a consolidação do ideário neoliberal, observa-se um processo de subfinanciamento da Seguridade Social, em que o fundo público passa a ser crescentemente apropriado em benefício do capital financeiro. Esse redirecionamento orçamentário expressa a financeirização das políticas sociais, na medida em que parte significativa dos recursos anteriormente destinados à garantia de direitos sociais passa a compor o pagamento da dívida pública e seus encargos.

As autoras citadas indicam, com base em dados da Auditoria Cidadã da Dívida (2010), que a maior parcela do orçamento federal está comprometida com o pagamento de juros e amortizações da dívida, enquanto apenas 3,91% foram alocadas para a política de saúde no ano de 2010. Esse desvio de recursos tem implicações diretas na capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) de cumprir seus princípios constitucionais, especialmente o da universalidade. A partir dessa lógica, observa-se a adoção de modelos de gestão que transferem recursos públicos ao setor privado por meio de contratos de gestão, nos quais o Estado financia serviços prestados por organizações privadas em troca de atendimento à população. Tal mecanismo representa uma forma concreta de financeirização, na qual o fundo público passa a ser intermediado pelo capital, que passa a gerir serviços públicos sob critérios de desempenho, metas e cotas.

Como consequência, em vez de investir na expansão, manutenção e qualificação do SUS — que atende a população de forma universal, inclusive em territórios desassistidos pelo mercado — o Estado opta por transferir recursos para entes privados, que operam com lógica seletiva e voltada ao lucro. Essa prática evidencia a profunda penetração da racionalidade neoliberal na gestão estatal, convertendo o direito à saúde em mercadoria e subordinando o planejamento e a execução das políticas públicas às exigências da acumulação financeira. Assim, a saúde pública passa a ser tratada como um nicho de mercado, e não como um direito fundamental garantido constitucionalmente.

Portanto, a correlação entre a financeirização e o desmonte ou esvaziamento da política pública de saúde é evidente. A lógica financeira hegemoniza as prioridades do Estado, rebaixa o papel da saúde como direito social, e a transforma em espaço de disputa orçamentária e controle fiscal. Nesse cenário, a efetivação do SUS encontra

Realização:



Apoio:





barreiras profundas, não apenas orçamentárias, mas estruturais e políticas, reforçando a subordinação da política social aos interesses do capital financeiro.

## Conclusão

Diante da análise apresentada, é nítido que o capital não lança mão da acumulação de riquezas, mesmo que em detrimento da seguridade social e da saúde da população. A lógica mercadológica, à medida que penetra e passa a reger o orçamento e o funcionamento da seguridade social, precariza, e mina, os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, além de restringir o acesso aos serviços de saúde.

A financeirização é um dos pilares fundamentais da reprodução do capital em sua fase fetichizada. Os gastos públicos passam a girar em torno do financiamento do próprio capital privado. A entrada desse capital, travestido de investimento, via privatizações de serviços sociais, reduz a possibilidade de consolidar uma política de saúde de fato universal, integral e de qualidade.

Por fim, reconhecemos e reiteramos que a defesa do SUS perpassa pela defesa do orçamento público. Apesar dos retrocessos vividos nas últimas décadas, o desmonte do SUS e o ataque direto a classe trabalhadora, é preciso fôlego e organização coletiva, a fim de lutar por uma composição do orçamento que garanta o pleno, em todos os seus sentidos, funcionamento do SUS, com vista a fechar as portas à financeirização. A solução passa pela superação do Estado capitalista, com o objetivo de construir uma saúde emancipatória.

## Referências

BRAVO, Maria Inês Souza. Contrarreforma do Estado e da política de saúde no Brasil: a negação do projeto da Reforma Sanitária. *In*: BRAVO, Maria Inês Souza; HESPANHOL, Rosana Aparecida do Monte (org.). **Política social: fundamentos e contrarreformas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2018. p. 217-240.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, Brasília, v. 17, n. 34, p. 53–76, 2017.

CONCEIÇÃO, Tainá Souza; CISLAGHI, Juliana Fiúza; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. O financiamento da saúde no Brasil: principais dilemas. **Temporalis**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 97-124, 2012

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOSHINO RIZZO, Augusto Jubei. Neoliberalismo e direitos sociais: um ataque à cidadania. **Carta Capital**, 14 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/lado/neoliberalismo-e-direitos-sociais-um-ataque-a-cidadania/>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. Capital, Estado, crise e a saúde pública brasileira: golpe e desfinanciamento. **Ser Social**, Brasília, v. 22, n. 46, p. 9–32, 2020. Disponível em: <[https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/25260](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25260)>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MENDES, Áquilas; MARQUES, Rosa. O financiamento do SUS sob os “ventos” da financeirização. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 841-850, 2009.

Realização:



Apoio:



Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000300019>>. Acesso em: 19 jun. 2025

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996.

NORONHA, José Carvalho de; SOARES, Laura Tavares. A política de saúde no Brasil nos anos 90. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 445-450, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232001000200017>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SANTANA, Maria Eduarda; LIMA, Rodrigo Felipe. Ofensiva neoliberal, a política de saúde e o/a assistente social no contexto pandêmico. **Cadernos GEPE**, Recife, v. 1, n. 3, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/cadernosgepe/article/view/262219>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

Realização:



Apoio:





## **CRISE DO CAPITAL, RETROCESSOS E DESMONTES DOS DIREITOS DAS MULHERES: contradições e resistências**

Paula Martins Sirelli<sup>5</sup>

Gabrielle Gomes Ferreira<sup>6</sup>

Ana Carolina Dielle Silva Reginaldo<sup>7</sup>

Isabela Cardoso Ramos<sup>8</sup>

Dâmays Paula da Silva Soares<sup>9</sup>

**Resumo:** A atual crise do capitalismo, o avanço do ultraliberalismo e do neoconservadorismo, impulsionam ataques sistemáticos aos direitos das mulheres, no Brasil e no mundo, apoiadas por governos de ultradireita, que põe em xeque a democracia e respostas públicas estatais às expressões da questão social, materializando-se em ataques e retrocessos, mas também em lutas e resistências. Partimos do materialismo histórico-dialético para entender os direitos das mulheres inscritos em uma totalidade social concreta, nas contradições de uma sociedade capitalista, racista e patriarcal. As reflexões aqui apresentadas são fruto do Projeto de Pesquisa “Ministério das mulheres e o governo Lula”.

**Palavras-chaves:** crise do capital, neoconservadorismo, direitos das mulheres, luta e resistência.

**Abstract:** The current crisis of capitalism, the rise of ultraliberalism and neoconservatism, is fueling systematic attacks on women's rights in Brazil and around the world, supported by far-right governments. This attacks and challenges state responses to social issues, resulting in attacks and setbacks, but also in struggles and resistance. We begin with dialectical historical materialism to understand women's rights embedded in a concrete social totality, within the contradictions of a capitalist, racist, and patriarchal society. The reflections presented here are the result of the research project "Ministry of Women and the Lula Administration."

**Keywords:** crisis of capital, neoconservatism, women's rights, struggle, and resistance.

### **Introdução**

Em 2023, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, foi criado o Ministério das Mulheres (MMulheres), que significou um ganho para as lutas feministas

<sup>5</sup> Assistente social. Professora do curso de graduação em Serviço Social e do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal Fluminense, ambos do Campus Rio das Ostras (UFF/CURO) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (UFF/Niterói). Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: paulasirelli@id.uff.br

<sup>6</sup> Assistente social. Professora do curso de graduação em Serviço Social e do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal Fluminense, ambos do Campus Rio das Ostras (UFF/CURO). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: gabferreira@id.uff.br

<sup>7</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense Campus Rio das Ostras (UFF/CURO). Bolsista PROEX E-mail: anadielle@id.uff.br

<sup>8</sup> Assistente Social graduada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Residente Jurídica- assistente social do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro-TJRJ). E-mail: isabelacardosor17@gmail.com

<sup>9</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense Campus Rio das Ostras (UFF/CURO). Bolsista de Iniciação Científica pela FAPERJ). E-mail: damaryspaula@id.uff.br

Realização:



Apoio:



e das mulheres. Este fato foi precedido por um momento de retrocesso no que tange aos direitos das mulheres no país. Movimentos de avanços e retrocessos na conquista de direitos não são uma novidade no capitalismo, que se sustenta em suas contradições. Os retrocessos vivenciados pelas brasileiras no governo Bolsonaro não são restritos ao Brasil. É isso que percebemos ao olhar para a realidade mundial e regional.

Entender essas contradições é uma preocupação da pesquisa “Ministério das mulheres e o governo Lula (2023 – 2026): (re)construção da agenda de igualdade de gênero no Brasil?” e do Projeto de extensão “DISCA - Diálogos sobre cuidado e autoproteção: combatendo a violência contra mulheres junto a adolescentes e jovens de Rio das Ostras e região”. Nossa análise parte da compreensão do MMulheres como parte de uma totalidade, sendo o capitalismo o terreno em que as relações se desenvolvem, com particularidades em um país de formação colonial, escravocrata, violenta, patriarcal e machista. Nossa compreensão é de que a crise é o motor deste sistema, logo, analisar a conjuntura pressupõe compreender as respostas e tentativas de superação desta. Respostas que vem engendradas de preconceito, moralismo, (neo)conservadorismo e perseguição aos direitos conquistados pelas mulheres ao redor do globo.

Vivenciar uma sucessão de crises internacionais (ascensão de governos neofascistas, uberização do trabalho, crise climática, pandemia do covid-19, guerra da Ucrânia) em um espaço muito curto de tempo tem consequências ainda imensuráveis para países de economia dependente, como o Brasil. Tonelo (2019) traça as transformações no capitalismo internacional a partir de 2008 que levaram a metamorfoses no próprio capital, provocando acontecimentos que chacoalharam a dinâmica capitalista no período, como a reestruturação do mundo do trabalho e os recorrentes conflitos sociais, da Primavera Árabe ao Black Lives Matter. Estas alterações não ocorrem de forma uniforme para todos os países e nem para a classe trabalhadora homogeneamente. Silveira (2004, p. 69) já vem assinalando isso desde 2004, quando afirma que “os processos hegemônicos em nível mundial têm gerado uma globalização excludente que vem aprofundando as desigualdades sociais, potencializando e se alimentando das desigualdades entre mulheres e homens e entre raças e etnias”.

Nosso esforço aqui é trazer uma análise feminista, classista, antirracista e antipatriarcal para uma leitura da realidade. Para analisar a conjuntura é imprescindível levar em conta o peso que o machismo e o racismo tem sobre a sociedade brasileira e sobre a própria organização do Estado. Desde sua criação, o capitalismo se coloca como um modo de produção hegemônico, mas isso não significa dizer que a disputa por esse campo de poder é homogênea. Ao longo da história existiram diversos movimentos de antagonismo e oposição às ordens de poder vigentes, o capitalismo não seria a exceção à regra.

Autores como González (2010) nos apontam como a Revolução Russa e a Comuna de Paris, grandes momentos de antagonismo ao sistema capitalista, já apresentavam avanços nos direitos das mulheres e também tinham as mulheres num espaço de protagonistas dessas lutas. Algumas das pautas colocadas já apontavam a igualdade entre os sexos, o fim da submissão da mulher e dos filhos ao marido e a educação igualitária entre meninos e meninas. Até mesmo a disseminação do Estado de Bem-Estar Social, que entendemos não cumprir uma função de oposição ao sistema capitalista, mas sim de fortalecimento das capacidades de reprodução social a fim de mitigar as crises de superprodução – ao criar um momento de antagonismo ao modelo liberal não intervencionista, também marca um momento de ampliação pelos mais diversos direitos civis e sociais, incluindo os das mulheres.

O acirramento das desigualdades entre homens e mulheres têm assimetrias no interior da classe trabalhadora (como é notória com a população negra no Brasil, ou com

Realização:



Apoio:



as imigrantes nos países de capitalismo avançado, por exemplo). A afirmação de Simone de Beauvoir é sempre atual: “Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”.

Assim, nosso objetivo aqui é refletir sobre como a crise estrutural do capitalismo, o avanço do ultraliberalismo e do neoconservadorismo vem impulsionando os ataques sistemáticos aos direitos das mulheres.

Compreendemos por ultraneoliberalismo um ajuste fiscal permanente que usa o fundo público para valorizar o capital portador de juros. Se baseia em um novo regime fiscal, retirando o fundo público sob orientação de instituições financeiras nacionais e internacionais, com captura de uma mais valia produzida socialmente, para aplicação nas finanças (Behring; Souza, 2020). Os ajustes ultraneoliberais atingem a política social em seu financiamento e concepção, como por exemplo, o golpe de 2016. Foi através desse fato que as condições se apresentaram favoráveis para a ascensão da extrema-direita, conduzindo ao ultraneoliberalismo – somado ao neofascismo – o cenário propício para a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016: teto de gastos com a Reforma da Previdência (Behring; Souza, 2020), que impacta diretamente na vida da classe trabalhadora e de forma particular na via das mulheres trabalhadoras.

Para nossa análise, partimos do materialismo histórico-dialético para entender estes direitos inscritos em uma totalidade social concreta, nas contradições de uma sociedade capitalista, racista e patriarcal. A escolha por este método é por entender que é importante entender as relações sociais, econômicas e políticas que permeiam os retrocessos aos direitos das mulheres. As causas não são aparentes, e é o método materialista empregado por Marx que nos dá possibilidade de enxergarmos para além da aparência dos fenômenos, compreendendo os vínculos internos que estas ofensivas conservadoras têm com a manutenção do capitalismo. Para tal, procedemos à análise documental de notícias, reportagens, dados estatísticos e artigos que tratam dos ataques aos direitos das mulheres nos últimos 10 anos. A ênfase é no Brasil, mas trazemos também acontecimentos mundiais para ilustrar nossa argumentação.

## **Crise do capital e os retrocessos aos direitos das mulheres**

É necessário analisar a dinâmica da acumulação capitalista mundial em uma conjuntura de efeitos depressivos sistemáticos, com crises econômicas cada vez mais intensas e menos espaçadas (Chesnais, 1996). O mundo vivencia processos inéditos de internacionalização econômica e política, que trazem modificações significativas nas relações entre o capital e o trabalho, engendrando formas de exploração da força de trabalho e de organização política destes sujeitos, bastante diferentes daquelas vividas entre 1950 e 1975. Estas novas correlações de força vão rebater diretamente na forma como a ampliação das demandas por direitos postas por mulheres, pessoas negras e comunidade LGBTQIAPN+ são percebidas, respondidas e, até mesmo, combatidas.

No processo de centralização financeira e de concentração industrial do capital, ocorre uma interpenetração entre os capitais de vários países, com consequências diferenciadas sobre os mesmos. O capital, em seu processo de desenvolvimento sócio-histórico, “cria um mundo à sua imagem” (Marx, 1998), sustentando um estilo de acumulação predatório e destrutivo: “o uso da terra, bem como de todos os recursos naturais, renováveis ou não, foi submetido ainda mais estreitamente às leis do mercado e do lucro capitalista” (Chesnais, 1996, p. 42).

Com a mundialização do capital e as formas mais agressivas de imperialismo, hegemonia do capital financeiro, concentração de capital e oligopólios, não existe ângulo econômico que sobreviva sem se ater à dinâmica desigual e combinada da economia mundial. A chamada divisão internacional do trabalho busca, portanto, dar conta desse processo internacional da produção e da reprodução do capital na atualidade (Tonelo, 2019, p. 128).

Realização:



Apoio:



Uma dessas formas mais explícitas dessa mundialização é a forma com que as mulheres e os corpos femininos vão servir de amortecedores nos períodos de crise do capitalismo. À medida que a crise capitalista gera uma reestruturação da reprodução e uma precarização da vida, a exploração sob a mulher torna-se ainda maior – o trabalho doméstico e de cuidados se intensificam, as responsabilidades da proteção social migram para tutela da mulher, estrutura de hierarquia de merecimentos também se intensifica, entre outros (Gago, 2020).

Essa reestruturação em um contexto de políticas neoliberais e suas reproduções está diretamente vinculada ao aumento da extrema-direita com seu viés neoconservador, tradicionalista que reproduz diversas desigualdades e que perpassa diversos indicadores, como o fortalecimento de estereótipos de gênero, limitando o papel da mulher na sociedade, ao mesmo tempo que inviabiliza as mulheres e a comunidade LGBTQIAPN+ que também está inserida na pauta de gênero, o que aumenta ainda mais os desafios de se avançar em políticas públicas emancipatórias (Collins, 2017). O desmonte das políticas públicas para as mulheres dos últimos anos aumentou a defesa, principalmente, de que a família é a primeira instância de proteção social, com a menor intervenção possível do Estado, aumento do solidarismo, voluntarismo, isso remete diretamente na vida das mulheres, que é onde recai o cuidado. A desresponsabilização do Estado na proteção social aumenta a desvalorização e feminização do trabalho reprodutivo, do patriarcado, da misoginia, categorizações que intensificam ainda mais a exploração e a violência contra mulheres (Ramos, 2023).

O avanço da extrema-direita no mundo trouxe como consequência o retrocesso não apenas nos direitos das mulheres, estes conquistados com lutas persistentes, mas também, na qualidade de vida delas, nas possibilidades de existência de seus corpos e suas decisões. Os dados da ONU Mulheres nos auxiliam na melhor compreensão desse cenário: aproximadamente um quarto dos governos dos países signatários da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim relataram retrocessos nos direitos das mulheres (Sinimbú, 2025). Essa pesquisa nos mostra que, na mesma medida em que houve avanços na garantia de direitos para as mulheres, visto no aumento da presença em cargos parlamentares, no acesso à internet, e diminuição de casamentos com meninas, retrocessos e/ou estagnações ainda se viram presentes no passar desses 30 anos de Declaração.

Desde 2022, entre os conflitos relatados, os casos de violência sexual aumentaram 50%. Mulheres e meninas representaram 95% das vítimas desses crimes. As desigualdades de gênero no trabalho estagnaram por décadas. Entre as pessoas de 25 a 54 anos em todo o mundo, 63% das mulheres constituem força de trabalho enquanto entre os homens esse percentual é de 92%. As mulheres ainda recebem 2,5 vezes menos que os homens. Apesar de ter diminuído em um terço, no período entre 2000 a 2015, a taxa de mortalidade materna permaneceu quase inalterada desde então. Entre 2021 e 2022, 42% dos recursos de assistência oficial bilateral investidos em desenvolvimento tinham como objetivos políticas de promoção da igualdade de gênero. Isso caiu na comparação com o período entre 2019 e 2020, quando esse percentual era de 45%. De fato, apenas 4% da ajuda foi destinada a programas que tinham a igualdade de gênero como objetivo principal (Sinimbú, 2025, n/p).

Esses são alguns dados e recortes graves e de extrema importância para pensarmos a atual conjuntura que se encontra os direitos das mulheres, que estão ainda mais ameaçados com a ascensão da extrema-direita. Esse cenário rebate nas especificidades de cada país. Nos Estados Unidos, por exemplo, mulheres presenciaram o direito ao aborto – conquistado nos anos 1970 – ser progressivamente proibido em 2022.

Realização:



Apoio:



Em 24 de junho de 2022, a Suprema Corte dos EUA derrubou a proteção constitucional do direito ao aborto, apoiada por uma decisão histórica de 1973 conhecida como Roe contra Wade. Depois de proteger esse direito por quase 50 anos, o tribunal superior emitiu sua decisão no caso Dobbs contra a organização de saúde da mulher Jackson, delegando a tribunais e autoridades estaduais o poder de restringir ou proteger o acesso à interrupção da gravidez, numa decisão que afeta aproximadamente 36 milhões de mulheres em idade reprodutiva nos EUA (Colmenares, 2023, n/p).

Como resultado, dos 50 estados estadunidenses, 20 permanecem com o aborto legal, 14 proibiram completamente o aborto, 12 possuem restrições e limitações no acesso aos serviços de aborto e 5 aplicam restrições leves (Colmenares, 2023). Após a reeleição de Donald Trump em 2024, figura cara à atual extrema-direita, a Suprema Corte do país aprovou uma decisão que retira o financiamento federal para a organização *Planned Parenthood*, que oferece serviços voltados ao aborto e saúde reprodutiva (Chung, 2025).

Além do ataque às mulheres, a população LGBTQIAPN+ – mais especificamente, a juventude trans – também se viu afetada negativamente com projetos de leis focados na restrição de direitos em áreas como saúde, educação e esportes.

Um exemplo da mais recente corrente conservacionista é a polêmica lei apelidada de "Don't say gay" ("Não diga gay", na tradução do inglês), da Flórida. Sancionada no fim de março pelo governador republicano Ron DeSantis, a lei já tem variantes em outros estados americanos, que avançaram com propostas sob a prerrogativa de conceder aos pais mais "liberdade" para controlar a educação que os filhos recebem das escolas. Oficialmente chamada de "Lei dos Direitos Parentais na Educação", a medida proíbe o ensino nas escolas públicas sobre orientação sexual e identidade de gênero, desde o jardim de infância até a terceira série do ensino fundamental, vetando também a discussão de tais temas "de forma que não seja apropriada para estudantes" (Scatolini, 2022)

Entre os países latinos, a Argentina, assim como os Estados Unidos, viu o direito ao aborto ser ameaçado após eleição do governo de extrema-direita de Javier Milei. A estratégia do governo Milei foi sabotar o estoque de medicamentos e insumos necessários para a realização do aborto, impossibilitando clínicas de realizarem o procedimento e negando o acesso à aqueles que necessitam. Nas palavras de Silvina Ramos, pesquisadora titular do Projeto Mirar (responsável pelo monitoramento do cumprimento da Lei do Aborto Legal), "e se não temos insumos, não temos política [pública]. Sem insumos para o aborto, não temos como fazer os abortos" (Monte, 2024). Importante mencionar o avanço na saúde pública argentina após a aprovação da lei.

No continente asiático, a potência capitalista sul-coreana também apresenta grandes disparidades entre gêneros. Em relação ao salário, as mulheres "recebem, em média, um terço a menos do que homens" (Mackenzie, 2022). O rápido crescimento econômico não colocou em pauta os direitos das mulheres, deixando-as marginalizadas desse processo. A expectativa era de que elas assumissem "a maior parte do trabalho doméstico e dos cuidados com as crianças" (Mackenzie, 2022), enquanto homens dominassem posições de destaque. Foram excluídas também da política e de espaços de decisão: em 2022, as mulheres sul-coreanas ocupavam 5,8% de cargos executivos em empresas de capital aberto no país. "A isso se soma uma cultura generalizada de assédio sexual. E a expansão da indústria de tecnologia contribuiu para uma explosão de crimes sexuais digitais, em que mulheres são filmadas por minúsculas câmeras escondidas enquanto usam o banheiro ou se despem em vestiários" (Mackenzie, 2022). E a posição do então presidente Yoon Suk-Yeol – mais um representante da direita – foi de negar a existência de tal relação de poder, dizendo que o sexismo estrutural era "coisa do passado". Além disso,

Realização:



Apoio:





Ao assumir o cargo, o presidente Yoon descartou as cotas de gênero do governo, declarando que as pessoas seriam contratadas por mérito, não por sexo. Nomeou apenas três mulheres para seu gabinete de 19 membros. E agora está tentando abolir o Ministério da Igualdade de Gênero do governo, que apoia mulheres e vítimas de agressão sexual, alegando que está obsoleto (Mackenzie, 2022, n/p).

No que se trata da expansão da violência cibernética, a propagação de pornografia *deepfake*, uma das manifestações desse tipo de violência, se materializou com a criação de materiais pornográficos, gerados com ferramentas de inteligência artificial. O compartilhamento era feito por meio de salas de bate-papo online, e as mesmas salas protegiam a identidade dos perpetradores desse tipo de conteúdo. As vítimas iam de estudantes universitárias até estudantes do ensino fundamental, “mais de 500 escolas e universidades haviam sido identificadas como alvos. O número real de pessoas afetadas ainda não foi estabelecido, mas acredita-se que muitas tenham menos de 16 anos, que é a idade de consentimento na Coreia do Sul” (Mackenzie, 2022, n/p).

Podemos observar que, independentemente da região, a direita/extrema-direita é uma ameaça constante na vida de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. São em momentos de sua ascensão que direitos são cerceados e gradualmente criminalizados. Os países que citamos aqui são apenas recortes de um cenário que assola mulheres de todo o mundo, principalmente, em momentos de crises do capital.

## Os impactos da crise no Brasil

Esse retrocesso sistemático dos direitos das mulheres que têm ocorrido ao redor do mundo também é visível no Brasil em diversos momentos. Talvez um dos ataques mais marcantes tenha sido a recente tentativa de novamente, agora em 2024, sancionar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 164/2012, que ficou mais conhecida como PEC do Estupro. O objetivo com essa PEC era garantir que a inviolabilidade do direito à vida, direito garantido pela constituição à todos os Brasileiros e estrangeiros, também se aplicassem aos fetos – isto partindo da noção de que a vida surgiria na concepção e não no nascimento – e partir disso propor a proibição do aborto (Haje, 2024). Está proposta por si só já demonstra uma real falta de interesse na proteção à vida das mulheres. Além disso, mais cedo nesse mesmo ano uma proposta já circulava pela Câmara: O Projeto de Lei 1904/24, que tinha como objetivo equiparar a interrupção da gravidez acima das 22 semanas ao homicídio, desta forma mulheres que fizessem o aborto após essa dada quantidade de tempo seriam enquadradas, não com a detenção de um a três anos – punição usual para mulheres que abortam fora dos 3 casos permitidos em lei –, mas sim no crime de homicídio. “Caso o projeto seja aprovado pelos parlamentares, o aborto realizado após 22 semanas de gestação será punido com reclusão de seis a 20 anos em todos esses casos e também no caso de gravidez resultante de estupro. A pena é a mesma prevista para o homicídio simples” (Haje, 2024a).

Nessa mesma época alguns casos onde existiu a violação de direitos referentes ao aborto legal foram trazidos à tona novamente, como o caso da menina de 10 anos que teve seu processo de interrupção da gravidez negado pelos profissionais que trabalhavam no hospital em 2020. Mesmo após receber o aval legal do juiz para realizar o procedimento, a menina teve que viajar escondida até outro estado para ter seu direito concedido, e mesmo assim ao ter seus dados vazados, fundamentalistas religiosos invadiram a casa da família e posteriormente se juntaram em frente ao hospital para impedir que o procedimento fosse feito (G1 ES, 2024).

Realização:



Apoio:





Em um ofício em que justificava as razões da recusa os médicos afirmaram que a idade gestacional não estava amparada pela legislação vigente que permite o aborto no país. [...] Na época, o juiz afirmou que a norma assegurava que "até mesmo gestações mais avançadas podem ser interrompidas, do ponto de vista jurídico, aduzindo o texto que é legítimo e legal o aborto acima de 20-22 semanas nos casos de gravidez decorrente de estupro, risco de vida à mulher e anencefalia fetal" (G1 ES, 2024).

Ao que parece, no Brasil, casos como esse vêm se tornando cada vez mais a regra e não a exceção, já que em 2022 uma situação parecida se repetiu com uma menina de 11 anos em Santa Catarina. Neste caso, de maneira ainda mais revoltante, além da criança e da família não receberem suporte no hospital, ao procurar a justiça para receber o aval para a realização do aborto, a Juíza responsável pelo caso destituiu a família da guarda da menina e a manda para um abrigo – onde fica por mais 1 mês – como medida para evitar que fizesse o aborto legal (REDAÇÃO, 2022).

Além de ter o seu procedimento impedido, a menina ainda teria sido coagida pela Juíza a levar a gravidez para frente com o objetivo de assegurar a segurança do feto – desconsiderando aqui o risco que cada dia dessa gravidez oferecia para vida da menina.

"Você suportaria ficar mais um pouquinho?", questiona a juíza. A promotora Alberton (...) diz: "A gente mantinha mais uma ou duas semanas apenas a tua barriga, porque, para ele ter a chance de sobreviver mais, ele precisa tomar os medicamentos para o pulmão se formar completamente". Ela continua: "Em vez de deixar ele morrer – porque já é um bebê, já é uma criança –, em vez de a gente tirar da tua barriga e ver ele morrendo e agonizando (...) Ele vai nascer chorando (Guimarães; Lara; Bruna, 2022, n/p).

O que observamos através dessas notícias é que nos últimos anos, o Brasil tem sido palco para um debate acirrado acerca da redução dos direitos sexuais e reprodutivos e ainda que, uma grande parte da razão para o crescimento desses ataques sejam decorrentes da força que os movimentos conservadores e religiosos ganharam nos últimos anos. É preciso entender que a necessidade do Estado de controlar o corpo das mulheres não é nova. Silvia Federici (2017) traz em seu livro, como até certo ponto durante a idade média – ainda que não fosse visto exatamente com bons olhos – a Igreja não reprimia totalmente o aborto e métodos contraceptivos por entender que haveria casos em que faria sentido que a mulher exercesse controle sob sua fertilidade. O exato momento em que isso muda é justamente no surgimento de uma crise.

Existe uma clara relação entre as crises do capital e a redução dos direitos das mulheres, onde o Estado apresenta um interesse em usar o corpo das mulheres como amortecedores de crises. O controle da reprodução e da sexualidade é ferramenta muito poderosa na mão do Estado, ainda mais numa sociedade capitalista, uma vez que a partir dele, se é possível reforçar o papel da mulher dentro de casa como cuidadora e responsável pela criação e manutenção de mais força de trabalho para o sistema.

## Conclusão

As relações sociais capitalistas se sustentam por relações heteropatriarcais, falocêntricas e racistas, que se materializam não só na exploração das mulheres, mas na frequente inferiorização e exposição a violências. Este processo agudiza-se, uma vez que na maioria das sociedades ocidentais contemporâneas, existe ainda forte resistência ao reconhecimento aos direitos das mulheres, sem que esteja vinculada à possibilidade do casamento e da reprodução, no âmbito da formação socio familiar nuclear, burguesa e heterossexual.

A base das relações econômicas e sociais no Brasil está sedimentada no processo de desumanização estrutural que advém da acumulação primitiva do capital,

Realização:



Apoio:



que neste país se desenvolve a partir da colonização e da escravização dos povos originários e os negros sequestrados de África, o que forja uma hierarquização dos povos. Similar é diferenciação entre homens, mulheres e os corpos dissidentes, na perspectiva de um determinado padrão de indivíduo social – homem branco, cristão, ocidental, heterossexual e cisgênero– observamos que as mulheres são alvo da opressão que lhes é dirigida historicamente, influenciando maneira como está é percebida na dinâmica da vida social. Essas relações de dominação-exploração social, racial e sexual permitem que as relações se organizem a partir de um padrão dual hierarquizante entre o primitivo e o civilizado, moderno e arcaico, moral e imoral, humano e não humano. A organização dessa estrutura não aconteceu sem resistência dos movimentos sociais de mulheres, feministas, LGBTQIAPN+, de negros, quilombolas, indígenas, sem-terra e sem teto, entre outros, que foram e são fundamentais para alcançarmos alguns avanços mesmo dentro dos limites normativos desta ordem.

Os feminismos pressupõem um debate amplo, plural e diverso forjado nacional e internacionalmente, em distintas perspectivas teóricas, analíticas e políticas. Existem disputas no campo das concepções feministas, mas ainda assim, podemos traçar um fio condutor que é a articulação de “lutas e resistências dos sujeitos, em nossa diversidade, que vivenciam processos de exploração, dominação e opressão:

O posicionamento de situarmos os feminismos, no plural, engloba o reconhecimento e articulação com as mulheres negras, lésbicas, com as mulheres trans, com o enfrentamento a heteronormatividade que nega nosso modo de ser e com a defesa do pluralismo nas elaborações teóricas que buscam compreender, de maneira crítica e articulada, como o patriarcado, o racismo e o capitalismo se expressam na singularidade da vivência dos distintos sujeitos que constituem o nós seres humanos plurais. (EURICO *et al*, 2021, p. 304).

Para ilustrar a contradição, a resistência e as insurgências presentes no movimento do real, selecionamos alguns movimentos de luta e organização das mulheres, como por exemplo a Campanha Nacional Pelo Direito ao Aborto, a “Marea verde”, que teve início na Argentina em 2015, e espalhou-se para Chile e Mexico; o Me Too” (ou “#MeToo”) que surge nos EUA em 2006 para denunciar e combater o assédio e agressão sexual, especialmente no local de trabalho; o #balancetonporc na França; a Marcha das Margaridas, que é a maior mobilização de mulheres trabalhadoras rurais da América Latina; o “Ni una a menos”, que surge em 2015 na Argentina, de combate ao feminicídio, mas tornou-se um movimento em toda a América Latina; a Marcha Mundial das Mulheres desde 2000; o #elenao no Brasil em 2018; o Gulabi Gang que surge na Índia em 2006, de combate a violência doméstica, o casamento infantil e a corrupção; o Mulher, vida e liberdade, que surgiu no Irã em 2022 com a morte de Masha Amini, vítima de violência policial, após ter se recusado a usar o véu; a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) que desde 2019 promovem a Marcha Mundial das Mulheres indígenas no Brasil; as Mujeres Indígenas en Defensa de la Vida no México, que lutam pelo fim da violência de gênero, respeito aos territórios e participação política; a Rede INTERMUNDI - rede de mulheres negras e afro-amazônicas, que buscam fortalecer a luta contra o racismo e o sexismo; e a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), criado em 2002.

Muitas foram e são as lutas protagonizadas pelos movimentos feministas como no campo da saúde, inaugurando as disputas pelo controle dos nossos corpos, seja em defesa dos direitos reprodutivos, métodos contraceptivos, pela descriminalização do aborto e condições dignas para sua realização, a defesa e o respeito pelos corpos efeminados como das pessoas trans e a contenção medicamentosa na esfera entre mulher, loucura e privação de liberdade. Planos e programas de assistência à saúde da

Realização:



Apoio:



mulher e da população LGBTQIAPN+ foram construídos, assim como avanços acerca da legislação sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Registrar a luta política organizada dos movimentos feministas, de mulheres, LGBTQIAPN+, negras, população indígena e quilombola, entre outros, é fundamental. A articulação da profissão como os movimentos sociais e a luta de classes na sociedade, principalmente se aventarmos que as mudanças no cenário econômico-político-social, desafiam a profissão a se reorganizar frente aos desafios cotidianos, que necessitam de respostas cada vez mais urgentes, qualificadas e de crítica radical ao capitalismo, racismo e patriarcado.

## Referências

BEHRING, Elaine; SOUZA, Gisele de. Ultraneoliberalismo e fundo público: análise do orçamento das políticas sociais e do ajuste fiscal em tempos de pandemia. In: SOUZA, Adrianycce et al. (org.). **Trabalho e os limites do capitalismo**: novas facetas do neoliberalismo. Uberlândia: Navegando, 2020.

CHUNG, Andrew. Suprema Corte dos EUA apoia retirada de financiamento de serviço de aborto. **Folha de São Paulo**, 26 jun. 2025. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2025/06/suprema-corte-dos-eua-apoia-esforco-por-retirada-de-financiamento-de-servico-de-aborto.shtml>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5 n. 1, p. 6-17, jan/jun, 2017. Disponível em <<https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/506>>. Acesso em: 28 jul. 2025.

COLMENARES, Valentina Oropeza; COSTA, Camilla. Aborto nos EUA. **BBC News Brasil**, 2 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-66038021>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

EURICO, Marcia Campos et al. Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 42, p. 293–303, 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017

G1 ES. Relembre o caso da criança de 10 anos que fez aborto legal após estupro no ES. **G1**, 25 jun. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/2024/06/25/relembre-o-caso-da-crianca-de-10-anos-que-fez-aborto-legal-apos-estupro-no-es.ghtml>>. Acesso em: 29 de jul. 2025

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

CHESNAIS, François. **A mundialização da Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Alvarez. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres** (Trad: Alessandra Ceregatti et al.). São Paulo: Expressão Popular; SOF – Sempreviva Organização Feminina, 2010.

GUIMARÃES, Paula; LARA, Bruna de; DIAS; Tatiana. ‘Suportaria ficar mais um pouquinho?’ **The Intercept Brasil**, 20 de jun. 2022. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2022/06/20/video-juiza-sc-menina-11-anos-estupro-aborto/>>. Acesso em: 29 de jul. 2025

Realização:



Apoio:



HAJE, Lara. PEC que garante direito à vida para fetos volta à pauta da Comissão de Constituição e Justiça. **Agência Câmara de Notícias**, 12 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/1110553-PEC-QUE-GARANTE-DIREITO-A-VIDA-PARA-FETOS-VOLTA-A-PAUTA-DA-COMISSAO-DE-CONSTITUICAO-E-JUSTICA>>. Acesso em: 29 de jul. 2025

HAJE, Lara. Projeto de lei prevê pena de homicídio simples para aborto após 22 semanas de gestação. **Agência Câmara de Notícias**, 11 jun. 2024a. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/1071458-projeto-de-lei-preve-penas-de-homicidio-simples-para-aborto-apos-22-semanas-de-gestacao>>. Acesso em: 29 de jul. 2025

MACKENZIE, Jean. “Meu chefe me mandou lavar toalhas dos meus colegas homens”: o machismo na Coreia do Sul. **BBC News Brasil**, 25 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63994873>>. Acesso em: 28 jul. 2025.

MARX, Karl. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MONTE, Karolina. Pleno funcionamento do direito ao aborto está ameaçado na Argentina de Milei. **Brasil de Fato**, 28 set. 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/09/28/pleno-funcionamento-do-direito-ao-aborto-esta-ameacado-na-argentina-de-milei>>. Acesso em: 28 jul. 2025.

RAMOS, Isabela Cardoso. **O projeto de reordenamento teórico-político das políticas públicas para mulheres no (des)governo Bolsonaro: uma análise sobre a perspectiva de família adotada pelo MMFDH**. Niterói, 2023. TCC (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense - Instituto de Humanidades e Saúde, Rio das Ostras, 2023.

REDAÇÃO. Juíza de SC induz menina de 11 anos grávida após estupro a desistir de aborto; veja repercussão. **Brasil de Fato**, 20 de jun. 2022. Disponível: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/20/juiza-de-sc-induz-menina-de-11-anos-gravida-apos-estupro-a-desistir-de-aborto-veja-repercussao/>>. Acesso em: 29 de jul. 2025

SCATOLINI, Amanda. Jovens transgêneros têm direitos cerceados por leis nos EUA. **O Globo**, 28 abr. 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/jovens-transgeneros-tem-direitos-cerceados-por-leis-nos-eua-25489206>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas de gênero. In: GODINHO, Tatau e SILVEIRA, Maria Lúcia da. (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo, 2004. p. 65 -75

SINIMBÚ, Fabíola. Pequim+30. **Agência Brasil**, 6 mar. 2025. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-03/pequim30-paises-apontam-retrocessos-nos-direitos-das-mulheres>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

TONELO, Iuri. **A crise do capital e seus efeitos a nova dinâmica internacional do capitalismo pós-2008**. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

Realização:



Apoio:



## **TIC'S COMO FERRAMENTAS DE EXCLUSÃO: a relação entre racismo, capitalismo e crise democrática**

Maria Isabel Soares Barros<sup>10</sup>

**Resumo:** Esse artigo trata-se de uma reflexão teórica acerca das TIC'S (tecnologias da informação e comunicação) para além da sua aparência, busca analisar as suas novas configurações diante da crise do capital e consequentemente democrática. Os processos de automatização seguidos da lógica capitalista, torna as redes um ambiente manipulado e racializado, sendo um produto das relações sociais capitalistas no Brasil. Este ensaio utilizará como método o materialismo histórico-dialético, amparado na sua categoria de totalidade.

**Palavras-chave:** Racismo Estrutural. Crise Democrática. TIC'S. Capitalismo.

**Abstract:** This article is a theoretical reflection on ICTs (information and communication technologies) beyond their appearance, seeking to analyze their new configurations in the face of the capitalist and consequently democratic crisis. The automation processes followed by capitalist logic make networks a manipulated and racialized environment, being a product of capitalist social relations in Brazil. This essay will use dialectical historical materialism as a method, supported by its category of totality.

**Keywords:** Structural Racism. Democratic Crisis. ICTs. Capitalism.

### **Introdução**

Há poucos anos atrás era impossível pensar em se comunicar independente do local de maneira tão rápida e simultânea. Através por exemplo do que conhecemos hoje como videochamadas, ligações realizadas e recebidas em aparelhos móveis, mensagens digitadas simultaneamente, entre outros. Esses avanços marcam o século e são a ponta do iceberg de tantas outras possibilidades que a tecnologia pode proporcionar. No entanto, o avanço e a apropriação dessas tecnologias pelo sistema capitalista, opera como instrumento de reprodução do racismo e do aprofundamento da desigualdade social. Pois longe de ser neutra, as TIC'S (tecnologias da informação e comunicação) reproduzem os valores do capital, assim fortalecendo os mecanismos de exclusão e seletividade, além disso, todos esses processos têm como obrigatoriamente gerar mais capital, tudo deve ser monetizado independente dos seus efeitos.

Dessa forma, esse artigo tem como pergunta norteadora para a reflexão: Como as TIC'S contribuem para a reprodução do racismo no contexto do capitalismo brasileiro e quais são os desafios colocados na defesa da democracia? Compreendendo a grandiosidade e possibilidades de aprofundamento sobre o debate das TIC'S no Brasil, e as limitações metodológicas, o artigo se propõe a sinalizar algumas possíveis tendências que relacionem a sua relação com o racismo, capitalismo e crise democrática, reconhecendo que há muitas outras que devem ser estudadas e expostas. Para buscar compreender esse fenômeno no seu próprio movimento do real, utilizaremos o materialismo histórico-dialético, reconhecendo que as análises realizadas

---

<sup>10</sup> Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba. Email: mariaisabelbarros2133@gmail.com.

Realização:



Apoio:





por Karl Marx, apesar de serem do século passado, são um ponto de partida para compreender o capital e seus desdobramentos. Marx aponta a tendência, não na perspectiva de prever o futuro, mas sinalizando as bases do modo de produção, as intenções que cercam a máquina que não são neutras.

### **Democracia em disputa: como a tecnologia alimenta o racismo e o capitalismo**

De acordo com Lins (2013), a internet comercial surgiu de fato como uma rede mundial na década de 1990, até então o seu uso era praticamente exclusivo no meio acadêmico e nas agências governamentais. Mas até alcançar essa abrangência, ela percorreu um caminho histórico de evolução, a sua origem no mundo, ainda que de forma prototípica ocorreu na década de 1960 nos Estados Unidos da América e foi nomeada de ARPANET (Advanced Research Projects Agency Network, tradução para português: Rede da Agência para Projetos de Pesquisa Avançada), “foi o embrião de uma rede mundial, uma “rede de redes”, a internet que hoje conhecemos” (Lins, 2013, p. 13). Sucedeu como “resultado de um esforço do sistema de defesa dos EUA para dotar a comunidade acadêmica e militar de uma rede de comunicações que pudesse sobreviver a um ataque nuclear” (Lins, 2012, p. 13). Em 1989 essa rede começa a ser implantada no Brasil para fins acadêmicos e avança rapidamente “em 1996, já contava com 7.500 domínios. Em 2000, com 170 mil. Em 2006, um milhão. Em 2014, três milhões e meio” (Lins, 2013, p. 22). Diante dessa contextualização histórica, pretende-se refletir sobre o avanço das TIC’S (tecnologias da informação e comunicação) e a relação com as práticas racistas que se tornam um produto das relações sociais capitalistas antidemocráticas.

Mesmo o racismo sendo previsto como crime, conforme consta na Lei 14.532/2023, de 12 de janeiro de 2023, que equiparou injúria racial ao crime de racismo, tornando mais severa a pena com reclusão de dois a cinco anos, além de multa, não cabendo mais fiança e como crime imprescritível, o racismo que acontece na vida cotidiana das pessoas também é replicado nas plataformas digitais (Relatório Racismo na Internet, 2023, p.27).

As TIC’S invadiram a grande maioria das esferas da vida social dos indivíduos de todas as idades e classes sociais, de maneira indireta ou direta. São parte da rotina da maioria das pessoas no mundo, sendo um item quase indispensável para uma vida em sociedade, seja através do uso do aparelho celular, do computador, do relógio inteligente, dos equipamentos e sistemas de atendimento ao público, entre tantos outros. Desse modo, torna-se um ambiente de trabalho, encontros, estudo, acompanhamento de notícias, serviços de saúde, lazer, resolução de burocracias, transações financeiras, comércio, fiscalização, solicitação de serviços no âmbito público e privado, local de procura por vagas de emprego, esse ambiente proporciona inúmeras possibilidades sem ser preciso a locomoção física, basta um clique. No entanto, essas viabilidades utilizadas de maneira desenfreada, tem o poder de tornar o que era novidade rapidamente em obsoleto, constituindo um espaço de busca incessante por resultados acelerados. Esses anseios decorrentes da dependência digital têm resultado em dificuldades nas interações sociais presenciais, problemas de sono e irritabilidade, déficits de atenção, isolamento social, entre outros (Araújo; Batista, 2021).

Outra contratendência importante de ser sinalizada é sobre o perfil dos indivíduos que possuem acesso às TIC’S, elas apesar de possuírem uma larga capacidade de alcance, não conseguem abranger todos os indivíduos no mesmo nível. Revelando que o acesso e os objetivos não são iguais, elas possuem marcadores sociais habitacionais, cor/raça, grau de escolaridade, faixa etária, classe social conforme aponta a pesquisa “TIC Domicílios - 2024” (2025). Essa pesquisa sinaliza que no Brasil 83% dos domicílios possuíam acesso à internet, realizando a divisão por classe

Realização:



Apoio:





social demarca que “100% nos domicílios da classe A, 99% nos da classe B, 91% nos da classe C e 68% nos domicílios das classes D e E, o que demonstra a manutenção da desigualdade socioeconômica do acesso à rede entre os domicílios brasileiros” (Ibidem, p. 61). Também ressalta que “em 2024, 34% da população brasileira possuía o nível mais baixo de conectividade significativa, enquanto 22% dela dispunha do mais alto” (Ibidem, p. 22). Ainda indica o perfil majoritário dos usuários que possuem acesso à internet pelo telefone celular e pelo computador, é a população branca (48%), urbana (42%), com ensino superior (78%), de 16 a 24 anos (53%), da classe A (82%). Esse perfil revela as disparidades existentes no acesso, que ao mesmo tempo cria também o perfil do usuário que é escanteado da zona de acesso, outros dados da mesma pesquisa revelam que 82% da população rural, 98% da população considerada analfabeta, 81% do ensino fundamental, 66% da população parda, 56% da população preta, 86% da classe DE e 66% da classe C possuem acesso à internet exclusivamente pelo telefone celular. Essa falta a equipamentos mais completos dificultam a aproximação com outros serviços fornecidos pelas TIC’S. Desse modo,

Diferenças significativas de acordo com o dispositivo de acesso à Internet foram observadas em praticamente todas as habilidades analisadas. Tais resultados sugerem que desigualdades no acesso a diferentes dispositivos podem estar associadas a assimetrias de oportunidades criadas pelo acesso ao mundo digital, bem como a uma maior vulnerabilidade aos riscos que derivam dele. Todavia, a associação entre essas desigualdades e outras variáveis [...] trazem ainda mais complexidades para a análise, demandando estudos aprofundados sobre os mecanismos que estariam por trás dessas desigualdades (Ibidem, p. 73).

Esses dados destacam a problematização e a necessidade de desnaturalizar a concepção de que as TIC’s estão disponíveis para todos, assim como relacionando com o mito da democracia racial, todos são iguais e possuem as mesmas oportunidades. Ao mesmo tempo em que estamos vivenciando o rápido crescimento das tecnologias, também estamos passando por uma crise estrutural do capital. O atual estágio do capitalismo, se encontra na sua versão mais destrutiva, pois desde então ele só consegue se desenvolver destruindo, segundo Antunes em entrevista realizada ao Brasil de Fato por Oliveira (2025). Tomemos como exemplo, as barbáries que o sistema capitalista vem ocasionando e mascarando de um processo natural e/ou necessário, abaixo serão sinalizadas algumas tendências que julgo essenciais como consequências da relação das TIC’S com o racismo, crise democrática e o capitalismo, são: crise ambiental, precarização do trabalho, colonialismo digital e a privatização dos serviços públicos.

Iniciando pela crise ambiental, como consequência do desenfreado consumo, ocasionando o desgaste de recursos naturais que são finitos e que por vezes precisam de um determinado período para sua recuperação. De acordo com os dados coletados por Casemiro (2025), “fazer de 20 a 30 perguntas para uma plataforma de inteligência artificial pode evaporar o equivalente a meio litro de água potável”, enquanto isso milhares de pessoas convivem com a falta de água. Juntamente com esses efeitos também podemos destacar o intensivo uso da eletricidade, a extração do ouro e do cobalto advindos do garimpo ilegal, descarte incorreto de materiais eletrônicos que rapidamente se tornam obsoletos e/ou quebrados, esses são alguns exemplos de fatores que contribuem para a degradação da natureza e consequentemente da própria vida. Apesar de todos os seres vivos sofrerem as consequências da crise ambiental, no entanto negros e indígenas são os mais afetados por catástrofes ambientais, de acordo com a Agência Senado (2022).

Enquanto a população que possui maior vulnerabilidade a esses impactos encontra-se morando em áreas mais suscetíveis a eventos climáticos

Realização:



Apoio:



extremos, como fortes chuvas ou períodos prolongados de seca, muitas enfrentando situações alarmantes como interdições devido ao risco de deslizamento de terras ou outros desastres ambientais. Por outro lado, uma pequena parcela da sociedade, que detém maiores recursos financeiros e que acumula uma série de privilégios, permanece em espaços mais seguros frente aos efeitos negativos gerados pelas mudanças climáticas no ambiente, possuindo também uma maior capacidade de adaptação e superação dessas adversidades (Barros; Melo, 2024, n/p).

Outra consequência que merece ser evidenciada é quanto o avanço das tecnologias no mundo do trabalho, de modo que são inseridas com a promessa da redução do trabalho humano, assim proporcionando mais trabalho para a máquina e menos sobrecarga ao trabalhador. No entanto, na realidade o que vemos é um cenário completamente diferente, segundo Antunes (2009, p. 73), “as novas tecnologias inseridas sob a lógica do capital, não libertam o trabalhador da penosidade; ao contrário, intensificam a exploração, ampliam o desemprego estrutural e produzem novas formas de precarização do trabalho”. Desse modo, a tecnologia é utilizada para a intensificação do trabalho de diversas formas e consequentemente a apropriação maior de mais valia.

Podemos observar que antigamente o proletariado ao encerrar o seu expediente e ir para sua casa não exercia mais vínculo com o trabalho -exceto nos casos próprios de levar o trabalho para casa-, hoje com a facilidade de comunicação através, por exemplo, do whatsapp, o trabalho passou a invadir o tempo íntimo de descanso, sendo “comum” receber demandas próprias do trabalho a qualquer momento. Os ataques às legislações trabalhistas são uma forma de manipulação ideológica de aceitação de novas modalidades para o trabalho não protegido. Uma outra maneira que podemos caracterizar a precarização do trabalho, muda um pouco a configuração que estamos acostumados a pensar no trabalho, mas os intuitos -capitalistas- permanecem o mesmo: exploração. O trabalho autônomo, informal e/ou empreendedor passa a ser o dono dos instrumentos de produção necessários para a execução da sua atividade, as plataformas de prestação dos serviços, por exemplo, o Uber, iFood, serviço de entregas, exige que obrigatoriamente possua o transporte e arque com todas as responsabilidades, sendo a plataforma apenas uma mediadora. Isso não faz com que o trabalhador se torne um capitalista, muito menos o dono dos verdadeiros meios de produção, são realidades completamente diferentes. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2024), sinaliza que a população negra (pretos e pardos) representa 56,7% do total da população do Brasil, e são a maioria entre os trabalhadores informais e os desempregados.

Ainda nesse contexto, mais uma consequência identificada é a privatização dos serviços públicos, que foram direitos assegurados democraticamente aos indivíduos, como por exemplo educação, saúde, previdência, entre outros. Mas que diante da crise do capital o Estado -enquanto representante da burguesia- regulamenta o sucateamento dos serviços e impulsiona o desmonte dos serviços públicos. Essa prática compromete o acesso a serviços essenciais, prioriza o lucro/capital em detrimento da qualidade e da equidade nos atendimentos, acarretando a exclusão social e desassistindo quem mais necessita dos serviços. Segundo a pesquisa “Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira” (2024) realizada pelo IBGE, registra que a população negra representa mais de 70% do quantitativo de pobres e extremamente pobres do Brasil, consequentemente são a população majoritária dos serviços públicos ofertados.

Desse modo, a privatização incorpora-se como uma nova forma de acumulação, aliado ao controle exercido pelas TIC'S.

Assim, a privatização à brasileira representa a transferência de proteção aos oligopólios, dentro de um projeto de encolhimento dos espaços públicos e

Realização:



Apoio:



alargamento dos espaços privados, em que a classe dominante faz do Estado o seu instrumento econômico privado, destinado a manter seus privilégios. O discurso neoliberal tem, pois, a espantosa façanha de atribuir título de modernidade ao que é mais atrasado na sociedade brasileira - e daí seu caráter claramente conservador e antidemocrático: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a dimensão ética da vida social pela recusa da responsabilidade e obrigação social (Iamamoto, 2000, p. 180-181).

No mundo das comunicações e informações rápidas e da acentuada exposição nas redes sociais, as opressões, as práticas neofascistas e antidemocráticas ganham cada vez mais espaço, a falta de regulamentações comprometidas com a ética e os valores democráticos criam uma zona de arbitrariedade. A grotesca onda de fake news expressa o lado negativo da rápida disseminação de notícias, adotadas tecnologias cada vez mais sofisticadas, como por exemplo a cópia da voz e/ou vídeos realistas põe em risco vários âmbitos da vida da vítima. O Jornal da USP (Universidade de São Paulo) em 2024 recebe o Fábio Cozman, do Departamento de Engenharia Mecatrônica da Escola Politécnica e Diretor do Centro de Inteligência Artificial da USP, para a ocasião comenta sobre a pesquisa “Truth Quest”, realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico que investigou em 21 países sobre a percepção dos indivíduos na identificação de notícias verdadeiras ou falsas. O relatório identifica que 20% da população brasileira confia muito nas notícias que acessam através das mídias, enquanto a média mundial de confiança é de 9%, o Brasil destaca-se com a maior taxa de informações obtidas por meio das mídias e a maior taxa de não conseguir identificar se a notícia é falsa ou verdadeira. Fábio Cozman alerta sobre a importância da checagem das informações antes da disseminação das mesmas. As fakes news associadas ao capital, enquanto aparelho de hegemonia para dominação política torna-se um perigo para a democracia, pois covardemente exerce manipulação ideológica.

A desinformação hoje funciona através de uma campanha permanente, onde você vai reduzindo a resistência das pessoas a determinadas narrativas e aumentando a resistência à checagem. A pessoa começa a ser bombardeada por diferentes fontes. Uma narrativa repetida muitas vezes tem o efeito de começar a gerar dúvida em outro público que não seria o segmento principal de uma estratégia de desinformação (Portal G1 notícias, 2022, n/p).

O colonialismo digital, de acordo com Lippold e Faustino (2022), é uma das vertentes do estágio atual do sistema capitalista, apesar de usar outros meios dos que usados pelo colonialismo clássico, no entanto os interesses são os mesmos de dominação e segregação, “está presente no poder político que as corporações da indústria digital passam a ter” (Ibidem, p.68). Atualmente caracterizado pela acumulação primitiva digital de dados, que são o acúmulo de dados sigilosos de diversos sistemas armazenados nos grandes monopólios informacionais. Assim, estamos perante um saque milionário de dados que são transfigurados “em ativos econômicos, perpetrado por corporações imperialistas que extraem, armazenam e processam dados, expertise e padrões sociais, quantificando parte fundamental das nossas vidas para melhor mercantilizá-las” (Ibidem, p.63). Logo, “para compreendê-lo como totalidade concreta fez-se necessário correlacionar os elementos e as propriedades que compõem o fenômeno, ou seja, a acumulação primitiva de dados, a racialização digital e o fardo do nerd branco” (Ibidem, p. 75).

O racismo segue tendo uma função econômica bastante atual aqui: distinguir aqueles que podem ser queimados, sem comoção e implicações éticas daqueles cujo a dor será tomada como parâmetro universal. Ironicamente, é o próprio capital que reintroduz o racismo e a racialização no interior das expressões contemporâneas da luta de classes. Tomar partido da contradição

Realização:



Apoio:



capital-trabalho implica, portanto, considerar, o conjunto de contradições vividas pela massa do povo dentro e fora da fábrica (e aqui não se pode negligenciar as contradições de gênero, orientação sexual e ambientais). Independente da iniciativa teórica ou política que o valha, a análise detida do colonialismo digital se coloca como tarefa imperiosa (Ibidem, p. 76).

Os discursos de ódio proferidos nas redes sociais, não podem ser encarados como um sentimento de raiva, mas concepções ideológicas de extinção, logo, com resquícios neofascistas. De acordo com os dados coletados na pesquisa sobre os indicadores da central nacional de denúncias de crimes cibernéticos, realizado pela Datasaber com dados entre os anos 2006 a 2024 no mundo foram registrados 614.383 denúncias anônimas de racismo, isso representa cerca de 116.165 páginas, escritas em 9 idiomas e hospedadas em 7.539 domínios diferentes, de 142 TLDs diferentes e conectadas à internet através de 15.345 números IPs distintos, atribuídas para 67 países em 5 continentes. Nesse mesmo período no Brasil foram 24.340 páginas denunciadas em 5.055 domínios, ocupando o quinto lugar.

O racismo adquire tanta vitalidade e se desenvolve com tanta agressividade: ele não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar a sua permanência como tendência de pensamento (Moura, 1994, p. 1).

Esses são alguns dos cenários que proporcionam espaço para que as Big Techs exerçam o controle e a dominação tanto politicamente, quanto ideologicamente nos usuários do mundo inteiro. Tornando das TIC'S uma expressão da barbárie do capital, através dos algoritmos que são desenvolvidos com padrões conservadores e reprodutores de valores heteropatriarcais, racistas, classistas e antidemocráticos, pois no mundo digital o algoritmo não tem como intenção proporcionar a verdade e a reflexão, ele necessita do acesso, da alienação e concordância com a reprodução dos seus valores como verdade inquestionável, ocasionando mais acessos, que consequentemente resulta em mais capital. Desse modo, o debate das TIC'S é uma questão que perpassa diretamente a disputa democrática e a política, que merece reflexão no seu movimento do real.

Por último, não menos importante é imprescindível registrar que o adversário neste processo não é propriamente o avanço das TIC'S, tão pouco pretende construir um movimento conservador e arcaico para o findar com esse fenômeno. Entretanto, deve ser sinalizado enquanto um processo de apropriação pelo capital, que afeta de forma desenfreada a vida social, econômica e política. Marx, não trata diretamente sobre as tecnologias, mas ao estudar a base do sistema capitalista reúne reflexões fundamentais para fomentar o debate acerca do maquinário, que na contemporaneidade interpretamos como as TIC'S.

Como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela deve baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente para o capitalista. Ela é meio para a produção de mais-valor (Marx, 2013, p. 548).

Reconhecendo essa centralidade das TIC'S, precisamos disputar esse espaço de discussão e fomentação, retorno à concepção trazida anteriormente de que o debate da tecnologia é um debate político, logo, exige uma análise da sua essência, para além da aparência.

Realização:



Apoio:



## Considerações finais

Nas considerações -aproximativas- finais desse artigo, não há pretensão de trazer respostas estáticas ou previsões futuristas, mas de aguçar reflexões acerca da temática, provocando o debate e novas mediações. Ao assumir uma perspectiva ético-política crítica amparada no marxismo, prontamente assumem-se compromissos com o anticapitalismo, o Estado Democrático de Direito e o combate a discriminação de qualquer tipo. Na lógica do sistema capitalista, capital deve gerar mais capital, custe o que custar. Para isso, apropria-se das tecnologias para reproduzir seus valores racista, misógino, homofóbico etc. Considerando que o inimigo desse processo não são as TIC'S, mas a apropriação pelo capital, assim tornando um local de disputa, em um debate político.

Debater sobre os efeitos negativos do capitalismo e indicar a necessidade do seu fim, não é uma utopia, diferente do que é reproduzido. O fim do capital não é impossível, se pararmos para pensar em outros sistemas que já estiveram em vigor e que também pareciam ser inabaláveis. Ou isso, ou o capital caminha para o próprio fim da humanidade com seu alto poder de destruição. Confiantes de que a luta muda o mundo, que a revolução se faz com conhecimento, só assim poderemos transformar as estruturas sociais, econômicas, políticas e tecnológicas.

## Referência

AGÊNCIA SENADO. Negros e indígenas são os mais afetados por catástrofes ambientais, aponta debate. **Senado Notícias**. 27 jun. 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/27/negros-e-indigenas-sao-os-mais-afetados-por-catastrofes-ambientais-aponta-debate>>. Acesso em: 26 mai. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13ª ed. São Paulo, Cortez, 2009.

ARAÚJO, Edilene. BATISTA, Kátia Gerlânia Soares. Análise do uso excessivo das tecnologias da informação e comunicação na adolescência. **Humanas em Perspectiva**, João Pessoa, v. 3, p. 24-40, 2021. Disponível em: <<https://www.periodicojs.com.br/index.php/hp/article/view/396>>. Acesso em: 26 mai. 2025.

BARROS, Maria Isabel Soares; MELO, Gabrielle Custodio. Racismo ambiental no Brasil: A divisão racial do espaço. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS – SINESPP, V, Teresina, PI. **Anais** [...], Teresina, Piauí: SINESPP, 2024. Disponível em: <<https://www.sinespp.com.br/anais.php>>. Acesso em: 26 mai. 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e Ministério da Igualdade Racial. **Relatório Racismo na Internet**: evidências para a formulação de políticas digitais. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/gti-comunicacao-antirracista/biblioteca/RelatorioWebinarioRacismoNaInternet.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2025.

CASEMIRO, Poliana. Fazer perguntas para IAs pode evaporar água suficiente para abastecer cidades; governo quer atrair data centers com isenção de impostos. Portal

Realização:



Apoio:





**G1** Notícias. 17 maio de 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/05/17/fazer-perguntas-para-ias-pode-evaporar-agua-suficiente-para-abastecer-cidades-governo-quer-atrair-data-centers-com-isencao-de-impostos.ghtml>>. Acesso em: 26 mai. 2025.

DATASAFER. **Indicadores da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos**. 2024. Disponível em: <<https://indicadores.safernet.org.br/index.htm>>. Acesso em 27 mai. 2025.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **PNAD contínua - IBGE**. 2024. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/infografico/2024/conscienciaNegraInfo.pdf>>. Acesso: 27 mai. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3ª ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira: 2024**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102144.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2025.

JORNAL DA USP. **Relatório da OCDE mostra que brasileiros são os piores em identificar notícias falsas**. 2024. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/relatorio-da-ocde-mostra-que-brasileiros-sao-os-piores-em-identificar-noticias-falsas/>>. Acesso em: 27 mai. 2025.

LINS, Bernardo Felipe Estellita. A evolução da Internet: uma perspectiva histórica. **Cadernos ASLEGIS**, nº 48. Brasília: ASLEGIS, 2013. Disponível em: <[https://www.aslegis.org.br/files/cadernos/2013/caderno-48/Aslegis48\\_baixa.pdf](https://www.aslegis.org.br/files/cadernos/2013/caderno-48/Aslegis48_baixa.pdf)>. Acesso em: 26 mai. 2025.

LIPPOLD, Walter. FAUSTINO, Deivison. Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 56–78, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49760>>. Acesso em: 27 mai. 2025.

MARX, Karl. **O Capital** - Crítica da Economia Política, Livro I. São Paulo, Editora Boitempo, 2013.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. São Paulo, 1994. Disponível em: <[https://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina\\_inicial/Biblioteca/70\\_O\\_racismo\\_como\\_arma\\_ideologica\\_de\\_dominacao\\_Clovis\\_Moura\\_.pdf](https://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/70_O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura_.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2025.

OLIVEIRA, Caroline. Entrevista com Ricardo Antunes: “O capitalismo extrai a pele, o corpo e a alma da classe trabalhadora”. **Brasil de Fato**, 26 maio de 2025. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2025/05/26/ricardo-antunes-o-capitalismo-extrai-a-pele-o-corpo-e-a-alma-da-classe-trabalhadora/>>. Acesso em: 27 mai. 2025.

Realização:



Apoio:





Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: **TIC Domicílios 2024**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2025. Disponível em: <[https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20250512120132/tic\\_domicilios\\_2024\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20250512120132/tic_domicilios_2024_livro_eletronico.pdf)>. Acesso em: 26 mai. 2025.

PORTAL G1 NOTÍCIAS. Fake news: entenda como funciona a fábrica de desinformação política no Brasil. **G1**, 27 out. de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2022/10/27/fake-news-entenda-como-funciona-a-fabrica-desinformacao-politica-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 27 mai. 2025.

Realização:



Apoio:



## A RESISTÍVEL ASCENSÃO NEOFASCISTA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Daniel Arantes Vicentine<sup>11</sup>

**Resumo:** O presente artigo visa discutir a relação entre o surgimento de expressões políticas de cariz neofascista e o abandono, por parte da ala majoritária da esquerda, do enfrentamento ao neoliberalismo no Brasil, enfocando o período que antecede a chegada de Bolsonaro ao poder. Para tanto, será efetuado uma contextualização histórica das particularidades da implementação do neoliberalismo no Brasil, o transformismo do Partido dos Trabalhadores ao longo deste período, as condições em que Lula chega à presidência, em 2002 e a crise do governo Dilma, considerando as Jornadas de Junho de 2013 enquanto uma oportunidade perdida de enfrentar os marcos do neoliberalismo no Brasil e, por conseguinte, abrindo caminho para a onda reacionária dos anos subsequentes.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; neofascismo; crise das esquerdas.

**Abstract:** This article aims to discuss the relationship between the emergence of neofascist political expressions and the abandonment, by the majority wing of the left, of the confrontation of confronting neoliberalism in Brazil, focusing on the period before Bolsonaro came to power. To this end, a historical contextualization of the particularities of the implementation of neoliberalism in Brazil will be carried out, the transformism of the Workers' Party throughout this period, the conditions in which Lula became president in 2002 and the crisis of the Dilma government, considering the June Days of 2013 as a lost opportunity to confront the milestones of neoliberalism in Brazil and, consequently, paving the way for the reactionary wave of the following years..

**Keywords:** Neoliberalism; neofascism; left's crisis.

### Introdução

A redemocratização brasileira coincidiu, em termos históricos, com a implementação do projeto neoliberal no Brasil, de tal maneira que as expectativas por parte dos segmentos populares, que animaram uma série de mobilizações de massa ao longo dos anos 1980 em prol do enfrentamento das mazelas do capitalismo dependente brasileiro, foram gradualmente substituídas por um gradual movimento de moderação e aceitação dos marcos estreitos da democracia liberal implementada após a ditadura, principalmente por parte da principal organização de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, pontos fulcrais da luta de classes no Brasil, como as reformas tributária e agrária, o enfrentamento ao imperialismo e a superexploração do trabalho no Brasil que haviam sido pauta da esquerda durante a maior parte do século XX, perderam terreno. Em seu lugar, adentrou o vocabulário da governabilidade e do pragmatismo como forma de alcançar a cadeira presidencial e nela permanecer, objetivo tornado primordial frente ao próprio enfrentamento da ordem neoliberal.

---

<sup>11</sup>Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: dantin8@gmail.com.

Realização:



Apoio:



Este movimento, que não se restringe apenas ao Brasil, compreende o processo de blindagem do Estado às demandas populares (Demier, 2017). Durante a etapa neoliberal, predominam as contrarreformas, manifestas por meio das privatizações, retirada de direitos e aumento da violência sobre os trabalhadores; em contrapartida, aparecem as políticas sociais focalizadas destinadas a mitigar os efeitos mais deletérios da questão social e, ao mesmo tempo, garantir a reprodutibilidade do modelo neoliberal.

Neste sentido, a aparente estabilidade do capitalismo brasileiro, ao longo dos primeiros mandatos petistas, é, em verdade, sintomática do processo de acomodação da esquerda brasileira à ordem neoliberal. Dada a própria natureza contraditória do capital, nem mesmo estas condições puderam perdurar, especialmente a partir da segunda metade do governo Dilma. A emergência de figuras neofascistas, como Jair Bolsonaro, na cena política nacional, conforme procuraremos demonstrar, são resultado direto do advento do neoliberalismo no Brasil e da incapacidade da esquerda em construir um projeto alternativo para enfrentá-lo.

### **A implementação do neoliberalismo no Brasil**

O neoliberalismo, no cenário global, começa a prevalecer historicamente nos anos 1970, como uma resposta da burguesia à crise econômica e ao ascenso do movimento popular ao longo dos anos anteriores. Durante esta década que o capitalismo experimenta a primeira recessão desde a Segunda Guerra Mundial, com a tendência de queda das taxas de lucro e o aumento da superacumulação de capital (Anderson, 1995). Tal situação, vivenciada no âmbito econômico, apresenta consequências políticas importantes, a partir da ofensiva de diferentes governos contra direitos sociais e trabalhistas da classe trabalhadora - desta maneira, seria possível reduzir os custos de reprodução da força de trabalho e reabilitar as margens de lucro do grande capital. Nos países centrais, o alvo fundamental da burguesia, além do Estado de Bem-Estar-Social, eram as organizações dos trabalhadores que lhes davam sustentação, entre sindicatos e o movimento operário de forma geral, que exerciam pressão sobre o Estado para aumentar os gastos públicos na área social e o preço da força de trabalho (Anderson, 1995). Segundo os principais autores neoliberais, fazia-se necessário um Estado forte, no sentido policial do termo, para quebrar a resistência das classes trabalhadoras e impor a reestruturação produtiva, preconizada pelo grande capital.

Esta ofensiva burguesa, conduzida principalmente a partir dos Estados Unidos, encontrou diferentes temporalidades para ganhar tração, dependendo da luta de classes em cada país. Neste sentido, o estabelecimento do neoliberalismo no Brasil ocorreu de forma tardia, em um contexto de refluxo das lutas de massas empreendidas ao longo dos anos 1980, ligadas às pautas das eleições presidenciais diretas e as disputas em torno do caráter social e político da redemocratização. Na viragem para a década de 1990, houve duas derrotas importantes para a esquerda brasileira, sendo uma a nível local e outra de magnitude internacional. A primeira foi a derrota de Lula perante Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989, com profundas consequências para a estratégia de poder do Partido dos Trabalhadores (Coelho, 2006). A segunda compreende a crise terminal da União Soviética, que deixaria de existir no ano de 1991, atestando a vitória da ofensiva política e ideológica da burguesia sobre a classe trabalhadora mundial - assim, em que se pesem as contradições e limites do bloco soviético, a sua derrota significou um forte recuo de perspectivas de lutas pós-capitalistas.

A conjuntura brasileira, ao longo dos anos 1990, experimentou a conjunção entre o desarme ideológico da classe trabalhadora com a aceleração da ofensiva burguesa sobre as conquistas sociais obtidas pelo movimento popular na Constituição de 1988, pelo qual iniciamos nossa análise. O governo Collor de Mello apresenta os primeiros

Realização:



Apoio:



movimentos nesta direção, por meio de ofensivas ideológicas por parte da propaganda governamental, que alardeavam para a ineficiência do Estado para intervir na economia e a necessidade de redução de seu escopo com a privatização de ativos públicos. Neste contexto, ganham destaque a revogação do monopólio estatal sobre as telecomunicações, a abertura comercial e o fechamento de diversas agências governamentais. Contudo, a impossibilidade do governo em conter a espiral inflacionária, que já perdurava por mais de uma década, assim como os escândalos de corrupção acabaram por paralisar a iniciativa política do presidente, levando-o à renúncia em 1992. Será o Plano Real, aprovado ainda durante o mandato de Itamar Franco, e a vitória de seu garoto propaganda, o então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, que consolidou a transição brasileira ao neoliberalismo (Saad Filho; Morais, 2018).

A perspectiva macroeconômica que orientou o Plano Real parte do princípio de que a inflação era causada pela conjunção de déficits fiscais e da indexação, levando a necessidade de contê-la por meio de políticas contracionistas. Em linhas gerais, o sistema de acumulação desenvolvimentista, já em fase terminal, deveria ser substituído pela liberalização das importações, aumento das taxas de juros, redução de empresas e dos investimentos públicos e corte de direitos sociais, de modo a atrair a entrada de capital externo e valorizar a nova moeda. Estas medidas nortearam os 8 anos de presidência de Fernando Henrique Cardoso, que, em que pese a impopularidade e o impacto das mesmas sobre o conjunto da classe trabalhadora, conquistara capital político suficiente para sustentar temporariamente a legitimidade do projeto neoliberal, ao menos até o início de seu segundo mandato, por conta do aumento do poder de compra que a inflação trouxera para os mais pobres e a classe média.

A contrarreforma empreendida por Fernando Henrique Cardoso, ao redefinir o padrão de reprodução do capital no país, representou a escolha política das classes dominantes brasileiras (e não um caminho natural, conforme se apresentava à época) por uma inserção subordinada à nova etapa do capitalismo global. Neste processo, a margem de autonomia do Brasil frente à especulação financeira internacional reduziu-se largamente, tornando a economia suscetível a crises e aprofundando a dependência externa. A dinâmica do Estado brasileiro foi alterada para atender aos ditames do capital financeiro, retirando recursos vinculados a áreas sociais, sempre em nome da responsabilidade fiscal e da eficiência governativa.

O resultado foi gravemente sentido pela classe trabalhadora, que experimentou uma forte redução dos empregos de maior qualificação (principalmente no setor industrial), com crescimento das vagas em setores de baixa qualificação e remuneração, principalmente no setor de serviços, e, de outro lado, aumentando a massa de desempregados. A precarização e a informalidade caracterizaram o mercado de trabalho durante estes anos. Desta forma, o efeito positivo do Plano Real para os índices do consumo foi contrabalançado pela queda geral dos rendimentos dos trabalhadores (Saad Filho; Morais, 2018).

## **O transformismo da esquerda frente ao neoliberalismo**

Conforme mencionado, durante os anos 1980 ocorreu um importante ciclo de lutas de massas no Brasil, colaborando para acelerar o fim da ditadura e contribuindo para matizar a Constituição de 1988 de um verniz social, a partir da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), do direito ao voto para os analfabetos. Contudo, este quadro positivo para a classe trabalhadora seria revertido na década seguinte. As importantes derrotas que marcaram o período foram acompanhadas de inflexões estratégicas dentro do PT. Sobre este processo, muitas páginas já foram escritas no âmbito da literatura marxista, dentre os quais destacamos a apreensão de Coelho (2006), que lança mão do conceito gramsciano de transformismo, para além

Realização:



Apoio:



compreensão de um contexto diverso ao que o revolucionário sardo dedicou sua análise:

O transformismo é um dos aspectos da dimensão política da relação entre os grupos sociais no capitalismo, um dos mecanismos ordinários da hegemonia burguesa. E a hegemonia, como forma determinada da relação política entre classes, opera na revolução passiva, mas não apenas nela (...), este sentido “ampliado” de transformismo é sugerido pela própria determinação conceitual elaborada por Gramsci, que procura ultrapassar o particularismo presente no significado original (Coelho, 2006, p. 462).

No caso do PT, o partido atravessou um crescimento expressivo ao longo dos primeiros vinte anos de sua história, obtendo vitórias eleitorais importantes em cidades como São Paulo e Fortaleza, além de expandir o número de vereadores, deputados estaduais e federais. Neste sentido, houve uma progressiva mudança de perfil entre a cúpula dirigente, inicialmente composta por maioria militante ligadas às tendências partidárias, em benefício da expansão da burocracia partidária, ligadas a quadros profissionais (assessores e funcionários de cargos eletivos) (Coelho, 2006). O movimento empreendido pela ala majoritária do petismo, centrada em Lula, preconizou a defesa do pragmatismo eleitoral e da concessão programática como caminho mais rápido para alcançar a presidência. Durante o ano de 2002, o então candidato Lula lança um compromisso ao grande capital, por meio da *Carta ao Povo Brasileiro*: manter a arquitetura macroeconômica de Fernando Henrique Cardoso, centrada no ajuste fiscal permanente, taxas de juros elevadas, manutenção do Brasil enquanto plataforma de valorização do capital internacional (Barbosa, 2018).

Ao final de dois mandatos, Fernando Henrique Cardoso experimentava um amplo desgaste, a partir dos fatores supracitados no tópico anterior. Desta forma, se tornou amplamente difícil a vitória de um candidato situacionista. Acompanhando a tendência continental - conhecida como onda progressista (Barbosa, 2018) - o Brasil teve, pela primeira vez em sua história, a vitória de um presidente oriundo do movimento de massas da classe trabalhadora.

Apesar da manutenção dos aspectos centrais da ortodoxia econômica, o governo Lula logrou constituir um eficiente discurso de que estaria em curso no Brasil a superação do neoliberalismo, principalmente por meio de intelectuais ligados ao campo petista (Barbosa, 2018). O crescimento econômico médio do país, ao longo dos anos 2000, em escala muito maior em comparação com os resultados das décadas anteriores, assim como a redução dos índices de miséria, obtidos a partir de políticas de transferência de renda, pareciam dar razão à esta perspectiva. Dado o alto grau de miserabilidade da população brasileira, acossada pelas particularidades do capitalismo dependente e da superexploração da força de trabalho, as medidas dos governos Lula para valorizar o salário-mínimo e constituir o Bolsa Família - as mais simbólicas de seus dois mandatos - tiveram impactos relevantes ao aumentar o consumo popular, reduzir o desemprego e promover o crescimento econômico (Anderson, 2021). Com efeito, quando Lula encerrou seu segundo mandato, com altos índices de popularidade e elegendo sua sucessora, Dilma Rousseff, a perspectiva dominante (tanto nacional quanto internacionalmente) era de que o Brasil havia adentrado um ciclo de duradoura prosperidade, sendo Lula modelo de governança para figuras como Barack Obama e a revista *The Economist*.

## **A crise política brasileira e os limites da conciliação petista**

Desde o início de seu segundo mandato, em 2011, Dilma encontrou um cenário internacional diverso em relação ao de seu antecessor, com desdobramentos da crise de 2008, por meio de fuga de capitais para títulos norte-americanos e difusão de políticas contracionistas (Singer, 2018). O *boom* das *commodities*, que havia

Realização:



Apoio:





impulsionado a concertação lulista, apresentava um refluxo. Nesta nova conjuntura, o governo Dilma ensaiou um conjunto de medidas de feição desenvolvimentista, com destaque para a redução das taxas de juros praticadas no Brasil, financiamento do capital industrial privado via BNDES (mais desonerações fiscais) e barateamento dos custos de produção (principalmente no setor elétrico) (Singer, 2018).

Entretanto, o aceno mínimo do governo para tensionar o pacto estabelecido por Lula, ainda em 2002, encontrou forte oposição do conjunto da burguesia brasileira, incluindo frações que supostamente estavam sendo beneficiadas pelo “ensaio desenvolvimentista”, conforme os dizeres de Singer (2018). Frente aos impasses para a continuidade do crescimento econômico, a Fiesp apresentou projeto no sentido oposto ao governo, na qual defendia a flexibilização da CLT para redução dos custos do trabalho, conformando um princípio de unidade com o agronegócio, o financismo e a burguesia comercial (Singer, 2018). Frente à ausência dos resultados almejados, na qual o crescimento econômico sustentado pelo capital industrial privado não se verificou, Dilma recuou das medidas que mais desagradaram o capital financeiro - principalmente associadas à redução das taxas de juros.

Os conflitos experimentados por Dilma, durante o seu primeiro mandato, são significativos para compreender como o neoliberalismo é, acima de tudo, uma fase histórica do capitalismo brasileiro e mundial, associada à uma ofensiva burguesa sobre a classe trabalhadora para manter a reprodução do capital. No nosso entender, o enfrentamento e a possível superação do neoliberalismo, ou de seus efeitos mais deletérios para a classe trabalhadora, não ocorrer sem a politização e o crescimento da luta de massas no Brasil. Junho de 2013 pode ser compreendido como um exemplo histórico do argumento ora exposto.

Em um dos períodos mais acirrados da luta de classes na história recente brasileira, a explosão de mobilizações surgiu, no horizonte dos governistas, como “um raio em céu azul”. Agrupamentos de esquerda, inicialmente em São Paulo, mas depois em diversas cidades do Brasil, organizaram mobilizações que versavam sobre o direito à cidade e a expansão de políticas universais, contra o modelo institucional de fazer político (Barbosa, 2018). As manifestações, inicialmente na casa dos milhares, ganharam relevância nacional a partir dos casos de violência policial vivenciados na cidade de São Paulo, com a promoção de prisões arbitrárias e uso de armas contra manifestantes e até jornalistas que cobriam as jornadas. A partir de então, houve um escalonamento dos protestos, que passaram a contar com milhões de pessoas por todo o Brasil. Depois de aproximadamente duas semanas, a prefeitura e o governo de São Paulo foram forçadas a recuar do aumento da tarifa no transporte público.

A modernização conservadora promovida pelo petismo encontrava seus limites naquele momento: se os padrões de consumo da classe trabalhadora passaram por uma melhoria ao longo da década anterior, as suas condições de vida permaneciam, em larga medida, precárias: nas grandes metrópoles, o tempo médio gasto no transporte para o trabalho era elevado; a saúde e a educação públicas apresentavam problemas de subfinanciamento. Em todos estes casos, a saída para quem aumentava seu poder de compra era buscar maior qualidade de vida no setor privado: dado o *boom* de crescimento, houve o aumento de preços dos planos de saúde e de escolas particulares, afora o preço dos imóveis e dos aluguéis, o que, por conseguinte, fez crescer o endividamento dos setores populares (Anderson, 2021). Desta forma, para além da insatisfação social, de cunho reacionário, promovida pela classe média, comumente associada ao aparecimento do fascismo desde o seu período clássico (Boito Jr, 2019), não se pode explicar a crise política enfrentada pelo governo Dilma Rousseff, como enfatizam algumas interpretações associadas ao campo petista, como resultados de fatores externos às próprias contradições dos governos Lula e Dilma.

A aparente superação do neoliberalismo, ventilada durante os períodos de maior crescimento econômico, se revelaram ilusórias quando da crise deste modelo: neste

Realização:



Apoio:





sentido, o compromisso estabelecido pelo PT com o grande capital impossibilitou um enfrentamento radical ao neoliberalismo, mas uma intervenção tópica em aspectos que conformam a questão social brasileira, ao qual pode-se denominar, conforme assinala Felipe Demier (2017), de promoção da cidadania pelo consumo. Não se constituíram novos direitos, muito menos foram tentadas reformas estruturantes - ligadas, por exemplo, à reforma agrária, reforma urbana e reforma tributária - destinadas a alterar, de modo substantivo, o padrão de reprodução do capitalismo brasileiro em sua etapa neoliberal. Sendo assim, os limites para a melhoria de vida das massas trabalhadoras eram estreitos, e, dados os conflitos do governo Dilma com a oposição, somando-se ao quadro internacional desfavorável, se encontravam em vias de regressão. Desta maneira, a possibilidade histórica de ganhos de renda para a base e o topo da pirâmide social não mais seria possível de ser reproduzida.

Junho de 2013, no nosso entender, pode ser compreendido como uma oportunidade perdida, no que tange ao acúmulo de forças da classe trabalhadora brasileira para lutar por um modelo alternativo à sociabilidade neoliberal. Suas potencialidades se revelam na conjunção entre a mobilização de massas, a partir de uma pauta sensível para o cotidiano da maioria dos brasileiros - os altos custos das tarifas de transporte público e a precária mobilidade urbana - ainda que manifesta de forma difusa durante os protestos (principalmente na crítica às obras para os megaeventos que se aproximavam e na defesa de escolas e hospitais “padrão FIFA”), apresentava a possibilidade de se conectar com uma crítica sistemática à precariedade dos serviços públicos.

Contudo, pesou o longo período de apaziguamento das lutas populares, na qual o enfraquecimento das organizações dos trabalhadores promovido pela ofensiva neoliberal, bem como a trajetória do PT, partido hegemônico no conjunto da esquerda nacional, rumo ao transformismo, tornou difícil aos movimentos que conduziram as mobilizações de junho - formados principalmente por jovens com pouca ou nenhuma experiência política - realizar este salto organizativo; o Movimento Passe Livre, por exemplo, ao alcançar o objetivo de reduzir o aumento da tarifa na cidade de São Paulo, simplesmente se retirou das ruas, ignorando a disponibilidade para luta política presente em boa parte da juventude; não à toa, ocorreram diversos atos, em escala menor, contra as desapropriações promovidas pelas obras para a Copa do Mundo, assim como greves em universidades federais por aumento de verba, asseverando a existência de uma conjuntura favorável para as lutas populares.

## **O advento do neofascismo no Brasil.**

A relação estabelecida entre os governos petistas em relação ao eleitorado não foi de mobilização e organização da classe - principalmente no que se refere aos chamados “trabalhadores da massa marginal”, isto é, os informais e subempregados, que formaram a base eleitoral do lulismo, especialmente após 2006 (SINGER, 2018; Boito Jr, 2018). O que de fato ocorreu foi a consecução de uma relação de passividade, na qual a participação política por excelência se deu por meio do voto, ao qual o PT logrou constituir uma eficiente estratégia eleitoral, se tornando por muito o partido mais vitorioso da Nova República, em pleitos presidenciais. Contudo, quando se conjugam a crise política e econômica e a governabilidade foi posta em xeque, a massa de votantes não se converteu em base de apoio para mobilizações de rua em defesa do mandato, como se evidenciou durante a crise do impeachment (Boito Jr, 2018).

Apesar da vitória eleitoral de Dilma Rousseff nas eleições de 2014, a piora dos índices econômicos foi a oportunidade para que a oposição, nucleada no PMDB, um partido que em teoria fazia parte do governo, propusesse um projeto neoliberal ortodoxo, expresso no documento *Ponte para o Futuro* (apresentado pelo PMDB, partido do então vice-presidente). A base social da luta pelo impeachment e do projeto neoliberal

Realização:



Apoio:



radicalizado esteve centrada nas classes médias, (especialmente suas frações mais altas), tanto nas manifestações de massa que ocorreram ao longo do ano de 2015 e início de 2016, quanto nas funções desempenhadas por instituições fulcrais no processo de remoção da presidente: Ministério Público, Polícia Federal e Judiciário. A própria justificativa para o impeachment se encontra diretamente associada ao projeto de criminalização da política fiscal, ao apontar que qualquer desvio no padrão, considerado adequado pela macroeconomia neoliberal, da gestão dos recursos públicos, pode ser passível de sanção.

A continuidade das contrarreformas, no entender dos grandes grupos midiáticos e do conjunto da burguesia brasileira, estava hipotecada à possibilidade de constituir uma candidatura viável para as eleições de 2018. Entretanto, o aprofundamento da recessão e do desemprego, bem como a ampla publicidade midiática da Operação Lava Jato, havia provocado uma crise de hegemonia em relação às formas de consenso neoliberal constituídas desde os anos 1990, que contaram com petistas e tucanos como principais artífices; o sentimento entre a população era de que os políticos, de forma geral, eram criminosos, de tal sorte que uma figura do *establishment* como Geraldo Alckmin, inicialmente o candidato escolhido da burguesia, contava com tímidas intenções de voto (Costa, 2020).

Contudo, havia uma alternativa à direita. Entre os movimentos de direita e extrema-direita que participaram da campanha do golpe de 2016, uma de suas principais lideranças foi o ex-capitão do exército, deputado Jair Bolsonaro, representante típico do anticomunismo militar, ex-capitão do exército brasileiro (aposentado por insubordinação) e saudoso do regime militar (Miguel, 2022). Bolsonaro, depois de décadas como um político pouco conhecido, ganhou notoriedade no início dos anos 2010 por declarações polêmicas que revelavam apologia à violência contra os “bandidos” e contra a esquerda de forma geral, normalmente acompanhados por teores de machismo e de racismo. Desde então, foi sucessivamente convidado para programas de entrevistas de grandes emissoras, se tornando um personagem relevante da política nacional. Com a ascensão das manifestações contra o governo Rousseff, o ex-capitão se tornou a principal candidatura viável para derrotar o campo petista (Mattos, 2020).

Sua estratégia de campanha consistiu na reprodução do anticomunismo, cuja expressão contemporânea provém, principalmente, do ideólogo Olavo de Carvalho, idealizador da perspectiva de que a esquerda brasileira, derrotada militarmente pela ditadura durante a luta armada, havia reposicionado sua estratégia de poder para atuar no campo da cultura (ao que denominou “marxismo cultural”) para conquistar progressivamente corações e mentes para o socialismo. Assim, ataca-se todo tipo de produção cultural e científica percebida como ameaça, evocando uma luta do bem contra o mal (Mattos, 2020).

Dentro do clima anticorrupção predominante a partir da Operação Lava Jato, atrelada à campanha pelo impeachment, o principal mote de Bolsonaro residiu na eficiente construção de um discurso antissistema, baseado no combate à “velha política”. Sendo a pauta anticorrupção tradicionalmente cara aos segmentos médios, por conta da insatisfação deste setor social com a percepção de que o ônus do pagamento de impostos não lhes traz contrapartida pelo Estado, gerando um apelo por diminuição da carga tributária, eficiência dos gastos públicos corte de programas sociais. Já próximo da corrida presidencial, o ex-capitão só logrou o apoio da grande burguesia para a sua candidatura a partir do anúncio de que Paulo Guedes, um economista neoliberal radical, comandaria a pasta da economia, atendendo a agenda já iniciada com o documento *Ponte para o Futuro* (Antunes, 2020). A partir desta composição entre uma base social formada principalmente (mas não exclusivamente) por segmentos médios e setores do grande capital brasileiro, Bolsonaro se tornou presidente em outubro de 2018.

Realização:



Apoio:



## Conclusão

Sem desconsiderar as importantes diferenças em relação ao contexto alemão e italiano das décadas de 1920 e 1930, consideramos que é possível depreender, pontos de conexão entre as duas épocas, que contribuem para o entendimento do fenômeno bolsonarista, sua força e resiliência para além da figura do próprio ex-presidente, atualmente em vias de ser condenado à prisão.

À guisa de conclusão, frisamos os seguintes pontos: em primeiro lugar, a derrota histórica do campo das esquerdas a partir do golpe de 2016: naquele contexto, o PT deixa o poder de forma passiva, sem conseguir disputar a agenda política e mobilizar o campo popular contra o golpe e o aprofundamento do neoliberalismo no país. Em segundo lugar, a crise da hegemonia neoliberal no contexto pós golpe, na qual os partidos burgueses tradicionais (no caso, o PSDB) não conseguiram a adesão do eleitorado nas eleições presidenciais de 2018, abrindo um vácuo de poder. Em terceiro, o aparecimento no primeiro plano da política nacional da figura de Jair Bolsonaro, que, apesar de não liderar uma organização partidária consolidada, manteve por trás de si um movimento organizado de massas, capaz de colocar nas ruas um contingente expressivo de pessoas antes, durante e depois de seu governo. Neste processo, houve uma disputa constante pela hegemonia política, principalmente por meio do ataque aos adversários políticos e fazendo uso de variantes anticomunistas, aspecto que aproxima o bolsonarismo de movimentos de caráter fascista ou neofascista.

Tal movimento de massas serviu e ainda serve aos propósitos do bolsonarismo, ao acuar a pressão de seus opositores e do judiciário em relação às denúncias de corrupção que pairavam sobre o governo mas, o que é de primeira importância garantir legitimidade ao projeto político das frações burguesas, aprofundando as políticas neoliberais, a expropriação de direitos e a redução dos custos do trabalho; conforme Mattos (2020), em estudo recente sobre a relação entre o surgimento do fascismo e a austeridade econômica, há uma conjunção de interesses entre a burguesia e os liberais com políticos de cariz fascista, no quadro de uma crise de hegemonia.

O desgaste do *establishment* político durante a crise do governo Dilma e o mandato de Michel Temer assinalam que, em um cenário de aprofundamento do neoliberalismo, na qual as classes dominantes não mais estão dispostas a aceitar, sem aumento da capacidade de mobilização das classes trabalhadoras, a concessão de políticas sociais (ainda que de estejam de acordo com a macroeconomia neoliberal) demonstra, por outro lado, que há também um cansaço das classes subalternas com a polaridade estabelecida durante os vinte anos anteriores, calcada no binômio PSDB-PT. Se por um lado a hegemonia neoliberal só pôde ser garantida por um deslocamento do campo hegemônico da direita em direção ao neofascismo, não se vê, em contrapartida, o mesmo movimento não se viu por parte do campo hegemônico da esquerda, cada vez mais atrelado a ordem neoliberal, conforme se vê a partir dos movimentos do governo

Por fim, o fato de o governo Bolsonaro não alcançar a estabilidade necessária no poder, unificando a burguesia em torno de seu objetivo de romper abertamente com a ordem democrática burguesa, não torna esta possibilidade exígua no horizonte da política brasileira, como demonstram a mais recente tentativa de golpe, em 8 de janeiro de 2023, e a conspiração para assassinar opositores políticos do ex-presidente. Conforme a história demonstra, a derrota do fascismo só foi consumada por meio da luta das classes populares, para além de vitórias eleitorais. Neste sentido, mesmo pesando as contradições e insuficiências elencadas, junho de 2013 assinalou um dos poucos momentos em que a economia política do neoliberalismo se viu em xeque, durante a Nova República. A partir dos motivos elencados, considera-se que a correta compreensão do fenômeno bolsonarista e das contradições dos setores hegemônicos da esquerda brasileira ainda se fazem necessários na atual quadra histórica brasileira,

Realização:



Apoio:



como forma de superar a principal manifestação da ofensiva burguesa sobre a classe trabalhadora.

## Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARBOSA, Fábio Luís. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

BOITO JR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

BOITO JR, Armando. A questão do fascismo no governo Bolsonaro. **Brasil de Fato**, São Paulo, 10 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 24 jan. 2025.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). 2006. 549f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

COSTA, Edmilson. **Reflexões sobre a crise brasileira**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2020.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: A dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia na periferia capitalista**. São Paulo: Autêntica, 2022.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lécio. **Brasil**: neoliberalismo *versus* democracia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

Realização:



Apoio:



## **O PENSAMENTO REVOLUCIONÁRIO BURGUEÊS, SUA CRISE E DECADÊNCIA -** uma análise dos efeitos das socializações de informações pela Internet no Brasil

Ana Paula Carvalho de Rezende<sup>12</sup>

**RESUMO:** Esse artigo foi construído e apoiado em três eixos centrais: O Pensamento Revolucionário e a Revolução Francesa, A Decadência do Pensamento Burguês e a Destruição da Razão e A Reprodução do Pensamento Miserável no Brasil que, articulados entre si, fundamentam uma breve análise sobre os efeitos sociais, políticos e culturais das informações rápidas e (muitas vezes) falsas que são facilmente encontradas e difundidas pela Internet.

**Palavras-Chave:** pensamento burguês, revolução, decadência, Internet, redes sociais.

**ABSTRACT:** This article was constructed and supported by three central axes: Revolutionary Thought and the Revolution, The Decline of Bourgeois Thought and the Destruction of Reason, and The Reproduction of Miserable Thought in Brazil, which, when articulated with each other, form the basis of a brief analysis of the social, political, and cultural effects of the rapid and (often) false information that is easily found and disseminated on the Internet.

**Keywords:** bourgeois thought, revolution, decadence, Internet, social networks.

### **Introdução**

O presente artigo se destina a propor reflexões acerca do pensamento burguês, desde seu caráter progressista ou revolucionário (apesar do choque, sim, foi revolucionário), para uma mudança na organização da sociedade vigente e os avanços que vieram em nível mundial, até sua crise e decadência, que causaram um distanciamento do pensamento racional.

Ademais, aponta como toda essa miséria reverbera nos dias de hoje na burguesia brasileira e na classe trabalhadora, potencializada pelo poder de alcance e de compartilhamento de informações disponíveis na Internet, que também foi uma revolução à sua maneira, e que mostra cada vez mais sua verdadeira intencionalidade. Busca-se, também, apresentar e reivindicar a relevância das redes sociais como *Twitter* e *Whatsapp* como fontes que revelam e evidenciam vários aspectos da sociedade e do senso comum, podendo ser, se utilizadas criticamente e em conjunto com um arcabouço teórico, (o que é intentado aqui), ferramentas de análise para pesquisa muito válidas.

Ressalta-se que o artigo foi escrito em outubro de 2020, durante o período de isolamento social que adveio da pandemia de Covid-19, enquanto trabalho avaliativo de uma disciplina eletiva do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. É, além de um retorno ao processo de graduação, uma forma de socializá-lo tempos depois, e uma oportunidade de provocar reflexões sobre as mudanças que houve no decorrer desses quase 5 anos.

### **O pensamento revolucionário e a revolução francesa**

---

<sup>12</sup> Assistente Social graduada pela Universidade Federal de Ouro Preto, pós-graduanda em residência multiprofissional na Saúde da Família pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens. Email: ana22servicosocial@gmail.com.

Realização:



Apoio:





O mundo em que vivemos hoje, apesar de suas inúmeras desigualdades territoriais, linguísticas, políticas, econômicas, culturais e étnicas, é dominado por um sistema consolidado há aproximadamente 200 anos: o Modo de Produção Capitalista, tão glorificado por uns que, mesmo ignorando/desconhecendo o lugar que ocupam nesse sistema, acreditam que ele é o único possível e o melhor; e repugnado por outros, que visualizam um outro modo de organização da vida material e imaterial. Para que se chegasse ao que hoje conhecemos como capitalismo, foi necessária a construção de um movimento que reorganizasse, de modo geral e estrutural, a produção e reprodução da vida na época, ou seja, uma revolução.

Lembrando que esse movimento se deu principalmente na França do século XVIII onde o modo predominante de se organizar era o feudalismo, num contexto que não existia possibilidade de ascensão social ou qualquer outra mudança de posição: quem nascia servo morreria servo e quem nascia clero morreria clero. Essa mudança iniciou-se com os comerciantes “dispersos que se moviam com dificuldade na sociedade feudal rigidamente hierarquizada (Konder, 2000, p. 11)”. A burguesia foi se desenvolvendo para além das barreiras das três classes (clero, nobreza e servos), em meio à dominação territorial da Igreja que obtinha pedaços de terras dos senhores feudais para que eles ganhassem um espaço no céu.

A sociedade capitalista foi uma necessidade para a burguesia e, para que se construísse e realizasse a Revolução Burguesa, era necessário que se convencessem os trabalhadores, que eram os camponeses das áreas rurais e as massas pobres das cidades, ou seja, a grande maioria da população para realizar a “reação feudal”. A burguesia se apoiou no liberalismo clássico e num manifesto contra os privilégios da nobreza, apresentou aos camponeses uma possibilidade de libertação da opressão. Um marco dessa revolta foi a queda da Bastilha, uma prisão que representava o poder e autoridade e foi tomada como início da libertação, na qual o povo tomou o armamento que assegurava sua repressão. Foi cunhado um ideário firmado em três pilares: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que tem como modelo central o filósofo alemão Hegel, que trouxe as categorias essenciais da tradição progressista ao pensamento revolucionário.

A Revolução Francesa de 1789 não foi apenas uma revolução, *foi a grande revolução burguesa*, pois trouxe mudanças estruturais e necessárias para aquele momento em que tudo era estagnado, que se espalharam por vários países e mudando o rumo da história, inclusive ecoaram na libertação da América Latina. Eric J. Hobsbawm, em seu livro “A Era das Revoluções” traz elementos que mostram a importância dessa revolução:

Se a economia do mundo do século XVIII foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas idéias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política européia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi em grande parte a luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda incendiários de 1793. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu as civilizações que tinham até então resistido as ideias europeias inicialmente através da influência francesa. Esta foi a obra da Revolução Francesa (Hobsbawm, 2006, p. 83-84).

Realização:



Apoio:





Hobsbawm argumenta que as consequências desse movimento foram profundas e traz três pontos fundamentais para se pensar: o primeiro é o fato de que ocorreu no Estado mais populoso e poderoso da Europa: os franceses eram  $\frac{1}{5}$  da população. Em segundo, “ela foi, diferentemente de todas as revoluções que a precederam e a seguiram, uma revolução social de massa, e incomensuravelmente mais radical do que qualquer levante comparável” (Hobsbawm, 2006, p. 84). Foi protagonizada por homens e mulheres pobres de Paris, insatisfeitos com o reinado e suas classes e afetados pela fome, mudou o regime político, inspirou o nacionalismo e instituiu a França como um país, além de ter abolido o absolutismo do mundo. Em terceiro, foi a única revolução ecumênica até então (e laicizou o Estado, tirando o poder da Igreja): as outras tiveram um caráter religioso. A Revolução Inglesa, por exemplo, começou a partir da Reforma protestante (com Lutero traduzindo a bíblia do latim para o alemão), e culminou no protestantismo.

### **A decadência do pensamento burguês e a destruição da razão**

Ao comprar a ideia de revolução, os camponeses e massas pobres tinham os mesmos objetivos que a burguesia, que eram acabar com o poder e dominação da Igreja e da nobreza, isso os unia: “‘O povo’ identificado como ‘a nação’ era um conceito revolucionário, mais revolucionário que o programa liberal-burguês que pretendia expressá-lo. Mas era também uma faca de dois gumes” (Hobsbawm, 2006, p. 92).

Aqui cabe a expressão “o feitiço se virou contra o feiticeiro”, pois a arma usada para se fazer a mudança se tornou uma ameaça, e as promessas não entregues, de liberdade, igualdade e fraternidade, serviram como gatilho para um despertar da classe trabalhadora e mostraram as verdadeiras ânsias da burguesia: a liberdade, na verdade, era de comércio e econômica, de ser livre para vender e comprar a força de trabalho. A igualdade era perante a Lei, puramente formal e “as profissões estavam igualmente abertas ao talento” (Hobsbawm, 2006, p. 91). A fraternidade na verdade era só entre as classes dominantes, para a propriedade privada dos meios de produção.

As principais lutas começaram a se dar entre a burguesia e o proletariado, que passou a se enxergar enquanto classe antagonista à dominante e a adotar uma perspectiva de emancipação. Desde então se institui o processo de decadência da burguesia: ideológica, política, econômica, filosófica e social, um período contrarrevolucionário, que tem seu ápice na “Primavera dos Povos”, uma série de conflitos de classe na França em 1848. Carlos Nelson Coutinho mostra como se deu esse processo:

uma radical ruptura, ocorrida por volta de 1830-1848 - é assinalada por uma progressiva decadência, pelo abandono mais ou menos completo das conquistas do período anterior, algumas definitivas para a humanidade. [...] O antagonismo entre progresso e reação, que marca desde as origens a evolução da sociedade burguesa, apresenta, a partir de 1848, um novo aspecto: as tendências progressistas, antes decisivas, passam a subordinar-se a um movimento que inverte todos os fatores de progresso (que certamente continuam a existir) ao transformá-los em fonte do aumento cada vez maior da alienação humana (Coutinho, 2010, p. 21).

Essa decadência se manifesta de várias maneiras, uma delas foi a superação da perspectiva humanista (onde o homem é produto de sua atividade coletiva) e sua substituição pelo individualismo (que entende a vida como atomizada e não coletiva); da perspectiva historicista (uma concepção histórica da realidade) e sua substituição pela apologia da positividade que transformou a história real em algo superficial ou irracional; e da perspectiva da razão dialética (que considera a essência contraditória da realidade) e sua substituição pelo irracionalismo, que se baseia na intuição arbitrária.

Realização:



Apoio:



Todo esse movimento se constitui na miséria da razão, que “considera todos os momentos ontológicos da realidade como incognoscíveis ou irracionais. A ‘miséria da razão’ - seu empobrecimento e extrema formalização - desemboca num agnosticismo que oculta a essência do real” (Coutinho, 2010, p. 51). Esse afastamento e destruição da razão provocaram uma série de consequências que são vistas ainda hoje, como o imediatismo, a fragmentação da ciência em várias especialidades, a burocratização, o individualismo e a superficialidade nas relações e pensamentos.

## **A reprodução do pensamento miserável no Brasil**

Antes de mais nada, precisamos evidenciar que o Brasil tem especificidades que devem ser consideradas: um país colonizado, onde o modo de produção não passou pela fase do regime feudal, e sim escravista colonial, o que desencadeou o processo de dependência e transformou a classe trabalhadora que antes era escrava, passou a ter sua força de trabalho superexplorada. Assim sendo, a burguesia não se formou aos moldes da clássica europeia e, ao não se considerar esses pontos, somos induzidos ao erro da comparação desacertada com países de capitalismo central.

A decadência (suas várias manifestações) se reproduz no Brasil de forma mais intensa que nos países de capitalismo central, e não existiu uma decadência específica da burguesia brasileira, ela já se insere num contexto decadente, através da emersão do Estado Novo em 1930. Nossa classe dominante prioriza se aliar ao internacional, ao “sonho americano”, e, ao se voltar para fora, fica de costas para o próprio país, para a própria realidade.

### **1. A burguesia e a política brasileira**

A burguesia brasileira nasce a partir da oligarquia, com um forte caráter provinciano e rural, e vai se constituindo como uma classe sem qualquer projeto/intenção de emancipação, reforçando a dependência aos países de capitalismo central. Nas palavras de Florestan Fernandes:

a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Ela não assume o papel de *paladina da civilização* ou de instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso, e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto “atraso” quanto do “adiantamento” das populações (Fernandes, 2005, p. 242-243).

Não tivemos uma derrubada de monarquia no Brasil, na realidade o mandonismo predominava, e foram feitos “acordos por cima”, como a Independência e a Proclamação da República, e a burguesia “impôs, desde o início, que fosse no terreno político que se estabelecesse o pacto tácito (por vezes formalizado e explícito) de dominação de classe” (Fernandes, 2005, p. 240).

O que os últimos governos do século XX (nomeadamente Fernando Collor e Fernando Henrique) e os primeiros do século XXI (Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Bolsonaro) fizeram foram contrarreformas (teto de gastos, trabalhista e a previdenciária, por exemplo), ou seja, processos de retiradas dos direitos conquistados, especialmente na Constituição Federal de 1988, resultado das grandes mobilizações populares protagonizadas pelos estudantes e movimentos sociais, em conjunto com os trabalhadores.

Realização:



Apoio:



O Partido dos Trabalhadores (PT) foi tolerado pela burguesia por 13 anos, e quando não era mais possível se estabelecer uma conciliação, uma relação de “ganha-ganha”, foi expulso. E, como bem coloca Iamamoto, “o bloco dominante vem seccionando o orçamento público em favor das finanças, de interesses particularistas das várias frações do capital e dos proprietários fundiários” (Iamamoto, 2017, p. 75).

Sem partidarismo: o que o aparelho midiático burguês, em conjunto com as elites econômica e política fizeram no processo de impeachment contra Dilma Rousseff, então presidente da República, em 2016 foi um golpe à democracia, que culminou num show de horrores marcado por declarações absurdas na Câmara dos Deputados. Isso mostra como funciona a democracia burguesa brasileira, um espaço político que só pode ser invocado ou “a partir de cima e de dentro” ou pela via da “oposição consentida” (FERNANDES, 2005), num verdadeiro jogo de interesses.

## **2. Direita x esquerda e o uso da Internet nas suas disputas ideológicas e políticas**

O capitalismo, movimentado e sustentado pelas crises cíclicas e inerentes à sua própria existência, vale-se de ferramentas de controle social para reafirmar e manter sua dominação, e uma delas, que tem ganhado um espaço e importância significativos, é a manipulação de dados e opiniões pela Internet.

O documentário “O dilema das redes”, de Jeff Orlowski (2020), reproduzido na Netflix, mostra, com depoimentos de pessoas que trabalharam para as empresas donas das principais redes sociais da atualidade e perceberam como funcionam na realidade, como os próprios usuários passaram a ser controlados e monitorados por esses aplicativos. Existem numerosos relatos de pessoas que, ao abrirem redes sociais, se depararam com anúncios de produtos que não foram pesquisados na Internet, mas mencionados em conversas presenciais. Existe também uma crescente ameaça à democracia, interferência em processos eleitorais, derrubadas de governos, além de uma exposição de manifestações racistas e terroristas que ganham mais e mais adeptos.

Em vídeo intitulado “A Internet é o novo ópio do povo?”, disponibilizado no canal da Boitempo, no *YouTube*, Mauro Iasi (2020), em seu Café Bolchevique, dialoga com o documentário e com as questões que ele coloca para serem pensadas, trazendo uma perspectiva marxista, mostrando como essas empresas são essenciais ao capital, nas esferas da acumulação, lucro, consumo e manipulação das massas, ocultando quem está por trás disso. Ele lembra que a manipulação política está interligada e evidente em vários acontecimentos pelo mundo, e que a imagem do extremo centro é colocada como uma forma de tirar da extrema direita a sua responsabilidade sobre esses processos, visando normatizar eticamente o capital.

Por não ser “terra de ninguém” e de todos ao mesmo tempo, a Internet é um espaço ocupado por visões de mundo distintas e antagônicas: reacionária, que pede a volta de uma sociedade já superada, a conservadora, que quer manter a sociedade como é (em especial seus privilégios), e a revolucionária, que tem um projeto de um novo modelo de sociedade, que só poderá se firmar após a supressão da ordem vigente. Hobsbawm já indicava:

Em resumo, a principal forma da política revolucionária burguesa francesa e de todas as subsequentes estava agora bem clara. Repetidas vezes veremos moderados reformadores da classe média mobilizando as massas contra a resistência obstinada ou a contra-revolução. Veremos as massas indo além dos objetivos dos moderados rumo a suas próprias revoluções sociais, e os moderados, por sua vez, dividindo-se e um grupo de esquerda, determinado a perseguir o resto dos objetivos moderados, ainda não alcançados, com o auxílio das massas, mesmo com risco de perder o controle sobre elas (Hobsbawm, 2006, p. 95).

Realização:



Apoio:



Quando se fala em Internet, é quase automático lembrar do que houve antes das eleições presidenciais de 2018, que culminaram na eleição de Jair Bolsonaro à Presidência do Brasil. Ao se reproduzir continuamente, mesmo que em oposição, falas extremamente ofensivas, violentas e preconceituosas dele direcionadas às mulheres, aos negros, aos LGBT+, aos povos originários, se deu o espaço para que pessoas se identificassem e se sentissem representadas com os seus posicionamentos e o colocassem num pedestal, o de “mito”. Deve-se lembrar, também, das pessoas que têm repulsa de qualquer coisa que se associe ao pensamento marxista, mas que em sua maioria na verdade nunca o leram, e dos que votaram nele como única alternativa para acabar com a “corrupção do PT” e o “fantasma do comunismo”.

Aliadas à essa grande exposição (e ao mesmo tempo promoção) dessa figura conservadora, surgem as *fakes news*, termo que ganhou notoriedade na época da candidatura do atual presidente dos Estados Unidos Donald Trump, o que é sintomático, e, ao serem difundidas no Brasil pelas redes sociais (quem não se lembra do *kit gay* do PT?), trazem consequências muito sérias. Um dos casos mais conhecidos de *fake news* foi o de Fabiana de Jesus, que, após ser confundida com um retrato falado divulgado nas redes sociais de uma mulher que sequestrava crianças, sofreu um linchamento que resultou em sua morte, em 2014.

Outro elemento que não deve ser desconsiderado é o crescente (e perigoso) apelo ao moralismo e à religião, aos “valores cristãos” que questiona e desrespeita a laicidade do Estado, que são características marcantes do eleitorado bolsonarista, cuja representação defende, entre outros, a revogação do Estatuto do Desarmamento (num país onde o feminicídio, o racismo e a homofobia tiram vidas diariamente e violentamente), o fim das cotas, são pró-vida (enquanto ainda está sendo gestada, e, depois, que a meritocracia decida) e antiaborto (em qualquer caso) e que tem questionado uma decisão recente de criminalizar a homofobia, ou seja, fundamentalistas religiosos que estão sendo “discriminados” por não poderem mais discriminar.

Há uma polarização na Internet entre qualquer pessoa que se oponha ao governo e às ideias difundidas pelo seu maior representante e aos seus apoiadores, onde o individualismo, o imediatismo e um moralismo irracional, são presentes nos dois lados e o que reina são ofensas como “gado” de um lado e “esquerdista” de outro. A palavra militância perdeu credibilidade e passou a servir como uma ofensa ou desmerecimento.

A esquerda brasileira (que na verdade são várias esquerdas) também teve seus erros: ao dar palco para Bolsonaro e figuras afins, ao se preocupar em demasiado com a cultura do cancelamento e da lacração nos *posts* do *Twitter*, ao não dialogar com a base, ao ser muito academicista, ao cobrar posicionamento de todos sobre os acontecimentos que estão em evidência... há um longo caminho a percorrer para sair da bolha e fazer uma autocrítica.

### 3. O homem burguês e a pandemia de Covid-19

Primeiramente, é necessário determinar: quem é o homem burguês? Somos todos nós. Sim, apesar da estranheza do termo e da espontânea conexão feita mentalmente com a classe burguesa que se faz ao ouvir essa afirmação, somos todos nós, que (sobre)vivemos nessa sociabilidade, condicionados às vontades dos que detêm o poder. Segundo Konder,

uma coisa é o burguês, o proprietário dos grandes meios de produção, o industrial, o empresário, o banqueiro, o grande comerciante. Outra coisa é o

Realização:



Apoio:



“tipo humano”, que a burguesia, no exercício de sua hegemonia, permite que se desenvolva nessa sociedade. O comportamento do burguês como tal corresponde de maneira mais ou menos direta aos grandes interesses da sua propriedade; já os movimentos do homem burguês como “tipo humano” apresentam uma enorme diversidade, uma riqueza bem mais surpreendente de contradições. Em sua abrangência, o homem burguês pode pura e simplesmente adotar e professar valores da burguesia, mas também pode tencioná-los, questioná-los, contestá-los, insurgir-se contra eles (Konder, 2010, p. 15).

Aqui, vamos falar de um homem burguês específico: o trabalhador assalariado que, por muitas vezes, e não por sua culpa, não tem consciência de classe, e aqui vale demarcar a complexidade de se exigir uma criticidade de pessoas que, quando não estão trabalhando estão dormindo para trabalhar, quando não estão preocupados em conseguir arcar com todas as suas necessidades materiais e de suas famílias estão procurando emprego, pessoas que não têm efetivados seus direitos à qualidade em saúde, educação, segurança, saneamento básico, alimentação, habitação, cujo lazer e meio de distração muitas vezes consiste em assistir televisão ou acessar a Internet. É esse homem burguês que, por múltiplos motivos, entre eles a busca de fuga de uma realidade dura, se apegar à religião como uma necessidade de crer em algo, também de entender, mesmo que constantemente de forma distorcida, os problemas e os propósitos da vida:

Como se precisasse de uma repulsa drástica a um “descrente” instalado clandestinamente dentro dele, o homem burguês muitas vezes se impõe a si mesmo uma entrega febril à crença, esquivando-se ao diálogo com *os outros*, *os diferentes*, empenhado (com certa violência espiritual) em forjar a unidade interior que lhe falta (Konder, 2000, p. 61)

Num cenário dominado por uma pandemia da Covid-19, declarada em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e elevadas temperaturas, causadas pela ação humana, o homem burguês cai na armadilha (e leva consigo muitos outros) de tomar como verdade afirmativas rasas e sem explicação comprovada. Assim entra em cena a figura do famoso “tio do zap”, que compartilha esse tipo de desinformação em seus grupos de trabalho, de família, de amigos, no *Whatsapp*.

#### Figura 1 - O Deus do homem burguês

Pessoal não reclamem do calor! Deixa  
Deus Trabalhar, é Deus cuidando de nós,  
o covid 19 suporta só até 36 graus,  
estamos nos 39 graus, vocês não  
perceberam que nunca houve um calor  
tão grande assim, mas o povo está  
acostumado a só reclamar e não vê pelo  
lado Espiritual, Deus está exterminando  
esse vírus maldito. De tanto que nós  
oramos sem parar Deus ouviu nossa  
oração. Fiquem todos com Deus.  
**Compartilhe com  
seus amigos e familiares**

Fonte: *Whatsapp*, 2020.

Esse tipo de mensagem é extremamente perigoso e evidencia a miséria da razão em forma de imediatismo e irracionalidade, mesmo que seja compartilhado sem intenção de causar problemas ou confundir, mas aliviar o sofrimento das pessoas, pois

Realização:



Apoio:





reforça discursos como a desqualificação e deslegitimação da ciência, desresponsabilizando os verdadeiros causadores dessas situações. Nesse sentido, é válido lembrar a fala de Susan B. Anthony, que foi retirada de um *post* do *Facebook*: “Eu desconfio das pessoas que dizem saber qual é a vontade de Deus, pois, geralmente, isso coincide com os próprios desejos dessas pessoas”.

### Considerações finais

Diante de todas as ponderações feitas até aqui, fica à mostra todo um caminho percorrido pelo pensamento burguês e seu papel nas transformações que ocorreram no mundo desde o século XVIII, e como ele ecoou na sociedade brasileira. Com o advento da Internet e, mais recentemente, das redes sociais, houve uma revolução na forma das pessoas se relacionarem, estudarem, trabalharem: familiares e amigos antes afastados se reencontraram, pessoas se conheceram e formaram laços, foi possibilitado um espaço para divulgação de produtos e serviços, para busca de informações para pesquisas e estudos de todas as áreas, mas, como tudo apresenta uma intencionalidade e utilidade para o capitalismo, esses espaços, que na verdade são empresas, se mostraram uma fonte de desinformação e expressão da miséria da razão.

Todos os elementos apresentados aqui são um convite a iniciar uma reflexão, que deve ser contínua, sobre a capacidade do capitalismo de reinventar e adaptar seus procedimentos à atualidade para se manter dominante, usando da manipulação e convencimento do homem burguês.

### Referências

CASTRO, Lana Weruska Silva. Autotutela do século XXI: o linchamento de Fabiane Maria de Jesus. **Jusbrasil**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/autotutela-do-seculo-xxi-o-linchamento-de-fabiane-maria-de-jesus/569150377>>. Acesso em: 20 out. 2025.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, [1975] 2005.

HOBBSBAWM, Erik John. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. 20ª ed. (Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel). São Paulo: Paz e Terra, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche. In: RAICHELIS, Raquel et al. (org.). **A nova morfologia do Serviço Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

IASI, Mauro. **A Internet é o novo ópio do povo?** [S.l.: s.n.], 09 out. 2020. 1 vídeo (24m). TV Boitempo. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=mZ0B4s3wTAM&ab\\_channel=TVBoitempo](https://www.youtube.com/watch?v=mZ0B4s3wTAM&ab_channel=TVBoitempo)>. Acesso em: 20 out. 2020.

KONDER, Leandro. **Os sofrimentos do homem burguês**. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. **A dialética da dependência**. São Paulo: Expressão Popular, 1973.

Realização:



Apoio:





ORLOWSKI, Jeff. **O dilema das redes**. Estados Unidos da América, 9 de setembro de 2020.

Realização:



Apoio:



## **A NOVA FACE DO SISTEMA FINANCEIRO: notas sobre o domínio das gestoras de ativos e impactos sobre a fome**

Keyla M. Gomes Ferreira<sup>13</sup>

Elizete M. Menegat<sup>14</sup>

**Resumo:** O objeto deste artigo é a relação entre o atual crescimento da fome no mundo e a posição dominante das corporações de gestão de ativos na cadeia global de produção de alimentos. Trata-se de um estudo inicial, com vistas a uma aproximação aos dados, às informações e ao debate existente sobre o tema, no interior da teoria crítica. Objetivamente, importa-nos, neste momento, focar na atual constelação do sistema financeiro e sua relação com a concentração da propriedade corporativa na cadeia de produção de alimentos e seus impactos sobre a fome.

**Palavras-chave:** corporações de gestão de ativos; agronegócio; cadeia de produção de alimentos; fome.

**Abstract:** The aim of this paper is the relationship between the current rise in world hunger and the dominant position of asset management corporations in the global food production chain. This is an initial study by the authors of this article, aiming to bring together data, information, and the existing debate within critical theory on the topic. Objectively, we focus on the current constellation of the financial system and its relationship with the concentration of corporate ownership in the food production chain and its impacts on hunger.

**Keywords:** asset management corporations; agribusiness; food production chain; hunger.

### **Introdução**

O objeto deste artigo é a relação entre o atual crescimento da fome no mundo e a posição dominante das corporações de gestão de ativos na cadeia global de produção de alimentos. Trata-se de um estudo inicial, com vistas a uma aproximação aos dados, às informações e ao debate existente sobre o tema no interior da teoria crítica. Objetivamente, importa-nos focar na atual constelação do sistema financeiro e sua relação com a concentração da propriedade corporativa na cadeia de produção de alimentos e seus impactos sobre a fome.

Antes de tudo, consideramos importante inscrever a atual configuração do capital financeiro, crescentemente centralizado nas mãos de poucas e gigantescas corporações de gestão de investimentos, como um dos principais sintomas do momento atual da crise estrutural do sistema capitalista. Embora não seja objetivo deste artigo discutir as características da atual crise do capital, consideramos importante fazer esta breve contextualização do fenômeno da fusão de empresas e da consequente hiperconcentração da propriedade capitalista como um dos principais modos de mitigação dos efeitos da queda das taxas de lucro resultante, em grande parte, do uso crescente e intensivo das tecnologias da última geração. A nova matriz tecnológica associada à 4ª revolução industrial vem alterando significativamente a composição orgânica do capital. Ao acentuar o peso do trabalho morto em relação ao trabalho vivo,

<sup>13</sup> Assistente Social. Mestre em Serviço Social pelo PPGSS/UFJF; E-mail: keylagomessso@gmail.com

<sup>14</sup> Arquiteta. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social e Docente Permanente do PPGSS/FSS/UFJF; E-mail: elizete.menegat@ufjf.br

Realização:



Apoio:



a revolução tecnológica em curso incide sobre a redução do valor das mercadorias, promovendo mudanças profundas sobre a dinâmica global do capitalismo.

O controle crescentemente concentrado do capital global por um punhado de poderosos gestores de investimentos, que têm como único objetivo a valorização do valor nestes tempos de crise agônica, encontra-se diretamente vinculado aos riscos reais de destruição das condições de reprodução da vida em todo o planeta. Os efeitos desta destruição estão por toda a parte e podem ser cotidianamente observados nas tragédias resultantes da devastação ambiental produzida pelo agronegócio e pela mineração, ou pelas guerras intermináveis financiadas, em boa parte, por esses mesmos atores. Para os nossos objetivos neste estudo, interessa-nos conhecer como o sistema hegemônico de produção de alimentos vem acentuando as já profundas e irreversíveis camadas de famintos que brotam das sucessivas ondas de expansão da desigualdade social e racial.

A fome parece sempre ter existido, em algum momento, em todos os tipos de sociedades. Porém, com o advento do capitalismo e, especialmente, na atual fase da sua crise estrutural, a fome adquiriu uma magnitude global e permanente nunca antes observada na história da humanidade. A fome tornou-se, no século XXI, um fenômeno globalizado produzido por um sistema de megacorporações que vem, por um lado expropriando em todos os continentes as terras dos últimos grupos humanos tradicionalmente dedicados à produção de alimentos para a subsistência e não para o mercado. Nesse sentido, o denominado complexo agroindustrial estimula a crescente concentração de terra nas mãos de poucas corporações transnacionais. Por outro lado, as formas dominantes de produção de alimentos pelas corporações do agronegócio vêm contribuindo decisivamente para acelerar mudanças climáticas, provocando incêndios, secas e enchentes de dimensões catastróficas. Como resultado, massivos contingentes humanos vêm sendo submetidos a deslocamentos forçados, sendo confinados nas periferias das cidades ou nos campos de refugiados, onde a fome tornou-se uma constante.

### **Donos do mundo: corporações de gestão de ativos e concentração da propriedade corporativa**

A crise estrutural do capitalismo que emergiu nos anos 1970 desencadeou, nas duas décadas seguintes, um impressionante movimento de concentração de capitais, com base em aquisições e fusões de grandes empresas. Este processo de centralização e concentração de capitais foi totalmente intermediado pelo sistema financeiro que tornou possível as novas condições para a criação de megaempresas dotadas de elevada capacidade de competição e expansão transnacional dos seus meganegócios. Não se pode deixar de mencionar que, também nos anos 1980-90, ocorria a emergência do neoliberalismo como ideário de gestão política e econômica desta crise de dimensões estruturais. Como medidas supostamente dirigidas ao enfrentamento da crise de valorização dos capitais, o receituário político-econômico do neoliberalismo prescreveu, entre outras medidas, a desregulamentação do sistema financeiro, a privatização de empresas estatais, a pilhagem dos fundos públicos para salvar capitais à beira do colapso e o incentivo para formação de grandes conglomerados econômicos. Tudo isto, como se sabe, foi acompanhado pelo enxugamento drástico dos gastos com políticas sociais e de seguridade.

Em um estudo recente, Albina Gibadullina (2024), pesquisadora do Departamento de Geografia da University of British Columbia, no Canadá, observou que, nas décadas de 1980 e 1990, justamente durante as duas primeiras décadas desta crise mundial, houve um crescimento desproporcional da participação do sistema financeiro na economia dos EUA. Segundo a autora, foram especialmente as empresas

Realização:



Apoio:



do setor financeiro especializadas em fundos de investimento dos EUA que cresceram de forma destacada.

Estas empresas do setor financeiro vieram se tornar, nas décadas posteriores, as maiores acionistas de importantes corporações americanas e globais, com trilhões de dólares sob seu controle e decisão de investimento. Especialmente a partir dos estremecimentos da crise ocorridos em 2008, o sistema financeiro sofreu, ainda, novas mudanças profundas em relação aos anos 1980-90. Nesse sentido, essa nova fase foi conceitualmente demarcada com a expressão “novo capitalismo financeiro”, proposta em 2008, pelo professor Gerald F. Davis, como lembra Gibadullina (2024)

Segundo Davis, a concentração, sem controle, de propriedades, na forma de propriedade corporativa, é um dos aspectos essenciais que caracteriza esta nova fase da financeirização: a fase da ascensão das corporações de gestão de ativos. Gibadullina (2024) busca referências em Gerald F. Davis para referir-se ao novo movimento, sem paralelo na história do capital, de concentração da propriedade corporativa:

Com base na análise de Rudolf Hilferding do capitalismo financeiro no início do século 20, Gerald F. Davis cunhou o termo “novo capitalismo financeiro” para descrever um sistema de propriedade corporativa que começou a surgir na década de 1990 nos Estados Unidos, no qual “um pequeno número de fundos de investimento se encontra com posições substanciais de propriedade em centenas de corporações simultaneamente” (Gibadullina, 2024, n/p).

Fitchner e outros (2017) igualmente observam que o capitalismo financeiro vive uma nova fase, historicamente única. Encontra-se em curso a consolidação de um novo paradigma de concentração da propriedade do capital. Estes autores concordam que a concentração da propriedade por poucas corporações financeiras ganhou amplitude ainda maior após a crise de 2008. Desde então, uma quantidade cada vez menor de empresas passaram a ter crescente domínio sobre quantidades de terra e riquezas cada vez maiores.

De acordo com os resultados de sua pesquisa, Gibadullina (2024) afirma que mais da metade do total de empresas listadas, no nível global, são atualmente propriedade de empresas do setor financeiro (fundos de investimento, gestores de ativos, bancos):

Em 2018, 55% do patrimônio global pertencia a vários intermediários financeiros (incluindo 27% por fundos mútuos e de pensão), seguidos por 16% de propriedade de empresas não financeiras, 6% do governo e outros 6% de indivíduos e fundações, com os 16% restantes do patrimônio não tendo nenhum acionista identificável.

E, especificamente, sobre a propriedade de empresas americanas, a pesquisa da autora registra que “os denominados intermediários financeiros atualmente detém cerca de 60% da propriedade das empresas listadas nos EUA — um salto significativo em relação aos 3% em 1945” (Gibadullina, 2024, n/p).

Tudo indica que, pelo menos a partir de 2008, no interior do denominado setor financeiro como um todo, os tradicionais bancos comerciais ou de investimento deixaram de ser os intermediários financeiros mais poderosos. Esse lugar é hoje ocupado pelas corporações de gestão de ativos, as quais concentram “quantias de capital historicamente sem precedentes”. A autora acrescenta que o modelo atual de financeirização tem produzido uma interdependência muito mais profunda, do que em épocas anteriores, entre o capital industrial e o financeiro. Setores tais como o agronegócio, a indústria de produtos alimentícios, os serviços de saúde, a indústria imobiliária e a mineração, por exemplo, são altamente impactados pelo atual crescimento da participação acionária das corporações de gestão de ativos (Gibadullina, s/d).

Realização:



Apoio:



As três principais corporações de gestão de ativos reconhecidas como as "Três Grandes" (BlackRock, Vanguard Group e State Street Global Advisors), tornaram-se as maiores acionistas do mundo. Juntas elas atualmente controlam e comandam investimentos em torno de US\$ 20 trilhões. Este montante é 10 vezes superior ao PIB do Brasil (cerca de US\$ 2 trilhões) e aproxima-se do PIB dos EUA (cerca de US\$ 27 trilhões).

### **Domínio das “três grandes” corporações de gestão de investimentos na cadeia de produção de alimentos**

A concentração da propriedade financeira nas últimas duas décadas foi principalmente impulsionada pela proliferação dos denominados fundos de índice (ETF's - Exchange Traded Funds), com destaque para as "Três Grandes" que "passaram a ocupar uma posição estrutural na rede global da propriedade corporativa". Uma vez que BlackRock, Vanguard Group e State Street Global Advisors são os três maiores acionistas do mundo, suas atividades podem servir como um indicador dos desempenhos futuros da economia no cenário global (Peres, 2024).

Como proprietárias de frações significativas de ações de importantes corporações transnacionais, as "Três Grandes" vêm desempenhando um papel decisivo sobre as atividades econômicas dessas corporações, influenciando decisivamente a economia global como um todo:

Essas megaempresas financeiras não apenas possuem grandes fatias acionárias, mas também exercem poder direto sobre decisões corporativas, alinhando estratégias empresariais aos seus interesses financeiros, o que reduz a concorrência e fortalece o movimento de concentração de propriedade (Gibadullina, 2024, n/p).

As três maiores acionistas do mundo, as "Três Grandes", têm investimentos em 81% das empresas listadas nos EUA. E, segundo as pesquisas de Fichtner e outros (2017), as "Três" eram, em 2017, as principais acionistas de 88% das 500 maiores empresas americanas. As "Três Grandes" encontram-se, também, entre os 10 maiores acionistas da Europa e do Leste da Ásia. Dado o seu poderio econômico, essas gestoras de ativos controlam decisões estratégicas de corporações em escala mundial, impactando mercados, políticas e sociedades. O seu elevado poder de pressão pode ser atestado nesta declaração de Larry Fink, CEO da BlackRock: "como um indexador, nossa única ação é nossa voz. E então estamos tendo um diálogo mais ativo com nossas empresas e estamos impondo mais daquilo que achamos que é correto" (Peres, 2024).

Paradoxalmente ao processo em curso de concentração de capital, em torno de 25% da humanidade atualmente passa fome. A escala mundial da fome parece não decorrer da falta de produção de alimentos, mas, antes, da forma como a cadeia de produção de alimentos é, na atualidade, controlada por um pequeno grupo de corporações cujo objetivo é exclusivamente a obtenção de lucros.

Segundo a Forbes, as maiores corporações do sistema de produção de alimentos eram em 2023: Nestlé, AB InBev, Pepsi, Danone, General Mills, Mondelez, Tyson Foods, JBS e Kraft-Heinz. As 10 principais empresas do ramo controlavam, em 2023, US\$ 3,7 trilhões (R\$ 18,2 trilhões) do mercado (Forbes Brasil, 2023).

Conforme pesquisa recentemente realizada pelo O Joio e o Trigo, as três maiores gestoras de ativos do mundo têm participação destacada em 21 das 31 corporações que dominam o sistema global de produção de alimentos. E, as três juntas, BlackRock, Vanguard Group e State Street Global Advisors "têm as maiores fatias sobre 16 dessas empresas – entre elas, Coca-Cola, Pepsico, Tyson Foods (do setor de carnes) e Bunge (gigante do setor de grãos)" (Peres, 2024).

Realização:



Apoio:



Ou seja, as “Três Grandes” comandam metade das corporações da cadeia de produção de alimentos, responsáveis desde a produção agrícola até o supermercado. Elas dominam desde a produção de sementes, fertilizantes, agroquímicos e maquinário agrícola até o processamento, a distribuição e o varejo dos alimentos. Dada a sua significativa participação acionária nas corporações que produzem alimentos, as três maiores acionistas do mundo têm poder para pressionar constantemente por resultados financeiros superiores. Isso se traduz na imposição de estratégias para redução de custos, aumento de eficiência e expansão de mercados, frequentemente desprezando práticas sociais e ambientais responsáveis. Elas exigem métodos de produção padronizados com impactos ambientais e sociais desastrosos, tais como desmatamentos, concentração de terras, monocultura, utilização de tecnologias destrutivas, trabalho análogo à escravidão, eliminação de pequenos produtores, expropriação da terra de posseiros e últimos remanescentes de povos indígenas, agravando a miséria rural e urbana (Van der Ploeg, 2021) e (Peres, 2022).

Sob comando exclusivo dos interesses das corporações do agronegócio, grandes extensões de terra e recursos naturais são direcionados para a produção de commodities, biocombustíveis ou ração animal, em vez de alimentos para atender o consumo humano. O interesse puramente econômico das corporações da cadeia de produção de alimentos e seus investidores produz pressão, também, sobre governos para reduzir impostos, flexibilizar leis trabalhistas e ambientais e garantir subsídios e incentivos fiscais. (Peres, 2022). Esses fatores colocam o retorno ao investidor acima de considerações sociais, ambientais e de segurança alimentar, reforçando o poder dessas empresas sobre o sistema de produção de alimentos global (Van der Ploeg, 2021).

Peres (2024) destaca o fenômeno da “participação acionária horizontal”, em que esses fundos possuem ações relevantes em concorrentes do mesmo mercado, reduzindo a competição e fortalecendo oligopólios. A “participação acionária horizontal” permite que investidores controlem várias empresas do mesmo setor, minando a concorrência e favorecendo a formação de mercados altamente concentrados, o que facilita a manipulação de preços e a elevação de margens de lucro. Como se sabe, o único objetivo por trás do domínio das corporações na cadeia de produção de alimentos é a busca por lucros crescentes. Com esta expectativa, essas megaempresas buscam consolidar posições oligopólicas, adquirindo ou eliminando concorrentes menores.

Essa concentração tem impactos negativos para a alimentação saudável, pois as corporações dominantes, por exemplo, impulsionam a produção e o consumo de alimentos ultraprocessados, associados a doenças crônicas como obesidade, doenças coronárias, diabetes e câncer. A pressão por reduzir custos leva à substituição de ingredientes integrais por derivados menos nutritivos, agravando problemas de saúde pública. Há forte incentivo financeiro para ampliar o consumo de ultraprocessados, cada vez mais acessíveis e baratos, que oferecem margens de lucro maiores devido ao baixo custo dos ingredientes e à facilidade de padronização e distribuição em larga escala (Van der Ploeg, 2021).

Dada a importante participação acionária nas maiores corporações do setor de produção alimentar, as Três - BlackRock, Vanguard Group e State Street Global Advisors - exercem influência decisiva sobre as empresas-chave da cadeia produtiva global de alimentos, o que lhes permite controlar e moldar o mercado de forma significativa.

A BlackRock, a maior das três, investe em empresas como PepsiCo, Kellogg, Bunge, Monsanto, Syngenta e a brasileira JBS. Esta megaempresa tem controle sobre todas as etapas da produção e de distribuição de alimentos, inclusive sobre a propriedade de terras agrícolas. Com participação relevante em várias etapas da cadeia de produção alimentar, desde insumos até processados, a BlackRock tem papel importante no processo de determinação de aumentos nos preços dos alimentos e tem

Realização:



Apoio:





poder real de pressão por fusões e aquisições, reforçando seu controle do mercado e reduzindo a concorrência. A megagestora oferece portfólios que prometem retornos de até 30% em cinco anos, atraindo investidores para o setor de produção de alimentos e ampliando seu poder financeiro sobre o sistema de produção alimentar global.

Em síntese, a produção global de alimentos concentrada nas mãos de “Três Grandes” gestoras financeiras torna a oferta global de alimentos mais suscetível a catástrofes ambientais e colapsos econômicos, aumentando o risco de fome em massa (Monbiot, 2022).

### **Colapso do sistema alimentar global**

Apesar do poder que detém, essas corporações são financeiramente frágeis, operando sobre uma economia de bolhas, sustentada por altos níveis de endividamento. 7 Apenas quatro culturas (trigo, arroz, milho e soja) representam quase 60% das calorias plantadas no mundo e sua produção está concentrada nas mãos de poucas corporações e países. A dependência de cadeias globais de suprimentos e de crédito expõe a cadeia de produção de alimentos a riscos sistêmicos, como interrupções logísticas, crises financeiras e catástrofes climáticas (Monbiot, 2022).

As corporações do agronegócio e da indústria alimentícia utilizam tecnologias de ponta, quase autômatas, e, portanto, apresentam taxas tendencialmente declinantes de mais-valor. Com o objetivo de compensar efeitos da perda de valorização dos produtos, o setor busca elevar a produtividade a novos patamares, o que exige novo endividamento. Portanto, o setor parece encontrar-se permanentemente ameaçado pela sua própria fragilidade financeira e pelos impactos destrutivos de seu modelo produtivo. A concentração de poder e a dependência de fluxos financeiros globais tornam o sistema vulnerável a crises, com graves consequências para a segurança alimentar e o meio ambiente. Considerando, também, que a terra, concentrada nas mãos de poucos, é mercadoria extremamente especulativa para o mercado oligopolizado do setor de produção de alimentos, estima-se que no curto prazo venha a ocorrer, em nível global, um agravamento da situação da insegurança alimentar e seu estágio mais agressivo, a fome (Monbiot, 2022; Van der Ploeg, 2023).

No artigo "O mundo à beira da grande crise alimentar", o autor alerta que a cadeia de produção de alimentos global está diante da iminência de um colapso semelhante ao da crise financeira de 2008: "A indústria alimentar está se tornando parelha ao sistema financeiro, ampliando o que os cientistas chamam de "densidade de rede" do sistema, tornando-o mais suscetível à falência em cascata" (Van der Ploeg, 2023, n/p).

O aumento recente da fome e da inflação dos alimentos é um sintoma dessa instabilidade sistêmica. Embora muitos atribuam a crise alimentar à pandemia e à guerra na Ucrânia, o autor aponta que as causas são mais profundas e encontram-se relacionadas à dominação das corporações do agronegócio sobre toda a cadeia global de produção e comércio de alimentos.

Algo provoca calafrios naqueles que estudam o sistema alimentar global. Nos últimos anos, assim como no sistema financeiro dos anos 2000, nós-chave do sistema alimentar expandiram-se, seus links tornaram-se mais fortes, as estratégias de negócios convergiram e se sincronizaram, e as características que poderiam impedir o colapso sistêmico ("redundância", "modularidade", "interruptores de circuitos" e "mecanismos de bescape") foram eliminadas expondo o sistema a choques capazes de provocar contágio global. (...) e esta série crescente de choques de contágio, exacerbada pela especulação financeira está conduzindo ao aumento da fome global (Monbiot, 2022, n/p).

Conforme o autor, essas corporações concentram poder e controle, tornando o sistema de produção de alimentos vulnerável a choques e falhas em cascata, como

Realização:



Apoio:



ocorreu no sistema financeiro em 2008. A estrutura altamente oligopolizada reduz a resiliência do sistema de produção de alimentos, expondo-o à possibilidade de colapso. O texto sugere que o mundo está diante da possibilidade concreta de ocorrência, no curto prazo, de uma crise alimentar severa, com impactos sociais, econômicos e ambientais de grande escala (Monbiot, 2022).

Como vimos, as “Três Grandes”, BlackRock, Vanguard Group e State Street, controlam participações acionárias relevantes em metade das maiores corporações do sistema de produção de alimentos global, o que cria um mercado oligopolizado com pouca competição real. Essa concentração reduz a dinâmica do mercado e favorece práticas que mantêm o poder dessas grandes gestoras, em detrimento de concorrentes menores.

Para manter a rentabilidade exigida pelos investidores, as “Três Grandes” pressionam a redução de custos, o que pode resultar em violações trabalhistas, redução de salários, demissões e evasão fiscal. O agravamento da fome e da insegurança alimentar está também diretamente associado à concentração permanente da propriedade da terra pelas corporações do agronegócio e pelas corporações da gestão de ativos. As contínuas ondas de expropriação de posseiros e pequenos produtores de suas bases fundiárias gera novos contingentes de miseráveis que se somam aos já existentes nas periferias das cidades (Peres, 2022).

De acordo com Sand (2022) e Ziegler (2013), os novos “Barões da Alimentação” atuam como “inimigos” do direito ao alimento, visto que para essas corporações gigantescas, a crescente especulação de terras atende aos colossais mercados domésticos e internacionais:

Após a crise alimentar de 2008, muitos países ricos em capital, mas pobres em terras, como os países do Golfo ou alguns com grande densidade demográfica como a China e a Índia, começaram a comprar ou arrendar terras em grande escala em outros países para abastecer de alimentos (cereais ou carne). O objetivo é uma menor dependência em face das flutuações dos mercados e responder à crescente demanda interna. No alvorecer de uma nova crise alimentar, em 2011, paralelo ao crescimento das aquisições fundiárias com fins especulativos, a terra tornou-se um valor seguro, um valor-refúgio, frequentemente mais rentável que o ouro (Ziegler, 2013, p. 301).

## Considerações finais

A existência e o domínio das corporações na cadeia alimentar global estão diretamente ligados ao agravamento da fome, não por falta de alimentos, mas pela concentração de poder, interesses financeiros e pela lógica de mercado que excluem milhões do acesso à alimentação adequada. O controle concentrado do mercado alimentar representa um risco sistêmico que ameaça a diversidade econômica, a saúde pública, a justiça social e a sustentabilidade ambiental, podendo levar a uma crise alimentar global de grandes proporções.

Para enfrentar a fome, é fundamental repensar a estrutura de poder no sistema alimentar, promovendo a diversidade produtiva, a descentralização, a agroecologia, a soberania alimentar, com modelos justos e sustentáveis de produção e distribuição.

## Referências

ALMEIDA, Ana Carolina de Paula; BARRETO, Yasmin Antezana. **Agronegócio, pobreza e insegurança alimentar no Brasil**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Realização:



Apoio:



BlackRock: tudo sobre a maior gestora de ativos do mundo. **InfoMoney**. 30 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/guias/blackrock-historia-da-gestora>>. Acesso em: 09 mar. 2025

CAIZAN, Fernando. 23 milhões de pobres vivem com menos de R\$ 7/dia no Brasil. **CPS.FGV**. 2022. Disponível em: <<https://www.cps.fgv.com.br/cps/bd/clippings/zc1267.pdf>>. Acesso em: 20 jun. de 2025.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. (Trad. Silvana Finzi Foá), São Paulo, Xamã, 1996.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELHAUGE, Einer R., The growing problem of horizontal shareholding. **Antitrust Chronicle**, v. 3, June, 2017, Competition Policy International, Harvard Public Law Working Paper No. 17-36, Available at: <<https://ssrn.com/abstract=2988281>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

ESTANISLAU, Lucas. Agronegócio aprofunda a dependência e o endividamento do Sul Global, diz coordenadora da Via Campesina. **Brasil de Fato**. 11 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/11/agronegocio-aprofunda-a-dependencia-e-o-endividamento-do-sul-global-diz-coordenadora-da-via-campesina>>. Acesso em: 15 abr. de 2025.

FACHINI, Tiago. Lei antitruste: guia completo da Lei 12.519/11. **Projuris: Plataforma de Inteligência Legal**. 2024. Disponível em: <<https://www.projuris.com.br/blog/lei-antitruste/>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

FICHTNER, Jan; HEEMSKERK, Eelke M.; GARCIA-BERNARDO, Javier. Hidden Power of The Big Three: Passive index funds, re-concentration of corporate ownership, and new financial risk. **Business and Politics**. 2017. Disponível em <<https://www.cambridge.org/core/journals/business-and-politics/article/hidden-power-of-the-big-three-passive-index-funds-reconcentration-of-corporate-ownership-and-new-financial-risk/30AD689509AAD62F5B677E916C28C4B6>>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FILHO, Calixto Salomão. A luta contra monopólio e cartéis: fracassos e perspectivas. **Consultor Jurídico**. 09 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-nov-09/defesa-concorrenca-luta-monopolios-carteis-fracassos-perspectivas/>>. Acesso em: 05 jun. 2025.

FORBES BRASIL. **Forbes Global 2000**: 10 maiores empresas de alimentos faturam US\$ 523 bi. 2023. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbesagro/2023/06/forbes-global-2000-10-maiores-empresas-de-alimentos-faturam-us-523-bilhoes/>>. Acesso em 12 mar. 2025.

GIBADULLINA, Albina. **Who owns the means of production: uneven geographies of financialization**. Department of Geography, University of British Columbia, s/d. Disponível em: <<https://www.cs.ubc.ca/~tmm/courses/547-20/projects/albina/final-report.pdf>>. Acesso em 27 jun. 2024.

GIBADULLINA, Albina. Quem possui e controla o capital global: desigualdades espaciais do capitalismo de gestão de ativos. **A terra é redonda**, 30/07/2024. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/quem-possui-e-controla-o-capital-global/>>. Acesso em 24 jun. 2025.

LEITE, Sergio Pereira; SAUER, Sergio. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 3, p. 3-254, 2012.

Realização:



Apoio:



MONBIOT, George. O mundo à beira da grande crise alimentar. **Outras Palavras**, 19 maio de 2022. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/o-mundo-a-beira-da-grande-crise-alimentar/>>. Acesso em 20 jun. 2025.

NERI, Marcelo; HECKSHER, Marcos. **A montanha-russa da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022.

NERI, Marcelo. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022.

PERES, João. Mercado financeiro: três empresas controlam metade das corporações do sistema alimentar. **Brasil de Fato**, 06 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/06/mercado-financeiro-tres-empresas-controlam-metade-das-corporacoes-do-sistema-alimentar>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

PERES, João. Fundo do agro impulsiona desmatamento, escravidão e grilagem. **O joio e o trigo**. 2022. Disponível em: <Fundos do agro impulsionam empresas com histórico de desmatamento, escravidão e grilagem>. Acesso em: 2 jun. 2025.

RELATÓRIO do Banco Mundial: Quase metade do mundo vive com menos de USD \$5.50 por dia em 17 de outubro de 2018. **World Bank Group**. Disponível em : <<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2018/10/17/nearly-half-the-world-lives-on-less-than-550-a-day>> Acesso em : 20 jan. 2025.

SHAND, H. e outros. **Barones de la alimentación 2022**: Lucro con las crisis, digitalización y nuevo poder corporativo. p. 1- 158, ETC Group, 2022.

STATE STREET GLOBAL ADVISORS. **Wikipedia**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/State\\_Street\\_Global\\_Advisors](https://en.wikipedia.org/wiki/State_Street_Global_Advisors)>. Acesso em: 10 de jan. 2025.

VAN DER PLOEG, Jan D. A tormenta que ameaça o agronegócio global. **CEDEFES**. 2021. Disponível em: <[cedefes.org.br/a-tormenta-que-ameaca-o-agronegocio-global/](http://cedefes.org.br/a-tormenta-que-ameaca-o-agronegocio-global/)>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa geopolítica da fome**. (Trad. José Paulo Netto). São Paulo: Cortez, 2013.

ZIEGLER, Jean. **Ódio ao ocidente**. (Trad. Marcelo Mori, Maria Helena Tyminski, Marciara de Oliveira). São Paulo: Cortez, 2011.

Realização:



Apoio:



## CRISIS CAPITALISTA Y CONCIENCIA DE CLASE EN UN CONTEXTO DE ALTA DESIGUALDAD

Recaredo Gálvez Carrasco<sup>15</sup>

**Resumo:** A crise nas relações sociais pode surgir do sistema de troca, onde a desigualdade estrutural entre compradores e vendedores gera conflitos. Essa desigualdade está presente nas estruturas econômicas e de poder, inviabilizando a participação política deliberativa por parte de agentes estatais ou empresariais. A ausência de consciência de classe dificulta a construção de alternativas transformadoras. Este texto analisa o caso chileno, com foco na seguridade social, especialmente nos sistemas de saúde e previdência, em um contexto de crescente despolitização. Utilizando um enfoque crítico vinculado à tradição marxista, são apresentadas reflexões sobre os efeitos da crise capitalista e caminhos possíveis para enfrentá-la.

**Palavras-chave:** Desigualdade estrutural, Seguridade social, Consciência de classe

**Abstract:** The crisis in social relations may originate within the exchange system, where structural inequality between buyers and sellers creates tensions. This inequality is embedded in economic and power structures, limiting deliberative political participation by state or corporate actors. The lack of class consciousness prevents the development of transformative alternatives. This paper analyzes the Chilean case, focusing on health and pension systems within a context of increasing depoliticization. Using a critical approach grounded in the Marxist tradition, it presents reflections on the effects of capitalist crisis and explores potential strategies for overcoming it through collective awareness and structural transformation.

**Keywords:** Structural inequality, Social security, Class consciousness.

### Introducción

Desde una perspectiva crítica la crisis puede ser comprendida a partir del análisis de la circulación del dinero, para Marx en la relación mercancía – dinero – mercancía se produce al mismo tiempo la relación de venta y de compra, de este equilibrio es que sostiene el intercambio. Al mismo tiempo se desarrolla una dependencia y contradicción entre estas partes que realizan estas acciones, pues no puede haber comprador sin vendedores, sin embargo, nadie está obligado a comprar luego de haber vendido (MARX, 2010[1867], p 122), de acá se desprende una idea respecto de que la independencia que tengan las unidades que participan del proceso de intercambio se relaciona con la posibilidad de una crisis.

En un contexto de alta desigualdad en la distribución de ingresos es probable que la crisis sea mucho más evidente en consideración de la extracción de plusvalor a favor de los capitalistas. Algunos autores han analizado la situación planteando la idea de La sociedad neoliberal avanzada, como fue llamada por Juan Carlos Gómez Leyton (2007) que tendría entre sus características ser una sociedad ampliamente despolitizada y desigual, si bien estas no serían las únicas características de dicha sociedad, resultan ser la conexión con otras conceptualizaciones para explicar el problema, como la despolitización que se puede comprender como un fenómeno que

---

<sup>15</sup> Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestrado em Política y Gobierno pela Universidad de Concepción Chile. Pesquisador na Fundación SOL, Chile. Email: recaredo.galvez@fundacionsol.cl

Realização:



Apoio:





afecta la participación social de los sujetos en el entramado democrático, sin embargo el concepto mismo carece de una perspectiva crítica si es que solo permite homogenizar a los sujetos que se describen como despolitizados, ya que podrían ser los empresarios o los trabajadores en general, si bien Marx no abordó este concepto en su desarrollo de la teoría crítica, si encausó la aproximación a este problema desde la idea de conciencia de clase.

La conciencia, por tanto, es ya de antemano un producto social, y lo seguirá siendo mientras existan seres humanos. La conciencia es, ante todo, naturalmente, conciencia del mundo inmediato y sensible que nos rodea y conciencia de los nexos limitados con otras personas y cosas, fuera del individuo consciente de sí mismo (Marx, 1974, [1846], n/p).

Dentro de la tradición marxista el concepto de conciencia de clase también ha sido vinculado de manera estricta con la clase trabajadora o el proletariado, acentuando la idea de que esta no surge de forma espontánea, sino que debe ser introducida mediante la acción y obra de intelectuales revolucionarios, en caso de no ser así, la conciencia que se desarrollaría correspondería a una conciencia sindical (Lenin, [1981] 2010). Dentro de la tradición marxista también se encuentra el trabajo de Lukács, (1923) quien desarrolla aportaciones para comprender la consciencia de clase en el marco de la comprensión de la totalidad dialéctica del sistema capitalista. El que desarrolla una reificación de la realidad conformando un marco de interpretación basado en que las relaciones sociales son relaciones entre cosas. Lukács, También desarrolla la potencialidad del proletariado para comprender y transformar la totalidad social.

Siguiendo lo anterior se puede comprender que la conciencia cambia en relación con los sujetos y su existencia material, por tanto, de las relaciones compartidas que tienen los individuos con los medios productivos es posible comprender que compartan la conciencia de una clase que permita transformar su entorno en el modo de producción capitalista. En ese aspecto hablar de existencia o no de conciencia de clase permite llegar a una perspectiva crítica mucho más profunda que hablar de politización o despolitización, por cuanto en este trabajo se utilizará preferentemente la conceptualización basada en la tradición marxista. Para abordar este planteamiento en este texto se trabajará la experiencia reciente de Chile, abordando el periodo postdictadura y la reciente coyuntura de protestas, desde una perspectiva de la tradición marxista, en el marco de la crisis y conciencia de clase. A continuación, el texto aborda una perspectiva centrada en los procesos de construcción de conciencia de clase en la posdictadura chilena abordando un primer bloque de desarrollo político e histórico, un segundo bloque con énfasis en la situación de la clase trabajadora y sus características, un tercer bloque donde se describe la crisis a partir de la evidencia de ingresos y pensiones y un último apartado con la discusión de los resultados y conclusiones.

El capitalismo en Chile postdictadura del General Augusto Pinochet, adoptaría aspectos culturales centrados en el individualismo como vehículo para la movilidad social (Agacino, 2015). Esto facilitaría el terreno para la descomposición del tejido sociopolítico orgánico, que aún resistía la fragmentación luego de casi dos décadas de dictadura.

Al observar los datos de la organización sindical de los trabajadores en Chile, los que reportan que existen más de 11 mil organizaciones sindicales y la mitad de ellas tiene 40 o menos personas afiliadas, es decir organizaciones muy pequeñas que en su mayoría se concentran en grandes empresas, generando además un amplio pluralismo organizativo en un contexto de inexistencia de negociación colectiva por sector económico (Durán, 2016)

Realização:



Apoio:





En este contexto los derechos sociales, son entendidos, más bien, como aportaciones individuales para subsidiar la compra de servicios en empresas que generalmente son de grandes capitales. La ortodoxia neoclásica se ha materializado en el dogma de un Estado imposibilitado para participar en inversiones locales, o determinar ciertas áreas prioritarias para el desarrollo e impulsar un cambio sobre la matriz productiva, la que ha prevalecido por más de tres décadas. Un ejemplo de lo anterior se vio con la política de creación del Fondo de Reserva de Pensiones en 2006, cuando se estableció que dicho ahorro público debía ser invertido fuera de Chile, para evitar algún tipo de competencia desleal por parte del Estado.

La investigación de Karina Narbona y Alexander Páez (2014), se refiere a los resultados del largo período de cuarenta años de transformaciones capitalistas, señalando que:

Tras la maduración de los cambios, se tiene por efecto una: extrema desigualdad social, la más alta de la OCDE; fuerte dependencia de los mercados financieros; desmantelamiento del Estado como agente integrador y, con ello, de los derechos universales como la educación, la salud y la seguridad social; desmantelamiento de los derechos laborales, especialmente los colectivos; proliferación de empleos vulnerables, con altos niveles de subempleo, subcontratación, economía de subsistencia, familiar no remunerado; devaluación de la mano de obra, con bajos salarios; masivo endeudamiento; alta intensificación del trabajo, dando un incremento de la productividad, y alto excedente productivo no remunerado (Narbona; Paez, 2014, p. 7).

Los resultados del proceso de maduración de cambios mencionados anteriormente permiten observar la existencia de dos realidades distintas en un mismo país, una que muestra altos resultados económicos y otra que muestra un evidente despojo de derechos e ingresos, la relación en esto es evidente a la luz que lo primero requiere de lo segundo, en el contexto de las condiciones propias de la estructura capitalista chilena, la que es principalmente rentista y extractivista.

Luego de la primera década de los años 2000, en Chile, “1.780 personas (0,01% de la población) viven en hogares con ingreso per cápita mensual próximo a los cuatrocientos sessenta millones” (López; Figueroa; Gutiérrez, 2013). Utilizando la encuesta suplementaria de ingresos (ESI) 2016, es posible observar que 50% de los trabajadores, reciben apenas un 38% más que el salario mínimo nacional como ingreso de su ocupación principal al mes. Simplemente, el período para el cual los dirigentes políticos de turno prometieron alegría, trajo desigualdad; así lo expresan las cifras anteriores que develan un aumento sostenido en la concentración de la riqueza y deficiente distribución de ingresos, la cual se relaciona directamente con el debilitamiento institucional de las organizaciones de trabajadores.

Un ejercicio sumamente ilustrativo, para las reflexiones de ingresos, desarrollado por los economistas Gonzalo Duran y Marco Kremerman (2017), expone medidas de pobreza considerando el efecto de calcular esta condición sobre distintas consideraciones, concluyendo que las personas en situación de pobreza pueden variar entre 2.046.404 si se consideran ingresos totales y 4.719.633 si se consideran ingresos autónomos.

Bajo estas condiciones, es posible plantear que las políticas públicas en materias de trabajo, seguridad social, salud y educación, como las de vivienda y otras vinculadas a derechos sociales, han contribuido a la construcción de una “formalidad precarizante” (Durán, 2015). En ella, ya no basta con tener cobertura en materia de contribuciones previsionales, pues el sistema privado de pensiones no está diseñado para otorgar resultados suficientes en esa materia, pero sí generosos beneficios en términos de capitalización financiera a grandes grupos económicos; y tampoco basta con un contrato de trabajo, pues el empresariado tiene las facultades de despedir bajo el criterio de

Realização:



Apoio:



necesidades de la empresa, los salarios son bajos y los trabajadores tienen escasas o nulas posibilidades de negociar mejoras, pues la fuerza sindical se encuentra recluida al nivel de empresa.

Particularmente en el ámbito laboral, el disciplinamiento opera con radicales consecuencias, una de ellas es el debilitamiento de los espacios potenciales de generación política y conciencia de las situaciones materiales colectivas. Según una encuesta de la consultora Acción de junio de 2015, realizada en el marco de la Reforma Laboral impulsada por el gobierno de turno, un 64% de los encuestados declara no afiliarse a un sindicato por “temor a consecuencias negativas por parte de la empresa”. Por otro lado, un 58% señala que en su empresa no procuran la protección del derecho de sindicalización a los trabajadores. Para el caso de los trabajadores externalizados, la posibilidad de organizarse en un sindicato resulta casi imposible, inclusive, la nueva Reforma Laboral impulsada por el segundo mandato de Michelle Bachelet (Partido Socialista), generó modificaciones en las reglas de negociación de los trabajadores externalizados, pero sin reconocer legalmente el derecho a huelga, además de otorgar la posibilidad de que las empresas mandantes cambien la relación contractual con la empresa subcontratista en caso de huelga.

El discurso oficial de la movilidad social quedaría íntimamente ligado a la calificación de mano de obra y credenciales académicas, las que antes formaban parte de las aspiraciones más reservadas para la élite social, pero que pronto se masificaron, de la mano de políticas de incentivo al acceso al crédito con instituciones bancarias privadas, produciendo una expansión de la cobertura de educación superior (Agacino, 2015). Lo anterior, fue señalado por las autoridades como un gran triunfo, no obstante, es importante tener presente que dicho efecto se ha logrado mediante la proliferación de la empresa privada como gestora educativa y la adquisición de deuda para que los estudiantes y sus familias puedan pagar por educación.

En las décadas posteriores al plebiscito de 1988, no solo los estudiantes buscaron subvertir las condiciones del modelo económico. Quienes viven de su trabajo, También enfrentaron la fragmentación del proceso productivo, lo que trajo consigo el incremento de formas flexibles de contratación y nuevas formas de precarización (Agacino, 2015). Casos paradigmáticos de las acciones conjuntas de trabajadores frente a esta realidad pueden ser: la Confederación de Trabajadores del Cobre (CTC) y la Unión Portuaria (UP), por mencionar algunas. La CTC se presenta como una estructura sindical que responde a la colectivización de un espacio de trabajadores principalmente externalizados, quienes pese a desarrollar diversas funciones, se reconocen a sí mismos como parte relevante del proceso productivo, se proveen de organización y se enfrentan a su contraparte de forma colectiva.

La forma de entrar al conflicto de la CTC representaría un aspecto relevante pues su principal dirigente, durante la huelga que llevó a cabo el 2007, sería el entonces militante comunista Cristian Cuevas (GAUDICHAUD, 2015). Lo novedoso resultaría ser que, pese a que la principal dirigencia del movimiento pertenecía a un partido tradicional, cercano a la Central Unitaria de Trabajadores (CUT), no se utilizaría a esta como vehículo para representar a los trabajadores en huelga. Si bien la CUT se sumó al proceso de negociaciones, la representación de los huelguistas se realiza mediante un nuevo referente de carácter autónomo a las organizaciones de trabajadores vigentes en aquel momento. Además, pese a que la legislación exige que la negociación colectiva y la huelga sean regladas, los trabajadores del cobre quisieron obviar esas reglas, las cuales, ni siquiera los contemplaban. Los trabajadores apuntaron a desconocer la estructura de mando que se generó a raíz de las condiciones de externalización, buscando negociar directamente con la empresa mandante, em este caso la estatal Corporación del Cobre.

Otro caso relevante en esta línea corresponde a la consolidación de la experiencia de los trabajadores portuarios en una estructura de organización

Realização:



Apoio:



denominada Unión Portuaria. Esta organización autónoma del Estado y empresariado tensó hacia nuevos límites el paradigma de relaciones laborales entre empleadores y trabajadores, disolviendo, en los hechos, la idea de una huelga “legal” y remitida al nivel “de empresa”, cuestión que puede encontrarse en otras experiencias sindicales del periodo, pero que en el caso de la Unión Portuaria tiene la particularidad de ser una huelga solidaria que logra articularse y sostenerse de manera continua y ascendente a nivel nacional (Álvarez, 2015).

Así, las huelgas solidarias y el reconocimiento de las agendas impulsadas por estos procesos, por parte de los gobiernos del periodo, permitirían el reconocimiento institucional de las acciones políticas de la organización sindical portuaria (Gaudichaud, 2015). En este caso, las principales dirigencias de la Unión Portuaria no son miembros de partidos políticos tradicionales o de otro tipo de organización política, a pesar de esto, han logrado conseguir resultados concretos frente a sus demandas dirigidas a las empresas portuarias y al Estado, mediante una serie de huelgas planificadas y ejecutadas con evidente disciplina sindical.

La paralización de la Unión Portuaria del Biobío, en solidaridad con la lucha por reformas a la educación superior, durante el desarrollo de movilizaciones en el contexto del movimiento estudiantil 2011, sería una expresión de consciencia de la situación material común entre trabajadores y estudiantes. Mientras organizaciones sindicales como la CTC y la Unión Portuaria logran articularse y plantear demandas vinculadas con reivindicaciones salariales o de seguridad social, la mayoría de los trabajadores se mantendría en condiciones paupérrimas. Lo anterior incluso sería expresado por instituciones económicas globales, dejando evidencia una erosión en el respaldo del llamado “modelo chileno” (Maillet, 2015). Ejemplo de esto, es lo que se puede recoger del informe de la OCDE Society at a Glance, 2011 (OCDE, 2017): “Chile es el país de la OCDE con la mayor desigualdad de ingresos” y posteriormente otro informe del mismo organismo internacional llamado Society at a Glance, 2014 el cual dejaba en evidencia que uno de cada cuatro chilenos siente que no tiene suficiente dinero para comprar alimentos.

La irrupción más potente de la clase trabajadora durante el periodo de 2010-2020 sería la de la Coordinadora Nacional de Trabajadores NO+AFP (CNT NO+AFP), quienes liderarían el movimiento por una nueva previsión, convocando más de un millón de personas a movilizarse por las bajas pensiones que paga el sistema privado de AFP<sup>16</sup> en Chile. Estas movilizaciones obligarían al gobierno a impulsar una serie de proyectos de ley, casi al final de sus días de mandato. Estos proyectos no logran contar con el Apoyo de la CNT NO+AFP, movimiento que luego de un par de años logra convocar a un concurrido plebiscito autogestionado el cual contabiliza más de un millón de sufragios, de los cuales el 96,7% se inclinó por NO+AFP.

Unas de las mayores barreras para el desarrollo de estrategias fundadas en una consciencia de clase, corresponde al disciplinamiento social. Este disciplinamiento no solamente es normativo y objetivo, sino también es subjetivo. El mayor logro del ciclo político de los noventa e inicios de los dos mil fue simplificar el mensaje de priorización de los ciclos económicos, y reforzar la imagen de los técnicos y profesionales como determinantes en la política pública. Con ello, se suponía una erradicación de “viejas ideologías” y, sobre todo, expandir una cultura de acceso al consumo mediante la deuda para hacer frente a bajos salarios líquidos, ejemplo de esto último es que al año 2014 había más de tres millones de deudores morosos, según un estudio de los datos

---

<sup>16</sup> AFP es la sigla que corresponde a Administradoras de Fondos de Pensiones. Estas fueron fundadas bajo el Decreto de Ley N°3.500 durante la dictadura del General Pinochet. Esta reforma cerró el acceso de la población civil al esquema público de reparto que funcionaba hasta entonces, sin embargo, permitió que las fuerzas armadas y de orden se mantuvieran en un esquema solidario sin integrarse a las AFP.

Realização:



Apoio:



disponibles de Equifax<sup>17</sup> desarrollado junto con Escuela de Ingeniería Comercial de la Facultad de Economía y Negocios de la Universidad San Sebastián (2014). Al año 2017, la propia superintendencia de Bancos e Instituciones Financieras entrega el dato de que las personas mayores de 60 años representan el 19,2% del total de deudores bancarios.

En la vereda del poder, se tiene que las elecciones parlamentarias y presidenciales del año 2017 traen consigo nuevas tensiones. Por un lado, se incorpora un contingente no menor de parlamentarios que adhieren, con distinta intensidad y manejo, a demandas como el fin de las AFP, la condonación de la deuda educativa, la negociación colectiva sectorial, entre otras. Por otro lado, el presidente electo es nuevamente el empresario multimillonario Sebastián Piñera, quien ganó el balotaje luego de distorsionar su conservador discurso político de primera vuelta, pese a que los medios extranjeros lo apuntaron como un ganador de la derecha conservadora.

En octubre de 2020, se llevó a cabo la votación del plebiscito constitucional dando un 78,27% de aprobación a redactar una nueva constitución (Santander, et al., 2022). Luego de meses de trabajo y del desprecio de los medios de comunicación y la élite intelectual, empresarial y política, el texto fue sometido a votación popular para definir si fuera aprobado o rechazado. El texto tenía un fuerte tono reformista, proponía erradicar las bases de las reformas dictatoriales y el Estado subsidiario al mismo tiempo que impulsaba garantizar derechos sociales, como la huelga, educación, vivienda, pensiones y salud.

Finalmente, el texto de nueva constitución es rechazado por la mayoría de los votantes, a dichas alturas el gobierno de Gabriel Boric (Partido Frente Amplio) se encontraba en sus primeros meses en el poder y dio cuenta de un cambio en su agenda de reformas, dados los resultados del plebiscito (Meléndez, et al., 2021). Si bien el programa de gobierno era abiertamente reformista, hasta el momento del plebiscito no habían sido ingresados proyectos al congreso para reformar aspectos estructurales de la relación entre el Estado y el gran capital, manteniendo un manto de misterio sobre la profundidad de las reformas que serían propuestas en concreto para modificar el esquema subsidiario de despojo de derechos sociales.

## Conclusiones

Como se pudo apreciar a lo largo de este texto, existe una contundente evidencia de las condiciones de desigualdad estructural existentes en Chile, esto de la mano con un enorme deterioro de la organización de la clase trabajadora, ha impulsado una serie de movimientos de protesta social y sindical. Sin embargo, pese a dichas movilizaciones, las transformaciones estructurales no han tenido curso y luego de reformas y ensayos constitucionales recientes, la situación de despojo y desigualdad se mantiene.

La crisis de intercambio dado los bajos salarios y pensiones, se ve amortiguada por el proceso de endeudamiento masivo de la población, incluso con subsidios estatales para acceder a créditos con la banca privada, como el caso de educación superior. Sin embargo, esta crisis se ve expresada en torno a las deficiencias del sistema democrático para soportar las tensiones sociales, radicando en potentes y continuas protestas o una desafección del sistema de partidos por parte de organizaciones sindicales o sociales que tienden a la organización autónoma. De esta forma, la crisis

---

<sup>17</sup> Equifax es una empresa privada que lleva el registro de las personas que son informadas por las demás empresas como deudoras o deudoras morosas. Esta empresa emite boletines pagados que informan a las empresas para permitir o prohibir a las personas el acceso al crédito dependiendo de su historial de morosidad. Son consideradas morosas aquellas personas naturales mayores de 18 años que tienen una o más cuotas impagas informadas a Equifax, de cualquier tipo de operación crediticia, al último día de cada trimestre considerado, según lo estipulado en la Ley 19.628.

Realização:



Apoio:



se expresa de formas múltiples, tanto en el ámbito cotidiano de reproducción social, como en la espera de la sostenibilidad del sistema institucional de partidos, provocando veloces recambios y debilitamiento de las estructuras tradicionales lo que se refleja con la elección de Boric, un candidato de un partido con menos de una década de existencia.

En este texto se aprecia que la teoría de Marx aportada en el Libro I de El Capital, principalmente los capítulos II y III, en cuanto al desarrollo de la crisis en el ámbito del intercambio, es ampliamente útil para comprender las problemáticas en el orden capitalista actual, así como también la tradición marxista aporta un contundente repositorio teórico para la comprensión del por qué pese a la acción colectiva de masas, o sectores como son los casos descritos de organizaciones sindicales o estudiantiles, no se logra una transformación de los ejes estructurales de la política social estatal, dado que las visiones parciales o sectoriales, pese a la consciencia de la dificultad material de la clase, no necesariamente abordan una perspectiva totalizante del capitalismo en la dialéctica, en cuanto radican en el Estado y el sistema democrático la resolución del conflicto, sin considerar su potencialidad colectiva como clase social como una agencia habilitante para impulsar transformaciones radicales del modelo social imperante, delegando en el sistema político la construcción de una solución a la crisis descrita, pese a la desconfianza en el mismo.

## Referências

AGACINO, Rafael. Transición política a la democracia neoliberal: desmovilización y despolitización social. Diagnóstico sobre la organización colectiva en los '90. Perspectivas actuales. In: GESP (org.). **Movimientos sociales y poder popular en Chile**. Santiago de Chile: Tiempo Robado. 2015.

DURÁN, Gonzalo. “La formalidad Precarizante”. **Anais** do XXXIII Congresso de la Latin American Studies Association (LASA), San Juan de Puerto Rico, del 27 al 30 de mayo de 2015.

DURÁN, Gonzalo; KREMERMANN, Marco. **Pobreza y fragilidad el modelo chileno**: Nuevos indicadores para el debate de pobreza en Chile. Santiago: Fundación Sol, Ideas para el buen vivir, n. 11, jul., 2017.

LÓPEZ, Ramón; FIGUEROA, Eugenio; GUTIERREZ, Pablo. **La «parte del león»**: nuevas estimaciones de la participación de los súper ricos en el ingreso de Chile. Santiago de Chile: Facultad Economía y Negocios, Universidad de Chile (Serie de documentos de Trabajo), mar. 2013. Disponible en: <<http://www.econ.uchile.cl/uploads/publicacion/306018fadb3ac79952bf1395a555a90a86633790.pdf>>. Aceso em: 18 jun. 2025.

GARRETÓN, Manuel. **Del postpinochetismo a la sociedad democrática**. Santiago de Chile: Debate, 2007.

GAUDICHAUD, Franck. **Las fisuras del neoliberalismo maduro chileno**: trabajo, “democracia protegida” y conflictos de clase. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

JIMENEZ-YANEZ, C. #Chiledespertó: causas del estallido social en Chile. Rev. Mex. Social, Ciudad de México, v. 82, n. 4, p. 949-957, dic. 2020.

LENIN. Vladimir Ilich. **Acerca de los Sindicatos**. Moscú: Editorial Progreso, 1981.

Realização:



Apoio:





LEYTON, Juan Carlos Gómez. Chile 1990-2007: Una sociedad neoliberal avanzada. **Revista de Sociología**, n. 21, p. 53-78, jan., 2007.

LUKÁCS, György. **Historia y conciencia de clase**. Barcelona: Editorial Grijalbo. 1923.

MARX. Karl. **El Capital**, crítica de la economía política. Santiago: LOM ediciones, 2010.

MELENDEZ, Carlos et al. Chile 2020: pandemia y plebiscito constitucional. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 41, n. 2, p. 263-290, ago, 2021.

NARBONA, Karina; PÁEZ, Alexander. La acumulación flexible en Chile: Aportes a una lectura sócio-histórica de las transformaciones recientes del trabajo. **Revista Pretérito Imperfecto**, n. 2, p. 140-172, 2014.

SANTANDER, Pedro et al. De la hegemonía digital a la derrota electoral: Majority illusion en el plebiscito constitucional chileno. **Cuadernos.inf.**, Santiago, n. 53, p. 70-94, 2022.

Realização:



Apoio:





## DÍVIDA PÚBLICA EM MARX: entre alavanca da acumulação primitiva e "credo" do capital

Tatiane Cristina Lopes<sup>18</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a dívida pública a partir da teoria marxiana, compreendendo-a como alavanca da acumulação primitiva e como "credo" burguês. A partir do capítulo XXIV de *O Capital*, discute-se como esse mecanismo se estrutura historicamente e atua na reprodução das relações de dominação do capital, com foco no caso brasileiro. Demonstra-se que a dívida pública é instrumento de subordinação ao capital internacional, sustentado pelo Estado e onerando principalmente a classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** dívida pública; acumulação primitiva; estado; capitalismo dependente; classe trabalhadora.

**Abstract:** This article analyzes public debt from a Marxian perspective, understanding it as both a lever of primitive accumulation and a bourgeois "credo." Drawing from Chapter XXIV of *Capital*, it discusses how this mechanism has been historically structured and how it functions in reproducing capital's relations of domination, with a specific focus on the Brazilian case. It demonstrates that public debt serves as an instrument of subordination to international capital, supported by the state and primarily burdening the working class.

**Keywords:** public debt; primitive accumulation; state; dependent capitalism; working class.

### Introdução

A dívida pública é frequentemente apresentada no debate político e na grande mídia como uma questão técnica ou administrativa, um dado econômico neutro que exige apenas medidas de ajuste fiscal para ser contida. Entretanto, uma análise crítica revela que essa forma de dívida desempenha um papel fundamental na dinâmica histórica do capitalismo. Mais do que um instrumento de gestão do Estado, a dívida pública é uma engrenagem central da dominação de classe, conectando diretamente a política econômica dos Estados à lógica de valorização do capital, especialmente do capital financeiro.

No Brasil, a centralidade da dívida pública no orçamento federal tem impactos profundos sobre a vida da população trabalhadora. A cada ano, bilhões de reais são destinados ao pagamento de juros e amortizações da dívida, enquanto áreas como saúde, educação, transporte e assistência social sofrem cortes ou congelamentos. Esse processo é ainda mais perverso quando se considera que a dívida pública brasileira é em grande parte resultado de mecanismos que beneficiam os bancos e os grandes rentistas, mantendo intactos os lucros dessas frações do capital enquanto a maioria da população amarga a precarização da vida.

A proposta deste trabalho é recuperar a abordagem marxiana sobre a dívida pública, centrando-se especialmente nas formulações de Karl Marx no capítulo XXIV do Livro I de *O Capital*, onde a dívida aparece como uma das "alavancas" da chamada acumulação primitiva. Nesse sentido, a dívida pública não é vista como um fenômeno moderno e isolado, mas como parte constitutiva do surgimento e da consolidação histórica do modo de produção capitalista. O objetivo é demonstrar como o Estado,

---

<sup>18</sup> Cientista social, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: tatiane.clopes023@gmail.com.

Realização:



Apoio:



longe de ser uma instância neutra, atuou historicamente como mediador e garantidor dos interesses do capital, inclusive por meio da dívida pública.

Além disso, o artigo propõe uma leitura crítica sobre a atualidade desse mecanismo no capitalismo dependente brasileiro, marcado por sua inserção subordinada no sistema internacional e pela financeirização crescente da economia. Recuperar essa tradição crítica é fundamental para pensar alternativas que rompam com o consenso neoliberal e recoloque no centro do debate a necessidade de uma transformação radical da sociedade.

No primeiro semestre de 2025, dados publicados pelo Tesouro Nacional em seu Plano Anual de Financiamento (PAF) apontaram que a dívida pública do Brasil pode chegar a R\$8,5 trilhões em 2025 e que viemos de um aumento de 12,2% na mesma em 2024. As atualizações, debates que circulam e principalmente as consequências da dívida pública estão presentes em todos os níveis da vida cotidiana sob o capitalismo, seja nacional ou internacionalmente. Queremos com estas reflexões, à luz da produção marxiana sobre o tema, desenvolver dois aspectos sobre a dívida pública, sua característica fundamental como um dos mecanismos propulsores da chamada acumulação primitiva, e como o crédito público se desenvolve, como dizia Marx, em verdadeiro “credo do capital”, cujo pecado de por ele não ter fé [portanto compromisso com seu pagamento] é imperdoável.

### **A dívida pública como elemento propulsor da acumulação primitiva de capital**

Com este objetivo, nos ateremos ao capítulo XXIV de *O Capital* (Volume I), em que Karl Marx elabora sobre chamada acumulação primitiva, processo histórico que se torna categoria fundamental de seu pensamento para a explicação do desenvolvimento do capitalismo em suas fases iniciais, num processo que se constitui como “uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida” (Marx, 2009, p. 827). Aqui Marx está interessado em primeiro lugar em desmistificar a ideia liberal de que o mundo estaria dividido em dois tipos de gente, uma suposta elite inteligente que trabalha e sabe economizar e uma população de vadios que gastam mais do que têm, divisão que consequentemente teria levado a que a elite enriquecesse graças a acumulação das riquezas de seu trabalho árduo, enquanto “a população vadia ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele” (Marx, 2009, p. 827). E assim, Marx se dedica a mostrar que nada houve de idílico no processo de constituição do capitalismo, mas sim que a verdadeira história passa “pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência” (Marx, 2009, p. 828).

Para tal, Marx percorre a história, se debruçando especificamente sobre a Inglaterra por suas características clássicas, para mostrar como se deu ao longo de séculos a dissociação violenta do trabalhador dos meios de produção, ou a pré-história do capital, a acumulação primitiva, cujo primeiro aspecto é o da libertação do homem da servidão tradicional, que por sua vez passa a ser “livre como pássaro” para, separado a “sangue e fogo” dos meios de trabalho, vender a si mesmo como única forma de obter os meios de vida. Esse processo histórico é elaborado por Marx a partir das formas de expropriação dos camponeses através dos cercamentos, na descrição do forte papel do Estado na formulação de legislação sanguinária contra os expropriados e na criação de leis para rebaixar os salários, assim como na demonstração de como se dá o surgimento dos capitalistas, seja o arrendatário do campo, cujo papel da revolução agrária foi fundamental para o desenvolvimento da indústria agrícola, formação do mercado interno culminando no desenvolvimento do capital industrial propriamente dito.

Para demonstrar como se dá a passagem ao período do capital industrial, Marx mostra como o capital usurário e capital mercantil, reunidos enquanto capital dinheiro e herdado ainda da Idade Média encontraram na queda da vassalagem e no processo de

Realização:



Apoio:



expropriação das populações rurais a chave para se desvencilhar das amarras que o impediam de seguir seu curso. Tal combinação que desatou o nó do desenvolvimento capitalista estava, assim como na violência das expropriações na Europa, marcada por alguns dos piores episódios da história humana.

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista (Marx, 2009, p. 864).

O sistema colonial, de “barbaridades e implacáveis atrocidades praticadas pelas chamadas nações cristãs” como trata W. Howitt citado por Marx para descrever uma pequena parte do que significou a opressão colonial promovida por países como Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra, se somava ao sistema de dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo como diferentes meios propulsores da acumulação primitiva (Marx, 2009, p. 864). E o que todos eles tinham em comum era a utilização do Estado, enquanto força concentrada da sociedade, para com o uso deliberado da violência ou do poder político, acelerar as etapas de passagem do modo feudal de produção para o modo capitalista. “A força é a parteira de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência econômica” (Marx, 2009, p. 864).

Para explorar como o sistema da dívida pública se desenvolveu como uma das alavancas centrais da acumulação primitiva, é preciso entender o sistema colonial, assim como o de tributos e o protecionismo como integrantes de uma mesma engrenagem internacional do desenvolvimento capitalista numa dinâmica já então desigual e combinada, onde no período manufatureiro, predominava o sistema colonial.

Hoje em dia, a supremacia industrial traz a supremacia comercial. No período manufatureiro, ao contrário, é a supremacia comercial que proporciona o predomínio industrial. Então, o sistema colonial empenhava o papel preponderante. Era o “deus estrangeiro” que subiu ao altar onde se encontravam os velhos ídolos da Europa e, um belo dia, com um empurrão, joga todos eles por terra. Proclamou a produção da mais-valia último e único objetivo da humanidade (Marx, 2009, p. 867).

Assim, de tal forma como a expropriação dos camponeses que proporcionou a separação do trabalhador de seus meios de trabalho e produção, o sistema colonial e sua barbárie cumpriu papel central para dar partida na marcha do capital em toda sua opulência e miséria, concomitantemente. Bem como o sistema de crédito público ou a dívida pública, também herdada do passado medieval, se tornou mecanismo fundamental durante o período manufatureiro, tomando conta de toda a Europa na dinâmica do crescente comércio marítimo e guerras comerciais do sistema colonial.

Marx já afirmava a coerência na “doutrina moderna” que sustentava que quanto mais endividado é um país, também mais rico se torna. Hoje podemos ver como historicamente se sustenta tal afirmação, com o principal imperialismo de nossa época, os Estados Unidos da América (ainda que em decadência) e seu montante de US\$ 34 trilhões em dívida pública, o maior do mundo em números absolutos, mesmo que os levantamentos burgueses busquem disfarçar esse dado se baseando em rankings que usam a proporção dívida/PIB ao invés do montante absoluto. Esse “disfarce”, por sua vez, está associado à questão da dívida como “credo”, que trataremos mais adiante.

Para explorar um dos argumentos marxianos sobre a dívida pública como propulsora da acumulação primitiva podemos desenvolver a ideia do caráter “mágico” desse mecanismo que é capaz de transformar dinheiro em capital sem que o capitalista tenha que assumir os riscos envolvidos na atividade industrial ou mesmo em operações usurárias. Assim, os Estados Nacionais ao se endividarem se tornaram crescentemente

Realização:



Apoio:



fiadores de um compromisso eterno com a multiplicação fantástica do capital. Essa é a alavanca que proporciona um “capital caído do céu”, e que em sua dinâmica fez “prosperar as sociedades anônimas, o comércio com os títulos negociáveis de toda a espécie, a agiotagem, em suma, o jogo da bolsa e a moderna bancocracia” (Marx, 2009, p. 868). Marx demonstra historicamente como a formação do sistema internacional de crédito (muito mais desenvolvido posteriormente do que o apontado por Marx) com as dívidas públicas nacionais servia como um disfarce sobre a fonte real da acumulação primitiva nos países já que, por exemplo “muito capital que aparece hoje nos Estados Unidos, sem certidão de nascimento, era ontem, na Inglaterra, sangue infantil capitalizado”, assim como também podemos afirmar num outro sentido que muito capital que aparece na Europa ao longo dos séculos de colonização é resultado das riquezas extraídas em sangue pelo saque, escravização e superexploração nas Américas e África.

### **A dívida pública como “credo” burguês**

Nos desenvolvimentos marxianos sobre a dívida pública, além da demonstração de seu caráter propulsor da acumulação primitiva que buscamos apresentar no tópico anterior, podemos destacar como Marx elabora o sistema da dívida como um verdadeiro “credo” burguês, que para operar em sua forma “fantástica” de transformação de dinheiro em capital, precisa ser tomada pelo conjunto da sociedade como uma verdade absoluta, cujo compromisso em assumir novas dívidas e buscar de todas as formas quitar as já adquiridas e seus juros, deve ser tratado como uma questão de fé, portanto sagrada.

Com sua forma ácida característica, Marx apresenta com ironia o que seria um dos únicos elementos reais de coletividade na sociedade capitalista “a única parte da chamada riqueza nacional que é realmente objeto da posse coletiva dos povos modernos é a dívida pública” (Marx, 2009, p. 868). Apontando com ironia uma profunda contradição na dinâmica do capitalismo e a relação entre Estado, riqueza e trabalho, Marx aponta que, enquanto a riqueza produzida pela sociedade é apropriada de forma privada pelos capitalistas — que detêm os meios de produção —, a dívida pública é o único elemento que, de fato, é compartilhado coletivamente. No entanto, esse “compartilhamento” não tem nada de positivo, já que se trata de uma carga imposta sobre a população trabalhadora, que arca com os custos dessa dívida por meio de impostos tendencialmente crescentes, no caso do momento histórico tratado por Marx, mas também materializada em cortes dos serviços públicos se quisermos nos referir ao contexto do neoliberalismo.

A dívida pública, portanto, torna-se “verdadeiramente nacional” como ônus, porque seu peso recai sobre a sociedade como um todo, mas especialmente sobre a classe trabalhadora. Enquanto as riquezas geradas pelo trabalho são apropriadas de forma privada e crescentemente concentradas nas mãos de uma minoria, os custos do endividamento público são socializados. Isso significa que os trabalhadores, que já são explorados no processo produtivo, acabam financiando com parte de seus salários (trabalho pago), através dos impostos, o pagamento da dívida e seus juros exorbitantes, que a tornam um mecanismo incessante em benefício de seus credores capitalistas — bancos, investidores e instituições financeiras. Dessa forma, a dívida pública também funciona como um mecanismo que leva ao rebaixamento dos salários e das condições de vida em geral, transferindo uma parte dos salários para esta reprodução do capital.

A dívida pública, nesse sentido, também evidencia o papel fundamental do Estado como um verdadeiro Estado de classe, que longe de ser um mediador neutro, atua organizando toda a dinâmica econômica para sustentar e reproduzir as relações de dominação que sustentam o modo capitalista de produção. O “credo” no sistema da dívida se materializa através do Estado e da política.

Realização:



Apoio:



Apoiando-se a dívida pública na receita pública, que tem de cobrir os juros e demais pagamentos anuais, tornou-se o moderno sistema tributário o complemento indispensável do sistema de empréstimos nacionais. Os empréstimos capacitam o governo a enfrentar despesas extraordinárias, sem recorrer imediatamente ao contribuinte, mas acabam levando o governo a aumentar posteriormente os impostos. Por outro lado, o aumento de impostos, causado pela acumulação de dívidas sucessivamente contraídas, força o governo a tomar novos empréstimos sempre que aparecem novas despesas extraordinárias (Marx, 2009, p. 869),

Até aqui, nos detivemos nos termos de um sistema de dívida pública característico dos tempos em que Marx pôde refletir, inclusive desnudando de forma revolucionária esses mecanismos que não estavam nem perto de ser tão aparentes como hoje. Toda a elaboração marxiana, portanto, não apenas segue atual como nos serve de bússola para buscar compreender os desdobramentos e complexificações históricas, que por certo, não daremos conta aqui de desenvolver em toda sua amplitude. No entanto, um dos elementos que se alteraram qualitativamente com o tempo, e o desenvolvimento do capitalismo em sua fase de monopólios, sua consequente necessidade de ampliação dos tentáculos do Estado, e o surgimento da Política Social como mediação necessária, é importante que seja tratado, já que se aqui temos um novo momento em que a burguesia precisou mudar sua abordagem diante da “sociedade civil” em relação ao tempo de Marx.

Em Marx, vimos que o mecanismo do crédito público engendra duas tendências para se retroalimentar e assim impulsionar a mais ampla reprodução do capital, por um lado a dependência contínua de cada vez mais empréstimos e por sua vez o crescimento da dívida, tendência comprovada pela história; e por outro o aumento progressivo nos impostos como medida para aumentar a receita pública na busca “sagrada” por honrar a dívida. Nas últimas décadas, especialmente a partir do avanço do neoliberalismo sobre os direitos sociais conquistados e ou concedidos como necessidade do Capital para mediação no período do pós-guerra, surgiu como necessidade e oportunidade uma terceira opção para que a burguesia mantenha seu compromisso com a dívida, a austeridade pela via do corte de gastos. Essa terceira opção reflete a subordinação dos direitos dos funcionários públicos, assim como dos direitos por eles prestados à população ao pagamento da dívida pública. Assim, a arrecadação com impostos deveria ser retornada à população pela via de investimento Estatal em serviços públicos, com a nova modalidade dos cortes de gastos passa a ser uma possibilidade cada vez mais escassa.

## **Apontamentos sobre a dívida pública no Brasil**

Retomemos então os recentes dados divulgados pelo Tesouro Nacional, que apontam para a possibilidade de um crescimento da dívida pública brasileira para R\$8,5 trilhões em 2025, tendo sido um aumento de 12,2% em 2024, para refletirmos sobre alguns pontos da dívida pública brasileira (PAF 2025). Como ponto de partida podemos afirmar que se comprova a partir de tais dados um dos apontamentos fundamentais que Marx já refletia n'O Capital, a tendência ao endividamento crescente dos Estados. Mas a história não é a mesma em todos os Estados e no caso brasileiro, o endividamento está diretamente associado a uma trajetória de subordinação da burguesia nacional formada no campo e com suas debilidades decorrentes, espremida pelos interesses do capital financeiro de países imperialistas como Inglaterra e Estados Unidos.

Por aqui, desde a proclamação da Independência, a dívida pública acompanha o Brasil, já que o Estado assumiu parte dos débitos contraídos durante o período colonial com credores internos (Zilioto, 2011, p. 24). Esse montante, que já era significativo para a época, chegava a 5.700 contos de réis, o que equivaleria em cálculo aproximado

Realização:



Apoio:





(considerando a inflação acumulada e as conversões monetárias no período), a R\$360 milhões em 2025. No século XIX, os principais credores externos eram os banqueiros ingleses, como a família Rothschild, conhecidos por terem sido pioneiros em práticas bancárias, incluindo não por acaso, o financiamento de governos, investimentos em infraestrutura e emissão de títulos públicos (Bacqué; Schneider, 2024). Os bancos britânicos mantinham uma linha de crédito específica para os países latino-americanos que declaravam independência, e, entre 1822 e 1825, mais de 20 milhões de libras em títulos governamentais da região foram lançados no mercado de capitais de Londres. Dessa forma, a independência latino-americana representou uma excelente oportunidade de negócios rentáveis para o capital inglês (Furtado, 2007).

Entre os empréstimos adquiridos com credores internos e externos estavam os gastos militares para a repressão de revoltas populares e dos escravos durante o Império e também os luxos da Coroa brasileira como o dote e enxoval da D. Francisca de Bragança, o casamento da princesa Isabel e da princesa Leopoldina. O Brasil chega, inclusive, a assumir dívidas de Portugal nesse período (Silva, 2009 p. 41).

No início do século XX torna-se ainda mais evidente as medidas para honrar a dívida pública como um “credo” ao notar-se que havia um convênio formal do Estado brasileiro com a família Rothschild, o chamado convênio de Taubaté que regulava até mesmo o câmbio a ser praticado no país para melhor honrar a dívida (Fausto, 2012, p. 235).

Na segunda metade do século XX, especialmente nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, o Brasil buscou modernização e industrialização. Esses projetos resultaram no aumento da dívida pública e na subordinação ao capital estrangeiro, que financiava essas iniciativas. O capital financeiro de países como EUA, Inglaterra e Alemanha se beneficiava com a exportação de maquinário para o Brasil, com investimentos de suas empresas (com infraestrutura financiada pelo Estado) e com o endividamento estatal junto a seus bancos.

Após 1964, a Ditadura Militar reformulou o sistema financeiro brasileiro, criando o Banco Central e o Tesouro Nacional. A dívida pública passou a ser emitida por meio de títulos, de forma semelhante à atual. Nesse período, a dívida cresceu significativamente, com projetos como o II Plano Nacional de Desenvolvimento favorecendo grandes empreiteiras e levando ao endividamento de estados e empresas estatais. Na década de 1980, o Estado assumiu dívidas privadas, processo conhecido como estatização da dívida pública. Nos anos 1990, o governo de Fernando Henrique Cardoso transformou dívidas de bancos em dívida pública por meio do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), e emitiu dívida para capitalizar o BNDES, que adquiriu dívidas de grandes empresas nacionais (Quiñones, 2011).

Apesar dos enormes pagamentos contínuos, a dívida pública brasileira mantém uma trajetória ascendente, refletindo a posição subordinada e dependente do país no sistema econômico global. A classe trabalhadora é quem na prática sofre o ônus de uma dívida cuja origem e trajetória não lhe beneficia em nada. Essa dinâmica influencia as metas fiscais, permitindo que o mercado e, em última instância, o capital financeiro estrangeiro determinem diversos aspectos da economia de um Estado dependente, como é o caso brasileiro.

A partir desta brevíssima retomada histórica, podemos voltar a refletir sobre discursos comuns sobre a dívida pública como “credo” burguês. Basta observar discursos como do Tesouro Nacional ou da grande mídia, por exemplo, que como primeiro reflexo em momentos de crise, buscam comparar a dívida pública com a dívida de um trabalhador comum que pega dinheiro emprestado para se financiar. Nada mais absurdo, entre outras razões porque nenhum indivíduo nasce endividado como nasceu o Estado brasileiro, nem pode um indivíduo arrancar de outros indivíduos mais recursos com impostos ou impondo cortes orçamentários para garantir essa dívida.

Realização:



Apoio:





## Considerações finais

Dados divulgados pelo Tesouro Nacional indicam que a dívida pública brasileira poderá alcançar R\$8,5 trilhões em 2025, após um crescimento de 12,2% em 2024. A trajetória ascendente da dívida revela não apenas um fenômeno econômico, mas também um processo histórico de acumulação de capital, no qual o Estado atua como instrumento da burguesia para garantir a reprodução do capital às custas da classe trabalhadora. Desde a colonização, passando pela independência e pelo desenvolvimento da economia industrial, a dívida pública tem sido um mecanismo de controle e subordinação do Brasil às potências imperialistas, com impactos diretos sobre a distribuição de renda, os investimentos públicos e a política econômica nacional. Alguns aspectos da dominação e da subordinação variam entre governos no Brasil recente, mas o sentido geral permanece, basta notar a manutenção da Lei de Responsabilidade Fiscal tucana nos primeiros governos de Lula, e o aumento do superávit primário para mostrar com mais cortes que a dívida “sagrada” seria paga. Durante o governo Temer foi aprovado um Regime de Teto de Gastos, que foi basicamente mantido no atual terceiro mandato de Lula, agora sob o nome de Arcabouço Fiscal, e cada uma destas medidas aqui nomeadas implicaram em diversos cortes a direitos dos trabalhadores e ataques ao funcionalismo público.

A análise marxiana da dívida pública como alavanca da acumulação primitiva permite compreender como esse mecanismo continua operando na atualidade, promovendo um ciclo contínuo de endividamento e transferência de riqueza da sociedade para os grandes credores nacionais e internacionais. A austeridade fiscal e os cortes nos serviços públicos, impulsionados pelo dogma neoliberal, reforçam essa dinâmica, consolidando um modelo em que o pagamento da dívida se torna prioritário em detrimento dos direitos da população. Diante desse cenário, com a teoria marxiana é possível compreender a dívida pública não apenas como um dado econômico, mas como um “credo” que exige ações e sacrifícios impostos à toda população, especialmente os trabalhadores, para manter esse mecanismo de valorização do capital em expansão.

A partir da recuperação do pensamento de Marx, especialmente no capítulo XXIV de O Capital (Volume I), foi possível compreender a dívida pública não apenas como uma ferramenta da política econômica estatal, mas como um instrumento orgânico à dinâmica de dominação do capital. Sua origem remonta ao processo de acumulação primitiva, em que o Estado burguês desempenha papel ativo na expropriação de populações, na destruição de modos de vida anteriores ao capital e no financiamento de guerras e expansão colonial, tudo isso por meio da emissão de títulos de dívida e da criação de sistemas tributários regressivos.

Essa engrenagem histórica da dívida pública se moderniza, mas não se altera em sua essência. Hoje, ela continua servindo aos interesses das frações financeiras do capital, alimentando a financeirização das economias e garantindo rendimentos estáveis para uma minoria parasitária às custas do trabalho de milhões. No caso brasileiro, os gastos com a dívida pública são protegidos pela institucionalidade do regime, que, por meio do teto de gastos e da autonomia do Banco Central, assegura a prioridade absoluta para o pagamento dos rentistas. Enquanto isso, as necessidades mais elementares da classe trabalhadora são tratadas como “despesas” a serem contidas.

A análise aqui desenvolvida busca desnaturalizar essa lógica e recolocar a dívida pública no seu devido lugar: como questão política, de classe e de dominação, que se aprofunda diante de uma fase de crise do capital. Mais do que propor ajustes ou renegociações, é preciso questionar a legitimidade dessa dívida e do próprio modelo de sociedade que a sustenta. A crítica marxista não se contenta em propor reformas superficiais, ela exige a superação da ordem vigente, com base em uma reorganização

Realização:



Apoio:



radical da produção e da reprodução social, voltada às necessidades humanas e não à acumulação de capital.

É necessário, portanto, que a esquerda, os movimentos sociais e as organizações da classe trabalhadora retomem essa crítica estratégica, articulando a luta contra o pagamento da dívida com um programa anticapitalista que confronte as bases estruturais da desigualdade social. A ruptura com o “credo” da dívida não é apenas possível, é indispensável para construir uma alternativa verdadeiramente emancipada frente à barbárie do capital e sua crise.

## Referências

BACQUÉ, Raphaëlle; SCHNEIDER, Vanessa. The Rothschilds' heavy name. **Le Monde**, 21 ago. 2024. Disponível em: <[https://www.lemonde.fr/en/summer-reads/article/2024/08/21/the-rothschilds-heavy-name\\_6719371\\_183.html](https://www.lemonde.fr/en/summer-reads/article/2024/08/21/the-rothschilds-heavy-name_6719371_183.html)>. Acesso em: 20 jun. 2025.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Ed.USP, 2012.

FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MÁXIMO, Welton. Dívida pública pode alcançar até R\$8,5 trilhões em 2025. **Agência Brasil**, Brasília, 26 fev. 2025. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-02/divida-publica-pode-alcançar-ate-r-85-trilhoes-em-2025>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

PEDRAS, Guilherme Binato Villela. História da dívida pública no Brasil: de 1964 até os dias atuais. In: BRASIL. Tesouro Nacional. **Dívida pública: a experiência brasileira**. Brasília: Tesouro Nacional, 2009. Disponível em: <[https://cdn.tesouro.gov.br/sistemas-internos/apex/producao/sistemas/thot/arquivos/publicacoes/28684\\_893377/anexos/4719\\_237692/09-Parte%201\\_2.pdf?v=5499](https://cdn.tesouro.gov.br/sistemas-internos/apex/producao/sistemas/thot/arquivos/publicacoes/28684_893377/anexos/4719_237692/09-Parte%201_2.pdf?v=5499)>. Acesso em: 19 jun. 2025.

QUIÑONES, André Lima. **Reformas estruturais no Brasil na década de 1990 e seu impacto sobre o emprego**. 2011. 49f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2011.

SILVA, Anderson Caputo. Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. In: BRASIL. Tesouro Nacional. **Dívida pública: a experiência brasileira**. Brasília: Tesouro Nacional, 2009. Disponível em: <[https://cdn.tesouro.gov.br/sistemas-internos/apex/producao/sistemas/thot/arquivos/publicacoes/28684\\_893377/anexos/4720\\_916208/08-Parte%201\\_1.pdf?v=134](https://cdn.tesouro.gov.br/sistemas-internos/apex/producao/sistemas/thot/arquivos/publicacoes/28684_893377/anexos/4720_916208/08-Parte%201_1.pdf?v=134)>. Acesso em: 19 jun. 2025.

ZILIOOTTO, G. A. **Dois séculos de dívida pública**: a história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004). São Paulo: Editora UNESP, 2011.

Realização:



Apoio:



## **GLOSAS ECONÔMICAS CRÍTICAS DO MUNDO PÓS-2008: crise do capitalismo e suas implicações societárias**

Evandro Ribeiro Lomba<sup>19</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar as transformações societárias no mundo capitalista a partir da crise de 2008, com ênfase na reorganização e ascensão da extrema direita e na crise da razão. Tais fenômenos representam desafios novos e complexos, que demandam uma compreensão aprofundada por parte da crítica da economia política em nosso tempo, visando elucidar as dinâmicas que sustentam essas mudanças.

**Palavras-chaves:** crise do capitalismo; irracionalismo; extrema-direita.

**Abstract:** This article aims to analyze societal transformations in the capitalist world following the 2008 crisis, with emphasis on the reorganization and rise of the far right and the crisis of reason. These phenomena represent new and complex challenges that demand thorough understanding from the perspective of political economy critique in our time, seeking to elucidate the dynamics underlying these changes.

**Keywords:** capitalism crisis; irrationalism; far-right.

### **Introdução**

O presente artigo tem como objetivo evidenciar a partir da crise capitalistas de 2008 as transformações societárias que desemboca em uma exacerbação da crise da razão contemporânea. Com base em György Lukács (2013, 2020), observa-se a expressão desse fenômeno no campo ideológico por meio do avanço do irracionalismo de direita, acompanhado pela ascensão político-partidária da extrema-direita nas principais nações capitalistas. Dessa forma, o arranjo teórico aqui proposto busca, por meio de uma sistematização bibliográfica marxista, contribuir para o debate crítico sobre a atual crise do capitalismo e suas principais determinações.

A rigor, a primeira grande transformação societária — que delineia os marcos de nossa era capitalista — é a insurgência de um novo modo de produção. O projeto civilizatório burguês, em sua origem, apresentava um viés progressista e emancipatório, opondo-se às estruturas feudais rígidas e dogmáticas de dominação direta e reprodução da vida, que eram guiadas por uma visão de mundo permeada pelo misticismo religioso.

Segundo Augusto (2021), a teoria liberal de Adam Smith, embora limitada na análise concreta das dinâmicas sociais do capitalismo emergente, marca a gênese de uma ideologia que, surgida no contexto das revoluções Francesa e Industrial, não só respondeu aos dilemas de sua época, como antecipou contradições fundamentais, como a relação capital-trabalho. Em suma, “Os argumentos de Smith estão longe da negação da história e do formalismo, e o consequente agnosticismo e irracionalismo que caracterizam a decadência ideológica do liberalismo econômico” (Augusto, 2021, p.53). Portanto, ainda que Marx tenha observado um agnosticismo e falsas conexões em economistas precedentes e contemporâneos em suas teorias, caracterizadas como

---

<sup>19</sup> Bacharel em Administração pela Universidade Veiga de Almeida (UVA). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: evandroribeiroadm@gmail.com

Realização:



Apoio:



“vulgar”, acreditamos que o giro para um irracionalismo só se dá a partir da fase imperialista do capitalismo.

Com isso, Lenin (2021) e Lukács (2020) oferecem um importante arcabouço teórico para compreender uma fase marcada por um projeto anticivilizatório do capital — a fase imperialista —, impulsionada pela exacerbação das contradições inerentes a uma dominação mediada pelo trabalho determinado pela mercadoria.

Esse contexto é caracterizado pela interação cotidiana de guerras mundiais, monopólios e pelo próprio fetichismo do capital (expresso pela exacerbação do capital portador de juros e fictício que exercem uma preponderância para o processo de apropriação de mais-valor e interferem também nos nexos da produção), que se manifestam na forma de um mercado mundial. Nesse cenário, os Estados-nações disputam a soberania de suas fronteiras e posições estratégicas, visando assegurar a reprodução dos capitais.

Com base nesses pressupostos históricos, entendemos que um espectro da atual crise do capital se expressa no irracionalismo de direita, enquanto ideologias que buscam justificar o mundo como “respostas reacionárias aos problemas da luta de classes” (Lukács, 2020, p. 14). Tais ideologias se sustentam em falsas conexões, especialmente aquelas ligadas a uma “depreciação do entendimento e da razão, glorificação da intuição, gnosiologia aristocrática, rejeição do progresso sócio-histórico e criação de mitos” (Lukács, 2020, p. 15).

Contudo, ao contrário do irracionalismo clássico analisado por Lukács — que, em seu contexto histórico, combatia a “visão de mundo nacional-socialista” (nazista) e tinha em Nietzsche, Heidegger e Rosenberg seus representantes, os quais, embora distintos entre si, sustentavam um pessimismo conformista com a ordem do capital, deslegitimando a razão materialista-dialética e o progresso como projeto socialista —, o irracionalismo contemporâneo de direita caracteriza-se pela defesa aberta do capital, mascarada por um discurso pseudocientífico, que encontra sua expressão máxima no neoliberalismo.

Este artigo propõe uma crítica ao contexto pós-2008, período que configura um marco na exacerbação de visões de mundo reacionárias, consolidadas pela “ofensiva neoliberal” (Netto, 2012) tanto nos complexos econômicos quanto ideológicos. Demonstra-se que a crise estrutural do capitalismo contemporâneo constitui a base material para o irracionalismo de direita em sua vertente neoliberal, radicalizado e expresso em políticas institucionais de caráter neofascista. Nesse cenário, destacam-se agendas ultranacionalistas, discursos de ódio e violência sistêmica contra a classe trabalhadora, expressões que refletem a intensificação das contradições do capital em sua fase de decadência.

Esse cenário impõe novos desafios à classe trabalhadora, especialmente no que diz respeito ao combate direto a essas visões de mundo e políticas, bem como à restauração de um projeto societário alternativo. Tal empreitada exige, necessariamente, uma renovação da crítica da economia política — tal qual Lukács (2013) havia mencionado em sua Ontologia — a qual buscamos apenas apontar, de modo aproximativo, um arranjo teórico a partir da análise da realidade.

## **Uma nova extrema direita, crise da razão e as respostas à crise do capital pós-2008**

Nossa hipótese é que os limites impostos pela exacerbação da dinâmica do valor e sua socialização enquanto “riqueza sempre crescente e crescentemente estranhada (Duayer, 2011, p. 26), posta pelos sujeitos, revelam uma incapacidade de progressão crescente dos indicadores econômicos (taxa de lucro e taxa de acumulação), o que externaliza cada vez mais um caráter anticivilizatório do capitalismo, cuja ruptura da crise de 2008 ressalta que as saídas pela via da “financeirização” apenas cumpriu o

Realização:



Apoio:



objetivo da reprodução do capital de pequenos número de grandes conglomerados empresariais em detrimento da ampliação da miserabilidade. Afinal, capitalismo é isso, como já posto pela crítica marxiana em sua lei Geral de acumulação Capitalista, que centraliza e concentra capitais (Marx, 2013).

Embora o capital seja constituído pela prática de um tipo de trabalho abstrato, voltado à produção de uma riqueza temporal (Postone, 2014), desmedida e com um fim em si, a gestão dessas capitais – manifestada pela classe burguesa – é representada por uma sociabilização da dinâmica de apropriação do valor por meio das “sociedades anônima” de investidores e empresários, o que exacerba pela via das finanças a acumulação de capitais. Os representantes dessa estrutura adquirem posições políticas e ideológicas cada vez mais ultraconservadoras.

Seus traços mais elementares – antimodernos, teocêntricos e abertamente reacionários - lembram o conteúdo aristocrático do pensamento de Edmund Burke, vestidos, porém, de uma roupagem nova, adaptada à contemporaneidade, já que incorpora expressões e conceitos próprios do ultraneoliberalismo e utiliza ferramentas high tech (como as redes sociais e, até mesmo, robôs replicadores de postagens na internet) que atingem milhares de pessoas (Rodrigues; Mota, 2021, p. 913).

O avanço das forças produtivas, nessa terceira revolução tecnológica que sustenta as bases do avanço da extração do mais-valor relativo e absoluto e permitem uma transação mundial, em instantes, dos investimentos monetários, é também a possibilidade de uma propagação ideológica, irracionalista de direita, para sustentar pela via do ódio e medo uma “cultura da crise” tal qual (Mota, 1995) já havia sinalizado, mas com novas determinações.

Neste quadro histórico, impera um irracionalismo pela via do negacionismo científico, antimoderno, relativista da verdade e intuitivo, que também não é um “privilégio” apenas do espectro político de direita, mas possui imbricações severas para a classe trabalhadora, cuja “ofensiva neoliberal” (Netto, 2012) representou a implantação de uma série de privatizações e desmantelamento do Estado e das políticas sociais voltada aos interesses de manutenção da classe trabalhadora em privilégio daqueles do grande capital, no mundo pós-queda do muro de Berlim.

A partir de 2008, serviços públicos como Saúde, Educação e Previdência tornaram-se mercadorias integradas ao circuito do valor, enquanto empresas estatais são privatizadas e pressionadas a maximizar lucros. Em ambos os casos, a redução do capital variável frente ao constante degrada a qualidade dos serviços e enfraquece os laços sociais, gerando desemprego estrutural e desfiliação proletária (trabalhadores perdem sua condição de produtores de valor). Esse fenômeno global, denominado “precarização laboral”, reflete-se na “nova morfologia do trabalho” para Antunes (2009), em que impera: “a hegemonia informacional-digital no mundo produtivo, com os celulares, tablets, smartphones e assemelhados controlando, supervisionando e comandando essa nova etapa da ciberindustrial do século XXI” (Antunes, 2018, p. 38).

Este é o cenário em que a extrema direita ganha terreno:

1. A partir dos anos de 1950, com “Moderno movimento conservador dos Estados Unidos” e o papel das *think tanks*, o que “[...] coaduna estas diferentes forças políticas é justamente a perspectiva anticomunista – atualizada por autores como Hayek dentro outros – e sua capacidade de direcionar um ódio segregativo...” (Rosa et al, 2024, p.92).
2. impulsionada pela popularização do consumo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no cotidiano das massas, especialmente por meio das redes sociais acessadas via aparelhos celulares conectados à internet. Esse fenômeno permite o exercício de um poder manipulatório, que Lukács (2013) identifica como uma necessidade da dominação ideológica,

Realização:



Apoio:





elemento crucial para a continuidade da subordinação das massas, que para nós é ligada à *dynamis* da dominação do valor.

Para o Big Data, cuja existência depende da comercialização para fins publicitários de dados compartilhados, é lucrativa a produção e divulgação de narrativas que obtenham o máximo de atenção e engajamento dos indivíduos que circulam na internet, isto é, a sua rentabilidade depende da capacidade de produzir notícias que sejam massivamente compartilhadas. Assim a monetização de toda informação que circula na web (o verdadeiro negócio dos conglomerados digitais) leva invariavelmente à desinformação (fake news) e à disseminação de ideias de negacionismo científico, discriminatórias, racistas, machistas e protofascistas que são a expressão de uma política anticivilizatória. Nessa política que tem o ódio e o reacionarismo como combustível, a formação da maioria não se dá por meio da união de pessoas em torno de um denominador comum, mas ao contrário: é a inflação de paixões entre grupos que pode unir pelos extremos (Rodrigues; Mota, 2021, p.914).

Devido ao caráter mais fetichizado (Marx, 2017a) da reprodução do valor pela via das finanças e da produção pulverizada pela mundo (sobretudo contida no Leste europeu e na Ásia) produziu-se novos fenômenos de efervescência da lutas sociais e de ondas migratórias, mas, ao mesmo tempo, o palco para uma extrema direita, cujos traços neofascistas apresentam-se pela via de uma política de ódio aos imigrantes, carregados de preconceitos xenófobos, racistas e misóginos a continuidade do modo de produção capitalista. Tudo isso ocorra sobre traços mais exacerbados das contradições endógenas à lógica do capital que se manifestam numa forma arraigada do projeto anticivilizatório do capital.

Governos como os de Viktor Orbán (2010-atual), Trump (2016-2020; 2025-atual), Bolsonaro (2018-2022) e Milei (2023-atual) expressam, embora com nuances, um realinhamento global da extrema direita. Esses projetos mobilizam pautas ultraconservadoras que visam manter a acumulação capitalista via irracionalismo neoliberal de viés hayekiano, alicerçado em medo, ódio e anticomunismo. Tal estratégia reforça a submissão dos sujeitos ao “fazer o que fazem” (Marx, 1975, p. 82) — trabalho abstrato, homogeneizado e intensificado em escala global, cada vez mais estranhado.

Com um discurso que se apresenta como “outsider”, o fenômeno da nova extrema direita também envolve atores dos grandes oligopólios industriais e tecnológicos, como as *Big Techs* e *Big Datas*, que assumem o centro do comando das engrenagens da política institucional. Essa retórica, já conhecida desde Hayek e Mises, parece ser resgatada e aplicada na prática por meio da praxiologia desse empresariado que ingressa na política para promoção direta de seus interesses financeiros.

Com Mészáros (2011) nota-se que:

Para Hayek, as coisas são muito simples em suas equações de apologia do capital: “sem os ricos – os que acumularam o capital – os pobres que existissem seriam ainda mais pobres”. E assim, no que diz respeito às pessoas “que vivem nas periferias ... por mais doloroso que seja este processo, também elas, ou melhor, especialmente elas se beneficiam da divisão do trabalho formada pelas práticas das classes empresariais” ... “ainda que isto signifique morar por algum tempo [sic!] em favelas das periferias”. Naturalmente, defende-se a costureira selvageria de deixar a última palavra do julgamento ser pronunciada pela presença ou ausência de acumulação lucrativa de capital – para o que absolutamente nenhuma alternativa deve ser contemplada, nem por um momento – em questões que afetam o tamanho da população, quando se argumenta, com ilimitada hipocrisia (em nome da retidão moral) (Mészáros, 2011, p. 197).

Contudo, essa pseudociência exerce influência significativa, elevando figuras como Elon Musk — bilionário que financiou o governo Trump (2025) e chefia o Departamento de Eficiência Governamental (DOGE) — à condição de “homens de

Realização:



Apoio:





sucesso”. Retratados como benfeitores sociais por supostamente otimizarem o Estado (“gastador e ineficiente”), suas práticas empresariais legitimam cortes que historicamente atacam políticas sociais, não os privilégios do empresariado, agravando a precarização da vida da classe trabalhadora. Assim, o mito da eficiência privada mascara a manutenção da acumulação capitalista, enquanto aprofunda a violência sistêmica contra os mais vulneráveis.

Além disso, o irracionalismo de direita de nosso tempo, que se manifesta em um discurso de cientificismo positivista em defesa do capital — como no caso de Elon Musk e sua SpaceX —, busca mercantilizar as viagens espaciais, restritas a um pequeno grupo de detentores de fortunas bilionárias. Paralelamente, esse mesmo fenômeno se expande por meio de tecnologias da informação, que atuam na propagação de desinformações (*fake news*), através de plataformas como a X (antigo Twitter), também controlada majoritariamente por Musk. Nesse ambiente, proliferam discursos de ódio e um posicionamento anticientífico, baseado em um relativismo intuitivo e em uma apologética explícita ao capital.

Dessa forma, a crítica de Lukács ganha ainda mais relevância como uma chave analítica para compreender as transformações societárias atuais, marcadas pela crise do capital e, em particular, pela crise da razão. Esse fenômeno, descrito de modo aproximativo, revela uma aparente renúncia ao irracionalismo, mascarada pelo caráter “científico” que sustenta essa ontologia do mercado exacerbada, como a proposta por Hayek e Mises, que sustentam o neoliberalismo.

Mas só aparentemente, pois o conteúdo dessas construções conceituais é a pura falta de conceito, a construção de conexões não existentes, a negação da legalidade real em função de conexões aparentes, reveladas imediatamente (livres de conceitos) pela imediatez da superfície da realidade econômica. Estamos, portanto, diante de uma nova forma de irracionalismo, que se caracteriza por sua aparência de racionalidade (Lukács, 2020, p. 673).

Diante de um cenário político marcado pela crise estrutural do capital, a extrema direita ganha força com um projeto anticivilizatório que mantém a lógica do valor. Impulsionado pelas contradições endógenas do sistema — onde o descompasso entre riqueza material e abstrata gera curtos-circuitos (Postone, 2014) —, esse processo coisifica os sujeitos: a riqueza que produzem condiciona-os a comportamentos coletivos e individuais estranhos, obscurecendo sua própria causalidade histórica.

O debate *mainstream* sobre as crises econômicas, estatais e ambientais tende a atribuí-las a causas exógenas, negligenciando os estranhamentos gerados pela práxis dos sujeitos no capitalismo. Assim, tais teorias fabricam “conexões inexistentes” (Lukács, 2020, p. 673), mascarando a raiz estrutural das contradições sistêmicas.

Em contrapartida, entendemos que essas disfuncionalidades são inerentes ao capital, são motores das crises societárias, sintetizado pelo avanço crescente das forças produtivas em contradição com as relações sociais de produção, como bem destacou Marx (2017a). Ao mesmo tempo, tal como aponta Lukács (2020), esse fenômeno representa o terreno fértil para uma nova onda de irracionalismo, mas baseado numa pseudo racionalidade de cariz “científico”.

Guido Oldrini, por exemplo, destaca a importância histórica para a crítica da crise da razão, uma vez que:

Jamais esbarramos em algo permanente fixo; os avanços obscuros do singular e do irracional dominam a razão, a indeterminação sobre as leis; o arbítrio subjetivista, embora de algum modo contido, está no virar da esquina como uma ameaça contínua. Assim, entre a respeitabilidade posterior do sistema do saber, das “ciências do espírito”, abrem-se buracos e fendas assustadoras, preenchíveis apenas com remédios artificiais. À medida que o confronto é pouco esclarecido com a realidade objetiva e a cultura recolhe-se em uma esfera especializada, separada, na esfera insondável — aparentemente “mais profunda” — do si-mesmo espiritual, manipulações, distorções, argumentações

Realização:



Apoio:



interessadas, apologias do existente têm campo livre, trazendo o amordaçamento dos contrastes reais dentro de esquemas convenientes, produzidos deliberadamente e muitas vezes transmitidos, na sua infelicidade como “destino” da época (Oldrini, 2017, p. 40).

Como podemos observar, de maneira aproximada, em pensadores como Hayek, essa visão de mundo é apresentada como uma visão de mundo neoliberal, que molda a prática de indivíduos cada vez mais individualizados e céticos em relação à ciência, à verdade e à modernidade. Em síntese, ela se opõe à razão como ferramenta essencial para desvendar os nexos mais profundos da realidade. E, assim, “dessa teoria decorre que os indivíduos são irrevogavelmente alienados e que a razão cognitiva - entendida como razão instrumental e adaptativa que explica, prevê e controla as circunstâncias particulares da vida social” (Prado, 2012, p. 112).

## Considerações finais

O artigo demonstrou que a crise estrutural do capital constitui a base material para a ascensão de práticas irracionais de direita e anticivilizatórias, típicas de uma fase imperialista marcada pela intensificação das contradições do capital. Nesse cenário, o conflito histórico entre capital e trabalho assume novas determinações: o “novo” mantém-se enraizado nas legalidades e tendências — como a socialização da produção — são apropriadas por discursos reacionários que reforçam a ordem vigente, aprofundando a exploração sob roupagens pseudomodernas.

O cenário atual impulsionou o avanço da extrema direita, que ganha força política ao mobilizar massas rumo à barbárie social crescente, sustentada por uma ideologia neoliberal reacionária. Sua expressão máxima materializa-se no governo Trump (2025), que reforça uma identidade nacionalista e supremacista branca, criminalizando imigrantes, negros e povos originários como “inimigos públicos”. No Brasil, o fenômeno ecoou no governo Bolsonaro (2018-2022), embora com mediações históricas distintas. Ambos os casos revelam como o capitalismo em crise instrumentaliza o ódio para manter dominação do valor, naturalizando a violência como projeto político como alternativas para sua reprodução.

Portanto, o presente artigo buscou traçar um amplo panorama e destacar as mediações essenciais – de modo aproximativo - que apontam para o esgarçamento societário, impactando os diversos complexos sociais (Lukács, 2013), com ênfase no terreno econômico e ideológico do capitalismo contemporâneo.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo editorial, 2018.

ARANTES, Paulo. **A fratura brasileira do mundo**: visões do laboratório brasileiro da mundialização. São Paulo: Editora 34, 2023.

DE ARAUJO, Paulo Henrique (org.). **Dominação impessoal e temporal**: o trabalho na sociedade do capital. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

DE ARAUJO, Paulo Henrique Furtado. Dissolução dos laços sociais mediados pelo valor: crise estrutural da sociedade do capital e o fim do seu processo

Realização:



Apoio:



civilizatório. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n. 68, p. 133-166, jan./abril, 2024.

AUGUSTO, André Guimarães. O neoliberalismo religioso e aristocrático de Von Mises. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n. 44, p. 86-110, jun./set., 2016.

AUGUSTO, André Guimarães. De Adam Smith a Von Mises: a decadência ideológica do liberalismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n. 61, p. 43-80, set./dez., 2021.

BEHRING, Elaine. **Fundo Público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

CARVALHO, Rosangela Nair Barbosa de; SILVA, Mossicléia Mendes da. Reforma trabalhista e tempo de trabalho: recomposição dos instrumentos legais do trabalho assalariado no Brasil. In: MELO, Ana Inês Simões de et al. (org.). **Trabalho, reprodução social e serviço social: desafios e utopias**. Rio de Janeiro: Navegando Publicações, 2020.

DUAYER, Mário. Apresentação. In: MARX, Karl. **Grundrisses**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.

FOSTER, John Bellamy. O novo irracionalismo. **Verinotio** – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, v. 2, p. 383-413, 2023.

GRANEMANN, Sara. Capitalismo “puro”, Estado e fundo público. In: GRANEMANN, Sara (org.). **Teoria social, formação social e serviço social: pesquisas marxistas em debate**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

Lênin, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio de divulgação ao público (Trad. Edições Avante!; Rev. Paula Vaz de Almeida). São Paulo: Boitempo, 2021.

LUKÁCS, György. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital (Trad. Reginaldo Sant’Anna). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

Realização:



Apoio:



MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. Volume 1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 87-133, abril, 1996.

OLDRINI, Guido. **György Lukács e os problemas do marxismo do século 20**. (Trad. Mariana Andrade). Maceió: Coletivo Veredas, 2017.

PRADO, Eleutério F. S. A dialética de Marx e o evolucionismo. *In*: GANEM, Angela; FREITAS, Fabio; DE MALTA, Maria Mello (org.). **Economia e filosofia**: controvérsias e tendências recentes. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

RODRIGUES, Mavi. Longos anos 1960 de CNC: a renovação do marxismo e 1968. *In*: BRAZ, Marcelo; RODRIGUES, Mavi (org.). **Cultura, democracia e socialismo**: as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

RODRIGUES, Mavi. **Michel Foucault sem espelhos**: um pensador proto pós-moderno. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RODRIGUES, Mavi. Serviço Social em tempos de conservadorismo reacionário: contribuições para análise. *In*: Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco (org.). **Crise capitalista, Serviço Social e realidade brasileira**: reflexões e perspectivas no contexto da pandemia. Recife: Editora UFPE, 2021.

RODRIGUES, Mavi; MOTA, Ana Elizabete. Ultraconservadorismo, política anticivilizatória e luta de classes. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 6, 2021, Londrina. **Anais** [...]. Londrina, UEL, 2021.

ROSA, Pablo Ornelas *et al.* **Tecnoconservadorismo e o Brasil Paralelo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

TONELLO, Iuri. **No entanto, ela se move**: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Edições Iskra; Boitempo Editorial, 2021.

Realização:



Apoio:



## **CRISE DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E PRIVATIZAÇÃO: a luta popular pela água na Bolívia**

Isabel Jardim do Nascimento Andrade<sup>20</sup>

Juliana da Silva Miranda<sup>21</sup>

**Resumo:** O direito à água e ao saneamento básico inscreve-se no cenário mais amplo das disputas históricas da classe trabalhadora contra as expropriações promovidas pelo capital. Dentre os conflitos pela água, um ganha destaque no contexto da América: a revolta popular em Cochabamba. Assim, pretendemos analisar como se deu o processo de crise estrutural do capitalismo iniciada na década de 1970, que culminou no marco neoliberal de privatizações, demonstrando que tornar a água um ativo financeiro compõe o histórico de violações de direitos a que a classe trabalhadora é submetida, mas que não passam despercebidas à resistência popular.

**Palavras-chave:** Crise – água - neoliberalismo

**Abstract:** The right to water and basic sanitation is part of the broader context of the historical struggles of the working class against expropriations promoted by capital. Among the many water-related conflicts, one stands out: the popular uprising in Cochabamba. This study aims to analyze the process of structural crisis of capitalism that began in the 1970s and culminated in the neoliberal wave of privatizations. We seek to demonstrate that turning water into a financial asset is part of the historical pattern of rights violations imposed on the working class — but Does Not Go Unnoticed By Popular Resistance.

**Keywords:** Crisis – water - neoliberalism

### **Introdução**

Os direitos humanos à água e ao saneamento básico compõe uma categoria universalizante de direitos cuja existência se conecta diretamente com a lógica de exploração da sociedade regida pelo modo de produção capitalista. No entanto, a água nem sempre foi entendida como um direito humano, universal e essencial à reprodução social. Foi somente em 2010 que a água foi inserida na agenda internacional como direito, através da Resolução nº 64/292 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, sendo também reconhecida como direito decorrente do direito à vida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos através da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

O Brasil reconhece e compreende a água enquanto direito humano, ainda que a Constituição da República de 1988 não o traga de forma explícita em seu texto. No entanto, mesmo compondo conteúdo de direito humano e fundamental amplamente reconhecido, a água é alvo de expropriações que ameaçam a sobrevivência da classe trabalhadora desde a ascensão e consolidação da lógica neoliberal. Calisto (2023, p. 21) afirma que

A disputa dos grandes grupos econômicos pelo controle da água no mundo cresce a cada dia, visto que o capital, em meio à atual crise econômica mundial, busca expandir seus interesses e redefinir mercados. Enquanto grandes corporações visam se apropriar da água doce do planeta para

<sup>20</sup> Advogada. Assistente Social. Mestre em Serviço Social pelo PPGSS/UFJF. Doutoranda em Serviço Social pelo PPGSS/UERJ. E-mail: isabel.jardin.andrade@gmail.com.

<sup>21</sup> Assistente Social. Mestre em Política Social pelo PPGPS/UFF. Doutoranda em Serviço Social pelo PPGSS/UERJ. E-mail: asjsmiranda@gmail.com.

Realização:



Apoio:





transformá-la em fonte de lucro, os povos lutam para garantir que ela seja reconhecida como um direito humano essencial à vida.

Desta forma, é necessário enxergar o direito à água dentro do contexto de uma categoria de direitos cuja existência deriva das relações de exploração capitalista. Na atualidade, este direito vem sendo expropriado da classe trabalhadora através dos processos de privatização, que aqui entendemos não só como os grandes leilões de concessão dos serviços de saneamento aos conglomerados empresariais transnacionais após a vigência da Lei nº 14.026/2020, que instituiu mudanças no setor de saneamento no país, como também por meio da tomada forçada de fontes de água potável por grandes empresas de ramos alimentícios, expropriando-as das comunidades que delas dependiam diretamente.

Os direitos humanos à água e ao saneamento básico possuem conteúdo normativo próprio, que de acordo com o Comentário Geral nº 15 da ONU, deve elencar os elementos de disponibilidade, qualidade e acessibilidade, que inclui a acessibilidade física e econômica. Para Heller (2022, p. 97), “o atributo da disponibilidade compreende tanto a disponibilidade de fontes de água quanto a disponibilidade de serviços, em particular infraestrutura, para acesso à água.” Segundo o autor, a maneira como o serviço de abastecimento de água é organizado será decisiva para a efetivação ou não dos direitos humanos, pois tudo depende da forma de gestão adotada. A continuidade no fornecimento, nesse contexto, representa um aspecto essencial, já que sua ausência limita o acesso à água disponível.

A acessibilidade física, por sua vez, está relacionada ao reconhecimento de que a população é composta por pessoas com necessidades diversas, e não homogêneas; nesse sentido, a acessibilidade física deve considerar principalmente as estruturas dentro dos domicílios — um aspecto frequentemente marcado pela indefinição quanto à responsabilidade de sua garantia, seja por parte do poder público ou dos próprios indivíduos (Heller, 2022). A acessibilidade econômica é um aspecto frequentemente negligenciado, pois costuma ser abordada com foco na sustentabilidade financeira do serviço de abastecimento, em vez de considerar como os custos desse serviço são repartidos entre os usuários — especialmente no que diz respeito às populações em situação de pobreza e extrema pobreza. Assim, conforme explica Heller (2022, p. 112),

em termos gerais, sob a ótica dos direitos humanos, a acessibilidade econômica aos serviços de água e saneamento significa que a incapacidade financeira de pagar pelos serviços não deve ser razão para que o serviço não seja garantido e, igualmente, o dispêndio de um indivíduo ou de moradores em uma residência não deve limitá-los no usufruto de outros direitos humanos, como o direito à moradia, à alimentação, aos cuidados com a saúde ou à educação.

O elemento da qualidade talvez seja o menos subjetivo de todos, já que existem parâmetros internacionais bem definidos sobre o que deve ser considerado para que a água seja segura à saúde humana. Estes parâmetros, definidos principalmente pela Organização Mundial da Saúde, incluem “aspectos microbiológicos e práticas de desinfecção, parâmetros químicos e radiológicos, além de aspectos relacionados às características estéticas e seu impacto na aceitabilidade para o consumo” (Heller, 2022, p. 107).

No entanto, apesar de possuir conteúdo normativo delimitado e *status* de direito garantido internacionalmente, o direito à água, observado na realidade concreta, não é plenamente garantido em diversas partes do mundo. Quando voltamos os olhares para a América Latina, conforme explicam Castro e Heller (2015, p. 13), “a desigualdade e a injustiça social que caracterizam a região latino-americana parecem encontrar uma de suas formas mais agudas nas condições de acesso [...] à água para consumo humano.” E este fato se atesta através de indicadores. Um relatório da Organización Panamericana de La Salud traz que aproximadamente 40 milhões de pessoas não

Realização:



Apoio:



possuem acesso a água segura para consumo humano nos países da América Latina, e cerca de 117 milhões não possuem instalações sanitárias adequadas ao cumprimento do conteúdo normativo dos direitos humanos à água e ao saneamento básico.

Nesse sentido, Bulto (2015, p. 31) sustenta que “o direito humano à água ainda busca por *status* semelhante a outros direitos socioeconômicos explicitamente reconhecidos”, e este fato obstaculiza sua implementação e universalização.

Desta forma, a disputa pela água, longe de ser apenas um conflito isolado, restrito a determinado território, expressa uma das faces mais perversas do modo de produção capitalista na era da financeirização: a mercantilização da vida. Foi possível observar, em diversos contextos e em diversos países da América Latina, a imposição de políticas privatistas sobre serviços públicos e bens coletivos essenciais à reprodução social da classe trabalhadora, que geraram resistências populares emblemáticas. Um dos mais significativos se deu na província de Cochabamba, na Bolívia, no início dos anos 2000. A chamada “Guerra da água” tornou-se o símbolo da insurgência popular contra a lógica de expropriação promovida pelo capital transnacional no país, revelando como o controle e a apropriação dos recursos naturais representam um campo de disputas entre a reprodução do capital e a reprodução da vida.

### **Privatização da água: o caso boliviano**

Nos anos 2000, um levante popular em Cochabamba, na Bolívia, expulsou a empresa transnacional que estava então responsável pela gestão da água e do esgoto na província. A privatização do serviço evocava o já conhecido mito da ineficiência do que é público, justificando que a prestação do serviço de saneamento por uma empresa privada representaria a solução para suprir as deficiências existentes, conforme afirmava o Banco Mundial em documento de 1999 sobre a privatização de Cochabamba: “os governos pobres são frequentemente perseguidos pela corrupção local e estão mal equipados para administrar seus fornecimentos de água.” Portugal (2007, p. 6) afirma que, em inícios do século XX,

La alianza que existía entre capital estatal y capital privado, que rigió em el modelo de sustitución de importaciones para desarrollar las mercancías internas, fue quebrada y reemplazada por una nueva fórmula: menos Estado y más mercado. Con una gran diferencia: las economías de los países, principalmente tercermundistas, dependen exclusivamente de los mercados mundiales. Así, el Estado fue reducido y refuncionalizado para mantener el orden interno y garantizar condiciones irrestrictas a la libre entrada de capitales y mercancías en cada territorio.

A partir de 1985, após quase 20 anos de ditadura civil-militar na Bolívia, cujos regimes levaram ao desmantelamento social e econômico, intensificando as crises inflacionárias que se seguiram no país, o governo de Victor Paz Estenssoro - primeiro mandato democrático após a queda dos militares - adotou um pacote de ajustes estruturais baseado em três eixos principais: “o choque inflacionário, a liberalização dos mercados para os investimentos estrangeiros e a diminuição do setor público, através do qual se abre caminho para as privatizações” (Drummond, 2015, p. 188).

Do ponto de vista da localização geográfica, a região de Cochabamba está situada num vale montanhoso a leste da cordilheira dos Andes, em um local que já sofre com períodos de seca severa, devido ao clima semiárido e à infraestrutura precária. Assim, em fins da década de 80, o governo de Estenssoro transferiu a gestão dos recursos hídricos para os governos municipais. Essa descentralização do serviço de abastecimento de água exigia que os municípios cumprissem determinados requisitos, como a identificação de novas fontes de água, a captação de financiamento internacional, a cobrança de tarifas pelo serviço e a modernização da infraestrutura de captação, tratamento e distribuição de água (Drummond, 2015).

Realização:



Apoio:



A partir desta determinação, então, o governo municipal de Cochabamba deu prioridade à perfuração de poços artesianos na região, financiados através de incentivos concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que estabeleceu como condição do financiamento a criação de um serviço municipal de água e esgoto, que fora denominado SEMAPA (Servicio Municipal de Agua Potable y Alcantarillado). O SEMAPA, conforme relata Pfrimer (2008, p. 13) estabeleceu uma política de discriminação econômica na distribuição do abastecimento de água, na qual

apenas os bairros centrais possuíam fornecimento de água durante as 24 horas do dia. Não se tomou medidas com a finalidade de estender as conexões da rede de abastecimento de água até a zona sul, porque isso implicaria no racionamento de água para os setores mais abastados.

Com este cenário já estabelecido, em 1997, o então presidente Hugo Banzer fora eleito sob a promessa de implantação do Projeto Misicuni, que segundo Kruse (2005, p. 140), pretendia executar a “[...] captación de aguas de la cuenca del Río Misicuni en la Cordillera Oriental de los Andes y su conducción hacia el valle central y la ciudad de Cochabamba para consumo humano, riego y generación eléctrica.” Entretanto, pouco após o início das obras, o consórcio Condotte-Asapi, então responsável pela realização do projeto, rescindiu o contrato com a administração municipal de Cochabamba, de gestão de Manfred Reyes Villa (Pfrimer, 2008).

Neste contexto, a administração municipal recorreu ao financiamento do Banco Mundial para a retomada das obras do projeto, que condicionou o repasse de recursos “à privatização da SEMAPA e à promulgação de uma nova lei que regulamentava a utilização dos recursos hídricos no país (Drummond, 2015, p.193).” Assim, imediatamente, Reyes Villa instaurou processo licitatório para a venda do SEMAPA. Segundo Rocha (2019), com a publicação da lei nº 2.029/1999, o SEMAPA foi privatizado e vendido à Águas del Tunari, após um processo de licitação nada transparente.

Já em fins de 1999, em reação à gestão da Bechtel, corporação norte-americana que controlava a Águas del Tunari, os habitantes da cidade se mobilizaram ante o enorme aumento das tarifas dos serviços de água e perante a expropriação dos sistemas comunitários de água. Nessa ocasião, observou-se o surgimento da Coordenação da Água e da Vida, uma organização criada por grupos da sociedade civil, sindicatos, camponeses e comitês democráticos de água. A população de Cochabamba, deixada pelo poder público nas mãos dos investidores transnacionais, viu-se ainda mais atingida pela desigualdade social ocasionada pela escassez de água, e, conforme explica Drummond (2015, p. 196), “toda a população [...], do campo à cidade, acabou se sentindo lesada pela privatização.” A água foi o elemento que uniu camponeses, estudantes, donas de casa e mais numa batalha comum.

Em janeiro do ano 2000 houve então o anúncio de um aumento de mais de 100% nas tarifas de água e esgoto da população de Cochabamba, notícia que caiu como uma bomba na cidade, que já se mobilizava, com o povo ocupando as ruas. A “guerra da água” ocasionou uma greve geral, paralisando a cidade, que foi alvo de uma dura repressão pelo governo, com saldo final de centenas de feridos, causando uma revolta ainda maior na população, o que culminou com a saída da Águas del Tunari da região, em abril de 2000. Naquele momento, o movimento da Coordenação da Água e da Vida ganhou papel de destaque na condução dos protestos, sendo dotada de legitimidade por parte da população para reivindicar junto ao governo.

Ao fim, o SAMAPA retomou o controle da água no município, e a Coordenação da Água e da Vida passou a fazer parte – juntamente com o sindicato e o governo local – de uma junta diretiva provisória que decidiria sobre o futuro da empresa (Rocha, 2019). Desta forma, ampliou-se o controle social sobre a gestão dos recursos hídricos e a água foi considerada novamente um direito de todos, e não propriedade privada.

Realização:



Apoio:



A Guerra da Água em Cochabamba representou não apenas um levante popular contra a privatização de um recurso natural essencial, mas também a denúncia concreta dos limites estruturais do modelo neoliberal imposto às nações periféricas. A expulsão da empresa transnacional responsável pela gestão da água revelou a capacidade de resistência das classes trabalhadoras frente à mercantilização da vida, ao mesmo tempo em que evidenciou a submissão dos governos locais às imposições dos organismos financeiros internacionais.

Essa experiência emblemática não pode ser dissociada do contexto mais amplo da crise do capitalismo global, que a partir da década de 1970, intensificou a busca por novas formas de acumulação. É nesse cenário de reestruturação neoliberal que se insere a ofensiva sobre os serviços públicos, bem como a financeirização e expropriação da água, aprofundando desigualdades nos territórios e ameaçando direitos historicamente conquistados.

### **Crise do capital e neoliberalismo na mercantilização da vida**

O conceito de crise do modo de produção capitalista, em Marx, não significa um fenômeno incidental ou meramente conjuntural, mas sim uma expressão das contradições internas deste próprio modo de produção, que são, desta forma, inevitáveis e estruturais. Marx compreende a crise, portanto, como um momento necessário do movimento do capital, que deriva da sua própria lógica de expansão e acumulação. No livro III d'O Capital, Marx observa que "[...] estas *[as crises]* são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado (Marx, 2017, p. 288)."

Segundo Behring (2021, p. 129),

O capitalismo do pós-guerra viveu seus trinta anos de "glória", de crescimento fundado no fordismo-keynesianismo, e que geraram uma mais-valia monumental, boa parte dela, apropriada na repartição na forma de juro, pelo mundo da finança, que, ademais, não está afastado da economia real [...], mas que pode assumir relativa autonomia especialmente na forma do capital fictício.

Já a partir do início dos anos 1960, conforme explica Mandel (1982), inicia-se a fase do capitalismo tardio, caracterizado pelo fim do período de reconstrução pós Segunda Guerra e o início do crescimento acelerado desencadeado pela terceira revolução tecnológica. Então, a partir dos anos 1970, pode-se observar a figura de uma clássica crise de superprodução, na qual o Estado atuou como "almofada amortecedora" da crise, com momentos de retomada intercalados com momentos de profundas depressões.

Assim, a última grande crise estrutural do modo de produção capitalista, iniciada em meados da década de 1970, fora marcada pela queda da taxa de lucro, pela estagflação, pela saturação dos mercados e por amplos processos de resistência da classe trabalhadora frente o desmonte das políticas de bem-estar social que vinham se fortalecendo até então. Carcanholo (2010) explica que a crise da década de 1970 expressou-se como um momento de superprodução de capital e consequente dificuldade de valorização, o que resultou em uma queda na lucratividade do sistema. Essa superprodução — tanto de capital quanto de mercadorias — levou à redução da taxa de lucro, desestimulando os investimentos e desencadeando um período de baixo crescimento econômico, caracterizado, portanto, por um cenário recessivo. Para o autor, essa crise conjuga a queda na taxa de lucro à superacumulação de capital, configurando-se como um marco de profunda recessão no capitalismo contemporâneo.

Já Mészáros (2009) apontava a crise dos anos 1970 como aquela que encerraria as fases cíclicas de crise do capitalismo. Após um longo período alternando momentos de expansão com momentos de recessão, o modo de produção capitalista entraria a partir de então em um momento de crise endêmica, crônica e de caráter permanente,

Realização:



Apoio:



indicando que os limites estruturais absolutos do sistema sociometabólico do capital teriam sido atingidos de forma irreversível. Assim, a crise estrutural do capital tem intensificado a histórica separação entre a produção orientada pelas necessidades humanas e a lógica da autorreprodução do capital, aprofundando seu caráter destrutivo.

Para Netto (2012) o que se pode observar desde meados da década de 1970 quando eclodiu este último grande momento de crise do capital, é a ocorrência de uma crise de natureza sistêmica. Esta crise, de acordo com o autor “apresenta traços inéditos em relação às duas anteriores”, estas que o autor considera como a crise de 1896 e a de 1929. E prossegue aduzindo que “aqueles que não compreenderem estas particularidades da crise contemporânea provavelmente vão considerar que há remédios para ela nas terapias (ainda e sobretudo de raiz keynesiana) adotadas no século XX (Netto, 2012, p. 416).

É, então, nesse contexto, que se forja a resposta neoliberal à crise estrutural do modo de produção capitalista, que é descrita por Harvey (2011) como uma restauração do poder de classe da burguesia, na qual o capital financeiro transnacional busca retomar sua hegemonia por meio de profundos ajustes estruturais que se expressaram principalmente através das privatizações, da supressão de direitos sociais duramente conquistados, da desregulamentação dos mercados e dos ataques às organizações da classe trabalhadora.

Assim, o autor nos traz que

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (Harvey, 2011, p.12).

Nesse sentido, de acordo com o autor, o papel do Estado no neoliberalismo seria o de criar e manter uma estrutura institucional que seja adequada a estas práticas, no entanto mantendo sua intervenção no mercado ainda em patamares mínimos, conforme inspirações da doutrina liberal clássica.

Segundo Duménil e Lévy (2013, p. 27), a crise dos anos 1970 foi “consequência da tendência decrescente da taxa de lucros somada às taxas crescentes de inflação em que se expressavam as tensões econômicas. Elas criaram as condições para a imposição do neoliberalismo [...]”. De acordo com os autores, o neoliberalismo seria uma reação das classes dominantes, especialmente do capital financeiro, contra o avanço relativo das conquistas da classe trabalhadora no pós-guerra. Nesse sentido, entendemos que

O poder de compra dos trabalhadores foi restringido, o mundo se abriu para as corporações multinacionais, as dívidas crescentes de governos e famílias eram uma fonte de grandes fluxos de juros, e a financeirização tornou possíveis rendas gigantescas (salários, bônus, opções de ações e dividendos) no setor financeiro. A hegemonia das classes altas foi deliberadamente restaurada, uma volta à hegemonia financeira. Surgiu uma ideologia neoliberal, a expressão dos objetivos de classe do neoliberalismo. Essa ideologia foi o instrumento político crucial no estabelecimento do neoliberalismo (Duménil; Lévy, 2013, p. 27).

Tal qual Harvey, os autores entendem que o papel do Estado dentro da lógica neoliberal é o de atuar fortemente para proteger os interesses do capital financeiro, seja por meio de políticas monetárias, reformas e contrarreformas, bem como repressão e salvamento aos bancos e instituições financeiras.

Desta forma, quando olhamos então para o neoliberalismo na América Latina, é necessário relembrar a figura do Consenso de Washington, que representou um conjunto de recomendações econômicas e políticas formuladas por organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio a países da América Latina que incluíam austeridade fiscal a partir do corte de gastos com

Realização:



Apoio:





políticas sociais, desregulamentação de mercados, privatização de empresas e serviços públicos e contrarreformas, especialmente aquelas que propunham o desmonte de direitos da classe trabalhadora e da administração pública. Segundo dados da CEPAL, a adoção das determinações do Consenso de Washington concretizou, ao contrário do que esperavam os governos neoliberais do período, uma média de crescimento de 0,7% na década de 1990 nos países latino-americanos, apresentando inclusive taxas negativas nos anos de 1990, 1995 e 1999, frustrando as expectativas de estabilização de preços e crescimento econômico prometidas à época.

Assim, conforme explica Fontes (2017, p. 214), pensar a crise do capitalismo contemporaneamente significa “recuperar as determinações mais significativas da vida crítica em que a humanidade foi lançada com a generalização do capitalismo.” Portanto, ante a crise estrutural do modo de produção capitalista na década de 1970, o neoliberalismo emerge como uma forma de reorganizar a dominação de classe e restaurar as condições de acumulação, sobretudo nos países do sul global.

Quando voltamos o olhar especialmente para a América Latina, é possível perceber que esse projeto se consolidou através da imposição de contrarreformas amplamente financiadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, que operaram como meios de coerção financeira e dominação ideológica. O resultado deste processo foi a intensificação da dependência econômica dos países latino-americanos, o desmonte de políticas públicas, a precarização do trabalho e a expropriação de bens naturais essenciais. Nesse sentido, o neoliberalismo de maneira nenhuma medeia ou resolve as contradições do capital, apenas as aprofunda, revelando a urgência histórica de superação do metabolismo social destrutivo do capital.

## Conclusão

A Guerra da Água em Cochabamba, ocorrida entre 1999 e 2000, é um dos exemplos mais memoráveis das consequências devastadoras da imposição do projeto neoliberal na América Latina, especialmente quando pensamos nos países mais dependentes e subordinados aos organismos financeiros internacionais. A privatização do sistema de água e esgoto na cidade boliviana fora promovida sob a dominação do Banco Mundial, que condicionava empréstimos e financiamentos à implementação de “reformas estruturais” no país – entre elas, a privatização de serviços públicos, entregues às empresas de capital transnacional. Todo esse processo pode ser enxergado quando inserido no escopo mais amplo da ofensiva neoliberal que se consolidou na América, especialmente na América do Sul, a partir das décadas de 1980 e 1990, sob a tutela do Consenso de Washington.

No caso Boliviano, a privatização da água entregou um bem coletivo e essencial à multinacional Águas del Tunari, que impôs à população aumentos abusivos nas tarifas de águas e racionou o abastecimento da água à grande parte da população, aprofundando as desigualdades sociais já existentes em consequência da escassez hídrica que a região enfrentava. A revolta popular que se seguiu não foi apenas uma reação local a injustiças praticadas em nome do lucro, mas sim uma expressão concreta da resistência da classe trabalhadora à mercantilização da vida promovida pelo capital transnacional. Conforme afirma Fontes (2010, p. 412),

Boa parte das expropriações e rapinagens nasceu com o capitalismo — a dívida pública é uma delas. Outras, mais recentes, resultam da enorme pressão de enormes massas de capitais concentrados e que buscam valorizar-se por todos os meios. Novas expropriações comprometem a vida humana, como a das águas. A valorização do capital, entretanto, não é jamais suficiente, pois resulta em massas de capitais maiores ainda, buscando valorização... e promovendo mais extensas e mais profundas expropriações da vida social.

Realização:



Apoio:



Assim, o neoliberalismo representa esta nova fase do modo de produção capitalista na qual os bens naturais, essenciais e públicos são convertidos em mercadoria para alimentar a valorização do capital em crise.

Portanto, a Guerra da Água é um processo que revela com clareza como o neoliberalismo – longe de ser apenas mais uma doutrina econômica – atua como um projeto de classe, impondo a lógica da valorização do valor sobre direitos, territórios e povos. A cidade de Cochabamba e sua população tornou-se, desta forma, um símbolo do levante contra este modelo destrutivo de mercantilização de tudo e da tentativa de construção de um projeto societário baseado na participação popular e na justiça social.

## Referências

BEHRING, E. R. **Fundo Público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BULTO, T. S. Muito familiar para ignorar, muito novo para reconhecer: a situação do direito humano à água em nível global. In: CASTRO, José Esteban et al. (org.). **O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica**. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11919/1/Muito\\_Familiar\\_Ignorar\\_Cap1.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11919/1/Muito_Familiar_Ignorar_Cap1.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2025.

CALISTO, D. A. **Mercantilização da água: análise da privatização do saneamento de Teresina (PI)**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

CARCANHOLO, M. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Revista Aurora**, Marília, ano IV, n. 6, p. 1–10, ago. 2010.

CASTRO, J. E. et al. Introdução. In: CASTRO, J. E. et al. (org.). **O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica**. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3902>>. Acesso em: 17 jun. 2025.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Cepalstat** – base de datos y publicaciones estadísticas, 2023. Disponível em: <[www.statistics.cepal.org](http://www.statistics.cepal.org)>. Acesso: 01 jun. 2025.

DRUMMOND, N. A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 18, n. 28, p. 186–205, 2015. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3998/4155>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

DUMÊNIL, G.; LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2013.

FONTES, V. Capitalismo, crises e conjuntura. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 409–425, set./dez., 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.116>>. Acesso em 29 jun. 2025.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HELLER, L. **Os direitos humanos à água e ao saneamento básico**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022.

Realização:



Apoio:



KRUSE, T. La guerra del agua en Cochabamba, Bolivia: terrenos complejos, convergencias nuevas. In: TOLEDO, E. G. (cop.). **Sindicatos y nuevos movimientos sociales en américa latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101109025721/5kruse.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

Mészáros, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 111, p. 413–429, jul. 2012. Disponível em: <[https://www.scielo. br/j/ssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/?lang=pt](https://www.scielo.br/j/ssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/?lang=pt)>. Acesso em 28 jun. 2025.

PFRIMER, M. H. A guerra da água em Cochabamba, Bolívia: a desconstrução de um conflito. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, IV, 2008, Brasília. **Anais** [...]. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT12-850-976-20080513215826.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

PORTUGAL, A. A. C. El neoliberalismo en Bolivia y Perú. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDIANTES DE TRABAJO SOCIAL, 7, 2007, Puno, Peru. **Anais** [...] Peru, 2007. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/es/document/read/12705172/ponencia-el-neoliberalismo-en-bolivia-y-peru>>. Acesso em 28 jun. 2025.

ROCHA, S. A luta pelo acesso à água em Cochabamba. **Amazonas Atual**, Manaus, 27 set. 2019. Disponível em: <<https://amazonasatual.com.br/a-luta-pelo-acesso-a-agua-em-cochabamba/>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



## **ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma análise crítica do neoliberalismo e o desmonte do suas na cidade de São Paulo – SP**

Paula Silva Leão<sup>22</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a relação entre neoliberalismo e assistência social no Brasil, com foco em São Paulo. Explora como a defesa do Estado mínimo e a privatização reconfiguraram as dinâmicas de poder, fragilizando o Estado e comprometendo o financiamento da seguridade social. Discute a implementação do SUAS e os desafios da cultura de parceria com organizações sociais na cidade, que, apesar de histórica, precariza os serviços e dificulta a universalidade de acesso aos direitos. Conclui com a necessidade de reavaliação das prioridades e gestão para efetivar um Estado social justo e equitativo.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo, Assistência Social, SUAS, Estado Mínimo, Políticas Sociais.

**Abstract:** This article analyzes the relationship between neoliberalism and social assistance in Brazil, focusing on São Paulo. It explores how the defense of a minimal state and privatization reshaped power dynamics, weakening the state and compromising social security funding. It discusses the implementation of SUAS and the challenges of the partnership culture with social organizations in the city, which, despite being historical, precarious services and hinders universal access to rights. It concludes by emphasizing the need for reevaluation of priorities and management to achieve a just and equitable social state.

**Keywords:** Neoliberalism, Social Assistance, SUAS, Minimal State, Social Policies.

### **Introdução**

O presente artigo, fruto de reflexões de uma tese de doutorado, busca analisar a relação entre o neoliberalismo e a política de assistência social no Brasil, com foco na cidade de São Paulo.

A implementação de políticas neoliberais reconfigurou a dinâmica de poder entre os grupos econômicos, enfraquecendo atores políticos regionais e tradicionais. A desregulamentação e a privatização tiveram implicações profundas, reduzindo o controle estatal em setores produtivos, levando a demissões em larga escala e ao enfraquecimento dos sindicatos. O poder econômico foi significativamente deslocado para o setor privado, alterando o equilíbrio de forças no âmbito político e social.

Um dos impactos mais severos do processo neoliberal sobre o Estado é a diminuição de sua capacidade de investimento e intervenção, neutralizando-o como instrumento eficaz para conceber e implementar políticas sociais. O movimento globalizador, conforme Martins (1996), possui uma dupla face: enquanto libera, desprotege, exigindo a derrubada de barreiras, privatizações, desregulamentação, flexibilização das relações capital-trabalho e a dessocialização dos indivíduos.

Apesar do desafio imposto pelo neoliberalismo, a assistência social no Brasil buscou fortalecimento através da Lei nº 12.435, de 2011, que integrou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), um sistema descentralizado e participativo. No entanto,

---

<sup>22</sup> Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUCS SP – Docente no Curso de Serviço Social da Universidade Nove de Julho. E-mail: paulasleao@gmail.com

Realização:



Apoio:



a desconsideração da responsabilidade de um Estado expandido em todo o território nacional levou muitos municípios a manterem o atendimento da população por meio de organizações terceirizadas, perpetuando a tradição de delegar as proteções sociais a essas entidades. Essa privatização/terceirização dos serviços, do ponto de vista da seguridade social ampliada, gera a precarização das ofertas socioassistenciais e dificulta a universalidade de acesso aos direitos, impactando a vida da classe trabalhadora.

O artigo está dividido em três seções principais. A primeira seção aborda o neoliberalismo e o esvaziamento do Estado, discutindo suas consequências para a efetivação das políticas públicas. A seguir, a segunda seção apresenta a Lei Orgânica de Assistência Social e os desafios para a implementação do Sistema Único de Assistência Social. Por fim, a terceira seção examina o SUAS na cidade de São Paulo, analisando os processos de sua efetivação por meio da cultura de parceria com organizações sociais e os impactos dessa abordagem na cidadania.

### **O neoliberalismo e o esvaziamento do Estado: implicações para as políticas sociais**

A presença do neoliberalismo em países como o Brasil, historicamente marcados pela colonização, alinha-se ao conceito de Estado mínimo, que defende a limitação da intervenção governamental em políticas públicas e na economia. Essa perspectiva sugere que um governo menos atuante favorece o livre mercado e a iniciativa privada.

Conforme as reflexões de David Harvey, o neoliberalismo pode ser compreendido como uma teoria de práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano é otimizado ao se liberar as liberdades e capacidades empreendedoras individuais. Isso ocorre dentro de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, mercados livres e livre comércio, cabendo ao Estado criar e preservar essa estrutura apropriada. Esse cenário, por sua vez, reconfigurou a dinâmica de poder entre diversos grupos econômicos, resultando no enfraquecimento de grupos políticos regionais tradicionais.

A desregulamentação e a privatização também tiveram implicações profundas em outras áreas. A capacidade de empresas privadas de assumirem posições de destaque enfraqueceu a influência direta do Estado em setores produtivos, levando a demissões em larga escala e resultando em um enfraquecimento dos sindicatos. O poder econômico deslocou-se de maneira significativa em direção a atores privados, alterando o equilíbrio de forças no âmbito político e social.

Por meio da desregulamentação e da privatização, houve uma série de consequências que incluíram a redução do controle estatal nas atividades produtivas, o fortalecimento de grupos econômicos privados, o enfraquecimento de atores regionais e tradicionais e mudanças no cenário sindical e nas relações de trabalho. Esse processo moldou profundamente as dinâmicas sociais e políticas em muitos países.

A saída do Estado de setores econômicos estratégicos, combinada com sua crescente fragilidade financeira, redução da capacidade de investimento e perda de autonomia na política econômica, enfraqueceu sua habilidade de planejar, regular e influenciar o sistema econômico. O rápido aumento da dívida pública, acompanhado de encargos financeiros significativos, juntamente com a livre circulação dos fluxos de capital, desempenha um papel central na subordinação da política macroeconômica aos interesses do capital financeiro.

As crises econômicas recorrentes na década de 1990, que refletiram a extrema instabilidade do modelo econômico, destacaram a importância crucial do desempenho das exportações para a lucratividade do capital financeiro. Isso conferiu uma certa estabilidade mínima e uma capacidade limitada de enfrentar crises cambiais frequentes

Realização:



Apoio:





(como as fugas de capitais) ao modelo neoliberal periférico. Esse modelo buscava minimizar a desorganização econômica resultante dessas crises.

Nesse contexto, considerando a livre mobilidade de capitais – agravada pela transnacionalização de partes do capital nacional –, ocorreram restrições significativas à autonomia das políticas econômicas dos países periféricos. Isso se agravou ainda mais com o aumento da dívida pública. E é justamente nesse momento que o Brasil passa pela efetivação da Nova Constituinte e a Seguridade Social sendo (des)estruturada no orçamento público.

Evilásio Salvador (2010) aponta que no Brasil, o sistema de financiamento da seguridade social mantém-se fragmentado, caracterizado pela segregação das fontes de recursos. Por um lado, subsiste a tradicional divisão das contribuições diretas provenientes de empregados e empregadores, destinadas a suportar os encargos da previdência social, uma configuração já existente antes da promulgação da Constituição Federal em 1988. Por outro lado, encontram-se as contribuições sociais derivadas do faturamento, do lucro e das transações financeiras, voltadas para alimentar as políticas de saúde e assistência social.

No entanto, essa estrutura de financiamento não contribui integralmente para a consolidação do conceito abrangente de seguridade social, tal como idealizado pela Constituição de 1988. A intenção original dessa Carta Magna era criar um sistema interligado que abrangesse não apenas a Previdência, mas também a Saúde e a Assistência Social. A atual conformação do financiamento, ao manter essa segregação de fontes, é insuficiente para a realização plena desse ideal.

A configuração fragmentada do financiamento da seguridade social no Brasil não está em consonância com a visão integral delineada na Constituição Federal de 1988. A separação entre contribuições diretas e aquelas vinculadas a faturamento, lucro e movimentação financeira limita o fortalecimento da seguridade social como um todo, não permitindo que ela alcance sua potencialidade máxima conforme a aspiração original da legislação.

A atual estrutura do financiamento da seguridade social ajuda a compreender a configuração do fundo público no Brasil, com participação irrisória de recursos oriundos da esfera fiscal para aplicação nas políticas de assistência social, previdência e saúde. A análise dos recursos que financiaram as políticas da seguridade social, no período de 2000 a 2007, revela a regressividade do seu custeio: quem sustenta são os trabalhadores e os mais pobres - que não faz, portanto, redistribuição de renda. Isso significa que são os próprios beneficiários das políticas de seguridade social que estão arcando com seu financiamento, seja por meio da contribuição direta para acesso aos benefícios da previdência social ou por meio do pagamento de tributos indiretos, embutidos nos preços dos bens e serviços, que são destinados apenas, em parte, às políticas de saúde e assistência social. Isso confirma que temos um Estado Social, do ponto de vista do financiamento, que não faz redistribuição de renda (Salvador, 2010, p. 251).

Um dos impactos mais devastadores do processo neoliberal sobre o Estado é sentido, vez que ele reflete na diminuição da capacidade de investimento e intervenção estatal, resultando na neutralização do Estado como um instrumento eficaz para conceber e implementar políticas sociais. O papel do Estado tem sido gradualmente esvaziado, levando à perda de recursos e funções que anteriormente desempenhava. Martins (1996) bem assinala:

O movimento globalizador tem duas faces: de um lado, liberdade significa liberação; de outro significa desproteção. Para liberar é preciso desproteger. É preciso derrubar as barreiras tarifárias e extratarifárias que protegem os países dos efeitos perniciosos e tantas vezes letais da concorrência internacional; é preciso privatizar o que assumido como responsabilidade estatal; é preciso desregular o que estava sob amparo de normas estabelecidas; é preciso flexibilizar as relações capital-trabalho, abolindo a segurança dos direitos conquistados; é preciso terceirizar o que antes se definia como serviço público;

Realização:



Apoio:



é preciso dessocializar os indivíduos, desprendendo-os de suas raízes e abrindo-lhes a alma para aquilo que tem sido definido como o futuro da nossa cultura, que há de ser cosmopolita e litorânea, permeável às influências estrangeiras e ao ecletismo pós-moderno, pois tal é a tendência que ganha impulso com a globalização (Martins, 1996, p. 23).

É relevante ressaltar que, em 2011, por meio da Lei nº 12.435, houve uma atualização considerável na organização da assistência social. Referida lei trouxe a integração do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), um sistema descentralizado e participativo de organização da assistência social, que foi essencial para fortalecer e unificar as diretrizes e a gestão da assistência social no país.

### **A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e os desafios da implementação do SUAS**

A LOAS estabelece uma divisão de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo, conforme disposto nos artigos 12, 13, 14 e 15, com o objetivo de alcançar os objetivos da assistência social. Em seus artigos 5º, 6º, 8º, 10, 11, 16 e 30, esta lei define normas fundamentais para a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e para a disponibilização de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Especificamente, o artigo 11 da LOAS estipula que as ações socioassistenciais devem ser coordenadas e regulamentadas de forma integrada nas três esferas de governo. A coordenação geral e o estabelecimento de diretrizes gerais ficam a cargo da esfera federal, enquanto a coordenação e a execução de programas específicos, em suas respectivas esferas de competência, são de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

É importante notar que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal têm a autonomia necessária para estabelecer suas próprias estruturas organizacionais, o que é evidenciado na elaboração de constituições estaduais, leis orgânicas municipais e leis ordinárias ou complementares. Isso permite que adaptem as políticas socioassistenciais às necessidades e realidades locais.

O processo de não reconhecimento de uma responsabilidade de Estado expandido em todo território nacional faz com que, mesmo após aprovada a LOAS e o SUAS, muitos municípios optem por manter o atendimento da população que necessita da assistência social pelas organizações:

(...) Ao se defrontar com a demanda constitucional pela efetivação de direitos sociais, num movimento pela “terceira via”, o Estado brasileiro busca as organizações sociocomunitárias como uma saída para as suas responsabilidades sociais nunca antes assumidas. Neste ideário, seja pelas limitações que o neoliberalismo vai lhe impor, o Estado fará avançar, com nova ênfase, os paradigmas da solidariedade, da filantropia e da benemerência (Mestriner, 2001, p. 27).

Com base no mencionado, localmente, alguns municípios não rompem com a tradição de delegar as proteções sociais às organizações terceirizadas; historicamente, são as organizações e seus trabalhadores que prestam o serviço de atendimento à população; o Estado tão somente reconhece através da certificação, como quem concede uma medalha.

Do ponto de vista da defesa de uma seguridade social ampliada, pública, laica, de qualidade e com financiamento proporcional à sua importância, a privatização/terceirização dos serviços engendra um contexto de extrema precarização das ofertas socioassistenciais e, portanto, um caminho adverso à luta por universalidade de acesso aos direitos, contribuindo para a precarização da vida da classe trabalhadora, seja no acesso ou no trabalho

Realização:



Apoio:



desempenhado no âmbito da política social. Sobre isso, Netto (2010) afirma que conferem a essa política o caráter de não política e a conduzem para o campo da refilantropização. Dessa forma, podemos afirmar que a forma de operacionalização da política de assistência social acaba reduzindo-a a focalização de determinado público, exigindo rigor em fiscalização de contratos na utilização de recurso público pelo setor privado, o que demanda maior aplicação de recursos financeiros para garantia de transparência e publicidade da relação público-privada em detrimento das ofertas socioassistenciais, propriamente ditas (São Paulo, 2018, n/p).

O Estado brasileiro, de forma genérica, foi diretamente legitimando as organizações da sociedade civil, ao passo que deixava algumas lacunas para que essas preenchessem o espaço do não alcance estatal com legislações que possibilitaram reconhecimento civil e algumas delas, a terceirização de serviços “públicos”, o que fez também com que o Estado regulasse a utilização do recurso financeiro público para subsidiar ações realizadas pela sociedade civil. Foram possibilitados incentivos fiscais e subvenções financeiras diretas, sob diversas nomenclaturas, o que gerou e ainda gera uma distorção de quem opera os serviços, vez que as organizações também recebem doações do empresariado.

### **O SUAS em São Paulo: trajetória, desafios e a cultura da parceria com organizações sociais**

Na cidade de São Paulo - SP as atenções sociais foram construídas com a participação das irmandades, organizações, com grande influência da sociedade civil. Nos muitos movimentos que conformam essa história destacamos a passagem em que Paulo Soares Cintra menciona:

Não, não quero que cresça, não quero que inche, não adianta ter funcionários em grande quantidade e fazer o programa porque o problema social de São Paulo é tão grande que nós podemos contratar um mil, dois mil, três mil funcionários, que nós não vamos fazer o trabalho. É preferível dar o dobro de recursos para as entidades. Desde que seja uma entidade séria e correta nada há a temer'. (Depoimento de Paulo Soares Cintra, 23-6-1986). (Sposati, 1988, p. 270).

Paulo Soares Cintra foi vereador da cidade de São Paulo e, a convite de Faria Lima, então prefeito da cidade, assumiu a Secretaria de Bem-Estar Social entre 1965 e 1969 (Salvadori, 2020). Essa passagem permite-nos compreender que há muito tempo na cidade de São Paulo o órgão municipal encarregado da assistência social adotou uma cultura político-ideológica de promover a administração social dos cuidados através da intermediação de organizações sociais.

Essa abordagem também foi adotada na implantação inicial da rede de creches municipais, onde o prefeito seguiu a mesma estratégia. Diante dessa singularidade não se pode simplificar a situação afirmando que em São Paulo houve terceirização ou filantropização na gestão da assistência social. Analisar, ou mesmo afirmar essa propositura, é correr o risco de não compreender a história e não conseguir o enfrentamento adequado na implantação do SUAS. Por conseguinte, é essencial reconhecer a abordagem adotada em São Paulo, que envolveu a colaboração com organizações sociais para mediar a prestação de cuidados e serviços sociais.

O Pacto de Aprimoramento do SUAS, referente ao quadriênio 2014-2017 e aprovado por meio da Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), estabeleceu como prioridade para a gestão municipal a necessidade de adequação da legislação municipal ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A meta estabelecida era que todos os municípios deveriam atualizar ou instituir leis municipais que regulamentassem o SUAS em seu território.

Realização:



Apoio:



O Projeto de Lei que cria o SUAS em São Paulo está em processo de análise na Câmara Municipal de São Paulo, por meio do Projeto de Lei (PL) 90/2021, de autoria da ex-vereadora Juliana Cardoso (PT), com o respaldo do Núcleo de Ensino e Pesquisa de Seguridade e Assistência Social da PUCSP. O referido projeto tem por objetivo estabelecer a Política de Assistência Social no âmbito municipal de São Paulo e implementar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na cidade de São Paulo.

É importante reconhecer que o Pacto de Aprimoramento do SUAS, uma vez aprovado por Resolução do CNAS, possui um caráter obrigatório e vinculante, conforme estabelecido no inciso II do artigo 18 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Isso significa que todos os entes federados, incluindo os Municípios, são obrigados a cumprir as diretrizes e metas estabelecidas no Pacto, incluindo a adequação da legislação municipal ao SUAS, como uma forma de promover a integração e fortalecimento do sistema de assistência social em todo o país.

Apesar de ter sido aprovado em primeira discussão, o Projeto de Lei (PL) 90/2021 na cidade de São Paulo ainda aguarda aprovação final. Verifica-se, então, que ainda em 2025, a identidade que orienta a condução da Política de Assistência Social não está atualmente alinhada com os princípios do SUAS. Essa circunstância abre espaço para que a administração municipal seja influenciada por diferentes gestões, forças políticas e possa modificar suas próprias diretrizes, dando outros nomes aos serviços conforme as conjunturas vigentes.

O Plano Decenal Municipal de Assistência Social da cidade de São Paulo - PDMASSp 2016-2026, apresenta que há uma diferença entre os serviços administrados diretamente pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, por exemplo: CRAS e CREAS e aqueles geridos por meio de termos de parceria, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos desempenham um papel crucial no contexto da assistência social no Brasil. Abigail Torres (2016), renomada especialista na área, destaca a importância desses serviços como instrumentos fundamentais para promover a integração social e o fortalecimento das relações interpessoais. Esses serviços, inseridos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), têm como objetivo principal proporcionar espaços de convivência e atividades socioeducativas, contribuindo para o desenvolvimento humano e a prevenção de situações de vulnerabilidade.

Abigail Torres (2016) ressalta que os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos são essenciais para públicos diversos, desde crianças e adolescentes até idosos, promovendo o protagonismo e a participação social. Esses espaços proporcionam um ambiente acolhedor, onde as pessoas podem compartilhar experiências, trocar conhecimentos e construir laços afetivos. Ao investir nessas práticas, a abordagem defendida por Abigail Torres destaca a capacidade desses serviços em fomentar a resiliência e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, contribuindo para uma sociedade mais coesa e inclusiva.

No Brasil, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) desempenha um papel crucial na organização e padronização das atividades voltadas ao apoio e promoção do bem-estar social. Essa tipificação é estabelecida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e visa categorizar e normatizar os diferentes serviços oferecidos no âmbito da assistência social, proporcionando maior clareza e eficiência na implementação das políticas públicas.

A tipificação abrange uma variedade de serviços socioassistenciais, incluindo aqueles direcionados à proteção social básica e especial, contemplando ações preventivas, protetivas e de promoção dos direitos sociais. Cada serviço possui características específicas, objetivos definidos e critérios de elegibilidade, proporcionando uma abordagem mais precisa e adaptada às necessidades da população atendida.

Realização:



Apoio:



Além disso, a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais contribui para a transparência, uma vez que estabelece parâmetros para avaliação e monitoramento da eficácia das intervenções sociais. Essa abordagem sistematizada fortalece a gestão e a execução das políticas sociais, garantindo um direcionamento mais efetivo dos recursos e uma resposta mais assertiva às demandas daqueles que dependem desses serviços.

Esta lacuna entre o dever do Estado e a operação dos serviços via termo de parceria, cria tensões e a faz com que muitas organizações não ofereçam o serviço em consonância com a laicidade ou mesmo de adequação a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS). Isso significa que não foram regulados de acordo com os princípios de direitos de cidadania, que deveriam ser a base para a gestão ainda que via parcerias.

A alocação de recursos orçamentários para organizações privadas seria uma medida questionável caso não se considerasse a finalidade de tais recursos: servir às necessidades dos cidadãos através dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. O repasse para as organizações da sociedade civil com termo de parceria, datado de junho de 2023, é de R\$121.395.381,08, para atender 239.996 vagas em serviços diversos, através de 1330 termos de parcerias com 337 organizações, o que daria um média de R\$ 505,00 reais por pessoa/mês atendida por serviço. Os parâmetros utilizados pela SMADS para cálculo do valor estabelecido nos serviços não são objetivamente apresentados às OSC's ou mesmo à população.

Em novembro de 2022 os trabalhadores do SUAS e os movimentos de defesa da política de assistência social na cidade de São Paulo reuniram-se para solicitar o aumento orçamentário para a pasta da Assistência Social na cidade. Segundo a matéria publicada no site da Câmara Municipal de São Paulo, a reivindicação era de que o orçamento de 2023 fosse conforme o proposto pelo COMAS, de R\$ 2,3 bilhões, e não de R\$ 1,68 bilhão, e pelo PL do orçamento apresentado pelo prefeito.

O cenário que se apresenta é que o valor destinado para a Assistência Social não prevê o custeio mínimo que deveria haver nos próprios serviços. Vejamos a fala de um dos presentes na reivindicação:

Um dos representantes do FAS-SP (Fórum de Assistência Social da Cidade de São Paulo), Geraldo Brito, destacou que a SMADS é que a pasta que mais auxilia os mais pobres, vulneráveis e mais desassistidos. "O que nós queremos, realmente, são R\$ 700 milhões a mais para a Assistência Social. Esse valor vai repor, simplesmente, perdas e prejuízos que tivemos ao longo dos últimos anos. É necessário fazer isso porque temos serviços, de acordo com a tabela de custeio, que recebem R\$ 6 per capita para alimentação todos os dias. O serviço que recebe mais é de R\$ 12. Esse serviço que recebe mais, por pessoa/dia, é aquele que dá café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar, ceia, inclusive o SAICAS, o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes. Eu pergunto: o que a gente come e bebe com R\$ 12 por dia aqui perto da Câmara?", falou (Hamada, 2022, n/p).

As organizações da sociedade civil na cidade de São Paulo são historicamente muito engajadas, e nesse sentido, grande parte dessas, sobrevivem com o valor repassado pelo município. Todavia, talvez sem a presença destas na luta em defesa do SUAS, a existência da Assistência Social poderia ser ainda pior:

O COMAS faz o monitoramento da política de assistência social permanentemente. Ele sabe exatamente quanto precisa de dinheiro para tocar a política de proteção social. O que me assusta é a secretaria desconsiderar isso. Parece que a SMADS ou a Prefeitura não sabem o que acontece nessa cidade. A secretaria reforça a ideia de que proteção social não é direito", salientou Nazareth Cupertino.

O que se vê na administração pública é que não há uma gestão unificada dos serviços socioassistenciais, a fim de assegurar que os princípios de igualdade de

Realização:



Apoio:





responsabilidades do Estado e direitos de cidadania sejam devidamente incorporados. Isso seria fundamental para garantir que os recursos alocados, independentemente da forma de gestão, cumpram seu propósito de atender às demandas da população. Na cidade de São Paulo, assim como em outros municípios, os serviços socioassistenciais tipificados no SUAS também são a entrada de pessoas, crianças, jovens e idosos que buscam nos serviços uma alimentação adequada, vez que a extensão das pessoas que passam fome na cidade, também não é mapeada.

### Considerações finais

Em suma, a análise da relação entre o neoliberalismo e a política de assistência social, especialmente em São Paulo, revela um cenário complexo e desafiador. A teoria neoliberal, ao defender o Estado mínimo e a livre iniciativa, promoveu um esvaziamento do papel estatal, com profundas implicações para as políticas sociais. A desregulamentação e a privatização, que enfraqueceram o controle estatal e fortaleceram grupos econômicos privados, impactaram diretamente a capacidade de investimento e intervenção do Estado na esfera social, especialmente no que tange o Sistema Único de Assistência Social.

No Brasil, a seguridade social, enfrenta um financiamento fragmentado e regressivo. Os próprios trabalhadores e beneficiários arcam com grande parte do custeio, seja por contribuições diretas ou tributos indiretos, o que inviabiliza a redistribuição de renda e não permite que a seguridade social alcance sua potencialidade máxima. Essa fragilidade financeira do Estado, somada à subordinação da política macroeconômica aos interesses do capital financeiro, dificulta o enfrentamento das crises e limita a autonomia das políticas econômicas.

A cultura de delegar proteções sociais a organizações terceirizadas persiste em muitos municípios. Em São Paulo, essa abordagem, historicamente enraizada, configura um desafio particular na plena implantação do SUAS. A ausência de uma legislação municipal que regule integralmente o SUAS em São Paulo, como previsto pelo Pacto de Aprimoramento do SUAS, abre margem para que a política seja influenciada por diferentes gestões e forças políticas, descaracterizando.

A privatização/terceirização dos serviços, embora em São Paulo seja uma estratégia de longa data para a administração dos cuidados sociais, gera precarização das ofertas socioassistenciais e compromete a universalidade de acesso aos direitos. A falta de clareza nos parâmetros de cálculo dos valores repassados às organizações, e a insuficiência orçamentária, evidenciada pelas reivindicações por maior investimento na pasta, comprometem a qualidade e a abrangência dos serviços, afetando diretamente a população mais vulnerável.

Diante do exposto, é fundamental que promova uma reavaliação das prioridades orçamentárias e de gestão na assistência social, no âmbito municipal, estadual e federal. A plena efetivação do SUAS, com a devida adequação da legislação municipal e a garantia de financiamento adequado, é crucial para assegurar que os princípios de igualdade de responsabilidades do Estado e direitos de cidadania sejam incorporados. A superação da lógica de "desproteção" imposta pelo neoliberalismo, e a consolidação de um Estado Social que efetivamente promova a redistribuição de renda e a universalidade no acesso aos direitos, são imperativos para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

### Referências:

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

Realização:



Apoio:



MARTINS, Eliezer Pereira. **Direito administrativo disciplinar militar e sua processualidade**: doutrina, prática, legislação. São Paulo: Led, 1996.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, 2009. Disponível em: <[https://amavi.org.br/arquivo/areas-tecnicas/assistencia-social/Tipificacao\\_servicos\\_socioassistenciais.pdf](https://amavi.org.br/arquivo/areas-tecnicas/assistencia-social/Tipificacao_servicos_socioassistenciais.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2025.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADORI, José Geraldo. **Bolsonarismo e Brasil profundo**. Salvador: [s.n.], 2020.

SPOSATI, Aldaíza. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. UNESCO. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, DF: MDS, UNESCO, 2009. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/livros/concepcao\\_gestao\\_protecaosocial.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/livros/concepcao_gestao_protecaosocial.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2025.

TORRES, Abigail Silvestre. **Convívio, convivência e proteção social**: entre relações, reconhecimentos. São Paulo: Veras Editora, 2016.

Realização:



Apoio:



## **SERVIÇO SOCIAL E CRISE DO CAPITAL: o desmonte das políticas sociais e a resistência ético-política**

Tainá Gregghi Suano<sup>23</sup>  
Ana Júlia Oliveira Azevedo<sup>24</sup>  
Thaissa Oliveira Clemente<sup>25</sup>  
Luís Fernando de Oliveira<sup>26</sup>  
Regina Maura Rezende<sup>27</sup>

**Resumo:** A democracia no Brasil tem princípios que incluem um governo representativo com o respeito às liberdades individuais e ao Estado de Direito, contudo, a partir da ofensiva neoliberal, enfrenta desafios como a desigualdade social e autonomia. Embasado no materialismo histórico-dialético como forma de refletir sobre a inserção e formas de atuação do Assistente Social nesse contexto histórico, o presente artigo tem como objetivo: analisar as contradições entre a democracia liberal e a ofensiva neoliberal intensificada em contextos de crise, evidenciando os impactos desse processo sobre as políticas sociais no Brasil e seus desafios à atuação do/a assistente social.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Crise do capital; neoliberalismo; políticas sociais; projeto ético-político.

**Abstract:** Democracy in Brazil is grounded in principles such as representative government, respect for individual freedoms, and the rule of law. However, since the neoliberal offensive, it has faced significant challenges, including social inequality and reduced autonomy. Based on historical-dialectical materialism as a theoretical framework for reflecting on the role and practices of social workers within this historical context, this article aims to analyze the contradictions between liberal democracy and the intensified neoliberal offensive in times of crisis. It seeks to highlight the impacts of this process on social policies in Brazil and the challenges it poses for professional social work.

**Keywords:** Social Work; Capital crisis; Neoliberalism; Democracy; Social policies; Ethical-political project.

### **Introdução**

O presente trabalho discute os limites da democracia liberal, no contexto da crise do capital, com enfoque nos impactos do avanço neoliberal, sobretudo no desmonte das políticas sociais e os desafios impostos ao Serviço Social. A democracia liberal, inserida no modelo de produção capitalista, encontra-se em um espaço de contradição; por um lado, um de seus princípios é a garantia de direitos e a participação popular, e por outro,

---

<sup>23</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); E-mail: tainagregghi4@gmail.com;

<sup>24</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); E-mail: anajuliaoliveirazevedo@gmail.com

<sup>25</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); E-mail: thaaisaa.oliveira@gmail.com

<sup>26</sup> Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); E-mail: luisfernando.de.oliveira@gmail.com

<sup>27</sup> Assistente Social; Professora Doutora em Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: regina.rezende@uftm.edu.br

Realização:



Apoio:



na realidade esses conceitos não se efetivam sob a ofensiva neoliberal. Assim, este estudo busca ressaltar como esse processo configura o trabalho do assistente social, tensionando entre atender as demandas da classe trabalhadora e responder ao Estado, enquanto instituição empregadora.

O Serviço Social brasileiro tem vivenciado desafios históricos desde sua gênese no Brasil, em razão da formação sócio-histórica do país, que atravessa até os dias de hoje a condução da vida social, além das instabilidades políticas, econômicas e sociais, principalmente após o golpe de 2016 à presidenta Dilma Rousseff, e a crise pela COVID-19. Dessa forma, esses reveses se manifestam através do constante desmonte das políticas sociais, precarização das relações de trabalho, e, alargamento da pauperização e das desigualdades sociais. Nesse cenário, a profissão confronta-se com dilemas ético-políticos como assegurar seu compromisso com a classe trabalhadora, ao mesmo que se encontra inserido na divisão social e técnica do trabalho na sociabilidade burguesa.

A democracia brasileira é marcada por contradições e tentativas de golpes e com avanço da ofensiva neoliberal, o Brasil enfrenta hoje a afluência de dois movimentos, de um lado a disseminação de desinformação pela extrema direita, fragilizando o debate público e de outro, a mercantilização da vida social, subordinando os direitos sociais a lógica do mercado, às privatizações, sucateamento e fragilidade dos setores de oferta, e outros.

O objetivo central do estudo é demonstrar como as mudanças ocorridas a partir do aprofundamento da crise do capital, intensificadas a partir do período de inflexão neoliberal no país, redefinem as políticas sociais, assim como as condições de atuação do Serviço Social, exigindo uma postura crítica, ética, e propositiva da profissão.

A escolha do tema se dá pela necessidade de aprofundar o debate acerca do papel do Serviço Social em um contexto que é cotidianamente marcado por cortes do orçamento na Política de Assistência Social. A metodologia utilizada baseia-se na análise textual, documental como livros e artigos, à luz do materialismo histórico-dialético; trata-se de analisar o contexto brasileiro em seu período recente, após o período de inflexão político e econômico a partir de 2016. O trabalho procura fazer um recorte analítico e contribuir para o debate sobre o fortalecimento de políticas sociais, com um caráter crítico e comprometido com o compromisso do Serviço Social.

## **A crise estrutural do capital e a reconfiguração neoliberal da democracia**

A compreensão do atual momento histórico exige, como ponto de partida, o reconhecimento de que o capitalismo atravessa uma crise estrutural, cujas raízes não se restringem à esfera econômica, mas atravessam a totalidade da sociabilidade capitalista. Essa crise não se caracteriza como um fenômeno cíclico, tal como descrito nos manuais da economia burguesa, mas sim, como um esgotamento histórico das formas de reprodução do capital, resultante das próprias contradições imanentes ao modo de produção capitalista.

Conforme já nos apontava Mészáros (2007), trata-se de uma crise de caráter sistêmico, que evidencia a incapacidade do capital em continuar assegurando, simultaneamente, a ampliação das taxas de lucro e a manutenção da vida social. Segundo o autor, “a crise estrutural do sistema do capital não pode ser resolvida nos marcos do próprio capital, pois se trata de uma crise que diz respeito ao modo como a reprodução social se encontra subordinada à lógica destrutiva da acumulação” (Mészáros, 2007, p. 49). Tal fato, adquiriu contornos mais agravantes nas últimas duas décadas.

Com o declínio do fordismo, a ofensiva neoliberal se impõe como estratégia de recomposição das taxas de lucro e de reorganização da dominação de classe. Trata-se de um projeto hegemônico, e não apenas de um conjunto de medidas econômicas.

Realização:



Apoio:



Como observa Harvey (2008, p. 15), “o neoliberalismo não é apenas uma política econômica; é um projeto político para restabelecer as condições para a acumulação de capital e restaurar o poder de elites econômicas”. Nesse movimento, as instituições democráticas passam a operar como engrenagens desse projeto, ajustando suas funções ao imperativo da acumulação. O Estado, longe de desaparecer, é reconfigurado, assim, ele deixa de ser mediador de conflitos sociais, passando a agente direto da financeirização e da austeridade. O projeto é evidenciado no aprimoramento das estratégias do capital ampliando seu alcance, logo, seu poder de criar exclusões, amparado pelo político partidário conservador.

No plano político, essa reconfiguração do Estado produz impactos profundos sobre a democracia liberal. Já limitada por sua própria natureza de classe, a democracia passa a operar de forma ainda mais restrita, sendo reduzida à mera formalidade institucional. Como já denunciava Netto (1993, p. 69), “a democracia burguesa é uma forma política que exclui, pela própria estrutura social, a possibilidade de efetiva igualdade entre os cidadãos”. Sob a égide do neoliberalismo, essa separação se aprofunda, e os próprios mecanismos de deliberação coletiva são substituídos por decisões tecnocráticas, gerencializadas e voltadas à manutenção da ordem; a classe trabalhadora vivencia desproteções em várias ordens.

Essa forma política reconfigurada é o que Mészáros (2007) denominava de “democracia do capital”, ou seja, uma estrutura que mantém a aparência democrática — eleições periódicas, funcionamento regular das instituições, legalidade formal —, mas que, na essência, opera para garantir os interesses da classe dominante, desmobilizar os setores populares e controlar as expressões da insatisfação social. Para o autor, essa forma democrática é “uma pseudodemocracia, que só se sustenta enquanto não ameaça a lógica do capital. Quando os direitos sociais se tornam incompatíveis com a acumulação, são descartados sem que isso comprometa a legalidade formal do sistema” (Mészáros, 2007, p. 75). Esse processo mantém-se e é aprimorado pelo sistema sob o olhar desatento da democracia.

No Brasil, essa dinâmica se torna ainda mais evidente a partir do processo de ruptura institucional ocorrido em 2016. O golpe jurídico-parlamentar que resultou na destituição de Dilma Rousseff do cargo da presidência da república inaugurou uma nova etapa do projeto neoliberal, caracterizada por sucessivas reformas do aparelho do Estado e pelo desmonte de direitos sociais. A Emenda Constitucional n. 95/2016, assinada no governo de Michel Temer, ao congelar os gastos públicos por duas décadas, representa um marco na institucionalização da austeridade fiscal como política de Estado, priorizando o pagamento da dívida pública, e subordinando as políticas sociais à lógica do ajuste permanente. Como explicava Behring (2003, p. 89), “a política de ajuste fiscal transformou-se em estratégia permanente de gestão do Estado, reafirmando a prioridade do capital financeiro sobre os direitos sociais”, o que vem sendo aperfeiçoado na atualidade.

Esse processo evidencia que, sob o neoliberalismo, a democracia pode conviver com profundos retrocessos sociais, desde que a ordem institucional esteja preservada. O regime democrático, portanto, se torna funcional ao capital desde que não ameace sua hegemonia. Quando há qualquer tentativa de reorganização popular ou de afirmação de direitos coletivos, o sistema responde com repressão, criminalização dos movimentos populares e bloqueio institucional.

Para o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e orientada por um projeto ético-político comprometido com a emancipação humana, essa realidade impõe desafios teóricos-metodológicos e ético-políticos. É preciso reconhecer que a democracia liberal, tal como se apresenta sob o neoliberalismo, não garante o acesso universal aos direitos, tampouco representa uma forma neutra de organização política. Ao contrário, ela é atravessada pelas contradições

Realização:



Apoio:





de classe e configura-se como funcional à manutenção das desigualdades estruturais da sociabilidade capitalista.

Nesse sentido, a atuação profissional do assistente social exige mais do que a defesa formal da democracia; exige o questionamento de seus limites estruturais e a afirmação de uma perspectiva de democracia substantiva, que esteja ligada à participação popular, à justiça social e à construção de uma nova ordem societária. Romper com a aparência democrática do neoliberalismo é, portanto, condição para resistir ao avanço da barbárie e reafirmar o compromisso do Serviço Social com a transformação social.

## **1. O impacto do neoliberalismo nas políticas sociais e os rebatimentos na vida da classe trabalhadora**

Na mesma direção, é primordial observar os impactos das transformações estruturais do sistema capitalista para com a classe trabalhadora, que cada vez mais acarretam a sua fragmentação enquanto movimento coletivo crítico, na precarização das relações de trabalho, nas agudizações das expressões da questão social e a dificuldade com relação ao mercado de trabalho (Veloso, 2005).

No cenário de pós segunda guerra mundial, países de capitalismo central constituem o Estado de Bem-Estar social, como parte de um projeto de reestruturação, tal ação se concretiza através do desenvolvimento desigual e combinado dos países periféricos (González, 2020). Desse modo, a democracia liberal, concretiza esse projeto modificando não somente o âmbito econômico, mas também, moral e político.

Segundo Esping-Andersen (1995, p. 73),

economicamente, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania; moralmente, a defesa das ideias de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, o welfare state foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo.

Todavia, tais ações não se estabeleceram por benevolências do Estado, pelo contrário, à ideia era a manutenção e preservação das elites, e se consolidou, através de “acordos indiretos” com a classe trabalhadora. Segundo Behring (2022), as condições postas de um capitalismo reformista e não revolucionário, impactou diretamente nos movimentos operários e sindicais da época, contribuindo para o isolamento da esquerda revolucionária.

Ademais, a consolidação do Estado de Bem-Estar social, permitiu que a classe proletária da época avançasse em relação à concretização de políticas sociais. Entretanto, se esgotou rapidamente, na segunda metade dos anos 1960 e concretizando o fim em 1970. Conforme as taxas de crescimento econômico avançaram, paralelamente os índices de empregos diminuíram, fazendo com que o exército industrial de reserva ressurgisse (Behring, 2022).

Nesse sentido, o projeto neoliberal se fortalece, como uma alternativa à crise, defendendo assim, o corte dos gastos públicos, a privatização de empresas estatais, a normalização do desemprego na sociedade, e, a redução de impostos para altos rendimentos, entre outros; o processo segue com vigor, respectivamente, nos governos “Thatcher (Inglaterra, 1979), Reagan (EUA, 1980), Kohl (Alemanha, 1982) e Schlutter (Dinamarca), 1983” (Behring, 2022, p.126). Dessa forma, o avanço do neoliberalismo, intensifica os modos de exploração e controle da classe trabalhadora, além de destruir suas conquistas e as reduzir à lógica do capital. O projeto é orquestrado na esfera global.

No âmbito brasileiro, devido a formação sócio-histórica do país, essas movimentações ganham particularidades próprias. Ações herdadas do período da

Realização:



Apoio:



escravização que deveriam se alocar em estado de reminiscência, são reinventadas e utilizadas, ainda no presente, pelo sistema capitalista e o ideário neoliberal. Segundo Gonzalez (2020) o modelo econômico brasileiro permanece envolvido nas bases neocoloniais de exportação de alimentos e matéria prima para os países de capitalismo central, enquanto, a classe trabalhadora, sobretudo negra, feminina e pobre.

Nesse contexto, em conjunto com a crise de 1929-1932, as correlações de força do Brasil se alteram, abrindo espaço para Getúlio Vargas impulsionar uma possível industrialização no país. No entanto, cabe evidenciar, que “qualquer esforço de industrialização num país de economia dependente e essencialmente agrícola encontrará barreiras impostas de fora e mais ou menos insuperáveis, segundo a modalidade de divisão internacional do trabalho vigente” (Saffioti, 2021, p. 223). Sendo assim, a condição de país periférico dependente, estabelece limites externos e internos, que impactam diretamente nas melhores condições de vida da classe trabalhadora brasileira, que se torna refém dos interesses do capital internacional.

Portanto, as primeiras políticas sociais brasileiras, se estabelecem nessas condições estruturais, além de se constituírem no bojo das contradições, como destaca Behring (2022, p. 78)

É interessante notar que a criação dos direitos sociais no Brasil resulta da luta de classes e expressa a correlação de forças predominante. Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são pauta de reivindicação dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis – como demonstra a expansão das políticas sociais no Brasil nos períodos de ditadura (1937-1945 e 1964-1984).

Assim, é criado o Ministério do Trabalho em 1930, logo após, a carteira de trabalho em 1932 e 1943 a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (Behring, 2022).

Nesse sentido, esses direitos foram materializados entre a classe proletária de homens brancos, evidenciando seu caráter focalizado, excluindo assim, os trabalhadores do campo, as mulheres e, sobretudo, a população negra em geral (Saffioti, 2021). Contudo, nos dias atuais, as políticas sociais ainda se encontram insuficientes, de caráter reformista e focalizadas e excludentes, cujo financiamento é cada vez mais precarizado e insuficiente.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea, 2022), a renda das pessoas brancas era 87% maior em comparação às pessoas negras, como também, 37% das mulheres negras não tinham ensino fundamental completo, com relação às mulheres brancas com proporção de 27%. Em relação aos homens 41% dos homens negros não possuíam ensino fundamental completo, enquanto os homens brancos os dados eram de 28%.

Dessa forma, fica evidenciado como as políticas sociais no contexto neoliberal estão interligadas entre raça, gênero e classe social. Desse modo é fundamental uma atuação profissional antirracista, que não só reconheça a interseccionalidade posta, mas sobretudo, atue de forma compromissada ao Projeto-Ético-Político da categoria e aos princípios do Código de Ética profissional (1993) que estabelecem a luta por uma nova ordem societária, a defesa intransigente dos direitos humanos e a luta contra todas as formas de opressão. Assim, o Serviço social se constitui no enfrentamento junto à classe trabalhadora e na resistência à ofensiva neoliberal, de forma crítica com as questões, e que perpassam inclusive questões de raça, gênero e classe, e que estruturam a sociabilidade brasileira.

## **2. O Serviço Social frente aos dilemas da democracia liberal: entre a gestão da escassez e a resistência ética-política**

Realização:



Apoio:



Behring e Boschetti (2022) discorrem sobre o avanço do neoliberalismo no Brasil e como esse projeto se manifesta como uma contrarreforma, na qual as autoras explicam que a contrarreforma não se limita apenas aos direitos sociais, mas coloca também em risco os direitos políticos e os direitos civis. Direitos que são conquistas de muita luta da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. A emenda constitucional nº 95/2016 ficou conhecida como “Teto de gastos”, que consiste no art 106º:

Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, nos termos dos arts. 107 a 114 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 2016, n/p).

Logo, fica evidente o impacto do congelamento do orçamento público por 20 anos, o que prejudica e coloca em risco as políticas públicas no país, fundamentando a expropriação de direitos sociais básicos da classe trabalhadora. A justificativa para aprovação da emenda constitucional nº 95/2016 possuiu como enfoque a contenção dos gastos públicos para o reequilíbrio da dívida pública. No entanto, os resultados demonstram que tal estratégia acabou por prejudicar a população mais pauperizada, cujo acesso aos serviços essenciais foi dificultado pela incapacidade do Estado em atender as demandas emergentes da grande massa populacional. Portanto, como afirma Behring (2022):

A EC nº 95, portanto, foi de um aventureirismo irresponsável inimaginável, já que independentemente do desempenho econômico, congelam-se os gastos primários do orçamento público brasileiro, no mesmo passo em que se libera a apropriação do fundo público pelo capital portador de juros e pelos especuladores. Em caso de descumprimento da EC nº 95, estão previstas sanções. Aqui, há uma conexão direta entre a EC nº 95 e a contrarreforma da Previdência, pois uma dessas sanções é não poder elevar as despesas obrigatórias, o que atropela a recomposição do salário mínimo, indexadora de benefícios previdenciários e assistenciais, como o benefício de prestação continuada (BPC). (BEHRING, 2022, p. 191).

Nesse contexto se dá a disputa pelo fundo público, uma vez que, quando o Estado não assume seu papel de fornecer proteção social a população, o mercado privado se apropria, iniciando-se às parcerias público privadas, promovendo a mercantilização da vida, aqueles que conseguem pagam pelos serviços privados e as camadas desprotegidas socialmente são impelidas aos mínimos da assistência.

O Brasil é orientado por princípios neoliberais, em que, conforme o capital vai se expandindo, o neoliberalismo se desenvolve, e se aperfeiçoa. Além disso, temos como exemplo a tentativa de privatização de praias, energia, água, sistemas prisionais, educação, saúde, previdência, dentre outros. Essa mercantilização das políticas públicas, via terceirização e a privatização dos serviços públicos, reflete na vida da população brasileira.

Contudo, o que deveria ser direitos sociais básicos, com essa ideologia política e econômica, se torna mercadoria, que consequentemente faz com que a qualidade diminua e aumente o valor dos serviços. Esse sistema reduz o papel do Estado de garantir e intervir nos direitos sociais da população. O Estado é instrumentalizado para garantir o funcionamento do livre mercado. Os assistentes sociais precisam trabalhar diante da escassez de recursos, da má gestão e da violação de direitos. O Serviço Social nesse campo sociopolítico necessita de uma atuação estratégica de seus profissionais,

Realização:



Apoio:



apesar desses grandes desmontes dos direitos sociais, exigindo da categoria uma postura crítica e ética, conforme o projeto ético político da profissão.

Além disso, os setores progressistas precisam lidar com a cooptação das pautas sociais pela extrema-direita, que se manifesta através da distorção de informações, como o uso das redes sociais, influenciando a população. Esses grupos usam estratégias para disseminar ódio e espalhar narrativas falsas, gerando a polarização, o que causa ruídos entre a comunicação da sociedade civil e o Estado. Esse tipo de estratégia de alienação rebate diretamente na classe trabalhadora, em meio à dificuldade do governo atual em manter um diálogo aberto com as camadas populares, evidenciando a necessidade dos profissionais do Serviço Social de manterem um diálogo aberto e unificado com os usuários.

Ademais, o avanço do neoliberalismo não apenas fomentou a implementação da reforma trabalhista e os cortes orçamentários sem grande resistência popular, assim como preparou o terreno político para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Nos últimos dez anos, a burguesia vem se utilizando de novas e velhas tecnologias para manter a classe trabalhadora pacífica e fragmentada, um exemplo disso, é a estratégia da construção do consenso ideológico que naturaliza a crise do capital e justifica as contrarreformas do Estado como necessárias para o reequilíbrio da vida social. Contudo, as crises são inerentes à própria dinâmica do sistema capitalista desde sua gênese. Portanto, como afirma Behring (2022, p. 56):

Tem-se o quadro completo da onda conservadora nos planos econômico e social, que corta direitos para favorecer uns poucos senhores e famílias, os capitalistas. Tudo isso como produto do retorno sem máscaras dos “ridículos tiranos” — da canção “Podres poderes”, de Caetano Veloso — a produzirem a larga apropriação do fundo público em nome dos humores dos mercados, sob a regência da financeirização e da expropriação em larga escala.

Nessa atual conjuntura, como citado anteriormente, os assistentes sociais encontram-se em compenetrados em uma dinâmica de correlação de forças, exigindo sua atuação dentro dos espaços de controle democrático. Diante desse cenário, os profissionais precisam analisar a totalidade da atual conjuntura frente a retirada de direitos sociais, assim como responder às demandas impostas no contexto da sociabilidade burguesa enquanto profissional assalariado; esse é o cenário desses tempos desafiadores.

Para desenvolver formas de intervenção capazes de superar a lógica gerencial e manter o compromisso com o projeto ético político da profissão, é preciso repensar tanto a posição em que se encontram os usuários do Serviço Social, quanto o papel da própria categoria enquanto resistência política nas contradições do sistema capitalista. Bravo (2009) afirma:

Considera-se que a assessoria às instâncias públicas de controle democrático articulada aos movimentos sociais é um espaço de trabalho que os assistentes sociais podem contribuir para o fortalecimento dos sujeitos políticos na perspectiva da garantia e/ou ampliação dos direitos sociais, tendo no horizonte a emancipação humana (Bravo, 2009, 105).

Nesse sentido, os assistentes sociais têm compromisso e desafios na luta pela efetivação da participação popular, principalmente diante da desresponsabilização do Estado. Os profissionais em sua atuação, de fato, devem realizar um trabalho de base junto aos usuários nos espaços em que atuam, incentivando sua participação política e assumindo também a própria inserção política crítica e comprometida.

Esse trabalho de base se estabelece através de diversas ações, como a assessoria técnica aos conselhos, participação em conferências e o incentivo a

Realização:



Apoio:



presença dos usuários nesses espaços. Um exemplo desse trabalho são as oficinas organizadas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que possibilitam a conscientização e mobilização da comunidade. Vale ressaltar que esse movimento não deve ser restrito, é essencial a articulação com os movimentos sociais e o fortalecimento da organização política da própria categoria profissional.

Diante dessa conjuntura de fatores, cabe a profissão estar alinhada com os movimentos sociais, promovendo a participação da população e fortalecendo a luta para a garantia dos direitos sociais, visto que o avanço do conservadorismo e do neoliberalismo, coloca em risco os direitos sociais dos usuários.

### **Considerações finais**

O Brasil vivencia um processo de refração dos direitos sociais sem precedentes. A democracia brasileira, definida como princípio absoluto que requer ampla defesa do Estado e de representantes político-partidários eleitos pelo popular, é contraditoriamente envolvida pelo ideário liberal e, assim, movimenta-se em defesa do capital; a reconfiguração do Estado impõe prejuízos evidentes à classe trabalhadora, a qual perde o principal “fiel da balança” nas negociações, no processo de garantia da igualdade e justiça social.

O golpe da então Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, inaugurou um novo tempo de retaliação e refração dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. O processo de ataque aos direitos sociais passa a ser justificado pela falácia da defesa do equilíbrio da vida social, e, de forma escancarada, retrocede e flexibiliza princípios que garantem acesso às políticas públicas, e condições de sobrevivência a segmentos sociais em desproteção.

A diminuição do Estado, e sua reconfiguração para Estado-mínimo, robustece o levante da mercantilização das políticas públicas (e sociais) via terceirização e privatização dos serviços públicos, o que, no limite, tem se mostrado como um projeto hegemônico com vistas à mercantilização da vida. À classe trabalhadora são concedidas relações precarizadas de trabalho, informalidade travestida de empreendedorismo, salários aviltantes, acessos à saúde e assistência social precarizados e burocratizados, ou seja, “mínimos sociais” que não garantem a condição de vida e sobrevivência. Soma-se a esse processo, a refração dos movimentos sociais, os quais poderiam compor a resistência, e canalizados na direção de pautas reivindicativas. Logo, as expressões da questão social se avolumam, e reivindicam presença de projetos que tenham como premissa a defesa dos direitos do(a) trabalhador(a).

Todos esses impactos advindos das transformações estruturais do capitalismo monopolista compõem o panorama de trabalho do Serviço Social, enquanto uma profissão com princípios que coadunam com a defesa da igualdade, equidade e justiça social. Ao assistente social é requerida uma postura ética, crítica e propositiva à luz de seu projeto ético-político profissional. Nesse espaço tenso de correlação de forças, o Serviço Social se coloca na posição de resistência política frente às contradições e invasões do sistema capitalista. Esse processo de trabalho reivindica incentivo e articulação à participação popular, a movimentação via controle social, bem como a presença nas instâncias políticas de planejamento e decisão, construindo assim, a resistência frente ao conservadorismo e retrocesso que em muito têm ceifado os direitos da classe trabalhadora.

Realização:



Apoio:





## Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Cortez, 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 153, n. 242, p. 2, 16 dez. 2016.

BRAVO, Maria Inês Souza. O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático. *In*: CFESS-ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993

ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 35, p. 73-111, 1995.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA (IPEA). Educação – Indicadores. *In*: IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em < <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/educacao/apresentacao> >. Acesso em: 30 jul. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA (IPEA). Renda, Pobreza e Desigualdade – Indicadores. *In*: IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/renda-pobreza-e-desigualdade/apresentacao> >. Acesso em: 30 jul. 2025.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 44, p. 67–92, dez. 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2021.

VELOSO, Renato. **Neoliberalismo e políticas sociais: algumas notas para discussão** (mimeo). Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2005.

Realização:



Apoio:



**Realização:**



**Apoio:**





**EIXO TEMÁTICO 2**  
**POLÍTICAS SOCIAIS, OFENSIVA NEOLIBERAL E**  
**DEMOCRACIA**

Realização:



Apoio:



## UNIVERSIDADE, NEOLIBERALISMO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

Maurício Caetano Matias Soares<sup>28</sup>

**Resumo:** Trata-se de uma breve reflexão sobre a condição da universidade brasileira no cenário contemporâneo. Essa aviltada pelas transformações societárias espalhadas no processo de reestruturação do capital se torna unidade de proliferação de doenças tanto para discentes e docentes como os profissionais. Partindo desse pressuposto, as linhas destacam a Promoção de Saúde como estratégia democrática de luta, em defesa da comunidade acadêmica e como proposta de possível mudança desse quadro.

**Palavras-chave:** Universidade. Neoliberalismo. Promoção da Saúde.

**Abstract:** This is a brief reflection on the condition of the Brazilian university in the contemporary scenario. This university, demeaned by the societal transformations spread by the process of capital restructuring, has become a unit for the proliferation of diseases for students, teachers and professionals alike. Based on this assumption, the lines highlight Health Promotion as a democratic strategy of struggle, in defense of the academic community and as a proposal for a possible change in this situation.

**Keywords:** University. Neoliberalism. Health promotion.

### Introdução

As transformações ocasionadas pelo processo de reestruturação do capital, o avanço da tecnologia e a propagação dos ideais nefastos do neoconservadorismo impactam em um novo modelo de Estado e sociedade, que adentra e se estabelece no século XXI, designando padrões de vida e de gestão focados no individualismo, no pragmatismo, na flexibilização da verdade, na valorização do imediato e no acirramento da competitividade entre os iguais. Tal padrão se torna fértil e cria raízes nas universidades, espelhando um novo modo de gerenciar e definir o ensino superior, consequentemente, transformando o formar, o ser e o fazer profissional.

A partir desse entendimento as linhas a seguir realizam uma breve contextualização do Ensino Superior no Brasil que retratam o sucateamento causado pelo modo devastador do Estado lidar com as universidades públicas, colocando-as em situação quase que vegetativa. Em seguida desenvolve o debate sobre a relação do conceito ampliado de saúde e o de Promoção da Saúde (PS), destacando a proposta de universidade Promotora da Saúde como uma possível estratégia que corrobora para a superação do cenário doentio que lhe foi imposto. Desse modo, esse texto pretende estimular uma reflexão de como considerar o espaço de produção de conhecimento como um espaço, onde seja possível aplicar esse conhecimento como estratégia de enfrentamento da realidade devastadora que o atinge.

Pensar a PS na universidade ultrapassa a mera defesa teórica de uma visão ampliada de saúde. Implica em considerar a universidade como lócus de manifestação de determinantes sociais de saúde, que exigem a instituição de uma nova cultura em saúde. Envolvendo meios de inovação tecnológica, novos espaços educativos e maior

---

<sup>28</sup> Assistente social, Doutor em Serviço Social, professor adjunto do curso de Serviço Social da UFRRJ. E-mail: mcaetanosoares@ufrj.br.

Realização:



Apoio:



conhecimento sobre os técnicos, docentes e discentes, trazendo assim a promoção do desenvolvimento da comunidade acadêmica nos aspectos cognitivo, vocacional, pessoal, social e cultural (Schleich, 2006). Essa nova cultura se torna base para viabilização de estratégias de PS com fins a consolidação de ambientes saudáveis, apresentando uma perspectiva capaz de emergir as potencialidades dos ambientes, nos quais alunos e trabalhadores estão inseridos.

## **A universidade brasileira no “CTI”**

O cenário contemporâneo em que a universidade está imersa colide com os propósitos de unidade de emancipação e justiça social. O modelo de formação para o mercado, a valorização do ensino privado, o avanço do Ensino a Distância (EaD), a priorização da extensão acadêmica em detrimento da pesquisa, o estabelecimento de uma universidade autossustentável e a tendência de mercantilização do Ensino Superior são recomendações das agências internacionais prescritas no Protocolo de Bolonha (1999). Mas que já tinham referências notórias na educação brasileira, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDB) (1996) e, que ganharam forças no século XXI. Cabe destacar que o ingresso do Brasil no Fórum Político de Bolonha, em 2009, “parece ter contribuído para acelerar e aprofundar a incorporação dessas recomendações nos processos de contrarreforma do Ensino Superior no Brasil” (Boschetti, 2015, p. 645).

Processos esses, que se limitados às mudanças fundamentadas nos interesses do capital, implicam em abandonar de uma só vez o objetivo de transformação social qualitativa promovido pela educação, e solidificar a estrutura do sistema do capital (Mészáros, 2008). Consequentemente, é necessário romper com a lógica do capital, caso queira implantar alternativas significativamente diferentes na educação. Todavia, as recomendações do Banco Mundial direcionam a educação na contramão da lógica de direito universal, direito que não reproduz a manutenção da hierarquia social. Para o Ensino Superior, as recomendações são:

reduzir o gasto público por aluno, o que obriga as universidades a reverem a sua estrutura de custo e a diversificarem as fontes de financiamento, cobrando mensalidades dos alunos que podem pagar (crédito estudantil ou bolsas para alunos mais pobres); incentivar uma maior diferenciação das instituições incluindo o desenvolvimento das instituições privadas. A ideia posta defende a implantação e desenvolvimento de instituições não universitárias e promove estabelecimentos privados como Institutos Politécnicos com formação rápidas e Centro Universitários. Essas instituições não incidem gastos com pesquisas e extensão, produzem uma formação modelar e atrativa ao mercado privado, instituem uma educação para o mercado de trabalho e em resposta aos interesses do capital, colocando a educação como mercadoria; redefinir a função do governo no ensino superior; adotar políticas que priorizem metas de qualidade e equidade (BM, 1995, n/p).

Boschetti (2015) com base nos estudos de Bianchetti (2010) afirma que essas recomendações expressam as três faces propostas pelo Processo de Bolonha. A face acadêmica, que tem provocado “a estandartização/padronização como elemento para a integração dos jovens no mercado de trabalho, em tempos de crise, com claras tendências de alinhamento da formação “por baixo”, mais focada na aprendizagem e competências, bem como currículos mais curtos e flexíveis (Boschetti, 2015, p. 644).

A face econômica, que transmuta o histórico papel da universidade de produção autônoma de conhecimento quando “se dobra as recomendações do FMI, BM, OMC, e sob um discurso de modernização desburocratização e superação de uma “universidade arcaica”, [sustenta] a mercantilização, o economicismo, a

Realização:



Apoio:





“empresarialização”, o gerencialismo e a subordinação ao mercado e ao sistema produtivo (Boschetti, 2015, p. 644).

E a face político-cultural que constrói uma nova concepção sobre a universidade a partir de um novo “modelo” de organização, de estrutura, de planos de ensino, pesquisa e avaliação, que considera como boa universidade: “deve ser barata (menos anos, menos custos), rápida (cria uma espécie de *fast* universidade, e defende que se faz o mesmo em menos anos), padronizada (mesmo formato em diferentes realidades), deve ter financiamento autossustentável (Boschetti, 2015, 645).

As três faces propostas para as universidades europeias e adaptadas pelas brasileiras provocam profundas mudanças estruturais no Ensino Superior, no sentido de aligeirar o processo de formação, ampliar a competitividade e a sujeição da formação às demandas do mercado. Tudo isso expressa, notadamente, a perspectiva neoliberal, que impõe significativos desafios à educação pública, autônoma e de qualidade nesse século.

A perspectiva neoliberal diagnostica uma crise de eficiência, eficácia e produtividade, revelando a incapacidade do Estado de gerenciar as políticas públicas de educação. Por isso é preciso construir propostas de superação a referida crise. Tais propostas centram na reorientação do funcionamento e da gestão da educação pública e na construção de um mercado educacional, “cujo dinamismo e flexibilidade expressam o avesso de um sistema escolar rígido e incapaz, [podendo] promover os mecanismos fundamentais que garantem a eficácia e a eficiência dos serviços oferecidos” (Gentili, 1996, p.35).

Com isso, a reforma (ou contrarreforma para alguns) da educação cumpre os objetivos de “estabelecer mecanismos de controle e avaliação da qualidade dos serviços educacionais, (...) articular e subordinar produção educacional às necessidades estabelecidas pelo mercado de trabalho” (Gentili, 1996, p. 57); além de fomentar a separação radical entre provedor, executor e usuário; interferir na autonomia para as unidades que prestam serviços públicos competirem entre si e com o setor privado por recursos; e promover uma gestão baseada em resultados aferíveis por méritos e comparáveis nacional e internacionalmente.

Em 2011, o Banco Mundial (BM) estabeleceu a reforma como proposta a superação do desafio mundial de universalização da aprendizagem por meio da adoção de novos modelos de gestão e aplicou conhecimentos e instrumentos da gestão empresarial ao setor público, com o objetivo de aumentar a eficiência, a eficácia e a prestação de contas com base no pensamento de que “a boa gestão pública é aquela que mimetiza as práticas e visões da grande empresa privada”. (Pereira, 2021, p.7).

Aqui ficam evidentes os paradigmas da descentralização e da privatização como elementos garantidores da eficiência do sistema educacional e a justificativa para a redução de gastos previstos desde os anos 1990, consolidados na Ementa Constitucional (EC) 95/16. Essa EC estaciona o avanço da educação no país por meio da inibição do crescimento nos investimentos e gastos do governo com as políticas sociais, inclusive as da educação, estagnando as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), para os anos de 2014-2024.

Em 2017, o BM apresentou estratégias a serem consolidadas para os anos de 2018 e 2023. Um verdadeiro rol de prescrições a favor de cortes de recursos no funcionalismo público e nas compras públicas com o objetivo de manter o teto de gastos definido pela EC 95/16. Tal relatório aponta, no âmbito da educação, que o salário dos professores de Ensino Fundamental e do Ensino Médio está na média mundial, mas os do Ensino Superior excede tal indicador. Portanto, orienta a aplicação de ajustes fiscais como recomendações para eliminar a discrepância constatada e garantir um bom funcionamento do fundo educacional.

Todavia, as alegações neoliberais em relação a crise da educação brasileira, em específico a da universidade pública, busca ocultar a centralidade real dos problemas

Realização:



Apoio:



que incidem sobre as condições precárias de sua existência. As universidades públicas brasileiras se encontram “sem condições objetivas de reajuste salarial de seus docentes e técnicos administrativos, de ampliação e reajustes de bolsas de seus estudantes, bem como da conservação de melhoria de sua infraestrutura” (Castro, 2008, p. 247).

No âmbito das pós-graduações, observa-se que na medida que as propostas de reforma evoluem, o mercado de pós-graduação aquece. Em especial dos MBA's e dos cursos de especialização, os quais, em geral, são de curta duração, apresentam critérios de seleção e aprovação mais flexíveis e não são submetidos à avaliação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), sendo eles elaborados para atender demandas específicas dos trabalhadores em sua inserção no mercado de trabalho. “A nova tendência de pós-graduação, no Brasil, investe, assim em capital humano estruturado em bases técnicas para forjar uma força de trabalho demandada pelo mercado globalizado” (Castro, 2008, p. 246).

Esse percurso revela que a reforma educacional no Brasil, paulatinamente, ascendeu ao quadro que se queria montar exibido na capa do jogo de quebra-cabeça das agências internacionais. Porém, isso só foi uma prévia. Desde Lula (2003), os governos preparam os equipamentos necessário para aportar e, quiçá afundar, o navio da educação brasileira no mar do direito esquecido de águas turvas neoliberais. Atualmente, agitadas pelas ondas ultraliberais, ela ganhou uma face mais austera no governo do Presidente Jair Bolsonaro (2019/22), expressa nas propostas do Futura-se (PL n. 3076/2020) e no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e no apoio ao projeto de lei “Escola sem Partido”, que já vinha sendo construído com a perseguição à liberdade de cátedra e de expressão desde as primeiras ações dos grupos denominados MBL (Movimento Brasil Livre), que tomaram conta das redes sociais com críticas e ameaças a professores e estudantes. A proposta do Futura-se “reafirma a tese de que o problema da baixa qualidade da educação, não é financeira, mas na gestão e no modelo de educação existente que supostamente faz “doutrinação ideológica”” (Coggiola, 2020, p.128).

Mesmo em cenários catastróficos como o pandêmico da Covid 19, a educação deve ser mantida e, evidente que os organismos e as agências financeiras internacionais devotaram um olhar em especial sobre as políticas educacionais dos países do chamado capitalismo dependente. Em 2020, o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) com total atenção aos aspectos econômicos da pandemia emitiu boletins com orientações destinadas aos países da América Latina divulgando a relação pandemia – atividades econômicas. Neles, o destaque é para a questão econômica como elemento prioritário frente as orientações sanitárias, propondo o afrouxamento do isolamento social; a implantação da progressão das medidas de abertura social, flexibilizando as políticas de isolamento social; e o acirramento da culpabilização do indivíduo frente ao cofinanciamento (Tuão, 2020).

O total descaso a vida da população latino-americana é justificado por indicadores econômicos que estabelecem o fortalecimento de uma crise mais aprofundada em detrimento do não retorno as atividades produtivas dos países da América Latina. O tom irônico das orientações captura os desavisados à defesa de uma ideologia de propagação de responsabilização individual das sequelas e expansão da pandemia. Vale dizer que mesmo em cumprimento de medidas de isolamento, a pandemia avançava vertiginosamente avassalando números quase que incontáveis de pessoas no mundo. Para o BID, os países desenvolvidos deveriam ser protegidos pelas economias capitalistas dependentes. Isso é dizer ao mundo: - se há quem possa sobreviver, que sobreviva o mais forte. E, no tocante a educação, o BID orienta que os países da América Latina precisam, “apenas, gerenciar os aspectos sanitários, os critérios de agrupamento dos estudantes e docentes e as estratégias pedagógicas de apoio à aprendizagem para que as escolas possam ser abertas mantendo um nível mínimo de crescimento na curva de mortos pelo COVID-19” (Tuão 2020, p. 28).

Realização:



Apoio:



Nas entrelinhas, as orientações seguem para a abertura das instituições de educação, principalmente aquelas voltadas a Educação Infantil e a Alfabetização, onde se encontram as crianças que exibem menor autonomia para a realização de suas atividades de cuidados e domínio com o manejo do mundo virtual, pois essas interferem no retorno dos pais às linhas de produção. Aos demais estudantes, àqueles com maior autonomia para a inserção no EaD, o ensino virtual ganha o nível de única estratégia a manutenção de sua formação, seja escolar ou universitária.

O EaD, que em outrora era tido apenas como recurso educacional viável a determinado grupo de pessoas com dificuldades de acesso aos centros de formações, devido à distância e as impossibilidades promovida por “n” outros fatores, passa a ser reconhecido pelo BID como modalidade de ensino passível de atender as propostas para o desenvolvimento da educação. Principalmente, as de reduzir o número do quantitativo de alunos das instituições públicas de educação, pois relaciona o grande montante à dificuldade das famílias em continuar custeando a educação privada; e, a de formar professores e “voluntários” a partir de programas online.

O BID reforça que o EaD é uma modalidade que deverá se manter no período posterior à pandemia, indicando que os sistemas de ensino devem mesclar as aulas presenciais com a modalidade a distância – o famoso modelo híbrido. Entretanto, o ensino a distância “traz em si uma série complexa de problemas, gravíssimos, para o desenvolvimento integral de crianças e jovens para além da ampliação das desigualdades em educação e situações de sofrimento.” (Varela; Della Santa, 2021, p. 189).

Sem dúvidas, a pandemia serviu (ainda serve) de laboratório para as mais perversas propostas societárias capitalistas. Um largo montante de crianças, jovens e adultos foram colocados como cobaias, de forma “emergencial”, nas plataformas *on line* de ensino, que não serviram somente para evitar a desconexão dos estudantes do processo de formação, mas sobretudo para comprovar como, de maneira homeopática, o ensino autêntico pode ser transformado em fragmentos de conhecimento e na formatação perfeita da mão de obra para atender as necessidades do mercado de trabalho.

Nota-se nesse enredo, que não há qualquer estrofe que se preocupe com o professor ou com os alunos. A centralidade está no desenvolvimento econômico, apenas. Em nome desse desenvolvimento, o professor é transformado em “um instrumento do computador que comanda programas, conteúdos, métodos, tempos e ritmos de trabalho”, e os alunos se tornam mão de obra preparada para uma “futura linha de montagem, na qual vai ser inserido por este neoliberalismo educacional. Expropria-se – ainda mais – os alunos das classes trabalhadoras e intermédias do conhecimento” (Varela; Della Santa, 2021, p. 185).

Com a pandemia, o governo por meio do EaD aperfeiçoa as estratégias de privatização do ensino; desmobiliza alunos e professores das lutas sociais; aumenta vertiginosamente a tão ansiada relação quantitativa professor/aluno outrora limitada pelas paredes institucionais; despolitiza as relações educacionais, desprofissionaliza o professor; destrói a vida privada do professor; fortalece as parcerias público/privadas e automatiza o trabalho da educação. Pronto, a cereja que faltava no bolo foi posta!

As desculpas chulas para a introdução das propostas neoliberais e, com elas, a fidelização da reforma educacional brasileira ao receituário dos organismos internacionais foram dadas pela pandemia de maneira tão perversa e assediadora, que desmobilizou e ignorou os movimentos em defesa dos direitos a educação ou aquelas iniciativas que buscavam desancorar o navio da educação estagnado nas águas turvas do neoliberalismo.

Tal cenário indica os sintomas típicos de uma doença crônica em vias de cuidados paliativos. As universidades estão sendo refuncionalizadas como organização empenhada na difusão do *ethos* do empreendedorismo, definindo novos parâmetros de

Realização:



Apoio:



pesquisas científicas e focalizando suas ações nas atividades extensionistas, gerando serviços para a comunidade. De certo, uma forma compensatória da ausência e limitações impostas ao Estado no exercício das políticas sociais públicas (Leher, 2021).

As universidades públicas sofrem com a precarização de suas estruturas e a redução dos orçamentos, obrigando docentes e gestores a competirem entre si e se submeterem à pactuações mercantis ou a perfis produtivistas para o alcance de bolsas das agências financiadoras. Evidencia-se aqui, o fenômeno do produtivismo, que afeta docentes e discentes, gerando quadros patológicos graves e interferências nas relações sociais e de trabalho na universidade.

Por outro lado, os avanços das ideias neoconservadoras de cunho neofascista e pragmático veem a universidade como “ameaça por ser uma instituição que promove a secularização da vida, o que é percebido como afronta aos valores do líder e, consequentemente, do “povo””. (Leher, 2021, p. 2). Tal visão inferem sobre as propostas reflexivas e críticas esboçadas no tripé – ensino, pesquisa e extensão - ocasionando o surgimento de centros automatizados de formação profissional. Assim, a educação ganha preferências doutrinárias desvirtuando o significado real da educação, garantindo um sistema permanente de doutrinação, de fragmentação e controle (Meszáros, 2008).

### **Universidade e promoção da saúde: uma via de mão dupla**

No contexto contemporâneo da Educação Superior no Brasil debater PS é um grande desafio que se manifesta desde a estrutura gerencial a sala de aula. Mesmo em cursos ou unidades de ensino de saúde, esse debate não ganha unanimidade em sua significância teórica nem prática. Por isso é preciso aqui demarcar o nosso entendimento de saúde.

A Constituição Federal coloca a saúde como um direito universal da população brasileira a ser ofertada por meio Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela Lei 8.080/1990. Essa lei segue os parâmetros da OMS no tocante a concepção ampliada de saúde, ou seja, ultrapassa a visão biomédica da relação causa e efeito, de saúde como ausência de doença. Ela compreende a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país (Brasil, 1990).

Essa lei em consonância com a promulgação constitucional evidencia a responsabilidade do Estado, como ator que tem o dever, na garantia mediante políticas sociais e econômicas, da redução do risco de doença e de outros agravos. Cabe salientar que assim como a educação brasileira, a saúde é alvejada pelos propósitos neoliberais, de maneira a impor a população a responsabilidade, que é paulatinamente negligenciada pelo Estado, sendo ela transposta as famílias e manipuladas pelo mercado como justificativa da ineficiência do Estado. O que justifica a entrada do gerencialismo empresarial na coisa pública e o impulso de clínicas de consultas e exames populares além dos múltiplos níveis de contratação de planos de saúde.

Desse modo temos uma política social no Brasil que transita por via de mão dupla. No instante que tem uma definição legal de proteção e produção de bem-estar social pelo Estado também reproduz a lógica de desproteção e minimização de direitos fundada no neoliberalismo. Tal condição define duas direções da política social. Uma pautada na vontade legal, que é a prevista na Constituição Federal, com destaque ao papel do Estado na produção da proteção social e, outra pautada na vontade política, que é direcionada pelo movimento político forjado pelos princípios e valores econômicos capitalistas. Ou seja, temos uma política garantidora de direitos promulgadas em lei, mas a sua versão em execução é de desproteção e mínima, agudizando a desigualdade social e dando centralidade ao mercado como único subsídio para respostas as

Realização:



Apoio:





necessidades sociais da população. Tal cenário incide sobre as estratégias de PS, como política, em seus diferentes campos, aqui com destaque para o da universidade.

Outro destaque consiste na concepção de saúde. A forma como o sistema tem sido gerenciado, as ações curativas ganham o foco, tendo a prevenção e a PS como objetos desfocados desse modelo de organização neoliberal da política de saúde. O que reanima os valores biomédicos do trato da saúde ignorando os determinantes sociais da saúde e colocando o indivíduo como principal responsável pelas moléstias que o atinge. Ainda vale mencionar nesse cenário que as ações de prevenção e promoção de saúde são destinadas como atividades das unidades públicas de saúde, por não serem compreendidas como ações de valor monetário ao mercado. Isso nos remete ao modelo “campanhista” impetrado como ação de saúde pública no início do século passado. Esse restringia-se a visão biomédica, a produção de atividades pontuais, fragmentadas, imediatista, paliativa e burocratizada de prevenção e combate às doenças no país.

O modelo biomédico, “marcadamente reducionista e biologicista, centrado na doença e orientado para a cura, (...) implica na desconsideração das múltiplas necessidades sociais que envolvem a perspectiva da saúde enquanto conceito ampliado” (Cavalcanti; Lucena; Lucena, 2015, p. 388). De fato, um mar revolto de ondas gigantescas que se não naufragam a saúde pública brasileira, à conduzem as muralhas rochosas construídas como barreiras do mercado que impedem o acesso à praia do direito.

E como a PS se aloca nesse cenário? Apesar do entendimento de promoção de saúde ter sofrido alterações ao longo dos anos, a compreensão do significado e produção de ações de PS podem ser uma via de superação desse modelo restrito de saúde. E um importante mecanismo para isso é a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), por ser “capaz de trazer avanços que possam contrapesar as ações meramente curativas e individuais por intermédio de ações de promoção de saúde” (Cavalcanti; Lucena; Lucena, 2015, p. 388). Não obstante, as diretrizes e valores dessa política seguem na contramão dos propósitos neoliberais, o que aloca a PS como uma vertente ideológica em defesa dos direitos de cidadania.

Apoiado na Carta de Ottawa, o entendimento de PS extrapola as responsabilidades individuais e considera os determinantes sociais de saúde, por isso, indica ações que se expressam para além do que concerne ao conceito de saúde e dá forma à organização dos serviços. A Carta de Ottawa apresenta novas perspectivas da saúde enquanto produção social. Assim, os determinantes socioeconômicos passaram a ser mais valorizados, apontando para a necessidade do compromisso político de fomentar as transformações sociais. Portanto, a PS é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e não como objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global (Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, 1986).

No âmbito da atenção e do cuidado em saúde, a PS considera a autonomia e a singularidade dos sujeitos, das coletividades e dos territórios, se constituindo como estratégia de produção de saúde que respeita as especificidades e as potencialidades na construção de projetos terapêuticos, de vida e na organização do trabalho em saúde. Desse modo, considera que a direção, as ações, os comportamentos e as decisões dos sujeitos não são estritamente de ordem de sua liberdade, mas sim escolhas

Realização:



Apoio:





condicionadas por diferentes determinantes impostos pelo contexto socioeconômico, político e cultural, em que estão inseridos (Brasil, 2018).

Nessa direção a PNPS reconhece a subjetividade das pessoas e dos coletivos no processo de atenção e cuidado em defesa da saúde e da vida; considera a solidariedade, a felicidade, a ética, o respeito às diversidades, a humanização, a corresponsabilidade, a justiça e a inclusão social como valores fundantes no processo de sua concretização; e, adota como princípios a equidade, a participação social, a autonomia, o empoderamento, a inter/intrasetorialidade, a sustentabilidade, a integralidade e a territorialidade.

Ainda, traz o marco do trabalho coletivo por meio de “ações comunitárias concretas e efetivas no desenvolvimento das prioridades, na tomada de decisão, na definição de estratégias e na sua implantação, visando a melhoria das condições de saúde.” E no individual “apóia o desenvolvimento pessoal e social através da divulgação e informação, educação para a saúde e intensificação das habilidades vitais” (Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, 1986, p. 3). Com esse arcabouço de ações, as iniciativas de PS geram possibilidades de opções disponíveis para que sujeitos individuais e coletivos possam exercer maior controle sobre sua própria saúde e sobre o meio-ambiente, podendo optar pela melhor qualidade de sua saúde e de vida.

Como valores e princípios, essa política tem como objetivo: promover a equidade e a melhoria das condições e dos modos de viver, ampliando a potencialidade da saúde individual e coletiva e reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais (Brasil, 2018).

A PNPS, elaborada em 2006, traz a visão de PS como promoção da qualidade de vida. Essa é mudada com a revisão da PNPS, 2016, sendo acrescentada a essa visão a promoção da equidade. Também esboça a determinação do SUS em atribuições e competências que já estava previsto na Lei 8.080/1990, entretanto, enfatiza a necessidade do movimento da dinâmica da sua realização.

Apesar de toda essa evolução em relação ao significado e a importância da PS, o contexto das políticas de saúde no Brasil aloca o grande desafio das permanências. Ou seja, o processo de organização e gerenciamento do SUS, atualmente mais focalizado, aloca o reconhecimento dos determinantes sociais de saúde em apenas um nível, o da Atenção Primária. Desse modo, os serviços ficam estruturados de forma piramidal, gerando confusão entre os conceitos de PS e de prevenção de doenças. Isso ocorre, em especial, por falta de entendimento sobre a PS e da não definição do lugar que ocupa dentro e fora do SUS.

Daí a grande importância das universidades, não só na transmissão do conhecimento e no estímulo ao debate sobre PS, mas na produção de ações, projetos modelos para tanto a comunidade acadêmica como a sociedade reconheça a importância e o significado da PS. Diante disso, cabe destacar que a construção de uma Universidade Promotora da Saúde (UPS) exige a compreensão do movimento das políticas sociais no Brasil e como ele impacta no cotidiano dos serviços de educação e saúde, seguido da necessidade de estimular e inflar o debate sobre Promoção da Saúde na comunidade acadêmica, fortalecendo-o nos cursos de saúde e alcançando os cursos das demais áreas, por conseguinte, construir uma estrutura coletiva de apoio e propagação das ações de PS no âmbito das universidades, agindo como representatividade e mediadora das UPS.

## Considerações finais

As transformações societárias que inauguram o século XXI fazem da universidade um espaço de adoecimento, logo, promotor de doença ao invés da saúde. Isso indica a necessidade imediata de se discutir e construir ações de PS tanto para a comunidade acadêmica como para aquela ao seu entorno. Isso remete, também, ao

Realização:



Apoio:



entendimento de que a construção de uma UPS não se restringe a produção de ações de saúde pela universidade, mas implica na construção de consciência e absorção de valores que instituirão, no cotidiano da universidade, prática de PS. O que implica em dar enfoques compreensivos de ampla abrangência que privilegia a participação, a autonomia e o empoderamento; estimular uma nova cultura e consciência pela saúde; fortalecer a capacidade de gerir mudanças necessárias para a saúde, a sustentabilidade e a mobilização comunitária; desenvolver habilidades para a mediação e construção de consensos e reafirmar o compromisso com a justiça social, a equidade e as políticas públicas e organizacionais saudáveis.

O debate sobre UPS ainda se constitui um grande desafio para as universidades e o reconhecimento de um conceito central de PS é a ação prioritária que deve ocorrer nas IES sem essa centralidade é impossível construir qualquer proposta coletiva nesse contexto.

## Referências

ANDIFE (Associação Nacional de Diretores das Instituições Federais de Ensino Superior). **Plano Nacional de Assistência Estudantil – 2007 -2008**. Disponível em: <[https://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/Biblioteca\\_071\\_Plano\\_Nacional\\_de\\_Assistencia\\_Estudantil\\_da\\_Andifes\\_completo.pdf](https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf)>. Acesso em 03 fev. 2025.

BANCO MUNDIAL (BM). **La enseñanza superior**. Las lecciones derivadas de la experiencia. Washington (DC): BIRD, 1995. Disponível em: <<http://documentos.bancomundial.org/curated/es/274211468321262162/pdf/133500PA PER0Sp1rior0Box2150A1995001.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2025.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637 – 651, out/dez, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.080**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, setembro de 1990.

PRIMEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE. **Carta de Ottawa**. Canadá, novembro de 1986.

CASTRO, Alba Tereza Barroso de. Tendências e contradições da educação pública no Brasil: a crise na universidade e as cotas. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (org.). **Política Social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008, p. 242 – 259.

CAVALCANTI, Patricia Barreto; LUCENA, Carla Mousinho Ferreira; LUCENA, Pablo Leonid Carneiro. Programa Saúde na Escola: interpelações sobre ações de educação e saúde no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 387 - 402, ago./dez. 2015.

COGGIOLA, O. **De Lula a Bolsonaro**: trajetórias políticas do Brasil contemporâneo (miemo). 2020. Disponível em: <[https://www.academia.edu/37847799/DE\\_LULA\\_A\\_BOLSONARO\\_Trajet%C3%B3rias\\_s\\_Pol%C3%ADticas\\_do\\_Brasil\\_Contempor%C3%A2neo](https://www.academia.edu/37847799/DE_LULA_A_BOLSONARO_Trajet%C3%B3rias_s_Pol%C3%ADticas_do_Brasil_Contempor%C3%A2neo)>. Acesso em: 15 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo. (org.). **Escola S.A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.

LEHER, Roberto. Universidade pública federal brasileira: Future-Se e “Guerra Cultural” como expressões da autocracia burguesa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, p. 1 -19, 2022.

MESZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, João Marcio Mendes. A agenda educacional do Banco Mundial em tempos de ajuste e pandemia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 7, p. 1-15, 2021.

SCHLEICH, Ana Lucia Righi. **Integração na educação superior e satisfação acadêmica de estudantes ingressantes e concluintes**. 2006. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

TUÃO, Renata Spadetti. Estratégias do Banco Interamericano de Desenvolvimento para educação em tempos de pandemia. *In*: LAMOSA, Rodrigo. (org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia:** uma tragédia anunciada. Parnaíba: Terra Sem Amos, 2020. p. 23-34.

VARELA, Raquel; DELLA SANTA, Roberto. Pandæmonium educacional? – Para um manifesto docente contra a “distância social”. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 48, p. 183 – 202, dez., 2021.

Realização:



Apoio:



## **A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT NO DEBATE EM SAÚDE: breves notas**

Laura Marcelino Leal<sup>29</sup>

Marina Monteiro de Castro e Castro<sup>30</sup>

**Resumo:** Este trabalho acadêmico empreende esforços em problematizar a importância e as nuances do pensamento foucaultiano e sua difusão na conformação das políticas de saúde. Para tal, ressaltamos algumas obras de Michel Foucault, bem como a influência de Nietzsche e de alguns autores críticos as elaborações foucaultianas. Posteriormente, refletimos a difusão de Foucault na saúde, no que se refere ao controle dos corpos, ao nascimento da medicina social, e às alterações tanto no hospital quanto no papel atribuído ao médico.

**Palavras-chave:** Foucault; Pensamento Crítico; Saúde.

**Abstract:** this academic work makes efforts to problematize the importance and nuances of Foucauldian thought and its dissemination in health Policy. To this end, we highlight some works by Michel Foucault, as well as the influence of Nietzsche and some critical authors on Foucault's elaborations. Subsequently, we reflect on the diffusion of Foucault in health, with regard to the control of bodies, the birth of social medicine, and changes both in the hospital and in the role attributed to the doctor.

**Keywords:** Foucault; Critical Thinking; Health.

### **Introdução**

Este artigo empreende esforços em problematizar a importância e as influências do pensamento foucaultiano na conformação da política de saúde.

No primeiro ponto, ressaltamos algumas obras de Michel Foucault e de autores críticos as suas elaborações, bem como a influência Nietzsche e Heidegger, sobretudo, do primeiro em seus trabalhos e de como pensamento foucaultiano avança e reordena a obra de Nietzsche. Foucault busca construir uma ética da diferença, que se desdobra na ênfase do singular e das relações estabelecidas pelos indivíduos. Destacamos também os acontecimentos dos anos de 1968 são fundamentais para analisar o pensamento de Foucault, como também para assimilar o patamar atribuído a individualidade.

É inegável a envergadura do pensamento foucaultiano. Rodrigues (2006, p.163) ressalta que “em grande medida, a audiência do pensamento de Foucault entre os setores progressistas, da sociedade civil organizada e da academia, se deve ao seu talento filosófico”. As críticas às obras de Foucault estão relacionadas à licenciosidade, de forma a comprovar suas teses. Vilar (2023) utiliza como exemplo a forma com que Foucault trabalha o texto de Descartes sobre o argumento do louco, bem como o tratamento atribuído ao surgimento das workhouses inglesas do século XVII.

No segundo item, apresentamos alguns elementos para refletirmos sobre a influência de Foucault na saúde, no que se refere ao controle dos corpos, ao nascimento da medicina social. O autor esteve ligado às questões que eclodiram à época. Esta perspectiva é fundamental para entender a relação entre o pensador e o debate em

<sup>29</sup> Assistente social. Mestra em Serviço Social. Atualmente doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: laura.leal@ufff.br

<sup>30</sup> Assistente social. Doutora em Serviço pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente chefe de gabinete da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC). E-mail: marina.monteiro@ufff.br

Realização:



Apoio:



saúde. Dados os limites deste trabalho enfatizamos a questão do domínio sobre os corpos, alterações tanto no hospital quanto no papel atribuído ao médico.

No tange compreender a obra foucaultiana como crítica, avaliamos que é imprescindível a pesquisa acerca da fundamentação na qual a obra do autor se alicerça. Haja vista que o campo crítico também é vasto, portanto, se apresenta por diferentes perspectivas.

### **Notas sobre Michel Foucault**

O filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) exerceu e exerce grande influência tanto no âmbito acadêmico quanto profissional. É um autor com grande difusão nos estudos em saúde, bem como em responder a atmosfera dos tempos, por uma perspectiva singular, baseada em relações de poder. Portanto, Foucault traz alguns elementos para se fazer a crítica à sociedade contemporânea.

Todavia, por aspectos que não consideram os universais, a forma com a sociedade sob a égide do capital produz e se reproduz. Neste sentido, o autor busca construir uma ética da diferença, que se desdobra na ênfase do singular e das relações estabelecidas pelos indivíduos.

Dentre os assuntos trazidos em suas obras podemos salientar os aspectos acerca da relação entre saber e poder e a constituição do sujeito moderno, que se expressa como uma espécie de fio condutor e adquire uma conotação associada ao período analisado pelo autor. Assim, relacionado com a *epistémê* de cada época, pautada em uma descontinuidade histórica. Na obra *As palavras e as coisas* o autor (1999, p.511) enfatiza que “o homem não é, ele próprio, histórico: uma vez que o tempo lhe vem de fora dele mesmo, ele não se constitui como sujeito da História senão pela superposição da história dos seres, da história das coisas, da história das palavras”.

Ao ressaltarmos que Foucault indica perspectivas críticas, esta análise baseia-se no sentido de apontar como a relação entre saber e poder se expressa, de forma a incidir acerca do controle social exercido pelas instituições, como também nas relações, médico e paciente, professor e aluno, etc. As temáticas de suas obras versam sobre doença mental, loucura, a relação saber e poder, sexualidade, alterações no discurso ao longo do tempo, os processos disciplinares nas prisões, entre outros.

Neste sentido, Foucault não apenas desconsidera o universal, o que temos se trata de um questionamento e um ataque ao universal e a racionalidade. Assim, por mais que suas obras estejam relacionadas em seus termos a *epistémê* de cada época, corroboramos com a análise de Rodrigues (2006) ao tratá-lo com um pensador sistemático e coerente.

Muito mais do que a negação de um projeto teórico-político sistemático, as mutações foucaultianas são, em última instância, expressão tanto das tentativas de resolver as antinomias de seu pensamento, quanto a tentativa de acompanhar as alterações processadas na cultura e na política do final do século XX. Foi por meio deste duplo movimento que Foucault conseguiu erigir um projeto teórico-político irracionalista e transgressivo (Rodrigues, 2006, p.6).

É necessário salientar como substrato histórico, teórico e político a filosofia dos “anos 68”, tendo em vista elementos que reverberam na produção foucaultiana. Ferry e Renaut (1988) destacam que a filosofia francesa dos anos 60 ocorreu para além do que se designou como “pensamento 68”. Isso, devido ao fato de que anterior a estes acontecimentos, filosoficamente, temos obras importantes, que vão influenciar a dinâmica francesa. O autor esclarece que no que tange ao “pensamento 68” ou, “por “filosofia francesa dos anos 68”, visamos exclusivamente uma constelação de obras cronologicamente próximas a Maio e, acima de tudo, aquelas cujos autores reconheceram, (...), um parentesco de inspiração com o movimento” (Ferry; Renaut, 1988, p. 11-12).

Realização:



Apoio:





Compreendemos que os acontecimentos dos anos de 1968 são fundamentais para analisar o pensamento de Foucault, como também para assimilar o patamar atribuído a individualidade. Para interpretarmos a crise de 1968, Ferry e Renaut (1988, p.17) nos indicam que é necessário entender que a sua herança real é complexa. Dessa forma, “merecerá uma retomada cuidadosa, e isto porque, sob outras referências, uma comparação entre o final dos anos 60 e início dos anos 80 parece muito mais instigar a hipótese de uma filiação do que convidar a se falar de ruptura”. Neste sentido, “uma coisa ao menos é clara: a filosofia francesa dos anos 68 escolheu resolutamente o partido do anti-humanismo” (Ferry; Renaut, 1988, p.17-18), bem como ressaltando aspectos associados ao individualismo contemporâneo (Ferry; Renaut, 1988).

É necessário sublinhar que o pensamento de Foucault teve influências diretas de Friedrich Nietzsche (1844-1900) e de Martin Heidegger (1889-1976), sobretudo, do primeiro pensador. Além disso, o próprio anti-humanismo que caracteriza a conjuntura histórica do pensamento francês dos anos 1960, “retoma, por combinações mais ou menos complexas, e num grau mais radical, aspectos e teses de uma herança crítica ao humanismo, em especial as teses de Nietzsche” (Rodrigues, 2006, p.121).

Ferry e Renaut (1988) apresentam a estrutura intelectual das “sixties” que estabelece a sua radicalidade no que tange o anti-humanismo, na medida em que estabelece: o tema do fim da filosofia; o paradigma da genealogia; a dissolução da ideia de verdade; e a historicização das categorias e o fim da referência ao universal. Deste modo, há um êxito do individualismo em detrimento do sujeito humanista, que culmina na criação de uma “nova história” (Rodrigues, 2006).

Radicalmente distinta da perspectiva posta pela tradição filosófica humanista, a historicidade que ressurgiu, a partir de 1975, enfatiza a desordem, ao invés da ordem, o descontínuo, ao invés do contínuo. (...). É esta história do irruptivo e do evento, contrária ao reflexo da legalidade e da historicidade do mundo em sua totalidade, que reaparece em Foucault (Rodrigues, 2006, p. 123).

Nas gêneses das elaborações intelectuais e políticas de Foucault é avaliado que vários aspectos se mantêm e até mesmo são aprofundados posteriormente, haja vista que o autor “permaneceu ao longo de toda a sua vida fiel ao irracionalismo e a transgressão” (Rodrigues, 2006, p. 125).

Rodrigues (2006) faz uma análise desta trajetória intelectual e política de Foucault, na medida em que destaca

Num primeiro momento de sua produção, na fase arqueológica, podemos encontrar o jovem Foucault investido da ambição de “depurar” o reacionarismo teórico-político de Nietzsche. Na genealogia, logo após a eclosão de Maio de 68, Foucault prossegue nesta empreitada, aproximando-se do campo das lutas de esquerda. É neste momento em que Foucault maduro apresenta a transgressão como uma alternativa à constituição de uma esquerda que refuta a perspectiva socialista revolucionária e a social-democracia. No terceiro e último momento, interrompido e apressado pela AIDS, o pensamento foucaultiano busca resolver a antinomia entre uma ética de esquerda e uma teoria de direita. É aqui que podemos encontrar, no sistema foucaultiano, o aprofundamento da incorporação do projeto político nietzscheano (Rodrigues, 2006, p. 125).

Conforme sinalizamos, o pensamento de Foucault é influenciado pelas elaborações de Nietzsche, isto, porém, não significa uma singela replicação das construções do filósofo alemão. Entendemos que Foucault inspira-se e em alguns aspectos ultrapassa Nietzsche, principalmente no que tange ao patamar atribuído ao irracionalismo, bem como no que se refere a rearticulação do pensamento de Nietzsche a perspectiva crítica e política de esquerda. Dessa forma,

Realização:



Apoio:



Não se trata de uma simples recuperação da filosofia de nietzscheana, mas de uma tentativa explícita de subvertê-la, isto é, de utilizá-la como fundamento para uma filosofia crítica, de integrá-la num horizonte ético e político de esquerda – horizonte, portanto, radicalmente antagônico à direção ético-política, explicitamente aristocrática, da obra do filósofo alemão (Rodrigues, 2006, p. 129).

Estes elementos são essenciais para compreender a inserção que Foucault tem na atualidade, haja vista que consegue trazer respostas pontuais às questões postas, bem como fazer críticas sociais. Todavia, estas análises e críticas não perpassam a forma com que a sociedade produz e se reproduz, a figura do homem, da racionalidade, da historicidade e da própria objetividade presente na realidade. Rodrigues (2006, p.163) ressalta que “em grande medida, a audiência do pensamento de Foucault entre os setores progressistas, da sociedade civil organizada e da academia, se deve ao seu talento filosófico”. O que exige aos pesquisadores o rigor e a necessidade de estarmos atentos e vigilantes não somente a escrita envolvente do autor, como também as fundamentações que subjazem à construção de seu pensamento, portanto, não somente o que ele revela, mas, sobretudo, o que está oculto nesta análise.

Portanto, ao comparar a obra foucaultiana em face ao legado nietzschiano, é importante ir além, haja vista que

Se Nietzsche fora um pensador irracionalista abertamente reacionário, defensor da dominação de classe e das desigualdades sociais que – por meio da liberação de instintos bestiais e animais – ofereceu uma ética imoral e belicosa à renovação da dominação burguesa no período clássico do imperialismo, Foucault inscreveu o irracionalismo e a luta nietzscheana contra toda moral no campo dos anseios históricos da esquerda, portanto, em meio aos gritos de protestos contra a dominação e a opressão (Rodrigues, 2006, p. 196).

Salientamos ao longo deste ponto a notoriedade das elaborações Foucaultianas, mas não poderíamos deixar de mencionar que apesar de sua difusão em âmbito mundial, há críticas fundamentais às suas análises. Haja vista que o autor deturpa os pensamentos de alguns autores, de forma a contribuir para que suas teses façam sentido, portanto, há uma licenciosidade presente nas construções deste pensador, conforme já sinalizamos. Dessa forma, tal situação revela-se problemática, na medida em que, por exemplo:

O modo como Foucault trata o texto de Descartes acerca do argumento do louco, considerando-o como prova de modo como a modernidade tratou da questão e possibilitar assim a rejeição crítica da razão, é um exemplo paradigmático de sua desconsideração pelo texto, ou seja, o texto não vale por si mesmo. Os conteúdos, problematizações e argumentos desenvolvidos na escrita do filósofo, não valem por si mesmos. É preciso ir além e realizar a arqueologia do discurso que se esconde por trás das palavras. Esse procedimento não deixa de apresentar problemas e suscitar questões (Vilar, 2023, p. 261-262).

Desta forma, Rodrigues (2006) ao realizar o balanço da trajetória intelectual e política do filósofo francês destaca que é possível identificar três momentos significativos: o de sua juventude (início anos 1960) quando realiza uma dupla subversão: por um lado, depura o reacionarismo teórico-político de Nietzsche, e por outro, derrui a crítica racional e humanista que tem sua base na concepção materialista de história; o segundo momento ocorre pós-1968 quando Foucault torna-se um intelectual militante e se esforça em construir uma proposta política compatível com os anseios da esquerda que refuta tanto a via da social-democracia quanto a revolucionária socialista; o terceiro momento, que foi interrompido por uma morte prematura, é marcado pela busca de resolver as antinomias da combinação entre uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita. De acordo com a autora, é o momento em

Realização:



Apoio:



que mais se aproxima de Nietzsche e parte para uma estetização da política que deixa em aberto o sentido aristocrático de seu projeto.

### **Alguns elementos para refletirmos a influência do pensamento de Foucault na saúde**

Apresentados alguns aspectos importantes acerca da influência e relevância das elaborações de Foucault, bem como ao fato de destacar a relação entre saber e poder, foi desenvolvido também por este pensador aspectos referentes ao domínio e controle dos corpos, bem como acerca da loucura, da sexualidade e etc. Especificamente sobre a saúde, Rodrigues (2006) destaca que o autor teve um contato familiar próximo a medicina, na medida que

Filho de uma família burguesa católica, nascido em uma cidade conservadora do interior da França, (...) Foucault proveio de uma linhagem de médicos conceituados. Seu pai, Dr. Paul Foucault, fora um anatomista brilhante e professor da escola de medicina da cidade. Seu avô e bisavô paternos também exerceram a carreira médica, o primeiro em Fontainebleau e o segundo em Nanterre. Sua ascendência materna não fora diferente, pois o pai de sua mãe, Anne Malapert, fora cirurgião em sua cidade natal (Rodrigues, p. 2006, p. 125-126).

Para além dos aspectos de vivência familiar, Foucault foi um pensador ligado às questões que eclodiram à época. Esta perspectiva é fundamental para entender a relação entre o pensador e o debate em saúde. Haja vista que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, as desigualdades se tornam cada vez mais não somente evidentes, como também exponenciadas. A urbanização acelerada das cidades industriais em meio às condições sanitárias inadequadas, “facilitava a propagação de doenças, preocupando o poder público quanto ao risco de doenças” (Zorzanelli; Cruz, 2018, p. 723). Diante disso, “o esquema político-médico emergente foi um aperfeiçoamento da política de quarentena, característica da Idade Média, que tinha como objetivo o isolamento e a exclusão de doentes sob o risco de contágio” (Zorzanelli; Cruz, 2018, p. 723).

Dentre as elaborações foucaultianas é necessário sublinhar que o autor realizou estudos referentes à relação entre a medicina e o capitalismo, e refere que

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica (Foucault, 1979, p. 80).

Nesta acepção, o controle social e moral se expressa na relação entre a higiene, a medicina e a propagação de doenças, que o autor considera como fundamental para o nascimento da medicina social. Nesta fase, Foucault também destaca o poder assumido pelo médico nesta conjuntura, que se diferencia da gênese profissional.

Nesta mesma obra, Foucault (1979, p. 101) ressalta as transformações que o hospital passou ao longo da história “antes do século XVIII, o hospital era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres”. Esta organização estava atrelada a uma concepção religiosa, caritativa e de exclusão da população pobre. Este espaço ainda não era o do saber médico, e sim o da religiosidade. As referidas características nos conduzem a refletir que a intervenção médica era algo mais pontual,

Realização:



Apoio:



isto é, o médico era acionado nos casos graves, voltado mais para as consultas no âmbito privado e o poder estava concentrado na religião (Leal, 2017).

De acordo com Foucault (1979, p. 109), a grande mudança do poder no hospital ocorreu a partir do momento em que a religiosidade perde a sua centralidade na organização social e a medicina avança em termos científicos. Neste sentido, o hospital passa a ser “concebido como um instrumento de cura e a distribuição do espaço torna-se terapêutica, o médico passa a ser o principal responsável pela organização hospitalar”.

No Brasil, para as análises da Instituição Hospitalar discurso do “poder” aparece em diversos artigos, especialmente nos anos 1990. O reforço a este tema pode estar vinculado à tese defendida por Mattos (2009) de que ao longo dos anos 1980/1990 um dos temas mais tensos foi concernente às práticas e instituições médicas. Tal debate teve forte impacto nas conferências proferidas por Michel Foucault no Brasil em 1974, que trouxe à tona uma análise crítica das instituições médicas e de suas práticas, a partir do referencial do poder. Isto é, uma crítica a forma como os profissionais de saúde exercem seu poder sobre os outros e as estratégias de subordinação às ordens médicas.

Compreendemos que as diferentes análises apreendidas pelo filósofo francês acerca da discussão da saúde são fundamentais para entender a política de saúde. Ainda que Foucault não considere a forma como a sociedade produz e se reproduz, suas análises impactam cotidianamente nos serviços, sobretudo, na relação entre os profissionais, o papel das instituições etc. Assimilamos, portanto, que é um entendimento parcial dessa realidade, tendo em vista não articular elementos macro e microsociais (ressaltamos que esta relação não é algo a que pensador se propõe a discutir em suas obras).

Há várias outras influências de Foucault na saúde e que dado os limites deste artigo, torna-se impossível de esgotá-la, ainda que isso não tenha sido a nossa intenção, diante de uma produção com essa complexidade. O que sublinhamos é que é inegável que alterações sejam na medicina, na conformação do hospital, por exemplo, foram forjadas para responder às necessidades impostas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista. Neste sentido, o entendimento da relação entre produção e reprodução social, o que não reverbera nestes termos na obra foucaultiana uma vez que o autor é crítico da modernidade, em especial, da razão moderna e suas possibilidades de conhecimento da realidade e superação da mesma.

## Considerações finais

Em Nietzsche assim como em Foucault a própria objetividade do mundo é negada, não há uma relação de causalidade histórica entre os elementos presentes na vida em sociedade. Há, portanto, uma ênfase no discurso e não nos fundamentos da vida social.

Ao compreendermos que Foucault faz algumas críticas sociais, é essencial romper a aparência e atingir a essência dessas obras tão complexas por ele elaboradas, de forma a verificar as bases de fundamentação que alicerçam seu pensamento. Portanto, é significativo o entendimento de que o campo crítico não é algo homogêneo, sendo necessário desvelar as bases que o fundamentam.

Dessa forma, é preciso entender que Foucault é uma alternativa a Marx. Neste sentido, não é possível conciliá-los. Em Foucault há um deslocamento dos problemas sociais, em que o destaque ocorre a partir das relações, no cotidiano e no singular. A crítica à sociedade contemporânea se baseia através das relações de poder.

## Referências

Realização:



Apoio:



FERRY, Luc; RENAUT, Alain. **Pensamento 68**: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. (Trad. Roberto Markenson, Nelci do Nascimento Gonçalves). São Paulo: Ensaio, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A história da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (Organização e tradução de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber (trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque). Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas; (Trad. Salma Tannus Muchail). 8ª ed. São Paulo: Martin Fontes, 1999.

LEAL, Laura Marcelino. **O cotidiano do trabalho do assistente social**: reflexões sobre o setor hospitalar em Juiz de Fora. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar (Introdução de Jacob Gorender; trad. Edgard Malagodi et a.). São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os economistas).

RODRIGUES, Mavi. **Michel Foucault sem espelhos**: um pensador proto pós-moderno. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

VILAR, Pierre. O evangelho segundo Foucault (Apresentação da tradução do artigo “As palavras e as coisas no pensamento econômico, traduzido por Ronaldo Vielmi Fortes). **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 23, n.1, p. 258-267, jan./jun., 2023.

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira; CRUZ, Murilo Galvão Amancio. O conceito de medicalização em Michel Foucault na década de 1970. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 22, n. 66, p. 721-731, 2018.

Realização:



Apoio:





## PLATAFORMIZAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS: eficiência ou redução ao direito

Eliana Monteiro Feres<sup>31</sup>

**Resumo:** A implementação das TICs na operacionalização de políticas sociais se apresenta no gerencialismo estatal como resultado da modernização, eficiência, eficácia, mas seu uso tem impulsionado a precarização das políticas e o controle e fiscalização da população. Esse artigo visa avaliar os impactos do uso das TICs nas políticas sociais, tendo como objeto o MEU INSS. Para análise optamos pelo materialismo histórico, cuja crítica não está dissociadas das crises do capital, do papel do Estado, da disputa do fundo público e o impacto sobre a reprodução social e da expropriação dos direitos sociais.

**Palavras-chaves:** Tecnologia de informação; políticas sociais; direitos

**Abstract:** The implementation of Information and Communication Technologies (ICTs) in the operationalization of social policies is presented in state managerialism as a result of modernization, efficiency, and effectiveness, but its use has led to the precariousness of policies and the control and supervision of the population. This article aims to evaluate the impacts of the use of ICTs in social policies, having as its object the MEU INSS. For the analysis, we chose historical materialism, whose criticism is not dissociated from the crises of capital, the role of the State, the dispute over public funds and the impact on social reproduction and the expropriation of social rights.

**Keywords:** Information technology; social policies; rights

### Introdução

Há três décadas, vivenciamos a intensificação do uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC's) no cotidiano, de forma relevante (o mercado está todo online e o governo também), porém acessível somente a uma minoria que detém conhecimento e meios para sua utilização. Há ainda um fosso entre aqueles que possuem o conhecimento sobre as tecnologias e uma parcela significativa da população que não possui acesso. Conforme pesquisa das TIC's no domicílio (Cetic, 2024), no Brasil, 29 milhões da população não têm acesso à internet. O uso das tecnologias envolve questões econômicas, sociais e culturais e a desigualdade social tem sido ampliada, compreendendo o avanço tecnológico e a exclusão daqueles que não possuem nem conhecimentos e tão pouco os meios para acesso.

Importante pontuar que não existe nenhuma resistência ao uso das TIC's. Afirmamos sua importância na modernização das sociedades. O uso das TIC's poderia significar possibilidades de avanços para emancipação humana se os produtos do trabalho humano, com o uso das tecnologias, fossem apropriados coletivamente, porém não é essa a realidade vista na sociedade capitalista. Conforme nos aponta Nelesco (2022, p. 98), "Toda essa capacidade da tecnologia não foi colocada a serviço da humanidade, mas na direção específica dos superlucros do capital, na medida em que exponencia a mercantilização das relações sociais".

---

<sup>31</sup> Assistente social da Prefeitura de Macaé (RJ), mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da ESS/UFF.

Realização:



Apoio:



Nosso objetivo neste artigo envolve avaliar a intensificação dos usos das tecnologias de informação e comunicação no acesso de políticas sociais, tendo como objeto de análise o Benefício de Prestação Continuada, e seu acesso através de plataformas digitais (MEU INSS)

Para análise, optamos pelo materialismo histórico, onde a busca pela essência dos impactos das tecnologias de informação e comunicação nas políticas sociais parte da dialética presente entre o caráter gerencial do Estado e os processos de modernização com foco na eficiência e efetividade e a necessidade de redução de custos, para ampliação dos lucros do capital.

Compreender e problematizar as implicações das TIC's no contexto de reconfiguração das políticas sociais em suas múltiplas determinações certamente favorece propor que transformações tecnológicas possam servir para o desenvolvimento de outra forma de construção de meios de reprodução social que priorizem a sua inclusão e não favoreçam a exclusão.

### **Tecnologias de informação e comunicação: eficiência para quem?**

Ao longo da história, as transformações tecnológicas aceleraram as forças produtivas, dispensando seus trabalhadores. Esse é o modo de ser do sistema de produção capitalista. A cada transformação tecnológica, há catastróficas mudanças na vida das pessoas, o desenvolvimento acaba se transformando num acontecimento degenerativo ao invés de construtivo. O desenvolvimento econômico produzidos com a utilização das tecnologias, não favorece a redução da desigualdade social e sim amplia.

Conforme Antunes (2020) chegamos à quarta revolução industrial, e a intensificação das TICs a partir da automação dos processos de produção continua impactando a vida de trabalhadores e o mundo do trabalho ao ponto do autor sinalizar em seus estudos uma nova morfologia do trabalho. Os novos proletariados da era digital não possuem salários e nem direitos trabalhistas.

Veloso (2011, 2021), acerca da tecnologia, pontua que é necessário destacar o caráter histórico e social, e sua indissociabilidade entre as dimensões econômicas e políticas, aspectos dos quais consideramos necessários na problematização das transformações no mundo do trabalho em uma sociedade que vivencia os efeitos da reestruturação produtiva, consequência das crises estruturais do sistema capitalista e sob diretrizes nefastas do neoliberalismo.

Quanto ao processo histórico das tecnologias, Calvacante e Prêdes (2022, p.116) destacam:

O processo automatizado da produção, inaugurado com a divisão do trabalho da grande indústria, subordinou e controlou o trabalho vivo ao ritmo repetitivo da máquina-ferramenta que pode passar horas sem ser interrompida nem perder a sua função. Esse fetichismo do processo de produção, que torna o próprio trabalhador autômato no processo de trabalho, aparece como um imperativo tecnológico desde o período industrial (Cavalcante; Prêdes, 2022, p. 116).

Ao longo da reprodução social capitalista, a tecnologia vem impulsionando transformações no mundo do trabalho, com diversos modelos de organização: taylorismo, fordismo, toyotismo, tecnologia da informação. Segundo Antunes e Praum (2023, p.210), conhecer as formas de organização nos diferentes modelos envolve compreender os processos de gestão do trabalho. Os autores sinalizam que a finalidade do capital é “conhecer o trabalho executado com vistas a controlá-los na busca incessante por corte de custos e implicação na produtividade”.

Uma questão chave dos modelos de gestão é, portanto, desvendar quantos trabalhadores e trabalhadoras, sob quais condições, incluindo o maior ou menor uso de tecnologias, são necessários para que uma dada atividade ou

Realização:



Apoio:



tarefa seja executada em menor tempo e custo possível. Não à toa a precariedade atravessa e marca o mundo do trabalho desde sempre, ainda que se apresente com contornos particulares nas últimas décadas (Antunes; Praum, 2023, p. 111).

O desenvolvimento das forças produtivas e transformações tecnológicas são, portanto, provocadas pela crise estrutural do capital. Para os autores, as crises do sistema capitalista não são fatores episódicos e nem excepcionais, mas processos que se sucedem, pois o capital necessita da sua expansão para se manter ou ele se autodestrói. Durante os diferentes processos de expansão, o uso de tecnologia vem dispensando ou desfazendo o trabalho humano.

Nesse contexto, as transformações tecnológicas se aceleram e revolucionam as forças produtivas, introduzindo novas técnicas cada vez mais intensamente incorporadas a processos produtivos, produtos e mercadorias, que dispensam grandes contingentes de trabalho vivo, ampliam a superpopulação relativa e criam massas de trabalhadores(as) descartáveis e supérfluos para as necessidades médias de valorização do valor (Raichelis, 2022, p. 6).

Antunes (2018), em seu livro “O privilégio da servidão”, defende a existência de uma “nova morfologia do trabalho” após a crise estrutural capitalista em 2008, destacando “o papel crescente do novo proletariado de serviços da era digital” (2018, p. 32). Para Antunes, “o capitalismo atual apresenta um processo multiforme no qual a informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade se tornaram mecanismos vitais tanto para preservação como para ampliação da lei do valor” (2018, p. 33). A precariedade no trabalho se constitui como mecanismo de reorganização das relações de trabalho no sistema capitalista, e as TICs desempenham uma centralidade na nova morfologia do trabalho.

Filgueiras e Antunes (2020), acerca da precarização do trabalho, apontam que a uberização do trabalho é um processo que antecede as plataformas digitais. Caracterizada por novos arranjos capitalistas na busca da ampliação do lucro, a uberização do trabalho envolve eliminação de direitos e transferência dos custos do trabalho ao trabalhador. Como exemplo, destacam que, nos países periféricos, a informalidade não é uma exceção, bem como a flexibilização, a terceirização e a informalidade.

A utilização das TIC's, além da centralidade que vem assumindo no processo de reestruturação produtiva favorecendo a precarização do trabalho, vem também reconfigurando as políticas sociais no Brasil.

Carvalho (2021, p.156) pontua que o uso das TIC's se expande para o modo de vida, além das degradações das relações de trabalho. Nas políticas sociais, a autora destaca que a precarização vem favorecendo a corrosão dos direitos sociais, regressão e subfinanciamento das políticas sociais, retenção das ações públicas e fragilização do acesso. Certamente, tais aspectos não estão desassociados das formas de reprodução na sociedade capitalista e das diretrizes econômicas.

A implantação das tecnologias de informação nas políticas sociais, como no caso do BPC, que tem como público prioritário idosos e pessoas com deficiência, o acesso por plataformas digitais necessita de intermediadores, favorecendo o aumento da mercantilização, considerando que as plataformas ampliam também a burocracia, que começa com a criação de uma senha de acesso, que necessita de um email ou telefone para receber um código, e todos os processos que envolvem o acompanhamento todos online para um público com perfil off-line.

## **Meu INSS e os impactos no acesso aos direitos sociais de idosos e pessoas com deficiência**

Realização:



Apoio:



O Benefício de Prestação Continuada, é um benefício assistencial inscrito na Constituição Federal de 1988, e desde da sua implantação em 1996 seu processo operacional é realizado pelo INSS, órgão que, em 2017, implantou o atendimento digital (Central 135 e Meu INSS).

De acordo com o INSS, o novo modelo de atendimento visa gerar mais comodidade ao cidadão, permitindo-lhe acessar quase todos os serviços remotamente. Também almeja garantir mais segurança e rigidez aos processos internos de combate a irregularidades na concessão e manutenção de benefícios. Por fim, a nova funcionalidade cumpre o papel de mitigar problemas como a falta de servidores e de agências físicas (Paiva, 2021 p. 18).

Conforme destaca Moreira (2024, p. 143), foi criado no INSS um sistema específico pela Empresa de Tecnologia de Informação da Previdência Social o Dataprev. para otimização dos serviços de habilitação, concessão e manutenção de benefícios previdenciários e Benefício de Prestação Continuada. Porém a autora destaca que o uso das TICs, na previdência social, vem representando uma maior agilidade na realização do controle e recursos em detrimento do acesso ao direito.

Moreira (2024, p. 143), acerca da implantação do INSS Digital em 2017, destaca que esse novo formato altera a forma de atendimento à população, que deixa de ser presencial e passa a ser remoto. A justificativa para implantação do INSS digital estava na eficácia e eficiência dos sistemas de informação no atendimento às demandas da população, mas Moreira ressalta a não disponibilidade de recursos financeiros para realização de concurso público, de forma suprir a necessidade de trabalhadores das agências, o déficit de servidores em 2020 era cerca de 21 mil trabalhadores, conforme relatório da Fenasps.

Sobre a implantação do MEU INSS é importante relacionar as diretrizes neoliberais em curso, iniciadas na década de 90 no Brasil. Desfinanciamento e privatização do serviço público seguem, portanto, o movimento do capital para atenuar as crises cíclicas e estrutural do sistema capitalista. Sobre o desmantelamento do INSS Souza e Stopa (2021) destacam:

O intuito é diminuir ao máximo o atendimento ao público, descaracterizando a política pública, inclusive diminuindo o acesso à informação Trata-se de uma política pública de difícil acesso e com muitas regras, sobre as quais os cidadãos têm pouco conhecimento. Diante da realidade brasileira de alto índice de analfabetismo e pouco acesso às mídias digitais, a informatização dos serviços dificulta ainda mais o alcance aos benefícios, além de piorar as condições de trabalho no INSS, mascarando a precarização dos serviços e a redução de servidores (Souza; Stopa, 2021, p. 139).

No âmbito das políticas sociais, há um conjunto de textos com análises que abordam o significado dos sistemas algoritmos, de datificação, de robotização e de plataformização do Estado. Silveira e Souza (2020) destacam que a burocracia Weberiana, que marca a institucionalidade na ação governamental, está assumindo novos contornos pela “algocracia”, favorecendo uma lógica de Seguridade Social reducionista, por meio de sistemas algoritmos que dispensando o trabalho vivo. Chaves e Camargo (2022), acerca do uso de sistemas algorítmicos no Estado, destacam que não modifica apenas a rotina institucional, mas se configura como instrumento de poder, considerando a capacidade de dados armazenados, contribuindo à lucratividade do capital.

A automação presente hoje nas políticas sociais desconsidera os aspectos subjetivos presentes na realidade social, de homens e mulheres, com destaque para negros e suas questões estruturantes da formação social do Brasil, de base escravocrata e colonial.

Realização:



Apoio:



Se considerarmos nosso projeto histórico, a educação formal, ao longo de anos, foi privilégio de uma parcela reduzida da população. No Brasil, em 2023, conforme dados do IBGE, 9,3 milhões de pessoas, com idades de 15 anos ou mais, são analfabetas, o que equivale a um percentual de 5,4% de taxa de analfabetismo.

Nota-se que, no Brasil, o analfabetismo está diretamente associado à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em 2023, havia 5,2 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 15,4% para esse grupo etário.

Na análise por cor ou raça, chama-se atenção para a magnitude da diferença entre pessoas brancas e pretas ou pardas. Em 2023, 3,2% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 7,1% entre pessoas de cor preta ou parda. No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcançou 8,6% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 22,7% (IBGE, Pnad, 2023, p. 2).

Conforme dados do IBGE (2023), o grupo populacional de idosos representa 5,2 milhões de idosos analfabetos. Se considerarmos o grupo de pessoas com deficiência, esse percentual aumenta, segundo dados do IBGE (2023), a taxa de analfabetismo é de 19,5%. Esse percentual de número de analfabetos, no seguimento populacional de pessoas com deficiência, constitui-se bandeira de luta dos movimentos do movimento de pessoas com deficiência.

Cabe destacar, no Brasil, a Educação Inclusiva é garantida por Lei. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996) estabelecem que a educação é um direito de todos e que o Estado deve garantir o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, mas ainda a garantia do acesso à educação regular de pessoas com deficiência ainda precisa eliminar muitas barreiras, principalmente as atitudinais, que identificam a deficiência como incapacidade.

Necessário destacar, nesta análise do analfabetismo, que, conforme critérios do IBGE (2023), o conceito de pessoas alfabetizadas são aquelas capazes de ler e escrever um bilhete simples. O uso de sistema de informação, como única forma de acesso ao BPC, não pode ignorar que o acesso está condicionado à pessoa ter conhecimento de assuntos relacionados às tecnologias. A incapacidade de lidar com esses recursos tem provocado uma nova classe de excluídos, os analfabetos digitais. Assim pessoas idosas e com deficiência representam um percentual significativo de analfabetos e certamente compõem o principal grupo também de analfabetos digitais.

Considerando a complexidade do meu INSS Digital para pessoas analfabetas, para acesso ao BPC, elas vão depender do apoio de outras pessoas para que consigam seguir com a burocracia posta pelo sistema de informação. A adoção de sistemas de informação, para aqueles que não sabem ler e escrever, constitui-se uma forma de exclusão do acesso.

A exclusão digital se apresenta como ponto necessário de reflexão, um novo tipo de desigualdade se apresenta para pessoas idosas e pessoas com deficiência, no acesso ao BPC por canais remotos. Essa desigualdade se materializa na falta do computador, na falta de pacotes de dados na internet e na ausência de conhecimentos básicos para utilizar os sistemas de informação, presentes nas falas dos entrevistados.

O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira foi apresentado pelos autores Almeida *et al.* (2005), do qual sinalizam os seguintes aspectos: a exclusão socioeconômica desencadeia a exclusão digital e a exclusão digital aprofunda a desigualdade. A exclusão social e exclusão digital são mutuamente causa e efeito. Os autores ainda destacam:

Realização:



Apoio:





Exclusão digital pode ser vista por diferentes ângulos, tanto pelo fato de não ter um computador, ou por não saber utilizá-lo (saber ler) ou ainda por falta de um conhecimento mínimo para manipular a tecnologia com a qual convive-se no dia a dia. De forma mais abrangente, podem ser consideradas como excluídas digitalmente as pessoas que têm dificuldade até mesmo em utilizar as funções do telefone celular ou ajustar o relógio do videocassete, observando-se assim que a exclusão digital depende das tecnologias e dos dispositivos utilizados (Almeida *et al.*, 2005, p. 59).

A exclusão, seja ela social ou digital, é estrutural da forma de reprodução do capitalismo. Referem-se à distribuição desigual da riqueza, fruto do trabalho coletivamente produzido.

Considerando que idosos e pessoas com deficiência vivenciam o analfabetismo duplicado, o funcional e digital, face o processo de exclusão social e digital a que estão expostos, o acesso nas políticas públicas não poderia ter como única forma de acesso, os sistemas de informação.

Dentre as alterações operacionais e regulatórias, podemos apontar que a implantação do INSS Digital causou impedimentos ao acesso de idosos e pessoas com deficiência. O uso de sistema de informação no acesso a políticas sociais traz a lógica gerencial na defesa da eficiência e eficácia, mas a ampliação da burocracia envolve, como critérios de acesso ao sistema, a criação de um e-mail, para um público que vivencia o analfabetismo de forma duplicada, conforme destacado.

O Projeto de Transformação Digital, implementado pelo INSS com a “justificativa” de oferecer comodidade aos cidadãos, permitindo que eles acessem quase todos os serviços remotamente, foi implantado paralelamente às reformas em curso (administrativa e previdenciária), em decorrência do ajuste fiscal dado pelo Novo Regime Fiscal assumido em 2016 (Emenda Constitucional 95). Considerando o déficit de pessoal, o INSS Digital passou a ser a única opção de acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais, em razão de a redução do atendimento presencial ter corroborado para o aumento de agenciadores e a mercantilização do acesso ao benefício.

No que se refere ao uso de tecnologias para acesso às políticas sociais, é importante observar, segundo Melchiori (2019, p. 133), que:

Sob as bandeiras da eficiência na prestação de serviços públicos, do combate a fraudes e da economia de recursos públicos, argumenta-se a favor dos impactos positivos da digitalização da proteção social (Ramos *et al.*, 2019; Accenture, 2016; Deloitte, 2015). Porém, à medida que essas experiências se solidificam, começam a surgir alertas sobre disfunções e efeitos não desejados em relação aos beneficiários dos sistemas, levantando dúvidas sobre o balanço final entre avanços e problemas gerados pelas novas tecnologias.

O novo processo operacional traz como obrigatório a necessidade de criação de uma senha para acesso. Burocracia essa não acessível para idosos e pessoas com deficiência, que, devido ao analfabetismo, não consegue acompanhar os fluxos que o sistema de informação impõem no processo de requerimento, pois os beneficiários não possuem conhecimento necessário e nem as condições objetivas para o uso de TICs.

As dificuldades causadas pela exclusão digital não são resolvidas facilmente, pois envolve a alteração da forma de reprodução social e passa por alternativas igualitárias da divisão coletiva da riqueza socialmente produzida.

Dentre as alterações operacionais e regulatórias, podemos apontar que a implantação do INSS Digital causou impedimentos ao acesso de idosos e pessoas com deficiência. O uso de sistema de informação no acesso a políticas sociais traz a lógica gerencial na defesa da eficiência e eficácia, mas a ampliação da burocracia envolve, como critérios de acesso ao sistema, a criação de um e-mail, para um público que

Realização:



Apoio:



vivência o analfabetismo de forma duplicada, conforme destacado nos quadros anteriores.

Maia (2023) compreende esse novo processo operacional de acesso ao benefício como uma forma de desmantelamento do BPC, em função do ajuste fiscal. Esse desmantelamento configura-se como uma forma particular de mudança política, que varia em tipos e intensidade. Isso ocorre porque os tomadores de decisão, dotados de uma racionalidade limitada, calculam que os benefícios políticos do desmantelamento são superiores aos seus custos.

O Projeto de Transformação Digital, implementado pelo INSS com a “justificativa” de oferecer comodidade aos cidadãos, permitindo que eles acessem quase todos os serviços remotamente, foi implantado paralelamente às reformas em curso (administrativa e previdenciária), em decorrência do ajuste fiscal dado pelo Novo Regime Fiscal assumido em 2016 (Emenda Constitucional 95). Considerando o déficit de pessoal, o INSS Digital passou a ser a única opção de acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais, em razão de a redução do atendimento presencial ter corroborado para o aumento de agenciadores e a mercantilização do acesso ao benefício.

No que se refere ao uso de tecnologias para acesso as políticas sociais Melchiori (2019, p. 133) sinaliza:

Sob as bandeiras da eficiência na prestação de serviços públicos, do combate a fraudes e da economia de recursos públicos, argumenta-se a favor dos impactos positivos da digitalização da proteção social (Ramos *et al.*, 2019; Accenture, 2016; Deloitte, 2015). Porém, à medida que essas experiências se solidificam, começam a surgir alertas sobre disfunções e efeitos não desejados em relação aos beneficiários dos sistemas, levantando dúvidas sobre o balanço final entre avanços e problemas gerados pelas novas tecnologias.

A lógica do seguro social, presente no INSS, materializa o aumento da burocracia e o arcabouço institucional. Os direitos sociais materializam-se com a implementação da política pública, que, segundo Pereira (2008), devem estar alocadas e distribuídas como um bem público, utilizado por todos e de fácil acesso. Com base nessa conceituação, o acesso ao BPC, um benefício constitucional, não deveria ser tão burocrático. A implantação do INSS digital favoreceu o aumento da burocracia e da mercantilização, tornou o acesso tortuoso, com etapas certamente excludentes.

## Considerações finais

Como resultado podemos apontar que na aparência o uso das TICs apresenta-se como eficiência e modernização do Estado, mas na essência seu uso vem produzindo efeitos nefastos de exclusão do direito, excluindo o atendimento presencial (MEU INSS) E ampliando a desigualdade social considerando as dificuldades de acesso por questões econômicas e sociais (falta de computadores) e também o duplo analfabetismo: o funcional e o digital, que impede pessoas de acessarem plataformas digitais (Melchiori, 2020).

As dificuldades que os sistemas de informação tem causado aos usuários vêm favorecido ao aumento da mercantilização do acesso. Os sistemas de informação apesar de disponível 24 horas por dia, seu uso revela o aumento da burocracia, onde aqueles que necessitam estão pagando a terceiros de forma a garantir o acesso ao direito social legalmente reconhecido. Sendo necessário que o Estado possa ter outras formas de acesso que não somente o atendimento por sistemas de informação.

Assim compreendemos ser pertinente a avaliação e a crítica ao papel desempenhado pela tecnologia no cotidiano é cada vez mais relevante. No entanto faz necessário desvelar a mercantilização da vida e a desvalorização do trabalho humano nessa disputa pelos interesses de expansão do capital. Problematicar o uso das TICs

Realização:



Apoio:



na política social é fundamental para que possamos fazer a defesa dos direitos sociais e não naturalizar o não acesso e a ampliação da desigualdade social.

## Referências

ANTUNES, Ricardo; PRAUM, Luci. As formas de ser do trabalho no capitalismo contemporâneo: do Taylorismo-Fordismo à acumulação flexível e digital. *In*: BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (org.). **Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida**. Curitiba: CRV, 2023.

ALMEIDA, L. B. de *et al.* O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira. **JISTEM - Journal of Information Systems and Technology Management**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 55–67, 2005.

AMARO, Rogério Roque. A exclusão social hoje. **Cadernos do ISTA** (Instituto São Tomás de Aquino), n. 9, ano V, p. 13-21, 2000 Disponível em: <[http://www.ista.pt/1/upload/ista\\_9\\_2000.pdf](http://www.ista.pt/1/upload/ista_9_2000.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PAIVA, Andrea Barreto de; PINHEIRO, Marina Brito. BPC Em Disputa: como alterações operacionais e regulatórias recentes refletem no acesso ao benefício. **Texto para discussão 2703**, Brasília, IPEA, out., 2021.

ANTUNES, Ricardo. (org.). **Uberização do trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo. Boitempo, 2020

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Introdução. *In*: MESZAROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (org.). **Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida**. Curitiba: CRV, 2023.

CALVACANTE, Rita; PRÉDES, Rosa. Tecnologias de informação e de comunicação, políticas sociais e o trabalho de assistentes sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 144, p. 110–128, 2022.

FILGUEIRA, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020;

MAIA, Leo. O benefício de prestação continuada no cenário de austeridade: tentativa de desmantelamento nos governos Temer e Bolsonaro. *In*: GOMIDE, Alexandre de Ávila et.al. (org.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília, DF: IPEA; INCT/PPED, 2023. Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11939/1/Desmonte\\_e\\_Reconfiguracao.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11939/1/Desmonte_e_Reconfiguracao.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MARTINS, Valter. **O trabalho do assistente social no fio da navalha**: os desafios do cotidiano e a performatividade. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

Realização:



Apoio:



MELCHIORI, Cíntia Ebner. Digitalização da proteção social: o desafio da inclusão. *In*: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (ed.). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2019**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020.

MOREIRA. Marinete Cordeiro. Trabalho remoto, política previdenciária e mercantilização do serviço público. *In*: VELOSO, Renato; SIERRA. Vania Morales. (org.). **Serviço Social e tecnologia: reflexões coletivas**. Curitiba: CRV, 2024.

PEREIRA, Potyara Amazoneide Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: Boschetti, Ivanete *et al.* (org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

RAICHELIS, Raquel Tecnologia, trabalho e pandemia no capitalismo em crise: admirável mundo novo? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 144, p. 5-16, maio/set. 2022.

VELOSO, Renato; SIERRA. Vânia Morales. (org.). **Serviço Social e tecnologia: reflexões coletivas**. Curitiba: CRV, 2024.

RIZZOTTI, Maria Luíza Amaral; NALESCO, Ana Patrícia Pires. Tecnologia, trabalho e informação sob a ótica da desigualdade social: implicações na política social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 144, p. 91-109, maio/set., 2022.

Realização:



Apoio:



## SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL E HIV/AIDS: “Programa Brasil Saudável”, sujeitos sociais e interseccionalidade

Maria Clélia Pinto Coelho<sup>32</sup>

**Resumo:** O presente artigo objetiva refletir sobre os caminhos que o Estado brasileiro percorreu para implementar a política pública de saúde e enfrentar o avanço do processo de infecção do HIV/Aids, em contextos adversos, que revelaram o embate entre o modelo universal e o modelo privatista de saúde. Com avanços e recuos, acompanhamos uma trajetória marcada pelo modelo neoliberal, que fortaleceu o sucateamento do sistema público de saúde, acirrou desigualdades sociais e agravou o quadro das “doenças determinadas socialmente”. Esse processo aponta para a urgência de medidas de enfrentamento que expressem a retomada dos compromissos estabelecidos no surgimento da epidemia.

**Palavras-chave:** Saúde Pública; HIV/Aids; Sujeitos Sociais; Interseccionalidade.

**Abstract:** This article aims to reflect on the paths taken by the Brazilian State to implement public health policy and confront the advance of the HIV/AIDS infection process, in adverse contexts that revealed the clash between the universal and the private health model. With advances and setbacks, we have followed a trajectory marked by the neoliberal model, which strengthened the dismantling of the public health system, exacerbated social inequalities and worsened the situation of “socially determined diseases”. This process points to the urgency of measures to confront the situation that express the resumption of the commitments established at the beginning of the epidemic.

**Keywords:** Public Health; HIV/AIDS; Social Subjects; Intersectionality.

### Introdução

A saúde no Brasil não se apresenta, no campo político e social, como um direito desde seus primórdios e um longo caminho foi traçado para que esta viesse a se configurar como direito do cidadão e dever do Estado, que se deu a partir da Constituição Federal de 1988. Como uma política pública, de caráter universal, esta alcançou um patamar diferenciado na estrutura do desenvolvimento da sociedade brasileira e, especialmente, na atenção à população que necessita desta política, seja na esfera primária, na média ou na alta complexidade, em seus distintos campos de atuação. Sendo assim, diante de avanços e recuos, conquistas e perdas, no campo político, econômico e social - cenários de lutas recorrentes para a manutenção de direitos conquistados – é fundamental problematizar as questões conjunturais que permeiam as políticas sociais na atualidade e que atravessam, inegavelmente, o campo da política pública de saúde, com destaque para a política de enfrentamento ao HIV/Aids.

Reconhecer a historicidade presente nesta política pública se apresenta como questão fundamental e implica discutir os impactos da atual conjuntura política e econômica sobre o SUS - Sistema Único de Saúde e os rebatimentos dessas questões na vida da população, considerando que esta traz em seu bojo lutas e contradições,

---

<sup>32</sup> Assistente Social. Mestra em Política Social pela UENF e Doutoranda em Política Social pela UFF-Niterói. Professora adjunta de Serviço Social da UFF-Campos. E-mail: mclelia@id.uff.br.

Realização:



Apoio:





fruto do sistema de produção capitalista e das relações que este estabelece com o Estado, tendo em vista que a conjuntura neoliberal fortalece o discurso conservador, a burocracia e o sucateamento do sistema público, acirrando as desigualdades sociais existentes, que se expressam fortemente na realidade da sociedade brasileira (Cristiano, 2024).

De acordo com Buss (2010), o conceito de saúde se transformou ao longo do tempo, sendo possível identificar a existência de diversificadas definições de saúde pública atreladas às diferentes conjunturas e formações sociais. Da filantropia, com a centralidade apenas na doença do corpo, às campanhas sanitárias, com imposições do alto, sem a participação da sociedade, até a incontestável identificação como expressão da questão social, que necessita da intervenção do Estado, a saúde, a partir de 1990, ganha novos contornos e representa, inegavelmente, uma conquista dos mais distintos segmentos da sociedade brasileira, compondo assim, o sistema de proteção social no Brasil - o tripé da Seguridade Social -, junto com a assistência social e a previdência social (Bravo, 2007).

Nas discussões sobre a saúde no Brasil viu-se afluir distintos sujeitos/atores sociais que suscitavam o debate sobre as condições de vida da população. Desta forma, a saúde deixou de ser interesse de apenas uma parcela da população (técnicos, médicos, políticos, militantes do movimento da reforma sanitária e empresas médicas privadas) para ser uma discussão presente em toda a sociedade, em todas as classes e territórios que, por maior ou menor apreensão da conjuntura do país e do jogo de interesses, apontava a urgência da saúde pública ampliada, democrática e universal. Um importante acontecimento que se inseriu na década de 1980 foi a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em 1986, na cidade de Brasília, que de acordo com Bravo (2007) se constituiu como um marco importante na trajetória da política pública de saúde no país.

Portanto, a ampliação da discussão da saúde e, por conseguinte, a politização do tema, tornaram possíveis alterar as normas constitucionais e reconhecer a saúde como um direito social. No entanto, na atual conjuntura brasileira, o SUS vem sofrendo constantes ataques, com o fortalecimento da política neoliberal e do modelo privatista de saúde, sob a disseminação do discurso da crise fiscal e do serviço público ineficiente, com o sucateamento dos hospitais, com a falta de insumos para a realização do trabalho e com a redução do quadro técnico, a partir da sua não renovação, projeto que alimenta o imaginário do senso comum de que a saúde pública não funciona. Neste sentido, o autor Mendes (2004), nos apresenta o SUS, não como um processo definido e completo, mas, como um processo de dimensões sociais, políticas e ideológicas, que vem se construindo mediante as adversidades nas quais emergem.

A materialização desses ataques pôde ser verificada, em 2016, na Proposta de Emenda à Constituição Federal (PEC 241/2016 ou PEC 55/2016, dependendo da Casa Legislativa, transformada em EC 95/2016, após sua aprovação, em 15 de dezembro de 2016) concebida no governo de Michel Temer (MDB) que prenunciava o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, nas políticas de saúde e educação, com o argumento de equilibrar as contas públicas por meio de um rígido mecanismo de controle de gastos, que impactava diretamente nas políticas sociais e blindava o mercado, agravando a recessão e prejudicando, principalmente, a população mais pobre, dependente desses serviços.

No governo Bolsonaro (PL), de 2019 a 2022, as políticas sociais foram duramente atacadas, com destaque - conversando com o objeto desta análise - para o campo da política de saúde no contexto do HIV/Aids, reafirmando em muitos momentos, que não era responsabilidade do Estado custear os medicamentos para as pessoas que vivem com a infecção/doença, tampouco, que o governo deveria arcar financeiramente com a compra e distribuição de preservativos para prevenir doenças que as pessoas adquirem em atos da vida privada. Esse posicionamento político e ideológico, se apresenta na

Realização:



Apoio:



contramão das responsabilidades da gestão pública, revivendo a incorreta existência do chamado “grupo de risco”, transferindo para o campo privado o cuidado em saúde, limitando as responsabilidades do Estado com o coletivo e reascendendo no imaginário nacional, um pensamento e uma postura conservadora, nos moldes do início da epidemia.

A disputa política de 2022 foi marcada por dois vieses bem antagônicos em relação à pauta do HIV/Aids no país. De um lado o conservadorismo e o retrocesso, mascarado, em alguns momentos de prudência, pelo discurso da proteção dos custos financeiros do Estado e de outro, a compreensão de que as ações de enfrentamento ao HIV/Aids é uma emergência mundial de saúde pública e que, nenhum governo pode se afastar desse compromisso, sob pena de agudizar o problema e penalizar indivíduos mais suscetíveis aos determinismos e determinantes sociais.

Nesse cenário, ao vencer as eleições, o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), “acendeu luz verde para a mudança na gestão da saúde e o resgate do modelo brasileiro de excelência de combate à AIDS pelo qual o Brasil se tornou referência no mundo” (Gomes et al., 2023, p. 35), instituindo inicialmente, por meio do Decreto nº 11.358, de 1º de janeiro de 2023, o restabelecimento do Departamento de Vigilância de IST/AIDS e Hepatites Virais, rebaixado à coordenação pelo seu antecessor, o que representou à época, perda de autonomia para a execução dessa política e, na sequência, criando em 06 de fevereiro de 2024, pelo Decreto nº 11.908, o “Programa Brasil Saudável: Unir para cuidar”, um programa governamental que tem o objetivo de enfrentar os desafios apresentados pelas doenças “determinadas socialmente”, onde o HIV/Aids se apresenta. Esse programa surgiu a partir da criação do Comitê Interministerial para a Eliminação da Tuberculose e Outras Doenças Determinadas Socialmente (CIEDDS), instituído em 2023, com o objetivo de “reforçar o compromisso do governo brasileiro com o fim de doenças e infecções determinadas e perpetuadas pelos ciclos da pobreza, da fome e das desigualdades sociais no país” (Brasil, 2024).

Diante do exposto, é possível pensar a política de saúde no Brasil como uma política complexa, que traz em seu desenvolvimento marcas das conjunturas sociais, políticas e econômicas de cada período histórico, envolvendo diversos atores sociais e interesses ambíguos, constantemente ameaçada pelo modelo privatista de saúde, que atende aos interesses dos representantes do capital, ou seja, da classe burguesa dominante, reconhecendo, assim, suas raízes, seus processos, seus avanços, bem como, as influências conjunturais de sua formação.

## **O HIV/AIDS na agenda pública contemporânea**

Pensar a trajetória complexa da formação da saúde pública no Brasil, desperta significativas inquietações sobre os caminhos que o Estado brasileiro tem percorrido para enfrentar a epidemia do HIV/Aids, ao longo dos últimos 40 anos, com destaque para as estratégias do tempo presente, considerando, especialmente, alguns retrocessos impostos pela conjuntura econômica e política, multifatorial, caracterizada por um modelo de sociedade marcado pela lógica capitalista do mercado financeiro, de cunho neoliberal, impactando na forma como as políticas sociais são estruturadas e implementadas.

Para além desse destaque, outra questão preocupante e que impacta no cenário do enfrentamento ao HIV/Aids é a perpetuação da concentração de renda no país, que agrava as desigualdades sociais, comprometendo necessidades de toda ordem e natureza, para um contingente populacional expressivo, afastando esses “sujeitos de direitos” da cena pública e transformando-os em “sujeitos invisíveis” ou, como bem expressa Carvalho (2002), em um “cidadão incompleto”, privado de alguns direitos e, neste caso, do direito à saúde de forma abrangente e plena.

Realização:



Apoio:



Não suficiente, o cenário em que se desenha o enfrentamento da epidemia do HIV/Aids no Brasil, ou seja, o campo dessa política pública, sempre foi atravessado pela imposição de papéis e condutas moralistas marcadamente conservadoras, que condenam a liberdade individual e coletiva, julgam vidas e corpos, a partir de uma visão pautada em um fundamentalismo religioso que suscita uma memória histórica sobre os tempos da descoberta da pandemia, quando a infecção e a doença estavam diretamente ligadas a um comportamento social e sexual considerado “desviante”.

Esse processo, em muitos momentos, se esbarrou na desresponsabilização do Estado, para o enfrentamento das expressões da questão social, via a simultânea transferência de responsabilidades para a esfera individual/privada, projetando um modelo de ação fortemente pautado na estratégia biomédica/medicamentosa, afinada com os interesses do capital, em detrimento das estratégias preventivas de cunho informacional e educativo, pautadas nos processos construídos a partir das iniciativas de pequeno, médio e grande alcance, como, campanhas específicas para públicos específicos, orientações, aconselhamentos, capacitações técnicas, multiplicação de conhecimentos, entre outros.

Neste sentido, quando construímos uma análise sobre a epidemia do HIV/Aids no Brasil, nos reportamos a um longo período de, aproximadamente, 45 anos de história, considerando o recorte a partir da década de 1980. De acordo com Villarinho (2013, p. 271), “a epidemia do HIV surgiu em uma época em que as autoridades sanitárias mundiais supunham que as doenças infecciosas estavam controladas, muito em função das novas tecnologias e do saber médico moderno”. A epidemia, neste sentido, suscitou respostas coletivas, nas quais estão inseridas as estratégias políticas oficiais em seus diversos contextos, que foram gradativamente se modificando para atender os rebatimentos dos determinismos e determinantes sociais, econômicos, culturais e comportamentais da sociedade, assim como, os interesses políticos do Estado brasileiro.

Desde o início dos anos 2000, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), vem pressionando países e organismos internacionais a imprimirem significativas mudanças no enfrentamento do HIV/Aids, em resposta aos resultados esperados quanto as metas pactuadas em 2015 (previstas na Declaração de Paris, em 1º de dezembro de 2014 e atualizado em 2021 pelo UNAIDS), que previam um controle efetivo sobre alguns indicadores da infecção e da doença. Essa pactuação estabelecia investimentos de ordem política, econômica, gerencial, técnica e operacional, para o alcance da meta “90-90-90”, ou seja, ter até 2020, 90% de todas as pessoas vivendo com HIV, conhecendo seu status sorológico; 90% de todas as pessoas com infecção pelo HIV diagnosticada, recebendo terapia antirretroviral, ininterruptamente; e 90% de todas as pessoas recebendo terapia antirretroviral, em supressão viral sustentada (UNAIDS, 2023).

O Brasil chegou em 2020 com parcial alcance dessa pactuação, em decorrência de um processo multifatorial, envolvendo retração de investimentos na área da saúde; dificuldades de acesso aos serviços de prevenção e tratamento; baixa organização descentralizada da rede de atenção primária para as ações de HIV/Aids; enfraquecimento da rede de apoio não governamental e exaltação de práticas conservadoras e moralizantes que condenavam ações preventivas, outrora bem-sucedidas, entre outras.

Sendo assim, conforme mencionado anteriormente, para restaurar a credibilidade da política de HIV/Aids, o Ministério da Saúde, mantendo o compromisso pactuado em 2015, instituiu em fevereiro de 2024, pelo Decreto nº 11.908, de 06 de fevereiro de 2024, o “Programa Brasil Saudável: Unir para cuidar”, um programa governamental que tem o objetivo de enfrentar, até 2030, em 175 municípios brasileiros, na perspectiva da “eliminação”, a partir do estabelecimento de novas metas, definidas como “95-95-95”, as “doenças determinadas socialmente”, ou seja, doenças influenciadas ou causadas

Realização:



Apoio:



por fatores sociais, econômicos ou ambientais, que exigem uma atenção em saúde para além do tratamento médico convencional individualizado, e que incluem ações ordenadas e efetivas no enfrentamento de causas decorrentes das desigualdades em saúde, assim como, a promoção do acesso aos cuidados em saúde e a abordagem de distintas questões sociais que afetam a saúde das populações. “Essas doenças têm sua origem e perpetuação ligadas diretamente a desigualdades sociais, pobreza, falta de acesso a serviços de saúde adequados, condições de trabalho precárias, discriminação e outros aspectos do contexto social” (Brasil, 2024).

Segundo o Boletim Epidemiológico HIV/Aids – edição especial de dezembro de 2024, “a infecção pelo HIV e o adoecimento por Aids permanecem como desafios significativos para a saúde pública no Brasil, com impactos expressivos em diferentes segmentos populacionais ao longo das últimas décadas” (Brasil, 2024). Entre 2007 e junho de 2024, foram notificados 541.759 casos de HIV no país, com uma predominância de 70,7% no sexo masculino. Sobre a Aids, o Brasil contabilizou 1.165.599 casos desde 1980, com uma média anual de 36 mil novos casos nos últimos cinco anos. “Após uma redução nos registros durante a pandemia de Covid-19, observou-se um aumento de 2,5% entre 2022 e 2023, sinalizando um retorno aos níveis pré-pandêmicos” (Brasil, 2024). Tais dados reforçam a importância de políticas públicas integradas, que combinem promoção de direitos básicos e cidadania, ações de prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e redução das iniquidades sociais, do estigma e da discriminação. De acordo com o UNAIDS, estima-se que existe no Brasil, um quantitativo de 900 mil pessoas vivendo com HIV/Aids.

Diante do exposto, podemos enfatizar que no Brasil e no mundo, o HIV se caracteriza como um problema de saúde pública, considerado por longo tempo, como uma sentença de morte e que evoluiu progressiva e gradativamente, na direção do estabelecimento de estratégias que pudessem enfrentar as contradições sociais, econômicas, territoriais, religiosas e culturais existentes e, constituiu-se em uma temática relevante na busca de respostas sobre o papel do poder público e da sociedade civil, na organização e no estabelecimento de políticas sociais, voltadas para o enfrentamento dessa questão.

## **Os sujeitos sociais da política de HIV/AIDS e interseccionalidade**

Muitas ações governamentais de promoção, prevenção, tratamento, gestão e parcerias com a sociedade civil, assim como, serviços nas perspectivas ambulatorial, laboratorial e hospitalar, foram se materializando ao longo desses 45 anos de epidemia do HIV/Aids no Brasil, demonstrando o desafio que representava esse contexto da saúde pública.

Estados e municípios tiveram que se reinventar e aprimorar de forma progressiva, os mecanismos de enfrentamento para monitoramento, controle e avaliação das distintas fases que a epidemia apresentava, envolvendo distintos sujeitos sociais, como homens, mulheres, jovens, crianças, gestantes, idosos, população LGBTQIAPN+, população negra, população indígena, população em situação de rua, profissionais do sexo, pessoas que usam álcool e outras drogas, pessoas privadas de liberdade e pessoas em sofrimento psíquico, geralmente condicionados a uma realidade de vulnerabilidades, sem acesso à informação e as estruturas de saúde e sem condições concretas de enfrentamento das suscetibilidades econômicas e sociais, observando as características da interseccionalidade que atravessam esse público, bem como, fortalecendo a intersetorialidade, a partir da implementação de estratégias de integração da política de saúde no campo do HIV/Aids com outras políticas, como educação, assistência social, trabalho e justiça, identificando as múltiplas expressões da questão social.

Realização:



Apoio:





Pensar sobre esses sujeitos sociais, nos remete as reflexões de D'Andrea (2022), ao sinalizar para a constituição de sujeitos em distintos tempos históricos. Na constituição dos sujeitos da política de enfrentamento ao HIV/Aids, por exemplo, podemos destacar as ponderações trabalhadas pelo autor na direção do que define como “sujeitas e sujeitos periféricos”, enquanto “indivíduos ou coletividades que lutam para superar a condição de assujeitamento às condições precárias para se tornarem sujeitos que transformam a própria história” (D'Andrea, 2022, p. 239). É inegável, a existência de condições que retiram esses sujeitos da cena política, colocando-os em um lugar de subalternidade e de invisibilidade, que muito os afetam.

O debate sobre os sujeitos e seus direitos, nos remete, assim, ao conceito de interseccionalidade, enquanto categoria teórica que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação (Hirata, 2014) e, no estudo em questão, entre classe social/pobreza, raça e gênero, por exemplo. A interseccionalidade trata, especificamente, a forma pela qual estes e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas e como ações e políticas específicas geram opressões, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento desses sujeitos (Crenshaw, 2002). Neste sentido, “o enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (Bilge, 2009, p. 70 *apud* Hirata, 2014, p. 3).

Pensar as relações de poder, como por exemplo, o poder institucional sobre os sujeitos sociais, no campo do enfrentamento ao HIV/Aids e o poder que se materializa entre esses sujeitos, influenciando as relações sociais estabelecidas em uma sociedade como a brasileira, marcada pela diversidade, pela desigualdade e pela extrema diferença da vida cotidiana, nos provoca a compreender e refletir sobre o conceito de interseccionalidade, sob pena de deixar escapar aspectos determinantes desse contexto que, segundo Collins e Bilge (2021), “se inter-relacionam e se moldam mutuamente [...] explicando a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (Collins; Bilge, 2021, p. 16).

Conforme afirma Therborn (2004), os sujeitos humanos pertencem a um determinado mundo histórico e são influenciados e constituídos ideologicamente por este tempo histórico, podendo ou não, viver como atores conscientes e reflexivos. Essa compreensão é particularmente importante, em um contexto atravessado por equivocadas análises, como da existência de grupos denominados de “risco” no início de 1980, como, gays, usuários de drogas, profissionais do sexo e hemofílicos, que marcaram uma geração, um tempo histórico conturbado, fortalecendo uma concepção preconceituosa de que os homossexuais eram os transmissores do HIV/Aids, desconsiderando os determinismos e determinantes sociais que interferem na expansão da epidemia.

Vale, nesse momento, fazer uma aproximação com o adoecimento por HIV/Aids na população pobre, em geral, e negra, em particular, seja no contexto das doenças pré-determinadas, como também, no contexto das doenças adquiridas, particularmente, por falta de acesso às políticas públicas de saúde. Essa pobreza estrutural está relacionada a falta de acesso integral aos serviços e falta de aquisição de insumos básicos para sua sobrevivência, reproduzindo uma pauperização, que se torna visceral no núcleo familiar, se perpetuando, na grande maioria, entre as gerações. Segundo Albuquerque (2023, p. 65), “a desigualdade racial tem sido um fator de influência e/ou determinação do lugar do indivíduo na sociedade, definindo [...] na possibilidade de maior incidência do HIV sobre a população negra”.

A pobreza representa um significativo agente na propagação da infecção do HIV, uma vez que a miséria retira do ser humano os direitos básicos de sobrevivência, impondo constrangimentos de toda ordem, como, insegurança alimentar, insegurança habitacional, não acesso à educação e à saúde de qualidade, entre outros. Segundo

Realização:



Apoio:





Murillo (2007), pensar a pobreza significa questionar as estratégias discursivas que insistem em naturalizá-la, portanto, é mister afirmar, segundo a autora, que essas estratégias “emergem de fatores histórico-concretos e que evitar as carências humanas depende, em boa medida, das transformações dessas condições” (Murillo, 2007, p. 43).

As décadas de 1990 e 2000, foram marcadas por tentativas de superação de estigmas, que caracterizavam esses sujeitos. De acordo com Moreira et al. (2010, p. 117) “o estigma é uma construção social legitimada pelo outro, compreendido como uma rede de normas, código e comportamentos de um grupo ou sociedade, que delinea territórios de ‘normalidade’”. É um processo avassalador, destruindo autoestima, atravessando vidas e comprometendo o presente e o futuro dos sujeitos envolvidos, pressionando-os ao silenciamento, por temor do julgamento, da exclusão e da culpabilização moral. Pesquisa do UNAIDS aponta que “apesar de termos completado quase quatro décadas de epidemia e de termos alcançado muitos avanços tecnológicos e biomédicos, para 81% das pessoas entrevistadas ainda é muito difícil revelar que vivem com HIV” (UNAIDS, 2019, n/p.).

Diferente dos demais sujeitos sociais priorizados na política de atenção às pessoas que vivem com HIV/Aids, destacamos o posicionamento e o papel da população LGBTQIAPN+, enquanto produtora de um movimento articulado, que pressiona o Estado brasileiro, desde o início da epidemia no Brasil, na estruturação e na materialização de políticas públicas de enfrentamento ao HIV/Aids e na construção de uma agenda pública voltada para a defesa dos direitos e da visibilidade. Esse posicionamento diferenciado dos demais públicos-alvo da política de enfrentamento ao HIV/Aids, se assemelha ao conceito de “sujeito político” trabalhado por D’Andrea (2022), enquanto sujeitos capazes de exercer alguma ação política em determinado campo ou contexto e, portanto, se fazerem protagonistas de suas histórias, propondo objetivos e praticando ações, abandonando o lugar de “objeto do conhecimento alheio” para se transformar em sujeito que compreende sua condição e, portanto, “propicia a iniciativa política no espaço, a partir da análise do funcionamento das estruturas sociais e de uma compreensão da totalidade dos espaços urbanos” (D’Andrea, 2022, p. 227).

A partir dos anos 2000, em decorrência das infinitas situações que envolviam os sujeitos sociais acometidos pela infecção/doença, foi preciso pensar em uma nova estrutura institucional, com o objetivo de alcançar o universo complexo da vida social das pessoas que vivem com HIV/Aids, aproximando-se, assim, dos sujeitos esquecidos e invisíveis, o que representou a necessidade de um esforço político, financeiro, material e técnico, culminando na organização de diversos mecanismos de acompanhamento e controle nos campos biomédico, farmacêutico, social e jurídico, organizados em estratégias como, criação de CTA e SAE; de modelos de vigilâncias epidemiológicas; de sistemas estatísticos/operacionais, como SICLON, SINAN, SISCEL, entre outros; e de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTs) para manejo da infecção pelo HIV em adultos, crianças e gestantes, bem como, na necessidade de se pautar em legislações que afirmassem os direitos das pessoas vivendo com HIV/Aids (PVHA), no enfrentamento do estigma, do preconceito e da exclusão social.

Apesar da adoção de diversificadas diretrizes e do estabelecimento de metas para a eliminação do HIV/Aids no país, a partir da Declaração de Paris de 2014 e atualizada em 2021, Mário Scheffer, professor de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), destaca que:

Os últimos anos foram de retrocesso no enfrentamento do HIV e deixaram o Brasil mais distante dessa meta. Os retrocessos estão ligados ao ambiente de extremismo, discriminação e violência contra as populações mais vulneráveis ao HIV, como gays, mulheres, transexuais e negros, que não são acolhidas e se afastam da testagem, da prevenção e do tratamento. Materiais educativos foram proibidos nas escolas, censuraram questões de gênero e sexualidade, o combate ao racismo e à homofobia sofreu retrocessos. Para combater o HIV,

Realização:



Apoio:



não bastam as bases científicas. O respeito aos direitos humanos é essencial. Ainda estamos longe do tão sonhado início do fim da Aids (Westin, 2023, n/p).

Os sujeitos sociais dessa política experimentam, cotidianamente, as oscilações do tempo passado e presente, e dependendo do nível de articulação e pressão que produzam, podem interferir ou não, nos distintivos contextos históricos, tensionando a correlação de forças e alterando as relações de poder entre Estado e sociedade.

## Conclusão

Destacamos neste artigo, o percurso da política pública de saúde, no cenário brasileiro, com foco no enfrentamento ao HIV/Aids, possibilitando a aproximação dos determinantes sociais e históricos na agenda governamental. No entanto, não podemos desconsiderar que esse debate também se constrói, no contexto dos “sujeitos sociais”, considerando que os mecanismos da engenharia institucional e de gestão pública das ações e serviços da política de HIV/Aids, não se constrói sem dialogar sobre as particularidades desses sujeitos, apontando, assim, os efeitos que essa política pública apresenta no seu processo de implementação, para as distintas populações envolvidas.

No Relatório Global do UNAIDS, intitulado “O Caminho que põe fim à AIDS” aparece em destaque que o fim da pandemia é uma escolha política e financeira e que países envolvidos com essa estratégia de saúde pública, podem conseguir resultados positivos se o enfrentamento das desigualdades for priorizado e o financiamento suficiente e sustentável for garantido e, para tanto, longe de retroceder em decorrência do não alcance das metas estabelecidas de 2015 a 2020, um novo desafio está posto, que é a ampliação da meta para “95-95-95”, no mundo, até 2030 (UNAIDS, 2023).

Cabe assim, acompanhar se a nova estratégia de ação governamental conseguirá envolver Estados e Municípios na desafiadora tarefa de enfrentar, nos próximos anos, as vicissitudes produzidas pelas “doenças e infecções determinadas socialmente”, como um problema de saúde pública, retomando o percurso vigoroso das respostas construídas no início da pandemia, rompendo com a banalização da infecção e da doença e construindo uma “política de ação” que, segundo Pereira (2008), atue no mundo real visando mudanças.

## Referências

ALBUQUERQUE, Ana Catharina Rocha de. **Produção teórica sobre HIV/Aids na área do Serviço Social**: os TCCs que foram produzidos a partir de 2017. 2023. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/38988>>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Boletim Epidemiológico** - HIV e Aids, n. especial, dezembro, 2024. Disponível em: <[https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2024/boletim\\_hiv\\_aids\\_2024e.pdf](https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2024/boletim_hiv_aids_2024e.pdf)>. Acesso em: 8 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Decreto nº 11.908, de 6 de fevereiro de 2024** - Programa Nacional para Eliminação das Doenças Socialmente Determinadas. Programa Brasil Saudável - Unir para Cuidar, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/diretrizes-nacionais-do-programa-brasil-saudavel>>. Acesso em: 8 jun. 2024.

Realização:



Apoio:



BRAVO, Maria Inês de Souza. Política de Saúde no Brasil. *In*: MOTA, Ana Elizabeth *et al.* (org.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. 2ª ed. Brasília; São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, Cortez, 2007.

BUSS, Paulo Marchiori. Saúde pública hoje. *In*: HORTALE, Virginia Alonso *et al.* (org.). **Pesquisa em saúde coletiva**: fronteiras, objetos e métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil** – o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan., 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CRISTIANO, Gabriela Dutra. Neoliberalismo e prevenção de HIV/Aids no Brasil. **Argumentum**, Vitória, v. 16, n. 1, p. 188–201, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/42045>>. Acesso em: 11 jun. 2024.

D'ANDREA, Tiaraju Padro. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos**: cultura e política na periferia de São Paulo. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

GOMES, Marcus Vinicius Alves Carneiro. **A invisibilidade do homem idoso CIS como destinatário de políticas públicas de saúde/prevenção frente ao aumento de infecções por HIV/AIDS no Brasil**. 2023. 80f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Departamento de Direito, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufop.br/handle/123456789/16955>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61–73, 2014. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/ts/article/view/84979>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

MENDES, Eugenio Vilaça. O SUS que temos e o SUS que queremos: uma agenda. **Revista Mineira de Saúde Pública**, Belo Horizonte, n. 04, v. 03, jan.-jun. 2004. Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/coleciona-sus/2004/28128/28128-360.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MOREIRA, Virginia *et al.* Fenomenologia do estigma em HIV/AIDS: "coestigma". **Mental**, Barbacena, v. 8, n. 14, p. 115-131, 2010. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/420/42020848006.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MURILLO, Susana. Produção de pobreza e construção de subjetividade. *In*: CIMADAMORE, Alberto D. (org.). **Produção de pobreza e desigualdade na América**. Porto Alegre: Tomo Editorial; Clacso, 2007. Disponível em: <<https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/cattapt/04mur.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

Realização:



Apoio:



PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SALVADOR, Evilásio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. **Argumentum**, Vitória, v. 16, n. 1, p. 6–19, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/44218>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

THERBORN, Goran. A formação ideológica dos sujeitos humanos. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 49–60, 2004. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18805>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

UNAIDS - Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS. **Estudo revela como o estigma e a discriminação impactam pessoas vivendo com HIV e AIDS no Brasil**. Índice de estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/Aids no Brasil, 10 dez. 2019. Disponível em: <<https://unaid.org.br/2019/12/estudo-revela-como-o-estigma-e-a-discriminacao-impactam-pessoas-vivendo-com-hiv-e-aids-no-brasil/>>. Acesso em: 8 jun. 2024.

UNAIDS - Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS. **O caminho que põe fim à AIDS - Relatório Global do UNAIDS 2023**, 13 jul. 2023. Disponível em: <<https://unaid.org.br/tag/relatorio-global-2023/>>. Acesso em: 8 jun. 2024.

VILLARINHO, Mariana Vieira *et al.* Políticas públicas de saúde face à epidemia da AIDS e a assistência às pessoas com a doença. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 66, n. 2, p. 271–277, mar.-abr. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/55MrWgd5VNfMv3zPrMW9DmF/>>. Acesso em: 8 jun. 2024.

WESTIN, Ricardo. Aids chegou ao Brasil há 40 anos e trouxe terror, preconceito e desinformação. **Agência Senado**, Saúde, ed. 101, 2 jun. 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/aids-chegou-ao-brasil-ha-40-anos-e-trouxe-terror-preconceito-e-desinformacao>>. Acesso em: 8 jun. 2024.

Realização:



Apoio:



## **FOME E SERVIÇO SOCIAL: reflexões acerca do perfil usuário de projeto de segurança alimentar**

Mariana Leite Péres<sup>33</sup>  
Marcelle da Silva Nerio<sup>34</sup>  
Marcelo Martins Rodrigues<sup>35</sup>  
Elaine Cristina Silva Rosa<sup>36</sup>

**Resumo:** O presente trabalho objetiva refletir sobre a experiência do Serviço Social em projeto de segurança alimentar com apontamentos sobre o perfil da população usuária. Para tanto, inicia com o debate da fome como expressão da “questão social” na particularidade brasileira. Em seguida, relata a experiência do Serviço Social em projeto de segurança alimentar. Por fim, elenca o perfil da população usuária do projeto de segurança alimentar destacando a relação entre gênero, raça e classe na sua conformação. Metodologicamente, o trabalho vale-se de pesquisas bibliográfica e documental. Espera-se, assim, construir sínteses pertinentes à formação e atuação do Serviço Social na atualidade.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar; Fome; “Questão Social”; População Usuária; Serviço Social.

**Abstract:** This paper aims to reflect on the experience of Social Work in food security projects, highlighting the profile of the user population. To this end, it begins with the debate on hunger as an expression of the “social issue” in Brazil. It then reports on the experience of Social Work in food security projects. Finally, it outlines the profile of the user population of the food security project, highlighting the relationship between gender, race, and class in its formation. Methodologically, the work draws on bibliographic and documentary research. Thus, it hopes to construct syntheses relevant to the formation and practice of Social Work today.

**Key-words:** Food Security; Hunger; “Social Issue”; User Population; Social Work.

### **Introdução**

O presente trabalho trata-se de relato de experiência da equipe de Serviço Social de uma instituição privada sem fins lucrativos, parceira da rede socioassistencial de cidade de médio porte da região da Zona da Mata de Minas Gerais. A partir das observações compartilhadas entre assistente social, coordenação social e estagiários em Serviço Social, acerca do perfil da população usuária do projeto de segurança alimentar desenvolvido neste espaço sócio-ocupacional, surge esta investigação. Para tanto, o trabalho vale-se metodologicamente de pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura da área, e de pesquisa documental, pela análise de formulários, históricos e relatórios preenchidos pelo Serviço Social na instituição. Objetiva-se, assim, expor elementos que contribuam para as reflexões da categoria profissional acerca dos

<sup>33</sup> Assistente social, graduada e Mestra em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marianalperes@hotmail.com

<sup>34</sup> Assistente social, graduada pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: cellenery15@gmail.com

<sup>35</sup> Graduando em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marcelomartins1732@gmail.com

<sup>36</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Unopar Anhanguera. E-mail: elainerosa200@gmail.com

Realização:



Apoio:





desafios e possibilidades para a formação e atuação profissional, a partir da sistematização do perfil da população usuária do projeto de segurança alimentar.

O primeiro momento de exposição do presente trabalho, referente a pesquisa bibliográfica, discorre acerca da fome como expressão da “questão social” com reflexões sobre a formação sócio-histórica brasileira. Para tanto, de início, resgata-se criticamente o conceito de “questão social” pelas contribuições clássicas da Revista Temporalis (ABEPSS, 2001), especialmente, em Iamamoto (2001) e Netto (2001). Em seguida, apontam-se elementos da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo na conformação da “questão social” na particularidade brasileira pelas contribuições contemporâneas da Revista Temporalis (ABEPSS, 2021b), com destaque para Ferreira e Fagundes (2021) e Costa e Rafael (2021). A partir disso, reflete-se sobre a fome como expressão da “questão social” pela relação entre gênero, raça e classe nas demandas sociais presentes no cotidiano do trabalho de assistentes sociais.

No segundo momento, expõe-se sobre a experiência do Serviço Social na atualidade a partir de relato sobre o trabalho profissional com projeto de segurança alimentar. Para tanto, é apresentado o espaço sócio-ocupacional e o projeto de segurança alimentar, nos quais atuam o Serviço Social. Assim, espera-se compartilhar experiências concretas do exercício profissional mediadas pelo projeto ético-político.

No terceiro momento expositivo, elenca-se o perfil da população usuária do projeto de segurança alimentar destacando a relação entre gênero, raça e classe na conformação deste perfil. Para tanto, vale-se, metodologicamente, de pesquisa documental pela análise de documentos formulados, preenchidos e avaliados pelo Serviço Social na instituição. A partir da análise e sistematização dos dados do total de 98 famílias cadastradas no projeto de segurança alimentar, durante o ano de 2025, é possível perceber o perfil da população usuária como de mulheres, negras, adultas, solteiras, desempregadas, sem acesso ao ensino superior, com renda per capita inferior a ½ salário mínimo, usuárias de benefícios sociais, tais como, Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada.

Em síntese, os resultados desta pesquisa local vão ao encontro de dados da realidade nacional, em que as desigualdades sociais no marco do capitalismo estão intimamente relacionadas às desigualdades de gênero, raça e classe historicamente processadas na formação sócio-histórica brasileira. O que se expressa nas demandas sociais e no perfil da população usuária dos espaços sócio-ocupacionais aos quais assistentes sociais atuam profissionalmente. Ao concluir que a fome, como expressão da “questão social”, tem gênero, raça e classe, espera-se construir sínteses pertinentes ao debate do trabalho profissional diante dos desafios e possibilidades do Serviço Social na atualidade.

### **A fome como expressão da “questão social”: reflexões sobre a particularidade brasileira**

Para comentar acerca da fome como expressão da “questão social” com reflexões sobre a particularidade brasileira é necessário iniciar resgatando a compreensão crítica deste conceito central para a formação e atuação em Serviço Social. Visto que é “a existência das expressões da questão social que justificaram e legitimaram, não somente o significado social da profissão, mas também seu lugar e particularidades na divisão social e técnica do trabalho” (ABEPSS, 2021a, p. 248). Destacam-se como fundamentos da “questão social”, o elemento econômico da exploração inerente ao modo de produção capitalista e o elemento político de contestação das lutas sociais diante desta realidade. Segundo Iamamoto (2001, p. 16) “a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura” e “tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à

Realização:



Apoio:



apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”.

A “questão social”, assim, se gesta e (re)produz na arena do conflito de classes sociais específicas, as classes contextualizadas nas relações sociais do modo de produção capitalista, a partir da dominação do conjunto de sujeitos que tem a sua força de trabalho explorada em troca do assalariamento, para que o trabalho coletivo seja apropriado de forma privada pela classe dominante que explora por deter os meios de produção, a partir dos processos de expropriação da assim chamada acumulação primitiva (Marx, 2017). Netto (2001, p. 42), nesse sentido, enfatiza que é na dinâmica capitalista que se têm “pela primeira vez na história registrada, [o fato de que] a pobreza cresce na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”. Em síntese, Iamamoto (2001) e Netto (2001), convergem na assertiva de que é a compreensão marxiana da lei geral de acumulação capitalista que permite analisar a “questão social”.

Ao tratar do “Serviço Social em tempo de capital fetiche”, Iamamoto (2015) enfatiza a gênese da “questão social” intimamente relacionada às desigualdades existentes no desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. A autora afirma que tais desigualdades presentes na formação sócio-histórica do país estão relacionadas à economia, política e cultura. Sendo assim, “a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações no trabalho, radicalizando a questão social” (Iamamoto, 2015, p. 129). Acerca da particularidade brasileira, Iamamoto e Carvalho (2008) salientam que o surgimento da “questão social” está diretamente relacionado à consolidação do trabalho assalariado, marcado pela separação entre os trabalhadores e os meios de produção. De forma que essa dinâmica impulsiona o processo de acumulação primitiva no contexto do escravismo que marca a colonização do Brasil.

Nesse sentido, a conformação da “questão social” “não pode ser entendida em sua profundidade e totalidade se desconsiderarmos as apropriações sobre mulheres e povos originários desde a colonização do Brasil, que estruturaram as raízes de um Estado patriarcal-racista-capitalista” (Cisne; Soares, 2022, p. 338). De forma que é a apropriação dos processos de dominação e exploração sexuais e raciais pelo modo de produção capitalista que permitem não só uma subordinação cultural, ideológica, política e social da população negra e de mulheres, mas uma subordinação econômica relacionada a divisão social do trabalho, ao se considerar as dimensões de gênero, raça e classe conjuntamente.

Contribuições contemporâneas do Serviço Social brasileiro, tais como as presentes na Revista Temporalis (ABEPSS, 2021b), destacam elementos da relação entre patriarcado, racismo e capitalismo na conformação da “questão social” na particularidade brasileira. Destacam-se as contribuições de Costa e Rafael (2021) ao apontarem patriarcado e racismo como componentes estruturais do capitalismo no país, e, logo, da “questão social”. De modo que “a análise histórico-econômica deste modo de produção, demonstra que tais desigualdades são estruturadas por relações de gênero/sexo e raça/etnia, ou seja, existem condições de vida e trabalho desiguais e hierárquicas quando consideramos homens e mulheres, brancos e negros” (Costa; Rafael, 2021, p. 90). A esse respeito, Ferreira e Fagundes (2021) corroboram ao entendimento da divisão social do trabalho em suas determinações de sexo, raça e classe como indissociáveis para o entendimento da conformação da “questão social” no Brasil. Afinal, “mulheres, pessoas não heteronormativas e racializadas (...) ocupam as primeiras filas do exército industrial de reserva, configurando uma estratégia da diferença inscrita na lei do valor” (Ferreira; Fagundes, 2021, p. 72).

Nessa perspectiva, não é aleatório que a fome no Brasil possua gênero, raça e classe bem definidos, visto que dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (VIGISAN, 2023, p. 18) apresentam maior índice de insegurança alimentar

Realização:



Apoio:



“nas famílias brasileiras chefiadas por mulheres negras”. Afinal, as maiores taxas de desemprego no Brasil estão entre mulheres e negros, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2023a), e os piores resultados para o índice de miséria estão entre “pretos ou pardos, e, especialmente as mulheres pretas ou pardas” (Saboia; Neto; Villacorta, 2023, p. 2) brasileiras.

A fome como expressão da “questão social”, assim, “se expressa por meio da questão alimentar e nutricional (da fome, da desnutrição, da obesidade ou da má nutrição), posto que a submissão do trabalho e da sociedade ao capital interfere no modo de se alimentar, viver, adoecer e morrer da população” (Silva, 2023, p. 292). De forma que “a lógica de valorização afeta a produção, distribuição e consumo dos produtos alimentares, imprimindo consequências (...) na qualidade sanitária, nos padrões de consumo, na capacidade de compra” (Azevedo, 2022, p. 488). O que, em uma sociedade pautada pelo patriarcado, racismo e capitalismo, vai impactar diretamente as mulheres negras pauperizadas da classe trabalhadora brasileira.

A fome e demais expressões da “questão social” manifestam-se como resultado da forma específica que se constitui o modo de produção capitalista no Brasil, marcado por um processo de modernização excludente, pela permanência de elementos da colonialidade e pela presença incontestada do patriarcado e do racismo. Posto isso, o conjunto das expressões da “questão social” no país refletem as desigualdades sociais geradas pelas contradições estruturais do capitalismo, ligadas diretamente à constituição do trabalho livre e das relações entre as classes pelas determinações sexuais e raciais da divisão social do trabalho. O que demanda do Serviço Social a compreensão crítica da realidade a qual é convocado a intervir, visto que a relação entre gênero, raça e classe se faz presente no cotidiano profissional. Inclusive, no que diz respeito às demandas sociais relacionadas à fome como expressão da “questão social”.

### **Experiências do Serviço Social na atualidade: relato sobre o trabalho profissional com projeto de segurança alimentar**

O avanço do neoliberalismo no Brasil, a partir da década de 1990, impacta fortemente a Seguridade Social - definida na Constituição Federal de 1988, e pautada em princípios como a universalidade, equidade e caráter democrático - engendrando uma nova forma de enfrentamento às expressões da “questão social”. De acordo com Montañó (2002, p. 53), “a crise e a suposta escassez de recursos servem de pretexto para justificar a retirada do Estado da sua responsabilidade social e a expansão dos serviços comerciais ou desenvolvidos num suposto ‘terceiro setor’”. As contrarreformas do Estado brasileiro preconizam o desmonte dos serviços públicos e uma intensa desresponsabilização social do Estado com as políticas sociais. Por conseguinte, a nova modalidade de resposta às expressões da “questão social” do Estado brasileiro é fundamentada na focalização, na precarização e no corte de gastos sociais. Ademais, a responsabilidade social do Estado é transferida para a sociedade civil, “na medida em que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência estatal” (Montañó, 2002, p.56).

Parte-se deste contexto para compartilhar o relato da experiência atual do Serviço Social em projeto de segurança alimentar em que se apresenta a instituição vinculada a este trabalho profissional. Similarmente, no presente item, são apresentadas demandas sociais e institucionais vinculadas ao Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional pela mediação do projeto ético-político.

A instituição, enquanto prestadora de serviços vinculados à política de assistência social, possui natureza de entidade privada sem fins lucrativos, é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) e, nesse sentido, está enquadrada na política como parceira da rede socioassistencial. Possui inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e no Conselho Municipal da Pessoa Idosa (CMDPI), tendo oferta de Programa

Realização:



Apoio:



de Atenção à Pessoa Idosa e de Programa de Inclusão Socioproductiva. Também está inclusa na Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), tendo a oferta gratuita de refeições no horário de 11 às 12 horas da manhã, entre as segundas e sextas-feiras.

O principal serviço oferecido pela instituição configura-se pela distribuição de refeições gratuitas à população da cidade. Além disso, a instituição desenvolve outras frentes de trabalhos, tais como, Programa de Atenção à Pessoa Idosa (serviço de convivência e fortalecimento de vínculos) e Programa de Inclusão Socioproductiva (oferta de cursos livres voltados para a profissionalização). A população atendida é composta principalmente por pessoas em situação de rua, com média diária de atendidos variando entre 200 e 300 pessoas.

No que diz respeito aos recursos humanos, a instituição é composta por voluntários, funcionários diversos e profissionais das áreas de Nutrição, Psicologia e Serviço Social que atuam de forma interdisciplinar. As decisões são tomadas de forma colaborativa, envolvendo a equipe gestora, profissionais das diversas áreas e voluntários. As rotinas de trabalho são estabelecidas com base nas necessidades da população atendida e nos recursos disponíveis.

O financiamento é inteiramente proveniente de doações financeiras e materiais, realizadas por pessoas físicas e jurídicas. Nesse contexto, a inserção da organização na política municipal impõe restrições à configuração dos serviços sociais oferecidos, bem como à sua continuidade, caso os recursos arrecadados não sejam suficientes para sua manutenção. Ademais, essa dependência impacta diretamente a capacidade de resposta às demandas sociais, devido à própria natureza da instituição, fundamentada numa lógica de solidariedade e de corresponsabilidade.

Apesar da entrega de cesta básica pela instituição ser anterior, em 2022 - é proposto pelo setor da Nutrição da instituição e estendido a participação da equipe de Serviço Social - a ideia de realizar uma reunião mensal para a entrega de cesta básica e, juntamente, orientações nutricionais e socioassistenciais para as famílias participantes. Em média, são atendidas 40 famílias mensalmente. Assim, as reuniões do projeto de segurança alimentar, são planejadas de forma conjunta pelo Serviço Social e Nutrição.

Na instituição, o Serviço Social - para além do atendimento a demandas espontâneas, orientações socioassistenciais, encaminhamentos de usuários, estágio supervisionado em Serviço Social, planejamento, execução e avaliação do trabalho com grupos, dentre outras competências - é responsável por organizar o acesso ao projeto de segurança alimentar. Para tanto, realiza entrevista social semiestruturada a fim de avaliar socioeconomicamente as famílias a serem cadastradas por um período de 3 meses consecutivos. Nesse sentido, o Serviço Social atua no processo de identificação das demandas da população usuária, da caracterização do grupo familiar solicitante e das possibilidades de atendimento da instituição, além de possível encaminhamento à rede socioassistencial. Visa, assim, socializar informações e promover o acesso aos benefícios e serviços existentes (Martins, 2023).

Após a análise e cadastro, a entrega das cestas básicas deste projeto de segurança alimentar se dá de forma coletiva em encontros que visam, para além da entrega, problematizar temas presentes no cotidiano da população usuária, tais como combate ao racismo, enfrentamento à violência contra a mulher, acesso à saúde, dentre outros. Propondo, assim, a ser um espaço de socialização da informação, construção coletiva de conhecimento e fortalecimento de vínculos, alinhado ao calendário de lutas dos movimentos sociais.

Nesse sentido, o projeto configura-se como uma intervenção socioassistencial, pautada no projeto ético-político ao visar, para além do atendimento pontual, encontros de formação política. Assim, visa apontar possibilidades coletivas, que extrapolam o

Realização:



Apoio:





projeto de segurança alimentar, ao problematizar os desafios coletivos de sobrevivência.

### **Perfil da população usuária do projeto de segurança alimentar: a relação entre gênero, raça e classe em debate**

São pelas observações cotidianas compartilhadas entre assistente social, coordenação social e estagiários em Serviço Social - seja nas supervisões de estágio, seja nas reuniões de equipe - acerca das hipóteses no que tange ao perfil da população usuária do projeto de segurança alimentar desenvolvido neste espaço sócio-ocupacional que surge esta investigação com o objetivo de sistematizar as informações provenientes desta experiência profissional. O que contribui para a criticidade da análise da realidade social e, conseqüentemente, para a qualificação da formação e do trabalho profissional.

A partir disto, metodologicamente, vale-se de pesquisa documental, pela análise de formulários, históricos e relatórios preenchidos pelo Serviço Social na instituição. Para compreender o perfil do total de 98 famílias cadastradas no projeto - durante o ano de 2025 até o mês de julho -, o primeiro procedimento metodológico se deu pela construção de planilha com preenchimento de dados da população usuária a ser analisada. Importante destacar que o processo de pesquisa é sigiloso com acesso exclusivo da equipe de Serviço Social às fichas cadastrais. Com o objetivo de compreender o perfil do público elencaram-se elementos para análise das fichas, são alguns deles: idade; escolaridade; gênero; raça; região; estado civil; trabalho; acesso à benefícios sociais; e, renda per capita.

Nota-se que a maioria das pessoas responsáveis pelas famílias cadastradas são pessoas adultas, com idade entre 30 e 59 anos. Observa-se também que apesar da instituição se localizar no centro da cidade, a maioria das famílias cadastradas não residem nesta região, sendo apenas 3% das pessoas cadastradas residentes na região central da cidade. No que diz respeito à região, a tabela aponta uma ampla divisão entre as áreas da cidade. Contudo, ao analisar o bairro de origem dessas pessoas, observa-se que a grande maioria reside em áreas às margens do centro da cidade, denominadas como urbanas periféricas e áreas rurais.

Quanto ao perfil das famílias cadastradas no projeto, a maioria das pessoas possuem baixa escolaridade. Assim, a maioria, 51%, possui ensino fundamental incompleto. 17% possuem ensino médio completo, 10% ensino médio incompleto, 9% fundamental completo, 4% não tiveram acesso à educação formal e 9% não declarou escolaridade.

No que diz respeito à autodeclaração racial, a maioria das pessoas entrevistadas se declaram negras, totalizando uma porcentagem de 74% das famílias, 12% se declaram brancas e 14% não declaram esse elemento. Além disso, não houve autodeclarações de pessoas amarelas e indígenas.

No que diz respeito ao gênero, observa-se que a maioria de 87% das pessoas solicitantes são mulheres (sendo 86% mulheres cis e 1% mulheres trans), que 12% são de homens cis e que 1% equivale a pessoa não-binária. Outras identidades de gênero como homens trans e travestis não foram encontradas nas famílias cadastradas até o momento.

Nota-se ainda a prevalência do estado civil solteiro entre 70% da população usuária. Indicador este que, quando cruzado com outros elementos da sistematização de dados, evidencia a prevalência de solicitantes que são mulheres solteiras, em sua maioria, mães solo responsáveis por crianças e adolescentes. Em seguida, destacam-se 11% como viúva, 9% como casada, 4% como divorciada, 3% em união estável e 3% não declara essa informação.

Realização:



Apoio:





Em relação à ocupação, nota-se que a maioria de 86% das pessoas cadastradas não possui. Ainda, 6,5% das usuárias possuem trabalho informal, e, apenas 7,5% possuem vínculo empregatício. No que tange à renda familiar dessas famílias, observamos que a maior parte da fonte de subsistência é proveniente de benefícios sociais, sendo o Programa Bolsa Família o mais acessado por essas famílias (41%), seguido pelo Benefício de Prestação Continuada (27%). Ambos somados totalizam 68% dos dos usuários. Há também relatos de famílias que acessam esses dois benefícios (2%), que recebem benefícios eventuais (1%) e que estão com benefícios bloqueados (3%). Assim, das famílias analisadas, 74% têm como principal fonte de renda os benefícios sociais. O que vai ao encontro do fato das mulheres negras serem a maioria de pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, de forma que, estas “respondem por 38,5% das pessoas constantes no CadÚnico e esse indicador atinge 42,5% quando consideramos apenas as pessoas em extrema pobreza” (MIR, 2023, p. 14).

A respeito da renda per capita observamos que apenas 3% das famílias cadastradas recebem mais de 1 salário mínimo por pessoa. Em geral, quanto à renda por pessoa das famílias cadastradas: 50% equivalem a até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (R\$379,49); 24% entre  $\frac{1}{4}$  e  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (de R\$379,50 a R\$758,99); 15% entre  $\frac{1}{2}$  e 1 salário mínimo (de R\$759,00 a R\$1518,00); e 09% não possuem qualquer tipo de renda.

Em síntese, a aproximação ao perfil da população usuária do projeto de segurança alimentar pela pesquisa documental realizada demonstra que a fome - como expressão da “questão social” - possui gênero, raça e classe. Especialmente, no que diz respeito a esta experiência singular ir ao encontro dos dados da realidade particular brasileira. O que se manifesta na histórica feminização da pobreza e da assistência social no Brasil. Nesse sentido, reforça a necessidade da categoria profissional adensar o debate acerca dos fundamentos da “questão social” na formação sócio-histórica brasileira, considerando as relações sociais de gênero, raça e classe como componentes desta questão.

## **Considerações finais**

Diante do exposto, é possível afirmar o perfil da população usuária do projeto de segurança alimentar. Em sua maioria, são mulheres negras, em idade adulta, com baixa escolaridade, sem emprego e que possuem, como principal fonte de subsistência, os benefícios sociais. De acordo com dados do IBGE (2023b), o desemprego e a subutilização se revelam como maior para a população negra, ou seja, para pessoas pardas ou pretas. O acesso à educação se mostra como um fator que contribui para minimizar as desigualdades no acesso aos postos formais de trabalho. Visto que a menor diferença da taxa de desocupação entre pretos/pardos e brancos é no ensino superior (IBGE, 2023b). Ainda segundo o IBGE (2023b), a maior concentração de desigualdade no acesso ao mercado de trabalho, comparando pessoas pretas/pardas e brancos, nota-se no ensino médio incompleto, em que a taxa de desocupação era de 14,4% para pessoas pretas e pardas e de 11,1% para pessoas brancas. O que é possível observar a partir das fichas analisadas, uma vez que 75% das responsáveis pelas famílias sequer possuem ensino médio completo. As demais, quando se analisa a ocupação destas pessoas nota-se que 86% sequer possui algum tipo de ocupação remunerada. Das fichas analisadas apenas 14% possuem algum tipo de remuneração a partir do trabalho, sendo 7,5% de trabalhadoras formais e 6,5% trabalhadoras informais. Nesse sentido, é possível reafirmar como as relações sociais de raça, processadas na formação sócio-histórica brasileira, conformam parcela significativa de pessoas negras para o desemprego. As características observadas acerca do perfil das

Realização:



Apoio:



famílias cadastradas no projeto são reflexo do perfil das pessoas que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza no Brasil.

Através da análise do perfil das famílias cadastradas observa-se a relevância a dos benefícios sociais na composição da renda dessas famílias, tendo em vista que 86% das responsáveis pelas famílias cadastradas não possuem emprego e que a principal fonte de renda dessas famílias se constitui através destes benefícios. Das famílias cadastradas, a maior parte sequer recebe 1 salário mínimo. É possível observar, similarmente, que por não possuírem emprego, a principal fonte de renda dessas famílias é proveniente exclusivamente dos benefícios sociais.

Com a presente exposição espera-se ter cumprido o objetivo de problematizar teórico-metodologicamente o perfil da população usuária de projeto de segurança alimentar em que se insere o Serviço Social. Assim, visa-se reforçar o compromisso ético-político da categoria profissional em compreender as relações sociais de gênero, raça e classe que conformam a classe trabalhadora brasileira em vias de defender criticamente os grupos historicamente dominados e explorados neste território. Nesse sentido, acredita-se ser possível contribuir com elementos pertinentes ao debate da formação e atuação profissional diante dos desafios e possibilidades do Serviço Social na atualidade.

## Referências

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. A centralidade da questão social para o Serviço Social brasileiro. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 42, p. 246–260, dez., 2021a.

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Questão social e serviço Social. **Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 3, 2001.

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Crise capitalista, questão social no Brasil e diretrizes curriculares da ABEPSS. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 42, p. 6–15, 2021b.

AZEVEDO, Darana Carvalho de. Vamos, sim, falar da fome! **Katálisis**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 488–497, set., 2022.

COSTA, Renata Gomes da; RAFAEL, Josiley Carrijo. Questão social e sua particularidade no Brasil: imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 42, p. 77-93, dez. 2021.

FERREIRA, Carla Cecilia Campos; FAGUNDES, Gustavo. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 42, p. 62-76, dez., 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, p. 9-32, jan./jun., 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14ªed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

Realização:



Apoio:



IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. In: IBGE (org.). **Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica**, Rio de Janeiro, v. 38, 2ª ed., 2023a.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira, n. 53. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023b.

MARTINS, Ludson Rocha. O estudo socioeconômico no trabalho de assistentes sociais. In: CRESS-MG (org.). **A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2023.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MONTAÑO, Carlos. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, p. 53–64, 2002.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jun., 2001.

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL - MIR. **Informe MIR**. Monitoramento e Avaliação, n. 2: Edição Mulheres Negras. Brasília: Ministério da Igualdade Racial, 2023.

SABOIA, João; NETTO, João Hallak; VILLACORTA, Victor Nobre. Índice de miséria ampliado e desagregado por cor ou raça e sexo. **Texto para Discussão 002/2023**, Rio de Janeiro, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fev., 2023.

SILVA, Robson Roberto. “Questão social”, fome e (in)segurança alimentar e nutricional no Brasil neoliberal. **Argumentum**, Vitória, v. 15, n. 1, p. 286-306, abr., 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – REDE PENSSAN. **I VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: Insegurança Alimentar e Desigualdades de Raça/Cor da Pele e Gênero**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2023.

Realização:



Apoio:



## **POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: o avanço do neoliberalismo e o impacto na construção do trabalho profissional do assistente social na contemporaneidade**

Raquel Pereira da Silva<sup>37</sup>

**Resumo:** O presente trabalho é resultante das reflexões fundamentadas na disciplina “Capitalismo, América Latina e Políticas Sociais” no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Portanto, objetiva-se fazer uma breve reflexão sobre como o avanço do neoliberalismo vai impactar na formulação das políticas sociais no Brasil, e quais os rebatimentos no trabalho do assistente social na contemporaneidade. Quais as dificuldades enfrentadas por esses profissionais, como o neoliberalismo influencia suas práticas e quais são as possíveis estratégias de enfrentamento para garantir a assistência e a proteção social diante de um contexto adverso.

**Palavras-chaves:** Política Social; Serviço Social; Neoliberalismo.

**Abstract:** This paper is the result of reflections based on the course “Capitalism, Latin America and Social Policies” in the Postgraduate Program in Social Work at the Federal University of Rio de Janeiro. Therefore, the aim is to briefly reflect on how the advance of neoliberalism will impact the formulation of social policies in Brazil, and what the repercussions are on the work of social workers in contemporary times. What are the difficulties faced by these professionals, how does neoliberalism influence their practices and what are the possible coping strategies to ensure assistance and social protection in an adverse context.

**Keywords:** Social Policy; Social Work; Neoliberalism

### **Introdução**

O trabalho do assistente social na atualidade enfrenta desafios cada vez mais complexos, impulsionado por transformações socioeconômicas e políticas que impactam nas condições de vida da população atendida e no seu trabalho. Um dos seus principais desafios é construir o trabalho profissional diante do avanço do neoliberalismo, que redefine o papel do Estado e impacta diretamente nas políticas sociais, um dos nossos principais meios de trabalho. A lógica neoliberal, baseada na redução do investimento estatal e na mercantilização dos direitos sociais, coloca restrições à obtenção de serviços essenciais, o que intensifica as desigualdades e precariza as condições de vida da classe trabalhadora.

Os profissionais inseridos na lógica posta, como sujeitos pertencentes à mesma classe social que enfrentam os dilemas da exploração do trabalho e da alienação, se veem diante uma série de adversidades. Em condições de trabalho precarizadas, baixos salários e políticas sociais cada vez mais fragmentadas e focalizadas, constroem seu trabalho profissional. A vista disso, é posto para o assistente social diversos desafios, ao mesmo que precisa atender às demandas da população em um contexto de desmonte das políticas públicas, necessitam de resistir e formular estratégias que

---

<sup>37</sup> Assistente Social, graduada em Serviço Social e Especialista em Saúde da Família, modalidade Residência Multiprofissional pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: raquel.silvaab2@gmail.com

Realização:



Apoio:



fortaleçam a luta por direitos e os princípios do projeto ético-político crítico do Serviço Social.

Neste artigo, objetiva-se fazer uma breve reflexão sobre como o avanço do neoliberalismo vai impactar na formulação das políticas sociais no Brasil, e quais os rebatimentos no trabalho do assistente social na contemporaneidade. Quais as dificuldades enfrentadas por esses profissionais, como o neoliberalismo influencia suas práticas e quais são as possíveis estratégias de enfrentamento para garantir a assistência e a proteção social diante de um contexto adverso. Como profissionais que atuam na construção das políticas sociais, a elaboração das críticas fundamentais é necessária para um trabalho profissional crítico orientado por um projeto profissional.

## **O contexto da política social no Brasil diante do neoliberalismo**

Conforme Behring e Boschetti (2017), as políticas sociais são desdobramentos, respostas e modos de enfrentamento às múltiplas expressões da questão social no capitalismo, cujo fundamento está nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. A luta a respeito das reivindicações em torno da jornada de trabalho e as respostas das classes e do Estado são as primeiras respostas à questão social. Contudo, essas respostas foram influenciadas, no século XIX, pelo ideário liberal adotado pelo Estado capitalista que foi marcado pela repressão e atendeu apenas certas demandas da classe trabalhadora. Embora tenha ocorrido uma tímida melhora nas suas condições de vida, o cerne da questão social não foi atingido.

A política social como instrumento estatal tem uma determinação na história, a necessidade de sua institucionalização é fruto das lutas da classe trabalhadora, que coloca em evidência a questão social no final do século XIX e início do XX. Nesse quadro, a ampliação do Estado incorpora algumas demandas do trabalho e a sua legitimação, porém é importante enfatizar que mesmo trazendo singelos ganhos para os trabalhadores não rompe com a estrutura da sociedade capitalista. Em certos momentos a política social condiciona a ordem, para garantir sua legitimidade precisa atender algumas reivindicações.

A política social vai se desenvolver de modo específico de acordo com as particularidades da formação sócio-histórica de cada país, no caso do Brasil, país marcado pela heteronomia, dependência, conservadorismo, pelos séculos de escravidão, assim como o processo de modernização conservadora que consolida o capitalismo. Desse modo, o trabalho no Brasil esteve permeado pelas sequelas da escravidão, pela informalidade, pela fragmentação/cooptação. Onde as classes dominantes nunca assumiram compromissos democráticos e redistributivos, cria-se um complexo cenário para as lutas em defesa dos direitos da cidadania, que implica a constituição da política social.

Neste caso particular, as classes dominantes, na intenção de garantir a estrutura para o grande capital permanecer, respondem pelo alto ao subversivismo haja vista que não possuem maturidade política para manter o seu projeto (do grande capital externo). Atende apenas certas demandas da classe trabalhadora, mas não a totalidade, para que a estrutura de poder não seja questionada. Embora o Brasil tenha sofrido modificações ao longo da história, isso não significa que aconteceu uma mudança nas estruturas de poder.

Segundo Gramsci, os traços principais de uma revolução passiva? Ao contrário de uma revolução popular, “jacobina”, realizada a partir de baixo – e que, por isso, rompe radicalmente com a velha ordem política e social –, uma revolução passiva implica sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente “de baixo”) e da “renovação” (no qual algumas das demandas populares são satisfeitas “pelo alto”, através de “concessões” das camadas dominantes) (Coutinho, 2012, p. 118).

Realização:



Apoio:





O desenvolvimento do capitalismo no Brasil marcado por uma revolução passiva, em seus aspectos ideo-cultural, econômico, social e político, vai marcar a nossa história com características específicas. As classes sociais consideradas frágeis, com grande dificuldade de reconhecer enquanto classe, processo que dificulta a construção de um projeto de sociedade e coloca entraves para uma luta de classes. No caso político, o Estado interventor como mediador da luta de classes resolve os problemas pelo alto, sem o papel popular, seu circuito político é fechado. O caráter conservador, de manutenção da ordem se expressam no ideo-cultural.

No caso do Brasil, nos anos 1990 o país passa por um processo de reformulação para adequação passiva à lógica do capital, entraves foram colocados para reformas mais profundas, portanto o que se concretizou foi a contrarreforma do Estado. Mudanças no sentido social-democrática não ocorreram e sim processos de modernização conservadora ou passiva, revelando a natureza submissa e antipopular das classes dominantes brasileiras (Behring; Boschetti, 2017). Mesmo diante da ascensão das lutas democráticas no país nos anos 1988, que sinalizava significativas reformas do Estado, contratendências se contrapuseram a de fato essa possibilidade.

Houve, portanto, uma redefinição do padrão de reprodução do capital, acompanhada de uma contrarreforma do Estado abrangente no país, cujo sentido foi definido por fatores estruturais e conjunturais externos e internos, e que engendrava um duradouro ajuste fiscal (Behring, 2008, p. 4).

Diante do quadro posto, o país se viu obrigado a seguir o projeto neoliberal, o que acarretou no Estado seguindo certos caminhos, "cortar gastos públicos, imprimir dinheiro ou vender títulos do Tesouro a juros atraentes" (Behring, 2008, p. 133). A conjuntura atual sofre as sequelas do avanço do neoliberalismo no nosso país, a seletividade e privatização em detrimento da universalidade e estatização, gera redução dos direitos. A falta de ampliação dos direitos, significa que parte da classe trabalhadora tem seus direitos retirados ou nem conseguem acessá-los, o que vai impactar nas suas condições reais de reprodução dentro do sistema. Dentro de tal lógica, serviços como saúde, educação, cultura e segurança se tornam mercantilizados e privilégios sociais apenas de alguns que podem acessá-los por meio da iniciativa privada (Vazquez; Falcão, 2019).

De acordo com Cueva (1983), o qual estabelece diálogos com a teoria marxista da dependência, na América Latina o capitalismo se desenvolveu de modo específico, as formações latinas marcam uma unidade/identidade, como a dependência, a colonização, as lutas insurgentes, que formam um conjunto de elementos comuns, também marcado pela heterogeneidade. Desse modo, a forma como o capitalismo se desenvolve é diferente, expressando-se nos graus de forças produtivas, nas lutas, o que posteriormente vai incidir no modo como serão elaboradas as políticas sociais.

A TMD deu um passo adiante ao reconhecer que a reprodução do capital pode assumir formas concretas diferentes ao longo da história do capitalismo e da divisão internacional do trabalho. Tais formas possuem relevância para se entender o modo de articulação internacional dos países, assim como o caráter de suas classes e frações de classe dominantes, suas relações com as classes trabalhadoras, as características do seu Estado, o bloco político no poder, a política econômica posta em prática pelos governos etc. No capitalismo dependente, regido pela troca desigual e a superexploração da força de trabalho, essas formas estão associadas a (e evidenciam) distintos modos como se concretiza a dependência em cada momento histórico (Filgueiras 2018, p. 520).

Não é possível estudar a política social sem entender sua conjuntura, as forças, as contradições que a perpassa, haja vistas os diferentes interesses que se encontram nesse processo. Os interesses das políticas vêm de fontes diversas e por mais que

Realização:



Apoio:



atenda determinadas demandas da classe trabalhadora, vai estar fortalecendo certos grupos. A classe dominante o tempo todo tentará reduzir ou transformar em objeto de seus interesses, as políticas sociais, esvaziando-a de investimentos e intencionalmente visa sua eliminação. As expressões da questão social vão se manifestar de forma fragmentada, isso faz as respostas das políticas serem de modo setorializado.

A conjuntura atual sofre os efeitos da precarização das políticas sociais e o aumento dos sistemas de serviços sociais privados (mercantilizados). As políticas sociais acompanham o curso da história e sofrem modificações, crises, ajustes e lutas. O setor financeiro marca a linha econômica das políticas, que vem se reestruturando no neoliberalismo há quarenta anos. Assim, os interesses mercantis vão se colocar antes da universalidade, da cidadania, dos direitos sociais, categorias que não desaparecem, mas hoje assumem outros elementos como a expropriação, financeirização e mercantilização.

Além disso, os defensores da proposta neoliberal ocupam atualmente posições de considerável influência no campo da educação (nas universidades e em muitos "bancos de idéias"), nos meios de comunicação, em conselhos de administração de corporações e instituições. financeiras, em instituições-chave do Estado (áreas do Tesouro, bancos centrais), bem como em instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais. Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo (Harvey, 2005, p. 11).

A formação de uma cultura política de indivíduos que concordam com os princípios defendidos pelo neoliberalismo é necessária para a ordem imposta, tal cenário é propício à negar a luta de classes, como o apagamento da luta travada pela classe trabalhadora ao longo de toda a história. Criam-se meios para reproduzir na moral dominante burguesa o convencimento da necessidade de mudanças operadas pelo projeto neoliberal tendo em vista sua dimensão político ideológica que objetiva convencer que tais reformas são necessárias. Tal ideário é baseado na privatização, focalização e descentralização, o que vai impactar nas políticas sociais e na vida dos indivíduos que dela necessitam.

O neoliberalismo busca assim utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia de "reforma". É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificatoriamente apresentadas como "reformas", isto é, como algo progressista em face do "estatismo", que, tanto em sua versão comunista como naquela social-democrata, seria agora inevitavelmente condenado à lixeira da história. Estamos assim diante da tentativa de modificar o significado da palavra "reforma": o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem-sucedida (Coutinho, 2012, p. 122).

A partir de meados dos anos 1970, inicia-se o desmonte das políticas sociais, portanto, para a dinâmica de acumulação do capital comandada pelas finanças, os equipamentos públicos formulados com base no acesso universal e que respondiam ao preceito fordista tornam-se obsoletos. Além disso, as respostas do capital controlado pelas finanças para a organização da força de trabalho é ampliar a lógica das finanças para a totalidade da vida social. Isto é, na contemporaneidade o capitalismo monopolista atravessado pelas finanças irá estabelecer um novo formato para as políticas sociais, como uma necessidade essencial da reprodução da acumulação capitalista (Granemann, 2009).

Realização:



Apoio:



A formatação e a adequação das políticas sociais às finanças em numerosos Estados do planeta tomam como modelo e ponto de partida a contra-reforma da previdência social. Esta, ao ser contra-reformada, cedeu espaço para a instalação de um articulado modelo no qual estão integrados os sistemas público e privado de aposentadorias e instituiu o cânone fundador para a construção das políticas sociais comandadas pelas finanças, na atualidade. Tal modelo passa a enformar a organização dos serviços sociais nas suas dimensões econômica, ideológica e política, razão pela qual, independente da natureza pública ou privada, esses serviços são ideologicamente denominados, inclusive mesmo no âmbito da ação “filantrópica” dos capitais privados, “políticas sociais” (Granemann, 2009, p. 59).

A reprodução da força de trabalho no capitalismo realiza-se pelos salários e complementada com políticas sociais, porém não chega nem próximo do que seria necessário para a reprodução real da classe trabalhadora. Filgueiras (2018) ressalta que os salários não acompanham o crescimento econômico, para a reprodução da força de trabalho é importante o acesso a saúde, transporte, alimentação, dentre outros, contudo, a produção é feita para o consumo do mercado externo. Embora, vivenciamos governos progressistas de esquerda, o padrão não é modificado, intensifica-se a exploração do trabalho e os níveis de pobreza na América Latina.

A estrutura de propriedade e a distribuição de renda e da riqueza. Remetem ao lugar e ao grau de importância dos mercados interno e externo no processo de acumulação e crescimento, portanto, na dinâmica macroeconômica. Nesse âmbito, a existência e o conteúdo das políticas sociais são cruciais e colocam o Estado, mais uma vez, numa posição decisiva. Esse atributo explicita o grau de desigualdade e pobreza existente na sociedade. No capitalismo dependente, a concentração da propriedade fundiária, rural e urbana, implicou o desenvolvimento de grandes centros urbanos densamente povoados, fortemente segmentados do ponto de vista social e espacial, e com ampla presença de atividades informais (autônomas) precárias (Filgueiras, 2018, p. 527).

Cueva (1983) sinaliza que os países latino-americanos vão ser inseridos na divisão internacional do trabalho no final do século XV-XVI, marcados pela herança colonial, determinante que explica a debilidade dos países. O fato colonial estabelece a diferença entre colonizados e colonizadores, outro fator presente é a forma predominante autoritarista nos países de Estado dependentes. A combinação de suas particularidades influenciam na questão econômica, política e social, expressando-se na distribuição desigual do território, do acesso à saúde, à educação, assim como a forte marca da informalidade no mundo do trabalho. À vista disso, as expressões da questão social vão se apresentar em diferentes intensidades na particularidade da América Latina, o que vai influenciar no investimento e nas respostas das políticas sociais.

## **O trabalho profissional do assistente social e os rebatimentos do neoliberalismo**

O Serviço Social é uma profissão que se origina em um momento histórico-social específico, que cria as condições sociais para seu reconhecimento enquanto especialização do trabalho coletivo, inserida na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto; Carvalho, 1982). Momento este caracterizado pela fase monopolista do capitalismo, que coloca a emergência de uma profissão diante do acirramento das expressões da questão social que exigem respostas para além da caridade e da repressão (Netto, 1992).

Tal fase da dinâmica capitalista acentua as expressões da questão social de modo que é criado a emergência de intervenção sobre a mesma, a questão social é

Realização:



Apoio:



resultante da contradição estruturante entre capital e trabalho no modo de produção capitalista, expressando as mazelas causadas por essa ordem, que produz o mais alto grau de desenvolvimento das capacidades do ser social e o maior grau de miséria. Perpassada por lutas sociais da classe trabalhadora, que é responsável por apontar as expressões da questão social na fase monopolista do capitalismo, devido a seu processo de luta histórica que manifesta o encadeamento de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, requerendo que o Estado e o empresariado reconheçam sua condição de classe (Iamamoto; Carvalho, 1982).

À medida que avança o desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e a sua consequente potenciação, modifica-se as formas e o grau de exploração da força de trabalho. Modifica-se o posicionamento das diversas frações da classe dominante e suas formas de agir perante a questão social. As respostas à questão social sofrem alterações mais significativas nas conjunturas de crise econômica e de crise de hegemonia no bloco de poder. O Estado passa a atuar sistematicamente sobre as sequelas da exploração do trabalho expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores (Iamamoto, 1982, p. 78).

Como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social situa-se no processo de reprodução das relações sociais, sobretudo enquanto uma atividade auxiliar e subsidiária no papel do controle social e na propagação da ideologia dominante junto à classe trabalhadora. Intervém na criação de condições beneficiadoras da reprodução da força de trabalho, movimento contraditório que insere a possibilidade de o assistente social posicionar-se a serviço de um projeto alternativo (Iamamoto; Carvalho, 1982).

À vista disso, cabe ao profissional construir uma atuação entendendo as contradições e fazendo críticas às políticas sociais, um dos seus grandes instrumentos de trabalho, enquanto profissionais que atuam nas contradições que envolvem tais políticas. No desempenho de sua função intelectual, o assistente social, dependendo de sua opção política, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes, em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional.

É preciso falar sobre esse trabalho, enxergá-lo no cotidiano, seus valores, o embasamento ético-político que orienta sua construção, assim como as dificuldades de se falar sobre ele, as diferentes formas e intensidades que o projeto ético-político se expressa. Considerando que, “É a realidade e as possibilidades históricas nela contidas, “a régua e o compasso” para a elaboração das nossas projeções” (Guerra, 2015, p. 50), é essencial continuarmos a desvendar essa realidade, as possibilidades e limites nela existentes para o fortalecimento do projeto ético-político.

Por meio dos diversos serviços sociais, que são um repasse aos trabalhadores do que deles são apropriados, ou seja, do que os trabalhadores produzem, as respostas serão fornecidas em uma série de políticas sociais. Quando geridos pela classe capitalista passa a se constituir como um dos instrumentos políticos de reforço do seu poder, manter a força de trabalho em condições de ser explorada produtivamente.

Os diversos serviços sociais previstos em políticas sociais específicas são a expressão de conquista da classe trabalhadora em sua luta por melhores condições de trabalho e de vida, que são consubstanciadas e ratificadas através da legislação social e trabalhista. O Estado e as Classes patronais incorporam e encampam como suas uma série de reivindicações da classe trabalhadora em sua luta de resistência face ao capital e de afirmação de seu papel como classe na sociedade. Defesa de salários reais, direito à educação, saúde, cultura, etc. Devolvem tais reivindicações aos trabalhadores sob a forma de benefícios indiretos, organizados e centralizados em instituições

Realização:



Apoio:



assistenciais e, agora, outorgados mediante uma estrutura burocratizada, sob o controle do Estado. Portanto, se tais serviços, de um lado favorecem os trabalhadores, como resultante de suas próprias conquistas no sentido de suprir necessidade básicas de sobrevivência nessa sociedade, por outro lado, sua implementação, ao ser mediatizada e gerida pela classe capitalista, passa a se constituir um dos instrumentos políticos de reforço do seu poder face ao conjunto da sociedade (Iamamoto; Carvalho, 1982, p. 92-93).

Há uma contradição em torno das políticas sociais, haja vista que vão atender determinadas demandas de sobrevivência da classe trabalhadora, também serve como controle de sua força de trabalho. Como o assistente social inserido nessa lógica poderia construir as mediações para além de elaborar as críticas às políticas sociais, fornecer respostas concretas? O trabalho profissional, conforme Iamamoto (2014), é constituído por uma autonomia relativa, tensionada pela compra e venda de sua força de trabalho enquanto trabalhador assalariado que também sofre os dilemas da alienação e exploração. Dentro dessa dinâmica contraditória que os profissionais desenvolvem seu trabalho, o que vai diferir é o modo como vai conduzi-lo, qual polo irá ser fortalecido, uma vez que temos autonomia relativa para tanto. Por isso, é importante compreender os limites da política, o projeto profissional, assim como suas possibilidades e como tencionar essa relação.

Em presença do antagonismo de valores entre o PBF e o Código de Ética do Serviço Social é desafiador construir e qualificar estratégias de atuação que prevaleçam a autonomia profissional frente às imposições de modelos tecnicistas de execução dessas políticas sociais focalizadas e condicionadas (Carnelossi, 2016, p. 05).

No contexto o qual vivenciamos a lógica neoliberal, marcado por políticas sociais cada vez mais focalizadas, mais um desafio é posto ao trabalho do assistente social, um dos profissionais essenciais na condução dessas políticas. Haja vista sua participação ativa nesse meio, construir crítica consistente sobre tal processo torna-se algo essencial, não somente para a categoria, mas enquanto um compromisso com a classe trabalhadora. O modo como será construído as análises expressa uma escolha política, qual o projeto ético-político direciona o trabalho,

As escolhas tomadas pelos profissionais dispõem de implicações ético-políticas, quer o profissional tenha clareza ou não, a todo tempo somos convocados a responder requisições e a forma como as respondemos reflete o direcionamento ético-político do nosso trabalho, demonstrando a sua não neutralidade. “A necessidade de se posicionar em face do significado e das implicações da ação profissional e a responsabilidade diante das escolhas” (Barroco, 2010, p. 68).

Quando reforçamos a necessidade de os profissionais fazerem a crítica a forma como as políticas sociais estão postas na contemporaneidade, compreendemos que os profissionais são diretamente afetados por essa lógica. Cada vez mais temos postos de trabalho precarizados, baixos salários, cargas horárias extenuantes, péssimas condições de trabalho, além das escassezes de respostas nas políticas sociais às demandas agravadas da classe trabalhadora. Os profissionais não possuem condições dignas de trabalho e também não têm respostas concretas para fornecer aos trabalhadores.

No caso da América Latina, essa dinâmica ganha configurações mais profundas e estruturantes. Tomando como referência o Brasil, ao contrário do que aconteceu historicamente com o capitalismo nos países centrais, o Estado brasileiro não criou condições para a reprodução social da totalidade da força de trabalho, nem estendeu direitos de cidadania ao conjunto da classe trabalhadora, excluindo imensas parcelas de trabalhadores e trabalhadoras do acesso ao trabalho protegido e às condições de reprodução social da força de trabalho (Raichelis; Arregui, 2021, p. 140).

Realização:



Apoio:





As transformações no mundo do trabalho também vão ser sentidas pelos assistentes sociais, especialmente no Brasil vivenciando as particularidades da América Latina. Portanto, como destaca Raichelis e Arregui (2021, p. 143), impacta não apenas as condições materiais dos indivíduos “mas também suas sociabilidades individual e coletiva, considerando ainda a erosão dos sistemas públicos de proteção social, lugar institucional privilegiado onde operam os(as) trabalhadores(as) sociais”.

### **Considerações finais**

O avanço do neoliberalismo se mostra cada vez mais latente nas políticas sociais, expressando-se em reformas e privatizações que recaem de modo específico sobre a classe trabalhadora. Sendo esta classe parcela significativa de beneficiários das políticas sociais compensatórias, especialmente as mulheres, e entre elas as mulheres negras, o que as tornam mais suscetíveis às reformas operadas pelo neoliberalismo. Tal quadro vai gerar um cenário onde nossa classe vai sentir na pele os impactos da condução dessa agenda neoliberal, consequentemente colocando-os em miserabilidade.

Diante desse complexo e desafiador cenário que o trabalho profissional do assistente vai ser construído, então como constituir-lo de modo que possamos criar respostas às demandas da classe trabalhadora e arquitetar as críticas necessárias às políticas sociais na contemporaneidade?

O Serviço Social é uma profissão que necessita de ser pensada e repensada, dentro dos limites conjunturais que a perpassam, uma vez que é permeado por determinadas tendências históricas que se configuram de maneiras distintas conforme o contexto e o movimento histórico permeantes. Os processos da sociedade capitalista impõem uma série de limites ao trabalho profissional, contudo, os mesmos devem ser apropriados e pensados criticamente. Pensados de modo crítico como desafios na esfera do trabalho profissional, de modo que posteriormente possam ser transformados em propostas de trabalho e de pesquisa, até se moldarem como respostas de cunho teórico e técnico político no campo profissional (Iamamoto, 2014).

Compreendemos a contradição estruturante presente na profissão, portanto a prática é atravessada por uma dupla contradição, ao mesmo tempo que fornece respostas aos interesses da classe dominante, também responde os da classe trabalhadora. O fortalecimento de determinado polo vai depender do direcionamento colocado em sua prática, o que define o caráter político de sua ação. O que diferencia esse trabalho é a direção ético-política, nossos valores guiam nossa prática e o modo como as leituras da realidade serão realizadas.

O entendimento da dimensão ético-política como constituinte do exercício profissional possibilita ao profissional a pesquisa de um referencial teórico-metodológico, que propicia condições de criação de instrumentos técnico-operativos condizentes com seus objetivos. Desse modo, faz com que use instrumentos que condizem com sua realidade. Não é possível atender e fortalecer os interesses da classe trabalhadora se não for compreendida sua realidade e as contradições que a atravessam.

Cabe salientar, que o assistente social, enquanto trabalhador assalariado, inserido na divisão social e técnica do trabalho, sofre os dilemas da alienação. A dinâmica das instituições, as requisições e as condições objetivas que a intervenção vai se realizar não são as mais adequadas à reflexão. O cotidiano também não facilita a percepção das outras dimensões do trabalho profissional, tudo decorre como se a atuação fosse isento de teoria, de uma racionalidade, da necessidade de se indagar sobre a realidade, de valores éticos e de uma direção política social.

### **Referências**

Realização:



Apoio:



BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rosseti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2017.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2008.

CARNELOSSI, Bruna Cristina Neves. Desafios para efetivação do código de ética do serviço social na execução do programa bolsa família. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15., 2016. On-line, **Anais** [...], Olinda, PE: CFESS, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? **Novos Rumos**, Marília. v. 49, n. 1, p. 117-126, jan./jun., 2012.

FILGUEIRAS, Luiz. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, set./dez., 2018.

GUERRA, Yolanda. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. *In*. FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. (org.). **Projeto ético-político do Serviço Social**: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lúmen-Juris, 2015.

GRANEMANN, Sara. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, n. 20, p. 57-68, set., 2009.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez., 2017.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

RAICHELIS, Raquel. ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

VAZQUEZ, Ana Carolina Brandão. FALCÃO, Ana Taisa da Silva. Os impactos do neoliberalismo sobre as mulheres trabalhadoras: a esfera do cuidado e a precarização do trabalho feminino. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 43, p. 371-392, jan./abr., 2019.

Realização:



Apoio:



## CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NO BRASIL

Maria Clara de Arruda Barbosa<sup>38</sup>

**Resumo:** Ainda que nos limites de um trabalho como este, objetivamos apresentar parte dos elementos conceituais e categoriais que gravitam em torno da financeirização da educação superior no Brasil. Nossa análise centra-se no processo de privatização e mercantilização do setor, considerando os marcos históricos e especificidades de nossa sociabilidade que caracterizam a movimentação operada no âmbito do Estado, em um quadro complexo de disputa pelo Fundo Público.

**Palavras-chave:** Educação Superior; Financiamento; Fundo Público.

**Abstract:** Even within the limits of a work like this, we aim to present part of the conceptual and categorical elements that revolve around the financialization of higher education in Brazil. Our analysis focuses on the process of privatization and commodification of the sector, considering the historical milestones and specificities of our sociability that characterize the movement operated within the scope of the State, in a complex framework in which dispute over the Public Fund.

**Keywords:** Higher Education; Financing; Public Fund.

### Introdução

O trabalho apresentado objetiva refletir acerca dos principais elementos conceituais e categoriais que gravitam em torno da financeirização da educação superior no Brasil. Nossa análise centra-se no processo de privatização e mercantilização do setor, considerando os marcos históricos e especificidades de nossa sociabilidade que caracterizam a movimentação operada no âmbito do Estado, bem como, a implementação de mecanismos específicos que por meio de reformas (ou contrarreformas), intermediadas pelo capital financeiro que conduziram a educação superior no Brasil a um “novo tipo” (Leher, 2018).

Compreendemos que o processo de financeirização inaugurado na educação superior privado-mercantil no início dos anos 2000 deve ser pensado no âmbito das intercorrências deste movimento no seio do capitalismo brasileiro aliado à peculiaridade histórica da educação superior no país, cujo papel do fundo público foi decisivo.

### Desenvolvimento

Behring (2021) esclarece que, historicamente, o fundo público atua na reprodução do capital, retornando para os segmentos capitalistas especialmente nos momentos de crise e garantindo a reprodução da força de trabalho. Nesta seara, Salvador (2010) aponta que todas as crises financeiras desencadeadas a partir dos anos 80 têm em comum o acionamento do fundo público para socorro das instituições financeiras. Desse modo, a disputa política pelo fundo público torna-se mais acirrada, tendo em vista que a burguesia é cada vez mais dependente destes recursos sob a

<sup>38</sup> Assistente Social e Mestra em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ). Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: claraarruda.rj@gmail.com

Realização:



Apoio:



mediação do Estado, intensamente comprometido em assegurar as condições gerais de produção.

Entendendo que “A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio Capital” (MARX, 1982, t1, VIII, p. 189), as recentes tentativas de conter os sintomas da crise deflagrada em 2008, tem se ancorado na transferência dos recursos estatais, orquestradas pela tentativa de mediar as condições estruturais do próprio sistema. Noutros termos, em um contexto em que se agigantam os sintomas da crise, o fundo público participa do processo de rotação do capital, no qual se renova, se repete e realiza mediações na própria repartição da mais-valia. A esfera das finanças alimenta-se da riqueza gerada por investimentos e da exploração da força de trabalho, acrescida da exploração tributária crescente, certamente em contextos geopolíticos onde as lutas de classes historicamente, não impuseram entraves a sistemas tributários regressivos, tais efeitos são observáveis, ainda, com maior intensidade.

Argumentamos no sentido de que os instrumentos operacionalizados pelo Estado no âmbito da Política de Educação, intimamente relacionados com a expansão pela via mercantil, tem contribuído mais para o atendimento das demandas típicas do capitalismo financeiro que para real “universalização do acesso à educação superior” assim como o espraiamento dos limites colocados à qualidade do ensino. Para tal, não consideramos os conceitos de maneira engessada, mas procuramos compreender como tal fenômeno social se apresenta em suas singularidades e particularidades e como se reproduz através da Política Pública vinculada à educação superior.

Desse modo, uma nova etapa no processo de privatização, mercantilização e empresariamento da educação superior no Brasil teve início em meados dos anos 2000, tendo em vista que há uma nítida distinção no que se refere aos processos e mecanismos utilizados a partir desse marco histórico, que em termos concretos configuram um paradigma que expressa mais continuidade que ruptura ante os elementos e objetivos centrais. Noutros termos, metamorfoseiam-se: centralização/concentração de capital e a oligopolização mercantil da educação superior que resultaram na formação de verdadeiros conglomerados educacionais, no lastro da abertura de capital na Bolsa de Valores de diversas empresas educacionais diante da marcante intercorrência do fundo público assentando parte considerável das IES privadas. Segundo Vale (2017) é necessário compreender as especificidades dos múltiplos processos em curso no contexto da financeirização da educação superior no Brasil, reconhecendo as diferenças qualitativas e as conjugações em que se apresentam. Para tanto, o entendimento acerca da distinção entre privatização e mercantilização não é mero detalhe. Segundo a autora, “podemos entender a privatização como todo processo que toma aquilo que comum em lócus de realização de interesses particulares, aberta ou mascaradamente” (Vale, 2017, p. 3). Isso posto, no que se refere às características da educação superior no Brasil:

a privatização é um traço constitutivo da educação superior brasileira e que se realiza de modos distintos em épocas distintas, mas, no limite, remetem ao mesmo movimento: tornar espaço de realização de interesses particulares aquilo que era espaço de realização – ainda que mutilado e nos marcos da ordem burguesa – daquilo que é interesse comum. Por isso podemos falar, por exemplo, da privatização interna das universidades públicas (estatais), expressa tanto na particularização de espaços comuns, na utilização das instalações para benefícios particulares, como o caso das parcerias público-privadas, especialmente quando envolvem direitos autorais e patentes, apenas para citar alguns exemplos (Vale, 2017, p. 3).

Ao passo que a “mercantilização” consiste em um processo mais complexo e abrangente, não somente “a simples venda de qualquer mercadoria, mas a organização da vida social para a produção e para a venda de mercadorias” (Vale, 2017, p. 4). Assim

Realização:



Apoio:



como, o modo de produção capitalista não se restringe somente ao “nível econômico”, mas na totalidade da vida social.

Desse modo, apropriar-se da educação superior de forma mercantilizada, diante das especificidades das respectivas fases do capitalismo constitui em verdade uma condição indispensável ao próprio capital em sua natureza sociometabólica via sua “caça apaixonada pelo valor”.

Logo, entender a diferença entre privado e privado-mercantil para tratarmos deste setor é indispensável, bem como ratificar que o ciclo de mercantilização que emerge nos anos 1990 e se amplia, como um “novo tipo” a partir de meados da primeira década do ano 2000 corrobora e desdobra-se de forma articulada, ao passo que o processo de mercantilização é “anterior e estruturante” da etapa da financeirização.

Destacam-se nesta quadratura a ampliação da atuação das IES na Bolsa de Valores, internacionalização, empréstimos e fusões que culminaram na formação dos grandes conglomerados educacionais. Tais processos foram firmados com a intervenção de órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial do Comércio (OMC) e os Tratados de Livre Comércio (TLC), que por sua vez, estimularam o espraiamento de uma educação superior ancorada na lógica da competência, competição e “eficiência” sob um viés privatizante e orquestrado pelas regras de mercado, em um fluxo comercial conduzido pelo crédito, que configurou uma espécie de padrão implementado, especialmente em países da periferia do capital.

No âmbito das principais transformações em curso, no limiar do século XXI, merece destaque o empresariamento que toma cada vez mais força no cerne da política pública educacional. Segundo Fontes (2010, p. 296), de um contexto mais complexo de “forte concentração capital-imperialista [que] precisa, simultaneamente, contar com a adesão das massas populares nacionais (apassivá-las) [...] e fomentar a extração de sobretrabalho”, abarcando as diversas dimensões da vida social, inclusive a educação. Ademais, na sociabilidade brasileira o empresariado agiganta sua eficácia no direcionamento de suas demandas e implementa novas estratégias a partir da Contrarreforma do Aparelho do Estado, especialmente por meio da noção de “público não estatal” e a compreensão de “publicização” como “um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle” (Brasil, 1995, p. 13).

Tal movimento é bastante expressivo e demonstra o grau elevado de habilidade técnica e administrativa do setor empresarial, firmadas nas palavras de Motta e Leher (2017, p. 245)

Um eixo discursivo que irá orientar as ações do capital nos anos seguintes: a educação fundamental foi universalizada, mas carece de qualidade; o Estado e os professores fracassaram na reversão do quadro de repetência, de evasão e de baixo desempenho escolar, então, é legítima a participação ativa da sociedade civil, leia-se, das organizações vinculadas ao capital, na condução dos assuntos educacionais, ainda que em confronto com professores avessos às tais “reformas”.

Logo, o empresariado é compreendido neste trabalho como um grupo bem específico de empresários dentre os quais pertencem banqueiros, industriais, agropecuaristas, financistas e executivos que imbuídos de notória capacidade técnica e operacional que ocupa posição privilegiada no desenrolar das expectativas e grau de confiabilidade esperado para o desdobramento das relações sociais de produção no seio do capitalismo em sua fase atual.

Ademais, a mercantilização e a mercadorização da educação implicam em um controle com dimensões até então impossíveis, por parte da classe dominante, sobre a política de educação. Diante disso, os múltiplos mecanismos e instrumentos de controle diretos e indiretos para além de ampliar a circulação de capital na educação, imputam empresariado, e de sua respectiva ideologia, tanto a organização do trabalho

Realização:



Apoio:





docente quanto o currículo e as múltiplas etapas que compõem o processo de formação cada vez mais direcionado pelas consultorias de negócios.

Este processo deságua nas IES públicas, especialmente sob o signo do gerencialismo, imposição de ranqueamentos, competitividade, performatividade, que impactam diretamente o trabalho docente.

Diante da monetização das políticas sociais, onde acesso aos direitos originalmente públicos, cada vez mais apresenta-se por meio do que se convencionou denominar “cidadania bancária”, com a popularização e massificação do crédito, cada vez mais despontam as políticas de transferência de renda, essência do sistema de financeirização, agenciado pelo capitalismo (Brettas, 2017).

As contrarreformas (Behring, 2003), operacionalizadas no Estado brasileiro, ratificam a disponibilidade em atender aos anseios do mercado mundial, afastando cada vez mais da esfera pública a responsabilidade em relação aos direitos sociais, como no caso da educação superior, balizadora da ampliação dos ganhos líquidos das empresas de fundo privado.

Assim, sob o entrelaçamento da mundialização do capital e as propostas para educação superior no Brasil, no bojo do processo de financeirização deflagrado nos anos 2000, é que, a propósito, emergem o Prouni e o Fies, enquanto instrumentos fundamentais no processo de centralização e concentração do capital, bem como, da oligopolização, que conduziu a mercantilização da educação superior a um novo estágio.

Cabe observar, que a mercantilização e a mercadorização não constituem um advento neoliberal, já que, desde os anos 1960 ações dessa natureza foram espreiadas na educação superior no Brasil, como também não é peculiar a destinação de recursos públicos para os setores privados. O Estado brasileiro tem inclusive conformado os setores privatistas, via alianças intimamente estabelecidas com os educadores católicos, por exemplo, cuja organização é traço latente nos embates travados ao redor da educação pública, tendo este grupo específico grande parte de seus interesses atendidos (Cunha, 2014). Em suma, a expansão dos nichos de mercado potencializa-se em conjunturas específicas, de forma mais intensa ante a resposta às crises capitalistas – tanto como movimento contra tendencial à queda na taxa de lucro, quanto como meio de atenuar as pressões da sobreacumulação e/ou de proporcionar o escoamento das mercadorias conforme veremos no próximo item.

Destarte, ao considerarmos que a educação superior se apresenta como mercadoria para os fundos que operam o capital, reconhecemos, por suposto, que enquanto tal também se submete a Lei do Valor, bem como os circuitos de valorização do capital.

Assim, o grande capital atuante na educação superior privada, intensamente financeirizado, sob a forma do capital fictício e portador de juros, organizou no âmbito do Estado parcela considerável de sua valorização. Por suposto, o Estado brasileiro tem operado enquanto *locus* privilegiado, de articulação da concentração monopólica de capitais, inclusive atuando por vezes enquanto financiador ou até mesmo fiador das operações de mercado.

### **(Des)Financiamento da educação superior no Brasil e o esplendor da educação superior privada**

Ao investigar a política de educação nas últimas décadas, no contexto do ajuste fiscal brasileiro, Salvador assevera que:

Um dos alicerces do neoliberalismo é o chamado ajuste fiscal permanente, no qual se insere o dismantelamento do financiamento das políticas sociais e, de maneira especial, daquelas que integram o orçamento da seguridade social e o da educação, que conta com recursos vinculados. Com o golpe de 2016 e a

Realização:



Apoio:



ascensão ao poder de Michel Temer, a política neoliberal ortodoxa ganhou força no país, particularmente a adoção do receituário das medidas de austeridade (Salvador, 2024, n/p).

Logo, compreender a disputa pelo fundo público como expressão da luta de classes é indispensável para reflexão acerca das formas de expropriação de direitos da classe trabalhadora e suas expressões contemporâneas. Noutros termos, é preciso destacar o vínculo estreito entre a discussão sobre o investimento do Estado nas políticas sociais e o acesso a direitos pela classe trabalhadora.

A partir de 2016, a conjuntura assume “contornos diferenciados” diante do binômio “Dependência e Ultraneoliberalismo” ressoando impactos imensuráveis nas políticas sociais. No governo de Michel Temer houve uma ofensiva severa do capital contra os direitos sociais, visivelmente a garantia dos recursos vinculados e dos gastos mínimos obrigatórios com as políticas de saúde e educação. Outrossim, o Novo Regime Fiscal (NRF)/EC nº 95/2016 impossibilita a garantia dos recursos orçamentários na forma desenhada na Constituição Federal (CF) de 1988, tendo em vista que, congela as despesas primárias do governo (limitando-as à correção pela inflação), ou seja, os gastos correntes, excetuando o pagamento dos juros da dívida pública por 20 anos.

O retorno de Luiz Inácio Lula da Silva (2023–2026) culminou no encaminhamento ao Congresso Nacional, em 18 de abril de 2023, do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 93/2023, que “institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do país e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico”, também denominado de novo arcabouço fiscal (NAF) pela equipe econômica. Destarte a tramitação e as modificações realizadas no parlamento, o PLP foi convertido na Lei Complementar (LCP) nº 200/2023, chamada de Regime Fiscal Sustentável (RFS). A proposta do PLP nº 93/2023, convertida na LCP nº 200/2023, o chamado NAF, foi apresentada em detrimento a substituição do nefasto teto de gastos sedimentando as determinações constitucionais negociadas no Congresso Nacional na transição para a nova gestão do presidente Lula.

Salvador (2024), salienta que a proposta não teve a participação da classe trabalhadora tampouco houve articulação com os movimentos sociais e sindicais, entretanto, foram privilegiados a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e os representantes do mercado financeiro, mantendo assim um paradigma com traços centrais identificáveis com o espraído nas últimas décadas.

A LCP nº 200/2023 tem como objetivo a instituição do RFS visando garantir a estabilidade macroeconômica do país e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, conforme seus formuladores. O RFS será válido somente para receitas e despesas primárias dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União. Assim, já no início da lei, fica evidente que os limites estabelecidos são restritos aos gastos sociais do governo, e não aos gastos com juros e encargos da dívida pública (Salvador, 2024, n/p).

Os Dados do Censo da Educação Superior 2023 confirmam a complexidade da dinâmica estabelecida nesta quadratura histórica pelo crescimento expressivo da modalidade à distância (EAD). O censo confirma a tendência já observada nos últimos anos: enquanto o número de matrículas na modalidade presencial continua caindo pelo oitavo ano consecutivo, a educação à distância segue emergente. No ano de 2023, a EAD representou 49,25% do total de matrículas, a maior participação já registrada. A atratividade dessa modalidade tem sido alavancada especialmente pelo acesso facilitado e mensalidades mais baixas que a modalidade presencial.

Destarte, o censo aponta que, em 2023, o Brasil tinha 2.580 instituições de ensino superior, das quais 2.264 eram particulares e apenas 316 públicas.

Realização:



Apoio:



No cenário atual, a concentração do setor, via processos de aquisições, fusões e associações, no bojo da ampliação da participação do capital estrangeiro, sintetizaram o processo de associação do capital comércio de dinheiro com outras frações do capital na procura de valorização por meio de financeirização na educação superior privada. Primeiramente, através da abertura do capital de instituições da educação superior na Bolsa de Valores, sacramentando a finalidade mercantil dessas instituições. Em seguida, a etapa das fusões e aquisições, que culminaram na hiperconcentração do setor.

Logo, as convergências entre ambas as variadas formas do capital associaram-se diretamente a percepção da educação superior em mercadoria. Ou seja, o capital tem buscado historicamente por meio da transformação da educação em mercadoria, a mediação para a manutenção do seu interesse mais geral que consiste na valorização do valor através da exploração do trabalho vivo.

Isso posto, compreender a educação-mercadoria enquanto um negócio de expansão muito peculiar no Brasil, é compreender que a atuação empresarial na educação brasileira tem se dado em concomitância com o quadro mais geral das transformações socioeconômicas do capitalismo em crise estrutural diante de uma dinâmica acentuada pela financeirização da educação.

### Considerações finais

Ainda que nos limites de uma exposição como esta, os constructos aqui introduzidos mostram como o tema da financeirização da educação superior privada no Brasil apresenta múltiplas nuances, contradições e particularidades. Diante disso, procuramos levar em conta as determinações mais significativas para o tema abordado que, dificilmente poderiam ser contempladas em uma única pesquisa.

Por sua vez, ainda que a estrutura de financiamento desenhada na CF de 1988 tenha assegurado a vinculação orçamentária para a política de educação, as disputas acirradas pelo fundo público, tem fragilizado esta prerrogativa ao longo das últimas três décadas marcadas por medidas de ajustes fiscais, ainda que tenham ocorrido conquistas importantes.

Em termos concretos, o mercado privado de educação superior se expandiu ao longo dos últimos anos no Brasil, bem como, os principais traços do suporte fornecido pelo Estado para a concretização de tal empreendimento. Destarte, o processo de privatização da educação superior no Brasil, em conformidade com as diretrizes instituídas pelos organismos multilaterais, reafirmou a soberania do grande capital transnacional, frente aos Estados nacionais, resultando em profundos impactos na política de educação superior, cujos reflexos também são observáveis nas universidades públicas. Por fim, compreendemos que um horizonte radicalmente distinto só pode ser vislumbrado no âmbito da disputa de um projeto de Estado.

### Referências

BAUMGARTEN, Luíza. **Os efeitos da política de austeridade fiscal no orçamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil entre os anos de 2015 e 2021**. 2022. 106f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

Realização:



Apoio:



BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 15 dez. 2016. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm?ref=correiosabia.com.br](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm?ref=correiosabia.com.br)>. Acesso em: 30 mar. 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 27 ago. 2020. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm?origin=instituicao](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm?origin=instituicao)>. Acesso em: 5 abr. 2021.

BRASIL. Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023. Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do *caput* e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 22 ago. 2023a. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/LCP/Lcp200.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LCP/Lcp200.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar nº 93**, de 18 abril de 2023. Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda à Constituição nº 126, de 21 de dezembro de 2022. Brasil, 2023b. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2357053>>. Acesso em: 5 maio 2023.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização. **Temporalis**, Brasília, v. 17, n. 34, p. 53–76, jul./dez., 2017

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino profissional: O grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 154, p. 912-933, out.-dez., 2014

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

LEHER, Roberto. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MARX, Karl. Introdução [à Crítica da Economia Política]. In: MARX, Karl. **Introdução à crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), 1982.

Realização:



Apoio:



SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADOR, Evilásio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. **Argumentum**, Vitória, v. 16, n. 1, p. 6-19, jan./abr., 2024.

VALE, Andréa Araujo do. “Nem parece banco”: as faces da financeirização da Educação Superior no Brasil. *In: Anais do 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social*, Vitória, v. 1, n. 1, 2017.

---

Realização:



Apoio:





## O PÊNDULO POLÍTICO BRASILEIRO, À LUZ DO BOLSONARISMO: uma análise do governo Bolsonaro, a partir de elementos da formação social brasileira

Luã Gabriel dos Santos Gonçalves Lima<sup>39</sup>

**Resumo:** O artigo efetua uma análise do panorama político brasileiro e sua relação conturbada com a democracia ao longo da história. Com ênfase no contexto de ascensão de governos de extremas direitas, caracterizando o movimento bolsonarista e sua relação com o ideário ultraliberal, e como esse ideário ultraliberal possui políticas que afetam diretamente a população negra, configurando assim uma necropolítica efetuada pelo Estado.

**Palavra-chave:** Autoritarismo; Extrema Direita, Bolsonarismo, Neoliberalismo

**Abstract:** The article performs an analysis of the Brazilian political landscape and its troubled relationship with democracy throughout history. It places special emphasis on the rise of far-right governments, characterizing the bolsonarist movement and its connection with an ultraliberal ideology. It further explores how this ultraliberal ideology implements policies that directly affect Black populations, thereby configuring a form of necropolitics enacted by the State.

**Keywords:** Authoritarianism; Extreme Far Right; Bolsonarism; Neoliberalism.

### Introdução

O presente artigo, visa através de uma breve análise da segunda e terceira década do século XXI, analisar os rumos percorridos pelo processo político brasileiro, refletindo como a ascensão da extrema direita brasileira, na figura de Jair Messias Bolsonaro, está condicionada a um movimento global de ascensão de regimes políticos semelhantes, assim como é recorrente na história brasileira, uma postura antidemocrática e a adesão a regimes autoritários. Por fim, analisaremos como o governo bolsonarista, sob o discurso da austeridade fiscal, legitima uma necropolítica que tem como alvo direto, a população negra.

### Elementos de uma tentativa de golpe

No dia 8 de janeiro de 2023, os holofotes internacionais estiveram voltados para o Brasil. O motivo do foco da imprensa, foram os acontecimentos do evento denominado de “Os ataques de 8 de janeiro em Brasília”. Os ataques ocorreram por apoiadores radicais do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que por não aceitarem a derrota do seu candidato durante as eleições de 2022, invadiram o palácio do Planalto, o congresso nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF), com o objetivo de convocar as forças armadas para efetuar um golpe de Estado, visando alçar o seu candidato derrotado ao poder, efetuaram violentos ataques ao Estado de direito. Segundo o argumento desses grupos envolvidos nos ataques, existe uma narrativa de ódio a esquerda, principalmente ao presidente Luís Inácio Lula da Silva. Também como consequência direta, está um movimento de descrença e contestação aos resultados eleitorais de 2022. Esse clima político de tensão e ataque as bases democráticas do Estado brasileiro, não surge por acaso, é fruto de um movimento que tem raízes não apenas no período do governo

---

<sup>39</sup> Assistente Social. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: lgsgl1998@gmail.com.

Realização:



Apoio:



Bolsonaro, mas também são elementos que estão profundamente marcados ao longo da formação social brasileira. Configurando assim, o bolsonarismo como um elemento comum ao longo da história do processo político brasileiro.

É neste contexto, que ao longo do artigo, vamos analisar de forma breve, como o autoritarismo e o mandonismo estão enraizados na população brasileira. Será efetuado também, uma descrição da extrema direita que ascende ao poder em 2018, e como essa política legitima um discurso de ódio, embasado num suposto argumento de pretensões de salvaguarda a economia. Por fim, analisaremos como a política de austeridade, legitimada por esses governos, visam de forma direta, efetuar uma necropolítica onde tem como alvo, os principais usuários que acessam as políticas sociais no Brasil.

### **A cadência do pêndulo político brasileiro**

No início deste artigo, foi efetuada uma breve introdução dos acontecimentos do dia 8 de janeiro. Com os desdobramentos das investigações deste acontecimento, foi descoberto que, para além da visão inicial de uma invasão espontânea de bolsonaristas descontentes com o resultado eleitoral, nas camadas mais profundas da direita, existia uma trama de golpe de Estado, onde conforme investigações da Procuradoria Geral da República, envolvia o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, membros do seu governo e oficiais do alto escalão do exército brasileiro. Nesta minuta de golpe, existia um plano que visava falsificar os resultados da eleição presidencial de 2018, além de um plano de assassinato que teriam como alvos, o ministro do STF, Alexandre de Moraes, o presidente Lula e o vice-presidente Geraldo Alckmin. Este plano, segundo a delação premiada efetuada por Mauro Cid (ajudante de ordens de Jair Messias Bolsonaro), teria envolvimento direto do General Braga Netto e seria efetuado pelos “Kids pretos”.

Este plano de golpe e assassinatos, misto de uma não aceitação com a descrença no sistema eleitoral, é fruto da incredulidade na democracia brasileira. É importante ressaltar que, esse flerte com o golpismo, aderida por parcelas da população brasileira, não surge como um advento da eleição de 2022, visto que a semente do golpismo está plantada ao longo da história política brasileira, como afirma Avritzer (2018), ao afirmar que o Brasil vivenciou um período de 20 anos democrático (1994-2014), tendo o fim do seu período, na eleição de 2014, onde o candidato Aécio Neves, ao não aceitar a derrota, efetuou fortes ataques a validade do resultado eleitoral no Brasil. Assim, podemos perceber, que existe ao longo da história brasileira um movimento pendular, onde oscila entre a democracia e a antidemocracia. “O Brasil já passou tanto por momentos de otimismo em relação a sua democracia, como por momentos absolutamente pessimistas, ou de forte consenso antidemocrático” (Avritzer, 2018, p. 277).

Na definição do autor, existem dois traços que marcam a trajetória política brasileira, os períodos em que o pêndulo está focado nesse viés antidemocrático, seria a não aceitação dos resultados eleitorais e a definição não eleitoral da policy. Esses momentos periódicos de orientação antidemocrática, são exemplificados por Schwarcz (2019), quando a autora define desde o primeiro governo do “presidente” Marechal Deodoro da Fonseca, até a ditadura militar brasileira, elencando governos que tiveram como elemento principal, profundas rupturas com a democracias. É relevante salientar, que tanto Avritzer (2018) como Schwarcz (2019), analisam a história brasileira até o ano de 2018. Logo, não chegam a analisar o governo Bolsonaro, nem o movimento bolsonarista. Porém, Avritzer demarca o período de 2013 a 2018, como o momento em que este pêndulo oscila de forma mais assinalada para o viés antidemocrática, nas palavras do autor, ao analisar o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2014, destaca a influência de dois atores, que ao negarem a derrota dos seus

Realização:



Apoio:



projetos, incentivam a ruptura democrática, o mercado financeiro e as elites econômicas.

No entanto, as derrotas das forças de mercado, e da elite econômica mais uma vez mudou a direção do pêndulo antidemocrático no Brasil. Quando pensamos o governo Temer, ele se propôs desde seu primeiro dia, a desfazer a relação entre programa eleito e política pública (Avritzer, 2018, p. 285).

Na análise de Avritzer, o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, representaria essa negação da derrota por parte das elites econômicas e do mercado financeiro, escolhendo assim, o vice-presidente Michel Temer, como a figura que através de um discurso ultraliberal, colocaria a agenda dos entes derrotados no jogo político, desconsiderando o programa de governo eleito, de forma democrática. Um elemento central na análise de Avritzer (2018) quanto de Schwarcz (2019), é que ambos por terem o recorte limitado a 2018, não dão conta de explicar o fenômeno da ascensão bolsonarista ao poder no período pós 2018.

### **Bolsonarismo, novos elementos de uma velha história**

Conforme debatido anteriormente, na noção de pêndulo democrático, no qual oscila a sociedade brasileira, a questão central está na forma como a extrema direita, ligada a figura de Jair Messias Bolsonaro ascende ao poder, e tem a sua vitória expressiva em 2018, podemos traçar como metáfora, quase que uma Blitzkrieg, elegendo de forma massiva, candidatos ligados a extrema direita. Cabe mencionar, que a ascensão da extrema direita não é um fenômeno político exclusivo do cenário nacional, está incluso em uma onda global de tomada ao poder, como nos aponta Fleury (2024), em que a autora aponta o relatório do V-Dem Institute, que demonstra em seus resultados, uma hegemonia do programa da extrema direita, em todo o globo. Na concepção da autora:

O relatório de 2022 do V-Dem Institute (Varieties of Democracy) da Universidade de Gothenburg, com base em um amplo estudo de indicadores em 180 países, concluíram que, em 2021, havia um recorde de 33 países submetidos a processos de autocratização, o que representa um retrocesso dos regimes democráticos dos últimos 30 anos (Fleury, 2024, p.293)

Existem três componentes, que caracterizam esse processo de autocratização da política ao redor do globo, seriam eles, o Populismo, o Extremismo e o Autoritarismo. Para Barroso (2022), por mais que esses elementos não se confundam, sua junção, representa um grave perigo para a democracia constitucional. No caso do bolsonarismo, podemos perceber esta tríade presente na figura do candidato e a adesão por parte dos seus adeptos.

### **Populismo e Bolsonarismo**

Ao analisarmos a narrativa empreendida por Jair Messias Bolsonaro, percebemos uma construção de uma imagem, voltada a ideia de que ele é um “homem do povo”, exemplo disso, está no destaque em sua origem nas forças armadas, visto que, ele chegou ao posto de capitão do exército brasileiro. Cabe salientar, em relação a sua carreira militar, por mais que estivesse no patamar de oficial, Bolsonaro não era dos ramos mais tradicionais do oficialato (não pertencia as patentes mais altas da caserna), sua carreira também foi repleta de atos dúbios e processos disciplinares, como aponta a matéria de Yuri Ferreira (2023) na revista Fórum. Assim, Bolsonaro adentra para a política e emerge quase como um “sindicalista” do militarismo, tendo como foco eleitoral, os militares de baixa patente, pensionistas e militares da reserva.

Outro ponto, que o populismo presente na construção de imagem de Bolsonaro, é a forma como o mesmo, busca se desvincular da política tradicional, utilizando

Realização:



Apoio:



linguagens de tom popular e de senso comum (sem preocupação em seu discurso, em xingar e fazer acusações infundadas), não por acaso, ao analisarmos as participações de Bolsonaro na grande mídia, era figura frequente em entrevistas e episódios de programas de televisão como CQC e Superpop, constantemente se posicionando de forma conservadora, principalmente quando o tema era relacionado a questões identitárias ou de segurança pública, o mesmo buscava-se posicionar em uma ideia voltada a noção de tradição, família e exaltação ao nacionalismo. Essa retórica que Bolsonaro utiliza, não é por acaso, se encontra dentro do *modus operandi* do populismo da extrema direita, conforme define Schwarcz (2019).

Esses novos governos tem igualmente recorrido, a uma profusão de estratégias comuns: a seleção de um passado mítico e glorioso, a criação de um anti- intelectualismo e um antijornalismo de base; um retorno a sociedade patriarcal de maneira a elevar conceitos como hierarquia e ordem; o Uso da polícia e do Estado ou, se necessário, de milícias para reprimir bandidos mas também desafetos políticos; uma verdadeira histeria sexual que acusa mulheres, gays, travestis e outras minorias de serem responsáveis pela degeneração moral de suas nações(...) a manipulação do Estado, de suas instituições e leis visando perpetuar o controle da máquina e garantir um retorno nostálgico aos valores da terra, da família e das tradições, como se esses fossem sentimentos, puros, imutáveis e resguardados (Schwarcz, 2019, p.186).

O governo de Bolsonaro, seguiu esse “script”, porém, o ponto relevante para reflexão, está em sua eleição, com máxima adesão, e sua longa carreira pública, de mais de 30 anos de vida política, demonstra que grande parte da população brasileira, não apenas concordam com sua decisão, como se sentem contemplados pelas ideias disseminadas por ele, que representam a concepção de um Brasil tradicionalista, ou até mesmo seus discursos inflamados, sendo definidos como “espontâneos”, assim, o conceito de homem cordial cunhado por Sérgio Buarque de Holanda (2018), serve de forma eficaz para definir Bolsonaro

A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas, por estrangeiros que nos visitam, representam com efeito um traço definido do caráter brasileiro, na medida ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”. Civilidade São antes de tudo expressões legítimas de um fundo extremamente rico e transbordante (Holanda, 2018, p.176).

Assim, podemos interpretar a figura de Bolsonaro, a partir da concepção de homem cordial, porém, essa cordialidade, não tem como expressão a sua ideia do cordial de gentileza, mas sim, como um homem de emoção exacerbada, completamente dominado pelo seu temperamento explosivo e de cunho autoritário. Ao traçarmos um panorama geral da história política brasileira, identificamos que uma das principais características do governo brasileiro, é a necessidade por saídas messiânicas e políticos que “exalam” esse cunho paternalista e patrimonialista, logo, Bolsonaro não seria este único “Messias” na política brasileira, conforme apontado por Schwarz (2019), porém na atualidade ele visto, como essa saída redentora para o mercado financeiro.

### **Bolsonarismo e ultraliberalismo**

Após analisarmos os parâmetros que regem o discurso bolsonarista, precisamos analisar a relação simbiótica entre os governos de extrema direita e o mercado financeiro. Como o recorte deste artigo, está voltado para o Bolsonarismo, é necessário refletir o projeto econômico de governo, e o que foi efetuado.

Um dos principais elementos presente em seu discurso, é uma crítica exacerbada a máquina estatal, afirmando que a máquina pública é onerosa e deficitária, e a burocracia estatal é um grande entrave para a economia, assim, a saída encontrada

Realização:



Apoio:



é o empreendimento de reformas draconianas no Estado brasileiro. Exemplo disso, foi a escolha de Paulo Guedes para ministro da Economia. Ao longo da corrida eleitoral de 2018, e de todo o seu governo, a figura de Paulo Guedes, foi alçada a um patamar quase divino, onde todos os atos e questionamentos, estavam diretamente ligados ao ministro da economia. Outro ponto a salientar, muito característico do governo Bolsonaro, é o discurso sobre a austeridade fiscal, e a ênfase que os programas sociais eram dispendiosos para os cofres públicos.

Essa visão econômica de governo, não é uma posição ímpar do bolsonarismo, ela se configura como uma posição de governos semelhantes, como nos aponta Fleury (2024):

Não é acidental o fato de um crescente número de governos populistas autoritários ao redor do mundo compartilharem visões ultraliberais no campo econômico, consentindo muitas vezes com regras fiscais de austeridade que limitam sua própria discrição, a exemplo de governo Bolsonaro no Brasil (Fleury, 2024, p. 298).

Esse ultraliberalismo, defendido por governos autoritários, busca validação com base em um discurso com retórica popular, onde através de uma analogia que equipara a gestão estatal, com a administração de uma casa, busca legitimar a política de austeridade, para assim, manufaturar um consenso para os brasileiros, como exemplifica Carvalho e Rossi (2020).

Análises que carregam uma carga moral para exaltar o comportamento associado ao rigor, a disciplina, aos sacrifícios, a parcimônia, a prudência, a sobriedade e reprimir comportamentos dispendiosos, insaciáveis, pródigos e perdulários. (Carvalho; Rossi, 2020, p. 39).

Para os autores, a metáfora da economia estatal, equiparada a economia de uma casa, é dúbia, visto que, ao mesmo tempo que simplifica e falsifica dados, também humaniza o governo, dando um caráter de cunho pessoal.

É interessante refletir, que ao mesmo tempo que essa lógica ultraliberal, moraliza a economia, ao colocar a administração e os gastos em um *ethos disciplinar*, nos remete a um elemento presente na formação social brasileira, onde a visão patrimonialista está presente ao longo de nossa história. Para Holanda (2018), no Brasil existe uma tendência de não compartimentar a esfera pública da esfera privada, colocando assim, as decisões estatais quase como uma constituição das decisões particulares, sendo um reflexo da formação brasileira, pautada no modelo familiar do engenho.

Representando sempre como já se notou acima, o único setor onde o princípio da autoridade é indisputado, a família colonial, fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem em toda a vida social, sentimentos próprios a comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (Holanda, 2018, p. 96-97).

Novamente, a análise de Holanda (2018), escrita na primeira metade do século XX, para analisar a sociedade brasileira em sua contemporaneidade, se mantém tão atual ao longo dos tempos, ao elencar essa cordialidade (temperamento) político brasileiro e o patrimonialismo como elemento central.

Em suma, o ultraliberalismo, se apresenta como uma “racionalização” da economia, visando buscar uma eficiência nos gastos públicos. Na visão dos gestores, o corte precisa ser realizado, onde mais afeta os cofres públicos, escolhendo como alvo, elementos que representam excessos como apontam Carvalho e Rossi “Esses excessos têm várias faces- aumento do salário-mínimo, gastos sociais, intervencionismo estatal, e até a constituição de 1988”. (Carvalho e Rossi, 2020, p.40)

Podemos concluir que, no discurso de austeridade fiscal, é enfatizado a parcimônia e sacrifícios, porém, os principais alvos dessa política, que efetuam a parte

Realização:



Apoio:





mais árdua do sacrifício, é o povo brasileiro, enfatizando como esse discurso, tem como alvo as parcelas mais populares da sociedade. No que tange os elementos citados, vamos focar diretamente na vilanização em relação aos gastos sociais.

## **Onda de choque contra os gastos sociais**

Uma visão clássica relacionada ao neoliberalismo, mais exacerbada nesta nova versão mais acirrada, é a visão meritocrática da sociedade, para este modelo econômico, existe uma visão idílica do universo, cujo todos os indivíduos possuem chances igualitárias na vida, logo, a ascensão na vida está intimamente ligada ao mérito e na aptidão ao trabalho. Essa meritocracia, é uma visão muito presente no mito do “Self-mademen”, em uma tradução literal para o português “o homem que faz a si mesmo”.

Cabe destacar, que em sociedades onde sua formação sócio-histórico está alicerçada na desigualdade sociorracial, cujo racismo estrutural, Almeida (2019) é um dos componentes basilares da formação social brasileira. Esse discurso, onde basta trabalhar mais, ou que todos são capazes, de fazer a sua própria sorte, a partir do “trabalho duro”, é uma falácia desprendida da realidade brasileira, principalmente em relação ao campo econômico. São expostos por Almeida (2020):

Quando analisada a realidade econômica entre a população branca e negra, ainda é comum o argumento de que esse é resultado da meritocracia ou esforço pessoal- para brancos- e do outro lado, da preguiça e incapacidade- para os negros-, culpabilizando os grupos inferiorizados pela sua condição (Almeida, 2020, p. 144).

Assim, quando são efetuadas críticas e corte de gastos na política, grande parcela da sociedade brasileira, está sendo afetada de forma direta, essa parcela da população, se encontra na base da pirâmide social brasileira.

Exemplos deste ataque direto a política social no governo Bolsonaro, é expresso por Ferreira (2024), onde o autor explicita o massivo ataque ao campo das políticas sociais, como por exemplo, o desfinanciamento sofrido pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS por sua vez sofreu um corte orçamentário de 40% entre 2019 e 2020 como indicam Castilho e Lemos (2021), Ao mesmo tempo que o orçamento secreto foi instituído substituindo virtualmente o planejamento público e transparente de políticas públicas e sociais. Esse recuo orçamentário afetou unidades de Centro de Referências (CRAS), por exemplo, e que foram cruciais na pandemia no atendimento à população que da assistência social necessitou (Ferreira, 2024, p. 14).

É importante refletir, que o corte do governo com gastos sociais, não é algo fora da curva na visão política bolsonarista, visto que Bolsonaro, em 2010, já efetuava críticas agudas ao programa Bolsa Família, como nos aponta a matéria escrita por Sandy Mendes (2021), no site Congresso em Foco, em que o político acusava o programa de ser uma espécie de voto de cabresto, inclusive utilizando a alcunha de “Bolsa-farelo”. A matéria destaca também, que segundo o político, o Bolsa Família era uma mazela para a economia, pois segundo sua visão “tira o dinheiro de quem produz, para dar aquele que se acomoda”. Esse tipo de discurso, é a clássica visão meritocrática do neoliberalismo.

O efeito direto dos cortes orçamentários nos gastos sociais, por parte do governo, é um efeito negativo para parcelas da população brasileira, que tem como fonte de subsistência, o acesso a políticas e serviços públicos. Parcela essa, em sua grande maioria, mulheres, e pessoas pretas, em que ao longo da formação social brasileira, encontram-se em situação de vulnerabilidade social.

Realização:



Apoio:



A partir do momento que essa política de austeridade fiscal, promove ainda mais a desigualdade social no Brasil, visto que impossibilita parcelas da população, acessarem esse meio de subsistência, essa política estatal configura-se como uma espécie de Necropolítica cunhada por Achille Mbembe (2018).

O conceito de necropolítica é expresso por Mbembe (2018), na expressão de que um Estado Soberano, detém a decisão de escolher aqueles que merecem e aqueles que devem morrer.

Este ensaio pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação do poder (Mbembe, 2018, p. 3).

A concepção de necropolítica, é um debate costumeiramente ligado ao debate em relação ao Estado de Exceção, segurança pública e aos direitos humanos, porém, na aplicação deste artigo, busca-se relacionar os efeitos dessa negrogestão, diretamente ao debate em relação a austeridade fiscal e política de governo. Visto que, a partir do momento em que o Estado opta por efetuar esses cortes, coloca a sobrevivência de grandes parcelas da população brasileira, em risco.

Esta necropolítica, de certa forma é sutil e validada pelo discurso econômico, sob o argumento da meritocracia, do discurso da austeridade, e da eficiência econômica liberal, ofertada pela “racionalidade”, assim, valida-se o aumento do abismo social desigual, onde a sociedade brasileira está alicerçada. Este discurso, embasa uma denegação do racismo brasileiro, visto que, a partir do momento, que transfere para o indivíduo a razão da situação de vulnerabilidade que se encontra, tira do Estado a sua responsabilidade, ao mesmo tempo, que promove o genocídio da população negra.

Não obstante, o programa de austeridade não visa transformações pelo lado da arrecadação, mas busca reduzir justamente o lado que contribui para a redução das desigualdades sociais e que beneficia proporcionalmente mais a população negra (Almeida, 2020, p. 147).

## Conclusão

Como podemos analisar ao longo do artigo, a democracia brasileira vive em um constante processo pendular, no qual oscila entre períodos democráticos e períodos autoritários, conforme expresso na análise de Avritzer (2018). No entanto, sua análise por estar limitada temporalmente ao ano de 2018, não chegou a analisar a absurda guinada a uma fase de extremismo, onde os rumos da democracia brasileira, estavam em risco. Logo, este artigo buscou analisar o fenômeno do bolsonarismo, a partir do seu discurso, e gestão econômica, refletindo assim na figura de Bolsonaro, que não é um elemento ímpar na história brasileira, visto que, sua figura patrimonialista e de homem cordial, como nos aponta Holanda (2018), está presente ao longo da formação social brasileira, principalmente o caráter conservador e racista, onde através de um discurso de razão ultraliberal, visa através da austeridade fiscal, efetuar uma gestão de necropolítica, tendo como um dos alvos mais afetados, a população negra.

## Referências

ALMEIDA, Silvio de *et al.* Racismo na economia e na austeridade fiscal. *In*: DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (org.). **Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária; Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES/Brasil), 2020.

Realização:



Apoio:



ALMEIDA, Silvio de. **Racismo estrutural**. 2ª ed. São Paulo: Pólen; Sueli Carneiro: Coleção Feminismos Plurais, 2019.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 273-289, ago. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/S01013300201800020006>>. Acesso em: 30 set. 2025.

BARROSO, Luís Roberto. Populismo, autoritarismo e resistência democrática: as cortes constitucionais no jogo do poder. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 1652–1685, 2023.

CARVALHO, Laura; ROSSI, Pedro. Mitos fiscais, dívida pública e tamanho do Estado. In: DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (org.). **Economia pós-pandemia**: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil. São Paulo: Autonomia Literária; Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2020

FERREIRA, Gracyelle Costa. A política social do capitão: bolsonarismo, neomalthusianismo, eugenia e militarização no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 147, n. 2, p. e–6628416, 2024.

FERREIRA, Yuri. Por que Jair Bolsonaro saiu do exército? Relembre história do ex-presidente nos anos 1980. **Revista Fórum**, 22 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/2023/9/22/por-que-jair-bolsonaro-saiu-do-exercito-relembre-historia-do-ex-presidente-nos-anos-1980-144571.html>>. Acesso em 31 set. 2025.

FLEURY, Sonia et al. Populismo autoritário, desdemocratização e desmonte das políticas sociais: lições do caso brasileiro. In: FLEURY, Sonia et al. (org.). **Cidadania em perigo**: desmonte das políticas sociais e desdemocratização no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Livres; Cebes, 2024. Disponível em: <<https://portolivre.fiocruz.br/cidadania-em-perigo-desmonte-das-politicas-sociais-e-desdemocratizacao-no-brasil>>. Acesso em: 19 mar. 2025.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte. São Paulo: N-1, 2018.

MENDES, Sandy. Bolsa-farelo e voto de cabresto: as contradições de Bolsonaro sobre o Bolsa Família. **Congresso em Foco**, Brasília, 10 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/21630/bolsa-farelo-e-voto-de-cabresto-as-contradicoes-de-bolsonaro-sobre-o-bolsa-familia>>. Acesso em: 26 jul. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Realização:



Apoio:



## **CONTRARREFORMA, TIC'S E DESMONTE ORÇAMENTÁRIO: construção neoliberal do Estado brasileiro via dissolução da proteção social**

Mariana Teodoro de Sousa<sup>40</sup>

Yve Matayoshi Galvão<sup>41</sup>

Tainá Gregth Suano<sup>42</sup>

**Resumo:** O presente trabalho aborda a contrarreforma do Estado a partir da década de 1990, apontando sua lógica orientada para o ajuste fiscal permanente, principalmente no âmbito de financiamento da seguridade social brasileira e sua relação com a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Sob a justificativa de eficiência e redução de custos as TICs contribuem para a precarização dos serviços públicos e a exclusão digital da classe trabalhadora assim, a digitalização das políticas sociais, em especial no contexto recente, reforça processos de mercadorização e desresponsabilização estatal, aprofundando desigualdades estruturais e limitando o acesso a direitos socialmente constituídos.

**Palavras-chave:** Contrarreforma do Estado; Seguridade Social; Tecnologias da Informação e Comunicação; Políticas Sociais.

**Abstract:** This paper addresses the counter-reform of the State since the 1990s, highlighting its logic of permanent fiscal adjustment, primarily in the context of financing Brazilian social security, and its relationship with the incorporation of Information and Communication Technologies (ICTs). Under the justification of efficiency and cost reduction, ICTs contribute to the precariousness of public services and the digital exclusion of the working class. Thus, the digitalization of social policies, especially in the recent context, reinforces processes of commodification and state disaccountability, deepening structural inequalities and limiting access to socially constituted rights.

**Keywords:** State Counter-Reform; Social Security; Information and Communication Technologies; Social Policies.

### **Introdução**

A crise estrutural do capital inaugura um novo patamar na condução das políticas estatais, marcado por estratégias de reorganização institucional, fiscal e produtiva que objetivam viabilizar a continuidade da acumulação capitalista em um cenário de esgotamento das formas clássicas de expansão (Antunes, 2018). Longe de representar um retrocesso pontual ou uma decisão administrativa localizada, as contrarreformas do Estado brasileiro implementadas a partir da década de 1990, expressam respostas do capital às suas próprias limitações histórico-estruturais (Iamamoto, 2007).

Nesse contexto, escancara-se à consolidação de um novo padrão de intervenção, orientado pela austeridade fiscal, da financeirização da política e da mercantilização dos direitos sociais (Behring, 2003), intensificando uma desarticulação

<sup>40</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP-Franca). E-mail: teodoro.sousa@unesp.br

<sup>41</sup> Discente de Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: yve.galvao@gmail.com

<sup>42</sup> Discente de Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: d202110675@uftm.edu.br

Realização:



Apoio:



das condições materiais de reprodução da classe trabalhadora através do ideário neoliberal.

O ideário neoliberal, neste sentido, se manifesta enquanto uma expressão da crise estrutural sob a forma de uma reação burguesa de natureza claramente regressiva com lastros conservadores e até mesmo reacionários. Sob o pretexto de modernização administrativa e equilíbrio dos gastos públicos, a pragmática neoliberal rearticula a ação estatal brasileira ao impor a substituição da proteção social aludida na Constituição Federal de 1988 por um Estado mínimo em suas funções sociais e máximo em sua atuação garantidora dos interesses do capital financeiro.

Essa mudança não apenas redefiniu a forma de gestão do fundo público, como também aprofundou o papel do Estado como articulador de políticas que atendem ao grande capital, retirando-o progressivamente das ações e medidas voltadas para reprodução social do conjunto da classe trabalhadora.

Nesse processo de reestruturação do aparelho estatal, a Seguridade Social — composta pelas políticas de saúde, assistência e previdência — tornou-se alvo privilegiado da ofensiva neoliberal, operando um verdadeiro desmonte das garantias inscritas na Constituição Federal de 1988 (Bravo, 2020). A sustentação jurídica e política desse movimento se dá por meio de reformas constitucionais e medidas infralegais que reduzem o alcance da proteção social, ao mesmo tempo em que alocam parcelas cada vez maiores do fundo público para o pagamento dos encargos da dívida pública e para a sustentação das taxas de rentabilidade do capital.

Esse redirecionamento funcional do fundo público, soma-se a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumentos privilegiados de uma nova racionalidade gerencial nas políticas sociais. Com isso, as TICs, inicialmente desenvolvidas no interior do setor produtivo com o objetivo de aumentar a produtividade e intensificar a exploração do trabalho vivo, foram absorvidas pelo setor público como tecnologias que prometem desonerar o Estado e modernizar a gestão dos serviços sociais. Contudo, sua implementação nas políticas sociais ocorre não apenas como resposta a exigências técnicas, mas como parte indissociável do projeto de contrarreforma do Estado, sustentado pelas determinações do ajuste fiscal permanente.

A digitalização dos serviços públicos, especialmente no campo da assistência e da previdência social, tem sido apresentada como mecanismo de eficiência e economicidade, mas, na prática, intensifica processos de exclusão e desresponsabilização estatal diante das necessidades da classe trabalhadora (Guerra, 2009). A incorporação das TICs às políticas sociais no Brasil, sobretudo a partir dos anos 2000, e com especial intensidade durante os governos Temer e Bolsonaro, revela-se como expressão concreta da racionalidade neoliberal e de seu alinhamento com os interesses do capital financeiro.

A lógica da plataforma e da automação dos serviços públicos impõe obstáculos ao acesso e à permanência de milhões de usuárias e usuários, sobretudo entre os segmentos mais vulnerabilizados da sociedade — negros, mulheres, trabalhadores informais, população LGBTQIA+, moradores das periferias e das zonas rurais (Silva 2021), ocasionando uma exclusão social ao compasso em que se adensa uma inclusão digital.

Tendo isto em vista, a análise que se segue busca evidenciar a correlação entre a contrarreforma do Estado, a incorporação das TIC's e a desarticulação da seguridade social brasileira. Em relação a marcadores temporais, lançaremos maior atenção ao adensamento de tais processos durante os governos de direita e extrema-direita personificados na figura de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL), por compreender que estes representam uma maior severidade frente a desarticulação da proteção social.

Assim, partindo de uma análise bibliográfica fundamentada no materialismo histórico-dialético, o trabalho em tela objetiva contribuir na construção do debate crítico

Realização:



Apoio:





sobre como tais medidas representam, conjuntamente, a construção da disposição integral do fundo público brasileiro aos ditames do grande capital internacional.

### **Contrarreforma do Estado: os novos contornos a crise e seus impactos**

A incontornabilidade do capital impõe em seus aparatos institucionais, contínuas reorganizações que visam remediar as expressões de seus defeitos estruturais historicamente localizados. Sendo neste contexto de tentativas para retomar sua valorização e mitigar as expressões da crise iniciada na década de 1970, que se encontram os processos de reestruturação produtiva.

No Brasil, tal processo foi imposto através do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE, 1995) elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE) coordenado por Bresser Pereira, a partir do qual se organiza um redirecionamento da atuação do Estado brasileiro.

Ao introduzir um *diagnóstico da máquina pública*, buscando provar a tese de que a Constituição Federal (1988) tirou a capacidade operacional do governo e aumentou seu custo (Behring, 2003), o PDRAE demonstrou seu caráter essencialmente anti-constitucional. Ou seja, para conduzir o redirecionamento do Estado foi necessário retroceder nos incipientes avanços sociais, principalmente nas disposições orçamentárias destinadas à proteção social, ocasionando um verdadeiro embate entre reformismo e contra-reformismo.

Nesse contexto - diferente do aludido pelos liberais - o Estado continua forte, o que muda é a direção socioeconômica da atividade e da intervenção estatal, estabelecendo novas regras para governar a favor do grande capital financeiro (Iamamoto, 2007), traduzindo suas demandas em políticas nacionais.

Dentre todas as propostas de emendas constitucionais que marcaram o início da contrarreforma do Estado, iremos nos atentar à busca pelo superávit primário, conduzido a partir de 1999 através de um acordo realizado entre o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A particularidade deste acordo está na imposição do equilíbrio das contas públicas, colocando de um lado os gastos obrigatórios e/ou discricionários e do outro, o pagamento de encargos da dívida pública.

Foi colocado em curso medidas que assegurem a capacidade do Estado em manter as taxas de juros e a rentabilidade do capital - tais imposições conduziram uma “brutal contenção de gastos em todas as áreas, com exceção do pagamento do serviço da dívida e do pessoal” (Behring, 2003), comprometendo de maneira integral o financiamento das políticas públicas e sociais.

Com o adensamento da crise do capital e sua expressão na reestruturação produtiva, o fundo público, que outrora teria parte de sua composição destinada ao financiamento das políticas sociais, é centralizado no processo de valorização do capital. De acordo com Behring (2003),

o fundo público, tensionado pela contradição entre socialização da produção e apropriação privada do produto do trabalho social, atua realizando uma punção de parcela da mais-valia socialmente produzida para sustentar, num processo dialético, a reprodução da força de trabalho e do capital, socializando custos da produção e agilizando os processos de realização da mais-valia, base da taxa de lucros (Behring, 2003, p. 55).

Neste sentido, o redirecionamento da ação estatal outrora mencionado, diz respeito, em grande parte, a refuncionalização do fundo público brasileiro, agora, voltado cada vez mais para o grande capital ao compasso que desresponsabiliza o Estado (e o próprio capital) de operar nas condições de reprodução da classe trabalhadora via políticas públicas/sociais.

Realização:



Apoio:



Frente a complexidade deste cenário, o corpo normativo da Seguridade Social ficou à mercê de legislações complementares em um contexto em que não havia condições históricas e materiais para a consolidação de uma política aos moldes da Carta Magna. Assim, Emendas Constitucionais (EC) como a Desvinculação das Receitas da União (EC nº 93) que despendia 20% da arrecadação tributária para os encargos da dívida pública e sua prorrogação por meio da EC nº31/2016 que aumentou seu percentual para 30% e duração até 2023, demonstra a severidade da refuncionalização orçamentária frente ao dismantelamento da cobertura de direitos teórica e constitucionalmente preconizados.

É importante termos em vista que a desarticulação da proteção social brasileira não corresponde a uma questão conjuntural de determinados governos, mas sim, que a um fator inerentemente relacionado às próprias condições do capital em crise. Isto porque, ressaltado as particularidades de cada mandato, todos os partidos políticos empossados a partir da década de 1990 conduziram o adensamento da cooptação do fundo público orientado pelo ajuste fiscal permanente.

“Tanto os governos Lula e Dilma quanto o governo ilegítimo de Temer não se preocuparam em “cortar na carne” os direitos históricos da classe trabalhadora para garantir os lucros do sistema financeiro e das elites burguesas” (Castilho et al, 2017). Entretanto, a partir do golpe de 2016 e a chegada de Michel Temer à presidência percebemos um maior recrudescimento no desmonte das políticas que compõem a seguridade social.

Atrelado a já mencionada prorrogação da DRU até 2023, institucionalizado já no governo Temer, ocorreu a inserção da Emenda Constitucional nº 95 popularmente conhecida como “pec do fim do mundo” ou “teto de gastos” que institui o Novo Regime Fiscal (NRF), impondo, dentre outros fatores, o congelamento do orçamento público em áreas chaves como saúde, educação e seguridade social pelos próximos 20 anos.

Michel Temer representou a articulação da direita brasileira, que, mais do que nunca, buscava meios de intensificar a obtenção de lucros via superexploração da classe trabalhadora sem a mínima possibilidade de impedimento. Medidas como a EC nº95, a prorrogação da DRU, reformas como a Trabalhista e Previdenciária demonstram a severidade do atual cenário ao intensificar a transferência do ônus da crise para o conjunto da classe trabalhadora

Neste sentido, não se trata de uma mera coincidência o recrudescimento do conservadorismo e reacionarismo inato a estrutura social brasileira e impulsionado no pós-2016. Diante a crise se faz necessário alocar a parcela que compõem a base social brasileira conforme os interesses do mercado financeiro, mesmo que signifique articular estratégias e táticas abertamente fascistas.

Este breve resgate histórico é importante, tendo em vista, principalmente, a compreensão do contínuo desmonte da Seguridade Social brasileira, com também a alocação de novas ferramentas nos espaços de efetivação da referida política, como é o caso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's).

“Desde a crise dos anos de 1970, vem ocorrendo um acelerado desenvolvimento das TICS, utilizadas como estratégia do capital para explorar novos ramos de mercado e reduzir os custos com trabalho vivo” (Paz; Peruzzo, 2025, p. 490), iniciando o que popularmente conhecemos como Indústria 4.0.

As TICs foram desenvolvidas pelo setor produtivo, com o intuito de aumentar a produtividade e elevar as taxas de acumulação, mas com a contrarreforma do Estado, elas também chegaram ao setor público, como estratégia para redução dos custos com servidores e o aumento da produtividade. Na realidade brasileira, essas tecnologias avançaram a partir dos anos de 1990, após a privatização do setor de telecomunicações e chegada da Internet, atingindo primeiro o setor bancário, que passou por um intenso processo de reestruturação do trabalho (Paz; Peruzzo, 2025, p. 491).

Realização:



Apoio:



Ou seja, paralelamente às imposições orçamentárias visando a disponibilização integral do fundo público, ocorreu o incremento de um novo setor produtivo, representando a sanha do capital em encontrar novos meios de valorização e contornos para as expressões de sua crise. Compondo o arcabouço da reestruturação produtiva em curso, “nos anos 2000 o executivo federal iniciou a implementação do governo eletrônico e, desde então, foi feito um conjunto de legislações para estruturar um grande projeto de digitalização dos serviços públicos” (Paz; Peruzzo, 2025, p. 492).

O avanço das TIC's nos espaços operacionais da seguridade social — respaldadas nos mesmos argumentos utilizados para justificar a contrarreforma do Estado, tais como eficiência, metas de produtividade e desempenho — atende o imperativo do ajuste fiscal permanente, como aponta o Banco Mundial.

O custo do atendimento online costuma ser substancialmente menor em comparação com o atendimento presencial, representando enorme economicidade ao poder público. [...] a contínua digitalização do atendimento ao cidadão pode representar uma economia para o governo brasileiro da ordem de R\$ 663 milhões ao ano, e de R\$ 5,6 bilhões ao ano para a sociedade como um todo, atingindo uma economia total de R\$ 6,3 bilhões ao ano (Brasil, 2018, p. 95 *apud* Paz; Peruzzo, 2025, p. 492).

Diante o exposto, se faz necessário reforçarmos que as TIC's não se traduzem a um mero advento conjuntural, seu escopo jurídico e intencionalidade político-econômica remontam às imposições dos organismos internacionais em curso há décadas. Com o advento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o adensamento das Tecnologias de Informação e Comunicação no setor público, principalmente no acesso às políticas que compõem a seguridade social, foram intensificados sem grandes restrições.

Como observaremos a seguir, a incorporação de tais tecnologias ganhou grande centralidade no governo Bolsonaro, principalmente por estar inteiramente relacionada com o imperativo de enxugamento dos gastos públicos e desmantelamento das condições de reprodução social da classe trabalhadora, conduzidos, neste momento histórico, por um partido ultraneoliberal e reacionário.

### **As Tecnologias de Informação e comunicação (TIC'S): A pactuação neoliberal e as políticas sociais**

A perspectiva de intensificação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) vêm em um contexto marcado pela pandemia da Covid-19, atrelado a um viés ideológico-político conservador neoliberal de ordem selvagem, especificamente contra os aparatos públicos que organizam os mecanismos dos direitos sociais da classe trabalhadora.

Isto é, o governo de Jair Bolsonaro tencionou direcionamentos que aprofundaram as desproteções sociais, na contínua desapropriação de direitos sociais e desoneração do Estado, colocando a favor uma administração que tencionava o genocídio programado do corpo social brasileiro. Frases como “não sou coveiro” e “e daí, lamento, quer que eu faça o que?” (BBC, 2020), proferidas por Bolsonaro, no contexto de crescente exponencial dos números de vítimas da pandemia da COVID-19 evidenciam a banalização das condições de vida e reprodução social da classe trabalhadora brasileira.

Os dados que emergem com a pandemia, revelam mais do que uma mera crise sanitária e desnudam a bárbara condição de desigualdade socioestrutural, aprofundada pelo ultra neoliberalismo, que se aliou, a partir de 2018, ao neofascismo no Brasil (Mattos, 2020 *apud* Behring; Boschetti, 2021). Neste âmbito de crise da saúde pública, a proposição neoliberal se proliferou e ganhou forças com as intencionalidades do

Realização:



Apoio:



capital internacional, promovendo não só a plataformização das políticas sociais, mas a agudização da precarização estrutural destas, no momento de maior urgência de equipamentos públicos efetivos e universalizantes.

A atuação do Governo Federal aprofundou uma lógica quanto à promoção de serviços públicos direcionados a um aspecto gerencialista-patrimonialista, dialogando com as prospecções de financeirização das políticas sociais voltadas ao atendimento da classe trabalhadora. Na perspectiva que, o desmonte programados dos organismos públicos, e consequentemente, da precarização formal dos serviços de garantia de direitos, fundamenta a intensificação das expressões da questão social e o afugentamento das relações sociais. Isto é, em consonância com o relatório final da CPI da Pandemia (2021), a proposição orquestrada de não obtenção de vacinas formalizaram um atraso ao acesso da população e redução do ritmo de vacinação, aumentando a mortalidade pelo vírus. Congruentemente, o sufocamento das preposições públicas, das tangentes de base que incorporam não apenas os atendimentos em saúde, mas o acesso à assistência social. Não se trata apenas de negligência da vida humana, mas sim da operacionalização de um genocídio orientado por uma necropolítica.

Araújo e Carvalho (2020), enfatizam que a pandemia da COVID-19 é entendida como uma manifestação do capitalismo contemporâneo, acrescida por questões de classe, gênero e etnia. Os impactos refletidos por tal crise recaem, de forma mais acentuada sobre as camadas mais vulneráveis da sociedade, e no Brasil os segmentos que mais sofrem são os que vivem à margem da vida social, e que mais utilizam da Política Nacional de Assistência Social, especificamente trabalhadores pobres, de comunidade periféricas, a população LGBTQIA+, mulheres e negros (Sobrinho; Viega, 2023, p.08).

Relacionado a essas proposições, a perspectiva interseccional fundamenta o direcionamento abarcado na política bolsonarista, a qual se espelha na desumanização dos sujeitos que se concretizam como classe trabalhadora, estes que compõem a camada “*marginalizada*” da sociabilidade capitalista. Fomentando as raízes históricas da segregação socioeconômica da população preta e periférica, em um alinhamento com a estrutura produtiva de opressão das camadas populares, que não se adequam aos padrões classistas da burguesia. Logo, as proposições políticas do governo Jair Bolsonaro, expressaram continuamente programas que se relacionavam à expansão de convênio público-privado e no enxugamento da responsabilização do Estado, como por exemplo a concepção do *Caixa TEM*, como recurso de resgate dos benefícios emergenciais.

Essa troca na administração dos setores públicos promove meios que fomentam a intensificação da variação nas taxas de juros, enquanto as políticas sociais foram afugentadas por tal processo. Direcionando os percentuais aplicados na política social sobre o valor inicial dentro do mecanismo do capital internacional, fomentando a integralização de empresas privadas e atenuando o relacionamento com o *livre-mercado*. Compactuando com a volatilidade dos fluxos de capital, ao se considerar o acúmulo de capital estrangeiro e o desvio da responsabilidade do Estado para o setor privado.

Em contraposição, o tripé da seguridade social especificamente em relação aos benefícios emergenciais deste período, para além dos cortes orçamentários, teve seu corpo normativo duramente desconsiderado. A concessão do auxílio emergencial no valor ínfimo de R\$200,00 (duzentos reais), demonstra um não cumprimento das prerrogativas legais que compõem a Seguridade Social brasileira e neste caso em específico, a Política de Assistência Social.

A referida política em seu corpo normativo, estabelece “às provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS (...) em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública” (Brasil, 2011 *apud* Silva, 2021). Assim, ao propor o auxílio emergencial no valor

Realização:



Apoio:





irrisório de R\$200,00, a cúpula bolsonarista também desconsiderou a Lei nº 10.835 de 8 de janeiro de 2004, que instituiu a renda básica de cidadania (Silva, 2021), desmascarando a desumanização do Governo Federal frente a agonia de milhares de brasileiros como também, a desarticulação da proteção social.

É perceptível a decadência estrutural das políticas sociais no cenário neoliberal, o qual fomenta a desoneração do Estado e congruentemente o afugentamento da descentralização democrática. Logo, o movimento promovido pela administração bolsonarista visando a fomentação da plataforma das políticas sociais, bem como a mercadorização dos polos de gestão de tais mecanismos informativos, acentuam a desoneração do Estado das prerrogativas constitucionais versadas sobre a proteção social.

Logo, durante a pandemia houve o acirramento das proposições neoliberais e da reestruturação produtiva, agora marcadamente de ênfase tecnológica, no enquadramento digital (Souza; Silva, 2019 *apud* Souza, 2021). Nas políticas sociais, as manifestações dessa hegemonização computacional, podem ser percebidas, na implementação desses serviços de integração de dados, que fundamentam aspectos de elegibilidade postos pelo sistema, e uma automatização dos serviços que fragilizam a integração do usuário.

Essa estrutura robotizada forma uma associação com a lógica do capital, na parceria de instituições como o *Caixa TEM (plataforma utilizada para cadastramento e pagamento do auxílio emergencial)*, na análise de benefícios a serem repassados a partir de um sistema de dados. Ou seja, a execução de políticas sociais do Estado brasileiro, se constrói na contemporaneidade, a partir de uma prestação de serviços realizados pela lógica do mercado. O condicionamento do acesso e cadastro *online* nas políticas e programas sociais, tornam o usuário refém da indisponibilidade automática de informações, demora na alimentação e processamento de dados, como também no tempo de resposta e restrição de acesso e consultas ao sistema (Júnior; Lima, 2007).

Para além de empecilhos relacionados à interface e *software* das plataformas, é preciso nos atentarmos ao processo de exclusão via inclusão das tecnologias de comunicação e informação. A maioria dos usuários das políticas e programas sociais não possuem os meios necessários para acessar as plataformas *online*, como internet e celular com sistema operacional compatível. Conforme demonstra os dados mais recentes da pesquisa TIC Domicílios (2024), observa-se que apenas 68 % dos domicílios pertencentes às classes D e E possuem acesso à internet, enquanto nas classes mais altas essa taxa se aproxima da universalização. Além disso, a presença de computadores ou tablets nesses lares é extremamente limitada: cerca de 89 % dos domicílios das classes D e E não possuem nenhum desses equipamentos.

Para mais, quando esses usuários possuem tais meios, não conseguem realizar a atividade desejada devido a falta de conhecimento e familiaridade com a linguagem e recursos presentes nas plataformas digitais. Esse fator denota contradições expressas através da articulação entre classe, raça, gênero e como este condicionante estrutural resulta em um acesso desigual às tecnologias próprias do tempo histórico.

O acesso às TICs é permeado de contradições estruturais - daquelas fundamentadas em nosso desenvolvimento histórico, como também das mais universais e inerentes ao próprio sociometabolismo do capital. Assim as reorganizações político-econômicas - impostas para assegurar a rentabilidade do capital em crise - operam um redimensionamento das funções do aparelho estatal, ocasionando formas cada vez mais complexas de exclusão de parcelas sociais historicamente marginalizadas, como exposto no decorrer deste trabalho.

Essa implosão tecnológica, fomenta o projeto de desmonte das políticas sociais por frentes diretamente relacionadas: i) acentuando o enxugamento orçamentário em vigor desde a década de 1990; ii) relacionando a automatização dos serviços aos critérios de gestão de empresas privadas, fragilizando os serviços preconizados nas

Realização:



Apoio:





diretrizes das políticas sociais, fomentando as TIC'S enquanto instrumentos de manutenção do *status quo*.

Estes dois processos atuam conjuntamente na alocação, cada vez mais severa, de recursos do fundo público para o capital financeiro em detrimento de uma proteção social efetiva e universal para a classe trabalhadora. Neste sentido, situar a contrarreforma do Estado nos conduz a observar como tais alterações correspondem a períodos específicos do modo de produção, muita das vezes traduzidos em momentos de crise e inflexão da taxa de lucro.

Longe de ser, como se acredita, um obstáculo à extensão da lógica do mercado, o Estado se configura como o principal vetor de hegemonização do capitalismo, sendo através de seu exercício, que as intencionalidades do capital tomam forma na realidade concreta - feito que observamos através da contrarreforma do Estado e seus desdobramentos na operacionalização das políticas sociais.

## Conclusão

A desresponsabilização pública inerente ao sucateamento orçamentário, submerge as políticas e programas sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora ao capital internacional, favorecendo aspectos de controle empresarial que se associam aos aparatos de comunicação, por meio de uma ideologia que esconde seus verdadeiros interesses. Verifica-se a partir disso, os tensionamentos dos instrumentos públicos aos ditames do capital, colocando estes como apetrechos de manutenção do *status quo* ao e potencializadores da extensão das expressões da questão social.

Por meio da adoção dos ideários neoliberais, o acesso às políticas sociais foram cada vez mais afunilados e reformulados, padronizando a precarização dos instrumentos de garantia de direitos da classe trabalhadora e inflacionando os serviços com conjecturas administrativas automatizadas, direcionando a focalização e segregação destes no acesso da população.

Não nos cabe negar o avanço tecnológico próprio de nosso tempo histórico, mas sim, compreender as intencionalidades político-ideológicas empregadas na sua institucionalização, principalmente quando sua implementação visa uma marginalização, exclusão e dilaceramento das condições objetivas dos trabalhadores/as brasileiro/a. Neste sentido, este trabalho não visa encerrar o debate, mas construir pontos de reflexão crítica acerca da realidade posta, realidade esta que nos planta o desejo de supera-lá, e este, enquanto classe, se mantém como nosso objetivo maior.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BBC NEWS BRASIL. Relembre frases de Bolsonaro sobre a covid-19. **BBC**, 07 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>>. Acesso em: 22 jul. 2025.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, p. 66-83, 2021.

Realização:



Apoio:



BRAVO, Maria Inês Souza. Previdência social: contrarreformas e negação de direitos. *In*: BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Política social: fundamentos e história**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2020.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza Souza; GOMES, Vera Lúcia Batista. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 447-466, set./dez. 2017.

CARDOSO, Alessandra *et al.* **A conta do desmonte**: balanço do Orçamento Geral da União 2021. Brasília: INESC, 2021.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO – CETIC. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação nos domicílios brasileiros**: TIC Domicílios 2024. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

DE SOUZA, Edvânia Ângela. A pandemia da covid-19: negacionismo, sofrimento social e o serviço social na área da saúde. *In*: SOARES, Raquel Cavalcante; DE MELO, Delaine Cavalcanti Santana; DE SOUZA VIEIRA, Ana Cristina. **Serviço Social no enfrentamento da Covid-19**. Recife: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/UFPE; Editora UFPE, 2021.

GUERRA, Yolanda. Tecnologia e trabalho profissional: a serviço de quê e de quem? *In*: CFESS. **Oficinas de formação e capacitação**: o trabalho do/a assistente social no SUAS. Brasília: CFESS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

JÚNIOR, Gilvan; LIMA, César. Antecedentes da Rede SUAS. *In*: TAPAJÓS, Luziele; RODRIGUES, Roberto Wagner da Silva. **Rede SUAS**: gestão e sistemas de informação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: MDS, 2007.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro; PERUZZO, Juliane Felix. As tecnologias de informação e comunicação na mediação dos serviços públicos brasileiros. **Temporalis**, Brasília (DF), n. 49, p. 484-500, jan./jun. 2025.

SENADO FEDERAL. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia**. Brasília, DF: Senado Federal, 2021.

SILVA, Luana Aparecida da. A plataformização dos serviços públicos e o acesso à assistência social: entre a inclusão precária e a exclusão digital. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 44, p. 203-224, 2021.

SILVA, Robson Roberto. Assistência social no neoliberalismo: uma análise no contexto da pandemia da COVID-19. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, n. 1, v. 25, p. 26–45, jul., 2021.

SOBRINHO, Jodeylson; VEIGA, Gabriel. O desfinanciamento da Política de Assistência Social no (des)governo Bolsonaro. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v.1, n.1, junho, 2023.

Realização:



Apoio:



## A FUNÇÃO PROTETIVA DA FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: uma análise contemporânea

Ethiene da Purificação dos Anjos Santos<sup>43</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa o familismo na Política de Educação Infantil brasileira. Discute como a referida política é influenciada pela lógica mercadológica e pela diminuição da provisão estatal, que transfere as responsabilidades para as famílias, reforçando sua função protetiva. A análise deste estudo fundamenta-se nos arcabouços teóricos de Zanirato, Harvey, Gama e Mito. O estudo dos parâmetros da referida política revelou que seu ideário subjacente reforça percepções cristalizadas e generalistas, reiteradas por uma lógica familista. Essa abordagem, tem reforçado a desigualdade de gênero ao colocar a majoritária responsabilidade do cuidado e da educação dos filhos na primeira infância à mulher-mãe-trabalhadora.

**Palavras-chave:** Família. Função Protetiva. Política de Educação Infantil. Desigualdade de gênero.

**Abstract:** This article analyzes familism in Brazilian Early Childhood Education Policy. It discusses how this policy is influenced by market logic and the reduction of state provisions, which shifts responsibilities to families, reinforcing their protective role. This study's analysis is based on the theoretical frameworks of Zanirato, Harvey, Gama, and Mito. The study of the policy's parameters revealed that its underlying ideology reinforces crystallized and generalized perceptions, reiterated by a familistic logic. This approach has reinforced gender inequality by placing the majority responsibility for the care and education of children in early childhood on working mothers.

**Keywords:** Family. Protective Function. Early Childhood Education Policy. Gender Inequality.

### Introdução

Ao propor análises e debates sobre políticas sociais, não se pode deixar de compreendê-las a partir de uma noção que estão situadas em contextos contraditórios e complexos, em campos de tensões e lutas de classes, alimentadas pelos processos de produção e reprodução do capital. Para mais, as políticas sociais encontram-se no âmago de uma conjuntura dimensionada por um Estado mínimo que desloca a responsabilidade de provisão de bem-estar para as famílias, reforçando seu caráter familista.

Tendo em vista trazer ponderações acerca da emaranhada relação entre Política Social, Estado e Capital - no primeiro momento, este artigo evidenciará diferentes tempos cronológicos e as transformações que marcaram a construção das políticas sociais no território brasileiro, também retratará as ações estatais, os avanços e dilemas quanto a concessão dos direitos sociais no país. Além disso, propõe reflexões acerca da situação do concebimento das políticas educacionais, como um eixo de política concebida e planejada dentro de uma lógica econômica, mercadológica – impregnada pela racionalidade do capital fetiche.

---

<sup>43</sup> Graduada e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). E-mail: ethiene.epas@gmail.com

Realização:



Apoio:



No segundo momento, trará à tona discussões sobre especificidades da Política Nacional de Educação Infantil (PEI) e as expressões do familismo na referida política - dando ênfase a presença de aspectos que reforçam características conservadoras expressas pela intervenção estatal na relação entre famílias com crianças pequenas e as escolas (nos espaços de creches e pré-escolas). Assim, chega-se à inferência que as políticas de EI são atravessadas por expressões familistas, que por sua vez têm reforçado a desigualdade de gênero, uma vez que as mulheres-mães continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças pequenas.

Este artigo é resultado de uma sólida fundamentação teórica, que se baseou em bibliografias essenciais e debates críticos conduzidos no âmbito da pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Adicionalmente, sua elaboração foi enriquecida pela participação da autora no projeto de pesquisa "Tensões entre trabalho e família: análise das políticas públicas na organização do cuidado e da vida familiar no Brasil", vinculado à linha de pesquisa Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social.

### **Política social, Estado e capital: uma análise de suas inter-relações**

As políticas sociais são um campo complexo e contraditório, moldado por um processo histórico de tensões e insurgências na vida social. Sua formação inicial pode ser compreendida sob duas perspectivas: como um mecanismo de controle social do Estado, que busca conter as manifestações da questão social e conceder um mínimo de bem-estar à classe trabalhadora; ou como uma conquista das lutas de classes, resultantes dos embates do proletariado por direitos e melhores condições de vida e trabalho.

Essa dinâmica se manifesta na notória desigualdade entre capital e trabalho. É na arena desses conflitos que as expressões da questão social se tornam mais evidentes. À medida que os trabalhadores se organizam e questionam as condições de exploração, o capital responde com um ideário que impõe formas de controle e disciplina sobre o proletariado, tanto em nível material quanto ideológico.

Essa lógica estabelece o primado das leis de mercado, fundamentadas na exploração da força de trabalho e na acumulação de riquezas. A mais-valia, extraída da classe operária, é o cerne desse processo. As condições de vida e de trabalho precárias de um grande contingente populacional, que não se beneficia da riqueza produzida, demonstram que a desigualdade social é, de fato, uma característica intrínseca do desenvolvimento capitalista.

A constituição das políticas sociais foi paulatina e peculiar em cada país, seu estabelecimento está vinculado aos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, e também, à precaução do Estado pelo movimento feito e pelas incidências que acarretadas no âmbito de seus interesses. De acordo com Zanirato (2004), desde seu estabelecimento, as medidas adotadas para a definição das políticas sociais na conjuntura capitalista designavam que os direitos dela decorrente seriam direcionadas apenas para alguns, priorizando/atendendo aqueles/as que estavam de maneira formal vinculado/a ao mercado de trabalho, uma vez que parte da classe trabalhadora estava excluída desse acesso, tal parcela representava geralmente a camada mais empobrecida dos países, público este direcionado à ações emergenciais e assistencialistas do Estado.

No Brasil, no período inicial do governo de Getúlio Vargas, as políticas sociais possuíam caráter conservador, na gestão getulista, em meados da década de 30, foi instituída a Legislação Trabalhista, a montagem do sistema previdenciário, a regulação das relações sindicais e novas bases para a educação (Santos, 1995, p. 62). Deste modo, mesmo que vigorasse o Estado de Direito, ele se apresentava de modo restrito, o não atendimento/acesso às necessidades sociais básicas acentuou os problemas

Realização:



Apoio:



sociais, situação agravada pela ausência/escassez de dispositivos básicos para a vida em sociedade, processo esse estendido até meados de 1964.

No Brasil, no período inicial do governo de Getúlio Vargas, as políticas sociais possuíam caráter conservador, na gestão getulista, em meados da década de 30, foi instituída a Legislação Trabalhista, a montagem do sistema previdenciário, a regulação das relações sindicais e novas bases para a educação (Santos, 1995, p. 62). Deste modo, mesmo que vigorasse o Estado de Direito, ele se apresentava de modo restrito, o não atendimento/acesso às necessidades sociais básicas acentuou os problemas sociais, situação agravada pela ausência/escassez de dispositivos básicos para a vida em sociedade, processo esse estendido até meados de 1964.

O período pós-64 reforçou uma administração autoritária e opressora sobre os interesses coletivos, as pautas que abarcavam garantias sociais eram mínimas, a relação que envolvia os desígnios das políticas sociais era mantida em uma redoma de interesses políticos e econômicos - espaço de troca de favores, âmbito propício para ações assistencialistas.

A partir da construção e efetivação da Constituição Federal (CF) de 1988, se adensou a pauta de inclusão e debate de premissas que englobassem a questão dos direitos, da participação e da democracia - neste interstício, o gerenciamento da política social encontrou grande interesse quanto ao reconhecimento dos direitos no campo social. Em suas críticas sobre o direcionamento das políticas sociais no Brasil neste período, Yazbek (1991) presume que o Estado continuou funcionando sem o reconhecimento integral dos direitos, uma vez que prosseguiu reproduzindo desigualdades, por meio de políticas fragmentadas, seletivas e pontuais.

Na década de 90, momento em que passou a se debater em torno do papel do Estado nas sociedades contemporâneas, especificamente na década de 90 que o neoliberalismo se consolidou - no Brasil as políticas sociais encaminharam pelo viés de atuar no social por meio da perspectiva do social como âmbito de carência, isto é, no atendimento de pessoas e famílias carentes, abdicando de políticas mais amplas/abrangentes no que diz respeito a perspectiva da universalização dos direitos.

Portanto, o Estado vem transferindo as responsabilidades para o mercado e para as famílias fazendo emergir a mercantilização dos serviços, terceirizando sua responsabilidade - assumindo um papel contraditório que exprime sua capacidade de menor provisão de bem-estar, que passa a designar legislações que reforçam as incumbências/responsabilidades familiares.

Estado não é um ente superior que paira acima das classes, mas sim o representante dos interesses da classe hegemônica na sociedade, no caso, dos interesses do capital [...] podemos constatar também [...] um movimento que vem ocorrendo na redefinição do papel do Estado, tendência essa que aponta para a incorporação da lógica empresarial da produtividade no interior do próprio aparelho do Estado. Portanto, o Estado está privatizando ou repassando parte de suas responsabilidades para a sociedade civil (Peroni, 2003, p. 90-91).

Sendo assim, os reflexos da reconfiguração das funções do Estado refletem nos diferentes campos da vida social, sendo um grande interventor a favor do grande capital (Harvey, 1989), o que ressalta seu caráter classista, mínimo para as políticas sociais. No que concerne à conjuntura brasileira e ao estabelecimento e caráter estatal a partir da década de 90, pode-se frisar que “o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação de direitos, proteção social, controle e limitação do mercado, significa agora cortes, restrições e supressão destes direitos e deste controle” (Coutinho, 2008, p. 100). A partir das diretrizes impostas pelo cenário de contrarreforma, o Estado passa a ser de regulador e de financiador das políticas públicas de corte social, as quais passam a ser permeadas por ideais de privatização, descentralização e focalização.

Realização:



Apoio:





Dentre os diferentes âmbitos/setores da política social que sofreram rebatimentos com o processo de reconfiguração estatal, estão os refutáveis impactos no âmbito da política educacional que inferiu um caráter gerencial no seu formato de organização, gestão, a reincidência de implementação de mecanismos de monitoramento, avaliação por meio de metas alcançadas ou não; e, instituição de parâmetros de sistema de regulação de eficácia. Ao discorrer sobre o planejamento educacional no Brasil contemporâneo, Ferreira (2013) infere que as políticas educacionais passaram a ser concebidas e planejadas sob a lógica econômica, portanto, a rigor, não existem relações antinômicas no planejamento das políticas sociais e econômicas. O que se encontra, de modo mais assíduo, é o domínio da racionalidade econômica no planejamento da política social.

A educação padece também com as implicações da lógica mercadológica. Mézaros (2008) reitera que na contemporaneidade, a educação tem uma estreita relação com os processos de reprodução mais amplos. Por conseguinte, analisar uma expressiva modificação das práticas educacionais requer alterações em toda esfera social nas quais essas práticas se desenvolvem. Logo, a capacidade de planejar, formular e estabelecer políticas educacionais em suas diferentes etapas deveria responder uma exigência de integração e de cooperação entre os diversos atores sociais, entretanto, na garantia dos direitos sociais, tem se verificado um acúmulo de poder estabelecido por meio da firmação de apoio mútuo entre Estado e Mercado, sem centralização de responsabilidade, evidentemente transpondo/descentralizando a responsabilidade de legitimação integral da política social de educação, o que é possível visualizar/constatar na política de educação infantil, por exemplo, que possui uma faceta familista.

### **O papel da família e o discurso familista na educação infantil brasileira**

A partir das reflexões apresentadas, se quer pontuar que é um grande desafio trazer à tona reflexões sobre a PEI, principalmente por conta das implicações que culminam em seu interior, bem como na sua consumação – em plena conjuntura de “privatização do Estado, do desmonte de políticas públicas e de mercantilização de serviços [...] de políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo” (Iamamoto, 2011, p. 124). Entretanto, como bem aponta o subtítulo desta seção, propor um debate, e consequentemente análises sobre a PEI é uma reflexão necessária – primeiramente por ser um tema com pouca produção no âmbito do Serviço Social; e também por ser um debate que está ganhando certa visibilidade a partir da pauta sobre a imprescindibilidade da inserção de psicólogos/as e assistentes sociais no campo da rede pública de educação.

A PEI é considerada como um direito de crianças de zero a seis anos de idade, nessa perspectiva é promulgada como dever do Estado e da família consumá-la. Para mais, documentos de efetivação PEI pelo direito da criança de 0 a 6 anos à educação, foi efetivada a partir de políticas educacionais que serviram de base para órgãos, como o Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica por meio da Coordenação Geral de Educação Infantil vinculado ao Departamento de Políticas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental, espaços que desenvolveram pautas e normativas direcionadas para a PEI no país.

Não se pode deixar de enfatizar que a PEI representa um progresso na efetivação do direito da criança na primeira infância, trazendo em seu eixo parâmetros para se pensar na atenção que tem que ser dada à etapa da primeira infância, trazendo diretrizes para se refletir sobre a relevância dos primeiros anos de vida tanto no que diz respeito ao desenvolvimento infantil quanto ao desenvolvimento do ser humano, como bem é apresentado em documentos, como: o Marco Legal da Primeira Infância e o Plano Nacional da Primeira Infância (PNPI).

Realização:



Apoio:



A consonância entre as políticas, documentos legais, e também, produzidos pela sociedade civil – estão firmados em um direcionamento que efetive e promova a partir de um processo democrático, políticas públicas designadas às crianças nos anos iniciais de vida. Se quer pontuar, que mesmo estando em uma instância de contribuição legal quanto à ampliação da oferta de vagas para crianças de zero a seis anos e do fortalecimento da noção de educação e cuidado como perspectivas inseparáveis nas ações direcionadas ao público infantil – a PEI apresenta características de uma política familista, uma vez que reforça a indispensável participação e atribuição de responsabilidades às famílias, principalmente no que diz respeito à eficácia no apoio educacional de crianças em escolas e/creches inseridos na seara da Educação Infantil (EI).

Para Gama (2014), a relação entre o espaço familiar e escola nas políticas públicas dirigidas ao público infantil tem marcado substancialmente a área da educação, especialmente a EI. Na conjuntura brasileira, o cenário histórico de elaboração de ações institucionais dirigidas à primeira infância percorreu um longo e tenso itinerário demarcado por explorações e desigualdades deste país, apenas a partir de 1970 que foram realizadas atividades direcionadas por pautas que culminavam na abertura de creches, reivindicações que teve como protagonistas, mulheres do movimento feminista, que fomentavam debates e a luta por direitos – tal movimento também trouxe à tona questões vinculadas à inserção de mulheres no mercado de trabalho, crescimento do índice de divórcios, novos arranjos familiares, além da pressão pelo atendimento educacional da demanda infantil no Brasil.

Com isso, tanto o aumento da respectiva demanda como o tensionamento dos movimentos sociais, à iminência da causa e a omissão da problemática na então legislação educacional, fez com que o suporte na área educacional se estendesse para além dos sistemas de ensino, abrangendo formatos de ensino alternativos – uma vez que, até então não se tinha um regulamento e/ou norma que orientasse esta área educacional. Por conseguinte, crianças de zero a seis anos encontravam-se diariamente em um cenário e estrutura que não foram pensados a partir de suas especificidades, mas sim em um contexto de urgência, digamos que em um formato generalista, cuidadas geralmente por profissionais (geralmente mulheres) sem uma formação voltada para este trabalho, evidenciando o improviso com que o segmento da educação infantil, especialmente das creches, era encarado.

No final da década de 80, com a promulgação da CF de 1988, se teve um novo marco legal, resultado das lutas e demandas reivindicadas pela sociedade civil - assim, o artigo Nº 208, designa como dever do Estado para com a subárea da educação, viabilizar a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até seis anos de idade. Do mesmo modo, no artigo Nº 205, é promulgado que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família promovê-la e incentivá-la, sendo a colaboração de ambas para com a sociedade.

Apesar da promulgação da CF e da visibilidade que culminou em uma nova visão de iniciativas direcionadas a PEI no Brasil, acompanhou-se a proposição primária à família na estruturação e sistematização do bem-estar de seus componentes - tal condicionalidade acaba por enfatizar a divergência quanto ao desempenho estatal, marcado pela ausência de provisão quanto ao bem-estar.

O enxugamento do Estado acaba por reforçar os encargos da proteção social para a sociedade civil por meio de políticas sociais que produzem programas e projetos baseados em uma lógica de controle, de responsabilização e exigências para com as famílias. Transpondo o debate para a PEI, acredita-se que o viés familista entranhado nesta política se expressa pelo reforço da função protetiva da família a partir da palavra “colaboração” - Miotto (2008 apud Carloto, 2010), ao realizar considerações sobre o neoliberalismo familista aponta que tal circunstância está ancorada a uma espécie de voluntarismo do mercado, da família e de sua rede de sociabilidade, que na condição

Realização:



Apoio:



de “parceiros” e/ou “colaboradores” por meio da autonomia familiar possuem tendem a ter a capacidade de resolver seus dilemas e resolver suas necessidades.

Ainda sobre a tendência familista, esta por sua vez reforça aspectos tradicionais de gênero – mediante um ideário patriarcal, enfatizado pela hierarquia sobreposta entre homens e mulheres, caracterizado pela primazia masculina, na qual preconiza as atividades de cuidado para as mulheres-mães, colocando-as como principais responsáveis pelo suporte/apoio, acompanhamento e provisão do bem-estar de crianças na primeira infância.

Sousa (2019), em seu artigo intitulado “Família, diversidade familiar e políticas sociais”, enfatiza que apesar de depararmos com um novo contexto conjuntural, inclusive com novos desígnios e arranjos familiares, ainda é atribuído à família a função social protetiva no plano da reprodução social (em todas as esferas da vida). Em complemento a reflexão da autora, é válido reiterar o que Mézaros (2011) designa quanto a relação entre família e capitalismo, já que conforme o autor ela tem uma função primordial no ciclo da reprodução e manutenção do capital.

Assim, pensando na centralidade da família na conjuntura brasileira percebe-se que o núcleo da vida social está estreitamente vinculado a supremacia familista, fortalecida por um sistema hetero-patriarcal que sustenta hierarquias de gênero, que operam em diferentes dimensões da sociedade; e, que por sua vez recaem na ideia de responsabilização das famílias, e que, quando se pensa em famílias as quais as mulheres são as responsáveis recaímos no debate da sobrecarga dessa mulher-mãe-trabalhadora, que deve dar conta das atividades domésticas e de cuidado, sem o devido suporte público.

## Considerações finais

Diante das discussões apresentadas, conclui-se que a efetivação do direito à educação para crianças de 0 a 6 anos demanda um olhar mais aprofundado sobre o desenvolvimento de políticas públicas que atendam integralmente a essa demanda. Essa perspectiva também impacta as condições da Política de Educação Infantil (PEI), levantando questionamentos sobre a sua formulação e implementação nas diversas regiões do Brasil. As políticas de Educação Infantil são, notadamente, perpassadas por questões familistas. A complexidade aumenta quando se consideram famílias chefiadas por mulheres, as quais, como mães-trabalhadoras, são as principais responsáveis pelo cuidado na primeira infância. São elas que mais acompanham o desenvolvimento de suas crianças em creches e pré-escolas.

Este artigo buscou refletir sobre a PEI em um cenário de privatização estatal, desmonte de políticas públicas e mercantilização de serviços. Discutiu-se o viés familista intrínseco a essa política e as expressões que reforçam a função protetiva da família, manifestadas através da ênfase na “colaboração”. É fundamental problematizar a PEI e os espaços que a compõem como política social. A relevância de creches e pré-escolas laicas, públicas e gratuitas para a aprendizagem e socialização das crianças é inegável. Igualmente importante é a representatividade dessa política para as mulheres-mães-trabalhadoras, que lidam diariamente com a dupla responsabilidade de cuidar e educar, somada a jornadas múltiplas de trabalho. Como pontuam Teles et al. (2018), essa discussão é crucial, pois “inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade”.

Por fim, este trabalho deixa o caminho aberto para novos debates e ressalta a necessidade de mais pesquisas sobre a temática, especialmente no campo do Serviço Social, uma profissão que tem na família seu principal objeto de intervenção (Miotto, 2004) e na política social de educação um território sócio-ocupacional relevante.

## Referências

Realização:



Apoio:



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Imprensa Oficial, 1988.

CASTILHO, Cleide de Fátima Viana; CARLOTO, Cássia Maria. O familismo na política de assistência social: um reforço a desigualdade de gênero? In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1, 2010, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2010, p. 13 - 21.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: ensaios democracia e socialismo. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. **Democracia e tecnocracia no planejamento educacional brasileiro**: tensões permanentes na educação do século 21. Brasília: Liber Livro, 2013.

GAMA, Andréa de Sousa. **Trabalho, família e gênero**: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. São Paulo: Cortez, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1989.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade: 2015**. Rio de Janeiro: IBGE - Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2017

MÉSZAROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZAROS, István. **Educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, n. 3, p. 1-15, dez., 2004. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/979>>. Acesso em: jul. de 2024.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. - São Paulo: Xamã, 2003.

SANTOS, Theotônio dos. **Evolução histórica do Brasil**: da colônia à crise da nova República. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

SOUZA, Ilka de Lima. Família, diversidade familiar e políticas sociais. In: SALVADOR, Evilásio et al. (org.). **Crise do capital e fundo público**: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

ZANIRATO, Silvia H. **Os direitos de cidadania e as lutas pela inclusão social no Brasil**. Maringá-PR: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2004.

Realização:



Apoio:



## **POLÍTICAS PARA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E ALTERAÇÕES NO PERFIL DISCENTE: uma análise interseccional**

Cassiana Ferreira Simões<sup>44</sup>

**RESUMO:** O artigo a seguir intenciona demonstrar como as políticas para democratização do acesso ao ensino superior, tais como o REUNI e as ações afirmativas refletiram na alteração do perfil dos discentes das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). Para tanto, examinaremos dados de raça/etnia, gênero, renda e outros dos estudantes ingressantes no ESR/UFF no ano de 2023, utilizando a interseccionalidade como principal ferramenta analítica, pois acreditamos que um dado sozinho não é capaz de revelar as relações a ele inerentes. Desse modo, o objetivo principal do presente trabalho é analisar quem é esse sujeito social, estudante universitário nos dias atuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sujeitos Sociais; Perfil dos estudantes; Interseccionalidade.

**ABSTRACT:** This article aims to demonstrate how policies for the democratization of access to higher education, such as REUNI and affirmative action programs, have influenced the changing profile of students at Federal Institutions of Higher Education (IFES). To this end, we will examine data on race/ethnicity, gender, income, and other characteristics of incoming students at ESR/UFF in the year 2023, using intersectionality as the main analytical tool, as we believe that isolated data cannot fully reveal the relationships inherent to them. Thus, the main objective of this study is to analyze who this social subject is — the contemporary university student.

**KEYWORDS:** Social Subjects; Student Profile; Intersectionality.

### **Introdução**

O trabalho apresenta as transformações que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) passaram nas últimas duas décadas onde verificou-se que as principais políticas responsáveis pela dita Reforma Universitária e a democratização do acesso foram o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o PROUNI (Programa Universidade para Todos), a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), as políticas de ações afirmativas e ainda o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Contudo, dentre estas, destacamos três que impactam diretamente na expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais nas IFES e mais ainda na alteração do perfil desse alunado, quais sejam: as ações afirmativas, o REUNI e a PNAES.

O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar condições para o acesso e a permanência na Educação Superior, por meio de ações como expansão da estrutura física, acadêmica e pedagógica das instituições, aumento de vagas nos cursos de graduação e ampliação dos cursos noturnos. O programa foi estruturado em quatro eixos: aumento do número de vagas; reestruturação acadêmico-curricular; política de assistência estudantil; suporte da pós-graduação para o desenvolvimento da graduação.

---

<sup>44</sup> Assistente Social na Universidade Federal Fluminense (UFF), graduada pela mesma instituição; Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS/UENF) e doutoranda em Políticas Sociais pela Universidade Federal Fluminense (PPGPS/UFF); e-mail: cassiana\_simoes@id.uff.br.

Realização:



Apoio:





O PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil, foi instituído pelo Decreto n. 7.234/2010, teve como objetivo ampliar as condições de permanência, com prioridade para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nos cursos de graduação presencial das IFES.

Contudo, em julho de 2024 a promulgação da Lei nº 14.914 vem transformar o programa em Política Nacional de Assistência Estudantil, estendendo sua ação aos Institutos Federais de ensino médio e técnico e ainda prevendo a possibilidade de atendimento à alunos de pós-graduação. Tal política prevê assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico e define que as ações serão executadas pela própria instituição de ensino.

Ainda no que concerne a democratização do acesso às IFES destacamos que em 2012, na esteira do neodesenvolvimentismo, sob o governo da presidenta Dilma Rousseff, foi sancionada a Lei 12.711, conhecida como Lei de Cotas, tornando assim obrigatória a adoção de reserva de vagas para grupos específicos para todas as universidades federais brasileiras. Vale mencionar, que a legislação acima referida sofreu renovação e alterações em 2023 e hoje passa a vigorar sob o número 14.723/23.

A adoção da Lei de Cotas pelas IFES, articulada ao ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e ao SISU (Sistema de Seleção Unificada) marcou as lutas trazidas por vários movimentos sociais comprometidos com a democratização do acesso ao ensino Educação Superior pública, mas por outro lado esvaziou o debate, referente às cotas étnico-raciais, ao tomar como parâmetro principal a renda e o ensino médio cursado em escola pública.

Neste contexto, diante da expansão de vagas nas universidades públicas via REUNI, ações afirmativas e implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, hoje institucionalizado enquanto política, assistimos a uma alteração no perfil do alunado das IFES e de forma concomitante, a uma ampliação da atuação do serviço social no ensino superior, que vem sendo convocado a atender às necessidades desse sujeito social, qual seja, o estudante universitário.

Desse modo, de forma amostral, buscando analisar o perfil desses sujeitos sociais que integram as IFES utilizaremos o relatório do Perfil socioeconômico, cultural e de saúde dos estudantes de graduação do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR)-2023, publicado no Repositório Institucional da UFF (RIUFF). Ressalta-se, que a referida pesquisa é realizada desde 2012 pela Coordenação de Assistência Estudantil (CAES), cuja autora foi responsável ao longo dos seis últimos anos.

Sendo assim, o próximo subitem buscará analisar o perfil do aluno universitário, tendo como locus de análise o ESR/UFF, onde teremos como objetivo caracterizar esse sujeito social utilizando a interseccionalidade como principal ferramenta analítica, considerando sobretudo os marcadores sociais de classe, raça e gênero. Acreditamos que:

Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas da raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre as várias categorias de poder (Collins; Bilge, 2021, p. 48).

Buscaremos então responder: Quem são esses sujeitos sociais - estudantes universitários de um campi descentralizado, localizado há cerca de 260 quilômetros de distância da sede em Niterói-RJ, sem infraestrutura de moradia e restaurante universitário e com cursos em sua maioria da área de humanas, quais sejam: Ciências Sociais, Serviço Social, Psicologia, História, Geografia e Ciências Econômicas. Além do “ser universitário”, como podemos caracterizar esse sujeito estudante? São todos iguais ou são diferentes? Pertencem à mesma classe, raça e gênero?

Realização:



Apoio:



## O perfil do estudante ingressante do ESR/UFF: análise e intersecções

Antes de delimitar o perfil desses alunos, faz-se mister compreender sob que perspectiva definimos esse sujeito social estudante universitário, entendemos que o sujeito não é uma entidade fixa ou previamente determinada, mas algo que se constitui continuamente por meio das relações de poder, saber e discurso que o atravessam. Nesse sentido, as "diversas linhas de força" (Cassab, 2001, p. 141) que os atravessam são os vetores das relações e intersecções que moldam esse sujeito.

Dessa forma, destacamos que o sujeito é histórico, sendo produto de múltiplas influências, como gênero, classe, etnia, cultura, sexualidade, entre outros, em constante interação. Diante disso, entendemos a complexidade da formação da identidade dos sujeitos - estudantes universitários, afastando-se de uma compreensão linear ou unidimensional. Sendo assim, partimos do pressuposto que:

Os sujeitos, no curso de suas vidas, vão se identificando a alguns paradigmas socialmente valorizados, buscando aproximar-se de certos modelos identificatórios que lhes são desejáveis, atribuindo-lhes valor e reconhecimento, e, ao mesmo tempo, também buscando diferenciar-se daqueles que rejeitam (Cassab, 2001, p 144).

Em suma, a pesquisa de perfil do aluno ingressante realizada pela CAES/ESR no ano de 2023 apontou que no ESR/UFF o perfil desse alunado é formado em sua maioria por mulheres, jovens entre 16 e 24 anos, pretas ou pardas e que não trabalham, mais de 70% destes discentes são oriundos de ensino médio público, 50% ingressaram por ações afirmativas e para mais de 60% deles a renda familiar não ultrapassa dois salários mínimos.

De forma mais específica, o relatório apontou que mais de 60% dos alunos que ingressaram são do sexo feminino. Tal dado revela diferença ao compararmos com o perfil de graduandos de toda UFF, que indica que 49,56% são mulheres (Portal da Transparência/UFF/2024). Infere-se dessa forma, que um perfil maior de graduandos do sexo feminino no ESR/UFF pode ser dado pela modalidade de cursos ofertados, pois a discriminação de gênero no acesso e na escolha de cursos de ensino superior é um fenômeno histórico e socialmente construído.

**Tabela 1: Sexo dos ingressantes (%) (2023)**

| Sexo   | Feminino (%) | Masculino (%) | Prefiro não declarar |
|--------|--------------|---------------|----------------------|
| 2023/1 | 66%          | 34%           | -                    |
| 2023/2 | 65%          | 35%           | -                    |

Fonte: Relatório do Perfil Socioeconômico Cultural e de Saúde do ingressante do ESR/UFF (2023)

Ou seja, muitos cursos de ensino superior foram destinados ou marcados pela predominância de um gênero, refletindo as expectativas de papéis sociais impostos a homens e mulheres. De acordo com Soihet (2012, p. 222) até finais do século XIX:

enquanto os rapazes cursavam o ensino secundário, que possibilitava o acesso aos cursos superiores, as moças que prosseguiram os estudos encaminharam-se para as escolas normais, destinadas ao exercício do magistério elementar (além de serem vistas como uma forma de preparar as mulheres para melhor cuidarem dos seus lares). Algumas poucas, levando em conta a possibilidade de cursarem o ensino superior (conquistada pelas brasileiras a partir de 1879), realizavam o curso secundário em colégios privados, em geral religiosos.

Ressalta-se assim que não há no ESR nenhum curso vinculado a uma historicidade masculina, tal como a engenharia, por exemplo. Os cursos do ESR estão

Realização:



Apoio:



alocados na área de Ciências Humanas, sendo ainda três cursos de licenciatura, onde observa-se que a profissão de professor no Brasil, além de subvalorizada, em suas bases foi delegada às mulheres.

Neste âmbito, destacam-se também os cursos de Serviço Social e Psicologia, compostos em sua maioria pelo sexo feminino desde a origem dessas profissões, tais dados vem reforçar a tese de que: “No caso do Brasil, as mulheres brancas e negras têm trajetórias duradouras nas ocupações de menor prestígio e de más condições de trabalho” (...) (Hirata, 2014, p. 64) e de que ainda se continua reproduzindo a concepção da inclinação de cada sexo para tarefas compatíveis com a sua natureza, o que compromete a total emancipação feminina (Soihet, 2012, p. 232).

Ao consultar os dados referente ao sexo por curso tal assertiva é ratificada, pois o curso do ESR com maior percentual de ingressantes do sexo masculino é Ciências Econômicas (59%), ou seja, não pertence à área de humanas e nem se classifica como licenciatura. Em contrapartida, destacam-se os cursos de Serviço Social e Psicologia em que a pesquisa identificou no máximo 20% e 22% de ingressantes do sexo masculino respectivamente.

Com referência à autodeclaração de gênero. Identificou-se a partir dos dados da pesquisa que cerca de 90% dos ingressantes se auto classifica conforme o sexo biológico designado ao nascer. Contudo, destaca-se um crescimento com relação aos anos anteriores para os que se declararam não binários e transgêneros, e ainda um percentual importante de indivíduos que preferem não se classificar.

Opostas à dualidade dos modelos de masculinidade e de feminilidade, as críticas masculinas do sexismo e/ou da homofobia e/ou do patriarcado/viriarcado veem aparecer novos modelos, múltiplos, onde as lutas internas das relações sociais de sexo encontram outros espaços de debates. (Welzer- Lang, 2001, p. 472).

Perceber este público como sujeitos universitários, ocupando um lugar outrora relegado e quando não relegado, permeado pela discriminação, supõe que os profissionais da educação superior, técnicos e docentes, precisam ir além do simples discurso.

E também ultrapassar o opróbrio moral, o estigma, que os coloca no grupo das pessoas prostituídas. Precisamos abandonar nossos laboratórios para estar mais perto das pessoas, de seus discursos e de suas práticas, o que não é a metodologia mais em voga nos estudos atuais sobre a sexualidade. (WELZER-LANG, 2001, p. 473).

**Tabela 2 - Gênero dos ingressantes (%) (2023)**

| Gênero | Mulher Cisgênero | Homem Cisgênero | Mulher Transgênero | Homem transgênero | Não Binário | Prefiro não me classificar |
|--------|------------------|-----------------|--------------------|-------------------|-------------|----------------------------|
| 2023/1 | 62 %             | 25%             | -                  | 1%                | 4%          | 8%                         |
| 2023/2 | 61%              | 32%             | 1%                 | 1%                | 2%          | 4%                         |

Fonte: Relatório do Perfil Socioeconômico Cultural e de Saúde do ingressante do ESR/UFF (2023)

Em se tratando de raça/etnia, somados os ingressantes que se declaram pretos e pardos, tivemos um total de negros para ambos os semestres de 2023 de 47%. Percebemos que em comparação aos anos anteriores da pesquisa que os percentuais relativos à raça e etnia têm sofrido pouca variação, oscilando entre 45% e 52%. Destaca-se aqui, que o acesso da população negra às IFES está diretamente associado à política de cotas, contudo, observa-se que o percentual de vagas destinado às cotas raciais é de 25% e que o número de ingressantes pardos e pretos supera esse marco, nos levando a concluir que o quesito raça, intersecciona com alguma outra

Realização:



Apoio:



condicionalidade escolhida para o ingresso (renda ou escola pública), e/ou ainda, que os negros têm acessado a universidade pública também pelas vagas destinadas a ampla concorrência.

Convém destacar, que o acesso à universidade permitiu que a população negra questionasse a posição de objeto de estudo que historicamente lhe foi atribuída. De sujeito passivo, sobre o qual se construíram grandes teorias sociológicas, antropológicas e históricas. Ou seja, homens e mulheres negros agora têm a oportunidade de ocupar um lugar ativo na produção de conhecimento acadêmico. A universidade deixa de ser apenas um espaço de análise sobre a experiência negra e se torna também um campo onde as narrativas, saberes e perspectivas dessa população são sistematizados e valorizados.

Uma maior possibilidade de acesso a recursos técnicos e tecnológicos, somada ao crescimento das atividades culturais, jornalísticas, memorialísticas e ao ingresso na universidade permitiu que essa geração tivesse maior possibilidade de sistematizar o conhecimento sobre a sua própria história, aprofundado em temáticas e se contrapondo a narrativas dominantes (D'Andrea, 2022, p. 233)

**Tabela 3: Autodeclaração quanto à raça/etnia (%) (2023)**

| Semestre | Branco | Pardo | Preto | Amarela | Indígena | Prefiro não declarar |
|----------|--------|-------|-------|---------|----------|----------------------|
| 2023/1   | 52%    | 28%   | 19%   | 1%      | -        | -                    |
| 2023/2   | 49%    | 30%   | 17%   | 2%      | -        | 2%                   |

Fonte: Relatório do Perfil Socioeconômico Cultural e de Saúde do ingressante do ESR/UFF (2023)

Sobre a situação trabalhista do aluno os dados mostram que o índice de alunos que não trabalham são preponderantes (2023.1 - 75%; 2023.2 - 79%). Os dados convidam a nossa atenção ainda aos indicadores dos alunos inseridos no mercado informal de trabalho e outros que somam entre 8 e 10%, vale ressaltar que o ingresso no mercado informal para muitos se constitui na principal forma para sua manutenção na universidade.

Produtos de um tempo no qual o trabalho assalariado perdeu espaço na sociedade e os direitos trabalhistas estão sendo combatidos, essa geração possui uma fluidez muito maior em sua relação com o trabalho. Alguns têm caracterizado esse momento histórico como pós emprego. É o mundo dos bicos, dos freelas, dos jobs, da informalidade e da exigência de que a capacidade pessoal supere as impossibilidades estruturais (D'Andrea, 2022, p. 234)

**Tabela 4: Situação trabalhista do aluno (%) (2023)**

| Semestre | Trabalhador c/vínculo | Trabalhador s/vínculo | Não trabalha | Beneficiário da Previdência Social | Outro |
|----------|-----------------------|-----------------------|--------------|------------------------------------|-------|
| 2023/1   | 14%                   | 6%                    | 75%          | 3%                                 | 2%    |
| 2023/2   | 7%                    | 9%                    | 79%          | 4%                                 | 1%    |

Fonte: Relatório do Perfil Socioeconômico Cultural e de Saúde do ingressante do ESR/UFF (2023)

Quanto à renda familiar, identificamos em ambos os semestres de 2023 que mais de 50% dos estudantes respondentes não possuem rendimentos ou possuem renda familiar de até 1 salário mínimo (2023.1 – 55%; 2023.2 – 53%). Tais dados superaram os de 2022 (2022.1 – 43,2%; 2022.2 – 50,4%) e reforçam a importância da

Realização:



Apoio:



política de ação afirmativa para ingresso nas IFES, assim como as políticas de assistência/permanência estudantil.

Neste sentido, o perfil de alunos predominantemente das classes socioeconômicas mais baixas vem ratificar que a educação passa a ser, nas sociedades modernas, um mecanismo de ascensão social. Entendemos ainda, conforme preceitua Daniele Motta (2018, p. 82) que o gênero e raça são formadores das desigualdades de classe e devem ser analisados de forma articulada.

Ou seja, não dá para trabalhar com a classe como a principal categoria explicativa e derivar dela as explicações sobre as explorações e desigualdades sociais. Assim, abriu-se para uma leitura onde classe, raça e gênero são lidas como relações sociais estruturantes, atentando para a importância dos nexos econômicos, políticos, morais e culturais (Motta, 2018, p. 84).

Neste sentido, cumpre ressaltar que as ações afirmativas tais como são constituídas hoje na Lei 14.723/24, destinam-se sobremaneira a um grupo de estudantes periféricos, pois 50% das vagas estão destinadas a estudantes advindos de instituições públicas de ensino médio e que de forma interseccional comprovem possuir uma outra condicionalidade subjacente, tais como: raça ou etnia, deficiência e/ou vulnerabilidade socioeconômica, evidenciando que:

As divisões sociais resultantes das relações de poder de classe, raça, gênero, etnia, cidadania, orientação sexual e capacidade são mais evidentes no ensino superior. Hoje, faculdades e universidades abrigam um número maior de estudantes que, no passado, não tinham condições de pagar pelo ensino superior (questões de classe); ou estudantes que historicamente precisaram lidar com barreiras discriminatórias à matrícula (devido às questões de raça, gênero e etnia, autoctonia, estatuto de cidadania); ou estudantes que enfrentavam diferentes formas de discriminação (questões relativas a orientação sexual, capacidade, religião) nos campi. Faculdades e universidades se confrontam com estudantes que desejam equidade, mas trazem experiências e necessidades muito diversas para os campi (Collins; Bilge, 2021, p. 18).

**Tabela 5: Renda Familiar (Salário Mínimo) (%) (2023)**

| Semestre | Até 1/2 | Mais de 1/2 até 1 | Mais de 1 até 2 | Mais de 2 até 3 | Mais de 3 até 5 | Mais de 5 | Sem rendimentos |
|----------|---------|-------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------|-----------------|
| 2023/1   | 29%     | 14%               | 13%             | 11%             | 11%             | 10%       | 12%             |
| 2023/2   | 24%     | 15%               | 21%             | 11%             | 4%              | 11%       | 14%             |

Fonte: Relatório do Perfil Socioeconômico Cultural e de Saúde do ingressante do ESR/UFF (2023)

Neste contexto, a interseccionalidade passa a ser importante instrumento para pensar e desenvolver estratégias para equidade nos campi (Collins; Bilge, 2021, p.18). A interseccionalidade tem sido usada para identificar os problemas sociais, e como resposta às injustiças sociais, concluindo assim que o concreto é fruto das múltiplas determinações. Desse modo,

Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como as categorias de raça, classe e gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam pessoas de maneira diferente no mundo global. Alguns grupos são especialmente vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam desproporcionalmente delas. A interseccionalidade fornece uma estrutura de interseção entre desigualdades sociais e desigualdade econômica como medida de desigualdade social global (Collins; Bilge, 2021, p. 35).

Realização:



Apoio:





Vale considerar que, tais minorias eram excluídas até a década passada do acesso ao Ensino Superior, à proporção de que este nível de escolaridade era estritamente meritocrático, sendo efetivado primordialmente por intermédio da aprovação no vestibular. Porém, com o advento da democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior (IES), o problema desloca-se para outro campo, evidenciando-se, agora nos entraves para permanência no ensino superior, provocada por diversos fatores, seja por falta de políticas de assistência estudantil ou quiçá pela ausência de integração destes indivíduos ao meio universitário.

Há que se ressaltar que este novo público, presente hoje nas IFES, além da privação material, enfrenta ainda uma exclusão simbólica, o sentimento de não pertencimento, pelo simples fato de não corresponderem aos padrões estéticos que são valorizados pela sociedade, onde o acesso a determinados serviços e bens de consumo constituem a senha para a inclusão. Concordamos com Collins e Bilge (2021, p. 30) quando mencionam que:

A interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito.

Desse modo, acredita-se que a educação como processo de transmissão, construção e produção de conhecimentos é bem público e faz parte dos direitos humanos essenciais. Enquanto direito humano, jamais deve ser negligenciada ou sonegada a parcelas da população. Ressalta-se ainda que, a educação tem uma importante função no desenvolvimento da consciência crítica e reflexiva e na produção de condições favoráveis para a vida da sociedade como um todo.

### **Considerações finais**

A análise elucidada revela as transformações nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) nas últimas décadas, destacando como políticas públicas, como o REUNI, o PNAES e as ações afirmativas, foram fundamentais para a democratização do acesso e para a alteração do perfil do corpo discente. Essas mudanças, além de ampliar o número de vagas, promoveram a inclusão de estudantes de classes populares, principalmente mulheres, negros, pardos e indivíduos em situação de fragilidade socioeconômica.

No entanto, embora o acesso tenha sido democratizado, novos desafios emergem no campo da permanência estudantil, especialmente diante das condições socioeconômicas dos ingressantes e da diversidade de suas experiências. O perfil do alunado do ESR/UFF reflete essas complexidades, evidenciando as desigualdades interseccionais de classe, raça e gênero. Tal fato traz em seu bojo um chamamento pelo trabalho do Serviço Social, seja para responder ao aumento da demanda por bolsas e auxílios estudantis ou para promoção atividades socioeducativas e de acolhimento, o assistente social é assim, convocado como profissional ímpar para atuação nos programas universitários que visam a permanência estudantil.

Conclui-se assim, diante do perfil apresentado pela pesquisa, que a universidade é o espaço de encontro do diverso, isto de fato é importante, mas fazer com que este aluno realmente pertença a este ambiente é possibilitá-lo viver a universidade em sua integralidade e para tal faz-se necessário uma política de assistência estudantil, que atenda este aluno em suas necessidades socioeconômicas, emocionais e acadêmicas. A universidade antes destinada majoritariamente à elite brasileira, agora é permeada pelas minorias: mulheres, negros e pobres. Dessa forma, rompida a elitização, outras

Realização:



Apoio:



demandas estão se colocando e faz-se necessário o aprimoramento dos recursos físicos, financeiros e de suporte multiprofissional.

Desta forma, acredita-se que as políticas para democratização do acesso às IFES vêm se constituindo num importante mecanismo de inclusão social das minorias, sobretudo se caracterizando como política pública de acesso e desenvolvimento da educação. Mas sua principal contribuição reside no fato de proporcionar aos sujeitos sociais a possibilidade de ascensão no sistema de classes, estabelecendo no futuro, uma sociedade mais democrática, com uma melhor distribuição dos recursos materiais e imateriais.

Confia-se, igualmente, que a pesquisa educacional crítica, bem como a proposição de políticas educacionais que tenham como escopo uma maior equidade social, visando superar as desigualdades de renda, de gênero, regionais, étnicas, e que sobretudo valorizem a interseccionalidade, sejam de suma importância para o acesso e a permanência em todos os âmbitos do ensino, e venham refletir nos termos da democratização da educação superior esperada, nos fins de inclusão social.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 14914**, de 3 julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

BRASIL. **Decreto 6.096/2007**. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

BRASIL. **Lei nº 14.723**, de 13 de novembro de 2023. Dispõe sobre a sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza**. Niterói: Editora Intertexto, 2001.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

D'ANDREA, Tiaraju Padro. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: Cultura e política na periferia de São Paulo**. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, São Paulo, v. 26, p. 61-73, 2014.

MOTTA, Daniele. Do universal ao específico: entrelaçando gênero, raça e classe. **Cadernos CEMARX**, Campinas, n. 11, p. 71-88, 2018.

SIMÕES, Cassiana Ferreira; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. **A relação entre a escolaridade e a pobreza: uma análise das políticas para democratização do acesso ao ensino superior no Brasil**. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, v. 4, n. 2, p. 21-43, ago., 2018.

SIMÕES, Cassiana Ferreira. **Da democratização do acesso ao desafio da permanência: a experiência das cotistas sócias do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense – ESR/UFF**. 2018. 157f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2018

Realização:



Apoio:



SIMÕES, Cassiana Ferreira et al. (org.). **Relatório do perfil socioeconômico, cultural e de saúde dos estudantes dos estudantes ingressantes do ESR - 2023**. Campos dos Goytacazes: Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense (RIUFF), julho de 2024.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. *In*: PINSKY, Carla Bassanesi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobias. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460 – 482, jul./dez., 2001.

Realização:



Apoio:



## **APRISIONAMENTOS E POLÍTICAS SOBRE DROGAS: a população negra como alvo**

Juliana Desiderio Lobo Prudencio<sup>45</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho dialoga com o campo da Política Social ao pensar a construção da política de saúde mental e política sobre drogas como referência de descuido a população negra. Para tal utilizou-se como recurso metodológico a revisão de literatura e documental a partir de autores que vem estudando o tema do racismo, da racialização na política social e da racialização da política de saúde mental e política sobre drogas. E com isto, observa-se o estado constante de guerra contra corpos negros na justificativa de um controle de corpos doentes e perigosos desassistidos pela política de saúde mental.

**PALAVRAS-CHAVES:** Racismo, Política de Saúde Mental, Política sobre drogas

**ABSTRACT:** This paper engages with the field of Social Policy by considering the construction of mental health policy and drug policy as a reference for neglecting the black population. To this end, a literature and documentary review was used as a methodological resource, based on authors who have been studying the theme of racism, racialization in social policy and racialization of mental health policy and drug policy. And with this, we observe the constant state of war against black bodies in the justification of controlling sick and dangerous bodies that are unattended by mental health policy.

**KEYWORDS:** Racism, Mental Health Policy, Drug Policy

### **Introdução**

O racismo compreendido enquanto racismo estrutural se apresenta como forma estruturante da sociedade capitalista brasileira. Por sua vez, é um resultado do período escravista em que a população africana fora sequestrada para o trabalho forçado / escravo no período colonial no Brasil. Logo, o racismo precisa ser compreendido como uma questão da estrutura social, que apresenta a supremacia de um grupo sobre outro, e neste caso, a supremacia branca como dominante. Diante disso, é necessária a luta e resistência contra o racismo.

O debate sobre o racismo vem ganhando espaço na agenda pública brasileira há cerca de duas décadas, no entanto é nos últimos anos que ganha corpo, voz e força através dos movimentos negros e estudiosos da área. Em especial a partir das denúncias realizadas pela população negra sobre a violação de direitos, violências (sobretudo estatal e policial), discriminação racial, exclusão, compreensão do racismo como crime. E ainda a importância da Lei de Cotas (Lei nº12.711/ 2012) que convocou o debate sobre o racismo nas universidades e descortinou o racismo institucional.

Com isto, o Serviço Social no Brasil vem introduzindo o debate das questões étnicas e raciais nos currículos de formação e realizando esforços no debate acerca das

---

<sup>45</sup> Assistente Social, Mestre e Doutora em Política Social pela UFF, Pós-doutora em Serviço Social pela UFRJ. Docente do Departamento de Serviço Social na UFF – Campos. E-mail: julianalobo@id.uff.br

Realização:



Apoio:



questões de racismos e na denúncia de práticas criminosas neste campo. No Curso de Serviço Social na UFF – Campos, este percurso se inicia em 2020, em dezembro, a partir da denúncia de alunas negras, alunas não negras sobre atos de assédio e racismo vivenciados em diálogo realizado na roda de conversa “Entre as mulheres negras e antirracistas: vamos falar de racismo na UFF Campos”, promovida pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa Espaço e Raça (NEPER) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (NEPSAD).

Desde então, o tema raça vem adentrando o debate do Departamento de Serviço Social que culminou no Seminário Interno do Curso de Serviço Social: Diálogos Pedagógicos. Neste espaço, se pensou o lugar do tema raça no currículo de formação e a formalização da criação de uma agenda antirracista e permanente na UFF Campos através de um projeto de extensão. disso, em março de 2021 temos o projeto de extensão “A agenda antirracista” que busca a existência de um espaço permanente de debate acerca das questões raciais e antirracista na Cidade de Campos dos Goytacazes através da UFF Campos. A partir de então, juntamente com o Nepsad o tema do racismo vem sendo realizado conjuntamente ao debate dos estudos realizados no campo da saúde mental, álcool e outras drogas pensando o lugar da população negra no campo das drogas.

Com isso, as experiências e estudos acumulados no Projeto de extensão A Agenda Antirracista e no NEPSAD tem sido possível tematizar de forma racializada a compreensão acerca do traficante e usuário de drogas como campo inicial de análise. Diante disso, temos este esforço aqui apresentado como possibilidade de aproximação com este debate, pois o trato dado ao tema da droga se localiza na criminalização da vida e de determinados corpos operando pelo sentido da desumanização de corpos negros e pobres, onde a violação é total companheira de suas existências.

Para tal, utilizou-se como recurso metodológico a revisão de literatura e documental, inicialmente com o levantamento de artigos e capítulos de livros produzidos ao longo dos anos que trouxessem o debate sobre racismo e a relação do tema racismo com o campo das drogas. E como recurso para revisão de literatura a revisão de narrativas apresentada por Rother (2007), a qual se dedica a analisar livros e artigos científicos.

## **Racismo, política de saúde mental e política sobre drogas: o que se oferta a população negra?**

### **1. Brasil, racismo e manicômios**

O processo de colonização brasileiro nos apresenta caminhos tortuosos para as compreensões sobre o manicômio, a “guerra às drogas” e suas formas de aprisionamentos, logo a construção estruturante de estratégias políticas e societárias de guerras contra corpos negros. Diante disso, é urgente entender a engenharia racista de uma país que se estrutura no racismo a partir das compreensões fundantes que se concentram na constituição do capitalismo no Brasil e na sua relação dialógica com lógicas manicomiais e proibicionistas.

Afirma-se que o debate acerca das drogas no Brasil se faz anterior ao que se entende enquanto proibicionismo de referência Norte Americana e sua declarada guerra contra corpos negros que se resvalam sobre determinadas substâncias e plantas, como bem aponta Souza (2024). Pois pensar as substâncias e plantas que se coroam como aquelas que na sua compreensão jurídica e da segurança pública enquanto ilícitas/proibidas, é tematizar a inserção de corpos negros africanos escravizados nas plantações para o cultivo dessas drogas. Com isso é importante destacar a existência de um processo de mercantilização que torna determinadas substâncias objeto de disputa política, social, cultural e sobretudo mercadológica. A existência das drogas presume a essência de corpos negros para a sua plantação e comercialização na colonização.

Realização:



Apoio:





A compreensão da palavra droga enquanto uma substância ou planta que gera danos a um corpo físico e que se legisla no campo da criminalização se dá com as mudanças do entendimento sobre o que se é uma droga. Importante destacar que estudiosos como Carneiro (2005) apresenta a droga como substâncias que do século XVI ao XVIII serviam para nomear produtos naturais que naquele contexto dariam cor, sabor e cura; as famosas especiarias. Assim como as plantas usadas em cultos religiosos e / ou festivos para a aproximação com o sagrado e estimulantes dos prazeres.

A possibilidade de existência de tais substâncias se dava pela formação de um mercado consumidor desenhado e pensado através da rota portuguesa que viabilizava a plantação em terras estrangeiras com a expulsão do povo indígena e pela mão de obra sequestrada e escravizada vinda de África. Observa-se que o sistema de *plantation*, no Brasil, se retroalimentava da produção de drogas pela mão de pessoas escravizadas, como afirma Nascimento (2016, p.57) “fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão”.

O plantio de determinadas substâncias e plantas, ou seja, drogas, ganha terreno e usos pelo potencial “fonte de prazer e riqueza” conforme Carneiro (2005, p.16), da mesma forma que constrói um aparato criminalizante e proibicionista sobre determinados corpos e drogas. A existência de corpos negros e escravizados para a plantio e cultivo de determinadas drogas, em especial o açúcar e o café, foi o que promoveu o avançar do Brasil Colônia. “A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra” (Nascimento, 2016, p.57).

A raça negra reconhecida pelo exercício do trabalho forçado, na violência do açoite, nas condições subumanas das senzalas e no “cuidar” da casa grande e seus senhores; demonstra que “sem os escravos, a estrutura econômica do país jamais teria existido” (Nascimento, 2016, p.59). Os negros escravizados foram de suma importância para a economia brasileira e o desenhar do capitalismo e suas variantes.

Diante disso, a condição da população negra escravizada apresenta profundas marcas que orientarão o desenvolvimento e fortalece as bases racistas para o avançar capitalista brasileiro. É na passagem gradual do Brasil Colônia para o Brasil Império, como aponta Souza (2024) que se observa a criação do primeiro manicômio em 1852 expressando a materialização do exercício do controle dos corpos negros alforriados, como forma de contenção da vida livre das senzalas. E ainda apresentando uma estrutura que é denominada pelo autor como “para o negro ser visto” (Souza, 2024, p. 57). O manicômio surge na mesma década que também se inaugura o primeiro presídio no Brasil, marcando assim um era de instituições para conter os corpos indesejados e /ou a vadiagem.

A existência de uma instituição manicomial representa o espaço do anormal e doente aquele que não atende as normas societárias e imposições do regime vigente e que por isso precisaria ser capturado para uma possibilidade de adestramento vigiado. A ideia da pessoa negra como anormal é um caminho sem volta para a patologização e medicalização do corpo negro como forma de aprisioná-lo a desvios genéticos pelas incompreensões das expressões da questão social. (Souza, 2024)

O manicômio torna-se a expressão de uma raça e classe social nos meandros do biologismo, da pobreza e da loucura para o descarte e doutrinação de determinados corpos, aqueles indesejáveis para o viver em liberdade. Isto se dá, pois a captura manicomial de corpos condena sujeitos ao aprisionamento pela ordem da loucura e da pobreza aliando corpos negros e pobres a potenciais para a morte e segregação. Logo, corpos que não devem circular livremente e que pela lógica do higienismo precisa ser aprisionado. O higienismo como aliado da teoria da degenerescência racial opera da forma mais brutal no aprisionamento da “classe perigosa”, aquela doente e perigosa por essência. (Santos, 2021)

Realização:



Apoio:



As formas aprisionantes impostas a população negra pela vivência do racismo mostra a estruturação do racismo na sociedade capitalista brasileira na condução de instituições racistas que constroem caminhos cerceadores de liberdade e cuidado, aliados a práticas de morte e violências.

Isto se reforça na negação das condições da população negra no Brasil, aquelas que forjam um corpo e uma subjetividade que opera na lógica do descarte através de ações racistas, os quais são negligenciadas para a compreensão do ser negro no Brasil. Com isso, afirma-se na lógica da patologização e medicalização, por exemplo, a existência de doenças hereditárias e genéticas por ser negro, tais como: a doença mental, a sífilis e o alcoolismo as quais determinam a importância do higienismo e eliminação destes corpos pela Liga Brasileira de Higiene Mental. Como afirma David (2023, p.45) “a predisposição genética da mulher negra em contrair sífilis e decadência moral/sexual à herança psíquica de negros e mestiços”, tornam-se referências para o aprisionamento de determinados corpos.

A construção do imaginário racista sobre os corpos negros no que tange o seu potencial para doença mental e agressividade alimenta a estruturação do ethos manicomial aliado ao proibicionismo no racismo como campo de ação o descarte aprisionante da população negra. A implicação racista com a indicação constante do não lugar da população negra na sociedade capitalista, convoca a existência de “lugares para que ela seja vista”, como a determinação do seu lugar, e assim temos em 1852 o Hospício Pedro II e em 1921 o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho (manicômio judiciário), como uma artimanha perfeita na apresentação violenta do lugar do doente e criminoso alimentada pela lógica racista do lugar dos negros e afirma práticas higienistas.

O hospício como o lugar declarado para os negros fujões e desobedientes opera pela lógica do silenciamento e apagamentos de corpos que pela potência racista indica a este corpo o signo do desviante. Aquele que se desvia do padrão branco de gerenciamento da senzala, da casa grande e da família. Ao ser sequestrado de África e ter suas famílias destruídas com o convite ao aniquilamento e desmoronamento de suas existências no Navio Negreiro. A vida insalubre no porão dos navios nos mostra as possibilidades de uma sobrevivência indigna nas senzalas vivenciada pela dor, doenças e violências. (Passos, 2018)

Diante disso, pensar que a população negra tem a indicação de uma vida no manicômio pelo racismo, nos convoca a compreensão da engenharia do aprisionamento para determinados corpos pela justificativa da loucura, através do seu adoecimento pelas dores dos racismos, e /ou pela periculosidade, esta imposta pela compreensão sobre este corpo pelo racista. Sendo assim, historicamente observa-se corpos negros ocupantes dos manicômios e manicômios judiciários pela dualidade do doente x perigoso como artimanha higienista para a contenção da população negra.

Esse pálio é a coisa mais horrível que se pode imaginar. Devido à pigmentação negra de uma grande parte dos doentes ali recolhidos, a imagem que se fica dele, é que tudo é negro. O negro é a cor mais cortante, mais impressionante; e contemplando uma porção de corpos negros nus, faz ela que as outras se ofusquem no nosso pensamento. É uma luz negra sobre as coisas, a suposição de que, sob essa luz, o nosso olhar pudesse ver alguma coisa (Barreto, 2017, p. 26).

## **2. Brasil, racismo e guerra às drogas**

Diante disso, há um marcador importante apresentado por Souza (2024) que precisa ser tratado urgentemente ao pensarmos a Política de Saúde Mental e Política sobre Drogas que se coloca em dois períodos ou momentos sócio-histórico, que se dá no primeiro momento ao pensarmos a relação entre população negra e o surgimento dos manicômios, analisado na sessão anterior; e o segundo momento ao pensarmos esta mesma população na guerra às drogas.

Realização:



Apoio:



Destaco esta “divisão” em nossa história como componente crucial para a compreensão do racismo como instrumento que molda / estrutura o capitalismo brasileiro e a atenção em saúde mental da população negra, pois na compreensão da colonização manicomial tem-se os manicômios e na compreensão neoliberal racista temos a guerra às drogas, que se aliam como possibilidade de ‘aprisionamentos terapêuticos’ de corpos negros nos manicômios, manicômios judiciais e comunidades terapêuticas.

Portanto, é notório o esforço que parte dos estudiosos da Política de Saúde Mental e Políticas sobre Drogas vem fazendo desde os anos 2018 na tentativa de racializar o debate nesta política e assim olhar mais atento os sujeitos da política de saúde mental na compreensão de que a história dos manicômios esconde a cor dos corpos que são vítimas das violências e opressões ali vivenciadas. A compreensão de que os usuários da política de saúde mental em sua maioria são negra solta a nossa atenção quando entendemos que os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS são negros, chegando a uma estimativa de 76%, (ALMEIDA, 2014). Com isso, o sucateamento da política de saúde, política de saúde mental e política sobre drogas aliada a compreensão de estas políticas servem em sua maioria a população negra, também enuncia a possibilidade do deixar morrer para este povo.

A construção de uma política de morte, como aponta Mbembe (2018) no seu conceito de necropolítica, nos convoca a compreensão de que a escolha por deixar morrer aponta para corpos negros e pobres. O racismo na construção das subjetividades coroa a possibilidade de aniquilamento de corpos negros seja pela ausência de políticas sociais, ou seja, pela mão armada do Estado. O processo de criminalização de corpos negros alimenta o imaginário social para a decisão sobre quem tem que morrer na condução de um olhar desumano sobre a aquele corpo, (ALMEIDA, 2014). Logo, se não é humano, não sente (PASSOS, 2023).

Como já destacado neste escrito, como destaca Almeida (2014) o processo de desumanização dos corpos negros faz com que se indique o nada para estes sujeitos. Uma nada que apaga a sua história, cultura e religiosidade; e ainda silencia a sua imagem de luta na sociedade, apresentando apenas a possibilidade de espaços de subalternização e de serventia aos caprichos da branquitude; os quais produzem desigualdade racial e social.

A ligação histórica de corpos negros a desigualdade racial e social faz com que os “marcadores de exclusão” soltam as compreensões sobre estes corpos para sua compreensão, como se a pessoa negra fosse a expressão do desemprego, da fome, da miséria, da dor, da violência e do uso de drogas (FERRUGEM, 2019). O processo de colonização organizou a estrutura social para não receber a população negra nos espaços da branquitude e assim indicou a ela um lugar que sejam as periferias e favelas. Lugar este marcado pelo descaso público e violência urbana.

A criminalização da pobreza e das drogas, e porque não dizer a criminalização da população negra caminha a passos largos pelos “marcadores de exclusão”, pois a construção subjetiva do ser negro na sociedade racista coloca na ordem do dia que estes são corpos pobres, usuários de drogas e violentos. A ideia de periculosidade avança pelo racismo e localiza no homem negro o potencial agressor ou possível violador de direitos, e com isso porque não aprisioná-lo?

A tônica do aprisionamento é fato para estes sujeitos desde o Navio Negreiro, onde o sequestro de africanos legitima a violência gratuita sobre estes corpos e na atualidade tem-se nas periferias e favelas a gratuidade das violências. A associação de corpos negros ao tráfico de drogas está entranhada na subjetividade de uma coletividade expressando a forma como a Política sobre Droga age neste campo.

A Política sobre Drogas esteve por anos apenas sendo pensada pela Segurança Pública e Ministério da Justiça através de ações de opressão ao tráfico de drogas e incentivando o armamento da polícia contra o tráfico de drogas na contenção de corpos

Realização:



Apoio:



descartáveis e eliminação de indesejados, pois nunca foi uma “guerra contra as drogas” e sim uma guerra contra corpos racializados, Ferrugem (2020). A deflagração de uma “guerra às drogas” é um artifício racista importante para a condução da guerra contra corpos negros, uma vez que convoca deliberadamente a opressão daqueles que se deseja sucumbir. Sem medo! Sem cerimônia! A guerra está declarada, logo basta matar para não morrer! E assim a salvação para o tratamento é encontrada nos manicômios.

A associação de fim das drogas ou “por um mundo sem drogas” na relação com a eliminação das periferias e favelas aponta o fuzil para aqueles corpos que os “marcadores de exclusão” aludem ser o problema social das drogas. Como uma faceta neoliberal que mascara a questão social do seu campo de intervenção estatal e opera sobre a lógica da culpabilização de sujeitos, e assim apresenta a compreensão de que este problema pode ser resolvido com a morte e /ou aprisionamentos do povo negro (De Paula, 2022).

As formas de aprisionamentos pensadas pela Políticas sobre Drogas na Lei nº 13.840/2019 através do binarismo traficante e usuário de drogas apontam o cárcere e instituições manicomiais (que por vezes não há diferença entre cárcere e manicômio na efetivação de intervenções violadoras de direitos humanos) como formas legitimadas de contenção aos corpos negros. A orientação via opressão enuncia no cotidiano do povo negro, desde a colonização, que estes corpos sofrerão sanções aprisionantes; e assim é feito também ao pensar a guerra às drogas.

A orientação da Segurança Pública e Ministério da Justiça age, pela opressão, para o encarceramento em massa da população negra, pois é pela cor da pele que se define como traficante de drogas, independentemente da quantidade de substância portada na hora do ato policial, como apontam Soares e Prudencio (2021). E com a benção da Lei nº 13.840/ 2019, a Nova Lei de Drogas, que não apresenta informações factuais para a diferença entre traficante e usuários, e assim o sistema penitenciário e as audiências de custódia mostram o que diferencia e categoriza esses sujeitos, a sua cor. Fica na caneta do juiz a definição do traficante, que pela lógica racista, define quem deve ser encarcerado. E com isso os dados do INFOPEN mostram que,

Segundo o levantamento realizado pelo Infopen/DEPEN, em 2016, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias apresenta um crescimento de 707% da população carcerária entre os anos de 1990 e 2016, com 64% da população carcerária sendo de pessoas negras. O referido levantamento ainda aponta que 62% das mulheres e 26% dos homens estão presos por tráfico de drogas e , logo o tráfico de drogas, de acordo com o mesmo levantamento, leva 28% da população em geral ao cárcere. No entanto, o estudo também afirma que 40% desses sujeitos são presos provisórios (Silva; Prudencio, 2021, p.99).

A ineficiência de um judiciário branco e racista alimenta a guerra contra pessoas negras e a superlotação do sistema penitenciário na mesma devida proporção que aprisiona a população negra, pois ser traficante de drogas neste país é reatualizar as marcas, opressões e dores do racismo que indicam o lugar que a colonialidade impõem a população negra pelos “marcadores de exclusão”.

Ainda sobre o binarismo entre traficante e usuário de drogas, nota-se que o racismo também se apresenta ao pensarmos a Saúde Pública na atenção aos usuários de álcool e outras drogas, pois a construção desta atenção se faz na lógica da repressão e transita para o cuidado psicossocial que não se sustenta pela base orientada da estratégia de redução de danos. Como bem aponta De Paula (2022, p. 69) o paradigma da abstinência como “eixo articulador entre justiça, a psiquiatria e moral religiosa” se opõe a lógica da redução de danos como convocação moral e religiosa na sociedade brasileira, trazendo profundos agravos e riscos sociais e a saúde da população negra. Colocando sobre o corpo negro a marca do anormal, antissocial, louco e drogado, logo aqueles que precisam de controle institucionais pelo confinamento do tratamento.

Realização:



Apoio:





Diante disso, sempre está a rondar os serviços de saúde mental, álcool e outras drogas. a cultura manicomial, proibicionista e racista aprisionante que abraça os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) ao ponto de avançarmos pouco em uma Política sobre Droga que rompa com estigmas e preconceitos sobre os usuários de drogas nos serviços substitutivos. A atenção psicossocial anunciada pela Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas de 2003 coloca no cerne do cuidado a estratégia de redução de danos como orientadora de intervenções juntas aos usuários de álcool e outras drogas pelo primado da defesa da vida e do cuidado em liberdade. Mas como fazer redução de danos em um país que usar droga é crime? Como pensar o usuário de drogas em um país que a lei de drogas não assegura o direito do usuário? Como pensar o usuário de drogas se pela cor da pele já se indica o aprisionamento?

A Reforma Psiquiátrica avança no olhar sobre os usuários de drogas, mas a materialização da reforma não possibilita muitas ações ao se pensar a população negra, aquela que hoje mais circula nos serviços de saúde mental. O processo de contrarreforma na política de saúde mental, álcool e outras drogas que marca esta política desde 2015 com as mudanças na gerência de saúde mental nacional e estadual com indicações que defendiam os manicômios, a imposição da Portaria nº 3588/2017 que inaugura uma “Nova RAPS” pela internação, o sucateamento dos serviços de saúde mental, o aumento do financiamento público para as comunidades terapêuticas e a anúncio da necessidade de mais leitos psiquiátricos mostram os rumos aprisionantes impostos a população negra via SUS na política de saúde mental, álcool e outras drogas.

Os caminhos trilhados para o cuidado psicossocial de usuários de drogas sedimentam ações de aprisionamento, em especial, ao olharmos o crescimento de vagas em comunidades terapêuticas no pós 2019. Este fato apresenta o campo de maior antirreforma no cuidado aos usuários de drogas no pós 2017, pois até 2019 existiam 11 mil leitos em comunidades terapêuticas e cresce para 20 mil em 2020 chegando a R\$ 300 milhões de investimento via governo federal no mesmo ano, com acréscimo de R\$ 134 milhões no ano de 2021.

Segundo denúncia realizada em Reportagem exibida pela Rede Globo no Programa Fantástico em novembro de 2023, estes dados mostram como um governo moralista e conservador opera na atenção aos usuários de droga, ou seja, o constructo da opressão e aprisionamento com financiamento público de instituições que asseguram violação de direitos humanos pela via mais cruel da tortura e cerceamento da liberdade, conforme aponta relatórios do IPEA (2017) e CFP (2011).

A orientação do cuidado pela violação dos direitos humanos aos usuários de drogas e/ou em serviços sucateados que não asseguram a redução de danos como orientadora do cuidado possibilitam apenas o não cuidado a população negra. O que hoje vem sendo ofertado aos usuários de drogas são formas aprisionantes de não cuidar, articulada a práticas racistas, manicomiais e proibicionistas que gritam por internações compulsórias a céu aberto, pois o baixo financiamento para os CAPSad amplia a busca por tratamento nas comunidades terapêuticas, instituições estas que “vendem” a “cura do vício” e “cura da droga” com tortura e religiosidade.

## Conclusão

Os caminhos percorridos pela construção da Política Sobre Drogas nos trazem reflexões potentes para o campo da repressão ao tráfico de drogas e da atenção aos usuários de drogas pela lógica binária que se ocupa do debate sobre corpos negros, mas que pelo racismo indicam estes como traficante e usuário, como potente viés de desumanização desses corpos.

Realização:



Apoio:





O racismo estrutural que orienta a nossa formação sócio-histórica e na colonização motiva subjetividades que guiam o trato inferiorizado e violento contra o povo negro induz e impõem a instituições totais ações racistas para este povo, que hoje são os que mais ocupam cárceres, manicômios, comunidades terapêuticas e CAPSad.

Diante disso, se faz urgente o romper da lógica racistas nas instituições por onde se circula a população negra. Com diz Emerica “é tudo para ontem”, correndo como um maratonista para que a racialização do debate seja feita nas políticas sociais e nos campos de concentração a céu aberto, vulgo novos manicômios, que acompanhamos na política sobre drogas, pois já é sabido que a violação dos direitos humanos não se encontra apenas nos espaços cerceadores de liberdades, mas também naqueles que indicam possíveis cuidados livre (por uma liberdade assistida e violenta) pela lógica manicomial e proibicionista.

O eco da Reforma Psiquiátrica precisa avançar, mas esse eco também se faz necessário na luta antirracista e na racialização da política de saúde mental, álcool e outras drogas e do cuidado da população negra.

## Referências

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 131- 154, dez., 2014. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/15086/0>>. Acesso em: 19 maio 2025.

BARRETO, Lima. **O diário do hospício** - cemitério dos vivos. São Paulo: Companhia das Letras. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.711**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília (DF): Imprensa Nacional, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 3088**, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL, **Lei nº 13.840**, de 5 de junho de 2019, que atualiza a Política Nacional sobre Drogas. Brasília: Ministério da Justiça, 2019.

CARNEIRO, Henrique. **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos**: locais de internação para usuários de drogas. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

DAVID, Emiliano de Camargo. **Aquilombamento da saúde mental: cuidado antirracista na atenção psicossocial infanto-juvenil**. São Paulo: HUCITEC, 2023

DE PAULA, Tadeu. **Guerra às drogas e a redução de danos: tecendo o comum nas encruzilhadas**. São Paulo, Hucitec, 2022.

Realização:



Apoio:



FERRUGEM, Daniela. **Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

FERRUGEM, Daniela. Guerra às drogas? **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 44-54, jan., 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47208>>. Acesso em: 13 mar. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da violência**. Brasília: IPEA; FBSP, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

INFOPEN. Sistema do Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)**, Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PASSOS, Rachel. Gouveia. **Na mira do fuzil**: a saúde mental das mulheres negras em questão. São Paulo: Hucitec, 2023.

PASSOS, Rachel. Gouveia. Holocausto ou navio negreiro?: inquietações para a reforma psiquiátrica brasileira. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 3, p. 10-23. 2018.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, abr., 2007.

SANTOS, Ynaê Lopes dos Santos. Crítica à degenerescência racial e reforma psiquiátrica de Juliano Moreira. In: DAVID, Emiliano de Camargo et al. (org.). **Racismo, subjetividade e saúde mental**: pioneirismo negro. São Paulo: HUCITEC, 2021.

SILVA, Edilma Soares da; PRUDENCIO, Juliana Desiderio Lobo. Usuário ou traficante tudo é uma questão de pele: repressão e proibicionismo no cotidiano da juventude preta. In: ROCHA, Andréia Pires; FERRUGEM, Daniela (org.). **Alvos negros**: guerra às drogas, encarceramento e juvenicídio. Curitiba: XI COPENE; UFPR, 2021.

SOUZA, Tadeu de Paula. Da raiz à radicalidade da reforma psiquiátrica: racismo, manicômio e guerra às drogas. In: GARCIA JR, Carlos Alberto Severo; CECCON, Roger Flores. **Violência e Saúde Mental**: desafios contemporâneos. Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2024.

Realização:



Apoio:



## **PÉ-DE-MEIA:** o incentivo ao empreendedorismo e a lógica da qualificação

Anna Luíza Carneiro e Oliveira<sup>46</sup>

Ednéia Alves de Oliveira<sup>47</sup>

Juliana Gonçalves Moreira<sup>48</sup>

**Resumo:** O presente artigo é uma análise sobre as políticas e programas de qualificação e empreendedorismo no Brasil a partir do acirramento do neoliberalismo em 1995 no governo de FHC, com foco no Programa Pé-de-Meia, implementado no governo Lula em 2023. A partir da década de 1990, observa-se uma reconfiguração do papel do Estado, com ênfase em políticas focalizadas e responsabilização individual frente ao desemprego e à pobreza. Os programas de qualificação passaram a ser pautados por uma lógica de empregabilidade e empreendedorismo como solução para problemas estruturais do mercado de trabalho, contribuindo para ocultar os índices de desemprego no país.

**Palavras-chave:** Programa Pé-de-Meia; política de emprego e renda; desemprego; qualificação.

**Abstract:** This article is an analysis of qualification and entrepreneurship policies and programs in Brazil since the intensification of neoliberalism in 1995 under the FHC government, focusing on the Pé-de-Meia Program, implemented under the Lula government in 2023. From the 1990s onwards, there was a reconfiguration of the role of the State, with an emphasis on targeted policies and individual accountability in the face of unemployment and poverty. Qualification programs began to be guided by a logic of employability and entrepreneurship as a solution to structural problems in the labor market, contributing to hiding unemployment rates in the country.

**Keywords:** Pé-de-Meia Program; employment and income policy; unemployment; qualification.

## **Introdução**

Este artigo propõe analisar o Programa Pé de Meia criado pelo Governo Lula em 2023 e seus objetivos. Trata-se de uma pesquisa teórica, descritiva e qualitativa. Os dados foram extraídos de sites do governo federal, de artigos científicos, órgãos oficiais como IBGE, Ministério do Trabalho e Emprego, INEP etc. Inicialmente cumpre salientar que o programa em tela se insere no rol das políticas de emprego e renda direcionadas aos segmentos mais pauperizados da população brasileira. Seu foco principal é possibilitar a qualificação da população jovem por meio da oferta de renda, visando promover a permanência destes jovens por maior tempo na escola. Desta forma, o Programa Pé de Meia pode ser considerado como uma velha estratégia da política de emprego e renda no país, cujo viés tem primado pela lógica da qualificação e do incentivo ao empreendedorismo.

<sup>46</sup> Graduada e mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: annacarneirooliveira@gmail.com

<sup>47</sup> Profa. Dra em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, professora orientadora. E-mail: oliveira.edneia@ufff.br

<sup>48</sup> Graduada em Direito pela Faculdades Integradas Vianna Júnior e graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: juliana.moreira@estudante.ufff.br

Realização:



Apoio:



As políticas de emprego e renda no Brasil começaram a ser implementadas nos anos de 1990, mais especificamente no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Desde o início estas políticas foram construídas pautadas por uma lógica de fomento à qualificação e ao incentivo ao empreendedorismo, desresponsabilizando o Estado de adotar políticas para os segmentos da classe trabalhadora excluídos do acesso ao mercado formal de trabalho. Vale salientar que apesar do discurso de geração de emprego, estas políticas estavam afinadas com propostas de organismos internacionais cuja defesa primava pela concepção de uma tônica individualista e de culpabilização dos sujeitos pela ausência de emprego. Ou seja, a saída para o desemprego era a falta de qualificação ou ainda de um espírito empreendedor capaz de sanar a histórica desigualdade social no país. Não por acaso foram e são políticas com benefícios de baixo valor ou ainda apenas com ofertas de propostas de qualificação ou capacitação que não constituem alternativas objetivas para a inserção no mercado de trabalho formal. Podem ainda, contribuir para ocultar os dados do desemprego, à medida que permite a geração de renda ou a permanência na escola da população jovem por mais tempo, impactando nas taxas de desemprego, em especial, o emprego juvenil.

### **A lógica da qualificação e do empreendedorismo no Brasil dos anos 1990 em diante**

A lógica da qualificação e empreendedorismo no Brasil foi consolidada a partir da década de 1990, com adoção de políticas neoliberais e a reconfiguração do Estado, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Através de um discurso de empregabilidade e autonomia, a responsabilidade de ingressar no mercado de trabalho passou a ser atribuída ao próprio sujeito, retirando o foco das condições estruturais de desemprego no capitalismo. O discurso é que a falta de qualificação seria um obstáculo para os trabalhadores ingressarem no mercado de trabalho. Nesse sentido, pode-se dizer que os programas e políticas de qualificação e empreendedorismo estão alinhadas com as recomendações dos organismos internacionais, que buscam desenvolvimento econômico através da inserção produtiva.

Essa perspectiva se intensificou nos governos a partir de 1995, sendo incorporada por programas federais de qualificação profissional e incentivo ao empreendedorismo. FHC criou alguns programas como o Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor), Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (PROEMPREGO). No governo Lula o Projovem, o Jovem Aprendiz. Com Dilma o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Com Temer a Reforma do Ensino Médio. E no governo Bolsonaro o Programa de Aprendizagem 4.0 (Oliveira et al. 2024).

Essa lógica de responsabilização individual em conjunto com o desemprego estrutural, reforça a ideia de que o sucesso no mercado de trabalho depende exclusivamente do esforço pessoal, ignorando as determinações sociais e econômicas do capital. A invés de enfrentar os limites da estrutura produtiva brasileira, com alto índice de informalidade e precarização, os programas de qualificação e empreendedorismo passaram a ser mecanismo de controle da força de trabalho às exigências do mercado. Dessa forma, os programas e políticas implementados pelos governos possuem sempre o mesmo tom, são paliativos e residuais. Primam pela qualificação individual, retirando a responsabilidade do Estado e deslocando para o indivíduo.

Nesse sentido, podemos considerar que o programa Pé de Meia não se difere desta perspectiva, pois constitui-se como um incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança. Lançado em novembro de 2023 no governo Lula, e regulamentado pela lei nº 14.818/2024, tem como objetivo incentivar a permanência escolar, reduzir a evasão e promover a conclusão do ensino médio de alunos da rede

Realização:



Apoio:



pública entre 14 e 24 anos e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), entre 19 e 24 anos, beneficiários do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), democratizando o acesso, através de uma espécie de poupança. De acordo com a supracitada lei, em seu art. 5º, §1º, os valores de incentivo do programa são depositados em conta a ser aberta em nome do estudante e possuem natureza pessoal e intransferível, inclusive para os responsáveis do estudante, não havendo dano para aqueles que precisem de representação ou assistência, caso do estudante que possua incapacidade absoluta ou relativa.

Para garantir a permanência na escola, são realizados depósitos mensais no valor de R\$ 200,00 passíveis de saque a qualquer momento, durante nove meses referente a frequência, totalizando R\$ 1.800, excepcionalmente no ano de 2024 foram pagas oito parcelas do incentivo. Além de R\$ 200 na realização da matrícula. Já na educação de jovens e adultos o incentivo é correspondente ao valor de R\$ 225 pela frequência, ou seja, R\$ 900 por semestre. A cada ano de conclusão é depositado R\$ 1.000, retidos em uma conta poupança que só podem ser acessados após a formatura do ensino médio, totalizando R\$ 3.000. Por fim, um bônus de R\$ 200 para a participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ao final do terceiro ano, podendo chegar a R\$ 9.200 (Brasil, 2025)

Os estudantes elegíveis ao incentivo devem estar matriculados no ensino médio da rede pública, com idade entre 14 e 24 anos, e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) devem ter entre 19 e 24 anos; com pelo menos um membro da família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), sendo associada a outros critérios como a situação de "vulnerabilidade", matrícula em escola em tempo integral, idade e matrícula em ensino médio articulado com a educação profissional e tecnologia de forma integrada ou concomitante. Há de se ressaltar, que de acordo com o art. 3º, § 1º, 2º e 3º da Lei 14.818 de 2024, o Programa Pé de Meia não é considerado para fins de cálculo da renda familiar para acesso a qualquer benefício socioassistencial e não poderá ser cumulado com os benefícios financeiros do Programa Bolsa Família.

Além disso, a lei 14.818 estabelece que para acesso e permanência do estudante no programa este deve seguir certos requisitos. A princípio, estar devidamente matriculado no início de cada ano letivo e ter frequência escolar mínima de 80% do total de horas letivas. Outrossim, o aluno deve obter a aprovação ao final da conclusão de cada ano letivo. Ademais, o aluno deve participar do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), além dos exames aplicados pelos sistemas de avaliação externa dos entes federativos para ensino médio. Por último, a participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), para os estudantes do último ano letivo do ensino médio e a participação no Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (Encceja), para os estudantes do EJA. Essas informações são passadas ao Ministério da Educação (MEC) pela própria instituição de ensino, através de um sistema informatizado.

O site do Governo Federal expõe informações quantitativas de beneficiários, chegando a 4 milhões de estudantes, o Ministério da Educação estima a necessidade do investimento anual de R\$ 12,5 bilhões, para manter o programa durante o ano. Nesse bojo, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) publicou que em 2025 o Governo Federal anunciou a destinação de R\$ 1 bilhão para o Pé-de-meia, mas esse valor cobre apenas 8% do previsto. De acordo com o relatório publicado pelo Inesc, as restrições orçamentárias prejudicam a manutenção do programa, mas possuem expectativa de que sejam adicionados recursos através de crédito suplementar (INESC, 2025)

**O programa pé-de-meia: a lógica da qualificação e do incentivo ao empreendedorismo**

Realização:



Apoio:





Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2023 foram registradas 7,7 milhões de matrículas no ensino médio, uma queda de 2,4% em relação ao ano anterior devido à pandemia. Já em 2024 esse número aumentou 1,5% e foi para 7,8 milhões de matrículas no ensino médio regular. De acordo com o Censo Escolar de 2023 o ensino médio é a etapa que possui maior taxa de reprovação, sendo 3,9% e evasão, sendo 5,9%.

Nesse contexto, em 2024 observou-se um aumento no número de estudantes matriculados no ensino médio integrado a programas vocacionais de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), atingindo 15,4% na rede pública. Essa modalidade tem como finalidade preparar os jovens para a inserção no mercado de trabalho. Com intuito de ampliar o número de matrículas na EPT, foi publicado o Decreto nº 12.433, que determina que os estados destinem uma parte dos juros da dívida com a União para a expansão da oferta de matrículas na educação profissional e técnica no ensino médio, em conjunto com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Nesse sentido, deve-se atentar que o programa Pé-de-Meia, embora tenha sido apresentado como inovação, retoma o formato já existente do Poupança Jovem, estruturado pelo Governo de Minas Gerais, coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) e extinto no ano de 2016, devido ao alto custo.

O Poupança Jovem foi instituído pelo Decreto nº 44.476 de 6 de março de 2007, posteriormente passando a reger através do Decreto nº 46.397 de 27 de dezembro de 2013 (Minas Gerais, 2013). Assemelha-se ao programa Pé-de-Meia visto que contemplava estudantes do ensino médio com o benefício financeiro de R\$ 1.000,00 ao ano, totalizando ao final do ensino médio, com a devida aprovação do estudante, o montante de R\$ 3.000,00. O estudante receberia o valor ao final do ensino médio, com a possibilidade de saque de R\$ 100,00 ao final do primeiro e segundo ano concluídos com aprovação. Além de ser devidamente aprovado, para a permanência no programa, o estudante deveria participar das atividades extracurriculares previstas como oficinas, palestras, grupos de trabalho, atividades culturais, esportivas, cursos técnicos profissionalizantes, entre outros. Ademais, não poderia ter nenhuma passagem pela polícia, envolvimento com drogas e atividades criminosas.

Possuía como principal foco, além reduzir a evasão escolar, a perspectiva do “futuro profissional”, onde abordavam a qualificação para o mercado de trabalho. Desse modo, é notório que o Programa Pé-de-Meia além de não ser inédito, apenas reformula estratégias já existentes baseadas em incentivos financeiros condicionados à permanência escolar. Isto pois, tem como objetivos centrais a redução da taxa de desemprego entre os jovens, ao fomentar a permanência dos estudantes no ensino médio e incentivar sua qualificação para ingressar no mercado de trabalho.

A proposta parte da lógica de que a formação educacional, principalmente em cursos profissionalizantes, auxiliem na garantia de postos de qualidade e melhor remunerados. Desse modo, é um programa, assim como o Poupança Jovem, inserido na lógica da qualificação como solução individual para o desemprego, reforçando a ideia de que o acesso às oportunidades depende somente do esforço do jovem em se manter na escola. Os depósitos, chamados de incentivos, são colocados como estímulo aos estudantes a participarem de todas as etapas do ensino médio, pautando assim, a educação na lógica de compensação financeira como motivador para permanência estudantil.

É notório que o número do desemprego caiu, ficando em 6,6% neste último trimestre que finalizou em abril de 2025. Segundo estes dados publicados pelo IBGE em 29 de maio de 2025, essa foi a menor taxa desde o ano de 2012 e configura estabilidade em relação ao trimestre anterior, que correspondia a 6,5%. Correlato a taxa de informalidade, esta foi inferior ao trimestre móvel anterior, sendo de 37,9%, o que equivale a 39,2 milhões de trabalhadores.

Realização:



Apoio:



Em relação ao desemprego entre os jovens entre 14 a 24 anos, segundo estudo desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a taxa de desocupação entre os jovens caiu de 25,2% para 14,3% e a informalidade passou de 48% para 44%. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contabilizou que 53% destes jovens possuíam vínculo formal de trabalho com carteira assinada. Ademais, houve um aumento nos jovens inseridos em estágios e programas de aprendizagem, em novembro de 2024, segundo a PNAD marcando o maior patamar, sendo 637.509 jovens que foram contratados através da lei 10.097 de 2000.

No entanto, mesmo com a tendência de queda, o número de desemprego entre jovens ainda é expressivo e relevante, visto que segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (2025), expôs que o desemprego entre jovens entre 18 a 29 anos é mais que o dobro da taxa observada entre pessoas de 30 a 59 anos. Dessa forma, apesar do intuito de aumentar a qualificação dos jovens, os resultados esperados não se concretizaram. Entre os principais obstáculos estão a falta de experiência, baixa qualificação e crescente precarização das ocupações (G1, 2025).

Ademais, essa realidade entre os jovens é evidente ao analisar os tipos de ocupações e funções que estes se encontram, com uma elevada concentração nos setores de serviço e comércio. Nota-se que a maioria está inserida em empregos de baixa complexidade, exigência de conhecimentos especializados, alto grau de informalidade e baixos salários, além de áreas com pouca qualificação e alta rotatividade (FGV, 2025).

A limitada inserção dos jovens no mercado de trabalho formal pode gerar impactos negativos na economia nacional. Nesse contexto, reforça-se a importância da qualificação profissional como essencial para o acesso a melhores oportunidades de emprego, com remuneração mais justa. Assim, os cursos profissionalizantes e as capacitações surgem como caminhos estratégicos, desde que estejam alinhados às demandas reais do mercado de trabalho (G1, 2025).

Além disso, mesmo com um menor índice de desocupação entre jovens de 14 a 24, aumento de vínculos formais e em programas de aprendizagem o desemprego juvenil ainda é um óbice no Brasil, visto que é o dobro do verificado entre adultos. Assim, ainda há obstáculos como falta de experiência, baixa qualificação e inserção em ocupações precárias, com baixos salários e alta rotatividade. Isso reflete como somente um programa de incentivo financeiro sem se alinhar com outros elementos não consegue alcançar seus objetivos que são, de acordo com o Ministério da Educação (Brasil, 2024) democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens, além de estimular a mobilidade social.

Dessa forma, a promessa de ascensão social por meio da capacitação técnica e da iniciativa empreendedora, ignora as profundas desigualdades sociais, contribuindo para o aumento da informalidade e precarização das relações de trabalho, principalmente entre os jovens. Esses programas desde sua criação são basicamente os mesmos, modificam a nomenclatura, mas possuem os mesmos objetivos. São direcionados para a qualificação de jovens e o estímulo ao empreendedorismo, culpabilizando o indivíduo por sua situação e individualizando o problema. Sem gerar uma melhora efetiva na condição de vida da classe trabalhadora (Oliveira et al. 2024).

Portanto, para que políticas como o Pé-de-Meia sejam efetivadas, é fundamental que tenham articulação com uma agenda mais ampla de desenvolvimento econômico, valorização do trabalho e regulação do mercado. Pois, o que acontece é um reforço da lógica meritocrática que responsabiliza o jovem por sua exclusão, sem enfrentar as raízes estruturais do desemprego, o capitalismo.

Contudo, transfere para o estudante a responsabilidade do seu sucesso ou fracasso, com uma ênfase no mérito e no desempenho, como se tanto a frequência, quanto a conclusão do ensino médio fosse uma escolha individual, sem considerar que muitos jovens podem enfrentar condições de vida bastante precárias e que dificultam a

Realização:



Apoio:



permanência ou a conclusão do ensino. Ademais vale ressaltar que mesmo a conclusão do ensino médio não implica em vagas no mercado de trabalho, pois no capitalismo, o desemprego é condição necessária da acumulação de capital.

## Conclusão

O programa Pé-de-Meia embora apresentado sob o discurso da inovação e incentivo à permanência escolar, se insere na lógica neoliberal consolidada no Brasil desde a década de 1990. Com ênfase na qualificação individual e no empreendedorismo como supostas soluções para o desemprego estrutural. Programas como esse não são inéditos no país. Iniciativas anteriores, como o programa Poupança Jovem, implementado em Minas Gerais, já havia adotado a mesma estratégia de vincular incentivos financeiros à frequência escolar, sem que houvesse mudanças significativas.

Ao priorizar incentivos financeiros condicionados ao desemprego e à frequência escolar, o Pé-de-Meia reafirma a lógica meritocrática e individualizante, em que o sucesso ou o fracasso é atribuído exclusivamente ao esforço pessoal, desconsiderando as condições materiais objetivas. Esses programas, no entanto, pouco alteram a realidade da juventude, funciona como estratégia paliativa para mascarar altos índices de desemprego juvenil.

Portanto, ao valorizar a lógica da qualificação e do empreendedorismo, o programa Pé-de-Meia reforça uma perspectiva já desgastada e historicamente ineficaz. Em vez de promover transformações estruturais, acaba reproduzindo estratégias paliativas que naturalizam a desigualdade social deslocando a responsabilidade do Estado para o indivíduo.

## Referências

AGÊNCIA GOV. Ensino médio tem maior taxa de evasão da educação básica. **Agência Gov.** [s.l.]. Educação, 22 fev. 2024. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/ensino-medio-tem-maior-taxa-de-evasao-da-educacao-basica>>. Acesso em: 01 maio 2025.

AGÊNCIA GOV. Jovens ganham espaço no mercado de trabalho e impulsionam queda no desemprego e na informalidade. **Agência Gov.** [s.l.], 2 mai. 2024. Disponível em: <[https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202504/jovens-ganham-espaco-no-mercado-de-trabalho-e-impulsionam-queda-no-desemprego-e-na-informalidade#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20entre,Amostra%20de%20Domic%C3%ADlios%20\(PNAD\)>](https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202504/jovens-ganham-espaco-no-mercado-de-trabalho-e-impulsionam-queda-no-desemprego-e-na-informalidade#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20entre,Amostra%20de%20Domic%C3%ADlios%20(PNAD)>)>. Acesso em: 01 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC e Inep contextualizam resultados do Censo Escolar 2024. **Gov.br.** [s.l.], 09 abr. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/abril/mec-e-inep-contextualizam-resultados-do-censo-escolar-2024>>. Acesso em: 01 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC e Inep divulgam resultados do Censo Escolar 2023. **Gov.br.** INEP, 22 fev. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>>. Acesso em: 01 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pé-de-Meia.** Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>>. Acesso em: 30 abr. 2025.

Realização:



Apoio:



CUNHA, Ana Karina; SANTOS, Carlos Octávio Ocké-Reis dos; FERREIRA, Hildete Pereira. Avaliação do Programa Poupança Jovem. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA MINEIRA, 6., 2014, Diamantina. **Anais** [...]. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2014. Disponível em: <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2014/avaliacao-do-programa-poupanca-jovem.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2025.

DUQUE, Daniel. Jovens no mercado de trabalho. **Blog do IBRE**, Rio de Janeiro, 11 mar. 2024. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/jovens-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em 30 abr 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 30 mar 2025.

INEP. Ensino médio: Matrículas em educação profissional e tecnológica avançam. 2025. **Gov.br**. INEP, 30 abr. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/ensino-medio-matriculas-em-educacao-profissional-e-tecnologica-avancam>>. Acesso em: 22 maio 2025.

INESC. **Governo destina R\$ 1 bilhão ao Pé-de-Meia em 2025, mas valor é apenas 8% do gasto anual previsto pelo programa**. 2025. Disponível em: <<https://inesc.org.br/governo-destina-r-1-bilhao-ao-pe-de-meia-em-2025-mas-valor-e-apenas-8do-gasto-anual-previsto-pelo-programa/>>. Acesso em: 01 maio 2025.

MINAS GERAIS. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (ALMG). **Estudantes cobram pagamento atrasado do Poupança Jovem**. 2016. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2016/10/25\\_desenvolvimento\\_economico\\_poupanca\\_jovem.html](https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2016/10/25_desenvolvimento_economico_poupanca_jovem.html)>. Acesso em: 22 maio 2025.

MINAS GERAIS. Poder Executivo. Decreto nº 46.397, de 27 de dezembro de 2013. Institui o Programa Poupança Jovem no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, 30 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/46397/2013/>>. Acesso em: 14 mar 2025.

NUNES, Julia. Desemprego entre jovens no Brasil é mais que o dobro da taxa de grupo mais velho, aponta pesquisa. **G1**, 14 de abr. de 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/04/11/desemprego-entre-jovens-no-brasil-e-mais-que-o-dobro-da-taxa-de-grupo-mais-velho-aponta-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 22 maio 2025.

NUNES, Julia. Desemprego fica estável e atinge 6,6% no trimestre terminado em abril, diz IBGE; CLT bate recorde. **G1**, 29 de mai. de 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/05/29/desemprego-fica-em-66percent-no-trimestre-terminado-em-abril-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 22 maio 2025.

OLIVEIRA, E. A. et al. Políticas de emprego e renda no governo Bolsonaro: (2019-2022). **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, [S. l.], v. 22, n. 6, p. e4999, 2024.

Realização:



Apoio:



## POLÍTICA PÚBLICA DE COTAS RACIAIS: a UFMT em cor autodeclarada

Célia Maria Moreira<sup>49</sup>  
Imar Domingos Queiróz<sup>50</sup>

**RESUMO:** O presente artigo problematiza como o enraizamento do racismo nas relações societárias cotidianas impacta nos processos de integração social e do trabalho em geral, e, em especial, no contexto da adoção de política de cotas raciais com relevo no ingresso, por concurso público, em carreiras do serviço público federal, como no caso da UFMT. O resultado do conteúdo investigativo revela o caráter pedagógico do desmonte do racismo institucional, e, aponta uma UFMT com predominância negra/parda na área administrativa, e branca na academia. O esvaziamento de cotistas raciais na academia denota a docência ainda distante da efetividade da política pública inclusiva e de seus desdobramentos sócio-político-culturais dada sua vocação acadêmico-institucional.

**Palavras-chave:** Racismo Institucional. Ação Afirmativa. Política Pública. Cotas Raciais/Concursos

**ABSTRACT:** This article discusses how the rooting of racism in everyday societal relations impacts the processes of social integration and work in general, and, in particular, in the context of the adoption of a racial quota policy with emphasis on admission, through public examinations, to careers in the federal public service, as in the case of UFMT. The result of the investigative content reveals the pedagogical character of the dismantling of institutional racism, and points to a UFMT with a black/brown predominance in the administrative area, and white in academia. The emptying of racial quotas in academia denotes that teaching is still far from the effectiveness of inclusive public policy and its socio-political-cultural consequences, given its academic-institutional vocation.

**Keywords:** Institutional racism. Affirmative Action. Public Policy. Racial Quotas/Contests.

### Introdução

Este artigo trata de um recorte temático das reflexões contidas em dissertação apresentada a programa de mestrado na área de política social da Universidade Federal de Mato Grosso.

A pesquisa problematiza a efetividade da política pública de cotas raciais em concurso público, implementada na Instituição, a partir da vigência da Lei n. 12.990/2014, na composição do quadro de pessoal efetivo de suas duas carreiras, quais sejam: Magistério Superior (Docente) e de Técnico Administrativo em Educação (TAE).

O trabalho investigativo, em suas concepções conceituais reflexivas, análises para compreensão do fenômeno e seus resultados, amparou-se no método dialético, com adoção da abordagem qualitativa no constructo do fundamento histórico-teórico e na coleta de percepções narrativas de heteroidentificadores, sujeitos escolhidos para participarem de entrevistas semiestruturadas, com propósito de resgatar memórias e

<sup>49</sup> Servidora técnico-administrativa em educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), pós-graduada em Direito e Administração Pública; Comportamento Humano nas Organizações; e, Política Social. E-mail: celiamoreira@ufmt.br.

<sup>50</sup> Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso, do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/PPGS/UFMT). Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Orientadora do trabalho; E-mail: imarqueiroz@hotmail.com.

Realização:



Apoio:





vivências correlacionadas ao contexto da implementação da política pública institucional. Tal movimento não dispensou, também, elementos quantitativos, embasados, em especial, pelo exercício empírico de mapeamento dos resultados da oferta de vagas a cotistas raciais em concursos editados de ambas carreiras e de relatórios emitidos por extrator de dados da plataforma administrativa do Sistema Integrado de Administração de Pessoal da União (SIAPE), com filtragem via cadastros de pessoal ativo permanente no período entre 2014 a 2018, registrados no Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (SIGPEPE), fornecidos pela administração da UFMT à pesquisadora.

Propõe-se, aqui, um recorte do estudo investigativo, com destaque aos apontamentos de *cor/raça* autodeclarados por servidores ativos das carreiras da UFMT, de acordo com os critérios censitários do IBGE, sob base de análise de dados extraídos pela fonte ora indicada.

Do resultado parcial investigativo denotou-se diferenciado aproveitamento efetivo de vagas destinadas a cotistas raciais no interior das duas carreiras institucionais da UFMT, acessadas pela via do concurso público. Essa ocorrência instigou problematização complementar que elucidasse a prevalência autodeclarada da condição categórica *cor/raça* de modo mais preciso; isto é, identificável em quantitativo analítico a quem a política pública inclusiva se destina.

No contexto sócio-histórico do país, a *cor/raça/etnia* auto e heterodenominada não se restringe a focalizar a questão identitário-cultural de pertencimento, mas, sobretudo, a sua correlação com tratamentos vantajosos, diferenciados por prestígios ou mesmo desiguais perante às oportunidades de acesso a recursos capazes de promover a mobilidade social de cidadãos, ao exemplo, da *educação* e do *trabalho*, e seus efeitos impactantes nas relações inseridas em um estado democrático de direitos como ferramentas essenciais para a ascensão social e a transformação da sociedade, com foco na superação das desigualdades sociais e raciais (Fernandes, 2008; Carvalho, 2015; Almeida, 2018; Moura, 2019).

O atual contexto da adoção das ações de afirmação de direitos como da política de cotas raciais remete à conquista de pautas de lutas incessantes de movimentos sociais organizados, como as do movimento negro, combativos às expressões do racismo onipresente e seus processos de exclusão social. Nessa perspectiva, pressupostos têm sido contrariados pela realidade social assimétrica, num progressivo processo de desmonte de mitos envoltos à democracia racial.

## **A (des)construção dos racismos em âmbito institucional**

Por mais de três séculos de escravidão e, mesmo, na pós-abolição, sob respaldo das teorias do racismo científico do Século XIX, na sua elaborada defesa de superioridade da raça branca e inferioridade degenerativa da negra, comportamentos visíveis, e progressivas formas sofisticadas, sutis ou mascaradas, reúnem práticas do racismo estruturante e estrutural vivenciadas pela população negra no país (Nascimento, 2016; Almeida, 2018).

Nesse contexto, sob aparato jurídico, práticas discriminatórias legitimaram privilégios e vantagens à população branca, expressas pela materialidade da opressão étnico-racial, das segregações, das exclusões sociais e das distinções simbólicas praticadas para silenciar valores identitário-culturais da parcela populacional majoritariamente negra (56%) segundo o IBGE (2018). Daí a importância de discussão que contemple o debate sobre o constructo do racismo nas estruturas da sociedade capitalista e suas implicações nos padrões de acumulação, no mundo do trabalho, na omissão secular à inserção de políticas públicas para o coletivo negro, com repercussões em torno da democracia, de direitos, da participação e da

Realização:



Apoio:



representatividade da massa negra nos espaços socialmente reconhecidos na sociedade civil.

O racismo opera a manutenção de um movimento construtivo do imaginário de relações societárias com sentimento e com pertencimento de grupo obnubilado às demarcações identitárias de dominação branca. Daí deflui a persistente sustentação discursiva de uma convivência harmoniosa, pacífica e de tratamento igualitário a oportunidades, a despeito das visíveis disparidades representativas da parcela dominante em detrimento da condição social da população afro-brasileira, traduzida pela dificuldade de acessos à prestação de serviços, à distribuição das riquezas produzidas e à participação efetiva de poder de decisão nas organizações sociais de toda ordem (Almeida, 2018).

O fenômeno de leitura racial no Brasil se faz em todo lugar, porque se trata da heteroidentificação da presença física de um corpo. Daí advém a perspectiva das imagens do constructo racista, da hierarquização social e do reforço de estereótipos associados ao legado colonialista-escravista e à acumulação das expressões da questão social no país. É como se mantém a realidade da vivência cotidiana *raça-cor* na estrutura social racializada.

Assemelhado a um *iceberg*, em sua parte submersa, o fenômeno da ideologia racista é mais danoso e duradouro, por se tratar de efeitos psicossociais, que permeiam as relações interpessoais seja da vítima seja do agente discriminador (Munanga, 2019). Os aspectos negativos da prática do racismo forjam, e fomentam a persistente exploração e opressão da parcela populacional mais vulnerável, como a dos afro-brasileiros, na sociedade capitalista (Marx; Engels, 2019).

A despeito das marcas características da multiculturalidade e do irrefutável processo histórico da miscigenação e da mestiçagem na formação da sociedade brasileira, com a adoção das ações afirmativas, torna-se patente e inadiável o reconhecimento social à necessária reeducação cidadã para as relações étnico-raciais e sociais.

As políticas públicas com ferramentas de cotas de acesso, no intuito de reverter sub-representatividade de afro-brasileiros nos espaços socialmente reconhecidos, prevêm empreender metodologias combativas ao racismo estruturante expressos nas práticas de preconceitos e de discriminação, alicerçadas por estereótipos étnico-raciais, persistentes na escolha de seus alvos pela aparência física: a fenotípica negra. Daí advém que conteúdos político-ideológicos, demarcadores da consciência identitário-cultural dominante tenham sido mantidos submersos nas organizações estruturadas às relações racializadas secularmente.

Embora *raça* não corresponda a nenhuma realidade natural, ao contrário disso, concebe tão-somente uma forma de classificação/estratificação limitante ao mundo social, embasada em atitudes negativas, negacionistas e por comportamentos sociais reprováveis frente a determinados grupos sociais, os preconceitos, interesses e valores sociais nefastos, infelizmente, ainda são persistentes. Por essa motivação, o desuso do termo *raça* está condicionado à extirpação do racismo expresso pelo preconceito e pela discriminação e ao combate eficiente às desigualdades sociais (Guimarães, 2012).

Desse modo, o *constructo social da raça*, também, é político, na medida em que se trata de categoria discursiva estruturadora de um sistema de poder socioeconômico, seja para explorar e oprimir pessoas, seja para excluí-las, e reiterar a reprodução do racismo. Enquanto prática discursiva, o valor categórico da *raça* transporta ambiguidades, que justificam desigualdades sociais e diferenças culturais legitimadoras das estruturas e das relações raciais, funcionais às distinções genético-biológicas fenotípicas naturalizadas (Hall, 2003).

Análises trazidas por pesquisas e estudos das relações raciais foram embrionárias no sentido de *girar a chave* do determinismo de classe social como vetor único explicativo da persistência das desigualdades sociorraciais no país; contrariando,

Realização:



Apoio:



o entendimento de Fernandes (2008) que previa a integração do negro na vida social condicionada às conquistas das lutas inerentes às condições sociais de produção; ou seja, no interior da classe social.

Partindo-se das relações e das condições postas na realidade material em sociedade, Marilda Iamamoto (2015) leciona que a igualdade jurídica é uma falácia enquanto não houver igualdade social, pois carece ao cidadão ser reconhecido como sujeito de sua própria história, de seus esforços por melhorias e do usufruto de seus direitos consumados.

Em perspectiva histórica, o negacionismo da existência do racismo, expresso pelo mito da democracia racial, tem exercido influência importante na projeção de meios de manutenção de poder e da reprodução das diferenças e das desigualdades em nome da retórica meritocracia.

Tal situação tem sido refletida na concretude das relações cotidianas, na medida em que a racionalidade racial institucionalizada persiste propagada em âmbitos culturais, econômicos, ideopolíticos, jurídicos. O fenômeno do racismo institucional incursiona-se no interior das organizações, e percorre toda estrutura social, fomentando vantagens materiais e simbólicas para uns em detrimento de outros. Quanto à população afro-brasileira, as assimetrias traduzem-se, no mínimo, em dupla função: do racismo (raça) e da condição social (classe) (Almeida, 2018); e, também, tripla, somada a questão de gênero (Saffioti, 2013).

Não basta, portanto, apenas renomear a *raça* e as expressões do *racismo*, pois o seu constructo social, político e cultural carrega um histórico movimento de lutas incessantes da negritude por transformações das relações sociorraciais e identitário-culturais no país, marcado por projetos ideopolíticos do branqueamento e da democracia racial (Guimarães, 2012). Nesse viés, os mecanismos de tensão da *raça* impactam um confinamento ou um imobilismo ocupacional em função do racismo praticado no cotidiano das relações.

A história também registra que a camada branca teve como *ponto de partida* uma imensa vantagem: não carregar o sentido/significado de *raça*; isto é, não se preocupar com a sua identidade racial (Schucman, 2020). Na via oposta, coube ao coletivo negro perdurar sua 'luta incessante' por igualdade de oportunidades e condições dignas de vida (Ribeiro, 2019).

Os movimentos sociais organizados, sensíveis à questão racial, impulsionaram a visibilidade da prática do racismo estruturante na esteira de eventos de elevado realce do ativismo antirracista e antidiscriminatório nacional, como a Marcha Zumbi em 1995, e internacional, como a Conferência Mundial contra a Discriminação Racial da ONU, em Durban/2000.

Tamanha visibilidade levou às conquistadas ações e afirmações de direitos propostas neste terceiro milênio; e, em seu bojo, tem sido trilhada a consolidação do desmonte dos mitos perpetuadores da ideologia da democracia racial, mantenedora dos prismas das desigualdades sob subterfúgios do silenciamento, apagamento e/ou negacionismo das diferenças simbólicas onipresentes nas relações interpessoais, institucionais e estruturais.

## A UFMT em cor autodeclarada

No que tange à implementação da política pública de cotas com recorte racial para acesso às carreiras de Magistério Superior (Docente) e de Técnico Administrativo em Educação (TAE), pela via de concurso público na UFMT, um recorte-relato de autodeclarações étnico-raciais de servidores ativos, extraído do sistema SIAPE/SIGEPE.

Convém esclarecer que a autodeclaração étnico-racial específica e individualizada (raça/cor/etnia) constitui dado de restrição de acesso público, isto é, não

Realização:



Apoio:



contemplado nos atos oficialmente publicados e/ou divulgados nos veículos oficiais e no *site* institucional vinculados aos documentos das fases da realização de concursos públicos, razão pela qual foram fornecidos pela administração por meio de extrator de dados sistêmicos na base do controle de pessoal ativo permanente da União.

A Unidade de Gestão de Pessoas da UFMT justificou a impossibilidade da filtragem de dados de natureza *raça/cor*, com vinculação específica ingressantes cotistas, via concurso público por período, em virtude da **inexistência de campo-chave** para registro compulsório/SIAPE/UNIÃO, como cadastro obrigatório de servidor concursado em categoria de vaga reservada para pessoas negras.

Isso significa que não se trata de uma questão local, mas, sim, da *omissão no sistema/União*, com implicações negativas ao acompanhamento da política estatal; ponderando-se tratar de política pública conquistada com foco na reparação de dívida histórica à camada popular majoritária do país em desvantagem sociorracial: a afro-brasileira.

Desse modo, a falta de boas práticas na transparência dessa implementação da política em âmbito nacional ou a inação do seu acompanhamento, bem como da análise de dados na perspectiva dos rumos da política denotam, sobretudo, a complexidade do racismo institucionalizado, exercido pelo próprio Estado brasileiro, que incorporou, e implementou essa ação afirmativa como meio combativo do racismo estruturante.

Os dados das *Tabelas 1 e 2*, a seguir expostos, apresentam a descrição das condições autodeclaradas dos servidores ativos das carreiras TAE e Docente, respectivamente, em seus quantitativos/totais anuais de 2014 a 2018, ponderada, aqui, de acordo com a 1ª coluna (*cor/origem étnica*), a composição da categoria censitária negra como a soma de pessoas parda+preta+negra, respeitada a originalidade da disposição dos dados dos relatórios fornecidos pela UFMT, extraídos pelo sistema da União.

O recorte analítico dessas projeções tabeladas limitar-se-á, com relevo, às categorias formativas dos totais dos negros autodeclarados comparados à categoria branca, em ambas as carreiras TAE e Docente; com leitura reordenada da concepção de negros, como a soma de *pessoas pardas+pretas*, de acordo com o critério adotado pelo IBGE.

Convém, aqui, notar que os ingressantes cotistas negros investidos em seus cargos de ambas as carreiras estão contidos nesses dados (2014-2018), ainda que não identificados por seus específicos certames.

A Tabela 1, abaixo, refere-se a servidores ativos da carreira de TAEs autodeclarados sob categorias: branca, parda, preta/negra, amarela e indígena:

**Tabela 1 - Servidores Ativos - TAE-UFMT (2014-2018)**

| SERVIDORES ATIVOS - CARREIRA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO (TAE-UFMT) |            |           |            |           |           |            |
|----------------------------------------------------------------------------|------------|-----------|------------|-----------|-----------|------------|
| COR/ORIGEM ÉTNICA                                                          | 2014       | 2015      | 2016       | 2017      | 2018      | TOTAL      |
| Branca                                                                     | 74         | 27        | 41         | 14        | 40        | 196        |
| Parda                                                                      | 69         | 22        | 37         | 18        | 30        | 176        |
| Não Informado                                                              | 7          | 0         | 0          | 1         | 0         | 08         |
| Preta                                                                      | 14         | 7         | 27         | 8         | 17        | 73         |
| Amarela                                                                    | 2          | 2         | 0          | 3         | 2         | 09         |
| Negra                                                                      | 1          | 0         | 0          | 0         | 0         | 01         |
| <b>TOTAL</b>                                                               | <b>167</b> | <b>58</b> | <b>105</b> | <b>44</b> | <b>89</b> | <b>463</b> |

Fonte: dw.siapenet.gov.br e extrator SIAPE/SIGEP (2020).

Realização:



Apoio:



Nessa Tabela, de um total de 463 servidores TAE, atribuem-se, segundo suas categorias censitárias, os seguintes quantitativos autodeclarados por cor/origem étnica: 250 *negros* (correspondentes à soma de 176 pardos+73 pretos+01 negro); 196 *brancos*; e, 08 não informados. Note-se que, dentre os servidores *negros* autodeclarados, 54 é a diferença registrada para maior dessa categoria em relação à *branca*.

Percebe-se pela distribuição desses registros que há uma substancial diferença no interior da categoria negra (176), que soma 102 servidores autodeclarados pardos a maior que pretos (74). Fato que provoca a leitura cristalina de que, no interior da categoria negra (250), há predominância de pardos (70%) sobre os pretos (30%) autodeclarados.

Em tese, do total geral de servidores autodeclarados (455 = descontados os não informados), o quantitativo de pardos (176) aproxima-se muito mais do referencial de brancos (196) que dos pretos (73 + 01= 74). E, em termos percentuais, desse total geral autodeclarados, contabilizam-se: 55% de negros; 43% de brancos e 2% de amarelos.

No caso, ponderados os números, os percentuais, ora apresentados, e os critérios do IBGE, recepcionados na política de cotas raciais, que reserva 20% do total de vagas para negros, que foi integralmente aproveitado no período investigado (21 de 105 vagas), constata-se que, no âmbito da carreira TAE, a categoria negra/parda superou a branca nitidamente.

Dentre os servidores ativos permanentes TAEs estão contidos os ingressantes por concurso público das cotas raciais com aproveitamento integral no período investigado, o resultado quantitativo evidenciado, aqui, dialoga com os achados da parte investigativa qualitativa. Pois, na pesquisa aqui referenciada, reuniram-se narrativas de heteroidentificadores entrevistados, cujas memórias espaciais e perceptivas, relacionadas aos efeitos da política, apontaram para um contingente de servidores/TAE, majoritariamente, autodeclarados negros/*pardos*.

Na Tabela 2, a seguir, são apresentados os dados de cor/origem étnica dos servidores ativos da carreira do Magistério Superior (Docentes) da UFMT no período investigado:

**Tabela 2 - Servidores Ativos DOCENTES-UFMT (2014-2018)**

| SERVIDORES ATIVOS - CARREIRA MAGISTÉRIO SUPERIOR (DOCENTES) - UFMT |      |      |      |      |      |       |
|--------------------------------------------------------------------|------|------|------|------|------|-------|
| COR/ORIGEM ÉTNICA                                                  | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | TOTAL |
| Branca                                                             | 93   | 79   | 57   | 54   | 64   | 347   |
| Parda                                                              | 31   | 28   | 29   | 17   | 23   | 128   |
| Não Informado                                                      | 6    | 3    | 6    | 2    | 0    | 17    |
| Preta                                                              | 6    | 14   | 1    | 0    | 6    | 27    |
| Amarela                                                            | 2    | 1    | 3    | 0    | 1    | 07    |
| Negra                                                              | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 0     |
| TOTAL                                                              | 138  | 125  | 96   | 73   | 94   | 526   |

Fonte: dw.siapenet.gov.br e extrator SIAPE/SIGEPE (2020).

Os dados dessa *Tabela* desenham um universo total de 526 servidores Docentes, dentre os quais somaram: 347 brancos; 155 negros (128 pardos+27pretos+0negro); 07 amarelos autodeclarados e 17 que não se autoidentificaram; perfazendo, portanto, um total de 509 autodeclarados.

Visivelmente, os dados apontam que o quantitativo total de docentes autodeclarados *brancos* (347) supera em mais que o dobro do total de docentes negros (155). E, no interior da categorização negra, os pardos (83%) se distanciam tanto do

Realização:



Apoio:





percentual de pretos (17%) autodeclarados quanto dos brancos. E, na projeção emoldurada, a diferença entre docentes brancos e negros (pardos+pretos) autodeclarados é de 192 para maior entre os brancos.

Com essa descrição, torna-se cristalino que no âmbito da carreira do Magistério Superior, equivalente ao espaço acadêmico, a UFMT é inegável e largamente branca; restando concluir que os efeitos esperados da política de cotas raciais, aqui, ainda não foram alcançados; resultado esse referendado pela percepção de memória espacial registrada nas narrativas dos heteroidentificadores entrevistados.

No que tange à investigação do aproveitamento das vagas de reserva à cota racial (20%), levada aos concursos públicos editados para ambas as carreiras no limite do período investigado, o resultado que constatou o integral aproveitamento de cotistas negros/TAE (21 de 105 vagas), somou os mais variados cargos entre níveis de formação *fundamental*, *médio* e *superior* correspondentes à carreira nas edições com vagas para negros entre 2015-2017.

Em contraponto, no âmbito da carreira Docente, frente a um universo total de 254 vagas, que destinou 50 vagas reservadas à cota racial, apenas 12 foram efetivamente acessadas, perfazendo um percentual de 24% de aproveitamento no limite da oferta. Com esse resultado, torna-se visível o esvaziamento de acesso cotista/racial Docente nos concursos editados com oferta para negros entre 2016-2018 para os mais variados perfis de áreas de conhecimento.

Nesse caso, há que se observar que, concorreu à efetividade da política pública, no âmbito da carreira Docente, com muito maior relevo, os perfis de áreas cujos requisitos de acessos demandaram maior tempo para formação/graduação, como o caso exemplar da Medicina (graduação+residência) e/ou exigência de pós-graduação *lato e stricto-sensu* e/ou comprovação de experiência no exercício profissional, como das áreas das ciências exatas e das destinadas ao atendimento de programas de pós-graduação.

Diante dessa moldura, a despeito da perspectiva de realização de estudos mais acurados sobre tais apontamentos ora referenciados, pressupõe-se que o aproveitamento ou o esvaziamento das cotas de recorte racial, parece convergir a um pressuposto estrangulamento na articulação de áreas consideradas *de per se* duras (Sansone, 1996; Hasenbalg, 1998). No caso concreto, dada à natureza do cargo de carreira como a de docência de ensino superior, requer-se preparo mais específico de duas áreas duras em simultâneo: a *educação* (formação profissional) e o *trabalho* (experiência profissional).

Percebe-se que, ambos processos demandam articulação de lapso temporal complementares entre si, combinada com condições sociais sustentáveis ao enfrentamento, com sucesso, de três fases de examinação do certame público a todos impostas: a *escrita*, a *didática* e a *de títulos*.

Em vista da conquista de ocupação de cargo nas carreiras públicas com paridade competitiva, proposta pela política de cotas de recorte racial, torna-se patente à camada afro-brasileira que, tanto o acesso ao diploma/titulação/experiência comprovada quanto à ocupação remunerada correspondem, nas relações estruturais racializadas, no mínimo, uma dupla dimensão de luta/enfrentamento necessários: o reconhecimento valorativo identitário-cultural, ressignificado do *lugar* estrutural em razão *cor da pele* e a integração e/ou participação distributiva das riquezas socialmente produzidas (Almeida, 2018; Fraser, 2006).

Vale ponderar que, em geral, determinados perfis mais elitizados de formação/experiências requeiram de um candidato à vaga/ocupação, seja pública seja privada, dedicação de tempo integral à formação, de modo a obstaculizar ou mesmo impedir a construção da experiência em simultâneo; por se tratar de área dura de processo de embate travado no seio da sociedade, no interior das instituições

Realização:



Apoio:



organizadas (Gramsci; Coutinho, 2012). No caso da pessoa negra, então, desenha-se uma verdadeira guerra de posição!

Nesse cenário, percebe-se ações afirmativas como a busca da equidade interétnica e racial, aqui pontuadas, trazem em si vieses que requerem articulações internas e externas, complexas e complementares para efetividade de resultados mais imediatos, conciliáveis e sustentáveis, no contexto da estrutura social capitalista racializada (Fraser, 2006).

### Considerações finais

Pensar a efetividade e a ampliação da política afirmativa de um modo geral, e, em especial nas IFES, como na UFMT, enseja o reconhecimento da necessária prática das expressões de *reparar*, *compensar* e *reverter* as desigualdades sociais e as diferenças identitário-culturais de passivos acumulados no decurso da história até os dias atuais.

Nessa perspectiva, não parece suficiente apenas as reservas de acesso cotista ao ensino superior e a cargos de carreiras federais, como meio combativo das assimetrias sociais, mas, de articulações sociopolíticas complexas e complementares construídas por atores sociais no enredamento de ações de afirmação de direitos antes, durante e após a essas já conquistadas. Para tanto, essas ações estatais carecem de acompanhamento da efetividade da política pública via implementação de mecanismos que possibilitem seu aperfeiçoamento. No caso em tela, a iniciar pela adoção de um *campo-chave* sistêmico compulsório de cadastramento dos ingressos de cotistas concursados, capaz de filtrar o desdobramento da política pública nas suas instituições em nível nacional.

Do ponto de vista da gestão institucional de uma academia cuja vocação pedagógica que se propõe a *congregar* saberes, *produzir* e *disseminar* conhecimentos científicos, os apontamentos, aqui trazidos, traduziram um substancial não aproveitamento efetivo das vagas cotistas na área fim-institucional: a docência.

O cenário, ora trazido, aponta para novas reflexões em torno de articulações, internas e para além dos muros da Instituição, no propósito de se dotar a política pública de cotas raciais da efetividade que dela se espera alcançar: a democratização representativa da identidade multicultural nos espaços de reconhecimento social, como na academia, com seus desdobramentos nos impactos e nas implicações para promover acesso à mobilidade social, numa prática de relações sociorraciais justas, dignas, independentemente, da cor da pele.

### Referências

ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2012.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 41 (2018). Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ed. Nacional, [Dominus, 1965; Ática, 1978], Globo, 2008.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós socialista. (Trad. Júlio Assis Simões). **Caderno de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracias**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

Realização:



Apoio:



HALL, Stuart. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. *In*: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HASENBALG, Carlos Alfredo. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. *In*. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, [ 2010] 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Col. Cultura Negra e Identidades. 5.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANSONE, Livio. De paraíso a inferno racial. **A Tarde**, Salvador, Caderno 3, 9 de novembro, p. 8-9, 1996.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Veneta, 2020.

Realização:



Apoio:



## **A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E O CAPITALISMO DEPENDENTE:** considerações sobre as políticas sociais

Gabriel Vitor Souza Santiago<sup>51</sup>  
Wesley Helker Felício Silva<sup>52</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca, inicialmente, analisar a formação social brasileira à luz do pensamento de Ruy Mauro Marini que oferece uma perspectiva fundamental para a compreensão das particularidades do desenvolvimento capitalista em países periféricos como o Brasil. Ao realizar um resgate das principais categorias teóricas e conceitos da Teoria Marxista da Dependência - TMD, buscamos analisar as características das políticas sociais no capitalismo dependente, sobretudo a partir da Ditadura Militar instaurada pelo “Golpe de 64” no Brasil e posteriormente com a ofensiva neoliberal.

**Palavras-Chave:** Formação social brasileira. Capitalismo Dependente. Subdesenvolvimento. Teoria Marxista da Dependência. Políticas Sociais.

**Abstract:** This article initially seeks to analyze Brazilian social formation in light of Ruy Mauro Marini's thinking, which offers a fundamental perspective for understanding the particularities of capitalist development in peripheral countries such as Brazil. By reviewing the main theoretical categories and concepts of Marxist Dependency Theory - MDT, we seek to analyze the characteristics of social policies in dependent capitalism, especially since the Military Dictatorship established by the “Coup of 1964” in Brazil and subsequently with the neoliberal offensive.

**Keywords:** Brazilian social formation. Dependent Capitalism. Underdevelopment. Marxist Dependency Theory. Social Policies.

### **Introdução**

O Brasil é um país atravessado por contradições inerentes ao modo de produção capitalista que estruturam suas relações de produção e que, por sua vez, desdobram-se nas relações sociais da sociedade brasileira contemporânea. Essa realidade específica que se manifesta de maneira singular é, na verdade, expressões de contradições presentes no nível da universalidade. Diante disso, muitas reflexões foram realizadas para compreender os fenômenos que constituem a realidade social brasileira, bem como o contexto histórico da sua formação social e econômica.

Das pesquisas acerca da realidade social brasileira, ganharam grande relevância os estudos de Ruy Mauro Marini (1932-1997) que em suas principais obras, analisou a forma pela qual o capitalismo desenvolveu-se no Brasil de maneira dependente ao capitalismo internacional e quais os impactos desse fenômeno sobre a classe trabalhadora. Assim, levantou reflexões fundamentais sobre a gênese e a historicidade da formação social do país, traçando desdobramentos e perspectivas futuras.

O pensamento de Marini evidenciou que as raízes do capitalismo dependente no Brasil encontram-se ainda no século XVI durante o período de colonização da

<sup>51</sup> Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. bielvitor800@gmail.com

<sup>52</sup> Doutor em Serviço Social pela UFRJ. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. wesleyfelicios@gmail.com

Realização:



Apoio:



América Latina. O processo de integração ao mercado mundial e a relação desigual entre centro-periferia, ou seja, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos são fenômenos que constituíram a formação social e econômica brasileira, bem como sua dependência.

A compreensão crítica da realidade brasileira exige a articulação entre os condicionantes históricos, econômicos e sociais que estruturam a relação de dependência do país ao capitalismo mundial. Nesse sentido, torna-se essencial o estudo sobre as particularidades do desenvolvimento capitalista na América Latina. Sendo assim, as interpretações de Marini são fundamentais para a interpretação e compreensão de fatores particulares à realidade latino-americana, para o capitalismo dependente no Brasil e suas consequências na contemporaneidade.

Dessa forma, as reflexões teórico-metodológicas de Marini alicerçadas na crítica da economia política elaborada por Marx, “evidencia o quanto a história da América Latina não era uma história à parte com relação à história dos países desenvolvidos, mas, sim, um elemento integrado e indissociável do sentido de totalidade [...]” (Transpadini; Stedile, 2022, p.48).

Vale destacar que o presente artigo, trata-se de um estudo qualitativo a partir da pesquisa exploratória ancorada na pesquisa bibliográfica em referências abordadas no projeto de pesquisa “Serviço Social no Norte de Minas: trajetória histórica e cenário atual”, que se encontra em execução, na fase de pesquisa de campo.

## **O capitalismo dependente no Brasil**

O subdesenvolvimento que caracteriza a realidade brasileira, é expressão de um conjunto de relações e contradições presentes no nível da universalidade, ou seja, o contexto histórico da formação social brasileira foi transpassada por fenômenos sociais e econômicos que marcam o capitalismo a nível mundial, mas que se particularizam no Brasil como um país de capitalismo dependente.

Durante a década de 1960 em diante, especialmente, após a Ditadura Militar instaurada pelo “Golpe de 64” a realidade social brasileira é marcada pela exacerbação das contradições sociais provocadas pelo modo de produção capitalista, expressando-se em violações de direitos, exclusão política e opressão contra a classe trabalhadora. O “milagre econômico”, principal projeto conduzido pela política desenvolvimentista da Ditadura Militar, iludiu o desenvolvimento socioeconômico brasileiro por expressar na realidade concreta uma contradição, mesmo que por um lado acumulava-se altas taxas de lucro, por outro lado aprofundava-se a miséria e as desigualdades, caracterizando assim o subdesenvolvimento no Brasil.

Em meio a esse contexto, grupos intelectuais de diferentes perspectivas dedicaram seus esforços para interpretar e traçar alternativas de superação do subdesenvolvimento no Brasil. Segundo Transpadini e Stedile (2022), as perspectivas que ganharam notoriedade na época foram quatro em especial: o Partido Comunista Brasileiro - PCB, hegemônico durante o período, que identificava o subdesenvolvimento como causa das relações de produção pré-capitalistas e feudais no meio rural e, como forma de superação defendiam como necessário a realização de uma revolução burguesa para romper com o imperialismo dos Estados Unidos e com o latifúndio feudal; o Foquismo, corrente ideológica de caráter militante e armamentista que repercutiu no Brasil a partir dos anos 1960 influenciada pela Revolução Cubana (1959); a teoria do subdesenvolvimento da Cepal, que teve como expoentes Raúl Prebisch e Celso Furtado, e basearam suas teses no conceito de desenvolvimento desigual e combinado, defendendo que o caminho para a superação do subdesenvolvimento era alavancar um processo de industrialização e promover uma aliança com o capital estrangeiro e; por fim, a Escola da Dependência, um campo de múltiplas reflexões, que dentre seus estudiosos destacam-se Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos,

Realização:



Apoio:





como principais formuladores da Teoria Marxista da Dependência - TMD, buscavam interpretar a realidade brasileira e latinoamericana a partir do Materialismo histórico dialético. Portanto, além de identificar as causas do subdesenvolvimento brasileiro como uma relação dialética entre centro e periferia, defendiam como alternativa o rompimento com o capitalismo internacional.

Ruy Mauro Marini destacou-se como principal expoente da Teoria Marxista da Dependência, por colaborar para a interpretação do subdesenvolvimento latino-americano partindo de uma perspectiva histórica e crítico-dialética. Com rigor teórico-metodológico fundamentado na crítica da economia política de Karl Marx (1818-1883), elaborou conceitos e categorias teóricas fundamentais para explicar o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil e na América Latina, bem como os fatores que constituíram a forma pela qual o capitalismo desenvolveu-se de modo dependente do capitalismo internacional no mesmo território.

A princípio, considerando que o pensamento de Marini tem suas raízes no método de Marx, vale destacar a dependência como:

característica intrínseca do sistema socioeconômico dos países subdesenvolvidos [...]. Esta face interna não é, pois, uma consequência [unidirecional] de fatores externos, mas sim a sua própria maneira – o *modo dependente* – de participar desse processo de desenvolvimento da economia mundial capitalista (Dos Santos, 1978, p. 49).

Nessa mesma perspectiva, sobre a dependência e sua ampliação, Luce ainda destaca que:

O que se coloca, a partir da TMD, é que a acumulação de capital *ocorre* na economia dependente, mas sob determinadas condições, de tal maneira que, para mais desenvolvimento capitalista, mais dependência. Ou seja, a dependência pode mudar de forma e de grau [...], porém se mantém como característica geral das formações econômico-sociais subordinadas ao imperialismo (a menos que venha a acontecer sua ruptura mediante a revolução). Eis o sentido de reprodução ampliada da dependência (Luce, 2018, p. 199).

Portanto, é dessa relação desigual entre centro e periferia, que Marini realiza sua análise sobre a formação social e econômica da América Latina, em especial a do Brasil. Assim, a base de sua argumentação é que o subdesenvolvimento não é uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas sim uma forma histórica particular de inserção das economias periféricas no sistema capitalista internacional, um fenômeno inerente à produção e acumulação de capital nos países centrais.

Conforme Marini (1973), o subdesenvolvimento do Brasil, bem como sua dependência, está enraizada no longo processo de colonização da América Latina, originado pela expansão comercial realizada pelos países centrais da Europa durante o século XVI. As excursões marítimas de expansão do capitalismo comercial e o estabelecimento de colônias de exploração em grande parte do continente latino-americano foi um movimento fundamental para a integração da América Latina no mercado mundial, de maneira subordinada a servir de base para o desenvolvimento capitalista europeu.

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século XVI pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro

Realização:



Apoio:



européu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria (Marini, 1973, p.170).

A dependência, portanto, é resultado próprio dessa integração da América Latina ao mercado mundial com um papel primordial já definido de consolidar as bases para acumulação primitiva do capital. Um ponto fundamental para o entendimento de como configura-se a dependência, fenômeno que atravessa a formação social e econômica da América Latina, bem como a do Brasil, está em reconhecer que, por mais que tenha suas raízes no processo de colonização, não é a sua herança que a define, por se tratar de um fenômeno que se concretiza e se desenvolve nos marcos da independência política dos países periféricos com as metrópoles europeias, sobretudo, são as contradições da integração desses países, agora independentes, à economia mundial, considerando as formações socioeconômicas que caracteriza a dependência, que é concretizada com a emergência da grande indústria nos países centrais, em especial na Inglaterra.

Uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (Marini, 1973, p.171).

No decorrer da Revolução Industrial na Europa e a consolidação da sociedade capitalista, a integração da América Latina à economia internacional é direcionada para viabilizar as condições para a criação da grande indústria, marco das relações capitalistas na idade moderna. Por ser um continente que passou por um longo período de colonização e exploração, as forças produtivas internas não foram impulsionadas a se desenvolver acompanhando o desenvolvimento das forças produtivas dos países centrais. Por consequência, enquanto a Europa experimentava um processo de industrialização, a América Latina mantinha suas bases de produção na agropecuária, o que caracterizou os países periféricos de economia agroexportadora, como criadores de oferta mundial de alimentos. Segundo Marini (1973), esta é a condição necessária para a integração da América Latina na economia internacional capitalista, como um mercado de alimentos e matérias-primas industriais para a criação e desenvolvimento da grande indústria. Sendo assim, Marini destaca que:

Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base na maior exploração do trabalhador (Marini, 1973, p.175).

Nessa perspectiva, o papel essencial que a América Latina desempenha para o desenvolvimento capitalista internacional, submetida a um processo de exploração, estabelece as diretrizes para a divisão internacional do trabalho. Enquanto na América Latina as atividades econômicas são baseadas na produção de matérias-primas e alimentos para exportação, e esse processo regido pela maior exploração do trabalhador, a Europa se especializa como produtora de mercadorias manufaturadas, criadas com a inserção de tecnologia no processo de trabalho, o proporciona aos países de capitalismo desenvolvido uma vantagem nas relações de troca de valor com os países periféricos.

Realização:



Apoio:



A partir da consolidação da divisão internacional do trabalho, o fenômeno da troca desigual, atravessa as relações econômicas entre os países centrais e os países periféricos. O aumento de produtividade nos países centrais, vale ressaltar que esse processo só foi possível devido à subordinação da América Latina no processo de integração intercapitalista, somado ao baixo custo de produção permite aos países centrais burlar as leis de trocas nas interações comerciais com os países periféricos, que não possuem o mesmo nível de produtividade, vendendo suas mercadorias por um preço elevado extraindo assim uma mais-valia extraordinária.

Isto leva à cristalização, como regularidade, da não-identidade entre a magnitude do valor produzido e do valor apropriado, no âmbito da competição intercapitalista na economia mundial. Tal relação é consequência da existência de distintos níveis de produtividade na divisão internacional do trabalho e do movimento contraditório nas relações de apropriação entre os distintos capitais e formações econômico-sociais (Luce, 2018, p. 230).

Portanto, a América Latina nesse processo de troca desigual, sofre com a perda de lucro ao transferir valor gratuitamente aos países centrais da Europa. Como destaca Marini (1973):

o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade (Marini, 1973, p.183).

Esta análise realizada por Marini sobre a transferência de valor, desdobrou-se no ponto fundamental de seus estudos sobre o capitalismo dependente na América Latina. A troca desigual e a transferência de valor dos países periféricos aos países centrais, a superexploração do trabalho emerge como um mecanismo criado pelos capitalistas da América Latina para compensar a perda de lucro na interação com a economia internacional. Portanto, a superexploração do trabalho é definida segundo Marini (1973) como um meio de afiamento dos métodos de extração do trabalho excedente, ou seja, a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação do fundo de consumo do trabalhador para reprodução de sua força de trabalho, são mecanismos próprios das relações de produção dos países periféricos,

Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva (Marini, 1973, p.188).

Outro elemento importante identificado por Marini, intrinsecamente relacionado aos fenômenos anteriores e parte fundamental de sua análise, é referente ao ciclo do capital nos países de economia dependente. Haja vista que, nos países centrais o ciclo do capital ocorre de maneira orgânica e autocentrada, onde o capital investido retorna ao capitalista como lucro, por meio da mais-valia relativa, somado à condição de consumo da classe trabalhadora ainda que em meio a exploração de sua força de trabalho. Nos países periféricos, há uma disfunção estrutural, quando parte relevante do capital pertence ou está subordinado ao capital estrangeiro, e o capital produzido por meio da mais-valia absoluta é transferido aos países centrais. Vale ressaltar que esse processo na economia dependente é articulado à superexploração da força de trabalho.

Realização:



Apoio:



Desse modo, a classe trabalhadora tem o seu fundo de subsistência também apropriado pelo capitalista, reduzindo, portanto, sua função de consumidor. Em síntese, Marini destaca que:

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana (Marini, 1973, p.194).

Esse panorama realizado por Marini, lança luz para a interpretação da industrialização brasileira. Sobre esse processo, Luce ainda ressalta:

a cisão no ciclo do capital, consiste da exasperação da contradição entre produção e consumo e produção e circulação que caracteriza o capitalismo em geral, configurando, no caso das economias dependentes, a não generalização da mais-valia relativa para o conjunto dos ramos e setores da produção e a fixação da mais-valia extraordinária no subsetor produtor de bens suntuários. Ambas as tendências exercem efeito negativamente determinado sobre a formação de taxa de lucro. Esta lei tendencial específica implica a materialização de uma industrialização que não é orgânica em seu caráter – a industrialização dependente –, que é acompanhada pela integração subordinada dos sistemas de produção, reforçando o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das amplas massas (Luce, 2018, p.230).

Em síntese, portanto, o que fundamenta o capitalismo dependente na América Latina que por sua vez, torna-se um fenômeno constitutivo na formação social e econômica brasileira, foram os elementos destacados acima. Conforme Luce (2018) as leis tendenciais específicas do capitalismo dependente, se resume em três, em especial, transferência de valor como intercâmbio desigual, a superexploração da força de trabalho como um mecanismo de compensação a perdas nas relações econômicas internacionais e a cisão no ciclo do capital, entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas.

### **A investida neoliberal no contexto do capitalismo dependente**

Para Marini (2024), o “Golpe de 64” emergiu atravessado pelas contradições sociais, pela luta de classes e conflitos de interesse, marcando assim o aguçamento das desigualdades sociais na realidade social brasileira e consolidando um processo de integração da burguesia nacional ao imperialismo. A coalizão dominante, associação antagônica entre a burguesia industrial com os latifundiários é suprimida, e o Brasil aprofunda-se no totalitarismo e exclusão política da classe trabalhadora e outros segmentos subalternos.

Ainda em meio a forte repressão os movimentos sociais, em especial a classe trabalhadora através dos sindicatos, os movimentos estudantis criando espaços de discussões sobre meios de superação ao totalitarismo e o movimento artístico realizando jogos de interpretações em suas obras (Kruger, 2010) mobilizaram atos de reivindicação à redemocratização do país que viriam enfraquecer o regime ditatorial que por fim, se encerraria com a crise capitalista.

Posteriormente, o processo de redemocratização do Brasil resultou na elaboração da Constituição Federal de 1988, onde concepção das políticas sociais como direito universal, conquista fundamental da classe trabalhadora e outros

Realização:



Apoio:



segmentos populares, iria ser impossibilitada de expressar-se concretamente na sociedade pela ampliação da dependência econômica ao capital externo. Marini ressalta que:

De fato, à medida que o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis se torna supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e debilidade dessas nações. Verifica-se aqui o mesmo fenômeno que se observa no interior das economias industriais: o uso da força para submeter a massa trabalhadora ao império do capital diminui à medida que começam a jogar mecanismos econômicos que consagram essa subordinação (Marini, 2022, p.182).

Portanto, o ideário de reconhecimento dos direitos sociais universais como base para cidadania expresso na Constituição Federal de 1988, se torna contraditório pelas determinações pelos mecanismos de subordinação e ampliação do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento. Sendo assim, as políticas sociais não se desenvolvem como expressão da universalidade dos direitos sociais, objetivando enfrentar as desigualdades, mas como um mecanismo de contenção e gestão da miséria (Behring; Boschetti, 2018).

Após o Consenso de Washington, os países periféricos são levados a aderir à agenda neoliberal para o pagamento da dívida externa, portanto, o neoliberalismo chega ao Brasil durante a década de 1990, apresentando-se como uma política caracterizada pela ampliação da dependência ao capital externo. Em síntese, o plano neoliberal consistia em reduzir a intervenção estatal na “questão social”, ou seja, as medidas políticas e econômicas a serem adotadas se baseiam nos cortes de gastos públicos, privatização das políticas sociais bem como sua reflantropização na área da assistência social.

Nesse sentido, o funcionamento das políticas sociais sob o capitalismo dependente não pode ser compreendido apenas como resultado de escolhas políticas conjunturais, mas como expressão concreta de um modelo de desenvolvimento subordinado, em que “o alto grau de mercantilização dos próprios bens sociais. Isto é, o peso da produção-administração privada [...] dos fatores sociais [...] tende a ser maior que o da pública. Isso significa que os bens sociais estão submetidos à lógica do lucro” (Laurell, 2002).

## Conclusão

A Teoria Marxista da Dependência elaborada por Ruy Mauro Marini, em conjunto com Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, colabora com categorias teóricas e conceitos fundamentais para a interpretação da formação social brasileira caracterizada pelo subdesenvolvimento. Sua aplicabilidade para a interpretação do contexto político e econômico contemporâneo do Brasil permite que a partir de uma perspectiva crítica a compreensão dos elementos históricos constitutivos do processo da realidade social, e como eles foram sendo reproduzidos ao longo do decorrer dos anos em diferentes períodos e contextos históricos.

A investida neoliberal no Brasil, expressou na realidade concreta brasileira fenômenos que podem ser entendidos como mecanismos de ampliação da dependência e superexploração do trabalho, o Estado capturado pela burguesia nacional e seus interesses intrinsecamente subordinados e alinhados aos interesses do capital estrangeiro, adota uma agenda política baseada na privatização das políticas sociais, que por sua vez podem ser entendidas como salários indiretos dos trabalhadores. Iniciando-se a lógica de privatização amplia-se também a superexploração do trabalho.

## Referências

Realização:



Apoio:





BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2016.

DOS SANTOS, Theotônio. **Socialismo ou Facismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano**. Rio de Janeiro: Insular, 2018.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. *In*: LAURELL, Asa Cristina. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. *In*: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: Dialética da dependência e outros escritos**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MULLER, Hugo. Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini: diálogos sobre a dependência e a burguesia brasileira. **Revista Dia-Logos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2020.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: Dialética da dependência e outros escritos**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Realização:



Apoio:



## O PASSADO-PRESENTE DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA

André Henrique Mello Correa<sup>53</sup>

**Resumo:** Temos por objetivo realizar um balanço teórico-analítico acerca dos determinantes sócio-históricos do padrão de proteção social brasileiro. Partimos do pressuposto que às formas de intervenção estatal, através das políticas sociais, deve ser dissecada a partir dos nexos que informam o conjunto das relações sociais numa sociedade marcada pelo racismo estrutural e que se insere de forma dependente na divisão internacional do trabalho. O passado-presente das relações étnico-raciais, nos demonstram a centralidade que esta agenda deve ocupar na ordem do dia, não eliminando as contradições e desafios que encerram alternativas de combate ao racismo através do aparato do Estado e suas instituições.

**Palavras-chave:** Relações Étnico-Racial. (Des)proteção Social. Estado. Política Social.

**Abstract:** Our aim is to carry out a theoretical-analytical assessment of the socio-historical determinants of the Brazilian social protection standard. We start from the assumption that the forms of state intervention, through social policies, must be dissected based on the links that inform the set of social relations in a society marked by structural racism and which is dependent on the international division of labor. The past and present of ethnic-racial relations show us the centrality that this agenda must occupy on the agenda, while not eliminating the contradictions and challenges that come with alternatives for combating racism through the apparatus of the state and its institutions.

**Keywords:** Ethnic-Racial Relations. (Lack of) Social Protection. State. Social Policy.

### Introdução

Trata-se de trabalho final, como requisito avaliativo na disciplina *Política Social: fundamentos e história*. Temos como objetivo realizar um balanço teórico-analítico acerca dos determinantes sócio-históricos que constituem o terreno do padrão de proteção social brasileiro. Pereira (2016), ao desvelar os fundamentos da proteção social no capitalismo, informa que esta não está exclusivamente comprometida com as necessidades sociais, bem como, carrega em si, um ardil ideológico, por aparecer sempre em “tom positivo”, ou seja, pelo seu caráter protetivo, contudo, demarca uma relação contraditória entre capital x trabalho e Estado x sociedade. A autora revela que o campo da proteção social é perpassado por distintas matrizes explicativas, que expressam, no limite, os fundamentos teórico-metodológico e político a quais se vinculam.

Neste escopo teórico-interpretativo Behring e Boschetti (2016), trazem um importante balanço histórico-crítico dos fundamentos da política social, e a partir da tradição marxista, vinculando seu debate com a emergência da questão social no capitalismo. Assim, em termos de sínteses gerais, temos que:

---

<sup>53</sup> Assistente Social (UEPG). Mestre PPGSS/UFRJ. Doutorando PPGSSPS/UEL E-mail: ahmc.associal2019@gmail.com

Realização:



Apoio:



A política social é uma das respostas do Estado moderno às pressões da classe trabalhadora em face das contradições inerentes ao capitalismo. Ela se concretiza por meio de benefícios, auxílios, programas e serviços oferecidos a trabalhadores e suas famílias, através de instituições públicas ou privadas, cobrindo direitos sociais, como saúde, previdência, assistência social, alimentação, moradia, entre outros. Se a política social assim aparece no cotidiano, ela ao mesmo tempo oculta seu papel na reprodução da classe trabalhadora (e do próprio capital) (Ferreira, 2024, p. 2).

A este respeito, partimos do pressuposto que às formas de intervenção estatal, através das políticas sociais na particularidade do Brasil, deve ser dissecada a partir dos nexos que informam o conjunto das relações sociais numa sociedade marcada pelo racismo estrutural e que se insere de forma dependente e subordinada da divisão internacional do trabalho, que cindira os contornos, desenho, forma e conteúdo das expressões da questão social neste território.

Buscando enfrentar este debate, a partir de arcabouço teórico-crítico, elucidando os caminhos que informam os fundamentos da Política Social na realidade econômico-social brasileira. Temos em conta, se tratar de uma agenda coletiva, nestes termos, não temos o intento de esgotar as determinações deste debate. Ao que cumpre nossos objetivos, organizamos este artigo em dois momentos, sucedido de suas sínteses conclusivas, respectivamente: (i) “O Brasil não conhece o Brasil” – determinações estruturais das desigualdades étnico-raciais na formação econômico-social brasileira; e (ii) “O avesso do mesmo lugar” – relações étnico-raciais e (des)proteção social no Brasil recente. É o que segue.

### **“O Brasil não conhece o Brasil” – Determinações estruturais das desigualdades étnico-raciais na formação econômico-social brasileira**

Compreender o Brasil, não é tarefa demasiada simples. Há diferentes interpretações acerca da nossa formação econômico-social, localizado sob perspectivas conservadoras, culturalistas ou críticas, sendo um importante campo teórico-metodológico de investigação. Falar deste território, nos convida a descortinar seus aspectos estruturais constitutivos, os quais revelam a complexidade que envereda o conjunto das relações sociais na cena contemporânea – a questão da terra; o autoritarismo, patrimonialismo e mandonismo; a questão indígena, quilombola, da população negra, no campo e na cidade, dentre outras determinações explicativas desta realidade. Nesta direção, buscamos nesta seção um debate geral acerca dos fundamentos que conforma às desigualdades étnico-raciais na formação econômico-social brasileira e como o Estado, atuou como uma mediação político-opressora na dinamização dos conflitos sociais nesta seara, pela lógica da coerção e do consenso, sendo às políticas sociais importante mecanismo no seu âmbito.

Nos ancoramos fundamentalmente na fortuna crítica das elaborações teóricas de Moura (2014); Traspadini (2014); Ferreira (2020); Souza (2020); Fagundes (2022) e Alves (2022), a fim de compreender este Brasil profundo.

Estamos falando de um país assentado na colonização dos povos indígenas e da mão de obra negra escravizada, por quase quatro séculos sob os auspícios da acumulação primitiva do Capital, tendo na violência uma potência econômica ativa, propiciando a acumulação de riquezas além-mar pelas potências centrais da Europa, a este processo Willians (2012) denominou de comércio marítimo triangular.

Por sua vez, Teles (2024) nos lembra que:

No contexto latino-americano, foram diversas as transformações sofridas, a partir da incorporação no comércio triangular. A dizimação das populações indígenas e a exploração irracional das riquezas naturais marcam o início de um processo que forjaria o colonialismo como tônica de desenvolvimento. A

Realização:



Apoio:



imposição da sociabilidade burguesa como sendo o padrão de civilidade a ser seguido condenou o continente latino-americano à morte, à violência, à escravidão e ao latifúndio, como principais marcas do processo de invasão colonial (Teles, 2024, p. 126).

Silva (2024, p. 56), salienta, que “o sucesso desse empreendimento econômico só foi possível através de uma combinação ideológica que justificou e permitiu a dominação e a escravização de povos originários, sobretudo indígenas e africanos, através da racialização do mundo”. Tomando a particularidade brasileira, Moura (2014), a seu turno estabelece uma periodização metodológica, que nos ajuda a entender às determinações centrais do nascimento, apogeu, decadência e decomposição do modo de produção escravista no Brasil e sua racionalidade econômica e extraeconômica; destacando os rasgos fundamentais do escravismo pleno (1550-1850) e escravismo tardio (1851-1888), tensionado por fatores da dinâmica interna e externa e todas contradições que acercam, fundamentalmente conectada com o desenvolvimento e formação do mercado mundial e divisão internacional do trabalho, delineando a entrada do país neste circuito de forma dependente e subordinada, com o fim legal da escravidão.

Traspadini (2014), destaca que a dependência é a forma de ser do desenvolvimento capitalista na América Latina, tendo na *superexploração* da força de trabalho, importante mecanismo de transferência de valor para os países de economia central. Em outras palavras, a inserção do Brasil no circuito da economia mundial e o lugar ocupado nessa geopolítica comercial, traz contornos próprios e acentua o processo de exploração da(o) trabalhadora(a) nacional e uma precarização estrutural do mundo do trabalho em limites absolutos.

Deste modo, temos concordância com Alves (2022), ao buscar os fundamentos que cercam a inserção da trabalhadora e do trabalhador negro na divisão racial do trabalho no Brasil, ao qual nos chama atenção:

A utilização da força de trabalho das/os escravizados no modo de produção escravista remete às raízes da divisão racial do trabalho no Brasil. A superação do modo de produção escravista e a transição do trabalhador escravizado para o trabalhador livre se materializaram em uma sociedade em que o racismo se tornou um elemento estruturante das divisões de classes, possibilitando a marginalização e a exclusão da população negra do mercado de trabalho assalariado e a inclusão em postos de trabalho de subsistência e informais. (Alves, 2022, p. 214).

O Estado brasileiro enquanto mediação política opressora (Fagundes, 2022) e às classes dominantes vinculadas ao grande latifúndio agrário, tiveram importante papel na dinamização dos conflitos sociais neste processo de transição do escravismo para a sociedade do trabalho livre. O negro nas palavras de Moura (2021), de bom escravo passa a ser um mau cidadão, repellido da vida nacional, marginalizado na sociedade competitiva nascente, passa a constituir-se sob a marca de “grupo perigoso” “promíscuo” e “vadio”, enquadrado, inclusive no Código penal de 1891, ainda, passa a ocupar diversas atividades vinculadas às zonas portuárias e nos grandes centros urbanos; às mulheres, inserem-se de forma preponderante no trabalho doméstico.

O assim chamado “problema do negro” torna-se questão central na ordem do dia, acerca dos dilemas e caminhos para um projeto de nação para o Brasil, cujo cerne passava pela eliminação deste sujeito da vida nacional, sendo, que representava o atraso. Era preciso embranquecer o país, queimar os arquivos e a memória daquele passado que já não mais fazia parte da história nacional, assim, não devendo estar presente no imaginário da nova república. Os conflitos sociais mais amplos, estancados nas desigualdades estruturais, determinados pela dinâmica da formação do proletariado

Realização:



Apoio:



urbano, dinamizada pela divisão racial e sexual do trabalho, eram tratados como caso de polícia, ou seja, pelo aparato coercitivo estatal (Souza, 2022).

Derradeiramente, o incentivo e patrocínio estatal ao projeto imigrantista já iniciado no final do século XIX, aprofunda a divisão racial do trabalho do proletariado negro na realidade brasileira com a emergência do trabalho livre, constituindo a reserva do exército industrial de reserva, nestes termos, “o racismo assumiu papel social, ideológico e político no mercado de trabalho brasileiro, e serviu para demarcar o lugar das(os) trabalhadoras(es) negras(os) na sociedade capitalista, sedimentando a divisão racial do trabalho no Brasil” (Alves, 2022, p. 216).

Neste cenário, o eugenismo encontra solo fértil no Brasil, último país do ocidente a abolir a escravidão e cujas marcas e dilemas se apresentavam na ordem do dia, frente a formação da sociedade do trabalho livre. Como referenda Tomamio (2022, p. 33): “pensar um Brasil civilizado e moderno significava pensá-lo em termos de raça”, afinal, como sustenta Aguiar-Filho (2011, p. 17), neste solo “as relações sócio-econômicas sustentadas na lógica das raças e na exclusão racista foram profundamente marcadas pela história escravocrata”.

Tratou-se cabalmente, de um processo de modernização conservadora, de tal feito, aprofundando as contradições no âmbito das relações sociais. O eugenismo e suas elaborações terão repercussões imprescindíveis no aspecto político-ideológico, no âmbito das relações sociais mais amplas, inclusive subsidiando as respostas do Estado às expressões da “questão social”, tratando-se de Brasil, tínhamos sobre o seu contingente populacional enegrecido parcela significativa.

As contribuições de Ferreira (2020) nos ajudam a compreender o caráter da gênese da Política Social no Brasil, concentrando sua análise de forma mais contundente no Rio de Janeiro no período de 1850-1930, dado ser capital da República no período, concentrando importantes zonas portuárias. Assim, tendo como foco os trabalhadores negros e a política social, a autora observou práticas de proteção afrodiaspóricas no séc. XIX e problematizou o teor da política social no país institucionalizada pelo Estado no início do séc. XX, buscando compreender como está interagiu com o projeto de nação dinamizado pela raça.

O Estado se apropriou de práticas (fundos, caixas) e discursos (trabalhismo) já presentes entre trabalhadores e o fez simultaneamente à assunção de concepções eugênicas e culturalistas sobre a formação da nação. A ideia de trabalhadores do Brasil (com ênfase no nacionalismo) e políticas sociais fizeram parte do mesmo projeto de nação que objetivou dizimar a população negra do país (Ferreira, 2020, p. 25).

Assim, olhando a emergência da Política Social brasileira, de forma mais sistemática nas primeiras décadas do século XX, no movimento da história, é possível captarmos seu caráter contraditório no bojo das relações sociais mais amplas vinculadas a dinâmica das classes sociais e ao pensamento social que estabelece suas bases político-ideológicas e desenho institucional no âmbito do Estado. Na sua gênese a proteção social estava fortemente concentrada ao mundo do trabalho, ou seja, possuía um caráter estritamente contributivo e residual para determinados segmentos (portuários, marítimos, ferroviários), com vias ao ordenamento público, através das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) e posteriormente através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Ao mesmo tempo, identifica-se uma paulatina intervenção do Estado junto aos outros segmentos, sem, contudo, haver um distanciamento do mundo do trabalho, a exemplo do problema da “infância abandonada”; “da família operária”; “do higienismo e saúde pública”; do “alcoolismo”.

Consoante realidade, Aguiar Filho (2011), observa que:

Durante a Era Vargas (1930-45) as ações sociais e assistenciais articularam-se entre o Ministério da Educação e Saúde Pública, o Ministério da Agricultura,

Realização:



Apoio:





Indústria e Comércio e o Ministério da Justiça. Assim, as políticas públicas de intervenção social pouco ou nada se distinguem das ações e interesses privados, associando medicina social com criminalização, sistema penal e educação para o trabalho. Os limites entre os interesses públicos e os privados, entre o altruísmo assistencialista e a exploração planejada confundiram-se (Aguillar-Filho, 2011, p. 31).

Tais determinações sócio-históricas, vão dando o tom da gênese, institucionalização e desenvolvimento da Política Social brasileira. Ao que pese avanços incomensuráveis pós Constituição Federal de 1988, tensionada por distintos segmentos da classe trabalhadora, a exemplo do Movimento Negro, que se rearticula na luta contra a ditadura empresarial-militar (1964-1985). O texto constitucional, reconhece o crime de racismo, pela primeira vez de forma direta, contudo, o reconhecimento formal-legal não elimina a um passe de mágica os determinantes estruturais do passado-presente que conforma o conjunto das desigualdades sociais no Brasil, tendo no racismo e no patriarcado um velho-novo que se reconfigura e permanece latente, como veremos na seção seguinte.

### **“O avesso do mesmo lugar” – Relações étnico-raciais e (des)proteção social no Brasil recente**

Não devemos reduzir o racismo e suas manifestações individuais e singulares, a mero epifenômeno. Vimos em linhas gerais que seus fundamentos estão sistematicamente vinculados à lógica de produção e reprodução das relações sociais e que ganham contornos próprios na particular formação social brasileira. Por isso, mesmo, trata-se de um fenômeno estrutural e estruturante e que conforma objetivamente o conjunto das desigualdades na sociedade brasileira. Assim, olhar o Brasil hoje sem está acuidade teórico-metodológica, nos incorre à escorregadios erros de análise da condição concreta da classe trabalhadora em sua diversidade e unidade, bem como, a funcionalidade do Estado e do desenho das políticas sociais na sua forma, conteúdo e operacionalidade.

A dinâmica concreta da luta de classes na cena contemporânea no olho do furação de um recrudescimento dos fatores objetivos da crise estrutural capitalista, em sua fase financeirizada, a marcha predatória do capital sob a natureza (*fauna, biomas e mares*), o avanço do conservadorismo a nível mundial (*com importante participação de segmentos religiosos reacionários*), informam alterações substantivas no mundo do trabalho, jogando às massas trabalhadoras para empregos irregulares, subalternizados e precarizados nos diferentes setores da cadeia produtiva, no campo e na cidade. Neste terreno, também se observa uma luta político-ideológica e cultural, conclamando em novas dimensões e discursos a morte da história e da grande política, em detrimento de um “cada um por si”, a imagem e semelhança dos pressupostos neoliberais e pós-modernos.

Se tratando da realidade brasileira, nos últimos anos, após a conjuntura do golpe de 2016 sobre o mandato presidencial de Dilma Rousseff (2011-2016) e a entrada de Temer (2016-2018) e posteriormente a eleição de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), temos um aprofundamento da agenda neoliberal e do conservadorismo reacionário na realidade brasileira, bem como, observa-se um terreno de ataque direto aos parques direitos sociais e trabalhistas da classe trabalhadora num conjunto arquitetado de contrarreformas, exemplificado na desregulamentação das leis trabalhistas (Lei nº 13.467/2017); terceirização (Lei nº 13.439/2017), reforma da previdência (EC nº 103/2019) e afins, sob o manto político-ideológico do “Ajuste Fiscal” para o pagamento da dívida pública, por outro lado, observa-se um prenhe assalto ao fundo público para o favorecimento de determinados grupos econômicos introjetados no aparelho do Estado, ao mesmo tempo, que esconde a face perversa, racista e patriarcal da

Realização:



Apoio:



austeridade e das regras fiscais ensejando uma retração das políticas sociais, em especial na saúde, educação, assistência social e previdência social (Beghin, 2021; Miranda, *et al*, 2024; Geraldo, 2025)

Ilustrando este cenário, o Relatório da Oxfam Brasil – “Arqueologia da Regressividade Tributária no Brasil” publicado no último dia 10/07/2025, no evento “Tributação dos Super Ricos e Combate às Desigualdades”, acerca da estrutura tributária do país, revela um quadro deletério da concentração de renda e das desigualdades para a massa das(os) trabalhadoras(es), de tal modo, “enquanto o 0,15% mais rico da população concentra R\$ 1,1 trilhão em renda, mais que a metade da parcela que ganha menos junta”. Nas palavras de Viviana Santiago, diretora executiva do órgão – “O sistema tributário brasileiro é um mecanismo de manutenção de privilégios de raça. Enquanto famílias negras pagam proporcionalmente mais impostos sobre itens básicos, como arroz e feijão, lucros e dividendos de grandes fortunas seguem quase intocados. Isso não é neutro: é uma escolha política com raízes no racismo estrutural.” As principais sínteses apresentadas no relatório observam:

- (i) Apenas 0,13% da população (141 mil pessoas com renda acima de R\$ 50 mil/mês) seria afetada por uma alíquota mínima de 10%. (ii) Entre os super-ricos, 80% são homens brancos (PNAD 2024), enquanto os beneficiados pela isenção de IR (rendas até R\$ 5 mil) são 44% negros e 41% mulheres. (iii) Mulheres negras sustentam lares com menor renda e maior dependência de tributos indiretos, enquanto R\$ 400 bi em lucros e dividendos escapam da tributação (Oxfam Brasil, 2025, n/p).

A aparência jurídico-legal da forma direito institucionalizada, impetrada no “todos somos iguais na forma da lei”, camufla o poço de um passado-presente de manifestações concretas de quem sofre diretamente o ônus desta equação perversa de forma mais latente no terreno da “democracia vulgar” que marca nossa constituição histórica (Ribeiro, 2022). Hoje, no Brasil, o contingente massivo da população negra é de 55,5% – 92,1 milhões de autodeclarados(as) pardos e 20,6 milhões de autodeclarados(as) pretos(as); ao que tange aos povos indígenas, temos 0,8% – 1,7 milhões –, distribuídos em 305 povos, com mais de 274 línguas faladas (IBGE, 2022).

Contudo, essa maioria demográfica ao que tange a população negra, com suas particularidades regionais, se expressa enquanto minoria nos espaços de decisão, se inserindo na divisão social e técnica do trabalho em ocupações de menor rendimento e prestígio. Assim, não é mero acidente histórico, o fato de que entre as quase 14 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), mais de 90% dos responsáveis familiares são mulheres e 75%, entre elas, são mulheres negras, por exemplo (Brasil, 2019). Ou ainda, conforme demonstra a pesquisa *Retratos da desigualdade de Gênero e Raça*, em 2022, mais de um quinto (21,2%) das mulheres negras ocupadas não tinham condições de contribuir para a Previdência, enquanto apenas 6,8% dos homens brancos estavam nessa situação (Ipea, 2024).

Apenas estes exemplos, já nos chamam a atenção da conformação de um passado-presente para compreendermos a lógica das relações sociais na sociedade brasileira marcada pelo racismo estrutural e pelo patriarcado (Souza, 2020), e nos convida a compreensão do papel do Estado e das políticas sociais nesta quadra histórica. Teles (2024, p. 132), nos lembra que “a mediação das demandas políticas com as garantias legais (direitos) é o que subsidia as respostas materializadas pelas políticas sociais e dá concretude à proteção social”.

Contudo, o desenho da proteção social brasileira, revela seu caráter fragmentado e residual, enquanto tendência histórica que se refuncionaliza e exerce importante papel na dinâmica da luta de classes na cena contemporânea, afinal, “o Estado deve desempenhar ações que possam oferecer, minimamente, condições para a garantia da reprodução social dos sujeitos e, conseqüentemente, para a reprodução

Realização:



Apoio:



do próprio processo de valorização do capital” (Teles, 2024, p. 131). Deste modo, o conservadorismo, traço ineliminável na realidade brasileira e o aprofundamento da agenda neoliberal em tempos de financeirização do capital, tem no racismo uma importante arma ideológica de dominação, que inclusive incide na lógica substantiva, na forma e no conteúdo das políticas sociais no âmbito do Estado, imprimindo a lógica da individualização e focalização, do mérito e da captura da identidade pelo seu vazio político, ao mesmo, tempo que revela o caráter perverso da criminalização da pobreza, o esgarçamento de investimento público em áreas fins e o aprofundamento da desregulamentação do mundo do trabalho, ao que pese, atingindo de maneira perversa o conjunto da classe trabalhadora em sua diversidade de gênero, raça e território.

Endossando o debate, Zullo e Almeida (2024), analisando o mercado de trabalho no Brasil contemporâneo, destacam a importância da relação entre raça e classe para as análises sobre a estrutura de ocupações no setor informal, quanto no setor formal de baixa remuneração, com especial ênfase hoje, no trabalho de plataformas, que sofre céleres aprofundamentos em tempos de intensificação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) (Gonzalez, 2024).

Vejamos, a pesquisa *“Mobilidade urbana e logística de entregas: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos”* realizada pelo CEBRAP e Amobitec (2023), aponta que em torno de 68% das(os) trabalhadoras(es) de aplicativos de entrega se autodeclararam negras(os). Neste sentido, entendemos que os processos de *intensificação, precarização e flexibilização* do trabalho atingem diametralmente o conjunto da classe trabalhadora, em especial seu contingente enegrecido. Por sua vez, se consideramos que o caráter dependente e subordinado da conformação econômica e política brasileira, a superexploração e o racismo, se expressam numa simbiose orgânica na conformação do mercado de trabalho nacional, contribuindo para a extração acentuada de mais-valor, subsumindo o tempo médio de vida da(o) trabalhador(a), bem como, comprimindo e dilacerando o tempo morto e gerando um quadro sintomático de adoecimentos físicos e mentais. Assim, corroboramos que “a divisão racial do trabalho é um entrave para a realização da emancipação política da população negra no sentido de acesso a bens, riqueza socialmente produzida e aos direitos de cidadania” (Alves, 2022, p. 2019).

Neste escopo, ganha premência hoje, de forma bastante expressiva, o debate acerca da redução da jornada de trabalho, principalmente ao que tange à escala 6x1 para a escala 5x2 ou até 4x3. Propulsor deste debate, destaca-se o *Movimento Vida Para Além do Trabalho* (VAT), puxado pelo Deputado Estadual do Rio de Janeiro, Rick Azevedo (PSOL), que foi às ruas em várias capitais do país no último dia 1 de maio. Contudo, os lobbies e os desafios são gigantes, inclusive num momento de escalada político-ideológica, não enquanto algo inédito, mas que conforma determinações novas, em torno do mundo do trabalho, a exemplo do trabalhador-empREENDEDOR – “patrão de si mesmo”, que vem acompanhado a uma repulsa a legislação trabalhista e em especial a CLT entre os mais jovens.

Nesta seara, os desafios são inúmeros e revelam o passado-presente das relações étnico-raciais na conformação da (des)proteção social brasileira. Neste findar reflexivo, lembramos que este ano, tem-se a realização da 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (5º CONAPIR), com o tema: *“Igualdade e Democracia: Reparação e justiça racial”*. Muitos municípios, estão realizando suas primeiras conferências de promoção da igualdade racial e instituindo seus conselhos este ano. Sem nos atermos para os poucos recursos que tal pasta recebe em termos orçamentários gerais, bem como vimos, os efeitos deletérios das políticas de austeridade fiscal na reprodução ampliada das desigualdades sócio-raciais, este quadro nos demonstra os longos caminhos para pensarmos o avanço de uma efetiva democracia racial no Brasil. Sem romantismo e saídas mágicas, é na análise concreta da realidade concreta, que percebemos o caráter contraditório das políticas sociais, do

Realização:



Apoio:



papel do Estado e das classes sociais, e quais caminhos e possibilidades de incidências coletivas em torno da matéria nos marcos dessa ordem societária.

## Considerações finais

Este trabalho, expressa sínteses elaboradas a partir das reflexões desenvolvidas ao longo da disciplina *Política Social: fundamentos e história*. Buscamos nestas breves notas, trazer a baila um balanço dos fundamentos da política social na realidade brasileira, tendo como eixo analítico compreender a centralidade das relações étnico-raciais no descortinamento do papel do Estado e o caráter assumido pela política social numa sociedade marcada pelo racismo e que se insere de forma dependente na dinâmica do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho.

Neste sentido, observa-se o caráter residual e restritivo que assume a proteção social vinculada fortemente ao setor produtivo nas suas origens, considerando a conformação do mercado de trabalho brasileiro, ao mesmo tempo, havia uma preocupação com o projeto de nação para o Brasil, no qual a superação do seu elemento racial perpassa às ações estatais, embebidas pela ideologia dominante conservadora de base eugenista, higienista e posteriormente pelo “mito da democracia racial”.

Temos que este passado, se refuncionaliza no presente em outros termos, quando vemos os dados que conformam o conjunto das desigualdades sócio-raciais que assolam diametralmente o conjunto da classe trabalhadora, no campo e na cidade, nos diversos espaços sócio-ocupacionais e no acesso e não acesso às políticas sociais. Longe de um dado deslocado de determinações estruturais, esse quadro revela o persistente poço de desigualdades do “Brasil com P”, assim, o passado-presente das relações étnico-raciais na análise da política social brasileira, encerra o desenho, forma e conteúdo da (des)proteção social neste país continental carregado de contradições profundas.

## Referências

AGUILAR FILHO, Sidney. **Educação, autoritarismo e eugenia**: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). 2011. 364f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 212-221, maio-ago. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/NVD7NG3FPfcQ5MsmkfCwthd/>>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BARBOZA, Douglas Ribeiro. Entre a tempestade sangrenta E a silenciada bonança: a “democracia vulgar” nos processos políticos do Brasil. **Em Pauta - Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 50, v. 20, p. 35-60, jul./dez., 2022. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/68504/42828>>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **SUAS sem racismo**: Promoção da Igualdade Racial no Sistema Único de Assistência Social. Brasília? MDS, 2018. Disponível em: <<http://www.mds>>.

Realização:



Apoio:



gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\_social/cartilhas/Cartilha\_SUAS\_Sem\_Racismo\_.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2023

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP); Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec). **Mobilidade urbana e logística de entregas**: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos. São Paulo: CEBRAP; AMOBITEC, 2023. Disponível em: <[https://amobitec.org/wp-content/uploads/2023/04/Pesquisa-Cebrasp\\_Amobitec\\_Pocket-Report-\\_final.pdf](https://amobitec.org/wp-content/uploads/2023/04/Pesquisa-Cebrasp_Amobitec_Pocket-Report-_final.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2025.

FAGUNDES, Gustavo. Gonçalves. **Racismo e superexploração no Brasil**. diálogos e questões. Curitiba: Editora APPRIS.

FERREIRA, Gracyelle Costa. **Raça e nação na origem da política social brasileira**: União e Resistência dos trabalhadores negros. 2020. 309f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

FERREIRA, Gracyelle Costa. A política social do capitão: bolsonarismo, neomalthusianismo, eugenia e militarização no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 147, n. 2. e-6628416, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/NZz4f4tTDzG8pZWNZHPGTGP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

GERALDO, Débora Sabina da Silva. Capitalismo e racismo no Brasil: dilemas no Estado, direito e fundo público. **Temporalis**, Brasília, v. 25, n. 49, p. 237-254, 2025. <<https://doi.org/10.22422/temporalis.2025v25n49p237-254>>. Acesso em: 11 jun. 2025.

GONZALEZ, Jeferson Aníbal. Revolução tecnológica, direito à tecnologia e formação do cidadão virtual: reflexões sobre a sociabilidade capitalista. **Temporalis**, Brasília, v. 24, n. 48, p. 239-252, jul./dez. 2024.

IPEA. **Retratos da desigualdade de gênero e raça, em 2022**. Ano, 2024. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/retrato/>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MARX, Karl. **O capital** - Crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. (Trad.: Rubens Enderle). 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017

MIRANDA, I. L. L. S. et al. Contrarreforma do Estado e disputa pelo fundo público: reflexões no Brasil contemporâneo. **Em Pauta**: Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57, p. 36-49, dez, 2024. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/88446/52630>>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 3ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

OXFAM BRASIL. Elite brasileira paga menos impostos que as mulheres negras e pobres: sistema tributário mantém herança escravagista e desigualdade racial. Oxfam Brasil, 10 jul. 2025. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/regressividade-tributaria-desigualdade-racial/>>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Realização:



Apoio:





PEREIRA, Camila Potyara. Sobre o arcabouço teórico ou pano de fundo explicativo. *In*: PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA. Cristiane Lúza Sabino. **Racismo e luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec Editora, 2020.

SILVA, Sandra Regina Vaz da. A centralidade da questão racial nas lutas de classes no Brasil: um estudo a partir de organizações da esquerda brasileira entre a ditadura e a redemocratização. 2024. 346f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

SOUZA, Antonio Reguete Monteiro de. Questão social e assistência na formação do Brasil: o papel da polícia. **SER Social**, Brasília, v. 24, n. 50, p. jan.-jun., 2022.

TOMAMO, Luana Tieko Omena. A campanha antialcoólica da Liga Brasileira de Higiene Mental. **Revista de História**, São Paulo, n.181, a09621, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/189965>>. Acesso em: 04 abr. 2025.

TRASPADINI. Roberta. Dependência e luta de classes na América Latina. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 6, n. 2, p. 29-43, jul./dez. 2014 Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/8504/6208>>. Acesso em: 10 jun. 2025.

TELES, Heloisa. A questão social, o Estado e a desproteção social: dilemas na atualidade brasileira. **SER Social**, Brasília, v. 26, n. 54, p. 121-139, jan./jun. 2024.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. (Trad.: Denise Bottmann). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZULLO, Gustavo; ALMEIDA, Pedro. Raça, emprego informal e informalização: Uma perspectiva histórica do trabalho no Brasil contemporâneo. **Novos Estudos. CEBRAP**, São Paulo, v. 43, n. 2, 205-229, maio-ago., 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/GQzdJLrGdDh7BdXSsvGbz7t/>>. Acesso em: 10 Dez. 2025.

Realização:



Apoio:



## CRISE DA DEMOCRACIA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO E O IMPACTO NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Cristiane Rodrigues Libardi<sup>54</sup>

**Resumo:** Estudos apontam o declínio do nível democrático em diversos países. Este artigo busca relacionar as causas da crise da democracia com seus impactos nas políticas sociais. A desigualdade econômica compromete a igualdade política e favorece o surgimento de lideranças utópicas, com discursos extremistas e conservadores. A economia de mercado neoliberal promove a mercadorização, refilantropização e refinanceirização do acesso a bens e serviços essenciais, aprofundando o descontentamento social e o distanciamento entre Estado e população — fatores que retroalimentam a crise democrática.

**Palavras-chave:** Crise democrática. Impacto nas políticas sociais. Desigualdade econômica. Desigualdade política.

**Abstract:** Studies point to a decline in the democratic level in various countries. This article seeks to relate the causes of the democracy crisis to its impacts on social public policies. Economic inequality undermines political equality and favors the emergence of utopian leaderships, with extremist and conservative discourses. The neoliberal market economy promotes the commodification, re-philanthropization, and refinanceirization of access to essential goods and services, deepening social discontent and the distance between the State and the population — factors that feed back into the democratic crisis.

**Keywords:** Democratic crisis. Impact on public policies. Economic inequality. Political inequality.

### Introdução

A análise da crise da democracia atual exige um esforço investigativo que percorra a elucidação dos conceitos de democracia e crise, resgatando suas origens, transformações e manifestações contemporâneas. Democracia, enquanto ideal político, é historicamente associada à soberania popular, à garantia de direitos e à participação efetiva dos cidadãos nos processos decisórios. Contudo, a prática democrática, ao longo dos séculos, tem oscilado entre avanços e retrocessos, especialmente quando confrontada com contextos de instabilidade política, econômica e social.

O termo “crise” remete à noção de ruptura, inflexão ou declínio. No contexto democrático, sua ocorrência pode ser identificada pela erosão de valores fundamentais como liberdade, igualdade e justiça social. O conceito de “crise da democracia” pode, portanto, ser compreendido como um processo multifacetado de deslegitimação das instituições, perda de confiança social, fragilidade na representação política e esvaziamento dos mecanismos participativos. Segundo Przeworski (2020), a estabilidade democrática depende de uma série de condições estruturais e culturais, cuja ausência pode desencadear processos regressivos.

Fatores como a confiança no governo, nos partidos políticos, nas instituições democráticas e nos processos eleitorais idôneos são coeficientes essenciais que garantem a livre escolha por parte dos cidadãos com autonomia e direito ao voto. Quando esses pilares se enfraquecem, cria-se um terreno fértil para o autoritarismo,

<sup>54</sup> Mestranda em Serviço Social pela PUCSP. Bacharel em Serviço Social pela PUCSP. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. E-mail: cricajbc@yahoo.com.br.

Realização:



Apoio:



para o avanço de discursos populistas e para a naturalização de práticas antidemocráticas. A desinformação, a manipulação midiática e o uso instrumental das redes sociais também têm desempenhado papel significativo na fragilização da democracia contemporânea.

A revista *The Economist*, por meio do Democracy Index, aponta anualmente os níveis de democracia em diversos países, com base em critérios como processo eleitoral, funcionamento do governo, participação política, cultura política democrática e liberdades civis. Nos últimos anos, os dados indicam um declínio acentuado, caracterizado pela ascensão de regimes híbridos, redução da transparência e fortalecimento de lideranças autoritárias.

Dentre os atravessamentos responsáveis por esse processo, destaca-se a crise econômica, considerada por diversos autores como uma das causas centrais da degradação democrática. A instabilidade dos sistemas financeiros e a precarização das condições de vida impedem a ascensão social e provocam descontentamento com a ordem vigente. Sob tais condições, emergem propostas de “soluções rápidas”, frequentemente representadas por líderes que prometem restaurar a ordem por meio de medidas extremas e conservadoras. Tais discursos, geralmente populistas e nacionalistas, ampliam a polarização política e social, dificultando a convivência democrática.

Ainda que a economia de mercado traga benefícios como o progresso tecnológico e a potencial expansão do desenvolvimento econômico, seus efeitos colaterais não podem ser negligenciados. A elevação da desigualdade social compromete os fundamentos democráticos, sobretudo o princípio da igualdade política. Como afirma Lijphart (2021), a democracia só se sustenta quando há condições mínimas de equidade, tanto no acesso a direitos quanto na participação política. A concentração de recursos nas mãos de uma minoria favorece sua capacidade de influenciar decisões, enquanto a maioria, muitas vezes excluída do debate público, vê-se refém de falsas promessas e de políticas que acentuam sua vulnerabilidade.

este cenário, os reflexos da crise democrática sobre a formulação e implementação das políticas sociais são inevitáveis. A lógica mercadológica, imposta pelo ideário neoliberal, transforma direitos em mercadorias e enfraquece a função do Estado como promotor da justiça social. É nesse contexto que se torna imperativo analisar criticamente os determinantes e os efeitos dessa crise, a fim de identificar caminhos possíveis para a reconstrução de uma democracia substantiva, baseada em justiça, solidariedade e participação cidadã.

## Índice de democracia: significado e critérios

Um dos debates mais recorrentes no meio acadêmico atual refere-se à crise da democracia. Diversos estudos e pesquisas apontam que o índice de democracia vem apresentando declínio em vários países ao redor do mundo. Apesar de o número de democracias ter crescido significativamente ao longo da história recente — sobretudo no final da década de 1980 e início da década de 1990 — e de ter atingido seu ápice em 2010, observa-se, atualmente, um retrocesso na qualidade democrática, inclusive em países como Brasil, Índia, Turquia, Polônia e Hungria.

A revista britânica *The Economist*, por meio da unidade de pesquisa Economist Intelligence Unit, publica anualmente, desde 2006, uma classificação dos países com base no grau de democracia observado em 167 nações. A avaliação é feita a partir de cinco critérios: **processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis**, cada um avaliado com notas de 0 a 10. A média final define a categoria na qual o país será enquadrado: **democracia plena, democracia imperfeita, regime híbrido** (as três consideradas democracias) ou **regime autoritário** (considerado ditatorial). O relatório demonstra que, a cada edição,

Realização:



Apoio:



países anteriormente classificados como democracias plenas passam à categoria de imperfeitas — como é o caso do Chile — ou perdem posições no ranking. Diante disso, faz-se necessário compreender os fatores conjunturais que explicam esse declínio e suas implicações no contexto contemporâneo.

As **democracias plenas** caracterizam-se por garantir e respeitar as liberdades civis e políticas fundamentais, asseguradas por uma cultura política democrática. Esses países apresentam um sistema eficaz de freios e contrapesos (*checks and balances*), que assegura a separação equilibrada entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Seus governos funcionam adequadamente e contam com uma imprensa livre e diversa, sendo os eventuais problemas restritos ao funcionamento democrático.

Nas **democracias imperfeitas**, embora as eleições sejam livres e justas, e as liberdades civis sejam respeitadas, há limitações, como problemas na liberdade de imprensa e menor tolerância à oposição política. Além disso, ocorrem falhas na governança, na cultura política e nos níveis de participação cidadã.

Os **regimes híbridos** apresentam, com maior intensidade, as falhas identificadas nas democracias imperfeitas. Nestes casos, são comuns fraudes eleitorais, repressão à oposição, corrupção política, ausência de independência do Judiciário, restrições à imprensa e baixos níveis de cultura e participação política.

Por fim, os **regimes autoritários** não garantem o pluralismo político ou o restringem severamente. Frequentemente, correspondem a ditaduras ou monarquias absolutas, com instituições democráticas meramente formais. Nestes regimes, há severas violações às liberdades civis, as eleições não são livres nem justas, a mídia é estatal ou controlada por aliados do governo, não existe Judiciário independente e a oposição é censurada. Um exemplo é o Afeganistão, que, em 2024, ocupou o último lugar no ranking, com pontuação de apenas 0,25.

Para compreender melhor o conceito de “crise da democracia”, é necessário refletir sobre os próprios significados de **democracia** e **crise**. Segundo Dahl (2001, p. 13), ““democracia” tem significados diferentes para povos diferentes, em diferentes tempos e lugares.” Há consenso entre os historiadores de que o conceito surgiu na Grécia antiga, na cidade-estado de Atenas, no século V a.C., em contraposição à aristocracia — ou “governo de uma elite” — propondo, em seu lugar, o “governo do povo”.

A democracia parte do princípio de que o povo exerce o poder de decisão, o que se deu historicamente de diferentes formas. Algumas sociedades adotaram a **democracia direta**, por meio de assembleias populares. Outras utilizaram métodos como o sorteio. Na contemporaneidade, predomina a **democracia representativa**, na qual o povo elege representantes que governam em seu nome, com variações nos sistemas eleitorais — majoritário, proporcional ou misto — e nos mecanismos de deliberação, como maioria simples, supermaioria, pluralidade ou consenso.

Ao discutir os diferentes modelos democráticos, Lijphart (2019, p. 23) indaga: “Se a democracia é um governo ‘pelo povo e para o povo’, quem irá governar e quais interesses o governo deve atender quando a sociedade estiver em desacordo sobre suas preferências?” Para ele, há dois modelos principais: o **modelo majoritário**, que privilegia a vontade da maioria simples, e o **modelo consensual**, que busca atender ao maior número possível de indivíduos e grupos. Nas palavras de Przeworski (2020, p. 33), “para governar com eficácia, governos precisam satisfazer a maioria, mas sem ignorar as opiniões de intensas minorias.”

Lipjhart (2019) explica que,

A diferença fundamental entre os modelos está na distribuição do poder. O modelo majoritário tende a concentrá-lo em uma maioria simples e é marcado pela competitividade e exclusão. Já o modelo consensual busca compartilhamento e dispersão do poder, valorizando a negociação e a inclusão (Lipjhart, 2019, p. 24).

Realização:



Apoio:



Ainda que se afirme o princípio da vontade da maioria, é necessário reconhecer que o direito ao voto nem sempre foi universal. Na Grécia e em Roma, apenas homens livres podiam votar. O sufrágio universal só começou a se consolidar a partir do século XX. No Brasil, por exemplo, o voto foi censitário por muito tempo, ou seja, limitado a determinadas classes sociais e econômicas.

### **Causas e consequências da crise democrática**

De acordo com Robert Dahl (2001, p. 49), existem pelo menos cinco critérios que caracterizam um processo democrático, a saber: participação efetiva; igualdade de voto; entendimento esclarecido; controle de programa de planejamento e inclusão dos adultos. É possível traçarmos um paralelo entre esses critérios e alguns daqueles adotados pela Economist Intelligence Unit, da revista *The Economist*, anteriormente mencionados.

A participação efetiva, a igualdade de voto e a inclusão dos adultos estão fortemente vinculados ao processo eleitoral na medida em que “todos os membros devem ter oportunidades iguais e efetivas para fazer os outros membros conhecerem suas opiniões” assim como “todos os membros devem ter oportunidades iguais e efetivas de voto e todos os votos devem ser contados como iguais.” (Dahl, 2001, p. 49)

O entendimento esclarecido pode ser considerado um elemento da cultura política em que “cada membro deve ter oportunidades iguais e efetivas de aprender sobre as políticas alternativas importantes e suas prováveis consequências.” (Dahl, 2001, p. 49). Faz parte, portanto, da aquisição do conhecimento político e da interferência que cada cidadão promove no cenário político através do controle do programa de planejamento, este ligado ao critério da participação política. O controle consiste na oportunidade exclusiva dada aos membros de decidir como e, se preferirem, quais as questões que devem ser colocadas no planejamento.

Dahl coloca a cultura política como um reforço da democracia destacando a ênfase ao valor da liberdade pessoal e, a partir daí, proporciona o apoio para outros direitos e outras liberdades. Ele também destaca a importância da educação para a democracia.

Ademais, para ele, a compreensão esclarecida também está ligada à liberdade de expressão: direito de ouvir e ser ouvido. Sem a liberdade de expressão, os cidadãos logo perderiam sua capacidade de influenciar o programa de planejamento das decisões do governo. Assim, os cidadãos devem ter acesso a fontes de informação que não estejam sob o controle do governo ou que sejam dominadas por qualquer grupo ou ponto de vista. (Dahl, 2001, p. 49)

O atravessamento de inverdades na formação da cultura política acaba por miná-la, reduzindo-a a conceitos ideológicos invertidos que, mesmo levando ou mantendo determinados grupos no poder, acarretam a desconfiança no governo e nos partidos políticos. Perde-se a verdadeira identidade dos fatos, poluem-se os saberes e a população se enfraquece ao dividir-se em segmentos opostos e contraproducentes.

Além da insuficiência ou da distorção da cultura política, ao que tudo indica, a crise da democracia vem se consolidando em diversas frentes. De acordo com Przeworski, a participação eleitoral está em declínio em muitos países, atingindo níveis inéditos. “A confiança nos políticos, nos partidos, nos parlamentos e nos governos despenca. A perda de confiança nas instituições inclui também a mídia, os bancos, as empresas privadas, até as igrejas” (2020, p. 25). O autor reforça que as opiniões contrárias permitem aos indivíduos se verem como inimigos e a intolerância e os conflitos passam a ser o mote da vez. Przeworski compartilha do pensamento de Dahl de que “a democracia está em crise quando algumas características que consideramos definidoras do sistema democrático estão ausentes.” (2001, p. 27)

Realização:



Apoio:





Ademais, a crise da democracia pode estar vinculada ou não à crise econômica pela qual perpassa determinado país. Também pode ter vínculos com a crise política e com a crise cultural. Todavia, é mais comum que a crise democrática sofra as consequências de um modelo econômico desgastado. “Mesmo que crises econômicas de curto prazo não ameacem a democracia, a estagnação prolongada de renda pode ameaçar” (Pzeworski, 2020, p. 60)

Fatores como desemprego, taxa alta de inflação, forte imigração presente, salários baixos, serviços como saúde e educação drasticamente encarecidos produzem descontentamento na população que anseia por soluções imediatas, nacionalistas e demagogas. Quando se depara com um impasse e o establishment não consegue encontrar alternativas que dissipem a crise, o ordinário é o surgimento de políticas que acalmem os ânimos e isso possibilita a ascensão de governos autoritários e tiranos.

Em *Como as democracias morrem*, os autores alertam que muitas democracias se extinguem não somente porque houve um golpe no governo, mas presidentes democraticamente eleitos usurpam o poder, tomando medidas antidemocráticas a exemplo de alterações na legislação para permanecerem indefinidamente no poder; aparelhamento de tribunais e outras agências neutras; compra da mídia e do setor privado ou ameaçando-os. “Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder” (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 15)

Outro argumento utilizado pelos autores na obra que podem configurar um declínio na democracia é a polarização. “O enfraquecimento de nossas normas democráticas está enraizado na polarização sectária extrema – uma polarização que se estende além das diferenças políticas e adentra conflitos de raça e cultura” (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 20).

As respostas imediatistas, populistas e reacionárias adotadas por esses governos amparam segmentos da população que se veem invadidos em seus espaços, atingidos em seus direitos e enxergam no outro a razão de seus problemas, desconsiderando quase que por completo a complexidade do sistema.

Um bom exemplo disso é a respeito do tema da migração analisado por Bauman (2017, p. 14) ao afirmar que “o influxo maciço de estranhos pode ser o responsável pela destruição das coisas que apreciávamos e sua intenção é desfigurar ou abolir nosso modo de vida confortavelmente convencional.”

Este autor acrescenta o fato de que quando a pessoa se encontra vulnerável, deparar-se com alguém em situação pior torna-se um alívio e assim, passam a ecoar sinais de xenofobia, racismo e nacionalismo o que explica o sucesso eleitoral de representantes com essa mesma visão pois se reconhece que as camadas da base da sociedade não querem ser deserdadas, discriminadas e excluídas ainda mais. Dessa forma, os políticos se aproveitam desse sentimento e optam por “proteger” seus cidadãos dos invasores desconhecidos que ameaçam seus salários e prolongam ainda mais a fila de espera daqueles que procuram trabalho.

Assim, observamos que além da população nativa que recebe os imigrantes e em face deles descarregam sentimento de ódio e desprezo, há governos que incentivam essa prática seja porque não conseguem administrar a demanda de trabalho, a estabilidade da condição social, a proteção efetiva contra a degradação social seja porque, de fato, se impõem a luta contra o terrorismo. Agrava-se, desse modo, ainda mais, a condição daquele que está em situação de vulnerabilidade em busca de ajuda e proteção.

São elementos como esses que justificam a ascensão da direita e da extrema direita ao redor do globo. Se existe, de fato, uma correlação entre o sistema democrático e a estabilidade econômica como apontam alguns pesquisadores, quando o capitalismo, principal sistema econômico na maioria dos países democráticos, entra em colapso, a

Realização:



Apoio:



tendência é o apreço por normas mais rígidas, ideários mais conservadores e uma cizânia acirrada entre a burguesia e o proletariado, entre o mercado e a população.

A ideologia do neoliberalismo, ao encontrar terreno fértil na erosão democrática, descaracteriza a função do Estado de garantir direitos sociais, substituindo essa garantia pela lógica da mercantilização, refinanceirização e refilantropização. Esse deslocamento acarreta o enfraquecimento do pacto democrático bem como os princípios de justiça social que fundamentam as políticas públicas em regimes democráticos.

“A economia de mercado gera a desigualdade política, por isso também pode reduzir as perspectivas de atingir a plena igualdade política entre os cidadãos de um país democrático” (Dahl, 2001, p. 73). Caracteriza-se como economia de mercado a liberdade de iniciativa privada, com baixa regulação, a concorrência nas vendas e recursos pelas grandes empresas, a busca pelo lucro, além da liberdade dos indivíduos para escolherem seus empregos, o que desejam consumir e de quem consumir. Ainda que possibilite a geração de crescimento e inovação, a distribuição da produção não é realizada de forma equitativa, ocasionando a concentração de renda, patrimônio e poder econômico nas mãos de uma minoria cujo grau de influência sobre as decisões políticas diferencia-se dos demais cidadãos. Possuem maior capacidade de organização, influência das opiniões públicas e repasse de verbas para partidos políticos, políticos individuais e lobbies que favoreçam seus interesses.

Em contrapartida, a consagração de políticas sociais promove a cidadania e a redução de desigualdades, desde que isentas de descontinuidade, subfinanciamento ou cooptadas por interesses políticos. A vulnerabilidade econômica dificulta a participação política efetiva pois os indivíduos recebem menos informações, têm menos tempo e recursos para participarem de debates políticos, organizações civis ou processos eleitorais, comprometendo, deste modo, todo o processo democrático.

Nesse contexto, surge um comprometimento na capacidade do Estado em formular, implementar e efetivar políticas sociais tendo em vista que são atingidos a estabilidade democrática, a participação cidadã e a legitimidade dos governos. É imprescindível para o Estado que as normas por ele estabelecidas não sejam eivadas de descompromisso com a sociedade civil, requerendo, ademais, diagnósticos eminentemente técnicos, isto é, desprovidos de interesses unilaterais políticos ou motivados por interesses eleitorais de curto prazo.

## Conclusão

Vivemos tempos difíceis. O cenário contemporâneo tem comprometido o exercício da democracia e os efeitos da participação cidadã. A desconfiança generalizada abala as estruturas da vida em sociedade, atravessando partidos, representantes políticos, governos, instituições e até os sistemas econômicos, revelando uma profunda crise de legitimidade. Tudo aquilo que remete à livre escolha e à soberania popular encontra-se, hoje, permeado por dúvidas e manipulações. O capitalismo da barbárie, como expressão mais perversa da ordem neoliberal, intensifica a desigualdade social e inviabiliza a construção de uma democracia substantiva, pois onde há desigualdade social, inexistente igualdade política.

Nesse contexto, as elites que se julgam detentoras do poder promovem, de forma vil, o esvaziamento da cidadania, privando a população do direito ao conhecimento, à educação crítica, ao tempo para a reflexão e à própria sobrevivência. Trata-se de uma forma de dominação sofisticada, que subtrai a capacidade de escolha ao inviabilizar as condições materiais e simbólicas de uma participação política consciente. Se, no plano ideal, todos os votos têm o mesmo valor, na realidade concreta essa equivalência é corroída por abismos estruturais que afetam diretamente a liberdade de decisão.

Realização:



Apoio:



A comunicação social, fortemente capturada por interesses corporativos e políticos, contribui para a manutenção da ignorância e da desinformação, comprometendo a instrução da população e favorecendo narrativas distorcidas que beneficiam setores privilegiados. As coalizões entre grupos de poder aprofundam o descolamento entre governantes e governados, gerando um ciclo de descrédito institucional que alimenta discursos populistas, personalistas e autoritários. Diante disso, é preciso redobrar a atenção com figuras que se apresentam como “salvadores da pátria”, portadores de soluções fáceis para problemas complexos, cuja retórica, muitas vezes, se ancora em ideologias regressivas e em ataques aos direitos fundamentais.

Hoje, não se pode prever com segurança os rumos da democracia. O que se percebe é um cenário de múltiplos desafios, marcados por impactos heterogêneos, muitas vezes devastadores, para a organização das sociedades contemporâneas. O Índice de Democracia, construído por instituições como a *The Economist*, precisa ser analisado com criticidade, à luz das causas estruturais que têm levado os países a posições cada vez mais baixas na classificação global. Se a democracia representa a vontade da maioria, essa vontade precisa ser autêntica, desprovida de manipulações, livre de coerções e desvinculada de interesses mercantis. Caso contrário, o que se instala é uma farsa democrática que perpetua desigualdades e mina a confiança no sistema.

A crise que atravessa o Estado Democrático de Direito compromete profundamente a formulação, implementação e sustentabilidade de políticas sociais. Sob o signo do neoliberalismo, a responsabilidade pelos fracassos recai sobre o indivíduo, culpabilizado por seu insucesso e cobrado por seu desempenho, numa lógica meritocrática que ignora as desigualdades históricas e estruturais. O Estado, ao atender às exigências do mercado, subverte sua função pública e sacrifica os mecanismos de proteção social — justamente os únicos capazes de reconstruir a confiança cidadã, promover justiça social e restaurar a legitimidade democrática.

Portanto, o enfrentamento da crise democrática passa, necessariamente, pela radicalização da democracia, com o fortalecimento das instituições públicas, a ampliação dos espaços de participação popular, o combate à desigualdade estrutural e a reconstrução de uma cultura política comprometida com os direitos sociais, com a ética pública e com a dignidade humana. A democracia precisa ser defendida, não como um ideal abstrato, mas como prática cotidiana, viva, coletiva e enraizada nos interesses da maioria.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

DAHL, Robert. A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

LEVITSKY, Steven.; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

WIKIPÉDIA. **Índice de democracia**. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Índice\\_de\\_democracia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Índice_de_democracia)>. Acesso em: 3 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



## **ESTADO, NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA: uma análise da política social no Brasil contemporâneo**

Paolla Galollete Silva<sup>55</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a conformação das políticas sociais brasileiras sob a hegemonia neoliberal, evidenciando os limites estruturais do Estado em um país de capitalismo periférico. A luz do materialismo histórico, analisa-se o Estado como instrumento de dominação de classe e as contradições entre os avanços da Constituição de 1988 e a lógica de acumulação do capital. Parte-se da hipótese de que a política social, ao operar sob a lógica do mercado, consolida uma forma de cidadania regulada, seletiva e focalizada, que restringe sua função redistributiva e enfraquece o projeto democrático.

**Palavras-chave:** Política Social; Neoliberalismo; Estado; Democracia.

**Abstract:** This article analyzes the formation of Brazilian social policies under neoliberal hegemony, highlighting the structural limits of the State in a country with peripheral capitalism. In light of historical materialism, the article analyzes the State as an instrument of class domination and the contradictions between the advances of the 1988 Constitution and the logic of capital accumulation. The article assumes that social policy, operating under market logic, consolidates a regulated, selective, and targeted form of citizenship, which restricts its redistributive function and weakens the democratic project.

**Keywords:** Social Policy; Neoliberalism; State; Democracy.

### **Introdução**

A análise das políticas sociais no Brasil exige a compreensão de suas raízes históricas, das formas de intervenção estatal e das correlações de forças sociais que moldam sua conformação. Conforme analisam Montaño e Duriguetto (2010), no âmbito da democracia liberal, a política social se consolidou historicamente como um dos elementos centrais da institucionalização dos direitos sociais, sobretudo no período pós-Segunda Guerra Mundial, que deu origem ao chamado “Estado de bem-estar social”. Esse arranjo político-ideológico buscava compatibilizar os interesses da acumulação

---

<sup>55</sup> Assistente Social na Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Especialista em Gestão de Políticas Públicas. Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: paollajf@gmail.com.

Realização:



Apoio:



capitalista com a necessidade de incorporar, ainda que parcialmente, as demandas das classes trabalhadoras, garantindo o acesso a bens e serviços públicos essenciais como saúde, educação, previdência e assistência.

Contudo, a partir das últimas décadas do século XX, com a intensificação da crise estrutural do capital e o avanço do projeto neoliberal, observou-se uma profunda inflexão na forma de organização do Estado e na condução das políticas sociais. O neoliberalismo, com a ofensiva burguesa articulada em escala global, promoveu a reconfiguração das funções estatais, priorizando a desregulamentação da economia, a flexibilização das relações de trabalho, a privatização dos serviços públicos e a racionalização fiscal, com severos cortes nos gastos sociais.

Essa reconfiguração do papel estatal, orientada pelos interesses do capital, exige uma análise crítica sobre sua natureza e função. Nesse sentido, o trabalho parte da análise do Estado, compreendendo-o como produto das relações sociais e expressão das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Com base nas contribuições de Marx, Engels e autores contemporâneos, evidencia-se que o Estado não representa uma síntese dos interesses da coletividade, mas um instrumento de dominação de classe.

Com base nessa perspectiva, analisa-se também a conformação das políticas sociais no Brasil, considerando as singularidades de sua formação sócio-histórica a contradição entre os avanços legais consagrados pela Constituição Federal de 1988 e a ofensiva neoliberal intensificada nas décadas seguintes. Parte-se da hipótese de que a política social brasileira opera como forma de cidadania regulada pelo mercado, na qual o acesso aos direitos sociais se submete à racionalidade fiscal e aos imperativos da acumulação do capital.

Argumenta-se que, embora importantes conquistas tenham sido instituídas no plano normativo, a política social desenvolve-se sob fortes condicionantes estruturais, marcada pela seletividade, focalização e desresponsabilização estatal, revelando-se compatível com os limites estruturais da democracia liberal e profundamente funcional à reprodução das relações de dominação de classe.

## **O Estado no capitalismo monopolista: determinações históricas e estruturais**

Montaño e Duriguetto (2010) apresentam que não há, na tradição marxista, um tratado sistemático e acabado sobre o Estado, mas sim diversas observações a respeito das determinações que ele assume em diferentes contextos históricos. Conforme Marx e Engels (1975), o Estado é produto da sociedade civil: resulta de suas contradições internas, sendo consequência direta do modo como os indivíduos produzem e se relacionam materialmente. Trata-se de uma construção histórica e social, da qual uma determinada sociedade se vale para organizar suas formas de dominação e regulação. Como sintetiza Engels, “o Estado, o regime político, é o elemento subordinado, e as relações econômicas, o elemento dominante” (Marx; Engels, 1975, v. 1, p. 111).

Nesse sentido, o Estado emerge das relações de produção. Não é o Estado que molda a sociedade, mas sim a sociedade que molda o Estado. A conformação da sociedade, por sua vez, é determinada pelo modo de produção dominante e pelas relações de produção que lhe são inerentes. Como afirmam em Marx e Engels (1993),

A estrutura social e o Estado nascem [...] do processo de vida de indivíduos determinados [...] tal e como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressuposto e condições materiais, independentes de sua vontade (Marx; Engels, 1993, p. 36).

Dessa forma, o Estado não é expressão de uma vontade universal ou síntese da sociedade como um todo, mas sim resultado das contradições presentes na base

Realização:



Apoio:





material. Longe de exercer uma função de mediação equânime, o Estado moderno expressa, na perspectiva marxiana, os interesses da classe dominante, funcionando como um instrumento de manutenção da ordem capitalista. Assim, por trás da aparente imparcialidade entre os interesses da coletividade, o Estado atua como mecanismo de manutenção da dominação de classe, ao assegurar institucionalmente as condições de reprodução do capital.

Montaño e Duriguetto (2010) ressaltam que o Estado moderno está profundamente vinculado à lógica da acumulação capitalista e opera conforme as necessidades estruturais do capital. Seu papel, portanto, não é o de garantir a justiça social ou a igualdade entre os indivíduos, mas de organizar e legitimar, política e juridicamente, a ordem burguesa. Dessa forma, ao considerarmos a atuação do Estado nas formações capitalistas contemporâneas, é necessário observar a dinâmica de sua intervenção em dois grandes períodos históricos, próprios da fase monopolista do capital, abrangendo os séculos XX e XXI.

O primeiro corresponde ao período de expansão capitalista, caracterizado por uma hegemonia produtiva-comercial. Trata-se de uma fase em que predomina uma onda longa de crescimento econômico, marcada por intensificação das relações de produção industrial, alargamento dos mercados e fortalecimento dos Estados nacionais como organizadores das condições favoráveis à acumulação. Nesse contexto, o Estado exerce funções reguladoras e interventoras, garantindo a ordem social, mas também promovendo, de forma seletiva, políticas sociais que asseguram a coesão mínima necessária para a sua reprodução.

O segundo período é o da recessão capitalista, configurando uma onda longa de estagnação econômica. Nele, observa-se o declínio da hegemonia produtiva e a ascensão financeira do capital. O Estado, nesse novo contexto, reconfigura suas funções para atender aos interesses do capital financeiro, atuando de forma cada vez mais subordinada às exigências dos mercados e das instituições transnacionais. Como afirmam Montaño e Duriguetto (2010), o Estado deixa de intervir diretamente na produção e passa a atuar como garantidor da ordem macroeconômica favorável à valorização financeira, aprofundando a desigualdade social, a precarização do trabalho e o desmonte das políticas sociais.

Nesse sentido, o Estado configura-se como um instrumento fundamental da ordem burguesa, atuando como garantidor da propriedade privada, das relações sociais capitalistas e da chamada “liberdade individual”, compreendida nos marcos do liberalismo burguês. Contudo, por ser também produto das contradições sociais e do embate entre as classes sociais, o Estado revela-se igualmente como espaço de disputa, onde se travam lutas em torno de direitos e conquistas sociais. Nesse processo, passa a ser permeado pelas demandas das classes trabalhadoras, ainda que de forma limitada e subordinada aos imperativos do capital.

Nesse sentido, é importante considerar que embora o Estado desempenhe papel central na manutenção e reprodução das condições de acumulação capitalista, a expansão dos direitos políticos e civis, a legislação trabalhista, e a institucionalização de políticas sociais, não podem ser compreendidos somente como resultado da racionalidade capitalista ou dos interesses do capital industrial-comercial. Esses avanços devem ser analisados também como produto de intensas e persistentes lutas de classes. São conquistas que resultam de processos históricos nos quais trabalhadores e setores populares, por meio de pressões organizadas ou espontâneas, forçam o Estado e a classe dominante a responder, ao menos parcialmente, às suas necessidades sociais.

Contudo, essas conquistas não se consolidam de forma linear ou definitiva. Elas são constantemente tensionadas e, em muitos momentos, retraídas, especialmente diante de mudanças e movimento do capital. Nesse sentido, conforme Iamamoto (2015), às novas configurações do cenário mundial, marcadas pelo aprofundamento da crise

Realização:



Apoio:



estrutural do capital, dão lugar à ascensão de uma nova forma de hegemonia: a do capital financeiro.

Essa hegemonia impõe uma reestruturação do sistema capitalista, cujo objetivo central é enfrentar os limites da crise e restaurar, ou ao menos preservar, elevadas taxas de lucro. Tal reestruturação se manifesta principalmente em três frentes articuladas: a ofensiva contra o trabalho e suas formas históricas de organização e resistência; a reestruturação produtiva; e a contrarreforma do Estado.

Esses processos, frequentemente apresentados de forma fragmentada por meio de discursos tecnocráticos, como “reformas”, “modernizações” ou “adequações institucionais”, não são movimentos isolados, ao contrário, segundo Iamamoto (2015), constituem expressões orgânicas de uma nova estratégia do capital diante de sua crise, que se delinea pela conformação de um novo regime de acumulação, marcado pela financeirização da economia, pela desregulamentação das relações trabalhistas e pela redefinição da ação estatal como garantidora das condições gerais da acumulação, em detrimento das políticas públicas universais e da proteção social.

Essa nova racionalidade neoliberal, longe de ser um ajuste conjuntural, representa uma profunda inflexão histórica nas formas de regulação do capital, com impactos estruturantes sobre o mundo do trabalho, os direitos sociais e as configurações do Estado contemporâneo. Todavia, é fundamental reafirmar que, embora o neoliberalismo aprofunde a exploração da força de trabalho e amplie as formas de acumulação e empobrecimento, ele não inaugura tais processos. Essas dinâmicas são constitutivas do próprio modo de produção capitalista. O projeto neoliberal, portanto, não rompe com essa lógica; ao contrário, radicaliza seus mecanismos de expropriação, precarização e desigualdade.

Nesse contexto, uma das funções centrais assumidas pelo Estado passa a ser a de criar e assegurar condições favoráveis à atração de investimentos estrangeiros, sobretudo financeiros. Do ponto de vista do capital internacional, tais medidas envolvem uma série de medidas estruturais, políticas e institucionais. Entre elas, a redução do gasto público-social, promovendo cortes drásticos em políticas sociais, reestruturação regressiva da seguridade social e ampliação de mecanismos de privatização dos serviços públicos como saúde, educação, previdência e assistência social, subordinando-os à lógica do mercado.

Assim, os pilares centrais do neoliberalismo são a minimização do Estado, especificamente na garantia de direitos sociais e a defesa da liberdade de mercado, isto é, ao mesmo tempo em que se promove o desmonte das políticas públicas e da proteção social, mantém-se, e até se expande, um Estado forte e interventor a serviço dos interesses do capital.

Segundo Iamamoto (2015), essa lógica se materializa em duas principais frentes de ação estatal. A primeira diz respeito à intensificação da privatização dos serviços sociais, o que ocorre de diversas formas: por meio da contratação direta de serviços oferecidos pelo setor privado; pela precarização deliberada do serviço público, o que força grande parte da população a recorrer ao mercado privado para suprir suas necessidades básicas; e pela introdução de mecanismos de gestão empresarial no interior do setor público, que incluem a cobrança por bens e serviços sociais antes gratuitos, convertendo-os em mercadorias.

A segunda frente refere-se ao estímulo à transferência da execução de políticas sociais para o chamado “terceiro setor”, mediante a celebração de parcerias com organizações filantrópicas, fundações e organizações não governamentais (ONGs). Paralelamente, o Estado passa a mobilizar valores como a solidariedade individual, o voluntariado e a caridade como substitutivos da responsabilidade pública, transferindo ao cidadão a tarefa de mitigar os efeitos da desigualdade social, Iamamoto (2015).

Esse conjunto de transformações representa uma profunda inflexão na concepção de política social, esvaziando seu conteúdo enquanto direito e submetendo

Realização:



Apoio:



sua lógica à racionalidade mercantil. No lugar da cidadania plena, institui-se uma cidadania regulada e fragmentada, compatível com os imperativos do capital em sua fase neoliberal e financeirizada.

### **A política social brasileira: entre o horizonte democrático e a racionalidade neoliberal**

Quando nos referimos à produção e à reprodução das relações sociais, estamos nos referindo a um movimento historicamente determinado e inseparável da totalidade concreta. A questão social, enquanto expressão das contradições do capitalismo, se inscreve nesse processo, refletindo a produção e reprodução das condições de vida, da cultura e da riqueza socialmente produzida. Assim, conforme Behring e Boschetti (2016), as políticas sociais não podem ser compreendidas fora dessa dinâmica, pois são ao mesmo tempo produto e instrumento das relações entre capital, trabalho e Estado.

Para compreender o surgimento e o desenvolvimento da política social no Brasil, é necessário considerar as particularidades da formação social e econômica do país. Diferentemente dos países de capitalismo central, as relações sociais capitalistas no Brasil desenvolveram-se de forma tardia, subordinada e singular, profundamente marcadas pelo passado colonial, pela escravidão e por um desenvolvimento desigual e combinado, Fernandes (2006).

Ao avançar para a análise das décadas de 1980 e 1990, é imprescindível considerar os elementos de continuidade da nossa formação histórica, mas também os processos de inflexão e ruptura que marcam esse novo período. Os anos 1980, embora tenham sido caracterizados como a “década perdida” do ponto de vista econômico, devido à estagnação, ao aumento da dívida externa e à intensificação da crise fiscal do Estado, foram, ao mesmo tempo, palco de profundas transformações políticas e sociais, em especial no campo dos direitos.

O processo de redemocratização configurou a grande novidade desse período. Mesmo sob os efeitos da crise econômica, a sociedade civil brasileira protagonizou intensas mobilizações por participação política, justiça social e ampliação de direitos. A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi resultado de um movimento reformista vigoroso, que buscou institucionalizar políticas públicas orientadas pelos princípios da universalização, da equidade, da responsabilidade estatal e da gestão democrática.

A partir da década de 1990, o cenário político-econômico sofreu um novo reordenamento com a ascensão da ofensiva neoliberal no Brasil e na América Latina. Conforme Bravo (2000), esse giro conservador reconfigurou os fundamentos da intervenção estatal, promovendo o redimensionamento das políticas públicas sob os princípios da eficiência, da contenção fiscal e da responsabilização individual. O Estado passou a ser concebido mais como regulador do que como provedor de direitos, e a política social foi crescentemente subordinada às diretrizes do ajuste macroeconômico, à lógica do mercado e à orientação focalizada na proteção social.

Esse processo representou um enorme desafio à efetivação dos princípios democráticos consagrados na Constituição de 1988. A retórica dos direitos foi mantida no plano legal, mas sua implementação prática sofreu forte esvaziamento diante da prioridade das reformas estruturais de cunho liberal, como as reformas da previdência e administrativa. Portanto, a Constituição Federal de 1988 representou um marco importante ao redefinir os pilares da seguridade social (previdência, saúde e assistência social), como políticas integradas, fundamentadas em novos princípios: universalidade, equidade, integralidade e descentralização. No entanto, apesar desse avanço formal, o sistema de seguridade social brasileiro conjugou direitos contributivos (previdência), universais (saúde) e seletivos (assistência).

Realização:



Apoio:



Segundo Boschetti (2009), no Brasil consolidou-se um sistema de seguridade social que, em termos formais, preserva os princípios de universalidade e integralidade no campo da saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir de 2004, o país passou a reestruturar também a política de assistência social com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), enquanto, no âmbito da previdência, fortaleceu-se a lógica contributiva do seguro social.

Contudo, os princípios da seguridade social têm sido sistematicamente diluídos por meio de sucessivas contrarreformas ou por medidas tecnocráticas, que, embora apresentadas como neutras, carregam um claro conteúdo político voltado à desestruturação do modelo público de proteção social. Diversas contrarreformas, como a da previdência, abriram caminho para a privatização e para a expansão dos planos de previdência privados. Com o avanço da ofensiva neoliberal, a previdência social tornou-se alvo central de sucessivas reformas estruturais. As chamadas “contrarreformas previdenciárias”, iniciadas na década de 1990 e intensificadas a partir dos anos 2000, expressam o reposicionamento do Estado frente às exigências do capital, em especial do capital financeiro.

A Reforma da Previdência de 2019 - Emenda Constitucional (EC) nº 103 (Brasil, 2019) constitui um dos marcos mais profundos desse processo de reestruturação. Suas consequências têm sido especialmente severas para os/as trabalhadores/as inseridos/as em condições precárias de ocupação, como os que atuam na informalidade, ampliando sua vulnerabilidade social e restringindo ainda mais o acesso à proteção previdenciária.

No âmbito da política de saúde, os princípios constitucionais que regem o Sistema Único de Saúde (SUS), como a descentralização, a participação democrática, a universalização do acesso e a integralidade, vêm sendo progressivamente esvaziados. A precariedade das condições de trabalho, a insuficiência orçamentária e a incapacidade de resposta às crescentes demandas da população se materializam nas longas filas de espera por consultas, exames e internações.

Esse cenário foi ainda mais agravado pela promulgação da Emenda Constitucional nº 95 (Brasil, 2016), que impôs um teto de gastos para os investimentos públicos, afetando diretamente o financiamento das políticas sociais. Trata-se de uma medida que opera como uma política deliberada de desfinanciamento, comprometendo a sustentabilidade do SUS e fragilizando a capacidade do Estado de assegurar a saúde como direito universal. Paralelamente, avança a privatização indireta da saúde pública por meio da ampliação de mecanismos como a contratação de Organizações Sociais (OSs) e as Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Já a política de assistência social, segundo Boschetti (2009), não conseguiu romper com a histórica focalização em segmentos considerados “vulneráveis”. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha reconhecido a assistência social como um direito e sua reestruturação tenha sido consolidada com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sua implementação tem se dado de forma bastante limitada.

Ao se direcionarem prioritariamente aos segmentos considerados “mais pobres entre os pobres”, as políticas assistenciais acabam por excluir amplas parcelas da classe trabalhadora que, embora inseridas no mercado de trabalho, apresentam rendimentos insuficientes para garantir condições dignas de vida. Essa lógica restritiva contribui para a difusão de discursos contrários à assistência social no interior da própria classe trabalhadora, que, embora também financie essas políticas, muitas vezes não se reconhece como sujeito de direitos nem como beneficiária.

Além disso, ao limitar o acesso à assistência social a uma fração mínima da população, o sistema contribui para o aprofundamento das divisões internas na classe trabalhadora e reforça percepções individualizadas e meritocráticas. Essa fragmentação enfraquece os vínculos de solidariedade, a consciência de classe e dificulta a construção de lutas sociais mais amplas.

Realização:



Apoio:





Portanto, a crise estrutural do capitalismo, combinada à ausência de uma sociedade salarial plena e à persistência de profundas desigualdades sociais, intensifica a fragmentação e a seletividade do sistema de proteção social. O Estado passa a se especializar no atendimento precarizado dos muito pobres, enquanto setores da classe média e do operariado, diante da insuficiência da oferta pública, aderem progressivamente aos serviços privados. Como resultado, consolida-se um modelo dual e excludente, no qual o setor público, focalizado e fragilizado, atende aos que não podem pagar, e o setor privado oferece alternativas àqueles que podem pagar, aprofundando as desigualdades sociais e o princípio da universalidade.

Essa lógica revela a consolidação de uma forma de cidadania regulada, em que o acesso aos direitos é condicionado por critérios de mercado, capacidade contributiva ou comprovação de “vulnerabilidade”. Nessa perspectiva, a proteção social deixa de ser concebida como direito universal e passa a ser convertida em benefícios mínimos e restritos, voltados à gestão da pobreza. Como consequência, o próprio conceito de democracia é esvaziado.

Nesse contexto, a ofensiva neoliberal não apenas fragiliza os direitos sociais historicamente conquistados, como também redefine o papel do Estado e o significado da política social, promovendo uma profunda regressão no projeto democrático. Em vez de instrumento de universalização de direitos, a política social é capturada como estratégia de regulação das desigualdades, operando de forma paliativa frente às expressões da questão social. Nesse contexto, permanecem à margem da proteção social os chamados pobres economicamente ativos: trabalhadoras e trabalhadores inseridos em atividades laborais, mas com rendimentos insuficientes para garantir condições mínimas de vida.

Portanto, ao abordarmos a política social como uma mediação do processo de reprodução social, não nos referimos unicamente à reprodução material da força de trabalho, mas à totalidade das relações sociais que compõem essa esfera. Isso inclui, de forma indissociável, a reprodução das contradições sociais e das lutas de classe. A política social, nesse sentido, não apenas responde a necessidades objetivas de proteção, mas também expressa disputas históricas e políticas do Estado e sua direção.

## Conclusão

A ofensiva neoliberal, intensificada a partir da década de 1990, reconfigurou a atuação estatal no Brasil, promovendo reformas regressivas, racionalização fiscal e mercantilização dos direitos sociais. A política social passou a ser tratada sob a ótica da escassez, da eficiência e da focalização. O esvaziamento dos espaços democráticos de participação e o desfinanciamento das políticas sociais revelam a hegemonia de um projeto que privilegia a estabilidade macroeconômica em detrimento da justiça social e da universalização dos direitos sociais.

Apesar de reconhecer os avanços normativos promovidos pela Constituição Federal de 1988, sobretudo no campo da seguridade social, é imprescindível apontar os limites estruturais intrínsecos à ordem societária capitalista. Esses limites se intensificam em países de capitalismo dependente e periférico, como o Brasil, onde persistem processos históricos de superexploração do trabalho, informalidade, desigualdade social e acesso restrito à cidadania plena. A realidade do mercado de trabalho brasileiro, marcada por vínculos precários e informais, compromete diretamente a efetivação dos direitos sociais e exclui amplos segmentos da população da proteção estatal.

A racionalidade neoliberal subverte os princípios de universalidade e equidade, transformando direitos sociais em benefícios mínimos focalizados e condicionados, que reforça a lógica assistencialista da política social. Compreender a política social como parte do processo da luta de classes permite evidenciar tanto seus limites, quanto suas

Realização:



Apoio:





possibilidades enquanto espaço de disputa. Portanto, reafirmar a política social como direito universal, incondicional e redistributivo, exige a articulação de lutas sociais mais amplas, no horizonte da democracia e da justiça social no Brasil.

## Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. Política social no contexto da crise capitalista. *In*: CFESS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. São Paulo: Cortez, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. **Emenda Constitucional (EC) Nº 103**, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.

BRASIL. **Emenda Constitucional (EC) Nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

BRAVO, Maria Inês de Souza. As políticas brasileiras de seguridade social. *In*: CFESS; ABEPSS (org.). **Política Social: Módulo 03. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS; ABEPSS; CEAD-UnB, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos** (v.1). São Paulo: Edições Sociais, 1975.

MONTANO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

Realização:



Apoio:



## GOVERNAMENTABILIDADE NEOLIBERAL E DATIFICAÇÃO DA SAÚDE: impactos na produção da subjetividade e desafios à democracia

Lara Moreira Giló<sup>56</sup>

**Resumo:** Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre os efeitos da governamentalidade neoliberal e do uso crescente de tecnologias e dados no campo da saúde e na democracia brasileira. A análise discute como a datificação tem produzido novas formas de controle, responsabilização individual e reconfiguração das subjetividades, muitas vezes despolitizando a gestão pública e invisibilizando desigualdades. Ao trazer essas questões para o centro do debate, o estudo busca contribuir para uma agenda de políticas públicas que articule o uso dos dados com a promoção da justiça social, o reconhecimento dos territórios e o fortalecimento dos princípios democráticos.

**Palavras-chave:** Governamentalidade neoliberal; Datificação da saúde; Democracia; Políticas públicas.

**Abstract:** This article proposes a critical reflection on the effects of neoliberal governability and the growing use of technologies and data in the health field and on Brazilian democracy. The analysis discusses how datafication has produced new forms of control, individual accountability, and the reconfiguration of subjectivities, often depoliticizing public administration and rendering inequalities invisible. By bringing these issues to the center of the debate, the study seeks to contribute to a public policy agenda that articulates the use of data with the promotion of social justice, the recognition of territories, and the strengthening of democratic principles.

**Keywords:** Neoliberal governability; Datafication; Health; Democracy; Public policies.

### Introdução

O avanço do capitalismo em sua expressão neoliberal tem aprofundado a lógica mercantil nas relações sociais, gerando a precarização do trabalho e desresponsabilização do Estado, ao mesmo tempo em que fortalece a perspectiva de eficiência, produtividade e individualização. Esse processo se intensifica com a incorporação massiva das tecnologias, sobretudo digitais, as quais tornam-se instrumentos centrais na organização do cotidiano, promovendo transformações profundas nas formas de produzir, gerir e controlar a vida.

É nessa perspectiva que, a crescente valorização e uso de dados passa a constituir a base de uma nova racionalidade social e política, na qual tudo pode (e deve) ser quantificado. Como indicam Foucault (2005) e Dardot; Laval (2016), essa forma de governamentalidade não apenas transforma o Estado, mas também molda subjetividades, convertendo direitos em performances, cidadania em consumo e políticas públicas em instrumentos de gestão orientados por metas e métricas.

Essa lógica tem sido apresentada como um avanço no campo da saúde, especialmente diante da intensificação do uso de dados mediada pelas tecnologias digitais, assim, esse movimento se materializa na lógica da datificação, a qual orienta

---

<sup>56</sup> Assistente social, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia pelo Instituto Leônidas e Maria Deane – ILMD Fiocruz Amazônia. E-mail: lara10gilo@gmail.com.

Realização:



Apoio:



diagnósticos, decisões clínicas, estratégias de cuidado e formulação de políticas públicas. No entanto, apesar do uso desses instrumentos ser apresentada como sinônimo de inovação e eficiência através da ideia de neutralidade e imparcialidade dos dados, essa lógica também pode ser utilizada como forma de gestão tecnocrática e despolitizada, que tendem a invisibilizar desigualdades, reduzir a complexidade da vida a números e aprofundar o distanciamento entre os sujeitos e os processos que afetam sua saúde.

Quando nos debruçamos acerca da realidade brasileira, atravessada por intensas desigualdades sociais, econômicas e territoriais, essa forma de governança orientada por dados tende a aprofundar assimetrias no acesso e na qualidade do cuidado. A lógica da governamentalidade neoliberal, quando sustentada por uma perspectiva tecnocrática, pode contribuir para a formulação de políticas públicas distantes das realidades vividas, enfraquecendo, principalmente, o vínculo entre gestão e participação popular.

É nesse sentido que, o presente artigo busca refletir criticamente sobre os imbricamentos da governamentalidade neoliberal e o uso de tecnologias e dados, considerando seus rebatimentos para o campo da saúde e na democracia brasileira. Dessa maneira, ao trazer essas dimensões para o centro do debate, pretende-se fomentar uma reflexão crítica sobre os desafios e as possibilidades de um uso dos dados que não apenas instrumentalize a gestão, mas que se articule com a promoção da justiça social, o reconhecimento da diversidade dos territórios e o fortalecimento dos princípios democráticos na formulação das políticas públicas em saúde.

## **Desenvolvimento**

O neoliberalismo é uma temática amplamente discutida, que atravessa diversas áreas do saber. A busca pela compreensão de suas características, de seus impactos e de seus determinismos nas relações sociais tem sido objeto de pesquisa de vários autores. Contudo, desvelar a dinâmica do neoliberalismo tem sido algo desafiador desde suas primeiras manifestações, entre as décadas de 1930 e 1940 (Andrade, 2009, p. 01), uma vez que está em constante mutação, principalmente devido ao avanço e à difusão da ciência e da tecnologia.

Consolidado por meio das transformações societárias advindas da reestruturação produtiva da década de 1970, o neoliberalismo é compreendido como uma nova face do capitalismo, marcada pela intensificação da exploração da força de trabalho por meio da combinação estratégica de métodos e tecnologias. Conforme apontam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo se constitui como a “razão do capitalismo contemporâneo” e é definido “como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determina um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (Dardot; Laval, 2016, p. 17).

Nesse sentido, é possível compreender que a razão neoliberal não se restringe apenas ao âmbito econômico, mas permeia todos os aspectos da vida social (político, econômico, social e subjetivo). Portanto, a face radical do capital produz novas formas de relações sociais e de existência, ou seja, novas subjetividades, as quais compõem uma nova sociedade: a sociedade neoliberal, que tem seu fulcro no conceito de utilitarismo de Bentham e Mill e na generalização da concorrência.

O que chamamos de “subjetivação contábil e financeira”, que nada mais é do que a forma mais bem-acabada da subjetivação capitalista. Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais (Dardot; Laval, 2016, p. 31).

Realização:



Apoio:



Dessa maneira, para compreendermos a produção dessa nova subjetividade e os mecanismos que a determinam, é preciso recorrer aos estudos de Michel Foucault, uma vez que ele desvelou a vida como um objeto de poder. Hacking (1991), ao se debruçar sobre os estudos acerca do biopoder, apresenta que esse poder é constituído por dois polos interligados. O primeiro refere-se à disciplina, um mecanismo que age diretamente sobre os corpos dos homens, vigiando, modelando e determinando comportamentos. O segundo, conhecido como a nova tecnologia do poder associada à governamentalidade neoliberal, ao contrário da disciplina, não se atém a comportamentos individuais, mas sim exerce poder sobre todo um corpo social.

Nas palavras de Foucault (2005),

A disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige a multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença etc. (Foucault, 2005, p. 289).

Desse modo, para exercer essa nova tecnologia do poder, que incide de forma ampla sobre o sujeito coletivo, ou seja, a população, faz-se necessária a produção abundante de dados que possibilitem o conhecimento desse corpo social. Nessa lógica, Foucault (2005) aponta que a estimativa e o controle sobre a natalidade, os óbitos e a longevidade são os primeiros alvos da biopolítica. Portanto, em contraposição à disciplina, que foca no indivíduo singular, a biopolítica busca controlar e governar toda a população a partir da gestão dos números que “representam” esse corpo coletivo, ou seja, a média dos indivíduos considerada normal.

Como forma de exemplificar tal questão, Barry (2020) cita a vacinação contra a varíola e explica que, diferentemente das “tentativas anteriores de categorizar cada indivíduo como doente ou saudável, a vacina funciona com o entendimento de que alguns não sobreviverão [...], mas que, ainda assim, a prática é desejável na população como um todo” (Barry, 2020, p. 04). É nessa perspectiva que ocorre a expansão das estatísticas na contemporaneidade, mediada pela ampliação das agências produtoras de dados, cada vez mais necessários e demandados publicamente, em um movimento de intensificação do controle da população em consonância com a consolidação da governamentalidade neoliberal.

A expansão dessa produção de dados sob a lógica do capital resultou em novas classificações dos sujeitos a partir de um novo conceito de normalidade, implicando diretamente nos comportamentos sociais contemporâneos e na produção de uma subjetividade neoliberal. É a partir dessa ótica que, na sociedade atual, os números têm atravessado o conjunto de relações sociais, sejam elas públicas — como a quantificação de problemas sociais para a criação de uma agenda de intervenção governamental por meio das políticas públicas — ou privadas, impactando a forma como os sujeitos percebem sua realidade e julgam suas condutas

Tanto as pesquisas históricas revisadas acima quanto as contribuições sociológicas mais recentes convergem em apontar que as estatísticas afetam a forma como percebemos e interpretamos a realidade; como classificamos e valorizamos os outros, a nós mesmos e as situações compartilhadas; intervêm quando consideramos nossas opções, decidimos e agimos, sozinhos ou em interrelação com os outros; tornam operáveis as relações de poder e medeiam a manutenção das — ou a resistência às — formas de dominação (Camargo; Daniel, 2021, p. 53).

Realização:



Apoio:



Assim, se, por um lado, o avanço das estatísticas proporcionou uma base objetiva para a formulação e gestão de políticas públicas, bem como a melhoria na capacidade de previsão e análise de tendências, facilitando a antecipação de problemas e a elaboração de soluções mais adequadas, podendo ser utilizado para a redução das desigualdades econômicas e sociais, por outro, a intensificação do volume de dados contribuiu para a desumanização de processos sociais.

Isso ocorre por meio da elaboração de novas classificações que buscam enquadrar os sujeitos sociais seguindo uma lógica de equivalência, além de possibilitar a emergência da produção de dados como um novo mercado que, além do lucro, visa o controle dos comportamentos e contribui para a produção do sofrimento psíquico ao transformar a relação dos sujeitos consigo mesmos em algo semelhante a uma relação empresarial.

Acerca disso, Barry (2020), em seus estudos, traz à tona os aspectos da quantificação em meio a cena digital e das tecnologias de big data. Segundo a autora, essas tecnologias retomam a lógica dos mecanismos disciplinares, uma vez que buscam coletar, armazenar e produzir um grande volume de dados sobre o indivíduo. Contudo, esse foco no indivíduo difere das práticas anteriores, pois, dentro da nova racionalidade, essas informações singulares são a base para a formação das estatísticas, que criam uma homogeneidade entre as variáveis.

Além disso, as tecnologias de big data complexificam a relação entre os dois polos de poder, o disciplinar e a biopolítica, uma vez que buscam criar equivalências entre os indivíduos como forma de moldar e prever comportamentos. Desse modo, os comportamentos sociais não são mais determinados com base na punição, mas sim em mecanismos de reforço positivo, sobretudo no meio digital, o que resulta em sujeitos cada vez mais consumistas e produtivos, corroborando e intensificando a lógica neoliberal.

Como Ruppert (2012) sugere, o governo (e, neste caso, as corporações) agora visam unir bancos de dados provenientes de contextos e atividades díspares. Eles fornecem uma miríade de informações heterogêneas sobre as transações dos indivíduos. Portanto, o que antes era considerado "ruído", as especificidades individuais que tinham que ser calculadas por estatísticas, agora é o cerne da análise e o foco do novo conhecimento. O objetivo não é dar descrições amplas de classes de pessoas; "as pessoas não se encaixam mais nas categorias usuais (o mais velho, o estudante)" (Ruppert, 2012, p. 123). É, em vez disso, encontrar pessoas "como você"; inferir do padrão de compras on-line de alguém outras compras ou ações prováveis, informadas por esses sócios. Para Harcourt, os algoritmos seguem uma "lógica doppelgänger: encontrar a pessoa que se encaixa em nossos padrões de consumo e comportamento digital, e usar essa pessoa para antecipar cada ação nossa, de uma maneira de vai e vem, constantemente perseguindo o rastro do último clique digital" (Harcourt, 2015, p. 144; veja também Ruppert, 2012, p. 124–125). Isso significa ainda, eu argumentaria, que a busca por regularidades entre as variáveis da população é agora substituída pela busca por regularidades entre indivíduos, mostrando assim o deslocamento do objeto estatístico do conhecimento (Barry, 2020, p. 05).

Nessa perspectiva, Diaz-Bone (2019), em uma abordagem sociológica sobre a datificação e quantificação, também apresenta esses mecanismos como ferramentas de poder, por meio do que denomina "panoptismo estatístico". Esse conceito se fulcra nos estudos de Foucault e em uma análise crítica da produção massiva de dados como um mercado lucrativo desvinculado do controle social. Isso significa que a necessidade crescente de dados, tanto na esfera pública quanto na privada, é acompanhada de uma crença profunda na objetividade dos dados e na sua fiel representação da realidade social, reforçando a ideia de neutralidade e naturalidade dos números e desconsiderando a perspectiva de construção social desses dados.

Realização:



Apoio:





Nesse sentido, o autor utiliza o modelo do “panóptico” de Foucault para evidenciar o poder de vigilância e disciplina que tem sido exercido sobre os sujeitos por meio dos números, especialmente com a massificação da internet, a popularização das redes sociais e aplicativos, concomitante a proliferação de agências privadas. Essas novas tecnologias e instituições potencializam a vigilância sobre os indivíduos na mesma proporção em que modelam comportamentos por meio do controle e da manipulação dos dados desses indivíduos.

Em contrapartida, os sujeitos, incessantemente estimulados a fornecer cada vez mais informações sobre si, tornam-se também cada vez mais distantes do controle sobre seus próprios dados, os quais, ao serem entregues a agências privadas, passam a ser propriedade de terceiros. Além disso, a complexidade do tratamento desses dados ou mesmo o desinteresse gerado pela crença cultural supracitada também contribuem para esse distanciamento, resultando na assimetria dessa relação. Essa assimetria remete ao conceito de panoptismo, ou seja, os sujeitos sabem que estão sendo vigiados, mas desconhecem quem os vigia.

A exemplo dessa relação assimétrica, Diaz-Bone (2019) demonstra em seus estudos que muitos indivíduos, estabelecem suas condutas e práticas, tanto alimentares quanto de saúde, com base em aplicativos que possuem um conceito específico de saúde, sem conhecer as métricas utilizadas para a construção desse conceito. Esse estilo de vida e os hábitos relacionados à saúde incentivados por aplicativos e redes sociais estão imbricados na lógica da governamentalidade neoliberal. Logo, o conceito de saúde promovido por ferramentas eletrônicas evidencia a alta produtividade como modelo de vida saudável.

Segundo Lupton (2013), essas camadas de cuidado de si neoliberal, de patologização e biotificação, organizadas principalmente por um mercado dependente de dados massivos, projetam o que ela chama de *paciente ideal e digitalmente engajado*. Aqui, o paciente é posto com “participante” da atenção a sua saúde, produzindo dados biológicos, comportamentais e de consumo dentre outros, e engajando-se em “jornadas” muitas vezes gamificadas [...] ele é o principal responsável pela sua vitalidade competitiva [...] (Gonçalves *et al*, 2022, p. 09).

Portanto, com base no processo de ampliação da produtividade dos sujeitos, associado à responsabilização e culpabilização pelo desempenho e performance individual — ou seja, o sucesso ou fracasso depende exclusivamente do indivíduo —, Barry (2020) recorre novamente aos estudos de Foucault e apresenta o *homo oeconomicus* neoliberal como “eminentemente governável” (Foucault, 2005, p. 270).

Esses mecanismos conduzem os sujeitos a se autogerirem sob a lógica do mercado, buscando incessantemente desenvolver uma alta performance. Nesse processo, a produção massiva de dados, pode desempenhar um papel estratégico ao estimular e reforçar positivamente comportamentos alinhados a essa lógica por meio do tratamento de dados individuais. Nessa perspectiva,

O papel dos dados digitais de Saúde (anonimizados, recombinaos e sintetizados ou não), [...] varia enormemente, assim como a significação social para esse uso e produção. Eles podem tornar-se fontes para diagnósticos, tratamentos e políticas públicas. Por outro lado, a realidade de muitas dessas tecnologias pode ser uma conflitante e ofuscada sobreposição entre os benefícios alegados e a datificação de informações sobre indivíduos e populações com o objetivo de, também, acumular capital – muitas vezes de terceiros, como big techs, serviços de marketing, seguradoras, bancos, empregadores etc (Gonçalves *et al*, 2022, p. 07).

Dessa maneira, o uso dos dados, assim como dos aplicativos de saúde, pode ser desenvolvido e utilizado de forma crítica, contribuindo para a democratização da

Realização:



Apoio:



saúde ao ampliar o acesso a informações, facilitar a prevenção de doenças, otimizar os serviços e permitir maior transparência e eficiência na formulação de políticas públicas.

No entanto, a produção e circulação desses dados, ocorre dentro da lógica neoliberal, marcada pela primazia do mercado e pela valorização da eficiência e do desempenho. Nesse contexto, há uma tendência crescente de tratar os dados como ativos econômicos, usados para fins de rentabilidade, controle e segmentação de serviços, em vez de como instrumentos públicos voltados à promoção do bem comum.

É nessa perspectiva que a radicalização do capital proporcionou novos mecanismos de exercício do poder e da vigilância, associados a um pretexto de liberdade e autonomia, produzindo assim, uma nova subjetividade alinhada a governamentalidade neoliberal. Esse processo de radicalização do capital e produção massiva de dados, impacta diretamente nos processos democráticos, tanto através da participação de uma sociedade que tem a sua subjetividade moldada conforme a lógica mercantil, quanto através da substituição da participação popular, por uma lógica tecnocrática em que decisões políticas são tomadas com base em dados, algoritmos e modelos de custo-benefício, sob a justificativa da objetividade e da transparência.

Acerca disso, Hacking (2015) demonstra como a “avalanche de números impressos” cria uma ilusão de controle e neutralidade, que pode ser usada para justificar decisões autoritárias ou tecnocráticas, muitas vezes em detrimento da deliberação democrática. Ou seja, ao naturalizar decisões baseadas somente em algoritmos ou modelos estatísticos, abre-se mão do debate político sobre prioridades, recursos e direitos.

Dessa maneira, considerando o contexto brasileiro, isso se expressa de forma particularmente grave, pois as desigualdades estruturais tornam as populações mais vulneráveis ainda mais expostas à exclusão por meio de dados enviesados ou mal interpretados. É relevante sublinhar que, no Brasil, existe uma parcela significativa da população que se encontram excluídas digitalmente, isso se dá tanto pela falta de acesso a tecnologia, quanto pela dificuldade em manusear equipamentos eletrônicos e aplicativos, o que pode contribuir com o agravamento das desigualdades sociais.

Nesse contexto, a quantificação da saúde não deve ser vista apenas como avanço técnico, uma vez que reflete aspectos do neoliberalismo, o qual sustenta a despolitização da vida pública em prol da mercantilização de todas as esferas da existência. Logo, a quantificação da saúde se insere nesse projeto: subordina o direito à saúde à lógica do capital, transforma o cidadão em cliente e converte o cuidado em uma cadeia de valor.

Esse processo associado a produção de uma subjetividade neoliberal, coloca em evidência a transformação do cidadão em cliente, tendo em vista que esse torna-se *empreendedor de si mesmo*, responsável individualmente por sua vida, saúde e bem-estar, desresponsabilizando o Estado e ocultando os determinantes universais e particulares das condições de vida e saúde. Assim, o que antes era reconhecido como direito do cidadão e dever do Estado passa a ser tratado como mercadoria, o cuidado torna-se uma questão de mérito, e a doença, uma falha de gestão pessoal.

Portanto, a datificação contribui com a individualização, tende a consolidar uma lógica gerencialista e excludente, centrada na produtividade e na eficiência operacional. Sobre isso, Barry (2020) aponta essa dinâmica como parte da *governamentalidade digital*, em que algoritmos, plataformas e bancos de dados substituem os espaços tradicionais da política, redefinindo as fronteiras entre Estado, mercado e indivíduo.

Nessa lógica, Camargo e Daniel (2021), ainda evidenciam que, não se trata apenas de medir, mas de governar por meio dos dados, já que os algoritmos definem prioridades, os indicadores orientam políticas e os sistemas de informação legitimam cortes e intervenções. A exemplo disso, diversas políticas públicas brasileiras têm adotado cada vez mais sistemas de dados digitais, os quais são usados como base para financiamento das políticas públicas.

Realização:



Apoio:



Em vista disso, apesar da utilização desses sistemas contribuir significativamente para a melhora da operacionalização das políticas públicas, o que destacamos aqui, são os riscos de priorização dos dados associados ao esvaziamento da participação social e de debates políticos. É nesse sentido que, esse processo também implica no fortalecimento da lógica neoliberal por trás de uma ilusão de imparcialidade e verdade absoluta dos dados, sobretudo na saúde ao tentar quantificar o cuidado, reforçando uma lógica biomédica e desvalorizando práticas alinhadas a perspectiva da saúde coletiva.

A respeito da aparente neutralidade dos dados, é fundamental ressaltar que, como aponta Camargo e Daniel (2021), eles são frequentemente apresentados como verdades objetivas e incontestáveis, desprovidas de valores ou ideologias. No entanto, toda decisão sobre o que será quantificado, de que maneira e com qual finalidade, é profundamente política. Quando um índice define quais unidades de saúde receberão mais recursos, está em jogo uma visão de mundo: meritocrática e produtivista. Além disso, a invisibilidade de realidades que não se encaixam nos modelos numéricos, como populações tradicionais, quilombolas, ribeirinhas.

Desse modo, a promessa de transparência e controle social através da democratização da informação e dos dados, nesse contexto, torna-se ambígua. De um lado, há um aumento da coleta e disponibilização de dados abertos. De outro, a complexidade e opacidade dos algoritmos e das plataformas digitais dificultam a compreensão, fiscalização e contestação das decisões automatizadas.

O controle social, que deveria empoderar a cidadania, é convertido em vigilância sobre indivíduos e territórios, ou seja, população passa a ser medida, ranqueada e categorizada, mas raramente tem poder sobre o modo como esses dados são utilizados, assim, a quantificação da vida alimenta os mecanismos contemporâneos de desinformação. Em um ambiente digital dominado por plataformas que priorizam o engajamento, os dados são usados para segmentar, direcionar e manipular conteúdo, inclusive políticos. A mesma lógica algorítmica que organiza os serviços públicos também estrutura as redes sociais, criando bolhas de informação e afetando a qualidade do debate democrático.

Desse modo é possível compreender que a relação entre datificação da saúde e democracia no Brasil é marcada por tensões. Se, por um lado, a coleta e o uso de dados podem subsidiar políticas públicas mais informadas, por outro, correm o risco de reforçar desigualdades, tecnocratizar decisões e deslocar o eixo da soberania popular para uma lógica algorítmica e neoliberal.

Nesse cenário, fortalecer a democracia exige uma inflexão: é preciso repolitizar o uso dos dados, garantir transparência algorítmica, ampliar os espaços de participação cidadã e reconhecer a complexidade das vidas que não se encaixam nas métricas dominantes. Isso significa compreender que os dados não devem substituir o político, mas sim dialogar com ele, iluminando desigualdades, orientando políticas com base na justiça social e sustentando uma democracia mais sensível às múltiplas vozes e aos diversos territórios que compõem o Brasil.

## Conclusão

O uso intensivo de dados nas políticas públicas, especialmente no campo da saúde, revela uma tensão fundamental no contexto democrático: enquanto os dados oferecem ferramentas potentes para ampliar o acesso, planejar ações e melhorar a eficiência, também carregam riscos de aprofundar desigualdades, reforçar exclusões e legitimar decisões tecnocráticas sob a aparência de neutralidade, exigindo atenção para os modos como os dados são gerados, interpretados e aplicados.

Essa ambivalência exige uma reflexão ética e política sobre os sentidos e os usos dos dados. Não se trata de rejeitar os dados, mas de problematizar as condições

Realização:



Apoio:



em que são produzidos, interpretados e mobilizados, especialmente em uma sociedade historicamente marcada pelo autoritarismo e atravessada pela lógica neoliberal. A mercantilização da informação, a padronização de indicadores e a invisibilidade de populações que escapam aos critérios estatísticos revelam a necessidade de freios democráticos nesse processo.

Para que os dados possam de fato contribuir com a democracia, é preciso garantir não só o acesso às tecnologias, mas também o fortalecimento da participação social, da transparência e da justiça informacional. Isso implica promover cultura crítica sobre os dados, que envolva a formação política da população, a regulamentação do uso de algoritmos e abertura de espaços para que diferentes vozes e experiências possam tensionar o que os números tentam fixar. Portanto, em um cenário de crescente automatização e racionalidade técnica, defender a democracia é também disputar o sentido político dos dados. É preciso reencontrar o valor da pluralidade e da escuta ativa das realidades que os números nem sempre capturam, o desafio está em garantir que eles sirvam à vida e à equidade, e não ao contrário.

## Referências

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, p. 211-239, 2019.

BARRY, L. The rationality of the digital governmentality, **Journal for Cultural Research**, 23:4, 2020, pp. 365–380.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio; DANIEL, Claudia. Os estudos sociais da quantificação e suas implicações na sociologia. **Sociologias**, v. 23, n. 56, p. 42-81, 2021.

COSTA, Ana Carolina Marques Tavares. **Vigilância e manipulação digitais: a democracia sob ataque**. 2024. 115f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAZ-BONE, Rainer. Statistical Panopticism and Its Critique. **Historical Social Research**, v. 44, n. 2, p. 77-102, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HACKING, Ian. **La domesticacion del azar**. La erosión del determinismo y el nacimiento de las ciencias del caos. Barcelona: GEDISA editorial, 1991.

HACKING, Ian. Biopower and the avalanche of printed numbers. *In*: CISNEY, Vernon W.; MORAR, Nicolae. (eds). **Biopower: Foucault and Beyond**, Chicago: University of Chicago Press, 2015.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus *et al.* Cidadania digital e tecnologia em rede: entre comunicação, algoritmos e aplicativos cívicos. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. e6070, 2022.

SANTOS, Sofia José; LAPA, Tiago. A desinformação em tempos de exceção: tecnopolítica, vigilância e literacia digital crítica. *In*: PELÚCIO, Larissa; CABRAL,

Realização:



Apoio:



Raquel. (org.). **Comunicação, contradições narrativas e desinformação em contextos contemporâneos**, Bauru: Gradus Editora; UNESP, 2021.

Realização:



Apoio:





## O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: avanços e retrocessos

Cintia Dutra da Silva Bensi<sup>57</sup>

**Resumo:** A política de assistência social, reconhecida como direito pela Constituição de 1988, enfrenta tensões entre avanços normativos e restrições fiscais. Este artigo analisa o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias (SPSEPCD) em Campos dos Goytacazes, considerando marcos legais, financiamento público e a execução por Organizações da Sociedade Civil. A pesquisa utiliza dados do PMAS, Censos SUAS, CECAD e revisão bibliográfica. Conclui-se que a dependência de parcerias, a baixa cobertura e o ajuste fiscal permanente comprometem a universalidade da proteção social, principalmente do SUAS.

**Palavras-chave:** Assistência Social; Proteção Social Especial; Pessoas com Deficiência;

**Abstract:** The Social Security Administration, recognized as a right by the 1988 Constitution, faces tensions between regulatory advances and fiscal constraints. This article analyzes the Special Social Protection Service for Persons with Disabilities and their Families (SPSEPCD) in Campos dos Goytacazes, considering legal frameworks, public funding, and implementation by civil society organizations. The research uses data from PMAS, SUAS Census, CECAD, and a literature review. It concludes that dependence on partnerships, low coverage, and permanent fiscal adjustment compromise the universality of social protection, especially SUAS.

**Keywords:** Social Security Administration; Special Social Protection; Persons with Disabilities;

### Introdução

A política de assistência social no Brasil, consolidada como direito com a promulgação da Constituição Federal de 1988, representa um marco histórico na construção da seguridade social e da cidadania. Ao romper com uma tradição filantrópica e clientelista, o texto constitucional assegurou à assistência o *status* de política pública universal, estruturada sobre os princípios da descentralização, participação e integração entre as esferas de governo.

Neste contexto, o estudo sobre a implantação do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias (SPSEPCD) na cidade de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, revela importantes tensões entre os avanços normativos no campo da assistência social e os limites impostos pelas condições materiais e institucionais para sua efetivação. Este artigo tem como objetivo analisar de que forma esse serviço, estruturado como parte da Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), vem sendo ofertado no município,

<sup>57</sup> Assistente social. Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense Email: cintiad@id.uff.br.

Realização:



Apoio:



considerando os marcos legais e normativos que o fundamentam, a dinâmica do financiamento público e a centralidade na execução via Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

A relevância deste estudo está em evidenciar como uma política pública, ainda que amparada na lógica do direito, pode ser tensionada pelas contradições históricas, econômicas e político-institucionais que atravessam sua operacionalização local. Nesse sentido, o presente artigo dialoga com os debates sobre as políticas sociais no contexto da ofensiva neoliberal e suas implicações para a consolidação de um projeto democrático de proteção social. Ao analisar os tensionamentos entre a efetivação do direito, os limites impostos pela lógica fiscal e pela gestão por parcerias, pretende-se contribuir com a reflexão crítica sobre os impactos da reconfiguração do papel do Estado no campo da assistência social em tempos de ajuste fiscal permanente.

Para desenvolver essa análise, o artigo utiliza os dados extraídos do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) de Campos dos Goytacazes, do Censo SUAS e da Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD), além de legislações nacionais como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS) e o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

O referencial teórico ancora-se em autoras como Fleury (2008) e Pereira (2011), que contribuem para a compreensão crítica da política social como espaço de disputas e contradições, e em Behring (2003) e Salvador (2020), que problematizam os efeitos da influência neoliberal sobre o financiamento e a gestão das políticas públicas. A partir desse diálogo, busca-se compreender de que modo a lógica fiscal e a terceirização da execução por OSCs afetam a efetividade da proteção social às pessoas com deficiência no município estudado.

O artigo está organizado em três partes. A primeira parte apresenta o SPSEPCD no marco legal da assistência social brasileira, situando sua importância na política nacional de assistência e o cenário local e nacional. A segunda parte analisa a forma como o serviço é executado no município de Campos, destacando o papel das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e os desafios enfrentados na gestão por parcerias. Por fim a terceira parte examina os impactos do ajuste fiscal permanente sobre o SUAS.

## **O serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência: marcos normativos e a realidade local**

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias é descrito na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) como uma oferta de atendimento especializado para famílias que tenham pessoas com algum grau de dependência e que tiveram suas limitações agravadas por alguma violação de direitos. A finalidade é “promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes” (Brasil, 2009, p. 37). Trata-se de uma importante resposta no campo da proteção social às situações que afetam diretamente os direitos das pessoas com deficiência e seus núcleos familiares.

Esse serviço integra a política de assistência social como um dos componentes da Proteção Social Especial (PSE), conforme a padronização estabelecida pela Resolução nº 109, de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS) define os conteúdos essenciais de cada serviço, o público a ser atendido, bem como suas finalidades e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais.

No contexto local, é importante observar como esse serviço está situado. Campos dos Goytacazes possui uma população aproximada de 483.540 habitantes

Realização:



Apoio:



(IBGE, 2024). Ainda não é possível identificar, com os dados mais recentes, quantos habitantes declararam ter alguma deficiência. No entanto, no Censo de 2010, a população estimada era de 463.731 habitantes, sendo que destes 108 mil haviam se declarado com alguma deficiência (visual, auditiva, motora e/ou mental). Isso representava, à época, cerca de 23% da população, proporção que provavelmente não se alterou substancialmente até o presente.

Compreender a importância desse serviço no contexto local exige retomar o lugar da assistência social no Brasil, que, a partir da Constituição Federal de 1988, consolidou-se como política pública integrante da seguridade social. Esse marco legal representou a transição de uma prática caritativa para uma política de direitos (Brasil, 1988).

Como destaca Fleury (2008), A Constituição Federal de 1988 representou uma profunda transformação no padrão de proteção social, que no século XX se desenvolveram sob um padrão restrito de proteção social. Esse novo marco legal introduziu a seguridade social como eixo estruturante da proteção social no país, incluindo saúde, previdência e assistência como direitos sociais universais. Trata-se de uma mudança histórica, que rompe com o modelo anterior baseado na filantropia e na vinculação ao trabalho formal, consolidando a compreensão de que os direitos sociais universais são condição fundamental para o exercício pleno da cidadania.

A cidadania, nesse novo arranjo constitucional, é entendida não apenas como o exercício de direitos civis e políticos, mas também como a condição de acesso a políticas públicas que assegurem dignidade e justiça social. Como aponta Fleury (2008), esse padrão busca a universalização da cidadania por meio da ampliação da cobertura, na afirmação do dever estatal e na regulação pública nos serviços de interesse coletivo.

No entanto, como alerta a própria autora, a implantação da seguridade social ocorreu em um contexto adverso, marcado pelo predomínio do pensamento neoliberal, que impuseram diversos obstáculos à efetivação dos preceitos constitucionais (Fleury, 2008). Um dos exemplos foi o elevado número de emendas constitucionais, mais de cinquenta ao longo das décadas, que alteraram o texto original da Carta Magna, muitas vezes com o objetivo de restringir direitos sociais em nome do ajuste fiscal.

Por isso, é necessário reconhecer que a política social, embora estruturada juridicamente como direito, é também atravessada por disputas e contradições. Conforme argumenta Pereira (2011), trata-se de um processo histórico e não linear, que tanto pode ampliar a cidadania e responder às necessidades humanas, quanto se moldar aos interesses do capital. A política social, portanto, não é neutra: ela é marcada por lutas, recuos e avanços, sendo expressão das tensões que atravessam o próprio Estado.

Nesse sentido, é importante observar como esses tensionamentos se materializam na vida de grupos historicamente marginalizados, como as pessoas com deficiência (PCD). Ainda que o Brasil tenha aderido à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), incorporada com status constitucional em 2008 (Decreto nº 6.949/2009), e tenha avançado em legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), o acesso aos direitos por parte dessa população ainda é desigual e frequentemente limitado por barreiras sociais, econômicas e institucionais.

Um exemplo concreto dessa desigualdade pode ser observado nos dados sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), principal política de transferência de renda para pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade. De acordo com diagnóstico do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2023), baseado nos dados da Dataprev (dezembro de 2022), a média nacional de pessoas com deficiência beneficiárias do BPC é de 14,9%. No entanto, a média de acesso ao benefício é maior que a média nacional nas regiões Norte (22,7%) e Nordeste (20,3%). E menor que a média nacional nas regiões Sudeste (12,6%) e Sul (11,3%). Estados como Acre (28,1%), Amapá (24,9%) e Alagoas (24,2%) apresentam as maiores proporções de

Realização:



Apoio:



PCDs beneficiadas. Por outro lado, São Paulo (10,2%), Santa Catarina (11,0%) e o Rio de Janeiro (11,0%) estão entre os mais baixos.

Quando o mesmo documento ao comparar o percentual da população com deficiência por estado em relação a população total demonstrou que os estados com o maior número absoluto de pessoas com deficiência são: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Paraná. Embora não explicita neste artigo a comparação com dados de pobreza e extrema pobreza de cada região, é possível algumas reflexões frente a essa desigualdade regional no acesso ao BPC. Ainda que a cidadania esteja juridicamente assegurada, seu exercício pleno ainda depende de condições estruturais e institucionais. Desse modo, o acesso ao benefício evidencia que o reconhecimento legal não garante, por si só, o acesso efetivo e equitativo às políticas sociais.

Apesar dos avanços legais e normativos conquistados a partir da Constituição Federal de 1988, a efetivação dos direitos sociais requer, além do reconhecimento jurídico, a existência de estruturas organizativas e institucionais que garantam o acesso concreto aos serviços. A consolidação da assistência social como política pública demandou a formulação de diretrizes e instrumentos normativos que pudessem orientar sua implementação em âmbito nacional e consequentemente no contexto municipal.

### **A gestão por parcerias no SUAS: o caso de Campos dos Goytacazes**

Em 2004 foi instituída a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com o objetivo de efetivar a assistência social como dever do Estado e direito do cidadão. No ano seguinte, foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atendendo a uma deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social de 2003.

Entre os serviços normatizados no âmbito do SUAS, destaca-se o atendimento à pessoa com deficiência em situação de dependência e às suas famílias. Segundo o Caderno de Orientações Técnicas (Brasil, 2016), esse atendimento deve ocorrer no âmbito do CREAS, podendo ser realizado no domicílio ou em unidades especializadas, como os Centros-Dia, conforme a realidade e a complexidade da demanda.

Historicamente, o acompanhamento das pessoas com deficiência no município campista, tem ocorrido por meio de entidades filantrópicas, em parceria com a assistência social. Essas ações eram desenvolvidas, majoritariamente, na modalidade de “projetos”, antes da normatização estabelecida pela LOAS, pela PNAS e pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS). Como estabelece a própria PNAS: “A ação da rede socioassistencial de proteção básica e especial é realizada diretamente por organizações governamentais ou mediante convênios, ajustes ou parcerias com organizações e entidades de assistência social” (Brasil, 2005, p. 96).

É importante considerar que esses processos não são estáticos nem isolados. À medida que o SUAS se consolidava como política pública, outras frentes institucionais também se desenvolviam paralelamente, como a necessidade de regulamentar as parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs). A partir da década de 2010, o debate sobre o papel das entidades sem fins lucrativos na execução de serviços públicos ganhou centralidade na agenda estatal, resultando em um conjunto de estratégias voltadas à regulamentação dessas relações.

Nesse contexto, foi sancionada, em 2014, a Lei Federal nº 13.019, considerada um Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que passou a vigorar nos municípios a partir de 1º de janeiro de 2017. Em Campos, essas regras jurídicas foram aplicadas a partir do Decreto nº 371/2019. Esse ordenamento estabeleceu parâmetros jurídicos e administrativos para a celebração de parcerias com as OSCs. Impactando diretamente na formalização das parcerias sob a necessidade de que seja precedida de chamamento público.

Realização:



Apoio:





Segundo o Censo SUAS 2023, existem no Brasil 1.716 unidades que prestam atendimento a pessoas com deficiência, sendo que 96% delas são instituições filantrópicas. Na região sudeste essa proporção permanece, de 902 unidades, mais de 95% delas são não governamentais. No estado do Rio de Janeiro, essa lógica se repete, das 112 unidades existentes, 86% são não governamentais. No município campista, todas as quatro unidades que ofertam o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência são geridas por Organizações da Sociedade Civil.

A população com deficiência na cidade de Campos, segundo os dados atualizados em maio de 2025, extraídos da Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD), indicam que, entre os 107.182 indivíduos que responderam à pergunta sobre deficiência, 19.636 declararam possuir algum tipo de deficiência. Esse número corresponde a 18,32% dos respondentes e 4,0% da população total do município.

Nesse cenário, é fundamental observar como o modelo de parceria Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil se articulam com a dinâmica do financiamento público. Embora o cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais, seja formalmente realizado por meio da transferência via Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), os repasses federais têm sofrido expressivos cortes nos últimos anos. De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS, 2022), após a Portaria MC nº 2.362/2019, houve um contingenciamento de aproximadamente 56% nos repasses do governo federal.

Diante dessa limitação no financiamento federal direto, os municípios têm recorrido, cada vez mais, à formalização de parcerias via editais de chamamento público, conforme estabelece o MROSC. No caso de Campos, em 2021, foram ofertadas 772 vagas por meio do Edital nº 01/2021. Já o Edital de Chamamento Público SMDHS nº 01/2024, voltado para o exercício de 2025, disponibilizou 848 vagas, conforme publicação no Diário Oficial do Município (edição nº 1681, de 18 de outubro de 2024).

Isso representa uma cobertura em torno de apenas 4% da população com deficiência identificada, com um acréscimo de 76 vagas ao longo de três anos. Apesar da relevância do apoio prestado pelas entidades e da integração com a rede pública municipal, a oferta ainda se mostra insuficiente diante da dimensão da demanda local. Para compreender os limites desse modelo e sua expansão no país, é preciso analisar os condicionantes estruturais que impactam diretamente o financiamento e a organização da assistência social no Brasil.

## **O ajuste fiscal permanente e seus impactos sobre o SUAS**

A consolidação da assistência social como política pública e direito universal, se deu em um cenário de profunda reconfiguração do papel do Estado no Brasil e na América Latina. A partir da década de 1990, sob forte influência da agenda neoliberal no contexto mundial, ocorre uma redefinição do Estado para uma lógica gerencial, que passa a operar sob a lógica da racionalização dos gastos, da focalização dos serviços e da redução das responsabilidades diretas sobre a provisão das políticas sociais.

Como analisa Behring (2003), a lógica imposta a partir dos anos 1990 é de uma gestão de recursos restritos para os investimentos de Estado e generosos para o pagamento de encargos financeiros da União, o que atinge em cheio a área social. Ou seja, o ideário neoliberal que influencia a gestão estatal, a partir dessa década, não apenas redefine as funções do Estado, mas impõe uma nova racionalidade de gerenciamento, voltada para eficiência e flexibilidade. Essa racionalidade, em relação a assistência social, submete a política a uma redução dos direitos constitucionais. segundo a autora, a lógica fiscal se sobrepõe à universalidade.

Essa mudança no papel do Estado se aprofundou com a institucionalização de mecanismos fiscais que restringem os investimentos públicos em áreas sociais.

Realização:



Apoio:





Salvador (2020) denomina esse processo de “ajuste fiscal permanente”, um conjunto de medidas jurídicas e políticas que condicionam os recursos da seguridade social à lógica da responsabilidade fiscal, limitando sua expansão e comprometendo a efetividade das políticas sociais. O que o autor chama de medidas que apontam o desmantelamento da estrutura de financiamento dos direitos sociais.

A sustentação desse “ajuste fiscal permanente”, segundo Salvador (2020) acontece via corte ou limitação de recursos para despesas sociais em busca do superávit primário. Instrumentos como a Desvinculação das Receitas da União (DRU), o Fundo de Estabilização Fiscal (FSE), a Dívida Pública Federal (DPF), o Novo Arcabouço Fiscal (NAF), o Regime Fiscal Sustentável (RFS) e a Emenda Constitucional nº 95/2016, que congela os gastos primários, exceto o pagamento de juros da dívida pública, por vinte anos, exemplificam como a política econômica foi constitucionalizada no Brasil. Esses instrumentos impactam diretamente o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), reduzindo a capacidade estatal de manter e expandir uma rede pública de serviços e ampliando, como consequência, as parcerias via Organizações da Sociedade Civil, principalmente com programa de publicização.

Com a Lei nº 9.637 de 1998, o governo cria o Programa Nacional de Publicização, que em 2022 retoma a pauta do governo a fim de expandir o modelo de parceria entre Estado e sociedade, na prestação de serviços de interesse público, priorizando a eficiência. Nesse contexto, a presença predominante de OSCs na execução dos serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência não pode ser dissociada da lógica neoliberal que orienta a gestão pública nas últimas décadas. Ao invés de expandir a oferta pública direta e estruturar a rede socioassistencial com financiamento estável e equipes públicas concursadas, o Estado tem optado por transferir parte de suas responsabilidades a entidades privadas, muitas vezes com financiamento intermitente, dependente de convênios, parcerias e da captação de recursos por meio de editais.

Como alerta Behring (2003), essa configuração enfraquece a perspectiva universal da seguridade social, restringindo o atendimento à lógica focalista e seletiva. No caso das pessoas com deficiência, esse arranjo reforça desigualdades históricas no acesso a direitos, sobretudo em contextos municipais em que a cobertura do acesso a esses serviços é limitada, como demonstram os dados de Campos dos Goytacazes.

Dessa forma, a análise da implementação do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias exige não apenas o exame da estrutura local e da rede de serviços existente, mas também a compreensão crítica das condicionantes macroestruturais que moldam a política de assistência social no Brasil. O tensionamento entre o direito formal e os limites orçamentários, entre a universalidade prevista em lei e a focalização na prática, constitui o pano de fundo sobre o qual se inscreve a realidade das pessoas com deficiência em situação de dependência e vulnerabilidade.

## Conclusão

A análise da implementação do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias em Campos dos Goytacazes evidencia os tensionamentos estruturais e institucionais entre o reconhecimento formal de direitos e a efetivação concreta das políticas públicas. Apesar dos importantes avanços normativos inaugurados com a Constituição Federal de 1988 e consolidados por meio de instrumentos como a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), o SUAS e o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (2014), o acesso à proteção social por parte das pessoas com deficiência permanece fragmentado, seletivo e, muitas vezes, dependente das parcerias formadas entre a Administração Pública e o terceiro setor.

Realização:



Apoio:



No município campista, a totalidade das unidades responsáveis pela execução do serviço são Organizações da Sociedade Civil, revelando uma configuração que transfere a operacionalização da política para entidades privadas sem fins lucrativos, em um contexto marcado por instabilidade de financiamento, baixa cobertura e limitações estruturais. A dependência de parcerias e editais municipais fragiliza a continuidade do atendimento, visto que a parceria pública – privada é a fonte principal de verbas dessas entidades.

As normativas que estruturam o SUAS representam conquistas significativas para a consolidação da assistência social como política pública de direitos, contudo, é fundamental compreender em que contexto histórico e político essas normativas são produzidas e operacionalizadas. Essa realidade deve ser compreendida à luz do avanço da influência neoliberal no Estado brasileiro, cujos efeitos se expressam na adoção de instrumentos de ajuste fiscal, na redução do financiamento público e na redefinição da política social como espaço de gestão privada e focalizada. Como argumentam Behring (2003) e Salvador (2020), a política social passa a operar sob a lógica da eficiência, da escassez e da responsabilização individual, desviando-se do projeto constitucional de cidadania universal.

Esse quadro revela a atualidade do debate sobre os desafios das políticas sociais frente à ofensiva neoliberal, marcada pela redução do papel estatal, pela focalização do atendimento e pela fragmentação da proteção social. Tais processos colocam em xeque a efetivação do projeto democrático consagrado na Constituição de 1988, enfraquecendo o pacto de seguridade social e restringindo o acesso universal aos direitos.

## Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 164, p. 3, 26 ago. 2009. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º ago. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm)>. Acesso em: 13 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 128, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 dez. 1993. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm)>. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único para Programas Sociais** – Consulta Pública. Disponível em: <[https://cecad.cidadania.gov.br/tab\\_cad.php](https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php)>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias, ofertado em Centro-Dia**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/caderno\\_centro\\_dia\\_orientacoes\\_tecnicas2.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_centro_dia_orientacoes_tecnicas2.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**: norma operacional básica (NOB) / Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005. Brasília: MDS, 2005. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Pessoas com deficiência**: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos, pesquisas e sistemas do Governo Federal. Brasília: MDHC, out. 2023. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/11273>>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Secretaria de Gestão do Ministério da Economia. **Programa Nacional de Publicização**: relatório do projeto de cooperação entre a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia do Brasil. Brasília: Ministério da Economia, 2022. 63 p. Disponível em: <[https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/organizacoes-sociais/20220606\\_relatorio-pnp\\_versao-final.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/organizacoes-sociais/20220606_relatorio-pnp_versao-final.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS); Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). **Censo SUAS** – Bases e Resultados: Censo SUAS 2023. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>>. Acesso em: 25 mai. 2025.

FLEURY, Sonia. **Seguridade social e cidadania**: política social na Constituição de 1988. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População estimada por município em 1º de julho de 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Temas e questões da política social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Chamamento público para seleção de entidades de assistência social**: editais de chamamento público 01/2021. Campos dos Goytacazes, 19 nov. 2021. Disponível em: <[https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=66304](https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=66304)>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. Decreto nº 371, de 9 de dezembro de 2019. Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no âmbito do Município de Campos dos Goytacazes; entra em vigor em 9 de dezembro de 2019. **Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes**, edição de 9 dez. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes**, Campos dos Goytacazes, edição n. 1681, 18 out. 2024. Disponível em: <<https://campos.rj.gov.br/app/assets/diario-oficial/link/6671>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Plano Municipal de Assistência Social de Campos dos Goytacazes: período 2022 a 2025**. Campos dos Goytacazes: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, 2022-2025.

SALVADOR, Evilásio. O novo regime fiscal e a institucionalização do ajuste fiscal permanente no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 139, p. 569–593, 2020.

Realização:



Apoio:



## REFLEXÕES TEÓRICO-POLÍTICAS SOBRE CRISE DE HEGEMONIA NO BRASIL DE MARÇAL E DA DEVASTAÇÃO AMBIENTAL

Tatiane Cristina Lopes<sup>58</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a crise de hegemonia no Brasil à luz deste conceito gramsciano, abordando o fenômeno político de figuras como Pablo Marçal, relacionando-o ao fortalecimento de setores econômicos e sociais como o agronegócio. Busca-se demonstrar como a hegemonia *lulista* se articulou através da “pequena política” e como seu colapso abriu espaço à extrema direita. Discute-se a unidade entre o moderno e o atrasado no capitalismo dependente no Brasil, como parte da reconfiguração dos conflitos políticos atuais.

**Palavras-chave:** crise de hegemonia; lulismo; extrema direita; pequena política; agronegócio.

**Abstract:** The article analyzes the hegemonic crisis in Brazil through the lens of this Gramscian concept, addressing the political phenomenon of figures such as Pablo Marçal and relating it to the strengthening of economic and social sectors like agribusiness. It aims to demonstrate how the *lulista* hegemony was articulated through “small politics,” and how its collapse has paved the way for the far-right. The article discusses the unity between modernity and backwardness in Brazilian dependent capitalism as part of the reconfiguration of contemporary political conflicts.

**Keywords:** hegemonic crisis; lulism; far-right; small politics; agribusiness.

### Introdução

Passados quase três anos do terceiro governo Lula já é possível buscar compreender qual tipo de “normalidade” foi alcançada depois dos reacionários quatro anos de governo Bolsonaro. É manifesto que, no senso comum das massas que elegeram Lula (e Alckmin), muito se esperava sobre normalização, sobre recolocar o país “nos trilhos”. Em distintos graus, as expectativas variavam entre o anseio de “voltar a comer picanha”, restabelecer um equilíbrio “normal” entre os poderes institucionais, ou que se voltasse a ver o “bom funcionamento” de instituições de Estado que dotam de importante papel sócio-ambiental, como é o caso das Universidades e de órgãos ambientais, como o IBAMA. Se, por um lado, a economia se apresenta em relativo crescimento (o que promove também parcial estabilidade para o governo), na política e na realidade sócio-ambiental, há fenômenos que apontam em sentido diametralmente oposto ao das expectativas de “normalização” do país.

### Fenômeno Marçal, o atrasado e o moderno

Diante das eleições municipais que estão em curso em todo o país, nos deparamos com um novo fenômeno no âmbito político, bastante associado à ideia de um moderno modelo de empreendedorismo digital e ao mesmo tempo da defesa de um programa de destruição de direitos dos trabalhadores. Trata-se da ascensão repentina de Pablo Marçal na corrida eleitoral pela prefeitura de São Paulo, a principal capital do Brasil e da América Latina. O “coach” milionário é “um sucesso” em vendas no mundo

---

<sup>58</sup> Cientista social, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: tatiane.clopes023@gmail.com

Realização:



Apoio:





digital e, segundo especialistas em análise de discurso, como o professor de literatura comparada da UERJ, João Cezar de Castro Rocha, está trazendo para o mundo da política as técnicas mais modernas do empreendedorismo digital. Do ponto de vista midiático, poderíamos descrever Marçal, apoiados na análise do professor, como uma espécie de Bolsonaro sem filtro que invade a política com as técnicas da “economia da atenção”. Esta estratégia para promoção pública condensa três eixos: se tornar conhecido através do impulsionamento pago, fixar a atenção de quem vê através de polêmicas esdrúxulas nos primeiros segundos de exposição e angariar força externa na produção de conteúdo. É assim que o candidato do PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro) conta com a colaboração de milhares de jovens que competem, em troca de premiações, para produzir os melhores cortes das aberrações que diz publicamente. Este modelo performático se assemelha muito com o caminho que Javier Milei trilhou até ser eleito presidente da Argentina, em novembro do ano passado, assim como as táticas de Trump nos EUA, que nos últimos dias viraliza com cortes em que afirma que imigrantes ilegais estariam comendo cães e gatos dos “bons cidadãos” estadunidenses.

Compreender o que há de mais moderno nas técnicas de comunicação digital de Marçal (importadas de figuras extremistas de direita como o multi-milionário Andrew Tate), é certamente um ponto importante para a análise do fenômeno, mas não é suficiente para explicar politicamente o que acontece, ou melhor, não é suficiente porque não aponta os fundamentos que, por trás de toda a modernidade na forma, sustentam um conteúdo político profundamente reacionário.

Que as figuras da extrema direita ao redor do mundo estejam bem aproveitando o uso das modernas capacidades comunicativas das redes sociais não é novo. Mas, ainda que haja inovações técnicas entre Bolsonaro e Marçal, não é nisso que se encontra a diferença qualitativa. Marçal ocupa hoje um espaço no bolsonarismo radical que foi sendo institucionalizado, especialmente a partir das reações ao 8 de janeiro, que colocaram dificuldades ao bolsonarismo nacionalmente, cumprindo um papel de certo disciplinamento dos setores mais radicais. Ainda assim, essa base radical não deixou de existir e portanto, encontra hoje no coach uma nova alternativa política para suprir essa carência.

Nesse movimento onde Marçal se torna o polo mais esdrúxulo do momento, se constituem variados tons de bolsonarismo e/ou de extrema direita, que sobrevivem e se multiplicam, sejam eles das alas radicais acalentadas por Marçal, sejam os que já aceitaram o bolsonarismo que joga o jogo por dentro, como é o caso do governador Cláudio Castro no Rio de Janeiro, ou que contentam-se com uma coligação entre a velha direita tradicional com o bolsonarismo, como acontece com Nunes do MDB (o candidato oficial de Bolsonaro em São Paulo) e mesmo no caso do governador Tarcísio de Freitas, até pouco tempo o favorito como sucessor de Bolsonaro na próxima corrida presidencial.

Enquanto os choques à direita recriam suas figuras em formas cada vez mais aberrantes, empurrando todo o conjunto do regime político ainda mais à direita, esses distintos tons abocanham eleitoralmente parte das camadas mais empobrecidas da população paulistana, enquanto Boulos, que se propõe como candidato da esquerda, figura nas pesquisas vencendo apenas nas camadas da população com maior renda. É parte do objetivo destas reflexões, apontar como desenvolvimentos sócio-históricos das últimas décadas podem colaborar para explicar os fundamentos desse fenômeno.

O fenômeno Marçal também é interessante porque condensa em si relações de poder econômico e político que vieram se desenvolvendo no país. Nas últimas décadas o agronegócio ganhou importância econômica superior à que já tinha historicamente, nesse processo, é possível observar como esse setor, encorajado pelo seu crescimento, resolveu investir politicamente para passar de ocupar uma localização de ator subordinado no sistema hegemônico do *lulismo* a tentar apoiar candidatos e instituições

Realização:



Apoio:



que melhor expressem seu projeto de país, que agora passava a se chocar em oposição ao *lulismo*, defendendo explicitamente desregulamentação dos direitos trabalhistas e contra qualquer forma de controle ambiental. É assim que se entende por que o agronegócio apoiou fortemente Bolsonaro, assim como outros políticos da extrema direita nos últimos anos. Marçal é, além de um multimilionário que faz uso ostensivo das redes sociais, financiado por importantes figuras do agronegócio como Antonio Cabrera, Maurício Toledo Jacob e Hélio Seibel (ZANINI, 2024, n.p.).

Não é correto perceber o apoio do agro a políticos reacionários somente como expressão de “atraso”, que não deixa de se mostrar, porém esses próprios setores do campo e de exportação de commodities em geral, são também, expressões concomitantes do emprego das mais “modernas” tecnologias. Na década de 1970, o sociólogo Francisco de Oliveira criticava boa parte da intelectualidade latino-americana que se encontrava presa em esquemas teóricos de oposição dual entre modernidade e atraso. Em tal concepção:

A estrutura econômica, política e social brasileira era concebida pelos adeptos dessa perspectiva como constituída por dois pólos opostos: um setor “atrasado” e um setor “moderno”. Nesse raciocínio, uma parcela da economia brasileira composta por estruturas “arcaicas”, localizadas especialmente no campo, onde imperava a agro-exportação, impediria a expansão da dimensão “moderna” de outra parte da economia, concentrada em algumas regiões industriais direcionadas à produção de bens de produção e consumos duráveis, constringendo assim o “desenvolvimento nacional”. Dessa forma, caso não fossem superados os entraves “arcaicos” ao desenvolvimento do país, este continuaria em um estágio, qualificado pelos “dualistas”, como “subdesenvolvido” (Demier, 2008, p. 3).

Oliveira demonstrava que, diferente da explicação dualista/etapista do Brasil, “o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia.” (Oliveira [1972] 2013, p. 32). No mesmo texto, Oliveira se remete diretamente a “expressão famosa de Trotsky”, para mostrar como esse desenvolvimento é não somente desigual, mas combinado:

a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para os fins de expansão do próprio novo (Oliveira, 2013, p. 60).

Três décadas depois, o mesmo sociólogo apontava, como continuidade de sua *Crítica à razão dualista*, teórica e empiricamente como o desenvolvimento do Brasil levava à crescente exacerbação desta unidade orgânica de atraso e modernidade. E assim, vinte e um anos antes de Marçal concorrer a prefeitura de São Paulo com esse apoio do agronegócio, Francisco de Oliveira já pontuava ao descrever o *Ornitórrinco* como se desenvolvia um agrobusiness no Brasil, que fundia o atraso herdeiro do Brasil colonial com as mais modernas técnicas e tecnologias para obtenção de maiores lucros.

Como é o ornitórrinco? Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, *donque* nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte *agrobusiness*. Um setor industrial da Segunda Revolução Industrial completo, avançando, tatibitate, pela Terceira Revolução, a molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligada aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulários que sofisticados; noutra, extremamente primitiva, ligada exatamente ao consumo dos estratos pobres. Um sistema financeiro ainda atrofiado, mas que, justamente pela financeirização e elevação da dívida interna, acapara uma alta parte do PIB, cerca de 9% em 1998, quando economias que são o centro financeiro do capitalismo globalizado alcançaram apenas 4% (Oliveira [2003] 2013, p.132-133).

Realização:



Apoio:



Esses aspectos avançaram profundamente nas últimas décadas, o Brasil que em 2003 Oliveira descrevia usando sua analogia do animal desengonçado, difícil de explicar, era importante produtor de açúcar, café e laranja, hoje realiza a anterior promessa de ser a verdadeira fazenda do mundo. E esse desenvolvimento econômico, objetivo, não poderia deixar de se expressar em desmatamento e incêndios, nas últimas semanas o Brasil vive mais uma verdadeira catástrofe ambiental produzida pelo fogo que se alastra produto das queimadas criminosas que o agronegócio utiliza para ultrapassar os limites legais de seus latifúndios. A seca histórica, consequência do aquecimento global, ajuda a que a fumaça se espalhe por todo o país produzindo imagens de terror onde cidades inteiras aparecem soterradas pela neblina densa de fumaça tóxica. Objetivamente, esse avanço que leva para trás, rumo a maior extrativismo, exportação de commodities também teve consequências subjetivas, entre elas o que já citamos, a de um agronegócio que busca não mais somente um governo que o defenda, mas um governo à sua imagem e semelhança. Essa ideia, e o próprio Marçal, estão fortemente relacionados à crise de hegemonia que se desenvolve no país.

### Hegemonia e crise de hegemonia

O conceito de hegemonia no marxismo é anterior a Gramsci, mas foi com o marxista sardo que tomou contornos que são muito úteis para pensar situações de crise, mas que não são ainda (ou nem chegarão a ser) crises revolucionárias. O conceito de hegemonia aparece como parte de sua análise da natureza dúplice do poder, se apoiando em Maquiavel:

Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade (Gramsci, 2020, C13 §14 - p.33-34).

Para além deste entendimento teórico do poder sendo “violência e civilidade” ou “força e consenso”, “autoridade e hegemonia”, Gramsci vê o desenvolvimento concreto da ampliação do Estado como uma realidade na Europa ocidental após a derrota das revoluções de 1848, neste contexto o Estado passa de ter um papel passivo de esperar o “consenso” dos dominados para buscar construí-lo na “sociedade civil”, transformando os agora ampliados direitos a associação política e sindical em organismos “policiais”, sendo eles mesmos tanto “consenso” como “força”.

A técnica política moderna mudou completamente após 1848, após a expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de vastas burocracias estatais e “privadas” (político-privadas, partidárias e sindicais), bem como das transformações que se verificaram na organização da polícia em sentido amplo, isto é, não só do serviço estatal destinado à repressão da criminalidade, mas também do conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelos particulares para defender o domínio político e econômico das classes dirigentes. Neste sentido, inteiros partidos “políticos” e outras organizações econômicas ou de outro gênero devem ser considerados organismos de polícia política, de caráter investigativo e preventivo (Gramsci, 2020, C13 §27 - p.78-79).

A ideia de hegemonia também implica em Gramsci a possibilidade de uma classe social exercer sua liderança filosófica e política sobre outras classes, fazendo com que seus interesses apareçam como “universais”. Como síntese dessa ideia e sua emergência no contexto histórico, recorreremos à explicação breve de Demier em nota recente sobre “crise da democracia” contemporânea:

Sendo a hegemonia, a nosso ver, a possibilidade de, em uma sociedade de massas, uma ou mais frações da classe dominante obterem êxito em dirigir

Realização:



Apoio:



não só os demais estratos dominantes, como também ampla parcela dos grupos dominados (capacidade das frações dirigentes em apresentar “os seus interesses particulares como interesses gerais da nação (Demier, 2024, n.p.).

No entanto, esse êxito de conseguir apresentar seus interesses particulares como interesses gerais da nação não se dá sempre. Há possibilidades de crises de hegemonia, crises orgânicas como formulava Gramsci:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que o constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo a soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. [...] reflete-se em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e, em geral, de todos os organismos relativamente independentes da flutuação da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força consenso das grandes massas (como guerra), ou porque amplas massas passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, configuram uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise de Estado em seu conjunto (Gramsci, 2020, C13 §23, p. 60-61).

Esse conceito é muito útil para pensar os desenvolvimentos da política brasileira desde 2013, incluindo a possibilidade [que se comprovou na prática] de aparecerem “homens providenciais ou carismáticos”, seja um primeiro autodenominado “mito” ou agora um “coach”, e também o fortalecimento de burocracias civis e militares, como tanto vimos com o judiciário e as forças armadas ganhando maior espaço como atores políticos. Gramsci indicava investigar o que havia disparado tal crise, seria a ação de amplas massas antes passivas ou porque algum grande empreendimento fracassou?

Para fins deste trabalho não abordaremos como a crise orgânica brasileira se relaciona com o fenômeno internacional tratado por vários autores como “crises das democracias”, e do do ponto de vista nacional tampouco abordaremos qual foi o fator decisivo na abertura da crise, se foi a ação dos subalternos (juventude em junho de 2013) ou somente a impossibilidade de reprodução do sistema hegemônico lulista. Pretendemos nos ater neste trabalho a busca por entender o que foi esse sistema hegemônico, e o que se revela em sua crise.

Antes de adentrar nas interpretações do lulismo é importante abordar, como não consideramos corretas interpretações que observam na crise orgânica a possibilidade absoluta de ações, sejam elas das classes dominantes sejam das classes dominadas. A fase da crise orgânica não é um vazio aberto a tudo, e ela não é imediatamente idêntica a crise revolucionária, pode abrir espaço a esta, mas não é esta. A crise orgânica é uma *desagregação* de um *sistema hegemônico* que permite aflorar o que estava subordinado, como no caso brasileiro o agronegócio, a bancada da bala, da bíblia, que estiveram subordinadas ao *sistema hegemônico* anterior, mas na crise orgânica encontraram maneira para expressar seu próprio *projeto hegemônico*. Essa ideia, é muito bem descrita por Fabio Frosini, importante intérprete italiano de Gramsci, professor da Universidade de Udini:

En términos gramscianos hay que pensar de manera muy diferente. En primer lugar, el colapso de un discurso hegemónico es más bien representado como una disgregación. Es decir, un discurso hegemónico siempre es un conjunto más o menos estable de discursos diferentes, a los cuales se consigue dar un orden determinado por un objetivo general. En este sentido, sería más correcto hablar siempre de un sistema hegemónico, para aludir a su carácter complejo

Realização:



Apoio:



y relativamente inestable. En segundo lugar, si se trata de una disgregación, la disrupción de un sistema hegemónico no deja aflorar sino sus pedazos, que son también ellos siempre proyectos hegemónicos que habían quedado subordinados al proyecto dominante. Estos pedazos no son necesariamente proyectos hegemónicos globales; de hecho, su subalternidad respecto al discurso dominante deriva de su escasa o insuficiente capacidad de universalizarse, es decir, de no haber formulado una posición coherente para todas las cuestiones cruciales de la vida nacional y de su proyección internacional. En tercer lugar, la crisis, es decir, la disgregación del sistema hegemónico, se determina por la elaboración de un sistema alternativo, en el sentido de un sistema global, que se presenta como alternativa total al pre-existente. El proyecto hegemónico es pues una visión de lo que es la civilización en todos sus aspectos (Frosini, 2018, n.p.).

## A hegemonia lulista e sua crise

Passadas as crises decorrentes da implementação de uma neoliberal reforma da previdência, de uma orientação econômica de ainda maior austeridade que a de FHC e a crise política do mensalão, importantes intelectuais reuniram no livro *Hegemonia às avessas* suas interpretações dos novos contornos da política e da hegemonia que se desenvolviam no país.

Francisco de Oliveira opinava que Lula e o PT conquistavam uma maioria maior do que pensavam e ao mesmo tempo faziam um governo sem qualquer objetivo ou inimigo de classe, profundamente conservador na economia:

Afora a continuidade do Bolsa Família e a manutenção do conservadorismo na política econômica, o presidente parece ter perdido inteiramente o rumo. O desnorтеio mostra uma das consequências de sua vitória, nas proporções em que ocorreu: Lula não tem objetivos, porque não tem inimigos de classe (Oliveira, 2010, p. 22).

Junto a esta constatação, Oliveira desenvolvia uma ideia provocativa de que haveria “uma hegemonia às avessas” onde as classes dominantes consentiam em ser politicamente dominadas por representantes das classes subalternas, desde que seus interesses fundamentais não fossem questionados.

Parece que os dominados dominam, pois fornecem a “direção moral”, e fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais. Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que eles comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado (...) O conjunto de aparências esconde outra coisa” (...) os dominados realizam a “revolução moral” (...) que se transforma e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada (Oliveira, 2010, p. 26-27).

Nessa passagem, também pode-se notar sua interpretação sobre *transformismo*, que no caso analisado, Oliveira tratava como surgimento de uma nova classe. É inegável a importância da cooptação e corrupção direta e indireta nesse processo de transformar o maior partido de massas da América Latina em administrador do *status quo*. Carlos Nelson Coutinho, no entanto, discordava da interpretação de que se tratava de nova classe social, como também discordava daqueles que abordaram uma necessária conexão entre o fenômeno do *transformismo* e os processos de *Revolução passiva*, para ele se tratava da geração de uma fração de classe.

Embora não me proponha aqui a discutir mais diretamente a questão (que merece, porém, uma atenção especial), creio que o transformismo como fenômeno político não é exclusivo dos processos de revolução passiva, mas pode também estar ligado a processos de contrarreforma. Se não fosse assim, seria difícil compreender os mecanismos que, em nossa época, marcaram a ação de sociais-democratas e de ex-comunistas no apoio a muitos governos contrarreformistas em países europeus, mas também fenômenos como os

Realização:



Apoio:





governo Cardoso e Lula num país da periferia capitalista como o Brasil (Coutinho, 2010, p. 39),

Neste artigo, Coutinho retoma definições de Gramsci sobre grande política e pequena política para pensar a hegemonia no que depois convencionou-se a chamar de *lulismo*. Para tal, o professor da UFRJ utilizou a seguinte passagem de Gramsci:

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida (...) portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política (Gramsci Apud Coutinho, 2010, p. 29).

Coutinho demonstra que, no Brasil que ele analisava naquele período o que primava era hegemonia da pequena política que se dá “quando a política deixa de ser pensada por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista (...) como simples administração do existente.” (COUTINHO, 2010, p.32) Esta visão também ajuda a explicitar como há uma prevalência da apatia no movimento de massas, como a pequena política gera ou se interrelaciona com conciliação e passivação. Coutinho também expõe como, em sua visão, o *lulismo* abria caminho a uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal.

A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal - e a cooptação para esta política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles - desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós. Estamos assistindo a uma clara manifestação daquilo que Gramsci chamou de “transformismo”, ou seja, a cooptação pelo bloco no poder das principais lideranças da oposição. Esse transformismo, que já se iniciava no governo Cardoso, consolidou definitivamente o predomínio entre nós da hegemonia da pequena política. (...) A disputa política entre nós tem se reduzido a um bipartidarismo efetivo (...) Não é casual o comum compromisso desses dois blocos no sentido de “blindar” a economia, ou seja, de reduzir a uma questão “técnica” e não política, a definição daquilo que verdadeiramente interessa ao conjunto da população brasileira. Mais uma vez hegemonia da pequena política (Coutinho, 2010, p.42).

## Conclusão

Os conceitos desenvolvidos mostram, ainda nos primeiros anos do segundo governo Lula, o que se consolidou posteriormente como sistema hegemônico que denominamos *lulismo*, que mobilizava o mesmo bloco de poder do período FHC, mas agora sob a égide moral do PT e da carismática figura nascida do movimento operário, para consolidar a hegemonia neoliberal. Consolidava uma hegemonia que tinha como seu núcleo o consumo individual de um trabalhador precário, terceirizado e que consumia frequentemente à crédito, colocava em primeiro plano a conciliação de classes e apoiava-se no ciclo particularmente intenso do aumento do volume e preço das commodities a se exportar. Todas as classes sociais eram chamadas a se engajar num projeto “onde todos ganhariam” e o Brasil pacificamente emergiria como potência. Esse projeto desmoronou a partir de 2013, quando já não havia condições econômicas para sua sustentação e era necessário fazer ajustes, mesmo que a vaca tussa (contrariando a máxima que Dilma desmentiu poucos dias depois de sua reeleição em 2014). Internacionalmente o Departamento de Estado norte-americano articula a Lava Jato para atacar as global players brasileiras, abrir caminho a maior privatização da Petrobras e de quebra avançar contra o PT e Lula em um sentido que foi canalizado para o golpe institucional de 2016.

Realização:



Apoio:



Desde então se deram os governos de Temer e depois de Bolsonaro que procuravam, cada um a seu modo, alargar os ataques econômicos que o PT já vinha fazendo, e no caso do segundo promovendo maior conflito entre instituições, desregulamentação trabalhista e ambiental. Nenhum destes projetos podia pretender-se hegemônico, o golpista Temer com sua risível e inédita taxa de aprovação de 3% que nunca o seria, e Bolsonaro sempre apostava na polarização e não em como sua metade do país poderia ganhar o consentimento da “outra”.

Lula reeleito com a promessa de “normalização” do país tampouco tem condições materiais e políticas para reviver sua antiga hegemonia. Seu discurso de picanha no final de semana pode ser repetido à exaustão, mas já não consegue obter consenso, parcela da burguesia nacional, e por trás dela pequeno-burgueses e parcela dos trabalhadores são arrastados a projetos autoritários, ultraneoliberais, tenham eles a cara do exército, do judiciário ou agora com toda modernidade de engajamento e “cortes” de um Marçal.

A normalidade pretendida e que o governo Lula tem relativamente vivido já é uma normalidade sem hegemonia, portanto débil. A repetição de frases e processos políticos do passado só podem mostrar como novamente Marx estava certo, já que a história não se repete como tragédia, mas como farsa, ou que outra expressão caberia para Boulos que tenta mimetizar os movimentos de um Lula 2002 ou até mesmo de um Lula 2022, trazendo uma ex-secretária de Nunes, apoiadora do golpe de 16, articuladora da contrarreforma trabalhista, como Marta Suplicy, ou ainda chamar a assassina ROTA para escrever seu programa de segurança. Estamos diante da repetição farsesca da tentativa impossível de reconstruir a hegemonia lulista. A polarização e espetacularização da política nas redes sociais e mesmo à cadeirada de Datena em Marçal expressa de forma nítida e chocante como não há condição de nova hegemonia sem um novo ciclo econômico, sem uma imensa derrota das massas, ou pelo seu contrário, com um ascenso das mesmas. Se a política se resume a quem melhor coliga-se com o centro, se a política se resume a dar cadeirada ou não no enfrentamento à extrema-direita, o que se perde é o norte de classe e novamente, como disse há uma década atrás Coutinho, estamos no terreno da pequena política, onde mesmo sem um novo sistema hegemônico temos ainda assim a hegemonia da pequena política, os pilares neoliberais, as contrarreformas neoliberais estão preservadas e intactas e nada disso está em discussão.

## Referências

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. *In*: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibebe (org.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

DAL MASO, Juan. **El marxismo de Gramsci**: notas de lectura sobre los Cuadernos de la cárcel. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2016.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. **Outubro**, São Paulo, n. 16, p. 75–107, 2008.

DEMIER, Felipe. Uma nota sobre a tal “crise da democracia” contemporânea. **Cisma**, 05 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.cismacritica.com.br/uma-nota-sobre-a-tal-crise-da-democracia-contemporanea/>>. Acesso em: 15 set. 2024.

FROSINI, Fabio. Que es la crisis de hegemonia. **ESPAI Marx**, 11 jan. 2018. Disponível em: <<https://espai-marx.net/?p=3485>>. Acesso em: 15 set. 2024.

Realização:



Apoio:



GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, [2003] 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. *In*: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ROCHA, João Cezar de Castro. Pablo Marçal usa eleição para ganhar visibilidade e despreza Bolsonaro. **YouTube**, 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-DbTrY8PmGQ>>. Acesso em: 19 ago. 2024.

ZANINI, Fábio. Marçal recebe apoio e doação de ex-ministro da agricultura. **Folha de São Paulo**, 12 set. 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2024/09/marcal-recebe-apoio-e-doacao-de-ex-ministro-da-agricultura.shtml>>. Acesso em: 14 set. 2024.

Realização:



Apoio:



## **FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR: contradições da proteção social capitalista e resistências populares**

Carolina Cerveira<sup>59</sup>

**RESUMO:** O artigo analisa a relação entre o sistema de proteção social brasileiro, a insegurança alimentar e o surgimento das Cozinhas Solidárias como formas de resistência popular. Com base no materialismo histórico-dialético, a fome é compreendida como expressão da questão social e das contradições do capitalismo. Discute-se a política de segurança alimentar e nutricional enquanto campo de disputa entre projetos societários, refletindo sobre seus limites e potencialidades na efetivação do direito à alimentação. O estudo estrutura-se em três eixos: fundamentos históricos do sistema de proteção social, impactos do neoliberalismo e o papel das Cozinhas Solidárias no contexto atual.

**Palavras-chave:** Proteção Social; Insegurança Alimentar; Neoliberalismo; Cozinhas Solidárias; Questão Social.

**ABSTRACT:** This article analyzes the relationship between the Brazilian social protection system, food insecurity, and the emergence of Solidarity Kitchens as forms of popular resistance. Based on historical-dialectical materialism, hunger is understood as an expression of the social issue and the contradictions of capitalism. The article discusses food and nutritional security policy as a field of dispute between societal projects, reflecting on its limits and potential in realizing the right to food. The study is structured around three axes: the historical foundations of the social protection system, the impacts of neoliberalism, and the role of Solidarity Kitchens in the current context.

**Keywords:** Social Protection; Food Insecurity; Neoliberalism; Solidarity Kitchens; Social Issue.

### **Introdução**

O presente artigo discute a relação entre o sistema de proteção social brasileiro, a insegurança alimentar e a emergência das Cozinhas Solidárias enquanto estratégias de resistência popular. O tema se insere na problemática da fome como expressão da questão social, entendida como fruto das contradições do modo de produção capitalista. A análise fundamenta-se no materialismo histórico-dialético à sociabilidade capitalista e propõe compreender a política de segurança alimentar e nutricional à luz dos processos históricos de disputa entre projetos societários antagônicos.

Busca-se refletir sobre os limites e as possibilidades das políticas sociais em sua vinculação com o direito humano à alimentação, notadamente a partir da atuação das Cozinhas Solidárias no contexto da crise social aprofundada pela pandemia e pela ofensiva neoliberal. O artigo se estrutura em três seções analíticas: a primeira apresenta fundamentos históricos e conceituais do sistema de proteção social; a segunda discute o neoliberalismo e seus efeitos sobre as políticas sociais; a terceira analisa a política de segurança alimentar e nutricional e o papel das Cozinhas Solidárias, a partir de projeto de pesquisa de mestrado em andamento.

---

<sup>59</sup> Assistente social formada pela UNISINOS e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: carolinacerveira@yahoo.com.br.

Realização:



Apoio:



## O sistema de proteção social no capitalismo neoliberal

### 1. Fundamentos históricos e contradições

O sistema de proteção social brasileiro conforma-se historicamente como expressão das lutas sociais no interior de uma formação econômica e social profundamente desigual. Longe de configurar um modelo neutro, sua constituição reflete o embate entre forças sociais antagônicas e os limites impostos pela lógica da acumulação capitalista. Nesse contexto, as políticas sociais assumem caráter ambivalente: ao mesmo tempo que respondem a demandas por direitos, contribuem para a reprodução das desigualdades estruturais.

O Estado, frequentemente apresentado como instância técnica ou neutra, desempenha, na realidade, um papel ativo na reprodução das relações de dominação e exploração, sendo parte constitutiva da estrutura de classes da sociedade capitalista. O avanço do ideário neoliberal intensifica esse processo, convertendo a política social em instrumento de responsabilização individual, fragmentação dos direitos e controle focalizado da população.

Nesse sentido, Boschetti (2016) sustenta que o chamado Estado social capitalista não representa uma ruptura com os fundamentos do capital, mas uma estratégia de regulação das contradições sociais e de reprodução das condições de exploração da força de trabalho. As políticas sociais, integradas ao aparato estatal, operam de forma subordinada à dinâmica do capital, mediando conflitos de classe e contribuindo para a manutenção da ordem vigente. Como afirma a autora, “*as políticas sociais são instrumentos de regulação da força de trabalho e de reprodução das condições de exploração*” (Boschetti, 2016, p. 37).

A sociabilidade capitalista, alicerçada na separação entre trabalho e propriedade privada, estabelece como princípio a exploração da força de trabalho e a mercantilização das necessidades humanas. Trata-se de uma sociabilidade que naturaliza as desigualdades, individualiza os problemas sociais e despolitiza as lutas por direitos. Nessa lógica, o acesso à proteção social deixa de ser compreendido como um direito universal garantido pelo Estado e passa a ser condicionado por critérios de eficiência econômica, indicadores de vulnerabilidade e capacidade de inserção no mercado.

A trajetória das políticas sociais no Brasil está intrinsecamente ligada à conformação da questão social em uma sociedade capitalista estruturalmente desigual desde sua origem. Embora as expressões da pobreza e da marginalização tenham sido evidentes desde o fim da escravidão — especialmente pela exclusão sistemática dos ex-escravizados do mercado formal de trabalho —, foi apenas no início do século XX que a questão social adquiriu dimensão política, impulsionada pelas primeiras mobilizações operárias e pela institucionalização de medidas voltadas à regulação das relações de trabalho. Nesse contexto, a promulgação da Lei Eloy Chaves, em 1923, representou um marco na consolidação das políticas sociais brasileiras, ao instituir as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para categorias estratégicas, como ferroviários e marítimos, configurando um modelo de proteção social segmentado, atrelado à lógica do trabalho formal e seletivo. Como afirmam Behring e Boschetti (2016), esse modelo expressa não apenas o caráter limitado da resposta estatal às demandas sociais, mas também a correlação de forças que marcou historicamente a disputa entre capital e trabalho no país.

Na década de 1930, o Estado passou a atuar mais diretamente na organização das políticas sociais, impulsionado pelo projeto de modernização autoritária de Getúlio Vargas. Foram criadas estruturas estatais nas áreas de educação, saúde e assistência, como o Ministério da Educação e Saúde e os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), voltados à medicina previdenciária, institucionalizando-se políticas sociais como

Realização:



Apoio:





formas de regulação do trabalho e contenção das lutas sociais, consolidando uma cidadania seletiva.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, reforçou esse modelo corporativo e fragmentado. Entre 1946 e 1964, as políticas sociais se expandiram de forma lenta e desigual, com avanços como a separação dos ministérios da Saúde e da Educação, a criação de novos IAPs e a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social (1960), ainda que sob limitações impostas por disputas de classe e instabilidade política.

Durante o regime militar (1964–1985), houve ampliação tecnocrática da política social, com aumento da cobertura previdenciária e da presença do setor privado nas áreas sociais. Manteve-se, no entanto, a lógica da cidadania regulada e um sistema dual de proteção — um privatizado, outro precarizado — que persiste até hoje. A redemocratização, por sua vez, reconfigurou o cenário. A Constituição Federal de 1988 representou uma inflexão histórica ao afirmar o direito à seguridade social, estruturada sobre os pilares da saúde, previdência e assistência, com princípios de universalidade, integralidade e participação social, estabelecendo um novo paradigma de proteção social no país.

Contudo, como adverte Behring (2003), a partir da década de 1990, com a ascensão do neoliberalismo, instaurou-se uma contrarreforma do Estado, que vem progressivamente desmontando os avanços conquistados. A substituição da lógica universalista por políticas focalizadas, a privatização de serviços públicos e a responsabilização individual pelos riscos sociais têm reduzido a capacidade do Estado em garantir proteção efetiva às maiorias.

Trata-se de uma inflexão que revela o projeto de classe que subjaz à política social brasileira: enquanto as lutas sociais buscaram ampliar direitos e democratizar o acesso à proteção, o capital insiste em restringi-los, convertendo a política social em instrumento de ajuste fiscal e de contenção das resistências populares. Assim, a trajetória das políticas sociais no Brasil é marcada por avanços e retrocessos, que expressam as correlações de força entre capital e trabalho em cada conjuntura histórica.

## 2. Reconfiguração neoliberal das políticas sociais

As políticas sociais, no contexto da sociabilidade capitalista, expressam um campo de disputas marcado pela correlação de forças entre classes sociais. Longe de configurar ações neutras ou meramente técnicas, constituem mediações entre necessidades sociais e a forma como o Estado responde a elas, revelando os projetos societários em confronto. Como analisa Pereira (2008), a política social “*expressa a mediação entre as necessidades sociais e a forma como o Estado responde a elas, revelando o jogo de forças entre as classes*” (Pereira, 2008, p. 137). Em sociedades organizadas sob a hegemonia da propriedade privada dos meios de produção e da desigualdade estrutural, as políticas sociais assumem uma natureza ambivalente: ora como garantidoras de direitos e acesso a bens e serviços; ora como mecanismos de controle social, regulação da força de trabalho e reprodução da ordem vigente.

No contexto do sistema capitalista neoliberal, as contradições inerentes às políticas sociais tornam-se ainda mais evidentes, revelando um processo de reconfiguração que enfraquece seu caráter universal e de direito. Conforme analisa Behring (2003), esse modelo se caracteriza pela focalização das ações, substituindo a lógica universalista por programas seletivos, burocratizados e voltados apenas a segmentos considerados mais vulneráveis; pela desresponsabilização do Estado, que transfere encargos ao setor privado e ao chamado “terceiro setor”; pelos cortes orçamentários em áreas essenciais como saúde, educação e assistência social; pela privatização dos serviços públicos; e pela flexibilização dos direitos sociais.

Realização:



Apoio:



Nesse cenário, a política social passa a ser moldada por exigências de eficiência fiscal e seletividade, afastando-se de seu papel como instrumento de garantia de direitos e aproximando-se de uma lógica assistencialista, pautada por critérios moralizantes e voluntaristas. A crescente transferência de responsabilidades ao terceiro setor contribui para a despolitização das ações sociais, fragilizando o vínculo com a luta coletiva por direitos e com a crítica estrutural das desigualdades. Iamamoto (2001) chama atenção para o fato de que, nesse modelo, a alocação orçamentária deixa de ser orientada pelo dever constitucional de garantir direitos, subordinando-se à disponibilidade de recursos, o que enfraquece a concepção de política pública como conquista social e reforça a naturalização das desigualdades estruturais.

Uma leitura crítica das políticas sociais exige sua articulação com a questão social, que, segundo Iamamoto (2008, p. 25), “*nasce da própria lógica do capital, da separação entre os produtores diretos e os meios de produção, e da constituição de uma massa de trabalhadores expropriados*”, sendo a pobreza, portanto, expressão histórica das desigualdades estruturais do capitalismo. Pereira (2008) identifica três dimensões da política social — redistributiva, normativa e reguladora — e aponta que, em contextos de crise do capital, como o atual, prevalecem as dimensões normativa e reguladora sob uma lógica seletiva e moralizante, esvaziando o potencial emancipador das políticas públicas.

Boschetti (2016) aprofunda essa análise ao sustentar que o Estado social capitalista não rompe com a lógica do capital, mas constitui uma forma de sua adaptação, ao incorporar direitos de modo parcial e condicionado às necessidades da acumulação, com o objetivo de manter a ordem e a exploração. As políticas sociais, nesse contexto, operam como instrumentos de regulação da força de trabalho e de reprodução das condições de exploração (Boschetti, 2016, p. 37), e a crise do Estado de Bem-Estar nos países centrais evidencia os limites estruturais dessas políticas sob a hegemonia do capital, reiterando a impossibilidade de superação das desigualdades sem transformações profundas no modo de produção.

Ficam evidenciados dois projetos antagônicos em disputa no campo da política social. De um lado, o projeto democrático-popular, que reivindica a universalização dos direitos sociais e a centralidade do Estado como garantidor da cidadania. De outro, o projeto neoliberal, que transforma direitos em mercadorias e serviços públicos em nichos de mercado. A superação dos limites impostos pelas políticas sociais no capitalismo neoliberal exige não apenas resistência às reformas regressivas, mas também a construção de um novo projeto societário, fundado na igualdade, na justiça social e na emancipação das classes trabalhadoras — horizonte que, como enfatiza Behring (2003), não será alcançado por reformas pontuais, mas por rupturas com os mecanismos seletivos e excludentes do capital.

## **Segurança alimentar e política pública: entre direitos e contradições**

### **1. A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)**

A fome e a insegurança alimentar — enquanto expressões da questão social — são compreendidas como frutos das contradições do modo de produção capitalista, manifestando-se nas desigualdades socioeconômicas, na exploração do trabalho, na pobreza, na expropriação e na sistemática negação dos direitos sociais, resultantes da apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Nessa perspectiva, tais fenômenos assumem contornos ético-políticos e estruturais que incidem diretamente sobre a reprodução social da classe trabalhadora.

A análise da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), eixo central do projeto de pesquisa desenvolvido pela autora, parte de sua conceituação normativa e das contradições que permeiam sua implementação no contexto do capitalismo

Realização:



Apoio:



neoliberal. Embora institucionalizada como política pública com a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio da Lei nº 11.346/2006 — a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) —, a SAN segue marcada pelo descompasso entre o reconhecimento formal do direito humano à alimentação adequada e sua negação concreta a milhões de brasileiras e brasileiros. Tal contradição é característica das políticas sociais sob regimes neoliberais, nos quais os direitos são juridicamente reconhecidos, mas subordinados à lógica mercadológica e às diretrizes de austeridade fiscal.

A proposta de pesquisa desta mestranda fundamenta-se no projeto ético-político do Serviço Social, comprometido com a defesa intransigente dos direitos humanos, com a universalização das políticas públicas, com a democracia e com o fortalecimento da participação popular. A atuação profissional nesse campo baseia-se na perspectiva da dialética marxista, que interpreta e intervém na realidade social a partir das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, promovendo uma leitura crítica e totalizante. Nessa abordagem, a questão social — categoria fundante da profissão — manifesta-se nas formas históricas da desigualdade e nos mecanismos de controle da força de trabalho, expressando-se, entre outras formas, na fome, no desemprego estrutural, na precarização da moradia e na violência urbana (Iamamoto, 2008).

A insegurança alimentar, que se expressa desde a instabilidade no acesso até a fome crônica, constitui uma das manifestações mais agudas da questão social. Para Oliveira (2024), a fome não é apenas um fenômeno biológico, mas uma violação de direitos, resultante de decisões políticas que privilegiam interesses privados em detrimento da vida. Iamamoto (2008) interpreta a questão social como produto da separação entre os trabalhadores e os meios de produção, gerando expressões como pobreza, desemprego e fome, usualmente enfrentadas por meio de políticas sociais focalizadas e fragmentadas. Mesmo concebida com base em princípios de universalidade e intersetorialidade, a SAN enfrenta os limites impostos por um modelo de proteção social permeado pela racionalidade neoliberal.

Segundo Castro (2005), a fome deve ser compreendida como fenômeno histórico e social, decorrente das contradições do sistema capitalista. Para o autor, não se trata de um problema de escassez natural, mas de injustiça social e econômica, evidenciada pela concentração fundiária, pelo latifúndio improdutivo e pela desigualdade na distribuição de renda — causas estruturais da fome no Brasil. Ao afirmar que “a fome é uma criação do homem contra o próprio homem”, denuncia a lógica de um desenvolvimento baseado na exploração e na marginalização de populações inteiras, e oferece uma crítica pioneira ao modelo econômico voltado à exportação e ao lucro, em detrimento do abastecimento interno e da soberania alimentar.

A redemocratização brasileira e a promulgação da Constituição Federal de 1988 representaram um avanço importante na consolidação dos direitos sociais, embora o direito à alimentação tenha sido formalmente reconhecido apenas em 2010, fruto de intensas lutas coletivas. Na década de 2000, a retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o lançamento do programa Fome Zero e a criação de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à alimentação adequada culminaram na promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que consolidou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) como arcabouço institucional da política de SAN no Brasil. Nesse contexto, as Conferências Nacionais e os Planos de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), com ampla participação popular, desempenharam papel central na ampliação da institucionalidade e na articulação federativa da política, cujos avanços foram amplamente reconhecidos internacionalmente, especialmente com a retirada do Brasil do Mapa da Fome da FAO entre os anos de 2004 e 2014.

Realização:



Apoio:



Entretanto, essas conquistas revelaram-se frágeis diante da intensificação da ofensiva neoliberal a partir de 2016, marcada por cortes orçamentários, pela extinção do CONSEA e pela reconfiguração de programas federais, comprometendo a sustentabilidade das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A pandemia de COVID-19 agravou esse cenário de desmonte, e, segundo dados da Rede PENSSAN, em 2022 mais de 33 milhões de pessoas no Brasil vivenciavam a fome, evidenciando as contradições do capitalismo, que inviabiliza a efetivação de direitos sociais em nome da acumulação e da racionalidade fiscal. A negação de direitos fundamentais expressa não apenas uma crise conjuntural, mas a própria lógica estrutural do capital, que subordina a vida às exigências do lucro; em contraposição, persistem propostas que afirmam a centralidade dos direitos, da justiça social e da soberania alimentar como pilares de uma ordem social verdadeiramente emancipatória.

Nesse cenário, ganham centralidade movimentos de resistência e múltiplas formas de organização popular, a exemplo das Cozinhas Solidárias, historicamente articuladas por movimentos sociais, coletivos territoriais e organizações da sociedade civil. Essas iniciativas configuram respostas concretas e coletivas às situações de fome, exclusão social e negligência por parte do Estado, afirmando práticas de solidariedade e autogestão em territórios mais vulnerabilizados. Nesse sentido, também destaca Iamamoto (2008) que a questão social é conformada não somente por desigualdades, mas por múltiplas resistências sociais, colocando em cena na esfera pública e estatal a disputa pela afirmação da cidadania e constituição de políticas sociais.

## 2. As Cozinhas Solidárias como forma de resistência popular

Organizadas por movimentos sociais e lideranças comunitárias e regulamentadas pela Lei nº 14.628/2023 e pelo Decreto nº 11.937/2024, as Cozinhas Solidárias configuram-se como tecnologias sociais baseadas na solidariedade, na autogestão e no protagonismo comunitário, materializando a força da organização popular diante da regressão de direitos e reafirmando os princípios de uma política orientada para a garantia dos direitos sociais.

Trata-se, portanto, de um modo de produção social da vida, ancorado no protagonismo dos sujeitos historicamente marginalizados. Conforme Gohn (2011), as organizações populares possuem papel fundamental na construção de novos espaços públicos de disputa, sendo capazes de formular demandas coletivas, tensionar políticas públicas e construir alternativas ao modelo de desenvolvimento excludente vigente. A incidência política dessas iniciativas, tais como as Cozinhas Solidárias, pode ser compreendida como a capacidade de intervir nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, a partir da mobilização coletiva e da ocupação de espaços institucionais e não institucionais de participação social.

De acordo com o site do Programa Cozinha Solidária, até abril de 2025, registravam-se 1.043 cozinhas habilitadas e cerca de 2.600 unidades mapeadas no país. O programa, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), contempla três modalidades de apoio: financiamento complementar no valor de R\$ 2,40 por refeição, cobrindo custos com pessoal, manutenção e pequenas aquisições; fornecimento de alimentos in natura por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e oferta de formação para colaboradores e processos educativos ao longo de 2025.

Os dados regionais indicam concentração significativa nas regiões Nordeste e Sudeste, onde se localizam cerca de 70% das unidades habilitadas, revelando desigualdades estruturais na mobilização social e na distribuição territorial de recursos. As cozinhas, geridas por entidades credenciadas junto ao MDS, atuam como espaços comunitários, com atividades de educação alimentar, cultivo de hortas, reforço escolar e ações de interesse coletivo.

Realização:



Apoio:





A SAN, enquanto política pública, integra o campo da proteção social não contributiva e universalista. No entanto, assim como outras políticas sociais, está sujeita às disputas em torno da função do Estado, à correlação de forças entre classes e às contradições próprias do capitalismo neoliberal. Sua efetivação exige a articulação entre Estado e sociedade civil organizada, o fortalecimento da soberania alimentar e a radicalização do compromisso com a justiça social e os direitos humanos.

### 3. Produção acadêmica no Serviço Social e lacunas de pesquisa

Apesar do crescimento das experiências de Cozinhas Solidárias, observa-se uma lacuna nas produções acadêmicas — especialmente no campo do Serviço Social — sobre sua atuação, organização e articulação com a política de segurança alimentar e nutricional. Essa ausência de estudos sistematizados reforça a necessidade de uma abordagem teórica que permita compreender tais experiências em sua totalidade e complexidade.

Como parte do processo de elaboração do projeto de pesquisa, entre abril e junho de 2025, foram realizadas explorações sobre a produção acadêmica do Serviço Social relacionada à temática da segurança alimentar e nutricional e das cozinhas solidárias, com o objetivo de mapear sua presença e o tratamento conferido a essas questões no interior da produção da área. Buscou-se identificar tendências, lacunas e contribuições relevantes ao campo de investigação da presente pesquisa, por meio de levantamento concentrado nas bases SciELO Brasil, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), nas edições de 2018, 2022 e 2024. No ENPESS, foram considerados os campos de Apresentação Oral, Mesas Temáticas Coordenadas e Apresentações em formato de Pôster, utilizando-se os descritores “cozinha”, “segurança alimentar” e “insegurança alimentar”. O recorte temporal adotado abrange o período de 2000 a 2025, com exceção dos dados do ENPESS, limitados às edições mencionadas.

As pesquisas resultaram na identificação de 12 artigos científicos, 8 dissertações de mestrado e 6 trabalhos apresentados em eventos. A maioria das produções concentra-se em análises sobre SAN no âmbito das políticas públicas e do direito humano à alimentação, com abordagens que enfatizam a assistência social, a saúde e a agricultura familiar. Contudo, observou-se uma escassez de trabalhos que abordem especificamente as cozinhas solidárias enquanto expressão de organização popular, resistência social e estratégia de enfrentamento da fome. As investigações sobre essas experiências, quando presentes, aparecem de forma pontual e com pouca sistematização empírica, revelando uma lacuna importante no campo de pesquisa do Serviço Social. Essa ausência reforça a relevância da presente proposta de investigação, que busca contribuir para a ampliação do debate sobre a participação popular e os mecanismos de incidência política das Cozinhas Solidárias no campo da segurança alimentar e nutricional, no período de 2020 a 2025, a partir das experiências do RS.

### Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidenciou que as políticas sociais, no contexto da formação social brasileira, não se constituem como direitos amplamente consolidados, mas como respostas contraditórias às expressões da questão social que, ao mesmo tempo que buscam atender às necessidades básicas da população, regulam e reproduzem as desigualdades impostas pela sociabilidade capitalista.

O sistema de proteção social no Brasil foi historicamente estruturado em meio a lutas sociais, marcado pelas disputas entre projetos societários antagônicos: de um

Realização:



Apoio:





lado, o projeto democrático-popular, que afirma a centralidade dos direitos sociais, a universalização do acesso e a participação cidadã como fundamentos da política pública; de outro, a racionalidade neoliberal, que subordina os direitos à lógica fiscal, mercantiliza-os e desresponsabiliza o Estado por sua garantia. Nesse cenário, as políticas sociais expressam a contradição entre o reconhecimento jurídico dos direitos e sua efetiva realização, oscilando entre o atendimento pontual e focalizado das necessidades imediatas e a reprodução da ordem social vigente. Essa tensão é particularmente evidente nas políticas não contributivas, frequentemente alvos de desmonte, focalização e terceirização, o que contribui para a fragilização do sistema de proteção social. A redução do papel do Estado, a precarização dos serviços públicos e a crescente transferência de responsabilidades ao chamado “terceiro setor” revelam uma lógica de esvaziamento do potencial emancipatório das políticas sociais e limita sua capacidade transformadora.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), analisada neste trabalho como parte do sistema de proteção social, reflete essas mesmas contradições. Ainda que tenha representado um avanço importante no reconhecimento do direito humano à alimentação adequada e na participação popular, sua efetividade tem sido comprometida por cortes orçamentários e pela ausência de um projeto de Estado comprometido com a universalização dos direitos.

Por outro lado, o campo das políticas sociais é também espaço de resistência, mobilização e disputa. A emergência de experiências como as Cozinhas Solidárias, articuladas por movimentos populares e coletivos territoriais, revela que, mesmo diante do desmonte institucional, a sociedade civil organizada constrói alternativas concretas que reafirmam a dignidade humana e os princípios da solidariedade e da justiça social. Essas iniciativas, ainda que limitadas em sua abrangência e, por vezes, concepção e articulação, tensionam o Estado e apontam para a possibilidade de construção de outro horizonte de política pública.

Em síntese, a trajetória das políticas sociais no Brasil demonstra que sua existência e configuração não são dadas, mas permanentemente disputadas. A afirmação da proteção social como direito exige, portanto, mais do que reconhecimento formal: exige a luta contínua contra as formas históricas de expropriação, exclusão e negação de direitos.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Brasília: PR/CC, 2006. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm)>. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 14.628**, de 20 de julho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família. Brasília: PR/CC, 2023. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14628.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14628.htm)>. Acesso em: 1 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa Cozinha Solidária**. Brasília: MDS, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cozinha-solidaria>>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)**. Brasília: MDS, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/sisan>>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.937**, de 5 de março de 2024. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.346/2006. Brasília: PR, 2024. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/decreto/D11937.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11937.htm)>. Acesso em: 1 jun. 2025.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO no Brasil). **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**. Brasília: FAO, 2021. Disponível em: <<https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1445847/>>. Acesso em: 17 jun. 2025.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e a participação da sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, p. 9–32, jan./jun.2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Pâmela di Christine Franco de. **O direito humano à alimentação adequada e as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no Mercosul**: os desafios de uma agenda política regional. 2024. 140f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2024.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social**: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

REDE PENSSAN. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. A pobreza e os desafios da assistência social. **Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 153–154, jul./dez. 2010.

Realização:



Apoio:



**Realização:**



**Apoio:**



## POLÍTICA SOCIAL DE SAÚDE MENTAL, NEOLIBERALISMO E RACISMO ESTRUTURAL

Ana Paula Cupertino da Silva<sup>60</sup>

**RESUMO:** O presente artigo objetiva apresentar reflexão teórica sobre a ofensiva neoliberal na seguridade social, no contexto brasileiro, e o racismo estrutural. Foi realizada pesquisa exploratória, qualitativa e bibliográfica. Aponta alguns elementos da seguridade social brasileira, visando apontar a materialização do racismo estrutural, através das medidas neoliberais. Apresenta a política social de saúde mental e as implicações do neoliberalismo, nesta política social. E por fim, aponta alguns desafios da política social de saúde mental brasileira para materializar ações e serviços de saúde mental, na perspectiva antimanicomial e antirracista.

**Palavras-chaves:** Política social. Saúde Mental. Antimanicomial. Neoliberalismo. Racismo Estrutural.

**ABSTRACT:** This article aims to present a theoretical reflection on the neoliberal offensive against social security in the Brazilian context and structural racism. An exploratory, qualitative, and bibliographic study was conducted. The article highlights key elements of Brazilian social security, seeking to demonstrate how structural racism is materialized through neoliberal policies. It also examines mental health social policy and the implications of neoliberalism within this sphere. Finally, it identifies some of the challenges faced by Brazilian mental health policy in implementing actions and services grounded in anti-asylum and anti-racist perspectives.

**Keywords:** Social Policy. Mental Health. Anti-Asylum Movement. Neoliberalism. Structural Racism.

### Introdução

Este artigo é fruto de reflexão teórica que vem sendo realizada na formação e trabalho profissional, no âmbito da política social de saúde mental, neoliberalismo e racismo estrutural.

A questão racial no Brasil, vem colocando a necessidade da apreensão das manifestações do racismo em diferentes dimensões da vida social. Provocando a análise no âmbito das medidas neoliberais e antidemocráticas, para a seguridade social, e também para a política social de saúde mental brasileira.

A questão racial presente nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios realizada em 2021, segundo raça/cor mostra um panorama que indica em que condições os trabalhadores/as negros/as acessam, ou não acessam, a seguridade social e as políticas sociais. Segundo essa pesquisa, entre os desempregados 43,8% são brancos e 55,2% são negros. Quanto aos cargos gerenciais 69,0% são ocupados por brancos e 29,5 % por negros. Sobre as condições de moradia e patrimônio, entre os proprietários de grandes estabelecimentos agropecuários, 79,1% são brancos e 19,0% são negros. Esse cenário reverbera no percentual de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, com menos de R\$ 10,43 por dia, sendo que 5,0% são brancos e 20,4% são negros (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

---

<sup>60</sup> Docente do Departamento de Serviço Social na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bacharela em Serviço Social, Mestra e Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação, em Política Social da UFES. E-mail: anapaulacupertino31@gmail.com.

Realização:



Apoio:



É a partir desse panorama de alguns dados sobre as condições de reprodução material e subjetiva dos trabalhadores/as negros/as que devemos pensar as implicações do neoliberalismo nas políticas sociais de seguridade social, e no conjunto das relações sociais da sociedade capitalista.

O artigo está dividido em três sessões, sem considerar essa breve introdução. A primeira sessão tem por objetivo contextualizar, as políticas sociais de seguridade social, o neoliberalismo e racismo estrutural, no contexto brasileiro. Seguida de uma breve discussão sobre a reforma psiquiátrica brasileira e política social de saúde mental, e as implicações do neoliberalismo, nesta política social. E na conclusão, apresentamos alguns os desafios postos a política social de saúde mental brasileira.

## **Seguridade social, neoliberalismo e racismo estrutural**

Para realizar as mediações necessárias entre as políticas sociais da seguridade social brasileira, o neoliberalismo e o racismo estrutural, é preciso refletir sobre a política social e a seguridade social, no estado capitalista.

Segundo Behring (2016) as políticas sociais da seguridade social brasileira representam um padrão de proteção social instituído pelo estado capitalista, constituído de políticas sociais compensatórias e focalizadas. Mas, também representa uma conquista da classe trabalhadora pelos direitos sociais.

Essa conquista se materializou em políticas sociais através da constituição federal brasileira de 1988, que promulgou a seguridade social, no Brasil, materializada mediante a viabilização dos direitos sociais, de saúde, previdência e assistência social (Salvador, 2010).

Os direitos sociais, viabilizados através de diversas políticas sociais se tornaram possíveis devido a adoção pelo estado capitalista de uma feição social que possibilita a materialização de direitos sociais, por meio de políticas sociais, financiadas pelo estado (Boschetti, 2016).

Entretanto, isso não retira do estado sua origem capitalista, e tão pouco faz dele uma instância neutra de produção do bem-estar. Através da feição social, o estado não passa a ser um estado para o desenvolvimento humano, muito pelo contrário, continua a ser um estado para o desenvolvimento do capitalismo. Pois, ainda que atenda algumas necessidades da classe trabalhadora, o estado não deixa de atender em primeira instância as necessidades do capitalismo (Boschetti, 2016).

Essa feição social do estado é diluída com a crise do capitalismo e a inserção da política econômica neoliberal que propõe a desregulamentação do mercado financeiro, das mercadorias, das relações de trabalho. E também propõe, a privatização das instituições públicas (Salvador, 2010).

A consequência da redução da feição social do estado capitalista através de medidas neoliberais, se configura através do mecanismo de penalidade neoliberal. Esse visa, remediar com um mais estado policial e penitenciário, o menos estado econômico e social (Wacquant, 2001).

O estado penal, significa a penalidade no sentido literal, materializado por exemplo, através do encerramento em massa de negros/as. Esse encarceramento, é reflexo da privação de liberdade do escravismo brasileiro, e continuidade do racismo nas relações institucionais (Borges, 2019). Esse racismo, presente nas relações institucionais é estrutural. Sendo, elemento integrante da organização econômica e política da sociedade e estado capitalista. E se manifesta através da naturalização da desigualdade social presente no cotidiano dos trabalhadores negros/as (Passos, 2019).

Esse estado também significa, segundo Behring (2018) o crescimento das funções de coerção do estado capitalista. Assim, o neoliberalismo como razão do mundo capitalista em crise através do estado capitalista reproduz, violência, fome, guerra e conservadorismo. Nesse contexto, o parâmetro democrático é desativado e um

Realização:



Apoio:





parâmetro antidemocrático passa a prevalecer. Isso corrobora, para uma espécie de subjetivação neoliberal que opera no sentido do egoísmo social como norma e *ethos* do tempo.

Nessa fase, o fundo público que exerceu uma função ativa nas políticas macroeconômicas. Sendo importante, tanto na esfera da acumulação produtiva, quanto no âmbito das políticas sociais e seguridade social. Através do financiamento da seguridade social e das políticas sociais, passa a ter sua relevância reduzida (Salvador, 2010).

As medidas neoliberais, contribuíram para que parte dos recursos que deveriam ser destinados ao financiamento das políticas sociais da seguridade social, fosse desviado da sua finalidade, para formar superávit fiscal e pagamento de juros, da dívida pública. O fundo público brasileiro, vem sendo disputado, e nessa luta os interesses dos trabalhadores vem perdendo espaço para os interesses do capitalismo financeiro internacional (Salvador, 2010).

O lugar ocupado pela seguridade social e as políticas sociais, no capitalismo guiado pelo neoliberalismo, associado aos interesses do capitalismo financeiro, internacional e nacional, é destacado por Marques (2015, p.18) como

um “Não lugar”, pois não faz parte da agenda desse tipo de capital. Não se trata de dizer que elas não são prioritárias e sim que elas não interessam ao capital. Ao contrário, elas são vistas como um obstáculo ao pleno desenvolvimento de sua vocação: fazer dinheiro sem se dar ao trabalho de organizar a produção.

Portanto, a seguridade social e as políticas sociais conquistadas pelos trabalhadores vem sendo desfinanciada pelas medidas neoliberais, restando aos trabalhadores o estado na sua face coercitiva e penalizadora da classe trabalhadora.

A penalidade se materializa no desfinanciamento da seguridade social e políticas sociais públicas e, portanto, na precarização do serviço público em detrimento da privatização, penalizando os trabalhadores.

A penalidade neoliberal, materializada no desfinanciamento da seguridade social, e demais políticas sociais brasileiras, reverberam no racismo. Na medida em que permite que os trabalhadores negros/as que acessam exclusivamente os serviços públicos, tenha que acessar serviços precarizados ou inexistentes.

Essa penalidade neoliberal se materializa na política de saúde mental brasileira, colocando limites à implementação dessa política social, ancorada com os princípios da reforma psiquiátrica brasileira. Colocando barreiras, portanto para viabilização de uma política social, antimanicomial e antirracista.

Na próxima seção, apresentaremos o percurso da reforma psiquiátrica brasileira e a política social defendida pela reforma psiquiátrica e as implicações da ofensiva neoliberal na materialização desta política social.

### **A reforma psiquiátrica brasileira: neoliberalismo e velhos dilemas da reforma psiquiátrica brasileira**

Para compreender o cenário neoliberal na política social de saúde mental é preciso, realizar as mediações necessárias para apreender esse fenômeno. Sendo necessário, considerar o contexto em que ocorre a Reforma Psiquiátrica brasileira e as suas etapas (in) conclusas. Sendo apresentada ao longo do processo sócio-histórico tendo como referências a literatura que apresenta em três grandes momentos.

O primeiro entre 1978 a 1980 constituído pelas denúncias e primeiras tentativas de humanização da rede hospitalar. Também foi marcada pela *I Conferência Nacional de Saúde Mental* em 1986, pelo surgimento do Movimento Antimanicomial em 1987 e as primeiras experiências motivadoras de novas estratégias e serviços (Vasconcelos,

Realização:



Apoio:



2010). Nessa década, o movimento dos trabalhadores da saúde mental teve um importante posicionamento contido no *Manifesto de Bauru*, produzido no *II Congresso Nacional do Movimento de Trabalhadores da Saúde Mental*, no qual apresentaram a discriminação contra negros como uma questão a ser considerada, na década de 1980 a partir da institucionalidade do manicômio.

**O manicômio é expressão de uma estrutura, presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo de sociedade.** A opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes, nos cárceres, **a discriminação contra negros**, homossexuais, índios, mulheres. Lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida (Manifesto de Bauru, 1987, n/p., grifos nossos).

O segundo momento entre 1992 a 2001 teve como marco a *II Conferência Nacional de Saúde Mental* em 1992, que mobilizou em torno do modelo da desinstitucionalização do italiano Franco Basaglia, que propunha a extinção dos hospitais psiquiátricos de modelo asilar e manicomial. A partir disso, se institui a forma de financiamento e implantação dos novos serviços substitutivos (Vasconcelos, 2010).

E no terceiro momento entre 2001 a 2010, aconteceu a *III Conferência Nacional de Saúde Mental* em 2001 e a aprovação da Lei n.º 10. 216/2001 que regulamenta o atendimento em saúde mental, a expansão e consolidação da Rede de Atenção Psicossocial e a incorporação das demandas de crianças e adolescentes e abuso de drogas (Vasconcelos, 2010). Essa legislação determina que o atendimento seja realizado através de serviços comunitários e indica a internação, apenas quando os recursos extra-hospitalares forem insuficientes (Brasil, 2001).

A partir desse marco legislativo, passa a ser implementado os serviços da política social de saúde mental brasileira. Entretanto, a materialização dos serviços de saúde mental dessa política social ocorre concomitante às medidas neoliberais de redução do financiamento de serviços públicos das políticas sociais brasileiras.

Os dados levantados por Oliveira (2017) acerca dos gastos federais com a política social de saúde mental, entre os anos, 2001 e 2016. Apresentam a implicação das medidas neoliberais na implementação dos serviços de saúde mental, no contexto brasileiro. Ao identificar uma tendência ora de expansão, ora de contenção da implementação das ações extra-hospitalares e serviços substitutivos.

Seguindo a lógica do financiamento público da política social de saúde mental brasileira, é possível perceber a tendência de ações e serviços de saúde mental ancorados no modelo manicomial em detrimento de ações e serviços de saúde mental pautados no modelo de cuidado da reforma psiquiátrica (Souza, Garcia, 2008; Oliveira, 2017; Denadai et al., 2023; Campanharo, 2023).

Essa tendência, segundo Costa e Mendes (2022) se constitui uma contrarreforma psiquiátrica. E portanto, conforme Duarte (2016) a materialização da neoinstitucionalização da política social de saúde mental. Essa neoinstitucionalização é provocada pelo neoliberalismo e se materializa, por exemplo, através da institucionalização, em leitos nas comunidades terapêuticas. E também, conforme Leal e Campanharo (2021) por meio de internações compulsórias em instituições privadas, por transtornos mentais e/ou consumo de drogas que vem dominando os recursos públicos do sistema único de saúde, nesse campo.

As internações nessas instituições indicam a formação de uma rede paralela ao sistema único de saúde, que vem impedindo a implementação dos princípios da reforma psiquiátrica brasileira através do reforço do discurso médico, patologizante e medicalizante. Que integram, uma nova lógica mercadológica no campo da saúde mental e drogas (Leal; Campanharo, 2021).

Essas internações compulsórias vêm ocorrendo com maior frequência, entre os homens adultos. Sendo 83,8% compõem o gênero masculino, e 16,13% o feminino. Em

Realização:



Apoio:



relação à faixa etária, 16,8% estão entre 30 a 35 anos, 16,7% entre 36 a 41 anos e 14,3% entre 24 a 29 anos (Leal; Campanharo, 2021).

As internações compulsórias refletem a falta de investimento na atenção básica de saúde. A omissão e a negação dos direitos sociais, por parte do estado (Freitas, 2015). E, portanto, um retrocesso no parâmetro normativo da política social de saúde mental brasileira. Através da continuidade do parâmetro hospitalocêntrico (Prudêncio; Senna, 2018).

A oferta de serviços de saúde mental em uma perspectiva manicomial contribui para que os trabalhadores negros/as que acessam a política de saúde mental, recebam um serviço ausente de uma direção antimanicomial. Smolen e Araújo (2017) nos alerta para essa questão indicando que entre, 2004 e 2014, no Brasil, 38% dos casos de depressão ocorreram em negros, enquanto 9,4% em brancos. Sobre outros casos de transtorno mentais, apontaram que 51,6% ocorreram em negros e 37,0% em brancos. Damasceno e Zanello (2018) aponta que embora a população negra seja a maioria dos usuários atendidos no Centro de Atenção Psicossocial o reconhecimento do impacto do racismo na saúde mental desses usuários é pouco explorado no atendimento desse serviço. Segundo Leal et al., (2023) nos serviços de Residências Terapêuticas essa população também está presente, sendo 55% dos moradores são negros, demonstrando quem foram as pessoas que estiveram por longo tempo confinadas em hospitais psiquiátricos.

Esse dado é relevante para apreensão do racismo como um elemento que pode contribuir para questões de saúde mental. E também, para compreensão de qual parcela dos trabalhadores/as poderá receber o maior impacto do desfinanciamento de serviços públicos de saúde mental.

A partir das medidas neoliberais a seguridade social e as políticas sociais brasileiras recebem uma configuração que não corresponde com a conquistada na constituição federal, em 1988. E, embora a política social de saúde mental brasileira tenha alcançado avanços significativos após a reforma psiquiátrica, e a promulgação da legislação vigente. O neoliberalismo, contribuiu para a desconfiguração da proposta da política social de saúde mental, defendida pela reforma psiquiátrica brasileira. Essa desconfiguração, implica na reatualização de serviços e ações desarticulados do parâmetro antimanicomial e antirracista.

Na próxima seção, apresentaremos algumas reflexões sobre as medidas neoliberais para as políticas sociais e a política social de saúde mental e a conexão dessas medidas com o racismo estrutural.

## Conclusão

Realizar uma reflexão conclusiva de um debate profundo e complexo como o racismo estrutural e a conexão com as medidas neoliberais para as políticas sociais de seguridade social e política de saúde mental brasileira, é um desafio enorme. Assim, indicaremos algumas reflexões que precisam ser aprofundadas através da produção de conhecimento.

Portanto, a política social no capitalismo é uma forma de garantia da produção e reprodução ampliada do capitalismo, e conquista dos trabalhadores, mediada pelo estado capitalista. O capitalismo é um sistema econômico que tem na crise um elemento fundamental da sua continuidade. Assim, o neoliberalismo é uma resposta à crise e continuidade do capitalismo, que operou através da desregulamentação dos mercados financeiros, dos produtos, das relações de trabalho e da privatização das instituições e serviços públicos.

E o resultado disso, é o aprofundamento da participação da filantropia e do setor privado, na viabilização de serviços sociais básicos. E, portanto, um retrocesso das políticas sociais, de caráter estatal.

Realização:



Apoio:



Sendo esses alguns dos desafios da política social de saúde mental para materializar ações e serviços antimanicomiais e antirracistas. Pois o parâmetro neoliberal, repercute na política social de saúde mental que vem sendo desfinanciada, em detrimento do seu parâmetro legal de desinstitucionalização. O desfinanciamento de serviços públicos, da política social de saúde mental, no contexto neoliberal, não colabora para reprodução de ações e serviços, antimanicomiais e antirracistas.

Nos próximos dois anos, a política social de saúde mental brasileira irá celebrar vinte e cinco anos de existência e resistência. Será uma data importante, para reflexão da política social de mental possível, diante das medidas neoliberais, que descaracterizam os serviços e princípios emancipatórios dessa política social.

Assim, o lema *por uma sociedade sem manicômios* precisa ser reafirmado na atualidade diante de medidas que reduzem o atendimento de saúde mental no setor público para aumentá-lo no setor filantrópico e privado. Abrindo margem para ações penalizantes, coercivas, culpabilizantes, moralizadoras, no âmbito da política social de saúde mental.

Portanto, a penalidade neoliberal do estado capitalista é antidemocrática. E não tem correspondência, com os princípios da liberdade de existir e de receber cuidados, e serviços de saúde mental de forma desinstitucionalizada. Assim, a verdadeira antimanicomialidade, depende de uma sociedade que não tenha como parâmetro, o lucro, a ganância e a competitividade. Mas, a vida em liberdade e a liberdade para viver.

## Referências

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

BRASIL. **Lei n.º 10.126**, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Governo Federal, 2001.

BRASIL. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BEHRING, Elaine. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine, LIMA, Rita de Lourdes (org.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo. Pólen, 2019.

CAMPANHARO, Lara Silva. **Para onde foi o dinheiro da saúde mental?** Análise dos gastos da secretaria de saúde do estado do Espírito Santo com as ações e serviços em saúde mental. 2023. 230f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

COSTA, Pedro Henrique Antunes; MENDES, Kíssila Teixeira. “Negro de bom escravo a traficante”: contribuição de Clóvis Moura à crítica a guerra às drogas no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 511-530, 2022.

Realização:



Apoio:



DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska Marizete Loyola. Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 450-464, 2018.

DENADAI, Mirian Cátia Vieira Basilio *et al.* Internação compulsória e restrição de liberdade de pessoas que usam drogas. **Katálysis**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 278-286, 2023.

DUARTE, Sílvia Louzada. **A luta antimanicomial e a política de saúde mental na voz dos militantes do movimento pela reforma psiquiátrica**. 2016. 130f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

FREITAS, Carolina Nunes. **Internação compulsória e biopolítica: o direito fundamental à liberdade e autonomia à luz do pensamento de Michel Foucault e a política de drogas brasileiras**. 2015. 202f. Dissertação (Mestrado em Direito e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2015

MANIFESTO DE BAURU. **II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental**. Bauru, 1987.

MARQUES, Rosa Maria. O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. **Argumentum**, Vitória, v. 7, n. 2, p.7-21, 2015.

OLIVEIRA, Edinéia Figueira dos Anjos. **Gastos da política de saúde mental e os rumos da reforma psiquiátrica**. 2017. 276f. Tese (Doutorado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017

LEAL, Fabiola Xavier; MALTA, Danielle Lima; GOUVEA, Isabela Lopes; FARIAS, Jessica Silva. A desinstitucionalização da RAPS no estado do Espírito Santo: os serviços residenciais terapêuticos no Espírito Santo - 2019 a 2022. **Relatório final de pesquisa**. Vitória: Fundação de Amparo e Inovação do Espírito Santo; Universidade Federal do Espírito Santo, 2023.

LEAL, Fabiola Xavier; CAMPANHARO, Lara Silva. A judicialização da política de saúde mental, no estado do Espírito Santo - 2018 a 2021. **Relatório final de pesquisa**. Vitória: FAPES; Universidade Federal do Espírito Santo, 2021.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 116-129, 2020.

PRUDÊNCIO, Juliana Desiderio Lobo; SENNA, Mônica de Castro Maia. Retrocessos na atenção a usuários de álcool e outras drogas. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 3, p. 79-93. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, Estudos e Pesquisas de Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 4. 2022.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

Realização:



Apoio:





SMOLEN, Jenny Rose; ARAÚJO, Edna Maria. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 4021-4030, 2017.

SOUZA, Jackeline Silva; GARCIA, Maria Lúcia. Resistindo à reforma psiquiátrica brasileira: um estudo de caso de uma clínica psiquiátrica privada, Espírito Santo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 199-220, 2008.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Desafios políticos no campo da saúde mental conjuntura: uma contribuição ao debate da IV Conferência Nacional. *In*: VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.). **Desafios políticos da reforma psiquiátrica brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2010.

Realização:



Apoio:



**A “CIDADE MARAVILHOSA” E O CAMPO MINADO DA SEGURANÇA PÚBLICA:** práticas de desumanização da população periférica a partir da militarização da questão social

Erica Conceição do Nascimento<sup>61</sup>

Renan Silva Gomes<sup>62</sup>

Luã Gabriel dos Santos Gonçalves Lima<sup>63</sup>

Carlos Antonio de Souza Moraes<sup>64</sup>

**Resumo:** O presente artigo analisa os impactos da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro para a população negra e periférica, refletindo como ela se converte em uma necropolítica. Busca refletir como a legitimação de uma metáfora da guerra, permite ao Estado converter as populações periféricas em corpos matáveis, analisando por uma ótica interseccional, os seus impactos para as populações negras e periféricas.

**Palavras-chaves:** Segurança pública, Necropolítica e Interseccionalidade.

**Abstract:** This article analyzes the impacts of the public security policy of the State of Rio de Janeiro, reflecting on how it turns into a form of necropolitics. It seeks to reflect on how the legitimation of a war metaphor allows the State to transform peripheral populations into killable bodies. The analysis is conducted from an intersectional perspective, examining the impacts of this public security policy, implemented by the government of Rio de Janeiro, on Black and peripheral populations.

**Keywords:** Public Security; Necropolitics; Intersectionality.

## Introdução

O cenário da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro revela-se como um espaço de conflitos armados, políticas de repressão e graves violações de direitos humanos. Essa realidade, longe de ser um fenômeno recente ou isolado, é sustentada por uma lógica histórica de exclusão social, racialização dos territórios periféricos e naturalização da violência estatal como forma de controle e gestão da desigualdade.

A atuação do Estado nas favelas e periferias revela uma prática sistemática de criminalização desses territórios, que são constantemente submetidos a intervenções violentas em nome da “guerra às drogas”. O discurso da segurança pública, amplamente sustentado por metáforas de guerra e estratégias de exceção, legitima a militarização da vida cotidiana e o uso desproporcional da força policial. Nesse contexto, os corpos negros, pobres e marginalizados são marcados como alvos preferenciais de uma política que administra o medo social. A segurança, nesse caso, não é um direito, mas uma ferramenta de controle que reforça hierarquias raciais e sociais. Diante disso, este trabalho propõe uma análise interseccional das dinâmicas de violência e exclusão

<sup>61</sup> Assistente Social graduada pela UniVassouras e mestranda no Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social (PPGPS-UFF). Email: ericanascimento3753@gmail.com.

<sup>62</sup> Assistente Social graduada pela UFF e mestrando no Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social (PPGPS-UFF). Email: renansilvagomes@id.uff.br.

<sup>63</sup> Assistente Social, graduado pela UERJ e mestrando no Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social (PPGPS-UFF). Email: lgsgl1998@gmail.com.

<sup>64</sup> Assistente Social. Docente da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF. Doutor em Serviço Social (PUC/SP). Email: carlosantoniomoraes@id.uff.br.

Realização:



Apoio:



dirigidas à população periférica, considerando os marcadores de raça, classe, gênero e território.

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de caráter teórico e crítico, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. O objetivo é compreender como a segurança pública tem operado como mecanismo de controle social, especialmente em territórios periféricos do Rio de Janeiro, a partir da interseção entre os marcadores de raça, classe, gênero e território. O artigo está estruturado em duas seções principais, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta uma reflexão teórica sobre como os marcadores sociais de diferença — especialmente raça, classe, gênero e território — se entrelaçam na conformação das práticas de violência institucional. Parte-se da compreensão de que a atuação do Estado nas favelas se baseia em uma lógica de criminalização da pobreza e racialização do espaço, sustentada por dispositivos históricos de exclusão. A segunda seção foca no contexto específico do Estado do Rio de Janeiro, analisando dados sobre letalidade policial e violência de Estado, bem como discursos públicos que sustentam a militarização como resposta à desigualdade. A análise documental é utilizada para evidenciar como a segurança pública tem operado como substituta das políticas sociais, reforçando a lógica de punição e repressão nos territórios vulnerabilizados.

### **Uma análise interseccional das dinâmicas de violência e exclusão da população periférica**

Antes de adentrar nas especificidades do estudo sobre a segurança pública, é importante considerar o recorte teórico-metodológico que orienta esta análise: a interseccionalidade de raça, gênero, classe e territorialidade, que somadas, produzem desigualdades e violências complexas. Essas violências não são pontuais, mas sim resultado de estruturas históricas e sociais, marcadas pela interconexões desses fatores.

O conceito de interseccionalidade foi introduzido por Kimberlé Crenshaw, desenvolvendo-o para analisar como as diferentes formas de opressão se entrelaçam e resultam diferentes experiências de discriminação. Utilizada como uma ferramenta de análise crítica, a interseccionalidade permite entender como as múltiplas opressões interagem e como as estruturas de poder excluem certos grupos de forma sistemática.

Collins e Bilge (2021) trazem uma análise sobre a importância de uma análise interseccional sobre as desigualdades sociais que são marcadas pela soma das opressões dentro de um contexto social:

A interseccionalidade, ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social. Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre várias categorias de poder. (Collins; Bilge, 2021, p. 45).

No caso aqui estudado, à população periférica, é constantemente atravessada por múltiplas formas de opressão de raça, gênero e classe que se expressam no fator territorialidade. Pois moradores das periferias e favelas, majoritariamente negros, segundo o IBGE (2022), tem seus direitos fundamentais frequentemente violados, e entender as interconexões destes marcadores é essencial para compreender as dinâmicas excludentes e desumanizadoras.

Desde a chamada abolição da escravidão, a população negra passou a ser caracterizada pela categorização racial, e com ideologias racistas que influenciaram também em suas ocupações territoriais, eles foram lançados para as periferias de todo

Realização:



Apoio:



o país sendo deixados sem nenhuma proteção e vivendo em condições precárias. Foram e ainda são submetidos a políticas de extermínio físico e apagamento simbólico. “As periferias das cidades brasileiras são o cenário interativo em que se somam práticas e omissões para a consecução do projeto genocida de Estado” (Walê, p. 117, 2008).

A periferia frequentemente é tratada como território inimigo, onde o Estado direciona a baixa qualidade dos serviços sob o discurso de predomínio de violência, caracterizado por um processo de escolarização precária, operações violentas, violência policial seletiva, encarceramento de corpos periféricos sob o associativo de “criminoso”, tendo principalmente os jovens negros e pobres como os principais alvos. Historicamente, a sociedade é formada com base em marcadores sociais, em destaque a cor da pele.

No contexto brasileiro, o racismo estrutural é sustentado pelo dispositivo de racialidade que historicamente marginaliza a população negra, naturalizando a exclusão e desumanização de corpos negros.

É o racismo que sustenta a produção da morte. A partir das distinções de tipo biológico que atravessam a população, será possível ao Estado recrutar os indivíduos a serem eliminados, numa perspectiva que garante a manutenção de uma sociedade pura e saudável. No esquema assumido pela modernidade, o racismo passa, portanto, a ser a condição para o direito de matar (WALÊ, p. 114, 2008).

Muitas vezes associada a criminalidade e a informalidade, a periferia traz consigo o estigma construído pelas instituições e setores de poder da sociedade, que desumaniza os moradores desses territórios que são, em sua maioria, pessoas negras, mulheres e trabalhadores informais que enfrentam múltiplas formas de exclusão. Refletir sobre esse contexto social através da interseccionalidade permite compreender as violências simbólicas e físicas sofridas por esses sujeitos sociais e que a sobreposição dessas opressões resulta em vulnerabilidades históricas.

Como resultado direto desse processo de demarcação de territórios, o que se observa é que, do ponto de vista da distribuição espacial, o segmento negro está cercado por uma rede de desestruturação que, na precariedade dos espaços a ele reservados, tem como pilar fundamental a produção da morte física e simbólica (Walê, p. 116, 2008).

Entender como as contradições urbanas se expressam de forma brutal sobre determinados corpos a partir da perspectiva interseccional é essencial para a construção e desenvolvimento de políticas públicas e promoção da justiça social para população negra e periférica. O estudo interseccional rompe com análises reducionistas e promove uma leitura mais fiel da realidade social vivida por esses sujeitos marginalizados. Essa análise revela que a violência armada e a militarização não são eventos isolados, mas um resultado de uma estrutura social que opera de forma seletiva sobre corpos marginalizados.

## **Rio de Janeiro: campo minado na segurança pública**

O estado do Rio de Janeiro, amplamente reconhecido por suas belezas naturais e por ser um dos principais polos turísticos do Brasil, tem na cidade do Rio de Janeiro - conhecida mundialmente como “Cidade Maravilhosa” - um símbolo de sua identidade. O Cristo Redentor, seu principal cartão-postal, figura entre as sete maravilhas do mundo moderno. No entanto, apesar desse prestígio internacional e de uma rica trajetória histórica - como antiga capital do Império, cenário de importantes movimentos políticos e sede de megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas - o estado enfrenta, há décadas, sérios desafios no campo da segurança pública.

Realização:



Apoio:



Historicamente, o Rio de Janeiro tem adotado um modelo de segurança marcado por ações drásticas e emblemáticas, frequentemente repercutidas em nível nacional e internacional. Em vez de implementar uma política de segurança pública planejada, eficaz e socialmente orientada, o que se observa é a consolidação de uma lógica racista e criminalizante. Essa lógica se expressa, especialmente, na atuação do Estado frente à tríade formada pelo crime organizado - incluindo tráfico de drogas e milícias -, pela violência policial e pela gestão do medo promovida pelos governos. Nessa conjuntura, a “ordem” é imposta por meio do medo e da militarização da vida cotidiana, sobretudo nas periferias e favelas, onde o direito à segurança é frequentemente idealizado e executado pelo controle armado e pela repressão via megaoperações em nome da suposta “guerra às drogas”.

As favelas e periferias do Estado do Rio de Janeiro são frequentemente retratadas pela mídia em decorrência das intervenções policiais realizadas nesses territórios - muitas delas marcadas por elevada letalidade e pouca efetividade no enfrentamento real da violência. Essas ações, em diversos casos, resultam na morte de inocentes. Quando se observa os perfis das vítimas, é possível identificar um padrão: os corpos têm cor e endereço definidos. Os chamados “suspeitos” são, em sua maioria, jovens negros, oriundos das camadas populares e residentes de áreas historicamente associadas à população negra - as favelas.

Dados da Plataforma Futuro Exterminado, do Instituto Fogo Cruzado, indicam que das “601 crianças e adolescentes baleados no Rio entre 2016 e 2023, quase metade dos casos (48%) ocorreu durante operações policiais” (IBASE, 2024, p.1). Esse cenário nos remete à necessidade de refletir sobre o processo de estigmatização, entendido como um mecanismo de categorização social baseado em uma identificação seletiva que atribui traços negativos e pejorativos a determinados grupos. Segundo Goffman (1982), a estigmatização compromete profundamente a identidade social dos indivíduos, afetando suas interações e sua posição na sociedade. Assim, a associação entre criminalidade, cor e território não é acidental, mas resultado de uma construção social e histórica que reforça desigualdades e legitima ações violentas do Estado nesses espaços.

A violência configura-se como um marcador social profundamente enraizado na formação sócio-histórica do Brasil - um país cuja construção se deu sob a chibata, o açoite, as mortes e as sucessivas experiências autoritárias, como as ditaduras. Assim, o Brasil forja suas novas conjunturas políticas e sociais ainda sustentado por estruturas violentas que atravessam o tempo e se reinventam nas relações de poder. Segundo Silva e Dara (2015), vivemos em uma verdadeira “democracia das chacinas”, intensificada pela chamada “guerra às drogas”, que expõe múltiplas formas de destruição. Nesse contexto degradante, há uma devastação que não se limita ao plano físico, mas se estende ao psíquico, moral e material (Silva; Dara, 2015, p. 87).

Marques Jr (2020) aponta que a identificação do crime se dá a partir de um olhar policial atravessado por marcadores fenotípicos. Isso ocorre porque há uma sobreposição simbólica entre as periferias e os corpos negros - onde um está inscrito no outro (Ibidem, p. 369). Nesse contexto, os estereótipos oriundos das teorias raciais não são exceções ou distorções: tornam-se a norma, o negro desumanizado é passível de toda forma de opressão.

A racialização está dada na medida em que o negro não é apenas uma inscrição fenotípica, mas pode tornar-se um lugar, algo que extrapola as fronteiras da característica física, não por acaso que constituímos o verbo denegrir, que nada mais significa que o tornar-se negro, mas que justamente por isso, equivale a difamar, cobrir a imagem de alguém com negrura, obscurecer, logo importa pouco se no território periférico pode residir não negros, uma vez que esses territórios já estão obscurecidos, difamados, são ao final as periferias/favelas negras (Marques Jr, 2020, p. 369).

Realização:



Apoio:





Essa associação entre criminalidade, território e características fenotípicas, conforme analisado por Marques Jr (2020), não é apenas simbólica ou um discurso político retórico adotado por governantes - ela se concretiza na paisagem cotidiana do estado do Rio de Janeiro. Vias expressas interditadas, circulação de trens e ônibus interrompida, escolas e unidades de saúde com funcionamento suspenso, fachadas marcadas por tiros e serviços públicos essenciais paralisados por operações policiais são cenas que compõem o cotidiano fluminense. A "cidade maravilhosa", revela-se, para grande parte de sua população, como a cidade do caos bélico — onde o Estado se faz presente majoritariamente pela força, pela repressão e pelo controle armado, é o que se vê a olhos nus.

Nesse cenário, a segurança pública se distancia de seu propósito constitucional de garantir a proteção da vida e dos direitos, transformando-se em uma política de gerenciamento da morte. Os dados reforçam essa lógica racializada: segundo o Mapa da Desigualdade 2023, elaborado pela Casa Fluminense, na cidade do Rio de Janeiro, 78% das pessoas assassinadas pela polícia são negras; em Niterói, esse percentual chega a 82%, e em São Gonçalo, a 61% (CASA FLUMINENSE, 2023). Tais números exemplificam a forma como o olhar policial, atravessado por estereótipos raciais, transforma a cor da pele em critério de suspeição e, frequentemente, em sentença de morte.

O Rio de Janeiro é um estado historicamente marcado por ações de segurança pública que, embora anunciadas como estratégias de enfrentamento à violência, deixaram marcas desastrosas em sua trajetória social e institucional. Um exemplo emblemático foi a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), durante a gestão do governador Sérgio Cabral, implantadas a partir de 2008 com a promessa de retomar o controle de territórios dominados pelo tráfico e promover a pacificação das favelas. Apesar de alguns resultados iniciais positivos, o projeto perdeu força ao longo dos anos, sendo duramente impactado por denúncias de corrupção, ausência de políticas sociais integradas e a permanência da lógica de ocupação militarizada (Franco, 2014).

Ao analisar o contexto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e das intervenções policiais no Rio de Janeiro, Marielle Franco (2014) destacou que tais estratégias produziram um processo de desumanização e embrutecimento, sobretudo nas relações entre o Estado e os moradores das favelas. Longe de promoverem transformações estruturais na lógica da segurança pública, essas ações atuaram, segundo a autora, como instrumentos auxiliares na consolidação de um modelo de cidade voltado ao lucro privado, e não ao bem-estar da população.

Buscamos, ainda, apontar que a administração da segurança não contribuiu com qualquer alteração qualitativa. Ao contrário, atuou como força auxiliar no fortalecimento de um modelo de cidade centrado no lucro privado, e não na sua população, sustentado pela política hegemônica do Estado, marcado pela exclusão e punição (Franco, 2014, p. 20).

Outro marco importante - e igualmente controverso - foi a Intervenção Federal de 2018, quando as Forças Armadas assumiram o comando da segurança pública do estado. A medida, além de custosa, foi marcada por sua ineficácia: os índices de violência não sofreram quedas significativas, enquanto denúncias de violações de direitos aumentaram, revelando mais uma vez o fracasso de soluções pautadas exclusivamente na repressão.

Na gestão dos governadores Wilson Witzel (2019-2020) e Cláudio Castro (2021-atualmente), observou-se um recrudescimento das operações policiais, muitas vezes incentivadas por discursos públicos que associavam violência policial à política de combate ao crime. Esse cenário culminou em reiterados episódios de brutalidade, como as operações nas favelas do Jacarezinho (Maio de 2021) e Vila Cruzeiro (Maio de 2022),

Realização:



Apoio:



que são consideradas as duas operações policiais mais letais do estado, que resultaram em dezenas de mortes e forte comoção. Essas ações, em muitos casos, desrespeitaram frontalmente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635 - conhecida como “ADPF das Favelas” -, que estabelece diretrizes para limitar e controlar as operações policiais em comunidades durante a pandemia e além dela, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais dos moradores. O reiterado descumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal revela não apenas a fragilidade institucional no cumprimento da legalidade, mas também a persistência de uma lógica de guerra contra territórios racializados e empobrecidos.

Portanto, do ponto de vista empírico, torna-se evidente que a política de segurança pública no estado do Rio de Janeiro tem operado historicamente sob uma lógica de repressão, controle e exclusão, intensificando desigualdades sociais e raciais. As sucessivas gestões - com destaque para as administrações de Wilson Witzel e Cláudio Castro - aprofundaram esse modelo, apostando em ações bélicas, militarizadas e pouco comprometidas com os direitos humanos. Medidas como o fortalecimento de operações policiais letais, o descumprimento da ADPF das Favelas e a manutenção de uma presença estatal centrada no confronto, e não na cidadania, apenas reafirmam um padrão de atuação que criminaliza territórios vulnerabilizados e transforma populações periféricas em alvos da mira do fuzil (Passos, 2023).

O panorama da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, podemos perceber que como projeto de governo é ofertado uma política em que se impera uma ideia de estado de exceção, mas o que seria esse Estado de exceção?

Para Santos (2010), ao explicar a categoria de Estado de exceção debatida pelo filósofo político Carl Schmidt, tem-se que:

O que Schmidt detecta é que pelo dispositivo de exceção, que pretende suspender o ordenamento através de uma norma interna a ele mesmo cria-se uma zona de indeterminação entre direito e norma, política e justiça, num espaço em que o poder soberano ainda pretende governar. É neste ponto que se desvela a aporia do estado de exceção: O poder soberano pretende governar um Estado no qual as leis que lhe legitimam não existem mais (Santos, 2010, p.106).

Em suma o Estado de Exceção representa uma ideia adotada por governos em que devido a excepcionalidade do momento social, no qual um determinado território se encontra, é necessário suspender as leis que regem a sociedade para desta maneira, tornar leis mais duras e a instauração de políticas policiais mais severas, ou até mesmo o emprego de uma política de segurança pública com um braço mais militarizado como foi o caso da intervenção federal de 2018, citada acima. Discurso utilizado por figuras políticas acerca da segurança pública, remetem ao conceito de ‘metáfora da guerra’ em que para legitimar a ideia de Estado de exceção, é utilizado analogias em que comparam a segurança pública a um Estado de guerra.

Em relação ao conceito de metáfora de guerra é conceituado por Leite (2012)

Representar o conflito social nas grandes cidades como uma guerra implica acionar um repertório simbólico em que lados/grupos em confrontos são inimigos e o extermínio, no limite, é uma das estratégias para a vitória, pois com facilidade é admitido que situações excepcionais- de guerra- exigem medidas também excepcionais e estranhas a normalidade institucional e democrática (Leite, 2012. p. 379).

É nesse contexto alarmista no qual se aproxima muito da ideia de que “os fins justificam os meios” em que se cria uma ideia em que cinde a sociedade em duas nas palavras de Leite (2012).

Realização:



Apoio:



Essa perspectiva desdobrou-se em uma forte demanda por ordem pública, simultaneamente exigindo garantias do direito a vida e a segurança para as camadas médias e altas e tolerando a supressão de sua condição de prerrogativas fundamentais para os favelados (Leite, 2012, p. 379).

Em suma, essa política de metáfora da guerra e de hierarquização daqueles que merecem ter os seus direitos subjugados para a manutenção do direito de outros, nos remete diretamente ao conceito de necropolítica cunhado pelo intelectual camaronês Achille Mbembe. É importante salientar que para o autor, a soberania de um Estado estará na capacidade de decidir aqueles que devem viver, e aqueles que devem morrer. Desta maneira a necropolítica representa a antítese do conceito de biopolítica, em outras palavras a necropolítica ou melhor dizendo necro-governança, representa uma espécie de “gestão da morte”.

## Considerações finais

Ao longo deste trabalho podemos perceber a interseccionalidade dos principais alvos daqueles que são afetados pela segurança pública: a população preta, periférica, homens jovens, mulheres, lgbtqi+n, enquadrados como subalternos no conceito de dispositivo de Racialidade elaborado por Carneiro (2018).

Política essa de segurança pública pautada na construção midiática de uma ideia de medo, ou melhor dizendo, que o Estado vive em uma metáfora de guerra urbana na qual se fragmenta a sociedade em duas: de um lado nós (o “cidadão de bem”) x eles (as populações periféricas). Neste panorama, podemos perceber todo um processo de desumanização no qual legitima o extermínio daquelas parcelas da população que não se enquadra no ideal de civilização e cidadão imposto pela branquitude.

Assim quando Mbembe (2018) aborda que a necropolítica efetua uma verdadeira gestão da morte, ao efetuar a escolha daqueles que devem morrer e aqueles que devem viver, podemos perceber que, para o inimigo (as populações periféricas que são demonstradas pela análise interseccional), a gestão da morte é vislumbrada como a política de segurança pública.

Assim, podemos concluir que a necropolítica travestida de segurança pública efetua uma gestão dos corpos matáveis, se configurando no processo que Abdias Nascimento (2018) denomina como o “Genocídio do Negro Brasileiro”, transformando especialmente, os jovens negros e as mulheres negras, além de todos habitantes das regiões periféricas, em vítima desse genocídio.

## Referências

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de** racialidade - a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASA FLUMINENSE. **Mapa da desigualdade** 2023. Rio de Janeiro: Casa Fluminense, 2023. Disponível em: <<https://casafluminense.org.br/lancamento-mapa-da-desigualdade-2023/>>. Acesso em: 1 jun. 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. (Trad. Rane Souza). São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color**. Stanford Law Review, 1991.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras: Uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. 2014. 136f. Dissertação (Mestrado em Administração) \_ Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

Realização:



Apoio:



GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

IBASE. Mães e familiares de vítimas de violência de Estado se reúnem para escuta popular do Ibase. Rio de Janeiro: IBASE, 2024. Disponível em: [Mães e familiares de vítimas de violência de Estado se reúnem para escuta popular no Ibase – Ibase](#). Acesso em: 10 out. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**, Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MARQUES JR, Joilson Santana. O “equivoco” como morte negra, ou como “naturalizar” balas racializadas Katálysis, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 366-374, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte. São Paulo: N1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva; IPEAFRO, 2016

PASSOS, Rachel Gouveia. **Na mira do fuzil**: a saúde mental das mulheres negras em questão. São Paulo: Hucitec Editora, 2023.

PEREIRA LEITE, Márcia. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 374–388, 2012. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/126>>. Acesso em: 2 jun. 2025.

SANTOS, André Ricardo Dias. Violência e poder: O conceito de Estado de exceção para Walter Benjamin e algumas de suas implicações na filosofia política contemporânea. **Primia Facie**, João Pessoa, v. 9, p. 101-120, jan.-jun., 2010

SILVA, Débora Maria da; DARA, Danilo. **Mães e familiares de vítimas do Estado**: a luta autônoma de quem sente na pele a violência policial. In: KUCINSKI, Bernardo et al (org.). **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

WALÊ, Hamilton Borges. A carne mais barata do mercado. In: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro (org.). **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

Realização:



Apoio:



## **DESCENTRALIZAÇÃO E DEMOCRACIA: contradições da política social no Estado federativo brasileiro**

Ronaldo Alves Duarte<sup>65</sup>

Lilian Fernanda Silva<sup>66</sup>

Maicom Marques de Paula<sup>67</sup>

Olsymara Cavalcanti<sup>68</sup>

Suênya Thatiane Souza<sup>69</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa as contribuições da descentralização à democratização da política social brasileira, considerando suas potencialidades e limites. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, discute-se o processo de descentralização em um contexto marcado pela ofensiva neoliberal e pelas desigualdades regionais. A análise evidencia que a descentralização cria condições para o fortalecimento da participação popular e do controle social, mas também reproduz desigualdades regionais e transferências de responsabilidades não acompanhadas dos devidos recursos. Conclui-se que a descentralização é uma arena de disputa, tensionada por projetos societários conflituosos, podendo ser instrumento de aprofundamento democrático ou mecanismo de fragmentação e esvaziamento das políticas sociais.

**Palavras-chave:** Democracia. Descentralização. Neoliberalismo. Política social.

**Abstract:** This article analyzes the contributions of decentralization to the democratization of Brazilian social policy, considering its potential and limitations. Through bibliographical research, the process of decentralization is discussed in a context marked by the neoliberal offensive and regional inequalities. The analysis shows that decentralization creates conditions for strengthening popular participation and social control, but also reproduces regional inequalities and transfers of responsibilities without adequate resources. The conclusion is that decentralization is an arena of dispute, tensioned by conflicting societal projects, and can be an instrument for deepening democracy or a mechanism for fragmenting and weakening social policies.

**Keywords:** Democracy. Decentralization. Neoliberalism. Social policy.

## **INTRODUÇÃO**

O processo de descentralização da gestão pública brasileira, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, consolidou-se como um dos pilares da

<sup>65</sup> Doutor em Política Social (UFF), Assistente Social e Professor no curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Divinópolis. E-mail: ronaldo.duarte@uemg.br

<sup>66</sup> Mestre em Educação e Docência (FaE/UFMG), Assistente Social e Professora no curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Divinópolis. E-mail: lilian.silva@uemg.br

<sup>67</sup> Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência (UFMG), Assistente Social e Professor no curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Divinópolis. E-mail: maicon.paula@uemg.br

<sup>68</sup> Mestre em Docência Universitária (UEA/Es), Assistente Social e Professora no Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais - Unidade Divinópolis. E-mail: olsymara.cavalcanti@uemg.br

<sup>69</sup> Doutora em Serviço Social pela UNESP - Franca/SP, Assistente Social e Professora do Curso de Serviço Social da UEMG - Unidade Divinópolis. E-mail: suenya.souza@uemg.br

Realização:



Apoio:





organização do Estado federativo, refletindo o esforço histórico de superação de práticas autoritárias e centralizadoras que marcaram a condução das políticas públicas no país. Essa diretriz visou não apenas reorganizar as competências administrativas entre os entes federados, mas também ampliar a participação social na formulação, execução e controle das políticas sociais, criando condições para o fortalecimento de um modelo democrático de gestão estatal.

Na perspectiva da relação entre Estado e sociedade civil, a descentralização emerge como uma estratégia para viabilizar a participação dos diversos segmentos sociais nos processos decisórios, sobretudo no que tange à política social. Essa política, entendida como uma modalidade de política pública, está comprometida com a justiça social e a garantia de direitos fundamentais, devendo ser construída em permanente diálogo entre os interesses estatais e as demandas sociais historicamente constituídas. A elaboração da política pública, não se trata, portanto, de uma atribuição exclusiva do Estado, mas de uma arena de disputas e negociações entre múltiplos atores com interesses muitas vezes antagônicos, em que o espaço local passa a desempenhar papel decisivo na conformação e materialização dessas políticas.

Entretanto, a implementação das políticas sociais em nível local revela uma série de contradições e desafios que tensionam os ideais democráticos subjacentes à descentralização. A diversidade de contextos políticos, econômicos e sociais dos municípios brasileiros influencia diretamente a forma como as políticas são implementadas, evidenciando desigualdades na capacidade técnica, administrativa e financeira dos entes locais. Ao mesmo tempo, a ofensiva neoliberal, marcada por práticas de focalização, seletividade, subfinanciamento e precarização dos serviços, impõe limites concretos à efetivação de um modelo descentralizado baseado na universalidade e na participação cidadã.

Este artigo tem como objetivo analisar como o processo de descentralização da política social contribui – ou não – para a democratização da gestão pública no Brasil contemporâneo. Para tanto, parte-se de uma reflexão teórico-metodológica construída no âmbito de uma revisão de literatura sobre a temática. A análise proposta baseia-se em uma perspectiva crítica da política pública, concebida como resultado das relações contraditórias entre Estado e sociedade civil, (Pereira, 2009), marcada por disputas de interesses, tensões ideológicas e diferentes capacidades institucionais.

A partir dessa abordagem, busca-se contribuir para o debate sobre os sentidos e os limites da descentralização no Brasil, considerando suas potencialidades para o aprofundamento da democracia e seus impasses diante das determinações impostas pela lógica neoliberal. Trata-se, assim, de discutir a descentralização não apenas como rearranjo técnico-administrativo, mas como expressão de um projeto societário em disputa, no qual se inscrevem diferentes concepções de política social, de participação e de democracia.

## **O ESTADO FEDERATIVO BRASILEIRO E O PRINCÍPIO DA DESCENTRALIZAÇÃO**

A compreensão do processo de descentralização da política social no Brasil exige, inicialmente, o reconhecimento das especificidades do Estado federativo brasileiro. Caracterizado por uma organização político-administrativa composta por união, estados e municípios, o federalismo brasileiro apresenta traços históricos e estruturais que o distinguem de outras experiências federativas.

Analisando as origens do federalismo brasileiro, Abrucio e Costa (1998) argumentam que embora, tenha sido inspirado na federação estadunidense, o nascimento do modelo brasileiro se deu de forma e por razões bastante distintas daquele que o inspirou. Enquanto o federalismo dos EUA – em um movimento centralizador – resultou da união de treze ex-colônias autônomas e independentes entre si, e motivadas pela busca por maior segurança e maior grau de autogoverno; o

Realização:



Apoio:



federalismo brasileiro, de forma centrífuga, partiu de um Estado centralizado e unitário para um modelo descentralizado de poder, objetivando meramente a autonomia de suas unidades/estados. Além desse mero desejo por autonomia, antes inexistente, os estados brasileiros fizeram a opção pelo federalismo em condições completamente desiguais no que tange ao poder econômico e a influência política que, à época, cada um possuía. Nestes termos, historicamente, as enormes disparidades sociais, econômicas, demográficas, culturais, políticas e territoriais entre os estados brasileiros influenciaram a conformação da federação no país. Assim, desde seu surgimento no final do século XIX até a década de 1980, o federalismo brasileiro veio oscilando entre centralização e descentralização de poder, cuja variação se dava em função dos interesses econômicos e das características do período político vivenciado.

Nestes termos, a conformação do federalismo brasileiro atualmente é marcada por profundas desigualdades regionais, múltiplas formas de organização administrativa e uma heterogeneidade significativa entre os entes federados quanto à capacidade de planejamento, execução e avaliação de políticas públicas.

Como já afirmado no início desta seção, o panorama de constituição do federalismo brasileiro, com as especificidades de suas características socioeconômicas e de seus traços histórico-político-administrativos se faz pertinente para subsidiar as análises acerca da política social, pois “a estrutura federativa é um dos balizadores mais importantes do processo político no Brasil. Ela tem afetado a dinâmica partidária eleitoral, o desenho das políticas sociais e o processo de reforma do Estado” (Abrucio, 2005, p. 41). Nestes termos, no que diz respeito especificamente às políticas sociais, sobretudo na redefinição de competências e atribuições de sua gestão, elas têm sido realizadas sob as bases institucionais do estado federativo brasileiro (Arretche, 2000). Assim, a descentralização dos poderes político, econômico e administrativo constrangendo o poder da União e redirecionando-o para os estados e municípios, teve forte impacto sobre o processo de descentralização das políticas sociais no país.

De fato, é consenso entre alguns autores, dentre os quais estão Arretche (1999, 2000), Abrucio (2005), Souza (2004) e Viana et al. (2002), que as mudanças decorrentes da recuperação das bases federativas do Estado brasileiro causaram fortes impactos no desenho e na gestão das políticas sociais. Assim, à exceção da Previdência Social, as diversas outras políticas sociais – assistência social, educação, habitação, saúde, etc. – tiveram seu processo de descentralização com transferência de atribuições de gestão da União para os estados e municípios, desencadeado no bojo da retomada do federalismo brasileiro (Arretche, 2000).

Nesse contexto, a descentralização das políticas sociais não se limitou a uma reordenação ao nível estatal, atingindo sobremaneira a esfera do governo municipal. Para Lima *et al.* (2012), além da influência do desenho federativo brasileiro na descentralização das políticas sociais na década de 1990, outros elementos de ordem democrática e econômica interferiram no processo. Desse modo,

as razões para o privilegiamento da descentralização estão relacionadas ao contexto de redemocratização do Brasil a partir de 1980. A transferência de recursos, competências e responsabilidades para os governos subnacionais associou-se aos movimentos contra o regime militar e o autoritarismo e a favor da ampliação da democracia e maior eficiência governamental. Sem embargo, outros fatores devem ser considerados, como os citados a seguir. A agenda desenvolvimentista foi substituída pela busca de estabilização monetária nos anos 90, tendo sido possível adequar a descentralização aos projetos de enxugamento do Estado e de estabilização macroeconômica, em um contexto de restrição fiscal e financeira (Lima *et al.*, 2012, p. 836).

Assim, pressionada por fatores econômicos e ancorada na expectativa de promover uma melhora na gestão das políticas sociais e um fortalecimento da participação popular local, a maioria das políticas sociais teve seus processos de descentralização voltados para os municípios. Estes, constitucionalmente definidos

Realização:



Apoio:



como entes federativos, passaram a receber diversas novas atribuições para a gestão das políticas sociais.

Desse modo, a municipalização da gestão das políticas públicas objetivava não só fortalecer as comunidades locais, como também democratizar as relações dessas com o Estado. Assim, “a municipalização de alguns serviços sociais universais [...] não se limita à transferência de sua implementação, mas tem significado também o envolvimento das comunidades locais no processo decisório e de controle da implementação de políticas sociais” (Souza, 2004, p. 38).

De fato, a possibilidade de envolvimento da Sociedade Civil na gestão da política pública foi uma das grandes vantagens trazidas pela municipalização. Nesta mesma linha de raciocínio, Abrucio (2005) defende que a municipalização contribuiu para pressionar as oligarquias locais, possibilitando o surgimento de novas lideranças e novos atores políticos, além de criar e/ou fortalecer arenas de debate político como, por exemplo, os conselhos gestores. Levi (2015) apresenta algumas vantagens semelhantes às já apontadas por Souza (2004) e Abrucio (2005) e acrescenta que a municipalização também abriu espaço para o surgimento de iniciativas inovadoras e criativas no campo de atuação das diversas políticas sociais, aproximando-as do cotidiano dos cidadãos e respondendo com mais eficácia às demandas destes. Finalmente, a municipalização propiciou que um grande número de serviços previstos pelas políticas sociais alcançasse uma capilaridade sem precedentes no país.

Foi neste contexto, que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu, portanto, um modelo de gestão descentralizado e participativo, no qual o município se configura como o principal executor das políticas sociais, cabendo-lhe a administração dos serviços, a contratação e gestão dos profissionais, e a interlocução direta com os usuários. Cabe destacar, entretanto, que embora a municipalização tenha ampliado sobremaneira as possibilidades de a democracia brasileira se fortalecer e prosperar no âmbito local, ela não resultou na imediata melhoria da gestão das políticas públicas, nem tampouco no automático envolvimento da Sociedade Civil no controle social do Estado e suas ações (Abrucio, 2005). Isso porque, continua o autor, a despeito das conquistas e avanços decorrentes da descentralização ocorridas sobretudo no nível municipal, persistiram as desigualdades econômicas, sociais e administrativas, as quais sempre marcaram a federação do país. Assim, essa redefinição do papel dos entes federativos não se deu sem tensões, pois, ao passo que se ampliaram as responsabilidades locais, nem sempre os recursos financeiros, humanos e técnicos necessários ao cumprimento dessas funções foram devidamente transferidos.

Neste contexto, a descentralização da política social não pode ser entendida como um processo neutro, tampouco como uma panaceia capaz, por si só, de democratizar as relações entre Estado e sociedade. Ao contrário, trata-se de uma dinâmica permeada por contradições estruturais e conjunturais. Estruturalmente, porque o modelo federativo brasileiro reproduz as desigualdades históricas entre os entes subnacionais, especialmente entre municípios, o que interfere diretamente na capacidade de cada um implementar e sustentar políticas públicas de qualidade. Conjunturalmente, porque a conjuntura político-econômica e a correlação de forças em cada território influenciam a forma como os princípios constitucionais são efetivados.

A descentralização, por sua vez, abriu espaço para a valorização dos territórios como lócus da gestão pública, com maior possibilidade de aproximação entre as políticas e as demandas sociais. No entanto, essa potencialidade democrática é tensionada por uma lógica de responsabilização excessiva do ente local, que se vê compelido a responder por demandas que, muitas vezes, extrapolam sua capacidade institucional, sobretudo em contextos de precarização e subfinanciamento, agravados pela adoção de políticas econômicas neoliberais.

Portanto, a estrutura federativa brasileira, com seu desenho descentralizado e regionalizado, coloca os municípios no centro da ação estatal no campo social, sem,

Realização:



Apoio:



contudo, garantir condições equânimes para que tal papel seja desempenhado de maneira satisfatória. Essa realidade evidencia a necessidade de se compreender a descentralização não apenas como uma diretriz administrativa, mas como um campo de disputa política, no qual se apresentam os limites e as possibilidades da democratização da gestão das políticas sociais.

## **DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR: FUNDAMENTOS DEMOCRÁTICOS**

Como apresentado na seção anterior, o processo de descentralização da política social no Brasil, instituído pela Constituição Federal de 1988, esteve intrinsecamente vinculado à proposta de democratização do Estado e de ampliação da participação popular nos processos decisórios. Ao reconhecer o caráter contraditório das relações entre Estado e sociedade civil, a Carta Magna instituiu um modelo de gestão pública baseado em princípios como o controle social, a transparência e a corresponsabilidade na formulação e execução das políticas públicas. Adotando, portanto, uma interpretação acerca da política social que a compreende como o “resultado da relação dialeticamente contraditória entre Estado e Sociedade Civil [e é esta contradição] que age como fermento na constituição e no processamento dessa política” (Pereira, 2009, p. 93-94). Nesta concepção de política social, a Sociedade Civil não se apresentar apenas com a função de vocalizar demandas, mas também como coautora e corresponsável nas decisões e nas ações implementadas pelo Estado, sobretudo, no que diz respeito ao processo decisório acerca da formulação, da execução e da avaliação das políticas públicas, tendo como instrumento para tal os mecanismos de controle social.

Neste contexto, a institucionalização de mecanismos de participação social, como os Conselhos e as Conferências, passou a representar um avanço significativo na estruturação democrática das políticas públicas e consagrou a noção de corresponsabilidade entre Estado e sociedade na gestão das políticas públicas. Tais mecanismos foram concebidos como espaços privilegiados para o exercício do controle social, isto é, para a atuação dos setores organizados da sociedade civil na definição das prioridades, na fiscalização dos recursos públicos e na avaliação das ações governamentais. Assim, as Conferências contam com a representação paritária de vários segmentos sociais – usuários, gestores, trabalhadores – e têm a função de avaliar a situação de uma dada política pública, além de propor diretrizes para a sua formulação (Escorel; Moreira, 2012). Já os Conselhos gestores “são instâncias colegiadas de caráter permanente e deliberativo, com composição paritária entre os representantes dos usuários e os demais segmentos – gestores públicos e trabalhadores da saúde (Correia, 2008, p. 125) e atuam na formulação de estratégias de fiscalização das ações do Estado, no que diz respeito à execução das políticas sociais. Atuantes nas diversas políticas sociais, “devido a seu papel de mediador da relação entre Estado e Sociedade, os Conselhos foram a principal inovação nas políticas públicas no período pós-ditadura, tornando-se uma nova esfera pública não estatal e moldando um novo padrão para as relações Estado X Sociedade Civil.” (Gohn, 2003 *apud* Escorel; Moreira, 2012, p. 873)

Cabe destacar, entretanto, que a operacionalização desses mecanismos de controle social não se deu de forma tranquila e sem resistências. Isso porque, para colocar em prática o novo modelo de gestão pública alinhado com as demandas dos novos desenhos sociopolíticos do Brasil pós abertura democrática, era preciso desconstruir a cultura autoritária da política brasileira, a qual sempre manteve a Sociedade Civil subordinada ao Estado, concentrando neste o poder de decisão político administrativo acerca das políticas públicas. “Mudar essa matriz cultural [tem sido] o desafio mais relevante da democratização dos espaços públicos deliberativos e de diálogo entre governo e sociedade civil” (Escorel; Moreira, 2012, p. 875)

Desse modo, embora previstos no ordenamento jurídico, esses mecanismos de participação não se concretizaram automaticamente como práticas democráticas

Realização:



Apoio:





efetivas. Sabe-se que operacionalização do controle social depende de múltiplos fatores, entre os quais se destacam: a cultura política local, a formação dos conselheiros, a autonomia dos espaços participativos e o compromisso dos gestores com a participação. Além disso, a existência de desigualdades históricas na composição da sociedade civil repercute na forma como os diferentes grupos acessam e ocupam esses espaços, resultando, muitas vezes, em processos marcados por assimetrias de poder e por dificuldades na expressão plural das demandas sociais.

Na prática, a descentralização das políticas sociais instituiu o município como o principal *lôcus* da gestão pública e da participação social. Essa municipalização, embora tenha ampliado as possibilidades de aproximação entre o Estado e os cidadãos, também transferiu ao ente local a responsabilidade por estruturar os espaços participativos e por garantir sua efetividade. Ocorre que, os contextos sociais, políticos e econômicos dos municípios brasileiros são bastante diversificados, o que é capaz de influenciar, de formas as mais variadas, a gestão das políticas públicas no âmbito local. Em contextos marcados por precariedade institucional, ausência de recursos e baixa mobilização da sociedade civil, o controle social tende a se fragilizar, limitando o potencial democrático da descentralização.

Soma-se isso, o fato de que a política econômica com fortes características neoliberais adotada pelos governos federais, sobretudo nos anos 1990 e início dos anos 2000, trouxe prejuízos concretos para a área social, restringindo direitos e oferecendo respostas seletivas e focalizadas somente a questões sociais extremamente graves. Com isso, as políticas sociais passaram a ser “subordinadas às reformas estruturais e restritas à ação emergencial, de caráter assistencialista, sem assegurar direitos e constituí[ram] uma política pública, contrariando a Constituição de 1988 [...]” (Rosa, 2003, p. 117). Ampliando essa discussão, Vasconcelos (2010) afirma que a precarização das políticas sociais em geral é resultado não só de governos específicos, mas de características estruturais do capitalismo e suas estratégias neoliberais para o enfrentamento da crise do capital.

Não se pode, portanto, considerar a descentralização como sinônimo automático de democratização. Embora ela tenha criado as condições formais para a ampliação da participação social, a efetividade desse processo depende de um conjunto de elementos estruturais e conjunturais que ultrapassam a simples existência de canais institucionais. A descentralização, nesse sentido, é um processo em disputa, atravessado por diferentes projetos societários e por correlações de força que ora fortalecem, ora restringem a atuação dos sujeitos sociais na construção das políticas públicas.

Assim, a análise da descentralização deve reconhecer seu caráter contraditório: por um lado, representa uma possibilidade real de fortalecimento da democracia participativa; por outro, revela limites significativos diante das desigualdades estruturais, da fragilidade institucional de muitos municípios e da ofensiva de projetos neoliberais que tendem a esvaziar os espaços de participação e a submeter a gestão pública à lógica da eficiência, do controle e da responsabilização individual.

## CONTRADIÇÕES DA DESCENTRALIZAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL

A descentralização da gestão das políticas sociais no Brasil, embora inspirada em princípios democráticos e participativos, passou a coexistir com um processo de redefinição do papel do Estado orientado por diretrizes de natureza neoliberal. Couto (2010) classifica as décadas de 1980 e 1990 como paradigmáticas e paradoxais no que diz respeito às características econômicas, políticas e sociais do Brasil. Para a autora, as duas décadas juntas comportam simultaneamente, de um lado, um imenso avanço político com a redemocratização do país, e também social, com a promulgação da Constituição de 1988. De outro lado, paradoxalmente, instaurou-se uma grande

Realização:



Apoio:





recessão econômica cuja tentativa de solução adotada pelo governo federal foi a adoção das diretrizes macroeconômicas ditadas pelos preceitos neoliberais.

A partir da década de 1990, o governo Collor de Mello introduziu, no país, uma política econômica com fortes características neoliberais, abrindo a economia à concorrência internacional e adotando uma política de ajuste fiscal caracterizada pela redução dos gastos sociais, cortes no funcionalismo público e subfinanciamento das políticas sociais (Rosa, 2003; Teixeira, 2014). Os dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso que se seguiram, fizeram prosperar a agenda liberal recrudescendo o ajuste fiscal e acelerando o processo de privatizações de empresas estatais (Costa, 2015).

Com esta consolidação do ideário neoliberal na política econômica brasileira, as políticas sociais passaram a ser subordinadas às chamadas reformas estruturais. Essa subordinação resultou na adoção de práticas focalizadas, seletivas e emergenciais, voltadas à mitigação de situações de extrema pobreza, em detrimento da consolidação de políticas universais, integradas e de caráter redistributivo. Como consequência, as políticas públicas foram transformadas em respostas pontuais a problemas graves, perdendo seu caráter estruturante e sua vinculação com a promoção da cidadania e da justiça social.

Esse contexto trouxe implicações concretas para a operacionalização das políticas públicas, ao estabelecer um modelo de gestão que, ao mesmo tempo em que amplia as responsabilidades dos entes locais, impõe restrições financeiras e operacionais à sua execução.

Essa mudança de orientação implicou a transferência de responsabilidades para os municípios sem o devido suporte técnico e financeiro por parte dos entes estaduais e federais. Ocorreu, assim, uma fragmentação da ação estatal, com repasse de encargos aos municípios em contextos marcados por grande desigualdade regional, por precarização das estruturas administrativas locais e por escassez de recursos. Essa responsabilização excessiva dos municípios – sem a correspondente redistribuição de poder e de capacidade fiscal – configura uma das expressões mais evidentes da contradição entre o discurso descentralizador e as práticas efetivamente adotadas pelos governos sob orientação neoliberal.

A literatura sobre políticas sociais aponta que essa lógica de descentralização desprovida de financiamento adequado resulta em distintas formas de precarização. Entre elas, destacam-se a fragilidade dos vínculos de trabalho dos profissionais da área social, a escassez de equipamentos e insumos, e a descontinuidade dos programas e serviços ofertados. Além disso, a focalização das políticas sociais em grupos extremamente vulnerabilizados contribui para sua despolitização, reforçando a ideia de que o acesso a direitos depende da condição de miserabilidade e não da condição de cidadania.

No contexto dos municípios, sobretudo os de pequeno porte, essas contradições se evidenciam de forma ainda mais aguda. A diversidade de realidades sociais, políticas, econômicas e culturais influencia diretamente a forma como as políticas públicas são implementadas no nível local, gerando configurações particulares e, muitas vezes, profundamente desiguais. A implementação de uma política social nacional, nesse cenário, torna-se altamente dependente da capacidade de gestão, da formação dos profissionais, da mobilização social e das escolhas políticas locais.

A ofensiva neoliberal, nesse sentido, opera não apenas no plano econômico, mas também no plano simbólico e político. Ao esvaziar os sentidos coletivos das políticas sociais e ao transferir ao município a responsabilidade por sua execução, contribui para individualizar os fracassos e naturalizar as desigualdades. Ao mesmo tempo, enfraquece os espaços de participação social e reduz a potência transformadora da descentralização enquanto estratégia de construção democrática.

Realização:



Apoio:



Portanto, a descentralização das políticas sociais no Brasil, ao ser implementada em uma conjuntura de hegemonia do pensamento neoliberal, revela-se como um campo de contradição e de disputa. De um lado, carrega potencial emancipador ao aproximar o Estado da sociedade; de outro, expõe-se a processos de captura gerencialista que limitam seu alcance e reduzem sua capacidade de transformação social. Levar em consideração essas contradições é fundamental para compreender os desafios que envolvem a participação popular na gestão das políticas sociais brasileiras, reconhecendo assim este fenômeno como multicausal e não restrito à costumeira acusação de falta de interesse da população em participar dos processos decisórios.

## CONCLUSÃO

A descentralização da política social no Brasil, conforme delineada a partir da Constituição Federal de 1988, representa um marco importante no processo de democratização do Estado e na construção de uma nova forma de gestão pública voltada para a ampliação da cidadania. Ao estabelecer o município como principal executor das políticas sociais e ao instituir mecanismos de participação popular, esse modelo buscou romper com uma tradição centralizadora, autoritária e excludente, abrindo espaço para que a sociedade civil influenciasse diretamente os rumos das políticas que a afetam.

Contudo, a análise desenvolvida ao longo deste artigo revela que a descentralização, apesar de seu potencial democratizador, é atravessada por contradições profundas quando inserida em um contexto de hegemonia neoliberal. A ofensiva neoliberal, ao reduzir o papel do Estado na condução das políticas sociais e ao submeter essas políticas à lógica da eficiência, da focalização e da contenção de gastos, impõe limites concretos à efetivação dos princípios democráticos que orientam a descentralização. O repasse de responsabilidades aos municípios, sem a devida transferência de recursos e de suporte institucional, transforma a descentralização em um mecanismo de fragmentação da ação estatal, comprometendo a universalidade, a integralidade e a equidade das políticas públicas.

Além disso, a efetivação da participação social como elemento estruturante da descentralização continua sendo um dos principais desafios. A existência formal de Conselhos e Conferências não garante, por si só, a democratização da gestão pública. Para que esses espaços se tornem efetivamente instrumentos de controle social, é necessário investir em formação política, ampliar o acesso à informação e garantir autonomia e poder deliberativo às instâncias participativas.

Dessa forma, a descentralização deve ser compreendida como um processo político em permanente disputa, cujos resultados dependem da correlação de forças entre os projetos societários em confronto. Se, por um lado, ela pode significar o fortalecimento da democracia e a ampliação dos direitos sociais, por outro, pode ser instrumentalizada por projetos que buscam reduzir o papel do Estado e transferir responsabilidades sem garantias reais de equidade e justiça social. Reconhecer essa ambivalência é essencial para qualificar o debate sobre as políticas sociais no Brasil e para reafirmar a necessidade de um Estado democrático comprometido com os princípios da cidadania, da solidariedade e da participação popular.

## Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz; COSTA, Valeriano M. Ferreira. **Reforma do estado e o contexto federativo brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998.

Realização:



Apoio:



ABRUCIO, Fernando Luiz. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 24, p. 41-67, jun., 2005.

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 111-141, jun., 1999.

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

CORREIA, Maria Valéria. Costa. Controle social na saúde. *In*: MOTA, Ana Elizabete et al. (org.) **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. **Reforma do estado**. *In*: GIOVANNI, Geraldo di; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de políticas públicas**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Unesp; Fundap, 2015.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

ESCOREL, Sarah; MOREIRA, Marcelo Rasga. Participação social. *In*: GIOVANELLA, Lígia, et al. **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. 2ª ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

LEVI, Maria Luiza. **Municipalização**. *In*: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco A. **Dicionário de políticas públicas**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Unesp; Fundap, 2015.

LIMA, Luciana Dias de et al. **Regionalização da saúde no Brasil**. *In*: GIOVANELLA, Lígia et al. **Políticas e sistema de Saúde no Brasil**. 2ª ed. ver. e amp. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: BEHRING, Elaine Rossetti et al. (org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2009.

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. **Transtorno mental e o cuidado na família**. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n. 2, p. 27-41. 2004.

TEIXEIRA, Mary Jane Oliveira. As unidades de pronto atendimento pré-hospitalar fixo (Upas) 24H. o fetiche do novo modelo de gestão e o impacto do sistema único de saúde. *In*: DUARTE, Marco José de Oliveira et al. (org.). **Política de saúde hoje: interfaces & desafios no trabalho de assistentes sociais**. Campinas: Papel Social, 2014.

VIANA, Ana Luiza D'Ávila; LIMA, Luciana Dias de; OLIVEIRA, Roberta Gondim de. Descentralização e federalismo: a política de saúde em novo contexto – lições do caso brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**. São Paulo, v. 7, n. 3, p. 493-507, 2002.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Desafios políticos da reforma psiquiátrica brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2010.

Realização:



Apoio:



## COMPARANDO OS MODELOS DE DEMOCRACIA: uma análise das abordagens direta e indireta

Joyce da Silva Basilio<sup>70</sup>  
Laylla Kelly Duarte Silva<sup>71</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa os modelos de democracia direta, indireta e semidireta, destacando sua evolução histórica, fundamentos filosóficos e relevância atual. A partir de revisão bibliográfica, discute-se a origem da democracia, os limites da representação política e a crise da democracia representativa. São examinadas as ideias de Rousseau, Locke e autores contemporâneos, com ênfase na legitimidade das instituições e nos impactos da globalização. Defende-se a adoção de modelos híbridos e participativos como alternativa para ampliar a participação cidadã e fortalecer a democracia no Brasil e no mundo.

**Palavras-chave:** Democracia; Representação; Participação; Globalização; Legitimidade.

**Abstract:** This article examines direct, indirect, and semi-direct democracy models, highlighting their historical evolution, philosophical foundations, and current relevance. Through bibliographic research, it discusses the origins of democracy, the limits of political representation, and the crisis of representative democracy. The ideas of Rousseau, Locke, and contemporary authors are analyzed, with emphasis on institutional legitimacy and the impacts of globalization. The article advocates for the adoption of hybrid and participatory models as alternatives to enhance citizen engagement and strengthen democracy in Brazil and around the world.

**Keywords:** Democracy; Representation; Participation; Globalization; Legitimacy.

### Introdução

A democracia surgiu na Grécia Antiga e é um dos sistemas políticos mais importantes da história da humanidade. Embora não seja um modelo perfeito, como o próprio historiador Leandro Karnal costuma dizer, *"a democracia não é o paraíso, mas ela consegue garantir que a gente não chegue no inferno"*, mostrando seu papel em evitar abusos de poder e proteger direitos essenciais. É importante lembrar que Atenas, no século V a.C., foi o lugar onde começaram as primeiras experiências democráticas, com cidadãos livres participando diretamente das decisões nas assembleias públicas. Segundo Cabral Neto (2023, p. 4), a democracia ateniense funcionava bem por causa do tamanho limitado da cidade-estado e de sua população. No entanto, esse modelo perdeu força com a queda da pólis e a ascensão de regimes autoritários durante a Idade Média, período no qual os ideais democráticos foram ofuscados pelo absolutismo. Somente com o advento do constitucionalismo moderno e das revoluções liberais, as discussões sobre a democracia surgiram, dando origem assim à democracia representativa (Cabral Neto, 2023, p. 5).

No campo do Serviço Social, a democracia representa não apenas uma forma de organização política, mas também um princípio ético-político essencial para a atuação profissional. Conforme aponta Netto (2011), a democracia é condição indispensável para o exercício da cidadania plena e para a efetivação dos direitos

<sup>70</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: joyce.basilio@ufv.br

<sup>71</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: laylla.k.silva@ufv.br

Realização:



Apoio:



sociais. O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está comprometido com a radicalização da democracia, ou seja, com a ampliação das formas de participação popular e o fortalecimento de mecanismos que assegurem a justiça social, a equidade e o acesso universal às políticas públicas. Nesse sentido, o/a assistente social atua como agente de mediação entre as demandas da população e o Estado, promovendo assim o controle social, incentivando o protagonismo dos usuários e contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária (Iamamoto, 2007).

Este artigo busca analisar os modelos de democracia direta e indireta a partir de uma abordagem crítica, investigando seus fundamentos, suas limitações e potenciais de transformação social. A pesquisa adota o método bibliográfico, apoiando-se em autores clássicos e contemporâneos, como Platão, Aristóteles, Rousseau, Locke, Bobbio, Rorty, entre outros. A escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender as diferentes formas de participação popular e suas implicações para a legitimidade das instituições democráticas.

Este artigo busca investigar em que dimensão os modelos direto, indireto e semidireto de democracia conseguem responder os obstáculos centrais da atual sociedade: a demanda por uma inclusão política efetiva de grupos historicamente marginalizados e o anseio pela transparência nas decisões do poder público. Partimos da possibilidade de que a hibridização institucional, de modo que se articule mecanismos representativos com instrumentos de participação direta, apresentando dessa forma uma alternativa possível para superar as crises de representatividade e legitimidade.

## A Filosofia e a Democracia

A filosofia política oferece as bases teóricas fundamentais para compreender o surgimento e o desenvolvimento da democracia ao longo da história. Partindo desse pressuposto na Antiguidade, Platão via a democracia como um regime instável, suscetível à manipulação das massas por líderes demagogos, preferindo a aristocracia dos sábios. Aristóteles, por sua vez, apresentou uma visão mais pragmática, defendendo a *politeia*, um modelo de governo equilibrado que combinava elementos democráticos e oligárquicos, sustentado por leis justas e cidadãos virtuosos.

Com o passar dos séculos, pensadores modernos como John Locke e Jean-Jacques Rousseau enriqueceram o debate. Locke defendia um governo representativo voltado à garantia dos direitos naturais - vida, liberdade e propriedade - base do liberalismo democrático. Rousseau, em contrapartida, via na *vontade geral* a essência da soberania popular, sendo a participação direta do povo na elaboração das leis o critério de legitimidade democrática. Já na contemporaneidade, Richard Rorty propôs uma abordagem cultural e prática, sugerindo que a democracia é menos uma teoria abstrata e mais uma ética pública de solidariedade e convivência plural.

No campo do Serviço Social, a democracia ultrapassa os limites do sistema político e assume uma dimensão ética e profissional. Para Iamamoto (2007), a democracia é condição indispensável para a efetivação dos direitos sociais e para a materialização do projeto ético-político da profissão, que visa a emancipação humana. Nesse sentido, o Serviço Social assume papel ativo na construção de uma cultura democrática, atuando como mediador entre a população e as instituições, defendendo o controle social das políticas públicas, e enfrentando as desigualdades estruturais do capitalismo.

Guerra (2010) reforça essa perspectiva ao afirmar que a democracia, para os/as assistentes sociais, deve ser entendida como um processo histórico de conquista e luta coletiva. A participação cidadã não se resume ao voto, mas envolve a disputa de projetos societários que enfrentam o conservadorismo, o autoritarismo e as práticas antidemocráticas presentes nas instituições. Dessa forma, o Serviço Social contribui

Realização:



Apoio:





para a formação de sujeitos políticos críticos, engajados na luta por justiça social e equidade.

Como salienta Santos (2024), não se pode considerar democrática uma sociedade que exclui grupos historicamente oprimidos, como a população em situação de rua, os encarcerados e as mulheres negras. A democracia plena exige o enfrentamento das opressões estruturais, o que está em consonância com as diretrizes do Serviço Social de atuar junto às classes subalternizadas, assim como promovendo sua inserção ativa e crítica nos espaços de decisão.

Além disso, é importante destacar que os modelos democráticos assumem formatos diversos ao redor do mundo, moldados pelas conjunturas históricas e sociais. No Brasil, o presidencialismo de coalizão exige negociações constantes entre o Executivo e o Legislativo, evidenciando que a democracia é, ao mesmo tempo, um ideal a ser perseguido e um campo de disputas cotidianas, onde o Serviço Social atua na defesa da participação ampliada, do pluralismo e dos direitos humanos.

## **Democracia direta**

A democracia direta é compreendida como a forma mais elementar de participação cidadã. Nela, as decisões políticas são tomadas diretamente pelo povo, sem a intermediação de representantes. Esse modelo, historicamente praticado na Atenas clássica, embora seja limitado a uma elite de homens livres, ainda hoje é apontado como símbolo de um ideal participativo. No entanto, quando transportado para realidades complexas, enfrenta inúmeras barreiras estruturais e culturais.

Um dos principais desafios da democracia direta contemporânea está na mobilização de amplos segmentos sociais em processos decisórios frequentes. Como observa Bobbio (1984), há o risco de transformar temas complexos em decisões simplificadas, binárias, que desconsideram a diversidade de interesses envolvidos. Ainda que promova maior transparência, esse modelo exige uma cidadania informada, ativa e com tempo social disponível - o que não corresponde à realidade da maior parte da população trabalhadora, especialmente em sociedades que são marcadas pela desigualdade.

É nesse ponto que o Serviço Social se insere como uma força crítica e articuladora. A profissão, comprometida com a emancipação humana e com o projeto ético-político que defende a universalização dos direitos sociais, vê na democracia direta não uma utopia inalcançável, mas uma inspiração para práticas que ampliem o protagonismo dos sujeitos sociais (Iamamoto, 2007).

Para Yolanda Guerra (2010), é necessário que os/as assistentes sociais reconheçam a dimensão política de sua prática e atuem de modo a criar condições reais de participação popular. Isso inclui ações educativas, uma escuta qualificada, incentivo à auto-organização dos usuários e o enfrentamento das formas institucionalizadas de silenciamento. A democracia direta, nesse sentido, não se limita aos grandes plebiscitos ou referendos, mas pode se expressar em espaços cotidianos, como conselhos de políticas públicas, fóruns populares e assembleias de bairro.

Contudo, mesmo mecanismos formais como a iniciativa popular, previstos na Constituição de 1988, enfrentam obstáculos. A exigência de assinaturas em larga escala, a pouca divulgação e a burocratização do processo desestimulam sua efetiva utilização. Nesse contexto, o Serviço Social pode atuar como agente de transformação, auxiliando coletivos na mobilização e acessibilidade desses instrumentos. É fundamental compreender que a democracia direta, ainda que limitada em sua operacionalização ampla, representa um contraponto necessário ao distanciamento característico da representação tradicional. Ao estimular a escuta e a deliberação coletiva, ela amplia o pertencimento e fortalece os vínculos sociais às dimensões que são, para a prática profissional do Serviço Social, fundamentos da cidadania ativa.

Realização:



Apoio:



## **Democracia indireta**

A democracia indireta, também chamada de representativa, consolidou-se como um modelo predominante nas sociedades modernas. Ela surgiu como resposta à inviabilidade de reunir todos os cidadãos em assembleias e, em tese, permitiria a governabilidade em contextos populacionais extensos. Nesse sistema, os representantes eleitos tomam decisões em nome do povo, com base na delegação de poder. Porém, esse modelo não é isento de contradições. Como aponta Bobbio (1984), ao mesmo tempo em que amplia a funcionalidade do governo, a representação rompe o vínculo direto entre o sujeito político e a deliberação, gerando um fosso entre eleitores e eleitos. Esse afastamento, agravado por práticas clientelistas e pela influência do poder econômico nas eleições, compromete a legitimidade das instituições.

Cabral Neto (2023) observa que, sem mecanismos efetivos de fiscalização, a representação pode se transformar em um “cheque em branco”, permitindo que os representantes governem segundo seus próprios interesses e não os da coletividade. No Brasil, esse cenário é ainda mais crítico. Nicácio (2020) aponta que a democracia representativa no país tem se mostrado incapaz de incluir, de fato, os segmentos historicamente marginalizados. O distanciamento político, a baixa responsividade institucional e a manutenção de estruturas oligárquicas alimentam a crise de representatividade.

Para o Serviço Social, essas falhas institucionais não podem ser vistas com neutralidade. Conforme defende José Paulo Netto (2011), a prática profissional deve problematizar as formas de dominação e exclusão reproduzidas no interior das instituições públicas. O/a assistente social, ao atuar na mediação entre usuários e o Estado, deve tensionar os limites da representação e fomentar a construção de espaços democráticos mais amplos, participativos e inclusivos. Guerra (2010) reforça que não basta defender a democracia formal. É necessário disputá-la no cotidiano, com ações concretas que promovam o controle social, a autonomia política e a ampliação dos canais de deliberação. Nesse processo, a escuta qualificada, a análise crítica da realidade e o compromisso com os princípios de equidade tornam-se instrumentos fundamentais para que o Serviço Social não apenas atue dentro das instituições, mas as transforme a partir de dentro.

Deste modo, a democracia representativa, embora indispensável em certos aspectos, deve ser constantemente tensionada e qualificada. Isso implica romper com o modelo passivo de cidadania restrita ao voto e avançar para uma concepção de cidadania ativa, crítica e coletiva; dimensão essa que, para o Serviço Social, é estruturante na luta por justiça social.

## **Democracia semidireta: um caminho para a participação popular efetiva**

A democracia semidireta surge como uma tentativa de síntese entre os modelos direto e representativo, buscando resgatar a soberania popular sem ignorar os limites estruturais de uma participação massiva em sociedades complexas. No Brasil, essa concepção foi formalizada pela Constituição Federal de 1988, que prevê no artigo 14 o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular como instrumentos legítimos de participação cidadã (BRASIL, 1988). No entanto, o reconhecimento formal não garante a efetividade desses mecanismos. A regulamentação, a burocracia e a ausência de uma cultura política crítica e consolidada impedem que esses dispositivos sejam plenamente apropriados pela população, sobretudo pelos setores historicamente marginalizados.

Do ponto de vista do Serviço Social, a democracia semidireta representa um campo estratégico de atuação para o fortalecimento do controle social e da cidadania ativa. A profissão, que tem como um de seus princípios o compromisso com a ampliação da participação popular, é chamada a intervir para romper com o ciclo de formalismo que caracteriza boa parte desses mecanismos. Como observa Guerra (2010), é papel

Realização:



Apoio:



do/a assistente social não apenas atuar nas estruturas existentes, mas disputar o conteúdo dessas estruturas, enfrentando a lógica tecnocrática que distancia os sujeitos das decisões que afetam suas vidas. A dificuldade de mobilizar o mínimo de 1% do eleitorado nacional para apresentar um projeto de lei por iniciativa popular, por exemplo, revela não apenas um entrave técnico, mas um obstáculo político que reforça a exclusão.

Pereira e Vieira (2013) destacam que o fortalecimento dos mecanismos de democracia semidireta pode atuar como uma resposta à crise da representação, ao permitir que a população intervenha em momentos estratégicos do processo legislativo. Essa possibilidade, no entanto, exige mais do que dispositivos legais. É preciso criar condições concretas para a participação: formação política, tempo social, acesso à informação e canais de escuta institucional. Nesse sentido, o Serviço Social assume uma função pedagógica e mobilizadora, mediando processos de organização coletiva, promovendo práticas educativas junto a movimentos sociais e contribuindo para o fortalecimento de sujeitos políticos críticos.

Portanto, pensar a democracia semidireta de forma crítica exige reconhecer seu potencial como instrumento de fortalecimento democrático, mas também seus limites enquanto expressão de uma estrutura estatal que, muitas vezes, se mantém impermeável às demandas da classe trabalhadora. O desafio ético-político para o Serviço Social é transformar esses mecanismos em ferramentas de luta por justiça social, colocando a profissão a serviço da construção de uma democracia substantiva, que vá além do procedimento formal e se enraíze na realidade concreta das desigualdades sociais.

### **Democracia direta e indireta: entre promessas e contradições sob a ótica da práxis profissional**

A comparação entre os modelos direto e indireto de democracia revela não apenas diferenças operacionais, mas disputas de concepção sobre o papel do povo na vida política. A democracia direta, ao possibilitar a deliberação popular sem intermediação, se apresenta como um horizonte de participação plena, mas enfrenta obstáculos práticos em realidades amplas e desiguais. Por outro lado, a democracia representativa garante estabilidade institucional, mas frequentemente dissocia o exercício do poder político da vontade popular, transformando os representantes em figuras distantes, movidas por interesses alheios às demandas coletivas. Essas tensões são apontadas por Rousseau (1978) e Locke (1994), em suas defesas da soberania popular direta e da representação como meio necessário de governança, respectivamente.

No Serviço Social, tais dilemas não podem ser observados com neutralidade. A profissão, inserida no interior do Estado e, ao mesmo tempo, vinculada aos interesses das classes subalternas, se encontra em uma posição estratégica para problematizar os limites de ambos os modelos. A prática profissional cotidiana evidencia que a democracia direta, embora desejável, requer uma base concreta de direitos sociais garantidos. Sem o acesso à educação, ao trabalho digno e à informação de qualidade, falar em participação direta corre o risco de ser apenas uma retórica descolada da realidade. Iamamoto (2007) destaca que a democracia, para ser efetiva, deve se ancorar na garantia de condições materiais de existência que possibilitem o exercício da cidadania.

Ao mesmo tempo, a experiência da democracia representativa, com suas promessas de universalização do sufrágio e da pluralidade política, se mostra limitada na prática. Como denuncia Netto (2011), a representação política frequentemente é apropriada por frações das elites, reproduzindo interesses conservadores e bloqueando os avanços sociais. Nesse cenário, o Serviço Social deve assumir uma postura crítica

Realização:



Apoio:



frente à naturalização dessa representação como única forma possível de democracia. A defesa da participação popular deve ser acompanhada do fortalecimento de conselhos, fóruns e espaços de deliberação coletiva que permitam à população intervir nos rumos das políticas públicas.

Assim, entre a democracia direta e a indireta, é preciso considerar a construção de modelos híbridos que incorporem o protagonismo popular sem negligenciar a complexidade da gestão pública. Isso implica compreender a democracia como processo histórico, permeado por lutas sociais, desigualdades estruturais e contradições de classe. O Serviço Social, ao atuar nessa arena, deve fazer da sua prática um instrumento de questionamento e de transformação, tensionando a forma e o conteúdo das instituições para que expressem, de fato, os interesses da maioria da população.

### **Países e seus modelos democráticos**

A análise dos modelos democráticos adotados ao redor do mundo revela uma pluralidade de arranjos institucionais que, apesar das aparências, não garantem automaticamente inclusão política, igualdade de participação ou efetividade democrática. O Índice de Democracia publicado pela *The Economist Intelligence Unit* (2023) classifica os países em quatro categorias principais: democracias plenas, democracias imperfeitas, regimes híbridos e regimes autoritários. Enquanto as democracias plenas – como Canadá, Noruega, Suécia e Austrália – apresentam instituições sólidas, alto nível de participação e liberdades civis garantidas, representam apenas cerca de 14,37% dos 167 países avaliados. Já as democracias imperfeitas, como o Brasil, a Índia e os Estados Unidos, embora possuam eleições regulares, convivem com problemas como desconfiança nas instituições, exclusão de grupos vulneráveis e corrupção sistêmica.

O quadro se torna ainda mais complexo nos chamados regimes híbridos, nos quais há a presença formal de processos democráticos, mas com graves restrições à liberdade de imprensa e à competitividade política, como ocorre na Turquia, Bolívia e Ucrânia. Esses modelos, que representam cerca de 20,96% dos países avaliados, revelam como a fachada democrática pode coexistir com práticas autoritárias. Por fim, os regimes autoritários, como os da China, Coreia do Norte e diversas nações do Oriente Médio e da África Subsaariana, impõem severas limitações às liberdades políticas e civis, concentrando poder e silenciando opositores. A predominância desses últimos (35,33%) evidencia que a democracia, enquanto projeto civilizatório, ainda é frágil e amplamente ameaçada.

Nesse cenário, o Serviço Social é convocado a refletir sobre como os distintos arranjos políticos impactam as condições de vida da população e a garantia de direitos. Como afirma Iamamoto (2007), não há democracia substantiva sem acesso a trabalho, renda, educação, saúde e moradia. A prática profissional deve estar atenta à distância entre os indicadores institucionais e a realidade concreta das populações periféricas, reafirmando a centralidade do compromisso com a justiça social, a equidade e a participação cidadã.

### **Democracia no contexto pós-guerra fria e a globalização**

Com o fim da Guerra Fria e o colapso do bloco soviético, consolidou-se a expectativa de que a democracia liberal se tornaria o modelo hegemônico no mundo. Muitos teóricos interpretaram esse momento como o ápice de um processo de universalização dos valores ocidentais. No entanto, a expansão global da democracia revelou-se um processo desigual, marcado por contradições que se intensificaram com os impactos da globalização. Como analisa Souza (2006), a internacionalização das relações econômicas e a centralidade do mercado global enfraqueceram a autonomia

Realização:



Apoio:



dos Estados nacionais, impondo limites à vontade popular e aprofundando as desigualdades sociais entre e dentro dos países.

A globalização, ao mesmo tempo em que possibilitou a difusão de ideias democráticas, também promoveu um cenário de homogeneização cultural e desrespeito às realidades locais. Organismos internacionais e agências multilaterais passaram a condicionar o financiamento e o apoio a reformas políticas que, muitas vezes, ignoram as especificidades socioculturais das nações envolvidas. Essa lógica, marcada pela padronização e pelo tecnicismo, pode levar à perda de legitimidade dos processos políticos internos, gerando resistências sociais e retrocessos democráticos. A globalização, portanto, opera de forma ambígua: promove a interconectividade entre povos e culturas, mas também acirra desigualdades e compromete a soberania popular.

No Serviço Social, essa realidade exige um olhar atento às consequências da globalização neoliberal sobre as políticas públicas e sobre o cotidiano dos sujeitos atendidos. Como destaca Netto (2011), a defesa da democracia deve ser articulada à crítica do capital e ao enfrentamento das múltiplas formas de opressão que atravessam as relações sociais. O compromisso ético-político da profissão impõe a necessidade de resistir às formas de dominação transnacional que reduzem a política à lógica do mercado, reafirmando a centralidade da cidadania ativa, da participação social e da justiça distributiva como pilares de uma democracia real e transformadora.

### **A democracia brasileira: princípios, separação de poderes e direitos fundamentais**

No Brasil, a redemocratização formalizada pela Constituição Federal de 1988 instituiu um modelo de Estado Democrático de Direito que, em tese, combina mecanismos de democracia representativa e instrumentos de participação direta. A Carta Magna estabelece no artigo 1º que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” (BRASIL, 1988), garantindo também direitos fundamentais e princípios como soberania, cidadania e dignidade da pessoa humana. No entanto, o modelo político adotado – o presidencialismo de coalizão – impõe desafios à governabilidade, pois depende da formação de alianças parlamentares heterogêneas, frequentemente marcadas por práticas clientelistas e negociações fisiológicas (Iimongi, 2006).

Apesar dos avanços institucionais, a democracia brasileira permanece marcada por desigualdades profundas e pela exclusão sistemática de amplos segmentos sociais. Como apontam Bizzarro e Coppedge (2017), o país apresenta instituições eleitorais estáveis, mas enfrenta sérios déficits em termos de igualdade, deliberação e efetividade na participação popular. A distância entre representantes e representados, a corrupção endêmica e a criminalização dos movimentos sociais revelam uma democracia frágil, que muitas vezes atua em desacordo com os interesses da maioria da população. Diante disso, é preciso ultrapassar a análise legalista e reconhecer os desafios culturais, econômicos e políticos que afetam sua efetividade.

O Serviço Social, ao atuar na interface entre Estado e sociedade, é diretamente impactado pelas limitações da democracia brasileira. Como enfatiza Yolanda Guerra (2010), a prática profissional deve enfrentar os mecanismos de dominação que operam dentro das instituições, fortalecendo os espaços de escuta e de deliberação popular. Defender a democracia, nesse contexto, não é apenas afirmar seu valor jurídico, mas lutar por sua concretização como projeto coletivo de transformação social, que enfrente o racismo, o patriarcado, a LGBTfobia, a desigualdade de classe e todas as formas de opressão que negam o direito à cidadania plena.

### **Considerações finais: democracia como horizonte de luta, práxis coletivas e compromisso ético-político**

Realização:



Apoio:





A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidenciou que tanto a democracia direta quanto a representativa apresentam limitações estruturais e políticas que comprometem sua efetividade enquanto instrumentos de participação popular e garantia de direitos. A democracia direta, ainda que inspiradora por seu potencial de empoderamento coletivo, esbarra em dificuldades operacionais, como a complexidade das decisões públicas, a falta de tempo social e a baixa escolarização política de grande parte da população. Já o modelo representativo, amplamente consolidado nas sociedades modernas, enfrenta críticas recorrentes relacionadas à crise de legitimidade, ao distanciamento entre representantes e eleitores e à apropriação do poder por interesses privados, como já alertava Bobbio (1984).

Essas limitações revelam que a simples existência de instituições democráticas não assegura, por si só, uma democracia substantiva. Como demonstram as realidades latino-americanas e, em particular, o contexto brasileiro, o acesso desigual aos meios de participação, a exclusão histórica de determinados grupos sociais - negros, indígenas, mulheres, população LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, trabalhadores/as informais - e a ausência de políticas públicas universalizantes escancaram o abismo entre a cidadania formal e a cidadania real. É nesse ponto que se insere a contribuição crítica do Serviço Social, que reconhece a democracia não como um dado, mas como uma construção histórica permeada por lutas de classe, disputas ideológicas e mediações políticas (Iamamoto, 2007; Guerra, 2010).

A Constituição de 1988 representa um marco importante ao prever instrumentos de democracia semidireta, como plebiscitos, referendos e iniciativas populares. No entanto, sua baixa aplicabilidade evidencia que ainda há um longo caminho a ser trilhado para tornar a participação popular efetiva. O desafio não se resume a reformas institucionais, mas envolve a consolidação de uma cultura política democrática, fundamentada no respeito às diferenças, na escuta ativa e na formação de sujeitos coletivos conscientes de seus direitos. O Serviço Social, por sua vez, tem o dever ético-político de atuar como agente mobilizador, articulando saberes, ampliando espaços de escuta, tensionando estruturas autoritárias e fortalecendo o controle social das políticas públicas.

Assim, pensar a democracia como processo - e não como forma acabada - é reconhecer seu caráter dinâmico, inacabado e profundamente vinculado às condições materiais de vida da população. A construção de uma democracia mais inclusiva e participativa requer a superação do formalismo institucional e o investimento na formação de uma cidadania crítica, ativa e transformadora. Como afirma Santos (2024), a democracia deve ser vivida como forma de vida coletiva, e não apenas como um conjunto de regras jurídicas. Nessa perspectiva, é preciso ousar imaginar e construir novas formas de convivência democrática, em que a justiça social, a dignidade humana e a equidade sejam, de fato, princípios orientadores da vida pública.

Portanto, mais do que um arranjo institucional, a democracia deve ser compreendida como um horizonte de luta. Um projeto político em constante disputa, que exige engajamento cotidiano, participação consciente e compromisso coletivo. O Serviço Social, como profissão inserida nas contradições do Estado e da sociedade civil, deve se afirmar como sujeito histórico nesse processo, defendendo uma democracia radicalmente popular, plural e emancipada, onde todos e todas possam exercer sua cidadania em sua plenitude.

## Referências

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5–38, 1988.

Realização:



Apoio:



ARISTÓTELES. **Política**. (Trad. José Aristides; Revisão Maria Helena da Rocha Pereira). São Paulo: Martin Claret, 2009.

BARBOSA, Maria Lúcia. **Democracia direta e participativa**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015.

BIZZARRO, Fernando; COPPEDGE, Michael. Variedades da democracia no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 1–30, jan./abr. 2017.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CABRAL NETO, Antônio. **Democracia**: velhas e novas controvérsias. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2023.

COPPEDGE, Michael; BIZZARRO, Fernando. Variedades da democracia no Brasil: evolução histórica e dimensões do regime. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 31–60, jan./abr. 2017.

GUERRA, Yolanda. A dimensão político-pedagógica do trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 698–722, out./dez. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Revista Estudos Políticos**, São Paulo, n. 76, p. 17–41, nov., 2006.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. (Trad. João Costa; Revisão Luís Filipe de Souza). Petrópolis: Vozes, [1690]1994.

NICÁCIO, Maria. Crise representativa no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 32, p. 1–20, 2020.

PEREIRA, Fulano; VIEIRA, Beltrano. Instrumentos de participação e crise representativa no Brasil. **Revista de Estudos Democráticos**, v. 7, n. 2, p. 45–66, 2013.

PLATÃO. **A república**. (Trad. Maria Helena da Rocha Pereira). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RORTY, Richard. **Filosofia e o espelho da natureza**. (Trad. Emmanuel Carneiro Leão). São Paulo: Loyola, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. (Trad. Lourdes Santos Machado). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SANTOS, Felipe Rocha L. **Porque a filosofia interessa à democracia**. São Paulo: Editora Loyola, 2024.

SOUZA, João. Globalização e democracia: tensões e perspectivas. **Revista Política Internacional**, v. 4, n. 2, p. 15–34, 2006.

Realização:



Apoio:



THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Democracy Index 2023**: Age of conflict. Londres: EIU, 2023. Disponível em: <<https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2023/>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

WOLKMER, Sérgio Luiz Feltraco. Contribuições teóricas ao pensamento jurídico-crítico. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 23–44, 2017.

Realização:



Apoio:



## **FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: neoliberalismo e os impactos ao direito à educação**

Camili Ferreira da Silva Menezes<sup>72</sup>  
Julia Barcelos Bittencourt<sup>73</sup>  
Matheus Oliveira de Paula<sup>74</sup>  
Sarah Lourdes Marçal de Oliveira<sup>75</sup>

**Resumo:** A educação como política social tem perdido seu caráter de direito social na contemporaneidade. O neoliberalismo, gradativamente, transforma o ideário de uma educação pública em retórica. O processo de mercantilização da educação avança em diferentes espaços. Neste trabalho, buscamos discutir os impactos do financiamento da educação na cena contemporânea, considerando os efeitos do neoliberalismo para as políticas sociais. Partimos do método do materialismo histórico-dialético e empregamos metodologia de natureza qualitativa, a partir do levantamento bibliográfico e da análise documental. O financiamento à educação pública vem sendo reduzido gradativamente, causando efeito tanto nas políticas universitárias, quanto na infraestrutura.

**Palavras chaves:** educação pública; orçamento público; neoliberalismo; política de educação

**Abstract:** Education as a social policy has lost its status as a social right in contemporary times. Neoliberalism is gradually transforming the ideal of public education into rhetoric. The process of commodification of education is advancing in various arenas. In this paper, we seek to discuss the impacts of education funding in the contemporary context, considering the effects of neoliberalism on social policies. We use the method of historical-dialectical materialism and employ a qualitative methodology based on bibliographical research and documentary analysis. Funding for public education has been gradually reduced, impacting both university policies and infrastructure.

**Keywords:** public education; public budget; neoliberalism; education policy.

### **Introdução**

Este trabalho é fruto do projeto de pesquisa e extensão “Universidade e Saúde”, da Escola de Serviço Social (ESS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O projeto é composto por docentes, estudantes da graduação e da pós-graduação dos cursos de Serviço Social e Psicologia. O grupo desenvolve reflexões voltadas à formação acadêmica e profissional, articulando debates entre a política de saúde e de

<sup>72</sup> Discente de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: camilimenezes012@gmail.com

<sup>73</sup> Assistente Social, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. E-mail: barcelosbittencourt@gmail.com

<sup>74</sup> Doutorando em Informação e Comunicação em Saúde (Fiocruz), Mestre em Política Social (UFF). E-mail: odepaula.matheus@gmail.com

<sup>75</sup> Assistente Social, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. E-mail: sarah.marcalmonitoria@gmail.com

Realização:



Apoio:



educação. Assim, busca analisar as particularidades das políticas atrelado a realidade atual, frente ao desfinanciamento acelerado das políticas públicas.

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver análise crítica sobre os impactos da política econômica neoliberal no financiamento da educação pública brasileira. Compreendemos o orçamento como campo de disputa entre projetos societários antagônicos: a educação como mercadoria e a educação como direito universal. Parte-se do entendimento de que a educação, enquanto direito social e prática formadora de sujeitos críticos, é profundamente afetada por escolhas estatais que subordinam os direitos sociais à lógica de mercado e da acumulação financeira. Sob a hegemonia do neoliberalismo, o Estado tem se reorganizado de forma a privilegiar o pagamento da dívida pública e o cumprimento de metas fiscais, em detrimento de políticas públicas universais, como a educação e, com efeito a política de assistência estudantil.

O trabalho parte do método do materialismo histórico-dialético. A investigação é de natureza qualitativa, a partir de uma pesquisa bibliográfica e da análise documental. No levantamento bibliográfico, os autores priorizados trabalham com as temáticas de 1) educação pública; 2) neoliberalismo; 3) ensino superior e financiamento público. Na análise documental, foram analisados dados secundários de fontes oficiais, como documentos legislativos, a exemplo do PLP 93/2023, e matérias jornalísticas, especialmente no que diz respeito aos cortes e contingenciamentos orçamentários do Ministério da Educação, a fim de compreender as disputas em torno do fundo público e seus impactos concretos sobre o direito à educação e as políticas de permanência estudantil.

A dinâmica do financiamento da educação pública no Brasil, em meio à hegemonia do neoliberalismo, é perversa, priorizando o pagamento de juros da dívida pública frente a efetivação e ampliação do financiamento da educação pública. O caráter de função social associado à política de educação a torna alvo de cortes orçamentários, pois as decisões políticas voltadas ao financiamento estão intrinsecamente associadas a conflitos de interesses das classes sociais e influência do capital.

Publicado em 30 de abril de 2025, o Decreto 12.248/2025 evidencia uma desvalorização das despesas voltadas à educação, acentuando os cortes e as limitações destinadas à efetivação da política. Diante disso, é fundamental reafirmar a educação como direito social e fomentar o debate público em torno de sua função social, resistindo às lógicas mercadológicas que têm se imposto ao setor.

### **Breve contexto sobre a educação no Brasil**

O processo de consolidação da educação no Brasil é envolto por contextos sociais, políticos e econômicos. A educação foi utilizada desde o período colonial como estratégia de dominação e exclusão social e racial. Tendo em vista a utilização da educação com uma função social enquanto privilégio da elite, torna-se fundamental analisar os avanços que levaram a educação a ser reconhecida como direito fundamental pela Constituição Federal de 1988 e contribuíram para buscar um horizonte de democratização do acesso. Em contrapartida, é necessário observar e pontuar o cenário atual diante da contrarreforma neoliberal e seus impactos nas condições educacionais na sociedade brasileira.

Desde a construção das repúblicas até o período ditatorial no país, houve a ausência de um projeto de educação pública de maneira ampla, capaz de promover a inclusão social no país. Na verdade, ocorreu a concentração dos meios de ensino nas minorias, utilizando a exclusão como estratégia política, por exemplo, na negação ao voto aos analfabetos, que desconsiderava a cidadania desses indivíduos e só teve fim no ano de 1985 após movimentos de lutas populares ganham força no país. Nesse cenário, os movimentos sociais foram fundamentais na construção da educação

Realização:



Apoio:





popular. De acordo com Paulo Freire (1967), um dos principais responsáveis pela modificação da percepção do conceito de educação no mundo, é essencial que:

saliente-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época. Esta, por outro lado, se realiza à proporção em que seus temas são captados e suas tarefas resolvidas. E se supera na medida em que temas e tarefas já não correspondem a novos anseios emergentes, que exigem, inclusive, uma visão nova dos velhos temas. Uma época histórica representa, assim, uma série de aspirações, de anseios, de valores, em busca de planificação. Formas de ser, de comportar-se, atitudes mais ou menos generalizadas, a que apenas os antecipados, os gênios, opõem dúvidas ou sugerem reformulações” (Freire, 1967, p. 44).

A defesa do pensamento crítico e da compreensão da educação como diretriz de força e motor social é compreendida como meio fundamental para a construção de uma sociedade democrática. Embora seja focado no setor saúde, mas ultrapassando suas fronteiras, um movimento popular que traz frutos para o aprimoramento da compreensão da necessidade de aprofundamento na educação é a Reforma Sanitária Brasileira, que compreende em sua gênese a necessidade de promover uma modificação profunda dos processos de saúde e alteração na qualidade da formação dos profissionais. Nas palavras de Sérgio Arouca (1988), a reforma é:

um “projeto civilizatório” contendo em si os valores que queremos para toda a sociedade brasileira. Compreende um processo de transformação da situação sanitária em pelo menos quatro dimensões: específica, que corresponde ao fenômeno saúde/doença; institucional; ideológica; e das relações sociais que orientam a produção e distribuição de riquezas (Arouca, 1988, p. 39-46).

Assim, é possível afirmar que a educação se faz presente em todos os setores, pois a construção de saberes e potencialização das práticas e relações estão voltadas ao fortalecimento de espaços pedagógicos, onde há a possibilidade de um debate democrático que se atente às particularidades de cada contexto. Um dos grandes frutos do desenvolvimento da luta pela democratização da educação é de políticas de assistência estudantil e a política de ações afirmativas, a primeira, visa promover suporte econômico e social aos estudantes de baixa renda; a segunda, busca destinar vagas a estudantes oriundos de escola pública, estudantes pretos, pardos e indígenas, e, mais recentemente, avança no reconhecimento de vagas para a população trans e pessoas com deficiência. A existência dessas políticas são fundamentais para a ampliação da diversidade nos espaços de ensino e, promovendo um impacto significativo na democratização e na garantia do direito à educação por populações que foram historicamente marginalizadas.

É importante ressaltar que esses direitos foram conquistados através de uma trajetória acirrada de lutas por movimentos sociais e políticos. Dessa forma, o fortalecimento da educação democrática e pública não é unanimidade nos espaços societários. Nos cursos da área da saúde, por exemplo, é importante que seja desenvolvida a formação de profissionais com capacidade de reflexão sobre o contexto, de forma que se apropriem de uma postura crítica em relação ao seu trabalho e ao conhecimento apreendido, integrando noções variadas no planejamento de ações em saúde e valorizando a intersetorialidade. Ainda, que, sobretudo, saibam exercer o seu exercício profissional com ética, compreendendo saúde para além do processo saúde-doença (campos, 2012, p. 909).

Com o avanço do neoliberalismo no Brasil, a educação vem sendo desmantelada à medida em que os retrocessos são tem maior peso na organização das políticas do Estado brasileiro. A responsabilidade do Estado pelas políticas sociais, com

Realização:



Apoio:



o objetivo de garantir a universalização, a democratização e a diminuição das desigualdades, se redireciona para um panorama de privatização e focalização na extrema pobreza. Ano após ano os recursos destinados a educação diminuem. Observamos não apenas a retração de investimento, mas a retirada de recursos.

### **Orçamento em disputa: a educação pública e os impactos da política econômica neoliberal**

A educação pode ser compreendida como um processo social contínuo inerente à formação humana e que se expressa nas múltiplas relações sociais. Ela não se restringe somente à apreensão de conteúdos, mas envolve a construção de sentidos, valores e formas de existência social e cultural. Desse modo, todos os segmentos sociais, “quanto mais se tornaram complexos, mais desenvolveram práticas formais de educação, institucionalizando-as sistematicamente” (Severino, 2014, p. 289). Ao formar sujeitos críticos, a educação pode contribuir para a superação de desigualdades e a construção de uma sociedade mais justa. No entanto, essa potencialidade vem sendo limitada pelo avanço do ideário neoliberal, que redefine o papel do Estado, restringe investimentos públicos e subordina os direitos sociais historicamente conquistados à lógica do mercado.

O neoliberalismo pode ser compreendido como um arcabouço teórico, político, econômico e ideológico que orienta a reconfiguração das instituições sociais, subordinando-as à lógica de mercado (Dardot; Laval, 2016). Nesse sentido, o cenário de hegemonia do neoliberalismo, a promessa constitucional de acesso universal à educação é frequentemente ameaçada por um modelo econômico que, historicamente, favorece a lógica da acumulação de capital. O Estado deixa de atuar como garantidor de direitos sociais e passa a se reorganizar conforme as exigências do capital financeiro, intensificando a mercantilização das relações sociais e a negação de direitos básicos. Isso posto,

muito frequentemente esquecemos que o neoliberalismo não procura tanto a “retirada” do Estado e a ampliação dos domínios de acumulação do capital quanto a transformação da ação pública, tornando o Estado uma esfera que também é regida por regras de concorrência e submetida a exigências de eficácia semelhantes àquelas a que se sujeitam as empresas privadas (Dardot; Laval, 2016, p. 271).

Nesse sentido, pensar em financiamento da educação não se refere somente à esfera econômica, mas em refletir sobre um projeto de sociedade que se insere nas formas de gestão do Estado, nas políticas públicas e até mesmo nas subjetividades, moldando valores e sentidos da educação. Sob essa lógica, a educação é reconfigurada em função das exigências do mercado, sendo tratada como investimento individual, voltado à competitividade e à eficiência, e não como um direito social universal. Como destaca Behring (2003), trata-se de um Estado que atua fortemente na defesa da ordem econômica e na reprodução das relações de dominação, mas é seletivo para assegurar as políticas públicas mediante o fortalecimento de mecanismos privatizantes, como parcerias público-privadas, fundos de investimento educacional e a ampliação do setor privado nas modalidades de ensino. Assim, o debate sobre financiamento educacional deve ser compreendido como uma arena política onde se confrontam projetos antagônicos: de um lado, a educação como mercadoria e, de outro, a educação como direito universal. Por isso,

Essa forma atual de expressão histórica do capitalismo, sob o predomínio do capital financeiro, conduzindo de acordo com a regras de um neoliberalismo desenfreado, num momento histórico marcado por um irresistível processo de globalização econômica e cultural, produz um cenário existencial em que as referências ético-políticas perdem sua força na orientação do comportamento

Realização:



Apoio:



das pessoas, trazendo descrédito e desqualificação para a educação (severino, 2014, p. 303).

A disputa entre o projeto da educação como mercado e, a promessa constitucional de educação, se insere no interior das escolhas do Estado em relação à alocação do fundo público. Essa dinâmica é profundamente influenciada pela lógica neoliberal que privilegia a geração de superávit primário e a destinação de recursos para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, esvaziando a capacidade do Estado de promover um projeto de formação voltado à emancipação humana. Assim, mais do que uma questão técnica, o financiamento da educação revela um embate de fundo político e ideológico que expressa diferentes concepções de sociedade, de cidadania e do próprio papel do Estado. Recorremos à análise de Boschetti e Salvador (2006).

O que se observa é que, independentemente da metodologia de análise da receita e despesa da seguridade social, conforme definido na CF/1988, é superavitário e não suficiente para cobrir as despesas com os direitos já previstos, como poderia permitir sua ampliação. Se isto não ocorre, é porque o orçamento da seguridade social é parte da âncora de sustentação da política econômica, que suga recursos sociais para pagamento e amortização dos juros da dívida pública (Boschetti; Salvador, 2006, p. 56).

Esse dado evidencia que o problema central não está na inexistência de recursos, mas na forma como o Estado escolhe alocá-los, priorizando os compromissos com o capital financeiro em detrimento da ampliação e efetivação dos direitos sociais, isto é, como o fundo público é apropriado e redistribuído. A escolha de priorizar o pagamento da dívida pública e seus juros, em geral sem auditoria ou debate público, em detrimento do investimento em direitos sociais expressa a natureza de um Estado orientado pela lógica da financeirização, pois o orçamento da seguridade social, ainda que superavitário, é apropriado como parte da estratégia de manutenção da política econômica neoliberal.

Para Salvador, “o fundo público envolve toda a capacidade de mobilização que o Estado tem para intervir na economia, seja por meio de empresas públicas ou pelo uso de duas políticas monetária e fiscal, assim como pelo orçamento público” (Salvador, 2010, p. 9). De acordo com o autor, a forma como o orçamento é distribuído não se apresenta como uma lógica econômica neutra, mas sim uma orientação política, já que está inserido no contexto das disputas entre as classes sociais. Nesse sentido, os recursos destinados às políticas públicas são comprometidos à medida que o Estado opta por priorizar o pagamento da dívida pública. Essa perspectiva se alinha ao que expressa o art. 1º, § 2º do PLP 93/2023, que institui o Novo Arcabouço Fiscal:

A política fiscal da União deve ser conduzida de modo a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, prevenindo riscos e promovendo medidas de ajuste fiscal em caso de desvios, garantindo a solvência e a sustentabilidade intertemporal das contas públicas (Brasil, 2023, n/p).

Essa contradição se torna ainda mais evidente quando observamos que, mesmo gestões de governo mais “progressistas” acabam mantendo a prioridade no pagamento dos dividendos financeiros do Estado, sobretudo relacionados à dívida pública. Tal postura revela os limites estruturais impostos pela lógica do capital, que condiciona a ação estatal à conservação dos interesses do mercado financeiro, mesmo em contextos políticos que se propõem à defesa dos direitos sociais, pois “independentemente do desempenho econômico, congelam-se os gastos primários do orçamento público brasileiro, no mesmo passo em que se libera a apreciação do fundo público pelo capital portador de juros e pelos especuladores” (Souza, 2023, p. 402). A gestão da dívida

Realização:



Apoio:



pública tem ocupado uma posição central na condução da política econômica do Estado brasileiro, funcionando como mecanismo estruturante das decisões orçamentárias.

Os sucessivos cortes no orçamento da educação evidenciam os efeitos concretos da lógica de ajuste fiscal que estrutura as prioridades do Estado sob a hegemonia neoliberal. Em 2022, o Ministério da Educação bloqueou R\$ 2,4 bilhões do orçamento discricionário, o que correspondeu a 11,4% dessas despesas, impactando diretamente o funcionamento de universidades e institutos federais (Folha de São Paulo, 2022). Tal cenário evidencia o quanto o fundo público tem sido capturado por interesses do capital financeiro, o que restringe a capacidade do Estado de cumprir sua função redistributiva e compromete a efetivação do direito à educação (Boschetti; Salvador, 2006). Nesse cenário, a austeridade fiscal não apenas retira recursos da educação pública, mas também redefine o próprio sentido da política educacional, subordinando-a à lógica do controle e da mercantilização.

Entre 2019 e 2022, os cortes, bloqueios e contingenciamentos no orçamento do Ministério da Educação (MEC) representaram um obstáculo significativo para o funcionamento das universidades e institutos federais. Essas restrições financeiras não apenas comprometem a qualidade do ensino e da pesquisa, mas também prejudicam a política de assistência estudantil, as condições de precariedade na educação pública superior e comprometem o pleno exercício da função social dessas instituições.

No Orçamento de 2025, o governo determinou o congelamento de R\$ 31,3 bilhões em gastos discricionários, refletindo uma postura de austeridade fiscal rígida. No entanto, setores considerados “estratégicos” como o Ministério da Educação (MEC) e o Banco Central foram poupados desse bloqueio direto. Apesar dessa aparente exceção, as universidades e institutos federais sofreram reduções nos repasses por meio de mecanismos técnicos, que resultaram em limitações financeiras significativas para essas instituições (Agência Brasil, 2024). Mesmo assim, o orçamento das universidades federais sofreu um corte de R\$ 340 milhões ao ser aprovado pelo Congresso, seguido de uma recomposição parcial de R\$ 400 milhões, incluindo a liberação de R\$ 300 milhões que estavam retidos por decreto (Agência Brasil, 2024). Essa estratégia evidencia como, mesmo diante de flexibilizações pontuais, o financiamento da educação pública segue sendo alvo de restrições veladas, que comprometem a manutenção e o desenvolvimento da rede federal de ensino superior.

Apesar da recomposição parcial do orçamento, o montante discricionário destinado às universidades federais, mesmo corrigido pela inflação, ainda está abaixo dos valores alcançados em 2014. Essa situação tem gerado preocupação entre reitores e associações científicas, que alertam para os impactos negativos na capacidade dessas instituições de manter suas atividades acadêmicas, de pesquisa e extensão com qualidade (Agência Brasil, 2024). Neste sentido, a insuficiência de recursos compromete não apenas a infraestrutura e a qualidade de ensino, mas também no desenvolvimento científico e tecnológico fundamentais para o avanço do país.

Para além disso, essa disputa orçamentária afeta diretamente a permanência de estudantes da classe trabalhadora no ensino superior, uma vez que fatores socioeconômicos como moradia, alimentação e transporte interferem profundamente na jornada acadêmica. É nesse contexto que a política de assistência estudantil se revela estratégica, ao buscar garantir o acesso a condições mínimas de reprodução da vida social, fundamentais para a permanência e a conclusão dos estudos. Portanto, observamos que a equidade e os direitos humanos não estão no centro das prioridades orçamentárias.

## Conclusão

A análise do financiamento da educação pública brasileira revela que a crise orçamentária não decorre da ausência de recursos, mas sim das escolhas políticas que

Realização:



Apoio:



priorizam o pagamento da dívida pública e o cumprimento de metas fiscais em detrimento dos direitos sociais. O avanço da racionalidade neoliberal, que transforma o Estado em agente do mercado e mercantiliza a política educacional, evidencia uma disputa profunda sobre o papel do fundo público e sobre o projeto de sociedade que se pretende construir. Assim, a educação pública, enquanto direito social, instrumento de formação crítica e vetor de justiça social, tem sido desfinanciada, afetando não apenas sua qualidade, mas também a permanência dos estudantes da classe trabalhadora, majoritariamente negros e pobres.

A precarização das condições de ensino, pesquisa e extensão, somada à fragilização das políticas de assistência estudantil, compromete o direito à educação como garantido constitucionalmente. É, portanto, urgente denunciar os limites estruturais impostos pela lógica do capital e disputar politicamente o orçamento público, recolocando a centralidade da vida, da equidade e dos direitos sociais na agenda do Estado. Reverter o processo de desfinanciamento requer uma ruptura com a austeridade e o reconhecimento de que investir em educação é investir na construção de um país mais justo.

## Referências

AGÊNCIA BRASIL. Orçamento de 2025: governo congela R\$ 31,3 bilhões em gastos discricionários, mas MEC e Banco Central são poupados. **Agência Brasil**, jul. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-07/governo-congela-r-313-bilhoes-em-gastos-discricionarios-em-2025>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

AROUCA, Sergio. Saúde na constituinte: a defesa da emenda popular. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 39-46, abr., 1988.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. O financiamento da seguridade social no Brasil no período 1999 a 2004: quem paga a conta? In: MOTA, Ana Elizabete et al. (org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Decreto nº 12.448, de 30 de abril de 2025. Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2025 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Edição Extra, 30 abr. 2025. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/D12448.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12448.htm)>.. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar nº 93**, de 2023. Dispõe sobre o novo regime fiscal para a sustentabilidade da dívida pública da União. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2023. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=node01cvgxsq4kx1mu1ur1x4ykaxj8a458899.node0?codteor=2226074&filename=PLP+93/2023](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01cvgxsq4kx1mu1ur1x4ykaxj8a458899.node0?codteor=2226074&filename=PLP+93/2023)>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CAMPOS, Francisco Eduardo de. AGUIAR, Raphael Augusto Teixeira de. BELISÁRIO, Soraya Almeida. A formação superior dos profissionais de saúde. In: GIOVANELLA, Lígia, et al. **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. 2ª ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

Realização:



Apoio:





CNN Brasil. Cidades e educação são mais afetados por bloqueio adicional de R\$ 55 bi no orçamento. **CNN Brasil**, 30 jun. 2025. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/cidades-e-educacao-sao-mais-afetados-por-bloqueio-adicional-de-r-55-bi-no-orcamento-veja/>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje. *In*: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SOUZA, Giselle. Ajuste fiscal e desfinanciamento das políticas de seguridade social. *In*: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (org.). **Os direitos não cabem no Estado**: trabalho e política social no capitalismo. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

Realização:



Apoio:



## **ACOLHIMENTO DOS ACOMPANHANTES NO CONTEXTO HOSPITALAR:** contribuições do serviço social na extensão universitária

Sthefany Vitoria de Oliveira Almeida  
Raquel Lima de Jesus

**Resumo:** O artigo apresenta uma experiência extensionista desenvolvida em um hospital universitário de Minas Gerais, voltada ao acolhimento de familiares de pacientes internados, se fundamentando na Política Nacional de Humanização. Para isso, destaca a atuação do Serviço Social na Política de Saúde, a importância da humanização e o papel de quem fica responsável pelos cuidados neste contexto. Através de grupos de acolhimento, busca promover a escuta, criar vínculos e orientar os acompanhantes acerca dos seus direitos. Apesar das dificuldades enfrentadas no cotidiano, evidencia-se as contribuições do Assistente Social na saúde e seu compromisso com a dignidade humana.

**Palavras chaves:** Acolhimento; Humanização; Política de Saúde; Projeto de extensão; Serviço Social.

**Abstract:** The article presents an outreach experience developed at a university hospital in Minas Gerais, focused on welcoming family members of hospitalized patients, based on the National Humanization Policy. To this end, it highlights the role of Social Work in Health Policy, the importance of humanization, and the role of those responsible for care in this context. Through welcoming groups, it seeks to promote listening, create bonds, and guide companions about their rights. Despite the difficulties faced in everyday life, the contributions of social workers in health and their commitment to human dignity are evident.

**Keywords:** Reception; Humanization; Health Policy; Extension Project; Social Work.

### **Introdução**

O processo de hospitalização configura-se como uma vivência permeada por sentimentos intensos, tais como medo, tristeza, dor, insegurança e desamparo. Nesse contexto, a presença de um(a) acompanhante assume um papel fundamental, não apenas como fonte de apoio emocional, mas também como elo entre o(a) paciente e a equipe de saúde, atuando na mediação das demandas emergentes durante o tratamento. Embora respaldado por normativas legais, o direito ao acompanhante hospitalar encontra-se frequentemente atravessado por barreiras institucionais e contradições decorrentes das particularidades estruturais e organizacionais dos serviços de saúde.

A presente discussão insere-se no marco da Política Nacional de Humanização (PNH), que propõe práticas de cuidado baseadas no respeito, na escuta qualificada e na valorização dos sujeitos envolvidos no processo saúde-doença. Nessa perspectiva, a atuação do/a assistente social, enquanto integrante das equipes multiprofissionais, é essencial para a construção de estratégias que promovam a humanização da atenção, a efetivação de direitos e o fortalecimento dos vínculos entre usuários(as), acompanhantes e instituições.

Este artigo tem por objetivo apresentar uma experiência extensionista desenvolvida em um hospital universitário do estado de Minas Gerais, voltada ao acolhimento de familiares e/ou cuidadores que acompanham pacientes internados. A vivência possibilita uma análise crítica dos limites e das potencialidades da atuação do

Realização:



Apoio:



Serviço Social na construção de práticas de escuta, orientação e formação de vínculos durante a hospitalização, comprometidas com a dignidade e o protagonismo dos sujeitos.

A discussão estrutura-se em três eixos centrais: inicialmente, aborda-se a inserção do Serviço Social na Política de Saúde, com ênfase na defesa dos direitos sociais e no fortalecimento do SUS; na sequência, discute-se a emergência da humanização em saúde, seus desafios e possibilidades para a efetivação de práticas centradas nos sujeitos; por fim, analisa-se o papel do(a) acompanhante no contexto hospitalar, tendo como base uma experiência extensionista que expressa o compromisso ético-político do Serviço Social com a construção de um cuidado acolhedor, humano e democrático.

### **O serviço social na política de saúde**

O Serviço Social no Brasil tem suas origens na década de 1930, surgindo vinculado à doutrina social da Igreja Católica. Nesse período, a profissão assumia um caráter moralizante, conservador e assistencialista, voltado para o ajustamento dos indivíduos às exigências da ordem capitalista vigente. Seu foco recaía sobre a conduta individual, buscando moldar comportamentos segundo os valores morais cristãos e a manutenção da ordem social, sem questionar as raízes estruturais da desigualdade (Silva, 2007).

Até a década de 1960, a atuação profissional do Assistente Social na área da saúde manteve-se predominantemente centrada em um trabalho psicossocial, voltada para o atendimento individualizado de pacientes e seus familiares (Krüger, 2010). Essa atuação reproduzia uma lógica adaptativa e funcionalista, em consonância com o modelo biomédico e hospitalocêntrico dominante à época. Nessa perspectiva, a intervenção do Serviço Social estava limitada ao ajustamento subjetivo dos indivíduos às suas condições de adoecimento, sem problematizar os determinantes sociais da saúde nem questionar a estrutura desigual de acesso aos serviços. A profissão atuava, portanto, como parte do aparato institucional de reprodução das relações sociais, exercendo um papel de mediação moral e disciplinamento social no interior dos espaços de saúde.

De acordo com Silva (2007) esse perfil conservador começou a ser contestado a partir da década de 1960, com o chamado Processo de Renovação do Serviço Social. Tal processo se desenvolveu em meio a um contexto de intensas transformações sociais, marcado pelo avanço das lutas populares, pelo amadurecimento da crítica ao conservadorismo profissional e pelas novas demandas colocadas à profissão. Diante disso, tornou-se necessária uma revisão crítica das bases teóricas, metodológicas e práticas do Serviço Social brasileiro.

A "Intenção de Ruptura" — expressão que sintetiza a orientação crítica assumida por parte da categoria profissional — ganhou força especialmente com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1979. Esse evento é reconhecido como um marco da ruptura com a tradição conservadora e da consolidação de um projeto profissional comprometido com as classes trabalhadoras e com a transformação social (Silva, 2007).

Paralelamente a esse processo de renovação, a década de 1970 também foi marcada por uma efervescência de movimentos sociais no Brasil. No campo da saúde, destaca-se o surgimento do Movimento da Reforma Sanitária, que teve como principal objetivo a crítica ao modelo excludente então vigente e a luta por um sistema público de saúde universal, igualitário e de qualidade. Esse movimento, articulado por sanitaristas, profissionais da saúde e setores progressistas da sociedade, exigia a democratização do acesso aos serviços e a garantia da saúde como direito de cidadania (CFESS, 2009).

Essas mobilizações influenciaram diretamente os debates que culminaram na Constituição Federal de 1988. Conhecida como Constituição Cidadã, ela representou

Realização:



Apoio:



um marco para os direitos sociais no país. Através dela, foi instituída a Seguridade Social, compreendendo as políticas públicas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social. A saúde, especificamente, passou a ser reconhecida como um direito de todos e dever do Estado, sendo consolidada institucionalmente por meio da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 1988)

No entanto, apesar desse avanço normativo, a efetivação do direito à saúde enfrenta até hoje inúmeros desafios. Entre os principais entraves estão as tentativas recorrentes de privatização, os cortes orçamentários, a mercantilização dos serviços e a fragilidade de financiamento do SUS. Tais obstáculos demonstram que a conquista formal do direito à saúde ainda não se traduziu plenamente em sua realização concreta para toda a população brasileira. (Kruger, 2010)

Por sua vez, o Serviço Social, ao longo desse percurso histórico, consolida-se como uma profissão comprometida com os direitos sociais, tendo como objeto de intervenção as expressões da Questão Social. A promulgação do Código de Ética Profissional em 1993, representou a formalização desse compromisso, reafirmando a direção ético-política crítica da profissão, “comprometida com os valores éticos fundamentais: liberdade, equidade e justiça social, articulando-os à democracia e à cidadania” (Silva, 2007, p. 13).

Assim, será apenas a partir da década de 1990, impulsionado pela criação do Projeto Ético Político da Profissão em 1993, que os Assistentes Sociais vão se inserir de fato nas discussões da saúde pública, enquanto um campo permeado por tensões. Com isso, a saúde passa a se constituir enquanto um campo de atuação efetivo e um objeto de pesquisa para a profissão.

Com a consolidação de um projeto profissional crítico, a atuação do Serviço Social na política de saúde passa a se articular ao campo da Reforma Sanitária, defendendo a saúde como um direito social universal e inalienável. Inserido nas equipes multiprofissionais, o assistente social contribui com uma abordagem que rompe com a lógica biomédica e individualizante, introduzindo tensões e deslocamentos teóricos e práticos ao realizar uma leitura crítica da realidade. Sua intervenção evidencia e problematiza os determinantes sociais do processo saúde-doença, ampliando a compreensão das demandas dos usuários e fortalecendo a perspectiva da integralidade do cuidado.

Nessa direção, os Parâmetros para a Atuação dos Assistentes Sociais na Saúde (CFESS, 2009, p.39) orientam que:

O profissional precisa romper com a prática rotineira, acrítica e burocrática, procurando buscar a investigação da realidade a que estão submetidos os usuários dos serviços de saúde e a reorganização da sua atuação, tendo em vista as condições de vida dos mesmos e os referenciais teóricos e políticos hegemônicos na profissão, previstos na sua legislação, e o projeto de reforma sanitária.

Segundo Krüger (2010), a atuação do assistente social no campo da saúde enfrenta diversos desafios, entre os quais se destacam a sobrecarga de atribuições indevidas, o déficit de reconhecimento profissional no interior das equipes multiprofissionais, a correlação de forças institucional desfavorável e a escassez de recursos que comprometem a efetivação do direito à saúde. Apesar dessas limitações, a presença do assistente social neste campo revela-se fundamental, especialmente por sua capacidade de articular a dimensão técnica à dimensão ética e política, contribuindo para a efetivação dos princípios do Sistema Único de Saúde e para a ampliação do acesso aos direitos sociais.

Dessa forma, o Serviço Social ao realizar uma reflexão crítica acerca da realidade dos usuários, apresenta um grande potencial no processo de luta pela efetivação do direito à saúde. A profissão contribui para o fortalecimento das ações de

Realização:



Apoio:



humanização no atendimento, favorecendo a promoção do acesso e democratização de informações para os usuários.

### **A humanização em saúde: desafios e possibilidades para que se concretize**

O debate acerca da humanização em saúde vem se consolidando nos últimos anos como uma resposta para as práticas marcadas historicamente pela fragmentação dos serviços prestados e à despersonalização do cuidado. No contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), a humanização em saúde está relacionada a uma construção de um modelo de atenção integral, participativa e centrada no indivíduo. Esse tipo de proposta buscou romper com a lógica tecnicista e verticalizada do atendimento, incorporando a escuta, o acolhimento e a valorização dos vínculos como principais elementos do processo do cuidado (Guedes; Castro, 2009).

A Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), instituída pela Portaria nº 3.390/2013, estrutura as diretrizes para a atenção hospitalar no SUS, com base na Política Nacional de Humanização (PNH), criada pelo Ministério da Saúde em 2003, consolidou os princípios que já estavam presentes na formulação do SUS, das leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990. Esta última citada, ao garantir a participação popular na gestão dos serviços e a corresponsabilidade nos processos de decisão, fortalece essa perspectiva de que a humanização em saúde também passa pela democratização das relações institucionais e pela escuta ativa dos seus acompanhantes e dos usuários (BRASIL, 1990). E assim, ambas essas políticas apontadas visam assegurar um atendimento integral e, principalmente, humanizado, compreendendo que o cuidado em saúde deve respeitar a dignidade do usuário e sua inserção na totalidade. (BRASIL, 2013).

No entanto, nesse contexto hospitalar, a proposta de humanização enfrenta seus grandes desafios e seus limites, devido a alta demanda por atendimentos, a sobrecarga de trabalho das equipes, a escassez de recursos fornecidos e o rigor dos protocolos institucionais causam a inviabilidade de práticas que considerem as singularidades dos sujeitos envolvidos, tanto os familiares quanto os usuários. Como ressaltam Henriques e Cabana (2013), é comum que o acompanhante hospitalar, apesar de sua importância afetiva e social, seja percebido como um “incômodo” nos espaços institucionais, o que demonstra a persistência de uma cultura hospitalar pouco acolhedora.

Para que o processo de humanização em saúde se concretize, é necessário repensar o papel da equipe multiprofissional na criação de ambientes mais receptivos e democráticos. Como reforça Leal e Castro (2017), o trabalho do assistente social na saúde deve ultrapassar os limites da burocracia institucional e afirmar-se como prática interventiva na direção da garantia de direitos e da cidadania. Embora seja conduzida através de princípios democráticos e participativos, a PNH também é tensionada por uma racionalidade gerencialista, que prioriza resultados, produtividade e desempenho. Tal enfoque, como apontam Leal e Castro (2017), muitas vezes desloca o sentido original da humanização, transformando-a em uma estratégia de gestão eficiente e não em uma diretriz ética de cuidado. Sendo assim, mesmo com o reconhecimento de importantes avanços, a política de humanização em saúde pode ser cooptada por uma lógica mercantil da saúde, principalmente quando se torna subordinada aos interesses do setor privado.

A partir disso, as experiências trazidas no campo da atenção primária e da educação em saúde demonstram que o trabalho em grupo, a escuta coletiva e o fortalecimento da participação popular são estratégias potentes na consolidação de práticas humanizadas (Dias; Silveira; Witt, 2009). Na rede hospitalar então, os projetos extensionistas focados no acolhimento aos acompanhantes e nos familiares dos usuários sendo algo que fundamenta esse artigo aqui apresentado são expressões das

Realização:



Apoio:





práticas dessa perspectiva, contribuindo para a criação de espaços de escuta, construção de vínculo, orientação e fortalecimento emocional dos indivíduos.

Publicado no ano de 2013, o Caderno Humaniza SUS — Atenção Hospitalar, aprofundou esse debate acerca da humanização nos hospitais e trouxe contribuições importantes, como a presença de acompanhantes, a defesa da visita aberta, além da elaboração de planos terapêuticos e da ampliação clínica. Inserido nesse cenário, o Serviço Social ocupa seu lugar estratégico ao promover o acolhimento, identificar as suas demandas e articular ações que mantenham o acesso a direitos, contribuindo para a construção de uma rede de cuidados com os princípios do SUS (Leal; Castro, 2017).

Dessa forma, o Serviço Social se insere como um profissional ativo na consolidação do processo de humanização em saúde, e não sendo apenas o mero executor de diretrizes institucionais, mas como sujeito ético-político que atua em defesa da dignidade e dos direitos dos usuários, familiares e acompanhantes, na promoção do acolhimento e na construção de um cuidado mais integral, dialógico e comprometido.

A partir dessas perspectivas, o próximo item a seguir aborda a experiência extensionista na humanização em saúde realizada em um hospital universitário que tem por objetivo o acolhimento de familiares e acompanhantes de usuários internados.

### **Humanização e acolhimento de acompanhantes no ambiente hospitalar: Reflexões a partir das vivências em um projeto de extensão voltado ao acolhimento de acompanhantes de usuários/as internados/as em um hospital universitário**

Segundo Henriques e Cabana (2013), os acompanhantes hospitalares desempenham um papel fundamental no cuidado aos pacientes, especialmente diante da elevada demanda que impossibilita aos profissionais de saúde oferecer uma assistência integral. Na maioria das vezes, quem fica de acompanhante faz parte do núcleo familiar ou do ciclo social do paciente, sendo a sua principal rede de apoio no processo saúde-doença. No entanto, pouco se discute sobre como estes familiares e/ou cuidadores se encontram fragilizados no ambiente hospitalar, possuindo aflições e incertezas sobre o futuro.

Após contextualizar a inserção do Serviço Social na Política de Saúde, o conceito de humanização e o papel dos acompanhantes, este relato de experiência apresenta um projeto de extensão vinculado à Faculdade de Serviço Social de uma universidade pública do Estado de Minas Gerais. O projeto intitula-se "Grupo de Acolhimento a Familiares de Usuários/as Internados/as na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Universitário"

O interesse por esta temática surge como uma demanda colocada pelo setor de Serviço Social do hospital, que é permeado por desafios diários. Com isso, o projeto de extensão é criado com o objetivo de fortalecer as ações que já são desenvolvidas no hospital e para possibilitar um olhar para os acompanhantes dos pacientes que estão internados, que também são afetados.

Este projeto de extensão tem como referência a Política Nacional de Humanização, que foi exposto anteriormente e visa promover um ambiente acolhedor, valorizando o usuário e compreendendo as demandas que este possui. A equipe do projeto é composta por 1 docente da Faculdade de Serviço Social da UFJF, 2 Assistentes Sociais do hospital e 2 discentes do curso de Serviço Social. O público alvo ficou definido que seriam os familiares e/ou cuidadores que estão de acompanhantes de pacientes internados no hospital. A escolha de trabalhar com grupos e não com outros instrumentos, levou em consideração que:

Como suporte, um grupo pode ajudar pessoas durante períodos de ajustamento a mudanças, no tratamento de crises ou ainda na manutenção ou adaptação a novas

Realização:



Apoio:



situações. O potencial preventivo desses grupos emerge da possibilidade de pessoas com situações semelhantes poderem compartilhar experiências comuns. São exemplos: grupos com familiares de pessoas hospitalizadas como de crianças com câncer, em estado crítico ou terminal, pacientes psiquiátricos, entre outros (Dias et al, 2009, p. 3).

Antes de iniciar os grupos no hospital, a equipe do projeto fez o estudo de bibliografias já públicas e que abordassem sobre a temática, a fim de conhecer melhor acerca do trabalho do Assistente Social no ambiente hospitalar e seus desafios. Em seguida, após a divulgação do grupo junto aos servidores do hospital, pacientes e acompanhantes deu-se início aos encontros, que ficaram definidos de serem realizados quinzenalmente.

O primeiro encontro, foi realizado em formato de roda de conversa, contando com a participação de três acompanhantes, sendo duas mulheres e um homem, foi feita uma apresentação do projeto de extensão e de cada acompanhante ali presente, que expôs um pouco da realidade em que estavam inseridos. O segundo grupo manteve a mesma dinâmica do primeiro e contou com a presença de duas acompanhantes, ambas mulheres que relataram sobre a preocupação de estarem no ambiente hospitalar.

Já no terceiro encontro, a equipe decidiu mudar a dinâmica, optando por passar nos leitos com emojis e perguntar aos acompanhantes qual a emoção que estavam sentindo naquele dia. Este contou com a participação de quatro acompanhantes (um homem e três mulheres), que após a dinâmica foram convidados para tomar um café na sala onde o grupo ocorre. O quarto encontro, realizado recentemente, manteve a mesma dinâmica que o anterior, contou com a participação de quatro mulheres, que trouxeram elementos sobre sua vida cotidiana. Uma delas, se encontrava bem fragilizada devido ao quadro de saúde do seu companheiro, por isso, a equipe rapidamente optou por convidá-la para ir até a sala onde os encontros são realizados e fez seu acolhimento, buscando compreender suas demandas.

Após estes encontros, foi possível constatar alguns desafios. O primeiro deles é que devido a rotatividade que o hospital possui, foi difícil criar vínculos com os acompanhantes, já que a cada encontro modifica os participantes. Alguns acompanhantes também não conseguiram participar, devido a insegurança de deixar o familiar internado sozinho/a no quarto e este precisar de cuidados.

Uma questão que chama atenção é que a maioria das acompanhantes dos pacientes são mulheres, o que deixa claro que o papel da mulher atrelada aos cuidados ainda permanece presente em nossa sociedade. Ao dialogarmos mais profundamente com algumas dessas mulheres, evidenciou-se a preocupação delas em assumir o papel de acompanhante hospitalar, o que frequentemente implica abrir mão dos cuidados essenciais com seus filhos e das responsabilidades domésticas. Essa situação revela uma sobrecarga desigual que recai majoritariamente sobre as mulheres, expondo não apenas a invisibilidade social do trabalho de cuidado, mas também a reprodução das desigualdades de gênero no interior das dinâmicas familiares e sociais. Assim, o papel de acompanhante, embora fundamental no contexto hospitalar, reforça estruturas que subordinam as mulheres a múltiplas tarefas e responsabilidades, sem o devido reconhecimento ou suporte institucional.

Apesar dos desafios existentes para a consolidação do grupo de acolhimento é evidente a capacidade que o grupo possui para prestar o apoio aos acompanhantes e acolher as demandas sociais que estes apresentam. Os familiares e/ou cuidadores que participaram dos encontros, relataram que se sentiram acolhidos com o grupo e que foi uma forma de saírem um pouco da rotina hospitalar, que por vezes é exaustiva, podendo refletir sobre situações de suas vidas e vislumbrar possibilidades para resolução de alguns problemas.

No que se refere à equipe de Serviço Social do hospital, esta também avalia o projeto como positivo, especialmente diante da alta demanda cotidiana que dificulta a

Realização:



Apoio:



oferta de atenção individualizada aos acompanhantes. Os grupos de acolhimento possibilitam a canalização dessas demandas, garantindo que as questões trazidas pelos acompanhantes cheguem de forma organizada ao setor, favorecendo uma escuta mais efetiva e uma intervenção profissional mais direcionada. Com essas experiências, observa-se a falta que faz um olhar para os mesmos que também são afetados no processo de saúde-doença e na maioria das vezes não são alvos de atenção pelos profissionais de saúde.

Embora o projeto de extensão ainda esteja em fase inicial, os resultados obtidos até o momento evidenciam seu significativo potencial. O grupo de acolhimento contribui para que a equipe identifique as principais expressões da questão social que permeiam a vida dos usuários da política de saúde, possibilitando, assim, a efetivação do acesso aos seus direitos.

## Considerações finais

A presente reflexão evidenciou a importância da presença do acompanhante no âmbito hospitalar, reconhecendo-o como sujeito ativo no processo de cuidado em saúde. Apesar do respaldo normativo que assegura o direito à presença de acompanhantes em alguns casos durante a hospitalização, observa-se uma lacuna entre o que é previsto nas legislações e a realidade vivenciada nas instituições de saúde. Tal contradição reflete os limites estruturais, organizacionais e culturais que ainda permeiam as redes hospitalares, muitas vezes marcados por práticas excludentes e desumanizadas.

A partir desse cenário, o Serviço Social se insere como uma profissão ancorada em seu Projeto ético-político, contribuindo para a construção de práticas voltadas à defesa de direitos, à valorização da dignidade humana e à promoção da humanização no cuidado à saúde. A atuação crítica dos Assistentes Sociais permite tensionar a lógica burocrática e tecnicista ainda presente nas instituições de saúde, viabilizando intervenções que consideram os sujeitos em sua totalidade, sobretudo em situações de vulnerabilidade e sofrimento.

O relato de experiência do projeto de extensão desenvolvido no hospital universitário demonstrou que ações coletivas voltadas ao acolhimento de acompanhantes podem se constituir como espaços de escuta ativa e coletiva, construção de vínculos e promoção da saúde. Apesar dos desafios e limites identificados, como a rotatividade dos participantes e a limitação de recursos institucionais, os resultados obtidos até o momento apontam para a potência dessas iniciativas na qualificação do cuidado e na efetivação de práticas humanizadas.

Concluimos assim que, a valorização dos acompanhantes no processo de hospitalização é uma dimensão importante para a consolidação de um cuidado integral, ético e comprometido com os princípios do Sistema Único de Saúde. É fundamental que as instituições reconheçam e incorporem, permanentemente, ações que promovam a escuta, o acolhimento e a garantia de direitos dos familiares e cuidadores. Além disso, torna-se necessário que o Serviço Social enquanto profissão comprometida com a luta de classes, atue na defesa dos usuários do SUS e na consolidação de práticas que visem a equidade, a justiça social e a humanização na política de saúde.

## Referências

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 1990. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8142.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8142.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



BRASIL. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS** – HumanizaSUS: documento base. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/humanizasus>>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Portaria nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013. Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 2013. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt3390\\_30\\_12\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt3390_30_12_2013.html)>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Congresso Nacional, novembro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para atuação do assistente social na saúde**. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: <[https://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude\\_-\\_versao\\_preliminar.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_Assistentes_Sociais_na_Saude_-_versao_preliminar.pdf)>. Acesso em: 28 jul. 2025.

DIAS, Valesca Pastore; SILVEIRA, Denise Tolfo; WITT, Regina Rigatto. Educação em saúde: o trabalho de grupos em atenção primária. **Revista APS**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 221–227, abr./jun. 2009.

GUEDES, Heloísa Helena da Silva; CASTRO, Marina Monteiro de Castro e. Atenção hospitalar: um espaço produtor do cuidado integral em saúde. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 4–26, jul./dez., 2009. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10035>>. Acesso em: 29 jul. 2025.

HENRIQUES, Renata da Trindade Meira; CABANA, Cristina. O acompanhante no processo de hospitalização. **Revista Hum@nae**, v. 7, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/69>>. Acesso em 29 jul. 2025.

KRUGER, Tânia Regina. Serviço social e saúde: espaços de atuação a partir do SUS. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 123–145, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634891>>. Acesso em: 29 jul. 2025.

LEAL, Laura Marcelino; CASTRO, Marina Monteiro de Castro e. Política nacional de atenção hospitalar: impactos para o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 16, n. 2 (24), p. 211–228, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8651464>>. Acesso em 29 jul. 2025

MIOTO, Regina Célia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Serviço Social e Saúde: desafios intelectuais e operativos. **SER Social**, Brasília, v. 11, n. 25, p. 221–243, 2010. Disponível em: <[https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12733](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12733)>. Acesso em: 28 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



SILVA, Maria Izabel da. A organização política do Serviço Social no Brasil: de “Vargas” a “Lula”. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 16, n. 2, p. 267–282, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/113/143>>. Acesso em: 28 jul. 2025.

**FUNDO PÚBLICO E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA:**  
a particularidade do fundo público nos países de capitalismo periférico

Laís Aparecida Santos de Oliveira<sup>76</sup>

Iris Sunsyaray Mendes Feliciano de Andrade<sup>77</sup>

**Resumo:** A produção deste artigo dedica-se a apresentar a constituição histórica do fundo público, considerando a relação com o modo de produção capitalista e, em especial com o capitalismo dependente. Partimos da categoria trabalho, considerando que os recursos utilizados pelo Estado têm origem na exploração da força de trabalho, a única forma de gerar valor. A teoria marxista da dependência é incorporada nas referências enquanto instrumento que permite compreender as particularidades do modo de produção desenvolvido na periferia do sistema capitalista. Incorporando tal análise, consideramos que a superexploração e a transferência de valor, constituem o traço fundamental das economias dependentes e marcam a formação do fundo público nos países latino-americanos.

**Palavras-chave:** Fundo Público, Categoria Trabalho, Teoria Marxista da Dependência, Superexploração da Força de Trabalho.

**Abstract:** This article presents the historical constitution of the public fund, considering its relationship with the capitalist mode of production, and particularly with dependent capitalism. We begin with the category of labor, considering that the resources used by the State originate from the exploitation of labor, the only way to generate value. Marxist dependency theory is incorporated into references as a tool that allows us to understand the particularities of the mode of production developed on the periphery of the capitalist system. Incorporating this analysis, we consider that superexploitation and value transfer constitute the fundamental features of dependent economies and mark the formation of the public fund in Latin American countries

**Keywords:** Public Fund, Labor Category Marxist, Super-Exploitation of Labor

## Introdução

A produção deste artigo dedica-se a apresentar a constituição histórica do fundo público, considerando a relação com o modo de produção capitalista e, em especial com o capitalismo dependente. Respalda-se da teoria social de Karl Marx, afastamo-nos de posturas neutras que, por vezes, encobre o debate sobre as fontes de financiamento, atribuindo aos recursos do Estado uma análise puramente técnica e a-histórica.

<sup>76</sup> Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: laisapso15@gmail.com

<sup>77</sup> Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: iris\_sunsyaray@hotmail.com

Realização:



Apoio:





Analisaremos a gênese do Fundo Público a partir da categoria trabalho, considerando que apenas o trabalho é capaz de produzir valor que em parte será apropriada pelo Estado para exercício de suas funções. Neste sentido, o arcabouço teórico que utilizamos evidencia a fonte de recursos do Estado, que para além de incidir sobre o trabalho excedente, tem avançado cada vez mais sobre o trabalho necessário, o que significa que o fundo público tem sido custeado essencialmente pelos trabalhadores. Em se tratando de países, como o Brasil, em que a desigualdade econômica e a concentração de renda são traços marcantes da formação sócio-histórica, a forma de extração dos recursos do fundo público amplia as assimetrias entre as classes.

Examinaremos o fundo público a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD), por compreendermos que temos nessa perspectiva analítica possibilidades concretas de realizar investigações mais contundentes acerca da forma particular de como capitalismo que se desenvolve nas economias periféricas. Nesse sentido, a TMD torna-se fundamental para apreensão das particularidades na formação sócio-histórica brasileira. Agregar esta ótica de análise permite-nos compreender que a constituição do fundo público nas economias dependentes, reveste-se pela superexploração do trabalho e pela transferência de valor, mecanismos desvendados por essa teoria.

### **A categoria trabalho enquanto gênese do fundo público**

À luz da economia política, o debate sobre o fundo público tem como base de sustentação a fonte de financiamento do Estado, isto é, os recursos historicamente determinados, que colocam em curso as atividades do Estado (Salvador, 2010a). O montante arrecadado pelo Estado é canalizado para diferentes fins, seja na implementação de políticas públicas, na manutenção das atividades administrativas do Estado ou no investimento em projetos de desenvolvimento.

No entanto, a compreensão sobre o fundo público, por vezes aparece descolada de uma análise histórica, o que lhe atribui um verniz de neutralidade. Neste contexto, algumas discussões sobre o fundo público resumem-se à eficiência e ao gerenciamento dos recursos do Estado, pouco se aprofunda sobre a fonte destes valores e o caráter histórico que molda sua configuração atual.

Concordamos com Brettas (2020, p. 210) quando enfatiza a necessidade de analisar o fundo público, a origem e a destinação de recursos considerando o processo de produção de riqueza, uma vez que a “atuação das distintas classes sociais na dinâmica de produção e apropriação do valor gerado interfere na composição dos recursos à disposição do Estado e na estrutura dos gastos públicos”. Os recursos arrecadados pelo Estado são, majoritariamente, extraídos dos rendimentos dos trabalhadores sob a forma de taxas, contribuições, impostos, adquirindo, portanto, lugar de destaque na manutenção das relações capitalistas (Behring, 2021, p. 93).

No período correspondente à gênese do Imperialismo, o fundo público não desempenhava tamanho protagonismo na manutenção do capitalismo, pois, o Estado não “extraía e repartia parcela tão significativa da mais valia socialmente produzida e não se apropriava de parte do trabalho necessário de forma tão intensa”. Na contemporaneidade, entretanto, com o predomínio do neoliberalismo e da financeirização o fundo público “assume tarefas e proporções cada vez maiores” (Behring, 2021, p. 32).

Em meio ao movimento de monopolização do capital, ocorre uma mudança qualitativa no lugar do fundo público. Mais do que isso, a existência e continuidade do capitalismo maduro está cada vez mais atrelada ao fundo público, valendo-se deste para garantir a valorização do valor. Desta forma, os fundamentos da sociedade burguesa e seus pilares estruturantes: o trabalho alienado, a extração de mais-valor e a produção de valores de troca tornam-se fundamentais a compreensão do fundo

Realização:



Apoio:



público e sua intrínseca relação com a reprodução da vida social e, sobretudo, com a manutenção das relações capitalistas.

Para essa aproximação na compreensão quanto a constituição do fundo público, sua gênese e repartição, balizamo-nos na categoria trabalho, enquanto fio que conduz à compreensão sobre o fundo público. Behring (2021), respaldada na teoria crítica dialética de Marx, ressalta que o capital se move pela necessidade de ampliar valor, e, apenas a força de trabalho explorada, submetida ao ordenamento capitalista, é capaz de agregar valor (ibid., p. 34). Logo, a categoria trabalho explorado/alienado torna-se essencial para manutenção das relações capitalista e, sendo assim, possui um papel importante na constituição do fundo público.

O trabalho está na origem sociabilidade, da consciência e da universalidade dos homens. Através do trabalho os homens estabelecem formas coletivas de garantir a satisfação das necessidades humanas e sociais. É a partir do trabalho que os homens desenvolvem a capacidade teleológica, criam códigos e linguagem e se afastam das ações puramente instintivas (Barroco, 2008, p. 34).

Contundo, o trabalho perde sua potencialidade criativa e emancipatória à medida em que o indivíduo perde o domínio sobre a capacidade de decidir sobre as condições, formas e meios de produzir. Esse processo se inicia após o trabalhador passar por um longo período de expropriações – a que Marx descreve no capítulo 24, como “acumulação primitiva” - destituído de suas terras, instrumentos e meios para produzir, termina por vender sua força de trabalho, uma vez que as demais alternativas, como a vadiagem e a mendicância eram duramente punidas pelas leis sanguinárias.

O trabalhador inserido na dinâmica capitalista vende sua força de trabalho aos donos dos meios de produção e, na disposição de seu tempo, comprado pelo capitalista, produz mercadorias – consideramos aqui o exemplo do trabalho que produz diretamente mais valor. Logo, a jornada do trabalhador é composta pelo tempo necessário, à produção das mercadorias e à constituição do seu próprio salário. No entanto, a jornada também se compõe do tempo excedente, período em que o trabalhador produz valor, mas não é remunerado por ele, sendo este apropriado pelos donos dos meios de produção (Behring, 2021).

Todavia, o capitalista buscando acumular cada vez mais mobiliza recursos que o possibilita investir em capital constante, isto é, em maquinários e instrumentos de trabalho, meios cada vez mais avançados e tecnológicos, que permitem produzir mais em menos tempo. Logo, dispondo de técnicas que inovam o chão de fábrica é possível reduzir o tempo de trabalho necessário para confecção de mercadorias em geral. No entanto, as mercadorias produzidas em um tempo cada vez mais curto necessitam ser trocadas no mercado com mais agilidade. Tal processo exige uma redução do ciclo de rotação do capital, pois, produzir mais rápido implica em vender mais rápido. Para isso é necessário ampliar toda estrutura produtiva para dar suporte ao capital, sempre ávido por realização.

Contudo, o incremento dos meios de produção, ou seja, de capital constante, desencadeia um impacto na contratação de trabalhadores. Para Marx (2017), essas mudanças na “composição técnica do capital” que implicam em uma redução do capital variável e um incremento do capital constante produzem um fenômeno novo: o exército industrial de reservas e o pauperismo, os quais se caracterizam pela formação de uma massa de trabalhadores desocupados que vivenciam um generalizado empobrecimento, em contraste com o aumento da riqueza produzida (Marx, 2017, p 274).

Esta busca contínua pelo valor, em que o capitalista passa a dispor de maiores investimentos em capital constante, visando alcançar maior produtividade e assim se apropriar de um montante elevado de mais valor, conduz, a uma circunstância que se opõe a contínua valorização. Com base na lei do valor, descrita por Marx (2017, vol. 3, p. 250) a ação de investir cada vez mais em tecnologias aprimoradas que revolucionam

Realização:



Apoio:



a produção, conduzem à queda das taxas de lucro, ou seja, um caminho contrário ao da valorização. Neste sentido, Marx (2017, v. 3, p. 250), destaca que a queda tendencial da taxa de lucro, está relacionada à uma “proporção decrescente da própria mais valia em relação ao capital adiantado”.

No entanto, o filósofo e economista alemão, alerta para o fato de que a queda da taxa de lucro tem origem na produção e não na repartição da mais valia. Por esta razão, é importante não perder de vista que a queda da taxa de lucro não é uma anomalia, um desvio ou uma deformidade do sistema capitalista, mas, é antes, inerente a sociabilidade do capital, que na fixação pela extração de lucro termina por adentrar numa busca incessante pela renovação de equipamentos e técnicas em detrimento do enxugamento da força de trabalho.

Tal mecanismo resulta numa corrida entre os capitalistas. Aqueles que modernizam mais rapidamente seus equipamentos e permanecem trabalhando com preços médios, usufruem dos superlucros (Behring 2021, p. 38). No entanto, ocorre que, na sequência, “os demais buscam se recuperar nas relações comerciais adquirindo o novo padrão de composição técnica e orgânica do capital, equalizando a taxa de lucro num patamar de valor mais baixo e criando novas e mais fortes contradições” (ibid., p. 38). A queda da taxa de lucros é assim, inevitável, de acordo com a lei geral da acumulação e, só não se torna mais implacável, porque são acionados mecanismos que inibem a brusca queda de lucros, as chamadas causas contrariantes. À vista disso, Behring (2021) destaca processos imbuídos nesse transcorrer:

“elevação do grau de exploração da força de trabalho; a introdução de novas tecnologias capital-intensivas impõe óbices imediatos pela intensa exploração da força de trabalho, mas operam mediatamente para a queda da taxa de lucro, o que implica profunda contradição; a compressão do salário abaixo do seu valor médio; o barateamento dos elementos do capital constante; o aumento da superpopulação relativa com pressão sobre os salários; o comércio exterior (Behring, 2021, p. 37).

Na tentativa de inibir a brusca queda de lucro – que tem como uma de suas causas, o incremento do capital constante - os capitalistas encontram saídas com a intensificação da exploração do trabalho e com as novas tecnologias de capital-intensivas, ou seja, a queda da taxa de lucro que foi gerada, em devida parte, pelo investimento em capital constante, é combatida com maior investimento em modernos e tecnológicos meios de produção e com uma acrescida intensificação da força de trabalho.

O enfrentamento à diminuição de lucro é resolvido pelo capitalista com a ampliação da exploração do trabalhador e maior investimento em capital constante, resultando na “expulsão” da força de trabalho e no aumento do pauperismo. Diante deste contexto, torna-se inevitável que a tendência da mais valia não se realize, justamente porque massas cada vez maiores de trabalhadores ficam de fora da esfera do consumo. Deste modo, o ciclo entre produção e circulação não se completa, reduzindo as margens de lucro do capital. Logo, para que a mais valia extraída do tempo de trabalho excedente se transforme em dinheiro é essencial que a mercadoria produzida - e sob a qual o trabalhador agregou valor - seja vendida, transformando-se assim em dinheiro acrescido.

Compreendido esse processo, é nesses termos que o fundo público desempenhará um papel fundamental e indispensável ao ciclo de rotação e valorização do capital, operando, portanto, como “causa contrariante à queda da taxa lucro” (Behring, 2021, p. 39).

O fundo público atua de modo a limitar a redução da queda de lucro. Behring (2021), aponta que o fundo público se compõe de impostos, contribuições e taxas – extraídas da mais valia socialmente produzida, isto é, do trabalho excedente que se

Realização:



Apoio:



transformou em lucro, juro ou renda da terra e é agregado ao Estado. No entanto, o fundo público, tem se constituído cada vez mais da parcela do trabalho necessário, considerando que os trabalhadores pagam impostos direta (como o imposto de renda) e indiretamente, através do consumo, incluídos nos preços das mercadorias (Behring, 2021, p. 40).

Todavia, os trabalhadores cada vez mais explorados e com seus salários reduzidos, tem sua margem de consumo restrita. A diminuição do consumo se apresenta, assim, como um entrave ao ciclo de realização da mais valia. O fundo público atua, portanto, através das políticas sociais, incrementando salário do trabalhador, que passa ter seu poder de compra minimamente alargado, consumindo mais e contribuindo para engrenagem do capital.

### **Composição do Fundo Público na América Latina**

Na sessão anterior explicitamos, como o fundo público, enquanto um elemento que materializa o Estado, possui como base a categoria trabalho explorado/alienado. Consideramos que o fundo público é constituído da extração da mais valia socialmente produzida, isto é, do trabalho excedente, que se metamorfoseou em juro, lucro e renda da terra”, mas também se compõe do trabalho necessário, ou seja, do valor que incide diretamente, isto é, sobre os salários, e indiretamente através dos tributos que incidem sobre os preços das mercadorias (Behring, 2021, p. 39).

Assim, o trabalhador produz mais valor, apropriado pelo capitalista e, cuja parte será destinada ao Estado, compondo uma parcela do fundo público. Contudo, ao garantir suas condições de subsistência, isto é, ao se alimentar, vestir, adquirir bens de consumo é tributado novamente, incidindo indiretamente nos recursos e rendimentos. Logo, a extração do fundo público sobre o trabalho necessário ocorre de forma direta e indireta.

Todavia, ao analisar a realidade latino-americana, constatamos que a forma de exploração do trabalho ocorre de maneira diferenciada ao se comparar com a exploração do trabalho nos países centrais, o que faz com que o nosso fundo público seja resultado de uma exploração diferenciada do trabalhador.

Marini, um dos expoentes da TMD, apresenta elementos constitutivos dos países latino-americanos. A forma de integração dessas economias ao mercado mundial ocorre, sobretudo, através da produção de bens primários aos países centrais, enquanto os últimos se especializam na produção de produtos manufaturados (Marini, 2022, p. 168).

Desde o período colonial, as nações latino-americanas sob os desígnios da economia europeia, especialmente, a Inglaterra, exportam bens primários em troca de manufaturas. Condição preponderante, tanto para a consolidação da grande indústria na Europa, quanto para o desenvolvimento do capital bancário e comercial. A importação de produtos manufaturados, que possui custos mais elevados em relação aos bens primários, resulta em um desequilíbrio econômico entre as economias centrais e as periféricas (Marini, 2022, p.169).

Neste sentido, embora apresente uma linha de continuidade com a situação colonial, a dependência não se confunde com a mesma. A dependência, sob a ótica de Marini, é

entendida como uma relação de subordinação entre as nações formalmente independentes em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2022, p.171).

A consolidação do estado de dependência é, portanto, um processo que tem início com a colonização, segue com a espoliação das riquezas, com a intensa exploração do trabalho que lhe é inerente e se estabelece com a divisão internacional

Realização:



Apoio:



do trabalho. O subdesenvolvimento é um traço marcante das nações dependentes, entretanto, como observam Amaral e Carcanholo (2009, p. 217) “as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras”.

A dependência pode ser compreendida no quadro em que a subordinação econômica das nações periféricas corresponde a expansão das economias a qual esta encontra-se subordinada. Logo, instaura-se uma relação de interdependência que assume a “forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e ser autossustentáveis, enquanto outros (os dependentes) só podem fazê-lo como um reflexo daquela expansão” (Dos Santos, 2011, p. 02).

A condição e a perpetuação do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, tem origem histórica e obedece aos ditames das economias capitalistas centrais. Neste sentido, a dependência não é, senão, a forma como capitalismo se desenvolveu nas periferias. Um capitalismo *sui-generis*, como destaca Marini (2022), que apenas pode ser compreendido à luz da integração entre as economias locais e internacionais (Marini, 2022, p.168)

Uma das particularidades do capitalismo dependente consiste na cisão que ocorre entre produção e acumulação de valor. Nesta relação dialética de subordinação das economias periféricas e expansão econômica das nações hegemônicas, parte do excedente produzido nos países dependentes é “transferida às economias centrais, resultando na limitação da autonomia das economias dependentes sobre seus recursos” (Amaral; Carcanholo, 2009, p. 217).

A larga produção de alimentos e de produtos primários na América Latina com destino aos países centrais, permitiu que estas economias pudessem concentrar e desenvolver o mercado industrial, uma vez que a sua população tem suprida a necessidade de alimentos oriundos das economias periféricas. Essa característica da produção latino-americana possibilita que a acumulação na economia industrial, possa pautar-se na capacidade produtiva, dependendo menos da extração da mais-valia absoluta, ou seja, da exploração do trabalhador (Marini, 2022, p. 175).

Contudo, a efetiva desoneração da produção sobre a mais valia absoluta, não se generaliza para todos os países e aqui reside o caráter contraditório da dependência, pois à medida em que os países centrais contam com a inovação tecnológica permitindo-os apoiar na extração de mais-valia relativa, os países dependentes precisam compensar a produção apoiando-se na mais-valia absoluta, através do aumento do tempo de trabalho, na intensificação da jornada (Marini, 2022, p. 175).

Sob a ótica marxista de Marini, consideramos que apenas a ampliação do trabalho excedente sobre o trabalho necessário é capaz de elevar a taxa de mais valia. Logo, uma maior extração de mais-valia é possível com a redução do tempo necessário à reprodução do trabalhador. Uma forma de materializá-la é através da redução dos custos de itens essenciais a sua existência, como os preços baixos dos alimentos. Todavia, a redução não significa menos exploração, pois a redução do tempo necessário é compensada com a elevação do trabalho excedente, tempo em que a produção do trabalhador é apropriada pelo capitalista (Marini, 2022, p. 175).

Quanto mais baixo o preço das mercadorias que o trabalhador necessita para sua sobrevivência, menor o tempo de trabalho necessário e maior o tempo de trabalho excedente. Assim é “mediante o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional que a América Latina [...] alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais” (Marini, 2022, p. 179).

A produção de alimentos e bens primários da América Latina, permite a elevação do trabalho excedente e consequente aumento da mais valia. Todavia, a América Latina carrega sobre os ombros o custo de produção de alimentos e bens primários aos países centrais.

Realização:



Apoio:





As economias dependentes compensam o desequilíbrio entre importação e exportação, com a maior exploração do trabalhador, a chamada superexploração da força de trabalho. Para aumentar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração da força de trabalho, seja por meio do aumento da intensidade, seja mediante o prolongamento da jornada, ou combinados (Marini, 2022).

No entanto, é importante sublinhar que a superexploração não se configura apenas enquanto um acréscimo na exploração da força de trabalho. Marini (2022) enfatiza que a superexploração ocorre em virtude da transferência de valor. O que compreende dizer que as economias centrais se apropriam da mais-valia criada pelos países periféricos.

Carcanholo e Amaral (2009. p. 221) com base em Marini, destacam quatro formas essenciais pelas quais se manifesta a superexploração do trabalhador: a primeira aparece como o aumento da intensidade do trabalho; a segunda pauta-se na prolongação da jornada de trabalho; a terceira diz respeito a apropriação do capitalista sobre parte do fundo de consumo do trabalhador; e a quarta está relacionada ao aumento do valor da força do trabalho que não se converte no aumento da remuneração para o trabalhador.

Marini (2022) considera que a superexploração do trabalho possui enquanto característica central

o fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (Marini, 2022, p. 186).

Considerando a citação de Marini, não é possível deixar de considerar a hostil estrutura de trabalho a que as populações periféricas precisam se submeter. Condiicionados a uma elevada e intensiva carga de trabalho, a remuneração pelo seu tempo de trabalho não é sequer suficiente para reprodução de suas forças resultando no esgotamento desta classe.

A superexploração do trabalho, condição estrutural da dependência não pode ser considerada, no entanto, sem a transferência de valor, o excedente que é deslocado seja na forma de “lucros, juros, patentes, royalties, deterioração dos termos de troca, dentre outras” para os países considerados desenvolvido, impedindo que a mais valia se realize internamente (Carcanholo; Amaral, 2009 p. 217).

## **Considerações finais**

Buscou-se demonstrar a relação entre o fundo público, a categoria trabalho e o capitalismo dependente na América Latina. Para tanto, realizou-se um resgate bibliográfico acerca da lei do valor, fundamentado na análise da sociedade burguesa, detalhada por Marx (2017) e problematizada por Behring (2021).

Deste modo, destacamos a categoria trabalho enquanto elemento central no entendimento sobre o fundo público, uma vez que é, substancialmente, a partir do trabalho, que o Estado se apropria da mais valia socialmente produzida. Todavia, o enriquecimento acrescentado pela teoria da dependência, possibilitou compreender que na periferia do sistema capitalista, a exploração da força de trabalho adquire um caráter de superexploração, o qual não pode ser apenas considerado enquanto intensificação da exploração, mas que possui, enquanto uma das características, a qual trabalhamos, a transferência de valor para as nações centrais.

Realização:



Apoio:



Enquanto consequência, a formação do nosso fundo público apresenta as características da superexploração, intensificação e prolongamento da jornada de trabalho. Discutimos que o fundo público tem sua origem na extração da “mais valia socialmente produzida, incidindo sobre o trabalho excedente e cada vez mais sobre o trabalho necessário. Assim, infere-se que o conjunto dos trabalhadores financiam o fundo público. Todavia, em um país marcado pela profunda desigualdade econômica, a forma de arrecadação reflete e reforça esta assimetria, uma vez que, proporcionalmente, a classe que vive do trabalho paga mais tributos.

Para Oliveira (2010) os impostos regressivos, impostos indiretos – recaídos sobre a produção, a circulação e consumo de bens e serviços -, são os que mais oneram a classe trabalhadora. Conforme o IPEA (2016), estes são o que mais constituem o financiamento dos recursos do governo brasileiro. A política tributária regressiva foi um dos mecanismos que alimentou a consolidação do projeto neoliberal em curso, quando a reorganização da produção e o aumento da superexploração também demandavam recursos do fundo público (Brettas, 2020).

## Referências

AMARAL, Marisa; CARCANHOLO, Marcelo. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 216–225, 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

DOS SANTOS, Theotonio. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP**, São Paulo, v. 1 n. 30, p. 5-18, out., 2011.

IANNI, Octávio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

IPEA. As distorções de uma carga tributária regressiva. **Desafios do desenvolvimento**, 2015, ano 12, edição 86, 28 mar. 2016. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=3233](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=3233)>. Acesso em 31 de julho de 2025.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**, São Paulo: Boitempo, 2021.

Realização:



Apoio:



MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (org.). **Ruy Mauro Marini**: “Dialética da dependência” e outros escritos. São Paulo: Expressão Popular 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007

MARX, Karl. **O capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital (Trad. Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O capital** – Livro III – O processo global da produção capitalista (Trad. Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto. **Economia e política das finanças públicas no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010.

Realização:



Apoio:



## **CAPITALISMO, ESTADO NEOLIBERAL E SEUS REBATIMENTOS NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL**

Ingrid Jennifer Gouveia Fernandes Gandoia<sup>78</sup>

Maria Luiza da Silva Pessoa Menezes<sup>79</sup>

**Resumo:** O artigo é um estudo sobre o Estado, suas relações com o modo de produção capitalista e os impactos na saúde mental. É exigência da disciplina Estado, Crise do Capitalismo e Serviço Social, da UFPB. Objetiva analisar a função do Estado nesse contexto, com foco na saúde mental. Utiliza pesquisa bibliográfica, abordagem qualitativa e método dialético. Estrutura-se em introdução, desenvolvimento e conclusão. Os dados mostram atuação estatal voltada ao capital, com pouca atenção aos mais necessitados. O estudo ajuda a entender a atuação do Estado neoliberal no cuidado das pessoas com adoecimento mental.

**Palavras-chave:** Estado. Capitalismo. Neoliberal. saúde mental.

**Abstract:** This article consists of a brief study of the State, its relations in the context of This article is a study of the State, its relationship with the capitalist mode of production, and its impacts on mental health. It is a requirement for the course "State, Crisis of Capitalism and Social Service" at UFPB. It aims to analyze the State's role in this context, with a focus on mental health. It uses bibliographical research, a qualitative approach, and a dialectical method. It is structured into an introduction, development, and conclusion. The data reveal State action focused on capital, with little attention paid to those most in need. The study helps understand the neoliberal State's role in caring for people with mental illness.

**Keywords:** State. Capitalism. Neoliberal. mental health.

### **Introdução**

O presente trabalho tem como tema central o papel do Estado no sistema de produção capitalista e seus rebatimentos na saúde mental. Percebe-se, no decorrer do desenvolvimento desse sistema, sobretudo na sua fase neoliberal, a intervenção mínima do Estado em prol das pessoas com adoecimento mental, e a sua intervenção que massifica o poder do grande capital tem se reverberado na patologização da vida, pois o adoecimento é reduzido a um mero diagnóstico, desconsiderando os sujeitos em sua integralidade. Diante dessa realidade, o Estado neoliberal vem sendo propulsor do consumo de medicamentos, que mascaram o sofrimento e supervaloriza a indústria farmacêutica.

Esse artigo é requisito para a conclusão da disciplina Estado, crise do capitalismo e Serviço Social do Programa de Pós-graduação de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba e tem como objetivo analisar a função do Estado mediante o modo de produção capitalista, sobretudo no campo da saúde mental. A perspectiva metodológica se deu com base em levantamento bibliográfico, a partir das leituras propostas na disciplina e no curso sobre o tema discutido, bem como dos

<sup>78</sup> Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [ingrid.jennifer@academico.ufpb.br](mailto:ingrid.jennifer@academico.ufpb.br).

<sup>79</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [marialuizasilva914@gmail.com](mailto:marialuizasilva914@gmail.com)

Realização:



Apoio:



registros realizados em diário de campo. A análise dos dados partiu das reflexões advindas das leituras mencionadas, por meio de uma perspectiva crítica, com base no método dialético.

O estudo é iniciado por meio uma breve explanação do papel Estado no capitalismo, destacando sua função diante das crises cíclicas do capital. Posteriormente, discorrerá sobre a emergência do Estado neoliberal na década de 1990 e como sua atuação vem adquirindo novas facetas frente à realidade posta. Logo após o trabalho contextualiza como se desenvolveu as políticas de saúde mental nos últimos anos e finalmente apresenta como vem se desenhando o cuidado das pessoas com adoecimento mental diante da política neoliberal.

## DESENVOLVIMENTO

O Estado configura-se enquanto uma categoria central do capitalismo. Antes de qualquer coisa é uma forma política essencialmente ideológica. No sistema capitalista o Estado vem representar os interesses políticos deste, contribuindo com a sua manutenção. Conforme aponta (Araújo, 2019), além de mercadorias, o capitalismo produz ideologias, as quais se expressam por meio das relações sociais, em que suas contradições são harmonizadas através do Estado.

O Estado, portanto, tem o papel de mediar as contradições inerentes entre a sociedade civil e o capital: “(...) para Hegel, o Estado funda racionalmente a sociedade civil-burguesa à medida que a totaliza e a organiza promovendo a unidade entre suas contradições, entre seus conflitos” (Araújo, 2019, p. 798). É também na sociedade capitalista que se desvela a luta de classes, de um lado a burguesia, formada pelos capitalistas modernos, e de outro o proletariado, os quais vendem a sua força de trabalho em troca de meios para a sua sobrevivência.

O Estado é multifacetado, dialético e contraditório, e nele o sistema capitalista encontra formas de amortecer suas crises. O período entre 1929 e 1932, em que aconteceu a grande Crise do Capital, expressa bem essa estratégia. Essa crise iniciou no sistema financeiro americano e se proliferou pelo mundo.

As crises fazem parte do processo cíclico da acumulação capitalista. Elas integram a lógica do capital, quando este se torna insuficiente para consolidar as suas taxas de lucro. O processo de extração de mais-valia do capital, que é movido pelo lucro, se dá em diferentes contextos históricos e em diferentes expressões de cada modo de produção do sistema capitalista.

A crise do capital, em sua fase de depressão, provocou, conforme Bhering e Boschetti (2008) “uma superabundância de capitais e uma escassez de lucros, produzindo o desemprego generalizado e a queda do consumo, inviabilizando o processo de realização da mais-valia” (p. 94). Nesse sentido, o Estado passou a atuar como mediador na busca por reativar o consumo e o emprego, amortecendo a crise mediante as políticas sociais.

Em contexto de crise, as políticas sociais são os principais alvos da mercantilização, da focalização, da privatização, da transformação de bens e serviços em mercadorias destinadas a manter aquecido o consumo e competitividade, e sofrem diretamente a ofensiva capitalista em sua busca por superlucros (Boschetti, 2017, p. 132).

As políticas sociais se desenvolveram paulatinamente durante o período depressivo do capital e difundiram – se após a Segunda Guerra Mundial, iniciando-se a fase madura do capitalismo. O contexto dramático ocasionado pela Segunda Guerra Mundial, marcado pela devastação e pelo desemprego, impulsionou a necessidade de estratégias para saída da crise do capitalismo. Nesse sentido, adotou-se a proposta do

Realização:



Apoio:





liberalista Keynes, que defendia a liberdade individual e a economia de mercado, em que o Estado passava a intervir na economia:

Segundo Keynes, cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia. (Bhering; Boschetti, 2008, p. 118).

O Keynesianismo agregou-se ao pacto fordista, promulgado por Ford, que propunha a produção em massa para o consumo em massa. Sendo assim, deu-se início aos anos de ouro do capitalismo, um período de transformações econômicas e sociais, expressadas pelo pleno emprego, consumismo, urbanização, avanço tecnológico e cultural. Esses fatores provocaram uma mudança na relação entre capital e trabalho, pois apesar dos anos dourados caracterizarem-se enquanto algo bom para o capital, os benefícios não foram comuns a todos, pois os países do capitalismo periférico não puderam usufruir destes. Vale ressaltar que em alguns momentos esse período foi caracterizado pelo agudizamento das desigualdades sociais. De acordo com Hobsbawm (1995 apud Cavalcante *et al*, 2021) nesse momento há uma junção do liberalismo econômico com a democracia social, combinando o liberalismo com uma economia capitalista.

Nesse sentido é criado uma espécie de acordo entre capital e trabalho, em que o Estado passaria a designar parte de suas receitas para benefícios sociais, em contrapartida, a classe trabalhadora passaria a conter suas ideias revolucionárias. Esse período é conhecido por *Welfare State*, o qual configurou-se como uma resposta do Estado para as consequências da guerra.

Os anos finais da década de 1960 e início da década de 1970 é marcado por um esgotamento do acordo entre o capital e a classe trabalhadora, dando início a uma nova crise do capital. O modo de produção fordista já não respondia mais as contradições inerentes ao capitalismo, nesse sentido, este sistema precisou dá resposta emergente a sua nova crise cíclica.

Desta forma, o capital passou a adotar mecanismos para solucionar os problemas mundiais, sendo assim adotou a proposta trazida no Consenso de *Washington*, o qual indicava para a saída da crise, o modelo neoliberal, que segundo Carcanholo (2008 apud Cavalcante *et al*, 2021) é caracterizado por

políticas que visavam dois objetivos: a manutenção estável da inflação e a aquisição de um terreno econômico fértil para o mercado, que "incentive a maior concorrência entre os capitais e a livre iniciativa para a retomada dos investimentos e do crescimento econômico (Cavalcante, *et al*, 2021, p. 5).

O neoliberalismo defende a não intervenção estatal no comércio exterior, nem nos mercados financeiros, mas a livre movimentação de capitais. Suas propostas apontam para uma supervalorização do mercado e por um Estado mínimo, que favoreça a acumulação e expansão capitalista.

Iniciou-se com isso um processo de reestruturação produtiva, que buscava aumentar o consumo, a reestruturação da produção, equilibrar o mercado e a recomposição do ciclo reprodutivo do capital. A proposta neoliberal afetou não só as configurações produtivas deste sistema, mas também as relações sociais, desencadeando assim uma nova configuração para o mundo do trabalho. Esse processo trouxe consigo rebatimentos para a classe trabalhadora, a qual passou a vivenciar altos índices de desemprego, precarização do trabalho, terceirização, necessidade de assumir multifunções.

As formas de exploração do capital sobre o trabalho intensificaram-se, no sentido de que o capital não deixou de aumentar sua produtividade e lucro, mas ocasionou um

Realização:



Apoio:



exército industrial de reserva, fazendo com que os trabalhadores se submetessem a várias formas de exploração, baixos salários, informalidade, entre outras.

Conforme aponta Bhering e Boschetti (2008) a hegemonia neoliberal ocorreu no final dos anos 1970 quando países da Europa e os Estados Unidos assumiram seus princípios nas suas formas de governo. A perspectiva neoliberal foi se expandindo e na década de 1990 se estabeleceu no Brasil, acompanhando consigo um período de contrarreformas, o qual propunha reformar o Estado, incentivando as privatizações e mudanças na previdência social.

O projeto neoliberal acompanhava o ajuste fiscal e a redução com gastos sociais, com o pretexto de melhorar a economia. Esse contexto incentiva políticas sociais focalizadas, privatizadas e descentralizadas, e como consequência está a desregulamentação do Estado, desemprego, crescimento da informalidade no campo do trabalho e desproteção do Estado ao trabalhador. O Estado passa a se desresponsabilizar por mecanismos de contenção da crise, transferindo essa responsabilidade para o terceiro setor.

### **Estado neoliberal e seus rebatimentos no campo da saúde mental**

Assiste-se os rebatimentos do projeto neoliberal até os dias atuais, que têm como decorrência a agudização da questão social, miséria, vulnerabilidade social, pobreza, dentre outras expressões que se revelam em múltiplas facetas.

No campo da saúde mental esses rebatimentos não são diferentes. Para melhor compreensão faz-se necessário um breve resgate histórico de como se deu a relação do Estado com as Políticas Públicas. Conforme aponta Barboza apud Marx, em sua tese: “O Estado tem como função social amortecer os conflitos entre as classes, não cabendo a este eliminar os males sociais, mas administrá-los” (p.259, 2023). Nesse sentido, regulamentam um conjunto de ações que representam a disputa de interesses existentes.

No ano de 1952 a Associação Americana de Psiquiatria defendeu a categorização de diagnósticos de transtornos mentais, acarretando a elaboração e publicação do primeiro Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), que apresentou 106 categorias diagnósticas. Em 1968 acontece a publicação do segundo DSM, bem como da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-8). O Manual apontou, nessa versão, 182 categorias diagnósticas. Vale salientar que essa versão provocou desconforto científico, promulgando assim uma revisão do DSM no ano seguinte.

No ano de 1978 foi criado o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), o qual contava com a participação de trabalhadores e familiares de pessoas que passaram por internações psiquiátricas, o qual interpelou a assistência psiquiátrica brasileira. No início da década de 1980 é publicado mais uma revisão do DSM, com vistas a padronizar a prática diagnóstica, que concluiu apresentando 265 categorias, as quais desprezavam o indivíduo adoecido e suas subjetividades, prevalecendo o modelo biomédico, que dava o parecer do indivíduo que era normal e anormal.

Em 1986, a Carta de *Ottawa*, produto de uma Conferência Internacional no Canadá, apontou para alguns elementos que deveriam ser considerados para se pensar saúde, compreendendo a saúde como um modo para viver. Além disso, aconteceu nesse mesmo ano a 8ª Conferência Nacional de Saúde que foi preponderante para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), dois anos depois. Em 1987 foi criado o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), em São Paulo, designado a pessoas com transtornos mentais ou que fazem o uso de drogas.

No ano de 1988 é instituída a chamada Constituição Cidadã, a Constituição Federal de 1988, a qual afirmou um comprometimento com os direitos sociais e a proteção social pelo Estado. Em seu artigo 196 promulga que:

Realização:



Apoio:



A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988, p. 40).

Em 1989 é criado o Projeto de Lei Paulo Delgado, considerado um projeto de reforma psiquiátrica, o qual se propunha a regulamentar os direitos das pessoas com transtorno mental. A década de 1990 é marcada pela adesão do Brasil à Política neoliberal, e com esta o projeto de contrarreforma à crise estrutural do capital. Dessa forma assiste-se à regressão de direitos sociais já conquistados, dentre eles o da saúde. Vale salientar que nesse cenário a Política de Saúde e Saúde Mental é marcada por avanços e regressões, a depender dos governos que as administraram e de suas ideologias.

No ano de 1994 aconteceu mais uma atualização do DSM, a quarta das suas versões, que apresentou 297 categorias diagnósticas. E em 2000 aconteceu mais uma atualização, acrescentando mais 21 diagnósticos no manual. Em 2001 assiste-se à regulamentação do projeto da Reforma Psiquiátrica, a partir da Lei Federal nº 10.216/2001, dando início a Política Nacional de Saúde Mental. No ano seguinte é criada a Portaria ministerial 336/2002 que estabelece as modalidades de CAPS. E Apenas em 2011 é instituída a Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, a qual instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a qual propõe a articulação de pontos de atenção, ou seja, a articulação de serviços voltados para pessoas com transtornos mentais ou que fazem o uso abusivo de álcool e outras drogas.

No ano de 2013 é inaugurado o Plano de Ação para a Saúde Mental, que tem o objetivo de se estender até o ano de 2020 e dentre as suas propostas está a de ampliar as taxas de atendimento às pessoas com transtornos mentais. Ainda em 2013 aconteceu mais uma atualização do DSM, a sua quinta versão, que contou com a participação de médicos, pesquisadores, pacientes e familiares de pessoas com transtorno mental, todavia ampliou a sua categorização diagnóstica para mais de 300 diagnósticos. Conforme aponta Zorzanelli *et al* (2014, p. 7), “a quinta edição do DSM marcaria a nova grade diagnóstica em psiquiatria e seria um dos principais acontecimentos no campo da saúde mental contemporânea”.

No governo de Michel Temer, em 2016, foi promulgada a Emenda Constitucional nº95, uma extrema medida neoliberal face à Política de Saúde, que defendeu o congelamento dos gastos com saúde e educação durante 20 anos. Tal medida minimizou a participação do Estado e suas intervenções na execução das referidas políticas públicas.

Em 2017 com a elaboração das portarias nº 32/2017 e 3.588/2017, estimulou-se a manutenção de vagas em leitos de hospitais psiquiátricos e em hospitais gerais, bem como a ampliação de comunidades terapêuticas destinadas a dependentes químicos. Nesse sentido pode-se perceber que o processo de contrarreforma neoliberal impele diretamente a execução de políticas públicas.

Em 2019, no início do governo de Jair Messias Bolsonaro aconteceu emissão da nota técnica nº 11/2019, a qual trouxe em seus escritos a evidência das comunidades terapêuticas e a autorização de compras de equipamentos de eletrochoques e o fortalecimento dos manicômios, tais propostas iam de contra os pressupostos da Reforma Psiquiátrica. Além disso, a publicação do decreto nº 9761/2019 trazia a proposta de uma Nova Política de Drogas, favorecendo a abstinência e desconsiderando a Política de Redução de Danos antes estabelecida. Posteriormente, o mundo passa a ser cenário da pandemia do novo Coronavírus, a Covid 19.

A trajetória histórica elencada acima aponta para um espaço público permeados por conflitos ocasionados pelo Estado neoliberal, comprometendo diretamente as políticas públicas, principalmente as políticas de saúde e de saúde mental.

Realização:



Apoio:



## 1. Patologização e Medicalização da vida social

Sabe-se que a história do capitalismo é permeada por crises, entretanto essas crises têm se agudizado ainda mais no decorrer dos anos, afetando a vida social dos sujeitos. Suas múltiplas faces se inovam e afetam profundamente o sujeito em sua integralidade, até mesmo manipulando suas necessidades.

A via neoliberal do capitalismo, conforme aponta Amarante et al “já traz pronta uma solução eficaz para o sistema, alienando e patologizando o desviante” (2018, p. 7). Essa solução vem “revestida” de medicações, inserida ao contexto de consumo e economia de mercado. O uso de medicamentos passa ser uma estratégia do capital para estimular o lucro.

O faturamento da indústria farmacêutica cresce consideravelmente com a venda de medicações, principalmente com aquelas que agem diretamente no sistema nervoso central. Além disso, a ideia do consumo em massa, proposto por esse sistema, também tem recaído para as relações sociais, massificando a compreensão de patologia e de sofrimento (Barboza, 2023). A lógica do consumo, como aponta Araújo 2018, faz parte da mediação do Estado, o qual tenta manter a ordem social apresentando certa melhoria à sociedade, através da captura subjetiva das massas, que estão integradas diretamente ao processo de acumulação capitalista.

Diante de um leque de diagnósticos categorizados por meio de manuais e outros materiais científicos são estabelecidos critérios que estão postos neles e assim são tomadas as decisões de qual diagnóstico escolher para o indivíduo que foge do padrão determinado pela sociedade.

Com base nestes diagnósticos, fica a critério da instituição e do médico aplicar a “terapêutica”, que geralmente inclui mudanças de hábitos, psicoterapias ou outras formas de ajuda psicológica e o uso de algum medicamento, seja como elemento principal ou de apoio (Amarante, et al, 2018, p. 14).

Destarte, percebe-se que no atual contexto do capital vem se estabelecendo uma indústria não só farmacêutica, medicamentosa, mas também que promove o adoecimento, que tem transformado os processos naturais e subjetivos do ser humano em doenças, majoritariamente tratados à base de medicamentos, os quais muitas vezes não passam de paliativos para os sintomas apresentados, mas posteriormente deixam marcas no desenvolvimento dos sujeitos. Por trás dessa indústria encontra-se mascarada a lógica do valor, do capital, que massacra todas as classes sociais, sobretudo os mais desprovidos da sociedade

## Conclusão

Esse artigo buscou trabalhar sobre o papel do Estado frente ao modo de produção capitalista, bem como os impactos sociais advindos das políticas neoliberais desenvolvidas nos últimos anos, as quais refletiram diretamente no campo da saúde mental.

Percebeu-se que a cada atualização dos manuais diagnósticos houve um aumento da categorização destes, e este fato é decorrente do projeto político neoliberal adotado nos últimos anos, o qual desconsidera os fatores sociais dos sujeitos, reduzindo-o a uma patologia. Além disso, as alternativas mediadas pelo Estado tornaram-se cada vez menores para as pessoas quem encontram-se com algum tipo de adoecimento mental e vasta para os grandes capitalistas.

Constatou-se um aumento considerável de patologias, que se reverberam em um cardápio amplo de transtornos mentais e conseqüentemente a medicalização dos sujeitos. O sofrimento passa a ser mascarado por meio das “pílulas mágicas” que paliativamente aliviam os sintomas, todavia deixam conseqüências na vida social a

Realização:



Apoio:



longo prazo. Essa alternativa impulsiona o consumo de medicamentos, privilegiando a indústria farmacêutica, a qual é preponderante para a manutenção capitalista atualmente.

Dessa forma, constatou-se um Estado mínimo para as políticas públicas e a centralidade imperante do modelo biomédico, que traz alternativas ineficazes para a problemática em tela. No decorrer do estudo foram encontradas algumas limitações referentes a metodologia utilizada, pois a revisão bibliográfica, através da literatura e dos registros de campo, tornou-se insuficiente para a importância da problemática abordada.

Nesse sentido, faz-se necessário estender a pesquisa para o campo, e dessa forma abranger a discussão iniciada nesse artigo, e assim contribuir de forma ampla com a comunidade acadêmica, estudiosos da área e com o suporte para a elaboração de políticas públicas no campo da saúde mental.

## Referências

AMARANTE, Paulo. *et. al.* **Patologização e medicalização da vida**: epistemologia e política. São Paulo, Zagodoni, 2018.

ARAÚJO, Wécio. Razão e Estado em Hegel: sobre os fundamentos ontológicos da sociedade moderna. In: VELLOSO, Júlio César de Oliveira *et al.* (org.). **Direitos humanos**: diálogos ibero-americanos. São Paulo: Editora D'Plácido, 2019.

BARBOZA, Fernanda Luma G. **Suicídio**: o que sabemos e o que há para além do discurso hegemônico. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: Fundamentos e História. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social e sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 54–71, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Nota Técnica nº 11/2019**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-mental/publicacoes/nota-tecnica-11-2019.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10216.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019. Aprova a Política Nacional sobre Drogas (PNAD), com implicações para a Saúde Mental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 abr. 2019. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm)>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 dez. 2011. Seção 1, p. 59. Disponível em:

Realização:



Apoio:





<[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011.html)>.  
Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 32, de 6 de janeiro de 2017. Estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jan. 2017. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0032\\_06\\_01\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0032_06_01_2017.html)>.  
Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017. Altera as diretrizes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), institui novos serviços e redefine a organização da atenção às urgências e emergências em saúde mental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 dez. 2017. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588\\_21\\_12\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_21_12_2017.html)>.  
Acesso em: 29 jul. 2025.

CAVALCANTE, Deise Moreira *et. al.* Crise do Capital, ofensiva neoliberal e intensificação da Questão Social no Brasil. *In: Jornada Internacional de Políticas Públicas*, X, 2021. **Anais** [...]. JOINPP. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2021.

SILVA, Segislane Moésia Pereira da. **Contrarreforma do estado e a política de saúde mental**: um estudo nos centros de atenção psicossocial infantojuvenis do estado da Paraíba. 2021. 155f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

ZORZANELLI, Rafaela. *et. al* (org.). **A criação de diagnósticos na psiquiatria contemporânea**. Rio de Janeiro, Garamond, 2014.

Realização:



Apoio:



## **A HEGEMONIA DA DIREITA NA AMAZÔNIA: desafios para a efetivação das políticas sociais a partir do cenário sócio-político**

Bianca Martins Viegas Pinheiro<sup>80</sup>  
Marcos Vinícius Monteiro de Salles<sup>81</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva analisar as dinâmicas políticas e os impactos na implementação do Sistema único de Assistência social – SUAS na Amazônia brasileira, a partir da perspectiva que o cenário político brasileiro se apresenta na Região Norte do país. Metodologicamente, foram analisados dados de programas sociais que passam por cortes de verbas e dados das eleições de 2024, da Região Norte, advindas do TSE e Censo SUAS. Os resultados obtidos revelam a crescente concentração da política conservadora em cargos de gestão pública, refletindo, assim, implicando diretamente no que cerne o controle efetivo das políticas públicas, particularmente, na área da assistência social.

**Palavras-Chaves:** Serviço Social; Políticas Sociais; Controle Social; Amazônia

**Abstract:** This article aims to analyze the challenges of implementing social policies from the perspective of the current political landscape in Brazil's Northern Region. The methodology used here was data from social programs undergoing funding cuts and data from the 2024 elections in the Northern Region, compiled by the Superior Electoral Court (TSE) and the National Council of Ministers (CNM). The results reveal the growing concentration of conservative politicians in public management positions, thus directly impacting the effective oversight of public policies, particularly in the area of social assistance.

**Keywords:** Social Work; Social Politic; Social Control; Amazon.

### **Introdução**

O presente artigo se propõe analisar as dinâmicas políticas e os impactos na implementação do Sistema único de Assistência social – SUAS na Amazônia brasileira. A região apresenta em sua historicidade a ocupação oriundas por ciclos econômicos, apresentando um forte cenário político-partidário cada vez mais complexo. Nesse contexto, as eleições municipais de 2024 emergem como um ponto de reflexão, revelando uma acentuada hegemonia de partidos de centro e direita na região, superando a média conservadora nacional, onde essa configuração de poder reflete tanto no executivo, quanto no legislativo municipal, impactando a agenda desses gestores em consonância com o ultraconservadorismo, cria desafios significativos para o fortalecimento do controle social e a democratização das políticas sociais (em especiais no campo da assistência social)

A temática central abordada neste artigo tem por finalidade analisar os desafios da efetivação das políticas sociais a partir da perspectiva que o cenário político brasileiro se apresenta na Região Norte do país. Desta forma, os estudos revelam características político-partidárias de cunho mais conservador emergente em cargos de gestões

<sup>80</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: bianca.viegas.pinheiro@icsa.ufpa.br

<sup>81</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: marcos.salles@icsa.ufpa.br

Realização:



Apoio:



públicas nos municípios, o que evidencia as dificuldades de efetivas políticas governamentais.

Acerca da metodologia utilizada, o artigo observou o objeto de estudo a partir do viés crítico-dialético de totalidade da realidade social, sendo de natureza exploratória, de abordagem quanti-qualitativa. Assim, foi feito a análise de conteúdo para levantar dados quantificadores com base nos dados, tanto de programas sociais que passam por cortes de verbas, quanto os dados das análises das eleições de 2024, oriundas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Logo, este estudo segue estruturado em três tópicos. O primeiro tópico, apresenta o contexto sócio-político e econômico da região amazônica, e busca traçar historicamente a construção do cenário político da região até a crescente hegemonia da direita na atualidade. O segundo tópico, aborda o panorama político oriundos das últimas eleições municipais, com o foco nas prefeituras, revelando a notoriedade do controle partidário com ideais conservadores presentes em cargos de prefeito, evidenciando a problemática que perpassa o controle social e a implementação das políticas públicas. No terceiro e último tópico, expressa essa dinâmica política é exemplificada pelo caso de Belém do Pará, onde o desmonte de políticas sociais bem-sucedidas ilustra a prática de governos conservadores de interromper serviços, centralizar decisões e desacreditar a participação da sociedade civil.

## **O contexto sociopolítico e econômico da região Amazônica**

A Amazônia brasileira, abrangendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, constitui uma vasta área que representa 45% do território nacional. Com 450 municípios, essa região abriga cerca de 17,3 milhões de pessoas, o que corresponde a 8,5% da população do Brasil. A densidade demográfica na Amazônia é notavelmente baixa, com aproximadamente 2,66 habitantes por quilômetro quadrado, contrastando fortemente com a média nacional de 24,57 hab./Km<sup>2</sup> (IBGE, 2022).

Historicamente, é uma região que tem a sua ocupação influenciada oriundas da floresta amazônica, pois foi determinante na construção do mecanismo de organização populacional de como os povos indígenas e, a seguir, os colonos portugueses e as demais sociedades se estabeleceram. A região norte teve bastante destaque entre os séculos XIX e XX, com o Ciclo da Borracha, sendo um dos principais propulsores da economia regional, com visibilidade para os estados do Pará e Amazonas. Desta forma, através de grandes modificações estruturais decorrentes do povoamento regional e do crescimento demográfico urbano que a região se tornou um dos pilares econômico brasileiro. Conforme Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) acerca da visão sobre a exploração territorial:

A Amazônia [...] foi vista e é vista, ainda, como um reservatório de recursos naturais e um território a ser conquistado, dominado e transformado pela 'razão' e pela 'ciência' eurocêntrica. Essa visão não considera a complexidade das relações sociais e as formas de vida que existem na região, gerando conflitos e desigualdades (Gonçalves, 2006, n/p).

O Ciclo da Borracha não foi só um marco econômico, mas sim, político, dentro do cenário amazônico. Por meio do desenvolvimento urbano e da ascensão econômica que emergiram também as desigualdades sociais. Segundo a professora de Ciência Política, Evelina Dagnino (2002, p. 300), a formação política dentro da sociedade civil é uma ação complexa e necessária a qual envolve investimentos teórico, ético e político, ou seja,

os espaços de formulação de políticas constituem uma das múltiplas arenas em que se trava a disputa hegemônica, numa guerra de posições onde ações pontuais, de menor escopo e significado mais imediato, podem vir a se acumular molecularmente na direção de minar a ordem social desigual e

Realização:



Apoio:



significar a expansão de um projeto hegemônico alternativo (Dagnino, 2002, p. 300).

O cenário político brasileiro, delineado pelas eleições municipais de 2024, revela uma notável concentração de poder nas mãos de partidos de centro e direita. Dos 5.569 prefeitos eleitos em todo o país, a maioria esmagadora se alinha a essas correntes ideológicas. Mais especificamente, partidos de centro assumiram a gestão de cerca de 3.739 prefeituras (equivalente a 67%), enquanto a direita comanda 1.230 municípios (22%). Em contraste, a esquerda garantiu a liderança em apenas 600 prefeituras, representando pouco mais de 11% do total. Essa predominância central e conservadora no poder local apresenta desafios significativos para o efetivo controle social das políticas públicas, particularmente na área da assistência social.

A formulação de políticas públicas no Brasil frequentemente vem adotando um modelo centralizado que não se alinha às particularidades de regiões como a Amazônia. Tal abordagem ignora as profundas desigualdades socioespaciais e os "vazios cívicos", conforme observado em estudos recentes. A vastidão do território, os elevados custos logísticos e a imensa diversidade étnica da Amazônia impõem obstáculos significativos para a atuação dos conselhos e para a total implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Essas dificuldades são ainda mais acentuadas pela fragilidade institucional dos conselhos, onde os conselheiros enfrentam uma sobrecarga de responsabilidades e a falta de capacitação técnica contínua. No mais, para combater essa realidade, iniciativas de capacitação, como a de uma universidade federal, procuram fortalecer a atuação desses conselhos. O foco é fornecer uma base crítica sobre o SUAS, a deliberação orçamentária e o monitoramento das políticas públicas, buscando qualificar a participação social.

Apesar dos obstáculos, há caminhos promissores que emergem da própria região, como a formação de redes de conselhos e a adoção de tecnologias digitais para expandir o alcance da participação. Contudo, a descentralização no Brasil ainda é um processo inacabado, pois raramente inclui a efetiva redistribuição de poder e recursos. Diante disso, é fundamental que as peculiaridades da Amazônia não sejam vistas como impedimentos, mas sim, como uma oportunidade de reconhecer e valorizar o protagonismo das comunidades locais. Dessa forma, é possível construir políticas públicas que sejam verdadeiramente sensíveis e adaptadas à realidade regional, a partir dos saberes e das experiências de quem vive na Amazônia.

### **A realidade Amazônica: uma tendência ainda mais conservadora**

Na Região Amazônica (Norte do Brasil), a configuração político-partidária das prefeituras, também moldada pelas eleições de 2024, espelha um panorama ainda mais conservador. Partidos de centro dominam com 50% das prefeituras, seguidos de perto por partidos de direita, que conquistaram 45,3% dos executivos municipais. A presença de gestores vinculados à esquerda é mínima, com apenas 4,8%. Essa composição ideológica na elite governante da região é acentuadamente mais conservadora que a média nacional. Em três dos sete estados amazônicos, a direita elegeu mais da metade dos prefeitos, e em dois deles, a esquerda não elegeu nenhum representante municipal.

Uma parcela considerável dos partidos de centro na Amazônia, assim como os de direita, está intrinsecamente ligada a uma agenda ultraconservadora. Essa agenda frequentemente manifesta ceticismo em relação à ciência, oposição à defesa do meio ambiente e falta de respeito à diversidade. No âmbito da gestão pública, esses gestores demonstram uma inclinação a políticas conservadoras e a práticas governamentais com forte caráter clientelista.

Realização:



Apoio:



Essa conjuntura política desafia diretamente premissas importantes sobre o controle social, como apontado por Campos (id). Em grande parte dos municípios, a administração da política de assistência social tende a ser conduzida por gestores que demonstram pouca valorização do diálogo com a sociedade civil e um limitado respeito pelos espaços institucionais onde o controle social deveria se manifestar soberanamente.

Em um universo de 450 prefeitos eleitos na Amazônia, apenas 22 (menos de 5%) pertencem a partidos de esquerda. Historicamente, esses partidos tendem a valorizar mais a interlocução com a sociedade e a promover espaços que facilitam o acesso às decisões públicas.

Além da configuração conservadora observada no executivo municipal em nível nacional, onde cerca de 90% das prefeituras estão sob gestão de partidos de centro e direita, a composição das câmaras municipais pós-eleições de 2024 ratifica esse cenário. Dos 58.430 vereadores eleitos no Brasil, 24.871 (42,6%) são filiados a partidos de centro e 23.249 (39,7%) à direita. Apenas 10.310 (17,7%) pertencem a legendas de esquerda.

Essa correlação entre os poderes executivo e legislativo municipais tende a solidificar projetos políticos que, em muitos casos, demonstram baixa sensibilidade às demandas sociais. Além disso, confirmam posturas políticas pouco abertas ao diálogo com a sociedade civil e indiferentes ao fortalecimento de mecanismos participativos. A predominância de visões mais tradicionais sobre a gestão pública e de práticas políticas verticalizadas nos legislativos municipais, por sua vez, tende a reduzir o potencial de inovação atribuído aos conselhos de políticas públicas.

No âmbito legislativo municipal da Amazônia, as eleições de 2024 reafirmaram a tendência conservadora: 58,1% dos vereadores eleitos são filiados a partidos de centro, 37,4% a partidos de direita, e apenas 4,3% vinculados à esquerda. Conforme ilustra a tabela a seguir, estados como Amazonas e Rondônia, por exemplo, não elegeram sequer um vereador de esquerda.

A significativa presença de gestores municipais de centro e direita nos municípios da Amazônia levanta sérios obstáculos à implementação eficaz do controle social, conforme delineado pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS, pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS e pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Essa configuração política tende a minar a autonomia dos conselhos e a perpetuar práticas conservadoras, clientelistas e, por vezes, autoritárias. Em uma região historicamente marcada por profundas desigualdades, essa inclinação política enfraquece a construção de espaços participativos e democráticos. Consequentemente, dificulta que os grupos coletivos, especialmente os usuários e trabalhadores da assistência social, exerçam influência real nas decisões.

Como ressalta Campos (2006), o controle social deve ser visto como um terreno de disputa, exigindo formação crítica, mobilização popular e um firme enfrentamento à lógica da exclusão política institucionalizada. Nesse contexto, democratizar as estruturas de poder locais e fortalecer o papel dos conselhos não é apenas uma formalidade legal, mas uma imperativa histórica para assegurar e concretizar direitos nesses territórios.

## **Os desafios da efetivação das políticas sociais na Amazônia Paraense**

O estado do Pará, integrante da Amazônia brasileira, abrange uma vasta porção da região. Conhecido por sua diversidade geográfica e cultural, o território paraense representa uma parte significativa da área total da Amazônia Legal. Com uma população que se aproxima de 8,1 milhões de habitantes, distribuídos em 144 municípios, o Pará possui uma densidade demográfica que reflete a vasta extensão de seu território, especialmente quando comparada à média nacional (IBGE, 2022). Essa característica

Realização:



Apoio:





demográfica, aliada à riqueza de seus recursos naturais, posiciona o Pará como um ponto central para discussões sobre políticas sociais e desenvolvimento na Amazônia.

Os representantes que deveriam exercer o controle social nos conselhos municipais de assistência social frequentemente emanam de uma sociedade civil com pouca ou nenhuma autonomia real. Em muitos casos, as entidades de assistência social foram originalmente concebidas com propósitos filantrópicos ou confessionais, e não para questionar as raízes das desigualdades sociais. A participação de trabalhadores e usuários da política de assistência social é, em grande parte, apenas formal, com muitas dessas organizações sendo criadas meramente para cumprir exigências administrativas da gestão municipal.

A fragilidade da representação da sociedade civil nesses conselhos é inegável, como evidenciado pelo Censo SUAS – 2023. Embora a lei estabeleça a paridade entre governo e sociedade civil, os representantes governamentais ainda constituem a maioria, ocupando 50,92% das cadeiras. Na distribuição da representação da sociedade civil, a proporcionalidade entre os três grupos sociais — usuários, entidades de assistência e trabalhadores — também não é respeitada. Usuários ocupam 41,49% das vagas, entidades de assistência representam 38,11%, e os trabalhadores estão presentes com apenas 20,39% dos conselheiros.

Historicamente, a participação política é uma tradição mais forte entre os trabalhadores, manifestada por meio de sindicatos e conselhos profissionais. No Brasil, os usuários da assistência social ainda estão organizados em estruturas muito incipientes, com baixa representatividade e recursos precários. As entidades de assistência, por outro lado, sempre contaram com mais estrutura e recursos, mas carecem de uma tradição participativa e contestatória.

Na região amazônica, a segunda pré-condição para um efetivo controle social, conforme defendida por Campos (id), se manifesta de forma negativa. Na maioria dos municípios, falta uma sociedade civil representativa, mobilizada e politicamente autônoma na elaboração de suas agendas e na condução de suas práticas. Os dados do Censo SUAS – 2023 revelam que a baixa presença de trabalhadores na composição dos conselhos é um indicador preocupante da qualidade da representatividade da sociedade civil na região.

Considerando o perfil conservador da elite governante, incluindo o legislativo, e a frágil organização da sociedade civil, é razoável inferir que as instâncias participativas do SUAS não funcionam como arenas decisórias capazes de impor uma agenda da sociedade civil aos governantes. Elas não conseguem, de fato, influenciar as decisões políticas no âmbito local. A composição atual dos conselhos tende a transformá-los em espaços mais burocráticos e homologatórios.

Além disso, o Censo SUAS (2023) aponta que o funcionamento dos conselhos municipais na região amazônica ocorre em condições precárias. A ausência de infraestrutura adequada, o apoio técnico-administrativo insuficiente e a falta de recursos para a formação continuada dos conselheiros tornam inviável o controle social em sua dimensão técnica, ou seja, como um processo eficaz de avaliação da efetividade das políticas no ambiente municipal.

O caso de Belém do Pará, com o desmonte de um programa social após a posse de um prefeito de centro-direita, serve como um exemplo contundente dessa tendência. A descontinuidade de iniciativas exitosas demonstra o impacto direto de uma revisão ideológica das prioridades sociais, que passa a enxergar programas de assistência como gastos ao invés de investimentos. Diante desse cenário, torna-se imperativo discutir como a hegemonia conservadora na política amazônica compromete a continuidade das políticas sociais e enfraquece a participação popular, perpetuando as desigualdades em uma das regiões mais ricas e ao mesmo tempo mais vulneráveis do Brasil.

Realização:



Apoio:



A posse do prefeito Igor Normando, de centro-direita, em Belém do Pará, no ano de 2024, marcou um ponto de inflexão para as políticas sociais no município. Um dos impactos mais imediatos e visíveis foi o desmonte do programa social "Bora Belém", que havia sido implementado pela gestão anterior, filiada ao PSOL. Este programa, direcionado ao apoio de mulheres e mães solo, exemplifica uma tendência preocupante e cada vez mais comum no cenário político brasileiro: a descontinuidade de iniciativas sociais bem-sucedidas por parte de administrações de direita e centro.

Essa prática de desmonte e corte de verbas em políticas sociais, muitas vezes idealizadas e implementadas por governos de esquerda, não se restringe a Belém. Ela reflete uma hegemonia crescente de partidos de centro e direita que ocupam espaços de poder em diferentes níveis, do municipal ao federal. O impacto disso é multifacetado e profundamente prejudicial à efetivação das políticas sociais.

Primeiramente, há uma interrupção na continuidade dos serviços essenciais. Programas como o "Bora Belém" levam tempo para serem estabelecidos, criar vínculos com a comunidade e gerar resultados. Seu desmantelamento abrupto deixa um vácuo de atendimento e desassistência para populações vulneráveis que dependiam desses suportes. Isso não apenas prejudica os beneficiários diretos, mas também descredibiliza a própria ideia de política pública de longo prazo.

Em segundo lugar, a hegemonia de centro-direita frequentemente vem acompanhada de uma revisão ideológica das prioridades sociais. Há uma tendência a ver programas de assistência como "assistencialismo" ou "gasto" em vez de "investimento" em capital humano e desenvolvimento social. Isso pode levar a cortes orçamentários significativos, transferências de recursos para outras áreas (muitas vezes menos ligadas diretamente ao bem-estar social) ou a reformulação de programas com uma lógica mais focada em meritocracia e menos em direitos sociais universais.

Por fim, a ocupação desses espaços por essa corrente política também tende a reduzir ou mesmo eliminar a participação social na formulação e fiscalização das políticas. Como observado anteriormente, as gestões de centro e direita podem ser menos inclinadas ao diálogo com movimentos sociais, conselhos e outras instâncias de controle social. Isso centraliza as decisões, tornando as políticas menos responsivas às necessidades reais da população e mais suscetíveis a interesses políticos ou econômicos específicos, em detrimento da efetividade e do alcance dos programas sociais.

### **Considerações finais.**

Este estudo buscou desvendar a complexa relação entre o cenário político e a efetivação das políticas sociais na Amazônia brasileira. A análise demonstrou que a histórica ocupação da região, marcada por ciclos econômicos e grandes desigualdades, criou um terreno fértil para a hegemonia de partidos de centro e direita. Os dados das eleições municipais de 2024 confirmam que essa tendência é ainda mais acentuada na Amazônia, onde a presença da esquerda no poder é quase nula. Essa configuração política não é apenas um retrato partidário, mas um reflexo de uma agenda ultraconservadora que impacta diretamente a vida da população.

A hegemonia conservadora nos governos e legislativos municipais da Amazônia representa um desafio direto aos princípios do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. A pesquisa revelou que gestores com agendas clientelistas e pouca inclinação para o diálogo com a sociedade civil minam os espaços de participação popular. O controle social, que deveria ser uma ferramenta para garantir direitos e democratizar as decisões, é enfraquecido. Os conselhos municipais, por exemplo, muitas vezes carecem de autonomia e infraestrutura, transformando-se em espaços burocráticos, incapazes de influenciar de forma significativa as políticas públicas locais.

Realização:



Apoio:



Deste modo, a fragilidade da sociedade civil, um ponto crucial discutido no artigo, é uma das principais razões para o limitado alcance do controle social. Os estudos apontam que a baixa representatividade de usuários e trabalhadores nos conselhos, somada à precária organização de base, dificulta a construção de uma agenda politicamente autônoma. Tal falta de mobilização e recursos faz com que as demandas das populações mais vulneráveis não sejam adequadamente representadas. Em um contexto de predominância política conservadora, essa fragilidade se torna um obstáculo ainda maior para a defesa dos direitos sociais e a fiscalização da gestão pública.

Assim, como foi exposto anteriormente, o caso de Belém do Pará exemplifica de forma contundente a problemática analisada. O desmonte de um programa social direcionado a mulheres, logo no início de uma gestão de centro-direita, é um exemplo prático de como a mudança de poder impacta negativamente a vida das pessoas. Essa prática de descontinuar iniciativas bem-sucedidas reflete uma revisão ideológica das prioridades, onde a assistência social é vista como um "gasto" e não como um "investimento" em capital humano. Tais ações não apenas desassistam a população, mas também descredibilizam a própria ideia de política pública de longo prazo.

Em suma, as conclusões deste estudo reforçam a necessidade de um olhar crítico sobre as dinâmicas políticas na Amazônia. A consolidação de um cenário político conservador na região exige uma reflexão profunda sobre como fortalecer a participação popular, democratizar as estruturas de poder locais e garantir a autonomia dos conselhos. Para que as políticas sociais possam, de fato, combater as profundas desigualdades históricas, é fundamental que a sociedade civil se mobilize e exija seu papel na tomada de decisões, transformando os espaços de controle social em verdadeiras arenas de disputa por direitos e justiça social.

## Referências

BRASIL. MDS. **Censo SUAS 2023** – Resultado Nacional. Brasília: Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. SNAS/MDS, 2024.

CAMPOS, Edval Bernardino. Assistência social: entre o descontrole e o controle social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 88, p. 101–121, nov. 2006.

CAMPOS, Edval Bernardino *et al.* (org.) **Participação e controle social**. Belém: Proex/UFPA, 2024.

CAMPOS, Edval Bernardino. (org.) **O fator Amazônico e a interface com o sistema único de assistência social**. Belém: ICSA/UFPA, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania e exclusão**. São Paulo: Cortez, 2000.

DAGNINO, Evelina (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2022**: População e domicílios por município. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resultados 2024 – **Relatórios de totalização, votação nominal/partido por município, zona e seção**. Brasília: Portal de Dados

Realização:



Apoio:



Abertos do TSE, out. 2024. Disponível em: <<https://dadosabertos.tse.jus.br>>. Acesso em: 05 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



## **NEOLIBERALISMO, PANDEMIA E SERVIÇO SOCIAL: impactos na prática profissional e nas políticas públicas**

Carlos Alessandro Duarte<sup>82</sup>

Isabele De Lima Gomes

Karolaynny Kelenn Silva Da Cruz

Deizeane Lazigne Larrat Andrade

Gabryela Eliana Correa Lobato

**Resumo:** Este artigo analisa os desafios e avanços do Serviço Social brasileiro contemporâneo, com base na obra de Mônica de Jesus Cesar (2023). A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, discute a trajetória histórica da profissão, o impacto das políticas neoliberais e os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre o trabalho profissional. Destaca-se o papel estratégico do/a assistente social na mediação das expressões da questão social, reafirmando o projeto ético-político como instrumento de resistência frente à precarização, ao desmonte de direitos e ao aprofundamento das desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Políticas Públicas; Neoliberalismo; Pandemia; Questão Social.

**Abstract:** This article analyzes the challenges and advancements of contemporary Brazilian Social Work, based on the work of Mônica de Jesus Cesar (2023). Through a qualitative and bibliographic approach, it examines the historical trajectory of the profession, the impact of neoliberal policies, and the effects of the COVID-19 pandemic on professional practice. The study highlights the strategic role of social workers in mediating the expressions of the social question, reaffirming the ethical-political project as a tool of resistance against precarization, the dismantling of rights, and the deepening of social inequalities.

**Keywords:** Social Work; Public Policies; Neoliberalism; Pandemic; Social Question.

### **Introdução**

A trajetória do Serviço Social no Brasil teve início com práticas assistencialistas de cunho religioso, vinculadas à Igreja Católica e às “damas da caridade”, marcadas por ações moralistas e caritativas. Com o tempo, a profissão se transformou, especialmente a partir da década de 1930, consolidando-se como prática técnico-política voltada à defesa dos direitos sociais.

Nas últimas décadas, o avanço das políticas neoliberais e, mais recentemente, os efeitos da pandemia de COVID-19 agravaram as expressões da questão social e impuseram novos desafios ao trabalho do/a assistente social. Nesse contexto, ganha relevância o projeto ético-político da profissão, que orienta uma atuação crítica e comprometida com os direitos sociais.

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre os desafios enfrentados pela categoria frente à reconfiguração das políticas públicas e ao aprofundamento da crise social brasileira, com base na obra de Mônica de Jesus Cesar (2023). Adota-se uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental.

O objetivo geral é analisar os avanços e desafios do Serviço Social contemporâneo no Brasil. Especificamente, busca-se: (1) resgatar os marcos históricos da profissão; (2) discutir os fundamentos das políticas públicas; (3) analisar os impactos do neoliberalismo; e (4) refletir sobre os efeitos da pandemia na atuação profissional.

---

<sup>82</sup> carlos.duarte@icsa.ufpa.br

Realização:



Apoio:





O artigo está estruturado em cinco seções: a emergência do Serviço Social no Brasil; a origem e desenvolvimento das políticas públicas; os impactos do neoliberalismo; os desafios da profissão diante do desmonte da proteção social; e os efeitos da crise do capital e da pandemia.

## **Serviço Social na sua emergência**

O Serviço Social no Brasil teve origem em práticas assistencialistas vinculadas à caridade religiosa, sem considerar as causas estruturais das desigualdades sociais. Essa forma de intervenção, baseada na ajuda imediata, foi sendo superada ao longo do século XX com o surgimento de novas demandas sociais trazidas pela industrialização e urbanização.

A "questão social" — expressão das desigualdades estruturais do capitalismo — impulsionou a necessidade de uma atuação profissionalizada e crítica. Nesse contexto, o Serviço Social passou a se constituir como profissão, especialmente a partir da década de 1930, mediando as contradições entre capital e trabalho e atuando no interior do aparelho de Estado.

Com base na análise de Iamamoto e Carvalho (2017), entende-se que a profissão emerge como estratégia de regulação social, com o objetivo de contribuir para a reprodução das relações sociais capitalistas. Entretanto, ao longo do tempo, a categoria rompeu com a prática conservadora, buscando uma atuação mais crítica e propositiva, fundamentada em um projeto ético-político comprometido com os direitos sociais e a transformação da realidade.

Esse processo resultou na redefinição do trabalho do/a assistente social, que passou a atuar como mediador/a entre as necessidades da população e as políticas públicas, ultrapassando o caráter meramente assistencialista. Essa transformação será aprofundada nas próximas seções, ao discutir o papel das políticas públicas e os impactos das reformas neoliberais.

## **Origem das políticas públicas no mundo**

Compreender a origem das políticas públicas é primordial para compreender seus fundamentos, quanto área de conhecimento, trajetória e desdobramentos diante das demandas contemporâneas; essa área do conhecimento, embora hoje consolidada, tem uma história marcada por diferentes trajetórias e influências.

A consolidação dessa área teve início nos Estados Unidos, no período do pós-guerra, especialmente entre as décadas de 1940. Nesse cenário, houve uma valorização crescente da tecnocracia, da racionalidade científica e da análise baseada em evidências, surgindo no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos, rompendo com o modelo europeu de produção de conhecimento nesta área, que, até então, focava na teoria do Estado e no papel das instituições políticas, com menor atenção à ação concreta dos governos e à implementação de políticas específicas.

Assim, na Europa, a área de políticas públicas vai ter como base as teorias explicativas sobre o papel do estado e uma das suas maiores instituições, o governo, produtor, por excelência de políticas públicas, diferindo do modelo dos EUA, que buscava promover um constante diálogo com a sociedade, a fim de que a sua direção seja a mais próxima possível dos anseios populares na busca do bem comum, assim, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos, articulando ações em programas.

A definição clássica proposta por Thomas Dye (1972) sintetiza esse pensamento ao afirmar que “política pública é tudo aquilo que o governo decide fazer ou não fazer”,

Realização:



Apoio:



sendo, portanto, passível de formulação científica e análise por pesquisadores independentes. Essa concepção marcou uma ruptura com a tradição europeia, que, até então, focava na teoria do Estado e no papel das instituições políticas, com menor atenção à ação concreta dos governos e à implementação de políticas específicas.

No Brasil, em contrapartida aos Estados Unidos e Europa, a institucionalização do campo de políticas públicas ocorreu de forma ainda mais lenta; a consolidação dessa área como um campo acadêmico estruturado só começou a se intensificar a partir dos anos 1990, antes disso, a discussão sobre políticas públicas era bastante limitada, em parte porque o país vivia sob regimes autoritários que restringiam o debate público e o acesso à informação (Frey 1999; Faria, 2003).

Apesar das dificuldades de consolidação desse campo no Brasil, alguns fatores impulsionaram seu desenvolvimento. Segundo Frey (2000) e Faria (2003), destacam-se dois principais: o fim do regime militar e a redemocratização, que favoreceram uma agenda pública mais plural e voltada aos direitos sociais; e a constatação de que, mesmo após o autoritarismo, persistiam obstáculos à efetividade das políticas sociais. Esse cenário gerou perplexidade e desencanto com o Estado, estimulando o interesse acadêmico nas condições de efetividade da ação pública. Assim, as políticas públicas passaram a ser entendidas como um campo interdisciplinar, marcado por disputas políticas, produção de conhecimento técnico e mediação de interesses sociais, despertando o interesse de pesquisadores e instituições em compreender e aprimorar a atuação estatal.

Assim como nos Estados Unidos, a área passou a incorporar a ideia de que o comportamento governamental pode ser estudado com base em métodos científicos, considerando variáveis como contexto político, capacidades institucionais e participação social. Essa trajetória reflete a consolidação das políticas públicas como uma disciplina que, embora nascida no interior da ciência política, adquiriu autonomia e importância própria na compreensão do mundo público contemporâneo. Com isso, as políticas públicas deixaram de ser um tema restrito aos governos e passaram a fazer parte do debate acadêmico, dos movimentos sociais e da sociedade como um todo. A área passou a ser vista como um campo interdisciplinar, que articula ciência política, sociologia, economia, administração pública e outras áreas do saber; hoje, estudar políticas públicas é, em grande medida, buscar entender como o Estado pode ser mais justo, mais eficiente e mais sensível às demandas da população; é uma forma de aproximar o conhecimento acadêmico da realidade social, oferecendo ferramentas para transformar intenções em ações concretas e direitos em realidade.

Do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública, em geral, e a política social, em particular, são campos multidisciplinares, cujo seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Pode-se definir políticas públicas como um conjunto de programas, ações e decisões tomadas pelos governos, sejam eles nacionais, estaduais ou municipais, com a participação direta ou indireta de entes privados ou públicos que visam assegurar direitos, previstos na Constituição Federal, de cidadania para a sociedade, como educação, saúde, moradia de qualidade e lazer; e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. É válido ressaltar, que o conceito de política pública pode possuir dois sentidos, o sentido político que está relacionando a um processo de decisão em que naturalmente existem conflitos de interesses e tensões, e o sentido que se dá do ponto de vista administrativo onde essas políticas são programas e atividades realizadas pelo governo.

No contexto das transformações globais e do surgimento de novas demandas sociais, econômicas e políticas, as políticas públicas enfrentam desafios cada vez mais complexos, que exigem respostas rápidas, adaptáveis e eficazes. Fatores como a globalização, as desigualdades sociais e ambientais, e a crescente crise de legitimidade das instituições públicas moldam esse cenário e impõem novas exigências ao Estado.

Realização:



Apoio:



O principal entrave contemporâneo segue sendo a persistente desigualdade social. Apesar dos avanços na consolidação de direitos sociais e da expansão de programas de inclusão, a implementação de políticas públicas eficazes esbarra em limitações orçamentárias, tensões políticas e resistências de grupos sociais que não se sentem contemplados pelas ações estatais. No Brasil, a distância entre as necessidades da população e a capacidade do Estado de oferecer serviços de qualidade em áreas essenciais como saúde, educação e habitação revela uma divergência entre as necessidades da população e a capacidade do Estado de planejamento e execução.

A globalização acentua a tensão entre interesses nacionais e dinâmicas internacionais, exigindo políticas públicas flexíveis e cooperativas, sem perder a autonomia estatal. Crises globais, como a pandemia de COVID-19, revelam a vulnerabilidade dos sistemas públicos diante da interdependência mundial. Paralelamente, mudanças demográficas e urbanas, como o envelhecimento populacional, a urbanização acelerada e os fluxos migratórios, pressionam setores como previdência, saúde e habitação, demandando planejamento sustentável e inclusivo. A crise de legitimidade das instituições públicas, agravada pela polarização e desinformação, dificulta consensos e compromete a eficácia estatal. A pauta ambiental impõe ao Estado o dever de conciliar desenvolvimento com sustentabilidade, adotando tecnologias limpas e práticas responsáveis. Diante desses desafios, políticas públicas devem ser integradas, baseadas em evidências, com participação social, transparência e inovação, visando uma atuação estatal eficaz e legítima em um contexto de transformações constantes.

## **Neoliberalismo e as mudanças sociais no Brasil**

O neoliberalismo, fundamentado na valorização da iniciativa individual, defende a propriedade privada, o livre mercado e a livre concorrência. Baseia-se na desregulação, privatização e redução do papel do Estado, configurando-se como reação ao modelo intervencionista e de bem-estar (Anderson et al., 1995). Segundo Harvey (2008), esse paradigma consolidou-se no pós-guerra por meio de um discurso sedutor que exaltava a dignidade humana e a liberdade individual, o que lhe conferiu legitimidade ideológica.

No Brasil, após o fim da ditadura, a crise econômica e a hiperinflação impulsionaram reformas neoliberais, iniciadas com o governo Collor e aprofundadas por Fernando Henrique Cardoso. Foram implementadas medidas como o Plano Collor, o Plano Real, abertura comercial e amplo programa de privatizações, incluindo empresas estratégicas como Vale, Embraer e setores de telefonia.

Além disso, houve redução de servidores públicos, terceirizações e estímulo à entrada de empresas estrangeiras, transformando profundamente a economia nacional. A diminuição dos investimentos estatais em áreas essenciais, como a educação, favoreceu a presença do capital privado. Mesmo sem configurar privatização direta, a concessão de serviços públicos a empresas estrangeiras tornou-se prática comum.

O avanço do neoliberalismo reconfigurou o papel do Estado e a relação entre os setores público e privado no país, deixando impactos estruturais duradouros. Compreender essas transformações é fundamental para refletir criticamente sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro.

## **Os desafios postos à categoria profissional frente ao desmonte da proteção social em tempos ultraneoliberais**

Para compreendermos os desafios que se apresentam à profissão, primeiramente, é necessário compreender o contexto social, econômico e, como exposto anteriormente, o político também. Sobre essa pretensão, a compreensão do

Realização:



Apoio:



sistema econômico é o ponto de partida. Vivemos em uma era em que o neoliberalismo consegue impor a lógica do capital não apenas na economia, mas também na sociedade, no Estado e até mesmo em nossas subjetividades. O neoliberalismo consegue transformar o capitalismo em mais do que um sistema econômico de produção, tornando-o um modo de vida, uma forma de pensar e um modo de relação entre os sujeitos, atingindo uma certa subjetivação (Laval, 2023).

Em *A nova razão do mundo*, Dardot e Laval (2009) ampliam e diversificam a hipótese foucaultiana desenvolvida no final do século XX sobre a lógica normativa, a "nova razão do mundo". Esta possui duas vertentes complementares. A primeira refere-se à introdução da concorrência em todas as relações sociais entre os indivíduos, instituições públicas e privadas e pais, em um plano macroscópico e microscópico. A segunda diz respeito à imposição do modelo de empresa a todos os sujeitos individuais, atores coletivos e instituições públicas e/ou privadas. Eis uma maneira propriamente neoliberal de governar os indivíduos (Laval, 2023). Essas vertentes expõem com clareza como viver sob a égide do neoliberalismo é algo que ultrapassa as leis de mercado, atravessando até mesmo nossas subjetividades.

No Brasil, as políticas ultraneoliberais — que defendem uma redução da intervenção estatal — têm como consequência um aprofundamento das desigualdades de gênero, geração e etnia. Sobretudo no mundo do trabalho, o mercado se deteriorou, e o trabalho e emprego tornaram-se mais precarizados. Houve também a diminuição da renda familiar e da proteção dos trabalhadores (Cesar, 2023). Como indicam Fabiano e Borges Filho (2024), essa lógica mercadológica penetra diretamente, por exemplo, na política de Assistência Social, que, sob o impacto do neoliberalismo, passa a ser gerida por critérios de eficiência e rentabilidade, em detrimento da garantia de direitos, refletindo a imposição de uma racionalidade empresarial à gestão pública.

Alguns desafios podem ser considerados "velhos" nas análises da categoria profissional. Renovadas expressões da questão social se colocaram como desafio no período da crise sanitária do SARS Covid-19. Nesse tempo passado, alguns grupos foram mais afetados: mulheres sofreram mais com a perda de emprego e renda, e também ficaram mais expostas à violência doméstica. Jovens de baixa escolaridade, em especial afro-brasileiros de regiões mais pobres, tiveram maior probabilidade de perder seus empregos. Pessoas pobres e negras são as mais atingidas pela desproteção social, sofrendo violências e opressões (Cesar, 2023).

Com a decrescente eficácia econômico-social do capital, exige-se a eliminação das garantias sociais e dos controles colocados frente à exploração pela luta da classe trabalhadora nos limites da democracia burguesa. Cesar (2023), ao recorrer a Behring (2021), expõe que, frente a essa tentativa de reversão da inépcia capitalista, há uma expressão na financeirização da economia, na estrutura produtiva e na ascensão do neoliberalismo e suas contrarreformas. Os bens e serviços comuns de consumo coletivo são transformados em novos nichos de acumulação do capital e ampliação da apropriação do fundo público (Behring, 2021 Apud Cesar, 2023). Conforme Fabiano e Borges Filho (2024), esse desmonte do sistema de proteção social é acompanhado de uma reorganização das relações de trabalho, enfraquecendo sindicatos, aumentando o trabalho precário e reduzindo os direitos sociais historicamente conquistados. A Assistência Social, nesse cenário, passa a operar em meio a uma crescente demanda por serviços, mas com menor investimento e apoio institucional, criando um paradoxo entre o aumento das necessidades sociais e a retração da capacidade estatal.

Diante desse desmonte à proteção social, caracterizado pela antidemocracia e contrarreformas, os/as profissionais assistentes sociais não assistiram a isso de forma passiva. Essa postura não neutra do Serviço Social brasileiro se deve ao seu acervo teórico-metodológico consistente, sedimentado em uma articulação com o marxismo, propiciando uma análise crítica da realidade contemporânea.

Realização:



Apoio:



Essas mudanças impactam diretamente o trabalho dos(as) assistentes sociais, que também são profissionais assalariados, sofrendo com a precarização das condições e relações de trabalho. Seus modos de intervenção, assim como sua inserção profissional nas organizações das esferas públicas e privadas, são duramente afetados. A pesquisa realizada pelo CFESS em 2022, citada por Fabiano e Borges Filho (2024), evidencia que, embora 60% dos assistentes sociais atuem no setor público — em sua maioria no nível municipal —, enfrentam vínculos contratuais frágeis, condições de trabalho precárias e ausência de valorização profissional, o que compromete a efetividade da política de Assistência Social.

Diante desse contexto de precarização no mundo do trabalho, um desafio maior desponta no cotidiano profissional: o fortalecimento do projeto ético-político em um horizonte que se opõe à sociabilidade capitalista. Somente assim será possível refundar a política como um espaço de conquista e universalização dos direitos (Cesar, 2023). Fabiano e Borges Filho (2024) reforçam que a atuação crítica e comprometida dos assistentes sociais é essencial para resistir aos rebatimentos do ideário neoliberal no cotidiano profissional, principalmente em tempos de profundas desigualdades e ataques aos direitos sociais. É justamente nesse contexto de retração das políticas públicas e precarização do trabalho que a crise do capital e a pandemia de COVID-19 se inseriram, escancarando os limites do modelo neoliberal e exigindo novas formas de resistência e intervenção profissional.

## **Crise do capital e pandemia**

A crise do capital pode ser provocada por várias esferas, a exemplo da crise de 1929 que foi marcada por uma crise econômica a qual houve a quebra da Bolsa de Valores de Nova York. Alguns autores definem que a origem da grande crise do capital advém do ano de 2008, mas esse fato histórico não é deslocado da história, e seus efeitos continuam a reverberar. É inquestionável que durante a pandemia houve um aprofundamento dessa crise; as clivagens de todas as espécies foram escancaradas. Além disso, os impactos destrutivos do capitalismo colocaram inúmeras ameaças à sobrevivência da humanidade, produzindo um imenso retrocesso social e político. A crise do capital deve ser vista de forma mais aprofundada, logo o vírus não foi o motivo principal dessa conjuntura de crise, mas sim foi o acontecimento que exibiu os problemas estruturais da produção capitalista avançada. Nesta conjuntura, forças ultraneoliberais, neoconservadores e neofascistas se fortaleceram. No entanto, assim como surge um movimento, há também contra movimentos. Graças às forças populares e progressistas, o tempo citado não foi de total obscuridade (Cesar, 2023).

A Pandemia Mundial SARS Covid-19 – caracterizada como uma crise sanitária, econômica e social - trouxe à tona questões ignoradas sobre a relação capital X trabalho. Isso porque evidenciou e intensificou as mais diversas disparidades sociais em diferentes dimensões da vida social (César, 2023). No Brasil, o cenário vivenciado ainda era pior, uma vez que com o aprofundamento da crise do capital e o surgimento da pandemia, as taxas de desemprego subiram e concomitante o aumento da pobreza, da precarização do trabalho, da diminuição da renda familiar da classe trabalhadora e a elevação da taxa de mortalidade.

Somado a isso, a sociedade brasileira ainda passava por tempos sombrios de retrocesso social e político na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. O ex-presidente da república, durante todo seu mandato, representava uma ameaça à população brasileira, visto que trouxe consigo uma onda de políticas neoliberais e neoconservadoras, fez reiteradas ameaças de ruptura da ordem constitucional e apologias à ditadura militar, que se somam ao fundamentalismo religioso e os irracionalismos. Disseminava e apoiava abertamente ideologias e práticas, com traços neofascistas (Lowy, 2019). No que tange a pandemia, Bolsonaro deixou claro a

Realização:



Apoio:





despreocupação e o descaso com o povo brasileiro ao não se importar em adotar medidas eficazes para evitar a disseminação do vírus. Assim, em outubro de 2021 foram registradas mais de 600 mil infecções provocadas pelo vírus SARS, que poderiam ter sido evitadas se não fosse o atraso na compra de vacinas, o negacionismo científico apoiado pelo ex-presidente e os ineficazes tratamentos precoces divulgados por ele. Tudo isso agravado pelos cortes orçamentais e desmonte dos serviços públicos de saúde, que durante seu (des)governo foram inúmeros, não somente na Saúde como também na área da Educação (CFESS, 2021).

Para finalizar este item, essa instabilidade sofrida pela classe trabalhadora, não é uma crise por assim dizer, mas sim um projeto. Este deu início a partir do golpe político-judicial de 2016. O desmonte do sistema de assistência e previdência social, a contrarreforma trabalhista e mais uma série de situações que poderiam ter sido evitadas, entretanto a manutenção e a reprodução social da classe trabalhadora é irrelevante para o sistema capitalista.

Se a crise do capital escancarou desigualdades, a necropolítica (Mbembe, 2011) revela como tais desigualdades se traduzem em mortes seletivas durante a pandemia. Em síntese, o estudioso camaronês Achille Mbembe (2011) explica o conceito de necropolítica, a partir dos conceitos de biopoder e biopolítica de Foucault, e denota esse caráter de determinar o poder de escolher quem deve morrer e quem deve viver. Sob esse viés, quando é colocado sobre a omissão ser na verdade um projeto de extermínio, entende-se que o discurso é uma ferramenta de poder que designa condutas e legitima políticas. Então, a partir disso a necropolítica pode ajudar a entender, porque determinadas pessoas são mais vulneráveis ao covid-19. Sob esse viés, a classe trabalhadora foi a mais afetada pela pandemia, um exemplo que comprova é a primeira vítima do coronavírus no Brasil - uma idosa de 63 anos, empregada doméstica que teve contato com sua empregadora que acabara de voltar da Itália que testou positivo para covid-19.

Para além do recorte de classe o recorte racial é de extrema importância quando se pensa nessas vítimas e, também, é importante salientar que nesse contexto se as pessoas não morressem de fome, ou de covid-19, elas morriam de “bala perdida”. A exemplo do massacre no Jacarezinho em 2021.

Como já colocado em outros itens, o ex-presidente Jair Bolsonaro se colocou adiante a esta conjuntura, com desdém e até mesmo deboche, quando imitou pessoas com falta de ar, ou disse que não era coveiro. Então, esse posicionamento traz o entendimento que as mortes, que poderiam ser evitadas, eram irrelevantes, porque quem estava morrendo eram, em sua grande maioria, pessoas pretas e periféricas. Como alude Rosário (2020), Bolsonaro teve acesso aos estudos e projeções e soube, a todo o tempo, quantas pessoas poderiam morrer decorrentes da COVID-19, mas não se importou; o seu compromisso era com a realização de reformas ultraliberais.

## **Considerações finais**

Este artigo buscou compreender os desafios contemporâneos do Serviço Social diante das transformações históricas, sociais e econômicas que atravessam a profissão. A partir da obra de Mônica de Jesus Cesar (2023) e de referências fundamentais, evidenciou-se que o avanço do neoliberalismo, o desmonte das políticas públicas e a pandemia de COVID-19 impuseram limites à prática profissional, exigindo respostas éticas, políticas e teóricas mais consistentes.

O/a assistente social exerce papel estratégico na mediação da questão social, sendo convocado/a a intervir em contextos de exclusão, precarização e negação de direitos. Nesse cenário, o projeto ético-político torna-se central, pois orienta uma atuação crítica e comprometida com a justiça social.

Realização:



Apoio:



Constatou-se, ainda, que os retrocessos enfrentados pela classe trabalhadora — como as reformas neoliberais e a necropolítica — são parte de um projeto estrutural, sustentado ideologicamente, que desafia o Serviço Social a afirmar um projeto societário baseado na equidade e na radicalização democrática.

Refletir sobre os marcos históricos da profissão, o percurso das políticas públicas e os impactos do neoliberalismo é essencial para fortalecer a formação, a prática e a identidade profissional. Este estudo contribui para esse debate, reafirmando o compromisso do Serviço Social com a transformação social e a emancipação humana.

## Referências

ANDERSON, Perry *et al.* **Balanço do neoliberalismo**. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CÉSAR, Mônica de Jesus. Políticas e questões atuais: avanços e desafios para o Serviço Social. **Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 10-18, set./dez. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Reflexões sobre o trabalho profissional**. Brasília (DF): CFESS, 2021.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1972.

FABIANO, Uelinton C.; BORGES FILHO, Marilton Q. Proteção social no Brasil: desafios do neoliberalismo e perspectivas de equidade. **Serviço Social & Sociedade**, v. 147, n. 1, e-6628378, 2024.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 21–29, fev., 2003.

FREY, Klaus. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2000.

HARVEY, David; MATEOS, Ana Varela. **Breve historia del neoliberalismo**. Ediciones Akal, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raúl de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 9ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

LASSWELL, Harold D. **The policy sciences**: recent developments in scope and method. Stanford: Stanford University Press, 1951.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016.

LÖWY, Michael. Neofascismo: um fenômeno planetário—o caso Bolsonaro. **A terra é redonda**, [s/l], v. 24, out. 2019. Disponível em: <<https://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2019/outubro/19.10-Neofascismo-e-Bolsonaro.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2025.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

Realização:



Apoio:



ROSÁRIO, Luana. A necropolítica genocida de Bolsonaro em tempos de pandemia e o projeto ultra-neoliberal. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, São Luís, v. 6, n. 2, p. 28–49, jul./dez., 2020. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/15815>>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez., 2006.

Realização:



Apoio:





**EIXO TEMÁTICO 3**  
**OFENSIVA DO CAPITAL, TRABALHO E REGRESSÃO DE**  
**DIREITOS**

Realização:



Apoio:



## ANÁLISE DO “EP DINHEIRO” FRENTE ÀS OFENSIVAS DO CAPITAL, À REGRESSÃO DE DIREITOS E À ALIENAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Carlos Daniel da Silva Vieira<sup>83</sup>  
Amanda Balbino Dias<sup>84</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa o EP “Dinheiro”, de Sid e DK 47, à luz das ofensivas do capital, da regressão de direitos e da alienação da classe trabalhadora. O objetivo central é investigar como o EP expõe a realidade do modo de produção capitalista contemporâneo. A metodologia adotada consiste na análise crítica das narrativas líricas e visuais presentes no EP, fundamentada nos pressupostos do materialismo histórico-dialético. Conclui-se que a obra contribui para a leitura crítica da realidade e para o processo de emancipação humana, reafirmando o rap como expressão questionadora e engajada da classe trabalhadora.

**Palavras-chaves:** Rap, Arte, Ofensivas do Capital, Alienação, Conscientização.

**Abstract:** This article analyzes the EP “Dinheiro”, by Sid and DK 47, in the context of capitalist offensives, rights regression, and working-class alienation. It aims to examine how the EP reveals the dynamics of the contemporary capitalist mode of production. The methodology is based on a critical analysis of the EP’s lyrical and visual narratives, grounded in historical-dialectical materialism. The study concludes that the work promotes a critical understanding of social reality and contributes to human emancipation. Rap is reaffirmed as a powerful tool of resistance, questioning, and awareness for the working class.

**Keywords:** Rap, Art, Offensives of Capital, Alienation, Conscientization.

### Introdução

Este trabalho se propõe a uma análise crítica do EP “Dinheiro”, projeto musical de Sid e DK 47, sob a lente das ofensivas do capital, da regressão de direitos e da alienação da classe trabalhadora. O objetivo central é investigar como as narrativas líricas e visuais desse EP expõem a realidade do modo de produção capitalista contemporâneo. Além disso, busca-se evidenciar o papel do rap como uma potente ferramenta de resistência, denúncia e conscientização.

A problemática de pesquisa que norteia este estudo reside em como o capitalismo, em sua inerente e recorrente crise estrutural, reorganiza suas formas de dominação por meio da reestruturação produtiva, da ascensão do neoliberalismo e da intensificação da precarização do trabalho. Nesse cenário, busca-se compreender como a arte, exemplificada pelo rap, pode atuar tanto como um veículo para a alienação e a reprodução de ideologias dominantes quanto como um instrumento transformador para a promoção da consciência de classe e emancipação humana.

Para desenvolver esta análise, a metodologia empregada consistiu em uma análise crítica e interpretativa do conteúdo lírico e visual do EP “Dinheiro”, articulando-o com os pressupostos teóricos do materialismo histórico-dialético. O presente artigo está organizado em cinco seções, na primeira delas, será aprofundado a discussão sobre a natureza das crises capitalistas, a reorganização do capital na década de 1970

<sup>83</sup> Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: carlos.vieira@ufv.br.

<sup>84</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: amanda.b.dias@ufv.br.

Realização:



Apoio:





com a ascensão do Toyotismo e do neoliberalismo, e as consequências diretas para a classe trabalhadora, como o dismantelamento de direitos, a flexibilização, a precarização do trabalho e a formação de um exército industrial de reserva.

Na segunda seção, será abordado a definição e as possíveis origens do rap, bem como sua evolução no contexto brasileiro. Enfatizando o seu papel como um gênero musical que se adequa à realidade das periferias, funcionando como um importante instrumento de expressão das questões sociais e de resistência política e cultural. Na terceira seção, a qual constitui o cerne do trabalho, apresenta-se uma análise detalhada de cada uma das cinco faixas do EP “Dinheiro”, explorando as temáticas abordadas pelos artistas, como a relação com o dinheiro, o fetichismo da mercadoria, a importância da consciência de classe, a crítica ao consumismo e a denúncia das expressões da questão social nas periferias brasileiras.

Por fim, nas considerações finais do estudo, sintetizou-se os principais achados da análise do EP “Dinheiro”, reforçando a compreensão do rap como uma forma de arte questionadora e pertencente à classe trabalhadora, capaz de impulsionar a emancipação da alienação, mesmo diante das ofensivas do capital que buscam neutralizar seu potencial revolucionário.

### **Ofensivas do capital**

Marx (2013), em sua obra “O Capital”, descreve às crises do capital como um elemento inerente e recorrente do modo de produção capitalista, que, por meio de seus próprios mecanismos, permite a reprodução e o crescimento do capital, “ainda que sob às custas de um brutal aviltamento das condições de vida e trabalho de massas inteiras de trabalhadores(as)” (Santos; Santos, 2021, p. 64). Assim, a crise não se trata de uma estratégia consciente de “sobrevivência” por parte do capital, mas de uma manifestação das suas leis internas e contradições, onde “o próprio mecanismo do processo de produção capitalista remove, assim, os empecilhos que ele cria transitoriamente” (Marx, 2013, p. 454).

Nesse contexto, diante a crise estrutural do capital na década de 1970, Antunes (2009) apresenta que o capital precisou reorganizar suas formas de dominação para recuperar sua capacidade de reprodução e reconstituir a hegemonia que vinha sendo questionada pelas lutas sociais. A resposta foi um vasto processo de reestruturação produtiva, que não apenas buscava modificar a estrutura do processo de trabalho, mas também produzir mudanças ideológicas, culturais e organizacionais mais amplas.

Para Antunes (2009), a crise do capital, juntamente com a crise do padrão Taylorista/Fordista de acumulação, exige um novo regime. Surge, então, o Toyotismo, com uma acumulação flexível, caracterizando-se uma evolução mais sofisticada do antigo projeto de acumulação capitalista. De forma complementar, Behring (2023), indica sobre ofensivas capitalistas no contexto de sua crise, e em busca desesperada, desenfreada e destrutiva pela valorização do valor, com processos que incrementam a exploração da força de trabalho e seu pressuposto, as expropriações contemporâneas, tendo em vista a subsunção do trabalho às atuais condições de produção e reprodução do capital.

Desse modo, segundo Behring (2023), o neoliberalismo constitui-se como uma reação burguesa à crise do capital, onde a ofensiva sobre a classe trabalhadora será intensa e duradoura. À medida que se fornece um ambiente político-ideológico ideal para a disseminação da lógica da flexibilidade, da eficiência e da competitividade, enquanto se dismantelam os direitos trabalhistas, as garantias sindicais e os espaços coletivos de organização (Antunes, 2009).

A partir disso, há a oferta da força de trabalho em quaisquer condições e a qualquer custo para a extração de mais valia, estando em curso processos destrutivos que ampliam a expulsão de trabalho vivo na produção e corrobora para as taxas de

Realização:



Apoio:



desemprego, empurrando a força de trabalho para o monumental exército de reserva que vem se formando, e também para a uberização e precarização do trabalho (Behring, 2023).

Nesse sentido, Alencar e Granemann (2009), discutem sobre uma nova face do exército industrial de reserva, uma vez que, frente ao novo desenvolvimento do capitalismo mundial confere-se um novo sentido à categoria de população “excedente”, à medida que não se tem mais a capacidade de absorver o contingente de trabalhadores que está à procura de empregos. Reproduz-se então, trabalhadores que, de fato, tornam-se excluídos do processo de trabalho, tendo pouca ou quase nenhuma chance de inserir-se novamente no circuito do grande capital, restando-lhes apenas as ocupações contingentes.

Se a produção progressiva de uma superpopulação relativa não se configura como algo episódico na história do capitalismo, a novidade histórica é que a dinâmica de acumulação do capital repõe, hoje e em escala ampliada, a tendência intrínseca e contraditória do processo de acumulação do capital de produzir uma parcela de força de trabalho “sobrante”, emprestando um novo significado ao exército de reserva de trabalhadores (Alencar; Granemann, 2009, p. 164).

Em síntese, o desemprego, caracterizado por sua natureza crônica e global, transforma o trabalhador excedente em um trabalhador excluído. Assim, o trabalho precarizado, ou as ocupações contingentes, funcionam como forma de mascarar o desemprego, configurando-se como uma estratégia do capital. Santos e Santos (2021) apresentam que a concepção de trabalho precário diz respeito à qualidade no exercício da atividade e ausência ou redução dos direitos no trabalho. Apontam, ainda, que na realidade brasileira constata-se o pacto do Estado com a burguesia, ao aprovar leis que favorecem tais práticas aviltantes na atividade laboral.

Conforme Lima (2010), a terceirização e flexibilização engendram a precarização das relações de trabalho, uma vez que, a terceirização é a forma mais visível de flexibilização do trabalho, através dos contratos flexíveis, que gera o aumento da precarização. Destaca-se que essas novas morfologias do trabalho se legitimam por discursos ideológicos de modernização e empreendedorismo, com a ideia de que cada trabalhador é responsável pelo próprio sucesso, devendo investir em si e se adaptar ao mercado. Essa lógica esconde a fragilidade das condições de vida e trabalho, naturaliza a instabilidade e a apresenta como marca da contemporaneidade. Nesse cenário, o Estado se ausenta da proteção social e, por vezes, atua para legalizar formas precárias de contratação, como o trabalho intermitente aprovado na Reforma Trabalhista de 2017 (Lima e Soares, 2006).

Por fim, diante da intensificação da alienação do trabalho sob o avanço das ofensivas do capital e a regressão de direitos, a classe trabalhadora é fragmentada como resultado da alienação inerente ao processo de produção capitalista, que, através da divisão do trabalho, da maquinaria e da criação de um exército industrial de reserva, destrói a autonomia do trabalhador, o retifica, intensifica a concorrência entre eles e obscurece a natureza de sua exploração, levando a uma deterioração de suas condições de vida e moral (Marx, 2013). Contudo, mesmo diante desse cenário de fragmentação e exploração, resistências emergem. A cultura, especialmente o rap, o qual será tratado na próxima seção, assume papel central como instrumento de denúncia, conscientização e mobilização.

## **O RAP como ferramenta de resistência e denúncia**

De acordo com Junior, Mendes e Alves (2018), a sigla RAP vem da expressão americana “rhythm and poetry”, que se traduz em português como “ritmo e poesia”. O rap, portanto, é resultado de um discurso construído a partir de métricas, rimas e beats,

Realização:



Apoio:



compondo um estilo musical marcado pela força da palavra. Em sua essência, o rap conta com dois personagens principais: os DJs e os MCs, os DJs (disc-jóqueis) são responsáveis por tocar as músicas, criar samples e definir o ritmo, enquanto os MCs (mestres de cerimônia) canalizam seus sentimentos nas batidas, sendo os responsáveis pela parte cantada e pelas mensagens transmitidas.

As raízes do rap se apresentam como uma incógnita, alguns dizem que surge do movimento cultural e social juvenil, originado nas periferias de Nova York ou até mesmo das savanas africanas por meio dos griôs poetas que eram considerados sábios. Nesse sentido, evidencia-se que o rap surge como uma resposta às expressões da questão social agravadas pelo modelo capitalista, articulando-se também com questões raciais, seja no contexto das religiões de matriz africana ou na história de resistência da população afrodescendente. Dessa forma, o rap atua como um instrumento de ressignificação de um passado marcado pelo racismo e pela discriminação, fortalecendo a autoestima e promovendo o empoderamento (Teperman, 2015).

Segundo Teperman (2015), no contexto brasileiro, o rap surgiu entre meados das décadas de 1970 e 1980, inicialmente associado aos bailes black, com o propósito voltado à dança. A partir desse cenário, em 1985, com o fim da ditadura militar, o rap passou a se politizar e a se articular com os movimentos sociais. Já por volta dos anos 1990, emerge um dos maiores grupos da história do rap nacional, os Racionais MC's, cuja trajetória é marcada por batidas marcantes e letras fortes, que abordavam as questões de classe e raça. Além disso, o grupo trouxe à tona a cultura periférica e sua magnitude, estabelecendo, assim, uma forte conexão entre a percepção crítica e o rap.

Em suma, o rap no Brasil se adequa à realidade vivenciada pelos indivíduos no contexto em que estão inseridos. Logo, a maioria desses sujeitos pertencem a comunidades e favelas, e é nesse cenário que o rap surge como um grito de expressão das múltiplas formas da questão social enfrentadas no cotidiano brasileiro. Dentro das letras de rap, é possível identificar posicionamentos políticos, ambições pessoais e, até mesmo, a exposição de fatos e histórias que esses indivíduos viveram ou presenciaram. O rap, assim, torna-se uma ferramenta de resistência e denúncia, dando voz às experiências silenciadas das periferias brasileiras.

### **Análise crítica do EP dinheiro**

A Pineapple Supply surgiu em agosto de 2015, criada por Paulo Alvarez como uma marca de roupa focada na cultura Hip Hop. Ao longo dos anos, passou a atuar também na área de produções audiovisuais, consolidando-se como uma gravadora. Nesse contexto, criou projetos significativos para o rap brasileiro, como "Poetas no Topo", que reúne distintos MC's de diferentes estados do Brasil para realizar uma cypher, na qual cada artista tem um espaço para rimar e divulgar seu trabalho. Ademais, "Poesia Acústica", que reúne artistas de distintos gêneros musicais para compor uma música romântica, e "Perfil", que oferece a oportunidade para um rapper produzir uma música solo com o objetivo de divulgar seu trabalho no canal da Pineapple no YouTube, que possui um número significativo de inscritos, gerando impactos relevantes para o artista (Pineapple Supply, 2025).

É nessa gravadora que surge o EP "Dinheiro", o qual será analisado neste trabalho. Com cinco músicas escritas por Sid e DK 47, o projeto conta com a produção de Terror dos Beats e com as participações de Coruja BC1 e Sant. As músicas desse EP apresentam uma produção visual roteirizada, conduzindo o telespectador a acompanhar o início, o meio e o fim de uma narrativa que revela dilemas relacionados a valores, ambição e identidade.

Na primeira faixa nomeada como "Dinheiro", é apresentado dois personagens: Sid, como um homem pertencente à classe trabalhadora que começa a falar como o dinheiro é influente na sua vida e como a sua relação com ele se parece com as relações

Realização:



Apoio:



sociais. Ele diz que o dinheiro é como um patrão, mas que também é um amigo que dá ordens, mas também o consola. Em seguida, surge o DK47, que na música se apresenta como o “Dinheiro” e começa a dialogar com o homem, nesse diálogo impulsiona-se frases meritocratas sobre ele, mostrando que ele é capaz de conseguir chegar aonde a burguesia chegou, falando que trabalhando de domingo a domingo o sujeito vai conseguir isso e com a conquista desse dinheiro vai chegar a felicidade, então continue produzindo. O homem responde o diálogo e diz que gasta o tempo que ele tem para fazer dinheiro, e gasta dinheiro para passar o tempo.

Durante a música, é possível identificar as estratégias do modo de produção capitalista e como ele exerce influência no cotidiano da sociedade. O dinheiro, a princípio, torna-se influente na vida do sujeito, mas, ao longo do roteiro, passa a ser a própria vida do sujeito. Para Marx (2013), o fetichismo se apresenta como:

É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (Marx, 2013, p. 206).

Além disso, a música evidencia que o fetichismo também se manifesta por meio de mercadorias caras, de coisas que o sujeito compra sem necessidade e, muitas vezes, adquire sem utilizar. No entanto, quando o indivíduo deixa de comprar determinado produto, ele passa a sentir um vazio no peito e uma ausência daquele objeto, que é percebido quase como um ser vivo.

Este processo se explica a partir da imersão do sujeito no fetichismo da mercadoria, uma vez que, à medida que consome, passa a desejar ainda mais o consumo, sem compreender o valor de uso ou de troca dos produtos. O que importa é a mercadoria em si, como se ela tivesse surgido de forma autônoma, ignorando completamente as relações de trabalho que possibilitaram sua existência. Assim, esconde-se o processo de produção, a exploração da classe trabalhadora e a extração da mais-valia pelos detentores dos meios de produção. Com isso o prazer está centrado na posse e no uso do produto final, e não em uma consciência crítica sobre sua origem. Logo, quando o sujeito não consegue acessar esses bens desejados experimenta frustração (Marx, 2013).

Em sequência, a segunda faixa, nomeada “Nise da Silveira”, é uma homenagem direta à médica brasileira, reconhecida por suas atividades como psiquiatra, que revolucionou o tratamento da saúde mental no Brasil por meio da arte como forma de expressão. Nesta faixa, Sid e DK47 se encontram em um carro e começam a dialogar sobre consciência e distinção de classe que se apresentam no modo de produção capitalista. Em seu verso, Sid expressa essa reflexão da seguinte forma:

Eu quero justiça, eu quero paz, vingança é bom, mas eu nem quero  
Eu vou lutar pelos meus irmãos da porta do hospício ao inferno  
Somos a revolução de Nise Silveira a Lutero  
Quem apoia o dono do esgoto está fadado a viver no bueiro  
Você não passa de um carneiro que sonha em virar açougueiro  
No final das contas, você tem contas e não tem dinheiro (Sid; DK47, 2025).

A partir do exposto, o cantor expressa que violência tende a gerar apenas mais violência, instaurando assim um ciclo contínuo de injustiça e vingança. Demonstra-se que rebater a opressão burguesa com os mesmos instrumentos de dominação não

Realização:



Apoio:



representa uma superação real da desigualdade, mas sim sua reprodução sob novas formas. Nesse sentido, propõe-se uma busca pela paz que não seja ingênua ou conciliadora, mas sim fluida, revolucionária e crítica.

Desse modo, DK47 pontua na mesma música a questão da alienação e como ela é influente na vida do sujeito. O cantor aborda o “pobre” que defende a direita e os interesses da classe burguesa, relatando que esse sujeito, ao defender essa forma de governo e as classes dominantes, parece estar lutando para ser escravo e ser chicoteado, fazendo referência às heranças do período escravocrata. Ele afirma ainda que há duas coisas que poderiam mudar esse cenário brasileiro, a consciência de classe por parte da classe trabalhadora e a interpretação de texto. Quando o autor apresenta isso, é possível identificar a questão da leitura crítica da realidade e da emancipação humana. Destaca-se o pensamento de Behring sobre consciência de classe:

A consciência de classe não brota do além: é processo, é construção histórica, é disputa de hegemonia, como nos ensinava Gramsci. E isso se constrói nas lutas. É por isso que a experiência é importante. Não apenas as experiências alternativas que estão em curso, por exemplo, a produção de arroz e feijão pelo MST, mas experiências de luta: a luta ensina, a luta educa. Se não tem luta, não tem experiência, não tem processo educativo, não tem salto de consciência (Behring, 2023, p. 20).

Na terceira faixa, nomeada como “Sem Nome”, é possível identificar a presença do cantor Coruja BC1. Durante a música, os cantores centrais do EP pontuam como o rap tem se alienado e se tornando fotocópias, trazendo um retrocesso para a cultura do rap ao incentivar práticas que, no passado, eram abominadas pelos próprios rappers, como o uso de álcool e cigarro próximo a crianças. Além disso, destacam que, além de estarem alienados, esses artistas estão mentindo e enganando a favela, que é o público que mais consome essas músicas no Brasil.

Desse modo, DK47 faz uma analogia ao afirmar que ele é leão e que o máximo que os rappers de hoje estão sendo é “Tigrinho”, evidenciando, na prática, como esses rappers estão enganando seu próprio público com a ideia de dinheiro fácil, quando, na realidade, estão tirando dinheiro desse público e os deixando expostos a atos viciosos, como o jogo de apostas — outra ofensiva do capital frente a classe trabalhadora. O estudo de Santos, Coelho e Bernardes (2025), analisa a influência das apostas online no endividamento excessivo no cenário brasileiro, demonstrando o pacto do Estado com a burguesia, uma vez que, a legislação brasileira contém leis e decretos contraditórios e sem regulamentação suficientemente robusta.

O mercado de apostas online tem se expandido de maneira acelerada no Brasil, impulsionado por um conjunto de fatores, entre os quais se destacam: a ampla exposição midiática, a promessa ilusória de ganhos fáceis e rápidos, a regulamentação recente e permissiva, além do fácil acesso ao crédito e à internet. Essa conjuntura tem provocado impactos significativos na vida de milhares de brasileiros, especialmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, ao induzi-los a comportamentos de risco financeiro e à busca compulsiva por recompensas monetárias (Santos; Coelho; Bernardes, 2025, p. 3416).

Em vista disso, Coruja BC1 relata a problemática do uso de celulares e como se tem construído um viés fictício, seja nas relações sociais ou até mesmo na construção da vida social do sujeito. O cantor, traz que o dinheiro transforma o sujeito em manequim, havendo uma padronização do sujeito com as práticas mercantilistas, dentro do mesmo ideário de que “o que você é, é o que você consome”. Demonstra-se, assim, mais uma ofensiva do capital — o consumismo como peça principal de sua manutenção e os aparelhos tecnológicos que sustentam essa produção 24 horas por dia, por meio

Realização:



Apoio:





de propagandas e compras online. Dessa forma, o sujeito acaba se tornando mercadoria nessa estratégia tecnológica do capital, adentrando em uma falsa ilusão de flexibilidade:

A generalização da comunicação via e-mails e aplicativos de mensagens instantâneas franqueia ao capital a exploração intermitente da força de trabalho, 24 horas por dia, 7 dias por semana (Crary, 2016). A cultura do home office, expandida especialmente durante a pandemia de coronavírus, cria a falsa sensação de flexibilidade de horários de trabalho, quando seria mais acurado defini-la como elasticidade. Grupos de mensagens de empresas permanecem ativos a qualquer hora do dia e da noite, somando-se aos grupos de familiares, amigos e demais redes sociais (a igreja, a banda, o futebol, a academia). Se recebêssemos um biscoito a cada notificação de mensagem no smartphone, salivaríamos ao sinal do próximo apito como os cachorros de Pavlov (Bezerra, 2024, p. 135).

Na quarta música, nomeada como “Rico é Rico, Pobre é Pobre”, os artistas Sid e Dk 47 discutem, logo no primeiro verso, a relação de antagonismo entre as classes sociais. Como afirmam: “Rico é rico, pobre é pobre; vários descem, só um sobe; enquanto um ri, os outros sofrem; nós fingindo que tá top; o pobre é que enriquece o rico; o rico é que empobrece o pobre; não é azar, não é sorte, é o sistema e só por isso.” Em concordância, Marx (2013), compreende a distinção entre ricos e pobres como um resultado intrínseco do modo de produção capitalista, onde a acumulação de riqueza em um extremo é diretamente proporcional à acumulação de miséria no outro, impulsionada pela exploração da mais-valia e mantida por um exército industrial e pela naturalização das relações de classe através da ideologia, levando a um antagonismo inerente.

Na última música, nomeada como “Monstro”, é apresentado como o sistema capitalista tem influência na vida dos jovens que moram nas periferias do Brasil e nas vivências do seu cotidiano. É pontuada a falta de saneamento básico, a falta de luz e água, e a violência ao seu redor, e como essas frustrações vão criando o “jovem periférico”. Nesta realidade, vivencia-se dificuldades de estudar por falta de necessidades básicas, podendo ocorrer uma impulsão para o trabalho informal e precarizado. Pontua-se na música, a questão de vender bala no sinal, muitas vezes por crianças e adolescentes, que são taxados como marginais e podem acabar se perdendo para o crime e para o tráfico, e se tornando um “monstro” para o Estado.

Em conformidade, Alencar e Granemann (2009), trazem que a nova configuração assumida pelo Estado não descuidou de reforçar os aparatos repressivos/policiais contra os movimentos sociais e a classe trabalhadora. Passa-se a criminalizar a pobreza e suas ações reivindicativas por melhores condições de vida e trabalho em todo o mundo, embora com mais empenho nos países da periferia do capitalismo como meio de combater a auto-organização dos trabalhadores.

Da mesma forma, Sid pontua que esse “monstro” foi criado pelo Estado, mas ele não assume que o responsável por está criação e pelas expressões da questão social. Ainda na música, surge o Sant, que representa um indivíduo questionador, que pergunta a si e ao Estado: “Quem vai orientar os meninos a serem homens? E essas meninas que têm mais deveres do que podem, Cápsulas no chão a caminho da escola e hoje não tem aula, A lição é de qual calibre ou de qual carga”. Nesta música, pontua-se que mesmo que o indivíduo queira sair desta realidade, ele não vai conseguir, pois está preso nessa areia movediça das expressões da questão social.

Por fim, o EP “Dinheiro”, encerra trazendo respostas aos questionamentos levantados nas faixas iniciais. Evidencia-se que apesar do indivíduo se esforçar intensamente no trabalho, dificilmente conseguirá romper com a realidade imposta pelo sistema. Ao tentar se comparar com outros sujeitos sem compreender as distinções de classe, acaba inevitavelmente se frustrando diante da impossibilidade de alcançar os mesmos padrões de vida.

Realização:



Apoio:



## Conclusão

Conclui-se, que a análise crítica do EP “Dinheiro” de Sid e DK 47, sob a ótica das ofensivas do capital, da regressão de direitos e da alienação da classe trabalhadora, revelou de forma contundente a capacidade do rap de atuar como uma potente ferramenta de resistência, denúncia e conscientização. Por meio de suas faixas, o EP traz uma crítica às manifestações do capital, evidenciando desde o fetichismo da mercadoria, que obscurece as relações de trabalho e a exploração da mais-valia, até a intensificação da precarização e a formação de um exército industrial de reserva, com a proliferação de formas de trabalho precarizado e a ascensão dos jogos de aposta online como novas e destrutivas estratégias de exploração. As letras abordam a crônica do desemprego e a criminalização da pobreza nas periferias, além de expor a relação de antagonismo intrínseco entre as classes sociais, onde a riqueza de poucos se constrói diretamente sobre a miséria de muitos.

Reforça-se que a alienação não se limita às relações humanas e produtivas, ela também pode se manifestar no campo artístico. Quando o sujeito não tem consciência de classe, tende a reproduzir discursos alienantes em suas produções culturais ou em suas manifestações nas redes sociais, reforçando valores e ideologias dominantes em vez de questioná-los. Como consequência, transmite aos seus ouvintes informações e posicionamentos que, em vez de contribuir para a transformação social, acabam por reproduzir e intensificar as desigualdades, reproduzem assim conteúdos que vão gerar engajamento e dinheiro, mas não sabem o que realmente estão reproduzindo e seu impacto na sociedade.

Portanto, o rap enquanto gênero musical interligado nas periferias e marcado por sua dimensão crítica se posiciona contra artistas que adotam esse tipo de postura. Há, entre muitos rappers, a compreensão de que tais práticas fazem parte das ofensivas do capital, que neutralizam o potencial revolucionário da arte ao transformá-la em mais uma ferramenta de reprodução da ideologia dominante. Dessa forma o EP “Dinheiro” evidencia constantemente em suas letras que arte é uma ferramenta questionadora e pertencente a classe trabalhadora, os versos buscam trazer um reconhecimento de pertencimento, buscando assim uma emancipação política e social.

## Referências

ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 161–169, jul. 2009.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 211–239, jan. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 23, n. 1, p. 10-22, jan./jun., 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/41383/25969>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BEZERRA, Arthur Coelho. A ideologia dos dados: algoritmos e inteligência artificial no capitalismo da era digital. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 26, n. 2, p. 125–139,

Realização:



Apoio:



2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.54786/revistaepctic.v26i2.20803>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

DA SILVA JÚNIOR, Tarciso Pereira; DA SILVA MENDES, Michelly; DA SILVA ALVES, Eva. O rap como tática revolucionária do proletário: MC Nanda, mulher cabocla e marxista. **Jamaxi**, v. 2, n. 1, p. 188-199, 2018.

DK47, Sid. Playlist **Dinheiro**. [vídeo]. YouTube, 2025. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLE5rzp23Nm77CBq85gOHHnOurTYjAEqFF>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

LIMA, Jacob Carlos. A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 17–26, 2010. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/cpst/article/view/25735>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

LIMA, Jacob Carlos; BEZERRA, Maria José. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH: Revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades**, Salvador, v. 15, n. 37, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18606>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

PENZANI, Renata. Pedagogia Griô: uma educação feita de vínculos e ancestralidade. **Lunetas**, 17 fev. 2020. Disponível em: <<https://lunetas.com.br/pedagogia-grio/>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

PINEAPPLE SUPPLY. Sobre. **Pineapple**. 2015. Disponível em: <<https://pineapplesupply.com.br/sobre/>>.. Acesso em: 18 jul. 2025.

SANTOS, Gabrielly Cordeiro dos; COELHO, Ivana Lara Ribeiro; BERNARDES, Rochele Juliane Lima Firmeza. Entre a diversão e a ruína: a influência das apostas online /bets no endividamento excessivo do brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 3396–3420, 2025. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18903>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SANTOS, Paulo Roberto Felix dos; SANTOS, Laryssa Gabriella Gonçalves dos. Estado e capital na ofensiva ao trabalho: neoliberalismo e a agenda de desmonte de direitos dos(as) trabalhadores(as) no Brasil. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 57, p. 64–76, 2021.

TEPERMAN, Ricardo. **Se liga no som**: as transformações do rap no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Realização:



Apoio:



## **DIREITOS REPRODUTIVOS NO CONTEXTO DE REGRESSÃO DE DIREITOS: a legalização do aborto em pauta!**

Eduarda Gabriela Moreira<sup>85</sup>

Luís Fernando de Oliveira<sup>86</sup>

Lesliane Caputi<sup>87</sup>

Janaína Francisca de Souza Campos Vinha<sup>88</sup>

**Resumo:** Os direitos reprodutivos estão em constante disputa e tem se acirrado diante do avanço do conservadorismo no Brasil. Este ensaio teórico debate a criminalização do aborto e suas raízes coloniais que atravessam as relações de gênero hodierno, sobretudo de mulheres negras. Embasado no referencial marxista, tem o fito de analisar os direitos reprodutivos, em especial, a legalização do aborto, no contexto de regressão de direitos, a partir dos fundamentos da formação sócio-histórica do Brasil. Ainda, traz os desafios do Serviço Social crítico, comprometido com princípios éticos emancipatórios de centralidade na liberdade e na defesa intransigente dos direitos humanos.

**Palavras-chaves:** Direitos Reprodutivos; Aborto; Serviço Social; Neoconservadorismo.

**Abstract:** Reproductive rights are in constant dispute and have become increasingly threatened with the rise of conservatism in Brazil. This theoretical essay discusses the criminalization of abortion and its colonial roots that continue to shape contemporary gender relations, especially for Black women. Grounded in Marxist theory, it aims to analyze reproductive rights, particularly the legalization of abortion, within the context of rights regression, based on the foundations of Brazil's socio-historical formation. Furthermore, it highlights the challenges faced by critical Social Work, which is committed to emancipatory ethical principles centered on freedom and the unwavering defense of human rights.

**Keywords:** Reproductive Rights; Abortion; Social Work; Neoconservatism

### **Introdução**

O debate sobre direitos reprodutivos no Brasil demanda uma análise da formação sócio-histórica do país, cujas características arraigadas no colonialismo expressam até hodierno a presença do patriarcado, da misoginia e do autoritarismo que tratam com determinismo os direitos reprodutivos sobre a mulher. Prevalece no Brasil a desigualdade de gênero que marca todas as relações sociais e agressivamente a dimensão da reprodução humana. Na obra “A revolução burguesa no Brasil”, Florestan Fernandes (1974) analisa o caráter contrarrevolucionário da burguesia latina de não

---

<sup>85</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: eduardagab.moreira@gmail.com

<sup>86</sup> Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: luisferndo.de.oliveira@gmail.com

<sup>87</sup> Assistente Social. Pós-doutora em Serviço Social e docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro/ (UFTM). E-mail: lesliane.caputi@uftm.edu.br

<sup>88</sup> Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da UNESP. E-mail: janaina.vinha@uftm.edu.br

Realização:



Apoio:



romper com traços pré-capitalistas e com a dominação externa. Assim, sendo o Brasil, um país periférico de capitalismo dependente, segue a esteira colonial, estabelecendo em todos os tecidos das relações sociais a opressão, o preconceito, a desigualdade, o racismo e demais características de exploração do ser humano pelo próprio ser humano.

O aborto no Brasil ainda configura um tema polêmico, polissêmico e de avolumados números de óbitos, afetando, sobremaneira, a população negra e periférica. Além da subnotificação os dados registrados compelem diferentes situações de aborto, o que é correlato a polissemia acerca da temática e a disputa política societária. O direito reprodutivo e nele a legalização do aborto constitui direitos humanos e a luta por uma sociedade que enfrente as relações de opressões, a desigualdade de gênero e defenda a autonomia da mulher. Nesta direção compõe matéria/objeto de estudos e intervenção do Serviço Social.

Conforme Iamamoto (2009) acerca dos dilemas do Serviço Social, em que a luta pela afirmação dos direitos é uma luta acirrada contra o capital, um assunto sempre contemporâneo para esta profissão, que tem, no cerne da sociedade capitalista o seu objeto de intervenção/investigação: as diversas expressões da questão social.

O objetivo das reflexões que trazemos centra-se em iniciar uma reflexão sobre os direitos reprodutivos, em especial, a criminalização do aborto e seus reflexos em pessoas negras que gestam, no contexto de regressão de direitos, a partir dos fundamentos da formação sócio-histórica do Brasil. Ainda, debate os desafios do Serviço Social crítico, comprometido com princípios éticos emancipatórios de centralidade na liberdade e na defesa intransigente dos direitos humanos. Para tal, coerente com o Projeto Ético-Político hegemônico da profissão, nos debruçamos na tradição marxista para análise e aproximações sucessivas da temática, considerando a categoria de totalidade e a luta de classes.

As reflexões estão fomentadas em autores como Ruy Mauro Marini (1973), Lélia Gonzalez (1979), Sueli Carneiro (2003), Beatriz Nascimento (1976) e Ângela Davis (1981), como referenciais basilares para a discussão da temática que está à baila, além de publicações do Conjunto CFESS/CRESS que justificam este caro debate no âmbito da profissão de Serviço Social. Assim, sinteticamente, as reflexões trazem a articulação entre a formação sócio-histórica brasileira e sua relação com o racismo estrutural e o patriarcado; uma breve contextualização acerca dos direitos reprodutivos, e o Serviço Social neste campo de lutas e resistências.

### **Formação sócio-histórica brasileira: elementos estruturais e aborto**

Dado o caráter revolucionário da burguesia de romper com o sistema feudal e estabelecer “novas classes, novas condições de opressão, novas configurações de luta, no lugar das antigas” (Marx e Engels, 2017, p.22), para que ela pudesse ascender na Europa, buscou explorar novos territórios. A expansão do comércio, maquinários, meios de comunicação e das navegações teve preço pago com a exploração direta de povos africanos e latinos, que em virtude do crescimento e evolução desses países, foram escravizados pelo colonialismo (Césaire, 2020).

O colonialismo refere-se a dominação de povos estrangeiros e sua exploração econômica no âmbito de um império, temos como referência à expansão mundial dos países da Europa. Assim, o colonialismo vincula-se ao desenvolvimento/expansão da acumulação capitalista e desenfreada exploração da classe trabalhadora. A colonização é inseparável da singularidade do modo de produção capitalista. Nesta perspectiva conceitual, o Brasil se desenvolve sob exploração européia e subordinado aos grandes centros capitalistas.

Para Marini (2022) os países do sul global se configuram como sendo de um capitalismo *sui generis*, ou seja, um capitalismo dependente subordinado às dinâmicas

Realização:



Apoio:





dos centros hegemônicos. Essa visão desafia a ideia desenvolvimentista de que os chamados países “subdesenvolvidos” estão em um pré-capitalismo, quando, na verdade, são essas relações desiguais e combinadas que, de forma orgânica, compõem o atual sistema capitalista mundial.

A integração da América Latina ao mercado mundial é realizada a partir da divisão internacional do trabalho, onde lhe é atribuída a função de prover gêneros alimentícios, bens de consumo não duráveis e matérias-primas e quando os bens de consumo duráveis são produzidos, depende da associação com o capital internacional (Filho; Gurgel, 2018). Nessa dinâmica, ocorre a transferência de valor produzida na periferia para os centros hegemônicos, acarretando a diminuição da apropriação da mais-valia que poderia ser apropriada internamente e interfere na produção e reprodução das relações sociais (idem, 2018).

Essa troca desigual que acontece entre periferia-centro gera uma necessidade estrutural de compensar a perda de mais-valia interna. Assim, como mecanismo de compensação, as economias dependentes recorrem à superexploração da força de trabalho. Essa é a particularidade do capitalismo *sui generis*, o aumento da extração de mais-valia é feita em virtude do aumento do trabalho não remunerado, através da violação do valor da força de trabalho (Souza Filho; Gurgel, 2018). Como Marini (2022) enfatiza,

é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini, 2022, p. 169).

Tendo em vista que a relação de dependência em regiões periféricas são estruturadas em contradições inerentes a esse sistema, como a falta de autonomia no âmbito econômico, cultural e social, os países periféricos buscam possibilidades de integrar as transformações do sistema mundial (Sampaio Jr, 1999 *apud* Silva, T. 2021). Ao combinarem a função social de exclusão e injustiças sociais como forma de manutenção da reprodução ampliada do capital, os processos civilizatórios nacionais tornam-se incompatíveis com o fortalecimento do Estado e com o rompimento da dependência (Silva, T. 2021).

A debilidade política da burguesia latina de conduzir uma revolução gerou um processo de conciliação com as oligarquias coloniais, demonstrando que a superexploração, que é particular de economias dependentes, é viabilizada pela manutenção dos traços de uma economia escravista, tradicional e patriarcal (Filho; Gurgel, 2018). Logo, é nessa escolha por combinação de variáveis que está o dilema do capitalismo periférico, a necessidade de romper com a dependência e desarticular a modernização conservadora ou lidar com a barbárie (Sampaio Jr, 1999 *apud* Silva, T. 2021).

No Brasil, a burguesia consolidou-se como classe sem romper com seu passado colonial, com sua raiz patriarcal e à barbárie tem sido a sua via política, econômica e cultural. Sem a ruptura com seu passado escravista, à economia dependente brasileira tem como sustentáculo a desigualdade de raça e gênero como necessárias para seu desenvolvimento (Silva, S. 2022). Neste enraizamento colonial e dependente, está o racismo estrutural, a criminalização do aborto e o ignóbil direitos reprodutivos.

A violência colonial é o “cimento” de todas as hierarquias presentes na sociedade, e se mantém intactas as relações de raça e gênero instituídas no período da escravização. O que poderia ser considerado memória do período colonial, permanece presente ainda hoje, adquirindo novas funções e contornos (Carneiro, 2019). Nesse sentido, pensar a maneira que estava estruturada a sociedade da época colonial, considerada de castas, e como ela está estruturada hoje, numa sociedade de classes

Realização:



Apoio:



que se tem como pressuposto a mobilidade vertical, é possível identificar semelhanças entre o passado e o presente.

No topo da hierarquia social da época, estava o senhor de terras com o poder econômico e político, na base estava os escravizados, entre um ponto e o outro, existiam homens e mulheres livres vivendo em condições precárias. Por essa configuração a sociedade colonial se revestiu do patriarcado que permeou toda a estrutura, que recaiu sobre a mulher. Ressalta-se que, para as mulheres brancas o papel designado foi de mãe e esposa, com uma vida toda dedicada à família e ao “ócio” (Nascimento, 2019).

A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão [...] Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra como por seus antepassados terem sido escravos (Nascimento, 2019, p. 261).

Com isso, “não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrida pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como seu lugar na força de trabalho” (Gonzalez, 2020, p.56), sendo considerada exclusivamente produtora, seja escravizada dentro da casa-grande ou no engenho, seja como produtora/fornecedora de mão de obra interna, devido a sua condição de gestar. Não por acaso, a mulher negra era concorrente do tráfico negreiro (Nascimento, 2019).

Segundo Ângela Davis (2016), desde os primeiros dias de escravidão a mulher negra tem autoinduzido o aborto, por se recusar a trazer crianças a um mundo como o que vive. Mulheres negras e latinas querem direito ao aborto legal não pela vontade de não ser mãe, mas sim pela necessidade de libertar futuras gerações das condições de desproteção social que têm sido intergeracional.

“O desejo das mulheres de controlar seu sistema reprodutivo é provavelmente tão antigo quanto a própria história da humanidade” (Davis, 2016, p.200), o que explica os dados da OMS que demonstram o período de 2010 a 2014, cerca de 55 milhões de abortos foram realizados no mundo, onde 46% foram considerado inseguro. Cerca de 97% desses abortos inseguros ocorreram em regiões periféricas, como a Ásia, África e América Latina (NPNM, 2023).

A questão do aborto deve ser racializada quando a probabilidade de uma mulher negra de realizar um aborto é 46% maior em relação as mulheres brancas (Campelo, 2023). Não obstante, a cada dois dias uma mulher morre por aborto inseguro no país, e as maiores vítimas da falta de acesso do aborto legal e seguro, são, em sua maioria, mulheres negras e periféricas (NPNM, 2023), o que escancara o racismo estrutural da sociedade brasileira. Além disso, mulheres pretas possuem mais chance de serem presas por abortos ilegais, enquanto mulheres negras e pobres são as mais denunciadas (idem, 2023).

A criminalização do aborto é umas das principais causas de mortalidade materna no Brasil, sendo essa mortalidade de 2,5% maior entre mulheres negras em relação as mulheres brancas, e que mulheres pretas recebem menos orientações durante o pré-natal e menos anestesia local para a realização da episiotomia (Leal, 2017 *apud* Lima, 2024), fica evidente que somente uma sociedade fundada a partir do colonialismo pode ser explicada a “anulação dos direitos humanos, reprodutivos e sexuais das mulheres, em face de uma expectativa de vida” (Lima, 2024, p.19).

Os poucos dados apresentados evidenciam que a questão do aborto, além de ser uma questão de gênero, no Brasil, ela perpassa também pela raça e classe das mulheres e pessoas que gestam. Quando Nascimento (2019) descreve que a mulher negra ocupa o mesmo lugar na sociedade desde a escravidão, é porque os mecanismos ideológicos e estruturais se encarregaram de perpetuar a exploração social e sexual da mulher negra ao longo do tempo. Mecanismos ideológicos que se expressam fortemente

Realização:



Apoio:



no direito ou não direito reprodutivo, que coloca em dilema social e político a legalização do aborto, por exemplo.

### **Direito ou não direito reprodutivo: lema e dilema brasileiro**

A atual conjuntura brasileira é reflexo da organização de uma direita militante que passou a cumprir uma agenda política pautada na moral e nos costumes conservadores na última década. Com a eleição de Trump/EUA, em 2016, o golpe de Dilma Rousseff/Brasil, no mesmo ano, o aumento da popularidade de Jair Bolsonaro/Brasil e a ideologia bolsonarista, tem-se o avanço da extrema-direita somada a ascensão do pensamento neoconservador no Brasil (Gallego, 2018).

O neoconservadorismo, ao contrário do conservadorismo clássico que busca a manutenção da ordem estabelecida, interpreta as crises econômicas e sociais como reflexo de uma sociedade que abandonou os valores morais, tradicionais e religiosos (Almeida, 2018). De forma sintomática, o Congresso brasileiro eleito em 2014 foi o mais conservador desde 1964, tendo em vista o aumento do número de ruralistas, militares e religiosos presentes (Dip, 2024).

A tomada do poder pelas elites neoconservadoras em 2016, a partir de golpe, tem repercutido de forma incessante nos direitos sexuais e reprodutivos da mulher e das pessoas que gestam. Considerando que “pautas relacionadas ao controle de corpos e à moralidade sexual são as que tocam, de modo profundo, as doutrinas comuns aos grupos conservadores que estão no Congresso” (Dip, 2024, p.50) e que unem parlamentares evangélicos, independente de seu partido, o desarquivamento de projetos de lei e novas propostas para retroceder os direitos conquistados pelas mulheres tornaram-se constantes.

Como resultado dessa conjuntura, o primeiro semestre de 2023, o Núcleo de Religião e Política, do Instituto de Estudos da Religião (ISER), monitorou todos os projetos de lei apresentados no país e, dentre os 186 que tinham como categoria “direitos da mulher”, mais da metade abrange o teor ideológico da direita (Carta Capital, 2023). No mesmo ano, a Câmara de Vereadores de Maceió promulgou a lei nº7.492/23, que obriga mulheres que recorrem ao aborto legal, a verem imagens do feto contra sua vontade (Lima, 2024).

Na mesma direção, a Câmara de Vereadores de Ibatiba, no Espírito Santo, em 2023, instituiu a Semana do Nascituro, que busca conscientizar sobre os direitos do nascituro e do direito à vida desde a concepção. Já em 2024, o governador de Goiás sancionou uma lei que obriga a gestante a escutar os batimentos cardíacos do feto (Lima, 2024).

Na esteira de ataques aos direitos reprodutivos e sexuais e buscando o retrocesso de conquistas, no mesmo ano, foi tramitado na Câmara um projeto de lei conhecido como PL do Aborto (PL 1904/24), o qual visou equiparar a pena de um aborto efetuado após 22 semanas a um crime de homicídio simples (Matos, 2024). Todos os deputados que assinaram o projeto são de partidos de direita, evidenciando o que Carapanã (2018) descreve como o pensamento da nova direita, como sendo um aglomerado ideológico que reúne as ideias do conservadorismo, reacionarismo e libertarianismo.

Neste compêndio analítico, ao nosso ver, a criminalização do aborto não impede mulheres e pessoas que gestam de recorrer a ele quando existem circunstâncias econômicas e sociais que influenciem nessa escolha (Davis, 2016). Compreendemos os direitos reprodutivos como autonomia corporal e da liberdade de decidir, o que só é possível quando há acesso a informações de qualidade e condições materiais e dignas para tal decisão. Isso implica não apenas no direito à interrupção voluntária da gestação,

Realização:



Apoio:



mas também acesso aos métodos contraceptivos, moradia, renda, trabalho, educação sexual e um ambiente livre de violências (Damião, 2022).

O debate necessário é quanto ao uso do aparelho estatal como mecanismo de controle dos corpos dentro de uma ordem societária que além de patriarcal é racista, que remonta ao período colonial, onde corpos racializados já viviam sob uma dominação. Quando Davis (2016) relembra as esterilizações em massa que aconteciam contra a vontade de mulheres negras, é possível relacionar com práticas eugenistas e ao controle de reprodutivo das populações pobres e negras que, nessa leitura, é a forma de combater a miséria da sociedade (Damião, 2022).

É fundamental que se reconheça que os direitos humanos das mulheres incluem o controle e a decisão sobre questões relacionadas à sua sexualidade, saúde sexual e reprodutiva, livres de coerção, violência e discriminação (Damião, 2020). Ainda que no Brasil o aborto seja legalmente permitido em três casos específicos, risco à da gestante, gravidez resultante de estupro e casos de anencefalia fetal, o acesso a esses direitos segue sendo sistematicamente violados.

É evidente que a o aborto ilegal não impede que abortos ocorram na clandestinidade e com riscos de mortalidade, sequelas e prisão. No entanto, há uma contradição de classe e raça/etnia quanto a criminalização, “aquelas que têm dinheiro pagam por clínicas minimamente seguras e discretas. As mulheres que não possuem condições de arcar com esses custos, em grande parte pobres e negras, se arriscam com os métodos mais cruéis [...]” (Damião, 2020, p.32). Diante dessa realidade, o Serviço Social enquanto categoria profissional comprometida com a defesa intransigente dos direitos humanos, tem papel essencial na defesa da descriminalização e legalização do aborto.

### **Serviço social e a pauta: legalização do aborto**

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social, de gênero, étnico-racial e técnica do trabalho. social e moral, na culpabilização do sujeito desestruturado, recaindo, Tem como objeto de estudos e intervenção as múltiplas expressões da questão social, atuando, com base no direcionamento crítico do Projeto-Ético-Político e Código de Ética da profissão. No entanto, é necessário lembrar a gênese do Serviço Social brasileiro, que se constituiu sob forte influência conservadora e religiosa, em 1930, com perfil filantrópico associado à caridade, voltado para servir aos interesses das classes dominantes.

O debate e crítica a essa constituição conservadora da profissão é endossado nos anos finais da ditadura burguesa e início da redemocratização, com o Movimento de Reconceituação, iniciado em 1965 na América Latina e intenção de ruptura com o conservadorismo, através de muito tensionamento por parte de movimentos sociais da classe trabalhadora, pelo qual, no país se constitui diretrizes, princípios e a própria Constituição Federal de 1988 para fortalecer a democracia e rever de alguma forma os mais de 20 anos de crueldade e atos violentos (Ciconello, 2008).

É nesse contexto de efervescência política que o Serviço Social se constitui na qualidade de categoria profissional, que tem como comprometimento a garantia de direitos, a emancipação humana e a luta por uma nova ordem societária, evidenciando sua aproximação com a laicidade e o distanciamento do caráter religioso de décadas passadas (Oliveira; Chaves, 2017). No entanto, como nenhuma mudança é linear e espontânea, a ruptura com o conservadorismo foi e é campo de disputas políticas.

Foi somente a partir da década de 1980, sobremaneira, com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/CBAS, denominado Congresso da Virada, que a profissão rompe com o conservadorismo, através do impulsionamento à reconceituação do Serviço Social e a construção de um novo projeto profissional, de caráter crítico e comprometido com a transformação social e emancipação do sujeito de direitos.

Realização:



Apoio:



O Congresso ocorreu em tempos de redemocratização do país, em que a classe trabalhadora juntamente aos movimentos sociais, buscavam o fim da ditadura militar. Tal conjuntura ocasionou a inflexão teórica e política da profissão, demarcando o compromisso ético-político do Serviço Social, alinhado a um “projeto societário livre de opressões de classe, raça/etnia e gênero” (Carloto; Damião, 2018, p. 317).

Assim, as décadas de 1980/1990 marcam uma nova era do Serviço Social brasileiro, num processo incessante de ruptura com o conservadorismo, na interlocução teórica com a tradição marxista e a elaboração do que denomina de projeto ético-político. O Código de Ética do Serviço Social de 1993, atualizado em 2011, expressa esse posicionamento da categoria ao reconhecer a liberdade como valor central e todas as demandas relativas a ela, como a emancipação e expansão dos indivíduos sociais (Carloto; Damião, 2018). Nessa perspectiva, que o Serviço Social se aproxima da questão do aborto, ao compreendê-lo como uma autonomia das mulheres e pessoas que gestam.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) tem se posicionado publicamente em defesa dos direitos reprodutivos, como nas edições do CFESS Manifesta de 2011, 2016 e 2020, além da nota repúdio da categoria quanto ao Projeto de Lei 5069/2013. Embora o debate esteja presente nos órgãos de defesa da categoria, não necessariamente estão presentes no conjunto da categoria (Carloto; Damião, 2018).

Conforme exposto, a criminalização do aborto atravessa as questões de raça, gênero, classe e geração, isto significa que recai principalmente sob as mulheres e pessoas que gestam negras (Goés, 2018), sendo uma expressão da questão social. No entanto, em dados coletados em 2017 por meio de questionários feitos para cem assistentes sociais, somente 46% afirmaram que a discussão sobre aborto esteve presente em sua formação acadêmica/profissional, enquanto 10% não se recordam e 1% não sabe do que se trata (idem, 2020). Ainda que as entrevistadas tivessem conhecimento sobre o posicionamento do CFESS, informaram que não sabiam o porquê deste, o que reforça o debate de Bonfim (2015 apud Carloto; Damião 2018), onde as escolhas éticas só se tornam possíveis quando se entende a dialética da necessidade delas.

Além disso, Miranda (2024) evidencia a falta de publicações sobre o assunto, analisando periódicos Qualis A1, entre o período de 2018-2023 e encontra somente quatro artigos sobre direitos reprodutivos produzidos pela categoria profissional. Período este que o Brasil presenciou de forma revelada a extrema direita e seu projeto neoconservador.

Para além da falta de publicações, é importante se atentar como os anos de análise de Miranda coincidem aos anos de ascensão da direita/extrema direita no país, que afeta diretamente a disputa de forças na profissão, já que paralelamente, surgem grupos como Movimento Serviço Social Libertário de 2016 e o documento intitulado “23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro: Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante” (Costa, 2024, p.98) que mancham a história da profissão e reforçam o reacionarismo com relação ao Projeto-ético-político atual proposto.

Em suma, a produção de conhecimento, expressa o caráter pedagógico da categoria profissional e certamente, amplia o debate crítico dentro da profissão, para assim pensarmos em formas de atuação e combate não só para com a criminalização do aborto e direitos reprodutivos de mulheres e pessoas que gestam, mas abre-se o leque de discutir esses debates categorizados com muita resistência.

## Conclusão

Os direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo a questão do aborto, quando analisados numa perspectiva do capitalismo dependente e suas particularidades,

Realização:



Apoio:





demonstram-se como uma das expressões da questão social que aflige a classe trabalhadora brasileira. Considerando que o país não rompeu com seu passado colonial e mantém o racismo estrutural também como estruturante desse sistema, fazer discussões que façam uma leitura de conjuntura possibilita um entendimento de uma totalidade para além do senso comum.

Ao tratar da criminalização do aborto e suas consequências em mulheres e pessoas que gestam, ainda mais quando se racializa o debate, tornar-se ainda mais necessário por ser uma expressão da questão social, sendo esse objeto de estudo e de intervenção do Serviço Social. Enquanto categoria que defende uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, gênero e etnia (CFESS, 1993) e profissão produtora de conhecimento científico, o Serviço Social, carece de produções que abarque temas que tensionam a conjuntura atual, como evidenciado por Miranda (2024), Carloto e Damião (2018).

A busca por um Serviço Social contra-hegemônico, requer cada vez mais a introdução do Projeto Ético-Político da profissão em leituras, debates, na construção e produção de conhecimentos, sendo a partir dele o estreitamento com os princípios e valores defendidos pela categoria. Certamente, a busca pela ruptura com o conservadorismo segue no cotidiano profissional, mas somente ao levantar bandeiras de luta que refletem a escolha ética-política da profissão, é que o Serviço Social tensiona o projeto neoconservador em curso.

Acreditamos que com base no método histórico-crítico marxista, ensaiamos aqui um debate sobre a regressão de direitos considerando os lemas e dilemas acerca do aborto e a racialidade diante do avanço do pensamento neoconservador no contexto da sociabilidade brasileira.

## Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. *In*: GALLEGO, Esther Solano. (org.). **O ódio como política**: A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CAMPELO, Luire Campelo. Estudo aponta que mulheres negras são mais vulneráveis ao aborto no Brasil. **Agência Fiocruz de notícias**: Ciência e saúde pela vida, Rio de Janeiro, 26 set. 2023. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/estudo-aponta-que-mulheres-negras-sao-mais-vulneraveis-ao-aborto-no-brasil>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. *In*: GALLEGO, Esther Solano. (org.). **O ódio como política**: A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARLOTO, Cássia Maria; DAMIÃO, Nayara André. Direitos reprodutivos, aborto e serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 306-325, maio/ago., 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARTA CAPITAL. Mais punição, mais armas e menos direitos para minorias: a marca dos 6 meses na Câmara. **Carta Capital**. Diálogos da fé, São Paulo, 05 jul. 2023. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/mais-punicao->

Realização:



Apoio:



mais-armas-e-menos-direitos-para-minorias-a-marca-dos-6-meses-na-camara/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CICONELLO, Alexandre. A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. **From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World**. Oxfam International, jun. 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **CFESS Manifesta**: pela descriminalização do aborto. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/2020-CfessManifesta-legalizaAborto.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2025.

COSTA, Fabíola Salvador da. **Projeto ético-político do serviço social**: hegemonia colocada em xeque? 2024. 114f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?** A bancada evangélica e seu projeto de poder. São Paulo: Editora José Olympio, 2024.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

GALLEGO, Esther Solano. Apresentação. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política**: A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

GOES, Emanuelle Freitas. **Racismo, aborto e atenção à saúde**: uma perspectiva interseccional. 2018. 163f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LIMA, Nathalia Diorgenes Ferreira. Neoconservadorismo e criminalização do aborto: impasses para o exercício dos direitos reprodutivos de mulheres negras no Brasil. **Comunicações do ISER**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 75, p. 17-23, mar., 2024.

MATOS, Maria Clara. PL do Aborto: cresce número de assinaturas em apoio ao projeto na Câmara; veja lista. **CNN Brasil**, [S. l.], 24 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pl-do-aborto-cresce-numero-de-assinaturas-em-apoio-ao-projeto-na-camara-veja-lista/>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

NEM PRESA NEM MORTA. ADPF 442. **Nem presa nem morta**, 12 ago. 2023. Disponível em: <<https://nempresanemmorta.org/adpf-442/>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



MARINI, Ruy Mauro; TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro. (org.). **Ruy Mauro Marini**: “Dialética da dependência” e outros escritos. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARTINS DA SILVA, SARA. A mulher negra no capitalismo dependente: aportes sobre cidadania e opressões no Brasil. **Sapienza**: International Journal of Interdisciplinary Studies, v. 3, n. 1, p. 634-643, jan./mar., 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladimir. **Manifesto Comunista. Teses de Abril**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MIRANDA, Mariana Gonçalves. **Aborto & serviço social brasileiro**: um panorama das produções de conhecimento no período de 2018 a 2023. 2024. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do serviço social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 143-163, jan., 2017.

SILVA, Tatiane Farias da Rosa. Formação social brasileira e a posição das mulheres negras no capitalismo dependente. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICA PÚBLICA, X, 2021, São Luís-MA. **Anais [...]**. São Luís-MA: UFMA, 2021. Disponível em: <[https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/upload/anais/trabalho\\_submissaold\\_1174\\_1174612e5520119ed.pdf?033803](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/upload/anais/trabalho_submissaold_1174_1174612e5520119ed.pdf?033803)>. Acesso em: 05 jul. 2025.

SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL, Claudio. **Gestão democrática e serviço social**: princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

Realização:



Apoio:



## **AS REVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: perspectivas atuais**

Shirley da Silva Oliveira<sup>89</sup>

**Resumo:** O debate e perspectivas críticas sobre as novas tecnologias, suas relações intrínsecas com o modo de produção capitalista e a reprodução da classe trabalhadora, considerando sua gênese, desenvolvimento e determinações são os objetivos deste estudo. Os bens naturais e a exclusão dos trabalhadores da produção são fronteiras decisivas desse processo, que impactam o trabalho e o meio ambiente, exigindo reflexão sobre suas condições objetivas. As transformações econômicas envolvem relações complexas entre países centrais e periféricos, abrangendo dimensões políticas e socioculturais, sendo necessário compreender esse processo em sua historicidade material e ideológica.

**Palavras-chaves:** Revoluções tecnológicas, acumulação, expansão e desemprego estrutural.

**Abstract:** The debate and critical perspectives on new technologies, their intrinsic relations with the capitalist mode of production and the reproduction of the working class, considering their genesis, development and determinations are the objectives of this study. Natural assets and the exclusion of workers from production are decisive frontiers of this process, which impact work and the environment, requiring reflection on their objective conditions. Economic transformations involve complex relations between central and peripheral countries, encompassing political and sociocultural dimensions, and it is necessary to understand this process in its material and ideological historicity.

**Keywords:** Technological revolutions, accumulation, expansion and structural unemployment.

### **Notas introdutórias**

O modo de produção capitalista desde sua gênese tem determinantes, que são intrínsecos à sua maneira de se expressar na realidade. A acumulação, concentração e centralização na busca incessante de lucro são partes de um processo que desemboca nas crises e a seguir no movimento de desenvolvimento produtivo para enfrentamento destas crises.

Desde a acumulação primitiva, analisada por Marx (2017), pode-se ver as consequências do modo de produzir e reproduzir do capitalismo e suas expressões na dinâmica das esferas econômicas e sociopolíticas do mundo em que vivemos.

Gomez (2017) traz a 4ª Revolução Industrial como o fim do mundo da forma como o conhecemos, com a implementação da nanotecnologia (a manipulação da matéria em uma escala bilionésima parte de um metro) que ocasionou a corrida dos países para o controle desta tecnologia.

A expansão do capital tem como prerrogativa destruir para construir, esta impulsão tem um potencial imenso para destruição da natureza e desintegração social (Gomez, 2017). Os recursos naturais estão situados como a decisiva fronteira da acumulação capitalista na atualidade, assim como, a expulsão dos trabalhadores da

---

<sup>89</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduada em Serviço Social e História pela UFJF. Email.: shirleysilva.oliveira@estudante.ufjf.br

Realização:



Apoio:



esfera produtiva. Os impactos nos processos de trabalho e no meio ambiente trazem várias questões, que carecem pensar condições objetivas para o seu enfrentamento.

As transformações socioeconômicas articuladas entre os países centrais e os periféricos contemplam aspectos externos e internos, universais e particulares, que abarcam dimensões para além dos aspectos econômicos, isto é, as esferas política e socioculturais fazem parte do processo. O processo precisa ser entendido em sua historicidade, perpassado por sua construção material e ideológica.

Desta forma esta análise da literatura sobre estes dilemas contemporâneos, em confronto com a especificidade das articulações entre países centrais e periféricos, são objetivos deste estudo.

### **As transformações econômicas: o mundo do trabalho e a acumulação capitalista**

Conforme Kurz (1996) aponta o aumento da produtividade alcançada nas transformações econômicas, não significa ter na mesma proporção acesso a riqueza produzida e maiores postos de trabalhos gerados. O autor analisa o conceito de desemprego tecnológico ou estrutural, que se instituiu desde a crise do capital de 1970. Kurz (1996) observou, que na realidade o aumento de produtividade provoca o desemprego em massa, com trabalhadores alocados nos empregos informais contradizendo a falácia de que o aumento de produtividade gera mais empregos.

Marx (2017) sobre as relações de trabalho e a acumulação capitalista analisa as contradições do modo produtivo do capital e como as transformações econômicas impactam na classe trabalhadora. A demanda por trabalho não aumenta na mesma proporção que o capital total, proporcionalmente essa demanda diminui em relação ao tamanho do capital à medida que este cresce (Marx, 2017).

Desta maneira, o capitalista investe no capital constante e por outro lado há uma diminuição da parte variável da composição orgânica do capital, ou seja, do capital variável. O capitalista investe em tecnologias e maquinários para potencializar a eficiência, a produtividade e a competitividade. A acumulação é uma necessidade contínua do capitalismo e está imersa nesta dinâmica contraditória de redução, em proporção, na parte variável do capital, à medida que a indústria se automatiza o número de postos de trabalho diminui. Os capitalistas intensificam a jornada de trabalho de um número menor de trabalhadores. Este processo cria uma massa de trabalhadores designada por Marx (2017) como "exército industrial de reserva", no qual uma parcela da população trabalhadora se torna excessiva. Essa população excedente atua como um "exército industrial de reserva", sempre disponível para ser explorado pelo capital, independentemente do crescimento populacional real. Este exército de reserva, constituído por indivíduos desempregados e subempregados, exerce uma pressão sobre os salários, contribuindo para a redução destes, intensificando a exploração da força de trabalho que permanece empregada. Essa dinâmica revela as complexas relações de poder e a vulnerabilidade dos trabalhadores em um sistema econômico que prioriza a maximização do lucro em detrimento do bem-estar social (Marx, 2017).

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (Marx, 2017, p. 875).

Realização:



Apoio:





Assim o aumento da produtividade não gera divisão da riqueza socialmente produzida, a jornada de trabalho não é reduzida, muito pelo contrário, esta é intensificada, diferentemente do ideário afirmado pelos economistas para ampliar os lucros (Kurz, 1996). O desemprego causa também o subconsumo e junto com a expansão produtiva, o mercado fica repleto de mercadorias, que não se realizam, o resultado são as crises. Segundo Kurz (1996), economistas como Joseph Schumpeter e Nikolai Kondratieff discutiram as "ondas longas" da economia, onde ciclos de expansão são seguidos por períodos de saturação e encolhimento, até que inovações trazem revitalização. A 3ª Revolução Industrial, segundo o autor, é caracterizada pela emergência da microeletrônica, quando indústrias fordistas atingiram o limite de expansão. Porém, como já afirmava Marx (2017) a modernização produtiva não cria postos de trabalho suficientes para absorver a classe trabalhadora inativa. Kurz (1996) afirma que as tecnologias modernas economizam mais trabalho do que o necessário para expandir os mercados, resultando em um desemprego tecnológico que se espalha por todas as indústrias globalmente.

Os impactos da 4ª Revolução Industrial serão significativamente mais profundos no ambiente laboral, especialmente no que se refere à exclusão da força de trabalho humana dos espaços de produção, observa Gomez (2017). A velocidade de criação de novos postos de trabalho será consideravelmente inferior. Destarte, a integração da automação, da Internet das Coisas e da computação em nuvem resulta em processos digitais que têm a capacidade de tomar decisões de forma autônoma, sem a necessidade da intervenção humana, expõe o autor. Isso possibilita o retorno dos países centrais aos processos industriais, ao mesmo tempo em que marginaliza as regiões periféricas, mesmo que estas ainda contribuam com mão de obra a preços reduzidos. A divisão internacional do trabalho reflete a desigualdade gerada e fomentada pelo modo de produção capitalista, em todas as esferas de sua existência.

A seguir as especificidades da divisão do trabalho será explorado na sua gênese, no tangente a relação da colonização das Américas e as relações estabelecidas com os países centrais europeus, para entender o papel que cabe a cada um nesta divisão.

### **Divisão internacional do trabalho: sua gênese no capitalismo**

Como expõe Marx (2017) o capitalismo tende à expansão e acumulação, a dinâmica da colonização dos séculos XV e XVI fizeram parte da objetivação destas tendências. Prado Jr. (1973), baseado em Marx (2017), aponta que a colonização das Américas está integrada a um sistema, do qual a colônia se constituía em uma grande empresa comercial, que tinha como finalidade manter a acumulação das metrópoles comerciais europeias.

A constante "transformação em supranumerários" dos trabalhadores nos países da grande indústria estimula de modo artificial a emigração e a colonização de países estrangeiros, transformando-os em celeiros de matérias-primas para a metrópole, como ocorreu com a Austrália, convertida num centro de produção de lã233. Cria-se, assim, uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial (Marx, 2017, p. 638).

Desta forma, a pré-história do capitalismo já se apresentava como constitutiva do capital e suas determinações, a depender da conjuntura do espaço objeto da expansão e dominação, as especificidades se articulavam ao interesse macro do forjamento e desenvolvimento deste modo de produção.

Realização:



Apoio:



A dominação e exploração das terras e população originárias do Novo Mundo serviram amplamente aos ditames do modo produtivo emergente, engendrado da desvinculação do trabalhador das terras, que propiciavam sua subsistência, obrigando-os a venderem “livremente” sua força de trabalho nos espaços urbanos, essencialmente na Inglaterra, neste momento (Marx, 2017).

Na colônia portuguesa, algumas particularidades existentes e transformações societárias advindas da conformação das classes antagônicas, capitalistas e trabalhadores, nos finais do século XIX e início do XX, tem no componente de raça, decorrente da escravidão negra, seu elemento central, ou seja, a classificação racial do trabalho no processo de expansão do capital (Ianni, 1975).

Assim a separação do campo e das cidades na América Latina foi amplamente definida pela escravidão negra e dos povos originários, as expropriações das terras e as relações fixadas a partir disto. Como o capitalismo tem um ideário centrado na Europa, o capitalismo construído na América Latina sempre foi voltado para fora, desde as relações mercantis estabelecidas no período colonial até a atualidade.

Para pensar o Brasil, Marini (2000), afirma que as relações econômicas constituídas no país, sempre tiveram o elemento da dependência dos grandes centros, esta dinâmica é repleta de contradições e conflitos. A dependência está estruturalmente situada, para além da esfera econômica, a saber, social e politicamente estruturada. Marini (2000) também discorre sobre a condição de superexploração da classe trabalhadora nos países periféricos, espaços onde a obtenção do mais-valor decorre dos níveis extremos de exploração da classe trabalhadora, com jornadas extensas, trabalhos precarizados e salários baixíssimos, articulados a maximização dos lucros de países centrais.

As transformações econômicas no Brasil aconteceram de forma voltadas para o exterior e a dinâmica interna tende a demandar no processo elementos que reafirmem esta dependência, fator que, segundo Fernandes (1976), se espalhou para as esferas política e socioculturais. Assim, no processo a modernização implementada no país há a combinação entre o moderno e o arcaico, excluindo as massas populares, super privilegiando o interesse das classes dominantes, em detrimento dos interesses nacionais, reafirmando a dependência ancorada em um Estado autoritário e repressor (Fernandes, 1975).

O principal aspecto da modernização econômica prendia-se, naturalmente, ao aparelhamento do País para montar e expandir uma economia capitalista dependente, sob os quadros de um Estado nacional controlado, administrativa e politicamente, por “elites nativas”. O referido aparelhamento não poderia ser feito de um momento para outro; ele se iniciou como processo econômico e sociocultural de longa duração e abrangia todos os elementos que compõem uma economia capitalista integrada embora dependente (Fernandes, 1976, p. 93).

Dessarte, as revoluções tecnológicas expressam a divisão internacional do trabalho, onde os países de capitalismo centrais dominam e desenvolvem a ciência para alicerçar a acumulação e para dar conta das crises de expansão e retração inerentes do modo produtivo vigente. Nos países periféricos o papel desempenhado é o de fornecedor de recursos naturais e humanos amplamente explorados pelos grandes centros.

As novas tecnologias e suas possibilidades de propiciarem um fôlego ao modo de produção vigente tende a criar uma humanidade prescindível e uma natureza morta, como assegura Gomez (2017), a 4ª Revolução Industrial tem um enorme potencial para criar um mundo pós natural e promover a desintegração social.

### **Uso das novas tecnologias: futuro incerto**

Realização:



Apoio:



Gomez (2017), afirma que estamos diante de uma segunda libertação negativa globalizante, contendo o adensamento do descarte do trabalho como forma de mediação social e forma de produção da riqueza socialmente criada, a primeira foi a separação dos seres humanos da natureza e suas formas comunitárias de produção. A quarta revolução industrial engendrou os meios de extermínio e controle desta sociedade, no momento que as máquinas superarem em inteligência os seres humanos.

Segundo o autor, a manipulação da matéria torna nebulosa as diferenças entre seres vivos e não vivos, ou seja, a nanotecnologia tem um enorme potencial para destruição dos vínculos entre o homem e a natureza, objetiva e subjetivamente. Estaria engendrando uma natureza morta, devido ao aprofundamento das contradições inerentes do modo de produção capitalista. Gomez (2017) indica que as contradições internas deste modo produtivo, devido a necessidade intrínseca de ampliação de produção de valor, também produzem em escala crescente o consumo dos elementos naturais, assim como fabricam resíduos tóxicos que destroem a natureza. Para o autor, entretanto, existe algo mais perigoso engendrado pela 4ª Revolução Industrial, o mundo "pós-natural", seria a criação de uma "segunda natureza pura", a fabricação de seres "pós-biológicos", segundo a necessidade da pesquisa. Assim podem surgir deste processo, escapando de qualquer controle, armas tecnológicas e pragas com imenso poder destrutivo.

Os impactos positivos da nanotecnologia são divulgados, no entanto, os aspectos negativos desta, a saber, impactos na natureza e na vida humana ficam obscurecidos. Martioli e Pinheiro (2015) fazem uma introdução deste debate, apontando a necessidade de maiores adensamentos na discussão. Os autores sinalizam que devido à escala nano de partículas estas têm poder de penetrar a pele, tubo digestivo, e respiratório, caindo na corrente sanguínea, atravessando células e depositando em órgãos, causando doenças, que não se sabe como prevenir e muito menos tratar. Estes nanomateriais não são estudados o suficiente para estabelecer a real segurança de seus usos, que já está acontecendo em escala ampliada. Outro questionamento dos autores é sobre a não informação de seu uso nos rótulos dos produtos, não há transparência para os consumidores, para além disto, há o problema do descarte das nanotecnologias. Estas por terem propensão a permanecerem por muito tempo no meio ambiente, não são alvo de um estudo profundo sobre a segurança neste quesito, assim como nos demais pontos negativos dos nanomateriais (Martioli; Pinheiro, 2017).

O uso das nanotecnologias acontece de maneira recorrente sem que as pesquisas sobre os efeitos futuros acompanhem o processo e a transparência dos aspectos negativos sobre seu uso precisam ser amplamente divulgados para a sociedade.

As indústrias com uso massivo de automação são uma realidade, que não se pode ignorar.

Totalmente automatizada, a nova fábrica da Xiaomi opera no escuro, sem presença humana, utilizando apenas robôs e inteligência artificial para manter a produção ativa 24 horas por dia.

Na vanguarda da inovação industrial, a Xiaomi revelou recentemente, na China, uma instalação que está redefinindo os padrões da manufatura moderna: uma fábrica sem trabalhadores, também conhecida como "fábrica escura". O nome não é apenas simbólico. A planta, localizada no distrito de Changping, funciona literalmente no escuro, pois nenhuma atividade exige iluminação – todos os processos são conduzidos por robôs (Araújo, 2025, n/p).

A autora da reportagem, Araújo (2025), informa que a fábrica chinesa não utiliza mão de obra humana nem mesmo na limpeza, não há troca de turno ou parada para alimentação. Os robôs reduzem os erros e aumentam grandemente a produtividade. O processo produtivo é feito sem necessidade de iluminação e articula inteligência artificial (IA), big data e robótica. A questão que não pode ser ignorada é o desemprego que vem

Realização:



Apoio:



no bojo destas indústrias totalmente robotizadas e as necessidades de qualificação específicas para os diminutos postos, que a 4ª Revolução Industrial está criando.

A rápida disseminação do modelo de fábrica escura levanta alertas sobre os impactos no emprego. Segundo o Relatório sobre o Futuro dos Empregos, do Fórum Econômico Mundial, cerca de 23% dos postos de trabalho devem passar por mudanças significativas nos próximos cinco anos devido à automação e à inteligência artificial.

O mesmo relatório indica que **83 milhões de empregos devem ser eliminados, enquanto 69 milhões serão criados**, com ênfase em funções voltadas à gestão e otimização de tecnologias. Ainda assim, 44% das habilidades exigidas atualmente devem se tornar obsoletas, o que exigirá requalificação profissional em larga escala (Araújo, 2025, n/p, **grifos nossos**).

Marx (2017), no século XIX, já apontava para todos estes determinantes inerentes ao modo produtivo capitalista. O autor afirmava que a indústria moderna se caracteriza por uma base técnica inovadora, em contraste com os métodos de produção anteriores, que eram conservadores. Por meio de revolucionamento tecnológico são transformadas continuamente as funções dos trabalhadores e as relações sociais no trabalho, alterando também a divisão do trabalho na sociedade (Marx, 2017). Esse dinamismo, segundo o autor, resulta na movimentação constante de capital e trabalhadores entre setores diferentes, com implicações de variações multifacetadas nas atividades e flexibilização nas funções da classe trabalhadora. Essa dinâmica gera instabilidade na vida dos trabalhadores, que enfrentam a constante ameaça de perder seu sustento, estes se tornam cada vez mais dispensáveis no processo (Marx, 2017).

Araújo (2025) informa que os organismos internacionais, como a ONU, emitiram um alerta sobre a falta de regulamentação no uso das IA, pois, seu emprego massivo coloca em risco o equilíbrio da ordem financeira, esta estabilidade é necessária ao modo produtivo do capital, como já se sabe.

Gomez (2017) reitera que a sociedade da generalização da mercadoria vai de encontro à desintegração social e ao colapso da natureza de maneira global, os efeitos destrutivos do modo produtivo do capital atingem marcadamente agora os grandes centros do capitalismo, elementos antes mais evidentes nos países periféricos. As privatizações, poluição do meio ambiente e uso de tecnologias perigosas promovem em escala crescente as migrações forçadas das populações rurais, para a periferia dos grandes centros urbanos, extremamente inchadas. Esta dinâmica leva a conflitos, geram grandes levas de refugiados, potencializando a violência e antagonismo entre e intraclasses (Gomez, 2017).

A quarta revolução industrial não é tema de interesse apenas para as elites mundiais. Ela nos diz respeito e precisamos compreender suas características e prever algumas de suas principais consequências para que, na medida do possível, estejamos à altura dessa nova realidade. Movimentos sociais e pesquisadores precisam forjar um “mapa cognitivo” das transformações que vem a caminho. A pesquisa que pretendo realizar visa contribuir nesse sentido. Mais do que coletar dados e descrever algumas das características da quarta revolução industrial, é preciso relacionar temas que muitas vezes se encontram separados e tentar teorizar a respeito (Gomez, 2017, p. 9).

As questões levantadas sobre as revoluções tecnológicas contemporâneas, suas relações com o mundo do trabalho e consequências nos bens naturais e humanos carecem de ampliação das pesquisas, para possibilitar ações de enfrentamento crítico ao processo em andamento.

## Considerações finais

Realização:



Apoio:



A grande indústria rasgou o véu que ocultava aos homens seu próprio processo social de produção e que convertia os diversos ramos da produção, que se haviam particularizado de modo natural-espontâneo, em enigmas uns em relação aos outros, e inclusive para o iniciado em cada um desses ramos. O princípio da grande indústria, a saber, o de dissolver cada processo de produção propriamente dito em seus elementos constitutivos, e, antes de tudo, fazê-lo sem nenhuma consideração para com a mão humana, criou a mais moderna ciência da tecnologia. As formas variegadas, aparentemente desconexas e ossificadas do processo social de produção se dissolveram, de acordo com o efeito útil almejado, nas aplicações conscientemente planejadas e sistematicamente particularizadas das ciências naturais (Marx, 2017, p. 680).

Desde a gênese do capital os determinantes do modo de produção vigente têm revolucionado seus meios de produção e no mesmo processo expulsado a força de trabalho, contudo, na atualidade estas transformações estão cada vez no limite da barbárie.

A ligação entre os países centrais e periféricos, tornam estes últimos em economias dependentes, fornecedores de matérias-primas e consumidores das piores tecnologias. As forças dos poderes estatais são voltadas para garantir a acumulação de capital. O modo de produção capitalista e suas demandas constitutivas já ocupam quase que totalmente o globo terrestre, seus revolucionamentos não tem capacidade de gerar mais emprego, pelo contrário, o desemprego tecnológico se espalha.

As indústrias sem mão de obra humana são uma realidade e o uso das nanomateriais atravessam a existência humana e dos bens naturais, sem discussões profundas sobre seus aspectos negativos, transparência e responsabilidade são negligenciados em nome de falsas necessidades e avanços científicos progressistas.

Como aponta Gomez (2017) estamos indo de forma desenfreada rumo ao potencial colapso e desintegração social, o fim do mundo como conhecemos, não de forma a superar esta ordem produtiva e reprodutiva exploratória, mas um mundo pós-natural, com seres pós-biológicos, moldado pela tecnologia e ciências modernas, segundo suas necessidades. A aproximação dos movimentos sociais e a fomentação de debates ampliados sobre este futuro, cada vez mais próximo, se faz urgente.

## Referências

ARAUJO, Debora. “Fábrica escura” da Xiaomi na China opera totalmente sem trabalhadores humanos, funcionando 24 horas por dia apenas com robôs e IA. **Click Petróleo e Gás**, Ciência e Tecnologia, 05 maio 2025. Disponível em: <<https://clickpetroleoegas.com.br/xiaomi-inaugura-fabrica-escura-na-china-e-acelera-revolucao-industrial-sem-trabalhadores-humanos-dsca00/>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

IANNI, Otávio. **Capitalismo, escravidão e trabalho livre**. Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macrossociológico do Brasil. São Paulo: Nacional, 1975.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTIOLI, Andreza Copatto Serra; PINHEIRO, Fabriciano. Nanotecnologia: uma breve discussão sobre os impactos da nanotecnologia à saúde humana e ao meio ambiente. **Revista Acadêmica Oswaldo Cruz**, São Paulo, ano 2, n. 8, p. 1-13, out.-dez., 2015.

Realização:



Apoio:





Disponível em:  
<[https://www.oswaldocruz.br/revista\\_academica/content/pdf/Edicao\\_08\\_Andrezza\\_Martioli.pdf](https://www.oswaldocruz.br/revista_academica/content/pdf/Edicao_08_Andrezza_Martioli.pdf)>. Acesso em 25 jul. 2025.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

KURZ, Robert. O mito da produtividade: Desenvolvimento tecnológico, racionalização e desemprego. **Folha de São Paulo**, 11 fev. 1996. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kurz/1996/02/11.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

GOMEZ, André Villar. Pesadelo high tech: a quarta revolução industrial e o fim do mundo que conhecemos. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 17 n. 2, p. 01-16, jul./dez., 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18524>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

GOMEZ, André Villar. **O fim do “tempo do fim”: extinção, urgência e outros inícios possíveis**. Rio de Janeiro: **Metaxy**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 104-123, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/article/view/18965>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



## O FENÔMENO DA UBERIZAÇÃO COMO EXPRESSÃO DA EXPLORAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Larissa Silveira Pinto Alves<sup>90</sup>  
Maria Eduarda Corrêa Cardozo<sup>91</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como finalidade realizar uma análise crítica a respeito das transformações que envolvem o mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva, contextualizando o cenário internacional para compreender suas particularidades na conjuntura brasileira, de modo a identificar o fenômeno da uberização do trabalho como umas das principais expressões a superexploração e precarização do capital sob o trabalho no cenário contemporâneo.

**Palavras-chave:** Reestruturação produtiva; uberização, plataformas digitais, precarização do trabalho.

**Abstract:** The purpose of this work is to carry out a critical analysis regarding the transformations involving the world of work based on productive restructuring, contextualizing the international scenario to understand its particularities in the Brazilian situation, in order to identify the phenomenon of the uberization of work as one of the main expressions of the super-exploitation and precariousness of capital under labor in the contemporary scenario.

**Keywords:** Productive restructuring; uberization, digital platforms, precarious work.

### Introdução

Esta produção tem como objetivo discutir o histórico e os desdobramentos que levaram a atual chamada “uberização”. Que representa um novo estágio de precarização e ausência de proteção social da força de trabalho. Busca-se discutir como as transformações, a partir da década de 1970, através da dinâmica do capitalismo global reconfiguraram as relações de trabalho e o aprofundamento das desigualdades sociais, sobretudo nos países dependentes, com ênfase no Brasil. Para isso, é discutida a relação entre reestruturação produtiva, neoliberalismo e a emergência do trabalho via plataformas digitais e seus impactos sobre a classe trabalhadora.

### Modo de produção capitalista, fim do Estado de Bem-Estar Social e neoliberalismo

O modo de produção capitalista é constituído por um grande processo de contradições. Que possuem limites internos resultantes de sua própria lógica constitutiva. Segundo Marildo Menegat (2012), o que se determina como o mais explosivo e estrutural de todos os limites, se configura na sua dependência absoluta, para criar valores, do trabalho vivo humano. E foi justamente, o fato de que a massa proletária pode limitar a busca por mais-valor no capitalismo, através da conquista de direitos sociais e de melhores salários, que o capital aprofundou a eliminação da força de trabalho do processo de produção.

De acordo com o autor, o próprio capitalismo torna seus limites incontornáveis. O que exige um quadro de destrutividade que se prolonga até a constituição de

<sup>90</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR) na Universidade Federal Fluminense. E-mail: larissaspalves@gmail.com

<sup>91</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR) na Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: eduardamariacardozo@gmail.com

Realização:



Apoio:



condições para que se retorne a normalidade. As causas da permanente revolução das forças produtivas no capitalismo são múltiplas, incluindo a competição entre os próprios capitais. Contudo, não é desprezível o fator determinante da necessidade que se tem de restringir a capacidade de resistência da força de trabalho e de seu decorrente aumento de preço.

Tendo em vista essas configurações, o capitalismo, a partir dos anos 1970 passa por uma sequência de transformações que adicionam novos e importantes elementos à sua configuração. Menegat destaca que, através da formação do mercado mundial, onde a produção é determinada por ele, são grandemente diminuídas as barreiras dos mercados nacionais. Ocorrem alterações das forças produtivas criadas por uma Terceira Revolução Técnico-científica, que passa a se utilizar nas linhas de produção da microeletrônica e que acarretam na dispensa de força de trabalho.

Segundo ele, isso resulta em dois fenômenos: 1) uma massa desmedida do exército industrial de reserva para fins de valorização do capital, que estacionou-se na periferia das grandes cidades, já que ocorre um aumento da recusa de emprego para a força de trabalho; 2) no desmonte do Estado de Bem-Estar Social. Este último que havia configurado direitos sociais “que haviam limitado timidamente o capital durante um curto período de sua história.” (Menegat, 2012, p. 150), embora nunca tenham sido de todo extensíveis às regiões dependentes.

No que se refere ao Estado de Bem-Estar Social, Trindade (2001) destaca que este modelo de organização política ganha forma em alguns países onde a extrema direita não se havia alçado ao poder, dentre países tidos como economicamente centrais. Se configurando como “um conjunto de políticas de melhoria das condições de vida dos trabalhadores.” (p. 199).

Em relação aos países dependentes, Trindade destaca que, por volta de 1960, a luta popular se apresentava por várias partes e

foi tragicamente detida em dezenas de países pela proliferação de golpes de Estado, invariavelmente com apoio mais ou menos explícito dos Estados Unidos, dando surgimento a um cordão de ditaduras assassinas ao redor do planeta: Brasil (1964), Indonésia (1965), Grécia (1967), Turquia (1971), Bolívia (1971), Uruguai (1972), Chile (1973), Peru (1975), Argentina (1976) – foi bem maior a lista de países tomados naquele tempo pelo horror (Trindade, 2011, p. 200).

Nesse sentido, quando Menegat fala sobre essa massa incomensurável do exército industrial de reserva, ele afirma que ela pode ser visível em qualquer parte do mundo, uma vez que sua oscilação depende dos movimentos que o mercado mundial realiza e se apresenta também em países centrais. Já quando se enfatiza o Estado de Bem-Estar Social, o autor afirma que é mais seletivo e um alcance para poucos países. Por isso, “ao se chegar ao fim do Estado de bem-estar, que sempre foi uma conquista para poucos países, se está também chegando ao fim do máximo civilizatório que foi possível atingir no capitalismo” (Menegat, 2012, p. 150).

Seu fim se dá devido à crise fiscal que o tornou inviável a partir de 1973. Isso demonstra justamente essa contradição que é o funcionamento do capital, exemplifica essa impossibilidade de sustentação de suas supostas doutrinas civilizatórias. Pois, os países economicamente centrais

graças aos ingressos sem fim de capitais recebidos por suas empresas dos países economicamente dependentes ou subdesenvolvidos, tiveram incomparavelmente mais recursos à disposição para fazer concessões reais a seus próprios trabalhadores, como majoração salarial, redução significativa da jornada, adoção de legislações trabalhistas amplas e aumento de impostos sobre o lucro e as maiores rendas para permitir ao Estado expandir seus gastos com seguridade social e investir no crescimento do emprego (Trindade, 2011, p. 199).

Realização:



Apoio:



Com a reconfiguração capitalista após a década de 1970, os Direitos Humanos passam a ter uma nova funcionalidade. Conforme afirma Trindade, começaram a avançar, já na década de 1980, diversos processos de “redemocratização” no mundo (com exceção do continente africano). Além disso, dá-se a agudização de tendências à internacionalização dos mercados, que, segundo o autor, “velha como o capitalismo (e agora apelidada de “globalização”), se acelerava, por força da necessidade do capital de ascender a novos patamares de acumulação e reprodução ampliada” (Trindade, 2011, p. 202).

É neste momento que os governos “socialmente regressivos” (Trindade, 2011) de Margaret Thatcher (1979-1990), no Reino Unido, e Ronald Reagan (1980-1988), nos Estados Unidos, estabelecem o programa econômico “Neoliberal”. Em que, destaca Trindade,

configurou-se, então, como uma série de “recomendações” emanadas do Banco Mundial (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e outras agências internacionais sob controle direto ou indireto dos EUA e das outras potências capitalistas, com o propósito alegado de “modernizar”, “liberalizar” e “integrar” a economia mundial – o que, segundo prometiam, geraria uma era de prosperidade planetária sem paralelo (Trindade, 2011, p. 203).

Trindade destaca que o debate e os movimentos de redução das desigualdades sociais, que vinham ocorrendo ao redor do mundo entre os anos 1930 e 1970, foram bruscamente paralisados ao início dos anos 1990. Vale reafirmar que, em muitos locais, “na ‘periferia’ do mundo capitalista, o Estado de Bem-Estar Social foi, antes de mais nada, bandeira sedutora, mais acenada que transposta à prática” (Trindade, 2011, p. 200). Com o fim do Estado de Bem-Estar social onde existiu, há também efeitos na periferia do mundo capitalista. A desigualdade nesses países ou se mantiveram nas mesmas condições, ou ampliaram-se dramaticamente a partir de então.

A política Neoliberal demonstrou-se rapidamente desfavorável aos direitos sociais, culturais e econômicos. Ela buscava combater a inflação, promovendo a abertura comercial e a diminuição dos gastos públicos, com o foco em uma lógica econômica que prioriza o mercado, a redução do papel do Estado e a valorização da iniciativa privada. Quando se fala no “mundo do trabalho” isto é observável através do fenômeno da uberização e da precarização.

Trindade destaca que, além das crises cíclicas (que levam à condições de emprego também cíclicas), agora se tem a categoria do desemprego estrutural, isto é, permanente. Na verdade, esta é uma contradição estruturante do próprio capitalismo. Com as novidades da ciência e da tecnologia, existe uma intensificação da produção, que proporciona o aumento dos lucros e, como explica Marx (2013) existe uma alteração inversamente proporcional entre o capital constante e o capital variável da produção, isto é, um aumento da população trabalhadora supérflua e adicional ao seu processo produtivo.

Nos dados de Trindade, no ano de 1996 já existia no mundo uma massa de um bilhão de subempregados e desempregados (em torno de 30% da força de trabalho mundial). Com o aumento do capital, agora global, e de sua liberdade, os trabalhadores precisam se submeter a relações cada vez mais precarizadas de emprego e salário. “O capitalismo tornou-se uma máquina de expulsão maciça de seres humanos do trabalho, sem remuneração” (Trindade, 2011, p. 211).

## **As transformações na dinâmica laboral no Brasil**

A respeito do cenário brasileiro, as mudanças no mundo do trabalho, engendradas sob a reestruturação produtiva, têm sua gênese correspondente ao período da década de 1990, diante do período de hegemonia da ideologia neoliberal,

Realização:



Apoio:



sobretudo através das Contrarreformas do Estado (Behring, 2003) e das demais políticas e alterações na esfera laboral que corroboram para aprofundar o quadro de desigualdade social, além de acentuar as manifestações da precarização estrutural do trabalho (Alves, 2015).

Segundo Antunes (2009), a precarização estrutural refere-se a um processo contínuo de degradação das condições de trabalho, onde as formas de emprego socialmente reconhecidas são transformadas em empregos precários e marginalizados. O autor salienta que esse processo não é visto como um fenômeno conjuntural, mas sim uma característica sistêmica e fundamental à manutenção da estrutura capitalista, sobretudo na contemporaneidade com o modo de acumulação flexível, uma vez que transforma o trabalho em uma condição com caráter instável e exploratório.

Uma vez que a precarização do mundo do trabalho se constitua enquanto aspecto basilar e fundamental para o aumento da acumulação de riquezas para o capital, a elite dominante no Brasil, expressa pelo empresariado, adota uma série de medidas e estratégias com o intuito de ampliação das taxas de lucro através da redução dos encargos do processo produtivo (Alves, 2015).

O início da década de 1990 no Brasil é marcada por um profundo cenário de inflação e recessão, advindas das tentativas, sem êxito, do plano de recuperação econômica de Collor (1990-92). Contudo, é durante o governo de FHC (1995-2003) que a ideologia neoliberal adquire poder e espaço, por meio da articulação e coalizão de força política, utilizando-se do discurso de necessidade de implementação das reformas e ajustes fiscais para viabilizar a estabilização econômica do país, quando, na verdade, tratava-se de um plano de fundo para promover a ampliação da acumulação de capital em detrimento da precarização e degradação das condições e dos direitos associados ao trabalho (Barreto, 1999).

Behring (2003) define a contrarreforma neoliberal, expressa através do Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), como a tentativa do país em se inserir na dinâmica de mundialização do capital, uma vez que a intencionalidade e operacionalidade da reforma e seus ajustes estruturais estavam diretamente relacionados e subordinados aos interesses das agências multilaterais, de forma que se pode observar uma reformatação do Estado brasileiro para uma adaptação passiva à lógica do capital internacional.

O referido projeto acima consistia em promover uma presença mínima do Estado, principalmente no que dizia respeito aos gastos sociais, tendo como preferência e principal incentivo a abertura econômica ao capital estrangeiro e capital privado, através das parcerias público-privadas, sob a justificativa de necessidade de redução dos gastos públicos e aumento da produtividade. No entanto, o que se observava como efeito a predileção e subordinação à lógica privada, é um quadro de mercantilização e privatização das políticas sociais, juntamente com o notório desmonte dos serviços e setores públicos (Valle; Leite, 2018).

De acordo com Alves (2000), dentre uma das mudanças produzidas na dinâmica econômica brasileira, oriunda da reforma do Estado, cabe destacar o fomento pela alocação de subsídios que fossem destinados à implementação de recursos que promovessem a racionalização e aumento de toda a estrutura produtiva, tendo como mecanismo para sua materialização o incremento do aparato tecnológico automatizado no sistema produtivo, sob a finalidade de aperfeiçoamento do mesmo e por conseguinte, de viabilizar a ampliação da acumulação capitalista.

Ademais, é através da automatização e da informatização que o trabalho vivo perde lugar enquanto principal força produtiva, assim como os salários deixam de representar o principal custo produtivo. Portanto, a mundialização da ideologia neoliberal constrói um cenário em que as leis sociais precisam ser cessadas pela lei de mercado, de maneira a agir de forma imperativa ao proletariado, obrigando o mesmo a escolher entre se a submeter às condições degradantes, precárias e insalubres de

Realização:



Apoio:





trabalho ou ao desemprego. No entanto, sabe-se que o capital produz, de maneira intencional e simultânea, os dois fenômenos (Antunes, 2018).

Um importante ponto destacado por Alves (2015) se refere ao papel fundamental que exercem os rearranjos jurídico-institucionais para o aumento da acumulação flexível, ao passo que a mesma ocorre e se perpetua em função do desmonte e degradação do mundo do trabalho. Para isso, a classe dominante se debruçou em atingir o núcleo estruturado dos assalariados, o qual se expressa através de seu aparato protetivo, ou seja, os direitos trabalhistas.

Durante o final da década de 1990 e ao longo dos anos 2000, observou-se a aprovação de várias normativas constitucionais, expressas através de leis que tinham como intuito promover a legitimidade desse processo de precarização laboral. Essa conjuntura de esfacelamento das normas protetivas do mundo do trabalho atingiu seu ápice em 2017, através da contrarreforma trabalhista, expressa pela Lei 13.467, juntamente com a Lei 13.429 das Terceirizações (Pinheiro, 2024).

Segundo Braz (2017), a estratégia criada pela classe dominante para justificar a aprovação e implementação das normativas referidas anteriormente, se baseava no discurso, alicerçado na ideologia neoliberal, de promover a ideia de que as alterações das normativas trabalhistas seriam benéficas para a dinâmica da economia brasileira, pois se expressavam enquanto novas alternativas de enfrentamento à crise e de incentivo econômico. Contudo, o que produz é um cenário de agudização da degradação do mundo do trabalho e de suas relações e das demais expressões da questão social, sobretudo no tocante ao pauperismo e ao desemprego (Silva, 2013).

### **A inserção da plataformização do trabalho no cenário brasileiro**

É mediante ao intuito de efetivação da estratégia do capital de aumento da acumulação capitalista, que se tem no Brasil, ao longo dos anos 2000, o advento e materialização da chamada indústria 4.0, a qual, através do incremento das tecnologias da informação e comunicação (TICs) na estrutura do sistema produtivo, tem o objetivo focalizado no aumento da produção e no lucro a partir da difusão de novas formas de exploração e precarização das atividades laborais, dentre elas, o trabalho digital realizado pelas plataformas (Grohmann, 2020).

A referida estrutura de trabalho operacionalizada, mediada e gerenciada pelas TICs, juntamente com as plataformas digitais, é compreendida como uberização. Embora a origem de sua nomenclatura se remeta à empresa Uber, o fenômeno não se reduz à mesma. Uberização, em virtude na natureza de mundialização do capital, representa uma das principais tendências referentes ao mundo do trabalho, inaugurando um novo estágio de superexploração das atividades laborais na contemporaneidade (Slee, 2017).

A título de exemplificação do cenário citado, a última pesquisa desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2022, identificou que há cerca de 2,1 milhões de trabalhadores atuando em plataformas digitais no Brasil, sendo desse quantitativo 1,5 milhão relacionado a atuação como motorista e entregador de aplicativo, e 628 atuando no segmento de comércio eletrônico.

Além disso, quando se analisa o perfil desses trabalhadores o que se encontra é a presença majoritária de homens negros. Segundo o estudo realizado pelo IBGE, a partir de dados dos maiores aplicativos de entrega do país — iFood, 99, Uber e Zé Delivery —, empresas ligadas à Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), quase 7 em cada 10 entregadores de aplicativo no Brasil são negros (cerca de 68%). O que evidencia o caráter do perfil de quais trabalhadores ocupam os segmentos precarizados no país.

Existe um abismo social entre negros e brancos nas condições de acesso e ascensão profissional. Essa realidade pode ser vista em diferentes partes do mundo.

Realização:



Apoio:



Mas, quando se refere ao contexto brasileiro, essa é uma das faces da desigualdade, existe uma divisão racial do trabalho que deve ser discutida a partir da história e do contexto da escravidão colonial no país. Compreendendo que o racismo é uma forma de mecanismo que o modo de produção capitalista se utiliza para sua reprodução. Ele nasce com essas relações e é funcional a ela.

Em resumo, o fenômeno da uberização pode ser definido como uma nova forma de organização, gerenciamento e controle do trabalho, o qual é exercido através das plataformas digitais, onde o trabalhador é responsável por arcar todos os custos e responsabilidades referentes ao trabalho, de modo a representar a ampliação do processo de informalização, flexibilização e desproteção das atividades laborais, uma vez que não haja nenhuma normativa legal para exercer qualquer regulamentação a respeito desse tipo de trabalho (Abílio, 2017; 2019; Antunes, 2020).

o discurso de que estamos diante de novas formas de trabalho, não sujeitas à regulação protetiva (ou de que não seria possível existir tal regulação), tem desempenhado papel fundamental para legitimar, incentivar, cristalizar e acentuar a falta de limites à exploração do trabalho e à precarização de suas condições (Filgueiras; Antunes, 2020, p. 60).

Abílio (2019) compreende essa dinâmica precarização e superexploração da força de trabalho como consolidação do “trabalhador just-in-time”, termo cunhado pela autora para se referir à condição que trabalhadores são submetidos na estrutura laboral das plataformas digitais, em que os mesmos são utilizados na exata medida das demandas do capital, no entanto, são remunerados somente pelas tarefas cumpridas, desconsiderando o tempo despendido pelo trabalhador para ficar disponível a serviço da plataforma e o tempo de deslocamento utilizado para a realização da tarefa. Logo, se torna evidente como que no processo de uberização há uma dificuldade de delimitar o que é ou não tempo de trabalho.

Ademais, outra característica fundamental acerca desse modelo de trabalho se refere às formas de gerenciamento exercido pelas plataformas sob os trabalhadores através das programações algorítmicas, onde todas as etapas que constituem o trabalho são monitoradas pela plataforma, produzindo o que Zuboff (2018) denomina como “capitalismo de vigilância”.

## Conclusão

Portanto, mediante a conjuntura de reconfiguração do mundo do trabalho no Brasil, onde tem-se observado a diminuição das formas de pleno emprego, ao passo que se tem a expansão das estruturas laborais precarizadas, dentre elas a operacionalizada por meio das plataformas digitais, os trabalhadores se vêem na necessidade de exporem cada vez mais suas vidas e seus corpos, se arriscando ao acometimento de acidentes e outros agravos, sem que haja qualquer garantia ou respaldo protetivo por parte das empresas-aplicativo ou por parte do Estado, para garantir sua reprodução.

A uberização consolida-se como uma expressão da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Onde a flexibilização extrema, a ausência de direitos e o controle algorítmico aprofundam a exploração e a insegurança da classe trabalhadora. O que se configura como um mecanismo da acumulação capitalista em busca da maximização de lucros em paralelo a degradação da vida dos trabalhadores. Especialmente no que se refere a população negra e periférica, maior parcela deste segmento.

## Referências

Realização:



Apoio:



ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 579–597, set. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 111–126, jan. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41–51, nov. 2019.

ALMEIDA, Matheus. Quase 7 em cada 10 trabalhadores de aplicativos são negros, diz pesquisa. **InvestNews**, Economia, 21 maio 2023. Disponível em: <<https://investnews.com.br/economia/quase-7-em-cada-10-trabalhadores-de-aplicativos-sao-negros-diz-pesquisa/>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. Trabalho e desigualdade social na reestruturação capitalista: um balanço da “década neoliberal” no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 7, n. 2, p. 7–38, 25 jul. 2015. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3736>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARRETO, Maria Inês. As organizações sociais na reforma do estado brasileiro. In: BRESSER PEREIRA, Luís Carlos; CUNILL GRAU, Nuria. (org.). **O público não-estatal na reforma do estado**. Rio de Janeiro: CLAD/FGV, 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13)>.

BRASIL. Lei nº. 10.101, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

Realização:



Apoio:



BRASIL. Lei nº. 9.601, de 21 de janeiro de 1998. Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 22 jan. 1998.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros e nas relações de trabalho temporário; revoga o inciso IV do artigo 10 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 31 mar. 2017.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação do capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: características e alternativas. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em 2022, 1,5 milhão de pessoas trabalharam por meio de aplicativos de serviços no país. **Agência Notícias IBGE**, 25 out. 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38160-em-2022-1-5-milhao-de-pessoas-trabalharam-por-meio-de-aplicativos-de-servicos-no-pais>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MARX, Karl. **O capital**, Livro 1. (Trad. Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEGAT, Marildo. Direitos humanos contra o Moloch. In: MENEGAT, Marildo. **Estudos sobre ruínas**. Rio de Janeiro: REVAN, 2012.

PINHEIRO, Silvia Silva Martins. Estado neoliberal, contrarreforma trabalhista e avanço da precarização do trabalho no Brasil. In: SILVA, Mossicleia Mendes da et al (org.). **Capitalismo, crise e estado: ataques à natureza, aos direitos e ao trabalho** (Coleção José Paulo Netto, v. 9). Uberlândia: Navegando Publicações, 2024.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. (Trad. Daniel Moreira Miranda). São Paulo: Edipro, 2018.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Serviço social: razão ontológica ou instrumental? *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 72-81, jan./jun., 2013.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo, Elefante, 2017.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. 3º ed. São Paulo: Peirópolis, 2011.

VALLE, Karla Fernanda; LEITE, Janete Luzia. Contrarreforma do Estado e gerencialismo: novo fetiche, velha proposta. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 131, p. 109–129, jan., 2018.

Realização:



Apoio:



ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano da nova fronteira do poder. São Paulo, Boitempo, 2018.

Realização:



Apoio:





## **SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO EM SAÚDE: a experiência de um programa de residência multiprofissional em atenção hospitalar**

Andressa de Paula Ramalho<sup>92</sup>  
Joseane Barbosa de Lima<sup>93</sup>  
Paula Ferreira Oliveira Santos<sup>94</sup>  
Tatiana de Oliveira Alves Gonçalves<sup>95</sup>

**Resumo:** O Programa de Residência Multiprofissional em Saúde tem como proposta central a formação interprofissional e a educação em serviço, articuladas aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Este artigo tem como objetivo refletir sobre a experiência vivenciada por residentes de Serviço Social em um Programa de Residência em Atenção Hospitalar, desenvolvido em um hospital universitário localizado em uma cidade do interior de Minas Gerais. A partir dessa vivência, foram identificados os pressupostos que orientam a proposta formativa, bem como contradições, desafios e potencialidades presentes no cotidiano do programa e da atuação profissional das assistentes sociais residentes.

**Palavras-chave:** Formação em Saúde, Residência multiprofissional, Serviço Social.

**Abstract:** The Multiprofessional Residency Program in Health is centered on interprofessional training and education in practice, aligned with the principles of the Brazilian Unified Health System (SUS). This article aims to reflect on the experience of Social Work residents participating in a Hospital-Based Residency Program developed at a university hospital located in a city in the interior of Minas Gerais, Brazil. Based on this experience, it was possible to identify the underlying principles of the training proposal, as well as the contradictions, challenges, and potentialities present in the daily routine of the program and in the professional practice of the resident social workers.

**Keywords:** Health Education, Multiprofessional Residency, Social Work.

### **Introdução**

Os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde (PRMS) foram instituídos como estratégia de qualificação profissional no contexto da reorganização do cuidado em saúde proposta pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Fundamentados na formação interprofissional e na articulação entre ensino e serviço, esses programas buscam promover práticas críticas e reflexivas, comprometidas com o conceito ampliado de saúde, tendo os serviços do SUS como campo privilegiado de atuação. No entanto, a implementação dos PRMS tem enfrentado inúmeros desafios, sobretudo diante das contradições e retrocessos nas políticas públicas de saúde e educação, intensificados pelo avanço do ideário neoliberal.

<sup>92</sup> Assistente Social Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Hospitalar da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: andressapr4@gmail.com.

<sup>93</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social (UFJF). E-mail: joseane.lima@ufjf.br

<sup>94</sup> Assistente Social Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Hospitalar da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: paulafe548@gmail.com

<sup>95</sup> Assistente Social Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Hospitalar da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: tatiana.alvesjf@gmail.com

Realização:



Apoio:



Este artigo propõe uma reflexão a partir da experiência de residentes de Serviço Social em um programa de residência em atenção hospitalar, desenvolvido em um hospital universitário situado no estado de Minas Gerais. Por meio dessa vivência, busca-se discutir pressupostos, limites e potencialidades que atravessam a formação em saúde no interior de um PRMS.

O Serviço Social, reconhecido como profissão da saúde pela Resolução nº 218/1997 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), integra as categorias profissionais abrangidas pelos PRMS. A atuação de assistentes sociais na saúde se fundamenta no princípio da integralidade do cuidado, sendo desenvolvida em todos os níveis de atenção do SUS, da baixa à alta complexidade. No âmbito da alta complexidade, o trabalho apresenta especificidades que exigem preparo técnico, sensibilidade ética e capacidade de atuação em equipe multiprofissional.

A experiência na Residência Multiprofissional em Atenção Hospitalar evidencia tanto potencialidades quanto desafios, relacionados à organização do programa, à gestão institucional e às determinações da lógica capitalista que atravessa os serviços de saúde. Assim, este artigo tem como objetivo refletir sobre a experiência vivenciada por residentes de Serviço Social em um hospital de alta complexidade, utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, além do relato de experiência. A relevância do trabalho reside na socialização de problematizações pertinentes à prática profissional no campo da saúde e na valorização das contribuições do Serviço Social no interior da residência multiprofissional.

### **A residência multiprofissional em saúde: pressupostos e contradições**

Os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde (PRMS) estão vinculados às diretrizes das políticas públicas do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, com a finalidade de promover a qualificação de profissionais da saúde, alinhando-se à proposta de reorganização do cuidado em saúde estabelecida pelo SUS. As residências em área profissional da saúde foram instituídas em 2005 por meio da lei federal 11.129/05, que também previu a criação de uma comissão responsável pela formulação de normas para o funcionamento das residências financiadas pelo Ministério da Saúde.

As categorias profissionais contempladas seguem aquelas definidas pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 218/1997, abrangendo áreas como Serviço Social, Psicologia, Enfermagem, Fonoaudiologia, entre outras. A lei nº 11.129 de 2005 criou um programa de bolsas com o intuito de incentivar a permanência dos residentes em projetos e ações estratégicas para o SUS, especialmente em regiões consideradas prioritárias. As diretrizes para esse programa de bolsas foram definidas pela Portaria nº 1.111/2005, que também delinea o papel de tutores e preceptores. Já o funcionamento dos PRMS foi oficialmente regulamentado pela Portaria Interministerial nº 2.118/2005.

Posteriormente, a Portaria Interministerial nº 1.077, de 12 de novembro de 2009, instituiu o Programa Nacional de Bolsas para as Residências Multiprofissionais e regulamentou a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS), reforçando o reconhecimento institucional desses programas e indicando as profissões envolvidas.

A proposta pedagógica que sustenta os PRMS baseia-se em uma lógica de formação interprofissional e educação em serviço, cuja intenção é qualificar o trabalho em saúde de forma articulada entre ensino e prática. Tal proposta, ao considerar as diretrizes do SUS, favorece a formação de profissionais com um olhar ampliado sobre o cuidado, valorizando a integração de diferentes saberes e práticas. "É uma proposta de formação de inúmeras potencialidades, uma vez que elas estão orientadas por uma visão diferenciada da atenção e do cuidado, na qual, não apenas as diferentes

Realização:



Apoio:



competências profissionais são reconhecidas, mas devem efetivamente estar integradas" (LIMA, 2015, p. 01).

## **A formação em serviço e os desafios da precarização do trabalho no SUS**

De acordo com Melo e Nunes (2023), a formação proporcionada pelos PRMS propõe uma prática pedagógica crítica e reflexiva, rompendo com modelos tecnicistas, em favor de uma clínica ampliada, conforme os princípios da Lei Orgânica da Saúde e das políticas públicas de saúde dela derivadas. Essa formação em serviço busca ampliar a compreensão dos residentes sobre o conceito de saúde, incluindo discussões sobre vigilância epidemiológica, a Reforma Sanitária e a trajetória das políticas de saúde no Brasil.

Dessa forma, pode-se afirmar que uma das principais contribuições dos Programas de Residência em Saúde está na articulação entre o processo formativo e o exercício profissional. A formação ocorre diretamente nos serviços de saúde, respondendo às necessidades sociais e utilizando as demandas da população como referência fundamental. Conforme destaca Silva (2020, p. 19), a residência em saúde toma "o cotidiano dos serviços do SUS como locus de ensino e aprendizagem", o que favorece uma formação ancorada na realidade concreta do trabalho em saúde.

Entretanto, é necessário considerar que os PRMS não estão dissociados das contradições que permeiam as políticas públicas, especialmente diante dos avanços e retrocessos que marcam os campos da saúde e da educação no contexto neoliberal. Por se tratar de uma proposta de formação em serviço, as residências estão sujeitas às tensões e desigualdades presentes nas relações de trabalho, sendo atravessadas pelas condições estruturais do sistema capitalista.

Antunes (2018), ao discutir o conceito de "privilégio da servidão", evidencia como os processos de mundialização da economia e de financeirização alteraram significativamente a organização do trabalho, promovendo sua flexibilização, informalidade e precarização. Em sua análise, observa-se que a terceirização passou a ocupar um papel central na lógica de gestão empresarial. Segundo o autor, essa forma de contratação mascara os vínculos entre capital e trabalho por meio de relações entre empresas, pautadas por contratos temporários e flexíveis, moldados pelas necessidades de produção. Isso gera implicações profundas para a classe trabalhadora.

Relações sociais estabelecidas entre capital e trabalho são disfarçadas em relações interempresas, baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes, com consequências profundas que desestruturam ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo (antunes, 2018, p. 32).

Nesse contexto, Melo e Nunes (2023) destacam a importância de problematizar as relações de trabalho que atravessam os Programas de Residência, uma vez que a formação em serviço também expressa os efeitos da precarização, mesmo ocorrendo em espaços institucionalizados. Para os autores, embora a residência represente um espaço de qualificação e aprendizado, ela também reflete as contradições do mundo do trabalho atual. Essa realidade pode ser relacionada ao que Antunes (2018) analisa como parte do processo de 'intelectualização' do trabalho no capitalismo contemporâneo, fenômeno marcado pela rotatividade, pela flexibilização e pela precarização dos vínculos, aspectos que também se fazem presentes nas residências, cuja duração é limitada a dois anos.

Ademais, os residentes experienciam de forma concreta as adversidades enfrentadas pelos trabalhadores da saúde, incluindo as sobrecargas, os vínculos instáveis, os baixos salários e os impactos psicossociais. A residência, nesse contexto,

Realização:



Apoio:



não escapa das dinâmicas de precarização observadas nos demais espaços ocupacionais do assistente social. Portanto, as transformações nas formas de organização do trabalho incidem diretamente sobre suas condições, agravadas pela alta competitividade do mercado e pela presença de um numeroso contingente de profissionais disponíveis, o chamado exército industrial de reserva.

A instabilidade gerada por esse cenário impõe ao assistente social, por um lado, o desafio de intervir junto a uma população afetada pelas desigualdades e exclusões estruturais e, por outro, a necessidade de reconhecer-se enquanto trabalhador inserido na mesma lógica de exploração. Nesse sentido, a análise de Antunes (2018) sobre a 'nova divisão internacional do trabalho' no capitalismo contemporâneo contribui para compreender como diferentes categorias profissionais, inclusive os trabalhadores da saúde, estão sujeitas à intensificação da precarização, exigindo uma consciência crítica sobre sua posição de classe e sobre as contradições que permeiam sua prática profissional.

### **Formação de assistentes sociais na residência multiprofissional em atenção hospitalar**

A residência multiprofissional em saúde constitui uma importante estratégia de formação lato sensu para profissionais da área da saúde, consolidada no Brasil a partir de políticas públicas que visam qualificar a atuação no Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse contexto, a Residência Integrada Multiprofissional em Atenção Hospitalar, cuja experiência é abordada neste artigo, foi implantada em 2014 com o objetivo de responder às demandas emergentes da gestão e da atenção em saúde, especialmente nos serviços de média e alta complexidade. A iniciativa está vinculada a um hospital universitário público, reconhecido como Hospital de Ensino por meio da Portaria Interministerial MEC/MS nº 50, de 03 de janeiro de 2005, e tem por objetivo:

Formar profissionais éticos, comprometidos com a atenção integral à saúde com potencial para a imediata inserção na Rede de Serviços do SUS, preparados com rigor, científico e tecnológico orientados pelo raciocínio clínico, metodológico e de habilidades das áreas de Enfermagem, Farmácia (incluindo análises clínicas), Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Serviço social, com competências interprofissionais direcionadas para o trabalho em equipe segundo a clínica ampliada, a assistência humanizada, em suas áreas de atuação, de modo articulado aos demais profissionais de saúde (Brasil, 2009, n/p.).

Fundamentado nos princípios do SUS e no compromisso ético voltado para uma perspectiva multidisciplinar de cuidado, a Residência em Atenção Hospitalar além de oferecer uma efetiva integração entre a Universidade e os serviços de assistência à saúde, contribui significativamente para o processo de desconstrução do modelo reducionista de saúde perpetuante nas práticas de cuidado principalmente em âmbito hospitalar.

Atualmente, a Residência em Atenção Hospitalar em questão oferta duas vagas de Serviço Social por ano e configura-se com carga horária de 5760 (cinco mil setecentos e sessenta) horas totais, divididas em 60 horas semanais, com duração de 24 meses, sendo 80% da carga horária total sob a forma de atividades práticas e 20% realizada através de atividades teóricas ou teórico-práticas.

As atividades práticas são desenvolvidas predominantemente em ambiente hospitalar através de dois eixos: específico e transversal. O eixo específico em Serviço Social se refere à atuação e atribuições do Assistente Social na unidade hospitalar. Atualmente, há 4 assistentes sociais preceptoras e 5 residentes. Nesse eixo, o Assistente Social residente se insere no serviço executando atendimentos, ações e

Realização:



Apoio:



atividades pertinentes à área, sendo supervisionado por meio de preceptoria, haja vista que o residente é um profissional em processo de especialização.

O eixo transversal diz respeito às atividades realizadas de modo interdisciplinar ou multidisciplinar de cuidado em saúde, e estão divididos em: terapia nutricional, núcleo de avaliação de tecnologias na saúde (NATS), projeto terapêutico singular (PTS), vigilância em saúde, segurança do paciente, nefrologia (HU-DB), Unidade de Terapia Intensiva (UTI), processo transexualizador (HU-DB) e pediatria.

É fundamental destacar que esses eixos aproximam os residentes das práticas multiprofissionais e interprofissionais, possibilitam o contato com ações mais específicas e favorecem a compreensão da organização e das finalidades dos diferentes setores. Além disso, contribuem para o fortalecimento das relações e vínculos entre as diversas categorias profissionais, uma vez que são desenvolvidos em articulação com equipes de distintas áreas da saúde. Portanto, é possível inferir que os eixos transversais aperfeiçoam a atuação profissional em diferentes aspectos.

Em relação aos eixos específicos, há um rodízio semestral entre as clínicas médicas, clínicas cirúrgicas, pediatria, transplante de medula óssea e ambulatório de hematologia. Há um total de 151 leitos distribuídos entre as unidades. Cada unidade apresenta particularidades em relação à organização, à articulação entre a equipe, às requisições demandadas pelo Serviço Social etc. A partir desses elementos, é possível ter contato com diversos aspectos inerentes ao processo formativo e ao exercício profissional.

Apesar de a proposta da Residência em Atenção Hospitalar apresentar-se formalmente alinhada aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e à valorização do trabalho coletivo e interprofissional, sua concretização enfrenta obstáculos significativos. Dentre os principais entraves, destaca-se a persistência do modelo hospitalocêntrico de atenção, fortemente centrado na doença e na medicalização da vida, em detrimento de práticas voltadas à integralidade do cuidado. A essa contradição soma-se a adesão, desde 2014, do hospital universitário no qual o programa está inserido, à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Tal forma de gestão, estruturada sob a lógica neoliberal e orientada por preceitos mercantilistas, impõe desafios à formação crítica dos residentes, ao mesmo tempo em que reconfigura o papel das instituições públicas de saúde, tensionando seu caráter público, gratuito e universal.

#### 1. A atuação de assistentes sociais na atenção hospitalar de alta complexidade

A organização do SUS por níveis de atenção define os serviços e ações a serem ofertados em cada um deles, de acordo com os graus de complexidade. Essa complexidade é determinada pelas ações desenvolvidas, pelos serviços prestados e pelas tecnologias utilizadas, conferindo especificidades a cada nível. A atenção terciária corresponde à alta complexidade, contemplando recursos voltados a procedimentos cirúrgicos, exames especializados e outras intervenções de maior sofisticação. Tais características impactam diretamente as requisições feitas aos profissionais, o cotidiano de trabalho e as dinâmicas interprofissionais. Os usuários atendidos nesse nível, em geral, apresentam agravos de saúde que demandam hospitalização (Andreani, Dias e Dalpiaz, 2021).

A atuação de assistentes sociais na alta complexidade, assim como nos demais níveis de atenção à saúde, constitui uma prática consolidada e de extrema relevância. No entanto, esse nível de atenção apresenta especificidades que o distinguem dos demais, em razão de suas premissas organizativas, da complexidade dos serviços ofertados e das demandas sociais e institucionais que o atravessam.

É importante ressaltar que a prática profissional do/a assistente social na saúde não configura exigência de formação exclusiva para atuar na área, mas carrega

Realização:



Apoio:





particularidades que exigem conhecimentos específicos sobre essa política pública. Destacam-se, nesse sentido, a compreensão da política de saúde em sua totalidade, sua articulação intersetorial com outras políticas sociais, as determinações sociais do processo saúde-doença e os fundamentos do Movimento da Reforma Sanitária (Matos, 2013), os quais são essenciais para uma atuação crítica e comprometida com a defesa dos direitos dos/as usuários/as.

O exercício profissional nessa área implica, portanto, a defesa intransigente do acesso universal, equânime e integral aos serviços de saúde, viabilizada por meio de diferentes estratégias e ações interventivas que buscam enfrentar as desigualdades sociais no interior dos serviços e fortalecer o projeto ético-político do Serviço Social.

Nesse sentido, o documento *Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde* (CFESS, 2010) sistematiza quatro eixos fundamentais que orientam a prática profissional na saúde: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; e assessoria, qualificação e formação profissional. A compreensão crítica desses eixos é imprescindível para um exercício profissional coerente e responsivo diante das múltiplas requisições que se apresentam no cotidiano dos serviços.

Ademais, é fundamental destacar que a atuação do/a assistente social na saúde se concretiza de forma coletiva, por meio da inserção em equipes interprofissionais comprometidas com a integralidade do cuidado. Essa perspectiva se ancora no conceito ampliado de saúde, que considera os determinantes sociais do processo saúde-doença e amplia as possibilidades de intervenção técnica e política. Contudo, apesar desse entendimento, o hospital permanece, historicamente, como um espaço marcado pela fragmentação do cuidado, pela hegemonia do saber biomédico e pela manutenção de práticas centradas na lógica hospitalocêntrica, o que impõe desafios à construção de abordagens mais integradas e emancipatórias.

## 2. Desafios e potencialidades da formação em residência: relato de experiência

No cotidiano da residência em Serviço Social na área de Atenção Hospitalar, é comum o enfrentamento de situações marcadas pela centralidade do saber médico, o que dificulta a construção de práticas multiprofissionais e interprofissionais. Esse contexto constitui um dos principais desafios da atuação profissional e contribui para a perpetuação de entendimentos equivocados sobre as atribuições e competências do/a assistente social. Frequentemente o Serviço Social é acionado para atender a demandas que não correspondem às atribuições profissionais da categoria, como, por exemplo, questões relacionadas à flexibilização de horários de acompanhantes ou ao convencimento de usuários/as para aceitarem a alta médica. Diante desses equívocos, torna-se necessário reafirmar, junto às equipes e à instituição, o real escopo do nosso exercício profissional.

Os desafios apresentados à categoria na alta complexidade não são relacionados apenas às relações multiprofissionais ou interprofissionais. É inegável que as condições objetivas estabelecem outros desafios, sendo estes relacionados à Instituição. Em uma realidade adversa, marcada pela precarização das condições de trabalho, com quantitativo reduzido de servidores, foi adotada pela equipe de Serviço Social, a estratégia de atendimento através da solicitação de consultoria/parecer para receber as demandas e requisições da equipe médica. A solicitação de consultoria é realizada pela equipe médica através da plataforma AGHU. Há uma aba destinada para a consultoria, na qual a demanda está descrita. A partir da leitura da consultoria, a profissional de referência analisa qual é a intervenção pertinente. A resposta é realizada na aba da consultoria, havendo um prazo de 48 horas para tal. A solicitação de consultoria substitui, no atual momento, a prática de busca ativa. Contudo, compreende-

Realização:



Apoio:



se que essa organização se tornou insustentável frente ao quantitativo reduzido do quadro de profissionais.

A problemática da solicitação de consultoria não se esgota em si, mas revela um contexto muito mais amplo, referente à gestão institucional que vislumbra, nas residentes, a possibilidade de substituição de profissionais efetivas. As demandas e requisições chegam em grande quantidade, o que se justifica pela agudização das expressões da questão social e pelo fato de o Assistente Social ser requisitado para responder às contradições da política de saúde e contradições do capital (Matos, 2013).

Essa conjuntura de sobrecarga e insuficiência de profissionais não afeta apenas as trabalhadoras efetivas, mas também incide diretamente sobre as residentes, precarizando o processo formativo. A intensificação das demandas cotidianas e a carência de recursos humanos repercutem na limitação do tempo disponível para estudos teóricos, discussões de casos e momentos reflexivos, que são dimensões essenciais da proposta pedagógica da residência multiprofissional.

Embora a residência multiprofissional em saúde se constitua como um espaço estratégico de educação permanente, voltado à articulação entre teoria e prática e à formação crítica e interventiva, esses objetivos só podem ser concretizados se houver condições materiais e institucionais que os sustentem. Momentos de preceptoria, fundamental para a mediação pedagógica do processo formativo, tornam-se fragilizados diante do ritmo acelerado e das múltiplas requisições do serviço, comprometendo a qualidade da formação e o desenvolvimento profissional das residentes.

Esse cenário vai na contramão do que propõe a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, segundo a qual:

aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho. A educação permanente baseia-se na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais. A educação permanente pode ser entendida como aprendizagem-trabalho, ou seja, ela acontece no cotidiano das pessoas e das organizações. Ela é feita a partir dos problemas enfrentados na realidade e leva em consideração os conhecimentos e as experiências que as pessoas já têm. Propõe que os processos de educação dos trabalhadores da saúde se façam a partir da problematização do processo de trabalho, e considera que as necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores sejam pautadas pelas necessidades de saúde das pessoas e populações. Os processos de educação permanente em saúde têm como objetivos a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007, n/p).

Nesse sentido, a educação permanente em saúde deve estar intrinsecamente articulada ao processo de trabalho, de modo a possibilitar a discussão de casos, a troca de saberes e a reflexão coletiva entre profissionais da equipe, tutores vinculados à universidade e residentes. Esses espaços constituem oportunidades privilegiadas de socialização de conhecimentos e experiências, configurando-se como práticas formativas fundamentais ao longo do processo de especialização.

Além disso, os princípios ético-políticos do Assistente Social preconizam uma prática comprometida com os direitos sociais e com a análise crítica da realidade, portanto, para que isso aconteça é fundamental que os momentos de preceptoria aconteçam com frequência. No entanto, a falta de profissionais e a rotina intensa do contexto hospitalar acabam prejudicando o processo formativo de maneira adequada.

Nesse cenário, torna-se cada vez mais desafiador garantir a efetivação de atividades formativas consistentes, sobretudo diante da complexidade das demandas que emergem no contexto hospitalar, marcado por urgências constantes, alta rotatividade de pacientes e sobrecarga de trabalho. A consequência direta é a redução,

Realização:



Apoio:



ou mesmo a inviabilização, de espaços de reflexão crítica sobre a prática profissional, essenciais à construção de uma formação ética e transformadora.

A proposta de educação permanente, que deveria partir da problematização das situações concretas vividas no cotidiano de trabalho para impulsionar transformações nas práticas, acaba sendo prejudicada quando os profissionais não dispõem de tempo e condições institucionais para acompanhar adequadamente as residentes. Com isso, perdem-se importantes oportunidades de aprofundar o debate sobre os determinantes sociais que atravessam a vida dos usuários e que se expressam, de maneira aguda, durante os processos de internação hospitalar.

Apesar dos inúmeros desafios vivenciados no cotidiano da residência multiprofissional, é possível identificar importantes potencialidades no processo formativo. O eixo específico, desenvolvido nas frentes de trabalho do Serviço Social no hospital, diretamente relacionado às demandas que chegam ao setor, constitui-se como espaço privilegiado para a formação crítica, pois permite às residentes o contato direto com a dinâmica do SUS, com as expressões da questão social e com os determinantes sociais que atravessam a vida dos usuários em situações de adoecimento e internação.

Essa inserção favorece a articulação entre teoria e prática, possibilitando a reflexão aprofundada sobre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão. Além disso, promove a interlocução com profissionais do quadro efetivo e a construção coletiva de saberes, fortalecendo a identidade profissional e a capacidade de análise crítica frente aos desafios da política de saúde.

Dessa forma, reafirma-se a residência multiprofissional como locus estratégico e privilegiado para a formação de assistentes sociais no SUS. Defender a residência é também defender um SUS público, universal, estatal e de qualidade, o que exige a recomposição de equipes por meio de concursos públicos, financiamento adequado, estrutura física e condições de trabalho dignas. Nesse contexto, os hospitais universitários assumem papel central tanto na formação profissional quanto no atendimento qualificado à população usuária do SUS, sendo imprescindível seu fortalecimento como espaço de cuidado e produção de conhecimento comprometido com os direitos sociais.

## **Considerações finais**

A experiência na Residência Multiprofissional em Atenção Hospitalar evidencia de forma simultânea, seu potencial formativo e as contradições que marcam esse modelo. Embora seja fundamentada pelos princípios do SUS e da formação multiprofissional, a residência, na prática, muitas vezes reproduz dinâmicas de precarização do trabalho e sobrecarga dos residentes, expressando os limites das políticas públicas de saúde e educação sob a lógica neoliberal.

Nesse contexto, o Serviço Social ainda enfrenta o desafio de afirmar seu projeto ético-político diante da fragmentação das práticas, da hegemonia do modelo biomédico, bem como de demandas institucionais indevidas.

Apesar das adversidades, a vivência nos diversos eixos e cenários proporciona ao assistente social residente uma formação sólida, articulando teoria e prática, e fortalecendo sua atuação frente às múltiplas expressões da questão social. Além disso, constitui-se como um espaço privilegiado de aprendizagem, análise crítica da realidade e construção de práticas comprometidas com a garantia de direitos sociais.

Portanto, é essencial compreender a residência como um espaço para a especialização de profissionais críticos e engajados com as demandas dos usuários do SUS, mas para que isso ocorra de forma adequada, é de extrema necessidade a luta constante por parte de todos os profissionais, para a materialização dos princípios da reforma sanitária, bem como uma formação comprometida com o SUS e a valorização do trabalho multiprofissional.

Realização:



Apoio:



## Referências

ANDREANI, Jacqueline Fernandes; DIAS, Miriam Thais Guterres; DALPIAZ, Ana Kelen Reflexões acerca das requisições ao trabalho do/a assistente social na alta complexidade em saúde. **Serviço Social em Debate**, Carangola, v. 4, n. 2, p. 151-169, dez., 2021. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/4666>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

ANTUNES, Ricardo. A explosão do novo proletariado de serviços. In: ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução GM/MS nº 218**, de 06 de março de 1997. Brasília: MS, 1997. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1997/res0218\\_06\\_03\\_1997.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1997/res0218_06_03_1997.html)>. Acesso em: 18 jun. de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1.996**, de 20 de agosto de 2007. Institui diretrizes e estratégias para implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: MS, 2007. Disponível em: <<https://bvs.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/>>. Acesso em: 18 jun. de 2025

BRASIL. Ministério da Saúde; Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 1.077**, de 12 de novembro de 2009. Dispõe sobre a Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde e institui o Programa Nacional de Bolsas para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde e a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde. Brasília: MS; MEC, 2009

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção primária e atenção especializada**: conheça os níveis de assistência do maior sistema público de saúde do mundo. Brasília: MS, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/atencao-primaria-e-atencao-especializada-conheca-os-niveis-de-assistencia-do-maior-sistema-publico-de-saude-do-mundo>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. (org.). **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

MATOS, Maurílio Castro de. Trabalho coletivo em saúde e a inserção dos profissionais de serviço social. In: MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social, ética e saúde**: reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2013.

MELO, Jonatan Ariel de Oliveira; NUNES, Bárbara Domingues. O trabalho do assistente social nos programas de residência em saúde: expressão da precarização e exploração do trabalho. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS – JOINPP, 11, São Luís, MA, UFMA, 2023. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2023.

SILVA, Letícia Batista. Residência multiprofissional. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 140-158, jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/27092/20627>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



## O NARCOTRÁFICO COMO ALTERNATIVA DE SOBREVIVÊNCIA DOS PAUPERIZADOS NA REALIDADE BRASILEIRA

Karina Lemes<sup>96</sup>  
Sandra Rodrigues<sup>97</sup>

**Resumo:** O trabalho busca identificar o narcotráfico como estratégia de sobrevivência dos pauperizados na realidade brasileira. Através de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e quantitativo observamos que o ramo ilegal de drogas se apresenta como alternativa a essa camada da população para inserção no mercado de trabalho informal e obtenção de renda. Consideramos que esses trabalhadores informais e ilegais enfrentam e se submetem cotidianamente à intensa violência e repressão estatal e civil para garantir a existência de si e sua família ao se encontrarem alijados do mercado formal de trabalho, contribuindo expressivamente para a valorização de capital nesse ramo de produção.

**Palavras-chave:** narcotráfico; pauperismo; capitalismo dependente; desigualdade social.

**Abstract:** This work seeks to identify drug trafficking as a survival strategy for the pauperized in Brazilian reality. Through bibliographic research of both qualitative and quantitative nature, we observe that the illegal drug trade presents itself as an alternative for this segment of the population to enter the informal labor market and obtain income. We consider that these informal and illegal workers are exposed daily to extreme violence and both state and civil repression, as they strive to ensure their families' survival and their own, having been excluded from the formal labor market, and contributing significantly to the valorization of capital in this sector of production.

**Keywords:** drug trafficking; pauperism; dependent capitalism; social inequality.

### Introdução

O presente trabalho se propõe a refletir sobre narcotráfico, enquanto um mercado de trabalho ilegal ocupado predominantemente pela camada mais empobrecida da sociedade brasileira que, despojada das condições mínimas de vida, encontra nesse campo possibilidades de sobrevivência. A partir de bibliografia especializada e dados estatísticos, identificamos que a complexa estrutura do narcotráfico atende aos estímulos da conjuntura interna de cada país e do mercado internacional, movimentando um grande volume de capital. Ou seja, ainda que ele esteja à margem da legalidade, o narcotráfico é integrado ao modo de produção capitalista, extraindo mais-valor, explorando os trabalhadores, acumulando capital e operando a lógica da acumulação. Desse modo, as drogas ilegais, enquanto mercadorias, são produzidas, distribuídas e consumidas, gerando lucros que fomentam os circuitos legais e ilegais do capital no mundo.

A partir do contexto brasileiro e latino-americano, observa-se o modo de estes países se inserirem no cenário do narcotráfico internacional. Isso porque localizam-se na América Latina os grandes polos produtores e exportadores de drogas no mundo,

<sup>96</sup> Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: karinalemesjf@gmail.com

<sup>97</sup> Professora substituta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutoranda em Serviço Social pela mesma instituição. E-mail: sandra.rodrigues@ufjf.br.

Realização:



Apoio:





exportando principalmente para os Estados Unidos e para a Europa. No caso brasileiro, o caráter de seu capitalismo dependente (Fernandes, 1972), baseado na dominação externa e na segregação interna que, ao mesmo tempo que atende ao interesse das grandes potências, favorece a inserção da camada mais empobrecida no trabalho ilegal da rede do narcotráfico, coaduna com a intensa violência, exploração e repressão vivenciado por esses trabalhadores informais.

O Brasil, dentre os outros países da América Latina, ocupa uma posição privilegiada na exportação de drogas ilícitas, principalmente a cocaína, devido a suas inúmeras rotas terrestres, fluviais e aéreas. Destaca-se que as rodovias do Sudeste, Sul e Centro-Oeste são mais visadas, pois há diversas alternativas de rotas que facilitam a fuga, enquanto as fluviais, concentradas na região Norte, têm as opções reduzidas. Além de o país ser uma rota privilegiada do narcotráfico internacional, ele também faz parte do processamento, da importação e da exportação de drogas, sendo um importante centro de produção e de consumo, que fornece drogas tanto para o mercado externo quanto o interno, o que fez com que o continente brasileiro se tornasse importante no comércio internacional de drogas.

O narcotráfico brasileiro se desenvolveu rapidamente junto com sua estrutura permeada pelo contrabando, pela corrupção e pela evasão de riquezas, desde sua gênese. Ele agrupa indivíduos de diferentes classes sociais que sofrem suas represálias de maneiras distintas; aqueles que se encontram no topo da hierarquia dessa economia informal não sofrem as violências estatais cotidianas que os trabalhadores que atuam nos territórios. Esses são expostos cotidianamente a todas as formas de brutalidade e riscos de vida.

Os trabalhadores da ponta são em sua maioria homens, jovens, pretos, com baixa escolaridade, moradores de territórios marginalizados e que não conseguem acessar o mercado de trabalho formal. Compõem, então, a parcela inferior à superpopulação relativa, fazem parte do pauperismo e do exército industrial de reserva. Ou seja, são trabalhadores que dificilmente serão integrados ao mercado de trabalho formal e que permanecerão, pelas condições sociais de classe, de maneira estagnada no exército industrial de reserva, enquanto parcela indispensável para acumulação de capital à medida que exercem pressão sobre a massa assalariada, contribuindo para o rebaixamento do valor real da força de trabalho.

Com base nesses elementos iniciais, o presente trabalho busca discutir sobre a configuração do narcotráfico no Brasil e de que modo ele se apresenta como uma possibilidade de alternativa de renda para os pauperizados, aqueles que não estão inseridos no mercado de trabalho formal. Além disso, busca-se debater sobre quem forma essa parcela de indivíduos e qual o papel do Estado nesse âmbito. A título de considerações finais, apontamos que o narcotráfico se engendra no modo de produção capitalista e, por isso, corresponde a ele. Sendo assim, trata-se de um mercado de trabalho ilegal e informal que propicia a entrada desses que compõem o exército industrial de reserva e contribui para a valorização de capital.

## **O narcotráfico na particularidade da formação social brasileira**

Analisar o tráfico de drogas a partir da realidade brasileira nos exige considerar essa formação social frente às condições econômicas, políticas e sociais que a constituem.

Com base nas análises de Fernandes (1972), é possível apontar o capitalismo que se consolida na América Latina como um capitalismo de tipo dependente que, ao longo de sua gênese e desenvolvimento, perpetua e atualiza as formas de dominação externa exercidas pelos países imperialistas sobre o continente, mantendo a articulação das burguesias estrangeiras com as burguesias nativas, contribuindo com o projeto de concentração de renda, de prestígio e poder político e econômico nas mãos de uma

Realização:



Apoio:



minoria, ao mesmo tempo em que cria as condições que legitima a expulsão de grande parcela da população nacional das dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais desses países (Escurre, 2024).

Observamos que, enquanto muitos são forçosamente apartados dessas dinâmicas, as burguesias utilizam do Estado para alcançar seus objetivos, mas de maneira antinacional, pois atuam contra a integração nacional e a própria revolução nacional. Isso porque, no âmbito do capitalismo dependente, essa se torna a única maneira de ela introduzir seu controle de classe (Escurre, 2024).

Na particularidade brasileira, esse caráter do capitalismo e da burguesia que aqui se consolidam correspondem ao processo histórico da acumulação primitiva e à peculiaridade das colônias no Brasil, bem como à forma de expropriação operada pelas classes dominantes no país. A escravização que decorre da ação colonizadora orientada pelo capital mercantil visa prender o trabalhador aos meios de produção, em condição de não assalariado, com o uso de violência. Essa base alicerça o surgimento da chamada “*questão social*” na particularidade brasileira, visto que a abolição da escravidão, em 1888, não culmina com as condições necessárias para a integração do negro no mercado de trabalho e na nova dinâmica econômica exigida pelo modo de produção capitalista. Essa população que se torna força de trabalho sobrando, apesar de não integrada, se torna útil ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro através dos processos de expropriação e heteronomia econômica. Por meio da segregação social da população negra, esses grupos passam a compor a maior parte da massa sobrando que busca no narcotráfico maneiras de sobreviver na sociedade regida pelo dinheiro como meio de troca universal.

Nota-se que a segregação racial se articula historicamente com a segregação socioterritorial enquanto estratégia política e econômica que naturaliza a violência operada contra essa população forçosamente alijada das condições para sua sobrevivência. O uso da violência está na gênese da formação social do nosso país. Prova atualizada dessa afirmação são os dados que apontam que, entre 1980 e 2010, o Brasil registrou 1.091.125 mortos por homicídio, sendo a maioria destes jovens de 15 a 24 anos. Se considerarmos um recorte de raça nos dados, em 2002, a taxa de homicídio de pessoas negras era 46% maior do que a de pessoas brancas. Os dados apontam, ainda, que alguns territórios têm taxas maiores de homicídio do que outros, devido a uma seletividade espacial, étnica e econômica da violência do Estado moderno (Brito; Vilar; Blank, 2013).

Sabemos que tal violência corresponde e acompanha as bases do modo de produção capitalista. Corresponde a ele, ainda, a configuração do Estado e sua atuação violenta no cotidiano dessa população. À violência e exploração econômica somam-se violações, usurpações e constrangimentos ligados à exploração da força de trabalho que recruta os trabalhadores formais, semiformais e informais em diferentes escalas para formas precarizadas de trabalho.

Nesse contexto, ganha destaque a guerra às drogas, geneticamente limitada e calculadamente operada pelo Estado, enquanto medida administrativa que esbarra nas contradições que a sustentam. É o que observamos no Brasil, por exemplo, em que a atuação estatal com uso da força armada – através do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) – e, conseqüentemente, da violência nos territórios mais empobrecidos, militarizam a vida cotidiana da massa sobrando. Essa massa precisa lidar com esse contexto violento ao mesmo tempo que é alijada do dinamismo econômico por meio do trabalho formal e que busca, em formas precárias de trabalho, vender sua força de trabalho e garantir sua sobrevivência.

Estatisticamente essas pessoas existem, como é possível identificar ao dar de cara com os dados que afirmam que, de março até maio de 2025, havia cerca de 6,8 milhões de pessoas desempregadas no país, 13,7 milhões empregados sem carteira de

Realização:



Apoio:

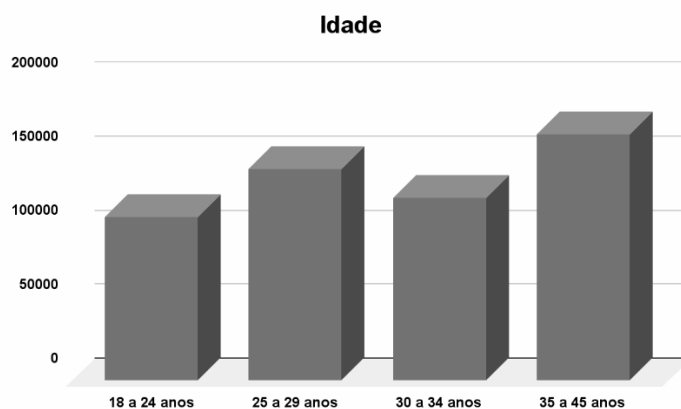


trabalho e 39,3 milhões de trabalhadores informais (Bolzani, 2025); enquanto em 2024, os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) apontaram que havia 7,5 milhões de pessoas desocupadas com a taxa média de desemprego em 6,9%, dessa porcentagem, 4,6% eram homens negros. Acerca dos ocupados, havia 101,8 milhões, sendo que 38,6% estavam na informalidade, e os homens negros correspondiam a 44,1% dessa taxa (Brasil, 2024).

São dados que mostram a face do exército industrial de reserva brasileiro e que revelam o aprofundamento da desigualdade social, econômica e racial no país. Se o quantitativo do exército industrial de reserva é grande, ele exerce pressão para que os empregadores rebaixem os salários devido ao grande número de mão de obra “disponível”. Além disso, esse fenômeno favorece o crescimento da pobreza e do racismo, já que muitos não acessam o mercado de trabalho e ficam estagnados nesse exército de reserva ou, se acessam, vão para os trabalhos mais precários. Se essa massa sobranete não for absorvida pelo trabalho formal, o tráfico de drogas se apresenta como a alternativa possível.

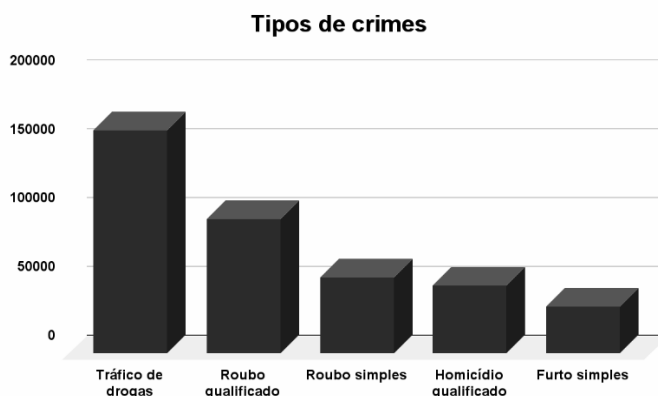
Os dados do Relatório de Informações Penais (RELIPEN) de 2024 trouxe um panorama sobre esse ponto, ao identificar quem são as pessoas privadas de liberdade e, conseqüentemente, aqueles que encontram no narcotráfico uma forma de trabalho informal.

**Gráfico 1 - Por idade dos homens encarcerados**



Fonte: RELIPEN (2024)

**Gráfico 2 - Por tipo de crimes mais cometidos por homens**



Realização:

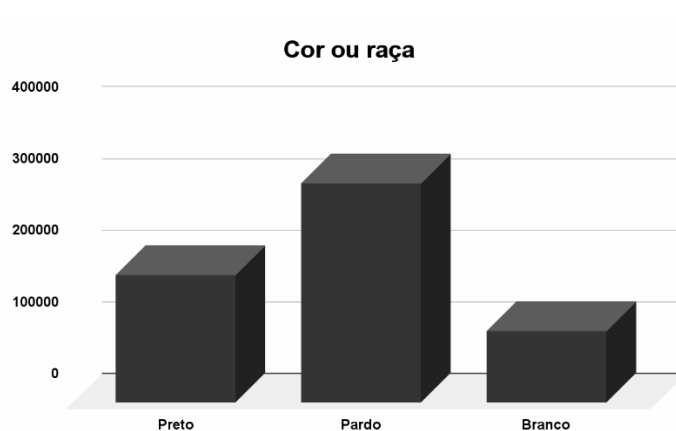


Apoio:



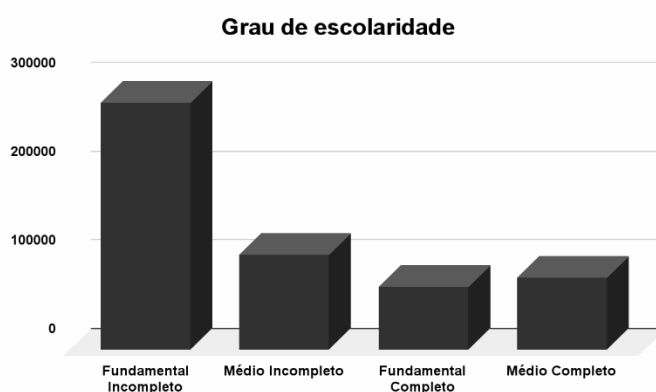
Fonte: RELIPEN (2024)

**Gráfico 3 - Por raça**



Fonte: RELIPEN (2024)

**Gráfico 4 - Por grau de escolaridade**



Fonte: RELIPEN (2024, p. 89)

Até junho do referido ano, havia 663.387 pessoas privadas de liberdade no Brasil, sendo 634.617 homens. Desse quantitativo de homens, observa-se que a maioria tem de 25 a 29 anos ou de 35 a 45 anos; o tráfico de drogas é o crime mais cometido, o número de pretos e pardos sobrepõe o número de brancos de maneira estrondosa, e os dados de grau de escolaridade revelam que a grande maioria não tem o ensino fundamental incompleto.

Esses dados reforçam a tese de que há “a tendência de as atividades ilegais funcionarem como forma de sair da situação de pobreza e miséria extrema, sendo, para muitos, a única alternativa para obtenção de renda” (Rodrigues, 2022 *apud* De Oliveira, Morando; Rodrigues, 2023, p. 8594). Esses fatores são essenciais para compreender como o narcotráfico se conforma enquanto alternativa para a massa sobrando se inserir no mercado de trabalho, de certa forma, mesmo que seja de maneira ilegal, mesmo que sob a pena de perder a vida e a “liberdade”.

## Narcotráfico enquanto uma alternativa de trabalho ilegal

Realização:



Apoio:



A pobreza da grande massa de trabalhadores tem sua origem demarcada pela chamada *acumulação primitiva do capital*, como aponta Marx (2015), como momento histórico que demarca a acumulação da riqueza socialmente produzida por uma classe, a burguesia, enquanto os proletários, despojados e expropriados de suas condições de trabalho e vida, não possuem outra coisa para vender senão sua própria pele. Essa forma particular de acumulação fundada na separação do produtor dos meios de produção de sua vida material foi e continua sendo extremamente violenta e garantidora da manutenção das bases desse modo de produção.

A acumulação do capital se baseia na produção de mais-valor a partir da exploração da força de trabalho, portanto, pressupõe a existência das massas de capital e de força de trabalho nas mãos dos grandes produtores de mercadorias. Os trabalhadores se tornam “livres” da servidão e da terra, para venderem a sua força de trabalho para os donos dos meios de produção. Mas sua liberdade é exercida sobre as bases e limites históricos desse modo de produção que é incapaz, por condição, de absorver completamente a massa sobrando por ele produzida desde sua gênese.

No caso da acumulação de capital nos países dependentes, existem peculiaridades a serem consideradas, mas que, dado os limites desse trabalho, não teremos condições para desenvolver a contento, cabendo apenas mencionar que neles as formas violentas correspondentes à *assim chamada acumulação primitiva* violência assumem modos e formas extremamente brutais.

Incorrendo o risco de um grande salto na consideração de mediações necessárias para considerar a particularidade latino-americana e brasileira, podemos afirmar que o narcotráfico se insere na lógica do capital desde sua gênese, baseada na violência, na acumulação privada de capital, na existência de grandes massas de trabalhadores despojados das condições de trabalho e vida, da expropriação contínua e da exploração econômica de uma classe por outra.

Acreditamos que a indústria das drogas acompanhou a mudança do mercantilismo para o capitalismo enquanto um modo de produção específico, por isso, ela faz parte da dinâmica capitalista, pois “da mesma forma que o modo de produção capitalista se aperfeiçoava, as drogas também deveriam seguir a mesma tendência” (Rodrigues, 2022). Mesmo que o narcotráfico tenha sua própria definição, enquanto forma de trabalho ilegal, ela é proveniente das relações entre capital e trabalho (Cruz, 2023).

Sendo assim, o comércio ilegal possibilita a admissão dos trabalhadores que fazem parte do exército industrial de reserva, obtendo, às vezes, uma remuneração acima do que é ofertado no mercado formal, porém, sem os direitos trabalhistas assegurados, fazendo com que os sujeitos trabalhem horas a mais e sem contrato de trabalho, em condições insalubres e perigosas. Esses trabalhadores estão submetidos à exploração do tráfico de drogas e à criminalização do Estado simultaneamente.

Identificamos que aqueles que lucram com o tráfico de drogas não são os mesmos violentados, presos ou até mortos. Esses têm o apoio estatal, da corrupção e das milícias, para se consolidarem e se blindarem da repressão, enquanto os pobres trabalhadores informais dessa rede sofrem toda a represália. Eles produzem mercadorias que contêm trabalho excedente e mais-valor aprimorado pela ilegalidade, valorizando o capital da droga, enriquecendo o topo da cadeia hierárquica do tráfico.

Se esses trabalhadores são considerados inexistentes no mundo do trabalho formal (Rocha, 2015), se para o morador dos territórios periféricos é negada a relação de consumo, de esperança e de lazer, no narcotráfico eles são reconhecidos, conquistam poder no território e conseguem se restabelecer financeiramente através dos ganhos do crime, garantindo a produção e reprodução de sua força de trabalho e de suas famílias. Por isso, “o tráfico oferece aos jovens da favela tudo que a incapacidade de ingressar no mercado de trabalho informal lhes nega: *status*, dinheiro,

Realização:



Apoio:





acesso a bens de consumo, possibilidade de ascensão social” (Dowdney, 2004 *apud* Leite, 2008, p. 24).

É o que constata os dados sobre a remuneração desses trabalhadores informais divulgados em 2018, em que é possível observar que os chamados gerentes do tráfico recebiam cerca de 2 mil reais por semana, enquanto o vendedor detinha de 10 a 15% de comissão de suas vendas, o capanga, de 50 a 60 reais a cada 12 horas de trabalho, e o abastece, de 600 a 1000 reais por semana (Cebap, 2018 *apud* Rodrigues, 2022), numa época em que o salário-mínimo vigente somava o valor de R\$954,00, ou seja, os trabalhadores do tráfico de drogas ganhavam superior ao salário-mínimo então vigente. O que demonstra que o narcotráfico se apresenta como estratégia de renda e de sua sobrevivência em um modo de produção específico em que não se apresenta a possibilidade real de sua inserção no mercado formal de trabalho. Apesar do risco de vida, da violência estatal e civil a que é exposto esse trabalhador e sua família, é esse ramo de produção que lhe permite fazer parte da grande engrenagem do sistema em que tudo se transforma em uma grande massa de mercadorias, inclusive sua vida.

### Considerações finais

As breves reflexões ora realizadas permitem identificar que o narcotráfico se apresenta como uma alternativa de renda para as camadas mais empobrecidas da sociedade, oferecendo a ela a possibilidade de sobrevivência de si e de sua família.

Mesmo diante de toda repressão, violência, com a possibilidade de morte, e exploração, os trabalhadores do narcotráfico se inserem nesses espaços por também identificarem que são ínfimas as possibilidades de serem absorvidos pelo mercado formal de trabalho. Ainda que não tenham carteira assinada, cobertura das Leis Trabalhistas e nem salários fixos, possuem uma forma de obter renda, de garantir reconhecimento, poder, e, sobretudo, poder de compra, garantindo suas necessidades materiais desde as mais básicas.

O elevado nível de desemprego, de informalidade e do avanço da criminalidade no Brasil aponta que essa realidade não será alterada no curto prazo e nos limites do Estado moderno. Mesmo porque o Estado não combate ao narcotráfico, e sim o financia. Alguns autores compreendem que o Estado é omissor e age de maneira deliberada sobre esse fenômeno, de modo que suas ações violentas de repressão tendem mais à garantia de acumulação e expropriação planejadas.

Sendo as drogas mercadorias que satisfazem necessidades humanas e, por isso, precisam de processos de trabalho para serem produzidas, distribuídas e entrarem na esfera da circulação, a força de trabalho humana é explorada e os trabalhadores do tráfico de drogas são inseridos nessa dinâmica violenta (Rocha, 2015, p. 56). Sob essa exploração e violência, o narcotráfico oferece uma remuneração que o mercado de trabalho formal não possibilita, propicia a entrada desses indivíduos nesse sistema regido pela lógica mercadológica. Observamos que, na presença do Estado que perpetua a condição de pobreza e do mercado de drogas que está inserido na dinâmica capitalista e busca sempre expandir e acumular capital, sempre terá postos de trabalho para os pauperizados e alijados das condições de sobrevivência baseadas na venda formal de sua força de trabalho.

### Referências

BOLZANI, Izabela. Desemprego recua para 6,2% no trimestre terminado em maio, diz IBGE; CLT bate novo recorde. São Paulo: **G1**, Economia, 27 de jun. de 2025. Disponível

Realização:



Apoio:



em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/06/27/desemprego-pnad-maio-ibge.shtml>>. Acesso em: 29 de jul. de 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Sumário Executivo: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, mar. de 2024. Disponível em: <[https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-2024/rais-2024-1/sumario-executivo\\_rais-2024-1.pdf](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-2024/rais-2024-1/sumario-executivo_rais-2024-1.pdf)>. Acesso em: 28 de jan. de 2025.

BRITO, Felipe; VILLAR, André; BLANK, Javier. Será guerra? In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. (org.). **Até o último homem**: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013.

CRUZ, Caio de Alcântara Gomes da. Tráfico de drogas ilícitas: expressão da “questão social” e trabalho. In: **Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social**, Vitória, UFES, v. 1, n. 1, 2023.

DE OLIVEIRA, Edneia Alves; MORANDO, Luca de Oliveira; RODRIGUES, Pedro de Oliveira. Tráfico de drogas no Brasil: a face oculta do desemprego e da informalidade. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 21, n. 8, p. 8588-8605, 2023.

ESCURRA, Maria Fernanda. Capitalismo dependente, classes sociais e revolução na América Latina na interpretação de Florestan Fernandes. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 8, n. 2, p. 16-41, 2024.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

IAMAMOTO. Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LEITE, C. C. Caminho de morte: um estudo sobre o ingresso de adolescentes no tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Revista do Ministério Público**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 7-37, jan./mar., 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo, Boitempo, 2015.

RELIPEN. **Relatório de Informações Penais - 2024**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios>>. Acesso em: 13 de jan. de 2025.

ROCHA, Andréa Pires. Relações de trabalho no narcotráfico: exploração, riscos e criminalização. **Argumentum**, Vitória, v. 7, n. 1, p. 55-68, 2015.

RODRIGUES, Pedro de Oliveira. **A riqueza produzida pelo narcotráfico**: um estudo sobre a produção de valor no mercado das drogas ilícitas. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

Realização:



Apoio:



## **A ONTONEGATIVIDADE DA POLÍTICA E DO ESTADO EM MARX: implicações para a emancipação humana na ofensiva do capital**

Mariana Morás dos Santos<sup>98</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a natureza ontonegativa da política e do Estado, fundamentado em Karl Marx, José Chasin e István Mészáros. Ao investigar origens históricas ligadas à propriedade privada e ao trabalho estranhado, demonstra-se que tais esferas são mecanismos de gestão e reprodução das contradições do capital. A emancipação política é revelada como limitada e incapaz de promover a libertação humana plena. Propõe-se que a verdadeira emancipação exige um revolucionamento radical do modo de produção, implicando a superação do Estado e da política tal qual concebidos. Destaca-se a relevância desta crítica para o Serviço Social na luta por uma nova sociabilidade.

**Palavras-chave:** Política. Estado. Marx. Emancipação Humana. Serviço Social.

**Abstract:** This article analyzes the ontonegative nature of politics and the State, based on Karl Marx, José Chasin, and István Mészáros. By investigating their historical origins, linked to private property and alienated labor, it demonstrates that these spheres are mechanisms for managing and reproducing capital's contradictions. Political emancipation is revealed as limited and incapable of promoting full human liberation. It is proposed that emancipation requires a radical revolution of the mode of production, implying the overcoming of the State and politics as currently conceived. The relevance of this critique for Social Work in the struggle for a new sociability is highlighted.

**Keywords:** Politics. State. Marx. Human Emancipation. Social Work.

### **Introdução**

O presente artigo se propõe a contribuir na elucidação teórica das potencialidades e limites da política e da organização do Estado na superação dos conflitos entre as classes sociais fundamentais – proprietários e trabalhadores sem propriedade. Essa questão se mostra particularmente premente diante da dinâmica societária do capital que, em época de crise estrutural, apresenta como corolário a instauração generalizada da barbárie. Tradicionalmente, as teorias políticas ocidentais, desde Platão a Kant, atribuem à política o sentido de condição imprescindível para a vida social, configurando-a como uma arena de excelência para a resolução das contradições da vida em sociedade. Este sentido positivo da política leva à compreensão de que, quando ela atesta sua incapacidade de elevar toda a humanidade ao nível de sociabilidade realizadora do humano, tal falha seria apenas um indicativo de necessidade de aprimoramento, culminando em um politicismo que oculta sua essência real.

Contudo, a análise aqui desenvolvida sustenta que a política e o Estado são conformações necessárias a uma determinada sociabilidade engendrada pelo modo de produção capitalista e não uma necessidade para a plena realização do ser social. A política, portanto, não é um predicado inerente ao Ser Social em seu estatuto ontológico,

<sup>98</sup> Assistente social em Maria da Fé/MG. Doutoranda em Serviço Social na PUC-SP. E-mail: correiodamarianasantos@gmail.com

Realização:



Apoio:



revelando-se, na verdade, desnecessária ao pleno desenvolvimento das relações sociais. O Estado, por sua vez, é analisado como uma instituição que plasma e assegura as contradições sociais, de onde não pode ser visto como possibilidade para a ultrapassagem da sociabilidade condensada pela propriedade privada, pois ele mesmo é a expressão dessa sociabilidade.

Diante disso, o objetivo central deste trabalho é explicitar o efetivo papel da política e da organização do Estado no curso da emancipação humana. Para tanto, será recuperada a crítica marxiana ao Estado e à política, adensada pelas contribuições de José Chasin sobre a ontonegatividade da politicidade e de István Mészáros acerca da crise estrutural do capital e do Estado. Busca-se, assim, desvelar a natureza histórica da política e do Estado, questionando a apologética que os eleva a uma finalidade última, intrínseca ao ser social, em vez de compreender sua função na gestão das contradições geradas pelo modo de produção capitalista.

A relevância desta análise para o Serviço Social reside na compreensão das raízes estruturais das desigualdades e da limitação intrínseca das esferas política e estatal em promover a plena emancipação humana. Ao evidenciar que o fruto do trabalho aparece como alheio e estranho a quem o produz, e que esse movimento de alienação e estranhamento é elevado à relação do produtor com o mundo, com os outros homens e consigo mesmo, a pesquisa aponta para a necessidade de um revolucionamento radical do modo de produção. Este movimento visa uma reapropriação das forças sociais usurpadas pela política, como modo de suprassunção do Estado, culminando na dissolução da prática política de disputa do poder de Estado para a construção de uma nova sociabilidade. Compreender esses fundamentos permite ao Serviço Social atuar de forma estratégica, para além das soluções meramente administrativas, apontando para a transformação radical das bases que engendram as manifestações da questão social.

O presente artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. A segunda seção abordará a inflexão do pensamento marxiano, desde sua politicidade idealista até a maturação de sua crítica ao Estado e à política. A terceira seção aprofundará a distinção entre emancipação política e emancipação humana, analisando o estranhamento social e o papel do Estado como expressão da ofensiva do capital. A quarta seção trará as contribuições contemporâneas de José Chasin e István Mészáros, consolidando a perspectiva da ontonegatividade da política e do Estado em falência. Por fim, as considerações finais sintetizarão os desafios para a emancipação humana e a atuação do Serviço Social frente à ofensiva do capital.

### **A crítica marxiana da política e do Estado: da politicidade idealista à superação**

A compreensão da política como um predicado intrínseco e positivo ao ser social, uma arena por excelência para a resolução dos conflitos, permeou o pensamento ocidental desde a Grécia Antiga. Esta concepção naturalizada da política, frequentemente associada a um Estado ideal, não raro, falha em reconhecer suas origens históricas e materiais. É precisamente essa visão tradicional que a análise marxiana busca desvelar, ao revelar a verdadeira razão de ser da política.

Num primeiro momento de sua trajetória intelectual, Karl Marx, ainda sob a influência hegeliana, operou dentro dos limites da politicidade idealista. Nesse período, a política e o Estado eram percebidos como esferas capazes de proporcionar uma resolução justa aos problemas materiais da sociedade, configurando-se como expressões inelimináveis do ser social. A fase denominada pré-marxiana por José Chasin manifesta essa adesão vibrante à linha de pensamento que identifica no Estado a própria realização do humano e de sua racionalidade, entendendo a politicidade como um atributo perene, positivamente indissociável da autêntica entificação humana.

Realização:



Apoio:



Esse posicionamento inicial de Marx pôde ser observado em seus artigos para a Gazeta Renana, entre 1842 e 1843. Ao se deparar com os chamados "interesses materiais", como nos debates acerca da lei sobre o furto da lenha, Marx criticava o Estado por não garantir a universalidade social ao representar a propriedade privada.

Ele apontava, por exemplo, a irracionalidade de um Estado que se rebaixava aos interesses particulares, sobrepondo-os aos comuns, e a incoerência de uma legislação que desfavorecia os pobres ao criminalizar um costume ancestral. Embora já esboçasse traços de originalidade ao perceber que não era o Estado que subordinava forças a uma classe, mas o interesse de classe que o reduzia ao privado, Marx ainda requisitava do Estado uma ação que elevasse a "própria classe à possibilidade real de ter direitos". Acreditava-se, então, que o Estado possuía um elemento universalizante, uma ligação idealista que promoveria o reencontro do homem consigo mesmo ao uni-lo aos demais indivíduos em uma comunidade. Sua posição ainda transitava por uma concepção democrática, esperando que a alçar à democracia seria alcançar um mundo mais humano.

Contudo, a imersão de Marx na realidade material e seus estudos subsequentes o conduziram a uma maturação de seu pensamento, culminando em uma inflexão ontológica decisiva. Essa virada é particularmente evidente em sua "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel", de 1843, e na "Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel", de 1844. Nesses textos, Marx rompe definitivamente com o idealismo filosófico e político, argumentando que as relações jurídicas e as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas. Elas se baseiam, na realidade, nas condições materiais de vida, cujo conjunto Hegel nomeou como "sociedade civil", e cuja "anatomia" precisa ser procurada na economia política.

A crítica de Marx ao procedimento especulativo hegeliano não se restringiu à primazia do Estado; ela se estendeu à própria noção de que a formação do Estado seria um momento de triunfo da racionalidade. Ao invés de uma ideia abstrata, Marx firmou o mundo sensível e a realidade material como ponto de partida. Nesse processo, a influência de Ludwig Feuerbach foi significativa, especialmente no que tange ao conceito de alienação. Feuerbach, ao criticar Hegel por tornar a realidade produto da abstração, revelou que o pensamento religioso era uma projeção do próprio homem, de atributos humanos separados de si, alienados.

Marx radicalizou essa percepção. Para ele, a religião, assim como a política, surge de uma "consciência invertida do mundo" por ser expressão de um "mundo invertido". A tarefa da filosofia, a serviço da história, é "desmascarar a autoalienação humana nas suas formas não sagradas". A política, nesse sentido, é equiparada à religião: ambas existem por uma necessidade criada socialmente pelos homens e não por uma excelência na realização do ser social. Assim como o homem faz a religião e não o contrário, o homem faz a política como uma autoalienação de si do mundo sensível, como uma "realização fantástica do ser". O sentido de lutar contra a religião ou a política não se encerra nelas mesmas; é preciso modificar as bases materiais que geram as carências que nutrem o ideário de tais "realizações fantásticas" da humanidade.

A crítica de Marx aponta que tanto o Estado político moderno, em sua efetividade, quanto a filosofia hegeliana, em sua idealidade, são impotentes para elevar o particular ao universal. O Estado moderno, mesmo na Alemanha de sua época, com suas reminiscências do antigo regime, experimentava as consequências econômicas da transição sem desfrutar da modernidade política plena.

Ao requisitar uma saída material para os problemas materiais, Marx estabelece que a "arma da crítica não pode substituir a crítica das armas", e que o "poder material tem de ser derrubado pelo poder material". A teoria só se torna uma força material quando "penetra nas massas", tornando-se radical ao "agarrar as coisas pela raiz". Para o homem, a raiz é o próprio homem. Isso indica que as revoluções só são possíveis

Realização:



Apoio:





quando sustentadas pelo povo e por suas carências, afastando-se do ideário especulativo que requisita realizações fantásticas à realidade material. É nesse ponto que Marx sinaliza o limite da emancipação política e a necessidade de uma revolução radical, que transcenda a simples alteração das estruturas políticas para transformar as bases da sociedade, abrindo caminho para a compreensão da emancipação humana universal.

### **Emancipação política e estranhamento social: o Estado como expressão da ofensiva do capital**

Aprofundando a compreensão do papel da política e do Estado, a análise marxiana estabelece uma distinção crucial entre a emancipação política e a emancipação humana. A emancipação política, de fato, representa um grande progresso e constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até então. No entanto, ela não alcança a forma definitiva da emancipação humana em geral. Seu limite se evidencia no fato de que o Estado é capaz de libertar-se de uma limitação sem que o homem, na sua concretude, fique realmente livre dela; o Estado pode ser livre sem que o homem seja um homem livre.

Essa distinção revela uma contradição fundamental: o Estado, ao assumir certas funções, como abolir distinções formais (nascimento, estamento, atividade laboral), o faz declarando-as como "diferenças apolíticas". Ele permite que a propriedade privada, a formação e a atividade laboral atuem à sua própria maneira, fazendo com que sua universalidade só se efetive em oposição a esses elementos. O Estado, portanto, longe de anular essas diferenças fáticas, existe tão somente sob o pressuposto delas. Essa incapacidade resolutiva não se deve a um defeito de uma ou outra conformação histórica, mas faz parte de sua própria natureza.

Consequentemente, observa-se uma cisão entre as esferas da vida genérica e da vida material do homem. De um lado, a "comunidade política", onde o homem se porta como "ser comunitário" em sua relação com o Estado. De outro, a "sociedade civil", onde ele age como um simples indivíduo privado, centrado em interesses egoístas, que nega ou se opõe ao gênero, que se recusa à alteridade. Daí a exigência de uma dupla existência do homem: como cidadão, que participa dos assuntos políticos do Estado, e como portador de direitos de interesse privado, mantendo sua vida real relegada a uma esfera particular. Essa duplicidade é a própria consumação da emancipação política, pois formaliza uma comunidade política que não tem "corpos, apenas evanescências éticas e jurídicas", enquanto os corpos dos indivíduos isolados são "destituídos de qualquer comunidade", confinados ao "egoísmo naturalista". O cidadão sem corpo e o homem sem gênero são, assim, contornos atroficos.

Essa cisão se reflete na concepção dos direitos. Os ditos "Direitos do Homem", expressos em declarações como a de 1791, são caracterizados como direitos do "homem egoísta", livres para se separar dos demais. A propriedade privada, a liberdade individual, a segurança – tudo isso é pensado para o "mônada isolada recolhida dentro de si mesma", que vê no outro homem não a sua realização, mas a restrição de sua liberdade. A política, nesse cenário, é reduzida a um simples meio de garantia dos direitos do homem egoísta no bojo da sociedade civil. A relação se encontra invertida: o fim (a manutenção dos interesses privados) aparece como meio, e o meio (a política) como fim. O Estado político pleno, por sua essência, constitui a vida do gênero humano em oposição à sua vida material, levando o homem a uma vida dupla, "celestial e terrena", onde o Estado e a sociedade burguesa se relacionam de forma tão espiritualista "quanto a relação entre o céu e a terra".

A persistência dos males sociais, como o pauperismo, não se deve à "falha de administração e de assistência" ou a problemas intrínsecos a determinada forma de Estado, mas sim à própria natureza da política e do Estado. O Estado jamais encontrará

Realização:



Apoio:



em si mesmo o fundamento dos males sociais, pois ele é o ordenamento da sociedade e se apoia na contradição entre vida privada e pública, entre interesses gerais e particulares. A administração estatal limita-se a uma atividade formal e negativa; onde começa a vida civil e seu trabalho, cessa seu poder. Diante das consequências que brotam da natureza "a-social" dessa vida civil, da propriedade privada e da rapina recíproca das esferas civis, a impotência é a lei natural da administração. Se o Estado moderno quisesse acabar com essa impotência, teria que acabar com a própria vida privada, e, ao fazê-lo, acabaria consigo mesmo, já que existe como antítese dela. O intelecto político, por sua vez, é incapaz de enxergar as verdadeiras causas dos males sociais porque pensa dentro dos limites da política, não conseguindo conceber que os defeitos de sua existência possam ter raiz em seu próprio princípio de vida.

Essa compreensão leva à constatação de que a forma da produção da vida é o elemento determinante aos estranhamentos sociais. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina seu ser, mas seu ser social que determina sua consciência. No sistema capitalista, o trabalhador é rebaixado à condição de mercadoria, e sua miséria se relaciona inversamente à potência e à grandeza de sua produção. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens.

É do trabalho estranhado que surge a base da magnífica argumentação marxiana. A exteriorização do trabalho se faz como transferência de vida do trabalhador para o produto do qual não se apropriará, configurando o objeto como estranho e hostil ao ser que o produz. Essa existência fora de si, que o trabalhador reproduz em sua objetivação, torna-se alheia e hostil a ele, conformando um estranhamento do próprio mundo humano, já que tal mundo material e social é produzido pelo trabalho dos homens. Esse estranhamento se eleva à questão do gênero humano, pois o trabalho, atividade vital e essencial à reprodução da vida, é tido como meio e não como base da existência humana. A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, do homem exteriorizado, da vida estranhada. Não são os deuses ou a natureza, mas o próprio homem que pode ser esse "poder estranhado sobre o homem".

Dessa forma, a possibilidade de ultrapassar esse tipo de sociabilidade que forja um ser desumanizado reside no revolucionamento radical do modo de produção. A emancipação da sociedade da propriedade privada e de toda forma de servidão se manifesta na forma política da emancipação dos trabalhadores, não porque diga respeito somente à emancipação deles, mas porque em sua libertação está encerrada a emancipação humana universal. A opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação. A verdadeira emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado o cidadão abstrato e se tornado ente genérico em sua vida empírica, no seu trabalho, em suas relações, reconhecendo e organizando suas próprias forças como forças sociais, sem mais separar de si a força social na forma da força política. A superação do trabalho estranhado, que desumaniza o ser social, e a abolição das contradições da propriedade privada são os caminhos para a elevação da humanidade a um novo patamar de relações, onde não haverá mais espaço para a relação política como disputa do Estado, ou para a conformação de um Estado político, já que tais instituições não seriam mais requisitadas para o jugo da vida em sociedade.

## **A ontonegatividade da política e o Estado em falência: contribuições contemporâneas**

Realização:



Apoio:



A elucidação da crítica marxiana à política e ao Estado encontra significativo adensamento nas contribuições de pensadores contemporâneos como José Chasin e István Mészáros. O pensamento de Chasin, com sua formulação da "determinação ontonegativa da politicidade", constitui um eixo estruturante para compreender a política não como um atributo da essência do ser social, mas como um fenômeno historicamente circunstancial. Segundo essa perspectiva, a politicidade exclui-se da essência do ser social, admitindo-o apenas como extrínseco e contingente, ou seja, na condição de elemento típico da pré-história da humanidade, período em que a política adquiriu sua fisionomia plena e perfeita sob a forma de poder político centralizado, o Estado moderno.

Chasin argumenta que a política emerge sobre a existência de forças incontrolláveis de exclusão, próprias das sociedades de classes, configurando-se como uma tentativa de mediação para garantir a continuidade do poder econômico. Sua essência negativa reside no fato de não ser um predicado intrínseco ao ser social, mas uma resposta teleológica às anomias sociais engendradas pela propriedade privada e pela exploração do trabalho alheio. Desse modo, o autor constata que Marx requisita um modo de ação social diverso da disputa política pelo poder de Estado, já que a esta forma cabem as tarefas negativas ou preparatórias, e não a emancipação humana. A política, em sua própria natureza, jamais poderá propor a transformação radical do complexo social, delimitando, assim, o limite da ação política. A essência do poder político de Estado reside em sua "ilegalidade incorrigível", um privilégio autolegitimatório que se manifesta na violação das normas que ele mesmo estabelece, tal como na greve dos mineiros britânicos ou nas sanções sobre o furto da lenha discutidas por Marx.

No mesmo horizonte de compreensão, István Mészáros, ao analisar o Estado, o faz considerando a crise estrutural do capital e seu aprofundamento contemporâneo. Ele observa que as tentativas de medidas corretivas do Estado para enfrentar os problemas do capital, como as intervenções financeiras em escala monumental, frequentemente agravam as questões em vez de solucioná-las. Mészáros corrobora a visão de que o Estado se constitui como um "órgão de tomada de decisão separado/alienado", incapaz de transcender as condições que o originaram. Para o autor, a "tomada de decisões no processo sociometabólico sob o domínio do capital" revela que o poder é quem estabelece o direito, e não o contrário, reforçando que "as determinações fundamentais permanecem as mesmas, enquanto o próprio Estado existir sob qualquer forma".

A autojustificação do Estado, uma característica marcante da teoria liberal/utilitarista, dissimula a questão de classes e naturaliza a subordinação de determinados grupos, levando à incompreensão da origem dos problemas sociais. Mészáros aponta que a falência do Estado capitalista moderno reside em seu requisito ontológico de regulação de forças antagônicas. Sendo complementar ao sistema sociometabólico do capital, com sua condição corretiva, o Estado moderno é indivisível de sua base, não apenas como uma superestrutura erigida sobre uma estrutura econômica, mas ele mesmo como uma materialidade política de sustentação jurídica. A administração do Estado se dedica a modular quais expressões dos excessos do capital são consideradas ultrajantes e quais são admissíveis, mas não a superá-los.

A "montanha que devemos conquistar", na perspectiva de Mészáros, não é simplesmente a tomada do Estado pelo poder político, pois a materialidade que o sustenta vai além da disputa democrática. A questão central é a expropriação e a apropriação alienada do trabalho excedente e o Estado enquanto tal, que "ambos permanecem ou caem juntos". A abolição formal do Estado, isoladamente, seria insuficiente. A tarefa reside na restituição dos poderes sociais usurpados da sociedade pela política, compreendida como a função negativa da política que se materializa na destruição das velhas estruturas para a passagem a uma nova forma social. A dominação do capital sobre o trabalho, sendo de caráter fundamentalmente econômico

Realização:



Apoio:



e não político, não pode ser quebrada apenas no nível da política, mas sim nas garantias de sua organização formal.

Assim, para o campo socialista, a orientação da prática política deve promover a restituição dos poderes sociais em sentido prospectivo de universalidade da sociedade, em detrimento do fenecimento da forma parcial que a vida cotidiana adquire sob a usurpação do poder decisório pelo Estado. Mészáros postula que, embora o sistema do capital não tenha um comando unificado, o Estado, em sua dinâmica competitiva, tem sido capaz de deslocar suas contradições, prolongando sua sustentação. A tarefa, portanto, configura-se como um duplo desafio: instituir órgãos não estatais de controle social e auto-administração, e promover um deslocamento consciente nos próprios órgãos estatais. Isso porque o pilar fundamental de suporte do capital não é o Estado, mas sim o trabalho. A reconstituição de uma nova sociabilidade demanda uma reestruturação radical da totalidade do processo socio-reprodutivo, superando a divisão estrutural e hierárquica do trabalho, e promovendo a apropriação progressiva e positiva, pelos produtores associados, de todas as funções de controle do sociometabolismo.

### **Conclusão: desafios para a emancipação humana e o serviço social na ofensiva do capital**

A análise empreendida ao longo deste artigo evidenciou que a política e o Estado, sob a lógica capitalista, são intrinsecamente limitados e ontologicamente negativos para a plena emancipação humana. Longe de serem veículos para a realização de uma sociabilidade universal, atuam primariamente como mecanismos de gestão e reprodução das contradições inerentes ao modo de produção do capital. A compreensão de sua natureza, portanto, exige que se ultrapasse a concepção tradicional que os idealiza como esferas capazes de transcender os antagonismos sociais.

A crítica marxiana, que evoluiu de uma politicidade idealista para uma profunda compreensão materialista, demonstrou que o Estado e a política não são predicados inerentes ao ser social. Pelo contrário, emergem e se consolidam historicamente como resposta à divisão em classes e à propriedade privada, funcionando como elementos de mediação e legitimação de uma ordem que desumaniza o trabalho e aliena o indivíduo de si, de seu produto e de sua própria essência genérica. A "emancipação política", em sua forma burguesa, revela-se parcial e insuficiente, pois, ao formalizar direitos civis e políticos, ela cinde o homem em cidadão e indivíduo egoísta, perpetuando o estranhamento e a subordinação das relações sociais à lógica do capital. A incapacidade do Estado de resolver os "males sociais" reside em sua própria essência: ele não pode superar as contradições da vida privada sem se anular, já que existe como antítese delas.

As contribuições contemporâneas de José Chasin e István Mészáros adensam essa perspectiva, consolidando a ideia da ontonegatividade da politicidade. Chasin postula que a política, como disputa pelo poder de Estado, é historicamente localizada e instrumental à manutenção da propriedade privada, exigindo uma "restituição das energias sociais desnaturadas em vetores políticos" por meio de uma prática metapolítica. Mészáros, por sua vez, contextualiza a ação do Estado na "crise estrutural do capital", argumentando que ele age como um "corretivo necessário" aos defeitos do sistema, mas está em "falência" porque as contradições do capital são insuperáveis por meras intervenções políticas. A "ilegalidade incorrigível" do Estado e sua base no "poder do mais forte" reforçam sua natureza indissociável da ordem sociometabólica do capital. Diante desse quadro, a conclusão é inequívoca: a plena emancipação humana exige uma "revolução social" que transcenda a esfera política, mirando a superação do trabalho estranhado e da propriedade privada. A "montanha a ser conquistada" não é o

Realização:



Apoio:



Estado em si, mas sim a estrutura de expropriação e apropriação alienada do trabalho excedente e o próprio Estado enquanto elemento dessa totalidade. As relações de poder político, em sua dimensão formal e administrativa, não detêm a capacidade de alterar radicalmente a base material que sustenta o sistema.

Para o Serviço Social, essa análise impõe desafios e aponta caminhos. É crucial compreender que as soluções para as expressões da questão social não se esgotam nas políticas públicas ou na mera gestão estatal dos problemas. A profissão deve estar consciente da natureza do Estado e da política, reconhecendo seus limites estruturais na promoção da emancipação. A meta deve ser a "restituição das forças sociais" à sociedade, promovendo a auto-organização da classe trabalhadora e a construção de uma nova sociabilidade. Isso implica uma "prática metapolítica", que, mesmo atuando nos limites históricos e institucionais possíveis, contribua para a dissolução da politicidade da sociedade e a unificação da cisão entre sociedade civil e sociedade política. Reafirmar a revolução social como meta, e conceber a disputa pelo poder de Estado como um momento necessário na processualidade de transformação, mas que deve ter em seu horizonte o desvelamento e superação das raízes da desumanização, é a perspectiva que se impõe para o Serviço Social na luta por uma sociedade verdadeiramente humana, mesmo diante da persistente "ofensiva do capital".

## Referências

ALBINATI, Ana Selva Castelo Branco. J. Chasin: a ontonegatividade da politicidade em Marx. **Verinotio** – Revista Online, n. 9, v. 5, 2008.

ARBIA, Alexandre Aranha. **Contornos de uma práxis sindical**: curvatura teórica e ideológica nas concepções e práticas da Central Única dos Trabalhadores. 2010. 169 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

BELTRAME, Jonece Maria. **A teoria da emancipação humana no pensamento de Marx**: da Gazeta Renana aos Anais Franco-Alemães. 2009. 123f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2009.

BOITO JR., Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 28, p. 57-73, 2007.

CHASIN, José. A determinação ontonegativa da politicidade. **Verinotio** – Revista Online, n. 15, v. 8, p. 43-60, 2012.

CHASIN, José. **A miséria brasileira**. Santo André: Ad Hominem, 2000.

CHASIN, José. **Estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHASIN, José. **Marx no tempo da Nova Gazeta Renana**. São Paulo: Ensaio, 1987.

CHESNAIS, François. Crise vem pôr a nu os limites históricos do sistema capitalista. **Esquerda.net**, [s. l.], 8 out. 2008. Disponível em: <[http://www.esquerda.net/index.php?option=com\\_content&task=view&id](http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id)>. Acesso em: 8 out. 2017.

Realização:



Apoio:





COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, set., 1997.

EIDT, Celso. **O Estado racional**: lineamentos do pensamento político de Karl Marx nos artigos da Gazeta Renana (1842-1843). 1998. 286 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

FREDERICO, Celso. **Nas trilhas da emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx (1843-1844)**: as origens da ontologia do ser social. São Paulo: Cortez, 1995.

HALLAK, Monica. **As categorias Lebensäusserung, Entäusserung, Entfremdung e Veräusserung nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de Karl Marx de 1844**. 1999. 177 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Ijuí: Unijuí, 2007.

LUKÁCS, Györg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Revista Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, 1978.

LUKÁCS, Györg. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

LUKÁCS, Györg. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. (Trad. Carlos Nelson Coutinho). São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **A comuna de Paris**. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

MARX, Karl. **A questão judaica**. (Trad. Artur Morão). Covilhã, PT: Lusosofia - Biblioteca On-line de Filosofia e Cultura, 1975. Disponível em: <[http://www.lusosofia.net/textos/Marx\\_questao\\_judaica.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/Marx_questao_judaica.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2025.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**: Introdução. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Realização:



Apoio:



MARX, Karl. **Debates acerca da lei sobre o furto da lenha**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a Reforma Social"**: de um Prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Prefácio à contribuição para a crítica da economia política**. [S. l.]: [s. n.], [s.d.]. Disponível em: <<http://www.Marxists.org/portugues/Marx/1859/contcriteconpoli/introducao.htm>>. Acesso em: 19 maio 2025.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. [S. l.]: [s. n.], [s.d.]. Disponível em: <<http://www.Marxists.org/portugues/Marx/1845/tesfeuer.htm>>. Acesso em: 17 maio 2025.

MARX, Karl. **Zur Judenfrage**. Berlinm: Dietz Verlag, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família, ou, a crítica da crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. (Trad. Isa Tavares). São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo; TONET, Ivo. **A propósito de "Glosas Críticas"**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2ª ed. (Trad. Luiz Fernando Cardoso). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Realização:



Apoio:



## **A CRÍTICA DA SUBJETIVIDADE E OBJETIVIDADE POLÍTICA: a partir da questão ontológica em Marx**

Maria Fernanda Alves Lameira<sup>99</sup>

**Resumo:** O trabalho investiga os limites da razão política na superação das formas de dominação social. A partir da crítica de Marx, compreende a sociedade civil como expressão da objetivação do ser social e o Estado como mediação funcional da reprodução do capital. Reflete sobre a determinação social do pensamento, contrapondo-a à ilusão voluntarista da política, marcada pela cisão entre individualidade e sociabilidade na modernidade.

**Palavras-chave:** Ontologia; razão política; dominação; Estado.

**Abstract:** This paper investigates the limits of political reason in overcoming forms of social domination. Based on Marx's critique, it understands civil society as the expression of the objectification of social being and the State as the functional mediation of capital reproduction. It reflects on the social determination of thought, contrasting it with the voluntarist illusion of politics, marked by the split between individuality and sociability in modernity.

**Keywords:** Ontology; political reason; domination; State.

### **Introdução**

A ontologia, enquanto investigação filosófica sobre o ser, ocupa posição originária e central na tradição do pensamento ocidental. Desde os pré-socráticos, a indagação sobre o que é o real inaugura o exercício filosófico, ainda que sem a nomeação explícita de "ontologia". A sistematização dessa problemática ocorre posteriormente, especialmente com Aristóteles, para quem a ontologia – ainda nomeada como "filosofia primeira" – fornece o fundamento das demais ciências. Esse percurso histórico constitui um longo processo até que, já na modernidade, a reflexão ontológica se desloca do cosmos à subjetividade, culminando com a crítica kantiana que nega a possibilidade de uma ontologia enquanto saber do ser em si.

Neste contexto, Hegel reinstitui a ontologia sob novas bases: sua *fenomenologia do espírito* não é uma epistemologia preliminar, mas uma narrativa do processo histórico de autoconstituição da razão. Sua ontologia é, portanto, uma *ontologia da racionalidade*, segundo a qual a razão, em seu movimento dialético, constitui o ser. Em Hegel, o mundo é posto pela lógica, por uma razão absoluta que engendra tanto a subjetividade quanto a objetividade. Nesta radicalização do pensamento especulativo, Marx identifica uma duplicidade: uma ontologia verdadeira – que reconhece o movimento histórico do ser – e uma falsa – que absolutiza o método lógico em detrimento da materialidade histórica.

Desse modo, Marx inaugura uma ontologia histórica, determinada pela processualidade do ser social. Sua crítica ao hegelianismo é ontológica, não no sentido formal de impugnação metodológica, mas porque confronta diretamente o modelo especulativo com a realidade efetiva. Na *Crítica da Filosofia do Direito*, Marx refuta a tese hegeliana segundo a qual o Estado constitui a sociedade civil. Em sentido oposto, afirma que é a sociedade civil, com suas relações materiais de produção, que funda o Estado. Tal inversão revela um deslocamento do pensamento especulativo para o pensamento reflexivo, no qual a razão não se funda em si mesma, mas emerge das determinações concretas do ser.

---

<sup>99</sup> Graduada e mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: mariafernanda.lameira@estudante.ufjf.br

Realização:



Apoio:



De acordo com Chasin (1988), a crítica marxiana à razão política se desdobra em três frentes ontológicas que estruturam uma nova ontologia social. Marx rejeita a filosofia especulativa de Hegel ao revelar a insuficiência de um pensamento centrado apenas na interioridade da razão; para ele, a razão é inseparável da práxis social, sendo validada pela transformação concreta do mundo. Essa epistemologia prática — ou *ontoprática*, como ressalta Chasin (2009) — estabelece que o conhecimento se confirma na objetivação histórica e transformadora da realidade, rompendo com a visão da razão como princípio autônomo e abstrato.

Marx realiza uma crítica ontológica à Economia Política clássica, não apenas apontando falhas metodológicas, mas denunciando a naturalização da sociabilidade capitalista como forma histórica do ser social. A economia, sob o capitalismo, não é uma esfera neutra, mas expressão das contradições que se manifestam no modo de produção, onde o trabalho produz riqueza ao mesmo tempo em que destrói o trabalhador. Finalmente, no campo da política, Marx diferencia a emancipação política da emancipação humana, situando o Estado e o dinheiro como barreiras ontológicas à verdadeira superação social. O Estado, longe de ser um agente neutro, é a organização da sociedade civil sob a razão política, que limita a subjetividade ao restringi-la às formas institucionais e parciais da dominação. Assim, a revolução política é um momento preparatório, mas insuficiente para a transformação ontológica que exige a dissolução de todas as formas de dominação, incluindo a política. Essas críticas articulam uma ontologia do ser social que redefine a razão política como limitada, fragmentada e historicamente condicionada, rompendo com idealismos e impondo uma compreensão da realidade social como processo dialético e contraditório.

## **Apreensão da sociedade civil como objetivação do ser social**

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel [...] compreendia sob o nome de “sociedade civil” (Marx, 2008, p. 45).

A reflexão de Karl Marx acerca da sociedade civil configura-se como um dos eixos estruturantes de sua crítica à filosofia hegeliana e, por conseguinte, à tradição idealista que permeava o pensamento alemão do século XIX. Embora reconheça a relevância da contribuição de Hegel ao tematizar a sociedade civil, Marx opera uma inflexão radical ao subverter seus fundamentos, deslocando o centro da inteligibilidade do social da esfera das ideias para a materialidade das relações sociais concretas. Tal ruptura inaugura o que denomina a “anatomia da sociedade civil” (Tonet, 1977), ou seja, uma investigação que desvela suas estruturas internas a partir das condições materiais de existência.

A sociedade civil surge, assim, como o locus das relações materiais entre os indivíduos, mediadas por um determinado estágio do desenvolvimento das forças produtivas — o político, o jurídico e o ideológico passam a ser inteligíveis apenas enquanto expressões históricas das contradições imanentes ao metabolismo social do capital.

### **1. Relações sociais de produção e constituição da subjetividade**

A partir da compreensão da ontologia em Marx como processo prático e relacional, no qual o homem se constitui na e pela transformação do mundo; compreende-se a objetividade humana como objetivação histórica das necessidades e finalidades humanas através do trabalho — atividade fundamental que media a relação

Realização:



Apoio:



entre o homem e a natureza, e, ao mesmo tempo, a relação entre os próprios homens. Não se trata, em Marx, de um dualismo entre sujeito e objeto, mas de uma unidade dialética mediada pela práxis social, na qual o trabalho aparece como o fundamento ontológico da existência humana.

Essa produção, no entanto, é contraditória. Nos *Manuscritos de 1844*, Marx analisa como, sob o modo de produção capitalista, o processo de objetivação do trabalho se converte em alienação (*Entfremdung*). O que deveria ser expressão da liberdade humana, torna-se um processo de perda de si mesmo:

O trabalhador se converte em servo de seu objeto em duplo sentido: primeiramente porque recebe um objeto de trabalho, ou seja, porque recebe trabalho; em segundo lugar porque recebe meios de subsistência [...] Só enquanto trabalhador pode se manter como sujeito físico e só enquanto sujeito físico é trabalhador (Marx, 1844), n/p).

Nessa dinâmica, o produto do trabalho se torna algo alheio ao trabalhador, e a própria atividade produtiva — essência do ser social — é vivida como negação de si. O trabalho deixa de ser livre e se torna forçado, heterônomo, exterior. Marx compara esse processo à alienação religiosa, onde a criação do homem volta-se contra ele como potência estranha. Portanto, a alienação revela-se não apenas na esfera econômica, pois, compreendendo o trabalho como um fenômeno ontológico, o homem aliena precisamente aquilo que o define enquanto humano: sua capacidade de produzir o mundo e, com isso, a si mesmo.

A objetividade humana, assim, é um processo histórico de autoconstrução — mediado pelo trabalho e atravessado pela contradição entre apropriação e expropriação. Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (1989, p. 187) enunciam com clareza:

O primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro estado de coisas a se constatar é, portanto, a organização corporal desses indivíduos e a relação com a natureza restante que aquela lhes dá. [...] Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua vida material mesma.

Essa formulação aponta para um núcleo essencial da ontologia marxiana: o ser humano, ao produzir os meios necessários à sua subsistência, não apenas garante a continuidade de sua vida biológica, mas produz sua existência social, constrói-se enquanto ser histórico. A realidade objetiva não é um dado externo ao sujeito, mas uma totalidade processual que se transforma continuamente pela ação humana. A sociedade civil, o Estado, as instituições políticas, jurídicas e morais, longe de se imporem como entidades naturais ou eternas, são criações históricas do próprio homem — criações mediadas pelo modo como os indivíduos se relacionam entre si e com a natureza, isto é, pelo modo como produzem e reproduzem a vida.

Como elucida Chasin (2009), a totalidade categorial que constitui o pensamento social é uma reprodução teórica da objetividade social, a qual não se coloca como algo absolutamente exterior ao sujeito, mas como produto da própria autoconstrução humana. A realidade concreta, nesse sentido, é simultaneamente objetiva e subjetiva — pois a atividade que a constitui é, ao mesmo tempo, objetiva em seus resultados e subjetiva em sua origem. Tal concepção é reafirmada por Kosík (1995, p. 124) ao descrever que: “O ser social cria, a partir do próprio fundamento materialmente econômico, ideias correspondentes e todo um conjunto de formas de consciência.”

Marx [1859 (2008)] já explicita que “na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade”, ou seja, os indivíduos, ao se colocarem em atividade prática para satisfazer suas necessidades, não o fazem de maneira livre ou arbitrária, mas se inserem em um conjunto de relações sociais historicamente constituídas. Essas relações derivam de

Realização:



Apoio:





uma estrutura material concreta — a qual se impõe como condição objetiva — e decorrem da realidade objetiva posta pelo modo de produção.

A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência (Marx, 2008, p. 47).

O que Marx [1859 (2008)] chama de “estrutura econômica da sociedade”, é a base real, o alicerce sobre o qual se ergue toda a “superestrutura jurídica e política”, e ao qual correspondem “determinadas formas da consciência social”. Assim, ao afirmar que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente”, Marx faz uma inversão radical da tradição idealista, colocando o primado da prática social e das condições materiais como condição de possibilidade para o pensamento.

Em Marx, a consciência — nas suas múltiplas expressões ideológicas: direito, moral, religião, filosofia, arte — é, portanto, um produto histórico-social que não opera de forma autônoma, mas encontra seu fundamento nas formas materiais da vida social.

## **2. A dependência ontológica do Estado**

A filosofia política ocidental, de Platão a Hegel, conformou-se, em linhas gerais, à suposição da perenidade do Estado e da dominação como elementos constitutivos da vida social. Como expõe Chasin (1988), mesmo em Hegel, o poder aparece como expressão da racionalidade superior, alçada à condição de encarnação do espírito absoluto na forma do Estado. Marx rompe com essa linha filosófica ao negar a premissa fundamental que sustenta a filosofia política clássica e moderna: a naturalização do Estado como condição de mediação racional entre os homens.

A crítica marxiana, como mostra Tonet (2004), inverte a lógica especulativa de Hegel ao afirmar que o Estado não constitui o fundamento da sociedade civil, mas é fundado nela. Marx sustenta que o Estado é uma forma histórica e transitória de mediação dos conflitos sociais originados na estrutura contraditória da sociedade civil. A sociedade civil, entendida como o conjunto das relações sociais de produção, constitui o solo a partir do qual o Estado se ergue como expressão organizada dos interesses da classe dominante. Assim, ao contrário da racionalização hegeliana do poder estatal, Marx concebe o Estado como instrumento de reprodução das relações de dominação, marcado pela contradição constitutiva entre interesses privados e interesses públicos.

Conforme Tonet (2004), existe uma tese em Marx de que o Estado possui uma dependência ontológica em relação à sociedade civil. Em oposição ao liberalismo contratualista (Hobbes, Locke, Rousseau), para o qual o Estado surge de um pacto entre indivíduos, e ao idealismo hegeliano que o concebe como a realização da liberdade universal, Marx mostra que o Estado é determinado pela forma específica das relações de classe. Nesse sentido, o Estado como uma forma do ser social fundada na cisão entre o público e o privado, entre o universal e o particular, cisão própria da sociabilidade capitalista, indica que o Estado moderno repousa sobre a “infâmia” da sociedade civil burguesa, onde a igualdade política coexiste com a desigualdade material. (Chasin, 1988)

Essa posição é reafirmada no Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política* [1859 (2008)] — onde Marx sistematiza sua concepção materialista da história, identificando a base econômica. A relação entre base e superestrutura, frequentemente interpretada de modo mecanicista, deve ser compreendida, como sustenta Tonet (2004), não como um simples reflexo da economia, mas uma forma social fundada em

Realização:



Apoio:



determinações reais da vida material. Nesse sentido, mesmo que o Estado possa possuir autonomia relativa — como ocorre em determinadas conjunturas políticas — ele não se autonomiza da sociedade civil.

Chasin (1988) reforça essa leitura ao assinalar que a crítica de Marx à razão política tem como ponto de partida a recusa da tese hegeliana de que o Estado racional seria a expressão máxima da liberdade. Para Marx, a ideia de um “Estado racional” é contraditória em seus próprios termos, pois a razão, enquanto mediação universal e emancipadora, é incompatível com a dominação política. A radicalidade da crítica marxiana está em mostrar que o Estado, enquanto forma política da dominação de classe, não pode ser racional, pois sua existência se ancora na irracionalidade da desigualdade social. Nesse aspecto, Marx antecipa uma concepção inteiramente nova de política, cujo centro não é a perfectibilização da dominação, mas sua abolição.

Ainda segundo Tonet (2004), outra tese fundamental no pensamento de Marx sobre o Estado é a de que este constitui, essencialmente, um instrumento de reprodução da dominação de classe. Essa concepção é expressa de maneira incisiva no *Manifesto Comunista* [1848 (2002)], onde Marx e Engels definem o poder político como “o poder organizado de uma classe para a opressão de outra”. Ao vincular o Estado à estrutura de classe, Marx revela a política como forma historicamente determinada de organizar e legitimar a exploração. Embora o Estado possa se apresentar sob diferentes configurações institucionais — monárquicas, republicanas, liberais ou democráticas — sua essência permanece inalterada: é a mediação política da dominação burguesa. A forma, portanto, é contingente, mas a função permanece essencialmente coercitiva.

Essa compreensão conduz a uma constatação decisiva: a impotência estrutural do Estado para resolver os males sociais. Fundado na reprodução das relações sociais capitalistas, o Estado é incapaz de suprimir a miséria, a desigualdade ou a alienação. O que os liberais atribuem à má gestão, Tonet (2004) destaca que Marx identifica como impotência ontológica: o Estado moderno só pode operar por meio de medidas paliativas e reformistas que, em última instância, reafirmam e conservam a estrutura social vigente.

A partir disso, decorre como desdobramento necessário, a tese da superação histórica do Estado. Presente desde os escritos de 1843-1844 e desenvolvida nas obras posteriores, Marx sustenta que com a abolição das classes sociais o Estado perde sua razão de ser, tornando-se supérfluo enquanto esfera separada e instrumento de dominação. A emancipação humana, nesse sentido, implica a eliminação das formas materiais que sustentam a separação entre os homens, não por um gesto voluntarista, mas como resultado da ação histórica das classes exploradas, em especial do proletariado.

Em *O capital* (1991, p. 98-99), Marx caracteriza a sociedade civil como uma verdadeira “guerra de todos contra todos”, regida pelas forças elementares do mercado, libertas das amarras pré-modernas, como os privilégios de casta e estamento. O Estado emerge como necessidade dessa própria sociedade dilacerada por contradições insolúveis entre os interesses particulares e gerais. Sendo assim, embora se institua como esfera autônoma dotada de funções específicas, sua origem e seus limites são dados pelas contradições que o engendram. Sua função fundamental é, portanto, sua administração formal — o que, na prática, significa a reprodução das estruturas sociais existentes em benefício das classes dominantes.

Em *A questão judaica*, Marx refuta a noção de que a emancipação política — entendida como ampliação dos direitos civis e igualdade jurídica formal — representa a realização plena da liberdade humana. Ao contrário, ela apenas desloca e conserva os fundamentos da dominação burguesa, ao garantir a forma jurídica da liberdade individual enquanto oculta as determinações materiais da desigualdade social. Neste sentido, a democracia liberal é vista como uma mistificação ideológica que não pode ser tomada como horizonte último da emancipação. A emancipação verdadeiramente

Realização:



Apoio:



humana pressupõe, portanto, não apenas a superação do Estado, mas também a abolição das próprias condições que o tornam necessário — ou seja, a supressão das relações de classe que fundamentam a sociedade civil burguesa.

Essa perspectiva é reafirmada em *A miséria da filosofia*, onde Marx sintetiza:

A condição de emancipação da classe operária é a abolição de todas as classes (...). No transcurso do seu desenvolvimento, a classe operária substituirá a antiga sociedade civil por uma associação que exclua as classes e seu antagonismo; e não existirá já um poder político propriamente dito, pois o poder político é, precisamente, a expressão oficial do antagonismo de classe, dentro da sociedade civil (Marx, 1965, p. 165).

Assim, a crítica marxiana da sociedade civil revela-se inseparável de uma ontologia da práxis, na qual as formas jurídico-políticas são compreendidas como momentos históricos da reprodução das contradições sociais, e não como instâncias dotadas de existência própria. A superação dessas formas exige, por conseguinte, a constituição de uma nova forma de sociabilidade, na qual o homem seja capaz de se reconhecer como produtor das próprias condições de vida. Desse modo, a concepção marxiana da dependência ontológica do Estado em relação à sociedade civil é, pois, o ponto de partida para pensar a emancipação não como aperfeiçoamento da ordem política, mas como superação histórica da política enquanto forma de opressão.

A crítica de Marx ao Estado, tal como formulada em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, revela uma denúncia da cisão entre aparência e essência, pertinente até então nas formas modernas de sociabilidade. O Estado moderno, ao proclamar a igualdade jurídica e a universalidade dos direitos, institui uma forma política, que é o reconhecimento da igualdade dos indivíduos apenas do ponto de vista abstrato, encobrindo a desigualdade material que organiza a vida social. Em seu funcionamento real, a política estatal reduz-se à administração técnica da desigualdade, legitimando interesses particulares sob a retórica do bem comum. E esta é a inversão fundamental.

### **A determinação social do pensamento e a ilusão voluntarista da política**

Marx, como demonstra Chasin (1988), desloca a problemática do conhecimento da interioridade da consciência individual para o terreno da objetividade social. Esse deslocamento teórico se afirma com clareza em textos fundamentais de Marx e a partir destes, é possível o entendimento de que as épocas históricas produzem os pontos de vista que se encarnam nos sujeitos, de modo que a subjetividade não é autogerada, mas resultado das formas concretas de vida social — uma exterioridade historicamente determinada. A subjetividade, assim, não é autogerada, mas formada a partir de conteúdos objetivos, socialmente dados, que se encarnam nos indivíduos por meio de formas históricas específicas. Com isso, Marx reorienta a teoria do conhecimento ao afirmar a determinação social da subjetividade e do pensamento, retirando do sujeito abstrato a centralidade epistêmica e devolvendo a gênese do pensamento à totalidade concreta das relações sociais.

Essa crítica à subjetividade autônoma encontra paralelo na análise de Coutinho (2010), ao discutir a crise das categorias filosóficas clássicas diante da crescente ideologização burguesa. A cisão entre o indivíduo e a totalidade social — uma das consequências da divisão capitalista do trabalho — engendra categorias que negam a historicidade e a sociabilidade humanas, produzindo tanto um irracionalismo subjetivista quanto um agnosticismo filosófico que abandonam a razão dialética. Em vez da universalização da práxis humana como mediação entre particular e universal — que se realiza, por exemplo, na ética kantiana ou na astúcia da razão hegeliana —, a modernidade decadente recai sobre um individualismo atomizado, desvinculado da totalidade social concreta. É precisamente esse o conteúdo ideológico da subjetividade

Realização:



Apoio:



contemporânea: uma forma de consciência que naturaliza seus próprios limites, confundindo o especial com o geral, o imediato com o universal — como advertia Marx no *18 Brumário*, ao mostrar como os representantes políticos da pequena burguesia expressam, mesmo sem consciência disso, os limites materiais de sua classe.

A articulação entre esses dois momentos evidencia que, para Marx e para uma tradição marxista crítica posterior, como a de Chasin e Coutinho, a subjetividade humana — longe de ser um dado natural ou um ponto de partida absoluto — é produto das mediações sociais historicamente determinadas. A dissolução da razão dialética pela ideologia burguesa é, nesse sentido, a manifestação de uma perda da universalidade concreta, substituída por formas degradadas de particularidade — seja na forma de um individualismo isolado, seja na reificação de conteúdos irracionais. A crítica marxiana à ideologia, portanto, não se limita à denúncia de ilusões, mas implica uma compreensão do pensamento como resultado objetivo das condições sociais de existência.

Com base em Chasin (1988), pode-se afirmar que, uma vez que a subjetividade é facultada pela estrutura social, formas ideológicas, a política, o direito, a ciência, a arte e a filosofia não são falsificações voluntárias ou meros instrumentos de dominação, mas formas ideais que mediam a efetivação humana em diferentes âmbitos. São expressões objetivas da prática social, funções sociais que emergem da realidade contraditória da sociedade de classes — uma forma social fundada não apenas na desigualdade, mas na estruturação do conflito.

Em *Glosas Críticas*, Marx demonstra como os partidos políticos representam racionalidades parciais que, ao se confrontarem, projetam no adversário a origem do mal social, sem jamais reconhecer que ambos operam dentro dos limites estruturais de uma mesma totalidade. O que se percebe como uma denúncia do caráter limitado da razão política. A política torna-se, assim, um campo de subjetividades desconectadas da realidade objetiva, na qual a crítica ao Estado se reduz à troca de formas de dominação, sem questionamento de sua essência. Como afirma Marx no mesmo texto, os partidos não encontram o problema na própria natureza do Estado, mas apenas na gestão que dele fazem os outros.

Segundo Chasin (1988), essa limitação da razão política revela-se de forma peculiar na formação social brasileira. A ausência de um projeto universal por parte das frações da burguesia — sejam industriais ou agrárias — impossibilita a constituição de uma subjetividade política integrada. Assim, a noção de partido como subjetividade organizada torna-se inviável quando a classe que deveria organizar o projeto histórico carece de consistência e de universalidade e a política torna-se uma gestão fragmentada do pauperismo.

A partir de 1848, com a derrota das revoluções burguesas e a consolidação dos interesses reacionários, a burguesia deixou de representar um ponto de vista capaz de apreender a objetividade social em sua totalidade. A história tem mostrado, reiteradamente, que essa classe se alinhou aos poderes conservadores, abdicando de qualquer impulso transformador. Em contrapartida, é na perspectiva do trabalho — entendido como categoria histórica e não apenas como atividade econômica — que reside a possibilidade real de transformação social e de conquista até mesmo de formas mínimas de democracia. O pensamento teórico, nesse sentido, não é fruto de especulação abstrata, mas nasce da necessidade social de compreender objetivamente a realidade para orientar a prática. A ciência, enquanto expressão mais elevada dessa necessidade, tem por função desvendar as determinações sociais concretas, sempre mediadas pelas categorias e angulações históricas. Com o esgotamento da burguesia como sujeito histórico da verdade objetiva, cabe ao trabalho — enquanto perspectiva vinculada à classe operária e à reprodução social — o papel de fundar um novo ângulo de objetivação da realidade, capaz de guiar as lutas emancipatórias de nosso tempo.

Realização:



Apoio:



Portanto, Marx considera que o Estado e a sociedade civil são realidades distintas e historicamente determinadas. O Estado não é a expressão direta da sociedade, mas uma forma específica de dominação que se autonomiza e se impõe como universal, embora esteja a serviço de interesses particulares. Assim, o erro da razão política em reduzir a complexidade da organização social à mera expressão da vontade subjetiva.

### Considerações finais

A intenção da discussão é a reflexão acerca da razão política contemporânea, marcada pela crescente polarização entre indivíduo e sociedade, encontra expressão aguda na dificuldade da esquerda em formular uma deliberação que abarque as novas formas de subjetividade forjadas pelas metamorfoses do trabalho no capitalismo avançado. Nesse contexto, a teoria marxiana da determinação social do pensamento oferece uma chave analítica imprescindível: o pensamento não é livre expressão da consciência individual, mas expressão objetiva das relações sociais de produção. Quando essas relações se fragmentam, precarizam e se desmaterializam nas novas formas de trabalho imaterial, digital e informal, a própria possibilidade de organização coletiva e de construção de uma vontade comum se fragiliza. O erro de boa parte das esquerdas está em operar exclusivamente na esfera da razão política — ou seja, no plano institucional e da cidadania formal — desconsiderando que a subjetividade contemporânea não se constitui mais nos mesmos marcos clássicos da organização operária ou do cidadão iluminista.

É nesse ponto que a noção gramsciana de intelectual orgânico adquire uma nova perspectiva. O horizonte emancipatório, como advertia Marx, não se realiza na política enquanto tal, mas na transformação das condições materiais e espirituais de existência. Assim, o desafio teórico e prático reside em ultrapassar os limites da racionalidade política formal e recuperar a centralidade da razão social — aquela que se enraíza na totalidade da vida social e na práxis histórica — como fundamento para a produção de conhecimento comprometido com a emancipação humana.

### Referências

CHASIN, José. **Marx**: estatuto ontológico e resolução histórica. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHASIN, José. **Superação do liberalismo**. Maceió: Aulas Ministradas, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da filosofia**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, (1859) 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Realização:



Apoio:





MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 1991.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Centauro, 1965.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, (1848), 2002.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social de um Prussiano"**. São Paulo: Boitempo, 2010.

TONET, Ivo. **Democracia ou liberdade**. Maceió: EDUFAL, 2004.

Realização:



Apoio:



## TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NA INDÚSTRIA DA MODA E MOVIMENTO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL<sup>100</sup>

Laura de Melo Soares<sup>101</sup>

**Resumo:** De 2010 até os dias atuais, observa-se um aumento da divulgação de notícias acompanhada do surgimento de discussões acerca do que seria a prática de exploração do trabalho denominada trabalho escravo contemporâneo. Nesse sentido, buscando entender este fenômeno e a sua incidência no cenário nacional e mundial, este artigo objetiva apresentar o debate sobre o trabalho escravo contemporâneo na indústria da moda brasileira, a partir dos dados oficiais do Governo Federal e de reportagens do Brasil Repórter, relacionando-o à dinâmica da acumulação capitalista.

**Palavras-chave:** Trabalho escravo contemporâneo. Indústria da moda. Crise do capital. Acumulação capitalista.

**Abstract:** Since 2010 to the present day, there has been an increase in the propagation of news alongside the emergence of discussions about what would be the exploitative labor practice known as contemporary slave labor. In this context, aiming to understand this phenomenon and its incidence on both national and global levels, this article's objective is to present the debate about contemporary slave labor within the Brazilian fashion industry, based on official data from the Federal Government and reports from Brasil Repórter, relating it to the dynamics of capitalist accumulation.

**Keywords:** Contemporary slave labor. Fashion industry. Capital crisis. Capitalist accumulation.

### Introdução

Com o avanço do capitalismo no século XXI, observa-se um acirramento das contradições que o fundamentam, pois ao passo que ocorre um elevado desenvolvimento das forças produtivas e da ciência — a exemplo da indústria 4.0 e do maior emprego da robótica no processo produtivo —, intensificam-se as contradições inerentes a esta sociabilidade. As evidências de trabalho escravo contemporâneo<sup>102</sup> se revelam nesse processo, em um cenário de expansão e dominação da acumulação capitalista, onde imperam formas de exploração ainda mais intensas, cerceando todos os âmbitos da condição de sobrevivência humana.

De acordo com a Instrução Normativa n. 139, de 2018, o trabalho escravo atualmente possui diversas tipificações que não necessariamente precisam coexistir para se enquadrar a esse tipo de prática, mas que apresentam como traço comum, a ausência de direitos que pressupõem um trabalho “livre” na sociedade burguesa. Portanto, mesmo que, em alguns casos, essa forma de exploração do trabalho seja mediada por remunerações — o que pode ser considerado o pagamento pela força de trabalho, configuração central do trabalho nessa sociedade —, outros elementos que a

<sup>100</sup> Pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e realizada entre 2023/2 e 2024/1.

<sup>101</sup> Graduada e mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista Capes. E-mail: laura.soares@estudante.ufjf.br.

<sup>102</sup> Sabe-se que, em diversos âmbitos em que essa discussão é posta o termo utilizado para se referir a esta forma de exploração do trabalho é “trabalho análogo à escravidão”. Acredita-se que estabelecer analogias e comparativos do trabalho escravo contemporâneo com o período de escravização do povo negro é desconsiderar as determinações das práticas de superexploração atuais e, até mesmo, reduzir a escravização do período colonial ao que acontece atualmente. Posto isto, considerando as determinações desta forma de exploração do trabalho na contemporaneidade será adotado neste trabalho o termo trabalho escravo contemporâneo.

Realização:



Apoio:



perpassam, como o cerceamento de liberdade, vão além de uma condição de trabalho “livre” imposta pela sociedade de classes.

É nesse contexto, que a presente pesquisa objetivou apresentar e problematizar as mediações que parecem ser essenciais para compreender o trabalho escravo contemporâneo, enquanto uma nova forma de exploração do trabalho, que se revela sob uma nova forma de organização do capital, ainda mais acentuada e “mundializada”. Nesse sentido, investigou-se sobre a incidência dessa forma de exploração na indústria da moda, com a utilização de mão de obra clandestina, face às modificações do processo de acumulação capitalista.

A delimitação dessa investigação se circunscreve no período de 2010 a 2022 e teve como propósito questionar se os rebatimentos da crise de 2008 estão relacionados com os indícios de trabalho escravo contemporâneo no país, cuja repercussão de notícias sobre esse fenômeno se deu no início da década de 2010. Trata-se de uma pesquisa documental, priorizando dados oficiais disponibilizados no site Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (Radar Sit) do Governo Federal. Para além dos dados oficiais, foram levantadas notícias do Brasil Repórter, que relata grandes marcas de notoriedade nacional e internacional que foram flagradas empregando trabalho escravo no seu setor produtivo.

### **Trabalho escravo contemporâneo na indústria da moda brasileira**

José de Souza Martins (2023) e Marcela Soares (2022) ao discutirem sobre o trabalho escravo contemporâneo na realidade brasileira evidenciam a necessidade de retomar a formação sócio-histórica do país, marcada pela colonização e utilização de mão de obra escravizada. As discussões dos autores apontam para um movimento de “continuidade”, visto que eles resgatam a formação sócio-histórica do país para analisar o fenômeno que se apresenta nos dias atuais. Dados do SmartLab<sup>103</sup> mostram que de 1995 a 2023, os setores produtivos que mais utilizam do trabalho escravo contemporâneo são os setores de agropecuária e agricultura, sendo eles: criação de bovinos, cultivo de cana-de-açúcar, produção florestal, cultivo de café, fabricação de álcool, construção de edifícios e outros, respectivamente. Esses dados evidenciam um aspecto de “continuidade” da utilização de trabalho escravo — mesmo que em outras configurações — nos ramos produtivos vinculados às zonas rurais, assim como no período de colonização do país.

No entanto, o diferencial que se apresenta nesta forma de exploração na indústria da moda, atualmente, está para além dos aspectos mencionados acima. Esta problemática diz respeito a um fenômeno que vem acontecendo em grandes empresas e corporações situadas na zona urbana e que utilizam a exploração ilegal do trabalho de migrantes clandestinos para reerguerem-se das quedas da taxa de lucro e competir com outras empresas.

Há dados que evidenciam essa problemática. Segundo o Radar Sit, de 2010 a 2022 foram encontrados 5.928 trabalhadores em condições degradantes de trabalho e sobrevivência na zona urbana, sendo que 458 trabalhadores foram encontrados em condições de trabalho escravo contemporâneo na indústria da moda, em específico na Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) “confecção de peças de roupas de vestuário, exceto roupas íntimas”. De acordo com o levantamento e análise das informações emitidas pelo *site* Brasil Repórter — cujo a maioria de suas ações jornalísticas que reportam o trabalho escravo estão vinculadas às fiscalizações da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo — as condições em que esses trabalhadores foram encontrados consistem em: cerceamento de liberdade,

---

<sup>103</sup> Todos os dados apresentados nesse trabalho foram apresentados e analisados no relatório final da pesquisa de forma detalhada. Mas, dadas às limitações deste espaço, tais dados foram sistematizados a fim de viabilizar a discussão.

Realização:



Apoio:



coerção e violências morais, salário baixíssimos, condições precárias de trabalho e alojamentos, jornada exaustiva, servidão por dívida, indícios de aliciamento e tráfico de pessoas.

Outro fator relevante é que, segundo as fiscalizações, a maioria dos trabalhadores encontrados era de nacionalidade boliviana e peruana, migrantes que vieram para o país em busca de melhores condições de trabalho e de sobrevivência (Brasil Repórter). A nacionalidade destes trabalhadores, segundo os dados levantados, é apontada como um fator que desencadeia maiores explorações, principalmente entre aqueles que não possuíam documentação regularizada no Brasil, os quais eram submetidos a condições ainda mais precárias de trabalho sob a ameaça de deportação.

Além dos números alarmantes de trabalhadores encontrados em condições degradantes de trabalho e sobrevivência, destaca-se para o nome de grandes empresas do ramo da moda que foram flagradas valendo-se dessa exploração do trabalho: Marisa, Sete Sete Cinco (775), Collins, Zara, Argonaut (marca da Pernambucanas), Gregory, Talita Kume, M. Officer; Le Lis Blanc; Cori, Emme e Luigi Bertolli; Fenomenal; Gangster; Hippychick; Renner; Unique Chic; As Marias; Seiki e Atmosfera (Brasil Repórter).

Nos dados apurados, a partir do Radar Sit, São Paulo, a maior metrópole do país, é a cidade que mais vem utilizando do trabalho escravo contemporâneo, o que parece indicar uma nova determinação para esse fenômeno. O trabalho escravo, antes concentrado nas margens do território brasileiro, principalmente em espaços rurais e em atividades ligadas ao extrativismo e agropecuária, agora é utilizado nos grandes centros urbanos e em empresas de reconhecimento nacional e internacional. Ou seja, a utilização do trabalho escravo deixou de ser algo eventual e isolado a regiões de pouca notoriedade, manifestando-se em locais de grande reconhecimento no país e através de grandes nomes da indústria da moda nacional e internacional.

É importante ressaltar que desde a década de 1990, o Estado brasileiro vem apresentando esforços para reconhecer e erradicar a utilização do trabalho escravo no país (Soares, 2022). Em 1995 foi criado Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (GERTRAF) — substituído em 2003 pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) — e do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM). Em 2003 foi divulgado o Primeiro Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, e em 2008 o Segundo Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. Outro mecanismo de combate ao trabalho escravo adotado pelo Estado é a Lista Suja, prevista na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4 de 2016. Esta lista consiste em um cadastro com empregadores, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, flagrados utilizando trabalho escravo no seu ramo produtivo, sendo atualizada semestralmente.

Esses mecanismos implementados, em sua maioria nos Governo PT, são ferramentas fundamentais de combate a esta forma de exploração do trabalho e subjugação da condição humana. Além disso, são importantes para demonstrar como este fenômeno vem sendo reconhecido e combatido no país, para além da publicização dos dados. Entretanto, por mais que existem mecanismos de combate à exploração ilegal do trabalho, estes se tornam insuficientes quando se analisa para além de uma prática limitada ao território nacional. É fundamental reconhecer a necessidade e a importância das fiscalizações e medidas legais para evitar que pessoas sejam submetidas a condições de trabalho e de vida degradantes, mas os limites desses mecanismos tornam-se evidentes quando se observa a relação entre o aumento e expansão dessa prática no cenário mundial e o movimento de crise de acumulação do capital.

## **1. Movimento de reordenamento da dinâmica do capital e os rebatimentos no mundo do trabalho**

Realização:



Apoio:



Marquetti *et al.*, ao discutir sobre a economia brasileira a partir das taxas de lucro nos anos de 1950 a 2020, aponta que:

O capitalismo apresenta diferentes fases que se caracterizam pela combinação entre tecnologia e instituições. Em cada fase há uma organização institucional que articula os papéis do Estado e do mercado na organização do processo produtivo; nas relações de poder e de distribuição de renda entre e intraclasses sociais; nas relações de poder entre os países e na forma como ocorre o processo de transferência de renda para o país líder. As mudanças na distribuição de renda e da tecnologia afetam a taxa de lucro e, portanto, a alocação do capital entre o investimento produtivo e o não produtivo. As fases são caracterizadas por diferentes taxas de acumulação de capital e de crescimento. A organização institucional pode postergar a tendência declinante da taxa de lucro ao colocar em movimento alguns dos fatores contra restantes à queda da rentabilidade. As crises estruturais ocorrem quando a organização institucional e as técnicas dominantes são incapazes de manter a rentabilidade do capital. Um conjunto de inovações técnicas e um novo arranjo institucional devem emergir a fim de elevar a taxa de lucro (Marquetti *et al.* 2022, p. 2).

Essa “organização institucional” que movimenta “alguns dos fatores contra restantes” com o objetivo de atenuar a queda da taxa de lucros, foi sinalizada por Karl Marx no livro III d’ O Capital, enquanto causas contra-arrestantes. Essas causas se manifestam enquanto um movimento do próprio capital para combater a queda da taxa de lucro, sendo elas: “I - aumento do grau de exploração do trabalho; II - Compressão do salário abaixo do seu valor; III - Barateamento dos elementos do capital constante; IV - A superpopulação relativa; V - O comércio exterior; VI - O aumento do capital acionário” (Marx, 2016). Essas medidas correspondem a um ataque direto à classe trabalhadora, a partir da diminuição dos salários diretos e indiretos, além do aumento da exploração dos trabalhadores e da superpopulação relativa.

Marquetti (2022) demonstra que, em 2008, há uma queda das taxas de lucro no cenário mundial, que atinge o Brasil de forma reduzida no final desta década, embora os seus efeitos perdurem durante a década de 2010<sup>104</sup>. Para além dos pormenores dos motivos que levaram a esta crise, ressalta-se aqui, a relação entre os desdobramentos desta crise com o trabalho escravo.

Ao procurar dados do Portal de Inspeção do Trabalho, a respeito da CNAE “confeção de peças de roupas de vestuário, exceto roupas íntimas” nota-se que, somente a partir de 2010, é possível acessá-los. Observam-se alguns indícios de que o trabalho escravo passou a ser utilizado nas indústrias da moda brasileira, principalmente a partir de 2010. Mesmo com uma ausência de explicações sobre os dados públicos referentes aos anos anteriores a esta década, fato que possibilita a existência de casos de trabalho escravo contemporâneo que não tenham sido divulgados, há indícios de que a crise do capital de 2008 é uma causa significativa para a utilização dessa forma

<sup>104</sup> Em 2015, o cenário econômico brasileiro passou por uma crise econômica, ocasionada pela queda do preço das commodities no mercado mundial e pela redução dos investimentos da Petrobrás nos anos de 2013 e 2015 (Marquetti, et al. 2022). Essa crise levou a criação do programa PMDB23 “Uma ponte para o futuro” do (partido do vice-presidente da presidenta Dilma Rousseff) do ano de 2015, que buscou responder à queda das taxas de lucro com a proposta de “reconstruir um Estado moderno, próspero, democrático e justo”. Essa reconstrução se deu a partir de propostas que previam modificações no âmbito econômico e legislativo, com o aumento de iniciativa privatizada e de projetos de “reformas estruturais” (reforma da previdência e reforma trabalhista). No âmbito do trabalho escravo, a pedido da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), em 2015 houve a suspensão da divulgação e atualização da “Lista suja” pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski (Liminar [...], 2015). Com o baixo número de fiscalizações de 2015 a 2018, observado a partir dos dados levantados do Radar SIT, e com a suspensão da lista suja, percebe-se uma possível interferência dos interesses políticos e econômicos no combate ao trabalho escravo, uma vez que essa forma de exploração pode ser utilizada para combater a queda tendencial da taxa de lucro em determinados ramos produtivos em períodos de crise. Assim, manter as fiscalizações e a divulgação da lista poderia prejudicar de alguma forma, a tentativa das empresas de recuperar-se das taxas de lucro.

Realização:



Apoio:





de exploração do trabalho no Brasil. Pois, assim como salientado por Marx (2016) o capital vale-se do aumento da exploração do trabalho e da superpopulação relativa como umas das medidas para reerguer suas taxas de lucro.

A crise do capital na década de 1970 incidiu em uma nova organização do modo de produção capitalista, com a ampliação de suas esferas de dominação e acirramento das contradições que o sustentam. A relação entre capital e trabalho se agudizou, tendo em vista que o mundo do trabalho foi reestruturado a partir das desregulamentações dos direitos trabalhistas, direcionando as condições de trabalho para um cenário precário e inseguro. Netto (2012) aponta que, para além da reação do capital à queda das taxas de lucro — representada pela reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal — há a consolidação da mundialização da economia, rompendo as fronteiras das economias nacionais e integrando-as à lógica de funcionamento da economia mundial. Para Chesnais, a mundialização da economia consiste no

quadro político e institucional que permitiu a emergência, sob a égide dos EUA, de um modo de funcionamento específico do capitalismo, predominantemente financeiro e rentista, situado no [...] prolongamento direto do estágio do imperialismo (Chesnais, 1997, p. 46 *apud* Netto, 2012, p. 223).

Esse reordenamento na dinâmica de acumulação impacta diretamente o processo produtivo e acirra os níveis de exploração do trabalho. A terceirização da produção é um fator característico desse processo, que consiste em um movimento de “[...] externalizar custos, mantendo o controle do conjunto de produção, mas repassando a outras empresas a efetivação dele [...]” (Netto, 2012, p. 229). Todas as reportagens analisadas do Brasil Repórter que relataram as marcas nacionais e internacionais flagradas utilizando trabalho escravo, exceto a Talita Kume, utilizavam da terceirização como meio de diminuir os encargos com a produção, direcionando o setor produtivo para outros territórios e se “desresponsabilizando” da confecção de suas roupas. Com isso, a produção apenas deixa de ser realizada de forma direta e passa a ser intermediada por empresas terceirizadas.

Concomitantemente, há a “deslocalização do trabalho” (Fortes, 2018) ou “desterritorialização da produção” (Netto, 2012). Ambos os autores evidenciam um deslocamento da produção para outros espaços territoriais, onde há uma maior oferta de força de trabalho e uma regulamentação mais frágil para a exploração do trabalho, podendo incidir no aumento da exploração. Evidencia-se, assim, um movimento em que o processo produtivo rompe as fronteiras nacionais, realizando-se de maneira integralizada e mundializada.

Tais reordenamentos na lógica de acumulação, indicam uma tendência mundial de modificações no mundo do trabalho, marcada pela flexibilização e terceirização, e consequentemente pelo aumento da exploração. Netto (2012) evidencia que ocorre uma “desregulamentação” no mundo do trabalho, na medida em que há um desmonte dos direitos trabalhistas, e a criação de novas regulamentações sob condições precárias e inseguras de trabalho. Nesse sentido, os encargos referentes à segurança do trabalho passam a ser custosos, deixando de ser uma responsabilidade dos empregadores para serem uma possibilidade excepcional no meio laboral.

Com a competição de mercados estabelecida a níveis mundiais a partir da integralização da economia e a formação da cadeia global do valor, o mercado da indústria da moda também se consolida mundialmente. Grandes empresas passaram a reger o mercado da moda, principalmente no setor *fast fashion*, que se caracteriza pela produção ampliada e acelerada de peças de vestuário e pela rápida circulação de suas mercadorias em níveis mundiais. A exemplo, a marca chinesa Shein domina o mercado da moda mundial nos dias atuais, com peças a valores baixíssimos e com ampla variedade de produtos.

Realização:



Apoio:



A BBC News divulgou, em 2024, algumas denúncias contra a Shein, relacionadas a condições de trabalho dos funcionários da empresa. Os relatos fazem parte da investigação iniciada no ano de 2021 pelo grupo suíço Public Eye, que revelam que alguns trabalhadores da marca estariam trabalhando 75 horas por semana, apesar dos códigos de conduta da Shein estabelecerem um limite máximo de 60 horas a serem trabalhadas por semana, incluindo horas extras (Edwards, 2024). Assim como outras grandes empresas, a Shein conta com empresas terceirizadas para produzirem suas mercadorias.

A exploração de trabalho em condições degradantes tornou-se uma condição das indústrias da moda para garantirem a sua lucratividade. Grandes marcas como Nike (Globomedia, 2012) e Apple (Instituto tricontinental [...], 2019) também foram denunciadas por práticas perversas de exploração do trabalho, envolvendo jornadas exaustivas, baixas remunerações e exploração de trabalho infantil. A mundialização acirra a competição em âmbitos globais, levando as empresas que não conseguem investir em tecnologia a recorrerem à exploração bárbara do trabalho como meio de obter lucros, isentando-se com os gastos trabalhistas e, assim, garantindo-se no mercado. Contudo, na tentativa de evitar custos trabalhistas, as empresas se arriscam a pagarem altas taxas de multa caso sejam flagradas, mas isso aparenta ser mais vantajoso do que garantir o cumprimento da lei.

Esses elementos mostram que há um acirramento da exploração do trabalho nos dias de hoje, no cenário nacional e internacional, posta pelo reordenamento da acumulação. O aumento da exploração da força de trabalho parece ser mais vantajoso frente ao investimento de maquinaria, tendo como solução o direcionamento da produção para regiões onde há uma maior oferta de força de trabalho. Esses trabalhadores disponíveis, que compõem a superpopulação relativa, servem de “alavanca da acumulação capitalista” (Marx, 2013, p. 462), pois o capital utiliza esse contingente para reduzir o valor pago a força de trabalho e retardar o aumento da queda da taxa de lucro, ao mesmo passo que garante a acumulação de capital.

Com a integralização das economias a uma única lógica de funcionamento — a do capital globalizado — a utilização da superpopulação relativa em sua função de exército industrial de reserva, ocorre a níveis globais, como é o caso do trabalho escravo contemporâneo de migrantes no Brasil. As determinações deste fenômeno não se restringem apenas a migração latino-americana e exploração do trabalho, mas a um movimento de grandes corporações que se valem do exército industrial de reserva para garantir sua lucratividade. Como já dito, a situação de irregularidade no país de trabalhadores migrantes acentuam ainda mais a exploração, onde são levados a aceitar quaisquer formas de trabalho para garantirem sua sobrevivência. Nesse sentido, a efetivação dos direitos trabalhistas e humanos se torna frágil mediante ao avanço do capital, sendo suprimida pela necessidade urgente de garantir a acumulação. Ou seja, com o avanço do capitalismo a efetivação dos direitos torna-se secundária e até mesmo, negligenciada frente à necessidade de garantir o funcionamento do capital.

## Considerações finais

O trabalho escravo contemporâneo nas indústrias da moda brasileira apresenta determinações outras, que não se circunscrevem apenas às determinações sócio-históricas do país, mas sim, ao movimento de acumulação capitalista contemporâneo. Com isso, a afirmação dessa hipótese nos possibilita traçar estudos que não se limitam às singularidades do país, mas que também as consideram.

O rearranjo nas formas de acumulação pós 1970 impactou diretamente na produção e reprodução da vida. A mundialização do capital atuou sobre o mundo do trabalho, na medida em que as formas de exploração excederam as particularidades de cada território e o seu processo histórico de consolidação da força de trabalho livre. Com a deslocalização do trabalho, que recai sobre países com legislações mais brandas, o

Realização:



Apoio:



exército industrial de reserva passa a exercer sua função em nível global, o que se reflete na utilização de mão de obra clandestina e no aumento da exploração perversa da força de trabalho. Essa exploração ocorre tendo como base as cadeias globais do valor, onde a competição dos mercados passa a ocorrer de maneira globalizada.

Esses elementos levam empresas de países como o Brasil a recorrer à exploração ilegal com o uso de mão de obra clandestina para competir com outras grandes empresas no mercado, como a Shein. Além disso, a hipótese de que a crise de 2008 resultou no aumento do trabalho escravo se ratifica, visto que essa forma de exploração, valendo-se do trabalho clandestino na indústria da moda começa a ser notificada a partir de 2010. Com isso, reitera-se que o trabalho escravo contemporâneo se refere ao fenômeno presente não só no Brasil, mas em todo o cenário mundial, e que as legislações e fiscalizações não dão conta — em sua maioria — de restringir esse tipo de prática.

Entende-se que este objeto exige maiores esforços para ser debatido e compreendido em sua amplitude. Trabalhar com dados referentes a ações ilegais, requer considerar a possibilidade de um amplo número de dados subnotificados, ou seja, os dados existentes podem não revelar a totalidade do fenômeno. No entanto, pretendeu-se aqui demonstrar, mesmo que de forma sumária, o avanço do capital e seus rebatimentos na classe trabalhadora.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instrução normativa nº 139, de 22 de janeiro de 2018. Dispõe sobre a fiscalização para a erradicação de trabalho em condição análoga à de escravo e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2018. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/2075837/do1-2018-01-24-instrucao-normativa-n-139-de-22-de-janeiro-de-2018-2075833](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/2075837/do1-2018-01-24-instrucao-normativa-n-139-de-22-de-janeiro-de-2018-2075833)>. Acesso em: 24 ago. 2024.

BRASIL. Portaria Interministerial **MTPS/MMIRDH Nº 4**, de 11 maio de 2016. Dispõe sobre as regras relativas ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=320458>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano nacional para a erradicação do trabalho escravo**. Brasília: PR; Organização Internacional do Trabalho, 2003a. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/53006>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **II Plano nacional para erradicação do trabalho escravo**. Brasília: PR; SEDH, 2008.

BRASIL. Repórter. Trabalho escravo. **Repórter Brasil**. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/jornalismo/trabalho-escravo>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

EDWARDS, Charlotte. Shein: As denúncias sobre as duras condições de trabalho de fornecedores de empresa chinesa. **BBC News Brasil**, São Paulo, 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce5rvednerpo>>. Acesso em: 01 jul. 2025.

FORTES, Ronaldo Vielmi. Sobre o conceito de exército industrial de reserva: aspectos históricos e atualidade. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 256-273, jul./dez. 2018.

Realização:



Apoio:



LIMINAR do STF suspende divulgação de 'lista suja' de trabalho escravo. **G1**, São Paulo, 01 jan. 2015. Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/liminar-do-stf-suspende-divulgacao-de-lista-suja-de-trabalho-escravo.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2024.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e escravidão na sociedade pós-escravista**. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

MARQUETTI, Adalmir *et al.* Uma interpretação da economia brasileira a partir da taxa de lucro: 1950-2020. **Revista de economia política**, São Paulo. v. 43, n. 2, p. 309-334, abr./jun. 2023.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NIKE admite la explotación de trabajadores em sus plantas em Indonesia y otros países asiáticos. **Globedia**, Colômbia, 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/137163576/Nike-admite-la-explotacion-de-trabajadores-en-sus-plantas-en-Indonesia-y-otro>>. Acesso em: 01 set. 2024.

O IPHONE e a taxa de exploração. **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social Caderno**, n. 2, 2019. Disponível em: <[https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2019/09/190922\\_Notebook-2\\_PT\\_Web.pdf](https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2019/09/190922_Notebook-2_PT_Web.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2024

PAINEL de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil. **Portal de Inspeção do Trabalho**. Disponível em: <<https://sit.trabalho.gov.br/radar/>>. Acesso em: 22 set. 2023.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod\\_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SMARTLAB. Observatório de erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas. Brasil. **Perfil dos casos de trabalho escravo**. Disponível em: <<https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/0?dimensao=perfilCasosTrabalhoEscravo>>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SOARES, Marcela. **Escravidão e dependência**: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira. Marília: Lutas Anti Capital, 2022.

Realização:



Apoio:



## TRABALHO DE CUIDADO X LEI 15.069/24: reflexões a partir da Teoria da Reprodução Social

Carla de Jesus Monteiro Castro<sup>105</sup>

**Resumo:** O estudo objetiva desenvolver reflexões o trabalho de cuidado e a lei 15.069/24 revogada no Brasil com a intenção de regulamentar o trabalho de cuidado. O presente artigo teve como procedimento técnico a revisão bibliográfica de natureza exploratória, partindo de livros, artigos e dissertações sobre o tema. Para tal, buscou-se contextualizar conceitos da Reprodução do Capital, Teoria da Reprodução Social e sua relação com o trabalho de cuidado. Em seguida, reflexões sobre o trabalho doméstico e de cuidados desenvolvido pelas mulheres sob a perspectiva da TRS e a importância da Lei 15.069/24 para o Trabalho de Cuidado no Brasil.

**Palavras-chave:** Teoria da Reprodução Social. Reprodução Social. Trabalho de Cuidado. Lei 15.069/24.

**Abstract:** The study aims to develop reflections on care work and Law 15.069/24, revoked in Brazil with the intention of regulating care work. This article used as its technical procedure an exploratory bibliographic review, starting from books, articles and dissertations on the subject. To this end, we sought to contextualize concepts of Capital Reproduction, Social Reproduction Theory and their relationship with care work. Then, reflections on domestic and care work developed by women from the perspective of TRS and the importance of Law 15.069/24 for Care Work in Brazil.

**Keywords:** Social Reproduction Theory. Social Reproduction. Care Work. Law 15.069/24.

### Introdução

A fundamentação teórica sobre o trabalho doméstico e de cuidado, a partir da Teoria da Reprodução Social (TRS), exige um retorno ao pensamento de Marx e Engels (2019), que destacam a necessidade do trabalho produtivo - reprodutivo para a sustentação das relações de produção.

Segundo a teoria marxiana, produção – reprodução se conectam de dois processos interdependentes: a produção de bens e serviços e a reprodução das condições materiais e sociais necessárias para a continuidade dessa produção. Assim, a reprodução social aludi aos processos responsáveis pela renovação da força de trabalho, sendo fundamental para a acumulação capitalista.

Já a Teoria da Reprodução Social (TRS), pensada no marxismo feminista a partir da segunda metade do século XX, sistematiza essa relação, demonstrando que a reprodução da força de trabalho não ocorre de forma automática, mas depende de uma série de atividades invisibilizadas, como o trabalho doméstico e o cuidado.

Enquanto a reprodução social é um processo objetivo e necessário ao funcionamento do capitalismo, a TRS constitui um arcabouço teórico que busca analisar criticamente esse fenômeno, destacando suas implicações de classe, gênero e raça.

Assim, esse artigo tem como objetivo realizar um debate tendo através da Teoria da Reprodução Social e a lei 15.069/24, a qual visa a seguridade social sobre o trabalho doméstico e de cuidado realizado majoritariamente por mulheres é invisibilizado do trabalhado não remunerado— sendo essencial para a reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, para a manutenção do capitalismo.

<sup>105</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: ped.carlacastro@hotmail.com.

Realização:



Apoio:





Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando as palavras-chave "Teoria da Reprodução Social e Serviço Social" e "Teoria da Reprodução Social e Cuidado" no período de janeiro de 2025, e a lei 15.069/24 no Brasil priorizando estudos em língua portuguesa. O texto está estruturado em três seções: a primeira apresenta uma breve contextualização sobre a TRS; a segunda examina a importância da TRS para compreender o trabalho de cuidado como socialmente necessário ao capital; e a terceira traz as considerações finais.

### **Contextualizando reprodução do capital, teoria da reprodução social e sua relação com o trabalho de cuidado**

Conceituar a reprodução do capital em Marx é fundamental para se compreender o processo pelo qual o capitalismo se mantém e expande suas condições de existência. O conceito abrange tanto a reprodução material, ou seja, a renovação dos meios de produção e da força de trabalho, quanto a reprodução das relações sociais de produção, que garantem a continuidade da exploração da classe trabalhadora (Grespan, 2021).

Contudo, as feministas marxistas ampliaram essa análise ao destacar o papel invisibilizado do trabalho reprodutivo e da reprodução social na sustentação do capitalismo. Aprofunda a análise ao evidenciar que a reprodução social “diz respeito ao segundo imperativo. Abrange atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados” (Arruzza; Bhattacharya; Francer, p. 106, 2019).

Dessa forma, o trabalho doméstico e de cuidados desempenha um papel central na reprodução social, garantindo a manutenção da força de trabalho e, consequentemente, o funcionamento do sistema capitalista. Essa atividade, historicamente invisibilizada e desvalorizada, é essencial para a sobrevivência dos trabalhadores, mas não é diretamente reconhecida como produtora de valor dentro da lógica do capital. Nesse sentido, há uma relação direta entre o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho e a questão social, conceito central no Serviço Social, que se refere às múltiplas expressões da desigualdade e da exploração no capitalismo.

Vale ressaltar que a questão social é inerente ao desenvolvimento do capitalismo e se manifesta através de desigualdades no acesso a direitos e serviços públicos, refletindo-se também na precarização do trabalho, na exclusão social e na segmentação do mercado de trabalho por gênero e raça (Iamamoto, 2008). O trabalho doméstico e de cuidados se insere nesse contexto, pois, apesar de ser uma atividade essencial, é relegado a uma posição secundária na economia, sendo majoritariamente desempenhado por mulheres, especialmente aquelas pertencentes às classes populares e a grupos radicalizados.

Diante do exposto podemos destacar a mercantilização do trabalho de cuidados é outra dimensão importante. Pois, com a reestruturação produtiva e o aumento do neoliberalismo houve um processo de terceirização e precarização do trabalho doméstico e de cuidados, onde mulheres de camadas populares e racializadas passam a exercer essas funções para famílias de classes médias e altas. Tal fator, aprofunda desigualdades, pois a sobrecarga de trabalho doméstico e reprodutivo das mulheres trabalhadoras não desaparece, apenas é transferida para outras mulheres, gerando uma hierarquia no cuidado (Iamamoto; Carvalho 2015).

Assim, no contexto do Serviço Social, a relação entre trabalho doméstico, trabalho de cuidados e questão social se manifesta nas políticas públicas voltadas à assistência social, saúde e proteção à família. Onde o Estado, ao reduzir investimentos em políticas sociais, transfere para as famílias - e, em grande parte, para as mulheres - o ônus do cuidado, reforçando a divisão sexual do trabalho e ampliando as desigualdades estruturais.

Portanto, a análise do trabalho doméstico e de cuidados à luz da questão social evidencia como o capitalismo se apropria dessas atividades sem reconhecê-las como

Realização:



Apoio:



fundamentais para a reprodução da sociedade. Para superar essa contradição, lamamoto (2008) aponta a necessidade de uma abordagem crítica que articule gênero, classe e raça, desvelando as formas pelas quais o trabalho reprodutivo se insere nas relações de exploração e dominação capitalistas.

Por outro fluxo, a Teoria da Reprodução Social se fundamenta nomeadamente no trabalho humano como centro criação ou reprodução da sociedade como um todo (Bhattacharya, 2023) sendo o olhar sobre o trabalho analisado a partir de Marx. Essa abordagem observa como o trabalho de cuidado em algumas vezes não remunerado ou mal remunerado – sustenta o capitalismo ao garantir a reprodução da força de trabalho (Federici, 2019; Bhattacharya, 2017).

A TRS, enquanto uma perspectiva essencial para compreender as relações de opressão, expropriação e exploração dentro do sistema capitalista, é fundamental destacar que vários são os debates como as relações sociais e econômicas se perpetuam ao longo do tempo, enfatizando o papel central do trabalho de cuidado na sustentação do capitalismo, (Bhattacharya, 2023). Buscado assim explicar qual a relação entre o trabalho doméstico e sua funcionalidade para o capital dependendo da reprodução da força de trabalho e da manutenção das relações sociais.

A Teoria da Reprodução Social, também questiona a divisão desigual do trabalho de cuidado entre diferentes grupos sociais. Davis (1981) e Federici (2019) destacam que as mulheres, especialmente mulheres racializadas, são historicamente encarregadas desse trabalho, tanto no espaço doméstico quanto no mercado de trabalho. O debate inclui a mercantilização do cuidado e a exploração de trabalhadoras domésticas e cuidadoras, muitas delas migrantes e precarizadas.

A divisão entre a esfera produtiva e reprodutiva fortaleceu a hierarquia e as desigualdades entre homens e mulheres. A esfera produtiva é da “valorização, da produção e da riqueza e, portanto, tida como privilégio masculino. A esfera da reprodução social – entendida como necessária para garantir a manutenção e reprodução da força de trabalho-, é considerada um espaço feminino” (Cisne, 2018, p. 99).

Assim, nas palavras de Bhattacharya (2023), a Teoria da Reprodução Social nos dá “oportunidade de refletir sobre as diversas maneiras pelas quais o momento neoliberal nos forçou a reavaliar a potência e a eficácia de certos termos anteriormente não contestados na teoria marxista” (Bhattacharya, 2023, p. 41).

Essa compreensão, envolve aspectos do social como reciprocamente determinados, ou reconstruídos e objetiva “revelar a lógica subjacente que estrutura essas relações”. Sendo que o social é “uma totalidade aberta e historicamente mutável, cuja lógica reprodutiva reside em todas as suas partes” (Ferguson, 2017, p. 22). Tal lógica reprodutiva não se refere, aqui, a simples sinônimo de trabalho doméstico e de cuidado.

Está muito além disso e remete ao modo como Marx teorizou a reprodução social. Ainda ele tenha se equivocado na compreensão do trabalho doméstico como uma função natural da família (Marx, 1988, p. 74-76), a sua compreensão de valor como relação social e da reprodução social como a capacidade de “regeneração global do capitalismo: às instituições e processos que permitem que as relações ‘produtivas’ prosperem, assim como às próprias relações diretas de produção (Ferguson, 2017, p. 24).

Diante disso, “A despeito do trabalho social reprodutivo ser (em diferentes graus) parcialmente autônomo frente à dominação do capital, não há trabalho na sociedade moderna inteiramente fora do capital, e não há capital fora do trabalho” (Ferguson, 2017, p. 31). Partindo dessa noção marxiana, para Ferguson, e assim compreender o modo como a sociedade é reproduzida, “especialmente geracionalmente reproduzida”, é

Realização:



Apoio:



preciso atentar ao fato de que “o trabalho é uma experiência concreta, corporificada” (Ferguson, 2017, p. 27).

Nessa compreensão, dos corpos e o trabalho envolvido em reproduzir socialmente esses corpos, importa, uma vez que “corpos iguais se tornam diferentes, e diferentemente valorados, no interior das sociedades capitalistas” (Ferguson, 2017, p. 30).

Dentro dessa lógica, Bhattacharya (2017), o objetivo da TRS é explorar e fornecer respostas a perguntas que a autora nos faz refletir, como “se o trabalho dos trabalhadores produz toda a riqueza da sociedade, quem então produz o trabalhador? Em outras palavras: quais processos permitem que a trabalhadora chegue às portas do seu local de trabalho todos os dias para produzir riqueza da sociedade? (Bhattacharya, 2017, p. 1-10).

Assim, as feministas marxistas ampliaram essa análise ao destacar o papel invisibilizado do trabalho reprodutivo e da reprodução social na sustentação do capitalismo. Aprofunda a análise ao evidenciar que a reprodução social “diz respeito ao segundo imperativo. Abrange atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados” (Arruzza; Bhattacharya; Francer, 2019, p. 106) e debatem o que Marx silenciou.

Nessa compreensão, dos corpos e o trabalho envolvido em reproduzir socialmente esses corpos, importa, uma vez que “corpos iguais se tornam diferentes, e diferentemente valorados, no cerne das sociedades capitalistas” (Ferguson, 2017, p. 30). Podemos ressaltar também as reflexões sobre o patriarcado nesse contexto como “a apropriação masculina sobre o corpo da mulher” (Cisne, 2018, p. 85).

### **Reflexões sobre o trabalho doméstico e de cuidados desenvolvido pelas mulheres sob a perspectiva da trs**

A invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidados se sustenta na dicotomia entre produção e reprodução, onde apenas o trabalho produtivo remunerado é considerado essencial (Vogel, 2013).

Essa desvalorização está diretamente ligada à divisão sexual do trabalho, que historicamente atribui às mulheres a responsabilidade pela reprodução social, consolidando uma lógica de exploração, expropriação. O trabalho doméstico não remunerado das mulheres assim, subsidia a economia capitalista ao garantir a reprodução da força de trabalho sem custos diretos para o capital (Arruzza; Federici; 2020).

A precarização do trabalho de cuidados afeta especialmente as mulheres racializadas e periféricas, ampliando desigualdades dentro do próprio grupo feminino. Ela argumenta que a colonialidade do poder e do gênero molda a divisão do trabalho de forma a reforçar a marginalização das mulheres negras, indígenas e migrantes, cuja força de trabalho é explorada tanto nos lares de elite quanto no setor de serviços de cuidados (Cisne; Santos 2020).

Além disso, Cisne e Santos (2020) destacam que essa divisão racializada do trabalho de cuidados se mantém por meio da exploração econômica e da falta de políticas públicas que valorizem e redistribuam essas atividades, gerando um ciclo contínuo de opressão. Segundo a referida autora, é fundamental adotar políticas interseccionais que considerem não apenas o fator de gênero, mas também raça e classe na formulação de propostas para a valorização desse trabalho.

A Teoria da Reprodução Social ao demonstrar que a reprodução da força de trabalho não é apenas um fenômeno biológico ou familiar, mas um processo central ao funcionamento do capitalismo, no qual as mulheres desempenham um papel estruturalmente explorado (Vogel, 2013). Sua crítica destaca que a desvalorização do trabalho de cuidados não é uma coincidência histórica, mas uma estratégia do sistema

Realização:



Apoio:



capitalista para mitigar custos e maximizar lucros, deslocando para as mulheres a responsabilidade pela reprodução da mão de obra desvalorizada e desqualificada.

A construção das identidades de gênero reforça a naturalização dessas desigualdades, tornando a opressão feminina parte de uma normatividade social difícil de romper, segundo Butler (1990). A autora destaca ainda que os papéis de gênero são performativos e reiterados culturalmente, o que perpetua a ideia de que as mulheres são "naturalmente" cuidadoras.

Dessa forma, o capitalismo se apropria dessas construções sociais para garantir a continuidade do trabalho reprodutivo sem necessidade de investimento estatal ou empresarial.

Além disso, a articulação entre classe e gênero mostra que a exploração das mulheres trabalhadoras é ainda mais acentuada, pois elas enfrentam uma dupla exploração: a opressão de gênero na esfera doméstica e a exploração capitalista na esfera produtiva (Saffioti, 1987). A autora também destaca que essa relação não é casual, mas estrutural, e se manifesta na precarização das condições de trabalho e na divisão desigual do tempo entre trabalho produtivo e reprodutivo.

Essa análise ao apontar que a desvalorização do trabalho de cuidados é reforçada por um arcabouço jurídico que privilegia o trabalho assalariado e exclui do reconhecimento institucional o trabalho doméstico (Bourdieu, 2020).

E essas atividades de cuidado são essenciais para a manutenção da força de trabalho e para o funcionamento da sociedade, no entanto, elas são frequentemente invisibilizadas e desvalorizadas. Pois, o trabalho doméstico e de cuidados é uma forma de trabalho não remunerado que é socialmente construída como natural e inerente às mulheres, o que acaba perpetuando as desigualdades de gênero e contribuindo para a acumulação de capital por parte dos homens, que são os principais beneficiários desse trabalho (Saffioti, 2013).

De modo geral, as quantidades e tipos específicos de trabalho domésticos realizados em uma determinada sociedade são, em vários níveis, da luta de classes. O trabalho doméstico tem, na realidade, um papel altamente contraditório na reprodução social capitalista. Por um lado, constitui uma condição essencial para o capitalismo. Para que a produção capitalista ocorra, ela deve ter força de trabalho, e para que a força de trabalho esteja disponível, o trabalho doméstico deve ser realizado. Por outro lado, o trabalho doméstico atrapalha o impulso do capitalista por lucro, pois também limita a força de trabalho (Vogel, 2023, p. 357).

## **A importância da lei 15.069/24 para o trabalho de cuidado no Brasil**

Essa divisão estrutural também se pensa nas políticas públicas que, por muito tempo, negligenciaram a regulamentação do trabalho de cuidado e a proteção das trabalhadoras no Brasil. A Lei 15.069/24, que visava regulamentar o trabalho de cuidado, surgiu como uma tentativa de corrigir essa lacuna, mas sua revogação expõe as tensões e contradições da sociedade brasileira em relação ao cuidado (Gomes, 2023).

O trabalho de cuidado junta prestações essenciais para a manutenção da vida e do bem-estar, incluindo assistência a crianças, idosos, pessoas com deficiência e enfermos, além das tarefas domésticas. Historicamente, essas responsabilidades têm sido atribuídas, de forma não remunerada, às mulheres (Fraser; Jaeggi, 2020). Desta forma, Hirata (2022, p. 52), afirma

A redução do peso da indústria não levou a uma sociedade humanizada em que se ocupar dos outros tenha se tornado o centro das atividades econômicas. A “sociedade de serviços”, com a terceirização do trabalho, alterou profundamente a dinâmica econômica intersetorial. Os números do Banco Mundial que mostram a redução do peso dos setores primário e secundário e o aumento do setor terciário (comércio, serviços, cuidado) no PIB

Realização:



Apoio:



são muito impressionantes. Em 2017, a participação do setor de serviços no PIB era, na França, de 70,3%; no Brasil, de 73,5%; e, no Japão, de 72%. Essa terceirização é um aspecto importante da convergência entre os países como a França, o Brasil e o Japão, em que os(as) empregados(as) do comércio e dos serviços tornaram-se majoritários(as).

Com a expansão dessa sociedade de serviços conforme afirma Hirata (2022), países como o Brasil começaram a refletir e criar políticas voltadas ao trabalho de cuidado.

No contexto internacional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotou, em 2011, a Convenção sobre Trabalho Decente para Trabalhadores Domésticos, reconhecendo esses profissionais como trabalhadores com os mesmos direitos que os demais. O Brasil, passa a adotar iniciativas, implementando legislações para regulamentar e proteger o trabalho doméstico e de cuidado.

Mesmo que a Constituição Federal de 1988 tenha assegurado direitos fundamentais aos empregados domésticos, como salário-mínimo, repouso semanal remunerado e aposentadoria. Posteriormente, a Lei nº 11.324/2006 expandiu esses direitos, abrangendo férias de 30 dias e estabilidade para grávidas. Já no ano de 2013, a Emenda Constitucional nº 72 equiparou os direitos dos trabalhadores domésticos aos dos demais trabalhadores urbanos e rurais, garantindo, por exemplo, jornada de trabalho definida e pagamento de horas extras (Cartaxo; Cabral, 2021).

A implementação da Política Nacional de Cuidados pode representar um passo importante para a valorização do cuidado como um bem público, promovendo maior equidade na distribuição dessas responsabilidades. Assim, em 2024 é regulamento no Brasil a Lei 15.069/24, com a proposta de criar uma rede de suporte mais robusta e eficaz no país, que garanta que nenhum grupo social esteja sobrecarregado com as responsabilidades de cuidado.

É preciso mudar o atual status desfavorecido e precário dos(as) trabalhadores(as) do cuidado – em um sentido amplo – no mundo inteiro, status esse associado à falta de reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado enquanto trabalho no seio dos grupos domésticos, que repercute sobre as condições de salário e a falta de direitos (Hirata, 2022, p. 37).

Nessa perspectiva, é necessário que o Estado busque diminuir a lacuna existente sobre o trabalho de cuidado, pois muitas mulheres estão exercendo atividade de forma precariza ou não-remuneradas. Hirata (2022, p. 85), afirma que

a globalização criou mais empregos para as mulheres, porém, ao mesmo tempo são empregos mais precários e vulneráveis. Em segundo lugar, a abertura dos mercados e a política de desregulamentação acarretaram condições de trabalho desfavoráveis para as mulheres, aumentando sua carga de trabalho remunerado e não remunerado. Em terceiro lugar, a globalização foi acompanhada por um processo de privatização: uma parte do trabalho de reprodução social realizada anteriormente pelo Estado recai sobre a esfera familiar e o mercado do trabalho precário (trabalho feminino pouco remunerado para garantir a reprodução social), ao passo que a redução dos serviços públicos aumenta o trabalho doméstico e de cuidado das mulheres.

Diante do contexto, a lei 15.069/24 deve fortalecer políticas públicas promovam infraestrutura e serviços de cuidado que reduzam essa carga excessiva de trabalho e equilibre a participação dos gêneros nas tarefas do lar.

Que seja criado serviços públicos de cuidado para assegure melhores condições para idosos e crianças, permitindo que recebam assistência qualificada e contínua. Segundo Hirata (2022), a valorização do cuidado é eficaz para garantir o bem-estar de populações vulneráveis e promover uma sociedade mais igualitária.

Realização:



Apoio:





Importante enfatizar que a Lei 15.069/24, traz à tona debates fundamentais sobre o trabalho reprodutivo social e sua interseção com o Estado e o mercado. A legislação, que inicialmente buscava regulamentar aspectos do trabalho de cuidado, acabou sendo revogada devido a pressões políticas e sociais, principalmente após a pandemia da COVID, 19. Onde, foi revelada contradições nas políticas públicas que expuseram a persistência da desvalorização do trabalho de cuidado na sociedade brasileira.

A revogação da Lei 15.069/24 expõe as contradições entre a necessidade do Estado de regulamentar o trabalho de cuidado e a resistência em reconhecê-lo como uma parte fundamental da economia. O cuidado, por ser um trabalho essencial para a reprodução social, não pode ser relegado à esfera privada ou tratado como uma responsabilidade individual ou da família. Sua regulação e valorização são questões centrais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Batista, 2018).

## Conclusão

A proposta da Lei 15.069/24 representava um avanço ao tentar regulamentar algumas dimensões do trabalho de cuidado no Brasil. No entanto, sua formulação ainda reflete a tendência neoliberal de mercantilização, transferindo responsabilidades estatais para o setor privado e precarizando ainda mais o trabalho de cuidado. Pois, a revogação da lei não significou um fortalecimento dos direitos trabalhistas ou um reconhecimento do trabalho de cuidado como basal para a economia e o bem-estar social. Ao contrário, ainda deixa uma lacuna na política que mantém a informalidade e a sobrecarga sobre grupos historicamente marginalizados, como mulheres negras e de baixa renda.

A revogação da Lei 15.069/24 ilustra as contradições do Estado em relação ao trabalho de cuidado: por um lado, há um reconhecimento crescente de sua importância; por outro, as políticas públicas seguem negligenciando a necessidade de uma regulamentação pujante e inclusiva. O debate sobre essa revogação deve, portanto, ser ampliado, trazendo à tona questões como a redistribuição do cuidado, a responsabilidade do Estado e as alternativas para garantir condições honradas a quem exerce esse trabalho.

É fundamental, assim que o trabalho reprodutivo social seja reconhecido como uma questão central na formulação de políticas públicas. A regulamentação do trabalho de cuidado deve ir além da lógica mercantil e considerar modelos que garantam direitos, proteção social e a valorização dessas atividades essenciais. Somente a partir de um compromisso efetivo do Estado e da sociedade será possível superar as desigualdades estruturais e promover justiça social e igualdade de gênero no Brasil.

## Referências

ARRUZZA, Cíntia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da reprodução social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. **Arquivos da História do Movimento Operário e da Esquerda**, n. 16, p. 37-69, 2020.

ARRUZZA, Cíntia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BATISTA, M. **Cuidado e reprodução social: uma análise crítica**. Rio de Janeiro: Editora Social, 2018

BATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social: remapear a classe, centralizar a opressão**. (Trad. Juliana Penna). São Paulo: Elefante, 2017.

Realização:



Apoio:



BATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. Editora Elefante, 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo, Porto Alegre: Edusp; Zouk, 2020.

BRASIL. Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006. Altera dispositivos das Leis nº s 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 19 de jul. de 2006.

BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 de dez. de 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CARTAXO, Ana Maria Baima; CABRAL, Maria do Socorro Reis (org.). **seguridade social, previdência e serviço social**: desafios do tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2021.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvara Mara de Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. Biblioteca Básica do Serviço Social, v.8. São Paulo: Cortez, 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. (Trad. Heci Regina Candiani). São Paulo: Boitempo, 1981.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, nº 10, p. 13 -38, 2017. Disponível em <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/issue/view/454>>. Acesso em 05. mar. 2025.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal**: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o que podemos fazer a respeito disso. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2022.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma controvérsia na teoria crítica. (Trad. Nathalie Bressiani). São Paulo: Boitempo, 2020.

GOMES, Giuliana Cristina Costa. **A subversão sutil dos papéis de gênero no conto "The last of the dragons"**. 2023. 11 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

GRESPLAN, Jorge. **Marx**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2021.

HIRATA, Helena. **O cuidado**: teorias e práticas. (Trad. Monica Stahe). São Paulo: Boitempo, 2022.

Realização:



Apoio:



IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro e questão social. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 11ª ed. São Paulo: Cortez; Peru: Celats, 2015.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

VOGEL, Lise. **Marxism and the oppression of women**: toward a unitary theory. Boston: Brill. 2013.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres**: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

Realização:



Apoio:



## ENTRE REVOLUÇÕES E PRECARIZAÇÕES: o trabalho agora em algoritmos<sup>106</sup>

Eduarda Soares da Silva Correia<sup>107</sup>

**Resumo:** O estudo tem como objetivo analisar os impactos da Uberização enquanto expressão atualizada da precarização laboral, compreendendo que a lógica neoliberal, combinada ao avanço tecnológico, tem produzido novas formas de exploração, marcadas por vínculos flexíveis e uma intensificação das expressões da “questão social”. Pretende-se elucidar as transformações do trabalho desde as revoluções industriais até o presente, bem como aprofundar o papel do Estado e das políticas públicas na consolidação desse cenário, visando compreender os impactos sobre a saúde e a vida dos trabalhadores. A metodologia empregada é de natureza qualitativa e bibliográfica, fundamentada na abordagem do materialismo histórico-dialético.

**Palavras-chave:** Precarização do trabalho; Estado; Uberização.

**Abstract:** The study aims to analyze the impacts of Uberization as an updated expression of job insecurity, understanding that neoliberal logic, combined with technological advances, has produced new forms of exploitation, marked by flexible employment relationships and an intensification of expressions of the “social question”. The aim is to elucidate the transformations of work since the industrial revolutions to the present, as well as to deepen the role of the State and public policies in the consolidation of this scenario, aiming to understand the impacts on the health and lives of workers. The methodology used is qualitative and bibliographic in nature, based on the approach of historical-dialectical materialism.

**Keywords:** Labor precarization; Uberization; State.

### Introdução

Nas últimas décadas, as transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pela expansão neoliberal e pelo avanço da tecnologia, têm impactado de forma significativa as condições de vida e saúde dos trabalhadores, que enfrentam uma realidade de precarização crescente.

No Brasil, essas mudanças são evidenciadas pela precarização das relações de trabalho, marcadas pela desregulamentação de direitos historicamente conquistados, pelo aumento do desemprego e pela expansão de atividades informais e autônomas, contribuindo para o surgimento de novas formas de exploração, como a Uberização do trabalho (Antunes, 2020) marcadas pela ausência de vínculos empregatícios e pela flexibilização extrema, apresentando uma falsa promessa de autonomia, enquanto ampliam a exploração laboral por meio de plataformas digitais.

Nesse cenário, observa-se a emergência de novas formas de organização produtiva, como o capitalismo de plataforma, que consolida o modelo *just-in-time* e *on-demand*, refletindo uma lógica de flexibilização laboral que intensifica a vulnerabilidade econômica e social dos trabalhadores.

Apesar das proteções trabalhistas ainda existentes no Brasil, o avanço neoliberal e tecnológico vem reconfigurando cada vez mais este cenário, depredando direitos e

<sup>106</sup> A pesquisa se baseia a partir do Trabalho de Conclusão de Curso de minha autoria.

<sup>107</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: eduardasoareshsc4@gmail.com.

Realização:



Apoio:



criando subempregos, como o fenômeno da Uberização para os que necessitam, atingindo milhares de trabalhadores – que têm um perfil determinado de raça e classe.

Com isso, a precarização do trabalho vem sendo recorrente, com a tecnologia instrumentalizada como ferramenta de aprofundamento da precarização, podendo ser notada de inúmeras formas, como a desproteção dos direitos trabalhistas, baixa remuneração, jornadas mais longas, exposição a ambientes insalubres e perigosos, além da instabilidade em manter o próprio emprego, o que dificulta a reivindicação por melhores condições.

## DESENVOLVIMENTO

Partindo da problematização de que a Uberização é uma expressão contemporânea de um processo mais amplo de desestabilização das garantias dos direitos trabalhistas, deve ser reconstruído criticamente o percurso das revoluções industriais até o atual regime, o da Era digital.

Cada nova fase do desenvolvimento produtivo implicou reconfigurações profundas nas formas de exploração do trabalho, nos dispositivos de controle social e nos modos de subjetivação dos trabalhadores, compreendendo que a precarização do trabalho é um processo histórico que acompanha a evolução das formas de produção capitalista, pois desde a Primeira Revolução Industrial, observam-se mudanças estruturais nas relações entre capital e trabalho, marcadas por intensificação da exploração, controle disciplinar e desumanização da força de trabalho.

Com o advento da Segunda Revolução Industrial e a introdução do modelo fordista, o trabalho foi racionalizado em linhas de montagem, ampliando a produtividade, mas também a alienação do trabalhador. Posteriormente, já na Terceira Revolução Industrial, o Toyotismo introduziu a flexibilização da produção, preparando terreno para a lógica neoliberal, dado que

O trabalho passa a ser contabilizado como um mero custo variável, pelo qual o capitalista busca diminuir a sua participação no custo total. Há uma brutal elevação de custo fixo nas operações das empresas, fruto das novas inversões em modernização de maquinário, processos, produtos e novas tecnologias (Farah Júnior, 2000, p. 49).

Apesar da terceira onda ainda ser eminente, inúmeras pesquisas já apontam uma Quarta Revolução Industrial, também conhecida como Indústria 4.0, a qual se concentra principalmente “na integração de várias tecnologias que permitem que os ecossistemas funcionem de maneira inteligente e autônoma, descentralizando fábricas e integrando produtos serviços” (Marnewick; Marnewick, 2019, p. 942, apud Duque, 2023, p. 16). A mesma, notada em diversos âmbitos do trabalho, pode ser interpretada como uma combinação entre o neoliberalismo e o avanço massivo das tecnologias, e tem redesenhado as configurações do mundo do trabalho nas últimas décadas.

Nas últimas décadas do século XX, assistiu-se à consolidação de uma nova racionalidade política e econômica que vem promovendo uma reorganização profunda das relações sociais: o neoliberalismo. Mais do que um conjunto de medidas econômicas, o neoliberalismo constitui, como argumentam Dardot e Laval (2016), uma nova racionalidade que ultrapassa a esfera econômica e penetra profundamente nas relações, instituições e até mesmo nas subjetividades, transformando o mercado em um organizador da vida social, além de impor com mais veemência a lógica da concorrência, da eficiência e da responsabilidade individual como normas.

A lógica neoliberal opera através de mecanismos que remodelam o sujeito contemporâneo como um “empreendedor de si”, sendo responsável por seu êxito ou fracasso no mercado, desresponsabilizando o Estado e promovendo uma responsabilização individual, uma vez que a segurança proporcionada pelos direitos

Realização:



Apoio:





sociais e/ou trabalhistas é substituída pela lógica da meritocracia e do risco individualizado.

Com a ascensão da Indústria 4.0, observam-se novas práticas que intensificam a precariedade. A intermediação algorítmica das plataformas digitais modifica a lógica da subordinação direta, instituindo um modelo de comando e controle mediado por aplicativos e inteligências artificiais, com promessas de liberdade e autonomia oferecidas por essas plataformas que mascaram relações profundamente desiguais e um regime de metas invisível, altamente violento e desregulado. Como destaca Antunes (2020), vivencia-se uma nova morfologia do trabalho, marcada pela informalidade, flexibilidade extrema e ausência de direitos sociais.

Nesse cenário, as políticas públicas voltadas à proteção social são tratadas como entraves, justificando contrarreformas (Behring, 2018) que reduzem o papel do Estado e transferem aos indivíduos o ônus da sua própria sobrevivência. Essa racionalidade reconfigurou profundamente o mundo do trabalho, com contrarreformas estruturais promovidas em nome da flexibilização e da modernização das relações trabalhistas, resultando na intensificação da precarização do trabalho, tornando-o cada vez mais volátil, incerto e desprovido de garantias.

Standing (2014) aponta para o surgimento do “precariado” como uma nova classe social, desprovida de garantias e inserida num ciclo de instabilidade permanente, que é composta por indivíduos que vivem em condições de insegurança crônica, sem vínculos estáveis, acesso regular a direitos ou representação sindical efetiva, não compartilhando as proteções conquistadas pela classe trabalhadora tradicional, tampouco possuindo o capital econômico e cultural das camadas superiores.

Abílio (2014), por sua vez, destaca como os discursos do empreendedorismo e da liberdade de escolha, amplamente difundidos pelas plataformas, despolitizam a exploração e a transformam em projeto pessoal. Na prática, o trabalhador se torna refém de algoritmos e avaliações de desempenho, submetido a jornadas longas, sem intervalos definidos, e com renda imprevisível.

Fruto das três revoluções industriais anteriores, na Indústria 4.0 perpetua-se o capitalismo de plataforma, que tem se consolidado ao longo dos últimos anos e recebe este nome por Srnicek (2018), que segundo Kalil (2021) visava colocar as plataformas digitais no centro do debate e tratar esse fenômeno como uma das expressões do capitalismo, visto que ele tem uma organização na qual

As plataformas não apenas organizam os mercados a que se dedicam, mas também plasmam o formato que esse mercado tomará ao definirem as regras de interação, geração de valor e distribuição do valor dentro de seu ecossistema (Srnicek, 2018, p. 47).

À vista disso, graças à ascensão tecnológica, as plataformas digitais são o enfoque central junto ao trabalho majoritariamente intermitente, criando uma nova morfologia do trabalho, a qual Antunes (2020) se refere como Uberização do Trabalho, marcada por relações laborais instáveis, pela informalidade e pela subordinação disfarçada sob a roupagem da autonomia, que beira uma condição que o mesmo considera como uma “escravidão digital”.

Estes novos traços visam difundir a ideia de um trabalho mais “humanizado”, que pode até mesmo ser usado como uma “renda extra” e que não é preso à CLT, pois o trabalhador faz o seu próprio horário, visto que a proposta não é uma relação entre patrão x funcionário, mas sim colaborador x colaborador, distanciando cada vez mais o indivíduo dos direitos trabalhistas.

Como consequência, a baixa remuneração é justificada sob o argumento de que “se não trabalhar não recebe”, remetendo à ótica de Marx (2013), que se refere à força de trabalho como o instrumento do trabalho propriamente dito, sendo assim, seu valor é determinado de acordo com a quantidade de trabalho necessário exigido para

Realização:



Apoio:



perpetuá-la, contudo, na prática o capitalista paga ao assalariado o valor/preço de sua força de trabalho e não todo o trabalho (Marx, 2013), urgindo a necessidade do trabalhador vender excessivamente sua mão de obra frequentemente abaixo do seu valor.

Vale ressaltar que, consoante Giniyatullin, Makarova e Shubenkova (2019), a Uberização não se limita somente ao mercado de transporte, pois ela tem se difundido em outros setores como a educação, medicina, serviços financeiros, bancários e comércio e outros. Por exemplo, alguns revendedores, que, embora sejam formalmente autônomos, estão submetidos a um controle rígido imposto pelas empresas fornecedoras dos produtos, fruto de uma precarização no mercado informal (Abílio, 2014).

A precarização, portanto, não é um subproduto do avanço tecnológico, mas sim uma estratégia deliberada de reorganização do trabalho em consonância com a racionalidade neoliberal.

É importante ter em mente que “as empresas baseiam essas escolhas estratégicas em fatores econômicos que são inevitavelmente influenciados por dependências globais e desequilíbrios de riqueza e poder” (Casilli, 2021, p. 128), e com isso é mais comum ver esse fenômeno sendo difundido em áreas mais periféricas, em detrimento das zonas elitizadas.

É o caso da Baixada Fluminense, considerada “periferia da periferia” (Alves, 2019, p. 111), visto que é uma região atravessada pela pobreza e “violência política”, conforme Alves (2003) e Barreto (2007), que destacam como a violência na Baixada não se limita à criminalidade comum, mas está profundamente enraizada nas estruturas de poder local, onde grupos armados e elites políticas se entrelaçam, utilizando a violência como instrumento de controle e manutenção de hegemonia.

Esse território, para Seixas (2023), tem seu conceito considerado polissêmico, sendo alterado de acordo com a imagem que quer ser passada, pois

o conceito de Baixada Fluminense não é consensual entre os pesquisadores, variando o recorte, ora contemplando os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Japeri, Queimados e Mesquita (que tiveram a Vila de Iguaçu por berço e formam a Grande Iguaçu), ora incluindo também Magé, Guapimirim, Paracambi, Seropédica e Itaguaí. Essa inclusão-exclusão no rol dos municípios que comporiam a Baixada Fluminense refletiria uma opção das forças políticas locais de se inserirem ou não em sua composição territorial (Seixas, 2023, p. 11-12).

Enne (2013) vai apontar determinados fatores que conceituam os múltiplos sentidos atribuídos à Baixada Fluminense, território frequentemente ligado ao campo do “não-lugar” construído historicamente a partir de narrativas hegemônicas que operaram para sua estigmatização, como por exemplo a compreensão da Baixada enquanto um território de “um lugar ermo, até então agrário e que vinha sendo basicamente ocupado por sistemas de loteamento para migrantes que trabalhariam na capital” (Enne, p. 8, 2013) até a criação da linha vermelha, em 1994, que aproximou fisicamente o território da Baixada ao do Rio de Janeiro, representou também a “distância não só física como simbólica” (Enne, p. 8, 2013) entre as cidades.

Outrossim, sob a perspectiva de Enne (2013), a Baixada sofre um processo polissêmico, no qual sua compreensão é dividida, talvez pelo fato de que “a “Baixada Fluminense” é uma coleção de lugares, todos resultantes dos contextos de interação e das experiências dos mais diversos agentes sociais.” (Enne, p. 14, 2013) - tratando então de diversas “Baixadas Fluminenses”, e não de uma só Baixada, sobretudo ao considerar o marcador étnico-racial presente.

Essa dinâmica histórica de exclusão e marginalização contribuiu para a formação de um território onde o desemprego formal é persistente e a informalidade se tornou a principal forma de inserção no mercado de trabalho.

Realização:



Apoio:



Nesse contexto, a expansão das plataformas digitais de trabalho encontra terreno fértil com a promessa de flexibilidade e autonomia oferecida para uma população historicamente excluída de oportunidades formais de emprego.

Sob a leitura de Gramsci (2016), é possível compreender o Estado como espaço de disputa de projetos hegemônicos, tendo no cenário atual o papel coercitivo prevalecido, em que o Estado atua como mediador da hegemonia neoliberal, promovendo a flexibilização das relações de trabalho e a financeirização da economia. Como resultado, há a crescente responsabilização individual pela sobrevivência no mercado de trabalho, com destaque para o discurso da meritocracia, que esconde as desigualdades estruturais.

No contexto brasileiro, o Estado historicamente oscilou entre momentos de regulação protetiva e períodos de abertura ao capital. Sob a lógica neoliberal, entretanto, consolidou-se um modelo de Estado mínimo na proteção social, ao mesmo tempo em que se fortalece enquanto gestor dos interesses do mercado, com “contrarreformas” (Behring, 2019), como a trabalhista (Lei 13.467/2017) e a previdenciária (EC 103/2019) representando marcos do desmonte dos direitos sociais.

A Contrarreforma Trabalhista de 2017, que aconteceu no Governo Temer, deve ser compreendida dentro desse movimento global de reorganização neoliberal do trabalho, pois ao flexibilizar vínculos empregatícios, permitir a negociação direta entre patrão e empregado e legitimar novas formas contratuais precarizadas — como o trabalho intermitente —, a contrarreforma fragilizou a rede de proteção estabelecida pela CLT e legitimou a ausência de jornada fixa no trabalho e se aproximou mais da lógica Toyotista e do modelo “Just-in-Time”, onde o empregador só contrata por demanda.

Um aspecto importante que sofreu alteração foi o §2º do art. 58 da CLT, que passa a não computar na jornada de trabalho o deslocamento do trabalhador até o seu ambiente de trabalho, por “não ser tempo à disposição do empregador (Brasil, 2017)”.

Compreendendo que, para Thompson (1998) no modo de produção capitalista o seu próprio tempo é a única mercadoria que o trabalhador possui, enquanto para o detentor do capital “tempo é dinheiro”, aponta-se que esta questão é perdida ao que tange à alteração na computação das horas de deslocamento, compreendendo que, para Marx (Marx, 1980, 260-261 apud Pereira, 2016), uma das partes da jornada de trabalho é determinada pelo tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho do próprio trabalhador, mas sua magnitude total varia com a duração do trabalho excedente.

O incentivo estatal ao empreendedorismo e à “livre iniciativa” alimenta a disseminação de modelos como a Uberização, respaldando juridicamente a informalidade e criando brechas para a ampliação da terceirização e do trabalho intermitente, enquanto em territórios como a Baixada Fluminense, essas políticas se traduzem em ausência de oportunidades formais de emprego, intensificando a adesão a atividades por aplicativo como única possibilidade de renda. Os programas públicos se revelam insuficientes, centrados em ações pontuais, com baixa articulação entre as políticas sociais e ausência de uma proposta de desenvolvimento territorial estruturante.

Nesse cenário, as políticas públicas voltadas ao campo do trabalho constituem instrumentos centrais na mediação entre o Estado e as demandas da classe trabalhadora, sendo responsáveis tanto por assegurar direitos quanto por orientar as formas de regulação do mercado de trabalho. Historicamente, essas políticas têm assumido distintos formatos e significados conforme o projeto político em disputa, ora ampliando a proteção social e os direitos trabalhistas, ora subordinando-se à lógica do mercado, sobretudo em contextos de avanço do neoliberalismo.

Para o IPEA (2025), as políticas públicas reunidas na área do Trabalho e Emprego “têm por objetivos promover a proteção ao emprego; estimular o primeiro

Realização:



Apoio:



emprego; integrar e articular as políticas públicas direcionadas aos trabalhadores rurais; e promover e ampliar a formalização nas relações de trabalho”.

As políticas públicas atuais, nesse sentido, passam a operar dentro de uma racionalidade gerencial, que prioriza a redução de custos e a adaptação dos trabalhadores às exigências do mercado, muitas vezes em detrimento da dignidade do trabalho.

Os efeitos da Uberização ultrapassam a esfera econômica, alcançando diretamente a saúde física e mental dos trabalhadores, pois a ausência de direitos trabalhistas e de garantias mínimas contribui para o adoecimento generalizado dessa força de trabalho.

Ademais, dados revelam uma realidade marcada pela precarização, insegurança social e ausência de direitos trabalhistas, tendo como um dos aspectos mais críticos a desfiliação progressiva desses trabalhadores da Previdência Social, além do enfraquecimento dos sindicatos, que têm enfrentado grandes desafios históricos e contemporâneos desde a Contrarreforma Trabalhista, uma vez que ocorreram mudanças estruturais que enfraqueceram a obrigatoriedade da contribuição sindical, prejudicando não somente a sustentabilidade financeira e organizacional das entidades sindicais, como resultando em uma perda de identidade, em razão da fragmentação do trabalho e das crescentes formas precarizadas de emprego, como o trabalho informal e as plataformas digitais.

Nesse cenário, observa-se que a fragilização dos sindicatos não representa apenas uma crise conjuntural, mas um processo histórico de esvaziamento de suas funções políticas e sociais, pois a substituição de vínculos empregatícios estáveis por relações flexíveis, intermitentes ou mediadas por plataformas digitais compromete a própria possibilidade de construção de coletividade, produzindo uma subjetividade voltada para o empreendedorismo de si mesmo, que se opõe frontalmente à lógica de solidariedade de classe.

A exaltação da autonomia individual, ainda que ilusória, enfraquece os laços de pertencimento e mina os mecanismos de mobilização coletiva, ao passo que desloca para o indivíduo a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso no mercado de trabalho, logo, o sindicato deixa de ser percebido como uma ferramenta de luta coletiva e passa a ser visto, por muitos, como uma estrutura burocrática ou obsoleta.

Além disso, há uma sobrecarga de trabalho, e consequentemente, rebatimentos concretos e graves no campo da saúde e da segurança, como o aumento expressivo dos acidentes de trânsito envolvendo motociclistas, que tem sido diretamente associado à expansão do trabalho por aplicativos de entrega, e a vulnerabilidade à violência urbana, que tem se tornado um dos aspectos mais críticos do cotidiano dos trabalhadores por aplicativo.

O adoecimento não é uma exceção, mas uma tendência crescente e estrutural, pois os desgastes físicos e psíquicos dos trabalhadores refletem as exigências e pressões próprias de sistemas produtivos precarizados e exploratórios.

Para entregadores e motoristas, lesões por esforço repetitivo, problemas osteomusculares e fadiga extrema são recorrentes, assim como a exposição constante ao trânsito intenso e à poluição atmosférica contribui para o agravamento de problemas respiratórios e cardiovasculares.

Seligmann-Silva (2017, p.107) reflete sobre os fatores psíquicos atrelados às condições objetivas de trabalho e pondera: “a continuidade de situações opressivas e decepções no trabalho, na inexistência de possibilidades de mudança ou enfrentamento, conduz o processo de desgaste a uma progressão que dará lugar a quadro clínico de transtorno psíquico e/ou psicossomático”.

O óbice é que a ausência de um marco regulatório específico para o trabalho mediado por plataformas digitais tem aprofundado a precarização da saúde desses

Realização:



Apoio:



trabalhadores, impedindo que sejam contemplados pelas políticas públicas de saúde do trabalhador.

A ausência de garantias estatais mínimas amplia a vulnerabilidade desses trabalhadores, que, além da exploração econômica, enfrentam uma exposição cotidiana à morte, e essa negligência evidencia a assimetria da relação entre plataformas e trabalhadores: ao mesmo tempo em que são dependentes dos algoritmos para gerar renda, estão completamente desamparados diante da violência urbana e da ausência de direitos.

Percebe-se então que os corpos desses trabalhadores são explorados até o limite, resultando em um processo de desgaste físico no trabalho informal sem que haja qualquer preocupação com a reconstituição da força de trabalho. Trata-se de um ciclo de desgaste acelerado e não recomposto, o que gera, no médio e longo prazo, o adoecimento estrutural de uma categoria inteira, pois no mundo capitalista, o trabalhador é visto como apenas um número, mais uma mão de obra dentre a extensa classe operária, especialmente em tempos contemporâneos onde o capitalismo de plataforma rouba a cena – Agora o trabalhador é só mais um “algoritmo”.

Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia, conforme Bortolon (2023), em 2023 existiam cerca de 1,27 milhão de pessoas trabalhando como motoristas e outras 385 mil como entregadores para aplicativos no Brasil. É importante ter em mente que dentre estes trabalhadores há um padrão de perfil, a saber: 95% são homens, dos quais 62% declaram-se pretos ou pardos, e têm em média 39 anos. Já entre os entregadores, 97% são homens, dos quais 68% se declaram pretos ou pardos, com idade média de 33 anos (Bortolon, 2023).

Ao analisar tais dados, faz-se necessário rememorar que não há debate de classes sem discutir raça, conforme Souza (2003) aponta, defendendo que o último é o mais relevante no cenário do debate de divisão social, visto que nas sociedades multirraciais “se amalgamam as contradições de raça e classe” (Carneiro, 2023, p. 58). Por isso, a pobreza torna-se uma “condição crônica da existência negra, na medida em que a mobilidade de classe se torna controlada pela racialidade” (Carneiro, 2023, p.58), chegando à conclusão de que “nós somos pobres porque somos negros” (Mano a mano, 2022).

Dessa forma, ao analisar o perfil dos trabalhadores por aplicativos no Brasil, torna-se evidente que as questões de gênero, raça e saúde mental se entrelaçam e revelam desigualdades estruturais profundas, sendo fundamental tal compreensão para dimensionar os impactos da Uberização e pensar alternativas que considerem os marcadores sociais da diferença como elementos centrais na formulação de políticas públicas e estratégias de proteção social.

## Conclusão

A análise empreendida ao longo deste trabalho permitiu compreender de forma crítica como o avanço da racionalidade neoliberal, articulado às transformações tecnológicas da Indústria 4.0, tem reconfigurado o mundo do trabalho, acentuando formas de exploração que já vinham sendo gestadas desde etapas anteriores do desenvolvimento capitalista. A Uberização, neste contexto, se consolida como uma das expressões mais perversas da precarização, intensificando a informalidade, a desproteção social e o adoecimento da classe trabalhadora, especialmente os inseridos em territórios historicamente marginalizados, como a Baixada Fluminense.

Com base em uma análise histórico-crítica fundamentada nos aportes do materialismo histórico-dialético, foi possível identificar que as contrarreformas presentes no Estado brasileiro, em confluência com a lógica do capital financeiro, vêm contribuindo para um cenário de flexibilização de direitos e fragilização da proteção social, ampliando a informalidade e a instabilidade no mundo do trabalho.

Realização:



Apoio:





Nesse contexto, trabalhadores por aplicativo se encontram em situação de vulnerabilidade constante, submetidos a longas jornadas, sem garantias trabalhistas, enfrentando insegurança alimentar, violência urbana e sofrimento psíquico.

Ao se debruçar sobre os impactos da Uberização, identificou-se um cenário alarmante de adoecimento, com destaque para os transtornos mentais, cujas jornadas extenuantes, ausência de vínculos e insegurança financeira dificultam até mesmo o reconhecimento da condição de sofrimento, muitas vezes invisibilizados pelas estatísticas e fomentados pelo discurso da meritocracia e da "autonomia", assim como uma perda significativa do sindicalismo e da identidade coletiva.

A naturalização da precariedade, travestida de empreendedorismo, aprofunda desigualdades e mascara relações de subordinação, reproduzindo a lógica da exploração sob uma nova roupagem, e, ao longo do escrito, ficou evidente que a precarização do trabalho e o avanço neoliberal não são fenômenos isolados, pelo contrário, são interligados, e conceberam ao mundo do trabalho uma nova (re)configuração: o fenômeno da Uberização.

## Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Sem maquiagem**: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo, 2014.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2003.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: Uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Notícias de uma guerra: estratégias, ameaças e orações. **Horizontes Antropológicos**, v. 13, n. 27, p.183-212, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social** – ENPESS, 16, 2018, Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, 2019. p. 1-19.

BORTOLON, Eugênio. Como a terceirização e a uberização precarizam as condições de vida dos trabalhadores. **Brasil de Fato**, 24 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/07/24/como-a-terceirizacao-e-a-uberizacao-pr>>. Acesso em: 19 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. Brasília: Imprensa Oficial, 2017. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASILLI, Antonio A. Waiting for robots: the ever-elusive myth of automation and the global exploitation of digital labor. **Sociologias**, 23, p. 112-133, 2021.

Realização:



Apoio:



DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUQUE, Natália de Moraes. **Uberização do trabalho no Brasil em tempos de crise**: uma opção ao desemprego. 2023. 93f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Escola de Engenharia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2023.

ENNE, Ana Lucia. A redescoberta da Baixada Fluminense: reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico. **PragMATIZES** – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, Niterói, n. 7, p. 1–18, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10356>>. Acesso em: 14 maio 2025.

FARAH JÚNIOR, Moisés Francisco. A terceira revolução industrial e o novo paradigma produtivo: algumas considerações sobre o desenvolvimento industrial brasileiro nos anos 90. **Revista FAE**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 45–61, 2000. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/501/396>>. Acesso em: 16 jun. 2025.

GINIYATULLIN, I.; MAKAROVA, I.; SHUBENKOVA, K. The Use of Uberization Principles to Improve Social Taxi Services, 2019. In: **Anais [...]**. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SEM ENGENHARIA DE SISTEMAS ELETRÔNICOS (DeSE), XII, 2019, p. 817-822. Disponível em: <<https://sci-hub.se/downloads/2020-05-18/6d/giniyatullin2019.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

KALIL, Renan Bernardi. Capitalismo de plataforma: o conceito que melhor explica as relações de trabalho digitais. **Carta Capital**, São Paulo, 26 out. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/capitalismo-de-plataforma-o-conceito-que-melhor-explica-as--relacoes-de-trabalho-digitais/>>. Acesso em: 17 dez. 2024.

Mano a Mano: Sueli Carneiro. Entrevistada: Sueli Carneiro. Entrevistadores: Mano Brown e Semayat Oliveira. São Paulo: **MugShot**, Boogie Naípe, 26 mai. 2022.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

PÚBLICAS, Catálogo de Políticas. Trabalho e Emprego. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**. 30 abr. 2025. Disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/area-tematica/15/trabalho-e-emprego>. Acesso em: 6 jun. 2025.

SEIXAS, Antônio. Reflexões sobre a genealogia do conceito de Baixada Fluminense: a Baixada da Guanabara, a Grande Iguaçu e o município de Magé. In: ROCHA, André Santos da; SALES, Jean Rodrigues (org.). **Sociedade-Natureza na Baixada Fluminense**: perspectivas de investigação. Seropédica: Ed. UFRRJ, 2023.

SELIGMANN-SILVA, Edith *et al.* O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 187–191, dez. 2010. Disponível em:

Realização:



Apoio:



<<https://www.scielo.br/j/rbso/a/WLqRPd87NwyFw5sq83tS6nM/>>. Acesso em: 19 maio 2025.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania:** para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas.** (Trad. Aldo Giacometti) Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2018.

STANDING, Guy. **O precarizado:** a nova classe perigosa. (Trad. Cristina Antunes). 1. ed. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALENTIM, Meiryellem Pereira. **Trabalho em vertigem:** ação sindical e saúde do trabalhador em uma universidade pública federal em tempos de contrarreformas e de pandemia de COVID-19. 2022. 324 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2022.

Realização:



Apoio:



## **A NOVA FRONTEIRA DO FETICHISMO: tecnologia, ideologia e manipulação no capitalismo contemporâneo**

Cézar Maranhão<sup>108</sup>

**Resumo:** O presente estudo tem como ponto de partida a análise das atuais características manipulatórias do capitalismo contemporâneo e seus impactos para a luta ideológica dos trabalhadores. O principal objetivo aqui é resgatar a categoria da “manipulação”, elaborada por György Lukács no capítulo sobre “Alienação” em sua obra *Para uma Ontologia do Ser Social* e realizar uma atualização do debate à luz das transformações capitalistas contemporâneas analisando os seus principais impactos na luta ideológica atual.

**Palavras-chave:** Tecnologia, Ideologia e Manipulação.

**Abstract:** This study takes as its starting point an analysis of the current manipulative characteristics of contemporary capitalism and its impact on the ideological struggle of workers. The main objective here is to revisit the category of “manipulation,” developed by György Lukács in the chapter on “Alienation” in his work *Toward an Ontology of Social Being*, and to update the debate in light of contemporary capitalist transformations, analyzing their main impacts on the current ideological struggle.

**Keywords:** Technology, Ideology, and Manipulation.

### **Introdução**

Este breve artigo é parte de um projeto de pesquisa que tem como ponto de partida o estudo das atuais características manipulatórias do capitalismo contemporâneo e seus impactos para a luta ideológica dos trabalhadores. O principal objetivo aqui é resgatar a categoria da “manipulação”, elaborada por György Lukács no capítulo sobre “Alienação” em sua obra *Para uma Ontologia do Ser Social* e realizar uma atualização do debate à luz das transformações capitalistas contemporâneas analisando os seus principais impactos na luta ideológica atual.

Nas suas últimas obras publicadas Lukács (2018; 2014) mostra como da tendência de expansão e de concentração do capital se desenvolve um amplo sistema de manipulação que se espraia pelos múltiplos aspectos da vida cotidiana e assume as mais inesperadas formas de degradação da vida material e espiritual da humanidade. Segundo o autor, o surgimento da manipulação capitalista está ligado ao surgimento da produção em massa e sua mediação em relação aos consumidores singulares. Para captar as informações sobre qualidade da mercadoria, interesses de consumo, demanda de mercado, tal sistema de manipulação passa ser indispensável no atual patamar de desenvolvimento econômico do capitalismo. O que Lukács não viu é que atualmente o imperativo da manipulação torna-se cada vez mais fundamental para a economia capitalista baseada no padrão de acumulação flexível que tende a espraia a manipulação para setores ainda mais vastos e ocupando espaços até então inalcançáveis da vida social.

### **Gênese e desenvolvimento da indústria da manipulação**

---

<sup>108</sup> Professor Associado da Escola de Serviço Social da UFRJ e Doutor em Serviço Social pela UFPE. Email: cezarmaranhao@gmail.com

Realização:



Apoio:



Foi na etapa de desenvolvimento do capitalismo monopolista (mais ou menos a partir da década de 1960) que o sociólogo marxista francês Henry Lefebvre ao analisar o cotidiano das grandes cidades europeias percebeu uma tendência do capital monopolista de não só desenvolver mecanismos cada vez mais sofisticados de controle e disciplinamento dos trabalhadores nas mais variadas esferas de produção e circulação de mercadorias, mas também a necessidade de construir um conjunto de procedimentos para direcionar o pensamento e as ações dos trabalhadores quando estão desfrutando de suas horas de lazer através de mecanismos de controle e direcionamento do consumo privado de mercadorias. Ao identificar essa tendência nascente na sociedade capitalista de controlar o consumo dos indivíduos nas suas horas de lazer Lefebvre (1991) nomeou-a de “sociedade burocrática do consumo dirigido”.

Já para György Lukács, em sua obra madura, o que se coloca sob análise é a indubitável marca de uma fase superior do capitalismo que ao demandar um controle e disciplinamento mais intenso dos trabalhadores em seu local de trabalho exige também a manipulação dos comportamentos nas mais variadas esferas da vida social. Para Lukács (2014) o caráter essencialmente manipulatório do capitalismo atual nasceu da necessidade do capital, surgida principalmente depois da significativa diminuição da jornada de trabalho e do crescimento gradativo do tempo livre do trabalhador, de expandir a grande indústria capitalista para todos os poros da vida social incluindo aí o tempo de lazer do trabalhador que passa a ser visto como tempo de consumo.

Em sua obra madura Lukács (2014) vincula o surgimento da moderna manipulação com a predominância da mais-valia relativa na dinâmica de exploração capitalista e a emergência da sociedade de consumo de massa de mercadorias. Na medida em que a forma de exploração capitalista tende a se acentuar através da mais-valia relativa alteram-se as condições de vida da força de trabalho, não só no que diz respeito a sua relação com o processo de trabalho, mas também com a vigência de um novo modo de vida e de consumo de mercadorias.

A exploração da classe operária passa cada vez mais da exploração através da mais-valia absoluta para a que se opera através da mais-valia relativa. Isto significa que é possível um aumento da exploração ao lado de um aumento do nível de vida do trabalhador (Lukács, 2014, p. 66).

Surge assim um novo modo de organização do tempo livre e consumo com implicações decisivas no plano da subjetividade do trabalhador. Cada vez mais o capital para vender as mercadorias produzidas em massa e realizar a mais-valia é obrigado a construir um gigantesco aparato ideológico para manipular massivamente os consumidores. Tal tendência intensificada no momento histórico do pós-segunda guerra mundial, irá influenciar a vida cotidiana da maior parte dos seres humanos de um modo nunca visto antes, direto, dirigente, ativo e mais intenso, como jamais foi possível nas formas econômicas precedentes. Segundo Lukács (2014, p. 66),

Mas, com os meios da grande indústria, surge um produto destinado ao consumo de massa (basta pensar em produtos tais como lâminas de barbear) que torna necessário um aparato especial para levar milhões de lâminas de barbear aos consumidores particulares. Estou convencido de que todo o sistema de manipulação, do qual estamos falando surgiu desta necessidade e depois se estendeu também à sociedade e à política. Agora este mecanismo domina todas as expressões da vida social, desde as eleições do presidente até o consumo de gravatas e cigarros. Basta folhear algumas revistas para encontrar exemplos suficientes deste fenômeno.

Para as massas trabalhadoras do passado capitalista o consumo apresentava-se como uma forma de limitação de suas possibilidades de vida, contra a qual se via obrigado a lutar. Na realidade do “capitalismo tardio” uma grande parte dos

Realização:



Apoio:





trabalhadores é dominada pela aspiração a elevar sempre mais o seu nível de vida que no fim das contas é valorizado positivamente. À primeira vista, o imediato interesse econômico do capitalismo em relação aos campos por este dominados pelo consumo e pelos serviços parece limitar-se ao aumento do comércio e, portanto, do lucro. No entanto, tal interesse imediato pôs em movimento um gigantesco aparato de marketing e propaganda, cada vez mais amplo e generalizado, que não se contenta somente em elogiar objetivamente as mercadorias, mas submete os consumidores a uma intensa pressão moral cotidiana. O consumo vai transformando-se em uma questão de prestígio, de “imagem”, que o indivíduo adquire ou conserva por causa daquilo que ele usa para o próprio consumo. Tais características substituem velhas formas de alienação capitalista por novos fenômenos de reificação que dominam a vida cotidiana direcionando as escolhas dos consumidores.

### **A manipulação nasce na fábrica? restauração capitalista, quarta revolução técnico-científica e gestão da força de trabalho**

Sem dúvidas as técnicas de controle e disciplinamento da força de trabalho, identificadas por Braverman (1987) ao longo do século XX, e as estratégias de manipulação dos consumidores, analisadas por Lefebvre e Lukács, nos anos 1960 e 1970, se intensificaram nas últimas décadas de desenvolvimento das forças produtivas sob as contraditórias relações sociais de produção capitalistas. Ao longo dos últimos cinquenta anos um farto conjunto de pesquisas já mostrou que ocorreram importantes transformações na dinâmica de acumulação capitalista. Tais alterações tiveram como objetivo enfrentar uma crise estrutural do capitalismo gerada pela tendência a queda da taxa de lucros e pelo esgotamento da “onda longa expansiva” capitalista que garantiu mais de duas décadas de significativo crescimento econômico.

Com o objetivo de superar a crise capitalista, o binômio que sustentou a organização fordista (produção e consumo e massa) passará a ser substituído por novas formas de organização empresarial que afetam toda a cadeia de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias. As novas formas de gestão e organização do trabalho, que vem se desenvolvendo desde meados dos anos 1970, buscam tornar-se a produção “flexível”, ou seja, capaz de adaptar-se rapidamente a diferentes exigências e contingências do mercado. Dessa forma, os princípios organizacionais formulados por Taiichi Ohno, na fábrica da Toyota, difundiram-se e passaram a caracterizar a maior parte dos ambientes fabris pelo mundo. A introdução do trabalho por equipe, o enxugamento dos estoques e o controle de qualidade com o objetivo da extinção total de defeitos nas mercadorias produzidas são alguns desses novos elementos organizacionais (Antunes, 2009).

Para o pesquisador francês Jean-Pierre Durand (2003) pode-se afirmar que com as mudanças na organização produtiva capitalista que buscam minimizar as crises de superprodução, o “fluxo produtivo fordiano”, baseado na produção/consumo contínuo e em massa, é progressivamente substituído pelo que o autor chama de “fluxo produtivo tensionado”. Este nasceu de um planejamento produtivo baseado na “pilotagem pelo fim”, ou seja, a ideia de que só se deve fabricar aquilo que o mercado já tenha demandado. Através desse conceito toda a cadeia de produção é reorganizada eliminando os estoques e fazendo com que cada posto de trabalho seja cliente daquele logo acima entregando os produtos ou serviços necessários de acordo com a quantidade demandada.

Para que essa cadeia de produção, que produz de acordo com a demanda, funcione é necessário existir um duplo fluxo de informações. Um fluxo informacional de cima para baixo, que busca repassar as informações sobre planejamento das matérias-primas e das disponibilidades dos meios para tornar a produção possível. E um outro fluxo de informações, mais importante para esse tipo de produção, que é continuamente

Realização:



Apoio:



gerado pelas demandas vindas dos consumidores repassadas para que os agentes produtivos planejem sua atividade de acordo com a demanda.

O espraiamento do sistema de organização e gestão da produção baseado no “fluxo tensionado” gera a necessidade crescente de acompanhamento em tempo real das performances produtivas e o monitoramento ininterrupto das demandas que, por sua vez, exigem o tratamento rápido e preciso de quantidades cada vez maiores de informação sobre as diversas etapas da cadeia de produção, distribuição e consumo de mercadorias. Por isso, nessa nova combinatória produtiva, nascida no curso das últimas décadas, o investimento em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) se torna ainda mais importante, pois estas fornecem a base material para uma nova etapa de racionalização e controle da força de trabalho. Tal tendência em ampliar as estratégias e equipamentos tecnológicos de mensuração e controle das mais variadas atividades ligadas a investimentos, produção, distribuição e consumo de mercadorias ganhará novo impulso com a emergência da quarta revolução técnico-científica.

A chamada indústria 4.0 é um conjunto de iniciativas tecnológicas cujo desenvolvimento remonta a Alemanha no início dos anos 2000. Um conjunto de impulsos tecnológicos que se processou como reação diante de um cenário mundial marcado pela diminuição da participação da indústria manufatureira nos países centrais, pela redução do investimento em bens de capital e pelos consequentes impactos negativos na balança comercial de tais produtos. A isso soma-se os efeitos econômicos, políticos e sociais perversos da propagação da crise de 2008 que produziu um cenário de depressão da economia capitalista mundial. A proposta alemã de Indústria 4.0 tem como horizonte a criação de fábricas “inteligentes” (*smart factories*), constituídas por sistemas ciberfísicos com alto nível de autorregulação (Pinto, 2020).

Como visto, a quarta revolução tecnológica aponta para a radicalização do progresso tecnológico informacional através da completa integração entre produção e circulação de informações, em diferentes níveis, com tomadas de decisões automáticas de altíssima velocidade que possibilitam o processamento de alta intensidade de dados em volumes, variedades e complexidades crescentes, estruturados em cadeias de significância, com o auxílio de algoritmos e de computação de alta performance que estrutura aquilo que vem sendo chamado de *Big Data*.

A grande novidade da indústria 4.0 é que tal poder de controle do processo de trabalho, desenvolvido pela nova organização da produção capitalista e potencializado pelas novas tecnologias da informação e comunicação, podem ser utilizados nas mais variadas atividades humanas. Graças a popularização dos smartphones<sup>109</sup>, e das plataformas digitais que carregam, agora todo o coletivo de trabalhadores, dispersos e fragmentados pelos mais variados setores e locais da economia capitalista, podem ser monitorados e controlados pela gerência das empresas.

### **Capitalismo contemporâneo, indústria 4.0 e a intensificação dos mecanismos de manipulação do tempo livre**

Em seus últimos escritos Lukács (2018; 2014) analisou uma predisposição do capitalismo monopolista pós-segunda guerra em desenvolver estratégias cada vez mais sofisticadas de manipulação do tempo livre e de direcionamento do consumo dos trabalhadores. Tal tendência ancorada na produção e consumo em massa da época passou a incrementar a indústria da propaganda, do marketing e do entretenimento com o objetivo de manipular consciências e direcionar as escolhas de consumo dos trabalhadores em seu tempo livre.

---

<sup>109</sup> Segundo Caribé (2019) no Brasil em 2012 os smartphones tinham uma penetração de 18% na população, atingindo 57% em 2015, e chegando a 87% em 2017.

Realização:



Apoio:



De acordo com Lukács (2014), se no tempo da jornada de 12 horas de trabalho a vida cotidiana dos trabalhadores era ditatorialmente dominada pelo trabalho extenuante, agora com a elevação relativa do padrão de vida do operário e o aumento de seu tempo livre, um conjunto de mecanismos ideológicos de manipulação é mobilizado com o objetivo de hegemonizar a consciência dos trabalhadores direcionando-os ininterruptamente para realizar seus objetivos de vida através do consumo de mercadorias. Dessa forma, através dessa manipulação que intensifica as reificações cotidianas, bombardeando o tempo livre com propagandas de marcas, a classe trabalhadora é afastada dos problemas reais que afetam a possibilidade de construir uma vida plena de sentido.

Se essas considerações de Lukács sobre as tendências manipulatórias do capital faziam sentido no final da década de 1960, atualmente – com a transição da produção em massa para uma “produção enxuta” e o atual estágio de desenvolvimento de um aparato científico e tecnológico voltado para o marketing e a propaganda – elas se apresentam como uma realidade concreta e facilmente observável no cotidiano da sociedade capitalista contemporânea.

No plano científico, desde fins do século XIX e início do século XX, que pesquisadores estadunidenses de diferentes áreas: Administração, Economia e Psicologia, passaram a estudar o comportamento dos consumidores com o objetivo de entender de uma forma mais ampla o seu modo de reagir, frente ao crescimento dos mercados e a importância crescente do consumo. Nessa época, a ênfase era apresentar de forma descritiva os produtos e suas características físicas, preço e locais de venda. O consumidor era visto como “incapaz” de estabelecer escolhas no ponto de venda e, por isso, deveria ser “educado” ao consumo de produtos e serviços.

Mas foi no período pós-segunda guerra mundial que os investimentos em pesquisas que relacionavam psicologia e publicidade puderam avançar principalmente nos EUA. A partir daí, a maioria dos estudos sobre Psicologia do consumidor e comportamento do consumidor abordam o comportamento de compra principalmente através dos instintos, emoções e desejos inconscientes relacionados à vontade de consumir.

Na década de 1960, com o surgimento e proliferação de novos meios de comunicação em massa (como a televisão) os estudos sobre marketing empresarial passam a ressaltar a necessidade de um contato mais próximo entre marcas e consumidores, incentivando o engajamento ativo do consumidor nas campanhas publicitárias. As pesquisas dessa época apontam que as pessoas consomem não apenas para suprirem necessidades com base na utilidade dos produtos, mas pelo significado das mercadorias, pelo que elas podem nos oferecer como benefício de imagem, status social ou pertencimento a um determinado grupo.

A partir daí os setores de marketing empresarial se concentrarão na ideia de participação ativa dos consumidores e na segmentação de mercado, analisando grupos de consumidores com características específicas e comuns. Os resultados das pesquisas sobre marketing empresarial passaram a embasar as peças publicitárias divulgadas pelos meios de comunicação. Com isso, a propaganda passou a emular desejos inconscientes, localizados nas áreas mais instintivas do cérebro humano (como sexo, violência etc.), com o objetivo de despertar o impulso para a compra de mercadorias. Além disso, o consumo relacionado à imagem e ao status social passa a ser central no discurso das campanhas de propaganda.

A partir da década de 1990 os estudos sobre a propaganda e o marketing ganharão novo impulso. O avanço nas pesquisas sobre o funcionamento do cérebro humano possibilitará o progresso de um novo campo de estudos do marketing e da propaganda: o chamado Neuromarketing. Como o próprio nome sugere o neuromarketing utiliza os avanços científicos e tecnológicos da neurociência para

Realização:



Apoio:



identificar os impulsos gerados pelo cérebro humano que influenciam em sentidos e emoções que levam o consumidor a comprar (Camargo, 2009).

O desenvolvimento dos estudos científicos da psicologia comportamental e do neuromarketing representam um incremento importante para o impulso da grande indústria da propaganda do século XXI. Diferentemente do século XX, tal indústria não se limita mais a construir peças publicitárias que apenas repassam informações e impulsionam interesses de consumidores passivos, agora o desafio é captar informações individuais precisas sobre hábitos de consumo, interesses pessoais e desejos reprimidos dos consumidores, depois concentrá-las em uma mega base de dados, para logo a seguir analisá-las rapidamente com o intuito de tanto informar a indústria manufatureira, o mercado financeiro, o comércio varejista, etc... sobre as demandas do mercado, como também auxiliar na construção de campanhas de marketing e propaganda direcionadas a grupos de consumidores específicos difundindo um conjunto de ideologias que direcionem com precisão quase cirúrgica as necessidades e desejos de consumo.

Mas a realização dessa verdadeira indústria da manipulação que visa fornecer informações sobre a demanda dos consumidores em tempo real para as diversas indústrias do mercado capitalista só será possível com o desenvolvimento das tecnologias da informação e a ascensão dos grandes conglomerados monopolistas do chamado mercado de *Big Data*.

Em maio de 2013, Edward Snowden, um funcionário terceirizado da NSA, a Agência de Segurança Nacional, principal órgão de inteligência digital dos Estados Unidos, enviou uma série de documentos ultrassecretos a jornalistas. Em junho, os documentos vazados são publicados em primeira mão no jornal inglês *The Guardian*. A reportagem revelava um mega esquema de espionagem de Estados e vigilância dos cidadãos desenvolvido pela estrutura militar dos EUA com o auxílio das novas tecnologias informacionais. A papelada mostrava que a empresa de telecomunicações Verizon foi pressionada pelo governo dos EUA a fornecer milhões de registros telefônicos feitos por líderes de diversas nações, funcionários públicos de vários países, multinacionais estratégicas e cidadãos americanos. Além disso, a matéria informava a existência do PRISM, nome dado ao programa desenvolvido pela Agência Nacional de Segurança americana para revelar informações de pessoas em todo o mundo que utilizam serviços de grandes corporações estadunidenses, como Apple, Microsoft, Amazon, Google e Facebook.

Os documentos vazados por Snowden revelaram ao mundo o poder de vigilância e espionagem nas mãos do imperialismo estadunidense. A tecnologia informacional desenvolvida pela estrutura militar de espionagem do Estado americano utilizava-se principalmente da internet como base principal de acesso a e-mails, rede sociais, computadores, notebooks e celulares smartphones com seus microfones, câmeras e Gps, entre outras formas de acesso a informações pessoais. Uma tecnologia que hoje não cessa de progredir a cada ano e que está inteiramente disponível aos grandes conglomerados de empresas capitalistas (de diversos e variados setores) que investem pesado na inovação e incremento desses novos equipamentos para identificar, e muitas vezes quem sabe prever, as demandas de mercado, que como vimos anteriormente, são parte constitutiva das atuais estratégias “flexíveis” de reprodução ampliada do capital.

De acordo com Zuboff (2020), em meados da década de 1990, na visão dos otimistas liberais, a internet era um vasto campo de possibilidades e desenvolvimento de novos empreendimentos que prometiam a realização de um mundo de compartilhamento dos conhecimentos e de conexão entre as pessoas. Porém, as promessas redentoras da internet logo foram devastadas pela inescapável lógica do capital que produziu uma intensa concorrência e a busca desenfreada por lucros típica de qualquer mercado. O abundante volume de capital monetário investido, logo gerou

Realização:



Apoio:





bolhas especulativas de capital fictício que produziram a conhecida “bolha da internet” em 2001. O estouro da bolha especulativa da internet dizimou médias e pequenas empresas gerando fusões e aquisições que ocasionaram um típico processo de centralização e concentração de capitais dando origem aos grandes conglomerados empresariais da internet e dos softwares que conhecemos hoje em dia: Google, Amazon, Microsoft, Apple, Facebook (hoje um conglomerado conhecido como Meta), Twitter, Netflix, dentre outros.

Para Zuboff (2020) a Amazon e a Google são as duas empresas pioneiras em desenvolver estratégias de utilização da internet para captar e analisar dados pessoais dos usuários. Desde a década de 1990 a ambição do até então site de buscas Google era armazenar o máximo de páginas da internet possível. Tal ambição foi se tornando possível com o desenvolvimento da tecnologia de armazenagem em nuvem e seu barateamento de preço no mercado. Ao longo da primeira década dos anos 2000 Google e Amazon incrementam o mercado de publicidade na internet criando várias ferramentas que estimulam o investimento em propaganda e a captura de dados pessoais dos consumidores. Uma das ferramentas mais importantes para fisgar as informações dos usuários é conhecida como *tracker cookie* ou rastreador.

O rastreo de informações pessoais ganha novas possibilidades de personalização com o lançamento do Gmail e da rede social Orkut em 2004. Através dessas duas ferramentas o Google agora podia ter acesso a dados cadastrais dos usuários personalizando suas informações ao cruzar tais dados com os até então anônimos consumidores dos sites e blogs (Caribé, 2019). A partir da possibilidade de publicar fotos e participar de grupos temáticos, a rede social do Orkut trouxe um rosto e uma identificação de grupo para os consumidores, dando início a uma espécie de cultura contemporânea da autoexposição na internet. Uma forma criativa de unir as descobertas da psicologia comportamental e do neuromarketing com as ferramentas tecnológicas de captura de dados da internet possibilitando desenvolver estratégias de marketing direcionadas e, assim, moldar comportamentos para que o próprio consumidor sinta a necessidade de expor suas informações mais íntimas para as empresas capitalistas.

A derrocada do Orkut e a popularização do Facebook a partir de 2011 intensificou ainda mais tais tendências. O laboratório luguslavo Share Labs desenvolveu uma pesquisa que detalha a estratégia de extração de dados dos usuários do Facebook. A pesquisa aponta que o aplicativo Facebook acessa 42 funções e sensores do smartphone, dentre elas leitura e gravação de agenda, lista de telefones, mensagens de SMS, câmeras, microfones, redes wi-fi próximas e informações de geoposicionamento do GPS. (Joler; Petrovski, 2016).

Outras novidades do desenvolvimento tecnológico para a captura de informações não cessam de serem produzidas atualmente. Com a gradativa ampliação da internet 5G de alta velocidade em pouco tempo haverá a popularização da chamada internet das coisas (conhecida pela sigla em inglês IOT – Internet of Things) que, assim como já acontece com o maquinário da grande indústria 4.0, possibilitará a conexão de vários aparelhos eletrônicos entre si e com a internet fazendo com que nossos eletrodomésticos (geladeira, fogões, televisores etc.) se transformem em máquinas de extração de dados e informações que serão enviados em tempo real para o *Big Data*.

A partir do *Big Data* se realiza o armazenamento dos dados brutos extraídos, estes, por sua vez, são modelados e apresentados em gráficos de relacionamento através de processamentos algorítmicos conhecidos pelo nome de *machine learning*. O desenvolvimento das ferramentas digitais de extração de dados e o grande poder de armazenamento do *Big Data* somado aos complexos algoritmos digitais utilizados pela Google, Facebook e Amazon (além de outras empresas do ramo) permitem transformar a internet num veículo para a construção de um grande laboratório para não só observar, mas também direcionar comportamentos e necessidades de consumidores das mais variadas mercadorias.

Realização:



Apoio:





O que chama a atenção é que tais estratégias de marketing manipulatório têm sido utilizadas inclusive para direcionar escolhas políticas. Em 2018, o Facebook foi acusado de vender informações de mais de 50 milhões de usuários para a empresa *Cambridge Analytica*<sup>110</sup> que utilizou tais dados pessoais para fazer propaganda política. Segundo investigação dos jornais *The Guardian* e *The New York Times*, a *Cambridge Analytica* teria comprado acesso a informações pessoais de usuários do Facebook e usado esses dados para criar um sistema que permitiu prever e influenciar as escolhas dos eleitores nas eleições presidenciais dos EUA que elegeram Donald Trump em 2016. Em 2019, a empresa se declarou culpada e foi condenada por um tribunal de Londres a multa de 15 mil libras (US\$ 19,1 mil ou 16,7 mil euros).

### **Conclusões ou o ponto de partida para novos estudos**

Para Lukács (2018) a consequência mais degradante do sistema de manipulação capitalista é que o consumo de prestígio e os mecanismos de manipulação quanto mais se espalham pelo cotidiano capitalista tendem a intensificar e renovar as reificações, que são as formas de alienação típicas do capitalismo. Ao influenciar na escolha das alternativas a cada momento postas pelo desenvolvimento social à ação de cada indivíduo, os complexos ideológicos mediadores desempenham papel fundamental no desenvolvimento de cada individualidade e dessa forma direcionam o devir dos homens para realizações mais genéricas ou ações que permanecem no estreito limite da particularidade burguesa. Se aproveitando do fato histórico-concreto de que os homens podem frequentemente se ocupar “com paixão” de muitas coisas irrelevantes, a moderna manipulação se ocupa – e frequentemente com grande eficácia – de alimentar as características mais mesquinhas e os instintos mais egoístas que estimulam de forma intensiva e cotidiana o grau mais baixo de particularidade dos indivíduos.

Na análise de Lukács (2018) as alienações são historicamente determinadas por diferentes formações sociais e correspondem às barreiras geradas pelos próprios homens à plena explicitação do gênero humano e dos indivíduos singulares. Dessa forma, os mecanismos atuais da manipulação capitalista quanto mais se espalham pelos diversos poros da vida social tendem a eliminar da vida cotidiana dos indivíduos a aspiração para generidade ou seja, a tendência dos indivíduos a romperem com a sua particularidade e a vislumbrarem soluções coletivas para os problemas cotidianos são obstaculizadas pela manipulação. Em outras palavras, o bombardeio das campanhas de marketing e propaganda que invadem o cotidiano dos indivíduos e direcionam suas emoções, desejos e interesses tendem a aprisioná-lo em uma abstração sempre mais imediata e superficial da sua própria particularidade. Baseados nas análises sobre os atuais mecanismos de manipulação do capital podemos concluir que a racionalidade lucrativa da indústria da propaganda e do marketing, ao estimular os sentimentos e emoções mais irracionais nos indivíduos, em campanhas publicitárias que vão “desde as eleições do presidente até o consumo de gravatas e cigarros” (Lukacs, 2014, p. 66) jogam água no moinho da construção do atual ambiente sócio-político-cultural irracionalista criando obstáculos cada vez maiores para que os indivíduos reconheçam que seus problemas imediatos e particulares são parte constituinte dos desafios coletivos que afetam toda a humanidade.

Apesar de todo poder concentrado nas grandes corporações capitalistas para dirigir as consciências individuais é preciso ressaltar que a manipulação não é, e nem

---

<sup>110</sup> A *Cambridge Analytica* é uma empresa de análise de dados que trabalhou com o time responsável para campanha do republicano Donald Trump nas eleições de 2016, nos Estados Unidos da América. Na Europa a empresa foi contratada para desenvolver a campanha publicitária do Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia). A empresa é propriedade do bilionário do mercado financeiro Robert Mercer e era presidida, à época, por Steve Bannon, então principal assessor de Trump e liderança intelectual da extrema-direita.

Realização:



Apoio:



pode ser, onipotente. Todo esse complexo fenômeno está longe de eliminar antigas e novas contradições do capital. O capitalismo contemporâneo desenvolveu como nunca as forças produtivas e as tecnologias poupadoras de trabalho humano, possibilitando que o tempo livre fosse uma realidade concreta ao menos para uma parcela da força de trabalho. No entanto, o mesmo desenvolvimento tecnológico que coloca como possibilidade histórica o reino da liberdade e do tempo livre é a mesma tecnologia que sob as relações sociais capitalistas serve de mediação para reafirmar o reino da necessidade intensificando a exploração, aumentando a miséria e ampliando o controle e a manipulação dos indivíduos. Nesse sentido, a cada movimento do capital para ampliar suas taxas de lucro abre-se contraditoriamente novas possibilidades para a luta política e ideológica dos trabalhadores organizados. Ao intensificar a expropriação e concentração de riquezas, o capital amplia em seu polo oposto a quantidade de trabalhadores assalariados em todos os setores da economia; ao desenvolver novas tecnologias poupadoras de trabalho aumenta o desemprego e a miséria de amplas parcelas da população; ao produzir novas tecnologias da informação em nome da manipulação, também gera novas possibilidades de comunicação, agitação e propaganda do movimento dos trabalhadores.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no Século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CAMARGO, P. **Neuromarketing** – decodificando a mente do consumidor. Lisboa: IPAM – Instituto Português de Administração de Marketing, 2009.

CARIBÉ, João Carlos Rebello. Uma perspectiva histórica e sistêmica do capitalismo de vigilância. **Revista Inteligência Empresarial**, [S. l.], n. 41, p. 5–13, dez., 2019.

DURAND, Jean-Pierre. A refundação do trabalho no fluxo tensionado. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 139–158, maio, 2003.

JOLER, Vladan; PETROVSKI, Andrej. Immaterial labour and data harvesting: Facebook algorithmic factory. **ShareLab**. 21 ago. 2016. Disponível em: <<https://labs.rs/en/facebook-algorithmic-factory-immaterial-labour-and-data-harvesting/>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

LUKACS, György. **Para uma ontologia do ser social**. v. 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

LUKACS, György. **Conversando com Lukács** (Entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz). São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LUKÁCS, György. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

PINTO, Geraldo Augusto. A indústria 4.0 na cadeia automotiva: a Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo. In: ANTUNES, R. (org.) **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Realização:



Apoio:



## EMPREENDEDOR OU ENTREGADOR DE APLICATIVOS? a face renovada da precarização do trabalho no Brasil

Júlia Neves Cardoso Maranhão<sup>111</sup>

**Resumo:** O texto analisa como a introdução das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e a expansão da indústria 4.0, especialmente após a crise de 2008, aprofundaram a precarização do trabalho por meio da chamada “uberização”, marcada por vínculos flexíveis, desresponsabilização das empresas, ausência de direitos trabalhistas e controle algorítmico. A partir da contrarreforma trabalhista de 2017, plataformas digitais como o iFood consolidaram esse modelo no Brasil, promovendo longas jornadas, baixos salários e insegurança social, especialmente entre entregadores. O trabalho evidencia que tais transformações respondem à lógica do capital em crise, sustentadas pelo Estado neoliberal e pela crescente informalidade.

**Palavras-chave:** Trabalho, uberização do trabalho, plataformas digitais, crise do capital.

**Abstract:** The text analyzes how the introduction of information and communication technologies (ICT) and the expansion of Industry 4.0, especially after the 2008 crisis, have deepened the precariousness of work through so-called "uberization," marked by flexible employment relationships, corporate irresponsibility, lack of labor rights, and algorithmic control. Since the 2017 labor counter-reform, digital platforms such as iFood have consolidated this model in Brazil, promoting long working hours, low wages, and social insecurity, especially among delivery workers. The study shows that these transformations respond to the logic of capital in crisis, sustained by the neoliberal state and growing informality.

**Keywords:** Work, uberization of work, digital platforms, crisis of capital.

### Introdução

Nas últimas décadas, o mundo do trabalho passou por profundas transformações impulsionadas pela introdução das novas tecnologias da informação (TIC) e pela consolidação da Indústria 4.0 como estratégia do capital para enfrentar suas crises cíclicas. Esse processo aprofunda a lógica neoliberal instaurada desde os anos 1970, promovendo a expansão de formas precarizadas de contratação, como o trabalho terceirizado, intermitente e “uberizado”, marcadas pela alta rotatividade, perda de direitos, intensificação da exploração e fragilização das condições de trabalho. No Brasil, esse movimento é impulsionado por ações estatais que reconfiguram políticas públicas em favor do capital, como exemplificado na reforma trabalhista de 2017, promovida no governo Temer, que retirou direitos da classe trabalhadora em benefício do empresariado. A difusão da indústria 4.0 e o avanço das plataformas digitais intensificam essa precarização ao incorporar uma massa de trabalhadores formalmente desempregados, submetidos a jornadas exaustivas, baixa remuneração, ausência de

---

<sup>111</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS-UERJ). E-mail: juliacardoso721@gmail.com

Realização:



Apoio:



vínculos empregatícios e proteção social, sob o discurso enganoso do empreendedorismo e da flexibilidade, enquanto enfrentam crescente controle por parte das empresas-plataforma.

Assim sendo, o presente trabalho tem como finalidade evidenciar os mecanismos de exploração do trabalho por meio de plataformas digitais, comumente escamoteados pelo discurso da autonomia e do “empreendedorismo”, considerando o setor de entregas por aplicativos, que vem expandindo-se nos últimos anos. Assim sendo, para melhor expor as análises desenvolvidas, encontra-se dividido em três itens. O primeiro item discorre sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir da agudização da crise estrutural do capital em 2008 e o surgimento das plataformas digitais como parte do processo de reestruturação produtiva. O segundo item trata da imersão dos aplicativos de entrega no Brasil e das relações de trabalho firmadas a partir da *contrarreforma* Trabalhista de 2017. O terceiro item analisa o modelo de trabalho mediado por plataformas digitais, com ênfase nos aplicativos de entrega, evidenciando como a uberização se estrutura sobre a desresponsabilização das empresas, a precarização das condições laborais, o controle algorítmico, e a transferência integral dos custos e riscos ao trabalhador, mascarando relações assalariadas sob a aparência de autonomia e empreendedorismo.

Por fim, espera-se que as linhas que compreendem este trabalho possam auxiliar no entendimento sobre as múltiplas determinações do processo de “uberização” do trabalho, podendo interessar a estudantes, pesquisadores, trabalhadores e profissionais que se dedicam à compreensão das relações entre capital e trabalho na atualidade.

### **As respostas do capital ao mundo do trabalho a partir da crise de 2008 e a imersão das plataformas digitais**

Os anos finais da década de 1960 e os primeiros anos da década de 1970 assinalam uma conjuntura na qual os sinais de esgotamento dos “anos dourados” de crescimento do modo de produção capitalista assentado no capital industrial produtivo começavam a evidenciar-se. Neste contexto, verifica-se a eclosão de uma crise social do conjunto da sociedade burguesa e o ingresso do modo de produção capitalista em uma nova fase (Braz, 2016), marcada pelo esgotamento das “ondas longas expansivas” de crescimento (Mandel, 1982) e pelo caráter permanente de crises. As crises revelam os limites do crescimento do modo de produção capitalista, sendo a crise estrutural de superprodução e superacumulação (Mészáros, 2009) desencadeada neste cenário, emblemática desse processo, ao evidenciar o declínio da hegemonia do capital industrial produtivo, expresso na queda de suas taxas de lucro, e a consolidação da hegemonia do capital financeiro. O ciclo duradouro de crises estruturais do capital aberto pela crise de 1970, revela-se novamente na crise 2008, conhecida como “crise dos Subprimes”, onde esta hegemonia é posta à prova, na medida em que se tornavam claros os sinais de exaurimento do crescimento assentado na esfera financeira.

A crise estrutural do capital que, neste contexto histórico, tem como elemento detonador a instabilidade do mercado financeiro, converte-se, de forma gradual, em uma crise de superprodução, à medida que seus efeitos se estendem ao setor produtivo, às relações de trabalho e ao comércio mundial. A conjuntura que assinala a agudização desta crise em 2008 impulsiona tendências para o mercado de trabalho, que se assentam na desregulamentação e flexibilização do tempo de trabalho, aliada à redução da proteção pública, enquanto tendência que se afirma mundialmente. O avanço das pautas neoliberais circunscrito à ofensiva do capital como resposta a sua crise, caminha no sentido de aprofundamento da retirada de direitos conquistados pela classe trabalhadora. O crescimento das demissões em escala global soma-se à estagnação das principais economias capitalistas nos anos subsequentes à crise (Marques;

Realização:



Apoio:



Nakatani, 2009). Diante do aumento do desemprego e da ampliação do exército industrial de reserva (Marx, 2013), a classe trabalhadora vê-se novamente submetida à ameaça da miséria. Compelida a aceitar condições cada vez mais degradantes para garantir sua subsistência, ela enfrenta a intensificação da precarização do trabalho, expressa na expansão da terceirização, da subcontratação e dos vínculos temporários, movimento que tem início nos anos 1970 e que se acentua com a crise de 2008. Esse processo é aprofundado pelo avanço das tecnologias informacionais, da inteligência artificial e da gestão algorítmica, configurando o cenário da Indústria 4.0 e fomentando novas formas de exploração, como a “uberização”<sup>112</sup> do trabalho.

A reestruturação produtiva enquanto processo permanente, desencadeado em meados da década de 1970, tem na indústria 4.0 a inauguração de uma nova etapa. Marcada pela automação do processo produtivo, esta tendência se expande a partir do impulso do crescente setor de serviços, que abarca uma gama de atividades anteriormente consideradas improdutivas, ou seja, que não produzem mais valia por não participarem diretamente do processo de valorização do capital (Marx, 2013). O termo “Indústria 4.0” foi criado no ano de 2011, na Alemanha, para conceituar o novo salto tecnológico no setor produtivo, uma metamorfose da produção de mercadorias, a partir da introdução das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Este salto tecnológico significou a intensificação do processo de automação em toda a cadeia produtiva geradora de valor, de maneira que a totalidade da logística empresarial e o processo fabril passaram a ser controlados digitalmente através da inteligência artificial e da “internet das coisas”, inaugurando uma nova fase de subsunção real do trabalho ao capital (Antunes, 2018). O avanço do processo tecnológico-informacional, sob a hegemonia do capital financeiro, reduz progressivamente a presença da força de trabalho na produção, deslocando-a para ocupações precárias no setor de serviços. Diante da ausência de expansão dos empregos formais, cresce o desemprego e a submissão a vínculos laborais frágeis, enquanto os que permanecem empregados enfrentam a corrosão de direitos e o temor constante de demissão.

O salto tecnológico testemunhado a partir das primeiras décadas do século XXI apresenta-se para o capital como ferramenta essencial e decisiva em seu atual processo de reestruturação, seja em relação às alterações do processo de produção, ou então e, sobretudo, das relações de trabalho. Assim sendo, à medida que as transformações no setor produtivo ganham novo fôlego com a expansão do setor de serviços, emerge uma nova forma de organização do trabalho, impulsionada pelo crescimento das atividades online e mediadas por aplicativos (APP's) e plataformas digitais. Cada vez mais integradas às complexas cadeias produtivas globais (Huws apud Antunes, 2018), essas modalidades resultam de reestruturações organizacionais viabilizadas pelas inovações tecnológicas. Tais plataformas, contudo, ocultam grandes corporações globais vinculadas aos circuitos financeiros e empresariais.

À luz dessa configuração, destaca-se a emergência de um novo proletariado de serviços, o “infoproletariado” ou “cybertariado” (Antunes, 2018), que se distingue do proletariado tradicional europeu vinculado ao Welfare State. Enquanto este último luta contra a perda progressiva de direitos historicamente conquistados, o novo contingente já surge marcado pela precarização, sendo composto majoritariamente por jovens, mulheres, negros e imigrantes inseridos em ocupações informais e altamente exploratórias. Tal configuração expressa uma nova morfologia da classe trabalhadora, mais ampla, heterogênea e segmentada. Este “infoproletariado”, considerado um setor da classe trabalhadora em expansão nas primeiras décadas do século XXI, abrange, cada vez mais, uma série de categorias profissionais, que vêem suas condições e relações de trabalho profundamente modificadas pela introdução das TIC. Médicos, professores, trabalhadores do “care” (babás, cuidadores de idosos), trabalhadores

<sup>112</sup> O termo “uberização” refere-se à expansão do sistema da empresa Uber para outras empresas-plataforma, tornando-se o padrão hegemônico das relações de trabalho nas plataformas digitais.

Realização:



Apoio:





domésticos, motoristas, entregadores etc., vendem sua força de trabalho para estas grandes corporações globais (empresas-plataforma), por meio de APP'S.

Esta soma de elementos compõe o desenho da flexibilização do trabalho, do trabalho intermitente, por demanda, que ganha novo impulso a partir da segunda década do século XXI, com o advento das TIC e a explosão do número de APP'S e empresas-plataforma da Gig Economy. É neste contexto que surgem empresas como a Uber, Deliveroo, Rappi, Ifood, Loggi, Cabify, Amazon, entre outras, nascidas a partir da lógica do capital imbricado com a esfera informacional-digital e o setor financeiro, apresentando-se como empresas de tecnologia, que conectam consumidores a prestadores de serviços através da plataforma dos APP's. Nesse sentido, destaca-se o surgimento da empresa Uber, no ano de 2009, por meio de uma plataforma digital direcionada ao transporte particular de passageiros, cuja lógica de funcionamento foi progressivamente incorporada por outras plataformas digitais, que despontaram nos anos subsequentes oferecendo uma ampla gama de serviços, desde entregas de mercadorias até cuidados domésticos, educação e telemedicina, tornando-se o padrão hegemônico das relações de trabalho firmadas entre as empresas-plataforma e os trabalhadores, dando origem ao termo “uberização” do trabalho. Considerando, porém, a complexidade e a heterogeneidade das atividades englobadas pelo trabalho por APP's, bem como a impossibilidade de abordá-las em sua totalidade em uma única análise, este estudo concentra-se especificamente nos serviços de entrega realizados por meio de APP'S no Brasil, tema que será explorado nos itens subsequentes.

### **A eclosão das plataformas digitais de entrega no Brasil a partir da *contrarreforma* trabalhista de 2017**

No Brasil, a inserção da economia de plataformas ocorre a partir de meados da década de 2010, com rápida expansão a partir de 2020, impulsionada pelas medidas de isolamento social decorrentes da pandemia de Covid-19. Conforme discutido no primeiro item, esse período coincide com o esgotamento do ciclo de crescimento econômico sustentado pelo capital financeiro nos primeiros anos do século XXI, em virtude do aprofundamento da crise estrutural do capital deflagrada em 2008. Seus efeitos no país se manifestam no mercado de trabalho, por meio do aumento do desemprego e do subemprego, o que leva um número crescente de trabalhadores a recorrerem a ocupações informais. Essa tendência, de caráter estrutural no Brasil (Santos, 2012), é intensificada pela *contrarreforma* Trabalhista de 2017, conduzida pelo governo Michel Temer, a qual, ao atender às demandas de valorização do capital, contribui para a ampliação da informalidade, especialmente por meio da regulamentação do trabalho intermitente.

O impeachment da presidente Dilma Rousseff, eleita democraticamente, pode ser compreendido como um instrumento acionado pelas frações dominantes do capital para remover os entraves à intensificação das *contrarreformas*, com destaque para a reforma trabalhista. Esse processo se consolida logo após o afastamento da presidente, no governo Michel Temer, com o envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei n.º 6.787/2016, que, em curto espaço de tempo, foi aprovado. Tal proposta, inserida no contexto de desmonte da legislação trabalhista, previa alterações em sete artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em oito dispositivos da legislação referente ao trabalho temporário. Contudo, a investida do capital sobre o trabalho se aprofundaria com a apresentação do substitutivo PL n.º 38/2017, que ampliou significativamente o escopo da reforma, propondo a modificação de cerca de cem artigos e duzentos dispositivos da CLT, culminando na promulgação da Lei n.º 13.467, em julho de 2017.

No que tange à *contrarreforma* Trabalhista, é possível afirmar que se trata da revisão normativa mais abrangente já realizada na CLT, representando a modificação mais profunda da legislação que rege as relações laborais no Brasil até o momento

Realização:



Apoio:



(Lopes, 2023). No escopo desta análise, destaca-se a alteração do artigo 442 da CLT, que passou a admitir a contratação de trabalhadores autônomos por empresas, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou eventual, sem que isso configure vínculo empregatício. Ademais, merecem atenção as modificações introduzidas nos artigos 443, parágrafo 3º, e 452, parágrafos 1º e 6º, os quais regulamentam o regime de trabalho intermitente. Nesse modelo, o trabalhador é caracterizado como prestador de serviços, subordinado às convocações da empresa, atuando apenas quando solicitado e recebendo exclusivamente pelo período efetivamente trabalhado. Tal condição implica que os intervalos em que o trabalhador permanece à disposição, mas não é convocado, não são remunerados, podendo resultar em uma renda mensal inferior ao salário mínimo, inclusive, em casos extremos, no chamado “salário zero” (Barbosa; Silva apud Lopes, 2023).

Com efeito, na medida em que este tipo de vínculo prevê que o trabalhador seja remunerado por serviço realizado, estando sujeito às demandas da empresa, têm-se a eliminação dos tempos de não trabalho, em que o trabalhador fica à disposição de um chamado para desempenhar uma atividade. Com base nessa dinâmica, as empresas-plataforma expandem-se no Brasil, mobilizando um contingente significativo de trabalhadores que, diante do contexto de recessão econômica e elevação do desemprego, encontrava-se disponível para a venda de sua força de trabalho. Anteriormente à entrada dos APP's de entrega no Brasil, na década de 1980, os motoboys eram contratados diretamente pelas empresas, que, em muitos casos, forneciam inclusive os veículos utilizados nas entregas. Esse modelo começa a se transformar nos anos 1990, com a disseminação de empresas terceirizadas de serviços de entrega no mercado (Abílio, 2020b), o que coincide com a regulamentação da terceirização das atividades meio das empresas em 1993. Inicialmente, os APP's de entrega foram percebidos como uma alternativa à exploração imposta pelas empresas terceirizadas, ao oferecerem a promessa de trabalho “por conta própria” e a possibilidade de rendimentos mais elevados. Contudo, com a rápida expansão dessas plataformas e o crescente número de trabalhadores aderindo a esse modelo, tal expectativa revela-se, progressivamente, ilusória, ao passo em que estes trabalhadores se deparam com um aumento da exploração de sua força de trabalho e com as dificuldades impostas por vínculos empregatícios desprovidos de direitos (aqui, ausência de vínculos), que comporta relações de trabalho cada vez mais individualizadas e invisibilizadas.

O primeiro App de entregas que chegou ao Brasil e se tornou amplamente conhecido foi o iFood. Fundado em 2011, configurou-se como uma plataforma que permitia aos usuários encomendarem refeições de restaurantes locais e receberem as entregas em suas residências ou locais de trabalho. Inicialmente, o iFood operava em parceria com os restaurantes, que utilizavam seus próprios entregadores, além dos entregadores contratados do iFood. A partir da regulamentação do trabalho intermitente na *contrarreforma*<sup>113</sup> trabalhista de 2017, expande-se a categoria dos “contratantes autônomos”, “entregadores parceiros”, que não possuem vínculo empregatício com a empresa, própria do “sistema Uber”. Desse modo, o iFood rapidamente ganhou

---

<sup>113</sup> Behring e Boschetti (2011) criticam o uso indevido do termo “reforma” para designar as medidas político-econômicas implementadas por governos que se sucederam no poder no Brasil após a promulgação da Constituição de 1988, que caminhavam na contramão do que fora instituído no documento, dado que o conceito está historicamente vinculado ao ideário social-democrata e à redistribuição da riqueza dentro dos marcos do capitalismo. Tal noção, vale lembrar, tem origem nas estratégias do movimento operário socialista, sempre orientadas por perspectivas de melhoria das condições de vida das maiorias. Ainda que o reformismo tenha sido objeto de críticas por parte de diversos pensadores revolucionários, como Rosa Luxemburgo e Ernest Mandel, constitui um patrimônio político da tradição de esquerda, o que torna sua apropriação pelo neoliberalismo uma distorção de seu sentido original. Portanto, no âmbito deste trabalho, se recorrerá ao termo *contrarreforma* para designar o conjunto de medidas adotadas a partir da “reforma” trabalhista de 2017.

Realização:



Apoio:



popularidade e, ao longo dos anos, expandiu suas operações em todo o Brasil e pela América Latina, desempenhando influência na popularização dos aplicativos de entrega de alimentos e mercadorias no país. Desde então, diversos aplicativos de entrega foram lançados no Brasil, como o Uber Eats, Rappi, Uber Flash etc.

### **Entregando por aplicativos: empreendedorismo, precarização ou autonomia subordinada?**

No modelo de trabalho mediado por plataformas digitais, as empresas-plataforma se apresentam como empresas de tecnologia, posicionando-se como intermediárias entre a demanda de clientes por determinados serviços e a oferta realizada por um contingente disperso de trabalhadores cadastrados. Esses trabalhadores são remunerados com base no volume de tarefas executadas, cuja distribuição é gerida por algoritmos próprios dos aplicativos. Para atuar nesse sistema, exige-se que o trabalhador disponha de todos os instrumentos necessários à execução da atividade. No caso dos entregadores, isso inclui bicicleta ou motocicleta, celular com GPS, capacete, luvas e demais equipamentos de proteção. Além disso, cabe ao próprio trabalhador adquirir, frequentemente junto à plataforma, a bolsa de transporte e o uniforme exigido para a prestação do serviço. Ele também assume integralmente os custos relacionados à manutenção desses instrumentos, como despesas com combustível, reparos, seguro contra acidentes e alimentação durante a jornada de trabalho. Dessa forma, o trabalhador arca com todos os encargos de sua inserção produtiva, ao mesmo tempo em que deve manter ampla disponibilidade para atender às solicitações geradas sob o regime de trabalho por demanda.

A promessa de empreendedorismo e autonomia de poder trabalhar onde, quando e por quanto tempo desejar evidencia-se na desresponsabilização por parte das plataformas digitais, tanto pela propriedade e manutenção dos instrumentos de trabalho, quanto pelos custos referentes à força de trabalho, já que aqui o trabalhador não é um empregado e sim um “parceiro”, um “prestador de serviços”, “empreendedor”, “colaborador” e mais uma vasta gama de termos empregados no dicionário empresarial com o intuito de mascarar uma relação de trabalho e exploração nitidamente existente, em uma relação de “clientela”. Na medida em que o trabalhador se converte em um prestador de serviços, que realiza suas atividades através dos APP’s de maneira “autônoma”, as empresas-plataforma desobrigam-se da garantia de contratos formalmente estabelecidos, de direitos trabalhistas e de seguridade social, de forma que a responsabilidade por todos os custos e riscos referentes à atividade laborativa são transferidas ao próprio trabalhador.

Em contrapartida, as plataformas digitais detêm o poder de determinar as tarefas e clientes a serem atendidos, o valor e a forma de remuneração das atividades, de acessar a localização dos trabalhadores em tempo real através de GPS, de realizar desligamentos arbitrários sem prestar qualquer satisfação ao trabalhador. Uma vez que a remuneração do trabalho é condicionada pelo número de tarefas cumpridas, determinadas pelos algoritmos das plataformas, que definem também o valor a ser pago pela realização de cada uma delas, as jornadas de trabalho tendem a ampliar-se e intensificar-se. Deste processo, verifica-se uma nova estratégia de gestão e controle do trabalho orientada por algoritmos, na qual os trabalhadores possuem alguma autonomia na definição do processo de trabalho, entretanto, uma autonomia “subordinada”, definida por Abílio (2020a) como “autogerenciamento subordinado”.

Desta maneira, as plataformas digitais mobilizam os trabalhadores no autogerenciamento e na administração de sua própria produtividade, recorrendo inclusive a mecanismos de captura da subjetividade dos trabalhadores, que interiorizam em seus discursos e práticas uma falsa ilusão de liberdade e flexibilidade das jornadas de trabalho. Esta lógica tende a associar os empregos tradicionais, regulados pela CLT,

Realização:



Apoio:



a padrões rígidos de controle e gestão da força de trabalho, e a provisão de direitos trabalhistas ao desemprego, considerando que o discurso neoliberal que penetra no mundo do trabalho, vincula a questão do desemprego, que emerge da própria crise estrutural do capital, ao excesso de regulação do Estado e de encargos trabalhistas que sobrecarregam as empresas. No entanto, a aparente liberdade de gerir o próprio trabalho e a imagem ilusória de ausência de um patrão ou supervisor, são diluídas no cotidiano das relações e condições de trabalho que vigoram nas empresas-plataforma, na medida em que os trabalhadores são impelidos ao cumprimento de longas e intensas jornadas de trabalho, diante da baixa remuneração de suas atividades, para garantir sua sobrevivência e a manutenção de seus instrumentos de trabalho.

No Brasil, apesar de os trabalhadores ocupados em plataformas digitais ainda representarem uma pequena parcela do total da população ocupada, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) divulgada em outubro de 2023 (IBGE, 2023), observa-se que, além de uma ampliação das atividades realizadas por meio de aplicativos em variadas funções, este tipo de trabalho tem se apresentado como uma alternativa de geração de renda em meio ao desemprego formal, que se avultou com a intensificação da crise econômica no país entre 2014 e 2016 e a pandemia de Covid-19 em 2020. Os dados revelam que no quarto trimestre de 2022, 1,7% do total da população ocupada no setor privado desempenhava suas atividades de trabalho por meio de plataformas digitais de serviços. A pesquisa indica que 77% dos trabalhadores por meio de plataformas digitais trabalhavam por conta própria e que a região Sudeste concentrava o maior percentual desses trabalhadores (57,9%). 47,2% dos trabalhadores “plataformizados” utilizavam APP’s de transporte particular de passageiros, ocupando a primeira posição em número de trabalhadores, seguidos dos 39,5% que indicaram utilizar app’s de entrega de refeições e mercadorias.

A atividade dos entregadores apresenta características e fatores de risco próprios, relacionados aos perigos de acidentes de trânsito, ruídos, vibração do veículo, exposição a fatores climáticos, entre outros. A entrada das plataformas digitais no setor de entregas promove o arranjo destas características à gestão algorítmica, às condições de trabalho suscitadas por esta e à ausência de direitos trabalhistas e vínculo empregatício. Não é difícil concluir, portanto, que esta combinação acarreta uma maior precarização do trabalho desta categoria profissional. Neste sentido, as informações levantadas pelo IBGE na PNAD Contínua corroboram esta afirmação. A pesquisa estima que cerca de 338 mil motociclistas<sup>114</sup> desempenhavam atividades de malote e entrega como atividade principal de trabalho no Brasil, sendo 50,8% “plataformizados” e 49,2% que não trabalhavam por meio de APP’s. Os dados demonstram que esses trabalhadores trabalham em torno de 4,8 horas a mais por semana, alcançando rendimento médio que corresponde a 80% do recebido pelos entregadores não “plataformizados”. Portanto, possuem jornadas de trabalho mais extensas e remuneração inferior àqueles que desempenham as mesmas funções fora das plataformas digitais. Além disso, constatou-se que o percentual de contribuição previdenciária, já relativamente reduzido considerando a totalidade da categoria (31%), era menor dentre os entregadores “plataformizados” (22,3%) em comparação aos não “plataformizados” (39,8%).

A pesquisa conclui que os trabalhadores inseridos nas plataformas digitais, especialmente aqueles atuantes nos setores de transporte individual de passageiros e de entregas, possuem autonomia e controle bastante restritos sobre a organização do

---

<sup>114</sup> A pesquisa não leva em conta os bike-entregadores, que também representam parcela importante dos trabalhadores por aplicativos de entrega. No entanto, o informativo da PNAD Contínua deixa claro que as estatísticas levantadas são experimentais, que ainda não atingiram um grau de maturidade completo em termos de harmonização, cobertura ou metodologia (IBGE, 2023), no entanto, trata-se da pesquisa mais completa a respeito do cenário do trabalho por plataformas digitais no Brasil na atualidade.

Realização:



Apoio:





próprio trabalho. As plataformas exercem um controle significativo sobre a jornada laboral, seja por meio da fixação dos valores pagos por tarefa, seja pela utilização de mecanismos de incentivo, como bônus, promoções e recompensas, combinados a dispositivos de coerção, como punições, bloqueios e sugestões de turnos e dias de maior demanda, condicionando, assim, o comportamento dos trabalhadores às lógicas impostas pelos algoritmos.

Tem-se, portanto, o desenho da uberização do trabalho, caracterizado pela individualização e invisibilização das relações de trabalho, que assumem a aparência de prestação autônoma de serviços. Esse processo escamoteia os vínculos assalariados entre capital e trabalho, submetendo milhares de trabalhadores a formas intensificadas de exploração, marcadas por baixos salários, longas jornadas, ausência de seguridade e drástica redução do tempo de vida livre. As empresas-plataforma, embora se apresentem como intermediárias tecnológicas, são, na prática, empresas que empregam trabalho e se beneficiam da ampliação do desemprego e do exército industrial de reserva. Nesse cenário, as TIC operam como instrumentos de gestão e controle por meio do gerenciamento algorítmico, atualizando antigas formas de exploração e contribuindo para o “enxugamento” de custos com a força de trabalho e o aumento exponencial dos lucros de grandes empresas monopolistas.

## Conclusão

No estágio atual do capitalismo, os serviços de entrega de mercadorias por aplicativos vêm demonstrando sua relevância para os ciclos de rotação do capital, nesta nova fase de reestruturação produtiva, por meio do advento e introdução das tecnologias de informação e comunicação (TIC) da indústria 4.0. Como foi visto até aqui, este cenário escancara um processo de intensificação da exploração e precarização do trabalho, enfeixando uma nova etapa de subsunção real do trabalho ao capital. Desta forma, conforme observado ao longo deste trabalho, é possível perceber que as atuais mudanças no mundo do trabalho encontram raízes nas respostas que o capital vem oferecendo à sua própria crise estrutural, deflagrada no início da década de 1970. O processo de “uberização” do trabalho, através do salto tecnológico das TIC como ferramenta primordial para o capital, vem escancarando gradativamente a expansão das modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, sem garantias de direitos, além de insatisfatoriamente remunerados. Esta nova ofensiva do capital, que fortalece a tendência de enxugamento de gastos relativos à força de trabalho, conta com o apoio maciço dos aparatos institucionais do Estado neoliberal, que empreende uma série de ataques às legislações pertinentes aos direitos do trabalho.

Neste contexto, o Brasil caminha na direção do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas instituídos na CLT, como resposta às requisições postas pelo capital contemporâneo em um contexto de intensificação da crise estrutural. Para tanto, recorre a manobras nem sempre legítimas, operadas “pelo alto”, através de pactos firmados entre setores da elite nacional, com o intuito de eliminar possíveis obstáculos ao avanço das tendências do capital sobre o mundo do trabalho. Assim, a “uberização” do trabalho emerge no Brasil a partir da regulação do trabalho intermitente, enquanto elemento conjuntural que desponta em meio ao cenário de respostas do capital frente ao descenso das taxas de lucratividade com a piora do quadro de crise, que “joga lenha na fogueira” do desemprego formal, da flexibilidade e da informalidade, compreendidas como características estruturais do mercado de trabalho brasileiro.

Dito isto, importa destacar que a retração dos postos de trabalho formais e o aumento das taxas de desemprego alimentam a expansão de um exército industrial de reserva. Esta massa crescente de força de trabalho sobrando, facilmente substituível, então, encontrará refúgio nestas novas modalidades laborativas, onde a intensificação da exploração do trabalho e a insegurança imperam sob a aparência de atividade

Realização:



Apoio:





“autônoma” e “empreendedora”. Neste sentido, o setor de entregas por aplicativos é parte constituinte do processo de “uberização” do trabalho, ao passo em que se amplia em escala global, às custas da exploração cotidiana da força de trabalho daqueles que, vendo-se despossuídos dos elementos básicos de sobrevivência, submetem-se a estas novas formas de trabalho precarizado.

## Referências

ABÍLIO, Ludmila C. Uberização: a era do trabalhador just in time? **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, jul. 2020a. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/170465/161004>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

ABÍLIO, Ludmila C. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just in time. In: ANTUNES, Ricardo. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020b.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAZ, Marcelo. **Para a crítica da crise: diálogos com intelectuais e parlamentares da esquerda em Portugal**. Curitiba: Prisma, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Teletrabalho e Trabalho por meio de Plataformas Digitais – 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102035\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102035_informativo.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2025.

LOPES, Mariana de Araújo. **Jornadas de trabalho intermitente e parcial: expressões contemporâneas da desmedida do capital na Lei 13.467/2017**. 2023. 182 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. **O que é capital fictício e sua crise**. São Paulo: Brasilense, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia Política**. Volume I: o processo de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

Realização:



Apoio:



**Realização:**



**Apoio:**



## NEOLIBERALISMO, RACIONALIDADE DE MERCADO E PLATAFORMIZAÇÃO

A nova forma da ofensiva do capital sobre o trabalho e os direitos

Rosildo da Luz Bomfim<sup>115</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa como a racionalidade neoliberal, articulada ao avanço das tecnologias digitais e ao modelo das plataformas, intensifica a ofensiva do capital sobre o trabalho e os direitos sociais. A partir de uma abordagem crítica e marxista, examina-se a subordinação algorítmica, a desregulamentação contratual e a transformação dos trabalhadores em nanoempreendedores precarizados. A análise evidencia a expropriação de direitos e a substituição da legislação pública por normas privadas automatizadas.

**Palavras-chave:** neoliberalismo; plataformas digitais; trabalho; direitos; racionalidade de mercado.

**Abstract:** This article analyzes how neoliberal rationality, combined with the advance of digital technologies and the platform model, intensifies capital's offensive on work and social rights. From a critical and Marxist approach, it examines algorithmic subordination. The analysis highlights the expropriation of rights and the replacement of public legislation with automated private rules.

**Keywords:** neoliberalis; digital platforms; labor; rights; market rationality.

### Introdução

A atual etapa do capitalismo revela um cenário de intensificação das desigualdades sociais, flexibilização das relações de trabalho e crescente captura do Estado pelas forças do mercado. Neste contexto, a obra “A nova razão do mundo” de Dardot e Laval (2016, p. 191) oferece um marco teórico fundamental para compreender o neoliberalismo não apenas como um regime econômico, mas como uma racionalidade que se impõe como forma de governo das condutas, redefinindo o papel do Estado, do sujeito e do próprio direito.

No âmbito do trabalho, essa racionalidade atua promovendo a individualização das responsabilidades, a fragmentação dos vínculos coletivos e a desestruturação dos direitos historicamente conquistados. Esta ofensiva do capital encontra nas tecnologias digitais, especialmente nas plataformas e nos algoritmos, novos instrumentos de intensificação da dominação e da exploração.

Este artigo visa articular essas dimensões a partir de três eixos centrais: (i) a racionalidade neoliberal como projeto político e antropológico; (ii) o papel das plataformas digitais na reconfiguração do trabalho e da subjetividade; e (iii) os efeitos dessa ofensiva sobre os direitos sociais, a democracia e as possibilidades de resistência.

Do ponto de vista metodológico, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e crítico, sustentada em revisão bibliográfica e análise documental. São mobilizadas obras teóricas do campo da economia política do trabalho, da sociologia crítica e do direito do trabalho, assim como documentos normativos (termos

<sup>115</sup> Advogado, professor de direito e doutorando em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: rlbomfim@uol.com.br.

Realização:



Apoio:



de uso das plataformas) e dispositivos legais recentes, como a Lei Complementar nº 214/2025. O percurso analítico ancora-se na tradição marxista e na crítica ao neoliberalismo, buscando evidenciar a articulação entre tecnologia, acumulação capitalista e regressão de direitos.

## **A nova razão do mundo: neoliberalismo como racionalidade totalizante**

Segundo Dardot e Laval (2016, p.193), o neoliberalismo deve ser compreendido como uma racionalidade política que impõe a lógica da concorrência e da empresarialização a todas as esferas da vida social. Trata-se de um projeto de sociedade que transcende a esfera econômica e alcança as dimensões subjetiva, institucional e simbólica da existência.

O sujeito neoliberal é interpelado como um "empresário de si", responsável por sua própria formação, sucesso ou fracasso. Essa figura substitui o cidadão de direitos por um agente responsável por sua própria performatividade. Não há lugar para o coletivo, para o comum ou para a solidariedade: tudo é convertido em capital humano, investimento de si e rentabilidade subjetiva.

Neste contexto, o neoliberalismo desloca o eixo da exploração direta para uma forma de autoexploração mais eficiente porque é mascarada pelo discurso da liberdade individual. Ao incutir no trabalhador a crença de que ele é um empreendedor de si mesmo, dissolve-se o sentimento de ser explorado por outrem. Essa tese é desenvolvida por Byung-Chul Han, ao afirmar que:

A autoexploração é muito mais eficiente do que a exploração por terceiros, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. Paradoxalmente, o primeiro sintoma do burnout é a euforia. Lançamo-nos eufóricos ao trabalho e, ao final, acabamos quebrados. No regime neoliberal, a exploração ocorre não mais como alienação e autodesrealização, mas como liberdade e autorealização. Aqui não entra o outro como explorador que me obriga a trabalhar e me explora. Ao contrário, eu mesmo me exploro de boa vontade, na fé de que posso me realizar — e me realizo na direção da morte. Otimizo a mim mesmo para a morte. Nesse contexto, não é possível haver nenhuma resistência, levante ou revolução (Han, 2024, p. 116-117).

Esse processo de subjetivação é acompanhado por uma reconfiguração do papel do Estado. O Estado neoliberal não desaparece, mas é reconfigurado para promover a concorrência e a eficiência empresarial em detrimento das funções sociais. A política passa a ser administrada segundo os princípios da gestão privada, e os direitos sociais tornam-se custos a serem eliminados.

Como afirmam Klein e Marques (2022, p. 14), na coletânea "ABC do Socialismo", é como se o neoliberalismo se esforçasse para tornar verdade a invectiva ácida de Marx de que, em condições capitalistas, os governos não passam de comitês de gestão dos negócios comuns da burguesia.

## **Capitalismo de plataforma e a subordinação algorítmica do trabalho**

A partir da análise de autores como Seto (2024) e Festi *et al.* (2024), observa-se que a racionalidade neoliberal encontra nas plataformas digitais um campo privilegiado de atualização e intensificação. O capitalismo de plataforma representa uma nova morfologia da acumulação, baseada na captura de dados, no trabalho imaterial e na gestão algorítmica da vida.

As plataformas como Uber, iFood, Amazon e outras não são apenas ferramentas de intermediação entre o trabalhador e os interessados nos serviços prestados. Elas operam por meio de um modelo de gestão do trabalho que desestrutura as formas clássicas de emprego, sem, contudo, eliminar completamente o vínculo de

Realização:



Apoio:



subordinação. Essa subordinação pode ser observada, por exemplo, nos Termos Gerais de Uso dessas empresas, como no caso da Uber, em seu item 3.3:

### **3.3. Mensagens**

Ao criar uma Conta, e tal como estabelecido no Aviso de Privacidade da Uber, Você concorda que a Uber e suas Afiliadas poderão lhe enviar mensagens de textos (SMS) ou de WhatsApp (quando o Serviço Uber for acessado por este canal - sujeito à disponibilidade em sua região) como parte das operações comerciais regulares para o uso dos Serviços. Você poderá optar por não receber mensagens de texto (SMS) da Uber e suas Afiliadas a qualquer momento, seguindo as instruções indicadas em <https://accounts.uber.com/communication>. Você reconhece que optar por não receber as mensagens de texto poderá prejudicar o Seu uso dos Serviços (Acesso em: 4 jul. 2025).

A empresa, nos Termos Gerais de Uso, condiciona a recusa do motorista em receber mensagens à possibilidade de prejuízo na utilização do serviço. Isso equivale a impor uma limitação à atividade laborativa, agravando ainda mais a precariedade de um trabalho já fragilizado. Essa imposição reforça o argumento de que, mesmo na aparente autonomia do trabalhador de plataforma, subsiste uma forma disfarçada de subordinação, mediada por dispositivos tecnológicos e termos contratuais opacos.

Além disso, da análise do Código da Comunidade da Uber, em seu item “avaliações” transcrito abaixo, verifica-se que a empresa condiciona a prestação de trabalho do motorista a uma boa avaliação, sob pena de perder toda ou parte do acesso à plataforma, restringindo de forma parcial ou total o labor como forma de punição dos supostos motoristas “autônomos”:

### **Avaliações**

Cada cidade tem uma avaliação média mínima, pois pode haver diferenças culturais na maneira de as pessoas se avaliarem. Usuários e motoristas e entregadores parceiros que não atingirem a avaliação média mínima da cidade poderão perder, no todo ou em parte, o acesso à Plataforma da Uber. Avisaremos caso sua avaliação esteja se aproximando desse limite e poderemos compartilhar informações úteis, incluindo dicas reunidas entre a própria comunidade, para que você possa melhorá-la.

A desativação corresponde, na prática, à demissão em um contrato de trabalho com vínculo de emprego. A semelhança não é coincidência, mas sim consequência de uma atividade laboral subordinada com consequências equivalentes às de um contrato formal.

Corroborando com todos os elementos anteriormente destacados que comprovam a ausência de autonomia dos alegados motoristas parceiros, observa-se que é a própria empresa que fixa o preço de todos os serviços realizados. Isso retira por completo a tese de autonomia, uma vez que a definição do valor da prestação de serviço é um dos elementos centrais do trabalho autônomo. Tal absurdo é evidenciado no item 4 dos Termos Gerais de Uso da Uber:

### **4. Preço**

Na relação entre Você e a Uber, a Uber reserva-se o direito de estabelecer, remover e/ou revisar o Preço relativo a todos os serviços, bens ou produtos obtidos por meio do uso dos Serviços a qualquer momento, a critério exclusivo da Uber. Ademais, Você reconhece e concorda que a Uber poderá cobrar pelos serviços prestados diretamente a Você e que o Preço aplicável em certas áreas geográficas poderá (i) incluir cobranças, tarifas, taxas, impostos e/ou contribuições governamentais devidas em Seu nome, inclusive, tarifas de pedágios ou cobranças de aeroportos, conforme a rota tomada pelo(a) Parceiro(a) Independente, o local de origem e/ou destino da viagem ou legislação aplicável e (ii) aumentar quando a oferta de serviços por parte dos(as) Parceiros(as) Independentes for menor do que a demanda por

Realização:



Apoio:





referidos serviços. O pagamento de taxas, impostos e/ou contribuições governamentais, serão de Sua responsabilidade e Você reembolsará o(a) Parceiro(a) Independente e/ou a Uber por todas as tarifas, taxas, impostos e/ou contribuições governamentais pagas em Seu nome. Para mais detalhes sobre aumento de Preço em decorrência de aumento da demanda, clique aqui. A Uber envidará esforços razoáveis para informá-lo(a) dos Preços que poderão se aplicar, sendo certo que você será responsável pelo pagamento dos Preços lançados em Sua Conta independentemente de estar ciente desses Preços ou de seus valores. A Uber poderá, a qualquer momento, fornecer a certos(as) usuários(as) ofertas e descontos promocionais que poderão resultar em valores diferentes cobrados por Serviços iguais ou similares a outros obtidos por meio do uso dos Serviços, e você concorda que essas ofertas e descontos promocionais, a menos que também oferecidos a Você, não terão influência sobre os Preços aplicados. Você poderá optar por cancelar. Sua solicitação de serviços, bens ou produtos de um(a) Parceiro(a) Independente a qualquer momento antes da chegada desse(a) Parceiro(a) Independente, caso em que poderá incidir uma taxa de cancelamento.

O dispositivo acima transfere para a Uber o direito de: (a) fixar unilateralmente o valor do serviço prestado pelo motorista; (b) alterar esse valor conforme a variação de demanda; e (c) oferecer descontos promocionais diferenciados a usuários, sem necessidade de anuência do prestador de serviço. Tais prerrogativas evidenciam que, embora os motoristas sejam tratados como “parceiros independentes”, na prática estão submetidos a condições contratuais que os impedem de exercer qualquer controle sobre o preço de seu próprio trabalho. Trata-se de uma relação de subordinação disfarçada, que os priva de direitos básicos como férias, limitação de jornada, 13º salário, entre outros, configurando um modelo de precarização extrema do trabalho, com evidente transferência de valor para o capital.

### **1. Externalização dos meios de produção e transferência de custos ao trabalhador**

Conforme Bomfim e Stampa (2024, p. 64-81), o capital se associou ao desenvolvimento tecnológico a ponto de transformar a ciência em força produtiva capitalista, com o fim específico de aumentar a taxa de lucro. Através da tecnologia, permitiu-se que os meios de produção fossem divididos entre capitalistas e trabalhadores: (a) os capitalistas fornecem os meios de produção digitais (capital fixo e circulante); (b) o trabalhador fornece ao capitalista os meios de produção vinculados à efetivação do trabalho, como o fornecimento de carros para que a Uber do Brasil Tecnologia Ltda. exerça sua atividade de transporte público individual e bicicletas, motos, smartphones e pacote de internet, e para que o iFood exerça sua atividade de entrega de alimentos.

Como bem observam Armstrong (2019, p. 33) e Barbosa (2020, p. 76) essas empresas sempre externalizam parte dos custos produtivos aos trabalhadores plataformizados, como forma de minimizar os custos e aumentar a taxa de lucro:

A Uber, a maior empresa de táxi do mundo, não tem veículos. O Facebook, dono da mídia mais popular do mundo, não cria conteúdo. O Alibaba, varejista mais valioso, não tem estoque. E o Airbnb, maior fornecedor de hospedagem do mundo, não tem propriedade. Algo interessante está acontecendo. (Armstrong, 2019, p. 33).

Por isso, as grandes corporações que dominam as cadeias não têm fábricas físicas, mas dispõem de recursos como marcas e patentes, enquanto suas subcontratadas produzem as mercadorias, em diferentes pontos do mundo. (Barbosa, 2020, p. 76).

Realização:



Apoio:



No contexto da plataformação do trabalho, observa-se uma profunda reconfiguração da relação entre capital e trabalho, marcada pela transferência dos custos dos meios de produção para os próprios trabalhadores. Elementos fundamentais para a realização da atividade laboral — como a manutenção de veículos, a aquisição de smartphones e o custeio de pacotes de dados móveis — deixaram de ser de responsabilidade das empresas e passaram a ser assumidos pelos indivíduos que, diante do desemprego estrutural, recorrem às plataformas digitais como estratégia de sobrevivência, ainda que em condições profundamente precarizadas.

Essa dinâmica ilustra uma nova forma de organização da produção, na qual o capital se exime da responsabilidade sobre os instrumentos de trabalho, ao mesmo tempo em que mantém o controle sobre a organização, a gestão e a remuneração da atividade. Tal estrutura pode ser observada, por exemplo, nos próprios Termos e Condições de Uso da plataforma iFood para entregadores, em sua cláusula segunda, item 2.5 e cláusula quarta, item 4.1, abaixo descritas, que estabelecem como condição para o acesso à atividade, o seguinte:

CLÁUSULA SEGUNDA – A PLATAFORMA: 2.5. Para a utilização da Plataforma, são condições técnicas indispensáveis: (a) **possuir smartphone com acesso à internet ou pacote de dados ativo**; e (b) fazer o download do aplicativo 'iFood para Entregadores' disponível na Play Store. Caso tais requisitos técnicos não sejam atendidos, o Entregador não conseguirá utilizar a Plataforma para operacionalizar as entregas." (IFOOD, Termos e Condições de Uso, 2024, (gn).

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES: 4.1. Sem prejuízo de outras obrigações estipuladas nestes Termos, o Entregador obriga-se a:

vii. **dispor dos ativos, equipamentos técnicos e operacionais necessários para a realização das Atividades de Entrega**, de acordo com a legislação aplicável, tais como, mas não se limitando a isso, veículo, jaqueta, luva, capacete, mochila e/ou baú, **arcando com todas as despesas, custos, taxas, tributos e contribuições referentes a estes equipamentos**; (gn)

Esses exemplos demonstram como o modelo das plataformas digitais de trabalho se sustenta por meio de uma racionalidade neoliberal que individualiza os riscos, externaliza os custos e reforça a lógica da concorrência entre trabalhadores, sob a aparência de autonomia contratual e empreendedorismo individual.

No discurso social e midiático, costuma-se afirmar que a tecnologia teria promovido uma mudança de paradigma no mundo do trabalho. Contudo, mudar o paradigma significaria alterar os pressupostos ou a base estrutural do capitalismo. Sobre essa falsa ruptura, Pitassi e Leitão (2002, n/p) afirmam:

Com esse objetivo, as novas regras das estratégias de negócio, fundamentadas na velocidade, na digitalização, na conectividade, no acesso universal à informação, no fim das hierarquias e no marketing reverso, servirão como instrumentos para aumentar a competitividade das organizações, jamais para mudar os paradigmas da sociedade em que se inserem. São, portanto, mudanças adaptativas, que visam à manutenção do status quo, ainda que venham embaladas por um discurso pseudo-revolucionário e repleto de clichês cibernéticos.

Não houve, portanto, mudança paradigmática. O que se observa é a intensificação da lógica capitalista pela mediação tecnológica. O capital se apropriou do desenvolvimento científico para transformá-lo em força produtiva voltada à maximização da exploração da força de trabalho e do lucro. Essa continua sendo a essência do sistema capitalista.

Realização:



Apoio:



## 2. O regime jurídico da servidão informacional

Os Termos de Uso das plataformas digitais não se configuram como meros instrumentos contratuais; antes, instauram verdadeiros regimes jurídicos próprios, voltados ao controle e à extração de valor do trabalho, configurando, assim, uma nova normatividade privada sobre as atividades laborativas.

A modulação de comportamentos dos trabalhadores, por meio de pontuações, ranqueamentos e metas — estabelecidos sem vínculo contratual direto —, reforça a concepção de que o neoliberalismo opera como uma tecnologia de poder. As plataformas digitais funcionam como instituições normativas privadas, que definem os critérios do que é “eficiente”, “produtivo” ou “aceitável”, promovendo uma forma de subjetivação baseada na autogestão, na responsividade ao mercado e na lógica da competição permanente. Essa dinâmica se articula diretamente com o conceito de “ordem construída”, conforme desenvolvido por Dardot e Laval (2016, p. 82), ao indicarem:

A novidade do neoliberalismo ‘reinventado’ reside no fato de se poder pensar a ordem de mercado como uma ordem construída, portanto, ter condições de estabelecer um verdadeiro programa político (uma ‘agenda’) visando seu estabelecimento e sua conservação permanente.

Tal “ordem construída” encontrou respaldo institucional no Brasil com a promulgação da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que, ao reformar o regime tributário nacional, consolidou a narrativa da autonomia contratual absoluta. A nova legislação define expressamente como autônomos os trabalhadores inseridos na lógica das plataformas digitais, ao introduzir a figura do nanoempreendedor, conforme estabelecido no parágrafo 10 do artigo 26:

§ 10. Para fins de enquadramento como **nanoempreendedor**, nos termos do inciso IV do caput deste artigo, **será considerada** como receita bruta da **pessoa física prestadora de serviço de transporte privado individual de passageiros ou de entrega de bens intermediado por plataformas digitais** 25% (vinte e cinco por cento) do valor bruto mensal recebido. (gn)

Com essa classificação, as plataformas digitais, amparadas por seus próprios Termos de Uso, substituem de fato a legislação estatal por normas privadas, flexíveis e unilateralmente impostas, codificadas por algoritmos e mecanismos internos de resolução de disputas. A governança algorítmica se articula, nesse sentido, à jurisprudência liberal do Supremo Tribunal Federal (STF), que tem legitimado a substituição da mediação legislativa clássica por decisões técnicas e privadas, promovendo o deslocamento do eixo normativo para esferas despolitizadas e tecnocráticas.

Essa substituição da lei parlamentar pela regulação jurisprudencial — e, mais recentemente, algorítmica — representa uma reconfiguração do campo jurídico-político, na qual os direitos deixam de ser resultados do debate público e passam a ser definidos por decisões automatizadas, opacas e técnicas. O que está em curso é uma coordenação neoliberal dos sujeitos, operada por normas supostamente espontâneas e aceitas tacitamente, como nos contratos de adesão e nos códigos de conduta das plataformas. Trata-se de uma forma de governamentalidade que prescinde do comando direto: controla-se sem ordenar, adapta-se sem legislar.

No capitalismo de plataforma, os próprios sistemas automatizados de decisão e reputação exercem funções parajurídicas, determinando quem tem acesso ao trabalho, quanto deve receber e quem será excluído das redes. Tais sistemas são herdeiros diretos da ideia de normatividade descentralizada — agora automatizada e invisibilizada —, o que amplia as assimetrias de poder e reduz drasticamente a possibilidade de contestação ou resistência.

Realização:



Apoio:



## **A expropriação dos direitos dos trabalhadores sob a lógica da racionalidade neoliberal tecnológica**

A ascensão das plataformas digitais e a intensificação da automação dos processos de gestão do trabalho não apenas reconfiguraram as formas de inserção produtiva, mas operaram uma verdadeira expropriação de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores. Esse processo deve ser compreendido à luz do que Dardot e Laval (2016, p.16-17) denominam “nova razão do mundo”, isto é, a transformação do neoliberalismo em uma racionalidade totalizante, capaz de penetrar todos os domínios da vida social, política e subjetiva.

Na perspectiva da crítica do trabalho, a tecnologia, longe de representar uma ferramenta neutra, tem sido apropriada pelo capital como instrumento de dominação, controle e intensificação da exploração. Nesse contexto, as plataformas digitais não apenas intermediam, mas redefinem as relações de trabalho, substituindo o arcabouço normativo estatal por mecanismos privados de governança algorítmica, como já discutido na seção anterior.

Entre os principais direitos expropriados ou diluídos com a mediação tecnológica das relações de trabalho, destacam-se:

a) Direito ao vínculo empregatício e à proteção social: a lógica de funcionamento das plataformas — fundamentada na suposta autonomia dos trabalhadores — rompe com a tradicional noção de emprego, inviabilizando o reconhecimento do vínculo empregatício. Essa negação tem impactos profundos, pois exclui os trabalhadores da cobertura de direitos como férias, 13º salário, FGTS, previdência social, licença médica e maternidade, além da proteção contra despedida arbitrária. A figura do “nanoempreendedor”, introduzida pela Lei Complementar nº 214/2025, institucionaliza essa exclusão, ao consolidar um modelo de autoexploração legitimado juridicamente.

b) Direito à jornada de trabalho regulamentada: ao ocultar a relação de subordinação por meio de dispositivos como metas flexíveis, pontuação por desempenho e ranqueamentos opacos, as plataformas impõem uma disponibilidade constante ao trabalhador, dissolvendo os limites entre tempo de trabalho e tempo livre. A intensificação do labor, sem controle sobre a duração da jornada e sem remuneração por horas extras, constitui clara violação ao direito fundamental ao descanso e à desconexão.

c) Direito à remuneração mínima e previsível: a remuneração dos trabalhadores de plataforma está sujeita à flutuação da demanda, à dinâmica do algoritmo e às regras unilaterais da empresa. Não há garantia de salário mínimo, tampouco de estabilidade na renda. O pagamento por tarefa e a lógica do “ganho por produtividade” impõem incerteza e precariedade, contrariando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e da valorização do trabalho.

d) Direito à organização coletiva e à representação sindical: a fragmentação do trabalho, sua dispersão territorial e a recusa ao reconhecimento do vínculo empregatício dificultam, quando não inviabilizam, a organização sindical e a negociação coletiva. O neoliberalismo, como racionalidade totalizante, promove a atomização dos sujeitos e substitui a solidariedade por uma lógica individualista de competição. Isso compromete o exercício do direito coletivo à greve, à representação e à defesa dos interesses da categoria.

e) Direito à transparência e à contestação de decisões automatizadas: no regime da servidão informacional, os algoritmos cumprem funções decisórias sobre desempenho, remuneração e acesso ao trabalho, sem transparência ou possibilidade real de recurso. A ausência de direito à explicação e de garantias processuais configura uma grave violação ao devido processo legal, especialmente em um contexto no qual decisões automatizadas afetam diretamente a subsistência dos trabalhadores.

Realização:



Apoio:



O que se observa, portanto, é que a tecnologia não apenas media o trabalho, mas se torna o próprio meio de expropriação dos direitos, em um processo legitimado por uma racionalidade neoliberal que naturaliza a flexibilização, a autogestão e a desresponsabilização do capital. A “nova razão do mundo” manifesta-se não apenas como modelo econômico, mas como paradigma normativo que redefine o que é aceitável no campo do trabalho: a precariedade é apresentada como liberdade, a ausência de proteção como autonomia, e a competitividade como mérito individual.

Trata-se, pois, de um novo modo de acumulação por expropriação, que desloca o foco da mais-valia pela exploração direta para a captura de direitos, garantias e bens coletivos — neste caso, os direitos sociais do trabalho-. A tecnologia, nesse cenário, é funcional ao capital e estruturante do novo regime de servidão algorítmica.

## **Considerações finais**

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu evidenciar que o neoliberalismo não se limita a uma doutrina econômica, mas constitui uma verdadeira racionalidade totalizante que estrutura as práticas políticas, jurídicas, subjetivas e sociais da contemporaneidade. Trata-se de uma nova razão do mundo, na qual a lógica do mercado deixa de ser uma esfera específica da vida social para se tornar o princípio organizador de todas as relações humanas.

A partir dessa perspectiva, foi possível compreender como o capitalismo de plataforma representa não apenas uma inovação tecnológica, mas uma nova morfologia da ofensiva do capital sobre o trabalho. As plataformas digitais reconfiguram as relações laborais, ao mesmo tempo em que intensificam a precarização, a subordinação e a fragmentação dos trabalhadores. Sob o verniz da inovação e do empreendedorismo, esconde-se um regime de extração de valor sustentado pela ausência de direitos e pela transferência de riscos e custos ao trabalhador.

A análise do regime jurídico da servidão informacional mostrou que os Termos de Uso e os algoritmos não são neutros nem meramente operacionais: constituem dispositivos normativos privados que regulam o trabalho, substituem a legislação pública e impõem um modelo de governança empresarial sobre a vida laboral. As plataformas operam como verdadeiras instituições reguladoras, com capacidade de definir quem trabalha, quanto ganha, quando será punido ou excluído. Trata-se de uma nova forma de sujeição, marcada pela opacidade e pela ausência de garantias processuais, em flagrante violação aos fundamentos democráticos e aos direitos sociais.

Por fim, a seção dedicada à expropriação dos direitos dos trabalhadores revelou que o que está em curso é um processo de esvaziamento normativo e institucional das conquistas históricas da classe trabalhadora. O direito ao vínculo empregatício, à jornada regulada, à remuneração mínima, à organização coletiva e ao devido processo legal estão sendo sistematicamente suprimidos ou relativizados. A racionalidade neoliberal tecnológica transforma os trabalhadores em empreendedores de si, responsáveis individualmente por sua sorte, ao mesmo tempo em que os submete a estruturas de controle cada vez mais autoritárias e desumanizantes.

Conclui-se, portanto, que o avanço das plataformas digitais sob a égide do neoliberalismo não representa uma ruptura com o modelo capitalista, mas sim sua radicalização. A tecnologia é apropriada pelo capital como instrumento de intensificação da exploração e de reconfiguração dos marcos normativos, sem mediação democrática. O discurso da autonomia oculta a servidão; a retórica da inovação dissimula a regressão de direitos; e a lógica da eficiência obscurece a desumanização do trabalho.

Resgatar o sentido coletivo dos direitos, fortalecer as instituições públicas, democratizar os processos decisórios e repolitizar o debate sobre tecnologia são tarefas urgentes para aqueles e aquelas que não aceitam a naturalização da precariedade

Realização:



Apoio:





como destino. Denunciar a nova razão do mundo é, antes de tudo, afirmar que outra razão é possível: uma razão fundada na dignidade, na solidariedade e na justiça social.

## Referências

ARMSTRONG, Paul. **Dominando as tecnologias disruptivas**: aprenda a compreender, avaliar e tomar melhores decisões sobre tecnologia que possa impactar o seu negócio. São Paulo: Autêntica Business, 2019.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida – a crítica à precariedade. *In*: DE SIQUEIRA, Leonardo Moura L. C. *et al.* (org.). **Tempos de pandemias no capitalismo contemporâneo**: gig economy, direito do trabalho e covid-19. Curitiba: Appris, 2020.

BOMFIM, Rosildo da Luz; STAMPA, Inez Terezinha. Contratos de trabalho plataformizados versus retrocessos de direitos: uma relação controvertida. *In*: BOTÃO, Márcia (org.). **Avanços tecnológicos e contradições para o trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 214**, de 27 de maio de 2025. Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias e cria o regime de tratamento diferenciado ao nanoempreendedor. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp214.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm)>. Acesso em: 04 jul. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FESTI, Ricardo; NOWAK, Jörg. **As novas infraestruturas produtivas**: digitalização do trabalho, e-logística e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2024.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. São Paulo: Nobilis, 2024.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

iFOOD. **Termos e condições de uso**: iFood para entregadores. São Paulo: iFood, 17 mar. 2020. Disponível em: <<https://entregador.ifood.com.br/wp-content/uploads/2020/03/TERMOS-E-CONDICOES-DE-USO.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2025.

KLEIN, Aline; MARQUES, Victor. Se você odeia o Bolsonaro então vai amar o socialismo. *In*: KLEIN, Aline; SUNKARA. Bhaskar; MARQUES, Victor. (org.). **ABC do socialismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

PITASSI, Claudio; LEITÃO, Sérgio Proença. Tecnologia de informação e mudança: uma abordagem crítica. **RAE** - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 42, n. 2. p. 78-80, abr./jun., 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rae/v42n2/v42n2a07.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2025.

SETO, Kenzo Soares. **O algoritmo e o capital**: ensaios introdutórios à economia dos meios digitais. Curitiba: Appris, 2024.

Realização:



Apoio:



UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA. **Código da Comunidade**. São Paulo: Uber do Brasil Tecnologia Ltda., 2023. Disponível em: <<https://www.uber.com/legal/en/document/?country=brazil&lang=pt-br&name=general-community-guidelines>>. Acesso em: 4 jul. 2025.

UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA. **Termos Gerais de Uso**. São Paulo: Uber do Brasil Tecnologia Ltda., último ajuste em 21 de mar. de 2023. Disponível em: <<https://www.uber.com/legal/pt-br/document/?country=brazil&lang=pt-br&name=general-terms-of-use>>. Acesso em: 4 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



## **O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO NÚCLEO DE ACOLHIMENTO EDUCACIONAL: entre o desconhecimento do serviço social na escola e a precarização do trabalho**

Tatiane de Menezes Bezerra<sup>116</sup>

**Resumo:** O artigo busca analisar o trabalho do Assistente Social na educação básica nas escolas estaduais de Minas Gerais inseridos no Núcleo de Acolhimento Educacional (NAE), ressaltando os desafios e estratégias de intervenção postos no dia a dia das comunidades escolares, num contexto de incertezas quanto à atuação dos assistentes sociais nas escolas da rede estadual de ensino básico, que mesmo após a regulamentação da Lei nº13.935/2019 e da resolução estadual n. SEE nº4701/2022, o papel do assistente social tem sido constantemente tensionado sobre a sua relativa autonomia profissional, num contexto de um governo ultra neoliberal, o papel dos assistentes sociais tem sido colocado em conflito para tensionamento de um mero executor de tarefas burocráticas com ações vindas de cima para baixo. Assim, este trabalho espera colaborar com a luta pela consolidação do Serviço Social na Educação nas escolas estaduais mineiras, para além do lugar marginal que nós assistentes sociais, ainda ocupamos nos NAEs do estado de Minas Gerais.

**Palavras-Chave:** Serviço Social. Trabalho. Educação. Lei nº13.935/2019. Resolução n. SEE nº4701/2022.

**Abstract:** The article seeks to analyze the work of the Social Worker in basic education in the state schools of Minas Gerais inserted in the Educational Reception Center (NAE), highlighting the challenges and intervention strategies posed in the daily life of school communities, in a context of uncertainty regarding the performance of social workers in the schools of the state basic education network, which even after the regulation of Law nº13.935/2019 and state resolution n. SEE nº4701/2022, the role of the social worker has been constantly stressed over their relative professional autonomy, in a context of an ultra neoliberal government, the role of social workers has been put in conflict for tensioning a mere executor of bureaucratic tasks with actions coming from the top down. Thus, this paper hopes to contribute to the struggle to consolidate Social Work in Education in Minas Gerais state schools, beyond the marginal place that we social workers still occupy in the NAEs of the state of Minas Gerais.

**Keywords:** Social Work. Work. Education. Law nº13.935/2019. SEE Resolution No. 4701/2022.

### **Introdução**

---

<sup>116</sup> Assistente Social e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). E-mail: menezes.taty@gmail.com

Realização:



Apoio:



Este artigo se dedica a analisar o trabalho de assistentes sociais no contexto da educação básica nas escolas estaduais de Minas Gerais, com foco nas suas práticas profissionais e nas condições de trabalho dentro do Núcleo de Acolhimento Educacional (NAE), um espaço que ainda é pouco compreendido dentro das políticas educacionais. O objetivo deste estudo é investigar o trabalho do Assistente Social nas escolas estaduais, analisando suas atribuições legais, os desafios que enfrentam e as condições de trabalho, com ênfase nas questões de precarização e no desconhecimento do papel do Serviço Social por parte das instituições educacionais.

As discussões sobre a atuação do Serviço Social na educação é uma questão antiga, complexa, e sobretudo, polêmica e contraditoriamente ainda atual. Porém, trata-se de uma discussão necessária para alcançarmos a promoção de uma educação comprometida com o desenvolvimento de todos os alunos, uma educação igualitária e que tenha em mente que acesso e permanência tem enfrentado diversos desafios, ao pensar num efetivo ensino aprendizagem de qualidade.

Adentrando o ambiente escolar percebemos que este enfrenta desafios como os docentes, estes necessitam repensar suas práticas profissionais, buscando novas possibilidades para envolver os discentes, motivando-os a construir seus conhecimentos, a autora bell hooks (2017, p. 35) nos diz sobre os meios reguladores e punitivos da confissão que nos remetem às práticas curriculares e pedagógicas em que os alunos são convocados a revelar publicamente, informações sobre sua vida e sua cultura diante de figuras de autoridade, como os professores. Continua revelando que a educação como prática de liberdade, os alunos não serão os únicos a partilhar, os professores levando suas próprias experiências, elimina-se a possibilidade de atuarem como inquisidores oniscientes e silenciosos. A autora nos revela que “os professores que abraçam o desafio da autoatualização serão mais capazes de criar práticas pedagógicas que envolvam os alunos, proporcionando-lhes maneiras de saber que aumentem sua capacidade de viver profunda e plenamente.” Os discentes estão cada vez mais desmotivados e impulsionados pelas redes sociais em milagres financeiros e a na meritocracia, muitos não tendem a mais sonhar com possibilidades de mudanças de paradigmas, muitas vezes trazem suas frustrações e entram em choque com o formato que encontram o ambiente escolar, constantemente embates racistas, homofóbicos, transfóbicos e machistas precisam ser combatidos diariamente nas escolas, estes sofrem e fazem sofrer, acabam que precisam perceber que tem outras formas de se relacionar na comunidade escolar.

É fundamental também a participação da família na educação juntamente com o Estado, conforme destaca na Lei de Diretrizes de Base da Educação no artigo 2º da Lei 9394/96 (LDB), que é dever do Estado e da família ter por finalidade o pleno desenvolvimento do educando e ter o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Cada um fazendo o seu papel e desenvolvendo as potencialidades dos alunos, pois sabemos o quanto é desafiador para os educadores e demais profissionais da educação, desenvolvendo em sala de aula com os diferentes níveis de aprendizagem.

Segundo Paulo Freire, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a produção ou de sua construção” (Freire, 2001, p. 25). Ensinar não deve estar limitado ao ato de explicação de conteúdos, numa lógica conteudista, mas deve ter a preocupação de oferecer aos discentes momentos de reflexão para estes construírem seus próprios conhecimentos, como seres críticos e propositivos, conforme nos alerta Freire, não podemos ter na escola uma lógica que o aluno nada sabe e o professor tudo conhece. Segundo a Amaro (2024), a escola reflexiva é fonte de aprendizagens e potencialidades, agindo com flexibilidade nas situações. Assim, o Assistente Social deverá ser um profissional crítico inserido nesse contexto político e ideológico, na luta hegemônica, lutando pela educação, enquanto Educação emancipadora que visa o protagonismo do sujeito.

Realização:



Apoio:



No Brasil o Serviço social com a trajetória da política educacional evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas a partir dos processos que restringiram, expulsaram os trabalhadores do acesso a direitos básicos e hoje buscam “incluir” na educação escolarizada largos contingentes da classe trabalhadora. O autor Gadotti (2012, p. 94) nos alerta sobre a discussão de que não há lutas de classes na educação, o autor nos alerta que esse pensamento se dá pela educação burguesa e dominante que nos quer fazer acreditar nessa falácia, a escola é classista, prossegue seu relato: “Porque numa sociedade de classes, a escola é igualmente de classes. Na escola classista é apenas um setor (privilegiado) da sociedade que ingressa.” Historicamente uma parte significativa da população brasileira se viu excluída do acesso e na contemporaneidade apesar do avanço temos a luta pela permanência nas escolas. Nas reuniões dos conselheiros de classes, quais alunos continuam na mira da escola classista? O autor nos diz que “A escola, porém, é um espaço político importante na medida em que pode garantir ou não a ‘herança’, reproduzindo ou não os privilégios de classe”.

Seguimos com a análise do documento do Conselho Federal de Serviço Social em que nos traz que a Educação tem uma função fundamental da vida do sujeito, muitas as vezes trabalha na dinâmica da reprodução social, nas formas das dinâmicas do indivíduo dentro da sociedade, que é instituída e organizada a partir de uma contradição básica daqueles que produzem riqueza e a aqueles que exploraram, daqueles que produzem e são explorados. Conforme nos diz Almeida (2000, p. 63):

Ao longo de todos os ciclos de mudanças na esfera da produção ocorridos no Brasil neste século, desde o processo de industrialização dos anos 20 aos anos 30, passando pelos períodos, estrategicamente dinamizados através da ação estatal, dos governos de Getúlio Vargas e da Ditadura Militar, até os dias atuais, com o fenômeno da globalização, podemos verificar que sempre coube ao Estado um papel destacado na construção e consolidação das bases de sustentação dessas alterações seja no campo econômico ou ideológico.

A sociedade vai se converter num conjunto de práticas, que contribuem para internalização de consensos necessários da reprodução ampliada desse sistema, o Estado conforme fala MARX seria o comitê da burguesia, então aos poucos caminhamos verificando que a educação formal que nós temos no Brasil vai contribuir para que as práticas sociais sejam internalizadas nos sujeitos através de alguns consensos necessários da reprodução ampliada desse sistema. Aos poucos verificamos que essa educação tradicional traz alguns consensos e algumas conformações a reprodução do sistema que está estabelecido, que é o sistema capitalista. Almeida (2000) acrescenta sobre a escola que esta:

cumprir certas funções econômicas no processo de qualificação e desqualificação da classe trabalhadora, ainda que estas funções não sejam imediatas. Por isso mesmo devemos ter claro que a própria crise e falência da escola pública cumpre uma função política importante, conquanto auxilia no processo de demarcação dos lugares sociais dos grupos menos favorecidos com ensino de baixo nível e com acesso restrito aos meios necessários de elaboração da sua própria cultura, de sua própria visão de mundo (Almeida (2000, p. 65-6).

Continua nos dizendo que a educação numa sociedade de classes como política gerida pelo Estado, trata-se de um campo tensionado pelas contradições de projetos distintos societários e que reflete na correlação de forças presente em cada conjuntura.

Remeter a escola na lógica de que o fracasso escolar não é apenas uma questão de não mérito, mas teriam questões de ordem social, a escola acaba muitas vezes fazendo o papel de mecanismo de manutenção da estrutura de classes, utilizada muitas

Realização:



Apoio:





vezes pela burguesia para manter sua superioridade. Freire (2022, p. 21) nos diz que há uma ideologia fatalista que nos imobiliza e que reforça o discurso neoliberal, insistindo que não podemos ir contra a realidade social que, de histórica e cultural, torna-se “quase natural”, segue informando que nessa lógica somente há uma única saída, adaptar o discente a esta realidade que não pode ser mudada.

O assistente social tem que levar em consideração essa realidade, a realidade social, para poder pensar a sua atuação, para poder propor sua intervenção, porque a nossa perspectiva de atuação é baseada na estrutura desse sistema político-econômico e social. O profissional tem que compreender as diferentes dimensões que compõem a vida social, nesse contexto verificamos a dependência ontológica entre trabalho e emancipação do sujeito, mas que também requer autonomia, o objeto de intervenção do Assistente Social é a Questão Social e a autora Amaro (2017, p. 38) nos diz:

assume-se o compromisso com um novo e ampliado olhar, forjado pelo pensamento crítico, de matriz marxista, no qual compreender, analisar e desvendar a questão social requer situá-la no contexto sócio-histórico das mudanças, relações e contradições, que estão sendo organizadas nos cenários comunitário, social, político, econômico, governamental, institucional, educacional, cultural, filosófico, teológico, científico e tecnológico entre outros.

Dessa forma, existem várias determinações que estão postas e que contribuem para exclusão dos pobres, dos negros, das mulheres e da comunidade LGBTQIA+ para acentuação de desigualdades de gênero, raça e classe, para falta de questionamentos, para reprodução de desigualdades e de privilégios sociais.

A autora (Amaro, 2022, p. 45) nos diz que devemos sair do individualismo, ter a ruptura com o sectarismo, com a segregação, as discriminações e violências sociais impostas aos indivíduos, é um ato revolucionário. Pensar nas condições enquanto classe trabalhadora institucionalizadas nas políticas sociais para que possamos exercer nossas ações profissionais sim, com essas políticas sociais numa perspectiva crítica, emancipatória, propositiva. Trabalhando na coletividade as formas de superar, e de tentar mediar as desigualdades sociais, para que possamos acessar cada vez mais a direitos e obter a ruptura com o ciclo de exclusão.

A Educação Emancipadora não se dará nos moldes presentes na Política de Educação, cuja função central é de mediar os processos de reprodução da sociedade do capital, inclusive na Lei de Diretrizes de Base da Educação no artigo 2 definindo que a educação “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Que tipo de trabalhadores e cidadãos estão sendo formados nas escolas? Gadotti (2012, p. 98) nos diz:

Educar nessa sociedade é tarefa de partido, isto é, não educa realmente aquele que ignora o momento, em que vive, aquele que pensa estar alheia ao conflito que o cerca. É tarefa de partido, pois não é possível ao educador permanecer neutro: ou educa a favor dos privilégios da classe dominante ou contra eles, ou a favor das classes dominadas ou contra elas. Aquele que se diz neutro apenas estará servindo aos interesses do mais forte, isto é, a classe dominante.

Este debate serve como reforço a direção política da atuação do assistente social e a sua capacidade de intervenção na Política de Educação, articulação de um conjunto de referência teóricas, que irão subsidiar a atuação desse profissional e contribuir para desvelar particularidades, a partir da concepção de Educação que vai estar sintonizada nosso projeto político do Serviço Social e que, por isso, não pode ser tomada de forma abstrata, vazia de significado político e desvinculada da perspectiva da classe trabalhadora, não direcionar de forma a intervenções de cunho conservador.

Apesar da impressão de que o Serviço Social na educação seja um campo novo, tem-se registros da atuação do Assistente Social na educação desde os anos de 1940,

Realização:



Apoio:



neste período conforme nos diz Amaro (2024, p. 12) tinha o caráter clínico, funcional-conservador, apolítico, logo legitimador da ordem vigente, numa lógica de preparação dos indivíduos como cidadãos produtivos ao capital. Continua nos dizendo que a partir dos anos 1980 a profissão caminhou para a ruptura com o conservadorismo, aqui veríamos ações voltadas ao diálogo e a participação da família na escola, o diagnóstico, o planejamento e a intervenção profissional revigoraram-se ao incluir nas pautas o enfrentamento das sequelas da questão social que determinavam muitas vezes na infrequência escolar, fracasso escolar e evasão, inclusive determina acerca das relações presentes na comunidade escolar.

Referente a prática profissional o estado de MG na figura do seu governador, o Romeu Zema (Novo-MG) tem pressionado os profissionais do Serviço Social para retornarem a sua gênese como mero agente subalterno e apenas executivo, somos Assistentes Sociais, profissionais com competência teórica, técnica e política. Haja vista, que a ideologia a qual insere-se o governador e sua base governista na ALMG é em grande parte da direita conservadora e neoliberal (Santos e Pereira, 2022). Logo, nos regimes neoliberais temos uma tentativa de diminuição da função do estado, o estado mínimo, em nome da eficiência e do controle dos gastos públicos. Logo, a educação é entendida dentro de um contexto de gasto e não de investimento público. Dessa forma, ao mesmo tempo em que tivemos a introdução do Serviço Social na educação básica de Minas Gerais, em 2022, tivemos um agravamento das políticas neoliberais frente à políticas educacionais, evidenciando a quão desafiadora é a tarefa do Assistente Social no âmbito desse contexto. Crosso e Magalhães (2016 apud Santos (2024, p. 2008) afirmam que:

Assim, identificamos como *modus operandi* neoliberal a proposta de privatização da política. A privatização da política é a mais perniciosa forma de se privatizar, por não ser entendida como tal. Os empresários, como representantes da esfera privada, ao ocuparem cargos públicos, colocam em confronto os diferentes interesses que estão em jogo na agenda das políticas, em especial as educacionais. Enquanto o público está diretamente ligado a um propósito social, o privado está na busca de novas oportunidades de lucro e diminuição de gastos.

O Assistente Social tem que trabalhar em consonância com os direitos que são previstos na Constituição nas leis e na consolidação desses direitos, não somente como executores ou solucionadores, mas também como pessoas que são propositivas, interventivas, críticas, propor em conjunto ações para combater as expressões da questão social. O NAE que ficou instituído como campo de atuação dos profissionais da Psicologia e de Serviço Social em Minas Gerais desenvolvendo:

ações que cooperam para o processo de ensino-aprendizagem, auxiliam as escolas no desenvolvimento do processo pedagógico com o objetivo de prevenir e minimizar os problemas educacionais, assim como orientar a equipe gestora na mediação de conflitos, contribuindo com os encaminhamentos necessários a um ambiente adequado para aprendizagem (art.2º - Resolução SEE nº4701, de 14 de janeiro de 2022).

Apesar de ser um avanço a inserção dos profissionais na educação, há inúmeros enfrentamentos inclusive por parte da legislação, como por exemplo conforme a Resolução n. SEE nº4701, de 14 de janeiro de 2022 no artigo 3 define em seu anexo, o quadro de quantitativo de profissionais que segue o número de escolas e não o número de matrículas. Seguindo a resolução que define que municípios com seis a quatorze escolas devem ter em seu quadro apenas uma dupla de profissionais, um Psicólogo e um Assistente Social. Acabam que estes profissionais ficam sobrecarregados e na lógica de atendimento de forma itinerante com custeio desses deslocamento do próprio salário, além da baixa remuneração, estes fatores têm desmotivado e feito com que profissionais de cargo efetivos tenham solicitado exoneração, pois é muito oneroso para o orçamento familiar, tem escolas de difícil acesso,

Realização:



Apoio:



custo de deslocamento tem sido alto. Além, da incompreensão e desvalorização dos profissionais sendo tensionados pelo sistema, inclusive por vezes sofrendo assédio moral, em contrapartida estes profissionais têm se organizado para solicitar melhores condições de trabalho.

Além destes profissionais não estarem inseridos na Lei de Diretrizes de Base da Educação, há em trânsito um projeto de lei (PL) nº 3.599/23, de autoria das deputadas federais Érika Kokay (PT-DF) e Lêda Borges (PSDB-GO), em tramitação na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, com parecer favorável do relator, dep. Rafael Brito (MDB/AL), tem por finalidade incluir, “entre os profissionais da educação escolar básica, relacionados no art. 61 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), os psicólogos e assistentes sociais integrantes das equipes multiprofissionais mantidas pelas redes públicas de educação básica, nos termos da Lei nº 13.935, de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nessas redes escolares”.

No dia 24/11/2023 teve uma nota pública da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação de forma equivocada e sem nenhum conhecimento acerca da atuação desses profissionais na educação, alegando que não seriam trabalhadores da política de educação e não deveriam ser inseridos sendo contrários a esse projeto de lei, ocorreu uma nota pública em defesa desses profissionais por parte da Coordenação Nacional pela implementação da Lei 13.935/2019, abordando acerca da importância e luta histórica dessas profissionais na educação, o Serviço Social está inserido desde os anos 30 e a Psicologia desde os anos 70 na política de educação, nos colocando como oportunistas e apagando a luta histórica dessas profissões, inclusive na nota, teve uma confusão no entendimento acerca da intersetorialidade, não percebendo que a oferta das diversas políticas sociais têm suas diferentes diretrizes de atuação, como a Assistência Social e Saúde que funcionam como suplementares à atuação nas escolas, inclusive tem sua base no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e no Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em seu quadro de funcionários Assistentes Sociais e Psicólogos, com demandas diferentes entre as três políticas públicas.

As ações do Psicólogo e do Assistente Social na educação estão ligadas a política de educação, contribuindo para o ensino e aprendizagem e que são específicas dessa política. Uma parte importante da nota de defesa está no artigo 71 da LDB em que a Coordenação nos diz, “portanto, mencionar “programas de assistência psicológica ou assistência social” está inserido na intersetorialidade - que deve ser complementar e não deve compor orçamento da rede de educação, por se tratar de outras políticas. No entanto, isso não é suficiente para enfrentarmos a realidade da educação pública no país e, portanto, não se confunde com o trabalho de assistentes sociais e psicólogos da e na Política da Educação.” Continua, “...Reiteramos que caminhamos juntos aos demais profissionais da educação e a alteração da LDB, ao contrário do contido na nota da CNTE, consolida uma prática já existente de tantos assistentes sociais e psicólogos que constroem experiências nas redes de educação básica e que precisam ter essas práticas ampliadas, para o efetivo cumprimento da Lei 13.935/2019 e para continuar contribuindo com práticas que lancem os sujeitos envolvidos nos processos educacionais.”

O profissional Assistente Social na Educação vem com sua contribuição em conjunto com a equipe multiprofissional da escola, propondo a utilização de métodos e estratégias baseados na sua competência técnica, teórico-metodológico e ético-política, fazendo sempre as mediações necessárias entre a família, a comunidade escolar e sociedade. Seguindo a Lei nº13.935/2019 e a Resolução SEE nº4701/2022 podemos verificar as atribuições de cada profissional, algumas coletivas e outras privativas. O fazer profissional do Assistente Social em sua inserção na Política de Educação vem como uma possibilidade de contribuir para a efetivação do direito à educação através de ações que venham promover o acesso e a permanência dos discentes na escola. O trabalho multiprofissional deve ter como base o respeito, respeitando assim os outros profissionais, pois todos desenvolvem seu trabalho pensando no coletivo, o trabalho é do coletivo, o objetivo é alcançar a melhoria do

Realização:



Apoio:



ensino-aprendizagem, melhoria de toda comunidade escolar. Esse respeito deve estar baseado no limite do espaço de cada profissional e respeitando suas especificidades, para que possamos alcançar o fortalecimento das diferentes categorias profissionais.

A escola é um campo social em que os alunos manifestam a sua realidade social, é aqui que se manifestam as sequelas da questão social. O Assistente Social integrado a equipe multidisciplinar irá atuar através dos seus conhecimentos teóricos metodológicos e técnico operativo, realizando a análise das demandas escolares em sua totalidade, através do diálogo com a equipe multidisciplinar, com a família, no entendimento que essas ações nos levam a compreensão das causas que levam a evasão escolar, violências na escola, os preconceitos, bullying, racismo, homofobia, demais situações vivenciadas no ambiente escolar.

O profissional de Serviço Social estuda o contexto social de cada aluno, pois suas intervenções serão direcionadas de forma a estar preparado para lidar com as complexidades de cada aluno sejam de âmbito familiar ou escolar. Através de instrumentos, tais como estudo social que é próprio do Serviço Social, analisará sua intervenção em cada caso, auxiliando na orientação da gestão escolar e docentes, para saberem lidar melhor diante das demandas apresentadas pelos discentes. É necessário pensar num espaço que possa assegurar o sigilo profissional, local este que a comunidade escolar se sinta segura em poder ficar, para que possa de fato utilizar esse instrumental para atuar nas sequelas da questão social, essas ações são para que possa ser desenvolvido através da orientação social as famílias, articulação para alcançar o fortalecimento dos vínculos destas, almejando o desenvolvimento de suas potencialidades com o propósito destes alcancem a emancipação social.

O trabalho multidisciplinar do Assistente Social vem para dar suporte também para equipe técnica pedagógica, tendo sua intervenção nas questões de caráter social que na maioria das vezes a comunidade escolar não sabe intervir. As ações do profissional vem como forma de buscar a emancipação dos sujeitos, numa perspectiva de uma educação libertadora, como bem nos diz Paulo Freire, a Educação deve ser libertadora, logo o ambiente escolar deve propiciar que o educando possa aprender através da sua relação com o mundo, com o outro, ou seja, ter uma educação que propicie a reflexão crítica sobre a realidade, possibilitando fazer uma leitura do mundo e intervir de forma crítica e propositiva, uma educação que reme contra o sistema de dominação. Considerando que a família é a base e parte da socialização primária no qual a criança terá seus primeiros contatos com mundo, sendo o principal agente socializador, que terá o processo de aprendizagem sobre os valores, regras, em que iniciam a aprendizagem sobre o respeito, devido a este fato que é necessário que tenha o acompanhamento familiar na escola para alcançar o fortalecimento do aprendizado para ter uma base que favorece ao aluno no seu processo de ensino aprendizagem.

A educação tendo como dimensão a vida social e a sua função na dinâmica do trabalho na forma de transformação e de construção de identidades, assim a possibilidade de alcançar a emancipação, apesar de ter a reprodução de desigualdades, torna-se instrumento de ruptura com a alienação e com a concordância da conformidade da sociedade atual. Pensar na educação como uma política pública, entender que é nela que o senso crítico do aluno pode ser desenvolvido, promovendo a criticidade e reforçando à tomada de consciência da realidade, deve conhecer e respeitar a realidade social, cultural e econômica dos discentes, tendo um conhecimento geral da comunidade escolar e território na qual o educando encontra-se inserido. Sendo assim, as ações desenvolvidas pelo profissional de Serviço Social, inserido na escola, tem o objetivo de contribuir com as ações de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos, com a oportunidade de que as pessoas se tornem sujeitos de sua própria história.

O Serviço Social trabalha com desenvolvimento de programas estratégicos no intuito à prevenção e combate dos problemas sociais, desta forma o Assistente Social promove o encontro da educação com a realidade social do discente, da família e da comunidade, a qual estes estejam inseridos. É interessante que a escola entenda todo o

Realização:



Apoio:



contexto histórico, familiar e social que o aluno se encontra inserido para em conjunto com o Assistente Social possa realizar as intervenções necessárias que possibilitem melhorias para esse aluno dentro da escola que consequentemente irão auxiliar para sanar a evasão escolar, repetição escolar, como também a diminuição do índice de drogas entre outras sequelas da questão social. Sendo assim, profissional de Serviço Social trabalha como mediador entre a escola e a família, criando estratégias para a maior aproximação da família com a comunidade escolar, mais presente no cotidiano dos alunos, favorecendo uma aproximação entre a escola e a família. Ressalta-se a contribuição diferenciada do Assistente Social, pelo fato de tentar desenvolver um trabalho com as famílias dos alunos e a comunidade para obter a melhoria do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. E também por desenvolver um trabalho na busca pela promoção da democracia da educação possibilitará melhores esclarecimentos à população, através do seu conhecimento a respeito dos direitos dos cidadãos, poderá fazer a mediação entre a escola e a comunidade, contribuindo assim para que a instituição de ensino alcance sua função social garantindo os direitos fundamentais da população.

## Referências

AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

AMARO, Sarita Teresinha Alves. **A lei 13935/19 posta em prática**. Reflexões úteis para assistentes sociais, psicólogos, educadores e gestores educacionais. Porto Alegre: Nova Práxis, 2024.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Educação pública e serviço social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 63, 2000.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2014.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 6ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 1988.

SANTOS, Laís Alice Oliveira. **As políticas educacionais mineiras aos modi operandi do neoliberalismo: dos governos de Aécio Neves ao governo de Romeu Zema (2003-2022)**. 2023. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

SANTOS, Laís Alice Oliveira *et al.* O modus operandi neoliberal no contexto da política de gestão educacional mineira sob o governo de Romeu Zema (2019-2022). CONGRESSO

Realização:



Apoio:





NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, **Anais** [...] Políticas Públicas de Educação, v. 2, Campina Grande, Realize Editora, 2024. Disponível em: <<https://mail.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/105446>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SANTOS, Milton *et al.* (org.). **Territórios, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

Realização:



Apoio:



## **CAPITALISMO DEPENDENTE E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL: Implicações para a efetivação dos direitos no campo da saúde do/a trabalhador/a**

Jéssica dos Santos Costa<sup>117</sup>

Marianna Carvalho Martins Albergaria<sup>118</sup>

**Resumo:** O nexos causal entre o trabalho e os processos de adoecimento é estudado por diversas áreas do conhecimento. Este artigo está pautado a partir da sociologia do trabalho. Utiliza-se a teoria social crítica para análise dos múltiplos fatores que causam o adoecimento, inclusive o trabalho. As bases que estruturam as relações de trabalho no Brasil potencializam os processos de adoecimento, considerando a superexploração da força de trabalho. O texto será estruturado em dois eixos principais: 1) As particularidades da economia brasileira x os direitos sociais e 2) a conexão entre trabalho, segurança e direitos. Como metodologia utilizamos um levantamento bibliográfico.

**Palavras-chave:** Trabalho; saúde do trabalhador; direitos sociais.

**Abstract:** The causal link between work and illness processes is studied in various fields of knowledge. This article is based on the sociology of work. Critical social theory is used to analyze the multiple factors that cause illness, including work. The foundations that structure labor relations in Brazil intensify illness processes, considering the overexploitation of the workforce. The text will be structured around two main axes: 1) The particularities of the Brazilian economy and social rights; and 2) the connection between work, safety, and rights. The methodology used is a bibliographic survey.

**Keywords:** Work; worker health; social rights.

### **Introdução**

O conceito ampliado de saúde vai além da simples ausência de doença. É fundamental que os trabalhadores tenham acesso a um trabalho digno, com segurança e direitos assegurados para gozarem de saúde, já que o trabalho é um importante elemento no que tange a determinação em saúde, pois pode proporcionar satisfação e autoestima, em contrapartida pode ser um fator adoecedor. Assim, este texto tem como objetivo apresentar alguns dos desafios atuais para a efetivação dos direitos sociais e a promoção da equidade na saúde. Além disso, busca-se analisar as relações de trabalho no Brasil como um dos principais fatores que contribuem para os processos de adoecimento dos trabalhadores.

O trabalho sob a ótica burguesa ganha traços alienantes; e, conseqüentemente, perde qualquer viés emancipatório. Além disso, na última década houve o acréscimo de

<sup>117</sup> Assistente social, graduada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: jessicasantos\_bp@hotmail.com

<sup>118</sup> Bióloga, mestre e doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: marianna.albergaria@gmail.com

Realização:



Apoio:



novos fatores sociais e políticos que agravaram os desafios postos a classe trabalhadora. Podemos destacar: o acirramento da disputa pelo fundo público, a diminuição do investimento em políticas sociais como consequência; as contrarreformas mais recentes, principalmente a previdenciária e a trabalhista; além do avanço do trabalho mediado por tecnologias.

O texto será estruturado em dois eixos principais: 1) As particularidades da economia brasileira x os direitos sociais e 2) a conexão entre trabalho, segurança e direitos. Este texto é resultado de uma pesquisa de natureza qualitativa, através de revisão/levantamento bibliográfico de artigos, livros e outros.

### **As particularidades da economia brasileira x os direitos sociais**

A exploração da força de trabalho é o que move o modo de produção capitalista, e isso se dará de forma singular em cada país, no Brasil, isso será condição determinante para das relações de trabalho e também para as conquistas da classe trabalhadora no campo dos direitos sociais. Estudar/pesquisar essas relações de trabalho é uma tarefa importantíssima, e a lente de análise utilizada é a teoria marxista.

No capitalismo, a força de trabalho do trabalhador é adquirida por um salário muito inferior ao valor que ela gera para os proprietários dos meios de produção. Esse sistema é repleto de contradições, e as crises são um reflexo claro disso. As crises no capitalismo são intrínsecas ao sistema, que, como solução, recorre constantemente a cortes nos direitos sociais. Após a reestruturação produtiva, observa-se que a regra é da flexibilização, da precarização e das terceirizações.

Devido o processo de mundialização do próprio sistema capitalista esta realidade pode ser observada em todos os países, no entanto, a posição que cada país ocupa na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) na economia e os trabalhadores irão sofrer de forma singular. Os países da América Latina ocupam um lugar de dependência e periferia, comparado aos países de capitalismo central.

Com a ofensiva neoliberal há uma tendência do sucateamento das políticas sociais, e a disputa pelo fundo público vem se acirrando cada vez mais, com grande partida a partir dos anos de 1990, no país, e chega ao que alguns autores irão tratar como ultraneoliberalismo<sup>119</sup>, após o golpe de 2016, aqui no Brasil, que resultou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, diversas políticas públicas, inclusive a de saúde/ SUS vem sendo impactado fortemente com os cortes de gastos, como consequência a saúde do trabalhador/a são deixados em segundo plano.

Florestan Fernandes (1976) ao abordar o modelo autocrático-burguês apresenta riquíssimas contribuições. Ao analisar as transformações capitalistas o autor dirá que não é possível, a partir de um modelo eurocêntrico, um único modelo democrático-burguês de transformações capitalistas. Ou seja, o capitalismo irá se manifestar de forma singular em cada continente e em cada país, aderindo ainda condições já existentes em cada nação, e não é diferente, no Brasil:

A transformação capitalista não se determina, de maneira exclusiva, em função dos requisitos intrínsecos do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, esses requisitos (sejam os econômicos, sejam os socioculturais e os políticos) entram em interação com os vários elementos econômicos (naturalmente extra ou pré-capitalistas) e extraeconômicos da situação histórico-social, característicos dos casos concretos que se considerem, e sofrem, assim, bloqueios. Seleções e adaptações que delimitam: 1) Como se concretizará, histórico-socialmente, a transformação capitalista; 2) o padrão concreto de dominação burguesa (inclusive, como ela poderá compor os interesses de classe extra burgueses e burgueses – ou, também, os interesses de classe internos e externos, se for o caso – e como ela se impregnará de elementos econômicos, socioculturais e

<sup>119</sup> Iremos nos basear no conceito de Elaine Rossetti Behring (2023)

políticos extrínsecos à transformação capitalista); 3) quais são as probabilidades que tem a dominação burguesa de absorver os requisitos centrais de transformação capitalista (Fernandes, 1976, p. 289-290).

As transformações capitalistas acontecem de forma singular, e, consequentemente, desmistifica a teoria do subdesenvolvimento, que seriam estágios passageiros, destinados a desaparecer com o caráter fatal da autonomização progressiva do desenvolvimento capitalista.

A economia dos países considerados periféricos/atrasados, como os países da América Latina, especialmente o Brasil. Acreditava-se em uma teoria etapista, dualista, em que os países teriam que passar para chegar ao desenvolvimento pleno. As transformações e as modernizações, contudo, ocorrem de formas singulares, nos países. Porém, a partir da lei do desenvolvimento desigual e combinado formulada por León Trotsky possibilitou uma nova leitura dos países ditos subdesenvolvidos. Negando a ideia do etapismo, Fernandes (1976) apresenta argumentos sólidos para entendermos a desigualdade entre os países e até mesmo dentro dos estados, como é o caso do Brasil:

A inegável desigualdade das formas de produção coexistentes e seus efeitos sobre o estilo de vida das populações do campo ou sobre o desenvolvimento econômico regional têm levado alguns cientistas sociais a interpretações dualistas rígidas. [...] Pelo que afirmamos, a articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho – em bases anticapitalistas, semicapitalistas ou capitalistas. Por isso, estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento não só podem ser combinadas organicamente e articuladas no sistema econômico global. [...] Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do cálculo capitalista (Fernandes, 1976, p. 64-65).

A preservação de formas arcaicas se mescla com a modernização que se expressa através das relações de trabalho e ainda nas bases que estruturam o capitalismo tardio no país. Dessa forma, os países da América Latina “entram” no cenário econômico mundial para desenvolverem funções econômicas específicas, que atendem a interesses dos países imperialistas.

À vista disso, ao estudarmos as peculiaridades que envolvem a economia latino-americana devemos ter como horizonte as relações com os outros países, ou seja, o olhar macro sobre essas peculiaridades e como são os rebatimentos dessa economia dependente para os países desenvolvidos. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional (Marini, 2017, p. 325).

Marini, ancorado na Teoria Marxista da Dependência (TMD), busca compreender, através da Lei Geral de Acumulação Capitalista de Marx, como se desenvolvem as trocas cambiais por aqui, na América Latina, e quais são os mecanismos utilizados para garantir o lucro interno e externo que ocorre através da superexploração da força de trabalho dos/as trabalhadores/as. E a superexploração (Costa, 2024), não é apenas um superlativo de exploração, é uma categoria levantada por Marini que cita três formas de operação: 1- a intensificação do trabalho; 2- a prolongação da jornada de trabalho, provocando um dispêndio de força de trabalho para além das condições normais; 3- a expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor a força de trabalho gasta no processo produtivo. O valor pago pela sua força de trabalho é abaixo

Realização:



Apoio:



do seu valor, limitando o trabalhador a consumir os produtos essenciais para a sua reprodução.

Dessa maneira, todas as estratégias utilizadas para que o capital saia das suas crises estruturais rebatem de forma peculiar nesses trabalhadores que já são superexplorados. Ou seja, há uma tendência universal (todos os países) de rebaixamento dos salários, da precarização sistemática das relações de trabalho, do trabalho mediado por tecnologias - a serviço do capital. O que se busca frisar neste momento é que há um acirramento dessas condições para países como o Brasil. A superexploração da força de trabalho afeta diretamente o seu fundo de vida, a expectativa de vida dos trabalhadores.

Além disso, sabe-se que a saúde não se resume à ausência de doenças, pois uma série de outros fatores contribuem para uma vida saudável. Quando a força de trabalho é remunerada muito abaixo do seu valor, isso compromete significativamente o lazer, a alimentação adequada e outros aspectos essenciais, resultando em uma redução na qualidade de vida desses trabalhadores. A saúde do trabalhador deve ser considerada mais do que um apêndice do campo do Sistema Único de Saúde (SUS), ou direitos trabalhistas, é necessária a defesa da saúde dos/as trabalhadores/as como um Direito Humano fundamental, e que é afetada diretamente com as mudanças de paradigmas do “mundo do trabalho”.

### **A conexão entre trabalho, segurança/garantias e direitos sociais.**

De acordo com o capítulo II da Constituição Federal (CF) de 1988, “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o *trabalho*, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Dessa forma, o direito ao trabalho é um direito fundamental explícito na Constituição.

No entanto, é possível perceber que, assim como qualquer direito que é positivado nesta sociedade, os Direitos Humanos possuem uma dimensão histórica que precisa ser considerada. Dessa forma, a extensão dos direitos individuais e a extensão dos direitos coletivos são extensões permeadas por dilemas históricos, conforme Bussinger (1997).

Nesta linha de raciocínio, os Direitos Sociais são produtos históricos, e cabe lembrarmos que: o que os antecede é muita luta e organização da classe trabalhadora. No entanto, a base dos direitos humanos emerge no bojo do que há de mais liberal dentro dessa sociabilidade. Isso desnuda a ideia romantizada e pronta sobre a garantia desses direitos e, ao falarmos de garantia, podemos falar também de violações. E no campo da saúde do trabalhador não é diferente.

No processo de tecer os fundamentos dos direitos humanos, Bussinger (1997), cita Marshall (1950), que atribui os períodos de formação aos direitos civis, políticos e sociais, que, segundo Marshall, surgem nesta ordem elencada. No entanto, a realidade brasileira percorre o que dispõe Marshall? Bom, de acordo com o conceito de “cidadania invertida”, de José Murilo de Carvalho (2002), há uma característica peculiar da história da cidadania no Brasil, na qual os direitos sociais e econômicos foram garantidos antes dos direitos civis e políticos. Portanto, inverte-se a sequência clássica observada em outros países. O que acarreta especificidades para a construção da cidadania no Brasil.

Após o período ditatorial (1964-1985), temos o período de redemocratização e promulgação da Constituição de 1988. Nessa esteira, busca-se corrigir a inversão defendida por Carvalho (2002), ampliando significativamente os direitos civis e políticos, além de consolidar os direitos sociais (estes não possuíam um cunho universal, muito pelo contrário, alguns autores irão dizer que tínhamos a cidadania regulada, ou seja, os direitos sociais eram destinados a parcelas específicas da classe trabalhadora). Porém, são muitos os desafios postos que precisam ser considerados e observados para o

Realização:



Apoio:





fortalecimento da cidadania ativa (não somente expressa através do voto) e também da nossa democracia.

É necessário um resgate das bases dos Direitos Humanos para que se possa compreender a essência das violações. Sabe-se que há a dimensão histórica e que está intimamente ligada aos princípios liberais, o que explica muitas limitações de garantias. Além disso, espera-se uma análise da América Latina, mais precisamente do Brasil, com uma lente capaz de olhar a economia periférica e dependente como estruturante forma de moldar as relações sociais e de trabalho.

Todo o arcabouço jurídico e normativo do campo dos Direitos Humanos, no que tange o mundo do trabalho, serve para estipular limites à exploração do capital, e são conquistas da própria classe trabalhadora. No Brasil, há as Convenções e Tratados dos quais o Brasil é signatário, além da CF, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Lei 8.080/90 (que regulamenta os dispositivos da CF sobre a saúde), que também versa sobre a saúde do trabalhador, dentre outras normativas que são importantíssimas para defender os interesses dos/as trabalhadores/as. Embora,

Sabe-se que os direitos trabalhistas e o direito à saúde do trabalhador constituem parte do arcabouço jurídico que se insere nos sistemas de proteção social adotados por distintas nações em cenário políticos diferentes, visando, simultaneamente e contraditoriamente, garantir direitos reivindicados pelas lutas da classe trabalhadora e também consolidar a expansão do capitalismo (Hoefel; Severo; Pordeus, 2018, p. 13).

Outras ferramentas protetivas são as 38 Normas Regulamentadoras, que complementam o Capítulo V (Da Segurança e da Medicina do Trabalho) a CLT, conforme alterado pela Lei nº 6.514/77. Essas Normas estabelecem obrigações, direitos e deveres a serem observados por empregadores e trabalhadores, com o objetivo de garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável, prevenindo doenças e acidentes laborais.

Nesse contexto, os Direitos Humanos são um conjunto de garantias universais voltadas para a dignidade da pessoa humana, abrangendo também o universo do trabalho. Assim, classificamos todo o arcabouço jurídico mencionado acima (DHDH, Convenções, a CLT e as 38 NRs e a Lei 8.080/90) como instrumentos de proteção para a classe trabalhadora, todos fundamentados na defesa dos Direitos Humanos.

Vale ressaltar que não basta a existência desses instrumentos protetivos; é necessário garantir o cumprimento de suas disposições. Embora possam funcionar como um obstáculo à exploração ilimitada do sistema capitalista, essas normas apresentam contradições e limitações, pois são estabelecidas dentro dessa mesma ordem capitalista, muitas vezes contribuindo para a sua manutenção.

Em tempos de crise e ofensivas neoliberais, muitos direitos que protegem os trabalhadores são atacados. No Brasil, após o golpe de 2016 que destituiu a então presidente Dilma Rousseff, teve início a uma série de medidas, ou melhor, contrarreformas, que atingiram diretamente a esfera trabalhista. A Lei Nº 13.467/2017 (lei que modifica diversos dispositivos da CLT) e a Lei Nº 13.429/2017 (lei da terceirização irrestrita), são expressões importantes desses ataques aos direitos trabalhistas.

A onda neoliberal não começa nos anos 2000, nem no Brasil, nem no mundo. No entanto, alguns autores afirmam que houve uma intensificação da redução dos direitos e da ampliação do Estado em favor do mercado, combinada com um neoconservadorismo, o que culminou em um ultraneoliberalismo, conforme Behring (2023):

Tenho utilizado a caracterização de ultraneoliberalismo para falar de nossa dinâmica interna mais recente, pós-golpe de 2016. Ela é inteiramente coadunada ao ambiente mundial do neoliberalismo (ou ultraliberalismo como apontam alguns autores), mas mediada pelas nossas particularidades O

Realização:



Apoio:



neoliberalismo aporta no Brasil de forma definitiva após a aprovação da Constituição de 1988, bombardeada e retalhada desde então (Behring, 2023, p. 13).

O ultraneoliberalismo agrava os ataques aos Direitos Humanos, resultando na crescente usurpação dos direitos trabalhistas. A ampliação da jornada de trabalho e a pressão constante no ambiente laboral são fatores que contribuem para o adoecimento dos trabalhadores. Como mencionado anteriormente, o trabalhador latino-americano já enfrenta superexploração. Desde 2016, os ataques aos direitos sociais e ao a disputa pelo fundo público se intensificaram, o que tem levado a uma deterioração das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora brasileira, impactando diretamente o processo de saúde e doença.

## Considerações finais

O trabalho deve estar aliado a segurança e direitos e consequentemente teremos mais saúde isso envolve vínculos de trabalho mais estáveis, envolve segurança para execução das tarefas com uso de EPIs e demais equipamentos de segurança, além disso, os Direitos Humanos representam um conjunto de garantias universais voltadas para a dignidade da pessoa humana, abrangendo também o universo do trabalho. Assim, podemos classificar todo o arcabouço jurídico (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Convenções e Tratados internacionais, a CLT e as 38 Normas Regulamentadoras) como instrumentos de proteção para a classe trabalhadora. Todos esses instrumentos são orientados pela defesa dos direitos humanos. E impactam diretamente o binômio saúde e trabalho.

É importante destacar que, para que esses instrumentos protetivos tenham efeito, não basta sua existência; é necessário garantir o cumprimento de suas disposições. Embora possam servir como um obstáculo à exploração ilimitada do sistema capitalista, essas normas também apresentam contradições e limitações, pois são estabelecidas dentro dessa mesma ordem capitalista, muitas vezes servindo para a manutenção do próprio sistema.

Somente através da luta da classe trabalhadora será possível falarmos sobre equidade no campo do trabalho e saúde coletiva. É necessário a ampliação dos direitos sociais de forma ampla e inclusiva, além de colocar a saúde do trabalhador também no centro dos estudos. O trabalho seguro também deve ser uma pauta importante. Portanto este resumo tem como objetivo principal apresentar algumas reflexões para debates futuros e adensamento das pesquisas na área.

## Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 45-62, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/41383>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRUM, Gabriel. Afastamento por síndrome de burnout cresceu 1000% em relação a 2014. **Agência Brasil**. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2024-08/afastamento-por-sindrome-de-burnout-cresceu-1000-em-relacao-2014#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20trabalhadores%20afastados,1.000%25%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202014>>. Acesso em: 27 mar. 2025.

BUSSINGER, Vanda Valadão. Fundamentos dos direitos humanos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 9-45, mar., 1997.

Realização:



Apoio:



BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452**, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, DF, 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 31 - NR 31**. Brasília: MTE, 22 out. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas-regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-31-nr-31>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 14 jul. 2017.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil**: um longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASEMIRO, Poliana; MOURA, Rayane. Crise de saúde mental: Brasil tem maior número de afastamentos por ansiedade e depressão em 10 anos. **G1**, 10 mar. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/03/10/crise-de-saude-mental-brasil-tem-maior-numero-de-afastamentos-por-ansiedade-e-depressao-em-10-anos.ghtml>>. Acesso em: 31 mar. 2025.

COSTA, Jéssica dos Santos. A superexploração da força de trabalho no Brasil: da precarização à escravidão contemporânea. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 147, n. 3, p. e-6628384, 2024.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2ª ed. São Paulo: Zahar, 1976

HOEFEL, Maria da Graça Luderitz; SEVERO, Denise Osório; PORDEUS, Aléxia Rodrigues. Reforma trabalhista no Brasil e a saúde do trabalhador: uma ponte para o século XIX. **Tempus Actas**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 203-218, 2018. Disponível em: <<https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/2503/1907>>. Acesso em: 28 mar. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Desemprego, informalidade, subutilização e inatividade**. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/mercado-de-trabalho/desemprego-informalidade-subutilizacao-e-inatividade/apresentacao#:~:text=Em%202022%2C%20mais%20de%2040,2%20pontos%20percentuais%20em%202020>>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

RIBEIRO, Elisonete; PASTORINI, Alejandra. A precarização do trabalho e a agenda reformista no Brasil: a ofensiva do capital contra o trabalho. In: BOTÃO, Márcia (org.). **Avanços tecnológicos e contradições para o trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

Realização:



Apoio:



ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. **Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social**: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Realização:



Apoio:



## **PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS: reflexões baseadas na realidade da Prefeitura de Viçosa-MG.**

Vitória Maria Gomes Machado<sup>120</sup>

**Resumo:** O presente artigo é baseado em uma pesquisa que nasceu do interesse em conhecer a realidade do trabalho de assistentes sociais vinculados à Prefeitura Municipal de Viçosa-MG. O objetivo consiste em analisar as condições de trabalho destes profissionais, pensando de forma específica quais impactos da realidade conjuntural refletem no trabalho profissional, em tempos de intensa precarização das relações de trabalho, bem como, identificar as principais contradições existentes no trabalho profissional de assistentes sociais da referida Prefeitura, em um contexto de precarização das relações de trabalho, que reflete em uma nova morfologia do trabalho no Serviço Social.

**Palavras-chave:** Precarização do Trabalho; Condição Assalariada; Condições de Trabalho; Assistente Social.

**Abstract:** This article is based on research that arose from the interest in understanding the reality of the work carried out by social workers employed by the Municipal Government of Viçosa-MG. The objective is to analyze the working conditions of these professionals, specifically considering how the current conjunctural reality impacts professional practice in times of intense precarization of labor relations. Furthermore, it aims to identify the main contradictions present in the professional work of social workers within the aforementioned institution, in a context of increasing precarization that reflects a new morphology of labor within Social Work.

**Keywords:** Precarious Work; Wage Labor; Working Conditions; Social Worker.

### **Introdução**

O modo de produção capitalista está sempre em processo de transformação, que pode ser visualizado na atual conjuntura através do crescimento da flexibilização e da precarização das relações de trabalho, marcado pelo aumento da informalidade em diversos setores da economia. Analogamente, o fortalecimento da chamada reestruturação produtiva<sup>121</sup> se expande de maneira global e se evidencia em países dependentes e periféricos- como é o caso do Brasil-, atingindo intensamente a realidade da classe trabalhadora, que se encontra cada vez mais pauperizada, tendo que enfrentar os reflexos desta constante instabilidade nos postos de trabalho.

<sup>120</sup> Assistente social e mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: vitoriamgomesm@gmail.com

<sup>121</sup> A reestruturação produtiva do capital surge a partir da década de 1970, quando os países de capitalismo central começaram a vivenciar a crise dos anos gloriosos do modo de produção capitalista. Antunes (2009, p. 37-38) aponta que “essa crise estrutural fez com que, entre tantas outras consequências, fosse implementado um amplo processo de reestruturação do capital, com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo, que, como veremos mais adiante, afetou fortemente o mundo do trabalho. Embora a crise estrutural do capital tivesse determinações mais profundas, a resposta capitalista a essa crise procurou enfrentá-la tão somente na sua superfície, na sua dimensão fenomênica, isto é, reestruturará-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista. Tratava-se, então, para as forças da Ordem, de reestruturar o padrão produtivo estruturado sobre o binômio taylorismo e fordismo, procurando, desse modo, repor os patamares de acumulação existentes no período anterior, especialmente no pós-45, utilizando-se, como veremos, de novos e velhos mecanismos de acumulação”.

Realização:



Apoio:





Sabe-se que o Serviço Social é uma profissão de nível superior que está inserida na divisão social do trabalho, deste modo, é visível que assistentes sociais também enfrentam os reflexos da precarização do trabalho, quando inseridos na tensão contraditória, dada por seu estatuto de assalariado. Este profissional ingressa nas instituições empregadoras, como parte do trabalho coletivo, fruto do trabalho combinado, assumindo diferentes perfis enquanto uma atividade socialmente apropriada por outros sujeitos.

O trabalho profissional de assistentes sociais deve sempre levar em consideração as condições sociais, políticas e econômicas da sociedade em que atua. Este processo, implica reconhecer que as relações sociais são portadoras de interesses antagônicos, incompatíveis e inconciliáveis, onde o trabalho profissional está inserido.

Refletir sobre o exercício profissional na atualidade significa analisar de que forma as tendências das relações sociais no capitalismo têm moldado as rotinas institucionais e impactado o cotidiano<sup>122</sup> de trabalho dos assistentes sociais. Articular a análise do Serviço Social ao movimento da realidade social é essencial para compreender e desvelar os limites e as possibilidades que permeiam o trabalho profissional.

Na atualidade, é evidente a constituição do que Raichelis (2018) denomina de *Nova morfologia do trabalho no Serviço Social*, um reflexo da precarização da vida e do trabalho de assistentes sociais, que têm atingido profissionais inseridos nos mais diversos espaços, do âmbito públicos ou privados. Desse modo, diante da necessidade de compreender as configurações atuais do trabalho dos assistentes sociais, a pesquisa se mostra pertinente como forma de aproximação e análise dessa realidade.

A pesquisa foi realizada em Viçosa- MG<sup>123</sup>, especificamente na Prefeitura Municipal de Viçosa. Esta escolha se deu pela possibilidade de acesso e maior aproximação com a realidade local no período estudado, o que tornou viável a realização do estudo.

De natureza qualitativa, a pesquisa é exploratória-descritiva e foi realizada em duas etapas. A primeira, uma revisão bibliográfica, por meio de uma pesquisa descritiva, feita através de um levantamento bibliográfico, visando construir o embasamento teórico que permita a condução das discussões propostas. Já a segunda etapa consiste em uma pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas, visando obter os dados sobre a realidade de assistentes sociais na Prefeitura Municipal de Viçosa-MG.

Os resultados da pesquisa evidenciam que os assistentes sociais da Prefeitura Municipal de Viçosa-MG estão inseridos em um contexto marcado pela precarização das condições de trabalho. Essa realidade se expressa na ausência de recursos materiais e físicos adequados, na falta de espaço que assegure o sigilo profissional, na burocratização das rotinas, na dificuldade de articulação com a rede de serviços e na fragilidade do trabalho multiprofissional. Soma-se a isso a carência de profissionais efetivos, a rotatividade nos serviços, o descumprimento da jornada prevista na Lei

<sup>122</sup> Para Barroco (2010) o cotidiano é o espaço onde as relações sociais irão se apresentar, sendo o local destinado à produção e a reprodução das relações sociais. Por meio dele, o indivíduo singular se manifesta, buscando elementos que vão contribuir para a manutenção das suas necessidades básicas, adotando assim hábitos e costumes, sendo que as suas particularidades e especificidades não desaparecem do meio social. Entretanto, é também no cotidiano que o indivíduo adquire suas características humano-genéricas, carregando consigo características estruturais advindas deste construção sócio-histórica, dada a sua relação com a natureza e a capacidade ontológica de transformá-la.

<sup>123</sup> O município de Viçosa-MG fica localizado na Zona da Mata Mineira e é conhecido por sua particularidade de cidade universitária, possuindo aproximadamente 76 mil habitantes, sendo a maior parte da população incluída na faixa etária entre 20 e 29 anos, expressando esta característica. Segundo o IBGE, em 2021 Viçosa contava com cerca de 23.734 mil pessoas ocupadas, inseridas no mercado de trabalho, taxa equivalente a 29,70% da população viçosense e o salário médio mensal dos/das trabalhadores/as formais é, em média, 3 salários mínimos. A maior parte dos/das trabalhadores/as do município estão inseridos no setor público, incluídos nas áreas de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, seguido pelo Comércio Varejista e pelas áreas de Educação.

12.317/2010 em alguns setores e a sobrecarga que contribui para o adoecimento desses trabalhadores.

### **Precarização, informalidade e os impactos sobre o trabalho de assistentes sociais**

A partir do desenvolvimento das forças produtivas na órbita do modo de produção capitalista, os processos de trabalho passam a ser realizados sobre a forma de cooperação de muitos trabalhadores e diversos meios de trabalho. É nesta lógica que a divisão social do trabalho se desenvolve, a partir da constituição de diversas atividades e ramos produtivos (Marx, 2023).

O processo de cooperação exige que os trabalhadores vendam sua força de trabalho, em troca de salário, para assim, conseguir os elementos necessários para sua subsistência, se constituindo, como trabalhadores assalariados. Por meio desta perspectiva de análise é que podemos compreender a incorporação de assistentes sociais na divisão social e técnica do trabalho, já que:

Sendo o assistente social um trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho especializada aos empregadores, em troca de um equivalente expresso na forma monetária. É preciso lembrar que, no circuito do valor, o produto que todo assalariado produz para si é o equivalente aos seus meios de vida: o valor de troca de sua força de trabalho expresso no dinheiro, forma de equivalente geral, no qual se manifesta o valor de todas as demais mercadorias de qualidades diferentes, permitindo o seu intercâmbio (Iamamoto, 2015, p. 420).

Compreender as condições de trabalho de assistentes sociais, a partir da sua condição de trabalhador assalariado, implica analisar como essas condições impactam diretamente o trabalho profissional. Nesse sentido, torna-se fundamental identificar os limites impostos pelas estruturas institucionais e pelas políticas sociais em um cenário de precarização, bem como as contradições que atravessam o trabalho profissional.

A legitimidade do Serviço Social se estabelece por meio da relação com o campo de prestação de serviços sociais, tanto no âmbito público, como no privado, conjugando o trabalho, a profissão, a “questão social”<sup>124</sup> e as “políticas sociais” como dimensões que irão caracterizar a totalidade social desta profissão (Raichelis, 2018). Para isso, compreender que o assistente social ingressa nas instituições empregadoras, como parte do trabalho coletivo, fruto do trabalho combinado, assumindo diferentes perfis enquanto uma atividade socialmente apropriada por outros sujeitos, é primordial.

Iamamoto (2015) aponta que enquanto trabalhador assalariado, assistentes sociais necessita vender sua força de trabalho e a partir desta venda, este profissional passa a se relacionar especificamente com aqueles que o contratam (o Estado em sua maioria, mas também as empresas capitalistas), ou seja, o empregador que irá oferecer subsídios e condições materiais para realização do trabalho profissional.

Outrossim, o contexto supracitado reflete em uma dupla dimensão para o trabalho profissional, que caminha no intermédio entre possibilidades de realizar seu trabalho, conforme os princípios que regem o Código de Ética profissional, e os limites, advindo da conjuntura macrossocietária (Iamamoto, 2015). Neste contexto, elementos que expressam a precarização das relações de trabalho são evidentes na realidade do Serviço Social.

Aqui, compreende-se a precarização como “consequências mais visíveis da flexibilização do mercado de trabalho, que preconiza a proliferação de formas de emprego de caráter flexível, das novas formas de contrato e do declínio da oferta de empregos típicos/permanentes” (Araújo; Morais, 2017, p. 2). Este contexto tem

<sup>124</sup> O termo se refere ao conjunto de desigualdades sociais, econômicas e políticas que se intensificam no capitalismo maduro, tendo sua gênese inteiramente relacionada ao conflito entre capital e trabalho assalariado (Iamamoto, 2000).

Realização:



Apoio:



incidência a partir da diminuição da estabilidade nas relações de trabalho, que irão expor o/a trabalhador/a a um contexto de flexibilização, influenciado pela ausência dos direitos trabalhistas e o fortalecimento dos discursos neoliberalistas<sup>125</sup>, que propaga a necessidade de haver a mínima intervenção do Estado na dinâmica do mercado e consequentemente, na garantia dos direitos sociais e trabalhistas.

No tempo presente, assistentes sociais encontram-se desafiados por vários elementos que incidem sobre o trabalho profissional, uma vez que as mediações com o mundo contemporâneo atingem de diferentes formas, as condições de trabalho destes profissionais (Iamamoto, 2000).

Cabe citar aqui, que o fortalecimento dos desmontes que circundam as políticas sociais, atingiram explicitamente os campos de trabalho destes profissionais, já que “a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos” (Behring, Boschetti, 2016, p. 156), fazendo com que o ideal neoliberal prevaleça frente às políticas sociais. A tentativa de minimizar as ações estatais frente às políticas sociais reflete especificamente na falta de recursos humanos e financeiros, uma realidade marcante nos mais diversos processos de trabalho em que assistentes sociais se inserem.

Uma pesquisa do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2022) aponta que a maior parte dos/das assistentes sociais se encontra em serviços públicos (quase 44%), sendo o Estado o maior empregador destes profissionais, o que evidencia ainda mais as condições de precarização do trabalho de assistentes sociais, já que nos aparelhos estatais, o avanço do neoliberalismo se intensifica, materializado no corte de verbas e recursos.

Além disso, há uma forte tendência de burocratização dos serviços destes profissionais, que refletem em horas de trabalho dedicadas a preenchimento de formulários, elaboração de relatório, condução de visitas domiciliares e entrevistas sociais, somente a cunho do cumprimento das demandas postas pela instituição, fazendo com que o fazer técnico em matéria do Serviço Social, se torne uma prática engessada e robotizada (Raichelis, 2009).

Outro elemento que merece ênfase, reflete no não cumprimento da Resolução 493 de 2006, positivada pelo conjunto CFESS/CRESS, que determina as condições éticas e técnicas do exercício profissional do/da assistente social, definindo uma série de critérios que devem ser cumpridos pelo profissional e pela gestão do espaço sócio-ocupacional onde este se insere, a fim de garantir um atendimento de qualidade aos usuários.

Ainda sobre a pesquisa do CFESS de 2022, é possível perceber que apesar do marco legal (Lei nº 12.317/2010) que estabelece a duração do trabalho de assistente social a uma carga horária de 30 (trinta) horas semanais, ainda hoje, não há um padrão sobre as horas trabalhadas pelos profissionais, que resultam, em alguns casos, em jornadas de até 40 horas semanais. Sobre o padrão salarial, observa-se que existem inúmeras variações, estando 55% da categoria profissional, como renda bruta que varia entre mil e quatro mil reais.

O CFESS aponta que os dados “revelam um processo de rebaixamento do nível salarial e de empobrecimento da categoria profissional” (CFESS, 2022, p. 118), mostrando a necessidade da aprovação da Lei que estabelece um piso salarial para a profissão.

Raichelis (2013) evidencia o contexto de precarização e instabilidade dos assistentes sociais quando afirma que:

---

<sup>125</sup> Observe-se que “a ideologia neoliberal, sustentando a necessidade de “diminuir” o Estado e cortar as suas “gorduras”, justifica o ataque que o grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado na economia” (Netto, Braz, 2009, p. 227), assim, há uma diminuição das responsabilidades estatais sobre a garantia do direito do trabalhador.

Realização:



Apoio:



O conjunto dos trabalhadores sociais, entre os quais o assistente social, é afetado pela insegurança do emprego, precárias e flexíveis formas de contratação com redução ou ausência de benefícios e direitos trabalhistas, intensificação do trabalho e das formas de controle, baixos salários, pressão pela produtividade e cumprimento de metas e resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, de políticas continuadas de capacitação profissional, entre outros (Raichelis, 2013, p. 625).

O cenário atual de flexibilização das relações de trabalho e consequentemente, da precarização dos vínculos, da ausência de direitos e da instabilidade profissional, afeta a atuação profissional dos assistentes sociais, que vivenciam inúmeros desafios, ao se esbarrar no que Iamamoto (2015) vai chamar do “clássico dilema entre causalidade e teleologia”, entre a disputa pelos limites e possibilidades que este profissional possui em seu exercício profissional, mediante as condições de trabalho que o mesmo se insere.

À medida que a flexibilização das relações de trabalho, a privatização dos direitos sociais e a burocratização dos espaços sócio-ocupacionais se intensificam, mais inseridos na lógica de precarização as assistentes sociais se encontram. Essa realidade evidencia sua condição de trabalhador assalariado, que produzindo valor pelo seu trabalho, se encaixa na lógica do sistema capitalista.

Compreendendo a influência da conjuntura macroestrutural na realidade dos diferentes postos de trabalho, o próximo item visa realizar um recorte específico da realidade destes profissionais dentro da Prefeitura Municipal de Viçosa, visando mapear e caracterizar as condições de trabalho de assistentes sociais no âmbito municipal.

### **Os limites e desafios do trabalho de assistentes sociais na Prefeitura de Viçosa-MG.**

Para identificar a presença de assistentes sociais nos serviços, tornou-se necessário realizar o mapeamento desses profissionais, por equipamento da Prefeitura Municipal de Viçosa-MG, em busca de esquematizar a distribuição dos assistentes sociais por setores. O mapeamento foi realizado por meio do Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Viçosa-MG, conforme destacado nos procedimentos metodológicos.

Quando se realiza a busca por assistente social no filtro Cargo/Função, o/a profissional aparece dividido em 7 subcategorias, que correspondem ao Fundo Municipal em que aquele servidor se encontra vinculado ou em relação ao setor em que este está inserido. Somando os/as profissionais de cada uma dessas categorias, ao todo o Município de Viçosa-MG conta com 21 assistentes sociais em seu corpo de servidores, atuando especificamente nos serviços vinculados à Secretaria de Saúde ou à Secretaria de Assistência Social.

Os dados dispostos acima demonstram que a realidade dos/das profissionais na Prefeitura de Viçosa é de maior inserção nas políticas de Seguridade Social<sup>126</sup>, assim como a realidade nacional (Raichelis, 2009). Entretanto, há uma inversão na colocação, já que conforme aponta Iamamoto (2009) a maior parte dos/das assistentes sociais no Brasil estão incluídos na Política de Assistência Social, não na Política de Saúde como é a realidade da Prefeitura de Viçosa-MG.

A análise dos dados indica uma possível sobrecarga aos assistentes sociais vinculados à Secretaria de Assistência Social, mediante a possibilidade do não cumprimento da Lei nº 2.608/16, já que o CREAS possui um menor número de

<sup>126</sup> Segundo Boschetti (2009) a Seguridade Social é instituída no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, a partir de uma reorganização das políticas de assistência social, saúde e previdência social, se configurando como um sistema de proteção social híbrido, sendo compostos por direitos do trabalhador (previdência), de caráter universal (saúde), mas também seletivos (assistência social).

Realização:



Apoio:



profissionais do que o disposto na legislação. Pensando na realidade conjuntural, onde as condições de trabalho são cada vez mais precárias e a superexploração é uma das vias do capital que mais reflete sobre as relações de trabalho, a própria configuração do sistema (no qual o Estado faz parte) faz com que estes profissionais se adequem às exigências e determinações impostas pela dinâmica capitalista.

Iamamoto (2015) chama de a banalização do humano, o processo em que as necessidades sociais do trabalhador não são levadas em consideração e este torna-se subordinado às exigências do mercado, fazendo com que a rotina no cotidiano profissional seja cada vez mais desgastante, mediante o esvaziamento de profissionais nos serviços.

O vínculo empregatício de assistentes sociais é uma das problemáticas mais latentes no município. Isto porque, a maior parte dos profissionais se inserem na Prefeitura de Viçosa-MG por meio de processos seletivos, que são renovados de tempo em tempo. Dos 21 profissionais mapeados, somente 5 são efetivados na Prefeitura e os outros 16 são contratados.

A instabilidade nos vínculos contratuais destes profissionais é reflexo da precarização de trabalho e do cerceamento dos direitos trabalhistas, que tende a favorecer os vínculos contratuais mais flexíveis, diminuindo a ligação entre as instituições e os trabalhadores, sobre isso Camargo (2021) destaca que o mercado de trabalho para assistentes sociais “está revestido de uma intensa precarização das condições e relações de trabalho, e na constituição de novas modalidades de contratação e gerenciamento dessa força de trabalho” (2021, p. 495).

Outro fator analisado no mapeamento foi a carga horária semanal de trabalho, ou seja, a quantidade de horas que assistentes sociais trabalham durante a semana, levando em consideração que a categoria profissional possui uma legislação (Lei 12.317/10) que define a carga horária de 30 horas semanais para o assistente social. Na Secretaria de Assistência Social todos os profissionais se encaixam nesta categoria, tendo 30 horas de serviço semanais. Porém, na Secretaria de Saúde há uma divergência em relação a estas horas, porque, somente 4 dos 13 profissionais cumprem as 30 horas semanais. Essa realidade mostra que a luta profissional pelo cumprimento da legislação no município ainda precisa ser fortalecida, de modo a incluir todos os assistentes sociais na carga horária estabelecida por ela.

Além do mapeamento, a pesquisa em campo por meio de entrevistas com profissionais foi um mecanismo capaz de realizar uma leitura efetiva e completa das condições de trabalho de assistentes sociais vinculados à Prefeitura Municipal de Viçosa-MG. Dos 21 assistentes sociais vinculados à Prefeitura, 8 assistentes sociais foram entrevistadas<sup>127</sup>, sendo que uma dessas atua em dois serviços dentro da Prefeitura Municipal de Viçosa-MG.

Uma pergunta foi feita visando compreender se o profissional tem conhecimento da resolução CFESS 493/2006 que dispõe sobre as condições, estrutura, ética e técnicas para o exercício profissional e se este consegue observar, no espaço profissional, o cumprimento da referida resolução. Apenas uma profissional afirmou com exatidão ter todas as condições necessárias para realização do trabalho profissional.

As demais entrevistadas apontaram problemáticas em relação a atuação, como por exemplo, a falta de estrutura adequada para a realização dos atendimentos, divisão de sala com outros profissionais, seja do Serviço Social ou não, necessidade de compartilhar aparelhos eletrônicos, tal como o computador (que em boa parte das instituições, é de uso coletivo), além da ausência de veículos para realização de visitas, este último ponto aparece várias vezes ao longo das entrevistas, evidenciando a necessidade do transporte para a atuação profissional.

---

<sup>127</sup> A partir deste momento, o pronome feminino será utilizado para a identificação das assistentes sociais, levando em consideração que somente mulheres que se identificam com este pronome, aceitaram participar das entrevistas.



*A gente tem mais não tem, porque tem essa sala do Serviço Social, mas a gente divide com a psicopedagogia. Ele é uma sala que a janela dá de frente para recepção, então não garante o sigilo, quem tá aqui fora escuta tudo que a gente tá falando, mesmo com a porta fechada e se o pessoal tiver falando ali fora, atrapalha a gente aqui. Agora que mandaram pra gente um arquivo com chave, antes não tinha, era um armário sem chave. Computador, agora colocaram um aqui, mas ele ainda não tá ligado, a gente usa o geral que todo mundo tem acesso (Assistente Social 1).*

Entendendo que a estrutura física é uma das problemáticas para o trabalho, buscou indagar os profissionais sobre a garantia do sigilo profissional dentro do espaço de trabalho, esta pergunta visou compreender se estas profissionais possuem sala própria, arquivos privativos com chave e outros elementos, que contribuem para o sigilo profissional. Com base nas respostas, o que se nota é a ausência de mecanismos capazes de ofertar a garantia do sigilo de forma plena.

Apenas duas profissionais têm condições plenas de atendimento em uma sala privativa, as demais dividem sala com outros funcionários. Além disso, aqueles que possuem sala única, demonstram a insatisfação com o improvisado feito para conseguir o espaço, que às vezes possuem divisória com drywall que não chegam até o teto. Deste modo, quem está do lado de fora, consegue compreender o que se fala nas salas.

Torna-se pertinente retomar aqui a Resolução 493/2006, compreendendo que o estabelecimento das condições obrigatórias para a realização do trabalho profissional são de responsabilidade daqueles que contratam o assistente social, neste caso, da Prefeitura Municipal.

A autonomia profissional foi um outro tópico usado para pensar as condições de trabalho. Somente duas profissionais apontam não possuir autonomia total para realização do trabalho, sofrendo interferência do entorno. As demais informantes demonstram ter autonomia para atender e orientar os usuários, bem como, para resolver demandas. Vale salientar que é inegável que assistentes sociais dispõem de relativa autonomia frente aos seus espaços sócio-ocupacionais, já que a direção social que estes profissionais percorrerem, possui reflexos das contradições existentes entre as classes sociais, sendo permeada por distintos interesses sociais e políticos dados através das relações sociais no âmbito do capitalismo (Iamamoto, 2015).

Outro ponto destacado trata-se da ausência de recursos materiais e físicos para realizar o trabalho, fazendo com que muitas vezes precise adaptar ou não executar o planejamento, em razão da ausência de materiais adequados. Neste ponto, a demora para a licitação de materiais dentro da Prefeitura apareceu em duas entrevistas como o maior dificultador, além da ausência de veículos para visitas domiciliares. A ausência de recursos e a falta de investimentos por parte dos três níveis de governo é pontuada como um limitador, já que impossibilita o andamento dos serviços.

Neste íterim, o que se nota é a articulação entre inúmeros problemas para atuação profissional, que tem o seu cerne na precarização das políticas sociais. Por isso, as assistentes sociais entrevistadas destacam que, em qualquer espaço, quando se pensa na consolidação destas políticas, a “menor fatia do bolo” é distribuída para o investimento nestas ações, sendo o ponto inicial, que irá acarretar os outros diversos desafios.

Ao perguntar diretamente para as entrevistadas se as condições de trabalho na instituição são precárias, todas apontam inúmeros elementos que evidenciam essa precarização. Uma das profissionais destaca que “*tem várias coisas que poderiam acrescentar para ajudar a melhorar o trabalho*” (Assistente Social 2). A sobrecarga dos serviços inseridos é o ponto mais evidenciado neste tópico, e somado a ele, a sobrecarga das próprias profissionais, a baixa remuneração e a falta de valorização dos profissionais que atuam no município.

Realização:



Apoio:



Visando compreender o impacto destas problemáticas para a saúde das profissionais, foi abordado a respeito do adoecimento e do estresse por razões de trabalho. Novamente, a sobrecarga das profissionais foi reforçada como um fator de estresse, que afeta a saúde mental das profissionais, mediante a necessidade de fazer mais de uma atividade, de conduzir trabalhos que deveriam ser feitos por mais profissionais, bem como, pela necessidade de não conseguir desvincular, nos momentos de descanso, do local do trabalho, já que é necessário levar o serviço para dentro de casa.

*Uma coisa que eu vejo é que a precarização das políticas afeta a falta de profissionais para poder atuar. O serviço que eu faço, era pra ter mais 2 profissionais em serviço social, o serviço ia fluir mil maravilhas. Acaba sobrecarregando! (Assistente Social 4).*

*Eu fico cansada do batidão do dia a dia, aí a gente fala, vou desligar, virar a chave, mas a gente tem sentimentos. Eu sou profissional, mas eu também sou cidadã que precisa dos direitos, também sou cidadã que usa o SUS, eu também preciso dos atendimentos, e a gente precisa cuidar da saúde da gente, a gente cuida muito do outro e esquece da gente. A saúde fica delimitada e no primeiro momento, você não consegue identificar que é pela sobrecarga de trabalho (Assistente Social 7).*

Fica evidente a pertinência de pensar na violação dos direitos trabalhistas de assistentes sociais, mediante um contexto de dupla precarização, que atinge a realidade dos serviços, por meio da precarização das políticas sociais, mas também as possibilidades para atuação profissional, mediante o contexto de precarização das relações de trabalho.

### Considerações finais

O contexto estrutural em que se encontram os/as assistentes sociais vinculados a Prefeitura de Viçosa-MG, não fogem das determinações de uma realidade macro-estrutural, em que os profissionais de todo país se incluem, mediante o fortalecimento da lógica neoliberal, frente às relações sociais, onde as relações trabalhistas se incluem.

Com base no conteúdo adquirido com o mapeamento dos profissionais, observa-se que um grande gargalo que perpassa a atuação profissional no Município de Viçosa, é a ausência de um padrão, no que diz respeito ao vínculo de trabalho, carga horária e remuneração destes profissionais, que sofrem significativas alterações, de acordo com o serviço em que os profissionais estão incluídos.

A ausência de recursos e a falta de condições materiais e estrutura física para realização do trabalho profissional, também são elementos que perpassam as condições de trabalho destes profissionais, evidenciando uma situação de precarização do trabalho, bem como, da realidade dos serviços. O contexto fica muito evidente, na fala de uma das entrevistadas, que destaca a mínima interferência quando a pauta são os gastos e necessidades sociais, tornando estas demandas cada vez mais esvaziadas e concedendo condições mínimas para resolução das problemáticas, aqui cabe destacar a ausência de veículos e equipamentos eletrônicos como limitadores para atuação profissional dentro da Prefeitura Municipal de Viçosa-MG.

Mediante o exposto, pode-se sintetizar que as principais características que evidenciam a precarização do trabalho dos assistentes sociais na Prefeitura Municipal de Viçosa-MG são, a instabilidade no vínculo empregatício e a rotatividade de profissionais nos serviços ofertados, a ausência de estrutura adequada para realização do fazer profissional, bem como, a ausência de recursos no serviço, enquanto reflexo da precarização das políticas sociais, alinhada a ausência de articulação da gestão com a realidade dos serviços ofertados pela Prefeitura Municipal de Viçosa-MG.

Este contexto tem rebatimento expressivo na saúde mental das assistentes sociais, que se queixam de sobrecarga, frustração e estresse por razões de serviço,

Realização:



Apoio:



apontado a existência de desgaste físico e mental para realização do trabalho profissional na realidade de Viçosa-MG.

Enquanto parte desta classe que vive do trabalho, o assistente social é explorado, sendo afetado pela instabilidade dos empregos, a ausência dos direitos trabalhistas, a mínima (ou nula) motivação para realização do trabalho profissional, a falta de incentivo de formação continuada e perspectivas para atuação profissional, além da intensificação do trabalho, a sobrecarga e ao adoecimento, em razão da exploração e expropriação da sua força de trabalho.

#### Referências:

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; MORAIS, Kátia Regina Santos de. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 20, n. 1, p.1-13. 2017.

BEHRING, Eliane Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo, SP: Cortez, 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.317**, de 26 de agosto de 2010. Brasília: Imprensa Nacional, 2010. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12317.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12317.htm)>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CAMARGO, Maria Angelina B. de Carvalho de A. Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarização da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 142, p. 488-507, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de assistentes sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução n. 493**. Aprovado em 21 de agosto de 2006. Brasília, DF: CFESS, 2006. Disponível em: <[https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_493-06.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema agregador de informações sobre os municípios e estados do Brasil**: Viçosa-MG. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/panorama>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA. **Portal da Transparência**, PMV, 2023. Disponível em: <<https://transparencia.vicosa.mg.gov.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



RAICHELIS, Raquel. Serviço social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. *In*: RAICHELIS, Raquel et al (org.). **A nova morfologia do trabalho no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 609-635. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nWD4BRgjxy4H54tJtXyxVst/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. *In*: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/4241J4mH1c54562572Ob.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



## **TRABALHO E RACIONALIDADE: leitura crítica do “homem médio” e do “homem empresarial” nas transformações laborais**

Julia da Silva Ramos<sup>128</sup>

**Resumo:** O presente trabalho propõe uma análise crítica das figuras do “homem médio” e do “homem empresarial” como construções que operam na constituição de uma racionalidade “universal” no campo laboral. Busca-se compreender como essas categorias, ao se apresentarem como representações neutras e racionais do sujeito trabalhador, produzem efeitos concretos na realidade da classe trabalhadora, especialmente no contexto das transformações recentes impulsionadas pela digitalização, flexibilização e intensificação do trabalho, enfatizando o cenário brasileiro.

**Palavras-chave:** racionalidade; “homem médio”; “homem empresarial”; trabalho; digitalização.

**Abstract:** This paper proposes a critical analysis of the figures of the “average man” and the “entrepreneurial self”, as conceptual constructions that operate in the formation of a supposedly “universal” rationality within the labor sphere. The study seeks to understand how these categories, presented as neutral and rational representations of the working subject, produce concrete effects on the reality of the working class—particularly in the context of recent transformations driven by digitalization, flexibilization, and the intensification of labor, with a specific focus on the Brazilian context.

**Keywords:** rationality; “average man”; “entrepreneurial self”; labor; digitalization.

### **Introdução**

O trabalho abarca a análise crítica de elementos presentes no objeto de pesquisa para o projeto de dissertação de mestrado da autora deste artigo, que conta com o objetivo geral de analisar as implicações das leis nº 13.467/2017 (“contra” Reforma Trabalhista) e nº 13.429/2017 (Lei da Terceirização) para o mercado de trabalho do/a assistente social. Esses elementos dizem respeito às figuras do “homem empresarial”, conforme analisado por Dardot e Laval (2016), e do “homem médio”, concebido a partir do uso jurisprudencial do termo elaborado por Quételet (1835) e utilizado, pelo direito brasileiro, como modelo normativo de conduta.

O cenário de transformações que o mundo do trabalho vem experimentando na contemporaneidade se faz determinante para o questionamento de padrões que imbuem à classe trabalhadora ideais que privilegiam os interesses da classe dominante. As transformações no mundo do trabalho nas últimas décadas, impulsionadas por processos de digitalização, flexibilização e intensificação da exploração laboral, vêm reconfigurando profundamente as dinâmicas produtivas e as formas de inserção da classe trabalhadora. Desta forma, percebe-se que a categoria trabalho revela tendências às quais a sobrevivência da classe trabalhadora contemporânea se atrela.

Essa “nova morfologia do trabalho” (Antunes, 2018) apresenta esquemas inéditos de precarização que provocam o esvaziamento das condições materiais da vida trazendo um cenário de diminuição do trabalho formal em paralelo ao crescimento da taxa de adoecimento da classe trabalhadora. O que se alcança é que essas novas

---

<sup>128</sup> Bacharel em Direito pela Universidade Candido Mendes (UCAM) - Campos dos Goytacazes. Bacharel em Serviço Social e mestranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: juliaramos@id.uff.br

Realização:



Apoio:





formas, que flexibilizam e precarizam as relações laborais, se expandem para as outras esferas da vida social, já que o trabalho se faz elemento central na subsistência da população que vive da venda de sua força laborativa. Tais mudanças no cenário laboral não se restringem à esfera técnica ou organizacional do trabalho, mas estão imersas em construções ideológicas que operam na naturalização da precarização e na reconfiguração das subjetividades exigidas pelo capitalismo contemporâneo.

É nesse contexto determinado pelo capitalismo que o avanço neoliberal se constitui como uma nova racionalidade (Dardot; Laval, 2016). Seu alcance ultrapassa a esfera político-econômica, estendendo-se ao campo normativo-valorativo. Nesse processo, o neoliberalismo passa a influenciar diretamente as dimensões subjetivas e cotidianas da existência, moldando comportamentos, valores e formas de relação. Assim, transforma-se em um verdadeiro dogma socioeconômico, cujos princípios são assumidos como verdades universais. Incorporados ao senso comum, esses valores naturalizam práticas e discursos que reforçam e legitimam a lógica neoliberal, contribuindo para sua reprodução contínua.

O Direito, enquanto campo responsável por regular e fiscalizar os comportamentos sociais, apoia-se historicamente em figuras normativas que servem como parâmetros abstratos de conduta. Tais construções podem operar como ferramentas legitimadoras dos interesses da lógica neoliberal, uma vez que desconsideram as determinações concretas que atravessam os sujeitos reais. Essas figuras, ao representarem um modelo idealizado de indivíduo, sustentam uma expectativa comportamental generalizada. No contexto atual, essa expectativa está alinhada com os interesses da classe dominante, que exige da classe trabalhadora um comportamento moldado pelos valores neoliberais, como a competitividade, o empreendedorismo e a naturalização da precarização. Com isso, o Direito torna-se não apenas um mediador técnico de conflitos, mas um reprodutor ativo de uma moralidade funcional ao capital, reforçando, por meio de suas decisões e doutrinas, um modelo de trabalhador que incorpora como senso comum os princípios que sustentam a própria dominação.

Neste cenário, surgem figuras paradigmáticas que representam modelos normativos de conduta e racionalidade, entre elas o “homem médio” e o “homem empresarial”. A figura do “homem médio”, com raízes nas estatísticas sociais de Quételet (1835) e amplamente incorporada em usos jurisprudenciais e institucionais, funciona como padrão normativo para classificar, normalizar e avaliar o comportamento dos indivíduos com base em uma suposta média social. Já a figura do “homem empresarial”, conforme discutida por Dardot e Laval (2016), é resultado da racionalidade neoliberal que transforma o trabalhador em empresa de si mesmo, responsável individualmente por seu sucesso ou fracasso em um mercado marcado pela competitividade e instabilidade.

Este artigo, propõe uma análise crítica dessas duas construções teóricas como formas de racionalidade apresentadas como universais e neutras, mas que, na prática, ocultam os determinantes sociais do trabalho e reforçam desigualdades estruturais. A partir de uma abordagem teórico-crítica, busca-se compreender os efeitos dessas representações sobre a realidade da classe trabalhadora, especialmente no contexto contemporâneo em que as mediações do trabalho se tornam cada vez mais instáveis, individualizadas e despolitizadas.

### **As transformações do mundo do trabalho como expressão da racionalidade neoliberal**

O neoliberalismo, enquanto fenômeno contemporâneo, influencia diretamente o modo de funcionamento do capitalismo, impulsionando transformações que afetam de forma profunda as relações sociais e a vida social (Moraes *et al.*, 2024, p. 04). Conforme

Realização:



Apoio:



apontam Dardot e Laval (2016), os valores neoliberais ultrapassam a esfera político-econômica e passam a operar, também, no campo normativo-valorativo, moldando subjetividades e padrões de comportamento. Assim, além da lógica de mercantilização da vida expressa em políticas que desresponsabilizam o Estado e intensificam a privatização dos direitos, o neoliberalismo promove uma legitimação ideológica sustentada por discursos individualistas. Esses discursos estimulam a responsabilização dos sujeitos e reforçam o "desejo do ter em detrimento do ser" (Moraes *et al.*, 2024, p. 04), naturalizando desigualdades e desmobilizando projetos coletivos de transformação social.

O que se observa, no contexto de avanço neoliberal, é a “mutilação da vida comum” (Dardot; Laval, 2016, p. 09). O “comum”, segundo os autores, refere-se a tudo aquilo que escapa à lógica da competição, do individualismo e da mercantilização, ou seja, às práticas coletivas, à solidariedade e à construção social de direitos. Ao atingir esse campo, o neoliberalismo enfraquece a mobilização social da classe trabalhadora, substituindo a ação coletiva por uma lógica egoísta e fragmentada, que rompe com os laços de solidariedade e dispersa as frentes de luta. Esse processo está atrelado à construção neoliberal como uma nova *racionalidade*.

Do ponto de vista semântico, *racionalidade* pode ser compreendida como um conjunto de princípios, critérios ou lógicas que orientam a ação humana com base na ideia de coerência, eficiência ou funcionalidade. Para Weber (1994) a racionalidade é aquilo que dá sentido à ação social, portanto ela não está no campo acidental, sendo projetada histórica e socialmente, a partir das relações de poder e marcos ideológicos específicos. Em Dardot e Laval (2016), a “racionalidade neoliberal” é entendida como uma forma de governamentalidade, que atua não apenas na economia e nas instituições, mas que orienta modos de pensar, agir e sentir, tornando-se um princípio organizador da vida social.

Diante disso, o avanço neoliberal se constitui enquanto uma “nova racionalidade” (Dardot; Laval, 2016) que não se limita ao desmonte das políticas sociais e da visão do Estado como viabilizador de direitos, mas que alcança esferas mais personalizadas da sociedade. Trata-se, portanto, de uma lógica totalizante, que molda comportamentos de acordo com os interesses do capital e dificulta a emergência de resistências coletivas.

A partir da crise do capital da década de 1970, surge, o neoliberalismo articulado à reestruturação produtiva e à globalização, como respostas dadas pelo capitalismo de maneira objetiva e subjetiva aos sinais de esgotamento do keynesianismo<sup>129</sup> (Behring, 2015). O cenário de crise contou com consequências que se traduziram em “desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e de produtividade que se espriam pela economia a nível internacional” (Moraes *et al.*, 2024, p.5), o que criou a atmosfera ideal para as investidas de um novo regime de acumulação nos moldes das necessidades do capital.

É importante destacar que o neoliberalismo tem origem nos fundamentos do liberalismo clássico, cuja principal premissa era a limitação da intervenção estatal na economia, defendendo a livre iniciativa e a autorregulação dos mercados. A partir dos anos 1970, esse pensamento ganha uma nova forma, inicialmente como uma lógica estritamente econômica, promovendo políticas de flexibilização trabalhista e privatizações. Com o tempo, contudo, o neoliberalismo ultrapassa a esfera econômica e assume uma dimensão normativo-ideológica, moldando comportamentos, subjetividades e relações sociais.

No Brasil, esse modelo começa a se consolidar principalmente a partir da década de 1990. É necessário, para falar sobre as relações e conflitos de classes que se desenvolveram na sociedade capitalista brasileira, que se enfatize o extermínio dos

---

<sup>129</sup> Período histórico vivenciado, sobretudo, por países europeus e os Estados Unidos no qual se fazia presente a política do Welfare State que contava com uma maior participação do Estado na economia, criando um maior investimento no bem-estar social.

povos originários e a escravização de povos africanos como exemplos empíricos que determinam o teor da experiência do capitalismo nacional. Trata-se aqui de um país com um passado colonial, no qual se construiu a partir de trabalho escravizado, sendo assim, tal historicidade é influente no processo capitalista brasileiro, sobretudo, a relação exploratória do trabalho. Em relação a contemporaneidade, os impactos da colonização refletem na maneira em que a lógica neoliberal vai atuar, perpetuando no decorrer do tempo ódio e preconceito.

É a partir desse cenário determinante do capitalismo neoliberal que a classe trabalhadora vende sua força laborativa. O trabalho, no interior do sistema capitalista, deve ser analisado em congruência ao funcionamento do capitalismo como modo de produção e estabelecedor de relações sociais. Dado que a lógica capitalista é fundamentada pelo emprego de força de trabalho para o acúmulo de riquezas, é coerente que sua investigação perpassasse pelos sujeitos que integram tais relações. Não há o que se falar em força de trabalho sem conhecer o sujeito-categoria que emprega tal força, como não se pode esmiuçar as bases do capital sem desvelar a categoria dos acumuladores de riquezas.

Nessa tradição intelectual, o regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sociais – histórico – econômicas – de produção específica (Iamamoto, 2001, p. 11).

Nesta direção, se torna perceptível que o trabalho abrange sua condição ontológica, porém não apenas esta, uma vez que “quando se fala do trabalho, está-se tratando, imediatamente, do próprio homem.” (Marx, 2004, p. 89). Logo, a análise plena do trabalho no sistema capitalista presume à ênfase aos agentes históricos envolvidos em tais relações. O trabalho lido apenas como emprego de força produtiva não consegue, em sua forma pura, abranger todas as relações que o atravessam no regime capitalista, já que a atividade laborativa não ocorre deslocada dos meios, relações e objetos que a compõe, transbordando sua análise puramente ontológica, percebendo também as condições históricas e sociais precisas nas quais se desenvolve.

A análise Marxista critica a economia política clássica, neste sentido, já que o viés no qual as relações se fazem intrínsecas ao sistema, portanto passíveis de ênfase, foi menosprezado como ressalta Ricardo (2018, p.88) ao dizer que o sistema se faz uma “relação a muito tempo ajustada e colocada na devida posição na escala de valores”. A naturalização das experiências sócio-históricas do capitalismo, como discute Marx (1980), acarreta a não apreciação de fatores indispensáveis à sua análise. O trabalho com a finalidade de acúmulo de riquezas, no sistema capitalista, apresenta uma configuração específica que abrange relações entre as classes, existindo a classe trabalhadora e a classe dominante detentora dos meios de produção. Tais sujeitos-categorias participam de uma dinâmica que se faz diretamente proporcional ao desenvolvimento do sistema, sendo característica inerente ao capitalismo a dualidade paradoxal criada pelos conflitos entre as classes. A análise da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora torna-se insuficiente se desconsiderar os ônus impostos pela relação com a classe dominante e as condições estruturais que a sustentam.

O que ocorre no trabalho contemporâneo são transformações advindas da introdução das TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação).

Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do novo proletariado da era digital, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TIC's, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho (Antunes, 2018, p. 30).

Realização:



Apoio:



Portanto, percebe-se que as transformações no mundo do trabalho aos moldes de Antunes (2018) estão profundamente vinculadas ao avanço das TIC's, que introduzem novas formas de organização produtiva. No entanto, essas inovações não se traduzem, necessariamente, em melhores condições laborais. Pelo contrário, insere o trabalhador em uma lógica marcada pela flexibilização, precarização e desmonte de direitos historicamente conquistados. Esse processo advém de uma "racionalidade neoliberal" (Dardot; Laval, 2016) que impõe uma perspectiva individualista sobre o mundo do trabalho, promovendo a ideia de autogestão da vida. Essa lógica empresarial, com um discurso de liberdade e empreendedorismo, torna-se uma armadilha que fragiliza ainda mais a classe trabalhadora, deslocando responsabilidades estruturais para o plano individual e, com isso, justificando a supressão de direitos sociais sob o discurso da eficiência e da competitividade.

Portanto, passa a apresentar-se uma "nova morfologia do trabalho" (Antunes, 2018), com esquemas inéditos que provocam o esvaziamento das condições materiais da vida trazendo um cenário de diminuição do trabalho formal. A precarização da vida comum atrelada ao trabalho não é inédita na experiência brasileira, já que a historicidade no âmbito trabalhista remonta em seu estágio inicial à escravização, que mesmo em sua abolição propagou nuances profundas em relação à precarização (Rodrigues; Melatti; Melo, 2022, p. 107). O que ocorre é a atualização desse viés no trabalho contemporâneo percebendo que "o capitalismo atual apresenta um processo multiforme, no qual informalidade, precarização (...) se tornaram mecanismos vitais" (Antunes, 2018, p. 42). A partir disso, é perceptível que as tecnologias da informação e comunicação (TIC'S) (Raichelis; Vicente; Vieira, 2022) e seu avanço têm agravado o cenário precarizado.

A busca pelo lucro promove o agravamento da precarização do trabalho seguindo uma lógica de ampliação das formas que geram valor, mesmo que aparentem um não valor (Antunes, 2018, p. 42), intensificando a exploração do trabalho. Percebe-se uma conjuntura que promove e amplia a competitividade e a flexibilização do trabalho, criando obstáculos para a concretização de direitos. Assim criam-se subterfúgios para novos processos de exploração, gerando para a classe trabalhadora "desemprego, baixos salários e em condições de aviltamento que se complexificam com as transformações nos modos de produção capitalista" (Rodrigues; Melatti; Melo, 2022, p. 107). Porém, é necessário que a precarização seja percebida em sua centralidade, como parte da realidade contemporânea. Existe a percepção que o trabalho precarizado elevou-se do patamar de tendência para um elemento constituinte, materializando "as tendências que a globalização financeira, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva impuseram à realidade do trabalho brasileiro nas últimas duas décadas" (Druck, 2013, p. 61).

## **O direito trabalhista brasileiro como potencializador de precarização no mundo laboral**

O direito, enquanto campo institucional de regulação social, vai além da mera codificação de normas técnicas. Ele expressa, também, os interesses e conflitos presentes na sociedade, atuando simultaneamente como instrumento de legitimação e resistência. Segundo Faria (2023), o direito assume significados diversos para grupos sociais diferentes e reflete, em sua estrutura e funcionamento, as tensões socioeconômicas e ideológicas que marcam o momento histórico. Assim, sua função vai além da simples regulamentação de condutas, incidindo diretamente sobre os modos de subjetivação e reprodução da ordem social.

É a partir dessa visão do capitalismo vinculado à racionalidade neoliberal que se percebe, como expõe Delgado (2015), que a temática trabalhista em âmbito legislativo legitima os anseios capitalistas neoliberais. E isso traz às normas legais, elementos que

Realização:



Apoio:





contemplam a manutenção do *status quo* imposto pelo sistema. A partir disso, percebe-se que as últimas atualizações normativas acompanham a lógica de transformações que atravessam o mundo do trabalho, influenciando, portanto, diretamente em como serão fiscalizadas e protegidas essas relações sociais que, em sua natureza, já apresentam um desequilíbrio de poder.

O direito trabalhista brasileiro apresentou mudanças significativas no que tange a sua materialização na contemporaneidade, visto as alterações significativas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 até a contemporaneidade com a promulgação de normas como as leis nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) e nº 13.429/2017 (Lei da Terceirização), adotando características que apresentam contrariedade em relação à natureza formal do direito trabalhista, admitindo a supremacia do negociado sobre o legislado (Biavaschi, 2017, p. 197).

O que ocorre é que o texto constitucional em vigência defende o princípio de proibição do retrocesso social que faz com que os avanços sociais sejam, teoricamente, matéria invariável que não pode ser anulada. O direito do trabalho em questão é reconhecido como fundamental e aparece na Constituição Federal brasileira de 1988, no artigo 6º como um direito social. Entretanto, como aponta Sarlet (2015), o princípio que assegura a existência das normas sociais como o trabalho são necessárias para que, em tempos de crise, o arcabouço de proteção jurídica do Estado Brasileiro não sofra grandes alterações. Porém, o que se percebe com o advento dos novos dispositivos legais acerca da temática, é um profundo retrocesso no que tange a proteção do trabalhador.

Diante desse cenário, observa-se a consolidação de uma investida neoliberal que se expressa por meio de *reformas* que, na prática, configuram-se como verdadeiras *contrarreformas* (Behring; Boschetti, 2011). Essa dinâmica evidencia uma transição no campo do direito do trabalho, marcada pelo progressivo afastamento entre trabalho, Estado e os mecanismos de proteção social historicamente construídos (Delgado, 2015). Essa tendência pode ser identificada no próprio texto legal, que passa a priorizar instrumentos de negociação em detrimento de garantias legais consolidadas, promovendo uma flexibilização que enfraquece a proteção dos trabalhadores nas relações laborais.

A precarização do trabalho na contemporaneidade manifesta-se por meio de diferentes nuances que atravessam o mundo laboral, como a superexploração da força de trabalho, a manutenção de baixos salários, a ampliação da informalidade e a intensificação do ritmo produtivo. Esses elementos não surgem de forma isolada, mas estão articulados à supressão progressiva dos direitos trabalhistas, promovida por um processo contínuo de *contrarreformas* (Behring; Boschetti, 2011), que são altamente potencializadas e incentivadas pelos avanços neoliberais. Tais mudanças, longe de representar avanços para a classe trabalhadora, atendem majoritariamente aos interesses da classe dominante, ao passo que enfraquecem as garantias históricas conquistadas. Nesse contexto, a fragmentação dos direitos assume papel central na legitimação de um modelo de relações trabalhistas pautado na flexibilização e na desresponsabilização do Estado, reforçando a lógica neoliberal que naturaliza a desigualdade e a insegurança social.

### **O “homem médio” e o “homem empresarial” como figuras regulatórias nas transformações do mundo do trabalho contemporâneo**

Na sociedade contemporânea, as figuras do “homem médio” (Quételet, 1835) e do “homem empresarial” (Dardot; Laval, 2016) operam como dispositivos regulatórios que orientam comportamentos alinhados à lógica neoliberal. O “homem médio”, tomado como padrão abstrato de normalidade e racionalidade, serve como referência para a conduta esperada dos sujeitos, especialmente no campo jurídico, onde atua como

Realização:



Apoio:





medida normativa do comportamento socialmente aceitável. Já o “homem empresarial” representa o ideal de indivíduo autônomo, competitivo e autorresponsável, moldado pela racionalidade neoliberal que valoriza a performance, a eficiência e o empreendedorismo. Ambas as figuras contribuem para a internalização de valores que naturalizam a individualização das responsabilidades e a subordinação da vida às exigências do mercado, atuando como ferramentas de regulação subjetiva e social que reforçam a hegemonia neoliberal no cotidiano da classe trabalhadora. As duas figuras se fazem semelhantes ao estarem presentes na regulação do indivíduo a uma conduta esperada e até mesmo almejada dentro de uma construção social que associa o “bom e certo” com o encaixe nesses elementos paradigmáticos, colocando à margem aqueles que não seguem a conduta esperada.

O termo “homem médio” tem origem nos estudos do matemático e estatístico belga Adolphe Quételet (1835), que no século XIX aplicou princípios da estatística ao estudo do comportamento humano. O autor propôs a ideia de que, assim como é possível calcular médias em dados físicos e biológicos, também seria possível identificar um tipo humano médio, dotado de qualidades físicas, intelectuais e morais consideradas normativas. Então tem-se que “o homem médio, com efeito, é para uma nação o que o centro de gravidade é para um corpo; é levando-o em consideração que é possível a apreciação de todos os fenômenos do equilíbrio e do movimento” (Quételet, 1835, p. 251).

Cria-se, a partir disso, uma figura que não representa um indivíduo real dotado de subjetividade e agente pertencente a determinado tempo histórico e lugar, mas uma construção abstrata, idealizada, que serviria como parâmetro de normalidade. Inicialmente, a perspectiva científica na qual Quételet (1835) se baseava, era influenciada por princípios teológicos e deterministas, já que sua obra era dotada de passagens que atrelavam princípios religiosos aos seus pensamentos científicos (Pich, 2013).

A noção de “homem médio” foi posteriormente apropriada por outros campos, como o direito, onde passou a operar como critério para julgar comportamentos e expectativas sociais, contribuindo para a regulação normativa das condutas na sociedade. No direito brasileiro contemporâneo, a figura do “homem médio” é amplamente utilizada como critério de avaliação de condutas, especialmente nos campos da responsabilidade civil e penal. Essa figura teórica, concebida como um sujeito com comportamento razoável, prudente e previsível, opera como um parâmetro objetivo na interpretação jurídica.

Contudo, ao ser aplicada de forma acrítica, essa construção passa a estabelecer padrões normativos que desconsideram as desigualdades estruturais da sociedade brasileira e, consequentemente, favorecem a lógica neoliberal. Isso porque, ao pressupor uma neutralidade inexistente, o “homem médio” acaba legitimando comportamentos desejáveis à racionalidade neoliberal. Assim, esse modelo opera como um mecanismo regulatório da conduta social, naturalizando valores como a competitividade e o empreendedorismo, e permitindo que a lógica capitalista neoliberal adentre mecanismos legais que originalmente deveriam atuar na proteção dos direitos sociais e trabalhistas.

Para Dardot e Laval (2016), a figura do “homem empresarial” representa o sujeito moldado pela racionalidade neoliberal, que internaliza a lógica do mercado e passa a ter como senso comum elementos que potencializam o individualismo, o empreendedorismo e a flexibilização laboral. O que ocorre é que esses elementos não observam as relações laborativas em sua forma protegida, com legislações mediadoras das relações no mundo do trabalho. Esse indivíduo, pelo contrário, é incentivado a pensar e agir de maneira estratégica, competitiva e voltada para resultados, assumindo riscos e buscando constantemente melhorar seu “desempenho” pessoal e profissional. Essa figura não funciona apenas como um agente econômico, mas se apresenta como

Realização:



Apoio:



uma construção subjetiva que se espalha para todas as esferas da vida, inclusive as relações sociais e afetivas.

O “homem empresarial” (Dardot; Laval, 2016, p. 136) alcança não somente um pensamento que potencializa o egoísmo e privilegia a meritocracia, mas também utiliza desse discurso para justificar as consequências perversas dessa sociabilidade competitiva. Ao internalizar os valores do empreendedorismo, da meritocracia e da responsabilização individual, o trabalhador é levado a aceitar as novas formas de exploração como escolhas pessoais ou estratégias de autogestão, mesmo quando inserido em condições cada vez mais instáveis e desprovidas de direitos. Dessa forma, o “homem empresarial” não apenas representa o sujeito idealizado pelo neoliberalismo, mas também é peça fundamental para naturalizar e legitimar os mecanismos contemporâneos de dominação e subordinação da classe trabalhadora, como aponta Antunes (2018), ao tratar da reestruturação produtiva e da hegemonia do capital sobre o trabalho.

A partir disso, as figuras do “homem médio” e do “homem empresarial” atuam como construções regulatórias que sustentam e legitimam as transformações contemporâneas no mundo do trabalho, especialmente no contexto da “racionalidade neoliberal” (Dardot; Laval, 2016), já que legitimam comportamentos que privilegiam tal racionalidade. O “homem médio”, ao ser tomado como parâmetro universal de conduta, desconsidera as múltiplas determinações sociais dos sujeitos e contribui para decisões jurídicas que operam com base na abstração da realidade concreta, produzindo efeitos que muitas vezes reforçam desigualdades. Já o “homem empresarial”, conforme discutido por Dardot e Laval, traduzem a internalização de uma lógica de autogerenciamento e responsabilização individual, que impõe aos trabalhadores a idealização de um sujeito empreendedor, competitivo e adaptável à flexibilização e à precarização laboral descritas por Antunes (2018). Então, apesar de não serem elementos sinônimos o “homem empresarial” e o “homem médio” apresentam natureza semelhante, já que foram criados como o espelho para a racionalidade desejada.

Dessa forma, observa-se que a adoção de figuras como o “homem médio” e o “homem empresarial” no campo jurídico e social não é neutra, mas profundamente imbricada nas transformações estruturais impulsionadas pela racionalidade neoliberal. Ao estabelecer padrões de comportamento que desconsideram as desigualdades materiais e históricas da classe trabalhadora, tais figuras contribuem para a naturalização da precarização das relações de trabalho e da responsabilização individual pelos efeitos da crise do capital. Com isso, cria-se um cenário ideal para que um arcabouço legislativo de promoção de direitos, conquistados a partir de processos de mobilização e luta da classe trabalhadora, sofra um desmonte.

## Conclusão

As análises realizadas ao longo deste trabalho evidenciam como as transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pelo avanço da lógica neoliberal, têm promovido a reconfiguração das relações laborais em direção à precarização, à flexibilização e ao esvaziamento dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Nesse contexto, as figuras do “homem médio” e do “homem empresarial” cumprem papel central enquanto dispositivos regulatórios que têm a capacidade de operar como instrumentos de reprodução ideológica, ao moldarem subjetividades e comportamentos conformes aos interesses do capital.

Tais construções, ao serem naturalizadas no senso comum e incorporadas à atuação do direito, tornam-se mecanismos de legitimação da ordem neoliberal, ao mesmo tempo em que desconsideram as desigualdades estruturais e as condições concretas que atravessam a classe trabalhadora brasileira. O direito, que deveria funcionar como instrumento de garantia de direitos sociais, passa a ser cooptado por

Realização:



Apoio:



essa lógica, atuando muitas vezes como elemento normativo a serviço da racionalidade dominante. Portanto, compreender criticamente essas figuras e seu uso nos discursos jurídicos e sociais permite desvelar como o neoliberalismo atua de forma profunda no mundo do trabalho, alcançando desde os marcos legais até a constituição subjetiva dos sujeitos. Ao fazê-lo, contribui-se para o fortalecimento de análises comprometidas com a transformação social e a defesa de direitos

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão** – o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIAVASCHI, Magda Barros. A reforma trabalhista no Brasil de rosa: propostas que não criam empregos e reduzem direitos. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 83, n. 2, p. 195-203, abr./jun. 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 14ª ed. São Paulo: LTr, 2015.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. *In*: Antunes, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

FARIA, José Eduardo. **Direito, autoritarismo e mudança socioeconômica**. São Paulo: Andragogia, 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MORAES, Carlos Antonio de Souza et al. Notas sobre o processo de autocriação permanente do neoliberalismo: do projeto econômico à nova racionalidade destrutiva. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v. 35, n. 3, p.01-16, 2024.

PICH, Santiago. Adolphe Quételet e a biopolítica como teologia secularizada. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 849–864, jul., 2013.

QUÉTELET, Adolphe. **Sur l'homme et le développement de ses facultés, ou Essai de physique sociale**. Paris: Bachelier, 1835.

Realização:



Apoio:



RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; VIEIRA, Nuria Pardillos (org.) **Nova-velha morfologia do trabalho no Serviço Social: TICs e pandemia.** São Paulo: Educ - PUC/SP, 2022.

RODRIGUES, Terezinha de Fátima; MELATTI, Kelly Rodrigues; MELO, Sabrina. Trabalho profissional de assistentes sociais: a precarização no contexto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). *In:* RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; VIEIRA, Nuria Pardillos (org.) **Nova-velha morfologia do trabalho no Serviço Social: TICs e pandemia.** São Paulo: Educ - PUC/SP, 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 12ª ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2015.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** v.1. Brasília: Ed.UnB, 1994.

Realização:



Apoio:



## **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS PERANTE AO AVANÇO DO ULTRANEOLIBERALISMO**

Yve Matayoshi Galvão<sup>130</sup>

Manoela Soleira Ferraz

Ana Beatriz Batista Alfierisiay

Sofia Nolli dos Santos

Regina Maura Rezende

**Resumo:** O presente estudo tem como objeto de análise o processo e impacto da contrarreforma, como uma estratégia neoliberal perpendicular às crises do capital e os desmontes dos direitos sociais. À luz do projeto profissional do Serviço Social, busca-se compreender este atravessamento intrínseco a precarização, informalidade e terceirização do trabalho. O estudo é inspirado pelo materialismo histórico-dialético, como perspectiva teórico-metodológica, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Descortinando o processo do avanço ultra-neoliberal e os impactos nas políticas sociais, nas relações de trabalho. E, diretamente, no cotidiano do profissional de Serviço Social, atuação que está intrínseca às políticas sociais.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Neoliberalismo; Ultraneoliberalismo; Contrarreforma; Trabalho.

**Abstract:** The present study has as its object of analysis the process and impact of the counter-reform, as a neoliberal strategy perpendicular to the crises of capital and the dismantling of social rights. In the light of the professional project of Social Work, it seeks to understand this intrinsic crossing of precariousness, informality and outsourcing of work. The study is inspired by historical-dialectical materialism, as a theoretical-methodological perspective, based on bibliographic and documentary research. Unveiling the process of ultra-neoliberal advance and the impacts on social policies, on labor relations. And, directly, in the daily life of the Social Work professional, an action that is intrinsic to social policies.

**Keywords:** Social Work; Neoliberalism; Ultraneoliberalism; Counter-reform; Work.

### **Introdução**

O Estado neoliberal se materializa dentro da sociabilidade capitalista como aparato público que instrumentaliza os interesses do capital, em outras palavras, Marx e Engels (1977) afirmam que o Estado é um comitê executivo dos interesses burgueses. Nesse sentido, dentro dos atravessamentos gramscianos, esse é um espaço de confronto entre a sociedade civil e a sociedade política, com a presença da correlação de forças, que tencionam o processo de subordinação da classe trabalhadora por via do consenso e da coerção (Coutinho, 1999). No contexto de redemocratização do Estado brasileiro a partir de 1988, por intermédio dos movimentos sociais, somados a proposições que formalizaram o controle democrático na gestão, foram concebidas proposições socialmente construídas no bojo nacional, na salvaguarda dos interesses da classe que vive do trabalho.

Ao considerarmos, o encerramento da Guerra Fria, e a diminuição dos tensionamentos políticos e o fortalecimento do capital internacional, dentro do cenário

<sup>130</sup> petservicosocial2016@gmail.com

Realização:



Apoio:





geopolítico, a partir da década de 1990, já é observado no cenário nacional o início da flexão neoliberal. Dentro desse processo da ascensão ideológica ultraneoliberal-conservadora, o interesse do estado na formalização do apaziguamento destas lutas, não é mais proveitoso.

Logo, é adotada a perspectiva selvagem de supressão de direitos e desmonte das políticas sociais. Segundo Silva & Ribeiro (2022), os projetos de contrarreforma do Estado e da administração pública têm sido uma das marcas desses governos nacionais de cunho neoliberais, os quais tencionam beneficiar o mercado, por meio da redução das máquinas burocráticas, consideradas pelos seus ideólogos como improdutivas. Assim, as concessões que atravessaram no cenário da nova constituinte, são ameaçadas por um processo de desmonte, principalmente no que tange à categoria do trabalho.

Por bilhões de homens e mulheres dependentes de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontrar, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciando diretamente o flagelo do desemprego. Isto é, ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital (Antunes, 2018, p. 26).

Assim, são percebidos desmontes das jurisdições da classe trabalhadora, como um princípio político de ordem selvagem, os quais podem ser representados pelos governos mais contemporâneos de Michel Temer e no Governo Jair Bolsonaro. O processo pode ser verificado pelas recentes contrarreformas trabalhistas, notadamente a Lei nº 13.467/2017 somada a MP nº 905/2019 - ampliam a terceirização irrestrita, bem como a flexibilização de contratos e vínculos empregatícios, fundamentando a precarização estrutural do trabalho, atingindo congruentemente a categoria dos/as assistentes sociais. A mercantilização das políticas públicas por meio das terceirizações, a proposição de licitações por calamidade pública, contratações por excepcional interesse da administração pública via contratos por tempo determinado (precarização do vínculo público, por exemplo), fluem na direção do processo de mercantilização das relações sociais, e, passam a ser componentes dos espaços de geração de valor. Druck (2019) destaca que esse processo resulta em uma "tipologia da precarização social do trabalho", caracterizada por contratos precários, ausência de proteção social e alta rotatividade, especialmente entre trabalhadores terceirizados.

Essa erosão de direitos, formaliza um sequestro das condicionantes emancipatórias, que se integralizam com a autonomia humana. O/A trabalhador/a, ao ter seus direitos cerceados, e considerando a subsistência humana na sociabilidade capitalista, vê-se fadado a se integrar nesses espaços laborais, que coadunam com a precarização das relações, e, ainda, insalubres e inseguros. Sendo assim, este passa a viver um duplo e radical tormento: não encontrar oportunidades de troca da sua força de trabalho por meios de vida, seja via relação típica salarial ou outras formas de venda de seus serviços, ou ainda, manter-se em vias exploratórias de ação profissional, na seguridade do seu mínimo social para subsistência humana (Iamamoto, p. 88, *grifos nossos*).

Com essa crescente ampliação das formas de contratação e gestão do projeto neoliberal, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, são tecidas frágeis relações e vínculos da categoria trabalho, logo, um espaço de conflito e coerção. Esse projeto danifica não só o processo de sobrevivência da classe trabalhadora, mas promove uma razão instrumental e movimento as engrenagens de dominação, que impactam fortemente nas legislações, nas instituições públicas, além de se constituir em um elemento a mais para dificultar e obliterar a criação de laços de solidariedade, e de organização da classe trabalhadora (Filgueiras; Antunes, 2020, p. 29). Logo, associado às perspectivas falsamente promovidas pela ideologia liberal, propagam a valorização

Realização:



Apoio:



de prerrogativas de metas e competitividade entre os trabalhadores, e que são travestidas da proposição de “eficiência e eficácia”, desvinculando assim, o processo de associação coletiva, ao individualizar os processos de apropriação do trabalho, coisificando a classe trabalhadora, e, conseqüentemente, enfraquecendo os coletivos.

Nesta mesma direção, Iamamoto (2007) evidencia que a inserção do Assistente Social nas instituições é mediada pelas transformações do mercado de trabalho, que colocam a profissão sob as demandas do capital, o que acaba por tensionar seus princípios ético-políticos. Considerando esse cenário, como categoria profissional centrada na divisão social e técnica do trabalho, está conseqüentemente correlacionada com as perspectivas do mundo do trabalho, quanto o cercamento do sistema de garantia de direitos, vinculado diretamente com os tensionamentos do ultra-neo-liberalismo. Nesse sentido, o estudo aqui empreendido, propõe-se a desvelar as perspectivas e desafios no âmbito da categoria profissional do Serviço Social.

## DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Contrarreforma e crise estrutural do capitalismo

Conforme apontado por Behring (2003), o processo de contrarreforma do Estado implica em um profundo retrocesso social; nessa perspectiva, trata-se de uma estratégia neoliberal como proposta ao desmonte do Estado intervencionista, surgindo na década de 1970, no contexto de crise do modelo de produção fordista. Para Mészáros (2009) a existência de uma crise estrutural do sistema metabólico do capital afeta todas as esferas de produção e reprodução social. Portanto, essa crise possibilitou mudanças no mecanismo de acumulação, caracterizado por um período de recessão; a fim de superar as crises surge um modelo de produção de “acumulação flexível”, garantindo a acumulação e flexibilizando e precarizando as relações de trabalho (Antunes, 2006).

A flexibilização pode ser entendida como liberdade da empresa para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem [...] para reduzir o horário de trabalho ou recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige (Vasapollo, 2005 apud Antunes, 2006, p. 4).

Nesse contexto, o neoliberalismo, por sua vez, surge como fundamento político-ideológico que legitima e justifica as mudanças ocorridas no modelo de acumulação capitalista. Tal fenômeno opera por um processo descentralizado vertical, por meio da transferência do papel de execução das políticas sociais para os níveis estaduais e municipais, e uma descentralização horizontal, com a transferência destas funções da esfera do Estado para o setor privado (Montaño, 1999).

Como evidenciado, segundo Alves (1996), as políticas neoliberais e as transformações produtivas, expressam a necessidade intrínseca do capital de impor controle sobre o trabalho, de anular o potencial da classe trabalhadora em seu projeto histórico de superação do capital. Na conjuntura do Brasil, as contrarreformas implementadas surgem nos anos 90, e são expressas nos discursos ideológicos de impulsão econômica, via atravessamentos do *livre-mercado*. Estigmatizando a reordenação política como uma questão de ordem natural, e de defesa de uma suposta soberania nacional. Discurso esse, que se revela alinhado às perspectivas de interesse do capital estrangeiro, na redução de direitos, no fomento do status quo do controle burguês.

Outrossim, Mészáros (2009) sintetiza a crise estrutural do capitalismo com momentos de expansão e recessão, em que os tradicionais movimentos atravessam uma crise endêmica cumulativa, crônica e permanente, ou seja, um sistema sócio-metabólico do capital. Nesse sentido, o processo se constrói de forma cíclica a manter

Realização:



Apoio:



a hegemonia, e a ordem de acumulação. Formalizando as reestruturações produtivas de acumulação de capital, e afugentando os processos que interpõem as relações sociais.

No Brasil, na década de 1990, mesmo sob o período de redemocratização, e a promulgação da Constituição Federativa de 1988, havia um panorama de restrição das funções do Estado, ou seja, havia previsão de políticas públicas, as quais só seriam possíveis via participação da sociedade civil. A Constituição Cidadã só ganhou esse título pela força e participação dos(as) trabalhadores(as), seja por meio dos partidos do centro-esquerda, seja por meio da pressão dos sindicatos e dos movimentos sociais, o que contribuiu para o aprimoramento da legislação referente aos direitos sociais e trabalhistas. Ainda assim, estabeleceu uma expansão baseada no ideário neoliberal desde o governo Collor de Mello, tendo continuidade com Fernando Henrique Cardoso — FHC, através do projeto de Emenda Constitucional n. 173, sendo apresentada a necessidade de se “reformular” o Estado brasileiro, e torná-lo um Estado social-liberal.

Social porque continuará a proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico; liberal, porque o fará usando mais os controles de mercado e menos os controles administrativos, porque realizará os seus serviços sociais e científicos principalmente por meio de organizações públicas não estatais competitivas, porque tornará os mercados de trabalho mais flexíveis, porque promoverá a capacitação de recursos humanos e de suas empresas para a inovação e a competição internacional (Idem, p. 18).

Nesse sentido, as reformas preconizam uma combinação de políticas econômicas direcionadas para o crescimento econômico sustentado, e não inflacionado, e de políticas sociais eficazes para a produção da equidade e do desenvolvimento humano. Contudo, tais políticas, em síntese, significavam: o sucateamento do setor público; a falência das políticas sociais universais implementadas pelo Estado pós-Constituição brasileira de 1988, além do desmonte dos direitos trabalhistas e retrocessos aos direitos da classe trabalhadora. Tais propostas ganham materialidade institucional por meio de políticas sociais assistencialistas e focalizadas de transferência de renda, programas de economia solidária e de empoderamento dos indivíduos e comunidades, bem como de medidas regulatórias do Estado diante das falhas do mercado (Ibidem).

A implementação da contrarreforma gerencial do Estado e da administração pública iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), não se limitou ao seu mandato, pois seus principais traços foram mantidos, adaptados e/ou reforçados nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), e se constitui em característica de recessão do neoliberalismo com concessões de natureza social-democrata, emergindo assim, a expansão do ultraliberalismo com Michel Temer (2016-2018). O governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) foi pleno de ataques diretos aos direitos sociais com tendência de mercantilização das políticas públicas e da vida social, de focalização e desfinanciamento das políticas de Seguridade Social, os quais evidenciaram-se com maior intensidade na política de assistência social, enquanto objeto de ações e programas de combate à pobreza, e desproteção social.

Neste contexto de reforma neoliberal, as respostas à questão social oferecidas pelo Estado se estabelecem dentro de conjecturas de desmontes orquestrados, e nessa lacuna deixada pela redução da intervenção estatal se insere a sociedade civil. Tal inserção se dá por meio da mercantilização dos serviços sociais, considerando a lucratividade, ou em sua refilantropização, através de atuações de Organizações da Sociedade Civil (OSC's). Entidades estas que alcunham características filantrópicas e caritativas, voltadas para a população em desproteção social, contribuindo não apenas com a desoneração do Estado. Mas também, na restrição da autonomia profissional,

Realização:



Apoio:



que acaba sendo atravessada pelo processo compenetrante dos interesses destas instituições privadas, concomitante com a não universalização da política e a associada à destituição exponencial de direitos socialmente construídos.

Nesse processo, o Serviço Social apresenta-se como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, e uma especialização do trabalho coletivo (Iamamoto, 2014). Ela emerge no capitalismo em sua versão monopolista e financeirizada, atrelada às crises estruturais da sociabilidade capitalista, sendo requisitada pela classe dominante para intervir nas refrações da questão social, proveniente do fenômeno resultado da relação capital X trabalho. A categoria profissional implementa seu processo de trabalho por meio das políticas sociais, diretamente nas expressões e manifestações da questão social; essa profissão é diretamente atravessada pela onda neoliberal e ultraneoliberal, sobretudo no que se refere à promoção e acesso aos direitos sociais à classe trabalhadora. O assistente social é atingido desde a formação profissional, o que transcende no exercício profissional ou nas suas condições e relações de trabalho, enquanto trabalhador assalariado e usuário das políticas sociais.

## 2.2 Precarização do trabalho profissional e Superexploração

A discussão acerca da fragilização e precarização do trabalho profissional do Assistente Social no capitalismo contemporâneo brasileiro, faz-se necessária devido ao avanço da ideologia ultraneoliberal, e, de extremo conservadorismo nos últimos anos. A Ideologia conservadora e reacionária é carregada de princípios os quais favorecem o grande acúmulo do capital produtivo, e destroem as políticas públicas historicamente construídas, promovendo a mercantilização, e retrocedendo com os direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988. Assim,

tempos de contrarreformas, de mercantilização universal, de culto ao individualismo e de inegável avanço do conservadorismo são também tempos de estímulo à violência, a práticas de extermínio de jovens pobres, negros, de graves violações de direitos sociais e humanos com as quais nos defrontamos cotidianamente (Iamamoto, 2020, p. 4).

Nesse sentido, com o objetivo de compreender as definições de trabalho produtivo e improdutivo, conceitos inerentes ao modo de produção capitalista, de exploração do homem pelo homem, alinhados sob uma perspectiva marxista, no que concerne ao destacado pela autora Manuella Aragão Pinheiro, as concepções de Antunes (2002, 2020) no capitalismo contemporâneo destacam:

Os trabalhadores improdutivos, cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, consumidos como valor de uso e não produtores de mais-valia, também compõem a “classe-que-vive-do-trabalho”. Antunes (2002) os nomeia de o novo “proletariado de serviço”, compostos, em sua maioria, por trabalhadores precarizados e terceirizados (Pinheiro, 2022, p. 346-347).

Nesta fase de financeirização do capital, conforme anunciado, há uma intensa precarização, informalidade, terceirização, conversão das relações de trabalho em “potencial gerador de valor” e valorização da lógica mercantil. E, sob uma prática desse avanço ideológico, consolidou consequências como “a flexibilização, informalidade e precarização das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora brasileira” (Antunes, 2015), logo, incidindo também nos profissionais de Serviço Social.

No capitalismo, o trabalho do proletariado é o único que realmente produz e valoriza o capital, sendo a base da geração de riqueza no capitalismo. Uma vez que a classe trabalhadora produz tudo, tudo a ela pertence. Porém, essa riqueza, apropriada pela burguesia sob a forma de mais-valia, sustenta tanto o lucro e salário dos

Realização:



Apoio:



capitalistas, quanto os salários da própria classe trabalhadora. Entender o trabalho produtivo, gerador de mais-valia, e o trabalho improdutivo, essencial para o funcionamento do sistema capitalista, é de suma importância para a compreensão das transformações do trabalho no capitalismo contemporâneo (Pinheiro, 2022).

Uma característica inerente ao processo de reestruturação produtiva do sistema, o qual se inicia nos anos 1970 com uma crise estrutural do capital, intrinsecamente ligada à implementação do neoliberalismo, é a flexibilização; essa, por sua vez, impacta nas relações de trabalho. A flexibilização do trabalho se expressa na diminuição do laço entre “atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural” (Antunes, 2015).

Nesse viés, a categoria profissional dos trabalhadores Assistentes Sociais está sujeita às condições de trabalho precarizadas impostas pela conjuntura atual, enfrentando as mais variadas situações: o desmonte das políticas públicas; a valorização do terceiro setor, a privatização dos serviços públicos; a focalização, seletividade, terceirização e precarização dos direitos sociais; a refilantropização e despolitização da “questão social”; nesse processo pelo de visões conservadoras e reacionárias, torna-se cotidiana a criminalização da pobreza e culpabilização dos cidadãos.

A fragilização desse trabalho, conseqüentemente, se dá também por meio da redução dos postos governamentais, sobretudo nos serviços públicos federais e estaduais, bem como pela terceirização dos serviços e contratações sob vínculos temporários, ou subcontratação via Organizações da Sociedade Civil (OSC's), ou, ainda, devido aos processos de descentralização e municipalização dos serviços públicos. Soma-se a esse processo, o agravante da intensificação da subcontratação de serviços individuais dos Assistentes Sociais por iniciativa de empresas ou de assessoria de prestação aos serviços aos governos, resultando num exercício profissional privado, autônomo e temporário. (Raichelis, 2009). Assim:

é fundamental continuar investindo na consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, no cotidiano de trabalho profissional, que caminhe na direção do desenvolvimento da sociabilidade pública capaz de refundar a política como espaço de criação e generalização de direitos (Raichelis, 2009).

Nesse sentido para a efetivação de uma intervenção cada vez mais crítica, criativa propositiva, que paute os direitos da classe trabalhadora como objeto de intervenção e compromisso, é requisitado a profissão manter-se firme na defesa do projeto hegemônico profissional, ou seja, comprometida e alinhadas aos princípios de justiça social, igualdade e liberdade, e, somando forças aos movimentos sociais na defesa de valores que possam contribuir à uma nova ordem societária.

## Considerações finais

No Brasil, observa-se que a ofensiva do capital contra os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora adota formas cada vez mais complexas e violentas, especialmente no cenário ultraneoliberal brasileiro. O desmonte das relações de trabalho, consequência da terceirização, flexibilização de contratos e mercantilização das políticas sociais, impacta diretamente a inserção profissional dos assistentes sociais, causando conflitos em sua dimensão ético-política. Ao fortalecer a racionalidade privatista dentro do Estado, retomamos a lógica da acumulação em prejuízo da vida, corrompendo as bases da segurança social e deslegitimando os espaços de organização coletiva.

Portanto, é urgente a defesa de um projeto societário contra-hegemônico, que reforce o compromisso do Serviço Social com os interesses históricos da classe

Realização:



Apoio:





trabalhadora, combatendo os mecanismos de precarização e criando alternativas emancipadoras no dia a dia profissional. Nesse contexto, a luta por direitos vai além do simples ato de reivindicar e se transforma em uma manifestação de resistência contra a brutalidade do capitalismo, ao mesmo tempo em que reivindica um protagonismo do profissional seja na direção de fortalecimento dos movimentos sociais, seja na defesa nas arenas político-representativas da classe trabalhadora.

No que diz respeito à categoria profissional das(os) assistentes sociais, é possível notar o progresso de práticas e estratégias institucionais que as colocam em relações cada vez mais instáveis, como contratações por meio de processos seletivos simplificados, cargos comissionados e vínculos administrativos precarizados. Isso é evidenciado nos serviços públicos que descartam funcionários, sob a forma de rompimento de vínculo, sem oferecer garantias legais mínimas.

Esses métodos de contratação evidenciam a crescente precarização do trabalho no setor público, aliviando o Estado de suas responsabilidades e acentuando a dinâmica de rotatividade, instabilidade, excesso de trabalho e que, no limite, representam o rompimento de vínculo entre população e profissional, e fragiliza a luta coletiva no interior da categoria profissional. Assim, é essencial que a profissão se posicione de forma crítica e articulada, recuperando os princípios de sua formação, e reafirmando seu projeto ético-político, voltado para a transformação social e expansão de direitos sociais, e, sobretudo, em defesa da classe trabalhadora.

## Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e desenvolvimento**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

ANTUNES, Ricardo. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 2018.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Dispõe sobre a terceirização e sobre o trabalho temporário nas empresas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 mar. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Reforma trabalhista. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2025.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA, Selma Cristina. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 289–305, nov. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30518>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 1-20, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 9ª ed. São Paulo: Global, 1977.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011

MONTAÑO, Carlos. Das "lógicas do Estado" às "lógicas da sociedade civil". **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 59, p.47-79, mar.,1999.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CFESS; ABEPSS. (org.). **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

SILVA, Robson Roberto da; RIBEIRO, Juliana Portes. Contrarreforma do Estado e o trabalho no serviço público no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 17, 2022, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2022.

PINHEIRO, Manuella Aragão. Trabalho produtivo, trabalho improdutivo e a expansão dos serviços no capitalismo contemporâneo. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 22, n.44, p. 335-350, jul./dez.2022.

Realização:



Apoio:



**Realização:**



**Apoio:**





**EIXO TEMÁTICO 4**  
**DIREITOS SOCIAIS E HUMANOS, CIDADANIA E DEMOCRACIA**

Realização:



Apoio:



## A DEFICIÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”: apontamentos para o debate

Wagner Nery Copola<sup>131</sup>  
Aristela Vieira de Sousa<sup>132</sup>

**Resumo:** Este artigo propõe refletir sobre a deficiência como expressão da “questão social”, considerando as desigualdades estruturais do capitalismo. Defende-se que a deficiência deve ser compreendida além do viés individual e biomédico, sendo produto das relações sociais. A partir disso, reforça-se o compromisso ético-político do Serviço Social com os direitos humanos.

**Palavras-chave:** Deficiência; Questão Social; Serviço Social; Capacitismo.

**Abstract:** This article proposes a reflection on disability as an expression of the “social question,” considering the structural inequalities of capitalism. It argues that disability should be understood beyond the individual and biomedical perspective, as a product of social relations. From this standpoint, the ethical-political commitment of Social Work to human rights is reaffirmed.

**Keywords:** Disability; Social Question; Social Work; Ableism

### Introdução

Pensar a deficiência enquanto expressão da “questão social” tem se colocado na ordem do dia para as discussões da categoria profissional. Isso se dá, por um lado, pelo contexto de desigualdades estruturais produzidas pelo modo de produção capitalista, intensificada pelo *ultraliberalismo*, com redução de políticas e direitos sociais (Behring, 2023), por outro, pela afirmação do compromisso ético-político da categoria, na defesa intransigente dos direitos humanos, do aprofundamento e da consolidação da cidadania e democracia, entre outros (Cress, 2013).

Nesse cenário, pensar as deficiências e suas diversas implicações na vida dos sujeitos sociais significa apreender que os atravessamentos que se colocam às pessoas com deficiência não se restringem ao campo individual ou biomédico, mas está assentado no âmbito profundo das relações sociais.

Ainda que seja um tema recente no campo das humanidades, os estudos sobre as deficiências permaneceram durante muitos séculos centrada no campo moral e biomédico, sobretudo no início da sociedade industrial, sobretudo quando pensamos o corpo como um elemento central da produção de mais-valor, pela venda de sua força de trabalho (Martins, 2016).

Esse artigo se insere nessa reflexão, ao propor, ainda que preliminarmente, uma discussão em torno da deficiência como uma das expressões da “questão social”. Ele está dividido em quatro partes a saber, sem considerar essa brevíssima introdução: *i. deficiência, corpo e narrativas históricas*, onde foi realizada uma revisão de literatura sobre os estudos da deficiência e suas metamorfoses ao longo do contexto histórico; *ii. apontamentos sobre a pessoa com deficiência no Brasil*, evidenciando os principais dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua - PNAD-Contínua

<sup>131</sup> Assistente Social (UGB/FERP). Mestre em Ensino em Ciências da Saúde (UniFoa). Doutorando em Serviço Social (PUC-Rio). E-mail: wagnercopola@gmail.com

<sup>132</sup> Graduada em Serviço Social (UFES). Mestra em Serviço Social (UFRJ). Doutoranda em Serviço Social (PUC-Rio). E-mail: aristelavieiradesousa@gmail.com

Realização:



Apoio:





(IBGE, 2022); iii. *deficiência como expressão da “questão social”*, articulando o debate da “questão social” à deficiência e por fim, as considerações finais.

## Deficiência, corpo e narrativas históricas

Debater o conceito de deficiência na contemporaneidade requer de nós um olhar atento sobre seus desdobramentos no tempo histórico. Desde a sua apreensão no século XVIII como unidade *a-normal* - categoria elencada à pessoas que eram consideradas não-aptas a integrar a classe operária, dentro dos limites da sociedade industrial -, passando por um período onde era entendida como um *problema biológico*, de adequação do corpo à vida social mediadas pela adoção de práticas médico-curativas, até chegar ao questionamento da categoria, sendo dividido em dois momentos emblemáticos a saber, a primeira e segunda geração do modelo social da deficiência (Diniz 2007; Martins, 2016).

Para o modelo biomédico, a deficiência se configura como uma lesão que necessita de cuidados médicos. De acordo com Cunha (2021, p. 308), no modelo biomédico, “[...] a deficiência é compreendida como doença que carece de cura. Caso os corpos desviantes não fossem adequados pelo poder normalizador, as pessoas com deficiência não poderiam ter sua participação social assegurada”.

Historicamente, a abordagem dada à deficiência era exclusivamente assistencialista, conforme aborda Figueira (2021), tendo seu foco na ajuda e sobrevivência. Somente na década de 1980 que o cenário se configura com novas expectativas, impulsionadas pelos movimentos sociais e demais organizações, que lutavam por igualdade e conscientização sobre cidadania.

Historicamente havia-se deixado lacunas durante séculos de civilização com relação às pessoas com deficiência, embora suas necessidades sempre foram muito acentuadas, como a carência de recursos disponíveis. Despertou-se uma consciência significativa mundial que precisava ser tomada com um certo percentual de pessoas que ainda eram, mesmo com todos os avanços ocorridos, marginalizadas por possuírem algum tipo de problema físico, sensorial ou intelectual (Figueira, 2021, p. 120).

Corroborando com Figueira (2021), Cunha (2021) aponta que a partir dos estudos disability Studies<sup>133</sup>, a abordagem da deficiência, a coloca como um *corpo com impedimento quem em interação com as barreiras sociais sofrem restrição de participação*. Para entender a deficiência, é necessário considerar a amplitude de possibilidades, que muitas vezes são negligenciadas nos espaços públicos e privados.

Diniz (2007) apresenta o debate sobre a deficiência não somente pelo viés das limitações do corpo, mas sobre toda uma organização da sociedade que oprime e impede a participação plena e ativa das pessoas com deficiência, a partir de obstáculos e barreiras. Importante ainda ressaltar que tais barreiras não são naturais, mas sim produzidas e reproduzidas socialmente, negando a identidade e a possibilidade de existir dessas pessoas.

Importante destacar, que dentre os avanços voltados à Pessoas com Deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência<sup>134</sup>, evoca a máxima do conceito. De acordo com o documento,

<sup>133</sup> Estudos sobre deficiência, a partir do campo interdisciplinar e interseccional, que se propõem a analisar a deficiência a partir do viés crítico; ou seja, como uma construção social, cultural, política e histórica, não somente através do modelo biomédico, que entende a deficiência a partir de um déficit físico, sensorial e/ou intelectual.

<sup>134</sup> Lei 13.146/2015, também chamada de Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que visa assegurar e promover, em igualdade de condições, o acesso e o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência.

Realização:



Apoio:



Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Outro destaque, pode ser feito a partir da nomenclatura, onde utiliza-se pessoas com deficiência e não portadores de deficiência, entendendo que a deficiência é diversa, e não se configura como algo que se porta, mas faz parte da constituição do sujeito enquanto ser social (Diniz, 2007).

Nas palavras de Mello e Nuernberg (2012, p. 636), a deficiência é um fenômeno,

que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação quanto situados em relação a corpo normatividade, isto é, aos padrões hegemônicos funcionais/corporais. Nesse sentido, a deficiência consiste no produto da relação entre um corpo com determinados impedimentos de natureza física, intelectual, mental ou sensorial e um ambiente incapaz de acolher as demandas arquitetônicas, informacionais, programáticas, comunicacionais e atitudinais que garantem condições igualitárias de inserção e participação social.

É mister destacar que, as barreiras sociais, vividas diariamente pelas pessoas com deficiência são consequências de um estado de desigualdade social, provenientes do capitalismo, em particular das contradições capital-trabalho. É válido, assim, considerar que as desigualdades enfrentadas pelas pessoas com deficiência, no que tange a sua vida e dignidade, visibilidade e garantia dos acessos aos direitos básicos, são entendidas como uma das expressões da “questão social”.

Tal compreensão, nos aponta o fenômeno da exclusão social, que ocorre em função da maneira como a nossa sociedade é organizada, manifestando-se das mais diversas e perversas formas, onde o que está em jogo, é a naturalização da vulnerabilidade e das desigualdades sociais.

Frente a esse debate, Simões (2011) faz um destaque de que não somente as vulnerabilidades ou carências, e até mesmo a pobreza, são as causas básicas da exclusão. De acordo com o autor, elas podem ser vistas a partir do rompimento dos vínculos de relações sociais e de diversas outras situações que induzem à violação dos direitos.

A exclusão é o resultado do processo social que impossibilita o acesso de parte da população, aos bens e recursos disponibilizados pela sociedade, gerando a privação, o abandono e a expulsão dessa população da convivência social (Simões, 2011, p. 358).

Dessa forma, podemos identificar toda uma estrutura que marginaliza e categoriza a deficiência à improdutividade, em especial na sociabilidade capitalista, onde a produção social é coletiva, porém a apropriação dos bens produzidos permanece concentrada nas mãos de poucos. Nessa lógica, a pessoa com deficiência seria incapaz de participar ativamente da produção, devido a ideia de corpos produtivos, ou seja, corpos sadios que são moldados para o mercado de trabalho.

É importante refletir que a docilização dos corpos os molda para lógicas produtivas, e as pessoas com deficiência acabam sendo excluídas do mercado de trabalho e da sociedade em si. A exclusão não ocorre apenas pelo fato de as estruturas sociais serem desiguais, mas também porque os corpos não são considerados úteis à inclusão no sistema capitalista (Cunha, 2021, p. 304).

Ainda que não seja nosso objetivo debater teoricamente sobre o conceito de corpo e normatividade, é importante estabelecer alguns parâmetros que dão sustentação ao debate incorporado aos estudos sobre deficiência. O corpo, enquanto

Realização:



Apoio:



unidade de produção de subjetividade e de relações sociais, é incorporado à sociedade moderna como vetor da materialização de mais-valor, ao ponto em que sua inclusão dentro dessa sociabilidade se torna imprescindível (Cunha, 2021).

O corpo é compreendido como uma entidade regulatória, influenciada por normas e regras, sendo compreendido ainda, a partir de uma construção social e cultural, para além do fator biológico. Ele não é apenas uma entidade física, mas um espaço de histórias, conflitos, significados e representações, que ao longo das décadas sofreu mutações, sendo moldados a partir de um viés sexista, machista e capacitista.

Foucault (2014) em *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, narra a trajetória do corpo como objeto de suplício e de poder, condicionado a uma forma de existência própria e disciplinado a uma normalidade adequada à produção. Dessa forma, não há espaço para os desviantes, ou seja, aqueles que não conseguem ser disciplinados ao processo produtivo, tornando as pessoas com deficiência *descartáveis* ou objeto de privação e punição.

Em suma, nas sociedades contemporâneas, o corpo ganha uma evidente centralidade, em especial o corpo da pessoa com deficiência, uma vez que o foco de discussão está entre o reconhecimento e a exclusão, sendo a diferença dos corpos, percebida como uma ameaça à ordem social, reafirmando um campo de lutas, visibilidade e possibilidades de *re-existir*.

### **Apontamentos sobre a pessoa com deficiência no Brasil**

No Brasil, foi a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que o movimento de pessoas com deficiência ganhou força na cena política, reproduzindo parte das reflexões propostas pelo modelo social da deficiência, ancorados nos limites e possibilidades da formação social brasileira (Moraes, 2019). Tanto nas leis de regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS) ou Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Considerando a distância de vinte e sete anos entre a CF/88 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é possível identificar um progresso lento do debate sobre as pessoas com deficiência no país, no que tange aos seus direitos, quem dirá a expansão dos direitos às pessoas - majoritariamente mulheres - que exercem o trabalho do cuidado por trás da insuficiência das políticas sociais (Sousa, 2023).

De acordo com os dados disponibilizados na última coleta da Pnad-Contínua de 2022 (IBGE, 2022), 18,6 milhões de pessoas de dois anos ou mais, possuem alguma deficiência, o que corresponde a 8,9% da população do país. O perfil de pessoas com deficiência é majoritariamente feminino, correspondendo a 10% da amostra, seguido de 7,7 % masculino. Em relação a autodeclaração, 18,4% se autodeclararam negros – somando-se 9,5% das declarações de cor preta e 8,9% das declarações para cor parda – e 7,7% da amostra se autodeclarou branca (Gomes, 2023).

No que diz respeito à faixa etária, é possível identificar que há uma crescente no número de pessoas com deficiência proporcionalmente ao aumento da idade, atingindo maiores concentrações a partir da faixa etária de 50 a 59 anos e tendo um pico expressivo de resultado entre 60 e 69 anos (Gomes, 2023).

Em relação à escolaridade, segundo dados da Pnad-Contínua (IBGE, 2022), 19,5% dos adolescentes com deficiência no Brasil se encontram em situação de analfabetismo, sendo a região Nordeste a maior porcentagem dessa amostra com 31,2% desses adolescentes fora das escolas.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, homens sem deficiência conformam as maiores taxas de participação na força de trabalho com 76,1%, em seguida as mulheres sem deficiência com 57,1%. No que diz respeito a mulheres e homens com deficiência, estas ocupam 25,2% da participação na força de trabalho enquanto os homens 35,1%, evidenciando que além da deficiência – enquanto um marcador social

Realização:



Apoio:



de discriminação – o gênero se coloca de forma estruturante como uma forma de opressão (IBGE, 2022).

De acordo com os dados, em relação aos tipos existentes de inserção no mercado de trabalho a partir de um recorte de gênero e deficiência, os homens sem deficiência ocupam as melhores posições nos empregos formais – com estabilidade –, demonstrando números expressivos do setor privado e público, assim como na modalidade de empregadores. Já os homens com deficiência ocupam majoritariamente os setores informais, como o trabalho por conta própria, o trabalho auxiliando transversalmente algum familiar e o trabalho doméstico, demonstrando que a deficiência é um fator determinante no que diz respeito à ocupação de trabalhos precários (IBGE, 2022).

Em relação às mulheres, foi possível identificar que tanto as mulheres com e sem deficiência possuem os maiores índices de contratação no setor público, ainda que seja um dado mais expressivo para mulheres sem deficiência. Além de reforçar que a informalidade do trabalho se conecta com o marcador social da deficiência, um dado que chama atenção é que mulheres com deficiência desenvolvem trabalho doméstico em maior proporção do que mulheres sem deficiência. Essas diferentes formas de inserção no mercado de trabalho também refletem na renda média salarial (IBGE, 2022).

Além do exposto, os dados revelam que as maiores taxas de informalidade de pessoas com deficiência acontecem na adolescência/ juventude – entre 14 e 29 anos – e na velhice – acima de 60 anos. Para além do setor informal, essa expressividade se repete quando analisamos as taxas de desocupação, ou seja, de não inserção no mercado de trabalho. O maior grupo a não ocupar o mercado de trabalho são mulheres negras com deficiência, entre 14 e 29 anos, com a escolaridade entre fundamental completo e médio incompleto.

Dessa forma, é possível traçar um panorama de que essa não inserção de pessoas com deficiência nos espaços sócio-ocupacionais, tem início desde as primeiras fases de vida e que se intensifica na adolescência, visto que é uma fase – como exposto acima – de múltiplas transformações biológicas e sociais na vida dos sujeitos, o que pode acarretar uma potencialização das formas de discriminação impostas às pessoas com deficiência.

### **A deficiência como expressão da “questão social”**

Debater o processo de trabalho e os dilemas que envolvem o Serviço Social, em especial na cena contemporânea, é preciso elucidar a luta pela afirmação dos direitos humanos, bem como a luta contra o capital (Iamamoto, 2009). Tais dilemas, são atribuídos às múltiplas expressões da “questão social”. Vale ressaltar que a “questão social”, enquanto conceito, não se limita a algo fixo, mas sim um conjunto complexo que expressam os conflitos e as contradições inerentes das desigualdades e rebeldias produzidas pela relação entre capital e trabalho (Netto, 2001).

Vale ressaltar que a “questão social”, embora presente nos debates da categoria profissional a partir do seu processo de renovação, precisamente em sua *intenção de ruptura*, é objeto de discussão desde o século XIX, a partir das revoluções burguesas (Netto, 2011).

Embora ela possa ser definida pelas contradições expressas entre capital e trabalho, ela se manifesta de diferentes maneiras na vida dos sujeitos sociais, revelando uma complexa refração de desigualdades inerentes à produção e reprodução do capitalismo (Netto, 2011).

Yazbek (2001, p. 33), enfatiza que “abordar as expressões da questão social brasileira nos anos recentes é enfrentar uma temática bastante ampla e complexa”. Dessa forma, a exclusão social é entendida como uma das diversas expressões da

Realização:



Apoio:



“questão social”, que atravessa a vida da sociedade, em especial das classes subalternas, nas quais o Serviço Social é convocado não só a intervir, mas a refletir.

Dessa forma, a relação da deficiência como expressão da “questão social” se manifesta nas formas de exclusão, contradição e opressão próprias do sistema capitalista, ou seja, no capacitismo, apreendido como a descriminação do sujeito por motivo de deficiência (CRESS, 2023).

É preciso analisar o capacitismo, como um sistema de opressão, que reproduz não somente a discriminação contra as pessoas com deficiência, mas também toda uma crença associada à normalidade de mentes e corpos, que operam a partir de um padrão socialmente pré-definido, desconsiderando toda uma diversidade, corroborando com a discriminação.

Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (Brasil, 2015, n/p).

O capacitismo ainda é entendido a partir de uma lógica manifestada pela invisibilização, onde evidencia-se o discurso da (in) capacidade, resultando na exclusão das pessoas com deficiência, sejam a partir das barreiras, a falta de acessibilidade ou até mesmo na negação da autonomia dessas pessoas, reduzindo-a à sua condição física e/ou intelectual.

Essa exclusão, muitas vezes naturalizada e praticada no dia a dia, marginaliza ainda mais esse grupo. Assim, compreender as consequências desse processo de exclusão nem sempre é uma tarefa fácil, já que ela atinge diferentes sujeitos de diferentes formas. No entanto, um olhar atento à essa realidade vivida pelas pessoas com deficiência, nos ajuda a compreender e entender como essas desigualdades funcionam no cotidiano. (Copola, 2019)

Diante desse cenário permeado pela exclusão, (Costa *et al.* 2014) argumentam que a deficiência é uma construção e um produto social, isso ocorre pela naturalização, processo pelo qual as barreiras se tornam invisíveis e internalizadas, decorrentes da ausência de um questionamento crítico sobre a falta de acessibilidade. Por consequência, a pessoa é novamente reduzida à sua deficiência, negligenciando suas capacidades, potencialidades e o real protagonismo.

A deficiência, nesse sentido, pode ser analisada como um marcador social da diferença, o que torna especialmente vulneráveis, evidenciando as diversas formas de segregação e subalternização desse grupo. À margem na sociabilidade e fora do processo produtivo, as pessoas com deficiência são analisadas à partir da narrativa de tragédia pessoal e/ou castigo, como uma questão individual e objeto do estudo biomédico, a fim de receber - se possível - uma integração total ou parcial na sociedade e se tornar apta a integrar o mundo do trabalho (Cunha, 2021).

Importante ainda destacar que, ao analisar criticamente a deficiência, problematizando-a enquanto expressão da questão social, o Serviço Social é desafiado a construir práticas ainda mais comprometidas, além do projeto ético político da profissão, com a luta, a emancipação e a garantia do acesso aos direitos das pessoas com deficiência.

Portanto, o desafio ético-político do Serviço Social frente à deficiência exige mais do que a garantia formal de direitos: demanda o enfrentamento de práticas institucionais capacitistas, a promoção de acessibilidade ampla (física, comunicacional e atitudinal) e a escuta ativa das demandas construídas pelo próprio movimento das pessoas com deficiência.

## Considerações finais

Realização:



Apoio:





Sob essa perspectiva, podemos fundamentar a deficiência como uma das expressões das contradições evidenciadas pelo capitalismo, levando em consideração as relações sociais de produção e reprodução da vida, que por consequência criam as barreiras, sejam elas físicas, sociais e simbólicas, que impedem a participação plena das pessoas com deficiência em sociedade. Entre essas concepções, a materialidade dessas barreiras e acessos evidencia o caráter histórico, em que a deficiência fora colocada, a partir da abordagem biologizante do indivíduo.

Reconhecer a deficiência como expressão da “questão social” é fundamental para que o Serviço Social aprofunde sua prática crítica e emancipatória, ultrapassando leituras individuais e biomédicas da deficiência. Isso implica enfrentar o capacitismo como forma estrutural de opressão, construir estratégias coletivas de resistência e afirmar a centralidade da luta por direitos na perspectiva da justiça social e da equidade.

Importante salientar que este movimento tem sido presente dentro da categoria profissional, através do Grupo de Trabalho (GT) Anticapacitismo e exercício profissional de assistentes sociais com deficiência, composto por assistentes sociais com deficiência contando com representação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

No marco legislativo, em 22 de março de 2022 entrou em vigor a Resolução n. 992, que tem por objetivo estabelecer normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social.

Ainda que diante de muitas contradições, inerentes à sociabilidade do capital, a categoria tem se posicionado atenta e forte na luta e defesa dos direitos sociais, sobretudo da pessoa com deficiência, no compromisso ético-político, ancorada na construção de uma nova forma de sociabilidade, que rompa com as relações de opressão e exploração advindas da forma de organização da vida social sob o capital.

## Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo. Juiz de Fora, **Revista Liberdade**, Juiz de Fora, v. 23, n. 01, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/liberdade/article/view/41383/25969>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: CN, 2015.

COPOLA, Wagner Nery. **Inclusão de pessoas com deficiência**: vídeo aula como ferramenta de capacitação docente – um estudo de caso. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente) – Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA, Volta Redonda, 2019.

COSTA, Laís S. *et al.* **Combata o capacitismo**: orientações para o respeito à diversidade humana. Rio de Janeiro: ENSP; Fiocruz, 2024.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica do assistente social. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

CUNHA, Ana Carolina Castro P. Deficiência como expressão da questão social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 141, p. 303-321, maio de 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.251>>. Acesso em: 17 jun. 2025.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense. 2007.

Realização:



Apoio:



FIGUEIRA, Emílio. **As pessoas com deficiência na história do Brasil**: uma trajetória de silêncios e gritos! Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOMES, Irene. Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. **Agência Notícias IBGE**, 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-no-ticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-aces-so-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 09-32, jan./jun., 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. (org.). **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MARTINS, Bruno Sena. Deficiência e modernidade: da naturalização à insurgência. In: MARTINS, Bruno Sena; FONTES, Fernando. (org.). **Deficiência e emancipação social**: para uma crise da normalidade. Coimbra: Almedina, 2016.

MELLO, Anahi Guedes de; Nuernberg, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/rDWXgMRzzPFVTtQDLxr7Q4H/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 maio 2024.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. PNAD-CONTÍNUA. **Pessoas com deficiência 2022**. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf)>. Acesso em 17 de abril de 2024.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUSA, Aristela Vieira de. **“Eles dizem que é amor, nós dizemos que é trabalho não remunerado”**: o trabalho do cuidado das famílias monoparentais femininas de adolescentes com deficiência atendidas pelo serviço social do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA). 2023. 174f. Trabalho de Conclusão de Residência (Especialização em Serviço Social e Saúde na Modalidade Residência) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS. ABEPSS (org.). **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 33-40, jan./jun. 2001.

Realização:



Apoio:



## **VIOÊNCIA DOMÉSTICA E O ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL<sup>135</sup>: Um estudo sobre os limites e possibilidades do sistema de proteção às vítimas**

Maria Clara da Cunha Machado<sup>136</sup>

Karla Maria Damiano Teixeira<sup>137</sup>

Ana Isabel Sani<sup>138</sup>

**Resumo:** A violência doméstica contra a mulher é uma das formas mais cruéis de violação aos direitos humanos, com números alarmantes no Brasil e em várias partes do mundo. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) foi criada para garantir a proteção das mulheres em situação de violência doméstica, estabelecendo mecanismos jurídicos e de apoio. Este estudo busca analisar a eficácia da Lei Maria da Penha no acesso à justiça das vítimas de violência doméstica, identificando as barreiras que dificultam esse acesso e as estratégias que podem ser adotadas para melhorar o atendimento e a proteção das vítimas. A pesquisa propõe um olhar sobre os desafios enfrentados pelas mulheres e as possíveis melhorias para o sistema judicial.

**Palavras-Chave:** Acesso à justiça; direito das mulheres; Lei Maria da Penha; políticas públicas; violência doméstica.

**Abstract:** Domestic violence against women is one of the most cruel forms of human rights violation, with alarming statistics in Brazil and many parts of the world. The Maria da Penha Law (Law No. 11.340/2006) was created to ensure the protection of women in situations of domestic violence, establishing legal mechanisms and support systems. This study aims to analyze the effectiveness of the Maria da Penha Law in providing access to justice for victims of domestic violence, identifying the barriers that hinder this access and the strategies that can be adopted to improve the support and protection of victims. The research offers an overview of the challenges faced by women, existing legal measures, and potential improvements for the judicial system.

**Keywords:** Access to justice; women's rights; Maria da Penha Law; public policies; domestic violence.

### **Introdução**

A violência contra a mulher, grave expressão das desigualdades de gênero, é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde 1990 como questão de saúde pública, exigindo dos governos a implementação de políticas eficientes para seu enfrentamento e prevenção (Lima *et al.*, 2024).

Segundo estimativas da própria OMS (2021), uma em cada três mulheres no mundo sofre algum tipo de violência, evidenciando a magnitude e a persistência desse problema. No Brasil, a situação é alarmante. O país apresenta índices elevados de

<sup>135</sup>Projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

<sup>136</sup>Graduanda em Direito na Universidade Federal de Viçosa. E-mail: maria.clara.machado@ufv.br

<sup>137</sup>Professora Titular do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: kdamiano@ufv.br

<sup>138</sup>Professora Associada com Agregação da Universidade Fernando Pessoa (UFP), Portugal; Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC) na Universidade do Minho, Portugal. E-mail: anasani@ufp.edu.pt

Realização:



Apoio:



violência contra a mulher, e os casos de violência doméstica continuam a crescer, apesar da existência de um arcabouço jurídico robusto.

De acordo com o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), somente no ano de 2023 houve um crescimento expressivo nos registros de diversas formas de violência contra mulheres, como homicídios, feminicídios, agressões em contextos domésticos, ameaças, perseguições (stalking), violência psicológica e estupro. As agressões no contexto de violência doméstica cresceram 9,8% em relação a 2022, totalizando 258.941 vítimas mulheres. O número de mulheres ameaçadas subiu 16,5%, chegando a 778.921 registros. Os casos de violência psicológica cresceram 33,8% somando 38.507 vítimas, enquanto os registros de stalking aumentaram 34,5% atingindo 77.083 mulheres. Esses dados evidenciam a de forma clara a escalada da violência de gênero no país, reforçando a urgência de políticas públicas mais eficazes e ações coordenadas para o enfrentamento desse fenômeno.

A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, é reconhecida como um dos marcos mais avançados na proteção dos direitos das mulheres em situação de violência. Diferente de uma norma puramente penal, essa lei adota um caráter variado, abrangendo aspectos civis, processuais, trabalhistas e previdenciários. No entanto, a mera existência de uma legislação progressista não tem sido suficiente para erradicar a violência, tampouco garantir o acesso efetivo das vítimas à justiça (Almeida *et al.*, 2022).

Os maus-tratos sofridos pelas mulheres geram impactos profundos em sua saúde física e mental, comprometendo sua qualidade de vida e autonomia. Diante da alta frequência dos casos, o Ministério da Saúde tem desenvolvido políticas públicas para a prevenção e tratamento dos avanços resultantes da violência contra mulheres. (Januário *et al.*, 2010, *apud* Fonseca *et al.*, 2012).

De acordo com o Instituto Maria da Penha ([s.d.]), muitas mulheres, após vivenciarem diferentes formas de violência, desenvolvem uma sensação de isolamento e impotência, o que dificulta a denúncia e a busca por proteção. Grande parte dos feminicídios ocorre justamente no momento em que as mulheres tentam se afastar de seus agressores, o que evidencia a complexidade e o risco envolvidos no rompimento do ciclo da violência. Nesse contexto, este estudo busca analisar os elementos que favorecem ou limitam o acesso à justiça para mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil.

Este artigo tem como propósito investigar as formas de acesso à justiça pelas mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil, identificando os principais entraves e propondo medidas para aprimorar sua proteção.

## **Violência doméstica e o acesso à justiça no Brasil**

A violência doméstica contra a mulher representa um grave problema estrutural no Brasil, que impacta não apenas as vítimas diretamente envolvidas, mas também a sociedade como um todo (Almeida *et al.*, 2011). Nos últimos anos, a legislação brasileira avançou significativamente na proteção das mulheres, especialmente com a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Essa norma definiu as diversas formas de violência doméstica e estabeleceu mecanismos para sua prevenção e repressão.

No entanto, apesar dos avanços normativos, ainda existem obstáculos no acesso à justiça para as vítimas (Lima *et al.*, 2024). Muitas mulheres enfrentam dificuldades para denunciar seus agressores devido ao medo, à dependência emocional e financeira ou a barreiras institucionais (Cordeiro, 2017). Nesse contexto, é fundamental examinar as políticas públicas e os obstáculos à efetivação dos direitos dessas mulheres.

A Lei nº 11.340/2006 classifica a violência doméstica em cinco categorias: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral:

Realização:



Apoio:



Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006, n/p).

A violência física engloba agressões com lesões corporais; a psicológica, ações que afetam a saúde mental da vítima, como ameaças, humilhações e chantagens emocionais. A violência sexual refere-se à coerção de atos sexuais não desejados, enquanto a violência patrimonial à retenção ou destruição de bens e recursos financeiros da mulher. Por fim, a violência moral inclui calúnia, difamação e injúria (Carvalho, 2021 *Apud* Melo, 2024). Portanto, a legislação busca abranger a complexidade da violência de gênero, que muitas vezes não se restringe à agressão física, mas também envolve dominação e controle emocional (Fonseca *et al.*, 2012).

Além da legislação, o Poder Judiciário também tem desempenhado um papel importante na proteção das vítimas. Em 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a tese de legítima defesa da honra, reafirmando que esse argumento não pode ser utilizado para justificar crimes contra mulheres:

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, julgou integralmente procedente o pedido formulado na presente arguição de descumprimento de preceito fundamental para: (i) firmar o entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), da proteção à vida e da igualdade de gênero (art. 5º, *caput*, da CF); (ii) conferir interpretação conforme à Constituição aos arts. 23, inciso II, e 25, *caput* e parágrafo único, do Código Penal e ao art. 65 do Código de Processo Penal, de modo a excluir a legítima defesa da honra do âmbito do instituto da legítima defesa e, por consequência, (iii) obstar à defesa, à acusação, à autoridade policial e ao juízo que utilizem, direta ou indiretamente, a tese de legítima defesa da honra (ou qualquer argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, bem como durante o julgamento perante o tribunal do júri, sob pena de nulidade do ato e do julgamento; (iv) diante da impossibilidade de o acusado beneficiar-se da própria torpeza, fica vedado o reconhecimento da nulidade, na hipótese de a defesa ter-se utilizado da tese com esta finalidade. Por fim, julgou procedente também o pedido sucessivo apresentado pelo requerente, de forma a conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 483, III, § 2º, do Código de Processo Penal, para entender que não fere a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri o provimento de apelação que anule a absolvição fundada em quesito genérico, quando, de algum modo, possa implicar a repriminção da odiosa tese da legítima defesa da honra. Tudo nos termos do

Realização:



Apoio:





voto reajustado do Relator. Presidência da Ministra Rosa Weber. Plenário, 1º.8.2023 (Brasil, 2023, n/p).

Além disso, o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), orienta os magistrados a considerarem as especificidades da violência de gênero, promovendo julgamentos mais equitativos (Melo, 2024).

O acesso à justiça para as mulheres em situação de violência enfrenta desafios como a dificuldade para denunciar seus agressores, seja por medo ou represálias, por dependência afetiva e econômica, ou até por obstáculos institucionais (Cordeiro, 2017; Oliveira, 2017). Nesse sentido, a criação das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs) foi um marco na estruturação da rede de proteção, proporcionando um atendimento humanizado e especializado. Contudo, a distribuição desigual dessas delegacias pelo território nacional limita a acessibilidade de muitas vítimas, sobretudo em regiões periféricas e áreas rurais, onde o suporte estatal ainda é insuficiente (Melo, 2024).

Além das DEAMs, outros serviços são fundamentais na proteção das mulheres, como as casas-abrigo, que oferecem moradia temporária e suporte para aquelas que precisam se afastar do agressor. No entanto, a quantidade reduzida dessas unidades e sua localização, muitas vezes desconhecida pelas vítimas, dificultam seu acesso (CNJ, 2019; Melo, 2024).

Outra iniciativa importante é a Patrulha Maria da Penha, criada para monitorar o cumprimento das medidas protetivas e evitar a reincidência da violência. A patrulha realiza visitas periódicas às mulheres que obtiveram ordens judiciais contra seus agressores, garantindo que as restrições impostas sejam respeitadas (Instituto Maria da Penha, *Apud* Melo, 2024).

A central de atendimento, Ligue 180, também desempenha um papel essencial, funcionando como um canal de denúncia e orientação acessível, que funciona 24 horas durante todos os dias da semana. Além de receber queixas de violência doméstica, o serviço fornece informações sobre seus direitos (Instituto Maria da Penha, [s.d.]; Almeida, 2011).

O impacto dessas políticas é significativo, mas ainda insuficiente para garantir um acesso pleno e eficiente à justiça. Apesar dos avanços normativos e institucionais, os desafios persistem na implementação das políticas de enfrentamento à violência doméstica (Melo, 2024).

A falta de delegacias especializadas (Perrone *et al.*, 2019), aliada à sobrecarga do sistema judiciário (CNJ, 2019), compromete o atendimento adequado das vítimas. Além disso, a insuficiência em programas de capacitação de profissionais do judiciário contribui para que muitas mulheres desistam de denunciar, temendo represálias ou descrédito (Aquino *et al.*, 2019; Cordeiro, 2017). Dessa forma, o fortalecimento da rede de proteção, a ampliação dos serviços especializados e a promoção de campanhas educativas são medidas essenciais para garantir que todas as mulheres tenham acesso efetivo à justiça e possam romper com o ciclo da violência.

### **Fatores que favorecem o acesso à justiça para mulheres vítimas de violência doméstica**

O acesso à justiça é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, que assegura a ampla defesa e o contraditório como princípios do ordenamento jurídico brasileiro:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Realização:



Apoio:



LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes (Brasil, 1988, n/p).

Esse princípio, no contexto da violência doméstica, assume uma importância crucial, pois proporciona às mulheres vítimas de violência uma via concreta para buscar a proteção de seus direitos, facilitando a implementação das políticas públicas destinadas a combater a violência de gênero.

A promulgação da Lei nº 11.340/2006 marcou a luta contra a violência doméstica no Brasil ao criar instrumentos de proteção e ampliar o acesso das mulheres ao sistema de justiça (Perrone *et al.*, 2021), permitindo-lhes acionar o Poder Judiciário de maneira mais ágil e eficaz. Isso resultou no reconhecimento da violência doméstica como uma violação dos direitos humanos, rompendo com a visão de que esses abusos se tratava de questões privadas e, portanto, intangíveis pelo Estado (Melo, 2024).

A Lei Maria da Penha trouxe uma série de transformações essenciais para a proteção das mulheres em situação de violência. Criou delegacias especializadas, instituiu medidas protetivas de urgência e estabeleceu uma rede de apoio integral às vítimas, que inclui serviços de assistência psicológica e jurídica (Melo, 2024). Esses mecanismos foram fundamentais não apenas para garantir a segurança imediata das mulheres, mas também para possibilitar que elas reconstruam suas vidas longe da violência.

Contudo, a implementação efetiva da Lei depende da integração de diversas políticas públicas complementares. Dentre as principais ações destacam-se a criação de juizados especializados, que garantem maior agilidade nos processos judiciais relacionados à violência doméstica, e as casas-abrigo, que oferecem refúgio temporário para as mulheres e seus filhos, longe do agressor (Melo, 2024; Pasinato, 2015).

O movimento feminista foi essencial para a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) em 1985 e para a implementação de serviços como casas-abrigo (Lima *et al.*, 2024; Debert *et al.*, 2007). Atualmente, o Brasil possui mais de 300 delegacias especializadas, distribuídas por vários estados, que têm um impacto positivo na resposta institucional à violência contra a mulher (Debert *et al.*, 2007). O trabalho de psicólogos, assistentes sociais e defensores públicos, em colaboração com essas delegacias, tem sido fundamental para a humanização do atendimento, garantindo que as vítimas recebam uma assistência integral e sensível às suas necessidades (Aquino *et al.*, 2021; Melo, 2024; Souza, 2022).

A atuação do Judiciário e do Ministério Público é central para a efetivação dos direitos das mulheres em situação de violência. Os juízes especializados em violência doméstica têm a responsabilidade de aplicar as medidas protetivas de urgência, além de garantirem a punição adequada aos agressores. O Ministério Público, por sua vez, exerce um papel fiscalizador importante, acompanhando os casos e garantindo que as medidas sejam cumpridas, além de atuar na fase investigatória e processual (CNJ, 2019).

A criação dos juizados especializados foi um avanço fundamental para garantir maior celeridade e foco nos casos de violência doméstica. Esses juizados proporcionam um atendimento mais ágil e específico, com equipes capacitadas para lidar com a complexidade das questões envolvidas. Esse modelo especializado tem se mostrado eficaz, embora ainda enfrente desafios, como a sobrecarga de processos e a necessidade de ampliação de recursos, especialmente em regiões com maior demanda (Brasil, 2006; Conteratto *et al.*, 2021; CNJ, 2019).

Apesar dos significativos avanços proporcionados pela Lei Maria da Penha e pelas políticas públicas associadas, ainda existem desafios substanciais. A cultura de impunidade, a escassez de recursos em determinadas regiões e a resistência de certos segmentos da sociedade dificultam a efetividade plena da legislação. Além disso, o sistema judiciário e as forças de segurança necessitam de constante capacitação para

Realização:



Apoio:



garantir que a violência de gênero seja tratada com a seriedade que o tema exige (CNJ, 2024; Oliveira, 2017; Souza, 2022).

A criação de mais delegacias especializadas, a expansão dos juizados de violência doméstica e o aumento das campanhas de conscientização são passos importantes para que o acesso à justiça se torne uma realidade para todas as mulheres, independentemente de classe social, etnia ou região (Melo, 2024; Lima *et al.*, 2024). A participação ativa da sociedade civil, através de ONGs e movimentos feministas, é essencial para assegurar que as políticas públicas continuem avançando no combate à violência doméstica.

O acesso à justiça para mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil avançou com a implementação da Lei Maria da Penha e das políticas públicas associadas. No entanto, a transformação real na vida das mulheres exige um esforço contínuo e integrado entre o Estado, sociedade civil e instituições especializadas. A combinação de políticas públicas eficazes, a capacitação de profissionais e o fortalecimento da rede de apoio são elementos fundamentais para garantir que a justiça não seja apenas um conceito, mas uma realidade acessível, ágil e efetiva para todas as mulheres em situação de violência no Brasil.

### **Fatores que limitam o acesso à justiça para mulheres vítimas de violência doméstica**

O acesso à justiça para mulheres que são vítimas de violência doméstica ainda enfrenta desafios significativos, que comprometem a efetividade da legislação e das políticas públicas de proteção. Embora o Brasil tenha avançado na criação de mecanismos jurídicos para combater a violência de gênero, a realidade prática revela obstáculos institucionais, sociais, culturais e econômicos que dificultam o rompimento do ciclo de violência e a busca por amparo judicial (Melo, 2024).

A violência doméstica é perpetuada por fatores sociais e culturais que dificultam a denúncia e o afastamento das vítimas de seus agressores. O medo de represálias é um dos principais motivos pelos quais muitas mulheres hesitam em buscar ajuda. O receio de sofrer novas agressões, de perder a guarda dos filhos ou enfrentar ameaças contra familiares impede muitas vítimas de recorrerem ao sistema de justiça (Cordeiro, 2017).

A dependência emocional e financeira também representa uma barreira significativa. Muitas mulheres permanecem em relacionamentos abusivos por acreditarem que não conseguirão se sustentar sozinhas ou prover as necessidades dos filhos. A falta de autonomia econômica dificulta a tomada de decisão, tornando a denúncia e o rompimento da relação ainda mais desafiadores (Cordeiro, 2017).

Outro obstáculo é a descrença no sistema judiciário, alimentada por casos de impunidade, lentidão processual e falhas na fiscalização do cumprimento das medidas protetivas contribuem para a percepção da ineficácia do Estado. Muitas mulheres, temendo a falta de proteção real, optam por não registrar ocorrência, perpetuando o ciclo da violência. Segundo Tavares (2015), essa descrença se intensifica porque, além da morosidade e do descaso no atendimento, às vítimas frequentemente são culpabilizadas e tratadas como rés, o que compromete sua dignidade e afeta sua saúde emocional. Amaya (2021) reforça essa visão ao apontar que até mesmo profissionais do Judiciário compartilham dessa falta de confiança na prestação jurisdicional, revelando uma crise que compromete a efetividade da política de enfrentamento à violência doméstica.

Além disso, a estigmatização das vítimas e a revitimização no atendimento dificultam ainda mais o acesso à justiça. O julgamento moral por parte da sociedade, das autoridades e até mesmo da família pode levar à culpabilização da mulher pela violência sofrida e ao abandono do processo. Nesse sentido, é destacado que a

Realização:



Apoio:



superação da revitimização institucional exige a capacitação de todo o sistema de justiça, para garantir um atendimento mais humanizado e efetivo (Tozi *et al.*, 2021). Além disso, a tendência em deslegitimar a palavra da mulher pode ser reduzida quando os profissionais compreendem a perspectiva cíclica da violência, permitindo uma atuação mais acolhedora e eficaz (Conteratto *et al.*, 2021)

As dificuldades financeiras também são um grande entrave para que as mulheres consigam romper com o ciclo da violência. Muitas vítimas não possuem condições de arcar com honorários advocatícios para ingressar com ações judiciais, como pedido de medidas protetivas, divórcio e guarda dos filhos. Além disso, Almeida (2017) destaca que a dependência financeira impede muitas mulheres de denunciarem a violência, especialmente quando precisam sustentar os filhos e não possuem acesso ao mercado de trabalho. Em muitos casos, a vítima nunca exerceu uma atividade econômica, o que a torna ainda mais vulnerável e dependente do agressor. A Defensoria Pública da Mulher desempenha um papel fundamental nesse contexto, oferecendo assistência jurídica gratuita para aquelas que não podem contratar advogados (Lima *et al.*, 2024).

Entretanto, a sobrecarga desse serviço e a insuficiência de defensores disponíveis comprometem a agilidade no atendimento, prolongando o sofrimento das vítimas (Lima *et al.*, 2024). Além disso, a denúncia da violência pode gerar insegurança financeira, já que, em muitos casos, o agressor é o único provedor (Almeida, 2017). A falta de políticas públicas eficazes de amparo, como programas de emprego e assistência social voltados às mulheres em situação de violência, dificulta a autonomia financeira necessária para que elas possam reconstruir suas vidas longe dos agressores.

O acesso à justiça para mulheres vítimas de violência doméstica continua sendo um desafio, apesar dos avanços legislativos e institucionais. A morosidade do sistema, a falta de capacitação dos agentes públicos, as barreiras sociais e culturais e as dificuldades econômicas comprometem a efetividade das políticas públicas e perpetuam a vulnerabilidade das vítimas (Aquino *et al.*, 2021; Cordeiro, 2017; Perrone *et al.*, 2021; Tozi *et al.*, 2021).

Para superar esses desafios, é essencial fortalecer a rede de proteção, ampliando o número de DEAMs, casas-abrigo e serviços de assistência jurídica gratuita. Ademais, a capacitação contínua dos profissionais envolvidos no atendimento às vítimas e a conscientização da sociedade sobre a gravidade da violência de gênero são medidas fundamentais para garantir um acesso mais eficiente e humanizado à justiça.

Somente com ações coordenadas entre o Estado e a sociedade civil será possível garantir que todas as mulheres tenham a proteção e o apoio necessários para romper com o ciclo da violência.

## Considerações finais

Este artigo analisou o acesso à justiça por mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil, identificando os principais avanços e desafios enfrentados. Apesar dos progressos alcançados com a Lei Maria da Penha e políticas públicas associadas, persistem barreiras estruturais, como a morosidade do Judiciário, a falta de capacitação dos profissionais, as dificuldades financeiras das vítimas e a resistência cultural à denúncia.

Entre os avanços, destacam-se a maior visibilidade da violência de gênero, a existência de serviços especializados e as campanhas de conscientização. No entanto, a efetividade dessas medidas é prejudicada pela escassez de recursos, sobretudo em regiões periféricas, e pela sobrecarga judicial.

Este estudo contribui para o aprimoramento das políticas públicas ao evidenciar tanto os entraves quanto às possibilidades de melhoria. O fortalecimento da rede de

Realização:



Apoio:



proteção, a ampliação das DEAMs e casas-abrigo, além da formação contínua de profissionais, são medidas urgentes. Também é essencial o engajamento da sociedade na superação da cultura de impunidade e revitimização.

Recomenda-se que novas pesquisas explorem a eficácia das políticas em diferentes contextos regionais, bem como iniciativas de prevenção em escolas e comunidades. A luta contra a violência doméstica exige a articulação entre Estado e sociedade civil, a fim de tornar o acesso à justiça uma realidade concreta e eficaz para todas as mulheres.

A luta contra a violência doméstica é uma responsabilidade coletiva, que exige a colaboração entre todas as esferas da sociedade. Somente com uma atuação coordenada e estratégica será possível garantir que a justiça seja não apenas um direito, mas uma realidade tangível para todas as mulheres vítimas de violência no Brasil.

## Referências

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. A violência contra as mulheres no Brasil - Leis, políticas públicas e estatísticas. *In*: ABREU, Maria Aparecida. (org.). **Redistribuição, reconhecimento e representação**: diálogos sobre igualdade de gênero. Brasília: IPEA, 2011. p. 47-56. Disponível em: <[https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3480102/livro\\_redistreconhecimento.pdf](https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3480102/livro_redistreconhecimento.pdf)>. Acesso em: 25 de mar. 2025.

ALMEIDA, Flávio Aparecido de; SOUSA, Luciano Dias de. A importância da Lei Maria da Penha no combate à violência contra as mulheres. *In*: ALMEIDA, Flávio Aparecido de (org.). **Violência e gênero**: análises, perspectivas e desafios. Guarujá, SP: Ed. Científica Digital, 2022. p. 11-20. Disponível em: <<https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/a-importancia-da-lei-maria-da-penha-no-combate-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em: 18 mar. 2025.

AMAYA, Andrea Catalina León. “Elas esperam que a gente cuide delas, mas a gente cuida dos processos”: um olhar sobre o trabalho dos cartórios e a materialidade da política judiciária na aplicação da Lei Maria da Penha. *In*: AQUINO, Luseni Maria C. de; ALENCAR, Joana; STUKER, Paola. (org.). **A aplicação da Lei Maria da Penha em cena**: atores e práticas na produção de justiça para mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2021. p. 91-121.

AQUINO, Luseni Maria C. de; ALENCAR, Joana; STUKER, Paola. A importância de olhar para os atores envolvidos na aplicação da Lei Maria da Penha aos casos de violência doméstica. *In*: AQUINO, Luseni Maria C. de; ALENCAR, Joana; STUKER, Paola. (org.). **A aplicação da Lei Maria da Penha em cena**: atores e práticas na produção de justiça para mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2021. p. 27-55.

AQUINO, Luseni Maria C. de; ALENCAR, Joana; STUKER, Paola. Juízes(as) de violência doméstica como profissionais de linha de frente: facetas da discricionariedade na aplicação da Lei Maria da Penha. *In*: AQUINO, Luseni Maria C. de; ALENCAR, Joana; STUKER, Paola. (org.). **A aplicação da Lei Maria da Penha em cena**: atores e práticas na produção de justiça para mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2021. p. 55-91.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

Realização:



Apoio:





<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 7 fev. 2025.

BRASIL. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 4 fev. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental 779**, Distrito Federal. Relator: Min. Dias Toffoli. Julgado em 1º ago. 2023. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15361685556&ext=.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Relatório: o Poder Judiciário no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres**. Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/bitstream/123456789/377/1/Relat%c3%b3rio%20%20O%20Poder%20Judici%c3%a1rio%20no%20Enfrentamento%20%c3%a0%20Viol%c3%aancia%20Dom%c3%a9tica%20e%20Familiar%20Contra%20as%20Mulheres.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CONTERATTO, Deisi; TOZI, Thalita A. Sanção. A atuação das equipes multidisciplinares no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres: da realidade das varas judiciais ao potencial de atuação diante do ciclo de violência. In: AQUINO, Luseni Maria C. de; ALENCAR, Joana; STUKER, Paola. (org.). **A aplicação da Lei Maria da Penha em cena: atores e práticas na produção de justiça para mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2021. p. 179-211.

CORDEIRO, Débora Cristina da Silva. **Por que algumas mulheres não denunciam seus agressores?** 2017. 12 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

CUNHA, Rogério Sanches.; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica: Lei Maria da Penha - 11.340/2006 comentada artigo por artigo**. 13. ed. rev., ampl. e atualiz. Rio de Janeiro: JusPODIVM, 2023. Disponível em: <[https://www.editorajuspodivm.com.br/media/juspodivm\\_material/material/file/JUS2538-Degustacao.pdf?srsItd=AfmBOooG5hbro361cVzCXa0DaAeUOelAwK85tq9CPswxj5KZmZ9plzUN](https://www.editorajuspodivm.com.br/media/juspodivm_material/material/file/JUS2538-Degustacao.pdf?srsItd=AfmBOooG5hbro361cVzCXa0DaAeUOelAwK85tq9CPswxj5KZmZ9plzUN)>. Acesso em: 25 mar. 2025.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a "violência doméstica". **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 29, p. 305-337, jul.-dez., 2007.

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2012.

Realização:



Apoio:



FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <<https://publicacoes.fo-rumseguranca.org.br/handle/123456789/253>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br>>. Acesso em: 4 fev. 2025.

LIMA, Renata Dayanne Peixoto de; SILVA, Walkyria Paiva Marinho da. O acesso à justiça como direito fundamental da mulher em situação de violência doméstica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE**, São Paulo, v. 10, n. 7, p. 210-224, jul., 2024.

MELO, Vitória Azevedo. **O acesso da mulher à justiça no âmbito da violência doméstica e familiar**. 2024. 24f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Centro Universitário do Rio Grande do Norte - UNI-RN, Natal, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.unirn.edu.br/jspui/handle/123456789/970>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MOREIRA, Virginia; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; VENÂNCIO, Nadja. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 23, n. 2, p. 398-406, 2011.

OLIVEIRA, Fernanda Castro Souza Fernandes de. **Violência contra a mulher e acesso à justiça: direitos humanos, Lei Maria da Penha e os crimes de ameaça**. 2017. 177 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA, Ricardo Gabriel de Paula. **Violência doméstica: a fragilidade do Estado em defender a vítima do sexo feminino**. 2022. 26 f. Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I (Bacharelado em Direito) – Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), Goiânia, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. OMS: Uma em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência. **ONU Brasil**, 10 mar. 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-viol%C3%Aancia>>. Acesso em: 4 fev. 2025.

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha entre avanços, obstáculos e desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545. maio-ago., 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/38874/29353>>. Acesso em: 22 abr. 2025.

PERRONE, Tatiana Santos; MATIAS, Krislane de Andrade. “Demora muito essa justiça”: as experiências e percepções das mulheres em situação de violência e a educação em direitos. In: AQUINO, Luseni Maria C. de; ALENCAR, Joana; STUKER, Paola. (org.). **A aplicação da Lei Maria da Penha em cena: atores e práticas na produção de justiça para mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2021. p. 211-245.

TAVARES, Márcia Santana. S. Roda de conversa entre mulheres: denúncia sobre a Lei Maria da Penha e descrença na justiça. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2,

Realização:



Apoio:



p. 547-559, maio-ago., 2015. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/ref/a/HSVtWDww9Y7GwwfCGNR5Snz/abstract/?lang=pt>>.  
Acesso em: 22 abr. 2025.

TOZI, Thalita A. Sanção; FERREIRA, Emília Juliana. A defensoria pública e a aplicação da Lei Maria da Penha: entre a atuação cível e a representação criminal. *In*: AQUINO, Luseni Maria C. de; ALENCAR, Joana; STUKER, Paola. (org.). **A aplicação da Lei Maria da Penha em cena: atores e práticas na produção de justiça para mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2021. p. 149-178. Disponível em:  
<[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10997/1/DefensoriaPublicaAplicacao\\_ap04.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10997/1/DefensoriaPublicaAplicacao_ap04.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2025.

Realização:



Apoio:



## **POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS: análise da política municipal para a população em situação de rua carioca**

Rafaela Barbosa de Oliveira Henriques<sup>139</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de implementação da política municipal para a população em situação de rua no Rio de Janeiro. Para tanto, utiliza como base, pesquisa bibliográfica e de campo. Os dados apontam que apesar de ofertar vários serviços no âmbito das políticas sociais para essa população, o município enfrenta dificuldades para assegurar o seu acesso a serviços cruciais, tais como: saúde mental; habitação; educação; emprego etc. Diante disso, cabe a gestão local mobilizar as políticas públicas na oferta de serviços comprometidos com a atenção integral à população em situação de rua.

**Palavras-Chave:** Políticas sociais; População em situação de rua; Implementação; Rio de Janeiro

**Abstract:** This article aims to analyze the implementation process of the municipal policy for the homeless population in Rio de Janeiro. To this end, it is based on bibliographic and field research. The data indicate that, despite offering various services within the scope of social policies for this population, the municipality faces challenges in ensuring access to crucial services such as mental health care, housing, education, employment, among others. In light of this, it is up to the local administration to mobilize public policies to provide services committed to comprehensive care for the homeless population.

**Keywords:** Social policies; Homeless population; Implementation; Rio de Janeiro.

### **Introdução**

O presente artigo tem como objetivo analisar a implementação de serviços sociais no atendimento à população em situação de rua no Rio de Janeiro. Para tanto, focaliza o seu estudo na política municipal para a população em situação de Rua instituída em 2018, através de a Lei nº 6350, destacando os serviços ofertados e as dificuldades enfrentadas pela gestão local, para assegurar o acesso a serviços cruciais, tais como: saúde mental; habitação; educação; emprego etc.

As análises realizadas, estão embasadas nos resultados obtidos, através da pesquisa realizada entre janeiro e março de 2023, com dez assistentes sociais do município do Rio de Janeiro, que trabalhavam no atendimento à população em situação de rua, para a elaboração da dissertação de mestrado.

A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social; da Organização Não Governamental - ONG (Instituto Lar) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas (NEPAD).

Ademais, recorreu-se à revisão sistemática, com a seleção de estudos sobre as particularidades, contradições e determinações das políticas sociais na sociedade

---

<sup>139</sup> Doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assistente Social e Mestra em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: rafaela\_barbosa@id.uff.br

Realização:



Apoio:



capitalista brasileira, e os serviços socioassistenciais ofertados para a população em situação de rua, no Rio de Janeiro.

## **As políticas sociais e os modelos de proteção social no Brasil**

De acordo com Bellini *et al.* (2014, p. 1-2), a política pública é compreendida “como diretriz que orienta conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas e que têm como finalidade o enfrentamento de questões consideradas públicas”. Dentre as políticas públicas, estão as políticas sociais, que são concebidas na contemporaneidade como um conjunto de ações e programas estatais, que se materializam na oferta de bens, serviços e benefícios monetários e na regulamentação de componentes do mercado a fim de assegurar proteção social para as diversas contingências, riscos e problemas sociais que afetam os diferentes segmentos populacionais (Martins, 2022).

Complementando, Bellini *et al.* (2014, p. 3), comenta que, as políticas sociais, como “normativas e programas de ações”, além de serem a concretização das decisões governamentais, envolvem a disputa de projetos e interesses diversos “nos espaços sociais de formação da agenda e das prioridades de ação”.

Por esse viés, é importante destacar que, a política social, enquanto um conceito permeado por contradições, deve ser compreendida como um campo de disputa, visto que nela confluem e convergem interesses contraditórios. Ou seja, as políticas sociais “são o resultado da luta de classes, e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais” (faleiros, 1987, p. 46).

Fleury (1994, p.43) em estudo sobre as políticas de proteção social na América Latina, comenta que a origem e o desenvolvimento de uma política social são em certa medida uma expressão contraditória das relações de forças entre as classes com interesses antagônicos, “sendo ao mesmo tempo fator determinante no curso posterior desta mesma relação entre as forças sociais fundamentais”.

Os padrões de proteção social, estabelecidos pelas políticas sociais variam no decorrer da história, conforme as particularidades de cada Estado nacional, quanto “a amplitude da pauta de direitos embutidos na condição de cidadania<sup>140</sup>, bem como o grau de inclusividade na sua extensão aos diferentes segmentos da sociedade” (Fleury, 1994, p. 70).

No Brasil, a origem e o desenvolvimento das políticas de proteção social, através da incorporação das demandas e necessidades da classe trabalhadora pelo Estado, ocorreu ao longo do século XX, “como parte das transformações que se operam na estrutura produtiva” e da sua inclusão no sistema capitalista internacional, de forma tardia, periférica e dependente, levando a erosão do sistema anterior pautado no escravismo e na agro exportação, “em consequência da modernização e diversificação da estrutura socioeconômica” (Fleury, 1994, p. 175), a fim de fornecer os elementos necessários para o desenvolvimento das forças produtivas.

Santos (1987) acrescenta ao debate que, a resposta do Estado às demandas da classe trabalhadora na década de 1930 foi vagarosa, se comparada à rapidez com que se espalharam as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), mostrando que:

enquanto o estado preocupava-se, essencialmente em reordenar as relações no processo de acumulação, a questão social, *stricto sensu*, se vinha resolvendo, [...] mediante os *acordos de seguro* com que se comprometiam privadamente, empregadores e empregados. A responsabilidade estava clara

<sup>140</sup> A cidadania aqui será compreendida como a capacidade conquistada pelos indivíduos de se apoderarem da riqueza socialmente produzida e de desenvolverem todas as suas potencialidades permitidas pela vida social em cada momento da história. A sua conquista, enquanto um processo em construção, não é algo dado e acabado, e nem uma benevolência das classes dominantes para a classe trabalhadora, mas é o resultado da correlação de forças e das lutas travadas pelos grupos subalternos (Coutinho, 1999).

Realização:



Apoio:





e nitidamente dividida: ao Estado incumbia zelar por maior ou melhor justiça no processo de acumulação, enquanto às associações privadas competia assegurar os mecanismos compensatórios das desigualdades criadas por esse mesmo processo (Santos, 1987, p. 31).

A proteção social assegurada por essas políticas, no entanto, não estava pautada numa concepção universal de cidadania, “na qual todos, por igual, dispusessem da mesma quantidade de bens e serviços disponíveis” (Santos, 1987, p. 18), mas, em uma cidadania restrita aos grupos diretamente envolvidos no processo de industrialização e urbanização que se processava no Brasil.

As políticas sociais brasileiras, desde a sua origem até a década de 1980, estruturaram um padrão de proteção social que só foi modificado com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Durante esse período, o sistema de proteção social brasileiro, “combinou um modelo de seguro social na área previdenciária, incluindo a atenção à saúde, com um modelo assistencial para a população sem vínculos trabalhistas formais” (Fleury, 2008, p. 6).

Os dois modelos de proteção social foram criados e estruturados entre os anos de 1930 e 1940, inseridos no processo mais amplo de construção do estado moderno capitalista, intervencionista e centralizador depois da revolução de 1930.

O modelo de proteção social assistencial enfatiza o mercado com meio natural para o atendimento das demandas sociais, “onde as necessidades são preenchidas de acordo com os interesses individuais e a capacidade de adquirir bens e serviços” (Fleury, 1994, p. 108). Nessa perspectiva, as ações públicas assistenciais, eram desenvolvidas de forma complementar ao mercado, direcionadas àqueles grupos sociais que não conseguiam prover suas necessidades por essa via.

O acesso desses grupos aos bens e serviços assistenciais, ocorria pautado, mais precisamente, numa lógica preventiva, controladora e punitivista do que na garantia dos direitos de cidadania “o que se evidencia tanto nos rituais de desqualificação que envolvem as práticas assistenciais quanto no fato de que, tanto no passado quanto em suas variações mais atuais, a concessão do benefício ser acompanhada da perda de outros direitos de cidadania” (Fleury, 1994, p. 109).

No modelo de seguro social, o acesso aos direitos de cidadania, era concedido aos trabalhadores pautados na meritocracia, ou seja, na medida da sua capacidade de contribuição, e estava subordinado ao lugar ocupado pelos indivíduos na esfera produtiva, conforme era estabelecido e aprovado pelas legislações trabalhistas. Santos (1987), caracteriza o padrão de proteção social estabelecido por esse modelo como de “cidadania regulada”, visto que, o acesso aos direitos sociais, era regulado conforme a inserção do indivíduo no mercado de trabalho formal.

A expansão das políticas sociais no período que antecedeu a ditadura militar, foi marcada pela morosidade e pela seletividade, mantendo o formato corporativista e segmentado, características das políticas da Era Vargas (Behring; Boschetti, 2016).

As autoras acrescentam que a ditadura militar deixou duas heranças para a política social brasileira. A primeira é que, ao mesmo tempo em que houve a expansão das políticas públicas, ainda que com restrição no tocante ao acesso, o referido regime abriu “espaços para a saúde, a previdência e a educação privadas, configurando um sistema dual de acesso às políticas sociais: para quem pode e para quem não pode pagar”. A segunda é que, apesar da “ampliação dos acessos públicos e privados, milhões de pessoas permaneciam fora do complexo assistencial-industrial-tecnocrático-militar” (Behring; Boschetti, 2016, p. 137).

O intenso processo de lutas e mobilizações que ocorreu nos anos 1970-1980, tensionando e pressionando o regime militar pela redemocratização do Brasil e pela ampliação dos direitos de cidadania, culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, que representou uma mudança acentuada para o sistema de proteção social brasileiro.

Realização:



Apoio:



De acordo com Fleury (2008, p. 8) um novo período foi inaugurado “no qual o modelo da seguridade social passa a estruturar a organização e o formato da proteção social brasileira, em busca da universalização da cidadania.” O modelo de seguridade social é caracterizado por um conjunto de políticas públicas, que por meio da intervenção estatal, visa assegurar a todos os cidadãos um mínimo indispensável a sua subsistência, no que diz respeito a renda, bens e serviços, e pautadas no princípio da justiça social.

### **O processo de construção e implementação da política municipal para população em situação de rua no Rio de Janeiro**

A Constituição Federal de 1988, ao assegurar o acesso universal dos direitos sociais, “vinculando-os pela primeira vez, à condição de cidadania” (Fleury, 2008, p.1), abriu espaço no cenário político e social, para que sujeitos que ao longo da história estiveram destituídos do “status” de cidadão, pudessem reivindicar o acesso a esses direitos, pela via das políticas sociais públicas.

As pessoas em situação de rua<sup>141</sup>, fazem parte dessa diversidade de sujeitos, que até então não eram reconhecidos como sujeitos de direitos e estavam relegados à margem da sociedade, e que movidos pela efervescência política dos movimentos sociais e populares que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, adentram o cenário político, como protagonistas da sua própria história lutando pela garantia dos seus direitos de cidadania (Fleury, 2008).

No entanto, o atendimento à população em situação de rua pela ótica da cidadania no Brasil, é recente. Ao longo da história as ações desenvolvidas para atender esse segmento, se detinham a ações higienistas e repressivas e ações pontuais e assistencialistas para o atendimento das necessidades imediatas (Argiles; Silva, 2011). Vale destacar que a combinação do binômio repressão/assistência para intervir nas expressões da questão social, é uma característica marcante dos primórdios das políticas sociais brasileiras.

Essas formas de atender a população em situação de rua no país, se refletem na assistência prestada a esse segmento populacional no Rio de Janeiro, que segundo Dantas (2007), era caracterizada:

pela descontinuidade dos programas implementados, atuação não suficientemente integrada entre os diferentes setores governamentais envolvidos, tensa relação do governo com as organizações da sociedade civil e tendência ao exercício de práticas punitivas e de isolamento. Persistem ainda ações de caráter paliativo e higienista e a implementação de ações pautadas pela perspectiva da segurança pública, com a retirada forçada da população para abrigos e albergues (Dantas, 2007, p. 67).

Diante disso, é importante destacar que, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (Pnas) em 2004, por meio da resolução nº145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), vai ser um passo de suma importância para o reconhecimento da população em situação de rua, enquanto sujeito de direitos, visto que, prevê o atendimento a esse segmento, na proteção social especial.

---

<sup>141</sup> A população em situação de rua é definida pelo Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para População em Situação de Rua – PNPR, como “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (Decreto nº 7053/2009 Artigo 1º, Parágrafo Único).

Realização:



Apoio:



Complementando, Serafino (2014, p. 57) comenta que antes da Pnas, já existiam abrigos para a população em situação de rua no Rio de Janeiro, mas que após a sua promulgação, “os serviços de assistência social da cidade foram redefinidos e reorganizados para adequá-los à normativa de 2004”, proporcionando melhorias no acolhimento ofertado.

Vale ressaltar, que apesar de a população em situação de rua, ao longo dos anos ser atendida predominantemente pela política de Assistência Social, ela não pode ser considerada como a única política responsável pela garantia do acesso aos direitos de cidadania desse público, dada à sua complexidade e multideterminação.

Serafino (2014), acrescenta ao debate que, a melhoria realizada na estrutura dos serviços voltados para a população em situação de rua, no período de 2004 a 2008, foi pequena, visto que esses serviços não eram prioridades para a gestão municipal e como não eram prioridades, os investimentos realizados foram poucos.

Além disso, em 2009, com a eleição do prefeito Eduardo Paes, houve um aumento nas ações de cunho repressivo, que recolhiam indiscriminadamente as pessoas das ruas, separando-as dos seus pertences e dos seus locais de referência. Essas ações ocorriam através de um projeto chamado Rio Acolhedor<sup>142</sup>, que era gerenciado na época pela Secretaria de Ordem Pública (Serafino, 2014).

De acordo com Serafino (2014, p. 57) “essas medidas agravam ainda mais as condições de vida da população de rua, fato que requer a necessidade de ajudas, cada vez mais diversificadas, exigindo mais tempo para as intervenções de assistência social, dificultando a saída dessas pessoas das ruas”.

No âmbito nacional, a partir do protagonismo e das lutas dos movimentos sociais e grupos defensores dos direitos da população em situação de rua foi construída e instituída a Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR), através do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Esta política reconhece legalmente as pessoas em situação de rua como portadora de direitos de cidadania e estabelece que esses direitos sejam efetivados por meio da garantia do acesso aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda (Brasil, 2009).

Além disso, abre caminhos para a ampliação de ações voltadas para a população em situação de rua, no âmbito dos municípios, ao determinar em seu segundo artigo, que a PNPR seja implementada “de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio” (Brasil, 2009, Art. 2º).

Diante disso, em 2018 por meio da Lei 6350, foi instituída a Política Municipal para População em Situação de Rua, do município do Rio de Janeiro, um “marco na transição da população em situação de rua de fetiche do assistencialismo para ‘sujeito coletivo de direitos’” (Correio; Costa, 2014, p. 31).

Para garantir o acesso amplo desse segmento populacional aos direitos de cidadania, a política municipal do Rio de Janeiro, estabelece como objetivos: assegurar o acesso aos serviços e programas que integram as diversas políticas públicas, tais como: saúde, educação, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda (Rio De Janeiro, 2018).

Ademais, a referida política propõe, a ampliação a oferta dos centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social e dos consultórios na rua, no âmbito da Atenção Básica do Sistema Único de Saúde e o fortalecimento da rede de atenção psicossocial (Rio De Janeiro, 2018).

---

<sup>142</sup> Entre os anos 2015 e 2016, o Rio Acolhedor que era uma unidade de acolhimento para 350 adultos, passou por um processo de reformulação e foi transformado em 8 Unidades de Reinserção Social, com capacidade para 48 pessoas em cada (RIO DE JANEIRO, 2016).

Atualmente, com relação aos serviços direcionados especialmente para a população em situação de rua, o município conta com dois Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop); duas Centrais de Recepção; cinco Unidades do Albergue Mais Tempo; sete Unidades de Reinserção Social duas unidades do Programa Hotel Acolhedor; oito equipes de Consultório na Rua e um Posto de Atendimento Especializado para Identificação Civil exclusivo para a população em situação de rua e vulnerabilidade social, o Detran Méier.

Devido ao número de pessoas em situação de rua na cidade, conforme foi identificado pelo último censo realizado em 2022<sup>143</sup>, dois centros pop não são suficientes para atender essa população, o que é confirmado pela fala da *entrevistada 6*:

*“Nós não temos centro pop no nosso território, seria excelente se tivesse. É um serviço da secretaria que falta. Na realidade, no município do Rio de Janeiro, só tem dois centros pop. O Bárbara Calazans e o José Sarmago. Então, é muito pouco para um município que tem uma população de rua muito grande”.*

Os Centros Pop, as Centrais de Recepção e os Albergues são coordenados pela Subsecretaria de Programas para a População em Situação de Rua, criada em 2022, que também coordena e executa o Serviço Especializado de Abordagem Social 14 horas. O acesso aos Albergues Mais Tempo e as Unidades de Reinserção Social é solicitado nos Creas e Centros Pop, que realizam os encaminhamentos para as Centrais de Recepção que fazem a distribuição para as unidades com vagas disponíveis.

O Detran Méier foi inaugurado em 2014, a partir da parceria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com o Detran, o posto funciona de segunda à sexta-feira, das 9h às 17h, emitindo documentação básica, como identificação civil, 2ª via de documentos e busca de registro de certidões de nascimento e casamento<sup>144</sup>.

Além desses serviços, o município possui dentre outras, duas Organizações Não-Governamentais (ONGs), que prestam serviços especificamente para a população em situação de Rua, o Instituto Lar e o Projeto Ronda Urbana de Amigos Solidários (Ruas). O Instituto Levante, Ande e Recomece (LAR) é uma organização sem fins lucrativos, que oferece suporte para o processo de reinserção social das pessoas em situação de rua, a fim de resgatar a dignidade, a cidadania, e a identidade social dessa população.

O Projeto Ronda Urbana de Amigos Solidários (Ruas) é uma organização sem fins lucrativos, que oferta apoio, assistência e promoção dos direitos de cidadania, especialmente habitação, às pessoas em situação de rua através dos programas Ronda e Habitação Primeiro<sup>145</sup>.

No tocante a rede de atenção psicossocial, a cidade possui dezoito Centros de Atenção Psicossocial (Caps) para adultos, sendo onze na modalidade de atendimento 24 horas, incluindo finais de semana (Caps III) e oito na modalidade de atendimento diário (Caps II) e sete Centros de Atenção Psicossocial Álcool Outras Drogas (Caps-ad).

Dentre as políticas públicas mencionadas nos parágrafos anteriores, é perceptível que há uma predominância nas instituições da política de Assistência Social, na oferta de serviços sociais para a população em situação de rua. Apesar da política de Saúde também ofertar um número considerável de serviços, eles não contemplam todas as áreas programáticas da cidade, deixando alguns territórios descobertos, como

<sup>143</sup> Segundo o Censo realizado em 2022, no Rio de Janeiro, foram recenseadas 7.865 pessoas em situação de rua, 79, 5 % estavam na rua, sendo encontrados nas ruas (80,4%) e em cenas de uso (19,6%) e 20, 5% estavam acolhidos em unidades de acolhimento (85,1%); em comunidades terapêuticas (11, 4%) e nos hospitais e caps (3,5%)

<sup>144</sup> Fonte: [https://www.detran.rj.gov.br/\\_monta\\_aplicacoes.asp?doc=8272&cod=14&tipo=exibe\\_noticias&pag\\_noticias=true](https://www.detran.rj.gov.br/_monta_aplicacoes.asp?doc=8272&cod=14&tipo=exibe_noticias&pag_noticias=true)

<sup>145</sup> Fonte: <https://www.projotoruas.org.br/>

Realização:



Apoio:



por exemplo a AP1 que não possui Caps e nem Caps-ad, o que prejudica o atendimento prestado a esse segmento populacional, conforme sinaliza a *entrevistada 5*:

*“A atenção à saúde mental é uma questão que precisa ser ampliada em todos os lugares, principalmente no município do Rio e isso é uma demanda que eu falo abertamente, principalmente aqui na primeira Cas. A gente tem uma dificuldade de encaminhamento para saúde mental grande, de acompanhamento. Aqui a gente não tem um Caps de referência na nossa área de abrangência. A gente precisaria de um Caps aqui. Caps1 e o AD, principalmente [...]” (Entrevistada 5).*

Além dos serviços de atenção à saúde mental, as participantes da pesquisa também apontaram para a ausência ou dificuldades de acesso às políticas de emprego, educação e habitação, preconizadas pela política municipal no artigo sexto, conforme destaca a *entrevistada 9*.

*“A ausência de programas habitacionais que essas famílias possam ter acesso, que essas pessoas possam ter acesso. A ausência de alternativas de emprego[...]. Eu acho que o Rio de Janeiro ainda está muito aquém, ainda está muito restrito ao acolhimento, a política ainda de acesso à saúde, emprego e habitação ainda está muito aquém, a educação ainda está muito aquém. Eu acho que a gente precisa avançar, os comitês ainda estão muito aquém, e a gente precisa avançar nesse processo”*

Diante disso, podemos perceber que após seis anos da instituição da política municipal, temos um longo caminho a ser percorrido para que o acesso amplo da população em situação de rua aos seus direitos de cidadania seja concretizado, conforme estabelecido pela legislação.

Na percepção de Rodrigues (2018), a existência de uma política municipal voltada para a atenção a população em situação de rua, como norma jurídica não assegura a sua efetivação. É fundamental que os gestores locais garantam a alocação dos recursos necessários para a sua implementação, tendo em vista que, o financiamento desta política é responsabilidade do poder público, conforme estabelecido pelo artigo quinto da Política Municipal (Rio De Janeiro, 2018).

No entanto, o que se vê constantemente, é que a efetivação dos direitos positivados pela política municipal, se encontra à mercê da vontade política da gestão municipal e “sujeita a interpretações sobre a reserva do possível e a incapacidade orçamentária do Estado” (Rodrigues, 2018, p. 98).

Vale ressaltar, que esse trato às políticas sociais no Brasil, no contexto do capitalismo contemporâneo, não é algo aleatório, faz parte de um projeto perverso, orientado pela lógica neoliberal, a fim de mercantilizar os direitos sociais, reduzindo a intervenção estatal sobre as desigualdades sociais. O que implica para as políticas maior sujeição à precarização, tornando-as mais pontuais e focalizadas nos segmentos populacionais afetados pela extrema pobreza e submetendo o Estado aos interesses e necessidades do capital financeiro (Martins, 2022).

Salvador (2012) ao discutir sobre o financiamento das políticas sociais e o uso dos recursos públicos, expõe que:

No capitalismo ocorre uma disputa na sociedade por recursos do fundo público no âmbito do orçamento estatal. O orçamento público é um espaço de luta política, com as diferentes forças da sociedade, buscando inserir seus interesses. Os interesses dentro do Estado Capitalista são privados e, a partir da década de 1980, há um domínio hegemônico do capital financeiro. Sob o comando das políticas neoliberais foi esgarçada a liberalização financeira com o enfraquecimento do Estado e da proteção social, sob o efeito dos juros do serviço da dívida, potencializando a crise estrutural do capitalismo (Salvador, 2012, p. 5).

Realização:



Apoio:





O autor ainda ressalta que, o orçamento público é o que dá materialidade as ações planejadas pelo Estado e reflete quais são as políticas públicas que são prioridade para o governo. Além disso, ele deve assegurar os recursos necessários para o financiamento das políticas sociais, a fim de contribuir para a consolidação dos direitos de cidadania.

Sendo assim, é fundamental, que os recursos públicos estejam a serviço dos interesses da população e não reféns do capital financeiro, priorizando a oferta ampla de serviços sociais que estejam voltados para o atendimento integral das demandas colocadas pela população em situação de rua.

### Considerações finais

As políticas sociais brasileiras, desde a sua origem, foram estruturadas por modelos de proteção social, no qual o acesso aos direitos sociais, ora estava subordinado ao lugar ocupado pelos sujeitos no processo de produção capitalista, ora condicionado à perda de outros direitos de cidadania. A Constituição Federal (1988) rompe com o modelo assistencial e o de seguro social, ao inserir as políticas de previdência social, saúde e assistência social como partes da seguridade social, incluindo “toda a cidadania como portadora de direitos sociais específicos” (Fleury, 2008, p. 2).

Mais de vinte anos após a promulgação da referida Constituição, como resultado das lutas travadas pelos movimentos sociais e grupos defensores dos direitos da população em situação de rua, esse segmento é incluído como público alvo da proteção social, na ótica do direito, através da instituição da Política Nacional para População em Situação de Rua, pelo decreto nº 7053/2009.

Em consonância com os princípios, diretrizes e objetivos da política nacional, o Rio de Janeiro promulgou em 2018, a Lei nº 6350, que instituiu a Política Municipal para a População em Situação de Rua, referência para a implementação de serviços e programas sociais, direcionados para esse público.

Contudo, apesar de ofertar vários serviços para a população em situação de rua, o município enfrenta dificuldades para assegurar o acesso a serviços cruciais, tais como: saúde mental; habitação; educação; emprego etc., reflexo das estratégias neoliberais, de desfinanciamento, privatização e precarização das políticas sociais públicas, impõe limites para a concretização da cidadania universal e para a realização do potencial emancipatório dos direitos sociais.

Diante disso, cabe a gestão local mobilizar às políticas públicas mencionadas na política municipal como responsáveis pela oferta de serviços a esse segmento populacional, e investir os recursos públicos na ampliação de serviços que contemplem as demandas dessa população de forma integral.

### Referências

ARGILES, Mariglei dos Santos; SILVA, Vini Rabassa da. Assistência social e população em situação de rua. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5, 2011, São Luís, MA. **Anais** [...]. São Luís, MA: UFMA, 2011. Disponível em: < [www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/IMPASSES\\_E\\_DESAFIOS\\_DAS\\_POLITICAS\\_DA\\_SEGURIDADE\\_SOCIAL/ASSISTENCIA\\_SOCIAL\\_E\\_POPULACAO\\_EM\\_SITUACAO\\_DE\\_RUA.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/ASSISTENCIA_SOCIAL_E_POPULACAO_EM_SITUACAO_DE_RUA.pdf) >. Acesso em: 21 fev. 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2016.

BELLINI, Maria Isabel Barros *et al.* Políticas públicas e intersetorialidade em debate. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS,

Realização:



Apoio:



INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA, 24, I, 2013, Porto Alegre, RS. **Anais [...]**. Porto Alegre, RS: PUCRS, 2013. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sipinf/edicoes/I/24.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. **Resolução nº 145**, de 15 de outubro de 2004. Brasília: CNAS, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.053**, 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional Para População em Situação de Rua. Brasília: PR, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)>. Acesso em: 29/06/ 2016.

CORREIO, Rosimeire Barboza da Silva; COSTA, Alderon Pereira da. Os limites de um discurso abstrato: políticas públicas, população em situação de rua e direitos humanos no Brasil. **HENDU - Revista Latino-Americana de Direitos Humanos**, Belém, v. 4, n. 1, p. 29-38, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18542/hendu.v5i1.1932>>. Acesso em: 17 maio 2023.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. **Perspectivas**, São Paulo, 22, p. 41-59, 1999. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1994/05/20.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2021.

DANTAS, Mônica. **Construção de políticas públicas para população em situação de rua no município do Rio de Janeiro**: limites, avanços e desafios. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/5015/900.pdf?jsessionid=DA8D09F327D352146CB531B9637618F2?sequence=2>>. Acesso em 30 mar. 2023

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. As funções da previdência e assistência social. 5ª ed. São Paulo: Cortez: São Paulo, 1987.

FLEURY Sônia. **Estado sem cidadãos**. Seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FLEURY Sônia. Seguridade social, um novo patamar civilizatório. *In*: DANTAS, Bruno *et al.* (org.). A Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois - Os cidadãos na carta cidadã. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008, p. 178-212.

MARTINS, Valter. **O trabalho do assistente social no fio da navalha**: os desafios do cotidiano e a performatividade. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal. **Lei nº 6350**, 4 de maio de 2018. Institui a Política Municipal Para População em Situação de Rua, Rio de Janeiro: CMRJ, 2018. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/98be3aae95e4480983258283006e66e7?OpenDocument>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura inaugura quatro novos abrigos em Paciência. **Rio Prefeitura**, Informes. Rio de Janeiro, 19 de maio de 2016. Disponível em:

Realização:



Apoio:



<<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=6139397>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

RODRIGUES, Lidia Valesca Bonfim Pimentel. Políticas públicas de atendimento à população de rua: reflexões sobre efetivação de direitos em Fortaleza. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, Fortaleza, v. 8, n. 20, p. 88-99, 2018. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/235715823.pdf>>. Acesso em 16 maio 2023.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e o financiamento das políticas sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 14, n.2, p. 04-22, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/12263/11632>>. Acesso em: 16 maio 2023

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. A política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SERAFINO, Irene. População adulta e situação de rua no município do Rio de Janeiro: as políticas públicas e os serviços sociais. **Informe Econômico**, Teresina, ano 16, n. 33, p. 55-61, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/view/1734/1542>>. Acesso em: 15 abr. 2023

Realização:



Apoio:



## REFORMA PSIQUIÁTRICA, NEOLIBERALISMO E OS DESAFIOS DA CIDADANIA EM TEMPOS DE CRISE

Maria Luiza da Silva Pessoa Menezes<sup>146</sup>

**Resumo:** O artigo discute os avanços e retrocessos da Reforma Psiquiátrica brasileira frente às ofensivas neoliberais que ameaçam o cuidado em liberdade e a consolidação da RAPS. Com base em pesquisa bibliográfica, analisa os impactos das políticas contrarreformistas no campo da saúde mental, destacando o retorno de práticas manicomiais e a fragilização dos direitos humanos. A reflexão propõe a urgência de resistências ético-políticas em defesa da democracia e da cidadania de pessoas em sofrimento psíquico.

**Palavras-chave:** Reforma Psiquiátrica. RAPS. Contrarreforma. Saúde Mental.

**Abstract:** This article discusses the advances and setbacks of Brazilian Psychiatric Reform in the face of neoliberal attacks that threaten care in freedom and the consolidation of the RAPS (National Psychosocial Support System). Based on bibliographic research, it analyzes the impacts of counter-reformist policies on the field of mental health, highlighting the return of asylum-like practices and the weakening of human rights. The reflection proposes the urgent need for ethical and political resistance in defense of democracy and the citizenship of people experiencing mental illness.

**Keywords:** Psychiatric Reform. RAPS. Counter-reform. Mental Health.

### Introdução

A reforma psiquiátrica brasileira constitui um marco na luta por uma sociedade mais justa e inclusiva, tendo como fundamento o reconhecimento da loucura como expressão legítima da existência humana, e não como algo a ser eliminado. Tal processo reformista, intensificado a partir da década de 1980, emerge do tensionamento entre os movimentos sociais, especialmente o movimento antimanicomial, e o Estado, em um contexto de redemocratização e disputa por políticas públicas que garantam direitos. No entanto, apesar dos avanços conquistados com a institucionalização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), os últimos anos têm sido marcados por um conjunto de retrocessos que ameaçam a consolidação do cuidado em liberdade.

A crítica ao modelo asilar, sustentada por teóricos como Basaglia, Amarante e Rotelli, aponta para a necessidade de reorganização do cuidado em saúde mental a partir de princípios como a desinstitucionalização, a integralidade, a territorialização e a participação social. Contudo, a ascensão de políticas neoliberais e conservadoras tem fomentado o retorno de práticas manicomiais, precarizando os serviços substitutivos, fragilizando o trabalho das equipes multiprofissionais e recolocando em pauta a centralidade do hospital psiquiátrico como forma de "tratamento" da loucura.

Neste cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar a Reforma Psiquiátrica brasileira em sua dimensão político-social, discutindo os avanços, desafios e contradições do processo de desinstitucionalização diante das ofensivas neoliberais e da regressão dos direitos sociais. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica,

---

<sup>146</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: marialuizasilva914@gmail.com

Realização:



Apoio:



com base em autores e documentos fundamentais para o campo da saúde mental e do Serviço Social, buscando dialogar com a crítica ao modo de produção capitalista e seus efeitos sobre os sujeitos em sofrimento psíquico.

A análise parte da compreensão de que a política de saúde mental não pode ser reduzida a uma questão técnica, mas se insere no campo das lutas sociais, exigindo uma práxis comprometida com a liberdade, os direitos humanos e a superação das lógicas de exclusão e controle da diferença.

### **Reforma psiquiátrica: necessidade para produzir e conduzir cuidados em saúde mental**

O processo de reforma psiquiátrica começa a surgir no mundo em meados do século XX. Entre as propostas, vai surgir a partir de Franco Basaglia, o movimento antipsiquiatria e o movimento da psiquiatria italiana. Esse movimento buscava não só reformar, mas uma ruptura com o modelo manicomial. Com essa perspectiva, o modelo psiquiátrico asilar entra em seu momento de crise, pois as propostas veem de contramão ao modelo tradicional (Amarante, 1995).

A partir de sua atuação no Hospital Psiquiátrico de Gorizia, Basaglia passou a denunciar as violações de direitos humanos praticadas nos manicômios e a propor uma psiquiatria que se fundamentasse na liberdade, na dignidade e na cidadania dos sujeitos (Serapioni, 2019).

Essa reforma, que se iniciou em 1949, foi consolidada juridicamente quase três décadas depois, com a promulgação da Lei nº 180 de 1978, também conhecida como Lei Basaglia, marco legal que determinou a desativação progressiva dos hospitais psiquiátricos e sua substituição por serviços de base comunitária. O objetivo central era o desmonte da estrutura hospitalocêntrica, centrada na exclusão e no controle, e a construção de um modelo de cuidado territorializado, interdisciplinar e humanizado.

A perspectiva de Basaglia era cuidar do ser humano na sua integralidade, reconhecendo suas experiências singulares e rompendo com a lógica tutelar e autoritária da psiquiatria tradicional. Como ressalta Amarante (1995), a proposta basagliana foi radical ao colocar o sujeito no centro do cuidado e propor a extinção dos manicômios, substituindo-os por redes comunitárias pautadas na cidadania e na participação social.

Essa experiência influenciou profundamente a Reforma Psiquiátrica Brasileira, tanto em suas bases teóricas quanto nas estratégias práticas de desinstitucionalização e construção da Rede de Atenção Psicossocial.

No Brasil, teremos o primeiro hospital psiquiátrico em 1852, que recebeu o nome de Pedro II, no Rio de Janeiro, atual capital do Brasil na época. No Rio, a administração era feita pela Santa Casa da Misericórdia. Os médicos então começaram a questionar e dizer que era uma instituição de caridade e não um hospital de cura, pois as pessoas que havia no local eram os pobres, prostitutas e demais excluídos da sociedade.

O surgimento da psiquiatria no Brasil esteve fortemente vinculado a um processo de medicalização da pobreza, que mascarava a exclusão por meio do diagnóstico psiquiátrico.

No Brasil, a desigualdade social é um aspecto de força e impacto. O cuidado com o louco apresenta a divisão de classes. As pessoas com problema de saúde mental eram trancadas em hospitais, ou abandonadas em instituições de caridade, como as Santas Casas da Misericórdia. Portanto, o manicômio brasileiro serviu historicamente como instrumento de controle dos indesejáveis, sendo a classe a raça e o gênero elementos estruturantes desse processo.

Havia as colônias agrícolas com a perspectiva terapêutica de tratamento. Porém, na realidade, tratava-se de uma forma de exploração dessas pessoas. Essas colônias

Realização:



Apoio:





no Brasil funcionavam como forma de tratamento em ambiente fechado, longe das cidades (Amarante, 2012).

Enquanto o mundo já estava realizando reformas psiquiátricas, o Brasil ainda intensificava o processo de institucionalização e hospitalização. Dava-se muita ênfase aos hospitais e ao cuidado fechado e segregado. Nesse mesmo período, ocorre também a privatização da institucionalidade via previdência social, com o surgimento de clínicas de repouso e clínicas privadas que recebiam fundo público.

O processo de reforma psiquiátrica se inicia no final dos anos 1970, no contexto do regime militar e do processo de redemocratização do país. Nesse mesmo período, surge também o movimento da reforma sanitária e em paralelo, a RPB.

Ainda na década de 1970, institui-se o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), formado majoritariamente por médicos psiquiatras. No mesmo ano ocorre a crise da Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM), denúncia feita por três médicos ligados ao CEBES, que expuseram os maus-tratos, a violência e a tortura em um hospital no Rio de Janeiro. As denúncias resultaram em perseguições e demissões em massa. Segundo Amarante (2012, p.739) “este episódio [...] culminou com a criação do primeiro movimento social organizado na área da saúde mental no país, o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM)”. O autor afirma que cerca de 260 profissionais foram demitidos, ocasionando uma grande repercussão na imprensa do país.

O 5º Congresso Brasileiro de Psiquiatria inicia os debates sobre o modelo assistencial psiquiátrico brasileiro e a busca por mudanças na saúde mental. Posteriormente na década de 1980, acontece 8ª Conferência Nacional de Saúde. Evento importante para o movimento de reforma sanitária. Nela se coloca na Constituição que “a saúde é um direito de todos e universal”, incluindo a saúde mental nesse processo (Paiva e Teixeira, 2014).

Nos fins da década de 1980, teremos a criação do 1º CAPS. Nesse mesmo ano, na cidade de Santos em São Paulo como experiência piloto, se mostrando um marco positivo e de extrema importância (Amarante, 2012).

O deputado Paulo Delgado, ainda em 1989, apresentava em um dos artigos a extinção progressiva dos manicômios. Todavia, com a lei aprovada, tratam dos direitos, mas com a permanência dos manicômios. O projeto é aprovado em 1990, porém, fica tramitando no Congresso por 11 anos, sendo efetivado apenas em 2001 (Amarante; Nunes, 2018).

Nesse momento, também, o MTSM deixa de ser exclusivamente dos trabalhadores da saúde mental e passa a envolver usuários, familiares e a sociedade civil em geral, formando o Movimento Nacional de Luta Antimanicomial (MNLA).

Através da Portaria nº 106/GM/MS, de 11 de fevereiro de 2000, é instituído os serviços de residências terapêuticas. Se constituem como moradias inseridas preferencialmente na comunidade, destinadas a pessoas com transtornos mentais, egressos de internações psiquiátricas de longa permanência que não possuem laços familiares, e que viabilizem sua reinserção social.

Em 2001, temos um importante marco histórico para a RPB a partir da consolidação da lei nº 10.216/2001. Aprovada como Lei da Reforma Psiquiátrica, “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e altera o modelo de atenção em saúde mental”. Apesar das conquistas, a permanência dos manicômios ainda é prevista na rede.

O movimento da RPB propõe uma compreensão da saúde mental para além da patologia, atuando em um campo ampliado e psicossocial, que envolve múltiplos profissionais, sejam eles; psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, terapeutas, educadores físicos, que estejam articulados para o cuidado integral do sujeito.

Realização:



Apoio:



Os Centros de Atenção Psicossociais CAPS, são serviços que visam ser substitutivos aos hospitais psiquiátricos, inseridos na comunidade, oferecendo atendimento a pessoas em sofrimento mental, inclusive decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas.

Atuam por abrangência territorial, realizando acompanhamento com clínica ampliada e promovendo a reinserção social por meio do acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento de vínculos comunitários e familiares. O trabalho tem como base a autonomia, emancipação e dignidade humana. Nos CAPS, majoritariamente a população é composta por pessoas de baixa renda, e vulnerabilidade social extrema.

Dando segmento, um outro marco importante é a Política Nacional sobre Drogas a partir da aprovação da Lei nº 9.294/1996. No entanto, foi apenas em 2001, com o Decreto nº 3.696, que se instituiu formalmente a Política Nacional Antidrogas (PNAD). Essa política adotava uma perspectiva proibicionista, baseada no combate às drogas por meio de ações de prevenção, mas ainda com foco limitado na perspectiva de cuidado e saúde pública.

O marco mais significativo veio em 2006, com a Lei nº 11.343, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). Essa lei estabeleceu diretrizes para a prevenção, atenção e reinserção social de usuários na perspectiva do cuidado sob redução de danos. A partir dela, medidas educativas foram postas, embora na prática a criminalização do uso persista atualmente. (Teixeira *et al* 2017).

Contudo, os avanços na abordagem mais humanizada sofreram retrocesso a partir de 2019, com a nova Política Nacional sobre Drogas, instituída por meio do Decreto nº 9.761/2019, no governo Bolsonaro. Essa versão reafirma um cunho moralista e punitivo, priorizando a internação e o financiamento público de comunidades terapêuticas, em detrimento da redução de danos e dos serviços substitutivos da RAPS. De acordo com (Gomes *et al*, 2019), trata-se de uma guinada conservadora, que alinha o Brasil a uma política antidrogas repressiva, anacrônica e desconectada das evidências científicas e das diretrizes internacionais de saúde pública"

Essa mudança de diretriz teve profundo impacto nas políticas de saúde mental, pois fortaleceu o modelo manicomial, com internações compulsórias e financiamento ampliado das comunidades terapêuticas, que, muitas vezes, violam os direitos humanos dos usuários.

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) foi regulamentada em 2011, através da Portaria MS/GM nº 3.088, englobando várias instituições e estratégias de cuidado. Ela se configura como um dos instrumentos de ação e serviços de saúde que faz parte de uma região. A rede de saúde mental deve ser integrada, articulada e efetiva nos diferentes pontos de atenção para atender as pessoas em sofrimento com demandas decorrentes de transtornos mentais, incluindo os provenientes do uso abusivo do álcool e outras drogas (Brasil, 2011).

A RAPS tem a perspectiva de reorganizar o modelo assistencial. No entanto, parece uma ideia simples, mas é um processo muito complexo. Esses processos de reorganização falam muito para uma população que vem sendo marginalizada, de práticas desumanas. Só esse processo de reorganização assistencial, ele já dá uma nova perspectiva de cuidado para o ser humano, cidadão e um indivíduo que tem direitos (Amarante; Nunes, 2018)

### **Política de saúde mental em disputa: o avanço das políticas contrarreformista**

O processo de contrarreforma envolveu a mudança de rumo nas políticas públicas para a saúde mental, que vinham sendo progressistas e de base inclusiva desde os anos 1980, com a RPB. A remanicomialização trata-se de uma perspectiva que analisa o contexto de estratégias antirreformista. É uma nova roupagem do

Realização:



Apoio:



processo manicomial no Brasil que se intensifica a partir de um conjunto de ações e legislações, marcando retrocesso da política de saúde mental no Brasil.

Pode-se definir a Contrarreforma, enfim, como um processo sociopolítico e cultural complexo que evidencia uma correlação de forças e interesses que tensionam e até reverterem as transformações produzidas pelas RP nas quatro dimensões propostas por Amarante: epistemológica, técnico-assistencial, político-jurídica e sociocultural (Nunes *et al.*, 2019, p. 4491).

A contrarreforma se instaura na Política de Saúde Mental a partir de 2016, durante o governo de Michel Temer. Logo após a implementação da RAPS ocorre um processo de crise, com a inserção de comunidades terapêuticas como parte dos serviços da rede. Esses serviços têm como características a lógica do cuidado pautado na segregação, com a perspectiva ideológica através de líderes religiosos direcionando as formas de tratamento segregadoras, que se contrapõe ao modelo psicossocial.

No âmbito da saúde mental brasileira, tem-se uma avaliação preocupante diante do visível contexto de contrarreformas que vem se delineando na contemporaneidade, impactando diretamente na experiência do sofrimento das pessoas com problemas de saúde mental (Araujo, 2022, p. 77).

Amarante (2003) já alertava que a contrarreforma se articula com uma concepção conservadora de política pública, voltada à medicalização e institucionalização do sofrimento, em detrimento do cuidado em liberdade. Nesse sentido, segundo o autor, “a contrarreforma opera pelo esvaziamento simbólico e material das políticas públicas, reatualizando velhas práticas manicomiais sob novos formatos”.

É a partir Portaria GM/MS nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017 que vem a chamada “Nova Política de Saúde Mental”, trazendo a legitimação das comunidades terapêuticas como local de estratégia do tratamento, através de investimentos advindos do Estado e organizações sociais, culminando no retrocesso da Política.

Um dos elementos centrais da contrarreforma psiquiátrica no Brasil tem sido o fortalecimento das comunidades terapêuticas (CTs), que, embora nomeadas como dispositivos de acolhimento e tratamento, muitas vezes reproduzem práticas manicomiais sob novos formatos. Com o discurso da reabilitação de pessoas com transtornos relacionados ao uso de álcool e outras drogas, essas instituições têm sido amplamente financiadas por recursos públicos a partir do governo federal.

O fortalecimento das comunidades terapêuticas, muitas delas sem regulamentação adequada, tem sido uma das expressões mais visíveis da remanicomialização. Essas instituições frequentemente são denunciadas por violações de direitos humanos e pela reprodução de práticas de contenção, isolamento e disciplina que trabalham sob o regime da exclusão e do aprisionamento. (Prudêncio *et al*, 2021).

Além disso, a portaria também traz o ampliamto do financiamento das comunidades terapêuticas para mais de 12 mil vagas, tendo impacto em cortes de verbas nos serviços substitutivos dos CAPS AD. Esse retorno às lógicas de segregação representa sobretudo um retrocesso ético e político, pois reafirma a exclusão como forma de tratar a diferença e o sofrimento psíquico.

Segundo Fiore (2017), as comunidades terapêuticas no Brasil apresentam uma variedade de estruturas, mas compartilham a característica de isolamento territorial, vigilância, disciplina e ausência de garantias de direitos básicos. Muitas dessas instituições funcionam fora dos marcos da política pública de saúde, sendo geridas por organizações religiosas ou filantrópicas, o que acentua a desresponsabilização do Estado em relação ao cuidado em liberdade. Como o autor observa:

Realização:



Apoio:



As comunidades terapêuticas operam por uma lógica de internação moral, disciplinar e punitiva, onde o sofrimento é interpretado como fracasso individual e a 'cura' como obediência a um padrão de conduta idealizado (Fiore, 2017, p. 40).

De acordo com Brasil (2018), há atualmente milhares de comunidades terapêuticas em funcionamento no país, muitas das quais recebem recursos ou emendas parlamentares, mesmo sem cumprir os critérios mínimos estabelecidos pela Resolução CONAD nº 01/2015, que regulamenta o funcionamento dessas entidades. Essa resolução estabelece que o acolhimento em CTs deve ser voluntário, com liberdade de entrada e saída, e deve respeitar os direitos fundamentais dos usuários.

Além disso, muitas CTs se utilizam da vulnerabilidade social e econômica dos indivíduos como justificativa para práticas que na verdade, negam autonomia e cidadania. Isso aprofunda processos de estigmatização e exclusão social, especialmente em populações já marginalizadas como usuários que fazem o uso prejudicial de álcool e outras drogas em situação de rua, pessoas negras e outros públicos.

O incentivo às CTs como política pública tem sido duramente criticado por movimentos sociais e por pesquisadores da saúde mental, que apontam o risco de que essas instituições passem a ocupar o lugar dos antigos manicômios, num processo de remanicomialização. A luta antimanicomial, portanto, precisa estar atenta a essa nova forma de institucionalização, que embora não se nomeie como hospital psiquiátrico, mantém a lógica da exclusão, da disciplina e do controle moral do sujeito em sofrimento.

Como afirma (Delgado, 2019), a retomada da centralidade da internação e da segregação como práticas hegemônicas representa um desmonte deliberado das conquistas históricas do movimento da luta antimanicomial.

Outro marco que intensificará esse retrocesso de contrarreforma surge através da mudança de profissionais na coordenação de saúde mental, que passa a ser direcionada por pessoas que defendem o modelo tradicional, e que passam a emitir portarias e resoluções que previnem e justificam a existência desses serviços.

Outro episódio que marca a intensificação desse retrocesso se dá através da nota técnica nº 11/2019, instituída durante o governo Bolsonaro, ocasionando grandes impactos para o processo de remanicomialização, reforçando em um dos artigos a restauração da centralidade dos hospitais psiquiátricos na RAPS, sendo incentivado financeiramente com ampliação de leitos para maior permanência dos usuários nos hospitais e financiamento para aquisição de equipamentos de eletrochoques.

A publicação da Nota Técnica nº 11/2019, pelo Ministério da Saúde no governo Bolsonaro, marcou um ponto de inflexão nas políticas de saúde mental brasileiras, representando um duro golpe contra os princípios da Reforma Psiquiátrica e da luta antimanicomial. Essa nota técnica, intitulada "Diretrizes para o Fortalecimento da Política Nacional de Saúde Mental", defende o redirecionamento das ações da política de saúde mental no Brasil com base em um discurso de "modernização e eficiência", mas que na prática, retoma práticas asilares, reforça o modelo biomédico e amplia o financiamento das comunidades terapêuticas.

Entre os pontos mais preocupantes da nota está a valorização dos hospitais psiquiátricos, inclusive com incentivo à reabertura de leitos em instituições de longa permanência. Há também o aumento dos repasses financeiros às comunidades terapêuticas privadas, de cunho religioso, mesmo diante das inúmeras denúncias de violação de direitos humanos nesses espaços.

Segundo (Cruz *et al*, 2020), a nota técnica de 2019 "reforça um modelo hospitalocêntrico, segregador e pautado no controle, contrariando completamente os fundamentos da Reforma Psiquiátrica brasileira, que são o cuidado em liberdade, a integralidade e o protagonismo dos usuários." O autor afirma ainda que tal documento

Realização:



Apoio:



se alinha a um projeto punitivista que prioriza o confinamento e o silenciamento das subjetividades em sofrimento.

Além disso, essa nota técnica desestrutura a RAPS ao esvaziar os dispositivos de base territorial como os CAPS, reduzir o papel das equipes de atenção básica na saúde mental e desprezar os avanços promovidos pela intersetorialidade e pela lógica da clínica ampliada. Isso compromete diretamente o acesso da população ao cuidado em liberdade, especialmente em territórios mais vulneráveis.

Esse cenário tem gerado forte mobilização dos movimentos sociais, conselhos profissionais, usuários e familiares, que denunciam o desmonte da política de saúde mental e exigem a revogação das diretrizes remanescentes dessa nota. A luta antimanicomial, assim, permanece atual e necessária, diante do risco concreto de retorno às práticas de exclusão e segregação que a Reforma Psiquiátrica buscou superar.

Esse contexto evidencia uma disputa de projetos: de um lado, a reforma psiquiátrica, inspirada na luta por direitos humanos, pelo cuidado em liberdade e pela superação das práticas manicomiais; de outro, a contrarreforma, que resgata formas autoritárias e higienistas de lidar com a loucura, alimentando o que autores como Rotelli (1990) já chamavam de "psiquiatria de exclusão". Nesse embate, o campo da saúde mental se transforma em um território em disputa, onde o que está em jogo é a própria concepção de cuidado, de cidadania e de vida em sociedade. A política de saúde pública no atual contexto brasileiro, vem sofrendo com esse desmonte. O modelo antimanicomial tem sido bombardeado por propostas conservadoras e neoliberais.

## Conclusão

A trajetória da Reforma Psiquiátrica brasileira é marcada por intensas disputas políticas, ideológicas e sociais em torno do cuidado à loucura. Seus avanços não resultaram de concessões institucionais espontâneas, mas da força coletiva dos movimentos sociais, da crítica acadêmica e do trabalho cotidiano de profissionais comprometidos com o cuidado em liberdade. No entanto, o avanço das políticas neoliberais e conservadoras, especialmente a partir do golpe de 2016, tem aprofundado um processo de contrarreforma, ameaçando a estrutura da RAPS, enfraquecendo os serviços substitutivos e reforçando práticas manicomiais travestidas de modernização.

O desfinanciamento da política de saúde mental, a priorização de comunidades terapêuticas e a reatualização do hospital psiquiátrico como solução institucional têm produzido um cenário de retrocesso e de violação de direitos, especialmente para as populações mais vulnerabilizadas. Diante desse contexto, torna-se urgente fortalecer a articulação entre trabalhadores, usuários, movimentos sociais e academia, em uma luta permanente pela consolidação de um modelo de cuidado que respeite a singularidade dos sujeitos e garanta sua existência no território.

A desinstitucionalização não é apenas o fechamento de leitos, mas a construção de uma nova lógica de cuidado – ética, política e socialmente comprometida com a liberdade. Resistir à contrarreforma é afirmar a loucura como parte da vida, lutar por direitos e insistir que "queremos ver na cidade" aqueles que historicamente foram silenciados e excluídos.

## Referências

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1995.

AMARANTE, Paulo. Saúde mental, desinstitucionalização e novas estratégias de cuidado. In: GIOVANELLA, Ligia et al. (org.) **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2012.

Realização:



Apoio:





AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 2067-2074, jun., 2018

ARAUJO, Alecsonia Pereira. **(Des)sentidos da loucura**: experiência do sofrimento das pessoas com problemas de saúde mental em João Pessoa/PB. 2022. 307f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 251**, de 31 de janeiro de 2002. Institui o Programa Nacional de Avaliação do Sistema Hospitalar/Psiquiatria (PNASH/Psiquiatria). Disponível em <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/anexo\\_legis.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/anexo_legis.pdf)>. Acesso em 11 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 3.088**, de 23 dez. 2011 — institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Brasília, 2011. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html)>. Acesso em 11 de jun. 2025.

CRUZ, Nelson Falcão de Oliveira; GONÇALVES, Renata Weber; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. e00285117, 2020.

DELGADO, Pedro Gabriel. Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir a la desarticulación. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, p. e0020241, 2019.

GOMES-MEDEIROS, Débora *et al.* Política de drogas e saúde coletiva: diálogos necessários. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, p. e00242618, 2019.

NUNES, Mônica de Oliveira *et al.* Reforma e contrarreforma psiquiátrica: análise de uma crise sociopolítica e sanitária a nível nacional e regional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 4489-4498, 2019.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 15-36, 2014.

SERAPIONI, Mauro. Franco Basaglia: biografia de um revolucionário. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 1169-1187, out.-dez., 2019.

SILVEIRA, Maria de Fátima Araujo; SANTOS JUNIOR, Hudson Pires de O. **Residências terapêuticas**: pesquisa e prática nos processos de desinstitucionalização. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

TEIXEIRA, Mirna Barros *et al.* Tensões paradigmáticas nas políticas públicas sobre drogas: análise da legislação brasileira no período de 2000 a 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 1455-1466, 2017.

Realização:



Apoio:



## DIREITOS HUMANOS E A “CULTURA” DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGROS NO BRASIL

Erica Emanuelle Costa Santiago<sup>147</sup>

Eva Fernanda França Anselmo Costa<sup>148</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa propõe, de modo geral, problematizar como a institucionalização e a ausência de políticas públicas efetivas reproduzem práticas de segregação e de violação de direitos humanos do público infantojuvenil no Brasil, sobretudo do negro e pobre. Ancorada no método marxiano, mediante revisão bibliográfica e análise documental, evidenciou-se que, por vezes, o grupo em tela permanece subalternizado em várias instâncias, bem como privado de cuidado, afeto e pertencimento, refletindo a persistência de estruturas históricas excludentes herdadas do período burguês-colonial.

**Palavras-chave:** Crianças. Adolescentes. Negros. Direitos Humanos. Institucionalização.

**Abstract:** This study broadly aims to examine how institutionalization and the lack of effective public policies perpetuate practices of segregation and violations of human rights against children and adolescents in Brazil, particularly those who are Black and economically disadvantaged. Grounded in the Marxian method and supported by bibliographic review and documentary analysis, the findings reveal that this group often remains in a condition of subalternity, deprived of care, affection, and a sense of belonging. Such a scenario reflects the persistence of historically exclusionary structures inherited from the bourgeois-colonial period.

**Keywords:** Children. Adolescents. Black people. Human Rights. Institutionalization.

### Introdução

Por séculos, a concepção de “infância” — e, sobretudo, de “criança” — sequer era cogitada. Hodiernamente, a compreendemos como um período singular do desenvolvimento humano<sup>149</sup>; entretanto, como analisa Heywood (2004), é o contexto sócio-histórico que define como a infância será experienciada, o que, na realidade brasileira, envolve um passado opressor, atravessado por questões étnico-raciais, de classe e de gênero/sexo.

<sup>147</sup> Mestranda em Serviço Social - PPGSS/UFPE. E-mail: ericaemanuelle84@gmail.com

<sup>148</sup> Mestranda em Serviço Social - PPGSS/UFPE. E-mail: eva.fernanda@ufpe.br

<sup>149</sup> É cabível destacar, como analisa Ariès (1981), que a concepção de infância enquanto etapa singular no percurso do desenvolvimento humano constitui uma construção histórica engendrada, sobretudo, no contexto da Europa Ocidental. Durante a Idade Média, as crianças eram concebidas como “pequenos adultos”, sem diferenças significativas em termos de direitos e responsabilidades. Na época, por exemplo, práticas como casamentos precoces e trabalho infantil eram normalizadas. A partir do século XVII — com a ascensão da burguesia e, conseqüentemente, a centralidade da família nuclear —, passaram a ser reconhecidas como sujeitos em processo de formação. Tal mudança respondia a interesses de classe: a burguesia buscava resguardar seus herdeiros do convívio com crianças oriundas das camadas populares, com as quais outrora partilhavam espaços e experiências, preservando, assim, “valores e status social”. Nesse sentido, fomentou-se a inserção da criança burguesa em instituições educativas exclusivas, como colégios e internatos, a fim de afastá-las das influências consideradas “impróprias”.

Realização:



Apoio:



Como denuncia Moura (2014), essas dinâmicas remontam à invasão europeia do século XVI, quando os povos nativos foram submetidos a um projeto escravocrata-mercantil que não “apenas” expropriava seus territórios, mas também violentava seus corpos e suas epistemologias. Ou seja, no cerne desse processo, os abusos atuaram como instrumento estratégico para converter vidas indígenas em força produtiva.

Vale salientar, ainda, que desde o início os povos originários protagonizaram inúmeras resistências, mas, infelizmente, o genocídio foi ainda maior. Fomentando, assim, um regime étnico-racial de tráfico humano que se estendeu ao sequestro de africanos. Estes, arrancados de suas terras e reduzidos à condição de mercadorias, foram compelidos a sustentar, pela escravidão, a supremacia eurocêntrica-burguesa.

Em complemento, Fernandes (1975) acrescenta que essa “herança” colonial, longe de ser superada, sedimentou as bases da elite nacional, amparada por um projeto político de apagamento das populações negras e indígenas. Del Priore (2018) evidencia que a infância, historicamente, sequer figurava como categoria nos registros oficiais brasileiros. E, se até crianças brancas livres foram “omitidas”, o que se poderia esperar para aquelas nascidas negras e/ou indígenas, destinadas à escravidão? Tal como seus genitores, tiveram a existência marcada pela negação absoluta da própria humanidade, enquanto as brancas eram concebidas como “bem-nascidas” e poupadas da exploração.

Assim, a abolição formal da escravatura — fruto da resistência incansável de povos africanos e originários, aliada à pressão internacional decorrente da conjuntura capitalista que se aproximava na época — não implicou ruptura com as raízes excludentes. Ao contrário, foram preservadas e adaptadas, perpetuando-se no tecido social contemporâneo. No caso do público infantojuvenil, particularmente o negro e pobre, esses efeitos se manifestam, na prática, na recusa sistemática do Estado em reconhecê-los como sujeitos plenos de direitos humanos. Tal negação se materializa na ausência de políticas públicas efetivas, na estigmatização que os coloca sob suspeita como “promissor vagabundo”<sup>150</sup>, mas, sobretudo, na consolidação de uma “cultura” de institucionalização — este último, objeto central do presente estudo —: que, de modo geral, corresponde a um conjunto de práticas e dispositivos sociais e estatais que tendem a afastar essas crianças e adolescentes de suas famílias, negando-lhes cuidado, afeto e pertencimento, reforçando a subalternidade histórica que ainda persiste.

Dado contexto, adotou-se o método marxiano que, conforme aponta Prates (2014), possibilita uma leitura crítica das contradições que estruturam a sociedade capitalista. A partir de uma abordagem qualitativa, ancorada em revisão bibliográfica e análise documental, buscou-se compreender as determinações sócio-históricas que explicam os desafios enfrentados pelo público em tela, fundamentando como a institucionalização e a ausência de políticas efetivas consolidam práticas de segregação e violação de direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil.

## **O estado brasileiro e a “cultura” da institucionalização**

Antes de adentrar no debate principal, considera-se pertinente, ainda que de forma sucinta, situar o conceito de direitos humanos, bem como as normativas internacionais a eles relativas, em especial as voltadas à criança e ao adolescente, que atravessam processos históricos profundos e, por vezes, influenciam o contexto brasileiro.

Mas, afinal, o que são os direitos humanos? De modo geral, conforme Barroco (2010), trata-se de um conjunto abrangente de prerrogativas civis, políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais — interdependentes e indivisíveis —, ainda

---

<sup>150</sup> Expressão que faz referência a um trecho da música “Negro Drama” (2002), do grupo Racionais MC’s, utilizada aqui para denunciar a lógica racista que reduz a juventude negra a um “potencial criminoso”.

Realização:



Apoio:



que restritas ao âmbito jurídico-formal. Sua consolidação vincula-se diretamente às revoluções burguesas (séculos XVII e XVIII), que instituíram direitos civis e políticos alicerçados no ideário liberal e iluminista. A transição da ordem feudal para relações contratuais entre “pessoas livres” impulsionou a formalização dos direitos políticos e o fortalecimento da laicidade do Estado. À vista disso,

os direitos humanos do campo da transcendência, evidenciou-se sua inscrição na práxis sócio-histórica, [...] ao se apoiar em princípios e valores ético-políticos racionais, universais, dirigidos à liberdade e à justiça, a luta pelos direitos humanos incorporou conquistas que não pertencem exclusivamente à burguesia, pois são parte da riqueza humana produzida pelo gênero humano ao longo de seu desenvolvimento histórico, desde a Antiguidade (Barroco, 2010, p. 55).

A igualdade liberal consolidou-se como fruto do projeto burguês de estender a si privilégios antes restritos ao clero e à aristocracia. Sua efetivação exigiu apropriação pela classe trabalhadora, sendo a Declaração Universal de 1948 — limitada, mas moldada pela pressão soviética e pelas lutas operárias —, por exemplo, um marco dessa disputa, agora afirmando que “todas as pessoas nascem livres e iguais” sem quaisquer discriminações. Como observa Fuziwara (2013), os direitos nascem das resistências travadas por aqueles que os tiveram negados ou ameaçados.

Nesse contexto, segundo a mesma autora, o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos constitui conquista recente: da Declaração de Genebra (1924) à Declaração Universal (1948), passando pela Declaração dos Direitos da Criança (1959) e culminando na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989)<sup>151</sup>. Diferentemente das declarações, de caráter orientativo, a Convenção tem natureza vinculante, impondo obrigações jurídicas aos países signatários — atualmente 196 —, com exceção dos Estados Unidos, que, em plena Guerra Fria e afirmando-se como maior potência capitalista, recusaram a assumir compromissos internacionais que pudessem limitar seu poder punitivo, militar e sua soberania frente à agendas de direitos humanos, posição mantida até hoje.

Sem dúvidas, a Convenção supracitada nasceu em um cenário mundial sustentado por embates econômicos e políticos produtores de desigualdade, perpetuando violações que, no caso do Brasil, possuem raízes na formação burguesa-escravocrata, com a concentração de riqueza atrelada ao apagamento e à subjugação das populações negras e indígenas (Fernandes, 1975).

Tal lógica imprimiu suas marcas também sobre as infâncias negras: como analisam Góes e Florentino (2018), 4% dos africanos traficados para o Brasil tinham menos de dez anos, revelando que a travessia transatlântica era tão letal que raras crianças sobreviviam. As que resistiam eram convertidas em instrumentos de entretenimento para os filhos da elite branca ou mesmo tratadas como “animais de estimação” pelas senhoras.

Ademais, precocemente eram submetidas a um processo de “adestramento” voltado à manutenção do sistema escravista, avaliadas por sua utilidade econômica futura e destinadas aos trabalhos agrícolas ou domésticos. Neste último, meninas negras eram não apenas sobrecarregadas com as tarefas da casa-grande, mas também alvo de violência sexual.

Giacomini (1988) registra que até os recém-nascidos eram carregados por suas mães durante o labor, logo após o parto. Afinal, a maternidade era um privilégio das

<sup>151</sup> De modo geral, a Declaração de Genebra (1924) inaugurou, ainda que de modo limitado, a noção de proteção à infância. Esse marco inicial, somado à Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) — afirmando que “todas as pessoas nascem livres e iguais” sem quaisquer discriminações —, impulsionou a Declaração dos Direitos da Criança (1959), que ampliou princípios protetivos e culminou, anos mais tarde, na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), instrumento mais aceito na história, reconhecendo a infância como sujeito pleno de direitos.

elites. Santiago (2024, p. 16) enfatiza que “[...] os negros, encarados como bens materiais, não tinham permissão para possuir nada, nem mesmo o *status* de família, incluindo o reconhecimento dos próprios filhos”. Esse cenário produzia um alto índice de orfandade entre crianças escravizadas. Segundo Góes e Florentino (2018), 10% não possuíam genitores registrados antes de completar um ano. Aos cinco anos, metade era considerada órfã, e aos onze, esse percentual alcançava 80%.

À luz do exposto, torna-se imprescindível romper com a narrativa que insiste em invisibilizar a existência de núcleos familiares negros. Para além de reconhecer os obstáculos estruturais impostos à sua formação, é necessário afirmar as múltiplas estratégias de resistência e reinvenção que esses grupos vêm historicamente protagonizando, como destaca González (2020). Ancoradas em vínculos simbólicos e afetivos, tais estratégias não apenas asseguraram a sobrevivência coletiva, como também forjaram identidades culturais singulares, em constante insurgência contra o projeto colonial de desumanização.

De acordo com Fernandes (1979), mesmo após a abolição da escravatura, as vítimas permaneceram distantes de uma liberdade plena, pois a ausência de políticas reparatórias capazes de promover sua inserção digna na sociedade impediu o acesso a direitos humanos básicos, como a moradia. Essa realidade remete à formação fundiária nacional, estruturada desde o início para concentrar terras nas mãos da burguesia por meio do regime de sesmarias e, posteriormente, pela Lei de Terras de 1850, que vedou à população negra e indígena o acesso à propriedade rural.

Gradualmente, esses grupos foram expulsos do campo por uma “modernização” violenta – sustentada pelo latifúndio –, sendo compelidos a migrar para os centros urbanos em condições de extrema precariedade, o que deu origem às “favelas”. Quando não confinados a tais espaços periféricos, compuseram (e compõem, até hoje), em grande parte, a população em situação de rua (Fernandes, 1979).

Como denuncia Moura (2014), o fim jurídico da escravidão não significou ruptura, mas sim a reconfiguração da dominação de classe e raça, amparada pelo próprio Estado sob os ditames do capital. A negação do direito à moradia, por exemplo, evidencia que a emancipação política — isto é, aquela fundada na legalidade constitucional —, segundo Marx (2010), revela-se insuficiente diante de uma estrutura que se alimenta da desigualdade, vitimando, majoritariamente, pessoas negras. A verdadeira libertação, denominada pelo autor de emancipação humana, não se limita ao reconhecimento formal de direitos, mas exige a transformação concreta das condições materiais de existência.

É precisamente essa superação que o Estado insiste em sabotar. Ao preservar os alicerces que bloqueiam o acesso à terra, à moradia e a uma infância e juventude dignas, ele não se omite; ao contrário, atua como agente direto na violação de direitos humanos, aperfeiçoando mecanismos de segregação cada vez mais sutis e eficientes.

Podemos constatar tal afirmativa ao observar a primeira normativa brasileira voltada à infância e à juventude: o Código de Menores de 1927 (Decreto nº 17.943-A), que, na prática, segundo Souza (2025), constituiu um marco “legal” de exclusão e criminalização da criança e do adolescente negros e pobres. Quase quatro décadas após o “fim” da escravidão, o Estado autorizava o recolhimento compulsório desse grupo quando em “situação irregular” (em outras palavras: vivendo em situação de rua ou em vulnerabilidade socioeconômica). Um conceito que funcionava como instrumento de culpabilização das famílias negras por uma condição racista produzida e mantida pelo próprio Estado. Sob o disfarce de proteção, prevaleciam práticas punitivas e assistencialistas. O termo “menores” carregava, assim, forte carga pejorativa, historicamente associada ao público infantojuvenil negro e pobre, que, durante a vigência do Código de Menores de 1979 (Lei nº 6.697), continuaram a enfrentar formas “atualizadas” de repressão, agora no período ditatorial.

Realização:



Apoio:





Ainda segundo a mesma referência, consolidava-se a cultura da institucionalização que, por meio de processos de higienização social, reiteradamente afastava a população negra da sociedade. Um fenômeno que também se evidencia na criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e de suas ramificações estaduais (FEBEMs), subsidiadas pelo último Código de Menores. Embora revestidas pelo discurso de “reeducação”, tais instituições operavam sob um modelo violento e autoritário, caracterizado por internações arbitrárias e abusos físicos, psicológicos e morais. Mais uma vez, famílias negras e periféricas eram privadas da guarda de seus filhos, reproduzindo a lógica escravocrata que negava o direito aos vínculos afetivos e à convivência familiar e comunitária. Sem dúvidas, a criminalização da pobreza foi — e ainda é, de certo modo — suficiente para que o grupo em questão fosse “depositado”, sistematicamente, na FEBEM.

No entanto, como aponta González (2020), a negritude no Brasil jamais aceitou passivamente a condição de brutalização imposta pelo sistema escravocrata. Desde os primeiros momentos diaspóricos, povos africanos e seus descendentes organizaram formas autônomas de contestação — como os quilombos —, movimentos, por vezes, apagados da narrativa oficial. É nesse cenário que os embates sociais seguem pulsando.

A efervescência dos movimentos negros, indígenas, feministas, estudantis e populares em prol da redemocratização contribuiu para fragilizar o regime militar e culminar no seu “fim” em 1985. Consoante Fuziwara (2013), três anos depois, fruto dessas mobilizações, a Constituição Federal de 1988 promulgou princípios voltados à defesa dos direitos humanos do povo brasileiro. No artigo 227, foi atribuída à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar, com absoluta prioridade, os direitos de crianças e adolescentes. Embora formulada sob a lógica universalista, tal previsão resultou diretamente das pressões e articulações de diversos setores, inclusive das normativas internacionais já discutidas aqui, que exigiam o reconhecimento da infância como sujeito de direitos — contrapondo-se à perspectiva tutelar e punitivista até então vigente no Brasil.

Dado contexto de resistência, destacaram-se as crianças e os adolescentes negros, que, mesmo diante de uma realidade historicamente violenta, afirmaram sua condição de sujeitos políticos. Um exemplo dessa luta coletiva é o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), que ganhou força e projeção no cenário nacional em 1985, durante o fim da ditadura militar, como reação à necropolítica voltada às infâncias e juventudes populares, especialmente às negras em situação de rua. O 1º Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado em Brasília, em 1986, conforme Gouvêa (2021) chama atenção, constituiu um marco social, momento em que o grupo passou a ser reconhecido como voz capaz de denunciar, propor e resistir. Desde então, o MNMMR consolidou-se enquanto referência na ruptura com a lógica tutelar e atuou de forma decisiva na formulação de políticas públicas, contribuindo para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, que consagrou o reconhecimento pleno de seus direitos, livres de qualquer forma de discriminação.

Vale salientar que, conforme trazido no Art. 2º, “considera-se criança [...] a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”, sendo dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, segundo o Art. 4º “assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Ainda que o nosso estudo reconheça os avanços promovidos pela Constituição Federal (1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), impõe-se uma indagação inquietante: tais promulgações, na prática, contemplam todas as crianças e adolescentes?

Realização:



Apoio:



Quando lançamos luz sobre as estatísticas, observa-se que, na contemporaneidade do nosso país, mesmo diante de inúmeras campanhas de enfrentamento ao trabalho infantil, crianças e adolescentes negros representam quase dois terços (65,2%) dos casos de ingresso precoce no mundo laboral<sup>152</sup>, conforme dados do IBGE (2023). Um cenário que está, em grande medida, ligado à pobreza multidimensional incidido sobre o público em tela – 63,6%, segundo a UNICEF (2023) –, o que o empurra, por vezes, à busca precoce por subsistência e à evasão escolar. De acordo com Alma Preta Jornalismo (2025), entre 2017 e 2025, o Brasil possuía 993 mil crianças e adolescentes fora das escolas; 67% sendo negros e indígenas.

Importa destacar que tal pobreza não se resume à ausência de renda; ela decorre da intersecção entre privações e violações de direitos que atravessam gerações, comprometendo o bem-estar de meninas e meninos. Pesquisas recentes da Fiocruz (2022) revelam, de forma contundente, esse abismo: no Brasil, crianças negras com menos de cinco anos enfrentam um risco 39% maior de mortalidade em comparação às brancas, sendo, na maioria das vezes, vítimas de doenças evitáveis, como diarreia e pneumonia.

Nesse mesmo sentido, dados da Anistia Internacional (2025) revelam que, em 2023, o Brasil contabilizou 3.280 mortes maternas decorrentes de violência obstétrica, sendo 66% de mulheres negras. Esses números escancaram a continuidade do racismo estrutural que molda a experiência da negritude no Brasil. Desde a colonização, famílias africanas foram violentamente impedidas de exercer plenamente sua existência; hoje, essa lógica de exclusão se reinventa, sustentada pela negligência estatal na efetivação de direitos fundamentais desde os primeiros anos de vida — e, pelo visto, antes mesmo do nascimento.

Ao analisarmos o cenário do acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil, verificamos que 95,8% das medidas são institucionais, em oposição a 4,2% em formato familiar<sup>153</sup> (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, 2025). Em 2023, cerca de 69% dos acolhidos tinham entre 8 e 16 anos e, dentre eles, 71% eram negros (Conselho Nacional de Justiça, 2023). Esses números revelam uma realidade em que grande parte dessa população vive e se desenvolve afastada do convívio familiar e comunitário, em contradição direta com o que prevê o Artigo 4º do ECA. Ficando a reflexão: estamos diante da proteção integral ou do aprisionamento nas senzalas contemporâneas?

Chegamos, então, a outro ponto: a não-adoção de quem já está totalmente “apto” a “viver em família”. Em 2025, de acordo com o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, havia 5.761 crianças e adolescentes prontos para serem adotados<sup>154</sup> em todo o país. Ao mesmo tempo, a fila de pretendentes somava 32.740 cadastros; número quase seis vezes maior. Ou seja, mesmo havendo famílias em quantidade suficiente para adotar todos, persistem barreiras seletivas que deixam milhares à margem. Filtros racistas, etaristas e capacitistas seguem determinando quem “merece” um lar: os perfis mais buscados concentram-se em crianças brancas, menores de três anos (~74,6%), sem irmãos (63,4%) e sem deficiência (94,1%).

<sup>152</sup> Dentro desse contexto, são os meninos negros que compõem a maioria das estatísticas, constituindo 63,8% (IBGE, 2023). No caso do trabalho infantil doméstico, a violação recai majoritariamente sobre as meninas negras, que corresponderam a cerca de 75% entre 2016 e 2019, segundo o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (2022). Esses números expõem a face perversa do racismo estrutural, que, articulado às relações de gênero/sexo e classe, demonstra quais corpos serão subalternizados desde a infância. Não é coincidência. Quando olhamos para o passado colonial, podemos refletir sobre os mecanismos de controle voltados à população negra, os quais se reinventam em violações de direitos, perpetuando um ciclo higienista que atravessa gerações.

<sup>153</sup> “O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”. (ECA, art.101, 1990).

<sup>154</sup> Segundo Pereira (2007, p. 392), adoção é “o ato jurídico pelo qual uma pessoa recebe outra como filho, independente de existir entre elas qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afinidade”.

Realização:



Apoio:



O desafio que se impõe é transformar os princípios previstos na lei em realidade concreta para cada criança e adolescente em situação de acolhimento, seja ele institucional ou familiar. Como não é possível aprofundar todos os aspectos aqui, o foco recairá sobre a dimensão étnico-racial, eixo central do nosso debate.

Quando analisamos esses números à luz de uma formação sócio-histórica moldada, sobretudo, pelo racismo e pelo classismo, que institucionaliza, prende, pune e criminaliza a população negra e pobre, percebemos tamanho “padrão” que atravessa séculos. O processo colonial não apenas foi construído para funcionar, como segue operando: em um país em que 55% da população se autodeclara negra (Agência Brasil, 2022), como explicar que o perfil mais desejado por adotantes corresponda justamente ao de crianças que representam uma minoria no acolhimento? Crianças e adolescentes negros continuam, em grande escala, relegados à institucionalização, privados do direito à convivência familiar e comunitária, ao afeto e ao cuidado — direitos garantidos no ECA, mas sistematicamente negados.

Em complemento, ao observamos a Política Nacional de Direitos Humanos (2009), em seu Eixo Orientador III, que busca “universalizar direitos em contextos de desigualdade”, mantém, na Diretriz 8, a “promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação”. Os objetivos estratégicos do I ao VII seguem sendo referência essencial mesmo após dez anos; contudo, sua implementação permanece frágil, fragmentada e suscetível a retrocessos. Obstáculos centrais incluem a falta de continuidade, o desfinanciamento, a criminalização da juventude pobre e negra, a redução da participação popular, a persistência de abusos e exploração sexual, o trabalho infantil e o aumento da institucionalização do público infantojuvenil.

Assim opera o racismo institucional: por meio de omissões, políticas públicas insuficientes e práticas cotidianas de segregação — em espaços públicos e privados —, o Estado burguês reproduz desigualdades e privilégios étnico-raciais, configurando-se não “apenas” pela falta de ação, mas como estratégia de manutenção do poder sobre populações historicamente marginalizadas (Goulart, 2019).

## Considerações finais

Ao revisitarmos os alicerces que estruturaram o Estado brasileiro, depreendemos que, desde a invasão europeia, nossa sociedade se ergueu sobre as dinâmicas de exploração, sobretudo de classe, raça e gênero/sexo. As mesmas engrenagens que escravizaram gerações seguem operando, agora por meio de novos dispositivos de controle, higienização e institucionalização de vidas negras — atingindo também crianças e adolescentes, como evidenciado neste estudo.

Racializar o debate não é apenas necessário, é urgente para que, enquanto sociedade, possamos compreender por que algumas infâncias têm cuidado, afeto e oportunidades, enquanto outras são empurradas para a negligência e a violência em várias dimensões da vida. Marx já nos alertava que a emancipação política, por si só, não basta. Sem educação de qualidade, saúde integral, moradia, alimentação e proteção social garantidas como direitos — e não como favores —, não há como avançar para a emancipação humana, aquela que rompe com a lógica que nos mantém subalternizados.

É esse caminho que precisamos trilhar: reivindicar e construir, coletivamente, as condições para que cada criança e adolescente possa viver com dignidade, pertencimento e liberdade real, fazendo jus à frase de Lya Luft: “a infância é o chão que pisamos a vida inteira”. Quando crescemos em um ambiente saudável, amparados por políticas públicas, convivência familiar e comunitária, entre outros fatores, é possível

Realização:



Apoio:



que carreguemos essa base para toda a vida; já quando a infância é atravessada por violências, o peso dessas marcas, por vezes, nos acompanha também.

## Referências

ANISTIA INTERNACIONAL. **O estado dos direitos humanos no mundo: relatório 2024**. Londres: Amnesty International Ltd, 2025. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/documents/pol10/7200/2024/en/>>. Acesso em: 8 jul. 2025

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. (Trad. Dora Flaksman). 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BARROCO, Maria Lúcia. Ética e direitos humanos. *In*: ABEPSS. Colóquio Ética e Direitos Humanos do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Rio de Janeiro: ENPESS, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** [1988]. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 16 jul. 1990.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA**. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/adocao/>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Infância negra é desafio diante do racismo estrutural brasileiro. Agência CNJ de notícias, 28 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/infancia-negra-e-desafio-diante-do-racismo-estrutural-brasileiro/>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos; Presidência da República. **Política Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3**. Brasília: SEDH; Presidência da República, 2009.

CIDACS–FIOCRUZ Bahia. Racismo desde a infância: estimando a expectativa de vida. Salvador: **Cidacs**, Salvador, 22 set. 2022. Disponível em: <<https://cidacs.bahia.fiocruz.br/2022/09/22/racismo-desde-a-infancia-estimando-a-expectativa-de-vida/>>. Acesso em: 8 jul. 2025.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1975.

FERNANDES, Florestan. **A questão agrária**. São Paulo: Cortez, 1979.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (FNPETI). **O trabalho infantil doméstico no Brasil: análises estatísticas**. Brasília: FNPETI, 2022.

Realização:



Apoio:



FUZIWARA, Aurea Satomi. Lutas Sociais e Direitos Humanos da criança e do adolescente: uma necessária articulação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 115, p. 527-543, set. 2013.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 1988.

GÓES, José; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 2020.

GOULART, Henrique Rodrigues de Paula. **Entre os Estados Unidos e o Atlântico negro: o Black Power de Stokely Carmichael (1966-1971)**. 2019. 223 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2019.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares; CARVALHO, Levindo Diniz; SILVA, Isabel de Oliveira e. Movimentos sociais, participação infantil e direitos da criança no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 01, jun., 2021.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Em 2023, trabalho infantil volta a cair e chega ao menor nível da série. **Agência de Notícias do IBGE**, Rio de Janeiro, 18 out. 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41618-em-2023-trabalho-infantil-volta-a-cair-e-chega-ao-menor-nivel-da-serie>>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MARX, Karl. **A questão judaica**. *In*: MARX, Karl. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Ed. Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Bruno de Freitas. Maior presença de negros no país reflete reconhecimento racial. **Agência Brasil**, 24 dez. 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/maior-presenca-de-negros-no-pais-reflete-reconhecimento-racial>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 392.

PRATES, Jane Cruz. **O método e a teoria marxiana**. Artigo fruto de oficina realizada durante o Seminário de Pesquisa e Marxismo. Natal: UFRN, abril de 2014.

SANTIAGO, Erica Emanuelle Costa. **Futuro em espera**: a permanência infantojuvenil da população negra nas unidades de acolhimento em Natal/RN. 2024. 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

Realização:



Apoio:





SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**, São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SERPA, Verônica. Brasil tem 993 mil crianças e adolescentes fora das escolas; 67% são negros e indígenas. **Alma Preta Jornalismo**, 29 jul. 2025. Disponível em: <<https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/brasil-tem-993-mil-criancas-e-adolescentes-fora-das-escolas-67-sao-negros-e-indigenas/>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SOUZA, Severino Ramos Lima de. Prefácio *In*: PAULA, Leonardo Régis de; RODRIGUES, Luciana; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde (org.). **As cores do acolhimento institucional: racializando as medidas protetivas de crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2025. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/293713>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

UNICEF Brasil. **Pobreza multidimensional na infância e adolescência no Brasil: 2017 a 2023**. Brasília: UNICEF, 2024. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/32121/file/relatorio-pobreza-multidimensional-infantil-final.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



Realização:



Apoio:



## **CIDADANIA LGBTQIAPNB+: retratos das políticas públicas de saúde no estado do Rio de Janeiro**

Dhébora de Sousa Rodrigues<sup>155</sup>

**Resumo:** O artigo analisa o conceito de cidadania à luz do materialismo histórico-dialético, com ênfase nas desigualdades que incidem sobre a população LGBTQIAPNB+. Por meio de revisão bibliográfica, fundamenta-se em autores como Marshall (1967), Coutinho (1999), Carvalho (2002) e Santos (2014) para discutir a constituição histórica dos direitos civis, políticos e sociais. A análise aborda os entraves persistentes no acesso à saúde integral, como a insuficiência de profissionais qualificados e a morosidade em cirurgias de redesignação sexual. Conclui-se que a efetivação de uma cidadania plena requer o constante aprimoramento de políticas públicas orientadas pela justiça social.

**Palavras-chave:** Cidadania; LGBTQIAPNB+; Políticas Públicas; Saúde Integral.

**Abstract:** This article analyzes the concept of citizenship from the perspective of dialectical historical materialism, with an emphasis on the inequalities affecting the LGBTQIAPNB+ population. Through a literature review, it draws on authors such as Marshall (1967), Coutinho (1999), Carvalho (2002), and Santos (2014) to discuss the historical constitution of civil, political, and social rights. The analysis addresses persistent obstacles to access to comprehensive healthcare, such as the lack of qualified professionals and the delays in sex reassignment surgeries. It concludes that the realization of full citizenship requires the constant improvement of public policies guided by social justice.

**Keywords:** Citizenship; LGBTQIAPNB+; Public Policies; Comprehensive Health.

### **Introdução**

A cidadania, como conceito fundamental para a construção de sociedades democráticas, tem suas raízes na Grécia Antiga e, ao longo da história, passou por diversas transformações, adaptando-se às novas realidades políticas, sociais e econômicas. Inicialmente restrita a uma pequena elite, a cidadania evoluiu para englobar uma visão mais inclusiva, baseada nos direitos universais, que compreendem não apenas os direitos civis e políticos, mas também os direitos sociais. Entretanto, a plena realização desses direitos ainda é um desafio, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais, pansexuais, não binários e outras identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes (LGBTQIAPNB+).

---

<sup>155</sup> Assistente Social, mestranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: dheborarodrigues@id.uff.br

Realização:



Apoio:



Essa perspectiva nos leva a refletir sobre como a cidadania também se manifesta — ou é negada — por meio da implementação de políticas públicas específicas, como a *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*<sup>156</sup>, instituída no Brasil em 2011. Apesar de representar um avanço importante no reconhecimento das necessidades dessa população no âmbito da saúde, sua concretização ainda enfrenta diversos obstáculos práticos e estruturais no interior dos sistemas e serviços de saúde pública.

Essa dificuldade se acentua dentro do contexto brasileiro marcado pela adoção do modelo neoliberal, que promoveu uma reconfiguração das políticas sociais, especialmente no que diz respeito ao seu financiamento. No que se refere à política de saúde, há um subfinanciamento impactando a qualidade da mesma através de uma focalização dos serviços, uma vez que a descentralização apontada na implementação do SUS pelos municípios não condiz com aporte financeiro compatível com as requisições. Sendo assim, mediante a não cobertura e acesso aos serviços, há uma migração da população de classe média e alta para os planos de saúde “convertendo” o Sistema Único de Saúde (SUS) para aqueles que não dispõem de poder aquisitivo. Ou seja, o SUS vai sendo focalizado aderindo como vetor as dificuldades de acesso aos seus serviços.

Nesse cenário, torna-se inevitável questionar: a cidadania na saúde LGBTQIAPNB+ estaria, então, também dividida por classes? Como os serviços de saúde estão se estruturando para combater a discriminação e a desqualificação da população LGBTQIAPNB+ em sistemas de saúde que se propõem universais? Como, por exemplo, as políticas de saúde coletiva estão sendo organizadas no Brasil para garantir um acesso justo e digno à saúde para essa população? Além disso, é importante refletir sobre se, no mercado de consumo – como no consumo de saúde – também existe essa divisão da cidadania LGBTQIAPNB+, ao passo que o acesso às políticas sociais de saúde no SUS é fragmentado, mas o acesso ao mercado de saúde não é questionado (Arenhart, 2023).

Nesse sentido, o presente artigo propõe-se a analisar as múltiplas dimensões da cidadania plena, com ênfase na inclusão social e na luta pelos direitos da comunidade LGBTQIAPNB+. Para isso, a pesquisa fundamenta-se nas obras de importantes teóricos, como Coutinho (1999), Carvalho (2002), Marshall (1967), Santos (2014) cujas contribuições ajudam a entender a evolução da cidadania e suas implicações sociais. Metodologicamente, recorreremos ao materialismo histórico-dialético para a sua estruturação, através de uma revisão bibliográfica e abordagem qualitativa.

Diante das desigualdades no acesso à saúde enfrentadas pela população LGBTQIAPNB+, especialmente no que se refere à efetivação do Processo Transexualizador e à implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIAPNB+, torna-se necessário ampliar o debate para além da dimensão setorial da saúde e situá-lo no campo mais abrangente da cidadania. A ausência de acesso equitativo aos serviços de saúde, somada à negligência institucional e à retirada de direitos sociais, revela não apenas um problema de gestão pública, mas a negação sistemática da cidadania para parcelas historicamente marginalizadas da população. Assim, para compreender a complexidade dessas exclusões é imprescindível retomar os fundamentos teóricos da cidadania, seu desenvolvimento histórico e suas múltiplas dimensões – políticas, civis, sociais e culturais – a fim de refletir sobre quem de fato é reconhecido como cidadão ou cidadã no Brasil contemporâneo.

---

<sup>156</sup> Apesar de Brasil (2013) utilizar a sigla “LGBT” para se referir ao público-alvo da política nacional de saúde integral, neste trabalho, utilizaremos a nomenclatura “LGBTQIAPNB+” a fim de abranger todas as identidades de gênero e sexualidades dissidentes para integralizar a diversidade sexual e de gênero existente e ratificar as reivindicações dos movimentos sociais acerca de maior visibilidade.

Realização:



Apoio:



## **Uma breve contextualização sobre o conceito de cidadania**

As primeiras teorias sobre a cidadania surgiram na Grécia Clássica, nos séculos IV-V antes da era cristã, espelhando-se nos fatos do conhecimento dos gregos na experiência dos primeiros traços de democracia, ao possuírem uma vasta quantidade de pessoas que intervinham de forma ativa na esfera pública, cooperando na construção do governo. Entretanto, é importante ressaltar que a teoria e a prática da cidadania entre os gregos clássicos não possuíam uma dimensão universal, devido a exclusão dos direitos da cidadania aos estrangeiros, mulheres e os escravizados que em conjunto totalizam mais de  $\frac{3}{4}$  da população de Atenas. Ademais, os direitos de cidadania, abarcavam somente o que hoje entendemos por “direitos políticos”. (Coutinho, 1999).

Coutinho (1999) destaca que a cidadania se refere à capacidade que alguns sujeitos conquistam, ou - em uma democracia genuína - todos têm a oportunidade de conquistar, de se apropriar dos bens criados socialmente e de explorar ao máximo as potencialidades de desenvolvimento humano proporcionadas pela vida em sociedade, em cada contexto histórico específico. Logo, a cidadania é resultado de uma luta permanente da classe subalterna resultando em um longo processo histórico, e está organicamente ligada à ideia de direitos. Entretanto, os sujeitos não nascem com direitos como reafirmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, os mesmos são fenômenos sociais, resultado da história.

Segundo Carvalho (2002), um ideal de cidadania plena, que integre liberdade, participação e igualdade para todos, foi concebido no Ocidente e pode ser considerado como algo impossível de ser alcançado. No entanto, esse conceito tem funcionado como um critério para avaliar o nível de cidadania em diferentes países e em variados contextos históricos. Segundo o autor supracitado, é comum dividir a cidadania em três categorias: direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que tivesse a posse de todos esses direitos. Já os cidadãos incompletos seriam aqueles que possuísem apenas alguns desses direitos. Por fim, aqueles que não desfrutassem de nenhum desses direitos seriam considerados não-cidadãos.

Marshall (1967) estabeleceu três níveis de direitos de cidadania e, a partir da história da Grã-Bretanha, delineou uma sequência cronológica para o surgimento desses direitos no mundo moderno. Esse processo começa com a conquista dos direitos civis (século XVIII), avança para os direitos políticos (século XIX) e, por fim, chega aos direitos sociais (século XX). É inegável que essa ordem cronológica, conforme descrita de forma “clássica” por Marshall, não se replicou da mesma maneira em diversos países, incluindo o Brasil.

Os direitos civis são os direitos essenciais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei. Eles englobam garantias como o direito de ir e vir, expressar opiniões, entre outros. A proteção desses direitos depende da presença de uma justiça independente, eficiente, acessível e econômica para todos. Esses direitos asseguram relações civilizadas entre os sujeitos e a própria existência da sociedade civil, que surgiu com o desenvolvimento do capitalismo. O princípio fundamental dos direitos civis é a liberdade individual (Carvalho, 2002).

De acordo com Carvalho (2002), os direitos políticos dizem respeito à participação do cidadão no processo de governança da sociedade. Envolve a capacidade de realizar manifestações políticas, organizar partidos, votar e ser eleito. Normalmente, quando se menciona direitos políticos, está-se falando, sobretudo, do direito ao voto. Já os direitos sociais asseguram a participação na riqueza coletiva. Incluem direitos como a educação, trabalho, à um salário justo, à saúde e a aposentadoria. Para que esses direitos sejam efetivados, é essencial a presença de uma administração pública eficiente no Poder Executivo. Os direitos sociais possibilitam que sociedades politicamente organizadas “amenizem” as desigualdades geradas pelo capitalismo e garantam um nível mínimo de bem-estar para todos. A principal ideia que fundamenta esses direitos é a busca pela justiça social.

Realização:



Apoio:





Embora possa parecer evidente, é importante ressaltar que os direitos sociais, talvez até mais do que os direitos políticos, também são uma conquista da classe trabalhadora. Essa observação se faz necessária, pois, as políticas sociais — ou seja, os meios pelos quais os direitos sociais se concretizam — frequentemente são definidas sem que esse contexto seja devidamente considerado (Coutinho, 1999).

Coutinho (1999) destaca que a principal tarefa em relação aos direitos sociais não é apenas o seu reconhecimento legal, mas a luta para garantir sua efetivação. A simples presença desses direitos nas Constituições e seu reconhecimento legal não assegura automaticamente sua concretização. Este é especialmente o caso do Brasil, no entanto, embora a transformação dos direitos sociais em direitos positivos não garanta sua plena realização, é essencial assegurar seu reconhecimento legal, pois isso facilita a luta para torná-los um dever do Estado. Não é por acaso que os neoliberais, inclusive em nosso país, se empenham atualmente em removê-los das normas legais, especialmente da própria Constituição.

Ao questionar se há cidadãos no Brasil, o geógrafo Milton Santos (2014) reflete que a cidadania é uma norma da sociedade que abrange a todos e afirma que ela deve ser compreendida pelo corpo social, considerando suas dimensões jurídicas, políticas e sociais. Ao abordar a historicidade do conceito, o autor explica que, no século XIX, com o surgimento do Estado-nação na Europa, a cidadania passou a ser entendida como a condição de um sujeito ser membro de um Estado, ou seja, todos os habitantes passaram a ter o status de cidadãos (Santos, 2014 apud Arenhart, 2023).

Arenhart (2023) ao analisar o neoliberalismo e a cidadania prejudicada, apresenta reflexões cruciais sobre as crises econômicas globais, argumentando que essa forma de governar nos países subdesenvolvidos – como no caso do Brasil – impediu a plena consolidação da cidadania. Nesse contexto, Santos (2014, p.24) afirma que o "não cidadão" no Terceiro Mundo tem se consolidado dentro dos Estados, ou seja, "nos países subdesenvolvidos, há cidadãos de classes diversas, há os que são mais cidadãos, os que são menos e os que nem mesmo ainda são".

Ao refletir sobre a cidadania mutilada nos Estados-nação, Santos (2014) destaca as múltiplas formas de existência das vidas não-cidadãs, evidenciadas tanto pela supressão de direitos civis quanto por mecanismos eleitorais que distorcem a vontade popular, relegando os sujeitos à própria sorte, assim como prevê o neoliberalismo.

É importante refletir, neste contexto, que as políticas voltadas para a comunidade LGBTQIAPNB+ na América Latina e no Caribe estão marcadas por contradições, tensões e interesses diversos. Essas políticas têm se distanciado cada vez mais do debate sobre a cidadania no Estado e suas responsabilidades, tanto nas relações internas desses Estados nacionais quanto na transformação social que se almeja (Arenhart, 2023).

Segundo Freitas; Mesquita; Silva (2020) a cidadania é um conceito fundamental para a política social, sendo entendida além dos direitos tradicionais mencionados por Marshall (1967). Os autores defendem uma visão ampliada da cidadania, que não se limite apenas às esferas social, política e civil, mas que também inclua direitos sexuais, humanos, culturais, epistemológicos, entre outros. Esses direitos são essenciais para garantir uma cidadania que permita a vivência em seus diversos domínios. Além disso, essa cidadania não deve excluir mulheres cis e trans, pessoas LGBTQIAPNB+, negras, indígenas, quilombolas, pobres, entre outros grupos. O fortalecimento desses diferentes sujeitos pode ser promovido por uma política social que ofereça ferramentas para potencializar suas vidas de maneira plena.

Compreender a cidadania como um processo histórico, político e social em constante disputa é essencial para analisar as formas como ela se manifesta – ou é negada – na vida concreta de determinados grupos sociais. Ao reconhecer que os direitos civis, políticos e sociais não são distribuídos de forma equitativa, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais como o brasileiro, torna-se

Realização:



Apoio:



evidente que amplas parcelas da população ainda se encontram em condição de cidadania mutilada ou incompleta. É nesse cenário que se insere a população LGBTQIAPNB+, cuja luta por reconhecimento e acesso pleno aos direitos como o da saúde, expressa os limites da cidadania formal frente à realidade da exclusão social. A seguir, abordaremos como esses desafios se manifestam na efetivação da Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIAPNB+ no território fluminense, com ênfase nas dificuldades enfrentadas no acesso aos serviços previstos no Processo Transexualizador no SUS.

## **A saúde integral da população LGBTQIAPNB+ no território fluminense**

Antes de analisarmos os serviços ofertados no âmbito da política de saúde no estado do Rio de Janeiro, é fundamental contextualizar a Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIAPNB+ (PNSI-LGBTQIAPNB+), instituída pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Essa política tem como finalidade estabelecer diretrizes para o atendimento à população LGBTQIAPNB+, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) (Mena; Bellenzani, 2023). Seu objetivo central é promover a saúde integral dessa população, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, além de contribuir para a redução das desigualdades sociais e para a consolidação do SUS como um sistema universal, integral e equitativo. A iniciativa visa garantir maior equidade no SUS, reconhecendo os impactos da discriminação por identidade de gênero e/ou orientação sexual como determinação social no processo de saúde e doença da população LGBTQIAPNB+ (Brasil, 2013).

O processo histórico que culminou na criação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBTQIAPNB+) remonta a 2004, com a implementação do programa “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBTs<sup>157</sup> e de Promoção da Cidadania Homossexual” (Brasil, 2004). Trata-se de uma iniciativa do governo federal que abrange questões relacionadas à saúde, educação, trabalho, cultura, raça, gênero e segurança, promovendo ações intersetoriais e transversais por meio da articulação entre diferentes Ministérios e Secretarias. Destaca-se, ainda, a participação ativa de movimentos sociais e ativistas na formulação e implementação do programa (Facchini, 2009).

Além da PNSI-LGBTQIAPNB+, o Sistema Único de Saúde (SUS) instituiu a Portaria nº 457, de 19 de janeiro de 2008, que regulamenta o acesso a procedimentos como hormonização, cirurgias de adequação corporal e genital, bem como o acompanhamento por equipe multiprofissional. Em 2013, com a publicação da Portaria nº 2.803/2013, o processo transexualizador foi redefinido e ampliado, passando a incluir travestis e homens trans como usuários do serviço, uma vez que, até então, o atendimento estava restrito exclusivamente a mulheres trans.

Com o objetivo de assegurar a integralidade do cuidado às pessoas que demandam ações no âmbito do Processo Transexualizador, no Componente de Atenção Especializada, foram instituídas duas modalidades de atendimento: ambulatorial e hospitalar. A modalidade ambulatorial contempla o acompanhamento clínico, incluindo as fases pré e pós-operatória, bem como a hormonioterapia. Já a modalidade hospitalar abrange a realização das cirurgias e seus respectivos acompanhamentos. Ambas visam garantir atenção especializada conforme estabelecido em Portaria específica. As ações devem ser executadas em estabelecimentos de saúde devidamente cadastrados no sistema de Cadastro Nacional

---

<sup>157</sup> Sigla utilizada na época, refere-se a gays, lésbicas, bissexuais e transexuais.

Realização:



Apoio:



de Estabelecimentos de Saúde (CNES), os quais devem atender aos requisitos técnicos, estruturais e de recursos humanos previstos na normativa (Brasil, 2013).

Para acessar os serviços do processo transexualizador oferecidos pelo SUS, é necessário solicitar um encaminhamento na unidade básica de saúde mais próxima da residência. Entre os procedimentos mais procurados estão a hormonização, os implantes de próteses mamárias e a cirurgia genital para travestis e mulheres trans; no caso dos homens trans, destacam-se a mastectomia e a histerectomia. É importante destacar que, nos municípios onde não há serviços especializados, o acesso será viabilizado por meio do Tratamento Fora de Domicílio (ANTRA, 2020).

São beneficiários desta política apenas jovens a partir dos 18 anos, idade mínima para o início da hormonioterapia. Já os procedimentos cirúrgicos podem ser realizados a partir dos 21 anos, desde que haja um acompanhamento prévio de, no mínimo, dois anos por uma equipe multiprofissional, sendo a indicação cirúrgica de responsabilidade desse mesmo grupo. No entanto, a impossibilidade de iniciar a hormonioterapia antes dos 18 anos pode aumentar a vulnerabilidade de muitos jovens, levando-os à administração de hormônios por vias clandestinas e sem acompanhamento médico, o que acarreta sérios riscos à saúde (Mena; Bellenzani, 2023).

Atualmente, conforme determina a portaria vigente, apenas quatro estados contam com hospitais e/ou ambulatorios habilitados pelo Ministério da Saúde para oferecer os serviços vinculados ao Processo Transexualizador: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Goiânia. Além do fato de haver apenas uma instituição por estado — o que provavelmente é insuficiente diante da demanda existente —, observa-se uma negligência significativa na cobertura assistencial federal destinada à população trans das regiões Norte e Nordeste, que permanecem sem acesso direto a esses serviços (Mena; Bellenzani, 2023).

O estado do Rio de Janeiro possui 92 municípios, mas conta, atualmente, com apenas dois serviços ambulatoriais habilitados pelo Ministério da Saúde para o Processo Transexualizador: o Ambulatório Identidade, vinculado ao Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), e o Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia (IEDE). Quando a pessoa usuária é inserida na fila de espera por meio da Clínica da Família, Unidade Básica de Saúde ou posto de saúde, ela pode ser encaminhada para qualquer um desses dois serviços.

Na modalidade hospitalar, a referência no estado é o próprio Hospital Universitário Pedro Ernesto, vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). No entanto, é importante destacar que a fila de espera para a cirurgia de redesignação sexual neste hospital pode ultrapassar 10 anos (ANTRA, 2020). Diante dessa realidade, observa-se que pessoas trans e travestis enfrentam sérias dificuldades para acessar e usufruir integralmente dos serviços previstos no Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

É válido ressaltar que, embora alguns municípios do estado do Rio de Janeiro — com exceção da capital — contem com ambulatorios voltados para a população LGBTQIAPNB+, como é o caso de Campos dos Goytacazes/RJ, esses serviços não são habilitados pelo Ministério da Saúde. Tais iniciativas representam importantes conquistas da sociedade civil organizada. No entanto, a ausência de habilitação impossibilita, especialmente para pessoas trans e travestis, a realização de procedimentos corporais e de redesignação sexual, uma vez que um dos critérios exigidos pelo Processo Transexualizador é o acompanhamento por, no mínimo, dois anos em um serviço ambulatorial habilitado pelo SUS. Isso obriga essas pessoas a se deslocarem até a capital fluminense para serem inseridas nos ambulatorios habilitados (Identidade ou IEDE), ampliando ainda mais as barreiras de acesso.

Outra questão a ser problematizada diz respeito à retirada sistemática de direitos no contexto da saúde da população LGBTQIAPNB+. Na prática, observa-se uma verdadeira perversidade institucional: muitos serviços de saúde não oferecem um

Realização:



Apoio:



cuidado qualificado, há escassez de profissionais capacitados para lidar com as especificidades dessa população, faltam políticas públicas municipais voltadas à saúde LGBTQIAPNB+ e, em grande parte dos territórios, os Estados permanecem inertes frente à efetiva implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIAPNB+ (Arenhart, 2023).

A verdade na política se dilui quando esta se rende à mentira e ao fetiche neoliberal. Esse desvio tem consequências ainda mais profundas no âmbito da saúde pública quando a Política Nacional de Saúde LGBTQIAPNB+ é negligenciada ou invisibilizada nos espaços de decisão. A ausência de reconhecimento e de implementação dessa política nos fóruns de gestão, nos serviços de saúde, nos espaços de participação social e nos órgãos de regulação e controle compromete diretamente o acesso à cidadania e à vida digna para a população LGBTQIAPNB+ (Arenhart, 2023).

Diante desse cenário, torna-se urgente uma mobilização social ampla e contínua. No entanto, mais do que mobilizar, é necessário responsabilizar. A não implementação dessa política nos espaços da saúde coletiva exige a convocação de formadores de opinião, agentes políticos, da sociedade civil e da própria comunidade LGBTQIAPNB+ para promover as mudanças estruturais necessárias. Se quisermos, de fato, enfrentar o sofrimento, a morte e a mutilação simbólica e concreta dos nossos direitos sociais, garantir uma cidadania plena na saúde coletiva deve ser tratado como prioridade (Arenhart, 2023). Visto que a integralidade da atenção à saúde da população retratada colide nas persistências da LGBTQIAPNB+fobia de forma estrutural e cultural, apresentando desigualdades e acesso iníquo desse grupo aos sistemas básicos formadores de cidadania, como a saúde. Afeta assim, a possibilidade de gozar de plena dignidade a vida e aos direitos sociais a ela empregados.

## Conclusão

A análise da cidadania plena e da inclusão da população LGBTQIAPNB+ no contexto atual revela a complexidade e as inúmeras barreiras que esses sujeitos ainda enfrentam no exercício de seus direitos. Historicamente, a cidadania foi um conceito restrito, sendo progressivamente ampliado com a incorporação dos direitos civis, políticos e sociais. Contudo, para a comunidade LGBTQIAPNB+, essa ampliação ainda ocorre de maneira desigual e incompleta. Apesar de avanços legais e institucionais, o preconceito, a discriminação e a violência persistem como obstáculos estruturais, impedindo o acesso equitativo a esses direitos e comprometendo a vivência plena da cidadania.

Diante desse cenário, este estudo propôs uma reflexão crítica sobre os caminhos possíveis para a efetivação da cidadania plena dessa população. Nesse sentido, destaca-se a importância do fortalecimento e da ampliação de políticas públicas afirmativas que, de forma intersetorial, atuem no enfrentamento das desigualdades. O combate à discriminação deve ser promovido não apenas por meio de marcos legais, mas sobretudo por ações educativas e de conscientização que envolvam tanto o Estado quanto as instituições privadas e a sociedade civil. A articulação entre políticas públicas em áreas como saúde, educação, segurança e assistência social, constitui um passo fundamental para garantir a igualdade de direitos e o reconhecimento da diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais.

Portanto, o papel do Estado se torna central na consolidação de uma cidadania inclusiva. Cabe ao poder público não apenas assegurar a proteção dos direitos humanos, mas também promover ativamente a inserção da população LGBTQIAPNB+ nos espaços sociais, políticos e institucionais. O fortalecimento das políticas públicas já existentes, aliado a transformações sociais e educacionais profundas, é condição essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente equânime e respeitosa. Somente com esse compromisso coletivo será possível concretizar uma

Realização:



Apoio:





cidadania efetivamente plena, livre de exclusões e discriminações, onde todas as identidades possam ser reconhecidas, protegidas e valorizadas.

## Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - ANTRA. **Como acessar o SUS para questões de transição**. 27 jul. 2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/2020/07/27/como-acessar-o-sus-para-questoes-de-transicao/>>. Acesso em: 26 jul. 2025.

ARENHART, Carlos Guilherme Meister. Cidadania, saúde coletiva e território: 12 anos da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. In: OLIVEIRA, Felipe Alves; SILVA, Ronaldo. (org.). **Corpos em diálogo: vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade**. Foz do Iguaçu, PR: CLAECE Editora, 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Mapeamento das políticas públicas para a população LGBTQIA+**. Brasília: MDHC; Programa Atena, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/mapeamento-das-politicas-publicas-para-a-populacao-lgbtqia-lancado-no-mdhc-reune-dados-das-27-unidades-federativas/Atena2023MDHC1.pdf>>. Acesso em: 13 de julho de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. **Perspectivas**, São Paulo, 22, p. 41-59, 1999. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1994/05/20.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2021.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas** - Estudos gays: gêneros e sexualidades, Natal, v. 3, n. 4, p. 131-158, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300>>. Acesso em: 26 de julho de 2025.

FREITAS, Rita de Cássia S.; MESQUITA, Adriana A.; SILVA, Glauber Lucas. Política social, famílias e relações de gênero: reflexões e proposições. In: SENNA, Mônica de Castro; FREITAS, Rita de Cássia S.; Moraes, Carlos Antonio de Souza (org.). **Política social no Brasil: sujeitos, trajetórias e institucionalidades**. Curitiba: CRV, 2020.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MENA, Igor Marçal; BELLENZANI, Renata. Vivências das pessoas LGBTI+ na atenção em saúde. In: Oliveira, Felipe Alves; SILVA, Ronaldo. (org.). **Corpos em diálogo: vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade**. Foz do Iguaçu, PR: CLAECE Editora, 2023.

Realização:



Apoio:





SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.

Realização:



Apoio:



## A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES MOTIVADA PELA NEGLIGÊNCIA EM RIO DAS OSTRAS, RJ

Jeniffer Oliveira<sup>158</sup>

Paula Sirelli<sup>159</sup>

Fabíola Teixeira<sup>160</sup>

Caio Schaffer<sup>161</sup>

**Resumo:** O trabalho apresenta uma análise dos acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes em Rio das Ostras, RJ, motivados por alegações de negligência. Com base em dados processuais e reuniões de rede, discute o perfil dos acolhidos, a precariedade das políticas públicas e o impacto das desigualdades sociais, econômicas, raciais e de gênero. Destaca-se a responsabilização das mulheres pobres e negras, além da insuficiência dos serviços públicos em responder as múltiplas expressões da questão social. O estudo propõe reflexões sobre a judicialização da pobreza e aponta a urgência de fortalecer políticas públicas que garantam efetivamente os direitos das famílias.

**Palavras chaves:** Negligência; Institucionalização; Crianças; Adolescentes; Pobreza.

**Abstract:** This paper presents an analysis of institutionalized foster care for children and adolescents in Rio das Ostras, RJ, motivated by allegations of neglect. Based on procedural data and network meetings, it discusses the profile of those sheltered, the precariousness of public policies, and the impact of social, economic, racial, and gender inequalities. It highlights the blaming of poor and Black women, as well as the inadequacy of public services in responding to the multiple expressions of this social issue. The study proposes reflections on the judicialization of poverty and highlights the urgent need to strengthen public policies that effectively guarantee the rights of families.

**Keywords:** Negligence; Institutionalization; Children; Adolescents; Poverty.

### Introdução

As reflexões aqui apresentadas foram elaboradas a partir da experiência de estágio do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) campus de Rio das Ostras, na Vara de Família, Infância, Juventude e Idoso (VFIJI) da Comarca de Rio das Ostras, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), em colaboração com a Equipe Técnica Interdisciplinar Cível de Macaé (ETIC-Macaé)<sup>162</sup>.

<sup>158</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense Campus Rio das Ostras (UFF/CURO). E-mail: jenifferaraujo@id.uff.br

<sup>159</sup> Assistente social. Professora do curso de graduação de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense Campus Rio das Ostras (UFF/CURO) e docente colaborado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (UFF). Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: paulasirelli@id.uff.br

<sup>160</sup> Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). E-mail: fabiolaporto@tjrj.jus.br

<sup>161</sup> Graduado e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assistente Social do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). E-mail: caioschaffer@tjrj.jus.br

<sup>162</sup> A Equipe Técnica é formada por analistas judiciários com graduação em Serviço Social e Psicologia, responsáveis pela análise e acompanhamento dos processos da VFIJI. São vinculados ao 6º NUR, com

Realização:



Apoio:



Dentro de suas atribuições, a ETIC-Macaé participa ativamente do acompanhamento dos casos de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional no Abrigo Municipal de Rio das Ostras<sup>163</sup>, integrando o eixo de defesa, juntamente com outros órgãos e equipamentos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Com base nas experiências e análises realizadas no campo do Serviço Social, especialmente no que diz respeito ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes, foi possível identificar que a principal causa indicada para justificar o acolhimento dessas crianças e adolescentes foi a negligência. Esse dado reforça a necessidade de uma reflexão crítica sobre o conceito utilizado e sobre as múltiplas expressões da questão social que atravessam essa demanda.

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados das análises realizadas durante o processo de estágio sobre esta questão. Ao sistematizar informações gerais sobre os sujeitos envolvidos, busca-se contribuir para a formulação de estratégias e políticas públicas que enfrentem as causas estruturais dessa demanda, promovendo a efetivação dos direitos previstos na Lei nº 8.069<sup>164</sup> e a redução da institucionalização de crianças e adolescentes no município.

Para isso, foram analisados os processos judiciais envolvendo medidas de proteção à criança e ao adolescente fundamentadas na alegação de “negligência”, recebidos pelo Serviço Social da ETIC-Macaé entre setembro de 2023 e junho de 2024, no atendimento à VFIJ da comarca de Rio das Ostras. As intervenções realizadas pela equipe foram examinadas em articulação com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

No primeiro momento, foram examinados 16 (dezesesseis) processos judiciais. Com base nos dados coletados na pesquisa inicial, foi realizado um recorte dos processos de acolhimento institucional justificado por “negligência” familiar, o que reduziu a amostra para 10 (dez) processos, dos quais 3 (três) envolvem grupos de 6 (seis) irmãos cada e 1 (um) diz respeito a dois irmãos, totalizando 26 crianças e adolescentes envolvidos.

Com base nas análises processuais, foi possível levantar dados relativos à quantidade de crianças e adolescentes que foram reintegrados, adotados e dos que ainda estão em situação de acolhimento institucional; composição familiar; idade; gênero; se possuem deficiência; e acesso aos direitos. É importante ressaltar que os dados relacionados à raça/cor/etnia das crianças e adolescentes, assim como os de seus familiares, não estavam presentes nos relatórios processuais, incluindo no Plano Individual de Atendimento PIA<sup>165</sup> de cada caso. Diante dessa lacuna, foram considerados os dados sobre raça/cor do 33º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro, que inclui informações específicas do município de Rio das Ostras.

Além da análise processual, as reuniões de rede realizadas com os equipamentos do SGDCA — incluindo o Centro de Referência Especializado de

---

sede em Campos dos Goytacazes. A coordenação da equipe está a cargo de um responsável técnico, assistente social que atua como gestor do grupo.

<sup>163</sup> Nome da instituição de acolhimento do município de Rio das Ostras. Até a presente data, só existe essa instituição no município, responsável por acolher as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

<sup>164</sup> Lei de 13 de julho de 1990. Esta lei define os direitos das crianças e dos adolescentes, e estabelece a proteção integral que lhes deve ser dada.

<sup>165</sup> O Plano Individual de Atendimento é um instrumento técnico utilizado em serviços de acolhimento em articulação com a rede de proteção local, para organizar, orientar e sistematizar as ações que devem ser desenvolvidas com crianças e adolescentes que estão sob a proteção desses serviços, durante e após o período de acolhimento.

Realização:



Apoio:



Assistência Social (CREAS), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Conselho Tutelar (CT), o Abrigo Municipal de Rio das Ostras e a ETIC-Macaé — foram essenciais para o acompanhamento dos casos de acolhimento institucional no período em questão. Todas essas discussões foram devidamente registradas no diário de campo da estagiária, servindo como base para uma reflexão crítica sobre: As ações e políticas públicas voltadas às crianças, adolescentes e suas famílias durante o acolhimento institucional; os desafios enfrentados pelos profissionais que atuam nesses serviços para assegurar os direitos previstos no ECA e a eficácia da rede intersetorial na proteção integral de crianças e adolescentes.

### **Perfil das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento institucional motivado pela alegação de “negligência” familiar no município de Rio das Ostras**

De acordo com os dados do 33º Censo Estadual do Rio de Janeiro, a negligência é a principal causa do acolhimento de crianças e adolescentes, tanto em nível estadual quanto do município de Rio das Ostras. A partir desta realidade social, o estudo busca analisar e expor as determinantes históricas e universais por trás dessa demanda, particularizada no Abrigo Municipal de Rio das Ostras.

Importa ressaltar que o ECA estabelece o acolhimento institucional como uma medida provisória e excepcional. O objetivo primordial dos profissionais e serviços envolvidos é a reintegração da criança e adolescente à família de origem ou extensa. Somente após o esgotamento dessas possibilidades é que se considera o encaminhamento para famílias substitutas, por meio dos processos de adoção, assim como o apadrinhamento de crianças e adolescentes.

#### **a. Idade e gênero das crianças e adolescentes**

A primeira infância é entendida como os primeiros 72 de vida da criança, conforme definição do Ministério da Saúde<sup>166</sup>. Já a infância, segundo o Art. 2º do ECA, abrange a pessoa de até 12 incompletos, enquanto a adolescência é caracterizada como o período entre 12 e 18 anos de idade.

Os dados levantados revelam que 50% dos acolhidos são crianças, 30% são adolescentes e 19,23% correspondem à primeira infância. Esses números evidenciam uma predominância maior de crianças no Abrigo Municipal de Rio das Ostras. Em relação ao gênero, 58% são do gênero masculino e 42% feminino.

O PNCFC (2006, p. 31) reconhece que a institucionalização na primeira infância é prejudicial ao desenvolvimento infantil - tanto pela separação do núcleo familiar de origem quanto pela ausência de uma pessoa referência para seus cuidados - razão pela qual alguns profissionais consideram mais benéfico que crianças nessa faixa etária sejam acolhidas por meio do Serviço de Família Acolhedora. No entanto, este serviço ainda não está disponível no município, sendo necessária a ampliação do debate sobre sua implementação e relevância.

No caso dos adolescentes, são compreendidos pelo ECA e PNCFC como sujeitos em processo de construção da identidade e da autonomia, que buscam referências em sua comunidade. Conforme os relatos, percebe-se que, ao chegarem na instituição, os adolescentes vivenciam um sentimento de perda mais intenso, justamente por terem construído vínculos e elementos significativos de sua identidade. Diante desse contexto, o PNCFC (2006, p.31) reforça sobre a importância de investir em políticas que garantam o direito à convivência familiar e comunitária, além de ações

---

<sup>166</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: primeira infância. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/primeira-infancia>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

que fortaleçam a autonomia dos adolescentes, com vistas ao desligamento responsável da instituição.

Outra questão observada nas experiências de estágio relacionadas à idade e ao gênero das crianças acolhidas é a tendência da auto responsabilização dos irmãos mais velhos pela proteção dos mais novos. Frequentemente, o filho mais velho — principalmente as meninas —, assume a responsabilidade de cuidar e proteger os irmãos. Essa situação reflete tanto um mecanismo de autoproteção entre os irmãos quanto a divisão sexual do trabalho<sup>167</sup> impostos pelo patriarcado. Nessas situações, a criança ou adolescente mais velho dos irmãos, diante da ausência de cuidados, assumem o papel de cuidador, muita das vezes em detrimento de suas próprias necessidades. No entanto, de forma positiva, algumas dessas crianças e adolescentes, ao receberem atenção na instituição de acolhimento, passam a reconhecer a importância de também receberem cuidados e proteção, experiências que antes não tinham.

## **b. Acesso aos direitos**

Após o acolhimento da criança ou do adolescente, a rede mobiliza diversas estratégias para assegurar o que prevê o art. 4º da Lei 8.069<sup>168</sup>, no entanto, mesmo durante o acolhimento, há obstáculos significativos para a efetivação desses direitos. Observa-se que a maior parte dos atendimentos ofertados às crianças e adolescentes ocorre por meio das instituições públicas municipais; contudo, diante da insuficiência da atuação estatal, recorre-se com frequência a iniciativas privadas, especialmente nas áreas de cultura, lazer, profissionalização e saúde.

Em relação à educação, todas as crianças e adolescentes estão matriculadas em escolas públicas próximas à instituição, ou no caso dos adolescentes, em colégios estaduais.

Na área da saúde, crianças e adolescentes são acompanhados majoritariamente por serviços públicos e, em casos excepcionais, pela rede privada. No entanto, a alta demanda, a falta de vagas e a carência de especialidades na rede municipal dificultam o acesso aos cuidados necessários. Em situações mais graves, o Poder Judiciário determinou o sequestro de verbas<sup>169</sup> para garantir atendimentos especializados, sobretudo na área de saúde mental. Um exemplo crítico é o CAPSI, que até o momento existe apenas um no município de 156.491 habitantes<sup>170</sup> e, até a data da pesquisa, não oferecia acompanhamento psicológico contínuo.

No âmbito da assistência social, todas as crianças, adolescentes e suas famílias são encaminhadas ao CREAS, e algumas também ao CRAS da região de origem. Apesar dos esforços da rede, observa-se baixa adesão das famílias às atividades ofertadas, o que compromete o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Segundo análise das profissionais da rede, essa baixa participação está relacionada, sobretudo, aos horários das atividades — geralmente em dias úteis e durante o expediente de trabalho —, à falta de recursos para transporte e ao desinteresse pelo formato ou conteúdo das ações propostas.

<sup>167</sup> A divisão sexual do trabalho refere-se à atribuição de tarefas diferentes ou responsabilidades diferentes a homens ou mulheres pelo único motivo de seu sexo biológico.

<sup>168</sup> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

<sup>169</sup> O sequestro de verbas é uma medida excepcional determinada pelo Poder Judiciário que consiste no bloqueio imediato de recursos financeiros do ente público (União, Estado ou Município), com o objetivo de garantir o cumprimento de uma decisão judicial, especialmente quando há omissão ou descumprimento reiterado por parte do Estado.

<sup>170</sup> IBGE. *Rio das Ostras – Panorama*. Disponível em: <idades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-das-ostras/panorama>. Acesso em: 27 jul. 2025

Realização:



Apoio:





Sobre o acesso à cultura e lazer, crianças e adolescentes demonstram grande interesse, participando de atividades em espaços como o Centro Integrado de Convivência (CIC) que oferece propostas mais envolventes. No entanto, o acesso a essas ações ocorre majoritariamente por meio da rede privada, com apoio de padrinhos financeiros. Profissionais do SGDCA relataram dificuldades para garantir vagas em cursos de arte, como os da Fundação Rio das Ostras de Cultura (FROC), devido à escassez de oportunidades de bolsas gratuitas e à falta de recursos.

Quanto à profissionalização, a maioria dos adolescentes está inserida em programas de preparação para o mercado de trabalho, como o Geração Aprendiz e o Jovem Aprendiz, além de participarem de cursos de inglês e informática. Essas iniciativas resultam de parcerias entre o Estado e instituições privadas ou de esforços das equipes técnicas que realizam o acompanhamento desses adolescentes.

Os dados indicam que 8% das crianças em acolhimento institucional — equivalente a duas — apresentam alguma deficiência: uma delas é surda, e a outra possui deficiência neurológica e motora. Ambas são beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC). No que se refere à acessibilidade, a instituição é plana, porém não possui rampas nem outros recursos de acessibilidade identificados. Segundo relatos das equipes da rede de proteção, as adaptações são realizadas apenas quando alguma criança ou adolescente apresenta necessidade específica. Essa lógica reativa evidencia que o preconceito na sociedade capitalista é estrutural, manifestando-se na desvalorização da acessibilidade e na exclusão das pessoas com deficiência da participação social.

No entanto, a instituição conta com uma intérprete de Libras que atende às necessidades de um adolescente com deficiência auditiva. Os técnicos avaliam que, após a inserção dessa profissional, o adolescente apresentou avanços significativos em seu desenvolvimento, demonstrando maior facilidade para dialogar com os técnicos e colegas. Apesar desse progresso, os profissionais apontam a ausência de professores de Libras na rede municipal de ensino, o que compromete não apenas o aprendizado do adolescente em acolhimento, mas também de outros adolescentes com a mesma deficiência no município.

### **c. Raça e cor**

De acordo com os dados do 33º Censo, 95% das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional pertencem à população negra. Em contraste, apenas uma criança branca se encontra acolhida. Esse dado expressivo evidencia que a institucionalização de crianças e adolescentes está diretamente relacionada com a questão racial no Brasil.

Diante desse cenário, torna-se fundamental que os dados relativos à raça, cor e etnia das crianças, adolescentes e de seus familiares estejam devidamente registrados nos PIAs e nos demais autos processuais. A ausência dessas informações compromete não apenas a compreensão da trajetória de vida dos sujeitos, mas também dificulta a formulação de diagnósticos precisos sobre o perfil das famílias atendidas pela rede de proteção.

### **d. Composição familiar**

As análises revelaram que todas (100%) famílias envolvidas no processo de acolhimento institucional justificado pela “negligência” têm a genitora como principal responsável pelos cuidados dos filhos. E 61,5% dessas crianças e adolescentes não possuem o nome do pai no registro de nascimento.

Nesse contexto, a figura paterna frequentemente permanece isenta de responsabilização. Na ausência da paternidade reconhecida na certidão de nascimento

Realização:



Apoio:



— situação comum na maioria dos casos —, o homem sequer é acionado para assumir o cuidado dos filhos, recaindo essa função exclusivamente sobre a mulher. Embora os processos ofereçam a possibilidade de investigação de paternidade, muitas mulheres não a buscam, seja por não manterem vínculos com o possível genitor, desconhecendo seu paradeiro, seja por medo. Há ainda casos em que o pai é identificado, mas se exime dos cuidados quando procurado; nestas situações, ele pode ser alvo de responsabilização administrativa, que resulta em sanções legais.

Todas as mães envolvidas em processos marcados por alegações de “negligência” encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Estão desempregadas ou inseridas no trabalho informal, realizando atividades precárias como faxinas esporádicas ou coleta de materiais recicláveis para garantir a subsistência. Todas são beneficiárias do Bolsa Família e residem em áreas periféricas de Rio das Ostras, como os bairros Âncora e Jardim Miramar, havendo ainda um caso de mãe em situação de rua. Em sua maioria, essas mulheres não contam com rede de apoio familiar, seja por rompimento de vínculos afetivos ou pela distância dos familiares.

Esse cenário agrava a responsabilidade que recai sobre as mulheres, que são frequentemente sobrecarregadas com demandas de cuidados. Quando existe uma rede de apoio, ela é geralmente composta por outras mulheres, como avós, irmãs e tias, que também enfrentam diversas limitações. Essas limitações incluem, por exemplo, viver em residências precárias com poucos cômodos e já assumirem a responsabilidade de cuidar de outras crianças, adolescentes e idosos. Mesmo diante dessas dificuldades, essas mulheres frequentemente são responsabilizadas pelo Poder Judiciário por sua contribuição ao processo de reintegração familiar, devido ao vínculo reconhecido que possuem com as crianças e adolescentes acolhidos.

Uma observação relevante é que algumas mães enfrentam questões relacionadas ao uso de álcool e outras drogas. A ausência de equipamentos como o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) compromete o acesso ao tratamento e dificulta o processo de reintegração familiar, já que essas mulheres, sem apoio adequado e frequentemente responsabilizadas sozinhas pelos cuidados, não conseguem se reestabelecer, o que contribui para a perda do poder familiar sobre seus filhos.

Percebe-se também que a maioria das genitoras visitam os filhos na instituição e mantém com eles um vínculo afetivo recíproco. As crianças, em especial, tendem a não interpretar a “negligência” vivida como forma de violência ou falta de amor, pois foram educadas em um contexto familiar que, na maioria das vezes, apenas reproduz padrões de comportamento recebidos e naturalizados. As crianças só passam a compreender que sua família de origem não conseguia oferecer os cuidados necessários quando essa informação lhes é transmitida pelo Estado.

#### **e. Situação das crianças e adolescentes até junho de 2024**

De acordo com o art. 19º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o tempo de permanência de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento não deve exceder 18 meses, salvo em casos excepcionais, em que a necessidade de extensão desse período seja avaliada judicialmente. Conforme as análises realizadas sobre os processos de desacolhimento, observou-se um esforço significativo da equipe técnica na reintegração das crianças à família de origem.

Dos casos avaliados, 31% resultaram em reintegração familiar, enquanto 65% das crianças e adolescentes permanecem em acolhimento, com situação ainda indefinida — alguns deles inseridos em programas de apadrinhamento afetivo. Enquanto, apenas uma criança recém-nascida, até o momento do recorte, foi adotada.

Realização:



Apoio:



## **As expressões da questão social subjacentes às demandas de negligência**

Conforme Arantes (2022), o Brasil, enquanto país marcado por profundas desigualdades sociais herdadas do período colonial e escravocrata, historicamente tem tratado a infância e juventude sob uma perspectiva moralista e punitivista, atravessada por vieses socioeconômicos e raciais. Um exemplo disso foi o Código de Menores, que abordava especialmente crianças negras e pobres a partir de uma lógica de penalização. Embora a promulgação do ECA (1990) e do PNCFC (2006) represente avanços ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e veda o uso da pobreza, raça ou cor como justificativa para o acolhimento institucional, Oliveira e Silva (2019, p. 98) observa que, com a mudança legislativa, “a família pobre ganhou um novo status, passando a ser chamada de família negligente.”

O PNCFC (2006) define a negligência da seguinte forma:

A negligência assume formas diversas, que podem compreender descasos: com a saúde da criança, por exemplo ao deixar de vaciná-la; com a sua higiene; com a sua educação, descumprindo o dever de encaminhá-la ao ensino obrigatório; com a sua supervisão, deixando-a sozinha e sujeita a riscos; com a sua alimentação; com o vestuário; dentre outras. Pode-se dizer que o abandono, deixando a criança à própria sorte, e por conseguinte, em situação de extrema vulnerabilidade, seria a forma mais grave de negligência (PNCFC, 2006, p. 36).

Ao analisar a forma como o PNCFC apresenta a definição de negligência, observa-se o que Berberian (2015, p. 62) destaca: trata-se de um conceito que, por si só, carrega um teor valorativo negativo e que, quando utilizado sem uma perspectiva crítica, revela um juízo de valor preconcebido, tendendo à discriminação dos sujeitos. Nesse sentido, como aponta Cardoso<sup>171</sup> (2017), tal conceituação está diretamente relacionada à responsabilização das famílias pelo cuidado e proteção de crianças e adolescentes em seu núcleo familiar, sendo atravessada por julgamentos sobre quais famílias são consideradas aptas ou não a exercer esse papel.

No campo de estágio, observou-se uma nítida diferença no perfil dos usuários conforme o tipo de demanda que chega ao fórum. Nos processos relacionados à violação de direitos — especialmente os que envolvem acusações de negligência contra crianças e adolescentes — a maioria das famílias é monoparentais chefiadas por mulheres negras e em situação de desproteção social. Por outro lado, nas ações de habilitação para adoção, prevalecem casais cisgêneros, brancos e com elevado nível socioeconômico. Essa realidade evidencia o que Pachukanis (2013) aponta ao afirmar que o direito, embora formalmente garantido a todos, permanece abstrato e condicionado à propriedade, beneficiando, na prática, apenas aqueles que detêm meios materiais. Também revela a persistência da desigualdade racial estrutural no Brasil, conforme analisa Gonçalves (2018), em que a população negra, historicamente marginalizada, continua enfrentando barreiras institucionais no acesso efetivo aos seus direitos.

Apesar dos avanços legislativos alcançados em governos progressistas, o contexto neoliberal tem acentuado o desmonte das políticas públicas e a adoção de abordagens familistas nas respostas estatais. Essa lógica aprofunda a responsabilização das famílias — especialmente as negras e pobres — pelas expressões da questão social, resultando no aumento da judicialização de situações como a negligência.

---

<sup>171</sup> Dra. Gracielle Feitosa de Loila Cardoso, assistente social do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na comarca de Vargem Grande Paulista/SP.

Dessa forma, as famílias dessas crianças e adolescentes são responsabilizadas e penalizadas, sendo tratadas como “infratoras” passíveis de julgamento e condenação pelo Poder Judiciário. As medidas aplicadas a esses responsáveis variam, podendo incluir ações educativas em parceria com equipamentos como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, mas que na prática também funcionam como uma forma de fiscalização e controle, principalmente durante o processo de reintegração, bem como outras formas de responsabilização, que podem envolver representação por infração administrativa <sup>172</sup>

## Considerações finais

Apesar dos avanços legais e institucionais, como o ECA e o SGDCA, persistem desafios na efetivação dessas políticas. A “negligência” é o principal motivo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro, revelando, muitas vezes, a judicialização da pobreza.

Em Rio das Ostras, a maioria dos acolhidos sob essa justificativa pertence a famílias negras, monoparentais, chefiadas por mulheres, pobres e periféricas, sem acesso a direitos básicos como saúde, educação e trabalho. Essa realidade expressa desigualdades de classe, raça e gênero, enraizadas na herança colonial e patriarcal brasileira, agravadas pelas políticas neoliberais e conservadoras dos últimos anos.

As equipes do SGDCA atuam para garantir direitos e fortalecer os vínculos familiares, mas enfrentam sérias limitações, como a precariedade dos serviços públicos. Entre os principais entraves estão: longas filas para atendimentos em saúde mental, ausência de equipes completas no CAPSi, falta de CAPSad no município para encaminhar os responsáveis com dependência química e escassez de espaços de convivência com atividades culturais de interesse das crianças e adolescentes.

Diante disso, cabe refletir: se já há falhas na garantia de direitos durante o acolhimento, como esperar que essas famílias tenham acesso efetivo aos serviços antes da judicialização?

Evitar a judicialização da pobreza sob a justificativa de negligência exige também que os estudos sociais diferenciem os conceitos analisando se as violações de direitos atingem apenas a criança e adolescente ou todo o núcleo familiar. Também é fundamental envolver os genitores no cuidado, evitando que a responsabilidade recaia unicamente sobre as mulheres.

É urgente que o município de Rio das Ostras amplie e qualifique as políticas públicas e os equipamentos existentes, com prioridade para a saúde mental, a convivência comunitária, o esporte, o lazer e a cultura, especialmente nas regiões periféricas. No processo de reintegração familiar, é essencial promover a inserção das famílias em políticas de educação, trabalho e saúde, criando condições reais para que reassumam os cuidados com seus filhos.

Entretanto, apesar dos limites estruturais, os esforços da rede de proteção local revelam compromisso com os direitos das crianças e adolescentes. A valorização da escuta qualificada e da articulação intersetorial procura romper com práticas conservadoras e fragmentadas, apontando um caminho para uma política pública mais ética, efetiva e comprometida com a emancipação da classe trabalhadora.

---

<sup>172</sup> Medida aplicada aos pais ou responsáveis com base no art. 249 da Lei nº 8.069/90 que penaliza os responsáveis por não cumprirem os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem como determinações da autoridade judicial do conselho tutelar. Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Realização:



Apoio:



## Referências

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Dos livres e dos cativos: breves apontamentos sobre a história das crianças no Brasil. **Revista Serviço Social em Debate**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 6-18, 2022. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/issue/view/391>>. Acesso em: 03 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção. Proteção e Defesa do Direito de Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: CONANDA, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, **Diário Oficial da União**, seção 1, 1990.

BERBERIAN, Thais Peinado. Serviço Social e avaliações de negligência contra criança e adolescente: debates no campo da ética profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 121, p. 48-65. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/6xw7kYCSV6P66whzkQTdV7K/?lang=pt>> Acesso em: 03 jul. 2025.

CARDOSO, Gracielle Feitosa de Loiola. **(Re)produção de famílias “incapazes”**: paradoxos à convivência familiar de crianças e adolescentes institucionalizados. 2017, 199f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MPERJ. **33º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: MPERJ, 2024. Disponível em: <[https://mca.mp.rj.gov.br/documents/3680314/6400951/33censo\\_mca\\_2024.pdf](https://mca.mp.rj.gov.br/documents/3680314/6400951/33censo_mca_2024.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. A centralidade da família na política de assistência social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz, v. 8, n. 1, p. 133-143, jan./jun., 2004,

OLIVEIRA, Thiago Rosa Assis; da SILVA, Roberta Barbosa. Práticas de saber-poder entre pobreza e negligência que se configuram na institucionalização da infância. **Revista Mosaico**, v. 10, n. 2, Supl. p. 96-104, jul./dez., 2019.

PACHUKANIS, Evguiéni. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2013.

Realização:



Apoio:





## **DROGAS E SAÚDE MENTAL: entre o moralismo que aprisiona e a liberdade terapêutica**

Thalita Melchiades da Silva<sup>173</sup>

**Resumo:** O artigo fará uma discussão em torno do histórico da saúde mental no Brasil com interface no uso de drogas, posteriormente será feito um breve contexto acerca do sistema prisional no país. Em seguida, como a conjugação dessas temáticas leva à prisão um segmento populacional específico e, por fim, serão apresentadas breves sugestões de enfrentamento às questões tendo a liberdade como pauta e horizonte.

**Palavras-chave:** Drogas; saúde mental; CAPS; comunidades terapêuticas; prisões.

**Abstract:** The article will make a discussion around the history of mental health in Brazil with interface in drug use, later it will be made a brief context about the prison system in the country. Then, as the combination of these themes leads to prison a specific population segment and, finally, brief suggestions for dealing with issues will be presented having freedom as a guideline and horizon.

**Keywords:** Drugs; mental health; CAPS; therapeutic communities; prisons.

### **Introdução**

Propor a discussão da saúde mental em interface com o uso de drogas significa entrar em um campo repleto de disputas e marcado por práticas proibicionistas sob suas diferentes nuances. Entende-se que a atual criminalização em torno das drogas ilícitas constitui como impulsionadora do número de pessoas que adentram o sistema prisional. Em consonância com dados da pesquisa feita pelo Conselho Nacional de Justiça em 2018, intitulada Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, mais de 53% das pessoas privadas de liberdade possuem de 18 a 29 anos, 55% são negros(as) e com pouca escolaridade, 76% possuem como nível máximo de instrução o Ensino Fundamental. Esse mesmo documento aponta que o tráfico de drogas figura como o segundo delito que mais encarcera pessoas no Brasil, perdendo apenas para crimes contra o patrimônio.

O artigo fará uma discussão em torno do histórico da saúde mental no país e da interface com o uso de drogas, posteriormente será feito um breve contexto acerca do sistema prisional, em seguida como a conjugação dessas temáticas leva à prisão um segmento populacional específico e por fim, serão apresentadas breves sugestões de enfrentamento às questões tendo a liberdade como pauta e horizonte.

### **Saúde mental no Brasil: breves reflexões**

O Movimento Nacional da Luta Antimanicomial surgiu nos anos 80 como uma resposta da sociedade ao tratamento desumano ao qual era submetido às pessoas em sofrimento mental. Cabe destacar o intenso processo de redemocratização que o país vivenciava e com isso a explosão de movimentos em torno de maior participação política e de lutas contra violências diversas sofridas por inúmeros segmentos sociais, entre os quais as pessoas em sofrimento mental.

---

<sup>173</sup> Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF. Assistente social na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais. E-mail: thalita.jf@gmail.com

Realização:



Apoio:



Com o fim da Ditadura, em 1985, em seguida, em 1986, foi realizada a oitava Conferência Nacional de Saúde (CNS), sendo um marco importante para a estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS). Como desdobramento desse evento, em 1987, ocorreu a I Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM), seguindo-se o direcionamento dado a partir da conferência anterior. Nesse contexto, no mesmo ano, acontece o II Encontro Nacional do MTSM, conhecido como *Congresso de Bauru*. O movimento ganhou novos rumos, adotando o lema conhecido como: *por uma sociedade sem manicômios*. Ou seja, houve uma ruptura na trajetória do MTSM, reconhecendo que não caberia apenas transformações no interior dos hospícios, mas, sim, sua efetiva extinção. (Duarte *et al.*, 2020, p. 93).

A Lei 10.216, de 06 de abril de 2001, foi um dos marcos legais para a reforma psiquiátrica no país colocando o tratamento em liberdade como primazia dentro da saúde mental. Percebe-se dessa forma o quanto em termos históricos ainda é recente, pouco mais de duas décadas, a legislação que garante direitos a pessoa em sofrimento mental e aponta o tratamento para além dos muros manicomial. Na contramão desse entendimento, ainda se observa na atualidade a presença de hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas sendo colocadas como alternativas de tratamento em saúde mental. Dessa forma percebe-se o quanto o debate é permeado de tensões e disputas.

Nessa direção, foi pensado o CAPS, Centro de Atenção Psicossocial, via Portaria 336 de 19 de fevereiro de 2002.

4.1.1 - A assistência prestada ao paciente no CAPS I inclui as seguintes atividades: a - atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros); b - atendimento em grupos (psicoterapia, grupo operativo, atividades de suporte social, entre outras); c - atendimento em oficinas terapêuticas executadas por profissional de nível superior ou nível médio; d - visitas domiciliares; e - atendimento à família; f - atividades comunitárias enfocando a integração do paciente na comunidade e sua inserção familiar e social (Brasil, 2002, n/p).

A lógica do serviço é territorial, a prestação de cuidados envolve uma equipe interdisciplinar e propõe-se a trabalhar também com a família. Ou seja, a proposta é de que seja o espaço diferente dos manicômios primordialmente pela lógica da liberdade inexistente quando as pessoas eram submetidas a longos anos de internação aliado a uma descentralização do poder médico visto que a própria ideia de tratamento não está restrita a consultas ambulatoriais, ou não deveria estar. Somado ao entendimento da família também como pessoas que devem ser escutadas e envolvidas no tratamento para muito além de serem meramente informadas acerca das normas institucionais. Lidar com a saúde mental requer habilidades que em muitos casos familiares não conseguem desenvolver.

E se a liberdade inegavelmente foi um avanço, por outro lado coube a família muitas vezes todo o encargo de cuidar sozinha de seus entes. Dessa forma, um dos desafios postos é o de se pensar em estratégias de cuidado aos familiares de usuários referenciados pela saúde mental. Cotidianamente, poderem ter no CAPS também um espaço de cuidado para si mostra-se como imprescindível como forma de prevenir o adoecimento psíquico, fortalecer as relações e tentar evitar nova institucionalização daquela pessoa em sofrimento mental. Compreender as diversas dimensões da saúde que permeiam os familiares ajuda a não sobrecarregar e em alguma medida criminalizar a família. Entender que condições socioeconômicas perpassam o cotidiano dessas pessoas e questões como ter na figura da mulher a única provedora da casa vai também implicar na disponibilidade de cuidados para a/o usuário. Se ela é a única pessoa que trabalha do domicílio então é necessário que a rede de saúde e assistência possam articular-se para o tratamento daquele sujeito. Nesse cenário, caso a/o usuária/o não consiga deslocar-se sozinha/o pelo território a construção de um projeto terapêutico que

Realização:



Apoio:



contemple idas diárias ao serviço está destinado a não dar certo. A legislação coloca que a família e a sociedade devem participar, não prover a totalidade dos cuidados.

Art. 3º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais (Brasil, 2001, n/p).

## **O tratamento para o uso prejudicial de drogas: passado e presente na lógica manicomial**

O texto de Passos *et al.* (2021) fala em uso prejudicial de drogas. Entende-se que tal categoria de análise possui um caráter político crítico que é necessário no trato desse tipo de questão. Foge de termos como dependência química ou adicto que tem na psiquiatria sua origem e de algum modo evidenciam mais a droga do que o próprio sujeito.

Outro ponto que cabe destacar é que no contexto de busca por direitos para as pessoas em sofrimento mental foi a reforma psiquiátrica que ocupou o cenário nas instituições públicas e não a luta antimanicomial. O foco foi a figura da/o paciente sem classe, raça ou gênero. Como o foco é no modelo biomédico incorporou-se de maneira, muitas vezes acrítica, os termos adicto, uso, abuso e dependência da psiquiatria.

A compreensão do usuário de drogas como dependente de uma substância reforça o seu lugar de vulnerável socialmente e diz sobre o seu não-lugar nas políticas sociais, pois a questão central passa a ser apenas a droga. Na sociedade brasileira o tema droga sempre foi tratado com o olhar da Segurança Pública sob a evocação da ação policial de forma repressiva e excludente. Logo, descarta-se historicamente a importância de um cuidado aos usuários de drogas como questão de Saúde Pública (Prudêncio, 2020, p.167).

Se a trajetória da saúde mental ainda hoje é marcada pelo preconceito e convive com o projeto da manicomialização em se tratando da interface com o uso de drogas o cenário torna-se ainda mais violento.

O tratamento para tal grupo é majoritariamente feito com atendimentos no CAPS Álcool e Drogas (CAPSad) aliados ao suporte da rede de saúde como um todo, incluindo aí as unidades básicas de saúde e leitos em hospitais gerais. Uma das críticas ao tratamento para usuários do CAPS restringe-se a substituição dos tipos de drogas, antes álcool e outras ilícitas, agora na forma de medicação psicotrópica. O trabalho interdisciplinar que é a proposta do serviço acaba sendo reduzido a consultas médicas e a uma intervenção que muitas vezes não contempla a saúde para além dos aspectos biológicos.

Um dos desafios que se coloca para esse serviço é justamente incorporar no contexto institucional ações que levem a desmedicalização. Conseguir fazer com que o cotidiano institucional expresse que aquela/e usuária/o é também cidadã/ão e deve ser acompanhado por outros serviços como de assistência, lazer, cultura. O uso da droga não pode definir o sujeito, é necessário que ela/e apareça como de fato quem é, portador de múltiplos direitos.

Em tais serviços uma das formas de tratamento alicerça-se na redução de danos. No cotidiano institucional essa opera-se como a condução do tratamento da forma que é possível para o mesmo, no qual por múltiplos fatores, a abstinência não é um horizonte possível. O conceito da redução de danos surge nos anos 80, como forma de tentar frear a incidência do HIV, vírus até então desconhecido pela ciência. O objetivo inicial não era a preocupação com o uso de drogas, mas evitar o contágio da doença.

Realização:



Apoio:



É somente nos anos 1980 que a preocupação da área da saúde com a questão do álcool e outras drogas ganha novos contornos, impulsionada sobretudo pela emergência da epidemia da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). A incorporação ao campo da saúde pública e sua associação à adoção da estratégia de redução de danos (RD) foram provocadoras de importantes avanços na forma de conceber e intervir na questão das drogas, apontando para outras possibilidades, distintas do proibicionismo e da abstinência total (2022, p. 160).

Dessa forma, cabe salientar que a redução de danos não se constitui em oposição a abstinência. É possível que tais modelos possam ser ofertados ao usuário do serviço para qual deles encaixa-se melhor ao seu perfil, naquele determinado momento. Frisa-se ainda o quanto é necessário entender que a vida não é estanque e que o tratamento em saúde mental também não deve ser. Logo, é importante que o serviço demonstre cotidianamente que a pessoa será acolhida mesmo estando em uso de drogas. Tal posicionamento deve de sobremaneira ser expressa nas atitudes cotidianas dos profissionais para muito além de uma orientação ideológica, que sem ações para subsidiar de fato não conseguem alterar a lógica moralista que impera no trato com relação ao uso de drogas.

A construção do cuidado em saúde aos usuários de drogas precisa ter como caminho de ação a estratégia de Redução de Danos sociais e à saúde, a qual, através da defesa pela vida, preza por ações no território que auxiliem na compreensão dos usos de drogas (Prudêncio, 2020, p. 176).

Outro braço da desinstitucionalização é o Serviço de Residência Terapêutica-SRT – criado para servir de moradia para pessoas que permaneceram longo período em internações psiquiátricas.

Parágrafo Único. Entende-se como Serviços Residenciais Terapêuticos, moradias ou casas inseridas, preferencialmente, na comunidade, destinadas a cuidar dos portadores de transtornos mentais, egressos de internações psiquiátricas de longa permanência, que não possuam suporte social e laços familiares e, que viabilizem sua inserção social (Brasil, 2000, n/p).

Importante frisar o quanto a perspectiva de desinstitucionalizar deve ser a forma de trabalho do SRT e CAPS. Para evitar que apenas haja uma transposição mecânica entre estar no manicômio ou estar no SRT. É necessário que em tais espaços a liberdade seja a tônica.

Com a Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019, as comunidades terapêuticas passaram a integrar a rede de atenção psicossocial (RAPS) recebendo inclusive recursos públicos como forma de financiamento. Revitalizando com isso o que há de mais conservador em torno da saúde mental que é justamente a ênfase no tratamento institucionalizado.

Em suma, trata-se de instituições fechadas ou totais para tratamento de pessoas em uso abusivo de substâncias psicoativas (SPA). Possuem, em sua maioria, direcionamento religioso que influencia diretamente a metodologia de tratamento baseada no tripé isolamento, trabalho e religião (Gomes *et al.*, 2020, p. 121-2).

A lógica das comunidades terapêuticas é a segregação, o tratamento baseia-se na abstinência e o afastamento social é uma premissa, pela via própria da necessidade de passar a residir na instituição e às vezes acentuado por indicações de tais serviços em manter durante um período a pessoa sem comunicação com a família, via impedimento de contatos telefônicos e visitas ao espaço. O tratamento muitas vezes

Realização:



Apoio:



se dá com sustentação religiosa ainda que a pessoa fora dali não professe nenhuma vinculação nessa linha. Tais espaços sempre existiram dentro da RAPS mas o fato de passar a contar com financiamento público significou de fato um retrocesso para a saúde mental. Por um lado, a verba que se financia tais espaços deixa de ser aplicada em propostas para tratamento em liberdade e por outra implica no direcionamento político de que a institucionalização passa a fazer parte do rol de tratamentos possíveis dentro da saúde mental. Assim, práticas alicerçadas na abstinência, com viés religioso e proibicionista passam a compor as instituições de tratamento em saúde mental.

Outro ponto que tais espaços apresentam é o fato de a correlação de forças não ser horizontal, que é um dos pressupostos em instituições como o CAPS. Nas instituições totais como presídios, hospitais e escolas as relações tendem a pautar-se na verticalização.

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho para um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (Goffman, 1961, p. 11).

As pessoas que vão hoje para a comunidade terapêutica são os corpos dissidentes, quem a sociedade não quer ver no cotidiano: “viciados” operando na mesma lógica de segregar os indesejáveis que os manicômios possuem e do sistema prisional com o fato de cercear a liberdade justamente dos pobres, compostos majoritariamente por negros e pardos. A patologização ocorre quando os corpos não estão dentro da norma pré-estabelecida em um dado momento histórico lançando-se mão da retirada da vida social dessas pessoas: Ontem via manicômios e prisões, hoje prisões e comunidades terapêuticas.

Penso que uma pessoa sem nome, seja uma pessoa sem história, sem direito algum. Penso também que esta forma de anonimato dificulte, para nós, o reconhecimento da enormidade desta injustiça. O anonimato transforma as pessoas em categorias abstratas: migrantes, negros, loucos, desviantes, homossexuais, pobres – todos são ‘os outros’. São números, não são sujeitos! E assim diminui nosso senso de culpa, a nossa responsabilidade (Venturini, 2012, p. 58).

Na atualidade a internação compulsória mostra-se como mais uma forma de controlar existências somado as comunidades terapêuticas. O sujeito submete-se ao tratamento por uma determinação judicial. Somado a difusão da ideia sobre a epidemia de crack e com isso a legitimação social de espaços segregacionistas como as comunidades terapêuticas. O uso de outras drogas não é tão visível quanto o do crack. Esse gera um incômodo visto que é feito em vias públicas fazendo com que setores lancem mão da perspectiva do higienismo. Assim, a repressão opera buscando a aprovação social via vinculação e massificação na mídia sobre crimes que acontecem tendo a droga por interface. Aliado à própria denominação dos locais de uso como “cracolândia”, remetendo etimologicamente a “terra do crack”.

Assim, uma vez que a saúde mental não é encarada como uma política, não há emprego ou moradia para o conjunto das pessoas. A saída encontrada passa pelo uso de drogas (lícitas e ilícitas) que uma vez não tendo nenhum suporte via políticas públicas no enfrentamento de suas questões, o indivíduo vai entrar em um ciclo vicioso: Usa drogas para tentar suportar as questões precárias da vida material, tem dificuldade de suprir as necessidades básicas de sobrevivência incluindo a compra de drogas e comete um delito para tentar acessar tais itens, adentrando para o sistema prisional e mais uma vez reforçando a lógica da segregação. E se antes do cárcere o que predominava era o álcool, cigarro, algumas drogas ilícitas e poucas medicações psicotrópicas no cenário da prisão as medicações psicotrópicas é que vão fornecer o alento para o corpo e a alma frente a tantas violências cotidianas.

Realização:



Apoio:





## **Drogas e prisões: para muito além de aprisionar corpos**

Tratarei agora sobre a realidade no sistema prisional tendo a questão racial como principal angulação. Entendendo que tal debate se faz pertinente e necessário pois, conforme já apontado, a maioria das pessoas privadas de liberdade no Brasil são negras. O sistema prisional na atualidade tornou-se o local de destino dos socialmente indesejáveis: Atrás dos grandes muros que cercam as penitenciárias esconde-se dos olhos da sociedade aqueles que só são úteis ao sistema capitalista quando alvos de repressões diversas.

Ao identificarmos que o manicômio está para além dos muros institucionais, nos propomos a questionar o quanto que as forças ultraconservadoras acionam o racismo, o machismo, o patriarcado, o sexismo, a lgbtfobia, as desigualdades de classe para retomarem a manicomialização das políticas públicas e das relações sociais. A partir do discurso de ódio há uma reafirmação dessa estratégia que ultrapassa a política de saúde mental, álcool e outras drogas, pois o pacote “anticrime” apenas fortalece o extermínio da população negra e a nova política de drogas promove a aniquilação da existência através da internação compulsória nas comunidades terapêuticas. Não são apenas as pessoas usuárias de drogas que serão internadas, mas também as mulheres negras, pessoas em situação de rua, lgbts etc. (Gomes; Passos, 2019, p. 163-4).

O Brasil sustenta a posição de 3º lugar no ranking que mais encarcera pessoas no mundo conforme segundo o *World Prison Brief* em 2024. Entender o quanto o racismo está estruturalmente vinculado à história brasileira permite entender que não é por acaso ou por conta de questões morais que a maioria das pessoas em situação de prisão no país são negras. “O racismo estrutura a sociedade brasileira desde nossos inconscientes, desde nossos afetos. Nos reconhecemos negros pela marca do racismo” (Ferrugem, 2020, p. 46).

A práxis negra foi construída nas resistências quilombolas, é um dado histórico e uma forma de entender o negro. É necessário que o escravo deixe de ser coisa para tornar-se homem e assim conseguir pensar como alguém que merece respeito e direitos.

Desta forma, o negro escravo somente se reencontra como ser, como homem, quando tem condições de negar-se como “coisa possuída”, deixa de ser instrumento de uso e, mesmo sem elementos capazes de dar-lhe uma visão cognitiva suficiente para colocá-lo na posição de ser plenamente autoconsciente, leva-o a se reencontrar com o próprio corpo, através de uma práxis que nega o estatuto que o desumaniza (Moura, 1977, p. 205).

Importante pensar o tráfico de drogas para além da criminalização entendendo questões como de classe envolvidas ali. “O foco no tráfico varejista e nas classes mais pobres impede que os operadores tomem conhecimento do verdadeiro mundo do tráfico que está pulverizado por todas as regiões da cidade e todas as classes sociais.” (Jesus, 2011, p. 124).

Vender drogas não é atividade violenta por natureza, caso contrário, a venda de álcool e tabaco teria essa característica. Ao invés disso, a proibição é que torna o narcotráfico atividade violenta regida por regras próprias. Neste sentido, acreditamos que a regulamentação da produção, distribuição, comercialização e uso de substâncias psicoativas, que são atualmente proibidas, não retirará do negócio a exploração de força de trabalho, mas poderá minimizar as relações violentas que dominam os bastidores da ilegalidade (Rocha, 2015, p. 67).

Realização:



Apoio:



Para as pessoas em uso prejudicial de drogas, ser cuidado e cuidar da saúde via SUS não se coloca como uma possibilidade. O Estado apresenta-se apenas pelo viés da coerção e do encarceramento, no sistema prisional ou via manicômios.

Observamos que, se, realmente, na “guerra às drogas” a intenção é a de preservar a saúde das pessoas contra os supostos malefícios do uso de algumas substâncias psicoativas proibidas, o combate deveria se voltar aos proprietários dos meios de produção de drogas proibidas, aos grandes empresários do negócio das drogas, aos protagonistas que estão bem escondidos nos bastidores da legalidade/ilegalidade. A repressão aos pequenos varejistas da venda de substâncias psicoativas proibidas não significa que se está combatendo o tráfico e, pior que isso, o combate aos “microtraficantes”, aos jovens que trabalham nas “bocas de tráfico” presentes nas periferias urbanas, às “mulas” do transporte, é ação de criminalização da juventude pobre que tem sua força de trabalho explorada no negócio das drogas proibidas (Rocha, 2015, p. 66).

## Conclusão

Refletir sobre a função social do sistema prisional na atualidade requer pensar saídas estruturais como a regulamentação das drogas e repensar outras formas de oferecer resposta para o cometimento de delitos para além da privação de liberdade. A função econômica que as cadeias exercem para o capitalismo é sem dúvida um dos grandes motivos que fazem a perpetuação de tais espaços nos dias atuais. Essa envolve armamentos para os policiais penais, advogados particulares que “vendem sonho”<sup>174</sup> além da economia informal subsidiada por familiares via visitas regulares ao estabelecimento prisional e envio de alimentos/ materiais de higiene não fornecidos pelo Estado.

Entender que muitas vivências violentas são potencializadas quando se cruzam também é fundamental. O fato de a pessoa ser negra, pobre e egressa do sistema prisional colocará a mesma em uma situação de muito mais desvantagem social do que se ela for negra e residir em um bairro nobre.

O marxismo possui potência, portanto, para recuperar a centralidade do econômico que muitas análises esquecem, o que não significa que isso não possa ser feito transversalizando as determinações de raça/etnia, gênero, sexualidade, territorialidades, ciclo vital, deficiências, subjetividades, vivências, representações, relações sociais etc. (em suma, determinações da diversidade humana), na perspectiva das interseccionalidades (Ferreira, 2014, p. 52).

Outra frente de enfrentamento é justamente fortalecer os movimentos populares tanto daqueles que têm a liberdade como bandeira central de luta. Entender que espaços como manicômios, prisões ou comunidades terapêuticas possuem um direcionamento ideológico de tolher direitos apenas de um segmento populacional. Necessário que tais espaços possam ter bandeiras em comum, a defesa da liberdade, sem dúvida, pode ser um grande ponto de interseção.

Em se tratando do sistema prisional, faz-se fundamental entender que a condição de prisão é passageira. Além de ser importante que as famílias daqueles privados de liberdade possam contar com espaços para lutar pelos direitos daqueles cercados por grades (de metal e ideológica!) além de também conseguir reivindicar acesso a direitos diversos para si próprios. A família que se encontra fora da prisão

---

<sup>174</sup> Expressão utilizada no cotidiano prisional por detentas/os para designar advogados/as que para serem contratados/as colocam que a privação de liberdade vai perdurar por pouco tempo. Contudo, muitas vezes essa questão demora e na maioria dos casos os processos têm longas penas privativas de liberdade como resultado.

Realização:



Apoio:



muitas vezes vivencia expressões da questão social como desemprego, fome e falta de moradia.

A questão da regulamentação também se faz imprescindível. Enquanto a criminalização recair sobre as favelas e explodirem em coberturas jornalísticas noticiando a caça ao “inimigo” caberá de fato apenas a prisão para as pessoas que são pobres e negras envolvidas com as drogas (seja enquanto usuárias seja no mercado varejista de tais mercadorias).

O debate em torno da saúde mental, drogas e aprisionamento se mostra como um desafio para os dias atuais visto que matar ou prender pessoas negras historicamente não choca os olhos da maioria da população. No texto de Rocha (2015:65) ele faz uma pesquisa com jovens sobre a questão do tráfico de drogas e uma das respostas é a síntese de como a questão é tratada pelo poder público. “Ou você morre, ou dá certo, ou você vai preso.” Dessa forma, torna-se urgente que o “dá certo” esteja para além de uma liberdade sem direitos ou uma morte social pela invisibilidade ou preconceito. Que todas e todos, possam “dar certo” tendo proteção social e podendo exercer livremente sua forma de ser/ estar no mundo!

## Referências

BRASIL. **Lei nº 13.840**, de 5 de junho de 2019. Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13840.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13840.htm)>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 336**, de 19 de fevereiro de 2002. Brasília: MS, 2002. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336\\_19\\_02\\_2002.htm](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.htm)>. Acesso em: 30 jul.2025

BRASIL. **Lei nº 10.216**, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm)>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. **Portaria GM/MS nº 106**, de 11 de fevereiro de 2000. Brasília: MS, 2000. Disponível em: <<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/comum/4437.html>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. **Banco Nacional do Monitoramento de Prisões**. Brasília: CNJ, 2018. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/08/bnmp.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Realização:



Apoio:



DUARTE, Marco José de Oliveira *et al.* A saúde mental em tempos de desafios e retrocessos: uma revisão. **Argumentum**, Vitória, v. 2, p. 91-106, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/29203>>. Acesso em 19 ago. 2022.

FAIR, Helen; WALMSLEY, Roy. **World prison population list**. (fourteenth edition). London: ICPR, 2024. Disponível em: <[https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world\\_prison\\_population\\_list\\_14th\\_edition.pdf](https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_prison_population_list_14th_edition.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões**: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere. 2014. 144f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FERRUGEM, Daniela. Guerra às drogas? **Em Pauta** - Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 45, n. 18, p. 44-54, jan./jun., 2020. Disponível em: <<http://online.anyflip.com/ckri/yhmr/mobile/>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.

GOMES, Tathiana Meire da Silva et al. As comunidades terapêuticas brasileiras e a pandemia do novo coronavírus. *In*: GOMES, Tathiana Meire da Silva; PASSOS, Rachel Gouveia; DUARTE, Marco José de Oliveira. (org.). **Saúde mental e drogas em tempos de pandemia**: contribuições do Serviço Social. Uberlândia: Navegando, 2020, p. 117-138.

GOMES, Tathiana Meire da Silva. PASSOS, Rachel Gouveia. Avanço do conservadorismo, regressividade e os ataques a política nacional de saúde mental, álcool e drogas. *In*: RAMOS, Adriana et al. (org.). **Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas**: subsídios analíticos para o Serviço Social. Uberlândia: Navegando, 2019, p. 155-166.

JESUS, Maria Gorete Marques de (coord.). **Prisão provisória e lei e drogas**: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo. São Paulo: NEV; Open Society Institute; FUSP, 2011.

MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo à mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

PASSOS, Rachel Gouveia *et al.* A (re)manicomialização da política de saúde mental em tempos bolsonaristas: a volta do eletrochoque e das internações psiquiátricas. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 13, p. 42-64, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/80618>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PRUDÊNCIO, Juliana Desiderio Lobo. A COVID-19 reafirmando a invisibilidade dos usuários de álcool, crack e outras drogas no território. *In*: GOMES, Tathiana Meire da Silva; PASSOS, Rachel Gouveia; DUARTE, Marco José de Oliveira. (org.). **Saúde mental e drogas em tempos de pandemia**: contribuições do Serviço Social. Uberlândia: Navegando, 2020, p. 161-182. Disponível em: <<https://www.editoranavegando.com/livro-saude-mental>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Realização:



Apoio:



PRUDÊNCIO, Juliana Desiderio Lobo; SENNA, Mônica de Castro Maia. Política de atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas: retrocessos nas concepções, desenho e financiamento. **Em Pauta** – Teoria Social e Realidade Contemporânea. Rio de Janeiro, n. 49, v. 20, p. 159-173, jan./jun., 2022. Disponível em: <<http://anyflip.com/bookcase/kiaw>>. Acesso em 18 ago. 2022.

ROCHA, Andréa Pires. Relações de trabalho no narcotráfico: exploração, riscos e criminalização. **Argumentum**, Vitória, v. 7, n. 1, p. 55–68, jan.-jul., 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/9020>>. Acesso em 18 ago. 2022.

VENTURINI, Ernesto. Em memória de uma mulher maya. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 4, n. 10, p. 43-61, 2012. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/68747/41376>>. Acesso em 20 ago. 2022.

Realização:



Apoio:





## SERVIÇO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA NA FORMAÇÃO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS EM PORTUGAL

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras<sup>175</sup>

Cláudia Mônica dos Santos<sup>176</sup>

Ana Clara Aparecida Moreira Alves<sup>177</sup>

**Resumo:** Apresentamos os resultados parciais da análise das Fichas de Unidade Curricular (FUC) dos 17 cursos de Serviço Social em Portugal. Destaca-se a relação entre o campo dos direitos humanos/cidadania e a profissão, evidenciada na análise sobre as FUC vinculadas à área de Serviço Social. Esta sistematização parcial dos dados servirá de impulso na perspectiva de aprofundar a compreensão sobre os fundamentos teórico-metodológicos da profissão naquele país. Esse artigo integra a pesquisa “Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social no Brasil e em Portugal: antecedentes, memória e desafios contemporâneos” (1960-2020), que participa da pesquisa em rede internacional “Serviço Social na história”.

**Palavras-chave:** Serviço Social; direitos humanos; cidadania; formação; Portugal

**Abstract:** We present the partial results of the analysis of the Curricular Unit Files (CUF) of 17 Social Work programs in Portugal. The relationship between the field of human rights/citizenship and the profession stands out, as evidenced by the analysis of the CUFs linked to the Social Work field. This partial systematization of the data will serve as an impetus for deepening our understanding of the theoretical and methodological foundations of the profession in that country. This work is part of the research “Historical and theoretical foundations of Social Work in Brazil and Portugal: antecedents, memory and contemporary challenges (1960-2020)” which is part of the international network “Social Work in history”.

**Keywords:** Social Work; human rights; citizenship; formation; Portugal

### Apresentação

Esse trabalho é parte da pesquisa “Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social no Brasil e em Portugal: antecedentes, memória e desafios contemporâneos” que têm por objetivo “realizar uma reconstrução histórico-analítica da perspectiva crítica do Serviço Social no Brasil e em Portugal (1960-2020)”, aprofundando conhecimentos sobre os Fundamentos do Serviço Social nesses países, no período de 1960 a 2020<sup>178</sup>.

Metodologicamente está organizada em duas linhas de investigação, nas quais utilizam-se da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A primeira linha abarca o Serviço Social português, tendo como procedimentos, respectivamente, identificação e leitura de todas as teses produzidas nos três programas de doutorado em Serviço Social

<sup>175</sup> Assistente Social, Doutora em Serviço Social, professora titular da Faculdade de Serviço Social e professora permanente do PPGSS/UFJF. E-mail: alexandra.eiras@ufjf.br

<sup>176</sup> Assistente Social, Doutora em Serviço Social, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Faculdade de Serviço Social/UFJF. E-mail: cmonicasantos@gmail.com

<sup>177</sup> Graduanda em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da UFJF; bolsista de iniciação científica pela Fapemig. E-mail: anaclaraalves0810@gmail.com

<sup>178</sup> Essa pesquisa é financiada pelo CNPq e pela FAPEMIG, sendo parte constitutiva da pesquisa em rede internacional intitulada “Serviço Social na História: questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa”.

Realização:



Apoio:



(até 2020), nomeadamente, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Interinstitucional da Universidade Católica de Lisboa/Coimbra e da Universidade Lusíadas de Lisboa, e das produções mais indicadas nas bibliografias dos planos de estudo das dezessete licenciaturas<sup>179</sup> de Serviço Social existentes neste país; análise dos planos de estudo e das fichas de unidades curriculares (FUC) das 17 licenciaturas; realização de entrevistas com lideranças e assistentes sociais inseridos(as) em diferentes movimentos sociais. A segunda linha é sobre o Serviço Social brasileiro, comportando, igualmente, pesquisa bibliográfica, documental e em acervos pessoais, além de entrevistas em profundidade, com assistentes sociais brasileiras.

Este artigo objetiva apresentar resultados parciais da primeira linha de pesquisa, realizada em Portugal, centrando na categoria Direitos Humanos e Cidadania, analisando, as FUC dos 17 cursos, tendo como referência o registro dessas informações no ano de 2023. Intentamos compreender se essa questão era tratada nos cursos em suas unidades curriculares, visando posteriormente dar continuidade a uma análise mais apurada dos fundamentos do Serviço Social em Portugal.

Nesta direção, esse texto contém essa apresentação, seguida de nossa compreensão sobre a relação da profissão com o campo dos direitos humanos, sobretudo na defesa dos direitos sociais como fundamento material para o exercício da cidadania na sociedade capitalista (item 2.1). Na sequência apresentamos os dados sobre esse componente através da análise das FUC nos 17 cursos de Serviço Social, em Portugal (item 2.2). Finalizamos com uma breve análise parcial dos dados sistematizados até o momento.

## **Serviço Social, cidadania e direitos humanos**

Nesta pesquisa compreendemos o Serviço Social enquanto uma profissão inscrita no processo histórico, na particularidade das relações sociais capitalistas (Iamamoto e Carvalho, 2005), cujas protoformas/emergência remontam ao final do século XIX. Entendemos, ainda, que a configuração e institucionalização da profissão foram possíveis, historicamente, através de sua vinculação às políticas sociais, enquanto respostas efetivadas pelos Estados nacionais às necessidades de reprodução social das classes trabalhadoras, face ao seu processo organizativo e às lutas empreendidas no capitalismo em sua fase monopolista (Faleiros, 1981; Netto, 2001).

Por sua vez, na configuração do denominado “Estado de Direito” sob o desenvolvimento do capitalismo, na perspectiva liberal (durante os séculos XVIII e XIX), já se desenvolvera a esfera dos direitos civis, significando um campo de proteção ao direito individual, à propriedade, à liberdade de ir e vir, de expressão e respeito às diferenças de concepções e crenças. Tais concepções também engendraram mecanismos democráticos no campo político, com particularidades nacionais.

Contudo, historicamente, o alcance dessas proteções guarda diferenças significativas sobre os indivíduos conforme sua inserção de classe social. A desigualdade social inerente ao capitalismo reproduz disparidades no acesso à propriedade, sobretudo face à concentração dos meios de produção, expressa no acúmulo de capital, em contradição com o grande contingente de trabalhadores alheios e desprovidos dos meios necessários para a produção e realização do trabalho configurado sob a hegemonia capitalista (trabalho subsumido ao capital), conforme análise de Marx (2017; 2020).

No processo histórico, as lutas e disputas entre as classes sociais (burguesia e proletariado) implicaram em conquistas civilizatórias para o conjunto dos (as) trabalhadores (as) nas sociedades capitalistas, destacando-se, principalmente, a concepção dos direitos sociais como fundamento para o exercício da cidadania e da

---

<sup>179</sup> Equivalente aos cursos de graduação em Serviço Social, conforme nomenclatura utilizada no Brasil. Neste artigo, utilizaremos a denominação “cursos” com essa correspondência às licenciaturas.

Realização:



Apoio:



democracia, assentadas sobre a necessidade de redistribuição da riqueza socialmente produzida sob o capitalismo.

As políticas sociais sob essa compreensão visam um conjunto de condições que estabeleçam uma segurança para os indivíduos de um modo geral, visando à proteção daqueles (as) pertencentes às classes trabalhadoras. Acesso ao trabalho em condições de proteção e dignidade, à educação, saúde, previdência, moradia; à esfera da cultura e ao lazer também fazem parte desse conjunto.

Neste sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela ONU em dezembro de 1948, evidencia uma concepção de direitos bastante progressista, impulsionando a difusão internacional desse paradigma, alicerçado na relação indissociável entre direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e, posteriormente, ambientais.

Historicamente, a profissão de Serviço Social foi se vinculando à compreensão dessas referências e à defesa da efetivação dessas premissas, tendo sua imagem social atrelada à defesa dos direitos sociais e humanos, de um modo geral, no plano internacional<sup>180</sup>.

Neste sentido, podemos afirmar que o Serviço Social é uma profissão que intenciona defender, promover e efetivar direitos socialmente reconhecidos. Para além, a profissão também vislumbra sair do mero reconhecimento do direito formalizado visando a objetivação das condições para a real emancipação dos indivíduos sociais.

E, neste processo, precisa conhecer, investigar sobre essa temática, tanto, no que se refere às concepções de Direitos Humanos e Cidadania, quanto às diferentes situações de violação dos direitos humanos propriamente ditos.

Da perspectiva profissional, a possibilidade de agir na defesa/promoção do acesso aos direitos reconhecidos socialmente faz parte de uma escolha e de uma apropriação das alternativas históricas construídas pelos seres humanos. Considerando o pressuposto que a AÇÃO intencionada de defender e promover o acesso aos direitos, são, inicialmente, ideias impregnadas de elementos teóricos, éticos, políticos e técnico-operativos, ao escolher para quem a (o) assistente social quer defender e garantir direitos, ela/ele tem, necessariamente, que tomar posição, o que é, de antemão, assumir um posicionamento que é ético e político.

Ou seja, a (o) assistente social faz essa escolha, respondendo ao “POR QUE” agir na afirmação desse direito (o que exige o amadurecimento teórico-metodológico na compreensão do que entende como direitos sociais e humanos, e cidadania). Essa escolha ajuda a responder ao “PARA QUE” defender/promover o acesso aos direitos, ou seja, contribui para definir a finalidade da ação com vínculo aos projetos societários existentes (dimensão ético-política). Definida essa finalidade ela/ele elege o “COMO” alcançá-la em sua ação profissional (dimensão técnico-operativa).

Na profissão, tratar dos direitos sociais e humanos, e do exercício da cidadania, enquanto orientadores da ação do (a) assistente social, envolve essas três dimensões do agir profissional: dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Requer explicitar nossa concepção teórica sobre esse tema e responder às perguntas: Para quem? Por quê? Para que? Como o Assistente Social intenta promover/defender/e em última instância, agir, para “garantir” direitos?

As respostas a essas perguntas são elaboradas através de um conhecimento teórico sobre esse fenômeno “direito”. E aqui, mais uma vez, a (o) profissional tem que escolher qual é o referencial teórico que vai buscar para conhecer e reconhecer o direito de determinado sujeito (vinculado concretamente a classe, gênero, raça-etnia, geração, orientação sexual etc.).

Em nossa exposição até aqui, podemos sintetizar que os “direitos” são referências construídas nas relações sociais entre os seres humanos. Não se restringem

<sup>180</sup> Conforme Princípios, concepções e diretrizes assumidos pela Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS) ou IASW, na sigla em inglês.

apenas ao campo jurídico ou às leis, implicando reconhecimento de necessidades humanas postas na vida social. O direito só pode acompanhar a dinâmica da mudança do real, ora à frente, geralmente atrás.

Na sociedade capitalista a afirmação e o reconhecimento dos direitos têm sido resultado de disputas de interesses de classes e grupos, isto é, a luta por direitos é parte constitutiva e constituinte desta sociedade, e, portanto, guardam uma dimensão contraditória: 1. supostamente concedem tratamento igual aos desiguais, o direito, na nossa sociedade, torna iguais todos os cidadãos reconhecendo-os na condição de sujeitos individuais e de direitos. Assume assim uma função ideológica complexa com consequências sociopolíticas, pois dissimula e oculta a dominação dificultando que as classes trabalhadoras tomem consciência desse processo e realizem a construção da sua identidade, dos seus projetos. Ou seja, transmite-se a noção de existência de direitos devidos a todos, mas, na realidade o que temos são segmentos de classe vulnerabilizados, sem garantia de acesso aos direitos afirmados juridicamente; 2. isso significa que nesta sociedade a luta por direitos humanos (em sua plenitude) tem claros limites impostos pelos próprios interesses das classes dominantes, oriundos da vigência da Divisão Social do Trabalho e da propriedade privada dos meios de produção; com isso, podemos perceber que os direitos econômicos e sociais são limitados pela própria dinâmica de reprodução social do capitalismo.

Os direitos sociais, enquanto condição objetiva para o exercício da cidadania (acesso ao trabalho, à educação, saúde, previdência social, habitação, cultura, lazer) não tem se efetivado na atualidade das sociedades capitalistas, posto a sua característica antagônica às finalidades do capital. A efetivação dos direitos sociais se choca com a desigualdade inerente às relações sociais capitalistas.

Daí torna-se evidente que as classes dominantes no capitalismo convivam bem com os direitos civis e políticos, e frequentemente, contraponham-se aos direitos sociais, inclusive identificando-os como ameaça ao direito civil e à liberdade política.

Vivemos hoje um processo acentuado de reversão de direitos, entretanto, observamos cada vez mais o Serviço Social mundial se afirmar como uma profissão vinculada à perspectiva de promoção e defesa de direitos. Essa temática está sendo tratada na formação em Serviço Social? É o que intencionamos estudar no caso português.

## **A pesquisa: dados preliminares**

Na pesquisa em tela fizemos um estudo sobre os dezessete cursos de Serviço Social existentes em Portugal, considerando os dados obtidos no ano de 2023. Analisamos as Fichas de Unidades Curriculares (FUC), conforme o quadro 01, no qual indicamos todas as Unidades Curriculares (UC) que remetiam ao conteúdo sobre “direitos”, configurando o total de 34 (veja abaixo).

Nesta direção, os dados indicam que: 05 cursos têm apenas 01 UC contendo essa denominação; 07 cursos possuem 02 UC com essa denominação; 04 cursos possuem 03 UC com essa denominação e 01 curso (IP Viseu) indica quatro UC, sendo duas com igual denominação, ofertadas no 2º. e 3º. ano.

Das 34 FUC, 23 estão relacionadas à área do Direito, em 15 cursos; e 05 vinculadas à área de Ciências Humanas e Sociais (agrupadas CS e CHS e CSC), vinculadas à 03 cursos. As áreas podem ser observadas na primeira coluna e as diferentes denominações podem ser identificadas, destacadas em cores iguais para igual nomenclatura, na coluna do meio, conforme o Quadro I.

Por fim, 06 UC estão vinculadas à área de Serviço Social, cujo conteúdo, remete diretamente aos direitos humanos, aos direitos sociais e ao exercício da cidadania, como explicaremos adiante.

As denominações de todas as FUC podem ser observadas no quadro abaixo.

Realização:



Apoio:



**Quadro 1 – Unidades curriculares com a denominação relacionada aos direitos**

| Área | FUC                                     | Instituição             |
|------|-----------------------------------------|-------------------------|
| DIR  | Direito Social e direitos               | UCP Braga               |
| SS   | Direitos Humanos                        | ISMT                    |
| DIR  | Direito Social                          | ISMT                    |
| DIR  | Fundamentos do Direito                  | Universidade de Açores  |
| DIR  | Direito da Família e Menores            | Universidade de Açores  |
| DIR  | Introdução ao Direito                   | IP Porto Alegre         |
| DIR  | Introdução ao Direito                   | IP Castelo Branco       |
| DIR  | Direito da Família e Menores            | IP Castelo Branco       |
| DIR  | Princípios Gerais do Direito            | IP Leiria               |
| DIR  | Direito da Família e de Menores         | IP Leiria               |
| CSH  | Noções de Fundamentos de Direito        | IP Viseu - Lamego       |
| CSH  | Direito do trabalho e legislação social | IP Viseu - Lamego       |
| CSH  | Direito da Família e Menores            | IP Viseu - Lamego       |
| CSH  | Direito do Trabalho e Legislação Social | IP Viseu - Lamego       |
| DIR  | Princípios Gerais do Direito            | IP Beja                 |
| SS   | Serviço Social e Direitos Humanos       | IP Beja                 |
| SS   | Direitos humanos e Serviço Social       | ISSSP                   |
| DIR  | Direito do Trabalho e Segurança Social  | ISSSP                   |
| DIR  | Direito dos Menores e da Família        | ISSSP                   |
| SS   | Cidadania, Ética e Direitos Humanos     | ISCSP                   |
| CS   | Direito aplicado ao Serviço Social      | UTAD                    |
| DIR  | Noções fundamentais de Direito          | Universidade de Coimbra |
| DIR  | Direito da Família e Menores            | Universidade de Coimbra |
| DIR  | Direito Social                          | ISCTE                   |
| DIR  | Direito da Família e da Criança         | ISCTE                   |

Realização:



Apoio:





|     |                                              |                   |
|-----|----------------------------------------------|-------------------|
| DIR | Direitos Sociais e Mudança Social            | ISCTE             |
| DIR | Direito e Serviço Social                     | Lusíada           |
| DIR | Introdução ao direito                        | Lusófona - Lisboa |
| SS  | Direitos Humanos e Cidadania                 | Lusófona - Lisboa |
| CSC | Direito e Cidadania                          | Lusófona - Porto  |
| DIR | Noções Gerais de Direito                     | Lusófona - Porto  |
| DIR | Direito da família e da criança              | Lusófona - Porto  |
| SS  | Serviço Social e Direitos Humanos            | UCP - Lisboa      |
| DIR | Fundamentos do Direito para o Serviço Social | UCP - Lisboa      |
| DIR | Direito da criança e da família              | UCP - Lisboa      |

Fonte: elaboração própria a partir das FUC dos Cursos de Serviço Social em Portugal

Em relação à denominação “Direitos humanos” destaca-se que 07 cursos possuem 01 Unidade Curricular contendo essa denominação, e, em 06 cursos essa UC é atribuída à área de Serviço Social, constando dos Cursos vinculados à Universidade Lusófona de Lisboa e Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Instituto Superior Miguel Torga, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP/Universidade de Lisboa) e Instituto Politécnico de Beja. Fizemos a leitura dessas FUC, com exceção do Instituto Politécnico de Beja, às quais não tivemos acesso.

Destacamos os objetivos e os conteúdos programáticos nos quadros 2 e 3, a seguir.

**Quadro 2 – objetivos das FUC “direitos humanos” vinculadas à área de Serviço Social**

| Cursos | Denominação das FUC                 | Objetivos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|--------|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ISCSP  | Cidadania, Ética e Direitos Humanos | Os estudantes deverão ficar aptos a <b>identificar os fundamentos da cidadania, da ética e dos direitos humanos, e a saber articulá-los com as outras matérias da licenciatura</b> . No final desta UC, o estudante deverá: conhecer e compreender as dimensões teóricas fundamentais destes três domínios de pensamento e de ação; saber identificar problemáticas sociais e temas controversos no espaço público e, a seu respeito, tomar posição argumentativa fundamentada; revelar capacidade para recolher, selecionar e interpretar a informação pertinente no domínio estudado, mobilizando-a e articulando-a em contexto de avaliação de desempenho académico; demonstrar capacidade para discutir temas e tópicos relevantes, implicando-se ativamente nos debates desenvolvidos no contexto da formação; saber construir textos escritos de acordo com convenções e regras éticas vigentes no meio académico, demonstrando capacidade para articular e fundamentar os argumentos produzidos. |
| ISMT   | Direitos Humanos                    | Adquirir conhecimentos para a compreensão do processo histórico dos Direitos Humanos e a necessidade de entender os seus limites e possibilidades na sociedade capitalista; adquirir conhecimentos sobre as principais fontes, sistemas, normas e questões internacionais de Direitos Humanos; adquirir capacidade de análise dos diversos instrumentos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |

Realização:



Apoio:



|                 |                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-----------------|-----------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                 |                                   | internacionais que consignam os Direitos Humanos e a sua garantia; adquirir capacidade de análise dos Direitos Humanos consignados na Constituição da República Portuguesa; adquirir capacidade de problematizar o significado das concepções de Direitos Humanos; sensibilizar para o <b>reconhecimento do trabalho dos Assistentes Sociais</b> na promoção, defesa e nas lutas pelos Direitos Humanos, nomeadamente <b>Direitos Sociais</b> ; conhecer a cultura europeia dos direitos do homem e os seus marcos jurídicos fundamentais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| ISSSP           | Direitos Humanos                  | Proporcionar aos alunos o conhecimento de noções essenciais sobre direitos fundamentais. São consideradas relevantes as questões relativas à evolução histórica e conceptual dos direitos humanos, a natureza dos direitos, liberdades e garantias na Constituição da República Portuguesa, os fundamentos teóricos subjacentes aos direitos fundamentais, e os sistemas de proteção nacional, regional e internacional.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Lusófona Lisboa | Direitos Humanos e Cidadania      | Trabalhar os conteúdos referentes aos Direitos Humanos e à Cidadania, procurando compreender o lugar e o papel dos cidadãos nas sociedades e como o respeito ou desrespeito pelos direitos humanos pode condicionar a integração social de pessoas e grupos. Permitir compreender a importância fulcral dos <b>direitos humanos no Serviço Social e adquirir competências de reflexão crítica, com vista à promoção e aprofundamento de uma sociedade inclusiva.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| UCP Lisboa      | Serviço Social e Direitos Humanos | A compreensão do contexto sócio-histórico que esteve na origem da constituição de sociedades de direitos e da proclamação dos Direitos Humanos consagrados na DUDH. Dar a conhecer as principais figuras históricas do <b>Serviço Social</b> que lutaram pela defesa e garantia dos Direitos Humanos. Identificar e conhecer as convenções internacionais que decorrem da DUDH e que são fundamentais nos contextos de <b>intervenção em Serviço Social</b> . Identificar os principais documentos e orientações internacionais sobre Direitos Humanos para os <b>Assistentes Sociais</b> . Situar a defesa dos Direitos Humanos no quadro atual da União Europeia e em Portugal. Promover o pensamento reflexivo sobre o lugar dos Direitos Humanos no quadro ético e no contexto da <b>intervenção em Serviço Social</b> . Desenvolver o pensamento crítico e o debate sobre os desafios que a promoção e defesa dos <b>Direitos Humanos coloca ao Serviço Social na contemporaneidade</b> . Fundamentar e promover as competências necessárias para uma intervenção em <b>Serviço Social</b> fundada nos Direitos Humanos. Contribuir para uma intervenção e aproximação ética e fundamentada nos <b>Direitos Humanos em Serviço Social</b> . |

Fonte: elaboração própria a partir das FUC dos Cursos de Serviço Social em Portugal

Destacamos em vermelho os objetivos que indicam a relação entre o campo dos direitos humanos e a profissão de Serviço Social. Nesses objetivos, a aquisição de habilidades e competências implicam o entendimento dos direitos humanos, destacando-se o posicionamento em prol de sua efetivação. Na coleta dos dados, houve uma informação que precisará ser confirmada. Identificamos no ISSSP a relação entre a UC e a área de Serviço Social, mas os objetivos e o conteúdo programático não explicitam essa relação, como veremos também abaixo.

#### Quadro 3 – conteúdo programático das FUC “direitos humanos” - área de Serviço Social

| Cursos | Denominação das FUC                 | Conteúdo programático                                                                                     |
|--------|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ISCSP  | Cidadania, Ética e Direitos Humanos | I. Enquadramento ( <b>Serviço Social e a sua relação com a cidadania, a ética e os direitos humanos</b> ) |

Realização:



Apoio:



|      |                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|------|------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|      |                  | <p>II. A cidadania e os direitos humanos como projeto civilizacional da dignidade humana (conceito e evolução histórica da cidadania; justiça e direitos humanos; fundamentação dos direitos humanos; diferentes gerações de direitos humanos; instrumentos internacionais dos direitos humanos)</p> <p>III. Ética como fundamento da cidadania (considerações gerais sobre a ética; teorias éticas e o problema da legitimação moral; ética aplicada)</p> <p>IV. O espaço público como contexto de cidadania democrática (conceito e evolução histórica do espaço público; a argumentação no espaço público; elementos estruturais do espaço público)</p> <p>V. Dimensões psicológicas e biográficas da cidadania (personalidades históricas na luta pelos direitos humanos; desenvolvimento humano, desenvolvimento psicológico e desenvolvimento sociomoral)</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| ISMT | Direitos Humanos | <p>I– Direitos Humanos: história e conceitos</p> <p>1. Definição, história, fundamentos e pluridimensionalidade</p> <p>2. A Declaração Universal dos Direitos Humanos</p> <p>II–A consagração Constitucional dos Direitos Sociais Fundamentais</p> <p>1. Dos direitos individuais aos direitos políticos</p> <p>2. Dos direitos políticos aos direitos sociais</p> <p>3. A questão ideológica e a questão financeira</p> <p>4. Pressupostos e princípios</p> <p>5. Os Direitos Sociais na Constituição da República Portuguesa</p> <p>III - Os Direitos Fundamentais, Direitos Humanos ou Direitos da Personalidade</p> <p>1. Âmbito Constitucional</p> <p>2. Consagração Civil</p> <p>3. Consagração Europeia</p> <p>3.1. Na Convenção Europeia dos Direitos do Homem</p> <p>3.2. Na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia</p> <p>3.3. Na Convenção para o Futuro da Europa</p> <p>3.4. No Tratado de Lisboa</p> <p>IV – <b>Organizações Internacionais, movimentos sociais e Direitos Humanos</b></p> <p>1. A Organização das Nações Unidas</p> <p>2. A Amnistia Internacional, Human Rights Watch e outras Organizações Não Governamentais</p> <p>3. <b>Movimentos Sociais e lutas pela igualdade e reconhecimento da diferença e efetividade dos Direitos Humanos</b></p> <p>V – <b>Serviço Social e Direitos Humanos</b></p> <p>1. <b>Inseparabilidade do Serviço Social e Direitos Humanos</b></p> <p>1.1. Na teoria: assistencialismo versus direitos humanos</p> |

Realização:



Apoio:



|                 |                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|-----------------|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                 |                              | <p>1.2. Nos valores: justiça social, solidariedade, liberdade, igualdade, paz, cidadania, dignidade, democracia</p> <p>1.3. Na ética: <b>os Direitos Humanos no código deontológico do Serviço Social</b></p> <p>1.4. Na <b>prática profissional</b>: Os Direitos Humanos na Intervenção do <b>Serviço Social</b></p> <p>1.4.1 Temas genéricos: pobreza, discriminação de género; racismo; contexto e desenvolvimento social</p> <p>1.4.2. Grupos vulneráveis: crianças, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou doença mental; refugiados, migrantes.</p> <p>2. <b>Dilemas e Desafios do Serviço Social na garantia dos Direitos Humanos</b>: no capitalismo e neoliberalismo; decisões e determinação de prioridades; conflito de valores.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| ISSSP           | Direitos Humanos             | <p>I - INTRODUÇÃO: O ESTADO, OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A SUA EVOLUÇÃO</p> <p>1. O Estado e os direitos fundamentais</p> <p>2. A evolução dos direitos fundamentais</p> <p>3. Distinção dos direitos fundamentais face a conceitos afins</p> <p>II SENTIDO E VALOR DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM PORTUGAL</p> <p>1. O sistema de direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976</p> <p>2. A classificação dos direitos fundamentais: a divisão sistemática entre direitos, liberdades e</p> <p>garantias e direitos económicos, sociais e culturais</p> <p>3. O regime geral dos direitos fundamentais</p> <p>4. O regime específico dos direitos, liberdades e garantias</p> <p>5. O regime específico dos direitos económicos, sociais e culturais</p> <p>6. A restrição e a suspensão de direitos</p> <p>III - OS MECANISMOS NACIONAIS DE PROTECÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS</p> <p>1. Os meios de defesa jurisdicionais</p> <p>2. Os meios de defesa não jurisdicionais</p> <p>IV- OS MECANISMOS INTERNACIONAIS E REGIONAIS DE PROTECÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS</p> <p>1. A proteção internacional dos Direitos Humanos</p> <p>2. A proteção regional dos Direitos Humanos</p> |
| Lusófona Lisboa | Direitos Humanos e Cidadania | <p>1. Definição e carácter pluridimensional dos Direitos Humanos</p> <p>2. Fundamentos e justificação dos Direitos Humanos</p> <p>3. Evolução histórica dos Direitos Humanos</p> <p>4. Natureza, características e funções dos Direitos Humanos</p> <p>5. A Declaração Universal dos Direitos Humanos</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |

Realização:



Apoio:



|            |                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|------------|-----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|            |                                   | 6. As gerações de direitos humanos: os direitos de 1ª geração (ex. vida, liberdade individual, igualdade, liberdade expressão, família, mobilidade)<br>7. " " : os direitos de 2ª geração (ex. desenvolvimento pessoal, trabalho, educação, cultura)<br>8. " " : os direitos de 3ª geração (ex. diversidade, solidariedade)<br>9. " " : os direitos de 4ª geração (ex. desenvolvimento sustentável, desenvolvimento científico, provacidade)<br>10. Os Direitos Humanos universais e a cidadania cosmopolita<br>11. Os Direitos Humanos na teoria e <b>prática do Serviço Social e Intervenção Social</b> |
| UCP Lisboa | Serviço Social e Direitos Humanos | Não consta o conteúdo programático                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |

Fonte: elaboração própria a partir das FUC dos Cursos de Serviço Social em Portugal

Os conteúdos programáticos desdobram os objetivos propostos e expressam a relação entre o campo dos direitos humanos e a área de Serviço Social. Destaca-se a relação entre direitos e cidadania, o que evidencia a compreensão do Serviço Social acerca dessa unidade entre ambos. Observa-se, porém, que há diferenças na apreensão dos direitos humanos, como por exemplo, observamos a ênfase no ISMT, no processo de lutas e movimentos sociais que visam à afirmação, defesa e ampliação dos direitos, o que não aparece dessa forma nas demais UC.

### Considerações finais

Ao finalizar esse artigo destacamos que a relação entre o campo dos direitos humanos e a profissão ficou evidenciada na análise das FUC dos cursos em Portugal. Essa relação se torna visível nas UC vinculadas à área de Serviço Social, o que foi identificado em 06 cursos.

Contudo, com os dados analisados, não podemos afirmar que o mesmo ocorre nos outros 11 cursos, sendo necessário avançar na análise de todas as FUC para compreender melhor essa relação.

Do mesmo modo, está em curso a análise das teses vinculadas aos programas de pós-graduação na área de Serviço Social em Portugal.

Inicialmente, com base no levantamento realizado por Martins (2023), identificou-se um total aproximado de 69 teses, das quais 13 são oriundas do Convênio com a PUC/SP, o ISSSL e o ISSSP.

No primeiro semestre de 2025, realizamos uma nova busca nos repositórios online dos programas de doutoramento em Serviço Social de Portugal. Das 56 teses inicialmente identificadas, apenas 46 foram localizadas, sendo 10 com acesso restrito e 36 com acesso disponível, sendo 27 do ISCTE, 7 na Universidade Lusíada e 6 na UCP.

Ao destacarmos a temática “direitos humanos” e “cidadania” na análise dos títulos, palavras-chave, resumos e sumários dessas 36 teses, identificamos 04 que abordam essas temáticas. Cabe ressaltar que isso não significa que os temas, direitos humanos e cidadania não estejam presentes, de forma transversal nas outras teses. Considerando que o processo de análise está em andamento, não se pode afirmar se essa transversalidade está presente ou não, sendo necessário concluir a análise dos dados.

Desse modo, este artigo foi um esforço inicial de sistematização parcial dos dados coletados e servirá de impulso para a continuidade da análise na perspectiva de apreender a relação do Serviço Social com o campo dos direitos humanos em Portugal, como um componente na compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão naquele país.

Realização:



Apoio:





## Referências

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SANTOS, Claudia Mônica dos; COELHO, Kathiúscia Aparecida Freitas Pereira. A formação profissional de assistentes sociais em Portugal pós-Bolonha (2024). **Em Pauta** – Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, p. 20-34, maio/ago., 2025. Acesso em julho de 2025. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/91727/54803>>. Acesso em 05 jul. 2025.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. São Paulo: Cortez Editora, 1981.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl. **O capital** (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2020.

MARX, Karl. **O capital** (Livro II). São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl. **O capital** (Livro III). São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2001.

Realização:



Apoio:



## **CENTRO DE CIDADANIA LGBTI+: Serviço Social na viabilização do acesso à educação para pessoas LGBTQIA+**

Pedro Silva de Oliveira<sup>181</sup>

**Resumo:** O trabalho é um relato de experiência do Serviço Social no Centro de Cidadania LGBTI Baixada III do Programa Rio Sem LGBTIFOBIA em prol da viabilização do acesso à educação de pessoas LGBTQIA+, no período em que este programa e seus Centros de Cidadania estiveram plenamente ativos e presentes em diversos municípios do estado do Rio de Janeiro. A partir da prática profissional vivenciada em alguns casos acompanhados por mim, procurei expor limites e possibilidades de intervenção em face da diversidade existente na população LGBTQIA+.

**Palavras-chave:** Educação; Serviço Social; LGBTQIA+.

**Abstract:** This paper is a report on the experience of Social Services at the Baixada III LGBTI Citizenship Center of the Rio Sem LGBTIFOBIA Program, which aimed to facilitate access to education for LGBTQIA+ people during the period in which this program and its Citizenship Centers were fully active and present in several municipalities in the state of Rio de Janeiro. Based on the professional practice experienced in some cases that I monitored; I sought to expose the limits and possibilities of intervention in view of the diversity that exists within the LGBTQIA+ population.

**Keywords:** Education; Social Service; LGBTQIA+.

### **Introdução**

Este trabalho tem como finalidade expor um relato de experiência através de práticas profissionais como assistente social no Centro de Cidadania LGBTI Baixada III, durante os anos de 2021 a 2023, através das quais desenvolvi ações voltadas para o campo da educação.

Como política pública envolvendo a diversidade, a criação do Programa Rio Sem LGBTIFOBIA, bem como de seus Centros de Cidadania, só foi possível através de muita articulação entre movimento social e poder público. Inicialmente, foi instituída uma Câmara Técnica por Decreto Estadual nº 40.822/07, publicado no dia 27/06/2007, que elaborou à época o “Programa Rio Sem Homofobia”. A partir disso, a Câmara Técnica passou a emitir relatórios para que fossem discutidos em conferências LGBT realizadas em 2008, nas quais foram avaliadas e propostas estratégias para implementar o “Programa Rio Sem Homofobia” (atual Programa Rio Sem LGBTIFOBIA).

É preciso destacar a criação do Conselho dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (Decreto Estadual nº 41.798/09) como um grande marco histórico para o movimento LGBTQIA+ do Rio de Janeiro e para o reconhecimento da existência dessa população.

Uma vez que a escola é um espaço social, é primordial que o Serviço Social também atue na área da educação. Embora ainda não regulada, há inclusive uma lei específica que garante essa atuação (Lei 13.935/2019), o que representa grande conquista obtida através de luta da categoria profissional. Nesse sentido, este estudo tem por finalidade explicitar a atuação da assistente social na viabilização do acesso à educação de pessoas LGBTQIA+ através do Centro de Cidadania LGBTI Baixada III.

Assim, tratarei primeiramente de explicar o que são os Centros de Cidadania e, em seguida, para ao final abordar o Serviço Social, em sua relação com a educação e a diversidade sexual, discutindo a atuação da assistente social no sentido da viabilização

---

<sup>181</sup> Assistente Social no Programa Rio Sem LGBTIfobia, Mestrando em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: oliveira.socialrj@gmail.com

Realização:



Apoio:



do acesso ao direito à educação. Pautado por uma educação emancipadora, o Serviço Social deve contribuir no campo educacional através de ações que visem à educação enquanto prática de inclusão social, à formação cidadã e à emancipação, tendo como foco o sujeito de direitos.

É importante ressaltar que o referido trabalho não irá se atentar a nomenclaturas que envolvem o campo da diversidade, mas que para que todas as pessoas se sintam acolhidas será usado LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Assexuais e “+” – que embarca diversas outras identidades e/ou orientações sexuais).

É preciso compreender a educação como um direito humano básico, pois é através dela que uma pessoa pode de alguma forma conquistar sua autonomia enquanto sujeito numa sociedade. Ênfase ainda que é preciso um avanço no quesito “direitos sexuais”, ou seja, no sentido do reconhecimento da diversidade sexual como um todo, buscando-se a promoção de uma cultura de enfrentamento ao preconceito quanto à orientação sexual e à identidade gênero (Junqueira, 2009).

Contudo, cabe ressaltar que o presente trabalho tem como intuito expor as mazelas sociais que as pessoas LGBTQIA+ sofrem na pele quando o assunto é acesso à educação. Além disso, no esforço permanente para construir uma linguagem não discriminatória tal como ocorre nos materiais do CRESS RJ (Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região) que usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social, este trabalho também se refere a profissionais e estudantes de Serviço Social no feminino. Cabe ressaltar que o referido documento tem como base o entendimento de que Serviço Social é trabalho, e por conta disso, para elucidar o tema, citarei Marilda Villela Iamamoto como fonte de pesquisa.

### **Centros de cidadania LGBTI+**

Os Centros de Cidadania surgem com a implementação do programa Rio Sem LGBTIFOBIA que, com seu serviço Disque Cidadania e Direitos Humanos (AGUIÃO, 2017), é um desdobramento do programa nacional Brasil sem Homofobia. Esses centros são referência em atendimento qualificado para a população LGBTQIA+. É importante ressaltar que, desde o surgimento do programa, houve uma vasta atuação de movimentos sociais para implementação dessa política pública. Nesse sentido, é possível observar que o próprio corpo de funcionários dos Centros de Cidadania é composto por agentes de movimentos sociais que, por anos, lutaram pela implantação desta política pública.

Nesse sentido, cabe ressaltar que os Centros de Cidadania LGBTI são reconhecidamente uma política pública estadual, que visa à promoção da cidadania de uma população que sofre preconceito e estigma social por conta de sua orientação sexual, identidade de gênero e suas possíveis configurações diversas, o que se agrava ainda mais quando consideramos os recortes de raça-etnia e de classe social.

O Programa Rio Sem LGBTIFOBIA está ligado à Subsecretaria de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SSPDGDH / SEDSODH). Por isso, os Centros de Cidadania LGBTI atuam dentro da política de Assistência Social, na perspectiva da Proteção Social Básica. Porém, há demandas que também surgem dentro do contexto da assistência social e sua tipificação, no qual se apresentam demandas de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, sem falar das demandas de outras políticas setoriais como política de Educação, Saúde, Trabalho/Renda e Habitação, entre outras, cujo não atendimento (dessas demandas), conforme observo em minha prática profissional de Serviço Social, causa as grandes mazelas sociais que acentuam a vulnerabilidade socioassistencial da população LGBTQIA+.

Realização:



Apoio:



Atuo presentemente como assistente social no Centro de Cidadania LGBTI Baixada III, que hoje tem sua sede no município de Nova Iguaçu no Estado do Rio de Janeiro. Todo Centro de Cidadania tem área de abrangência: no caso do Baixada III, o equipamento atende os municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo e Nilópolis. Cabe ressaltar que atuamos enquanto rede: Mesquita tem uma Coordenadoria da Diversidade Sexual e Nilópolis tem uma Superintendência de Diversidade Sexual. Sendo assim, o CCLGBTI Baixada III tem como foco potencializar esses outros equipamentos enquanto rede, atuando em conjunto na viabilização de direitos de usuárias assistidas por ambos. Porém, isso não quer dizer que todas as pessoas serão assistidas pelos equipamentos ao mesmo tempo e/ou pelos dois.

O acesso aos Centros de Cidadania pode ocorrer de forma espontânea (a pessoa se dirige até os equipamentos/acesso direto), por meio do Disque Cidadania e Direitos Humanos (telefônico), por encaminhamentos de outros equipamentos (de diversas políticas sociais) e pelo Disque 100 (telefônico).

Uma vez acessado o equipamento, a pessoa é primeiramente acolhida e atendida também com uma escuta qualificada, com o objetivo de observar as demandas apresentadas e tentar saná-las de acordo com cada área de atuação. Geralmente esse direcionamento é realizado pela coordenação/administrativo na qual as pessoas são acolhidas, escutadas e recebem um protocolo. Quando há uma demanda muito específica, a pessoa é direcionada para algum atendimento técnico, no qual encontra a profissional responsável que se torna a técnica de referência daquela pessoa em específico. Mas ocorrem casos em que a pessoa apresenta uma demanda social, jurídica e psicológica ao mesmo tempo. Nesses casos, todos acabam se tornando referência para aquela pessoa. As técnicas de intervenção e acompanhamento dessas pessoas variam de acordo com cada profissional técnica envolvida, bem como com o respectivo Centro de Cidadania.

A pessoa ao chegar no Centro de Cidadania, seja qual for sua demanda inicial, ali então se configura apenas o início de um processo social em que a pessoa LGBTQIA+ passa ao autorreconhecimento enquanto sujeito de direitos (através de uma intervenção da prática profissional socio pedagógica). Os casos são discutidos nas reuniões de equipe (dinâmica comum entre os Centros de Cidadania), nas quais tentamos, em grupo, traçar possibilidades de atendimento às demandas das pessoas assistidas pelo equipamento. Ciente dos limites e das possibilidades de nossa atuação, buscamos todas as formas possíveis de enfrentamento da LGBTIFOBIA.

A seguir, exponho as questões que envolvem Serviço Social, Diversidade Sexual e Educação.

### **Serviço social, educação e diversidade sexual**

O Serviço Social surge como uma intervenção necessária entre o trabalho e o capital. Nesse sentido, pode-se afirmar que o Serviço Social está inscrito na divisão social do trabalho, na qual encontra-se o processo de relações sociais (inclusive nas relações de poder entre capital e trabalho). Neste sentido, Iamamoto nos afirma que

no desempenho de sua função intelectual, o Assistente Social, dependendo de sua opção política, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes, em confrontos, nas condições em que se efetiva a prática profissional. Pode tornar-se intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes; pode orientar sua atuação reforçando sua legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto político alternativo, apoiando e assessorando a organização dos trabalhadores, colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos. Isso supõe, evidentemente, por parte do profissional, uma clara compreensão teórica das implicações de sua prática profissional, possibilitando-lhe maior controle e

Realização:



Apoio:



direção da mesma, dentre dos limites socialmente estabelecidos (Iamamoto, 2012, p. 103).

Em outras palavras, a assistente social crítica está, em sua prática profissional, literalmente comprometida com a classe trabalhadora, e está na linha de frente do confronto das relações entre capital e trabalho. Compreendemos, assim, que as Assistentes Sociais trabalham para o Estado e contra o Estado ao mesmo tempo, uma vez que, na viabilização de direitos da classe trabalhadora, nem sempre estão de acordo com a ordem vigente imposta pela burguesia. Essa atuação profissional é sempre pautada pela garantia de direitos, e não por “ajuda”, “favor” ou o pelo temido “assistencialismo”.

A discussão da intervenção do Serviço Social em espaços educacionais não é de agora. É de reconhecimento da classe profissional que os espaços educacionais necessitam de uma atuação de Assistentes Sociais. E falar de Educação e Serviço Social nos remete à discussão de temas que atravessam a realidade social, política, cultural e econômica em que estamos inseridos no Brasil, temas que são identificados diariamente no cotidiano escolar. Nessa perspectiva, o sistema de ensino se constitui também como um espaço de reprodução de relações sociais no qual se concretizam os problemas sociais.

A presença de Assistentes Sociais no âmbito escolar nos leva a uma possibilidade de colaborar com a realização de diagnósticos sociais, “indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar” (CFESS, 2001, p. 12).

No caso de pessoas LGBTQIA+, essas mazelas sociais têm um aumento significativo, por todo histórico social de estigma e preconceito que essa população sofre na pele diariamente pelo simples fato de não seguir uma lógica social “heteroCISnormativa” imposta. Essas pessoas precisam articular sua realidade social no sentido de se instrumentalizar para compreender e intervir em sua respectiva realidade. Além disso, precisamos reconhecer a escola como um espaço social que é propício à inclusão social, garantindo a diversidade e universalidade (CFESS, 2001).

A Lei nº 13.935/2019 garante o Serviço Social e o serviço de Psicologia nas redes públicas de educação básica. Assim que for regularizada, boa parte das expressões da questão social (fome, violência, discriminação, desigualdade e afins) irá de alguma forma ser identificada e possivelmente sanada, bem como será facilitado o acesso e a permanência de pessoas LGBTQIA+ à/na educação.

O Serviço Social está hoje articulado à causa das minorias, de modo que não seria diferente com a população LGBTQIA+, que tem seu reconhecimento logo em um dos seus princípios fundamentais do Código de Ética das Assistentes Sociais:

Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993, p. 24).

Nesse segmento, o Serviço Social vem atuando ao longo dos anos para erradicar toda forma de discriminação das pessoas LGBTQIA+ no âmbito do serviço social, como também nas relações sociais do cotidiano. Com isso lançando diversas resoluções que vão de frente ao enfrentamento da LGBTIfobia.

Podemos afirmar que a inserção da diversidade sexual no âmbito do Serviço Social foi uma ruptura com a herança do conservadorismo que também se faz presente na categoria profissional. Essa ruptura se deu por uma organização política da categoria, e vem sendo construída cotidianamente através de estudos e práticas profissionais, depois de tanto tempo em que houve formas de discriminação e preconceitos inviabilizados dirigidos à população LGBTQIA+ (Cisne; Santos, 2018).

Realização:



Apoio:





A realidade social em que as pessoas LGBTQIA+ estão inseridas trouxe ao Serviço Social um outro olhar para além de questões socioeconômicas. É preciso compreender a realidade frente a violações de direitos e exploração da força de trabalho que essas pessoas vivenciam (Cisne; Santos, 2018).

Sendo assim, fica claro que um dos pontos de atuação do Serviço Social é a defesa intransigente da diversidade sexual, uma vez que os direitos da população LGBTQIA+ são violados diariamente, o que se intensifica em função das particularidades do capitalismo periférico. É visível a ausência ou insuficiência do Estado nas respostas em relação a direitos à livre orientação sexual e à identidade de gênero.

Em relação à população de travestis e transexuais, que são notoriamente as mais marginalizadas e vulneráveis socialmente frente aos demais grupos da sigla LGBTQIA+, é necessário a compreensão de sua realidade e também da atuação com essa população. O CFESS nos informa que

travestis e transexuais – utilizando ou não estes nomes – sempre estiveram presentes no cotidiano de atuação, embora pudessem ser, com mais frequência, invisibilizados/as e sobre eles/as possam ter ocorrido tentativas de ajustamento forçado ao binarismo de gênero. Trata-se, portanto, de contribuir, na contemporaneidade, com uma postura reflexiva e crítica frente a estes temas e desafios. (...) A população trans está presente não apenas nos centros de referência LGBT existentes em diferentes lugares do país e nas instituições de saúde que compõem o processo transexualizador, mas em todas as instituições públicas, privadas e não governamentais em que assistentes sociais atuam. (...) Elas esperam solidariedade e construção conjunta de respostas às discriminações e violências que experimentam e que os/as profissionais não sejam coniventes com as situações de opressão que testemunham. Esperam que seus conhecimentos e experiências de vida possam ser tratados com respeito, consideradas, registradas e que o/a profissional seja capaz de aprender também com elas. Esperam que os/as assistentes sociais possam fortalecê-las com informações pertinentes às suas diferentes trajetórias de vida e na perspectiva da emancipação humana. Que não as julguem nem tentem enquadrá-las nos seus critérios pessoais de moralidade, além de estimulá-las e apoiá-las na sua constituição como sujeitos políticos, e que possam coletivamente ampliar o tamanho da frágil esfera pública brasileira (CFESS, 2016, p. 16).

Na interface com a viabilização de acesso à educação em sua intervenção através do Centro de Cidadania Baixada III, o Serviço Social se dá através de uma ampla articulação não só com rede pública, mas também terceiro setor e trabalho em rede com secretarias de educação municipais, em alguns casos também com a secretaria estadual em função da competência pela oferta do ensino médio. É de extrema importância que se conheça a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no sentido de potencializar toda essa articulação com as redes.

A compreensão de rede é um assunto extenso, o que foge do escopo deste trabalho. Sendo assim, farei apenas uma breve explicitação do que é a rede socioassistencial da qual assistentes sociais geralmente lançam mão como ferramenta de intervenção. Rede pode ser entendida como uma ferramenta ou uma estratégia de ação com o intuito de realizar interação entre atores sociais de um mesmo território como, por exemplo, pessoas relacionadas a um determinado equipamento (articulação entre CRAS e CREAS, Conselho Tutelar e Clínica da Família e outros). O objetivo central dessa articulação é a garantia dos direitos de uma pessoa. Rede nada mais é do que pessoas conversando, compartilhando ações/ideias, informações e principalmente recursos, além de possíveis percepções e regras. Podemos afirmar que “as redes de políticas sociais são um instrumento fundamental para a gerência das políticas públicas sociais em contextos democráticos, permitindo a construção de novas formas de coletivização, socialização, organização solidária e coordenação social” (Fleury, 2005, p. 87).

Realização:



Apoio:



Uma assistente social tem grandes dificuldades de intervenção caso não tenha uma boa rede socioassistencial consolidada e mapeada. Considerando que, por muitas vezes, a assistente social se vê numa relação de forças quando o assunto é a viabilização de direitos, uma rede já consolidada faz com que essa profissional vença barreiras burocráticas que só visam dificultar o acesso a um direito em uma determinada política pública.

Dessa maneira, através de uma articulação em rede, a assistente social viabiliza o acesso a um direito. Nesse sentido, é através dessa articulação entre Centro de Cidadania Baixada III, em especial do setor de Serviço Social com Secretarias de Educação, que se dá a viabilização de acesso à educação para a população LGBTQIA+. Sendo assim, é através da articulação de rede que se faz a efetivação de acesso.

### **Considerações finais**

É flagrante a constatação de que a população de travestis e transexuais (mulher travesti, mulher transexual e homem transexual) é a mais invisibilizada quando o assunto é acesso à educação, ao contrário do que acontece quando o assunto é mortes por assassinatos motivados por ódio. Cabe ainda ressaltar a grande dificuldade com que me deparei para encontrar acervos/documentos/estudos falando especificamente dessa parte da população. O crescente conservadorismo que tem se instalado no Brasil incide diretamente na vida de parte da população LGBTQIA+, afinal é sabido que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo de acordo com dados expostos pelas instituições que fazem a coleta de dados como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Grupo Gay Bahia, Rede Trans e tantas outras que acabam por ocupar um espaço que deveria ser do Estado para assegurar dados efetivos dessa população. Isso tudo só reforça a constante vulnerabilidade socioassistencial que essa população vivencia, o que automaticamente recai sobre sua existência.

Com a pandemia de COVID-19, houve a necessidade de isolamento social, no qual a população de travestis e transexuais, já estigmatizada e segregada, enfrentou forte instabilidade nas relações sociais, passou por diversos conflitos e teve direitos cerceados. Ao se isolarem em casa, crianças, adolescentes e adultos LGBTQIA+ ficaram expostos a membros da família que muitas vezes não reconhecem sua orientação sexual e não respeitam sua identidade de gênero (caso recorrente inclusive em ambientes profissionais e acadêmicos), o que refletiu em aumento de taxas de violência doméstica intrafamiliar. O lar, que deveria ser um espaço seguro, protetor e acolhedor, passou a ser um ambiente hostil, com abusos psicológicos e até agressões físicas contínuas, provocando medo e ansiedade nessa população e, assim, debilitando sua condição física e principalmente mental, obrigando-as a sobreviver à margem (como no caso de pessoas travestis e transexuais). Tal situação recrudescerá principalmente quando o assunto é o acesso e a permanência à/na educação. Se as relações sociais sem a pandemia já dificultam o acesso dessa população à educação, o problema se agravou no contexto pandêmico. É necessário refletirmos que com a pandemia a população LGBTI+ ficou extremamente vulnerável por conta das relações com seus familiares e grande parte dos meus atendimentos foram voltados para conflitos familiares, conflitos estes que estavam ligados a orientação sexual e também a identidade de gênero, ultrapassando assim, um conflito comum de convivência familiar. Havia nitidamente questões de LGBTIfobia, necessário refletir que uma questão é você estar fora o dia inteiro e voltar para dormir, com a pandemia, logo, se convivia mais tempo e isso nos trouxe reflexões importantes da LGBTIfobia não só campo ambiental, mas de forma também estrutural em nossa sociedade.

É inegável que há um equívoco em pensar que a educação por si só fará toda a mudança social necessária na vida de uma pessoa LGBTQIA+. Para além da área educacional, é preciso pensar também em uma articulação entre saúde, assistência

Realização:



Apoio:



social, trabalho/renda, habitação e outras políticas sociais / setoriais, é preciso que não visem apenas ao acesso à educação dessas pessoas, mas que também enfoquem sua permanência nesses locais acompanhada não só pela escola, mas também pela rede socioassistencial / apoio social em um trabalho socio pedagógico conjunto e contínuo de compreensão dessas mesmas pessoas como pertencentes àquele espaço, que por muitas vezes lhes são negados e com isso expressamos que há sim uma expulsão compulsória nesse interim de relações sociais. Contudo, precisamos cada vez mais pensar em ações efetivas através de políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+ para que, de fato, essas pessoas possam exercer sua cidadania e tenham garantido acesso não só a educação, mas a todas as políticas públicas existentes. É preciso cada vez mais que as políticas públicas atravessem a linha vermelha (para nós que moramos na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro) e possam chegar para as pessoas que necessitam delas de fato em seu dia a dia.

### Referências

BRASIL. **Lei nº 13.935**, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços da psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm)>. Acesso em: 26 jan. 2025.

CISNE, Mirla; SANTOS, Mara Morais do. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **O Serviço Social na educação**. Revista Inscrita Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 26 jan. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília: CFESS, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Resolução nº 489/2006**. Brasília: CFESS, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Resolução nº 845/2018**. Dispõe sobre a atuação profissional do/a Assistente Social em relação ao processo transexualizador. Brasília: CFESS, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **A Política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS**: reflexões do Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: CFESS, 2012.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 41.798**, de 2 de abril de 2009. Cria o Conselho dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro: 2009.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 40.822**, de 26 de junho de 2007. Constitui a Câmara Técnica para elaboração do programa estadual de combate a homofobia e promoção

Realização:



Apoio:



da cidadania da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e dá outras providências. Rio de Janeiro: 2007.

CARRARA, Sergio *et al.* **Retratos da política LGBT no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva, IMS, 2017.

FLEURY, Sonia. Rede de políticas: novos desafios para a gestão pública. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, n. 07, p. 77-89, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 36ª ed. São Paulo. Editora Cortez, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. *In*: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: UNESCO, 2009.

Realização:



Apoio:



## LIMITES E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GARANTIA DO ACESSO A NUTRIÇÃO

Ângela Antunes Bianchi<sup>182</sup>  
Camila Rezende Machado<sup>183</sup>

**Resumo:** O trabalho destaca a importância do Serviço Social no Programa Municipal de Nutrição Enteral e Oral (PMNEO) de Juiz de Fora, enfatizando o papel dos assistentes sociais na garantia do acesso à nutrição para a população vulnerável. Analisa a legislação, como a Constituição de 1988 e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), e como as avaliações socioeconômicas garantem o respeito aos critérios de acesso a produtos nutricionais; também menciona a intersecção das políticas públicas, a atuação interdisciplinar e a educação em saúde como elementos que fortalecem o Serviço Social. Por fim, destaca a necessidade de contínua avaliação e aprimoramento do programa, priorizando as necessidades da população, promovendo dignidade e cidadania.

**Palavras-chave:** Democracia – Serviço Social – Nutrição – Justiça.

**Abstract:** The paper highlights the importance of Social Services in the Enteral and Oral Nutrition Program (PMNEO) of Juiz de Fora, emphasizing the role of social workers in ensuring access to nutrition for the vulnerable population. It analyzes legislation, such as the 1988 Constitution and the National Food and Nutrition Policy (PNAN), and how socioeconomic assessments ensure compliance with criteria for access to nutritional products; it also mentions the intersection of public policies, interdisciplinary action and health education as elements that strengthen Social Services. Finally, it highlights the need for continuous evaluation and improvement of the program, prioritizing the needs of the population, promoting dignity and citizenship.

**Keywords:** Democracy – Social Service – Nutrition – Justice

### Introdução

A Constituição Federal de 1988, conhecida também como “constituição cidadã”, ao incorporar a Seguridade Social, trouxe um grande avanço em relação à proteção social no Brasil, sendo composta pelo tripé que se subdivide em assistência social, saúde e previdência social. O Serviço Social em sua atuação no Programa Municipal de Nutrição Enteral e Oral (PMNEO) visita os três eixos propostos dentro da seguridade social: na assistência social quando realiza os estudos socioeconômicos, atividade privativa da profissão do Serviço Social, e ao orientar as famílias a buscarem os equipamentos dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) para acesso aos Benefícios de Prestação Continuada (BPC), Bolsa Família e outros; na saúde quando oportuniza o acesso dos pacientes aos produtos solicitados em virtude de seus tratamentos e na previdência, orientando sobre o auxílio-doença ou aposentadoria, por exemplo, contemplando assim as três esferas.

Contudo, mesmo com a instauração da Carta Magna de 1988 abrindo espaço para as políticas de seguridade social, sobretudo indicando ações que visam assegurar

<sup>182</sup> Assistente Social na Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: angelaantunesbianchi@gmail.com

<sup>183</sup> Assistente Social na Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: cacamilarezmac@gmail.com

Realização:



Apoio:





os direitos à saúde, ela não apresentou nada concreto quanto à alimentação e nutrição enquanto um direito de toda a população. Somente em 1999 foi aprovada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), num esforço do Estado para promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação da população brasileira. E apenas em 2006 é sancionada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que define a alimentação adequada como “direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população” (Art. 2º LOSAN, 2006). Prevê ainda que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) abrange a “promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social”.

De acordo com Leão (2013), o conceito de SAN adotado no Brasil aponta para duas dimensões, complementares e distintas, a dimensão alimentar e a dimensão nutricional. A primeira refere-se à produção e disponibilidade de alimentos e a segunda está relacionada a relação entre o ser humano e o alimento, implicando entre outros, “no consumo alimentar adequado e saudável para cada fase do ciclo da vida; Condições de promoção de cuidados com a própria saúde, com a saúde da família e da comunidade; Direito à saúde, com o acesso aos serviços de saúde garantido de forma oportuna e resolutive.”

Em Juiz de Fora, mesmo sem considerar as políticas de alimentação e nutrição vigentes e existentes até então, foi criado, no ano de 2015, o Programa Municipal de Nutrição Enteral e Oral (PMNEO) apenas com o intuito de ordenar de forma administrativa os inúmeros processos judiciais que perpassavam as pastas da Procuradoria-Geral do Município (PGM), Defensoria Pública e Ouvidoria de Saúde no que se referia ao acesso às dietas enterais, suplementos alimentares e fórmulas infantis diversas, indicadas para o tratamento das várias comorbidades que acometem a população durante seu ciclo de vida, e que promovem a nutrição adequada à população quando apenas o consumo de alimentos não é suficiente para manter tal nutrição.

Respaldados com a legislação pertinente e com agentes preocupados com os custos judiciais abriu-se diálogo entre a 20ª Promotoria Pública e o município de Juiz de Fora, celebrando assim Termo de Compromisso (TC) ICPs nº 0145.14.002505-0, por meio do qual a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) passaria a fornecer aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) residentes em Juiz de Fora e com renda familiar de até 3 salários-mínimos os produtos e insumos antes demandados via judicial. Ficou acordado ainda que *“excepcionalmente quando verificada renda superior, o critério objetivo fixado será desconsiderado, mediante comprovação da hipossuficiência do usuário/cônjuge, o que se dará através de avaliação social pela Secretaria Municipal de Saúde”*, sendo, portanto, imprescindível a atuação de um profissional Assistente Social para realizar as avaliações socioeconômicas dos requerentes, garantindo o acesso dos pacientes/usuários ao PMNEO e aos produtos necessários à sua nutrição, contribuindo assim para melhores condições de nutrição e saúde do público atendido, além de buscar garantir sua segurança nutricional, conforme preconizado na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN).

A PNAN estabelece diretrizes para promover a segurança alimentar e nutricional, a saúde e o direito à alimentação adequada no Brasil. As diretrizes da PNAN incluem a organização da atenção nutricional, promoção de alimentação adequada e saudável, vigilância alimentar e nutricional, gestão das ações de alimentação e nutrição, participação e controle social, qualificação da força de trabalho, controle e regulação de alimentos, pesquisa e inovação e cooperação para segurança alimentar e nutricional (PNAN, 2013, n/p).

Realização:



Apoio:



Este trabalho busca, portanto, descrever o papel desempenhado pelo Serviço Social no âmbito do Programa Municipal de Nutrição Enteral e Oral da Secretaria de Saúde de Juiz de Fora, elucidando seus limites e possibilidades de acordo com a experiência das profissionais de Serviço Social nele inseridas e formalizando a garantia do direito dos pacientes/usuários à saúde.

## **Desenvolvimento**

Em toda política pública ou programa social que tenha por objetivo o combate de qualquer forma de desigualdade social, faz-se imprescindível a atuação do profissional de Serviço Social. Logo, para garantir o acesso da população usuária do SUS às fórmulas adequadas à situação de saúde vivenciada pelos pacientes e evidenciada nos relatórios médicos e/ou nutricionais, o Serviço Social tem papel fundamental no PMNEO. Os cadastros dos usuários no Programa são feitos pelos assistentes sociais mediante a apresentação dos documentos exigidos no TC (como laudos médicos e/ou nutricional, RG, CPF, Cartão SUS, comprovante de residência e de renda), além de proporcionar uma escuta qualificada que permite descortinar situações para além daquela colocada nos laudos emitidos pelos profissionais vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Além dos critérios clínicos, a admissão e permanência no PMNEO requer, ainda, o atendimento a critérios sociais, como a renda familiar; esta dimensão da renda na vida de indivíduos e famílias é, muitas vezes, dilatada em virtude dos riscos e vulnerabilidades a que eles estão expostos, imputando aos usuários novos desafios e necessidades.

Essas variáveis estão presentes no documento intitulado “Requerimento para atendimento no Programa de Nutrição Enteral e Oral”, preenchido pelo Assistente Social no momento da entrega dos documentos na Secretaria de Saúde. Este instrumento subsidiará a tomada de decisão sobre os próximos atendimentos, buscando priorizar aqueles grupos mais vulneráveis à violação de seus direitos, como idosos, crianças e pessoas com deficiência, sem perder de vista os princípios e diretrizes do SUS, principalmente a equidade e igualdade.

Trata-se, portanto, de um importante programa no âmbito do SUS municipal, que atende todas as faixas etárias e fases da vida, desde crianças recém-nascidas, passando pela adolescência e fase adulta, até idosos, abrangendo as mais diversas situações que demandam o uso de produtos nutricionais.

Atendemos crianças até os dois anos com fórmulas específicas para a idade e que estejam impossibilitadas de receber aleitamento materno seja pelo abandono, uso de medicações controladas por parte das lactantes, ou outras doenças, como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), além da dificuldade de ganho pondero estatural, gerado por diversos fatores, entre eles a desnutrição, infecções e doenças crônicas. Temos ainda casos de crianças filhas de pessoas transgênero que precisam do uso da fórmula infantil para garantir seu bom desenvolvimento, uma vez que não podem receber aleitamento materno devido a retirada do seio (mastectomia) por parte de seu genitor, isso sem mencionar os muitos pacientes que apresentam Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV) e intolerância a lactose e que demandam o uso de fórmulas ainda mais específicas.

Outro grande público atendido pelo PMNEO são os pacientes oncológicos, que trazem uma grande demanda por suplementos, principalmente, para que possam dar continuidade aos seus tratamentos, como radioterapia e quimioterapia, uma vez que têm grande facilidade de perderem peso em razão da doença pela qual são acometidos, gerando assim maior dificuldade de recuperação se não tiverem acesso ao produto disponibilizado pelo programa.

Realização:



Apoio:



O PMNEO também têm refletido o que vem acontecendo no Brasil de uma forma geral no que diz respeito ao envelhecimento da população. Cerca de 61% dos nossos pacientes são idosos, ou seja, tem mais de 60 anos de idade. Com isso observamos cada vez mais a demanda de familiares por suplementos que possam complementar a alimentação e também a demanda crescente por dietas enterais, uma vez que a idade avançada, aliada a outras comorbidades, trazem consequências para essa população, como o uso de sondas para garantir a alimentação e nutrição adequadas a cada paciente.

Em todos os casos, trata-se de produtos caros, de alto valor comercial, e que são essenciais à vida e à saúde da população. O custo oneroso do tratamento e que em muito ultrapassa o orçamento das famílias pode oscilar entre R\$300,00 (trezentos reais) a R\$3000,00 (três mil reais), aproximadamente, o que para as famílias de baixa renda que sobrevivem com o Bolsa família de R\$600,00 (seiscentos reais) ou com o salário-mínimo vigente em 2025 (que é de R\$1518,00 – mil quinhentos e dezoito reais), isso pesa excessivamente no orçamento familiar. O processo administrativo foi então criado por causa da grande procura por judicializações, uma vez que as famílias e indivíduos não tinham como arcar com a manutenção do uso desses produtos, ainda que por um espaço determinado de tempo, como, por exemplo, nos casos de crianças que normalmente param de usar as fórmulas aos 2(dois) anos de idade. Em muitas situações, o uso de produtos nutricionais são necessários durante toda a vida do paciente ou grande parte dela (há situações de crianças que nascem com alguma deficiência e precisam do uso de sonda alimentar desde os primeiros meses e até mesmo de adultos que sofrem alguma sequela e passam a precisar de sonda pelo resto de suas vidas, por exemplo).

Desta forma, abriu-se diálogo entre os órgãos de justiça (Ministério Público e Defensoria Pública) e a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e foi acordado a criação do PMNEO, que vem atuando desde 2015 para atender a população que antes precisava recorrer à justiça para ter garantido um direito básico, que é o direito à saúde e à alimentação, e consequentemente, à vida.

Desde então o Serviço Social está inserido no programa de Nutrição, não só realizando a admissão dos pacientes/usuários, observando os critérios objetivos colocados na criação do PMNEO, mas também com a escuta humanizada e empática que nos permite atender a singularidade e subjetividade do humano por trás de cada demanda, permitindo uma intervenção apropriada dentro daquilo que nos é revelado. As avaliações socioeconômicas, atividade privativa do Assistente Social, realizadas dentro das dimensões do processo ético-político da profissão, norteiam as decisões e ações profissionais. O profissional do Serviço Social inserido dentro da política pública precisa criar e recriar, ressignificar e explorar espaços que nem sempre são favoráveis. Avaliar o acesso com a sensibilidade do profissional, ou seja, fazer “a peneira”, a triagem, requerer dizer o que cabe, o que é adequado e o que é permissível sem menosprezar as necessidades fundamentais dos pacientes/usuários, procurando conciliar as demandas com os objetivos do programa.

Com o estudo socioeconômico e avaliação social, o caráter de hipossuficiência nos dá autonomia para decidir através do estatuto profissional da categoria à regularidade do processo fornecendo aos nossos usuários a condição de acesso ao serviço sem fazer distinção da população de extrema vulnerabilidade e risco social, daquele que diferentemente é orientado a entrar por via legais, através da defensoria pública e ouvidoria de saúde, mecanismos que, mesmos resolutivos, são também burocráticos, dando o acesso através do judiciário àqueles que não atendem aos critérios estabelecidos pelo PMNEO.

O Termo de Compromisso estabelece que só os responsáveis financeiros da casa devem ser considerados na avaliação. Em sua grande maioria o programa acolhe pessoas idosas que já são definidas por si só em caráter de hipossuficiência; para refletir

Realização:



Apoio:



melhor sobre o que se correlaciona essa condição do idoso sob atribuição do estudo, observamos que normalmente quem acolhe esse idoso é um filho, filha, tio, primo ou vizinho, e portanto, há que se considerar a família de origem e não o familiar que reside com o pai e sim os pais que vivem com o filho ou vice e versa. A família de origem seriam os pais, ou seja, os responsáveis financeiros. O idoso e seu cônjuge habitualmente são remunerados pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) com um salário-mínimo cada um deles; nesse caso o paciente consegue ser atendido porque sua família de origem que seria o casal atende ao critério da hipossuficiência financeira. A expressão "Fumus Boni Juris" (fumaça do bom direito) sugere que há indícios de que o direito invocado é válido, mesmo que não haja provas definitivas. Sua abrangência dá conotação que o TC valida a expressão supracitada.

Também de acordo com o TC (Termo de Compromisso), os usuários serão atendidos pelas nutricionistas e terão os produtos solicitados disponibilizados em até 20 dias após a realização do cadastro, desde que atendam aos critérios estabelecidos. Este prazo, entretanto, pode variar de acordo com a avaliação do Assistente Social, que muitas vezes realiza intervenções junto com os nutricionistas, discutindo casos de pacientes em maior situação de vulnerabilidade, viabilizando o atendimento antes do prazo preestabelecido. Em todos os casos, apenas informações essenciais (o requerimento com o mínimo de informações e receituários médicos e/ou nutricionais) são repassadas à equipe de nutrição, garantindo-se o sigilo e a confiabilidade, essenciais na relação profissional/usuário.

O Assistente Social no PMNEO, assim como em qualquer outro espaço sócio ocupacional, atua sobre as expressões da questão social; expressões que, conforme Iamamoto (1982), devem ser compreendidas "como o conjunto das desigualdades da sociedade capitalista, que se expressam por meio das determinações econômicas, políticas e culturais que impactam as classes sociais"; aqui essas expressões nos são reveladas através da entrevista que é realizada com os usuários no momento que procuram o atendimento para acesso ao produto nutricional que foi previamente prescrito em outro serviço de saúde.

Observamos, portanto, que nossos usuários vivenciam as mais diversas expressões da questão social, bem como fatores determinantes e condicionantes da saúde, como alimentação, trabalho e renda, moradia, transporte, acesso a bens e serviços, entre outros. Além da pobreza, muitos não estão inseridos no mercado formal de trabalho, e ao adoecerem não têm acesso a benefícios previdenciários e precisam recorrer aos benefícios assistenciais, como o Bolsa-família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). No caso de crianças com deficiência, muitas vezes as mães precisam sair do emprego para se dedicarem aos cuidados e tratamentos dos filhos, isso sem mencionar que em sua grande maioria as crianças não recebem pensão de seus genitores e as mães acabam assumindo sozinhas a responsabilidade do cuidado.

Com isso, o impacto da doença e do adoecimento na renda das famílias é catastrófico; durante os atendimentos são inúmeros os casos de pacientes que relatam ter a renda comprometida com empréstimos realizados para financiarem exames, por exemplo, para agilizar algum diagnóstico e, conseqüentemente, o início do tratamento.

É também neste momento do adoecimento que se faz imprescindível manter uma alimentação adequada e balanceada, o que nem sempre é possível, tendo-se em vista o comprometimento da renda familiar conforme mencionado. Desta forma então, os pacientes recebem a indicação do uso de algum produto nutricional, mas não são capazes de custeá-los durante todo o tratamento e então precisam recorrer ao PMNEO.

Realização:



Apoio:





O programa, apesar das suas limitações, tem papel fundamental no tratamento de inúmeras pessoas. Hoje são atendidos cerca de 1200 pacientes com os mais diversos produtos disponíveis. Cabe ressaltar que é um programa custeado somente com recursos do tesouro municipal e que conta em seu quadro com duas assistentes sociais, três nutricionistas e uma farmacêutica, que realizam um trabalho interdisciplinar visando garantir e manter o acesso da população ao programa. Nada seria possível se não houvesse a colaboração da equipe multidisciplinar que se responsabiliza por reuniões periódicas com a gestão municipal, garantido um processo participativo que ouve e aceita a colaboração da sociedade civil organizada, agindo com prudência e razoabilidade. O Serviço Social tem papel fundamental neste processo, já que tem o primeiro contato com o público-alvo do PMNEO, o que permite identificar as diversas questões que envolvem o encaminhamento ao nosso serviço.

Neste processo, existe ainda a interlocução com os outros serviços da rede SUS, como hospitais, clínicas de hemodiálise e serviços da atenção primária e secundária em saúde, sendo o Assistente Social uma ponte entre esses serviços, os usuários e o PMNEO. Diversas vezes recebemos demandas de outros colegas, assistentes sociais ou não, solicitando informações sobre o programa e como realizar a inserção daqueles pacientes que identificaram a necessidade de uso de algum dos produtos ofertados.

Em algumas situações, a política de assistência social também nos procura buscando informações quanto ao atendimento no PMNEO, uma vez que identifica famílias em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e que necessitam de alimentação adequada, sobretudo para crianças e idosos. Contudo, o programa não consegue atender esse público sem que tenham alguma situação clínica que indique a necessidade de uso de fórmulas infantis e suplementos.

Para além dos atendimentos aos usuários e avaliações socioeconômicas, o Serviço Social também realiza a educação em saúde através do projeto “Cores da Saúde”, que consiste na ornamentação do ambiente de acordo com as campanhas previstas para cada mês e identificadas com cores diversas, promovendo informações e orientações de acordo com o tema escolhido; são realizadas salas de espera enquanto os usuários aguardam os atendimentos propiciando trocas enriquecedoras entre a equipe e os assistidos. Em outubro/2025 realizamos com a Secretaria de Educação uma atividade com duas profissionais de enfermagem referência do Estado de Minas Gerais e uma médica mastologista para atividade do “Outubro Rosa”, momento ímpar que consolidou a parceria entre as Secretarias de Educação e de Saúde. Entretanto, a falta de recursos e material didático-pedagógico é um grande desafio ao serviço e, infelizmente, retrata a realidade das políticas públicas.

O Serviço Social pensando no tempo de espera das crianças durante os atendimentos também criou um cantinho lúdico, onde reserva-se às crianças um espaço com a possibilidade de brincar, desenhar e ler. Recebemos doações de escolas, igrejas e dos próprios pacientes. Essas doações, muitas vezes, são recuperadas pela equipe do Serviço Social, ou seja, roupinhas de bonecas são refeitas, brinquedos são recuperados, pecinhas perdidas de jogos de memórias são redesenhados. Desta forma, aquele responsável pela criança pode participar do atendimento nutricional sem grandes preocupações, uma vez que a criança tem um espaço reservado para ela se manter entretida. Nesta oportunidade, também é ofertado a doação de um brinquedo para cada criança.

Vale ressaltar que a participação popular visando a garantia de direito também perpassa o trabalho do Assistente Social no PMNEO. Hoje temos assentos de participação social nos Conselhos de Assistência Social, enquanto gestão governamental paritária (2024/2026) e no COAPES (Convênio Organizativo de Ação Pública Ensino – Saúde), portaria nº 186-SS, responsável pelo mapeamento da oferta de acadêmicos e residentes da saúde para distribuição e inserção em vagas de

Realização:



Apoio:





estágios, denúncias de ações equivocadas dos acadêmicos e demais espaços que envolvem Educação Permanente e resolutiva sendo que estes locais oportunizam visibilidade ao programa e nos fortalece como espaço de representatividade e participação. Em 2023 tivemos pela primeira vez a oportunidade de participar da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, momento em que foi possível mostrar a importância do PMNEO enquanto um programa público de abrangência municipal, contribuindo para sua visibilidade e também para a construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de Juiz de Fora.

## Conclusão

Ainda que de forma incipiente e sem considerar muitos aspectos relevantes no que se refere às políticas públicas na área de alimentação e nutrição, podemos considerar o PMNEO como uma experiência exitosa no âmbito do SUS municipal. A forma como é realizada a admissão dos usuários, mediante avaliação socioeconômica e de hipossuficiência por um profissional de Serviço Social e o acompanhamento destes usuários por um profissional de Nutrição, o torna único até mesmo a nível nacional, uma vez que as experiências que conhecemos em programas como estes não são realizadas desta forma.

Mesmo o direito a alimentação, e consequentemente, a nutrição aparecendo em diversas legislações, como a PNAN e a LOSAN, em Juiz de Fora foi necessário uma imposição judicial para que o Programa de Nutrição passasse a existir como ele é hoje. Ou seja, o programa surgiu de uma busca para evitar as judicializações crescentes no que dizia respeito ao acesso às mais diversas fórmulas nutricionais e não partiu do poder executivo ou legislativo municipal ou ainda de setores organizados da sociedade civil, mas acabou se tornando uma grande referência no âmbito da Nutrição.

O Serviço Social inserido no PMNEO tem papel relevante, uma vez que contribui para evitar os processos judiciais, já que é responsável pelas análises que dá aos pacientes acesso ao programa. Referendamos o Termo de Compromisso atendendo aos critérios de hipossuficiência ao realizar os estudos socioeconômicos no cadastramento dos pacientes. Com essa atribuição privativa conseguimos atender a um número expressivo de usuários que nos procuram para atendimento, mantendo a privacidade e o sigilo das informações prestadas, e deixando a cargo do judiciário apenas os casos que não atendem aos critérios clínicos e sociais. Assim, o Serviço Social no PMNEO vem fomentando o acesso à nutrição como direito essencial ao desenvolvimento do indivíduo, à cidadania quando acolhe as demandas do público em questão e à democracia enquanto garantidor e consolidador das ações propostas na integralidade do cidadão.

Todo o trabalho que o Serviço Social executa diz respeito aos princípios e condutas do Projeto ético – político da profissão e com autonomia relativa mediando as questões que envolvem as políticas públicas. Confirmamos as propostas que norteiam os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e as propostas provocadas pela promotoria de Justiça e Defensoria Pública dando respostas resolutivas dentro das limitações da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

A execução do trabalho no PMNEO surge de uma demanda do judiciário à Prefeitura, dando margem para o entendimento de que o trabalho seria executado considerando-se a ordem judicial e não do executivo municipal, ficando o Assistente Social como mediador de conflitos entre os autores dos processos ajuizados; entretanto, a construção do trabalho ao longo desses nove anos de existência do programa mostra que para além dos limites impostos e dificuldades encontradas para sua execução no âmbito da prefeitura, como financiamento, espaço físico, ampliação da equipe multidisciplinar, entre outros, existem também muitas possibilidades de intervenção e

Realização:



Apoio:



execução de um trabalho voltado para a garantia do direito da população à nutrição adequada.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 20ª ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1990. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm)>. Acesso em 06 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Comissão Intergestores Tripartite (CIT). **Protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social**. 2009. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Protocolo%20de%20gestao/protocolo-de-gestao-integrada-de-servicos-beneficios-e-transferencias-e-renda-no-ambito-do-suas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Protocolo%20de%20gestao/protocolo-de-gestao-integrada-de-servicos-beneficios-e-transferencias-e-renda-no-ambito-do-suas.pdf)>. Acesso em: 08 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_alimentacao\\_nutricao.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf)>. Acesso em 05 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. (Série trabalho e projeto profissional nas políticas sociais, n. 2). Brasília: CFESS, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1982.

LEÃO, Marília (org.). **O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/waldr/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/SAN/SAN.pdf>>; Acesso em: 31 de maio de 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. 20ª Promotoria de Justiça da Comarca de Juiz de Fora. **Termo de Compromisso ICP's nº 0145.14.002505-0. 2015**. Juiz de Fora: MP-MG, 2015.

Realização:



Apoio:



PEREIRA, Liriana Santos; SOUSA, Raíque José de. **O serviço social e a segurança alimentar e nutricional**: Uma análise bibliográfica da atuação do assistente social no Programa Banco de Alimentos para garantir o direito humano à alimentação adequada. Niterói: Faculdade Multivix, 2023. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2023/04/o-servico-social-e-a-seguranca-alimentar-e-nutricional.pdf>. Acesso em: 09 maio 2025.

Realização:



Apoio:



## CIDADÃOS EM MOVIMENTO: o serviço social no suporte aos imigrantes

Ana Beatriz Fernandes da Silva Gomes<sup>184</sup>

**Resumo:** O Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes do município do Rio de Janeiro tem evidenciado uma realidade até então despercebida por quem não está envolvido na causa migratória: os imigrantes não encontram aqui um país acolhedor. As barreiras de acesso às políticas públicas são tão grandes que acabam mantendo-os, muitas vezes, sem nem conseguir atingir o *status* de “cidadão”, quanto mais usufruírem dos direitos que lhes cabem. Portanto, este trabalho pretende apresentar um pouco da realidade vivida por imigrantes que são ou já foram atendidos pelo CRAI-Rio, para contribuir com essa temática no âmbito do serviço social.

**Palavras-chave:** Imigrantes; Direitos; Cidadania; CRAI-Rio.

**Abstract:** The Immigrant Reference and Assistance Center of Rio de Janeiro (CRAI-Rio) has highlighted a reality that has gone unnoticed by those not involved in the migration cause: immigrants do not find a welcoming country. The hurdles to accessing public policies are so hard that they often end up not even being able to achieve the status of “citizen”, even more enjoy the rights that are theirs. Therefore, this paper aims to present a little of the reality experienced by immigrants who are or have been assisted by CRAI-Rio, to contribute to this issue within the scope of social work.

**Keywords:** Immigrants; Rights; Citizenship; CRAI-Rio.

### Introdução

A migração tem sido alvo de maior atenção na cidade do Rio de Janeiro desde o início de 2022, quando ocorreu o assassinato do refugiado congolês Moise Kabagambe Mugenyi, num quiosque da orla da cidade. Em decorrência desse trágico fato, o prefeito<sup>185</sup> tomou algumas medidas em relação à população imigrante, sendo a principal a criação de um centro de referência, o CRAI-Rio, inaugurado em janeiro de 2023.

O Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI-Rio) tem evidenciado uma realidade até então despercebida por quem não está envolvida na causa migratória: apesar do Brasil se apresentar para o mundo como tal, os imigrantes não encontram um país acolhedor. Isso porque as barreiras de acesso às políticas públicas e sociais são tão grandes que acabam mantendo-os, muitas vezes, sem nem conseguir atingir o *status* legal de “cidadão”, quanto menos usufruírem dos direitos que lhes cabem.

Por esse motivo, este artigo pretende apresentar um pouco da realidade vivida por imigrantes no Brasil, em especial na cidade do Rio de Janeiro, que são ou já foram atendidos pelo CRAI Rio, para contribuir com essa temática no âmbito do serviço social. Para tanto, foi realizado a partir das metodologias de Pesquisa Bibliográfica, buscando referenciar autores e pesquisadores dos temas em questão, além de documentos

<sup>184</sup> Assistente social no Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes do Rio de Janeiro - CRAI Rio. Graduada em Serviço Social pela UFRJ e Mestranda em Serviço Social pela UERJ. E-mail: asanabea25@gmail.com

<sup>185</sup> Eduardo Paes (PSD) - 2021 a atualidade

Realização:



Apoio:



disponibilizados por órgão oficiais; e Estudo de Caso, com base nos dados coletados nos atendimentos do setor de Serviço Social do CRAI-Rio, entre os meses de maio a dezembro de 2024.

Este trabalho segue uma metodologia weberiana<sup>186</sup> do “tipo ideal” cidadão, com base na análise de José de Carvalho, e também do migrante, segundo as convenções das Organizações das Nações Unidas - ONU. É sabido que, na perspectiva marxista que é hegemônica no serviço social, o direito é um instrumento do Estado para mediar a luta de classes, a fim de salvaguardar os interesses capitalistas:

Marx desenvolveu a tese de que o direito era essencialmente epifenomenal, parte da superestrutura (ver BASE E SUPERESTRUTURA), um reflexo das concepções, das necessidades e dos interesses de uma classe dominante, produzida pelo desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção que constituem a base econômica do desenvolvimento social (Bottomore. 2012, p. 180).

Entretanto, para este trabalho, foi utilizada a perspectiva liberal do direito, como se compreende nos marcos legais, a fim de reproduzir, para análise, o que já está estabelecido, sem a intenção de criticar. Antes, buscou-se apresentar os conceitos presentes nas legislações e convenções internacionais para demonstrar o quão distantes estão de se realizarem, tendo em vista a efetivação dos direitos, e não a crítica do direito burguês.

## Migração como direito humano

### Entendendo os termos

Primeiramente, é necessário se familiarizar com os termos trabalhados na pesquisa, referentes ao tema da migração. Segundo o Glossário sobre Migração da OIM<sup>187</sup>, a *migração* refere-se a “um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas” e “inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos”. Já o termo *migrante* compreende, em geral, “todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão”, porém não há uma definição universalmente aceita do mesmo, sendo usado como um termo geral para qualquer pessoa em deslocamento ou fora do seu local de origem.

É importante também diferenciar *imigrante* de *emigrante*. Ainda de acordo com o Glossário sobre Migração, a *emigração* corresponde à “saída de um Estado com a finalidade de se instalar noutro”, enquanto a *imigração* é o “processo através do qual estrangeiros se deslocam para um país, a fim de aí se estabelecerem”. Ou seja, ambos os termos designam o movimento de migração, podendo ser aplicado a uma mesma pessoa, dependendo do ponto de vista de quem a denomina. Por exemplo: para nós, brasileiros, *emigrantes* são os brasileiros que escolhem viver no exterior, e *imigrantes* são as pessoas de outros países que vêm para o Brasil.

### Direito de migrar

<sup>186</sup> Segundo Quintaneiro (2003, p.103), o tipo ideal “só existe como utopia e não é, nem pretende ser, um reflexo da realidade complexa, muito menos um modelo do que ela deveria ser”. Antes, “é um modelo simplificado do real, elaborado com base em traços considerados essenciais para a determinação da causalidade, segundo os critérios de quem pretende explicar um fenômeno”.

<sup>187</sup> Organização Internacional para as Migrações. 2009. Disponível em <<https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>> Acesso em: 11 jan. 2025.

Realização:



Apoio:





A afirmação da migração como direito humano não é um consenso no sentido normativo nos países ao redor do mundo. Em geral, a soberania dos Estados está acima dessa concepção, entendendo a migração como uma ameaça a mesma.

Assim, para o direito internacional clássico, a partir da ideia de soberania, estabelece-se que os Estados são livres para delimitar os critérios de ingresso de estrangeiros em seu território. Aceitar um estrangeiro seria, portanto, um elemento ligado ao direito soberano do Estado de receber e retirar compulsoriamente estrangeiros de seu território, independente destes terem ou não autorização prévia para viabilizar seu ingresso no país ou para permanecer nele (Pereira, 2019, n/p).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) traz um novo entendimento para o tema da migração, visto agora como um direito humano a ser respeitado e concretizado pelos Estados. O embasamento se dá no artigo XIII que estabelece que

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a esse regressar.

Desta forma, propôs um paradigma para o movimento de entrada e saída de migrantes que vai de encontro com o entendimento clássico da soberania nacional e que não consegue se efetivar, em muitos casos, por não ter essa mudança se consolidado nas leis de determinados países.

O embate entre ambos os entendimentos sobre migração é observado no cotidiano da sociedade, que permanece resistente à entrada de imigrantes, espelhando-se em discursos de seus representantes políticos ou pessoas de destaque midiático, reproduzindo preconceitos e impedindo a integração dessas pessoas. Vê-se a hostilidade como sendo o tratamento comum aos “estrangeiros”<sup>188</sup>. Como observa Pereira (2019):

vemos, por todos os lados, indivíduos ou autoridades estatais sustentarem que a concretização desse direito ressoaria como uma abertura de fronteiras para que criminosos tenham facilitação de fuga de suas responsabilidades penais por crimes cometidos em outro país e, também, que esse direito levaria ao aumento da criminalidade [...]. Esse argumento não detém respaldo em qualquer pesquisa (Pereira, 2019, n/p).

O Brasil, apesar de ter efetivado de forma legal o paradigma da migração como direito humano, sendo assim considerado um país aberto e acolhedor, tem em seu interior contradições no que tange a esse acolhimento. A ideia de que os imigrantes irão ocupar as vagas de empregos dos trabalhadores locais ou a associação dos mesmos a crimes e terrorismo tem raiz profunda no imaginário social. Neste sentido, Benvindo Manima<sup>189</sup>, afirma que a sociedade é também responsável pelo processo de “acolhida social”, sendo “necessário ver e reconhecer o imigrante como um cidadão igual, digno de respeito e não o perceber como uma ameaça aos seus postos de trabalho, reproduzindo assim, formas de discriminação” (2021, p. 422).

<sup>188</sup> O termo “estrangeiro”, mais popular no vocabulário comum, tem sido desencorajado em sua utilização, por remeter ao Estatuto do Estrangeiro de 1980, que considerava as pessoas vindas de outros países como potencialmente inimigas do Estado Brasileiro. Em oposição a essa ideia, utiliza-se o termo “migrante” de forma geral, ou “imigrante/emigrante”, dependendo do ponto de vista.

<sup>189</sup> Assistente social pela UFRJ e mestre em antropologia pela UFF, referência na área de migração no Rio de Janeiro. Atualmente atua como coordenador do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes - CRAI Rio.

Realização:



Apoio:



## **Sobre cidadania**

Ao entrarem em outro país, as pessoas que migram precisam “reconquistar” uma cidadania para usufruir de direitos e deveres naquela nação. Como um dos objetivos desta pesquisa, a análise do exercício da cidadania será a partir da concepção de Carvalho (2002), considerando que a cidadania compreende os direitos civis, políticos e sociais, e o exercício destes três tipos de direitos formaria um cidadão pleno. Aqueles que possuem apenas alguns dos direitos são cidadãos incompletos, e os que não se beneficiam de nenhuns direitos são não-cidadãos.

Segundo Carvalho, essa conformação em “cidadão” se dá a partir de um pertencimento a uma nação e ao Estado. A identificação com a nação e lealdade ao Estado “andam juntas” no exercício da cidadania. O grau de lealdade ao Estado ou de identificação à nação pode ser maior ou menor em relação ao outro, a depender de como se forma o Estado-nação (p.12). Neste sentido, pretende-se analisar de que forma a acolhida social das pessoas que migram tem sido efetiva para a integração dessa população na sociedade brasileira e, por consequência, o exercício da cidadania e garantias dos direitos sociais.

No caso do Brasil, o autor aponta que a fragilidade da cidadania vivenciada hoje tem a ver com o percurso de construção da mesma, em relação à conquista e estabelecimento dos direitos. Aqui, segundo Carvalho, a “pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo” (2002, p. 220). Essa “inversão” se dá em comparação ao modelo inglês, onde houve uma lógica que fortalecia a convicção democrática. A base de tudo foram os direitos civis, e a partir da consolidação das liberdades individuais, os direitos políticos e sociais foram posteriormente estabelecidos, em consequência de uma articulação forte entre os poderes - Judiciário, Legislativo e Executivo -, partidos políticos e organização sindical (Carvalho, 2002, p. 220).

Como o Brasil não seguiu essa lógica de desenvolvimento da cidadania, algumas dificuldades se impõem hoje para a sua realização, já que, segundo Carvalho (2002, p. 221), a diferença no processo tende a afetar o tipo de cidadão que é gerado e, logo, o tipo de democracia. O fato de os direitos sociais estarem na base do processo brasileiro, tendo sido estabelecidos em períodos ditatoriais, traz como consequência a extrema valorização do poder Executivo. Existe aqui uma busca por figuras messiânicas, ao passo que há uma desvalorização do poder Legislativo, da mediação da representação política. “Essa cultura orientada mais para o Estado do que para a representação é o que chamamos de ‘estadania’, em contraste com a cidadania” (Carvalho, 2002, p. 221). Essa fragilidade na democracia brasileira, apontada pelo autor, é ainda mais visível no cotidiano da população imigrante, já que, por não ter a possibilidade de escolha de representantes, fica à margem das decisões políticas e não é contemplada pelas políticas públicas em suas particularidades.

## **A importância do Serviço Social no processo de migração**

O Código de Ética do/a Assistente Social traz como princípios fundamentais conceitos como a liberdade, autonomia, democracia, cidadania, justiça social, entre outros (Lei 8662/1993). O que coloca os profissionais do serviço social como peças chave para a viabilização dos direitos sociais. O engajamento é necessário para o desenvolvimento das políticas públicas, para atender as demandas dessa população, pois enfrenta diversas barreiras. Portanto, “para este grupo usufruir de uma condição de ‘acolhida social’, é imprescindível que se pense em políticas públicas que incorporem ações de construção de estruturas que dimensione o acolhimento, proteção e integração social” (Manima, 2019, p. 422).

Realização:



Apoio:



A política de assistência social nos dá diretrizes sobre o perfil de seus usuários. Dentre ele, pode-se observar onde se encaixa a população migrante:

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com **perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual;** desvantagem pessoal resultante de deficiências; **exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas;** uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; **inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal;** estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (Brasil, 2004, p. 33).

Vemos ainda, na proteção especial da assistência social, a atenção às pessoas migrantes:

A realidade brasileira nos mostra que existem famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem à violação dos direitos de seus membros, em especial, de suas crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, além da geração de outros fenômenos como, por exemplo, pessoas em situação de rua, **migrantes**, idosos abandonados que estão nesta condição não pela ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social. Percebe-se que estas situações se agravam justamente nas parcelas da população onde há maiores índices de desemprego e de baixa renda dos adultos (Brasil, 2004, p. 36).

Além das normativas e diretrizes que amparam a atuação dos assistentes sociais, a formação dá ferramentas importantes para o processo de acolhimento. Um bom exemplo é a *escuta ativa*: profissionais sem uma escuta atenta e interessada provavelmente não conseguirão atender de forma efetiva um imigrante, já que na maioria das vezes este nem sabe ao certo sua real demanda. Além, é claro, da dificuldade de comunicação pela barreira da língua, que requer uma atenção especial de quem atende. Neste sentido, também é importante destacar a dimensão pedagógica do serviço social, que se mostra fundamental para essa população que, em grande parte, não conhece seus direitos ou os caminhos para acessá-los. Sobre isso, Manima (2021) afirma:

apesar deste grupo social possuir o direito de acesso a esta política Social, existem barreiras que dificultam sua efetivação, seja ela pelo entendimento destes indivíduos enquanto cidadãos com seus direitos garantidos, ou por quesitos da própria concepção do programa e como ele é executado (Manima, 2021, p. 427).

Por isso, é necessário uma atuação comprometida com a ética profissional, que esteja sensível à realidade das pessoas migrantes, para auxiliar na integração dessa população que encontra ainda mais barreiras para exercer sua cidadania.

## Análise de dados do CRAI-RIO

Nesta seção, pretende-se apresentar alguns dados coletados nos atendimentos do setor de serviço social do CRAI-RIO, entre os meses de maio a dezembro de 2024, a fim de demonstrar as principais demandas e encaminhamentos realizados, bem como as principais características da população atendida no período. A análise desses dados se faz importante para pensar a atuação dos assistentes sociais com essa população em suas especificidades, além de poder servir de base para a criação ou modificação de políticas públicas e sociais. Os dados apresentados são referentes ao número de

Realização:



Apoio:



atendimentos, e não de pessoas atendidas, referentes ao setor de serviço social especificamente.

No tocante à nacionalidade, o equipamento tem atendido a uma grande variedade, o que reflete a diversidade de imigrantes presentes no país. Entretanto, há uma predominância de pessoas provenientes da Venezuela (19,5%), Colômbia (16%) e Argentina (9%). No caso da Venezuela, o país tem enfrentado uma grave crise humanitária desde 2017, decorrente da crise econômica e política que a acomete. Os venezuelanos têm saído do seu país em massa<sup>190</sup>, o que gerou uma crise na região brasileira de fronteira, o estado de Roraima e, mais especificamente a cidade de Pacaraima, mas também a capital, Boa Vista. Tais cidades e o estado como um todo não tinham capacidade de absorver as demandas, necessitando do suporte contínuo do governo federal e também dos órgãos das Nações Unidas que lidam com migração e refúgio - ACNUR e OIM.

Em 2018 foi deflagrado pelo governo federal a Operação Acolhida, a partir da Medida Provisória nº 820/2018, posteriormente convertida pelo Congresso Nacional na Lei nº 13.684/2018, visando a) controle da fronteira, com os trâmites para regularização migratória; b) acolhimento emergencial em abrigos geridos pelo MDS em parceria com a ACNUR; e c) interiorização, a possibilidade de se deslocar para outros municípios em todo o país, em busca de oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico<sup>191</sup>. Além disso, em junho de 2019 o CONARE reconheceu a existência de “grave e generalizada violação de direitos humanos” na Venezuela, e permitiu que as decisões de concessão de refúgio de venezuelanos pudessem ocorrer em blocos, as chamadas decisões *prima facie*, por cruzamento de base de dados, diferente do procedimento protocolar que analisa as solicitações caso a caso<sup>192</sup>.

Quanto às principais demandas, observou-se que a maior foi a inscrição no CPF (Cadastro de Pessoa Física), tendo aproximadamente 20% dos atendimentos com essa finalidade. Isso porque o CPF é o primeiro passo no processo de regularização documental, sendo necessário para dar entrada no documento de identidade brasileiro - Registro Nacional do Migrante, mas também para fazer o Cadastro Único, Carteira de Trabalho Digital, abrir conta em banco, e até mesmo para registrar um número de celular.

Depois do CPF, as principais demandas são da política de assistência social: acolhimento institucional e inscrição ou atualização do Cadastro Único para ter acesso à benefícios assistenciais. Nos meses analisados, 16,5% dos atendimentos foram sobre solicitação de acolhimento, 14% para inscrição e 7% para atualização do CadÚnico, sendo 37,5% do total de atendimentos.

Outra demanda importante dos imigrantes atendidos é a empregabilidade. Muitos dos que chegam ficam em trabalhos informais, geralmente pela dificuldade de regularizar-se, mas também pelas barreiras que se colocam à contratação dessas pessoas no mercado formal. As especificidades da documentação muitas vezes não são conhecidas pelos recrutadores, que não contratam pela “falta de documentos” (que geralmente são documentos que os imigrantes não possuem e nem podem possuir, como o Título de Eleitor e Certificado de Reservista, obrigatório para todos os homens brasileiros).

## Rede de proteção social e xenofobia

<sup>190</sup> Segundo a OIM, em 2023 já eram mais de 4 milhões de venezuelanos refugiados e migrantes nas Américas.

<sup>191</sup> Ministério do Desenvolvimento Social, Família e Combate a Fome. Portal Gov.br. Disponível em <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>>. Acesso em: 27 jan. 2025.

<sup>192</sup> Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portal Gov.br. Disponível em <<https://www.gov.br/mj-pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/refugio/especificidade-haiti-e-venezuela>>. Acesso em: 27 jan. 2025.

Realização:



Apoio:



Ao buscarem atendimento nas diferentes unidades de serviços públicos, os imigrantes encontram dificuldades diferentes das pessoas nacionais para acessar os serviços. A barreira da língua é apenas uma dentre tantas que podem se colocar para impedir a efetivação dos seus direitos, como o preconceito de funcionários e o próprio desconhecimento dos seus direitos no momento de solicitar algum serviço. No período analisado da experiência no CRAI, alguns relatos foram trazidos sobre essas dificuldades. Abaixo, alguns desses relatos, especificamente sobre casos de xenofobia na rede pública, retirados de um relatório produzido pelo setor de serviço social para fins de sistematização. Os nomes dos assistidos e instituições envolvidas foram omitidos, para preservar as identidades dos envolvidos.

**Mulher**, 70 anos, argentina, foi atendida pela primeira vez em 30 de abril de 2024. Estava em processo de regularização dos documentos e precisava da solicitação do CPF. A assistida estava em situação de rua, inicialmente não desejava ir para abrigo, mas depois se tornou uma demanda, além de benefícios que são acessados através do Cadastro Único, como Bolsa Família e Carteira da Pessoa Idosa. Ela foi encaminhada para o [unidade da assistência social] por diversas vezes (14 e 15 de maio, 4 de julho, 16 e 19 de agosto) e em várias delas relatou ter sido mal atendida, por não ouvirem sua demanda ou afirmarem que deveria procurar o [outra unidade da assistência social], onde chegava e era novamente encaminhada para o [primeira unidade citada], por estar em situação de rua.

**Homem**, 30 anos, argentino, foi atendido pela primeira vez em 2 de maio de 2024. Havia recém chegado ao Rio de Janeiro e tinha por demandas a regularização da documentação e acolhimento, por estar em situação de rua e sem recursos. Foi encaminhado, entre outros, para o [unidade da assistência social]. No dia seguinte, relatou ter sido mal atendido na referida unidade, tendo aguardado atendimento por muito tempo, enquanto outras pessoas que chegavam eram atendidas. Ainda relatou ter ouvido de funcionários falas como “O que você está fazendo aqui, sem dinheiro? Você não deveria sair do seu país nessa situação”. No dia 8 do mesmo mês, foi encaminhado novamente para o [unidade acima citada], desta vez com a demanda de Cadastro Único, e relatou novamente situação de discriminação e falas problemáticas. Por estar em situação de rua no bairro do Flamengo, foi encaminhado do [unidade acima citada] para o [outra unidade da assistência social], onde, no dia 9 de maio, relatou ter sido vítima de preconceito novamente, tendo ouvido risadas por parte de funcionários e não ter sido atendido por “não haver vaga [de acolhimento]”, sendo que o encaminhamento era para fazer o Cadastro Único e acompanhamento.

**Mulher**, 63 anos, peruana, foi atendida pela primeira vez em 5 de maio de 2024. Necessitava atualizar o Cadastro Único. Depois dessa atualização, retornou ao CRAI no dia 26 de maio, quando relatou uma situação de “desconforto” (sic) no seu [unidade] de referência. Ela estava com o benefício Bolsa Família bloqueado, por isso fez atualização cadastral. Quando foi ao [unidade da assistência social] verificar a situação do benefício, passou pelo atendimento com a técnica de referência, que durante o mesmo disse a ela que “deveria voltar a morar no Peru” e também deu a entender que o pedido de benefício da assistida seria fraudulento. A mesma disse, no momento do ocorrido, que o que estava acontecendo era uma discriminação e que ela não iria sair do Brasil, pois escolheu morar aqui.

Esses relatos demonstram o impacto que a xenofobia pode causar no tocante ao acesso aos direitos sociais pelos imigrantes. Vale ressaltar que algumas das falas problemáticas foram proferidas por servidores/técnicos, inclusive assistentes sociais, evidenciando a falta de preparo e sensibilidade para lidar com a população em questão.

## Conclusão

Realização:



Apoio:





A migração como direito humano tem sido defendida e vivenciada por diversas pessoas ao redor do mundo, que escolhem partir de suas terras natais em busca de melhores oportunidades ou apenas diferentes vivências em outros territórios. Há também aqueles que têm os seus direitos violados em seus países de origem e buscam refúgio em outra nação. Em ambos os casos, as pessoas que migram enfrentam diversas dificuldades para terem seus direitos efetivados, seja pelas barreiras que se impõem com a diferença de língua, cultura, preconceitos etc., ou ainda pelo desconhecimento dos seus direitos naquele novo país.

Por isso, é fundamental que os assistentes sociais, profissionais que atuam justamente pela efetivação dos direitos sociais, estejam atentos a essa realidade em sua atuação profissional. A escuta qualificada e a dimensão pedagógica da profissão são essenciais no processo de acolhimento, para uma efetiva integração desses cidadãos em movimento no território brasileiro.

## Referências

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário marxista**. Edição em língua portuguesa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Especificidades – Haiti e Venezuela. **Portal Gov.br**. [s/l], [s/a]. Disponível em <<https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/refugio/especificidade-haiti-e-venezuela>>. Acesso em 27 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Operação Acolhida. **Portal Gov.br**. Disponível em <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>>. Acesso em 27/01/2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

MANIMA, Benvindo. CEPRI e auxílio emergencial: acesso a direitos e políticas sociais em uma perspectiva antropológica. In: AMORIM, Maria Stella Faria de et al. **Administração de conflitos e cidadania: problemas e perspectivas V**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

MARTINS, Inês Casquilho Duarte. Políticas de imigração e integração: intervenção do Serviço Social. **Intervenção Social**, Lisboa, n.º 46, p. 57-75, 2.º semestre de 2015. Disponível em <[http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/4317/1/is\\_46\\_2015\\_4.pdf](http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/4317/1/is_46_2015_4.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES - OIM. Glossário sobre Migração. **OIM Brasil**. 2009. Disponível em <<https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Acesso em 11 jan. 2025.

Realização:



Apoio:



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES - OIM. Mais de quatro milhões de refugiados e migrantes da Venezuela lutam para acessar necessidades básicas nas Américas. **OIM Brasil**. 12 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/news/mais-de-quatro-milhoes-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-lutam-para-acessar-necessidades-basicas-nas-americas-0#:~:text=A%20mais%20recente%20An%C3%A1lise%20das,para%20as%20comunidades%20de%20acolhida.>>. Acesso em 27 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. 1948. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em 27 ago. 2024.

PEREIRA, Gustavo de Lima. **Direitos humanos e migrações forçadas**: introdução ao direito migratório e ao direito dos refugiados no Brasil e no mundo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?id=aq-GEAAAQBAJ&lpg=PT6&ots=WzzierG7sw&dq=migra%C3%A7%C3%A3o%20como%20direito%20humano&lr&hl=pt-BR&pg=PT6#v=onepage&q=migra%C3%A7%C3%A3o%20como%20direito%20humano&f=false>>. Acesso em 27 agosto 2024.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Marcia Gardenia Monteiro. **Um toque de clássicos**: Marx, Weber e Durkheim. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

Realização:



Apoio:



## EDUCAÇÃO ESPECIAL E CAPACITISMO: desafios no ensino superior

Letícia Barros Palma da Rosa<sup>193</sup>

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de realizar uma aproximação com a temática da educação especial no ensino superior a partir de uma breve revisão teórica. Para tanto, se debruça sobre estudos sobre capacitismo e sua relação com a perspectiva eugenista, compreendendo sua incidência no desenvolvimento das políticas de educação e como as mesmas vem impactando o acesso das pessoas com deficiência. São destacados avanços a partir da luta organizada por grupos de pessoas com deficiência e legislações relevantes. Por fim, são apresentados elementos importantes no que diz respeito à educação inclusiva no ensino superior e seus desafios.

**Palavras-chave:** Pessoa com deficiência; capacitismo; educação especial; ensino superior.

**Abstract:** This article aims to approach the theme of special education in higher education through a brief theoretical review. To this end, it focuses on studies about ableism and its relation to the eugenic perspective, understanding its incidence in the development of education policies and how these have impacted the access of people with disabilities. Advances from the organized struggle of groups of people with disabilities and relevant legislation are highlighted. Finally, important elements regarding inclusive education in higher education and its challenges are presented.

**Keywords:** Person with disability; ableism; special education; higher education.

### Introdução

Este artigo tem o objetivo de realizar aproximações iniciais com estudos que abarcam o debate sobre capacitismo e Educação Especial. A partir de uma breve revisão sobre a temática apresenta-se uma compreensão sobre capacitismo e sua construção histórica, cujas bases eugenistas ainda marcam a sociedade contemporânea. Quando o debate avança para o âmbito educacional, fica explícito que o “capacitismo estrutural” impacta o acesso e a permanência de pessoas com deficiência – tanto na educação básica quanto na superior. Apesar disso, ainda são escassos os estudos que se debruçam sobre a temática.

A Constituição Federal de 1988, mais especificamente em seus artigos 3º e 5º, estabelece o princípio da igualdade. A Carta Magna explicita em seu texto a promoção e a proteção dos direitos humanos de todas as pessoas, sem distinção. Pode-se compreender, portanto, que todos os sujeitos – com ou sem deficiência – têm o direito de usufruir de condições de igualdade.

No entanto, há que se considerar que, para além das legislações, o debate sobre acesso e direitos se dá imbricado à forma como o projeto societário capitalista se

---

<sup>193</sup> Assistente social. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) – campus Rio das Ostras. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: leticiabpr@id.uff.br

Realização:



Apoio:



materializa e como o Estado é permeável às demandas tanto dos sujeitos sociais, quanto as do capital, em constante disputa e correlação de forças.

Quando o debate se dá a partir do âmbito educacional, a Constituição assegura que a educação é direito de todos, embora se saiba que o acesso à mesma não se dá de forma igualitária. A fim de dirimir as disparidades existentes – especialmente no que tange a pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais – há que se pensar em estratégias que visem garantir a acessibilidade e a inclusão desses sujeitos.

Para além da Carta Magna, há diferentes legislações aprovadas com o intuito de assegurar às pessoas com deficiência seus direitos. No âmbito da educação, podemos citar: Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN (BRASIL, 1996); a Lei de Acessibilidade, regulamentada pelo Decreto 5296/2004 (BRASIL, 2004); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e Avaliação in loco, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (BRASIL, 2013) e a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015).

O avanço das legislações, políticas e orientações faz-se extremamente necessário. No entanto, a apropriação dos conteúdos de tais regulamentações – assim como o cumprimento das mesmas – ainda apresenta-se enquanto um desafio.

Diversos são os entraves enfrentados no âmbito do ensino superior quando se trata da perspectiva da acessibilidade e da inclusão. Neste debate, inclusive, é importante destacar que a garantia da acessibilidade não se restringe à promoção e à garantia de acesso a um ambiente físico acessível, mas também aborda a erradicação de barreiras intelectuais e sensoriais, como afirma Capellini (2022, p. 9).

Capellini (2022) defende ainda que

atentando-se à Educação Inclusiva e seus pressupostos legais e conceituais, uma Instituição de Educação Superior (IES) e/ou Escola Técnica socialmente responsável é aquela que: a) pratica a intersetorialidade e a transversalidade da educação especial; b) reconhece a necessidade de mudança cultural e investe no desenvolvimento de ações de formação continuada para a Inclusão, envolvendo os professores de todas as áreas e toda a comunidade acadêmica; e, c) promove a Acessibilidade em seu sentido pleno (Capellini, 2022, p. 11).

A necessidade de formação continuada apresentada por Capellini, tanto para docentes quanto para demais membros da comunidade acadêmica, apresenta-se como uma demanda urgente a ser respondida. Assim, este artigo pretende contribuir, ainda que de forma incipiente, para fomentar estudos e provocações sobre a temática.

## O capacitismo na sociedade

Quando se realiza o debate sobre o lugar ocupado por pessoas com deficiência na sociedade pode-se logo observar a presença e o impacto do capacitismo que incide sobre seus corpos e funciona como determinante social. Assim, faz-se necessário compreender o que se entende como capacitismo, como o mesmo se conforma e de que modo esse sistema de opressão opera e impacta a vida dos sujeitos.

A autora Fiona Campbell (2009) afirma que o capacitismo pode ser entendido como um conjunto de suposições e práticas que tornam as relações e os tratamentos desiguais em relação às pessoas com deficiência, sejam elas reais ou atribuídas. Esse permeia as relações e os modos de vida das pessoas individualmente e nos seus coletivos. Esta relação desigual produz um binarismo hierárquico entre superioridade e inferioridade relacionado à capacidade e/ou funcionalidade, trazendo a ideia de corpo normativo. A medida que se fala de capacitismo enquanto estrutura, faz-se necessário ampliar a discussão para compreender o imaginário e sua relação com a normatividade

Realização:



Apoio:



e a compulsoriedade do capacitismo. A compreensão do imaginário capacitista promove na sociedade uma assimilação sobre a existência de comunidades, que compartilham convicções sobre capacidades físicas e mentais ideais do ser humano, sem a consideração das diferentes formas de ser e estar no mundo. Esse pensamento imaginário vem de uma visão homosocial que quer manter de modo compulsório as normas capacitistas, isto é, o preconceito que supõe que as pessoas com deficiência são incapazes (Campbell, 2009). (Lima; Ferreira; Lopes, 2020, p. 172).

Considerando tal análise, é interessante pensar que o capacitismo, que infere a discriminação de pessoas com deficiência, encontra lugar e função no modo de produção capitalista, já que este valoriza os sujeitos que mais produzem e, supostamente, os corpos com deficiência seriam menos produtivos. Demonstra o quanto uma pessoa pode ser reduzida apenas a uma determinada característica ou condição a partir do momento que essa condição supostamente a torna menos funcional em um processo de geração de valor.

Esse pensamento coaduna com valores que se instauram em perspectivas biomédicas, como afirmam Gesser, Block e Mello (2020). A partir dessa perspectiva, pauta-se por capacidades normativas; ancora-se no “binarismo norma/desvio, [que] têm levado a uma busca de todos os corpos a performá-los normativamente como “capazes”, visando se afastar do que é considerado abjeção” (Gesser; Block; Mello, 2020, p. 18).

Gesser, Block e Mello (2020) defendem a perspectiva interseccional do capacitismo que, relacionando-se com o racismo e o sexismo, contribui para a ampliação dos processos de exclusão social. Entendem que a interseccionalidade

Trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes entre outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177 *Apud* Gesser; Block; Mello, 2020, p. 23).

As estudiosas apontam que, nessa mesma perspectiva, o capacitismo pode colaborar para a designação de pessoas com deficiência para condições de subalternidade e vulnerabilidade. Nesse sentido, há que se considerar tanto as oportunidades que deixam de ser oferecidas a essas pessoas quanto à falta de políticas necessárias.

Quando se acessa estudos que tratam da questão de gênero somada ao estudo que abarca da deficiência, considerando a perspectiva interseccional, são encontrados resultados que demonstram o quanto expectativas sociais são criadas sobre mulheres com deficiência, incidindo em violações de seus direitos. Gesser, Block e Mello (2020) também explicitam a condição estrutural do capacitismo, explicando que o mesmo não é produzido ou incide de forma individual sobre os sujeitos.

o capacitismo é estrutural e estruturante, ou seja, ele condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar baseadas em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes (Gesser; Block; Mello, 2020, p. 18).

Considerando a compreensão sobre o capacitismo aqui apresentada, evidencia-se que defender o anticapacitismo significa defender o rompimento da opressão que

Realização:



Apoio:





atinge as pessoas com deficiência (Gesser; Block; Mello, 2020). Se alinha ainda com uma perspectiva de luta e defesa de direitos desses sujeitos.

## Capacitismo e eugenia

A perspectiva eugenista desponta no final do século XIX e início do século XX e busca por um suposto aprimoramento da sociedade por meio do controle da reprodução de pessoas que seriam consideradas inferiores. Naquele contexto, pessoas pobres, não brancas e pessoas com deficiência sofreram impacto de práticas eugenistas.

A eugenia “positiva” correspondia ao incentivo à reprodução no âmbito das famílias que eram consideradas superiores e que não possuiriam falhas genéticas, com a expectativa de que seus filhos nascessem sadios e contribuíssem com a construção de uma sociedade com uma “boa genética”. Gonçalves (2018) afirma que no Brasil

os escritos de Francis Galton (1869), sobretudo o *Hereditary Genius*, inspiraram muitos brasileiros de ciência, que tinham Oliveira Vianna, e suas ideias de branqueamento, como expressão maior nas primeiras décadas do século XX. Vianna se transformou num dos maiores ideólogos das políticas de intervenção social na Era Vargas (AGUILAR FILHO, 2011). Com ele e outros adeptos da “razão científica da eugenia” (AGUIAR FILHO, 2011, p. 84), aumentava incessantemente no País a crença (e a prática) de que para se chegar ao progresso moral e à perfeição da espécie, seria necessário passar “[...] pela seleção e pela discriminação: selecionar e discriminar como prática cultural de ‘hygiene’” (Aguilar Filho, 2011, p. 75) (Gonçalves, 2018, p. 518).

Em seus estudos sobre hereditariedade, Galton (1869) se preocupava com a reprodução de características que seriam passadas entre gerações (trabalhando com descendentes de famílias inglesas). Trabalhou com a hipótese de que algumas pessoas deveriam se reproduzir, enquanto outras, que seriam inferiores, não. Deu visibilidade ao termo eugenia na perspectiva de contribuição para um suposto melhoramento da sociedade a partir dessa divisão entre as pessoas. A partir desta perspectiva, tanto pobres e negros, quanto pessoas com deficiência foram alocadas no espectro daquelas consideradas inferiores. Assim, enquanto a eugenia positiva incentivava a reprodução das famílias consideradas superiores, as iniciativas que se apoiavam na eugenia negativa propagavam práticas, programas e até mesmo legislações que tinham o objetivo de limitar as pessoas que tinham tais perfis (“inferiores”) de ter filhos.

A permanência e a reprodução de tal pensamento corroboram a disseminação de ideias e práticas capacitistas. Assim, com o objetivo de desconstruir tais perspectivas, faz-se necessário se apoiar em estudos, conhecimento e legislações a fim de que ações anticapacitistas permitam a superação dessa forma de opressão. E esse é um ponto crucial apontado por Gesser, Block e Mello (2020) para que o avanço seja possível: é necessário o reconhecimento de que o capacitismo é uma forma de opressão social. Dado esse reconhecimento, também é imprescindível que as pessoas com deficiência sejam vistas, assim como as barreiras sociais que as mesmas enfrentam para efetivar sua socialização.

Quando se afirma a necessidade do olhar para as pessoas com deficiência, é fundamental que esses sujeitos sejam reconhecidos para além de sua deficiência, já que eles não se resumem às suas condições patológicas. Assim, é importante considerar individualidades, subjetividades e as imbricações como os demais determinantes que localizam essas pessoas na sociedade (como raça/etnia e gênero).

E retomando a defesa aqui feita anteriormente, se a produção de conhecimento e a aprovação de legislações se faz extremamente necessária, elas não devem se dar “sobre” pessoas com deficiência, mas precisam ser elaboradas “com” e “por” pessoas com deficiência.

Realização:



Apoio:



## Educação especial no Brasil e breves reflexões sobre o ensino superior

Lima, Ferreira e Lopes (2020, p. 166) apontam que a “educação especial no Brasil é fortemente estruturada sob uma lógica segregacionista”, que se reflete quando se analisa algumas legislações. As autoras citam como exemplo as Constituições de 1934, 1937 a 1988, assim como as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, 1971 e 1996. Em contrapartida, afirmam que houve avanços a partir de documentos como a Declaração de Salamanca (1994), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI (2015). Se as primeiras reproduzem perspectivas que se baseiam na ideologia eugenista, as últimas dialogam com o Modelo Social da Deficiência, avançando em uma perspectiva anticapacitista.

As autoras explicam que em sua gênese, a educação especial no Brasil dialogava com as ideias eugenistas,

Especificamente, Kehl (1935) utilizou em seu projeto social brasileiro, a Eugenia como um dogma religioso da perfeição moral, intelectual e física, compactuando com as últimas orientações de Galton, já que este não conseguiu confirmá-la como ciência. Tal convencimento ideológico passou a regular as decisões governamentais nas medidas sociais e educacionais brasileira, baseando-se nos estudos da biologia, respaldada pela medicina, favorecendo assim a adesão interna das pessoas. Porém, as ações de Renato Kehl foram acrescidas por este, a uma metodologia semelhante a que Davenport utilizou nos Estados Unidos. Ao interpretar as ligações entre o controle social e as concepções científicas da época, percebe-se um contínuo da supremacia das posições deterministas (Lima; Ferreira; Lopes, 2020, p. 169).

Dessa forma, a educação brasileira foi se pautando a partir de uma perspectiva idealizada de uniformidade e padronização, a partir de uma superioridade pautada pelo modelo médico e biológico, em que a diversidade humana é relegada. Os sujeitos que tinham seus corpos distintos da padronização biológica esperada eram segregados, não havia lugar para eles no ambiente escolar. A eles eram reservados espaços como hospitais, e asilos. Nesse contexto, naturaliza-se o capacitismo que permanece presente e ainda é pouco problematizado até os dias atuais.

A área da Educação Especial no Brasil foi inspirada inicialmente em bases internacionais, tais como: Inglaterra e Estados Unidos (pensamento eugenista) e; França e Paris (pensamento médico-pedagógico), entre outros. Historicamente, as vivências dessas pessoas foi transversalizada por experiências de curatela, segregação em asilos ou instituições educacionais, integração escolar e recentemente a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente social e educacional. Ao longo da história, foram progressivamente estabelecidos modos de agir baseados em crenças e mitos segregacionistas, que por fim, desencadearam políticas públicas de âmbito mundial e nacional (Lima; Ferreira; Lopes, 2020, p. 170).

O capacitismo, que se sustenta a partir de bases eugenistas, se instaurou na sociedade de tal forma que ainda se encontra presente não só no âmbito das subjetividades, mas também nas condições objetivas e materiais que determinam a sociedade e os espaços ocupados por pessoas com deficiência. Esse enraizamento social constitui o chamado capacitismo estrutural (Lima; Ferreira; Lopes, 2020).

Essa estrutura capacitista está implicada diretamente nos estudos sobre Eugenia já discutidos. Entendidos por sua vez, como fruto do engendramento dos pressupostos em vigor por mais de dois séculos que reafirmam a superioridade de algumas pessoas sobre outras da mesma espécie. A atuação por conta da ideologia eugênica, ocasiona ações discriminatórias de raça,

Realização:



Apoio:



gênero, entre outras e, nesse estudo enfatiza-se a deficiência. A Eugenia produz convicções acerca do protótipo de ser humano idealizado, e naturalizado como capaz, hábil e corporalmente sadio; no mesmo sentido, o capacitismo estrutural alimenta a opressão eugênica ao desvalorizar outras tantas expressões humanas, enquadrando-as como inviáveis ou improdutivas para o sistema (Lima; Ferreira; Lopes, 2020, p. 173).

As autoras desenvolvem análises sobre as primeiras iniciativas legais que se dirigiram às pessoas com deficiência, demonstrando seus aspectos normatizadores e conservadores. Indicam ainda aspectos que denotam avanços legais e simbólicos na perspectiva anticapacitista. No que tange ao período da Constituinte, registra-se o envolvimento de grupos formados por pessoas com deficiência em importantes debates que, inclusive, colaboraram para o alcance de avanços relativos a diferentes políticas, como saúde, educação e transporte.

No âmbito da educação pode-se destacar a LBI, que em seu artigo 27 explicita que “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (Brasil, 2015, p. 19).

Lima, Ferreira e Lopes (2020) afirmam que o avanço de algumas legislações em âmbito nacional colabora para a efetivação da educação de uma forma mais inclusiva, dando ênfase à Educação Especial. Um avanço a ser registrado é a incorporação da Educação Especial aos sistemas de ensino, não apartando pessoas com deficiência daquelas que não possuem deficiência. As estudiosas atribuem parte desse avanço à Declaração de Salamanca (1994) que tem o Brasil como signatário e abarca “crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados” (Salamanca, 1994, p. 3) e “assegura direitos à Educação intrínseca ao público escolar em geral, colocando a Educação Especial na mesma estrutura curricular de todos os outros estudantes” (Lima; Ferreira; Lopes, 2020, p. 180).

Já a Convenção de Direito das Pessoas com Deficiência – CDPD – incorpora a responsabilidade dos Estados Parte de “assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena” (Brasil, 2008, p. 10).

Oliveira, Melo e Silva (2020) afirmam que o acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior ainda é bastante recente. As autoras atribuem isso tanto às dificuldades enfrentadas por esses sujeitos ao longo de seu processo de escolarização – desde a educação básica –, quanto àquelas que se impõem no próprio contexto da educação superior.

As professoras defendem que a forma como é promovido o acesso e se dá a permanência das pessoas com deficiência no Ensino Superior se relaciona com as disputas entre diferentes projetos educacionais e correlações de forças sociais. Destacam que embora legislações como a Constituição Federal (1998) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) regulamentem iniciativas de atendimento e suporte especializado a pessoas com deficiência, a maioria das Instituições de Ensino Superior – IFEs – ainda não se adequaram e continuam a não promover acessibilidade.

A fim de ampliar o acesso de pessoas com deficiência no ensino superior, o governo federal, por meio do Decreto nº 9.034/17 alterou a Lei de Cotas (nº 12.711/2012), incluindo pessoas com deficiência dentre aquelas que têm direito à reserva de vagas em Institutos e Universidades federais. No que diz respeito ao incentivo específico à acessibilidade no ensino superior, destaca-se que

Realização:



Apoio:



Nas IFES, foi apenas em 2005, por meio dos editais do Programa de Acessibilidade ao Ensino Superior – foi lançado o programa Incluir, em parceria com a Secretaria de Educação Superior (SESu) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), com o objetivo de possibilitar a acessibilidade nas IES públicas, para assim ter acesso aos poucos recursos para a estruturação de Núcleos de Acessibilidade (COSTA; FANTACINI e LESSA, 2018; SIQUEIRA; SANTANA, 2010; NOZU; BRUNO; CABRAL, 2018). Estes núcleos visam a garantia da inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, buscando eliminar barreiras físicas, pedagógicas, arquitetônicas, na comunicação e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos (Oliveira; Melo; Silva, 2020, p. 171).

É importante reiterar que não se trata apenas de assegurar políticas de ingresso, já que a permanência desses estudantes fica totalmente comprometida caso não sejam asseguradas condições de acessibilidade. Desde a precariedade de infraestrutura – que intensifica os desafios enfrentados diante das barreiras físicas – até a falta de capacitação de professores, a fragilidade de organização e até mesmo a escassez de divulgação de programas e iniciativas voltadas à pessoa com deficiência constituem-se enquanto dificuldades que podem colaborar com a evasão destes estudantes.

Oliveira, Melo e Silva (2020) afirmam que, diferentemente da educação básica, que embora com precariedade, já tem historicamente trabalhado com pessoas com deficiência, no âmbito da educação superior o despreparo parece ser maior – já que ao longo de décadas o ensino superior tem sido “reservado” a um público branco, elitista e que supostamente não apresentava necessidades educacionais especiais.

Desta forma, é urgente e necessário que a educação inclusiva realmente ultrapasse o âmbito das conquistas legais (que embora sejam extremamente importantes, ainda não foram totalmente materializadas). Para esse avanço é essencial a socialização de conhecimentos, o enfrentamento do capacitismo e a luta realizada junto com as pessoas com deficiência.

## Conclusão

O percurso realizado por este estudo permitiu situar o capacitismo em sua configuração estrutural, a partir do reconhecimento de sua conformação ao longo do desenvolvimento social e de sua perpetuação e engendramento nas relações sociais.

A compreensão do capacitismo como fruto de uma perspectiva eugenista torna-se essencial para compreender de que forma o Estado lida com os direitos e as demandas das pessoas com deficiência, assim como evidencia tensionamentos existentes na correlação de forças que conformam as políticas públicas. A lógica capitalista, que reconhece nas pessoas com deficiência a impossibilidade (ou uma reduzida possibilidade) de geração de valor, as coloca em lugares relegados na sociedade e sustenta formas de opressão e preconceito.

A revisão bibliográfica evidencia ainda a necessidade de reconhecer o capacitismo em uma perspectiva interseccional, demonstrando como as diferentes formas de opressão se imbricam conformando aos sujeitos determinado lugar social. Nessa trama, que envolve os sujeitos em sua totalidade, as determinações de gênero, raça/etnia integram os determinantes que compõem a pessoa com deficiência e a forma como a mesma é lida pela sociedade.

A partir dessa primeira aproximação com o debate sobre capacitismo procura-se compreender seus impactos na educação especial, com ênfase no âmbito da educação superior. Os estudos trabalhados demonstram que o acesso de pessoas com deficiência à educação superior é ainda recente e que as condições de acessibilidade e permanência são parcas, embora vários avanços legais já tenham sido conquistados.

Realização:



Apoio:



Ressalta-se, por fim, a importância de que a luta anticapacitista e pelos direitos das pessoas com deficiência seja encampada não apenas junto desses sujeitos, mas construída com eles e por eles. Consta-se que é um caminho que ainda demanda o enfrentamento de muitos desafios, mas se faz necessário a fim de garantir o mínimo de igualdade e equidade a toda a população.

## Referências

BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; SILVA, Solange Cristina da; GOMES, Débora Marques; BECHE, Rose Clér Estivalet. Estudos da deficiência na educação: reflexões sobre o capacitismo no ensino superior. In: GESSER, Marivete; BOCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena. (orgs). **Estudos da deficiência**: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: CN, 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 6.949**, de 25 de ago. 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF. 2009. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em 29 jun. 2025

BRASIL. **Lei Federal n. 9394**, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, 1996. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2025

BRASIL. **Lei n. 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Acessibilidade e inclusão: eixos transversais do ensino superior. In: BUSTAMANTE, Márcio; HIGA, Natasha. (org.) **Cartilha de boas práticas para inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior**. São Paulo: Governo do estado de São Paulo, 2022.

GESSER, Marivete; BOCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, Marivete; BOCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena. (orgs). **Estudos da deficiência**: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set. /dez., 2018.

LIMA, Eloisa Barcellos de; FERREIRA, Simone de Mamann.; LOPES, Paula Helena. Influências da eugenia na legislação educacional brasileira: as produções capacitistas na educação especial. In: GESSER, Marivete; BOCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES,

Realização:



Apoio:





Paula Helena. (orgs). **Estudos da deficiência**: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020.

OLIVEIRA, Marinalva Silva; MELO, Sandra Cordeiro de; SILVA, Maria do Carmo Lobato da. O acesso de estudantes com deficiência no ensino superior e sua relação com o projeto de sociedade existente. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 41, p. 167-183, ed. esp., set., 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção – necessidades educativas especiais**. Adaptado pela conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade, Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2020.

Realização:



Apoio:



## A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Ana Beatriz dos Santos Paes Bento<sup>194</sup>  
Karla Maria Damiano Teixeira<sup>195</sup>

**RESUMO:** Este artigo busca compreender, a partir de um breve ensaio teórico, a atuação do Serviço Social nos Juizados e Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A partir da análise, identificam-se práticas profissionais centrais, como o levantamento socioeconômico das vítimas e a elaboração de documentos técnicos que visam sustentar as decisões judiciais, além da persistência de desafios estruturais e institucionais que limitam a efetividade da intervenção. Conclui-se que, apesar dos entraves, o Serviço Social exerce um papel fundamental na garantia de direitos e na construção de uma justiça mais sensível às desigualdades de gênero.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Violência contra a mulher; Juizados especializados; Direitos humanos.

**ABSTRACT:** This article aims to understand, based on a brief theoretical essay, the role of Social Services in the Specialized Courts of Domestic and Family Violence against Women. Based on the analysis, central professional practices are identified, such as the socioeconomic survey of victims and the preparation of technical documents that aim to support judicial decisions, in addition to the persistence of structural and institutional challenges that limit the effectiveness of the intervention. It is concluded that, despite the obstacles, Social Services plays a fundamental role in guaranteeing rights and in building a justice system that is more sensitive to gender inequalities.

**Keywords:** Social Services; Violence Against women; Specialized courts; Human rights.

### Introdução

A violência doméstica e familiar contra a mulher é uma grave violação aos direitos humanos, e, apresenta como grande desafio a concretização legal e social da igualdade de gênero no Brasil. Nesse sentido, o advento da Lei n.º 11 340/2006 – Lei Maria da Penha – possibilitou a disposição de mecanismos de prevenção e enfrentamento às diversas expressões de violência contra a mulher, dentre eles, os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM), com a proposta de competência híbrida (cível e criminal), além da presença de equipes multidisciplinares - que incluem assistentes sociais - a fim de que se alcance um atendimento completo e sensibilizado às vítimas.

Nesse espaço sócio-ocupacional, o Serviço Social ocupa uma posição estratégica, porém, a profissão tem encontrado obstáculos impostos, muitas vezes, pelo exacerbamento do pragmatismo judicial e pelo sucateamento dos recursos. Embora documentos oficiais, como os do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) apontem parâmetros para essa atuação, ainda persistem algumas lacunas sobre como tais diretrizes se aplicam de fato na prática dos JVDFM.

<sup>194</sup> Assistente Social. Mestranda em Política Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: ana.b.paes@ufv.br.

<sup>195</sup> PhD em *Family and Child Ecology*. Professora Titular do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: kdamiano@ufv.br.

Realização:



Apoio:



A partir desse entendimento, o presente estudo busca analisar, a partir de um levantamento bibliográfico e documental, como se dá a atuação de assistentes sociais no sistema de justiça, especificamente nos Juizados Especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, em termos de apontar os principais rebatimentos para a prática profissional nos dias atuais.

A presente pesquisa é fruto de estudos secundários no curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e está sendo financiada pela Fapemig e Capes, a quem agradecemos.

### **A violência contra a mulher como violação de direitos humanos**

A violência contra a mulher se desvela como todo ato praticado em razão do gênero, que produza agravos físicos, psicológicos, sexuais, patrimoniais, dentre outras formas de violação que comprometem a sua integridade e seu bem-estar. A raiz dessa expressão de violência repousa na relação de poder, e, especialmente, na condição de subordinação imposta social e culturalmente do masculino sobre o feminino, construída de forma espacial e temporal (Vassal, 2013).

A violência de gênero<sup>196</sup> se sustenta basicamente por duas premissas: patriarcado e machismo. O patriarcado concebe as relações entre homens e mulheres como algo hierárquico, legitimando atitudes de coerção e controle dentro dos relacionamentos, em sua grande maioria. O machismo representa um padrão de atitudes baseado no engrandecimento do homem em decréscimo da mulher (Vassal, 2013; Balbinotti, 2018). É necessário, ainda, considerar as intersecções de raça/etnia e classe nesse processo, conforme apontado por Cisne (2015, p. 146):

a classe e a raça/etnia não apenas imprimem novas determinações de violência, mas, também, tornam as mulheres mais propícias a violências, além ainda de serem as mulheres pobres e negras as que mais têm dificuldades materiais para o enfrentamento dessas violências, posto que além de patriarcal, essa sociedade é racista e classista.

No contexto político brasileiro, as primeiras bases para o reconhecimento legal da violência contra a mulher partiram da Constituição Federal de 1988, ao estabelecer o princípio da igualdade entre homens e mulheres (art. 5º, I) e o repúdio à discriminação de gênero. No entanto, o apogeu desse processo se deu a partir da publicação da Lei 11.340 de 2006 – Lei Maria da Penha. No entanto, é fundamental destacar o papel das reivindicações dos movimentos feministas para a garantia de direitos das mulheres, que ganhou força especialmente a partir da década de 1970, com as mobilizações nas ruas, como o movimento *quem ama não mata*<sup>197</sup> (Araújo *et al*, 2017).

A Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), portanto, é a normativa mais importante para a temática da violência contra a mulher, representando um importante giro paradigmático na área dos direitos humanos, uma vez que trouxe o compromisso estatal em atuar no combate às diversas formas de violência a que o público feminino está exposto, prevendo a criação e organização de serviços multidisciplinares, de forma articulada, além da disposição de instrumentos legais e operacionais, como as medidas protetivas e os Juizados e Varas especializados (arts. 14, 29 e 30).

Todavia, o principal fator contribuinte para o alcance de uma lei completa como a Lei 11.340 foram as sucessivas recomendações da Comissão Interamericana de

<sup>196</sup> Apesar de o foco deste estudo ser a violência contra a mulher, é fundamental reconhecer que a violência de gênero compõe uma gama de violações, não apenas se restringindo a abusos entre homens e mulheres; pelo contrário, o conceito de gênero é extremamente diverso, e para tanto, deve ser analisado com a devida criticidade.

<sup>197</sup> Movimento feminista de ampla repercussão nacional contra a absolvição de Doca Street pelo assassinato da esposa, Ângela Diniz, sob justificativa da “legítima defesa da honra” para a ocorrência do crime (Araújo *et al*, 2021).

Realização:



Apoio:



Direitos Humanos (CID) ao Estado brasileiro, no sentido de atuar diretamente na questão da violência contra a mulher, que teve seu ápice após o caso de Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu diversos abusos físicos e psicológicos de seu ex-marido, e quase teve sua vida ceifada. Nesse sentido, a CID reforçou a necessidade de o país “prosseguir e intensificar o processo de reforma que evite a tolerância estatal e o tratamento discriminatório com respeito à violência doméstica contra mulheres” (Delgado; Jesus, 2018, p. 88).

No que tange especificamente à questão dos Direitos Humanos de mulheres vítimas de violência, foi apenas na década de 1980 que o Estado brasileiro passou a integrar o debate na agenda política, a partir da ratificação, no ano de 1984 da *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher* (CEDAW), que havia ocorrido em 1979 (Cisne, 2015). Outro evento internacional que possui o Brasil como um dos signatários é a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher* (Brasil, 1996), celebrada em solo nacional, no ano de 1994, em que se definiu o processo de ocorrência da violência contra a mulher (art. 1º), bem como suas manifestações (art. 2º).

Trazendo o debate à seara do Serviço Social, é imprescindível utilizar as disposições do projeto ético-político como pano de fundo para se compreender todas as nuances envolvidas na problemática da violência contra a mulher, uma vez que o compromisso ético-político da profissão com a emancipação humana e com a construção de uma sociedade justa exige que as manifestações da violência sejam interpretadas em sua totalidade, considerando os atravessamentos de gênero, classe, raça, orientação sexual e território (Queiroz; Diniz, 2014). Reconhecer a violência contra a mulher como uma violação de direitos humanos é, portanto, reconhecer a necessidade de políticas públicas intersetoriais, de estratégias de acolhimento não punitivistas e da atuação de profissionais com formação crítica e sensível às múltiplas expressões da questão social (Cisne, 2015).

## **A atuação do Serviço Social no Sistema de Justiça**

Dentre variadas esferas de atuação de Assistentes Sociais, o ramo sociojurídico se apresenta como um dos importantes espaços sócio-ocupacionais de efetivação de direitos da população usuária, e, conforme o escopo desta pesquisa, pretende-se realizar um breve levantamento sobre a dinâmica de exercício profissional e os rebatimentos para a dimensão ética-política do Serviço Social, entendendo o sistema de justiça enquanto algo permeado de limites e avanços.

A origem do Serviço Social no Sistema de Justiça brasileiro remonta aos primórdios da própria atuação profissional, segundo Iamamoto e Carvalho (1982) mencionados pelo CFESS (2016). De acordo com os autores, os primeiros assistentes sociais passaram a atuar nas Varas da Infância e Juventude, no contexto da doutrina da situação irregular. Ao longo dos anos, e com a inserção de novas regulamentações e demandas sociais no âmbito jurídico, a presença de Assistentes Sociais nesse meio foi ampliada, solidificando-se “nos ministérios públicos, nas instituições de cumprimento de medidas socioeducativas, nas defensorias públicas, nas instituições de acolhimento institucional, entre outras” (CFESS, 2016, p. 13).

A partir do processo de redemocratização política brasileira, durante a década de 1980, e, a partir da publicação da Constituição de 1988, o Serviço Social também passou por um processo de reconceituação<sup>198</sup> (Iamamoto, 2010), em que foram estabelecidos novos parâmetros para a *práxis* profissional, considerando os princípios normativos da profissão (Lei 8.662/1993).

---

<sup>198</sup> O Movimento de Reconceituação do Serviço Social foi um processo de recusa ao conservadorismo presente nas bases da profissão, pela adoção de um grande senso crítico aos seus fundamentos históricos, teóricos e metodológicos, e, do questionamento da *práxis* (prática) profissional (Iamamoto, 2010).

Realização:



Apoio:



Com isso, a operacionalização do trabalho no sistema de justiça também foi dotada de novas significações; assim, o/a Assistente Social não mais atua com neutralidade ou então como mera aplicação técnica de normas, mas como especialista que busca compreender as relações sociais, os conflitos familiares, as vulnerabilidades e os contextos que permeiam todas as partes envolvidas nos processos judiciais (Borba; Fernandes, 2020).

No entanto, como todo espaço sócio-ocupacional, inserido em uma sociedade de raiz desigual, a atuação profissional no sistema de justiça é atravessada por grandes desafios, que requerem a necessidade de aplicação constante dos princípios éticos da profissão. Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2016), esses desafios envolvem, por exemplo, a tensão entre a lógica da judicialização e os princípios da intervenção social crítica, bem como os limites impostos pelas estruturas institucionais, como rotinas burocráticas e exigências técnicas de elaboração de laudos, relatórios e pareceres, o que favorece uma “estrutura complexa de manutenção do *status quo*<sup>199</sup>” (p. 14).

A imposição de desafios frente à plena intervenção profissional do/a assistente social é algo constante nos espaços sócio-ocupacionais, justamente pela relação de contradição inerente ao próprio sistema, fator que é entendido por Iamamoto e Carvalho (1996) por *autonomia relativa*, ou seja, o profissional de Serviço Social não possui uma atuação isolada, no sentido de coordenar o seu processo de trabalho, mas, está sujeito às “determinações do mundo do trabalho com as mediações particulares” (Custodio, 2022, p. 11).

Um fator que representa um grande desafio para o cotidiano profissional de assistentes sociais, como também exprime a contradição presente no sistema de justiça brasileiro é, segundo Battistelli e Cruz (2021), a tendência de que, para famílias de classes mais altas da população, a relação com a justiça geralmente envolve demandas de garantia de direitos pessoais, em que os indivíduos assumem uma posição de protagonismo. Quando se trata de pessoas e/ou famílias situadas em grupos mais vulneráveis, o cenário tende a se alterar: a judicialização frequentemente se expressa como “responsabilização da família negligente quanto a alguma violação de direitos, criminalização de comportamentos, culpabilização de indivíduos, responsabilização por descumprimento de condicionalidades” (p. 3).

Nesse sentido, a atuação de assistentes sociais no sistema de justiça é imprescindível, uma vez que os pressupostos teórico-metodológicos e técnicos-operativos da profissão seguem uma via de valorização da ética e da subjetividade dos sujeitos, e, assim, leva a uma intervenção mediatária, entre a dimensão legal e a dimensão social do conflito, contribuindo com análises contextualizadas e encaminhamentos que ultrapassem a mera formalização de informações (CFESS, 2016).

Ainda, o/a assistente social deve, em caráter primário, considerar as repercussões da violência na vida das mulheres, reconhecer os fatores estruturais que a produzem e compreender as estratégias de enfrentamento que as vítimas desenvolvem, mantendo, a todo o momento, a interlocução com os demais profissionais da equipe sociojurídica e com a rede de atendimento, no sentido de conferir resultados efetivos à sua intervenção (Battistelli; Cruz, 2021).

### **Juizados e Varas Especializadas em Violência Doméstica e a atuação do Serviço Social – uma breve exposição teórica**

Como já mencionado anteriormente, a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), trouxe um importante giro paradigmático no cenário de enfrentamento à violência contra

---

<sup>199</sup> Termo em latim, que representa o “estado atual das coisas”. Assim, a manutenção do *status quo* não permite mudanças em determinada conjuntura.

Realização:



Apoio:





a mulher, especialmente em relação aos abusos provenientes de relações íntimas/familiares.

Nesse sentido, como uma das principais inovações previstas em lei, está a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM), os quais possuem competência híbrida (cível e criminal) para julgar e executar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher (Brasil, 2006, art. 14º). Além disso, a norma ainda aborda a integração das ações judiciais com a concessão de medidas protetivas responsabilização dos agressores e políticas públicas de atendimento às vítimas, fator que representa a importância da lei, ao trazer uma proposta de atuação intersetorial, integrada e especializada é um dos pilares desse modelo (Parizotto, 2018).

Para a autora Natália Parizotto (2018), o ponto crucial dos juizados híbridos é a concepção da violência doméstica contra a mulher como um fenômeno que envolve “aspectos cíveis *imbricados* nos aspectos criminais” (p. 290) – ou seja, processos distintos, mas indissociáveis. Nesse sentido, a linha defendida por Parizotto, é de que não se deve apreender, na constância de uma audiência cível em razão de violência doméstica, uma “igualdade geralmente presumida entre as partes” (p. 290). Em outras palavras, tendo a violência doméstica e familiar contra a mulher como um acontecimento motivado por razões de desigualdade entre gêneros, assim como definido na Lei Maria da Penha, a existência de juizados especializados, com competência para tratar as demandas cíveis e criminais, permite uma intervenção mais assertiva e sensibilizada do Poder Judiciário, além de refrear a *rota crítica*<sup>200</sup> vivenciada pelas vítimas, a partir do momento da denúncia.

De acordo com o documento *Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a estrutura física dos JVDFM deve conter: 1 gabinete, 1 sala de audiências, secretaria, salas de atendimento das equipes interdisciplinares, brinquedoteca, entre outros (CNJ, 2010). Sobre a formação das equipes interdisciplinares, a Lei Maria da Penha prevê, nos artigos 29 e 30, a presença de assistentes sociais, psicólogos e profissionais da saúde, buscando garantir um atendimento integral e humanizado às mulheres em situação de violência (Brasil, 2006).

No entanto, conforme aponta o *Diagnóstico dos Juizados Especiais*, realizado pelo CNJ em 2020, muitos juizados não contam com as equipes mínimas previstas na legislação, o que compromete a efetividade do atendimento. A ausência de profissionais de Serviço Social e de Psicologia, por exemplo, tem fragilizado a atuação interdisciplinar, gerando sobrecarga para os magistrados e demais servidores, além de não possuírem a devida competência técnica-operativa para realizar a análise psicossocial. Em vista da carência estrutural, somada à alta demanda processual, é favorecida a replicação de práticas burocráticas, afastadas do caráter protetivo e integral originalmente proposto pela Lei Maria da Penha. (CNJ, 2020).

Além disso, a análise de produções acadêmicas recentes evidencia que, mesmo quando há presença de assistentes sociais nos espaços jurídicos, seu trabalho é, muitas vezes, limitado à produção de laudos e relatórios, fato que se afasta do pressuposto crítico e interventivo da profissão. Nesse sentido, os próximos parágrafos contêm uma breve exposição dos achados de trabalhos científicos que buscaram analisar a atuação de assistentes sociais nos juizados especializados, como forma de compreender melhor a dinâmica profissional nesses espaços sócio-ocupacionais (Cardoso, 2022; Guedes, 2021; Conteratto; Tozi, 2021).

<sup>200</sup> Conforme Baragatti *et al* (2019, p. 2), apoiados em um estudo realizado em países latino-americanos pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), “rota crítica” representa, em resumo, a “sequência de ações e decisões tomadas pelas mulheres violentadas em sua busca por ajuda”, que envolve a “demanda por respostas e orientações”, em um processo não-linear, “podendo passar por diversos setores, como, por exemplo, saúde, sistema judiciário, instituições policiais, escolas, comunidade e organizações não governamentais (ONG), entre outros”.

Realização:



Apoio:



A pesquisa de Cardoso (2022), por exemplo, realizada no Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Comarca da Capital/SC, através de um estudo de caso qualitativo, demonstra que a assistente social tem, como principais atribuições, a realização de estudos e a elaboração de laudos e pareceres sociais, com o intuito de sustentar as decisões judiciais, com destaque, além das mulheres vítimas de violência doméstica, aos casos de seus filhos, crianças e adolescentes que se encontram em situação de violência intrafamiliar, no sentido de fundamentar a necessidade de aplicação de medidas protetivas à mãe e/ou a restrição das visitas paternas, no caso, quando a parte agressora é o pai. Como consideração central, o artigo expõe que o espaço sócio-ocupacional de assistentes sociais no âmbito da justiça é algo que envolve contradições, inerentes à política institucional, fator que se apresenta às/aos profissionais como um campo de lutas e resistências, uma vez que os princípios da instituição esbarram com as condições igualitárias previstas pelo Código de Ética do Serviço Social. No entanto, a autora ressalta que a perspectiva de acesso à justiça deve sempre nortear a conduta profissional, como forma de reforçar o compromisso com a garantia dos direitos sociais.

Por sua vez, Guedes (2021) traz, em seu artigo, um relato de experiência, a partir do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social no 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Fortaleza/CE, referente ao atendimento prestado a mulheres vítimas, após a denúncia e mediante solicitação de arquivamento dos processos judiciais e das medidas protetivas concedidas. O diferencial do trabalho é a metodologia artística guiada nos atendimentos, através da musicalidade, buscando debater ludicamente os princípios da LMP e a cultura patriarcal presente na sociedade. Em um primeiro momento, a assistente social realiza um levantamento socioeconômico individual e sigiloso da mulher em situação de violência, buscando compreender seu contexto de vida, além de evidenciar eventuais necessidades de encaminhamento para outros equipamentos da rede de atendimento. Após, as vítimas são inseridas no grupo “RessignificArte”, que, como já mencionado, visa, através da exposição de músicas e partilha de saberes, discutir as situações de abuso vivenciado e buscar alternativas para o seu enfrentamento, em caráter coletivo, fator que extravasa os meros ritos procedimentais e burocráticos que envolvem o momento de denúncia. Como ponto negativo evidenciado na unidade, a autora relata que a redução do corpo profissional em contraposição à alta demanda de processos não permite o acompanhamento dos casos de forma contínua, dificultando a intervenção.

Por fim, o artigo de Conteratto e Tozi (2021) encontra que uma das principais distinções do atendimento psicossocial judicial para os demais atendimentos da rede de atendimento à violência doméstica e familiar contra a mulher é o serviço prestado tanto às vítimas quanto aos seus agressores, no caso destes últimos, através da realização de programas que têm um cunho educativo e reflexivo, para além dos procedimentos punitivos. Além disso, sobre os procedimentos envolvidos no trabalho de assistentes sociais, apontam que através do relatório social, um dos instrumentos privativos da atuação do serviço social, por exemplo, é possível esclarecer as nuances envolvidas na manifestação de expressões da questão social na vida das/os envolvidas/os; assim, busca-se sustentar as decisões judiciais através de argumentos voltados às situações presentes no cotidiano das partes, assegurando, em caráter primário, os princípios éticos e normativos da profissão. No entanto, uma queixa comum das equipes multiprofissionais analisadas – que envolvem o/a assistente social – é o fato de não ter um acompanhamento da situação do processo, após a entrega dos relatórios técnicos, pelo juízo competente. Esse fator, segundo os profissionais, representa um desafio para a plena atuação profissional, uma vez que limita a intervenção apenas a emissão de documentos procedimentais, comprometendo uma eventual continuação do acompanhamento social dos casos.

Realização:



Apoio:



Em síntese, os achados reiteram que a atuação do Serviço Social nos Juizados especializados não é apenas necessária do ponto de vista legal e técnico, mas estrategicamente central para o enfrentamento das desigualdades de gênero e para a efetivação dos direitos humanos das mulheres. Apesar das limitações impostas pelo sistema, a profissão tem demonstrado capacidade de alternativas, através de práticas críticas e éticas, contribuindo para a resistência de um modelo de justiça mais humanizado e democrático.

## Conclusão

Esta breve análise se propôs a compreender a dinâmica de atuação do Serviço Social no sistema de justiça, particularmente nos Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A partir das exposições, foi possível observar o histórico de lutas que envolve a situação da violência de gênero, assim como a própria atuação de assistentes sociais, que é perpassada por desafios e contradições, como fruto da condição de desigualdade presente na sociedade.

O que se busca, a partir das constatações evidenciadas, não é reduzir a intervenção do Serviço Social no sistema de justiça como algo pragmático ou puramente técnico, mas fomentar o debate da persistência de construções diárias de uma atuação condizente com seus princípios ético-políticos, tendo em mente as tensões que envolvem a *práxis* profissional.

Logo, a partir da análise teórica realizada, conclui-se que a atuação do Serviço Social nos Juizados e Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar é marcada por contradições: embora reconhecida legalmente e essencial para o atendimento integral das mulheres, ainda enfrenta limitações estruturais, invisibilidade institucional e sobrecarga de trabalho. Apesar disso, as produções analisadas demonstram que a intervenção profissional tem contribuído para a humanização da justiça, a defesa de direitos e o fortalecimento da rede de proteção. Reafirma-se, assim, o papel estratégico do Serviço Social na construção de respostas mais éticas, críticas e comprometidas com a equidade de gênero e a garantia dos direitos humanos de mulheres em situação de violência.

## Referências

ARAÚJO, Sarah Maria Costa de et al. Violência contra a mulher: uma revisão da literatura. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 14, p. e29101421616-e29101421616, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21616>>. Acesso em: 03 abr. 2025.

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da ESMESC**, v. 25, n. 31, p. 239-264, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.14295/revistadaesmesec.v25i31.p239>>. Acesso em: 05 abr. 2025.

BARAGATTI, Daniella Yamada et al. Rota crítica de mulheres em situação de violência: revisão integrativa. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 43, p. e34, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.26633/RPSP.2019.34>>. Acesso em: 19 mai. 2025.

BATTISTELLI, Bruna Moraes; CRUZ, Lílian Rodrigues da. Práticas cotidianas de judicialização da vida na assistência social: ensaio teórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, n. spe4, p. e201960, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003201960>>. Acesso em: 30 abr. 2025.

Realização:



Apoio:



BORBA, Mariana Pires; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Serviço social e poder judiciário: aproximações com uma agenda de educação permanente. **Serviço Social & Sociedade**, n. 137, p. 155-173, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.206>>. Acesso em: 05 mai. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 1.973**, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências.

CARDOSO, Mayara de Abreu Stuepp. O Serviço Social no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital/SC. **Revista do CEJUR/TJSC: Prestação Jurisdicional**, v. 10, n. 1, p. e0341-e0341, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.37497/revistacejur.v10i1.341>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais no poder judiciário**. Brasília: CFESS, 2016.

CISNE, Mirla. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social em Revista**, v. 18, n. 1, p. 138-154, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.5433/1679-4842.2015v18n1p138>>. Acesso em: 25 mai. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. **Diagnóstico dos Juizados Especiais**. Brasília: CNJ, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. **Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. Brasília: CNJ, 2010.

CONTERATTO, Deisi; TOZI, Thalita A. Sanção. A atuação das equipes multidisciplinares no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres: da realidade das varas judiciais ao potencial de atuação diante do ciclo de violência. In: AQUINO; Luseni; ALENCAR, Joana; STUKER, Paola. (org.). **A aplicação da Lei Maria da Penha em cena: atores e práticas na produção de justiça para mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2021. p. 179-209, Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.38116/9786556350240cap5>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CUSTODIO, Letícia Fernanda de Oliveira. Novos e velhos e desafios para o exercício da autonomia relativa do assistente social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 17, 2022, Rio de Janeiro, **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ENPESS, ABEPSS, 2022. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00017.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2025.

DELGADO, Leticia Fonseca Paiva; JESÚS, Renata Menezes de. Uma análise do processo de criação da lei Maria da Penha no contexto de proteção aos direitos humanos. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, v. 4, n. 2, p. 87-103, 2018.

GUEDES, Jordianne Moreira. RESSIGNIFICARTE: uma experiência de trabalho do Serviço Social junto às mulheres assistidas pelo 1º Juizado da Mulher de Fortaleza. **THEMIS: Revista da Esmec**, v. 19, n. 2, p. 243-264, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.56256/themis.v19i2.844>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PARIZOTTO, Natália Regina. Violência doméstica de gênero e mediação de conflitos: a reatualização do conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 132, p. 287-305, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.142>>. Acesso em: 08 jun. 2025.

VASSAL, Mylène GP. **Aproximação conceitual**: gênero, direito, violência contra as mulheres e direitos humanos. Curso Capacitação em Gênero, 2013.

Realização:



Apoio:





## **DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO:** relato de uma experiência

Isabella da Paixão Alves<sup>201</sup>

Matheus Marques Almeida Machado<sup>202</sup>

**Resumo:** Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre uma suspeita de trabalho escravo contemporâneo identificada por uma equipe de saúde, refletindo sobre a importância da Política de Saúde nessa seara. Também problematiza as raízes históricas do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, bem como ressalta alguns marcos e conquistas importantes no enfrentamento da questão. Busca-se, assim, contribuir com profissionais da saúde e leitores que tenham interesse e curiosidade pelo tema.

**Palavras-chave:** saúde; trabalho escravo contemporâneo; trabalho doméstico.

**Abstract:** This paper presents an experience report on a suspected case of contemporary slave labor identified by a healthcare team, reflecting on the importance of health policy in this area. It also discusses the historical roots of contemporary slave labor in Brazil and highlights some important milestones and achievements in addressing the issue. The aim is to contribute to healthcare professionals and readers interested in and curious about the topic.

**Keywords:** health; contemporary slave labor; domestic work.

### **Introdução**

Este trabalho propõe-se a apresentar um relato de experiência sobre a abordagem de uma situação de suspeita de trabalho escravo contemporâneo (TEC) vivenciada durante o cotidiano de atuação em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Belo Horizonte/MG. Em termos metodológicos, utilizou-se o relato de experiência por ser uma modalidade de escrita acadêmica que busca produzir conhecimento, a partir de uma situação vivenciada no real do cotidiano. Dessa forma, Mussi et al. (2021) destacam que o relato de experiência pode ser um ponto de partida para a aprendizagem, descreve uma intervenção e que deve conter embasamento científico e reflexão crítica. No relato de experiência, mais vale a contribuição no campo da discussão e troca de ideias do que se a intervenção foi exitosa ou enfrentou dificuldades.

Por TEC, entende-se aquele caracterizado pela presença de uma ou mais das quatro situações de trabalho seguintes: trabalho forçado, jornada exaustiva, servidão por dívida ou condições degradantes. Pode ocorrer no ambiente doméstico quando os patrões submetem a pessoa trabalhadora às referidas condições e se caracterizar de variadas formas, por exemplo, não recebimento de salários ou troca do trabalho por alimentação e abrigo, ausência de folgas ou férias, restrição da circulação na comunidade ou outras formas de interação social. (Ministério da Cidadania, 2023)

---

<sup>201</sup> Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Assistente Social na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. E-mail: isabellapaixaoalves@gmail.com

<sup>202</sup> Médico de Família e Comunidade pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens. Médico da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. E-mail: matheusmarquesam@gmail.com

Realização:



Apoio:



As Unidades Básicas de Saúde são os pontos de cuidado que constituem a porta de entrada preferencial no Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil. Reunidas, representam a Atenção Primária à Saúde (APS), também chamada de Atenção Básica (AB), nível de assistência que tem como atributos constituir serviço de primeiro contato, prover atenção à saúde de forma longitudinal e integral, coordenar o cuidado dos usuários sob sua responsabilidade e atuar com orientação para a comunidade, de modo centralizado nas famílias e tendo competência cultural (Giovanella; Mendonça, 2012).

No modelo brasileiro, as Equipes de Saúde da Família (eSF) são as principais equipes que atuam na APS e se configuram de maneira multiprofissional. Em princípio, as eSF desempenham seu trabalho de forma pautada pela territorialização, de modo que estão próximas geograficamente e se responsabilizam por um território e pelas pessoas que nele habitam. Também se preocupam em ofertar acesso abrangente e acolher as múltiplas demandas apresentadas por sua população ao longo da vida, com postura vigilante e resolutiva diante dos agravos em saúde prevalentes. Além disso, prestam atendimentos aos usuários e suas famílias tanto na própria unidade como nos seus domicílios. Tendo em vista os referidos atributos, as UBS compõem, ao lado das unidades de urgência e emergência e hospitalares, cenários estratégicos para a detecção de casos de TEC (Leão, 2021), destacando-se o trabalho doméstico. De fato, o TEC é reconhecido como problema de saúde pública na literatura (Leão, 2016).

Com base em revisão bibliográfica, percebe-se que o tema ainda é pouco explorado nos trabalhos da saúde pública. Em consulta ao banco de teses e dissertações da Capes, em 02/09/2024, utilizando os descritores “trabalho escravo” e/ou “trabalho escravo contemporânea” e “saúde” foram encontrados 20 (vinte) resultados. Desses resultados, após a leitura de seus resumos, observamos que apenas 1 (um) corresponde à interlocução entre TEC e saúde (neste caso especificamente sobre saúde mental). Outros artigos encontrados, que correlacionam saúde e TEC, tratam majoritariamente dos impactos de saúde enfrentados por pessoas submetidas ao trabalho escravo.

### **A abordagem de uma suspeita de TEC e o olhar da saúde: relato de experiência**

Para o relato da situação a seguir, optamos por dar o nome fictício Beatriz para a pessoa sob suspeita de ser trabalhadora escravizada. O primeiro contato da eSF com Beatriz se deu em dezembro de 2023. Na ocasião, ela e sua mãe procuraram a UBS para um atendimento e estiveram acompanhadas da patroa. Beatriz é uma mulher negra, de 52 anos, trabalhadora doméstica. Elas contaram sobre um sintoma que acometeu a mãe de Beatriz nos últimos dias. Ao longo das consultas com diferentes profissionais neste dia, a patroa acompanhou Beatriz e sua mãe nos consultórios durante todo o tempo e interrompeu o relato delas repetidas vezes para explicar, a seu modo, o que estava acontecendo. A equipe detectou, nessa oportunidade, que Beatriz tem diabetes e não era avaliada há muito tempo. Ela recusou-se a ser atendida no dia, mas aceitou agendar um atendimento nas semanas seguintes.

O segundo contato da eSF com Beatriz também ocorreu em dezembro de 2023, quando ela compareceu à consulta agendada. Nesta ocasião, foi só. Ela contou sobre a necessidade de avaliação da diabetes e sobre a dificuldade de aplicar a insulina à noite. Relatou que trabalha o dia inteiro, começando pela manhã, mas sem hora para voltar para casa. Dessa forma, não conseguia aplicar o medicamento. Disse ter folga somente aos domingos, que estava cansada e queria tirar férias, mas a patroa não permitia. Não sabia dizer sobre sua situação previdenciária. Foi oferecida avaliação com a assistente social, mas ela demonstrou medo de que a patroa ficasse sabendo do conteúdo do atendimento. Também ficou receosa de a ausência da casa da patroa por mais de um dia levantar alguma suspeita. Por fim, aceitou a avaliação após conversa sobre sigilo das informações discutidas no consultório e deixou a unidade com essa

Realização:



Apoio:



agenda para o dia seguinte. Também foi previsto retorno com a eSF. Em seu prontuário, a equipe resgatou em registros de atendimentos anteriores que a dificuldade de controle da diabetes se estendia por muitos anos.

Em discussão de caso, foi levantado por agente comunitário de saúde que havia, de fato, um estranhamento na relação entre Beatriz e a patroa, pois ela passava pouco tempo em casa e muito no trabalho. A enfermeira relatou que, em um dos atendimentos de Beatriz, ela ficou surpresa com o fato da patroa se posicionar atrás da profissional, de forma que conseguisse verificar o que estava sendo registrado em prontuário. Nos meses que se seguiram, Beatriz não retornou para reavaliações com a eSF, porém esteve com a mãe na unidade em alguns atendimentos. Nessas ocasiões, a patroa também as acompanhou e relatou ser a responsável por levá-las e trazê-las. Durante uma das idas de Beatriz à unidade de saúde, na sala de vacina, uma das profissionais de enfermagem conversou com a profissional de serviço social para que a paciente fosse abordada naquele momento oportuno, já que estava acompanhada apenas da mãe e não da patroa. Beatriz parecia estar receosa em compartilhar as informações sobre seu trabalho. Ela é atendida por assistente social em sala privada, com garantia de privacidade e é informada sobre o sigilo ao qual ela tem direito enquanto paciente. Beatriz conta que é trabalhadora doméstica, fazendo jornada de cerca de 12 horas por dia, tendo o domingo para descanso, e que nunca tirou férias em quase 30 anos de prestação de serviços. Também não sabia informar nada sobre sua realidade previdenciária, mas suspeitava que a empregadora não estava realizando o pagamento devido ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Esse assunto fora abordado com Beatriz em mais de um atendimento, onde ao ser acolhida, foi se sentindo mais confiante e confortável para contar também sobre os aspectos subjetivos da relação com a empregadora. Relata que por vezes se sente humilhada, que a exigem muito e a tratam com rispidez, por algumas vezes. Conta que a patroa que mora em um bairro da zona sul da cidade a presenteou com um barracão no aglomerado e que Beatriz se sente muito grata por isso. A empregadora faz os pagamentos em dinheiro, sem nenhum tipo de recibo, e não oferta nenhum outro benefício, como transporte.

É preconizado que os profissionais da APS estejam atentos a indícios de que possam estar diante de pessoas em situação de TEC, bem como aproveitem oportunidades, como as visitas domiciliares, para conhecer o histórico ocupacional das famílias e seus empregados, se houver. Na situação relatada, a presença da patroa ao longo de todos os atendimentos, com atitudes que pareciam reduzir a autonomia da Beatriz e sua mãe, restringindo a sua expressão, bem como a persistente dificuldade de Beatriz em lidar com sua condição crônica de saúde devido a sua jornada de trabalho foram os primeiros sinais de alerta para a eSF de que poderiam estar diante de uma situação de TEC. A descrição de jornada exaustiva e a percepção da sua circulação restrita no território reforçaram a suspeita. A atitude vigilante, acolhedora e resolutiva da eSF e da equipe de apoio multiprofissional, aqui representada pelo Serviço Social, propiciaram o desencadeamento da avaliação da suspeita de TEC. Também foi ofertado à Beatriz suporte da equipe de Saúde Mental, ao qual ela recusou.

Diante da situação de Beatriz buscamos orientações de como proceder diante do contexto, uma vez que Beatriz tinha receio da denúncia e pouco se sabia sobre as possíveis repercussões em sua vida. Através de pesquisas e visando obter orientações para a condução, a equipe de saúde conheceu a experiência da Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Faculdade de Direito da UFMG. Foi realizada uma reunião com duas advogadas da clínica e, posteriormente, um atendimento compartilhado com Beatriz, na unidade de saúde, com a presença de uma das advogadas. Esse momento foi muito importante para que Beatriz pudesse contar sua história e tirar suas dúvidas, também ficou surpresa com alguns dos direitos que ela sequer sabia que tinha enquanto trabalhadora doméstica, já que sua preocupação central era sobre o recolhimento do INSS. Beatriz reafirmava que não se importava de

Realização:



Apoio:



não tirar férias, mas que gostaria muito de se aposentar um dia. Nos atendimentos Beatriz sempre enfatiza que tem afeto pela patroa e que não gostaria de prejudicá-la. Dessa forma, também recusa a oferta de assistência jurídica gratuita pela universidade, naquele momento.

Foi realizada uma aposta no atendimento e acompanhamento de Beatriz na unidade de saúde, com calma e tranquilidade para a criação de uma relação de confiança entre ela e a equipe. Um grande receio era realizar quaisquer tipos de intervenção que pudessem impactar negativamente a vida de Beatriz, uma vez que a demanda inicial dela era ter seus direitos assegurados. Assim, a questão do desemprego a preocupava, assim como todos os atravessamentos subjetivos e relacionais com a empregadora, como é comum nos casos de trabalho doméstico. A tônica é dada à relação como de um “favor” em manter a pessoa empregada ou, por vezes, a ilusória ideia do “ela é como se fosse da família”.

Para a equipe de saúde ficou claro que a situação só poderia ser abordada de maneira satisfatória se realizada de maneira intersetorial, ao qual a equipe reuniu esforços no diálogo com a Clínica do Trabalho Escravo (UFMG), o INSS, a Política de Assistência Social e o Ministério do Trabalho. Em discussões interdisciplinares na unidade de saúde, nos intrigava o fato de documentos municipais sobre Saúde do Trabalhador sequer tratarem do trabalho doméstico e menos ainda do TEC, sendo sequer citado em fluxos ou notas técnicas. Assim, além da busca por uma aproximação com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), buscou-se trazer à tona para a gestão da Secretaria de Saúde a necessidade dessa discussão, bem como o estabelecimento de diretrizes que fortaleçam os trabalhadores na identificação e enfrentamento da questão do TEC.

Outro ponto de compreensão da equipe é que, embora haja um serviço da rede secundária especializado em Saúde do Trabalhador, a Atenção Primária é um importante possível ator na identificação de casos de TEC, por ser um serviço mais próximo da população, de base territorial, com maior laço e vinculação com os usuários da Política de Saúde. No caso de Beatriz, o deslocamento para ser atendida em um outro serviço como o CEREST era um dificultador, já que a usuária ficava sob constante vigilância e sua circulação era limitada, com a empregadora a levando aos lugares, quando necessário. No Centro de Saúde, depois de um tempo, Beatriz passou a ir sozinha esporadicamente, sendo um serviço muito próximo do seu domicílio.

Dessa forma, a aproximação com o CEREST foi efetiva no sentido de buscar orientações e também como fio condutor na aproximação com o Ministério do Trabalho. Foi realizada uma reunião, no formato online, entre a UBS, a coordenação em Saúde do Trabalhador do município, o CEREST, a Gerência de Atenção à Saúde e um(a) auditor(a) do Ministério do Trabalho. Foram apresentados dados sobre o TEC no Brasil e sobre o trabalho desenvolvido pelo Ministério do Trabalho, além da apresentação do caso de Beatriz e da realização do registro no Sistema IPÊ.<sup>203</sup>

Cabe ressaltar que à Saúde ficam as possibilidades de identificar *casos suspeitos* de TEC. Logo, a tipificação e questões jurídicas em torno do TEC ficam a cargo da área do Direito e seus órgãos competentes. No caso relatado, as averiguações foram realizadas pelo Ministério Público do Trabalho com indicação de arquivamento do caso, por não ter se constatado TEC. Contudo, fora realizada averiguação *in loco*, bem como exigência de que a empregadora cumprisse todas as obrigações legais para com a trabalhadora, como pagamento de férias em atraso, cumprimento de jornada com respeito à carga horária e intervalo de almoço, recolhimento previdenciário, dentre outros direitos.

---

<sup>203</sup> O IPÊ é um sistema para coleta, concentração e tratamento das denúncias de trabalho em condições análogas às de escravo no território brasileiro. As denúncias podem ser realizadas em <https://ipe.sit.trabalho.gov.br/#/>

Realização:



Apoio:





Assim, apesar da situação não ter sido caracterizada como TEC, consideramos um desfecho exitoso, sobretudo, por ter atendido às demandas centrais de Beatriz nessa relação. Nos encontros com a equipe de saúde ela tem relatado que sua situação laboral melhorou bastante. Vale ressaltar, conforme indica Miraglia (2020), que ainda existem inúmeros desafios com relação às provas, critérios e caracterização do TEC no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, indicando ainda que, embora tenha aumentado a denúncia de casos em meio urbano, são majoritários os casos de TEC em meio rural.

Outro ponto significativo para além do desfecho do caso, foi a possibilidade de reflexão e adensamento de saber sobre o fenômeno do TEC, bem como a articulação em rede, sendo um momento fértil para que a equipe desenvolvesse aptidões e conhecimentos.

Dessa forma, neste artigo, trabalhamos com a prerrogativa de que a questão do TEC deve ser considerada um problema de saúde pública, conforme aponta Leão (2016). Contudo, este ainda é um tema incipiente na literatura da saúde e carece de maiores aprofundamentos. Como ressalta o autor: “Certamente o SUS, especificamente no âmbito da saúde do trabalhador e saúde-ambiente reconhece o problema do TE, mas faltam estratégias direcionadas ao seu enfrentamento considerando os determinantes da saúde dessa população e seus efeitos.” (Leão, 2016, p. 3932)

O trabalho doméstico é uma realidade no Brasil desde o período colonial e está imbricado com a formação social e histórica do país que é marcada pela exploração do trabalho indígena e pela escravização de pessoas negras.

Se, de modo geral, o trabalho escravo contemporâneo tem uma prevalência significativa entre o trabalho rural (Rocha; Brandão, 2013), temos o trabalho doméstico como um importante expoente dentre o tipo de TEC que mais assola as mulheres.

Essa questão também tem raízes históricas no Brasil. Durante o período colonial o trabalho doméstico era realizado por mulheres negras escravizadas conhecidas por mucamas que realizavam toda natureza de atividades domésticas, amas de leite, criação dos filhos de seus senhores, dentre outras. (Silva, 2017) Mais de dois séculos se passaram desde o fim do Brasil Colônia e o trabalho doméstico no Brasil segue sendo realizado por mulheres negras. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (Pnad) de dezembro de 2023, o país tem 6,08 milhões de empregados domésticos (são todos os que prestam serviços em residências como doméstica, jardineiro, motorista, mordomo) trabalhando. Destes, 5.539 milhões são mulheres (91,1%), e homens são apenas 540 mil (8,9%). Os dados da Pnad mostram ainda que a grande maioria são mulheres negras, com média de idade de 49 anos e apenas 1/3 têm carteira assinada, recebendo em média um salário-mínimo. (Brasil, 2024)

Vale ressaltar que a permanência do trabalho escravo nos dias atuais configura-se como importante violação aos Direitos Humanos. Temos expressos artigos na Declaração Universal dos Direitos Humanos que colocam luz sobre a questão, da qual destacamos os artigos 3º, 4º e 5º:

**(...) Artigo 3.** Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

**Artigo 4.** Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

**Artigo 5.** Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, n/p).

Considerando a imbricação do tema com a Saúde, compreendemos a Saúde também enquanto um Direito Humano, que sistematicamente é negado a esses trabalhadores e trabalhadoras.

Pensando na intrínseca relação entre trabalho e saúde, temos ainda alguns importantes marcos. A lei 8080 de 1990 que dispõe sobre as condições para promoção,

Realização:



Apoio:





proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamentos dos serviços, tem em seu artigo 6º a Saúde do Trabalhador expressa como campo de atuação no Sistema Único de Saúde.

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora estabelecida pela portaria 1823/2012 que define o desenvolvimento de ações de atenção integral à saúde do trabalhador e trabalhadora tem como um dos pressupostos identificar e contribuir na erradicação de situações análogas ao trabalho escravo.

E cabe destaque ainda à Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e Trabalhadora (RENASTT) estabelecida pela portaria 1679/2002, que prevê uma rede de serviços de assistência e vigilância em saúde do trabalhador, tendo o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) como seu principal componente.

A saúde do trabalhador e da trabalhadora se expressa com importante relevância no cenário atual, pois, após um hiato de 10 anos, em 2025 acontecem as etapas municipais, estaduais e nacional das Conferências de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora que terá enquanto tema “Saúde do trabalhador e trabalhadora como Direito Humano” e propõe organizar suas discussões e propostas através de três eixos norteadores, sendo eles: 1. A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora; 2. As novas relações de trabalho e a saúde do trabalhador e da trabalhadora. 3) Controle Social em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Os olhares e discussões atuais se voltam, sobretudo, às determinantes e contemporâneas mudanças nas relações de trabalho, pois estas têm importantes rebatimentos no processo saúde-doença. Contudo, o fenômeno do TEC vem perdurando no Brasil ao longo do tempo e precisa ser também alvo de investigação da saúde. Quando se pesquisa sobre o tema, é possível encontrar uma conexão mais direta do tema com a área do Direito, bem como das atuações de órgãos como o Ministério do Trabalho. Assim, se o tema do TEC carece de aprofundamentos, na área da Saúde são ainda insipientes as produções sobre o assunto.

Rocha e Brandão (2013) ressaltam como, historicamente, perdurou durante décadas uma negação e invisibilização da questão do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, embora desde 1888 após a abolição formal da escravidão tenham-se perpetuado maneiras de trabalho e exploração que pouco se diferenciavam do regime anterior. Essa dinâmica era abordada na literatura brasileira e já era alvo de questionamentos por parte de movimentos sociais camponeses e grupos ligados à Igreja Católica.

Os anos 1990 marcam um maior reconhecimento da questão do trabalho escravo e o início de ações de enfrentamento decorrente do aumento de denúncias de escravização a órgãos internacionais, tendo como principais atores ativos na questão a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento de trabalhadores sem-terra, dentre outros. Mas é somente nos anos 2000, no primeiro mandato do Governo Lula que a questão do TEC se torna prioritária enquanto agenda, com destaque para o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. (Rocha; Brandão. 2013)

Assim sendo, o trabalho escravo contemporâneo que fora ganhando maior visibilidade diz respeito, sobretudo, aos trabalhadores rurais. O trabalho escravo doméstico tem uma série de outras determinações, sofrendo ainda com uma enorme invisibilização da questão. O trabalho doméstico é considerado legal e uma forma legítima de labor, contudo, são extremamente recentes as conquistas de direitos sociais trabalhistas e previdenciários a esses trabalhadores e trabalhadoras. Como já enfatizado neste trabalho, é ímpar destacar a perspectiva racial e de gênero que constitui o trabalho doméstico no Brasil, sendo em sua esmagadora maioria um trabalho realizado por mulheres negras.

O trabalho escravo doméstico teve uma relativa relevância social nos últimos anos também em decorrência de alguns casos que ganharam notoriedade midiática e

Realização:



Apoio:



em redes sociais. Um destes casos foi o da Madalena Gordiano, de Patos de Minas, que foi mantida durante cerca de 40 anos em situação análoga à escravidão pela família de um professor universitário.<sup>204</sup>

Também ganhou significativa notoriedade o caso contado no podcast “A mulher da casa abandonada”<sup>205</sup> do jornalista Chico Felitti que aborda o caso de uma mulher que vive em uma casa abandonada em São Paulo depois de ser acusada de manter uma empregada doméstica em situação de trabalho escravo contemporâneo nos Estados Unidos.

Recentemente, as redes sociais foram tomadas pela campanha “Sônia livre”<sup>206</sup> dando notoriedade ao primeiro caso de “desresgate” de uma trabalhadora doméstica no Brasil. Sônia foi resgatada em uma operação contra o trabalho análogo à escravidão, contudo, poucos meses depois, a família do desembargador que a mantinha sob essas condições conseguiu reverter a decisão judicial.

Apesar das dificuldades enfrentadas, o crescente número de resgates de trabalhadoras/es domésticas demonstra um maior reconhecimento e enfrentamento do problema. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego o número de denúncias vem crescendo desde 2017.

De 2017 a 2023, as equipes de fiscalização já realizaram 119 resgates de trabalho escravo em ambiente doméstico. Os resgates aumentam ano após ano. Em 2021, foram 31 pessoas, 2022 o número passou para 35, e 2023 saltou para 41 resgates. O crescimento nos resgates é atribuído ao aumento de denúncias que, normalmente, são de vizinhos da família que mantêm um trabalhador em condições análogas à escravidão (Brasil, 2024, n/p).

## Considerações finais

Neste artigo procuramos apresentar um relato de experiência sobre uma abordagem e o acompanhamento de uma suspeita de TEC pela saúde. Dessa forma, demonstramos e caracterizamos o trabalho escravo contemporâneo, suas raízes históricas e culturais, a relação da saúde com o tema, bem como as possibilidades de atuação e os importantes avanços que ainda precisam ser conquistados.

Defendemos que a questão do trabalho escravo além de consistir como uma grave violação dos direitos humanos, é também um problema de saúde pública. Compreendemos assim, a saúde em seu ponto de vista ampliado, onde marcadores sociais como gênero e raça, bem como os modos de vida e trabalho da população atendida dizem respeito ao cotidiano profissional de trabalhadores da saúde e precisam ser objeto de análise e intervenção. A atenção da equipe com relação aos elementos apresentados durante o atendimento propiciou que a situação fosse abordada, a usuária acolhida e que fossem realizados encaminhamentos pertinentes para um desfecho exitoso.

## Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Emprego doméstico no Brasil é formado por mulheres. **Gov.br**, 12 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/emprego-domestico-no-brasil-e-formado-por-mulheres>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

<sup>204</sup> Saiba mais em <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-14/madalena-escrava-desde-os-oito-anos-expoe-caso-extremo-de-racismo-no-brasil-do-seculo-xxi.html>

<sup>205</sup> Saiba mais em <https://open.spotify.com/show/0xyzsMcSzudBlen2Ki2dqV>

<sup>206</sup> Saiba mais em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/caso-sonia-e-desastroso-para-combater-trabalho-escravo-alerta-auditor>

Realização:



Apoio:



BRASIL. Ministério da Cidadania. **Trabalho escravo doméstico: pontos de atenção** para profissionais do SUAS e do SUS. Brasília-DF: Ministério da Cidadania; 2023.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. 1948.

GIOVANELLA, Lígia; MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de. Atenção Primária à Saúde. In: GIOVANELLA, Lígia *et al.* (org. **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <<https://redeaps.org.br/wp-content/uploads/2021/04/cap16-APS-Giovanella-Mendonca.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2024.

LEÃO, Luís Henrique da Costa. Trabalho escravo contemporâneo como um problema de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 12, p. 3927-3936, dez. 2016.

LEÃO, Luís Henrique da Costa *et al.* A erradicação do trabalho escravo até 2030 e os desafios da vigilância em saúde do trabalhador. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 12, p. 5883-5895, dez. 2021.

MIRAGLIA, Livia. **O trabalho escravo na perspectiva do Tribunal Superior do Trabalho**. Belo Horizonte: ALMG.gov.br, 2020.

MUSSI, Ricardo Fraklin de Freitas; FLORES, Fabio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v.17, n. 48, p. 1-18, 2021.

ROCHA, Graziella; BRANDÃO, André. Trabalho escravo contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 196–204, dez. 2013.

SILVA, Deide Fátima da. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 17, n. 32, p. 409-438, jun. 2017. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Amelia-Bifano/publication/318436614\\_Ensaio\\_da\\_historia\\_do\\_trabalho\\_domestico\\_no\\_Brasil\\_um\\_trabalho\\_invisivel/links/5e148a37299bf10bc397a7f7/Ensaio-da-historia-do-trabalho-domestico-no-Brasil-um-trabalho-invisivel.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Amelia-Bifano/publication/318436614_Ensaio_da_historia_do_trabalho_domestico_no_Brasil_um_trabalho_invisivel/links/5e148a37299bf10bc397a7f7/Ensaio-da-historia-do-trabalho-domestico-no-Brasil-um-trabalho-invisivel.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Realização:



Apoio:



## **DO DIREITO AO DESAFIO DA PERMANÊNCIA:** apontamentos acerca da Política Nacional de Assistência Estudantil na política de educação brasileira

Cassiana Ferreira Simões<sup>207</sup>  
Juliana Desidério Lobo Prudêncio<sup>208</sup>  
Rebeca Barreto Duarte Paterson<sup>209</sup>

**Resumo:** O artigo apresenta um breve resgate histórico da política educacional no Brasil evidenciando os limites dos aparatos legais que a regulamentam, as influências que a norteiam e sua submissão ao ideário neoliberal. O trabalho realiza uma análise transitória da atual execução da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) neste contexto. Para tal, tem como recurso metodológico a revisão de literatura e análise documental. Com isso, observa-se que as políticas de educação têm sido caracterizadas pela focalização e seletividade, especialmente pela análise da PNAES recém publicada, em implementação pelas Universidades e Institutos Federais.

**Palavras Chave:** Política de educação; PNAES; focalização; seletividade

**Abstract:** The article presents a brief historical overview of educational policy in Brazil, highlighting the limitations of the legal frameworks that regulate it, the influences that shape it, and its submission to the neoliberal ideology. The study offers a transitional analysis of the current implementation of the National Student Assistance Policy (PNAES) in this context. To this end, it employs literature review and documentary analysis as methodological tools. The findings indicate that education policies have been characterized by targeting and selectivity, particularly as seen in the recently published analysis of the PNAES, which is currently being implemented by Federal Universities and Institutes.

**KEYWORDS:** Education policy; PNAES; targeting; selectivity

### **Introdução**

A educação no Brasil é permeada por elementos que expressam a desigualdade socioeconômica do país. No que se refere à educação superior e ao ensino médio e técnico profissionalizante, mesmo com as reformas ocorridas nas últimas duas décadas, não se identifica uma efetiva democratização do acesso se considerarmos que os programas de permanência são assistencialistas, de caráter seletivo e focalizado, o que

<sup>207</sup> Assistente Social da Universidade Federal Fluminense - UFF; Mestre em Políticas Sociais - UENF e Doutoranda em Políticas Sociais – PPGPS/UFF. Email: cassiana\_simoes@id.uff.br

<sup>208</sup> Assistente Social; Professora adjunta da UFF/Departamento de Serviço Social de Campos dos Goytacazes e professora permanente do PPGPS/UFF; Mestre e Doutora em Políticas Sociais-UFF. Email: julianalobo@id.uff.br

<sup>209</sup> Assistente Social do Instituto Federal Fluminense - IFF; Mestre em Políticas Sociais – UENF e Doutoranda em Políticas Sociais – PPGPS/UFF. Email: rebecabduarte@hotmail.com

Realização:



Apoio:



leva a uma discussão sobre a abrangência de tal política e se ela tem no logrado êxito no atendimento aos discentes em vulnerabilidade socioeconômica.

Por reconhecermos a importância do direito à educação como condição e, ao mesmo tempo, exercício de cidadania, é que daremos atenção ao tema buscando trazer, em nossos argumentos, aspectos que conduzam à análise sobre o distanciamento que existe entre as garantias já definidas em documentos legais e as políticas que ainda não conseguiram combater os percentuais de exclusão a que estão submetidos determinados grupos sociais.

Vale ressaltar que o direito à educação no Brasil está estabelecido na Constituição Federal de 1988 e outros documentos legais, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) e o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13005/2014). Contudo, verifica-se que essa garantia de acesso à educação não é dada em todos os âmbitos de ensino. Além de não garantida de forma universal em todos os níveis, as legislações estabelecem o ensino privado como complementar, inserindo o direito à educação no âmbito do mercado, situação essa inerente ao capitalismo, mas que provoca inúmeras contradições.

No que concerne à permanência estudantil, de forma recente, em julho de 2024, tivemos a promulgação da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (Lei nº 14914/2024), destinada aos estudantes matriculados nos institutos federais de ensino superior, médio e técnico. A legislação objetiva garantir a permanência dos alunos nestes níveis de ensino, onde sequer temos o acesso universalizado.

Nesta perspectiva, o texto utiliza como recurso metodológico a revisão bibliográfica e documental. A revisão bibliográfica será composta pelo recurso da intertextualidade, apresentando autores que discutem sobre as políticas sociais, sobretudo as de educação, tais como: Fagnani, Cara, Alvarenga e outros. Já a revisão documental perpassará pela análise concisa da Constituição Federal de 1988, da PNAES, entre outros aparatos legais, buscando evidenciar seu reduzido alcance no que se refere ao direito à educação de forma universal.

Desta forma, o artigo em questão pretende numa primeira seção apresentar uma breve trajetória da política de educação no Brasil, situando as análises no contexto das políticas sociais brasileiras. Neste sentido, reflete como as conquistas constitucionais no que tange à política social no Brasil, pela primeira vez baseada nos princípios de seguridade social, universalidade e direito, não foram implementadas em sua totalidade, uma vez que nos governos do Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) já se havia iniciado um verdadeiro desmonte das políticas sociais. Identifica-se, também, que as políticas de educação seguem a mesma lógica que acomete a política social brasileira, estando subordinada aos interesses e orientações dos países centrais, a racionalidade neoliberal que propaga focalização, seletividade e mercantilização também na educação.

Na segunda seção o artigo apresenta a PNAES e o contexto de sua promulgação, para tanto faz uma breve análise deste documento apresentando suas formas de execução atuais e os limites impostos pela focalização e seletividade inerentes a esta política, que por intermédio da bolsificação vem situá-la no mesmo patamar das políticas assistenciais brasileiras de transferência de renda.

## **Política social e política educacional no Brasil pós Constituição de 1988**

A promulgação da Constituição Federal em 1988 representou uma conquista inédita para a sociedade brasileira. Ela é a constituição mais liberal e democrática que o país já teve e ampliou mais que todas as outras antecedentes os direitos sociais. Possui um título inteiro dedicado à Ordem Social que define um sistema de proteção social inspirado em valores do Estado de Bem-Estar Social, quais sejam: universalidade, seguridade social e direito. (Fagnani, 2017)

Realização:



Apoio:





Ao reconhecer um grande conjunto de direitos sociais e instituir o conceito de seguridade social “como conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos relativos à previdência, assistência social e saúde, com universalidade da cobertura e do atendimento” (Viana; Silva, 2015, p. 7), o Brasil viveu um momento significativo em seu sistema de proteção social, ao menos com relação ao que foi instituído legalmente, visto que este novo modelo não foi implementado de forma plena, esbarrando em dificuldades impostas pelo cenário internacional, bem como pela conjuntura interna da economia brasileira. (Viana; Silva, 2015)

Entre as décadas de 90 e primeira década do século XXI, as políticas sociais no Brasil viveram o que os autores (Viana; Silva, 2025) chamam de modelo híbrido, ou seja, a alternância entre períodos com predomínio de políticas neoliberais e de políticas intervencionistas, o que configurou diferentes institucionalidades durante cada governo desse período:

uma institucionalidade neoliberal, durante os governos Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); uma institucionalidade de transição, durante o primeiro governo Lula (2003-2006); e uma institucionalidade neodesenvolvimentista, durante o segundo governo Lula (2007-2010) e o primeiro governo Dilma (2011-2014). As características de cada período foram diferentes do ponto de vista político e econômico, assim como as interligações entre as políticas econômica e social, as estratégias-chave, o público-alvo, as formas e os agentes da provisão de serviços, e o tipo de financiamento desenhado para política social (Viana; Silva, 2025, n/p).

Durante a “institucionalidade neoliberal”, a principal estratégia da política social foi a descentralização, o incentivo às parcerias público-privadas, a focalização e estímulo ao controle social. Já no período de “institucionalidade neodesenvolvimentista”, um maior protagonismo foi dado às políticas com recortes territoriais, atrelado a maiores investimentos em infraestrutura, saneamento, habitação e saúde, não tendo rompido com o incentivo às parcerias público-privadas e a seletividade de programas de combate à pobreza. (Viana; Silva, 2025)

Fagnani (2017) analisa o período compreendido entre 1988 e 2015 no Brasil como um “ciclo inédito de democracia”, na medida em que se ampliaram os espaços públicos e avançou-se em direção à construção da cidadania social. Porém o país estava vivendo um momento contraditório. Na medida em que a recente Constituição de 1988 garantia amplos direitos sociais e expandia o acesso a determinadas políticas sociais, como o exemplo da educação, o que se via na prática era um completo distanciamento das políticas sociais nos moldes da proteção social proposta pela Carta Constituinte. Nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), houve um verdadeiro desmonte das políticas sociais, especialmente no que diz respeito à educação, à saúde, ao trabalho, à assistência e à previdência. Observou-se uma completa:

desestruturação do mercado de trabalho; a supressão de direitos trabalhistas; a regressão dos direitos previdenciários (...); a captura de fontes de financiamento da política social; o descumprimento dos preceitos constitucionais na Seguridade Social; o esvaziamento do pacto federativo; a fragilização das políticas urbanas (habitação popular, saneamento ambiental e mobilidade); o formidável avanço da privatização das políticas sociais (saneamento, mobilidade, saúde, previdência e educação); e a realização da reforma agrária segundo a “lógica do mercado” e, portanto, para impedir qualquer tentativa de enfrentar a concentração da propriedade, a mecanização do campo e a expulsão da mão de obra (Fagnani, 2017, p. 5).

Diante disso, Netto (1999) destaca que o projeto neoliberal implantado no Brasil, em consonância com a mundialização financeira não exclui as políticas sociais. O que acontece na verdade é uma mudança no padrão de política social, que ao invés de se configurar no padrão colocado pela Constituição de 1988, aparece subjugada à orientação macroeconômica, de acordo com as normas estabelecidas pelo grande

Realização:



Apoio:



capital. Na verdade, “o que o projeto conduzido por FHC interdita é uma política social capaz de efetivamente restringir a voracidade do capital” (Netto, 1999, p. 87).

Para isso, ocorre a mercantilização e a privatização das políticas sociais brasileiras. A privatização, para o autor, relaciona-se principalmente à política de assistência social, na medida em que se transfere sua responsabilidade para a sociedade civil, como se esta não fosse um direito social de responsabilidade do Estado, como proposto constitucionalmente. Sobre a mercantilização, esta ocorre principalmente no que se refere à saúde e à previdência. O grande capital passa a ser o organizador e gestor dessas políticas para quem pode acessá-las, deixando a cargo do Estado apenas aquelas camadas que não têm condições de pagar por elas. Já a política de educação no Brasil segue o mesmo passo de focalização acompanhada da mercantilização que acometem as demais políticas sociais brasileiras.

Voltando à Constituição Federal de 1988, no título “Da ordem social” está o capítulo “Da educação, da cultura e do desporto”, e finalmente uma seção intitulada “Da educação”. Este capítulo preconiza a educação como direito de todo cidadão e dever do Estado e da família, bem como alguns princípios que devem reger a educação no país, como por exemplo, a igualdade de condições para o acesso e permanência, a liberdade de aprender, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. O que a Constituição prevê em termos de níveis de ensino, é a oferta de educação básica obrigatória e gratuita, além da progressiva universalização do ensino médio gratuito, porém não menciona sequer o ensino superior (Brasil, 1988).

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394/96 (LDB), que define a estrutura e como deve funcionar o sistema educacional no Brasil, abrange todos os níveis e modalidades de ensino, desde a educação infantil, incluindo o ensino superior e a educação especial. Assim como a Constituição Federal de 1988, a LDB prevê um conjunto de princípios e regras que deveriam visar a garantia do direito à educação de qualidade para todos.

O que se vê na prática, porém, é que a política de educação no Brasil, assim como as outras políticas sociais, vivenciam um cenário subordinado e dependente com relação aos países centrais. Um momento considerado marcante da orientação neoliberal para a educação no contexto global foi a Conferência Mundial de Educação Para Todos realizada em 1990 na Tailândia. Nela, foram evidenciadas novas formas de gerir a educação, a partir de um discurso de busca por assegurar a qualidade do ensino público e priorizar elementos relativos à gestão escolar, como por exemplo os sistemas de avaliação e a autonomia escolar. Neste sentido, o que passou a embasar a gestão e organização da política educacional no Brasil foram direcionamentos atrelados à reforma do Estado brasileiro e as exigências do cenário internacional (Solano, 2013).

As políticas educacionais submetidas ao ideário neoliberal definem os objetivos da educação bem como os modos de gestão escolar. Os princípios que regeram a reforma do Estado brasileiro e as exigências do cenário internacional são o que tem determinado as políticas educacionais implementadas no Brasil. As diretrizes constitucionais que visam a democratização da educação foram também substituídas “por um viés mercantil, expresso pelo paradigma de eficiência, eficácia, de racionalidade técnica e financeira, termos oriundos da administração de empresas” (Solano, 2013, p. 80)

A partir da análise empreendida por Solano (2013) acerca de políticas educacionais gerencialistas, percebeu-se que a gestão educacional tem caminhado no sentido de subordinar a escola à racionalidade financeira do capital ao mesmo tempo que retrai o Estado em suas responsabilidades com relação à educação. Para a autora, as instituições de ensino têm absorvido de forma expressiva concepções que direcionam a proposta política no sentido de enraizar a lógica da produtividade e da eficiência na cultura escolar. Nesta perspectiva, a centralidade tem sido colocada nos aspectos gerenciais e a dimensão política da educação tem sido secundarizada.

Realização:



Apoio:



Em termos gerais, a proposta do neoliberalismo para a educação deu seus primeiros passos nos Estados Unidos da América sob a presidência de Ronald Reagan, a partir de um relatório publicado pelo governo em 1983. Este relatório informava acerca da ineficiência dos crescentes gastos com a educação no país e declarava ser necessária uma “otimização” dos recursos. Propunha-se, então, uma reformulação da educação com objetivo de reativar a competitividade e produtividade e de combater a influência de ideologias disruptivas em instituições educacionais. Estes espaços, por sua vez, deveriam focar na excelência em habilidades e competências demandadas pelo mercado de trabalho, que colaborariam com a proeminência internacional dos EUA. O relatório abriu as portas para a formação de alianças políticas e para a participação do ensino privado na educação pública (Cara, 2025).

Conforme aponta Cara (2025), além do relatório mencionado, que configurou apenas um ponto de partida, o que de fato conferiu a base para reestruturação econômica da educação mundialmente foi o “Painel sobre a Economia da Educação” (originalmente intitulado *Panel on the Economics of Educational Reform*), liderado por Erick Hanushek, um economista. O referido texto ainda influencia as políticas educacionais dos EUA e em todo o mundo, seja qual for a ideologia dominante do governo em questão.

Em nível nacional, as teses do Painel supracitado foram parcialmente implementadas nos oito anos do governo FHC, quando o MEC esteve sob liderança de Paulo Renato de Souza, um economista. Justificava-se a adoção de tais direcionamentos com relação à educação, baseando-se na falácia de que “o problema da educação brasileira não é de financiamento, é de gestão - como se as necessidades materiais do sistema de ensino fossem uma matéria apartada do próprio exercício da administração pública” (Cara, 2025, p. 78). O então ministro assim que terminou seu mandato publicou um livro intitulado “A revolução gerenciada: educação no Brasil, 1995-2002”, como sistematização e propaganda de seu mandato a frente do ministério, em que argumenta que as políticas educacionais no Brasil tiveram sucesso sob sua liderança devido à otimização de gestão, com foco no ensino fundamental, bem como à adoção de mecanismos de avaliação em larga escala, e outras decisões que, na verdade, limitavam o direito à educação (Cara, 2025).

A lógica de gestão da educação básica dos governos petistas não rompeu com o legado de Paulo Renato Souza, embora nos dois mandatos de Lula (2003-2006 e 2007-2010) tenha ocorrido uma expansão inédita de vagas na educação profissional e na educação superior e a educação básica tenha abandonado o foco no ensino fundamental, o que foi seguido por Dilma Rousseff (2011-2014 e 2014-2016), cujo segundo mandato foi interrompido pelo processo de impeachment. Com isso, a tarefa dos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro de impor o neoliberalismo como linha absoluta da gestão educacional no Brasil ficou facilitada (Cara, 2025, p. 78).

Sob a ótica neoliberal, deve-se racionalizar os gastos com as políticas educacionais, evitando a expansão do orçamento público na área e otimizando custos; impõe-se a razão mercantil à administração pública da educação; e privatiza-se a oferta de ensino, na medida do possível. Seguindo esta lógica, baseia-se em um sistema que conta com padronização curricular e aferição de conteúdo a partir de avaliações em larga escala. No Brasil, observa-se como exemplo destas avaliações, a Prova São Paulo e a Prova Brasil (Cara, 2025)

Este modelo de educação baseada em avaliações de larga escala fortalece a racionalidade neoliberal dentro das escolas, na medida em que ocorre “(1) esvaziamento das demandas materiais necessárias para implementar políticas educacionais, e (2) do incentivo à competição entre estudantes, professores, escolas, redes e sistemas públicos de ensino, principalmente por meio de ranqueamentos” (Cara,

Realização:



Apoio:



2025, p. 79). Negligencia-se, neste processo, as condições para a realização do ensino, a situação socioeconômica dos estudantes, a desvalorização dos profissionais da educação e a conjuntura das escolas. E é desconsiderado também o próprio direito à educação, determinado constitucionalmente (Cara, 2025).

Conforme aponta Cara (2025), outro ponto que é central para o neoliberalismo educacional e que tem sido amplamente adotado no Brasil nos últimos governos (Rousseff, Temer e Bolsonaro) é a ênfase na autonomia do aprendizado. Ela é realizada por meio da lógica colocada pelo sistema “padronização curricular-proficiência”, que tem se tornado hegemônico na gestão da educação mundial e tem sido também implementado no Brasil desde o governo FHC. Neste sentido, as necessidades materiais de realização do ensino ficam em segundo plano. Uma consequência desta lógica é que:

reformas curriculares se tornam a totalidade das reformas educacionais, como é o caso recente verificado no Brasil a partir trio (1) Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (2) Reforma do Ensino Médio e (3) Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), três políticas gestadas durante as gestões Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro e no terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (Cara, 2025, p. 79).

Infelizmente, a partir da complexa trajetória percorrida pela educação em nosso país, não se observa no terceiro mandato do presidente Lula (2023 - atual) um afastamento dos pressupostos do neoliberalismo educacional. Porém na “contramão” da trajetória em questão, no ano de 2024, a Política Nacional de Assistência Estudantil, antes regida pelo Decreto nº 7.234/2010, adquiriu caráter de lei por meio da publicação da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, conforme discutido na próxima seção deste artigo.

### **Política Nacional de Assistência Estudantil: entre a focalização e a seletividade**

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que foi instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, tinha como objetivo ampliar as condições de permanência, com prioridade para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nos cursos de graduação presencial das IFES. O programa previa a assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico e que as ações seriam executadas pela própria instituição de ensino, enquanto decreto o PNAES era destinado apenas ao ensino superior.

Contudo no dia 03 de julho de 2024, foi sancionada a Lei nº 14914/2024, instituindo a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), mantendo os mesmos objetivos do decreto, mas estendendo a assistência aos alunos de ensino médio dos institutos federais e ainda aos discentes de pós-graduação. Importa ressaltar que a promulgação da PNAES nos remete a fragilidade anterior do decreto e sobrepõe a importância de sua institucionalização, onde concluímos que sua promulgação: “respondeu à necessidade de dar suporte legal à nova configuração institucional de uma política pública tradicionalmente vista como de ‘segunda classe’” (Paiva; Lobato, 2019, p. 1066).

Com relação ao contexto socioeconômico, político e cultural em que se viabilizou a promulgação da PNAES, torna-se imprescindível se referenciar ao governo Lula enquanto uma “janela de oportunidade” para essa institucionalização, o decreto anterior (Decreto nº 7234/2010) que regulamentava a assistência estudantil nas IFES foi também assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e somente após quatorze anos, sob esse mesmo governo conseguimos de fato uma institucionalização desta política, sendo assim, entendemos que:

Realização:



Apoio:



As janelas não ficam abertas por muito tempo e, caso fechem, é preciso esperar uma nova oportunidade. Aqui, os empreendedores de política encontram um lugar destacado, pois precisam encontrar essas janelas abertas para empreenderem políticas que lhes favoreçam, a partir de soluções já formuladas (Paiva; Lobato, 2019, p. 1067).

No entanto, vale considerar que a atual execução da PNAES, devido à insuficiência de recursos e ausência de regulamentação, tem desenhado suas ações de forma focalizada, em sua maioria traduzida na formatação de bolsas e auxílios estudantis, reproduzindo as atuais políticas de assistência social brasileiras e, sobretudo, negando a educação como direito universal.

Para nossa perspectiva em análise, o PNAES encontra-se dentro da política de educação, mas entra na lógica dos programas focalizados de transferência de renda, pois, em grande medida, destina renda diretamente ao estudante, que “saca” o pagamento do auxílio numa instituição bancária, sendo esta a mediação entre a instituição e o aluno. Além disso, define seu público alvo de atendimento a partir da renda per capita dos estudantes. O caráter universal do atendimento é esvaziado e o direito social transmutado em privilégio. Ademais, a seleção dos estudantes produz um falso antagonismo entre estudantes que precisam e estudantes que não precisam, e o próprio assistente social é questionado pelos discentes da validade da análise socioeconômica e do resultado da seleção (Gois, 2020, p. 272).

Consideramos ainda que essa lógica da bolsificação da assistência estudantil desmobiliza ações para ampliação da infraestrutura das universidades e dos institutos federais, tais como: moradias estudantis e restaurantes universitários, e reforça, sobretudo, o caráter seletivo de tal política, haja vista que os recursos para a PNAES não aumentaram na mesma proporção que o número de vagas oferecidos sobretudo com relação ao ensino superior.

Desta forma, a ampliação do alcance da PNAES ao ensino médio integrado ao técnico e ainda à pós-graduação nos remete à execução de uma política cada vez mais fragmentada, focalizada e seletiva, principalmente ao considerarmos que a mesma ampliou sua cobertura a outros níveis de ensino, mas em contrapartida diminuiu a renda per capita para atendimento aos discentes fixando-a em até um salário mínimo<sup>210</sup>. Com isso, concordamos com Nunes e Teixeira (2014) quando mencionam o caráter focalizado dos serviços públicos:

Ou seja, somente aqueles comprovadamente pobres, via testes de pobreza, podem ter acesso aos serviços públicos. Mas essa estratégia revela-se complicada, na medida em que os pobres constituem a grande maioria, senão a totalidade, e, assim, o resultado tem sido, ao evitar a inclusão dos não pobres, a exclusão dos próprios pobres (Nunes; Teixeira, 2014, p. 157).

Outra questão identificada e que vale frisar, concerne à autonomia das universidades e institutos na execução da assistência estudantil, onde são verificadas diferenças importantes em sua formatação, algumas instituições, optam por apenas uma modalidade de bolsa/auxílio para permanência, outras pulverizam o recurso em dez ou mais modalidades de auxílios. Contudo, poucas são instituições que estão investindo, de fato, em políticas universais de permanência estudantil, como ampliação e construção de moradias estudantis e restaurantes universitários, por exemplo.

Dessa forma, no contexto atual dos institutos e universidades federais têm-se evidenciado que, nas listas de espera dos processos seletivos para bolsas/auxílios estudantis constam centenas de alunos aguardando novas convocações, que só serão

<sup>210</sup> O Decreto nº7234/2010 estabelecia a renda per capita para atendimento em 1,5 salários mínimos.



realizadas em caso de desistência do auxílio, abandono ou trancamento do curso. É mister ressaltar que, mesmo com a definição da PNAES da per capita familiar em um salário mínimo para atendimento, as listas de contemplados demonstram que o benefício é alcançado por aqueles que comprovam até meio salário per capita em média. Cislagui e Silva (2012, p. 501) salientam que “o governo aparenta garantir autonomia às IFES, mas determina critérios focalizados extremamente rebaixados para o acesso às ações de assistência estudantil”.

Nesse cenário, importa diferenciar a focalização e a seletividade, a focalização diz respeito aos critérios definidos para atendimento de um determinado público, assim entendemos que a focalização pode ser compatível com a universalização na medida em que se consegue atender a todo público que tem direito a determinado benefício, mas não é o que evidenciamos na política de assistência estudantil, pois ao passo que não conseguimos atender a todos os alunos elegíveis, estamos trabalhando com a seletividade, escolhendo os mais pobres dentre os pobres. Sendo assim, “a focalização pode ser negativa, quando associada à seletividade, pois restringe e reduz as ações” (Nunes e Teixeira, 2014, p. 169).

Em teoria, conforme já apresentado rapidamente, um programa focalizado eficiente é aquele que atende exclusivamente todas as pessoas elegíveis. Entretanto, quanto mais criterioso o programa, maiores serão os custos da sua administração impondo, assim, um dilema ao formulador da política focalizada. Dessa forma, a definição dos critérios de elegibilidade do programa acaba implicando na inclusão ou exclusão indevidas. Se por um lado, o erro de inclusão reduz a eficiência do programa, por outro, o erro de exclusão não atende parte da população alvo (Kerstenezetzky, 2009 *apud* Alvarenga, 2011, p. 12).

Sendo assim, consideramos que a PNAES se constitui primeiramente como uma política educacional para assistência aos estudantes e possui como objetivo maior viabilizar a permanência acadêmica, contudo, ela vem se configurando numa política de proteção social e sobretudo de transferência de renda assemelhando-se e mantendo os mesmos padrões das atuais políticas de assistência social brasileira.

Desta forma, “A adoção de políticas sociais focalizadas não é *per se* um problema, pois diante da existência de grupos excluídos socialmente e de recursos escassos, a focalização pode ser uma boa forma de garantir o aproveitamento mais eficiente destes recursos”. (Alvarenga, p. 4, 2011). O problema reside no fato de que a PNAES através do processo de bolsificação tem articulado a focalização com a seletividade, e a universalidade não tem se efetivado, mesmo definindo-se critérios de renda mais baixos.

## Considerações finais

Verificamos que apesar dos aparatos legais que subsidiam o direito à educação no Brasil, é possível observar que tanto o acesso a essa política quanto a permanência não tem sido factível a todas as pessoas, uma vez que existem muitos excluídos do processo de escolarização, e tal fato dá-se com mais veemência nos segmentos do ensino médio e superior, que de alguma forma foram relegados a segundo plano pela própria Constituição Federal de 1988.

Evidenciamos ainda que o atual cenário da educação brasileira, está imbuído de um novo paradigma educacional, orientado pela racionalidade do capital, conduzindo dessa forma a educação à esfera econômica, ou seja, a mercantilização da educação, orientada pela lógica da competência e a ideologia da empregabilidade ou laboralidade. Assim, a educação migrou da esfera do direito e passa a ser uma aquisição individual, uma mercadoria.

Realização:



Apoio:



No contexto dos ensinos médio, técnico e superior consideramos que o advento da Lei da PNAES foi um passo essencial para consolidação da assistência estudantil enquanto política, dando uma legítima possibilidade de se efetivar os direitos dos estudantes e consequentemente viabilizar a permanência estudantil. Contudo, a regulamentação ainda incipiente de tal política tem centrado suas ações prioritariamente em programas focalizados e não universais. Entendemos que a lei avançou instituindo legalmente aquilo que já vinha sendo implementado por outros dispositivos normativos, tornando-se uma política pública de proteção social não contributiva, contudo os limites e os desafios para sua consolidação estão apenas começando.

## Referências

ALVARENGA, L.V.H. A Focalização e universalização na política social brasileira: opostos e complementares. **Texto para Discussão**, nº 56. Niterói: Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento, UFF, out., 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 27/06/2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996.

BRASIL. **Decreto 7.234**, de 19 de julho de 2010. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 08 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14914**, de 3 julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2024/Lei/L14914.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14914.htm)>. Acesso em: 08 jul. 2025.

CARA, Daniel. Estado, economia e educação: racionalidades em disputa e o caso brasileiro. In: BOTO, Carlota; CARA, Daniel; SANTOS. Vinício de Macedo (org). **Desafios e reinvenções da escola pública**. São Paulo, FEUSP, 2025.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; SILVA, Matheus Tomaz da. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 489-512, jul./dez. 2012.

FAGNANI, Eduardo. O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015). **Texto para Discussão**, Campinas, n. 308, Instituto de Economia, Unicamp, jun. 2017.

GOIS, Juliana Carla da Silva. **Trabalho precarizado, política social e Serviço Social**: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). 2020. 331f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2020.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo. (org.) **O desmonte da nação**: balanço do governo FHC. Petrópolis, Vozes, 1999. p. 75 – 89.

Realização:



Apoio:



NUNES, Larissa Veloso; TEIXEIRA, Solange Maria. O sistema de proteção social brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988 aos dias atuais: universalidade, focalização ou seletividade? **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 40, p. 154-175, jan./jun., 2014.

PAIVA, Ariane Rego de; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Formulação da lei do sistema único de assistência social e a legitimação da política de assistência social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 1065-1073, 2019.

SOLANO, Cleonice Halfeld. As políticas educacionais gerencialistas e o PDE-Escola. In: RODRIGUES, Rubens. (org.) **Educação escolar no século XXI**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; SILVA, Hudson Pacífico da. Políticas sociais brasileiras nas próximas décadas. Texto para discussão 14. **Saúde Amanhã**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015.

Realização:



Apoio:



## A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DE MINAS GERAIS

Letícia Evangelista Ribeiro<sup>211</sup>

Raquel Mota Dias Gaio<sup>212</sup>

**Resumo:** Há uma trajetória histórica do Serviço Social de aproximação com os movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980, culminando na formulação do Projeto Ético-Político (PEP) profissional, comprometido com a justiça social, direitos humanos e a luta das classes subalternas. Nesse sentido, buscando demonstrar essa vinculação com direitos humanos, este artigo apresenta a atuação do Serviço Social nos Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDHs) em Minas Gerais, especialmente no CRDH Território Mata, em Juiz de Fora, destacando a inserção da profissão na promoção e proteção, reafirmando sua defesa aos direitos humanos, especialmente em contextos de exclusão e vulnerabilidade.

**Palavras chaves:** Direitos Humanos; Trabalho; Serviço Social.

**Abstract:** There is a historical trajectory of Social Work aligning with social movements during the 1970s and 1980s, culminating in the development of the Ethical-Political Project (PEP), which is committed to social justice, human rights, and the struggles of subordinate classes. In this context, aiming to demonstrate this connection with human rights, this article presents the role of Social Work in the Human Rights Reference Centers (CRDHs) in Minas Gerais, with a special focus on the CRDH Território Mata, located in Juiz de Fora. It highlights the profession's involvement in the promotion and protection of human rights, reaffirming its commitment, especially in contexts of exclusion and vulnerability

**Keywords:** Human Rights; Work; Social Work.

### Introdução

A vinculação do Serviço Social com as pautas centradas nos direitos humanos foi formada a partir da articulação da profissão com setores sociais que se organizaram em torno da temática, principalmente durante o processo de redemocratização construído no fim dos anos 1980, quando a profissão se aproximou dos movimentos sociais e organizações políticas da classe subalterna, com destaque para aqueles que debatiam direitos humanos, pluralismo e a democracia. Tal contexto possibilitou que a temática dos direitos humanos fosse incorporada em normativas basilares para a profissão, como por exemplo o Código de Ética Profissional de 1993.

Uma das consequências da ascensão da discussão sobre direitos humanos e do pluralismo dentro do Serviço Social foi a aquisição da compreensão do papel

<sup>211</sup> Graduada e Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: evangelista.leticia@estudante.ufjf.br

<sup>212</sup> Graduada e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: quelmota@gmail.com

Realização:



Apoio:



educativo e político da categoria em seus espaços de trabalho. Tanto que, naquele momento a profissão se vinculou às lutas da classe trabalhadora e se colocou em oposição a manifestações de opressão desenvolvidas pelo Estado burguês.

No Brasil, no que diz respeito à defesa dos direitos humanos, sua discussão ganhou maior impulso por meio dos movimentos de resistência à ditadura militar. Em especial, emerge no cerne dos novos movimentos sociais que se consolidaram ainda durante o período repressivo, na segunda metade da década de 1970. Segundo Coimbra (2000), sua ascensão partiu de práticas contrárias a movimentos tradicionalmente instituídos, politizando espaços do cotidiano nos locais de trabalho e moradia, trazendo para a cena uma nova forma de fazer política. Ademais, houve a emergência de "novos sujeitos políticos", evidenciando lutas por melhores condições de vida, trabalho, salário, moradia, educação, saúde, além disso, pela democratização da sociedade (Coimbra, 2000, p. 259).

Contudo, as conquistas obtidas no final do século XX foram enfraquecidas pelas ações dos governos neoliberais que assumiram o poder no Brasil após o processo de reorganização das lutas e reivindicações dos movimentos sociais, fortalecido com o fim do regime ditatorial no país. Vale destacar que a profissão também foi impactada por essas articulações neoliberais, considerando principalmente sua atuação pelo lugar dos direitos da classe trabalhadora e a inserção nas políticas sociais, altamente combatidas pelos governos neoliberais – eternamente focados no ajuste fiscal via retirada de recursos para as políticas direcionadas aos mais vulneráveis.

Entretanto, consideramos que o contexto neoliberal, que ganha força em nosso país após o processo de fortalecimento de lutas em torno de conquistas por direitos positivados na Carta Magna – o conhecido processo constituinte que consolidou diversos direitos na Constituição Federal de 1988 –, fere ferozmente os avanços e os processos organizativos dos movimentos sociais e das conquistas legais e passa a questionar os investimentos e os direitos como se fossem esses os causadores dos problemas econômicos do país. O que passamos a assistir, ao invés do desejado, é o enfraquecimento dos serviços públicos, resultado da adoção do chamado Estado Mínimo, fincado na lógica do ajuste fiscal, que intensifica a sensação de desamparo social, ampliando a vulnerabilidade da população. Neste contexto, os direitos humanos torna-se direito relativo apenas a uma camada da sociedade – aquela de que dele faz jus. Os devidamente vinculados à ordem capitalista neoliberal, que não destoam ou não praticam atos considerados desviantes. O Estado torna-se favorecedor do avanço do capital e reprime aqueles que contestam as injustiças sociais, comprometendo a relação entre cidadania e democracia. De acordo com Rosolen (2024), a lógica neoliberal destrói a sociedade no que diz respeito à retirada da possibilidade de vida respaldada na cidadania de forma plena. Além disso, o Estado, diante do favorecimento do capital privado, colabora com o desequilíbrio social, retirando direitos trabalhistas, previdenciários, assistência à saúde etc. (Rosolen, 2024).

Desse modo, diante desse contexto que se perpetua e se agrava até nossos dias, faz-se mister apresentar um campo de atuação do Serviço Social que está diretamente vinculado com o trabalho frente aos direitos humanos e que cria cotidianamente estratégias para realizar atividades que vão de encontro com a lógica do Estado neoliberal.

No presente trabalho, objetivamos aprofundar nas características da intervenção que o profissional de Serviço Social tem desempenhado na formulação e execução de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos fundamentais da população através de sua atuação nos Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDHs) de Minas Gerais, especificamente no CRDH Território Mata, localizado no município de Juiz de Fora, mas atuante na região da Zona da Mata Mineira.

Para tal apresentação, o presente trabalho inicia com uma pequena abordagem dos impactos dos movimentos sociais no Serviço Social entre as décadas de 1970 e

Realização:



Apoio:





1980, explorando as premissas da construção de uma ruptura com o conservadorismo da profissão e como esse movimento compôs bases para a incorporação da defesa dos direitos humanos como um dos princípios do Projeto Ético Político profissional. Em seguida, demonstra como esse aspecto dialoga com a dimensão política e educativa da/o assistente social, principalmente considerando que uma das características da atuação nos CRDHs é pela via da promoção dos direitos humanos. E para finalizar, apresenta o trabalho nestes espaços institucionais.

### **Repercussões dos movimentos sociais e o Serviço Social na década de 1970 a 1980**

Durante o percurso histórico das décadas de 1960, 1970 e 1980, tivemos dentro da profissão um momento de revisão de seus fundamentos teóricos e práticos na América Latina, conhecido como Movimento de Reconceituação e que no Brasil se expressou no Movimento de Renovação com suas diferentes vertentes. É sabido que, apesar das bases tradicionais e conservadoras nas quais a profissão se funda, o pós 1964 apresenta uma nova dinâmica, momento denominado por Netto (1991) de Renovação do Serviço Social, “com a perspectiva pioneira no Serviço Social brasileiro de superação do histórico conservadorismo” (Ortiz, 2007, p. 216).

A Renovação do Serviço Social brasileiro constitui-se em um avanço se o compararmos ao construto teórico e político-ideológico que legitimava a profissão anteriormente, uma vez que validou o assistente social como intelectual. Netto (2007) ressalta alguns aspectos que, segundo o autor, apontam os “nós” mais determinantes deste processo de Renovação da profissão, sendo eles “a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal” (Netto, 2007, p. 135).

Netto (1991) indica três direções diferentes do Movimento de Renovação do Serviço Social Brasileiro: a modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Essa última, coloca as bases para a ruptura com o conservadorismo e para vinculação do Serviço Social com a teoria social crítica marxista. Além disso, Netto ressalta que a vertente intenção de ruptura experimentou um desenvolvimento diverso das outras duas anteriormente apontadas, ganhando, contudo, visibilidade na década de 1980, para fora dos muros da universidade e pôde, conforme afirma o autor, “romper com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais” (Netto, 2007, p. 250). Nesse sentido, a tradição marxista passa a fazer parte do debate profissional, na qual insere a profissão nos projetos de esquerda, comprometida com a superação da exploração da classe trabalhadora e o pensamento de uma emancipação humana.

A perspectiva de intenção de ruptura, desta forma, vem protagonizando a construção de uma nova hegemonia para o Serviço Social desde o final da década de 1970, avançando nas bases sociopolíticas democráticas e se alinhando aos movimentos da classe explorada, consolidando uma nova configuração na cultura profissional, a partir da aproximação com projetos da esquerda brasileira, ações progressistas e ampliação da cidadania. É nesse período histórico que o projeto profissional irá se vincular ao projeto societário que busca a construção de uma nova ordem social.

É importante salientar que, essas modificações nas bases teóricas, políticas e metodológicas da profissão acompanharam a década de 1980, relembra pelas diferentes organizações políticas contra a ditadura militar e da ascensão de movimentos sociais que trouxeram diferentes pautas para a cena política do país. Trata-se de um momento de permanência dos movimentos sociais e organizações que tiveram um importante papel nas lutas contrárias durante a Ditadura Militar, mas que nesta década apresentou enfrentamentos para que suas conquistas e reivindicações fossem expressas na Constituição de 1988.

Realização:



Apoio:



Nos anos que antecederam a construção da Constituição Federal de 1988, grupos sociais lutavam para que seus direitos fossem consolidados na Carta Magna, buscando democratização política e social. Foi um período de arena de disputas por hegemonia dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, direitos humanos e políticos, onde movimentos sociais ganharam protagonismo ao ocupar os espaços de disputas e articulações em prol da luta por direitos sociais e cidadania. Conforme assinalado, a década de 1980 se configurou como um período basilar para conquistas democráticas, muito em função das lutas sociais e organizações em prol da Constituição Federal de 1988 (Behring; Boschetti 2016).

Cabe ressaltar, também, que essa conjuntura foi fundamental para o Serviço Social brasileiro, visto que foi possível uma redefinição na moldura da profissão, expressando novas bases ideopolíticas, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Percebe-se que, assim como em outros campos da sociedade, a década de 1980 representou um período de efervescência das lutas dentro do Serviço Social. Foi um contexto em que o crescimento das lutas de classes contribuiu para a organização político-sindical dos assistentes sociais e para o “acirramento da disputa de projetos societários e profissionais no interior do Serviço Social” (Duriguetto; Rezende, 2019, p. 12), como demarcado anteriormente. Destaca-se, ainda, a construção do Projeto Ético-Político da profissão, que apresentou uma programática fundamental no que diz respeito à vinculação com as lutas sociais da classe trabalhadora. Foi esse projeto profissional que estabeleceu bases para a ampliação e consolidação da cidadania, dos direitos humanos e do pluralismo, além de organizar lutas pela democracia e se posicionar a favor da equidade e justiça social.

Contudo, importante sublinhar que a década de 1990 no Brasil foi permeada por retrocessos devido à lógica neoliberal que regia os governos daquela época. Mesmo se tratando de governos com nuances preocupantes, com o favorecimento da construção de pautas para atender os interesses do mercado financeiro internacional, destacamos a discussão desenvolvida em torno dos direitos humanos. É imprescindível reconhecer a ampliação das políticas públicas e a elaboração de programas sociais nesse contexto. Dessa forma, salientamos a construção do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), desenvolvido em 13 de maio de 1996.

Primeiramente, é necessário reafirmar aquilo que já foi supracitado, a forma de se pensar sobre direitos humanos faz parte de processos históricos, constituídos em torno de lutas para sua consolidação. Sendo assim, a organização dos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980 representou uma construção coletiva com expressões políticas, que paralelamente contribuíram para se pensar em direitos básicos para a sociedade civil.

Os movimentos que tinham no seu repertório a luta pelos direitos humanos foram indispensáveis para a criação do primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), por intermédio do Decreto nº 1.904/1996. O Programa foi implementado durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso por recomendação da Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada na cidade de Viena em 1993. Pinheiro e Neto (1997, p. 120) explicam que o PNDH é a “afirmação de uma nova concepção de direitos humanos, como um conjunto de direitos, universais e indissociáveis” que são obrigações assumidas pelo Congresso Nacional partindo daquilo que foi estipulado internacionalmente. Ainda, conforme os autores, a prerrogativa para a criação do programa foi necessária diante do fato de que, o desenvolvimento econômico e social, além da transição para a democracia, não foram os suficientes para a diminuição da violência, criminalidade e desrespeito aos direitos de vários grupos sociais, haja vista que se tinha essa esperança com o fim da violência arbitrária do Estado no período da ditadura militar.

O desenvolvimento de um programa que pensasse a plena proteção e promoção dos direitos humanos se fez necessário para estabelecer o protagonismo dos indivíduos

Realização:



Apoio:



no que tange o acesso aos direitos econômicos, sociais, culturais etc. O debate sobre essa temática sinalizou que o Estado estava comprometido em se responsabilizar por determinadas pautas que antes eram vistas como individuais.

Dessa forma, durante o governo petista foi elaborado o Decreto nº 7.037/2009, que formulou o Programa Nacional de Direitos Humanos vigente – PNDH-3. Pensado e criado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, destaca-se o Eixo Orientador V, que define as diretrizes para a educação e cultura em direitos humanos e a diretriz 19 que propõe o “fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras” (PNDH-3, 2009). Tal destaque foi pensado para enfatizar a participação de instituições formadoras como locais estratégicos para reflexão sobre direitos humanos, debate que será apresentado mais à frente.

Entretanto, percebemos que os avanços e a afirmação da importância dos direitos humanos são permeados por contradições do Estado capitalista. Deve-se sim destacar a relevância do debate levantado na formulação dos PNDH, porém evidenciando que o Estado capitalista opera de acordo com as necessidades de manutenção e (re)produção de suas ideologias. Dessa forma, devemos destacar a evolução no que tange à ampliação da ideia sobre direitos humanos, mas salientar que ela é multifacetada e trabalha em conformidade aos interesses do Estado capitalista, além de compreender que na realidade posta ela está em constante disputa.

Com esse cenário supracitado, o Serviço Social, assim, assume uma posição que coaduna com o projeto societário das classes subalternas, entendendo que dentre suas atribuições existe uma dimensão fundamental para a consolidação do Projeto Ético Político profissional, a dimensão educativa e formadora. Neste sentido, de acordo com Abreu (2002), duas tendências podem ser observadas relativas ao “redimensionamento da função pedagógica” do Assistente Social na perspectiva de emancipação das referidas classes a partir da década de 1980 nos marcos da ofensiva neoliberal que se intensificam no Brasil na década seguinte. Tais tendências são reflexos de processos que ocorrem na sociedade traduzindo compromissos e horizontes diferenciados da prática profissional do assistente social.

A primeira tendência “circunscreve os compromissos profissionais com as lutas da classe subalterna no âmbito da defesa dos direitos civis, sociais e políticos, da democracia e justiça social”, firmados, então, dentro dos limites que circunscrevem as conquistas do denominado Estado de Bem Estar Social, apresentadas diversas vezes como “o fim último da intervenção profissional”. A segunda tendência está referida ao “compromisso profissional” com a luta das camadas mais pobres da sociedade “no sentido da superação da ordem burguesa e construção de uma nova sociedade – a socialista” – supondo a superação das lutas apenas no campo dos direitos dentro dos limites da sociabilidade e democracia burguesas (Abreu, 2002, p. 205-206).

Além disso, não é novidade que nesse período identificamos no Serviço Social latino-americano influências de Paulo Freire. Em um cenário de lutas sociais e de ruptura com o conservadorismo, o Serviço Social foi fortemente influenciado pelo pensamento e experiências freireanas. No momento em que a profissão se propõe a articular com as lutas da classe trabalhadora, o pensamento de Freire se torna inspiração para as intervenções profissionais, especialmente na dimensão socioeducativa que se desenvolvia na formação, organização popular e conscientização dos sujeitos (Marro *et al.*, 2022). Em um momento de aproximação com a tradição marxista e com o pensamento marxiano, Paulo Freire se tornou referência intelectual no período em que o Serviço Social colocava a pesquisa e a função pedagógica como uma atribuição e competência profissional.

Assim, o Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993), pensado como forma constitutiva do Projeto Ético Político da profissão, estabelece como um dos princípios fundamentais: “II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do

Realização:



Apoio:



arbitrio e do autoritarismo; [...] IIII. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; V. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. Esses princípios orientam o profissional na construção de práticas que valorizem a autonomia dos sujeitos e a transformação das condições de vida injustas.

É nesse sentido que a atuação da/o assistente social frente aos direitos humanos está diretamente ligada ao compromisso ético-político hegemônico da profissão com a justiça social, a equidade, a liberdade e a dignidade humana. O trabalho do assistente social parte do reconhecimento de que os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes, e busca garantir o acesso da população a esses direitos, especialmente das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social. E com essa perspectiva, busca uma ação profissional que resulte na construção de indicações relevantes para a socialização de elementos críticos que visam proporcionar bases legítimas para a transformação social e cultural.

### **O Serviço Social nos Centros de Referência em Direitos Humanos: atuação profissional na execução do Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos (SER-DH)**

Os Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDHs) são equipamentos públicos fundamentais na consolidação de uma cultura de respeito, promoção e defesa dos direitos humanos no Brasil. Em Minas Gerais, sua atuação é ainda mais estratégica, especialmente nas regiões interioranas como o Sul, o Vale do Mucuri, o Norte e a Zona da Mata, onde as distâncias geográficas e as desigualdades sociais frequentemente dificultam o acesso à justiça e às garantias fundamentais. Os CRDHs se configuram enquanto espaços públicos de encontro, convivência e acolhimento, voltados para o atendimento direto da população em situação de vulnerabilidade e para a mediação de conflitos que envolvam violações de direitos humanos. Esses centros desempenham um papel ativo na escuta qualificada, orientação jurídica, acompanhamento psicossocial e encaminhamentos institucionais, com o objetivo de assegurar o exercício pleno da cidadania. Mais do que locais de denúncia e atendimento, os CRDHs são territórios vivos de cidadania, onde se promovem atividades formativas, educativas e no protagonismo de sujeitos historicamente marginalizados, criando um ambiente propício para a construção coletiva de soluções.

No interior mineiro, os CRDHs assumem papel essencial ao levar políticas públicas de direitos humanos para regiões muitas vezes afastadas dos grandes centros decisórios. A atuação regionalizada permite a adequação das ações às realidades locais, respeitando os contextos culturais, sociais e econômicos específicos de cada território. As principais funções dos CRDHs incluem: atendimento e acolhimento de pessoas com direitos violados através de apoio psicossocial, orientação jurídica e atividades mobilizadoras; fomento de práticas de empoderamento popular e encaminhamento para a rede de serviços.

Ademais, realiza ainda, a promoção do acesso à informação sobre direitos e políticas públicas: através de oficinas, rodas de conversa, palestras e cursos temáticos; fortalece as redes de proteção social e de direitos, articulando com órgãos públicos, movimentos sociais, conselhos e entidades da sociedade civil; estimula o protagonismo social e político dos cidadãos, incentivando a participação popular e o controle social das políticas públicas. Tais funções evidenciam que o trabalho com os direitos humanos perpassa pela sua defesa, mas, também, pela responsabilidade política com a classe trabalhadora, aliando-se estrategicamente na construção de espaços que se propõe a debater sobre a importância e ampliação dos direitos.

Realização:



Apoio:





Para isso, cada CRDH conta com uma equipe multidisciplinar composta por assistente social, psicólogo(a) e advogado(a), profissionais que atuam de forma integrada para oferecer um atendimento humanizado, técnico e ético. O assistente social realiza o acolhimento, identifica as demandas sociais, articula a rede socioassistencial e acompanha os casos. O psicólogo oferece acolhimento e escuta qualificada, contribuindo para a superação dos impactos das violações de direitos. O advogado orienta sobre os caminhos legais, esclarece direitos, elabora documentos jurídicos e acompanha processos quando necessário. Essa atuação interdisciplinar garante uma compreensão ampliada das situações vividas pelas pessoas atendidas, possibilitando intervenções mais eficazes e transformadoras.

As/os profissionais assistentes sociais têm atuado de forma estratégica na implementação do Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos (SER-DH), iniciativa do governo estadual de Minas Gerais que visa combater as múltiplas formas de vulnerabilidade social, promovendo o fortalecimento das redes de proteção e a efetivação dos direitos humanos. O SER-DH constitui-se como uma política inovadora que busca estabelecer, junto a atores governamentais e da sociedade civil, ferramentas integradas de promoção, proteção, monitoramento e reparação de direitos. Essa articulação em rede envolve a modelagem e fortalecimento de sistemas setoriais que lidam com a promoção da dignidade humana, especialmente voltados a grupos historicamente vulnerabilizados — como povos tradicionais, pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, juventudes periféricas, migrantes, entre outros.

Neste contexto, o trabalho do assistente social se insere como elemento fundamental para a escuta qualificada, acolhimento, articulação intersetorial e defesa de direitos, alinhado ao Projeto Ético-Político hegemônico da profissão, que tem como princípios a centralidade na dignidade humana, o compromisso com a justiça social, pluralismo e a luta pela democracia. Uma atuação que se coloca no seio da discussão sobre direitos humanos e os enfrentamentos necessários para sua garantia.

Dessa forma, nos Centros de Referência, o profissional de Serviço Social atua em diversas frentes, como, atendimento individual e coletivo; escuta especializada para pessoas e grupos vítimas de violações de direitos humanos, com foco na proteção e reparação de danos; encaminhamentos e articulação em rede; integração com equipamentos de saúde, assistência social, justiça, educação e segurança, promovendo respostas integradas às demandas sociais; produção de conhecimento e monitoramento de casos; registro e acompanhamento das ocorrências de violência através do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação em Direitos Humanos (SIMA), promovendo uma análise crítica dos dados para subsidiar ações públicas; promoção de direitos; elaboração e execução de oficinas, campanhas e rodas de conversa, além da produção de materiais educativos em direitos humanos; fortalecimento de grupos sociais; articulação com movimentos sociais e coletivos, contribuindo para o empoderamento de populações vulnerabilizadas.

A atuação do Serviço Social é ampliada pelo uso de metodologias desenvolvidas e disponibilizadas pelo SER-DH, que integram desde o registro das violações até as ações de proteção e reparação. Por meio do Portal SER-DH, o profissional tem acesso a ferramentas de capacitação, materiais técnicos e estratégias de visibilização das lutas por direitos. Outro instrumento essencial é o SIMA, que permite o acompanhamento sistemático dos casos, promovendo a responsabilização institucional e a melhoria contínua das políticas públicas. Além disso, esse portal impulsiona campanhas e ações educativas que colocam em pauta a luta por direitos de 34 grupos vulnerabilizados, promovendo visibilidade, reconhecimento e pertencimento. O assistente social, nesse cenário, atua como articulador entre o Estado e a sociedade civil, garantindo que essas pautas sejam transformadas em ações efetivas.

## Conclusão

Realização:



Apoio:





Os Centros de Referência em Direitos Humanos no interior de Minas Gerais representam uma estratégia potente de descentralização das políticas públicas e democratização do acesso à justiça e à cidadania. Ao integrarem atendimento técnico, formação cidadã e articulação em rede, os CRDHs se afirmam como espaços fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e solidária. Contudo, esse programa a princípio foi pensando em nível nacional durante um governo petista, em um contexto em que as bases políticas brasileiras estavam sendo formuladas com aspectos mais alinhados à esquerda. Ao vim para a particularidade de Minas Gerais, iniciou seu percurso no governo do então governador Fernando Pimentel (PT) e que depois foi substituído pela governança do atual governador Romeu Zema (Partido Novo).

Tal modificação política e, conseqüentemente, ideológica deve ser analisada a partir daquilo que cada governador entende como direitos humanos e qual direcionamento será dado na tratativa da temática. Cabe ressaltar que, compreendendo o significado social da profissão e sua inserção enquanto trabalhador assalariado, existem impactos no cotidiano de trabalho. Como analisado no decorrer do texto, independente da direção política e ideológica daquele que está no poder, devemos entender que a relação do Estado capitalista com os direitos humanos diverge daquela perspectiva que defendemos. A organização do Estado direciona um discurso neoliberal, que trabalha a pauta dos direitos humanos em conformidade para sua manutenção no poder.

Sua presença nas regiões do Sul, Vale do Mucuri, Norte e Zona da Mata representa uma limitada entrada da ação do Estado para a realização dos direitos fundamentais, considerando o tamanho do estado mineiro e as condições objetivas de cada um desses equipamentos em alcançar suas áreas de abrangência. Cabe ressaltar que as políticas de direitos humanos precisam estar ao alcance de todos, todas e todes, reconhecendo que a dignidade não pode ser um privilégio dos grandes centros urbanos, não que o seja, mas um direito universal a ser garantido em todos os territórios.

O trabalho do Serviço Social nos CRDHs de Minas Gerais é, portanto, central para a concretização das políticas públicas de direitos humanos, especialmente no contexto do SER-DH. Ao articular a escuta qualificada, a análise crítica da realidade social e a ação política, o assistente social contribui de forma decisiva para a redução das desigualdades, a defesa intransigente dos direitos e a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática. Essa atuação, ancorada em um compromisso ético e político com a transformação social, reafirma a importância da profissão na linha de frente da defesa dos direitos humanos em contextos de vulnerabilidade.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH/PR, 2010.

Realização:



Apoio:



CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de ética profissional do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 1993.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Neoliberalismo e direitos humanos. *In*: AMARANTE, Paulo (org.). **Ensaio**s: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; REZENDE, Juliano Zancanelo. Movimentos sociais e serviço social: a virada de 1979. **Temporalis**, Brasília, n. 38, p. 11-23, jul./dez. 2019.

MARRO, Katia *et al.* Notas introdutórias da influência do pensamento de Paulo Freire no movimento de reconceituação do serviço social no Chile (1970-1973). *In*: EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra; MOLJO, Carina Berta; DURIGUETTO, Maria Lúcia. (org.). **Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022. p. 46-58.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos. **Portal SER-DH**. Belo Horizonte, [s/d]. Disponível em: < <https://serdh.mg.gov.br/>>. Acesso em: 03 jun. 2025.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social. uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ORTIZ; Fátima da Silva Grave. **O serviço social e sua imagem**: avanços e continuidades de um processo em construção. 2007. 303f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; NETO, Paulo de Mesquita. Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 117-134, maio, 1997.

ROSOLEN, Solange Montanher. Direitos humanos e a barbárie neoliberal. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Ijuí, v. 12, n. 24, p. e16155, 2024.

Realização:



Apoio:



Realização:



Apoio:



## TESSITURA DO CUIDADO NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA: a atuação do serviço social na reabilitação em saúde

Dayana Gonçalves de Alexandrino Silva<sup>213</sup>

**Resumo:** O presente artigo é produto da experiência da assistente social aperfeiçoanda, inserida no Programa de Aperfeiçoamento Multiprofissional em Saúde (área de concentração: traumatologia e ortopedia), do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO), no Estado do Rio de Janeiro, entre o período de março a junho de 2024. Em suma, o principal objetivo é apresentar o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social na Área de Reabilitação (AREAB) do INTO, bem como situar a especificidade do cotidiano profissional.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Atenção Especializada; Traumatologia e Ortopedia; Reabilitação em Saúde.

**Abstract:** This article is the product of the experience of the advanced social worker, inserted in the Multiprofessional Health Improvement Program (concentration area: traumatology and orthopedic), of the National Institute of Traumatology and Orthopedics (INTO), in the State of Rio de Janeiro, between the period from March to June 2024. In short, the main objective is to present the work developed by the Social Service in the Rehabilitation Area (AREAB) of INTO, as well as to situate the specificity of daily professional life.

**Keywords:** Social Work; Specialized Care; Traumatology and Orthopedics; Health Rehabilitation.

### Introdução

As ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação compõem o escopo de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), as quais a partir de uma perspectiva universal, integral, intersetorial e equânime tecem as linhas de cuidados das Redes de Atenção à Saúde (RASs), ou seja, o percurso a ser trilhado pelo usuário. Nesse processo de tessitura do cuidado, encontram-se as múltiplas necessidades da população e os níveis de complexidades das RASs, sendo classificado por: Atenção Primária à Saúde (APS) e Atenção Especializada (AE) de média e alta complexidade, subdivididas em secundária e terciária. Nos diferentes níveis de atenção à saúde a discussão acerca da densidade tecnológica<sup>214</sup> e do custo-efetividade se faz presente, uma vez que descreve a especificidade dos serviços oferecidos pela rede SUS, bem como indica o caráter complementar e integrado das ações.

Dado o exposto, refletir sobre a temática da reabilitação em saúde nos remete a compreensão da importância da integralidade do cuidado, bem como as novas e crescentes demandas a esse tipo de serviço, a exemplo, o aumento da expectativa e qualidade de vida da população. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 200 milhões de pessoas têm dificuldades funcionais, onde 92% das condições de saúde podem se beneficiar dos recursos de reabilitação (Goulart; Anderle, 2020), assim sendo, repensar a combinação entre tecnologias leves, leves-duras e/ou duras,

<sup>213</sup> Assistente Social formada pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). E-mail: dayana.graduando@yahoo.com.br

<sup>214</sup> Para Merhy e Franco (2014), as tecnologias de saúde podem ser classificadas como leve, leve-dura e dura. Todas tratam a tecnologia de forma abrangente, mediante análise de todo o processo produtivo, até o produto final. As tecnologias leves são as das relações; as leve-duras são as dos saberes estruturados, tais como as teorias, e as duras são as dos recursos materiais. A adoção das tecnologias leves no trabalho em saúde perpassa os processos de acolhimento, vínculo e atenção integral como gerenciadores das ações de saúde.

Realização:



Apoio:



faz-se necessária, de modo que o sistema de saúde consiga ofertar cada vez mais seus serviços, de maneira mais eficiente e abrangente (Merhy; Franco, 2014).

Sendo assim, considerando a tríade “ensino, pesquisa e assistência em saúde” como precursor na produção de conhecimento científico, o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO), no Estado do Rio de Janeiro, destaca-se por ser um dos “pontos da atenção ambulatorial especializada que realizam diagnóstico, tratamento, reabilitação, habilitação, concessão, adaptação e por fim, a manutenção de tecnologia assistiva” (Brasil, 2024), como por exemplo, das órteses e próteses.

Na Área de Reabilitação (AREAB) do INTO, o Serviço Social tem como propósito atuar sobre as expressões da “questão social”<sup>215</sup> refletidas sobre as vivências de pessoas com deficiências ou não, mas acometidas por condições crônicas, congênitas, degenerativas de saúde, ou ainda, sequelas de acidentes (de trabalho, trânsito e/ou violência) que comumente repercutem em traumas ortopédicos. Isto posto, o presente trabalho objetiva socializar a experiência teórico-prática vivenciada a partir do Programa de Aperfeiçoamento Multiprofissional em Saúde, desenvolvido na área do Serviço Social, no campo de atuação específico da AREAB, sendo este um dos cenários da prática profissional do Serviço Social no INTO. Para tanto, será realizada uma contextualização institucional, com destaque para a atuação do Serviço Social com ênfase na AREAB, assim como apresentar as observações registradas por uma assistente social em processo de aperfeiçoamento profissional

## **O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO) e a reabilitação em saúde**

Ao longo dos anos a sociedade brasileira experienciou diversas transformações políticas, econômicas e sociais, uma delas relacionada à elaboração da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a qual determina em seu artigo 196 que:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988, n/p).

No entanto, vale retomar que o processo de introdução das políticas sociais no Brasil se expressa a partir da primeira década do século XX, quando surgiram as “iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho” (Behring; Boschetti, 2011, p.78), em que o Estado se viu na obrigação de responder à emergência da “questão social”. O marco inicial se dá na década de 1920, quando em 1923 foi aprovada a lei Eloy Chaves, que formalizou a “obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores, a exemplo dos ferroviários e marítimos, dentre outros” (Behring; Boschetti, 2011, p.80), ou seja, essa lei representa a protoforma das políticas sociais no Brasil.

Posterior a isso, na década de 1930 foi criado o Ministério do Trabalho (1932) e relacionava-se a cidadania ao fato do emprego com vínculo anotado na carteira de trabalho e previdência social (CTPS) — somente aqueles que possuíam trabalho formal, tinham a garantia do acesso aos serviços assistenciais do Estado, a exemplo, Benefício por Incapacidade Temporária (auxílio-doença), salário-maternidade, seguro-desemprego, aposentadorias e pensões. Neste momento, torna-se evidente uma

---

<sup>215</sup> De acordo com Netto (2006), a expressão “questão social” surge no século XIX a fim de dar nome ao desdobramento do pauperismo — o fenômeno que ficou mais evidente na Europa Ocidental devido à revolução industrial-tecnológica, em que o crescimento das forças produtivas acentuava simultaneamente a riqueza e a pobreza. O reconhecimento da “questão social” e do antagonismo entre a classe trabalhadora e a burguesia foi enfrentada inicialmente por medidas violentas/repressoras, ou seja, era pautada numa ação estatal coercitiva que não possuía e nem pensava em proteção social, logo não havia política social.

Realização:



Apoio:





“cidadania regulada”<sup>216</sup> pelo lugar em que o trabalhador ocupava no mundo do trabalho (vínculo formal ou informal). Enquanto o sistema de seguros “foi paulatinamente e sucessivamente implementado através de Institutos de Previdência Social para categorias de trabalhadores como marítimos, estivadores, bancários e industriários” (Faleiros, 2000, p.45), os demais trabalhadores ficaram fora da assistência do Estado até a década de 1970, haja vista que o modelo de cidadania defendida durante o governo Vargas, que perdurou até 1987, defendia a discriminação das categorias profissionais e o desigual acesso aos benefícios estatais.

Essa digressão histórica, revela claramente o quanto o texto Constitucional de 1988 apresentou uma mudança no processo de compreensão do que seja saúde e de que maneira o acesso a essa política pública deveria ser realizada. O lastro teórico introduzido pelo texto constituinte fornece as bases para a instituição da Lei Nº8.080 de 19 de setembro de 1990 — que organizou o SUS — e, da Lei Nº8.142 de 28 de dezembro de 1990, que ordena a participação da sociedade civil na gestão do setor saúde. Assim, a gradativa incorporação de instituições ao SUS, e entre elas o INTO, inscreve na história parte da luta dos trabalhadores pela efetivação do acesso à saúde como direito de todos e dever do Estado. A saber, o INTO é um órgão da administração direta do Ministério da Saúde (MS), sendo uma das referências nacional e internacional concernente à atenção especializada em traumatologia e ortopedia.

No Instituto as linhas de cuidado são organizadas pelos Centros de Atenção Especializados (CAEs), sendo dividido por: cirurgia das dismetrias, centro ortopédico da criança e do adolescente, cirurgia de joelho, cirurgia do pé e tornozelo, cirurgia de quadril, microcirurgia reconstrutiva e cirurgia plástica reparadora, oncologia ortopédica, cirurgia crânio-maxilofacial, cirurgia da mão, trauma ortopédico, doenças da coluna vertebral e cirurgia do ombro e cotovelo (Brasil, 2024). O INTO tem como primazia prestar atendimento especializado em traumatologia e ortopedia aos usuários do SUS, tendo como porta de entrada para o atendimento de primeira vez: a Unidade Básica de Saúde (UBS) para residentes e domiciliados no município do Rio de Janeiro, o Sistema Estadual de Regulação (SER) para residentes e domiciliados nos demais municípios do Estado do Rio de Janeiro e por fim, a Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade (CNRAC) para aqueles que residem fora do Estado do Rio de Janeiro.

Conforme já enunciado, uma das ações realizadas pelo Instituto se refere à reabilitação em saúde. Para Tittanegro (2006), reabilitação sob a perspectiva etimológica e filosófica define-se pela:

ação ou efeito de reabilitar(-se) [física, intelectual, moral, social, profissional, psicológica e materialmente]. Mas é também a recuperação da estima (própria ou de outrem) por meio de regeneração, ou o recobro do reconhecimento público por meio da qualidade do sucesso. Enfim, em termos médicos, reabilitação é a recuperação da forma ou função normais, após doença ou lesão, ou a devolução do paciente, após lesão ou enfermidade, a suas atividades físicas e/ou mentais anteriores (Tittanegro, 2006, p. 21).

A Área de Reabilitação (AREAB) fica localizada no prédio anexo ao INTO. Neste espaço, a equipe multiprofissional formada por: assistentes sociais, fonoaudiólogos, médicos fisiatras e ortopedistas, terapeutas ocupacionais, técnicos de enfermagem, agentes administrativos e técnicos em assuntos educacionais (Brasil, 2024) adquire ainda mais transversalidade, uma vez que conta também com a contribuição do Centro

---

<sup>216</sup> O conceito de cidadania regulada foi originalmente criado pelo sociólogo brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos para referenciar “um sistema de estratificação ocupacional [...] definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei” (SANTOS, 1979, p. 75). Ou seja, esse conceito caracteriza uma concepção de cidadania que restringe a condição de ser cidadão a ser trabalhador formalmente reconhecido pelo mercado.

de Amputados (CAMPU) e de outras Áreas de Atendimento do Instituto, como por exemplo, da Área da Clínica da Dor (ARDOR) e de fisioterapeutas e psicólogos lotados, respectivamente, na Área de Fisioterapia (AFISIO) e na Área da Saúde Mental (ARMEN). Cabe pontuar que as vivências em traumatologia e ortopedia, em alguns casos de natureza crônica, têm a dor como uma possível consequência da condição de saúde. Em conformidade com a Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor, no Brasil, cerca de 30% da população é acometida pela dor, o que acaba por exigir a contribuição de diferentes saberes para minimizar os agravos à vida (SBED, 2017).

Nesse sentido, a ARDOR destaca-se pela intervenção centrada na individualidade/singularidade de cada usuário, de modo a promover uma escuta sensível e atenta sobre a queixa dolorosa, conhecer as crenças e valores envolvidos, além de construir as medidas de conforto de forma conjunta (usuários, profissionais de saúde, familiares e/ou cuidadores), cuja proposta de cuidado pode ser medicamentosa ou não, todavia, sempre em convergência com os princípios da Política Nacional de Humanização (PNH)<sup>217</sup>. Alguns dos recursos e/ou técnicas (não farmacológicas) utilizados pela ARDOR dizem a respeito da: psicoterapia, fisioterapia, terapia ocupacional, termoterapia (frio e calor), bem como da inclusão de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), como por exemplo, meditação, auriculoterapia, aromaterapia, acupuntura e hipnose (Brasil, 2021).

Saliente-se ainda que, o Centro de Amputados (CAMPU) caracteriza-se por um “programa de alta complexidade no atendimento, reabilitação e dispensação de próteses a pacientes amputados que tenham a indicação de protetização, incluindo crianças, adolescentes, adultos e idosos” (Brasil, 2024), isto é, atende usuários de todas as faixas etárias, advindos dos CAEs ou referenciados pelo sistema de regulação. O atendimento de primeira vez no Centro de Amputados se dá por meio do Grupo de Acolhimento, realizado pelo Serviço Social e pela Psicologia, sendo este um espaço de escuta, criação e/ou fortalecimento de vínculo e orientação sobre a rotina de procedimentos no CAMPU. A referida atividade possui caráter pedagógico e interventivo na socialização de informações e na participação social dos atores envolvidos (usuários, familiares e/ou cuidadores).

No mais, após o Grupo de Acolhimento os usuários são agendados para atendimento de avaliação, cuja etapa consiste em conhecer a história dos indivíduos para organizar o processo de reabilitação. Atrelado a isso, como forma de reorganizar o processo de trabalho, semanalmente a equipe multiprofissional se reúne a fim de estudar os casos assistidos pelo CAMPU, bem como planejar as próximas ações de cuidado.

### **A atuação do serviço social na área de reabilitação (AREAB) do instituto**

Primordialmente, a prática profissional do assistente social, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, orienta-se pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 13 de março de 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão (Nº8.662 de 07 de junho de 1993) e pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). O Serviço Social é uma profissão crítica, generalista e de caráter interventivo, cujo objeto de estudo são as expressões da “questão social”, entendida como um conjunto de manifestações de ordem política, econômica e social que representa a luta de classes sociais antagônicas na sociedade capitalista: burgueses *versus* classe trabalhadora, respectivamente, os que detêm os meios de produção e os que detêm apenas a força de trabalho para vender, sob a forma

---

<sup>217</sup> Destaca-se a importância da Política Nacional de Humanização (PNH) como instrumento norteador da prática profissional nos múltiplos espaços de cuidado, tendo como premissa a criação e/ou fortalecimento do vínculo afetivo, efetivo e institucional entre as equipes de saúde, os usuários, familiares e/ou cuidadores.

Realização:



Apoio:



de mercadoria em troca do salário. Em outras palavras, é uma área do conhecimento comprometida com a classe trabalhadora, em favor da defesa intransigente dos direitos humanos.

Para desvelar a totalidade da vida em sociedade, ao longo do tempo, o Serviço Social se apropriou da teoria social do pensador alemão Karl Marx a respeito da Economia Política, como forma de subsidiar a interpretação do real. Desse modo, a teoria social em questão é um tipo de racionalidade que pressupõe: *apreender* — tomada de consciência; *criticar* — busca pelo nível de racionalidade que guie a análise da realidade em questão; e o *reaprender* — refletir novamente sobre o conhecimento apreendido, de modo a superar as reflexões inicialmente lançadas sobre o objeto. Em síntese, o materialismo histórico-dialético caracteriza-se por um método de investigação da realidade que objetiva desencadear uma exposição crítica da relação do homem com a natureza e por conseguinte, das relações sociais de produção capitalistas, expressa pelo binômio capital-trabalho (Netto, 2012).

Sob o mesmo ponto de vista, a liberdade está associada ao poder de compra e venda, ou seja, o homem sendo livre para o trabalho, mas não livre do trabalho, vê-se obrigado a vender a sua força de trabalho como forma de usufruir da "liberdade" imposta pelo modo de produção capitalista. A condição de homem livre no capitalismo está associada ao lugar que ele ocupa na divisão social do trabalho (assalariado ou desempregado).

Relacionando a reabilitação à discussão sobre o mundo do trabalho, vale dizer que no Brasil a temática da reabilitação é pauta para a (re)formulação de políticas públicas e sociais que fomentem o acesso em equidade à saúde. A reabilitação pode ser entendida como um conjunto de medidas que auxiliam os indivíduos com dificuldades a alcançar e/ou manter o funcionamento integrado com seus ambientes (Goulart; Anderle, 2020). Enquanto direito à saúde, a reabilitação assume no processo produtivo das relações sociais o significado de apto ou inapto ao trabalho e/ou às atividades de vida diária (AVD), o que tendencialmente impõe ao usuário, às famílias e às equipes de saúde desafios e possibilidades na construção da proposta terapêutica de cuidado, da qual possa derivar em melhorias no modo de se levar a vida; em mais ou melhor liberdade e autonomia.

Nos estudos de Tittanegro (2006), a reabilitação é abordada a partir da reflexão sobre a funcionalidade do corpo para o alcance de um fim. Nessa interação, reabilitação e habilidade compõe a dialética daquilo que é definido por:

A habilidade nos remete ao hábito. Em latim, *habitus* significa tanto aquele que é robusto, ou seja, o aspecto exterior, a postura, a posição, como o modo de ser. Assim, o *habitus* é a maneira, a condição, o estado, a qualidade individual ou a disposição. Reabilitar, seria, então, devolver ao habitual? E o que seria este habitual? Habitual é aquilo que se transformou em hábito, é o usual, o costumeiro, o rotineiro, o comum. O hábito é do âmbito do *nós* e não do eu. Reabilitar alguém significaria, assim, reintroduzir ao *nós*, devolvê-lo ao seio da comunidade, reincorporá-lo, retomá-lo, inclui-lo. A reabilitação seria definida, a partir disso, como ciência da reintegração ou da inclusão social (Tittanegro, 2006, p. 21).

Ao encontro das reflexões do autor, reabilitar denota o retorno às atividades cotidianas, tal como o trabalho. A impossibilidade momentânea ou permanente de exercer as atividades laborais e/ou rotineiras, com tendência, impõe ao usuário o cerceamento de sua liberdade e autonomia na forma de ser/estar em contato com o *outro*; na vida social. A partir da busca por (res)significar o novo estado do *eu* particular na interação com o *nós* da esfera coletiva, a atuação do assistente social na produção do cuidado de usuários em reabilitação se expressa no intercâmbio entre aquilo que está posto (imediato) e o que pode vir a ser (mediato), o qual — ao ser desvelado — tem como propósito: conhecer as vivências de pessoas em tratamento traumato-

Realização:



Apoio:



ortopédicos, promover a integralidade das ações, socializar informações e viabilizar o acesso aos direitos.

Importa ao Serviço Social fomentar a manutenção do vínculo institucional para com os usuários (núcleos familiares, cuidadores e rede de serviços), na perspectiva da corresponsabilização do cuidado e adesão ao tratamento. Para tanto, a intervenção do assistente social é resultado da escuta atenta e qualificada das narrativas de vida dos usuários, cujo intuito é humanizar/qualificar as intervenções e identificar as múltiplas necessidades em saúde<sup>218</sup>, que são ao mesmo tempo, individuais e coletivas, explícitas e implícitas. Adicionalmente, para desvelar o cotidiano dos usuários, são realizados alguns procedimentos, tais como: entrevista social, observação participante, estudo de caso, pesquisa documental e/ou bibliográfica e entre outros, com a intencionalidade de subsidiar a tomada de decisão.

### **A vivência teórico-prática na área de reabilitação (AREAB)**

O Programa de Aperfeiçoamento Multiprofissional em Saúde do INTO é uma modalidade de ensino teórico-prático, cunhado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e pautado nos princípios e diretrizes do SUS. O objetivo do curso é proporcionar o aprimoramento de profissionais da saúde de diferentes áreas do conhecimento, que se encontram envolvidos na atenção às pessoas acometidas por condições ortopédicas ou ainda, que desejam conhecer/aprimorar habilidades técnicas. Assim, o Aperfeiçoamento Multiprofissional se apresenta como um treinamento em serviço, que propicia a formação de recursos humanos qualificados e especializados para compor a rede SUS. O processo de ensino-aprendizagem oriundo da prática profissional, com viés interdisciplinar, oportuniza apreender a saúde por meio da abordagem biopsicossocial, cujo diálogo entre os aspectos biológico, psicológico e social podem viabilizar a compreensão das partes que compõe a totalidade do processo saúde-doença.

De acordo com Di Nubilla; Buchalla (2008), em 1893 a OMS criou a Classificação Internacional de Doenças (CID) para identificar a mortalidade da população considerando o fator doença, caracterizado por um código e, desde então, a lista de condições de saúde vem sendo periodicamente revisada a fim de abarcar as mudanças de ordem ambiental, econômica, política, social e tecnológica. Passado um século da criação da CID, em 2001, a OMS criou a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), sendo esta um modelo biopsicossocial resultante da interação dinâmica entre o modelo médico e social. Desta maneira, ao avaliar o contexto de vida dos indivíduos é prudente enfatizar que o modelo médico compreende a deficiência restritamente às limitações do corpo e as consequências pessoais e/ou sociais na relação do *eu* com os *outros*. Já o modelo social, um pouco mais abrangente, define a deficiência como uma construção; um produto das relações sociais, que como consequência desencadeia desigualdades no exercício da autonomia. Sob a mesma lógica, em consonância com Diniz (2007):

Se para o modelo médico o problema estava na lesão, para o modelo social, a deficiência era resultado do ordenamento político e econômico capitalista, que pressupunha um tipo ideal de sujeito produtivo. (...) para o modelo médico, lesão levava à deficiência; para o modelo social, sistemas sociais opressivos levavam pessoas com lesões a experimentarem a deficiência (Diniz, 2007, p. 23).

<sup>218</sup> Para Cecílio (2009, p. 120), necessidades em saúde define-se pela “busca de algum tipo de resposta para as más condições de vida que a pessoa vive ou está vivendo (do desemprego à violência no lar), a procura de um vínculo (a)fetivo com algum profissional, a necessidade de se ter maior autonomia no modo de andar a vida, ou, mesmo, de ter acesso a alguma tecnologia de saúde disponível, capaz de melhorar e prolongar sua vida”.

Realização:



Apoio:





Em termos, o modelo biopsicossocial advém da articulação entre o modelo médico e social, que somado aos aspectos psicológicos expressa os determinantes e condicionantes de saúde, tal como nomeia a funcionalidade e incapacidade (estrutura/composição corporal, atividades e participação), assim como os fatores contextuais (ambientais e pessoais). De maneira idêntica, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de nº13.146, de 06 de julho de 2015, é considerada uma conquista no reconhecimento do direito de pessoas com deficiência, definida ao rigor da supracitada lei como:

aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2024).

Nesse propósito, a LBI visa promover e assegurar a inclusão social de pessoas com deficiência de natureza física, mental, intelectual e/ou sensorial, de modo a reduzir ou suprimir as barreiras existentes na efetivação do acesso aos direitos. Com essa finalidade a legislação orienta que a avaliação da deficiência, quando necessária, seja realizada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, cuja análise crítica da realidade em questão possa instrumentalizar a identificação e interpretação dos impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho das atividades cotidianas e por fim, a minuciosa análise sobre a restrição da participação; do pleno exercício da cidadania.

Por analogia, o Projeto Ético-político (PEP) do Serviço Social tem a liberdade como valor ético-central, sendo esta “concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais” (Teixeira; Braz, 2009, p. 6). Deste modo, é possível associar que o PEP do Serviço Social em parceria com outros projetos profissionais, que partilham de valores e princípios que coadunam para a promoção dos direitos humanos, pode favorecer a construção coletiva de estratégias e ações anticapacitistas.

No tocante às atividades desenvolvidas no curso, com vinte horas de carga horária semanal, cumpridas entre o período de março a junho de 2024, na Área de Reabilitação do INTO, foi possível acompanhar alguns atendimentos realizados pelo Serviço Social e assim perceber a importância da indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social no exercício profissional. De forma entrelaçada, as dimensões pedagógico-interpretativa e investigativa fornecem subsídios para promover reflexões e ações que tenham como premissa a valorização da realidade dos usuários e a socialização de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas. Durante a vivência no cenário de prática as demandas observadas discorreram sobre: a requisição de orientação para acesso e/ou acompanhamento regular na Unidade Básica de Saúde (UBS), a busca pelo acesso à Tecnologia Assistiva (órteses e próteses), Carteira de Identidade Diferenciada e/ou Cartão Pessoa com Deficiência (PcD), Cartão de Estacionamento para Pessoas com Deficiência (PcD), Tratamento Fora de Domicílio (TFD), solicitação ou renovação dos Passes Livres Intermunicipal (Vale Social), Interestadual ou RioCard Especial, Inscrição ou atualização do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), Bolsa Família (BF), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Benefício por Incapacidade Temporária (auxílio doença), Programa de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência (PcD). Esses serviços e/ou benefícios (saúde, mobilidade urbana, previdenciário e/ou redistribuição de renda), possibilitaram e possibilitam o acesso ao tratamento de reabilitação em saúde e ainda, a adesão à continuidade do cuidado em outros espaços de garantia de direitos. Mas, apesar dos significativos

Realização:



Apoio:





avanços da seguridade social concernentes aos direitos das PcD foi possível identificar, durante diálogo estabelecido com os usuários, familiares e/ou cuidadores, as queixas quanto aos entraves no acesso ao atendimento continuado na Atenção Primária de Saúde (APS) e ainda, quanto à leitura, segundo esses usuários, equivocada da deficiência realizada no atendimento de perícia médica do INSS.

Destaca-se que, para solicitação de benefício previdenciário ou assistencial junto ao INSS se faz necessário ser submetido à perícia médica e apresentar laudo médico contendo informações sobre a condição de saúde (com a identificação da CID), além da avaliação social, ambos os procedimentos realizados por profissionais vinculados ao Instituto Nacional do Seguro Social, respectivamente, médico e assistente social. Posto isso, conforme relatos apresentados pelos usuários, seria comum o profissional médico perito do INSS ao avaliar a deficiência se restringir, na maioria das vezes, aos aspectos relacionados à composição corporal, todavia, pouco considerando os aspectos implicados à funcionalidade do corpo e as repercussões destas na execução das atividades de vida diária. Ao que parece, mesmo com a existência do aparato Estatal, constitucional e jurídico que normatizam e legislam em prol das pessoas com deficiência, existem ainda limitações relacionadas a materialização desse reconhecimento legal por parte da compreensão das instituições públicas e/ou do recurso humano, que são responsáveis por implementá-las, levando, muitas vezes, a serem as próprias instituições e ou profissionais, uma barreira no acesso ao direito. Visando mitigar esse tipo de fator dificultador de acesso, a própria LBI orienta que a avaliação da deficiência seja realizada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, e que as avaliações sejam ainda, conduzida à luz do conceito biopsicossocial, conforme proposto pela OMS. Assim, a dificuldade encontrada por muitos usuários do sistema de previdência social brasileiro, tem tido como desdobramentos, muitos pedidos de recurso administrativo ou a judicialização do direito, que tem se apresentado como uma das estratégias utilizadas por usuários, familiares e/ou cuidadores com o intuito de suprimir as barreiras no acesso.

Diante da problemática apresentada, a vivência no cenário de prática e a apreensão das complexidades na Atenção Especializada em traumatologia e ortopedia foi emoldurada pela discussão do trabalho, enquanto categoria histórica e atividade que possibilita a manutenção e a conquista por melhores condições de vida. Embora a CF/1988 tenha se apresentado como um marco na ruptura para com a cidadania regulada, ainda nos dias atuais, o lugar ocupado por cada grupo familiar no processo produtivo expressa em si a correlação de forças entre os recursos materiais necessários à vida cotidiana, a disponibilidade para vender a força de trabalho ou a condicionalidade para acionar um dos benefícios vinculados à política de previdência (destinado aos contribuintes que têm preservado a condição de segurado do INSS) ou de assistência social (destinado a quem dela necessitar). Nessa linha de raciocínio, o acesso à renda (obtido através do trabalho ou de benefícios socioassistenciais) na sociedade capitalista representa um fator de grande relevância, pois, o contrário disso é a ausência de renda, logo, o alargamento das expressões da “questão social”.

## Conclusão

Conforme a discussão realizada ao longo do texto, destacamos o papel do Serviço Social na Área de Reabilitação (AREAB) do INTO como um orientador no que se refere ao gerenciamento do cuidado em saúde, o que inclui os direitos sociais, durante o período de reabilitação dos usuários em tratamento de traumatologia e ortopedia. Dito isso, importa evidenciar que considerando o georreferenciamento como estratégia para a gestão do cuidado, assim como a imprescindibilidade da regularidade/assiduidade nos procedimentos previamente agendados (semanal, quinzenal, mensal, anual ou conforme a necessidade de cada indivíduo), a AREAB do

Realização:



Apoio:



Instituto tem como objetivo central prestar atendimento aos usuários advindos dos Centros de Atenção Especializados (CAEs) do INTO, sendo estes encaminhados pela Unidade Básica de Saúde (UBS) do município do Rio de Janeiro ou ainda, pelo Sistema Estadual de Regulação (SER).

Nesse íterim, vimos também que a atuação do Serviço Social na AREAB adquire particularidades na construção do cuidado, uma vez que pressupõe conhecer os fatores geográficos, ambientais, culturais, sociais, dentre outros fatores correlacionados, que de alguma maneira produz conhecimento sobre o processo saúde-doença-cuidado. Assim dizendo, a Atenção Especializada (AE) em traumatologia e ortopedia exige do assistente social o comprometimento com a classe trabalhadora. Com vista disso, o constante aprimoramento intelectual se revela como compromisso ético e facilitador ao desvelamento das vivências dos usuários e no fortalecimento do SUS.

Conclui-se, portanto, que a reabilitação se apresenta como proposta terapêutica de inclusão social, a qual exige uma intervenção multiprofissional, interdisciplinar, integral e intersetorial, cuja abordagem biopsicossocial possa iluminar a interpretação das narrativas de vida e a (re)formulação de políticas públicas e sociais em equidades para a promoção e expansão dos direitos das pessoas com deficiência ou não, mas acometidas por diferentes condições de saúde em traumatologia e ortopedia.

## Referências

BERHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei de nº13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. **Portal eletrônico do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO)**. Disponível em: <<https://www.into.saude.gov.br/direitos-da-pessoa-com-deficiencia/306-o-direito-a-saude#:~:text=89%20da%20Lei%20Federal%20n%C2%BA,de%20sa%C3%BAde%20p%C3%BAblicos%20e%20privados>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

CECILIO, Luiz Carlos de Oliveira. As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção à saúde. *In*: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araujo de (org.). **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro: UERJ, IMS: ABRASCO, 2006. Disponível em: <<https://www.cepesc.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Livro-completo.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

DI NUBILLA, Heloisa Brunow Ventura; BUCHALLA, Cassia Maria. O papel das Classificações da OMS - CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 324-35, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/gSPFtVnbyDzptD5BkzrT9Db/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora brasileira, 2007.

Realização:



Apoio:



FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOULART, Bárbara Niegia Garcia de; ANDERLE, Paula. Reabilitação: uma demanda que cresce e merece atenção. **CoDAS**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. e20190120, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/codas/a/nCwYZJw6yxFMrj7NgDSM88g/?lang=pt#ModalTutors>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

MERHY, Emerson Elias; FRANCO, Túlio Batista. Trabalho em saúde. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. (org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2014. Disponível em: <<https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2014/setembro/23/Trabalhoem-Saude-Merhy--Franco.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço Social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TITTANEGRO, Glaucia Rita. Aspectos filosóficos da reabilitação. **Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 20-25, jan./mar., 2006. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/mundo\\_saude\\_artigos/aspectos\\_filosoficos\\_reabilitacao.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/mundo_saude_artigos/aspectos_filosoficos_reabilitacao.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2024.

Realização:



Apoio:



## **A FOME ENQUANTO EXPRESSÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA: a contribuição de Josué de Castro**

Maria Eduarda Dias de Oliveira<sup>219</sup>

**Resumo:** O seguinte estudo analisa a fome como expressão da questão agrária, destacando a contribuição de Josué de Castro, pioneiro na abordagem da fome como problema social e não biológico. A partir da obra "*Geografia da Fome*", o autor denuncia as desigualdades estruturais na produção e distribuição de alimentos no Brasil, relacionando-as ao modelo capitalista e à concentração fundiária. O estudo também dialoga com Jean Ziegler e Rachel de Queiroz, reforçando que a fome é produzida socialmente e pode ser enfrentada por meio de reforma agrária, soberania alimentar e transformação das estruturas de poder que regem a produção de alimentos.

**Palavras-chave:** Fome; Questão Agrária; Josué de Castro

**Abstract:** This paper analyzes hunger as an expression of the agrarian question, highlighting the contribution of Josué de Castro, a pioneer in framing hunger as a social rather than biological issue. Based on "*Geography of Hunger*", Castro denounces structural inequalities in food production and distribution in Brazil, linking them to the capitalist model and land concentration. The study also draws from Jean Ziegler and Rachel de Queiroz, reinforcing that hunger is socially produced and can be confronted through agrarian reform, food sovereignty, and the transformation of power structures that govern food production.

**Keywords:** Hunger; Agrarian Question; Josué de Castro;

### **Introdução**

A fome é um problema antigo que ameaça a sobrevivência humana desde os primórdios. Foi justamente a necessidade de se alimentar que levou os primeiros humanos, antes nômades, a se fixarem na terra, criando animais e cultivando alimentos. Apesar dos avanços ao longo dos séculos, com o desenvolvimento de ferramentas, tecnologias e formas complexas de organização social, a necessidade de nutrição continua sendo uma condição fundamental e inalterada da vida humana.

Há de se destacar sobretudo, com o estabelecimento do modelo capitalista de produção e organização social, o aumento da produtividade, que, ao menos teoricamente, permitiu uma maior produção de alimentos. Contudo, o cenário de fome se mantém. Destacando que, diferentemente das sociabilidades anteriores ao capitalismo, em que a fome era resultante de desastres ambientais, guerras e demais condições que geravam a escassez, na sociabilidade atual a fome provém do excedente, que é apropriado conforme os moldes de reprodução ampliada do capital, essencialmente contraditório, excludente e degradante.

Essa contradição é ainda mais notória quando analisamos a realidade brasileira. Já que o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho como um país agroexportador. Contudo, uma parcela expressiva da população historicamente não tem acesso a

<sup>219</sup> Assistente Social, graduada pela Faculdade de Serviço Social da UFJF. E-mail: mariaeduarda.dias@estudante.ufjf.br

Realização:



Apoio:



alimentos que garantam sua subsistência e nutrição, encontrando-se em situação de extrema vulnerabilidade e insegurança alimentar.

Dessa forma, muitos autores e pesquisadores dedicaram-se ao estudo da fome, buscando compreender suas causas e implicações sociais. Entre eles, destaca-se Josué de Castro, pioneiro no debate sobre o tema, que analisou a fome não apenas como uma carência biológica, mas como um fenômeno socialmente construído. Para ele, a fome é resultado direto da forma como a sociedade está organizada, sendo, portanto, inseparável da questão agrária e das desigualdades na distribuição da terra e da produção de alimentos. Esse estudo também dialoga com a literatura de Rachel de Queiroz, que retrata a violência da fome e pesquisadores contemporâneos como Jean Ziegler, que perpetuam o legado de Castro.

## Desenvolvimento

A fome, conforme evidenciado, não foge à lógica de dominação imposta no capitalismo. Nesse sentido, a fim de adensar essa discussão é fundamental destacar a vida e obra de Josué de Castro. Esse, foi pioneiro no debate da fome no Brasil, médico, geógrafo e cientista social, Josué em suas importantes bibliografias, mas sobretudo em “Geografia da Fome”, aponta essa, como um problema social, fruto desse modo de produção e organização das relações sociais.

A fome no Brasil (...) é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada, em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou, pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da “lavoura nômade”, o do café, o da extração da borracha e, finalmente o de certo tipo de industrialização artificial, baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação. É sempre o mesmo espírito aventureiro se insinuando, impulsionando, mas logo a seguir corrompendo os processos de criação de riqueza no país (...). É a impaciência nacional do lucro turvando a consciência dos empreendedores e elevando-os a matar sempre todas as suas “galinhas de ovos de ouro”. Todas as possibilidades de riqueza que a terra trazia em seu bojo. Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do Estado Político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo (Castro, 1992, p. 280-281).

Desse modo, Castro demonstra em “Geografia da Fome” a generalidade dessa, que atinge todas as sociedades do globo, ao passo que também aponta as particularidades das regiões brasileiras, além da ineficiência do Estado ao enfrentamento da fome. Pois, conforme defendido pelo autor, o fenômeno da fome se expressa de maneiras diferentes de acordo com as características físicas e, sobretudo, socioeconômicas dos territórios.

Ademais, Josué de Castro também se baseou em importantes obras literárias que abordam a temática da fome, exaltando sua violência, e denunciando a situação social do Ceará, sobretudo para com os corpos pretos das periferias. Nesse sentido, podemos destacar o romance publicado em 1930 de Rachel de Queiroz, “O quinze”, que retrata a grande seca que aconteceu em 1915. A autora evidencia as angústias de uma professora de Fortaleza, que visita a fazenda de sua família durante as férias. Em toda a obra são destacadas situações de vulnerabilidade da família, em detrimento da seca, com uma aterrorizante descrição da fome.

Realização:



Apoio:





É fundamental destacar o contexto histórico que perpassa a obra, já que a grande seca de 1915 contribuiu para o avanço da miséria e da fome para o interior do Ceará, e, como refluxo dessas, há migrações em massa para a capital, de famílias buscando condições mínimas de vida. Como resposta do Estado, foram criados campos de concentração para abrigar os migrantes refugiados, onde centenas de pessoas morriam todos os dias, e as que sobreviviam, ficavam presas, sob custódia do exército e serviam como mão-de-obra barata para qualquer obra pública. Evidenciando mais uma vez, a incapacidade do Estado de enfrentar a fome, concentrando a população, apropriando de seu trabalho e afastando-a dos centros urbanos, evidenciando uma medida essencialmente higienista. Vale ressaltar que Fortaleza concentrava também uma elite burguesa, composta por empresários que lucravam com o avanço da exportação de algodão, que não queriam contato com essa massa indesejada, que buscava apenas sobreviver.

A autora expressa essa realidade sobretudo pela narrativa de Chico Bento, vaqueiro que perde seu meio de vida devido à seca e se torna um retirante, assim, migra para Fortaleza a pé com sua família, já que não consegue auxílio do Estado nem para o bilhete do trem. Durante o caminho, destaca a luta da família e de demais retirantes que encontram em sua jornada frente às situações de miséria, e descreve a desumanização desses indivíduos, que se aproximam a condição de animais, reduzidos aos seus instintos, diante da perversidade da fome.

Dia a dia, com forças que iam minguando, a miséria escalavrava mais a cara sórdida, e mais fortemente os feria com a sua garra desapiedada. Só talvez por um milagre iam aguentando tanta fome, tanta sede, tanto sol. O comer era quando Deus fosse servido. Às vezes paravam num povoado, numa vila. Chico Bento, a custo, sujeitando-se às ocupações mais penosas, arranjava um cruzado, uma rapadura, algum litro de farinha. Mas isso de longe em longe. E se não fosse uma raiz de mucunã arrancada aqui e além, ou alguma batata-brava que a seca ensina a comer, teriam ficado todos pelo caminho, nessas estradas de barro ruivo, semeado de pedras, por onde eles trotavam trôpegos, se arrastando e gemendo (Queiroz, 2019, p. 28).

Ao chegarem na cidade, Chico Bento e sua família são levados para Alagadiço, um dos maiores campos de concentração dos arredores de Fortaleza. Lá, deparam-se com uma violenta realidade que não destoava daquelas que haviam saído, deparando-se diariamente com a violência do Estado, fome, miséria e morte.

E sem saber como, acharam-se empolgados pela onda que descia, e se viram levados através da praça de areia, e andaram por um calçamento pedregoso, e foram jogados a um curral de arame onde uma infinidade de gente se mexia, gritando, acendendo fogo. Só aos poucos se repuseram e se foram orientando. [...] Chico Bento olhava a multidão que formigava ao seu redor. Na escuridão da noite que se fechava, só se viam vultos confusos, ou alguma cara vermelha e reluzente junto a um fogo. Tudo aquilo palpitava de vida, e falava, e zunia em gritos agudos de meninos, e estalejava em gargalhadas e em gemidos, e até em cantigas. E estendendo a vista até muito longe, até aos limites do Campo de Concentração, onde os fogos luziam mais espalhados, o vaqueiro sacudiu na boca uma mancheia de farinha que lhe oferecia a mulher, e procurando quebrar entre os dedos um canto de rapadura, murmurou de certo modo consolado: — Posso muito bem morrer aqui; mas pelo menos não morro sozinho... (Queiroz, 2019, p. 36).

Desse modo, as obras de Josué de Castro baseavam-se na literatura e na realidade social brasileira como um todo, ademais, foram fundamentais para a abordagem e aprofundamento da temática da fome, que não tinha evidência até então, e serviram como tomada de consciência favoráveis à população, que vivencia a fome e insegurança alimentar todos os dias, essas resultantes do modelo de produção, e de instituições que mercantilizam a reprodução da vida, sobretudo na região Nordeste,

Realização:



Apoio:



assim como na obra de Queiroz. E que, infelizmente, mesmo após quase 80 anos de sua publicação original, ainda reflete a realidade do país. Essa fome é chamada por Castro de “*fome endêmica*”.

Adensando o “Geografia da Fome”, Josué pontua dois tipos de fome: a fome endêmica e a fome epidêmica. Essa primeira é caracterizada como a fome “cotidiana”, não pela sua naturalização, mas por estar fortemente enraizada nos territórios, solidificada nas estruturas sociais, e é majoritariamente invisibilizada. Esse tipo, exige intervenção contínua, por meio de políticas sociais públicas que abranjam toda a população atingida, reconhecendo suas particularidades. O que no Estado burguês, não ocorre de maneira efetiva, apenas paliativa. Josué de Castro aponta que as regiões brasileiras mais acalentadas pela fome endêmica são a Norte e Nordeste, essas regiões, permanecem as mais desiguais do país, com um massivo contingente populacional em insegurança alimentar, além do notório recorte racial. Já a fome epidêmica, de acordo com o autor, é aquela que ocorre em situações específicas, mais agudas e que tem maior comoção, com um curto período de tempo.

Em “Geografia da fome” publicado pela primeira vez em 1946, o autor afirma que é fundamental superar os métodos de produção agrícola, através de reformas nas estruturas rurais vigentes. Desse modo, Josué destaca a Reforma Agrária como uma necessidade para modificar a lógica da produção, distribuição e comercialização dos alimentos.

Ademais, Josué não se limitou apenas a descrever cientificamente a problemática da fome, mas, principalmente, apresentava uma postura humanista e comprometimento político, ocupando a Presidência do conselho executivo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e enquanto embaixador brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU). O autor também articulou a medicina à geografia, analisando problemas sociais e elaborando propostas concretas para a erradicação da fome, buscando a autossustentação e soberania alimentar. Esteve ao lado das lutas pela terra, apoiando as Ligas Camponesas, na década de 1950, defendendo reformas de base, e, sobretudo, afirmando a solidariedade entre os povos, como possibilidade de construção de alternativas à fome.

À frente da presidência da FAO, em 1953, postulou um programa dez pontos para vencer a fome. Acerca desse plano, é essencial destacarmos “Combate ao latifúndio” e “Combate à monocultura”, elementos que sustentam o modelo capitalista de produção de alimentos e a lógica mercantil sob a sobrevivência humana. “Aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas aos centros urbanos”, essa, que se aproxima das proposições das reformas de base de João Goulart, que serão abordadas no capítulo posterior. “Intensificação do cultivo de alimentos sob a forma de policultura em pequenas propriedades”, reconhecendo a importância da agricultura familiar. “Progressiva diminuição, até absoluta isenção de impostos, da terra destinada inteiramente ao cultivo de produtos de sustentação”, possibilitando a existência de pequenos agricultores diante das progressivas taxações e expulsões do campo. “Amparo e fomento ao cooperativismo”, incentivando a solidariedade entre os povos; e “Realização de estudos técnicos de bromatologia (estudo dos alimentos) e da nutrologia”, buscando compreender de forma mais ampla o valor real dos recursos alimentares.

Dando continuidade à análise do fenômeno da fome, é fundamental destacarmos também o trabalho de Jean Ziegler, sociólogo suíço que reitera o posicionamento de Josué, afirmando que “Nos tempos atuais, a problemática da fome no mundo é a organização social da ordem capitalista, que nega o acesso à alimentação para um contingente de pessoas” (Ziegler, 2013, p. 13). Ziegler, em entrevista, também demonstra a importância do trabalho de Josué de Castro, pioneiro no debate que Jean Ziegler deu continuidade:

Realização:



Apoio:



O médico nutrólogo brasileiro deveria ter um monumento em sua homenagem em muitas cidades brasileiras. Ele foi um dos primeiros no mundo a dizer que a fome não é natural, não é uma fatalidade e não estava ligada à falta de produção de alimentos. Castro quando recebia um paciente nas unidades hospitalares que atendia em Recife (PE), com sintomas de depressão e uma série de outras enfermidades, sempre dizia que o problema era decorrente da fome. Mesmo com a seca existente no Nordeste, Josué de Castro sempre defendeu que a falta de comida era fruto da ação política do homem. Falava que o latifúndio era muito mais perverso do que qualquer problema da natureza. Por isso, um dos seus livros mais importantes, *Geografia da Fome*, foi traduzido em mais de cinquenta línguas. Ao fim da segunda guerra mundial esse foi o livro mais famoso da Europa, porque os europeus passaram a se atentar como o nazismo de Adolf Hitler organizava a fome como forma de destruição da população soviética. Nos campos de concentração, a falta de alimentação matou muito mais do que outras medidas assassinas dos nazistas. Josué de Castro faleceu na década de 1970, mas por ser um visionário previu o que estamos vivendo hoje (Ziegler, 2013, p. 13).

Assim, Ziegler destaca que a fome e insegurança alimentar são resultado do desenvolvimento capitalista, que nega direitos básicos como a alimentação saudável de milhões de indivíduos em todo globo em prol da acumulação e ampliação de valor de multinacionais. Também demonstra o controle que essas possuem frente aos Estados nacionais, podendo influenciar diretamente em normativas e regulamentações.

Hoje temos dez transnacionais que potencializam a fome no mundo. Esse grupo econômico controla 85% de todos os alimentos negociados no planeta. Fixam preços, controlam a distribuição e assim decidem todos os dias quem poderá comer, quem vai passar fome e quem vai morrer sem alimentação. Essas transnacionais controlam, sobretudo, os alimentos de subsistência, como milho, arroz e trigo, o que muitas vezes encarece a cesta básica. Ainda vale lembrar que as transnacionais são tão poderosas que intervêm no Estado e passam por cima de qualquer normativa contrária a elas, impondo um mercado totalmente liberalizado e privatizado (Ziegler, 2013, p. 13).

Ademais, Ziegler em seu livro “Destruição em massa – geopolítica da fome” denuncia a devastação causada pela fome, seus mecanismos mortíferos, além de propor alternativas para seu enfrentamento.

Na primeira parte da obra, o autor explicita sua violência, principalmente sob os países do hemisfério sul, além de criticar os métodos estatísticos e de cálculo da FAO/ONU e dos Estados Nacionais, que limitam a expressão da fome apenas aos *déficits* de alimentação (calorias), desprezando a nutrição em vitaminas e demais micronutrientes, fundamentais para a sobrevivência humana.

Argumentam que os estatísticos de Roma determinam os déficits em termos de calorias, isto é, de macronutrientes (proteínas, glúcídios e lipídios) que fornecem calorias e, portanto, energia. Mas não consideram as deficiências das populações em termos de micronutrientes a carência de vitaminas, minerais e oligoelementos. Ora, a ausência, na alimentação, de iodo, ferro, vitaminas A e C, entre outros elementos indispensáveis à saúde, produz a cada ano cegueira, mutilações e morte para milhões de pessoas (Ziegler, 2012, p. 23).

Assim, o autor evidencia como o Estado burguês mascara a incidência da fome através da subnotificação, limitando as vítimas a números, sem compreender o fenômeno da fome de maneira qualitativa.

Acerca do hemisfério Sul, Ziegler aponta que a fome incide, sobretudo nas comunidades rurais mais pobres, continuamente violentadas pelo processo de expulsão do campo promovido pelo capital, extremamente violento, levando a óbito sujeitos que resistem e lutam pela terra. Nesse sentido, o autor destaca que essas, são propositalmente invisíveis ao Estado, já que esse representa os interesses das elites

Realização:



Apoio:



agrárias em seu processo de reprodução ampliada. Isso é notório quando pensamos nas crises econômicas cíclicas do capital, Ziegler ressalta principalmente a de 2008, em que os Estados nacionais investiram e financiaram a recuperação de diversos bancos e empresas, enquanto aumentava expressivamente o número de famílias em extrema pobreza, vulnerabilidade social e fome.

Já na segunda parte da obra, Ziegler desmente a teoria Malthusiana que coloca a fome como uma fatalidade “natural”. Nesse momento o autor reitera as ideias de Josué de Castro, demonstrando que a fome não é “natural”, mas sim, provocada pelo homem, e, portanto, precisa de uma intervenção direta. Contudo, também traz dados desoladores sobre a permanência da condição de miséria na região analisada por Castro, mostrando que “o homem caranguejo continua existindo” (referência a obra “Homens e caranguejos” de Josué de Castro). Ziegler aponta que:

Atualmente, mais de 40% dos homens, mulheres e crianças de Recife vivem nas sórdidas favelas que margeiam o Capibaribe. Mais de um milhão de pessoas moram ali, sem fossas assépticas, esgotos, água corrente, eletricidade, e carentes de segurança. Nos casebres de lata, madeira ou papelão, ratos famintos mordem e às vezes matam os bebês. A área metropolitana de Recife figura na lista das zonas mais mortíferas do Brasil, com 61,2 homicídios para 100.000 habitantes. A taxa de crianças e adolescentes vítimas de homicídios é uma das mais elevadas do mundo. As crianças abandonadas se contam aos milhares são, frequentemente, as primeiras vítimas dos esquadrões da morte. [...] Alguns dos pequenos que encontrei não tinham três anos, estando expostos a todos os perigos, a todos os abusos, a todas as violências, a todas as doenças e à fome mais aguda. Todos aqueles que conheci certamente morreram antes de chegar à idade adulta. [...] Mulheres curvadas pela tristeza e seus filhos famélicos, em farrapos, mantêm-se à distância das luzes, escondidos na penumbra. Quando as caminhonetes se afastam, esses miseráveis se lançam sobre os restos: cabeças de peixe, espinhas que ainda guardam algum pedaço de carne... tudo lhes serve. Os espinhos são mastigados. Com o coração partido, observei esse espetáculo algumas vezes. No tempo em que Josué de Castro percorria as favelas, cerca de 200.000 pessoas viviam ao longo do leito pantanoso do Capibaribe. Depois, os migrantes rurais invadiram até mesmo a superfície da água, multiplicando as construções rudimentares sobre estacas. Castro observou a forma surpreendente como essa população se alimentava. O Capibaribe é um longo rio que desce da cadeia montanhosa costeira. Suas águas são turvas e turbulentas no inverno, quando, no interior, são frequentes os temporais e as tempestades de julho-agosto. Mas, durante a maior parte do ano, o rio é uma cloaca imunda na qual a população das favelas defeca e urina uma grande pântano, quase imóvel, onde caranguejos se multiplicam. No seu romance *Les Hommes et les crabes* (Homens e caranguejos) (1966) Castro descreve o “ciclo do caranguejo”. Os homens fazem suas necessidades fora dos seus casebres, no rio. Os caranguejos, coprófagos, alimentam-se dessas dejeções, tanto como de outras imundícies depositadas no leito do rio. Depois, os ribeirinhos, com as pernas atoladas na lama até os joelhos, removem o lodo, apanham os caranguejos, comem-nos, digerem-nos e defecam. Os caranguejos se alimentam do que os homens defecam. Os homens apanham os caranguejos e os comem... Esse é o ciclo (Ziegler, 2012, p. 93-94).

Na terceira parte do livro, Ziegler denuncia as principais empresas e grupos econômicos do setor agrícola, que constituem a agroindústria, e que, conforme mencionado anteriormente, são responsáveis pelo controle da produção mundial, determinando o preço e comércio dos alimentos. Esses grupos apontam que a fome é resultado da insuficiência da agricultura mundial, incentivando a industrialização e mecanização do campo, de investimento de capital em tecnologias. Vale ressaltar que esse processo, assim como o da Revolução Verde, não soluciona a fome, a agrava. Esse discurso neoliberal, que tem o intuito de eliminar a agricultura familiar policultora contribui para a perda da soberania dos Estados nacionais sob a produção de alimentos. Ziegler demonstra que essa lógica já se encontra nas organizações que deveriam

Realização:



Apoio:



regular a produção e o comércio, como o OMC, FMI e Banco Mundial, reforçando e estruturando a incidência da fome e subalimentação.

Em seguida, na próxima parte, o autor explica a ineficácia do Programa de Alimentação Mundial (PAM) e da própria FAO, ambos herança de Josué de Castro. O autor evidencia que o Programa surge como uma ajuda humanitária de urgência, sustentado por doações dos países mais ricos, principalmente dos Estados Unidos, e, portanto, está intrinsecamente dependente dos Estados burgueses, que não tem o interesse de erradicar a fome. Ziegler também evidencia que esse não fora o modelo pensado por Castro, que sempre combateu a “indústria da fome”.

Na parte seguinte, o sociólogo tece críticas aos “abutres do ouro verde”. Esses, seriam produtores de agrocarburos que defendem a utilização de energia vegetal como alternativa à degradação do meio ambiente. Ziegler demonstra que a produção demanda muita água e energia além de ocupar vastos territórios e utilizar veneno, forçando a migração da população local. Há também a análise na particularidade brasileira, no Proálcool, responsável pela produção de 45% do etanol produzido no mundo, segundo publicação da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos de março/2012. Nesse sentido, Ziegler demonstra que a produção acarretou na concentração de terras por parte das oligarquias e demais transnacionais, comprometendo até mesmo a Floresta Amazônica.

A fronteira agrícola do Brasil está em deslocamento constante: a cana avança para o interior do planalto continental e o rebanho bovino, que aí tinha seus pastos há séculos, migra para o oeste e o norte. Para obter novas pastagens, os latifundiários e as sociedades transcontinentais queimam a floresta dezenas de milhares de hectares por ano. A destruição é definitiva. Os solos da bacia Amazônica e de Mato Grosso, cobertos por florestas primárias, só possuem uma fina camada de húmus. Mesmo que um improvável acesso de lucidez se apoderasse dos dirigentes de Brasília, eles não poderiam recriar a floresta Amazônica, o “pulmão da Terra”. Conforme um cenário admitido pelo Banco Mundial, prosseguindo o ritmo atual da prática das queimadas, 40% da floresta Amazônica terão desaparecido em 2050... (Ziegler, 2012, p. 195).

Esse cenário se agrava quando pensamos que os monopólios contam com o apoio e financiamento de bancos públicos, institucionalizando a especulação da terra e dos alimentos, o que o autor aborda na sexta e última parte da obra. Assim, Ziegler descreve como o aumento do preço de alimentos bases, como arroz, trigo e milho condicionam milhões de pessoas à fome. A especulação dos alimentos, somada ao crescente processo de compra ou arrendamento de terras, sustenta a crise alimentar, controlando hegemonicamente o que é produzido, sua forma de produzir e seu preço. Nesse sentido, o autor destaca que esse processo não gera apenas fome, mas uma progressiva perda de diversidade, violência e morte.

Na maioria dos casos, as famílias são expulsas de suas terras ancestrais; suas hortas e pequenos cultivos são logo destruídos, enquanto a promessa de uma justa compensação permanece letra morta. Pois bem: com a expulsão dos pequenos camponeses, o que se põe em risco é a segurança alimentar de milhares de pessoas. O que desaparece é também um conhecimento prático ancestral, transmitido de geração em geração – o conhecimento da terra, a demora da seleção dos grãos em função dos solos, a insolação e as chuvas, tudo isso é liquidado em poucos dias. Em seu lugar, os trustes agroalimentares implantam monoculturas de espécies híbridas, ou geneticamente modificadas, cultivadas sobre a base de sistemas agroindustriais. Eles cercam as parcelas, de modo que os camponeses ou os nômades nem sequer têm acesso às margens dos rios, à floresta, às pastagens. Especulando quanto aos víveres, especulando quanto à terra, os *traders*, de fato, especulam com a morte (Ziegler, 2013, p. 231).

Realização:



Apoio:





Portanto, Ziegler, ao longo de toda a obra, analisa o contexto contemporâneo da letalidade do fenômeno da fome e seus determinantes, contudo, o autor defende uma alternativa de enfrentamento a partir de instrumentos democráticos. Nesse sentido, é fundamental destacar que, diante do avanço das necropolíticas de Estado, é impensável cogitar um “capitalismo humanista” ou um Estado de bem-estar social, sobretudo nas economias dependentes. Apesar disso, as contribuições de Ziegler são essenciais para a compreensão do cenário da fome nesse estágio do capital, trazendo categorias e elementos essenciais para sua análise.

Dessa forma, partindo do reconhecimento da fome enquanto problema estrutural, é preciso buscar alternativas e bandeiras de luta para a defesa do direito à uma alimentação saudável, nutritiva, sem os moldes do modelo capitalista. Contudo, esse posicionamento é extremamente desafiador, já que as ofensivas do agronegócio, apoiado pelo Estado burguês, permanecem ditando a forma e o que se produz no país, visando exclusivamente o lucro de poucas organizações/aglomerados, que produzem monoculturas, e assim, o acesso aos alimentos é regido pela lógica de acumulação capitalista.

O modelo de produção e tecnológico praticado pelo agronegócio no Brasil e em muitos países, ao buscar o controle da oferta dos produtos alimentares e dos sistemas agrícolas, com elevada predisposição para a permissividade na presença do capital estrangeiro através de acordos e fusões agroindustriais entre empresas nacionais e estrangeiras, inclusive para a apropriação de terras, prejudica as iniciativas favoráveis à soberania alimentar nacional. Impõem (*sic*) condições concretas para que o abastecimento alimentar brasileiro fique subordinado ao mercado internacional sob o controle das grandes empresas privadas. Isso já resultou na eliminação dos estoques estratégicos governamentais nacionais a partir das pressões da Organização Mundial do Comércio – OMC em nome do livre comércio mundial e da distorções (*sic*) mercantis que esses estoques poderiam provocar. Isso levou a que no passado os governos com vocação neoliberal tenham inclusive eliminado, e privatizado as redes públicas de armazenagem, no Brasil e em todo mundo. Deixaram assim a oferta de alimentos à mercê dos interesses das grandes empresas (Stédile; Carvalho, 2010, p. 7).

Esse cenário evidencia as contradições dessa sociabilidade, já que poucas empresas e complexos agroindustriais concentram enormes quantidades de terra, com uma produção que não atende as necessidades da nação, ao passo que a maior parte da população em insegurança alimentar vive no meio rural e, portanto, poderia produzir alimentos para sua própria subsistência (Stédile; Carvalho, 2010).

Stédile e Carvalho destacam como essa lógica de acumulação privada é danosa, pois compromete a soberania dos Estados, a garantia de uma alimentação saudável, diversificada e sem venenos, e até mesmo a preservação do meio-ambiente, massivamente destruído, muitas vezes de forma irreversível e que põe em risco a sobrevivência humana.

A artificialização da agricultura pelo crescente uso de insumos de origem industrial, a agroindustrialização dos alimentos, a padronização mundial dos hábitos alimentares da população e a manipulação industrial para a oferta de alimentos com sabores, odores e aparências similares aos naturais, aliados ao aumento da oligopolização dos controles corporativos das cadeias produtivas alimentares, nos indica, entre outros fatores, que inversamente à construção de uma soberania alimentar, se caminha uma tirania da dieta alimentar, homogeneizada e manipulada, em busca apenas de altos lucros para as grandes corporações agroindustriais. Sendo provável que até 2050 a população mundial aumente de dos atuais 6,3 bilhões para mais de 9 bilhões, tudo leva a crer que a produção agrícola precisará crescer em 70% na oferta de alimentos para sobrevivência da humanidade, segundo o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura. Ora essa perspectiva coloca em aberto a expansão do agronegócio internacional. Daí que a busca pela apropriação de terras agricultáveis no Brasil não apenas compromete os

Realização:



Apoio:



biomas no país como fazem do seu povo, em particular os camponeses, povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas, meros objetos a serem descartados de seus territórios para darem lugar ao (sic) interesses de lucro do agronegócio (Stédile; Carvalho, 2010, p. 5).

Desse modo, fica claro que os processos de acumulação de terras e capital por multinacionais exclui os pequenos agricultores, ao passo que artificializa e envenena o solo e os alimentos produzidos. Há, assim, uma agricultura sem agricultores. E uma produção de alimentos que gera fome.

Isso é perceptível quando analisamos, por exemplo, o Relatório das Ações Unidas sobre o Estado da Insegurança Alimentar Mundial (SOFI, 2024). Esse, registrou uma diminuição expressiva de 85% nos casos de insegurança alimentar grave no Brasil. Em termos numéricos, 14,7 milhões de indivíduos deixaram de enfrentar a fome no país, que antes afetava 8% da população e, atualmente, caiu para 1,2%, conforme dados divulgados pela Secretaria de Comunicação Social (Brasil, 2024). À primeira vista, ao tomarmos conhecimento dessa informação, podemos interpretá-la como um indicativo de um panorama positivo no combate à fome. No entanto, essa perspectiva não se sustenta completamente quando analisamos o contexto em sua totalidade, uma vez que o Brasil ainda figura no Mapa da Fome.

Aprofundando a reflexão sobre a realidade nacional, é crucial considerar que, embora tenha havido avanços em comparação com períodos anteriores, não há garantias de que essa melhoria seja duradoura. Isso porque, em 2014, o Brasil havia supostamente superado a questão ao sair do Mapa da Fome, mas, diante das crises agravadas pela pandemia de COVID-19, o país retornou a essa condição crítica. Esse quadro é resultado do enfraquecimento das políticas públicas de enfrentamento à pobreza e da desestruturação das medidas de proteção social, intensificadas por governos com orientações ultraneoliberais, desde o golpe de 2016, quando Michel Temer assume a presidência da república.

Esse cenário não ocorre apenas em nosso país, em escala global a situação também é desanimadora. O relatório mencionado indica um retrocesso de 15 anos, com um aumento generalizado da desnutrição, da insegurança alimentar, do atraso no desenvolvimento infantil, entre outros problemas. Essa estagnação é alarmante e evidencia as disparidades sociais, já que nações de baixa renda, especialmente na África, são as mais afetadas, onde grande parte da população não tem condições financeiras para manter uma alimentação saudável e nutritiva. Esses dados coexistem e contrastam com o crescimento significativo dos índices de obesidade, demonstrando que a discussão sobre alimentação é muito mais profunda e multifacetada, demandando ações que levem em conta as particularidades sociais e geográficas das populações.

## Conclusão

Dessa forma, é fundamental ressaltar que o problema alimentar observado é fruto do modelo de produção capitalista, que prioriza a geração de lucro em detrimento de uma produção que assegure uma nutrição adequada para todos. A elevação dos preços dos alimentos, as alterações climáticas e as desigualdades socioespaciais são elementos inerentes e naturalizados nesse sistema, e só podem ser superados juntamente com ele. Portanto, apesar das conferências, relatórios e esforços promovidos por organizações e entidades internacionais, as questões relacionadas à fome e às mudanças climáticas continuam sem soluções claras e eficazes.

Pode-se depreender, que a forma hegemônica de produção de alimentos, contemplada pelo agronegócio é essencialmente contraditória e viola continuamente o ser humano e a natureza. Ademais, utiliza de instrumentos ideológicos e midiáticos para exaltar o “agro” como avanço e tecnologia, ao passo que mascara a violência para com uma massa de famintos. Assim, há a necessidade de buscar formas de reivindicar o

Realização:



Apoio:



direito à terra e uma produção de alimentos que garanta nutrição e dignidade para a classe trabalhadora, através da organização coletiva de formação política. Compreendendo que alimentar-se bem e com dignidade é um direito, portanto, não se deve perder de vista a dimensão política dos alimentos.

A alimentação saudável não se restringe à questão nutricional e biológica, nem a um ato individual e impessoal. Alimentação é um ato político, é um direito coletivo, em que se expressa a cultura de cada povo, e que sofre as pressões e imposições das políticas neoliberais e do poder decisório das corporações do sistema agroalimentar (Guhur; Silva, 2021, p. 68-69).

## Referências

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Mapa da Fome da ONU: insegurança alimentar severa cai 85 % no Brasil em 2023**. 24 jul. 2024. Atualizado em 26 jul. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

CASTRO, José de. **Geografia da fome** – o dilema brasileiro: pão ou ação. 11ª ed. Rio de Janeiro, Gryphus, 1992.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívia Regina da. **Agroecologia**. In: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* (org.). **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio Ltda, 2019. Disponível em: <<https://arteref.com/wp-content/uploads/2019/05/O-Quinze-Rachel-de-Queiroz.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2025.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World - 2024** – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. Rome, 2024:

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos**. Setembro de 2010. Disponível em: <<https://mst.org.br/download/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos/>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ZIEGLER, Jean. A fome lucrativa. Entrevistado por Márcio Zonta. **Jornal Brasil de Fato**, São Paulo, ano 11, n. 534, p. 13, 23 a 29 de maio de 2013.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa: geopolítica da fome**. (Trad. José Paulo Netto, Preparação de Tiago José Risi Leme). São Paulo: Cortez Editora, 2012.

Realização:



Apoio:



## CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA TORTURA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Ionara dos Santos Fernandes<sup>220</sup>

Ana Beatriz Santos da Silva<sup>221</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a história de tortura contra crianças e adolescentes no Brasil, destacando dois momentos históricos: a colonização e a Ditadura Empresarial-Militar, nos quais a violência foi usada para controle, medo e punição. Após essa análise, discute a situação atual de crianças e adolescentes, incluindo o papel da família na naturalização da violência e o funcionamento de instituições voltadas a eles. O texto evidencia a continuidade da barbárie ao longo da história brasileira, reforçando a necessidade de repensar formas de vida e de reprodução social para combater essa violência persistente.

**Palavras-chave:** tortura; violência institucional; criança e adolescente; atendimento socioeducativo.

**Abstract:** The article analyzes the history of torture against children and adolescents in Brazil, highlighting two historical moments: colonization and the Military-Business Dictatorship, during which violence was used for control, fear, and punishment. After this analysis, it discusses the current situation of children and adolescents, including the role of the family in the naturalization of violence and the functioning of institutions aimed at them. The text emphasizes the continuity of barbarity throughout Brazilian history, reinforcing the need to rethink ways of life and social reproduction to combat this persistent violence.

**Keywords:** torture; institutional violence; children and adolescents; socio-educational service.

### Introdução

A prática de tortura no Brasil não é recente. Apesar de ser comumente associada ao período da Ditadura Empresarial-Militar, essa violência se remete ao passado do país, quando o território ainda era uma colônia de Portugal. Logo, desde os primórdios, até as décadas entre 1964 e 1985, a tortura foi utilizada como método de controle e medo, algo que não mudou na realidade atual.

A formação sócio-histórica do Brasil aponta para a utilização da tortura no combate aos quilombos, por parte da classe dominante da época (Moura, 1987), o que denota o uso de métodos violentos enquanto dispositivo de poder, dominação, disciplinamento e punição. Assim, o colonialismo é forjado com intensa violência,

<sup>220</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais. E-mail: [inr\\_fernandes@hotmail.com](mailto:inr_fernandes@hotmail.com)

<sup>221</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). E-mail: [anabeatrizsasil@gmail.com](mailto:anabeatrizsasil@gmail.com)

Realização:



Apoio:



vilipêndio de corpos e subjetividades, além do já conhecido sequestro de pessoas negras, dos mais diversos povos africanos, para serem escravizadas (Moura, 1989).

Pesquisas acadêmicas que falem da produção da tortura impetrada contra crianças e adolescentes, desde a colonização até os dias atuais, são menos comuns. A história da infância e juventude no Brasil é marcada pela negligência, omissão e violência (Rizzini, 2004), o que também impacta na oferta de diversas políticas públicas, voltadas para esse público, seja na promoção de saúde, educação e lazer, como também no cumprimento das chamadas medidas socioeducativas.

Assim, “o alvo na mira do desprezo e da segregação, do pai que renegou a criação, refém da intolerância dessa gente” (G.R.E.S Beija-Flor de Nilópolis, 2018) é constituído em crianças e adolescentes, sobretudo pobres e negros, que há mais de três séculos são inviabilizados quando precisam de proteção e violentados quando acusados. Práticas punitivas, repressivas e higienistas eram as ações centrais durante a colonização até o início do século XX, com distinção da abordagem quando com crianças brancas, que ainda contavam com algumas contribuições filantrópicas.

Recuperar elementos importantes dessa história é parte do movimento de compreensão das configurações, novas e antigas, que foram sendo construídas a partir dos arranjos governamentais ao longo do tempo. A forma como se organizam os espaços que dialogam com a população infanto-juvenil, desde a colonização, revela que a disciplina e a punição circulam abundantemente nas relações de assujeitamento desse público, de maneira que varia entre estratégias higienistas, assistencialistas, criminalizantes e educativas.

A punição sempre foi uma estratégia usada contra crianças e adolescentes no Brasil, tanto em casa, na escola, no trabalho quanto no Estado, com o objetivo de corrigir e educar. Sérgio Adorno (1993) chama de “experiência precoce da punição” a trajetória de crianças e jovens que, além das dificuldades materiais, também são criminalizados por seu comportamento, sendo considerados “menores” que precisam ser controlados. Mesmo após o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, a ideia de que essas crianças são perigosas ainda persiste na sociedade e na mídia. Historicamente, a tortura tem sido usada de forma instrumentalizada, sendo ativada ou desativada conforme os contextos políticos e jurídicos, sempre atendendo às estratégias de poder da classe dominante.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é contextualizar, ainda que de maneira breve, alguns dados essenciais que versam sobre a prática da tortura contra crianças e adolescentes, nos mais variados momentos sócio-históricos do Brasil. O intuito é aguçar o investimento teórico-reflexivo nas agendas que dialogam atualmente com a prevenção e o combate à tortura e o enfrentamento à violência institucional em espaços de privação de liberdade, com ênfase na política de atendimento socioeducativo, acolhimento institucional e o cuidado em saúde mental.

Vale destacar que o artigo é oriundo de pesquisas bibliográficas e análise documental, acrescido de reflexões políticas e profissionais, somados às agendas acadêmica e política das pesquisadoras, a partir das representações em conselhos de política públicas, em torno da política de atendimento socioeducativo e da política de prevenção e combate à tortura no Brasil.

### **A tortura na infância escravizada no Brasil**

Os três primeiros séculos pós-invasão portuguesa ao território brasileiro são marcados pela colonização e pela escravização de pessoas negras e indígenas. Azevedo & Guerra (2010) afirmam que o castigo físico às crianças é promovido no Brasil a partir da colonização, uma vez que nas múltiplas culturas dos povos indígenas no território brasileiro não foi observado, inicialmente, a punição física às crianças como prática punitiva. A execução aparece com a colonização jesuíta e a Ordem dos Frades

Realização:



Apoio:





Menores Capuchinhos, com o objetivo de afastar os vícios e eliminar os pecados das crianças indígenas (Azevedo, Guerra, 2001).

Sem mínimo de idade, crianças indígenas sofriam com a flagelação, como os golpes de correias de couro, prática importada da tradição católica medieval, como aponta Del Priore (1996), em um processo violento de catequização promovido pela Companhia Jesuíta. O sistema disciplinar era baseado em três pilares: “a vigilância constante, a delação erigida em princípio de governo e em instituição, e a aplicação ampla de castigos corporais” (Ariès, 1986, p. 180).

Com os métodos de tortura já constantes no país, balizados em legislações e no regimento da Igreja Católica, há uma diversificação das práticas, incluindo o chicote, a máscara de ferro, gargalheira, o pelourinho, o tronco, o vira-mundo, os machos, os cepos, mais utilizados em pessoas adulta, e as máscaras de flandres, o bacalhau, os anjinhos, além da palmatória, sendo a última mais utilizada diretamente em mulheres e crianças que cometiam desvios considerados menores que, apesar de ser vista como algo mais brando, provocava ferimentos graves, dada a alta violência (Lara, 1988; Apolinário, 2000).

Ao citar as incursões realizadas pela classe dominante contra os quilombos e os quilombolas, Moura (1987) reitera o uso de intensa violência, que ele classifica como carnificina, contra essa população. Com isso, é possível indicar como a história do Brasil, em relação à população negra – algo que também abrange os povos originários – é baseada em uma constante violência, naturalizada pelo racismo, que desumaniza e, consequente, animaliza corpos negros.

Villa e Florentino (2016) indicam que em 1790, 27% da população traficada era de infantes, entre 0 e 14 anos. Com a crise do sistema escravista, em 1809 o percentual atinge 30,8%, que apesar de registrar uma queda em 1825, para 22%, registra, em 1830, 30,2% de infantes sequestrados e traficados. Com isso,

mais de meio milhão de crianças, desembarcadas de norte a sul do Brasil, cuja compra desvela as aflições dos proprietários às voltas com as cada vez mais fortes pressões inglesas pelo fim do trato pelo Atlântico. [...] Buscava prevenir a pressão abolicionista por meio do alargamento geracional da vida dos trabalhadores adquiridos e, além disso, do próprio potencial genético da escravidão através das meninas compradas (Villa; Florentino, 2016, p. 16).

Essa grande população de infantes chega ao Brasil sequestrada e não encontra cuidado e proteção, mas exploração e violência. Assim, mesmo com a crise do sistema escravista e diante das proibições advindas da Inglaterra, há um intenso sequestro de crianças em África, com o intuito de reproduzir a mão de obra escravizada, já um tanto escassa e custosa financeiramente.

O legado desse período histórico está na violência perpetrada contra crianças e adolescentes, sobretudo negros, seja na naturalização de castigos físicos vistos como brandos, como palmadas, até a punição mais severa, quando entendido que houve algum tipo de crime.

## **A infância higienizada do século XX e a torturada na ditadura empresarial-militar**

Com a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1899), há a chance de novos desenhos para o Brasil e para os brasileiros. Mas, com a ausência de políticas voltadas para a população recém-liberta, somada às ideias de eugenia e embranquecimento do país, o que se viu foi uma repetição do passado, dessa vez com princípios baseados em novas legislações, em que pouco se protegia crianças e adolescentes.

A higienização é um ponto crucial para se pensar o atendimento à infância e à adolescência no Brasil das primeiras décadas do século XX. O trato da infância

Realização:



Apoio:



abandonada passa a ser alvo do Estado brasileiro, que passa a, de certa maneira, tutelar esse público, sobretudo as crianças.

Apesar do higienismo e da criminalização de crianças e adolescentes, há também um esforço em banir castigos e tortura desse público, algo que é interrompido na metade do século XX, mais precisamente em 1964, com o golpe militar, reconhecidamente um período de violência e tortura no país.

A Ditadura Empresarial-Militar marcou a vida de muitas famílias. Pesquisas (Brasil, 2009; São Paulo, 2014; Reina, 2019) evidenciam que crianças e adolescentes foram vigiadas, torturadas e mortas pela ditadura. A motivação, no entanto, tinha maior relação com a obtenção de informação e confissão dos responsáveis nos interrogatórios (Brasil, 2009). Vale ressaltar que a tortura de crianças também ocorria durante o período da escravidão, com os mesmos fins, e, ainda para punir.

Durante a Ditadura, enquanto os pais/responsáveis eram torturados, as crianças eram mantidas em supostos orfanatos, que mais se assemelhavam a prisões e lá sofriam distintas práticas de tortura e maus tratos. Ao retornar para o seio familiar, ainda se deparavam com os entes queridos muitas vezes machucados, o que também lhes causavam grande sofrimento psicológico, como citado por Eliana Paiva, em 2012, ao narrar que, aos 15 anos, sofreu abusos, enquanto ouvia pessoas serem torturadas na sede do DOI-CODI do Rio de Janeiro, localizada na Tijuca.

Nenhum dos que tiveram os pais assassinados, clandestinos ou encarcerados, teve direito a desfrutar da convivência familiar e escolar ou mesmo comunitária. Eles não viajavam nas férias, não participavam de jogos nem de festinhas do colégio, relacionavam-se com restrições e por pouco tempo com os vizinhos, conviviam permanentemente com o segredo. Incontáveis fins de semanas eram passados nas cadeias, únicas ocasiões em que podiam ver os pais (Brasil, 2009, p. 30).

Crianças também foram alvo de torturas físicas, na frente dos pais, com o objetivo de obter informações e confissões deles. Quando não, assistiam as práticas de tortura contra os pais, e por vezes, eram encapuzados e intimidados. Bebês nasciam em cativeiros, durante sessões de tortura das mães, que costumeiramente não podiam amamentar e afagar os filhos.

Já os adolescentes, sobretudo os que integravam os movimentos ditos clandestinos ou o movimento estudantil, eram duramente reprimidos e torturados na mesma intensidade que adultos. O texto produzido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (2009) traz diversos relatos de estudantes torturados, mortos e desaparecidos, como o caso de Ivan Seixas que, aos 16 anos, foi torturado no pau de arara e Nilda Cunha, de 17 anos, que foi torturada, ficou cega e supostamente com depressão grave e alucinações, falecendo meses depois em um sanatório, local em que não há notícias de um prontuário médico ou laudo cadavérico.

A barbárie praticada pelos militares, que se repetia nas instituições de aprisionamento, como a Febem, fundada no mesmo ano do golpe militar, atingia crianças e adolescentes diretamente, quando eram torturados, e, indiretamente, ao testemunharem o sofrimento de pessoas queridas. Motivados pelo estado de exceção que se mantinha no país, militares fizeram milhares de vítimas e os relatos coletados pela Comissão Nacional da Verdade (2011-2014) corroboram em explicar/contar os absurdos vividos nessa época.

## **Um ambiente doméstico que tortura crianças**

Cabe destacar que a história da tortura contra crianças e adolescentes é forjada na colonização do Brasil e se consolida no período posterior à Abolição da Escravatura. Dito isso, essas práticas habitam outros espaços da sociedade, como o ambiente doméstico e o escolar.

Realização:



Apoio:



No âmbito doméstico brasileiro, cuja realidade é patriarcal, machista e autoritária, a infância sempre ocupou um lugar menor, uma perspectiva adultocêntrica, e, segundo Longo (2005, p. 104), “o lugar do não ser, da punição, do desrespeito, da humilhação, da violência”.

A figura do pai, como colocam Azevedo e Guerra (2001), era inspirada em um amor divino, em que Deus utilizava o castigo como amor. Essa relação outorgava grande poder à figura paterna que, por meio do terror e da agressão promovida pelo viés educacional, pautado na obediência e no respeito, justificava ações violentas. Tal situação é naturalizada, como se fosse um processo sagrado, sendo o pai visto como provedor e mais forte, em que o respeito e o medo devem se fazer presentes na família, o primeiro universo socializador do sujeito (Azevedo; Guerra, 2001).

Longo (2005) aborda a punição corporal doméstica a partir dos manuais de educação familiar, que começaram a surgir na metade do século XX. Nesses livros, há autores que defendem abertamente o uso das punições corporais. Assim, de acordo com Longo (2005), “a punição corporal doméstica está no campo das relações desiguais hierárquicas de poder” (p. 103). No final do século XX e XXI, a natureza patriarcal começa a ser desconstruída e a centralidade do homem na família gradativamente perde espaço, com o conceito de família ampliada e a mulher na chefia familiar.

Essa alteração na imagem familiar não é suficiente para transformar a realidade da violência contra crianças e adolescentes, uma vez que é na figura da autoridade que se estende o poder do castigo físico e das demais punições humilhantes. Curiosamente, quem detém a atribuição da proteção e da educação, conquista o direito ao castigo. Assim, crianças seguiram sendo castigadas corporalmente por mães, avós ou outras pessoas de referência. A disciplina punitiva corporal é um artifício das famílias e pessoas responsáveis pela educação das crianças no mundo, algo refletido na necessidade de promoção de políticas públicas, que visam proteger crianças e adolescentes.

### **Práticas de tortura orientadoras de políticas públicas para a infância e juventude brasileira**

Em um país constituído com as vestes da barbárie, em que corpos foram alvos das mais diversas violências, a tortura não deixou de ser um instrumento utilizado no cotidiano. Em um período mais contemporâneo, existem novos exemplos de violência perpetrada contra crianças e adolescentes, sobretudo em instituições de acolhimento e em unidades para execução de medidas socioeducativas.

Sônia Altoé (2008), em 1980, realizou uma pesquisa em sete internatos no Rio de Janeiro, que eram instituições semelhantes às atuais unidades socioeducativas e de acolhimento, chamadas por ela de instituições totais. A pesquisa mostrou que, nesses internatos, o castigo era usado por causa de faltas relacionadas à indisciplina, como ameaças de fuga, desobediência, falar no refeitório ou na sala de aula, ou andar fora da fila. Os castigos variavam desde restrições a atividades coletivas, como ficar sem recreio, dormir mais cedo ou assistir televisão, até palmadas e práticas de tortura. Em um internato foi registrado a presença de castigos oficiais e não-oficiais:

- a) o castigo oficial, que consiste em ficar em pé por minutos ou horas seguidas, em exclusão das atividades, em não permissão para ver os pais no dia de visita, ou para sair com eles: 19h40min: eles saíram do dormitório onde estavam em pé e agora estão formados no pátio de castigo. São 72 alunos. Faz frio e eles ainda estão sem camisa. Uns cruzam os braços pelo frio. [...]
- b) o castigo não oficial, mas usado com frequência segundo os alunos, é a malha, como também o uso da força física do inspetor para bater no menino com correia ou com a mão. Essas punições são geralmente negadas pelos funcionários, que acobertam uns aos outros, mas são reveladas pelos meninos, mais assustados com tais práticas, ou por confiança no seu interlocutor (por exemplo, funcionários da escola anterior) (Altoé, 2008, p. 126).

Realização:



Apoio:



Com o avançar da geração, os castigos vão se tornando ainda mais severos, com o aumento da força física empreendida pelos funcionários contra os internos, sob justificativa de maior exigência futura, como a inserção no Exército Brasileiro, através do alistamento obrigatório.

De fato, o castigo foi e é um agente condutor da sociabilidade infanto-juvenil no Brasil, e segue sendo exercido aqui como uma configuração da tecnologia disciplinar. A violência é uma prática comum que perpassa todas as relações sociais ao longo da formação histórica, política e social.

Não por acaso, em pleno século XXI, foi necessária a elaboração de um dispositivo legal, que ficou conhecido como a Lei da Palmada. A Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, foi criada com o objetivo de estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel e degradante.

Adorno (1995) destaca que a educação, escolar ou não, perpassa por uma premiação do sujeito que é capaz de suportar a dor e o sofrimento. Que há uma vinculação direta entre dor e educação, e o castigo físico é a ferramenta responsável por essa associação. Essa relação hierárquica e permissiva embasa as relações de poder que se perpetuam no tempo. O modelo de confinamento punitivo para crianças e adolescentes é o mais adotado no país.

A violência contra esse público passou a tomar centralidade nas disputas democráticas no país, ensejando em diversas denúncias sobre as arbitrariedades cometidas contra esse público, que ainda era visto como menor. Na Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), atual Fundação Casa, as denúncias de morte e tortura se multiplicavam, ganhando tônica no debate social.

Tanto a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) quanto o Código de Menores de 1979, operavam numa lógica inversa às propostas que estavam sendo construídas com o declínio da Ditadura e o processo de redemocratização do país, junto aos movimentos de lutas pelos direitos da criança e do adolescente. Assim, em 1986 o Governo Federal inicia um processo de descentralização da política de atendimento aos ainda menores, com o objetivo de tornar as ações de atendimento a adolescentes autores de ato infracional, efetivas pelos estados e municípios.

Esse cenário é sucedido também pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, resultado da luta coletiva pautada por órgãos, instituições da sociedade civil e movimentos sociais entre os anos de 1970 e 1980. Essa construção resultou inicialmente no artigo 227 da Constituição Federal do Brasil de 1988, e na sequência veio a elaboração do ECA, substituindo a doutrina dos Códigos de Menores, de 1927 e 1979.

No entanto, o ECA foi o responsável por institucionalizar o sistema socioeducativo da forma atual. Nesse quesito, diferencia-se do Código de Menores ao introduzir duas novas formas de responsabilização do adolescente em meio aberto, com a prestação de serviços à comunidade e obrigação de reparar o dano, mas herda toda construção punitivista da legislação anterior.

Ainda assim, o ECA é reconhecido como uma legislação de avanço, dada a incorporação da Doutrina da Proteção Integral à criança e ao adolescente em substituição à Doutrina da Situação Irregular. No entanto, a alteração legislativa que buscava a inclusão da cidadania a esse público não implicou em mudanças totais a todos, uma vez que a estigmatização de crianças pobres seguiu a centralidade na prática (Alvarez, 2017).

Para o sistema socioeducativo, o ECA consolida legalmente o caráter de controle, repressão e punição aos jovens brasileiros, sobretudo aos negros e pobres. Ao congregar disputas e interesses divergentes e, ao mesmo tempo que promover um processo de descontinuidades, o ECA, ao substituir as doutrinas, manteve traços de

Realização:



Apoio:



continuidade, com a permanência do aprisionamento de adolescentes pobres. Sendo assim, o ECA se diferenciou, mas não rompeu com os pressupostos dos Códigos de Menores (Silva, 2011).

A exemplo disso, temos a criação do Departamento Geral de Ações Socioeducativas, o DEGASE, pelo Decreto nº 18.493 de 1993, fruto do processo de descentralização, iniciada pelo Governo Federal em 1986, continuada com o texto do ECA. O DEGASE inicia o atendimento efetivamente em setembro de 1994, mantendo unidades anteriores, cujo projeto arquitetônico sem nenhuma perspectiva pedagógica (Fernandes, 2021). Tal fato, diverge do texto legal do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), legislação promulgada em 2012, e que prevê como deve ser a execução das medidas socioeducativas no Brasil, ao prescrever direitos, ordenar a operacionalização das unidades, mas ao se eximir de diretrizes que fomentem a prática educativa da política, acaba por reforçar o viés repressor e punitivo do estado.

O SINASE, ao deixar de traçar as diretrizes e parâmetros para a implantação do sistema, deixa de enfrentar os desafios postos pelo anacronismo das velhas práticas que priorizam o disciplinamento, os espaços rigidamente regulamentados e autoritários, a centralização excessiva, elementos estes há muitas décadas não mais adequados para processos educativos. (Jimenez; Jesus; Malvasi; Salla, 2012, p. 4).

A manutenção de disciplinamento rígidos e excessivos permite a existência e continuidade de práticas de tortura contra adolescentes e jovens na política de atendimento socioeducativo. Fernandes (2021) realizou uma pesquisa sobre as variáveis da tortura em unidades socioeducativas do Rio de Janeiro, a partir dos documentos elaborados pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, órgão público responsável por realizar visitas, sem aviso prévio, a espaços de privação de liberdade.

O estudo revelou que a tortura é produzida em duas escalas operacionais: a escala populacional e a escala individual. São intervenções articuladas que atingem os coletivos e os sujeitos nas individualidades, aprofundando os sofrimentos gerados pela privação da liberdade, sendo produzidas por diversos atores e órgãos.

A tortura é sistêmica e sistematizada por diversas instituições que, na maioria das vezes, tem a função formal de proteção aos adolescentes, como os funcionários da unidade de atendimento socioeducativo, gestores da política de atendimento socioeducativo, juízes, promotores de justiça, defensores públicos e advogados, profissionais de saúde dos estabelecimentos que são atendidos os adolescentes, funcionários das delegacias de polícia, entre outros, que de alguma maneira exercem atividades fins e promovem por ação ou omissão práticas torturantes (Fernandes, 2021, p. 258).

Ao analisar a realidade concreta, entre os anos de 2011 a 2018, a autora defende a existência de uma variável da tortura que é produzida estruturalmente e atinge o coletivo de pessoas nas instituições, o que ela denomina de tortura em escala populacional, identificadas nas arquiteturas e os processos de precarização das estruturas das unidades.

Eles exercem um papel de degradação do ambiente, em conjunto com a consolidação da superlotação, decorrente do encarceramento em massa e o acesso limitado à alimentação, água, materiais de higiene e o acesso aos cuidados de saúde. A execução dessa tríade, no âmbito das próprias particularidades, externaliza uma das estratégias do governo de praticar uma figuração da tortura em escala ampliada, que atinge o coletivo da instituição, e faz referência ao princípio da *less eligibility*, trabalhado por Rusche e Kirchheimer (2004), ao atestar que

Realização:



Apoio:





É nítido que existe um gerenciamento da precariedade para o sistema socioeducativo. Se constrói para destruição. Destruição objetiva e subjetiva dos sujeitos que compulsoriamente abrigam esses espaços. Uma gestão de recursos mínimos, de limitação para reformas e manutenção dos espaços, de fragilidade de recursos humanos, de contenção de gastos para medicações e insumos. Um gerenciamento de práticas para torturar corpos submissos (Fernandes, 2021, p. 195).

Esse entendimento é fruto de uma compreensão ampliada da tortura, que nega as concepções jurídicas, sobretudo a brasileira, e propõe um debate em que sejam contempladas a existência de práticas coletivas da tortura e a importância das responsabilizações institucionais (Fernandes, 2023; Ferreira *et al*, 2023).

A compreensão jurídica e política que existem práticas de torturas coletivas gerenciadas institucionalmente e que igualmente produzem dor e sofrimento por ação e omissão do estado, independente de tais condutas serem passíveis de serem individualizadas e logo punidas a nível individual. Esses três elementos precisam ser considerados e disputados, sobretudo no judiciário e no parlamento com vistas a prevenir e erradicar a tortura em espaços de privação de liberdade no país (Ferreira *et al*, 2023, p. 32).

Esses arranjos institucionais coletivos apresentam um processo recombinação de condições de sobrevivência no cárcere juvenil, conforme Fernandes (2021a). A articulação progressiva entre a precarização das estruturas e das condições de acesso à saúde, junto à superlotação, quando convergidas, configuram uma forma dinâmica de poder que é aberta ao reposicionamento de outras formas materiais de violência, cuja nova combinação exerce um papel disciplinador e de controle, incorrendo na produção de cenas de agressões físicas particulares (Fernandes, 2021b).

Em escala individual, a estética da tortura tem a figuração mais inteligível e bárbara. Tende a ser compreendida como práticas de violência física, sexual e psicológica, impetradas a uma pessoa ou a um grupo de pessoas por um agente público que, no caso do sistema socioeducativo, são os agentes socioeducativos e diretores de unidade, com a intenção de causar dor e sofrimento com diversas finalidades, como intimidar, obter confissões e principalmente, castigar o/a adolescente e jovem.

Diversas formas de violência são expostas nos relatórios, como os chutes, socos, tapas, xingamentos, surras com pedaços de madeiras e barras de ferro e sessões de espancamentos. Instrumentos para contenção legal ou objeto de uso comum para tarefas divergentes da intenção punitiva são instrumentalizados por atores institucionais que os levam para serem utilizados como materiais de tortura e violência. É um processo de resignificação dos objetos, que em alguma medida foram utilizados para tortura em outros momentos da história, ainda que de outras formas, aliado a fomentação de novas tecnologias para produção de dor (Fernandes, 2021, p. 261).

Por fim, a autora demonstra ao longo do estudo que não há contradição entre as dimensões da segurança e da educação, no que tange o trato oferecido às crianças e adolescentes no Brasil, o que existe é uma articulação histórica entre as dimensões e que garantem a permanência da violência institucional.

Ainda que o aparato legislativo e jurídico versem sobre um rol de direitos, a inserção massiva de crianças e adolescentes nos múltiplos equipamentos de privação de liberdade, nas mais variadas políticas públicas, permite o cenário atual de permanência das práticas de tortura, inclusive com a instrumentalização das leis como um recurso tático e funcional de submissão da dimensão securitária a administração pedagógica desse público.

## Conclusão

Realização:



Apoio:



Atualmente, a responsabilização penal de adolescentes, que muitas vezes é apresentada como uma política educativa, representa uma continuidade das ações históricas de controle sobre a infância e juventude pobre no Brasil. O sistema socioeducativo atingiu seu auge entre 2015 e 2017, mas desde 2018 vem diminuindo, com menos da metade dos adolescentes em medida socioeducativa em comparação a 2015. No Rio de Janeiro, a situação é semelhante, influenciada por políticas higienistas intensificadas durante eventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Pesquisas recentes mostram que a maioria dos adolescentes em cumprimento de medidas são homens, negros, com idades entre 16 e 18 anos, perfil que se repete tanto no Brasil quanto no estado do Rio de Janeiro.

E é nesse sentido, de continuidades, que o artigo buscou explicitar a relação entre o legado colonial e da escravidão para os contornos violentos em que se constrói o Brasil. Sem margem para dúvidas, é preciso falar sobre a repetição de práticas de tortura e de enorme violência, direcionadas principalmente para os subalternos e descendentes. A naturalização da degradação e da barbárie se vestem de cuidado e amor, como nos lares familiares, nos quais crianças e adolescentes são submetidos a humilhações e agressões.

As instituições, principalmente as de acolhimento, a exemplo do DEGASE, não destoam nesse cenário violento. Pelo contrário, aumentam os números de casos violentos, em múltiplas possibilidades de tortura contra adolescentes. Há um projeto vigente de desvalorização da vida juvenil pobre, normalizada pela violência intramuros.

Incapacitar esses sujeitos seria a programática de gestão estatal, que utiliza instrumentos coletivos e individuais da tortura como forma de gerenciamento da vida e da morte. A punição e a tortura nos bastidores de uma política que deveria produzir o fomento à educação, é altamente eficaz como tecnologia disciplinar, em escala coletiva e individual, da população juvenil apreendida. Assim, destaca-se como os mecanismos de controle e violência se atualizaram, mas se mantiveram em voga, ignorando outras possibilidades educacionais e de vida, destruindo potencialidades e gerando, cada vez mais, uma política de morte e violência para crianças e adolescentes.

## Referências

ALTOÉ, Sônia. **Infâncias perdidas** - o cotidiano nos internatos-prisão. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2008.

ARAGÃO, Milena; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Práticas descastigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano. **Conjectura**, v. 17, n. 2, p. 17-36, maio/ago. 2012.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Mania de bater**: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Iglu. Brasília, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH. **Direito à Memória e à Verdade**: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura. Brasília: SEDH/PR, 2009.

FERNANDES, Ionara dos Santos. **Torturas no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro**. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2021a.

Realização:



Apoio:



FERNANDES, Ionara dos Santos. Do direito à tortura: escalas populacionais e individuais da tortura na socioeducação. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, Niterói, n. 8, p. 1–34, 2021b.

FERNANDES, Ionara. Os desafios para prevenção e o combate à tortura em espaços de privação de liberdade. In: FERRAZ, Hamilton Gonçalves. **Os 30 anos do massacre do Carandiru e o futuro das ciências criminais e dos direitos humanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

FERREIRA, Natalia Damazio *et al.* “Há Tortura! Reflexões sobre o conceito de tortura a partir das narrativas dos que sofrem”. In: MELLO, Breno Marques de; COSTA, Iany Elizabeth da. (org.). **Direitos humanos e tortura no Brasil: Perspectivas sobre violências e práticas de Estado**. João Pessoa: Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, 2023.

JIMENEZ, Luciene et al. Significados da Nova Lei do SINASE no Sistema Socioeducativo. **Revista Brasileira de Adolescência e Conflitualidade**, n. 6, p. 01-18, 2012.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos de violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LONGO, Cristiano da Silveira. Ética disciplinar e punições corporais na infância. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 99–119, 2005.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. Brasília, DF: Editora Ática, 1987.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. Brasília, DF: Editora Ática, 1987.

RIZZINI, Irene; RIZZINI Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro. São Paulo. Ed. PUC-Rio, 2004.

VILLA, Carlos Valencia; FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil (1810-1850). **História**, São Paulo, v. 35, p. e78, 2016.

Realização:



Apoio:



## **A RESPONSABILIZAÇÃO DAS GENITORAS NOS PROCESSOS DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR: uma análise aproximativa**

Lara Caroprese Reis<sup>222</sup>  
Milena Lacerda<sup>223</sup>

**Resumo:** O referido artigo se propõe a analisar a maneira como as genitoras destituídas do poder familiar na Vara da Infância e Juventude Protetiva do Rio de Janeiro são responsabilizadas individualmente pelas expressões da questão social, através da violência institucional e da desproteção social do Estado. Ademais, objetiva situar o Serviço Social no âmbito do Poder Judiciário, ressaltando os desafios de uma atuação concernente ao Projeto Ético-Político da profissão diante atual conjuntura brasileira frente à política neoliberal. Por fim, problematizar o essencialismo e o suposto determinismo biológico inerente ao gênero feminino interseccionada ao racismo estrutural, sobretudo quanto à responsabilização e da sobrecarga no trabalho de cuidado e doméstico.

**Palavras-chave:** Destituição do Poder Familiar; Questão Social; Capitalismo contemporâneo; Serviço Social; Família

**Abstract:** This article aims to analyze how mothers deprived of parental uthority by the Child and Youth Protection Court of Rio de Janeiro are held individually accountable for the manifestations of social issues, through institutional violence and the lack of social protection provided by the State. Furthermore, it also seeks to examine the role of Social Work within the Judiciary, highlighting the challenges of acting in accordance with the profession's Ethical-Political Project in the current Brazilian context of neoliberal politics. Finally, it problematizes the essentialism and supposed biological determinism inherent in the female gender, intersected with structural racism, regarding the imposition of responsibility and the overload of care and domestic work.

**Keywords:** Removal of Parental Authority; Social Issue; Contemporary Capitalism; Social Service; Family

### **Introdução**

O presente artigo surge das reflexões oriundas da inserção diária como Estagiária do Setor de Serviço Social na Vara da Infância e Juventude Protetiva do Rio de Janeiro, o que possibilitou a aproximação com as famílias em processo de destituição do poder familiar, desde abril de 2024.

O Serviço Social na Vara da Infância e Juventude atua em processos judiciais nos quais crianças e adolescentes têm os seus direitos básicos, previstos nas respectivas legislações, violados. Tal atuação se dá mediante determinação judicial para realização de Estudo Social no sentido de assessorar o Juiz em suas decisões. Por isso, este campo de estágio possibilita que o discente se aproxime da realidade das

---

<sup>222</sup>Graduanda da Faculdade de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). E-mail: laracaropresereis@gmail.com

<sup>223</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). Doutora em Serviço Social pela mesma universidade. E-mail: milenalacerdaseso@gmail.com

Realização:



Apoio:



famílias atendidas, com atenção aos aspectos pedagógicos e da ação profissional direcionados à garantia dos direitos sociais de crianças e adolescentes, viabilizando uma experiência pautada no Projeto Ético-Político da profissão,

Dessa forma, as reflexões que culminaram no presente artigo resultam da leitura, releitura e análise crítica das expressões da questão social observadas neste campo de estágio, à luz do contexto sócio-institucional e do modelo de gestão neoliberal das políticas públicas. Os autos dos processos judiciais relacionados à destituição do poder familiar, que em geral tendem a responsabilizar mulheres negras pelas expressões da questão social, evidenciam agravamentos ainda mais acentuados durante a pandemia. Tal inserção motivou a sistematização desta experiência de estágio, bem como a construção de futuras pesquisas, especialmente por meio do aprofundamento dessa temática no Trabalho de Conclusão de Curso.

Tal análise fundamenta-se na observação participante, nas consultas de documentos (leis, normativas internas, projetos, estatísticas, pesquisas e outros), discussão das rotinas de trabalho e das ações profissionais nas reuniões de equipe, na interação com o supervisor e demais profissionais das equipes multi e interdisciplinares formadas por psicólogos, promotores e juízes; e consequente participação nos procedimentos específicos da profissão no cotidiano institucional. Além disso, da apropriação e aproximação supervisionada dos instrumentos do serviço social como visitas domiciliares, feita conjunta de laudos, pareceres e relatórios, e estudos de caso que refletem os desafios ético-políticos, a partir do Código de Ética da Profissão.

A atuação do Assistente Social no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro tem suas atribuições determinadas na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e embasadas no Código de Ética Profissional; bem como documentações que norteiam os deveres e atribuições presentes no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio do Janeiro.

Dessa forma, nossa pretensão é situar brevemente o Serviço Social na atual conjuntura brasileira, marcada pelo neoconservadorismo e pela política neoliberal de mercantilização da vida, salientando os desafios para uma atuação comprometida com os valores do Projeto Ético-Político Profissional. Tais determinações contemporâneas resgatam preconceitos históricos baseados na opressão de gênero e raça, com o objetivo de naturalizar e culpabilizar as mulheres pelas desigualdades e violências que enfrentam. Essas reflexões partem de casos de abandono social, invisibilidade do sofrimento materno e responsabilização das mulheres destituídas de seus filhos, sobretudo quando as genitoras são individualmente responsabilizadas pelas expressões da questão social por meio da violência institucional e da desproteção social do Estado.

### **O serviço social em tempos de neoliberalismo: situando o debate.**

Hoje já amanhecemos menos livres. (Celso Rocha de Barros, Folha de São Paulo, 29 de outubro de 2018)

Antes de problematizar a atribuição de responsabilidade às mulheres nos casos de destituição familiar, é necessário considerar os desafios enfrentados no exercício profissional diante da conjuntura política contemporânea. Essa análise crítica fundamenta-se nas condições macrossocietárias que moldam o contexto de atuação da profissão, bem como nas respostas técnico-profissionais e ético-políticas elaboradas pelos agentes nesse cenário, principalmente no cenário brasileiro.

Nessa perspectiva, é importante destacar que a identidade nacional brasileira está fundamentada na violência heteropatriarcal, racista e classista. Sua construção está diretamente ligada à formação colonial-escravista, inserida no capitalismo periférico dependente, caracterizando um processo histórico-social, político e econômico de produção e reprodução do capital.

Realização:



Apoio:





Esse predomínio do capital não se manifesta da mesma forma em todos os países. A contradição entre trabalho e capital nas economias dependentes particulariza a questão social, a resistência da classe trabalhadora e o padrão de proteção social desenvolvido pelo Estado capitalista. Clóvis Moura (1983) destaca as especificidades do Brasil em relação aos demais países da América Latina, especialmente no desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Ele ressaltava a presença numérica expressiva, a longa duração, o ritmo dinâmico e a ampla distribuição geográfica da escravidão negra em todas as regiões do país. As medidas paliativas e intermitentes adotadas pelo país ao longo dos anos para sua gradual extinção constituem elementos histórico-sociais fundamentais para compreender a dinâmica da violência e suas repercussões no Brasil contemporâneo.

Compreender, ainda que de forma aproximada, as determinações históricas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mediadas pelas dinâmicas do racismo e do patriarcado, é uma premissa fundamental para a compreensão das particularidades do capitalismo contemporâneo e da conformação e respostas às expressões da questão social.

O capitalismo contemporâneo é marcado pela centralidade do capital financeiro e pela subordinação do capital produtivo, sob a égide do neoliberalismo. Dessa forma, em nome da chamada “crise fiscal do Estado”, ocorre a desqualificação e o desfinanciamento das instituições públicas, impulsionados por interesses burgueses, transformando o Estado em mero regulador e promotor das instituições privadas.

Essa crise é caracterizada pela forte retração do Estado de suas responsabilidades públicas. Primeiramente, pela restrição dos gastos sociais e ampliação da privatização mediante uma mercantilização da vida social, isto é, desqualifica o serviço público e depois transforma os direitos básicos em meras mercadorias. Logo, a crise fiscal afeta a sociabilidade, pois além de radicalizar a questão social, traz retrocessos trabalhistas e transforma as políticas sociais em políticas de focalização, flexibilização e descentralização.

Para autores como Boschetti (2007), Santos (1979) e Faleiros (2004), a política social é, de alguma forma, uma regulação estatal para o mercado, na medida em que é um mecanismo paliativo e contraditório entre a classe trabalhadora e os donos dos meios de produção. A ordem vigente se estabelece através do mínimo determinado pelo Estado, como os salários e auxílios sociais. Ao mesmo tempo, a política social, em sua dimensão contraditória de resistência e negociação, possibilita a garantia de direitos sociais básicos que são reivindicados pela massa dos/as trabalhadores/as.

Além da focalização das políticas sociais na desresponsabilização do Estado, há um incentivo às parcerias público-privadas com ONGs, que visam reduzir o quadro público e transferir parte da responsabilidade social para a população, sob a forma de “voluntários” e discursos de “solidariedade”. Observa-se também a flexibilização das fronteiras entre as profissões, ampliando a concorrência e desqualificando a formação técnica específica de cada categoria, o que impacta as condições e relações de trabalho. Paralelamente, as empresas investem em tecnologia, educação e outras áreas para construir uma imagem de “solidariedade” por meio do marketing, recebendo em troca incentivos fiscais do Estado.

Com isso, os critérios de inclusão nos programas sociais e o acesso aos benefícios assumem um caráter cada vez mais privado e restritivo, transformando direitos universais em um processo de afunilamento seletivo que exclui parcelas significativas da população. A crise econômica mundial agrava essa situação, aprofundando as desigualdades sociais e fragilizando as redes de proteção pública. Nesse contexto, a questão social acaba sendo naturalizada, como se fosse um problema individual, desvinculado das suas causas estruturais. Além disso, observa-se um processo crescente de judicialização da questão social, no qual conflitos e demandas são transferidos para o âmbito do Poder Judiciário. Tal judicialização

Realização:



Apoio:



contribui para a responsabilização e culpabilização das famílias, especialmente as em situação de vulnerabilidade, pelas dificuldades que enfrentam, desviando o foco das desigualdades e violências, bem como da atuação do próprio Estado. Esse é o caso das genitoras destituídas do poder familiar na Vara da Infância e Juventude Protetiva do Rio de Janeiro que são responsabilizadas individualmente pelas expressões da questão social, através da desproteção social do Estado.

Nesse artigo, reconhecemos que a questão social é indissociável do capitalismo. De acordo com Marilda Iamamoto (2001), a questão social expressa o conjunto de desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

Sabemos que a relação entre capital e trabalho como condição fundamental do modo de produção capitalista propicia uma classificação diferencial da compra da força de trabalho apropriando-se das desigualdades de gênero, raça e sexualidade para intensificar tal exploração (Saffioti, 2004), a partir da divisão sexual e racial do trabalho. Segundo essa discussão, não é possível elucidar a divisão social do trabalho dissociada do seu aspecto racializado e generificado, pois o trabalho não pago, por exemplo, realizado no âmbito doméstico, sobretudo por mulheres, é componente da reprodução da força de trabalho no processo de acumulação capitalista.

No Capitalismo Contemporâneo é crescente o desemprego, a instabilidade, a informalidade, a terceirização, a violência e adoecimento mental no trabalho, a precarização das condições de trabalho e uma alta qualificação exigida pelo mercado. Com isso, a classe trabalhadora vê-se cada vez mais segmentada, complexa e heterogênea qualitativamente quando se trata do trabalho assalariado, e assim o movimento sindical e os direitos trabalhistas são cada vez mais fragilizados. Por outro lado, possuir força de trabalho à ser vendida, não é garantia de que esta será comprada, sobretudo sob os mesmos preços, devido a constituição de um exército de reserva generificado e racializado.

Na medida em que existe uma divisão racial e sexual de trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho, (Gonzalez, 1981) isto significou a deterioração das possibilidades de acesso ao mercado de trabalho para a população negra. Excluída da participação no processo de desenvolvimento (desigual e combinado, não esqueçamos), ficou relegada à condição de massa marginal crescente: desemprego aberto ou não, ocupação "refúgio" em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente, trabalho por temporada, etc. Ora, tudo isso implica em baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc. (Gonzalez, 1979, n/p).

Essas expressões políticas e sociais da crise estrutural do capital em curso, bem como a própria compreensão da questão social, repercutem sobremaneira no fazer profissional dos/as assistentes sociais, tanto nas precárias condições e relações de desenvolvimento do exercício profissional quanto na reorganização de forças liberais e neoconservadoras que disputam o projeto profissional. Nesse cenário, o Serviço Social está tensionado por um universo conservador na forma de enfrentamento da questão social na contemporaneidade (Borges; Matos, 2020).

Nesse contexto, grupos reacionários, neoliberais e neoconservadores<sup>224</sup> lançam mão do discurso de ódio para responder às insatisfações políticas ligadas aos efeitos

<sup>224</sup> A propagação e a naturalização do discurso de ódio, enquanto retórica é uma estratégia política da ofensiva neoconservadora atrelada ao neoliberalismo. Por isso, sob a retórica da ordem, do ódio e dos valores morais, ocorre o reforço das desigualdades sociais e raciais historicamente construídas. Isto, através do discurso conservador, marcado e enraizado após o golpe de 1964, durante o autoritarismo da ditadura militar, e ampliado de maneira legítima durante às eleições do Ex-presidente Jair Bolsonaro. Nessa

Realização:



Apoio:



severos e sistemáticos da crise econômica mundial. Esse movimento busca naturalizar a violência por meio da legitimação de narrativas históricas que romantizam o legado escravista-colonial, por meio da difusão do mito da democracia racial que consiste na falsa ideia de que vivemos numa sociedade racialmente harmoniosa e igualitária entre as raças, em que todos seriam livres e iguais.

Para Lélia Gonzalez (2020), essa "neurose cultural" legitima o apagamento da formação sócio-histórica brasileira colonial escravocrata, negando o conhecimento e a superação da questão racial no país. Isto porque, a compreensão da realidade, molda-se na lógica colonial do poder. E, simultaneamente, essas impostas ideias estereotipadas definirão um lugar de submissão de um grupo em detrimento de outro a ser valorizado.

Esse processo se deu a partir da alfabetização de elementos da extrema direita e da criação de um sentimento de pertencimento advindo de um conjunto de pessoas que se sentem desamparadas diante da crise econômica, social e política. Então, na exploração desse desamparo, e fundamentado nos preconceitos históricos, busca-se um adversário que possa ser culpado, estimulando uma tendência de ocultamento circunstancial a determinados grupos sociais (Lacerda, 2023). Ou seja, à disputa por quem pode ser sujeito de direito e, conseqüentemente, sujeito do reconhecimento de sua humanidade, e, por outro lado, a quem necessariamente o Estado deve negar esse direito (Teixeira, 2021, p.443).

Pois, acredita-se que um líder salvará e representará esse grupo, em oposição aos sujeitos que não somente não pertencem à essa esfera, como também são sujeitos inconversíveis, e por essa lógica, devem ser exterminados. Ou seja, o discurso de ódio não pretende convencer, mas sim derrotar esse grupo excluído e inferiorizado. Nesse contexto, será utilizada a retórica do ódio como pedagogia cotidiana da desumanização e ridicularização do outro. Dessa forma, um grupo cria, produz e reproduz um estigma estereotipado que nulifica um sujeito, por meio de ameaça, da negação de sua existência e de sua exclusão, a partir da integração motivadas pelo medo permanente.

Todo esse contexto acima confronta o Código de Ética do Serviço Social. Marilda Iamamoto (2011) explica que o Serviço Social não tem um único e idêntico processo de trabalho, mas processos de trabalho nos quais se insere a assistente social. Por isso, a prática profissional requer meios de trabalho e matéria-prima (objeto que incide a ação transformadora), e o processo de trabalho é limitado a partir dos recursos, financiamento, programas e circunstâncias sociais que a entidade empregadora disponibiliza.

Essa primeira aproximação teórica e metodológica situa nosso objeto de investigação e ação profissional, possibilitando compreender a inserção do Serviço Social em uma conjuntura marcada pelo avanço das políticas neoliberais que mercantilizam a vida e responsabilizam individualmente, em especial as mulheres, pela conseqüente destituição do poder familiar e da adoção de seus filhos.

### **As interfaces da destituição do poder familiar: marcadores sociais e a precarização da vida**

“fazer a transição do silêncio para a fala como um gesto revolucionário, é um gesto de desafio que cura. Erguer a voz é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito. A voz liberta” (bell hooks)

---

conjuntura, a perspectiva individualista e meritocrática, reforça as hierarquias histórico-sociais construídas, ao mesmo tempo em que fortalece e promove o conservadorismo e a hegemonia de determinado grupo social. Dessa forma, é no bojo dos preconceitos históricos que a extrema direita irá constituir uma lógica moral e disciplinadora, partindo da utilização do medo e da insegurança, sob uma perspectiva de ressentimento.

Realização:



Apoio:



A destituição do poder familiar, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, é uma medida judicial destinada aos genitores que descumprirem com os deveres ou violarem os direitos de seus filhos. Trata-se, pois, de medida excepcional que deve ser realizada em último caso, após o esgotamento de ações protetivas e intervenções com vistas à manutenção da criança na família de origem (Brasil, 1990; Brasil, 2016).

Maria foi uma mulher de 19 anos<sup>225</sup>, da periferia do Rio de Janeiro, lida socialmente por parda, de baixa escolaridade, que trabalhava em uma lanchonete de 8h às 20h e tinha um filho de 3 anos, João. Ela não conseguiu vaga nas creches da prefeitura, sobretudo nas de localidade próxima de sua casa. E no mesmo quintal de sua residência, também residiam 5 outras famílias com crianças de colo.

Nesse quintal, uma suposta amiga e vizinha de Maria, Célia cuidava das crianças para que as mães pudessem trabalhar. Um dia, João brincando com as outras crianças no quintal, caiu e bateu a cabeça no concreto. Em seguida, foi levado ao hospital público. Mas, quando Maria conseguiu chegar ao local, foi impedida de ter acesso ao seu filho. Isto, pois a equipe do hospital supôs que Célia fosse a genitora de João, pautando-se na proximidade da cor da pele de ambos, ou seja, por atendimento racista e discriminatório. Depois, devido ao conflito, a assistente social da unidade recorre à judicialização do caso, e ao acolhimento institucional de João, após sua alta.

Movido pelo Ministério Público, o processo é titulado por Medida protetiva, sob a justificativa de que a criança estaria em situação de risco, na responsabilidade de Maria. Por isso, à equipe técnica do juízo foi determinada a vinda de estudo social.

O histórico familiar de Maria foi de acolhimento institucional. Sua mãe é usuária de psicoativos e foi destituída de seus 5 filhos pela mesma Vara. Destes, 3 foram adotados e 2, Maria e sua irmã mais velha, cresceram em acolhimento até a adolescência, quando evadiram para morar com a genitora.

Após um ano de intervenção da equipe do Serviço Social no caso, João foi destituído e colocado em família substituta, sem que Maria fosse informada. Descobrimos, durante o atendimento social, que ela não havia sido orientada, notificada ou comunicada acerca do andamento de seu processo judicial. Além disso, a jovem teria mostrado fotos e vídeos de importantes momentos e aniversários; documentos de vacinação e de seus esforços para retornar aos estudos, inclusive anexados pela assistente social no processo, mas nada mais poderia ser feito com relação ao João.

Por outro lado, demonstrou muito medo de também perder o outro filho, Ben, de 2 anos, fruto do relacionamento com seu atual companheiro, pois devido a destituição do poder familiar de João, um processo de busca e apreensão dele teria sido aberto. Ambos, no momento do atendimento social, estavam com vínculos empregatícios, ela estava matriculada na escola, finalizando o ensino médio, e seu filho, matriculado na creche da rede pública.

Embora em nova configuração familiar, o Ministério Público argumentou que Maria não teria condições pertinentes ao cuidado, por conta da destituição já sofrida e seu histórico de institucionalização. Dessa forma, serão as condições sócio-econômicas de desproteção social e de violência institucional sofridas por Maria, durante toda a vida, que irão embasar seu (negado) direito à maternagem.

O ponto de partida para compreender este caso reside na constatação de que o processo de culpabilização sentido pelas mulheres é organizado socialmente pelo patriarcado, sobretudo sob a égide da carga de todo o trabalho invisível e não remunerado que se produz. Essa compreensão está diretamente vinculada à formação sócio-histórica brasileira, estruturada no racismo e sexismo, do cristianismo e da razão colonial, em que, à medida que essa estrutura contribui para a acumulação do capital,

---

<sup>225</sup> O caso relatado foi baseado no trabalho da disciplina Estágio Supervisionado, intitulado “diário de campo” do ano de 2024, construído a partir da experiência de estágio. Respeitando o sigilo profissional, os dados de identificação pessoal foram alterados.

também fortalece as desigualdades de raça, gênero e classe, perpetuadas pela colonialidade.

O trabalho de cuidado e doméstico, principalmente, não remunerado corresponde uma das raízes de produção e reprodução de desigualdades, sobretudo num país onde o cuidado é organizado na encruzilhada do familismo, feminilização, mercantilização e racialização (Ribeiro, 2023, p. 266).

O patriarcado é uma categoria-chave na elaboração deste estudo, pois articula-se com o racismo estrutural e com o capitalismo dependente, engendrando uma nação calcada na tradição, na família e na propriedade. Todavia, não entraremos nas disputas teóricas e políticas dos usos e abusos do patriarcado, tampouco adotaremos uma perspectiva estreita e deslocada das relações sociais que tende a unificar as opressões sociais e se sobrepõe às diferenciações de classe, raça e localidade. Ao acionar o conceito de patriarcado, não estamos entendendo-o como sistema dependente, equivalente ou decorrente do modo de produção capitalista, até porque o patriarcado é um conceito cuja abrangência histórica é mais antiga que o capitalismo. Desde as décadas de 1970 e 1980, as feministas marxistas alertam que esse conceito trata da dominação masculina que se manifesta em diferentes esferas, tempos e lugares (Birolí; Miguel, 2015).

Por essa razão, a análise sobre a dimensão do cuidado e a responsabilização das mulheres deve estar inserida na análise interseccional de raça, classe e gênero, sobretudo quando referenciamos a realidade brasileira. Kimberlé Crenshaw (1989) conceitua a interseccionalidade como uma ferramenta analítica e metodológica que permite visualizar um conjunto de opressões que não se sobrepõem, mas que juntas, estruturam a sociedade. Pois, o capital é interseccional. Ele sempre intersecciona os corpos que produzem trabalho. Logo, o acúmulo de riqueza está incorporado nas estruturas racializadas e engendradas que o aumentam (Collins, Bilge, 2021, p. 35).

Como em Lélia Gonzalez (1984), em que a figura da “Mãe Preta” é simultaneamente produto do poder hegemônico heteropatriarcal racista e colonial e resistência, pois educam os filhos de seus patrões, a partir da própria cultura dos seus coletivos e territórios, enquanto vivenciam a reprodução da ideologia da escravidão brasileira nas casas em que trabalham. Por isso, compreende-se a partir de Lélia Gonzalez (1984), que o racismo, não é individual, mas uma estrutura social que opera de forma disfarçada e eficaz através da negação, naturalização e a internalização da discriminação, sobretudo na constituição e formação social brasileira.

Ademais, partimos do entendimento de que o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado é de natureza ontológica do ser social, imprescindível para a sustentabilidade da vida (Ribeiro, 2023), não sendo, portanto, uma função biológica concebida exclusivamente à mulher. Nessa perspectiva, a ideologia hegemônica neoconservadora entende que as mulheres nascem com esse suposto dom biológico, evidenciando uma tendência quase que natural voltada aos cuidados.

Sendo assim, ao estudarmos a categoria “família” não lidamos com uma categoria universal que se aplica univocamente a todos os casos, mas sim com uma instituição social que se molda de acordo com condicionantes econômicos, sociais, políticos e culturais (Barbosa, 2022). Isto, porque é a esfera da vida social mais naturalizada pelo senso comum, onde parece que tudo se dá de acordo com a natureza, porque a família regula as atividades de base biológica, como o sexo e a reprodução (Carvalho, 1995, p. 40).

Além disso, o Estado brasileiro é familista, concentrando a responsabilização nas famílias, sobretudo na mercantilização, inclusive, do trabalho de cuidados e doméstico, diante da desproteção social e insuficiente alcance do Estado em oferta de serviços e recursos, quanto à responsabilidade coletiva do cuidado. E é nesse contexto, que os equipamentos e políticas públicas que deveriam ser espaço de cuidado e amparo, tornam-se, de culpabilização individualizada das expressões da questão social.

Realização:



Apoio:





Por isso, a destituição do poder familiar não pode estar diretamente relacionada à palavra abandono. É necessária a compreensão dos fatores que fundamentam as sentenças do juízo em destituir do poder familiar crianças e adolescentes em contexto de desproteção social, refletindo, também, a função social destinada à essas mulheres na sociedade brasileira.

### Considerações finais

O artigo aponta, portanto, a necessidade de produção de pesquisas e dados acerca das genitoras destituídas do Poder Familiar, a fim de que a sociedade encare suas particularidades como uma questão coletiva, de maneira a atenuar a responsabilização dessas mulheres quanto aos seus contextos de desproteção social, frente às expressões da questão social. Além disso, a perspectiva histórica evidencia as construções sociais das relações de raça, classe e gênero, no Brasil, e seus rebatimentos nas configurações familiares de maneira a pensar a destituição do poder familiar como um conceito transversal no campo da materialidade da vida e da reprodução social.

Reconhecemos, também, a lacuna da sistematização de dados quanto ao perfil sócio-econômico e político-cultural das genitoras destituídas do poder familiar, sobretudo nos instrumentos utilizados no cotidiano de trabalho do Serviço Social, como um dos elementos para repensar essa responsabilização. Inclusive, dificultando a elaboração de políticas voltadas às demandas dessas mulheres.

Dessa maneira, reafirmamos a relevância do debate para a categoria, especialmente na conjuntura brasileira atual, com vistas à responsabilização do Estado e à construção coletiva de políticas públicas interseccionais que, ao menos, assegurem a escuta e a compreensão das demandas dessas mulheres. Isso exige uma atuação profissional que ultrapasse o imediatismo e a superficialidade, demandando uma apreensão crítica da questão social em disputa, intensificada pela inflexão neoconservadora.

Ademais, mesmo em meio às contradições cotidianas do Serviço Social, não podemos renunciar à crítica e totalizante leitura da realidade, em uma perspectiva em concernência ao nosso Projeto Ético-Político. Pois, cabe à nós, não somente fora, mas dentro das possibilidades institucionais, contribuir para vivências anti-discriminatórias que atendam as demandas sociais da vida da população usuária.

O capitalismo perpetua as limitações e segregações necessárias à manutenção da hegemonia do capital. A luta pela efetivação de direitos é, portanto, uma luta direta contra a lógica capitalista, sobretudo em uma conjuntura marcada por ataques à diversidade humana e aos direitos da classe trabalhadora. Se o Serviço Social é uma construção histórica, também o serão nossas intervenções, dilemas e desafios. As reflexões apresentadas ainda são preliminares, mas carregam o compromisso ético de serem aprofundadas posteriormente.

### Referências

AKOTIRENE, Carla. Ferramenta anticolonial poderosa: os 30 anos de interseccionalidade. **Carta Capital**, nov. 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/ferramenta-anticolonial-poderosa-os-30-ansde-interseccionalidade/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

ARAÚJO, Iara Maria de; BARBOSA, Francisca Maria da Silva; SILVA, Antônia Fudivânia de Oliveira. Família, gênero e educação: perspectivas e desafios frente aos novos arranjos familiares. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v. 33, n. 1, p. 1-19, 2022.

Realização:



Apoio:



BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul.-dez. 2015.

BORGES, M. E. S.; MATOS, M. C. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. In: BRAVO, Maria Inês de Souza; MATOS, Maurílio Castro; FREIRE, Silene de Moraes. **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando, 2020. p. 71-88.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, 1995.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum**, n. 140, p. 139-167, 1989.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Subjetividade, marxismo e Serviço Social: um ensaio crítico. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 5-24, jan./mar. 2010. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282010000100002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000100002)>. Acesso em: 30 set. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 49-64.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro e questão social. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Conservadorismo e serviço social. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 17-53.

LACERDA, Milena Carlos de. "Mais família, menos Estado": o agenciamento das questões de gênero e sexualidade pela extrema direita brasileira. 2023. 276 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MOURA, Clovis. **Brasil**: As raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Realização:



Apoio:



NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

RIBEIRO, Thamires da Silva. **Mulheres negras na encruzilhada do cuidado**: estudo sobre trabalho de cuidado e doméstico não remunerado. 366 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TEIXEIRA, Jaqueline Moraes. Entrevista concedida a Cristina Teixeira Vieira de Melo e Paulo Vaz. Guerras Culturais e contexto religioso brasileiro. **Eco Pós**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 441-457, 2021. Disponível em: <[https://ecopos.emnuvens.com.br/eco\\_pos/article/view/27793/15231](https://ecopos.emnuvens.com.br/eco_pos/article/view/27793/15231)>. Acesso em: 20 out. 2023.

Realização:



Apoio:



## AS POLÍTICAS SEXUAIS PARA AS JUVENTUDES NO BRASIL: gravidez não intencional na adolescência em questão

Gabriela da Silva Vieira<sup>226</sup>

Sabrina Pereira Paiva<sup>227</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem o objetivo de refletir sobre as políticas públicas relacionadas à gravidez não intencional na adolescência e evidenciar o cenário brasileiro referente às propostas para as juventudes no âmbito político: direitos sociais expressos em normativas e a abrangência dos direitos sexuais e reprodutivos para essa população. Metodologicamente, foi realizada uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, com a seleção de artigos científicos provenientes das plataformas *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e *Google Scholar*. Os resultados apontaram para potencialidades na conjuntura atual, mas também para desafios.

**Palavras-chave:** juventudes; direitos sociais; gravidez na adolescência; direitos sexuais; direitos reprodutivos.

**Abstract:** This present article aims to reflect on public policies related to unintentional pregnancy in adolescence and to highlight the Brazilian scenario concerning proposals for youth in the political sphere: social rights expressed in regulations and the scope of sexual and reproductive rights for this population. Methodologically, a bibliographic review was carried out, with a qualitative approach, through the selection of scientific articles from the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Google Scholar platforms. The results pointed to potentialities in the current conjuncture, but also to challenges.

**Keywords:** youth; social rights; adolescent pregnancy; sexual rights; reproductive rights.

### Introdução

A pesquisa científica na esfera do Serviço Social é um elemento fundamental para a concepção de profissão conquistada hegemonicamente na última década do século passado. Conforme Fraga (2010), as mudanças relacionadas à ideia sobre o que é a profissão são resultantes de processos históricos, e a característica pragmática do trabalho do/a assistente social substitui-se pelo aspecto investigativo. Nessa perspectiva, em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social e o Código de Ética do/a assistente social de 1993, é preciso atentar-se, principalmente, às/aos adolescentes/jovens que gestam, que estão, na maior parte dos casos, em condição de extrema pobreza.

Apesar disso, há uma lacuna nos estudos relacionados à gravidez na adolescência no Serviço Social. A discussão, no entanto, é recorrente no campo da Saúde Coletiva. Por outro lado, o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social / Conselhos Regionais de Serviço Social) elabora publicações esclarecedoras que pautam, com responsabilidade, a necessidade da educação sexual, da garantia do aborto legal e seguro, e da prevenção à gravidez não intencional na

<sup>226</sup> Estudante de Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: [vieira.gabriela@estudante.ufjf.br](mailto:vieira.gabriela@estudante.ufjf.br)

<sup>227</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social e docente permanente do PPGSS. E-mail: [sabrina.paiva@ufjf.br](mailto:sabrina.paiva@ufjf.br)

Realização:



Apoio:



adolescência, o que leva a crer que é bastante relevante a ampliação de pesquisas científicas que evidenciem tais temáticas no âmbito do Serviço Social.

Esta investigação, ainda em curso, investiga as políticas sexuais voltadas para a juventude no Brasil, especialmente aquelas voltadas à prevenção da gestação não intencional na adolescência, com foco nas estratégias, ações, programas, projetos e políticas desenvolvidas a partir do século XXI, especialmente as duas últimas gestões governamentais — Governo Jair Bolsonaro e de Luiz Inácio Lula da Silva. Neste íterim, destacaremos alguns conceitos trabalhados: juventudes, direitos sexuais e reprodutivos, bem como apresentaremos a trajetória histórica da conquista dos direitos sociais e sexuais/reprodutivos da população adolescente/jovem brasileira a partir do fim do século XX e primeiras décadas do século XXI.

## **Direitos sociais e juventudes no Brasil**

As lutas sociais empreendidas no Brasil para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) fundaram-se em princípios e diretrizes éticas, partindo da premissa de que as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, que estão em uma fase de desenvolvimento e que devem ser protegidos integralmente pelas famílias, Estado e sociedade. Também pautavam a necessidade de superação da visão da criança e do adolescente como “menor”, que remete ao Código de Menores, instituído em 1927, de caráter assistencialista e moralizante. Conforme Menezes (2024, p. 140),

Em 1974, é apresentado um novo projeto de lei para reformular o Código de Menores de 1927. É, então, reformulado, promovendo o Código de 1979 que adota a doutrina de situação irregular, segundo a qual, em linhas gerais, não mudou o caráter repressor do Código de 1927 (Menezes, 2024, p. 140).

A doutrina de situação irregular “tinha por destinatários crianças e adolescentes considerados em situação irregular, em conformidade com ‘tipos abertos’ previstos naquela lei” (Leite, 2006, p. 95), isto é, aqueles indivíduos que não possuem condições necessárias à subsistência, vítimas de maus tratos ou castigos imoderados, e até mesmo em situação de “perigo moral” (Leite, 2006). Nesse sentido, nota-se que o viés do Código de Menores diz respeito totalmente aos valores dominantes daquela época — ou seja, no momento da ditadura civil-militar. Foi através da efervescência social decorrente do período da redemocratização que tais normas, princípios e valores da classe dominante da sociedade foram sendo cada vez mais questionados pelos movimentos populares emergentes.

O ECA representa a efetivação dos direitos sociais conquistados por meio de lutas coletivas, evidenciadas, em parte, na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Conforme o documento “Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento”, do Fundo de População das Nações Unidas (2010, p. 57),

No processo de institucionalização dos direitos humanos no Brasil, a Constituição Federal de 1988 representa a grande mudança de paradigma jurídico. A mudança provocou um reordenamento de todo sistema jurídico e institucional aos novos parâmetros democráticos internacionais, com a aprovação de uma série de Leis Federais importantes para o avanço dos direitos dos jovens.

Além deste Estatuto, é possível mencionar outros marcos, como a Política Nacional de Juventude (PNJ), de 2004, a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), de 2005, e o Estatuto da Juventude, de 2013. Ainda de acordo com o documento “Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento” (2010, p. 61),

Para nortear a consolidação da Política Nacional de Juventude, a SNJ aponta os seguintes desafios: ampliar o acesso ao ensino e a permanência de jovens

Realização:



Apoio:





em escolas de qualidade; erradicar o analfabetismo; preparar jovens para o mundo do trabalho; gerar trabalho, emprego e renda; promover uma vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; melhorar a qualidade de vida no meio rural e nas comunidades tradicionais.

Diante disso, fica evidente que, em meados da década de 1990 e início da década de 2000, no bojo do processo de redemocratização, ocorreu a implementação de políticas públicas voltadas para as juventudes, bem como destinadas às crianças e aos adolescentes. No entanto, é necessário refletir acerca da efetividade de tais políticas na realidade material, como em relação aos desafios mencionados na citação acima para a consolidação da Política Nacional de Juventude. Nesse sentido, a efetivação de fato dessa política só é possível com a transformação de outros âmbitos da sociedade como um todo, pois a criança, o adolescente e o jovem estão inseridos em um sistema estruturalmente desigual. Em razão disso, se torna necessário não pensar a concretização dos direitos desses grupos apenas como algo isolado dos demais direitos necessários para toda a população.

Em relação aos materiais bibliográficos relacionados às políticas públicas com enfoque nas juventudes, observa-se que há um número considerável de artigos que discutem a temática e apresentam diversos pontos de vista, de maneira a contribuir positivamente para a ampliação da discussão. Percebe-se que setores conservadores da direita política/extrema direita política também disputam ideologicamente a questão. Nos últimos anos, em meados da década de 2020, esses debates ainda persistem e são fortemente disputados. Segundo Carrano e Sposito (2003, p. 20),

O caráter inovador das representações, posto na defesa de direitos e produto dos movimentos sociais, entra em disputa com um campo dominante de significados constituídos, que imediatamente filtram, reinterpretem e restringem a percepção. Observa-se assim, nos últimos anos, uma reação conservadora às conquistas, expressando-se na pressão por mudanças na legislação ordinária e na Constituição Federal – por exemplo, com propostas de diminuição da idade para se atribuir a responsabilidade penal e a demanda de providências coercitivas típicas do mundo adulto para adolescentes e crianças (Carrano; Sposito, 2003, p. 20).

Referir-se às juventudes, no contexto brasileiro, é referir-se à diversidade. Conforme Rodrigues (2024, p. 23),

O “paradoxo” para investigar e analisar as juventudes faz referência a dois “eixos semânticos”: “unidade” e “diversidade”. Ao mesmo tempo que a juventude é um conjunto social que se constitui enquanto “fase da vida”, aparentemente homogêneo, é também formado por juventudes diversas, por jovens de diferentes contextos sociais (Rodrigues, 2024, p. 23).

Utilizando o ECA como referência na delimitação da faixa etária de crianças e adolescentes — pois há variações nesta definição, referentes ao órgão e à localidade —, são crianças as pessoas com até 12 anos de idade incompletos e adolescentes as pessoas entre 12 e 18 anos de idade. Contudo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) no documento “Marco legal: saúde, um direito de adolescentes” (2007), são adolescentes as pessoas entre 10 e 19 anos de idade, e jovens as pessoas entre 15 e 24 anos de idade. Nesse contexto, além do mais, o Estatuto da Juventude, assim como a OMS, consideram como jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade. Apesar das variações nas delimitações das faixas etárias de crianças e adolescentes, elas estão bastante próximas de um consenso, bem como podem passar por transformações, visto que a realidade está em constante movimento.

Realização:



Apoio:



Os princípios expressos nas considerações preliminares do ECA são: o princípio da proteção integral, o princípio da responsabilidade tripartite, isto é, entre famílias, sociedade/comunidade e Estado — na Constituição Federal de 1988 fala-se de famílias, sociedade e Estado; já a comunidade foi inserida posteriormente no ECA —, bem como o princípio do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e o princípio da prioridade absoluta (Brasil, 1990). A partir da Constituição Federal de 1988 e do ECA, os adolescentes passam a ser reconhecidos legalmente como indivíduos em processo de desenvolvimento pessoal, que vivenciam uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, a qual será marcada por características estruturais e particulares subjacentes à sociedade na qual estão inseridos, suas famílias, as redes sociais mais amplas, entre outros.

Ao analisar o atual conteúdo do ECA e do Estatuto da Juventude, percebe-se que o primeiro estende-se aos direitos das gestantes no capítulo “Do Direito à Vida e à Saúde”; ele diz respeito, no artigo 7, ao “direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (Brasil, 1990), ao “acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde”, no artigo 8 (Brasil, 1990), ao direito de acompanhante durante o pré-natal, o parto e o pós-parto (Brasil, 1990), entre outros aspectos. Além disso, em 2019, a Lei nº 13.798, que institui a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, foi incluída no dispositivo. Já o Estatuto da Juventude, de forma breve, menciona, na Seção V, “Do Direito à Saúde”, no inciso V do artigo 20, o “reconhecimento do impacto da gravidez planejada ou não, sob os aspectos médico, psicológico, social e econômico” (Brasil, 2013).

Esse enfoque na relação entre sexualidade e saúde pode ser entendido como uma estratégia adotada para incluir o tema na vida dos usuários dos serviços de saúde para impedir reações intensas dos setores conservadores — apesar de que, na realidade, tais reações acontecem inevitavelmente, e a alternativa é enfrentá-las. Desse modo, conforme Alzugar e Brandão (2022),

Uma estratégia política adotada, com êxito, diante das muitas resistências aos temas da sexualidade e da reprodução, em sentido estrito, tem sido associá-los ao tema da proteção à saúde, menos controverso. Assim, as formulações de saúde sexual e saúde reprodutiva também foram engendradas, no intuito de uma subordinação das esferas da sexualidade e da reprodução à saúde, como domínios a serem cuidados e regulados em nome de um bem-estar pessoal e global (Alzugar; Brandão, 2022, p. 106).

## **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e gravidez não intencional na adolescência**

No que diz respeito à esfera dos direitos sexuais e reprodutivos, afirma-se que podem estar interligados, no entanto, não possuem o mesmo significado e, em alguns momentos, existem de modo totalmente independente. Conforme Juliana Gomes (2021), é possível que haja sexualidade sem reprodução — como com a utilização de métodos anticoncepcionais e relações homoafetivas —, da mesma forma que haja reprodução sem sexualidade — com a utilização da reprodução assistida, por exemplo. Nessa perspectiva, segundo Corrêa e Petchesky (1996), citados por Paiva (2023, p. 130), destacam que,

Os direitos sexuais e reprodutivos são dimensões de cidadania. Esses direitos devem ser contextualizados em termos de poder e recursos: “poder de tomar decisões com base em informações seguras sobre a própria fecundidade, gravidez, educação dos filhos, saúde ginecológica e atividade sexual; e

Realização:



Apoio:



recursos para levar a cabo tais decisões de forma segura” (Corrêa; Petchesky, 1996, p. 149 *apud* Paiva, 2023, p. 130).

No que concerne aos direitos reprodutivos, no artigo “Direitos reprodutivos e (des)colonização: notas preliminares sobre a colonialidade dos direitos reprodutivos”, Telo (2019, p. 200) afirma que eles constituem

A prerrogativa legal de todas as pessoas, independente da raça, classe, origem, orientação sexual, identidade de gênero, localização geográfica, idade, ou outros que reconheçam o acesso à saúde reprodutiva na base da equidade de gênero. O direito de decidir de forma livre e responsável sobre ter ou não filha/o, o número e o respectivo espaçamento (Telo, 2019, p. 200).

No contexto brasileiro, pautas relativas aos direitos reprodutivos, gênero e afins adquiriram forças em um cenário amplo de lutas sociais, no momento de redemocratização após um dos períodos mais violentos da história do país, com a oposição do regime civil-militar. Nesse sentido, de acordo com Scavone (1999, p. 2), em relação ao debate acerca dos direitos reprodutivos no Brasil,

As questões reprodutivas (especialmente o direito ao aborto e a contracepção segura) começaram a ser discutidas timidamente no país no final dos anos 70 e começo dos anos 80, no contexto generalizado de uma luta - anterior e mais ampla - pela retomada de direitos políticos básicos, os quais haviam sido confiscados pela ditadura militar. A ligação da luta pelos direitos gerais com a luta pelos direitos específicos foi (e ainda é) uma marca do feminismo latino-americano, cujas reivindicações tinham uma associação inequívoca com um projeto de sociedade democrático e igualitário, que todavia está em construção nos países deste bloco (Scavone, 1999, p. 2).

Dessa forma, a partir do que foi pautado acima, concebe-se necessário relacionar os apontamentos realizados acerca dos direitos sexuais e reprodutivos à realidade social das e dos adolescentes, grupo que pode vir a experimentar a gravidez não intencional na adolescência e que deve possuir a maior parte dos direitos sexuais e reprodutivos garantidos — com exceção aos procedimentos de esterilização, que possuem faixa etária específica e podem adentrar em debates relacionados a formas de controle por meio de esterilização coercitiva.

O Censo Demográfico de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que a aceleração do envelhecimento da população é predominante, ou seja, o número de idosos/as é crescente ao comparar com o número de jovens. Além disso, outras informações importantes se referem ao sexo: “em 2022, na população brasileira, 51,5% (104.548.325) eram mulheres e 48,5% (98.532.431) eram homens, com cerca de 6,0 milhões de mulheres a mais do que homens” (Gomes, I.; Britto, 2023), e dentre as regiões que possuem mais jovens: “a região Norte era a mais jovem: 25,2% de sua população tinha até 14 anos, e o Nordeste vinha a seguir, com 21,1%” (Gomes; Britto, 2023).

De acordo com Belandi (2024, n/p) na plataforma *Agência IBGE notícias*,

O Brasil registrou 2,54 milhões de nascimentos em 2022, uma queda de 3,5% na comparação com 2021, quando o número foi de 2,63 milhões. Este é o quarto recuo consecutivo no total de nascimentos do país, que chegou ao menor nível desde 1977. Nordeste (-6,7%) e Norte (-3,8%) tiveram os recuos mais intensos.

Simultaneamente, conforme a Agência Brasil (2025) em matéria veiculada pela CNN Brasil, “quando se analisa por regiões, é possível perceber que o Norte e o Nordeste apresentam maior participação de mulheres de até 19 anos que tiveram filhos/as em 2023, 18,7% e 14,3%, respectivamente”. Com isso, nota-se que há uma constante diminuição no número de registros de nascimentos no país. No entanto, os

Realização:



Apoio:



números relacionados a mulheres de até 19 anos de idade que tiveram filhos/as em 2023 ainda são expressivos; com destaque para as regiões onde houve os maiores recuos — norte e nordeste —, mas que possuem o maior percentual de jovens gestantes.

Dados recentes do Ministério da Saúde compilados no projeto “Gravidez e maternidade na adolescência - um estudo da coorte de 100 milhões de brasileiros” do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para a Saúde (CIDACS - Fiocruz) apontam que “cerca de 380 mil partos foram de mães com até 19 anos de idade em 2020, o que corresponde a 14% de todos os nascimentos no Brasil. Em 2019 essa proporção era de 14,7% e 15,5% em 2018” (UNFPA Brasil, 2022, n/p).

Além disso, de acordo com a pesquisa,

Em 2020, do total de nascidos vivos de mães indígenas, 28,2% foram de mães adolescentes. Entre todas as mulheres pardas que se tornaram mães, 16,7% dos bebês nasceram de adolescentes, e entre os partos de mulheres pretas, 13% foram de mães adolescentes. Já entre os nascidos de mães brancas, 9,2% eram mães adolescentes (UNFPA Brasil, 2022, n/p).

Nesse sentido, observa-se que o número de adolescentes indígenas, pardas e pretas que experienciaram a gravidez na adolescência é alto, e que, no Brasil, além da desigualdade de classe social e gênero, a desigualdade de raça/etnia se expressa, igualmente, como um fator determinante para a ocorrência de gravidez na adolescência. A pobreza, que leva à ausência de acesso a serviços de saúde a depender da localidade, e à ausência da educação em sexualidade — o último em razão da insuficiência desta temática no currículo das escolas da rede pública e de circunstâncias em que o/a adolescente sequer pode frequentar a escola da maneira necessária para a apreensão dos conteúdos, pois possui outras questões perpassando sua realidade — é mais um dos fatores a ser evidenciado nesta problemática.

Considera-se as meninas cisgênero, meninos transgêneros e pessoas não binárias como aquelas ou aqueles que podem passar pelo processo de gestação. Desse modo, a respeito das juventudes:

Os/as jovens conquistaram no âmbito jurídico-legal, ainda no século XX, o direito ao atendimento confidencial nas unidades de saúde, com qualidade e sem exigir a presença dos pais ou responsáveis. Eles/elas também têm o direito de receber informações e de escolher um método anticoncepcional, incluindo camisinha e/ou anticoncepção de emergência (UNFPA, 2010 *apud* Paiva, 2023). Ressalta-se, entretanto, que muitas vezes o não exercício desses direitos é a realidade e traz como consequências gravidezes não planejadas, infecções sexualmente transmissíveis - IST/HIV-Aids, preconceito, discriminação, vários tipos de violência de gênero e sexual e outras consequências que prejudicam a saúde e os projetos de vida das/os jovens (Paiva, 2014 *apud* Paiva, 2023, p. 133).

Nos serviços de saúde, o/a adolescente possui o direito de ser atendido sozinho/a se assim preferir, e nesse âmbito, o sigilo profissional daquele atendimento deve ser garantido (Brasil, 2007). Há algumas normativas que apresentam informações acerca dos direitos sexuais e reprodutivos para adolescentes, mesmo que não sejam totalmente direcionadas para o grupo. A respeito da sexualidade, entende-se que ela não se limita à genitalidade ou à primeira relação sexual, mas estende-se a um processo de experimentação pessoal, que possui início na adolescência e na juventude, e se estabelece, por exemplo, na familiarização de representações, rituais de interação e de práticas (Heilborn *et. al*, 2006). No que diz respeito às experiências de maternidade e paternidade na adolescência, é preciso enfatizar que são diferentemente vivenciados por conta das questões de gênero que perpassam a realidade desses grupos, bem como questões de raça/etnia e classe social.

Realização:



Apoio:



Dessa forma, as expectativas dessa sociedade para as jovens meninas é diferente das expectativas para os jovens meninos. Espera-se que, na ocorrência da maternidade na adolescência, as meninas se empenhem totalmente nesse processo, colocando todo o restante de suas vidas em segundo plano; e, ainda assim, são particularmente culpabilizadas. Por outro lado, os meninos são isentos dessa grande responsabilidade, na maioria das vezes. Portanto, o machismo e a misoginia tornam o processo de gestação na adolescência indiscutivelmente violento.

Logo, pensar o gênero, nessa perspectiva, significa pensar no “aprendizado cultural das normas e convenções que prescrevem padrões distintos de comportamento social aos homens e às mulheres” (Alzuguir; Brandão, 2022, p. 21). Tais padrões distintos de comportamento social aos homens e mulheres se refletem, por exemplo, na responsabilização sobre o uso de método contraceptivos, que se torna centrada na mulher: “a negociação do uso do preservativo masculino ainda esbarra em padrões sociais pautados em relações de gênero, deixando mais vulneráveis particularmente, as mulheres” (Castro, 2015, p. 126).

Sob esse olhar, a gravidez na adolescência, nos últimos anos, se constituiu como um “problema social”, que deve ser enfrentado de maneira sistemática pelo Estado. De acordo com Heilborn *et. al* no livro “O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros”, “a ‘novidade’ da gravidez na adolescência, no Brasil como em outros países, dá-se em parte por essa ‘ilegitimidade’, que não é a única faceta da questão, mas contribui para transformá-la em um problema social” (2006, p. 30). Conforme a OMS no documento “Vendo o invisível: em defesa da ação na negligenciada crise da gravidez não intencional”, produzido pelo UNFPA em 2022,

Quando os sistemas de saúde não oferecem cobertura universal, quando os cuidados sexuais e reprodutivos não são centrados na pessoa nem são abrangentes, ou são de baixa qualidade, o compromisso dos governos de garantir o direito à saúde universalmente acordado permanece não cumprido. Isso é especialmente verdadeiro quando os sistemas de saúde não fornecem atendimento acessível, adequado e adaptado às adolescentes. As consequências da gravidez não planejada podem ser mais graves para essa faixa etária – afinal, as complicações na gravidez e no parto são a principal causa de morte entre meninas de 15 a 19 anos (OMS, 2020b *apud* Fundo de População das Nações Unidas, 2022, p. 14).

Logo, a gravidez na adolescência é mais um dos agravantes que se entrelaça às desigualdades de classe social, gênero e raça/etnia.

Conforme Heilborn *et. al* (2006, p. 31):

Mencionam-se riscos de aborto espontâneo e de prematuridade, problemas para a saúde da mãe, riscos no parto, mortalidade materna e, enfim, riscos para a criança (como baixo peso no nascimento e mortalidade infantil). Em diversos países, foi demonstrado que os riscos estão mais relacionados a características sociais do que à idade.

Tais riscos, entretanto, são ainda maiores para crianças e adolescentes entre 10 a 14 anos, que podem engravidar, em muitos casos, por conta da violência sexual. Em relação aos riscos, segundo a cartilha “Brincar ou parir: gravidez infantil forçada na América Latina e no Caribe” do Comitê latino-americano e do Caribe para a defesa dos direitos das mulheres (CLADEM),

As meninas de 14 anos ou menos sofrem mais complicações durante a gravidez e o parto, que a essa idade são de alto risco. Como em muitos casos ainda não está formado o piso pélvico, os partos são perigosos. Há maiores riscos de sofrer pré-eclâmpsia, eclâmpsia, ruptura de membranas, parto prematuro e diabetes gestacional (CLADEM, [2016?], p. 9).

Realização:



Apoio:





Outro aspecto a ser mencionado na discussão sobre gravidez na adolescência é o conceito de justiça reprodutiva, bastante utilizado por autoras brasileiras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e outras. De maneira sucinta, defende-se que é necessário direcionar o olhar para as desigualdades sociais e o racismo, elementos que edificam a sociedade brasileira, capitalista e totalmente desigual. Desse modo, reivindicar a justiça reprodutiva quer dizer:

cobrar do Estado brasileiro o amparo a todas as mulheres que desejam ter seus filhos em condições seguras e àquelas que não desejam ter mais filhos ou ter filho algum. A escolha sobre ter ou não um filho é bastante complexa, especialmente considerando uma nação sem oferta de creches públicas e de escolas para primeira infância; e culturalmente não familiarizada com a divisão sexual do trabalho doméstico. Indo além, é necessário reconhecer os múltiplos processos de produção de desigualdades sociais e propor políticas públicas capazes de enfrentar (ou ao menos mitigar) as disparidades produzidas pelos múltiplos feixes de subordinação e hierarquização social aos quais os indivíduos (uns mais do que outros) estão submetidos (Brandão; Cabral, 2021, p. 11).

## Conclusão

Em síntese, percebe-se que as políticas públicas destinadas às crianças, adolescentes e jovens advém de um período histórico que teve o objetivo de romper diretamente com a perspectiva conservadora, de certo “ajustamento” sobre esse público. Contudo, as contradições atingem essas políticas, o que faz com que a perspectiva democrática de direito não seja totalmente concretizada da maneira que foi idealizada.

Além disso, a partir do panorama encontrado sobre a temática da gravidez não intencional na adolescência no Brasil, nota-se que há diferentes direcionamentos políticos para o enfrentamento da questão, e que, em uma dessas perspectivas, defende-se que o diálogo sobre temas que permeiam a sexualidade na adolescência e sobre a necessidade da garantia dos direitos sexuais e reprodutivos garantidos para esse grupo se torna uma influência negativa direta para as decisões individuais e exercício precoce da sexualidade.

No entanto, defendemos que a educação sexual deve ser estimulada por diversos setores da sociedade, de modo simultâneo, para que, de fato, alcance as juventudes de maneira efetiva. Nesse âmbito, “assistimos a uma resistência crescente por parte de representantes do Estado e/ou de gestores de educação em assumir/aceitar a necessidade de discussão sobre sexualidade e gênero na escola, onde crianças e adolescentes são socializados” (Paiva et al., 2020 *apud* Brandão; Cabral, 2021).

Por fim, é preciso destacar que a forma com que uma criança ou adolescente que passa por uma gestação não intencional ou indesejada é vista nesta sociedade reflete a culpabilização que ocorre ao longo da vida da mulher. Diante disso, o Estado possui o dever de elaborar estratégias para a prevenção e controle das gravidezes não intencionais ou indesejadas na adolescência por intermédio de políticas públicas que, de fato, suprimam a violação aos direitos sexuais e reprodutivos.

## Referências

AGÊNCIA BRASIL. Brasil registra menor número de nascimentos em quase 50 anos, diz IBGE. **CNN Brasil**. [S. l.], 16 maio 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/brasil-registra-menor-numero-de-nascimentos-em-quase-50-anos-diz-ibge/>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



BELANDI, Caio. Em 2022, número de nascimentos cai pelo quarto ano e chega ao menor patamar desde 1977. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 27 mar. 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39560-em-2022-numero-de-nascimentos-cai-pelo-quarto-ano-e-chega-ao-menor-patamar-desde-1977>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRANDÃO, Elaine Reis; ALZUGUIR, Fernanda de Carvalho Vecchi. **Gênero e saúde: uma articulação necessária**. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2022.

BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva. Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil. **Interface** (Botucatu), v. 25, supl. 1, p. e200762, 2021

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Marco legal**: saúde, um direito de adolescentes. Brasília: MS, 2007.

CABRAL, Cristiane da Silva; BRANDÃO, Elaine Reis. Uma bricolagem de experiências contraceptivas. Desafios impostos à gestão da potencialidade reprodutiva. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v, 16, n. 1, p. 21-31, jun., 2021.

CASTRO, Mary Garcia. Juventudes e sexualidade. Brasil, 2000-2015. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, n. 1, ano XVI, jan. 2015

COMITÊ LATINO-AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES (CLADEM). **Brincar ou parir**: gravidez infantil forçada na América Latina e Caribe. Assunção, Paraguai: CLADEM, [2016?].

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar., 2010.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – UNFPA Brasil. **Apesar de redução, Brasil ainda apresenta dados elevados de gravidez e maternidade na adolescência, apontam especialistas**. Brasília: UNFPA Brasil, 16 set. 2022. Disponível em: <<https://brasil.unfpa.org/pt-br/news/brasil-ainda-apresenta-dados-elevados-de-gravidez-e-maternidade-na-adolescencia#:~:text=Em%202020%2C%20do%20total%20de,%2C2%25%20eram%20m%C3%A3es%20adolescentes>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – UNFPA Brasil. **Direitos da população jovem**: um marco para o desenvolvimento. 2ª ed. Brasília: UNFPA Brasil, 2010.

Realização:



Apoio:



FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – UNFPA Brasil. **Situação da população mundial 2022**. Vendo o invisível: em defesa da ação na negligenciada crise da gravidez não intencional. Brasília: UNFPA Brasil, 2022.

GOMES, Irene; BRITTO, Vinícius. Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. **Agência IBGE notícias**, Rio de Janeiro, 27 out. 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

GOMES, Juliana Cesario Alvim. Direitos sexuais e reprodutivos ou direitos sexuais e direitos reprodutivos? Dilemas e contradições nos marcos normativos nacionais e internacionais. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. e2136, 2021.

HEILBORN, Maria Luiza *et al.* (org.). **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Editora Garamond; Editora Fiocruz; 2006.

LEITE, Carla Carvalho. Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas. **Revista do Ministério Público**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 93-107, 2006.

MENEZES, Caroline Alves da Costa. O menorismo e as contradições históricas na realidade de crianças e adolescentes no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 01, p. 134–154, jan., 2024.

PAIVA, Sabrina Pereira. O debate social sobre juventude e sexualidade no contexto contemporâneo: as controvérsias e disputas de narrativas na (des)construção da política sexual brasileira. *In*: DUARTE, Marco José de Oliveira *et al.* (org.). **Sexualidades & Serviço Social**: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2023. p. 61-70.

RODRIGUES, Laiz Bueno. **Desafios à justiça reprodutiva: intenções reprodutivas e práticas contraceptivas de jovens de camadas populares e médias do Rio de Janeiro**. 2024. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

SCAVONE, Lucila. Direitos reprodutivos, políticas de saúde e gênero. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 5, n. 9, p. 1-18, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/196>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, set. /out. /nov. /dez., 2003.

TELO, Florita Cuhanga António. Direitos reprodutivos e (des)colonização: notas preliminares sobre a colonialidade dos direitos reprodutivos. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 5, n. 4, p. 199–218, out./dez., 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/cgd.v5i4.29658>> Acesso em: 24 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



**REFLEXÕES INCIPIENTES ACERCA DOS DIREITOS DE NATUREZA: desafios políticos, jurídicos e civilizatórios em tempos de colapso ambiental.**

Igor Medeiros Rocha<sup>228</sup>

**Resumo:** Este artigo discute a emergência e os desdobramentos do conceito de Direitos da Natureza no contexto do Antropoceno, refletindo sobre sua dimensão jurídica, ontológica e política. A partir de uma revisão crítica da literatura recente e da análise de casos paradigmáticos como as Constituições do Equador (2008), da Bolívia (2010), e do reconhecimento do rio Whanganui (Nova Zelândia) como sujeito de direitos, o texto propõe uma leitura ampliada da justiça ecológica. Também examina o cenário brasileiro, com destaque para a experiência Wari' em Rondônia, e os limites enfrentados por iniciativas que confrontam o paradigma desenvolvimentista. Ao final, defende-se que os Direitos da Natureza não representam apenas uma inovação legal, mas uma transformação civilizatória que demanda a reinvenção das bases da vida comum.

**Palavras-chave:** Direitos da Natureza; Colapso Ambiental; Ontologias Indígenas; Justiça Ecológica; Paradigma Jurídico.

**Abstract:** This article discusses the emergence and developments of the concept of Rights of Nature within the context of the Anthropocene, reflecting on its legal, ontological, and political dimensions. Through a critical review of recent literature and analysis of paradigmatic cases such as the Constitutions of Ecuador (2008) and Bolivia (2010), and the recognition of the Whanganui River (New Zealand) as a subject of rights, the text proposes an expanded understanding of ecological justice. It also examines the Brazilian scenario, highlighting the Wari' experience in Rondônia and the limits faced by initiatives that confront the developmental paradigm. Ultimately, it argues that the Rights of Nature do not merely represent a legal innovation but a civilizational transformation that demands the reinvention of the foundations of common life.

**Keywords:** Rights of Nature; Environmental Collapse; Indigenous Ontologies; Ecological Justice; Legal Paradigm.

## Introdução

Para começar do início, como se é de praxe, as inquietações aqui apresentadas foram derivadas das discussões em momento de participação na disciplina: *Uma virada ecocêntrica? Direitos da natureza e o estatuto moral dos outros-que-humanos*, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu Nacional da

---

<sup>228</sup> Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Realização:



Apoio:



Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tomei o tema como relevante justamente porque nos últimos anos, o avanço das mudanças climáticas, da extinção em massa de espécies e da destruição de ecossistemas fundamentais para a vida no planeta colocaram em xeque as estruturas legais e políticas que regulam a relação entre os seres humanos e o meio-ambiente.

Em meio ao colapso ecológico global, emergem com força as propostas dos chamados Direitos da Natureza, que reivindicam uma ruptura com o paradigma antropocêntrico e a inclusão da natureza – e de todo os outros-que-humanos - como sujeito de direitos no campo jurídico. Esta proposta, embora recente em sua formulação legal, articula cosmovisões ancestrais e teorias contemporâneas que propõem reimaginar o próprio sentido de justiça e comunidade política. Nesse sentido, reconhecer a natureza como sujeito de direito é mais do que uma reforma legal, é um convite a reimaginar o que na lógica destruidora do capital sempre se contou como vida, como pessoa e como mundo.

O reconhecimento jurídico da natureza como sujeito de direitos não é apenas uma inovação normativa, mas uma reconfiguração profunda das bases ontológicas do direito moderno, ancorado historicamente na separação entre sujeitos humanos e objetos naturais. Como aponta Erin Fitz-Henry (2022), os Direitos da Natureza não se limitam a oferecer proteções legais a ecossistemas, mas demandam uma “reconfiguração relacional das formas de vida”, desafiando as categorias fundamentais do pensamento político ocidental. Ao mesmo tempo, autores como David Boyd (2017) denunciam que o sistema jurídico ambiental tradicional falha em proteger a natureza por vê-la apenas como recurso, e não como entidade com valor intrínseco e com autonomia.

Este artigo se propõe a discutir os fundamentos, as experiências e os limites dos Direitos da Natureza no cenário jurídico contemporâneo. Parte-se da análise de casos emblemáticos — como as Constituições do Equador e da Bolívia, e a jurisprudência da Nova Zelândia — para problematizar as possibilidades e tensões da institucionalização desses direitos. Em seguida, aborda-se a experiência brasileira, com atenção à atuação de povos indígenas e comunidades locais. Por fim, discute-se o confronto entre esses direitos e a lógica desenvolvimentista do capital, indicando caminhos para uma transição paradigmática em direção à justiça ecológica.

## **O que são os direitos da natureza?**

Os Direitos da Natureza referem-se à proposição de que elementos naturais — como rios, florestas, animais e ecossistemas — devem ser reconhecidos como sujeitos jurídicos, portadores de direitos próprios, independentemente de sua utilidade para os humanos. Essa ideia contrasta radicalmente com a concepção moderna do direito ambiental, que considera a natureza como objeto de regulação e propriedade. Segundo David Boyd (2017, p. 09), "o direito ambiental tradicional permite a destruição legal da natureza, desde que certas condições sejam cumpridas. Já os direitos da natureza colocam limites morais e legais à exploração".

A base filosófica dessa proposta encontra ressonância em diferentes tradições. O ecocentrismo, por exemplo, sustenta que todas as formas de vida possuem valor intrínseco, e não apenas instrumental. Autores como Roderick Nash argumentam que há uma “espiral de expansão moral” que historicamente ampliou o reconhecimento de direitos — da aristocracia aos camponeses, dos homens às mulheres, dos humanos aos animais, e agora à natureza (Nash, 1989, p. 17). Em complemento, Fitz-Henry (2023) destaca que os Direitos da Natureza devem ser lidos como parte de uma justiça multiespécie, que não apenas reconhece outras formas de vida, mas legitima epistemologias e ontologias não ocidentais.

Nesse sentido, tanto Fitz-Henry quanto Nash reconhecem que estamos diante de uma virada histórica no campo da ética e da política, marcada pela incorporação de

Realização:



Apoio:





seres não humanos no campo dos direitos e da justiça. Ambos reconhecem que essa transformação não é apenas normativa ou jurídica, mas profundamente ontológica e civilizatória, exatamente porque questiona os fundamentos mais profundos sobre quem somos, o que é um sujeito, o que é vida e o que constitui uma sociedade justa. Não se trata apenas de adicionar novos titulares de direitos a um sistema existente, mas de redefinir os próprios termos desse sistema: o que é um “direito”, quem pode ser seu portador, que tipo de mundo é reconhecido como legítimo.

O jurista Joshua Gellers (2021) propõe um deslocamento do foco nos atributos ontológicos (como senciência ou racionalidade) para as relações culturais e afetivas que produzem reconhecimento moral e jurídico. Para ele, “os direitos não derivam apenas das qualidades internas do ser, mas também das relações contextuais e sociais que envolvem esse ser” (Gellers, 2021, p. 89). Essa abordagem permite pensar os Direitos da Natureza não como uma concessão benevolente da humanidade, mas como o reconhecimento de vínculos já existentes entre humanos e o mundo mais-que-humano.

A ideia quanto aos Direitos de Natureza ganhou força a partir de 2006, nos Estados Unidos, inspirada por teorias como as do jurista Christopher Stone, autor do clássico artigo “Should Trees Have Standing?” (1972). Desde então, o movimento se expandiu globalmente. É o que mostra o artigo “*Putting the Rights of Nature on the Map*”, quando identifica 409 iniciativas legais em 39 países, reunindo diferentes formas de reconhecimento jurídico, como decisões judiciais, legislações nacionais e locais, constituições e normas de povos indígenas. Para organizar e compreender essa diversidade, os autores desenvolveram uma ampla taxonomia com sete categorias e 59 classes, classificando, por exemplo, o tipo de documento legal, a forma de governança, o tipo de entidade natural protegida e as motivações envolvidas (Putzer et al, 2022).

A maioria das iniciativas está localizada nas Américas, com destaque para os Estados Unidos e o Brasil, onde predominam regulações locais. A cerca disso, é possível destrinchar que a existência simultânea de regulações locais e nacionais reflete o fato de que a transformação jurídica-ontológica dos Direitos da Natureza está em curso, mas de forma desigual e plural. As leis locais funcionam como sementes políticas que testam novos paradigmas jurídicos e pavimentam o caminho para reformas mais amplas. As leis nacionais e decisões internacionais buscam reorganizar o próprio sistema jurídico moderno, muitas vezes pela via da “tradução ontológica” — ou seja, do esforço de fazer caber no direito estatal formas de ver o mundo baseadas em relacionalidade, espiritualidade e reciprocidade.

A principal diferença entre as regulações locais e aquelas de nível nacional ou internacional está na forma como elas emergem e no alcance que produzem. Enquanto as regulações locais costumam surgir a partir das vivências e lutas diretas de comunidades específicas — como povos indígenas, ribeirinhos, geraizeiros, quilombolas ou movimentos ambientais — e tendem a ser mais ágeis e enraizadas nos territórios, as regulações nacionais e internacionais envolvem processos institucionais mais lentos, sujeitos a pressões políticas e econômicas, mas têm um peso jurídico e simbólico mais amplo.

Em países como Equador e Colômbia, são mais frequentes as decisões judiciais que reconhecem os Direitos da Natureza. As entidades naturais mais protegidas são tratadas de maneira geral (natureza como um todo), mas também há foco em ecossistemas aquáticos, animais e florestas. Curiosamente, embora as crenças indígenas sejam frequentemente citadas como inspiração, apenas uma pequena parcela das iniciativas tem origem direta em tradições legais indígenas.

As iniciativas locais como sementes de transformação que desafiam o modelo antropocêntrico vigente porque muitas delas reconhecem explicitamente a natureza como um ser vivo, com agência e direitos próprios — algo que o direito tradicional, baseado na centralidade do humano, historicamente ignorou. Um exemplo claro é a Lei Municipal nº 2.579/2023 de Guajará-Mirim, em Rondônia, que reconhece o rio Laje

Realização:



Apoio:



(Komi Memem) como sujeito de direitos, incorporando a visão cosmológica dos Wari', onde o rio é morada dos ancestrais e parte da coletividade (Vilaça, 2024). Essa é uma iniciativa coerente com as formas de vida que busca proteger, pois nasce do próprio povo que convive com o rio, conhece sua importância espiritual, ecológica e social, e age para defendê-lo não como recurso, mas como parente. O mesmo podemos observar em iniciativas comunitárias em territórios como Alter do Chão (PA) e Bonito (MS), onde há resistência organizada contra a mercantilização da natureza — seja pelo turismo predatório ou pela pressão do agronegócio —, muitas vezes em articulação com saberes locais e indígenas.

Já as leis nacionais e internacionais, como os marcos do Equador (2008), que inscreveu os direitos da Pachamama na Constituição, ou o caso da Nova Zelândia, que reconheceu o rio Whanganui como uma entidade legal com “personalidade jurídica”, mostram avanços institucionais importantes. Mas também enfrentam limitações: no Equador, o extrativismo mineral continua sendo promovido pelo próprio Estado, enquanto no caso neozelandês, o reconhecimento jurídico não impediu disputas fundiárias e pressões corporativas sobre o território. No Brasil, apesar do artigo 225 da Constituição assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a ausência de reconhecimento da natureza como sujeito autônomo e a prevalência de interesses econômicos sobre os direitos socioambientais tornam a efetivação desse direito muitas vezes simbólica. Por isso, mesmo com maior peso institucional, essas regulações maiores tendem a reproduzir, em parte, o mesmo paradigma que pretendem transformar.

O estudo revelou ainda que as principais motivações para o reconhecimento legal dos Direitos da Natureza estão ligadas a sentimentos anticorporativos e à defesa dos direitos humanos a um meio ambiente saudável, o que levanta a questão se os Direitos da Natureza estão sendo usados como ferramentas para proteger interesses humanos, em vez de afirmar uma valorização autêntica e não antropocêntrica da natureza (Putzer et al, 2022).

### **Jurisprudências pioneiras: Bolívia, Equador e Nova Zelândia**

As experiências legislativas do Equador (2008), Bolívia (2010) e Nova Zelândia (2014–2017) representam marcos jurídicos no reconhecimento dos Direitos da Natureza e servem como referência internacional para outras nações que buscam reconfigurar sua relação com os ecossistemas. A Constituição equatoriana inovou ao estabelecer, em seu Artigo 71, que “a natureza ou Pachamama, onde se reproduz e realiza a vida, tem direito a que se respeite integralmente sua existência, manutenção e regeneração de seus ciclos vitais” (Equador, 2008). Essa mudança introduz um sujeito de direitos não humano no centro da estrutura constitucional do país, rompendo com a tradição jurídica ocidental baseada na distinção entre sujeito e objeto.

De maneira semelhante, a Bolívia adotou uma postura radical ao promulgar a Lei da Mãe Terra e Desenvolvimento Integral para o Bem-Viver, reconhecendo explicitamente a Terra como um ente vivo, sagrado e dotado de direitos. O artigo 33 da Constituição boliviana afirma que a Mãe Terra tem direito “à vida, regeneração, biodiversidade, água, ar puro e equilíbrio” (Bolívia, 2010), articulando princípios ancestrais indígenas com o aparato estatal contemporâneo.

Na Nova Zelândia, o caso do rio Whanganui se destaca como uma das jurisprudências mais comentadas e inovadoras. Após décadas de reivindicação por parte do povo Maori, o rio foi reconhecido, em 2017, como uma entidade viva com personalidade jurídica plena: “uma pessoa jurídica com todos os direitos, deveres e responsabilidades correspondentes” (Boyd, 2017, p. 157). O arranjo inclui a nomeação de dois kaitiaki (guardiões) — um indicado pela Coroa e outro pelo povo Maori — que

Realização:



Apoio:



juntos representam os interesses do rio, respeitando a cosmovisão maori que entende o rio como um ancestral vivo.

No entanto, como alertam autores como Erin Fitz-Henry (2023) e Anne Salmond (2014), o reconhecimento jurídico formal da natureza como sujeito de direitos não basta para garantir mudanças estruturais nas práticas de exploração e na racionalidade econômica vigente. Fitz-Henry argumenta que “sem uma transformação profunda dos dispositivos institucionais e do imaginário civilizatório que rege o direito moderno, os efeitos dessas medidas podem permanecer simbólicos e insuficientes” (Fitz-Henry, 2023, p. 4). Já Salmond enfatiza que “a presença simultânea de realidades alternativas — a do rio como ancestral e a do rio como recurso — gera tensões profundas” (Salmond, 2014, p. 290), o que torna a aplicação dos direitos da natureza um campo de disputas ontológicas e políticas.

Essas jurisprudências são importantes não apenas por instituírem novas categorias jurídicas, mas por desafiar os fundamentos da modernidade ocidental e sua separação entre cultura e natureza. Elas apontam para a possibilidade de um direito relacional e pluriverso, que respeite as formas de vida e pensamento de povos que historicamente foram marginalizados, oferecendo pistas para a construção de uma nova gramática jurídica para o Antropoceno.

### **A situação brasileira: entre lutas locais e reconhecimento jurídico parcial**

No Brasil, o debate em torno dos Direitos da Natureza ainda é incipiente no plano federal, mas tem ganhado força por meio de iniciativas locais e de lideranças indígenas. A Constituição Federal de 1988 garante, no artigo 225, o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. No entanto, essa formulação ainda mantém a natureza como objeto a ser protegido em função do bem-estar humano. Não há, no texto constitucional, qualquer referência à natureza como sujeito de direitos próprios.

Dentre as experiências mais inovadoras no país, destaca-se a Lei Municipal nº 2.579/2023, aprovada no município de Guajará-Mirim (RO), que reconhece o rio Laje, denominado Komi Memem pelos Wari', como uma entidade viva e portadora de direitos. Proposta por Francisco OroWaram, vereador indígena Wari', a lei afirma que “são reconhecidos os direitos intrínsecos do Rio Laje – Komi Memem – enquanto entidade viva, bem como de todos os corpos d'água e seres vivos que nele existam naturalmente” (Guajará-Mirim, 2023, art. 1º). Esta conquista representa um marco simbólico importante ao articular política institucional e cosmologia indígena.

Francisco, que é mestre em geografia e ativista indígena, articulou a proposta com o apoio da ONG MAPAS, que atua na assessoria jurídica de movimentos socioambientais. Segundo Vanessa Hasson, coordenadora da organização, “a espiritualidade do rio foi um elemento decisivo para sensibilizar o debate público”<sup>229</sup>. Ainda que o discurso de Francisco tenha adotado uma postura pragmática e secularizada durante os debates na câmara municipal — em parte por sua filiação evangélica e pelo perfil conservador do parlamento —, ele reconhece, em entrevistas posteriores, que o rio é também “pessoa”, tanto para os vivos quanto para os mortos do seu povo (Vilaça, 2023).

Esse exemplo revela os tensionamentos entre diferentes regimes de representação e ontologias em disputa. Como observa Aparecida Vilaça, “os brancos parecem querer dar voz ao que imaginam ser a perspectiva indígena, enquanto Francisco exhibe sua voz acadêmica” (Vilaça, 2023, p. 24). A oscilação entre perspectivas não deve ser vista como contradição, mas como estratégia de tradução ontológica e

<sup>229</sup> Ver entrevista de Vanessa Hasson em Brasil de Fato, disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/podcast/bem-viver/2023/07/17/legislacao-ambiental-precisa-acabar-com-ideia-de-que-natureza-e-recurso-alerta-membra-da-onu/>>

sobrevivência política — algo também observado por Marisol de la Cadena (2010) ao tratar de líderes andinos que mobilizam discursos científicos e espirituais simultaneamente.

Embora existam projetos de lei tramitando em outras câmaras municipais e estaduais, o avanço da agenda esbarra em barreiras estruturais. A força do agronegócio, a ausência de mecanismos constitucionais para o reconhecimento da natureza como sujeito de direitos, e a criminalização de lideranças ambientais limitam a possibilidade de uma jurisprudência nacional robusta. A luta, portanto, se dá no nível local, em diálogo com comunidades tradicionais, ambientalistas e juristas comprometidos com a ecologia política.

### **Barreiras jurídicas e ontológicas à consolidação dos direitos da natureza**

Apesar dos avanços simbólicos e jurídicos em diversas partes do mundo, os Direitos da Natureza enfrentam obstáculos consideráveis quando confrontados com os fundamentos do direito moderno. A principal barreira está na estrutura ontológica do direito ocidental, que se ancora na dicotomia entre sujeito (humano) e objeto (não humano). Como observa Yoriko Otomo, “a figura do sujeito de direito ainda opera dentro de uma lógica que separa seres em categorias opostas e hierárquicas” (Otomo, 2020, p. 254). Nesse sentido, o reconhecimento da natureza como sujeito implica não apenas uma mudança legal, mas uma reestruturação profunda do imaginário jurídico e político.

A concepção moderna de pessoa jurídica foi historicamente construída a partir de critérios como racionalidade, autoconsciência e linguagem — critérios que, como denuncia Joshua Gellers (2021), excluem deliberadamente formas de vida não humanas. Em sua análise, ele argumenta que “os critérios tradicionais de elegibilidade para direitos falham em capturar a complexidade das relações entre humanos e outros seres vivos” (Gellers, 2021, p. 81). Por isso, propõe uma abordagem relacional, que considere o contexto afetivo, cultural e político da concessão de direitos.

No mesmo sentido, Erin Fitz-Henry (2023) destaca que a emergência dos Direitos da Natureza está intimamente ligada à valorização de ontologias relacionais, sobretudo de povos indígenas. Para ela, “os direitos emergem de relações, não de atributos isolados” (Fitz-Henry, 2023, p. 11). Isso significa que o direito precisa reconhecer formas de existência que não se baseiam na individualidade nem na autonomia, mas em redes de interdependência e coabitação. A recusa do direito ocidental em acolher tais formas de vida expressa, portanto, um colonialismo epistemológico.

Além disso, há o risco de que a linguagem jurídica ocidental, ao tentar traduzir a cosmovisão de comunidades tradicionais, acabe por distorcê-la. Como observam Strathern (2005) e Viveiros de Castro (2004), traduções ontológicas são sempre parciais, carregadas de equívocos e tensões. No caso da Nova Zelândia, por exemplo, o rio Whanganui foi reconhecido como “pessoa jurídica”, mas os guardiões Maori recusaram o título de “representantes legais” por entenderem que o rio já possui seus próprios guardiões espirituais (Salmond, 2014, p. 297). Essa divergência revela os limites da linguagem jurídica moderna diante de cosmologias animistas.

No contexto brasileiro, os desafios se intensificam. A estrutura fundiária concentrada, a hegemonia do agronegócio e a criminalização da luta por terra e território tornam o reconhecimento dos Direitos da Natureza ainda mais difícil. A própria noção de propriedade privada, alicerçada no Código Civil, colide com a ideia de que a natureza não pertence a ninguém, mas a si mesma. Como afirmou o líder indígena Kasiripiná, “a terra tem dono, o rio tem dono, as árvores têm dono. Não foram os homens que inventaram a natureza” (Fausto e Costa, 2017, p. 18).

Dessa forma, a consolidação dos Direitos da Natureza requer não apenas reformas legais, mas uma profunda transformação cultural, epistemológica e

Realização:



Apoio:





civilizatória. A insistência em moldar o reconhecimento da natureza aos marcos da tradição jurídica ocidental pode acabar por limitar seu alcance e sentido. O desafio está, portanto, em permitir que múltiplas ontologias coexistam no interior dos sistemas legais — algo que exige escuta, criatividade institucional e descolonização do pensamento jurídico.

## **O desenvolvimentismo em confronto com os modos de vida**

A consolidação dos Direitos da Natureza se choca diretamente com o modelo desenvolvimentista hegemônico, cujas raízes estão profundamente atreladas ao extrativismo, à expansão do agronegócio e à lógica da propriedade privada. Este modelo, fundado na maximização da exploração dos bens naturais para a geração de lucro, pressupõe uma natureza silenciosa, passiva e disponível — uma condição radicalmente oposta à concepção da natureza como sujeito de direitos. Como afirma David Boyd, “as leis que atualmente regem os recursos naturais foram escritas com o objetivo explícito de facilitar sua exploração” (Boyd, 2017, p. 78).

No Brasil, o discurso desenvolvimentista opera como justificativa moral para a apropriação de territórios indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais. A construção de grandes empreendimentos, como barragens, rodovias e plantações de monocultura, é comumente apresentada como caminho inevitável para o progresso. Entretanto, essas ações violam modos de vida sustentados na reciprocidade com os ecossistemas e comprometem a integridade dos sistemas socioecológicos. Como demonstra o caso do rio Laje, projetos de plantação de soja e o uso intensivo de agrotóxicos ameaçam diretamente não apenas a biodiversidade, mas também a continuidade cultural dos Wari’ (Vilaça, 2023).

Autores como Fitz-Henry (2023) e Levin (2018) chamam atenção para a forma como esse modelo econômico não apenas subordina a natureza aos interesses do capital, mas também perpetua uma visão hierárquica entre seres humanos e outros que-humanos. Abigail Levin argumenta que “os animais em zoológicos são tratados como espécimes antes de serem reconhecidos como sujeitos relacionais”, evidenciando como o paradigma utilitarista molda até mesmo as instituições de cuidado (Levin, 2018, p. 22).

Nesse contexto, o reconhecimento dos Direitos da Natureza aparece como ameaça à ordem econômica vigente. Não se trata apenas de proteger áreas verdes ou preservar espécies, mas de reconhecer outras formas de viver e coabitar o mundo. Como coloca Salmond (2014), a disputa em torno dos Direitos da Natureza é também uma disputa sobre “quais mundos podem existir no mundo do direito” (Salmond, 2014, p. 299). Essa afirmação nos obriga a repensar as estruturas legais como arenas de exclusão ontológica e política.

Por outro lado, múltiplas formas de resistência têm se articulado em torno de práticas de cuidado, espiritualidade e governança comunitária que desafiam os imperativos do desenvolvimento. No Brasil e em outras partes do Sul Global, povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas, coletivos agroecológicos e movimentos ambientalistas vêm propondo alternativas baseadas em economias do comum, agroflorestas, manejo comunitário e políticas de bem viver. São formas de insurgência epistêmica que recusam a universalização do progresso como destino único.

Assim, os Direitos da Natureza não apenas propõem um novo arranjo jurídico, mas colocam em xeque o próprio projeto civilizatório moderno. Desnaturalizar o desenvolvimentismo significa, portanto, abrir espaço para imaginar futuros ancorados em outros valores: interdependência, reciprocidade, relacionalidade e justiça multiespécie.

## **Considerações finais**

Realização:



Apoio:





A ideia dos Direitos da Natureza representa uma ruptura profunda com a lógica dominante do capitalismo, que trata a Terra como uma fonte infinita de recursos exploráveis e mercadorias. Essa abordagem jurídica propõe que os sistemas vivos — florestas, rios, recifes — tenham direitos próprios, não subordinados aos interesses humanos. É uma tentativa radical de reverter a relação de dominação e instrumentalização da natureza que marca a modernidade.

No entanto, os casos do Equador, da Bolívia e da Grande Barreira de Corais mostram os limites dessa transformação. Mesmo com leis avançadas, a prática estatal continua sendo pautada pela extração intensiva e crescimento econômico. Há contradições interna nos próprios governos que falam uma coisa e agem destoante ao manter suas políticas extrativistas e de desenvolvimento alinhado a exploração desenfreada de recursos naturais. O sistema internacional de comércio, dívida e dependência tecnológica pressiona os países a explorarem seus recursos, mesmo quando isso entra em conflito com suas constituições ou leis ambientais.

## Referências

EQUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**. Montecristi: Asamblea Nacional Constituyente, 2008. Disponível em: <[https://www.asambleanacional.gob.ec/sites/default/files/documents/old/constitucion\\_de\\_bolsillo.pdf](https://www.asambleanacional.gob.ec/sites/default/files/documents/old/constitucion_de_bolsillo.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2025.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia**. La Paz: Asamblea Legislativa Plurinacional, 2010. Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-CPE/>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

GUAJARÁ-MIRIM (RO). **Lei Municipal nº 2.579**, de 5 de junho de 2023. Reconhece o Rio Laje (Komi Memem) como sujeito de direitos. Guajará-Mirim, 2023. Disponível em: <<https://www.guajaramirim.ro.gov.br/>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

BOYD, D. R. **The rights of nature**: a legal revolution that could save the world, ECW Press, 2017.

CULLINAN, C. **The laws of nature**: wild law - a manifesto for earth justice. Devon, UK: Green Books, 2011.

DE LA CADENA, M. Indigenous cosmopolitics in the Andes: Conceptual reflections beyond “politics.” **Cultural Anthropology**, v. 25, n. 2, p. 334–370, 2010.

FAUSTO, C; COSTA, L. Owning land, being embodied, and the future of indigenous anthropology in Brazil. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 7, n. 1, p. 277–301, 2017.

FITZ-HENRY, E. Multi-species justice: a view from the rights of nature movement. **Environmental Politics** 31(2), 2022. Levin, Abigail (2018). Zoo Animals as Specimens.

KAUFFMAN, C. M; MARTIN, P. L. **The politics of rights of nature**: Strategies for building a more sustainable future. The MIT Press, 2011.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Realização:



Apoio:



NASH, R. F. **The rights of nature**: A history of environmental ethics. University of Wisconsin Press, 1989.

OTOMO, Y. Sentience, form and breath: Law's life with animals. *In*: ARNAULD, A. v.; DECKEN, K. v. d.; SUSI, M. (org.). **The Cambridge handbook of new human rights**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. p. 253–258

SALMOND, A. Ontological quarrels: indigeneity, exclusion and citizenship in a relational world. **Anthropological Theory**, v. 14, n. 3, p. 281–300, 2014.

STRATHERN, M. **Kinship, law and the unexpected**: Relatives are always a surprise. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

VILAÇA, Aparecida. **The birth of an earth being**. 2024.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Perspectival anthropology and the method of controlled equivocation. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 2, n. 1, p. 3–22, 2004.

Realização:



Apoio:





## **EIXO TEMÁTICO 5**

### **SERVIÇO SOCIAL, LUTAS SOCIAIS E RESISTÊNCIA**

**Realização:**



**Apoio:**



## RUPTURA E RESISTÊNCIA: a Renovação do Serviço Social na Universidade Católica de Valparaíso (Chile)

Susana Maria Maia<sup>230</sup>

Maria Rosângela Batistoni<sup>231</sup>

Letícia Beatriz Arancibia Martínez<sup>232</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa que investiga o vínculo político e pedagógico entre o Serviço Social e as lutas sociais no Brasil (décadas de 1960-1980). O estudo compara o Método BH da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG) com o projeto emancipatório da *Escuela de Trabajo Social* da Universidade Católica de Valparaíso (ETS/UCV). Ambas as experiências são analisadas no contexto do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina. Este artigo, especificamente, foca na experiência da ETS/UCV, detalhando os achados iniciais de uma pesquisa em andamento.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Lutas Sociais, Movimento de Reconceitualização; Serviço Social no Chile

**Abstract:** This article presents the initial results of a study investigating the political and pedagogical link between Social Work and social struggles in Brazil (1960s-1980s). The study compares the BH Method of the Catholic University of Minas Gerais (ESS/UCMG) with the emancipatory project of the Social Work School of the Catholic University of Valparaíso (ETS/UCV). Both experiences are analyzed within the context of the Social Work Reconceptualization Movement in Latin America. This article specifically focuses on the ETS/UCV experience, detailing the initial findings of an ongoing study.

**Keywords:** Social Work, Social Struggles, Reconceptualization Movement; Social Work in Chile

### Introdução

O Movimento de Reconceitualização Latino-americano, que em 2025 completa 60 anos, tem uma importância central na história do Serviço Social. Ele marcou um processo crucial de crítica e ruptura com o conservadorismo e o tradicionalismo que caracterizaram a origem e o desenvolvimento da profissão (Netto, 1991). Seus pilares fundamentais incluem a busca por um novo Serviço Social enraizado nos processos sócio-históricos, a recusa e crítica ao tradicionalismo, a atribuição de um estatuto científico à área, a politização da ação profissional por meio do compromisso com as lutas dos "oprimidos" e a transformação social, além da reestruturação da formação profissional (Batistoni, 2017).

No que tange à relação do Serviço Social com as lutas sociais, o Movimento de Reconceitualização é reconhecido como um "marco na sua aproximação política e teórica com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas na década de

<sup>230</sup> Assistente Social, Professora do curso de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Campus de Rio das Ostras. Doutora em Serviço Social. E-mail: smmaia@id.uff.br.

<sup>231</sup> Assistente Social, Professora aposentada do curso de Serviço Social, Universidade Federal de São Paulo. Doutora em Serviço Social. E-mail: rosangelabatistoni@gmail.com.

<sup>232</sup> Assistente Social, Professora do curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso, Chile. Doutora em Sociologia. E-mail: leticia.arancibia@pucv.cl.

Realização:



Apoio:



sessenta” (Iamamoto e Santos, 2021, p.28). Suas expressões e desdobramentos nas realidades nacionais estão diretamente vinculados às particularidades sócio-históricas, políticas e culturais de cada país latino-americano, em interlocução com a conjuntura internacional.

É no empenho por decifrar, dar luz e conectar o conjunto de experiências desenvolvidas nesse período, identificando seus desdobramentos e chaves de leitura para ler e intervir na conjuntura atual e para pensar a formação e o trabalho profissionais, que, desde 2016, vem sendo realizada uma Pesquisa em Rede, envolvendo, aproximadamente, 40 universidades, subdividida em 16 subprojetos de investigação organizados por continentes, sendo 13 referentes à América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Uruguai, e 3 relativos à Europa (Portugal, Espanha, Reino Unido), destacando ainda a participação de Angola em articulação com o Brasil. Nestes quase 10 anos de investigação, a Pesquisa tem produzido análises e produções coletivas que objetivam reconstruir o vínculo político e profissional entre segmentos profissionais do Serviço Social e as lutas sociais no âmbito da formação e do trabalho profissional.

Este artigo, parte de um subprojeto sobre a relação entre o Serviço Social e as lutas sociais no Brasil nas décadas de 1960 a 1980, apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa em andamento. Nosso objetivo é aprofundar o vínculo político e pedagógico entre segmentos profissionais do Serviço Social e as lutas sociais. Para isso, investigamos as conexões entre as experiências do Método BH da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG) e o projeto emancipatório da *Escuela de Trabajo Social* da Universidade Católica de Valparaíso (ETS/UCV), ambos inseridos no contexto do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina.

Neste artigo, focamos na experiência desenvolvida na ETS/UCV, apresentando os resultados iniciais da pesquisa que teve início em maio deste ano.

### **Serviço Social e lutas sociais: experiências de resistência no movimento de reconceitualização**

O desenvolvimento do processo reconceitualizador no continente coincide com profundas transformações no cenário político-econômico das realidades nacionais.

No Brasil, o período de 1961 a 1964 é caracterizado pela efervescência de movimentos populares e sindicais (urbanos e rurais), setores progressistas da igreja ligados à Teologia da Libertação (engajados nas "reformas de base"), organizações político-partidárias revolucionárias e ações de conscientização e politização dos setores populares, com forte influência do pensamento de Paulo Freire (Iamamoto, 2004). Nesse contexto, alguns segmentos do Serviço Social começaram a repensar a função da profissão diante das contradições sociais, alinhando-se às lutas e demandas dos trabalhadores e buscando romper as bases tradicionais da profissão em suas dimensões teórico-metodológica, organizativa e interventiva.

No entanto, essa efervescência de lutas e movimentos foi abruptamente interrompida pela instauração do regime autocrático-burguês em 1964. A ditadura neutralizou os "protagonistas sócio-políticos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado, cortando os efetivos suportes que poderiam dar um encaminhamento crítico e progressista à crise em andamento no Serviço Social tradicional" (Netto, 1991, p. 141). Contudo, foi justamente nos processos de resistência à Ditadura no Brasil e na América Latina que surgiram movimentos de ruptura com o conservadorismo, manifestados, entre outras formas, pela intensa relação do Serviço Social com organizações, movimentos e lutas sociais.

Uma das experiências mais marcantes na história do Serviço Social brasileiro foi o Projeto da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), conhecido como "Método BH". O projeto profissional e acadêmico

Realização:



Apoio:





desenvolvido pela ESS/UCMG, em Belo Horizonte (MG), entre 1969 e 1975, é reconhecido como o núcleo inicial do processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo. Batistoni (2017) ressalta a dinâmica sociopolítica da região, com o ascenso do movimento operário (brutalmente reprimido pela ditadura), a presença de forças progressistas da esquerda católica e o protagonismo de jovens docentes que direcionaram o projeto de formação e exercício profissional da Escola, “tanto no âmbito da elaboração teórica, da reestruturação curricular da formação, quanto da experimentação via projetos de extensão e campos de estágio” (Batistoni, 2017, p. 142).

No Chile, o Movimento de Reconceitualização se desenvolveu em meio a processos de mobilização popular e politização, especialmente entre 1968 e 1973. Nesse período, movimentos sociais de esquerda e organizações coletivas da classe trabalhadora formaram uma coalizão que levou à vitória eleitoral de Salvador Allende em 1970, com um projeto de construção do socialismo (Duriguetto et al., 2018).

O triunfo da UP representou a culminância de um longo e complexo processo de articulação de uma parte da esquerda chilena que, a partir dos anos 1950, construiu estratégias de aliança política para enfrentar a luta eleitoral e a construção de um projeto político comum. Neste esforço, confluíram o Partido Comunista, o Partido Socialista, o Partido Radical, o Movimiento de Acción Popular Unitaria (Mapu) e o Acción Popular Independiente, que levaram Salvador Allende a conquistar a presidência em setembro de 1970 (Pinto, 2017, p. 76).

Faleiros (2017) ressalta que a experiência chilena de 1970 a 1973 foi considerada por muitos como uma experiência de “transição ao socialismo”:

Essa transição, por via democrática, fez emergir um movimento de ruptura com o capitalismo periférico, um Estado dependente dos Estados Unidos, num aprofundamento da democracia de participação popular e de mudança do Estado, visando estar a serviço das camadas populares (Faleiros, 2017, p. 88).

Em um período de intensa repressão política no Brasil, que forçava muitos à clandestinidade ou ao exílio – em especial após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968 que marcou o período mais duro e violento da ditadura no país –, o Chile emergiu como um importante refúgio. Graças ao seu ambiente político democrático e progressista, contrastante com as ditaduras militares que se espalhavam pela região, o país acolheu um número significativo de militantes, artistas e intelectuais brasileiros exilados, oferecendo-lhes refúgio e, em muitos casos, um espaço para continuar suas atividades políticas e culturais. Martínez (2017) destaca que nesse período, Paulo Freire atuou como assessor da Reforma Agrária e do Ministério da Educação, e a Escola de Trabajo Social da Universidade Católica de Valparaíso recebeu a colaboração do professor Vicente Faleiros e professora Eva Oliveira.

A conjuntura internacional e, particularmente, a chilena, no período de 1960 a 1973, deu forma ao que veio a ser conhecido como Projeto da *Escuela de Trabajo Social* da Universidade Católica de Valparaíso (ETS/UCV). Segundo, Martínez (2017) o Projeto representou “la producción y circulación del conocimiento sobre el problema de lo social en América Latina, la recepción de corrientes marxistas y la crítica hacia una formación universitaria ajena de la sociedad, conservadora ante el proceso político de la realidad chilena” (p.102). Vicente de Paula Faleiros, assistente social e professor, exilado no Chile e que atuou na Escola durante esse período analisa:

A construção da Escuela de Trabajo Social da Universidade Católica de Valparaíso foi um projeto político de mudança de concepção, de organização curricular, de compromisso com as lutas populares, de crítica radical ao funcionalismo e de vinculação ao marxismo. Nesse sentido, houve uma busca no sentido de repensar e de refazer o modelo tradicional do Serviço Social, principalmente no que se refere ao seu vínculo para manter a ordem dominante, com o exercício da sua função ideológica de autojustificativa e de sua prática clientelista do favor (Faleiros, 2017, p. 92).

Realização:



Apoio:



Apesar de se desenvolverem em contextos políticos distintos e adversos — o recrudescimento da ditadura no Brasil pós-AI-5 e a eleição de um governo socialista no Chile —, pesquisas indicam uma interlocução entre as experiências desenvolvidas em ambas as universidades católicas. Isso sugere uma base comum de influência e perspectiva teórico-metodológica que as conecta.

Nesse artigo, nosso foco é apresentar elementos de aproximação e análise da experiência desenvolvida na ETS/UCV, com base em uma pesquisa em andamento iniciada em maio deste ano.

### **O projeto da *Escuela de Trabajo Social*<sup>233</sup> de Valparaíso**

O projeto de formação profissional da Escola de *Trabajo Social* da Universidade Católica de Valparaíso marcou uma ruptura com o Serviço Social Tradicional. Conforme destacado, essa iniciativa estava alinhada às experiências do Movimento de Reconceituação e profundamente enraizada na conjuntura nacional.

[...] se articularán varios tiempos en el contexto nacional: las características del proceso político y social en curso en Chile; el proceso de Reforma universitaria y educacional en curso, y la trayectoria del Trabajo social chileno, en medio del cuestionamiento ante el papel del estado capitalista (Martínez, 2017, p. 108).

A experiência chilena enfatizava a compreensão da realidade a partir de sua situação histórica e conjuntura social. Isso era visto como um "campo de ação" em que os grupos populares eram protagonistas na construção de um projeto de libertação (Martínez, 2021). A análise dialética era crucial para entender as condições de vida de trabalhadores (operários, camponeses e moradores urbanos) e a relação de dependência econômico-cultural do Chile no capitalismo, tudo isso durante a construção da "via socialista chilena". Essa perspectiva norteou o projeto profissional da Escola. Segundo Faleiros (2017, p. 92):

A discussão de um Serviço Social revolucionário implicava uma mudança de aliança, de compromisso com as lutas populares. Para isso, era necessário fundamentar-se na teoria marxista da contradição e da totalidade a partir de uma prática teórica reflexiva e sistemática, que também assinalava o questionamento de uma forma de ação tradicional [...] os conceitos de totalidade e contradição passaram a ser a base da construção desse projeto, que se ancorava na análise da realidade.

Cabe ressaltar que a experiência de Valparaíso tem uma particularidade que merece destaque. O Projeto da Escola de *Trabajo Social* da UCV expressa um processo de questionamento crítico por parte de estudantes e docentes de duas Escolas: de "Educação Familiar" e de "Serviço Social".

O movimento de contestação teve início na Escola de Educação Familiar. Martínez (2017) aponta que, em 1966, a conjuntura sociopolítica chilena levou à criação de uma comissão de estudantes, professores e autoridades acadêmicas para analisar os problemas da formação na Escola. Esse movimento impulsionou o início de um processo de Reforma Universitária na Universidade Católica de Valparaíso em 1967, o que gerou transformações na estrutura acadêmica da Universidade. Nesse contexto, a Escola de Serviço Social se integrou ao movimento impulsionado pela Educação Familiar, dando início, em 1968, a um processo de "auto cuestionamiento de la profesión

<sup>233</sup> A mudança do nome da Escola para Trabajo Social se deu em 1971, nesse contexto da construção do Projeto da Escola (como veremos adiante), vinculada à discussão acerca da compreensão do trabalho como elemento central nas relações sociais e na transformação da realidade, em contraposição à perspectiva de prestação de serviços e ação social. Manteremos o nome original em espanhol para destacar essa designação histórica, metodológica e política.

Realização:



Apoio:



y de la formación profesional a partir de las exigencias de la Realidad Chilena y Latinoamericana” (Palma *et.al.*, 1972, p. 12).

En ese contexto, el 11 de octubre de 1968 se realiza la Primera Convención de la Escuela de Servicio Social, donde profesores y estudiantes debatieron sobre dos proyectos de plan de estudios, presentados, el primero, por um grupo de estudiantes y profesores, que proponen la reestructuración de la escuela, bajo “la crítica y la responsabilidad con los cambios y procesos socioculturales que la realidad exige” (Ponencia 1, Convención 1968 *apud* Martínez, 2017, p. 110).

Em 1969 se forma uma comissão de estudantes e docentes das duas Escolas que, a partir da análise teórica e prática das profissões, propõe a fusão das duas escolas, criando a *Escuela de Trabajo Social*. Há a oferta de cursos de atualização em Ciências Sociais, abordando temas como “Dialética e Marxismo, Metodologia, Filosofia e Sociologia”. Esses cursos serão abertos a alunos e professores e contarão com a expertise de docentes de diversas disciplinas do Instituto de Ciências Sociais e Desenvolvimento da UCV. Entre eles, destacam-se Vicente de Paula Faleiros, com sua formação em marxismo, e o chileno Víctor Farías, que se aprofundou nos estudos de Marx em Heidelberg (Martínez, 2017).

O novo Projeto da Escola de *Trabajo Social* é elaborado ao longo do ano de 1970 por uma comissão envolvendo as duas escolas e submetido às instâncias superiores da Universidade em 20 de abril de 1971, sendo aprovado por unanimidade em 27 de junho do mesmo ano.

Se desarrollará un debate intenso, reflejando las discusiones centrales sobre proyectos de sociedad, y el rol de la Universidad. Así, la relación entre marxismo y cristianismo; “el rol de una Universidad que se dice comprometida con el pueblo que en la práctica no lucha por sus intereses; El marco de análisis que se usaba para interpretar la historia y la realidad actual” (p. 36); el quehacer profesional y “su diferencia con el quehacer político” (p. 36). (Martínez, 2017, p. 112).

Nesse processo vale destacar duas influências importantes. A primeira diz respeito à contribuição direta de intelectuais exilados no Chile, devido ao contexto relatado anteriormente. Martínez (2021) aponta que essa confluência teve um impacto significativo no Projeto da Escola de Valparaíso: “o encontro sinérgico entre atores politizados ofereceu condições favoráveis para a recepção de um conjunto de ideias e teorias em grupos sociais e políticos de esquerda, que incluíam profissionais, acadêmicos e estudantes universitários” (Martínez, 2021, p.183).

Outro elemento de influência foram os encontros e seminários organizados pelo grupo ECRO na Argentina, “onde confluíram ideias reformistas junto a postulados críticos” (Martínez, 2017, p.108). O grupo ECRO (Esquema Conceptual, Referencial e Operativo) foi um Instituto pioneiro no âmbito do Movimento da Reconceituação na Argentina, em especial de 1964 a 1976, que atuaram no debate e formação sobre a discussão do método no Serviço Social.

### **Uma pesquisa em andamento: O Serviço Social e os movimentos sociais no Chile (1969-1973)**

Este artigo apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa focada na relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais na Escola de *Trabajo Social* da Universidade Católica de Valparaíso (Chile), no período de 1969 a 1973.

Em junho de 2025, realizamos um levantamento bibliográfico e documental na Escola e na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso (Chile). Além de documentos acadêmicos e artigos, consultamos trabalhos de conclusão de curso (conhecidos localmente como *tesis*) produzidos entre 1966 e 1975. A seleção das *tesis*

Realização:



Apoio:



foi feita através do catálogo online da Biblioteca<sup>234</sup>, utilizando as palavras-chave "*trabajo social*" e "*movimientos sociales*", bem como por meio de consulta direta ao acervo físico.

Das 33 *tesis* identificadas e digitalizadas entre 1969 e 1975, 28 estavam diretamente relacionadas ao nosso eixo de pesquisa. A distribuição por ano é a seguinte:

**Tabela 1 – Distribuição *tesis* por ano**

| 1966 | 1967 | 1968 | 1969 | 1971 | 1972 | 1973 | 1975 | TOTAL |
|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| 02   | 01   | 02   | 02   | 08   | 08   | 05   | 05   | 33    |

Fonte: elaborada pelas autoras

Não foram identificadas *tesis* nos anos de 1970 e 1974 vinculadas à temática da pesquisa.

Os temas abordados nas *tesis* geralmente incluem a sistematização da prática estudantil em sindicatos, empresas portuárias e mineradoras, bem como com pescadores, camponeses, migrantes e populações de baixa renda. Neste momento da pesquisa, as *tesis* estão sendo catalogadas para a próxima etapa de leitura e sistematização. Nosso objetivo é identificar:

- i. a relação do Serviço Social com as organizações e movimentos sociais, com processos de mobilização popular e o trato direto com trabalhadores(as);
- ii. o trabalho desenvolvido nos centros laborais (locais de prática de estudantes em ramos operários, camponeses e comunitários) e as experiências de integração no meio operário;
- iii. vínculos da profissão com a militância esquerda da época, interlocuções com comitês do governo Allende;
- iv. referências teóricas e metodologias de análise.

Esperamos que essas produções nos ajudem a compreender o processo de organização popular em Valparaíso, identificando o contexto de efervescência política como expressão do período da "via socialista chilena", os movimentos sociais e populares existentes e os processos de mobilização popular.

Além das *tesis*, recuperamos documentos da própria Escola, como o Projeto da Escola de Trabajo Social da UCV (versões oficial e sistematizada em edição da Revista Ensayos de Trabajo Social, n.1) e os "Programas de Estudios Escuela Servicio Social e Escuela Educación Familiar" dos anos de 1959 a 1971. Como pontuamos, as duas escolas existiram separadamente até 1970.

Não foi possível localizar os programas dos anos de 1972 a 1975 nos arquivos da Escola, o que nos leva a crer que possam ter sido descartados durante o regime militar. Martínez (2017) aponta a queima de diversos documentos e materiais por setores da ultradireita no período do golpe de estado de 11 de setembro de 1973. Isso afeta diretamente o registro histórico do projeto da Escola, especialmente no que diz respeito a produções bibliográficas, atas de reuniões, debates e atividades.

No levantamento bibliográfico e documental, também encontramos a "Acta del I Convencion Escuela de Servicio Social U.C.V del jueves 17 de octubre de 1968", diversos artigos e uma entrevista com Crisostomo Pizarro, concedida em uma pesquisa coordenada pela professora Leticia Arancibia Martínez entre 2016 e 2020<sup>235</sup>. A própria Leticia Arancibia Martínez foi entrevistada durante nossa investigação.

<sup>234</sup> Pesquisa no Catálogo da Biblioteca (<https://biblioteca.pucv.cl/>).

<sup>235</sup> Projeto "La producción y circulación del conocimiento en la formación universitaria sobre el problema de lo social en América Latina en las décadas 60 y 70: una lectura comparada de la investigación y la enseñanza del Trabajo Social en Chile y Brasil", desenvolvido por Leticia Arancibia Martínez, Gloria Cáceres Julio, Carlos Valdebenito e Pamela Soto García, integrantes do "Núcleo de Imaginarios Sociales, Memoria y Política de Valparaíso, de la Escuela de Trabajo social de la PUCV" no âmbito da pesquisa "O Movimento

Realização:



Apoio:



Acreditamos que todo o material coletado, juntamente com as *tesis*, contribuirá significativamente para aprofundar a compreensão do contexto sociopolítico da época e da experiência desenvolvida na *Escuela de Trabajo Social* da UCV. Isso nos permitirá cruzar informações sobre a conjuntura e as formas de interação do Serviço Social com a realidade e a organização de trabalhadores(as) no Chile, em um período de grande relevância sócio-histórica e política para o país.

## Conclusão

A pesquisa em andamento propõe-se a analisar a relação entre o Serviço Social e os Movimentos Sociais, com foco nos conflitos de classe e nos processos de luta e organização das classes subalternas. Acreditamos que uma compreensão aprofundada de contextos sócio-históricos específicos, bem como do vínculo político e profissional de segmentos do Serviço Social – incluindo profissionais, docentes e discentes – com os movimentos nesse contexto, é crucial para fortalecer a direção social da profissão, conforme delineado em nosso projeto profissional.

Um dos objetivos centrais é aprofundar o estudo das relações estabelecidas pelos segmentos profissionais e estudantis do Serviço Social em duas instituições: a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), com sua experiência no Método BH, e o Projeto emancipatório da *Escuela de Trabajo Social* da Universidade Católica de Valparaíso (ETS/UCV). Ambas estão inseridas no contexto do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Ao conectar esses projetos, buscamos contribuir significativamente para a produção de conhecimento sobre a interação entre o Serviço Social e os Movimentos Sociais.

A pesquisa realizada na Escola de Trabajo Social em Valparaíso (Chile) já nos permite identificar possíveis entrecruzamentos e conexões entre as experiências. Isso nos sugere a relevância e o papel central que o Movimento de Reconceituação teve na construção de processos de ruptura com o Serviço Social Tradicional em cada contexto particular.

Compreender o vínculo político e pedagógico entre os segmentos profissionais do Serviço Social e as lutas sociais evidencia como as experiências históricas podem impulsionar a atuação contemporânea da profissão. Dessa forma, esperamos que os resultados desta pesquisa alimentem a formação e o exercício profissional nos dias atuais, oferecendo subsídios teóricos e práticos para uma atuação comprometida com os princípios de uma sociedade emancipada, mais justa e igualitária.

Como sabemos, a ditadura chilena iniciada com o golpe de 11 de setembro de 1973 liderado pelo General Augusto Pinochet e que durou 17 anos, foi uma das mais violentas da América Latina, resultando em mais de 3.225 mortos ou desaparecidos e mais de 30 mil vítimas de tortura e prisão política<sup>236</sup>. A perseguição e repressão foram intensas em todo o território chileno. Na Escola de Valparaíso, há registros da detenção e desaparecimento de Alfredo García Vega, ex-aluno e professor da EST/UCV durante os anos de 1972-73, preso em 18 de janeiro de 1975 com outros estudantes e profissionais. Na secretaria da Escola há um quadro com a foto de Alfredo, como registro de memória em sua homenagem.

Por meio da memória de sua vida ceifada, dedicamos essa pesquisa a todas e todos que resistiram e combateram os regimes autocráticos nos países latino-americanos, às(aos) que tombaram em luta, às(aos) que sobreviveram e carregam as marcas da violência e as transformam cotidianamente em sinais de esperança!

---

de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória”.

<sup>236</sup> Dados colhidos em Reportagem no G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/08/novo-relatorio-sobe-para-mais-de-40000-as-vitimas-da-ditadura-de-pinochet.html>>. Acesso em: 5 jun. 2025.

Realização:



Apoio:





**Figura 1** – Foto de Alfredo Garcia Vega



Fonte: Registro fotográfico de quadro na ETS/UCV

*Viviste sin cálculos, sin mezquindades, con compromiso y pleno en generosidades, opción de vida que seguimos teniendo quienes compartimos tus ideales y anhelos de justicia y cambio social  
Tus compañeras y compañeros.*

*Colectivo G72*

*Generación 1972/Trabajo Social UCV*

(escritos no quadro dedicado à memória de Alfredo Garcia Vega na ETS/UCV)

## Referências

BATISTONI, Maria Rosângela. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). **Em Pauta** - Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p.136-150, 2º semestre de 2017.

DURIGUETTO, Maria Lucia *et al.* **O Serviço Social chileno e as relações com as organizações, movimentos e lutas da classe trabalhadora.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16, 2018, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES; ABEPSS, 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social: processo e movimento da Escuela de Trabajo Social da Universidade Católica de Valparaíso. **Em Pauta** - Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 87-101, 2º semestre de 2017.

Realização:



Apoio:



IAMAMOTO, Marilda Vilela **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2004.

MARTÍNEZ, Leticia Beatriz Arancibia. Disputas en la construcción del Trabajo Social reconceptualizado en la Universidad Católica de Valparaíso (1966-1973). **Em Pauta** - Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 102-117, 2º semestre de 2017.

MARTÍNEZ, Leticia Beatriz Arancibia; DÍAZ, Daniela Alejandra Calderón. Reconceitualização e projeto emancipatório na Universidade Católica de Valparaíso. *In*: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Claudia Mônica. **A história pelo avesso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

PALMA, Eloisa Pizarro *et. al.* ¿Qué es trabajo social? Proyecto Escuela de Trabajo social UCV. **Revista Ensayos de Trabajo social**, Ediciones Universitarias de Valparaíso, n. 1, 1972.

PINTO, Alexander Panez; MARRO, Katia; DURIGUETTO, Maria Lucia; MOLINA, Paula Vidal; NEVES, Victor; BRAVO, Victor Orellana. “Desalabrando” histórias: o Serviço Social e as lutas. **Em Pauta** - Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 73 – 86, 2º semestre de 2017.

Realização:



Apoio:



## O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO COMO LUGAR DE MEMÓRIA: Experiência da Faculdade de Serviço Social

Carina Berta Moljo<sup>237</sup>  
Geovana Gonçalves dos Santos<sup>238</sup>  
Maria Lucia Duriguetto<sup>239</sup>  
Ana Luiza Avelar de Oliveira<sup>240</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa o Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) como uma iniciativa voltada à preservação e reconstrução da memória histórica da profissão. Originado a partir de uma pesquisa sobre a história do Serviço Social, o Centro configura-se como um espaço de resistência frente ao apagamento da sua trajetória histórica. A reflexão desenvolve-se em dois eixos principais: a construção institucional do Centro, seus objetivos e metodologia de trabalho; e a importância do acervo para a reconstrução da memória coletiva da profissão e suas interlocuções.

**Palavras-chave:** História; Memória; Serviço Social; Centro de Documentação.

**Abstract:** This article examines the Documentation and Memory Center of the School of Social Work at the Federal University of Juiz de Fora (UFJF) as an initiative to preserve and reconstruct the historical memory of the social work profession. Emerging from research on the history of Social Work, the Center serves as a space of resistance against the erasure of the profession's history. The discussion focuses on two axes: the Center's institutional structure — its goals and working methods — and the importance of its archival collection in rebuilding the profession's collective memory and fostering broader academic and social dialogues.

**Keywords:** History; Memory; Social Work; Documentation Center.

### Introdução

O Centro de Documentação e Memória (CDM)<sup>241</sup> foi criado em 2023 a partir de uma iniciativa do Grupo de estudos e pesquisa “Serviço Social Movimentos Sociais e Políticas Públicas” do Programa de Pós-graduação (PPG) da Faculdade de Serviço Social (FSS) da UFJF. O fio teórico e político que o orienta assenta-se na apreensão do Serviço Social nos processos de produção e reprodução das relações sociais em suas determinações econômicas, políticas e culturais. Nessas determinações, o Estado e as

<sup>237</sup> Assistente Social. Professora titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pós-doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: carinamoljo@uol.com.br

<sup>238</sup> Assistente Social, Graduada e Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: geovanna.gsantos31@gmail.com

<sup>239</sup> Assistente Social. Professora titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pós-doutorado pela Universidade da Calábria (Itália). E-mail: maluduriguetto@gmail.com

<sup>240</sup> Assistente Social. Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutorado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: analuiza\_avelar@yahoo.com.br

<sup>241</sup> Agradecemos à FAPEMIG e ao CNPq por fazer possível a construção do CDM e das pesquisas delas derivadas.

Realização:



Apoio:



lutas de classe constituem uma mediação fundamental para a institucionalização da profissão, inserindo o trabalho profissional nos processos históricos das objetivações da questão social e de suas refrações. A apreensão do Serviço Social na história dessas determinações implica, como nos ensina Benjamin (2020); Lowy (2005) “escovar a história a contrapelo”, ou seja, investigar e analisar criticamente o passado, o que requer não se pautar nos documentos e narrativas que reproduzem e não questionam a história dos dominantes, mas buscar fontes que desocultam a história dos vencidos, o que não foi visto, o que foi silenciado. Isso implica na necessidade de recuperar, preservar e publicizar a memória por meio de documentos, e analisá-los a partir da perspectiva daqueles que foram marginalizados, bem como dar vez e voz aos silenciados pelo acesso a documentos pessoais, relatos orais, etc. Isso abre a possibilidade para que as narrativas e os acontecimentos não sejam esquecidos, mas preservados e acessíveis para futuras gerações de estudantes, pesquisadores e profissionais da área e área afins.

Nesse processo, compreende-se a necessidade de recuperar a memória histórica do Serviço Social através da criação de um CDM. Assim, o Centro emerge como resposta à necessidade de salvaguardar a memória do Serviço Social no Brasil, e este trabalho é um dos resultados do conjunto de ações que surgem a partir da construção do Centro de Documentação.

Nesse sentido, este texto estrutura-se em torno dos principais eixos que articulam a experiência de constituição do Centro de Documentação, da metodologia de trabalho em desenvolvimento e dos achados preliminares. Parte-se de uma perspectiva histórico-crítica, ancorada nas categorias história e memória, que orientam a construção e a perspectiva do Centro. Tais categorias funcionam como eixos norteadores, permitindo uma análise crítica dos documentos preservados.

Em um segundo momento, destaca-se a relevância do Centro de Documentação para a reconstrução da memória coletiva da profissão. Compreende-se que esse trabalho de resgate e preservação documental, assim como da memória, é essencial para a preservação da história do Serviço Social enquanto profissão inserida na dinâmica social e, portanto, participante da construção histórica de suas lutas e processos.

Por fim, entende-se que o acesso a esses registros não se limita apenas à recuperação do passado, mas configura-se como uma ferramenta para compreender o presente e projetar o futuro. A preservação da memória histórica, nesse sentido, ultrapassa a salvaguarda de documentos, afirmando-se como um ato político, capaz de fortalecer o processo de desenvolvimento e consolidação no projeto ético-político profissional.

## **O Centro de Documentação e Memória**

O Centro de Documentação e Memória (CDM) foi construído para a guarda da História e Memória da Faculdade de Serviço Social da UFJF. O projeto surge a partir das reflexões e discussões do grupo de pesquisa intitulado “Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”, no ano de 2023 e se consolida em setembro de 2024. A criação do CDM tem como objetivo pensar a História da FSS por meio de diferentes fontes. Para isso, conta com o trabalho de docentes e discentes da Faculdade de Serviço Social, assistentes sociais, pesquisadores, arquivistas e docentes e discentes de outras áreas. Desse modo, o CDM é um projeto de preservação e guarda da documentação, assim como de valorização da História e da Memória da FSS. Nesse sentido, ele se constitui como um espaço para estudar o passado e entender o presente da profissão, compreendendo sua identidade, suas transformações ao longo do tempo, as disputas e narrativas, bem como as implicações das determinações econômicas e sócio-políticas da nossa formação econômico-social e seus impactos no processo de

Realização:



Apoio:



institucionalização e desdobramentos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social.

Nesse sentido, é importante destacar que o Arquivo do CDM se debruça sobre parte da documentação produzida e acumuladas pela Faculdade ou cedidas por acervos individuais, ou institucionais, tendo como objetivo sua perpetuação e guarda. Para tanto, propõe e estabelece distintos instrumentos, com amparo na legislação, mobilizando diferentes suportes e métodos que se preocupam em conservar estes documentos de modo a garantir o acesso à documentação e prolongar a vida útil do acervo e das informações guardadas.

Ao se propor a trabalhar de forma articulada com as categorias História e Memória, a atuação do CDM visa ser mais que um centro de documentação e memória de caráter apenas arquivístico. Dessa forma, o CDM busca suprir uma lacuna significativa, ao se constituir não apenas como um local de armazenamento, mas também como um espaço dedicado ao fomento à pesquisa e ao desenvolvimento acadêmico, contribuindo para a formação de conhecimento. Além disso, o Centro assume uma função social crucial, que envolve a guarda, a conservação e o cuidado contínuo da História e Memória da FSS, garantindo que as narrativas, os acontecimentos e os processos históricos que marcaram sua trajetória não sejam esquecidos, mas sim preservados e acessíveis para futuras gerações de estudantes, pesquisadores e profissionais da área.

O Centro se configura como um espaço de pesquisa e estudos ao contar com um arquivo de fontes documentais e orais que narram parte da história da profissão, evidenciando sua trajetória, bem como seus processos de luta e transformação. Ainda sob essa perspectiva, é muito importante pontuar que o Centro tem entre as suas preocupações centrais tornar seu acervo acessível. Por este motivo, o CDM também está construindo um banco de documentos digitalizados e organizados que, além de prolongar a vida útil da documentação, permite que ela circule em todos os espaços, independente da distância.

Sendo assim, ao considerar as dinâmicas que envolvem a organização e o gerenciamento de um acervo, e buscando trabalhar de forma substantiva com as categorias História e Memória, a proposta é que o Centro se configure também como um espaço dedicado à pesquisa e ao desenvolvimento acadêmico. Nesse contexto, ele cumpre um papel social fundamental, buscando assumir um papel ativo de manter viva e acessível a história e as memórias da Faculdade de Serviço Social, promovendo uma conexão contínua com o passado, ao mesmo tempo que contribui para a construção de conhecimento no presente e futuro.

Nesse sentido, este centro de documentação e de memória opera a partir de uma análise da História e da Memória na sua totalidade, compreendendo que o estudo e a análise dessas categorias nos permite entender o passado para compreender o presente e construir o futuro. O estudo dessas categorias a partir da fundamentação teórica vinculada ao pensamento marxiano e à tradição marxista nos permite compreender a relação intrínseca destas na construção coletiva dos sujeitos inseridos em um processo de produção e reprodução da vida.

## **Metodologia e construção do acervo**

O Centro de Memória e Documentação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) organiza e preserva seu acervo em conformidade com as diretrizes do Arquivo Nacional (Brasil, 1991) e do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, 2013), visando não apenas garantir o acesso e a conservação da memória institucional do Curso, mas também refletir as lutas de classes a ele vinculadas.

Realização:



Apoio:





O Centro reúne documentos, fotografias, depoimentos e objetos que, ao serem preservados e disponibilizados para consulta, asseguram a manutenção de sua identidade, compreendendo esse espaço como um lugar de memória e desenvolvimento acadêmico.

O processo de aquisição do acervo segue critérios rigorosos de relevância e autenticidade, abrangendo doações de entidades associadas à Faculdade, como o Diretório Acadêmico, membros da comunidade acadêmica e a coleta de fontes orais por meio de entrevistas e depoimentos. O acervo divide-se em duas categorias principais: o *arquivo físico*, que compreende documentos originais e materiais que exigem conservação especializada, e o *arquivo digital*, uma versão digitalizada que minimiza o desgaste dos itens originais.

A preservação é assegurada por um conjunto de métodos estruturados, com o objetivo de garantir a integridade tanto dos documentos físicos quanto dos digitais. O processo de conservação física abrange desde a limpeza técnica dos documentos — removendo elementos que possam causar deterioração — até o tratamento preventivo para evitar danos causados por agentes biológicos. Os métodos de guarda aplicados no tratamento preventivo buscam preservar os itens de forma que a restauração não seja necessária, levando em consideração a possibilidade de perda do valor histórico.

A digitalização e a transcrição desempenham um papel crucial ao reduzir o manuseio dos documentos físicos, assegurando sua preservação e ampliando o acesso. Os arquivos digitais são armazenados em servidores seguros, com *backups* regulares que garantem a segurança e a perpetuidade das informações. Cada item adquirido passa por um registro sistemático, que envolve sua identificação, catalogação conforme as normas arquivísticas do Arquivo Nacional e do Arquivo Central da UFJF, além da inserção no sistema de gestão do acervo, garantindo medidas adequadas para sua longevidade. Quando necessário, documentos frágeis passam por um processo de transcrição para assegurar sua legibilidade sem comprometer sua originalidade. Para os documentos já deteriorados, aplicam-se técnicas de restauro, como o reforço estrutural e a reconstituição de partes faltantes, sempre respeitando a autenticidade do material. De modo contínuo, as medidas de preservação e restauro seguem as adequações e diretrizes apresentadas pela conservadora e restauradora do Arquivo Central da Universidade.

O CDM transcende a função de um repositório histórico ao se constituir como um espaço de reflexão sobre a história e a identidade social da instituição e dos profissionais do Serviço Social. A documentação preservada não apenas resguarda a memória institucional, mas também possibilita o aprofundamento do conhecimento sobre as transformações sociais do Curso. Ao integrar boas práticas de conservação preventiva, digitalização e restauração, garante-se que o acervo continue sendo um recurso valioso para a pesquisa e o ensino.

Em relação à construção do acervo do CDM da FSS, foi feito um levantamento inicial da documentação, considerando uma gama diversificada de fontes e de possíveis temas para futuras pesquisas no âmbito do Serviço Social e de áreas afins. Na construção inicial do acervo, as bolsistas organizaram os documentos em três frentes: a) Jornais e Documentos do Diretório Acadêmico (DA) e sua digitalização e parcial transcrição dos anos 1961-1974. Recentemente, foi estabelecida uma parceria com o DA em que foi feito um empréstimo da documentação para que os registros passassem por um processo de catalogação, higienização e digitalização. Esse esforço visa garantir a conservação dos documentos e facilitar o acesso à memória do movimento estudantil; b) Estrutura curricular e sua digitalização e transcrição do período de 1959 a 1977; c) Incorporação da FSS à UFJF e digitalização dos documentos compreendendo os anos de 1956 a 1979.

Até o momento, já foram catalogados 267 itens, sendo 141 relacionados ao processo de incorporação; 66 referentes ao Diretório Acadêmico e 44 sobre programas

Realização:



Apoio:



de disciplinas, currículos e ementas, além de outros itens de diversas temáticas. Uma iniciativa imprescindível para substantivar qualitativamente essas pesquisas será a constituição, pelo CDM, de fontes orais que está acontecendo mediante a realização de entrevistas com sujeitos que foram imprescindíveis para a constituição da Faculdade de Serviço Social e, em particular, para a criação das relações e articulações com as organizações profissionais do Serviço Social, assim como com sujeitos que estavam em luta e na luta por direitos sociais em sua diversidade de necessidades. O acervo conta com documentos avulsos que precisam ainda ser identificados e pretende-se digitalizar todo o atual acervo, bem como as documentações recebidas futuramente.

Uma breve análise panorâmica destas sistematizações revela conteúdos na direção da lição deixada por Walter Benjamin sobre “escovar a história a contrapelo”, conferindo visibilidade a acontecimentos por meio do resgate de memórias até então esquecidas. Quanto a análise preliminar da documentação do movimento estudantil, nesse período histórico, foi possível observar nos jornais por eles publicados, denominado Jornal Universitário de Serviço Social, perspectiva crítica e de oposição ao regime militar. Podemos citar o artigo do então estudante José Paulo Netto, conforme pode ser observado na figura abaixo.

**Figura 1:** recorte do jornal com artigo do então estudante Jose Paulo Netto



Fonte: CDM-FSS-UFJF

Nas correspondências recebidas pela Faculdade, foi possível observar os ataques à autonomia organizativa do movimento estudantil pelos governos ditatoriais, como evidenciado em documentos que contêm comunicações ao quartel-general sobre composição das gestões do movimento estudantil e debates sobre reivindicações estudantis, qualidade do ensino e articulação com entidades profissionais e movimentos sociais.

Na análise preliminar sobre os currículos, programas, ementas de disciplinas, documentos até agora tratados<sup>242</sup>, revelam o conservadorismo no processo formativo por meio dos referenciais teóricos adotados, palestras e eventos, que estavam de acordo com a perspectiva da época, mas que começa a mudar no período que estamos trabalhando.

<sup>242</sup> Vale destacar que o CDM se encontra em processo de consolidação, e em processo de tratamento da documentação recolhida, portanto, as análises aqui apresentadas são parciais e em construção.

Realização:

Apoio:



Nesse sentido, o desenvolvimento e consolidação do CDM por meio da preservação e aquisição de diferentes fontes documentais possibilita e estimula investigações sobre a história e a memória da FSS em Juiz de Fora em diferentes aspectos e âmbitos, o que abre possibilidades de produção de conhecimento, contribuindo para a formação de profissionais da área e em áreas afins. Nesse contexto, o CDM cumpre uma função social e política por não se limitar a ser apenas um local para a guarda e preservação de documentos, mas também de se tornar um espaço que mantém viva e acessível a história e as memórias da FSS, promovendo uma conexão contínua com o passado, ao mesmo tempo que contribui para a construção de conhecimento e para a elucidação dos desafios para a profissão no presente e no futuro. Nessa direção, contemplando as dinâmicas de um acervo e se norteando pelas categorias história e memória, o Centro articulará funções acadêmicas (como a de documentação para o desenvolvimento de pesquisas) mas, também, de afirmação de uma função social e política, que é a reconstrução da história e memória da FSS da UFJF na qual destacamos, especialmente, os vínculos, relações e articulações que essa história desenvolveu com a história das resistências e lutas sociais constituídas na cidade.

### **Experiência de Centros de Documentação e arquivos que fornecem elementos para a reconstrução da memória coletiva**

A reconstrução da história e memória do Serviço Social pode ser potencializada por meio da interlocução com outros Centros de Documentação existentes tanto no país quanto internacionalmente, estabelecendo diálogos com outros centros que buscam manter viva a memória da profissão. Embora essas instituições desempenhem um papel essencial na preservação de arquivos históricos e na salvaguarda da memória coletiva, enfrentam desafios significativos, particularmente no que diz respeito à escassez de recursos públicos destinados à sua manutenção e desenvolvimento.

O projeto de extensão "História e Memória do Serviço Social em Pernambuco entre as décadas de 1940 e 1970" (MEHSSPE), desenvolvido pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, representa uma iniciativa fundamental para a preservação da memória profissional e conta como resultado desse trabalho que vem sendo realizado a publicação "Memória do Serviço Social em Pernambuco: inventário do acervo" (2019). Tal iniciativa sistematiza um conjunto documental organizado em três eixos principais: os Trabalhos de Conclusão de Curso, que revelam a produção acadêmica da época; os documentos históricos da Escola de Serviço Social de Pernambuco; e as edições do Jornal Folha de Manhã (1938-1944), que registram a perspectiva governamental sobre as questões sociais do período.

O projeto MEHSSPE (2019) para além da plataforma digital mantém, também, um acervo físico no Memorial Denis Bernardes, localizado na Biblioteca Central da UFPE, disponível para consulta pública. Apesar dessa dupla modalidade de acesso pretender ampliar as possibilidades de pesquisa, o projeto enfrenta desafios estruturais significativos, como a constante necessidade de catalogar novos documentos para expansão e enriquecimento do acervo, o que perpassa questões concretas de organização, além da falta de classificação adequada de parte das obras, o que compromete o acesso às informações. Essas limitações técnicas de organização e classificação documental geram restrições de acesso a parte dos materiais, especialmente alguns TCCs que exigem supervisão para consulta. Nesse sentido, torna-se uma necessidade ampliar os processos de digitalização a fim de garantir maior acessibilidade da sociedade. Nessa direção, o diálogo com este projeto nos oferece subsídios importantes para o desenvolvimento do CDM, desvelando possíveis desafios e potencialidades.

Realização:



Apoio:



MEHSSPE reconhece que, embora o projeto já tenha proporcionado avanços importantes no resgate da memória profissional, ainda há muito a ser estudado e pesquisado sobre o Serviço Social pernambucano. Vale salientar que o projeto busca, além do resgate documental, uma compreensão crítica da história da profissão em Pernambuco a fim de evitar a tentativa de apagamento da sua memória histórica. Contudo, a continuidade e aprofundamento desse trabalho dependem de maior apoio e financiamento público para superar os obstáculos materiais que ainda limitam o trabalho desenvolvido pelo projeto como instrumento de preservação da memória coletiva do Serviço Social. (MEHSSPE, 2019)

Uma experiência relevante em âmbito nacional, que possibilita ao Centro de Documentação da UFJF estabelecer uma interlocução direta, é o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas. Criado em 2009 pela Casa Civil, esse projeto tem como objetivo principal a preservação e divulgação de arquivos históricos referentes ao período da Ditadura Militar. Conforme Stampa (2011), a iniciativa está alicerçada na concepção de que a memória constitui um patrimônio público, fundamental para a construção da identidade coletiva da sociedade.

O projeto, sob gestão do Arquivo Nacional em parceria com o Ministério da Justiça, busca fomentar parcerias tanto no setor público quanto no privado, por meio de uma rede de compartilhamento de dados. Essa articulação visa à catalogação e análise das informações relacionadas à Ditadura militar no Brasil. Stampa (2011), ressalta que os documentos disponibilizados pelo programa são de natureza pública e foram produzidos por diversas instituições integrantes do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (Sisni), tais como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Conselho de Segurança Nacional (CSN), a Comissão Geral de Investigações (CGI), o Centro de Informações do Exterior (Ciex) do Ministério das Relações Exteriores, o Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa) e a Divisão de Inteligência da Polícia Federal (atuante no Distrito Federal, Minas Gerais e Paraná). Ao serem sistematizados e incorporados ao banco de dados da plataforma, esses registros tornam-se acessíveis à consulta pública.

Atualmente, o acervo pode ser acessado mediante cadastro no site do Centro de Referência. A plataforma disponibiliza uma série de textos produzidos por importantes historiadores, abordando múltiplas dimensões do período de repressão estatal, incluindo a censura aos meios de comunicação, as expressões artísticas e culturais no período, o exílio forçado, a resistência organizada por movimentos sociais estudantis e trabalhistas, além da violência estatal manifesta na tortura, na aplicação do AI-5 e nos casos de desaparecimento político. Esses materiais configuram-se como fontes fundamentais para a compreensão desse momento histórico.

Ademais, o projeto oferece um repositório de depoimentos em vídeo, disponíveis em seu canal no *YouTube*, nos quais familiares de vítimas da repressão compartilham suas narrativas. Outro aspecto relevante é a existência de uma seção específica para a doação de acervos documentais, ampliando o conjunto de fontes disponíveis. Como forma de incentivo à pesquisa e à produção crítica sobre o tema, o programa também promove um concurso com premiações para artigos, trabalhos jornalísticos e projetos relacionados ao período da Ditadura Militar e seus desdobramentos na sociedade brasileira. Essa iniciativa não apenas valoriza o trabalho de pesquisadores, mas também reforça a importância da preservação da memória histórica como instrumento de reflexão. Por esse conjunto amplo de iniciativas, o Memórias Reveladas também é uma referência importante para as iniciativas em curso no CDM.

Uma terceira experiência em nível internacional, com a qual nos encontramos assinando acordo de cooperação é a do Centro de Interpretação, História e Memória em Serviço Social. O CIHMeSS está integrado no Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social (CLISSIS), na Universidade Lusíada de Lisboa,

Realização:



Apoio:





Portugal<sup>243</sup>. O CIHMeSS conta com um importante acervo histórico que pode ser acessado digitalmente o presencialmente. Conta com uma linha de pesquisa sobre história oral, além de pesquisas científicas que tomam como objeto de estudo o Serviço Social na História. Esses projetos são inspiradores e reforçam o nosso esforço e compromisso com os processos de pesquisa e luta pela recuperação e reconstrução da memória histórica do Serviço Social.

## Conclusão

O Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Serviço Social teve seu primeiro impulso quando uma coordenação de pós-graduação recebeu a proposta de receber o acervo pessoal de uma reconhecida professora de Serviço Social, o que levou a pensar na constituição do CDM. Posteriormente, mediante o financiamento da FAPEMIG em 2023, o CDM vai ganhando forma e, em 2024, com a participação de docentes da Faculdade de Serviço Social, de alunos de iniciação científica das áreas de Serviço Social e de História, e com a assessoria direta do Arquivo da UFJF, produz seus primeiros frutos.

Como já mencionamos, até o momento, foi possível catalogar 267 itens, mediante o trabalho incessante dos alunos de iniciação científica, financiados pela Fapemig e pelo CNPq, a quem agradecemos o apoio dado, tanto nas bolsas de iniciação científica, quanto na aquisição de material permanente necessário para o desenvolvimento do Projeto. Sem esse tipo de financiamento seria impossível realizar tal hercúleo trabalho.

Vale ressaltar que novas pesquisas estão sendo realizadas dentro deste projeto, que resultaram em Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertação de Mestrado e Teses de Doutorado. O CDM hoje é uma realidade, uma experiência viva, em movimento e em construção, que tem seu compromisso com a preservação da memória, com o conhecimento e com a desocultação do passado, não apenas para rememorar, mas para nos possibilitar conhecer nossa história e prospectar formas de enfrentamento dos dilemas e desafios atuais da profissão.

## Referências

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8159.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm)>. Acesso em: 22 jul. 2025.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA. **Memórias da repressão**: relatório da Comissão Municipal da Verdade em Juiz de Fora. 2ª ed. Juiz de Fora: MAMM, 2016.

LOWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 1990.

LUCAS, Lucy; SERIPIERRI, Dione. **Conservar para não restaurar**; uma proposta para preservação de documentos de bibliotecas. Brasília: Thesaurus, 1995.

---

<sup>243</sup> As informações sobre o CIHMeSS estão disponíveis em: <<https://cihmess.ulusiada.pt/pt-pt/CIHMeSS>>.

Realização:



Apoio:





MEHSSPE (org.). **Memória do Serviço Social em Pernambuco**: inventário do acervo. Recife: DSS/UFPE, 2019.

STAMPA, Inez. Memórias reveladas e os arquivos do período da ditadura militar. **Revista ComCiência**, Campinas, n. 127, p. 1-3, abr., 2011. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=65&id=825>>. Acesso em: 14 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). **Diretrizes para a Política de Arquivos da UFJF (DPA)**. Versão 0.5. Juiz de Fora: UFJF, Arquivo Central, 2013. Disponível em: <[https://www2.ufjf.br/arquivocentral/files/2013/09/dpa\\_v0-5.pdf](https://www2.ufjf.br/arquivocentral/files/2013/09/dpa_v0-5.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



## **FAMÍLIAS EM MOVIMENTO: enfrentamentos populares contra a violência em ambientes socioeducativos.**

Ionara dos Santos Fernandes<sup>244</sup>  
Sofia de Andrade Denozor<sup>245</sup>  
Alessandra Lopes Ferreira<sup>246</sup>  
Rosana Ramos dos Santos Alves<sup>247</sup>  
Alice Cristina de Macedo Cabrinha<sup>248</sup>

**Resumo:** O sistema socioeducativo evidencia contradições marcantes entre o discurso pedagógico e a prática institucional de viés punitivo e militarizado. A centralidade da família tem sido sistematicamente desconsiderada. Nesse contexto, destacam-se os movimentos sociais, compostos majoritariamente por mulheres negras, que se organizam como formas de acolhimento e resistência política diante das violações de direitos e constroem coletivamente alternativas à lógica de criminalização racializada da juventude. Este artigo analisa a atuação desses movimentos a partir da roda de conversa "Movimentos Sociais de Familiares na Socioeducação", com o objetivo de refletir sobre os desafios enfrentados pelas famílias na socioeducação.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Família; Socioeducação.

**Abstract:** The socio-educational system highlights striking contradictions between the pedagogical discourse and the institutional practice of punitive and militarized lives. The centrality of the family has been systematically disregarded. In this context, social movements stand out, composed mainly of black women, which organize themselves as forms of acceptance and political resistance in the face of evidence of rights and collectively construct alternatives to the logic of racialized criminalization of youth. This article analyzes the performance of these movements based on the conversation circle "Social Movements of Family Members in Socioeducation", with the aim of reflecting on the challenges faced by families in socioeducation.

**Keywords:** Social Movements; Family; Socioeducation.

### **Introdução**

O sistema socioeducativo brasileiro representa um espaço de tensões entre o que prevê o ordenamento jurídico-normativo e as práticas institucionais efetivas, que frequentemente reproduzem a lógica do controle, da punição e da violência. No estado do Rio de Janeiro, esse abismo entre norma e prática é visível. O Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), responsável pela execução das medidas de internação e semiliberdade, é constantemente denunciado por práticas de tortura, negação de direitos básicos como acesso à educação, saúde e à convivência familiar e comunitária (MEPCT/RJ, 2017; Fernandes, 2021).

<sup>244</sup> Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social/UERJ. Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais

<sup>245</sup> Bacharel em Serviço Social/UERJ.

<sup>246</sup> Bacharelanda em Serviço Social/UERJ.

<sup>247</sup> Bacharelanda em Serviço Social/UERJ.

<sup>248</sup> Bacharelanda em Serviço Social/UERJ.

Realização:



Apoio:



Diante desse cenário, os movimentos sociais têm se constituído como espaços importantes de resistência e ação política. Protagonizados por sujeitos diretamente impactados pelas expressões da questão social, como familiares de adolescentes privados de liberdade, esses movimentos integram a luta de classes e enfrentam as desigualdades estruturais (Pereira; Horst, 2021; Gonçalves, 2024). Neste artigo, apresentamos como espaços de formação política e social, que se contrapõem às políticas de extermínio e à lógica de aprisionamento do Estado, reivindicando direitos e construindo alternativas populares.

O objetivo deste artigo é refletir sobre os desafios do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro a partir das narrativas produzidas por organizações coletivas de familiares de adolescentes e jovens inseridos no DEGASE. A análise parte da roda de conversa “Movimentos Sociais de Familiares na Socioeducação”, realizada em 9 de dezembro de 2024, com a participação dos movimentos AMAR, Movimento Moleque e Casa Mãe-Mulher. O evento foi promovido pelo projeto de extensão “Famílias na socioeducação”, que visa fomentar a participação das famílias na execução das medidas, fortalecer vínculos familiares e promover práticas institucionais menos violentas. Como resultado, identificamos que a central de vagas e a persistência da violência institucional são obstáculos estruturais enfrentados pelas famílias, que denunciam seu afastamento na implementação da política socioeducativa e a falta de valorização de seu papel. O artigo está estruturado em dois momentos: no primeiro, são apresentadas reflexões sobre os movimentos sociais de familiares; no segundo, analisam-se os principais conteúdos das narrativas construídas durante o encontro.

## **Política de atendimento socioeducativo e o Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro**

A história do trato a crianças e adolescentes no Brasil é marcada pela negligência, omissão e violência. Esse público, por quase três séculos, foi invisibilizado no que tange às políticas públicas e sociais de proteção. Práticas punitivas, repressivas, filantrópicas e higienistas eram as ações centrais desde a colonização até o início do século XX. Isso não significa, no entanto, que tais atuações não coexistem no cenário atual. Na verdade, ações semelhantes e de caráter policialesco sempre foram direcionadas aos grupos oprimidos e se estendem, historicamente, às crianças e adolescentes pertencentes a esses grupos até os dias atuais.

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, foi fruto de uma luta coletiva liderada por órgãos, instituições da sociedade civil e movimentos sociais entre as décadas de 1970 e 1980, no contexto da transição política do país. Durante os anos iniciais da ditadura, os debates e inquietações sobre a infância foram cerceados, dificultando avanços. Essa mobilização culminou, primeiramente, no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, na elaboração do ECA, que substituiu a doutrina prevista pelos Códigos de Menores de 1927 e 1979, os quais, segundo Liberati (2009), “consideravam as crianças e adolescentes como objetos de medidas judiciais, quando evidenciada a situação irregular” (p. 15).

O ECA foi responsável por institucionalizar o sistema socioeducativo como o conhecemos atualmente. Diferenciou-se dos Códigos de Menores ao introduzir medidas em meio aberto, como a prestação de serviços à comunidade e a obrigação de reparar o dano, formas alternativas de responsabilização. No entanto, herdou elementos da lógica punitivista presente nas legislações anteriores. Ainda assim, é reconhecido como um marco de avanço, sobretudo pela incorporação da Doutrina da Proteção Integral em substituição à Doutrina da Situação Irregular.

Apesar dos avanços legislativos, a estigmatização das crianças e adolescentes pobres permaneceu como elemento central das práticas institucionais (Alvarez, 2017). O ECA, embora buscasse a inclusão da cidadania para esse público, não implicou

Realização:



Apoio:



mudanças profundas para todos. O sistema socioeducativo acabou por consolidar legalmente o caráter de controle, repressão e punição dirigido majoritariamente aos jovens negros e pobres, como demonstram os dados. Assim, o cenário atual ainda reflete as características dos antigos Códigos de Menores, voltados à criminalização dos abandonados, considerados vadios e delinquentes.

Nesse contexto, o ECA congregou disputas e interesses diversos. Como exemplificação da continuidade do passado, temos a permanência do encarceramento de adolescentes pobres. Um exemplo disso foi a descentralização iniciada pelo governo federal em 1986, continuada com a promulgação do ECA e implementada nos estados, o que levou à criação do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) no Rio de Janeiro, por meio do Decreto nº 18.493 de 1993.

Por isso, no entendimento de alguns autores (Silva, 2011; Alvarez, 2017; Fernandes, 2021), o ECA consolida também legalmente o caráter de controle, repressão e punição aos jovens brasileiros, sobretudo aos negros e pobres, e, portanto, o cenário não difere muito das características reguladas pelos Códigos de Menores. O ECA congregou disputas e interesses divergentes, ao mesmo tempo que promoveu um processo de descontinuidades, ao substituir as doutrinas, mas manteve traços de continuidade, com a permanência do aprisionamento de adolescentes pobres, como expõe exaustivamente a autora Ana Cláudia Cifali (2019). Sendo assim, o ECA se diferenciou, mas não rompeu com os pressupostos dos Códigos de Menores (Fernandes, 2021, p. 9).

O DEGASE é o órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas de internação provisória, internação e semiliberdade no estado do Rio de Janeiro. Criado no processo de descentralização do atendimento, está vinculado à Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) desde 2008. Embora se insira em uma pasta importante para a proposta político-pedagógica da socioeducação, sua gestão tem sido historicamente militarizada. Dos mais de 30 anos de existência do órgão, cerca de 20 foram geridos por homens oriundos do Exército, Polícia Civil e Polícia Militar, com formação em Direito, o que evidencia um viés jurídico-militar profundamente enraizado. A contradição entre a proposta pedagógica e a prática punitivista se intensificou em 2019 com a Emenda Constitucional (PEC 33/2019), que incluiu os agentes socioeducativos no rol dos órgãos de segurança pública.

Por fim, é importante destacar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a legislação mais recente voltada à regulamentação da execução das medidas socioeducativas no país. Seu objetivo é uniformizar procedimentos, dado que a administração é estadual e apresenta grandes disparidades. Embora o ECA e o SINASE sejam considerados avanços legais, a pesquisadora Maria Liduína Silva (2011) alerta que o maior progresso possível seria admitir explicitamente a existência de uma responsabilidade penal juvenil como categoria jurídica, com ênfase em uma resposta pedagógica. Essa responsabilização, travestida de educativa, revela a continuidade histórica de controle sociopenal sobre a juventude pobre no Brasil.

### **Movimentos sociais de familiares na socioeducação**

Partindo do pressuposto de Duriguetto, Souza e Silva (2009), os movimentos sociais representam o desdobramento sociopolítico das contradições do desenvolvimento capitalista que se expressam na chamada “questão social”. Esses movimentos, ao expressarem os interesses das classes subalternizadas, tornam públicas e politizadas as experiências de opressão e desigualdade. Neles, sujeitos coletivos se organizam para desenvolver ações e estratégias de enfrentamento às demandas cotidianas, traduzindo vivências privadas em pautas coletivas e públicas.

No estado do Rio de Janeiro, destaca-se a existência de coletivos e movimentos sociais compostos majoritariamente por familiares de adolescentes e jovens em

Realização:



Apoio:



cumprimento de medidas socioeducativas no meio fechado. Dentre eles, identificamos a Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco (AMAR-RJ), a Casa Mãe-Mulher, o Núcleo Mães Vítimas de Violência, o Movimento Moleque, o Coletivo Filhos nos Braços do Pai e o Movimento Braços Fortes. Esses grupos emergem como respostas à violência institucional e as violações de direitos cotidianos que marcam a trajetória de muitos desses adolescentes e suas famílias.

A composição desses movimentos é majoritariamente feminina e negra, evidenciando o recorte racial e de gênero que estrutura as violações vivenciadas. São mulheres negras que, atravessadas pela dor da criminalização de seus filhos, se reúnem para compartilhar informações, buscar apoio emocional, promover escuta ativa e enfrentar, coletivamente, os impactos do sistema socioeducativo. Nesses espaços, a luta se transforma em resistência, e a dor, em articulação política.

A AMAR-RJ, por exemplo, é uma extensão da AMAR Nacional, criada em 1998 em São Paulo, e chega ao Rio de Janeiro em 2001, por meio da atuação de Valéria Oliveira. Essa mãe já se organizava com outras mulheres no Educandário Santo Expedito. Atualmente, a AMAR-RJ atua em todas as unidades socioeducativas do estado, com destaque para sua articulação via grupos de WhatsApp e mobilizações por direitos, como a garantia de transporte para familiares de adolescentes internados em unidades do interior.

Já o Movimento Moleque foi fundado em 2003 por Mônica Cunha e Rute Salles, mães que, após identificarem violações nas visitas aos seus filhos, iniciaram uma trajetória conjunta de denúncia e enfrentamento ao sistema. A luta se intensificou após o assassinato do filho de Mônica, em 2006, o que ampliou o escopo do coletivo para o combate ao terrorismo de Estado.

A Casa Mãe-Mulher, por sua vez, tem uma origem distinta. Criada por Sandra Santos, servidora do DEGASE, o coletivo surge da observação direta das violações enfrentadas pelos familiares nos dias de visita, como a falta de acesso à água, banheiro e informações. Inicialmente com uma tenda improvisada, hoje o projeto ocupa uma casa alugada em frente a uma unidade socioeducativa, onde oferece acolhimento, escuta qualificada e orientação sobre direitos sociais e humanos. A ação de Sandra representa uma prática de cuidado que ultrapassa os muros institucionais.

Por fim, é preciso destacar que os movimentos sociais na socioeducação devem ser compreendidos como ações de resistência às políticas instituídas (Motta, 2017), e caracterizá-los como um instrumento para tecer um

caminho socialmente e politicamente próprio, conforme alguns estudiosos da área apontam. Sendo assim, ter ações em oposição ao Estado, ou como alguns autores chamam, ações “de costa” para o Estado; ainda, ter ações que representam um projeto vanguarda ou ações mais culturalistas, a partir de suas identidades, são alguns desses elementos (Motta, 2024, p. 35).

Além de denunciarem violações, esses movimentos constroem identidades coletivas, criam laços de pertencimento e protagonizam intervenções no monitoramento e controle das políticas públicas voltadas para adolescentes inseridos na socioeducação. Assim, tornam-se instrumentos fundamentais de transformação social, enfrentamento da necropolítica estatal e afirmação de projetos de vida que resistem ao genocídio e ao encarceramento da população negra.

## **Os desafios atuais no DEGASE para familiares de adolescentes**

Não se faz socioeducação sem a família. Essa é uma afirmação reiterada constantemente pelos movimentos sociais de familiares em vários espaços, inclusive em nossa roda de conversa. A centralidade da família para o cumprimento das medidas socioeducativas no DEGASE foi mobilizado dentro do aparato jurídico, mas também no

Realização:



Apoio:





contexto emocional e social. Embora esse seja um dos princípios do SINASE: “o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo” (Lei 12.594/2012 - art. 35, IX), a realidade da socioeducação fluminense aponta para um lugar de enfraquecimento e rompimento desses vínculos, construído historicamente, mas, alcançando seu auge desde 2021, com a criação da central de regulação de vagas.

A desvalorização da família no processo socioeducativo foi algo abordado incessantemente na roda de conversa. Ressaltamos, no entanto, a reflexão protagonizada pela liderança da Casa Mãe-Mulher. Ao explicar o surgimento do seu coletivo, ela traçou a forma como as famílias eram tratadas ainda nos anos 1990. Nos dias de visita, as famílias formavam filas enormes no entorno da unidade socioeducativa, sem acesso a banheiro ou cobertura, permaneciam expostas à chuva e ao sol por longas horas, por vezes, até durante a madrugada.

Alguns relatos também abordaram as dinâmicas de relação com os profissionais das unidades, seja por meio da revista para a entrada e os processos de humilhação e exposição durante as visitas (MEPCT/RJ/RJ, 2022). Nessa esfera, o lugar reservado para as visitas também foi alvo de importante reflexão. Historicamente, as visitas nas unidades ocorrem nos espaços dos refeitórios, ambientes com pouca estrutura e baixa ventilação (MEPCT/RJ, 2017). Uma constatação que evidencia o racismo e a desvalorização da família veio na seguinte frase: “a visita sempre foi no refeitório, porque lugar de preto é na cozinha”.

O lugar que as famílias, sobretudo, famílias negras, são colocadas na política de atendimento socioeducativo refletem as dinâmicas de racismo estrutural e institucional presentes desde a formação social brasileira (Moura, 2014).

Acontece que, atualmente, nem nos refeitórios das unidades as famílias com adolescentes inseridos no DEGASE conseguem chegar. Em 2020, o Supremo Tribunal Federal determinou que as unidades para execução de medidas socioeducativas de internação do país não ultrapassassem sua capacidade máxima de lotação, a decisão foi fruto de um habeas corpus coletivo. A condição de superlotação das unidades socioeducativas do Rio de Janeiro eram alarmantes. Em 2018, unidades chegavam a 350% acima da sua capacidade de lotação (Fernandes, 2021), dada a particularidade dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, como a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016).

Para executar essa decisão, a alternativa pensada foi a construção das centrais de vagas. Um serviço de gestão e coordenação de vagas em unidades socioeducativas. Em janeiro de 2021, o Conselho Nacional de Justiça emitiu uma resolução com diretrizes e normas gerais para a criação da central de vagas nos sistemas estaduais, enquanto competência do poder executivo com cooperação do poder judiciário. O documento estabelece como um de seus princípios a convivência familiar e comunitária, mas seus critérios de alocação são disponibilidade de vaga, proximidade familiar, local do ato infracional, idade, gravidade e reiteração do ato infracional, ou seja, a vaga anterior ao território da família. No entanto, estabelece ainda que os critérios e pontuações para a solicitação da vaga serão previstos pelos órgãos do Estado. E assim foi feito, em maio do mesmo ano, a SEEDUC emitiu resolução conjuntamente com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, criando a Central de Vagas. Essa resolução conjunta prevê os mesmos critérios do CNJ e elabora uma fórmula matemática que dá origem a um novo problema: adolescentes cumprindo medidas longe do seu território de origem.

Desse modo, a central de vagas evita a superlotação ao alocar o adolescente apenas para unidades com vaga disponível ou, caso não haja vaga, inclui-lo em uma lista de espera até a liberação da vaga. Em suma, a central de vagas impõe procedimentos administrativos e judiciais para o ingresso de adolescentes no sistema socioeducativo fluminense, estimulando a excepcionalidade – já instituída no próprio ECA – na aplicação de medida

Realização:



Apoio:



socioeducativa de internação ao impedir sua aplicação em caso de insuficiência de vagas (Vinuto; Fernandes; Costa, 2024, p. 58).

Esse problema começa a aparecer no ano seguinte, porque, em virtude da pandemia, as unidades socioeducativas do Rio de Janeiro estavam operando abaixo da sua capacidade de lotação, com o advento da chamada internação domiciliar, dada a crise sanitária e a baixa apreensão de novos adolescentes. Mas, com o retorno da circulação nas cidades e novas apreensões, as capacidades das unidades chegam ao seu limite e o uso da central de vagas passa a operar de fato. Não tendo vagas, o adolescente é inserido numa lista única de espera para todas as unidades do estado do Rio de Janeiro. Em resumo: adolescente morador da capital tem sido alocado em cidade com distância superior a 300 km. Há casos piores, quando a cidade de origem é distante mais de 500 km da unidade socioeducativa.

Outro limite existente na central de vagas do Rio de Janeiro é que ela se organiza na modalidade de “fila única”, ou seja, a distribuição de adolescentes pelas diferentes unidades do estado se dá de modo centralizado. Desse modo, todos os adolescentes, - residentes de locais diversos e distantes uns dos outros - são inseridos em uma ordem centralizada que o direcionará para qualquer unidade do sistema socioeducativo estadual, o que tem impedido que os mesmos cumpram suas medidas socioeducativas perto de suas famílias. Se, ao invés da “fila única”, houvesse um sistema descentralizado com várias entradas no sistema socioeducativo, adolescentes teriam maior possibilidade de serem responsabilizados próximos aos seus endereços de origem, o que é uma premissa colocada pelo ECA (Vinuto; Fernandes; Costa, 2024, p. 61).

É sobre essa situação, de violação do direito à convivência familiar e comunitária, que os movimentos sociais de familiares da socioeducação têm empenhado todos os seus esforços. Inúmeras são as situações de adolescentes que não recebem visitas de seus familiares após a criação da lista única de espera, cujo único critério é ter vaga. Essa realidade traz para a socioeducação do Rio de Janeiro, o aumento do processo de adoecimento mental de familiares e adolescentes, segundo os movimentos sociais, além de onerar financeiramente ainda mais as famílias, como se não bastassem as situações de desproteção social vivenciada pelas famílias antes mesmo da inserção no sistema socioeducativo.

O direcionamento familista invisibiliza as falhas do Estado destinadas ao jovem durante todo o histórico de sua vida, sobretudo porque, ao se escudar neste trabalho de reinserção familiar, o que aparece em evidência é a ausência de família e não a incapacidade do Estado em prover: uma educação de qualidade, um trabalho de acompanhamento psicossocial e uma formação profissional qualificada (Pereira; Horst, 2021, p. 202).

Por fim, o último ponto que gostaríamos de trazer para reflexão, fruto dos diálogos promovidos na roda de conversa, é a produção de violência institucional. Uma realidade histórica nas unidades socioeducativas (MEPCT/RJ, 2017; 2022; Fernandes, 2021), e que são os familiares que visitam os protagonistas para prevenir, identificar e denunciar essa realidade. O Movimento Moleque, como dito anteriormente, nasce dessa situação no início do século. No entanto, essa é uma realidade que permanece. Durante a rápida visita semanal, adolescentes têm a chance de pedir socorro às famílias, que procuram auxílio junto aos movimentos sociais, defensoria pública e outros espaços de proteção. Mas, se não há visita, não há denúncia e não há prevenção da violência também.

## Considerações finais

Realização:



Apoio:



A análise do sistema socioeducativo no Rio de Janeiro revela a persistência histórica de uma lógica punitiva e burocrática que se sobrepõe à dimensão pedagógica prevista na legislação. A centralização da gestão de vagas como única resposta para a superlotação das unidades resultam não apenas no afastamento dos adolescentes de seus territórios e vínculos familiares, mas também em um aprofundamento das violações de direitos e produção de violência. Por que não estamos discutindo o desencarceramento destes jovens, ao invés de novas formas de punição, como é o caso da central de vagas?

Em contrapartida, se faz necessário e urgente o fortalecimento dos movimentos sociais não só com a luta pelo transporte para que as famílias possam visitar seus filhos que estão privados longe de casa, mas pelo fim da lista única de vagas como única solução para o problema da superlotação, que caracteriza mais uma forma de tortura institucional. Cabe aqui também, a reflexão sobre o lugar que o Estado capitalista coloca a família, ou melhor, as mães, desses adolescentes dentro da socioeducação. A estratégia de responsabilização das famílias, é na verdade uma tentativa de fetichismo do projeto de penalidade neoliberal vigente.

Os movimentos sociais são vistos como resistências em conjunto com as famílias que enfrentam os desafios e injustas como violação do direito à convivência familiar. Tal resistência ampara, em sua maioria, as mães que são atingidas por essas atitudes da própria instituição de socioeducação: Degase. Uma vez que, não condiz a ação da socioeducação a um ambiente socioeducativo cuja tamanha violência e racismo são barreiras entre o adolescente e às famílias. Assim, denota a hipocrisia de um local que não pratica a socioeducação, a qual beneficiaria, de maneira pedagógica, o jovem que afastado do vínculo familiar.

Em relação aos movimentos sociais, a aproximação às famílias dos adolescentes resulta em uma identificação com a vida de outras mães, com recorte de raça e cor, são mulheres negras e periféricas que suportam diariamente as violações de direitos permitidas pelo Estado. Além da identificação, há também o espaço de acolhimento, de escuta às dores e histórias de cada figura feminina que se fortalecem atrás desses encontros. Os movimentos sociais podem ser vistos como uma ponte de informação a essas famílias, já que lutam de forma coletiva rumo à desinformação, ao racismo e entre outras violações de direitos.

O espaço de troca entre as famílias é uma potência que atinge os laços familiares, permite uma valorização da autoestima das mulheres, pois é um ambiente acolhedor, empático e informativo. Ademais, registra-se as memórias que jamais poderão ser apagadas, seja das vidas sufocadas pelo sistema socioeducativo promovido pelo Degase, seja pela caminhada de cada mãe que batalhou para que os próprios direitos e de seus filhos não fossem mais violados. Assim, a caminhada árdua das famílias cresce nesses movimentos sociais que buscam compartilhar os fardos diários para que a luta continue viva dentro de cada uma.

## Referências

DURIGUETTO, Maria Lúcia; SOUZA, Alessandra Ribeiro de; SILVA, Karina Nogueira e. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 13–21, jan., 2009.

FERNANDES, Ionara dos Santos. **Torturas no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro**. 2021. 285f. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2021.

Realização:



Apoio:



GONÇALVES, Taciane Couto. Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária? ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 18, 2024, Fortaleza, **Anais** [...]. Fortaleza: UECE; ABEPSS, 2024.

MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO - MEPCT-RJ. **Presídios com nome de escola**: Inspeções e análises sobre o sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: MEPCT-RJ, 2017.

MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO - MEPCT-RJ. Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência. **Eu nunca imaginei passar por isso: a situação das visitantes nos sistemas prisional e socioeducativo do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: MEPCT/RJ, 2022.

MOTTA, Ida Cristina Rebello. **Em nome do filho!**: um estudo sobre o movimento de "mulheres guerreiras" – mães dos meninos do DEGASE. 2017. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

PEREIRA, Bárbara Leite Pereira; HORST, Claudio Henrique Miranda. Familismo e juventude: notas sobre o trabalho com jovens na socioeducação. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 1, p. 199-212, 2021.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira e. **Entre proteção e punição**: o controle sociopenal dos adolescentes. São Paulo: Ed. Unifesp, 2011.

VINUTO, Juliana; FERNANDES, Maria Nilvane; COSTA, Ricardo Peres. Central de vagas, audiências concentradas e lotação de unidades socioeducativas: uma análise comparada entre Amazonas e Rio de Janeiro. **Confluências**, Niterói, v. 26, p. 50-67, 2024.

Realização:



Apoio:



## COTIDIANO E TRABALHO EM SAÚDE NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: reflexões acerca do Serviço Social

Carina Bárbara de Carvalho Dornelas<sup>249</sup>

**Resumo:** Este estudo busca refletir sobre os impactos do modo de produção capitalista no cotidiano do trabalho em saúde, partindo do pressuposto de que a produção social conforma tanto as relações humanas e a consciência dos indivíduos quanto a estrutura e funcionamento das instituições prestadoras de serviços. Recorre-se à teoria marxista e às contribuições de Lukács acerca da vida cotidiana, destacando que os valores que norteiam as decisões e posicionamentos dos sujeitos são socialmente determinados. Neste contexto, a ética profissional – especialmente do assistente social – pode expressar tanto uma postura conservadora quanto uma alternativa crítica.

**Palavras-chave:** Capitalismo; Cotidiano; Trabalho em saúde; Serviço Social.

**Abstract:** This study seeks to reflect on the impacts of the capitalist mode of production on the daily work in health, based on the assumption that social production shapes both human relations and the consciousness of individuals, as well as the structure and functioning of service-providing institutions. Marxist theory and Lukács contributions on daily life are used, highlighting that the values that guide the decisions and positions of individuals are socially determined. In this context, professional ethics – especially of social workers – can express both a conservative stance and a critical alternative.

**Keywords:** Capitalism; Daily; Health work; Social Service.

### Introdução

A sociedade capitalista é marcada pela exploração da força de trabalho e pela concentração de riqueza nas mãos de uma minoria dominante, a burguesia. Essa estrutura social conforma o modo de vida dos sujeitos, interfere em suas relações uns com os outros e compreende um cotidiano atravessado por contradições profundas. Nesta sociabilidade, manifestam-se contradições dialéticas resultantes da tensão entre a classe trabalhadora e a classe dominante, sendo esta última a responsável por difundir uma ideologia hegemônica que naturaliza valores mercadológicos em todas as esferas da vida social.

Para compreender essas determinações de forma clara, recorreremos à análise crítica da realidade, orientada pela teoria marxista. Em nossa concepção, essa abordagem é a única que permite a identificação dos fundamentos da sociedade na qual estamos inseridos, especialmente as relações entre forças produtivas e relações de produção, categorias centrais para compreendermos o funcionamento deste modo de produção e suas implicações nas diversas áreas da vida social (Marx, 2008). O Trabalho em Saúde pode ser um exemplo e é o recorte deste estudo.

As forças produtivas dizem respeito aos meios utilizados no processo de produção – recursos materiais como maquinários, capitais, equipamentos, ferramentas, matéria-prima etc. – e a força de trabalho que compreende a capacidade física e intelectual do homem na mediação do trabalho na relação com a natureza – os recursos humanos. Já as relações de produção são as formas como o trabalho é organizado e

---

<sup>249</sup> carina.dornelas@outlook.com

Realização:



Apoio:





distribuído no decorrer do processo produtivo, de acordo com a dinâmica, potência e propriedade dos meios de produção entre capitalistas e trabalhadores.

De acordo com Marx (2008):

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (Marx, 2008, p. 47).

Essa compreensão permite-nos visualizar que as relações sociais não se constituem de forma aleatória, tampouco são escolhas individuais, ao contrário, são determinadas independentemente da vontade dos sujeitos. Logo, a produção social determina não apenas a forma como os sujeitos se relacionam, mas também a forma como pensam, vivem e interagem com as instituições, correspondendo a um grau de desenvolvimento das forças produtivas.

A análise do cotidiano, conforme a perspectiva crítica, exige o entendimento das múltiplas determinações que atravessam a realidade. Para Netto (2012), a teoria marxiana é a única capaz de oferecer uma leitura fidedigna do real, pois suas categorias de análise permitem compreender os nexos estruturais e históricos que ligam o indivíduo à totalidade social.

Silva (2016) elucida que a natureza interventiva dos trabalhadores da saúde está vinculada ao processo de reprodução social e da força de trabalho, compreendendo o trabalho em saúde como constitutivo de um processo historicamente construído. Assim, torna-se indispensável decifrar as mediações presentes na sociedade capitalista que condicionam essa prática. No que tange à atuação crítica do assistente social nesse contexto, reconhecemos que a prática profissional está inserida no cerne das relações sociais, que atravessa as instituições e os serviços de forma concreta, além de ser mediada por determinações políticas e ideológicas que conformam a realidade.

Nesse processo, é fundamental compreender o papel do Estado enquanto expressão da superestrutura, responsável por garantir a manutenção da ordem social vigente por meio das políticas públicas, inclusive as de saúde. Ao mesmo tempo, o Estado também se configura como um campo de disputas e contradições, onde diferentes projetos societários estão em confronto. O Sistema Único de Saúde (SUS), nesse cenário, expressa um duplo caráter: resultado das lutas históricas dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, constituindo uma importante conquista no campo dos direitos, mas também sofre os limites impostos pela lógica do capital – sua estrutura e funcionamento estão subordinados às determinações do modelo econômico vigente, o que impacta as formas de gestão, financiamento e acesso aos serviços. Reconhecer essas contradições é essencial para que o assistente social atue de forma crítica e comprometida, buscando construir mediações que fortaleçam os princípios do projeto ético-político da profissão no interior dos espaços institucionais. Em outras palavras, o trabalho dos profissionais é, ao mesmo tempo, condicionado pela disponibilidade de recursos das políticas públicas e das normas institucionais, mas também carregado de intencionalidade, escolhas éticas e possibilidades de intervenção crítica.

A ética marxista, neste contexto, se apresenta como alternativa à ética dominante abstrata e moralizante, sendo entendida como prática concreta, vinculada à consciência de classe, à humanização do ser social e à ruptura com a alienação. Não

Realização:



Apoio:



se trata de uma ética individual subjetiva, mas uma postura ético-política que reconhece o papel do sujeito como agente histórico, capaz de problematizar e transformar a realidade. Conforme Matos (2009, p. 179), “ao escolhermos por quais meios e por qual fim agimos, estamos lidando com valores” e essa escolha é, por si, uma expressão ética, porque as ações são materializadas a partir dos valores internacionalizados em cada indivíduo que se expressam no cotidiano. Portanto, exige dos profissionais um certo tipo de posicionamento diante das contradições vivenciadas no cotidiano de trabalho em saúde, uma vez que a escolha das técnicas a serem utilizadas são perpassadas por valores e concepções que orientam o exercício profissional.

## Desenvolvimento

Concordamos que: “o cariz da teoria social marxiana é de natureza ontológica. O que nela se visa é a realidade – o ser social (sua produção e reprodução). E esta realidade é sempre, ontológica e historicamente, uma totalidade” (Netto, 2012, p. 79). Neste sentido, o autor apresenta as categorias de Marx que, em seu crivo, são centrais para a análise do cotidiano e possuem posição privilegiada no andamento teórico-metodológico: a) totalidade – vista como fundamental por ser construída a partir da abstração do movimento real; entendida enquanto concreta, estrutural, dinâmica e indiferenciada; b) concreto – visto além da empiria e da imediatez, mas como superação do abstrato; c) abstrato – categoria que possibilita recapturar o concreto a partir do distanciamento para a reflexão; d) mediação – categoria que complexifica a realidade e que possibilita as conexões necessárias para a compreensão da totalidade. Logo, “(...) na totalidade concreta, nenhum objeto – ou fato – é realmente imediato (isto é: nenhum objeto se põe ao pensamento sem que seja produto, resultado de mediações)” (Netto, 2012, p. 82).

Segundo o autor, as determinações fundamentais da cotidianidade são componentes ontológico-estruturais da vida cotidiana brilhantemente apontadas por Lukács (2018), a saber: a heterogeneidade; a imediatez; e a superficialidade. Tais categorias, apresentadas melhor a seguir, oferecem importantes contribuições para a compreensão crítica do cotidiano sob a perspectiva da totalidade social por expressarem aspectos estruturais da sociabilidade capitalista e permitirem uma leitura crítica da forma como os sujeitos se relacionam com o mundo, com os outros e consigo mesmos, muitas vezes reproduzindo uma visão fragmentada, acrítica e alienada da realidade.

- A heterogeneidade remete à pluralidade de fenômenos que coexistem simultaneamente na vida cotidiana e se manifestam de modo aparentemente autônomo e desconexo. Essa multiplicidade obscurece a unidade da totalidade social, dificultando uma compreensão crítica das relações que estruturam estes fenômenos, logo, essa fragmentação impede a percepção das mediações entre o singular e o todo social. No contexto da sociedade capitalista, a heterogeneidade contribui, assim, para a naturalização das diferenças e para a percepção fragmentada do real.
- A imediatez refere-se à tendência de os sujeitos reagirem diretamente aos acontecimentos sem uma análise mais profunda/reflexiva. Lukács (2018) aponta que no cotidiano, as ações são frequentemente motivadas por necessidades imediatas e soluções pragmáticas que podem levar à reprodução de relações alienadas e dificultar a construção de uma consciência política crítica e à práxis transformadora.
- A superficialidade, por sua vez, diz respeito à compreensão dos fenômenos em sua aparência, sem ponderar as determinações que os

Realização:



Apoio:



constituem. Trata-se de uma consciência voltada às formas imediatas e visíveis, que ignora as contradições e mediações presentes na realidade social, reforçada por mecanismos ideológicos que ocultam as relações de exploração e dominação.

Conforme Lukács (2018), os valores moldam a forma como os sujeitos compreendem e interpretam o mundo ao seu redor, através de determinações materiais e históricas, vivenciadas de forma concreta em seu cotidiano. Da mesma forma, apreendemos que os valores estão vinculados a interesses de classe e servem, ainda, para justificar e manter um tipo de ordem social – na sociedade capitalista, por exemplo, o cotidiano de trabalho em saúde se torna ainda mais desafiador quando pensamos no avanço e metamorfoses do conservadorismo e nos limites da intervenção profissional nesse processo. O cotidiano é, por isso, elemento central deste trabalho. É o espaço no qual se desenvolverão os tensionamentos que podem distanciar os assistentes sociais do Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS).

Partimos da compreensão de que a suspensão do cotidiano em determinado momento não o extingue, porém, ao realizarmos o movimento de reflexão enxergamo-lo de forma diferente. É no cotidiano que o homem desenvolve diversas ações e lida com diversos conhecimentos, ainda que esses conhecimentos não sejam tão aprofundados, mas que são necessários para as respostas a suas necessidades imediatas (Matos, 2009).

Conforme Netto (2012), o trato sobre a vida cotidiana necessita do arsenal teórico marxista para evitar um sociologismo, positivismo ou irracionalismo, porque o movimento de reconstrução do ser social imposto pelo capitalismo expressa-se sob formas econômicas, políticas e culturais, mas extravasa-as nas mediações que unificam a totalidade concreta.

Conforme Carvalho (2012), a vida cotidiana que consolida as relações sociais de reprodução e dominação é o lugar de prática dos profissionais do Serviço Social, sendo, portanto, o lócus de diversas mediações entre o particular, o global, o singular e o coletivo. A autora aponta que existem dois níveis de mediações desenvolvidas pelos profissionais do Serviço Social: a passagem da exclusão para a inclusão – em relação a bens e serviços sociais; e a passagem do singular para o coletivo – compreendendo as determinações das situações vividas pelos indivíduos de forma singular, levando em consideração seu pertencimento a determinada classe social. Logo, “a práxis social não é jamais um ato do ser singular e isolado. Ela é expressão do sujeito coletivo” (Carvalho, 2012, p. 59).

Como mencionado, as escolhas no cotidiano de trabalho são orientadas por valores que não resultam simplesmente de valores subjetivos e individuais. Ao contrário, são ancoradas no caráter coletivo do ser social – que tem como núcleo a relação do ser humano com o trabalho. Ao buscar responder às suas necessidades, o homem torna-se sujeito ético, pois é capaz de atribuir valores às alternativas para alcançar seus objetivos.

Os valores interiorizados pelos profissionais norteiam a sua forma de intervenção diante das diversas expressões da questão social percebidas no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais – que é tensionado pelos valores liberais expressos hegemonicamente na sociedade capitalista que, como sabido, são contrários aos valores defendidos pelos assistentes sociais de forma hegemônica.

Por isso é imprescindível que o profissional tenha clareza de suas atribuições e competências de modo a orientar suas intervenções e resposta aos usuários. Também se faz necessário uma concepção clara de nossa prática profissional, reconhecendo que a adesão aos valores construídos historicamente pela classe trabalhadora, através da democratização do acesso a políticas sociais e intensas lutas e mobilizações como

Realização:



Apoio:



as da década de 1980, perpassa a atuação profissional dos assistentes sociais que, enquanto trabalhadores assalariados, também constituem a classe trabalhadora.

Segundo Santos (2013), a prática do assistente social é uma forma particular de práxis humana que não existe desvinculada de um contexto social, sendo influenciada pelas necessidades de classe e processos sociais. Sendo assim, “entender que a prática profissional favorece determinada prática social significa não só compreender até que ponto a atividade prática do profissional se insere numa práxis humana social, como compreender também o significado social da profissão” (Santos, 2013, p. 46).

Neste sentido, concordamos com Barroco (2023) ao afirmar que a maturidade teórica de apreensão do marxismo na profissão traz uma direção social orientada para o compromisso com a classe trabalhadora – tendo, inclusive, um novo indicativo de nosso posicionamento ético-político, construído anteriormente, a partir da reformulação do CEP de 1986, afirmando a dimensão política da profissão.

Além de seu caráter ineliminável, o cotidiano expressa as mesmas contradições que constituem a sociabilidade capitalista – contradições dialéticas desenvolvidas a partir da tensão existente entre a luta dos trabalhadores, por exemplo, das reivindicações da classe trabalhadora versus os interesses da burguesia que, conforme sua dominação ideológica hegemônica espraia seus ideais e valores por todas as formas de reprodução da vida humana. Nos serviços de saúde essa ideologia está presente de diversas formas e expressa-se na disputa entre o grupo que trata a saúde como mercadoria – com foco no lucro, imperando somente as leis do mercado focalizado na doença e deixando de lado, inclusive, a prevenção – e o grupo que a compreende enquanto direito – o qual fazemos parte.

Quando discorremos sobre as Políticas Sociais, na dinâmica das classes antagônicas, em especial a Política de Saúde, recorte neste trabalho, é imprescindível levarmos em consideração as contradições existentes (Teixeira; Braz, 2009). A partir da análise marxiana da sociedade capitalista, compreendemos que paralelamente ao aumento da riqueza socialmente produzida, a partir da exploração da força de trabalho, há a apropriação do resultado desse processo pelos detentores dos meios de produção – que são uma parte mínima da sociedade que detém o capital: a classe dominante.

É neste bojo contraditório, tensionado pela luta de classes, que o Serviço Social, junto a outras profissões, compõe o trabalho no cotidiano dos serviços de saúde. E é, também, a partir dessa visão do trabalho, que trazemos a discussão do trabalho em saúde. Gonçalves (1992) apresenta, em sua obra, uma análise crítica e aprofundada do processo de trabalho em saúde, buscando desvelar as relações sociais e as determinações históricas que moldam as práticas de saúde, destacando-se pela abordagem teórica fundamentada no marxismo e, conseqüentemente, por sua análise concreta das práticas de saúde, buscando compreender como as condições de trabalho, as relações de poder e as necessidades da população influenciam a produção de saúde. O autor destaca a forma histórica da realização do trabalho em saúde em sua especificidade, ou seja, associado ao processo de reprodução social, à medida que é impossível pensar as necessidades em saúde descoladas de necessidades naturais.

Nestes termos, para o entendimento acerca do trabalho em saúde – e do desdobramento da política de saúde em si – da forma mais fidedigna possível, exige-se que seja considerada sua relação com processos sociais mais amplos, sob a égide dos interesses de classe, visto que “a finalidade do trabalho em saúde é o atendimento às necessidades de saúde, estas entendidas como necessidades que se constituem social e historicamente e se manifestam nas dimensões individual e/ou coletiva” (Silva, 2016, p. 199).

Como destaca Castro (2009), a complexidade do trabalho em saúde exige uma análise abrangente por parte dos profissionais, considerando diversas dimensões – desde as transformações do mundo do trabalho, como as questões organizacionais, reguladas pelos recursos humanos, interindividuais e intersubjetivas, até o papel dos

Realização:



Apoio:



trabalhadores como sujeitos históricos, levando em consideração seus interesses interindividuais.

Esses profissionais não apenas operam políticas públicas, mas também atuam orientados por interesses coletivos, valores de sua cultura profissional e posicionamentos diante das contradições presentes nas instituições de saúde. Nesse contexto, a ética não se reduz a um conjunto de normas abstratas, mas está intrinsecamente vinculada a ação humana e à capacidade de escolha dos sujeitos diante dos dilemas concretos do cotidiano. Como afirma Matos (2009), trata-se de uma ética fundada no ser social.

Outro ponto importante a ser tratado, para a compreensão crítica da vida cotidiana sob a lógica do capital, é a alienação. De acordo com Carvalho (2012), trata-se de um processo que contamina e sufoca a vida cotidiana, expressando-se tanto em dimensões objetivas quanto subjetivas. A partir da análise de Marx, a autora compreende esse duplo caráter a partir do entendimento desta enquanto um fenômeno construído sob influência das relações sociais de produção e dominação que provoca o distanciamento entre os sujeitos e sua própria essência. Para a autora, “a relação entre os homens se transforma em relação entre estranhos e o próprio homem em estranho para si próprio” (Carvalho, 2012, p. 41). A categoria alienação em Marx revela-se complexa e multifacetada; faz com que haja o esvaziamento da humanidade do trabalhador encarcerando-o em uma rede de exploração (Marx, 2013), ao passo que o trabalhador não se reconhece em sua atividade. Nesse processo, o produto de seu trabalho, fruto de sua criatividade e esforço, torna-se algo que lhe é alheio, podendo-o daquilo que o define como ser humano: sua capacidade de criação e transformação da natureza.

Marx identifica quatro formas distintas de alienação no trabalho: I) o estranhamento do resultado final do produto de seu trabalho; II) a transformação do trabalhador enquanto apêndice da máquina, fazendo do ato de trabalhar uma atividade coercitiva; III) o não desenvolvimento das potencialidades da essência humana, como a criatividade; IV) a competitividade e individualidade entre os trabalhadores que é imposta pelo sistema capitalista. Estes elementos atribuem um caráter fetichista ao produto do trabalho, camuflando as relações de exploração que o permeiam favorecendo ainda a reificação, transformando as relações sociais em relações entre coisas — à medida que perde o controle sobre o trabalho e o leva a desumanização do trabalhador (Marx, 2013).

Para Marx (2013), a superação da alienação só seria possível através de uma transformação radical do sistema capitalista. A abolição da propriedade privada dos meios de produção e a socialização do trabalho colocariam o trabalhador no controle do seu trabalho e dos seus frutos, permitindo a emancipação e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É neste horizonte de transformação que acreditamos a atuação no cotidiano profissional deve pautar-se.

Pelo diagnóstico constatado por Mendes (2014), a suspensão do cotidiano por parte dos assistentes sociais, com vistas a superação da alienação, está diretamente ligada ao exercício profissional crítico, por meio da mediação teoria e prática e da análise da realidade através da teoria marxista – desmistificando as estratégias de dominação utilizada pela classe dominante sobre a proteção social que, por possuir um caráter dialético, aparece como instrumento de legitimação do poder e imposição de interesses e ao mesmo tempo representa o tensionamento da luta da classe trabalhadora pelo reconhecimento de suas necessidades.

Para que o assistente social tenha a possibilidade de pensar criticamente no cotidiano precisa também ter condições objetivas de suspensão desta realidade, que como dito, é permeada de contradições, porque ainda que a opção de fortalecimento de um projeto ou outro seja perpassada pela singularidade dos profissionais, faz parte de um processo profissional coletivo (Santos, 2002).

Realização:



Apoio:





Alguns dos desafios vivenciados no cotidiano de trabalho em saúde dizem respeito a fragmentação das práticas em saúde, a mercantilização do cuidado, a dificuldade da organização e relações de trabalho em contextos de gestão, o alto índice de gestores não qualificados para atuar nos postos de trabalho que ocupam, a negação e/ou omissão quanto a direitos constitucionais dos trabalhadores, a precarização dos ambientes e condições de trabalho etc. (Yasui; Pena, 2015).

## Conclusão

Como norte da atuação profissional na Política de Saúde importa destacar o reconhecimento da saúde como direito social – tendo o Estado um papel fundamental para garantia de sua efetivação – e o assistente social como profissional qualificado para a atuação nos serviços. Sousa (2018) aponta quatro aspectos cruciais para o desenvolvimento do exercício profissional crítico no âmbito do Serviço Social neste espaço: I) o posicionamento crítico em relação ao pensamento pós-moderno – que vai de encontro aos eixos centrais e articuladores do projeto profissional; II) a problematização das “novas” demandas profissionais compreendidas no processo de reestruturação produtiva – que devem ser analisadas à luz de um referencial teórico crítico permitindo a compreensão de suas determinações sociais; III) a superação de visões focalizadas em relação ao trabalho e o reconhecimento dos limites institucionais postos ao Serviço Social que, no campo de imediatividade do cotidiano, possui elementos favoráveis ao distanciamento de reflexões totalizantes, bem como o distanciamento da articulação entre teoria e prática; IV) o aprofundamento da compreensão do compromisso com a classe trabalhadora a partir da incorporação da ontologia social ao Código de Ética de 1993, ao ponderar que os valores ético-políticos emancipadores são resultado da prática social, ou seja, da atividade humana.

Ao reconhecermos que o cotidiano não é alienado por completo – pelo fato de existirem possibilidades de movimento e reflexão por parte dos sujeitos –, torna-se evidente que a consolidação do capitalismo agravou a disparidade entre o indivíduo e sua condição de ser humano genérico/coletivo. Nesse contexto, a superação da alienação cotidiana só pode ser pensada no âmbito de um outro projeto de sociabilidade, distinto do capitalista. É nesse sentido que a teoria social marxista se apresenta como referência fundamental, por permitir compreender o ser humano como ser social a partir de suas condições objetivas de existência, de suas relações com os outros e com a natureza, tendo como fundamento o materialismo histórico-dialético.

Compete ao Serviço Social formular estratégias que criem e/ou reforcem experiências que efetivem o direito à saúde nas instituições e serviços e, os elementos basilares para isso, estão expressos no Código de Ética do/a Assistente Social que norteia nossa atuação profissional, assim como nosso PEPSS – reafirmando o compromisso com os interesses históricos da classe trabalhadora, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, entendido como único padrão de organização capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade, da equidade, ampliação e consolidação da cidadania, justiça social e democracia, luta pela eliminação de todas as formas de discriminação, além do horizonte de construção de uma sociedade livre todas as formas de exploração (CFESS, 2012).

Essa reflexão é fundamental para delimitar os limites e as possibilidades da intervenção profissional na qual as ações se concretizam por meio de atos mais ou menos conscientes, mediados pela relação entre a singularidade e a dimensão humano-genérica pela via da existência social (Barroco, 2009).

Em outras palavras, a atuação crítica no campo da saúde exige uma permanente reflexão sobre os fundamentos que sustentam as decisões profissionais, compreendendo nossa inserção nos serviços e instituições no contexto histórico determinado pela sociabilidade capitalista. Isso significa reconhecer que o trabalho em

Realização:



Apoio:



saúde, sob a perspectiva crítica do Serviço Social, deve estar alicerçado, também, em uma análise que crítica da realidade concreta, orientada pela compreensão das diversas determinações que o constituem. Logo, a leitura das determinações estruturais do capitalismo torna-se condição indispensável para uma práxis ética, propositiva e comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

Reconhecer que a produção social da vida determina tanto as relações sociais, a consciência dos indivíduos, e modela as instituições públicas e de parcerias privadas responsáveis pela oferta de serviços, é fundamental para uma atuação profissional que ultrapasse a mera reprodução da ordem vigente. Trata-se de fortalecer práticas que contribuam para a construção de alternativas emancipatórias, pautadas na defesa intransigente dos direitos humanos, sociais e na centralidade do PEPSS, logo, com uma atuação comprometida com uma sociedade mais justa e igualitária, alicerçada na luta coletiva, na ação política e na perspectiva da transformação da realidade pela ressignificação do cotidiano por meio de sua suspensão crítica e reflexiva.

## Referências

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. (org.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009. Disponível em: <<https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8QQ0Gyz6x815V3u07yLJ.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. 30 anos do código de ética do/a assistente social brasileiro/a! **Temporalis**, Brasília (DF), ano 23, n. 46, p. 13-23, jul./dez., 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/43320/29225>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CASTRO, Marina Monteiro de Castro e. **Trabalho em saúde: a inserção do assistente social na atenção primária à saúde em Juiz de Fora/MG**. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social *In*: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 10ª Edição. São Paulo: Cortez, 2012, p. 13-64.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 10ª Edição. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: <[https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2025.

GONÇALVES, Ricardo Bruno Mendes. **Práticas de saúde: processos de trabalho e necessidades**. São Paulo: CEFOR, 1992. (Cadernos CEFOR - Textos, 1).

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. [Trad. Sérgio Lessa; rev. Mariana Andrade]. Maceió: Coletivo Veredas, 2018. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lukacs/ano/mes/Ontologia-Volume-14.pdf>> Acesso em 19 jun. 2025.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. (Trad. Florestan Fernandes). 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Realização:



Apoio:



MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Maurílio Castro de. **Cotidiano, ética e saúde**: O Serviço Social frente à contra-reforma do Estado e contrarreforma do aborto. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

MENDES, Daniela Leonel de Paula. **Serviço Social e cotidiano**: reflexões sobre o exercício profissional do assistente social. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. *In*: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Claudia Mônica dos. As dimensões da prática profissional do serviço social. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 02, n. 02, p. 23-42, jul./dez., 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/issue/view/1254/330>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SILVA, Letícia Batista da. **Trabalho em saúde e residência multiprofissional**: problematizações marxistas. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

SOUSA, Adrianycy Angélica Silva de. A contribuição do pensamento de G. Lukács para o debate teórico do Serviço Social: notas aproximativas. *In*: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL, 16, 2018, 2018. Vitória. **Anais** [...]. Vitória: UFES; ABEPSS, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22122>>. Acesso em: 23 jun. 2025.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. (org.). **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009. Disponível em: <[https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata\\_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2025.

YASUI, Silvio; PENA, Ricardo Sparapan. Repetição e invenção: o cotidiano do trabalho em saúde, suas tensões, ambiguidades e contradições. **Ayvu**: Revista de Psicologia, Volta Redonda, v. 01, n. 02, p. 66 -78, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ayvu/article/view/22180/13079>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



Realização:



Apoio:



## OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: as contribuições de Guerra ao debate

Caio Vitor Beltran dos Santos<sup>250</sup>

Larissa Pereira Silva<sup>251</sup>

Lívia Fernandes<sup>252</sup>

Luciana Gonçalves Pereira de Paula<sup>253</sup>

Marcela Francisquini Abreu<sup>254</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo apresentar resultados parciais da pesquisa “Serviço Social e seus Fundamentos: Tendências e Concepções”. O recorte se dá sobre o debate dos fundamentos do Serviço Social nas produções de Yolanda Guerra. Para isso, dividimos este trabalho em duas partes. A primeira tem o objetivo de sinalizar nos textos da autora — de 1997 à 2024 — o seu processo de formulação quanto aos fundamentos histórico-ontológicos. No segundo momento iremos elucidar o que a autora compreende enquanto fundamentação teórico-filosófica. Finalizamos apresentando a importância do debate construído por esta autora para a formação em Serviço Social.

**Palavras-chave:** Fundamentos; Serviço Social; Guerra.

**Abstract:** This paper aims to present partial results of the research “Social Work and its Foundations: Trends and Conceptions”. The focus is on the debate on the foundations of Social Work in the works of Yolanda Guerra. To this end, we divided this paper into two parts. The first aims to highlight in the author’s texts — from 1997 to 2024 — her process of formulation regarding the historical-ontological foundations. In the second part, we will elucidate what the author understands as theoretical-philosophical foundation. We conclude by presenting the importance of the debate constructed by this author for training in Social Work.

**Keywords:** Fundamentals; Social Work; Guerra.

### Introdução

O presente trabalho irá apresentar parte da pesquisa intitulada “Serviço Social e seus Fundamentos: Tendências e Concepções”, que vem sendo realizada desde janeiro de 2025, com previsão de término em dezembro 2026. Esta pesquisa, orientada pelo método materialista-histórico-dialético, de natureza qualitativa, dedica-se ao estudo dos fundamentos do Serviço Social, debruçando-se sobre os autores de referência para este debate.

Os estudos realizados até o momento nos indicam que existem diversas compreensões, construções e formulações em torno do que se entende por fundamentos do Serviço Social. Desse modo, estamos aqui partindo do pressuposto de que existe um debate posto, um debate que nos revela que existem diferentes contribuições, construídas por diferentes autoras acerca desta temática.

<sup>250</sup> Estudante de graduação da Faculdade de Serviço Social/UFJF. E-mail: caio.beltran@estudante.ufjf.br

<sup>251</sup> Assistente social e Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFJF. E-mail: larissa.silva@estudante.ufjf.br

<sup>252</sup> Estudante de graduação da Faculdade de Serviço Social/UFJF. E-mail: livia.fernandes@estudante.ufjf.br

<sup>253</sup> Assistente Social; Professora Associada na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Doutora em Serviço Social. E-mail: lugppaula@ufjf.br

<sup>254</sup> Estudante de graduação da Faculdade de Serviço Social/UFJF. E-mail: abreu.marcela@estudante.ufjf.br

Realização:



Apoio:





Isto posto, precisamos destacar que uma das grandes referências para o debate dos fundamentos do Serviço Social é Yolanda Guerra. Por isso, o recorte deste trabalho se dedica a analisar, compreender e explicitar a concepção de fundamentos que vem sendo construída por esta autora.

O debate dos fundamentos do Serviço Social surgiu no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, a partir do acúmulo teórico das profissionais naquele período. Segundo Guerra (2004, p. 25-26), tal acúmulo surgiu a partir dos desenvolvimentos internos e externos da profissão e possibilitou ao Serviço Social “investir na busca das bases ontológicas de sua fundação”. Como exemplo disso temos em 1996 a cristalização desse processo de amadurecimento na construção das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, as quais prescrevem como matéria básica o ensino dos “Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social” (ABEPSS, 1996, p. 17).

De acordo com a colocação de Guerra (2023, p.35), o tema dos fundamentos é um debate incontornável. Primeiro porque trata-se de um debate que discute e problematiza concepções de profissão, que é “elemento central para pensar trabalho e formação profissional” (Guerra, 2023, p. 35). Em segundo lugar porque, nas palavras da autora, “o debate, a pesquisa e a produção de conhecimento sobre fundamentos do Serviço Social nos permitem responder ao tempo presente” (Guerra, 2023, p. 36).

A partir da importância dos fundamentos do Serviço Social é que pretendemos neste trabalho captar como e o que são os fundamentos da profissão para Yolanda Guerra. Para isso, foi realizada a análise de oito artigos publicados pela autora ao longo de 27 anos<sup>255</sup>. Os textos foram lidos na íntegra e posteriormente discutidos e analisados pelo grupo de pesquisa.

Com isso, percebemos que para Guerra (2024, p. 159) os fundamentos são “a base, o alicerce, o princípio que rege a realidade e a profissão, tanto o que funda quanto sua lógica constitutiva; mas também: as explicações, os argumentos de interpretação, a justificativa de existência de ambas”. Compreendemos assim, através da análise das passagens indicadas, que são esses os *fundamentos do e para* o Serviço Social, respectivamente.

Dessa forma, para melhor compreensão do debate proposto dividimos este trabalho em duas partes. A primeira tem o objetivo de sinalizar nos textos da autora — de 1997 à 2024 — o seu processo de formulação quanto aos fundamentos histórico-ontológicos. No segundo momento iremos elucidar o que a autora compreende enquanto fundamentação teórico-filosófica.

Portanto, o presente trabalho tem o intuito de realizar um mergulho nas produções de Yolanda Guerra sobre fundamentos do Serviço Social para capturar suas formulações, compreender suas contribuições ao debate e estimular novas reflexões sobre o tema.

## Fundamentos histórico-ontológicos do Serviço Social

A primeira vez que a autora abordou a temática dos fundamentos do Serviço Social foi no artigo intitulado *A ontologia do ser social: bases para a formação profissional*<sup>256</sup>. O texto, publicado em 1997, reflete os debates presentes na época, tendo em consideração a recente revisão curricular ocorrida na década de 1990. Portanto, a autora tem como objetivo “adensar os esforços empreendidos por todos os profissionais, docentes e discentes dos cursos de Serviço Social [...] na construção do projeto de *formação profissional em Serviço Social*” (Guerra, 1997, p. 9). Importante destacar que o objetivo central da autora neste texto – assim como no artigo de 2004 –

<sup>255</sup> Os anos de publicação correspondem a: 1996, 2004, 2015, 2018, 2020, 2023a, 2023b e 2024.

<sup>256</sup> O artigo completo encontra-se na revista *Serviço Social e Sociedade*, v. 18, n. 54, 1997.

Realização:



Apoio:



não é o debate dos fundamentos do Serviço Social. Mas, que os elementos pela autora abordados já auxiliam nossas reflexões sobre o tema.

Guerra (1997) parte da gênese do Serviço Social, das necessidades sociais engendradas pelo desenvolvimento capitalista para “intervir nos conflitos oriundos dos antagonismos de interesses das classes (ou segmentos das classes) sociais fundamentais da ordem burguesa constituída” (Guerra, 1997, p. 10). E logo após afirma:

Se o Serviço Social, configurado na sociedade burguesa como um trabalho, como um ramo específico da divisão social e técnica do trabalho, um tipo de especialização do trabalho coletivo (cf. Iamamoto, 1992), se coloca como uma atividade profissional e, portanto, não se constitui sequer pode ter esta pretensão – numa ciência ou num ramo de saber científico, **tem que se reconhecer numa determinada realidade sócio-histórica que lhe atribui uma razão de ser e coloca seus objetos de intervenção (grifos nossos)**. Se a sua lógica de constituição e se os seus objetos de intervenção se vinculam a determinada realidade histórico social, seu substrato material é a realidade social (Guerra, 1997, p. 11).

Isto é, a autora nos leva à compreensão de que são as determinações sociais que conformam esta profissão do mesmo modo que ainda a constituem e legitimam. Sendo assim, entendemos que o trecho destacado acima aponta elementos cruciais para o nosso entendimento acerca do que funda o Serviço Social, portanto, de seus *fundamentos* – mesmo que esta ainda não seja uma clara formulação apresentada pela autora.

Vemos concepção semelhante, e cada vez mais refinada, em seus textos seguintes. Com destaque para o primeiro esboço de uma concepção de **fundamentos** em seu artigo de 2004, intitulado *A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos* (Guerra, 2004, p. 25). Neste artigo, logo em seu início, influenciada por seus estudos marxistas, a autora afirma que “ir aos fundamentos é recuperar a essência das coisas” (Guerra, 2004). E pensando, então, o Serviço Social, ela nos diz que:

pretende-se resgatar a importância da tradição marxista no Serviço Social e de seu investimento em compreender *as bases histórico-ontológicas que fundam a profissão*, na apreensão do seu significado social e sua funcionalidade, na crítica ao conservadorismo teórico-metodológico e prático-político e na construção de um projeto profissional que intencione a ruptura com o conservadorismo (Guerra, 2004, p. 25, *grifo nosso*).

No artigo *O Serviço Social e a análise crítica de seus fundamentos*, de 2015, é a primeira vez que a autora se propõe a colocar, de fato, os fundamentos do Serviço Social, no centro do seu debate. E aqui encontramos, pela primeira vez, uma formulação inédita: a diferenciação entre *fundamento* e *fundamentação* – que mais adiante irá aparecer como *fundamentos do* e *fundamentos para* o Serviço Social.

A discussão dos fundamentos tem no referencial desta ontologia seu substrato filosófico e teórico-metodológico. É este referencial que nos permite constatar que seus fundamentos encontram-se no processo de produção e reprodução material e espiritual realizado pelos próprios homens no seu processo de trabalho (Guerra, 2015, p. 02).

Portanto, percebemos neste trabalho um primeiro esforço da autora em apontar para a diferença entre fundamentos do Serviço Social, enquanto elementos sócio-históricos que fundam a profissão; e as fundamentações teórico-metodológicas que vão servir de bases explicativas para a profissão e a realidade.

Ademais, Guerra (2015, p.7) nos trará uma definição dos *fundamentos* de forma mais robusta nas páginas seguintes:

Realização:



Apoio:



Quanto ao Serviço Social, por fundamentos estamos considerando as bases sócio-históricas objetivas e subjetivas, bem como as mediações que vinculam e permeiam o exercício profissional do assistente social, ambos resultantes das determinações societárias mais amplas, as quais se particularizam em determinações próprias da *cultura profissional* (Guerra, 2015, p. 7).

Em 2018, a autora enriquece seu arcabouço sobre a temática, ainda dentro do escopo de suas construções passadas – o que, como veremos, se mantém também nos anos seguintes, demonstrando rigor para com o objeto – no texto *Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica* (Guerra, 2018)<sup>257</sup>.

Neste artigo encontramos, pela primeira vez, a menção da autora a existência de um debate sobre os fundamentos do Serviço Social. Explicitando a sua percepção de que existem diferentes contribuições sendo construídas em torno do tema.

Ainda neste artigo, Guerra (2018, p. 29) aponta

que ter a realidade social *como fundamento* significa que são as condições de produção e reprodução da vida social e espiritual dos homens e mulheres as suas bases constitutivas, processo construído por meio de sua práxis individual e social que, ao mobilizar/enfrentar as contradições de classe, constroem a história (Guerra, 2018, p. 37, grifo da autora).

Os fundamentos do Serviço Social compreendidos enquanto movimento histórico, inscritos na realidade social são corroborados no trabalho de Guerra de 2023a, denominado *A pesquisa sobre fundamentos, formação e trabalho profissional em Serviço Social frente à conjuntura nacional e internacional na atualidade*.

Neste capítulo de livro a autora explicita pela primeira vez sua compreensão de que existem diferenças entre o que compreendemos enquanto *fundamentos do e para* o Serviço Social, quando afirma que “[...] se faz necessário reconhecer que a temática dos fundamentos *do/para* o Serviço Social ganha novos contornos na quadra história que vivenciamos” (Guerra, 2023, p. 34). No entanto, neste texto, a autora não explica de maneira pormenorizada a sua compreensão sobre esta diferenciação – o que encontraremos mais amadurecido em outras produções mais recentes.

Por fim, a autora afirma que

a partir da análise que permite interpretar os *fundamentos histórico-ontológicos* do modo de ser, de aparecer, de pensar e de interpretar a profissão. A partir dos fundamentos da Teoria Social de Marx foi possível captar o movimento da profissão no contexto das relações sociais, como necessidade sócio-histórica das classes (Guerra, 2023a, p. 39, grifo nosso).

No texto intitulado “*A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais*”<sup>258</sup> (Guerra, 2023b), encontramos de forma mais explícita a explicação sobre as concepções de *fundamentos do e para* o Serviço Social, quando a autora afirma:

vou reforçar a hipótese de que esta profissão tem bases e fundamentos histórico-ontológicos que sustentam, estruturam e movimentam a sua constituição, o seu modo de ser e de existir [que seriam os fundamentos do Serviço Social]; tem fundamentos teórico-metodológicos que a explicam [que seriam os fundamentos para o Serviço Social] (Guerra, 2023b, p. 44). (comentários nossos)

Assim, Guerra (2023b, p. 45) afirma:

<sup>257</sup> O texto faz parte do livro *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica* (Guerra, 2018).

<sup>258</sup> O texto compõe o livro “A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais” (Horst; Anacleto, 2023).

Realização:



Apoio:



considero fundamento as bases e a razão de ser que explica a gênese e a existência da sociedade e da profissão. Trata-se de fundamentos histórico-ontológicos enquanto as balizas, pilastras, razão e modos de ser constitutivos e constituintes da realidade e a profissão (Guerra, 2023, p. 45).

No trabalho mais atual da autora – destacado nesta pesquisa – chamado *Fundamentos, afinal do que se trata? Elementos para a formulação de uma concepção sobre fundamentos na perspectiva crítica*<sup>259</sup> (Guerra, 2024) Encontramos o desenvolvimento de sua análise decantado. Sobre os fundamentos do Serviço Social a autora sintetiza:

Estamos considerando fundamentos, a partir do seu sentido etimológico, como base, o alicerce, os princípios que regem realidade e profissão, tanto o que funda quanto sua lógica constitutiva; mas, também: as explicações, os argumentos de interpretação, a justificativa de existência de ambas (Guerra, 2024, p. 159).

E não só isso, para Guerra (2024, p. 159) os fundamentos histórico-ontológicos “tem prioridade em relação aos que buscam explicá-la”, justamente porque são produtos da práxis e denotam a “[...] prioridade ontológica da realidade sobre o conhecimento, da prática sobre a teoria, dos fundamentos histórico-ontológicos sobre os teórico-filosóficos (Guerra, 2024, p. 160).

Esses fundamentos teórico-filosóficos, como citamos na introdução, são os fundamentos *para* o Serviço Social. Tal relação de prioridade tem razão por serem os fundamentos *do* Serviço Social – histórico-ontológicos – realidade em si, o movimento histórico da profissão em sua relação com a sociedade burguesa. Enquanto os fundamentos *para* a profissão – teórico-filosóficos – são os meios pelos quais acessamos esse movimento.

No decorrer dos anos, as definições de fundamentos da profissão e fundamentação teórico-filosófica — como a autora denomina nos últimos textos —, tem se desenvolvido de acordo com o amadurecimento de compreensão de Guerra. O que notamos é que não houve necessariamente modificações significativas, mas sim certa diferenciação do que compreende-se como bases teóricas e a realidade em si. Em suas primeiras escritas, no caso dos textos de 1997 e de 2004, a autora por vezes utiliza da palavra *fundamentos* para se referir às teorias filosóficas, e irá somente chamá-las de fundamentação em 2015. Ademais, no ano de 2015, Guerra nos trará algumas sinalizações que seriam ontológicos os fundamentos, além de aludir e apresentar uma concepção mais consistente sobre fundamentos *do* Serviço Social. No entanto, é no último artigo aqui tratado, que Guerra (2024) consegue de forma clarificada e didática elucidar para os leitores a diferença entre os dois campos, os fundamentos histórico-ontológicos e teórico-filosóficos do Serviço Social.

## Fundamentos teórico-filosóficos do Serviço Social

Percebemos, até aqui, que o debate sobre os fundamentos do Serviço Social em Guerra é mais complexo do que parece. Portanto, se dedicamos um primeiro tópico ao esclarecimento daquilo que compreendemos ser para a autora a definição de fundamentos *do* Serviço Social; e se esse movimento reflexivo nos fez perceber que para se chegar a compreensão dos fundamentos *do* Serviço Social se faz necessário diferenciá-los do que são os fundamentos *para* o Serviço Social, nos pareceu relevante dedicar um segundo tópico a este debate.

<sup>259</sup> Publicado no livro *Serviço Social ao redor do mundo – debate crítico sobre fundamentos e formação profissional* (Lima et al., 2024).

Realização:



Apoio:



Deste modo, nosso desafio agora consiste em tentar captar o que são os fundamentos *para* o Serviço Social – ou como a própria autora vem denominando em seus últimos textos, os fundamentos teórico-filosóficos (que são diferentes dos fundamentos histórico-ontológicos anteriormente apresentados).

Segundo Guerra (2024, p. 160) os fundamentos teórico-filosóficos não são menos importantes. Eles

são a base de fundamentação sobre a realidade e sobre a profissão. Eles têm como objeto os fenômenos e práticas sociais e se constituem em modos de explicar a realidade social, buscam a apreensão da sua base material, da sua lógica constitutiva e, nesta base, a profissão (Guerra, 2024, p. 160).

Através de nossas análises percebemos que esses fundamentos teórico-filosóficos já apareciam anteriormente em suas obras mais antigas, mesmo que não ainda com esta formulação e compreensão.

Neste sentido há que se buscar a significação conceitual dos termos, há que explicitá-los, qualificá-los, praticá-los, há que se buscar e dar a conhecer a origem e os *fundamentos que embasam* e sustentam as afirmações que se tornam ‘inquestionáveis’ na profissão, suas determinações, em que circunstâncias históricas foram incorporadas as bases e supostos epistemológicos e filosóficos nos quais estão amparadas e, sobretudo, o projeto sócio político ao qual pertencem, sob pena de sermos cúmplices dos equívocos, o risco de inaugurarmos os modismos, referendamos as mitificações, falácias, retóricas no e do Serviço Social (Guerra, 1997, p. 18, grifo nosso).

Porém, “não são todas as formas de fundamentação que alcançam o conhecimento dos fundamentos constitutivos e explicativos da realidade” (Guerra, 2024, p. 161) e mesmo que busquem fornecer explicações à profissão não alcançam os fundamentos da vida social por “eliminar as bases concretas das suas análises” (Guerra, 2024, p. 164). Aqui a autora está se referindo aos referenciais teórico-filosóficos ancorados na racionalidade formal-abstrata.

Por isso, Guerra (2015) discorre sobre a importância do método materialista histórico-dialético. Método que considera que a essência “é sempre histórica e se realiza pelas mediações do trabalho, do pensamento, da sociabilidade, da liberdade, da universalidade. Estas, concebidas como esferas de realização da essência” (Guerra, 2015, p. 5-6).

Após esta formulação, a autora afirma que este método “permite captar os fundamentos ontológicos sob os quais o Serviço Social se constitui bem como desvelar as determinações sócio-históricas e ideopolíticas da profissão na contemporaneidade” (Guerra, 2015, p. 6). Sendo assim, indica-se que os fundamentos do Serviço Social são ontológicos.

Guerra (2004) não passa pela construção de sua ideia de fundamentos para o Serviço Social sem realizar sua crítica:

O que ocorre é que falar em fundamentos só tem sentido, em primeiro lugar, quando se opera com uma razão racionalista, humanista, historicista e dialética, a qual historicamente tem sido objeto de enfrentamento por parte das correntes irracionaisistas, e, em segundo lugar, quando não se contenta com o formalismo e/ou com a positividade posta na aparência necessária dos fenômenos, quando não se opera com um tipo de conhecimento que se cristaliza na expressão fenomênica da realidade, quando não se identificam discurso e teoria, experiência e práxis, como fazem as correntes do racionalismo formal-abstrato (Guerra, 2004, p. 14-15).

Realização:



Apoio:





Sua análise mais completa sobre os fundamentos teórico-filosóficos se encontra no seu trabalho do ano de 2020: *Elementos para uma crítica ontológica das “filosofias” e de seus fundamentos*<sup>260</sup>. Guerra (2020) dá largos passos em direção ao estudo dos fundamentos para o Serviço Social. Para Guerra (2020) o conhecimento teórico é essencial para orientar “nossa forma de ler, de interpretar a realidade” e dá suporte para “pressupostos teórico-metodológicos e visões de mundo, cujo substrato é ético e político e nos conduzem a uma determinada postura diante do real que pode ser de sua transformação ou manutenção” (Guerra, 2020, p.32). Indo mais fundo nessa análise, a autora esclarece de onde vem o caráter “filosófico” em suas produções.

Guerra (2020, p.32) nos lembra que o substrato ideopolítico das diferentes teorias sociais<sup>261</sup> – assim como dos saberes instrumentais que absorvemos a partir de experiências e elaboramos através de categorias de análise – fundam-se em pressupostos filosóficos. “Nossas maneiras de interpretar o mundo são orientados por pressupostos teórico-filosóficos (com implicações ético-políticas)” (Guerra, 2020, p.33). Ciência e filosofia, apesar de serem coisas distintas, possuem uma relação intrínseca a qual na passagem do século XVIII ao XIX se cindem (Guerra, 2020, p. 54). É neste período que

as reflexões sobre uma modalidade do ser social se autonomizam, que as ciências se especificam e adquirem independência frente à filosofia, passando essa de fundamentos últimos a ser considerada um ramo específico que toma como objeto as visões de mundo (ou no limite, as ideologias) (Guerra, 2020, p. 54).

É através dessa mudança de perspectiva que a sociedade burguesa “produziu um pensamento a-histórico, já que a essa classe interessava/interessa negar todos os pressupostos histórico-ontológicos que lhe permitiram operar a transformação social e transcender ao antigo regime” (Guerra, 2020, p. 56). Essa mudança de chave tem como intuito dificultar reflexões que alcancem os fundamentos histórico-ontológicos da sociedade burguesa, seu elemento fundante escapa à análise e a perspectiva histórica desse modo de produção desaparece.

Diferentemente das teorias sociais de Durkheim e Weber, cujos fundamentos eram epistemológicos/metodológicos, Marx não parte de concepções epistemológicas (Guerra, 2020). “Marx funda uma nova maneira de interpretar as questões relativas à vida e à sociedade porque extraída da própria realidade e do seu modo de ser e de se constituir” (Guerra, 2020, p. 63).

Guerra (2020, p. 66-67) sintetiza:

Nessas concepções, encontram-se a base de uma “nova cientificidade fundada no ser social”: se o ser é o fundamento do conhecimento e esse é histórico se a realidade é um processo dialeticamente articulado, então o eixo central dessa nova cientificidade é a totalidade social, que resgata a unidade ciência/filosofia, de modo que não cabem as fragmentações operadas pelas “sociologias”.

Portanto, neste capítulo a autora faz uma densa incursão sobre os “fundamentos dos fundamentos”. Ou seja, Guerra (2020) se propõe a realizar um debate sobre as determinações filosóficas e ideopolíticas contidas nas fundamentações teóricas que influenciam a nossa profissão.

<sup>260</sup> Artigo presente no livro *Fundamentos filosóficos para o Serviço Social*, organizado por Valeria Forti e Yolanda Guerra (2020).

<sup>261</sup> Teorias sociais são na visão de Guerra (2020) e Netto (1986, p. 52 apud Guerra, 2020 p. 32), “uma forma, dentre outras, de organização do conhecimento que proporciona um quadro amplo, inteiro e articulado de leis, conexões, relações e vínculos relativos à ‘estrutura dinâmica, ao modo de ser e de se reproduzir de um determinado ser social [...]’.

Realização:



Apoio:



Segundo Guerra (2020) no campo de Serviço Social, até os anos de 1980, a produção de conhecimento estava assentada em fundamentos de uma racionalidade formal-abstrata. E foi somente com a aproximação da profissão com a produção de Karl Marx que se inaugura a possibilidade de uma produção de conhecimento fundamentada em bases histórico-ontológicas.

Por fim, destacamos que desde a primeira elaboração de Yolanda Guerra, por nós analisada, a autora afirma que o Serviço Social deve examinar nas “diferentes formas de conhecimento e interpretação da realidade, aquela que mais se atém, que mais se aproxima, que permite a compreensão não apenas do que é, mas, sobretudo, das tendências, do movimento, do vir-a-ser da realidade social” (Guerra, 1997, p. 12). E, reitera que a teoria marxista “é a única capaz de permitir a crítica radical do cotidiano, por intermédio da qual se alcança a lógica constitutiva da sociedade capitalista, a racionalidade do mundo burguês” (Guerra, 1997, p. 12).

Dessa forma, nas produções de Guerra encontramos profícuos caminhos para o debate dos fundamentos do Serviço Social. Seus artigos fazem a defesa de que apenas alcançamos os fundamentos do Serviço Social por meio da matriz teórico-filosófica marxista. Sendo esta a única que nos permite captar a essência do que funda a profissão. Seria, portanto, o campo marxista que nos ofereceria os fundamentos *para* a compreensão dos fundamentos *do* Serviço Social.

## Conclusão

A partir dos esforços empenhados na sistematização dos trabalhos de Yolanda Guerra sobre fundamentos, podemos dizer que sua produção é um sólido referencial para a temática dentro do Serviço Social. Entendemos que dentro da profissão não há consenso a respeito de seus fundamentos e por isso esses esforços de estudo, compreensão e debate se fazem tão necessários.

Para Guerra (2018) é um equívoco o estudo dos fundamentos histórico-ontológicos do Serviço Social quando o mesmo se apresenta de maneira cronológica e linear. E este movimento ainda se encontra presente na execução de muitos projetos pedagógicos de inúmeros cursos de Serviço Social no Brasil. Segundo Teixeira (2019, p. 27), o conjunto de disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social, geralmente, apresenta a discentes “muito mais a historiografia do Serviço Social do que o significado do Serviço Social na produção e reprodução das relações sociais no modo de produção capitalista”.

No entanto, para Guerra (2024, p. 159), os fundamentos “tanto são constitutivos quanto explicitam a lógica própria dos modos de ser da realidade e da profissão, de forma a nos permitirem interpretar o Serviço Social na malha das relações sociais da sociedade burguesa, nas diversas etapas do seu desenvolvimento”.

Portanto, só chegamos aos elementos constitutivos da profissão a partir das “fundamentações baseadas em fundamentos ontológicos que buscam apreender o chão histórico no qual a profissão se gesta e se desenvolve, a razão de ser da profissão na sociedade burguesa” (Guerra, 2023, p. 47).

Essa é a concepção de fundamentos para a autora que se apresenta desde seu trabalho em 1997, ainda que de maneira inicial. Vemos que ao longo desses 27 anos o seu entendimento se lapidou e ganhou um tom cada vez mais elucidativo e didático, necessário mediante a importância do debate. Certamente esse movimento não se deve sem esforço. Desde seu primeiro artigo (1997) até o último (2024) vinte e sete anos de passaram. Muitos foram os estudos, os debates, as pesquisas realizadas. O que evidencia o amadurecimento de suas construções teóricas, seguramente fruto de árduo trabalho. Portanto, mais do que reflexões profícuas, provocativas e instigantes, Yolanda Guerra nos ensina a ser pesquisadora sendo.

Realização:



Apoio:



## Referências

GUERRA, Yolanda. A ontologia do ser social: bases para a formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.18, n. 54, p. 9–25, jul., 1997.

GUERRA, Yolanda. A força histórico-ontológica e crítico analítica dos fundamentos. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 10, v. 1, p. 12-45, 1º semestre de 2004.

GUERRA, Yolanda. O serviço social e a análise crítica de seus fundamentos. **Anais do 3º Encontro Internacional de Política Social e 10º Encontro Nacional de Política Social**, Vitória, UFES, 2015.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. *In*: GUERRA, Yolanda *et al.* (org.). **Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

GUERRA, Yolanda. Elementos para uma crítica ontológica das “filosofias” e de seus fundamentos. *In*: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. (org.). **Fundamentos filosóficos para o serviço social**. (Coleção fundamentos críticos para o serviço social). Fortaleza: Socialis Editora, 2020.

GUERRA, Yolanda. A pesquisa sobre fundamentos, formação e trabalho profissional em Serviço Social frente à conjuntura nacional e internacional na atualidade. *In*: REIDEL, Tatiana *et al.* (org.). **Serviço Social – perspectivas internacionais sobre fundamentos, formação e trabalho profissional**. Embú das Artes: Alexa Cultural, 2023.

GUERRA, Yolanda. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais. *In*: HORST, Cláudio Henrique Miranda; ANACLETO, Talita Freire Moreira; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (org.). **A dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2023.

GUERRA, Yolanda. Fundamentos, afinal do que se trata? Elementos para a formulação de uma concepção sobre fundamentos na perspectiva crítica. *In*: LIMA, Cristiana Costa *et al.* (org.). **Serviço Social ao redor do mundo: perspectivas internacionais sobre fundamentos, formação e trabalho profissional**. Embú das Artes: Alexa Cultural, 2024.

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. 2019. 325f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Realização:



Apoio:



## **A COMPREENSÃO DO MÉTODO EM MARX: breves considerações à luz do Serviço Social**

Vitória Regina da Silva<sup>262</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a importância do método em Marx para o Serviço Social brasileiro, evidenciando sua contribuição para uma leitura crítica da realidade capitalista e para a elaboração de intervenções que superem perspectivas individualizantes. Destaca o papel histórico do movimento de reconceitualização e das Diretrizes Curriculares da ABESS (1996) na consolidação de uma prática profissional crítica e dialético-materialista. Conclui que compreender a realidade, em sua essência e contradições, possibilita ao assistente social construir propostas voltadas à transformação social.

**Palavras-chave:** Método em Marx; Serviço Social; Materialismo histórico-dialético.

**Abstract:** The article analyzes the importance of Marx's method for Brazilian Social Work, highlighting its contribution to a critical reading of capitalist reality and to the development of interventions that overcome individualizing perspectives. It emphasizes the historical role of the reconceptualization movement and ABESS Curriculum Guidelines (1996) in consolidating a critical and dialectical-materialist professional practice. It concludes that understanding reality, in its essence and contradictions, enables social workers to develop proposals aimed at social transformation.

**Keywords:** Marx's method; Social Work; Historical materialism Dialectics.

### **Introdução**

Para firmarmos o chão que estamos pisando, utilizaremos uma referência com base em autores reconhecidos no interior do Serviço Social por seus estudos sobre o método, como Lefebvre (1983), Heller (2000), Kosik (2002), e Lukács (1968). Não é nossa intenção discutir as controvérsias existentes entre os autores, mas estabelecer uma interlocução direta desses com as próprias obras de Marx (1989, 1996, 2010, 2019, 2023)

Acerca dos estudos existentes sobre o método em Marx, parece-nos um ponto comum nas obras do autor, o de que ele não se propôs a formular uma teoria geral da humanidade, tampouco uma teoria absoluta da história.

Diferente dos socialistas utópicos, cujas ideias embora superadas contundentemente por Marx ainda persistam entre o proletariado. Nas obras do autor, é possível notar um ímpeto investigativo voltado para as determinações objetivas que estruturam o funcionamento da sociedade de economia capitalista, bem como suas relações sociais de produção (Engel, 2008).

Nesse sentido, o estudo, por um lado, considera as análises sobre o método em Marx, aquelas localizadas no terreno concreto da vida material dos indivíduos, que, por meio de sua própria atividade prática colocam em movimento a história de uma determinada realidade, a qual eles constituem e pela qual são constituídos.

---

<sup>262</sup> Assistente Social, Universidade Federal Fluminense profissão, Mestrando Serviço Social e Desenvolvimento, [reginavitoria@id.uff.br](mailto:reginavitoria@id.uff.br) – Serviço Social, Lutas Sociais e Resistência.

Realização:



Apoio:



Por outro lado considera que qualquer investigação que se limite à contemplação sensível (pelos sentidos) da realidade, desconsiderando as conexões entre crítica e vida material, trata-se de outra coisa e não do método em Marx.

A afirmação acima se fundamenta na conclusão de que, quanto mais compreendermos a realidade capitalista, mais somos levados à sua negação, e não a uma aceitação passiva. Isso significa que o método em Marx, em última instância, significa revolução, isto é, programa revolucionário.

O que também não quer dizer que estamos falando que o método se volte a um ideal onde a ação humana deva servir como dogma ou guia. Pelo contrário, o ideal para Marx é compreendido como produto da matéria, traduzido e transposto da única forma possível: pelo “cérebro pensante” (Marx, 1989, 1996, p. 140, v. II).

O método em Marx, no campo do Serviço Social trata-se da leitura da realidade, podendo ser circunscrita no interior de sua dimensão investigativa. Aquela dimensão que interroga, indaga e não se contenta com o que é dado no imediato da realidade social, mas desbrava o conhecimento e pela sistematização de suas conexões devidas.

### **Método em Marx à luz do Serviço Social**

É importante esclarecer ao leitor que os pressupostos que orientam as discussões aqui apresentadas dizem respeito a compreensão das bases da profissão, considerando as particularidades do Serviço Social no Brasil, especialmente à luz do projeto profissional delineado pelas Diretrizes Curriculares da ABESS de 1996.

O Serviço Social como profissão inscrita a realidade social marcada pela economia capitalista em decomposição em seu estágio imperialista, ganha corpo como expressão da necessidade de respostas as demandas sociais oriundas das contradições dessa forma social.

A profissão surgiu no Brasil na década de 1930, em meio a intensas lutas sociais e ao aumento das reivindicações em um país de base agroexportadora, marcado pela monocultura e pela violenta expulsão de trabalhadores do campo para as cidades. Esse contexto formou um terreno fértil para a exploração típica da economia capitalista, sustentada por uma burguesia industrial emergente.

Embora tenha se constituído nesse período, foi apenas após o movimento de reconceitualização, iniciado na América Latina, que o Serviço Social, nos anos 1990, passou a adotar bases formativas e profissionais de orientação progressista, ainda que sob constantes críticas e disputas internas.

Esse amadurecimento da profissão impulsionou a formulação de um projeto voltado para um novo horizonte profissional, que, diante de dilemas teórico-históricos concretos, possibilitou o questionamento crítico do Serviço Social.

Nesse contexto, revela-se imprescindível ao debate citar a contribuição advinda do avanço da produção de conhecimento no interior da profissão, destacando-se a obra *Relações Sociais e Serviço Social*, de Marilda Iamamoto (1982). Esse marco teórico assegurou ao Serviço Social a introdução de discussões até então ausentes no campo profissional, como a possibilidade de uma abordagem marxista na área, entre as quais, a própria questão da existência de um Serviço Social marxista.

Assim, interessa-nos explorar a aproximação da profissão, tal como sinalizada nas Diretrizes Curriculares da ABESS de 1996, com a leitura do método em Marx, compreendido como elemento fundamental para situar o assistente social em seu devido lugar no âmbito desse método.

A compreensão do método em Marx pelo Serviço Social, de acordo com os autores de referência, possui importância tanto para a análise quanto para a construção de intervenções na realidade. O que, resguardadas as condições materiais necessárias, torna-se essencial ao assistente social para a elaboração de propostas de intervenção

Realização:



Apoio:





profissional que não se limitem ao ajustamento, à individualização, à moralização ou à culpabilização dos indivíduos atendidos.

Dessa maneira, os esforços do assistente social devem concentrar-se em atendimentos dos usuários e suas famílias facilitando e reivindicando melhores condições de acesso aos bens e serviços oferecidos pela instituição e pelas políticas sociais.

Contudo, não nos é permitido desconsiderar que o modo de produção capitalista não permite que seus conflitos sociais sejam superados dentro dos seus marcos sociais; portanto, sua superação levaria tanto o Serviço Social quanto a tradição marxista a ficarem fora de uso, tornando-se “peças de museu”, no sentido de que pertenceriam ao passado.

A esse respeito Netto (1988) afirma que o Serviço Social como profissão compartilha um denominador comum com pensamento de Marx, o de que ambos se ocupam de intervenções relacionado a sociedade capitalista.

No entanto, enquanto para o Serviço Social sua intervenção é pensada para “administrar”, para o marxismo sua intervenção na realidade busca superá-la. Por isso, o autor identifica um “antagonismo genético” entre a profissão e o pensamento marxista.

Assim, Netto (1988) conclui que, ao recorrer às obras de Marx para compreender a realidade social, o Serviço Social deve reconhecer que tanto a tradição marxista quanto a própria profissão são “impensáveis fora do âmbito da sociedade burguesa (Netto, 1998, p. 90).

Vale, portanto, insistir que o assistente social não realiza milagres no exercício de sua profissão. O que também não significa que deva cruzar os braços ou se omitir diante das contradições e demandas do cotidiano de seu trabalho profissional.

Uma vez que se captura as determinações operam a sociedade, aumenta-se intelectivamente as chances da construção do caminho de alteração dessa realidade. No caso da realidade no capitalismo, ela nos transmite, em seu trato imediato, a sensação de um estado pronto, acabado e imutável como se tivesse existido a partir de uma etapa natural da história humana. Logo, cria-se a impressão de que essa seria a única forma possível de organização social.

Ocorre que mesmo a ideia que aceita o capitalismo como inevitável não consegue evitar suas contradições internas. E pior, perde de vista sua possibilidade de transformação social. De acordo com Lefebvre (1983), essa sensação de impossibilidade de mudança social, não surge espontaneamente, mas é produzida pela forma como o aparente, que faz parte da realidade, se manifesta.

Basta uma breve observação da trajetória temporal da humanidade para percebermos que a sociedade capitalista não existiu desde sempre. Nos livros de história, encontramos o feudalismo, o escravismo, entre outros sistemas. Esse rápido argumento já permite nos visualizar que o próprio capitalismo, dentro de uma análise dialética, não pode ser considerado perpétua.

O pensamento voltado para a construção de propostas de intervenção que busquem transformar o existente só passou a ser assumido no Serviço Social após o processo de renovação brasileiro, sobretudo em sua vertente de “intenção de ruptura” com o conservadorismo presente na sociedade como um todo e, logo, em suas bases de formação.

O Serviço Social, como profissão que ocupa um lugar no processo de reprodução das relações sociais, é uma especialização do trabalho coletivo socialmente necessária para a produção e reprodução social, existindo em função de uma base material que a constitui (Iamamoto, 1983)

O assistente social é chamado a atuar nas políticas sociais e, inserido nessa trama social, possui contato direto com as manifestações mais singulares presentes na vida dos sujeitos atendidos, marcados pelos fenômenos da realidade social que, por

Realização:



Apoio:



vezes, se expressam no exercício profissional de forma “pseudoconcreta” enraizados na realidade concreta (Kosik, 2000)

Marx, em sua obra *O Capital*, inicia suas análises pela forma mais aparente com que o modo de produção capitalista se apresenta: no conjunto das mercadorias. Ao longo de toda a obra, observamos a expressão da coisa em sua forma mais simples e, ao realizar um movimento de aproximação, surge a ideia de “vejamos a coisa mais de perto” (Marx, 2023, p. 9).

O movimento de aproximação ao objeto é tão importante quanto indispensável, pois a forma como vemos as coisas e a forma como elas verdadeiramente são não são interações distintas, mas uma se realiza na expressão e manifestação da outra. Na verdade, intuitivamente sempre estamos envolvidos em investigação, e toda investigação se coloca na relação entre a teoria e a realidade, mas nem tudo possibilitar o conhecimento teórico.

O empirista, por exemplo, enxerga a realidade, a vida, a cor, o sentido de maneira tão concreta como o materialista. O que ocorre de diferente no segundo caso, é que o materialista não apenas percebe a realidade no nível *in abstracto*, mas o concebe como resultado de uma expressão mental da sistematização de seu pensamento (Marx, 1989, p. 215).

A realidade é real e verdadeira tal como se apresenta em seu modo aparente, pois, conforme Heller (2000), ela lança luz sobre a verdade do cotidiano que, em sua superfície, esconde a essência da realidade. Essa essência não está prontamente contida em sua aparência, mas existe primeiro na realidade e depois na reprodução teórica da estrutura ontológica da realidade (Lukács, 1968).

Nesse cenário, é impossível captar a realidade descolada do empírico, visto que a aparência está na coisa e a essência também, embora ainda não capturada. Assim, toda reprodução que ultrapassa o imediato se transmuta para a mente do sujeito que pensa, então, em um todo mais desenvolvido da realidade concreta. Em outras palavras: a análise permite enxergar o que já existia de forma latente (real), mas que estava encoberto pela aparência do imediato.

O segredo em desvendar o conjunto das determinações que formam a essência da coisa é que isto cria as condições necessárias para sua possível modificação. O efeito de conhecer a realidade está ligado à aspiração de transformá-la, caracterizando-se em um “movimento real que supera o estado atual de coisas” (Marx, 1998, p.32).

Mas as determinações da realidade não se desvelam a partir de uma categoria lógica, como um produto exterior e superior à observação imediata criada pela mente humana. Como também, não se trata de “categorias fixas, imutáveis, eternas” reduzindo-as a um mero conceito.

Ambas as conclusões Marx, (2008, p. 130) esclarece rebatendo a ideia dos chamados jovens hegelianos e a visão Proudhoniana. Pois as visões acima, por não compreender a totalidade social não explicam a realidade e nem conseguem modificá-la. No contrário, o inverso ocorre: pressupõem que a realidade se encaixe a uma ordem lógica específica, compreendida aqui como conceito.

O real não é um produto do conceito, mas o contrário é verdadeiro, o conceito deve ser o produto da elaboração a partir do real, decorrido de uma imaginação empírica abstraída do pensamento (Marx, 2019). Isto é, o ser social que determina a consciência dos homens que, em um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade capitalista entram em contradição com as relações de produção e suas expressões jurídicas (Marx, 1989, p. 29).

Os conflitos sociais na forma capitalista não nascem da cabeça dos homens, mas têm suas raízes fundamentais nos fatos da realidade social, histórica e objetiva. Por essa razão, o método parte de uma concepção materialista da história, que se refere à necessidade de compreender que, para entender a ordem das coisas atuais, é

Realização:



Apoio:



essencial primeiro investigar a ordem das coisas que as precederam e as formaram (Engels, 2008).

A passagem da primeira ordem para a segunda é inevitável, pois a forma como percebemos a vida material é o resultado de uma sequência de ordens que a antecederam, involuntariamente aos indivíduos terem “consciência disso ou não” (Marx, 2023, p. 89).

O movimento social da humanidade é concebido por um processo histórico regido por leis que independem das vontades ou intenções. Cada período da vida economia, isso é, do modo de produzir a vida é, assim, determinado de acordo com suas leis históricas, que diferem conforme as estruturas de desenvolvimento das forças produtivas.

Todavia, quando olhamos o mundo material ao nosso redor, percebemos inicialmente apenas uma parte aparente dessa realidade, que esconde elementos ainda não revelados aos nossos sentidos, encontrados num nível elevado de abstração.

Assim, o que importa conhecer está fora da consciência, mas só se expressa por meio dela. O conhecimento a ser apropriado pelo sujeito que investiga reside no objeto e apenas é consumado a partir de uma descoberta científica que apreende a coisa tal como ela se opera. É exatamente daí que requer o olhar atento por parte do investigador, procurando aspectos que vão além do que, à princípio, parece óbvio (Marx, 2008).

A sociedade capitalista cria uma sociabilidade contraditória que exige constante questionamento. Esses questionamentos, distante de qualquer pensamento idealista com proposições utópicas, não devem se restringem ao mundo das ideias abstratas mas partir de críticas concreta que confrontem os fatos no terreno real da vida material com ação política e prática humana.

Face disso, fazer ciência para Marx (2019), não é relatar acontecimentos históricos, nem a elaboração conceitos soltos ao modo acadêmico ou esquemático. Para Marx (2019), o ato de tomar ciência é identificar diante da base material da realidade suas formas de mudanças e como desenvolver uma política de transformação social.

A dinâmica do capital, regida por leis e dentre elas a da livre concorrência, faz com que os indivíduos se percebam isolados, desvinculados dos laços naturais que os conectam ao restante do conjunto da humanidade. Dessa maneira, os grupos sociais aparecem na cabeça do indivíduo como simples meio para a realização de seus interesses particulares (Marx, 1989).

Essa característica, entre outras próprias da sociedade burguesa, embora possa parecer natural à essência do ser humano, não o é; trata-se, na verdade, de um traço inerente a um momento específico da organização da vida humana: o da sociedade de classes, em que prevalecem as ideias da classe que detém os meios de produção material dominante e, portanto, também os meios de produção intelectual dominante.

Separado dos meios de produção, a classe dominada aparece como impossibilitada a pensar a sociedade, por serem os membros ativos dessa sociedade estão ocupados demais para “formar ilusões e pensamento sobre si mesmos”, assim, parecem se comportar de maneira passiva e receptiva diante das ideias da classe dominante (Marx, 2019, p. 47).

No entanto, o que o individualismo capitalista não leva em conta, mas que ainda assim o ameaça, é que “não a crítica, mas a revolução é a força motriz da história”. A máxima dos interesses particulares dos indivíduos é oriunda de um chão histórico-social de classe que os delimita e determina. (Marx, 2019, p. 36).

Portanto, as forças produtivas, no desenvolvimento da burguesia, criam condições apenas que podem resolvê-la, de modo que “a existência de ideias revolucionárias em uma época determinada pressupõe já a existência de uma classe revolucionária” (Marx, 2019, p. 48).

Realização:



Apoio:



Uma análise exemplificada vista em Marx (1989) é o da sociedade composta por indivíduos isolados decorre da sociabilidade capitalista onde quanto mais objetos (mercadoria) o trabalhador produz com o dispêndio do suor de seu corpo físico, de seus músculos e cérebro, menos ainda ele possui o produto de seu trabalho.

Esse produto acaba dominado pelo capitalista, o dono do produto, ficando o trabalhador ainda mais sob o domínio e jugo do capital, pois, “para que possa existir, em primeiro lugar, como trabalhador e, em segundo, como *sujeito físico*” (Marx, 2010, p. 81).

Nesse contexto, o trabalho não é, por esse motivo, uma satisfação de uma necessidade, mas se torna apenas um meio para satisfazer carências fora dele (do trabalho). Este estado de coisa, diluído na mais moderna sociedade capitalista, atinge o grau mais alto desenvolvimento das forças produtivas capitalista, ao mesmo tempo, que, separando do trabalhador o produto do seu trabalho, arranca dele sua efetiva atividade genérica (Marx, 2010, p. 85).

Para evitar possíveis erros de compreensão, estamos dizendo que o ser humano se trata de “um animal que só em sociedade pode isolar-se”, como Marx (1989, p. 212) exemplifica no caso de uma pessoa que vai para um lugar deserto.

Essa ideia do indivíduo isolado, que em um primeiro momento parece ser um traço do ser humano, na verdade é obra da vida econômica capitalista. Onde, todos, sem exceções, devem, de alguma forma, se inserir na relação social de troca das mercadorias, mesmo que desproporcional, como quem busca sempre melhores vantagens. O capitalista explora a força de trabalho do trabalhador para obter maiores lucros, e o proletário que tenta vender a única mercadoria que possui: sua força de trabalho, em busca de melhores salários. Embora não se limite apenas isso, esse atributo, é também, reflexo do princípio individualista desta sociedade.

O individualismo como característica social humana não é resultado apenas da mente de um capitalista mal-intencionado, mas sim uma manifestação das condições estruturais do sistema do Capital, que só alcançou tamanho grau de desenvolvimento por meio das relações sociais entre indivíduos em sociedade.

Essa análise permite compreender que a realidade é percebida inicialmente pelos sentidos do corpo (visão, audição, paladar, olfato e tato), como uma expressão simples do mundo sensível. Acontece que não apreendemos de imediato os processos que constituem as coisas da vida material, pois ultrapassa os sentidos físico e se manifesta pelo intelecto, sendo assim, são suprassensíveis, este movimento de análise fazem parte do método (Marx, 2023).

As abstrações mais simples da realidade são expressões direta das relações mais simplificadas do concreto que segundo Marx (2019) ainda não foram capturadas as conexões mais complexas de sua organização mais desenvolvida, portanto, não explicam suas determinações objetivas.

Marx não realiza hipóteses a priori; ele toma o objeto tal como é. Para isso, é necessário compreendê-lo e conectar os nexos de suas particularidades. As particularidades, como categorias reais, são indispensáveis, pois não se pode saltar de um ponto a outro sem essa conexão.

Como exemplo empírico, podemos afirmar que é redundante dizer que, para sobreviver no capitalismo, é preciso ter dinheiro. No entanto, é imprudente saltar abruptamente dessa afirmação para a lei geral de acumulação capitalista, que pressupõe a condição da circulação de mercadoria da relação social de compra e venda.

Nesse sentido, a perspectiva do coletivo, nega a ideia esgotada nas situações da vida privada dos indivíduos e o assistente social, sob essa análise, deve calcar sua atuação profissional num acervo teórico que permite compreender os processos sociais como coletivização das demandas e não como casos individuais, bem como proposto em sua competência teórico-metodológica.

Realização:



Apoio:



## Conclusão

O caminho aqui percorrido apontou que a superfície dos fenômenos não os revela tais como eles são. Nessa direção, o Serviço Social a luz do método em Marx, não deve buscar as determinações dos fatos somente pela via das certezas sensíveis, das informações obtidas no imediato da vida cotidiana. Deve ir além da economia política de caráter pautado no lado bom ou mau (Marx, 2008).

Assim, para a teoria por meio da dialética reproduzir teoricamente a realidade que expressa na prática cotidiana, é preciso no contato com a realidade, o sujeito estabelecer leituras, pesquisas, estudos e aproximações sucessivas.

Além disso, a realidade está em constante movimento histórico, uma vez que somos os agentes que constroem a história, sob condições externas e não como aspiramos. Não a conhecemos em sua plenitude, pois ela não se revela de forma imediata. Por essa razão, não temos o monopólio do saber sobre a realidade; este está inserido nela. Tampouco nos posicionamos acima da história, mas contribuímos para a construção coletiva da história.

Do mesmo modo que em toda ciência histórica ou social, no que se refere as categorias econômicas, é preciso ter presente e de modo claro de funcionamento da sociedade dado tanto na realidade efetiva quanto se expressa no cérebro. É por conta disso, o ato de conhecer, investigar e desvelar os determinantes que compõem e formam a realidade inapelável à sociedade do Capital.

Levando em conta essas considerações, na sociedade do Capital, a apreensão dialético-materialista da realidade não encontra espaço. Esse raciocínio é uma ameaça para burguesia, que tenta naturalizar a barbárie capitalista por meio de sua ideologia dominante. Porém, impedida de evitar o colapso inevitável de um sistema que cava sua própria cova, a burguesia não consegue impedir que essa realidade brutal se manifeste empiricamente diante de nossos olhos (Marx, 2012)

## Referências

ENGEL, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. 2ª ed. São Paulo: Editora Instituto José Luís Rosa Sunderman, 2008.

GÓIS; Gilcélia Batista de; FEITOSA, Esther Emanuelle Alves; SEVERINO, Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro - maio/ago 2023, n. 52, v. 21, p. 123 - 135.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38ª ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CESÁR, Mônica de Jesus; MELO, Ana Inês Simões Cardoso de. Produção acadêmica e formação profissional: desafios e perspectivas para o Serviço Social. **Em Pauta**: Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, n. 52, v. 21, p. 10 – 20, maio/ago., 2023.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal lógica dialética**. (Trad. Carlos Nelson Coutinho). 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011

Realização:



Apoio:





MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. (Trad. Torrieri Guimarães). São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. (Trad. Maria Helena Barreiro Alves). São Paulo: Edições Mandacaru LTDA, 1989.

MARX, Karl; ENGELS. Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Vozes de Bolso. 2019.

MARX, Karl; ENGELS. Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS. Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 8ª edição, 2011.

NETTO, José Paulo. A tradição marxista e o serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 10, n. 30, p. 89-102, maio/ago., 1989.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. *In*: ABEPSS; CFESS (org.). **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: ABEPSS; CFESS, 2009.

PONTES, Reinaldo Nobre. Da incidência marxista na formação profissional e produção acadêmica em serviço social: notas introdutórias. **Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 52, v. 21, p. 87 – 102, maio/ago., 2023.

SANTOS, Cláudia Mônica. **Na prática a teoria é outra?** mito e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnica no serviço social. Rio de Janeiro: Editora: Lúmen Juris, 2010.

Realização:



Apoio:



## A INTERFACE ENTRE SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: resistências no cotidiano escolar

Bianca Franciane da Cruz<sup>263</sup>

Pâmela Soares Oliveira<sup>264</sup>

Patrícia da Silva Coutinho<sup>265</sup>

**Resumo:** A atuação do Serviço Social na educação reflete uma trajetória histórica de lutas e transformações, marcada por avanços legais, como a Lei nº 13.935/2019. Com base em princípios ético-políticos, o assistente atua no enfrentamento das desigualdades estruturais e na promoção de uma educação inclusiva e democrática. Sua intervenção vai além do assistencialismo, articulando-se com outras políticas públicas e defendendo o acesso, permanência e qualidade do ensino. Apesar dos desafios como a precarização e o risco de despolitização, a profissão reafirma seu compromisso com os direitos sociais e com a construção de uma escola crítica, emancipadora e voltada à justiça social.

**Palavras Chaves:** Serviço Social; Política de Educação; Atuação Profissional

**Abstract:** The practice of Social Work in education reflects a historical trajectory of struggle and transformation, shaped by significant legal advances such as Law No. 13.935/2019. Grounded in ethical-political principles, the social worker plays a crucial role in addressing structural inequalities and promoting an inclusive and democratic education. Their intervention transcends assistance-based approaches, engaging with broader public policies and advocating for access, retention, and quality in education. Despite persistent challenges such as job precarization and the risk of depoliticization, the profession maintains its commitment to social rights and the development of a critical, emancipatory school environment aimed at social justice.

**Keywords:** Social Work; Education Policy; Professional Practice

### Introdução

A relação entre Serviço Social e Educação tem sido objeto de reflexão e ação, considerando o marco da redemocratização brasileira. Historicamente, a atuação do assistente social era caracterizada por práticas assistencialistas e conservadoras, alinhadas aos interesses do Estado e à lógica da contenção dos “desvios sociais”. No entanto, ao longo do tempo, essa atuação passou por uma profunda transformação, ganhando contornos críticos, ético-políticos e propositivos. Este texto propõe uma reflexão sobre a trajetória histórica dessa interseção, destacando os avanços legais e institucionais que consolidaram o papel do Serviço Social na Educação, com especial atenção à Lei nº 13.935/2019.

De acordo com Almeida (2018), a análise da política educacional no Brasil exige uma abordagem que leve em consideração a inserção histórica do país como uma nação periférica e dependente no sistema capitalista global. Esse entendimento destaca

<sup>263</sup> Estudante Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), unidade Barbacena MG  
E-mail: biancaifbarbacena@gmail.com

<sup>264</sup> Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: pamelasoarez14@gmail.com

<sup>265</sup> Doutoranda em Serviço Social pela UFJF. E-mail: patriciacoutinhoss@gmail.com

Realização:



Apoio:



como a estrutura social e econômica brasileira foi fortemente influenciada pelo processo tardio da abolição da escravidão, cujas consequências atingiram diretamente a consolidação do trabalho assalariado e, com isso, moldaram as políticas educacionais.

A transição para o trabalho remunerado ocorreu de forma lenta e excludente, deixando um significativo número de pessoas emancipadas em estado de vulnerabilidade extrema, sem acesso às condições básicas para sustentarem suas vidas. Esse panorama perpetuou mecanismos de segregação e marginalização social que ainda repercutem na sociedade atual. O modelo de trabalho assalariado desenvolvido no Brasil, claramente influenciado por sua posição periférica no capitalismo mundial, não conseguiu integrar amplamente os trabalhadores como cidadãos plenos, especialmente os ex-escravizados. Diferentemente das revoluções burguesas ocorridas nos países centrais, que incorporaram a educação como uma base estruturante do trabalho e da cidadania, as políticas educacionais brasileiras mantiveram uma lógica excludente.

Essas políticas foram concebidas com objetivos distantes de projetos universalizantes, reforçando as desigualdades sociais profundas que caracterizam o cenário nacional. A escravidão no Brasil, marcada pelo caráter racial e pela exploração de corpos negros, deixou heranças estruturais que ainda podem ser vistas nas desigualdades presentes nos âmbitos social e educacional. Entender a política educacional brasileira, portanto, pressupõe reconhecer as dinâmicas raciais e a histórica marginalização da população negra como elementos fundamentais das desigualdades ligadas ao acesso, à permanência e à valorização do conhecimento.

### **Histórico do serviço social na educação**

O histórico de exclusão educacional é uma continuidade das estruturas originadas no período escravocrata e potencializadas pelas peculiaridades do capitalismo dependente, que falhou em universalizar direitos sociais essenciais, como o direito à educação. Ao longo da história do Brasil, a política educacional foi marcada por exclusão e descontinuidades.

Desde o período jesuítico até os dias atuais, é possível observar um tipo de educação financiado pelo Estado, mas alinhado a interesses elitistas e excludentes. Saviani (2008) aponta que a educação durante o Brasil colonial foi construída sob uma lógica patriarcal, religiosa e racista, excluindo grupos como mulheres, negros e indígenas. Mesmo após a expulsão dos jesuítas e o estabelecimento das aulas régias, o acesso à educação permaneceu centralizado, precário e reservado a uma parcela limitada da população.

Embora o debate sobre o papel da educação como um objeto de intervenção no campo do Serviço Social tenha raízes mais antigas, inicialmente essa atuação era caracterizada por abordagens pontuais e disciplinadoras. Assistentes sociais eram frequentemente chamados para lidar com crianças e adolescentes vistos como desviantes, negligenciando seus direitos fundamentais (Amaro, 2017).

As ações concentravam-se na resolução de problemas como evasão escolar, repetência, desmotivação, absenteísmo e dificuldades de convivência, buscando integrar os estudantes à sociedade e formar cidadãos úteis ao capital. Essa abordagem, fundamentada em uma lógica desenvolvimentista, visava diagnosticar carências materiais, realizar encaminhamentos, produzir relatórios sociais e articular a relação entre escola, família e comunidade, sempre com foco na funcionalidade social (Dentz; Silva, 2015). Essa dinâmica era compatível com o projeto político do Estado nas décadas de 1960 e 1970, período em que o Serviço Social estava alinhado a uma perspectiva técnica, conservadora e apolítica.

Na década de 1980, durante o processo de reconceituação da profissão, houve uma transformação nesse papel, impulsionado por críticas internas à profissão e pela

Realização:



Apoio:



emergência de movimentos sociais e teóricos críticos, especialmente o marxismo. Esse movimento promoveu uma reestruturação epistemológica e metodológica da prática profissional, com base na análise sócio-histórica da realidade, buscando romper com o caráter paliativo e conservador que até então marcava a profissão. O Serviço Social passa, então, a assumir uma postura crítica, voltada para a transformação das estruturas sociais e a defesa dos direitos da classe trabalhadora (Dentz; Silva, 2015).

A questão social é um conceito estruturante do Serviço Social, representando um fenômeno complexo, de raízes históricas profundas e múltiplas expressões contemporâneas. Mais do que um conjunto de carências individuais, ela reflete as contradições geradas pela estrutura capitalista, sobretudo a desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida. A partir dessa compreensão, o Serviço Social interpreta demandas sociais e elabora respostas técnico-interventivas orientadas por princípios ético-políticos (Furlan, 2006).

Sob uma perspectiva crítica, a questão social está relacionada ao processo de formação da classe trabalhadora e às disputas em torno do acesso a direitos e bens materiais. Como fenômeno estrutural da sociedade capitalista, ela se expressa não apenas em desigualdades econômicas, mas também políticas, simbólicas e culturais, que configuram relações de poder desiguais entre classes e segmentos sociais (Carvalho, 2025). No ambiente escolar, essas desigualdades se traduzem em desafios cotidianos, como a pobreza, a violência e a negligência familiar, que afetam diretamente o processo de ensino-aprendizagem e a permanência dos alunos nas instituições de ensino.

Por conseguinte, o espaço escolar torna-se um reflexo das expressões da questão social, mas também um local potencial de resistência. A escola, além de seu papel pedagógico, passa a cumprir funções sociais ampliadas, como o fornecimento de alimentação, acolhimento e mediação de conflitos. A intensificação de políticas neoliberais e a flexibilização dos direitos trabalhistas agravam esse cenário, aumentando o desemprego, o subemprego e a informalidade, o que repercute nas condições de vida das famílias e, por consequência, na realidade escolar, especialmente no aumento da evasão (Carvalho, 2025).

A atuação do assistente social na educação, respaldada por dispositivos legais como a Lei nº 13.935/2019, ganha relevância nesse cenário. Conforme Matos (2024), essa prática ultrapassa o cumprimento normativo, expressando um projeto profissional comprometido com a defesa de direitos, a democratização do ensino e a valorização dos saberes populares. O profissional se insere como agente estratégico na articulação de políticas públicas — como saúde, assistência social e educação — com o objetivo de enfrentar as múltiplas expressões da desigualdade social. Suas atribuições englobam a promoção da cidadania, a mediação de conflitos, a orientação de famílias e a construção de estratégias de acolhimento que garantam o acesso e a permanência dos estudantes na escola. Tal intervenção exige, ainda, domínio crítico da realidade social, apropriação teórica qualificada e capacidade de negociação institucional, de modo a fortalecer o caráter emancipador da educação.

Nesse contexto, Cláudio Horst (2023), em seu estudo sobre planejamento e elaboração de projetos para assistentes sociais no livro dedicado à dimensão técnico-operativa, reforça essa perspectiva e oferece insights relevantes sobre as intervenções necessárias para superar essas barreiras. Horst (2023) aponta que os principais objetivos do Serviço Social, em consonância com seu projeto ético-político, envolvem a ampliação do acesso a direitos, o fortalecimento da organização da classe trabalhadora e a promoção de novos valores éticos. Esses objetivos estão alinhados ao projeto ético-político da profissão e fundamentam uma atuação crítica, democrática e emancipadora.

## **O fazer profissional do Serviço Social no âmbito das políticas educacionais**

Realização:



Apoio:



A Lei nº 13.935/2019 consolidou a presença de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas, promovendo uma atuação intersetorial e coletiva. O Documento de Subsídios orienta que essa intervenção evite posturas assistencialistas ou psicologizantes, priorizando uma educação inclusiva, democrática e promotora de direitos. A atuação deve considerar a diversidade e garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos estudantes, com foco na articulação comunitária, na prevenção de violações e no fortalecimento de redes de apoio.

Ainda, de acordo com o documento *Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação* (CFESS, 2001), a inserção do(a) assistente social na área educacional fundamenta-se em dimensões essenciais que orientam sua prática profissional. Essas dimensões dialogam diretamente com os princípios ético-políticos da profissão e com os direitos sociais garantidos pela Constituição Federal. Dentre elas, destacam-se a garantia do acesso, da permanência, da qualidade da educação e da gestão democrática, pilares fundamentais para a construção de uma educação pública, universal e comprometida com a justiça social.

A garantia do acesso à educação constitui um eixo estratégico para o enfrentamento das desigualdades históricas que estruturam a sociedade brasileira. Nesse sentido, cabe ao(à) assistente social atuar na identificação e superação de barreiras socioeconômicas, culturais e territoriais que dificultam ou inviabilizam a entrada de crianças, adolescentes, jovens e adultos na educação formal. A reafirmação da educação como direito universal exige a crítica a políticas focalizadas e à crescente lógica de privatização e parcerias público-privadas, que frequentemente reforçam mecanismos de exclusão. Portanto, a defesa da universalidade e do caráter público da educação deve ser central à atuação profissional (CFESS, 2001).

A permanência no sistema educacional exige a articulação intersetorial entre diferentes políticas públicas como saúde, assistência social, cultura, transporte e trabalho para garantir condições concretas que permitam aos(às) estudantes permanecerem e avançarem em seu percurso escolar. A atuação do(a) assistente social deve romper com práticas fragmentadas e assistencialistas, desenvolvendo estratégias integradas, contextualizadas e voltadas à realidade das comunidades escolares. Isso implica compreender o educando em sua integralidade e promover respostas coletivas às expressões da questão social que impactam o processo educativo (CFESS, 2001).

Já a dimensão da qualidade da educação deve ser compreendida para além de indicadores de desempenho e eficiência. Propõe-se uma concepção crítica e ampliada, alicerçada na promoção da equidade, dos direitos humanos, da valorização das diversidades e na emancipação dos sujeitos. O Serviço Social, nesse contexto, atua para desconstruir visões meritocráticas que responsabilizam os estudantes por seu insucesso escolar, sem considerar os condicionantes estruturais que atravessam o cotidiano das escolas, como a pobreza, o racismo, a violência e a desigualdade de oportunidades (CFESS, 2001).

A gestão democrática, por sua vez, é elemento essencial na construção de práticas educacionais participativas e transformadoras. A presença do(a) assistente social nesse processo deve fortalecer o protagonismo da comunidade escolar, fomentar espaços de escuta e deliberação coletiva, bem como articular-se aos movimentos sociais e às lutas por direitos. A atuação profissional deve contribuir para o enfrentamento das relações autoritárias presentes nas instituições escolares, promovendo práticas pautadas na horizontalidade, no diálogo e no reconhecimento da pluralidade de sujeitos (CFESS, 2001).

Dessa forma, as quatro dimensões citadas: acesso, permanência, qualidade e gestão democrática não se configuram como campos estanques, mas como elementos interdependentes que compõem um projeto político-pedagógico comprometido com a inclusão e com a transformação social. A atuação do(a) assistente social se dá de forma interdisciplinar, em articulação com as equipes pedagógicas, famílias, rede de proteção

Realização:



Apoio:





social e demais atores envolvidos na garantia do direito à educação. Nesse contexto, a inserção do Serviço Social no espaço escolar torna-se estratégica para o enfrentamento das expressões da questão social que afetam o processo de escolarização, especialmente entre os(as) estudantes em situação de vulnerabilidade (CFESS, 2001).

Essas dimensões não se dissociam dos princípios ético-políticos do Serviço Social, que exigem o combate a todas as formas de discriminação e a defesa intransigente dos direitos humanos. A atuação do/a assistente social, portanto, vai além do atendimento pontual de casos, envolvendo-se diretamente na formulação de propostas coletivas, na produção de conhecimento sobre a realidade escolar e na incidência crítica sobre as políticas públicas de educação (Almeida, 2007).

A inserção do Serviço Social no campo educacional, portanto, é resultado das transformações pelas quais passou a política pública de educação, especialmente diante da ampliação das expressões da questão social no cotidiano escolar. Conforme aponta Almeida (2007), a atuação do/a assistente social nesse espaço deve ser compreendida como parte da luta pela consolidação da educação como direito social universal e como instrumento de emancipação humana. Mais do que responder a demandas imediatas, o trabalho do/a assistente social visa intervir nas mediações entre as desigualdades sociais e o processo educativo, articulando práticas que promovam inclusão, justiça social e acesso equitativo ao conhecimento.

Em suma, o Serviço Social contribui para um projeto educacional comprometido com a superação das desigualdades que afetam os sujeitos escolares, especialmente os mais vulnerabilizados. Com base em uma perspectiva crítica, o/a assistente social enfrenta questões como racismo, pobreza, violência e evasão escolar, atuando de forma intersetorial com políticas públicas como saúde, assistência social e cultura (Almeida, 2007). Ao reconhecer a escola como espaço de contradições — de reprodução e também de superação das desigualdades —, a atuação profissional assume um caráter político, educativo e transformador, promovendo o protagonismo da comunidade escolar, o diálogo entre saberes e a construção de uma cultura democrática e inclusiva.

### **Condições sobre a inserção do(a) assistente social na política educacional**

O Serviço Social e o campo da Educação, conforme já expresso nesta pesquisa, possuem uma relação que não é recente, deslindada por conquistas e obstáculos ao longo dos anos. É necessário destacar que o sistema educacional é um campo consolidado da atuação profissional do(a) assistente social, que tem como marco recente importante a promulgação da Lei Federal nº 13.935/2019, que estabelece a obrigatoriedade da presença de assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de educação básica.

A normativa estabeleceu que as redes públicas de educação básica deveriam contar com os serviços de Psicologia e de Serviço Social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, em que estes profissionais deveriam atuar em “equipes multiprofissionais”. Essas equipes devem promover ações para a melhoria da “qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais” (BRASIL, 2019), considerando o projeto político-pedagógico das escolas. Porém, apesar do prazo de um ano para implementação da lei, a normativa não estabelece ou pactua fonte de recursos para sua execução.

Nesse sentido, foi proposto um Projeto de Lei nº 3599/2023, que busca alterar o artigo 61 da LDB, para assim incluir os profissionais da área de Psicologia e de Serviço Social no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica, e possibilitar o acesso de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), para garantia de pagamento do salário destes profissionais.

Realização:



Apoio:



A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em nota pública divulgada em novembro de 2023, posicionou-se criticamente em relação a esse projeto de lei, e a inclusão formal de psicólogos e assistentes sociais no rol de profissionais da educação. Segundo a entidade sindical, tal proposta representa um grave equívoco político, jurídico e pedagógico, uma vez que descaracteriza as funções historicamente construídas pelos(as) trabalhadores(as) da educação e afronta os princípios de valorização do magistério e da identidade docente (CNTE, 2023).

A principal crítica reside na tentativa de vincular psicólogos e assistentes sociais à subvinculação dos 70% do Fundeb, parcela destinada exclusivamente à remuneração dos profissionais da educação em efetivo exercício na rede pública. Para a CNTE, essa medida compromete o financiamento da educação básica ao desviar recursos que deveriam ser aplicados diretamente no ensino, configurando uma estratégia de inclusão orçamentária que, embora reconheça a importância do trabalho multiprofissional nas escolas, ignora a distinção legal e funcional entre os cargos (CNTE, 2023).

A nota também ressalta que psicólogos e assistentes sociais possuem regulamentações próprias, com códigos de Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) específicos, trajetória formativa distinta e funções que, embora complementares, não podem ser confundidas com as atividades pedagógicas. A tentativa de institucionalizar essa equiparação configura, segundo a CNTE, um risco de sobreposição de atribuições, prejudicando a organização do trabalho pedagógico e enfraquecendo as propostas educacionais construídas a partir da gestão democrática das escolas. Outro aspecto abordado diz respeito à motivação do PL 3.599/2023, que se ancora em diagnósticos sobre o aumento da violência nas escolas e nas necessidades emocionais dos(as) estudantes. A CNTE contesta esse argumento, afirmando que a presença de psicólogos e assistentes sociais, embora relevante, não deve ser tratada como solução para problemas estruturais da educação pública, tampouco como justificativa para militarização ou medicalização das relações escolares.

A entidade defende, que a atuação de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de ensino continue ocorrendo de forma articulada às políticas de assistência social e saúde, com financiamento próprio e inserção institucional clara, sem comprometer os fundamentos legais e financeiros da educação como política pública. Em lugar da redefinição normativa pretendida pelo projeto de lei, a CNTE propõe o fortalecimento das equipes multiprofissionais por meio de concursos públicos específicos, ampliação do investimento na rede de proteção social e valorização de todos os(as) profissionais que atuam no contexto escolar, sem descaracterizar a carreira docente e suas especificidades (CNTE, 2023).

Sabemos que a inclusão do Serviço Social e da Psicologia no âmbito da educação básica é uma conquista resultante de décadas de mobilização da categoria, no entanto, o reconhecimento deste avanço será fortalecido frente a luta por legitimidade da profissão nesse campo. Almeida (2018) propõe uma sistematização das principais dimensões de atuação do assistente social na educação, destacando cinco eixos: o atendimento individual e familiar; o enfrentamento das desigualdades de acesso e permanência escolar; a defesa da qualidade social da educação; a participação na gestão democrática; e a socialização dos direitos e saberes junto à comunidade escolar. Em cada uma dessas dimensões, o estudioso ressalta o potencial crítico da atuação do Serviço Social, que deve ir além da lógica assistencialista e instrumental, assumindo um compromisso ético-político com a transformação das condições sociais que afetam o processo educativo.

Assim, apesar dos “avanços institucionais e legais”, é evidente que há desafios que permeiam essa prática profissional. Entre eles, destaca-se a tendência à redução da atuação a funções burocráticas e diagnósticos socioeconômicos, a pouca articulação com outras políticas públicas e a dificuldade de consolidação de espaços de participação e controle social no cotidiano escolar (Almeida, 2018). O autor também

Realização:



Apoio:



alerta para o risco de uma atuação despolitizada, desvinculada dos fundamentos críticos do projeto profissional.

De acordo com Almeida (2018) alguns desafios relativos à consolidação dessa inserção profissional, são persistentes: a necessidade de consolidar o campo enquanto política pública estruturada, fortalecer o debate teórico-político e garantir formas institucionalmente reconhecidas de atuação. Diante desse cenário, defende-se a necessidade de fortalecer os espaços coletivos de debate e articulação da categoria, como fóruns, grupos de pesquisa, eventos científicos e instâncias representativas do Serviço Social, bem como de garantir condições objetivas de trabalho e inserção institucional efetiva nas escolas.

É importante destacarmos o compromisso histórico do Serviço Social com a defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade social, entendida como direito universal e instrumento de emancipação. A atuação do assistente social neste campo deve, portanto, contribuir para a construção de uma educação democrática, crítica e inclusiva, em consonância com o projeto ético-político da profissão. Trata-se de um campo de possibilidades, mas que exige posicionamento político, qualificação profissional e enfrentamento constante aos retrocessos impostos pelas políticas neoliberais que fragilizam os direitos sociais e as instituições públicas.

Desse modo, a expansão das perspectivas sócio-ocupacionais do Serviço Social no contexto educativo transcende meramente a ampliação de postos de trabalho e se configura como uma dimensão essencial à dinâmica social contemporânea. Segundo Almeida (2003), a educação ocupa posição central nas disputas ideológicas da sociedade capitalista, sendo articulada pelo Estado, mas também disputada pelos movimentos populares na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Destacamos que a aproximação dos profissionais de Serviço Social com o campo educativo remonta a movimentos sociais voltados à erradicação do analfabetismo e à ampliação do acesso à educação formal, expressando a historicidade da adesão da categoria a pautas vinculadas ao direito à educação (Almeida, 2003). Assim, reforçamos que a atuação do assistente social neste âmbito não deve ser interpretada como um mero “campo de trabalho”, mas como resultado de organização política e compromisso com a transformação social.

Martins (2012) aprofunda-se a análise das possibilidades e limites da atuação profissional dentro da política educacional pública, e sob contexto do projeto ético-político da profissão do Serviço Social, a autora parte de uma compreensão marxista das relações sociais, situando o assistente social como agente que atua sobre a reprodução material da força de trabalho e na mediação ideopolítica que movimenta tensões entre hegemonia e contra-hegemonia social, abrindo caminhos para uma mediação escola-sociedade comprometida com a construção da cidadania.

Para a autora, no plano concreto, a ação do assistente social no contexto educativo se materializa também em situações cotidianas como diagnóstico e intervenção sobre evasão escolar, problemas familiares, uso de drogas, ausência, questões socioeconômicas e desinteresse escolar, em que o(a) profissional é chamado(a) à articular estratégias de acesso, permanência e sucesso escolar, integrando família, escola e comunidade, atuando com base em um olhar preventivo e educativo. Martins (2012) também elenca desafios que atravessam essa atuação: entre eles, a baixa representatividade quantitativa dos assistentes sociais na educação formal, a fragmentação institucional do campo de trabalho e a necessidade de consolidar sua inserção enquanto política pública estruturada.

Contudo, enfatiza também as potencialidades da atuação no sentido de fortalecer práticas educativas vinculadas aos direitos sociais e à democratização da escola, com vistas à construção de uma cidadania crítica e coletiva, relacionando a atuação do(a) assistente social com o desenvolvimento de ações educativas voltadas à

Realização:



Apoio:



emancipação, à justiça social e ao enfrentamento da questão social no ambiente escolar.

## Considerações finais

A concepção de educação libertadora, formulada por Freire (2011), propõe uma prática pedagógica que rompe com a lógica bancária e verticalizada do ensino tradicional, ao defender uma educação dialógica, crítica e comprometida com a transformação social. Para o autor, ensinar exige escuta sensível, respeito ao saber do outro e permanente reflexão sobre a realidade, de modo que educadores e educandos possam se constituir como sujeitos históricos e protagonistas de sua libertação. Essa perspectiva educativa está alicerçada na defesa da autonomia, da dignidade humana, da justiça social e da radicalização democrática, valores que convergem, de forma substantiva, com os princípios que orientam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Esse projeto, delineado especialmente a partir da renovação profissional dos anos 1980 e consolidado no Código de Ética Profissional de 1993, tem como eixos fundamentais a defesa intransigente dos direitos humanos, a universalização do acesso aos bens e serviços sociais, o combate a todas as formas de opressão e a atuação crítica diante das expressões da questão social (CFESS, 1993). Assim como a proposta de Freire (2011), o projeto profissional busca articular teoria e prática de forma indissociável, posicionando o assistente social como sujeito ativo na luta pela superação das desigualdades e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, a inserção do Serviço Social no campo educacional ganha densidade teórica e política, pois permite que a prática profissional se alinhe a processos pedagógicos emancipatórios, capazes de promover o fortalecimento dos sujeitos sociais e o enfrentamento das múltiplas expressões da desigualdade.

Trata-se, portanto, de uma convergência estratégica: enquanto a pedagogia freiriana fornece subsídios para uma atuação educativa crítica e dialógica, o projeto ético-político oferece o arcabouço normativo e ético que orienta a ação do assistente social na educação, afirmando a centralidade dos direitos sociais e da construção da cidadania ativa. Essa articulação permite pensar a prática profissional como uma forma de mediação pedagógica e política, orientada não apenas à resolução de demandas imediatas, mas também à formação de sujeitos sociais conscientes de seus direitos e potencial transformador.

## Referências

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. A política de educação, impactos da contrarreforma do Estado e a desconstrução dos direitos sociais. *In*: CFESS (org.). **V Encontro Nacional Serviço Social e Seguridade Social**. Brasília: CFESS, 2018. p. 62-73.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Belo Horizonte: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, CRESS-MG, maio de 2007. Disponível em: <[https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O\\_Servico\\_Social\\_na\\_Educacao\\_perspectivas\\_socio\\_ocupacionais1.pdf](https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2025.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação**. *In*: ENCONTRO DE ASSISTENTES

Realização:



Apoio:



SOCIAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, I, Belo Horizonte, CRESS-MG, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Servi%C3%A7o-Social-e-pol%C3%ADtica-educacional-Um-breve-balan%C3%A7o-dos-avan%C3%A7os-e-desafios-desta-rela%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Educação pública e serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 63, p. 62-75, 2000.

BRASIL. **Lei nº 13.935**, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília: Diário Oficial da União, 2019.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS – CRESS-MG. **A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2023.

CARVALHO, Jonathan Carneiro. **Serviço Social na política de educação**: desafios e perspectivas. 2025. 112 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2001. Disponível em: <[https://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de ética profissional do assistente social**. Brasília: CFESS, 1993.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE. A inclusão de psicólogos e assistentes sociais na LDB descaracteriza e afronta a profissão dos/as trabalhadores/as em educação, **CNTE**, 24 nov., 2023. Disponível em: <<https://cnte.org.br/noticias/a-inclusao-de-psicologos-e-assistentes-sociais-na-ldb-descaracteriza-e-afronta-a-profissao-dos-trabalhadores-em-educacao-bd05>> Acesso em: 20/06/2025

DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e serviço social: elementos para uma revisão crítica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.011>>. Acesso em: 28/07/2025

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FURLAN, Amabile. O serviço social e a questão social. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 5, n. 5, p. 1-218, maio, 2006.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Perspectivas do Serviço Social no âmbito da política de educação. In: MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e serviço social**: elo para a construção da cidadania. São Paulo: Editora UNESP, 2012. p. 209–252.

Realização:



Apoio:





MATOS, Ralei Pereira. **Educação, escola e serviço social**: contribuições diante da inserção do/a assistente social no âmbito da educação básica. 2024. 216 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica) – Universidade de Uberaba, Uberlândia, 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Documento de subsídios para a implementação da Lei 13.935/2019**. Brasília: MEC, 2021. Disponível em:  
<[https://www.cfess.org.br/publicacao/index?RevistaSearch%5Bid\\_revista\\_categoria%5D=4](https://www.cfess.org.br/publicacao/index?RevistaSearch%5Bid_revista_categoria%5D=4)>

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação**, Campinas, n. 24, p. 07-16, jun., 2008.

Realização:



Apoio:



## RESISTENCIA Y LUCHA SOCIAL DURANTE LA DICTADURA: el caso de las arpilleras en Chile

Claudia Paz Verdugo Lobos<sup>266</sup>  
Recaredo Gálvez Carrasco<sup>267</sup>

**Resumo:** Neste artigo, aborda-se o trabalho das arpilleras como forma de resistência econômica e política das mulheres durante a ditadura militar chilena. Por meio do bordado coletivo, elas denunciaram violações de direitos humanos, sustentaram suas famílias e construíram memórias contra hegemônicas. O trabalho têxtil, historicamente relegado ao âmbito doméstico, transformou-se em uma ferramenta de luta no cotidiano. Ampliaram-se as possibilidades em torno da dimensão simbólica, social e política dessa expressão, destacando-se seu papel na construção de subjetividades e na desconstrução das hierarquias impostas pelo patriarcado e pelo regime neoliberal.

**Palavras-chave:** Ditadura militar, mulheres e resistência, arpilleras.

**Abstract:** This article addresses the work of *arpilleras* as a form of economic and political resistance carried out by women during the Chilean military dictatorship. Through collective embroidery, they denounced human rights violations, supported their families, and constructed counter-hegemonic memories. Textile work, historically confined to the domestic sphere, became a tool for everyday struggle. The symbolic, social, and political dimensions of this expression expanded, highlighting its role in the construction of subjectivities and in the dismantling of hierarchies imposed by patriarchy and the neoliberal regime.

**Keywords:** Military dictatorship, women and resistance, arpilleras.

### Introducción

Las mujeres a lo largo de los tiempos han sido conectadas al ámbito textil, por la dimensión privada a la que están relegadas en la división sexual del trabajo que impone el sistema patriarcal hasta nuestros días, como nos señala Jefferies: “El trabajo textil se considera costoso en mano de obra, lento y esmerado y sin embargo, en un doble giro, se presenta y se devalúa como trabajo invisible de mujeres, no-trabajo o tarea no productiva” (Jefferies, 1998, P.281), es decir, el mundo textil ha estado relacionado con el espacio íntimo familiar y por ende con la mujer, a la que se le ha naturalizado como heredera de lo doméstico, espacio considerado inferior por la sociedad patriarcal que se estructura en base a dicotomías, antagónicas y jerárquicas.

En América Latina durante los años ‘70 la mayoría de los países de la región vivieron regímenes dictatoriales. Durante este ciclo político se llevó a cabo una política de violencia y exterminio de personas opositoras a las políticas de EE. UU con el fin de instaurar políticas neoliberales en América del Sur y evitar que un proceso histórico

<sup>266</sup> Licenciada en Ciencias Políticas y Administrativas y Especialización en Memorias Colectivas, Derechos Humanos y Resistencias (CLACSO-FLACSO). E-mail: claudiapazverdugolobos@gmail.com

<sup>267</sup> Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil), Mestre em Política y Gobierno pela Universidad de Concepción (Chile) e pesquisador na Fundación SOL (Chile). Email: recaredo.galvez@fundacionsol.cl

Realização:



Apoio:



como el sucedido con la Revolución Cubana en 1959, se repitiera en lo que ellos consideraban su región de influencia.

Es importante enfatizar que esto fue un acto pensado y organizado por las dictaduras instauradas en América Latina apoyadas por EE.UU, como ha quedado demostrado en numerosos testimonios de sobrevivientes, archivos de la CIA y en lo que se han llamado los “Archivos del terror” que se develaron en Paraguay en 1992, los que confirman el relato de muchos sobrevivientes y es que las fuerzas armadas actuaban de manera organizada en Brasil, Chile, Paraguay, Argentina, Bolivia y Uruguay. Todas estas dictaduras tienen en común, la utilización de la doctrina de seguridad nacional (de origen en EE.UU y Francia), que consistió principalmente en un método contra la guerra insurgente, determinó la existencia de un enemigo interno y el nacional-catolicismo. Este último tiene una idea conservadora respecto de la familia y el papel que tenían las mujeres dentro de esta. Como especifica Peter Winn “la memoria hegemónica que las fuerzas armadas impusieron de su golpe y su régimen dictatorial fue de los salvadores de la nación de la violencia política, el caos y la subversión, reforzada por la repetición, la propaganda y la censura” (Winn, 2014, p.328).

Si bien en la actualidad algunos partidos políticos revindican los resultados económicos de las décadas de los noventa, es importante señalar que estos son parte de la propia herencia de las reformas neoliberales de la dictadura, por tanto, no se debe confundir el crecimiento económico con el bienestar o incluso la igualdad, dado que uno de los aspectos más característicos de la economía chilena consiste precisamente en la alta desigualdad en la distribución de la riqueza y los ingresos.

En el caso de la dictadura militar en Chile, cuando las fuerzas militares con el apoyo de Estados Unidos acabaron por medio de la fuerza con el gobierno de Salvador Allende, se produjeron grandes violaciones a los derechos humanos, donde de acuerdo con las distintas comisiones de verdad se establecieron “40 mil 175 incluyendo ejecutados políticos, detenidos desaparecidos y víctimas de prisión política y tortura” (Chile, s/d., n/p).

Todo el panorama antes descrito, se consolida debido a que el régimen dictatorial pactó una salida mediante herramientas como el voto, sin embargo, la dictadura se encontraba fuertemente desgastada hacia fines de los '80, tanto por el cada vez más explícito rechazo internacional, como por su incapacidad de gestionar y resolver las revueltas populares, sin otra medida que no fuera el encarcelamiento o la aniquilación. Durante los primeros años de la década de los '80 fue cuando comienzan a incrementarse las manifestaciones y el descontento. Todo esto gatillado por una paupérrima condición de la clase trabajadora, la cual apenas podía subsistir dado la altísima inflación y crisis financiera de la época.

Por otra parte, las organizaciones populares, sindicales y sociales, aún se encontraban profundamente golpeadas por la arremetida de los agentes estatales, los cuales no escatimaron en esfuerzos para reprimir y ojalá extinguir, a las personas que buscaban expresarse políticamente mediante esfuerzos colectivos. De esta manera, los espacios para el ejercicio de la política desde los sectores populares se encontraban intervenidos o simplemente prohibidos, limitando fuertemente el flujo de las conciencias para determinar libremente los aspectos a problematizar en el espacio de la comunidad. No será sino hasta la segunda mitad de los '80 que comienza a recuperar fuerza el entramado social, pero lo hace en su versión más institucional, mediante el nexo entre un proceso electoral en ciernes y la constitución de nuevos partidos políticos.

La dictadura debió permitir un selecto grupo de individuos que pudieren generar esta eventual disputa del poder político. Sin embargo, la represión a los grupos que no estaban de acuerdo con dicho proceso continuó su curso. Incluso en los años '90 fue posible ver al gobierno persiguiendo a organizaciones políticas populares que se alzaban contra los peores aspectos sociales heredados de la dictadura, los cuales

Realização:



Apoio:



persistieron durante larga data, como por ejemplo la mercantilización de los derechos sociales como la vivienda.

Además, una de las características que tuvo la dictadura militar liderada por Augusto Pinochet fue que inauguró los “campos de concentración” masivos y públicos, un ejemplo de esto fue el Estadio Nacional, recinto deportivo que funcionó como centro de detención desde septiembre de 1973 hasta 1974. Los familiares de las personas detenidas o desaparecidas, principalmente mujeres, se aglomeraban fuera de este tipo de recintos en busca de información sobre sus seres queridos.

Ante este escenario, en algunos casos las mujeres debieron organizarse para complementar ingresos y subsistir ante la ausencia de un miembro del hogar, tras la desaparición o encarcelamiento de sus hermanos, padres, hijos y/o maridos.

En este contexto, nace la expresión artística en textil llamadas “arpilleras” bajo el alero de la iglesia católica, se transformaron en testimonio de las atrocidades cometidas por el régimen militar, pero además un ejemplo de cómo las mujeres de más escasos recursos lograron resistir a la dictadura, desde una práctica que históricamente estuvo ligada al ámbito privado y sometimiento de la mujer.

Las arpilleras fueron elaboradas de forma anónima por el peligro al que se exponían estas mujeres en un régimen dictatorial y posteriormente eran enviadas de contrabando al extranjero mediante redes internacionales de la iglesia católica que se encargaban de poner en contacto a las mujeres exiliadas con las que residían en Chile. En muchos casos, las arpilleras eran la única fuente de ingreso con la que contaban las familias de estas mujeres.

Hasta el día de hoy sobreviven estos colectivos y también se han conformado otros con la misma bandera de denuncia las precariedades a las cuales nos somete el actual modelo neoliberal instaurado en Chile por la fuerza en dictadura y que aún sigue vigente.

### **Agrupaciones de mujeres como estructuras de resistencia**

Durante la dictadura militar en Chile, el sistema represivo afectó los roles tradicionales asignados a las mujeres, ya que ante la ausencia de sus familiares debieron organizarse, principalmente en espacios de derechos humanos, como nos señala Elizabeth Jelin “dado el sistema de género en las relaciones familiares, además de ser víctimas <<directas>>, las mujeres fueron básica y mayoritariamente víctimas <<indirectas>>, y éste es el rol en el que se las visualiza más a menudo: como familiares de víctimas – madres y abuelas principalmente” (Jelin, 2022.p. 74).

En Chile se produjo una forma de resistencia comunitaria a través del bordado, específicamente a través de las arpilleras, técnica heredada desde el mundo campesino y plasmada por artistas como Violeta Parra. Su técnica consiste en bordar sobre sacos de arpillera o yute con lana, representando diferentes personajes y escenas populares.

En 1966 nació la primera organización de la que se tiene registro de mujeres de arpilleras, cuando Leonor Sobrino organizó un grupo de mujeres en Isla Negra, una localidad ubicada en la región de Valparaíso en Chile, esto lo podemos observar en el testimonio de una de sus participantes:

*En 1966 empezamos a bordar. La señora Leonor visitaba la Escuela y el Centro de Madres. Allí, a la Rosita Santander, le pidió que llevaran dibujos. Ella nos visitaba allá, llevaba recetas de cocina, semillas, con cuidados de salud. ¿Por qué no me traen un dibujo cada uno? Yo no sabía dibujar. La Rosita Santander llevó una flor, ya no me acuerdo bien. Ella dijo, si dibujan todas así van a ser un éxito. Trajo de a poca lana. Y así se atrevieron todas a hacer un dibujo, así como este. Ni me acuerdo si dibujé en el colegio, pero de bordar me acuerdo” (MUSEO NACIONAL DE BELLAS ARTES, 2019, n/p).*

Realização:



Apoio:



La técnica utilizada por estas mujeres fue muy parecida a la empleada por Violeta Parra, sobre sacos de arpillera bordaban con lana representando escenas cotidianas. En 1972 se desarrolló en Chile la III Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo en el Tercer Mundo (UNCTAD-III) en ese contexto es que las arpilleristas de Isla Negra, realizan un mural de arpilleras, el cual desapareció luego del golpe militar y recién 47 años después estas obras fueron recuperadas.

Tras el golpe de Estado en Chile el año 1973, comenzaron a funcionar distintas instituciones de apoyo a los familiares de las víctimas de la represión. Bajo el amparo de las iglesias se creó primero el Comité Pro-Paz, que prestaba apoyo judicial y psicológico, luego de la disolución de este por presiones de la dictadura, en 1974 la iglesia católica fundó la Vicaría de la solidaridad.

Con esta institución, se le encargó a la artista visual Valentina Bone realizar un taller con las mujeres que llegaban diariamente a buscar información de sus familiares, la artista mezcló dos técnicas ya que encontró “que el bordado era lento y resultaba inapropiado para el estado emocional de aquellas mujeres. Buscando alternativas para continuar, Valentina Bone vio una mola, vestimenta con complejos diseños elaborada a partir de telas superpuestas y cosidas por mujeres kuna del actual Panamá y Colombia. Valentina también recordó el patchwork, técnica textil que consiste en unir retazos” (Bone apud De La Maza, 2021) Las molas son una técnica textil de resistencia que desarrolló el pueblo kuna ante la llegada de los españoles cuando fueron obligados a utilizar ropa, donde traspasaron las figuras con que pintaban sus cuerpos a las telas, como señala Alí las molas están basadas en “*appliqué* inverso con rectángulos de tejido de varias dimensiones que adornan sus coloridas vestimentas, las cuales comprenden también un envoltorio de tela que actúa como falda generalmente azul” (Alí, 2010, p. 94). El *patchwork* es una manera de costura que se trata de coser piezas de tela creando un diseño más grande, habitualmente con moldes repetidos que tienen forma geométrica. De estas dos influencias nació la propuesta de trabajar con pedazos de tela sobre una base de sacos de papa (arpillera), a las mujeres se les pidió que trajeran ropa vieja y lana reciclada, por ser materiales fáciles de conseguir.

Los talleres fueron llevados a cabo en diferentes lugares de la capital, principalmente en poblaciones y además en otras regiones del país, como lo fue el caso de Talca en la casa Yelcha, al comienzo tenían un fin catártico, luego fue una forma en que las mujeres lograron resistir ante la grave crisis económica-social, consiguiendo así que pudieran llevar el sustento a sus familias, es importante recordar que, en 1974 la inflación era de un 742,26% (Chile, 1974). A pesar de que en 1975 Pinochet se decide por apoyar las reformas necesarias para establecer una estructura Estatal Subsidiaria, con servicios privatizados y fundada en el desmonte de las estructuras de seguridad social y las redes de cooperación obrera.

Según Valdés, estos cambios transformaban a Chile “en una economía basada en el mercado como asignador de recursos, la privatización general de la actividad económica, la reducción del aparato del Estado, la apertura al mercado externo desechando la protección a la industria nacional, y la reestructuración del aparato productivo a partir de las ventajas comparativas, en el mercado internacional” (Valdés, 1987) en conjunto con los denominados Chicago Boys, un grupo de economistas chilenos formados principalmente por la Universidad de Chicago en Estados Unidos, que eran seguidores de las ideas de Milton Friedman y Arnold Harberger, que a su regreso a Chile adoptaron posiciones acordes al régimen totalitario en que se encontraba sometido el país, todas estas políticas no lograron revertir la grave situación económica que se vivía, es más, las reformas aplicadas no hicieron otra cosa sino que profundizar las desigualdades, según French-Davis “el salario mínimo real era menor en 1989 que en 1981 y en 1974 y la brecha entre ricos y pobres se había agrandado, agravada en la primera mitad de la dictadura y peor aún en la segunda mitad (quintil rico con ingreso 20 veces el ingreso del quintil más pobre versus 12 a 13 veces en los 60s),

Realização:



Apoio:





el desempleo más que duplicó la tasa de desocupación de los 60s” (French-Davis, 2007, p. 74).

Ante la presión del régimen militar que recrudesció el control y el hostigamiento de las aduanas, la vicaría de la solidaridad optó por comercializar solo las arpilleras de los familiares de detenidos, desaparecidos y torturados (Vicaría de la solidaridad, s.d.) A causa de esto, hubo otras organizaciones que ayudaron en la comercialización y la realización de las arpilleras como lo fue la Fundación Missio, que era una fundación ecuménica reconocida por el arzobispado de Santiago, la cual con ayuda de grupos católicos y evangélicos contribuyeron en la comercialización de las arpilleras principalmente en la República Federal Alemana (SILVA, 1985). Sin embargo, según algunas arpilleristas de la época hubo un cambio en la temática ya que, se comenzaron a realizar arpilleras con temas folclóricos, esto generó molestia en las mujeres que participaban (MORENO, 1984), un testimonio de una mujer participante de los talleres en la zona norte de Santiago señala: “En este taller éramos cuatro o cinco que hacíamos más temas de denuncia, ahora no queremos ni pensar, eso quedó atrás, nos sentimos como amordazadas” (Taller Recoleta, s.d., p. 41).

Otra organización fue FASIC (Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas) que tenía por finalidad prestar ayuda psicológica a las víctimas de la represión estatal, ésta se centró en la realización de talleres como una forma de ayudar a los exprisioneros políticos en la cesantía, a familiares de detenidos desaparecidos y exiliados que retornaron al país, pero poco a poco se comenzó a observar la dimensión curadora de estos talleres “se comenzó así a proporcionar un espacio de trabajo y capacidad artesanal, más una experiencia terapéutica grupal, como un espacio de transición entre la cárcel y el posterior enfrentamiento con la realidad” (Moreno, 1984, p. 30).

Los talleres también funcionaron en la Fundación PIDEE (Fundación de Protección a la Infancia Dañada por los Estados de Emergencia) y PIIE (Programa Interdisciplinario de Investigación en Educación), estos encuentros abarcaron regiones “se encontraban fuera de Santiago, en Talca y Linares, mientras que PIIE jugaba un papel de intermediario entre los talleres y el posible comprador” (Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, 2019).

Elizabeth Jelin nos señala que durante las dictaduras militares que surgieron en el cono sur “dos tipos de acciones “típicamente femeninas” se dieron en ese contexto: en la escena pública, la creación de organizaciones de derechos humanos ancladas en el parentesco con las víctimas directas; en el ámbito privado, la lucha por la subsistencia familiar y la adaptación o cambio en función de las nuevas circunstancias” (Jelin, 2002, p. 115)

Según Jelin, es muy interesante observar cómo los talleres de arpilleras operaron en ambos ámbitos, por una parte, resultaron ser un importante sustento familiar para la grave crisis económica que ya se detalló. Sin embargo, también resultaron trascendentales las interacciones sociales que se dieron dentro de los talleres de arpillera, los que se transformaron en un movimiento social, donde las mujeres comenzaron a involucrarse en formas de protesta (Walker, 2008). Una arpillerista que participó en una protesta de 1979 comparó la manifestación con el movimiento arpillera y declaró: “*we meet together here in the workshop is very important because we give each other courage to go out in the street together*” (“Es muy importante cuando nos encontramos en los talleres, porque nos da fuerza para ir a la calle juntas”) (Agosin, 1996, p. 114).

Las narraciones que se retratan a través de la arpillera buscan influir en el espacio público, que había estado dominado predominantemente por lo masculino. Además, fueron y son una reflexión privada, donde la historia del país es también la historia de quien crea. El espacio público se entrecruza con el espacio doméstico, como señala Jelin, “el recuerdo de una experiencia personal o vivida por parientes y amigos

Realização:



Apoio:



cercanos puede ser narrado de una manera en que lo personal y la historia del país se muestran como una unidad indisoluble, una misma historia” (Jelin, 2014, p. 140)

La memoria de las mujeres muchas veces resulta difícil de reconstruir, ya que el sistema capitalista patriarcal está manejado por las diferentes dominaciones y la memoria que se cuenta es la que tiene que ver con las relaciones de poder y se nos impone una forma de recordar.

Según Ciriza (2006, p. 9), afirma que “nuestras memorias, los breves momentos de protagonismo en la historia son difíciles de recuperar pues la mayor parte de los acontecimientos que alguna vez hemos protagonizado no forman parte de aquello que, en sociedades marcadas por relaciones de dominación de clase, sexo y raza, se transmite como parte del sentido común compartido por todos y todas”.

Desde esta mirada, sostener la vida en un momento donde lo cotidiano fue la muerte y el hambre, pero también ellas contribuyeron a la transformación de los órdenes normalizadores y opresores del género porque transformaron los patrones imperantes asociados al género en su época, generaron memorias contrahegemónicas, trabajaron durante un periodo en el que nadie se atrevía a rechazar las órdenes autoritarias. En palabras de las mismas mujeres que participaron en los talleres “la arpillera era como un diario que mandábamos al extranjero. Eran las noticias que no se podían escribir, pero transformadas en arpilleras. Desde entonces, y hasta el día de hoy, nunca he dejado de bordarlas” (Lillo, 2018) Las mujeres pertenecientes a los talleres de arpillera cambiaron también la manera de hacer política que hasta ese entonces había estado dominada por una concepción netamente masculina, ya que lo privado no debía mezclarse con el espacio público, como señala Ana María Arteaga (las arpilleristas) “con su práctica colectiva las mujeres no desafían únicamente el poder en relación al Estado y sus aparatos represivos; lo enfrentaban, a la vez, en otro ámbito –el familiar– transgrediendo desde allí el orden jerárquico tradicional” (Arteaga, 1988)

Estas formas de organización permitían resistir colectivamente, lo que se traducía tanto en la posibilidad de contar con un colectivo para abordar las dificultades y poder generar ingresos. La crisis que trajo consigo la dictadura militar acompañó un nuevo patrón de acumulación que traería consigo la desregulación de los derechos sociales, destruyendo esferas de lo público (Iamamoto, 2022). En el contexto de estos cambios es que las arpilleras evidencian una posible síntesis entre las acciones de organizaciones del tercer sector, como ONG’s y filantropía católica orientadas a intervenir en las capas de la clase trabajadora que se encontraba bajo el yugo de la dictadura. Las actividades de estas organizaciones facilitarían que en un contexto de dictadura militar, las mujeres pudieran desarrollar espacios de autoorganización.

## Conclusiones

Las arpilleras se expandieron por el mundo gracias a la red de economía solidaria que se logró establecer gracias a la intermediación de la iglesia, pero también de los exiliados, lo cual permitió a las mujeres por un lado lograr la subsistencia de su familia, pero también por otro lado, permitió expresarse con libertad y denunciar la violencia bajo la cual vivía la sociedad chilena bajo el régimen dictatorial de Augusto Pinochet.

Estas mujeres de las comunas periféricas fueron capaces de salir del espacio doméstico asignado por la sociedad patriarcal, al espacio público denunciando los detenidos y detenidas, las desapariciones, la apropiación de bebés, denunciando incluso su propia experiencia con la tortura y la violencia sexual a la que fueron sometidas, encontrando en el bordado de arpilleras y otras formas de organización una forma de resistir al horror.

La dictadura militar buscó debilitar al máximo los espacios de autoorganización, dejando espacios limitados para la acción de ONG’s y la Iglesia, en esos destellos de

Realização:



Apoio:



libertad, no sin angustia y trauma, se desarrollo el ambiente propicio para la autoorganización femenina, orientada a la gestión de recursos y procesamiento colectivo de la resistencia a la violencia estatal.

Las arpilleras son textiles que pueden funcionar de manera diferente dependiendo del contexto, como lo vimos en el caso de Violeta Parra, del colectivo de bordadoras de Isla Negra y las arpilleras durante la dictadura, pero tienen como objetivo narrar con fines políticos y humanitarios, es decir, las arpilleras están muy ligadas a una forma de expresar el trauma y procesarlo colectivamente, convirtiéndose en un instrumento de denuncia que se incorporó como herramienta para la lucha contra la dictadura y la resistencia de la crisis social del periodo.

## Referências

AGOSÍN, Marjorie. **Tapestries of hope, threads of love: The Arpillera Movement in Chile, 1974– 1994.** Albuquerque: University of New Mexico Press, 1996.

ARTEAGA, A. M. Politización de lo privado y subversión de lo cotidiano. En: **Mundo Mujer: Continuidad y cambio.** Santiago: CEM, 1988.

CIRIZA, Alejandra. Genealogías feministas y ciudadanía: notas sobre la cuestión de las memorias de los feminismos de América Latina. In: JORNADAS NACIONALES DE HISTORIA DE LAS MUJERES, 8., 2006, Mendoza. **Actas [...].** Mendoza: INCIHUSA-CONICET, 2006. p. 9.

CHILE. Instituto Nacional de Estadísticas - INE. **Boletim do Índice de Preços ao Consumidor**, dezembro de 1974. Santiago: INE, 1975. Disponível em: <<https://www.ine.gob.cl/estadisticas/economia/indices-de-precio-e-inflacion/indice-de-precios-al-consumidor>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

CHILE. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. **Memoria.** Santiago: MJDH [s/d]. Disponível em: <<https://pdh.minjusticia.gob.cl/memoria/>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

DE LA MAZA, Josefina. Nunca te entregues ni te apartes del camino: Textiles de resistencia en la década de los setenta. **História 396**, Valparaíso, v. 11, n. 2, p. 140-141, jul-dic., 2021. Cita basada en testimonio de Valentina Bone entregado al MSSA, Santiago, agosto 2007

FRENCH-DAVIS, Ricardo. **Policy regimes, inequality, poverty and growth: the chilean experience, 1973-2010.** (Capítulo “Chile: indicadores macroeconômicos e macrosociais, 1974-2005”) - Documento compilado por ResearchGate. Santiago: El autor, 2007, p. 74.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2022.

JEFFERIES, Janis. Texto y tejidos: tejer cruzando las fronteras. (Trad. Maríaondor. JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria.** Madrid; Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

JELIN, Elizabeth. Las múltiples temporalidades del testimonio: el pasado vivido y sus legados presentes. **Clepsidra** - Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria, Buenos Aires, n. 1, p. 140–163, mar., 2014.

Realização:



Apoio:



MORENO, Patricia. **Ceneca**: Artesanía Urbano Marginal. Santiago: CENECA, 1984. Disponível em: <https://libros.uchile.cl/files/presses/1/monographs/962/submission/proof/files/assets/common/downloads/ceneca%20artesanía.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2025.

MUSEO DE LA MEMORIA Y LOS DERECHOS HUMANOS. **Las Arpilleras del Taller PIDEE**. 2019. Relato institucional sobre as oficinas de Talca e Linares e o papel intermediário do PIIE. Disponível em: <https://mmdh.cl/exposiciones/itinerantes/las-arpilleras-del-taller-pidee>. Acesso em: 24 jul. 2025.

MUSEO NACIONAL DE BELLAS ARTES. **Bordar el desborde**: Las bordadoras de Isla Negra en el MNBA 1969–2019. Santiago: MNBA, 2019. Depoimento de Narcisa Catalán. Disponível em: <https://www.mnba.gob.cl/noticias/bordar-el-desborde-las-bordadoras-de-isla-negra-en-el-mnba-1969-2019>. Acesso em: 30 jul. 2025.

LILLO, Sara. Arpilleras era como un diario que mandábamos al extranjero. **The Clinic Online**, 13 jun. 2018. Disponible en: <https://www.theclinic.cl/2018/06/13/arpilleras-la-vida-derechos-arte-la-resistencia-museo-la-memoria/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

VALDÉS, Teresa. **Las mujeres y la dictadura militar en Chile**. Material de Discusión FLACSO, n. 94. Santiago: FLACSO Chile, 1987. Disponível em: <https://flacso.cl/biblioteca/product/las-mujeres-y-la-dictadura-militar-en-chile/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

VICARÍA DE LA SOLIDARIDAD. **Relatos sobre atividades das arpilleristas durante a ditadura militar no Chile**. (mimeo) [S/L], [s/d.].

WINN, Peter. La batalla por la memoria histórica en el Cono Sur: conclusiones y comparativas. In: WINN, Peter *et al.* (ed.). **No hay mañana sin ayer**: Batallas por la memoria histórica en el Cono Sur. Primera edición en Chile. Santiago de Chile: Lom Ediciones, 2014.

Realização:



Apoio:



## **ENVELHECIMENTO E CÁRCERE: desafios para atuação do assistente social.**

Andréa de Freitas Paixão<sup>268</sup>

Luana de Oliveira dos Santos Franceschi<sup>269</sup>

**RESUMO:** O artigo propõe uma reflexão sobre o aumento do encarceramento da população idosa no Brasil, em paralelo ao envelhecimento populacional e à intensificação das expressões da questão social. Analisam ainda os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais que atuam em instituições prisionais, campo atravessado por disputas ideológicas, precarização do trabalho, violências, além dos limites impostos pelo capital. O trabalho se apóia em pesquisas recentes que relacionam o envelhecimento populacional e o crescimento da população carcerária, para fomentar a discussão sobre essa realidade invisibilizada.

**Palavras-chave:** Envelhecimento, Encarceramento e Assistentes Sociais.

**ABSTRACT:** The article proposes a reflection on the increase in the incarceration of the elderly population in Brazil, in parallel with the aging of the population and the intensification of the expressions of the social issue. It also analyzes the challenges faced by Social Workers who work in prison institutions, a field crossed by ideological disputes, precarious work, violence, in addition to the limits imposed by capital. The work is based on recent research that relates the aging of the population and the growth of the prison population, to encourage discussion about this invisible reality.

**Keywords:** Aging, Incarceration, and Social Workers.

### **Introdução**

A proposta deste trabalho é discutir o encarceramento de idosos no Brasil e o trabalho do assistente social neste espaço socio ocupacional em um contexto que se percebe um avanço do conservadorismo na profissão e das variadas formas de violências observadas no sistema penitenciário, palco privilegiado de violações de direitos civis, políticos e humanos de pessoas que se encontram em situação de cárcere, aos cuidados de agentes estatais que têm como função principal a execução de suas penas, conforme a Lei de Execuções Penais – LEP (Brasil, 1984):

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade (Brasil, 1984)

<sup>268</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos dos Goytacazes/RJ); Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: paixaoandea@gmail.com

<sup>269</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF/Rio das Ostras/RJ); Mestra e Doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); E-mail: luana.uff.seso@gmail.com.

Realização:



Apoio:





Estas funções, que constituem direitos de presos, incluindo a população idosa, compreendem obrigações do Estado e, no entanto, não se restringem aos artigos acima destacados.

Ainda sob a proteção do Estado e da sociedade, pessoas idosas possuem direitos garantidos na Lei 8.842, de 1994 que instituiu a Política Nacional do Idoso e na Lei 10.741/2003 que instituiu o Estatuto do idoso, embora não haja nesses documentos direitos específicos para os idosos privados de liberdade.

Pessoas idosas em situação de prisão têm diversos direitos garantidos não só os destacados na LEP, mas em outros documentos legais nacionais e internacionais, os quais o Brasil é signatário. No entanto, os episódios de violência e violações de direitos destas pessoas são diuturnamente denunciados não só por agentes da execução penal, mas também por defensores dos direitos humanos, familiares, entre outros.

O presente artigo aborda o aumento do encarceramento da população idosa, associado ao envelhecimento da população e demais expressões da questão social e aponta os desafios profissionais enfrentados pelos assistentes sociais nesse espaço sócio-ocupacional permeado pela violência institucional e outros tipos de violência atrelados à prática profissional como a precarização do trabalho e sua ideologização, o conservadorismo e as disputas de poder que envolvem o trabalho destes profissionais.

O artigo traz resultados de importantes pesquisas realizadas no âmbito do envelhecimento populacional e do aumento da população carcerária para fomentar a discussão sobre essa temática e dar visibilidade, colaborando com as discussões em curso sobre envelhecimento populacional, além de problematizar e refletir sobre os dados apresentados.

### **Envelhecimento e encarceramento: a realidade silenciada**

O último censo realizado em 2022 constatou que o envelhecimento populacional é uma realidade no Brasil. Com base nos dados apurados, o IBGE identificou que, em 2022, a população com mais de 60 anos (idade considerada pelo Estatuto do Idoso como indicador da qualidade de idoso no Brasil) representava 15,6% da população total, somando 32.113.490 pessoas — um aumento de 56,0% em relação a 2010, quando esse grupo correspondia a 10,8% (20.590.597 pessoas).

O número da população idosa tem crescido não somente em dados gerais como também nas prisões pelo país. Segundo dados da INFOPEN apurados em 2019, há 11.374 idosos encarcerados no Brasil. Se considerado com o total de presos, esse número pode parecer insignificante, pois representa 1,4% da população total, no entanto, dados comparativos de 2004 a 2019 representam um aumento de, 660% em 14 anos entre os idosos.

Sendo assim, embora esse quantitativo não represente um dado alarmante em relação à população geral, é importante ressaltar que o número de idosos encarcerados apresentou um crescente aumento entre os anos de 2005 e 2019. Em 2005, eram 1.350 idosos encarcerados, entre homens e mulheres. Em 2009, o número desses idosos passou a ser 4.076; em 2011, chegou a 4.849; em 2016, passou a 6.895, e, em 2019, atingiu o total de 10.273, representando um aumento de 660% em 14 anos (Carmo; Araújo, 2011; Melo et al., 2016; INFOPEN, 2004/2019).

Uma pesquisa realizada pela Fiocruz entre os anos 2005 e 2023 observou o aumento de mais de nove vezes o número de idosos presos, o que corresponde a 818%, e equivale a 1,9% das pessoas detidas no país. Essa pesquisa teve como objetivo mapear as condições de vida e saúde dessa população e trazer ao conhecimento público essa realidade. A pesquisa foi realizada no Estado do Rio de Janeiro e contou

Realização:



Apoio:



com a análise de 33 unidades prisionais de ocupação masculina e cinco femininas, todos em regime fechado.

O estudo da Fiocruz constatou que 94,5% dos idosos detidos no Rio de Janeiro eram homens e tinham em média 65,7 anos. Já as mulheres representavam 5,5% do total e apresentavam uma média de idade de 63,8 anos. A maioria se declarou preta ou parda (58,6%) e afirmou ter filhos (92,7%). Cerca de 59% não tinham finalizado a educação básica e 15% nem sequer sabiam ler e escrever. Grande parte dos idosos (74,6%) havia sido presa há menos de cinco anos e 37,4% desses declararam não receber visitas. Do total de entrevistados, mais da metade (52,5%) disse que questões de saúde atrapalhavam suas atividades cotidianas. Os problemas mais recorrentes eram hipertensão arterial (que afeta 56,9%), constipação frequente (23%) e diabetes (20%) (Minayo; Constantino, 2024, p. 18).

Os dados da pesquisa demonstram que o perfil de idosos privados de liberdade apresentam baixa escolaridade, na maioria homens, pretos ou pardos e sem acesso a emprego formal, o que, no censo comum, demonstra marcadores de acesso à criminalidade.

Outro ponto importante destacado na pesquisa realizada pela Fiocruz é a relação entre envelhecimento e saúde. É importante destacar que envelhecer não é sinônimo de doença, no entanto, há diversos estudos na área da saúde em que demonstram que o envelhecimento pode vir acompanhado de doenças, principalmente as doenças crônicas, e isso impacta na qualidade de vida dos idosos. No âmbito prisional essa realidade se torna ainda mais complexa, diante do cenário de superlotação, condições insalubres, alimentação de má qualidade e inadequada, condições precárias de higiene além da falta de acesso a serviços de saúde, entre outros fatores, o encarceramento provoca situações diversas de vulnerabilidade que impactam de forma negativa na condição do envelhecimento humano e apresenta grande desafio para intervenção dos assistentes sociais inseridos nessa área de atuação.

A assistência a pessoas encarceradas é prevista na LEP e em diversos documentos oficiais nos âmbitos de governo federal, estadual e municipal, o que configura como direitos, no entanto, quando esses direitos não são alcançados podemos dizer que sofrem violência do Estado já que este é o responsável pela execução das penas.

Os dados apresentados representam um grave problema social que deveria estar sendo discuti em diversos ambientes e ministérios e secretarias de governos. Discutir sobre qual seria o fator que levou ao aumento exorbitante do número de pessoas com mais de 60 anos no cárcere, é de suma importância, principalmente porque ela chama atenção para uma nova expressão da questão social que surge na sociedade capitalista como consequência de um sistema que explora a classe trabalhadora ao seu limite e não permite que esse trabalhador desfrute de uma velhice saudável e digna.

Segundo Minayo (2024), “o aumento de idosos detidos pode ser explicado, em parte, pelo avanço do encarceramento em todas as faixas etárias, assim como pelo envelhecimento da população brasileira, mas é preciso investigar a existência de outras causas”. Chamamos aqui a atenção para a necessidade de estudos voltados a essa temática a fim de compreender este fenômeno crescente na nossa sociedade.

A questão social se manifesta por expressões das desigualdades geradas nessa relação entre capital e trabalho e segundo Iamamoto (2007), a questão social é mais do que expressões de pobreza, miséria e “exclusão” ela revela a banalização do humano nesta sociedade em que as pessoas são subordinadas ao capital-dinheiro e capital-mercadoria. É importante descartar que a questão social deve ser situada como um processo histórico e associada às lutas de classes, pois é um processo contraditório

Realização:



Apoio:



que envolve desigualdade e também rebeldia por parte dos trabalhadores (Iamamoto, 2007).

O envelhecimento como expressão da questão social não deve ser analisado pelo viés do aumento da expectativa de vida e do aumento de doenças crônicas, isso por si só, não configura a velhice como uma expressão da questão social, o envelhecimento como expressão da questão social é uma categoria muito mais complexa e aparece na sociedade capitalista como resultado de um processo de exploração vivido ao longo da vida da classe trabalhadora que se expressa na velhice como uma redução das suas condições de reprodução. O envelhecimento, como expressão da questão social, não se trata de qualquer envelhecimento e sim o da classe trabalhadora, assim como afirma Santos *et al.* (2017, n/p) “é apenas a velhice trágica (pobre, doentia, isolada, em instituições de acolhimento, dentre outras)”.

Diante do aumento do número de idosos no sistema carcerário, foi lançada em 2022 pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) uma nota técnica com procedimentos para atendimento à população idosa em cárcere. Para “cumprimento de procedimentos apropriados e de rotinas, ambientes adequados para o processo de ressocialização e de trabalho que possibilite a reintegração do cidadão idoso preso, à sociedade (BRASIL, 2022)”. Essa nota técnica ganha um significado importante, uma vez que os documentos de garantia de direitos da população idosa não especificam os direitos dos idosos no âmbito do cárcere.

### **Serviço Social e conservadorismo: disputas ideológicas e práticas**

O trabalho de assistentes sociais no sistema penitenciário é marcado por grandes desafios, assim como em outras áreas de atuação. Com a aquisição de novas demandas, esses desafios aumentam. O aumento da população idosa traz impasses para o trabalho do assistente social, enquanto essa população apresenta necessidades associadas à condição do envelhecimento. O profissional se vê cotidianamente confrontado entre o direito do preso e os limites institucionais, limites esses, que em muitas vezes ferem os direitos estabelecidos nas legislações.

Dentro do cárcere, profissionais ainda são considerados “pessoas boazinhas que estão ali para ajudar os presos”. Pejorativamente, não raro, são chamados por agentes da segurança penitenciária como “babás de presos”. No entanto, estes profissionais lutam em seus espaços de trabalho para atender às requisições institucionais que, na maioria das vezes colocam em maior risco, os direitos das pessoas encarceradas.

Com jornadas de trabalho exaustivas, número reduzido de profissionais que se desdobram em atender a várias unidades prisionais exercendo um trabalho puramente burocrático e extenuante como é o caso dos exames criminológicos sem ter tempo ao menos para sistematização de sua prática, além de não conseguir atender às diversas demandas tanto de presos como de seus familiares.

Muitas vezes o assistente social é obrigado a fazer o atendimento às famílias e realização de exames criminológicos<sup>270</sup> de forma mecânica sem ter condições de observar se há outras demandas para que possa prestar a assistência necessária aos presos e seus familiares, numa clara violação dos direitos desses sujeitos.

A LEP, determina no Capítulo II – Da Assistência, Seção I – Disposições Gerais

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Parágrafo 12 único. A assistência estende-se ao egresso. Art. 11. A assistência será: I -

<sup>270</sup> O exame criminológico deixou de ser obrigatório no ano de 2003 por decisão do Superior Tribunal de Justiça, no entanto, alguns juízes ainda solicitam como forma de melhor “acompanhar” a conduta do preso como seu grau de periculosidade, a sua história de vida e sua personalidade, a forma como cumpriu a pena, a possibilidade de cometer novos crimes, etc.

Realização:



Apoio:



material; II - à saúde; III - jurídica; IV - educacional; V - social; VI - religiosa (Brasil, 1984).

E na Seção VI – Da assistência Social Art. 22. A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.

Art. 23. Incumbe ao serviço de assistência social: I - conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames; II - relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido; III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias; IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação; V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade; VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho; VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima (Brasil, 1984).

O não cumprimento do que determina a referida lei, causa grandes perdas para egressos e também presos, uma vez que é o assistente social, o profissional que possui condições de atender e dar andamento às suas demandas, porém com número reduzido de profissionais, condições precárias de trabalho e jornada reduzida dentro das unidades prisionais, o assistente social não consegue – nem tem tempo disponível – promover acesso a informações, implementar e/ou ciar projetos que possam dirimir os efeitos de uma longa permanência nas instituições, visando sua plena reintegração social.

O trabalho dos assistentes sociais que atuam no sistema prisional, assim como em todos os outros espaços têm como prerrogativa, baseado no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (CFESS, 1993), se pautar na garantia dos direitos dos presos, na promoção de políticas públicas que visem à ressocialização e na denúncia das violações cometidas pelo Estado. No entanto, os assistentes sociais inseridos nas instituições prisionais brasileiras, enfrentam desafios como a falta de recursos, a precarização das condições de trabalho e a naturalização da violência contra a população carcerária.

A realidade das prisões brasileiras, é de superlotação, condições insalubres, falta de acesso a direitos básicos e violência institucional, que atingem uma população cada vez mais excluída e vulnerável, refletindo as desigualdades estruturais da sociedade.

No entanto, consideramos importante lembrar, que o conservadorismo no Serviço Social, embora muitas vezes não seja explicitamente assumido, ainda se manifesta nestes espaços, ainda que de formas sutis e impactar significativamente a atuação profissional, especialmente em contextos como o sistema prisional.

Esse conservadorismo muitas vezes se expressa na manutenção de práticas, discursos e posturas que reforçam estruturas de poder tradicionais, hierarquias sociais e visões estereotipadas sobre determinados grupos sociais e, no contexto prisional, isso se traduz em barreiras que impedem avanços no trabalho dos assistentes sociais, limitando sua capacidade de atuar de forma crítica, propositiva e transformadora.

Podemos perceber a prática conservadora em diversos momentos como por exemplo, quando reforça estereótipos negativos sobre pessoas encarceradas, enxergando-as como "criminosos irrecuperáveis" ou "perigosos". Essa visão desumaniza e pode influenciar a prática profissional, levando a uma abordagem mais punitiva, já que corrobora com a visão dos agentes institucionais, o que caracteriza mais uma forma de violência experimentada por pessoas em situação de cárcere. Muitas vezes ao invés de enxergar esses indivíduos como sujeitos de direitos, o assistente social tende a reproduzir uma lógica de exclusão e marginalização.

Outro fator percebido na prática conservadora em instituições prisionais é a resistência a novas abordagens e metodologias de trabalho. No sistema prisional, isso

Realização:



Apoio:



pode significar a manutenção de práticas burocráticas e assistencialistas, em detrimento de uma atuação mais crítica e emancipatória, que busque o fortalecimento de vínculos familiares muitas vezes rompidos e/ou fragilizados pelo aprisionamento e, consequentemente dificulta o retorno à família após o período de encarceramento e sua ressocialização.

Tais práticas colocam em risco e fragilizam a dimensão política do Serviço Social, que tem uma tradição de luta pelos direitos humanos e pela justiça social e as condutas conservadoras podem enfraquecer essa dimensão. Nas instituições prisionais onde a violação de direitos é sistemática, o assistente social geralmente é pressionado a adotar uma postura mais técnica e menos crítica, evitando confrontar as estruturas de poder que perpetuam a violência e a exclusão. Sendo assim, quando o profissional mantém uma prática conservadora, sua capacidade de denúncia e proposição de mudanças estruturais, essenciais para a transformação do sistema prisional será quase nula.

Consideramos que a prática profissional de assistentes sociais devem sempre se balizar nas dimensões do trabalho social para assegurar que esta se fundamenta no projeto político profissional, a fim de encontrar estratégias para enfrentar os desafios impostos pelas requisições institucionais.

Segundo Vasconcelos (2015), a dimensão teórico-metodológica possibilita ao profissional identificar as demandas de seus usuários e também institucionais que podem interferir no processo de trabalho e seus objetivos.

Coloca-se em destaque aqui a clareza e a segurança do assistente social na abordagem e utilização de noções, conceitos (ecletismo x pluralismo), informações, estratégias utilizadas, prioridades definidas, frente às exigências para atuação naquele projeto/atividade (Vasconcelos, 2015, p. 487).

Em muitos casos, encontramos profissionais que se alinham a ideologias punitivas e moralistas, que defendem o encarceramento como soluções para o combate à criminalidade. Essa perspectiva pode influenciar não apenas a opinião pública, mas também outros profissionais que atuam no sistema prisional, levando a uma naturalização das violações de direitos que sistematicamente ocorrem nesses espaços, como também a uma descrença na possibilidade de ressocialização.

O assistente social, ao adotar essa visão, pode acabar reproduzindo práticas que reforçam a exclusão e as violações de direitos de pessoas encarceradas ao invés de combatê-las. O conservadorismo no Serviço Social representa um desafio para a atuação ética e política dos profissionais, especialmente neste contexto em que a violação de direitos é constante. Para superar essas barreiras, é necessário fortalecer a formação crítica dos assistentes sociais, promover espaços de reflexão e diálogo sobre as práticas profissionais além de reforçar o compromisso com os princípios do projeto ético político profissional do Serviço Social, que incluem a defesa intransigente dos direitos humanos e a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

O conservadorismo no Serviço Social constitui um obstáculo significativo para avanços no trabalho em prisões assim como em outros espaços sócio-ocupacionais, pois limita a capacidade dos profissionais de atuar de forma crítica, propositiva e transformadora.

Para Vasconcelos (2015, p. 487- 488), o profissional deve se capacitar e criar habilidades permanentemente; a atividade profissional deve ser “reflexiva, mediada por teoria (conhecimento da realidade)”, deve ter competência para atender às demandas dos usuários “(capacidade no trato das temáticas contidas e que atravessam as demandas)” e, “clareza, precisão, crítica com relação aos conceitos, noções, concepções, informações relacionadas aos temas centrais que atravessam a atividade.” Diante das considerações da autora não podemos concordar que uma prática conservadora possa, de fato, contribuir para garantir os direitos de seus usuários, nem

Realização:



Apoio:





tampouco enfrentar de forma efetiva, as requisições institucionais quando estas violam esses direitos.

Para entendermos práticas conservadoras na sociedade contemporânea, Marilda Iamamoto (1995, p. 21-22) argumenta que “o conservadorismo moderno, que supõe uma forma peculiar de pensamento e experiência prática, é fruto de uma situação histórico-social específica: a sociedade de classes em que a burguesia emerge como protagonista do mundo capitalista”.

Uma hipótese que possa indicar a expressão do novo conservadorismo no Brasil e também na América Latina que vem sendo fortalecido a partir de 2008, quando se inicia uma nova etapa do imperialismo, cada vez mais bárbara, é o protagonismo do neofascismo e o pensamento de(s)colonial. O Serviço Social crítico enxerga o neofascismo como uma nova expressão do conservadorismo.

Profissionais do Serviço Social se contrapõe à ética profissional quando acreditam que seus valores da vida pessoal podem se diferenciar dos valores da vida profissional. A análise realizada por Jamerson Souza (2015) revela que o conservadorismo se origina do pensamento reacionário que busca preservar hierarquias e instituições tradicionais em momentos de instabilidade social e política e que atua tanto para reforçar a hegemonia das classes dominantes quanto para oferecer uma justificativa ideológica aos setores subordinados.

Argumenta ainda o autor, que no caso do Brasil, o conservadorismo apresenta particularidades relacionadas à formação histórica do país como o escravismo, coronelismo e autoritarismo, sendo o “bolsonarismo” a expressão do conservadorismo contemporâneo no Brasil e que este fenômeno não é apenas uma continuidade do conservadorismo histórico brasileiro, mas também uma atualização dele.

A partir da visão de Jamerson Souza, o conservadorismo no Serviço Social contemporâneo pode ser entendido a partir da existência de pressões ideológicas ou políticas intensificadas pelo avanço da extrema direita no país e que busca influenciar uma atuação alinhada ao status quo inclusive quando há a tentativa de deslegitimação do Projeto Ético Político Profissional. Além destes fatores, o autor afirma que o conservadorismo é apontado como fator que aprofunda a polarização política dentro e fora da profissão.

O décimo princípio do Código de Ética Profissional do assistente social, destaca o “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993). Concordando, acreditamos que a busca contínua por atualização e conhecimento, principalmente da realidade onde está inserido profissionalmente, é um dos principais caminhos para o sucesso da intervenção já que não se pode intervir de forma crítica, propositiva em uma realidade que não se conhece, e concordamos também que, de acordo com Vasconcelos (2015) as referências teórico-metodológicas apesar de essenciais não são suficientes para garantir a direção da prática, pois esta depende também de “estar em consonância com princípios e finalidades ético-políticos emancipatórios”.

É necessário, portanto, resistir ao avanço do conservadorismo na profissão através do fortalecimento do pensamento crítico no Serviço Social além de reforçar o Projeto Ético Político como instrumento de luta que busca uma prática ética, política e emancipadora, comprometida com a classe trabalhadora e o fim das desigualdades e injustiças.

## Conclusão

Este trabalho buscou demonstrar o encarceramento da população idosa no Brasil e os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais no sistema prisional, em um contexto marcado pelo avanço do conservadorismo e pela intensificação das violações

Realização:



Apoio:



de direitos humanos. Os dados aqui evidenciados do IBGE e da FIOCRUZ mostram o crescimento expressivo da população idosa nas prisões, com um aumento de até 818% entre 2005 e 2023, essa realidade impõe novos desafios para o sistema penitenciário e para a atuação profissional.

O Estado brasileiro fundamentalmente capitalista e sob a influência de práticas históricas de exploração e violência, mantém-se como um agente central na violação dos direitos das pessoas em situação de cárcere. Apesar de estar legalmente vinculado à garantia da dignidade, à ressocialização e à assistência integral prevista na LEP, o Estado brasileiro falha sistematicamente em cumprir essas obrigações, perpetuando condições desumanas nos presídios e ampliando as desigualdades sociais que marcam nossa sociedade desde sua formação social.

Consideramos que, enquanto o sistema carcerário brasileiro continuar funcionando como uma extensão das desigualdades estruturais de nossa sociedade, permanecerá sendo mais uma ferramenta de perpetuação da violência de Estado principalmente em relação às pessoas idosas que carecem de cuidados e atenção.

Embora existam garantias legais (Lei de Execução Penal e o Estatuto do Idoso), os direitos da população idosa encarcerada são frequentemente negligenciados, assim como os de toda população carcerária. O sistema prisional brasileiro é caracterizado por superlotação, precariedade e violência institucional, o que agrava as condições de saúde e bem-estar dos idosos e dos reclusos. Nesse contexto, o trabalho do Assistente Social é central, mas é marcado por condições laborais precárias, sobrecarga de trabalho, e conflitos ideológicos com práticas conservadoras predominantes em algumas instituições.

Dessa forma é de fundamental importância uma atuação alinhada ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, que prioriza a justiça social, os direitos humanos e a luta contra as desigualdades. O avanço do conservadorismo no Serviço Social, tem se tornado um obstáculo que enfraquece a atuação crítica e emancipatória dos profissionais e compromete a defesa dos direitos humanos. Com isso é necessário promover formação crítica, reflexão profissional contínua e resistência ao conservadorismo, para que o Serviço Social cumpra seu papel na transformação social e na defesa intransigente dos direitos da população encarcerada, especialmente os idosos.

A transformação dessa realidade exige não apenas mudanças nas práticas institucionais e profissionais, mas também um amplo debate público sobre o papel do Estado, o enfrentamento das desigualdades e a reconstrução de uma democracia que realmente atenda aos interesses da maioria da população. Somente com um compromisso coletivo e crítico será possível superar as barreiras impostas pelo conservadorismo na prática profissional dos assistentes sociais e construir um sistema prisional que respeite os direitos humanos e promova a dignidade e a cidadania de todos.

## Referências

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades do Sistema Penitenciário Nacional** (SISDEPEN). Brasília: MJ, 1º semestre de 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1o-semester-de-2024.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília: Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Brasília, DF: CFESS, 2012.

DEMIER, Felipe. **Neoliberalismo, democracia liberal e a “crítica” neofoucaultiana**: um breve comentário. Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos Interdisciplinares Crítica e Capitalismo (LEICC), 5 nov. 2021.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FERREIRA, Ana Laura Marinho. **Velhice atrás das grades**: Condições de saúde de mulheres idosas nas unidades prisionais do estado do Rio de Janeiro. São Paulo: Dialética, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A herança conservadora do Serviço Social: atualização e busca de ruptura. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço social em tempo de capital fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril, 1978.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte** [1851-1852]. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. 4ª ed. São Paulo: Global, 1984.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 785-833.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia. **Frágeis e invisíveis**: Saúde e condições de vida de pessoas idosas privadas de liberdade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2024.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Existe violência sem agressão moral? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 135–146, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril, 1983.

Realização:



Apoio:



SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma interpretação. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 199–223, abr. 2015.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **O assistente social na luta de classes**: projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. (Trad. José Marcos Mariani de Macedo). 17<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. Classe, estamento, partido. In: GERTH, Hans.; MILLS, Charles Wright. (org.). **Ensaio de sociologia**. São Paulo: Zahar, 1974.

Realização:



Apoio:



## **VOZES ANTIRRACISTAS EM AÇÃO: letramento racial e a prática socioeducativa do serviço social**

Luana Martins Santos <sup>271</sup>

**Resumo:** Este artigo explora o letramento racial como ferramenta essencial do Serviço Social no combate ao racismo estrutural. A pesquisa demonstra a contribuição da prática socioeducativa e instrumentalidade profissional na mitigação da herança escravocrata e desigualdades raciais. O Serviço Social deve desnaturalizar o racismo, fomentando o letramento racial para usuários e profissionais. Isso ocorre pela racialização de instrumentos técnicos e capacitação contínua, que transforma o profissional e a intervenção. Assim, a profissão reafirma seu compromisso ético-político com a transformação social e autonomia crítica, visando uma sociedade antirracista.

**Palavras-chave:** Letramento Racial, Serviço Social, Prática Socioeducativa, Instrumentalidade do Serviço Social.

**Abstract:** This article explores racial literacy as an essential tool for Social Work in combating structural racism. The research demonstrates the contribution of socio-educational practice and professional instrumentality in mitigating the legacy of slavery and racial inequalities. Social Work must denaturalize racism, fostering racial literacy for users and professionals. This occurs through the racialization of technical instruments and continuous training, transforming the professional and the intervention. Thus, the profession reaffirms its ethical-political commitment to social transformation and critical autonomy, aiming for an anti-racist society.

**Keywords:** Racial Literacy, Social Work, Socio-educational Practice, Instrumentality of Social Work.

### **Introdução**

No Brasil, o racismo estrutural não se limita a atos isolados ou desvios individuais; ele se configura como um pilar fundamental da sociedade, enraizado em suas instituições, práticas cotidianas e normas que regem as relações sociais. Desde sua constituição, a sociedade brasileira foi moldada por essa lógica, que se manifesta de formas diversas, muitas vezes sutis, mas sempre com impactos devastadores. Suas raízes estão profundamente fincadas na diáspora africana e no longo período escravocrata, um complexo processo de desumanização e exploração que lançou as bases das desigualdades raciais que persistem até hoje (Souza, 2017; Munanga, 2004).

Durante mais de trezentos anos, a escravidão foi o motor econômico e social do país, construindo uma sociedade hierárquica onde a cor da pele ditava o lugar social, as possibilidades de vida e, em última instância, a própria humanidade (Gonçalves, 2006; Evaristo, 2017). É essa continuidade histórica que permite a Almeida (2019) argumentar que o racismo não é um resquício do passado, mas uma lógica viva que se reinventa.

Esse sistema de opressão não se encerrou com a abolição, mas metamorfoseou-se, garantindo a manutenção da subalternidade da população negra,

---

<sup>271</sup> Mestra em Serviço Social (PUC-Rio). Graduada em Serviço Social (UFRJ). E-mail: luana.pmartins@yahoo.com.br

Realização:



Apoio:





conforme denunciado por Abdias do Nascimento (2016). A herança desse regime continua a reverberar em todas as esferas sociais, do urbanismo à distribuição de recursos, impactando o acesso à dignidade e à cidadania. É essa continuidade que leva Almeida (2019) a argumentar que o racismo é uma lógica viva e em constante reinvenção.

Este artigo explora a intersecção entre letramento racial e a prática socioeducativa do Serviço Social, posicionando o assistente social como agente-chave. Ao reconhecer o racismo como um sistema complexo, o profissional é impulsionado a desenvolver estratégias de conscientização e transformação. Priorizamos duas frentes: a intervenção junto aos usuários e o trabalho com equipes. Assim, a discussão convida à reflexão sobre como o Serviço Social, ao assumir sua prática socioeducativa, incorporar o letramento racial e a instrumentalidade racializada, potencializa o combate ao racismo. A proposta busca iluminar possibilidades e desafios dessa práxis, reiterando o compromisso ético-político da profissão na construção de uma sociedade antirracista.

### **Racismo, letramento racial e serviço social**

Para aprofundar a compreensão do letramento racial e sua relevância no Serviço Social, é essencial analisar o racismo a partir de sua dimensão estrutural. Este não se trata de atos isolados, mas de um sistema social complexo que organiza as relações de poder, as instituições e as oportunidades de forma hierárquica, atribuindo privilégios a determinados grupos étnico-raciais (geralmente brancos) e desvantagens sistemáticas a outros (como a população negra, indígena e outras minorias). É a própria estrutura que molda a sociedade, operando de forma invisível nas normas, práticas e até mesmo nos discursos aparentemente neutros. Cida Bento (2002) em suas análises sobre a branquitude, complementa essa perspectiva ao demonstrar como o privilégio racial branco se perpetua por meio de um "pacto" tácito, assegurando a manutenção de espaços de poder e recursos para determinados grupos e, assim, perpetuando a desigualdade e a exclusão em diversas esferas da vida.

Nesse cenário, o letramento racial emerge como um conceito fundamental para a compreensão e intervenção nas complexas dinâmicas do racismo. Longe de ser uma mera aquisição de vocabulário sobre raça, ele se configura como um processo contínuo e ativo de

leitura crítica racializada da realidade social. Isso implica desenvolver a capacidade de identificar, analisar e desconstruir as manifestações do racismo, tanto as explícitas quanto as veladas, nas estruturas sociais, nas relações interpessoais e no próprio imaginário coletivo.

Letramento racial crítico é refletir sobre raça e racismo, e nos possibilita ver o nosso próprio entendimento de como raça e racismo são tratados no nosso dia a dia, e o quanto raça e racismo têm impacto em nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, no ambiente escolar, universitário, em nossas famílias, nas nossas relações sociais (Ferreira, 2015, p.138).

Para o Serviço Social, essa habilidade é indispensável, pois permite que o profissional vá além da identificação de atos discriminatórios isolados, reconhecendo o racismo como um pilar estruturante das desigualdades sociais que demandam uma práxis intencional e transformadora. Para a professora e assistente Social Marcia Campos Eurico (2011), a adoção do letramento racial pelo Serviço Social, não é meramente uma atualização teórica, mas um imperativo ético-político, onde historicamente, a profissão tem sido instigada a revisar sua própria trajetória e a forma como a questão racial foi, por vezes, silenciada ou secundarizada em suas análises e intervenções.

Já a prática socioeducativa do Serviço Social transcende a mera transmissão de informações; ela se configura, conforme defendem Iamamoto (2007) e Guerra (2013),

Realização:



Apoio:



como um processo dialógico e transformador. Essa perspectiva visa à conscientização crítica, ao desenvolvimento de autonomia e ao fortalecimento de indivíduos e coletivos para a (re)apropriação de seus direitos, fundamentando-se na compreensão de que a ação profissional deve incidir na capacidade dos sujeitos de ler e intervir em suas realidades. No campo do letramento racial, isso se traduz na capacidade do profissional de Serviço Social em desvelar as raízes históricas e contemporâneas do racismo, fomentando um olhar crítico sobre as desigualdades raciais e estimulando a construção de estratégias de resistência e superação. A instrumentalidade da profissão, nesse contexto, torna-se um meio para organizar e qualificar as intervenções, garantindo que o processo socioeducativo seja eficaz na promoção de uma consciência antirracista e na garantia de direitos.

Contudo, desde as últimas décadas do século XX e, intensamente, no século XXI, a pauta racial tem ganhado centralidade, impulsionada pelo movimento social negro e por uma produção acadêmica crítica. Nesse contexto, uma figura precursora na problematização das relações raciais no campo do Serviço Social e da política de assistência social é Elisabete Aparecida Pinto. Em seu Trabalho de Conclusão de Curso de 1986, que originou o livro "O Serviço Social e a questão étnico-racial" (2003), ela já apontava para um desafio central da época:

Há uma dificuldade em trazer à tona a discussão étnico-racial na trama de relações sociais, na sociedade burguesa, profundamente marcada pelo discurso da "democracia racial" e pelo racismo camuflado que também aliena a população negra, bloqueando seus processos de conscientização, participação e organização política (Pinto, 2003, p. 23).

É a partir de contribuições seminais como a de Pinto (2003) e do avanço do debate impulsionado pelo pioneirismo do movimento negro que a questão racial deixa, gradualmente, de ser um "apêndice". Ela se estabelece, então, como uma lente analítica transversal a toda a atuação profissional, desde a pesquisa e planejamento até a execução e avaliação de políticas e programas sociais.

Esse aprofundamento exige e, ao mesmo tempo, fortalece o compromisso com o letramento racial. Isso implica que o assistente social esteja apto a identificar as manifestações do racismo em suas diversas camadas: o racismo individual, expresso em atitudes e crenças preconceituosas; o racismo institucional, enraizado nas normas e práticas das organizações, que geram barreiras de acesso e iniquidades; e o racismo estrutural, que organiza a própria sociedade e suas relações de poder. A capacidade de discernir entre essas manifestações é crucial para uma intervenção eficaz. O letramento racial, nesse sentido, aprofunda a perspectiva profissional, permitindo ao assistente social não apenas reconhecer as vítimas do racismo, mas também atuar na desnaturalização e no enfrentamento dos sistemas que o perpetuam. É um processo que exige a descolonização do próprio olhar profissional, a fim de que as intervenções não reforcem estigmas ou reproduzam lógicas opressoras. Aprofundar-se nesse conhecimento é pavimentar o caminho para a construção de estratégias socioeducativas verdadeiramente libertadoras, que promovam a equidade e a justiça social na erradicação do racismo em todas as suas formas.

### **Profissão e educação social: a prática socioeducativa**

A prática socioeducativa no Serviço Social perpassa a totalidade da atuação profissional. Ela não se configura apenas como um elemento à parte, mas como uma característica transversal que permeia as três dimensões clássicas da profissão: Teórico Metodológica, Ético-Política e Técnico-Operativa, servindo como uma expressão fundamental de sua base estrutural. Constitui, assim, um processo pedagógico e

Realização:



Apoio:



formativo contínuo que capacita o assistente social a promover a conscientização crítica, o desenvolvimento de capacidades e o fortalecimento de indivíduos e coletivos, impulsionando-os para o exercício pleno de seus direitos e a transformação de suas realidades sociais.

Para Marilda Villela Iamamoto (2011), essa prática se manifesta no caráter pedagógico da intervenção do assistente social, na construção da autonomia dos sujeitos sociais, na mediação e no processo de desmistificação da realidade social. Paralelamente, Yolanda Guerra (2013) aborda a partir da instrumentalidade do Serviço Social, compreendida não como um conjunto de técnicas, mas como a capacidade de operar sobre a realidade social, exigindo um trabalho de cunho pedagógico/educativo para a conscientização e o empoderamento. Conforme a professora e assistente social Eliana Bolorino Canteiro Martins (2012):

A prática socioeducativa subentende um processo de reflexão que conduz os sujeitos a uma postura crítica em relação ao pensar, sentir e agir, interferindo na formação da subjetividade e nas normas de conduta, elementos constituintes de um determinado modo de vida ou cultura. Portanto, essa ação é essencialmente política, podendo afirmar a cultura dominante, numa perspectiva conservadora, ou contribuir na construção de uma perspectiva emancipatória das classes subalternas, construindo uma nova cultura (Martins, 2012, p. 26).

Dessa forma, é crucial aprofundar a compreensão de que as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais possuem um viés educativo que traz em si um componente ideológico, especialmente no que tange ao letramento racial. Nesse sentido, torna-se imprescindível atentar para a função pedagógica e educativa que o assistente social tem potencialidade para desenvolver em seu cotidiano profissional. Essa função deve ser compreendida no cerne das complexas relações sociais e na desconstrução das estruturas de desigualdade, incluindo as raciais.

Conforme a perspectiva de Abreu (2002), a função pedagógica do assistente social, em suas múltiplas manifestações, é intrinsecamente determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais. Essa abordagem, que ressoa com as análises de Martins (2012) sobre o impacto da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos, materializa-se por meio desses efeitos na subjetividade e na prática dos indivíduos envolvidos. Ela promove o letramento racial ao desvelar as estruturas e manifestações do racismo no cotidiano. Esse processo não ocorre no vácuo; ele é mediatizado pelas relações dinâmicas entre o Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social e está integrada a estratégias mais amplas de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e, conseqüentemente, ao exercício do controle social.

Nesse sentido, a práxis profissional do Serviço Social está intrinsecamente ligada ao estímulo da autonomia e do protagonismo de sujeitos de direitos, capacitando-os a questionar estruturas produtoras de desigualdades sociais. A prática socioeducativa é a base para desmistificar relações de poder e desvelar opressões, sendo fundamental para o desenvolvimento de uma consciência crítica que permita a indivíduos e coletivos transformar suas condições de vida e as estruturas sociais. Assim, o Serviço Social atua na raiz dos problemas, qualificando-se como campo estratégico para intervir em fenômenos complexos como o racismo.

O assistente social possui um papel crucial na formação de uma mentalidade crítica e interventiva diante das injustiças. Por lidar com as expressões de desigualdade e exclusão (muitas forjadas em relações raciais e de classe), o caráter educativo da intervenção expande-se para provocar reflexão, desconstruir lógicas naturalizadas e estimular a agência dos sujeitos. Essa postura coaduna-se com a educação que liberta, proposta por Paulo Freire (2018), onde o saber é construído coletivamente a partir da

Realização:



Apoio:



realidade, transformando invisibilidade em visibilidade e silêncio em voz ativa, instrumentalizando indivíduos para o reconhecimento de suas capacidades e a luta por seus direitos.

A prática socioeducativa do Serviço Social, portanto, é um campo fértil para o desvelamento das opressões raciais. Ao promover acesso à informação qualificada, formação de grupos de apoio, organização comunitária e reflexão sobre experiências vividas, o assistente social fortalece a capacidade dos indivíduos e coletivos de reconhecerem as violências do racismo, nomeá-las e lutar contra elas. A atuação profissional, nesse sentido, é um ato político de resistência e de construção de um futuro mais justo e democrático, qualificando o Serviço Social como agente de transformação social capaz de incidir nas estruturas que perpetuam o racismo em suas diversas manifestações.

### **Perfil, desafios e o legado da invisibilização racial no serviço social**

A relevância de uma prática antirracista torna-se ainda mais evidente ao considerarmos o perfil demográfico do Serviço Social e do seu público. Dados da pesquisa do “Perfil da/o Assistente Social no Brasil” realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2022) revelam que a profissão é composta majoritariamente por mulheres (92,92%) e, dentre os profissionais recadastrados, 50,34% se autodeclararam de cor/raça preta/negra/parda. Essa representatividade racial na profissão se alinha, em parte, com a realidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), onde, no universo dos usuários, dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2017), *apud* Gonçalves e Lira (2024), indicam que 73,88% dos titulares de programas sociais são pessoas negras, sendo 68% destas mulheres. Conforme explicitam Gonçalves e Lira (2024), são sobretudo as mulheres negras que ocupam a “ponta da linha”, tanto na atuação profissional quanto na condição de usuárias dos serviços.

Para complementar a compreensão da composição da categoria, os dados do recadastramento do CFESS (2022) sobre a religiosidade das assistentes sociais indicam a prevalência da religião Católica (49,65%), seguida pela Evangélica (21,61%) e Espírita (9,33%). Essa forte presença de profissionais de fé cristã se vincula diretamente à gênese do Serviço Social no Brasil, historicamente atrelada à Igreja Católica e suas ações caritativas, o que ainda reverbera em certos aspectos da cultura Profissional (Almeida, 2014; Pastorini, 2004).

Considerando o avanço de diversos credos religiosos no Brasil, essa realidade pode reverberar na categoria profissional. É imperativo refletir criticamente sobre tal composição, pois a atuação de assistentes sociais ainda pode ser atravessada por um velho conservadorismo, manifestando-se na intolerância religiosa contra usuários de fés de matriz africana, ou sendo influenciada por instituições evangélicas, que aliás empregam uma parcela dessas profissionais. Tal cenário exige que o Serviço Social aprofunde a manutenção de uma agenda pautada na laicidade e na defesa intransigente dos direitos humanos. Isso é crucial para a coerência com o Código de Ética Profissional (1993), que defende a superação de toda forma de discriminação, incluindo as de cunho religioso ou racial. Portanto, o letramento racial para a categoria não se restringe à compreensão das relações étnico-raciais, mas também à desconstrução da intolerância religiosa, faceta do racismo, impactando a qualidade do atendimento e a defesa dos direitos dos usuários.

No entanto, apesar dessa configuração majoritariamente negra na profissão, a produção teórica e, consequentemente, o letramento racial como forma de alcance da prática socioeducativa ainda enfrentam (outros) desafios de efetivação. Essa lacuna é ainda mais complexa quando empiricamente se observa que ainda há assistentes sociais negras no exercício da função e/ou ocupando cargos acadêmicos, lecionando

Realização:



Apoio:



aulas em universidades pioneiras, que ainda demonstram escasso ou nenhum letramento racial. Tal situação pode ser atribuída, em parte, à formação acadêmica histórica da profissão.

Historicamente, o Serviço Social brasileiro, assim como outras áreas do conhecimento e instituições, inclinou-se a invisibilizar ou secundarizar a questão racial, subsumindo-a na "questão social" de forma genérica, sem as especificidades do racismo. Exemplo disso é a experiência da autora deste estudo, que, em sua graduação entre 2006 e 2011, teve acesso escasso a debates sobre raça no ambiente acadêmico. O letramento racial, em sua trajetória subjetiva e política, foi introduzido pelo acesso ao livro "Tornar-se Negro" de Neusa Santos Souza (1983) a partir de 2018. Essa leitura abriu portas para o aprofundamento em outros autores cruciais, como Silvio Almeida, Lélia Gonzalez, Ângela Davis, Abdias do Nascimento, Jessé Souza e tantos outros.

É importante ressaltar que tal percurso de descoberta ocorreu na vida adulta, o que levanta um questionamento sobre a lacuna da educação formal. Se a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, tivesse sido efetivamente aplicada desde o início da formação básica, o processo de letramento racial poderia ter sido significativamente facilitado e antecipado. Ao trocar com outras profissionais do Serviço Social, negras ou não, do mesmo período de formação, percebe-se que esse movimento de aprofundamento do letramento racial também ocorreu, majoritariamente, após o término da graduação.

Mesmo com a recente intensificação de importantes movimentos e a efetivação de avanços notáveis no Serviço Social, como a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades" pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 2010, e as constantes campanhas, publicações e resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que reforçam o compromisso ético-político da profissão no combate ao racismo (a exemplo da campanha "Assistentes Sociais no Combate ao Racismo"), o legado dessa invisibilização ainda se faz presente. Além disso, corroborando esses desafios, a precarização da qualificação em cursos universitários mais recentes, sobretudo nas modalidades EAD que frequentemente desconsideram o tripé ensino-pesquisa-extensão, dificulta uma abordagem crítica integrada da exploração capitalista de classe, da violência patriarcal e do racismo, o que, por sua vez, restringe a capacidade de intervenção qualificada e abrangente.

## **A instrumentalidade do serviço social na construção de práticas antirracistas**

No contexto do combate ao racismo, o caráter socioeducativo do Serviço Social se manifesta de diversas formas, sendo estas potencializadas pela instrumentalidade da profissão. Essa instrumentalidade, compreendida não como um mero conjunto de técnicas, mas como a capacidade crítica de mobilizar saberes, procedimentos e instrumentos para a análise e intervenção na realidade social (Guerra, 2013), permite ao assistente social ir além do diagnóstico, atuando na construção de práticas antirracistas concretas.

Para tanto, a instrumentalidade é fundamental para a desnaturalização do racismo. Por meio dela, o assistente social atua para desvelar e problematizar as lógicas históricas e sociais que o sustentam (Fanon, 1968), rompendo com a percepção de que seja um fenômeno "normal" ou "natural". Isso envolve educar equipes e usuários sobre suas origens, manifestações e consequências, por meio de metodologias que evidenciam a perversidade de suas estruturas. A instrumentalidade aqui se manifesta na capacidade de o profissional mediar debates, organizar informações e apresentar dados que corroboram a análise crítica das relações raciais.

Realização:



Apoio:





Além disso, na promoção do letramento racial, a instrumentalidade do Serviço Social é evidente. O letramento racial é um processo de aprofundamento do conhecimento sobre as relações raciais, fundamental para desconstruir preconceitos e estereótipos, e para reconhecer o valor e a diversidade da cultura negra. As análises de autoras como Lélia Gonzalez (1984) e Sueli Carneiro (2005) são cruciais para embasar essa compreensão, ao oferecerem uma perspectiva interseccional das opressões e para o desenvolvimento de uma leitura crítica da branquitude e das diversas faces da opressão racial. O assistente social, por meio de estratégias socioeducativas, como a organização de oficinas, rodas de conversa, palestras e a produção de materiais informativos, facilita esse letramento tanto entre seus colegas de trabalho quanto entre os usuários dos serviços. A escolha e o manejo desses instrumentos são cruciais para assegurar que a mensagem antirracista seja acessível e impactante para diferentes públicos.

Nesse sentido, a identificação do racismo institucional é uma frente que demanda uma instrumentalidade apurada. O Serviço Social, pautado por sua sólida base teórico-ética que fomenta a análise crítica da realidade social (Iamamoto; Carvalho, 1982; Guerra, 1995), instrumentaliza o profissional para aplicar essa capacidade analítica ao campo das relações raciais. Assim, é possível identificar como o racismo opera nas estruturas das instituições, seja na forma de barreiras de acesso, na invisibilização de demandas ou na reprodução de preconceitos em atendimentos. Essa análise institucional, que se apoia em instrumentos como a observação participante, a pesquisa documental e a leitura crítica de normas e fluxos internos, visa sensibilizar e capacitar equipes para reconhecer e desativar essas práticas racistas. Márcia Campos Eurico (2013) e Magali da Silva Almeida (2014) discutem essa prática, ressaltando a urgência de intervenções profissionais que desorganizem as lógicas racistas incrustadas nas organizações.

Adicionalmente, a instrumentalidade do Serviço Social se manifesta no uso de ferramentas essenciais para a qualificação do trabalho antirracista. A utilização do diário de campo e do registro dos atendimentos, por exemplo, não se configura como mera burocracia, mas como potente instrumento de análise. Através de uma leitura racial desses registros, o assistente social pode identificar padrões de violação de direitos, sistematizar dados sobre discriminação e construir diagnósticos que subsidiem a elaboração de intervenções mais efetivas e assertivas. Essa sistematização qualifica a denúncia e fundamenta a proposição de mudanças institucionais.

No que tange à qualificação de equipes, a instrumentalidade se evidencia na capacidade do Serviço Social de planejar e executar ações formativas. As reuniões de equipe se tornam espaços privilegiados para a discussão da temática racial, e a promoção de palestras e oficinas institucionalmente realizadas pelo assistente social servem como ferramentas de educação continuada. Tais iniciativas visam aprimorar a capacidade da equipe em lidar com as demandas raciais, reconhecer e desconstruir seus próprios vieses e fortalecer um ambiente de trabalho mais inclusivo e equânime. Essas ações, que demandam planejamento, didática e domínio do conteúdo, demonstram a potência socioeducativa da profissão na construção de uma cultura organizacional antirracista.

Por fim, a instrumentalidade do Serviço Social, conectada à pedagogia libertadora de Paulo Freire (2018), é crucial para o protagonismo dos usuários. O assistente social fomenta a autonomia e a capacidade de organização coletiva, transformando a "cultura do silêncio" em "cultura da voz" para o enfrentamento do racismo. Essa prática se efetiva ao fortalecer redes de apoio e instrumentalizar os usuários com informações e conhecimentos para a luta e resistência.

## Conclusão

Realização:



Apoio:



Ao longo deste artigo, desvelamos a intrínseca relação entre o letramento racial e a prática socioeducativa do Serviço Social, posicionando a profissão como agente essencial no combate ao racismo estrutural no Brasil. Iniciamos elucidando o racismo como um pilar histórico que molda o acesso a oportunidades e a dignidade, exigindo da profissão um olhar crítico e ações consistentes. A prática socioeducativa do Serviço Social, um processo dialógico e transformador, mostrou-se fundamental para a conscientização crítica, o desenvolvimento de autonomia e o fortalecimento de indivíduos e coletivos na luta por seus direitos. Nesse contexto, o letramento racial insere-se como um princípio orientador, capacitando profissionais e usuários na compreensão e atuação contra o racismo, fortalecendo a intervenção e a agência dos sujeitos.

A instrumentalidade do Serviço Social revelou-se um componente vital para concretizar práticas antirracistas. Imbuída de perspectiva ética e política, ela permite a análise institucional aprofundada, a sistematização de evidências do racismo cotidiano e a qualificação de equipes, garantindo que as instituições se tornem ambientes antirracistas. Por fim, o empoderamento e a agência dos usuários, pautados pela pedagogia libertadora, consolidam a atuação socioeducativa e antirracista. Ao transformar a "cultura do silêncio" em voz ativa e fomentar a organização coletiva, o Serviço Social instrumentaliza os indivíduos para que se tornem protagonistas na luta contra o racismo.

Em síntese, o percurso analítico deste artigo reforça que o Serviço Social, ao integrar o letramento racial e potencializar sua prática socioeducativa, não apenas cumpre seu compromisso ético-político, mas aprimora sua capacidade de intervenção nas complexas manifestações da questão social. A práxis antirracista, ancorada na instrumentalidade e na conscientização crítica, é um caminho irreversível para a profissão, que se reafirma como essencial na construção de uma sociedade verdadeiramente justa, equitativa e que celebre a diversidade em sua plenitude, enfrentando o racismo em todas as suas facetas.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **ABEPSS assume o compromisso com ações de combate ao racismo.** [S. l.]: ABEPSS, 2018. Disponível em: <<http://abepss.org.br/abepss-assume-o-compromisso-com-acoes-de-combate-ao-racismo-469/#:~:text=Em%202010%2C%20a%20ABEPSS%20criou,gradua%C3%A7%C3%A3o%20quanto%20da%20p%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o.>>. Acesso em 21 jun.2025.

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do serviço social: bases históricos – conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 79, p. 43-71, 2004.

ALMEIDA, Magali da Silva. Serviço social e questão racial no Brasil: aportes para o debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 709-729, out./dez., 2014.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BENTO, Cida. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no mundo. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no

Realização:



Apoio:



currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana", e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 21 jun. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Pesquisa perfil da/o assistente social no Brasil**. Brasília, DF: CFESS, 2022. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Assistentes sociais no combate ao racismo**: subsídios para a atuação profissional. Brasília, DF: CFESS, 2020. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de ética do/a assistente social**: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 114, p. 290-310, abr./jun. 2013.

EURICO, Márcia Campos. **Racismo e serviço social**: o olhar da práxis. São Paulo: Cortez, 2011.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. (Trad. Enid Abreu). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Letramento racial crítico através de narrativas autobiográficas**: com atividades reflexivas. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GONÇALVES, Renata; LIRA, Priscila Lemos. Maria de Lourdes Vale Nascimento e o racismo na aurora do serviço social. **Argumentum**, Vitória, v. 16, n. 2, p. 128-141, maio/ago., 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/44420/31545>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. **A instrumentalidade do serviço social**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 21ª ed. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 2007.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Prática socioeducativa do serviço social**: fundamentos e particularidades. São Paulo: Cortez, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: uma perspectiva político cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: Processo de um racismo mascarado. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria "questão social" em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PINTO, Elisabete Aparecida. **O serviço social e a questão étnico-racial**: contribuições para o debate. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

Realização:



Apoio:



## **MERCADO DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL (2000–2020): precarização, resistência e desafios profissionais**

Letícia Fonseca Piedade<sup>272</sup>  
Valter Martins<sup>273</sup>

**Resumo:** O artigo analisa as transformações no mercado de trabalho dos assistentes sociais no Brasil entre 2000 e 2020, destacando a expansão precária da ocupação, a tensão entre a formação crítica e as exigências neoliberais, o impacto sobre a identidade profissional e os desafios à autonomia e à efetividade do exercício profissional.

**Palavras-chave:** Serviço Social, mercado de trabalho, precarização.

**Abstract:** This article analyses changes in the labour market for social workers in Brazil between 2000 and 2020, highlighting the precarious expansion of the occupation, the tension between critical training and neoliberal demands, the impact on professional identity, and the challenges to autonomy and effectiveness in professional practice.

**Keywords:** Social Work, labour market, precariousness.

### **Introdução**

O presente artigo propõe uma análise crítica das transformações ocorridas no mercado de trabalho dos assistentes sociais no Brasil entre os anos 2000 e 2020, período marcado por uma complexa articulação entre a reestruturação produtiva do capital, o avanço das políticas neoliberais e a consolidação de sistemas descentralizados de proteção social, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS). Essa conjuntura impacta diretamente as condições de trabalho, os vínculos contratuais e os espaços ocupacionais da categoria, repercutindo na sua identidade e cultura profissional.

Estudos regionais — como os realizados no Maranhão (Lopes; Abreu, 2010), em Alagoas (Trindade, 2010), no Rio Grande do Sul (Prates; Closs, 2015), no Amazonas (Gama; Andrade, 2018) e em municípios do Norte e Noroeste Fluminense (Martins; Moraes, 2020), evidenciam que a expansão do mercado de trabalho tem se dado em contextos marcados pela precarização, intensificação das demandas, ampliação da terceirização e desvalorização salarial. Essa expansão, frequentemente impulsionada por reformas institucionais e descentralização de políticas, não tem sido acompanhada por melhorias nas condições estruturais do exercício profissional.

Nesse sentido, Iamamoto (2008) alerta para o tensionamento entre os princípios do projeto ético-político do Serviço Social e as exigências do neoliberalismo, que privilegia a lógica da produtividade, da eficiência e da submissão aos parâmetros gerenciais das políticas públicas. Castel (1998), por sua vez, oferece uma chave analítica para compreender o processo de desfiliação social que afeta os trabalhadores em geral, e que no caso do Serviço Social se expressa em vínculos precários e baixa proteção social. Já Santos (1979) contextualiza essas dinâmicas na tradição brasileira

<sup>272</sup> Assistente Social, Mestranda em Política Social no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), [fonsecalticia@id.uff.br](mailto:fonsecalticia@id.uff.br)

<sup>273</sup> Assistente Social, Professor Doutor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: [valtermartins@id.uff.br](mailto:valtermartins@id.uff.br)

Realização:



Apoio:





de cidadania regulada e restrita, dessa forma, evidencia-se como o trabalho do assistente social está imerso em estruturas institucionais marcadas pela seletividade.

Ao considerar essa realidade multifacetada, este artigo se justifica pela urgência de compreender como tais transformações incidem sobre o trabalho cotidiana e os compromissos profissionais da categoria, em especial frente à intensificação da financeirização do capital e à retração do papel do Estado como garantidor de direitos sociais. Busca-se, assim, reunir evidências empíricas de diversas regiões brasileiras, identificando padrões recorrentes e especificidades locais nas condições de trabalho, nos processos de inserção profissional e nas estratégias de resistência e afirmação da categoria.

O objetivo central é sistematizar os principais achados de pesquisas acadêmicas sobre o mercado de trabalho de assistentes sociais no Brasil, problematizando as tendências contemporâneas e suas implicações políticas e teóricas. A análise proposta articula os dados empíricos aos fundamentos críticos do Serviço Social brasileiro, reafirmando a importância da defesa do projeto ético-político profissional e da ampliação de políticas públicas comprometidas com a valorização do trabalho e a universalização dos direitos sociais.

### **Redesenho do mercado de trabalho e hegemonia neoliberal**

As transformações no mercado de trabalho dos assistentes sociais no Brasil, conforme evidenciado nas diversas pesquisas sistematizadas, estão profundamente imbricadas com o avanço do neoliberalismo e com a reestruturação do Estado brasileiro a partir da década de 1990. Esse cenário se consolida nas décadas seguintes, reproduzindo, com intensidades regionais distintas, os efeitos da flexibilização, da terceirização e da privatização dos serviços sociais. Como destacam Lopes e Abreu (2010), no Maranhão, o processo de modernização conservadora e a instalação de grandes projetos industriais e agroexportadores reconfiguraram as bases do trabalho, mantendo, contudo, marcas profundas do capitalismo periférico e das desigualdades históricas regionais. Nesse contexto, a inserção dos assistentes sociais revela uma contradição central: por um lado, há uma ampliação dos postos de trabalho; por outro, há sua crescente precarização (Martins, 2024).

De forma semelhante, em Alagoas, os estudos coordenados por Trindade (2010) ao longo de dez anos apontam para a expansão do mercado de trabalho como efeito direto da descentralização das políticas sociais, especialmente com a implantação do SUAS. Contudo, essa ampliação ocorre em paralelo a uma intensificação do controle institucional, com demandas burocráticas crescentes, metas de produtividade e exigências técnico-operativas que fragilizam a autonomia profissional e descaracterizam os fundamentos do projeto ético-político da profissão.

As pesquisas indicam que o mercado de trabalho para assistentes sociais continua fortemente vinculado ao setor público, especialmente às esferas municipais, o que reforça a dependência do financiamento público e a exposição a oscilações político-administrativas locais. No entanto, observa-se também o crescimento da inserção em organizações da sociedade civil, muitas vezes contratadas pelo Estado para a execução de serviços, o que evidencia um modelo de privatização da gestão pública que acentua os vínculos precários de trabalho.

### **Precarização estrutural e intensificação da exploração**

A precarização das condições de trabalho emerge como uma constante nos diversos contextos investigados. As pesquisas em Porto Alegre (Prates; Closs, 2015), Rio de Janeiro e Minas Gerais (Delgado, 2009; Yacoub; Ribeiro, 2009), assim como em

Realização:



Apoio:



Santa Catarina e Espírito Santo (Rodrigues *et al.*, 2014), apontam para a persistência de baixos salários, descumprimento da jornada legal de 30 horas semanais, contratos temporários, ausência de planos de carreira e acúmulo de funções. Tais condições são ainda mais críticas nos municípios pequenos e médios, onde a estrutura administrativa é limitada e o processo de interiorização das políticas sociais não foi acompanhado de garantias orçamentárias adequadas.

Um dado recorrente é a tendência à naturalização da precarização, especialmente entre os recém-formados, que tendem a valorizar a mera formalização do vínculo empregatício, mesmo quando este se dá em condições desvantajosas. Como apontado por Prates e Closs (2015), há uma internalização de expectativas limitadas, moldadas pelas exigências do mercado e reforçadas por processos formativos que enfatizam o desempenho técnico em detrimento da crítica social.

A intensificação do trabalho também aparece como um fator de desgaste físico e mental. Em diversas regiões, como apontado na pesquisa de Lourenço *et al.* (2019), os assistentes sociais acumulam atribuições que extrapolam suas competências legais, sendo responsabilizados por resultados e metas definidos por parâmetros gerenciais distantes da realidade dos territórios. Esse cenário resulta em quadros recorrentes de adoecimento, estresse e desmotivação, comprometendo a qualidade dos serviços prestados à população.

### **Tensões entre formação e exercício profissional**

Outro eixo analítico relevante diz respeito à relação entre formação profissional e inserção no mercado de trabalho. As pesquisas realizadas no Amazonas (Gama; Andrade, 2018), em Alagoas (Trindade, 2010) e no estado de São Paulo (Martins, 2010) apontam que há uma desconexão crescente entre o perfil de formação desejado pelo projeto ético-político da profissão — comprometido com os direitos sociais e com a transformação da realidade — e as exigências pragmáticas e utilitaristas do mercado de trabalho.

A mercantilização do ensino superior, especialmente com o crescimento de cursos privados e a ampliação do ensino a distância, compromete a qualidade da formação e dificulta a apreensão crítica da realidade social. Conforme evidenciado por Gama e Andrade (2018), os egressos de cursos privados na região amazônica enfrentam obstáculos adicionais, como a carência de supervisão de estágio qualificada, a ausência de debates críticos e a formação centrada na operacionalização de instrumentos.

Além disso, a flexibilização curricular e a pouca aderência às Diretrizes Curriculares de 1996 da Abepss fragilizam a formação ética, teórica e política. Isso repercute diretamente na capacidade de resistência dos profissionais diante das imposições institucionais, contribuindo para o enfraquecimento da identidade profissional e para a adaptação passiva aos modelos gerenciais hegemônicos.

### **Redefinição dos espaços ocupacionais**

As pesquisas apontam também para uma reconfiguração dos espaços ocupacionais. A presença dos assistentes sociais nos serviços públicos de saúde, educação, previdência e assistência social é ampla, mas observa-se uma crescente inserção em áreas, como o setor empresarial e de organizações da sociedade civil, os sistemas socioeducativos, os Institutos Federais e as políticas de habitação e segurança alimentar.

Realização:



Apoio:



No entanto, essa diversificação não ocorre sem tensões. No caso dos Institutos Federais, por exemplo, a pesquisa de Prada e Garcia (2017) indica sobrecarga de trabalho, indefinição de funções e descumprimento da jornada legal. Em alguns contextos, como no setor sucroalcooleiro de Alagoas (Amaral, 2010), os profissionais atuam em ambientes marcados pela lógica do capital industrial, sendo desafiados a equilibrar interesses patronais com os direitos dos trabalhadores.

Tais situações revelam os limites e as possibilidades do trabalho profissional diante de contextos institucionalmente adversos. A atuação crítica, pautada pelo projeto ético-político, depende não apenas da disposição subjetiva dos profissionais, mas também de condições objetivas de trabalho e da articulação coletiva da categoria para garantir autonomia e efetividade.

### **Desafios para a identidade e resistência profissional**

A análise dos dados permite concluir que há uma tensão permanente entre a lógica mercantil do trabalho e o projeto profissional crítico, com implicações diretas sobre a identidade do assistente social. A fragmentação das políticas públicas, a pressão por resultados e a naturalização da precarização colocam em risco os fundamentos ético-políticos da profissão. Como apontam Lopes e Abreu (2010), essas mudanças incidem não apenas sobre os espaços ocupacionais, mas também sobre a consciência profissional, o que exige reflexões constantes sobre a formação, a organização coletiva e a ação política dos assistentes sociais.

A resistência profissional se expressa de forma desigual e fragmentada, mas está presente nas iniciativas de pesquisa, nas ações dos conselhos profissionais e no trabalho cotidianas que buscam afirmar o compromisso com os direitos sociais. A construção de estratégias coletivas de enfrentamento, como a defesa da jornada de 30 horas, a fiscalização ética e o fortalecimento dos fóruns regionais, é fundamental para reverter a tendência de adaptação passiva às exigências do mercado.

A análise dos dados evidencia a importância de promover pesquisas sistemáticas e comparativas, que deem visibilidade à realidade concreta dos trabalhadores do Serviço Social. Trata-se de reafirmar, em meio a adversidades, a potência crítica e transformadora do Serviço Social brasileiro.

### **Considerações finais**

As transformações no mercado de trabalho dos assistentes sociais no Brasil, entre 2000 e 2020, revelam um cenário profundamente contraditório: ao mesmo tempo em que se verifica a ampliação dos espaços ocupacionais e a incorporação de novos campos de atuação, consolida-se uma lógica de precarização estrutural das condições de trabalho e de intensificação da exploração do trabalho. A articulação entre os efeitos das reformas neoliberais, a reestruturação produtiva e a descentralização das políticas sociais produziram um novo desenho ocupacional que, longe de garantir valorização e estabilidade à categoria, reforça dinâmicas de flexibilização, sobrecarga e insegurança institucional.

Ao longo deste estudo, evidenciou-se que o avanço das políticas neoliberais impactou não apenas a forma de inserção profissional, mas também a natureza do trabalho dos assistentes sociais, tensionando cotidianamente os princípios do projeto ético-político da profissão. A presença cada vez mais significativa de práticas gerencialistas, metas institucionais rígidas, contratação via organizações da sociedade civil e vínculos temporários compromete a autonomia do exercício profissional e contribui para a fragmentação da identidade da categoria.

Adicionalmente, os dados das pesquisas analisadas indicam que a formação profissional se encontra em situação crítica, marcada por disparidades regionais,

Realização:



Apoio:



mercantilização do ensino superior e distanciamento dos fundamentos críticos da profissão. O alheamento das Diretrizes Curriculares da Abepss por parte de muitas instituições de ensino, sobretudo as privadas e com modalidade EaD, agrava os desafios para uma atuação pautada pelo compromisso com os direitos sociais, com a equidade e com a transformação das condições de vida da população usuária.

Neste contexto, é fundamental reafirmar que a precarização do trabalho não é uma realidade naturalizada, mas sim uma construção histórica que pode e deve ser enfrentada por meio da organização política da categoria, da atuação crítica nos espaços institucionais e da resistência cotidiana. A defesa das 30 horas semanais, a luta por condições éticas e técnicas adequadas, a exigência de concursos públicos e a fiscalização das atribuições profissionais são exemplos de enfrentamentos necessários para fortalecer o projeto profissional e romper com a lógica de adaptação passiva às exigências do mercado.

Por fim, este artigo reforça a importância da produção de conhecimento crítico sobre o trabalho dos assistentes sociais. As pesquisas regionais analisadas oferecem importantes subsídios. Ao sistematizar tendências e particularidades do mercado de trabalho, este estudo contribui para o debate nacional sobre os rumos do Serviço Social no Brasil contemporâneo, reafirmando sua função social de mediação qualificada entre Estado e sociedade, entre direitos e cidadania. Trata-se, sobretudo, de sustentar o Serviço Social como campo de luta, crítica e construção de alternativas frente às múltiplas expressões da questão social.

A análise das transformações no mercado de trabalho dos assistentes sociais no Brasil entre 2000 e 2020 revela um cenário de complexidade e contradição que desafia a consolidação de práticas profissionais alinhadas ao projeto ético-político da categoria. As dinâmicas de precarização, flexibilização e ampliação dos espaços ocupacionais não apenas reconfiguram as formas de inserção e atuação, mas também tensionam os fundamentos éticos, políticos e identitários que sustentam o Serviço Social enquanto campo de intervenção social comprometido com a justiça e a equidade.

Esse processo insere os profissionais em uma estrutura marcada pela influência crescente do neoliberalismo, que impõe modelos gerenciais e critérios de eficiência distanciados das necessidades sociais e do compromisso histórico da profissão com os direitos humanos. A formação acadêmica, fragmentada e heterogênea, emerge como um campo central de disputa, dado seu papel na capacitação crítica e na resistência às pressões do mercado e às limitações institucionais.

Diante desse contexto, torna-se imperativo que a categoria e seus órgãos representativos fortaleçam sua organização coletiva e a produção de conhecimento crítico para enfrentar as contradições do mercado de trabalho. A construção de estratégias que promovam a valorização profissional, a garantia de condições dignas de trabalho e a reafirmação do compromisso com o projeto ético-político são essenciais para resistir às formas contemporâneas de precarização e para assegurar a relevância social do Serviço Social no Brasil.

Ademais, a complexidade dos desafios colocados demanda um engajamento contínuo e articulado entre as diversas esferas da profissão, incluindo formação, prática, pesquisa e regulação profissional, de modo a ampliar as possibilidades de resistência e transformação. Este movimento coletivo pode fortalecer a capacidade crítica dos assistentes sociais e ampliar sua atuação como agentes de mediação social e defesa dos direitos, frente a um cenário marcado por crescentes desigualdades e restrições institucionais.

Por fim, a reflexão sistemática sobre as condições de trabalho e as implicações das transformações socioeconômicas aponta para a necessidade de fortalecer a interlocução entre pesquisa, formação e prática profissional, de modo a viabilizar a construção de alternativas capazes de articular o exercício do Serviço Social à efetivação dos direitos sociais e à ampliação da democracia no país. Reafirmar a

Realização:



Apoio:



centralidade do projeto ético-político do Serviço Social configura-se, assim, como condição imprescindível para enfrentar os desafios atuais e para a construção de um futuro profissional comprometido com a justiça social e a promoção da cidadania plena.

## Referências

AMARAL, Maria Virgínia Borges. Sobre o trabalho do assistente social no setor sucroalcooleiro de Alagoas. *In*: TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes (org.). **Colóquio: trabalho na sociedade contemporânea e o trabalho do assistente social**. Maceió: UFAL, 2010. Disponível em: <<http://coloquio-ssso.blogspot.com/2010/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

DELGADO, Leila Baumgratz. O mercado de trabalho do assistente social em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. *In*: COLÓQUIO: TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL, 1, 2009, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: UFAL, v. 1, p. 1-9, 2009.

GAMA, Rayanne Roque; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. Da formação à inserção profissional no interior do Amazonas: desafios para o serviço social. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16, 2018, Vitória, **Anais [...]**. Vitória: ABEPSS; UFES, v. 16, n. 1, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LOPES, Josefa Batista; ABREU, Marina Maciel. Transformações contemporâneas e perspectivas do Serviço Social no Maranhão: incidência sobre o mercado do assistente social e a questão da cultura profissional. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, p. 109-117, maio, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/390/798>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

LOURENCO, Edvânia *et al.* Condições de trabalho de assistentes sociais da área da saúde e repercussões psicossociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 154–168, jan. 2019.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O perfil dos assistentes sociais que atuam no âmbito da educação municipal do estado de São Paulo. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 19, n. 1, p. 295-320, 2010.

MARTINS, Valter. Expressões do mercado de trabalho de assistentes sociais no Brasil: política social e cidadania em questão. *In*: RAFAEL, Josiley Carrijo; ORTIZ, Fátima Grave; SANTOS, Paulo Roberto Félix dos. (org.). **Liberdade, democracia e cidadania**: concepções, tendências e disputas atuais. Embu das Artes: Alexa Cultural Editora, 2024, p. 323-351.

MARTINS, Valter; MORAES, Carlos Antonio de Souza. **Perfil do mercado de trabalho do Serviço Social nas regiões Norte e Noroeste Fluminense**. Campos dos Goytacazes: UFF, 2020.

Realização:



Apoio:





PRADA, Talita; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. Perfil das assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 304–325, maio 2017.

PRATES, Jane Cruz; CLOSS, Thaisa Teixeira. Relações de trabalho e competências profissionais dos assistentes sociais na região metropolitana de Porto Alegre. **Temporalis**, Brasília, v. 15, n. 30, p. 357-380, 2015.

RODRIGUES, Aline de Andrade *et al.* Inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho do Espírito Santo e de Santa Catarina: tendências da realidade. *In*: FAGUNDES, Helenara Silveira; SAMPAIO, Simone Sobral (org.). **Serviço social, questão social e direitos humanos**. v. 2. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 211-228.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Trindade, Rosa Lúcia Prêdes. Tendências do mercado de trabalho do serviço social: descobertas e inquietações a partir dos dez anos de pesquisa sobre a realidade de Alagoas. *In*: TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes (org.). **Colóquio: trabalho na sociedade contemporânea e o trabalho do assistente social**. Maceió: UFAL, 2010. Disponível em: <<http://coloquio-ssso.blogspot.com/2010/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

YACOUB, Leila Baumgratz Delgado, RIBEIRO, Luiz Claudio. Emprego, desemprego e precariedade do trabalho do assistente social. **Em Pauta**: Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, n. 20, p. 141-151, set., 2009.

Realização:



Apoio:



## **VIDAS ESCRAVIZADAS: uma reflexão da necropolítica do capitalismo**

Daniel Silveira Lopes<sup>274</sup>

Dara Fernandes<sup>275</sup>

Jéssica Braga de Oliveira<sup>276</sup>

Jurema Teodoro da Silva<sup>277</sup>

Sarita Lopes<sup>278</sup>

**Resumo:** Iluminados pela teoria dos autores: Fanon, *Condenados da Terra*, Mbembe, *Necropolítica* e Almeida, *Racismo Estrutural*, este presente artigo discute as interrelações entre desigualdade social, violência e racismo. A partir de uma abordagem teórica e reflexiva, analisar como as políticas públicas podem atuar na manutenção das estruturas que favorecem o capitalismo e os seus interesses econômicos, ao deixar de proteger certas populações, não permitindo o acesso a recursos básicos e perpetuam desigualdades, afetando a implementação de políticas públicas e o enfrentamento à violência.

**Palavras-chaves:** Racismo, Violência, Desigualdade Social, Políticas públicas.

**Abstract:** Informed by the theories of the authors: Fanon, *Condemned of the Earth*, Mbembe, *Necropolitics* and Almeida, *Structural Racism*, this article discusses the interrelations between social inequality, violence and racism. From a theoretical and reflective approach, it analyzes how public policies can act to maintain the structures that favor capitalism and its economic interests, by failing to protect certain populations, not allowing access to basic resources and perpetuating inequalities, affecting the implementation of public policies and the fight against violence.

**Keywords:** Racism, Violence, Social Inequality, Public Policies.

### **Introdução**

Este artigo analisa, à luz de uma abordagem teórica e reflexiva a necropolítica desenvolvida por Achille Mbembe, como o poder não só regula a vida, mas aborda quem deve morrer e quem deve viver, exercendo controle sobre as vidas e corpos dos seres humanos.

Em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (Mbembe, 2023, p. 05).

Portando, analisaremos como as políticas públicas podem atuar na manutenção das estruturas que favorecem o capitalismo e os seus interesses econômicos, ao deixar de proteger certas populações, não permitindo o acesso à recursos básicos e perpetuam desigualdades, afetando a implementação de políticas públicas e o

<sup>274</sup> Mestrando PPGSS/ESS-UFRJ. E-mail: danielmeriti93@gmail.com

<sup>275</sup> Mestranda PPGSC/UFRJ. E-mail: dara.enf@gmail.com

<sup>276</sup> Jessica Braga de Oliveira. E-mail: jessica-braga17@hotmail.com

<sup>277</sup> Jurema Teodoro da Silva. E-mail: juremasocial@ufrj.com

<sup>278</sup> Sara López Cristaldo. E-mail: saritalope@gmail.com

Realização:



Apoio:



enfrentamento à violência. Analisaremos sem perder o olhar para complexidade dos territórios deflagrados e os múltiplos problemas que entrecorta seus moradores. Tais complexidades como insuficiências na infraestrutura urbanas tão necessárias para as atividades econômicas desta população vulnerável, o pauperismo e a deterioração ambiental, são “questão social” contemporâneas, profundas que exige uma reflexão dos trabalhadores sociais para implementação das políticas públicas e promoção da justiça social, e, assim o enfrentamento das desigualdades e violências sofridas por esta população sobrança.

Hoje, no município do Rio de Janeiro, conforme dados do IBGE (2022), tem-se 6.729.894 habitantes e segundo o censo IBGE de 2010, existe uma estimativa de favelas 763 no Rio de Janeiro, sendo 1.393.314 pessoas que residem em favelas, contabilizando 22% da população carioca que mora em favelas. Esses dados demonstram que a efetividade aos direitos sociais garantem essencialmente dignidade para um quantitativo importante da parcela da população, e as políticas públicas é um instrumento do Estado que assegura esses direitos. Sendo assim, a partir do legado foucaultiano, o que se entende o biopoder como a lógica de regulação da vida pelos dispositivos estatais, ou seja, o poder de “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 1999), Mbembe argumenta que, em muitos contextos contemporâneos, especialmente nas sociedades marcadas pelo colonialismo e racismo estrutural, o poder estatal atua por meio da gestão da morte. Para ele, “a expressão máxima da soberania reside, em grande parte, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2018, p. 21). Exercendo controle, exploração e exclusão sobre a vida e corpos dos seres humanos vulneráveis ao acesso de recursos sociais básicos, privilegiando interesses e ideologias de classes dominantes. Interesses que dificulta e coloca obstáculos na implementação de políticas sociais, impedindo a desigualdade e inclusão social, interesses políticos do poder dominantes, tais interesses estão intrinsecamente relacionados as estruturas sociais de poder, violência seja estrutural, simbólica, afetando essencialmente as populações sobranças marginalizadas, perpetuando um círculo de desigualdade, exclusão e de acesso a direitos básicos, formando uma violência estrutural.

É importante a consideração de Silvio Almeida (2009) sobre o fato de que “as teorias que analisam o Estado do ponto de vista da ética se restringem a descrever aspectos institucionais ou jurídicos da organização política, ou não conseguem fornecer explicações suficientes sobre a relação entre raça e política” (p. 56). O autor levanta um debate apontando e questionando as seguintes observações e questões:

Como explicar os Estados abertamente racistas, como a Alemanha nazista, os Estados Unidos até 1963 e a África do Sul durante o regime do apartheid? Como explicar a persistência do racismo mesmo em Estados que juridicamente condenam o racismo? Como explicar a ação violenta de agentes do Estado e suas práticas sistematicamente orientadas contra grupos raciais? Como é possível considerar como um problema ético, jurídico ou de supremacia branca os milhares de jovens negros assassinados a cada ano no Brasil? (Almeida, 2009, p. 56).

Conforme assinalado por Silvio Almeida (2009, p. 2), “o racismo [...] fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”. Quando aborda a faceta do racismo institucional, o autor aponta que é necessário ao sistema racista a construção de uma hegemonia branca geral na sociedade, “uma vez que o grupo racial no poder enfrentará resistências” (Almeida, 2009, p. 28). Almeida explica que

Para lidar com os conflitos, o grupo dominante terá de assegurar o controle da instituição, e não somente com o uso da violência, mas pela produção de consensos sobre a sua dominação. Desse modo, concessões terão de ser feitas para os grupos subalternizados a fim de que questões essenciais como

Realização:



Apoio:



o controle da economia e das decisões fundamentais da política permaneçam no grupo hegemônico (Almeida, 2009, p. 28).

Entretanto, é importante sinalizar que “o Estado não é um mero instrumento dos capitalistas [...], o Estado é de classe, mas não de uma classe, salvo em condições excepcionais e de profunda anormalidade” (Almeida, 2009, p. 60). O que ocorre é que:

Em uma sociedade dividida em classes e grupos sociais, o Estado aparece como a unidade possível, em uma vinculação que se vale de mecanismos repressivos e material-ideológicos. E quando a ideologia não for suficiente, a violência física fornecerá o remendo para uma sociedade estruturalmente marcada por contradições, conflitos e antagonismos insuperáveis, mas que devem ser metabolizados pelas instituições – o poder judiciário é o maior exemplo dessa institucionalização dos conflitos. Esses fatores explicam a importância da construção de um discurso ideológico calcado na meritocracia, no sucesso individual e no racismo a fim de naturalizar a desigualdade (Almeida, 2009, p. 60).

Assim como outros tipos de opressões, no que concerne ao racismo, no dia a dia dentro das instituições da sociedade reproduzem, principalmente quando não existem medidas institucionais antirracistas, as relações sociais expressam formas de violência, sejam explícitas ou em forma de microagressões, como silenciamentos, piadas, isolamento etc. (Almeida, 2009). Portanto, “sem nada fazer, toda instituição irá se tornar uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas” (Almeida, 2009, p. 32).

Sendo assim, em os condenados da Terra de Fanon, discorre profundamente as consequências do colonialismo, opressão é como a luta pela libertação dos dominados é fundamental para a transformação social. A descolonização, “que visa mudar a ordem mundial, é, à primeira vista, um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de uma convulsão natural ou de um entendimento amigável”, conforme afirma Fanon:

A descolonização, que propõe mudar a ordem do mundo, é, está visto, um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um acordo amigável. (Fanon, 1961, p. 26).

Sendo assim, a descolonização é um processo histórico. Não pode ser compreendida exceto na exata medida em que se discerne o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo. É o encontro de duas forças inerentemente antagônicas que extraem sua originalidade justamente daquele tipo de fundamentação que segrega e alimenta a situação colonial. Constitui, desde o início, a demanda mínima do colonizado. A importância dessa mudança reside no fato de ela ser desejada, exigida e exercida. Sendo um processo histórico: não pode ser compreendida ou inteligível exceto na exata medida em que se discerne o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo.

A descolonização é o encontro de duas forças congênitamente antagônicas que extraem sua originalidade precisamente dessa espécie de substantificação que agrega e alimenta a situação colonial (Fanon, 1961, p. 26).

Portanto, ela se desenvolve sob o signo da violência; há uma demanda por uma reformulação abrangente da situação colonial. A frase “os últimos serão os primeiros” explica o processo, mas ele não pode ser alcançado exceto após um confronto decisivo e mortal entre os protagonistas. Fanon afirma que, O colonizador nunca deixa de ser o inimigo, o antagonista, o homem que deve ser eliminado.

Realização:



Apoio:



O colono e o colonizado são velhos conhecidos. É, de fato, o colono tem razão quando diz que “os” conhece. É o colono que fez e continua a fazer o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial (Fanon, 1961, p. 26).

O colonizador faz história e sabe que a está fazendo. A história que ele escreve não é a história do país que saqueia, mas a história de sua nação enquanto ela saqueia, estupra e mata de fome.

Este mundo dividido em compartimentos, este mundo cindido em dois, é habitado por espécies diferentes. A originalidade do contexto colonial reside em que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não logram nunca mascarar as realidades humanas. Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o retalho do mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça (Fanon, 1961, p. 29).

A violência é essencialmente estrutural, concordando-se com Barroso (2021), que parte da “análise de que não é possível isolar qualquer violência de seu contexto social” (Barroso, 2021, p. 400). Ainda de acordo,

a violência, seja ameaça ou fato, direta ou indireta, invisível ou visível, existe! [...]. Na justiça ou condenação feita pelas próprias mãos contra suspeitos e indesejáveis. Na morte de um alguém no metrô que defende a vida de uma travesti ou de uma criança que pede comida na porta de um restaurante para não sucumbir de fome. Na intolerância e discriminação diárias vivenciadas por negros/as, indígenas, gays, lésbicas, travestis, transexuais. Na ordem dada ao maquinista para que um trem passe sobre o corpo de alguém supostamente morto a fim de não gerar atraso no percurso. Na expulsão dos povos indígenas de suas terras. Na/o aposentada/o que não consegue seu auxílio-doença porque sua impossibilidade de trabalhar é questionada. No/a jovem que precisa “optar” entre trabalhar e estudar. Ela é real também no feminicídio e no estupro a que todas as mulheres estão expostas. São alguns exemplos que ilustram a inquestionável centralidade da violência como mediadora das relações sociais na contemporaneidade, ora como sintoma, ora como condição para elas (Barroso, 2021, p. 398).

## Conclusão

A relação entre direitos, poder, violência e políticas públicas revela a necessidade de uma abordagem crítica e participativa na elaboração e implementação de políticas sociais na redução da violência e no fortalecimento do poder das populações vulneráveis, promovendo o acesso aos direitos sociais e o extermínio das formas de escravidão do capitalismo. Argumenta-se que o capitalismo tardio, especialmente sob o neoliberalismo, transforma a morte em política de gestão, perpetuando dinâmicas coloniais e raciais por meio da produção de corpos descartáveis. O artigo propõe que a violência opera não apenas por meio do extermínio físico, mas por meio da exclusão simbólica e econômica, reproduzindo um modelo de exploração que atravessa o tempo histórico.

Com a crueldade do sistema capitalista, que move a economia mundial, podemos analisar este complexo articulado sistema de trocas econômicas, envolvendo sempre capital, trabalho e acumulação de capital, juntamente Mbembe, Fanon e Almeida, refletimos como as representações no uso da força estatal, a correlação entre o capitalismo e o racismo e como a violência e discriminações sustentam o sistema mundo capitalista.

O projeto necropolítico do capitalismo global é herdeiro direto das lógicas escravistas e coloniais. As vidas ainda escravizadas hoje não usam correntes, mas estão presas a uma estrutura que naturaliza sua subalternidade, invisibiliza seu

Realização:



Apoio:





sofrimento e lucra com sua dor. A crítica de Mbembe nos convoca não apenas a reconhecer essas formas de violência, mas a reivindicar novas formas de vida, de solidariedade e de resistência, capazes de romper com a gestão econômica da morte e afirmar o valor radical da existência humana. Análise crítica da necropolítica revela que o capitalismo atual é estruturado por uma lógica de morte que banaliza a vida e perpetua formas modernas de escravidão.

Corpos racializados, pobres, periféricos e migrantes continuam a ser alvos de um poder que escolhe quem pode viver plenamente e quem deve sobreviver à margem ou desaparecer. A superação dessa lógica exige não apenas denúncia, mas a invenção de novas formas de vida — políticas, éticas e afetivas — que recusem o valor mercantil da existência e afirmem o direito radical de todos à vida digna. Em os condenados da terra de forma profunda, aborda as consequências do colonialismo e da opressão do colonizador, afirma que, para efetivação da transformação social e necessária uma luta pela libertação.

O conceito central na compreensão das experiências dos colonizados para o Fanon é a ambivalência. Os colonizados vivem uma relação de emoções conflituosa e complexa com o colonizador, ora se sente subalternizado, oprimido, em alguns momentos, deseja autonomia e liberdade, ora os valores e cultura do colonizador estão internalizados no colonizado, causando admiração, dependência e servidão absoluta ao colonizador. Essa ambivalência demonstra a complexidade da relação de poder e identidade, transformando o colonizado além de oprimido, mas também alguém que internaliza valores do colonizador, levando o colonizado a viver em um conflito de resistência e aceitação. “... a produção de coisas ora comoventes, ora cativantes, sempre espetaculares, que os colonizados, por estarem estupefatos, têm dificuldade em esquecer”.

Os profundos conflitos emocionais internos vividos pelos colonizados, dificultavam a sua luta de liberdade, pois todo esse processo enfrentado distancia-os de sua identidade, autoconhecimento, transformação e liberdade. “... quando se falava deles, se era um túmulo ou um homem”. Assim, Fanon aponta a colonização e sua consequência para o povo colonizado, uma experiência profunda, impactante e contemporânea. Não é somente uma relação econômica ou política, vai muito além, ela é psicológica, desumana e aliena os indivíduos. Um sistema em que o colonizador impõe sua cultura, valores, destruindo, silenciando e muitas vezes apagando identidades e culturas dos colonizados. “A pedra angular do dispositivo de fantasia do potentado é a ideia de que não há limites para a riqueza e a propriedade e, portanto, para o desejo”. O colonizador impõe seu lugar de mundo, o colonizado é desumanizado, criando uma relação de negação da humanidade do outro. Uma violência estrutural que se manifesta no psicológico e físico do colonizado, moldando a subjetividade do colonizado em detrimento do colonizador. Fanon provoca uma reflexão para os pesquisadores do sistema pós-coloniais, o impacto do silenciamento, apagamento cultural, violência psicológica e suas consequências, nos colonizados na contemporaneidade. Uma construção de uma sociedade, imposta por uma estrutura que permeia a racialidade, meritocracia, com perversidade que molda a identidade, relações socioeconômicas de maneira complexa e impactantes. Fanon demonstra a relevância da resistência, o rompimento de um sistema opressor, a descolonização e seguir com um processo da construção de uma sociedade igualitária e justa.

Quando refletimos o Racismo Estrutural, Almeida mostra que o racismo estrutural é a base que estrutura outros tipos de racismos se manifestem e existam, como está ligado ao poder e formas de relações sociais ao privilégio da branquitude e com se mantém e reforçam a estrutura racista. Almeida demonstra como o desmonte das políticas públicas favorece e normaliza a violência racial. Almeida afirma que somente uma transformação estrutural da sociedade para combater as desigualdades raciais no

Realização:



Apoio:



Brasil. Principalmente nas favelas e periferias deflagradas, vivências de uma população sobrando e excluída.

Diante da complexidade da pobreza e vulnerabilidade socioeconômica e da persistência das desigualdades raciais, a identificação do papel do profissional de serviço social requer uma abordagem interseccional. Ainda em processo de identificação, percebe-se que a atuação do serviço social nesse contexto pode ter se desenvolvido em múltiplas frentes, denunciando, fiscalizando, dando assistência às vítimas, formando e sensibilizando a sociedade, promovendo políticas públicas ponderando os múltiplos fatores que influenciam a vida dos indivíduos que habitam esses territórios deflagrados, pois o racismo estrutural não apenas define quem ocupa as favelas e periferias, mas também determina quais oportunidades e recursos estão disponíveis para esses moradores.

A naturalização da violência armada através do Estado enfrentado cotidianamente pelo profissional do Serviço Social, manter-se atento e crítico diante da violência estatal e violações de direito da população excludente, tornou-se um desafio diário fundamental, para garantia de direito e transformação social desta população. Para garantia da democracia e a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do árbitro e do autoritarismo”.

## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo (SP): Jandaíra, 2019.

BARROSO, Milena Fernandes. Violência estrutural: mediações entre “o matar e o morrer por conta”. **Katálisis**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 397–406, maio/ago., 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, Karl - **O capital**. Crítica da economia política. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. 3ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Realização:



Apoio:



## QUAL FOGO QUE TE QUEIMA? A violência nossa de cada dia

Camille Vitória Soares dos Santos<sup>279</sup>

Giovanna Martins de Oliveira<sup>280</sup>

Ingra Moratori Sobreira<sup>281</sup>

Mirella dos Santos Kuczmenda<sup>282</sup>

Rafael Coe Barbosa<sup>283</sup>

**Resumo:** O presente estudo tem por objetivo analisar a atividade realizada durante o minicurso “Qual fogo que te queima? As violências impostas pelo machismo”. A partir da criação desse espaço foram coletados relatos anônimos dos participantes sobre suas experiências pessoais, intitulados como “foguinhos”, nos auxiliando a compreender as expressões concretas e cotidianas da opressão de gênero própria do capitalismo. Dessa forma, discutiremos a violência enfrentada cotidianamente pelas mulheres à luz do arcabouço teórico de Silvia Federici, na busca de contribuímos para o debate feminista no Serviço Social.

**Palavras-chave:** Calibã e a Bruxa; capitalismo; opressão; Serviço Social; violência de gênero.

**Abstract:** This study aims to analyze the activities conducted during the mini-course "What Fire Burns You? The Violences Imposed by Machismo." Through the creation of this space, anonymous accounts of participants' personal experiences, titled "little fires," were collected, helping us understand the concrete and daily expressions of gender oppression inherent in capitalism. Therefore, we will examine the violence women encounter daily, drawing upon Silvia Federici's theoretical framework, in an effort to contribute to the feminist discourse within Social Work.

**Keywords:** Caliban and the Witch; capitalism; oppression; Social Work; gender violence.

### Introdução

A aproximação do Serviço Social com o debate de gênero não é apenas uma demanda teórica, mas uma exigência ética, política e profissional. As relações de gênero estruturam profundamente as desigualdades sociais, sendo a dominação masculina, a divisão sexual do trabalho e a violência de gênero elementos fundamentais da exploração e opressão próprias do modo de produção capitalista.

A Biblioteca Feminista da Praia Vermelha (BFPV) desde sua constituição e no decorrer do desenvolvimento de suas atividades, envolve a efetividade de um grupo de estudos sobre feminismo, gênero, violência, dentre outras temáticas, tais como trabalho, divisão social/sexual/racial do trabalho, o debate sobre reprodução social e trabalho reprodutivo, entre outros estabelecidos e definidos coletivamente com as instituições, movimentos e coletivos parceiras/os do projeto. Nessa perspectiva as demandas também vão sendo atendidas, intercambiadas, conforme leitura da realidade, avaliações

<sup>279</sup> Graduada em Serviço Social pela UFRJ. E-mail: camille.santosufrj@gmail.com

<sup>280</sup> Graduada em Serviço Social pela UFRJ. E-mail: ggiomartins26@gmail.com

<sup>281</sup> Mestre em Serviço Social pela UFRJ. E-mail: ingramasobreira@gmail.com

<sup>282</sup> Graduada em Serviço Social pela UFRJ. E-mail: mirella.santos.kuczmenda@gmail.com

<sup>283</sup> Mestrando em Serviço Social pela UFRJ. E-mail: rafaelcoe@gmail.com

Realização:



Apoio:



continuadas com as parcerias, e é nesse processo que o projeto formatou a proposição de um minicurso “Qual fogo que te queima? A violência nossa de cada dia” essa ação foi desenvolvida juntamente com o Coletivo Proteção à infância: voz materna. Busca-se discutir e publicizar a violência de gênero, construir coletivamente medidas preventivas e a divulgação de redes de apoio.

Nessa direção, a BFPV realizou tal minicurso, sob supervisão das professoras doutoras Luana de Souza Siqueira e Gláucia Lelis Alves. A construção da atividade contou com a participação das/os extensionistas na organização das rodas de conversa, propondo dinâmicas participativas e o uso de expressões artísticas como poesia, música e teatro, para estimular o diálogo e as trocas de experiências entre as participantes.

Ao final, as participantes foram convidadas a escreverem em um pedaço de papel em formato de fogo e depositar em uma urna decorada como uma fogueira, o “fogo que as queima”, ou seja, uma vivência de violência que as colocou sob situação de vulnerabilidade. Dessa forma, a atividade buscou costurar o estudo teórico com as vivências pessoais.

Para a escrita desse trabalho, a escolha metodológica foi a análise bibliográfica do referencial teórico de autoras feministas marxistas, principalmente o *Calibã e a Bruxa* (2017) de Silvia Federici; além disso, foi feito o levantamento e a análise dos relatos obtidos pelos “foguinhos” depositados na urna durante a atividade. Esse minicurso já foi realizado em quatro oportunidades: em 2016, na instalação artística da Semana de Integração Acadêmica da UFRJ; em 2023, na Associação Gol de Letra; e nas edições de 2024 e 2025 da Semana Acadêmica do Serviço Social da UFRJ.

Para a elaboração da atividade, tanto na sua dimensão prática como teórica, nos apropriamos dos sentidos e elementos correlatos da alegoria “bruxa” já presentes no imaginário social: o caldeirão, a vassoura, o espelho, a maçã, a fogueira, o chapéu. Essa proposta visa fomentar o debate teórico a partir de uma linguagem mais lúdica, cujas experiências pessoais são um importante aporte para a reflexão crítica.

Federici (2017), no seu livro:

Calibã e a bruxa desmistifica a natureza democrática da sociedade capitalista e a possibilidade de qualquer “troca igualitária” dentro do capitalismo. Seu argumento é o de que o compromisso com o barateamento do custo da produção do trabalho, ao longo do desenvolvimento capitalista, exige o uso da máxima violência e da guerra contra as mulheres, que são o sujeito primário dessa produção. Logo, trata-se de um livro-chave para entender por quê, no começo do século XXI, depois de mais de quinhentos anos de exploração capitalista, a globalização ainda é movida pelo estado de guerra generalizado e pela destruição de nossos sistemas reprodutivos e de nossa riqueza comum, e por quê, novamente, são as mulheres que pagam o preço mais alto (Federici, 2017, p. 14).

A autora nos ajuda pensar a dominação masculina a partir da categoria acumulação primitiva, que caracteriza o complexo processo social e político que se desenvolvem as relações capitalistas e que representa um fio condutor que estrutura as bases da organização social. Federici (2017) inclui três fenômenos não vislumbrados por Marx ao descrever esse processo da acumulação primitiva:

i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores (Federici, 2017, p. 26).

Na introdução de *O Calibã e a Bruxa*, Federici (2017, p. 44-47) escancara que a gênese do modo de produção capitalista (MPC) não pode ser explicada apenas pela expropriação dos bens comuns ou pela violenta retirada dos meios de subsistência das

Realização:



Apoio:



populações camponesas. O cerne desse processo histórico foi, de forma igualmente brutal, a imposição de uma divisão sexual do trabalho que relegou às mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico e reprodutivo — agora desvalorizado, invisibilizado e não remunerado.

O capitalismo não nasce apenas da espoliação dos recursos, mas da destruição ativa da autonomia das mulheres sobre seus corpos, seus saberes e seu trabalho. Enquanto os homens foram inseridos no mercado de trabalho assalariado como vendedores da própria força de trabalho, as mulheres foram sistematicamente deslocadas para o espaço privado, encarregadas da reprodução da força de trabalho — condição essencial, embora oculta, para a acumulação capitalista. Este processo não foi um efeito colateral, mas um projeto central da arquitetura capitalista, que fez do trabalho doméstico um dos pilares estruturais da subordinação feminina.

Partimos, então, do pressuposto de que a opressão de gênero impinge violências físicas e simbólicas, sobre as formas de existências das mulheres, para manutenção da submissão feminina. Esse é o ponto de partida teórico e histórico que fundamenta as manifestações do par categorial da dominação masculina e submissão feminina que foram denunciados nos “foguinhos”. Através dos fragmentos das histórias de cada uma, revelaram-se as violências que limitam, esgotam, controlam e exterminam cotidianamente as mulheres.

## **Desenvolvimento**

De acordo com o Ipea (2023), estima-se que ocorram anualmente no Brasil cerca de 822 mil casos de estupro, o equivalente a dois por minuto, sendo essa uma estimativa conservadora devido à subnotificação. As relações entre vítimas e agressores se distribuem principalmente entre parceiros ou ex-parceiros, familiares, amigos/conhecidos e, em menor proporção, desconhecidos. O estudo evidencia uma elevada taxa de subnotificação: apenas 8,5% dos casos chegam ao conhecimento da polícia e 4,2% são registrados pelo sistema de saúde, o que agrava a impunidade e a falta de acesso das vítimas a cuidados médicos e psicológicos.

A atividade “Qual é o fogo que te queima?” materializa, por meio das experiências vividas, aquilo que as estatísticas do Ipea revelam de forma objetiva. Com um total de 53 participantes mulheres e, portanto, 53 relatos anônimos, revelam a recorrência das violências de gênero vivenciadas no cotidiano. Dentre os registros (vide tabela 1), o assédio sexual foi a violência mais mencionada, aparecendo em 26 relatos, seguido do medo e da insegurança ao sair sozinha, que esteve presente em 20 menções, evidenciando como a simples ocupação de espaços públicos se torna um fator de risco para as mulheres. A violência sexual, incluindo estupro e tentativas, também se destacou, com 18 registros, demonstrando a gravidade e a frequência desse tipo de agressão. Além disso, 16 relatos trouxeram experiências relacionadas à sexualização do corpo e das roupas, reforçando como o olhar social impõe padrões e hipersexualiza os corpos femininos desde muito cedo. Por fim, 14 participantes relataram situações de controle sobre seus corpos e julgamentos morais, que se manifestam na constante vigilância social sobre suas escolhas, comportamentos e aparências.

Realização:

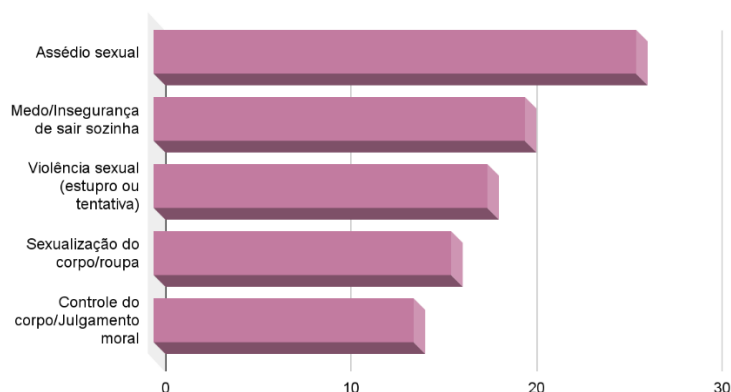


Apoio:





Tabela 1 - Menções (Total: 53 de "foguinhos")



Fonte: Sistematizado pelas autoras

Esses dados, quando analisados em conjunto, revelam um cenário estruturado de violência de gênero que perpassa a esfera pública e privada, reafirmando as imposições patriarcais naturalizadas na sociedade. O medo, a vergonha e o silenciamento impostos às mulheres são formas de disciplinamento social, que funcionam como ferramentas de controle, exatamente como descrito por Federici ao analisar os impactos da caça às bruxas.

Marx escreveu que o capital emerge sobre a face da terra “escorrendo sangue e sujeira dos pés à cabeça” (Marx, 2006, t. i, p. 950) [...] Na Europa Ocidental, ocorreram os cercamentos, a caça às bruxas, as marcações a fogo, os açoites e o encarceramento de vagabundos e mendigos em *workhouses* e em casas correcionais recém-construídas, modelos para o futuro sistema carcerário. O que se deduz desse panorama é que a violência foi a principal alavanca, o principal poder econômico no processo de acumulação primitiva, porque o desenvolvimento capitalista exigiu um imenso salto na riqueza apropriada pela classe dominante europeia e no número de trabalhadores colocado sob o seu comando. Em outras palavras, a acumulação primitiva consistiu uma imensa acumulação de força de trabalho — “trabalho morto”, na forma de bens roubados, e “trabalho vivo”, na forma de seres humanos postos à disposição para sua exploração — colocada em prática numa escala nunca antes igualada na história. (Federici, p. 120-121, 2017)

Em concordância, de acordo com Arruzza (2019):

Nas sociedades capitalistas, portanto, a violência de gênero não é autônoma. Ao contrário, ela tem raízes profundas em uma ordem social que entrelaça a subordinação das mulheres à organização do trabalho com base no gênero e à dinâmica de acumulação de capital (Arruzza, 2019, p. 46).

A violência sexual se manifesta e se reproduz a partir de construções sociais que legitimam a opressão e a violação dos corpos femininos. No interior da lógica capitalista, esse patriarcado se consolida como um instrumento que assegura a propriedade, a exploração e a dominação masculina, especialmente por meio do controle da sexualidade e dos direitos reprodutivos das mulheres. Esse controle é reforçado por normas que naturalizam a heterossexualidade compulsória e a monogamia, as quais, além de servirem à manutenção da ordem patriarcal, também operam como mecanismos de preservação e concentração de riqueza.

Nesse modelo relacional, a heterossexualidade se sustenta através de uma moralidade sexual assimétrica, que atribui aos homens o papel de sujeitos ativos e protagonistas, enquanto às mulheres é socialmente reservado um lugar de passividade.

Realização:



Apoio:



Tal configuração gera uma dinâmica onde o consentimento feminino é sistematicamente esvaziado, uma vez que a cultura incentiva os homens à insistência e à persistência, ao mesmo tempo em que impõe às mulheres a negação de seus próprios desejos. Dessa forma, o desejo feminino é frequentemente deslegitimado, e a autonomia sobre seus corpos é apagada, contribuindo diretamente para a banalização do consentimento e para a perpetuação da violência sexual (Campos *et al*, 2017).

A construção da sexualidade normativa, baseada na lógica da predatorialidade masculina, naturaliza a violência sexual e dificulta sua distinção de práticas sexuais legitimadas socialmente, exigindo a desconstrução dos modelos hegemônicos de heterossexualidade. Nesse contexto, o silenciamento das vítimas é reforçado pela culpabilização, que desconsidera os efeitos psíquicos da violência e responsabiliza as mulheres por suas reações durante o estupro. Soma-se a isso a baixa taxa de denúncias e condenações, especialmente nos casos em que a violência ocorre no âmbito doméstico ou é praticada por conhecidos. Como alerta Machado (1998), persiste uma seletividade nos processos judiciais, que privilegiam estereótipos de violência sexual cometida por desconhecidos em espaços públicos, ao mesmo tempo em que invisibilizam e deslegitimam os casos mais recorrentes, que acontecem no interior das relações familiares e de convivência.

A continuidade da inversão da incidência entre ocorrências de denúncias e da incidência de penalização, quando se contrasta “os estupros contra conhecidas” aos “estupros contra desconhecidas, e “os estupros ocorridos no âmbito doméstico” aos “estupros ocorridos em lugares públicos”, indica que as denúncias por estupro nas relações parentais ou entre conhecidos são mais difíceis de serem consideradas como crimes no decorrer dos processos investigativos e judiciários (Machado, 1988, p. 234).

O trabalho doméstico e reprodutivo — cuidar, alimentar, gerar, educar, sustentar emocionalmente — passou a ser naturalizado como parte do “instinto feminino” e, por isso, não reconhecido como trabalho e tampouco remunerado. Essa separação entre produção e reprodução, entre esfera pública e privada, aprofundou as desigualdades de gênero e sustentou a invisibilidade daquilo que, sem reconhecimento, continua sendo essencial.

O capitalismo reconhece, no entanto, o trabalho produtivo para o mercado como a única forma legítima de trabalho, ao passo que a enorme quantidade de trabalho familiar e comunitário que continua a sustentar e reproduzir o trabalhador ou, mais especificamente, sua força de trabalho, é naturalizada como inexistente. Contrários a essa interpretação, os teóricos da teoria da reprodução social compreendem a relação entre o trabalho que produz mercadorias e o que produz pessoas como parte da totalidade sistêmica do capitalismo. [...] Se a economia formal é o local de produção de bens e serviços, as pessoas que produzem essas coisas são elas próprias produzidas fora do âmbito da economia formal, em uma entidade baseada em relações de parentesco chamada família (Bhattacharya, 2023, p. 18-19).

Portanto, os “foguinhos” trazem marcas de violências que se repetem e se perpetuam: a violação sexual, o medo de sair à noite, a sobrecarga emocional e doméstica, e o controle sobre a liberdade reprodutiva e sexual. Federici nos ajuda a compreender que essas experiências individuais não são isoladas ou circunstanciais. Elas são expressão concreta de uma lógica de poder construída historicamente para subjugar as mulheres, especialmente aquelas que ousam romper com os papéis esperados de submissão, docilidade e silêncio.

A reprodução biológica, como gravidez, parto e amamentação, o trabalho doméstico e cuidados não remunerados, tornam as mulheres alvo de formas específicas de opressão no contexto das sociedades capitalistas. Essas opressões são intensificadas por mecanismos de controle estatal sobre seus corpos, evidenciando a dependência do capital em relação às funções reprodutivas femininas. Como afirmam

Realização:



Apoio:



Ferguson e McNelly (2017, p. 40), “é isso que induz o capital e seu Estado a controlar e regular a reprodução feminina e o que os impele a reforçar uma ordem de gênero de dominância masculina”. Historicamente, as chamadas leis sociais foram instrumentos desse controle, promovendo reformas que, embora aparentassem proteção, também regulavam os corpos das mulheres, como nas restrições ao trabalho feminino e infantil, na responsabilização do Estado pela educação das crianças e, sobretudo, na constante disputa em torno dos direitos sexuais e reprodutivos, incluindo o acesso ao aborto. Essas medidas operam diretamente na regulação da reprodução das atuais e futuras gerações de trabalhadores assalariados.

Assim como as bruxas foram punidas por sua autonomia, saberes e resistência, as mulheres de hoje ainda são punidas com violência, vergonha, silenciamento, por existirem fora da norma. Esses “fogos” se traduzem em medo, dor, perda, invisibilidade e trauma. Mas também, como nos lembra Federici, a figura da bruxa é símbolo de luta e insubordinação. Ao compartilharem seus relatos, essas mulheres não apenas denunciam o sistema que as oprime, mas reafirmam a potência coletiva de transformar dor em discurso, vergonha em resistência e silêncio em memória política.

A articulação entre os relatos e o debate construído coletivamente no minicurso trazem à tona a dor que perpassa não apenas aqueles corpos ali presentes, mas todos aqueles lidos socialmente como femininos. O machismo não atinge apenas mulheres em determinado tempo e espaço, ele corrói quem somos à todo instante, desde o nascimento até o pós-morte. Não permitindo segurança e descanso em qualquer ocasião, seja dentro de casa, no trabalho, na escola, no hospital, ou até mesmo no necrotério.

Os eixos de análise discutidos destacam a necessidade de adotar uma abordagem que considere a totalidade na compreensão do trabalho reprodutivo e sua centralidade para a dinâmica de acumulação do capital. Diante disso, torna-se fundamental articular de forma orgânica as lutas que ocorrem tanto no âmbito da economia formal quanto nas atividades historicamente desvalorizadas e invisibilizadas fora desse espaço. Nesse contexto, a atuação do Estado se materializa por meio de estratégias socioculturais, legislativas, educativas e ético-morais que reforçam e legitimam as opressões impostas às mulheres. Como observa Vogel (2022, p. 367), “as questões políticas e ideológicas entraram na discussão principalmente no processo de descrever o modo pelo qual as tendências estruturais localizadas no nível econômico tomam forma específica nas sociedades concretamente existentes”.

A sociedade patriarcal cria formas cruéis de proteção aos agressores e de culpabilização da vítima, nos “foginhos” esse cenário se apresenta diversas vezes, sendo demonstrado os sentimentos de tristeza e raiva que tais situações propiciaram às vítimas, ou fazendo emergir o medo da imposição desse contexto. A culpabilização das mulheres gera medos e receios, supracitados, os quais provocam um apagamento da singularidade das mesmas devido à tamanha violência, fazendo-as construir barreiras consigo mesmas e com os demais, pois passam a questionar a maneira que se vestem, falam, andam e são, não se permitindo mais o contato ou o vínculo com determinados sujeitos.

Como abordado, a expropriação dos corpos das mulheres é primordial para a vigência do sistema capitalista. A partir dessa análise pudemos compreender de maneira mais objetiva alguns dos relatos presentes nos “foginhos”, como a pressão de ser mãe, a responsabilidade do cuidado do lar voltada apenas às mulheres da família, ou a busca por atingir o status de “prendada” nos afazeres domésticos -visto pelo senso comum como o necessário para a entrada da mulher numa relação matrimonial-. Tais exposições escancaram as imposições sociais sofridas cotidianamente, as quais iniciam-se na infância, demonstrado nas vivências relatadas no espaço dos minicursos, citados na introdução.

Realização:



Apoio:



Nos diálogos desenvolvidos no minicurso, a maioria das participantes, que identificaram-se como mulheres, apresentaram com semelhanças as infâncias vividas. Onde repetem-se a imposição de uma feminilidade e o discurso de cuidado do lar, sendo refletidos em brincadeiras — cozinhar, cuidar das bonecas, entre outros —, ou nas tarefas atribuídas as mesmas, as quais passam à substituir, de maneira forçada, a brincadeira e infância, pelo trabalho doméstico e cuidado dos outros. Sendo obrigadas, em determinados contextos, à assumirem a imagem materna para seus irmãos, trazendo uma sobrecarga maior para as mesmas, mas que para os demais seria um aguçamento do “instinto feminino”.

Outro ponto abordado é a violência física e psicológica que as atravessa durante esse período da vida, o que as levou a revelarem traumas e sofrimentos, causados muitas das vezes por aqueles que deveriam compor a rede de apoio/familiar das mesmas. Uma demonstração da posição de “impunidade” e “poder” que ainda são dadas aos homens na sociedade atual.

## Conclusão

Os relatos anônimos presentes na atividade do minicurso “Qual é o fogo que te queima?” revelaram a dimensão coletiva das violências enfrentadas pelas mulheres. Mesmo que cada história tenha sua singularidade, há uma base fundamental que as conectam: a dominação masculina fundamental do modo de produção capitalista. Os “foguinhos” sistematizaram algumas das formas aparentes da opressão das mulheres, muitas vezes invisibilizadas e mistificadas para continuar reproduzindo a condição de submissão — a realidade é complexa, multideterminada e mistificadora das opressões postas.

Nesse sentido, como afirma Federici, a função do livro *Calibã e a Bruxa* (2017, p. 19) foi de resgatar a história esquecida das “mulheres” e da reprodução na “transição” para o modo de produção capitalista. Guardadas às devidas proporções, nos juntamos na empreitada da autora de resgatar as histórias, reconhecer as vivências, para compreendermos a condição das mulheres nesse modo de produção e reprodução da vida social.

Ao propiciar um espaço para que as mulheres relatem suas experiências de dor, estabelece-se uma aproximação crucial entre o conhecimento acadêmico-teórico e a vivência cotidiana. Tal iniciativa contribui significativamente para a formação de futuros assistentes sociais e para o aprimoramento contínuo dos profissionais já atuantes na área, ao possibilitar uma análise crítica das expressões da questão social, fundamentada em uma perspectiva documental e bibliográfica. Dessa forma, este estudo não apenas evidencia as manifestações da questão social imbricadas na violência de gênero, mas também reafirma o compromisso intrínseco da profissão de Serviço Social com a compreensão e o enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais inerentes ao sistema capitalista.

Esta abordagem simultaneamente aprofunda a percepção das relações de violência e machismo que estruturam a vida das mulheres, elementos que se manifestam recorrentemente no cotidiano profissional. Consequentemente, viabiliza-se o fortalecimento do vínculo profissional entre o assistente social e o usuário, onde o profissional, ao apreender a maneira pela qual a estrutura capitalista percebe e reproduz a subordinação feminina, estará mais apto a oferecer acolhimento compreensivo em casos específicos. Isso expande a capacidade do profissional de desenvolver intervenções mais direcionadas e éticas, visando não apenas mitigar o sofrimento, mas também contestar as raízes estruturais da opressão.

## Referências

Realização:



Apoio:



ARRUZZA, Cinzia. **Ligações perigosas**: Casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo. São Paulo: Usina, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social**: Remapear a classe, recentralizar opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

CAMPOS, Carmen Hein de *et al.* Cultura do estupro ou cultura antiestupro? **Revista Direito GV**, São Paulo, v.13, n. 3, p. 981-1006, set., 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERGUSON, Susan. MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 29, p. 23-59, nov., 2017.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 231–273, jan. 2013.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres**: rumo a uma teoria unitária. (Trad. equipe de tradução do grupo de estudos sobre teoria da reprodução social). São Paulo: Expressão Popular, 2022

Realização:



Apoio:





## A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA AMAZÔNIA E O SERVIÇO SOCIAL

Sarah Thays Nascimento Andrade<sup>284</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a violência de gênero na Amazônia sob a Teoria da Reprodução Social, evidenciando sua ligação estrutural com as desigualdades de classe, raça e gênero. Enfatiza que essa violência não é isolada, mas sustentada pelo neoliberalismo e exploração econômica. Destaca o aumento dos feminicídios e a marginalização de mulheres indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Aponta o papel crítico do Serviço Social, mesmo diante da precarização das políticas públicas e discursos conservadores. Defende uma atuação ética e política, com base no materialismo histórico-dialético, articulando teoria e prática por meio de ações com os movimentos sociais e coletivos feministas.

**Palavras-Chave:** Violência de Gênero; Serviço Social; Teoria da Reprodução Social; Capitalismo; Amazônia;

**Abstract:** The article examines gender-based violence in the Amazon through the lens of Social Reproduction Theory, highlighting its structural connection to class, race, and gender inequalities. It emphasizes that this violence is not an isolated phenomenon but is sustained by neoliberalism and economic exploitation. The study underscores the rise in femicides and the marginalization of Indigenous, Quilombola, and riverside women. It highlights the critical role of Social Work, even in the face of the dismantling of public policies and conservative discourses. The article advocates for an ethical and political praxis grounded in historical-dialectical materialism, bridging theory and practice through collaboration with social movements and feminist collectives.

**Keywords:** Gender-Based Violence; Social Work; Social Reproduction Theory; Capitalism; Amazon.

### Introdução

Convém iniciar com a conceituação da violência de gênero sem adentrar no debate semântico e a justificativa de adoção desta noção no decorrer deste trabalho. O intuito desta explicação é justamente apontar que há distinção conceitual entre violência de gênero, violência contra a mulher, violência doméstica, violência intrafamiliar e violência conjugal.

Dito isto, evita-se cair no erro semântico de tratá-los como sinônimos. A violência de gênero é uma categoria ampla, pois envolve a relação de dominação-exploração, além das manifestações de poder historicamente enraizadas e estruturadas socialmente, que têm como objetivo a subordinação, a opressão e a imposição de normas heteronormativas, naturalizando a marginalização por meio da criação de mecanismos de violência contra aqueles que rompem com esse padrão (Saffioti, 2004).

Isso posto, por meio da Teoria da Reprodução Social (TRS), compreendemos a relação entre produção e reprodução social na sociabilidade capitalista, refletida nas desigualdades de classe, gênero e raça, e como essas desigualdades se perpetuam ao longo do tempo. A Teoria da Reprodução Social explicita que essas desigualdades compõem a essência do capitalismo, evidenciando seu objetivo de manutenção da sua principal mercadoria: o ser humano, para através da exploração do trabalho obter seu lucro e assim a sua acumulação, e que não se limita apenas na reprodução da força de

---

<sup>284</sup> Assistente social, doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM). E-mail: sarahtnandrade@gmail.com

Realização:



Apoio:



trabalho, mas corresponde também a um processo político e social (Bhattacharya, 2023).

Ademais, a TRS permite ao serviço social compreender como as desigualdades são reproduzidas no cotidiano, na relação familiar, institucional e no trabalho reprodutivo. Possibilitando uma análise crítica da exploração-opressão presente nas estruturas do capitalismo e em como desenvolver uma intervenção que promova a emancipação humana.

Nesse sentido, a violência de gênero no Brasil apresenta índices alarmantes. No ano de 2023, 1.467 mulheres foram mortas apenas por serem mulheres (um crescimento de 1,6% em relação ao ano anterior), 2.797 tentativas de feminicídio, houve 258.941 casos registrados de violência doméstica (um aumento de 10% em comparação ao ano anterior), foram concedidas 540.255 medidas protetivas de urgência (um crescimento de 27% em relação ao ano anterior), além de 8.135 registros de importunação sexual (FBSP, 2024).

Os dados apontam que apesar da existência de legislações de criminalização e coibição dessas violências, há um crescimento expressivo dessas práticas. Em que clarifica ainda mais que a violência na sociedade está firmada desde o princípio da formação social brasileira, sendo reproduzida e reforçada pelos ideários do capital de maneira intencional.

Em relação à região amazônica, destacam-se os altos índices de violência contra as mulheres e os povos tradicionais. Na Amazônia Legal, a taxa de mortes violentas intencionais foi de 33,8 por 100 mil habitantes (sendo 45% superior à média nacional), referente à violência de gênero, os dados descrevem uma taxa superior de 33,8% em comparação à média nacional (correspondendo a 1,8 por 100 mil mulheres) (FBSP, 2024). Além disso, segundo o relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de 2023, houve registro de 208 assassinatos de indígenas resultantes de conflitos fundiários, bem como do aumento de invasões em terras indígenas.

Ao abordar a violência de gênero, esta produção se baseia na TRS, que compreende gênero, raça/etnia e classe como categorias co-dependentes e consubstanciais, decorrentes de uma exploração-dominação-opressão, característica essencial do modo de produção capitalista. Este artigo tem como objetivo discutir os fatores sociopolíticos que influenciam a violência de gênero na Amazônia e o papel do Serviço Social no enfrentamento dessa questão, resultado do acúmulo teórico da disciplina 'Trabalho e Serviço Social na América Latina'.

A saber, este trabalho é uma pesquisa exploratória, que proporciona um aprofundamento dos debates teóricos com o objeto de pesquisa da tese, propiciando formulações de hipóteses e análise de variáveis que podem direcionar futuros estudos. Por conseguinte, visando um direcionamento teórico, este trabalho alicerçou-se no materialismo histórico-dialético, a partir da análise da totalidade através das relações de produção e reprodução na sociabilidade capitalista.

Este artigo está estruturado em dois tópicos, o primeiro tópico aborda a relação entre capitalismo e violência de gênero na Amazônia, mostrando como a exploração dos recursos naturais e a marginalização das populações tradicionais intensificam a subordinação feminina, e como o neoliberalismo agrava essas desigualdades ao precarizar o trabalho e enfraquecer políticas de proteção social. O segundo tópico discorre sobre como o Serviço Social desempenha um papel central no enfrentamento da violência de gênero, pois sua prática não se limita à assistência direta, mas envolve uma abordagem crítica das desigualdades estruturais que perpetuam essa violência.

## **A relação simbiótica entre capitalismo e violência de gênero na Amazônia**

Para descrever o capitalismo na Amazônia, é essencial compreender sua história de lutas, conflitos e resistência. A disputa pela posse dos recursos naturais

Realização:



Apoio:



sempre esteve no centro da dinâmica da região, assim como as características únicas de sua formação social e ambiental.

Apesar das diferenças entre os estados amazônicos, todos compartilham a inserção no modo de produção capitalista, marcada por desigualdades extremas no acesso à terra, renda, serviços, além de conflitos fundiários e disputas pelo controle dos recursos naturais.

Os contextos sociopolíticos dos estados amazônicos variam conforme suas trajetórias históricas. A ocupação do Mato Grosso intensificou-se após a descoberta do ouro em 1719, enquanto o Amazonas tornou-se província portuguesa em 1852 e teve sua economia transformada com a criação da Zona Franca de Manaus em 1960. Já estados como Amapá e Tocantins surgiram apenas após a Constituição de 1988, Acre e Rondônia, inicialmente sob domínio boliviano, tornaram-se territórios brasileiros após conflitos e negociações diplomáticas (Castro, 2015).

Dito isto, desde a chegada dos europeus, a Amazônia tem sido palco de processos violentos de extermínio e desterritorialização dos povos indígenas. Esse histórico estabeleceu relações estruturais de dominação, exploração e conflitos que persistem até hoje. A riqueza natural sempre atraiu o interesse do capitalismo, que, ao longo dos séculos, se apropriou desses recursos para expandir sua influência, do ciclo do ouro e da borracha até a exploração de madeira, petróleo, minérios e a expansão do agronegócio (Santos, 2017).

O capital tem sido o principal fator determinante do uso do território amazônico, pois prioriza a extração de recursos sem considerar os impactos sociais e ambientais. Harvey (2014) define esse processo como "capitalismo extrativista", em que a região é explorada para abastecer o mercado global, gerando lucros para uma elite enquanto a população local sofre as consequências da degradação ambiental e da precarização do trabalho. Pequenos grupos econômicos concentram riquezas e terras, enquanto indígenas, ribeirinhos e quilombolas continuam marginalizados.

Mandel (1982) argumenta que o capitalismo se adapta e se transforma ao longo do tempo, incorporando novas formas de exploração e controle dos territórios e da força de trabalho. Na Amazônia, essa dinâmica se manifesta na forma de ciclos econômicos que alternam períodos de crescimento e crise, sempre baseados na exploração intensiva dos recursos naturais. Esse processo não apenas reproduz desigualdades históricas, mas também amplia a dependência econômica da região em relação ao mercado global, mantendo a subordinação das populações locais às lógicas do capital.

Historicamente, a expansão capitalista marginalizou povos indígenas, negros e ribeirinhos. Muitos foram forçados a trabalhar em condições precárias, como no ciclo da borracha (Mattos, 2009). Os sistemas de trabalho na região sempre foram baseados na exploração, com as elites locais controlando terras e recursos, enquanto os trabalhadores permaneciam em situação de subordinação e precarização.

Os impactos ambientais dessa exploração são severos (Silva, 2016). A extração predatória de recursos e a construção de grandes projetos, como hidrelétricas e barragens, afetam diretamente as populações que dependem desses territórios para sua subsistência. O avanço do capitalismo na região tem intensificado as desigualdades sociais, econômicas e ecológicas, obrigando as comunidades locais a lutarem constantemente por seus direitos e modos de vida.

Nesse cenário, a violência de gênero não é apenas um reflexo das desigualdades estruturais, mas um mecanismo funcional ao sistema capitalista e conservador, que se sustenta na subordinação feminina para reduzir os custos da reprodução social e da força de trabalho. O neoliberalismo, ao reduzir a presença do Estado e fortalecer a lógica de mercado, aprofunda desigualdades e precariza a vida das populações vulneráveis. Na Amazônia, esse modelo impacta especialmente as mulheres indígenas, ribeirinhas e quilombolas, ao dismantelar redes de proteção social e enfraquecer políticas públicas.

Realização:



Apoio:



Para Antunes (2001), o mundo do trabalho, caracterizado pela precarização e flexibilização, acentua essas desigualdades ao submeter as mulheres a condições de trabalhos vulneráveis, que não apenas afetam suas condições econômicas, mas também sua segurança física e emocional. A exploração da força de trabalho feminina é parte de uma lógica que busca maximizar os lucros, mas ao mesmo tempo assegura o controle das mulheres, em um processo de duplo fardo, tanto no trabalho remunerado quanto nas tarefas domésticas.

Essa dinâmica reforça a subordinação e a marginalização das mulheres na sociedade, intensificando a violência de gênero como parte da reprodução das desigualdades de classe, gênero e raça. Além do fator econômico, o conservadorismo desempenha um papel central na perpetuação das desigualdades e da violência de gênero na Amazônia.

Como destaca Marilda Iamamoto (1991), discursos moralistas e tradicionais reforçam a subordinação das mulheres ao naturalizar a desigualdade estrutural e dificultar a mobilização por mudanças sociais. Essa ideologia conservadora, presente tanto no âmbito familiar quanto nas instituições políticas e religiosas, fortalece hierarquias de gênero e minimiza a violência contra mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social.

Souza (2015) analisa como o conservadorismo moderno busca preservar as hierarquias sociais, resistindo às mudanças nos papéis de gênero. Essa resistência se traduz na oposição a políticas públicas voltadas à equidade, dificultando avanços sociais significativos. Nesse sentido, Oliveira (2021) ressalta como discursos tradicionalistas reatualizam papéis de gênero rígidos, limitando as mulheres a funções subalternas e controlando seus corpos e escolhas.

A violência de gênero não é um fenômeno isolado, mas uma expressão das relações capitalistas que disciplinam os corpos femininos e garantem a perpetuação da divisão sexual do trabalho. Federici (2004) demonstra que, na transição para o capitalismo, a caça às bruxas foi um instrumento de controle social para subordinar as mulheres, consolidando o trabalho doméstico compulsório.

Essa lógica persiste no neoliberalismo, onde a precarização do trabalho feminino e a violência contra mulheres servem como formas de controle social. A exploração da força de trabalho feminino é essencial para a acumulação de capital, garantindo que a reprodução social ocorra de maneira barata e subordinada (Bhattacharya, 2023).

Nesse contexto, muitas mulheres têm se organizado em movimentos de resistência. Organizações feministas, indígenas e ambientalistas desempenham um papel fundamental na luta contra a violência e na reivindicação de direitos, mas enfrentam barreiras impostas pelas elites econômicas, que priorizam a exploração dos recursos naturais sem compromisso com justiça social ou equidade de gênero.

Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) argumentam que o neoliberalismo não apenas intensifica a exploração do trabalho feminino, mas também agrava a violência de gênero ao dismantelar redes de proteção social e precarizar as condições de vida das mulheres. Políticas neoliberais de austeridade, privatizações e cortes em serviços sociais aprofundam desigualdades de gênero, tornando as mulheres mais suscetíveis às diversas formas de violência.

Nesse sentido, a análise da dinâmica capitalista na Amazônia, especialmente sob a ótica do neoliberalismo, reflete a complexidade das relações sociais, econômicas e ambientais da região, destacando como a exploração dos recursos naturais e a marginalização de povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e mulheres são intensificadas por essa lógica. O neoliberalismo, ao reduzir o papel do Estado e fortalecer a lógica de mercado, aprofunda as desigualdades estruturais e precariza as condições de vida das populações mais vulneráveis (Brown, 2019).

No contexto amazônico, isso se traduz na intensificação das desigualdades sociais e na precarização do trabalho, especialmente no que se refere às mulheres,

Realização:



Apoio:



cujas condições de vida e de trabalho se deterioraram com a privatização de serviços essenciais e a destruição das redes de proteção social. Além disso, a exploração predatória do território amazônico, aliada à expansão do agronegócio e da mineração, despoja as comunidades tradicionais de seus territórios, aprofundando as injustiças sociais e ambientais e tornando ainda mais evidente a interdependência entre a opressão de classe, raça e gênero no cenário neoliberal.

A democracia blindada de Demier (2017), com seu aparente funcionamento democrático e suas profundas contradições, reflete-se nas reformas neoliberais que, ao mesmo tempo em que fragilizam direitos trabalhistas e a seguridade social, fortalecem as corporações e as elites políticas. Assim, as políticas neoliberais, que aumentam as desigualdades sociais e econômicas, são mais um elemento de uma democracia que, na verdade, serve para proteger os interesses dos poucos e manter as estruturas de poder intactas.

A relação simbiótica entre o capitalismo e a violência de gênero na Amazônia reflete uma dinâmica complexa, em que a exploração dos recursos naturais e a marginalização das populações tradicionais se entrelaçam com a subordinação das mulheres, intensificando as desigualdades sociais, econômicas e de gênero. Nesse contexto, a violência de gênero não é apenas uma expressão das desigualdades estruturais, mas um mecanismo de controle social que visa assegurar a subordinação feminina e a perpetuação de um modelo econômico que explora tanto os corpos femininos quanto os territórios amazônicos.

O capitalismo, ao priorizar a extração predatória de recursos e a maximização do lucro, cria um ambiente propício à exploração do trabalho feminino, especialmente entre indígenas, ribeirinhas e quilombolas, cujas condições de vida são precarizadas pela lógica neoliberal. Dessa forma, o capitalismo extrativista e a violência de gênero estão intrinsecamente ligados, alimentando-se mutuamente e aprofundando as desigualdades na região.

### **Violência de gênero e o papel do Serviço Social: uma análise estrutural**

A violência de gênero constitui um fenômeno estrutural profundamente enraizado nas relações históricas de dominação e exploração características da sociedade capitalista. Sua reprodução está intrinsecamente ligada às desigualdades sociais, à divisão sexual do trabalho e à mercantilização dos direitos sociais.

Nesse contexto, o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, assume um duplo desafio: atuar na assistência direta às vítimas e, simultaneamente, formular estratégias voltadas à superação das estruturas que sustentam essa opressão. O assistente social não pode ser compreendido como um agente neutro, pois sua prática se desenvolve em um cenário marcado por profundas desigualdades sociais. A violência de gênero, portanto, não deve ser analisada de forma isolada, mas entendida como parte de um sistema mais amplo de dominação que articula classe, raça e gênero em relações complexas de poder.

Ao longo de sua trajetória no Brasil, o Serviço Social tem sido profundamente impactado por transformações econômicas e políticas que, em muitos casos, restringem sua capacidade de atuação crítica. Essa realidade exige que a instrumentalidade da profissão esteja fundamentada em uma análise estrutural da sociedade, capaz de desvelar os mecanismos que perpetuam a exploração e a subordinação das mulheres (Iamamoto, 1991; Netto, 1996).

A concepção de trabalho no Serviço Social, quando compreendida a partir da perspectiva marxista, revela-se como uma relação social que reflete as contradições do modo de produção capitalista. Marx (1983) demonstra como, no capitalismo, o trabalho assume um caráter alienado, subordinado à lógica da acumulação do capital, o que limita significativamente seu potencial emancipador. No contexto específico do Serviço

Realização:



Apoio:





Social, essa alienação se manifesta na constante tensão entre a possibilidade de promover transformações estruturais e as limitações impostas por um sistema que reproduz desigualdades.

Dito isso, Mattos (2009) observa que a profissão historicamente oscilou entre práticas conservadoras e um projeto profissional crítico, orientado pelo materialismo histórico-dialético. Essa dualidade evidencia a necessidade de que o Serviço Social, no enfrentamento à violência de gênero, desenvolva uma prática que ultrapasse a mera aplicação de técnicas e se oriente no seu projeto ético-político de transformação social, capaz de questionar as raízes estruturais da opressão.

O cenário atual, marcado pela precarização do trabalho e pela fragmentação das políticas públicas, coloca desafios adicionais à instrumentalidade da profissão, com cortes orçamentários, desarticulação entre serviços e crescente burocratização das intervenções (Raichelis, 2018). Diante dessa conjuntura complexa, torna-se imperativo reafirmar o compromisso ético-político do Serviço Social, garantindo que sua atuação não se reduza a um assistencialismo desprovido de criticidade, mas que esteja articulada a um projeto emancipatório voltado à transformação das condições materiais de vida da classe trabalhadora (Barroco, 2001; Vasconcelos, 2015).

O Código de Ética Profissional do Assistente Social, estabelecido em 1993, consolida princípios fundamentais que devem orientar a atuação da categoria na defesa intransigente dos direitos humanos e no enfrentamento às desigualdades sociais. Dentre esses princípios, destacam-se o compromisso com a equidade de gênero, raça e classe, a defesa dos direitos sociais e a rejeição a qualquer forma de exploração e opressão. Nessa perspectiva, o enfrentamento da violência de gênero deve ser compreendido como expressão concreta desse compromisso ético-político, exigindo dos profissionais uma postura ativa na promoção da justiça social e na transformação das estruturas que sustentam tais violências.

Em consonância com Mandel (1982), o capitalismo em seu processo histórico de desenvolvimento, adapta e aprofunda formas de exploração com o objetivo de manter a acumulação de capital. Esse processo impacta de maneira particularmente perversa as mulheres, que vivenciam uma dupla exploração: no mercado de trabalho, através de salários inferiores e condições precárias de emprego, e no âmbito doméstico, por meio do trabalho reprodutivo não remunerado. Na região amazônica, como aponta Mattos (2009), essa lógica assume contornos ainda mais graves, dada a intensa exploração dos recursos naturais e a histórica marginalização das populações tradicionais, fatores que acirram significativamente as desigualdades de gênero.

A atuação do Serviço Social nesse contexto complexo exige uma abordagem crítica capaz de apreender as múltiplas determinações que envolvem a questão da violência de gênero. Souza (2015) e Oliveira (2021) destacam como o conservadorismo contemporâneo atua no sentido de preservar hierarquias sociais e resistir às transformações nos papéis de gênero, reforçando discursos tradicionalistas que subordinam as mulheres, limitam seu acesso a direitos e restringem sua participação na esfera pública.

Essa dinâmica é ainda mais agravada pela lógica neoliberal, que promove o enfraquecimento sistemático das políticas sociais e impõe uma visão mercantilizada dos direitos, tornando-os inacessíveis para grande parte da população, conforme análise de Brown (2019).

A formação profissional assume papel central na consolidação de um projeto profissional verdadeiramente crítico. Iamamoto (2012) defende que a formação do assistente social deve estar orientada por uma perspectiva teórica que permita compreender as contradições fundamentais da sociedade capitalista e que seja capaz de direcionar a prática profissional para a transformação social. Netto (2011) complementa essa análise ao destacar que a adoção do materialismo histórico-dialético na formação profissional possibilita uma leitura crítica da realidade, fundamentando

Realização:



Apoio:



intervenções que transcendem o imediatismo das políticas públicas e contribuem efetivamente para mudanças estruturais.

Diante do cenário atual de desmonte das políticas sociais, a instrumentalidade do Serviço Social deve ser reafirmada como ferramenta estratégica de transformação, mantendo firme compromisso com os direitos humanos, com a equidade de gênero e com a emancipação das mulheres em situação de violência. A análise materialista da sociedade, conforme proposta por Netto (2011), permite compreender as determinações históricas das desigualdades sociais e, a partir dessa compreensão, subsidiar uma intervenção profissional que seja ao mesmo tempo crítica e transformadora.

Nesta perspectiva, Mattos (2015) e Vasconcelos (2015) reforçam que a luta por justiça social deve ser o eixo orientador da atuação profissional, garantindo o fortalecimento das políticas públicas e a consolidação de uma instrumentalidade do Serviço Social alinhada a um projeto genuinamente emancipatório. Esse compromisso exige, ainda, o estímulo constante à participação ativa das mulheres nos processos de construção e controle social das políticas públicas, assegurando que suas vozes e demandas sejam efetivamente consideradas.

A instrumentalidade do Serviço Social no enfrentamento à violência de gênero deve, portanto, ser compreendida como parte integrante de uma luta mais ampla pela transformação estrutural da sociedade. O assistente social precisa assumir uma posição crítica e ativa na construção de estratégias que promovam a emancipação das mulheres, a superação das desigualdades e a efetivação plena dos direitos sociais.

Como principal resultado teórico, destaca-se a necessidade premente de uma atuação profissional fundamentada no materialismo histórico-dialético e comprometida com o processo de emancipação humana. A prática profissional deve articular de maneira indissociável teoria e prática, superando abordagens assistencialistas e fragmentadas, para se orientar por um projeto ético-político capaz de enfrentar as raízes estruturais das desigualdades.

Entre as intervenções transformadoras que se mostram necessárias, destacam-se a atuação crítica nas instituições públicas, a defesa intransigente da ampliação e qualificação das políticas sociais e a resistência organizada aos desmontes promovidos pela lógica neoliberal. O Serviço Social é convocado, ainda, a fortalecer o diálogo permanente com movimentos feministas, indígenas, quilombolas e ambientalistas, contribuindo para a construção de estratégias coletivas de enfrentamento à violência de gênero.

No campo da educação popular, ações como oficinas, grupos reflexivos e campanhas educativas revelam-se fundamentais para fortalecer o protagonismo comunitário e ampliar a conscientização sobre direitos. Essas iniciativas devem estar ancoradas em uma perspectiva que reconheça as múltiplas e simultâneas formas de opressão vivenciadas pelas mulheres, particularmente pelas mulheres amazônicas.

A produção de conhecimento crítico representa outra dimensão estratégica da intervenção profissional, pois permite a visibilização das violências e desigualdades, subsidia a elaboração de diagnósticos sociais mais precisos e contribui para o direcionamento de políticas públicas sensíveis às especificidades das realidades locais. Além disso, o assistente social deve incidir politicamente nos espaços de controle social e nos conselhos de direitos, defendendo a equidade de gênero e combatendo quaisquer tentativas de retrocesso.

Mesmo atuando em espaços institucionais como CRAS, CREAS, escolas e unidades de saúde, a prática profissional deve manter seu caráter transformador, questionando burocracias estereis e promovendo ações verdadeiramente emancipadoras. Todas essas intervenções reafirmam o compromisso histórico do Serviço Social com a justiça social, com os direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e, fundamentalmente, livre de todas as formas de violência.

Realização:



Apoio:



## Considerações finais

A relação entre a violência de gênero na Amazônia e o capitalismo é indissociável, pois o sistema econômico e as dinâmicas de exploração exacerbam as desigualdades sociais, econômicas e culturais que afetam diretamente as mulheres da região. A lógica capitalista de apropriação dos recursos naturais e da marginalização das populações tradicionais acentua suas condições de vulnerabilidade, perpetuando múltiplas formas de violência.

Nesse contexto, a compreensão da relação intrínseca entre gênero, raça e classe é fundamental para compreender as estruturas de dominação que incidem sobre as mulheres amazônicas, exigindo uma abordagem ética que considere essas dimensões em sua totalidade, pautando-se na defesa dos direitos humanos e da justiça social. Nesse sentido, o enfrentamento da violência de gênero deve ser reafirmado como um compromisso ético e político do Serviço Social, que deve se posicionar de forma ativa na luta contra as desigualdades e a exploração que sustentam essas violências.

O trabalho profissional deve, portanto, engajar-se na luta pela melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Isso inclui a mobilização social e a formulação de políticas públicas que articulem questões de gênero, raça e classe, garantindo que as intervenções sociais não reproduzam abordagens fragmentadas ou descontextualizadas.

Além disso, é necessário propor ações concretas para fortalecer as práticas profissionais e ampliar a mobilização social no combate à violência de gênero. A articulação com movimentos feministas, indígenas, quilombolas e demais organizações sociais é essencial para criar estratégias eficazes de enfrentamento e para pressionar o poder público por mudanças estruturais. A formação continuada dos assistentes sociais também se apresenta como uma medida indispensável, garantindo que a categoria esteja qualificada para atuar de maneira crítica e transformadora diante dos desafios impostos pela realidade amazônica.

Contudo, é essencial destacar o protagonismo das mulheres na resistência a esse processo. Seja na luta por seus direitos, seja na preservação de suas culturas e territórios, elas desempenham um papel central na construção de alternativas ao modelo de exploração vigente. Para que se avance em direção a uma sociedade mais justa, é indispensável enfrentar o capitalismo extrativo e suas consequências sobre a vida das mulheres, promovendo, assim, uma transformação social e ambiental concreta na Amazônia.

Nesse sentido, a Teoria da Reprodução Social permite compreender como as relações de classe, gênero e raça se entrelaçam na reprodução das desigualdades estruturais, oferecendo um referencial teórico essencial para o enfrentamento dessas opressões. Assim, o Serviço Social, ao assumir uma perspectiva crítica e emancipatória, desempenha um papel fundamental na luta contra a violência de gênero, articulando conhecimento teórico e intervenção prática para a construção de uma sociedade mais equitativa e democrática.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

Realização:



Apoio:



BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social**: Remapear classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: A ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. (Coleção Formação Regional da Amazônia, v. 2).

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI. **Relatório: violência contra os povos indígenas no Brasil - dados de 2022**. 21ª ed. Brasília: CIMI, 2023. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2023/07/relatorioviolencia2022>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

FEDERICI, Silvia. **Caliban and the witch**: women, the body and primitive accumulation. New York: Autonomedia, 2004.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: CFESS (org.). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MATOS, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 678-698, 2015.

MATTOS, Tânia. **A borracha e o capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Ana Luiza Avelar. **Reatualização conservadora**: o conservadorismo contemporâneo no serviço social e a disputa por hegemonia no Brasil na atualidade.

Realização:



Apoio:



2021. 421f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2017.

SILVA, José A. da. **Impactos ambientais e sociais da exploração mineral na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2016.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação. O conservadorismo moderno: esboço para uma interpretação. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 47-62, 2015.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O assistente social na luta de classes**: projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

Realização:



Apoio:





## OS RISCOS DA INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO “PÓS-MODERNO” NO SERVIÇO SOCIAL

Leonardo Koury Martins<sup>285</sup>

**Resumo:** Nas últimas décadas o projeto profissional hegemônico no Serviço Social tem sofrido com a precarização do trabalho e da formação profissional. A proposta do artigo é dialogar com a categoria de assistentes sociais sobre os riscos da influência do pensamento “pós-moderno” e seus rebatimentos na organização do projeto profissional crítico hegemônico na profissão.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Fundamentos, Projeto Profissional

**Abstract:** In recent decades, the hegemonic professional project in Social Work has suffered from the precariousness of work and professional training. This article aims to engage with social workers about the risks posed by the influence of "postmodern" thinking and its repercussions on the organization of the hegemonic critical professional project within the profession.

**Keywords:** Social Service, Fundamentals, Professional Project

### Introdução

O presente texto, tem como objetivo dialogar sobre os riscos da influência do pensamento “pós-moderno” no Serviço Social. Nas mais de cinco décadas cujo a formação de um projeto profissional crítico no Serviço Social se tornou hegemônico a partir do seu aprimoramento pelo rigor prático-teórico e ideopolítico diante das lutas sociais e do trabalho profissional na categoria de assistentes sociais, a profissão e as suas entidades representativas precisam estar atentas ao cenário de aumento do identitarismo, do lugar de fala e de uma crítica sem direção que caracterizam no pensamento “pós-moderno”. O crescimento deste pensamento no campo das esquerdas e na teoria social contemporânea pode prejudicar o legado do projeto profissional do Serviço Social que se propõe estar articulado com um projeto de sociedade anticapitalista. Perceber as nuances que essa “nova” atuação crítica tem como direcionamento proposto é fundamental, sendo o pensamento “pós-moderno” um risco para o legado sustentado pela profissão.

A direção do Serviço Social a partir de suas entidades representativas, tem como locus central um projeto profissional que se dispõe a romper com as bases conservadoras da profissão. Este cenário, a partir da gênese da profissão, tem início no processo de renovação, simbolizado pelo Congresso da “Virada” em 1979, a busca por uma outra matriz teórica que possibilite alinhar o projeto profissional do Serviço Social a partir dos interesses da classe trabalhadora. É neste contexto, entre as décadas de 1980 e 1990 que se desenham as conexões que vislumbram a contribuição de uma outra ordem societária, cujo valor central seja a perspectiva de estar como partícipe da construção de um projeto maior que busca a emancipação humana.

---

<sup>285</sup> Assistente Social, Doutorando em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: leonardokourymartins@gmail.com

Realização:



Apoio:



De acordo com os estudos de Yazbek (2018), cabe apresentar que o pensamento “pós-moderno” não se trata de um campo teórico ou ideopolítico homogêneo. Tal compreensão tende a afirmar que não há uma teoria da pós-modernidade. Este entendimento apresenta o pensamento em questão, constituído por teorias que se nomeiam como “pós-modernas”. Estas teorias que se fundamentam pela sua ruptura com os ideais iluministas, crítica à razão, ciência moderna, recusa do materialismo como análise e a negação da leitura sobre os universais e a totalidade.

O pensamento “pós-moderno” tem como fase de sua ascensão na Europa, o mesmo locus temporal do período da reconceitualização do Serviço Social na América Latina e do processo de renovação do Serviço Social no Brasil. Os contextos como a aproximação da leitura do marxismo e marxiana na profissão em todo o continente latinoamericano também tem como pano de fundo o aprofundamento das violências do capital, as ditaduras, a decadência do chamado socialismo real e da procura de respostas e alternativas frente às mazelas vivenciadas no ocidente.

Porém algumas lacunas que se apresentaram entre as décadas em que surge a leitura a partir do marxismo no Serviço Social e como elas se aproximaram do projeto profissional ancoradas a partir da teoria em Marx. A hegemonização da teoria social no campo da esquerda a partir dos autores que se identificam com o pensamento “pós-moderno” estão no mesmo contexto histórico, onde também apresentaram elementos no campo mais amplo das ciências e teorias sociais.

Nos últimos anos, o campo da esquerda, em sua pluralidade, apresentou ampla adesão aos pensadores “pós-modernos”, o que também pode ser caracterizado como risco aos propósitos articuladores na direção hegemônica do Serviço Social. A profissão que se propõe a articular sua identidade frente à recusa do conservadorismo, práticas conservadoras tem entre as suas exigências profissionais o agravamento à luz do sincretismo.

Como apresenta Netto (2015), apesar de uma perspectiva crítica a captura de uma leitura fragmentada por uma superação ao capitalismo por intermédio de respostas vagas, imediatistas e pragmáticas caracterizam a compreensão sincrética no bojo profissional e a leitura sobre o lugar social da profissão. Entre as mais de cinco décadas, foi possível vislumbrar o aprimoramento de uma identidade que tem como perspectiva um projeto ético-político fundamentado em um entrelace de projetos que se destinam a uma prática profissional que mesmo implicada na sociabilidade capitalista, pretende tensionar a ordem posta.

O projeto profissional do Serviço Social, tem como afirmação elementos articulados nas lutas e posicionamentos políticos presentes na Lei Federal nº 8662/93 que regulamenta a profissão, na Resolução CFESS nº 273/93 que atualiza o código de ética profissional, dentre outros documentos orientadores. O Serviço Social brasileiro aprimorou a sua leitura de mundo frente a referência do entrelace entre o projeto profissional crítico com vistas à um projeto societário de compreensão classista que busca a construção de uma nova ordem social e a atuação cotidiana que mesmo atrelada a relação capital trabalho, a partir da autonomia relativa profissional pode tensionar a ordem vigente, mesmo que nos limites presentes no campo do direito, mas que precisa e pode tensionar para ir além.

Contudo, essa condição, não se dissocia dos desafios de uma leitura que se organiza no interior da categoria profissional entre os rumores do conservadorismo presente na gênese da profissão e de uma crítica ao capital sem a direção de superação coletiva que se encaixa ao pensamento “pós-moderno”. Esses desafios têm sido sentidos na organização do espiral que entrelaça os projetos profissional e societário, o cotidiano do trabalho e a condição de direção da profissão no Brasil.

As questões morais que norteiam o trabalho cotidiano no bojo dos espaços sócio-ocupacionais onde atuam assistentes sociais não estão imunes às condições conjunturais devido ao sincretismo. Nestes espaços também estão presentes diversas

Realização:



Apoio:



outras leituras que flertam com a recusa da análise material e histórica, tendo como ponto de partida uma crítica ao capital promulgada pelo (a)criticismo e pela fragmentação da análise devido ao acúmulo do trabalho e das difíceis condições de vida da classe trabalhadora. São nestes espaços que atuam assistentes sociais, cuja profissão também está disposta como força de trabalho e sente os efeitos das mazelas do capital.

Para essa tarefa, o texto propõe organizar este diálogo em dois eixos. No primeiro momento, a partir da análise textual sobre o contexto do pensamento “pós-moderno” via leitura de autores que se orientam à luz da teoria social em Marx e de seus comentadores. No momento posterior, o texto trará como prerrogativa os riscos do pensamento “pós-moderno” no Serviço Social e como o mesmo afeta a profissão a partir da fragilização e recusa das bases que sustentam o espiral entre projeto profissional, projeto societário e o cotidiano do trabalho de assistentes sociais.

Este diálogo, de acordo com Silveira Júnior (2016) se apresenta atual, sendo a profissão também afetada pela hegemonização do pensamento “pós-moderno”, assim como grande parcela da classe trabalhadora, em uma formação constituída na contemporaneidade por se prontificar em estabelecer respostas pragmáticas, imediatistas e reducionistas que impossibilitam estabelecer mediações para superar uma leitura moral e fragmentada da realidade social. Essa condição difere do contorno que tenta estabelecer a atuação crítica do Serviço Social no país.

### **A crítica ao pensamento “pós-moderno” a partir da ausência de caminhos coletivos para a transformação social**

O pensamento “pós-moderno” se fundamenta na tentativa de resgatar valores negados pela modernidade e tem como consequência a criação de “um universo descentrado, fragmentado e fugaz”. Seus teóricos procuram apresentar uma explicação da realidade dissociada da realidade material e da processualidade histórica. Portanto, afirmam que o pensamento “pós-moderno” se configura como um pensamento fundamentado como teoria de superação, por sua vez, conduz a se legitimar na afirmação de que não há mais modernidade, sendo esta superada. (Yazbek, 2018, p.76)

O cenário histórico que os teóricos deste pensamento apresentam para dizer que foi superada a modernidade tem como pano de fundo o contexto cravado do pós segunda-guerra, as refrações da guerra fria, os protestos contestatórios estudantis e de uma realidade ocidental distinta entre hemisfério sul e norte, porém em constante efervescência política. Nogara (2021) descreve a partir deste contexto histórico a seguinte afirmação:

Os eventos de 1968 já estão distantes em mais de cinco décadas. São as lições das distintas formas com as quais as juventudes dos países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” lidaram com seus problemas imediatos que podem ajudar, hoje, a escaparmos das armadilhas que sustentam as mais parasitárias forças antinacionais à frente do governo brasileiro (Nogara, 2021, p. 01).

As principais distinções da juventude europeia e estadunidense, de um lado, e a realidade vivenciada nos países em especial latino-americanos se apresentam adversos a partir de que os primeiros se encontram frente ao Keynesianismo estruturado na concepção de um Estado de Bem-Estar Social e no hemisfério sul, em especial na América Latina, assistiam à cooperação de suas elites nacionais com os interesses do imperialismo.

Ao tempo em que os jovens do ocidente “desenvolvido” que viviam lutavam causas importantes com a parcela das suas necessidades elementares satisfeitas, centravam seus esforços nas chamadas “liberdades individuais”. Por consequente, a

Realização:



Apoio:



segunda metade do século 20 marcou a luta da juventude e movimentos sociais latino-americanos, africanos e asiáticos em favor do triunfo da soberania, contra ditaduras e imposições oligárquicas em seus países (Nogara, 2021)

A leitura em Marx, a partir da integralidade da sua teoria social, tem profundas diferenças em relação à leitura apresentada pelos teóricos “pós-modernos”. Para a teoria marxiana é importante considerar a processualidade histórica e a indissociabilidade da relação capital trabalho como condição explicativa da vida. As condições entre as classes e a relação econômica estão interligadas. A riqueza e a pobreza são o mesmo lócus construtor, tendo como condição:

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social (Marx, 2013, p. 864).

É a partir da compreensão da totalidade que se apreende os efeitos das condições e leis que regem a sociedade capitalista cujo é possível perceber em como as expressões da “questão social” se configuram. O contexto do sobretrabalho e a acumulação capitalista expõe as condições de vida da classe trabalhadora, tendo como elementos:

Isso significa, portanto, que o mecanismo da produção capitalista vela para que o aumento absoluto de capital não seja acompanhado de um aumento correspondente da demanda geral de trabalho. E a isso o apologista chama de uma compensação pela miséria, sofrimentos e possível morte dos trabalhadores deslocados durante o período de transição, que os expulsa para as fileiras do exército industrial de reserva! A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, e a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se fossem duas potências independentes a se influenciar mutuamente. Les dés sont pipés [os dados estão viciados] (Marx, 2013, p. 869).

Os pensadores “pós-modernos” ao abandonar a leitura da totalidade, a relação entre universalidade, singularidade e particularidade e as condições do empirismo que são legados da ciência moderna, se dispõem ao risco de propor a crítica aos problemas sociais, que apesar de procurar pautar pontos de atenção à realidade vivida pelas mazelas do capital, perdem a direção de superação do problema real, que como apresenta Marx (2013) se encontra arquitetado sobre as leis que estabelecem o modo de produção capitalista.

Para Netto (1990) é apenas a partir da teoria em Marx que se torna possível a leitura da realidade social com vistas a superação dos problemas gerados na configuração da ordem capitalista, sendo que a leitura em Marx, bem como, por seus comentadores trazer a necessária abstração frente:

As condições para converter a possibilidade da teoria social em realidade, superando aquela interdição, são duas ordens: lógico-racional e histórico-social. De uma parte, requer-se um instrumental analítico e crítico que penetre e desvende as modalidades do movimento do ser social. De outra, impõe-se o desenvolvimento de um sujeito histórico-social cuja mera existência seja a negação prática (histórica) da totalidade das relações sociais dadas e para o qual o conhecimento mais veraz possível de tais relações constituem como a alternativa mais eficiente para ultrapassá-las (Netto, 1990, p. 63).

Realização:



Apoio:



Sem a leitura da razão e suas nuances, como a abstração e a conexão entre a mediação das questões relativas às universalidades e singularidades, é possível correr o risco de uma resposta pontual às questões complexas que estão apresentadas nas relações entre classes. Entre elas a explicação frente às violências e opressões aceleradas no movimento da produção e reprodução do capital. É nessa perspectiva que a não leitura da totalidade e a negação dos universais tende a garantir uma afirmação fragmentada que mesmo considerando a negação das opressões não consegue propor sua superação. Exemplifica o trecho abaixo:

A opressão que os negros sofrem; os homens, a opressão que as mulheres sofrem; os homossexuais, a opressão que os homossexuais sofrem – e assim por diante ad nauseam, de modo que apenas “alianças” pontuais entre categorias oprimidas seriam possíveis. Tudo isso equivale a excluir a possibilidade de uma luta comum e unitária das massas exploradas e oprimidas contra a burguesia – que, claro, se alegra com tal espetáculo, ao mesmo tempo em que estimula os latidos racistas, machistas e homofóbicos da extrema direita contra as teorias pós-modernas (Métellus, 2022, p. 01).

É neste aspecto, que as leituras do pensamento “pós-moderno” se ajustam ao Estado burguês que a partir do atual estágio do capitalismo, tem descentralizado suas competências, tendo como aliança na dissolução dos direitos sociais o repasse financeiro para organizações não governamentais que atuam na ótica do atendimento das classes subalternas. A linguagem desvela uma leitura de “desenvolvimento como liberdade e autonomia do indivíduo”, mesmo sendo impossível na ordem capitalista, porque não considera o cenário real que é constituído pela:

O receituário derivado dessa teoria consiste na definição do “desenvolvimento de capacidades” para o enfrentamento das refrações da “questão social”, direcionando as perspectivas de intervenção para o enfoque nas mudanças atitudinais e comportamentais, resvalando na “individualização e na psicologização” das relações sociais. Ambas inscritas nas estratégias dominantes de redução dos custos com a reprodução da força de trabalho subjacentes às propostas de ajuste fiscal do Estado (Silveira Jr, 2016, p.181).

A licenciosidade disposta na crítica irracionalista à razão tem como condição uma leitura de desvinculação à determinação social. O seu conteúdo de uma crítica sem caminho e as formas que o pensamento “pós-moderno” assume são o seu pano de fundo. A frutífera manutenção do status quo, que não se sente ameaçado pela crítica sem apontamento de transformação coletiva, tendo como recusa o conservadorismo, mas sem trazer no campo material outra perspectiva concreta precisa de atenção.

### **O projeto profissional crítico do serviço social e a incompatibilidade com o pensamento “pós-moderno”.**

As bases para essa teoria se apresentam a partir do Movimento de Reconceitualização na América Latina e no processo de Renovação do Serviço Social no Brasil, constituído de três ciclos, matrizes e vertentes históricas. Estes podem ser caracterizados nas perspectivas de Modernização Conservadora, da Reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura à condução hegemônica que se encontrava presente na profissão.

A Intenção de Ruptura compreende como aproximação de grande relevância para a profissão, pois marca o rompimento com o Serviço Social tradicional, e a hegemonia de um novo projeto de profissão pautado em valores emancipatórios. A partir da leitura de Netto (2015), é importante apontar que o processo de constituição da perspectiva da intenção de ruptura é constituído em diferentes momentos. Em um primeiro momento, a emergência contida nos trabalhos realizados na Escola de Serviço

Realização:



Apoio:





Social da Universidade Católica de Minas Gerais, cuja formulação foi amplamente denominada como “Método Belo Horizonte”. Embora não passe sem equívocos, o método pautado na organização comunitária de base apresentou grandes avanços.

No segundo momento caracterizado pela consolidação acadêmica de uma prática atrelada a uma leitura classista, característica deste processo, demonstrou a possível relação umbilical entre a universidade e a Intenção de Ruptura. Por fim, houve o espraiamento dessa vertente para o conjunto da categoria profissional, que tem a partir da leitura crítica o início de uma nova hegemonia no Serviço Social que tem como inspiração uma leitura da realidade social a partir da inspiração do marxismo.

Da gênese do Serviço Social aos dias atuais, a institucionalização do Serviço Social no Brasil tem sido marcada pela atuação nas políticas públicas a partir do comando de governos liberais que apresentam desafios históricos na relação entre os interesses das elites e as necessidades advindas das classes subalternas. Netto (2015) trata que a luta contra a ditadura no Brasil, entre as décadas de 1970 e 1980 e o processo de democratização caracterizou também o Serviço Social tendo parte do segmento organizado de assistentes sociais novos posicionamentos políticos que por sua vez procuraram consolidar na procura de romper com o conservadorismo e apresentar uma nova direção aos caminhos da profissão.

A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional (Netto, 2015, p.10).

Então, esse novo projeto ético-político que começa a se organizar na profissão se coloca contrário ao arbítrio, ao autoritarismo, se reconhece como partícipe da construção de uma nova ordem, por sua vez anticapitalista. Esse projeto para se trazer hegemônico precisou de uma teoria que possibilitasse a leitura crítica sobre a realidade social frente às questões dispostas em um país de efervescência à ordem democrática.

A profissão de assistentes sociais, à luz do seu projeto profissional e alinhada com um projeto de se propõe construir uma outra ordem de sociedade, organizar estratégias e táticas. O formato de um espiral na compreensão dos desafios postos à classe trabalhadora pretende garantir o selo necessário para a organização hegemônica na profissão, pela lucidez de sua formulação e pelos desafios dispostos na atual conjuntura.

Faz-se necessário ao processo de elaboração de táticas e estratégias uma profunda análise de condições reais em que se encontra o assistente social. Essa análise das condições materiais da realidade social envolve desde uma ampla análise de conjuntura até o desvelamento das relações institucionais. Essas análises podem auxiliar o profissional na construção de estratégias e táticas mais viáveis dentro da realidade posta (Paula, 2021, p.191).

Como exemplo, assistentes sociais a partir dessa leitura de espiral, não apenas devem defender seu legado de uma direção crítica, como fazer desse legado – sempre que possível – uma ferramenta de alargamento dos horizontes, porque é a partir de então que se torna possível a compreensão dos limites no capitalismo quais caminhos podem ser potencializados para a construção de outra.

Em Paula (2021), refletir como o pensamento “pós-moderno” não atende o entrelace entre os objetivos coletivos da classe trabalhadora e a atuação profissional de assistentes sociais, a leitura a partir da teoria crítica em Marx precisa ser orgânica. Por estar inserido no cotidiano das classes subalternas, o Serviço Social tem um potencial comunicativo pulsante e sua atuação pode favorecer importantes movimentos de construção da tomada de consciência política. Por isso, é fundamental se ater ao

Realização:



Apoio:



planejamento e ao objetivo das atividades realizadas, na organização dos grupos, no atendimento da população etc.

Tudo o que se faz, enquanto assistente social pode ter um potencial mobilizador. É essa presença marcada por forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de “reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais” (Iamamoto, 2021, p. 26).

Assistentes sociais podem (ou não) fortalecer mecanismos de resistência e processos no trabalho, elucidar, a partir do diálogo nos espaços da atuação profissional os impactos das violências do capitalismo na vida da classe trabalhadora, que dissociam o entendimento político, por exemplo, sobre o que está disposto na ordem vigente. É na capacidade de ação no trabalho, que podem emergir futuras mobilizações coletivas e inspirar novos rumos contrários à ordem burguesa que por sua natureza não é democrática e não se propõe realmente a ser (Paula, 2021)

Os desafios para a atuação de assistentes sociais no cotidiano do trabalho, por inúmeras vezes, não devem ser considerados como empecilho para a leitura das imensas possibilidades do campo ideopolítico. Em suas distintas inserções, assistentes sociais se deparam com situações singulares vividas por indivíduos e famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas, em suas relações sociais, por determinações macrossocietárias, especialmente as clivagens de classe.

Não tratamos com fragmentos da vida social, mas com sujeitos que condensam, em suas vidas, tamanhas singulares e determinações abrangentes da vida em sociedade, que se “expressam tanto nos atendimentos individuais e nos grupais, quanto no trabalho com populações nas comunidades” em diversos espaços de trabalho da profissão e nos mais diversos territórios e particularidades. (Iamamoto, 2021, p.37)

Os limites da sociabilidade capitalista estão expressos nos desafios para a atuação da profissão, mas é possível explicitar tais condições como ao tensionar o subfinanciamento das necessidades sociais e a captura do fundo público. O pensamento “pós-moderno”, mesmo a trazer tais questões problematizadoras a descolam da ordem material cujo critérios seletivos e o reforço da meritocracia como uma falsa ótica emancipatória propicia a não denúncia da ordem vigente (Souza Filho, 2021).

É na compreensão das expressões da “questão social” que não estão abstratas, ao contrário, apresentam-se determinadas como consequência na relação capital trabalho, que conforme Ecurra e Iamamoto (2020), se apresenta o objeto do trabalho de assistentes sociais, sendo:

De fato, é na “questão social”, mais especificamente em suas múltiplas manifestações [...] são engendradas na sociedade capitalista caracterizada por: o próprio modo de produção que lhe é específico; a centralidade que o trabalho assume na vida social; a produção social cada vez mais social e, em contrapartida, a manutenção da apropriação privada de seus frutos, monopolizada por uma parte da sociedade, os donos dos meios de produção; assim como, pela dinâmica da dominação abstrata que cria valor e mais valor de forma incessante (Ecurra; Iamamoto, 2020, p. 94).

A mobilização contra a opressão capitalista precisa estar no lócus de um projeto coletivo. Não há no salvamento individual que propõe alternativas pela meritocracia ou mesmo do “fatídico nada é possível ser feito a mais” que as expressões da “questão social” se minimizarão. No universo presente do pensamento “pós-moderno” o lugar de fala, o identitarismo e de práticas que degeneram em uma vasta confusão em que todos estigmatizam o “privilegio” do próximo só sedimenta a estabilidade política da classe dominante (Métellus, 2022).

É no desvelamento dessas mediações que se torna possível a partir das categorias presentes à luz da teoria social de Marx fundamentar a chave heurística para

Realização:



Apoio:



aproximar assistentes sociais da organização de projetos coletivos. A uma interpretação mais coesa do papel da profissão em tempos que a crítica à razão é feita propositalmente na negação da própria história humana, que assistentes sociais precisam afirmar que:

Em suma, dentro e fora do Serviço Social a pós-modernidade se insurgiu confrontando-se com a tradição marxista, renunciando-a, sendo dela avessa ou propondo superá-la. Agora, o segundo eixo que precisamos atentar quanto às implicações da influência pós-moderna no Serviço Social. Dados os traços basilares dessa vertente, inventariados linhas atrás, fica palpável a afinidade que tende a cultivar com orientações, principalmente, “individualizantes e despolitizantes” (Silveira Jr, 2016, p.178).

Por sua vez, a presença do pensamento “pós-moderno” no cotidiano profissional a partir de que essas teorias tendem a ser hegemônicas no campo mais amplo da teoria social tem possibilitado inúmeros desafios frente a direção crítica na profissão. As características deste pensamento e o ataque direcionado ao materialismo histórico-dialético, ainda hegemônico no Serviço Social, precisa estar evidenciado no debate contemporâneo da profissão, visto que.

A pós-modernidade persiste como um tema espinhoso para o Serviço Social brasileiro. A elucidação dos fundamentos e filiações intelectuais pós-modernos requer a cuidadosa apreciação – quase nunca simples – de uma literatura concebida numa polêmica constante, aberta ou velada, com as matrizes teórico-políticas que alicerçam o projeto profissional do Serviço Social, forjado no amplo movimento de recusa do lastro conservador predominante desde suas origens (Silveira Jr, 2016, p.167).

Apresentar os riscos do pensamento “pós-moderno” e como ele se adentra no cotidiano de um diálogo crítico de assentamento raso mas validado nos espaços que atuam de assistentes sociais precisa estar na pauta das entidades representativas da profissão. Não atentar que o discurso sedutor de uma crítica sem direção pode arriscar os ganhos dessa identidade profissional que trouxe na recusa ao conservadorismo, a luz da teoria em Marx que o Serviço Social procurou se direcionar, pode trazer prejuízos reais a este legado.

A profissão é parte integrante de diversos espaços que atuam diretamente com as classes subalternas e assistentes sociais a partir do espiral entre projeto societário, projeto profissional e na atuação do trabalho pode contribuir para desmistificar o lugar do pensamento “pós-moderno”, que se veste de inovador, mas traz consigo uma direção sem rumo coletivo para superar os problemas do tempo presente.

## Conclusão

O projeto hegemônico que dirige o Serviço Social brasileiro, a partir do histórico constituído nas últimas décadas, legado qual a teoria do materialismo histórico-dialético tornou-se a base analítica referenciada para garantir ao exercício profissional um outro patamar interventivo precisa estar sempre atento.

A defesa do legado crítico que sustenta a relação entre trabalho e formação profissional precisa se atentar aos perigos cada vez mais presentes no locus das respostas rápidas sem perspectiva de transformação concreta que tem se apresentado presentes no campo das esquerdas e das lutas sociais. A precariedade da formação e as condições éticas e técnicas no trabalho profissional estão cada vez mais sob ataque.

Reivindicar a razão no trato da historicidade e uma leitura rigorosa com vistas à captar os modos de pensar que compõem a contemporaneidade em determinada época, nas particularidades do território e no perceber do que está sendo incorporado

Realização:



Apoio:



ou recusado no campo da sociabilidade capitalista de forma crítica é fundamental nos dias atuais para que o legado crítico do Serviço Social não caia na licenciosidade.

A explicitação de um cenário de ataques à democracia com vistas à barbárie entre precisa ter no cotidiano da profissional e das relações profissionais a exposição de tais tensões se apresenta, mesmo com os limites da autonomia relativa no lócus do exercício profissional de assistentes sociais a lucidez para se posicionar frente às contradições e antagonismos é necessária.

## Referências

ESCURRA, Maria Fernanda; IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço social e trabalho da(o) assistente social: revisitando o debate histórico-crítico. *In*: MELO, Ana Inês Simões Cardoso de; CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; FORTI, Valéria Lucília. (org.) **Trabalho, reprodução social e serviço social: desafios e utopias**. Uberlândia: Navegando, 2020.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. *In*: GUERRA, Yolanda *et al.* (org.). **Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. A lei geral da acumulação capitalista. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉTELLUS, Jérôme. A miséria da filosofia pós-moderna. **Organização Comunista Internacionalista** – OCI, Rio de Janeiro, 05 maio 2022. Disponível em: <<https://marxismo.org.br/a-miseria-da-filosofia-pos-moderna/>>. Acessado: 04 out. 2024.

NETTO, José Paulo. **Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política**. Belo Horizonte: Editora Nosso Tempo, 1990.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**, 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NOGARA, Tiago. As lições de 1968 e a alienação da esquerda pós-moderna no Brasil. **Disparada**, São Paulo, 26 mar. 2021. Disponível em: <<https://disparada.com.br/1968-esquerda-pos-moderna/>>. Acesso em: 02 out. 2024.

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. A cultura pós-moderna no serviço social em tempos de crise. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n.31, p. 167-188, jan./jun., 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas do serviço social. *In*: GUERRA, Yolanda *et al.* (org.). **Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018. p. 48-79.

Realização:



Apoio:



## SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: lutas, avanços e desafios contemporâneos

Layliene Kawane de Souza Dias<sup>286</sup>

**Resumo:** O artigo apresenta a relação do Serviço Social junto ao debate de diversidade sexual e de gênero. Parte-se da conformação dessas relações na sociedade brasileira, bem como da organização política de tais sujeitos, destacando como tais pautas adentraram no interior do Serviço Social, processo que só foi possível através do movimento de renovação da profissão no país, que assume uma postura crítica junto a defesa dos interesses da classe trabalhadora, possibilitando uma maior proximidade da categoria junto à temática. Destaca-se, no entanto, que apesar de tais avanços, ainda nos deparamos com inúmeros desafios nesta relação no interior da profissão.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Diversidade sexual e de gênero; lutas sociais.

**Abstract:** This article presents the relationship between Social Work and the debate on sexual and gender diversity. It begins with the formation of these relationships in Brazilian society, as well as the political organization of such issues, highlighting how these issues have penetrated the social work profession. This process was only possible through the movement to renew the profession in the country, which adopts a critical stance toward defending the interests of the working class, enabling the profession to engage more closely with the issue. It is noteworthy, however, that despite such advances, we still face considerable challenges in this relationship within the profession.

**Keywords:** Social Service; Sexual and gender diversity; social struggles.

### Introdução

Inicialmente, destaca-se que partimos da compreensão das diferentes identidades de gênero e expressões de sexualidade enquanto construções históricas e sociais decorrentes de condições materiais que as modificam a depender do contexto histórico, social, político ou econômico de cada época (Nogueira; Pereira; Toitio, 2020). Gênero se refere a diferentes concepções objetivas e subjetivas do “ser homem” ou “mulher” em nossa sociedade, que não se esgotam nas condições biológicas dos indivíduos, ou seja, sua genitália, podendo, desta forma, serem mais ou menos fluídas. A sexualidade, por sua vez, diz respeito aos desejos afetivos e/ou sexuais dos indivíduos, se apresentando enquanto uma categoria histórica-ontológica (Nogueira; Pereira; Toitio, 2020).

Ademais, segundo Saffioti (2015) gênero e sexo constituem uma unidade, não sendo o primeiro restrito à vida social e o segundo apenas ao aspecto biologizante. De acordo com a autora, a categoria gênero possui uma história datada de mais de 250 mil anos, englobando também as relações igualitárias entre homens e mulheres, já o patriarcado refere-se às relações hierarquizadas em que os homens exercem seu poder e dominação sobre as mulheres. Para demarcar tais relações hierarquizadas, Saffioti (2015) defende a utilização simultânea dos termos “gênero e patriarcado”, enquanto *relações patriarcais de gênero* - no qual acrescento sexualidade -.

---

<sup>286</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre e Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: laylienedms@gmail.com

Realização:



Apoio:





Ainda que não seja a intenção restringir as relações de gênero e sexualidade, meramente à condição de exploração e opressão, nem apontar o capitalismo como criador de tais sistemas, ressalta-se que o mesmo se apropriou de tais relações em benefício próprio, visando a domesticação e controle sobre as mulheres e demais corpos que fogem a lógica da heterossexualidade. Como apontam Nogueira, Pereira e Toitio, “o início do capitalismo é marcado pela violência institucionalizada contra a diversidade sexual e de gênero e para garantir a intensa subordinação das mulheres e sua manutenção no espaço doméstico.” (2020, p. 41).

Posto isto, cabe destacar que, historicamente, com o desenvolvimento do capitalismo, imposição da propriedade privada, divisão sexual do trabalho, casamento patriarcal monogâmico, heterossexismo<sup>287</sup> e cisgeneridade, as relações de sexualidade e gênero foram constrangidas à lógica predominante, visando a manutenção da ordem social vigente: a capitalista.

Desta forma, cabe apresentar como tais relações se constituíram em solo brasileiro, a organização e lutas sociais da população LGBTQIAPN+<sup>288</sup>, bem como a relação com o próprio Serviço Social, que através de seu Projeto Ético Político se empenha na luta contra todas as formas de opressão, exploração e/ou discriminação.

### **Brasil, mostra tua cara: diversidade sexual e de gênero na particularidade brasileira**

Compreender as relações de diversidade sexual e de gênero no Brasil, remonta-nos ao processo de formação sócio-histórica do mesmo, marcado pela escravização dos povos negros africanos, extermínio dos povos autóctones, suas culturas e formas de sociabilidade, através da imposição violenta da cultura europeia<sup>289</sup>, estupro de mulheres escravizadas e indígenas, e demais formas de violências.

De acordo Nogueira, Pereira e Toitio (2020) e Trevisan (2018), diferentes relações afetivas e sexuais eram praticadas pelos povos originários no país antes mesmo da chegada dos portugueses às terras brasileiras. No entanto, no processo de colonização, a Igreja Católica assumiu papel fundamental no combate às práticas que fugiam ao modo de vida europeu, impondo o que era certo e o que era considerado pecado, inclusive as relações não heterossexuais ou identidades de gênero que divergiam da ordem social vigente (Trevisan, 2018; Nogueira; Pereira; Toitio, 2020).

A noção de pecado, a visão dicotômica entre carne e espírito e, sobretudo, o matrimônio religioso como a única forma possível de constituir família eram formas como a religião disciplinava as relações de sexualidade e de gênero. A prática sexual e a realização dos desejos da carne eram desaprovadas violentamente. A única relação sexual que não era considerada pecado era a relação heterossexual, monogâmica e voltada para a reprodução. E isso dentro da família patriarcal, em que a sexualidade das mulheres brancas poderia ser controlada cotidianamente, enquanto as mulheres escravizadas eram obrigadas a servir sexualmente (Nogueira; Pereira; Toitio, 2020, p. 83).

As práticas e relações sexuais e/ou afetivas dos povos originários fomentou o confronto de valores entre portugueses e indígenas, resultando na imposição do

<sup>287</sup> Sistema ideológico que nega e estigmatiza qualquer relação e/ou comportamento social que foge à norma heterossexual.

<sup>288</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais/Agênero, Panssexuais, Não Binários e demais orientações sexuais e/ou identidades de gênero. Destaca-se ainda que tal sigla se encontra em constante atualização, podendo ser encontrada como “LGBT+”, “LGBTQI” e outros, no entanto, buscando contemplar o máximo de sujeitos e vivências, optou-se pela escolha do “LGBTQIAPN+”.

<sup>289</sup> De acordo com Moura (2014), trata-se de um processo “mutilador e estrangulador cultural porque impõe pela violência, direta ou indireta, os seus padrões culturais e valores sociais usando para isto desde a morte e a tortura até a catequese refinada chamada de evangelização para dominar os povos escravizados” (p. 175).

Realização:



Apoio:



Tribunal do Santo Ofício, responsável pela Inquisição Brasileira e criminalização das práticas de sodomia (Trevisan, 2018; Nogueira; Pereira; Toitio, 2020). Estas relações foram fortemente combatidas pelos portugueses, sobretudo através da catequização e outras intervenções realizadas pela Igreja Católica. As missões católicas desempenharam funções de adequar os povos originários ao modo de vida “digno” europeu, ações estas que também se referiam ao estupro e casamentos forçados entre indígenas e portugueses (Nogueira; Pereira; Toitio, 2020).

Conforme nos aponta Moura (2014),

primeiro houve a fase genocida de ocupação da terra e da destruição de milhares de seus membros. Depois, a fase da cristianização, da catequese, da chamada evangelização, ou seja, da destruição das suas religiões e de sanções àqueles que não aceitassem submissamente a religião do colonizador que exercia, nesse contexto, o papel de bloco ideológico do Poder (2014, p. 218).

A população negra escravizada, ao contrário dos povos indígenas, era tida como sem “alma” e, portanto, não precisavam ser “salvas”. Também lhes era negado o direito de constituir família em modelo similar a dos portugueses, tal prática era única e exclusiva do homem branco cisgênero, heterossexual e proprietário de terras (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020), podendo os negros somente servir enquanto instrumento de trabalho. A organização do trabalho no Brasil, assim, se concretizou através do tráfico humano e escravização dos povos negros.

Neste momento, ainda que não houvesse uma divisão sexual do trabalho, visto que as mulheres africanas desempenhavam as mesmas funções que os homens, estas possuíam um diferencial: eram também suscetíveis a diferentes formas de violência sexual.

Muitos homens mais velhos obrigavam seus filhos à prática sexual com mulheres escravizadas com o objetivo de promover sua iniciação sexual. Do jovem ao adulto branco da elite colonizadora, a usurpação do corpo de mulheres indígenas e negras instaurava uma “cultura do estupro”, que atuava para naturalizar o estupro dentro de uma sociabilidade em que essa prática se torna algo recorrente e tolerado, seja dentro do matrimônio, seja fora dele, ao mesmo tempo que criava um mecanismo que podia ser mobilizado para a imposição do heterossexismo. (Nogueira; Pereira; Toitio, 2020, p. 91).

Diante deste contexto, cabe reforçar a defesa de Saffioti (1987) de que no Brasil, patriarcado e racismo se imbricam ao modo de produção capitalista, sendo elementos fundamentais para o processo de exploração.

A forma truculenta de combate a homossexualidade no Brasil Colônia, se manteve inabalável mesmo com o processo de abolição da escravatura, formação do Estado burguês e a industrialização do país. A perseguição aos sujeitos LGBTQIAPN+, ao longo da história, perpassou (e ainda perpassa) por diferentes âmbitos e justificativas: a noção de pecado, perversão, doença, distúrbio psiquiátrico, entre outros. Cabe demarcar ainda que tais sujeitos podem sofrer punições maiores ou menores a depender de sua condição de classe e/ou raça.

A partir da década de 1940, com o intenso processo de urbanização e industrialização do país, a homossexualidade passou a ganhar visibilidade para além das notícias e dados a respeito da violência, através da possibilidade da criação de locais de sociabilidade de diversidade sexual e de gênero, sobretudo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (Santos, 2016). Essa sociabilidade permitiu também, posteriormente, o início da organização política de tais sujeitos, sobretudo a partir da década de 1970 com o retorno dos exilados durante o período da ditadura civil militar brasileira que tiveram contato com o mundo exterior e suas lutas sociais a respeito da liberação homossexual (Trevisan, 2018). Entretanto, as primeiras iniciativas de organização do movimento estavam rodeadas de tensão a respeito da importância de

Realização:



Apoio:



tais pautas frente ao momento político que o país se encontrava, que ainda vivenciava os efeitos do período ditatorial.

No final da mesma década grupos de mulheres inseridas dentro de organizações partidárias de esquerdas começavam a levantar, numa perspectiva feminista, debates como sexualidade e aborto. Houve também a emergência de outros grupos que passaram a buscar espaço no cenário político, levantando suas bandeiras de luta, como é o caso do movimento negro e ativistas ecológicos. No entanto, as temáticas até então inéditas não causaram grande entusiasmo nas esquerdas, pelo contrário, para eles a sexualidade, gênero e racismo eram problemas pouco relevantes se comparada à problemática “maior”: a luta de classes (Trevisan, 2018). Para o autor, a visão das esquerdas partidárias no período em questão, era a de que as lutas das “minorias” deveriam estar subordinadas à luta da classe operária, sendo esta, mais importante e urgente do que qualquer outra.

Para além destes conflitos, havia os internos ao próprio movimento LGBTQIAPN+, como a acusação de que os homens homossexuais cisgênero<sup>290</sup> reproduziam falas e comportamento misóginos e transfóbicos (Trevisan, 2018; Santos, 2016). Desta forma, houve uma cisão do grupo, levando as mulheres a se organizarem numa liga totalmente feminina e feminista, assim como:

a formação de organizações de travestis e transexuais. E o debate sobre o racismo e a desvalorização dessa questão no movimento também levou à formação de coletivos de negros e negras LGBT. Como acontece com a forte presença da LGBTfobia em outros movimentos sociais, as múltiplas desigualdades sociais não deixavam de atravessar o movimento, trazendo-lhe outros conflitos e dilemas (Nogueira; Pereira; Toitio, 2020, p. 128-129).

Tais situações demonstram que mesmo no interior destes movimentos, podemos nos deparar com diferentes disputas e contradições, assim como reproduzir falas e comportamentos machistas, sexistas, misóginos, transfóbicos, racistas, capacitistas, entre outros.

Para além destas desavenças, outro empecilho para organização política do movimento se deu devido a chegada da hiv-aids no Brasil, na década de 1980, conhecida como “peste gay”. Período em que os níveis de violência contra essa população aumentou drasticamente devido ao preconceito enraizado em nossa sociedade e disfarçado pelo pânico da pandemia (Trevisan, 2018). O combate a aids deu origem a programas governamentais específicos, inclusive com a participação de lideranças homossexuais (Trevisan, 2018).

Aos poucos tais pautas foram se ampliando no cenário político, através da reorganização política do movimento, reivindicações no âmbito jurídico e legislativo, lutas sociais, bem como uma maior abertura durante os governos petistas, com a criação de programas e políticas voltadas a tais sujeitos. Ainda que o avanço do conservadorismo, através da nova direita brasileira também tenha se fortalecido nas últimas décadas.

Exemplo disso são os próprios dados a respeito da violência contra a população LGBTQIAPN+ no país. Destaca-se que preconceito e discriminação contra tais sujeitos, manifesta-se de diferentes formas, seja por meio de agressões físicas, verbais, psicológicas, morais, sexuais, patrimoniais, entre outras, tendo como resultante mais agravante a retirada de vidas, conforme nos aponta o relatório do Grupo Gay da Bahia

<sup>290</sup> De acordo com Nogueira, Pereira e Toitio (2020), “a divisão sexual do trabalho, que remete a mulher ao espaço privado-doméstico e o homem para o espaço público-produtivo, possibilitou o protagonismo dos homens gays na organização do movimento político contra o heterossexismo. Por consequência, a voz e os interesses gays passaram a predominar diante dos outros segmentos, os quais construíam aos poucos uma identidade coletiva própria” (p. 128-129).

Realização:



Apoio:



- GGB (2024) que contabilizou, no ano de 2024, 291 mortes violentas<sup>291</sup>, o que corresponde a cerca de uma morte violenta a cada 30 horas no país. Destes dados, cerca de 35% se tratava de pessoas travestis ou transexuais, ou seja, o país também segue liderando o ranking como o que mais mata pessoas trans e travestis, sendo a expectativa de vida desses indivíduos de apenas 35 anos (Benevides; Nogueira, 2021).

## **Serviço Social e o debate sobre diversidade sexual e de gênero**

A relação do Serviço Social junto ao debate de diversidade sexual e de gênero inicialmente foi marcada por uma conduta de reajuste moral, tendo em vista “corrigir” as dissidências sexuais (Campos, 2024). Cisne e Santos (2018) irão apontar que a resistência encontrada no interior profissão para proximidade com a temática pode ter sido reflexo da própria relação que as esquerdas partidárias tiveram com tais pautas. Realidade que passa a se modificar quando os próprios indivíduos LGBTQIAPN+ inseridos no interior da categoria profissional passam a abordar tais discussões.

Este processo só é possível diante do Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro, iniciado na década de 1960, referente a negação do Serviço Social tradicional e adoção de uma perspectiva crítica. Um dos marcos deste processo é o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) realizado em 1979, que ficou conhecido como Congresso da Virada, onde a profissão expressa publicamente pela primeira vez seu compromisso junto a classe trabalhadora e se reconhece enquanto tal (Abramides, 2019). Têm-se assim a articulação do projeto profissional junto a um projeto societário contrário às diferentes formas de exploração e opressão, ainda que isso não tenha significado a adoção imediata dos debates de diversidade sexual e de gênero pela profissão (Cisne, Santos, 2018).

De acordo com Duarte (2014) foi no interior do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) que surgiram novos caminhos reflexivos à profissão, onde em 1980 uma geração de estudantes passaram a pautar a temática de sexualidade no interior dos encontros e eventos estudantis. Tais pautas aos poucos foram ganhando espaço no interior da categoria profissional, em 1993, por exemplo, temos a publicação do Código de Ética do/a Assistente Social que em seu XI princípio fundamental demarca o exercício profissional sem discriminar ou ser discriminado por “opção sexual” (Cisne, Santos, 2018). Ainda que o termo seja utilizado de maneira incorreta, por não se tratar de uma escolha, foi um grande avanço à categoria.

Almeida (2009) também irá destacar alguns elementos que colaboraram para tal aproximação, sendo eles: i) a reformulação da grade curricular do curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1990, com a inserção da disciplina de movimentos sociais e proximidade junto ao movimento LGBTQIAPN+ da época; ii) o papel estratégico do MESS junto a estas abordagens na formação profissional de futuras assistentes sociais; e iii) a presença histórica de indivíduos LGBTQIAPN+ nos cursos de Serviço Social, contribuindo para inclusão de tais debates nos encontros estudantis da categoria.

Como já apontado, a partir dos anos 2000 a progressão desse debate, bem como a defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+ se torna cada vez mais recorrente, sobretudo através das entidades representativas do Serviço Social. Tem-se, por exemplo, através do CFESS, um conjunto de Resoluções que versam sobre a temática, como é o caso da *Resolução nº 489/2006* que estabelece a vedação de posicionamentos discriminatórios ou preconceituosos por orientação sexual no âmbito do exercício profissional; *resolução nº 594/2011*, que trata da revisão do Código de Ética

---

<sup>291</sup> Tais dados são contabilizados por voluntários, através de notícias em sites e mídias digitais, visto que não há registros governamentais a respeito das mortes deste segmento, o que dificulta ter uma percepção geral de tal realidade: “Reconhecemos que tais estatísticas são subnotificadas, pois muitas vezes é omitida a orientação sexual ou identidade em tais publicações fúnebres.” (GGB, 2024, p. 1).

Realização:



Apoio:





Profissional de 1993 com a alteração do termo “opção sexual” por orientação sexual e adição do termo identidade de gênero no documento; *Resolução nº 615/2011* - revogada pela *Resolução nº 785/2016* -, que se refere à inclusão do nome social da assistente social que se reconheça como travesti ou transexual; *Resolução nº 845/2018*, que dispõe sobre a atuação profissional frente ao processo transexualizador; e *Resolução nº 1.095/2025*, que isenta a assistente social travesti ou transexual da nova via do DIP decorrente da alteração da situação civil e inserção do nome social.

Assim como um conjunto de materiais elaboradas pelo Conselho, como é o caso do *CFESS Manifesta* que conta, de 2007 até o presente momento, com 13 documentos que retratam os posicionamentos referentes à questão da diversidade sexual e de gênero, sendo eles: O amor fala todas as línguas (2007); CFESS na luta pela livre orientação e expressão sexual (2008); Visibilidade lésbica: respeito à liberdade de expressão sexual (2009); Liberdade de orientação sexual, não à homofobia! (2010); O amor exige expressão e reverência coletiva (2010); A nossa luta é todo dia contra a homofobia (2011); Assistentes sociais em defesa da diversidade humana (2011); Dia mundial do orgulho LGBT (2012); O direito a identidades trans (2013); Assistentes sociais contra a violência e por direitos de pessoas LGBT (2015); Família é diversidade pelo direito de amar e conviver (2017); Dia Nacional da Consciência Negra: Novembro negro arco-íris (2019); e Dia Nacional da visibilidade lésbica: Vivas, visíveis e livres (2023). E a série de cadernos “*Assistente Social no combate ao preconceito*” que conta com 9 edições: O que é preconceito (2016); O estigma do uso de drogas (2016); Racismo (2016); Transfobia (2016); Xenofobia (2016); Machismo (2019); Discriminação contra a pessoa com deficiência (2019); Discriminação contra a população usuária da saúde mental (2022) e Capacitismo (2025).

No âmbito da formação profissional - através da ABEPSS -, em 2010 temos a criação do *Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social”*<sup>292</sup> e em dezembro de 2014, durante o XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, a aprovação da inclusão de pelo menos uma disciplina obrigatória na graduação para abordagem de tais relações.

Entretanto, ressalta-se que ainda hoje encontramos lacunas a respeito de tal debate no interior da profissão e, em específico, na formação profissional em Serviço Social (Lima, 2014; Eurico et al., 2021), onde o mesmo é visto de forma polêmica por segmentos conservadores da profissão, seja de maneira velada ou não, assim como há a defesa de que a temática se refere ao campo subjetivo, de ordem individual e/ou pós-moderno. Sobre isto, Ferreira e Irineu (2024) apontam que os currículos ainda investem pouco em discussões a respeito da diversidade sexual e de gênero, fazendo com que alguns equívocos teóricos e ético-políticos se mantenham.

Tais problemáticas também são recorrentes no cotidiano profissional, em diferentes espaços sócio-ocupacionais, em que:

A negativa e/ou despreparo do atendimento de casos emblemáticos de violência homoesbotransfóbica, a não utilização do nome social da travesti e do/ da transexual, assim como a proibição do uso de roupas referentes ao gênero que se identifica, a dificuldade no uso de banheiros femininos e/ou masculinos de acordo com a identidade de gênero, as “chacotas” com os traços de lésbicas e gays e, no geral, a invisibilidade das questões específicas dos segmentos LGBT’s dão conta do afastamento desta população dos serviços públicos (Silva, 2015, p. 60).

<sup>292</sup> Inicialmente como “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades” (2010 a 2016), depois como “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades” (2016-2018) e por fim, como, “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades” (2018 a 2024).

Realização:



Apoio:





Sabe-se que as profissionais assistentes sociais atuam de maneira direta no atendimento de questões oriundas de diferentes situações de preconceito e discriminação. Para Menezes e Santos (2017), ainda, a profissão deve buscar romper com as ordens morais impostas pela sociedade, buscando a emancipação humana e construção da cidadania de tais indivíduos. Apesar dos avanços e iniciativas importantes ao debate, o conservadorismo se mantém firme nos discursos e práticas acadêmicas e profissionais do Serviço Social.

De acordo com Menezes e Santos (2017), faz-se necessário, desta forma, compreender as potencialidades da profissão no trabalho junto ao público LGBTQIAPN+, visto o arsenal de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para o atendimento e acompanhamento desses sujeitos, suas famílias, comunidade e sociedade de forma geral. A atuação profissional interdisciplinar merece destaque neste contexto, tendo em vista que o combate à homofobia/LGBTQIAPN+fobia não compete apenas ao Serviço Social.

Os autores também apontam a necessidade do desenvolvimento de pesquisas a respeito da diversidade sexual e de gênero, assim como espaços de formações e capacitações que possam auxiliar a atuação profissional no rompimento com preconceitos advindos da ausência de conhecimento ou proximidade com tais debates. Ademais, ressaltam a importância da criação de resoluções, campanhas e participação em eventos que busquem o reconhecimento dos direitos dessa população e repensar a prática interventiva, compreendendo quais as contribuições da profissão para a população LGBTQIAPN+ (Menezes; Santos, 2017).

### Considerações finais

Historicamente é notável os avanços que tais debates obtiveram na cena contemporânea, seja na sociedade em geral, ou no interior da própria profissão. No entanto, cabe ressaltar que foram as lutas sociais e resistência desses próprios indivíduos que abriram espaço para tais possibilidades, através de sua organização política e reivindicações, destacando suas vivências e particularidades.

O Serviço Social sendo uma profissão comprometida com seu Projeto Ético Político vem ao longo das últimas décadas - e sobretudo através de suas entidades representativas -, se empenhando para tal aproximação, em conjunto com os movimentos e organizações sociais, na elaboração de subsídios normativos e/ou informativos para auxiliar nesta relação, na construção de eventos e demais espaços de discussões sobre a temática, produção de campanhas e outros. Apesar de tais avanços, inúmeros desafios ainda se fazem presentes, oriundos do preconceito e/ou desconhecimento da importância da compreensão de tais relações que compõem a totalidade de nossa sociabilidade, sendo elas de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade.

### Referências:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro**: ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.

ALMEIDA, Guilherme Silva de. Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos/as assistentes sociais. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 9, p.117-141, jul./dez. 2009.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em:

Realização:



Apoio:



<<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>.  
Acesso em: 04 abr. 2025.

BENEVIDES, Bruna G. (org.). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília. ANTRA, 2024. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2025.

CAMPOS, Euler Antonio. **Serviço social e a livre orientação sexual e de identidade de gênero: análise crítica a partir das dimensões constitutivas da profissão**. 2024. 151f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara. Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018

DUARTE, Marco José de Oliveira. Diversidade sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. **Temporalis**, Brasília, v. 14, n. 27, p. 77-98, jan./jun. 2014.

DUARTE, DUARTE, Marco José de Oliveira; FERNANDES, Carolina Pereira. Serviço social e diversidade sexual: o estado da arte. In: DUARTE, Marco José de Oliveira *et al.* (org.). **Sexualidades & Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023. p. 202-223.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. (Trad. Nélcio Schneider). São Paulo: Boitempo, 2019.

EURICO, Marcia Campos *et al.* Formação em serviço social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 42, p. 293–303, 2021.

FERREIRA, Guilherme Gomes; IRINEU, Bruna Andrade. **Diversidade sexual e de gênero e marxismo**. São Paulo: Cortez, 2024.

GGB. **Dossiês elaborados pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil**. GGB (Grupo Gay da Bahia). Brasil. GGB, 2024. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

IRINEU, Bruna Andrade *et al.* Crise capitalista, questão social no Brasil e diretrizes curriculares da ABEPSS. Brasília (DF): **Temporalis**, Brasília, n. 42, p. 6–15, jul/dez, 2021.

IRINEU, Bruna Andrade. A política pública LGBT na agenda dos governos PT no Brasil: Tensões entre o “ineditismo” e a política conciliatória. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 24, n. 2, p. 566-583, jul./dez., 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/39486/30155>. Acesso em: 08 jan. 2025.

MARCELINO, Sandra Regina de Souza. Questões contemporâneas: a homossexualidade e os novos sujeitos como desafios para o serviço social. In: FAZENDO GÊNERO, 9, 23 a 26 de agosto de 2010, Florianópolis. **Anais [...]**.

Realização:



Apoio:



Florianópolis, UFSC, NEG, 2010. Disponível em:  
<[http://www.fg2010.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1315765266\\_ARQ\\_UIVO\\_FAZENDOGENEROTEXTOFINAL.pdf](http://www.fg2010.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1315765266_ARQ_UIVO_FAZENDOGENEROTEXTOFINAL.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2025.

MENEZES, Moises Santos; SILVA, Joilson Pereira. Serviço social e homofobia: a construção de um debate desafiador. **Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 122-129 jan./abr., 2017. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/rk/a/nMSMsXzbQ4nDHG3Mskm4BLm/abstract/?lang=pt#:~:text=O%20debate%20visa%20problematizar%2C%20a%20C3%A9m,o%20Servi%C3%A7o%20Social%20na%20contemporaneidade>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MESQUITA, Marylucia MATOS, Maurílio Castro de. “O amor fala todas as línguas assistente social na luta contra o preconceito” - Reflexões sobre a campanha conjunto CFESS/CRESS. **Em Pauta – Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 131-146, dez, 2011. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2938/2102>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Acontece Arte e Política LGBTI+; Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA; Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos - ABGLT. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022**. Florianópolis: Acontece; ANTRA; ABGLT, 2023. Disponível em:  
<<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>>. Acesso em: 28 de jan. 2025.

MOURA, Clovis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, 1994. Disponível em:  
<[https://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina\\_inicial/Biblioteca/70\\_O\\_racismo\\_como\\_arma\\_ideologica\\_de\\_dominacao\\_Clovis\\_Moura\\_.pdf](https://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/70_O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura_.pdf)>. Acesso em: 01 de mar. 2025.

MOURA, Clovis. População, miscigenação, identidade étnica e racismo. In: MOURA, Clovis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Graboys, 2014. p. 173-232.

NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Realização:



Apoio:



## DE BOM ESCRAVO A MAU CIDADÃO: Clóvis Moura e a “questão social” no Brasil

Mariana Bellozi D. de Souza<sup>293</sup>

Mariana Leite Péres<sup>294</sup>

**Resumo:** O presente trabalho visa aproximar-se das contribuições da obra de Clóvis Moura a fim de compreender a “questão social” na particularidade brasileira. Para tanto, vale-se metodologicamente de pesquisa bibliográfica, com enfoque em “O negro: de bom escravo a mau cidadão?” (Moura, 1977), a fim de refletir sobre o processo de transição do escravismo para o capitalismo no Brasil que leva a população negra da escravidão à marginalização. Busca, assim, discorrer acerca das relações sociais de raça e classe na conformação da “questão social” na particularidade brasileira a fim de colaborar na formação antirracista do Serviço Social.

**Palavras-chave:** Raça; Classe; Clóvis Moura; “Questão Social”; Serviço Social.

**Abstract:** This paper aims to explore the contributions of Clóvis Moura's work in order to understand the "social question" within Brazilian contexts. To this end, it draws methodologically on bibliographical research, focusing on "O negro: de bom escravo a mau cidadão?" (Moura, 1977), to reflect on the transition from slavery to capitalism in Brazil, which led the black population from slavery to marginalization. Thus, it seeks to discuss the social relations of race and class in shaping the "social question" within Brazilian contexts, with the aim of contributing to the anti-racist development of Social Work.

**Keywords:** Race; Class; Clóvis Moura; “Social Question”; Social Work.

### Introdução

O presente trabalho visa aproximar-se das contribuições da obra de Clóvis Moura a fim de compreender a “questão social” na particularidade brasileira. Para tanto, vale-se metodologicamente de pesquisa bibliográfica, com enfoque em “O negro: de bom escravo a mau cidadão?” (Moura, 1977), a fim de refletir sobre o processo de transição do escravismo para o capitalismo no Brasil que leva a população negra da escravidão à marginalização. Busca, assim, discorrer acerca das relações sociais de raça e classe na conformação da “questão social” na particularidade brasileira a fim de colaborar na formação antirracista do Serviço Social.

À nível de destaque, em 13 de Março de 1993 é aprovada a resolução do Conselho Federal de Serviço Social de número 273 (CFESS, 1993) que discorre sobre o Código de Ética Profissional de assistentes sociais no Brasil. Elaborado e aprovado de forma ampla pela categoria profissional, o documento traz em sua introdução o contexto social em que o país se encontra nos anos 1990 e que reflete, dentre outros elementos, a necessidade de reforçar a democracia para além de uma ideia escrita em um papel, vide a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Nesse sentido, a defesa da democracia, na compreensão da categoria profissional, passa pela defesa de políticas públicas universais e de qualidade, que atendam às demandas da classe

<sup>293</sup> Graduada e Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: maribellozi@hotmail.com

<sup>294</sup> Assistente Social, Graduada e Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: marianalperes@hotmail.com.

Realização:



Apoio:



trabalhadora, considerando suas particularidades. De acordo com o este Código de Ética (CFESS, 1993), em sua parte introdutória:

A revisão do texto de 1986 processou-se em dois níveis. Reafirmando os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social. Em segundo lugar, cuidou-se de precisar a normatização do exercício profissional de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população, preservando se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do/a usuário/a (CFESS, 1993, p. 21).

A partir disso, considera-se que a análise aproximada da realidade brasileira em suas particularidades, tendo como eixo central a “questão social”, vai ao encontro com o tema deste seminário e com a proposta do Código de Ética (CFESS, 1993). Vide que o debate acerca das “Lutas Sociais, Democracia e Serviço Social” é defendido de forma explícita por este documento, pela afirmação do item IV, em que a “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 1993, p. 23) é caracterizado como princípio ético-político fundamental da categoria profissional.

Pretende-se com a exposição deste artigo - fruto de investigação bibliográfica - explicitar aspectos da formação social brasileira que determinam e fundamentam a “questão social” no país. Para tanto, o enfoque será na relação dialética entre raça e classe a fim de que a presente pesquisa contribua para a perspectiva antirracista no âmbito da formação profissional do Serviço Social brasileiro. Assim, espera-se reforçar a perspectiva crítica atrelada às categorias marxianas e marxistas que dão direção teórico-metodológica à produção de conhecimento científico da área.

### **De bom escravo a mau cidadão: contribuições de Clóvis Moura para compreensão das relações sociais de raça e classe na conformação da “questão social” no Brasil**

Para destacar as contribuições de Clóvis Moura no que diz respeito à trajetória da população negra de bom escravo a mau cidadão (Moura, 1977) é necessário dar início pontuando o quão imprescindível é a compreensão da “questão social” e de suas expressões em relação às determinações da formação sócio-histórica brasileira. É neste sentido que se retorna ao passado para entender o presente. Pois, o que se entende hoje por Brasil, se inicia por uma invasão portuguesa que se apropria e expropria os povos originários deste vasto território a partir de 1500.

Posteriormente, em meados do século XVI, a colonização do “novo mundo” pelo “velho mundo” organizada pelo “comércio triangular” une a dominação e exploração dos povos indígenas a processos similares de povos originários de diferentes países da África (Williams, 1975). É o tráfico negreiro, com o genocídio e sequestro dessas populações, pelo elemento da escravidão e do racismo que permite a acumulação primitiva na colônia e sua respectiva transferência para a metrópole. É este elemento central na acumulação primitiva - o racismo - que sustenta o escravismo, e, posteriormente, o capitalismo em uma divisão social do trabalho que se baseia nas suas determinações raciais.

Realização:



Apoio:





Assim, desde os primórdios, o Brasil tem sua produção atrelada de forma dependente às necessidades estrangeiras (Moura, 2014). Em um primeiro momento, o país ocupa o lugar de dependência na lógica que até o século XVIII, enquanto colônia, o faz transferir a sua riqueza à metrópole, e após o século XIX, com a independência, como um país de economia periférica, transfere seu valor aos países centrais do capitalismo. Este histórico, longe de compôr uma análise mecanicista, não se encerra com a abolição da escravidão. Ao contrário, a passagem do escravismo para o capitalismo no Brasil transforma as relações sociais de raça para conservar o racismo enquanto elemento que constitui a lógica da divisão social do trabalho, mantendo a população negra em postos de trabalho que exigem características específicas. E que conformam, posteriormente, o perfil do conjunto da superpopulação relativa, ou seja, constitui a “questão social” e não só a expressa (Péres, 2025). Vide a finalidade da transição das relações sociais de raça no que tange ao negro, de bom escravo a mau cidadão que, segundo Moura (1977, p. 35) “foi atirado compulsoriamente aos últimos estratos da sociedade, quer onde foi integrado em uma economia de miséria”.

Moura (2014) determina a divisão do período escravocrata no Brasil como forma de compreensão e apreensão do próprio período, assim como, do momento em que há a passagem para o modo de produção capitalista e a sedimentação da utilização de mão de obra assalariada. Segundo o autor, entre aproximadamente 1550 e 1850 (ano em que entra em vigor a primeira Lei de Terras do país) estava em vigor o chamado “Escravidão Pleno”; de 1850 a 1888, ano em que foi abolida a escravidão, esteve vigente o Escravismo Tardio (Moura, 2014) - período mais intenso de transição entre o escravismo e o capitalismo. É neste contexto, do Escravismo Tardio, em que as instituições - Estado, conjunto de leis, forças coercitivas, entre outros - nacionais passam pelo processo de adaptação da racionalidade escravocrata, visando, exatamente, a manutenção da superexploração da mão de obra no Brasil sedimentada no próprio racismo.

A partir desse momento é possível vislumbrar, com mais contornos, a determinação das relações sociais de raça em relação à “questão social”. No desenrolar desse processo histórico, a “questão social” se constitui, portanto, em concomitância com o período de sedimentação da exploração de mão de obra assalariada e do modo de produção capitalista no país. Nas palavras de Moura (1988, p. 239), “a modernização avança, a economia se regionaliza, a urbanização se acentua, mas as relações escravistas e suas instituições correspondentes, finalmente a estrutura social, conserva-se intocável no fundamental”.

Quanto à definição de “questão social”, no terceiro número da Revista Temporalis (ABEPSS, 2001) encontra-se a sua definição no capitalismo, pela interpretação da teoria social crítica, em que o resgate de sua gênese se encontra no processo de acumulação capitalista. De forma que, enquanto um pólo se apropria dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida - diga-se, inédita na história da humanidade -, noutro pólo se gera uma pobreza de novo tipo a partir da exploração da força de trabalho pelo assalariamento.

Destacam-se nestas contribuições a síntese da concepção da “questão social” pelo conflito entre capital e trabalho, os determinantes universais desse processo com exemplos clássicos, e a compreensão das particularidades regionais na conformação da “questão social” em cada país específico. Sobre a última contribuição, segundo Iamamoto (2001, p. 17), com a “questão social” expressando “disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais”. E, de acordo com Netto (2001, p. 49), “a caracterização da ‘questão social’, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais”.

Realização:



Apoio:



Nesse sentido é que 20 anos após a Revista Temporalis número 3 (ABEPSS, 2001), a Revista Temporalis de número 42 (ABEPSS, 2021) resgata os elementos centrais da formação sócio-histórica brasileira para avançar na análise dos fundamentos da “questão social” no Brasil. O presente trabalho toma como ponto de partida, a compreensão advinda destas elaborações contemporâneas que analisam o país inserido na dinâmica mundial capitalista, compreendendo-o, a partir da Lei Geral de Acumulação Capitalista (Marx, 2017), junto ao racismo, que se apresenta não como expressão da “questão social” brasileira, mas como categoria estruturante da própria. Assim, joga-se luz a certas características da sociedade particulares à forma como o capitalismo se configurou no país que teve, por quase 400 anos, a escravidão de pessoas negras como política de Estado.

Não ao acaso, ao observarmos o índice de miséria ampliado e desagregado por cor ou raça (Saboia; Netto; Villacorta, 2023) verificamos que são, em sua maioria, homens e mulheres da população negra. Esse é o resultado do processo histórico do capitalismo brasileiro, que se utiliza, desde seu período de acumulação primitiva, da população negra para o rebaixamento dos salários e o aumento do exército industrial de reserva, gerando o aumento da superexploração da mão-de-obra como um todo. É nesse sentido que o exercício de aproximação à obra de Moura (1977), especialmente em suas contribuições sobre “O negro: de bom escravo a mau cidadão?”, demonstra ser de fundamental importância. Na medida em que esta obra permite refletir acerca da Lei Geral de Acumulação Capitalista, o capitalismo dependente e a formação sócio-histórica brasileira em relação à conformação da “questão social” no país.

Reforça-se, assim, a perspectiva de Mara e Bezerra (2021, p. 114), em que “o entendimento da questão social exige a percepção do movimento do capital enquanto totalidade histórico-concreta. O mesmo processo de concentração e centralização de capitais que cria o domínio e absorção dos capitais mais fracos pelos mais fortes, expressa-se na relação de subordinação entre a burguesia dos países centrais e periféricos.” Mais que isso, “tal relação, que aparece como fruto da própria lei geral da acumulação, constitui também o seu ponto de partida. (...) E o entendimento do longo período da acumulação primitiva de capitais é inseparável do papel da colonização” (Mara; Bezerra, 2021, p. 114).

O pontapé para a presente pesquisa é a reafirmação de que, a “questão social” - e suas expressões -, é a matéria da atuação profissional de assistentes sociais. Para tanto que se entende por “questão social” a concepção crítica e clássica na categoria profissional, que a considera como dinâmica resultante do modo de produção capitalista, sua forma de exploração e a luta de classes que decorre dela. Segundo Iamamoto (2001, p. 11) que “considera ser a “questão social” indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras”. A autora ainda destaca que esta questão “é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente” (Iamamoto, 2001, p. 11).

Considera-se necessário reforçar a qual concepção teórico-metodológica se filia o presente trabalho visto que é a partir dela - o materialismo-histórico-dialético, que se constrói a premissa de que, a análise da “questão social” na particularidade brasileira perpassa, necessariamente, pela análise da formação social brasileira em sua totalidade, singularidades e particularidades inclusas, de forma dialética. Nesse sentido, enfoca-se nas relações sociais de raça no contexto da formação social brasileira. Especificamente, elencando pontos de análise que discorrem sobre o período de transição entre o Escravismo Tardio e o Capitalismo Monopolista Dependente e a análise destes para a conformação da “questão social” brasileira.

Segundo Clóvis Moura em “O negro: de bom escravo a mau cidadão?” (1977), o “dilema axiológico” no qual o negro brasileiro foi colocado é o de que, enquanto população escravizada (veja, considerava-se, por tanto, o escravizado um “não-

Realização:



Apoio:



cidadão”), os negros contribuíam de forma positiva à construção da sociedade brasileira. A partir do momento em que a Abolição da Escravatura é promulgada (Brasil, 1888), essa população se torna liberta - e, por consequência, finalmente cidadãos - o negro é considerado *mau*. É este o dilema trabalhado pelo autor que demonstra, no decorrer das páginas que, ao cabo, a marginalização da população negra brasileira a partir da formação da classe trabalhadora assalariada foi um projeto (que inclusive pode-se considerar ainda estar em curso) que possuía como finalidade inicial: a) o branqueamento da população nacional; b) o rebaixamento salarial de forma universal; c) a manutenção da dependência econômica dos países centrais e antigas colônias e, por fim; d) a manutenção também da racionalidade institucional do escravismo, agora na sociedade capitalista.

É nesse sentido que o “bom escravo” representa uma visão mitológica do período do escravismo em que não havia insurreições organizadas por escravizados que eram, em tese, “apassivados” e aceitavam a condição de escravizados de bom grado. O que, inclusive, Moura (1981) desmistifica em sua publicação sobre “Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas”. De forma que, nesta obra, Moura (1981) “é precursor em sua análise da participação ativa e passiva de escravizados, livres, libertos e quilombolas, situando o trabalhador negro enquanto sujeito portador de práxis social em potencial” (Bruinjé; Péres, 2024, p. 22).

Por outro lado, o “mau cidadão” era o negro que, afastado de forma peremptória e proposital dos postos de trabalho formais, era *vagabundo, à toa, perigoso*, que não se adaptava à sociedade capitalista e sua lógica de venda da força de trabalho. Toda essa concepção *racista* está nas bases da formação social brasileira, na conformação das classes sociais e, por tanto, na “questão social”. Nas palavras do próprio autor:

O negro marginalizado, por isto, é visto através de racionalizações como sujo, incapaz de disputar com o branco a liderança da sociedade, nos seus diversos níveis. Fazem uma ligação reificada, para usarmos a terminologia lukacsiana, entre a etnia negra e a situação de pobreza, exploração e delinquência a que os seus elementos marginalizados pela sociedade capitalista chegaram, especialmente nas grandes cidades. A partir daí conclui-se que se ele se encontra presentemente marginalizado e em situação inferior ao branco, isto se deve fundamentalmente, à sua própria incapacidade e não às barragens de peneiramento que lhe foram impostas (Moura, 1977, p. 19).

Moura (1977) discorre acerca da trajetória da população negra no Brasil que no século oitocentista diz respeito ao ponto de partida da escravidão à marginalização como ponto de chegada. Assim, “o negro foi atirado compulsoriamente aos últimos estratos da sociedade, quer onde foi integrado em uma economia de miséria” (Moura, 1977, p. 35). “Quando se fala do negro brasileiro costuma-se dizer que ele foi ótimo escravo e, atualmente, é péssimo cidadão” (Moura, 1977, p. 17), é este o “juízo quase geral em todas as regiões nas quais o negro entrou como escravo e, no momento, disputa com o branco e/ou outras etnias o mercado de trabalho em nossa sociedade” (Moura, 1977, p. 17). Nesse contexto, o autor pontua como as relações raciais se transformam para conservar a determinação racial da divisão social do trabalho no país.

Se no escravismo o negro serve aos interesses dos senhores ocupando o centro da produção com a exploração da mão-de-obra escravizada, na medida em que a sociedade competitiva e o trabalho assalariado se desenvolvem no Brasil, a população negra é tensionada às margens desse processo no intuito de se desenvolver grandes massas de trabalhadores miseráveis e disponíveis para a lei geral de acumulação capitalista (Marx, 2017). Neste processo, a política de imigração de trabalhadores europeus possui papel ímpar, afinal, alia-se ao intuito da periferia absorver a superpopulação relativa advinda de países do capitalismo central - que, neste momento,

Realização:



Apoio:



já enfrentam as primeiras crises capitalistas -, ao mesmo tempo que se estabelece uma política de branqueamento da população brasileira.

Moura (1977, p. 33) questiona, então, “o que sobrou para o ex-escravo neste quadro?”, e, responde, que “exatamente o subemprego, o desemprego, a marginalização progressiva. O que sobrou para a mulher negra? Os trabalhos não qualificados de doméstica, que substituiu os da Mãe Preta e da mucama, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição forçada”, em síntese, “esta foi a realidade que o negro encontrou para resolver, com as suas próprias forças, depois de quatro séculos de escravidão”. Ainda, acerca da finalidade da transição das relações sociais de raça no que tange ao negro, de bom escravo a mau cidadão, Moura sintetiza (1977) que:

a existência do negro marginalizado por questões sócio-econômicas, oriundas da forma como a escravidão foi extinta no Brasil, e do negro conscientizado, que procura resolver a sua problemática, mesmo nos quadros da atual sociedade, criou a imagem do mau cidadão negro. Imagem que é apenas uma racionalização negativa, plasmada pelas classes dominantes para continuarem a usá-lo como exército industrial de reserva e contingente de mão-de-obra não qualificada que pode ser comprada a baixo preço quando lhes convier (Moura, 1977, p. 47).

Em resumo, Moura (1977) contribui para compreender as relações sociais de raça e classe na conformação da “questão social”, especialmente, pelos elementos apontados sobre o processo de transformação do negro escravizado em negro marginalizado a fim de manter as relações sociais de raça. De forma que é essa transformação que conforma a população negra na produção progressiva de uma superpopulação relativa no Brasil, assentada no racismo. Ademais, “a contribuição de Clóvis Moura é profícua no entendimento da questão social no Brasil, pois desvela as particularidades vivenciadas em nosso território a partir da formação social, submetidas às determinações das relações sociais de produção” (Silva; Fagundes, 2022, p. 230).

## Considerações Finais

Concluimos esta pesquisa bibliográfica com a certeza de que o pensamento mouriano apresenta um potencial profícuo para as pesquisas em Serviço Social, principalmente aquelas que considerem as particularidades da formação social brasileira em seus estudos. Encontramos nas pesquisas realizadas pelo autor - especialmente em “O negro: de bom escravo a mau cidadão?” (Moura, 1977) - um caminho histórico que joga luz, de forma crítica e rigorosa, ao caráter determinante das relações sociais de raça na conformação do modo de produção capitalista brasileiro e que, por muito tempo foi negligenciado pela categoria profissional considerando, proporcionalmente, a importância dessa dinâmica social. Ao considerar as contribuições de Moura, reforça-se a compreensão científica do racismo como arma ideológica de dominação para fins de exploração no que tange a conformação da “questão social” na particularidade brasileira. Mais que isso, reforça-se a necessidade política da unidade da luta antirracista e anticapitalista neste país.

Ao mesmo tempo, reforça-se aqui, a coerência teórica do Serviço Social brasileiro que considera, acertadamente, a “questão social” e suas expressões o objeto de intervenção profissional. Considerando as produções recentes, pode-se concluir que as relações sociais de raça possuem caráter determinante na “questão social” na particularidade brasileira e não ocupam, apenas, a posição de expressões. São essas particularidades que ditam a forma como a superexploração da força de trabalho se configura no país e, mantém a dependência dos países de economia central se efetivando de forma perene. Nesse sentido, a defesa da centralidade da “questão social”

Realização:



Apoio:



para o Serviço Social brasileiro ao considerar as contribuições de Moura (1977) aponta a necessidade de considerar a centralidade das relações sociais de raça na particularidade brasileira. Contribuindo, assim, para a qualificação da formação antirracista no âmbito do Serviço Social brasileiro.

## Referências

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. **Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 3, 2001.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 42, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei Imperial n. 3.353**, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro: Paço do Senado, 1888.

BRUINJÉ, A. L. T.; PÉRES, M. L. “Rebeliões da Senzala” e as contribuições ao Serviço Social: uma reanálise da gênese da “questão social” no Brasil. **Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 8, n. esp. Anais do IV Encontro Norte Mineiro de Serviço Social, 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 9-32, jan./jun., 2001.

MARA, Eduardo; BEZERRA, Lucas. A busca como medida: a questão social na formação social brasileira. **Temporalis**, Brasília, v. 21, n. 42, p. 110-125, dez., 2021.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clovis. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1977.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições e guerrilhas. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 41-50, jan./jun., 2001.

PÉRES, Mariana Leite. **Os fundamentos da “questão social” na particularidade brasileira**: análise da produção de conhecimento contemporânea do serviço social

Realização:



Apoio:





(2014-2023) acerca das relações sociais de sexo, raça e classe no marco do capitalismo. 2025. 142f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025.

SABOIA, João; NETO, João Hallak; VILLACORTA, Victor Nobre. Índice de miséria ampliado e desagregado por cor ou raça e sexo. **Texto para Discussão 002/2023** do Instituto de Economia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, Sandra Regina Vaz da; FAGUNDES, Gustavo. **Clóvis Moura e a questão social no Brasil**. Katálisis, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 222–231, maio/ago., 2022.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1975.

Realização:



Apoio:



## **RACISMO, ESTADO E SILÊNCIO: a memória das mães como ato político**

Debora Marcele Borges Diniz<sup>295</sup>  
Carolina Neves Raphael dos Santos<sup>296</sup>  
Brune de Oliveira Tavares<sup>297</sup>  
Ariane Chaves Magalhães<sup>298</sup>

**Resumo:** O presente artigo analisa as contradições entre o discurso de proteção integral e a prática violadora do sistema socioeducativo, com foco no caso de Andreu, adolescente negro torturado e assassinado por agentes do DEGASE. A partir do relato de sua mãe, Deize Carvalho, discute-se a violência institucional como expressão da necropolítica que extermina a juventude negra. O estudo evidencia como o racismo estrutural orienta práticas estatais punitivas e seletivas. A memória das vítimas, mobilizada por familiares, torna-se instrumento de resistência. Nesse contexto, o Serviço Social é convocado a adotar uma postura ética, antirracista e de defesa da vida.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Racismo; Memória; Necropolítica e Juventude negra.

**Abstract:** This article analyzes the contradictions between the discourse of full protection and the abusive practices of the Brazilian socio-educational system, focusing on the case of Andreu, a Black teenager tortured and killed by DEGASE agents. Based on the account of his mother, Deize Carvalho, the discussion highlights institutional violence as an expression of necropolitics targeting Black youth. The study shows how structural racism shapes punitive and selective state practices. The memory of victims, mobilized by families, becomes a tool of resistance. In this context, Social Work is called to adopt an ethical, anti-racist stance committed to the defense of life.

**Keywords:** Socio-education; Racism; Memory; Necropolitics; Black youth.

### **Introdução**

“Periculoso é o Estado.” A frase de Deize Carvalho (DeizECA), mãe do jovem Andreu, assassinado aos 17 anos por agentes do DEGASE em 2008, escancara a perversidade estrutural que marca o controle e o extermínio de corpos negros no Brasil. Sua voz representa tantas outras mães que perderam seus filhos para o braço armado do Estado e que transformam a dor em denúncia e resistência frente ao apagamento promovido por instituições que historicamente criminalizam essas existências.

Segundo Deize (2024), Andreu foi vítima de tortura e faleceu em decorrência das agressões praticadas por agentes do DEGASE. Os responsáveis alegaram que a violência teria sido motivada por uma suposta agressão a um monitor, tentando justificar os atos cometidos. Foram utilizados diversos objetos nas agressões e, posteriormente, os agentes afirmaram que não houve intenção de provocar sua morte. Entretanto, em seu livro, Deize afirma reconhecer no sistema socioeducativo práticas recorrentes de tortura, que, segundo ela, “sempre aconteceram e sempre acontecerão”, e declara seu

<sup>295</sup> Bacharelanda em Serviço Social/UERJ

<sup>296</sup> Bacharelanda em Serviço Social/UERJ

<sup>297</sup> Bacharelanda em Serviço Social/UERJ

<sup>298</sup> Bacharelanda em Serviço Social/UERJ

Realização:



Apoio:



compromisso de lutar por justiça não apenas por Andreu, mas por todos os adolescentes que tiveram seus direitos violados.

De acordo com dados do SINASE (2024), 63,8% dos adolescentes em medidas socioeducativas privativas ou restritivas de liberdade são pardos ou negros, enquanto apenas 22,3% são brancos. Outro dado alarmante é que, em 2023, 60 jovens entre 15 e 29 anos foram assassinados por dia no Brasil — um total de 21.856 vítimas, o que representou 47,8% dos homicídios registrados no país, conforme apontado pelo Atlas da Violência 2025. Tais dados evidenciam a criminalização sistemática da juventude negra, tratada como inimiga pública.

A atuação do Estado se dá, muitas vezes, de forma violadora, como no caso de Andreu, torturado e morto dentro de uma unidade do DEGASE, episódio que, longe de ser exceção, compõe um padrão de repressão e controle sobre jovens negros, pobres e periféricos. Tereza Cristina e Ana Carolina (2016) observam que o Estado responde às expressões da questão social étnico-racial por meio da criminalização da pobreza, construindo o corpo negro como ameaça a ser vigiada ou eliminada.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo evidenciar como a violência opera a partir de uma lógica racista e seletiva, no âmbito do sistema socioeducativo brasileiro, sustentada por um projeto histórico de exclusão da juventude negra. A construção deste trabalho teve como ponto de partida o relato de Deize Carvalho sobre o caso de seu filho Andreu, compartilhado durante uma roda de conversa promovida pelo Projeto de Extensão “Famílias na Socioeducação” da UERJ sob coordenação da Profa. Dra. Ionara Fernandes. Mães como Deize Carvalho rompem o silêncio, transformando a dor em luta por justiça. A memória, nesse contexto, torna-se ferramenta política de enfrentamento ao racismo e de combate à violência institucional.

O texto está dividido em três tópicos principais. O primeiro aborda a memória histórica e o racismo institucional, destacando a face perigosa do Estado, que deveria ser garantidor de direitos, mas frequentemente atua como violador. O segundo tópico trata da importância da memória para as mães e familiares vítimas da violência estatal, analisando como essas famílias utilizam a memória como instrumento de resistência, conforme refletido por Lélia Gonzalez. Por fim, o terceiro tópico discute o fracasso do sistema socioeducativo e os desafios enfrentados pelo Serviço Social, uma categoria profissional presente nas unidades socioeducativas e que tem como um de seus pilares fundamentais a luta intransigente pelos direitos humanos.

### **Memória histórica e o racismo institucional: perigoso é o Estado, desde que o Estado é colônia**

A história do Brasil é marcada por uma complexa teia de racismo institucional que permeia as estruturas de poder e as instituições do Estado. A origem da Polícia Militar no Rio de Janeiro, criada no século XIX para assegurar tranquilidade à coroa portuguesa e controlar a população escravizada, ilustra como o aparato estatal sempre atuou para manter a ordem racial e social. Com o tempo, esse controle assumiu novas roupagens, mas manteve a mesma lógica repressiva e seletiva, voltada especialmente contra as populações negras e pobres.

Nesse contexto, o conceito de necropolítica, desenvolvido por Achille Mbembe (2018), torna-se uma ferramenta fundamental para compreender como o Estado administra a vida e a morte das populações consideradas indesejáveis. No Brasil, essa política de morte se concretiza na atuação violenta da Polícia Militar nas favelas, nas execuções arbitrárias, na criminalização dos territórios periféricos e na sistemática violação de direitos. Jovens negros são vistos como alvos legítimos da repressão estatal, muitas vezes sem qualquer chance de defesa.

O caso de Andreu, adolescente negro torturado e assassinado por agentes do DEGASE, é exemplo concreto da atuação necropolítica do Estado brasileiro. Assim

Realização:



Apoio:



como ele, João Pedro, executado dentro de sua casa em 2020, os 5 jovens assassinados pela polícia no Rio de Janeiro em 2015, quando saíram para comemorar o primeiro salário de um deles e tantos outros jovens negros assassinados revelam a face cruel de um Estado que decide quem pode viver e quem deve morrer, com base em critérios racializados.

A atuação do Estado sobre esses corpos não se limita à violência física, mas também se expressa através da omissão, do abandono institucional e da negação de direitos básicos, como saúde, educação, moradia e trabalho digno. O racismo estrutural, herança direta do período escravocrata, molda profundamente a questão social brasileira, como afirma Iamamoto (2017), sendo impossível compreendê-la sem considerar suas determinações raciais. Assim, a exclusão da juventude negra não é acidental, mas estruturada por um projeto político que naturaliza o encarceramento, o extermínio e o abandono como estratégias de controle social.

De acordo com Deize (2024), os adolescentes são tratados como números no Degase, como forma de criminalização da pobreza. Ela faz tal afirmação a partir de sua vivência direta das constantes violações de direitos por parte do Estado, que assassinou seu filho de forma brutal e lhe negou justiça. Para Deize, o sistema socioeducativo se revela como um instrumento de violência institucional e racismo estrutural, onde jovens negros e periféricos são desumanizados e descartados. Sua denúncia, portanto, não se limita à morte de Andreu, mas escancara a lógica necropolítica que opera no cotidiano das instituições que deveriam proteger e educar.

A memória, neste cenário, emerge como um campo de disputa essencial. Como aponta Lélia Gonzalez (1984), ela é ferramenta de resistência e possibilidade de restituir histórias apagadas pela violência e pelo silêncio institucional. A experiência de mães como Deize Carvalho, que transformam a dor em denúncia pública e enfrentamento político, reafirma o papel da memória como instrumento de luta contra o apagamento e contra a desumanização da juventude negra. Se o Estado mobiliza estruturas para aniquilar esses corpos, essas mães erguem suas vozes para denunciar a violência e exigir justiça, tornando a memória de seus filhos uma forma radical de resistência.

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) são herdeiros diretos dessa longa tradição repressiva. Embora a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegurem direitos e proteção integral, a prática revela um abismo entre o discurso e a realidade. O caso de Andreu expõe essa contradição: um jovem que deveria ser protegido pelo Estado foi brutalmente assassinado por aqueles encarregados de sua ressocialização. A persistência dessas práticas demonstra como, mesmo em tempos democráticos, o Estado segue operando por uma lógica punitivista, seletiva e racista.

Nesse cenário, é preciso reafirmar a urgência de um debate público comprometido com a responsabilização do Estado, a reparação histórica e a valorização da memória como prática política. Entender a atuação das instituições não apenas como falhas isoladas, mas como parte de um projeto de exclusão racial estruturado historicamente, é o primeiro passo para romper com o pacto do silêncio e da impunidade que sustenta o genocídio da juventude negra no Brasil.

## **O papel da memória para as mães e familiares de vítimas**

A experiência de Deize, uma mãe que teve seu filho Andreu assassinado, após longa sessão de tortura, emerge como um potente caso para compreender o papel multifacetado da memória, justiça e reparação. Seu relato não apenas ilustra as complexidades destes temas, mas também dialoga profundamente com as análises de Adriana Vianna e Juliana Farias em "A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional" e com a perspectiva de Lélia Gonzalez (1984), em seu artigo, intitulado, *Racismo e sexismo na cultura brasileira*.

Realização:



Apoio:



Lélia Gonzalez (1984), ao conceituar a memória como o "não-saber que conhece" e o "lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita" (Gonzalez, 1984, p. 226), oferece o arcabouço para entender essa busca de Deize por uma verdade que o discurso dominante e o Estado tentam ocultar. A memória, para Deize, é mais do que uma mera lembrança pessoal, constitui como um ato de resistência e dignificação da sistemática violência causada. Sua ênfase, é na necessidade de referências de luta, simbologias de amor e reconstrução para adolescentes, que cumprem medidas socioeducativas, em suma maioria corpos negros e periféricos. Podemos notar, que a figura da "mãe preta" ressignificada, por Gonzalez (1984), como a verdadeira mãe da cultura brasileira que transmite os valores e a língua - memória - se mostra tão presente.

A construção da memória coletiva não se dá de forma espontânea, mas por meio de disputas e significações sobre os acontecimentos do passado. Nesse processo, os lugares de memória – sejam eles físicos, simbólicos ou institucionais – exercem um papel fundamental na preservação e na transmissão dessas lembranças para as gerações futuras. Segundo Pierre Nora (1984), lugares de memória são espaços onde a memória se cristaliza e se refugia, frente ao esquecimento imposto por certas narrativas hegemônicas. Nesse sentido, ações como a criação de monumentos, homenagens ou instituições dedicadas a vítimas da violência de Estado atuam como formas de resistência e reivindicação de reconhecimento histórico.

A intenção dessa mãe e mulher negra de criar um instituto e uma estatueta com o nome de Andreu no DEGASE — revelada por Deize durante a roda de conversa promovida pelo projeto de extensão Famílias na Socioeducação (FMSE/UERJ) — representa mais do que um gesto simbólico: trata-se de um marco de resistência e memória. Para Deize, esse ato funciona como um lembrete da tortura vivida por seu filho e de sua própria persistência enquanto mãe que se tornou uma "pedra no sapato do Estado". Tal iniciativa se insere na construção do que Vianna e Farias (2011) denominam "biografias afetivas e morais", estratégias que desafiam a lógica da necropolítica e confrontam a noção de corpos e vidas considerados dispensáveis.

As diversas torturas sofridas por Andreu, as tentativas de mascarar os fatos, incluindo a manipulação no IML, demonstram o papel do Estado em "não condenar os culpados" (Vianna; Farias, 2011), que acaba por retirar a identidade e o nome de adolescente privado e/ou restrito de liberdade. Além da dificuldade de Deize em obter o laudo da autópsia, dependendo de "contatos e poder político", ilustra a complexidade dos "trânsitos burocráticos" e a "fabricação discursiva" do Estado como antagonista, conforme abordado por Vianna e Farias (2011). A afirmação de Deize, que o "DEGASE não ressocializa" e a constatação de que "o Estado utiliza esses jovens" ecoam diretamente as críticas de Lélia Gonzalez (1984) sobre a "perseguição policial sistemática" e o encarceramento como parte do "aparelho repressivo" que visa à "submissão psicológica através do medo" e à divisão do grupo dominado (Gonzalez, 1984, p. 233). A experiência de Deize é um exemplo de como o Estado terceiriza o seu papel, impõe uma responsabilização a essas famílias, o qual reflete a "culpabilidade branca" e a negação do "estatuto de sujeito humano" (Gonzalez, 1984, p. 232) em uma incansável luta por "justiça".

A pretensão de reparar uma vida é inviável, dado que a restauração da existência humana é impossível. O que pode se dispor são mecanismos (ou não) de manejar o sofrimento, em uma tentativa de reduzir as consequências. Enquanto, a forma de compensação monetária, Deize nos mostra em seu relato, a exemplificação desta lógica perversa e sua recusa em aceitar o dinheiro em troca da vida tirada de seu filho. Afirmando que "se comprasse algo com o dinheiro da reparação, veria o sangue do filho", assim sua busca por reparação é através do reconhecimento público do caso e da condenação do Estado. A proposta de criar um instituto e uma estatueta em nome de Andreu no DEGASE representa esta forma "reparação", que visa "perpetuar a

Realização:



Apoio:





relação que foi interrompida e o futuro que foi roubado" (Vianna; Farias, 2011), alinhando-se à perda dos "netos que não conhecemos" mencionada por Vianna e Farias (2011) e que a mesma sofreu.

A busca incessante, desta mãe, por trazer de volta as heranças da vida que deixou de viver com seu filho e neto, oculta o processo de adoecimento e de produção de dor e culpa pelo Estado, e ressaltam o impacto na "função materna" (Gonzalez, 1984, p. 235). A formação de Deize em Direito e seu trabalho com o desencarceramento, utilizando seus próprios recursos para ajudar outras mães e familiares vítimas do Estado, o que segundo Lélia Gonzalez (1984) demonstram a "restituição de uma história que não foi escrita" e a "transformação de sua dor em luta" social. A profunda dor que Deize sentiu levou a cogitar atitudes extremas, como a de autoimolação, que ilustram a "estética específica do sofrimento" e a força da transformação do luto em ação política (Vianna; Farias, 2011).

### **Entre a punição e o silêncio: o fracasso do sistema socioeducativo e os desafios do Serviço Social**

O sistema socioeducativo brasileiro, embora juridicamente fundamentado na proteção integral, funciona na prática como extensão do sistema penal, reproduzindo repressão e punição direcionada sobretudo à juventude negra e periférica. Como destaca Bento (2022), essa atuação institucional integra um pacto da branquitude que naturaliza o racismo e silencia sobre as violências estruturais contra jovens racializados. Apesar do discurso pedagógico, o cotidiano revela vigilância, controle e negação de direitos, perpetuando práticas violentas que aprofundam as desigualdades sociais e raciais. A seletividade penal sustenta esse sistema, definindo quem é considerado perigoso e quais trajetórias são rotuladas como desviantes.

Essa realidade é fruto de experiências históricas de instituições de confinamento de adolescentes, marcadas por violências e violações de direitos. Esses espaços atualizam mecanismos de controle social herdados do período escravocrata, baseados no silenciamento, na disciplina forçada, na anulação da subjetividade e na prática da tortura. Conforme analisa Fernandes (2021), no contexto do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro, essas práticas não representam desvios, mas sim expressões estruturais da lógica punitiva direcionada a corpos racializados, revelando a permanência de dispositivos repressivos em instituições que deveriam assegurar a proteção integral.

Mesmo sob discursos pedagógicos, atuam como espaços políticos onde, como aponta Karam (2013), o poder se exerce pelo controle social e reprodução das desigualdades. Assim, o sistema socioeducativo disciplina corpos racializados, funcionando como mecanismo de gerenciamento da pobreza e do perigo social, sob a aparência de legalidade e falsas promessas de proteção.

A ideia de que as medidas socioeducativas promovem transformação e inclusão social sustenta uma aparência discursiva de cuidado e proteção, mas, na prática, esconde uma lógica de controle, vigilância e punição que atravessa o cotidiano dessas instituições. Em vez de garantir direitos e promover trajetórias emancipatórias, o sistema reproduz desigualdades, silencia vozes e reforça a exclusão de adolescentes marcados por experiências de pobreza, racismo e abandono institucional.

Essa contradição se agrava quando o próprio adolescente é responsabilizado pelos impasses ou rupturas em seu percurso na medida, como se os obstáculos enfrentados fossem resultado de falhas individuais e não expressão das ausências e violências produzidas historicamente pelo Estado. Ao desconsiderar as condições materiais, territoriais e subjetivas desses jovens, essa lógica encobre a insuficiência das políticas públicas e reafirma um projeto de contenção que criminaliza juventudes vulnerabilizadas e racializadas.

Realização:



Apoio:



Nesse contexto, o Serviço Social exerce papel estratégico que exige posicionamento ético e político diante da seletividade penal e do racismo institucional, pois uma prática tecnicista reforça desigualdades e violências que atingem principalmente a juventude negra. Pinto (2019) ressalta que o racismo é engrenagem estrutural do sistema, naturalizado em práticas institucionais e políticas seletivas, enquanto Oliveira (2016) destaca que uma prática comprometida com a justiça social deve valorizar saberes dos territórios e reconhecer as resistências de famílias e comunidades negras.

Atuar nas medidas socioeducativas demanda ações que articulem escuta sensível, produção de dados sobre desigualdades raciais e fortalecimento de vínculos com sujeitos historicamente vulnerabilizados, movimentos sociais e familiares. Como ressalta Horst (2010), o reconhecimento da família e da comunidade como protagonistas no processo socioeducativo é fundamental para a garantia dos direitos humanos e a efetivação de práticas que superem a exclusão social e o estigma. A omissão diante de mortes como a de Andreu não é apenas negligência, mas reafirma um pacto histórico de segregação e silenciamento; romper com esse pacto é tarefa urgente, que exige do/a assistente social compromisso com a memória, a dignidade e a defesa da vida da juventude negra.

### **Considerações finais**

A violência do Estado sobre corpos negros, sobretudo os que ocupam territórios periféricos, faz com que esses indivíduos permaneçam em estado de extrema vigilância. Na perspectiva de Mbembe (2011), o ataque que vem de cima é compreendido de forma que não há chances de defesa. Entretanto, quando se trata da população negra favelada no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, o ataque sem chances de defesa vem por todos os lados.

Apesar dessa realidade, famílias e sobreviventes da violência estatal reinventam suas perspectivas e ações, mesmo com poucas opções. Uma delas é o enfrentamento direto à opressão. A estrutura hierárquica do racismo que norteia nossa sociedade é capaz de transformar o algoz em herói, como é descrito de forma didática nos versos do samba-enredo da Mangueira, de 2019, "História para Ninar Gente Grande": "com versos que o livro apagou" e "tem sangue retinto pisado atrás do herói emoldurado". Entretanto, a violência que restringe escolhas também transforma dor em força, permitindo que a memória seja tratada como um instrumento poderoso na busca por justiça. O entendimento de que a justiça é seletiva e serve aos interesses da classe dominante se fragiliza quando figuras como Deizeca decidem romper com o esperado e transformam o luto em luta.

O padrão previamente estabelecido, quase como um roteiro que define quais vidas importam, perde força diante do inesperado, pois o Estado, que através da necropolítica e, conseqüentemente, do juvenicídio, espera que os resultados das próprias ações (violências estatais) virem apenas estatísticas, sobretudo diante de narrativas que, quando não há provas do contrário, são aceitas com facilidade, pois o racismo estrutural engendrou socialmente que, quanto mais melanina a pele apresenta, por osmose, mais suspeita ela será.

Dessa forma, é fundamental que as instituições públicas, o DEGASE sobretudo, como exemplificado neste artigo, sejam responsabilizadas por suas ações e que haja uma mudança significativa na forma como lidam com a violência estatal e o racismo. Além disso, é essencial que as vozes das famílias e dos sobreviventes sejam ouvidas, respeitadas e que suas lutas por justiça sejam apoiadas e amplificadas, tanto pelo próprio Estado que precisa assumir suas responsabilidades, quanto pela sociedade civil, que necessita da quebra de paradigmas de um imaginário social racista.

Realização:



Apoio:



## Referências

BENTO, Maria Aparecida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARVALHO, Deize. **Pelo fim das mortes silenciosas e invisíveis**. Rio de Janeiro: Editora Garcia, 2024.

CINCO anos de luta: em memória das cinco vítimas da Chacina de Costa Barros. **Anistia Internacional Brasil**, Informe, 28 nov. 2020. Disponível em: <<https://anistia.org.br/informe/cinco-anos-de-luta-em-memoria-das-cinco-vitimas-da-chacina-de-costa-barros/>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FERNANDES, Ionara dos Santos. **Torturas no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro**. 2021. 285 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

HORST, Cláudio. Família, socioeducação e direitos humanos: desafios para o serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 485-500, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 9-32, jan./jun., 2001.

G.R.E.S. ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA. Samba-enredo: **História pra Ninar Gente Grande**. Autoria de Leandra e Guga. Rio de Janeiro: G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira, 2019. 1 samba-enredo (4:45 min). Carnaval.

MARTINS, Tereza Cristina Santos; SANTOS, Ana Caroline Trindade dos. Criminalização e focalização como resposta à questão (social) étnico-racial: o visível invisível no exercício e na formação profissional do serviço social. In: SILVA, Jucimeire Ribeiro. (org.). **Temas contemporâneos no serviço social**: um convite à reflexão. São Cristóvão: EDUFS, 2016. p. 49–68.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez., 1993.

OLIVEIRA, Francisca Lúcia de. Serviço social e a população negra: resistências e possibilidades no combate ao racismo institucional. In: PAIVA, Angela Maria Carneiro de et al. (org.). **Raça, racismo e os desafios do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 93–111.

PINTO, Elisabeth Aparecida. Racismo e violência institucional: o desafio da atuação antirracista no serviço social. In: BRITO, Luciana Pivato de; MELLO, Maria Lúcia Silva Barroco de (org.). **Questão racial e Serviço Social**: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2019. p. 149–164.

Realização:



Apoio:



VIEIRA, Isabela. Caso João Pedro: família cobra júri popular para policiais acusados – TJ-RJ julga recurso de apelação contra decisão que absolveu agentes. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 20 maio 2025. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-05/caso-joao-pedro-familia-cobra-juri-popular-para-policiais-acusados>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 79–116, jul./dez. 2011.

KARAM, Maria Lucia. **Serviço social e democracia**: lutas e desafios. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Realização:



Apoio:



## ENTRE O ENSINAR E O APRENDER: Vivências da monitoria na disciplina de pesquisa social no curso de serviço social

Iara Porto Lima Mota<sup>299</sup>  
Kamille Oliveira Gonçalves<sup>300</sup>  
Márcia Matos Marciano<sup>301</sup>

**Resumo:** O presente artigo é um relato de experiência vivida como monitoras nas disciplinas de Pesquisa Social I e II da graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, durante os semestres letivos do ano de 2024. O trabalho visa discutir e expor a importância do processo de monitoria durante a graduação de Serviço Social e, em especial, debater sobre a importância do caráter investigativo da profissão a partir de seus fundamentos teórico-metodológicos e da Lei de Regulamentação da profissão.

**Palavras-chave:** Formação profissional. Monitoria. Serviço Social. Pesquisa Social

**Abstract:** This article presents a reflective account of the experience as teaching assistants in the undergraduate Social Work courses "Research I" and "Research II" at the Federal University of Juiz de Fora during the 2024 academic year. It seeks to examine the relevance of teaching assistantship within the context of Social Work education and, more specifically, to explore the significance of the profession's investigative dimension, grounded in its theoretical-methodological foundations and the legal framework that governs professional practice.

**Keywords:** Professional education; Teaching assistantship; Social Work; Social research

### Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar a experiência enquanto monitoras de três alunas da graduação da faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora nas disciplinas de Pesquisa Social I e Pesquisa Social II durante os semestres letivos do ano de 2024, contando com duas turmas em cada disciplina.

Segundo o artigo 84 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, "Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos." (Brasil, 1996). Na UFJF, o Programa de Monitorias prevê que a monitoria tem como objetivo "despertar no aluno interesse pela carreira docente e assegurar a cooperação do corpo discente com o corpo docente nas atividades de ensino." (UFJF, 2016)

No primeiro período do ano de 2024, nós, enquanto alunas da graduação, despertamos este interesse e ingressamos no programa de monitoria da faculdade de Serviço Social. Além disso, o interesse pela disciplina escolhida também foi parte significativa da nossa decisão. A disciplina de Pesquisa Social I tem como ementa "As

<sup>299</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: iaraporto@estudante.ufff.br

<sup>300</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: kamille.goncalves@estudante.ufff.br

<sup>301</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: matos.marcia@estudante.ufff.br

Realização:



Apoio:





formas de conhecimento e o trabalho científico. O rigor teórico-metodológico na construção do conhecimento. A pesquisa e a produção do conhecimento no Serviço Social e nos projetos.”, enquanto a de Pesquisa Social II “Revisão do projeto de pesquisa. Investigação, sistematização e análise dos dados coletados. Apresentação da pesquisa com a elaboração do relatório final” (UFJF, 2023). Ambas as disciplinas foram ministradas pela mesma professora e teve o mesmo grupo de monitoras, sendo a primeira no primeiro semestre de 2024 e a segunda no segundo semestre do mesmo ano. Ao expor nossa experiência buscamos compartilhar, como ela fortalece a compreensão ainda mais aprofundada dos conteúdos programáticos das disciplinas em que a atividade é exercida, e, ainda, afirmar o Programa de Monitoria enquanto eficaz para despertar o interesse pela carreira docente e na formação dos estudantes que têm a possibilidade de contar com os monitores, na medida em que esses conseguem em muitos casos, construir diálogos mais próximos com os alunos matriculados no período.

O artigo se estrutura com duas partes de desenvolvimento. Na primeira relataremos como foi a nossa experiência enquanto monitoras das disciplinas, relatando os desafios enfrentados, além de apresentar uma avaliação final da nossa percepção dos aproveitamentos e ensinamentos que essa experiência nos proporcionou. Apresentamos uma avaliação crítica sobre essa vivência, refletindo sobre os impactos que ela teve em nossa formação acadêmica e pessoal. Na segunda, intitulada “Atitude investigativa e sua importância para o Serviço Social”, o debate sobre a dimensão investigativa da profissão se faz presente, onde analisamos essa dimensão tanto na formação, quanto no exercício profissional. Por fim, apresentamos breves considerações finais a respeito de nossas percepções ao concluirmos este processo e a importância dele em nossa formação.

### **O exercício de monitoria como descoberta, aprendizagem e criação: relato da nossa experiência**

A escolha pela monitoria nas disciplinas de Pesquisa Social I e II de forma contínua foi pensada, visando a experiência na construção e auxílio na orientação de diferentes processos de pesquisa, alargando de forma significativa a experiência em pesquisa, instigando a criticidade em diferentes temáticas e acentuando também o exercício investigativo não só em âmbito acadêmico, mas entendendo sua importância e transversalidade no fazer cotidiano da profissão, ampliando sua contribuição para os futuros assistentes sociais. Assim como salienta Yolanda Guerra (2009) a dimensão investigativa é parte constitutiva do exercício profissional, portanto, intrínseco às suas competências:

Faz-se necessário não apenas coordenar e executar políticas sociais, projetos e programas, mas também avaliá-los, coordenar pesquisas, realizar vistorias, perícias e laudos, emitir parecer técnico, formar assistentes sociais. [...] Mais do que uma postura, o caráter investigativo é constitutivo de grande parte das competências/atribuições profissionais (Guerra, 2009, p. 3).

Nesse sentido, visando a introdução de uma perspectiva crítica, a disciplina de Pesquisa Social I propõe na primeira unidade a discussão do “Método de Marx” e a importância deste para o reconhecimento do caráter investigativo da profissão. Para a realização dessa discussão, por si muito densa, como adverte Netto (2011): “O estudo da concepção teórico-metodológica de Marx apresenta inúmeras dificuldades — desde as derivadas da sua própria complexidade até as que se devem aos tratamentos equivocados a que a obra marxiana foi submetida” (Netto, 2011, p. 11). A referência utilizada é o livreto de José Paulo Netto, escrito para introduzir os estudantes, trabalhadores e militantes sociais que se interessam por compreender a realidade social, como é apresentado pelo próprio autor, intitulado “Introdução ao estudo do método de Marx” (2011).

Realização:



Apoio:



Avaliamos ser este um dos momentos mais intrigantes e desafiadores para a monitoria nas disciplinas, uma vez que o contato com a turma ainda era muito recente e as dúvidas sobre o material eram múltiplas e de diferentes naturezas - inclusive de ordem interpretativa do texto escrito, visto sua profundidade e densidade, mas na mesma proporção, esta primeira experiência foi fundamental para irmos moldando nossa capacidade interpretativa e de transmissão de conhecimentos a partir da construção de recursos pedagógicos e didáticos que nos aproximasse dos estudantes da disciplina sem banalizar os conteúdos. As demais Unidades do Plano de ensino, são em torno das fases/etapas do Projeto de Pesquisa, o exercício de construção do Projeto se faz a partir da delimitação, em grupo ou individual (escolha dos discentes/pesquisadores) de cada uma delas, a partir das aulas expositivas sobre como construí-las e do exercício criativo dos estudantes tanto em sala, quanto fora dela, com orientação direta da docente e do grupo de monitores.

Neste período, certamente por ser uma atividade que caminha a partir da dedicação de cada um dos grupos de pesquisa, e a procura por orientação em monitorias é constante e exige enorme dedicação dos monitores no sentido de aprimoramento do seu conhecimento e das formas de transmissão desses, além das de correção dos trabalhos investigativos que estão sendo construídos - em Pesquisa I, especificamente, o Projeto de Pesquisa, e em Pesquisa II, a Fase de Campo, de análise e interpretação, além da construção do Relatório Final de Pesquisa e sua apresentação aos demais colegas/pesquisadores.

Durante esse processo, fomos adequando aos poucos nossa forma de auxiliá-los e entendendo qual grupo e tema conversava mais com os nossos interesses temáticos particulares, a partir das nossas trajetórias na universidade e a proximidade maior ou menor com cada objeto, visando contribuir de forma mais efetiva com cada grupo e temáticas específicas. Nesse percurso, recebemos retornos muito positivos dos alunos e da professora da disciplina quanto a importância do trabalho desenvolvido por nós que se traduzia em interesse maior e mais prazeroso pela construção do conhecimento que a Pesquisa Científica proporciona e sobre os efeitos da autonomia que ela exige para além das disciplinas de Pesquisa Social I e II, atingindo, segundo relato dos próprios alunos, o processo de aprendizagem dos conteúdos de outras disciplinas curriculares. Além disso, a relação construída com os alunos fez com que aumentasse em nós o desejo pela docência, pois, acompanhar a evolução e o amadurecimento deles ao longo de todo processo de monitoria foi algo gratificante e extremamente enriquecedor para nossa experiência.

Dito isso, salientamos que a Resolução 228/2025 da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) estabelece que é dever do monitor, entre outros, “colaborar com o professor na execução das tarefas didáticas; ajudar e orientar os discentes em seus estudos e trabalhos teóricos ou práticos;” e como um dos objetivos do Programa, “assegurar a cooperação do corpo discente com o corpo docente nas atividades de ensino” (UFJF, 2025), pressupostos que acreditamos amplamente realizados no processo de monitoria nas disciplinas em questão. Como exemplo, registramos nossa frequência no acompanhamento das aulas ministradas, nossos horários de monitoria com cada grupo, as correções realizadas por nós em todas as avaliações em conjunto com a professora responsável, as aulas ministradas sob orientação da docente — pelo menos uma aula por semestre — sendo uma no turno da manhã e uma no turno da noite em ambas as disciplinas (Pesquisa Social I e II), além da proposição de possíveis reformulações na disciplina e nas suas formas de avaliação dos conteúdos programáticos, que fomos capazes de construir por nossa relação mais direta e próxima com os que as cursaram.

Todos esses pontos colocados, bem como nossa rotina mais intensa na faculdade, para além das nossas atividades discentes rotineiras, fizeram com que pudéssemos nos aproximar ainda mais da vida docente, entendendo seus atravessamentos e suas particularidades. Isso contribuiu para o aprofundamento do nosso interesse pelo espaço

Realização:



Apoio:



acadêmico e pela docência em Serviço Social. O que se deu tanto pelo contato direto com os discentes monitorados por nós, quanto, também, pela relação construída com a professora orientadora.

Destacamos a igual importância percebida por nós enquanto monitoras, entre o acúmulo teórico sobre os conteúdos da disciplina na qual se exerce a monitoria, a capacidade construída ao longo do processo para a transmissão desses aos alunos que nos procuram, e o acolhimento do docente orientador às dúvidas, incertezas e medos que temos ao iniciarmos a rotina do exercício de monitoria. Nesse sentido, é válido ressaltar que a experiência de monitoria nos atravessou enquanto pessoas, para além da experiência universitária. Percebemos um grande amadurecimento durante esse período, tanto pessoal quanto universitário, visto as demandas que se colocavam em nosso dia a dia. Assim, essa vivência nos trouxe ganhos como, por exemplo, desenvolver e aprimorar posturas didático-pedagógicas e entender o processo de formação por um outro ponto de vista. Bem como possibilitou reafirmar nosso conhecimento em diferentes áreas, fazendo com que pudéssemos aperfeiçoar o exercício do trabalho em equipe. E, ainda, como grande contribuição desse processo, destacamos o aprofundamento do reconhecimento da investigação enquanto uma dimensão constitutiva do fazer do Serviço Social e que, dada a sua relevância, tem um caráter transversal e indissociável do exercício profissional. É nessa perspectiva, e a partir da nossa experiência como monitoras nas disciplinas de Pesquisa Social I e II, que trazem essa discussão como cerne a partir do qual se estrutura os conteúdos programáticos, que apresentamos a reflexão que se segue.

### **Atitude investigativa e sua importância para o serviço social**

Escolhemos no presente tópico trabalhar na reflexão acerca da centralidade da atitude investigativa no Serviço Social, entendendo que a disciplina de Pesquisa Social I e II exerce papel fundamental em aproximar os estudantes, de maneira direta, com a temática. Para além de nos fornecer as bases necessárias para construção de pesquisas científicas, também é o primeiro espaço de aproximação teórico-metodológica dos/as discentes com essa dimensão constitutiva da profissão. Durante a disciplina, em sua primeira unidade, é trabalhado a investigação não com uma atividade meramente instrumental, mas como fundamento essencial da intervenção profissional, bem como afirmado na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8662/1993), em que destaca a exigência legal de que a pesquisa componha de forma indissociável o trabalho do/a assistente social, sendo considerada uma pré-condição para o exercício profissional.

O Serviço Social é uma profissão investigativa e interventiva, assim, é de suma importância que a intervenção que se dá no dia a dia da/o assistente social não seja meramente técnica, mas que acompanhe um forte referencial teórico e a fim de que não se resume ou se limite em respostas técnicas. Cristina Fraga (2010) salienta que:

O Serviço Social é uma profissão investigativa e interventiva. Portanto, as análises de seus estudos e pesquisas precisam ser realizadas a partir de situações concretas e possuir utilidade social, não interessando o conhecimento realizado apenas com finalidade descritiva e contemplativa (Fraga, 2010, p. 46).

Podemos afirmar que a atitude investigativa deve integrar as três dimensões constituintes do Serviço Social, sendo elas: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Teórico-metodológica no sentido de buscar cada vez mais referenciais teóricos que pautem o exercício profissional — sem perder de vista os clássicos — mas sim renovando o aporte teórico, visando fontes mais atualizadas para as diferenciações das expressões da questão social. Ético-política no sentido de manter a clareza da criticidade que deve permear a defesa não só dos usuários, mas também da política pública como um todo, bem como da profissão. Entendendo que, a partir de uma formação crítica, assumimos o compromisso de um projeto societário emancipatório, o que se caracteriza

Realização:



Apoio:



como um posicionamento político. E técnico-operativa no sentido de investigar questões acerca do real, ou seja, detalhar, desmistificar, particularidades do caso posto em sua totalidade (Fraga, 2010).

Assim é que, no cumprimento das atribuições e competências socioprofissionais, há que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços. Faz-se necessário não apenas coordenar pesquisas, realizar vistorias, perícias e laudos, emitir parecer técnico, formar assistentes sociais. Aqui se reconhece e se enfatiza a *natureza investigativa das competências profissionais*. Mais do que uma postura, o *caráter investigativo* é constitutivo de grande parte das competências/atribuições profissionais (Guerra, 2003, p. 3).

Ao falar sobre a importância do caráter investigativo no Serviço Social precisamos resgatar o processo de consolidação do posicionamento crítico da profissão que se estrutura no denominado movimento de Renovação do Serviço Social no Brasil, que tem como um de seus pilares a aproximação com a teoria crítica de Marx. Esse processo fez com que se criasse uma forte defesa do posicionamento político da categoria de assistentes sociais, primando pela defesa da justiça social frente a produção e reprodução da vida social no sistema capitalista, o que refletiu em momentos históricos da profissão, como o Congresso da Virada, no ano de 1979 (Guerra, 2003). É neste período que a dimensão ético-política se coloca como essencial no processo de formação e no exercício profissional, uma vez que a categoria profissional vincula o projeto profissional e societário aos conceitos de emancipação da classe trabalhadora e justiça social.

É a partir dessa aproximação com a teoria social e crítica de Marx (que se consolida quando busca fontes primárias) que o Serviço Social enraíza, na década de 1990, sua hegemonia ético-política e teórico-metodológica crítica. Desse modo, no contexto de efervescência da nova democracia brasileira, o Serviço Social tem sua lei de regulamentação da profissão e seu código de ética promulgados, assim como tem a aprovação pelo Ministério da Educação de suas diretrizes curriculares, amplamente discutida pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (Netto, 2011).

A partir da implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a pesquisa se colocou como central tanto no processo de formação quanto no exercício profissional, ou seja, elemento constitutivo da profissão de Serviço Social, a partir da interlocução com as ciências sociais e a teoria crítica, promovendo a inovação permanente da profissão e promovendo, inclusive, uma reformulação da própria ABEPSS e firmando sua importância.

Necessário demarcar que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) anteriormente era denominada como Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), em que foi construída a partir de contribuições das três principais Escolas de Serviço Social: o Instituto Social do Rio de Janeiro, a Escola de Serviço Social de São Paulo e o Instituto Social de São Paulo, visando promover um padrão mínimo de exigências para garantir a qualificação da formação profissional. A partir de 1996 a ABESS se une ao Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), que ficava responsável pelas demandas advindas dos Programas de Pós-graduação, mudando seu nome para ABEPSS e colocando a pesquisa em foco no contexto profissional,

justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior, hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista Temporalis (ABEPSS, 2024, n/p).

Podemos assinalar como característica relevante no desenvolvimento da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) a sua constante participação

Realização:



Apoio:





na defesa de uma formação qualificada, com debates presentes nas unidades de formação acadêmica. Assumindo então uma posição política em defesa do acesso à educação de qualidade — mesmo diante da crescente onda de mercantilização da educação, principalmente no que se refere às intuições de Ensino à Distância. Desse modo, consolidou sua direção hegemônica com a aprovação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social em 1996, afirmando a centralidade das dimensões interventiva e investigativa ao longo do currículo e a importância do tripé ensino-pesquisa-extensão para a defesa do projeto ético-político da profissão.

É então a partir dessa reestruturação das diretrizes curriculares, que se deu após o movimento de Renovação da profissão e a hegemonia do pensamento crítico entre a categoria profissional, que a pesquisa se coloca como elemento central para o Serviço Social. E, partindo desse contexto, as produções sobre a importância da pesquisa não só em âmbito acadêmico, mas também como ferramenta central do exercício profissional começam a se firmar.

## Conclusão

O presente trabalho foi motivado a partir da rica experiência que o Programa de Monitoria nas disciplinas de Pesquisa Social I e II nos proporcionou. Vale demarcar que o interesse em participar desse projeto especificamente nessa disciplina, decorre, em grande medida, da boa experiência vivenciada tanto nos momentos de aulas, quanto junto às monitorias prestadas a nós durante o período em que cursamos as disciplinas, o que nos permitiu reconhecer a relevância desse espaço no nosso processo formativo. O programa, para além de estar vinculado à concessão de bolsa, configurando-se como uma importante estratégia de permanência estudantil no ensino superior público, contribui com o tripé ensino-pesquisa-extensão, no fortalecimento e concretização de uma formação qualificada e generalista.

Assim, marcamos como ponto alto desse processo, o ganho de conhecimento e aprimoramento das nossas experiências na produção de pesquisas científicas, por auxiliarmos na orientação de diferentes projetos de pesquisa com temáticas distintas. Com isso, ampliando nosso interesse investigativo, não apenas no campo da produção de conhecimento na academia, mas essencialmente, como indissociável ao exercício cotidiano da profissão.

O programa em si é composto por momentos de reflexão sobre a forma como os alunos se apropriam individualmente dos temas trabalhados em sala e, nesse conjunto de iniciativas, enquanto monitoras, de traçar estratégias diferentes para ajudá-los com suas dúvidas. Nesse sentido, um dos desafios identificados foi o excesso de monitoria agendadas durante uma das unidades da disciplina. Acreditamos que isso se deve ao fato de ser uma etapa mais técnica, voltada a construção do projeto de pesquisa, além de representar um momento novo para os estudantes, que gerou maiores dificuldades. Por outro lado, enquanto monitoras, nos encontrávamos com o desafio de compreender de que forma, a partir da nossa trajetória acadêmica, poderíamos acrescentar efetivamente para os trabalhos desenvolvidos por eles, o que nos convidava constantemente a uma reflexão crítica sobre nossa própria formação e nossos posicionamentos na universidade.

Além disso, ao pensarmos a atitude investigativa relacionada à experiência no programa de monitoria, podemos notar que a investigação, como parte do modo de pensar e agir profissional, é estimulada constantemente na ação de estudar e auxiliar na transmissão dos conteúdos para os alunos. Ou seja, esse contato direto com os estudantes demanda uma escuta ativa e um preparo teórico e metodológico para sanar as muitas dúvidas que vão surgindo ao longo do processo de aprendizagem. Mostrando, também, como o programa pode ser um recurso importante para afirmar a centralidade da dimensão investigativa e interventiva como condição central da formação, defendida pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS),

Realização:



Apoio:





uma vez que, além de ser uma atividade teórico-prática, traz luz ao papel da investigação na formação e trabalho profissional.

Portanto, afirmamos que o processo de monitoria é enriquecedor em duas perspectivas: tanto para o monitor quanto para os alunos acompanhados. O programa de monitoria, mostra-se uma excelente ferramenta de incentivo à carreira docente, em virtude das experiências e atividades realizadas. Para além disso, exerce função essencial no processo de graduação, principalmente, no que se refere a reflexão sobre as particularidades inerentes à formação em Serviço Social, considerando a articulação necessária entre as dimensões teórico-metodológica, ético-políticas e técnico-operativas que perpassam o curso. Assim, reafirma-se o papel indispensável dos programas de monitoria na promoção de uma formação qualificada e crítica, contribuindo com a formação de profissionais capazes de interpretar e intervir criticamente na realidade.

## Referências

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

FRAGA, Cristina K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.101, p. 40–64, jan./mar., 2010.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In*: CFESS/ABEPSS (org.). **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 701-718.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). Conselho Setorial de Graduação. Resolução nº 123, de 22 de novembro de 2016. Altera o Programa de Monitoria de Graduação da UFJF. Juiz de Fora: CONGRAD/UFJF, 22 nov. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). Conselho Setorial de Graduação. **Resolução nº 228**, de 24 de fevereiro de 2025. Estabelece as diretrizes do Programa de Monitoria de Graduação no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora e dá outras providências. Juiz de Fora: CONGRAD/UFJF, 24 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social – diurno e noturno. Juiz de Fora**. Juiz de Fora: FSS/UFJF, 2023. 51 p. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/facssocial/wp-content/uploads/sites/521/2022/05/Projeto-Pedagógico-2023-Faculdade-de-Serviço-Social.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



## **CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA:** a experiência e a construção de um espaço de preservação

Carina Berta Moljo<sup>302</sup>

Felipe Augusto Ribeiro<sup>303</sup>

Maria Eduarda Pedrete Vieira<sup>304</sup>

Maria Fernanda Novaes Figueiredo<sup>305</sup>

Mariana Moreira do Bem Brandão<sup>306</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar o *Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Serviço Social*, da Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil), a partir das experiências dos bolsistas de iniciação científica que desenvolveram um trabalho de resgate e preservação da memória institucional do local. Seguindo um processo de guarda e digitalização da documentação — visando à preservação de sua vida útil — e a ampliação da pesquisa científica. A atuação dos bolsistas se deu por meio da construção do acervo físico e desenvolvimento de um acervo digital.

**Palavras Chaves:** Experiências. Preservação. Memória Institucional. Serviço Social.

**Abstract:** This article aims to present the Documentation and Memory Center of the Faculty of Social Work at the Federal University of Juiz de Fora (Brazil), based on the experiences of undergraduate research fellows who carried out a project focused on rescuing and preserving the institution's memory. Their work involved the storage and digitization of documents — with the goal of preserving their longevity — and expanding opportunities for scientific research. The fellows contributed through the organization of a physical archive and the development of a digital collection.

**Keywords:** Experiences. Preservation. Institutional. Memory. Social Work.

### **Introdução**

O Centro de Documentação e Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora (CDM)<sup>307</sup> foi criado com o propósito de preservar a história e a memória do Serviço Social. E constitui-se como um espaço de investigação e análise sobre o passado e o presente da profissão, suas transformações, disputas e as múltiplas narrativas que atravessam a construção da identidade do assistente social. Trata-se, portanto, de um espaço dedicado à reflexão sobre a história e a memória institucional, oferecendo subsídios para o aprofundamento do conhecimento sobre as transformações sociais em Curso. Nesse sentido, o acesso aos documentos que compõem seu acervo possibilita

<sup>302</sup> Professora na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na UFRJ. E-mail: carinamoljo@uol.com.br

<sup>303</sup> Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e bolsista FAPEMIG. E-mail: ribeiro.felipeaugusto@estudante.ufjf.br

<sup>304</sup> Licenciada, bacharelada e mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e bolsista FAPEMIG. E-mail: mariaeduarda.pedrete@estudante.ufjf.br

<sup>305</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e bolsista CNPq. E-mail: novaes.maria@estudante.ufjf.br

<sup>306</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e bolsista FAPEMIG. E-mail: bem.mariana@estudante.ufjf.br

<sup>307</sup> Agradecimentos: À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelos financiamentos de pesquisa e bolsas de IC.

Realização:



Apoio:



não apenas a leitura crítica do passado, mas também a compreensão dos processos que estruturam o presente e orientam a construção do futuro.

O Centro de Documentação e Memória é resultado do trabalho coletivo de pesquisadores da Faculdade de Serviço Social (FSS), vinculados a um Grupo de Pesquisa que se dedica ao estudo dos fundamentos do Serviço Social no Brasil, na América Latina e na Europa. A iniciativa surgiu da constatação da escassez de documentação referente ao período histórico recente, bem como do recebimento de propostas de doação de arquivos pessoais por parte de professores e assistentes sociais aposentados.

Diante desse contexto, iniciou-se a construção do Centro, que hoje se concretiza como uma realidade. Embora ainda esteja em fase inicial, o projeto aposta fortemente na criação de espaços voltados à preservação da história e da memória do Serviço Social e das lutas sociais às quais a profissão se compromete, com o objetivo de conceber um legado para as futuras gerações.

O CDM organiza e preserva seu acervo em conformidade com as diretrizes do Arquivo Nacional (Brasil) e do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Sua concepção teve início em 2023, com a realização de pesquisa de campo no Brasil e em Portugal, embora sua estruturação institucional tenha ocorrido somente em novembro de 2024 com a incorporação de bolsistas dos cursos de Serviço Social e História. O projeto nasceu com objetivo de (re)pensar a história da faculdade de Serviço Social, assim como o próprio Serviço Social na História, a partir da ampliação de fontes disponíveis.

À luz das reflexões apresentadas, este artigo tem como objetivo relatar as experiências dos integrantes envolvidos na construção do Centro de Documentação e Memória (CDM) da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob a coordenação da Professora Doutora Carina Berta Moljo.

A proposta leva em consideração as diferentes formações e trajetórias acadêmicas dos bolsistas, apresentando o CDM à comunidade acadêmica e analisando as categorias que atravessam sua constituição enquanto espaço de pesquisa, memória e produção de conhecimento.

Inicialmente, são apresentadas as experiências das estudantes do curso de História, com a descrição de suas práticas e dos referenciais teóricos e metodológicos mobilizados. Na sequência, são abordadas as contribuições dos bolsistas do curso de Serviço Social, que compartilham suas vivências com base na formação profissional e na atuação dentro do arquivo. A conclusão retoma as reflexões sobre a experiência coletiva, destacando a relevância da criação de um espaço voltado à preservação de fontes documentais e à valorização da memória das lutas sociais que marcam o exercício profissional do assistente social.

Mais do que um espaço institucional de acervo, o CDM se propõe como campo de intervenção e elaboração crítica. Espera-se que esta proposta contribua com pesquisadoras e pesquisadores que se dedicam aos desafios contemporâneos da produção de espaços de memória, rompendo com a ideia de centros documentais como lugares apenas contemplativos. Reafirma-se aqui a importância da construção coletiva desses espaços e de sua função enquanto lócus de produção de saber.

## **A experiência dos estudantes de história**

A escrita de um relato de experiência representa um esforço em descortinar uma vivência concreta atravessada por dimensões subjetivas e situadas. Ao tomarmos a experiência como ponto de partida para o pensamento, a ação e a narrativa, reconhecemos nela um valor existencial e político, mas também uma função epistemológica (Lafer, 2007), dimensões essas que se manifestam na prática cotidiana

Realização:



Apoio:



no interior do Centro de Documentação e Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A experiência rotineira em arquivos nos coloca diante de inúmeras reflexões em torno dos conceitos de memória, história e verdade. Esses locais, longe de serem apenas repositórios documentais, revelam-se como espaços ativos na produção de sentidos e difusão do conhecimento. A presença de historiadores em suas equipes possibilita a abertura de novos olhares, abordagens e estratégias. Reforçar esse entendimento é, também, sustentar uma prática comprometida com a construção crítica do saber.

Tais reflexões sobre os sentidos atribuídos aos arquivos acentuam-se em densidade ao estender a reflexão à algumas mudanças no campo historiográfico e institucional que impactam nossa prática no CDM. Por um lado, correntes historiográficas como a Escola dos Annales e, posteriormente, a Nova História Cultural e a Nova História Política, provocaram uma importante modificação teórico-metodológica ao ampliar o escopo das fontes históricas e valorizar novos sujeitos e objetos de investigação (Andrade; Padoin, 2019).

Por outro, a atuação dos historiadores estendeu-se para além dos limites da sala de aula, consolidando sua presença em instituições como arquivos, museus e centros de memória (Bosch, 2019). Essa dupla inflexão — teórica e institucional — incide diretamente sobre a experiência que temos construído no Centro de Documentação e Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora, permitindo novas leituras e usos de fontes, como cartas, listas de presença em eventos ou resumos produzidos por estudantes.

Os arquivos funcionam como influentes espaços políticos, nos quais as decisões sobre o que preservar, como organizar e quem pode acessá-los moldam diretamente as narrativas históricas e a produção de conhecimento. Essa compreensão desafia a noção tradicional de arquivos como repositórios neutros de fatos históricos, ao evidenciar como as próprias práticas arquivísticas também perpetuam relações de poder. Reconhecendo o caráter fragmentado desses espaços, adotamos uma postura crítica, conscientes que a organização do acervo pode tanto revelar quanto esconder. Cada etapa do processo, da criação da fonte à sua incorporação no arquivo, passando pela formulação narrativa, carrega implicações interpretativas que não podem ser ignoradas.

A atuação do historiador em espaços arquivísticos pode e deve ser aprofundada, especialmente no que se refere à gestão documental, à classificação, à avaliação e à descrição técnica dos acervos, condição essencial para evitar leituras distorcidas que desconsiderem a procedência e a lógica interna dos arquivos. Nessa perspectiva, cabe ao historiador exercer a crítica interna e externa dos documentos, interrogando suas condições de produção, suas intencionalidades e seus limites.

Em um cenário no qual a produção é acelerada, os centros de memória deixam de ser apenas espaços de guarda para se afirmarem como espaços sensíveis. Quando restritos a funções meramente decorativas ou reduzidos a simples bancos de dados, perdem sua potência técnica e razão de ser. É urgente compreender que a memória não é um luxo, mas um instrumento fundamental de gestão e de construção identitária. Discutir a memória institucional, é refletir sobre o futuro das organizações, uma postura que exige planejamento, investimento em políticas duradouras e um olhar comprometido com a complexidade do presente (Camargo, 2019).

Nosso projeto contribui para enfrentar a invisibilidade dos arquivos e promover o reconhecimento dos documentos arquivísticos como patrimônios de interesse público. A mobilização do acervo no CDM não apenas reconfigura nosso olhar sobre os documentos, como também favorece a formulação de novos projetos de pesquisa — como estudos baseados em charges estudantis sobre a figura de Fidel Castro, na iconografia de cartazes das semanas acadêmicas do Serviço Social ou sobre os

Realização:



Apoio:



currículos de Filosofia Africana. No entanto, o potencial de tais investigações depende de um processo criterioso de coleta, classificação e ordenação, ao qual temos nos dedicado com refinamento e em constante aperfeiçoamento.

A entrada no Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora nos colocou diante de documentação dispersa e sem critérios prévios de organização, exigindo de nós a formulação de metodologias próprias, compatíveis com os recursos e limitações institucionais. Iniciamos com uma análise preliminar do acervo e seguimos para a etapa de catalogação, na qual identificamos documentos como currículos mínimos, jornais estudantis, registros administrativos e atas.

Com o crescimento do volume do acervo digital, veio o desafio de estabelecer uma organização autônoma e que atendesse às demandas de usabilidade no âmbito digital, mas que contivesse indicações da sua organização física. A partir daí, estruturamos um fluxo de trabalho dividido em etapas: a digitalização e transcrição, feitas pelos estudantes de Serviço Social; e a limpeza, identificação e organização física e digital, realizadas por nós, estudantes de História, com o apoio de formulários no Google Forms e armazenamento no Google Drive. Essa solução, embora simples, atendeu à necessidade de registro sistemático e acessível, diante da escassez de ferramentas arquivísticas profissionais. Com isso, buscamos garantir que, futuramente, esses documentos sejam acessados facilmente por meio de nossa plataforma. Em suma, todas as etapas exigiram discussões e reavaliações do grupo para que se desenvolvesse uma catalogação funcional e adequada aos objetivos do Centro de Documentação e Memória.

Como explicitado anteriormente, o processo foi repleto de desafios: deterioração dos documentos e ausência de padrões anteriores. Para enfrentá-los, construímos uma rede de cooperação com o Arquivo Central da UFJF, especialmente com a conservadora-restauradora Dr.<sup>a</sup> Andréia de Freitas Rodrigues, cuja orientação foi essencial para alinharmos nossas práticas às normas arquivísticas.

Além disso, mantivemos um grupo de estudos, envolvendo docentes do curso de Serviço Social, discentes da graduação e pós-graduação em História e Serviço Social, e parceiros internacionais. Esse espaço se mostrou fundamental para qualificar teoricamente nossa atuação, conectando as dimensões práticas do arquivo às discussões sobre memória, história e política institucional.

Ao longo desse percurso, compreendemos que o trabalho do historiador no arquivo não se limita à guarda ou à recuperação da informação, mas envolve uma postura crítica constante. Cada fonte exige uma análise sobre sua origem, intencionalidade, lacunas e silêncios. O CDM tornou-se, assim, espaço de formação e experimentação historiográfica, nos desafiando a pensar o acervo em suas múltiplas categorias.

Reforçamos, assim, a importância do historiador nos espaços arquivísticos, especialmente quando se adota uma prática comprometida com a crítica, a acessibilidade e a valorização da memória como patrimônio público.

**Figura 01 - Limpeza da documentação**





Fonte: Acervo pessoal

### A experiência dos estudantes de serviço social

A compreensão da historicidade das relações sociais é um dos elementos centrais que marcam a consolidação teórica do Serviço Social. A aproximação da profissão com a tradição marxista traz à tona o debate teórico que supera as discussões técnicas e assume uma dimensão crítica, não somente às funções de ajustamento social, mas também de crítica à própria lógica de exploração do capitalismo. Tal processo é o que condiciona o amadurecimento da identidade teórico-metodológica da profissão. Visto que, se “repõe política e história como objetos práticos inelimináveis e possíveis da reflexão” (Netto, 2017, p. 253), analisados a partir da obra marxiana, torna-se possível compreender o significado do Serviço Social pela sua própria inserção na totalidade da sociedade capitalista, a partir perspectiva histórico-dialética.

Portanto, a experiência de sermos bolsistas na construção de um Centro de Documentação, além de desafiadora, é uma oportunidade de fortalecer a formação acadêmica. Pois, no contato com a gama de documentos que faz parte do referido Centro é possível ampliar a compreensão dos processos históricos que fazem parte da história da Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora, e também em sua relação com a sociedade. Documentos que, ao revelarem o cotidiano dos sujeitos que construíram e constroem essa trajetória, aproximam o pesquisador da materialidade histórica.

A experiência já se demonstrou desafiadora desde o início, quando nós, os bolsistas, nos deparamos com uma quantidade considerável de documentos que claramente necessitavam de tratamento e organização. As bolsistas da faculdade de História desempenham um papel notoriamente importante no processo como um todo, porém, foram fundamentais no início dos procedimentos, pois a atitude propositiva e o contato prévio com centros de documentação, possibilitou que o grupo conseguisse projetar e executar a organização do acervo digital. Ressalto que tivemos uma dificuldade de conter a empolgação e manter o foco nas tarefas diante de documentos<sup>308</sup> que atraíam o interesse pessoal e acadêmico despertados pela formação em andamento em Serviço Social.

Após a identificação e triagem iniciais e limpeza dos arquivos realizados pelas acadêmicas em História, os bolsistas de Serviço Social começaram a tarefa de

<sup>308</sup> Os jornais estudantis, por exemplo, foram uma descoberta surpreendente. Tivemos acesso às edições de 1961 e 1962 do jornal O Desajustado e às edições de 1967 e 1968 do Jornal Universitário do Serviço Social (JUSS). Essas publicações não só revelavam as preocupações e os anseios dos estudantes da época, mas também nos mostraram que figuras tão importantes para o Serviço Social, como Marilda Iamamoto e José Paulo Netto, já demonstravam, ali, seus primeiros traços de engajamento e crítica social. Foi emocionante perceber que esses nomes, hoje tão consagrados, foram também estudantes em luta, produzindo reflexões dentro do movimento estudantil.

Realização:



Apoio:



transcrição de documentos de acordo com a necessidade. Essa necessidade era avaliada a partir do material e a legibilidade do documento. Também iniciamos o processo de digitalização dos documentos, mas nas primeiras semanas contávamos apenas com um aparelho de scanner, por isso tivemos que nos revezar entre digitalização e transcrição. Assim que outro aparelho de scanner foi disponibilizado, o grupo concluiu que era melhor priorizar a digitalização, para que a transcrição fosse feita a partir dos documentos já digitalizados. Esse método implica na preservação da integridade dos documentos, pois diminui consideravelmente o manuseio destes.

O Diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social disponibilizou seu acervo documental para que ele fosse integrado ao processo de construção do Centro de Documentação e Memória.

Aos poucos vimos o acervo digital crescer e percebemos o potencial do material para pesquisas relevantes para as mais variadas áreas de interesses que englobam a Faculdade de Serviço Social. Seja para aspectos curriculares, articulações políticas da diretoria e do movimento estudantil, manutenção administrativa da faculdade, organização interna, entre outros elementos que compõem a complexidade da faculdade, principalmente no período das décadas de 1960 a 1980.

Por fim, entendemos que não estávamos apenas reunindo papéis, mas lidando com a história viva. Pois, o que mais enriquece a experiência de fazer parte deste processo é, de fato, o contato com o conteúdo que foi produzido por agentes que disputaram – e ainda disputam – a formação e o estabelecimento da faculdade que hoje nós usufruímos. Ou seja, dados ampliam e complexificam a história a partir de novas vozes. Ainda assim, o rigor científico exige uma apreciação e análise destas vozes de forma distanciada, que priorize a organização e permita ao pesquisador interessado se deparar com um acervo acessível e comprometido com a preservação da memória.

### **Considerações finais**

A experiência de participação na construção e consolidação do Centro de Documentação e Memória (CDM) revelou-se um processo formativo multifacetado. Mais do que organizar documentos e estruturar fisicamente um acervo, o trabalho desenvolvido possibilitou vivenciar, na prática, a articulação entre teoria e pesquisa. Ao lidar com a memória institucional da Faculdade de Serviço Social da UFJF, enfrentamos o desafio de transformar um conjunto de registros desordenados em um espaço comprometido com a preservação e valorização da memória. Essa tarefa exigiu não apenas rigor metodológico, mas também empática crítica e responsabilidade social diante da memória que se buscava resguardar.

Ao longo dessa trajetória, ficou claro que o CDM não deve ser compreendido apenas como um local de gestão documental. Sua função ultrapassa os limites da conservação técnica, pois se configura enquanto um espaço que resguarda experiências e lutas que marcaram profundamente a trajetória de sujeitos, coletivos e da própria instituição universitária. A organização e digitalização dos documentos não apenas garantem sua preservação física, mas também promovem o acesso democrático à informação, permitindo que essas memórias sejam revisitadas e ressignificadas.

A construção do Centro de Documentação e Memória evocou a importância do trabalho com fontes e a valorizar a memória, discutido desde a primeira metade do século XX. As pretensões que acompanham o início da criação do centro, nascem do esforço de contar a história da Faculdade de Serviço Social e do desejo de tornar coletivo e acessível um conhecimento enclausurado. Tornando possível o desenvolvimento de novas pesquisas com fontes primárias inaugurais, possibilitando o maior entendimento do que atravessou o campo da assistência social nas décadas de 60 até 90.

Realização:



Apoio:



Destaca-se que a experiência de atuar em um espaço voltado à memória e à história exige um olhar diferenciado. Em outros termos, a necessidade de adaptação às dinâmicas de tempo e espaço, considerando a perenidade e a utilidade do acervo em um contexto tão valorativo de produção e utilidade, constitui, por si só, uma vivência profundamente formativa.

A atuação dos bolsistas de História e Serviço Social foi marcada por engajamento e constante aprendizado. Enfrentamos desafios técnicos e conceituais, o que exigiu uma postura reflexiva e cuidadosa diante de cada documento manuseado. A experiência direta com as fontes – desde sua identificação até a limpeza e digitalização – ofereceu uma vivência concreta do trabalho com arquivos, elemento essencial para a formação de profissionais atentos à importância da memória e comprometidos com as dimensões éticas e sociais de seus ofícios.

Participar ativamente de um projeto vinculado à pesquisa proporcionou a inserção em um ambiente acadêmico coletivo. Foi possível experimentar diferentes formas de produção científica, desde a elaboração de artigos e relatórios até o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao trabalho em equipe, à gestão de acervos e à análise crítica dos materiais.

O convívio cotidiano com docentes, técnicos e demais estudantes contribuiu para a construção de uma formação interdisciplinar, pautada na troca de saberes e na valorização do trabalho coletivo. Nesse processo, os arquivos se revelaram como espaços vivos, que carregam marcas do tempo e das políticas institucionais às quais estão submetidos. Ao reconhecê-las, compreendemos o acervo não apenas como um repositório documental, mas como parte integrante de uma memória que dialoga com o presente e questiona os silenciamentos do passado.

A interdisciplinaridade entre História e Serviço Social representou um eixo central na construção do projeto. A interação entre diferentes campos do conhecimento ampliou as possibilidades de leitura do acervo e aprofundou a compreensão sobre o papel político e social dos arquivos. Enquanto os estudantes de História traziam contribuições voltadas à análise das narrativas e à organização arquivística, os de Serviço Social acrescentavam perspectivas enraizadas nos movimentos sociais e na atuação profissional voltada ao enfrentamento das desigualdades sociais. Essa convergência fortaleceu a proposta do CDM como um espaço de diálogo, capaz de articular saberes diversos e de se constituir como referência para a pesquisa crítica e para a ação transformadora.

Consideramos, portanto, que o Centro de Documentação e Memória é um espaço em constante construção. Sua consolidação não se encerra, mas se renova por meio da ação coletiva, da curiosidade dos estudantes e do interesse contínuo de pesquisadores e demais atores sociais envolvidos. Ao preservar documentos relacionados à história do Serviço Social, de seus sujeitos e lutas, o CDM assume um papel estratégico na defesa da memória como instrumento de resistência e afirmação. Trata-se de um projeto vivo, alimentado por múltiplas vozes e experiências.

Reconhecê-lo como espaço de disputa de narrativas é compreender que seu valor não reside apenas nos registros que conserva, mas também nas possibilidades que oferece para a promoção da cidadania. Por fim, apresentar o Centro de Documentação e Memória, por meio deste relato, é também um convite para que outros estudantes, pesquisadores e membros da comunidade acadêmica se aproximem desse espaço, contribuindo para sua permanência, ampliação e reinvenção.

Diante de um cenário marcado por instabilidade política e cortes orçamentários que fragilizam as universidades públicas brasileiras, preservar a memória institucional torna-se um ato político e uma estratégia de resistência frente às tentativas de deslegitimação do saber. Nesse contexto, o Centro de Documentação e Memória não apenas arquiviza documentos, mas também produz sentidos e contribui ativamente para a reafirmação do papel histórico, social e formador da universidade pública e gratuita.

Realização:



Apoio:



Um espaço que expõe manifestações estudantis, mudanças curriculares e posicionamentos institucionais diante de conjunturas diversas, promovendo a universidade como território de formação política. Seu acervo não se destina exclusivamente à preservação do passado, mas constitui uma ferramenta potente para a construção de uma consciência histórica engajada com os desafios contemporâneos.

Por essa razão, o Centro de Memória e Documentação adota uma postura arquivística comprometida, rejeita a neutralidade e posiciona-se em defesa de uma memória sensível às ausências, às vozes silenciadas e às múltiplas camadas da experiência universitária. Ao assumir esse papel dinâmico e propositivo, o Centro fortalece-se como espaço de mediação entre passado, presente e futuro, reafirmando o compromisso da universidade pública com a democratização do saber, a transformação social e a construção de um país mais justo e consciente de sua própria história.

## Referências

ANDRADE, Gustavo Figueira; PADOIN, Maria Medianeira. A evolução do conceito de fontes históricas a partir da nova história cultural e o estudo de cartas. **História em Revista**, Pelotas, v. 21, n. 22, p. 11-26, 16 abr. 2019.

BOSCHI, Caio. **O historiador, os arquivos e as novas tecnologias**: notas para debate. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os centros de memória são instrumentos de ação. (entrevista concedida a Carla Lira, Gabriel Vituri, João Paulo Guadanucci e Marta Raquel Colabone). **Cadernos SESC de Cidadania**. Memórias, São Paulo, v. 10, n. 15, p. 30-33, jun. 2019.

COCHRANE, Claire. The archive, the historian, and the relationships of change. **Pamiętnik Teatralny**, v. 71, n. 2, p. 35-54, 2022.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra; MOLJO, Carina Berta; DURIGUETTO, Maria Lúcia. (org.). **Perspectivas histórico-críticas no serviço social**: América Latina, América do Norte e Europa. Juiz de Fora: UFJF, 2022.

LAFER, Celso. Experiência, ação e narrativa: reflexões sobre um curso de Hannah Arendt. **Estudos Avançados**, v. 21, p. 289-304, 2007.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

MATHIEU, Jon. History from scratch: introduction to the special issue. **Histories**, v. 1, n. 4, p. 297-300, 2021.

MEDEIROS, Enderson. A patrimonialização, e o arquivo enquanto patrimônio: um olhar antropológico. **BIBLOS** - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 25, n. 1, p. 35-45, 2011.

MOLJO, Carina Berta. La historia oral y su relación con el trabajo social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 63, p. 94-119, 2000.

MOLJO, Carina Berta; MACHADO, Graziela Scheffer; CLOSS, Thaisa Teixeira. O Serviço Social no contrapelo da história: movimento de reconceituação latino-americano, Serviço Social crítico e Serviço Social radical. **Cátedra Paralela**, Rosario, AR, v. 20, p. 247-256, 2022.

Realização:



Apoio:



MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classes e movimentos sociais**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2001.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Um convite à rebeldia: movimento estudantil de Serviço Social no Diretório Acadêmico Padre Jaime Snoeck – Faculdade de Serviço Social / UFJF. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 6 e 7, n. 1 e 2, p.149 - 174, jan./dez., 2006.

STAMPA, Inez; MOLJO, Carina Berta (Entrevistadora). Memórias reveladas e o desmonte da política pública de abertura dos arquivos da ditadura militar: entrevista com Inez Stampa. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 24, p. 359-366, 2024.

Realização:



Apoio:





**APRENDER ENSINANDO:** a monitoria acadêmica como espaço formativo dialógico  
no curso de Serviço Social da UEMG - Barbacena

Bruna da Silva Cruz<sup>309</sup>

Esliane Cristina Ferreira de Oliveira Alves<sup>310</sup>

Patrícia da Silva Coutinho<sup>311</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo relatar e refletir sobre a experiência no Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica (PEMA), desenvolvido na Universidade Estadual de Minas Gerais – Unidade Barbacena, no curso de Serviço Social. A monitoria, entendida como atividade de apoio pedagógico e formação complementar, possibilita aproximação com a docência no ensino superior, fortalecendo competências acadêmicas e interpessoais. Com base na observação participante, o relato evidencia desafios e potencialidades da prática. Conclui-se que a monitoria contribui para a formação crítica, autonomia e diálogo, promovendo vivência docente alinhada aos princípios ético-políticos da profissão.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Monitoria; Formação docente.

**Abstract:** This article aims to report and reflect on the experience of the Academic Tutoring Program (PEMA), developed at the State University of Minas Gerais – Barbacena Unit, in the Social Work program, along with the courses Introduction to Social Work and Fundamentals of Social Work II. Tutoring, understood as a pedagogical support and complementary training activity, represents a unique opportunity to connect with teaching practice in higher education, in addition to favoring the strengthening of academic, methodological, and interpersonal skills. The experience report is based on participant observation and the systematization of the activities developed throughout the program, highlighting the challenges and potential of the tutor's role in the teaching-learning process. It is concluded that tutoring contributes significantly to critical training in Social Work, stimulating autonomy, peer dialogue, and theoretical deepening, in addition to promoting a concrete experience of teaching as an educational practice committed to the ethical and political principles of the profession.

**Keywords:** Social Work; Tutoring; Teacher Training.

## Introdução

Este artigo tem como propósito relatar a experiência vivenciada no Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica (PEMA), desenvolvido no curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Barbacena, durante a atuação como monitoras da disciplina de Introdução ao Serviço Social e Fundamentos do Serviço Social II, sob orientação da professora Patrícia Coutinho.

<sup>309</sup> Estudante de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Barbacena. E-mail: brunacruz0642@gmail.com

<sup>310</sup> Estudante de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Barbacena. E-mail: eslianecristina@yahoo.com.br

<sup>311</sup> Doutoranda em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Professora do Curso de Serviço Social da UEMG e Assistente Social da Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: patriciaacoutinhoss@gmail.com

Realização:



Apoio:



A monitoria se configurou como um espaço de aprendizado e de troca, marcado pela participação ativa no acompanhamento das atividades da turma, no apoio pedagógico aos colegas e na colaboração direta com a docente responsável.

No contexto do ensino superior, especialmente nos cursos de bacharelado, a monitoria representa uma importante oportunidade de formação, por favorecer a aproximação do graduando com a prática docente. Trata-se de uma atividade que permite ao estudante vivenciar parte da realidade da docência, assumindo responsabilidades que envolvem desde o apoio ao processo de aprendizagem dos discentes até o envolvimento em aspectos didático-pedagógicos da disciplina.

Ainda que a temática da monitoria acadêmica não seja amplamente discutida de forma específica no Serviço Social, sua relevância tem sido evidenciada por autores que refletem sobre a formação crítica e comprometida com os princípios ético-político da profissão. A experiência da monitoria, nesse sentido, ultrapassa o apoio técnico e se insere como uma prática pedagógica que contribui para a construção de saberes, mediações e reflexões necessárias à atuação profissional. Ao promover o diálogo entre docentes e discentes, fortalecer a autonomia intelectual e estimular o aprofundamento teórico, a monitoria reafirma seu papel como ferramenta formativa (Iamamoto, 2009; Netto, 2011; CFESS, 1999).

Dessa forma, este relato de experiência busca não apenas descrever as atividades realizadas, mas refletir sobre os sentidos e contribuições da monitoria no processo de formação acadêmica em Serviço Social, especialmente no que diz respeito ao ensino e à aproximação com a docência.

### **Formação profissional e serviço social: a monitoria acadêmica como espaço formativo**

A participação no Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica (PEMA), vinculado à disciplina de Fundamentos do Serviço Social II, representou uma etapa marcante e significativa no percurso de formação acadêmica da discente. A atuação como monitória permitiu uma aproximação concreta com o cotidiano da docência no ensino superior, promovendo não apenas o aprofundamento dos conteúdos teóricos da disciplina, mas também o desenvolvimento de habilidades pedagógicas fundamentais, como organização de grupos, mediação de conteúdos e escuta ativa das demandas discentes.

Ao longo do período de vigência da monitoria, foi possível participar de diferentes atividades, como o acompanhamento de trabalhos em grupo, realização de momentos de tira-dúvidas, apoio na elaboração e correção de avaliações e a mediação entre docentes e discentes nas demandas pedagógicas. Essas ações permitiram colocar em prática conhecimentos adquiridos na graduação, ressignificando o processo de aprendizagem por meio da experiência compartilhada.

Em um dos momentos de acompanhamento aos grupos, durante a preparação dos trabalhos sobre as vertentes metodológicas do Serviço Social, tornou-se evidente que o papel da monitoria ultrapassa a função de esclarecer dúvidas técnicas. Em determinada ocasião, um grupo expressou insegurança não apenas quanto ao conteúdo, mas também em relação à apresentação oral, dificuldade bastante comum no percurso acadêmico. Ao acolher essas angústias e oferecer suporte tanto no conteúdo quanto na organização da exposição, compreendi que o exercício da monitoria envolve, também, uma dimensão humana e formativa, que vai além do aspecto didático. Esse tipo de vivência evidenciou que o ensino no Serviço Social deve considerar o estudante em sua totalidade, reafirmando a importância da escuta, da empatia e da mediação como elementos centrais no processo pedagógico.

A monitoria, nesse sentido, revela-se como espaço privilegiado de formação docente, possibilitando ao estudante vivenciar a mediação do conhecimento em

Realização:



Apoio:



situações reais de ensino-aprendizagem. Anastasiou e Alves (2003) destacam que o processo educativo no ensino superior deve ser compreendido como uma construção coletiva, pautada no diálogo e na cooperação entre professores e alunos. Essa compreensão esteve presente durante toda a experiência, especialmente na interação constante com a professora orientadora, Patrícia Coutinho, cujo acompanhamento foi essencial para o amadurecimento acadêmico e profissional das monitoras.

Libâneo (2001) enfatiza que a prática pedagógica se realiza na mediação entre o conhecimento sistematizado e os sujeitos em formação, sendo essa uma dimensão plenamente vivenciada durante a monitoria. Ao atuar como apoio aos colegas, organizar orientações e colaborar com a professora, vivenciamos essa mediação de forma prática, compreendendo com maior profundidade a complexidade do fazer docente.

Além disso, conforme afirma Tardif (2002), os saberes docentes são constituídos no cotidiano, por meio das interações e experiências concretas do professor. A monitoria, como vivência concreta da prática pedagógica, permitiu esse contato direto com a dinâmica do ensino e com os desafios que a acompanham, favorecendo a construção de um saber que vai além da teoria e que se ancora na realidade das relações educativas.

Embora os resultados obtidos tenham sido positivos, o tempo destinado à monitoria revelou-se limitado diante do seu potencial formativo. A ampliação do período de vigência permitiria um acompanhamento mais contínuo das turmas, maior aprofundamento dos conteúdos pedagógicos e fortalecimento da prática docente. Trata-se de uma proposta que beneficiaria não apenas os discentes monitorados, mas também os docentes e os próprios monitores, ao proporcionar uma formação mais sólida, reflexiva e articulada com os princípios ético-políticos do Serviço Social.

Ainda que a monitoria acadêmica não seja amplamente tematizada nas produções específicas do Serviço Social, sua relevância formativa torna-se evidente quando analisada sob a perspectiva de uma formação profissional crítica e comprometida com os princípios ético-políticos da profissão. A atuação no Programa de Monitoria revelou-se como uma prática pedagógica mediadora entre o conhecimento teórico e a realidade concreta do cotidiano acadêmico, permitindo o exercício reflexivo sobre o papel do assistente social em formação.

Nesse sentido, a experiência da monitoria também pode ser lida à luz da reflexão proposta por Iamamoto (2022), quando afirma que “a formação profissional não pode se dissociar da totalidade concreta das relações sociais. Ela deve ser compreendida como parte de um processo histórico que articula interesses sociais em disputa” (p. 98). Isso reforça a ideia de que práticas como a monitoria não são neutras, mas integram um projeto de formação que tensiona o cotidiano universitário, situando-o na luta por uma educação crítica, dialógica e socialmente referenciada. Ao estimular o diálogo, a autonomia intelectual e a corresponsabilidade no processo de ensino-aprendizagem, a monitoria contribui para a formação integral do assistente social em formação, em consonância com as diretrizes da ABEPSS e com o projeto ético-político da profissão.

## **O Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica (PEMA) da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)**

O Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) tem como finalidade contribuir para a melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância. Trata-se de uma iniciativa que compreende o exercício de atividades de caráter técnico-didático vinculadas ao Projeto Pedagógico de Curso

Realização:



Apoio:



(PPC), realizadas por estudantes regularmente matriculados, por meio da concessão de bolsas de monitoria.

De acordo com Resolução nº 305, de 2021 da Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado de Minas Gerais, que instituiu e regulamentou o Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica no âmbito, o referido programa tem como objetivos estratégicos:

I. Proporcionar aos estudantes a participação efetiva e dinâmica em projetos de ensino, sob a orientação dos professores responsáveis pelos componentes curriculares; II. Contribuir para o processo de formação do estudante de graduação; III. Prestar apoio ao aprendizado de estudantes que apresentem maior dificuldade em disciplinas, unidades curriculares ou conteúdo; IV. Proporcionar a interação entre estudantes e professores nas atividades de ensino; V. Prestar suporte ao corpo docente no desenvolvimento das práticas pedagógicas e de novas metodologias de ensino e na produção de material de apoio que aprimorem o processo de ensino-aprendizagem; VI. Despertar no estudante o interesse pela docência e ampliar a sua participação na vida acadêmica, por meio da vivência direta do processo educacional, mediante a realização de atividades relacionadas ao ensino, que o conduzam à plena formação científica, técnica, cidadã e humanitária; VII. Contribuir para a consolidação da UEMG como referência na formação de docentes para a educação (COEPE-UEMG, 2021, art.3º).

O PEMA prevê o pagamento de bolsas de monitoria, e destaca responsabilidades do monitor, do Professor Orientador e do departamento ao qual a disciplina está vinculada. Para sua implementação, é necessário elaborar, em conjunto com o estudante monitor, o plano de trabalho da monitoria, observando o Projeto Pedagógico do Curso. Os programas de monitoria em Serviço Social, conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, devem buscar integrar teoria e prática, proporcionando aos estudantes a oportunidade de aprofundar conhecimentos e desenvolver habilidades profissionais. A monitoria, nesse contexto, é vista como um espaço de aprendizado e exercício profissional, que sob orientação busca auxiliar na formação crítica e reflexiva dos futuros assistentes sociais, oportunizando conhecer o espaço da docência e da pesquisa.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS estabelecem os princípios norteadores para a formação em Serviço Social, enfatizando a importância da articulação entre teoria e prática, o compromisso com a dimensão ético-política e a busca por uma intervenção profissional crítica e transformadora. A monitoria, nesse contexto, é uma ferramenta prática importante desses princípios, e é vislumbrada como atividade complementar, assim como as ações de iniciação científica, pesquisa, seminários e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso.

Destacamos que a monitoria em Serviço Social pode proporcionar o aprofundamento teórico dos conteúdos estudados, permitindo aos estudantes intensificar as leituras e discussão sobre textos e referências, ampliando conhecimentos sobre os temas abordados nas disciplinas, por meio do estudo e da pesquisa, sob orientação do docente responsável.

Nesse sentido, a monitoria, quando bem desenvolvida, pode oferecer um espaço para que os estudantes desenvolvam habilidades práticas, como a elaboração de instrumentos, planos de aulas, organização de atividades e a participação em projetos ou grupos de estudo, pesquisa e extensão. Além de materializar a articulação “teoria-prática”, no âmbito acadêmico, a monitoria deve buscar integrar o conhecimento teórico adquirido em sala de aula com a realidade do trabalho profissional, por meio da participação em atividades práticas, como a observação, a análise de casos e situações e a discussão de situações reais articula com conteúdos teóricos.

Nesse sentido, é possível contribuir para uma formação crítica e reflexiva, que quando bem orientada, pode contribuir para a formação de um profissional capaz de

Realização:



Apoio:



analisar a realidade social, identificar demandas e propor ações que visem a transformação social.

Assim, reforçamos que a monitoria deve ser compreendida como um componente importante na formação em Serviço Social, pois proporciona aos estudantes a oportunidade de: interagir com a realidade profissional, ampliar seus conhecimentos e habilidades, contribuir para a formação profissional, fortalecendo a identidade profissional. Para Faustini (2006, p. 622), um dos espaços privilegiados da formação em Serviço Social é a sala de aula, que

revela-se como um locus de trabalho do assistente social que, entretanto, guarda particularidades; não se constitui apenas como um espaço onde conteúdos são ensinados e aprendidos, consiste especialmente num lugar de desafios, de ineditismos, de rotinas e, acima de tudo, de construção de relações (Faustini, 2006, p. 622).

A atuação docente no campo do Serviço Social é uma atribuição exclusiva dos(as) assistentes sociais. Conforme estabelecido na Lei nº 8.662/1993, artigo 5º, inciso V, apenas profissionais formados em Serviço Social e devidamente inscritos no respectivo conselho profissional estão habilitados a lecionar disciplinas e exercer funções no ensino de graduação e pós-graduação que demandem conhecimentos específicos da área, adquiridos em curso de formação regular. Ressalta-se, ainda, que o exercício da docência exige uma prática orientada por fundamentos pedagógicos que assegurem a organização e sistematização do processo de ensino. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas por assistentes sociais no magistério (ações de ensino, gestão de instituições formadoras, pesquisa, extensão e supervisão de estágio) apresentam especificidades em relação à atuação tradicional desses profissionais nos serviços socioassistenciais. No entanto, essas funções possuem relevância significativa na produção de conhecimento e na definição de projetos formativos e perfis profissionais que orientam a qualificação de futuros(as) assistentes sociais.

Almeida (2009) destaca que a docência sofre constantes tensões no cotidiano acadêmico, especialmente em razão das exigências vinculadas à implementação de diretrizes curriculares e à elaboração de projetos pedagógicos que, cada vez mais, se tornam flexíveis. Soma-se a isso um conjunto de condições laborais frequentemente atravessadas por demandas que extrapolam o escopo do trabalho educativo propriamente dito (Almeida, 2009). No contexto específico da monitoria, entendida como uma extensão da atividade docente, incluem-se tarefas como o planejamento conjunto das aulas, realização de pesquisas e leituras adicionais, participação nas exposições temáticas e discussões em sala, bem como o acompanhamento direto dos(as) estudantes com vistas à superação das dificuldades de aprendizagem.

De modo resumido, a proposta de monitoria no curso de Serviço Social no primeiro semestre de 2025 da UEMG Barbacena, teve como finalidade fortalecer o processo de formação acadêmica dos(as) estudantes de Serviço Social, promovendo o aprimoramento do ensino e o apoio pedagógico aos colegas com dificuldades de aprendizagem. Buscou-se também, estimular o interesse pela docência, incentivar a cooperação entre discentes e docentes e desenvolver competências essenciais à qualificação profissional por meio da vivência acadêmica.

As atribuições do(a) monitor(a) incluíram atividades como leitura e fichamento de textos, orientação de alunos, participação em aulas e organização de atendimentos para esclarecimento de dúvidas e realização de orientação e estudos guiados, além do apoio ao planejamento das ações didáticas e ao desenvolvimento de estudos e pesquisas. A metodologia contou com reuniões quinzenais entre as monitoras e a professora-orientadora para estudo e planejamento, elaborando materiais teóricos, relatórios e criação de grupos de discussão com os estudantes. A avaliação das ações das monitoras foi conjunta, com base em critérios como responsabilidade, assiduidade,

Realização:



Apoio:





pontualidade e competência, culminando na produção de um relatório final, que destacamos e detalhamos no próximo item.

### **O desenvolvimento da monitoria no serviço social: relato de uma experiência no curso de Serviço Social da UEMG em Barbacena**

Este relato de vivência tem por objetivo compartilhar a experiência vivenciada no Programa de Monitoria do curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), campus Barbacena, durante o 5º período. A monitoria constituiu um espaço fecundo de aprendizado teórico-prático, contribuindo para o aprofundamento dos conteúdos disciplinares e para o desenvolvimento de habilidades como autonomia, escuta qualificada, coordenação de grupos e comunicação. A atuação junto à professora orientadora e o acompanhamento de discentes ingressantes em atividades de extensão e visitas técnicas fortaleceram o processo formativo. As discentes bolsistas realizaram o acompanhamento das disciplinas de Introdução ao Serviço Social e de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II.

As monitoras tiveram como atribuições importantes como: estudo, leitura e fichamento dos textos previamente definidos na ementa das disciplinas, para posterior debate e aprofundamento nas reuniões de orientação; auxílio semanal aos estudantes matriculados na disciplina, orientando-os em atividades compatíveis com o seu nível de conhecimento e experiência; organização de horários de atendimento aos alunos para esclarecimento de dúvidas e/ou aprofundamento dos temas trabalhados na disciplina; participação em aulas, auxiliando nas discussões e na organização de material necessário para as atividades desenvolvidas (seminários, debates, visitas institucionais, apresentação de trabalhos dos alunos...); auxílio no planejamento das atividades a serem desenvolvidas no decorrer do semestre; e contribuição na na realização de pesquisa e estudos acerca das temáticas trabalhadas na disciplina;

Destacamos que foram realizadas reuniões pedagógicas quinzenais de estudo e discussão com a professora orientadora, para debater os temas abarcados pela disciplina, conforme bibliografia previamente selecionada, visando preparar o monitor para sua atuação.

Além da elaboração de relatórios, discutidos em reunião de avaliação, foram criados grupos de discussões com os alunos visando a interação das monitoras/orientadora/alunos. A proposta pedagógica incluiu também a indicação de filmes, textos, músicas e conteúdos que dialogavam como os temas abordados nas disciplinas.

Ao decorrer deste processo, foi possível observar o amadurecimento das monitoras, que ao se colocarem como mediadoras do processo de ensino-aprendizagem, reforçaram os conteúdos trabalhado ao longo dos semestres, fomentando o debate crítico-reflexivo.

A disciplina de Introdução ao ao Serviço Social, contou com o debate sobre a atuação do/a assistente social em diversos campos. Nesse sentido, foram realizadas visitas institucionais e trabalho de campo, em diversos espaços de trabalho, para entrevista a alguns profissionais. As visitas técnicas envolveram cinco grupos de alunos do 1º período, os quais conheceram diversos campos de atuação do Serviço Social: instituições ligadas à política de assistência social (CREAS), saúde (Consultório na Rua), sociojurídico (Tribunal de Justiça), educação (APAE), e, de forma especial (sendo particularidade do município de Barbacena), na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), que conta com três assistentes sociais e é um campo ainda pouco explorado na formação profissional. A seguir elencamos os relatos específicos das visitas realizadas em três campos.

Realização:



Apoio:



## **Relato de vivência no campo do serviço social na FAB**

A EPCAR, vinculada à Força Aérea Brasileira (FAB), oferece formação educacional e militar em regime de internato, voltada a adolescentes que aspiram à carreira militar. Sua estrutura hierárquica e disciplinar impõe desafios significativos à atuação do Serviço Social, que busca afirmar seu projeto ético-político mesmo diante de lógicas institucionais baseadas na obediência e na rigidez. A entrevista com assistentes sociais da EPCAR permitiu compreender a complexidade de suas atribuições, que incluem acolhimento, mediação de conflitos, orientação socioeconômica e articulação com equipes interdisciplinares.

A atuação profissional nesse espaço demanda estratégias específicas de mediação e sensibilidade ética, sobretudo diante dos impactos do internato, do distanciamento familiar e de questões de saúde que podem comprometer o percurso dos cadetes.

Como destaca Iamamoto (2004), é preciso reafirmar os princípios de liberdade, equidade e justiça social mesmo em contextos institucionalmente desafiadores. A prática está regulamentada por normativas como as Portarias nº 1173/MD (2006) e nº 881/MD (2010), que fundamentam a Política de Assistência Social do Comando da Aeronáutica com base em princípios como integralidade, prevenção e humanização.

## **O consultório na rua e a atuação do serviço social no atendimento à população em situação de rua**

O Consultório na Rua (CnR) é uma importante estratégia do SUS voltada à atenção integral da população em situação de rua. Com abordagem territorializada e interdisciplinar, visa garantir direitos historicamente negados. A visita ao CnR em Barbacena evidenciou a relevância da atuação do Serviço Social na escuta das demandas sociais e subjetivas, orientação sobre direitos e articulação com a rede de proteção. Conforme Santos (2009) e Pereira (2015), esse trabalho exige profundo compromisso ético e sensibilidade política, diante das condições de exclusão extrema.

A rotatividade da população, a escassez de políticas integradas e os estigmas sociais são desafios cotidianos, mas os impactos positivos — como o acesso a serviços e o fortalecimento de vínculos com o SUS — reafirmam o potencial emancipador da profissão. Como lembra Iamamoto (2008), a prática do Serviço Social é uma mediação crítica entre necessidades sociais e políticas públicas, orientada pela defesa dos direitos humanos.

## **O serviço social no sistema de justiça: reflexões a partir da atuação no Tribunal de Justiça de Barbacena/MG**

No Tribunal de Justiça de Barbacena, a visita permitiu conhecer a atuação de assistentes sociais nas varas de Infância, Juventude, Família, Cível e Criminal. Suas atividades envolvem estudos sociais, escuta qualificada, visitas domiciliares e elaboração de pareceres que subsidiam decisões judiciais. A articulação com a rede socioassistencial é essencial para o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade.

Segundo Faleiros (2011) e Iamamoto (2008), a atuação do Serviço Social no sistema de justiça contribui para que as decisões legais considerem a complexidade das realidades sociais, promovendo justiça com dignidade. Apesar dos limites estruturais, como o excesso de demandas e a limitação das equipes, o trabalho social no Judiciário reforça a perspectiva do direito como instrumento de cidadania. Nesse sentido, Sposati

Realização:



Apoio:



(2007) ressalta que a presença do Serviço Social contribui para que o sistema de justiça transcenda a legalidade formal e assuma seu papel na efetivação dos direitos sociais.

## Conclusão

A participação no Programa de Monitoria Acadêmica (PEMA), sob orientação da professora Patrícia Coutinho, representou uma oportunidade enriquecedora para a ampliação do processo formativo no curso de Serviço Social da UEMG. Mais do que um espaço de apoio pedagógico, a monitoria se consolidou como uma experiência de troca, escuta e construção coletiva de saberes, promovendo o fortalecimento da autonomia discente, da capacidade de mediação entre teoria e prática, e do compromisso ético com a formação profissional. Sob a condução da docente, foi possível vivenciar uma proposta crítica de ensino, pautada no diálogo, na horizontalidade e na valorização das vivências concretas como instrumentos pedagógicos.

As experiências relatadas desenvolvidas por meio de entrevistas, visitas técnicas e atividades de acompanhamento aos alunos ingressantes evidenciam a riqueza e a complexidade dos diferentes espaços de atuação do/a assistente social. No Consultório na Rua, emergiu com força a dimensão da escuta qualificada e do cuidado ético junto a sujeitos historicamente excluídos das políticas públicas. No Tribunal de Justiça, o Serviço Social mostrou-se como elo entre o direito formal e a realidade concreta das famílias, promovendo intervenções sensíveis às desigualdades sociais. Já na EPCAR, instituição marcada pela rigidez militar, observou-se uma atuação comprometida com a garantia de direitos e o cuidado aos jovens cadetes em processo de formação.

Essas vivências permitiram uma leitura ampliada das expressões da questão social, reforçando que a prática profissional do Serviço Social não se limita a espaços tradicionais, mas se faz presente também em contextos institucionais adversos, exigindo posturas éticas, críticas e propositivas. A monitoria, nesse sentido, foi um catalisador de crescimento acadêmico e pessoal, ao possibilitar a articulação entre dimensões teóricas e realidades práticas, sempre mediadas pelo diálogo com a professora orientadora, com os colegas e com os profissionais entrevistados.

Conclui-se, portanto, que o conjunto dessas experiências contribuiu significativamente para o fortalecimento de uma formação profissional comprometida com o projeto ético-político do Serviço Social, sensível às múltiplas expressões da desigualdade e atenta às possibilidades de transformação social por meio da intervenção crítica e qualificada.

## Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Magistério, direção e supervisão acadêmica. *In*: CFESS; ABEPSS. (org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Diretrizes curriculares da ABEPSS para os cursos de Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 1996.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. Joinville: UNIVILLE, 2003.

Realização:



Apoio:



BRASIL. **Lei 8.662**, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília: CFESS, 1993.

CARVALHO, Carla Carolinne Alves de et al. A importância da monitoria na formação acadêmica do aluno do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO: um relato de experiência. **Moitará** – Revista do Serviço Social da Unigranrio, Duque de Caxias, v. 1, n. 1, p. 1–11, 2015. Disponível em: <<https://publicacoes.unigranrio.edu.br/mrss/article/view/3027>>. Acesso em 05 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Parâmetros para a formação profissional em Serviço Social**. Brasília: CFESS, 1999.

FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. Ação pedagógica no serviço social – a percepção discente. **Educação**, Porto Alegre, ano XXIX, n. 3, p. 621-634, set./dez., 2006.

GUERRA, Yolanda. O serviço social e o popular: mediações necessárias. In: CFESS (org.). Curso de formação ético-política. Brasília: CFESS, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PINHEIRO, Daiane; BENTES, Thaisy. A monitoria acadêmica como instrumento de promoção da inclusão no ensino superior. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 51, e282497, 2025.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG. **Resolução COEPE/UEMG nº 305**, de 21 de junho de 2021. Disponível em: <<https://uemg.br/resolucoes-coepe/6855-resolucao-coepe-uemg-n-305-de-21-de-junho-de-2021-institui-e-regulamenta-o-programa-de-ensino-em-monitoria-academica-no-ambito-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

ZACARON, Sabrina Silva. **O serviço social no comando da Aeronáutica**: decifrando este espaço sócio-ocupacional do assistente social. 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Sobre a política de assistência social no Brasil. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. (org.). **Política social e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

Realização:



Apoio:



SANTOS, Milton. A **natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Questão social e Pobreza**. São Paulo: Cortez, 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder judiciário**. São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. Serviço social e judiciário: desafios da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 89, 2007.

Realização:



Apoio:





## OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO PROFISSIONAL

Luiz Otávio Sobreira Andrade<sup>312</sup>  
Rebeca Ferreira Angelo<sup>313</sup>  
Isaura Gomes de Carvalho Aquino<sup>314</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa os fundamentos teórico-metodológicos do trabalho do assistente social, articulando a Reconceituação e o Projeto Ético-Político à teoria marxista. Objetiva: (1) examinar o trabalho profissional mediante categorias marxistas; (2) analisar a superação do sincretismo teórico; (3) demonstrar como o método dialético-materialista fundamenta práticas contra-hegemônicas. Utiliza pesquisa bibliográfica com análise de Marx, Iamamoto, Netto e do Código de Ética (1993). Conclui que compreender o trabalho como mediação contraditória na reprodução capitalista é central para a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Trabalho; Teoria social de Marx; Projeto Ético-Político; Reconceituação.

**Abstract:** This article analyzes the theoretical and methodological foundations of social work, linking Reconceituação (Reconceptualization) and the Ethical-Political Project to Marxist theory. It aims to: (1) examine professional work through Marxist categories; (2) analyze the overcoming of theoretical syncretism; (3) demonstrate how the dialectical-materialist method underpins counter-hegemonic practices. It uses bibliographic research with analysis of Marx, Iamamoto, Netto, and the Code of Ethics (1993). It concludes that understanding work as contradictory mediation in capitalist reproduction is central to the defense of working-class rights.

**Keywords:** Social Work; Labor; Marx's social theory; Ethical-Political Project; Reconceptualization.

### Introdução

A compreensão da atividade do assistente social como trabalho constitui um desafio teórico e político central para a categoria profissional. Este artigo emerge como resposta à lacuna crítica identificada por Iamamoto (2009, p. 15): embora consagrada — e incorporada — a máxima de que a profissão “insere-se na divisão sociotécnica do trabalho”, os fundamentos teórico-metodológicos que lhe conferem materialidade histórica são pouco compreendidos pela categoria profissional.

Nesse sentido, propomo-nos a trilhar um caminho analítico que articule três eixos indissociáveis: a trajetória da reconceituação latino-americana enquanto marco de ruptura com o tradicionalismo; a fundamentação ontológica do trabalho profissional e sua articulação com as categorias de Marx; e a operacionalização do método dialético-materialista no trabalho de assistentes sociais. Trata-se, em última instância, de

<sup>312</sup> Estudante de graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: luizsobreira.andrade@estudante.ufjf.br

<sup>313</sup> Estudante de graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: rebeccaferrera.angelo@estudante.ufjf.br

<sup>314</sup> Assistente Social; Professora Associada na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutora e Pós-Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: isauraaquino@gmail.com

Realização:



Apoio:



demonstrar que a defesa intransigente do projeto ético-político exige desnaturalizar a aparência imediata do trabalho profissional, revelando-a como mediação contraditória na reprodução das relações capitalistas.

### **Gênese histórica: reconceituação, renovação, e a emergência do projeto ético-político**

A década de 1960 assistiu ao surgimento de um movimento transformador no Serviço Social latino-americano. Denominado movimento de reconceituação, esse processo — gestado sob o signo da dependência imperialista e das ditaduras continentais —, representou uma crítica radical aos alicerces conservadores da profissão. Conforme Iamamoto (2000, p. 209), quatro paradigmas estruturam sua unidade: o reconhecimento da condição periférica da América Latina; a oposição ao tradicionalismo profissional; a politização da prática como instrumento de transformação social; e a luta por um estatuto social que superasse a caridade cristã.

Contudo, a aproximação com o marxismo, núcleo dessa renovação, deu-se de forma mediada e truncada. Como assinala Netto (2015, p. 172), a teoria social de Marx foi assimilada não pela leitura direta de suas fontes, mas por meio de “manuais e comentadores, gerando um ecletismo que misturava marxismo e positivismo”. Esse sincretismo teórico - que aqui definimos como a justaposição acrítica de matrizes epistemológicas antagônicas - obscureceu o significado social do trabalho profissional como trabalho coletivo, favorecendo duas distorções: de um lado, o messianismo profissional, que atribui ao assistente social um papel redentor, heroico e ilusório; de outro, a burocratização instrumental, reduzindo o trabalho a mero cumprimento de procedimentos.

Abandoná-las exige primeiro compreendê-las como perspectivas alheias à história. Conforme Iamamoto assinala, “para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão ‘de dentro’ do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos” (2000, p. 16).

Outros equívocos analíticos derivam da não apreensão plena da teoria social marxiana. Em decorrência disto, a profissão passou a ser observada por meio do “filtro da prática político-partidária” (Iamamoto, 2001b, p. 210), aproximando e confundindo o exercício profissional com a prática militante. O messianismo, já citado anteriormente, une-se ao fatalismo, que naturaliza as expressões da questão social — ainda não compreendida plenamente como contradição entre capital e trabalho, na medida em que a riqueza socialmente produzida é apropriada privadamente.

Cabe aqui destacar as particularidades do Serviço Social brasileiro, considerando as especificidades da correlação de forças no Brasil. Nesse mesmo período (década de 1960), inicia-se no país o processo de renovação do Serviço Social, desenvolvido durante a autocracia burguesa. O regime autocrático exigiu que a intervenção profissional se renovasse de maneira a manter a ordem social, ao mesmo tempo em que criou condições para a ruptura do tradicionalismo:

ao refuncionalizar a contextualidade da prática profissional e redimensionar as condições da formação dos quadros por ela responsáveis, o regime autocrático burguês deflagrou tendências que continham forças capazes de apontar para o cancelamento da sua legitimação. Em poucas palavras, isto equivale a afirmar que, instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava (Netto, 2015, p.170).

Nesse contexto, surgem três correntes distintas: A primeira, a modernização conservadora, buscava adequar a profissão às exigências da autocracia burguesa. A

Realização:



Apoio:



segunda, de reatualização do conservadorismo, revestiu o tradicionalismo com um “verniz de modernidade” (Netto, 2015, p. 204) inspirado na fenomenologia. Mas foi a terceira - a ruptura crítica - que gestou as condições para o atual projeto ético-político hegemônico. Essa contradição é elucidada por Netto (2015): ao refuncionalizar o Serviço Social, a autocracia burguesa ‘criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e concepções profissionais que ela demandava’ (p. 170). Assim, a ditadura gerou involuntariamente as condições para seu antídoto: o projeto ético-político. Foi na corrente da ruptura crítica que se consolidaram os pilares do novo perfil profissional descritos por Iamamoto (2000, p. 215): a inserção universitária; a pós-graduação stricto sensu; e o diálogo com as ciências sociais, que permitiu “galgar, apesar de inúmeras dificuldades, a condição de parceiro válido no diálogo acadêmico”. Esses pilares são alicerces do projeto ético-político antagônico à moralidade burguesa.

### **O sincretismo teórico no serviço social: definição e críticas**

O sincretismo teórico, categoria fundamental para compreender os desafios da formação profissional, emerge como um fenômeno complexo na história do Serviço Social latino-americano. Definimo-lo aqui como a justaposição acrítica de matrizes epistemológicas antagônicas - em especial, marxismo e positivismo - sob uma aparência de síntese harmoniosa, que na realidade dilui a radicalidade analítica de ambas. Esse fenômeno não foi acidental, mas o produto das condições históricas da reconceitualização nos anos 1960, quando o acesso direto à obra de Marx era bloqueado pelas ditaduras, e os manuais soviéticos ou franceses (de inspiração althusseriana) tornaram-se as vias mediadas de apropriações teóricas. Conforme alerta Netto (2015, p. 172), o resultado foi uma “amálgama conceitual” que confundia categorias: a noção de “luta de classes” era reduzida a ativismo político-partidário, enquanto a “cientificidade positivista” sobrevivia em instrumentais técnicos supostamente neutros.

É precisamente aqui que a posição de Iamamoto (2007, p. 91) se distingue de forma substantiva. A autora reconhece o sincretismo, mas vai além, criticando a problemática das práticas indiferenciadas – entendidas como ações profissionais que não distinguem as demandas estruturais da questão social de respostas imediatistas e fragmentadas, reforçando a lógica assistencialista –, no âmbito da categoria profissional. Para ela, o movimento de reconceitualização foi necessário, pois representou a primeira ruptura com o tradicionalismo tecnicista. Seu argumento é:

A mediação por manuais, embora problemática, permitiu que gerações de assistentes sociais rompessem com o conservadorismo católico e enxergassem a questão social como contradição estrutural, não como “desvio moral”. Culpar os pioneiros pelo ecletismo é ignorar que a autocracia burguesa cerceava bibliotecas e perseguia militantes. O verdadeiro desafio é superar essa herança sem negá-la (Iamamoto, 2007, p. 91).

Iamamoto, portanto, vê o sincretismo e a prática indiferenciada não como vício irremediável, mas como etapa de um processo histórico superável. Essa superação exige, em sua visão, duas ações concretas: a leitura direta de Marx nos cursos de formação, abandonando mediações simplificadoras; e a luta por condições materiais que permitam aos profissionais tempo para estudo (salários dignos, carga horária compatível). Dito isso, um exemplo elucidativo dessa abordagem está na crítica que ela faz ao uso de instrumentais como o estudo social: se sob o positivismo era reduzido a “laudo descritivo”, e no sincretismo dos anos 1970 virou “denúncia política genérica”, hoje deve ser reconstruído como ferramenta crítica - capaz de articular a fome de uma família específica à crítica da mercantilização dos alimentos.

Realização:



Apoio:



Nesse sentido, o projeto ético-político hegemônico, gestado nos anos 1980 e consolidado no Código de Ética de 1993, é a resposta às contradições da ordem do capital. Nele, a posição de lamamoto (2010, p. 224) materializa-se em cinco eixos estruturantes: compromisso com a classe trabalhadora (autonomia frente ao Estado, mercado e instituições filantrópicas); rigor teórico-metodológico (fundamentado no materialismo histórico-dialético); unidade entre formação teórica e competência técnica (superação da dicotomia entre teoria e prática); democracia interna nas instituições de formação e exercício profissional (contra relações hierárquicas autoritárias); articulação orgânica com os movimentos sociais (construção coletiva de projetos societários alternativos).

Contudo, como lembra Netto (2015), os resíduos sincréticos persistem: muitos cursos ainda ensinam Marx via manuais, e práticas burocráticas seguem dominando instituições. A solução, para lamamoto, está na unidade entre formação e condições de trabalho: “Não adianta exigir leitura de ‘O Capital’ se o profissional tem três empregos para sobreviver. A luta por salários dignos é pré-condição para superar o sincretismo” (2007, p. 155). As implicações do sincretismo transcendem o debate teórico: materializam-se em duas distorções que ainda assombram a profissão. A primeira é o messianismo profissional, herança da leitura idealista do marxismo, que atribui ao assistente social um papel de “agente transformador” desvinculado das relações materiais. Essa visão, com discurso de “salvação social”, ignora que a transformação exige luta coletiva organizada, não heroísmo individual. A segunda é a burocratização instrumental, resquício do positivismo, que reduz o trabalho a preenchimento de formulários e métricas de produtividade.

Para lamamoto (2007, p. 142), ambas as distorções são faces da mesma moeda: a negação da atividade do assistente social como trabalho. É por isso que sua tese central é revolucionária: “Somos trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho abstrato – poderemos romper com messianismos e burocracias alienantes”.

Essa afirmação não é mera defesa de melhores salários (embora os dados do DIEESE mostrem que 72% dos profissionais ganham menos de 5 salários-mínimos). É uma revolução epistemológica: ao situar o assistente social na divisão técnica do trabalho coletivo, lamamoto desloca o eixo da discussão da “vocalização” para a “exploração”, e da “caridade” para a “luta de classes” (lamamoto, 2007).

## **O trabalho profissional à luz das categorias marxistas: dualidade, mercadoria e contradição**

### **1. O duplo caráter do trabalho: concretude e abstração no trabalho cotidiano**

Para compreender radicalmente a atividade do assistente social como trabalho, é necessário partir da fundamentação marxiana. Conforme Marx (2023), o trabalho é o elemento ontológico fundante de autoconstrução do ser social, compreendido como:

um processo entre homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimentos as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (Marx, 2023, p. 326).

Trata-se de atividade orientada pela capacidade teleológica — a ideação prévia de finalidades —, que distingue os humanos dos demais animais. O trabalho, no entanto, se complexifica na medida em que a satisfação das necessidades primárias e o acúmulo de instrumentos “levam a novas necessidades — e essa produção de novas

Realização:



Apoio:



necessidades é o primeiro ato histórico” (Marx, 2001, p. 21). O trabalho é, portanto, uma categoria de análise absolutamente central.

Contudo, como destaca Iamamoto, durante a reconceituação latino-americana, a “categoria do trabalho, ontologicamente determinante na obra de Marx, está inteiramente ausente e é desconhecida nas análises da prática social e da relação teoria e prática” (2007, p. 216) — característica que parece não ter sido superada efetivamente. Passadas quase cinco décadas, a análise da inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho foi incorporada discursivamente, mas suas bases teóricas seguem não apreendidas.

A hipótese é que essa análise da profissão na divisão social e técnica do trabalho foi largamente incorporada pela categoria profissional, tornando-se de domínio público, o mesmo não ocorrendo com os seus fundamentos referentes ao processo de produção e reprodução das relações sociais (Iamamoto, 2000, p. 213).

Daí a urgência de resgatar as categorias marxianas para desvelar a realidade social e subsidiar o trabalho profissional. De modo geral, as análises da atuação profissional focam em sua qualidade como um trabalho concreto, mantendo subsumida a categoria trabalho abstrato. Assim, elucidar o significado social da profissão, situando-a “no processo de produção e reprodução das relações sociais” (idem, p. 214) torna-se uma difícil tarefa.

Segundo assinalado por Marx (2023) a mercadoria é um objeto externo, cujas propriedades físicas satisfazem necessidades humanas. Estas podem ser de qualquer tipo, do estômago ou da imaginação. Na medida em que possui uma utilidade, a mercadoria é um valor de uso, que se efetiva no consumo da coisa. Os valores de uso aparecem nas condições materiais e objetivas do objeto, naquilo que se pode tocar ou perceber sem que seja preciso abstrair da materialidade do corpo.

O valor de uso conforma-se como o suporte material do valor de troca. Este que, por sua vez, aparece como uma relação puramente qualitativa, que indica quanto de um valor de uso X pode ser trocado por um valor de uso Y. Assim, o valor de troca “parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria” (Marx, 2023, p. 158). O valor de troca, no entanto, revela o poder de permutabilidade entre duas mercadorias qualitativamente distintas, que para serem trocadas devem se igualar a um terceiro elemento:

Mas as mercadorias não são apenas valores de uso; são grandezas ou magnitudes sociais que têm em comum o fato de serem produto do trabalho humano geral e indiferenciado (trabalho abstrato). Enquanto grandezas sociais não se distinguem por sua qualidade, mas pela quantidade de trabalho que têm incorporado. São valores que se medem pelo tempo de trabalho socialmente necessário, incorporado na sua produção. É esta “substância comum” que viabiliza que objetos úteis de qualidades diversas sejam trocados numa relação de equivalente (Iamamoto, 2000, p. 33)

Nesse sentido, o duplo-caráter da mercadoria revela o duplo-caráter do trabalho. Ao satisfazer uma necessidade social, a mercadoria é fruto de trabalho útil, isto é, trabalho concreto, criador de valores de uso. Por outro lado, a mercadoria só satisfaz as necessidades do seu produtor na medida em que pode ser trocada por uma outra mercadoria qualitativamente diferente. Para tanto, é preciso encontrar em cada uma delas o que lhe é comum, o próprio trabalho humano geral, isto é, o trabalho abstrato.

“O exercício profissional não foge a essas determinações sociais” (Iamamoto, 2007, p.217), como todo trabalho sob o capitalismo, porta uma dualidade irreduzível: ao ingressar no mercado de trabalho, o assistente social vende sua força de trabalho, uma mercadoria que possui tanto valor de uso, na medida em que responde uma necessidade social, quanto valor de troca — expresso no salário. Assim, é tanto trabalho

Realização:



Apoio:





abstrato, que se dá através do dispêndio de energia humana, quanto trabalho concreto, atividade útil, voltada à produção de valores de uso socialmente necessários.

O processo de compra e venda dessa força de trabalho, por sua vez, está inscrito num rol de relações sociais que “condicionam a forma como se dá também a inserção desse trabalho no mundo do valor: como trabalho produtivo ou improdutivo de mais-valia” (Iamamoto, 2007, p.218).

É considerado produtivo o trabalho realizado em âmbito privado; inserido numa empresa capitalista, ainda que não produza a mercadoria final com suas próprias mãos, o assistente social contribui para o processo produtivo. Portanto, contribui para o processo de valorização do capital. Por outro lado, é considerado improdutivo o trabalho realizado, sobretudo, em âmbito público; o assistente social contribui para a valorização do capital, na medida em que garante condições de reprodução da classe trabalhadora, contudo, não produz mais-valor.

Ora, o processo de produção e reprodução capitalista requer uma gama de atividades que, não sendo diretamente produtivas, é necessária ao movimento do capital, seja porque reduz o limite negativo à valorização do capital (como, por exemplo, as atividades do comércio), seja porque se dedica à criação de bases para o exercício do poder de classe (Iamamoto, 2007, p. 256).

É neste contexto de tensões que a profissão realiza seus *telos* ético-políticos: a defesa intransigente da vida. Como trabalho abstrato, reduz-se ao dispêndio indiferenciado de energia humana, mensurado pelo tempo socialmente necessário. Essa dimensão materializa-se na burocracia que subsume o trabalho profissional: relatórios padronizados, indicadores de produtividade e metas quantitativas impostas pelas instituições, convertendo o ofício em veículo de valor cristalizado no salário.

No cotidiano do trabalho do assistente social, essa contradição manifesta-se claramente. Por um lado, há o planejamento de políticas para necessidades sociais históricas (como o combate à fome via Bolsa Família); por outro, sob a lógica capitalista, essa teleologia é cooptada. A mediação de conflitos em equipamentos como o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), por exemplo, frequentemente atua para conter tensões – como nos casos de violência doméstica –, mobilizando instrumentais técnicos para garantir proteção imediata, porém sem enfrentar as causas estruturais.

Essa dualidade gera uma tensão permanente, a qual pode ser ilustrada pelo caso de uma assistente social no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social): enquanto dedica três horas a preencher formulários do CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais) para cumprir metas governamentais, famílias em situação de violação de direitos aguardam atendimento. Tal cenário explicita por que a precarização laboral – terceirizações, salários congelados – não é acidental, mas expressão da subsunção real do trabalho ao capital.

A teoria do valor desvela assim o cerne contraditório da profissão. O Estado transfere renda para evitar explosões sociais, mas nega direitos universais; alguns setores, como as ONGs, convertem direitos em “projetos” filantropizados, financiados por editais. Nesse processo, o profissional vê-se pressionado a adaptar demandas (como a luta por moradia) a critérios de “impacto mensurável” exigidos por fundações empresariais articuladas ao Estado – subordinando seu trabalho concreto (responder às necessidades postas e negligenciadas pelo aparelho estatal) ao trabalho abstrato (produzir relatórios que justifiquem articulações provisórias e paliativas). É a partir destas relações que, assinala o Código de Ética: “o projeto ético-político se ergue como resistência: ao exigir a universalização de direitos, nega a lógica do valor que mercantiliza a vida”.

## Os fundamentos metodológicos: o trabalho profissional

Realização:



Apoio:



O método marxiano – longe de ser um formalismo abstrato – constitui-se como mediação epistemológica decisiva para superar o ecletismo histórico. Sua operacionalização exige dois movimentos dialeticamente articulados, conforme a perspectiva de Iamamoto (2007) sobre instrumentalidade profissional.

Primeiro, a análise da totalidade concreta, que implica vincular demandas imediatas à crítica estrutural: à acumulação capitalista, à mercantilização da educação e à lógica que trata a infância pobre como "custo". Segundo o enfrentamento da contradição como ato político, onde o cotidiano profissional é atravessado por antagonismos como a "exigência institucional de contenção de gastos sociais versus o projeto ético-político de garantia de direitos" (Netto, 2015, p. 170). Assumir essa tensão exige a opção de classe, materializada na defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora, e a unidade teoria-prática, explicitada na recusa à cisão entre conhecimento acadêmico e ação profissional.

## Conclusão

A compreensão do trabalho do assistente social - historicamente gestada na Reconceitualização - não é apenas exercício acadêmico. A controvérsia entre Netto (2015) e Iamamoto (2007) sobre a prática indiferenciada também nos revelou um desafio estrutural significativo: conforme Netto (2015) enfatiza a necessidade de 'descolonizar a formação' e Iamamoto (2007) de que a superação dos desafios para compreensão do trabalho do assistente social também exige lutar por condições materiais que permitam aos profissionais tempo para estudo, ambos se alinham ao que concerne o entendimento das questões com base na recorrência às obras originais de Marx.

Esta tensão é atualíssima: diante da ofensiva neoconservadora, o projeto ético-político só sobreviverá se unir rigor teórico e ação coletiva – como nas mobilizações do Conjunto CFESS-CRESS contra a precarização em 2023. Afinal, como lembra Iamamoto, 'não há leitura de O Capital em plantões de 12 horas'. O legado histórico da reconceitualização, assim, só se atualizará se transformarmos o Serviço Social em trincheira de luta, não em refém da barbárie. É a perspectiva crítica nossa arma contra a ofensiva do capital, que hoje assume formas como a Emenda Constitucional 95 (teto de gastos) e a terceirização selvagem (Lei 13.429/2017). Romper com a naturalização da divisão sociotécnica do trabalho exige, portanto: desmascarar a precarização como expressão da exploração do trabalho abstrato; fortalecer a direção social contra hegemônica ancorada no Código de Ética; exigir na formação profissional o domínio da ontologia do trabalho.

Logo, o projeto ético-político, nesse sentido, será sempre farol na tempestade: nos lembrando que, nas palavras de Iamamoto: "a profissão não é neutra - ela é trincheira de luta" (Iamamoto, 2007, p. 142). Seguir nesse caminho é honrar o legado histórico de quem ousou reconceitualizar a profissão sob as botas da ditadura. É, acima de tudo, assumir um compromisso histórico com a classe que vive do trabalho.

## Referências

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e

Realização:



Apoio:



dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 mar. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm). Acesso em: 28 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. **Salário dos Assistentes Sociais no Brasil**. Estudo Setorial. São Paulo: DIEESE, 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**. São Paulo, Cortez, 2000.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2023

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Metodologia e processo de trabalho do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2019.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2015.

Realização:



Apoio:



## O TRABALHO SOCIAL EM FAVELAS E O MEDO SOCIAL

Francine Helfreich<sup>315</sup>

Náthaly D'Almada<sup>316</sup>

Yasmim Menezes<sup>317</sup>

**Resumo:** O presente artigo apresenta reflexões iniciais de uma pesquisa em curso. Aborda elementos sobre o medo e sua função social, sobretudo, no espaço urbano para compreender seu impacto no trabalho de assistentes sociais em favelas. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica com a aplicação de um questionário no território de uma das maiores favelas do país, o Complexo da Maré/ Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Medo; Trabalho; Serviço Social; Favela

**abstract:** This article presents initial reflections on an ongoing research project. It addresses elements of fear and its social function, especially in the urban space, in order to understand its impact on the work of social workers in favelas. From a methodological point of view, this is a bibliographical research with the application of a questionnaire in the territory of one of the largest favelas in the country, the Complexo da Maré / Rio de Janeiro.

**Keywords:** fear; work; Social Work; Favela

### Introdução

A proposta deste artigo é apresentar reflexões iniciais sobre a pesquisa em curso que busca compreender o impacto do medo no trabalho de assistentes sociais a partir das experiências concretas do exercício profissional de assistentes sociais no território do conjunto de favelas do Complexo da Maré. Essa iniciativa foi motivada por aproximações anteriores, construídas por ações profissionais e extensionistas realizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE) vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE), tem como eixo de estudos o debate sobre a Questão Urbana, Direito à Cidade, movimentos sociais urbanos, educação e Serviço Social e está vinculado também ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR). Existente há mais de 15 anos, o núcleo busca analisar a formação das cidades e a constituição de distintos territórios: favelas, subúrbios e espaços populares, bem como, as consequências do desenvolvimento desigual e combinado na sociabilidade dos moradores desses territórios. Os territórios de moradia de segmentos da classe trabalhadora, sua conformação espacial, social, cultural e de trabalho.

A pesquisa em curso tem sido orientada pelo método histórico-dialético, e se utiliza deste com o objetivo de apreender a realidade em sua totalidade. Portanto, do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica com a aplicação de um questionário no próprio território escolhido.

Apresentaremos neste artigo as reflexões iniciais da pesquisa em curso e para esta finalidade organizamos o texto da seguinte forma: inicialmente uma breve incursão teórica sobre o medo e sua função social, sobretudo, no espaço urbano e em um

<sup>315</sup> Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF. E-mail: francinesantos@yahoo.com.br

<sup>316</sup> Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Email: nathalydes@id.uff.br

<sup>317</sup> Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Email: yasmimr@id.uff.br

Realização:



Apoio:



segundo momento, algumas reflexões onde apresentamos elementos sobre o trabalho social na favela da Maré e como o medo atravessa o cotidiano profissional.

## **Elementos para pensar o lugar do medo nas cidades**

Para iniciar nossos estudos sobre o medo nas cidades, partimos do pressuposto da existência da desigualdade estrutural que marca a produção dos espaços urbano capitalista. Esta se torna nítida na medida em que se constitui como uma resposta às necessidades de acumulação do capital, que produz necessariamente territórios desiguais (Harvey, 2004). Em outras palavras, o debate a respeito da produção das cidades dialoga diretamente com a teoria da acumulação capitalista, que depende da expansão geográfica para aumentar seu potencial acumulativo.

Essa desigualdade não vai se expressar apenas entre os países centrais e periféricos, mas também entre estados e cidades de um mesmo país, especialmente nas cidades da periferia do capitalismo, como o Brasil. Nesse sentido, Florestan Fernandes (1981) defende que a formação social brasileira, marcada por longos anos de colonização, desaguou em um capitalismo dependente, caracterizado pela sua subordinação aos países de economia central.

Ao analisar o contexto estrutural brasileiro, suas bases e a herança social percebemos que o medo aparece na cultura constituindo a lógica estruturante da sociedade. Este, adentrando o cotidiano dos sujeitos, cria uma unidade inseparável da ordem social hegemônica que dita os comportamentos supostamente aceitos, e que buscam determinar um padrão ideal de sujeito.

Observa-se, neste sentido, que o medo em seu sentido fenomênico ganha novas roupagens ao longo dos anos, mas preserva os mesmos atores. O medo configura-se como medo do estranho, do diferente, de tudo aquilo que foge da estética ou da norma imposta. Na história da humanidade, em diferentes países e contextos, o significado social do medo assume contornos que contribuíram para reiterar práticas violentas, fascistas e ou medidas de coibição de levantes populares. Conforme os estudos de Batista (2003), por exemplo, na Europa do começo da Idade Moderna o medo estaria em toda a parte, sendo o mar a imagem e o espaço do medo. “Incontáveis são os males trazidos pela imensidão líquida: a Peste Negra, está claro, mas também as invasões normandas e sarracenas, mais tarde as incursões dos berberes” (Delumeau, 1989, p.41 apud Batista, 2003, p.42).

Em outro momento de suas reflexões, a autora expõe “O medo do passado e das trevas se transfigura no medo dos fantasmas e da noite. Era o lugar onde os inimigos do homem tramavam sua perda, no físico e no moral” (Batista, 2003, p. 42).

Sob outras perspectivas, o medo se apresenta nos discursos políticos e também nas figuras que o representam. Ele passa a ganhar características específicas, tornando-se parte estratégica de um plano de extermínio (Malagutti, 2003). É válido pontuar que os discursos de raça passam a dar lugar - ou ganham forma - aos discursos de medo, os quais, de forma implícita buscam, por meio de dispositivos públicos, legitimar políticas de exclusão e segregação de uma determinada população (Batista, 2003, p. 106). Em prol da destruição de uma população, para este grupo social indesejável, a solução seria mantê-los distantes daqueles considerados puros, seria apagar as suas histórias e transformá-los meramente em massas reprodutoras da ordem. No qual políticas de lei e ordens são elaboradas com o intuito de combatê-los.

Nesse sentido, ao retomarmos o debate do urbano, compreendemos como o planejamento das cidades é formulado em torno de sua fragmentação, afastando dos centros urbanos os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. Sendo necessário afastar esses “perigos” das áreas consideradas “nobres”, concentrando aqueles que causam ameaça à ordem nos espaços periféricos. Estes espaços são

Realização:



Apoio:





frequentemente definidos como *locus* da violência, nos quais a favela é descrita como um lugar natural do mal, como aponta Batista (2003, p. 113) em suas análises.

Contudo, nossa compreensão parte das análises de que o território periférico não é algo natural, tratando-se, em verdade, de um produto do desenvolvimento desigual e combinado do capital, que constrói territórios desiguais, ao mesmo tempo em que representa a expressão das relações produtivas desiguais, que, por sua vez, também são produto das relações sociais construídas no mesmo território.

Assim, ao adentrar o debate dos territórios socialmente desiguais, fazemos uma comparação com o que Tulumello (2017) analisa em relação ao planejamento urbano no Sul da Europa, onde pontua que “o discurso sobre o declínio, construído com base na presença de tais populações, usou discursos de medo e promoveu mais desinvestimento público nas áreas em que uma população econômica e socialmente desfavorecida estava vivendo” (Tulumello, 2017, p. 29), sendo “abandonada” pelo poder público, que apenas se mostra presente mediante a violência institucionalizada.

O diálogo com o autor que analisa uma realidade distante geograficamente, mas semelhante na sua condição desigual, demonstra que há um processo sistemático de segregação que atinge, sobretudo, as populações historicamente subalternizadas, que como parte de uma racionalidade própria da lógica capitalista, opera mediante ao interesse do capital a sua reprodução, cria e sustenta mecanismos que levam a uma reclusão forçada, ou melhor são destinados a um local determinado na sociedade. Atribui-se a estes territórios o caráter embrionário da criminalidade, no qual as invasões policiais violentas tornam-se práticas naturalizadas, sob a justificativa da eliminação do crime a qualquer custo. Assim, as políticas de controle e “enfrentamento ao mau” ganham força sob o discurso de segurança pública.

Com o objetivo de apreender a construção do medo social a partir da conformação dos territórios, e não pelas atribuições homogêneas e marginalizadas que comumente lhes são impostas, retomamos a trajetória da Formação Social brasileira que, em seu bojo de sustentação, carrega marcadores responsáveis pela manutenção de espaços profundamente desiguais dentro de um mesmo território.

É neste contexto que nossas análises encontram o território do Complexo de favelas da Maré, bairro da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, composto por 16 comunidades<sup>318</sup> onde vivem 139.073 moradores, de acordo com o Censo Populacional da Maré (Redes da Maré: Censo Maré, 2019). A Maré é cortada por uma das principais avenidas da cidade, é considerada uma das maiores favelas do Brasil.

Ao trazermos a construção do medo social para o debate, identificamos duas linhas de pensamento imbricadas. A primeira diz respeito à forma como esses territórios são historicamente estigmatizados como redutos de violência. A segunda aponta que é justamente nesses espaços que o Estado revela sua presença de modo dual: por meio da violência e da precariedade de serviços. Em suas duas faces, continua a perpetrar o discurso que localiza o problema no próprio território, em seus moradores ou naqueles que ali trabalham, como a pesquisa busca dar destaque.

A estes últimos, que conhecemos como trabalhadores sociais, articulamos o caráter histórico que o Serviço Social desempenha nos territórios de favela.

## O trabalho de assistentes sociais nas favelas

Historicamente assistentes sociais atuam em favelas. Partiremos do pressuposto de que as favelas se constituem como espaços de moradia de segmentos pauperizados da classe trabalhadora que ao longo do tempo foram lateralizadas pelo

<sup>318</sup> Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Marcílio Dias, Parque Maré, Parque Rubens Vaz), Parque Roquete Pinto, Parque União, Nova Holanda, Praia de Ramos, Conjunto Esperança, Vila do João, Vila dos Pinheiros, Conjunto Pinheiros, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Nova Maré e Novo Pinheiros, também conhecida como Salsa e Merengue.

Realização:



Apoio:



Estado no que se refere às políticas públicas de qualidade. “Ao contrário da tese que defende sua ausência, consideramos que o Estado, sempre esteve presente nesses territórios através da segurança pública via ações repressoras, violentas ou com políticas sociais insuficientes e ineficazes” (Farage et al., 2020)

Por meio de autoras como Valladares (2000), evidenciamos uma atuação profissional que, ao longo do tempo, esteve voltada à gestão e criminalização das expressões da 'questão social', frequentemente atravessada por princípios moralistas e voltada ao ajustamento do território e de seus moradores.

as assistentes sociais funcionavam como a mão direita da administração municipal na gestão da pobreza: entre a proteção social e o controle dos pobres. [...] as ações educativas realizadas pelos profissionais justificava a presença dos profissionais nas favelas numa perspectiva de direcionar e controlar estes espaços (Valladares, 2000, p. 16).

É com a aproximação da teoria crítica e, especialmente, a partir do Movimento de Reconceituação (1965-1975), que começam a emergir novas elaborações sobre o espaço urbano e as formas de atuação do Serviço Social nesses territórios, afirmando seu compromisso com a defesa dos direitos humanos e sociais das populações faveladas.

A partir desta trajetória de atuação profissional, torna-se possível compreender o que Batista (2003) aponta ao afirmar que “No Brasil, a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das massas empobrecidas” (Batista, 2003, p. 21).

Interessa-nos, nesse sentido, o movimento contrário empreendido pelo Serviço Social, que busca romper ao apassivamento e disciplinamento e que dá forma ao exercício profissional em territórios populares, e como o medo gradativamente molda a execução das políticas públicas dentro e fora das favelas, e consequentemente reverbera no trabalho profissional.

## Elementos sobre a pesquisa em curso

Para iniciar a pesquisa em tela, realizamos um amplo levantamento bibliográfico. Em seguida elaboramos e aplicamos um formulário de pesquisa<sup>319</sup> com o objetivo de qualificar as apreensões em desenvolvimento. A construção e a aplicação do instrumento foram orientadas pelos princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e pela regulamentação profissional que assegura o sigilo das informações (Capítulo V da Lei nº 8.662/1993). Convidamos ao preenchimento, assistentes sociais de diversos espaços sócio-ocupacionais do Complexo de favelas da Maré. O território escolhido se relaciona com os trabalhos pregressos desenvolvidos pelas coordenadoras no NEPFE, o que possibilitou a experimentação da construção de ações educativas e formativas numa perspectiva contra-hegemônica.

Ao longo de um mês, trabalhamos na elaboração do instrumento de pesquisa o qual cada pergunta foi cuidadosamente pensada, elaborada e revisada. O mesmo foi aprimorado após pré-teste realizado com três profissionais. O instrumento de pesquisa foi aplicado no formato de um formulário eletrônico feito e organizado na plataforma gratuita *Jotform*. Esse instrumento conta com trinta e três perguntas ao todo e é subdividido em oito partes, sendo eles: ‘perfil’, ‘formação acadêmica’, ‘dimensões do trabalho profissional’, ‘demandas profissionais’, ‘sobre a participação política’, ‘condições de trabalho e a relação com a comunidade’ e ‘sobre o medo’.

<sup>319</sup> Consultar em: <<https://form.jotform.com/243174227507051>>

Realização:



Apoio:



O questionário foi apresentado ao público em novembro de 2024 no primeiro dia do II Seminário de Trabalho Social promovido pelo NEPFE, no dia 26/11/2024, que contou com diferentes profissionais que atuam em favelas e espaços populares do Estado do Rio de Janeiro, e outras regiões do país como São Paulo e Espírito Santo, totalizando 61 participantes.

Responderam ao formulário 13 assistentes sociais, entre essas 11 foram dadas por pessoas que se identificaram como mulheres cisgênero e duas como mulheres trans. Considerando o critério cor/raça de acordo com a classificação do IBGE de autodeclaração, entre branca, preta, parda, amarela e indígena das 13 respostas autodeclaratórias, 4 responderam branca, 5 pardas, 4 pretas.

Quando perguntado se atuava, dentro da Maré, em instituição pública, privada, OSCIP/ONG ou outra, quatro respostas foram de atuação em instituições públicas, oito em OSCIP/ONG e uma em instituição privada.

Analizamos como esse perfil dos respondentes encontra um padrão da profissão e formação de Serviço Social traçado pelo Conselho Federal de Serviço Social ao longo dos anos. Nos dados sistematizados e divulgados pelo CFESS no ano 2022, encontramos atualizações de um tempo histórico que revelam uma profissão que mantém a tendência histórica de predominância feminina, mas de um perfil que não se circunscreve mais no modelo binário de masculino-feminino. No levantamento 41.083 profissionais ou 92,92%, se identificam com o gênero feminino, enquanto 3.083 destes, ou 6,97%, têm identificação com o sexo masculino, “outras expressões de gênero” correspondem a 46, ou 0,10% profissionais.

Quando olhamos para os percentuais de cor/raça, encontramos os reflexos do avanço e de uma maior aproximação da categoria profissional para com o debate étnico-racial no país. O levantamento do Conselho (CFESS, 2022, p. 32) revela que 50,34% das/os participantes se identificaram entre as variantes de cor/raça preta/negra/parda, na sequência estão as/os profissionais autodeclaradas/os brancas/os com 46,98%. As/os Assistentes Sociais de cor/raça amarela vêm em seguida, com 819 registros (1,85%), seguido de indígenas, com 140 pessoas (0,32%). Outra cor/raça sem identificação específica registrou 227 ocorrências, correspondendo a 0,51%.

Ao retomarmos os dados apresentados pelo Conselho da profissão e cruzá-los com as respostas obtidas no formulário aplicado, observamos que os marcadores de gênero, raça e cor se entrelaçam com o território de atuação desses profissionais. Esses marcadores influenciam diretamente na forma como os sujeitos são percebidos em seus locais de trabalho, na circulação pelo território e na experiência subjetiva do medo. Tal configuração impacta profundamente o modo como o trabalho profissional é desenvolvido e executado nesses espaços.

A análise se aprofunda ainda mais quando consideramos que o perfil identificado pelo CFESS se materializa em corpos que exercem a profissão no território do Complexo da Maré. Esses corpos revelam um perfil dissidente em relação à trajetória histórica da profissão, especialmente se comparados às profissionais que, historicamente, ingressavam nesses territórios com objetivos de controle e disciplinamento (Valladares, 2000).

Diante de uma variedade de espaços sócio-ocupacionais e perfis, identificados na pesquisa, as requisições profissionais com maior incidência nas respostas foram questões que envolvem a saúde, questão econômica, violência doméstica, conflitos familiares e infrequência escolar, já que o cotidiano do Complexo da Maré é permeado pela violência estrutural do capitalismo, pelas violências mediadas pelo poder público que se expressam também na baixa qualidade das políticas sociais para o território.

Ao perguntarmos para as profissionais se já sentiram medo no seu local de trabalho. Entre as opções ‘sim’, ‘não’ e ‘algumas vezes’. 6 respostas foram ‘sim’, 5 responderam ‘algumas vezes’ e 2 responderam que ‘não’.

Realização:



Apoio:



A partir das respostas obtidas no formulário, buscamos analisar os diferentes determinantes do medo nas vivências profissionais no território. Para este trabalho, optamos por destacar e analisar as respostas de três participantes, identificadas como respondentes 12, 13 e 15 — números que correspondem à ordem de envio dos formulários.

A escolha das respondentes em questão ocorreu, inicialmente, pela aproximação direta com o território periférico. As três profissionais selecionadas são moradoras de favelas, e atuam dentro desse mesmo espaço, possibilitando um vasto campo de análise. A partir de um comparativo das respostas, é possível identificar padrões, sentimentos que se entrecruzam, vivências parecidas e compartilhadas, de modo a contribuir para uma reflexão crítica da realidade profissional dentro destas periferias.

Nesse sentido, identificamos as pessoas respondentes da forma que estas se identificaram em resposta ao formulário. A pessoa 12 é uma mulher cis, tem 57 anos e se autodeclara parda. A pessoa 13 é uma mulher cis, tem 44 anos e se autodeclara preta. A pessoa 15 é uma mulher cis, tem 38 anos e se autodeclara preta. As três respondentes foram as três únicas que responderam ‘sim’ à pergunta “É morador de favela ou espaço popular?”. Também responderam que trabalham, respectivamente, há 15, 13 e 4 anos em território de favela.

Considerando a grande incidência de tiroteios no território, indagamos se se sentiam seguros para trabalhar no território e as respostas foram, respectivamente, que se sentem ‘Mais ou menos insegura(o)’ (12); ‘Muito segura(o)’ (13); ‘Mais ou menos insegura(o)’ (15). Na pergunta complementar, 25, de que se já sentiram medo no local de trabalho, as respostas foram, respectivamente: ‘Sim’(12); ‘Algumas vezes’ (13); ‘Algumas vezes’ (15).

De fato, a presença de grupos armados e os confrontos frequentes com as forças de segurança pública tornam a violência um elemento muito presente. Segundo a Redes da Maré, em 2023, houve um aumento de 58,82% nas operações policiais, já em 2024, foram registrados 42 incursões policiais expondo os moradores e os trabalhadores do lugar a vulnerabilidades, letalidade e situações de medo. Assim, ao questionarmos “Quais são as três principais situações que fizeram você sentir medo no local de trabalho?”, as respostas que mais se destacaram foram:

**Pessoa 12:** ‘Operação policial exagerada; Conflito entre residentes da comunidade; Situações de risco envolvendo a instituição’. **Pessoa 13:** ‘Assédio moral’. **Pessoa 15:** ‘Há situações que me fazem sentir medo como: disputa entre traficantes, tiroteios e abordagens violentas da polícia.’

Na pergunta “quais atividades você deixou de fazer ou evitar ao sentir medo no local de trabalho?” Destacamos as respostas:

**Pessoa 12:** ‘Visita técnica; Visita domiciliar; Visita institucional’. **Pessoa 13:** ‘Não faço nada’. **Pessoa 15:** ‘Tem dias que é difícil lidar com um trabalho tão tenso, com medo de acontecer algo. Algumas atividades ficam comprometidas pela insegurança.’

Percebemos com as respostas, que mesmo diante das adversidades os profissionais não deixam de realizar seus respectivos trabalhos. Embora alguns instrumentos do trabalho profissional e/ou atividades se restrinjam, há um compromisso com a população pautado no projeto ético-político que, expressa nas estratégias, resistências e formas de enfrentamento, coletivas e individuais, construídas para a realização do trabalho no território.

A maioria das assistentes sociais constroem suas formas de estar no território, mesmo diante das situações que o medo se presentifica. No geral, as estratégias se

Realização:



Apoio:



encontram em “Atender de porta aberta”, “Alterar o horário de atendimento” e “estabelecer contato telefônico antes de sair da instituição para verificar como está a comunidade”. Essas expõem um cenário de medo que não imobiliza totalmente e oferece algumas alternativas para que, de alguma forma, o trabalho seja executado. Ainda que não de maneira plena e, sem dúvida, com atenuantes.

Nesse sentido, destacamos as seguintes respostas das respondentes em destaque:

**Pessoa 12:** *“Realizar visitas domiciliares somente em situações de extrema necessidade; Em caso de atividade externa, estabelecer contato telefônico antes de sair da instituição para verificar como está a comunidade.”*

**Pessoa 13:** *“Alterar o horário de atendimento; Em caso de atividade externa, estabelecer contato telefônico antes de sair da instituição para verificar como está a comunidade.”*

**Pessoa 15:** *“Suspendemos as atividades, realizamos um plantão de atendimento voltado para as vítimas da violência armada. A equipe tem um protocolo a ser seguido em dias de operações policiais, visando a nossa segurança. Não circulamos na rua quando há confrontos e quando há policiais no território. Ficamos em um equipamento estratégico e seguro para que todos estejam protegidos e com suporte para que não queremos expostos”*

Nesse sentido, quando perguntado “Como você lida com o que sente quando se sente vulnerável ou intimidada ou com medo no seu trabalho?”, recebemos respostas como **Pessoa 12:** *“Oro!”* **Pessoa 13:** *“Mudo o foco.”* **Pessoa 15:** *“Tem dias que é difícil lidar com um trabalho tão delicado, impossível esse trabalho não nos atravessar ou sermos impactados. Há dias que chego em casa choro ou me recolho. Mas procuro fazer um processo de cuidado da minha saúde física e mental, fazendo terapia, exercícios físicos e ficando com a família, fazendo coisas que me fazem bem.”*

## Conclusão

Considerando que as reflexões construídas ainda são embrionárias em face da pesquisa em curso, pudemos tecer algumas considerações no intuito de fortalecer uma rede de interlocutores que ao pensar a favela rompem com as análises estereotipadas, estigmatizantes e homogeneizadoras, mas tangenciadas pela perspectiva de totalidade.

Se no primeiro momento tecemos algumas reflexões sobre o significado do medo e seu sentido na construção do urbano, na segunda parte do texto a pesquisa mostrou como que medo, que é socialmente produzido, mas também real, e é sentido e percebido pelos profissionais que atuam em territórios marcados pela violência, como a Maré.

Dialogando com Lima (2012), às periferias das cidades enquanto parte desses territórios profundamente desiguais manifestam o grau máximo do processo de degradação e segregação, favorecendo a violência e estigmatizando estes territórios como locais de medo. A pesquisa mostrou o perfil, as principais requisições profissionais e que, mesmo com a incidência da violência urbana, as assistentes sociais respondentes da pesquisa não deixam de realizar seus trabalhos. Embora as vicissitudes do território impactem o cotidiano de forma exponencial, ainda sim, é percebido um compromisso com a população no sentido de manter o atendimento e ainda a construção de processos de resistências diante da amálgama de questões que atravessam o cotidiano.

Por fim, mesmo que a pesquisa ainda não tenha sido concluída, a mesma aponta para a necessidade de construção de uma agenda que aprofunde os debates que versam sobre medo, violência dentre outros elementos que atravessam o cotidiano profissional daqueles que atuam nas favelas.

Realização:



Apoio:





## Referências

BATISTA, Vera Malaguti. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. **Código de ética profissional do/a assistente social**. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: CFESS, 1993.

BRASIL. **Lei nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Brasília, DF: Presidência da República; 2018 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Perfil de assistentes sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em <<https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

FARAGE, Eblin et al. Questão urbana e segurança pública na favela da maré. *In*: PEREIRA, Larissa Dahmer; BARBOZA, Douglas Ribeiro (org.). **Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil**: dilemas atuais em país de capitalismo dependente. Uberlândia: Navegando 2020. Disponível em: <<https://www.editoranavegando.com/livro-pol%C3%ADticas-regressivas>>. Acesso em: 31 jun. 2025

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In*: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-376.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 1994.

REDES DA MARÉ. **Boletim direito à segurança pública na Maré**, n. 08, 2023. Disponível em: <<https://www.redesdamare.org.br/br/publicacoes>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

TULUMELLO, S. **Fear, space and urban**: planning a critical perspective from Southern Europe. Lisboa, Portugal: Springer, 2017.

VALLADARES, Licia do Prado. A gênese da favela carioca: do campo à cidade, da rejeição ao controle *In*: VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

Realização:



Apoio:



## A MOBILIZAÇÃO DA FAMÍLIA NO ÂMBITO SOCIOEDUCATIVO NO RIO DE JANEIRO

Ana Beatriz Santos da Silva<sup>320</sup>

Ana Clara da Costa Barroso<sup>321</sup>

Camila de Souza do Nascimento<sup>322</sup>

Talyta Conrado Braga Deolindo<sup>323</sup>

Marcelle de Souza Soares<sup>324</sup>

**Resumo:** O trabalho busca relacionar reflexões adquiridas em visitas institucionais ao Núcleo de Atenção às Famílias (NUAF) do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) Simone de Beauvoir, em conjunto com a participação no 10º Fórum Permanente de Atenção às Famílias no DEGASE, realizado em 2024. O acúmulo é discutido em conjunto com as temáticas discutidas no âmbito da família no Serviço Social, com a vivência enquanto pesquisadoras extensionistas.

**Palavras-chave:** Família. Mobilização Social. Socioeducação

**Abstract:** This study seeks to relate insights gained from institutional visits to the Family Support Nucleus (NUAF) of the General Department of Socio-Educational Actions (DEGASE) and the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) Simone de Beauvoir, in conjunction with participation in the 10th Permanent Forum on Family Support at DEGASE, held in 2024. This accumulated knowledge is discussed alongside themes within the field of Social Work concerning the family, based on the experience as extension researchers.

**Keywords:** Family, Social mobilization, Socio-education.

### Introdução

Começamos essa discussão entendendo que a organização social capitalista, direcionada à classe trabalhadora, separa a família. Isso significa que, a partir da carga horária de trabalho, somada ao deslocamento entre casa e trabalho, segrega o ambiente familiar. Com jornadas extenuantes, sobretudo quando falamos de trabalhos informais que, às vezes, exigem muitíssimas horas de dedicação, há um desafio para a manutenção dos laços familiares.

A estrutura presente na sociedade capitalista incumbe aos trabalhadores um distanciamento dos seus familiares, o que pode influenciar na sociabilidade das crianças, na criação de vínculos e tudo que se relaciona à convivência familiar. Ademais, os espaços disponibilizados pelo Estado, voltados para a família e para o público infante juvenil, como escolas e equipamentos socioassistenciais, como CRAS e CREAS, têm ambientes precarizados, ainda que haja uma imprescindibilidade de existência deles, o que indica a contradição entre o que é necessário e o que é visto de maneira concreta.

Com isso, a figura estatal, para muitas famílias periféricas, é materializada quando há o cumprimento de medidas socioeducativas, nas visitas aos adolescentes que estejam nas unidades de internação. Em passado recente, relatos de violação de direitos, agressões, torturas e similares se multiplicaram. Quando fora das unidades

<sup>320</sup> Mestranda em Serviço Social/UERJ. E-mail: anabeatrizsasil@gmail.com

<sup>321</sup> Graduanda em Serviço Social/UERJ. E-mail: clara.costa.ana@graduação.uerj.br

<sup>322</sup> Graduanda em Serviço Social/UERJ. E-mail: souzacamila602@gmail.com

<sup>323</sup> Graduanda em Serviço Social/UERJ. E-mail: talytaconrado9@gmail.com

<sup>324</sup> Graduanda em Psicologia/UERJ. E-mail: marcelledr236@gmail.com

Realização:



Apoio:



socioeducativas, a persistência de uma dura realidade: vidas vitimadas pelo terrorismo de Estado, seja pelo desaparecimento forçado, como também nas mortes que, ao terem o Estado como algoz, seguem sem responsabilização.

Diante desse cenário, familiares se reuniram em diferentes grupos, como a Associação de Mães e Amigos da Criança e Adolescente em Risco (AMAR – RJ) e Movimento Moleque, com o intuito de cobrar do poder público, da sociedade e de todos que estejam relacionados, a responsabilização por ações cometidas contra crianças e adolescentes, visando mudar o cenário de violação existente no Rio de Janeiro. Quando o suporte estatal se mostrou falho ou insuficiente, as famílias, especialmente as mães e avós, criaram suas próprias redes, que vão além do acolhimento, constituindo-se uma potente articulação para denunciar violações e lutar pela humanização do cumprimento das medidas.

A luta antes individual ganha força coletiva, transformando-se em uma mobilização social que é política.

O intuito do nosso trabalho é falar sobre esses familiares, considerando tanto o protagonismo desse grupo, como também a potencialidade existente nesse movimento social, considerando, sobretudo, os impactos para os adolescentes que estejam em unidades de internação.

O acúmulo é discutido em conjunto com as temáticas discutidas no âmbito da família no Serviço Social, com a vivência enquanto pesquisadoras extensionistas.

Com isso, diante da materialidade histórica atual, foi possível discorrer sobre a mobilização social protagonizada por familiares e a potencialidade dessa articulação, visando os adolescentes que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas. De antemão, cabe ressaltar que os escritos têm o intuito de estimular a pesquisa e a problematização do cotidiano, vinculando a teoria com a sistematização da prática, desvinculando-se de possíveis estereótipos.

## **Histórico da relação entre família e socioeducação**

A relação entre família e socioeducação é transpassada por diversos processos históricos e transformações no âmbito econômico, político e social. Nem sempre falamos da mesma família, com a percepção sendo modificada a partir da própria realidade. A centralidade social que a infância e a criança adquirem, com o advento de novas ideias e com a industrialização no século XIX, faz com que novas ideias ressoem no final desse mesmo século no Brasil.

De acordo com Rizzini (2008, p.7) “a criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja, para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado”, demonstrando a visão positivista da época, que considerava que a vigilância da criança era parte importante para evitar possíveis “desvios”, ligando-se aos propósitos eugenistas.

Com isso, a família, sobretudo a família pobre, é tratada com um foco moralizante, virando alvo de políticas higienistas, sendo vista sob duas óticas: “os pobres dignos e os viciosos” (Rizzini, 2008, p.8). Com base em uma visão maniqueísta (bom versus mau, digno versus não digno), para justificar uma possível ‘queda’ nos valores das pessoas pobres, esses tinham que se manter sempre vigilantes acerca de suas ações, aos pobres a imoralidade estava sempre rondando, por isso as crianças de pais empobrecidos eram sempre vista com suspeita, a criança; esses valores se somavam na justificativa de uma constante vigilância dos pobres, devido a uma imoralidade persistente (Rizzini, 2008, p. 26). Essa suspeição constante se estendia às crianças, em um cenário que a identificava como “material e moralmente abandonada”, sendo um “problema social gravíssimo” e objeto de “magna causa”, o que demandava uma ação urgente.

Realização:



Apoio:



Do referencial jurídico claramente associado ao problema, constrói-se uma categoria específica - a do menor - que divide a infância em duas, simbolizando aquela que é pobre e potencialmente perigosa; abandonada ou “em perigo de o ser”; pervertida ou “em perigo de o ser” (Rizzini, 2008, p. 10).

O discurso era massivo: Tinha-se urgência em alcançar a infância dessas crianças, sujeitas à influência de famílias percebidas como viciosas, delimitando uma relação entre família e Estado de forma próxima, na figura do controle da pobreza. Para isso, foi criado um material médico-jurídico-assistencial, com a função de prevenir, educar, recuperar e reprimir. Todas as iniciativas tinham o intuito de controlar a criança para o hábito do trabalho, como forma de ser supostamente útil à sociedade e reparar os danos feitos a essa mesma sociedade (Rizzini, 2008).

A intervenção do Estado nas famílias pobres permanece no século XX, em que a criminalização da pobreza se repete. Com a criação do Código de Menores, em 1927, a infância é oficialmente alvo de ações policiais, com a família sendo responsabilizada pela chamada delinquência de crianças e adolescentes. Os grupos familiares, concomitantemente, são vistos como desestruturados ou desajustados. Até a consolidação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), são registrados diferentes tipos de violação, como os cometidos por grupos de extermínio na Baixada Fluminense<sup>6</sup>, em meio às chacinas e desaparecimentos forçados.

A CF/1988 traz um novo olhar para a garantia de direitos para as crianças e adolescentes, fruto da luta de movimentos sociais, organizações não governamentais e militantes, o que já destaca como a mobilização social traz modificações significativas. Em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é promulgado, em uma estrutura contraditória, ao manter princípios assistencialistas do Código de Menores, acrescentando “disfarces educativos e punitivos do Código Penal para encobrirem sua própria face, que é a operação do controle sociopenal do adolescente” (Silva, 2011, p. 162), ao mesmo tempo em que rompe com o modelo punitivista e tutelar do Código de Menores, considerando o adolescente sujeito de direitos.

Ao ser estabelecido, o sistema socioeducativo brasileiro opera com base na lógica de controle e responsabilização moral da família pobre. A infância negra e periférica continua sendo alvo de suspeita e vigilância, e a família segue sendo responsabilizada pelas falhas do Estado e continua sendo vista como núcleos ‘disfuncionais’ que produzem ‘delinquência’. Isso pode ser percebido no discurso hegemônico presente na sociedade brasileira, sobretudo em relação às mães, que são vistas como figuras falhas em relação aos filhos.

A operação do sistema socioeducativo “disfarça os conteúdos repressivos, coercitivos e punitivos das medidas para atingir a finalidade de defesa social” (Silva, 2011, p. 175), algo que pode ser percebido na maneira em que as visitas são organizadas e na divisão das vagas, em relação à internação.

Com isso, o sistema educativo está “na contramão de quaisquer perspectivas sociabilizadoras, libertadoras e emancipadoras dos adolescentes” (Silva, 2011), algo percebido nas visitas institucionais, apesar dos esforços de parte dos trabalhadores. Mesmo apresentando um viés educativo, o sistema socioeducativo age como um instrumento de controle social, contendo a juventude periférica e negra, uma vez que é “a origem social que determina quem vai para a prisão, quem recebe LA, remissão ou medida específica de proteção” (Silva, 2011).

Nesse contexto, a família periférica é atingida duas vezes: primeiro, porque ela se torna responsável pelo comportamento do adolescente (como se fosse ‘desestruturada’ ou ‘disfuncional’); segundo, porque deixa de ser considerada como um sujeito de direitos e voz (Silva, 2011, p. 209).

Ademais, foi perceptível a presença massiva de mães e avós no 10º Fórum, apesar da sinalização de que, atualmente, há uma maior participação de outras figuras familiares, como pais e irmãos. Dados levantados pelo Sistema Nacional de

Realização:



Apoio:



Atendimento Socioeducativo (SINASE), em 2024, corroboram com essa percepção, uma vez que o 49,7% dos adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa têm a figura materna como principal responsável pela sua sobrevivência, enquanto somente 5,7% tem a figura paterna como principal referência. O papel da centralidade da mãe também demonstra o papel histórico de cuidado atribuído às mulheres.

São as mães que também estão presentes nas reuniões e nos atendimentos realizados pelo CREAS, com participação em oficinas e também na mobilização coletiva, protagonizando como liderança em todos os grupos que estiveram presentes no 10º Fórum. Esse papel das mães (avós, primas, irmãs e demais familiares) é visto historicamente, simbolizado em iniciativas como Mães de Acari (1990), Mães da Maré (2007), Mães de Manguinhos (2014), que surgiram após jovens serem vítimas da violência do Estado, muitas delas em chacinas. O mesmo ocorreu na fundação do Movimento Moleque, como narrado por Mônica Cunha em reunião com o CREAS.

A mobilização dessas mães, algo que hoje já pode ser percebido como uma mobilização de familiares, é o contraponto ao controle estatal, que encarcera e vitimiza dezenas de adolescentes todos os anos no Brasil. Recentemente, essas mesmas mães se juntaram, cobrando respostas do Ministério Público do Rio de Janeiro, após a morte de Herus de Guimarães Mendes, em uma operação ilegal da Polícia Militar, na favela do Santo Amaro, na madrugada do dia 07 de junho de 2025. Mães que se uniram pela dor e que, coletivamente, buscam justiça, seja contra o aprisionamento de adolescentes, como também pela responsabilização de tantas vidas vitimadas.

### **Potencialidades em relação à mobilização da família**

O papel ativo da família, durante o cumprimento de medidas socioeducativas de adolescentes, fornece uma gama de potencialidades e um ganho positivo para ambos, tendo em vista que, a depender da medida estabelecida, o processo de afastamento do convívio familiar pode acarretar fragilidades aos vínculos afetivos, que são essenciais durante todo o processo de cumprimento de medidas socioeducativas, sobretudo para o adolescente. A ausência ou o distanciamento da família durante o cumprimento da medida pode intensificar sentimentos de abandono, isolamento e ruptura de vínculos, o sistema socioeducativo, por sua natureza, isola o adolescente de sua comunidade e de seus referenciais. A presença familiar constante e atuante impede que essa desconexão seja total, por isso, é importante que a família seja reconhecida como um agente que tem um papel ativo durante o processo do cumprimento da medida socioeducativa do adolescente.

Além de fortalecer os vínculos afetivos, a presença da família no cumprimento das medidas socioeducativas contribui significativamente para a ressocialização do adolescente, funcionando como uma ponte entre o sistema socioeducativo e a reintegração social. A participação familiar ativa favorece a construção de um ambiente de suporte emocional e moral, incentivando a corresponsabilidade no processo de reconstrução dos projetos de vida dos adolescentes. Nesse sentido, políticas públicas que visem o acompanhamento e o fortalecimento das famílias devem ser promovidas, conforme orienta o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que reconhece a família como elemento central na efetivação de uma medida socioeducativa que seja, de fato, educativa e restaurativa.

O momento posterior ao cumprimento da medida, quando há mobilização familiar, pode gerar abrigo e proteção ao adolescente, que se sentirá acolhido pelos familiares, algo fundamental. Com a inclusão da família, é possível pensar a manutenção dos laços, a partir de ações entre profissionais, os familiares e os adolescentes.

Segundo Rizzini e Pilotti (2009), a exclusão social vivida por esses adolescentes está profundamente ligada a um histórico familiar de negação de direitos, ausência de

Realização:



Apoio:





políticas públicas e pobreza estrutural, algo que afeta diferentes gerações. A criação de caminhos que incentivem a inclusão demanda esforços conjuntos, que levem em conta não apenas o indivíduo, como também sua rede de apoio, sendo a família um elemento crucial para suprimir a exclusão social, considerando, também, o papel de políticas públicas nesse somatório:

A intersetorialidade do atendimento socioeducativo deve garantir não apenas ações voltadas ao adolescente, mas também à sua família, considerando que o rompimento de ciclos de exclusão depende do fortalecimento dos vínculos familiares e do acesso a políticas de inclusão social (Brasil, 2006, p. 18).

O ato de aproximar as famílias de adolescentes que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa, gera ganhos ao adolescente, à família e ao sistema socioeducativo. Para Assis e Constantino (2008), a participação da família durante o processo de aplicação da medida socioeducativa é uma abordagem eficaz para quebrar ciclos de vulnerabilidade e exclusão que se transmite entre gerações, ao mesmo tempo que também reforça a rede de suporte social. Esses ciclos não devem ser compreendidos como fenômenos meramente individuais ou isolados, mas sim como expressões de contradições estruturais e de desigualdades históricas que incidem de maneira sistemática sobre sujeitos socialmente vulnerabilizados. Trata-se de processos marcados por exclusões sucessivas, que atingem famílias e comunidades inteiras submetidas a condições de vida precárias.

A articulação entre família, Estado e sociedade civil é fundamental para garantir a integralidade no atendimento ao adolescente, promovendo ações que vão além da dimensão punitiva e que busquem a efetivação de direitos. Além disso, ao reconhecer o papel ativo da família no processo socioeducativo, fortalece-se a perspectiva de corresponsabilidade, elemento central para a reconstrução de vínculos afetivos e comunitários e para a superação das trajetórias marcadas por violações e negligências institucionais.

Segundo Silva e Silva (2011), quando a família é envolvida de forma ativa no processo socioeducativo, os benefícios se estendem além do adolescente, promovendo estabilidade emocional no núcleo familiar e ampliando o acesso aos direitos sociais. Nesse sentido, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) destaca que:

A atuação junto à família deve ser um componente central do atendimento socioeducativo. O adolescente é parte de um contexto familiar, social e comunitário, e sua trajetória é marcada por experiências que não podem ser desconsideradas. A responsabilização deve ser compartilhada, e a família, quando adequadamente apoiada, pode se tornar um agente de transformação tanto na vida do adolescente quanto no fortalecimento das ações da política pública (Brasil, 2006, p. 49).

O ato de somente encarcerar ou culpabilizar a família ausenta o Estado do seu dever, reforçando uma lógica punitivista tradicional, como citado anteriormente. A quebra dessa lógica punitivista é atrelada ao processo de aproximação das famílias, visto nas iniciativas promovidas pelo CREAS, incentivando a construção de relações e o resgate de trajetórias. Portanto, neste sentido é possível afirmar que a participação ativa da família no processo de cumprimento de medida socioeducativa é fundamental, uma vez que a presença dos citados fortalece os vínculos afetivos, proporcionando suporte emocional e contribuindo para a reconstrução de trajetórias marcadas por violações de direitos e exclusão social.

Dessa forma, a mobilização familiar deve ser compreendida como dimensão essencial do processo socioeducativo, não se restringindo ao apoio emocional, mas sendo concebida como corresponsável na formulação e execução de estratégias que

Realização:



Apoio:



promovam a cidadania, a autonomia e a dignidade dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. A escuta qualificada, o acolhimento das demandas familiares e o acompanhamento sistemático constituem instrumentos indispensáveis para que as famílias possam enfrentar suas vulnerabilidades e atuar ativamente na promoção da proteção integral. Além disso, é importante lembrar que a família passa junto ao adolescente pela dinâmica do cumprimento da medida socioeducativa.

O reconhecimento da família como parceira no processo socioeducativo é, acima de tudo, um passo importante para a concretização dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Constituição Federal e das políticas públicas comprometidas com a transformação social.

Portanto, compreender a família como sujeito de direitos e parceira no processo socioeducativo é um imperativo para a superação de práticas meramente punitivas e para a construção de respostas mais humanas, integradas e eficazes. A corresponsabilização entre Estado, família e sociedade civil fortalece a lógica da proteção integral, promovendo não apenas a responsabilização do adolescente, mas sobretudo sua inclusão, autonomia e dignidade. Dessa maneira, o fortalecimento dos vínculos familiares e o reconhecimento das potencialidades presentes nesse núcleo tornam-se elementos centrais para a efetividade das medidas socioeducativas e para a promoção de transformações sociais mais amplas e duradouras.

### **Considerações finais**

O modelo de atuação estatal, muitas vezes, revela uma relação de perversidade entre a família e a socioeducação que, ao longo do tempo, manteve uma mesma contradição. Exige-se o engajamento das famílias, sem garantir acesso ao trabalho digno, à moradia, à saúde e à educação. A organização social capitalista, direcionada à classe trabalhadora, separa a família. Isso significa que, a partir da carga horária de trabalho, somada ao deslocamento entre casa e trabalho, segrega o ambiente familiar. Com jornadas extenuantes, sobretudo quando falamos de trabalhos informais que, às vezes, exigem muitíssimas horas de dedicação, há um desafio para a manutenção dos laços familiares. Com um cenário de negações, a presença ativa de familiares, no processo de cumprimento de medida socioeducativa, é inviabilizado, gerando culpabilização e julgamentos em relatórios técnicos, por exemplo, por exemplo, que utilizam termos como "negligência", "desinteresse" ou "família desestruturada". Estes documentos, ao omitirem, ou não levarem em consideração o contexto socioeconômico que determinada família se encontra, transformam os mesmos em culpados por sua própria condição, reforçando o estigma e o ciclo punitivista.

Visões idealistas sobre a família, centradas no núcleo familiar composto por pai, mãe e filhos, a criminalização desconsiderando as múltiplas possibilidades de criação e convívio em família, também impactam nas ações do Estado que, ao se eximir das próprias responsabilidades, entrega às famílias o dever de cumprir com tudo que esteja relacionado aos adolescentes, o que não condiz com a realidade concreta. Com isso, familiares que se mobilizam coletivamente, como nos grupos apresentados no decorrer do texto, são uma resposta de famílias que se cansaram das violações estatais, cobrando a responsabilidade do Estado em relação ao provimento de condições dignas de vida e de reprodução social. Analisar as conjunturas familiares significa analisar a construção do sujeito, seus valores e sua projeção deste para a sociedade.

O momento de construir novos valores e desta forma, uma nova realidade, é no cotidiano, no dia a dia, considerando que os atos da vida privada devem coincidir com o discursado na vida pública, para que o pessoal seja alinhado ao político.

Coletivamente, familiares têm demonstrado grande potência em mobilizar uma construção consciente, madura e ética, denunciando as ações do Estado e cobrando,

Realização:



Apoio:



tanto do poder público, quanto da sociedade, um posicionamento em relação às diversas violações que crianças e adolescentes sofrem no cotidiano.

Considerar os diversos arranjos familiares e os valores presentes neles, desprendendo-se dos conceitos tradicionais, que estão ligados à uma idealização e higienização do que é família e de como ela é composta, é uma ação necessária às/aos assistentes sociais, seja na atuação em equipamentos de medidas socioeducativas, como também em locais como CREAS/CRAS.

Essa ação é necessária também para romper com estigmas que existem acerca da presunção do conceito de família, romper com o estigma que cerca a família, é romper com a lógica punitivista que associa a origem familiar do adolescente ao cumprimento da sua medida socioeducativa.

A atuação intersetorial, prevista no SINASE, em um estado com violações constantes, como o Rio de Janeiro, é primordial para que a mobilização coletiva de familiares encontre guarida, permitindo a quebra da repetição constante de violência e dor, como narrado por participantes do 10º Fórum Permanente de Atenção às Famílias do DEGASE.

## Referências

ASSIS, Simone G. de; CONSTANTINO, Patrícia. **Juventude em conflito com a lei: a experiência do Programa de Apoio à Família**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília: CONANDA, 2006.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE: levantamento anual 2024**. Brasília: MDHC; Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/crianca-e-adolescente/sinase/publicacoes>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BIROLI, Flávia. **Família: novos conceitos**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2014. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2018/07/familia-novos-conceitos.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SILVA, Elaine Barbosa da; SILVA, Marlene da. Família e medida socioeducativa: possibilidades de reintegração social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 288-306, abr./jun., 2011

RAMOS, Maria Manuela. Medidas socioeducativas: o papel da família na efetivação dos direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 86, 2006.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da família e da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Maria Aparecida. **Entre proteção e punição: o controle sociopenal dos adolescentes em conflito com a lei**. 2011. 283 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) –

Realização:



Apoio:



Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, L. C.; Silva, A. C. A família como agente de transformação na socioeducação. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, v. 3, n. 1, p. 55–62, 2011

SILVA, Tomás de Aquino Rego. **Medidas socioeducativas e direitos humanos: desafios para a efetivação**. São Paulo: Cortez, 2015.

Realização:



Apoio:





## **EIXO TEMÁTICO 6**

### **SERVIÇO SOCIAL, DEMOCRACIA E NEOCONSERVADORISMO**

Realização:



Apoio:





## FORMAÇÃO CRÍTICA E O ENSINO NO SERVIÇO SOCIAL: sistematizações de pesquisa

Eliane Martins de Souza Guimarães<sup>325</sup>

Larissa Cordeiro Barros<sup>326</sup>

Luanna Regina de Almeida Cardoso<sup>327</sup>

Giorgia Barbosa Pacheco<sup>328</sup>

Quezia Lopes da Silva<sup>329</sup>

**Resumo:** O artigo apresenta sistematizações de pesquisa sobre formação crítica e os processos de ensino e o Serviço Social. O texto articula as análises sobre ensino teórico-prático, a formação em saúde e a formação para o ensino no Serviço Social. As reflexões sinalizam a importância da ampliação do debate sobre a temática para a construção de relações de ensino para a formação crítica e reflexiva.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Ensino; Teoria e Prática; Pedagogia.

**Abstract:** This article presents a synthesis of research related to teaching processes in the field of Social Work. The text interweaves theoretical and practical teaching approaches, education in health, and pedagogical training in Social Work. The reflections highlight the importance of expanding the debate on these themes in order to promote pedagogical approaches that support critical and reflective learning.

**Keywords:** Social Work; Teaching; Theory and Practice; Pedagogy.

### Introdução

No cenário contraditório das políticas neoliberais e seus impactos na política de educação, são postas demandas para análise dos processos de ensino e a requisição de recursos didáticos-pedagógicos. A formação crítica no Serviço Social também é atravessada pelos processos de desmonte e precarização que afetam a formação, o trabalho de assistentes sociais e as condições de vida dos sujeitos.

Considerando que assistentes sociais são profissionais que tem na realização de suas atribuições e competências uma dimensão formativa, propomos um olhar para os processos de ensino para além da docência.

Neste artigo, apresentamos o percurso das pesquisas que vem sendo construída ao longo dos últimos cinco anos. Compartilhamos as análises parciais sobre relações de ensino, com problematizações sobre o ensino teórico prático no Serviço Social, as “pistas” do debate sobre as tendências pedagógicas na formação em saúde e o serviço social, o debate sobre as perspectivas pedagógicas do ensino teórico-prático no serviço social e a análise sobre formação para o ensino no Serviço Social.

---

<sup>325</sup> Assistente Social, Docente da ESS da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: elianeguimaraes@id.uff.br

<sup>326</sup> Assistente Social Residente em Saúde (UERJ). E-mail: larissacordeirobarros@id.uff.br

<sup>327</sup> Estudante de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF); Bolsista Pibic/CNPq/UFF. E-mail: luannaregina@id.uff.br

<sup>328</sup> Estudante de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: gibarbosa@id.uff.br

<sup>329</sup> Estudante de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF); Bolsista FAPERJ. E-mail: quezialopes@id.uff.br

Realização:



Apoio:



## **Problematizações sobre o ensino teórico-prático no serviço social**

Ao olhar para os processos de ensino no Serviço Social, na conjuntura ultraneoliberal, é preciso reconhecer a natureza interventiva da profissão, que toma como objeto de trabalho a questão social e suas manifestações no cotidiano da classe trabalhadora, é considerada uma especialização do trabalho coletivo, inserida na produção e reprodução das relações sociais capitalistas (Iamamoto; Carvalho, 2011). É preciso considerar também as contradições e disputas da construção histórica da profissão no Brasil, marcada por movimentos de rupturas e continuidades, influenciado por diferentes correntes teóricas que orientam o trabalho profissional (Yazbek, 2009).

O projeto de formação crítica em Serviço Social, fundamentado nos princípios do materialismo histórico-dialético e orientado por um projeto ético-político, consolidou-se nas estruturas da profissão por meio de transformações significativas em seus fundamentos políticos, jurídicos e organizacionais. Entre os marcos relevantes desse processo, destacam-se a promulgação da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), a publicação do Código de Ética Profissional (1993) e a elaboração das Diretrizes Curriculares pela ABESS (1996). No âmbito da graduação, o debate sobre a formação foi intensificado, especialmente com a regulamentação do estágio supervisionado pela Resolução CFESS/2008 e pela formulação da Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS (2009).

Contudo, a conjuntura sociopolítica que permeia a implementação desse projeto formativo evidencia um cenário de precarização do ensino superior, das políticas sociais e das condições de trabalho. Nesse contexto, o sistema educacional tem sido ajustado às exigências do capital em resposta à sua crise contemporânea, inserido no marco da contrarreforma do Estado e das políticas de ajuste neoliberal (Koike, 2009; Farage, 2021).

Um dos elementos centrais da proposta de formação crítica em Serviço Social reside na articulação entre os núcleos que fundamentam a vida social, a formação sócio-histórica e o trabalho profissional, com vistas à transversalidade da análise da questão social. Nessa perspectiva, o exercício profissional passa a ser compreendido a partir da integração entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa, investigativa e formativa (Guerra, 2017).

No processo de construção dessa proposta formativa, tem-se evidenciado que a dimensão técnico-operativa constitui um desafio persistente. Iamamoto (2011) destaca a tensão entre continuidade e ruptura na formação profissional, bem como os impasses na articulação entre teoria e prática, observando que esse debate tem sido “muitas vezes considerado o ‘patinho feio’ do debate acadêmico e encarado como área residual, pouco valorizada”, em razão dos “estigmas praticistas com que vem sendo analisado” (Iamamoto, 2011, p. 193).

Guerra (2017, p. 52), ao tratar da dimensão técnico-operativa, observa que essa temática “tem sido negligenciada pela atual produção acadêmica, pela formação profissional e pelo debate da categoria”, em virtude do “receio de incorrer nos velhos ranços do Serviço Social tradicional”, apontando, assim, para a necessidade de ampliação e aprofundamento do debate.

Dessa forma, ao analisar o projeto de formação crítica no Serviço Social brasileiro, parte-se do pressuposto de que a discussão sobre a relação entre teoria e prática e a dimensão técnico-operativa está condicionada pelos limites históricos de sua formulação, o que repercute diretamente na forma como essa temática tem sido abordada nas pesquisas, na formação acadêmica e na atuação profissional dos assistentes sociais.

Nesse cenário, considera-se que as transformações na proposta formativa, aliadas à organização da política de estágio e à incorporação do debate sobre as residências em saúde, contribuiriam para a ampliação da discussão e da produção de

Realização:



Apoio:



pesquisas sobre a formação profissional, a dimensão técnico-operativa e o uso de instrumentos e técnicas no exercício profissional do assistente social. Tal expansão impõe a necessidade de aprofundar as reflexões sobre a dimensão formativa e as especificidades pedagógicas do processo de ensino-aprendizagem no trabalho desses profissionais, que atuam diretamente no planejamento, execução e participação em atividades educativas.

Uma pesquisa inicial apresenta o “estado da arte” do debate sobre a formação e o ensino teórico-prático no Serviço Social, revela uma diversidade de produções que abordam temas como formação, ensino, docência, método, teoria e prática, instrumentalidade, instrumentos, diretrizes e fundamentos. A análise evidencia que as relações de ensino-aprendizagem continuam sendo objeto de inquietação, e que a articulação entre teoria e prática, bem como a dimensão técnico-operativa, permanece como um campo com fragilidades.

Na mediação da pesquisa, temos realizado aproximação a produções teóricas no campo educacional buscam compreender o papel do conhecimento e das contradições societárias nos processos formativos, inserindo-se nas lutas contra a resposta neoliberal à crise do capital. No debate das teorias pedagógicas contra hegemônicas, sobressaem a pedagogia libertadora de Paulo Freire, a concepção histórico-crítica de Saviani (2008), a psicologia histórico-cultural e o pensamento de Vygotsky, a arte e a cultura como recursos didático-pedagógicos no ensino e o debate sobre Letramentos Acadêmicos (Rodrigues; Neves, 2021).

Nesse contexto, observa-se uma crescente demanda por metodologias de ensino e pesquisa, acompanhada de questionamentos sobre os métodos que as orientam. Assim, torna-se imprescindível o aprofundamento do debate sobre a formação docente para além do uso de recursos didático-pedagógicos, sendo necessária uma formação que favoreça a análise crítica da realidade social.

### **As “pistas” do debate sobre as tendências pedagógicas na formação em saúde e o serviço social**

A partir dessas problematizações, tendo como ponto de partida as provocações e acúmulo do campo da saúde, com base em experiências de pesquisa e acompanhamento de residentes e estagiários, temos construído reflexões buscando reconhecer e problematizar as relações de ensino no Serviço Social. Compartilhamos aqui alguns achados de pesquisa e ensino no acompanhamento de residentes e estagiários.

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) implicou transformações na formação dos profissionais da área, exigindo mudanças nos processos pedagógicos, na formação docente e no uso de recursos didáticos. Contudo, tais transformações ocorrem em um contexto de avanço neoliberal, marcado pela precarização das políticas públicas de saúde e educação, o que impacta diretamente os projetos formativos e a atuação profissional, incluindo o Serviço Social.

No âmbito da formação em saúde, Rodrigues e Caldeira (2008, p. 634) destacam que os marcos legais orientam o uso de metodologias ativas, centradas no estudante e na problematização como eixo pedagógico, com base no princípio do “aprender a aprender”. Entretanto, Pereira e Leher (2020, p. 114) alertam que a adoção dessas metodologias, muitas vezes, assume um viés pragmático e tecnicista, sem compromisso efetivo com a transformação social, mesmo quando associadas à pedagogia das competências.

A pesquisa realizada, na perspectiva quanti-qualitativa e fundamentada no método crítico-dialético, teve como objetivo analisar as tendências pedagógicas no debate sobre formação em saúde e suas implicações para o Serviço Social. A análise envolveu levantamento bibliográfico e documental em artigos do CBAS (2016–2022) e

Realização:



Apoio:



em teses e dissertações disponíveis no BDTD e na CAPES (2016–2023), com apoio do PIBIC/CNPq. Foram utilizados os descritores: formação em saúde, educação permanente, residência e estágio. A análise dos dados seguiu quatro etapas: reconhecimento, categorização, sistematização e interpretação dos resultados.

Foram examinadas 51 produções (17 artigos e 34 trabalhos acadêmicos), revelando que o debate sobre formação em saúde no Serviço Social evoluiu de uma ênfase inicial nas políticas e legislações para uma ampliação significativa com os programas de Residência em Saúde e, mais recentemente, com a educação permanente. O estágio, por sua vez, permanece como tema menos explorado.

Na sistematização do levantamento, identificamos quatro eixos de debate: *formação em saúde, residências em saúde, estágio em saúde, educação permanente em saúde.*

A partir das análises realizadas é possível reconhecer que:

- Os impactos das políticas neoliberais na saúde e educação são um tema transversal na análise da temática e indicam as repercussões diretas da precarização das condições de trabalho nos processos formativos no estágio, nas residências e na educação permanente em saúde.

- Na disputa entre concepções e projeto de saúde, a perspectiva biomédica permanece hegemônica, sendo contraposta pela perspectiva de saúde ampliada e determinação social no processo saúde e doença. Tais perspectivas são permeadas pelos modelos de educação bancária, tecnicista e pragmatista, liberal e pela pedagogia freiriana.

- A relação teoria e prática destaca-se como um ponto importante, apontando-se como a restrição do debate sobre a dimensão técnico-operativa pelo Serviço Social repercute nos processos formativos. Destaca-se também o acesso ao conteúdo sobre saúde na graduação, diante a formação generalista.

- A direção pedagógica do Serviço Social é sinalizada articulada aos princípios da Reforma Sanitária e o Projeto Ético Político profissional, tendo os “Parâmetros para atuação de assistentes sociais na saúde” como documento orientador.

- Nas Residências em Saúde, evidencia-se a falta de formação de preceptores para o ensino, sinalizando que a não aproximação a teorias pedagógicas pode favorecer a reprodução de práticas conservadoras como pedagogia das competências e ações pragmáticas e tecnicistas no uso de recursos pedagógicos.

- O debate sobre a questão étnico-racial precisa ser ampliado nos processos formativos em saúde.

- Os espaços de educação permanente se apresentam como uma demanda crescente para o trabalho de assistentes sociais, com requisição de articulação de práticas pedagógicas de ensino.

- As produções que buscam articular a perspectiva ampliada e crítica na saúde e estratégias pedagógicas no ensino, realizam aproximações a pedagogia de Paulo Freire, a pedagogia histórico crítica de Saviani, a psicologia histórico-cultural de Vygotsky. Indicam também o uso de metodologias ativas, problematizadoras, tenda invertida, e a interdisciplinaridade como recurso pedagógico.

As reflexões apontam para o reconhecimento da atuação de assistentes sociais nos processos de ensino, seja no estágio supervisionado, nas residências em saúde e nos espaços de educação permanente em saúde, o que sinaliza a necessidade de ampliação do debate sobre as relações de ensino e aprendizagem e seus processos didático pedagógicos.

## **O debate sobre as perspectivas pedagógicas do ensino teórico-prático no serviço social**

Realização:



Apoio:



A problematização do ensino teórico-prático no Serviço Social tem sido articulada por iniciativas articuladas de pesquisa, ensino e extensão. Uma das investigações em curso propõe-se a analisar as perspectivas pedagógicas dessa articulação, considerando as contradições inerentes à política educacional e seus impactos na formação profissional.

A pesquisa está sendo realizada de forma quanti-qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada no método crítico-dialético. A análise inicial concentrou-se na legislação e nas diretrizes da formação em Serviço Social, bem como em uma revisão bibliográfica e documental. Até o momento foram examinados 32 artigos publicados nos anais do ENPESS e do CBAS, entre 2016 e 2023, que abordam temas como formação, teoria e prática, ensino-aprendizagem e pedagogias no Serviço Social.

Os conteúdos analisados foram organizados em cinco eixos temáticos: monitoria e formação profissional; docência e processos pedagógicos; articulação entre prática profissional e dimensão pedagógica; os estágios formativos; e perfil discente e trajetória na graduação.

- A *monitoria* e formação profissional, destaca-se a importância do aluno se pôr no lugar de ensinar, o que contribui não só para adquirir conhecimento sobre o caráter pedagógico, mas também promove a construção de novas relações hierárquicas no ensino e aproximação a carreira docente, com aumento das pesquisas relacionadas a prática docente no Serviço Social, a partir das experiências dos próprios monitores.

- A *docência e os processos pedagógicos* indicou o reconhecimento do lugar do docente na formação dos assistentes sociais e as diversas dinâmicas que podem ser utilizadas a partir das contribuições de Paulo Freire. Alguns autores também ressaltaram desafios da prática docente dos assistentes sociais, principalmente no que diz respeito a falta do estudo de processos didáticos e táticas de ensino.

- A *dimensão pedagógica e a prática profissional* também está presente em grande parte dos artigos. Entendemos como educativa a prática profissional que está diretamente ligada a relação classe trabalhadora e capitalismo, que historicamente, em sua origem, teve seu surgimento pautado numa prática conservadora de controle e suporte ao sistema vigente. Dessa forma, a prática educativa no contexto profissional atual, de acordo com o projeto ético-político da profissão, deve ser utilizada como forma de emancipar a classe trabalhadora da alienação provocada pelo sistema a partir da garantia de direitos

- A *dimensão técnico-operativa e a relação teoria e prática* representam um desafio tendo em vista os limites da temática sobre a prática e instrumentos da profissão. A problemática se encontra tanto na prática profissional quanto no campo acadêmico. Destacam que ao não abordar tais questões, há uma busca por manuais de intervenção, com sensação despreparo para o exercício profissional. Tal fenômeno ocorre em decorrência do passado pragmático e conservador da profissão, que motivou a mudança curricular vigente, com ampliação do estudo teórico, baseado no materialismo histórico-dialético. No entanto, a articulação com a prática, por vezes tem ficado restrita ao momento do estágio supervisionado e sua transversalidade precisa ser ampliada no processo formativo.

- Os *estágios formativos* destacam sua importância durante a graduação, a fim de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem da prática profissional, tanto pelos supervisores quanto para os alunos. Identificamos o debate acerca do estágio em docência, realizado na pós-graduação, reconhecido como um aprimoramento intelectual, além de incentivar o estudo sobre a docência e a prática acadêmica e humanizar a relação aluno-professor.

- O *perfil discente e graduação*, sinaliza uma considerável discussão sobre o tema, a partir de pesquisas realizadas pelos autores em diversas universidades no país. As pesquisas buscaram analisar as demandas na graduação e a postura dos discentes em sala de aula, a partir de entrevistas com os alunos e professores. Destaca-se a

Realização:



Apoio:





análise de que a formação crítica nem sempre está associada a profissionais competentes.

Com o levantamento inicial da pesquisa, é possível reconhecer que apesar de ser uma discussão nova, há um aumento das produções acerca do tema, o que evidencia sua importância e impacto na prática profissional. Apesar disso, evidencia-se uma significativa resistência no corpo docente em discutir temas relacionados a perspectivas pedagógicas e estratégias para ampliação do processo de ensino e aprendizagem, além da discussão sobre o ensino da dimensão técnico-operativa.

Dessa forma, urge a necessidade promover articulação com autores clássicos das pedagogias contra hegemônicas no processo de formação em Serviço Social, a fim de se obter uma nova perspectiva da profissão nas relações de ensino e na prática docente.

### **O debate sobre formação para o ensino e o serviço social**

O movimento da pesquisa, vem nos indicando para a ampliação do debate sobre formação para o ensino na universidade. Buscando reconhecer a particularidade do debate pela profissão, a pesquisa tem como objetivo analisar o debate sobre formação para o ensino no Serviço Social. Considerando que a pesquisa está em andamento, os resultados ainda são parciais, contudo, reconhecemos que os espaços de formação para ensino no Serviço Social tem se dado por meio da monitoria na graduação, do estágio em docência na pós-graduação, na formação de supervisores de estágio, na formação de preceptores na residência, na formação para a educação permanente.

No ensino superior, o debate sobre formação docente tem sido pautado, em especial no campo da saúde.

Historicamente, a docência na área da saúde é exercida por profissionais da área, cujos cursos de graduação geralmente não incorporam a formação para a docência e que, sem oportunidade de acesso a complementações pedagógicas para sua atuação como professores, tendem a reproduzir na sala de aula os modelos tradicionais que vivenciaram em seus próprios percursos formativos. De regra geral, os profissionais de saúde que assumem a docência acabam se tornando professores em seu cotidiano de trabalho, sem a devida reflexão sobre as múltiplas relações – entre o saber pedagógico, o saber científico, o saber que vem do mundo do trabalho, o contexto social e muitos outros fatores – que permeiam a sua prática docente (Fiocruz, 2021, p. 09).

Na formação em Serviço Social, na graduação e na pós-graduação, a monitoria e o estágio de docência tem sido uma estratégia de formação para o ensino. A monitoria e o estágio de docência estão previstos nas diretrizes curriculares da ABEPSS, como atividades complementares que contribuem como princípio formativo e elemento central na formação profissional relacionando teoria e realidade.

Segundo a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a monitoria, em contexto universitário, permite que os discentes da educação superior possam realizar atividades de ensino e pesquisa dentro das universidades exercendo o posto de monitor (a), desde que estejam em conformidade com o projeto político pedagógico dos cursos (Brasil, 1996, art. 84).

Frison (2016), considera a monitoria como uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada dos estudantes universitários, e afirma que as práticas de monitoria são muito importantes pois “facilitam o processo de aprender, ajudando a superar problemas, bloqueios, pressões, dificuldades internalizadas que limitam a aprendizagem”. Destaca que a monitoria ressalta o acompanhamento dos estudantes “em seus tempos, ritmos e avanços, nas dificuldades pessoais e coletivas” (Frison, 2016, p. 149).

Realização:



Apoio:



Conforme estabelecido pela Lei nº 9.394/1996, a monitoria é uma ferramenta essencial para o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a colaboração dos discentes em atividades pedagógicas sem substituir a atuação docente. A monitoria é regulamentada por diversas legislações que estabelecem suas funções pedagógicas e normatizam sua execução. No entanto, sua aplicação pode variar conforme as diretrizes institucionais de cada universidade, levando em consideração aspectos específicos de cada contexto acadêmico.

Na pós-graduação, esses fundamentos se ratificam, bem como se intensifica a formação direcionada à prática docente, sendo o Estágio de Docência uma atividade voltada para este fim. Destaca-se que o estágio de docência é obrigatório para todos os alunos que estejam na condição de bolsistas da CAPES/DS, conforme previsto na Portaria MEC/CAPES n.º 76/2010, e opcional para os demais alunos.

Conte e Gutierre (2024), discutem a questão do estágio no ensino superior como “uma condição de possibilidade para pensar a educação de uma forma compartilhada, cujos princípios orientadores envolvem uma sensibilidade para com o outro”. Na pesquisa realizada sinalizam que:

Os dados coletados mostraram que os primeiros contatos com a prática da docência, por meio do programa de estágio, são de grande importância para a construção do olhar crítico do que é a docência no ensino superior, dos compromissos do professor com a organização do conhecimento plural (discussão de técnicas, materiais e métodos de aula) e das dimensões do saber profissional, conferindo uma compreensão das dinâmicas de ensino e aprendizagem dos professores (Conte; Gutierre, 2024, p. 21).

O estágio supervisionado na graduação é essencial para a formação em Serviço Social, referenciado pela Lei nº 11.788/2008 e a Resolução CFESS nº 533/2008, que exige supervisão somente por assistentes sociais, seja na supervisão acadêmica como a supervisão de campo. Além disso, devem estar alinhados às Diretrizes Curriculares, ao Código de Ética e à Lei de Regulamentação da Profissão, garantindo a validade da formação. A supervisão deve ir além do acompanhamento técnico, sendo um processo educativo que fortalece a construção de uma prática profissional crítica e comprometida com o projeto ético-político do Serviço Social, exigindo a qualificação contínua dos supervisores.

A capacitação de supervisores é fundamental para assegurar a qualidade da formação dos estagiários, sendo um processo educativo que articula teoria e prática, alinhado ao projeto ético-político do Serviço Social. A Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010) reforça essa necessidade ao destacar a criação e o fortalecimento dos Fóruns de Supervisores, promovendo debates e estratégias coletivas para qualificação da supervisão. Além disso, essa política atribui à Coordenação de Estágio a responsabilidade de desenvolver ações de capacitação permanente, como cursos específicos para supervisores, garantindo a efetividade do processo formativo. Esse espaço tem sido desenvolvido por algumas unidades acadêmicas por meio de projetos de extensão.

A Residência Multiprofissional em Saúde, instituída pela Lei nº 11.129/2005, é uma modalidade de pós-graduação lato sensu voltada para a educação em serviço, integrando diversas categorias profissionais da saúde, exceto a médica. Seu objetivo é inserir qualificados jovens profissionais no mercado de trabalho, especialmente em áreas prioritárias do SUS. Para garantir a qualificação dos profissionais que atuam como preceptores e tutores nos programas de residência, diversas instituições oferecem cursos de aperfeiçoamento. A Resolução CNRMS nº 2/2012 define a tutoria como a orientação acadêmica dos preceptores e residentes, enquanto a preceptoria é caracterizada pela supervisão direta das atividades práticas nos serviços de saúde. Apesar da ausência de regulamentação específica sobre a capacitação desses

Realização:



Apoio:



profissionais, alguns programas buscam fortalecer a formação pedagógica na saúde por meio da oferta de capacitações. Essas iniciativas são fundamentais para alinhar a prática pedagógica dos preceptores aos princípios do SUS e ao projeto ético-político das profissões da saúde.

A Educação Permanente em Saúde (EPS) é uma estratégia essencial para qualificar os trabalhadores do SUS, integrando ensino e serviço. Estabelecida pela Portaria nº 1.996/2007, a política foi aprovada em 2003 pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e reforçada pela Resolução CNS nº 335/2003. Os Pólos de Educação Permanente em Saúde foram criados como instâncias regionais para gerenciar a política, com o objetivo de qualificar os profissionais e reduzir as desigualdades regionais. A Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço (CIES) desenvolve planos de ação para a Educação Permanente em Saúde (EPS), adaptados às necessidades regionais, com foco em qualificação profissional contínua. Os projetos da CIES devem incluir nome da ação, justificativa, objetivos, público-alvo, metodologia, cronograma, metas, resultados esperados, custos e dados das instituições envolvidas. A EPS busca ir além de treinamentos pontuais, promovendo ações alinhadas à realidade dos serviços de saúde e educação.

As reflexões sobre o processo de formação em Serviço Social e os caminhos de formação para o ensino trazem importantes provocações e sinalizações, em especial ao ensino teórico-prático, o que reafirma a necessidade de ampliação do investimento na análise e pesquisa sobre os espaços formativos, em busca da construção coletiva de estratégias pedagógicas que propiciem a apreensão crítica da realidade, seja no campo da educação, da formação e nas demandas específicas do Serviço Social.

## Considerações finais

Ao propor um olhar para os processos de ensino, reconhecemos as contradições e disputas da conjuntura social, do campo político, da educação e suas particularidades no Serviço Social. Ao recuperar as bases do pensamento crítico, encontramos as importantes experiências de educação popular e formação política que sinalizam estratégias de resistência no cotidiano, no território, na arte, na cultura.

O movimento de pesquisa, junto a vivência de ensino e extensão, tem no dado “pistas” que indicam que o ensino relação teórico prático no Serviço Social permanece permeado por contradições e desafios. Mesmo diante de avanços no debate, ainda se torna necessário a movimentos de aproximação as contribuições das teorias pedagógicas contra hegemônicas, da teoria histórica cultural, do referencial crítico de campos como a psicologia, saúde coletiva, letras e ao movimento anticapacitista de acessibilidade e inclusão no ensino.

## Referências

ABESS/CEDEPSS. **Caderno ABESS** n. 07. Caderno Especial: Formação Profissional - trajetórias e desafios. São Paulo, Cortez, 1996.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 48-65, abr., 2021. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282021000100048&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282021000100048&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 28 mar. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Projeto de formação de docentes da Fiocruz**: em busca de novos padrões de ensino aprendizagem para as Escolas de Saúde – Relatório final. Rio de Janeiro; FIOCRUZ, maio, 2021. Disponível em:

Realização:



Apoio:



<<https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/sites/default/files/editais/Produto%20Relat%C3%B3rio%20Executivo%20Projeto%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Docente%20na%20C3%81rea%20de%20Sa%C3%BAde%20%283%29.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. **Pro-Posições**, v. 27, n. 1, p. 133–153, jan., 2016.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa no exercício profissional. In: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (org.). **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**: desafios contemporâneos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GUIMARÃES, Eliane Martins de Souza. Reflexões para o debate sobre formação e o ensino teórico-prático no Serviço Social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 530-550, jul. / dez. 2022 Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/38283>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 34ª ed. São Paulo, Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em serviço social: exigências atuais. In: CFESS; ABEPSS. (org.). **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MELO, Janaína Farias de *et al.* Teoria histórico-cultural - contribuições para a prática psicopedagógica. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 37, n. 114, p. 353-365, dez. 2020. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v37n114/08.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2024.

PEREIRA, Ingrid D'Ávila Freire; LEHER, Elizabeth Menezes Teixeira. As tendências pedagógicas e a formação docente na área da saúde. In: LEHER, Elizabeth Menezes Teixeira; RUEL, Helifrancis Condé Groppo. **Formação crítica de professores da área da saúde**: uma experiência de cooperação entre Brasil e Uruguai. Rio de Janeiro: EPSJV/IOCRUZ, 2020.

RODRIGUES, Rosa Maria; CALDEIRA, Sebastião. Movimentos na educação superior, no ensino em saúde e na enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 61, n. 5, p. 629-636, out., 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672008000500016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672008000500016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09 abril. 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos-teóricos-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS. (org.). **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Realização:



Apoio:



## O CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: um debate sobre o campo da saúde

Ana Beatriz Dias da Silva<sup>330</sup>

Débora Holanda Leite Menezes<sup>331</sup>

Jullie Doria Freitas<sup>332</sup>

Lucas Cavachini Rodrigues<sup>333</sup>

Priscila Gomes da Silva Napolitano<sup>334</sup>

**Resumo:** O Serviço Social construiu nas últimas quatro décadas caminhos para o enfrentamento do conservadorismo próprio da sua gênese. Contudo, a profissão não está isolada da dinâmica mais ampla do modo de produção capitalista. A partir da percepção crítica e não endógena, podemos perceber a influência do fortalecimento conservador mais recente na atuação profissional de assistentes sociais. Até mesmo de maneira sistematizada como é o caso das "23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro". Neste trabalho buscamos refletir em que medida o fortalecimento do conservadorismo interfere na atuação dos profissionais no campo da saúde.

**Palavras chaves:** conservadorismo; Serviço Social; saúde.

**Abstract:** Over the last four decades, social work has developed paths to confront the conservatism inherent to its origins. However, the profession is not isolated from the broader dynamics of the capitalist mode of production. From a critical and non-endogenous perspective, we can perceive the influence of the most recent strengthening of conservatism on the professional performance of social workers. Even in a systematic manner, as is the case of the "23 theses for the reform of Brazilian social work". In this paper, we seek to reflect on the extent to which the strengthening of conservatism interferes with the performance of professionals in the health field.

**Keywords:** conservatism; social work; health.

### Introdução

A formação sócio-histórica brasileira é marcada por períodos autoritários, mudanças "pelo alto" e modernizações conservadoras. Ou seja, o Estado cerceia a participação popular e os grupos no poder não se modificam, como é o caso da elite agrária. Mesmo em momentos de modernização, não há mudanças significativas na estrutura, dessa forma, os novos traços são moldados por quesitos pré-estabelecidos (Fernandes, 1975). Isto não quer dizer a ausência de lutas e disputas sobre o rumo do país, mas o desenho geral dos seus desdobramentos.

Um dos períodos de maior inflexão dessa dinâmica foi no processo de redemocratização entre a década de 1970 e 1980. Tal contexto permitiu o fortalecimento de movimentos sociais progressistas que ainda são politicamente relevantes e a conquista de direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. É também nesse cenário que o Serviço Social atinge as condições necessárias para tornar hegemônica a perspectiva crítica da profissão, propondo o afastamento dos seus moldes conservadores.

<sup>330</sup> Graduanda em Serviço Social (UFRJ); bolsista Profaex.

<sup>331</sup> Doutora em Política Social - UFF; Professora Adjunto ESS/UFRJ. E-mail: debyholanda@gmail.com

<sup>332</sup> Graduanda em Psicologia (IBMR) e graduanda em Serviço Social (UFRJ). E-mail: julliedoria@gmail.com

<sup>333</sup> Graduando em Serviço Social (UFRJ); bolsista PIBIC. E-mail: lucascavachini11@gmail.com

<sup>334</sup> Mestranda no PPGSS da UFRJ. E-mail: gomes.prisicila22@gmail.com

Realização:



Apoio:





Tendo em vista o fortalecimento do conservadorismo na última década, o projeto de pesquisa e extensão Universidade e Saúde busca, neste trabalho, analisar de que maneira tal movimento rebate no Serviço Social e na atuação de assistentes sociais nos serviços de saúde. Para isso, tomaremos como base as bibliografias de referência do conservadorismo, da profissão e da política pública de saúde.

No primeiro momento, abordaremos a gênese da profissão para situar a sua relação com o conservadorismo. Em seguida, veremos como, mesmo ao se considerar a hegemonia da perspectiva crítica, o conservadorismo não se dissipa da profissão e pode se fortalecer a depender da conjuntura. A partir de tais apontamentos, teremos a base para analisar a atuação profissional concreta nos serviços de saúde e em que medida são perpassadas por ações conservadoras. Em nossas considerações finais buscamos trazer estratégias de enfrentamento a determinadas perspectivas, considerando nossas limitações.

### **A gênese e o desenvolvimento do serviço social brasileiro**

O Serviço Social no Brasil desenvolveu-se a partir de uma influência conservadora significativa. Tal vinculação pode ser observada nos primórdios da formação sócio-histórica da profissão, uma vez que suas protoformas estavam fortemente vinculadas aos interesses de instituições, principalmente a Igreja Católica, e do Estado. Sob o cenário vigente, a sociedade patriarcal, o Serviço Social predominantemente formado por mulheres da alta sociedade com ideias positivistas e neotomista foi um excelente artifício para a coesão social almejada pelo Estado burguês. Nesse viés, a intrínseca relação entre os interesses da Igreja e do Estado teve um papel crucial na construção dos valores e práticas ordenadas pelo moralismo e conservadorismo, moldando assim as primeiras práticas profissionais.

A ética profissional estava alicerçada em um ethos que predominava na sociedade, que possuía como fundamento valores tradicionais, exaltação da ordem social e a manutenção das estruturas. Dessa maneira, o projeto profissional alinhado a esse ethos conservador vigente na sociedade burguesa expressou na prática uma ação assistencialista, voltada ao controle social, caridade e vinculação ativa aos interesses da classe dominante. A vinculação com o conservadorismo está inerente à profissão, que é possível observar tais ideais nos códigos de ética profissional de 1947 e 1986. “O Serviço Social, ao nascer como profissão, inscreveu-se numa tradição conservadora, religiosa, que o vinculava ao ideário da caridade cristã, à moral do dever, ao culto da ordem e da autoridade, comprometido com a manutenção da ordem vigente” (Iamamoto, 2007, p. 77).

No final do século XIX, o Estado passou a abordar a Questão Social não mais como um caso que necessitasse de intervenção da força policial como era na República Velha, e sim como particularidades que poderiam ser compreendidas pela implementação de política sociais e para entrar em vigor o planejamento. Assim, fez-se necessário promover a formação de profissionais que atuassem na execução de tal processo. Nessa perspectiva, a Igreja Católica criou a primeira escola de Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1936, essa estreita relação com a igreja levou a profissão a ter um pensamento neotomista – pensamento baseado nas teorias de São Tomás de Aquino – com atuação moralizadora e individualista.

Posteriormente, surgiu o Instituto de Serviço Social do Rio de Janeiro e o Curso de Serviço Social na Escola Ana Neri em 1937. Essas instituições serviram para formar assistentes sociais para atuar na gestão e implementação das políticas sociais. As concepções norte-americanas como, por exemplo, a obra de “Caso Social Individual” de Mary Richmond, ativismo de Jane Addams, a Sociologia e a Psicologia tiveram uma repercussão no Serviço Social no Brasil ocasionando a mudança no caráter religioso,

Realização:



Apoio:



moral e no modo de intervenção e trazendo a técnica homogeneizando a atuação profissional, ou seja, a institucionalização da profissão.

A partir de 1960 com o Movimento de Reconceituação iniciou-se um processo que visava romper com o Serviço Social tradicional tendo em vista que os ideais teóricos não conseguiam mais suprir as demandas apresentadas, para essa reformulação fez-se necessário a elaboração um projeto ético-político que se distancia dos interesses do Estado e se vincula aos interesses da classe trabalhadora apresentando um debate crítico acerca da Questão Social, rompendo assim com o conservadorismo. No entanto, observa-se que no interior da profissão ainda não se rompeu totalmente com os ideais conservadores.

O movimento de reconceituação do Serviço Social, mesmo com todas as suas limitações, significou um processo de crítica ao tradicionalismo conservador da profissão. Não representou uma ruptura imediata com o conservadorismo, mas abriu caminho para a construção de uma nova perspectiva profissional, crítica e vinculada às lutas sociais (Netto, 1991, p. 89).

### **O conservadorismo no serviço social após a hegemonia da perspectiva crítica**

O movimento de reconceituação representou a disputa dos rumos da profissão que até então era marcada, majoritariamente, por uma atuação funcionalista de atendimento das demandas do Estado e da burguesia. O fortalecimento de uma perspectiva progressista, durante o período de democratização do país, possibilitou que o Serviço Social avançasse no seu projeto ético político e se tornasse um setor essencial na produção de conhecimento das ciências sociais (Mota, 2013).

A aproximação com a tradição marxista, inicialmente, se deu de maneira enviesada com materiais panfletários (Netto, 1989). Posteriormente, o acesso passa a ser por meio das fontes marxianas, o que sofisticou suas bases. Desse modo, a profissão é analisada considerando a sua inserção no modo de produção capitalista e compreendendo a impossibilidade de ser neutra diante da luta de classes. O caráter tecnicista e executor da profissão é questionado, abrindo espaço para a participação na construção de políticas públicas e aproximação com movimentos sociais.

O Código de Ética Profissional (CEP) mais recente, de 1993, possui trechos fundamentais que localizam a profissão enquanto aliados a valores como justiça social, liberdade, democracia e defesa dos direitos humanos. Deste modo, se coloca explicitamente contrária a todo tipo de discriminação e propõe a vinculação a construção de uma ordem societária sem dominação e exploração de classe. O não cumprimento dos preceitos do CEP acarreta em penalidades leves até a cassação do registro profissional.

A perspectiva crítica de análise da profissão nos mostra que o Serviço Social não está isolado do resto da sociedade ao ter, oficialmente, posicionamentos mais progressistas. Ou seja, a profissão não se explica por si só, mas a partir da formação sócio-histórica. A perspectiva progressista se fortalece no momento em que as lutas democráticas também estavam fortalecidas. Após esse primeiro momento, seguiu-se uma conjuntura favorável a governos ditos progressistas.

No entanto, o conservadorismo ainda existia em escalas distintas na realidade brasileira. A partir da reorganização da extrema direita e da crise dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), os conservadores ganharam mais destaque nas disputas políticas. Na última década, antigos nomes ampliam-se enquanto novas lideranças surgem baseadas em *fake news*, discursos contrários a minorias sociais e expansão de medidas neoliberais responsáveis pela fragilização das políticas sociais.

A conjuntura de crise do capital e ascensão do conservadorismo, inclusive alcançando o poder executivo, proporcionou o aumento do conservadorismo em diversos espaços, incluindo o Serviço Social. A representação mais explícita desse movimento é a chamada “23 teses para a renovação do Serviço Social” que na realidade

Realização:



Apoio:



propõe a retomada do viés caritativo, funcionalista e conservador da profissão. Isto com referenciais como Mary Richmond para a volta do caráter técnico e executor, associando a defesa de direitos humanos a bandeiras partidárias e não profissionais (Oliveira, 2017).

Esse movimento consegue se publicizar pela conjuntura favorável aos conservadores, entretanto, não surge nesse momento. Na realidade, é a síntese de perspectivas já presentes no interior da categoria profissional e até mesmo na atuação com os usuários. As ações imediatistas e a culpabilização dos indivíduos sem considerar a desigualdade intrínseca ao capitalismo nunca desapareceu por completo. O projeto ético político segue em disputa desde sua oficialização nos documentos de regulamentação do Serviço Social.

O contexto de crise do capital com o fortalecimento da extrema direita a nível internacional, colocam o neoliberalismo como solução para todas as questões humanitárias. Isto passa pela diminuição da presença do Estado nos investimentos sociais e a defesa de perspectivas individualistas. Esses fatores agravam as expressões da Questão Social ao passo que sufocam as condições de respostas satisfatórias das demandas da classe trabalhadora ao pôr em xeque as políticas sociais e a própria condição de trabalho do assistente social. Cada vez mais há ofensivas privatistas na saúde e na previdência, além de assistencialistas na assistência social. Isto com exigência de atuação profissional produtivista em que os números de atendimentos e as demandas imediatas são consideradas bem sucedidas ao passo que a precarização do trabalho dificulta as condições de enfrentamento institucional.

### **Serviço social e saúde: formação, atuação e os impactos do conservadorismo na prática profissional**

A política pública de saúde é um dos principais espaços de inserção do Serviço Social no Brasil. A partir da Constituição Federal de 1988 e da regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS), a atuação de assistentes sociais tornou-se cada vez mais presente em diferentes níveis de atenção, contribuindo para a efetivação dos princípios da universalidade, integralidade e equidade. Contudo, esse campo não está isento de contradições, ao mesmo tempo que se torna espaço de resistência e afirmação do projeto ético-político da profissão, também expressa as disputas ideológicas que atravessam a formação profissional e o próprio cotidiano de trabalho.

A formação em saúde dos assistentes sociais precisa, idealmente, articular o conhecimento técnico-operativo com a compreensão crítica das expressões da Questão Social. No entanto, o contexto conservador que permeia parte das instituições de ensino superior, das práticas institucionais e da conjuntura mais ampla pode tensionar essa formação. Em muitas situações, a lógica gerencialista e produtivista se sobrepõe ao trabalho fundamentado na totalidade social, e o que se vê é uma formação por vezes fragmentada, distante das bases teóricas do marxismo e da defesa de direitos sociais. A prevalência de abordagens tecnicistas, focadas na “resolução rápida” de demandas, pode reproduzir traços do funcionalismo histórico da profissão.

Essa tensão também aparece na prática cotidiana nos serviços de saúde, especialmente diante da sobrecarga de trabalho, do subfinanciamento do SUS e da imposição de metas institucionais que privilegiam a quantidade de atendimentos em detrimento da qualidade. Soma-se a isso a dificuldade de efetivar um trabalho interdisciplinar comprometido com os direitos dos usuários, especialmente quando há pressões para moralizar condutas, individualizar problemáticas sociais e adotar posturas assistencialistas. Nesses contextos, o conservadorismo se manifesta de forma velada, na culpabilização dos sujeitos, no reforço de estigmas, na priorização de demandas burocráticas e no esvaziamento do sentido político da prática profissional.

Apesar disso, há importantes resistências e disputas no interior da atuação em

Realização:



Apoio:



saúde. Muitos assistentes sociais vêm reafirmando seu compromisso com os princípios do SUS e com o projeto ético-político da profissão, pautando sua atuação pela defesa intransigente dos direitos humanos, da laicidade, da democracia e da justiça social. A formação crítica, quando presente, contribui para o enfrentamento dos resquícios conservadores que ainda perpassam os serviços e permite a construção de estratégias coletivas, comprometidas com a emancipação dos sujeitos e com a transformação das condições objetivas de vida da classe trabalhadora.

Portanto, compreender a inserção do Serviço Social na saúde exige não apenas analisar os espaços institucionais e as formas de organização do trabalho, mas também reconhecer como os traços conservadores se reproduzem, resistem ou são enfrentados na prática cotidiana. O fortalecimento da formação crítica, aliado à organização coletiva da categoria e à articulação com os movimentos sociais, é fundamental para sustentar um exercício profissional coerente com os valores democráticos e emancipatórios do Serviço Social brasileiro.

## **Considerações finais**

O desenvolvimento do Serviço Social no Brasil não pode ser dissociado da construção sócio-histórica do país, atravessada por práticas autoritárias, modernizações conservadoras e a exclusão sistemática e progressiva das classes populares nos processos decisórios, estes ditos “revolucionários”. Como visto, a própria gênese da profissão está atravessada por um caráter conservador, vinculado à Igreja, ao Estado burguês e a uma prática profissional de intervenção assistencialista e moralizadora. Mesmo com os avanços conquistados a partir do processo de Reconceituação do Serviço Social nas décadas de 70 e 80 na América Latina e da consolidação do projeto ético-político crítico, sob a égide do Código de Ética de 1993 no serviço social brasileiro. Netto (1991) salienta que a ruptura com o conservadorismo não foi imediata, nem integral, significando que essa disputa segue viva até os dias atuais, nos espaços institucionais de inserção da categoria, na atuação profissional e nas diferentes políticas, como na de saúde.

A ascensão deste (neo)conservadorismo, sobretudo após a década de 1990, impulsionada por uma crise política e econômica e pela reorganização da extrema direita, tornou mais evidentes os limites da ruptura. Expressões podem ser vistas em exemplos como às “23 teses para a renovação do Serviço Social” (Oliveira, 2017), que defendem o retorno a um viés tecnicista e funcionalista da profissão, com ataques diretos aos fundamentos do projeto ético-político e uma tentativa de deslegitimação da vinculação aos direitos humanos e às lutas sociais da classe trabalhadora. Como reforça Iamamoto (1992), o Serviço Social em sua gênese já estava inscrito e operava numa tradição conservadora, essa herança, ainda que vivenciada uma Intenção de Ruptura com a experiência de Araxá (1967) e o Projeto ético-político profissional de 1993, permanece operando em diferentes níveis, seja na formação profissional, seja nas práticas cotidianas.

Nesta perspectiva, compreender que o Serviço Social não está fora das correlações que circunscrevem a sociedade sob o Modo de Produção Capitalista que busca superar, é fundante para compreensão e (tentativa de) superação da lógica conservadora associada a este. A profissão é ao mesmo tempo, produto e produtora da realidade social, e, por isso, também carrega as contradições da formação sócio-histórica brasileira. Reconhecer que traços conservadores ainda estão presentes nas ações profissionais, não significa negar os avanços conquistados, mas sim enfrentar de forma consciente e estratégica as disputas que permanecem vivas dentro da profissão.

Apontar algumas estratégias para o enfrentamento ao conservadorismo no interior da profissão, se torna potente. A formação como um espaço de emancipação

Realização:



Apoio:



crítica, articulada com as bases teórico-marxistas, não restritas à dimensão técnica, mas compreendendo o Serviço Social como parte de um projeto coletivo de emancipação humana, se torna estratégica nesta superação. Valorizar os espaços coletivos de construção profissional, como os Conselhos e entidades representativas, tensionando suas práticas e posicionamentos frente às investidas conservadoras, estas que ganham força inclusive entre setores da própria categoria, torna-se igualmente potente.

No campo da saúde, onde a lógica gerencialista e a privatização progressiva, reduzem a prática profissional à quantificação e a imediatividade nos atendimentos, é importante resgatar os princípios do SUS, referenciados no movimento da Reforma Sanitária, em conjunto com os fundamentos do projeto ético-político (Bravo, 2006). Investindo em estratégias institucionais e coletivizadas que resistam às incidências e ataques constantes que ameaçam uma prática integral e crítica.

Como destaca Netto (1999), a perspectiva crítica não é natural ou nasce pronta, mas é construída historicamente em meio a disputas e tensionamentos. O compromisso com a democracia social, com os direitos humanos e políticos e com a superação das condições objetivas de vida da classe trabalhadora, devem ser reafirmados cotidianamente. É nesse embate permanente entre o conservadorismo e a emancipação social que o Serviço Social se circunscreve, sem estar imune às forças que tentam despolitizar e neutralizar sua prática, tornando esta, mais uma razão para continuar reincidindo sobre sua própria construção constantemente.

## Referências

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KAMEYAMA, Nobuko. A trajetória da produção de conhecimentos em serviço social (1975-1997). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 8, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2025.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaio no horizonte da década de 80**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elisabete. Serviço social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. In: CFESS; ABEPSS; CEAD/UNB (org.). **Crise contemporânea, questão social e serviço social** - Capacitação em serviço social e política social. Brasília: CEAD/UnB, 1999.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. O serviço social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano X, n. 30, p. 89-102, 1989.

Realização:



Apoio:





OLIVEIRA, Edson Marques. **23 teses para a reforma do serviço social brasileiro:** pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. (mimeo.). Toledo, 23 set. 2017.

Realização:



Apoio:



## OS PROCESSOS DE ENSINO NA UNIVERSIDADE: aproximações e sinalizações para o Serviço Social

Eliane Martins de Souza Guimarães <sup>335</sup>

**Resumo:** O artigo compartilha o percurso reflexivo que vem sendo construído sobre os processos de ensino na universidade, com aproximações teóricas e sinalizações para o Serviço Social. O texto busca articular o debate sobre os desafios postos ao ensino superior, articulado as formulações críticas das teorias pedagógicas contra hegemônicas, histórico-cultural e mediações com a arte e cultura. AS reflexões indicam a importância de ampliação do debate sobre as relações de ensino e aprendizagem pela categoria.

**Palavras-chave:** Universidade, Ensino, Pedagogias, Serviço Social.

**Abstract:** This article shares the reflective journey that has been developed on university teaching processes, with theoretical approaches and guidelines for Social Work. The text seeks to articulate the debate on the challenges facing higher education, articulating critical formulations of counter-hegemonic pedagogical theories, historical-cultural theories, and mediations with art and culture. The reflections indicate the importance of expanding the debate on teaching and learning relationships within the profession.

**Keywords:** University, Teaching, Pedagogies, Social Work.

### Introdução

As inquietações sobre as relações de ensino têm como ponto de partida as experiências como assistente social e docente atuando na supervisão acadêmica, na tutoria na residência em saúde e em disciplinas de oficinas teórico-práticas no Serviço Social. No cotidiano das atividades, foi possível reconhecer a necessidade de que tais espaços pudessem propiciar a articulação teórico-prática e o resgate das ações pedagógicas por meio da educação popular e expressões artísticas e culturais.

O artigo compartilha um conjunto de reflexões que vem sendo construídas sobre relações de ensino e o Serviço Social. Busca articular o debate sobre a dimensão pedagógica e as formulações críticas das teorias pedagógicas contra hegemônicas, histórico-cultural e as mediações da arte e cultura. Apresenta também análise sobre os desafios do ensino na universidade e sinaliza a necessidade de ampliação do debate sobre as relações de ensino e aprendizagem pela categoria.

### Os desafios postos para o ensino crítico e reflexivo na universidade

A trajetória da educação superior brasileira revela as marcas profundas de um capitalismo dependente, em que a burguesia nacional, articulada com interesses estrangeiros, contribui para a manutenção de uma estrutura elitista e excludente. Como aponta Lima (2024) durante o período da ditadura militar, houve uma ampliação seletiva e privatista das instituições de ensino superior, com incentivos ao setor privado e repasses de recursos públicos para entidades confessionais e laicas, consolidando uma lógica de mercantilização do saber. Para autora, a Constituição de 1988, embora tenha garantido a educação como direito de todos, reforçou a dualidade educacional ao permitir o financiamento público para instituições privadas, perpetuando assim a elitização do acesso e as desigualdades.

<sup>335</sup> Assistente Social, Docente da ESS da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: elianeguimaraes@id.uff.br

Realização:



Apoio:



Nos últimos anos, observa-se uma refuncionalização da educação superior, conforme aponta Lima (2024), com uma ampliação do acesso que não foi acompanhada de investimentos adequados. O resultado tem promovido um cenário de desfinanciamento e precarização, evidenciado pela expansão de cursos à distância, pela sobrecarga e desvalorização dos docentes, e pelo avanço de instituições privadas com fins lucrativos. Ao mesmo tempo, intensificam-se os ataques à universidade pública e à produção científica, com políticas que desconsideram o papel da pesquisa na transformação social e privilegiam lógicas mercadológicas em detrimento da formação crítica e da autonomia acadêmica.

O processo mercantilização da educação, marcado pela expansão indiscriminada do ensino superior, o crescimento de cursos à distância, a precarização das condições de trabalho docente e a transformação do perfil discente, tem imposto uma lógica pedagógica cada vez mais subordinada às exigências do mercado. Conforme Koike (2009), esse cenário reflete a adequação do sistema educacional às demandas do capital, como resposta à sua própria crise, no bojo da contrarreforma do Estado e do ajuste neoliberal.

O acesso ao conhecimento tem sido um importante campo de disputa social. Em tempos ultraneoliberais, muitos tem sido os ataques aos espaços de educação e a formação crítica. O atual movimento de crise do capital, tem configurado a lógica ultraneoliberal e forjado no plano econômico, social e político uma moralidade com práticas reorientadas pelo conservadorismo de direita, que recorre ao fascismo e atinge diretamente a classe trabalhadora (Borges e Matos, 2020).

As repercussões desse processo, para além da precarização do mundo do trabalho, tem se expressado no cotidiano e influenciado a cultura e o modo de vida, como situações de violências, intolerâncias, preconceitos, o questionamento ao conhecimento e a verdade, aliadas a expansão das tecnologias de informação. Nesse movimento, espaços de resistência também tem sido construídos, com o reconhecimento das demandas étnico raciais e de gênero e ampliação do acesso ao ensino superior. Tal processo tem requisitado a construção de estratégias de ampliação do alcance do debate social crítico nos espaços formativos, sejam acadêmicos, sociais, populares ou políticos.

Mesmo diante do desmonte promovido contraditoriamente ao longo da expansão do ensino superior, Farage e Pinto (2020, p. 74) sinalizam a importância de se reconhecer “a ampliação do acesso de jovens pobres na universidade pública, assim como de negros e negras, povos indígenas, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos (LGBTTI) e quilombolas”. Para as autoras, esse movimento tornou a universidade pública brasileira “mais popular, mais democrática e mais diversificada, contribuindo para dar visibilidade aos que o capitalismo quer tornar invisíveis” (Farage; Pinto, 2020, p. 74).

O contexto da pandemia da COVID-19 intensificou e evidenciou as contradições sociais da sociabilidade burguesa que incidem sobre a educação. Oliveira *et al.* (2022, p. 206), destacam os impactos do período pandêmico na saúde mental de estudantes. A pesquisa realizada pelos autores sugere que “os alunos tiveram sua saúde mental afetada pelas condições impostas pela pandemia”, indicando que as “instituições de ensino devem promover estratégias para proteger a saúde mental da comunidade estudantil”.

Assim, foi identificado que os impactos do período pandêmico na formação dos estudantes podem ser agrupados em três dimensões principais: acesso e domínio de ferramentas tecnológicas, condições socioeconômicas e estado psicoemocional. Essas dimensões, individual ou conjuntamente, impactaram e ainda impactam sobremaneira o aprendizado dos estudantes universitários, ao passo que muitas das ações institucionais adotadas não obtiveram resultados adequados (Silva; Antunes; Oliveira, 2025, p. 121)

Realização:



Apoio:



Ao analisar os determinantes sociais e acadêmicos de saúde do estudante universitário a partir da assistência estudantil, Oliveira (2024, p. 7) destaca:

- 1) as condições socioeconômicas, étnico-raciais e ambientais gerais; 2) suporte e nível de escolaridade da família; 3) identidade universitária; 4) expectativas, desejos e sonhos; 5) integração à vida universitária; 6) acolhimento e orientação; e 7) flexibilidade dos cursos e processo de avaliação.

A autora indica quatro estratégias que as universidades podem recorrer para tornar o percurso dos estudantes menos estressor:

- 1) construir uma rede de atenção à saúde dos estudantes; 2) realizar ações de promoção em saúde; 3) repensar suas práticas pedagógica e fortalecer a corresponsabilização do aprendizado; e 4) manter-se atualizada com o perfil de seus alunos e suas necessidades.

Por fim, a pesquisa nos fez observar que a famosa frase “a universidade adoece” escamoteia a verdade. A universidade, como parte da sociedade, é um paradoxo capaz de produzir determinantes capazes de proteger e adoecer seu corpo social. Com isso, sendo fundamental a importância de ações de promoção da saúde (Oliveira, 2024).

Nesse cenário contraditório, também tem sido postas as importantes demandas por acessibilidade inclusão no ensino superior, que tem demandado do conjunto de docentes uma aproximação aos recursos didático pedagógicos para os processos de adaptação de aulas e avaliações. Para Rossato *et al.* (2024):

A ampliação do processo de democratização do acesso ao ensino superior emana outros desafios e necessárias lutas, na construção de uma educação inclusiva. Educação essa, que precisa se constituir fundamentada por referenciais epistemológicos que considerem as potencialidades dos estudantes e da instituição de ensino, que vislumbre ações e transformações para além da culpabilização dos sujeitos, da estigmatização do fracasso escolar preconizada na direção de déficits do indivíduo e da negação de toda a complexidade dos processos de constituição humana. (Rossato *et al.*, 2024, p. 20).

Nesse cenário, é preciso reconhecer também os impactos na saúde de docentes. Pereira e Ramos (2023), ao caracterizar as pesquisas sobre saúde docente no contexto da pandemia, destacam os impactos da pandemia da COVID-19 e “a prevalência de problemas relacionados à saúde física e mental, condições de trabalho adversas, mudanças nas relações sociais, alteração nos aspectos cognitivos e necessidade de prevenção e intervenção para a saúde destes profissionais” (Pereira; Ramos, 2023, p. 1).

Nas ondas das contradições desse período, há uma ampliação na requisição pelo uso de estratégias pedagógicas, pressionado pelo ensino remoto, o uso de tecnologias e recentemente, a inteligência artificial. A orientação tecnicista e pragmática da formação, impulsionada por modelos gerenciais e produtividade, fragiliza o sentido social da educação, desarticula o compromisso crítico e desloca a finalidade do ensino da formação humana para a capacitação laboral. Esse contexto, marcado por ofensivas reacionárias, conservadoras e negacionistas, compõe um cenário preocupante, que desafia os princípios democráticos e inclusivos das políticas educacionais.

Diante desse quadro, torna-se imprescindível revisitar as teorias pedagógicas contra hegemônicas e reafirmar sua atualidade como instrumento de resistência, concepções que não apenas denunciam os limites da educação mercantilizada, mas também propõem alternativas formativas nos espaços acadêmicos, populares, políticos e comunitários, reafirmando o ensino como território de disputa.

Realização:



Apoio:



## **Aproximações teórico-críticas para pensar o ensino e os processos didático-pedagógicos**

Frente a demandas desafiadoras para o ensino na universidade, tem se ampliado o debate sobre formação docente para o ensino. No campo da saúde, o debate sobre formação docente tem reconhecido que a docência na área da saúde é exercida por profissionais em sua maior parte sem formação para a docência na graduação, e que “tendem a reproduzir na sala de aula os modelos tradicionais que vivenciaram em seus próprios percursos formativos” (Fiocruz, 2021, p. 09).

Salvador e Sordi (2024, p. 2), na análise sobre formação docente para o ensino superior destacam que a discussão sobre a formação de professores do ensino superior no Brasil tornou-se um campo de pesquisa expressivo no século XXI e destacam que essa formação deve ser encarada como parte essencial e contínua da prática docente, não apenas como etapa inicial. Isso implica que as Instituições de Ensino Superior (IES) têm a responsabilidade de promover processos formativos que integrem o desenvolvimento profissional dos docentes, valorizando seu protagonismo e consolidando a formação pedagógica como elemento estratégico da qualidade educacional.

Torna-se necessário, portanto, uma aproximação as produções que propiciem uma apreensão crítica da realidade social. Nesse movimento, temos recorrido a formulações do campo crítico, que podem trazer elementos pedagógicos para ampliação teórico prática sobre os processos de ensino.

A análise crítica das teorias pedagógicas exige a distinção entre as teorias da educação e as teorias pedagógicas propriamente ditas. Conforme Saviani (2020, p. 15), “se toda pedagogia é teoria da educação, nem toda teoria da educação é pedagogia”, ou seja, a pedagogia, enquanto campo específico do conhecimento, além de compreender os processos educativos, busca orientar as práticas docentes, estabelecendo fundamentos que guiem o ato pedagógico. Para o autor, a pedagogia é, portanto, uma teoria da educação voltada à prática, com vistas a subsidiar a ação dos educadores e articula o conhecimento teórico com a ação transformadora, posicionando o educador como sujeito responsável por fomentar a construção do saber e da autonomia nos processos de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, a didática se configura como o campo especializado da pedagogia que estuda os métodos e formas de organização do ensino. Libâneo (2015, p. 633) aponta que seu objeto de estudo é “o processo de ensino-aprendizagem ligado à apropriação de conhecimentos, em determinados contextos, visando à formação do aluno”. Para o autor, trata-se de uma dimensão prática e técnica da atividade educativa, essencial para operacionalizar os fundamentos teóricos da pedagogia.

É preciso reconhecer que a articulação entre teoria pedagógica e prática didática é indispensável para uma formação crítica, reflexiva e interventiva. É por meio da mediação didática que os conteúdos se tornam significativos, rompendo com abordagens mecanicistas e promovendo o desenvolvimento integral dos sujeitos. As contribuições de Saviani e Libâneo nesse campo reforçam o entendimento de que a educação deve ir além da reprodução de conteúdo, promovendo uma ação pedagógica consciente, crítica e dialética.

O percurso das pedagogias hegemônicas no Brasil revela uma série de transformações históricas marcadas por disputas entre concepções. Segundo Saviani (2005), as tendências pedagógicas podem ser organizadas em dois grandes grupos: as que priorizam as teorias do ensino, centradas na pergunta “como ensinar?”, e as que enfatizam as teorias da aprendizagem, voltadas à indagação “como aprender?”. Essa distinção revela as diferentes racionalidades presentes nas propostas educacionais dominantes. A concepção produtivista, conforme o autor, mantém-se predominante nas últimas décadas, caracterizando-se pela ênfase na qualidade total, na formação por

Realização:



Apoio:





competências e na ideia do “aprender a aprender”. Essa racionalidade refuncionaliza práticas pedagógicas, resgatando abordagens como o neotecnismo, o pós-construtivismo e o modelo do professor reflexivo, sem romper com o modelo de formação ajustado aos ditames do mercado de trabalho.

Saviani (2005, p. 01) observa que a pedagogia tradicional se preocupa com os métodos de ensino, enquanto a pedagogia nova volta-se à aprendizagem e à subjetividade do aluno. O lema “aprender a aprender”, amplamente disseminado, exemplifica essa transição para modelos centrados no aluno, mas também aponta limitações quanto ao compromisso crítico e transformador da prática pedagógica.

Nesse cenário, as pedagogias hegemônicas tendem a reproduzir valores da ordem social vigente, afastando-se de perspectivas que questionem profundamente as estruturas sociais.

Ao abordar as concepções pedagógicas contra hegemônicas, Saviani (2005, p. 23) retoma algumas concepções libertárias que tiveram um papel importante na pedagogia do movimento operário especialmente nas duas primeiras décadas do século XX, mas que “não chegaram a explicitar mais claramente a concepção pedagógica que deveria orientar os procedimentos de ensino”

Saviani (2008) sinaliza que no glossário pedagógico encontra-se uma súpula das teorias pedagógicas contra hegemônicas apresentadas em oito verbetes, a saber: pedagogia socialista, libertária, comunista, libertadora, histórico-crítica e manifestações correlatas como as pedagogias da prática, da educação popular e crítico-social dos conteúdos.

Desse conjunto, temos destacado a pedagogia libertadora de Paulo Freire e a Pedagogia Histórico Crítica de Saviani.

A pedagogia libertadora, formulada por Paulo Freire nos anos 1960, constitui uma das expressões significativas das pedagogias contra hegemônicas. Inserida no campo da educação popular, essa abordagem propõe uma prática educativa emancipadora, centrada no diálogo, na problematização da realidade e na valorização da cultura dos sujeitos oprimidos. O método pedagógico freiriano desenvolve-se por meio de cinco etapas interligadas: a vivência da situação popular; a identificação de “temas geradores”; a problematização; a conscientização; e, por fim, a ação social e política transformadora (Saviani, 2005, p. 25).

Para Freire (2013, p. 29), “a educação é mais autêntica quanto mais desenvolve este ímpeto ontológico de criar”. Ao colocar o educando como protagonista do processo de aprendizagem, Paulo Freire propõe uma pedagogia comprometida com a justiça social, com os valores democráticos e com a dignidade humana. Em tempos conservadores em que seu pensamento e obra tem sido duramente atacados, suas contribuições têm sido retomadas, ainda que problematizadas, e sua influência atravessa os campos da educação, dos direitos humanos e das práticas transformadoras, sendo uma referência incontornável na luta por uma formação crítica e libertadora.

Nessa análise, Saviani (2005, p. 26) apresenta a formulação da proposta contra hegemônica à concepção pedagógica histórico-crítica, elaborada nos anos 1980, com um método no qual “a educação é entendida como uma mediação no interior da prática social, que se constitui ao mesmo tempo como o “ponto de partida e o ponto de chegada da educação”. Esta se baseia no materialismo histórico-dialético de Karl Marx, entendendo a totalidade marcada pelo capitalismo e suas contradições, a dialética da realidade concreta, e a necessidade de superação desse modo de produção.

Daí decorre um método pedagógico que parte da prática social onde professor e aluno se encontram igualmente inseridos ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social, cabendo aos momentos intermediários do método identificar as questões suscitadas pela prática social

Realização:



Apoio:



(problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução (instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (catarse) (Saviani, 2005, p. 26).

Saviani (2020, p. 24-29) defende a escola “como instrumento de acesso ao saber elaborado”, como fonte do “conhecimento científico e não com o conhecimento cotidiano; com o saber metódico e não com o saber de senso comum”.

Nesse movimento, é preciso destacar as análises de Duarte (2010, p. 36-37), que sinaliza como ideias comuns às pedagogias hegemônicas a ausência de perspectivas de superação da sociedade capitalista, o idealismo, a falta de totalidade, o relativismo cultural e do conhecimento e a centralidade no cotidiano do aluno. Para o autor, a supervalorização do cotidiano, do conhecimento tácito e pessoal, vinculado a uma desvalorização do conhecimento científico, teórico, acadêmico, vai repercutir na formação de professores e na formação profissional em geral.

Como proposta para além das “pedagogias negativas”, Duarte (2010, p. 49) sinaliza a importância das apreensões de mediações que permitam a ultrapassagem do cotidiano, referenciada na ontologia do ser social para a construção de uma sociedade que possa “contribuir para o enriquecimento material e intelectual da vida de todos os seres humanos”. Assim, em termos pedagógicos, torna-se “necessário superar a educação escolar em suas formas burguesas sem negar a importância da transmissão, pela escola, dos conhecimentos mais desenvolvidos que já tenham sido produzidos pela humanidade”. A crítica às pedagogias negativas reforça a necessidade de revisitar os fundamentos das pedagogias contra hegemônicas, que valorizam a totalidade da experiência humana e a centralidade da escola como espaço de formação integral (Duarte, 2010, p. 49).

Nessa direção, Ramos (2003), ao analisar a formação profissional em uma crítica a pedagogia das competências, resgata a discussão sobre a origem das competências na pedagogia. A autora sinaliza a necessidade e sua resignificação ao subordiná-la ao conceito de qualificação como relação social que possa orientar a construção de uma pedagogia contra hegemônica resgatando o trabalho como princípio educativo sob a perspectiva histórico-crítica das relações sociais.

Reconhecemos que, a requisição por estratégias pedagógicas nos processos formativos tem sido frequentemente capturada por uma lógica pragmática, que tende a reduzi-las a simples passos, etapas ou técnicas aplicáveis, dissociadas das complexidades e contradições da sociedade. Contudo, consideramos que essa constatação não deve ser encarada como um impedimento, mas sim como um ponto de partida para fomentar pesquisas e práticas pedagógicas mais amplas, sobretudo no ensino superior. Nesse contexto, é fundamental reafirmar a importância da construção de experiências metodológicas que se orientem por uma perspectiva crítica.

### **Sinalizações para construção de espaços de resistência no ensino**

Nesse movimento de inquietações, problematizações, reflexões, temos buscado reconhecer as possibilidades de ampliação que possibilite construir intervenções concretas diante de uma realidade que nos desafia cotidianamente e por meio da articulação com atividades de extensão, temos nos aproximado de análises teórico-práticas que nos sinalizam espaços de resistência no ensino.

Nesse debate, temos reconhecido a ampliação do debate sobre a teoria histórico-cultural, fundamentada nos estudos de Vygotsky, que passou a ganhar relevância no Brasil a partir da década de 1970, principalmente nos campos da educação e da psicologia.

A aproximação as contribuições de Vygotsky, ainda que por fontes secundárias, tem sinalizado importantes elementos para compreender os processos de ensino e aprendizagem considerando as determinações sociais, profundamente ligado à cultura

Realização:



Apoio:



e às relações sociais e materiais. Segundo Melo *et al.* (2020), essa interação com o meio permite a internalização de sentidos e significados, evidenciando que ensino e aprendizagem são processos mediados, contraditórios e em constante construção.

A abordagem de Vygotsky, ancorada no materialismo histórico, coloca a cultura como elemento central no desenvolvimento humano, considerando a subjetividade como dialética, em que o ser humano é influenciado pelo meio ao mesmo tempo em que o transforma. Suas formulações destacam a concepção cultural e biológica do desenvolvimento e a importância da mediação no processo de aprendizagem, entendida como a presença de signos (modificações internas) e instrumentos (modificações externas) que promovem mudanças cognitivas. Um conceito importante de sua análise é a zona de desenvolvimento proximal (ZDP), representando o espaço entre o que se pode realizar com ajuda de outros e o potencial para alcançar autonomia, com valorização do erro como parte constitutiva do ato de aprender (Melo *et al.*, 2020).

Os elementos indicados por Vygotsky articulam-se às provocações de Freire e Saviani, e evidenciam o ensino como um movimento relacional, no qual a arte e a cultura emergem como instrumentos fundamentais para a construção do pensamento crítico. Kropf (2020) aponta que a cultura, enquanto prática social, potencializa a compreensão dos fundamentos da sociabilidade, qualificando a leitura crítica da realidade realizada pelo Serviço Social. Para a autora, a cultura atua diretamente na elaboração criativa de alternativas para enfrentar as expressões da questão social. E coloca os desafios de “aprofundar uma crítica à cultura em tempos que dissolvemos os laços com os traços de humanidade que nos constituiu” (Kropf, 2020, p. 74).

Esse compromisso com práticas pedagógicas transformadoras é também ressaltado por Santos (2020, p. 204), que apresenta a Educação Popular como um “encontro necessário” com o Serviço Social. Para ele, o diálogo entre essas duas frentes precisa ser aprofundado, especialmente diante do apagamento da Educação Popular nos projetos político-pedagógicos em períodos de obscurantismo. Ainda assim, tal perspectiva ressurge como aposta central nas lutas pela emancipação política e humana, articulando-as à resistência, ao debate crítico e à valorização dos espaços formativos, sejam eles acadêmicos, sociais, populares ou políticos, em meio a ataques conservadores e negacionistas à Educação.

Nessa direção, temos encontrado potentes reflexões que indicam como elementos práticos dos processos de ensino precisam ser repensados, problematizados e redirecionados.

Os processos de escrita despontam como um desafio persistente na vida acadêmica, especialmente em tempos de avanço da inteligência artificial, em que retomar o fazer artesanal revela-se um caminho necessário para resgatar a criatividade e a autoria.

Cruz (2024) reflete sobre o mal-estar que envolve a escrita acadêmica, destacando a urgência de construir estratégias pedagógicas voltadas ao seu ensino. Compreendo a dificuldade de desnaturalizar a escrita no ensino superior, uma vez que as instituições acadêmicas reproduzem premissas nefastas acerca de seu domínio. Basta dizer que nós, docentes universitários, desejamos profundamente que nossos estudantes consigam escrever de forma efetiva e crítica, mesmo sem terem sido formados para fazê-lo. Pior: glorificamos os poucos estudantes que demonstram fluência na escrita acadêmica e rebaixamos a maioria que apresenta dificuldades para escrever da maneira que supomos ideal. Jogue a primeira pedra quem nunca disse: “Meus estudantes não sabem escrever”, sem considerar essa afirmação mais uma economia psicológica que nos leva a selecionar orgulhosamente uma minoria de estudantes “preparados” para estar na universidade em detrimento da maioria que parcamente consegue redigir seus textos com o mínimo de fluência (Cruz, 2024, p. 14).

O autor expõe o paradoxo vivenciado nas instituições universitárias, que ao mesmo tempo exigem escrita crítica e fluente, são pouco efetivas em formar para tal.

Realização:



Apoio:



Suas reflexões provocam para a construção de iniciativas que busquem romper com práticas excludentes que naturalizam uma elite discursiva.

Nessa direção, Rodrigues e Neves (2021) defendem a necessidade da implementação de ações efetivas de letramentos acadêmicos. As autoras apontam que, embora a leitura e a escrita sejam eixos transversais na formação universitária, a comunidade acadêmica pouco se mobiliza coletivamente para enfrentar esses desafios. Sinalizam que a dificuldade dos estudantes é discutida de forma fragmentada, muitas vezes limitada ao ambiente dos gabinetes, enquanto pouco se constrói pedagogicamente em termos de educação linguística. Para as autoras, combater o preconceito linguístico é tarefa urgente, e pensar a formação de professoras e professores passa por revisitar a práxis pedagógica de forma crítica e sensível.

Assim, retomamos as contribuições de bell hooks (2017), em *Ensinando a Transgredir*, que nos provoca a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a emancipação e com a ruptura do tédio estrutural das salas de aula. A autora propõe uma pedagogia radical, centrada no entusiasmo e na intervenção ativa sobre a atmosfera escolar, assumindo como referência as educadoras negras de sua infância, Paulo Freire e os movimentos feministas. Enfatiza que a sala de aula deve ser espaço de transformação e engajamento, e não de alienação, “[...]e, caso o tédio prevalecesse, seriam necessárias estratégias pedagógicas que intervissem e alterassem a atmosfera, até mesmo a perturbassem (hooks, 2017. p. 15-16).

## Considerações finais

A reflexão sobre os processos de ensino na universidade evidencia que o campo pedagógico é atravessado por tensionamentos entre diferentes projetos de sociedade, que influenciam diretamente as políticas educacionais e os processos formativos. Diante disso, a formação crítica se impõe como um imperativo ético e político, demandando práticas educativas que valorizem o conhecimento científico, as relações de troca e as expressões culturais. É preciso reconhecer as expressões artísticas e as culturais como dimensões constitutivas do espaço de aprendizagem e educação popular como recurso para ampliar o horizonte pedagógico, favorecendo ambientes mais plurais, vivos e democráticos.

Desse modo, reafirmamos o ensino como um processo relacional, no qual a arte e a cultura emergem como instrumentos fundamentais para a construção do pensamento crítico.

Ao reconhecer as disputas que moldam o cenário educativo e resgatar os fundamentos da prática docente, torna-se possível construir experiências formativas que resistam às imposições mercadológicas, abrindo possibilidades para que o ensino seja também espaço de resistência frente à burocratização da educação e à resignificação da vida universitária.

## Referências

BORGES, Maria Elizabeth Santana; MATOS, Maurilio Castro de. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurilio Castro de; FREIRE, Silene de Moraes. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: <<https://www.editoranavegando.com/livro-pol%C3%ADticas-sociais-e-ultraneol>>. Acesso em: 22 set. 2021.

CRUZ, Robson. **O mal-estar da escrita acadêmica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2024.

Realização:



Apoio:



DUARTE, Newton. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. *In*: MARTINS, Lígia Marcia et al. (org.). **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 33-49.

FARAGE, Eblin; PINTO, Marina Barbosa. Projetos em disputa na educação: trabalho docente em tempos de pandemia. *In*: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (org.). **Serviço social e educação**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Projeto de formação de docentes da Fiocruz**: em busca de novos padrões de ensino aprendizagem para as Escolas de Saúde – Relatório final. Rio de Janeiro; FIOCRUZ, maio, 2021. Disponível em: <<https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/sites/default/files/editais/Produto%20Relat%C3%B3rio%20Executivo%20Projeto%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Docente%20na%20%C3%81rea%20de%20Sa%C3%BAde%20%283%29.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

Freire, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. *In*: CFESS; ABEPSS. (org.). **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

KROPF, Paula. Diretrizes curriculares e cultura: sobre formação e prática profissional. **Temporalis**, Brasília, v. 20, n. 40, p. 64–76, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/30286>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

LIBANEO, José Carlos. Formação de professores e didática para desenvolvimento humano. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 629-650, jun., 2015.

LIMA, Katia. Desigualdades sociais e raciais na educação superior Brasileira. **Temporalis**, Brasília, v. 24, n. 47, p. 69–85, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/44170>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

MELO, Janaína Farias de *et al.* Teoria histórico-cultural - contribuições para a prática psicopedagógica. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 37, n. 114, p. 353-365, dez. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.51207/2179-4057.20200029>>. Acesso em: 09 maio 2024.

OLIVEIRA, Eliany Nazaré *et al.* Covid-19: Repercussions on the mental health of higher education students. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. spe1, p. 206-220, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042022E114>>. Acesso em 31 jul. 2025.

OLIVEIRA, Juliana Rosa Molina de. **Determinantes sociais e acadêmicos de saúde do estudante universitário**: contribuições para a assistência estudantil a partir dos estudos da UFRJ e da UNIRIO. 2024. 310 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Pereira, Erika Cristina de Carvalho Silva; RAMOS, Maély Ferreira Holanda. A saúde dos professores no contexto da pandemia da covid-19: uma revisão integrativa da

Realização:



Apoio:





literatura. **Revista Ciências & Ideias**, v. 14, p. e23142182, jan./dez., 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.22407/2176-1477/2023.v14.2182>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 93-114, 2003.

RODRIGUES, Jéssica do Nascimento; NEVES, Fabiana Esteves. Ensaios de Abertura. In: RODRIGUES, Jéssica do Nascimento; NEVES, Fabiana Esteves (org.). **Educação linguística em práticas discursivas acadêmicas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <<https://pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2022/01/Educacao-linguistica-2-1.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

ROSSATO, Solange Pereira Marques *et al.* Inclusão na educação superior: do que estamos falando? **Obutchénie** - Revista de Didática e Psicologia Pedagógica, Uberlândia, v. 8, n. contínua, p. 1–24, 2024. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/74564>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

SALVADOR, Maria Aparecida Tenório; SORDI, Mara Regina Lemes De. A formação docente para o ensino superior: impasses e perspectivas para a contínua aprendizagem. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, p. e91566, 2024.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. Os caminhos da educação popular e o encontro com o serviço social. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. (org.) **Serviço social e educação**. Uberlândia, Navegando Publicações, 2020. Disponível em <[https://56e818b2-2c0c-44d1-8359cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6\\_1e5f693e16cf412cb8f88420adf726c3.pdf](https://56e818b2-2c0c-44d1-8359cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_1e5f693e16cf412cb8f88420adf726c3.pdf)>. Acesso em 24/06/2021>. Acesso em: 05 jul. 2025.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica. **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 11–36, 2020. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/rbba/article/view/1405>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Campinas, UNICAMP, *Projeto “20 anos do HISTEDBR”*, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Teorias pedagógicas contra-hegemônicas no Brasil. **Revista Ideação**, Foz do Iguaçu v. 10, n. 2, p. 11-28, 2º sem., 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4465>>. Acesso em 10 ago. 2021.

Realização:



Apoio:



## SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL: um olhar sobre a temática da pesquisa

Jéssica de Cássia Costa Silva <sup>336</sup>

**Resumo:** O artigo originou-se como conclusão da disciplina de mestrado intitulada: "Serviço Social e questão social". Tem como objetivo analisar a relação entre questão social e Serviço Social, refletindo como essa articulação pode influenciar na escolha da temática para dissertação e análises da pesquisa.

**Palavras-chave:** Serviço Social; questão social; pesquisa.

**Abstract:** This article originated as the conclusion of the master's course entitled: "Social Work and the Social Issue." It aims to analyze the relationship between the social issue and social work, reflecting on how this connection can influence the choice of dissertation topic and research analysis.

**Keywords:** Social Work; social issue; research.

### Introdução

Como apontado por Iamamoto e Carvalho (2013, p. 84), a questão social é entendida também como "expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado" e se coloca como a principal justificativa para o trabalho do assistente social. O artigo em questão originou-se a partir do trabalho desenvolvido como conclusão da disciplina "Serviço Social e questão social" ministrada no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, e tem por objetivo analisar a relação entre a questão social e a profissão Serviço Social, entendendo como tal relação pode impactar na escolha da temática de pesquisa para dissertação, bem como, nas análises obtidas posteriormente na mesma.

Assim, em um primeiro momento este artigo propõe analisar a questão social e a forma com que ela vai sendo encarada nas diferentes conjunturas da sociedade capitalista. Posteriormente, no segundo item busca-se trazer a reflexão do Serviço Social, sua emergência e desenvolvimento como profissão, relacionando-o com a questão social.

Por fim, no último item, será abordado brevemente, a temática de pesquisa em questão, bem como, o espaço sócio-ocupacional, o qual serviu para embasar a sua escolha, para que assim, possa ser demonstrado a intrínseca relação entre o Serviço Social, questão social e a sua influência nas análises da da pesquisa.

### A questão social

Daremos início a esse primeiro item, trazendo pontos relativos ao surgimento da questão social, levantados por Iamamoto e Carvalho (2013) na obra *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. De acordo com os autores, "seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre" (Iamamoto; Carvalho, 2013, p. 133), em um contexto que o operário passa ser livre para vender sua força de trabalho a uma classe de capitalistas e tem sua sobrevivência vinculada ao mercado de trabalho dominado pelos mesmos.

<sup>336</sup> Assistente Social na Prefeitura Municipal de Chácara/MG. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: jessica.costaslv@gmail.com

Realização:



Apoio:



Nesse cenário, em determinado momento do desenvolvimento da produção capitalista, níveis abusivos de exploração do operariado são atingidos, e a luta defensiva assumida por essa classe, segundo Iamamoto e Carvalho (2013, p. 134) começa não só aparecer para o restante da sociedade burguesa, como também representar uma ameaça a seus valores mais sagrados como, a moral; a religião e a ordem pública. Dessa forma, coloca-se a necessidade de um controle social da exploração da força de trabalho.

A formação, portanto, de uma classe operária, sua entrada no cenário político e reconhecimento pelo Estado, é colocado pelos autores como desdobramentos da questão social, que

deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independentemente do pleno amadurecimento das condições necessárias à sua superação (Iamamoto; Carvalho, 2013, p. 135).

Como aponta Ianni (1989, p. 201), “a mesma fábrica do progresso fabrica a questão social”, deixando um claro descompasso entre a expansão e modernização do capital e as condições adversas enfrentadas pelos trabalhadores. Nesse contexto, segundo Netto (1996), o último estágio do século XIX experimentou profundas modificações na sua dinâmica econômica, se inscrevendo como o período o qual o capitalismo concorrencial passa a dar lugar ao capitalismo monopolista, e este último “recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (Netto, 1996, p.19).

Diante disso, se modifica também, em certo ponto, a forma com que a questão social é encarada. Isso porque, no estágio monopolista do capital, conforme busca demonstrar Netto (1996, p.30), às demandas econômicas, sociais e políticas colocadas pelos trabalhadores podem ser contempladas pelo Estado burguês monopolistas, não por esta ação se colocar como algo de sua natureza, mas devido seu real objetivo, que é converter tal feito em benefício para o próprio capital e maximização de seus lucros.

A intervenção do Estado, de acordo com o autor mencionado, se estabelece de forma fragmentada e parcializada, estruturando políticas sociais que se fundam no trato de sequelas da questão de forma recortada, como se fossem problemas particulares, o problema do desemprego; a fome; o acidente de trabalho. O que, segundo Netto (1996) não poderia ser de outra forma, pois reconhecer a questão social como uma totalidade, inserida na relação capital/trabalho “significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa” (Netto, 1996, p. 32)

Dando sequência, Pereira (2001, p. 57) traz em pauta dois pontos relevantes, um deles, é o fato de haver a atribuição do adjetivo “nova” à questão social, deixando claro que, “o nova” apenas se refere a manifestações contemporâneas de problemas criados pelas contradições fundamentais, as quais foram relatadas acima. E o outro ponto em relação ao sentido da expressão questão social, analisando que ao se acrescentar o adjetivo social à palavra questão, essa exprime o significado de relações antagônicas e conflituosas, dadas por posições desiguais na estrutura social.

De acordo com a autora, a questão social surge na Europa no século XIX em um contexto em que a classe trabalhadora toma consciência de sua situação de exploração e passa a fazer suas reivindicações, levando o problema da pobreza de um fato natural para questão social. Esse marco, conforme apontado por Pereira (2001, 57), se dá a partir da Revolução Industrial, período o qual a sociedade se viu dividida em duas grandes classes: a burguesia e o proletariado.

Mantendo esta linha de reflexão, nos debruçamos agora sobre os apontamentos apresentados por Guerra e Batista (2021) em relação ao significado semântico da expressão questão social. Tais autoras partem da premissa de que essa expressão é

Realização:



Apoio:



tomada por um sentido mistificador pelo pensamento conservador da burguesia, comparando a mesma a um arsenal bélico a ser usado. Isso porque, segundo elas, tal grupo, com o intuito de justificar seu projeto societário,

no que tange à expressão “questão social”, utiliza-se de um arcabouço teórico que ao invés de revelar o verdadeiro significado das duas situações históricas, a pauperização e a constituição da classe trabalhadora na condição de para-si, as trata como resultado do acaso, da naturalização das relações estabelecidas na vida cotidiana entre os indivíduos e não como decorrente das lutas travadas entre os projetos societários das classes burguesa e proletária, a partir da primeira quadra do século XIX (Guerra; Batista, 2021, p. 175).

Diante disso, a expressão era apropriada pela sociabilidade burguesa por meio de seus intelectuais e especialistas da história, economia e filosofia, que segundo as autoras, “argumentavam que após aplicarem medidas restauradoras sobre este conteúdo, a vida retomaria o curso natural da história” (Guerra; Batista, 2021, 179). Nesse contexto, transformavam situações como o pauperismo e a constituição da classe trabalhadora na condição de classe para-si, que se deram a partir de interesses antagônicos e contraditórios de classe, em mera falta de capacidade para gestão administrativa e para compreender as adversidades da vida.

Guerra e Batista (2021), também trabalharam um outro âmbito adquirido pela expressão questão social, relativo a quando essa “passa a ser utilizada em decorrência da consciência política do proletariado acerca de uma nova pobreza” (Guerra; Batista, 2021, 185). Neste cenário, os trabalhadores tomam consciência de sua condição de exploração insustentável e se tornam uma ameaça à ordem burguesa.

Em suma, o que é colocado pelas autoras e que aqui cabe ser enfatizado, é que o cerne para a compreensão da questão social não é a expressão, mas o processo de produção/ valorização do capital, entendendo que ela é “dada por relações sociais especificamente capitalistas modernas, que se fundamenta na economia e na política” (Guerra; Batista, 2021, 185). E sobretudo, possuindo a clareza do protagonismo da classe trabalhadora que a expressão questão social esconde, o qual como mencionado por Guerra e Batista (2021, 186), não se refere ao tratamento da mesma, mas sim a sua supressão.

### **A relação entre serviço social e questão social**

O ponto de partida para que se inicie a discussão deste item pautando a relação entre o Serviço Social e a questão social está em abordar um panorama sobre o surgimento e a implementação desta profissão. Neste trabalho, isso será feito, mais precisamente, dando enfoque à realidade brasileira. Diante disso, como aponta Iamamoto e Carvalho (2013), o Serviço Social, tem sua origem estritamente ligada às iniciativas da igreja católica, composta massivamente pelo público feminino, o qual buscava impulsionar junto às classes subalternas sua missão apostólica de cunho político. “Essa origem confessional, articulada aos movimentos de Ação Social e Ação Católica, conforma um tipo de legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológica encontram-se na doutrina social da Igreja” (Iamamoto; Carvalho, 2013, p. 89).

Conforme foi visto no item anterior, quando o proletariado ganha força através de suas reivindicações, a questão social se coloca de forma mais aparente para a sociedade, e de acordo com os autores, “datam dessa época o que se poderia considerar como sendo as protoformas do Serviço Social no Brasil” (Iamamoto; Carvalho, 2013, p. 149). Assim sendo, a gênese do Serviço Social está ligada ao surgimento das instituições e obras da primeira fase do movimento de “reação católica”,

Realização:



Apoio:



entre 1917 e 1921, com intuito de solucionar ou se não minorar a questão social que se fazia evidente devido aos grandes movimentos operários da época.

Essa origem advinda da igreja católica, como enfatizado por Yazbek (2018, p. 51), será responsável por moldar traços importantes, como ideário profissional, os conteúdos e o processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. O cenário era de um Serviço Social conservador, o qual possuía “uma abordagem da questão social como problema moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivem” (Yazbek, 2018, p. 52), atuando sobre os valores e comportamentos dos considerados “clientes”, para integrá-los às relações sociais vigentes na sociedade.

Trata-se de um enfoque individualista, psicologizante e moralizador da questão social, que terá como referenciais orientadores do pensamento e da ação da emergente profissão o pensamento social da Igreja (doutrina social da Igreja) de cunho humanista conservador e contrário aos ideários liberal e socialista (Yazbek, 2018, p. 52).

Na década de 1940, as possibilidades de intervenções dos assistentes sociais passam a ser alteradas, indo para além dos trabalhos vinculados à igreja católica. Isso porque, como aponta Yazbek (2018, p. 56) é um cenário em que há um aumento das demandas por bens e serviço por parte dos trabalhadores, sendo o Estado pressionado a dar respostas, e se colocando, a partir disso, como um agente regulador das relações sociais, tanto para viabilizar o processo de acumulação capitalista, quanto para atender as necessidades sociais da população.

Diante desta necessidade posta no atendimento das novas configurações do desenvolvimento capitalista, se coloca também, portanto, a reorientação da profissão, que vai se dar no sentido de ampliar seus referenciais técnicos e sistematizar seu espaço sócio-ocupacional. Assim, “em sua orientação funcionalista, essa perspectiva positivista é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e das técnicas para a intervenção” (Yazbek, 2018, p. 58). Nesse contexto, como coloca Netto (1996, p.69), passa a coexistir a continuidade das formas filantrópicas, desenvolvidas com a emergência da profissão na sociedade burguesa, com a relação de ruptura, que “se instaura como decisiva na constituição do Serviço Social enquanto profissão” (Netto, 1996, p. 71)

Tal constituição, conforme segue apontando o autor se coloca possível apenas na ordem societária comandada pelo monopólio, visto que, é somente nesta ordem que irá se gestar “as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social” (Netto, 1996, p. 73).

Neste ponto, a profissionalização do Serviço Social e a forma com que o Estado burguês enfrenta a questão social se encontram intimamente ligadas. Visto que, conforme aponta Netto (1996, p.74), o Estado busca agentes técnicos, tais como os assistentes sociais, que atuem tanto na formulação quanto na implementação de políticas sociais, as quais têm como alvo o enfrentamento da questão social. “Neste âmbito está posto o mercado de trabalho para o assistente social: ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais” (Netto, 1996, p. 74).

Retomando as reflexões de Yazbek (2018, p. 65), guardadas toda a trajetória profissional e sua relevância, daremos agora um salto em nossa análise, trazendo a exposição do período em que a profissão se aproxima da matriz marxista, o que de acordo com a autora “vai ocorrer no âmbito do Movimento de Reconceituação, que se desenvolveu no continente latino-americano a partir de meados da década de 1960” (Yazbek, 2018, p. 65). A profissão nesse contexto, conforme aponta Yazbek (2018, p. 65), passa a assumir inquietações e questionamentos em relação ao Serviço Social

Realização:



Apoio:





tradicional, havendo uma revisão de sua atuação em diferentes níveis, teórico; metodológico; operativo e político, colocando a necessidade da construção de um projeto que fosse comprometido com a classe trabalhadora.

No entanto, é apenas em 1980 que a teoria de Marx de fato se articula com a profissão. Sendo assim,

é no âmbito da adoção do marxismo como referência analítica que se torna hegemônica no Serviço Social no país a abordagem da profissão como componente da organização da sociedade inserida na divisão social e técnica do trabalho, na dinâmica das relações sociais, participando do processo de reprodução dessas relações (Iamamoto, 1982 Apud Yazbek, 2018, p. 67).

Já no início dos anos 90, o Serviço Social passa a ter contato com o denominado pensamento pós-moderno, um período em que se consolida a mundialização da economia a partir de modelos mais flexíveis de acumulação do capital. Como colocado por Yazbek (2018, p. 76), esse pensamento surge reativando fortemente a versão neoconservadora, buscando a “legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana” (Barroco, 2011, p. 209 Apud Yazbek, 2018, p. 55).

Tais conjunturas em que vão demarcando a história do Serviço Social se relaciona com outro elemento, o qual é essencial a ser trabalhado, a cultura profissional. Essa por sua vez, “refere-se ao “modo de ser”, aos valores socialmente construídos com base nas “determinações de existência” do ser social” (Marx, 1989, p. 41 Apud Moljo; Silva, 2018, p.116), os quais serão decisivos na formação de posicionamentos políticos, e como aponta Moljo e Silva, (2018, p.116-117) tem influência na forma com que as profissões e seus profissionais organizam sua formação e a constituição de seus quadros centrais.

Como foi trazido anteriormente o Serviço Social emergiu a partir da igreja católica, com ideário conservador atuando sobre a questão social como um problema moral de responsabilidade individual, portanto, nesse período, a cultura profissional era embasada por esta visão de mundo, entendendo a questão social, “como uma questão moral, na qual a (o) assistente social devia intervir procurando “adaptar e ajustar” os indivíduos que sofriam algum tipo de “problema” (Moljo; Silva, 2018, p. 121).

Com as mudanças no capitalismo mundial e a profissão sendo influenciada pelo desenvolvimentismo, o Serviço Social passa a ter interesse pela cultura, sendo influenciado pela ideia de modernização conservadora, que como vimos com Netto (1996), segue a ideia de continuidade e ruptura. Nesse período, a profissão se apropria do desenvolvimento de comunidade como instrumento de intervenção profissional.

A década de 1980, se inscreve como um período marcado pela vinculação da profissão com a teoria de Marx e a construção de um projeto comprometido com a classe trabalhadora. Tal “projeto expressa uma nova configuração da cultura profissional, inserida dentro dos projetos mais amplos da diversa esquerda brasileira, buscando a afirmação e a ampliação da cidadania, em tempos marcados pela revisão do “entulho autoritário” (Moljo; Silva, 2018, p. 125)

Essa cultura profissional desenhada na década de 1980, veio expressar uma direção de profissão que se colocava contra à ideologia neoliberal e neoconservadora presente na pós-modernidade, como já sinalizado. No entanto, dentro da categoria há um traço mencionado pelos autores ao citar Netto (1996), a polarização da cultura profissional, que coloca à prova a direção crítica assumida pela profissão na década de 1980. Isso acontece a partir dos impactos nas condições de trabalho dos assistentes sociais, como na formação profissional do mesmo, podendo assim, retomar práticas com enfoque em dinâmicas individuais, fragmentadas, focalizadas, pela via do olhar clínico.

Realização:



Apoio:



Tal tendência neoconservadora no Serviço Social, como aponta Moljo e Silva, (2018, p.116-117) vem adquirindo força na sociedade brasileira, o que é favorecido pela precarização das condições de trabalho; pela falta de preparo técnico e teórico dos profissionais e por uma frágil consciência crítica e política da categoria. Nesse contexto, o direcionamento da cultura profissional tende a enaltecer a dimensão técnica do Serviço Social que, apesar de ser parte importante do exercício profissional, se coloca insuficiente para pensar a realidade, colocando em xeque a grande questão do “fazer profissional”, despido da qualificação intelectual, com ou sem aval da(o) profissional de Serviço Social” (Moljo; Silva, 2018, p. 135).

A partir do referido exposto, torna-se claro, como pautado pelos autores em discussão, a presença de duas grandes tendências teóricas no Serviço social, uma fortalecendo o neoconservadorismo e outra vinculada à tradição marxista, a qual embasa o atual projeto ético-político profissional. São tendências pois antagônicas que se encontram em disputa por hegemonia, que representam projetos distintos e podem se expressar, como apontam Moljo e Silva, (2018),

se objetivando tanto na disputa dos espaços políticos nos órgãos representativos da categoria profissional, quanto no perfil das produções teóricas, que têm sustentado o debate da formação profissional em Serviço Social. Junta-se a isso, condições objetivas altamente adversas às quais estão submetidos as(os) assistentes sociais, seja em relação às condições reais para a realização do trabalho profissional, seja em relação às inúmeras dificuldades do próprio profissional como trabalhador assalariado, precarizado e flexibilizado (Moljo; Silva, 2018, p. 141).

Caminhando para o final deste item, não poderia deixar de ser mencionado ponto tratado por Pereira (2001) que se liga intimamente a relação do Serviço Social com a questão social, a percepção de que muitas vezes a questão social não está clara para muitos dos assistentes sociais. Consequência disso, pode ser o entendimento da questão social de forma genérica, associando-a a crises, tensões, vulnerabilidades, o que conforme vimos no item 1, pode levar a sua apreensão de forma recortada, como se fossem problemas particulares. Tal fato, cria um cenário de desafios epistemológicos para o Serviço Social, visto que a questão social, é “seu foco privilegiado de interesse científico e político” (Pereira, 2001, p. 57).

Dessa forma, observar a relação da questão social desde a emergência do Serviço Social é entender que a compreensão e o trato desta pelos profissionais foi e é diretamente impactada, pelas conjunturas históricas e desdobramentos aos quais a categoria é submetida, conforme foi trazido ao longo deste item. Nesse contexto, a cultura profissional assumida pela categoria irá determinar a forma com que as profissões e seus profissionais organizam sua formação, bem como, influenciar seu entendimento e clareza quanto a questão social.

### **A compreensão da relação Serviço Social e questão social e os impactos para análise da pesquisa**

Dando sequência às discussões aqui trabalhadas, neste item, as reflexões serão feitas no sentido de relacionar o que até aqui foi colocado sobre a questão social e o Serviço Social com a discussão da pesquisa da dissertação da mestranda. Para dar início, torna-se necessário esclarecer que enfoque da pesquisa da mestranda se dará tendo como base o público idoso, família e a saúde, dando sequência, serão apresentadas algumas informações que envolvem a motivação que levaram a escolha desta temática, para que posteriormente sejam feitas as reflexões necessárias.

Um dos fatores determinantes para que fosse escolhida esta temática está vinculado a inserção da mestranda em um Programa de Residência Multiprofissional em

Realização:



Apoio:



Atenção Hospitalar, que teve como cenário de experiência profissional a alta complexidade. Nesse ambiente, dentre os atendimentos realizados pelo Serviço Social muitos deles era direcionado a esse público idoso e seus familiares, em um contexto que se foram observadas formas heterogêneas de se envelhecer, com idosos presentes nas mais diversas configurações familiares e ocupando papéis distintos dentro de suas famílias. Portanto, considerando a velhice,

a partir dos fatores de classes, raça, etnia e gênero, pois, entende-se que são determinantes que refletem no modo de vida da população que envelhece. Em síntese, sabe-se que o envelhecimento é um processo heterogêneo, desigual, permeado por variados condicionantes (Costa; Poltronieiri; Costa, 2018, p. 6).

Diante desta exposição, observa-se que neste espaço sócio-ocupacional, o qual foi pano de fundo para a escolha da temática da pesquisa da mestranda, às demandas do público idoso, das quais se destacam orientações de benefícios de renda; suporte de instituições no pós-alta; fragilidades no suporte pós alta, entre outras, se fazia latente para a categoria ali inserida, com toda sua complexidade. Nesse contexto, o entendimento que se faz necessário aqui, a partir de tudo que se foi discutido, se coloca no sentido de compreender que tais demandas não devem ser sinônimas da questão social, mas sim entendidas como,

expressões fenomênicas de processos sociais revestido de um invólucro místico e acobertando o fato de que na exploração do trabalho pelo capital, que resulta da apropriação privada da riqueza social, a contradição dialética se expressa por inteiro: o mesmo processo que gera a riqueza gera o seu contrário, o que põe o fundamento da luta de classes (Guerra; Batista, 2021, p. 185).

Portanto, escolher a temática a ser discutida na pesquisa tendo clareza do que ela representa dentro da relação capital/trabalho, e compreendendo a questão social em sua totalidade, como determinada pelas contradições desta relação é de suma importância, para não incorrer o risco de assumir um olhar naturalizador sobre a questão social, atuando sob a perspectiva de uma cultura profissional que retome práticas com enfoque em dinâmicas individuais, fragmentadas, focalizadas, pela via do olhar clínico. Tal posicionamento, se coloca na tendência neoconservadora, a qual, como foi visto ao ser discutido Moljo e Silva, (2018), se encontra em disputa com o atual projeto ético político profissional, que tem como horizonte o Serviço Social crítico.

Diante disso, para findar esse item, fica evidente que o entendimento que o profissional possui das questões levantadas acima, bem como, a cultura profissional assumida pelo mesmo pode influenciar na análise que será feita em sua análise na pesquisa, qualquer que seja a temática escolhida. Isso porque, as análises que são feitas a partir de dinâmicas individuais, fragmentadas, focalizadas, pela via do olhar clínico não serão desenvolvidas e chegarão às mesmas conclusões do que as análises feitas a partir de um posicionamento que seja comprometido com a classe trabalhadora, buscando a afirmação e a ampliação da cidadania.

## Conclusão

A partir do que foi discutido, observa-se que o cerne do entendimento para a questão social está em compreender que ela se encontra inserida na relação capital/trabalho, e é “dada por relações sociais especificamente capitalistas modernas, que se fundamenta na economia e na política” (Guerra; Batista, 2021, p. 185). Compreendendo nessa relação, o protagonismo da classe trabalhadora que se encontra imbricado na questão social.

Realização:



Apoio:



O Serviço Social emerge no intuito de atuar sobre a questão social e a trajetória do cenário profissional, inscrita na conjuntura da sociedade capitalista, caminhará no sentido de ditar a abordagem que é realizada em relação à mesma, bem como, o olhar que a categoria detém sobre ela. Nesse contexto, o que se inscreve na contemporaneidade é a presença no Serviço Social, de duas tendências, uma de enfoque crítico, vinculada à tradição marxista e outra fortalecendo o neoconservadorismo. Assim sendo, assumindo determinada tendência, ao realizar uma pesquisa, como a realizada na pesquisa para dissertação de mestrado, esta tendência profissional irá influenciar diretamente o contexto das análises que serão traçadas.

Nesse processo, segundo Moljo; Silva (2018) junta-se a essa disputa de tendências presente na categoria, as condições adversas às quais são submetidos os assistentes sociais “seja em relação às condições reais para a realização do trabalho profissional, seja em relação às inúmeras dificuldades do próprio profissional como trabalhador assalariado, precarizado e flexibilizado” (Moljo; Silva, 2018, p. 42). No entanto, o reconhecimento de tais condições é fundamental para seu enfrentamento do neoconservadorismo presente na profissão.

Diante disso, tal enfrentamento deve ser feito aliado a ações que são essenciais para reafirmar o legado crítico do Serviço Social, tais como, combater as manifestações endógenas do Serviço Social; o adensamento dos estudos sobre o legado do marxismo, mas sobretudo, a compreensão de que não há outra alternativa senão orientar a categoria pelas vias da emancipação humana, o que conforme aponta Moljo e Silva (2018), “não será sob as fronteiras do capital que ela se realizará” (Moljo; Silva, 2018, p. 142)

## Referências

COSTA, Joice Sousa; POLTRONIEIRI, Cristiane de Fátima; COSTA, Denise Gisele Silva. Velhices, heterogeneidades e classes sociais: a construção do conhecimento do serviço social. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*, 16, 2018, Vitória. Anais [...] Vitória: ABEPSS, UFES, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22373> >. Acesso em: 05 jul. 2025.

GUERRA, Yolanda; BATISTA, Alfredo. A expressão “questão social” em questão: um debate necessário ao Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 173-187, jul./dez. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p173-187>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 39ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IANNI, Octavio. A questão social. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 17, 2, p. 789-202, jul./dez., 1989. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/436/322>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

MOLJO, Carina Berta; SILVA, José Fernando Siqueira da. Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o serviço social brasileiro em debate *In: GUERRA, Yolanda et al. (org.). Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-0, jan./jul., 2001. Disponível em:

Realização:



Apoio:



<[https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf)>. Acesso em: 06 jul. 2025.

NETTO, José Paulo. Estado e “questão social” no capitalismo dos monopólios. *In*: NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 15-30. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-201804131301011456100.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

NETTO, José Paulo. A emergência do Serviço Social como profissão. *In*: NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 15-30. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-201804131301011456100.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Questão social, serviço social e direitos da cidadania. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 9-32. jan./jul., 2001. Disponível em: <[https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos e as tendências contemporâneas no serviço social. *In*: GUERRA, Yolanda et al. (org.). **Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

Realização:



Apoio:





## **POLÍTICA DE DROGAS BRASILEIRA EM DISPUTA: STF, PEC/45 e o antiproibicionismo no serviço social**

Maria Gabriela Moreno Lopes<sup>337</sup>  
Alessandra Cristina Santos Ferreira<sup>338</sup>

**Resumo:** O trabalho consiste em uma reflexão teórica que tem como objetivo apontar os elementos constitutivos da atual disputa pela Política de Drogas brasileira à luz do projeto ético-político do Serviço Social. A análise parte de pesquisa bibliográfica e documental com ênfase no Recurso Extraordinário 635.659 que pauta a descriminalização do uso de maconha no Brasil e na Proposta reacionária da Emenda Constitucional n.º 45/2023 que pauta a criminalização do uso de todas as drogas. Os resultados apontam para a necessidade do fortalecimento da perspectiva antiproibicionista na profissão, compreendendo sua indissociabilidade das lutas antirracista e antipunitivista.

**Palavras-chave:** Antiproibicionismo. Serviço Social. Racismo. Proibicionismo.

### **Abstract**

This paper consists of a theoretical reflection that aims to identify the constitutive elements of the current dispute over Brazilian Drug Policy in light of the ethical-political project of Social Work. The analysis is based on bibliographic and documentary research, with an emphasis on Extraordinary Appeal 635,659, which calls for the decriminalization of marijuana use in Brazil, and the reactionary Proposal for Constitutional Amendment No. 45/2023, which calls for the criminalization of all drug use. The results point to the need to strengthen the anti-prohibitionist perspective within the profession, understanding its inseparability from the anti-racist and anti-punitive struggles.

**Keywords:** Anti-prohibitionism. Social Work. Decarceration.

## **Introdução**

O presente artigo é uma análise crítica da Questão das Drogas no Brasil, frente às disputas políticas da atual conjuntura acerca do direcionamento da Política de Drogas pelo Estado Brasileiro que busca apresentar elementos para pensar e fortalecer a perspectiva antiproibicionista para o Serviço Social. A atual Lei de Drogas mostra-se falha no combate ao tráfico e uso de drogas, além de proporcionar o aumento da violência, do encarceramento e das mortes da população negra, por isso, a Lei tem sido questionada por órgãos públicos e movimentos sociais antiproibicionistas (Leal, 2017).

Em 2024 através do Recurso Extraordinário 635.659 (RE 635.659), o Supremo Tribunal Federal (STF) descriminalizou o porte de até 40 gramas de maconha, marcando significativamente o cenário da Política de Drogas no país, que é historicamente criminalizante e punitivista. Entretanto, o conservadorismo brasileiro é um dos elementos intrínsecos à formação social, cultural e política do país (Barroco, 2011), sendo assim, qualquer movimento progressista ainda que incipiente é fortemente

<sup>337</sup> Assistente Social. Mestranda em Serviço Social na Universidade Federal do Juiz de Fora. Email: mariagabriela.lopes@estudante.ufjf.br

<sup>338</sup> Assistente Social. Mestranda em Política Social na Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes). Email: alessandra.s.ferreira@edu.ufes.br

Realização:



Apoio:



perseguido e combatido pelas forças políticas conservadoras que compõem o legislativo brasileiro (Denadai, 2015). Demonstração dessa característica reacionária do legislativo brasileiro foi a proposta de Emenda Constitucional número 45 de 2023 (PEC 45/23), que na contramão do fortalecimento do debate sobre a regulamentação da maconha no STF, propõe a criminalização do porte e do uso de qualquer tipo de droga ilícita. (Brasil, 2023).

A organização do trabalho se dá em três eixos centrais, no primeiro momento desenvolveu-se uma reflexão teórica acerca da formação sócio-histórica do país, a partir do estudo das obras de Florestan Fernandes (2006) Octávio Ianni (1992) e Moura (1977, 2023, 2024). No segundo momento, foram apresentados elementos importantes para se pensar o atual cenário da lei de drogas brasileira, entre o RE 635.659, que pauta a descriminalização do usuário de maconha e pela PEC 45/23 que em uma perspectiva conservadora propõe a criminalização do porte e consumo de todas as drogas ilícitas. No terceiro momento foi realizada uma breve reflexão teórica sobre a incompatibilidade da lógica proibicionista com o projeto ético político da profissão e necessidade do fortalecimento do antiproibicionismo na profissão.

### **Formação sócio-histórica do Brasil e determinações do racismo na proibição**

A formação da classe trabalhadora brasileira no período pós abolição da escravidão, foi marcada pela continuidade da posição subalterna dos negros na sociedade. Estes foram inseridos no mundo do trabalho assalariado de forma periférica, sem nenhuma proteção e assistência do Estado (Fernandes, 2006). Além da grande dificuldade de se inserir na dinâmica emergente do trabalho livre assalariado, pela concorrência direta com demais trabalhadores nacionais, a população recém liberta deparou-se com a massiva concorrência de imigrantes europeus, que foi promovida pelo próprio Estado brasileiro a partir da de 1850, como um projeto político de branqueamento, elaborado pelas elites colonialistas (Moura, 2023) e fundamentado em teorias eugenistas (Goés, 2015).

A população de negras e negros passou assim, da condição de trabalhador escravizado à trabalhador desempregado, formando estruturalmente o que Clovis Moura (1988) denominou “as franjas marginais” da nossa sociedade. A dinâmica social que se desenvolveu levou a população negra recém liberta a um processo de marginalização social e por consequência à inserção nos processos de criminalização e outras formas subalternas de existência e reprodução da vida frente à nova sociabilidade mercantilizada que se estruturava (Moura, 1977).

Esse desenvolvimento particular, que conformou no interior da sociedade brasileira o racismo como fator de marginalização e de rebaixamento do valor da força de trabalho, produziu as condições necessárias para sua inserção na divisão internacional do trabalho a partir da economia dependente (Souza, 2020). A marginalização da população negra brasileira, constitui no caso brasileiro, um processo de lupemproletariamento estrutural, que atua diretamente no tensionamento da queda do preço da força de trabalho, pela intensificação do exército industrial de reserva (Moura, 2023). Esse processo é concomitante ao processo de criminalização da população negra, na medida em que o Estado é chamado a intervir nas contradições geradas pelo processo de marginalização, em sua dimensão coercitiva (Wacquant, 2007). Nesse processo, a Política de Drogas brasileira se insere como mecanismo eficaz de controle da *superpopulação relativa*, que no caso brasileiro é majoritariamente negra. (Ferrugem, 2018).

O debate da Política de Drogas brasileira, impõe a análise da particularidade da história da maconha e sua proibição no país. A origem do uso da planta está associada à população indígena e africana, o uso era atrelado a razões espirituais, medicinais e culturais, carregado, portanto, de significados culturais e históricos, sendo uma prática cultural difundida em grande parte pelos africanos que aqui foram escravizados,

Realização:



Apoio:



segundo Edward MacRae (2016). A maconha foi se popularizando por todo território nacional, sendo uma prática dotada de significado social e muitas vezes de manifestação e resistência das culturas de matriz africana. Exatamente por sua origem, o uso da maconha foi desde sempre depreciado e rejeitado, assim como outras expressões da cultura negra, como a capoeira e o candomblé, por exemplo. Dessa forma, a criminalização da maconha está intrinsecamente ligada à criminalização do negro no Brasil (Saad, 2019).

Sendo assim, a perseguição da planta foi estrategicamente aderida pelo Estado brasileiro como um dos meios de controle da população negra recém liberta, observa-se isso com a Lei do Pito do Pango, sancionada na província do Rio de Janeiro, em 1830 (Saad, 2019), cidade em que  $\frac{2}{3}$  da população era composta por trabalhadores negros escravizados (Rodrigues, 2024). A funcionalidade da proibição da maconha e de outras práticas culturais associadas ao controle da população negra, conformam a perspectiva proibicionista brasileira como um elemento marcante do Estado. O Brasil foi o primeiro país a propor a criminalização da maconha, o médico Pernambuco Filho propagador de teorias Eugenistas chegou a propor na Segunda Conferência Internacional sobre o Ópio em 1924, sua inserção na lista de substâncias perigosas, quando apenas os opiáceos estavam sendo pautados (Saad, 2019).

As bases morais que fundamentam a proibição no caso brasileiro, além de características conservadoras inerentes a nossa formação sócio-histórica marcada pelo atraso e pelo autoritarismo (Ianni, 1992), tem também bases racistas que se desdobram inicialmente na proibição da maconha, mas se ramificam com o passar dos anos, estendendo-se a demais substâncias que sendo proibidas, irão contribuir no processo de encarceramento e genocídio da população negra brasileira. A proibição da maconha foi implementada como política nacional cinco anos antes dos Estados Unidos, país que formulou e difundiu o proibicionismo como política transnacional (Carneiro, 2016).

### **Lei de drogas e embates políticos e sociais contemporâneos**

O uso de substâncias psicoativas é uma prática histórica que acompanha o desenvolvimento da humanidade, em diferentes sociedades por todo o mundo (Escohotado, 1989). Ele se constitui, portanto, como atividade intrínseca ao desenvolvimento da relação entre ser humano e a natureza (Carneiro, 2018). Com o modo de produção capitalista que implica a mercantilização de todas as coisas e relações e o desenvolvimento da ciência e da grande indústria farmacêutica, os psicoativos perdem sua função única de atender as necessidades humanas, sociais e culturais e passam a integrar na dinâmica capitalista como mercadorias altamente lucrativas. Posteriormente, com a consolidação da fase imperialista no final do século XIX, as drogas passam a compor os “fluxos de circulação mercantil simples com o incremento do comércio intercontinental” (Lima, 2009, p.46). O entendimento das drogas como mercadoria, portanto, de sua dimensão macroeconômica, é crucial para análise crítica da Política de Drogas, pois a produção, circulação e consumo de drogas passam a integrar o processo historicamente determinado de reprodução ampliada de capital.

O direcionamento ideológico e jurídico atribuído ao uso de drogas, a partir de sua reconfiguração como uma relação mercantil na sociedade burguesa, foi formulado pela chamada matriz proibicionista, produto da política norte americana, que baseada em um estatuto médico-jurídico instituiu um tratamento patologizante e criminalizante para o uso de drogas, impondo internacionalmente esse novo paradigma (Lima, 2009).

A matriz proibicionista se consolidou como uma política de “guerra às drogas”, atribuindo às substâncias um caráter autonomizado, como elementos causadores de danos e desordem social (Rodrigues, 2004). Entretanto, a análise crítica desse processo demonstra que não existe guerra às drogas, em essência, mas sim uma guerra seletiva

Realização:



Apoio:



contra pessoas. As drogas, enquanto mercadorias ilegais são altamente lucrativas, e conformam a proibição como um dos mecanismos da dinâmica contemporânea do modo de produção capitalista (Rodrigues, 2009). Na particularidade brasileira, esse mecanismo opera a partir do racismo como elemento estruturante de seu funcionamento, constituindo uma “guerra às drogas” que tem como alvo de morte ou de criminalização, a população negra.

Analisando o número de prisões por tráfico de drogas desde a promulgação da Lei nº 11.343, de 2006, observa-se um fenômeno de superencarceramento. Em 2005, o total de pessoas encarceradas por esse delito era de 32.880; já em 2022, esse número atingiu 201.829 (SENAPPEN, 2022). O encarceramento por tráfico de drogas representa 27 % do quantitativo total das prisões no país (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024). A Lei de Drogas tem, portanto, - como instrumento da dominação burguesa - através de sua estruturação contribuído para esse cenário. No parágrafo 2º do Artigo 28 da Lei, não são estabelecidos critérios suficientes para diferenciar a condição de usuário e de traficante, deixando essa distinção para interpretação do juiz com base na versão apresentada pelas autoridades presentes no momento de apreensão, vejamos na íntegra.

Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente (Brasil, 2006, n/p).

É justamente a partir dessa ausência de critérios que se dão muitas vezes abordagens racistas e de criminalização da pobreza, levando ao encarceramento massivo de pessoas que são usuárias, mas tratadas socialmente e juridicamente como traficantes. É diante dessa lacuna que, em 2011, o Ministério Público de São Paulo recorreu ao Supremo Tribunal Federal, frente a necessidade do debate sobre critérios para distinguir usuário de traficante, o processo é o Recurso Extraordinário 635.659. Por se tratar da revisão da Lei de Drogas de 2006, inicialmente o debate estava abarcando todas as drogas, mas o processo se restringiu apenas para a maconha e 13 anos depois, em junho de 2024 resulta na determinando que não pode mais ser considerado criminoso/ traficante aquele que portar para uso pessoal até 40 gramas de maconha. Vejamos na íntegra do documento:

4. Nos termos do § 2º do artigo 28 da Lei 11.343/2006, será presumido usuário quem, para consumo próprio, adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, até 40 gramas de cannabis sativa ou seis plantas-fêmeas, até que o Congresso Nacional venha a legislar a respeito (Brasil, 2024, n/p).

O RE 635.659 pode ser considerado uma vitória para a luta antiproibicionista no, pois qualquer avanço contra hegemônico à lógica proibicionista, ainda que incipiente, é uma conquista para a classe trabalhadora. Porém, o RE 635.659 não se trata de uma transformação estrutural da dinâmica do encarceramento da Política de Drogas, pois mantém a margem interpretativa da Lei que tem levado a criminalização de usuários como traficantes, através dos elementos de convicção que são confiados a interpretação policial: “forma de acondicionamento da droga, as circunstâncias da apreensão, a variedade de substância apreendidas, a apreensão simultânea de instrumentos como balança, registros de operações comerciais e aparelho celular contendo contatos de usuários ou traficantes” (STF, 2024). Portanto, observa-se que o RE 635.659 garante as condições para continuidade do encarceramento da classe trabalhadora brasileira, que acontece de forma racializada.

Em contrapartida, o RE 635.659 traz uma possibilidade frente ao cenário carcerário por tráfico de drogas. Foi orientado a realização mutirões carcerários para revisão dos casos de pessoas encarceradas por porte de maconha com base nos novos

Realização:



Apoio:



critérios quantitativos, na íntegra do RE 635.659 temos “a Corte determinou que o Conselho Nacional de Justiça, com a participação das Defensorias Públicas, realize mutirões carcerários para apurar e corrigir prisões decretadas em desacordo com os parâmetros fixados no voto do Relator” (STF, 2024). Com isso, a revisão de casos representa um caminho promissor na construção de justiça social para a população usuária de maconha e para a classe trabalhadora de forma geral.

Somente um ano após o RE 635.659, a revisão dos casos de encarceramento por maconha foi iniciada pelos tribunais regionais e federais, o processo ocorreu do dia 30 de junho a 30 de julho e o resultado será divulgado em outubro de 2025, a revisão está acontecendo a partir do programa Pena Justa que desde 2008 vem buscando melhorias à realidade carcerária brasileira. Entretanto, com base na histórica configuração do sistema penal brasileiro, não há grandes perspectivas de que esse processo ocorra favoravelmente a classe trabalhadora, por isso, o movimento antiproibicionista, sobretudo a Marcha da maconha tem se articulado nacionalmente para acompanhar esse processo e tensionar que essa revisão de casos ocorra de forma justa, garantindo os direitos das/os usuárias/os.

Na contramão dos prematuros avanços da descriminalização de maconha no STF, observa-se a reação do conservadorismo político com a Proposta de Emenda Constitucional nº45 de 2023. Pode-se pensar a proposta como fruto do conservadorismo reacionário brasileiro, pois, além da pretensão de conservar o viés de criminalização das drogas, propõe ainda o retorno a um formato de legislação, que já foi superado pelo estado brasileiro, a criminalização ao usuário de drogas. O objetivo final da PEC 45/23 é alterar o Artigo 5º da Constituição Federal, que dispõe sobre os direitos e garantias fundamentais, e tornar crime a posse e o porte de drogas ilícitas. Vejamos na íntegra “Altera o art. 5º da Constituição Federal, para prever como mandado de criminalização a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar” (Brasil, 2023). Identificamos 3 elementos constitutivos ao analisar a PEC 45/23: o caráter conservador da proposta; a falaciosa justificativa da criminalização das drogas em defesa da saúde da população; e seu viés reacionário, ao propor a retomada a uma formatação jurídica já superada pelo Estado Brasileiro.

Na sua formulação, a PEC revela seu caráter conservador na medida em que se refere a uma resposta direta à força que o debate sobre regulamentação da maconha ganhou nos últimos anos no Supremo Tribunal Federal com o RE 635.659.

Essa compreensão vem sendo desafiada no âmbito do Recurso Extraordinário (RE) 635.659/SP1, que se encontra sob julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), e que teve sua repercussão geral reconhecida (Tema 506). [...] Com efeito, o prosseguimento do julgado (RE 635.659/SP) aponta para uma declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 28 da Lei 11.343, de 2006. Esta Proposta de Emenda à Constituição visa a conferir maior robustez à vontade do constituinte originário, na esteira dos dispositivos anteriormente elencados, ao prever um mandado de criminalização constitucional para as condutas de portar ou possuir entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Essa medida, uma vez promulgada, daria respaldo à validade do art. 28 da Lei nº 11.343, de 2006 (Brasil, 2023, n/p).

Observa-se o conservadorismo como traço fundamental da proposta, uma vez que está visa a permanência da estrutura jurídica da atual Lei de Drogas, se opondo a processos e perspectivas pela regulamentação das drogas. É necessário evidenciar que a conservação desse cenário interessa à segmentos específicos de poder classe burguesa, que enriquecem com a alta lucratividade das drogas além de servir como mecanismo de controle e coerção de populações pobres e periféricas através da chamada “guerra às drogas”. Contudo, a regulamentação e legalização do uso de

Realização:



Apoio:





drogas contrapõe-se à lógica da proibição e por isso é veementemente combatido, como demonstra a PEC 45/23.

O segundo elemento identificado é a justificativa ultrapassada e falaciosa de que a proibição das drogas seria necessária para a defesa da saúde e segurança das famílias brasileiras, cabendo ao Estado o dever de garanti-las. Vejamos na íntegra,

A saúde é direito de todos e dever do Estado, conforme dispõe o art. 196 da Constituição Federal. Nesse contexto, a prevenção e o combate ao abuso de drogas é uma política pública essencial para a preservação da saúde dos brasileiros. Reconhecendo a complexidade da matéria e os danos que as drogas causam às famílias brasileiras, a Constituição Federal de 1988 tratou do tema em vários dispositivos. [...] No capítulo da Segurança Pública, incumbiu à Polícia Federal, sem prejuízo das demais forças, “prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins” (Brasil, 2023, n/p).

A produção de conhecimento científico, no Brasil e no mundo, já evidencia a insuficiência desse discurso, demonstrando que o proibicionismo é formulado a partir de interesses econômicos e políticos, ocultados sob o discurso médico e farmacológico. Tal discurso transfere às drogas a responsabilidade por problemas sociais, de saúde e violência, quando, na verdade, decorrem da própria lógica proibicionista e do processo de acumulação capitalista. Ao criminalizar, o proibicionismo responde de forma punitivista a uma prática inerente à vida humana e nas palavras da autora “servem, na realidade, para legitimar projetos de poder, de controle e dominação” (Brites, 2017, p. 137). Com isso, se a questão da saúde fosse verdadeiramente a preocupação da PEC 45/23, esta deveria romper com a negação do uso de drogas como prática social e contribuir com perspectivas de regulamentação e redução de danos, pois estas sim trabalham na promoção da saúde no âmbito do uso de drogas.

O terceiro elemento identificado é o viés reacionário da proposta, que, além de se opor às perspectivas de regulamentação das drogas, sugere o retorno a uma lógica já superada pela atual Lei de Drogas, a criminalização do usuário tal como do traficante.

O motivo desta dupla criminalização é que não há tráfico de drogas se não há interessado em adquiri-las. Com efeito, o traficante de drogas auferir renda – e a utiliza para adquirir armamento e ampliar seu poder dentro de seu território – somente por meio da comercialização do produto, ou seja, por meio da venda a um usuário final (Brasil, 2023, n/p).

O argumento de que o tráfico de drogas se sustenta unicamente pela demanda dos consumidores é contestado por Souza (2023). Embora a autora se dedique especificamente ao comércio da maconha, expandimos sua análise para o mercado de drogas em geral, demonstrando que usuários e pequenos traficantes não são os principais responsáveis pelo financiamento do narcotráfico. Este se mantém porque representa uma atividade altamente lucrativa, constituída pela dinâmica do próprio sistema capitalista, portanto, suas consequências devem ser atribuídas à lógica da proibição e não aos indivíduos que dele fazem parte.

A PEC 45/23 é portanto, uma grande ofensiva à luta antiproibicionista, antimanicomial, ao movimento da reforma psiquiátrica, ao Sistema Único de Saúde, lutas e movimentos que tanto trabalham em defesa das liberdades individuais e democráticas, pela universalização do acesso à saúde e pelo fim do tratamento patologizante ao uso de drogas na sociedade. A PEC 45/23 foi aprovada no Senado Federal em 2024 e seu próximo trâmite processual é ser votada por uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados e caso aprovada seguirá para votação em dois turnos na Câmara dos Deputados.

## **Serviço social e a política de drogas: contribuições para pensar a antiproibição**

Realização:



Apoio:



A atual conjuntura demonstra o quanto a Política de Drogas brasileira é perpassada por disputas políticas sobre seu direcionamento político. Evidentemente, a Política de Drogas, assim como as outras Políticas Sociais, é fundamentalmente estruturada para atender às demandas da acumulação capitalista através do controle social e político da classe trabalhadora. Com isso, a PEC 45/23 nos permite evidenciar a ofensiva do conservadorismo brasileiro, ao se consagrar como mais um dos diversos ataques à perspectivas contra hegemônicas sobre o uso de drogas, sendo assim, esse trabalho procurou demonstrar, através da PEC 45/23, como a Questão das Drogas brasileira é fortemente disputada e chamada a radicalizar seu viés punitivista e criminalista. Ao mesmo tempo, entretanto, como toda Política Social, ela também atende os interesses da classe trabalhadora, na medida em que atua na garantia da reprodução da força de trabalho (Pereira, 2008). O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho está inserida nesse cenário conformado pela luta de classes, tanto por seus agentes profissionais serem constitutivos da própria classe trabalhadora e portanto, serem também usuários da política de drogas, quanto por ser a própria Política de Drogas um de seus campos de atuação (Albuquerque, 2018). Estes elementos apontam, a pertinência da publicização da atual conjuntura da disputa pela Política de drogas brasileira no âmbito da produção de conhecimento, e também dos debates de base da categoria, para que as/os profissionais compreendam e se apropriem do conhecimento a cerca as disputas e tendências que conformam a questão das drogas brasileira.

É importante reconhecer que a produção de conhecimento no Serviço Social tem contribuído na denúncia da lógica proibicionista de forma eficiente e crítica. É necessário, entretanto, que, para além da denúncia e combate às perspectivas conservadoras, o fortalecimento do debate sobre a antiproibição, pois é neste campo que se constituem possibilidades concretas de enfrentamento e transformação da realidade brasileira no que tange a Questão das drogas. Nesse sentido, o RE 635.659 se coloca como uma possibilidade posta atualmente no campo da disputa pela Política de Drogas. Apesar dos limites estruturais impostos por sua origem baseada no direito penal, ele expressa uma possibilidade de alteração no cenário carcerário brasileiro, o que por si só - dada a nossa formação sócio-histórica - representa um avanço para a classe trabalhadora.

O processo de revisão de casos de condenação por porte de maconha está em curso no momento, constituindo a pauta na ordem do dia, o que impõe ao Serviço Social o compromisso de somar forças aos movimentos sociais antiproibicionista do país. A marcha da maconha, que se organiza através de reuniões e encontros presenciais e virtuais em todo o país, tem se apresentado como importante força política nesse movimento e tem se articulado nacionalmente para acompanhar e tensionar os trâmites processuais das revisões de casos realizados pelos Tribunais de Justiça regionais e federais. Evidencia-se, assim que o proibicionismo contribuiu para a criminalização da pobreza e na particularidade brasileira, articula-se ao racismo estrutural e institucional e opera como mais um dos mecanismos de controle e opressão da população negra. A realidade colocada pela formação social brasileira, imputa ao Serviço Social o combate ao racismo como bandeira de luta (CFESS, 2016).

## Conclusão

O Proibicionismo é constituído e constitutivo das estruturas racistas da realidade brasileira (Ferrugem, 2018). Em contraposição a este movimento se conforma a luta antiproibicionista brasileira (Leal, 2017). Este processo coloca para o Serviço Social, a partir de seus princípios éticos e políticos, a necessidade de se construir hegemonicamente a perspectiva antiproibicionista no interior da profissão.

Realização:



Apoio:



No caso brasileiro, a descriminalização de 40 gramas de maconha representa um avanço e um movimento contra hegemônico, pois além de ser uma conquista para as/os usuárias/os da planta no geral, expressa e afeta a dimensão racial da estrutura jurídica e política brasileira, além do avanço no sentido ideológico, já que a criminalização da maconha foi constituída no Brasil sobre argumentos eugenistas (Saad, 2019).

Estes elementos apontam a pertinência das possibilidades postas pelo RE 635.659 para o Serviço Social enquanto profissão que constrói cotidianamente seu projeto ético político no horizonte da transformação social e na defesa do antirracismo e do antipunitivismo, que impõem também a bandeira do antiproibicionismo.

É fundamental que as perspectivas conservadoras no âmbito da Política de Drogas continuem sendo identificadas e repudiadas no interior da profissão e que seu debate seja fortalecido pelo conjunto CFESS/CRESS, visto que, a lógica proibicionista é incompatível com a dimensão ética e política da profissão, na medida que a proibição estrutura uma dinâmica de desigualdade e violência atua diretamente no encarceramento massivo da classe trabalhadora, além de promover a desinformação e pânico social ao deturpar o uso de drogas como algo imoral e necessariamente prejudicial.

## Referências

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart. **Drogas “questão social” e serviço social:** respostas teórico-políticas da profissão. 2018. 302f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun., 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.343**, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 45**, de 15 de setembro de 2023. Brasília: Senado Federal, 2023.

BRITES, Cristina Maria. **Psicoativos (drogas) e serviço social:** uma crítica ao antiproibicionismo. São Paulo: Cortez, 2017.

CARNEIRO, Henrique. A militância antiproibicionista no Brasil. **Revista Movimento**, 26 abr. 2016. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2016/04/militancia-antiproibicionismo-brasil/>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CARNEIRO, Henrique. **Drogas:** A história do proibicionismo. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Racismo.** Elaboração de texto: Roseli Rocha. Organização e edição de conteúdo: Comissão de Ética e Direitos Humanos do CFESS. Brasília: CFESS, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10ª ed. Brasília: CFESS, 2012.

Realização:



Apoio:



DENADAI, Mirian Cátia Vieira Basílio. **O Legislativo federal e os projetos de lei sobre drogas no Brasil: uma guerra entre velhos discursos ou novas alternativas?** 2015. 420f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ESCOHOTADO, A. **Historia general de las drogas**. v. 1. 3ª ed. rev. aum. Madri: Alianza, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 6ª ed. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FERRUGEM, Daniela. **Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial**. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

GÓES, Weber Lopes. **Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. 2015. 276f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

LEAL, Fabíola Xavier. **Movimento antiproibicionista no Brasil: discursos de resistência**. 2017. 374f. Tese (Doutorado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

LIMA, Rita de Cássia Cavalcante. **Uma história das drogas e do seu proibicionismo transnacional: relações Brasil e Estados Unidos e dos organismos internacionais**. 2009. 365f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho. (org.). **Fumo de Angola: cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. Salvador: EDUFBA, 2016.

MOURA. Clovis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Conquista, 1977.

MOURA. Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA. Clovis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Dandara, 2023.

MOURA. Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. 4ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2024.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social: Temas e Questões**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RODRIGUES, Thiago. **Política e drogas nas Américas**. São Paulo: Educ, 2004.

RODRIGUES. Thiago. **Drogas e capitalismo**. Rio de Janeiro: Autografia, 2024.

Realização:



Apoio:



SENAPPEN. **Relatório de Informações Penais**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2005.

SENAPPEN. **Relatório de Informações Penais**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2022.

SAAD, Luísa. **“Fumo de negro”**: a criminalização da lei maconha no pós-abolição. Salvador: EDUFBA, 2019.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA, Taciana Santos de. Desenvolvimento econômico, políticas públicas e mercado canábico. *In*: FRAGA, Paulo; ROSA, Lilian; REZENDE, Daniela (org.). **De maconha à cannabis**: entre política, história e moralidades. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023. p. 168–184. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/URV4a>>. Acesso em: 30 de jul. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. Inteiro teor acórdão. **Recurso Extraordinário nº 635.659**. Brasília: STF, 2024.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. (Trad. André Telles). Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Realização:



Apoio:





## A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO SERVIÇO SOCIAL: tendências atuais

Elizângela Samara da Silva<sup>339</sup>

**Resumo:** A abordagem da dimensão técnico-operativa do Serviço Social é fundamental para contínuo debate e aprimoramento, pois atravessa o processo de trabalho de Assistentes Sociais e constitui-se a instrumentalidade enquanto uma mediação indispensável que expressa a relação teórica, ética, política e interventiva da profissão no contexto da sociedade capitalista. O presente artigo objetiva problematizar as tendências contemporâneas referentes à dimensão técnico-operativa, por meio de uma análise bibliográfica de abordagem qualitativa. Na realidade contemporânea tem-se identificado uma apreensão conservadora e uma abordagem pragmática da materialização dos instrumentos e técnicas, sem considerar a apropriação das dimensões teóricas e ético-políticas.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Dimensão técnico-operativa. Instrumentalidade. Perfil profissional.

**Abstract:** The approach to the technical-operational dimension of Social Work is fundamental for continuous debate and improvement, as it permeates the work process of Social Workers and constitutes the instrumentality as an indispensable mediation that expresses the theoretical, ethical, political and interventional relationship of the profession in the context of capitalist society. This article aims to problematize contemporary trends regarding the technical-operational dimension, through a bibliographic analysis of a qualitative approach. In contemporary reality, a conservative apprehension and a pragmatic approach to the materialization of instruments and techniques have been identified, without considering the appropriation of theoretical and ethical-political dimensions.

**Keywords:** Social Work. Technical-operational dimension. Instrumentality. Professional profile.

### Introdução

A construção do debate acerca da instrumentalidade do Serviço Social, pressupõe uma articulação indissociável entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e dimensão técnico-operativa, e é partindo dessa compreensão que o presente artigo objetiva problematizar as tendências contemporâneas referentes à dimensão técnico-operativa, por meio de uma análise bibliográfica, de abordagem qualitativa.

Esse aspecto da profissão suscita um dilema reposto desde a emergência da profissão, assim como em sua consolidação e, sobretudo, no pós-Movimento de Reconceituação, de diversas inquietações, construções e reconfigurações da perspectiva de abordagem, além de críticas, incompreensões e, por vezes, equívocos de apreensão.

O metodologismo imperante que marca a emergência da profissão, perpassado por uma pretensa neutralidade, funcional à lógica de desenvolvimento e manutenção do sistema capitalista em sua fase madura, passa a ser contestado a partir da aproximação

---

<sup>339</sup> Assistente Social. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS/UFRN). Mestra e Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Email: samara.silva.075@ufrn.edu.br

Realização:



Apoio:



com a crítica fundada no materialismo histórico-crítico-dialético, de tradição marxista. Assim, a compreensão de uma instrumentalidade crítica, de orientação ético-política comprometida com a emancipação humana, além de outros princípios democráticos, e de necessária superação do modo de sociabilidade vigente, é legatária dessa aproximação.

A construção de uma abordagem crítica, aludida pelo Movimento de Reconceitualização da profissão, tem-se, também como resultado desse processo, a compreensão de que não há endogenia na inserção do Serviço Social enquanto constitutiva da fase monopolista do sistema do capital. Trata-se de uma profissão inserida na divisão social e técnica (de gênero e étnico-racial) do trabalho, submetida às relações de assalariamento (Netto, 2011; Iamamoto; Carvalho, 2011), e implicada pela recomposição das relações capitalistas em suas etapas.

Dessa maneira, a processualidade histórica de desenvolvimento do sistema capitalista, em seu período de crise estrutural eclodido na década de 1970, alude às implicações globais quanto à reestruturação produtiva, as taxas de lucro e para o mundo do trabalho, implicando na expansão da lógica neoliberal embasada em contrarreformismo, ajuste fiscal, captura do fundo público, reconfigurando as políticas sociais e o mundo do trabalho (Behring, 2019), terreno sob o qual atuam as/os Assistentes Sociais.

Os aspectos mencionados consubstanciam-se de modo mais incisivo no cenário brasileiro a partir dos anos 2000, promovendo particularidades sócio-históricas que vêm sendo problematizadas na literatura profissional, tomadas a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético.

A mercantilização do ensino superior, no atual estágio do neoliberalismo, bem como a precarização das condições e relações de trabalho, tem implicado na reconfiguração dos processos de trabalho de Assistentes Sociais, com destaque para a instrumentalidade do Serviço Social, expressando-se por meio da apreensão e materialização cotidiana dos instrumentos técnico-operativos e dos documentos técnicos sob um padrão instrumental e pragmático.

Enquanto percurso expositivo, iniciaremos debatendo sobre a instrumentalidade do Serviço Social sob a perspectiva crítica, em sequência trataremos sobre os elementos que constituem a dimensão técnico-operativa da profissão, e, por fim, à guisa de considerações, apresentaremos indicativos acerca da realidade contemporânea sobre a temática ora abordada.

### **Instrumentalidade no serviço social: um campo em permanente disputa**

A instrumentalidade do Serviço Social numa perspectiva crítica, é definida como sendo uma mediação fundamental que revela que a ação profissional não se constrói de maneira neutra e imediata; de que não se realiza exclusivamente por intermédio dos instrumentos e das técnicas; e tampouco, que essa ação se encontra isenta das condições objetivas produzidas pela atual configuração de sociedade. Desse modo, a instrumentalidade, segundo Guerra (2014), é uma capacidade que vai sendo adquirida, construída e reconstruída ao longo do desenvolvimento histórico da profissão, no âmbito do confronto da relação que se estabelece entre a profissão e a sociedade na qual ela está inserida.

Guerra (2000, p. 09) argumenta que, de modo universal, “no processo de trabalho a passagem do momento da pré-ideação (projeto) para a ação propriamente dita requer instrumentalidade”. Assim sendo, instrumentalidade é “essa capacidade que, como instância de passagem, possibilita passar das abstrações da vontade para concreção das finalidades”.

A instrumentalidade como categoria tomada por meio da perspectiva crítica do Serviço Social se expressa como um “conduto por onde passam as teorias, os valores,

Realização:



Apoio:



princípios que determinam a escolha dos instrumentos, das técnicas, das estratégias e das táticas, contendo a possibilidade de trazer à luz tais componentes do projeto profissional” (Guerra, 2014, p. 37-38). Trata-se, portanto, da relação que estabelece entre os meios e os fins, relação esta que é orientada pela intencionalidade profissional, a qual pode variar de acordo com o projeto a que está vinculado o profissional.

Pensar a instrumentalidade do trabalho profissional de Assistentes Sociais a partir da vertente conservadora, inter-relaciona a vinculação entre a instrumentalidade e a razão instrumental, remete a condição de ser instrumento de controle, sendo funcional à manutenção das relações sociais impostas pelo sistema, como também, pelo fato de que suas respostas em nível operativo-instrumental, nessa realidade, são construídas para modificar situações imediatas e de caráter pragmático.

A relação entre a instrumentalidade do Serviço Social e a razão instrumental<sup>340</sup> se explicita em função de que, conforme assevera Santos (2007), esta profissão surge na sociedade capitalista enquanto componente das estratégias das frações de classe dominante para manutenção da ordem vigente, constituindo-se, portanto, o conservadorismo um componente ídeo-teórico com significativa influência para a profissão. Configura-se a vigência de uma racionalidade formal-abstrata no sistema capitalista, em que a razão é reduzida a uma manipulação tecnicista de dados da realidade.

Guerra (2013) destaca que a racionalidade formal-abstrata não é o único padrão de racionalidade existente na vigência da sociedade capitalista burguesa, mas ela é hegemônica, corroborando para a construção de formas de ser, pensar e agir que sejam funcionais à manutenção dessa ordem. Esta racionalidade transporta para as relações sociais a lógica presente nas ciências naturais, o que, conforme a autora supramencionada, implica em uma fragmentação dos aspectos que compõem a realidade social, isolando os problemas da vida social em “fatos sociais”. Abandona-se a análise concreta de situações concretas e a intervenção na realidade social não ultrapassam o campo da imediatez, do pragmatismo e do empirismo.

Na vigência da racionalidade formal-abstrata, a política social é apropriada sob sua forma de aparecer, em que a “questão social” é fragmentada e decomposta em “questões sociais”, e tratadas a partir de uma pretensa neutralidade e de maneira burocratizada, com foco em seus aspectos técnicos de constituição destas respostas. Com isso, as políticas sociais passam a incorporar por intermédio do Estado, práticas profissionais capacitadas a desenvolver atividades executivas de planejamento e implementação, dentre as quais o Serviço Social se insere.

Nessa perspectiva, Netto (2011) argumenta que o Serviço Social está inserido numa realidade em que o seu reconhecimento social deriva da capacidade que o profissional detém de modificar algumas variáveis dos usuários dos serviços sociais, por intermédio de sua intervenção, inserindo-se prioritariamente em funções executivas. Com efeito, o referido autor destaca que o Assistente Social encontra-se inserido em um espaço de intervenção no qual as refrações da “questão social” são conciliáveis com as práticas de reordenamento de condutas dos usuários dos serviços sociais.

Nos seus espaços de inserção profissional, os Assistentes Sociais são chamados a atuar por meio de respostas imediatas, limitadas ao seu caráter instrumental, que atendam a metas institucionais, o que não necessite, desde logo, de uma apropriação crítica da realidade.

---

<sup>340</sup> Importa salientar que a partir deste cenário tem-se a prevalência de uma compreensão da realidade limitada a uma pseudo-historicidade subjetiva e abstrata que obscurece, portanto, as reais determinações da realidade, “em lugar da razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas” (Coutinho, 2010, p. 30-31). Decorre daí a defesa de que há uma impossibilidade por parte da razão em apreender a realidade concreta, o que mantém a compreensão do real limitada ao nível da aparência imediata.

Em suma, ainda que a realidade em que a profissão se insere se apresente enquanto um óbice para a construção de respostas profissionais que extrapolem o nível instrumental, a apropriação da instrumentalidade do Serviço Social como uma mediação, contribui para a construção de respostas profissionais que tendem a romper com o imediatismo e o pragmatismo, desenvolvendo tais respostas que estimulem estratégias coletivas junto à população usuária dos serviços.

### **Dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais**

As expressões no Brasil do Movimento de Reconceituação do Serviço Social demarcam uma tendência no desenvolvimento histórico da profissão de aproximação com a vertente crítica do conhecimento científico, o que resulta em um amplo processo de renovação tanto de seus aspectos teórico-metodológico e ético-políticos quanto dos técnico-operativos.

Entender a processualidade destas mudanças no interior da profissão propicia a apreensão de como foi construída a atual compreensão acerca da dimensão técnico-operativa do Serviço Social. Isso porque as reflexões em torno dos instrumentos e as técnicas da profissão vivenciaram, conforme destaca Santos (2006), um período de supervalorização, seguido de uma subordinação aos conteúdos teóricos, até ser compreendida, na atualidade, como uma dimensão particular que constitui o Serviço Social, sendo, portanto, indissociável das demais dimensões que lhe dão forma e conteúdo.

O Serviço Social passa a questionar-se acerca de seu perfil, discutindo sobre o objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, com destaque para a constituição de uma metodologia profissional, frente à necessidade de um aperfeiçoamento do instrumental-operativo.

Netto (2015) e Trindade (1999) destacam que a preocupação com a metodologia de ação profissional e a aproximação do Serviço Social com vertentes mais críticas das Ciências Sociais, sobretudo a partir de sua inserção no espaço universitário, permitiu a construção de uma alternativa à vertente conservadora predominante na profissão até então.

As alterações no âmbito do Serviço Social estão travejadas por um elemento conjuntural importante, o contexto de Ditadura Civil-Militar, instaurada no Brasil em abril de 1964. Estava no discurso oficial a necessidade de fazer frente à ameaça comunista de significativa influência sobre as massas trabalhadoras em várias partes do mundo. Período ao que se convencionou chamar de regime autocrático burguês.

A ditadura que se instaurou no país nada mais representou do que uma expressão real das necessidades de expansão e acumulação crescente do capital mundializado, que requisitava, mediante o quadro de crise do capital monopolista internacional, o rompimento de todas as barreiras que porventura ainda existissem nos países periféricos alcançados na vigência do imperialismo. No Brasil, tal fato implicou no desenvolvimento de uma “modernização conservadora” (Netto, 2015).

O Estado é, então, compelido a se reorganizar, se racionalizando burocrático-administrativamente em suas estruturas organizacionais, o que implica para o Serviço Social um novo padrão de exigências quanto a sua prática profissional. Segundo Netto (2015, p. 162) a “modernização conservadora” rebateu nos espaços institucionais do exercício profissional [e] passou a requisitar do assistente social uma postura ela mesma “moderna”, no sentido de compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades.

Realização:



Apoio:



Com efeito, a renovação do Serviço Social brasileiro<sup>341</sup>, segundo Netto (2015), se expressa a partir de três direções distintas, a saber, a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Santos (2006) destaca que, por um lado, o processo de renovação implica na inserção inédita até então, de um pluralismo teórico-metodológico, apesar de não serem necessariamente antagônicas aos que hegemonicamente fundamentavam o Serviço Social até aquele período. Por outro lado, vinha se gestando, dentro das concepções do Serviço Social a perspectiva da intenção de ruptura que, segundo Netto (2015, p. 206),

Ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador).

A intenção de ruptura marcada a interlocução entre o Serviço Social brasileiro com as ideias do Marxismo. Contudo, esta interlocução ocorre inicialmente atravessada por uma “aproximação enviesada”, visto que se dá por meio de manuais reducionistas e obras de autores que apresentavam uma interpretação pouco fiel às ideias de Karl Marx, em detrimento do recurso aos seus clássicos originais.

Na avaliação de Trindade (1999, p. 182) tal aproximação contém “fortes traços de reducionismo, simplismo, ecletismo teórico e ideológico” na interpretação das ideias de Marx. Isso porque os autores aos quais o Serviço Social recorreu para aproximar-se de suas ideias detinham em suas análises influências positivistas, bem como orientações político-partidárias que culminaram em uma leitura distorcida das ideias de Marx, o que implicou em equívocos para a intervenção profissional dos Assistentes Sociais.

Nesse sentido, as primeiras obras do Serviço Social sob influência marxista são marcadas por significativos equívocos, que vão desde a tendência ao economicismo, até a redução do método a questões metodológicas, tomando-o de modo utilitário e pragmático. Assim, acerca do instrumental técnico-operativo da profissão nesse período, Trindade (1999, p. 185) aponta que

nas primeiras formulações da ruptura, a negação das abordagens profissionais, próprias ao projeto de institucionalização e modernização, não significa negligência da dimensão operativa da prática. Há um redimensionamento do instrumental, para atender aos objetivos profissionais pautados na “conscientização e organização da população”. Ainda que os equívocos políticos e teórico-metodológicos estejam presentes nessas propostas, a negação do instrumental se refere àqueles próprios à prática tradicional, havendo a valorização dos instrumentos e técnicas que possibilitassem redimensionar a prática para um sentido mais coletivo.

O tensionamento promovido no interior da profissão, a partir do amadurecimento da interlocução entre o Serviço Social e o conhecimento fundado em uma matriz de pensamento marxista, propiciou que a questão do instrumental técnico-operativo fosse colocada em debate, havendo agora o esforço de que tal instrumental pudesse ser apreendido por meio da racionalidade crítica e reflexiva. A intenção de ruptura

<sup>341</sup> As alterações no cenário conjuntural brasileiro e no interior da profissão implicam no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, o qual influencia e sofre significativa influência do chamado Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina. A Reconceitualização incidiu, não apenas no Serviço Social brasileiro, mas, também, em vários países latino-americanos, os quais, mesmo mediante suas particularidades sócio-históricas, vivenciavam em comum um cenário de dominação burguesa que escancarava sua face mais repressiva através da instauração de regimes ditatoriais em vários países, enquanto favorecedores do capital monopolista internacional (Ortiz, 2010).



trouxe novos elementos que ajudaram a repensar os instrumentais técnico-operativos do Serviço Social bem como o Serviço Social enquanto constituído por uma dimensão política, sobre a unidade entre teoria e prática a partir de uma visão de totalidade. Essa perspectiva conseguiu chamar atenção para o caráter político dos instrumentais técnico-operativos, negando uma suposta neutralidade no seu manuseio, defendida pela razão instrumental, de cunho formal, bem como contribui com o debate sobre a formação profissional (Santos, 2006, p. 51).

Assim, a partir deste referencial teórico-metodológico e ético-políticos sob orientação crítica, pode-se apreender que o instrumental técnico-operativo do Serviço Social é, agora, compreendido como mediador na construção de uma intervenção profissional que incentive a participação da população usuária em atividades cada vez mais coletivas que, nos termos Trindade (1999, p. 185), “não visam a integração social dos membros da ‘comunidade’, mas objetivam o incremento da consciência de classe e o incentivo a ações de reivindicação para garantir os direitos sociais”.

No âmbito da formação profissional, Santos (2006, p. 52) assevera que a proposta de novo currículo buscou romper com a metodologia tradicional, “eliminando as disciplinas de Caso, Grupo e Comunidade. A mudança no currículo propiciou o surgimento de novas questões e reafirmou velhas dúvidas quanto à dimensão teórico-metodológica do Serviço Social”, de modo que “o movimento de ruptura pôs em xeque, portanto, o “tecnicismo”, mas pode ter incorrido numa atitude oposta: a negligência de uma reflexão sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social dentro dessa nova direção da profissão” (Santos, 2006, p. 56).

Importa salientar que a “maioridade intelectual” do Serviço Social brasileiro é legatária do processo de renovação da profissão decorrem dos esforços da vanguarda profissional, especialmente aqueles que se dedicavam a produção do conhecimento sobre a profissão em se aproximar dos clássicos de Marx, na busca por reconstruir teoricamente a historicidade da profissão, agora, inserida no âmbito das relações sociais, além do empenho de desfazer os “emaranhados” provocados pela “aproximação enviesada”.

A reconfiguração das análises desenvolvidas a partir da vertente histórico-crítica visa romper com o tecnicismo imperante nas produções acerca dos instrumentos e técnicas para o Serviço Social a partir do amadurecimento do processo de renovação da profissão. Contudo, é importante mencionar que estes avanços coexistam com os limites próprios do processo de amadurecimento da profissão, visto que uma apreensão crítica da dimensão técnico-operativa não pressupõe, de imediato, uma prática profissional que materialize esta criticidade.

Mesmo diante dos evidentes esforços em consolidar o processo de renovação desenvolvido na profissão, a conjuntura sociopolítica e econômica, de caráter contrarrevolucionário, que se delineia já na entrada da década de 1990, configura um tensionamento aos ganhos obtidos na década anterior, a partir da redemocratização do país e da ampliação dos direitos expressas na Constituição Federal de 1988.

Guerra (2015) destaca que o projeto ético-político do Serviço Social<sup>342</sup> surge a partir de um confronto da categoria profissional com as bases conservadoras que marcavam tanto as concepções quanto às práticas profissionais, reafirmando que a intervenção profissional não se realiza isenta de intencionalidades, mas que, na

<sup>342</sup> Como um dos avanços conquistados pela profissão, o processo de renovação conduz a construção de um Projeto Ético-Político que propiciou um profundo debate no interior da categoria profissional e hoje está materializado através da Lei que Regulamenta a Profissão do Serviço Social (Lei N° 8662/1993), do Código de Ética Profissional e das Diretrizes Curriculares de 1996. Ao longo de toda a década de 1990 o Serviço Social vem buscando amadurecer o seu projeto ético-político, assumindo os princípios de defesa da liberdade, tendo a ética como valor central, além de posicionar-se na defesa dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora (CFESS, 1997).

verdade, ela é dotada de uma capacidade teleológica, a qual lhe permite perceber a realidade concreta na qual está inscrita, bem como os meios necessários para sua transformação, além de reconhecer as possibilidades e limites históricos que permitem que os resultados avancem em maior e/ou menor grau.

A partir das influências do referido Projeto Ético-Político do Serviço Social, mais precisamente no âmbito da formação profissional, tem-se a necessidade de que se mantenha em consonância com a direção crítica que vinha se consolidando no meio profissional. Dessa forma, “o perfil profissional, capaz de realizar essa direção social, foi tratado como uma competência a ser adquirida nas várias dimensões que compõe o agir profissional: teórico-prática, técnica e ético-política” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 143).

A competência profissional, a partir de uma perspectiva histórico-crítica, passa a ser apreendida como sendo um resultado da articulação entre as capacidades teórica, investigativa e técnica do profissional. Nessa perspectiva, a capacidade teórica se expressa no sentido de estabelecer as mediações entre a realidade social em sua totalidade e aquelas situações concretas vivenciadas no seu cotidiano de intervenção profissional; a capacidade investigativa objetiva conhecer os elementos constitutivos desta realidade cotidiana, por intermédio de estudos e pesquisa, realizando o levantamento necessário ao embasamento da intervenção; e a capacidade técnica refere-se ao manejo dos instrumentos e técnicas profissionais, os quais potencializam a intervenção (Lewgoy, 2010).

Registra-se, que a tentativa de superar tanto o “tecnicismo” que reproduz a perspectiva de prevalência de uma prática profissional revestida de neutralidade, que relega a teoria uma posição subserviente; quanto o “teoricismo”, donde se observa um superdimensionamento da teoria em detrimento da prática. O tecnicismo e o teoricismo, segundo Santos (2006) estão vinculados a uma concepção pragmática sobre a relação teoria e método, uma vez que à teoria é atribuída a obrigação de transformar-se imediatamente em ações práticas.

Forti e Guerra (2013) asseveram que a concepção pragmática acerca da posição da teoria para a profissão corrobora para a defesa de que existe um fosso entre o conhecimento teórico e sua capacidade de materializar-se no cotidiano da prática.

As tendências ao tecnicismo e ao teoricismo somente são redimensionadas sob a orientação do novo projeto profissional que amplia na perspectiva de competência profissional, relacionando-a a unidade entre as múltiplas dimensões<sup>343</sup> da profissão, a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa (Santos, 2013; ABESS/CEDEPSS, 1996).

Conforme Mioto e Nogueira (2009) a ação profissional é construída a partir de um processo que envolve a capacidade de planejar e executar as intervenções. Dessa maneira, a ação profissional é constituída pela mediação do movimento das dimensões que compõem o Serviço Social. Assim sendo, a ação profissional é entendida como um

Conjunto de procedimentos, atos, atividades pertinentes a determinada profissão e realizada por sujeitos/profissionais de forma responsável, consciente. Portanto, contém tanto uma dimensão operativa quando uma dimensão ética, e expressa no momento em que se realiza o processo de apropriação dos profissionais quanto fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão em determinado momento histórico. São as ações

<sup>343</sup> O amadurecimento do debate da formação e do trabalho profissional inclui conceber o Serviço Social a partir da composição de diferentes dimensões, que resguardam elementos que lhes são peculiares. Cumpre esclarecer que se tem a definição de “dimensão” como sendo as “[...] propriedades de alguma coisa, no sentido de seus pressupostos, de suas direções, de seus princípios fundamentais. Em nosso caso, nos referimos aos princípios que contribuem para a concretização da profissão de Serviço Social e que formam a sua base. Melhor dizendo, são todos os elementos que constituem e são constitutivos da profissão, intrínsecos à passagem da finalidade ideal – que está no âmbito do pensamento, da projeção – à finalidade real – âmbito da efetividade da ação” (Santos, 2013b, p. 25).

profissionais que colocam em movimento, no âmbito da realidade social, determinados projetos de profissão. Estes, por sua vez, implicam em diferentes concepções de homem, de sociedade e de relações sociais (Miotto, 2001 apud Lima, 2004) (Miotto; Nogueira, 2009, p. 281).

A dimensão técnico-operativa do Serviço Social vem sendo discutida no âmbito da produção do conhecimento da profissão. Algumas análises desenvolvidas enquanto referências teórico-conceituais para a apreensão dessa dimensão a partir de uma perspectiva crítica, que se encontra alinhada aos princípios presentes do projeto ético-político da profissão, incluindo-se aos parâmetros teórico-metodológicos indicados nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Nesse sentido, a instrumentalidade da prática profissional inaugurou a apropriação acerca dos instrumentos e técnicas do Serviço Social a partir da vertente histórico-crítica, que mesmo representando significativo avanço no âmbito profissional é perpassado por desafios, considerando o movimento contraditório da sociedade capitalista.

### **À guisa de considerações: problematizando tendências e enfrentamentos**

A tendência geral identificada nos anos 2000 e 2010, é perpassada por elementos de aprofundamento do cariz neoliberal, reforçando aspectos já constitutivos da particularidade brasileira, uma vez que,

medidas de ajustes estruturais, as diferentes formas de precarização do trabalho, altos índices de subemprego e ausência e fragilidade do sistema de proteção social para o conjunto da classe trabalhadora já se apresentavam como traços marcantes do capitalismo brasileiro (Raichelis, 2020, n/p).

Desse modo, mesmo sendo reconhecidos no âmbito jurídico-formal, não ocorreu uma consolidação real dos direitos sociais, através das políticas sociais públicas, vivenciando uma breve e limitada expansão nos governos do Partido dos Trabalhadores, e profunda expropriação de direitos nos governos de direita que se seguiram, os quais implementaram significativos ajustes fiscais, reconfigurando as políticas sociais, o que incide diretamente sobre o trabalho de Assistentes Sociais. Conforme Guerra (2024, p. 25),

as requisições institucionais postas à profissão, que advém do Estado e das instituições são indicadoras, além do lugar da profissão na divisão social, técnica, sexual, e racial do trabalho, da sua funcionalidade ao Estado, do perfil profissional requisitado pelo mercado, bem como dos conhecimentos, habilidades, valores que estão sendo solicitados às profissionais.

Segundo a autora supramencionada, tais requisições incidem sobre o *modus operandi* e a intencionalidade das/os profissionais, inclusive, na escolha dos instrumentos técnico-operativos.

Na análise da dimensão técnico-operativa Guerra (2013) a descreve como sendo a “forma de aparecer da profissão”, a dimensão que dá visibilidade social à profissão por meio das respostas que são por ela construídas. Ela afirma que é através dessa dimensão que os profissionais legitimam e constroem o ethos profissional, por meio da articulação de um conjunto de saberes e atos teleológicos dos profissionais, processos em que há a criação e recriação de novos modos de fazer.

Em recente análise, Guerra e Montañó (2024, p. 219) destaca como o cenário atual vem reverberando na compreensão relacionada a instrumentalidade do Serviço Social, tendendo a reposição de uma apreensão conservadora e uma abordagem

Realização:



Apoio:



pragmática da materialização dos instrumentos e técnicas, numa longa, porém, necessária síntese de exposição:

o padrão atual de políticas sociais privatista, mercantilista e assistencialista, que fragmenta, segmenta e setoriza as necessidades em categorias/políticas sociais, se orienta para intervenções pontuais, focalizadas, imediatas, burocrática, miméticas, repetitivas, pragmáticas e eminentemente instrumentais, exigindo pouca qualificação para responder às demandas imediatas, o que condiciona o exercício profissional no cotidiano e o limita. [...] a dimensão técnico-operativa tende a se restringir ao simples cumprimento de normas, regulamentos, dos objetivos institucionais, de papéis já estabelecidos e de respostas pré-concebidas.

Ainda segundo os autores, a predominância tem sido a de um perfil instrumental, em que há uma sobreposição do “saber fazer”, pressupondo a suficiência do “conhecimento instrumental” na construção de respostas, sem considerar a apropriação das dimensões teóricas e ético-políticas. Tal fato limita a intervenção profissional ao pragmatismo próprio do cotidiano, em que a essência dos fenômenos mais imediatos não é ultrapassada.

Guerra (2024, p. 19-20) argumenta que a contrarreforma no âmbito da educação e a expansão da mercantilização do ensino superior, é funcional ao adequação do perfil profissional que se requisita para a atuação na atual configuração das políticas sociais, “perfil de trabalhador/a adaptativo, desespecializado, desorifissionalizado e transdisciplinar”, formado/a para a “aprendizagem de competências para resolução de problemas, num saber instrumental, num saber-fazer, através do qual o conhecimento é validado pela sua utilidade [...]”.

E, ainda mais grave, pressupomos que, até mesmo a apreensão deste saber instrumental, em seus aspectos mais elementares, como é o caso da manipulação dos instrumentos e técnicas é, ainda, limitada, tendendo a ser reproduzida de maneira equivocadamente nos processos de trabalho.

Essa não é uma tendência nova, visto que, de acordo com Silva (2016, p. 96), “a apropriação da dimensão técnico-operativa do Serviço Social tem se dado ainda perpassada pela reprodução de equívocos e lacunas significativas”. Além disso,

a ênfase dada aos instrumentos e técnicas profissionais ainda é muito presente, uma vez que estes permanecem sendo apresentados [...] como se fossem dotados da capacidade de responderem às demandas apresentadas as/os Assistentes Sociais por si só, obscurecendo a competência profissional em sua capacidade teórico-metodológica e seu caráter ético-político, mantendo a compreensão sobre o fazer profissional muito próxima das referências pragmáticas tão funcionais a lógica das políticas sociais (Silva, 2016, p. 96).

A referida autora sinaliza, ainda, que se trata de uma lógica que atravessa a realidade do Serviço Social, enquanto profissão constitutiva desse modo de sociedade, trazendo implicações tanto na formação quanto no trabalho profissional.

Outrossim, na esteira de uma sociedade que tem como fio condutor da totalidade as relações sociais impostas pelo sistema capitalista - em crise -, em seu estágio neoliberal de reprodução, fundado na financeirização do capital, apresenta-se uma tendência crescente de reestruturação, reverberando para o conjunto da classe que vive do trabalho e a plataformização do trabalho (Guerra, 2024), e, conseqüentemente, no de forma particular, para a formação e o trabalho profissional em Serviço Social.

As entidades da categoria profissional, tais como o Conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS tem travado importantes diálogos com as instâncias governamentais, no sentido de enfrentar, estrategicamente, a degradação das relações e condições de trabalho, participando de discussões de interesse dos profissionais, tais como do piso

Realização:



Apoio:



salarial, iniciativas de educação permanente e defesa de concursos públicos, respeitando as legislações profissionais, bem como, fazendo defesa de uma formação pública, presencial e de qualidade, permitindo, por exemplo, a correta abordagem do ensino da prática na profissão.

Esses enfrentamentos, somados também a outras formas de confrontar a realidade posta, são elementos fundamentais para a consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social e para encontrar caminhos objetivando ir além do imediato, para ir ao encontro de perspectivas e ações emancipatórias.

## Referências

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, abril, 1996, p. 143 – 171.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ajuste Fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes (org.). **Crise do capital e fundo público**: implicações para o trabalho, os direitos e a política pública. São Paulo: Cortez, 2019. p. 43-65.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética do Assistente Social / Lei N° 8662/1993 de Regulamentação da Profissão**. 3° ed. Rev. e Atual. Brasília: CFESS, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2° ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. “Na prática a teoria é outra?”. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. (org.). **Serviço Social**: temas, textos e contextos. 4° ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n° 62, ano XXI, p. 5-34, mar., 2000.

GUERRA, Yolanda. Racionalidades e Serviço Social: o acervo técnico-instrumental em questão. In: SANTOS, Claudia Mônica et al. (org.) **A dimensão técnico-operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. 2° ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013. p. 183 – 204.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 10° ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GUERRA, Yolanda. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. (org.). **Projeto ético-político do Serviço Social**: contribuições à sua crítica. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 39 – 70.

GUERRA, Yolanda. Formação e trabalho de qualidade: reflexões acerca dos dilemas e perspectivas da atuação profissional. **Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social**: incidências coletivas para reafirmar a luta. Brasília (DF): CFESS, 2024. p. 15-35.

Realização:



Apoio:





GUERRA, Yolanda; MONTAÑO, Carlos. **Serviço Social crítico: teoria e prática: uma análise dos fundamentos do Serviço Social para a construção/consolidação de uma perspectiva crítica na profissão.** Campinas: Papel Social, 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 35° ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional.** 2° ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamaso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Sistematização, planejamento e avaliação das ações dos assistentes sociais no campo da saúde. *In*: MOTA, Ana Elizabete *et al.* (org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional.** 4° ed. São Paulo: Cortez, Brasília: OPAS-OMS, 2009. p. 273 – 303.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 8° ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil no pós-64.** 13° ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ORTIZ, Fátima Grave. **O serviço social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes.** Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

RAICHELIS, Rachel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. *In*: CFESS (org.). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**, v. 2. Brasília (DF): CFESS, 2020. p. 11-42.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil.** 2006. 248f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Claudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Conexões Geraes** (CRESS-MG), Belo Horizonte, n 3, ano 02, p. 25-30, 2° semestre, 2013.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Elizângela Samara da. **A dimensão técnico-operativa do serviço social em questão: tendências atuais no debate da profissão.** 2016. 110p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

TRINDADE, Rosa Lucia Predes. **Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do serviço social.** 1999. 347p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

Realização:



Apoio:



## O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: entre rupturas e resistências

Carla Carolinne Alves de Carvalho Moisés<sup>344</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a trajetória do Serviço Social brasileiro, destacando suas rupturas com o conservadorismo e os desafios contemporâneos frente ao neoliberalismo e ao neoconservadorismo. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseia-se em revisão bibliográfica, fundamentada no materialismo histórico-dialético. Os resultados indicam que a profissão se transformou, passando de uma prática assistencialista para um trabalho comprometido com os direitos sociais. Conclui-se que, diante das sucessivas ofensivas à democracia e aos direitos sociais, o Serviço Social tem de reafirmar seu projeto ético-político como instrumento de resistência.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Projeto ético-político; Neoconservadorismo.

**Abstract:** This article analyzes the trajectory of Brazilian Social Work, highlighting its ruptures with conservatism and the contemporary challenges posed by neoliberalism and neoconservatism. The research, of a qualitative nature, is based on a bibliographic review grounded in historical-dialectical materialism. The results indicate that the profession has transformed, moving from an assistentialist practice to work committed to social rights. It concludes that, in the face of successive attacks on democracy and social rights, Social Work must reaffirm its ethical-political project as an instrument of resistance.

**Keywords:** Social Work; Ethical-Political Project; Neoconservatism.

### Introdução

O Serviço Social brasileiro é uma profissão cuja trajetória tem sido profundamente marcada pelas transformações históricas, políticas e sociais do país. Desde sua institucionalização na década de 1940, inserida em um contexto de urbanização crescente e emergência da “questão social”<sup>345</sup>, o trabalho do assistente social tem se transformado de uma base conservadora e filantrópica para uma atuação crítica e comprometida com a classe trabalhadora e a viabilização do acesso aos direitos sociais. Essa transição não ocorreu de forma linear, mas por meio de embates teóricos e práticos, atravessados por distintos projetos profissionais e societários em disputa.

Este artigo tem como objetivo analisar o percurso histórico do Serviço Social no Brasil, com ênfase nas rupturas em relação ao modelo conservador inicial e nas formas

<sup>344</sup> Assistente Social. Mestra em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF. Professora substituta na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: carlamoises0309@gmail.com

<sup>345</sup> De acordo com Iamamoto e Carvalho (2012), a “questão social” e suas expressões são inerentes às contradições do modo de produção capitalista, particularmente à lei geral da acumulação capitalista, formulada por Marx (1985). Essa lei explica que, à medida que o capital se acumula, amplia-se simultaneamente a concentração da riqueza de um lado e o exército industrial de reserva — a superpopulação relativa — de outro, aprofundando as desigualdades sociais. Dessa dinâmica decorrem as manifestações cotidianas da exploração do capital sobre o trabalho, expressas nas desigualdades, nas resistências e nas múltiplas formas de oposição social.

Realização:



Apoio:



de resistência frente às ofensivas neoliberais e neoconservadoras contemporâneas. Busca-se compreender de que maneira a profissão se reconfigura diante dos desafios impostos pelas transformações do Estado, da política social e das disputas ideológicas em curso, reafirmando seu compromisso ético-político com os direitos humanos e a democracia.

A relevância deste estudo está na necessidade de compreender criticamente os fundamentos do trabalho profissional no Brasil atual, especialmente em um cenário de recrudescimento das desigualdades, ataques aos direitos sociais e avanço de discursos autoritários e moralizantes. Compreender a historicidade da profissão permite fortalecer uma atuação qualificada, ética e politicamente engajada, capaz de contribuir para a resistência social e a construção de alternativas emancipadoras.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, baseada em revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos do Serviço Social, como José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Vicente Faleiros, Elaine Behring, Ivanete Boschetti e Maria Lúcia Barroco. A análise se apoia na perspectiva do materialismo histórico e dialético, compreendendo a profissão como expressão de relações sociais contraditórias e inserida na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade capitalista. O artigo articula fundamentos teóricos com a análise conjuntural, visando refletir sobre os desafios colocados ao trabalho profissional na contemporaneidade.

Dessa forma, busca-se contribuir para o aprofundamento do debate sobre o papel do Serviço Social na luta por direitos e na consolidação de um projeto societário livre das amarras do capitalismo.

## **Do conservadorismo à ruptura: o serviço social no Brasil contemporâneo**

O Serviço Social no Brasil nasce na década de 1930, em um contexto de urbanização acelerada e industrialização emergente, que intensificaram as expressões da “questão social” e exigiram novas formas de intervenção sobre as desigualdades e tensões produzidas por esse processo. Neste período, a profissão foi marcada por forte influência da Doutrina Social da Igreja Católica, assumindo um caráter filantrópico, moralizante e voltado para a ajuda aos “desviantes” da ordem social. As primeiras escolas de Serviço Social, fundadas por iniciativa de setores católicos conservadores, formavam profissionais – majoritariamente mulheres – para atuar em instituições de caridade, com o objetivo de promover a adaptação dos indivíduos às normas sociais vigentes (Iamamoto; Carvalho, 2012).

A atuação do assistente social, nesse momento, era compreendida como vocação e missão, mais ligada ao cuidado do que à intervenção crítica na realidade. O Serviço Social, então, funcionava como um instrumento de mediação entre as demandas da população empobrecida e os interesses do Estado e da Igreja, contribuindo para a pacificação social. Contudo, esse modelo de atuação começou a ser questionado a partir das décadas de 1950 e 1960, quando o Brasil vivenciou a intensificação do processo de industrialização, urbanização e expansão das políticas sociais estatais. Com a regulamentação da profissão pela Lei nº 3.252/1957, a categoria passou a buscar a profissionalização e legitimação técnica, afastando-se, ainda que parcialmente, de suas bases assistencialistas.

Mesmo com esses avanços, a profissão permaneceu por certo tempo, vinculada a uma lógica funcionalista, que compreendia a “questão social” como problema de desajuste individual e propunha a reintegração dos sujeitos à ordem social capitalista. A crítica a esse modelo ganha força com o surgimento do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social, iniciado na América Latina a partir dos anos 1960 e que se expressa no Brasil, especialmente após o golpe empresarial militar de 1964 no Movimento de Renovação do Serviço Social (Netto, 2011b). Frente ao autoritarismo estatal e ao agravamento das condições de vida da classe trabalhadora, assistentes

Realização:



Apoio:



sociais passaram a problematizar o papel da profissão e a necessidade de construção de um projeto ético e politicamente comprometido com os interesses populares.

Segundo Faleiros (1980), a Reconceituação trouxe a compreensão de que o Serviço Social não poderia ser neutro, pois estava inserido nas contradições da sociedade capitalista e, portanto, deveria posicionar-se politicamente. Nesse sentido, o movimento propôs uma ruptura com a tradição conservadora e a incorporação de uma perspectiva crítica, fundamentada no materialismo histórico e dialético. A profissão passou a reconhecer a “questão social” como expressão das contradições do modo de produção capitalista, exigindo, assim, uma intervenção que considerasse o contexto sócio-histórico em que os sujeitos estão inseridos.

A consolidação do novo e hegemônico projeto profissional crítico – Projeto Ético-Político -, se dá nas décadas de 1980 e 1990, especialmente com a redemocratização do país e o fortalecimento dos movimentos sociais. Embora hegemônico, esse projeto não é homogêneo, pois o campo profissional convive, ao longo de sua trajetória, com diversas influências e tensões internas, fruto do caldo conservador oriundo dos fundamentos da vida social. O Serviço Social assume, nesse momento, um compromisso com os princípios da justiça social, da democracia e dos direitos humanos, firmados no Código de Ética Profissional de 1993, rompendo definitivamente com o conservadorismo que moldou historicamente a profissão e os códigos de ética anteriores. Segundo Netto (2001), o projeto ético-político visa à emancipação dos sujeitos, à ampliação dos direitos sociais e o enfrentamento das diversas formas de opressão que atingem a classe trabalhadora.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco histórico na consolidação dos direitos sociais no Brasil, fruto de um amplo processo de mobilização popular, protagonizado por diversos movimentos sociais, sindicatos e segmentos progressistas da sociedade civil. Conforme destaca Behring (2003), esse novo pacto sociopolítico buscou afirmar o Estado democrático de direito por meio da institucionalização de políticas públicas sociais universais, participativas e pautadas na garantia dos direitos. No entanto, essa tentativa de universalização encontrou, desde o início, limites estruturais, expressos na permanência das desigualdades sociais, na seletividade do acesso às políticas públicas e na fragilidade das instituições democráticas frente aos interesses do capital.

Durante os anos 1990, com a hegemonia do ideário neoliberal, as políticas sociais passaram por uma reconfiguração profunda. A marca da focalização substituiu a universalidade, promovendo a seletividade no atendimento das demandas sociais sob o pretexto de eficiência fiscal. Houve o avanço das terceirizações, da privatização de serviços públicos e da crescente redução dos investimentos estatais nas áreas sociais. Como analisam Behring e Boschetti (2006), a política social foi ressignificada, passando a atuar não como direito, mas como estratégia compensatória, voltada à gestão da pobreza em vez da sua superação.

As políticas sociais no Brasil foram profundamente impactadas pelas crises cíclicas e sistêmicas do capital, bem como pela adoção das diretrizes do Consenso de Washington (1989). Tais orientações expressam a imposição de políticas de ajuste que, no campo social, se traduzem na “satanização do Estado” e na “exaltação do mercado”, priorizando a lógica da iniciativa privada em detrimento da responsabilidade pública (Boron, 1995, p. 77-78). Sob a condução das contrarreformas neoliberais, voltadas essencialmente para atender os interesses do capital, o Brasil manteve-se como um verdadeiro “monumento de injustiça social” (Hobsbawm, 1995, p. 397).

Nesse contexto, as demandas por assistência social se expandem significativamente. A “questão social” e suas múltiplas expressões passam, cada vez mais, a ser delegadas à sociedade civil, por meio de um processo que Yazbek (1995) denomina de refilantropização — ou seja, a retomada de práticas assistenciais marcadas pela lógica caritativa, pontual e focalizada. A política social, especialmente a

Realização:



Apoio:



de assistência social, reafirma, assim, seu caráter emergencial, residual e seletivo. O direito à assistência é condicionado, restringindo-se àqueles que, comprovadamente, se enquadrem dentre os pobres os mais pobres em detrimento do acesso universal aos direitos.

Assim, o Serviço Social assume um papel estratégico e indispensável, reafirmando sua importância social. A profissão se insere nas contradições do processo de implementação das políticas públicas sociais, atuando tanto na dimensão técnico-operativa quanto na dimensão política da intervenção. Conforme enfatizam Iamamoto (2008) e Netto (2011a), o trabalho profissional se (re)constrói, como atividade socialmente determinada na divisão social e técnica do trabalho, devendo ser compreendido como expressão de um projeto profissional ético-político comprometido com os interesses da classe trabalhadora. O desafio da profissão, portanto, é desenvolver uma ação crítica que vá além da mera operacionalização de serviços, assumindo uma postura de denúncia, defesa e construção coletiva de direitos, com base nos princípios da democracia, da justiça social e da emancipação humana.

Na contemporaneidade, o Serviço Social brasileiro enfrenta um cenário adverso, fruto das contradições estruturais do capitalismo dependente e periférico à economia mundial, que se agravam diante das políticas de austeridade, do desfinanciamento e do desmonte dos sistemas públicos de proteção social. As reformas neoliberais, acompanhadas do avanço de pautas ultraconservadoras, autoritárias e antidemocráticas, colocam em risco não apenas os direitos sociais historicamente conquistados, mas também os fundamentos da própria democracia.

Diante desse contexto de retrocessos e desafios estruturais, torna-se ainda mais urgente e necessário que o Serviço Social reafirme seu projeto ético-político, que orienta uma atuação crítica, propositiva e comprometida com a transformação social. Esse projeto não se limita à dimensão institucional da intervenção, mas se articula diretamente às lutas sociais, aos movimentos populares, às organizações da sociedade civil e às pautas que reivindicam justiça social, equidade e efetivação de direitos.

Paralelamente, ganha cada vez mais centralidade no debate profissional a incorporação das interseccionalidades — compreendidas como categorias que expressam opressões estruturantes e estruturadas em sociedades de base capitalista, racista, patriarcal e heteronormativa. As questões de raça, gênero, sexualidade, geração e deficiência não são vistas como elementos secundários ou acessórios da “questão social”, mas como dimensões constitutivas das desigualdades sociais. Assim, a intervenção profissional exige uma escuta qualificada, uma leitura crítica da realidade e a construção de respostas que considerem essas múltiplas determinações que atravessam os sujeitos.

Neste sentido, a trajetória sócio-histórica do Serviço Social brasileiro evidencia, portanto, um movimento de ruptura com os paradigmas conservadores, tradicionais e assistencialistas que marcaram suas origens. A consolidação de um projeto profissional crítico, fundamentado no materialismo histórico-dialético, traduz-se na defesa intransigente dos direitos humanos, da laicidade, da equidade, da justiça social e da liberdade. Portanto, a atuação profissional, neste cenário, exige não apenas domínio técnico-operativo, mas também uma postura política ativa, capaz de enfrentar os retrocessos, fortalecer os espaços coletivos de resistência, participar da formulação e da defesa das políticas públicas e, sobretudo, reafirmar o Serviço Social como uma profissão comprometida com a transformação social.

### **Serviço social e neoconservadorismo: desafios à democracia**

O Serviço Social brasileiro, especialmente a partir do Movimento de Renovação e da Constituição Federal de 1988, tem buscado consolidar-se como uma profissão comprometida com a democracia, os direitos humanos e a emancipação dos sujeitos

Realização:



Apoio:





sociais. No entanto, nas últimas décadas, esse compromisso democrático vem sendo duramente tensionado pelo avanço de forças políticas neoconservadoras, que promovem um processo de desdemocratização e ataque aos direitos sociais conquistados.

O neoconservadorismo, enquanto fenômeno político e ideológico, opera não apenas na esfera dos costumes, mas também na reestruturação das políticas sociais, no discurso público e nas práticas estatais. Como destacam Behring (2019) e Boschetti (2021), essa corrente busca reforçar valores tradicionais (religiosos, patriarcais, autoritários) e se articula à racionalidade neoliberal, sustentando uma ofensiva contra os direitos sociais sob o pretexto de “moralização”, “ordem” e “eficiência”. Isso se manifesta, por exemplo, na criminalização de movimentos sociais, na defesa de uma “escola sem partido”, na negação das pautas de diversidade e na fragilização dos sistemas públicos de proteção social.

Barroco (2015) analisa criticamente o avanço do neoconservadorismo no Brasil e suas implicações para o Serviço Social, caracterizando-o como uma atualização do conservadorismo tradicional que articula valores morais e sociais tradicionais com princípios neoliberais, especialmente a redução do papel do Estado e a ampliação do mercado. A autora destaca que essa ofensiva se manifesta por meio da moralização da realidade social, deslegitimando as demandas por direitos sociais e promovendo a restrição da atuação crítica e transformadora dos profissionais da área.

O neoconservadorismo existe há muito tempo como movimento não declarado contra a permissividade moral que o individualismo costuma promover. Nesse sentido, ele procura restaurar um sentido de propósito moral, alguns valores de ordem superior que constituam o centro estável do corpo político. [...]. De modo algum se afastam do programa neoliberal de construção ou restauração do poder de alguma classe dominante. Contudo, buscam legitimar esse poder, assim como buscam o controle social, por meio da construção de um clima de consentimento que gira em torno de um conjunto coerente de valores morais (Harvey, 2014, p. 83-84).

O neoliberalismo pós-moderno, ao promover a fragmentação das relações sociais e a reificação das experiências cotidianas, cria um contexto propício para o fortalecimento do neoconservadorismo. Esse cenário favorece a individualização das responsabilidades sociais, obscurecendo as causas estruturais das desigualdades e dificultando a mobilização coletiva em defesa dos direitos sociais. Trata-se de um ethos dominante obstaculiza a efetivação dos onze princípios do Código de Ética Profissional do Serviço Social de 1993, comprometendo a atuação ética e política da profissão (Barroco, 2011).

No campo da formação profissional, Forti, Cunha e Pequeno (2024) analisam a disputa entre dois projetos de Serviço Social: de um lado, o projeto crítico, orientado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e pelo atual Código de Ética Profissional, que busca formar sujeitos críticos, criativos, competentes e compromissados; de outro, um projeto conservador e mercantilizado, que reduz a formação ao tecnicismo, esvazia sua dimensão política e prepara profissionais voltados apenas à execução de demandas imediatistas do mercado. Essa tensão compromete diretamente a afirmação do projeto ético-político do Serviço Social.

No trabalho profissional, os efeitos dessa estrutura e conjuntura se expressam de forma direta. No âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a redução drástica dos repasses federais a estados e municípios compromete o funcionamento de serviços, como os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados (CREAS), impactando a oferta de benefícios, programas, projetos e acompanhamento às famílias. De acordo com o Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS (FNT/SUAS), muitas equipes atuam com

Realização:



Apoio:



quadros incompletos, sem apoio técnico e sob forte pressão institucional para atender demandas crescentes com recursos cada vez mais escassos.

Outro exemplo concreto é a tentativa de deslegitimação do trabalho técnico dos assistentes sociais em escolas e unidades de saúde, sobretudo quando abordam temas como sexualidade, racismo, direitos reprodutivos e identidade de gênero. A ofensiva neoconservadora associa esses temas a uma suposta “ideologia”, censurando práticas educativas de caráter emancipatória.

O discurso punitivista também tem avançado, especialmente em relação a adolescentes que cometem ato infracional, defendendo medidas repressivas em detrimento das garantias previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

O neoconservadorismo também tem influenciado o campo das políticas públicas sociais com a reconfiguração de programas sociais sob uma perspectiva meritocrática e emergencial. A transição do Bolsa Família para o Auxílio Brasil, em 2021, durante o governo de Jair Bolsonaro, exemplifica essa tendência. Em um passado recente, Bolsonaro evidenciou a influência do fundamentalismo religioso em suas políticas, marcado pela presença significativa de lideranças e ministros alinhados a uma agenda cristã conservadora. Um exemplo emblemático foi a ministra Damare Alves, cuja atuação foi marcada por posições fortemente vinculadas a valores cristãos tradicionais, como a defesa da “família tradicional”, a oposição a direitos sexuais e reprodutivos e a promoção de discursos moralizantes contra pautas LGBTQIA+. Essas posturas reforçaram uma visão autoritária e moralista no campo das políticas públicas, especialmente nas áreas de assistência social, educação e saúde. Essa perspectiva fundamentalista se articula com o neoconservadorismo ao promover uma reconfiguração das políticas sociais pautada por valores meritocráticos, moralistas e de controle social, que reforçam a lógica individualista e a exclusão, em detrimento da garantia de direitos universais e da proteção social ampliada. Políticas como o programa Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família, ilustram essa lógica ao priorizar condicionalidades e reforçar a responsabilização individual em detrimento de políticas estruturais de combate à desigualdade. Em vez de consolidar um sistema de garantia de renda articulado com outros direitos sociais, o novo modelo reforçava uma lógica compensatória e individualizante. A retomada do Bolsa Família em 2023, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, reestabeleceu parcialmente o sentido da seguridade social, mas os impactos da descontinuidade e da fragmentação institucional ainda são sentidos pelas equipes técnicas e a população usuária dos serviços.

O Plano Mais Brasil, lançado durante o governo Bolsonaro, representou uma estratégia de reestruturação das políticas públicas à luz do neoconservadorismo. A proposta buscou a descentralização de recursos e a flexibilização das políticas sociais, condicionando investimentos à adoção de reformas que priorizavam a austeridade fiscal e a redução do papel do Estado na garantia dos direitos sociais. Para o Serviço Social, esse cenário impôs desafios significativos, pois o plano reforçou uma lógica de responsabilização individual e diminuição do papel protetivo do Estado, enfraquecendo a rede de proteção social e dificultando a efetivação dos direitos dos grupos mais vulneráveis. Além disso, o Plano Mais Brasil, ao privilegiar critérios meritocráticos e emergenciais, contribuiu para a fragmentação das políticas públicas, contradizendo o compromisso ético-político do Serviço Social de atuar na defesa da universalidade, integralidade e equidade dos direitos sociais.

Além da precarização das políticas públicas, o neoconservadorismo traz um desafio simbólico e político de grandes proporções: a erosão do próprio valor da democracia. Para Iamamoto (2018), o neoconservadorismo alimenta uma cultura do ódio, da intolerância e da despolitização da classe trabalhadora, minando os espaços de organização coletiva e a luta por direitos. Nesse contexto, a ação profissional do assistente social não pode restringir-se à técnica; exige posicionamento ético,

Realização:



Apoio:



compromisso com os valores democráticos e articulação com os movimentos populares que resistem a esses retrocessos.

Apesar das adversidades, a profissão tem respondido com mobilização e posicionamento público. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), junto ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), tem sido uma das vozes mais firmes na defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas. Campanhas como “Ética em tempos de barbárie”, “Não ao conservadorismo e ao autoritarismo” e “Serviço Social é com direitos” reafirmam a direção ética da profissão diante do avanço de pautas regressivas. Além disso, assistentes sociais têm ocupado espaços estratégicos em conselhos de políticas públicas, coletivos antirracistas, movimentos feministas e ações territoriais de defesa de populações vulneráveis.

O enfrentamento ao neoconservadorismo exige, portanto, um exercício profissional crítico, ético e politicamente qualificado. Isso significa compreender que o Serviço Social está inserido em uma disputa de projetos societários e que sua atuação deve contribuir para o fortalecimento da democracia substantiva — aquela que não se limita à formalidade do voto, mas se realiza na garantia efetiva dos direitos sociais, civis e culturais.

Assim, frente à erosão democrática e à ascensão do autoritarismo, o Serviço Social é desafiado a manter-se coerente com seu projeto profissional crítico ao refletir uma concepção de profissão e de sociedade, intervindo de forma estratégica nas brechas do sistema. Nesse sentido, a resistência ao neoconservadorismo deve ser um exercício cotidiano, que se manifesta no trabalho profissional e na formação crítica dos profissionais de Serviço Social.

## Conclusão

A análise da trajetória sócio-histórica do Serviço Social brasileiro, apresentada neste estudo, demonstrou que a profissão percorreu um caminho de profundas transformações desde sua origem conservadora e filantrópica até a consolidação de um projeto ético-político comprometido com os direitos humanos, a democracia e a emancipação dos sujeitos sociais. Os resultados obtidos revelam que, embora o Serviço Social tenha se institucionalizado, inicialmente, como uma prática funcional à ordem vigente, com forte influência da moral religiosa e da adaptação dos indivíduos à norma social, ao longo do tempo foi se apropriando de uma perspectiva crítica, sobretudo a partir dos Movimentos de Reconceituação e Renovação, bem como, do fortalecimento dos movimentos sociais na década de 1980.

Essa inflexão teórico-metodológica e política conferiu ao Serviço Social uma nova base de orientação, sustentada no materialismo histórico-dialético, que possibilitou uma leitura ampliada da realidade social e a inserção da profissão nas lutas sociais e na defesa dos direitos. A profissão passou, então, a entender a “questão social” não mais como um problema individual ou moral, mas como expressão das contradições estruturais do modo de produção capitalista. Dessa forma, assistentes sociais passaram a se posicionar como sujeitos políticos, conscientes de seu papel na mediação entre as necessidades sociais da população e as respostas institucionais nos distintos espaços sócio-ocupacionais, sobretudo, no âmbito das políticas públicas sociais.

No entanto, os desafios contemporâneos têm exigido uma constante reafirmação desse projeto profissional crítico. O avanço das políticas neoliberais, com seus princípios de austeridade fiscal, focalização, mercantilização e privatização dos serviços, políticas e patrimônios públicos, têm impactado negativamente a política social brasileira e, por consequência, o trabalho profissional. Somado a isso, o neoconservadorismo tem introduzido um discurso moralizante, excludente e autoritário no debate público, buscando silenciar pautas progressistas e restringir os espaços de diálogo e diversidade.

Realização:



Apoio:



O Serviço Social, ao manter seu compromisso ético-político, atua como uma força de resistência frente à desestruturação de direitos e ao esvaziamento democrático. A presença da profissão em diferentes espaços institucionais – como escolas, unidades de saúde, equipamentos de assistência social, conselhos de políticas públicas e coletivos populares – tem sido estratégica para garantir a escuta, o acolhimento e a promoção dos direitos de populações historicamente marginalizadas. O trabalho profissional, quando orientado criticamente, constitui um importante instrumento de denúncia das desigualdades e de mobilização coletiva na perspectiva da resistência.

As implicações dessa realidade apontam para a necessidade de fortalecer a formação crítica, permanente e continuada dos assistentes sociais, bem como ampliar os espaços de articulação entre universidade, trabalho profissional e movimentos sociais. Reforça-se, assim, a importância de compreender o Serviço Social como trabalho, situado historicamente, que se redefine continuamente em diálogo com os conflitos, contradições e demandas que emergem da realidade concreta dos sujeitos sociais.

Para aprofundar as reflexões aqui desenvolvidas, recomenda-se a realização de estudos empíricos que investiguem como os assistentes sociais têm respondido, no trabalho cotidiano, aos retrocessos impostos pelas políticas neoliberais e às ofensivas neoconservadoras. Pesquisas que abordem, por exemplo, os efeitos das reconfigurações das políticas públicas sociais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no Sistema Único de Saúde (SUS), no campo da educação e dentre outras, bem como, as estratégias de resistência protagonizadas pelos profissionais em territórios periféricos e vulnerabilizados, podem contribuir significativamente para o fortalecimento da identidade crítica da profissão.

Portanto, este estudo reafirma a contribuição do Serviço Social para a consolidação de um projeto societário fundado na justiça social, na equidade e na participação democrática. Ao evidenciar que a profissão não é neutra, conclui-se que o Serviço Social brasileiro, ao se orientar por um projeto ético-político crítico, mantém-se como um trabalho social relevante e indispensável na defesa intransigente dos direitos sociais, especialmente em tempos de ameaças à democracia, à vida e à dignidade humana.

## Referências

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun., 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000200002>>. Acesso em 22 jun. 2025.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623–636, out./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.042> Acesso em 22.06.2025.

BEHRING, Elaine Rossetti.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Contra o retrocesso e por direitos: políticas sociais, Serviço Social e resistência**. São Paulo: Cortez, 2019.

Realização:



Apoio:



BORON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOSCHETTI, Ivanete. O novo e o velho na política social brasileira: entre o desmonte e a reconstrução. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 141, 2021.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O serviço social na divisão do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1980.

FORTI, Valéria; CUNHA, Juliana Menezes; PEQUENO, André Menezes. Serviço social, projeto profissional e neoconservadorismo: reflexões acerca da formação e do cotidiano profissionais. *In*: FORTI, Valéria; MENEZES, Juliana; MENEZES, André (org.). **Neoconservadorismo e serviço social**: reflexões, polêmicas e questões atuais. Fortaleza: Editora da UECE, 2024.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. Ética profissional e projeto ético-político do Serviço Social. *In*: CFESS. **Oficinas de formação ética**. Brasília: CFESS, 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64. São Paulo: Cortez, 2011b.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A política social brasileira nos anos 90**: a refilantropização da questão social. São Paulo: Cadernos Abong; CNAS, 1995.

Realização:



Apoio:





## O PAPEL DO ESTADO NO CAPITALISMO SEGUNDO MARX E SUA IMPORTÂNCIA PARA O SERVIÇO SOCIAL

Luana de Oliveira dos Santos Franceschi<sup>346</sup>  
Andrea de Freitas Paixão<sup>347</sup>

**Resumo:** Este artigo discute o conservadorismo como expressão ideológica articulada à formação social brasileira e seus efeitos sobre a democracia e o Serviço Social. Enraizado em bases autoritárias e escravistas, o conservadorismo brasileiro se atualiza no neoliberalismo e propulsiona forças reacionárias contemporâneas, adquirindo novas formas de expressão. A ascensão dessas forças promove o aumento da defesa do esvaziamento político da prática profissional e reforça tendências conservadoras históricas da profissão. Defende-se, portanto, a reafirmação do projeto profissional crítico e a organização política de assistentes sociais como estratégias fundamentais para enfrentar os retrocessos democráticos e fortalecer a luta por justiça social.

**Palavras-chave:** Extrema-direita. Conservadorismo. Democracia. Neoliberalismo. Serviço Social.

**Abstract:** This article discusses conservatism as an ideological expression linked to Brazil's social formation and its effects on democracy and Social Work. Rooted in authoritarian and slave-based structures, Brazilian conservatism is renewed through neoliberalism and fuels contemporary reactionary forces, acquiring new forms of expression. The rise of these forces promotes the defense of political disengagement in professional practice and reinforces historical conservative tendencies within the profession. Therefore, this study defends the reaffirmation of the critical professional project and the political organization of social workers as essential strategies to confront democratic setbacks and strengthen the struggle for social justice.

**Keywords:** Far-right. Conservatism. Democracy. Neoliberalism. Social Work.

### Introdução

O presente trabalho analisará o Estado burguês e seus aspectos na atualidade, tendo como luz o pensamento social de Marx.

O Estado se configura como um dos principais agentes da sociedade e possui um importante papel na perpetuação e controle do poder da classe dominante. Através da sua legitimidade, usa os seus aparelhos coercitivos e ideológicos para controlar a classe trabalhadora para ser submissa e atenda aos apelos do capital.

O sistema jurídico operado pelo Estado é usado como forma não só de controle, mas para reprimir a classe trabalhadora, punição esta que, por norma, se funda em suas condições de vida condicionadas pelo próprio sistema capitalista que, em muitos momentos estabelece a lei do mais forte e se coloca acima delas para legitimar seu

<sup>346</sup>Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio das Ostras/RJ; Mestre e Doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: luana.uff.seso@gmail.com

<sup>347</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes/RJ; Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Doutorando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: paixaoandrea@gmail.com

Realização:



Apoio:



poder, acarretando impactos sociais negativos. Este sistema jurídico, no entanto, não funciona como um sistema de proteção que existe para evitar o caos social como o provocado pela violência urbana das grandes cidades, por exemplo.

### **A crítica marxiana à concepção hegeliana de Estado**

Marx é um dos mais importantes pensadores da modernidade e tem como objeto de estudos a sociedade burguesa, sua estrutura e dinâmica. Nas obras de Marx, é possível observar que o pensador não dedicou sua obra em analisar o Estado na sociedade capitalista. Marx compreendia que as relações sociais, as desigualdades de classe e as relações econômicas eram elementos importantes na compreensão deste Estado burguês. A teoria de Estado em Marx está nas análises das relações econômicas, segundo Bobbio (1980).

Em nenhum lugar da sua imensa obra encontramos qualquer manifestação do interesse de Marx pelo problema da tipologia das formas de governo - que, no entanto, esteve sempre presente nos escritores políticos, de Platão a Hegel. Pode-se admitir uma causa extrínseca para esta ausência: que, embora se tivesse proposto inicialmente a escrever também uma "crítica da política", demonstrando seu interesse pela teoria política ao comentar alguns parágrafos a respeito do Estado da Filosofia do Direito, de Hegel (vide o texto juvenil Crítica da Filosofia do Direito Público de Hegel, escrito em 1843 e só em 1927 publicado pela primeira vez), Marx não produziu nenhuma obra dedicada expressamente ao problema do Estado. Sua teoria política precisa ser extraída de trechos, em geral, curtos, de obras de economia, história, política, letras etc. (Bobbio, 1980, p. 163).

Marx, ao tratar do Estado, vai se opor à concepção Hegeliana de Estado que via o mesmo, com uma visão romantizada na sociedade capitalista, como um universalizador de direitos. "É a noção do Estado como aparelho repressivo da burguesia que é característica tipicamente marxista do Estado"(Carnoy, 1986)

Hegel faz a distinção da sociedade civil e do Estado, no entanto, para ele, o Estado funda a sociedade civil, e aponta que tudo começou com Maquiavel (1985), onde o Estado funda o povo e representa a soberania, portanto, a sociedade civil é incorporada pelo Estado e de certa forma aniquila-se neste. Hegel critica a concepção liberal, individualista, da liberdade, no entanto, em uma visão conservadora. Para Hegel, o Estado é ético, ao ter uma concepção moral.

Ao criticar a visão de Hegel sobre o Estado, Marx inaugura uma visão crítica do Estado burguês cujo objetivo é romper com a visão ideológica do Estado como uma instituição que vai pensar o bem comum, que nas sociedades democráticas é o garantidor dos direitos de todos sem discriminações de classes. Marx se contrapõe à visão de Hegel ao afirmar que não é o Estado que funda a sociedade civil e sim a sociedade civil que funda o Estado.

No que diz respeito à relação entre sociedade civil e Estado, a posição de Marx é antitética à de Hegel. Para este, o Estado é "racional em si, e por si", é o "deus terreno", o sujeito da história comunitária, o momento final do espírito objetivo; como tal, supera as contradições manifestadas na sociedade civil. Para Marx, ao contrário, o Estado não passa do reflexo dessas contradições; não é sua superação, mas sim sua perpetuação (Bobbio, 1980, p.164).

Para Marx, a dinâmica social e as formas de organização da sociedade suscitaram a necessidade de um órgão regulador das relações sociais, um Estado que vai mediar essas relações e também será o reflexo de suas contradições. O Estado surge no meio dos conflitos para fazer a mediação entre as classes sociais antagônicas. Canoy (1986, p. 68) afirma que "De acordo com Marx e Engels, o Estado surge da

Realização:



Apoio:



contradição entre o interesse de um indivíduo (ou família) e o interesse comum de todos os indivíduos.”

Marx, no entanto, afirma que o Estado representa um interesse de classes, que, no caso da sociedade burguesa, expressa o interesse da classe dominante. Em O Manifesto do Partido Comunista (1999), Marx revela que o Estado é o “comitê dos interesses da burguesia”. Segundo Bobbio (1980), Marx entende que o Estado teria uma concepção negativa, diferente de outros pensadores que fazem uma visão positiva do Estado e o veem como um avanço da sociedade.

Em poucas palavras, os dois elementos principais da concepção negativa do Estado em Marx são: a) consideração do Estado como pura e simples superestrutura que reflete o estado das relações sociais determinadas pela base econômica; b) a identificação do Estado como aparelho de que se serve a classe dominante para manter seu domínio, motivo pelo qual o fim do Estado não é um fim nobre, como justiça, a liberdade ou o bem-estar, mas pura e simplesmente o interesse específico de uma partida sociedade; não é o bem comum, mas o bem da classe dominante, o bem particular de quem governa-o que, como vimos, fez com que se considerasse sempre o Estado que o manifesta como uma forma corrompida. (Bobbio, 1980, p. 164)

Marx, ao contrário de outros pensadores como Hegel, Thomas Hobbes, John Locke etc., defende o fim do Estado, por entender que este é um instrumento criado para aumentar a dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora. Segundo Bobbio:

Não há dúvida de que, para Marx, ao contrário de todos os escritores políticos que o precederam, a melhor forma de governo é aquela que agiliza o processo de extinção do Estado, que permite a transformação da sociedade estatal em sociedade não-estatal. A essa melhor forma de governo corresponde à fase que Marx chama de “transição” (de Estado para a ausência de Estado), e que é, do ponto de vista do domínio de classe, o período da “ditadura do proletariado” (Bobbio, 1980, p. 172).

Marx se aproxima de Maquiavel ao interpretar o Estado como simples instrumento de poder. Parece claro em suas análises que é a partir da dinâmica social que surge o Estado e que opera como um instrumento de controle e de poder para ditar os interesses de uma classe sobre a outra. Nesse sentido, a visão negativa de Marx sobre o Estado e o aparato estatal não altera as relações de domínio de classe, são contrários, ele surge para mantê-las.

Numa concepção negativa do Estado, o problema da diferenciação das formas de governo, e sobretudo a distinção entre formas boas e más, perde grande parte da sua importância, como já notei no capítulo quinto. Numa concepção negativa do Estado, este é sempre mau — independentemente da forma de governo. O que importa para Marx e para Engels (como para Lenin) é a relação real de domínio, entre classe dominante e classe dominada, independentemente da forma institucional de que se revista. Porque a forma institucional não altera substancialmente a realidade da relação de domínio, que tem suas raízes na base real da sociedade, isto é, nas relações de produção. Do ponto de vista das relações reais de domínio, não das aparentes (fixadas nas constituições formais, ou nas estruturas institucionais), cada Estado é uma forma de despotismo (Bobbio, 1980, p. 165).

Analisar o Estado na sociedade capitalista contemporânea é um desafio contínuo e necessário, para não criar uma visão romantizada do Estado que nos impeça de ir para além da aparência dos fenômenos para podermos desvelar a essência do Estado burguês.

Para ultrapassar a idealização do Estado como um instrumento capaz de promover o bem comum, o direito de todos, que promove a justiça social, que promove a igualdade e erradica as injustiças, é necessário analisar a raiz da sociedade sob uma perspectiva de classes, os quais são antagônicas, que se dividem entre exploradores e

Realização:



Apoio:



explorados, onde há apropriação dos meios de produção e a exploração da força de trabalho que gera lucro para poucos e a pobreza e miséria para muitos trabalhadores. Marx, no seu texto Manuscritos Econômicos Filosóficos (1964), revela que quanto mais riquezas o trabalhador produz, mais pobre ele fica.

Dizer que o Estado na sociedade capitalista é um Estado de classes, significa que este Estado tem um lado, uma predileção, uma “vocação” a governar para o interesse de poucos em detrimento do interesse de muitos. Neste sentido, sua ação vai sempre em direção a fortalecer a classe dominante. Seu papel como mediador faz valer sua predileção, ao atender as demandas dos trabalhadores que lutam em favor dos seus direitos e pelo reconhecimento como classe e também atua como meio de conter as lutas dos trabalhadores, consideradas revoltas e rebeldias, a fim de manter a ordem social.

Nenhum direito social   conquistado sem contrapartida e luta dos trabalhadores. Marx e Engels já evidenciavam no Manifesto do Partido Comunista (1999) que todas as lutas sociais são lutas de classes. Para esses autores, não se trata de um Estado que vai atuar na perspectiva da igualdade, de romper com a exploração, ele vai dar condições para que se permita explorar de forma que o trabalhador aceite as formas de dominação.

O Estado na sociedade burguesa assume um papel de fundamental importância para o funcionamento e gerenciamento da sociedade capitalista. Ele aparece como uma instituição fetichizada, como algo que está acima dos indivíduos e que é um garantidor do bem comum, como uma instituição universalizadora, principalmente nas sociedades ditas democráticas.

Há variadas formas de compreensão sobre o Estado moderno na atualidade, dentre as mais comuns podemos destacar tr s: 1) o Estado moderno representa para muitos uma instituição que é a única capaz de promover a igualdade, 2) o Estado aparece como uma instituição neutra em disputa que dependendo das forças políticas em disputa ele consegue ser “dominado” por uma classe social 3) já para outros (como, por exemplo, os Marxistas) o Estado aparece como uma instituição que representa os interesses da burguesia e que há limites para pensar o direito, e que pensar em direito igualitário seria pensar na superação deste Estado burguês e na construção de uma nova ordem societária.

Partindo de uma visão dialética da história e por entender que a história da humanidade até os dias atuais é a história de lutas de classes (Marx: Engels, 1999). Seria possível pensar em uma subordinação do Estado capitalista aos trabalhadores por meio das lutas de classes, no entanto, outro tipo de sociedade onde todos seriam verdadeiramente iguais não por regulamentações de leis ou pela criação de um Estado para assegurar estas leis, mas sim por uma consciência de classe.

A partir destas reflexões, discutimos a seguir a atuação profissional do assistente social sob a luz do pensamento marxista.

### **A importância do pensamento marxista para a atuação do profissional do assistente social.**

Para os assistentes sociais que atuam na maioria das vezes na execução e formulação de políticas sociais com a questão social como objeto de trabalho, a compreensão do Estado na sociedade capitalista se torna necessária, a fim de conhecer a realidade onde este profissional está inserido e na contradição que se apresenta no seu trabalho.

Para Iamamoto (2000), a “questão social é um conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista, impensáveis sem a intermediação do Estado”. Desigualdades próprias do sistema capitalista, que separa os detentores dos meios de produção daqueles que só possuem sua força de trabalho

Realização:



Apoio:



para vender como forma de sobrevivência, onde a pobreza é socialmente produzida, a desigualdade e a exploração são parte fundamental para o sistema e necessária para a reprodução.

Na sociedade contemporânea, a questão social passa a ganhar novas expressões, muito mais complexas. Observa-se um aprofundamento das desigualdades sociais, das diferentes formas de violência, da pobreza, das variadas maneiras de exploração da força de trabalho e, em contrapartida, observamos também a diminuição e precarização das políticas sociais que têm se tornado fragmentadas e as focalizadas causando aumento expressivo da pobreza extrema da classe trabalhadora. Há um processo de desresponsabilização do Estado e responsabilização do indivíduo/família/sociedade, retornando às velhas características de intervenção profissional dos assistentes sociais.

A questão social passa a ser objeto de um violento processo de criminalização que atinge as classes subalternas (IANI, 1992 e GUIMARÃES, 1979). Recicla-se a noção de “classes perigosas”- não, as laboriosas-, sujeitas à repressão e extinção. A tendência de naturalizar a questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados no “combate à pobreza” ou em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais. Evoca o passado, quando era concebido como caso de polícia, ao invés, de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operaria e outros a questão social no país atualizam a articulação entre assistência focalizada/repressão, com o reforço do braço coercitivo do Estado em detrimento da construção do consenso necessário ao regime democrático, o que é motivo de inquietação (Iamamoto, 2001, p. 17).

A sobrevivência do trabalhador depende da oferta do capital ao mercado de trabalho, que muitas vezes não é concedido e o trabalhador é culpabilizado pela situação em que vive. Em contrapartida, a oferta de serviços públicos é cada vez mais restrita e esse trabalhador se torna mais distante de alcançar seus direitos. Em tempos de capitalismo, a cidadania se associa ao consumo, dinheiro, posse de mercadoria e isso é complexo, por restringir o acesso desse segmento às políticas sociais, aos programas de transferência de renda e não há oferta a outros serviços públicos necessários a sobrevivência da classe trabalhadora.

O Estado é um importante instrumento para “garantir” os direitos e minimizar as contradições entre capital e trabalho. Na sociedade capitalista, é impossível não pensar o Estado, ao ser fundamental na mediação das lutas de classes no processo de conformismo e lutas dos trabalhadores. No entanto, contraditoriamente, o Estado tem seus limites e, por este motivo, como afirma Iamamoto (2001), lutar pelos direitos é lutar contra o capital e, incorporando Marx, é lutar também por uma nova ordem societária.

O assistente social é um dos profissionais requisitados a responder às demandas do capital e, contraditoriamente, atua em favor da classe trabalhadora. Problematicar a condição do Estado no capital é de fundamental importância para fazer essa mediação necessária, menos agressiva ao trabalhador e fortalecer a luta da classe trabalhadora contra o capital, pois, romantizar a função do Estado significa fortalecer e contribuir para um protagonismo que não é o da classe trabalhadora.

Um dos onze princípios éticos fundamentais do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (1993) é: “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”, isso significa dizer que a busca por uma nova ordem societária é uma das bandeiras de luta deste profissional. Promover discussões acerca do Estado e da democracia burguesa é um importante instrumento para refletir sobre as limitações e possibilidades do trabalho profissional na sociedade. Uma boa parte dos profissionais de Serviço Social atua na perspectiva do sistema de garantia de direitos e isso

Realização:



Apoio:





demonstra a complexidade da leitura da realidade, já que não é possível vislumbrar a garantia de direito na sociedade capitalista.

As reflexões que podemos fazer acerca desta afirmação são fundadas nas diferentes “reformas” que os direitos sociais vêm sofrendo nos últimos anos no país, a partir da gestão de governos de direita e extrema-direita que “cuidaram” de esfacelar nossas precárias políticas de garantia de direitos para a população mais vulnerável, a classe trabalhadora. Como exemplo podemos citar a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95/2016, conhecida como emenda do teto dos gastos que congelou os gastos do governo federal por 20 anos, a reforma trabalhista, a reforma do ensino médio, modificação na LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) entre outras, o que demonstra a fragilidade do direito social na sociedade capitalista. Todos esses direitos seguramente garantidos, na atualidade, estão sendo desconstruídos e atacados em nome de um projeto que visa intensificar cada vez mais as relações de exploração e direcionar suas forças à manutenção e crescimento do capital.

O neoliberalismo como projeto societário implementado no Brasil na década de 1990, acentua ainda mais as desigualdades, a exploração do sistema capitalista e se transforma em uma ofensiva aos direitos da classe trabalhadora, já que garante uma intervenção mínima do Estado nos direitos sociais, redimensionando e dando um novo sentido ao papel do Estado na regulação social e na reconfiguração das políticas sociais.

No âmbito do Estado são colocadas armadilhas para legitimar suas ações e justificar algumas outras, como, por exemplo, o funcionamento dos serviços públicos que, por conta da burocratização, denota que nada público é funcional sugerindo que a melhor alternativa é a privatização e terceirização dos serviços. Com isso, a população mais vulnerabilizada é também a que mais sofre, pois a crise que o Estado usa para justificar sua ofensiva faz com que os investimentos em políticas sociais sejam cada vez mais escassos. A ideologia do Estado é baseada no consenso, como se fosse possível aliar crescimento econômico, centralização de riqueza com desenvolvimento social e democracia. A ideologia vai reafirmar os interesses da burguesia e servir para conter as lutas sociais.

O Estado tem o caráter coercitivo, mas não somente, há também o consenso e este consenso é feito através da ideologia, categoria tão importante na teoria Marxista incorporada por Gramsci e é de fundamental importância para pensar esse processo de legitimação do Estado pelas classes. Segundo Carnoy (1986), hegemonia, nos termos de Gramsci, significa o predomínio ideológico dos valores e normas burguesas sobre as classes subalternas. Não entendi se vamos usar ideologia ou hegemonia. Acho importante definir no parágrafo anterior o que é ideologia, ou dizer ao menos de que tipo de ideologia estamos falando.

Gramsci viu que a classe dominante não necessitava depender somente do poder coercitivo do Estado ou mesmo de seu poder econômico direto para exercer o seu domínio, mas sim, através de sua hegemonia, expressa na sociedade e no Estado, os dominados podiam ser persuadidos a aceitar o sistema de crenças da classe dominante e compartilhar os seus valores sociais, culturais e morais (Carnoy, 1986, p. 116).

O conceito de hegemonia em Gramsci nos permite compreender como a classe dominante, mesmo sendo minoria quantitativamente, consegue disseminar sua visão de mundo e transformá-la em universal por meio de lideranças políticas, intelectuais, sob o aspecto da moralidade, entre outras. A hegemonia não se apresenta como violência e sim como concordância. “O grupo dominante exerce sua hegemonia através da sociedade civil e a dominação direta através do Estado e do seu governo jurídico” (Cranoy, 1986).

O cotidiano profissional dos assistentes sociais, geralmente está impregnado de senso comum e isto faz com que as pessoas e os profissionais acabem

Realização:



Apoio:



incorporando a lógica da classe dominante e justificando a ausência ou insuficiência de investimento em serviços públicos, reforçando a ideia de que estamos vivendo as crises do capital e nos levando a uma conformação da ordem fortalecendo assim a hegemonia do sistema capitalista.

O Estado como um mediador da sociedade e das classes sociais em constante processo de mudança, o que significa dizer que a dinâmica social vai fazer com que o Estado se organize ora mais flexível com a classe trabalhadora, ora mais violento. Isso significa dizer que a história não é um processo estático, mas sim um processo dialético em constante movimento e é passível de luta e disputa. A democracia na sociedade capitalista é a democracia burguesa e assim é possível existirem limites para sua efetivação plena, no entanto, é também uma possibilidade de formar um contrassenso à ideologia posta pelo capital e caminhar para uma nova lógica social mais justa e democrática.

Se é possível, porém, ampliar a democracia numa sociedade capitalista, por meio de luta de classes, as formas democráticas são tanto um instrumento quanto um perigo para a burguesia. Embora possam ser usadas para criar ilusões, podem também se tornar um meio pelo qual as massas detêm o poder. Marx e Engels sugeriram a noção de Estado democrático popular, ainda que o Estado burguês fosse antipopular. Colocado de outro modo, o caráter de classe da sociedade, Marx e Engels, permeia cada um de seus aspectos, incluindo as formas democráticas. Do mesmo modo, as necessidades sociais não podem ser satisfeitas sem passar pelas instituições políticas de uma sociedade condicionada pelas classes. O estado age no interesse da classe dominante, subordinando todos os outros interesses aos dessa classe. Não são, porém, as formas que necessariamente têm caráter de classe, mas o antagonismo de classe, inerente à sociedade, que anima as formas. Conforme a natureza da luta de classes, aquelas mesmas formas podem ser uma ameaça ao domínio da burguesia (Carnoy, 1986, p. 72).

Temos na história da sociedade momentos em que houve uma ampliação da democracia em favor da classe trabalhadora, o Estado de bem-estar social na Europa é um exemplo de momentos em que o Estado aumentou sua participação na sociedade e interviu de forma mais contundente por meio de política sociais para atender a população. No Brasil, não tivemos Estado de bem-estar social, porém, tivemos a constituição de 1988 que representa a maior conquista dos trabalhadores.

Atualmente no Brasil vivemos um momento em que se destacam figuras políticas que representam um atraso político, econômico e social, um momento de ameaça à democracia e uma intensificação do conservadorismo, dos discursos de ódios, da ideologia fascista legitimada por uma boa parte da população que coadunam com este pensamento e levantam a bandeira de um país cada vez mais preconceituoso, violento e de exclusão das pessoas pobres da vida social. Porém, há movimentos populares que vão contra essa visão e estabelecem um contrassenso, possibilitando a escolha de outro direcionamento político que venha a favor da democracia e da classe trabalhadora.

Um dos próximos movimentos tomando as redes sociais e ganhando repercussão é o movimento feminista e feminista negro. Movimentos que têm se organizado e se articulado para dar voz ao projeto político que não compactue com o avanço do fascismo e do conservadorismo na nossa sociedade. Esse movimento, assim como tantos outros, representa um importante instrumento de luta ao dar voz a uma minoria social muitas vezes calada.

A democracia, mesmo no Estado burguês, permite que esse processo de disputa de projetos societários se coloque na sociedade como luta e isso é importante salientar, por haver limites, mas também há possibilidades de enfrentamento. É nestas possibilidades que o assistente social deve canalizar sua maior força e intervir, contribuir através da sua formação para o fortalecimento dos movimentos democráticos que visam a ampliação dos direitos, da liberdade, da igualdade, da justiça social e outras formas

Realização:



Apoio:



de combate à opressão que sofre a classe trabalhadora e pensar uma nova ordem societária mais justa e igual.

Mesmo que haja momentos em que a classe trabalhadora ganhe mais força e consiga tornar público seus interesses e reivindicar suas bandeiras e seus direitos o Estado continua sendo capitalista, isso não significa dizer, que este Estado perdeu a sua essência e que estaria, nestes momentos, emergindo uma nova forma de organizar a sociedade, caminhando talvez para uma nova sociabilidade. Esses momentos não alteram a natureza do Estado, sendo sempre o Estado que mantém a luta de classes através de seu poder de coerção, que age no controle das minorias para aniquilar suas lutas e seus interesses.

A relação fundamental de domínio, que deriva da forma de produção, é num certo sentido indiferente à forma de governo; em outras palavras, a descontinuidade eventual das formas de governo não incide sobre a continuidade da relação de domínio, uma vez que qualquer relação de domínio encontra sempre a forma de governo apropriada à sua substância, enquanto não se alteram as relações sociais, isto é, os vínculos subjacentes às formas políticas (Bobbio, 1980, p. 168).

Diante das reflexões acima, consideramos ser possível o vislumbre de uma nova ordem social que garanta a igualdade, a justiça social, no entanto, é necessário que esta luta seja coletiva e incessante.

## Conclusão

Partir de uma visão marxista do Estado é compreender que este é um instrumento de dominação, e que ele representa a classe dominante, utilizando-se de aparatos coercitivos e ideológicos para fazer com que a classe dominante mantenha seu controle sobre a classe trabalhadora. Vislumbrar mudar esta realidade só é possível mediante lutas sociais e, sobretudo, do conhecimento da sociedade na qual estamos inseridos.

O fortalecimento da classe trabalhadora requer a desconstrução da idealização do Estado moderno como uma instituição universalizadora e neutra. Os artifícios ideológicos e coercitivos do Estado usados para legitimar a ordem que utiliza devem ser analisados como um projeto de sociedade e não como um projeto de governo de um partido político, pois se analisado desta forma perde-se a essência do Estado capitalista, um Estado claramente dividido em classes perde-se também a possibilidade de fortalecer um novo tipo de projeto societário que pense em uma sociedade mais justa e igualitária.

## Referências

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: UnB, 1980.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. **Código de ética profissional do assistente social**. Brasília: CFESS, 1993.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. São Paulo: Papirus, 1986.

CHEVALIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas**: de Maquiavel a nossos dias. Rio de Janeiro: Agir, 1980.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1985.

Realização:



Apoio:



IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jul., 2001.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. (Trad. Antonio Caruccio-Caporale). São Paulo: L&PM Editores, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

Realização:



Apoio:



## SERVIÇO SOCIAL E HEMOTERAPIA: uma atuação na perspectiva do direito?

Thaysi Poliani Ribeiro Melo<sup>348</sup>

**Resumo:** O texto analisa a doação de sangue no Brasil frente aos desafios impostos pelo avanço neoliberal, destacando a importância da doação voluntária como direito e expressão de cidadania. Aborda a atuação do/a assistente social nos serviços de hemoterapia após a aprovação da Política Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados, com vistas ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), através de uma atuação crítica e estratégica. Ressalta a solidariedade como valor ético e político, essencial para garantir o acesso universal à saúde e à política hemoterápica pública.

**Palavras-Chave:** Serviço Social, Política Nacional de Sangue, solidariedade.

**Abstract:** The text analyzes blood donation in Brazil in light of the challenges imposed by the advancement of neoliberalism, highlighting the importance of voluntary donation as a right and an expression of citizenship. It addresses the role of the social worker in hemotherapy services following the approval of the National Blood, Blood Components, and Blood Products Policy, aiming to strengthen the Unified Health System (SUS) through a critical and strategic approach. Solidarity is emphasized as an ethical and political value, essential to ensuring universal access to healthcare and to the public hemotherapy policy.

**KEYWORDS:** Social Work, National Blood Policy, Solidarity

### Introdução

O Serviço Social, na Fundação Hemominas, está inserido não só no setor de captação de doadores voluntários de sangue e medula óssea ou área da hemoterapia, mas também, nos ambulatórios ou área da hematologia, que tem atendimento multidisciplinar aos usuários portadores de hemoglobinopatias e coagulopatias<sup>349</sup>. Neste último, os e as assistentes sociais viabilizam a perspectiva da garantia dos direitos sociais, principalmente através do acesso à política de saúde. Entendendo a complexidade do processo saúde-doença e os impactos das expressões da questão social, esse profissional articula as políticas de assistência social, previdência social, educação, entre outras, com vistas ao acompanhamento individual e familiar das

<sup>348</sup> Assistente social da Fundação Hemominas; Mestre e Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: thaysi\_ribeiro@hotmail.com

<sup>349</sup>De acordo com dados obtidos no site da Fundação Hemominas (Disponível em: <<https://www.hemominas.mg.gov.br/doacao-e-atendimento-ambulatorial/atendimento-ambulatorial/tipos-de-atendimento>>. Acesso em: 31 maio 2025), essas patologias são de evolução crônica e podem acarretar sequelas físicas. As coagulopatias hereditárias são: Hemofilia A e B, Doença de Von Willebrand, trombocitopatias e outras deficiências hereditárias de fatores da coagulação. O atendimento dos usuários com essas patologias é feito nos Hemocentros Regionais de Belo Horizonte, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Pouso Alegre, Uberaba e Uberlândia e nos Hemonúcleos de Diamantina, Ituiutaba, Divinópolis, Manhuaçu, Passos, Patos de Minas, Ponte Nova, São João Del Rei e Sete Lagoas. Em relação às Hemoglobinopatias, temos: hemoglobina SS, drepanocitose ou anemia falciforme, Hb SC e talassemias, que dispõe de atendimento nos Hemocentros Regionais de Belo Horizonte, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros Uberaba e Uberlândia e nos Hemonúcleos de Diamantina, Divinópolis, Manhuaçu, Patos de Minas e Sete Lagoas. Para ter acesso ao tratamento através de uma das Unidades citadas acima, o usuário deve ter a suspeita de distúrbio de coagulação hereditária ou diagnóstico confirmado do distúrbio de coagulação ou da hemoglobinopatia.

Realização:



Apoio:





pessoas referenciadas e atendidas nas Unidades da Fundação, haja vista que, por se tratar, principalmente de doenças hereditárias, esse acompanhamento torna-se extenso e muitas vezes passado de pais para filhos.

As ações desenvolvidas por assistentes sociais na captação de doadores voluntários de sangue não visam somente, manter o atendimento imediato e direto ou a manutenção do estoque de sangue dentro do nível estratégico, mas também, através de uma ação de qualidade, fidelizar o doador voluntário de sangue e disseminar a importância da causa. Esta ação é fundamental para o atendimento das diversas demandas hemoterápicas, uma vez que é através deste ato voluntário que é garantida a transfusão, já que o sangue humano não pode ser substituído por outro elemento ou fabricado.

Desta forma, o serviço social, apesar de não desenvolver atribuições privativas, ocupa este espaço sócio-ocupacional devido ao seu perfil, caracterizado por uma formação generalista e de entendimento da população como sujeito de direito. O profissional se destaca através da criação de projetos, campanhas e estratégias que mobilizem a população para a causa da doação de sangue. Essas ações devem ser pautadas com base na educação em saúde, embasadas em orientações reflexivas e na socialização de informações acerca da doação voluntária de sangue, de modo a garantir um trabalho de qualidade, universal, equânime e ético.

Tratando-se da política do sangue e hemoderivados, independente do setor que o profissional se encontra, ambos usufruirão da solidariedade da população para efetivar o acesso dos usuários. Tanto na captação, pois é o setor estratégico para manutenção do estoque e atendimento da demanda transfusional, como no ambulatório, porque os usuários atendidos farão, durante boa parte de suas vidas, transfusões frequentes e/ou uso de hemoderivados em seus tratamentos.

## **O serviço social na hemoterapia**

Historicamente, o sangue é entendido através de diversas concepções, seja ela, como essência da vida, símbolo de sacrifício e redenção, de força e poder por meio das guerras e movimentos de resistência ou de pertencimento familiar e territorial, da linhagem ou pureza do sangue, entre outros. A depender de cada forma de entendimento, a sociedade atribui ao uso do sangue um direcionamento, tornando-se um tema complexo, permeado por debates biológicos, mas acima de tudo, políticos e culturais. O que acarreta diferenças entre os países, na forma de conduzir a doação, seja remunerada ou voluntária e altruísta.

O primeiro serviço de transfusão de sangue no Brasil, foi criado em 1933 no Rio de Janeiro e, desde esse período, a prática da doação foi vinculada ao benefício e a remuneração de quem se dispunha a ofertar seu sangue. Alguns movimentos de mudança foram sentidos a partir da década de 1960, contra com o favorecimento dos pequenos bancos de sangue pelo próprio sistema público do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e, posteriormente, do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), que reforçam esta prática mercadológica (Santos *et al.*, 1991).

Porém, mudanças significativas na política de sangue começaram a acontecer de fato na década de 1980. O primeiro grande momento histórico foi a criação do Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados (PRÓ-SANGUE), através da portaria nº 07/80 de 30/04/1980, formalizado pela portaria 300/86.

Nesse período, o setor de saúde passou a contar com a participação de novos sujeitos sociais na discussão das condições de vida da população brasileira e das propostas governamentais apresentadas para a saúde pública, através do Movimento da Reforma Sanitária, assumindo uma dimensão política vinculada à democracia (Bravo, 2006).

Realização:



Apoio:



Dentre esses sujeitos sociais, estavam os profissionais de saúde, os seguimentos envolvidos com o movimento sanitário, os partidos de oposição ao governo e os movimentos sociais urbanos, que tinham como principais propostas à universalização do acesso à saúde, a concepção de saúde como direito social e dever do Estado e a reestruturação do setor através da estratégia do Sistema Unificado de Saúde (SUDS).

Após vários acordos políticos e pressão popular, as ações e serviços de saúde passaram a ser considerados de relevância pública, cabendo ao Estado sua regulamentação, fiscalização e controle. Essas mudanças foram realizadas através de algumas medidas que visaram fortalecer o setor público, universalizar o atendimento, reduzir o papel do setor privado na prestação de serviços, descentralizar e administrar a política de saúde e executar os serviços a nível local.

O processo da Constituinte e a promulgação da Constituição de 1988 representaram a promessa de consolidação e extensão dos direitos sociais frente à desigualdade presente no Brasil. Tal Constituição buscou modificar as injustiças sociais acumuladas durante o processo sócio-histórico do país.

Segundo Bravo (2006, p.11), “o texto constitucional inspira-se nas proposições defendidas durante vários anos pelo movimento sanitário, embora não tenha sido possível atender a todas as demandas”, visto que em boa medida iam de encontro com interesses empresariais ou de setores do próprio governo.

Foi com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 199 § 4ª, que aconteceu a proibição da comercialização do sangue e estabelecimento do dever do Estado com a política do sangue e hemoderivados. Perspectiva essa, fortalecida com a lei de regulamentação número 10.205/2001, conhecida como “Lei do sangue” (Lei Betinho)<sup>350</sup>.

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), foi um marco na garantia do direito à saúde, determinando um caráter universal às ações e aos serviços no país, além de buscar garantir à população, o acesso ao atendimento público.

É nesse contexto que se inserem os Hemocentros, com vistas a um atendimento universal, gratuito e de qualidade através do fornecimento de hemocomponentes às instituições conveniadas e o atendimento aos usuários com coagulopatias hereditárias e hemoglobinopatias.

Neste processo, o Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais (Hemominas) foi criado em 1985, como unidade administrativa da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig)<sup>351</sup>, sendo estruturalmente organizado de modo a assegurar à população o atendimento nas áreas de hematologia e hemoterapia, desenvolvendo, para tanto, atividades nas áreas de prestação de serviço, assistência médica, ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, produção, controle de qualidade e educação sanitária, de forma contínua (Fundação Hemominas, 2007).

O profissional de Serviço Social com a sua formação generalista e crítica, tem contribuição importante nesses espaços de atuação, pois, devido a sua formação generalista, foi visto como estratégico no desenvolvimento das ações neste espaço sócio-ocupacional.

<sup>350</sup> Herbert de Souza, também conhecido como Betinho, foi sociólogo e ativista brasileiro, principalmente no campo dos direitos humanos. Era hemofílico e contaminou-se por HIV/AIDS em uma das diversas transfusões sanguíneas que necessitava fazer. Fato este que o transformou (junto com seus outros dois irmãos, Henfil e Chico Mário) em símbolo de luta para o tratamento da hemofilia no Brasil. Fundou a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), em 1987 e a regulamentação nº 10.205/2001, recebeu o apelido de “Lei Betinho” em sua homenagem (Santos *et al.*, 2024).

<sup>351</sup> Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais foi criada pela Lei nº 7.088, de 3 de outubro de 1977 e tem como competência prestar serviços de saúde e assistência hospitalar de importância estratégica estadual e regional, em níveis secundário e terciário de complexidade, por meio de hospitais organizados e integrados ao Sistema Único de Saúde – SUS, e participar da formulação, do acompanhamento e da avaliação da política de gestão hospitalar, em consonância com as diretrizes definidas pela Secretaria Estadual de Saúde. (Disponível em: <<https://fhemig.mg.gov.br/sobre-o-orgao/objetivo-operacional-e-competencias-legais>>. Acesso em: 08 jun. 2025).

Realização:



Apoio:



Nesse processo de “busca” do perfil desse captador, os assistentes sociais começaram a penetrar e a desenvolver suas ações no universo da hemoterapia. Apesar de não ser uma função específica da categoria de assistentes sociais, aos poucos passaram a ser o profissional mais envolvido (...) por contemplar na sua formação acadêmica esse olhar e conhecimento (Teixeira, 2015, p.11).

Ressalta-se que, após o Serviço Social ter sido reconhecido como profissional da área da saúde pelo Conselho Nacional de Saúde em 1997, por meio da resolução número 218/97, a categoria tem a oportunidade de fortalecer sua atuação profissional nessa área, assim como, sua inserção e os estudos nesse âmbito.

Na área da hemoterapia e hematologia, as publicações pelo Serviço Social, ainda são escassas e a participação de assistentes sociais nesses espaços de debate, quase nulos. Percebeu-se, frente às análises já feitas, que quando acontecem, estão entre as discussões multidisciplinares de forma genérica ou superficial<sup>352</sup>.

O/a assistente social, que compõe as equipes de Captação de Doadores Voluntários de Sangue, das Unidades da Fundação Hemominas, trabalha principalmente com a educação em saúde, como parte do processo de pensar e criar estratégias, a começar pela cultura da doação de sangue, não mais como favor ou em troca de benefício, mas como ato de cidadania, altruísmo e solidariedade.

Se considerarmos o processo de doação de sangue no campo da saúde pública brasileira, a exemplo de outras políticas desse setor, é fundamental considerarmos sua dimensão político-social. Política, pois reconhece que a organização dos serviços relacionados com o sangue, componentes e hemoderivados está comprometida com os princípios e diretrizes do SUS e também com a reforma sanitária brasileira (Marvulo *et al.*, 2015, p.141).

Nessa lógica, em primeira instância, o termo solidariedade, parece criar certa resistência dentro do cenário do serviço social, tendo em vista sua frequente vinculação com o voluntariado em detrimento da ação e responsabilidade do Estado. Mas neste contexto, a solidariedade a que nos referimos, está relacionada à noção de cidadania e torna-se instrumento fundamental na efetivação do acesso à política de saúde, no caso, ao atendimento transfusional, uma vez que, não há, atualmente, nenhuma outra forma de adquirir o sangue a não ser pela doação voluntária.

Sangue não se produz artificialmente e não é encontrado em qualquer lugar. Não se compra nem vende, não se negocia, apesar de haver, muitas vezes, um entendimento equivocado em relação ao processo de pagamento da força de trabalho embutida na preparação e elaboração desses hemocomponentes e hemoderivados. Que são, de fato, lucrativos para o mercado, haja vista o valor dos equipamentos, exames, suprimentos, entre outros.

A doação voluntária de sangue fortalece relações de reciprocidade entre os doadores, e doadores e usuários, que extrapolam a noção biológica, evidenciando a dimensão social e redimensionando sociopoliticamente a produção em saúde. Mas, devido à construção histórica já sinalizada, traz ainda a ideia da doação vinculada a um

---

<sup>352</sup> Foram realizadas buscas nos sites e anais dos principais eventos do Serviço Social, através dos descritores: sangue, doação de sangue, doador, hemoterapia, hematologia, hemocentro, hemoderivado e hemocomponente. Foram encontrados: 2 trabalhos no 15º CBAS em 2016, nenhum no 16º em 2019 e 2 no 17º CBAS em 2022; em relação ao ENPESS, nenhum trabalho no XV em 2016, 2 no XVI em 2018, 1 no XVIII em 2024, vale ressaltar que os anais do XVII não se encontra disponível no site, informando que a página não foi encontrada (ver descrição dos artigos no APÊNDICE B). Foi realizada busca direta nos sites da ABEPSS e do CFESS, com os mesmos descritores, e o único resultado encontrado foi no site do CFESS: um parecer jurídico de 15 de março de 2001 (nº 09/01) que trata da discriminação e preconceito com o ‘grupo de risco’ para AIDS nos folhetos do Instituto de Hematologia do Nordeste e Fundação Pró-Sangue, tal parecer compõe o E-book “Pareceres Jurídicos: sobre a ética e os direitos humanos” publicado em 2022.

benefício e não a um ato que se remete a um direito social, e desconstruir essa perspectiva é um caminho a ser percorrido, buscando clareza entre conceitos e ações.

Na atualidade, nos deparamos com uma diversificação do discurso e da prática solidária, que se tornou um importante instrumento de validação do capital sob a ideologia neoliberal. A definição de solidariedade é permeada de contradições, circulando entre uma visão conservadora e na possibilidade de se reconstruir dentro dos termos da sociologia crítica.

Neste âmbito, temos autores como Durkheim e o seu debate sobre a solidariedade social vinculada à coesão social, em uma perspectiva conservadora e Esping-Andersen com um debate mais crítico sobre o tema, onde defende que a solidariedade não é apenas uma questão moral ou cultural, está intimamente relacionada com o direcionamento do Estado de forma institucionalizada, ou seja, para se ter uma solidariedade efetiva, é preciso que o sistema seja universalista e desmercantilizado.

No Brasil ainda não há uma cultura de doação sangue, diferente do que ocorre, por exemplo, nos países europeus onde a história é marcada por grandes guerras que culminaram na formação de um espírito cívico, sensibilizando a sociedade para a importância da doação voluntária. O que fez com que outros caminhos fossem traçados em relação à prática da doação de sangue, permeada pelas particularidades da nossa sociedade.

“Alguns cientistas sociais brasileiros apontam como justificativa para a não doação, além do contexto de guerra citado anteriormente, a complexidade do ato e também os fortes vínculos de sangue na sociedade brasileira”, como por exemplo, a associação do sangue a laços sanguíneos e familiares (Gontijo, 2007, p.192).

Frente a inúmeras questões em torno da doação de sangue, o desafio é trabalhar a mudança cultural da população e de paradigma, vinculando a noção de solidariedade e altruísmo, às perspectivas de direito e cidadania e nesse interim, o serviço social é chamado a intervir criticamente. Muito já se caminhou nessa perspectiva desde a criação dos primeiros bancos de sangue, porém, pensando as mudanças na configuração social, consequentemente nos desafios colocados à captação de doadores, entendemos este debate como crucial para reafirmar e fortalecer a perspectiva constitucional.

O/A candidato/a à doação de sangue deve ser entendido na sua totalidade, considerando suas determinações, sociais, políticos, econômicos, culturais. Uma vez que, para além dos fatos históricos, já citados, é preciso considerar também, a facilidade ou não de acesso territorial e informativo da população para a doação, as condições efetivas para realizar a doação, como escala de trabalho incompatível com o funcionamento dos serviços, e qualidade de vida que mantenha o candidato dentro dos critérios para doar. Essas características devem balizar a atuação profissional e os rumos das ações interventivas.

As tensas relações entre indivíduo concreto e individualidade social explicitam-se na trama da constituição da qualidade específica do nexo social considerado como um produto histórico. Portanto, tratar o indivíduo social na sociedade capitalista implica analisá-lo na totalidade das relações e condições sociais em que são esculpidos os indivíduos concretos, condensando em si um modo histórico de expressão da sua genericidade e particularidade (Iamamoto, 2012, p. 375).

Entre tantas reflexões sobre esse campo, uma bastante pertinente relaciona-se ao ato da doação em si. Ainda que o produto doado, o sangue, não possa ser comercializado, ele se torna indiretamente uma mercadoria, na medida em que o processo de trabalho despendido na elaboração dos hemocomponentes e derivados incutem nele um valor, através dos produtos utilizados, os exames realizados, os/as profissionais envolvidos/as no ato da doação, produção e distribuição dessa matéria,

Realização:



Apoio:



etc. E é este processo que, incute no ramo da hemoterapia e hematologia um alto valor de mercado, tornando-se lucrativo.

Desta forma, pode-se dizer que, assim como o/a trabalhador/a, alienado/a do seu processo de trabalho, na perspectiva marxiana, o/a doador/a de sangue também não se reconhece no produto final? Considerando a “divisão social do trabalho” presente nas várias fases de elaboração do “produto/mercadoria” final?

Ativar na população a vontade de doar de forma voluntária e altruísta, requer o candidato/a à doação passar por um processo de abstração, que o/a faça compreender a magnitude do seu gesto, sem desvirtuar seu principal objetivo e não se alienar do processo como um todo. Significa tirá-lo do seu lugar de subordinação, para tornar-se elemento principal do processo, dono da sua própria “matéria-prima”.

Essas são hipóteses levantadas, que ainda merecem maiores estudos e reflexões.

O que esbarra em uma questão muito mais profunda, onde a prática entre realidade objetiva, ditada pelo Capital e valores proclamados pela ética, gera uma incompatibilidade radical. Apesar da atual configuração e utilização do termo solidariedade, em uma perspectiva ideológica neoliberal, de desresponsabilização do Estado e atuação da sociedade civil frente à garantia dos direitos sociais, nossa hipótese é que, através do resgate desses conceitos aliado à uma intervenção crítica, a política pública hemoterápica pode se efetivar na ordem do direito social e da atuação cidadã, fortalecendo as relações sociais.

Em suas distintas inserções, o/a assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas em suas relações sociais, por determinações macrosociais, especialmente as clivagens de classe. Não tratamos com fragmentos da vida social, mas com sujeitos que condensam, em suas vidas, singulares determinações abrangentes da vida em sociedade, que se expressam tanto nos atendimentos individuais e nos grupos quanto no trabalho com populações nas “comunidades”. O/A assistente social é, portanto, desafiado/a a desentranhar da vida dos sujeitos singulares as dimensões históricas universais e particulares nela presentes, como condição de transitar as suas necessidades da esfera privada para a luta por justiça e por direitos na cena pública. Isso requer, de nossa parte, competência teórico-metodológica para ler a realidade integrar os fios que articulam o singular no coletivo, como a pesquisa e o conhecimento do modo de vida e trabalho nos segmentos sociais com os quais trabalhamos (Iamamoto, 2021, p. 37).

Acredita-se que a solidariedade deve ser identificada, nessas condições, como importante valor moral a ser resgatada na humanidade, que se confunde em alguns momentos e apresenta-se como valor contraditório, mas se identificada em sua perspectiva crítica, garante o acesso à política pública como direito, uma vez que, através da doação voluntária de sangue, como um gesto solidário e altruísta, como determina a Constituição Federal de 1988, o tratamento hematológico chega até o cidadão brasileiro com qualidade, como assim determina seu direito à saúde.

Porém, na atualidade nos deparamos com uma diversificação do discurso e da prática de solidariedade, que se tornou um importante instrumento de validação do capital sob a ideologia neoliberal. Assim como, o desmonte dos princípios e diretrizes assumidos na institucionalização do SUS.

O modelo de saúde brasileiro, tem sido questionado, constituindo-se numa proposta contra hegemônica ao modelo privatista. De acordo com Bravo e Matos (2001, p.10), “o projeto de Reforma Sanitária, construído a partir de meados dos anos 1970, está perdendo a disputa para o projeto voltado para o mercado, hegemônico a partir da década de 1990”, contexto em que o ideário neoliberal vem sendo implantado no país

Realização:



Apoio:





ênfatisando os objetivos do capital, em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.

O projeto de saúde articulado ao mercado ou de reatualização do modelo médico hegemônico privatista, está pautado na política de ajuste neoliberal que tem como tendências: a contenção dos gastos com racionalização da oferta, a descentralização com isenção de responsabilidade do poder central e a focalização.

A universalidade do direito, um dos fundamentos centrais do SUS e do projeto de Reforma Sanitária, tem provocado tensão e resistência dos formuladores do projeto privatista. Na hemoterapia, um exemplo claro dessa perspectiva é a PEC 10/2022, conhecida como “PEC do Plasma”, que dispõe sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano, alterando o Art. 199 da Constituição Federal. Segundo o Conselho Nacional de Saúde (2023) “o projeto quer abrir o processo para a participação da iniciativa privada, o que inclui remuneração às pessoas que doarem sangue”. O que trará consequências consideradas desastrosas, na contracorrente das conquistas obtidas até o momento, um retrocesso na Política de Sangue.

Se aprovada depois de todo esse trâmite, a PEC vai instituir a compra e venda de sangue humano. Em lugar de ser doado voluntariamente e ser manipulado exclusivamente pelo SUS, vai passar a ser propriedade de empresas e laboratórios que decidirem disputar esse espaço. Surgirá então um mercado de manipulação e venda do plasma, componente do sangue, para a fabricação de medicamentos. Os críticos do projeto apontam alguns riscos graves se o projeto for adiante. O mais imediato desses riscos é que as pessoas vulnerabilizadas passarão a vender seu sangue para uma indústria que vai beneficiar os mais ricos, que poderão pagar pelos medicamentos, inclusive fora do Brasil. A criação de um mercado privado de sangue vai competir com a doação voluntária e causar desabastecimento nos bancos de sangue públicos, colocando em risco a disponibilidade dos insumos para acidentados e doentes. Mais sério, porém, é que a venda do sangue pode representar o primeiro passo para a venda de órgãos humanos, criando outra forma de exclusão para pessoas que não tiverem dinheiro para pagar por transplantes (Conselho Nacional de Saúde, 2023, n/p).

Os valores coletivos e universais que eram premissas da Seguridade Social na Constituição de 1988, estão sendo substituídos pelos valores individualistas e focalistas, que fortalecem a consolidação de tal projeto, que tem por base a consolidação do SUS para os pobres e a segmentação do sistema. Há uma enorme lacuna entre a proposta do movimento sanitário e o sistema público de saúde vigente.

Os vários fatores que envolvem a doação voluntária de sangue devem ser considerados na busca por respostas e direcionamentos. Nessa perspectiva, um dos pontos principais para o/a assistente social pauta-se no entendimento desta conjuntura e na viabilidade de suas intervenções.

Entre as principais estratégias que poderiam ser construídas pelos assistentes sociais, destacamos, ainda, análise institucional - capaz de desvendar as articulações, as correlações de forças, as possíveis alianças, as demandas e os objetivos institucionais - como ferramenta central de orientação do processo interventivo realizado pelo assistente social. A identificação de possíveis parcerias profissionais - dentro e fora dos espaços institucionais - assim como a articulação com elas também, pode ser considerada uma importante tática para os assistentes sociais (Paula, 2021, p. 193).

O desafio é trabalhar a mudança cultural e de paradigmas da população e porque não dizer, do próprio fazer profissional, vinculando a noção de solidariedade e altruísmo às perspectivas de direito e cidadania com ênfase no acesso à política pública de saúde, através de uma perspectiva crítica, assim como estabelece o projeto ético-

Realização:



Apoio:



político da profissão. Principalmente frente às determinações conjunturais, elencadas no decorrer do trabalho, que reforçam um direcionamento adverso à lógica da doação voluntária, altruísta e solidária.

Como afirma Paula (2021, p. 188), não há atuação profissional que não seja construída a partir de determinados objetivos profissionais – tenha o e a profissional, consciência ou não desse processo.

## Conclusão

Estes apontamentos iniciais, fazem parte do projeto de tese de doutorado, intitulado “O Serviço Social na Hemoterapia: efetivação do direito à saúde?”, que encontra-se em andamento, na fase inicial da pesquisa de campo, ainda sem resultados parciais.

Para realização da pesquisa bibliográfica, com articulação dos temas sucintamente explicitados anteriormente, foram feitas buscas em bases de dados usando os seguintes descritores: sangue, doação de sangue, doador, hemoterapia, hematologia, hemocentro, hemocomponente, hemoderivado, política de sangue, serviço social, captação de doadores. Foram pesquisados ambientes que são referência para o Serviço Social, como por exemplo, site do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), anais dos principais eventos da categoria, sejam eles, CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) e ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social). Assim como, no Repositório Institucional da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Outras fontes de pesquisa foram o Google Acadêmico, SciELO, Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia, Biblioteca Virtual em Saúde, Portal de obras raras da Fiocruz e Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações. Além das obras básicas que tratam sobre os debates presentes no projeto, que ajudaram a construir a reflexão inicial em torno de tal problemática.

Este primeiro levantamento foi de busca por obras que pudessem auxiliar no direcionamento da pesquisa, subsidiando uma articulação entre os temas, visto se tratar de algo novo e com poucas produções no âmbito do serviço social. Até o momento, nenhum trabalho com os mesmos objetivos que nos propomos, elaborado por assistentes sociais, foi visto nas plataformas pesquisadas.

Daqui em diante, será necessário aprofundar em leituras que elucidem conceitos como por exemplo, cidadania e solidariedade, para fortalecer as bases de análise da pesquisa de campo. Esta, será realizada através de entrevistas qualitativas, que buscará depoimentos e relatos de experiências das e dos profissionais que exerceram e exercem, o cargo de assistente social na Fundação Hemominas, desde a sua implantação até os dias atuais, através de um questionário estruturado, direcionado pela metodologia “bola de neve”.

Atualmente a Fundação Hemominas, conta com 16 assistentes sociais<sup>353</sup>, inseridos nas 40 Unidades em funcionamento no Estado. O serviço social está inserido na política de sangue desde a sua construção, porém, nem sempre inserido nas ações e atividades que hoje são demandadas para a categoria.

O objetivo principal desta pesquisa será refletir sobre a inserção do Serviço Social na política de sangue e hemoderivados no estado de Minas Gerais. Para tanto, buscaremos analisar o desenvolvimento da hemoterapia no mundo e a construção da política de sangue no Brasil enquanto um direito, problematizando a doação de sangue e a concepção de solidariedade que a atravessa e identificando as estratégias profissionais dos e das assistentes sociais nesse campo de atuação.

---

<sup>353</sup> Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas/Departamento Pessoal (GGP/PES) - Quadro de servidores Fev/2024. Informação recebida via solicitação formal ao setor responsável.

Nesse sentido, em que frentes os e as assistentes sociais atuavam? Como se davam essas intervenções? Em que medida a solidariedade, em uma perspectiva crítica, era vista como instrumento de garantia de direitos na área da hemoterapia? Como se dava a fidelização deste doador, de forma voluntária, garantindo a qualidade do serviço e dos hemocomponentes ofertados? Estes são questionamentos que objetivamos tentar responder, ou ao menos trazer reflexões críticas que direcionem a atuação profissional para o fortalecimento da política de sangue enquanto um direito.

Essas perguntas são base para desenvolver a tese que o Serviço Social tem potencialidade para direcionar suas ações com vistas à efetivação do direito à saúde, porém, em alguns aspectos, ainda percebe a solidariedade, que envolve a causa da doação de sangue, de forma acrítica, ou seja, há uma noção reducionista entre a relação solidariedade e direito.

O processo de reflexão desencadeado pela proposta desta tese, busca uma reflexão aprofundada sobre as ações desenvolvidas pelo Serviço Social na Hemominas, a possibilidade de qualificação técnica, assim como, a contribuição para a pesquisa, articulando a necessária relação teórico/prática.

## Referências

BRAVO, Maria Inês de Souza. Política de saúde no Brasil. *In*: MOTA, Ana Elizabete *et al.* **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

BRAVO, Maria Inês de Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto ético-político do serviço social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. *In*: MOTA, Ana Elizabete *et al.* **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Cortez, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS. **Mesmo pressionada, comissão do Senado aprova PEC do Plasma**. Brasília, 04 out. 2023 (atualizado em 09 set. 2024). Disponível em: <<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/mesmo-pressionada-comissao-do-senado-aprova-pec-do-plasma>>. Acesso em: 14 jun. 2025.

FUNDAÇÃO HEMOMINAS. **Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais**: 1985-2007. Belo Horizonte: Fundação Hemominas, 2007.

GONTIJO, H. M. D. O. A doação de sangue e o doador do futuro. *In*: Fundação Hemominas. **Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais**: 1985-2007. Belo Horizonte: Fundação Hemominas, 2007. p. 191-196

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora. *In*: CFESS. **Diálogos do cotidiano** – Assistente Social: reflexões sobre o cotidiano profissional. Caderno 1. Brasília, DF: CFESS, 2021.

LAURELL, C. A. La salud-enfermedad como proceso social. (Trad. Everardo Duarte Nunes). **Revista Latino-Americana de Salud**, México, v. 2, p. 7-25, 1982.

Realização:



Apoio:



MARVULO, Marilda Marques Luciano *et al.* Humanização e doação de sangue. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de orientações para promoção da doação voluntária de sangue**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. Considerações finais. *In*: PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **Estratégias e táticas**: reflexões no campo do serviço social. 2ª ed. Curitiba: Editora CRV, 2021.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro; MORAES, Claudia; COELHO, Vera Schattan P. A hemoterapia no Brasil de 64 a 80. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 161-182, 1991.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro; MORAES, Claudia; COELHO, Vera Schattan P. A politização do sangue no primeiro mundo. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, v. 3, n. 2, p. 165-192, 1993.

TEIXEIRA, Rosemary Almeida de Oliveira. Contextualização da captação de doadores na hemoterapia brasileira. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de orientações para promoção da doação voluntária de sangue**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

Realização:



Apoio:



## ESTRATÉGIAS EMANCIPATÓRIAS DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO RECRUDESCIMENTO DO CONSERVADORISMO NA CONTRARREVOLUÇÃO DO CAPITAL

Jacqueline Luiza de Sousa<sup>354</sup>

**Resumo:** Este artigo discute o conservadorismo como expressão ideológica articulada à formação social brasileira e seus efeitos sobre a democracia e o Serviço Social. Enraizado em bases autoritárias e escravistas, o conservadorismo brasileiro se atualiza no neoliberalismo e propulsiona forças reacionárias contemporâneas, adquirindo novas formas de expressão. A ascensão dessas forças promove o aumento da defesa do esvaziamento político da prática profissional e reforça tendências conservadoras históricas da profissão. Defende-se, portanto, a reafirmação do projeto profissional crítico e a organização política de assistentes sociais como estratégias fundamentais para enfrentar os retrocessos democráticos e fortalecer a luta por justiça social.

**Palavras-chave:** Extrema-direita. Conservadorismo. Democracia. Neoliberalismo. Serviço Social.

**Abstract:** This article discusses conservatism as an ideological expression linked to Brazil's social formation and its effects on democracy and Social Work. Rooted in authoritarian and slave-based structures, Brazilian conservatism is renewed through neoliberalism and fuels contemporary reactionary forces, acquiring new forms of expression. The rise of these forces promotes the defense of political disengagement in professional practice and reinforces historical conservative tendencies within the profession. Therefore, this study defends the reaffirmation of the critical professional project and the political organization of social workers as essential strategies to confront democratic setbacks and strengthen the struggle for social justice.

**Keywords:** Far-right. Conservatism. Democracy. Neoliberalism. Social Work.

### Introdução

As transformações do conservadorismo no capitalismo mantêm sua essência: a preservação da ordem, adaptando-se ao contexto brasileiro marcado pela herança colonial escravista e uma democracia restrita e excludente. O conservadorismo, central na contenção dos avanços democráticos, reforça valores como autoridade e nega direitos universais, limitando a cidadania e a soberania popular. Nesse cenário, o Serviço Social brasileiro, desde os anos 1990, defende direitos, justiça social e democracia substantiva, mas enfrenta desafios internos frente à ascensão da extrema-direita e às tendências conservadoras que ameaçam seu projeto emancipatório. Refletir sobre essa relação é fundamental para orientar a atuação profissional atual.

### Conservadorismo e formação social brasileira: descaminhos da democracia

O *conservadorismo clássico*, datado entre 1789 e 1914, constituiu-se como ideologia, tradição de pensamento e ação fundada na reação às mudanças

<sup>354</sup> Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: jacquelinelsousa5@gmail.com

Realização:



Apoio:





socioinstitucionais e culturais que decorreram do desenvolvimento das forças produtivas e das profundas transformações nas relações de produção na modernidade. Ao defender determinadas características institucionais do Antigo Regime da sociedade feudal em função de sua oposição à cultura da Modernidade — nascente no processo geral da revolução burguesa entre os séculos XVI e XVIII —, bem como ao desenvolvimento das contradições do modo de produção capitalista, esse sistema ídeo-político-cultural adquiriu características antimodernas. Em outros termos, antiburguesas. Esse caráter das forças da reação — negado no campo do discurso dos conservadores, que buscavam dissociar-se de filiações ideológicas claras —, se expressou em posições antiliberais e antirrepublicanas (Escorsim Netto, 2011; Souza, 2015; 2020).

No entanto, o caráter em questão modificou-se quando valores da tradição conservadora foram elevados a conceitos cancelados pelas Ciências Sociais. Foi precisamente a movimentação científica do positivismo que estabeleceu a reconciliação do sistema de ideias conservador com a sociedade capitalista dada exigência posta pela consolidação da burguesia como classe dominante — o que “realinhou o foco das disputas políticas dos conservantistas, de posições antiburguesas para posições antiproletárias e, por derivação, contrarrevolucionárias” (Souza, 2015, p. 5). A vocalização de aspirações como a defesa das instituições estabelecidas transpassa, pois, conceitos como o da harmonia, coesão social e solidariedade orgânica.

Para demarcar uma periodização metodológica, Souza (2015, p. 5) sinaliza que esse primeiro período do conservadorismo, iniciado na Revolução Francesa, se insere no intervalo que vai desde este marco em específico ao início da primeira guerra mundial, podendo dizer que “seu fôlego final converge no desfecho do pensamento de Émile Durkheim”.

Seguindo tal periodização, a formação do *conservadorismo moderno* compreende o final da década de 1910 até 1960-70, quando se aproximou do seu antigo antagonista, o liberalismo<sup>355</sup>, e de outras tradições do pensamento burguês como o empirismo e o pragmatismo. Nessa nova configuração, a consolidação do capitalismo monopolista influenciou nas transformações das características do pensamento conservador, que, diante do cenário de Guerra Fria — e do debate sobre a configuração de experiências fascistas e socialistas, niveladas pelo mesmo sob o conceito de “totalitarismo” — escolhe defender a impossibilidade “de construção de qualquer projeto societário alternativo à sociabilidade vigente” (Souza, 2015, p. 7). Isto é, os “neoconservadores”, a partir de novas bases ideopolíticas, adotam posições supostamente progressistas ao se oporem a qualquer projeto que não seja o presente democrático burguês.

Quanto às suas características, além da concepção de mundo “presentista” que parte de uma desistoricização do tempo presente a fim de colocar o conservadorismo moderno como a via mais prudente para a realização de mudanças necessárias, o diálogo com outros campos do pensamento burguês imprime traços como a sobrevalorização do saber prático enquanto realiza a crítica ao racionalismo à medida que se distancia do irracionalismo. Afinal, é preciso defender um conhecimento empírico, científico e verificável em contraposição ao abandono da razão e da ciência como estratégia de rejeição de utopias que requerem reformas sociais advindas de reivindicações das classes dominadas. E, ainda que exista tal diálogo com matrizes de pensamento da modernidade, salienta-se o empenho do conservantismo em não assumir alguma tradição ideológica ou filiação teórica por desqualificá-las como

<sup>355</sup> Cabe ressaltar que essa aproximação não se dá de forma irrestrita, mas produz efeitos a partir do início de seus pontos de encontro. A penetração das ideias sobre o individualismo e a autodeterminação pelo mercado, bem como sobre as funções do mesmo e do Estado, na pauta teórica do conservantismo, fecundaram a naturalização do sistema capitalista como entidade universal oriunda do processo de desenvolvimento das relações de troca e intercâmbio.

Realização:



Apoio:



dogmas.

No Brasil, o “conservadorismo [...] emerge em um contexto histórico marcado por um racismo enraizado que atinge também as instituições, resultante da exploração secular do trabalho escravo e pelo tardio estabelecimento de relações tipicamente capitalistas” (Souza, 2020, p. 178). Essa base social e histórica, distinta da que origina o conservadorismo clássico, o diferencia deste último na mesma medida que reforça sua recusa à institucionalidade democrática e seus atributos aristocráticos/elitistas. As particularidades da apropriação do conservadorismo no Brasil no campo da política, da ideologia e da disputa dos projetos societários advêm de uma apropriação que se configura como

uma espécie de confluência de determinações ideológicas (no seu sentido amplo e também restrito) herdadas do passado colonial e escravista, com princípios e valores (ordem, autoridade, disciplina, hierarquia, “meritocracia”, entre outros) sistematizados em teorias (mas também em pedagogias nas relações de trabalho e religiosas) cuja função social e desdobramentos efetivos redundam, sobretudo, em tendências antidemocráticas e de “hipocondria” anticomunista”, além da produção de uma cultura política contrária à noção de conquista de direitos dos trabalhadores (Souza, 2020, p. 276).

A recombinação desses aspectos do pensamento conservador e da formação social brasileira resultou, assim, “[n]o exercício do poder do Estado pela classe dominante, como uma união *aparente* [que] influi diretamente nas formas da vida política brasileira, sobretudo na sua forma de exercício democrático presente na sociedade” (Diogo, 2024, p. 2, grifo do autor) desde a Proclamação da República em 1889. Segundo Ianni (1996), essa transição representou, na prática, como as modificações na configuração dos arranjos dos setores populares com os dominantes, do poder e do poder estatal com a sociedade civil alteraram a própria sociedade sem transformá-la substancialmente. O que ocorreu foi a conformação de uma revolução pelo alto na qual o divórcio entre a propriedade dos meios de produção e da força de trabalho possibilitou o desenvolvimento da sociedade burguesa sem os entraves do regime de trabalho escravo.

Em um país de formação social clivada na escravização, formalmente abolida em 1888 após o paulatino crescimento do movimento abolicionista, uma transformação nesses moldes se limita à medida de precaução política para a conservação da acumulação e reprodução de capital das classes dominantes sem alterar a base colonial das formas de exploração do trabalho. As heranças dessa sociabilidade — como o autoritarismo, o clientelismo e o coronelismo — e suas formas culturais geradas com as estruturas de castas persistiram no processo de formação do Brasil Moderno, no qual, em fins do século XIX e começos do XX, forma-se a partir de “novos arranjos nas relações entre a cidade e o campo, as regiões e a nação, a sociedade nacional e o capitalismo mundial” (Ianni, 1996, p. 65).

Nesse processo histórico, que dialeticamente preserva e recria traços do passado no desenvolvimento da nação, observa-se modificações como: o desenvolvimento das classes sociais no campo e na cidade a partir da diversificação da indústria, crescimento do mercado interno e aceleração da urbanização; a rearticulação ampla das regiões de acordo com a localização da acentuação do crescimento das forças produtivas e das relações de produção; e a crescente articulação entre o capital estrangeiro e o aparelho estatal. O compromisso das classes dominantes nacionais — representantes de “interesses de setores sociais ligados à indústria, agricultura, comércio e banco” (Ianni, 1996, p. 67) — com as estrangeiras exprime, também, a ausência de ligação dessa burguesia com os interesses das classes assalariadas visto seu descompromisso com um projeto político alternativo para a sociedade brasileira reivindicado junto a democracia nas lutas travadas pelos despossuídos.

Apesar da democracia estar subscrita nos marcos legais, o histórico enquadramento das tendências progressistas nega “o substrato material que poderia

Realização:



Apoio:



refazer-se num papel substantivo” (Diogo, 2024, p. 8) ao impedir a participação das classes nos espaços de poder e decisão política. Tal enquadramento ocorre, por vezes, através do pacto de alianças das classes dominantes combinado a ações reacionárias, como nos golpes de Estado verificados em 1937<sup>356</sup> e 1964<sup>357</sup>, como reação diante do avanço das forças populares. A centralização do Estado nos processos de transformação societária de caráter restrito, autoritário e antidemocrático realizados em 1888-89, 1930 e 1985<sup>358</sup> expõe sua função de dominação política das classes subalternas para manter a estabilidade política e econômica do capital (Coutinho, 1992). Portanto, as contínuas mudanças societárias não simbolizam modificações alinhadas aos interesses da maioria do povo.

À vista disso, é evidente que a participação política democrática não constitui a base da organização da realidade social brasileira. A “democracia participativa” se conforma apenas como momentos pontuais da construção da “democracia representativa” dentro das propostas democráticas liberais/neoliberais em virtude da conservação da estrutura de classes — o que não foge à regra considerando que “a maioria das propostas democráticas revela uma fundamental cisão entre democracia política e socialização da riqueza” (Sousa, 2024, p. 8). A esquerda socialista, em contrapartida, elege a pauta democrática como prioridade para as lutas sociais e fundamental para o seu projeto de fortalecimento da soberania popular no combate ao modo de produção capitalista. Contudo, a sua concepção entre os partidos e os grupos desse espectro político é plural.

A estratégia democrático-popular no Brasil, formulada durante a abertura democrática dos anos 1980, emergiu diante do esgotamento do modelo econômico da ditadura instaurada em 1964, marcada pela supressão de direitos civis e sociais. Nessa conjuntura, a centralidade da democracia na luta anticapitalista e na constituição do socialismo foi concebida como um valor universal, influenciando o ideal de “socialismo democrático” adotado por parte da esquerda e refletido no projeto da “democracia de massas” formulado pelo PT nos anos 1990.

Todo esse processo social e político incidiu no Serviço Social brasileiro na mesma época, de forma a conduzir a vanguarda profissional a incorporar a defesa de princípios como a democracia, a igualdade e a cidadania no chamado projeto ético-político (Ortiz, 2019). A materialização dessa incorporação na dimensão jurídico-política da profissão — nos códigos de ética profissional dos anos de 1986 e, sobretudo, de 1993 — foi resultado do embate encampado pela vertente da *intenção de ruptura* no processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, que rompeu com a ética tradicional e seus valores no campo profissional ao contrapor o projeto reformista-conservador do Serviço Social tradicional a partir dos anos 60.

Com a ampliação do mercado de trabalho após 1964 e a refuncionalização do Estado no capitalismo monopolista, o curso de Serviço Social se expandiu nas universidades, moldado pela demanda estatal de controle social. No entanto, esse mesmo processo abriu espaço à entrada de novos docentes e perspectivas críticas que desafiaram a homogeneidade ideológica anterior. O acúmulo teórico e político resultante possibilitou, nos anos 1980, um salto qualitativo rumo a um projeto profissional

<sup>356</sup> A instauração do Estado Novo, período ditatorial governado por Getúlio Vargas entre 1937 e 1945, trata-se de uma tentativa reacionária de responder tanto a efervescência política das classes subalternas a partir da segunda metade da década de 1910, quanto ao próprio cenário de desenvolvimento econômico que a gerou.

<sup>357</sup> O golpe que depôs João Goulart representou uma *contrarrevolução preventiva*, patrocinada pelo hegemonismo norte-americano, no contexto de alteração substancial da divisão internacional do trabalho no curso dos anos 1960.

<sup>358</sup> Apesar do encerramento do período ditatorial no ano em questão ter ocorrido em razão da mobilização popular no processo de abertura democrática, o esgotamento político do regime não significou o fim do domínio burguês. Se essa dominação possui traços reacionários na especificidade brasileira, a garantia de sua continuação, é, portanto, a continuidade desse estreitamento democrático.

anticapitalista e emancipatório, fortalecido na década de 1990 com base no reconhecimento da profissão como força de trabalho assalariada e defensora de direitos no contexto da transição democrática.

### **A relação entre projetos profissionais e projetos societários diante da escalada das forças reacionárias**

O rompimento com o conservadorismo, por sua vez, não significou sua superação no interior do Serviço Social. A predominância da corrente de inspiração marxista no debate profissional não anulou a existência de vertentes ídeo-político-culturais antagônicas ao projeto pautado nos valores da sociabilidade ideal projetada no programa da modernidade<sup>359</sup> — como a democracia e a defesa da justiça social. Para Netto (1996), a presença das mesmas não foi reduzida, elas apenas não encontraram mais as mesmas condições para manifestarem-se franca e abertamente visto a necessidade de circunscrição na disputa perante a credibilidade e fundamentação sólida do projeto hegemônico. Isso porque

O pluralismo, como reconhecimento do diverso e da diversidade, contudo, não pode desconsiderar as construções coletivas da profissão, que soube rever os princípios, diretrizes e valores conservadores e, instituiu seus novos fundamentos teóricos e ético-políticos em normas legais e regulamentadoras que passaram a orientar seu processo formativo e exercício profissional. O pluralismo não pode significar, e não significa, em nenhuma profissão no mundo, que os/as profissionais tenham autonomia absoluta para desenvolver suas atividades profissionais sem considerar os fundamentos teóricos e ético-políticos e as normas coletivamente construídos e que regem uma profissão (CFESS, 2010, p. 5).

Todavia, há tensionamento em relação a fundamentação e as normas em pauta desde a hegemonização do projeto profissional emancipatório haja vista o simultâneo avanço do neoliberalismo no território brasileiro. Esse avanço do ideário neoliberal no Brasil, que ocorre desde a década de 1990, propulsionou o adensamento de posicionamentos de assistentes sociais que sustentam a sua inviabilidade. Tais movimentos estão vinculados porque as políticas neoliberais ameaçam o comprometimento com a direção profissional ordenada por valores humano-genéricos como a liberdade, a equidade e a justiça social uma vez que essa teoria das práticas político-econômicas defende a propriedade privada, o livre mercado e o livre comércio a partir da adesão da ideia da mão invisível do mercado de Adam Smith, opondo-se às teorias do Estado intervencionista e do planejamento estatal centralizado (Harvey, 2014).

Os processos de destruição dos direitos sociais promovidos pela globalização capitalista neoliberal foram intensificados pela crise financeira de 2008, e, em conjunto com a manipulação de eventos negativos pela extrema-direita para promover sua agenda — como eventos no Oriente Médio para estimular o racismo e a xenofobia, aproveitando-se, também, de fatores históricos como a tradição antisemita ou a cultura colonial a depender da especificidade de cada território —, fomentaram o levante mundial das ideias nacionalistas, anticomunistas e reacionárias. Löwy (2015) ressalta que a influência da extrema-direita ultrapassa o próprio eleitorado e contamina a direita tradicional e, inclusive, parte da esquerda social neoliberal.

Ao abordar a extrema-direita brasileira, o autor aponta sua vinculação a temas do conservadorismo reacionário como a ideologia repressiva, o culto da violência policial

<sup>359</sup> As potencialidades do programa da modernidade o direcionam rumo à emancipação humana. Por esse potencial representar uma ameaça à burguesia a partir do momento em que se torna classe dominante, busca-se apagar a razão dialética inerente ao ideário moderno devido à força revolucionária das suas categorias universalizantes.

Realização:



Apoio:



e a intolerância com a comunidade LGBTQIA+. Para além disso, relaciona-se a luta contra a corrupção, que, apesar de não ser específica de seu campo, é manipulada por setores conservadores e historicamente é utilizada “para justificar o poder das oligarquias tradicionais e, segundo o caso, legitimar golpes militares” (Löwy, 2015, p. 662). As pautas em questão se alastram no tecido social brasileiro após a crise de 2008 com o avanço progressivo da extrema-direita advindo do cenário de fortalecimento do conservadorismo contemporâneo, ganhando centralidade em momentos de crise social como nas jornadas de junho de 2013 e no *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, bem como na eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

No Serviço Social brasileiro, a incidência desse fortalecimento conservador é encontrada nos sobreditos posicionamentos contrários ao projeto ético-político emancipatório. Ao se vincularem a projetos societários capitalistas e ultraneoliberais (Morsch; Lewgoy, 2021), os posicionamentos mobilizam as agendas políticas desses projetos para contrapor a direção social do projeto profissional hegemônico. Em sua análise dos posicionamentos nas redes sociais e em documentos como “As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro” e a “Carta de Toledo”, Sousa (2023) identificou a oposição aos seguintes eixos do projeto em evidência: a produção do conhecimento crítico e seu projeto de formação; as entidades da categoria e o Código de Ética; como também ao documento Bandeiras de Lutas do Serviço Social. Percebe-se, então, a relação da oposição com a atual transformação societária, alicerçada no anti-intelectualismo associado ao anticomunismo, no ataque às instituições e à negação das dimensões políticas e ideológicas, e no pânico moral em torno de questões substanciais à luta por justiça social, por se relacionarem a pautas defendidas pela esquerda.

Dado que não há ineditismo na heterogeneidade de projetos societários na profissão em virtude da pluralidade projetada na disputa no interior do Serviço Social desde o alinhamento com a teoria crítica, circunscrito no processo de renovação, o que deve ser colocado em discussão são as consequências do fortalecimento da oposição ao projeto profissional fundamentado na emancipação humana diante do avanço de forças reacionárias em escala planetária. A vinculação das tendências profissionais contemporâneas a projetos societários capitalistas e ultraneoliberais legitima medidas

com consequências devastadoras no âmbito das conquistas sociais, como o desmonte de direitos e de políticas públicas. [...] Elas afetam negativamente a qualidade da formação profissional no âmbito do ensino superior, as condições de trabalho profissional e a intervenção nas expressões da questão social, implicando no combate às desigualdades sociais (Morsch; Lewgoy, 2021, p. 183).

No sentido da prática profissional e a compreensão que os agentes têm dela, é possível identificar a intensificação de elementos já característicos do processo de atualização da herança conservadora do Serviço Social. Ao abordar esse processo no pós-1964, Iamamoto (2013, p. 39) discorre sobre dois elementos subjacentes:

De um lado, questões de economia política transformam-se em problemas assistenciais, e direitos da utilização de conquistas sociais do proletariado viram concessão de benefícios, os quais nunca foram vistos como direitos, mas como expressão de carências, “faltas”, “desvios de personalidade” etc. Por outro lado, reforçam-se mecanismos que dificultam a apreensão dos reais efeitos da ação profissional. A reificação dos métodos e técnicas da intervenção, a burocratização das atividades, a psicologização das relações sociais, a absorção de uma terminologia mais adequada à estratégia de crescimento econômico acelerado são fatores, entre outros, que contribuem para encobrir na consciência do profissional as reais implicações de sua prática.

Realização:



Apoio:





O desconhecimento das implicações políticas da prática profissional é, portanto, fomentado pela consciência profissional reificada que tende a alinhar o entendimento do significado social da profissão à imagem social construída funcional às exigências da ordem burguesa. Essa consciência modifica suas formas de manifestação ao longo da reestruturação produtiva a partir da incorporação de especificidades próprias ao tempo histórico que se insere para atender às novas demandas do capital, porém, sem alterar sua condição de ferramenta mantenedora do esvaziamento político.

Isto significa que a reprodução de uma prática profissional que não reconhece sua implicação na luta de classes retém a potencialidade da ação de assistentes sociais à compreensão limitada de suas atribuições e competências ao reduzi-las ao paternalismo autoritário transfigurado em tecnificação colocada a serviço dos setores dominantes. Reproduce-se a prática rotineira burocratizada imbuída de voluntarismo e empirismo, contrário a prática renovada possibilitada pelo aprofundamento teórico rigoroso, para que se neutralize o potencial dialético da realidade concreta. No contexto de crise política, essa posição ocasiona a conformidade com projetos societários autoritários sob a aparência de uma suposta inevitabilidade em razão do conservadorismo reacionário contemporâneo que demanda um perfil de assistentes sociais que não se orientam pela defesa do espaço democrático e da participação popular.

Ora, no cenário atual de ascensão da “nova direita”, essa legitimação do *status quo* implica uma conformação em menor ou maior grau com a agenda regressiva e autoritária, por a mesma ter se tornado projeto da burguesia. Ela se fortaleceu a partir do alinhamento da direita tradicional e setores de centro-direita às diretrizes do projeto reacionário “em nome da manutenção de uma presença ativa nas relações de força e buscando garantir o essencial para a acumulação” (Casimiro, 2020, p. 154). E, na realidade brasileira, essa agenda, fundamentada em processos de eliminação de um inimigo interno – como o comunismo e, hoje, notavelmente, a comunidade transgênero<sup>360</sup> —, acentua a dimensão antidemocrática da formação social brasileira e se associa ao seu caráter colonialista na defesa de pautas excludentes que criminalizam grupos minorizados em um país já marcado por violências como a segregação racial.

Considerando as formas que o reacionarismo histórico se apresenta no tempo presente, adquiridas defronte a política de redistribuição petista e o protagonismo político de segmentos estigmatizados nas duas últimas décadas no Brasil<sup>361</sup>, é certo dizer que o característico medo ao diferente e a repulsa ao moderno expressa na reação às pautas identitárias constitui um dos eixos políticos das forças conservadoras/autoritárias que avançaram no processo de crise instalado no país — sobretudo a partir do movimento golpista que depôs a presidenta Dilma Rousseff, ainda que a extrema-direita tenha sido colocada em evidência em Junho de 2013 na “ruptura ao consenso costurado às duras penas no pós-ditadura” (Barros, 2023, p. 37) a partir de condições geradas pela racionalidade neoliberal anteriores a Junho.

A eleição de Bolsonaro em 2018 sinalizou “um momento de forte instabilidade, incertezas e rupturas no chamado presidencialismo de coalizão e na democracia brasileira” (Alves, 2023, p. 220) marcando o recrudescimento do conservadorismo tanto

<sup>360</sup> Os ataques direcionados a comunidade transgênero é instrumentalizado pela extrema-direita em todo o globo para mobilizar forças reacionárias a partir do pânico moral. O discurso marginaliza essa comunidade, apresentando-a como um fator de risco à sociedade – em especial as mulheres, as crianças e a instituição “família” –, e se objetiva em pautas parlamentares que visam o impedimento do uso do nome social ou do acesso dessa população aos banheiros femininos. Essa estratégia parte da necessidade do capital do retorno das atividades de reprodução social à esfera privada da casa e da família em consequência da redução das responsabilidades do Estado quanto à garantia de direitos no contexto de políticas neoliberais.

<sup>361</sup> As estruturas institucionais de participação política ampliaram sob a gestão do presidente Lula no período de 2003 a 2010, fazendo com que um conjunto cada vez mais amplo e diverso de grupos sociais passasse a integrar a estrutura institucional do Estado concernente à elaboração e implementação de políticas públicas setoriais.

no debate público quanto na política institucional. A mudança da relação entre o movimento social e o Estado — expressa no “esvaziamento da pauta da diversidade sexual da agenda política do Executivo e, principalmente, o desmonte dos espaços institucionais criados para a participação política do movimento LGBTQ+, negro e feminista” (Alves, 2023, p. 221) — é uma objetivação da agenda reacionária baseada na política de transformação do outro em inimigo fundamental e da vida como guerra permanente.

Por essa razão, a defesa das bandeiras de luta que dão substância à luta por justiça social faz-se imprescindível para o enfrentamento das forças autoritárias na terceira década do século XXI. A defesa da democracia passa inevitavelmente pela salvaguarda dos movimentos sociais ligados aos grupos subalternizados como estratégia ante o alto nível de violência que permeia o tecido social brasileiro, e é intensificado pela ascensão da extrema-direita. Essa defesa, entretanto, exige a devida articulação com um horizonte estratégico de mudança estrutural para realizar a necessária politização do debate e sua circunscrição na totalidade da realidade social. Há de se recusar vigorosamente o caráter desmobilizador do esvaziamento político produzido pelo neoliberalismo para ultrapassar a dimensão corporativa da defesa abstrata e formal de princípios da política burguesa.

Para ir além da resistência restrita à política institucional e construir uma estratégia diligente, o caminho deve ser traçado em direção contrária a atual gestão de identidades feita pela esquerda para “dissuadir os conflitos sociais através da cobertura do direito e da identificação das pautas de grupos de pertencimento” (Barros, 2023, p. 42) no campo da política. Se a extrema-direita foi idônea na mobilização do descontentamento popular com os limites do neoliberalismo, se apegar a ineficácia do Estado como mediador é inviabilizar a produção de outro sentido à gestão da vida social perante a premência de um horizonte emancipatório como resposta a depreciação das relações sociais no modo de produção capitalista. A organização política torna-se imperativo para a construção coletiva de caminhos estratégicos para a sociedade.

As transformações sociais contemporâneas tensionam igualmente a capacidade de projetar coletivamente formas de enfrentamento no âmbito profissional,

Mas esse enfrentamento pode ser exitoso se aqueles que se contrapõem ao conservadorismo e à maré-montante pós-moderna, na defesa consequente da direção social estratégica que os fóruns da categoria vêm referendando, revelarem uma dupla coragem: cívica e intelectual. Coragem cívica, em primeiro lugar: “*não ter nenhum medo de estar absolutamente contra a corrente política do nosso tempo*” [...]. Coragem intelectual: não se trata de conduzir o debate com princípios ou alusões a objetivos generosos, mas de assumi-lo com a análise das transformações societárias, compreendendo-as nas suas tendências de fundo e não vacilando em reconhecer as dificuldades teóricas que, nesse esforço, expressam a inconclusividade dos nossos conhecimentos; trata-se de não capitular diante de qualquer tentação neo-irracionalista ou agnóstica e de insistir em que, desenvolvendo as potencialidades inesgotadas da teoria social moderna (nomeadamente com a inspiração marxiana), é possível tornar inteligíveis e apreender o sentido das transformações societárias em curso (Netto, 1996, p. 119).

## Conclusão

O avanço das forças reacionárias no cenário político, cultural e intelectual brasileiro tem impulsionado ataques ao projeto ético-político emancipatório do Serviço Social, devido ao seu compromisso com uma nova ordem social livre da dominação e da exploração de raça, gênero e classe. Com proposições que negam o caráter político da profissão e defendem uma atuação conservadora, essas forças reivindicam práticas que utilizam o esvaziamento político como forma de legitimar a ordem vigente. No contexto de crise política, alinham-se a projetos autoritários ao reivindicar, na prática profissional, o tecnicismo e o paternalismo autoritário, funcional à burguesia brasileira e

Realização:



Apoio:



seu projeto antidemocrático ao moralizar as expressões da questão social — o que mystifica o caráter das demandas dos/as usuários/as e revela a íntima relação entre projetos profissionais e societários.

Diante desse cenário, a organização política se impõe como estratégia fundamental frente à degradação social, ocasionada pelo alargamento da exclusão social e consolidação do estado de guerra permanente. No Serviço Social, o compromisso com o projeto ético-político crítico, nos âmbitos da formação e da atuação profissional, deve orientar a resistência ao cenário de desmonte das políticas públicas, para se contrapor à gestão da barbárie e às forças sociais dotadas de formas de autoritarismo e arbítrio. A organização coletiva da categoria torna-se decisiva para a construção de estratégias transformadoras, já que a defesa fragmentada dos princípios éticos, sem romper com os limites da sociabilidade burguesa, revela-se insuficiente. Somente a radicalidade do projeto profissional hegemônico — por compreender a totalidade das relações sociais — é capaz de responder aos desafios contemporâneos. Isso porque exige uma condução verdadeiramente democrática do trabalho de assistentes sociais, orientada pelo valor ético da liberdade e atenta às suas demandas políticas por emancipação, autonomia e plena expansão dos indivíduos sociais.

### Referências

ALVES, Douglas Santos. Identidades, representação política e neoliberalismo no contexto pós 2013. *In*: FREITAS, Carolina, BARROS, Douglas; DEMIER, Felipe. (org.). **Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)**. São Paulo: Usina editorial, 2023, p. 73-93.

BARROS, Douglas. Junho não acabou. *In*: FREITAS, Carolina, BARROS, Douglas; DEMIER, Felipe. (org.). **Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)**. São Paulo: Usina editorial, 2023

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa**: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Serviço social e reflexões críticas sobre práticas terapêuticas**. Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/doc\\_CFESS\\_Terapias\\_e\\_SS\\_2010.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/doc_CFESS_Terapias_e_SS_2010.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2025

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DIOGO, Pablo Ramon. Democracia e reacionarismo na trajetória brasileira. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 27, p. e97952, 2024.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos, São Paulo: Cortez editora, 2013.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

Realização:



Apoio:



LÖWY, Michel. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 124, p. 652-664, 2015.

MORSCH, Caroline; LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Tendências teórico-políticas dos assistentes sociais no Facebook. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 1, p. 167-186, jan./abr., 2021.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 87-132, 1996.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. A apreensão da democracia como princípio ético-político do Serviço Social brasileiro: apresentação de resultados preliminares de pesquisa. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16, 2019, Brasília. **Anais [...]** Brasília, CFESS, 2019.

SOUSA, Daniela Neves de. Notas sobre democracia para interpretar a realidade. **Katálysis**, Florianópolis, v. 27, p. e98770, 2024.

SOUSA, Jacqueline Luiza de. **Neoconservadorismo e os impactos na imagem e autoimagem do Serviço Social**. 2023. 99f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana. Disponível em: <<http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/5752>>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 199-223, abr., 2015.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

Realização:



Apoio:



## **SERVIÇO SOCIAL E ENSINO À DISTÂNCIA: reflexões sobre sua tensa relação com o projeto ético-político**

Marco Aurélio Silva Juscelino<sup>362</sup>

**Resumo:** O artigo em questão é uma reflexão teórica que se debruça sobre a relação entre o ensino à distância (EaD) na formação em Serviço Social com o Projeto Ético-Político (PEP). Para tal, realiza um breve resgate acerca da utilidade da educação no modo de produção capitalista, da construção do PEP e de dados quantitativos que versam sobre a inserção de discentes no Serviço Social através do EaD. As conclusões preliminares subsidiam a afirmação que tem sido realçada há quase duas décadas pelas entidades da categoria: a formação via EaD é incompatível com o Serviço Social e seu PEP.

**Palavras-chave:** Ensino a Distância, Serviço Social, Projeto Ético-Político.

**Abstract:** This article is a theoretical reflection on the relationship between distance learning in Social Work training and the Ethical-Political Project (EPP). To this end, it briefly reviews the usefulness of education in the capitalist mode of production, the construction of the PEP and quantitative data on the inclusion of students in Social Work through distance learning. The preliminary conclusions support the statement that has been emphasized for almost two decades by the category's organizations: distance learning is incompatible with Social Work and its EPP.

**Keywords:** Distance Learning, Social Work, Ethical-Political Project

### **Introdução**

Desde a década de 1970, o debate sobre a formação profissional em Serviço Social no Brasil tem ganhado cada vez mais força, sendo este um movimento inscrito em um contexto de autoquestionamento da profissão e de suas bases tradicionais, inaugurado pelo movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina, que se baseia na “[...] busca de construção de um Serviço Social latino-americano” (Iamamoto, 2019, p. 44). Fruto deste movimento no Brasil, o movimento de Renovação do Serviço Social presidiu a disputa pelo direcionamento hegemônico da profissão, com importantes discussões acerca da formação profissional que se materializaram em revisões curriculares, amadurecidas com a publicação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996. Esse documento de caráter político expressivo, denota avanços elementares na compreensão da formação profissional, compondo um importante pilar do Projeto Ético-Político (PEP).

No contexto de contrarreformas inaugurado em 1990 e fortemente dinamizado pelo neoliberalismo, o que se observa é uma verdadeira abertura indiscriminada ao setor privado, em um movimento legitimado e viabilizado pelo Estado burguês. No cenário da educação superior, temos acompanhado a mercantilização do *déficit* educacional brasileiro, revelando a educação enquanto um verdadeiro negócio, que no contexto da proliferação descontrolada das tecnologias de informação, impactam fortemente no crescimento do Ensino a Distância (EaD) (Bravo *et al.*, 2019). De caráter aligeirado e acrítico, o EaD tem se demonstrado enquanto a materialização da subordinação da educação aos interesses do capital, atuando enquanto uma estratégia de ampliação dos

<sup>362</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa. Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marco.aurelio.prfs@gmail.com

Realização:



Apoio:





lucros privados e a elevação das estatísticas de acesso à educação superior sem o devido controle de qualidade e de recursos necessários (Farage, 2021).

Ora, essa realidade possui deletérios efeitos no âmbito da formação em Serviço Social, conforme tem afirmado suas instâncias representativas há quase duas décadas, através de uma campanha que demonstra a incompatibilidade do EaD com a formação em Serviço Social, apontando seus limites e problemáticas inerentes, como o esvaziamento teórico e político da formação e a parca condição de realização de atividades essenciais na formação de assistentes sociais (CFESS, 2014, 2015).

A atualidade e urgência da discussão proposta são inegáveis, uma vez que os ataques são constantes. A exemplo, cabe citar a assinatura recente do Decreto nº 12.456/2025, que regulamenta a Nova Política de Educação à Distância. Dentre suas postulações, é de destaque a permissão para a continuidade de oferta de diversos cursos da área da saúde pela modalidade de ensino à distância, assim com a permissão da realização de graduações a partir da modalidade semipresencial, que torna obrigatória a porcentagem de 20% de atividades presenciais (CFESS, 2025).

Frente a essa realidade, o presente artigo se localiza enquanto uma reflexão teórica que visa compreender as relações entre o Serviço Social e o ensino à distância, analisando suas inflexões a partir do PEP. Para o desenvolvimento da problemática, optou-se, em primeiro momento, pela revisão teórica acerca dos avanços capitalistas no ensino superior, apontando a utilidade do EaD para sua expansão. Logo após, realizou-se um breve resgate da construção e elementos constitutivos do PEP, seguido da recuperação de dados quantitativos via Censo da Educação Superior (2023) que ilustram o avanço do EaD sobre a formação em Serviço Social entre 2010 e 2023.

## **Desenvolvimento**

A análise a seguir parte do pressuposto de que as transformações no campo educacional, em especial no ensino superior, não podem ser dissociadas das determinações estruturais do modo de produção capitalista, assim como das estratégias de reprodução da ordem burguesa. Nesse cenário, a educação, enquanto dimensão da reprodução social, ocupa um lugar central na construção da conformação e de mentalidades utilitárias na legitimação das relações sociais capitalistas (Guerra; Carrara; Martins, 2022). O avanço das políticas neoliberais e a reconfiguração do papel do Estado nas últimas décadas têm operado uma subordinação da educação aos interesses do capital, moldada segundo suas vontades e necessidades.

Nesse processo, destaca-se a expansão descontrolada do ensino à distância como resultante direto da racionalidade empresarial-capitalista no campo da educação, revelando uma profunda aderência ao imperativo da flexibilização e produtividade. Este movimento se torna ainda mais contraditório quando confrontado com projetos formativos orientados por uma perspectiva crítica e emancipatória, como é o caso do Projeto Ético-Político do Serviço Social, coletivamente construído. Ao explorar as inflexões produzidas pela reestruturação produtiva no âmbito do ensino superior e suas implicações na formação profissional em Serviço Social, busca-se problematizar os mecanismos pelos quais o capital opera sobre os processos formativos, instrumentalizando-os como meio de reprodução das suas exigências estruturais e ideológicas, tensionando radicalmente projetos societários.

### **Avanço do capital e ensino superior: a utilidade do ensino à distância**

As crises cíclicas do modo de produção capitalista compõem parte estrutural de seu movimento autofágico e contraditório de reinvenção, utilizadas com o objetivo de ampliar as taxas de extração de mais-valia e maximizar os lucros e as acumulações de riqueza. Segundo Netto e Braz (2012), o capitalismo contemporâneo é desenhado pelas

Realização:



Apoio:



transformações societárias ocorridas desde a década de 1970, que em resposta ao esgotamento do ciclo expansivo do capital expresso nas experiências de Bem-Estar Social, passam a ser dinamizadas pela lógica destrutiva de seu movimento de reestruturação, assentado na reestruturação produtiva, na financeirização e na ideologia neoliberal. No Brasil, por sua inserção na divisão internacional do trabalho enquanto um país de capitalismo dependente, diversas particularidades em sua formação social e em seu traço histórico permitem subsidiar a afirmação de que não houve uma experiência de Bem-Estar Social no país.

É a partir da década de 1990, no entanto, que as medidas de reestruturação chegam ao país, com determinações que passam a ser expressas, em especial, a partir das contrarreformas do Estado. Refere-se, dessa forma, a um contexto de submissão das conquistas históricas dos trabalhadores à lógicas mercantis, com abertura indiscriminada à expansão capitalista a partir de privatizações, terceirizações, entre outras estratégias. Em suma, trata-se da realidade observada por Florestan Fernandes e recuperada por Behring e Boschetti, ao afirmarem que “a heteronomia e o conservantismo político se combinam para delinear um projeto antinacional, antidemocrático e antipopular por parte das classes dominantes” (Behring; Boschetti, 2011, p. 159).

Observamos, nesse cenário, que a educação tem sido um alvo contínuo das contrarreformas, que buscam desresponsabilizar o Estado e promover a abertura ao setor privado. No caso em específico do escopo do trabalho, isto é, a educação superior, observa-se um movimento de viabilização de seu acesso a partir de instituições privadas, seja por meio da desqualificação das instituições públicas através da desfinancialização e sucateamento, ou através de programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Fruto dessa tendência, observamos uma condição extremamente favorável aos monopólios de corporações internacionais da educação, que encontram terreno fértil para sua acumulação em solo nacional, viabilizada pelo Estado em seu papel de “Comitê Executivo da Burguesia” (Marx; Engels, 1988).

A educação é altamente cobiçada pelos capitalistas, aparecendo, segundo Guerra, Carrara e Martins (2022), como um tesouro. As autoras localizam sua dupla funcionalidade ao capital: em primeiro lugar, transformada em mercadoria, torna-se um negócio extremamente lucrativo e rentável, alimentando a formação de monopólios especializados; e em segundo, através de sua utilização para a formação de uma mentalidade utilitária ao capital e sua continuidade, em especial via reforço ideológico do individualismo, que encontra na utilização das novas tecnologias, em especial no ensino remoto, um terreno pleno para sua proliferação descontrolada.

Nessa perspectiva, Mészáros (2008) argumenta que o capitalismo, enquanto sistema em constante transformação, apropriou-se das instituições educacionais ao longo da história, moldando-as para que servissem aos seus princípios fundamentais, de modo a preservar o seu *ethos*. Assim, captura e distorce a lógica da educação, em um movimento em que essas instituições passaram a operar como instrumentos de construção de consenso em torno dos valores da ordem hegemônica burguesa, promovendo a internalização de contradições estruturais por meio de um discurso marcado por ideais de meritocracia, individualismo e empresarialização. Isto é, “a principal função da educação formal é agir como um cão de guarda ex-officio e autoritário para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida (Mészáros, 2008, p. 54).

Essa complexa dinâmica reitera a seletividade das inovações tecnológicas sob a tutela do capital, que ao invés de melhorar as condições de vida, trabalho e sociabilidade da sociedade, aprofunda as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, reiterando modos de degradação da vida (Previtali; Fagiani, 2020). O

Realização:



Apoio:



contexto observado encontra uma realidade extremamente favorável: o cenário do distanciamento social em decorrência da Covid-19. Com início em 2020, observa-se um cenário de experimentação e aprofundamento das tendências de modernização conservadoras no âmbito da educação superior, sobretudo através da inserção das novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. Trata-se da justificativa perfeita para a expansão de um projeto que já vinha sendo colocado em prática há décadas, acelerado e exponenciado pela crise sanitária (Guerra; Carrara; Martins, 2022). Como provocam as autoras, se o contexto Covid-19 não criou a necessidade do EaD, serviu como uma engrenagem decisiva para a aceleração e massificação de um modelo de educação que se alinha plenamente à lógica do capital.

### **Formação em serviço social e ensino à distância: as tensas relações com o projeto ético-político**

O PEP do Serviço Social brasileiro é fruto das diversas discussões engendradas no interior da profissão, em sua relação com as lutas sociais na realidade social, atribuindo uma vinculação entre a profissão e as forças democráticas e populares. Para Netto (2006) Tal projeto é fruto do movimento de contestação das bases tradicionais do Serviço Social inaugurado na década de 1970, no Movimento de Reconceituação na América Latina, que no Brasil conflui no Movimento de Renovação<sup>363</sup>. No entanto, a existência do PEP está diretamente relacionada com a crítica ao conservadorismo profissional que marca a perspectiva de Intenção de Ruptura, fortemente dinamizada pela oposição ao ciclo autocrático burguês e pela vinculação com segmentos da classe trabalhadora. É justamente a partir da efervescência das lutas e movimentos sociais na década de 1980 que criaram-se as condições políticas para canalizar esforços de rompimento com o conservadorismo dominante no Serviço Social, tendo como importante marcos o 3º Congresso Brasileiro de Assistente Sociais (CBAS), também conhecido como Congresso da Virada<sup>364</sup>, e o redimensionamento de organizações profissionais e seu alinhamento a tais lutas, a exemplo da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (Netto, 2006).

Segundo Netto (2009), outro fator importante para a construção do PEP foi a inserção cada vez maior de assistentes sociais em programas de pós-graduação *stricto sensu*, sobretudo na área do Serviço Social, construindo uma “massa crítica” na profissão e contribuindo para a construção de conhecimentos a ela inerentes. Segundo o autor, um outro catalisador também foi a revisão da formação profissional, buscando a quebra do monopólio teórico-metodológico conservador na profissão a partir de revisões curriculares que visavam a construção de um perfil profissional que seja capaz de responder e compreender de forma crítica as demandas profissionais postas.

A partir desse movimento, a profissão organiza-se, e paulatinamente constrói o seu projeto. Como não se trata do objetivo deste artigo esmiuçar o processo de construção do PEP, cabe ressaltar que não foi um processo homogêneo, localizando-se em um terreno de fortes disputas e correlações de forças na busca da orientação hegemônica da profissão. Atualmente, enquanto elementos constitutivos do PEP, cabe citar as bandeiras de luta do assistente social postuladas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); o Código de Ética Profissional de 1996; a Lei de Regulamentação da Profissão, de 1993 (Lei 8.662/1993); as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996; a Política Nacional de Estágio da ABEPSS; as demais construções

<sup>363</sup> Conforme Netto (2015), no movimento de Renovação do Serviço Social, três perspectivas disputaram a hegemonia: Modernização Conservadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura.

<sup>364</sup> O Congresso da Virada é, nos grifos de Abramides e Cabral (2019), o marco de afirmação da direção social da profissão, alinhando-se às lutas populares, no reconhecimento e luta pelos direitos da classe trabalhadora e na compreensão dos assistentes sociais enquanto trabalhadores assalariados.

Realização:



Apoio:



e produções de orientação crítica da profissão e demais legislações que tenham por objetivo a resguarda e defesa dos direitos humanos e sociais (Horst, 2023); e as instâncias de caráter político e organizativo da categoria (Teixeira; Braz, 2009).

Nessa linha, o PEP concentra forças na construção coletiva de um horizonte societário que supere quaisquer tipos de exploração, que seja capaz de promover a emancipação humana, a ampliação da cidadania, a justiça social, entre outros (Netto, 2009). Desse modo, trata-se de um projeto profissional que, além de defender o exercício profissional e suas condições, vincula-se, também, a um projeto societário, isto é, à superação da ordem vigente e sua transformação. É justamente por isso que se trata de um projeto “ético-político”, uma vez que

permite elevar esse projeto a uma dimensão de universalidade e estabelece um norte quanto à forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses da coletividade ou da “grande política”, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade na práxis social (Iamamoto, 2019, p. 48-49).

Dessa forma, nota-se que as discussões acerca da formação profissional são essenciais constituintes do PEP, materializadas, sobretudo, no projeto de formação profissional que resultou nas Diretrizes Curriculares de 1996, publicadas pela ABEPSS, que aprofunda o movimento encabeçado pela discussão das propostas curriculares de da década de 1980. As Diretrizes canalizam esforços para a construção de uma formação profissional de rigor, a partir de um aparato teórico-metodológico e político que subsidie a compreensão da realidade social a partir de uma lente crítica, de modo a adensar a direção crítica da profissão, visando consolidar um perfil profissional de sujeitos comprometidos com a transformação societária vinculada à radicalização democráticas e aos interesses das classes subalternizadas (Bravo *et al.*, 2019).

A lógica curricular das Diretrizes se organiza em três núcleos, que possuem relação dialógica, sendo eles: Fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Formação sócio-histórica brasileira; e Trabalho profissional (ABEPSS, 1996). Trata-se do esforço de romper a fragmentação característica do processo de ensino e aprendizagem no Serviço Social até o momento, compreendendo o significado da profissão enraizado na história e sua relação frente à “questão social”. O rigor teórico-metodológico e político é basilar nesse processo, com centralidade da dimensão investigativa e da relação do tripé ensino, pesquisa e extensão, que possibilita a interação do discente com a realidade social e captar suas contradições inerentes no movimento do real e do concreto.

No entanto, o contexto de implementação das Diretrizes é extremamente adverso. Trata-se, justamente, de um processo de alteração aprofundada das relações entre o Estado e a sociedade civil, dinamizada pela lógica neoliberal. A exemplo dos resultados dessa desastrosa realidade no âmbito da formação acadêmica em Serviço Social, temos a aprovação, em 2002, das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social aprovada pelo Ministério da Educação (MEC). Para Diniz (2019), as alterações concebidas pela aprovação do MEC são “expressões do conservadorismo institucionalizado”, uma vez que descaracteriza pontos basilares das Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS. Trata-se de um esvaziamento da concepção de uma formação crítica, apagando referências à tradição marxista presentes no documento original e postulando uma formação nos moldes do mercado, que desconsidera os processos contraditórios que cercam o exercício da profissão em sua relação com a reprodução das relações sociais e as lutas sociais travadas em seu terreno histórico.

Em contexto de atrofia das lutas sociais e regressão nos direitos conquistados, a flexibilização e precarização do ensino encontram terreno fértil na formação em Serviço Social, que é captada de forma generalizada pelo setor privado. Não

Realização:

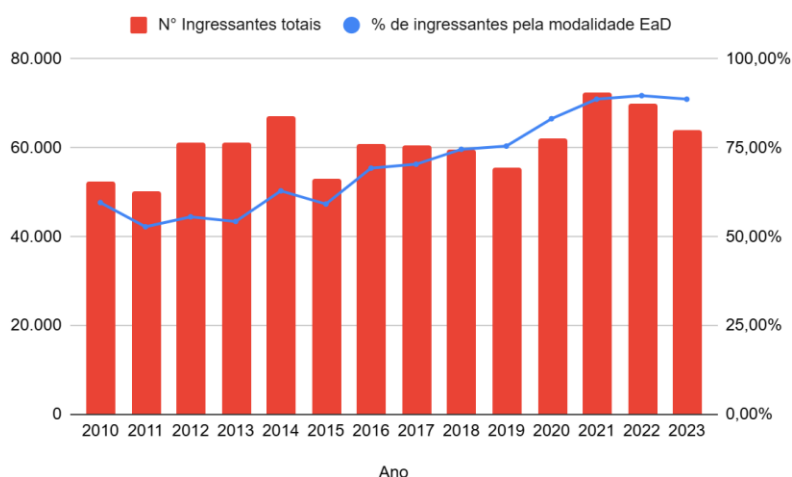


Apoio:



consideramos, pois, que se trata de uma captura inocente, mas extremamente útil ao modo de produção capitalista nas estratégias de manutenção do *status quo*. Nesse contexto, a graduação em Serviço Social se mostra um negócio extremamente lucrativo, sobretudo pelos altos índices de procura e baixa taxa de manutenção por não exigir de forma direta insumos tecnológicos de ponta e laboratórios avançados (Pereira, 2009). A flexibilização do processo formativo localiza no EaD uma estratégia rentável, e capta o Serviço Social, dentre outros cursos, sobretudo localizados nas áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O gráfico a seguir (Gráfico 1) ilustra a realidade de avanço dessa modalidade de ensino no curso em específico:

**Gráfico 1 - Número de ingressantes totais e porcentagem de ingressantes pela modalidade EaD no curso de Serviço Social entre 2010 e 2023**



Fonte: Censo da Educação Superior, 2023. Elaboração própria.

Como observado no gráfico acima, o curso de Serviço Social possui ingresso majoritário pela modalidade EaD. Do início do período observado (2010) até o último ano em que foi realizada a coleta dos dados pelo Censo da Educação Superior (2023), essa foi uma marca constante, mantendo seu número de ingresso sempre acima de 50%. Nos anos de 2010<sup>365</sup> a 2015, nota-se, apesar de se manter em número superior à modalidade presencial, certa instabilidade no ingresso pela modalidade EaD, variando a porcentagem entre quedas e elevações. Entretanto, é a partir de 2016 que se inicia um ascenso contínuo dos ingressantes por essa modalidade, que se mantém crescente até 2022, com uma tímida queda em 2023. Ora, não se pode passar despercebido que o ano de 2020 é o ano em que se instaura o contexto pandêmico da Covid-19, que dentre outras desastrosas consequências,

pôs em evidência o papel da tecnologia na educação para o mercado, acelerou o processo de adaptação dos sistemas de educação e a formação que estava em curso, reforçando discurso e ideologia das oportunidades e resiliência frente aos desafios impostos pelas crises. Da educação remota temporária e emergencial, o salto foi dado para a denominada era digital, com vistas a permanecer no ensino e pesquisa (Guerra; Carrara; Martins, 2022, p. 580).

Os dados quantitativos supramencionados revelam um cenário, sem dúvidas, preocupante, uma vez que subsidiam a afirmação de que o ensino superior em Serviço Social no Brasil é viabilizado, sobretudo, por meio do EaD. Isto é, uma crescente

<sup>365</sup> Apesar da análise de dados da reflexão aqui proposta partir do ano de 2010, Vidal (2016) observa que a concentração de vagas ofertadas para o curso de Serviço Social é majoritária por modalidade de EaD desde 2007.

Realização:



Apoio:





formação de assistentes sociais que obtiveram em suas formações currículos flexibilizados e aligeirados (Bravo *et al*, 2019). Essa modalidade, como bem demonstra a investigação de Vidal (2016), curva-se a um tipo de formação mercadológica, que é confluyente aos interesses mercantilistas e capitalistas, nutridos fortemente pelo discurso individualizante de inserção no mercado de trabalho e também de sua formação profissional.

Essa realidade, no entanto, é plenamente compreendida e contestada pelas entidades de representação da categoria, que em resposta, elaboraram conjuntamente a campanha “Educação não é *fast-food*: diga não para a graduação à distância em Serviço Social”. A campanha reconhece a incompatibilidade entre a formação em Serviço Social e essa modalidade de ensino, compreendendo-a enquanto contrária àquela formação defendida pelo PEP, que se posiciona na defesa de uma educação pública, laica e de qualidade, possibilitando o adensamento e aprofundamento crítico, a partir da interação dialógica entre ensino, pesquisa e extensão, a realização presencial do estágio supervisionado e acesso a material bibliográfico de qualidade (CFESS, 2015). Esse posicionamento é legitimado por uma série de estudos compilados em dois volumes e disponibilizados pelo CFESS que comprovam que as condições nas quais se realiza o EaD em Serviço Social fazem imperativa a sua oposição (CFESS, 2014; 2015).

Contudo, como exaustivamente afirmado, há uma expansão descontrolada dos cursos de Serviço Social pela modalidade à distância, sendo responsável pela constituição de um contingente de assistentes sociais cada vez mais expressivo, ou melhor dizendo, de sua maioria. Trata-se de uma reflexão direta dos efeitos deletérios do capital sob o comando da financeirização, uma vez que o aumento do número de profissionais não acompanha efetivamente a oferta de trabalhos, o que gera um aumento no ritmo de desempregos e agrava as precarizações nos diversos espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais, sobretudo a partir da formação de um exército de reserva da categoria (Iamamoto, 2010). Por conseguinte,

não se trata simplesmente de uma recusa ingênua da tecnologia do ensino a distância, mas de compreendê-la no conjunto das diretrizes norteadoras da reforma do ensino superior, capitaneada pela sua privatização e pela lógica da lucratividade que redireciona os rumos da universidade brasileira. O estímulo ao EAD é um incentivo para a ampliação da lucratividade das empresas educacionais- este sim é o seu objetivo maior- a que se subordina a qualidade do ensino e da formação universitária. É isto que permite vislumbrar, como faces de um mesmo processo, a precarização do ensino e do trabalho profissional (Iamamoto, 2010, p. 441).

Ora, se as entidades compreendem o caráter destrutivo dessa formação, é inegável que a modalidade EaD apresenta barreiras à ação profissional crítica, pautada em uma perspectiva de totalidade e compromissada com os interesses dos sujeitos envolvidos nas políticas sociais. Compromete-se o direcionamento social da profissão e o perfil profissional impresso pelo PEP, uma vez que as defasagens no processo formativo possuem consequências no exercício profissional, tal qual na compreensão da profissão em seu caráter contraditório. Conforme têm demonstrado as representações profissionais, “essa proposta de formação não garante o perfil profissional qualificado para o adequado exercício profissional, pois não atende de forma satisfatória às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa da necessidade profissional” (Vidal, 2016, p. 166).

## Conclusão

As discussões mediadas por este artigo permitem afirmar a incapacidade da formação via EaD captar as exigências necessárias para a ação profissional afinada aos preceitos do Projeto Ético-Político. De caráter fragmentado, precarizado e aligeirado, o

Realização:



Apoio:



modelo de formação característico do EaD cria empecilhos para uma formação sólida, crítica e em consonância com o perfil profissional defendido pelo PEP (CFESS 2014; 2015), em especial pelas Diretrizes Curriculares de 1996, que defendem uma formação mediada pela apreensão histórica, política e teórico-metodológica de rigor, que seja capaz de apreender as contradições que cercam o modo de produção capitalista, assim como os fundamentos e desafios que cercam o exercício profissional (ABEPSS, 1996). Trata-se de um posicionamento alinhado aos anseios da classe trabalhadora, e que localiza no processo formativo um pilar importantíssimo na construção desse perfil profissional, afirmando a indissociável relação entre ensino, pesquisa e extensão. Ora, o Projeto Ético-Político do Serviço Social é mais do que um simples projeto profissional, uma vez que carrega em si também um projeto radical de sociedade, dotado de um horizonte revolucionário que exige uma transformação profunda das bases societárias vigentes.

Em contrapartida, a educação à distância, além de ser uma das expressões do processo de mercantilização da educação, possui um importante papel na construção de uma mentalidade utilitária, que se afina aos interesses do modo de produção capitalista e sua reprodução (Guerra; Carrara; Martins, 2022). No EaD, há um reforço à individualidade, sobretudo pela responsabilização dos discentes pelo processo de ensino e aprendizagem, assim como um foco exacerbado no “como fazer”, com um caráter pragmático que esvazia as possibilidades de uma compreensão teórica sólida (Vidal, 2016). Conforme a autora, trata-se da construção de um perfil profissional cada vez mais flexível, isto é, capaz de se ajustar às necessidades dos empregadores e do mercado de trabalho. Há também uma fragilização e fragmentação do tripé universitário, com condições parcas, quando existem condições para sua realização, dificultando e muitas vezes impossibilitando o contato dos discentes com a realidade social, além de graves irregularidades na realização do estágio supervisionado (CFESS, 2014; 2015).

Em síntese, para o Serviço Social, o EaD, inserido no contexto das contrarreformas da educação superior materializadas sobretudo pela máxima mercantilização do ensino, não é capaz de oferecer as condições necessárias para uma formação articulada com o rigor teórico-metodológico e ético-político que é exigido para a ação profissional afinada ao PEP. Essa modalidade de formação atende em especial aos interesses do capital, e impacta de forma negativa a compreensão da totalidade das relações sociais, impondo barreiras concretas para a atuação crítica frente às expressões da “questão social”, objeto da ação e intervenção profissional. Logo, reitera-se a defesa realizada pelos órgãos representativos da categoria, como o CFESS, a ABEPSS e a ENESSO: a defesa que se faz no âmbito do Serviço Social é do ensino público, laico, de qualidade e presencial (CFESS, 2014; 2015).

Os ataques são constantes e os efeitos são nefastos, no entanto, a teoria de Marx, ao nos localizar enquanto sujeitos da história, nos permite entendermos que a realidade não está dada. Somente a radicalização das lutas sociais, em especial, neste caso, na defesa da educação, é capaz de promover a alteração desse cenário preocupante. Desse modo “não basta somente alcançar as conquistas sociais e pensar na consolidação delas, mas é preciso a disputa e a luta permanente nos processos sociais. Nenhuma luta naturaliza-se consagrada” (Silva, 2019, p. 17).

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de serviço social. Brasília: ABEPSS, 1996

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. 40 anos do “Congresso da Virada”. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira *et al.* (org.). **Congresso da**

Realização:



Apoio:



**virada e o serviço social hoje:** reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2023.** Brasília, DF: Inep, 2023.

BRAVO, Maria Inês de Souza *et al.* O protagonismo da ABESS/ABEPSS na virada da formação profissional em serviço social. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira *et al.* (org.). **Congresso da virada e o serviço social hoje:** reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre a graduação à distância e serviço social. v. 2.** Brasília: CFESS, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre a graduação à distância e Serviço Social. v. 1.** Brasília: CFESS, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Serviço social e profissões da saúde vão ao MEC defender a educação superior presencial.** Brasília: CFESS, 2025. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/noticia/view/2246/servico-social-e-profissoes-da-saude-vao-ao-mec-defender-a-educacao-superior-presencial>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

DINIZ, Maria Clara de Paula. Expressões do conservadorismo institucionalizado: uma análise das diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social homologadas pelo MEC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16, 2019, Brasília, DF **Anais** [...] Brasília/DF; CFESS,, 2019.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 48-65, 2021.

GUERRA, Yolanda; CARRARA, Virginia; MARTINS, Alcina Maria de Castro. Ensino e formação virtuais: a nova estratégia do projeto de educação a serviço do capital. **Katálisis**, Florianópolis, v. 25, p. 570-584, 2022.

HORST, Cláudio. O planejamento e a elaboração do projeto de trabalho no exercício profissional de assistentes sociais. In: Conselho Regional de Serviço Social – Minas Gerais – CRESS-MG. (org.). **A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais.** Belo Horizonte: CRESS, 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (org.). **Serviço social na história:** América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista.** 3ª ed, São Paulo, Global, 1988.

Realização:



Apoio:



MÉSZARÓS, István. A educação para além do capital. (Trad. Isa Tavares). 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 4, p. 141-160, 2006.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e serviço social. **Katálisis**, Florianópolis, v. 12, p. 268-277, 2009.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do serviço social. In: CFESS; ABEPSS. (org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

VIDAL, Karina Caputti. **O ensino a distância**: um reflexo da expansão mercantilizada da educação superior e os impactos no serviço social. 2016. 194f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira *et al.* (org.). **Congresso da virada e o serviço social**: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

Realização:



Apoio:



## EXPRESSÕES DO (NEO)CONSERVADORISMO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Adriana Ramos<sup>366</sup>  
Juan Carlos Siqueira Cardoso

**Resumo:** O Serviço Social brasileiro em sua gênese foi constituído a partir de uma relação endógena com o pensamento conservador. Somente em 1965, com o Movimento de Reconceitualização da América Latina, a profissão rompe com essa perspectiva, tendo como fundamento teórico as influências do campo da tradição marxista. Partindo do método do materialismo histórico-dialético o objetivo é identificar, como tendências (neo)conservadoras, presentes na sociedade brasileira impactam a profissão na atualidade, no que diz respeito à produção de conhecimento. Identificou-se a defesa do denominado de Serviço Social Clínico, de caráter terapêutico com uma intervenção pragmática e tecnicista.

**Palavras-chaves:** conservadorismo; Serviço Social; Projeto Ético-político; produção de conhecimento.

**Abstract:** Brazilian Social Service in its genesis was constituted from an endogenous relationship with conservative thought. Only in 1965, with the Latin American Reconceptualization Movement, did the profession break away from this perspective, grounding itself theoretically in the influences of the Marxist tradition. Starting from the method of historical-dialectical materialism, the goal is to identify how the revival of conservative tendencies present in Brazilian society impacts the profession today, especially concerning knowledge production. The defense of what is termed Clinical Social Work was identified, characterized by a therapeutic nature with a pragmatic and technicist intervention.

**Keywords:** conservatism; Social Work; Ethical-political Project; production of knowledge.

### Introdução

Este trabalho se originou dos estudos realizados a partir da pesquisa “Conservadorismo e Serviço Social: As influências contemporâneas no processo de produção do conhecimento e no trabalho profissional.” As questões centrais que nortearam essa pesquisa se referem a de que forma as tendências conservadoras se encontram na profissão. Até que ponto, após a hegemonia de uma perspectiva crítica na profissão inaugurada nos anos de 1970, ainda temos presente formas de pensar conservadoras no seu interior? Em que medida as tendências conservadoras se imbricam na profissão e quais os tensionamentos que colocam para o projeto ético político do Serviço Social brasileiro? Como a profissão é uma arena de conflitos, a atual hegemonia profissional enfrenta esses embates ratificando a atualidade do projeto ético-político.

A partir de uma revisão bibliográfica e pesquisa documental<sup>367</sup>, localizamos nas produções levantadas no período de 2018 a 2023, entre livros, artigos e lives (recurso

<sup>366</sup> adriana.ramos.4791@gmail.com

<sup>367</sup> Para esta pesquisa foram consultadas as seguintes revistas da área: Libertas, Temporalis, Ser Social, Katálisis, Serviço Social e Sociedade e O social em questão a partir dos descritores Serviço Social; conservadorismo; projeto ético-político; Serviço Social Clínico no período de janeiro de 2018 a janeiro de 2023. Portanto trata-se de uma pesquisa em fontes secundárias. Para além desse material, foram localizadas durante a pesquisa, 1 dissertação de Mestrado e 1 tese de Doutorado, bem como a publicação de dois livros cujo conteúdo defende a proposta do Serviço Social Clínico.

Realização:



Apoio:





audiovisual), um conjunto de materiais que defendem uma perspectiva disruptiva da profissão, e, portanto, o seu redirecionamento em seu projeto crítico. Nesse sentido, observamos a retomada de tendências (neo)conservadoras no âmbito da produção de conhecimento que singularmente defendem o Serviço Social Clínico. O Serviço Social brasileiro, engendrou em seu desenvolvimento sócio-histórico, uma ruptura com o pensamento conservador que esteve presente desde a gênese da profissão. Esse mesmo pensamento contribuiu, no campo da produção de conhecimento, para a construção de uma determinada concepção sobre a profissão, ainda que emoldurado pela matriz positivista, que trata da forma de ser e de se expressar do Serviço Social. Essa forma de pensar vigorou na profissão até os anos de 1970, quando o processo de renovação do Serviço Social brasileiro construiu outras perspectivas para a profissão, redesenhando efetivamente o campo de sua produção de conhecimento a partir da particularidade da realidade brasileira. A profissão no Brasil adere a uma perspectiva crítica de análise das contradições sociais da sociedade capitalista e como esta conjuntura rebate na sociedade brasileira, considerando a exploração, a luta de classes e as expressões da questão social, como eixos constitutivos de análises. Em consonância com essa dinâmica, e como produto sócio-histórico, temos a construção do projeto ético-político que remete a uma particularidade da profissão no Brasil. Desta forma o campo da produção do conhecimento expressou esse processo de ruptura com o pensamento conservador, mas por outro lado, o reascenso do conservadorismo na realidade brasileira pode propiciar uma (neo)conservadorismo na profissão. A exposição a seguir apresenta num primeiro momento como o pensamento conservador se expressou na produção do conhecimento na gênese da profissão, como o processo de ruptura com este pensamento contribuiu para a construção do projeto ético-político e por fim como as tendências (neo)conservadoras reaparecem na profissão a partir da defesa do Serviço Social Clínico.

### **A produção de conhecimento do serviço social na sua gênese: notas sobre a influência das perspectivas conservadoras**

Desde sua gênese na realidade brasileira, nos anos de 1936, o Serviço Social apresenta um conjunto de materiais e referências teóricas que nortearam sua formação e seu trabalho profissional. Ainda que altamente influenciado pela sociologia norte-americana, a partir das décadas de 1940, sempre esteve presente a necessidade de sistematizar informações sobre a profissão. Portanto, genuinamente não há uma produção própria<sup>368</sup> do Serviço Social brasileiro, que somente foi configurada a partir dos anos de 1970. Mas não se pode desconsiderar que há um compósito de produções que revelam as formas de ser e pensar da profissão a partir de determinadas referencialidades teóricas. Portanto o que se segue são problematizações acerca destes conteúdos que são localizados em livros, textos, anais de congressos dentre outros.

Para que possamos pensar acerca da produção do conhecimento, e aqui particularmente sobre o Serviço Social, é necessário situá-lo num determinado contexto social, político, econômico e cultural no qual se encontra inserido. Portanto, aqui se traz a perspectiva da construção de uma sociedade burguesa frente às instabilidades capitalistas, orgânicas a sua própria natureza, que coadunam com as dinâmicas repressivas e contraditórias desse mesmo sistema.

---

<sup>368</sup> Até a década de 1950, eram raríssimas as produções do Serviço Social brasileiro considerando que seu diálogo consistia basicamente com a literatura norte-americana, oriunda das Ciências Sociais e que abordavam questões muito mais tecnicistas do que teóricas, ainda que a concepção de sociedade, mundo, homem estivesse atrelada ao Positivismo.

Realização:



Apoio:



É nesse sentido que, historicamente, o conhecimento científico nunca performou um lugar de neutralidade dentro da conformidade burguesa. No caso das ciências sociais, por exemplo,

É importante atentar para o fato de que o conhecimento científico, como força instrumental do desenvolvimento da sociedade, constitui-se objeto de disputa de interesses. O interesse social das classes é radicado nas determinações e relações fundantes da vida social, formatada pelas relações de produção e reprodução social (Oliveira; Santos, 2020, p. 64).

Isto é, a fundamentação das bases históricas estudadas pelas áreas das Ciências Sociais, trazidas aqui nas suas particularidades, como área do conhecimento, se dá necessariamente no bojo do capitalismo industrial, entre os séculos XVIII e XIX. O que fomenta a construção e proposição de frentes como o Positivismo, que em sua estrutura possui uma perspectiva a-crítica e a-histórica frente às dinâmicas capitalistas. Ou seja, tais ciências ocuparam o lugar da racionalidade, no sentido da criação de um discurso e justificativa, para legitimar a permanência da burguesia no poder. A este período histórico corresponde a leitura social que prima pela validação da sustentação de uma impossibilidade de modificação dessa seara em vista de uma nova ordem social que, supostamente, se deflagra num viés utópico (Escorsim Netto, 2011).

Na realidade brasileira, é perante a mobilização estatal e dos interesses da classe economicamente dirigente (burguesia agrária e industrial) que, as “damas de caridade”, com interlocução direta com a Igreja Católica e sua Doutrina Social, assumem um papel fundamental no trabalho com os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, no sentido de conter os conflitos, as lutas e reivindicações, que para as elites dirigentes representavam uma ameaça à ordem instituída. O trabalho profissional, portanto, se assentava numa perspectiva muito mais voltada para o movimento de recristianização da sociedade, difundindo um ideal anticapitalista e antiliberal, subsidiada mais fortemente em princípios morais do que teóricos. O “caráter missionário da intervenção privilegiava a dimensão restauradora dos bons costumes e da moral, abalados no nível das relações sociais (Andrade, 2008, p. 271)”. Mas com seu desenvolvimento na sociedade bem como das reivindicações da classe trabalhadora para a qual destinava seu atendimento, a profissão necessita aprimorar seus conhecimentos não somente técnicos mas também teóricos, considerando que “as assistentes sociais pioneiras tinham a legitimação de seu trabalho limitada pela intervenção advinda da missão do apostolado social e que, agora, passava a ficar a cargo do mandato institucional” (Andrade, 2008, p. 268), o que lhe imputou um arranjo teórico-doutrinário.

Nos anos de 1945-47, assistentes sociais apresentaram uma preocupação, de construção de uma elaboração de critérios teóricos e técnicos para nortear sua atuação profissional e que contribuíssem para sua legitimação nos espaços sócio-ocupacionais que estavam inseridas. A concepção de profissão, no âmbito da matriz positivista, se atinha a uma prática individualizada que pretendia agir sobre os desajustamentos familiares e sociais, centrada em políticas que visavam o desenvolvimento, adequando sua metodologia a esta questão com ações promocionais, preventivas e corretivas (Netto, 1991). Sobre os problemas sociais, a proposta se centrava no diagnóstico social e no tratamento de seus aspectos superficiais, considerando que estes eram responsabilidades individuais, no sentido de correção desses indivíduos, portanto a reforma de caráter, proposta defendida por Mary Richmond está presente nesse contexto. Como exemplo, a profissão toma para si o caráter disciplinador e moralizador, “por meio do Serviço de Alimentação da Previdência Social, o SAPS (1940); da assistência social, [e] por meio da Legião Brasileira de Assistência, a LBA (1942), [que são] instituições com forte influência da eugenia (Ferreira, 2025, p. 66)”. Sob essa perspectiva, a partir do início do século XX, o movimento eugenista emerge com a defesa do ideário das teorias raciais e evolutivas, sendo respaldada por princípios

Realização:



Apoio:



científicos, onde há o pressuposto de superioridade e inferioridade de raças. Conforme de Souza, esse movimento se expressa “na possibilidade de empregar a ciência e a técnica para eliminar as imperfeições humanas e apressar o processo de evolução biológica das futuras gerações” (De Souza, 2022, p. 94). Compreendendo a particularidade brasileira, o que temos enquanto prática referenciada numa determinada racionalidade, se aproxima da chamada “eugenia preventiva”.

A Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth foi fundada em 1944 no Rio. Essa Escola formou nutricionistas e assistentes sociais sob a Secretaria de Saúde e Bem-Estar, vinculada à Prefeitura do Distrito Federal. Iniciada por Clementino Fraga, médico influenciado pela eugenia, a Escola visava moldar o “bem-estar” social segundo os princípios eugênicos, conforme registrado por uma das assistentes sociais pioneiras do Rio, Maria Esolina Pinheiro (1985). Esolina inclusive menciona que as medidas de amparo médico-social aumentaram naquele momento, com consultórios de pré-natais, institutos de puericultura e de higiene infantil. Além disso, as medidas educativas, como visitas domiciliares, passaram a ser necessárias para disseminar os princípios da eugenia e da puericultura (Ferreira, 2025, p. 72).

Nesse sentido identifica-se que os registros sobre atuação profissional continham particularidades da influência de parâmetros teóricos oriundos dos campos das ciências sociais e biológicas para a explicação de uma determinada realidade, bem como subsídio para sua intervenção, que se expressa na divisão de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, tendo como referenciais autores norte-americanos. No período de 1947 a 1961, conforme influência do Serviço Social Norte-Americano desenvolve produções a partir do “metodologismo e desenvolvimentismo”, que guardam uma relação com o conservadorismo, mas que aqui não serão tratadas pela natureza deste trabalho.

### **Movimento de reconceituação e o processo de renovação do serviço social brasileiro: a ruptura com o conservadorismo e a construção do projeto ético político**

Como brevemente sinalizado, o Serviço Social brasileiro apresenta uma particularidade no seu processo de desenvolvimento sócio-histórico. A partir dos anos de 1965, ocorrerá uma inflexão não só na profissão no contexto da América Latina, mas especificamente no Brasil. Esse movimento se constituiu como um questionamento ao Serviço Social Tradicional. Ou seja, serão construídas problematizações que repensam a função social e a direção da profissão, partindo de uma perspectiva crítica oriunda da apreensão dos textos vinculados ao campo da tradição marxista, questionando assim as bases teóricas da profissão, na sua herança conservadora.

De acordo com as análises de Netto (1991), o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, se expressou em três momentos que ocorreram de forma concomitante, ou seja, o Serviço Social brasileiro incorporou influências de perspectivas teóricas distintas num mesmo espaço temporal. A perspectiva modernizadora, dos quais os documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) são emblemáticos, que apresenta uma modernização nas formas de atuação profissional, mas preserva dimensões conservadoras, vinculadas ao Positivismo; a reatualização do conservadorismo, perspectiva expressa no documento do Sumaré (1978) que congrega sua essência e será subsidiado pelas tendências fenomenológicas, que também guarda relação com o conservadorismo e a intenção de ruptura, que tem seu marco inicial com o Método de Belo Horizonte (Método BH) no período de 1972 a 1975. Portanto, foi na vertente de intenção de ruptura, que o Serviço Social brasileiro, construiu uma perspectiva crítica de análise acerca da sociedade capitalista. Desta forma passou a considerar as

Realização:



Apoio:



contradições sociais, a luta de classes, as expressões da questão social como inerentes ao sistema capitalista, a exploração da classe trabalhadora, o significado social da profissão e sua condição de assalariamento, agora compreendida nos marcos da divisão sociotécnica do trabalho, como especialização do trabalho coletivo. Em um cenário no qual a ditadura empresarial-militar inicia seu processo de erosão, a sociedade brasileira vivencia níveis significativos de desemprego, altas taxas inflacionárias, carestia, e os movimentos sociais e organizações políticas e sindicais, se colocam no cenário novamente pelo processo de redemocratização. É este caldo político, econômico e social que contribuirá para que a profissão se aproprie do debate crítico e construa uma nova cultura profissional. Na sequência da experiência do Método BH que findou em 1975, a perspectiva crítica se espalhou pela categoria. Articulado a esta proposta, através da vanguarda profissional, temos o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), ocorrido em 1979, conhecido como “Congresso da Virada”, que confere legitimidade a todo esse processo de questionamento vivenciado pelo Serviço Social brasileiro. Este momento foi responsável pelo evidente posicionamento disruptivo dos profissionais frente às nuances antidemocráticas de um sistema opressor inserido numa relação conjuntural oriunda de países de capitalismo central e uma lógica reguladora e justificável para as mazelas da sociedade. Nesse sentido, o III CBAS se configura como um divisor de águas para o Serviço Social brasileiro na medida em que rompe com o conservadorismo na profissão em favor de uma renovação histórico-crítica vinculada a defesa dos interesses da classe trabalhadora, contestando perspectivas endógenas na análise da profissão. Essa ruptura com o pensamento conservador produz desdobramentos expressivos para a profissão no que se refere à formação e ao trabalho profissional. Portanto é nesse bojo que a profissão intensifica e consolida a sua formação de massa crítica a partir de sua aproximação com leituras das obras de Marx, o que derivou em diversas conquistas para a profissão, uma delas, e, a mais expressiva, foi a construção do Projeto Ético-Político.

Um projeto de profissão que forja um novo *ethos*, uma nova cultura profissional e que constitui uma outra direção social estratégica, na qual estabelece a vinculação com interesses da classe trabalhadora, onde bases progressistas, democráticas e emancipatórias assumem destaque. Segundo Forti e Ramos (2018, p.85), “[este é] um projeto profissional que critica a ordem social instituída, [e] busca o rompimento com valores e as ações nas quais o conservadorismo impregnou [...] a profissão”. Como um projeto profissional ele contém intencionalidades, bem como projeções articuladas as análises das questões concretas que estão postas na realidade social e pressupõe uma competência teórica e política subsidiada em valores éticos que direcionam a intervenção profissional. Seu conteúdo, marcado pela centralidade do trabalho como categoria fundante do ser social, é fundamentado em valores civilizatórios como produtos sócio-históricos das lutas da classe trabalhadora, e que subsidia a intervenção prática, social e política na realidade social, articulando as dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Contempla a crítica à racionalidade burguesa, a análise da condição de assalariamento da profissão, a unidade entre teoria e prática, tratando-as como a unidade na diversidade, e é comprometido com a construção de outra ordem societária.

Ainda que este projeto até a atualidade tenha a hegemonia no Serviço Social brasileiro, inclusive no campo da produção de conhecimento, não significa dizer que ele é único, pois a profissão também compreendida como uma arena de disputas, apresenta outros projetos profissionais. Partindo da pesquisa realizada, identificamos que há um debate sobre a reforma de seu projeto profissional. Esta discussão se concentra na defesa do Serviço Social Clínico, que abordaremos em seguida.

Realização:



Apoio:





## **A produção do conhecimento no serviço social brasileiro: disputas com o projeto profissional crítico**

Considerando as análises realizadas pela pesquisa, identificamos que no conjunto de produções do Serviço Social brasileiro, ainda que a maioria esteja em consonância com os princípios do projeto ético político, destaca-se um material que defende o Serviço Social Clínico, como uma especialização da profissão. Em estudos destes textos e dos recursos audiovisuais, identificamos que a produção deste debate está sendo permeado por perspectivas (neo)conservadoras, que como vimos, foram superadas pela profissão no contexto brasileiro. Esse processo é composto por um grupo de assistentes sociais que demandam para o conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)/Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) a possibilidade do exercício de práticas terapêuticas, como trabalho profissional, alegando que a fundamentação teórico-metodológica construída pela profissão e materializada no projeto crítico profissional, não dá conta da dimensão da subjetividade. Ou seja, na proposta do Serviço Social Clínico no Brasil, há a predominância de abordagens terapêuticas, de cunho individual, onde há a preocupação de ser trabalhada a psique do indivíduo e a sua subjetividade. De acordo com Cunha e Nunes (2020), nesta perspectiva, há a defesa de um trabalho profissional que se subsidie “no autoconhecimento, [...] na mudança subjetiva, no reforço da dinâmica interna de cada indivíduo, na autoestima, [...], na potencialização da força da vida interna” (Cunha; Nunes, 2020, p. 332). Segundo os dados extraídos da pesquisa, o Serviço Social Clínico ao invés de atuar nas expressões da questão social, objeto do Serviço Social, está centrado na perspectiva do ser humano e de promover seu bem-estar social, sem a problematização da conjuntura social, política e econômica produzida pelo capitalismo. Portanto é uma abordagem que apresenta uma inclinação a isolar o indivíduo da totalidade de um contexto de precarização das condições de trabalho, das dificuldades em acessar a rede pública de saúde e educação, das questões que provocam o desemprego, dentre outras. Sobre o Serviço Social Clínico, de acordo com Cunha e Nunes (2020) há uma tendência a psicologização, com enfoque na terapia familiar, envolvendo atendimentos individualizados e plano de tratamento psicossocial extraído da anamnese social, oficinas terapêuticas, estudo trigeracional, entre outras.

Nessa perspectiva, a ação profissional se encontra centrada na elaboração de um diagnóstico atrelado a uma forma de tratamento para os problemas emocionais, comportamentais, o que caracteriza uma ênfase na dimensão subjetiva. Desta forma a desenvolve-se uma prática clínica, que seriam formas de intervenção profissional (Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul, 2018). Portanto, os referenciais teóricos acionados para este propósito, estariam vinculados ao campo da Psicanálise, da Psicologia, da Psicoterapia. (Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul, 2018). Com esta compreensão, define-se que o Serviço Social Clínico é uma prática vinculada a um processo terapêutico, de abordagem psicologizante, cuja finalidade é lidar com os conflitos psicossociais dos indivíduos para a superação de seus desconfortos e sofrimentos emocionais. Para Oliveira (2020), o assistente social “deve mesclar a capacidade científica de produzir conhecimento para intervir na realidade e trazer resultados tangíveis e satisfatórios aos seus clientes, [...] que espera um profissional comprometido com o bem-estar, justiça e dignidade humana” (Oliveira, 2020, p. 2). Essa proposta realoca elementos conservadores, considerando que sua fundamentação teórica se assenta em perspectivas já superadas pelo Serviço Social brasileiro e apresenta um ecletismo teórico na medida em que se recorre a conhecimentos distintos, que são apresentados de forma mesclada, pois apresenta conteúdo oriundo das Ciências da Gestão, da Logoterapia, das Ciências Humanas e Naturais. Para Cunha e Nunes (2020) “apresentam [...] as vertentes teóricas da Psicanálise, Psicoteologia, Teoria Sistêmica, Teoria Construtivista [e] Antropologia

Realização:



Apoio:





Cultural, dentre outras” (Cunha; Nunes, 2020, p.332), que em determinados momentos dialogam com o pragmatismo e a teoria geral de sistemas. Portanto acenam para tendências (neo)conservadoras que se apresentam com um verniz de modernidade.

Esse movimento, ao invés de possibilitar o entendimento crítico acerca das contradições no âmbito do trabalho profissional, acaba por ocultar os tensionamentos presentes na realidade concreta e desta forma não contribui para o desvendamento da essência dos fenômenos sociais. Os valores que estão contidos nesta proposta, como dignidade humana, retoma para a profissão, princípios do neotomismo que influenciou a profissão na sua gênese quando no diálogo com a Doutrina Social da Igreja. No Serviço Social Clínico a sociedade não é tratada no seu caráter de contradição de classes, mas sim um lugar onde se operacionaliza o bem-estar social, conforme a citação nos indica. Mas se partirmos do entendimento dessas contradições e da lógica do capital, compreenderemos que perseguir esse tipo de sociedade na ordem do capital é inviável, pois a existência das desigualdades sociais é insuprimível desta dinâmica capitalista. Portanto, a menção sobre a construção de uma sociedade mais justa e digna com soluções (como se fosse viável, no sistema capitalista, solucionar as desigualdades sociais) para seus clientes, através de serviços dignos, ao invés de primar por uma sociedade emancipatória, sem exploração e opressão de classes, busca uma estrutura que não “cabe” nesta realidade social. Tal compreensão revela a utilização da empiria e do pragmatismo, como forma de explicação dos processos sociais, o que denota, novamente, a presença de tendências (neo)conservadoras contidas nesta análise.

## Conclusão

Compreender a processualidade histórica da profissão a partir da sua face interventora numa perspectiva crítica é compreender que o próprio Serviço Social apresenta diversas frentes que buscam apontar formas como a profissão deve caminhar. Contudo é imperioso pontuar que, partindo da perspectiva da tradição marxista e das mudanças do próprio sistema capitalista, que foram responsáveis por nortear uma mudança profissional juntamente com a ditadura empresarial-militar no Brasil, há uma necessidade de uma reorientação da dimensão técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. Isto é, a ruptura com o conservadorismo não somente aproximou o Serviço Social das perspectivas marxistas da área do conhecimento das Ciências Sociais, mas também possibilitou a imersão na leitura da realidade social a partir das contradições deste próprio sistema e sua historicidade.

E negar este chão histórico e retomar as origens da profissão a partir da tônica da defesa do campo *psi* como forma de intervenção é negar o “fazer” do Serviço Social brasileiro hodierno e redirecionar a categoria para a submissão às demais profissões, bem como a psicologia, psiquiatria e psicanálise. Ou seja, pode haver uma tendência onde o Serviço Social perde a sua particularidade enquanto área do conhecimento e se torna um suporte para essas demais categorias.

Isso também é reflexo da dimensão conservadora enquanto pilar primordial de sustentação de uma classe que fora revolucionária e outrora findou com os aspectos progressistas para primar pelos interesses do capital. É nesse movimento que se espraia para toda a sociedade as formas como a da decadência ideológica burguesa, condicionada por perspectivas pós-modernas, acríticas e que fomentam formas de análises perspectivas que se aproximam da individualização das expressões da questão social como respostas a serem concebidas na psique, e não na materialidade expressada por essas contradições capitalistas.

Na literatura do Serviço Social brasileiro construiu-se uma hegemonia que defende uma leitura dessa sociedade capitalista na sua totalidade como um todo e não fragmentada e individualizada como se pudéssemos dar conta de explicar essa realidade. Em contrapartida, os contínuos processos de crise, os avanços

Realização:



Apoio:



ultraconservadores, a acentuação da miséria e governos que demandam dos assistentes sociais práticas focalistas que concebem apenas parte da real problemática, fazem realçar uma dimensão conservadora.

Logo, esta leitura sobre a profissão se distingue largamente da concepção defendida pelo projeto profissional crítico, no qual se analisam os movimentos da realidade social em suas contradições sociais, onde há o entendimento dos processos de formação sócio histórica dos países em suas particularidades, onde há a compreensão do surgimento das expressões da questão social e que ela é insuprimível da ordem do capital, onde há a compreensão acerca da conjuntura social e política no qual ele é produzido, sobre as modificações pelas quais a sociedade brasileira é configurada. Premente ter profissionais que mobilizem sua capacidade intelectual e investigativa, baseada numa capacidade crítica, propositiva, decifrando para além da aparência dos fenômenos sociais que se manifestam na realidade concreta, para que, a partir deste movimento instaurado pela razão crítica dialética, possamos construir alternativas de enfrentamento às questões postas. Portanto um profissional que vá para além das demandas institucionais e imediatas, numa perspectiva de totalidade, se apropriando com as devidas mediações, das demandas dos usuários, compreendendo os interesses contraditórios que estão postos nos espaços sócio-ocupacionais.

## Referências

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social Brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

CUNHA, Angely Dias da; NUNES, Ariadna. Aspectos do conservadorismo higienista no Serviço Social clínico: implicações para o projeto ético-político profissional. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 328-350, jul./dez., 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.34019/1980-8518.2020.v20.31729>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

DE SOUZA, Vanderlei Sebastião. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 42, jan./abr., 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n89-06>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

ESCORSIM NETTO, L. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Gracyelle Costa. A origem da política social no Brasil: eugenia, questão social e a atuação de visitadoras, enfermeiras, nutricionistas, e assistentes sociais. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XXVIII, n. 62, p. 61-88, maio/ago., 2025. Disponível em: <<http://doi.org/10.17771/PUCRio.OSQ.69928>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

FORTI, Valéria; RAMOS, Adriana. Contribuições à discussão do trabalho do assistente social na área da saúde: projeto profissional crítico e algumas demandas recorrentes. In: RAMOS, Adriana; SILVA, Letícia Batista da; PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **Serviço social e política de saúde**: ensaios sobre trabalho e formação profissional. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2018. p. 83-106.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 3ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Serviço social para corajosos**: entre falácias, mitos, e realidade carne e osso. Maringá: Editora Viseu, 2020.

OLIVEIRA, Rayane Noronha; SANTOS, Tássia Monte. A relevância da pesquisa para o serviço social: conquistas e desafios permanentes das diretrizes

Realização:



Apoio:



curriculares. **Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 63-71, jan./abr., 2020.

SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL (SASERS). II **Seminário Serviço Social Clínico**: um debate inadiável. Porto Alegre: SASERS, 2018. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1hjC6DprLa7YZ0rJ1faVzpyYwFGRbs45m/view>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



## UMA VISÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO NOVO PELAS REVISTAS DO INCP<sup>369</sup> (1941-1945)

João Pedro Marques Curty Lage<sup>370</sup>

**Resumo:** Este trabalho analisa as distintas visões do Serviço Social durante o Estado Novo, a partir de publicações em revistas vinculadas ao Instituto Nacional de Ciência Política (INCP). Problematisa o conservadorismo na história da profissão, revisitando documentos históricos, artigos e conferências sobre o Serviço Social na década de 1940. Conceitos como “reajustamento social” e a relação da profissão com o higienismo e o controle foram evidenciados nas leituras. Além das perspectivas em torno do significado da profissão, pode-se perceber uma confluência da concepção varguista do “problema nacional” e as respostas profissionais construídas pelo Serviço Social.

**Palavras-Chave:** Serviço Social; Conservadorismo; Estado Novo;

**Abstract:** This study analyzes the distinct views of Social Work during the “Estado Novo” period, based on publications in journals linked to the National Institute of Polical Science (INCP). It problematizes conservatism in the profession’s history by re-examining historical documents, articles, and conferences on Social Work in the 1940s. Concepts such as “social readjustment” and the profession’s relationship with hygienism and control were evidenced in the readings. Beyond the perspectives surrounding the meaning of the profession, a confluence can be observed between the Vargas-era understanding of the “national problem” and the professional responses developed by Social Work.

**Keywords:** Social Work; Conservatism; Estado Novo

### Introdução

*“O Estado não é mais que um serviço social organizado”  
Almir Andrade<sup>371</sup>, Cultura Política, 1943.*

O trabalho trata-se de uma análise sobre as diferentes visões do Serviço Social a partir de uma análise das publicações de revistas veiculadas pelo Instituto de Ciência Política (INCP) nos períodos de 1941 até 1945 e publicadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo (Paiva, 2015; Martinelli, 2015). O conservadorismo na profissão é problematizado, em algumas vezes, sem que retomemos, ao menos com algum grau de aproximação, às publicações e os documentos que materializam essas concepções profissionais conservadoras na origem da profissão. Consideramos que esse retorno na história da profissão, frequentemente sintetizada na categorização de um “serviço social conservador”, permitirá uma análise de maior profundidade historiográfica na discussão do conservadorismo na história da profissão. Para que possamos, por meio de sucessivas aproximações, depreender continuidades e rupturas que foram articuladas no interior da

<sup>369</sup> Instituto Nacional de Ciência Política.

<sup>370</sup> Assistente Social na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: joaocurtylage@gmail.com

<sup>371</sup> Almir Andrade é considerado um intelectual que atuou ativamente na administração do Estado Novo.

Realização:



Apoio:



profissão no contexto da virada crítica em oposição ao seu passado tradicionalista, patriótico e conservador. Assim como, das permanências entre o passado e o presente e dos desafios e “fardos” do nosso tempo histórico. Do ponto de vista da conformação do pensamento conservador no Serviço Social, aderimos a posição de Boschetti (2015) que “o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional. Por vezes explícita, por vezes implicitamente, sempre esteve presente, e não é uma exclusividade do Serviço Social” (Boschetti, 2015, p. 638). Desse modo, não se pretende aqui nenhum grande ineditismo, apenas contribuir para produção de conhecimento no campo das íntimas e, paradoxalmente, contínuas e sofisticadas relações da profissão com o conservadorismo, não sendo ainda uma exclusividade da profissão.

A análise dos artigos, documentos e materiais encontramos nas revistas do INCP permitem uma indagação de que, além do Estado Novo operar enquanto um mecanismo institucional de propulsão e dinamização para o desenvolvimento da profissão em solo brasileiro, pela constituição de um mercado de trabalho pelas intervenções contínuas e sistemáticas nas expressões da “questão social” na “ordem societária comanda pelo monopólio” (Netto, 2017, p. 68). Algumas profissionais do Serviço Social atuaram ativamente na ditadura varguista e na promoção da programática ideopolíticas desse projeto. Essa aproximação analítica conduz, substanciada em profundas mediações e determinações sociopolíticas e econômicas, ao lugar institucional de intelectuais orgânicas do Estado novo. Na medida que são reesponsáveis pela constituição de um caráter técnico-científico no tratamento da noção de “desagregação social”, calhada como um dos fatores limitadores do desenvolvimento da nação. Ademais, também atuarão no campo da reprodução ídeo-cultural dos componentes constitutivos do projeto varguista e das expectativas de comportamentos sociais, valores e sociabilidade urbano-industriais para esse sujeito necessário ao processo modernizador. A partir da análise dos materiais, consideramos que sucedeu em alguma medida, uma confluência entre o entendimento em voga do “problema nacional” do Brasil, do ponto de vista do Estado Novo e do Getúlio Vargas, junto às técnicas, concepções socioprofissionais e funções objetivadas pelos profissionais do Serviço Social. A lógica que encontramos é do Serviço Social, ora enquanto “*profissionalidade*” particular e, ora enquanto uma “*ação político-estratégica governamental*” ampliada de enfrentamento à “desagregação social”<sup>372</sup> e aos atrasos da noção em voga de “desenvolvimento e ordem nacional”. Notamos que nesse encontro, ambas visões se hibridizam, e consideramos que até hoje, seus ecos ressoam<sup>373</sup> na profissão. Mesmo na contemporaneidade, é corriqueira uma dificuldade, por parte de alguns profissionais e pela sociedade, o exercício da diferenciação dos projetos de governo e das políticas públicas, do projeto profissional do Serviço Social e das particularidades da sua arquitetura e dos seus componentes teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operativos.

O resgate dos materiais e documentos históricos da profissão é constitutivo do processo teórico-investigativo de que “A história deve ser escovada a contrapelo. A história da cultura como tal é abandonada: ela deve ser integrada à história da luta de classes” (Benjamin, 1981, p. 1240). Assim, a identificação dos mecanismos do conservadorismo e das suas permanências deverá englobar uma análise de como sua justificação foi construída na cultura profissional a partir da sua inscrição na história da luta de classes. Igualmente, essas posições teóricas que podem aparecer inicialmente como percursos individuais e intelectivos ou partes de uma posição passiva na ordem

<sup>372</sup> A utilização desse termo se dá pela leitura dos próprios intelectuais da época das motivações do “problema nacional” e do problema que deveria ser enfrentado pelo Serviço Social, seja enquanto profissão, seja enquanto uma política estratégica de ação do governo, como poderá ser observado nos textos e documentos analisados.

<sup>373</sup> Inclusive, Vasconcelos (2015) apontará como os dispositivos teórico-políticos da própria política de assistência social são incorporados por profissionais no exercício profissional como uma “veiculação natural” e descaracterizando a “questão social” e as noções que fundamentam no projeto profissional teórico-crítico (Vasconcelos, 2015, p. 292).



da cultura, denotam um processo vivo de luta de classes e dos usos das ciências e das ciências humanas e sociais em um caráter pragmático-instrumental pelas classes dominantes. A promoção da ruptura com as permanências do conservadorismo e das suas expressões contemporâneas é um processo contínuo, pois a sociabilidade e as contradições que são capazes de produzir o conservadorismo, a barbárie e o reacionarismo são partes da ordem socio-reprodutiva do capital e da raiz anti-humanista constituída no interior das contradições do modo de produção capitalista. Como genuinamente analisado por Lukács (2007, p. 26), assim como o fascismo, é necessário “Erradicar suas raízes espirituais e morais”. Para isso, o autor dirá que é fundamental a instituição de uma “concepção democrática de mundo” e da indispensabilidade em “reconhecer que as ideologias jamais podem ser neutras em face do aristocratismo e da democracia e que toda atitude filosófica implica uma tomada de posição em relação à democracia” (Lukács, 2007, p. 48).

### **Resultados e discussão:**

O Instituto Nacional de Ciência Política (INCP) foi uma instituição de perspectiva político-acadêmica que atuou no contexto do Estado Novo (1937-1945). O instituto é considerado um veículo significativo de propaganda dos ideais referenciados pelo projeto de sociedade brasileira matizado pelo programa do Estado Novo, além de uma via privilegiada para intervenção e atuação de uma elite intelectual que apoiava ativamente as políticas do governo. (Martinelli, 2020). Nesse desenho, “O Estado Novo promoveu um novo tipo de relação com as elites intelectuais, trazendo-as para o centro de reflexão e execução do seu projeto de construção de uma nova sociedade enquanto nação” (Ibid., p. 540). Apesar de não ser um órgão oficial do governo, e dessa forma, ser dotado de alguma autonomia, o INCP operou sinteticamente enquanto uma extensão ídeo-política do Estado Novo, na hegemonização e particularização ideológica das perspectivas teórico-políticas que foram instituídas e socializadas neste projeto junto às elites econômicas e ao processo de modernização e industrialização do Brasil. Ainda que esta relação, entre o mundo da produção e os intelectuais, não seja imediata, mas “mediatizada” pelas determinações do contexto social e pelo conjunto das superestruturas (Gramsci, 1979). De maneira muito particular, os intelectuais na ditadura varguista são incorporados na estrutura burocrático-administrativa do Estado e na produção de uma gama de materiais teórico-políticos para manutenção dos processos de dominação e produção de um respaldo científico para um projeto político-ideológico de Getúlio Vargas.

As revistas vinculadas ao INCP e demais publicações foram digitalizadas e tratadas pela Hemeroteca Digital Brasileira e disponibilizadas de maneira online, a Hemeroteca é vinculada à Biblioteca Nacional do Brasil. Do ano de 1940 até 1945 foram digitalizados 40 números da “Revista Ciência Política” e documentos diversos do instituto, incluindo nesse acervo: artigos, palestras proferidas, conferências, entrevistas etc. Em uma simples busca a partir do descritor de pesquisa, “Serviço Social”, localizamos 107 ocorrências do termo nas edições de 1940-1945. Esse quantitativo foi apenas da primeira revista analisada, com diferentes perspectivas em torno da profissão, e da emergência de algumas contribuições de Assistentes Sociais e de outros intelectuais da década de 1940. Pretendemos aqui, realizar uma análise dessas concepções de Serviço Social presentes nesses documentos, considerando o ponto de partida de que Estado Novo, foi dinamizador da profissionalização do Serviço Social no Brasil (Iamamoto, 1982; Silva, 2006; Andrade, 2008). Os documentos do INCP são vinculados em três revistas específicas: a “Revista Ciência Política” (1940-1945) e a revista “Revista Cultura Política”. (1941-1945) e a revista “Visão Brasileira” (1938-1949) que teve uma participação mais pontual no INCP.

Realização:



Apoio:



O primeiro trabalho localizado com o descritor de pesquisa “Serviço Social” é de 1941 e foi publicado na “Revista Ciência Política”. O documento é a transcrição de uma conferência realizada por Maria Isolina Pinheiro<sup>374</sup>, vinculada no momento da conferência à Escola de Serviço Social da Cruz Vermelha Brasileira, e tematizou a importância das “obras sociais” da primeira-dama Darcy Vargas. O convite para a conferência de Pinheiro (1941) foi realizado por Pedro Vergara<sup>375</sup>, jurista e diretor do INCP que nutria fortes relações com o governo. A conferência foi dividida em duas grandes publicações da revista. Na abertura da conferência, a autora recorre ao recurso comparativo, para debater sobre o lugar da mulher na sociedade brasileira ao longo da história e dirá que: “As realizações contemporâneas da mulher em todos os quadrantes da vida [...] desmentem a crítica ligeira dos maldizentes que vislumbam sempre, na obra feminina, quando transpõe o cadinho da rotina ou da mediocridade, o auxílio oculto do homem, ou, a análise negativa dos que, ainda proclamam, fundados em dados biológicos que os fatos teimam em desmentir” (Pinheiro, 1941, p. 37).

De modo curioso, Pinheiro (1941) posicionará em uma crítica embrionária da questão da mulher na sociedade brasileira no início do século XX, para pensar o papel das “obras sociais” da primeira-dama e da construção desse lugar no contexto político e institucional, uma espécie de “feminismo conservador”. A Assistente Social afirmará centralidade de Darcy Vargas nas políticas sociais da ditadura varguista e dirá: – “Bem-dito ficará sendo, entre os nomes das mulheres que amaram nosso pátria e seus filhos, o da sra. Darcy Vargas” (Pinheiro, 1941, p. 42). Ainda, no tocante ao lugar da mulher na estrutura social brasileira e mundial, a autora dirá que: “Com a emancipação iniciada pela cultura a mulher pode ostentar as graças de sua inteligência nos salões literários e estender a sua atuação aos conselhos dos governos” (Pinheiro, 1941, p. 37). Em uma reflexão sobre a relação entre público e privado e em que medida essas relações processam deslocamentos no âmbito razão modernizadora do Estado e da industrialização. Paradoxalmente, a autora era vinculada ao Laboratório de Biologia Infantil do Rio de Janeiro (LBI)<sup>376</sup> e as teorias eugênicas e ao racismo científico no Brasil dos anos 1930-40. A despeito dessa relação, diferente da sua monografia de 1938, ela afirmará em 1941 que os fatos desmentem a “análise negativa” fundada em dados biológicos.

Sobre os aspectos teórico-metodológicos da profissão e, especificamente, uma “visão do Serviço Social” como pretendemos analisar, a autora afirma que a razão de ser da profissão estaria vinculada ao conceito de “Reajustamento Social”<sup>377</sup>, considerado pela autora enquanto produto do “Desajustamento”, entendido enquanto o: “afastamento individual ou familiar do padrão mínimo de vida, definido pela sociedade para cada situação social.” E, nesse contorno, “sua função é reconduzir tanto o indivíduo como a família na medida do possível às normas de existência no meio em que habitam”

<sup>374</sup> Assistente social e diretora da Faculdade de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro, fundada em 1944.

<sup>375</sup> Em exemplo da relação desenvolvida do INCP com o Estado Novo e Getúlio Vargas: “[...] em correspondência encaminhada ao então presidente Getúlio Vargas, Pedro Vergara agradecia sua nomeação para o Ministério Público do Distrito Federal e afirmava que, como forma de agradecimento, retribuiria colocando sua ação e o seu pensamento à disposição de Vargas” (Martinelli, 2020, p. 532).

<sup>376</sup> Em pesquisa documental do Ministério da Educação e Saúde de 1938 a Escola Técnica de Serviço Social aparece como patrocinada pelo Juizado de Menores da S.O.S em cooperação do Laboratório de Biologia Infantil (LBI). Sendo a Assistente Social, Theresita M. Porto da Silveira, sua diretora no contexto da sua fundação. E essa relação com essa dimensão biologicista será constitutiva da preparação dessas profissionais, em um curso de três anos, participavam de disciplinas, como: Anatomia, Patologia, Biologia e Higiene individual e familiar.

<sup>377</sup> Oliveira (2019) dirá da influência de Delgado de Carvalho na noção de “reajustamento” presente na obra de Pinheiro (1938). Concordamos com o autor, em decorrência da citação das obras de Delgado de Carvalho e ainda consideramos pertinente o aprofundamento da relação entre esses primeiros manuais de sociologia do Brasil e a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social.

Realização:



Apoio:



(Pinheiro, 1941, p. 101). Em publicação do esquema de “Formas do Serviço Social”, também na INCP em 1941, a autora indicará a existências de quatro formas:

**Paliativa:** Visa diminuir os males decorrentes da miséria;

**Curativa:** Procura restabelecer para os indivíduos, as condições normais de existência

**Preventiva:** tomar providências ou medidas para evitar a eclosão do mal e, por fim

**Construtiva:** visão do aperfeiçoamento moral ou material do indivíduo e a elevação do nível da existência para vida normal em sociedade. (Pinheiro, 1941, p. 102).

Pode-se observar uma relação de cunho pessoal, além de profissional, entre a primeira-dama e a Assistente Social, sendo a última porta-voz, e por que não, uma espécie de “intelectual orgânica” na defesa das organizações sociais do Estado Novo, das “obras sociais” da então primeira-dama e da promoção de uma posição técnica para o Serviço Social no contexto do trabalho executado nessas entidades e instituições. Na conferência transcrita e no artigo publicado pela autora, poder-se-ia observar uma participação não só ativa, mas “ativista” no governo e nas políticas sociais. Inclusive, no campo da definição de algumas características “técnicas” do Serviço Social no contexto dos anos 1940 e em relação à sua natureza. Em várias passagens, notamos a reafirmação dos compósitos da arquitetura do conservadorismo do “*Serviço Social Tradicional*”, como: normalidade, equilíbrio social, reajustamento, controle, aperfeiçoamento moral, e a ideia da existência de “condições normais de existência” e do papel normalizador do Assistente Social. Em outro artigo sobre “*A Casa do Jornaleiro*”, Pinheiro (1941) indicará que o papel do Serviço Social vai além do puro abrigo e que sua função também está na socialização do “ensino, os preceitos morais, os hábitos da vida sadia, o amor ao trabalho e à economia” (Pinheiro, 1941, n/p).

O núcleo duro dessa visão do Serviço Social caracteriza-se na difusão e na reprodução de uma ética do trabalho que permitisse o desenvolvimento urbano-industrial e mitigasse os conflitos da organização político-sindical, no recurso ideológico à racionalidade higienista, eugênica e baseada na lógica da “purificação da nação” e, por fim, em uma moralidade da virtude, cristã e evolucionista baseada na lógica de um aprimoramento moral para o melhor desenvolvimento social e o enfrentamento do problema nacional, a partir da lógica do reajuste e normalização das funções sociais.

O pano de fundo está no fato de que “O Estado Novo, através de sua estrutura corporativa, precisa necessariamente, incorporar reivindicações dos diferentes setores, inclusive os populares, para validá-los como fonte de legitimação.” (Andrade, 2008, p. 269). Analisamos nessa definição que além desse fenômeno da incorporação das demandas, há uma participação dos profissionais inscritos na estrutura burocrático-administrativa do Estado nos processos de repressão e neutralização político-organizativa promovida pela ditadura varguista, como exemplo, encontramos uma forma de intervenção preventiva baseada em: “*evitar a eclosão do mal*”<sup>378</sup>. É conveniente notar que, apesar da maioria das Assistentes Sociais pioneiras nessa conjuntura histórica da profissão não disporem de um grande conjunto de dispositivos técnicos e teóricos, conforme apontado por Andrade (2008). Notamos que nas publicações analisadas já havia uma participação de um pequeno estrato de profissionais nos círculos intelectuais do Estado Novo e inclusive da “racionalidade eugênica” (Oliveira, 2019, p. 254)<sup>379</sup> em voga nos primeiros manuais sociológicos do processo de rotinização da sociologia no Brasil. Além disso, uma associação desses primeiros manuais sociológicos que

<sup>378</sup> O papel preventivo na eclosão do mal, não poderia ser nada menos que o mal do comunismo e do anarquismo.

<sup>379</sup> Para o aprofundamento da relação da gênese do Serviço Social com a “racionalidade eugênica” conferir tese de Oliveira (2019).

Realização:



Apoio:



conforma o que Meucci (2007) definirá enquanto uma noção da sociologia enquanto “ciência da adaptação”. Por exemplo, intelectuais como Delgado de Carvalho, professor do curso de Serviço Social da Escola Técnica, é identificado como parte dessa “rotinização da ciência sociológica” no Brasil.

Em uma publicação de 1946 da revista “Visão Brasileira” encontramos a manifestação da Assistente Social Theresita M. Porto da Silveira<sup>380</sup>(1946), informando sobre a publicação do primeiro exemplar da “Revista de Serviço Social” (1939-1946). Nas palavras da autora:

O nosso programa é simples e *patriótico*. Desejamos concorrer para o desenvolvimento integral do Serviço Social no Brasil, por estarmos convencidas da sua magnitude e extraordinária importância na vida nacional. *No mundo moderno, o equilíbrio social repousa, sem dúvida, na perfeita integração do homem ao seu meio*. Entre nós, o Serviço Social, apenas em Bruxelas, já atingiu todo seu esplendor (Silveira, 1946, p. 2)

Desse relato da profissional em questão, constitutivo do ato de fundação da primeira revista específica do Serviço Social, observamos que por um lado há uma afirmação do caráter patriótico da programática de profissionalização do Serviço Social. Nesse sentido, foi parte do projeto e da sua ideologia de produção desse “homem novo” – reajustado e readaptado para vida moderna e industrial no Brasil. Ademais, quando a autora diz sobre o “esplendor” do Serviço Social em Bruxelas, podemos deduzir que mesmo em 1946, ainda reverberava à influência do “ideário franco-belga” (Yazbek, 1999) no Serviço Social brasileiro, mesmo após o aprofundamento das tendências do modelo norte-americano, além de uma concepção de que, enquanto profissão, o Serviço Social estaria plenamente desenvolvido na Europa e especificamente em Bruxelas. Essa conjuntura histórica é marcada pela queda dos “padrões de eficácia do período doutrinário” (Andrade, 2008, p. 271) e, nessa esteira, pelo esgotamento de um modelo de profissão orientada por uma característica predominantemente moral e doutrinária. Essa perspectiva de Serviço Social, não dava mais conta da realidade e do recrudescimento das expressões da “questão social” que se tornavam mais complexas com a urbanização, industrialização, massificação das cidades pela expansão do assalariamento, bem como, da organização política e sindical dos trabalhadores das poucas indústrias que existiam no país, concentradas de maneira predominante no eixo Rio-São Paulo.

O segundo artigo foi encontrado na revista “Cultura Política” do ano de 1944 é intitulado “*Parques infantis como centros de assistência ao pré-escolar*” de autoria de Mariana Agostini de Villalba Alvim, apesar de não ser especificamente Assistente Social, mas Psicóloga, na época ela ocupava o cargo de Inspetora do Serviço de Assistência a Menores, dessa forma, era parte constitutiva da tecnocracia do Estado Novo e parte do que Gramsci definirá enquanto “Intelectuais da Administração”. Mariana A. V. Alvim (1944) definirá três funções da Assistente Social no parque infantil:

**a) como educadora em saúde:** organizando regimes dietéticos e juntamente com o médico, a ficha clínica, biotipológica e social da criança, zelando pelas condições de higiene da criança e do meio;

**b) como visitadora social:** “fazer investigação do meio físico e social em que vivem as crianças candidatas as matrículas [...] É necessário que cada família seja visitada pelo menos uma vez em cada trimestre e tantas vezes quantas forem necessárias em caso de desajustamento” (1942, p. 184). Ao falar da exigência emocional do trabalho, dirá que “É realmente muito o que se exige de uma visitadora social, mas quem escolher essa profissão deverá sentir em si essa força que impele a todos os sacrifícios – o sentimento de solidariedade humana” (idem).

<sup>380</sup> Nunes (2024) analisará Silveira baseado na noção de um “feminismo conservador” e pontuará que a Assistente Social é uma das precursoras na discussão do feminismo no Brasil. Tomamos de empréstimo a categoria do autor para análise das falas de Pinheiro (1941).



**c) coordenadora:** “essa função equivale à de subdiretora e só poderá ser exercida por uma assistente social que tenha provado ter capacidade”. Em suas conclusões dirá que: “O processo educativo do parque infantil projeta-se na família pela ação da Assistente Social” (Alvim, p. 85).

Podemos inferir desse conteúdo, de que a tecnocracia foi constitutiva na definição do Serviço Social, seja pela tematização das possíveis funções da profissão no Estado Novo, seja no campo de uma autorrepresentação em consonância com o projeto ideopolítico necessário à manutenção da autocracia varguista – o que implica em alguma consciência, por mais que ela possa se hibridizar com a “boa vontade” do cristianismo abstrato. Em Alvim (1944), a constituição da prática profissional se dá a partir de um viés investigativo, na acepção policialesca do termo, seja em uma análise biologicista, que buscará uma articulação entre disfuncionalidade social e genética (a constituição do binômio médico-social), seja no aprofundamento do papel da família enquanto responsável pelo desajustamento social da criança. Uma visão do Serviço Social enquanto uma profissão que se vinculará nas práticas de investigação da higiene e dos hábitos individuais para uma metrificação do nível do desajustamento social.

Em artigo publicado por Guerreiro Ramos (1941) na revista “Cultura Política” o autor denominará o Serviço Social enquanto uma espécie de programa estratégico do governo e não enquanto uma profissão específica, ao defender a necessidade da existência de um “Serviço Social Rural”. Observa-se que nesse contexto, o termo “Serviço Social” cambaleava em distintas interpretações, muitas até fomentadas pelas instituições patronais e do Estado, como: Serviço Social da Comércio, Serviço Social da Indústria, Conselho de Serviço Social (Como uma espécie de Ministério de “Assistência Social”). A concepção reafirmava o caráter do Serviço Social enquanto uma espécie de política pública estratégica para o contexto social e econômico do Brasil. Curiosamente, o termo “assistência social” não é tão comum nos textos em torno das políticas sociais e das instituições que hoje seriam consideradas no âmbito da política de assistência social. O termo aparece casualmente enquanto uma função intrínseca aos componentes da arquitetura profissional do Serviço Social, uma espécie de “função assistência social”. Mesmo em documento de fundação da LBA, essa hibridização permanece, com a afirmação, de um “serviço social básico” (LBA, 1941).

A higienista Noemi Alcântara Bonfim de Andrade (1941) em seu texto, “A higiene alimentar do serviço social das escolas”, da Revista “Cultura Política”, indicará o Serviço Social como uma espécie de ação, em um sentido muito próximo ao de uma disciplina teórico-prática, que pode ser exercida por outros profissionais, e no caso da sua análise, pela Enfermagem. Uma espécie de ação articuladora que parece tributar seu processo interventivo ao reconhecimento da existência de uma externalidade social. De posição nitidamente eugênica e racista, dirá que “há ainda um serviço social de maior alcance, que pode ser feito através da assistência escolar: é o conhecimento da sua ascendência biológica, das condições eugênicas e sobretudo das condições econômicas do lar” (Andrade, 1941, p. 27). Contraditório é que, mesmo com a diminuição da força teórico-política das teses eugênicas em 1940, conforme apontado por Souza (2022), elas ainda aparecem em alguns artigos da revista e, nomeadamente, nas visões de um “Serviço Social” que poderia ser prestado por enfermeiras nas instituições escolares, posição esta defendida por Andrade (1941) e de alguns documentos tematizando a previdência social.

Não poder-se-ia obliterar que o Serviço Social, independente da acepção do seu significado, considerando a perspectiva dos autores analisados, e das “distintas visões” presentes nos artigos e nas publicações, deverá ser considerado na história e “dentro dos estreitos limites ideológicos, sociais e científicos existentes no início do século XX, quando o nacionalismo, o racismo científico, o darwinismo social e o eurocentrismo foram ideologias estruturantes da maneira de pensar a formação das nações” (Souza, 2022, p. 110). De outro modo, é pela via de uma intervenção conservadora e

Realização:



Apoio:





manipulatória que promoverá sua intervenção junto ao binômio “desajustados-desvalidos”, sendo os “desajustados” aqueles que precisam da intervenção das técnicas de ajuste de social, de cariz psicossociologizante para o seu melhor funcionamento social e desenvolvimento moral. Já os “desvalidos”, aqueles destituídos da sua objetividade, que em decorrência das “mazelas sociais” (Pinheiro, 1941) são alvos da profissão a partir da sua dimensão de “assistência social” que para boa parte dessas autoras é elemento constitutivo da prática do Serviço Social. Como já indicado, a existência de uma “função assistência social” enquanto um componente interno da arquitetura profissional do Serviço Social nos anos 1940. Realizamos essa separação apenas para possibilidade do aprofundamento dessas categorizações, a realidade, pela sua complexidade e constante movimento, implica em uma articulação contínua dessas categorias. O percurso para apreensão do movimento do real é substanciado pela reconstrução teórica em uma representação ideal, não correspondendo sincronicamente ao concreto, mas aproximando-se das mediações e determinações fundamentais, assim “o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida (Marx, 2008, p. 259).

O último artigo analisado é de autoria de Salviano Cruz, intitulado “As ciências sociais na renovação do Brasil” (1943), e publicado na revista “Cultura Política”. Com um extenso currículo, Salviano Cruz ocupava o lugar de Diretor técnico do Instituto de Altos Estudos em Ciências Econômicas, Políticas e Sociais. De modo diferenciado das visões que discutimos ao longo do texto, o autor irá propor que o Serviço Social é uma espécie de arte da Sociologia, e pelo exposto, a recorrência ao “Estudo Social”, instrumento para o autor constitutivo da pesquisa sociológica, proporcionará uma distinção de uma dimensão puramente reflexiva e englobará uma atitude prática diante do mundo. Afirmará o autor que: “Da divisão do trabalho existente entre os vários ramos da Sociologia pura e do Serviço Social como sua arte poderá advir uma ligação segundo a qual a teoria, ligada à prática poderá contribuir para formação de princípios nestes ramos de estudo” (Cruz, 1943, p. 45).

Depreendemos de Cruz (1943), que não é que o Serviço Social seja diretamente uma expressão prática da ciência sociológica, apesar de afirmar o Serviço Social como a “arte da sociologia”. Mas da aposta de que uma ligação entre essas duas áreas implicará no desenvolvimento recíproco das áreas e a constituição de princípios. Em comparação com as perspectivas dos outros documentos, essa análise tem um nível maior de sofisticação, pois, ao afirmar os limites dos estudos em torno da realidade brasileira e, inclusive, da ausência de perspectivas regionais por parte da Sociologia, assume-se e o contingente histórico de que o Serviço Social, pela sua particularidade interventiva e pela relação profissional desenvolvida com a sociedade, permite um nível privilegiado de acesso à realidade e oportunizará a produção de conhecimentos específicos sobre a realidade social de um ponto de vista que não pode ser alcançado pela então ciência sociológica, apesar de não se constituir enquanto uma ciência, esses conhecimentos do Serviço Social contribuiriam para o próprio desenvolvimento da teoria sociológica no Brasil. Essa articulação, no limite, poderia ser analiticamente flexionada na máxima: “*Ao Serviço Social cabe intervir e produzir dados e a sociologia cabe refletir sobre esses dados e produzir ciência*”. No entanto, o nível do aprofundamento e problematização da “divisão do trabalho” entre Sociologia e Serviço Social realizada pelo autor, não permite tal afirmativa dedutiva-generalizadora que seria um equívoco metodológico, pois apesar de falar de uma dimensão “prática” do serviço social, há o reconhecimento deste enquanto um “ramo de estudo” (Cruz, 1943, p. 29).

## Conclusão

Realização:



Apoio:



Este breve trabalho não teve a intencionalidade de esgotar nenhuma das problematizações levantadas, apenas indicar alguns percursos no campo da apreensão dessas distintas visões do “Serviço Social” ao longo da história e das disputas que são matizadas na profissão, principalmente, nesse contexto histórico de ampliação das respostas para as expressões da “questão social” e das suas bases de legitimação e institucionalidade, conforme apontado por Iamamoto (1982). Nossa intencionalidade foi no sentido da construção de possibilidades teórico-analíticas em torno de como o Serviço Social era tematizado nesse contexto pelos intelectuais, profissionais e burocratas da administração do Estado Novo. De fato, pelos limites impostos pela própria natureza do trabalho, não foi possível aprofundar os dimensionamentos do imperialismo no processo de profissionalização e nessa conjuntura histórica, conforme a tese de Netto (2017). Nem aprofundar, como gostaríamos, as influências teórico-políticas internacionais e as determinações da própria dinâmica do modo de produção capitalista e das especificidades da acumulação capitalista no cenário brasileiro e em que medida essas diferentes visões se articulam na legitimação ídeo-política dessa acumulação capitalista e da “questão social”. Para futuros aprofundamentos dessa análise, consideramos que em nenhum momento dos textos vinculados ao descritivo “Serviço Social” há um dimensionamento da questão étnico-racial no Brasil, ao menos no sentido da sua problematização crítica. Ela aparece substanciada pela forte influência do higienismo, da racionalidade eugênica e do próprio racismo científico em alguns dos documentos localizados, como no caso de (Andrade, 1941; Pinheiro, 1941).

Em esforço de síntese, categorizamos a existência de ao menos três visões estadonovistas em torno do Serviço Social e da sua natureza nos documentos e artigos analisados:

- a) A primeira delas, compreenderá o Serviço Social enquanto uma profissão e hibridizará suas funções socioprofissionais com as estratégias sociopolíticas do governo autocrático. Essa perspectiva é caudatária dos artigos e documentos construídos pelas próprias profissionais Assistentes Sociais, sendo mais presente em (Pinheiro, 1941; 1943; Silveira, 1946; Alvim, 1944 e LBA, 1941).
- b) A segunda, indicará, sem muita precisão, o Serviço Social enquanto uma espécie de política estratégia de intervenção social do governo no contexto do Estado Novo, conforme pode ser observado em (Ramos, 1941; Andrade, 1941).
- c) Já na terceira perspectiva, o Serviço Social é identificado enquanto uma “arte” da ciência sociológica e seria responsável pela produção de conhecimentos amparados pelo Estudo Social e pela articulação desses conhecimentos junto à sociologia para o desenvolvimento da ciência sociológica e do próprio Serviço Social (Cruz, 1943). Ainda nesse sentido, observamos que, de certa forma, em Andrade (1941), o Serviço Social aparece enquanto uma disciplina teórico-prática, que poderia ser estudado e utilizado tecnicamente em intervenções específicas por outras profissões.

## Referências

ALVIM, Mariana Agostini de Vilalba. Parques infantis como centros de assistência ao pré-escolar, **Cultura Política**, 1941.

ANDRADE, N.A.B. A higiene alimentar do serviço social das escolas. **Cultura Política**. Rio de Janeiro: INCP, 1941.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637–651, dez. 2015.

CRUZ, S. As ciências sociais na renovação do Brasil. **Cultura Política**. Rio de Janeiro: INCP, 1943.

Realização:



Apoio:



GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Legitimidade e crise do serviço social**: um ensaio de uma interpretação sociológica da profissão. 1982. 244f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1982.

LÖWY, Michel. **Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEUCCI, Simone. Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. **Mediações** - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 12, n. 1, p. 31–66, 15 jul. 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. Cortez: São Paulo, 2017.

PINHEIRO, Isolina. Conferência sobre as obras sociais da D. Darcy Vargas. **Ciência Política**, 1941.

SILVEIRA, M. T. O lançamento da Revista Serviço Social. **Visão Brasileira**, 1946.

YAZBECK, Maria Carmelita. O serviço social como especialização do trabalho coletivo. In: CFESS (org.). **Capacitação em serviço social e política social**. Brasília: CEAD/UNB; CFESS, 1999.

Realização:



Apoio:



## CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL: expressões contemporâneas

Ana Maria Ferreira<sup>381</sup>

Joseane Barbosa de Lima<sup>382</sup>

Luciana Gonçalves Pereira de Paula<sup>383</sup>

Marina Monteiro de Castro e Castro<sup>384</sup>

Nicole Cristina Oliveira Silva<sup>385</sup>

**Resumo:** O presente artigo trata do debate do conservadorismo na contemporaneidade a partir de reflexão propiciada pelo I Seminário da Rede Mineira de Grupos de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social. Neste sentido, indica tendências do entendimento de assistentes sociais acerca da temática.

**Palavras-Chave:** Serviço Social; Conservadorismo; Neoliberalismo.

**Abstract:** This article deals with the debate on conservatism in contemporary times based on reflections provided by the 1st Seminar of the Minas Gerais Network of Study Groups on the Fundamentals of Social Work. In this sense, it indicates trends in the understanding of social workers on the subject.

**Keywords:** Social Work; Conservatism; Neoliberalism.

### Introdução

O artigo é fruto de reflexões produzidas no âmbito de um grupo de pesquisa que partiu da seguinte reflexão: quais as principais formas de expressão do conservadorismo atualmente?

Para esta reflexão, utilizamos principais respostas que foram apresentadas a este questionamento pelos participantes do I Seminário da Rede Mineira de Grupos de Estudos dos Fundamentos do Serviço Social – ReMGEFSS.

O Serviço Social se ergue profissão, como uma atividade fundamentada em pilares mais doutrinários do que científicos, inserida em um movimento de base reformista-conservadora influenciado fortemente pela Igreja Católica, em nosso país. “Essa relação vai imprimir à profissão que se inicia um caráter conservador e de apostolado apoiado em uma abordagem da questão social como problema moral, como conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivem” (Yazbek, 2018, p. 52).

---

<sup>381</sup> Assistente Social. Professora Pós-doutora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS). E-mail: anafferreira01@ufjf.br

<sup>382</sup> Professora Doutora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS). E-mail: joseane.lima@ufjf.br

<sup>383</sup> Professora Pós-doutora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS). E-mail: lugppaula@ufjf.br

<sup>384</sup> Professora Doutora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS). E-mail: marinamcastro@gmail.com

<sup>385</sup> Assistente social. Doutoranda em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS). E-mail: nicoleoliveirasilva@gmail.com

Realização:



Apoio:



Iamamoto (1997) destaca que o pensamento conservador criará raízes no discurso e prática dos assistentes sociais, direcionando a ação profissional para: a formação social, moral e intelectual da família, buscando identificar na história familiar os comportamentos individuais considerados anômalos ou desviantes, a partir de um padrão tido como normal; a individualização dos casos sociais, descoladas da situação de vida dos chamados “clientes”; e para uma ação empiricista e pragmática, através do desenvolvimento de pesquisas e classificação da “população cliente”, visando a hierarquização de riscos sociais para concessão de auxílios e benefícios.

É no bojo do processo de renovação que a vertente de intenção de ruptura, nos anos de 1970, lança as bases para a construção de um novo projeto profissional para o Serviço Social com a proposta de superar as tendências conservadoras da nossa profissão. Este projeto, denominado a partir da década de 1990 de ético-político, se constitui de um conjunto de valores e concepções, através dos quais os assistentes sociais se expressam, representando uma projeção coletiva de concepções hegemônicas existentes no meio profissional (Braz, 2004).

Esse projeto, ainda que hegemônico no Serviço Social, tem suas proposições ameaçadas desde o seu surgimento. Entretanto, o cenário que tem se desenhado neste primeiro quartel do século XXI, coloca esse projeto duramente à prova, através das tendências conservadoras - que nunca foram banidas do campo do Serviço Social - que se reconfiguram e se projetam como novas, especialmente, por meio do campo do pensamento neoconservador.

Para além do Serviço Social, toda a sociedade experimenta, no tempo presente, o ressurgimento de tendências conservadoras (que se manifestam sobre velhas e novas roupagens), reacionárias, muitas vezes pautadas em um moralismo fundamentalista de proporções nazi-fascistas. De acordo com Ianni (2021, p. 113), o tempo contemporâneo “[tem sido e continua a ser a fábrica na qual se produzem as ideologias e as práticas nazi-fascistas”. A ideologia neoliberal trava uma guerra contínua contra a social-democracia e o socialismo, “agravando e generalizando as tensões, contradições e lutas sociais, favorece a fabricação e a generalização de ideologias, organizações e práticas nazi-fascistas” (Ianni, 2021, p. 113).

Segundo Escorsim Netto (2011, p.16), “a característica do conservadorismo contemporâneo, (...) consiste em que ele não se apresenta como conservadorismo e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e seus conteúdos conservadores”.

Neste contexto, as tendências neoconservadoras, reacionárias, moralistas, fundamentalistas e nazi-fascistas também se manifestam em meio à nossa categoria profissional.

### **Conservadorismo e serviço social: expressões contemporâneas**

O surgimento do Serviço Social está atrelado aos rumos do capitalismo no final do século XIX, principalmente com a sua monopolização e os decorrentes processos de industrialização e urbanização que adensaram as expressões da questão social (Netto, 1996a). “A questão social é, portanto, [...] a justificativa da constituição do espaço profissional do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho [...]” (Yazbek, 2018, p. 50).

A década de 1940, no Brasil, já representava um processo de crescimento das demandas por bens e serviços, por parte da classe trabalhadora, e, esse movimento fez com que o Serviço Social assumisse lugar na execução das políticas sociais. Assim, a profissão tem o seu desenvolvimento articulado com as requisições de um Estado que passa a intervir nas relações sociais, por meio das políticas sociais (yazbek, 2018). Esse impulso no seu processo de institucionalização faz com que o suporte teórico-metodológico das Ciências Sociais, principalmente no pensamento conservador e sua vertente empirista norte-americana passe a amparar as ações profissionais.

Realização:



Apoio:





Essa tendência conservadora suplantada pelo pensamento doutrinário em articulação com a matriz positivista, vai buscar, especialmente nos anos de 1960, referências da perspectiva funcionalista que serão absorvidas pelo Serviço Social, configurando-se em propostas de trabalho ajustadoras. Desenvolve-se, entre os assistentes sociais, um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e das técnicas, por meio da criação das “metodologias de ação” (Yazbek, 2018) - tendência que Netto (1996b) vai identificar como perspectiva modernizadora.

Essa perspectiva modernizadora se faz hegemônica na profissão até a década de 1970, quando então se vê questionada por outras duas tendências que se constroem em meio ao Processo de Renovação do Serviço Social<sup>386</sup> brasileiro - quais sejam: a reatualização do conservadorismo (que vai trazer para dentro da nossa profissão a perspectiva fenomenológica) e a intenção de ruptura com o conservadorismo (que vai ser responsável pelas primeiras aproximações do Serviço Social com o pensamento marxista).

O projeto profissional crítico do Serviço Social que se constrói através do avanço e do amadurecimento da intenção de ruptura, está vinculado a um projeto de sociedade que propõe a construção de uma nova ordem societária, onde não haja exploração e dominação de classe, etnia e gênero. Ressalta a democratização como socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; valoriza o compromisso com a competência profissional e salienta a necessidade de um constante aperfeiçoamento intelectual e de uma atitude investigativa; prioriza uma nova relação com os usuários permeada pelo compromisso com a qualidade dos serviços prestados e pelo incentivo à participação popular. É ainda um projeto que só se potencializa com o estabelecimento de relações com outras categorias profissionais e movimentos sociais (Netto, 1996b).

Todo esse movimento histórico, por meio do qual se construiu o Serviço Social até aqui, tem impactos na nossa categoria profissional hoje. Por isso, todas as tendências, das mais conservadoras às mais progressistas, se fazem presentes em nossa profissão, na atualidade. Com isso, mesmo assegurando, ainda, uma hegemonia ancorada no campo do pensamento marxista, enfrentamos novos desafios e velhos impasses colocados pelo amplo campo do pensamento conservador que se apresenta com toda a sua vitalidade no momento atual.

Neste cenário, a economia mundial encontra-se pautada pelas perspectivas neoliberais - qualquer que sejam as suas possíveis variações: neoliberalismo clássico, social-liberalismo, ultraneoliberalismo. Mas, o que estas perspectivas possuem em comum é o pouco apreço pela democracia (Santos, 2007). De acordo com Santos (2007, p. 25), ancorada em Oliveira (1996),

o “neoliberalismo à brasileira” tem investido na destruição da utopia, da esperança que alimenta os movimentos sociais, abrindo as comportas para uma onda conservadora de que o Brasil não tem memória. Resulta daí não só o enfraquecimento do Estado, o que é extremamente funcional à ordem atual, mas principalmente da organização dos trabalhadores.

Essas tendências são pautadas e defendidas por uma burguesia de mentalidade aristocrática e reforçadas pelo imperialismo mundial, de caráter amplamente conservador (SANTOS, 2007). Neste horizonte, o objetivo é a destruição do poder de organização da classe trabalhadora e este intento vem sendo alcançado por meio da intensa precarização do trabalho, da retirada de direitos e da ampliação do desemprego, tudo isso em nome da lógica de valorização e acumulação do capital.

Portanto, essa ofensiva desenfreada do capital é econômica, política, social e ideológica. “Tudo é cada vez mais mercantilizável, inclusive os males que o próprio capitalismo produz” (Santos, 2007, p. 29). Nas palavras de Santos (2007, p. 29)

<sup>386</sup> Para aprofundamento sobre este processo ver NETTO, 1996b.

Realização:



Apoio:



Os tranquilizantes químicos têm seu consumo em alta. A indústria da segurança privada é alimentada pela violência urbana. Os seguros-saúde fazem parte de um mercado que lucra com o desmantelamento do sistema público de saúde e das políticas de prevenção de doenças; isso para não falar da indústria farmacêutica. A educação, também sofrendo os mesmos ataques, torna-se um artefato de luxo.

Estes elementos que demarcam os rumos de nossa sociedade, na atualidade, revelam a forte presença do pensamento conservador entre nós. Este conservadorismo encontra-se enraizado em todos os setores da sociedade, inclusive na nossa cultura profissional.

No Serviço Social, o conservadorismo se expressa por meio de um sincretismo ideológico e científico, nos termos de Netto (1996a). Isso traz para o Serviço Social uma tendência anti-moderna complexa que permite que as críticas pós-modernas ao ideário da modernidade tenham terreno fértil entre nós. “Dentre os rebatimentos possivelmente daí derivados, ressalto [...] um perfil profissional tecnicista e, do ponto de vista ideológico, conservador, tendo sua intervenção pautada pela aceitação da positividade capitalista” (Santos, 2007, p. 70).

Com isso, percebemos, atualmente, em parte significativa de nossa categoria profissional, a ausência de criticidade, a vulgarização das teorias originais, as tendências ao ecletismo teórico, características que, por vezes, culminam no embate contra a direção social estratégica apontada pelo nosso projeto ético-político.

No Brasil, o ressurgimento do conservadorismo moral como força política se amplia com o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, e seu sucessor Michel Temer, em 2016. Na análise de Keller (2019), o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, aberto em dezembro de 2015, e seu afastamento em 2016, indicou o esgotamento de um projeto de desenvolvimento social iniciado no governo Lula, em 2003. Observa-se então, no cenário político nacional, “a ascensão do conservadorismo nas suas diversas vertentes, com suporte dos respectivos setores da sociedade brasileira, possuindo ainda representatividade política legislativa no âmbito federal” (Keller, 2019, p.169).

As medidas de exceção são, de acordo com Lowy (2016 apud Keller, 2019), a estratégia encontrada pelo capital financeiro para dar continuidade à implementação de políticas neoliberais. Assim, o que aconteceu no Brasil pode ser entendido, como um golpe “pseudolegal”, o qual possibilitou a eleição do projeto político neofacista representado por Jair Bolsonaro. O referido golpe está supostamente dentro do Estado de direito, mas tem repercussões desfavoráveis no âmbito dos direitos sociais, visto que está comprometido apenas com os interesses do grande capital, sendo, portanto, prejudicial à ampla maioria dos brasileiros (idem).

A eleição de Bolsonaro em 2018 ocorreu num contexto de fortalecimento de projetos autoritários (a exemplo da eleição de Donald Trump nos EUA, em 2017), e foi defendida por igrejas evangélicas, organizações militares e a burguesia conservadora nacional. Nesse cenário político, a discussão em torno dos direitos sociais ganha conotação moral e sensacionalista, tais como a ênfase no chamado kit gay e polêmicas em torno da discussão da descriminalização do aborto, família tradicional, comunismo; além de ataques do governo federal aos profissionais da educação (com ênfase na Escola Sem Partido), e aos direitos sociais das minorias.

O avanço dessa política autoritária e reacionária têm repercussões no âmbito da formação de assistentes sociais, impactando a profissão em duas frentes: a formação profissional e o exercício profissional coerente com os princípios do Código de Ética aprovado em 1993.

Nesse cenário, o crescimento desenfreado da mercantilização do ensino superior, sobretudo o ensino à distância (EAD), iniciado na década de 1990, torna-se

Realização:



Apoio:



um terreno fértil para a incorporação do discurso reacionário e moralista do governo federal, podendo reatualizar discursos paternalistas e autoritários no campo dos direitos sociais, distanciando-se, portanto, dos princípios do projeto ético-político construído coletivamente pela profissão. Desse modo, há “perdas nas questões acadêmicas, no debate teórico, na intervenção profissional, e na organização interna da categoria, que se vê pulverizada com a crise da formação e do exercício do Serviço Social” (Keller, 2019, p.163).

Esse dilema da formação profissional dos assistentes sociais, aliado a intensa desestruturação dos direitos sociais, pode resultar em uma intervenção profissional direcionada, nos termos de Demier (2016, apud Keller, 2019), pelo “conservadorismo comportamental”, isto é, intolerância às diferenças, incitação ao ódio, “[...] preconceitos sociais e diversas formas de discriminações que, na verdade, estão impregnadas nas raízes do senso comum brasileiro, sendo facilmente incorporadas e naturalizadas” (Keller, 2019, p.161).

Isso se revelou nos elementos que nos foram apresentados por meio das 406 respostas ao formulário que foi utilizado durante o Seminário da Rede Mineira. Elencamos, aqui, as principais expressões conservadoras identificadas pelos respondentes:

Em primeiro lugar (39 respostas), foram colocados tópicos relacionados à base do pensamento conservador. As principais expressões foram: família tradicional/patriarcal, cultura machista/sexista, ataque ao feminismo, agenda antigênero, divisão sexual do trabalho (padrões de comportamento e manutenção de instituições tradicionais/reprodução de preconceitos/propriedade privada/moralismo). A defesa da família tradicional burguesa nuclear e patriarcal, centrada no papel do homem como provedor e na submissão da mulher a seu mando, reverbera no fortalecimento de opressões e violências àqueles que repudiam o padrão moral de família socialmente construído, como a comunidade LGBTQIA+ que, no Brasil, não só luta para que seus direitos sejam reconhecidos, mas também para que a própria vida seja respeitada, visto que não são infrequentes os casos de crimes contra estes sujeitos.

Em seguida, 30 participantes relacionaram o conservadorismo ao campo das políticas sociais, pontuando que este se expressa através do desmonte das legislações, retrocesso das políticas públicas e sociais, violação e retirada de direitos, reformas e violação de direitos humanos e focalização da política, o que se evidencia na aprovação de medidas como a EC 95, por exemplo.

O terceiro bloco com maior prevalência, totalizando 26 respostas, refere-se especificamente ao governo Bolsonaro. Nele, os participantes enfatizaram o discurso, as ações, o cenário político, social e econômico do país, o autoritarismo, a pauta moral e religiosa, o primeiro damismo e sujeição aos EUA, como os principais elementos que caracterizam o conservadorismo no atual governo brasileiro. É interessante notar que, neste bloco, se mesclam expressões tanto do âmbito moral e religioso quanto do social e econômico. Estas expressões nos possibilitam observar como o atual governo está profundamente ancorado nas bases que fundamentam o pensamento conservador, como o repúdio à laicização, à democracia e à razão. O fundamentalismo religioso (evidentemente expresso no lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”), o autoritarismo e negacionismo científico são evidências concretas da forte presença desse viés de pensamento como tônica política que, hoje, orienta o Brasil.

Na sequência, 25 respostas apontaram práticas e discursos racistas e 23 respostas indicaram práticas e discursos homofóbicos e transfóbicos e ataque à diversidade de gênero, somando 48 respostas que identificaram o conservadorismo nestas opressões. Este bloco reflete o peso da violência na realidade brasileira e, na análise de Abramides (2019, p. 234), observamos a complexidade da intersecção entre distintas opressões de classe, raça e gênero.

Realização:



Apoio:



No Brasil contemporâneo, 54% da população é composta por negros, ou seja, pretos, em sua maioria, e pardos; são os trabalhadores negros, com maior incidência, as mulheres trabalhadoras negras as que mais sofrem exploração de classe e opressão social, e entre elas as transexuais. Basta recorrer aos índices demonstrativos das relações de trabalho para se constatar que as mulheres negras, para desempenhar as mesmas funções, encontram-se na base da pirâmide social, com menores salários. De outro lado, a violência praticada contra as transexuais denuncia o país em recorde de assassinatos, acrescido do extermínio da população jovem, pobre e negra das periferias e morros dos grandes centros urbanos, seguido de ameaças e assassinatos de militantes indígenas, sem-terra, e da não demarcação de suas áreas. A barbárie é evidenciada por meio de grupos paramilitares, milicianos, com execuções sumárias que têm se ampliado após o Estado de exceção vigente no governo golpista de Temer, em 2016, e que certamente alastra maior preocupação com o governo com característica neofascista militarizado, de extrema-direita que assumiu em 2019 (Abramides, 2019, p. 234).

A conjunção apontada por Abramides (2019) é adensada com o governo de Bolsonaro, principalmente a partir da pandemia da COVID-19, que aprofunda ainda mais as desigualdades sinalizadas. Assim, as respostas são assertivas ao pontuarem estas opressões como características do conservadorismo na contemporaneidade, sobretudo na atual conjuntura brasileira, que tende a fortalecê-lo. O cenário político, econômico e social brasileiro liderado pelo governo de Jair Bolsonaro tem sido responsável pelo avanço de ideias neoconservadoras e reacionárias no âmbito da sociedade, com fortes repercussões na profissão de Serviço Social e em sua direção crítica.

Fundamental destacar que tais expressões do conservadorismo são relevantes de serem identificadas, tanto no âmbito da sociabilidade de forma geral como no contexto da formação e do trabalho do assistente social. Tais expressões são componentes do cotidiano de estudantes e profissionais e seu desvelamento e debate são demandas de primeira ordem, na medida em que se colocam na contramão dos valores expressos pelo Projeto Ético Político Profissional. Só podemos constituir resistência ao avanço de desvalores na medida em que jogamos luz sobre sua existência e a maneira como se expressam, desta forma podemos combatê-los no terreno profissional a partir do reforço da necessidade da filiação orgânica dos profissionais aos valores ético-políticos democráticos, que presem pela liberdade e a valorização das relações humanas na vida social.

## Conclusão

O autoritarismo presente na contemporaneidade brasileira é parte de um fenômeno mundial que reflete o fortalecimento político dos projetos antidemocráticos da extrema direita. Esses configuram a fusão das ideias de cunho conservador, como o libertarianismo e reacionarismo, associadas “à apologia do eugenismo e da segregação racial que fazem com que a nova direita flerte, de maneira consciente ou inconsciente, com construtos que remetem ao nazismo e ao fascismo” (Carapanã, 2018 Apud Morsch; Lewgoy, 2021, p. 175).

Nesse contexto, os princípios do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, vem sendo tensionados por projetos neoconservadores que atacam sua direção crítica, e que são funcionais aos projetos autoritários em voga, do qual o intitulado “Serviço Social libertário” é expressão. Esse projeto político profissional, desenhado por assistentes sociais do campo da direita, objetivam reformar o Serviço Social recuperando o que há de mais conservador na história da profissão, ao mesmo tempo em que incorpora elementos antidemocráticos dos projetos autoritários da atualidade, em conformidade com àqueles que levantam as bandeiras do governo Bolsonaro.

Realização:



Apoio:



Importante destacar que o liberalismo constitui “um dos três eixos da extrema-direita brasileira que confluem atualmente com grupos diversos de forma pragmática” (Morsch; Lewgoy, 2021, p. 175). Seus valores ideológicos adensam o fundamentalismo religioso e o Estado mínimo no campo da proteção social. “Para os libertários, o Estado é o inimigo comum por regular relações econômicas e reduzir a autoridade patriarcal ao determinar a proteção social da Família (Miguel, 2018 Apud Morsch; Lewgoy, 2021, p. 176).

Algumas respostas ao questionário também apresentam indicativos que apontam para a identificação de expressões conservadoras no campo do Serviço Social. No âmbito da profissão, as expressões do conservadorismo foram sinalizadas através da soma de 31 respostas que, em conjunto, as identificam como: leitura superficial da realidade, negação do marxismo e irracionalismo; pragmatismo, tecnicismo e imediatismo na profissão; negação do projeto ético-político e do Código de Ética; tendências fatalistas messianismo; Serviço Social de caso, clínico e libertário; falta de atualização; desvalorização do Serviço Social; falta de articulação das dimensões da profissão.

De acordo com Bonfim (2015, p. 100), um ponto central “para pensarmos o ethos profissional (...) é a construção da moralidade brasileira e a influência desta na formação dos indivíduos”. Nesse sentido, sendo o Serviço Social uma profissão inscrita na realidade brasileira, não é espantoso que o conservadorismo que perpassa as relações sociais, culturais, políticas e econômicas em nosso país esteja presente, também em nossa profissão, se expressando no campo da formação e do trabalho. Aqui, se destacam os projetos de profissão que questionam as bases do Projeto ético-político, como o já citado “Serviço Social libertário” e também o “Serviço Social clínico” que, na defesa da prática terapêutica pelos assistentes sociais, visa recuperar o exercício da profissão conforme as vertentes hegemônicas antes da virada do Serviço Social, onde predominavam as práticas psicologizantes e ajustadoras.

Frente a este cenário desafiador e com o intuito de fortalecer o projeto ético-político e de frear o avanço do conservadorismo na profissão, nossa categoria tem se posicionado e promovido amplos espaços de reflexão e debate, sendo o próprio Seminário da ReMGEFSS um evento direcionado a esta finalidade. As entidades representativas da profissão, como ABEPSS, conjunto CFESS-CRESS e ENESSO, têm sido atentas e sensíveis às questões que, hoje, se colocam para o Serviço Social para que possamos construir estratégias coletivas de resistência e combate a direcionamentos que se configuram como descaracterização do projeto ético político profissional.

O Serviço Social, que tem hegemonicamente no seu horizonte, a busca da construção coletiva de uma sociedade mais justa e igualitária, deve reafirmar cotidianamente seus princípios vinculados diretamente à liberdade, à democracia e à justiça social. Qualquer iniciativa que se vincule a formas de ser, formas de interpretar a sociedade, formas de agir profissionais que fletam com perspectivas contrárias a emancipação humana não podem encontrar eco na profissão e devem ser combatidas.

## Referências

ABRAMIDES. Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

BONFIM, Paula. **Conservadorismo moral e serviço social**. Rio de Janeiro; Lumen Juris, 2015.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXV, n. 78, p. 48-68, jul., 2004.

Realização:



Apoio:





COUTINHO, Carlos Nelson. Prefácio. NETTO, Leila Escorsin. **O conservadorismo clássico** – elementos de caracterização crítica. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social** - ensaios críticos. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IANNI, Octavio. **Neoliberalismo e neofascismo**. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie10Dossie1.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie10Dossie1.pdf)> Acesso em: 11/06/2021.

KELLER, Suéllen Bezerra Alves. A ascensão do conservadorismo e o projeto neodesenvolvimentista: implicações ao serviço social. **SER Social**, Brasília, v. 21, n. 44, p. 157–178, jan./jun., 2019.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. 5ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MORSCH, Caroline; LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Tendências teórico-políticas dos assistentes sociais no Facebook. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 1, p. 167-186, jan./abr., 2021.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996a.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996b.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo?** 4ª ed. Editora Brasiliense, 1987.

NETTO, José Paulo. **Prólogo do Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, C.; CHÉQUER, P. Fundamentalismo religioso e político na pandemia: “é isso mesmo”, “e daí?”. **Caderno Teológico**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 123-137, jul./dez., 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda *et al.* **Serviço social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

Realização:



Apoio:



## NEOCONSERVADORISMO FAMILISTA E DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL

Claudio Horst<sup>387</sup>

**Resumo:** O presente ensaio visa contribuir com o debate sobre o neoconservadorismo, a defesa da família pela extrema direita e os impactos e desafios dessa dinâmica para o serviço social. No primeiro bloco, apresentamos brevemente a importância da família para a produção e a reprodução capitalista. No segundo bloco, apresentamos algumas tendências do debate na profissão e os desafios que coletivamente precisamos enfrentar.

**Palavras-chave:** Neoconservadorismo; Familismo; Serviço Social.

**Abstract:** This essay aims to contribute to the debate on neoconservatism, the defense of the family by the extreme right, and the impacts and challenges of this dynamic for social work. In the first section, we briefly present the importance of the family for capitalist production and reproduction. In the second section, we present some trends in the debate in the profession and the challenges that we collectively need to face.

**Keywords:** Neoconservatism; Familism; Social Work.

### Introdução

Desde a década de 1990 acompanhamos a ascensão mundial da extrema direita, escancarada na última década com experiências autoritárias e o esgotamento das experiências da democracia liberal. Conforme compreendemos, as respostas à crise, na tentativa de retomada da taxa de lucros em nível mundial, apresentam em sua contraface um “*chamamento*” à família, ao discurso *familista* — que se materializa nos discursos dos representantes do capital (mas não só) como uma “defesa da família” (Horst; Miotto, 2021).

Trata-se de uma suposta “defesa da família” em uma conjuntura completamente avessa às necessidades das classes trabalhadoras e suas famílias. Conjuntura que impacta diretamente:

Na sobrevivência das diversas frações da classe que vive da venda da força de trabalho, donde a grande massa de indivíduos que não podem ser absorvidos pelo mercado formal de trabalho, o crescimento exponencial do trabalho informal, e a precarização das condições de trabalho de quem ainda acessa o mercado formal. Na melhor das hipóteses, oscilando entre o desemprego completo e a disponibilidade para tentar obter o “privilégio da servidão” (Antunes, 2019). Nesse motim, é a xenofobia, o racismo, machismo, LGBT+fobia, a violência policial, junto às mais diversas contrarreformas que, apesar de estruturais, apresentam novas facetas. As parcas políticas sociais e serviços sociais públicos — como saúde, educação, previdência e assistência — são drasticamente desmontados frente à necessidade insaciável da retomada de lucro do capital (Horst; Miotto, 2021, p. 40).

Na sociabilidade burguesa, devido às suas determinações centrais — propriedade privada; a exploração/opressão de classes; divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho; Estado — a família assumiu contornos particulares e ganhou expressão máxima com o surgimento da família nuclear patriarcal burguesa. Por isso, assim como as relações sociais na própria sociedade capitalista, as relações no interior da família se constituem contraditoriamente em relações estranhadas, individualistas, permeadas

<sup>387</sup> Assistente Social, Docente no Departamento de Serviço Social da UFOP, Pós-Doutorando em Serviço Social pela UERJ. E-mail: claudio.horst@ufop.edu.br

Realização:



Apoio:



entre a possibilidade de cuidado/proteção e violência/opressão, já que não se trata de uma instituição “suspensa no ar”, mas constitutiva e constituinte da/na realidade.

A família se tornou uma instituição essencial para a reprodução do sistema sociometabólico do capital, de tal modo que vem assumindo lugar central em momento nos quais grupos dominantes precisam enfrentar as crises e construir ideologicamente os fundamentos que explicam as mesmas, bem como as saídas da crise.

Nesse motim, a família é alçada à condição de instituição que estrutura a sociedade capitalista (“a família é a base da sociedade”), donde as determinações advindas da lei geral da acumulação capitalista, da exploração da força de trabalho, devem ser explicadas a partir dos modelos familiares que não seguem o padrão patriarcal-monogâmico burguês e/ou pelo desvio moral de seus membros, mas nunca como expressões de uma sociabilidade estruturada na violência, exploração e opressão.

Nessa *nova razão do mundo*, o novo discurso de valorização do risco assumiu o comando como algo inerente a vida individual, fazendo crer ainda mais que qualquer ação de um possível Estado social são profundamente nocivas a realização pessoal. Afinal, “se o indivíduo é o único responsável por seu destino, a sociedade não lhe deve nada; em compensação, ele deve mostrar constantemente seu valor para merecer as condições de sua existência” (Dardot; Laval, 2016, p. 213).

Nessa direção a família se tornou objeto de raciocínio econômico. Os intelectuais do neoliberalismo formularam uma teoria da família considerando-a como uma firma, como parte de um capital social. Essa firma “emprega certa qualidade de recursos em moda e tempo para produzir ‘bens’ de diferentes naturezas: competências, saúde, autoestima e outras mercadorias, como filhos, prestígio, cobiça, prazer sensorial, etc.” (Dardo, Laval, p. 215).

Mais ainda, o neoliberalismo político, tal como se desenvolveu, teve consequências importantes nas condutas efetivas dos indivíduos, incitando-os a cuidar deles mesmos, a não contar mais com a solidariedade coletiva e a calcular e maximizar seus interesses, perseguindo lógicas mais individuais num contexto de concorrência mais radical entre eles. Em outras palavras, a estratégia neoliberal consistiu e ainda consiste em orientar sistematicamente a conduta dos indivíduos como se estes estivessem sempre e em toda a parte comprometidos com relações de transação e concorrência no mercado (Dardo; Laval, 2016, p. 243).

No Serviço Social a discussão sobre a família está presente no trabalho profissional desde os primórdios da profissão, retornou como tema de debates e de produção teórica nos anos 2000, principalmente devido à centralidade que assumiu na Política Nacional de Assistência Social. Tratada em sua generalidade, a família vem sendo considerada por boa parte das profissionais como a “base da sociedade”; “a principal responsável pela mediação do indivíduo com a sociedade”; “o lugar da proteção, do amor e do cuidado”; “uma instituição socialmente construída” (Horst, 2018).

Ademais, a influência religiosa na formação e no exercício profissional, além da presença histórica do conservadorismo, alimentada por uma formação profissional cada vez mais distante do projeto de formação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS junto as contradições do assalariamento, que impõem processos de trabalho que se realizam cada vez mais em condições precarizadas, constituem mediações limitadoras do enfrentamento ao familismo.

Diante desse cenário, o presente ensaio visa contribuir com o debate sobre o neoconservadorismo, a defesa da família pela extrema direita e os impactos e desafios dessa dinâmica para o serviço social. No primeiro bloco, apresentamos brevemente a importância da família para a produção e reprodução capitalista. No segundo, apresentamos algumas tendências do debate na profissão e desafios que coletivamente precisamos enfrentar.

Realização:



Apoio:



## Compreendendo a “defesa da família” para a produção e reprodução social do capital.

Conforme a Teoria da Reprodução Social vai demarcar, “a chave do sistema, nossa força de trabalho, é, na verdade ela mesma produzida e reproduzida fora da produção capitalista, num local ‘baseado em laços de parentesco’ chamado família” (Bhattacharya, 2019, p. 102). Esse pressuposto compreende a produção de bens e serviços e a produção da vida como um *processo integrado*, cuja família participa e contribui. Por que meios se garante a produção e reprodução da mercadoria mais preciosa para o capital (força de trabalho)?

1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra. 2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego. 3. Reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz (Bhattacharya, 2019, p. 103).

Conforme a autora nos lembra, são essas atividades que formam a base do capitalismo – já que são elas que produzem trabalhadores/as – e são realizadas de *maneira gratuita*, na maioria dos casos por *mulheres*. Portanto, a reprodução social<sup>388</sup> no capitalismo se ancora em três esferas. Sendo elas: 1) a unidade familiar, o espaço doméstico; 2) os equipamentos e serviços públicos oferecidos pelo estado; 3) o mercado, a partir da oferta de mercadorias a serem consumidas.

O fato de a centralidade da reprodução social da força de trabalho ocorrer hegemonicamente nas famílias – mas não só, garante um trabalho não remunerado que sobrecarrega corpos femininos e negros, pois revela-se a forma mais *barata, segura e estável* de reprodução.

Ao retirar do lar o espaço da produção, o modo de produção capitalista forjou um aprofundamento da divisão entre produção/espço público e reprodução/espço privado. Ao definir, como única responsabilidade do capitalista com o trabalhador, apenas o pagamento do salário, o espaço da produção se desresponsabilizou pela reprodução de sua principal mercadoria, necessária a seu funcionamento. Assim, a instituição do trabalho assalariado foi também fruto da necessidade do capitalismo de relegar a reprodução da força de trabalho a outras esferas: a forma como esse trabalhador irá viver, onde irá morar, o que vai comer ou vestir e tantas outras questões que envolvem sua reprodução e manutenção são irrelevantes do ponto de vista da produção de capital, desde que ele se apresente no seu local de trabalho durante o tempo estipulado, executando um trabalho determinado. Embora *apareçam* como separadas, independentes, produção e reprodução mantêm uma relação de *dependência*, dado que a reprodução da força de trabalho é um elemento indispensável para o funcionamento da produção capitalista. A forma como o trabalho assalariado se organizou no modo de produção capitalista – operando no espaço público e externalizando as preocupações sobre a reprodução da classe trabalhadora - na verdade gerou uma *aparência* de independência relativa entre essas esferas, mas, ao contrário, construiu uma relação de dependência entre elas, ainda que essa relação ocorra de forma alienada, estranhada. Se, por um lado, é mais nítido para boa parte da força de trabalho que, no mundo mercantilizado, sua

<sup>388</sup> “O termo reprodução social, na tradição marxista, normalmente indica o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade [...]. Na tradição marxista feminista, entretanto, reprodução social significa algo mais preciso: a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional. Neste contexto, reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado” (Arruzza, 2015, p. 55).

Realização:



Apoio:



reprodução depende do espaço da produção (sua venda como força de trabalho em troca de salário para a compra de mercadorias) por outro, a dependência da produção capitalista pela reprodução da força de trabalho aparece obscurecida pela separação entre produção e reprodução (Silva, 2023, p. 45).

Quando pensamos a reprodução social e suas dinâmicas percebemos na atualidade o ‘acerto’ da defesa das famílias pela extrema direita. A família tradicional, defendida pela moral dominante, tem como pressuposto o sacrifício da saúde mental e integridade das mulheres, é o modelo mais seguro para garantia do trabalho não pago, garantem a dinâmica de hostilidade, hierarquias, violências e desigualdades já que a família ideal implica na cristalização dos padrões hegemônicos de gênero.

E, portanto, assegura sua tarefa principal no capitalismo, *garantir a reprodução total e a reprodução da força de trabalho*. Por isso, as políticas sociais também precisam centralizar e contar com as famílias, que na perspectiva dos serviços e das equipes vão “aderindo” ou não às dinâmicas das instituições.

Contudo, se o capitalismo necessita da força de trabalho regenerada, recuperada e de trabalhadoras/es em condições de vender a força de trabalho, porque deixar as famílias, seus membros e as mulheres em condições de sobrevivência precárias? Por que as políticas sociais são privatizadas, desmontadas, desfinanciadas? Porque então o sistema desestabiliza os processos que possibilita a reprodução social tão necessária para sua existência?

Quando partimos do entendimento que o capital só pode se reproduzir contraditoriamente, concordamos com Mészáros, quando o autor destaca que o capital “*tanto cria como destrói a família*” (Mészáros, 2002, p. 802). E na verdade, trata-se de um equívoco compreender que há algo de inédito nesse sentido, quando na verdade essa dinâmica contraditória é a pura expressão da crise que atravessamos, da qual o próprio capital não possui formas de se livrar.

Trata-se do resultado de uma crise estrutural, e não apenas do cuidado, como nos lembra Fraser (2023): “o que alguns chamam de crise dos cuidados é uma expressão mais ou menos aguda das contradições sociorreprodutivas do capitalismo financeirizado” (Fraser, 2023, p.46). As tensões na garantia do cuidado, da reprodução social não são acidentais e possuem raízes profundas. E essa relação “peculiar de separação/dependência/negação é uma fonte potencial interna de instabilidade. A produção capitalista não é autossustentável e depende da reprodução social” (p.50). Sendo assim: “Por um lado, a reprodução social é uma condição imprescindível para a acumulação sustentada do capital; por outro, a orientação do capitalismo para a acumulação ilimitada tende a desestabilizar os próprios processos de reprodução social em que se baseia” (Fraser, 2023, p.46).

O resultado dessa dinâmica em nível mundial se expressa hoje, no capitalismo financeirizado, mais do que nunca na agudização da organização dualizada da reprodução social: mercantil para quem pode pagar e privada para quem não pode pagar resultando no que chamamos de familismo. Nesse motim, a ideologia dominante identificou na retomada do discurso de defesa da família um ponto em comum entre diferentes projetos, ideologias e grupos.

Na experiência brasileira recente, particularmente na conjuntura pós 2016, vivenciamos a agudização do familismo. A busca por respostas a crise sociorreprodutiva do capital se ancorou em estratégias ultraliberais e no conservadorismo moral, que culminou na extrema direita no poder e no avanço de uma conjuntura neoconservadora que, mesmo não estando no poder atualmente, segue firma na disputa pelo projeto de sociedade neofascista.

Nesses tempos, a ausência de uma compreensão unitária e dialética da relação entre produção e reprodução alimentou muitos equívocos na realidade brasileira. Um desses equívocos diz respeito ao trato, ainda presente, de uma falsa separação entre pauta de costumes e agenda econômica. Assuntos supostamente da ideologia

Realização:



Apoio:





neoliberal de um lado e as chamadas “pautas morais” de outro, onde estaria localizado o debate da família.

Na experiência bolsonarista observamos que a defesa das famílias foi a estratégia ideológica necessária para executar políticas sociais que colocariam as famílias como centrais e o mesmo tempo seus membros como responsáveis pela própria sobrevivência. Trata-se da junção dos valores cristãos e da privatização dos serviços públicos, que não apresenta nenhum binarismo, pelo contrário: demonstrou-se uma profunda relação entre liberais e conservadores.

Sem perdemos de vista as determinações da formação social brasileira, cujas particularidades resultaram em dinâmicas que atravessam e reforçam uma cultura familista, onde um “certo modo de ser família” continuou sendo demandado, bem como também as “expectativas por parte de outras instituições da sociedade e do Estado na relação com a mesma. Materializados, fortemente, no caráter moralista e familista das diversas políticas sociais” (Moraes *et al.*, 2020, p. 813).

O atual momento sem dúvidas lida com um quadro pior, de agravamento pós-crise de 2008 e com a disputa política mais acirrada, a sociedade mais dividida e um congresso com orçamento próprio e altamente conservador.

Sob o discurso em “defesa das famílias”, sua materialização é o aprofundamento das desigualdades entre as famílias e no espaço interno da família, já que são as mulheres tidas como responsáveis pelas tarefas do cuidado, em conciliar trabalho remunerado ou não, e pelas demandas de sobrevivência no dia a dia das unidades familiares. Por isso, as famílias que o grupo ultraliberal e os conservadores morais dizem defender serão aquelas que não têm acesso à saúde, educação, previdência, assistência e a condições mínimas de sobrevivência.

A contradição que apresentamos ao longo do primeiro bloco entre produção e reprodução, cuja dinâmica familiar é atravessada, diante dessa natureza de pertencer a produção e a reprodução, pode ser um potencializador para a resistência à dinâmica capitalista. “Nesse sentido, a posição preferencial da família da classe trabalhadora na engrenagem capitalista não atesta somente uma atuação passiva e funcional. Na medida em que se organiza de forma não capitalista, contribui para a construção de relações cuja lógica não é determinada pela acumulação de capital” (Germine; Menezes; Guimarães 2023, p. 222). Aliás, conforme Falquet (2006) nos provoca:

Raros são os movimentos sociais que refletem explicitamente sobre o tipo de modelos familiares sobre os quais se apoiam e sobre aqueles que almejam. É, com certeza, uma instituição complexa: a família pode se revelar como o lugar da opressão, de exploração e de violência, ao mesmo tempo em que é um refúgio contra a sociedade global racista e classista. Todavia, os (diversos) modelos familiares subjacentes às mobilizações sociais, com a organização das relações sociais de sexos que implicam – inclusive o “modo de produção doméstica”, [...] as “relações de sexagem” [...] e o “regime político da heterossexualidade” [...] – merecem ser mais visíveis e interrogados, sobretudo porque nos movimentos rurais, camponeses e/ou indígenas, a mobilização simbólica e material da família é uma das chaves do funcionamento, e até mesmo do sucesso do movimento (Falquet, 2006, p. 211)..

Por isso, três perguntas são necessárias aos movimentos sociais: “O que dizer da divisão sexual do trabalho reproduzida dentro dos movimentos? Quais são os tipos de famílias nas quais esses movimentos se apoiam para se construir e quais modelos de família estruturam seu projeto de sociedade? [...] Em que medida esta cultura é favorável às mulheres? (Falquet, 2006, p. 214).

## **Desafios ao serviço social diante do avanço do familismo**

Conforme sabemos, a profissão foi convocada, desde sua gênese, a trabalhar no âmbito da produção e reprodução da vida da classe trabalhadora – cuja expressão particular da família se mostra como instituição universal indispensável à reprodução

Realização:



Apoio:



capitalista junto aos indivíduos— sustentada por uma função política de cunho educativo, moralizador, disciplinador que a legitima enquanto profissão (Iamamoto, 2013).

A família é interpretada de diversas maneiras e perspectivas nas Ciências Sociais. Especificamente ao longo da história do Serviço Social brasileiro, tal instituição recebeu as mais variadas explicações teóricas, majoritariamente sustentadas por orientações conservadoras, devido principalmente à sua *naturalização*. Tal naturalização foi profundamente sustentada pelo projeto profissional do Serviço Social Tradicional. Conforme demonstrou Silva.

A família, no contexto das ações do Serviço Social, tem sido vista, tradicionalmente, como um grupo primário onde, através do relacionamento íntimo, criam-se as condições de desenvolvimento harmônico dos indivíduos que integrarão a sociedade. Vista como a célula básica da sociedade, a família se insere na dinâmica social de forma inquestionável, ou seja, não se levantam dúvidas quanto a pertinência dessa instituição que é vista como um 'dado', no sentido durkheimiano do termo (Silva, 1982, p. 16).

Sendo assim, diante dessa processualidade histórica, consideramos que um primeiro pressuposto para enfrentarmos a conjuntura apresentada no primeiro bloco, é demarcar a compreensão que a profissão possui da gênese/origem da família, de seu desenvolvimento e de sua particularidade na ordem burguesa. Consideramos que a forma como o debate se construiu – “em defesa da diversidade familiar”, apesar de necessária, é limitada.

É na própria negação do debate em torno do surgimento da família (sua gênese e desenvolvimento) que temos elementos para indicar o alto nível de conservadorismo presente na profissão, cuja conjuntura alimenta. Majoritariamente sustentada por uma perspectiva religiosa, donde um surgimento divino ou, por uma perspectiva positivista/funcionalista, reforçando, ambas, a tendência à *naturalização e eternização* de tal instituição, expressando assim, o próprio movimento geral das tendências teórico-metodológicas da decadência ideológica da burguesia.

Três tendências rondam o debate sobre família no Serviço Social brasileiro:

1) A primeira é a crítica à não aceitação, por grande parte das profissionais, da diversidade familiar presente na sociedade hoje, por se referenciar no modelo nuclear de família burguesa;

2) A segunda, inteiramente ligada à primeira, diz respeito à crítica realizada àquelas profissionais que, mesmo discursando a favor da diversidade familiar, no exercício profissional exigem das famílias, independente do modelo, os papéis construídos em torno da família nuclear patriarcal burguesa;

3) A terceira é a crítica à centralidade da família nas políticas sociais, principalmente à matricialidade familiar, entendida como uma contradição que, ao mesmo tempo em que garante a proteção social à família, a responsabilizar, exigindo um compromisso profissional no entendimento de não considerá-la sob esse último aspecto, da responsabilização.

Nessa direção, identificamos dois problemas: O primeiro – efeito da naturalização e da negação da particularidade da família no capitalismo – resulta na reprodução da ideia da família como principal instituição na formação dos indivíduos para a sociedade. Apesar de verdadeira, essa noção não deve ser reproduzida sem uma crítica aos valores éticos e morais que vêm sendo transmitidos. Trata-se do chamamento da família, em qualquer situação, mas sem questionar seu papel ideológico, cuja clareza pode ser fundamental para pensar estratégias ético-políticas no exercício profissional.

O segundo problema incorre – ao negar o “momento predominante” dessa instituição no capitalismo – na defesa da diversidade da família como a máxima da crítica. Trata-se da necessidade de recuperar sua historicidade buscando entender que apesar de existir desde os primórdios da história da humanidade com o surgimento da propriedade privada, logo, tendo a monogamia como regra hegemônica, os lugares reservados a homens e mulheres foram profundamente alterados.

Realização:



Apoio:



Apesar de necessárias, as críticas à negação da diversidade familiar não são capazes de capturar a essência do problema: a propriedade privada dos meios de produção e a centralidade da família – independente do modelo – para a produção e reprodução social. Estamos demarcando que independente do modelo, é necessário preparar a nova geração por meio da inculcação cotidiana dos valores dominantes para a venda da força de trabalho.

Conforme sabemos, os conservadores compreendem a família como a base moral da sociedade, base pela qual se transmite valores e tradição. Consideram também que é por meio da estabilidade social das famílias, e do seu papel econômico, que elas contribuem para a eternização da sociedade e do seu modo de organização (Escorsim Netto, 2011).

A valorização da família, constante nos neoconservadores, está também conectada a um traço distintivo do pensamento conservador: a defesa constituição de grupos intermediários, capazes de – junto com a família – mediar a relação entre os indivíduos e a sociedade. “Tais grupos – associações, corporações [...] – são, igualmente, a única garantia para assegurar a harmonia orgânica da sociedade, provendo os vínculos de solidariedade e coibindo as tendências sociais dispersivas” (Escorsim Netto, 2011, p. 66).

Se atentarmos aos diversos momentos históricos e aos respectivos projetos profissionais, perceberemos que o debate vem sendo historicamente sustentado por duas vias: ora pela doutrina católica, ora pelo positivismo e suas vertentes. Para uma profissão interventiva (que também é área de conhecimento) e com claro posicionamento crítico, isso nos parece um problema ainda maior, afinal, conforme já demonstraram alguns estudos (Horst; Mito, 2017), a tendência conservadora persiste fortemente no debate, repondo um sincretismo teórico e ideológico, que ao encarnar tais dimensões conservadoras, também apresenta elementos da tradição marxista.

Nesse sentido é que apostamos na leitura de mundo sustentada pela tradição marxista e seu método materialista histórico-dialético como forma de buscar dissolver a imediaticidade e de pensar alternativas concretas. Tal leitura é essencial para enfrentarmos o debate que ora propomos, considerando que o risco do retorno hegemônico, de caráter neoconservador, por meio da discussão sobre família é enorme no cenário contemporâneo.

Além do que já demonstramos, da importância dessa instituição para os neoconservadores, elencamos outros dois motivos:

1) As pesquisas que analisam o exercício profissional junto às famílias demonstram majoritariamente um problema: a ausência da perspectiva de totalidade, o que vem acarretando a responsabilização e a culpabilização das famílias pelas mazelas ocasionadas pelo capitalismo. Num cenário em que a pós-modernidade vem defendendo exatamente o esforço de análise e de compreensão pelo singular, o micro, o pontual, os fragmentos, a relação entre ausência de perspectiva de totalidade no trabalho cotidiano e a ampliação das tendências neoconservadoras se torna, nesse sentido, alarmante (Horst; Mito, 2017; Horst, 2018).

2) Nesse sentido, alguns temas como o da família exigem esforços teóricos e mediações que deem conta, dentro de uma perspectiva da tradição marxista, de novas respostas. O desconhecimento da interpretação marxista da realidade – e do próprio método – tem permitido que as produções sobre família na profissão se tornem verdadeiro quintal do ecletismo. Inclusive no exercício profissional, que se expressa no recurso a outras perspectivas sendo justificadas a partir da impossibilidade do trato pelo marxismo. Ou seja, a negação do marxismo e o discurso de uma possível negação da subjetividade têm sido no trabalho com famílias, a justificativa para o ecletismo. O que demonstra um profundo desconhecimento da produção teórico-metodológica crítica elaborado pela profissão e pelas ciências sociais de modo geral, a exemplo da teoria da reprodução social.

Realização:



Apoio:



## Concluindo

Não temos dúvidas que diante da realidade brasileira os lares, e as famílias podem significar espaços importantes de fortalecimento, de afetos e de experiências que fogem a dinâmica da exploração, de violências e da opressão. Conforme nos alertou Germine, Menezes e Guimarães “o lar pode ser, também, um lugar social de resistência às violências, às opressões, às explorações e aos apagamentos” (2023, p. 220).

É na perspectiva do exercício profissional mediado pelo PEP que apostamos na compreensão da família e suas demandas apresentadas nos diversos serviços sociais, numa perspectiva de totalidade. A partir do entendimento de suas contradições determinadas pela sociabilidade burguesa, negando um enquadramento de modelos e comportamentos, considerando desestruturadas, no caso do positivismo. Ou que acreditam na subjetividade desvinculada das determinações objetivas dessa sociabilidade, apostando nas mudanças de comportamentos dos sujeitos como forma de resolver os conflitos considerados intrafamiliares, interpessoais.

O Projeto Ético Político exige cada vez mais assistentes sociais com uma formação continuada, crítica e direcionada pelo compromisso com nossos valores éticos e políticos. Nesse sentido, torna-se necessário aprofundar os estudos de cariz marxista e desenvolver investigações que demonstrem como se implicam os processos de regulação da vida familiar e os processos de articulação e delegação de responsabilidades às famílias, objetivando construir intervenções que possam se contrapor ou resistir à lógica dominante, a tendência ideológica da família, reafirmada cotidianamente via naturalização e/ou eternização.

É no cotidiano profissional que esse desafio se coloca como emergente. A não compreensão das particularidades da política social no continente latino-americano, bem como do avanço da extrema direita e seu projeto neoconservador implica um trabalho com famílias que desconsidera as particularidades desses sujeitos, correndo o risco de limitar as reflexões a melhorias imediatas, alienantes, antidiverso e aprisionado no circuito familista sob o discurso de uma suposta defesa da família.

## Referências:

BHATTACHARY, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Outubro**, São Paulo, n. 32, 1º semestre de 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo. Boitempo, 2016.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FALQUET, Jules. Três questões aos movimentos sociais “progressistas”: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais. **Revista Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, p. 212-225, set., 2006.

FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre as contradições socio-reprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: Bhattacharya, Thiti. **Teoria da reprodução social**: remapeamento de classe, recentralização da opressão. São Paulo, Elefante, 2023.

GERMINE; Jéssica Alves de Lima; DE MENEZES, Marilda Aparecida; GUIMARÃES PERES, Roberta. Relações de gênero e raça na organização familiar da classe trabalhadora no Brasil contemporâneo. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 15, n. 3, p. 209–224, 2023. Disponível em:

Realização:



Apoio:



<<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/56787>>. Acesso em: 04 jun. 2025.

HORST, Claudio Henrique Miranda. **Família, marxismo e serviço social**: desvendando o invólucro místico. 2018. 217 f. Tese (doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

HORST, Claudio Henrique Miranda; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Crise, neoconservadorismo e ideologia da família. In: PAIVA, Beatriz Augusto de; SAMPAIO, Simone Sobral. (org.). **Serviço social, questão social e direitos humanos**. Florianópolis: Editora UFSC, 2021.

HORST, Claudio Henrique Miranda; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Serviço social e o trabalho com famílias: renovação e conservadorismo? **Em Pauta** - Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 228 – 246, dez., 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social** – Ensaios Críticos. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MÉSZÁROS. István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002

MORAES, Patricia Maccarini *et al.* Familismo e política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 24, n. 2, p. 802–818, dez., 2020 Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13675>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SILVA, Danielle Jardim. **Gênero, feminismo, família e reprodução social**: Marx, Engels e a Associação Internacional dos Trabalhadores (1864- 1884). 2023. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues. **Serviço social e família**: a legitimação de uma ideologia. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1982.

Realização:



Apoio:





## **SERVIÇO SOCIAL E PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR: aproximações históricas na realidade juizforana**

Juliano Zancanelo Rezende<sup>389</sup>

Maria Lúcia Duriguetto<sup>390</sup>

**Resumo:** Este trabalho, resultado parcial de estudos desenvolvidos em grupo de pesquisa e no âmbito da formação pós-graduada, apresenta contribuições analíticas para uma história nova do Serviço Social em Juiz de Fora, com ênfase na relação da profissão com processos de mobilização e organização popular, no período de emergência e desenvolvimento da renovação crítica do Serviço Social no Brasil. Através de pesquisa documental, são compartilhadas experiências que retratam os primeiros vínculos progressistas da profissão com mobilizações das classes subalternas no município, aproximando-se de outras experiências históricas que impulsionaram a vinculação da direção social da profissão aos interesses de classe dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Mobilização Popular; Juiz de Fora.

**Abstract:** This paper, a partial result of studies developed within a research group and in the context of postgraduate education, presents analytical contributions to a new history of Social Work in Juiz de Fora, with an emphasis on the profession's relationship with processes of popular mobilization and organization during the emergence and development of the critical renewal of Social Work in Brazil. Through documentary research, experiences are shared that portray the profession's early progressive ties with mobilizations of subaltern classes in the municipality, in connection with other historical experiences that fostered the alignment of the profession's social direction with the class interests of workers.

**Keywords:** Social Work; Popular Mobilization; Juiz de Fora.

### **Introdução**

Apresentamos, neste artigo, elaborações de uma investigação que vai ao encontro ao chamado posto por Netto (2016) quanto à necessidade de reconstruções analíticas de que derivarão *histórias novas* do Serviço Social brasileiro — o que implica em sistematizações sobre os acontecimentos históricos que entrelaçam a profissão e seus fundamentos, evidenciando o que ainda não foi substancialmente explorado pelas investigações acumuladas. Nessa direção, o autor reforça a necessidade de empenho coletivo na constituição de *histórias novas* do Serviço Social, que proporcione “uma linha interpretativa que oferece elementos fundamentais para que estudos históricos localizados/particulares ganhem significação social e profissional que transcenda seus limites” (Netto, 2016, p.55). Dessa forma, nossa pretensão é poder colaborar com a construção coletiva para uma *história nova* do Serviço Social, estendendo, revisando e aprofundando a investigação da profissão na história. Neste caso, com angulação investigativa e analítica *sobre os aspectos ideopolíticos que envolvem e transpassam o significado social e os fundamentos históricos da profissão, situando sua relação com*

<sup>389</sup> Assistente Social; Mestre e Doutorando em Serviço Social pelo PPGSS/UFJF (Bolsista FAPEMIG); E-mail: julianozancanelo@gmail.com

<sup>390</sup> Assistente Social; Doutora em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ; Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da UFJF; E-mail: maluduriguetto@gmail.com

Realização:



Apoio:



*as expressões sociopolíticas da luta de classes, que tornam públicas e políticas as refrações da “questão social” por meio de processos organizativos, de mobilização e reivindicação da classe trabalhadora.*

Com essa intenção, nosso *tema* de investigação refere-se à relação do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais, tendo como *objeto de pesquisa* as experiências do trabalho profissional, de estágio e extensão em processos de organização e mobilização popular desenvolvidos em Juiz de Fora entre o final de 1960 e a década de 1980. A delimitação espacial e temporal do nosso objeto justifica-se pelo já explicitado desafio posto por Netto (2016) e pela inexistência de produção acadêmica que sistematize a relação do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais em Juiz de Fora, havendo apenas evidências sobre essa relação no período em que a renovação crítica da profissão emergiu e se desenvolveu no Brasil.

Nesse sentido, acreditamos ser imperativo *contribuir para provocações que levem à problematização crítica da dimensão ideopolítica do Serviço Social, estimulando o debate acerca da relação da profissão com as lutas e movimentos sociais, cujos desdobramentos podem se expressar na construção coletiva de estratégias político-profissionais, devidamente esclarecidas quanto às suas potencialidades e limites*<sup>391</sup>. Intencionamos contribuir com a análise de experiências concretas da relação do Serviço Social, especialmente no âmbito do trabalho profissional, com as organizações, mobilizações e reivindicações da classe trabalhadora<sup>392</sup>.

## **Serviço social e processos de mobilização e organização popular em Juiz de Fora**

O Serviço Social se relaciona com as lutas sociais e os processos de organização e mobilização popular desde sua inserção na realidade de Juiz de Fora, seguindo um direcionamento baseado nos suportes conservadores do tradicionalismo profissional, que envolvem perspectivas de apassivamento e despolitização das resistências populares. Esse cenário começa a se alterar entre o final da década de 1960 e os anos 1970, mesmo em um período marcado pelo auge repressivo da autocracia burguesa (Fernandes, 2020), devido à influências progressistas em algumas experiências profissionais de Desenvolvimento de Comunidade (DC), como o pensamento de Paulo Freire, a militância nas juventudes da esquerda católica e elaborações derivadas do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina.

Com as condições sociopolíticas que permitiram a afirmação da renovação crítica do Serviço Social brasileiro entre o final da década de 1970 e o início da de 1980 (Netto, 2015), algumas experiências da profissão em processos de organização e mobilização popular na cidade expressaram tentativas mais nítidas de superação dos suportes “tradicionais” do Serviço Social pela via da contestação crítica. Pela inexistência de produção teórica e sistematização acadêmica sobre a relação histórica do Serviço Social com as lutas sociais em Juiz de Fora, analisamos os Trabalhos de Estágio de Campo (TEC) e as monografias de graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF) concluídas entre as décadas de 1960-1980, por meio da qual identificamos experiências de estágio

<sup>391</sup> Neste debate, evidenciamos como exemplar a obra de Iamamoto e Carvalho (2014), em que apontam as condições e características históricas que envolvem o relacionamento da profissão, direta ou indiretamente, com as formas de luta social e resistência da classe trabalhadora enquanto expressão da luta de classes.

<sup>392</sup> Uma necessidade que ainda demanda o esforço coletivo dos agentes da profissão na construção de *histórias novas* do Serviço Social. Como apontado pelo GTP Movimentos Sociais e Serviço Social da ABEPSS, nos trabalhos que abordam a temática dos movimentos sociais, publicados nos ENPESS e CBAS, predomina “uma tendência maior de análises teóricas e abstratas em detrimento de experiências profissionais junto aos movimentos sociais” (ABEPSS/GTP-Mov. Soc. e Ser. Soc., 2022, p. 34).

Realização:



Apoio:



vinculadas a práticas de DC, as quais envolveram processos de organização e mobilização popular em bairros periféricos de Juiz de Fora.

### **Sistematização de alguns dos primeiros vínculos entre a profissão e os processos de mobilização e organização popular no cenário municipal**

Ao abordar as disciplinas oferecidas à primeira turma do curso de Serviço Social, Jacometti (1993, p. 188) descreve a existência de uma denominada *Organização Social da Comunidade*, na qual se ensinava o conceito de “comunidade, destacando suas características básicas, tipos, problemas, recursos, estabelecimento de programas e projetos, liderança, psicologia dos grupos e relações humanas e Serviço Social”. A concepção que orientava a ação profissional em comunidades estava alinhada com as abordagens tradicionais dos projetos e programas de DC, que tinha como objetivo o ajustamento e o tratamento das “deficiências” identificadas no meio comunitário, incentivando a participação dos indivíduos e grupos na resolução de seus problemas comuns. As técnicas do chamado Serviço Social de Comunidade foram empregadas em bairros de Juiz de Fora nesse período, a partir das experiências dos Centros Sociais do Serviço Social da Indústria (SESI). Nessas experiências comunitárias, as estagiárias utilizavam metodologias do chamado Serviço Social de Grupo segundo as diretivas, próprias do tradicionalismo do Serviço Social e da concepção “ortodoxa” do DC (Ammann, 2013), que orientaram boa parte das experiências profissionais e de estágio vinculadas a processos de mobilização e organização popular na cidade nas décadas de 1960 até a primeira metade dos anos 1970.

Não obstante, ainda que pontualmente, algumas experiências de DC realizadas a partir de 1969 apresentaram certo avanço no tensionamento e na crítica ao conservadorismo. Influenciadas pelo pensamento de Paulo Freire e pelo Movimento de Reconceitualização Latino-Americano do Serviço Social, com base em textos de Ezequiel Ander-Egg, Natalio Kisnerman, entre outros, aproximando-se do que Ammann (2013) denomina um “ensaio heterodoxo” de experiências de DC. Contudo, é importante lembrar que essas experiências mais progressistas, diferentemente do ensaio “heterodoxo” de DC ocorrido entre 1961 e 1964 no Brasil, desenvolveram-se em uma ambiência nacional marcada pelo auge repressivo da autocracia burguesa.

A partir de análise das monografias de graduação, verificamos que, diferentemente do que ocorreu em outras localidades do país, sobretudo na região Nordeste, segmentos profissionais do Serviço Social em Juiz de Fora, a princípio, não ensaiaram a “heterodoxia” das experiências progressistas de DC no período imediatamente anterior a 1964. Além de não termos encontrado evidências da presença do Movimento de Educação de Base (MEB) ou de outros movimentos de educação e cultura popular congêneres no município durante o pré-1964, a hipótese de ausência de envolvimento do Serviço Social com essas experiências populares é reforçada tanto pela instalação recente da FSS em Juiz de Fora (1957), acompanhada dos pressupostos “tradicionais” que orientavam a formação e a prática profissional, quanto pelo cenário local de desmobilização popular e de aderência social ao discurso anticomunista toscamente difundido<sup>393</sup>.

Embora, nesse período, a cidade contasse com lideranças ativas na movimentação nacional pelas “reformas de base”, como Clodesmidt Riani<sup>394</sup>, o que se sobressaía na realidade local era o pensamento reacionário das “elites” juiz-foranas, que se expressou publicamente no fatídico 6 de abril de 1964. Nesse dia, com o retorno das tropas militares do general Mourão a Juiz de Fora, imensas manifestações de rua,

<sup>393</sup> Sobre o processo histórico de criação da Faculdade de Serviço Social, consulte Jacometti (1993).

<sup>394</sup> O histórico sindicalista Clodesmidt Riani presidiu tanto a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), entre 1962 e 1964, quanto a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), até 1964, além de ter sido uma importante liderança em defesa das “reformas de base” no país. A biografia política de Riani é apresentada em Paula e Campos (2005).

Realização:



Apoio:



estimuladas pela imprensa local e pela hierarquia católica, celebraram o protagonismo golpista de autoridades da cidade, referendando Juiz de Fora como a Capital do golpe civil-militar de 1964 (Ferreira, 2023).

No período definido por Netto (2015) como o segundo momento do ciclo autocrático burguês no Brasil, o Serviço Social, em Juiz de Fora, desenvolveu um trabalho junto a processos de organização e mobilização popular, no qual identificamos quatro experiências realizadas entre 1969 e 1972. Em 1969, estagiárias do Serviço Social desenvolveram um trabalho de “capacitação de liderança” na comunidade do Retiro, com o apoio do vigário local, tendo como finalidade “capacitar os moradores para promoverem mudanças na realidade local que correspondam às suas necessidades, através de seus próprios esforços”, visando formar lideranças que viessem assumir “a direção da comunidade, [...] e incrementar o trabalho cooperativo entre os moradores” (Lopes, 1970, p. 18). Essa “capacitação de lideranças” foi realizada por meio de cursos ofertados a um grupo de moradores previamente selecionados, para “levar a comunidade à consciência dos problemas, suas causas e consequências, e motivá-la a encontrar formas de solucioná-los” (Lopes, 1970, p. 37). Em síntese, a experiência partiu da formação de um grupo de moradores para “capacitá-los” como lideranças locais, com o propósito de mobilizar a comunidade para resolver de forma coletiva as necessidades infraestruturais do bairro, como água e calçamento.

Outra experiência desenvolvida entre 1969 e 1970 ocorreu na comunidade de São Pedro, a pedido dos membros da sua Sociedade Pró-Melhoramentos (SPM), após conhecerem sujeitos da profissão em reuniões do Centro Social da Igreja. Inicialmente, as estagiárias buscaram compreender a realidade organizativa da SPM, observando uma “participação social fraca e desorganizada, limitada ao grupo familiar e ao setor religioso” (Rocha, 1970, p. 24). Diante desse cenário, avaliaram que existia “uma atitude passiva dos moradores frente aos poderes públicos, não se evidenciando qualquer esforço no sentido de reivindicar junto às autoridades competentes a promoção de um mínimo de serviços públicos a que têm direito” (Rocha, 1970, p. 23). No “estudo interpretativo” da comunidade, “constatou-se a existência em alto grau de apatia e individualismo, assim como de baixo nível de cooperação e espírito associativo entre os moradores e entidades locais”, o que levou as agentes do Serviço Social a proporem “integrar outros moradores e associações numa ação cooperativa através da SPM” (Rocha, 1970, p. 29). A partir de ações de mobilização na comunidade, o Serviço Social orientou “a organização interna da SPM, levando-a a congregar as instituições e associações locais de modo a se empenharem em promover o desenvolvimento do bairro, buscando a máxima participação dos moradores” (Rocha, 1970, p. 33). Como parte do trabalho de formação de lideranças, foram realizadas atividades de “capacitação” junto ao grupo de moradores, para que pudessem direcionar a atuação cooperativa e reivindicatória da comunidade.

Ainda, as estagiárias que atuaram nessa experiência de mobilização popular no bairro São Pedro deixaram como recomendação para a SPM a “formação de um Conselho Comunitário com a representação das instituições e associações locais, de modo a atender às necessidades e interesses reais do bairro” (Ibidem, p. 70). Chama-nos a atenção que, embora não haja uma menção direta no relato contido nesse Trabalho de Estágio de Campo (TEC), textos de Paulo Freire e de autores da Reconceitualização Latino-Americana do Serviço Social, como Ander-Egg e Herman Kruse, aparecem nas referências bibliográficas. Além disso, consta uma apostila intitulada “Reorientação do Serviço Social no Chile”, de autoria da Escola Católica do Chile, ainda em 1970.

Outra experiência que também faz referência a textos de Paulo Freire e Ander-Egg, além de Natalio Kisnerman, Ana Maria Quiroga e Octavio Ianni, foi um trabalho de formação de lideranças desenvolvido por estagiárias do Serviço Social no bairro São Benedito, a partir de novembro de 1969. Essa experiência se destaca entre as demais

Realização:



Apoio:





desenvolvidas nesse período tanto pela abrangência do trabalho de mobilização popular quanto pelo avanço da compreensão teórica acerca da realidade social e das possibilidades interventivas do Serviço Social. Partindo do pressuposto de que “o êxito dos programas de DC depende, em última instância, da participação da comunidade”, nesse processo, “o líder exerce um papel fundamental por sua influência na aquisição de novos comportamentos e pela ação que exerce sobre o grupo para impulsioná-lo a uma participação mais ativa” (Pacheco; Villela<sup>395</sup>, 1970, p. 2-3), as estagiárias, inicialmente, realizaram uma pesquisa sobre lideranças no bairro. Os objetivos dessa pesquisa eram: “identificar os líderes [...] da comunidade e os líderes de rua; conhecer a imagem que a comunidade tem dos líderes institucionais e não institucionais; identificar as lideranças das organizações locais; e identificar os problemas básicos da área, reconhecidos como tais pelos moradores” (Pacheco; Villela, 1970). Ao analisarem o nível de participação social dos moradores da comunidade a partir da pesquisa realizada, observaram que

uma sociedade estratificada socialmente apresenta obstáculos intrínsecos à igualdade de participação. As classes que dispõem de um nível socioeconômico inferior vêm cerceadas, pela própria posição que ocupam no sistema de produção, a participar intensamente daqueles. Vivem, portanto, numa posição de relativa marginalidade, configurada pela precária participação receptiva (Pacheco; Villela, 1970, p. 7).

Essa observação sobre as determinações estruturais da participação social foi considerada uma expressão do nível de participação social dos moradores do bairro, pois

esta se dá precariamente, vale dizer, os habitantes encontram-se numa relativa marginalidade também no que se refere à participação nas organizações locais. [...] uma parcela significativa da comunidade conhece a SPM, porém, os moradores não estão conscientes da importância da ação cooperativa e organizada como forma de enfrentar os problemas comuns e consequentemente trabalhar para a melhoria do bairro, daí não se mobilizarem para participar daquela organização. [...] os moradores percebem apenas alguns problemas sem, porém, explicá-los em sua essência, ou seja, não chegam a abstrair da realidade objetiva as relações causais e circunstanciais que envolvem os fenômenos. [...] os comunitários assumem uma atitude conformista diante de sua marginalidade. Não tendo consciência das causas de suas dificuldades e das possibilidades de mudança, não assumem uma atitude ativa de enfrentamento das mesmas (Pacheco; Villela, 1970, p. 25-26).

Ao abordarem sobre a SPM do bairro, apontam que a entidade foi fundada em 1954 “por iniciativa de Assistentes Sociais do SESI, iniciativa esta apoiada por um grupo de moradores da área” (Pacheco; Villela, 1970, p. 17). Apesar de constatarem um baixo nível de mobilização dos moradores nas ações coletivas do bairro, ponderam a grande tradição de trabalho da SPM, a qual “empenhou-se em seus anos de existência na tarefa recíproca de defender os interesses legítimos da população junto aos poderes públicos e alcançando não raras vezes vitórias significativas, o que vem contribuir para a sua popularidade na área” (Ibidem). Assim, dentre organizações presentes na comunidade, as estagiárias concluíram que a SPM era a entidade que teria condições para “se transformar no polo irradiador e coordenador do trabalho comunitário, [...] sendo a que melhor poderia assumir este papel, apesar de encontrar-se inoperante naquele momento, com um baixo índice de lideranças na área” (Ibidem). Diante do cenário prévio de desmobilização popular e da identificação de uma entidade representativa compatível com os interesses dos moradores do bairro, as estagiárias evidenciaram que seria necessário desenvolver um trabalho político-pedagógico para estimular a

<sup>395</sup> Uma das autoras dessa monografia refere-se à Prof.<sup>a</sup> Marilda Villela Iamamoto, então estudante da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

Realização:



Apoio:





formação de lideranças na SPM, visando sua autonomização em relação à assessoria do Serviço Social. Afinal, compreendiam que as lideranças populares “atuam como molas propulsoras que favorecem a mobilização, conscientização e engajamento dos comunitários no processo de desenvolvimento da comunidade” (Pacheco; Villela, 1970, p. 34). Nesse sentido, reconhecem que

se buscamos em termos profissionais, estimular o princípio da auto-orientação nos grupos e comunidades com os quais trabalhamos, a capacitação de lideranças aflora-se como sendo meta essencial pois, à medida que os líderes se engajam nos trabalhos, assumindo uma posição ativa no desenvolvimento dos programas e projetos, favorecerão consequentemente o desligamento progressivo dos técnicos. Ainda sob o ponto de vista profissional, o trabalho com líderes nas diferentes fases do processo metódico oferece-nos condições de eliminar quer as tendências paternalistas, quer as autocráticas de imposição dos programas às bases pelos técnicos (Pacheco; Villela, 1970, p. 34).

Para a realização da intervenção proposta, foram elencados objetivos e ações: “congregar e formar os líderes locais (preparação para as eleições da SPM); favorecer a emergência de novos líderes (preparação para a posse da SPM); restaurar a liderança da SPM, e incrementar a ação cooperativa e organizada na comunidade (campanha de sócios)” (Pacheco; Villela, 1970, p. 61). A preparação para as eleições da SPM foi realizada por meio de uma “exposição técnica” conduzida pelas estagiárias junto ao grupo de moradores, na qual foram abordados os seguintes temas: “eleição é escolha, escolher para coordenar o trabalho de cada um para o bem de todos; povo esclarecido pode mudar a vida, ninguém muda sozinho... não adianta apenas mudar de chapa; voto é consciência, voto é liberdade, consciência não se vende, liberdade não se compra” (Pacheco; Villela, 1970, p. 71). Já a preparação para a posse da SPM consistiu em mobilização do grupo de moradores para a realização da propaganda sobre o evento, com a divisão de tarefas definida pelo próprio grupo. Na assembleia geral para a posse da SPM,

o alto índice de frequência aferido, qual seja de 118 pessoas, foi uma confirmação do êxito do projeto no qual o Grupo de Líderes se empenhou. Os moradores, respondendo favoravelmente à alternativa de participação que lhes foi oferecida, começaram a interessar-se pela vida local numa primeira manifestação do rompimento da sua atitude conformista (Pacheco; Villela, 1970, p. 88).

Com a gestão da SPM eleita e empossada, as estagiárias passaram a auxiliar no planejamento da atuação da entidade. Diante dos principais problemas enfrentados pela comunidade, “a direção da SPM definiu como metas gerais para mobilização: reivindicar às autoridades competentes a solução de problemas como água, esgoto e luz; lutar pela casa da comunidade; lutar pelo término da construção da escola infantil; lutar pela criação do ginásio” Pacheco; Villela, 1970, p. 132). Nas notas conclusivas do TEC, Pacheco e Villela (1970, p. 165) reforçam os objetivos específicos dessa experiência de mobilização popular desenvolvida pelo Serviço Social: “formar e assessorar grupos; favorecer a emergência e formação de líderes; incrementar a participação popular; conscientizar os moradores de suas necessidades latentes e manifestas e dos recursos próprios para o atendimento daquelas”. Em relação aos dois primeiros objetivos, avaliam que foram alcançados, mesmo com “o limitado tempo de intervenção na área” (Pacheco; Villela, 1970, p. 165). Quanto ao terceiro objetivo, destacam que “os primeiros passos foram dados no sentido de sua consecução”, considerando a ampliação do quadro de sócios da SPM e o aumento da participação dos moradores nas atividades da entidade. Já em relação ao quarto e último objetivo, reconhecem que “incorreram em uma falha, qual seja, a de pretender conscientizar os moradores de suas necessidades manifestas”, e afirmam: “por ocasião da pesquisa

Realização:



Apoio:



sobre lideranças, foi-nos possível verificar que os comunitários demonstraram conhecer as necessidades que mais os afligiam; consequentemente, não fazia sentido o propósito dos técnicos” (Pacheco; Villela, 1970, p. 165). Contudo, admitindo que a “conscientização” dos moradores não seria uma atribuição profissional, os “técnicos ainda entrevistaram, fornecendo aos comunitários noções básicas referentes ao ‘como atuar’, acentuando por exemplo a importância do trabalho cooperativo e organizado, de participação popular, no sentido de capacitá-los para enfrentar os problemas com que se defrontavam” (Pacheco; Villela, 1970, p. 166). Apesar dos nítidos avanços em relação ao processo de mobilização e organização popular, destacando-se sua realização em pleno período de forte repressão da ditadura civil-militar, fazem a seguinte observação:

o estudo interpretativo da comunidade levou-nos a verificar a existência de necessidades outras que, embora latentes para a população em geral, deveriam ser enfatizadas pelos estagiários, de modo a contribuírem para que os moradores tomassem consciência da posição de relativa marginalidade em que se encontram; lamentavelmente, porém, esta análise não ultrapassou os limites da preocupação teórica; assim sendo, o trabalho não se efetivou dentro de uma perspectiva que possibilitasse concomitantemente a mobilização da comunidade, para satisfazer suas necessidades manifestas, e o seu despertar para novos problemas” (Pacheco; Villela, 1970, p. 166).

As atividades do Serviço Social nos processos de organização e mobilização popular se estenderam a partir de 1975, sendo identificadas mais quatro experiências de estágio. Entre 1975 e 1979 no Grupo Comunitário de São Bernardo, na qual apresenta certa influência do pensamento de Paulo Freire<sup>396</sup> pois entendia-se que a intervenção profissional visava “a promoção da educação para liberdade através da conscientização, que se fundamentava na linha de ação educativa libertadora supondo que esta constituía o alvo máximo do Serviço Social no bairro” (Franco; Mendes, 1975, p. 66). As ações desenvolvidas foram direcionadas para a mobilização da comunidade, possibilitando reflexões coletivas dos moradores sobre suas condições de vida e resultando no estabelecimento de reivindicações imediatas por melhorias na infraestrutura urbana. Apontam que seria necessário “despertar no próprio grupo a necessidade de refletir mais profundamente não apenas sobre os problemas em si, mas também sobre as causas que os geram e as possibilidades de solucioná-los, adquirindo uma visão macro dos problemas, incluindo seus aspectos estruturais” (Nogueira; Santos, 1976, p. 40).

Embora não seja uma das experiências de organização e mobilização popular desenvolvidas nesse período, chama-nos a atenção uma monografia do curso de Serviço Social, defendida em 1976, que busca analisar a experiência em comunidade realizada por Pacheco e Villela (1970) no bairro São Benedito entre 1969 e 1970, conforme já abordamos acima. Denominando de uma “análise de segmentos teórico-práticos”, Vidon e Faria (1976) afirmam que na referida experiência analisada por elas, a “ação técnica” do Serviço Social partia dos seguintes objetivos específicos: “conscientização, motivação, organização, capacitação e participação” (Vidon; Faria, 1976, p. 10). Não nos parece mera coincidência que a definição desses objetivos específicos, conforme a análise de nossas autoras, se aproxime significativamente dos

---

<sup>396</sup> Em comum com outras monografias que nos parecem ter sido influenciadas pelo pensamento de Paulo Freire, este TCC não realiza um tratamento teórico explícito com base em citações diretas a Freire ao longo do texto. No entanto, mesmo sem apresentar de forma direta os conceitos da pedagogia freireana, o trabalho sinaliza observações que remetem ao pensamento do autor, como as expressões “educação para a liberdade através da conscientização” ou “ações educativas libertadoras”. Indícios dessa influência são reforçados pela presença de Paulo Freire nas referências bibliográficas dos trabalhos.

objetivos-meio do Método BH (conscientização, capacitação e organização)<sup>397</sup>. Em relação ao objetivo de “conscientização”, as autoras assinalam que

o problema da conscientização vem trazendo aos assistentes sociais uma maior preocupação, principalmente, a partir de 1963, quando o método de alfabetização de Paulo Freire foi aplicado no Nordeste do Brasil, alcançando grande repercussão. A conscientização constitui, para muitos profissionais, o objetivo central da profissão. Segundo Vicente Faleiros, ela é estudada em relação dialética entre ação, comunicação e luta de classes. [...] conscientização é a passagem de uma consciência intransitiva a uma consciência crítica, isto supõe: uma análise crítica da realidade; uma projeção do homem e da sociedade futura; uma ação libertadora e organizada; um trabalho de grupo; um animador (de fora) (Vidon; Faria, 1976, p. 10-11).

Ao eleger o assistente social como “um animador de fora”, uma espécie de educador popular, descrevem o que acreditam ser o papel do profissional no chamado processo de conscientização: “deve ser uma pessoa de consciência crítica bem ampla, um orientador, um Assistente Social que saiba respeitar o processo em todas as suas etapas, por isso deve ser também um perito em dinâmica de grupo e bom conhecedor da realidade” (Vidon; Faria, 1976, p. 15).

A partir de 1978, momento de eclosão do Novo Sindicalismo e de diversas lutas e movimentos populares no país<sup>398</sup>, outras experiências do Serviço Social em processos de organização e mobilização popular se desenvolvem em Juiz de Fora. Nelas, torna-se mais evidente uma compreensão do assistente social enquanto sujeito comprometido com a chamada “conscientização” da classe trabalhadora.

Em Campante et al. (1980), explicita-se a experiência das estagiárias do Projeto Alfa da Escola Estadual Prof. Theodoro Coelho, entre 1979 e 1980, elaborado pela FSS em 1977, cujo objetivo inicial era “integrar família-escola-comunidade, visando melhor rendimento educacional do aluno” (Campante *et al.*, 1980, p. 65). Esse subprojeto possibilitou a abertura do campo de estágio que, em abril de 1978 passou a ser supervisionado pela Profa. Mary Sartori. “A partir daí, o processo metodológico adotado no campo de estágio baseou-se no Método BH” (Campante *et al.*, 1980, p. 67). No entanto, o trabalho foi rapidamente interrompido, tendo como motivos “mudança de supervisora; falta de conhecimento das estagiárias com relação à aplicação do Método; falta de motivação e preparação da população envolvida” (Campante *et al.*, 1980, p. 73). Embora as atividades desenvolvidas pelas estagiárias fossem predominantemente análises socioeconômicas e encaminhamentos para serviços socioassistenciais, elas propuseram, como intervenção futura para o Serviço Social no campo, um “projeto de conscientização do bairro, baseado no Método de Alfabetização de Paulo Freire” (Campante *et al.*, 1980, p. 79). Esse projeto contaria com a participação do Diretório Central dos Estudantes da UFJF, dos Diretórios Acadêmicos, da Legião Brasileira de Assistência, da Prefeitura de Juiz de Fora e da SPM do bairro, cujo objetivo era “conscientizar os membros da comunidade do bairro sobre a sua situação marginal de vida, para que atinjam uma consciência crítica que lhes possibilitará transformar sua realidade” (Campante *et al.*, 1980, p. 81). Embora consistisse apenas em uma proposta de trabalho que não chegou a ser realizada, na fundamentação teórica da monografia, as estagiárias recorrem a autores como Leandro Konder e Rodolfo Stavenhagen, citando indiretamente Marx e Lenin. Elas abordam as classes sociais a partir da relação antagônica entre “classe dominante e classe dominada”, destacando que a “falta de representatividade no poder” é um traço significativo da sociedade brasileira, uma

<sup>397</sup> Sobre a experiência do Método BH, consulte Batistoni (2021).

<sup>398</sup> Ver, por exemplo, Abramides, Duriguetto e Batistoni (2025).

Realização:



Apoio:



“distância entre dirigentes e povo”, que se aprofundou com o “golpe de 1964” (Campante *et al.*, 1980, p. 21-22).

### Considerações finais

Evidenciamos, no material analisado, conforme exposto, experiências de mobilização e organização comunitária ocorridas entre o final da década de 1960 e o ano de 1980, que guardam proximidade com as diretrizes apontadas por Ammann (2013) no chamado DC “heterodoxo”, bem como com as experiências de estágio desenvolvidas pela Escola de Serviço Social da então Universidade Católica de Minas Gerais, no chamado “Método BH”, notadamente nos aspectos relacionados à influência do pensamento de Paulo Freire e do Movimento de Reconceituação Latino-Americano do Serviço Social.

As contribuições inestimáveis de diversos sujeitos profissionais envolvidos diretamente no processo de renovação crítica do Serviço Social e na construção histórica de um novo projeto ético-político para a profissão continuaram a incidir na realidade juiz-forana, refletindo-se em novas experiências profissionais, de estágio e extensão. A partir da segunda metade da década de 1980, identificamos que o Serviço Social teve inserção profissional e de estágio em duas organizações de trabalhadores: a Associação Profissional das Empregadas Domésticas e o Sindicato dos Bancários. Outra entidade que, destacadamente, contou com a presença de assistentes sociais e estagiários do Serviço Social em processos de organização e mobilização popular — especialmente envolvendo a questão habitacional e a regularização fundiária — foi o Centro de Defesa de Direitos Humanos. No entanto, embora já tenhamos identificado um material sobre essas experiências, elas ainda serão analisadas e sistematizadas na próxima etapa de nosso trabalho de pesquisa, em conjunto com a investigação de possíveis outras experiências ocorridas nesse período.

### Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA – ABEPSS / GRUPO TEMÁTICO DE PESQUISA MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para o debate sobre as lutas e movimentos sociais da formação profissional em Serviço Social**. Rio de Janeiro: XVII ENPESS, 2022.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; DURIGUETTO, Maria Lúcia; BATISTONI, Maria Rosângela. Lutas da classe trabalhadora e sua relação com a organização sindical do Serviço Social na realidade paulistana. **Em Pauta - Teoria Social e Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, p. 65-83, maio/ago., 2025. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/91735>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BATISTONI, Maria Rosângela. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Claudia Mônica dos (org.) **A história pelo avesso: a Reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.

CAMPANTE, Ester Marise de A. R.; DELGADO, Leila B.; OLIVEIRA, Maria da P. **Perspectiva de um trabalho de conscientização no bairro Jóquei Clube**. 1980. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1980.

Realização:



Apoio:



FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERREIRA, Jorge. Juiz de Fora e o golpe civil-militar de 1964. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 29, n. 1, p. 126-51, 2023.

FRANCO, Regina M. S.; MENDES, Thomires de O. **Grupo social**: fator de integração comunitária. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1975.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

JACOMETTI, Rita de Cassia. **Formação profissional em Juiz de Fora**: criação da Faculdade de Serviço Social e graduação de sua primeira turma 1958-1961. 1993. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LOPES, Julia M. S. de. **O que indivíduos e grupos podem fazer para a sua comunidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1970.

NOGUEIRA, Alzira Maria; SANTOS, Elizabeth Luciana. **Análise da integração social da comunidade de São Bernardo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1976.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (org.). **Serviço social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

PACHECO, Maria Emília Lisboa; VILLELA, Marilda Soares. **Emergência e formação de líderes num trabalho comunitário**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1971.

PAULA, Hilda Resende; CAMPOS, Nilo de Araújo (org.). **Clodesmidt Riani**: trajetória. Juiz de Fora, MG: Ed. FUNALFA; Ed. UFJF, 2005.

ROCHA, Maria de Fátima S. Uma experiência de Serviço Social na comunidade de São Pedro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1970.

VIDON, Leila Marcia Carneiro; FARIA, Maria Isabel de. **A importância da dinâmica do processo na emergência e formação de líderes na comunidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, TCC, FSS/UFJF, Juiz de Fora, 1976.

Realização:



Apoio:





## PREDOMINÂNCIA DO EAD, REDUÇÃO DOS CURSOS PRIVADOS PRESENCIAIS E CONSEQUÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Larissa Dahmer Pereira<sup>399</sup>  
Érica de Moraes e Silva Muniz<sup>400</sup>  
Ingrid Rangel de Medeiros<sup>401</sup>

**Resumo:** O trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa em desenvolvimento sobre a formação em cursos de Serviço Social presenciais privados e de Ensino a Distância (EaD). Em um primeiro momento, discorre-se sobre a expansão mercantilizada da educação superior, a redução drástica de cursos presenciais privados de Serviço Social e a predominância dos cursos ofertados à distância. Por fim, problematiza-se sobre as implicações de tal redução e da predominância de cursos EaD na formação em Serviço Social, constituindo-se, portanto, um perfil profissional divergente daquele preconizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

**Palavras-Chave:** educação superior; EaD; formação em Serviço Social; cursos presenciais privados.

**Abstract:** This paper presents partial results of ongoing research on training in private in-person and distance learning (DE) social work courses. It first discusses the commercialized expansion of higher education, the drastic reduction in private in-person social work courses, and the predominance of distance learning courses. Finally, it discusses the implications of this reduction and the predominance of distance learning courses in social work training, thus constituting a professional profile that diverges from that advocated by the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS).

**Keywords:** higher education; DE; social work training; private in-person courses.

### Introdução

A expansão da educação superior no Brasil, nas últimas décadas, tem ocorrido em consonância com os interesses do setor privado-mercantil e como expressão da condição de dependência do país em relação às economias centrais. Esse processo evidencia a influência da formação social brasileira — marcada profundamente pela herança escravocrata — na valorização do trabalho simples em detrimento do trabalho complexo<sup>402</sup>. Como consequência, observa-se uma relativa cobertura da Educação

<sup>399</sup> Assistente social. Doutora em Serviço Social (UFRJ) e Pós-Doutora em Educação (UFRJ) e em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). Professora Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/Niterói. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Educação e Serviço Social – TEIA. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: larissadahmer@id.uff.br

<sup>400</sup> Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/Niterói. Bolsista de Iniciação Científica FAPERJ. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Educação e Serviço Social – TEIA. E-mail: erica\_muniz@id.uff.br

<sup>401</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense/Niterói. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Educação e Serviço Social – TEIA. E-mail: ingridrangemedeiros@id.uff.br

<sup>402</sup> “O ‘trabalho simples’, ao contrário do trabalho complexo, caracteriza-se por ser de natureza indiferenciada, ou seja, dispêndio da força de trabalho que ‘todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo’” (Marx, 1988, p. 51 apud Lima; Neves; Pronko, 2009, p. 415). Sobre a relação entre educação, trabalho simples e complexo no Brasil, cf. Neves e Pronko (2008).

Realização:



Apoio:



Básica<sup>403</sup>, enquanto na educação de nível superior aprofunda-se o processo de mercantilização e financeirização<sup>404</sup>, dificultando o acesso democrático da população a tal nível de ensino e, ainda, deteriorando a qualidade da formação universitária.

Essa concepção de educação como uma mercadoria e não como um direito ganha ainda mais força com o avanço do ideário neoliberal e do receituário dos organismos internacionais para os países dependentes, especialmente nos anos 1990, visando um ensino com um viés tecnicista e acrítico (Neves; Pronko, 2008). Nesse contexto, a educação é um dos meios para a manutenção do *status quo* em um mundo atravessado por contradições e tensões sociais e a educação superior configura-se como um nicho de mercado e, também, de difusão de ideologias apassivadoras e regressivas quanto a direitos sociais, dentre as quais, a do empreendedorismo<sup>405</sup>.

No Brasil, o 2º ciclo de expansão da educação superior ocorreu nos anos 1990, durante os governos Cardoso (1995-2002)<sup>406</sup>. Cabe salientar que a elaboração da Constituição Federal de 1988 foi repleta de disputas dos variados setores sociais, classes e frações de classe. No âmbito da Educação, podemos citar o artigo 209 (Brasil, 1988), que manteve a liberação do ensino ao setor privado, o que pavimentou o caminho para a mercantilização da área nos anos 1990. Outro instrumento legal fundamental para a atuação do Estado na realização de políticas que favoreceram o setor privado-mercantil foi o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Brasil, 1995)<sup>407</sup>.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) também ocupa papel central na institucionalização e flexibilização da formação em instituições de ensino superior privadas e do Ensino a Distância no país. Tal legislação possibilitou maior autonomia/flexibilidade administrativa e pedagógica às instituições de ensino superior, facilitando a criação de faculdades isoladas e de cursos à distância. Após a promulgação da LDBEN, os Decretos 2.207 e 2.306 de 1997 favoreceram a mercantilização, autorizando a finalidade lucrativa às mantenedoras das instituições privadas de educação superior, conforme análise de Sguissardi (2015)<sup>408</sup>.

Nos anos 2000, ainda que os governos Lula e Dilma (2003-2016) tenham retomado o investimento no setor público, com importantes programas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (Brasil, 2007) e Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Brasil, 2010), dentre outros, houve a permanência de apoio estatal ao setor privado-mercantil, com a alocação de parte do fundo público para o mesmo, com programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) (Brasil, 2001b) e o Programa

<sup>403</sup> Para uma análise acerca do processo de expansão quantitativa da oferta educacional na Educação Básica e da “expansão para menos” no sentido da qualidade do ensino, cf. Algebaile (2009).

<sup>404</sup> Sobre o processo de financeirização da educação superior, cf. Abrahão, Pereira e Ferreira (2023).

<sup>405</sup> Cf. texto de Frigotto (2001; 2015), que analisa a função do sistema escolar e, ainda, discussão sobre o empreendedorismo, que relaciona tal ideologia com o novo tipo de trabalhador – flexível - exigido para o contexto de produção flexível. Ver: Amorim; Moda; Mevis (2021).

<sup>406</sup> Pereira e Souza (2019) analisam, com enfoque na formação em Serviço Social, a expansão da educação superior no Brasil a partir de três ciclos: (1) durante a ditadura militar-empresarial, voltada para os interesses do grande capital; (2) na década de 1990, com a consolidação do receituário neoliberal, caracterizada pelo avanço da mercantilização da educação superior e a introdução dos primeiros cursos a distância no país; e (3) no pós-2000, com a formação de conglomerados que exploram o setor educacional, abertura de capital na bolsa de valores e destinação de recursos públicos para instituições privadas por meio de ações estatais.

<sup>407</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre a relação entre a reforma gerencial do Estado e a educação superior, conferir o livro de Silva Jr. e Sguissardi (2020).

<sup>408</sup> “A edição desses decretos, em 1997, vai desencadear um movimento sem precedentes de mudança estatutária e de regime administrativo do conjunto das IES privadas de 1997 a 1999: neste ano, segundo dados do Censo da Educação Superior do Inep, as IES particulares, com fins de lucro, já eram 58% do total de 905 IES privadas ou 48% do total de 1.097 públicas e privadas. Passados mais 11 anos, em 2010, as IES privadas particulares ou privado-mercantis já eram 77,8% e, hoje, possivelmente ultrapassem 80% das cerca de 2.400 IES do país” (Sguissardi, 2015, p. 874).

Realização:



Apoio:



Universidade para Todos (PROUNI) (Brasil, 2004), fortalecendo a mercantilização e, ainda, a financeirização da educação superior<sup>409</sup>.

Assim, a primeira década do século XXI foi um período marcado pelas frequentes fusões e aquisições na educação superior e pela abertura de capital na Bolsa de Valores a partir de 2007 (Leher, 2023). Tal fenômeno repercutiu na rápida expansão do número de matrículas em cursos presenciais no setor privado-mercantil e em cursos a distância, com forte capilaridade em todo território nacional, por meio da criação de novos polos e/ou filiais. Como consequência, destacamos o aumento da exploração do trabalho docente e o enfraquecimento da formação humana e crítica em geral, atingindo primordialmente as profissões ligadas às Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, vide o baixo custo operacional e a grande procura, dentre elas, a de Serviço Social, cujos impactos de tal processo apresentaremos a seguir.

### **Expansão mercantilizada de cursos de serviço social, redução de cursos privados presenciais e a predominância do EaD**

O Serviço Social, como uma profissão cujo objeto é a “questão social”<sup>410</sup>, participa também da dinâmica de expansão da educação superior brasileira. Criada na articulação entre Igreja Católica e Estado varguista na década de 1930 para desenvolver ações na área social, com a tônica de “ajuste” dos indivíduos e uma perspectiva funcionalista, associada a princípios do neotomismo, os primeiros cursos foram ofertados por instituições privadas sem fins lucrativos, em grande parte confessionais<sup>411</sup>.

A direção social conservadora perdurou na profissão por cerca de 4 (quatro) décadas, sendo questionada no contexto de lutas pela redemocratização da sociedade brasileira nos anos 1970, o que Netto (2005a) conceituou como processo de renovação profissional<sup>412</sup>. Desde então, a categoria profissional vem construindo uma outra direção social, gerando alguns documentos norteadores da profissão e constituindo o que ficou conhecido como projeto ético-político profissional<sup>413</sup>. Dentre tais documentos, destacamos as Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS (ABEPSS, 1996), amplamente debatidas na primeira metade da década de 1990 e apresentada ao Conselho Nacional de Educação. A proposta de formação profissional defendida pela ABEPSS prevê uma formação intelectual e cultural generalista e crítica, comprometida

<sup>409</sup> Ainda que não seja possível aprofundar a análise no presente trabalho, cabe destacar que o período foi atravessado por intensas disputas e correlações de forças, visto que o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu o governo federal, mas o Legislativo permaneceu nas mãos de uma maioria liberal-conservadora. Isso significou, ao nosso ver, a necessidade de uma série de concessões, tal como a alocação de fundo público para o setor privado-mercantil, o que limitou sobremaneira o avanço no que concerne aos direitos sociais no país, dentre eles, a ampliação da educação superior pública e o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2001a) que estabeleceu a meta de, no mínimo, 40% das vagas ofertadas pelo setor público. O PNE 2014-2024 (Brasil, 2014) manteve a meta, agora de 40% das novas matrículas no setor público, que ainda carece de cumprimento.

<sup>410</sup> Consideramos a “questão social” como as “[...] expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...]” (Iamamoto e Carvalho, 2006, p.77).

<sup>411</sup> Sobre a origem da profissão, com uma perspectiva crítica, consultar Iamamoto e Carvalho (2006). Para uma leitura da criação de cursos de Serviço Social em diferentes períodos históricos e a relação com a política educacional brasileira, cf. Pereira (2022).

<sup>412</sup> Anterior a esse processo de renovação profissional, durante a década de 1960 e no contexto político, econômico e social latino-americano e mundial, surge o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social, que visava desenvolver “[...] alternativas de ruptura com o tradicionalismo [profissional] nos planos metodológico-interventivo e político-ideológico” (Netto, 2005b, p.11). Esse processo abriu espaço para, mesmo que com tendências e intencionalidades diferentes, o movimento de renovação profissional brasileiro pudesse se desenvolver.

<sup>413</sup> Compõem esse conjunto de documentos o Código de Ética profissional (CFESS, 2012), a Lei de Regulamentação da profissão (Lei n. 8.662/93) (CFESS, 2012) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (ABEPSS, 1996).

Realização:



Apoio:



com o Código de Ética Profissional (CFESS, 2012), cuja lógica curricular articula 3 (três) Núcleos de Fundamentação e traz recomendações importantes para a realização qualificada do Estágio Curricular Supervisionado, o Trabalho de Conclusão de Curso e as Atividades Complementares<sup>414</sup>.

Contudo, no contexto de avanço da mercantilização ao longo dos anos 1990, as Diretrizes então aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC, 2002) sofreram modificações substanciais, enxugando sobremaneira a proposta curricular, incluindo requisitos muito gerais, sem qualquer referência aos Núcleos de Fundamentação do Serviço Social e substituindo a referência fundamental ao Código de Ética Profissional pelo “uso da informática”.

Tais alterações coadunam, conforme analisado de forma introdutória nesse trabalho, com o processo de mercantilização que ocorreu de forma intensa nos anos 1990 e 2000 e com o interesse do empresariado que explora o setor educacional, flexibilizando o processo formativo ao máximo, barateando os custos e ampliando a lucratividade, somando-se, ainda, a abertura de cursos à distância. Assim, ocorreu uma abertura massiva de vagas nos cursos de Serviço Social, em especial naqueles ofertados na modalidade a distância.

Conforme tabela a seguir, é possível constatar que as matrículas em cursos de Serviço Social à distância vêm em um movimento crescente, enquanto os cursos privados presenciais apresentam redução significativa quanto ao número de matrículas: em 2007, 1º ano em que aparecem as matrículas em cursos de Serviço Social à distância<sup>415</sup>, havia 31.115 discentes matriculados em cursos EaD, enquanto nos cursos presenciais privados somavam 39.921 estudantes matriculados e, nos cursos públicos, havia 12.847 discentes. Em 2016, último ano do governo Dilma Rousseff, as matrículas em cursos de Serviço Social EaD mais do que triplicaram (96.055 matrículas), os discentes matriculados em cursos presenciais privados não chegaram a dobrar (de 39.921 para 50.753), enquanto no presencial público houve uma ampliação, ainda que limitada se comparada ao ritmo de crescimento dos cursos presenciais privados e dos de EaD.

Quando olhamos para o último ano do governo Temer (2018) e último ano do governo Bolsonaro (2022), é possível constatar o aumento dos cursos EaD e a redução drástica de discentes matriculados em cursos presenciais privados, ao passo que os cursos públicos se mantiveram praticamente estáveis em termos de discentes matriculados (cf. tabela 1). Cabe destacar que outro impulso importante para tal movimento – expansão do EaD e redução de cursos presenciais privados – foi a pandemia do Coronavírus<sup>416</sup>, período em que, devido ao isolamento social, houve crescimento significativo dos cursos ofertados à distância.

**Tabela 1: Matrículas em cursos de Serviço Social por modalidade de ensino e natureza jurídica (2007 a 2022)**

| ANO  | EAD     | PRESENCIAL PRIVADO | PRESENCIAL PÚBLICO |
|------|---------|--------------------|--------------------|
| 2007 | 31.115  | 39.921             | 12.847             |
| 2016 | 96.055  | 50.753             | 17.883             |
| 2018 | 86.447  | 35.271             | 17.277             |
| 2022 | 101.512 | 11.129             | 17.701             |

<sup>414</sup> Um outro documento complementar é a Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010), que traz elementos norteadores para a realização de estágio curricular obrigatório e não obrigatório.

<sup>415</sup> Em 2006 foi criado o 1º curso de Serviço Social EaD, mas somente em 2007 aparece o quantitativo de discentes matriculados, conforme Pereira, Ferreira e Azevedo (2025).

<sup>416</sup> Decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a pandemia do Coronavírus foi considerada fim da emergência de Saúde Pública em 5 de maio de 2023. No Brasil, até 30 de julho de 2025, foram contabilizados 716.478 (setecentos e dezesseis mil quatrocentos e setenta e oito) óbitos. Cf. [https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html) Acesso em: 30 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



Fonte: elaboração própria, com base em Pereira, Ferreira e Azevedo (2025)<sup>417</sup>.

Na tabela 2, que nos traz informações sobre o quantitativo de cursos, constata-se o crescimento importante de cursos públicos de Serviço Social (de 50 para 70 cursos), enquanto no EaD, em 4 anos, de 2018 a 2022, os cursos quase que triplicaram. Já nos cursos presenciais privados houve a redução de quase 80 cursos.

**Tabela 2:** Cursos de Serviço Social por modalidade de ensino e natureza jurídica (2007 a 2022)

| ANO  | EAD | PRESENCIAL PRIVADO | PRESENCIAL PÚBLICO |
|------|-----|--------------------|--------------------|
| 2007 | 5   | 212                | 50                 |
| 2016 | 28  | 335                | 72                 |
| 2018 | 50  | 360                | 70                 |
| 2022 | 138 | 281                | 70                 |

Fonte: elaboração própria, com base em Pereira, Ferreira e Azevedo (2025)

Após a primeira aproximação relacionada aos dados dos cursos de Serviço Social consolidados nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior, voltamos nossa atenção para uma 2ª base de dados, isto é, o Cadastro e-Mec<sup>418</sup>, que funciona como um sistema de consulta pública, permitindo o acesso do público a diversas informações relativas às instituições e aos cursos, tais como gratuidade, modalidade, grau, localidade, índices relacionados ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), situação atual (em atividade, extinto, em extinção), vagas autorizadas, data de funcionamento, carga horária, periodicidade e Coordenação. Desta feita, recorreremos na etapa atual da pesquisa ao Cadastro E-MEC, com vistas a colher informações inicialmente sobre os cursos presenciais privados de Serviço Social<sup>419</sup>. Essa fase da pesquisa foi realizada em três etapas, pela equipe de pesquisa<sup>420</sup>, a saber:

- I. Levantamento dos cursos presenciais privados de Serviço Social, por meio da plataforma E-MEC: buscamos na plataforma o curso de Graduação “Serviço Social”, marcamos “não” em Gratuidade e, na modalidade, optamos pelo “presencial”<sup>421</sup>. Em “situação”, marcamos a opção “em atividade”. Encontramos 296 (duzentos e noventa e seis) registros<sup>422</sup>.
- II. Em um segundo momento, a equipe buscou os cursos de Serviço Social nos sites das IES, verificando cada curso, isto é, se cada curso estava em efetivo funcionamento (com oferta de turma). Essa verificação precisa

<sup>417</sup> As autoras realizaram pesquisa com base nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior, que nos possibilitam o acesso a dados consolidados, relativos ao Censo da Educação Superior realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

<sup>418</sup> Cf. <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 28 jul. 2025.

<sup>419</sup> A pesquisa, cujos procedimentos metodológicos e achados parciais apresentaremos a seguir, compõe pesquisa mais ampla sobre a formação em Serviço Social em cursos presenciais privados e à distância. A primeira fase da pesquisa centrou-se em duas ações: (i) grupos de estudos, com pesquisa bibliográfica e discussão sobre os textos relacionados à educação superior e à formação em Serviço Social; (ii) a segunda fase da pesquisa, de caráter documental, foi realizada entre os meses de janeiro a julho de 2025 e é apresentada nesse trabalho.

<sup>420</sup> O trabalho foi feito em conjunto com a docente responsável pela pesquisa, uma Mestranda e uma Graduanda bolsista de Iniciação Científica.

<sup>421</sup> Há 3 (três) opções: A distância; Presencial; Semipresencial. Não há qualquer registro de curso na opção “semipresencial”.

<sup>422</sup> Cabe salientar que a pesquisa foi realizada entre janeiro e julho de 2025, sendo a última revisão realizada no período de 28 a 31 de julho de 2025. O Cadastro e-MEC é uma plataforma de regulação da educação superior e, por isso, o quantitativo muda, visto que alguns cursos saem da condição “em atividade” para a situação “extintos” e/ou “em extinção”. O Núcleo de Pesquisa acompanha o referido cadastro de forma permanente, monitorando o movimento de abertura e encerramento de cursos de Serviço Social no Brasil.

Realização:



Apoio:





ser realizada, pois há vários cursos cadastrados na Plataforma e-MEC como “em atividade”, mas que efetivamente não existem mais. Ou seja, apesar de terem o cadastro e as vagas autorizadas para funcionamento, há cursos que estão desativados, sem turmas funcionando de forma presencial.

- III. Após essa 1ª verificação, encontramos 169 (cento e sessenta e nove) cursos em efetivo funcionamento, cujos dados encontrados na Plataforma e-MEC foram inseridos em uma planilha Excel: (i) nome da instituição; (ii) código do curso; (iii) região; (iv) estado; (v) município; (vi) organização acadêmica (se inserido em IES universitária ou não universitária); (vii) categoria administrativa (privada com ou sem fins lucrativos); (viii) vagas autorizadas; (ix) carga horária; (x) data de início; (xi) coordenação; (xii) site da instituição e (xiii) modalidade(s) cadastradas no e-MEC, presencial e/ou EaD.
- IV. Além dos dados encontrados na plataforma e-MEC, buscamos nos sites dos cursos as seguintes informações, as inserindo na mesma planilha: (i) disponibiliza política de estágio? (ii) orientações/informações sobre Trabalho de Conclusão de Curso? (iii) orientações/informações sobre Atividades Complementares? (iv) disponibiliza projeto pedagógico? (v) grade curricular.
- V. Buscamos, além das informações acima, os currículos das Coordenações de Curso, com o objetivo de conhecer o perfil das mesmas. Desse modo, inserimos nas planilhas os endereços dos *Lattes* de todas as Coordenações para posterior análise<sup>423</sup>.

A tabela 3 apresenta informações de todos os cursos cadastrados na plataforma E-MEC, de acordo com a natureza jurídica e modalidade de ensino (cursos públicos, privados presenciais e privados EaD). Salientamos que, na tabela 3, apresentamos dados consolidados referentes ao ano de 2022, colhidos da Sinopse Estatística da Educação Superior 2022. Já os dados da tabela 4 referem-se ao mês de julho de 2025 e foram colhidos na plataforma e-MEC. Portanto, são dados de bases distintas e de períodos diferentes. Contudo, mesmo considerando tais diferenças, é possível constatar o crescimento importante de cursos EaD (de 138, em 2022, para 220, em 2025), e pouco crescimento dos cursos privados presenciais (de 281, em 2022, para 296, em 2025), com estabilidade no quantitativo do setor público.

**Tabela 3 - Quantitativo de Cursos de Graduação em Serviço Social cadastrados na Plataforma e-MEC, de acordo com a natureza jurídica e modalidade de ensino**

| Cursos de Serviço Social cadastrados na plataforma E-MEC e “em atividade” <sup>424</sup> | Cursos privados, opções marcadas: modalidade “presencial”, situação “em atividade”, gratuidade “não” | Cursos públicos, opções marcadas: modalidade “presencial”, situação “em atividade”, gratuidade “sim” <sup>425</sup> | Cursos EaD, opções marcadas: modalidade “A Distância”, situação “em atividade” |
|------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| 585                                                                                      | 296                                                                                                  | 69                                                                                                                  | 220                                                                            |

Fonte: elaboração própria, com base em Plataforma E-MEC (julho/2025).

<sup>423</sup> Destaca-se que a plataforma Lattes do CNPq, foi utilizada para realizar o levantamento dos currículos dos coordenadores dos cursos. Cf. <https://lattes.cnpq.br/>

<sup>424</sup> Inserimos a informação em curso: “Serviço Social” e situação “em atividade”, deixando as demais informações sem preenchimento. Assim, obtivemos 585 (quinhentos e oitenta e cinco) registros.

<sup>425</sup> Cabe destacar que se preenchermos as opções “Serviço Social”, Gratuidade “sim”, “a distância”, aparece o registro do Curso de Serviço Social da Universidade de Taubaté (UNITAU), com data de funcionamento de 2022. O Curso de Serviço Social presencial data do ano de 1966. Ao verificar o site do Curso, há somente a opção de curso EaD e não há gratuidade no curso (a mensalidade para o curso é de R\$305,00. A UNITAU é uma autarquia municipal e cobra mensalidade, embora o registro no e-MEC esteja como um curso gratuito.

Realização:



Apoio:



Já a tabela 4 apresenta os resultados parciais dessa 1ª etapa da pesquisa, quando realizamos a verificação nos sítios virtuais de todas as instituições que ofertam o curso presencial privado de Serviço Social. Quando não encontramos o curso no *site*, buscamos informações junto ao atendimento virtual (pelo *Whatsapp* ou chat do *site*), questionando quanto à existência ou não do referido curso. Desse modo, chegamos ao universo de nossa pesquisa (2ª coluna da tabela 2), com 168 cursos privados presenciais em funcionamento. Contudo, cabe-nos ressaltar que, no avançar da pesquisa, isto é, nas etapas seguintes, provavelmente teremos a diminuição de tais cursos. Tal situação decorre de que, nas páginas virtuais dos cursos de Serviço Social, há parcas e imprecisas informações sobre os mesmos. A próxima etapa da pesquisa, que envolve o envio dos questionários junto às Coordenações de Curso e Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), nos possibilitará maior precisão quanto ao número exato de cursos em efetivo funcionamento e, ainda, conhecer de forma qualitativa como vem se desenvolvendo a formação nos mesmos.

A tabela 4 nos indica uma diminuição significativa dos cursos em funcionamento: ou seja, há cerca de 130 cursos cadastrados da plataforma e-MEC como “em atividade”, mas que, ao serem buscadas as informações sobre os mesmos, não encontramos os cursos nas páginas das instituições. Isto é, as IES possuem autorização de funcionamento, vagas anuais autorizadas, mas não estão ofertando o curso, o que nos indica baixa procura pelo curso e/ou baixo interesse das instituições de manter tal curso de forma presencial.

**Tabela 4 - Cursos Presenciais Privados de Graduação em Serviço Social cadastrados na Plataforma E-MEC, em efetivo funcionamento e desativados**

| Cursos privados presenciais cadastrados na plataforma E- MEC | Cursos privados presenciais em funcionamento, após verificação nos sites das instituições | Cursos privados presenciais não encontrados e/ou desativados, após verificação nos sites das instituições |
|--------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 296                                                          | 168                                                                                       | 128                                                                                                       |

Fonte: elaboração própria, com base em Plataforma E-MEC (julho/2025).

## Considerações finais

Como achados parciais da 1ª etapa da pesquisa, constatamos a redução significativa de cursos presenciais privados efetivamente em funcionamento. Ainda que haja 296 cursos cadastrados como “em atividade” na plataforma e-MEC, após verificação constatamos a redução de quase 130 cursos com oferta de turmas, o que condiz com a discussão realizada no 1º momento do trabalho, quando, na análise da política educacional e de suas tendências, indicamos a redução dos cursos presenciais privados e a predominância do EaD como principal estratégia de crescimento/fortalecimento do setor privado-mercantil, enquanto os cursos do setor público mantêm-se estáveis.

Isto é, conforme vimos afirmando, há uma tendência, nos cursos de Graduação em Serviço Social, de formação de dois perfis de profissional: um formado no setor público, em instituições federais e estaduais, majoritariamente, que se aproximam da formação defendida pela ABEPSS, por meio da implementação das Diretrizes Curriculares aprovadas pela categoria profissional (ABEPSS, 1996). Outrossim, há a tendência dos egressos de cursos privados – majoritariamente dos cursos ofertados à distância – terem uma formação pautada pelas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC, 2002), esvaziadas em criticidade e sem referência aos princípios e valores do Código de Ética Profissional (CFESS, 2012).

Contudo, há ainda cursos presenciais privados, vinculados a instituições confessionais, comunitárias e também ao setor privado-mercantil, que possuem corpos docente e discente e que, pela presencialidade e relações sociais dela decorrentes, podem disputar projetos de formação distintos. Assim, a pesquisa em curso buscará,

Realização:



Apoio:



em etapa posterior (2º semestre de 2025), pesquisar junto às Coordenações de Curso e Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) de tais cursos, com vistas a apreender de forma qualitativa como vem se desenvolvendo a formação nos cursos privados presenciais e sua relação com o projeto de formação profissional defendido pela ABEPSS.

#### Referências:

ABRAHAO, S. L. A.; PEREIRA, L. D.; FERREIRA, A. T. S. Financeirização da educação superior brasileira e a expansão do EaD via setor privado-mercantil: desafios à formação em Serviço Social. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; BARBOZA, Diogo Ribeiro. (org.). **Contrarreformas e expropriação de direitos no terreno da ortodoxia liberal: perspectivas críticas para a análise da realidade brasileira**. Uberlândia: Navegando, 2023. p. 63-84.

ALGEBAIL, Eveline Bertino. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina; FAPERJ, 2009.

AMORIM, Henrique; MODA, Felipe; MEVIS, Camila. Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo? **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. e021018, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/4zN8sv5BhPHhKKjywHRr4vy/>>. Acesso em: 11 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, novembro de 1996. Disponível em: <[https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. Brasília: ABEPSS, 2010. Disponível em: <[https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311145368198230.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República/Câmara da Reforma do Estado, 1995. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n. 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: PR, 2001a. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)> Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.260**, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, 2001b. Disponível em:

Realização:



Apoio:



<[https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03//LEIS/LEIS\\_2001/L10260.htm#:~:text=LEI%20No%2010.260%2C%20DE%2012%20DE%20JULHO%20DE%202001.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Fundo%20de,Superior%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03//LEIS/LEIS_2001/L10260.htm#:~:text=LEI%20No%2010.260%2C%20DE%2012%20DE%20JULHO%20DE%202001.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Fundo%20de,Superior%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias)>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais –Reuni. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, 2010. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 13.005/2014** - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <[https://www.cfess.org.br/uploads/legislacao/3781/ohwUSnPUwVkuIVAQkYNXfqDA1fSh\\_E5p.pdf](https://www.cfess.org.br/uploads/legislacao/3781/ohwUSnPUwVkuIVAQkYNXfqDA1fSh_E5p.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - CNE/MEC. **Diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social**. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. Disponível em: <[https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2016/03/documento\\_201603311141012990370.pdf](https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2016/03/documento_201603311141012990370.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 13, n. 20, p. 206-233, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/tn.13i20.p8619>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2006.

LEHER, Roberto. Mercantilização da educação básica, sistemas de ensino e plataformas de trabalho como expressões da pedagogia do capital. **Paradigma**, v. 44, p. 34–60, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2023.p34-60.id1495>>. Acesso em 15 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. Trabalho simples. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EPSJV, 2009. Disponível em: <<https://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trasim.html>>. Acesso em 12 jun. 2025.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2005a.

NETTO, José Paulo. O movimento de reconceituação 40 anos depois. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 84, p. 05-18, 2005b.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e serviço social**: da Igreja ao empresariado. Uberlândia/MG: Editora Navegando, 2022. Disponível em: <<https://www.editoranavegando.com/servico-social-e-educacao>>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PEREIRA, Larissa Dahmer; FERREIRA, Andreza Telles dos Santos; AZEVEDO, Ingridilaine Carreiro de Oliveira. Cursos de Serviço Social no período 2006-2022: expansão e fragilização da formação. *Temporalis*, Brasília, v. 25, n. 49, p. 343-360, jun., 2025. Disponível em: <<https://doi.org/10.22422/temporalis.2025v25n49p343-360>>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PEREIRA, Larissa Dahmer; SOUZA, Andréa Cristina Viana de. Formação profissional em Serviço Social no contexto de expansão mercantilizada: análise de uma década. In: VALE, Andrea Araújo do; PEREIRA, Larissa Dahmer. **O ensino a distância na formação em serviço social**: análise de uma década. Rio de Janeiro: E-papers, 2019.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? *Educação & Sociedade*, v. 36, n. 133, p. 867-889, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/mXnvfHVvs7q5gHBRkDSLrGXr/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 12 jul. 2025.

SILVA Jr., João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**: reforma do Estado e mudança na produção. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: <<https://www.editoranavegando.com/livro-novas-faces>>. Acesso em 15 jul. 2025.

Realização:



Apoio:





## **DILEMAS DO SERVIÇO SOCIAL MARXISTA: análise da produção de conhecimento de assistentes sociais brasileiros**

Ednéia Alves de Oliveira<sup>426</sup>

Maria Eduarda Pessanha Barbosa<sup>427</sup>

**Resumo:** Apresentamos, neste artigo, os resultados de uma pesquisa de iniciação científica que objetiva analisar a apropriação do marxismo pelo Serviço Social brasileiro a partir das revistas da categoria. Assim, nos periódicos *Libertas* e *SER Social*, analisou-se os artigos de assistentes sociais a partir da presença ou não de referências bibliográficas marxianas. Os resultados subsidiam reflexões sobre a permanência, na profissão, de uma apropriação marxista a partir de comentadores e fontes secundárias e os desafios advindos desse cenário.

**Palavras-chave:** Serviço Social; produção de conhecimento; marxismo.

**Abstract:** In this article, we present the results of a scientific initiation research project that aims to analyze the appropriation of Marxism by Brazilian Social Work based on the profession's journals. We examined articles by social workers published in the journals *Libertas* and *SER Social*, focusing on the presence or absence of marxian bibliographic references. The results support reflections on the persistence, within the profession, of a marxist appropriation based on commentators and secondary sources, as well as the challenges arising from this scenario.

**Keywords:** Social Work; knowledge production; marxism.

### **Introdução**

Discutir o Serviço Social marxista no Brasil em 2025 exige deparar-se com inúmeros desmembramentos da histórica relação entre essa vertente e a profissão, diante das configurações da sociabilidade capitalista recente e os desafios enfrentados pelos assistentes sociais no campo de trabalho.

Nesse contexto, o marxismo representa para a profissão a vertente teórica que foi central no entendimento do “significado social dessa profissão na sociedade capitalista” (Iamamoto, Carvalho, 2005, p. 71), balizando o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro e a construção da leitura hegemônica da profissão, que consta nos seus marcos legais e nas instituições representativas da categoria. O Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, expresso na Lei de Regulamentação da Profissão (CFESS, 2021) e no Código de Ética de 1993 coloca para a categoria uma construção teórico crítica de ruptura com o conservadorismo presente na origem da profissão no Brasil, vinculando-a ao “processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2021).

A aproximação do marxismo não se deu sem problemáticas, uma vez que o contato inicial com o autor ocorreu por meio de leituras de comentadores e manuais, em razão de uma limitação de acesso aos textos originais. Assim, no Serviço Social atual parte-se da defesa de que essa fase inicial já foi superada, diante de um esforço

<sup>426</sup> Assistente social, professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: oliveiraedneia21@yahoo.com.br.

<sup>427</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de iniciação científica. Email: pessanhamaariaeduarda@gmail.com.

Realização:



Apoio:



histórico da própria direção profissional que reconheceu a debilidade de um marxismo afastado dos textos marxianos. Entretanto, a pesquisa desenvolvida e os resultados aqui apresentados trabalham a hipótese de que a atual influência da tradição marxista na produção teórica do Serviço Social se mostra similar, em termos de afastamento com as elaborações clássicas marxianas, da compreensão apresentada em 1980-1990, mesmo que aparentemente exista um salto qualitativo na atual produção.

Este artigo apresenta os resultados de uma iniciação científica, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que traz reflexões que questionam a hegemonia marxista no Serviço Social e o quanto consistente se apresenta a apropriação do autor na categoria. Esse debate é subsidiado por dados produzidos com a análise da presença ou não de referências a textos de Marx nos artigos de assistentes sociais brasileiros publicados em periódicos da categoria. Desde o início da pesquisa, em 2020, a investigação foi feita em cinco revistas, sendo elas: Serviço Social e Sociedade, *Temporalis*, *Argumentum*, *Libertas* e *SER Social*, em ordem cronológica de análise até 2025.

Para isso, retomamos os elementos históricos e sociais dessa relação entre profissão e vertente, dando foco à produção de conhecimento dos assistentes sociais brasileiros em relação com os fundamentos ontológicos da teoria marxiana como expressão dessa apropriação teórica.

Entendemos a apropriação consistente de Marx, dos fundamentos ontológicos de suas categorias e de seu método como fator essencial para uma profissão que tem o marxismo como axial na sua formação profissional - segundo documentos como as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) - tanto para o fortalecimento (que deve ser teórico-prático) do Projeto Ético-político como para a correta compreensão da contribuição desse autor na crítica e transformação da sociedade capitalista. Por isso, propõe-se discutir a influência marxista no Serviço Social atual e se ela ocorre por meio de intérpretes ou fontes clássicas, se de forma explícita ou como suporte analítico reduzido, se de forma coesa e constante ou se acompanhada de outras vertentes teóricas.

## O marxismo e o serviço social no Brasil

Em sua obra, Netto (2005) retoma o contexto histórico e social do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, quando se deu a aproximação do Serviço Social com o marxismo, inserido em um contexto mais amplo do debate das ciências sociais do país. No processo de Renovação, das diferentes vertentes em disputa pela hegemonia do processo profissional<sup>428</sup>, a denominada Intenção de Ruptura dialogou com o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social latino-americano, desembocando, na maturidade do movimento, no questionamento da origem conservadora da profissão, na análise de seu papel na história, a partir de referenciais teóricos marxistas.

Entretanto, a incorporação marxista foi realizada, em um primeiro momento, por fontes secundárias que muitas vezes apresentavam uma concepção vulgar e mecanicista, devido a limitações históricas de acesso aos textos, mas também por limitações teóricas e de pesquisa:

O recurso dos reconceptualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: (...) no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis pelo seu caráter tosco.

<sup>428</sup> Para detalhes das determinações dessas três vertentes, de suas bases teóricas e fases na Renovação, ver Netto (2005) p. 154-161.

Realização:



Apoio:



Mais ainda: a diluição da especificidade do pensamento de inspiração marxista no cadinho do ecletismo (Netto, 2005, p. 148).

Na caracterização de três momentos da intenção de ruptura, Netto apontará deficiências na apropriação do marxismo como teoria social no Brasil:

A mais evidente delas é o lastro eclético que percorre as formulações significativas dessa vertente renovadora: marca presença no empirismo da elaboração belo-horizontina, é flagrável no primeiro do momento de consolidação acadêmica e, consolidada a perspectiva, permanece dando o tom em formulações nas quais a ele se acresce o novo irracionalismo que irrompe quando já avançada a crise da ditadura (Netto, 2005, p. 269).

Por fim, pode-se apontar o “descompasso entre o universo simbólico a que a produção teórico-metodológica e profissional das vanguardas remete e aquele que parece pertinente à massa da categoria” (Netto, 2005, p. 254) como outra dificuldade, apresentando certa distância entre a perspectiva teórica em construção e os indicativos prático-profissionais para a consolidação da ruptura proposta. Entende-se, aqui, as dificuldades e possibilidades históricas de estabelecer a legitimação do Serviço Social sob bases novas, e que o processo de Renovação “configura um movimento cumulativo, com estágios de dominância teórico-cultural e ideopolítica distintos, porém entrecruzando-se e sobrepondo-se” (Netto, 2005, p. 152).

Ao mesmo tempo, considera-se o complicado contexto econômico-político que domina o país nos anos 1990, com o advento das políticas neoliberais, a chamada reestruturação produtiva, e o refluxo do movimento popular e operário que deu o direcionamento da luta popular na década anterior:

Naquele momento em que os ganhos mais duradouros da luta antiditatorial se revelavam muito aquém do que almejamos, em que as bases sociais do movimento democrático se dissolvem no movimento que terminaria, mais à frente, na etapa petista do neoliberalismo - no momento, enfim, em que as derrotas revolucionárias iam se tornando cada vez mais evidentes com a consolidação da nova ordem burguesa - foi então que o Serviço Social reformulou seu código de ética para nele incluir, como finalidade da atividade profissional, uma sociedade emancipada, sem classes e sem exploração do ser humano pelo ser humano (Lessa, 2020, p. 211).

Ainda que o acesso à concepção marxiana de apreensão da realidade tenha se tornado uma realidade na direção da vertente, o marxismo, para além dos textos de Marx, se difundiu na categoria profissional das mais diferentes formas, influenciados pelos processos históricos da teoria social de cada período. Resgatamos então que o Serviço Social:

Emerge e se afirma em sua evolução como uma categoria voltada para a intervenção na realidade, utilizando-se dos conhecimentos socialmente acumulados e produzidos por outras ciências, aplicando-os à realidade social para subsidiar sua prática (Iamamoto; Carvalho, 2005, p. 88).

Assim, a escolha metodológica de apreensão da realidade e reflexão científica/filosófica indica o posicionamento do profissional sobre como se dá o processo de construção do conhecimento e sua intervenção na realidade: se ocorre por imposição gnosiológica - em que “a natureza do conhecimento do ser social é uma operação lógico formal, confere aos fenômenos uma legalidade que a razão lhes atribui” (Netto, 1989, p. 144 *apud* Tonet, 2021, p. 13); ou se possui caráter ontológico - “a reflexão teórica reconstrói o processo do objeto historicamente dado” (Tonet, 2021, p. 13). Dito isso, um sincretismo de metodologias científicas com Marx empobrece a análise da realidade. O caminho apresentado coloca a exigência de análise de como essas contradições permanecem atualmente na profissão. A reflexão proposta aqui,

Realização:



Apoio:



então, identifica que a reivindicação do marxismo por essa direção depende do entendimento correto das categorias marxianas de crítica social fundida à transformação social, o qual só pode ocorrer a partir do aprofundamento nos textos originais do autor. A produção de conhecimento de assistentes sociais e quais recursos teórico-metodológicos vem prevalecendo na profissão é um indicativo de possíveis deficiências e/ou avanços na trajetória de oposição ao conservadorismo.

Considera-se importante delimitar, então, a especificidade da teoria marxiana, uma vez que o autor inaugura um novo tipo na história da filosofia e da ciência (Lukács, 2012, p. 201). Afirma-se como marxismo, desse modo, não apenas uma crítica à sociabilidade burguesa fundida à transformação social, mas a escolha metodológica pela ontologia materialista como método que melhor fornece condições para o conhecimento do objeto. As produções marxianas não podem ser misturadas a outras concepções epistemológicas e métodos científicos, exatamente porque não partem de axiomas ou constructos. Como afirmado por Marx (2011, p. 176): “meu método analítico, que não parte do homem, senão de um período social concreto, não tem a menor relação com aquele método de entrelaçamento de conceitos que gostam de empregar os professores alemães”, partindo de uma ontologia materialista que considera a realidade social enquanto critério último do ser ou do não-ser social de um fenômeno, não atribuindo à lógica o papel de condução filosófica, mas ao próprio objeto a ser estudado. Aqui, faz-se já a diferenciação das teorias pós Marx que assumem o marxismo, sendo inúmeras desde o século XIX, seja aproximando-se dos fundamentos ontológicos ou afastando-se deles.

Sem negligenciar a história de séculos de marxismos, entre produções consistentes e deturpações mecânicas e vulgares, abordamos agora a tensão colocada entre os clássicos e os contemporâneos e entre concepções individuais e coletivas, que se acirra após 1940 (Oliveira, Coutinho, 2023, p. 21) e traduz-se em um questionamento, nas ciências humanas e sociais, da capacidade do método marxiano de apreender a realidade. Também estabelecida em relação com essa tensão, considerada outro elemento importante no questionamento do marxismo e da categoria da totalidade, apontamos que a “crise dos paradigmas” se intensifica após 1970, principalmente por acontecimentos como o fim do socialismo real, a eleição de Thatcher e Reagan, a crise do Estado de Bem-estar Social, refletidos em uma crise de ideologias perante mudanças profundas da dinâmica capitalista nesse período. Os novos paradigmas se fazem notar na escolha das metodologias científicas, na recusa do conhecimento como integração do sujeito e objeto e na predominância do aspecto subjetivo sobre o objetivo (Ibidem).

Mesmo após a consolidação da hegemonia da perspectiva crítica e materialista no Serviço Social brasileiro, cujo marco é o ano de 1993, as disputas em torno do processo profissional permanecem, com as vertentes conservadoras questionando a validade do marxismo para a análise da realidade capitalista atual.

Essencial e pouco tratada na formação profissional é a própria questão metodológica pois, ainda que o Código de Ética parta da ontologia materialista para abordar a ética, nem sempre a especificidade desta é respeitada, sendo afirmada em conjunto com outros autores que não partem de fundamentos ontológicos, mas tratam as categorias a níveis gnosiológicos. A formação profissional deve abordar, de forma crítica, o pluralismo metodológico<sup>429</sup> que reina atualmente nas ciências sociais, para aprofundar o debate acerca do posicionamento metodológico da vertente hegemônica da profissão. Com isso, qualifica-se o debate marxista, a fim de se afastar de uma repetição dogmática da vertente, baseada em comentadores, prejudicando a análise da realidade em seus elementos essenciais, não fenomênicos.

<sup>429</sup> O pluralismo metodológico parte da impossibilidade atual de analisar o mundo como uma totalidade, pois esta estaria objetivamente fragmentada. O processo de pesquisa passa a ser centrado no sujeito, que reconhece a relatividade dos métodos e propõe um entrecruzamento de paradigmas diferentes (Tonet, 2021, p. 3).

Realização:



Apoio:



É preciso considerar também, na gama de desafios e dilemas postos ao Projeto ético-político da categoria, a expansão do ensino superior a partir de moldes neoliberais, por meio do Ensino a Distância (EAD), estimulando o produtivismo e a mercantilização da pesquisa e da produção de conhecimento (Ferrarez, 2016).

## Análise das revistas e resultados

A metodologia da pesquisa partiu da seleção de periódicos importantes para a produção de conhecimento da categoria, selecionando, em cada volume, os artigos cuja autoria possuía presença de assistentes sociais. A identificação dos autores assistentes sociais foi realizada a partir de pesquisa em currículo *lattes*. Nestes artigos, analisou-se as referências bibliográficas a partir da presença ou não de textos originais de Marx, contabilizando também qual publicação do autor era citada.

O presente artigo pretende apresentar, nas próximas linhas, os resultados referentes às duas últimas revistas analisadas: Revista *Libertas*, vinculada à Faculdade de Serviço Social e ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com edições online de 2001 a 2024, totalizando 44 volumes, dois volumes por ano; e Revista *SER Social*, publicada pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas da UnB (Universidade de Brasília), cujas publicações em formato online começam no ano de 2009, somando 55 revistas analisadas até a primeira edição de 2025. Para conferir mais detalhadamente a investigação acerca das demais revistas, checar Oliveira *et al.* (2023) - para análise da revista *Serviço Social e Sociedade* - e Oliveira, Barbosa (2024) - referente aos periódicos *Temporalis* e *Argumentum*.

Cabe destacar como parte do processo de pesquisa que, no volume 7 (número 1 e 2, 2007) da Revista *Libertas*, apesar de haver 13 artigos no total, apenas 11 foram contabilizados para a produção dos dados, uma vez que 1 dos artigos, no documento disponibilizado online, teve sua primeira página (na qual constava título e identificação dos autores) cortada; e outro artigo já havia sido publicado em uma edição anterior da mesma. Também na Revista *SER Social*, três artigos de volumes específicos não possuíam o anexo correto no site e não foram incluídos na contagem.

Apresentado o percurso metodológico que levou aos resultados, verificou-se que a Revista *Libertas* reuniu um total de 471 artigos analisados, dos quais 328 (69,63%) foram escritos por assistentes sociais. Dentre esses, apenas 114 (34,75%) continham alguma referência às obras de Marx. Isso evidencia que, embora a presença de assistentes sociais nas publicações da revista seja expressiva, as citações diretas a Marx ainda são minoritárias. Predominam, nesse contexto, os autores comentadores frequentemente utilizados na formação em Serviço Social, como José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Ricardo Antunes e Carlos Nelson Coutinho.

Um panorama semelhante é observado na revista *SER Social*: dos 404 artigos analisados, 259 (64,10%) foram produzidos por assistentes sociais, e somente 78 (30,11%) apresentavam referências bibliográficas diretamente vinculadas à obra marxiana. Além dos comentadores clássicos já mencionados, destacam-se, nesse periódico, as frequentes referências a Vicente de Paula Faleiros e Potyara Amazoneida Pereira. Os resultados podem ser vistos na tabela a seguir, em relação com as revistas anteriores que foram foco da pesquisa.

| REVISTA                    | ARTIGOS | ARTIGOS DE A.S. | ARTIGOS DE A.S. QUE CITAM MARX |
|----------------------------|---------|-----------------|--------------------------------|
| Serviço Social e Sociedade | 329     | 220             | 37                             |
| Temporalis                 | 420     | 362             | 138                            |
| Argumentum                 | 439     | 269             | 75                             |
| Libertas                   | 471     | 328             | 114                            |
| Ser Social                 | 404     | 259             | 78                             |

Realização:



Apoio:





|           |      |         |          |
|-----------|------|---------|----------|
| TOTAL     | 2063 | 1438    | 442      |
| TOTAL (%) |      | 69,70%* | 30,73%** |

Fonte: elaboração própria

\*Valor referente ao número total de artigos (2063).

\*\*Valor referente ao número de artigos de assistentes sociais (1438).

No exame de quais textos de Marx eram referenciados, chama atenção a predominância da citação ao Livro I d'O Capital (com 39 citações), cujos primeiros capítulos, apesar de essenciais, ainda permanecem em um nível abstrato da reflexão do autor. Os volumes II e III da obra totalizam, juntos, apenas 7 citações, valor inferior à soma das citações feitas ao Manifesto do Partido Comunista (9 citações), obra que, apesar de sua importância, carrega seu caráter de panfletagem política e, portanto, uma análise mais simplificada em relação às produções científicas/filosóficas de Marx.

Entendendo o diálogo histórico do Serviço Social com as produções teóricas externas, a produção de conhecimento atualmente encontra-se permeada de autores - como Michel Foucault, Zygmunt Bauman, Jürgen Habermas, bell hooks e Hannah Arendt - que indicam uma possível leitura marxista que se afasta da ortodoxia, apesar desta vertente ser determinante para a construção da concepção de ética no interior da profissão.

Durante a análise dos artigos, notou-se a afirmação do “materialismo histórico-dialético” como metodologia de pesquisa, ainda que a publicação não partisse de textos originais de Marx ou de referenciais do marxismo ortodoxo. É possível notar a presença do pluralismo metodológico na produção de conhecimento considerada, o que corrobora com o que Cantalice (2016, p. 251) apresenta:

Mediante o processo de análise das teses foi possível identificar que muitos autores(as) não compreendem e não se apropriam suficientemente do próprio método escolhido para análise, o que significa que essa escolha se dá por motivos formais (exigência metodológica) ou políticos (congruência com os indicativos políticos da profissão) e não por clareza teórico-metodológica de que esse caminho é o melhor a seguir, mediante a certeza de que ao apanhá-lo é possível apreender a realidade investigada em sua complexidade e, dessa forma, construir um conhecimento amplo e coerente capaz de esclarecer o objeto tomado como problemática de análise. O que nos leva a concluir que em alguns casos a pesquisa é realizada em alguma medida pela intuição.

Nesse sentido, notamos uma debilidade no avanço da apropriação marxiana pela categoria profissional, o que, diante das reflexões realizadas, perpassa a “perda de capacidade crítica em face do neoliberalismo e da sua crescente integração do Estado” (Lessa, 2020, p. 216) diante das transformações enfrentadas pela categoria, perpassada pelas transformações da sociedade, em todas as décadas desde 1993.

## Conclusão

Em primeiro lugar, reconhece-se a importância da reafirmação do Projeto ético-político da profissão, consolidado nos anos 1990, que pauta uma intervenção anticapitalista na medida em que entende as raízes sociais da profissão a partir da essência da (re)produção das relações sociais modernas. Ao mesmo tempo, diante do aguçamento da barbárie capitalista, faz-se necessário fortalecer o debate teórico-prático para uma compreensão da realidade em suas novas formas fenomênicas da questão social.

Como contribuição a essa necessidade, o artigo traz o debate da reafirmação da teoria social de Marx, ao desvelar a lei geral da acumulação capitalista e o caráter do trabalho e do valor nessa sociabilidade, como essencial para realizar a apreensão do real nos dias de hoje e para uma produção de conhecimento comprometida com a crítica

Realização:



Apoio:



radical à desumanização e barbárie capitalista. Trabalhamos, então, um olhar interno para a história do Serviço Social com o marxismo, com influência de fontes secundárias e concepções vulgares da teoria, para compreender que a questão metodológica deve receber atenção do debate profissional atual.

Os dados apresentados, então, questionam uma hegemonia marxista consistente, e dão indícios dos caminhos tomados pelos profissionais que estão produzindo conhecimento. A reflexão proposta aponta que a reivindicação do marxismo por essa direção crítica está condicionada à compreensão adequada das categorias marxianas de crítica e transformação social, compreensão essa que só é possível por meio do aprofundamento nos textos originais de Marx. A produção de conhecimento por assistentes sociais, bem como os recursos teórico-metodológicos que têm predominado na profissão, revelam indícios de possíveis avanços ou fragilidades no percurso de enfrentamento ao conservadorismo.

Portanto, ainda que Projeto Ético-político estabelecido em 1993 “representa o que de mais avançado a Virada de 1979 conseguiu produzir na esteira do movimento de reconceitualização com a intenção de ruptura” (Lessa, 2020, p. 211), o que se nota atualmente é a debilidade desse avanço (que se deu por bases marxistas) na massa dos profissionais. Apenas a adoção mecânica de autores marxistas secundários próximos à profissão não significa a superação do momento inicial da Intenção de Ruptura. Entende-se que a questão metodológica deveria ser tratada na formação profissional com maior densidade, a partir dos textos originais do autor, já que os dados apresentados que concluem como “a corrente marxista tem se mostrado reduzida ao âmbito acadêmico, distanciada da prática profissional e cada vez mais esvaziada em conteúdo” (Oliveira *et al.*, 2023, p. 49).

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: 1996. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 15 de jul. 2024.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. Neoconservadorismo na produção do conhecimento em serviço social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, p. 231-259, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: 2021. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 29 de jul. de 2024.

FERRAREZ, Cynthia Santos. Mercantilização da educação superior brasileira e a formação profissional do serviço social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, p. 79-103, jan./jun., 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17ª edição, São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LESSA, Sérgio. **A crise da esquerda e do projeto ético-político do serviço social**. Maceió: Coletivo Veredas, 2020.

Realização:



Apoio:



LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. Glosas marginais ao “Tratado de Economia Política” de Adolfo Wagner (Trad. Evaristo Colmán). **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 170-179, jan./jun., 2011.

NETTO, Jose Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8ª edição, São Paulo: Cortez Editora, 2005.

OLIVEIRA, Edneia Alves de; COUTINHO, P. S. **Decadência ideológica, crise dos paradigmas e os impactos na produção do conhecimento**. *Serviço Social em Debate*, Carangola, v. 5, n. 2, p. 20-34, mar. 2023.

OLIVEIRA, Edneia Alves de; BRANDÃO, Victor Salomão Lacerda; SILVA, Laura Maria Cabral. **Serviço social e teoria social de Marx: uma relação conflituosa**. In: OLIVEIRA, Edneia Alves de; MOLJO, Carina Berta (org.). **Fundamentos do serviço social, questão social e políticas públicas**. Juiz de Fora: Editora UFJF/Selo Serviço Social, 2023.

OLIVEIRA, Edneia Alves de; BARBOSA, M. E. P. **A relação entre marxismo e Serviço Social a partir da produção teórica dos assistentes sociais no Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL – ENPSS, 18, 2024, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ABEPSS, 2024.

TONET, Ivo. Pluralismo metodológico: falso caminho. **Gesto-debate**, Campo Grande, v. 21, n. 1, p. 01-22, jan./dez., 2021.

Realização:



Apoio:





**EIXO TEMÁTICO 7**  
**RESISTÊNCIAS, LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS E**  
**DEMOCRACIA**

Realização:



Apoio:



## A POLÍTICA DO ESQUECIMENTO: velhice, memória e resistência

Geovanna Gonçalves dos Santos<sup>430</sup>

Kellyane Maria de Paula<sup>431</sup>

Estela Saleh da Cunha<sup>432</sup>

**Resumo:** As reflexões apresentadas aqui têm por objetivo trazer à tona a intrínseca relação entre os debates contemporâneos sobre memória e envelhecimento. Propõem-se abordar a temática a partir do reconhecimento de que há uma tentativa de apagamento da memória e da velhice na sociedade e as formas de resistência a esse processo de “esquecimento”. Concebe-se que tanto o envelhecimento quanto a memória, principalmente da classe trabalhadora, são atravessados por determinações históricas, relações de poder e interesses de classe.

**Palavras-chave:** Processo de Envelhecimento; Memória; Resistência; Classe social;

**Abstract:** The reflections presented here aim to bring to light the intrinsic relationship between contemporary debates on memory and aging. They propose to address the theme by recognizing that there is an attempt to erase memory and old age in society, as well as the forms of resistance against this process of “forgetting.” It is conceived that both aging and memory, particularly that of the working class, are shaped by historical determinations, power relations, and class interests.

**Keywords:** Aging Process; Memory; Resistance; Social Class;

### Introdução

A forma como se envelhece, se recorda e se narra as experiências no mundo não é um processo neutro nem universal. Tanto o envelhecimento quanto a memória, principalmente da classe trabalhadora, é atravessado por determinações históricas, relações de poder e interesses de classe. Na sociabilidade capitalista os sentidos atribuídos ao processo de envelhecimento e à memória são construídos a partir da perspectiva dominante, silenciando vivências, apagando trajetórias e regulando o que deve ser lembrado ou esquecido. O que acaba por, não apenas inviabilizar a história da opressão, mas também, por esse mesmo movimento, tentar impedir a construção de uma consciência coletiva capaz de impulsionar a transformação social. Assim, o processo de envelhecimento e a consolidação da memória tornam-se campos de disputa material e simbólica, onde evidencia-se o controle ideológico exercido pelo capital, bem como a reprodução das desigualdades.

No entanto, é preciso reconhecer que a memória não é passiva nem plenamente capturada pela ideologia dominante. Ainda que sofra tentativas de apagamento, ela permanece como campo de disputa e contradição. Há sempre uma tensão entre o que se tenta silenciar e o que resiste: memórias são também reconstruídas, ressignificadas e reivindicadas nos espaços cotidianos, nos movimentos sociais, na cultura popular e nas práticas de resistência. Cabe-nos salientar, nesse sentido, a relação intrínseca entre

<sup>430</sup> Mestranda e bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: geovanna.gsantos31@gmail.com

<sup>431</sup> Mestranda e bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: kellyanem.paula@gmail.com

<sup>432</sup> Docente em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Serviço Social pela UFRJ. E-mail: estela.saleh@ufff.br

Realização:



Apoio:





memória e velhice, ressaltada por Benjamin (1987) que toma os velhos como “narradores” que enchem o tempo de significados e potencialidades na medida em que alinhavam o tempo presente com as experiências do passado e as perspectivas do futuro.

A memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura, visto que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, o partido político etc.) e que existe a transmissão de valores, conteúdos, de atitudes, enfim, os constituintes da cultura (Bosi, 2003, p.15).

Compreende-se que a memória e a experiência não são apenas registros do passado, mas constituem a própria identidade social dos sujeitos, pois estão atravessadas pelas condições históricas em que foram vividas. Portanto, tomamos a memória/experiência como ponto de partida para a construção da identidade dos sujeitos. Desse modo, compreendemos que a memória assume um caráter revolucionário, na medida em que carrega a força de resistências passadas, nos permite compreender criticamente o presente e projeta possibilidades de transformação para o futuro (Cunha, 2019).

### **Envelhecimento como expressão da questão social**

Na atualidade, não há um consenso sobre o processo envelhecimento, o que revela a multiplicidade de perspectivas lançadas sobre essa etapa da vida. Apesar dessa diversidade, ainda predomina, no senso comum e em diversas práticas institucionais, uma abordagem reducionista e naturalizante, que associa esse processo como sinônimo de declínio físico, surgimento de doenças e proximidade da morte. Essa leitura, ao enfatizar exclusivamente os aspectos biológicos, invisibiliza os determinantes sociais que atravessam e diferenciam a experiência de envelhecer. Diante disso, cabe uma indagação: o envelhecimento seria um problema intrínseco à natureza humana ou uma construção social?

Em uma sociedade regida pelo sistema capitalista, na qual a acumulação de capital se sustenta pela desigualdade estrutural, pela exploração do trabalho e pela mercantilização de todas as dimensões da vida, os significados atribuídos ao envelhecimento expressam a lógica de um sistema que subordina a existência humana aos imperativos da produtividade e da lucratividade. Assim, para compreender os problemas enfrentados por essa parcela da população, especialmente entre a classe trabalhadora, é importante analisar como esses sujeitos envelhecem, levando em conta as condições materiais que moldam suas vivências.

Em resposta à indagação anterior, compreende-se que, embora biologicamente inevitável, o envelhecimento é socialmente construído em seus significados e nas formas pelas quais se concretiza entre as diferentes classes sociais. Ou seja, envelhecer é parte do ciclo da vida humana, mas a maneira como essa etapa é vivida, sendo com dignidade ou exclusão, depende das condições materiais e objetivas que estruturam a existência de cada sujeito. Posto isso, não é um processo homogêneo, tampouco puramente natural. Trata-se, antes, de um fenômeno social e histórico, marcado pelas condições de vida às quais o sujeito foi e continua sendo submetido. Fatores como classe social, raça, gênero, acesso a direitos, ambiente, cultura e condições de trabalho moldam de forma desigual a experiência de envelhecer. E seus efeitos se acumulam durante a trajetória de vida, reproduzindo as desigualdades sociais também na velhice. É nesse sentido que, como bem observa Beauvoir (1990), não há uma única velhice, mas sim “velhices”. Assim, envelhecemos como vivemos.

A classe social é assim um fator determinante na experiência do envelhecimento, influenciando não apenas as oportunidades ao longo da vida, mas também as adversidades que se intensificam na velhice. O envelhecer, portanto, não é uma questão do acaso ou de escolhas individuais, mas um reflexo direto da forma como a vida foi

Realização:



Apoio:



estruturada a partir da divisão social do trabalho e da lógica excludente que estrutura o modo de produção vigente. Como afirma Simone de Beauvoir (2018):

Tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive de pensão miserável e um Onassis. A diferenciação das velhices individuais tem ainda outras causas: saúde, família etc. Mas são duas categorias de velhos (uma extremamente vasta, e outra reduzida a uma pequena minoria) que a oposição entre exploradores e explorados cria. Qualquer afirmação que pretenda referir-se à velhice em geral deve ser rejeitada porque tende a mascarar este hiato (Beauvoir, 2018, n.p).

A partir dessa perspectiva, o envelhecimento deve ser compreendido como um processo social historicamente construído, atravessado pelas múltiplas expressões da questão social<sup>433</sup>. Sendo assim, um fenômeno multifacetado, que é perpassado pelas contradições entre o capital e o trabalho, bem como por determinações históricas, culturais e políticas que moldam a vida dos sujeitos. A velhice em suas diferenças e desigualdades não é tomada aqui como um problema pontual ou individual, mas como um fenômeno social vinculado à lógica da exploração e da apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. Questiona-se, desse modo, a própria possibilidade da velhice representar um tempo de realização, como sugerem alguns discursos contemporâneos. Em um sistema que esvazia o sentido da existência e compromete a dignidade dos que vivem do trabalho, o envelhecimento pode representar, para muitos, o aprofundamento da precariedade e da exclusão. Quando o corpo já não responde à lógica da produtividade, a condição de esgotamento e invisibilidade se impõe com brutalidade.

Assim, o que se constata é a desumanização do trabalhador velho sob a ordem social capitalista. Esse ao perder sua utilidade enquanto gerador de lucro, é relegado à miséria, ao abandono, à desvalorização, tendo suas necessidades minimizadas e suas potencialidades humanas negadas por uma estrutura que o enxerga apenas como força de trabalho descartável. Essa realidade é expressão direta de uma lógica que expropria o sujeito do controle sobre seu tempo, sobre sua memória e sua história, reduzindo o valor da vida à sua utilidade econômica. Se considerarmos que ao velho é, como salienta Benjamin (1994), atribuída a tarefa milenar de guardião da história e narrador de memórias, o negligenciamento das condições humanas reais de vivência do processo de envelhecimento, culminam e, de certa forma, concretizam-se no negligenciamento da memória, enquanto resistência, enquanto instrumento revolucionário. Nesta sociedade onde valor do ser humano é dado por sua força produtiva, onde se valoriza o novo, tornando efêmera as experiências, a memória coletiva, assim como o processo de envelhecimento e velhices, é marginalizada e alvo de “apagamento” e “silenciamento”, como parte da reprodução ideológica de uma lógica que busca eliminar os vestígios históricos dos sujeitos, que não se reconhecem enquanto sujeitos da história – individual e coletiva – e, portanto, capazes de transformações revolucionárias, a partir da luta de classes. A memória coletiva e as velhices apreendidas em suas múltiplas determinações, são a partir desta base lógica, reconhecidas como instrumento de resistência, visto que escancaram no presente, o percurso histórico que o produz e os caminhos para a construção do futuro.

## Memória e resistência

<sup>433</sup> Entende-se que a questão social não é sinônimo de “problemas sociais” individuais ou desvinculados de sua raiz histórica, mas sim uma síntese das desigualdades produzidas pela apropriação privada dos meios de produção e pela exploração da força de trabalho.

Realização:



Apoio:



Diante do exposto, cabe-nos salientar que tomamos a memória como uma categoria que nos permite não só compreender o passado, mas também entender o percurso histórico dos sujeitos na realidade em que estão inseridos e construtora do futuro. A filósofa Marilena Chauí (1998) com seus estudos nos permite reflexões importantes acerca dessa categoria, oferecendo-nos chaves compreensivas relevantes para refletir sobre o lugar da memória, enquanto experiência não só subjetiva, mas essencialmente coletiva, na construção da identidade do ser velho na sociedade contemporânea. Para a filósofa, a memória é uma capacidade inerentemente humana de guardar lembranças do passado que não retornarão, mas que permitem ao próprio sujeito se construir através da sua identidade. Para ela, “a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (Chauí, 1998, p. 125). Nesse sentido, é a partir da memória que os sujeitos se reconhecem enquanto tal, a partir da sua capacidade de manter vivo o passado e projetar seu ser no mundo e construir o futuro.

Ressaltamos, por entendermos a importância desse conhecimento para o caminho que propomos aqui, que a memória, ao mesmo tempo que permite ao sujeito se reconhecer e compreender sua história individual, é construída a partir da coletividade em diferentes instâncias, isto é, desde pequenos grupos até grandes comunidades, como as nações. Dessa forma, a memória é essencialmente a construção coletiva da história dos indivíduos, e pode ser acessada através da escuta do outro - das experiências. Portanto, se gesta a partir da escolha ideológica de quem será ouvido ou silenciado.

No modo de produção capitalista, a memória não é apenas um campo de esquecimentos e rememorações, mas de disputa e controle ideológico. Como afirma Chauí (1987), existe por parte dos grupos dominantes um esforço reiterado de sobreposição de algumas lembranças em detrimento de outras. Ou seja, nesta sociedade, para conformação de uma ideologia de manutenção da ordem, há estratégias de apagamento da memória daqueles que tensionam a sociabilidade do capital; e, a preservação da história e da memória de um grupo específico, da burguesia, que tenta torná-las hegemônicas em todos os segmentos sociais.

Nesse sentido, ao trazer à tona as mazelas do capital, o velho, enquanto sujeito histórico, detentor de um passado que permanece vivo consigo, sofre com o apagamento das suas lembranças, o que afeta a construção do seu eu enquanto sujeito na velhice. Ou seja, neste modo de produção, o velho é acometido tanto pela opressão por “ser velho” (não mais rentável para o capital) quanto pelo apagamento da história viva em suas lembranças. Ele é deslegitimado em uma sociedade que valoriza a juventude e a produtividade e que mobiliza mecanismos para neutralizar o passado não oficializado pela burguesia. Desse modo, “a sociedade capitalista desarma o velho, mobilizando mecanismos pelos quais oprime a velhice, destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial celebrativa” (Chauí, 1987, p. 34)

A reflexão proposta por Chauí (1987) estimula uma análise crítica acerca da forma como a categoria memória se manifesta no contexto da sociedade capitalista, atenta sobretudo às transformações nas formas como os sujeitos se relacionam com a memória ao longo do tempo e nas distintas sociedades. Partindo disso, a autora nos traz uma problematização acerca dos mecanismos de valorização e desvalorização da memória no capitalismo. Por um lado, ela destaca como esta categoria pode ser valorizada pelos instrumentos e meios de comunicação, os quais possibilitam também a sua preservação por meio de registros, arquivos e documentos. Por outro, contrastando com essa valorização, a filósofa observa que a memória também é frequentemente desvalorizada, na medida em que não é reconhecida como uma capacidade fundamental para a construção do conhecimento e das identidades individuais e coletivas, inclusive dos grupos não hegemônicos (Chauí, 1998).

Realização:



Apoio:



Além disso, a memória perde sua relevância quando os meios publicitários valorizam exclusivamente o que é considerado "moderno", promovendo uma constante substituição do antigo pelo novo sem a devida preservação da sua história. Assim, Chauí (1998) destaca que esse processo configura uma tentativa de apagamento da memória coletiva, que valoriza o "novo" acriticamente, apenas por ser novo. Tal processo se manifesta inclusive na desvalorização de arquiteturas que materializam a trajetória histórica dos sujeitos em determinado espaço e culmina na desvalorização dos sujeitos enquanto construtores da história.

Assim, a desvalorização da memória também se evidencia na marginalização dos saberes transmitidos por gerações mais velhas, cujos relatos carregam riqueza narrativa e simbólica. Diante disso, a autora insiste no papel fundamental da memória para a construção histórica dos sujeitos, ao mesmo tempo em que denuncia sua sistemática supressão pelas dinâmicas da sociedade capitalista, que privilegia o efêmero e degrada suas condições de permanência.

Outro ponto exposto por Chauí (1998) que aprofunda nossa reflexão é a necessidade de uma crítica contundente às visões reducionistas que compreendem a memória como mero fenômeno biológico. Como apontado anteriormente, a autora desenvolve uma concepção complexa que ultrapassa em muito tal reducionismo biológico, articulando três dimensões fundamentais: a memória como ponte entre passado e presente, como registro ativo do momento atual e como fenômeno que transcende a esfera individual, sendo uma construção coletiva perpassada pela cultura e pelas dinâmicas sociais. Seu argumento central converge, assim, para o entendimento de que a memória não pode ser reduzida a simples mecanismos cerebrais, pois envolve processos intencionais de seleção, valoração e reconstrução marcados tanto pela subjetividade das experiências individuais quanto pelo contexto social e cultural. Desse modo, a memória é uma forma de trazer o passado para o momento presente e também uma forma de registrar o tempo presente como uma lembrança.

A análise do binômio lembrança-esquecimento serve como eixo para desconstruir as visões biologicistas. Chauí (1998) observa que, se a memória fosse apenas um registro inerentemente biológico, não explicaríamos por que recordamos algumas experiências de forma vivida enquanto outras são completamente apagadas, nem como estabelecemos relações afetivas profundas com nossas lembranças. Com essa argumentação, a autora não nega a base biológica da memória, mas insiste que esta é apenas o substrato material para um fenômeno essencialmente humano, marcado pela intencionalidade, pela afetividade e pela capacidade de produzir significados diversos.

Desse modo, esta perspectiva revela a memória como processo dinâmico de construção de sentido, onde fatores sociais, culturais e históricos interagem com as experiências individuais. Chauí (1998) destaca como as memórias são constantemente reelaboradas e ganham novos significados em diferentes momentos históricos. Neste sentido, a memória aparece não só como um acervo "estático" de lembranças, mas como atividade permanente de interpretação e ressignificação do vivido, tanto na esfera individual quanto coletiva.

Neste aspecto reside a contribuição fundamental da autora, uma visão dialética da categoria memória que supera as dicotomias entre biológico e social, objetivo e subjetivo, individual e coletivo. Ao fazer isso, Chauí (1998) não apenas amplia o entendimento sobre os processos de construção de memórias, mas também as compreende como dimensão essencial da condição humana - espaço onde se entrelaçam história, identidade e, potencialmente, consciência crítica.

Mantendo essa perspectiva crítica, que reconhece a memória como um campo de disputa, torna-se possível compreender que o enfrentamento ao apagamento não ocorre apenas na esfera teórica ou simbólica, mas também por meio de iniciativas concretas. Essas iniciativas podem ser traduzidas em "Instituições de Memória", como

Realização:



Apoio:



os Centros de Documentação, os Museus, Memoriais, Monumentos e outras construções físicas, como, espaços que promovam a publicização e a quebra do silenciamento das experiências humanas. Referimo-nos aqui, especialmente, às experiências dos sujeitos que envelhecem nessa sociedade, visto serem por princípio, “os guardiões do passado” (BOSI, 1995) e das memórias em suas múltiplas formas, e que suas vivências ao longo do tempo acabam por escancarar o processo desigual e profundamente excludente que as alicerçam. Janete Tanno (2018), em análise sobre os centros de documentação, aponta a importância de compreender como esses espaços se inserem nessas disputas políticas, ideológicas e simbólicas, concebendo o papel dessas instituições na democratização do acesso à informação, e na abertura de caminhos para que a sociedade conheça histórias e memórias silenciadas ao longo do tempo.

Tanno (2018) nos traz uma reflexão ao questionar quais memórias serão preservadas no futuro da sociedade brasileira e como essa seleção influenciará a capacidade das próximas gerações de interpretar criticamente o passado. Aponta ainda que o processo de apagamento sistemático produzido na sociedade do capital tem implicações profundas: suprime trajetórias de resistência, inferioriza expressões culturais não-hegemônicas e, conseqüentemente, fragiliza os alicerces de uma memória coletiva plural.

### **Velhice e memória<sup>434</sup>**

Para discutirmos a relação entre memória e velhice, recorreremos às contribuições da autora Ecléa Bosi (2003), que em suas análises apresenta reflexões importantes sobre as lembranças daqueles que hoje guardam em si um passado vivo atravessado pelo lugar que ocupam na história. Em sua obra “*O tempo vivo da memória*”, Bosi (2003) afirma que a memória daqueles que são velhos pode ser o que medeia a relação destes com os sujeitos mais novos. Neste ato de rememoração, os velhos, atribuem às suas experiências e experimentações não só sentimentos individuais, mas também sua forma de compreensão do mundo enquanto sujeito coletivo. É a partir da narrativa daqueles que carregam em si experiências, que se pode compreender a cultura através do compartilhamento de valores e ensinamentos, e, ao mesmo tempo, construir novos caminhos para as relações estabelecidas no presente e projetar o futuro.

Ecléa Bosi (2003) salienta que é a partir dos relatos orais de suas experiências e histórias, trazidas à tona pelo ato de lembrar, que os velhos se reconhecem como sujeitos presentificados que constroem e dão significados ao tempo de agora. Não sendo assim, passíveis de serem silenciados ou superados pelo e no tempo, nem aprisionados no passado - “seu tempo” - visto que têm reconhecidos seu lugar na sociedade. O papel de preservação e narração das memórias é o legado dos sujeitos que compõem o que reconhecemos como a etapa da vida denominada velhice.

Assim,

ao revisitarem o passado, esses homens e mulheres velhos procuram estabelecer os elos que ligam cada um dos muitos fatos vividos entre si, não como acontecimentos isolados, mas como um todo integrado, não como um tempo linear, mas complexo, ‘multifurcado’, heterogêneo, que representa o seu próprio “fazer-se na história”, e, dessa forma, esses narradores se reconhecem como detentores de saberes e experiências que lhes são únicas, muitas vezes as relacionando ao tempo vivido, ao próprio processo de envelhecimento (Cunha, 2019, p. 6).

No entanto, esse trabalho subjetivo de reconstrução da trajetória não ocorre de forma isolada, ele é tensionado pelas condições impostas pelo modo de produção

<sup>434</sup> Neste subitem retomamos algumas discussões realizadas por uma das autoras em artigo em que discute a relação vívida entre memória, experiência e envelhecimento.

Realização:



Apoio:





capitalista que organizam a vida social. Diante disso, o mesmo sistema que desvaloriza a velhice também desqualifica a memória, sobretudo a construída pelos sujeitos da classe trabalhadora. Assim como o envelhecimento, a memória não é neutra nem universal, ambos são atravessados por relações sociais e moldados pelas condições materiais impostas pelo capitalismo. A lógica capitalista não apenas despreza os corpos envelhecidos como também silencia as narrativas que não servem aos seus interesses. Nesse sentido, tanto a velhice quanto a memória se constituem como campos de disputa simbólica, material e ideológica. É nesse espaço de contradições que se inscreve a memória como potência política: ora invisibilizada, ora mobilizada como força de enfrentamento aos processos de apagamento histórico e cultural promovidos pelo capital.

A velhice e a memória não são apenas fases da vida ou funções cerebrais, elas se revelam como um campo de disputa e resistência no interior da lógica capitalista. Este sistema não se limita a expropriar o tempo de trabalho, ele avança sobre o tempo vivido, esvaziando-o de significado. Em tempos que só se valoriza a jovialidade, produtividade e velocidade, os saberes, experiências e lembranças das pessoas idosas tendem a ser desconsiderados, e muitas vezes reduzidos a “coisas de outra época”, como se a memória fosse sinônimo de obsolescência.

Diante disso, na lógica capitalista, o corpo que envelhece e a memória que resiste tornam-se incômodos. Chauí (1987) salienta:

a sociedade capitalista impede a lembrança, usa o braço servil do velho e recusa seus conselhos. [...] Que é, pois, ser velho na sociedade capitalista? É sobreviver. Sem projeto, impedido de lembrar e de ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagrega à medida que a memória vai-se tornando cada vez mais viva, a velhice, que não existe para si mas somente para o outro. E este outro é um opressor. Destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros (Chauí, 1987, p. 18).

Conforme relata Bosi (1995), a opressão à velhice não se limita ao corpo que envelhece, mas atinge dimensões que são simbólicas e cognitivas, como a capacidade de lembrar, ensinar, e construir sentido às suas experiências. Ao destruir os “suportes materiais da memória”, a sociedade vigente impede que a velhice exista para si mesma, tornando-a refém de um presente que já não lhe pertence. Com isso, a memória daqueles que são velhos não é apenas esquecida, ela é também deslegitimada e substituída por narrativas hegemônicas que reforçam e naturalizam a lógica da dominação.

Portanto, as narrativas que denunciam as desigualdades, as lutas e a exploração são justamente as que a sociabilidade capitalista busca “silenciar” e “apagar”. Essa tentativa de invisibilização - não se limita ao registro formal - atinge a própria capacidade de narrar e de escutar, de aprender com as experiências e os conhecimentos acumulados, ou seja, a “a faculdade de intercambiar experiências”, nas palavras de Benjamin (1994, p.198) ao lamentar a perda da arte de narrar desconstruída pela ordem capitalista. Desta forma, como salienta João Alexandre Barbosa no prefácio da primeira edição do livro de Ecléa Bosi (1995), “[...] é a própria realidade social que articula memória e velhice” (p.12). Assim sendo, velhice - oprimida por condições de dependência, estranhado do trabalho e das relações sociais - e memória - desvalorizada na sociedade do “aqui e agora” - se configuram como campos de disputa, no qual as narrativas dominantes e contra-hegemônicas se confrontam.

## Conclusão

Realização:



Apoio:



Ao longo deste artigo, buscamos expor o debate acerca da relação da memória e do envelhecimento, compreendendo-os como categorias que estão interligadas na realidade social. Partimos do pressuposto que o envelhecimento é um processo socialmente construído de forma heterogênea e marcado pelas contradições do modo de produção capitalista. Nesta perspectiva, a memória também se coloca não apenas como uma forma de guardar lembranças e recordações, mas também como construção social, portanto coletiva, uma categoria que nos permite compreendermo-nos, como sujeitos políticos inseridos nesta sociedade - constructo e construtores dessa. Dito de forma a dar maior visibilidade ao nosso objeto, a memória, enquanto categoria analítica, permite aos sujeitos se reconhecerem enquanto tal e à história enquanto construção social, portanto, na sociedade capitalista, enquanto a história é a memória são espaços de disputa ideológica. É nessa disputa que também se constrói o arcabouço conceitual que define e consolida o lugar da memória e da velhice nessa sociedade. A velhice, enquanto demarcação cronológica do tempo, utilizada na organização social necessária para a manutenção da ordem do capital, é a etapa da vida marcada pelo declínio biológico, psíquico e social, já que não tem mais lugar no ritmo produtivo do mercado de trabalho. E a memória, subjugada como inútil na sociedade que preza pela fluidez e rapidez do tempo presente, sem espaço para os caminhos trabalhosos da memória.

Salientamos a importância da discussão que travamos aqui, dada a relação intrínseca entre memória e velhice e o lugar revolucionário que ocupam ao escancarar as mazelas da sociedade desigual erguida sob o comando do capital que descarta o que não lhe é servil.

Diante disso, a memória, quando compreendida criticamente, ultrapassa a concepção de um simples resgate do passado e se torna uma ferramenta de interpretação e transformação da realidade. Como afirma Cunha (2019) ao tomarmos

a memória para além de uma construção social, como uma forma de conhecimento sobre o mundo que a constituiu, como requer Benjamin (1994), é possível estabelecer uma análise crítica do passado que está contido no presente (portanto, coexiste a esse), e decodificar as “construções sociais”, deixando aparentes as desigualdades, injustiças e contradições ocorridas ao longo da história. É nessa “construção crítica” do passado, possibilitada pelo processo de rememoração, que está o caráter revolucionário da memória, ou seja, a possibilidade de transformação do tempo presente e de projeções para o tempo futuro (Cunha, 2019, p. 7).

Desse modo, reconhecer a centralidade das experiências coletivas dos sujeitos que envelhecem é também afirmar que a história permanece em disputa. Nesse contexto, o que se disputa é a possibilidade de afirmar outros modos de existir, resistir e lembrar, que não se conformem à lógica do capital. Nesse sentido, o apagamento das experiências e das lembranças das velhices da classe trabalhadora revela-se como uma estratégia de dominação. Por outro lado, a valorização e reconhecimento das lembranças dos sujeitos que envelhecem -principalmente dos que vivenciaram os impactos das desigualdades sociais- constituem arquivos vivos que tensionam a hegemonia das narrativas ditas oficiais da história.

Dito isso, salientamos que o trabalho buscou refletir sobre a memória e o processo de envelhecimento sob uma perspectiva crítica, o que implica romper com abordagens reducionistas que os tratam apenas como fenômenos biológicos, individualizantes e despolitizados. Essas perspectivas naturalizam a desigualdade e ocultam os conflitos de classe que estruturam essas categorias. Apesar de estarmos imersos nas determinações históricas do capital, nossas subjetividades não são completamente capturadas. Desse modo, como afirma Hobsbawm (2010), ainda que estejamos imersos na alienação capitalista, somos capazes de construir nossa própria história. É justamente nessa capacidade que reside o potencial revolucionário da memória, já que o sujeito que envelhece revela aquilo que a ordem dominante busca ocultar, a não neutralidade da história, marcada por lutas, avanços e retrocessos,

Realização:



Apoio:



caminhos e descaminhos. Assim, reconhecer-se como um sujeito que envelhece em uma sociedade que tenta apagá-lo e silenciar suas memórias é, por si só, um ato de resistência, pois é no sujeito, sobretudo aquele que envelhece, que reside o poder da memória.

## Referências

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. (Trad. Maria Helena Franco Martins). 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e Técnica, Arte e política. 3 ed. Brasiliense, 1987.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. 10ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. *In*: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. 6ª ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 1987.

CUNHA, Estela Saléh da. Experiência, memória e envelhecimento: identificando os fios que tecem o tecido vivo da história. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16, 2019, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília: CFESS, 2019, p. 1-12. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/648>>. Acesso em: 1 jul. 2025.

TANNO, Janete Leiko. Centros de documentação e patrimônio documental: direito à informação, à memória e à cidadania. **Acervo** – revista do Acervo Nacional, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 88–101, set./dez., 2018. Disponível em: <<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/903>>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



## APONTAMENTOS INICIAIS PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Juliano Zancanelo Rezende<sup>435</sup>

**Resumo:** Este trabalho, resultado parcial das reflexões de nosso doutoramento, apresenta apontamentos iniciais para uma compreensão crítica acerca dos movimentos sociais, cuja centralidade analítica encontra-se na categoria da luta de classes. Por meio de revisão bibliográfica, recorreremos ao pensamento marxiano e à tradição marxista para identificar elementos estruturais e conjunturais que fundamentam os processos político-organizativos que explicitam as lutas das classes subalternas no capitalismo, e tornam públicas e políticas as expressões da questão social. Concluímos que a condição de classe dos movimentos sociais é o elemento central para uma intervenção sociopolítica contra-hegemônica.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Luta de classes; Marxismo.

**Abstract:** This work, a partial result of our doctoral reflections, presents initial notes toward a critical understanding of social movements, whose analytical focus lies in the category of class struggle. Through a bibliographic review, we draw on Marxian thought and the Marxist tradition to identify structural and conjunctural elements that underpin the political-organizational processes expressing the struggles of subaltern classes under capitalism, making the expressions of the social question both public and political. We conclude that the class condition of social movements is the central element for a counter-hegemonic sociopolitical intervention.

**Keywords:** Social Movements; Class Struggle; Marxism.

### Introdução

A atividade teórica de compreender e explicar os movimentos sociais na sociedade capitalista exige o esforço analítico de suas múltiplas e complexas determinações, que são edificadas sob a dinâmica sociometabólica da realidade historicamente constituída. Isso requer uma abordagem crítica, com o devido rigor teórico-metodológico, que estabeleça, em seus objetivos de investigação, ir além da aparência imediata e empírica dos movimentos sociais. Dessa forma, não nos restringimos a um debate puramente descritivo ou comparativo das variadas formas e conteúdos dos diversos movimentos sociais existentes em nossa sociedade, tampouco temos a intenção de sumariar as múltiplas e conflitantes abordagens teóricas acerca desses instrumentos de organização e mobilização coletiva. Nosso interesse reside em situar os componentes estruturais e conjunturais que, articulados, podem explicitar os fundamentos de emergência e desenvolvimento dos processos político-organizativos que expressam as resistências e as lutas sociais empreendidas pelas classes subalternas no capitalismo.

Para alcançarmos uma explicação ampliada e abrangente dos movimentos sociais a partir da concretude material e histórica da realidade, acreditamos que o direcionamento científico deve ser orientado pela razão humanista e histórico-dialética

---

<sup>435</sup> Assistente Social; Mestre e Doutorando em Serviço Social pelo PPGSS/UFJF (Bolsista FAPEMIG); E-mail: julianozancanelo@gmail.com

Realização:



Apoio:



presente na teoria social marxiana e nas contribuições da tradição marxista. Embora concordemos com Galvão (2011, p. 107), quando ela afirma que “a despeito do interesse do marxismo pelo estudo do movimento operário, não há uma teoria marxista dos movimentos sociais plenamente desenvolvida e articulada”, estamos convencidos de que o pensamento marxista dispõe de elementos essenciais e indispensáveis para analisarmos e compreendermos os movimentos sociais a partir de um arsenal categorial explicativo da realidade (como trabalho, capital, classe social, consciência, ideologia, alienação, luta social, emancipação política, emancipação humana, dentre outras) cuja centralidade se encontra na luta de classes. Afinal, como acreditamos que a teoria social marxiana se constitui como o grande contributo teórico que melhor explica a dinâmica fundamental da sociedade assentada no modo de produção capitalista, não podemos abrir mão de recorrer a esse pensamento para compreender os movimentos sociais cujas determinações objetivas e subjetivas se dão na concretude da sociedade tipicamente capitalista.

### **Os movimentos sociais na luta de classes**

Na contracorrente do pensamento dominante, que sustenta interpretações fragmentadoras e despolitizadoras dos instrumentos político-organizativos das classes subalternas, compreendemos que os movimentos sociais constituem, objetivamente, formas de resistência, contestação e enfrentamento às diversas expressões da “questão social” que se intensificam ou surgem no capitalismo contemporâneo. Configuram-se como momentos da luta de classes, particularizados a partir do “desafio político” que os envolve (Lojkin, 1981), mas são determinados, sobretudo, pela natureza de classe que funda e atravessa os antagonismos sociais próprios da sociedade burguesa.

A contradição das classes sociais fundamentais do modo de produção capitalista é abordada em vários escritos de Marx, como no Manifesto do Partido Comunista (1848), quando junto de Engels apontam que “a sociedade [*burguesa*] divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado” (Marx e Engels, 2017, p. 22). A relação antagônica das classes sociais fundamentais é atravessada por um relacionamento ineliminável no âmbito da produção social capitalista, pois uma classe se vincula a outra a partir do que dispõem e de como participam para o processo de produção de riquezas sociais; uma classe só existe enquanto tal em relação a outra. Esse relacionamento entre as classes fundamentais nas relações de produção é essencialmente baseado na exploração reificante do trabalho pelo capital, em que as relações sociais se aparentam como relações entre coisas, isto é, “assumem a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx, 2017a, p. 146).

As relações sociais estabelecidas entre as classes sociais no capitalismo não acontecem de forma mecânica e previamente determinada, por mais que condições estruturais viabilizadoras da dinâmica da exploração de uma classe sobre a outra permaneçam fundamentalmente intactas. As relações estabelecidas entre as classes sociais contraditórias pressupõem dinamicidade e movimento, que acontecem a partir dos conflitos estruturais entre capital e trabalho, dos processos histórico-conjunturais da sociedade e seus contextos geográficos. São relações que se constituem na luta de classes e, ao mesmo tempo, são constituídas por ela.

Mesmo tratando as classes sociais fundamentais a partir da contradição entre capital e trabalho enquanto categorias econômicas, isso não quer dizer que a existência material das classes sociais no capitalismo seja exclusividade de suas protagonistas fundamentais. Marx (1983, p. 928) reconhece que “a constituição real da sociedade [...] de maneira alguma consiste unicamente na classe dos trabalhadores e na classe dos capitalistas industriais”. Existe uma diversidade de classes sociais, e de frações das classes fundamentais, que se complexifica no desenvolvimento histórico da sociedade

Realização:



Apoio:





erguida sob a lógica capitalista. Como registra Ridenti (2001, p. 22), “os detentores do capital, bem como os assalariados a eles subordinados, subdivide-se em vários grupos, estratos ou classes, conforme a concorrência entre si pelo mercado”. Assim, a heterogeneidade da classe trabalhadora se expressa na existência material, por exemplo, dos trabalhadores produtivos dos diversos ramos de atividade, dos trabalhadores que não produzem mais valor diretamente mas que participam da dinâmica global da valorização de capital, e dos trabalhadores desempregados e subempregados, todos com suas ramificações que se diferenciam pela relação formal ou informal com o capital, pelo grau de especialização da força de trabalho, pelos contextos geográficos, e pelos níveis gerais de suas condições de vida — dentre outras clivagens que não tornam fragmentárias as frações de classe, mas as diferenciam na unidade da diversidade.

Lembramos que a constituição da classe não é decorrente das particulares condições de vida dos sujeitos individuais, mas é causa e consequência da luta de classes. Ao analisar as greves e coalizões dos operários no final da primeira metade do século XIX, Marx (2017b, p. 146, *grifo nosso*) aponta para a constituição da classe a partir de sua existência enquanto classe em si, isto é, assim como ela se constitui a partir das “condições econômicas *que* primeiro transformaram a massa em trabalhadores; a dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns”. Dessa forma, “[...] essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma” (Ibidem). Sem representar um suposto estágio inicial, uma incompletude ou momento de imaturidade da classe social constituída, a “classe em si” é uma forma de constituição da classe que pode coexistir com uma outra dimensão de constituição da classe. Como registra Marx (2017b, p. 146, *grifos nossos*), “na luta, a massa se reúne, se constitui em classe para si mesma, *pois* os interesses que defendem se tornam interesses de classe, *que se apresentam* na luta entre as classes, numa luta política”. A constituição da “classe para si”, portanto, expressa o movimento de organização da classe, consciente de seus interesses históricos, para agir politicamente na luta de classes. Todavia, alertamos que a constituição da “classe para si” não representa uma suposta superação da constituição da “classe em si”, como se num processo retilíneo pudesse haver a passagem definitiva do “em si” ao “para si”. Não se trata, portanto, de um movimento irreversível de constituição da classe quando ela volta-se para si mesma num determinado quadro histórico-conjuntural, mas de uma relação dialética na formação da classe.

Dessa maneira, a classe não pode ser compreendida apenas por sua existência material, mas pela combinação entre sua objetividade e sua subjetividade num mesmo processo articulado. O tratamento anatítico dado pela produção marxiana-engelsiana e pela tradição marxista sobre o tema, revela a classe trabalhadora como sujeito histórico potencialmente transformador e não apenas como produto material da dinâmica social de expropriação e exploração capitalista. Assim, a classe trabalhadora é apreendida enquanto sujeito histórico, dotado de subjetividade coletiva, mas não alheia ou independente da concretude do modo de produção da vida material/objetiva. Afinal, “os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (Marx, 2011, p. 25).

Longe de sugerir um determinismo econômico em que os sujeitos são negligenciados, Marx (1977, p. 24) apresenta que “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral; não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência”. Como um processo combinado entre a objetividade da realidade existente e a subjetividade dos sujeitos que são parte da própria realidade, isto é, como “uma realidade externa que se interioriza” (Iasi, 1999, p. 17) nos homens, a consciência se desenvolve de distintas formas ou “níveis” a partir de como os sujeitos

Realização:



Apoio:



se inserem na realidade e a assimilam. Assim, a formação da classe remete a uma relação dialética entre suas formas de constituição, que se desenvolvem como processo na correlação de forças da luta de classes.

Esse relacionamento contraditório entre as classes sociais opostas e em luta se expressa na chamada “questão social”, que, por sua vez, condensa diversas desigualdades sociais e lutas sociais resultantes da contradição fundamental entre capital e trabalho, “mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (Iamamoto, 2014, p. 618). Apesar de Marx (2017a) não tratar do termo “questão social” ao apresentar a lei geral da acumulação capitalista, ele revela que as condições para a acumulação de capital exigem, numa mesma dinâmica do metabolismo auto-expansivo do capital, a produção das riquezas sociais pelo trabalho social coletivo e a apropriação privada dessas riquezas através da relação de exploração do trabalho pelo capital. Isso ocorre num cenário de desenvolvimento das forças produtivas, em que a maior capacidade de produção das riquezas sociais se contradiz com as relações de produção que garantem a apropriação privada, pela burguesia, da riqueza socialmente construída, e a expropriação da classe trabalhadora de parte do resultado de seu próprio trabalho, gerando, como consequência, desigualdades sociais manifestas de distintas formas, como a pauperização relativa ou absoluta daqueles historicamente despossuídos de meios de produção. Dessa forma, as inúmeras desigualdades sociais produzidas na sociedade burguesa são efeitos de um modo de produção baseado na exploração do trabalho pelo capital. Mas a exploração “apenas remete à determinação molecular da ‘questão social’; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc.” (Netto, 2001, p. 45-46).

À medida que as desigualdades sociais se manifestam na vida social, elas são frequentemente acompanhadas por lutas sociais voltadas para combater esses sintomas da barbárie capitalista, tendo em vista que a conflitividade inerente aos fundamentos da “questão social” também está presente no âmbito de suas manifestações. Considerando a articulação entre estruturas sociais, dinâmica social e sujeitos sociais, as lutas sociais desenvolvem-se de múltiplas formas, orientam-se por caminhos diversos e traçam objetivos distintos. Mesmo que as lutas sociais específicas possam ter como estrita finalidade mudanças dentro da ordem, reivindicações imediatas que visam resolver “problemas” pontuais sem alterar a substância da dominação capitalista, elas possuem a potencialidade de tornar públicas e políticas as expressões da “questão social” e integram a dinâmica da luta de classes — esta última, “ora franca, ora disfarçada” (Marx; Engels, 2017, p. 22).

Se determinadas lutas sociais da classe trabalhadora se esgotam politicamente em suas reivindicações imediatas e se limitam a ações fragmentadas e isoladas, acabam atacando apenas os efeitos e não as causas das problemáticas vividas por seus protagonistas e, muito provavelmente, encontram maneiras de se adaptar à ordem social, reafirmando a sociedade burguesa. De certo modo, expressam a hegemonia política da classe dominante na luta de classes. No entanto, se essas lutas sociais desempenham suas reivindicações imediatas de forma articulada com outras lutas, e seus protagonistas buscam agir politicamente a partir da sintonia entre seus objetivos imediatos e os interesses históricos de classe, cuja finalidade mediata é a transformação radical da sociedade, os efeitos e as causas da “questão social” são atacados de forma a fortalecer a classe trabalhadora na correlação de forças da luta de classes, contribuindo para a formação de uma contra-hegemonia — no sentido gramsciano do termo (Gramsci, 1999).

Embora o enfrentamento efetivo das profundas desigualdades sociais depende da superação das estruturas que as provocam, isto é, da transformação radical da sociedade capitalista, não podemos ignorar que um conjunto de alterações e reformas dentro da própria ordem social, reivindicadas e conquistadas pelas diversas lutas sociais

Realização:



Apoio:



da classe trabalhadora, pode melhorar as condições de vida dos membros dessa classe ou, em outros termos, minimizar os efeitos mais deletérios da dinâmica capitalista na vida dos trabalhadores. Além disso, essas conquistas podem até mesmo proporcionar maior fôlego político para outras lutas de maior envergadura que virão — ainda que, contraditoriamente, também possam representar o risco de amoldamento às relações sociais vigentes.

As lutas sociais por formas de emancipação política dos segmentos heterogêneos da classe trabalhadora pressupõem a existência de necessidades humanas concretas que são interditadas pela dinâmica capitalista de valorização do valor, mas que podem ser satisfeitas desde que as conquistas sociais não coloquem em xeque os fundamentos do capital. Embora não representem uma ameaça direta à reprodução do modo de produção capitalista, as lutas sociais conduzidas com o propósito da emancipação política tendem a resultar na ampliação de direitos civis e políticos, na criação de direitos sociais e trabalhistas, bem como na conquista progressiva de uma igualdade formal onde as diversas diferenças (de gênero, sexualidade, etnia, racial, religiosa, cultural etc.) são tratadas indiferenciadamente no plano jurídico-político. Isso representa importantes conquistas parciais para a classe trabalhadora e provoca um impacto político na correlação de forças da luta de classes, atuando em seu desdobramento histórico. Contudo, o avanço democratizante formal da sociedade capitalista, por mais bem sucedido que possa vir a ser, encontra limitações histórico-estruturais por ser incompatível com a plena emancipação humana. Mesmo que a conquista de uma igualdade formal (que oculta a desigualdade real) entre os diferentes permita o reconhecimento, o respeito e até a celebração de todo tipo de diferença, isso não elimina as relações de dominação e exploração nas estruturas sociais produtoras das desigualdades sociais. As relações de dominação e exploração, mesmo passando por regulação jurídico-política, são inelimináveis da ordem social vigente por serem fundamentais para o funcionamento do próprio capitalismo, ainda mais em uma quadra histórica de declínio dos padrões civilizatórios e avanço da barbárie social.

Como exemplo histórico dos instrumentos político-organizativos da classe trabalhadora, temos os sindicatos operários de variadas correntes, em especial o sindicalismo comunista, e os partidos políticos da classe trabalhadora — este último, enquanto um “intelectual orgânico” por excelência (Gramsci, 1999). Contudo, as formas organizativas pelas quais as lutas sociais se manifestam correspondem às particularidades históricas e à dinâmica da formação social em que surgem e se processam, expressando mudanças qualitativas nos instrumentos político-organizativos da classe trabalhadora, por meio dos quais a luta de classes se desenrola. É o caso do surgimento dos diversos movimentos sociais com pautas relativamente novas, que não substituem o sindicato e o partido político, mas complementam as formas organizativas da classe trabalhadora diante das necessidades históricas, congregando na luta o conjunto das classes subalternas.

Para tratarmos dos movimentos sociais como formas organizativas que compõem o conjunto de instrumentos político-organizativos da classe trabalhadora, é necessário compreender o processo de constituição da classe, no qual o desenvolvimento da consciência corresponde a um trânsito entre o consentimento de uma dada realidade e a intenção de ruptura total ou parcial para com ela. Quando o indivíduo vivencia “uma contradição entre antigos valores assumidos e a realidade das novas relações vividas” e percebe essa contradição como uma “sina”, ou seja, como algo a que está predestinado, o máximo que pode ser alcançado é o estado de revolta individual e isolada (Iasi, 1999, p. 34). Contudo, se aquele indivíduo reconhece em outros indivíduos a própria contradição que vivencia, julgada inicialmente apenas como sua, “a injustiça vivida como revolta é partilhada numa identidade grupal que possibilita a ação coletiva” (Iasi, 1999, p. 34). Assim, a superação da primeira forma de consciência

Realização:



Apoio:



(no âmbito da vida cotidiana) é aquilo que Martins (2016, p. 197) descreve “como um salto qualitativo do indivíduo encapsulado ao grupo como uma totalização dialética”. Mas veja, não se trata exclusivamente da formação de uma mera identidade grupal, mas da possibilidade de desenvolvimento da consciência do indivíduo como ser social ao confrontar um aspecto particular e contraditório da realidade, que busca modificar por meio de ações coletivas concretas. A grupalização se desdobra em ações coletivas no sentido da exigência reivindicatória, “uma práxis coletiva que rompe o estado inercial do ser social e que se dirige contra uma ameaça objetiva ao grupo” (Martins (2016, p. 197). Com isso, surge a descoberta da coletividade como uma força anteriormente desconhecida, na qual, ao se perceber como parte dessa força, o indivíduo se reconhece como sujeito capaz de enfrentar determinadas relações contraditórias que vivencia e de lutar para mudar objetivamente o estado das coisas, mesmo que, à primeira vista, seja uma mudança pontual.

É no processo de reconhecimento mútuo dos indivíduos, de descoberta da coletividade como força motriz para o trânsito entre o estado de inércia e o pôr-se em movimento, que os interesses dos membros do grupo coesionam-se na luta social. O que pode resultar em uma mobilização social momentânea, que se esgota em si mesma quando concluída, ou em mobilizações sociais que resultam em movimentos sociais com certo grau de estabilidade organizativa. De todo modo, o momento de grupalização e de alcance da consciência reivindicatória é indispensável para a formação dos movimentos sociais. Como bem aponta Martins (2016, p. 199), “da inércia, ao movimento; do indivíduo, ao social: eis porque assim o nomeamos” como movimento social.

Embora o desenvolvimento da consciência de determinados movimentos sociais possa não ultrapassar os limites da consciência reivindicatória, as lutas sociais empreendidas por esses sujeitos se configuram, em maior ou menor grau, como momentos da luta de classes. Nesse sentido, mesmo que a base social de determinado movimento social não se declare abertamente como classe trabalhadora, não reconheça que o movimento que constroi é um particular instrumento político-organizativo da classe (ou de fração dela), as reivindicações desse movimento estão frequentemente associadas às necessidades sociais resultantes de sua condição de classe subalterna, que se mescla com outras condições objetivas do seu ser social. No entanto, é verdade que nem todas as reivindicações dos diversos movimentos sociais que pululam na contemporaneidade estão exclusivamente associadas às necessidades oriundas da condição de classe de seus protagonistas. Isso se deve aos recuos no processo de consciência desses sujeitos, que frequentemente são capturados por expressões da ideologia dominante e formas de alienação, refletindo a hegemonia política da classe dominante na luta de classes — já que os movimentos sociais não são instâncias imaculadas, impermeáveis à ideologia.

A partir dos estudos de Fontes (2010), verificamos que o período histórico de explosão dos chamados “novos movimentos sociais” é aquele em que ocorre a maior internacionalização da expansão capitalista sob a forma do que nossa autora denomina de capital-imperialismo. Nessa nova fase do modo de produção capitalista, caracterizada pelo padrão flexível de acumulação e pela égide da financeirização, a expansão capitalista impulsiona a ampliação de processos de expropriação social, tanto primária quanto secundária. Para Fontes (2010, p. 44), a expropriação primária consiste “na perda de propriedade dos meios de produção”, tal como ocorreu desde a acumulação primitiva de capital, e permanece, aprofundando-se na fase do capital-imperialismo, que impulsiona, por exemplo, as correntes migratórias de trabalhadores expropriados. Já as expropriações secundárias, próprias dessa fase societária, aprofundam a dependência dos trabalhadores à venda de sua força de trabalho, ou seja, intensificam sua dependência ao assalariamento, por meio da destruição de conquistas

Realização:



Apoio:





sociais, como a privatização de instituições públicas e a extinção de direitos sociais e trabalhistas em benefício das burguesias parasitárias.

Sob essa dinâmica do metabolismo capitalista que diversos movimentos sociais emergem enquanto respostas das classes subalternas aos processos de expropriações que se intensificam ou surgem na fase contemporânea do capital. Como “ainda há enorme massa a ser expropriada no mundo” (Fontes, 2008, p. 25), em relação às expropriações primárias, surgem como respostas político-organizativas movimentos sociais como, por exemplo, os movimentos indígenas, quilombolas e de base camponesa. Esses movimentos, além de resistirem ao extermínio de suas culturas particulares, opõem-se fundamentalmente à expropriação capitalista, embora não representem, por si mesmos, uma alternativa societária.

Quanto às expropriações secundárias, inúmeros movimentos sociais pululam em todas as partes do mundo, tanto no centro capitalista quanto em sua periferia, adotando uma postura de resistência contra os retrocessos em conquistas sociais e lutando por formas de emancipação política, especialmente no que se refere ao acesso à direitos de cidadania. Mesmo com sua composição heterogênea e demandas reivindicatórias diversas, esses movimentos sociais e suas lutas constituem momentos da luta de classes ao confrontar as expropriações capitalistas que intensificam a mercantilização da vida social. Embora o âmbito que esses movimentos sociais se organizam e se desenvolvem não seja diretamente da produção social, suas lutas sociais são conduzidas na contracorrente da dinâmica capitalista de valorização do valor, mesmo que as reivindicações imediatas desses movimentos não representem uma frontal ameaça à reprodução da ordem estabelecida — pois representam impasses para as formas de expansão contemporânea do capital e de suas modalidades de subalternização na dinâmica social.

Não é coincidência que a generalização dos “novos” movimentos sociais tenha ocorrido no mesmo período histórico de rearticulação global do capital através da reestruturação produtiva e redefinição da intervenção estatal com a incorporação das políticas neoliberais. Como defende Antunes (2009, p. 63), todo esse processo de transformações societárias atinge “a forma de ser da classe trabalhadora, de seu movimento sindical, de seus partidos, de seus movimentos sociais, de seus ideários e valores”. O que provoca consequências para o processo de consciência da classe e suas ações políticas na luta de classes.

É nesse contexto que as abordagens teóricas dos chamados “novos movimentos sociais” florescem, se generalizam e se mesclam a partir de pressupostos culturalistas com ênfase nas premissas “pós-modernas”, que invadem de forma predominante o pensamento social contemporâneo. Nas palavras de Evangelista (1992, p. 26): “o imediato toma o lugar do mediato; a revolução, a luta pelo poder do Estado e seus instrumentos institucionais, a transformação macroscópica e de milhões, é substituída pelas 'pequenas lutas', pelas infindáveis transformações moleculares”.

Embora alguns segmentos do marxismo tenham enxergado esses instrumentos organizativos como preocupações de segunda ordem, atribuindo-lhes o papel equivocado de desagregação da classe trabalhadora ao subestimarem a complexificação que a luta de classes atingiu, outros pensadores desse campo dedicaram-se em compreender os movimentos sociais como manifestações refratadas da contradição fundamental entre capital e trabalho, analisando-os à luz de mediações da dinâmica sócio-histórica.

Lojkin (1981), por exemplo, ao abordar o tema do Estado capitalista e a questão urbana sob o referencial marxista, se dedica a relacionar urbanização e acumulação capitalista, o que o leva a explicar os movimentos sociais urbanos como expressões da luta de classes, verdadeiros exemplos da formação de uma contra-hegemonia das “classes dominadas”. Para nosso autor, no “pôr-se em movimento” dessas classes contra a subordinação econômica e social exercida pela classe dominante, o conteúdo

Realização:



Apoio:





político e a amplitude das reivindicações e ações dos movimentos sociais constituem uma determinada força social cujo potencial transformador depende de seu “desafio político”. Como apresenta Lojkin (1981, p. 298), “o pôr-se em movimento não será efetivo, não se traduzirá por uma verdadeira mudança na relação entre forças sociais no poder e forças sociais dominadas, a não ser que o desafio político o permita”. A partir da análise da relação entre a base social do movimento e a particularidade da contradição que o provocou, é possível identificar o seu “desafio político”, o qual se traduz na capacidade das lutas empreendidas pelo movimento de confrontar a hegemonia política da classe dominante ou de uma fração dela. O que indica, a partir da interpretação de Martins (2016, p. 214), “o grau de particularismo do movimento e sua potencialidade efetiva de transformação da realidade”.

O desenvolvimento e a capacidade de luta do movimento social, formado através do processo de grupalização e de elevação da consciência a um nível reivindicatório, dependem da natureza da contradição que o gerou. Quanto mais amplas forem as contradições que dão origem a determinado movimento social, mais abrangente será esse instrumento político-organizativo. Por outro lado, quanto mais particulares forem as contradições que o impulsionam para a luta, mais particularista será o movimento social. Como escreve Iasi (2006, p. 306), precisamos analisar “até que ponto a mediação concreta em que as pessoas estão inseridas representa ou não as contradições mais amplas que ameaçam a continuidade da produção social da vida”.

Entendemos que o “desafio político” dos movimentos sociais está relacionado à sua composição e à natureza de suas demandas reivindicatórias, considerando a heterogeneidade desses movimentos, que estão vinculados a classes sociais não homogêneas. Como aponta Galvão (2011, p. 113), os movimentos sociais “não são necessariamente uniclassistas, mas pluriclassistas”, já que são constituídos pelas diversas frações da classe trabalhadora e pelo conjunto das classes subalternas. As reivindicações desses instrumentos político-organizativos representam o entrecruzamento da contradição fundamental entre capital e trabalho com contradições mais “transversais”, que afetam não apenas a classe trabalhadora, mas a diversidade das classes sociais (o gênero humano), assumindo contornos específicos na sociabilidade capitalista, como o machismo e o racismo, por exemplo. Mattos (2019, p. 210, *grifos nossos*) apresenta que “à desigualdade primária fundada na subordinação estrutural do trabalho ao capital somam-se desigualdades complementares [*provenientes de contradições ‘transversais’*], que reforçam os mecanismos de exploração/dominação”. É a partir desta articulação e sobreposição entre as refrações do conflito entre capital e trabalho com as contradições mais “transversais”, que determinadas necessidades sociais se intensificam ou surgem como alvos reivindicatórios dos movimentos sociais.

## Conclusão

O móvel básico da realidade em mudança e em constante contradição demonstra que as expressões da ideologia dominante, muitas vezes travestida de progressismo, podem ser transponíveis pelo próprio movimento político e de consciência das classes subalternas que se universalizam como proletariado. Como defende Mattos (2019, p. 70), por sua diversidade, complexidade e determinação histórica, “o sujeito histórico potencialmente transformador que Marx e Engels encontraram no século XIX continua a desafiar a capacidade de análise daqueles que se propõem a estudá-lo, assim como os projetos políticos que pretendem representá-lo”.

Em acordo com Galvão (2011, p. 121), estamos convencidos que “a concepção marxista possibilita pensar os elementos comuns e a unidade dos movimentos sociais a despeito de sua heterogeneidade”. Acreditamos que através da razão humanista e

Realização:



Apoio:



histórico-dialética presente na teoria social marxiana e nas contribuições da tradição marxista, podemos apreender os limites e o potencial transformador da realidade que os movimentos sociais portam na dinâmica histórica da luta de classes. Nesse sentido, não é só possível, mas necessário, estabelecer a articulação entre as lutas por reformas e a perspectiva revolucionária tanto na análise quanto na ação dos movimentos sociais.

A condição de classe dos movimentos sociais é o elemento que, superpondo-se às diferenças entre si, permite às classes subalternas se universalizar como proletariado e construir uma intervenção sociopolítica articulada e comum, para além das identidades específicas, no sentido da formação de uma contra-hegemonia. Tal possibilidade, é claro, depende da correlação de forças na luta de classes, do desenvolvimento da consciência das classes subalternas, de seu processo de constituição enquanto classe e de suas mediações históricas.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

EVANGELISTA, João Emanuel. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. São Paulo: Cortez, 1992.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e luta de classes. Rio de Janeiro: **Em Pauta** - Teoria Social E Realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 21, p. 23–36, 2008.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GALVÃO, Andreia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 18 n. 32, p.107-126, maio, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no serviço social brasileiro. São Paulo: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.120, 2014.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, Mauro. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARTINS, Caio. **Teoria dos novos movimentos sociais e luta de classes**: uma leitura crítica de sua influência no Brasil. 2016. 408f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. (Trad. Rubens Enderle). 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. (Trad. José Paulo Netto). São Paulo: Boitempo, 2017b.

Realização:



Apoio:



MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2017c.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. (Trad. e notas de Nélcio Schneider). São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Teoria da mais-valia**. História crítica do pensamento econômico. São Paulo: Difel, 1983.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**. Brasília, ano II, n. 2, 2001.

RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Realização:



Apoio:



## CICLOS DE MEMÓRIAS SERVIÇO SOCIAL NA DITADURA CONSTRUINDO A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Graziela Scheffer<sup>436</sup>

Sara Beatriz Silva de Oliveira

Karla da Silva Apolinario

**Resumo:** O trabalho é resultante das atividades de extensão articulada a pesquisa sobre o Serviço Social e as lutas democráticas no Rio de Janeiro no período de 1964-1985. As ações extensionistas foram realizadas por meio ciclo de debates por meio de depoimentos de estudantes, docentes e profissionais cujas experiências formativas e/ ou profissionais ocorreram no período ditatorial. Este estudo incidiu na análise de 6 depoimentos realizados nas atividades. Entendemos que os depoimentos foram uma importante estratégia pedagógica de resgate das memórias coletivas cujo contributo adensa a consciência histórica.

**Palavras Chaves:** Serviço Social, consciência histórica, ditadura, memória coletiva.

**Abstract:** This work results from extension activities integrated with research on Social Work and democratic struggles in Rio de Janeiro during the 1964–1985 dictatorship period. The extension activities took place through a series of debates featuring testimonies from students, professors, and professionals whose educational and/or professional experiences occurred during the dictatorship. This study focused on the analysis of six testimonies collected during these activities. We understand that these narratives served as an important pedagogical strategy to recover collective memory, contributing to the deepening of historical consciousness.

**Keywords:** Social Work, historical consciousness, dictatorship, collective memory.

### Introdução

Apesar de ter passado 40 anos da ditadura civil-militar, ainda persistem as heranças autoritárias que se evidenciam na polarização social no cenário político brasileiro. E nesse contexto fecundo de conflitos e disputas em torno das memórias na ditadura que desenvolvemos atividade extensionista denominada “Ciclo de Memórias sobre o Serviço Social na ditadura”. O objetivo da atividade foi debater expressões na profissão dos processos de repressão-resistência no Rio de Janeiro de 1960-1980, visando contribuir no fortalecimento da consciência histórica junto à comunidade acadêmica. As ações extensionistas ocorrem por meio de depoimentos de convidados que foram estudantes, professores e profissionais no período da ditadura, abrangendo as décadas de 1960, 1970 e 1980. A extensão foi uma via de articulação entre ensino e a pesquisa em Fundamentos Históricos Metodológicos circunscritas nas reflexões sobre as incidências das lutas democráticas na profissão. Consideramos que a extensão é significativa ao tempo presente ancorados aos visíveis os ataques vivenciados à democracia brasileira, sendo essencial mobilizar a memória profissional enquanto uma via pedagógica para novas gerações profissionais alinhados à defesa dos valores

---

<sup>436</sup> graziela.uerj@gmail.com

Realização:



Apoio:



democráticos considerando a necessidade de enfrentamento ao avanço das “ideias e práticas conservadoras, reacionárias e fundamentalistas no Brasil e no mundo onde os mínimos direitos humanos de grupos historicamente excluídos têm sido violentados” (Alves, 2024, p. 94).

O artigo se estruturou em dois itens: No primeiro abordamos as concepções teóricas orientaram as atividades extensionistas. No segundo apresenta sistematização e análise dos seis depoimentos realizados nos eventos extensionistas do ciclo de memórias.

### **Serviço social, memória coletiva e consciência histórica**

Segundo Freire, a consciência histórica é essencial para a libertação dos oprimidos, pois é instrumento que permite reconhecer sua situação de opressão e dessa forma se organizem para transformá-la. Além disso, a consciência histórica deveria ser desenvolvida por meio de uma educação dialógica, que envolvesse a participação ativa dos sujeitos na construção do conhecimento. Portanto, uma abordagem pedagógica que permitisse que os sujeitos se apropriassem de sua história e não apenas objetos de uma história impostada. Pois para autor, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido- apreendido a situações existenciais concretas (Freire, 1983, n/p.). Neste sentido,

Aprender História na perspectiva da conscientização histórica, passa pelo uso dos conceitos meta-históricos, por parte dos estudantes, para gerar conhecimento histórico, ou seja, possibilitar que seja trazida à memória a experiência humana no tempo, interpretando-a a partir das questões de orientação do presente, dotando de sentido a experiência futura que forma o horizonte de expectativas (Alves, 2024, p. 93).

Acreditamos que conhecer e dar visibilidade à história do Serviço Social, articulada a construção de uma política de memória e documentação histórica é essencial para projetar perspectivas profissionais diante dos desafios atuais. Ou seja, “Rever o passado para iluminar o presente, elucidando as constelações que ligam presente e passado, é um movimento heurístico fundamental para compreender tanto o passado recente quanto o ineditismo das atuais condições históricas e para recriar a práxis de enfrentamento a esses tempos de regressão conservadora, contribuindo para formas de resistência política”. (Iamamoto; Santos, 2021, p. 27-28). Entretanto, cabe ponderar que consciência histórica assim como a consciência de classe, apresenta limites, conforme Iasi,

Não basta ter consciência das determinações históricas do mundo em que vivemos e a certeza de que podemos nos converter em sujeitos de uma nova sociedade; é preciso construir os caminhos práticos da emancipação nas condições históricas dadas (Iasi, 2022, n/p.).

Em nosso ponto de vista, por meio dos depoimentos profissionais podemos tecer

um novo campo de significações para a memória coletiva. Esta se refere não apenas a este processo de registro de acontecimentos pela experiência humana, mas também à construção de referenciais sobre o passado e sobre o presente de diferentes grupos sociais e sob a perspectiva de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais. O processo de registrar a história é imprescindível, uma vez que todos nós somos sujeitos históricos (Andrade *et.al.*, 2024 p. 5).

Realização:



Apoio:





Compreendemos também que as atividades de extensão das memórias na ditadura criaram um espaço intergeracional solidário de troca de experiências entre passado e presente, que possibilitou desencadear um processo de conscientização histórica na formação profissional. Portanto, os ciclos têm uma função pedagógica desenvolvida no sentido que são ações formadoras de um modo de pensar, sentir e agir. (Abreu, 2009) Portanto, a extensão busca ir além do escrever sobre o passado, visa “também identificar possibilidades para o presente e o futuro, destacando a importância das lutas e resistências que compõem a trajetória histórica da profissão”. (Andrade *et.al*, 2024, p. 9).

### **Pesquisa e extensão os contributos da consciência histórica nos fundamentos do serviço social**

O ciclo de memórias do Serviço Social na ditadura foi realizado entre setembro de 2023 até novembro de 2024. Os procedimentos para sua realização foram: contato via correio eletrônico contendo a carta-convite, o termo de consentimento informado e roteiro organizados a partir dos eixos da investigação da incidência das lutas democráticas na profissão a serem tratados na apresentação durante a atividade. O método utilizado na extensão perpassou pelos pressupostos da pesquisa-ação enquanto um caminho prático da investigação. Os ciclos implicaram numa dupla função: primeiro enquanto processo intergeracional de democratização da memória profissional na ditadura, cujo objetivo prático foi desencadear um processo de conscientização histórica. Já o segundo atende ao objetivo da pesquisa em obter informações por meio de depoimento da memória profissional na ditadura (Thiollent, 2011). Além disso, concordamos com Freire (1983, p. 33) que ressalta:

o fato histórico não pode ser simplesmente narrado com este gosto excessivo pelo pormenor das datas, reduzido assim a algo estático que se põe no calendário que o fixa. (...)é necessário problematizar o fato mesmo ao educando. Necessário que ele reflita sobre o porquê do fato, sobre suas conexões com outros fatos no contexto global em que se deu. Poder-se-ia dizer que esta é a tarefa própria de um professor de História; a de situar, na totalidade, a “parcialidade” de um fato histórico. Parece-nos, entretanto, que sua tarefa primordial não é esta, mas a de, problematizando a seus alunos, possibilitar-lhes o ir-se exercitando em pensar criticamente, tirando suas próprias interpretações do porquê dos fatos.

As atividades extensionistas buscou colaborar no processo de consciência histórica junta a comunidade universitária por meio debate expressões das lutas democráticas na trama das memórias profissionais atrelados aos processos de repressão-resistência no Rio de Janeiro de 1964-1985. Ou seja, buscamos diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz na prática (Freire, 1983). Entendemos que,

A história, enquanto construção de homens e mulheres, remete a um conjunto de ações e fenômenos que se processam na sociedade. Embora tenham existido, nem todas as ações estão registradas, documentadas, catalogadas, razão pela qual a historiografia se faz tão importante para a produção científica e para a vida das sociedades. Com a historiografia, torna-se possível o registro da história, por meio do acesso a diferentes tipos de fontes: livros, artigos, cartas, documentos, pessoas, fotografias, entre outras (Andrade *et.al*, 2024, n/p.).

Durante a execução da atividade buscamos a problematização da temática relativa ao aprofundamento de elementos abordados na pesquisa. Entendemos que, “a problematização é a reflexão que alguém exerce sobre um conteúdo, fruto de um ato, ou sobre o próprio ato, para agir melhor, com os demais, na realidade” (Freire, 1983, p.

Realização:



Apoio:



50). Neste sentido, extensão enquanto uma ação comunicativa e dialógica deve considerar,

Esta problematização, que se dá no campo da comunicação em torno das situações reais, concretas, existenciais, ou em torno dos conteúdos intelectuais, referidos também ao concreto, demanda a compreensão dos signos significantes dos significados, por parte dos sujeitos interlocutores problematizados (Freire, 1983 p. 45).

Os ciclos contaram com seis depoentes sobre as experiências estudantis, profissionais e/ou organização política no período de 1964-1985. Destacamos que o trabalho extensionista-comunicativo incide nas memórias coletivas circunscritas nos eventos históricos ocorridos no Rio de Janeiro que abarcavam suas experiências dos depoentes, enquanto estudantes, professores e profissionais em diferentes conjunturas da ditadura 1964 até 1985. A cidade foi importante sede do movimento estudantil da União Nacional dos Estudantes (UNE), de modo que abrigou diferentes experiências dos Centros Populares de Cultura (CPC) sob o comando da UNE. Esse movimento reuniu um conjunto de jovens artistas (dramaturgos, atores, compositores, cineastas, artistas plásticos, poetas), líderes estudantis e pessoas interessadas que possuíam um projeto intelectual comum: a elaboração imperiosa de uma “cultura popular” em confronto com as expressões artísticas vigentes (Berlinck, 1984, p. 05). A partir dos anos 1960, foi criada a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), vinculada à UNE. Nesse período, houve avanço das práticas de cultura popular e alfabetização no Rio de Janeiro pela Campanha de Alfabetização da UNE e pelo Plano Nacional de Alfabetização, com implantação iniciada na Baixada Fluminense. Também, enquanto antiga capital do país, abrigou importantes segmentos da intelectualidade, das artes e do movimento estudantil<sup>437</sup> da UNE (União Nacional dos Estudantes). Portanto, a capital carioca vivenciou intensos movimentos no âmbito da cultura por meio de experiências dos Centros Populares de Cultura (CPC) (Berlinck, 1984). Mas, por outro lado, também foi palco do CBCISS que promoveu as vertentes da Modernização Conservadora e da Reatualização do Conservadorismo.

Segue abaixo a tabela com sistematização das/os depoentes:

| Nome                  | Graduação/<br>Local            | Atuação                         | Articulação política                |
|-----------------------|--------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|
| Miriam Calvacanti     | 1968 - UERJ                    | Estudante / Profissional        | Movimento Estudantil                |
| Maria Inês Bravo      | 1971 - Universidade Gama Filho | Assistente Social na saúde.     | PCB/ Movimento da Reforma Sanitária |
| Ana Maria Vasconcelos | 1972 - UFF                     | Assistente Social na saúde      | Sindicato profissional              |
| Paulo Roberto         | 1978 - UERJ                    | Estudante/professor UERJ        | Movimento de bairro                 |
| Magali Almeida        | 1978 - UERJ                    | Estudante/Profissional na Saúde | Movimento Negro/ CRESS              |
| Ney Almeida           | 1982 - UERJ                    | Estudante/ Professor UERJ       | Movimento Estudantil                |

Fonte: Elaboração das autoras

Com base na tabela observamos que as três primeiras depoentes (Miriam Cavalcanti, Maria Inês Bravo e Ana Maria Vasconcelos) receberam maior impacto da ditadura que englobam a Operação limpeza e os Tempo de chumbo. Além disso, após o Documento de Araxá (1967), a formação alinha-se à perspectiva da Modernização

<sup>437</sup>Para Netto (2015), às bases sociopolíticas que impulsionaram a erosão do Serviço Social tradicional e conservador na virada crítica foram: 1) as atividades relacionadas ao Desenvolvimento de Comunidade; 2) mudança crítica na Igreja Católica; 3) aproximação com concepções progressistas das ciências sociais; 4) Movimento Estudantil articulado as lutas e movimentos sociais da época.

Realização:



Apoio:



Conservadora<sup>438</sup>. Contudo, nos relatos fazem referências ao Movimento da Reconceituação apesar das barreiras ditatoriais na formação profissional, vejamos:

Conhecemos o professor Seno, gaúcho, num seminário fora; conversei com ele sobre a possibilidade de palestra na faculdade, e ele se prontificou. A diretoria montou o curso. (...) Esse curso causou certa resistência do corpo docente e do diretor, que taxou nosso grupo mais uma vez, de "comunista" (Guerreiro *et.al.*, 2019, p. 89).

Também meios depoimentos, podemos verificar a dinâmica da repressão-resistência e a importância do movimento estudantil

A repressão veio primeiro nas universidades públicas e depois nas universidades particulares. (...)Então, naquela época, as universidades particulares, Santa Úrsula, PUC-RJ, Gama Filho, tinham certa liberdade. Por exemplo, eu cheguei na Gama Filho no início de 68, tinha Centro Acadêmico, (...), eles não fecharam nem na PUC e nem na Gama Filho. Os outros Centros Acadêmicos estavam fechados nas outras universidades federais. Teve um movimento em 1968 muito importante, que contou com uma forte mobilização dos estudantes, principalmente os estudantes das federais, que tinham fechado seus CAs e seus DCEs e iam realizar o congresso de Ibiúna no segundo semestre de 68 (Maria Inês Bravo, 2024).

A gente tinha medo de tudo, a gente tinha medo de falar, porque as pessoas estavam desaparecendo. A presidente do Centro Acadêmico (UFF), desapareceu e a gente não sabe para onde. A gente ia para as passeatas. A minha família, não deixava. Aí eu inventava, ia para estágio e ia para as passeatas. A gente levava panfleto e era aquela confusão, então a gente contestava dentro de sala e fora dela. Todas as pessoas que a gente conhecia participavam do movimento estudantil (Ana Maria Vasconcelos, 2024).

É sabido que após o golpe civil militar de abril de 1964, os estudantes e as lideranças estudantis foram foco de grande repressão. Por exemplo, a União Nacional dos Estudantes- UNE foi posta na ilegalidade e sua sede foi incendiada pelos militares. Também sofreram perseguição União Estadual dos Estudantes - UEE e os Diretórios Centrais dos Estudantes - DCEs, durante todo período ditatorial. Em 1968, marcado pela ampla e forte mobilização de artistas, intelectuais e estudantes contrários ao regime. Além disso, ocorreu o Congresso clandestino de Ibiúna promovido pela UNE, no qual o movimento estudantil do Serviço Social aderiu à tese militante da APML (Ação Popular Marxista Leninista). Esse segmento político defendia que o foco da formação deveria ser centrado na realidade brasileira e no modo de produção capitalista. Igualmente, argumentava na defesa dos direitos dos segmentos atingidos pela repressão militar e o compromisso com os trabalhadores. (Abramides, 2016).

Já os três assistentes sociais Paulo Roberto, Magali Almeida e Ney Almeida, concluíram a formação no processo de distensão da ditadura e redemocratização, portanto, os impactos repressivos foram menores. Para Serra (2007), a partir de 1975 houve mudança na profissão no sentido de pôr novas alternativas ao trabalho profissional vinculadas à tradição marxista. Também, nesse período, fundou-se os cursos de mestrados no Rio de Janeiro e em São Paulo. Tais cursos contribuíram na mudança crítica na ação política do Serviço Social e no perfil organizativo político-organizativo profissional. Este período marca o início da crise do regime ditatorial com esgotamento do milagre econômico, que se intensificará até 1978. Ou seja, é nesse período que evidencia na cena pública a retomada das lutas democráticas por diferentes

<sup>438</sup> Destacamos que tivemos somente dois relatos relacionados à questão religiosa. A professora Maria Inês Bravo aponta sua trajetória relacionada à Teologia da Libertação. Já o Professor Paulo Roberto com religião espírita kardecista que realiza trabalhos comunitários nos bairros pobres.

Realização:



Apoio:



movimentos sociais (trabalhadores, negros, mulheres etc.) e por pautas que exigem democratização das estruturas institucionais em diversos campos sócio-ocupacionais.

Uma expressão dessa ambiência política repercutiu com intensidade no movimento estudantil da UERJ que em 1982 desencadeou-se a greve estudantil<sup>439</sup>.

Relativo ao Movimento Negro no Rio de Janeiro, a Professora Magali Almeida enfatiza sua participação no Movimento Black Rio, que promoviam bailes os ritmos predominantes soul. Conforme Pedrini (2022, p.12)

Não é uma coincidência que os bailes soul tenham surgido na mesma época em que nascia o chamado Movimento Negro Contemporâneo, ou dos Anos 70, que apresentava dois pontos principais em sua agenda: a denúncia, como farsa, do mito da “democracia racial” e a construção de uma identidade negra positiva, baseada na afirmação da história e da cultura da África e da Diáspora Africana, e também na valorização do fenótipo negro. E os bailes soul, com a promoção de uma estética afro, deram sua contribuição importante a esse processo.

Ainda é interessante observar a importância da cultura para todas (os) depoentes, vejamos alguns exemplos ilustrativos:

Na faculdade, no primeiro ano que entramos, tínhamos uma fantasia, muito inspirada no que eram nos filmes americanos, como no filme “Juventude Transviada”, tinha-se essa ideia, e que podia parecer ser meio estranho estando numa Ditadura (Miriam Cavalcante, 2024)

Olha aqui, quer dizer, em outubro, você tem o Congresso de Ibiúna. Em setembro, você tem o Festival da Canção. Esse festival, o terceiro, foi o mais importante na época. Porque os festivais foram importantes, foram todos eles, quer dizer, Gil, Caetano, Chico, Edu Lobo, enfim. Então, todos esses foram fundamentais e cresceram, e apareceram. Realmente, foi fundamental para os festivais (Maria Inês Bravo, 2024).

O cenário artístico que se abria. Na passagem dos anos 70 aos anos 80. A cena artística cultural também era forte. Foi um momento que se criou um momento antes e depois do circo voador. Havia efervescência cultural no teatro, na música. (Ney Almeida, 2023).

A partir dos aspectos apontados até aqui podemos observar a experiência com o tratamento da memória também foi uma importante capacitação trazida pelo ciclo de debates, que em todos os momentos de coleta de relatos, tornou a exposição coletiva e aberta ao público, possibilitando que a extensão fizesse seu papel de contato entre a universidade e a sociedade civil, buscando fomentar uma UERJ sem muros.

## Considerações finais

Entre os resultados alcançados pelo projeto, temos as contribuições no adensamento do ensino em Fundamentos Históricos Metodológicos do Serviço Social, utilizando a memória profissional enquanto um recurso pedagógico de sensibilização da consciência histórica junto à comunidade acadêmica. Nesse processo, os discentes envolvidos com o projeto puderam ter um contato direto com relatos que ultrapassam os limites das salas de aula, proporcionando uma experiência dialética importante para formação, que despertou o interesse sobre a temática, tanto dos fundamentos, quando da memória, se tornando objeto de pesquisa de alunos envolvidos.

<sup>439</sup> A atividade grevista foi uma reação às ações autoritárias vinculada a demissão das docentes Alany Pinto Caldeira, Ana Maria de Vasconcelos, Maria Alice Correia, Maria Helena Rauta Ramos e Rose Mary Sousa Serra, todas vinculadas à renovação crítica em expansão no Serviço Social brasileiro. O professor Ney Almeida participou ativamente da Greve.

Realização:



Apoio:



Por fim, em tempos de ascensão do conservadorismo e tentativas constantes da extrema direita de construir uma narrativa favorável aos horrores da ditadura, espaços como o ciclo de debates reafirmam o enfrentamento crítico assumido pelo serviço social e pelas universidades públicas. A memória é ferramenta fundamental para construção da história, e ao valorizar a memória oral enquanto instrumento de análise, temos como resultado a materialização do legado de luta de assistentes sociais que vivenciaram ativamente esse momento chave para toda categoria. Mobilização social e práticas educativas. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais.

## REFERÊNCIAS

ABREU, MARINA. MACIEL; CARDOSO, FRANCIS GOMES. Mobilização social e práticas educativas. IN: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Pesquisadores de Serviço Social (ABEPSS) (ORG.) **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. P. 593-608.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set., 2016.

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; SOUZA, Isadora Lima de; COSTA, Ricardo Peres da. Serviço social e memória: a imprescindibilidade da historiografia para a profissão. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 17, n. 7, p. e8181, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/8181>. Acesso em: 3 jul. 2025.

ALVES, Ronaldo Cardoso. A didática da história e o confronto da cultura histórica: Consciência Histórica e Conscientização. In: NOGUEIRA, Abner Alexandre *et al.* (org.). **Cultura e consciência histórica**, v. 2. Assis: Ed. UNESP, 2024.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. **História de um tempo sem memória: resistência das mulheres do Serviço Social na ditadura de 1964-1985**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

AMMANN, Safira. **Ideologia do desenvolvimento da comunidade no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BERLINCK, Manoel Tosta. **O centro popular de cultura da UNE**. Campinas: Ed. Papirus. 1984.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; BRANDT, Daniele Batista. A imaginação no poder: greve estudantil de 1982 e gestão democrática na Faculdade de Serviço Social da UERJ. In: VELOSO, Renato dos Santos *et al.* (org.). **Trajetória da Faculdade de Serviço Social da UERJ: 70 anos de história**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 107-129.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez. 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica. **A história pelo Averso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo, Cortez, 2021.

Realização:



Apoio:





NETTO, José Paulo. Para uma história nova do serviço social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SERRA, Rose. Serviço Social e democracia. **Em Pauta** - Teoria Social e Realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 19, p. 181–202, 2007.

SILVA, Betânia Maria Ramos da; STAMPA, Inez. Serviço social e ditadura militar no Brasil (1964-1985). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16, 2019, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: CFESS, 2019.

PEDRETTI, Lucas. **Dançando na mira da ditadura**: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

Realização:



Apoio:



## **METODOLOGIA CAMPONÊS A CAMPONÊS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: articulação Brasil-Cuba.**

Michelle Neves Capuchinho<sup>440</sup>

Mônica Grossi<sup>441</sup>

Julia Guerra de Oliveira Gomes<sup>442</sup>

Guido Duarte Swensson de Mattos<sup>443</sup>

Maria Clara Barbosa Reis<sup>444</sup>

**Resumo:** O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, vêm desenvolvendo o projeto de extensão\interface com pesquisa, denominado “Metodologia Social de Camponês a Camponês como Processo Participativo e Horizontal de Transição Agroecológica Sustentável e Promoção da Saúde em Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de Minas Gerais”, através de parceria realizada junto a 11 universidades de Minas Gerais. Este artigo traz reflexões relacionadas às ações desenvolvidas em torno da transição agroecológica nos assentamentos da Zona da Mata Mineira, tendo como objetivo analisar como esta metodologia vem se construindo na região, os resultados alcançados e as contribuições ao fortalecimento da reforma agrária popular.

**Palavras-chave:** Metodologia Social de Camponês a Camponês; transição agroecológica, assentamentos de reforma agrária; Reforma agrária popular.

**Abstract:** The Landless Rural Workers' Movement (MST), in partnership with eleven universities in the state of Minas Gerais, has been developing the extension and research project entitled “Peasant-to-Peasant Social Methodology as a Participatory and Horizontal Process for Sustainable Agroecological Transition and Health Promotion in Agrarian Reform Settlements in the State of Minas Gerais”. This article presents reflections on the actions related to the agroecological transition in settlements located in the Zona da Mata region of Minas Gerais. It aims to analyze how this methodology has been constructed locally, the results achieved, and its contributions to strengthening the Popular Agrarian Reform.

**Keywords:** Agroecology; Popular Agrarian Reform; MST; Peasant-to-Peasant Methodology.

### **Introdução**

O presente trabalho busca destacar reflexões em torno das ações desenvolvidas pelo Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra (MST), em torno da transição agroecológica na Zona da Mata Mineira, a partir da luta dos assentamentos e acampamentos. O enfrentamento ao projeto do agronegócio perpassa a construção

<sup>440</sup> Doutora em Serviço Social pela UFJF, professora substituta da Faculdade de Serviço Social da UFJF e integrante da coordenação nacional do MST. E-mail: capuchinho.michelle@ufjf.br

<sup>441</sup> Pós Doutora pela Universidade de Córdoba, Espanha. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da UFJF. E-mail: monicaaparecida.grossi@ufjf.br

<sup>442</sup> Pedagoga. Mestranda em Educação pela UFJF. Educadora Popular do MST. E-mail: casadolagojf@gmail.com.

<sup>443</sup> Graduando do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas; bolsista Fapemig. E-mail: duarte.guido@estudante.ufjf.br.

<sup>444</sup> Graduanda em Serviço Social e bolsista de extensão da UFJF. E-mail: mariaclara.reis@estudante.ufjf.br.

Realização:



Apoio:



de um modelo de produção que vá de encontro às práticas dos grandes capitais. O projeto de Reforma Agrária Popular, construído pelo MST, se baseia na disseminação de conhecimentos tradicionais e populares, com uma territorialização horizontal e popular da agroecologia.

Desde os primeiros momentos da luta pela terra na Zona da Mata mineira, o MST desenvolve processos e práticas agroecológicas. Porém, como pode ser observado ao analisar a paisagem de tal território, ainda há muito o que avançar no sentido da transição agroecológica. Os solos foram marcados pela pecuária predatória, deixando uma herança de degradação das pastagens, a monocultura foi hegemônica por muito tempo nessas terras, e os assentamentos, portanto, são frutos desse contexto histórico. Tal modelo causou uma profunda degradação ambiental, tratando os bens da natureza como mercadorias. É importante ressaltar que, por mais que a Agroecologia seja praticada nos territórios do MST, em Minas Gerais, ela não é hegemônica. Há mais de 10 anos, a regional da Zona da Mata Mineira foi constituída e nomeada de Antônio Ventura. Hoje é formada por quatro áreas, sendo dois assentamentos, Dênis Gonçalves e Olga Benário, e dois acampamentos, Marielle Franco e Roza Cabinda.

No último período, a partir de 2024, o MST através de parceria realizada junto a universidades brasileiras, vêm desenvolvendo o projeto de extensão/interface com a pesquisa, denominado: Metodologia Social de Camponês a Camponês como Processo Participativo e Horizontal de Transição Agroecológica Sustentável e Promoção da Saúde em Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de Minas Gerais. As universidades parceiras são em sua maioria de Minas Gerais, com a coordenação da Universidade Federal de Ouro Preto, contando ainda com outras universidades de outros estados e instituições públicas, que possuem experiência com esta metodologia. Esta parceria conta com: Universidade Federal de Ouro Preto(UFOP), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Instituto Federal Sul de Minas Gerais-Campus Machado(IFSULDEMINAS), Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG), Universidade Federal do Ceará(UFC), Universidade Estadual Paulista(UNESP), Universidade Estadual de Campinas(UNICAMP), Universidade de Brasília(UnB) e El Colegio de la Frontera Sur(ECOSUR).

O objetivo deste projeto é desenvolver passos e atividades que deem sustentação prática a um processo socioambiental e sanitário de Transição Agroecológica de famílias acampadas e assentadas em seis Regionais do MST-MG. Utilizando, nesse processo, o autorreconhecimento dos recursos agroecológicos locais/regionais e a apreensão e valorização de conhecimentos e modos camponeses de produção, através da construção da metodologia de Camponês a Camponês, adaptada a partir da experiência Cubana. Tal metodologia, tem como foco trazer os camponeses e camponesas como protagonistas dos processos produtivos, reforçando os saberes tradicionais e buscando fomentar o desenvolvimento de tecnologias sociais, para enfrentar os desafios da produção agroecológica. De fato, experiências como esta representam importante articulação entre Brasil e Cuba, através das lutas dos movimentos sociais, como o MST e a ANAP, nesta parceria na construção da transição agroecológica nos territórios de reforma agrária de Minas Gerais.

Na fase inicial do projeto, no início de 2024, foram organizados diversos encontros on-line e alguns de forma presencial, para a capacitação e organização da equipe, que conta com professores/pesquisadores das universidades envolvidas, bolsistas de extensão, dirigentes e assentados da reforma agrária de Minas Gerais.

O primeiro encontro presencial ocorreu em julho de 2024 em Belo Horizonte, com o objetivo de realizar um processo formativo inicial, que discutiu as bases da Reforma Agrária Popular, a inserção do projeto de extensão/pesquisa na estratégia do MST e a proposta desta metodologia social “Camponês a Camponês” de transição agroecológica e de promoção da saúde.

Realização:



Apoio:



Em outubro de 2024, a equipe participou de um processo formativo mais amplo em Cuba, ministrado por dirigentes da Associação dos Pequenos Agricultores- ANAP de Cuba, organização responsável pelo desenvolvimento desta experiência, que vem desempenhando um papel fundamental neste processo junto aos agricultores. Nesta formação, a equipe foi capacitada a partir de um curso sobre a “Metodologia Camponês a Camponês”, com aulas presenciais na sede da ANAP, a partir de exercícios práticos e de trabalho de campo, nos territórios camponeses selecionados. Todo este processo de capacitação foi de fundamental importância não só para a capacitação, mas também para a aproximação e fortalecimento da equipe de trabalho, responsável por levar esta experiência para todo estado de Minas Gerais. Esta experiência fortaleceu a aproximação entre o MST e a ANAP, e também entre estes movimentos sociais e as universidades parceiras.

Na zona da Mata mineira, o projeto se realiza em dois assentamentos: o Olga Benário, que fica no município de Visconde do Rio Branco, possuindo cerca de 1.000 hectares de terra, com 30 famílias assentadas; e o Dênis Gonçalves, na cidade de Goianá, com 4.683 hectares, com 155 famílias assentadas.

Este artigo traz reflexões relacionadas às ações desenvolvidas em torno da transição agroecológica nos assentamentos da Zona da Mata Mineira, tendo como objetivo central analisar como esta metodologia vem se construindo na região, os resultados alcançados e as contribuições ao fortalecimento da reforma agrária popular.

### **Reforma agrária e agroecologia: dimensões e processos de transição produtiva, social e política em assentamentos de reforma agrária do MST.**

A luta pela reforma agrária é histórica no Brasil, onde podemos destacar as Ligas Camponesas, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul, dentre muitas outras. Herdeiro de lutas anteriores, o MST foi se construindo através das ocupações de terra, realizadas no fim dos anos de 1970, que contaram com apoio de diversas organizações da sociedade civil, em especial, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ainda no período da ditadura civil-militar. Fundado em 1984, no processo de redemocratização, o MST tornou-se o maior representante da luta pela terra e pela reforma agrária de nosso país, e hoje é considerado um dos maiores movimentos sociais do mundo. Esta luta histórica do MST ao longo de mais de 40 anos de existência, passa por diversas fases, de organização, enfrentamento à violência do latifúndio, à criminalização, e de busca de reconhecimento e apoio da sociedade, especialmente, das organizações da sociedade civil da classe trabalhadora, do campo e da cidade.

A atual fase do capital vêm se expressando através da hegemonia do capital financeiro e de nível internacional, ampliando seu domínio sobre os bens da natureza, e trazendo consequências destrutivas para a agricultura, através do controle exercido pelas empresas transnacionais e pelo capital financeiro (Stédile, 2013). Esta realidade imposta, desafia as organizações camponesas a construir alternativas anticapitalistas, a partir das próprias contradições que se apresentam neste modelo de agricultura capitalista (Stédile, 2013). A modificação genética de sementes e o uso de agrotóxicos, são exemplos destas contradições, sobre as quais se levantam diversas lutas sociais no campo e na cidade.

Neste sentido, o MST apresenta à sociedade brasileira, no seu último congresso nacional de 2014, a proposta de reforma agrária popular, com o seguinte lema: lutar, construir reforma agrária popular. Os elementos fortalecedores do caráter popular da reforma agrária do MST, demandam uma construção concreta e coletiva de toda a classe trabalhadora, do campo e da cidade, a partir da ampliação de alianças estratégicas. A reforma agrária popular também traz a agroecologia como uma nova matriz produtiva.

Os parâmetros das mudanças propostas pela reforma agrária popular significam reorganizar os bens da natureza e a produção agrícola, para, em

Realização:



Apoio:



primeiro lugar, produzir alimentos saudáveis para todo o povo. Produzir com base na matriz da agroecologia, em equilíbrio com a natureza e sem o uso de venenos agrícolas. Implementar agroindústrias na forma de cooperativas, para beneficiar os alimentos e aumentar a renda dos trabalhadores do campo (MST, 2013, p. 42).

A reforma agrária popular ao adotar a agroecologia, amplia sua perspectiva produtiva e política, ao abranger novas relações entre os seres humanos com a natureza, no sentido de criar processos em torno da reapropriação social da natureza, se opondo à apropriação privada pelo capitalismo.

Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de co-produção homem e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar e promover a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza. Os camponeses trabalhadores do campo e povos tradicionais (indígenas extrativistas, quilombolas) têm sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto à agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direto ao capital (MST, 2013, p. 46).

A afirmação da agroecologia na reforma agrária popular, passa necessariamente por processos de transição agroecológica, que se relacionam com a produção, circulação e consumo dos alimentos, direcionados para a busca da segurança e soberania alimentar. Assim, os sujeitos coletivos que vão operar esta transição têm importância fundamental.

Schimit (2009) analisa no Brasil, a contribuição dos camponeses e populações tradicionais, que construíram um saber em estreita relação com a natureza, uma vez que a mesma é condição para sua reprodução econômica e social, considerando-os como capazes de gerir e preservar os recursos naturais. E por isto, nos processos de transição, os camponeses devem ser considerados interlocutores, a partir de seu saber popular, com o saber construído pela ciência, de modo que seja possível se chegar a novos conhecimentos, a partir de formas participativas e dialógicas, sobre o manejo e gestão dos recursos naturais.

A transição agroecológica não se trata de uma conversão para agricultura orgânica, pois não se limita a fazer apenas a substituição de insumos sintéticos por orgânicos, mas engloba tanto mudanças nos princípios de manejo, através de processos ecológicos, quanto mudanças de postura dos sujeitos e de concepções de trabalho, de produção e da relação ser humano/natureza). Não há modelo único a ser seguido para a transição agroecológica, mas inspirações, experiências e trocas de saberes populares e científicos. Tampouco há um pacote tecnológico de transição agroecológica. Porém é indispensável que a transição trabalhe a fertilidade do solo, como nos ensina Ana Primavesi (2002), e também contemple processos sociais, de trabalho cooperados e autogestionados, as relações de gênero, de geração, relações culturais, de identidade e de classe.

Nos processos de transição agroecológica, as tecnologias sociais desempenham um papel de grande relevância, pois contemplam formas de construção social através da criação, desenvolvimento e gestão de tecnologias orientadas a resolver problemas sociais e ambientais, gerando dinâmicas sociais e econômicas realmente sustentáveis. Devem ser capazes de solucionar algum problema social e que atenda aos critérios de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e geração de impactos sociais (Thomas, 2009).

Mas esta transição tem perspectivas mais amplas, e Sevilla Guzmán (2011) é assertivo de que estes processos de transição devem considerar as dimensões ecológico-produtiva, socioeconômica e cultural e a dimensão política de transformação social, potencializando a promoção de mudanças mais significativas no campo e na

Realização:



Apoio:





sociedade, que ultrapassem o agroecossistema e a construção de um novo sistema agrário, para fundamentar possibilidades de transformações societárias. Estas perspectivas trazidas por Guzmán (2011) se situam nos debates sobre as origens da agroecologia, no pensamento marxista e libertário, a partir de diversas contribuições, especialmente de Marx (1984).

Como veremos a seguir, esta metodologia social de transição agroecológica de Camponês a Camponês, contempla estes processos mais amplos e a criação de tecnologias sociais, nos assentamentos do MST em Minas Gerais.

### **A metodologia camponês a camponês e o desenvolvimento de processos de transição agroecológica na Zona da Mata Mineira.**

A Metodologia Camponês a Camponês, de acordo com Sosa et al. (2013), possui princípios construídos para serem realizados conjuntamente com as próprias famílias camponesas, com pesquisadores e demais técnicos envolvidos enquanto parceiros, com atuação horizontal, seguindo demandas que surgem com o desenvolvimento do processo de transição agroecológica. Além disso, busca impulsionar a auto-organização dessas comunidades camponesas, proporcionando a formação de um modelo de produção, que supere os desafios socioambientais postos pelo agronegócio, por meio do manejo ecológico dos bens da natureza, com a implementação de propostas participativas e de alternativas para a produção e circulação dos produtos, visando à promoção da segurança e da soberania alimentar tanto no campo, quanto na cidade.

Os sujeitos fundamentais desta metodologia, são os Promotores ou Promotoras, e os Facilitadores ou Facilitadoras. Os promotores/as são aqueles camponeses que possuem ampla experiência agroecológica e a coloca em prática nos seus lotes, e como educadores/as, auxiliam no avanço da agroecologia de um território realizando oficinas e promovendo intercâmbios. Já os facilitadores, ajudam a organizar os processos coletivos formativos, mapear o território, identificar os promotores, as práticas mais ou menos difundidas, organizar os mutirões ou outras ferramentas coletivas de troca de saberes.

O desenvolvimento do método se inicia com o autorreconhecimento dos recursos agroecológicos da região analisada, com a apreensão dos conhecimentos camponeses de produção, por meio da coleta de dados e a análise dos saberes agroecológicos dos/as camponeses/as, o manejo das práticas de produção e de técnicas agroecológicas. A identificação dessas atividades é uma etapa investigativa e formativa, um processo que deve ser participativo e com abertura para o diálogo visando ao fortalecimento da Cooperativa dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Camponesa (Coopertrac - MST), dando suporte e assistência técnica para às famílias acampadas e assentadas na implementação da agroecologia na produção, por meio da realização de oficinas de troca de saberes e capacitação.

No Encontro Regional da Zona da Mata do MST, em julho de 2024, é fundada a Frente de Massificação de Agroecologia, composta por um coletivo de militantes desta regional, tendo como atribuição trabalhar com os agricultores e agricultoras no sentido de mapear e valorizar as experiências agroecológicas por eles e elas já consolidadas; fomentar novas experiências a partir da troca entre as famílias assentadas; realizar oficinas; intercâmbios e encontros regionais.

A partir da observação crítica dos territórios de assentamentos de reforma agrária da região, a frente constata a urgência de trabalhar com a recuperação de pastagens, compreendendo que a atividade leiteira é central para as famílias assentadas, porém, muito limitada no sentido de práticas agroecológicas. Neste sentido, vem sendo consolidado com o grupo de produtores de leite na regional, ciclos de

Realização:



Apoio:



intercâmbios voltados para agroecologia na criação animal. Com o coletivo dos “bananeiros”, produtores de banana, e produtores de hortifruti em geral, vêm sendo construídas atividades específicas, aberto a todos e todas, e que contempla um mutirão mensal em cada lote, trocando experiências nessas linhas de produção e fomentando o desenvolvimento de sistemas agroflorestais. O assentamento Dênis Gonçalves conta com o Nucampo, um coletivo da juventude organizado na escola da área, que produz compostagem e biofertilizante, e está sempre presente nos espaços formativos, fomentando a discussão da transição agroecológica e garantindo a participação da juventude rural.

A reflexão proposta no presente trabalho se dedica a analisar como a metodologia Camponês a Camponês vem se desenvolvendo na Zona da Mata mineira, através das parcerias realizadas pelo MST junto às universidades, construindo o conhecimento agroecológico, a partir do diálogo entre os saberes populares e os saberes científicos, propiciados pelo desenvolvimento do projeto apresentado neste artigo. É importante destacar que toda a estrutura organizativa do MST busca a consolidação de novas relações sociais e humanas, e seu projeto político expresso na Reforma Agrária Popular, coloca a agroecologia como matriz produtiva e política, enfrentando as mazelas sociais produzidas pela relação que o capital estabelece na relação sociedade e natureza.

No processo de construção desta experiência em Minas Gerais, e como parte desta metodologia, vem sendo utilizadas as seguintes ferramentas: seminários inter-regionais sobre o método; círculos de cultura; encontros para implementação e avaliação dos passos iniciais de formação de Promotoras/es e Facilitadoras/es Agroecológicos; um exercício de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e a aplicação do questionário de Bannes<sup>445</sup>. Também estão sendo implementadas duas tecnologias sociais, os desidratadores solares e as biofábricas. Como vimos anteriormente, estas tecnologias sociais são essenciais para potencializar os processos de transição agroecológica nos territórios, são simples e de fácil aprendizado e utilização, além de possuírem baixo custo. Os desidratadores solares atendem à necessidade de conservação e maior durabilidade de legumes e frutas, por exemplo, muitas vezes perdidos no processo de produção e consumo, principalmente as frutas de estação. Isto além de conservar estes alimentos por mais tempo, também evita a perda e o desperdício. E as biofábricas são muito importantes na produção de insumos que potencializam a produção e a defesa dos plantios de culturas, a partir de técnicas agroecológicas de controle biológico e inoculação de sementes, por exemplo.

O Seminário Inter-regional sobre a Metodologia Camponês a Camponês e a Territorialização da Agroecologia e o Encontro Regional de implementação da Metodologia Camponês a Camponês, foi realizado no Assentamento Olga Benário, em conjunto com o assentamento Denis Gonçalves, com a participação de 40 assentados. Foram apresentadas as ferramentas do método, o DRP, o questionário de Bannes, os intercâmbios, oficinas e os papéis de promotores, facilitadores e coordenadores. Tais ferramentas colocam desafios à sua apropriação, contribuindo no processo de sistematização, multiplicação e avanço da transição agroecológica.

De acordo com a metodologia proposta, analisando os dados, falas e experiências vivenciadas, foi possível visualizar e compreender, no que diz respeito ao questionário de Bannes, que as práticas agroecológicas mais conhecidas no assentamento Olga Benário, contemplam: a adubação com esterco (20 conhecem e/ou praticam), controle de erosão (17 conhecem e/ou praticam) e cobertura seca no solo (17

<sup>445</sup> O Questionário de Bannes é uma lista de práticas agroecológicas que mapeia as práticas mais conhecidas pelos camponeses, auxiliando na identificação de possíveis promotores e facilitadores.

Realização:



Apoio:



conhecem e/ou praticam). As mais desenvolvidas no assentamento Denis Gonçalves são: a compostagem (12 conhecem e/ou praticam), a adubação com esterco (12 conhecem e/ou praticam) e a rotação de cultivo (11 conhecem e/ou praticam). Essa ferramenta possibilitou sistematizar dados e identificar os agricultores que podem realizar oficinas de certa prática, ou se existe a necessidade de um técnico para ajudar com alguma oficina específica, que a área ou região precisa. Importante destacar a participação feminina neste projeto, pois o trabalho nos quintais produtivos demonstra que já possuem extenso conhecimento agroecológico e uma maior tendência a compartilhar os saberes tradicionais, de forma horizontal com a troca de saberes.

A análise dos DRPs realizados coletivamente nos encontros, reforça a compreensão das principais linhas produtivas da região, bem como dos avanços e desafios enfrentados no trilhar da transição agroecológica. A visita aos lotes para se realizar um DRP nos possibilita reconhecer, também, agricultores e agricultoras promotoras ou promotoras capazes de receber, por exemplo, intercâmbios agroecológicos, que impulsionam a troca de saberes em alguma técnica ou prática específica. Foram identificados na Zona da Mata Mineira, 4 promotores até o momento com experiências agroecológicas significativas nas linhas do leite, feijão e hortaliças. Como facilitadores, atuam os militantes da Frente de Massificação da Agroecologia.

Os DRPs e os dados gerados pelo questionário de Bannes são, portanto, ferramentas coletivas de construção do conhecimento agroecológico, e podem indicar, quando analisadas em conjunto, as ações que serão propostas para o avanço da transição agroecológica nas áreas. Ao longo dos encontros propostos pelo projeto, no qual a Frente de Massificação da Agroecologia da Zona da Mata/MG esteve sempre presente e representada, foi possível projetar novas ações, refletir e qualificar as metodologias atualmente utilizadas, e também ampliar os saberes agroecológicos em diálogo constante com as universidades, técnicos e demais sujeitos envolvidos.

É importante ressaltar que as experiências fomentadas pela Frente se deram e se dão independente da relação com as universidades, compreendendo que é parte da organicidade construída na própria regional e, portanto, suas ações têm independência e se articulam para além do âmbito do projeto de extensão/pesquisa citado neste trabalho. Historicamente, instituições de ensino superior na Zona da Mata mineira, como a UFJF e a UFV se apresentam como importantes parceiras na luta pela reforma agrária popular. Disputar espaços de construção de conhecimento científico a partir dos saberes populares se coloca como um dos desafios do nosso projeto de construção de sociedade. O fortalecimento do projeto citado neste trabalho e as demais experiências realizadas junto às universidades, mas protagonizadas pela Frente de Agroecologia da Zona da Mata mineira, qualificam a nossa concepção e estratégia de massificação da agroecologia, a partir da metodologia Camponês a Camponês.

## Conclusão

O desenvolvimento desta experiência de transição agroecológica num estado de enorme dimensão como Minas Gerais, traz grandes desafios operacionais, como a organização de encontros e atividades presenciais nos territórios de reforma agrária, a participação de assentados e assentadas de todas as regiões. Não há como pensar a massificação da agroecologia em tal contexto se não forem desenvolvidas ferramentas locais para a aplicação das metodologias propostas. Só se pode avançar na transição agroecológica com as famílias assentadas envolvidas estruturalmente no processo, e portanto, é preciso que as estruturas orgânicas sejam tanto estaduais, mais principalmente, regionais e locais.

Cada assentamento vem se organizando para ter sujeitos ou coletivo(s) de sujeitos militantes, imbricados na tarefa de organizar o território localmente, através de círculos de culturas, mutirões, intercâmbios, reuniões, trocas de experiências, visitas aos lotes,

Realização:



Apoio:



enfim, um conjunto de ferramentas próprias que sejam identificadas como adequadas para aquele momento naquela área. É a partir do olhar local e a apropriação dos desafios e potencialidades de cada área, que podemos desenvolver os passos da metodologia Camponês a Camponês, avançando gradualmente na massificação da agroecologia. A sistematização do conjunto destas experiências a nível estadual e até mesmo nacional, é uma tarefa necessária ao MST para dar coesão às múltiplas e específicas formas de aplicação da metodologia Camponês a Camponês.

Para tanto, a contribuição do presente projeto de extensão/pesquisa desenvolvido em parceria com as instituições anteriormente explicitadas, pode contribuir na materialização de sínteses das experiências realizadas nas 6 regionais onde vem atuando. A aliança fértil entre movimento social e academia vem permitindo construir e avaliar coletivamente as experiências, criar sínteses e trazer de forma concreta, dados e observações fundamentais para que o MST possa, no estado de Minas Gerais, avançar na construção de metodologias que unifiquem e instrumentalizem a militância na indispensável e urgente massificação da agroecologia.

## Referências

GAIA, Marília Carla de Mello; ALVES, Marcelo João. Transição agroecológica. *In*: DIAS et al. **Dicionário de agroecologia e educação**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ, 2021.

MARX, Karl. **O capital**. v. 1, tomo 2. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

MST. **Programa agrário do MST**: texto em construção para o VI Congresso Nacional. 3ª ed. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, set. 2013. Disponível em: <<https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MST. Proposta de Reforma Agrária Popular do MST. *In*: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo**: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2002.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário**. La Paz: Plural Ed.; AGRUCO, 2011.

SCHIMITT, Claudia Job. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. *In*: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés (org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 177-203.

SOSA, Braulio Machín et al. **Revolução agroecológica**: O movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

STÉDILE, João Pedro. Tendências do capital na agricultura. *In*: STÉDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil**: o debate da década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Realização:



Apoio:



THOMAS, Hernan. Tecnologías para la inclusión social e políticas públicas en América Latina. In: OTERLOO, A. *et al.* (org). **Tecnologias sociais**: caminhos para a sustentabilidade. Brasília: RTS, 2009.

## **TERRITÓRIOS EM DISPUTA:** conflitos socioambientais da mineração no Brasil e na Argentina

Maria Eduarda Moreira de Almeida<sup>446</sup>

Laisla Camile dos Reis Mariano<sup>447</sup>

Matheus José Costa Fernandes<sup>448</sup>

Frederico Daia Firmiano<sup>449</sup>

**Resumo:** O artigo analisa os conflitos territoriais gerados pela mineração na América Latina, com foco nos casos de Uspallata (Argentina) e no distrito de Antônio Pereira (Brasil). A partir do conceito de neoextrativismo, discute-se como a expansão da mineração ameaça territórios, modos de vida e recursos naturais. O texto evidencia a atuação do Estado na legitimação desses projetos e a formação de zonas de sacrifício, mas também destaca a resistência popular frente às investidas do capital, reafirmando a centralidade das lutas territoriais na construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva da natureza.

**Palavras-chaves:** Mineração, Neoextrativismo, Uspallata/Argentina, Antônio Pereira/Brasil.

**Abstract:** This article analyzes the territorial conflicts generated by mining in Latin America, focusing on the cases of Uspallata (Argentina) and the district of Antônio Pereira (Brazil). Based on the concept of neo-extractivism, the article discusses how the expansion of mining threatens territories, ways of life, and natural resources. The text highlights the role of the State in legitimizing these projects and the formation of sacrifice zones, but also highlights popular resistance to the capital's attacks, reaffirming the centrality of territorial struggles in the construction of alternatives to the development model based on the intensive exploitation of nature.

**Keywords:** Mining, Neo-extractivism, Uspallata/Argentina, Antônio Pereira/Brazil.

## **Introdução**

<sup>446</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Integrante do Grupo de Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Crise do capital, do CNPq. Bolsista de Iniciação Científica da FAPESP (processo no 2024/03375-0). Email: maria.m.almeida@unesp.br

<sup>447</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Integrante do Grupo de Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Crise do capital, do CNPq. Bolsista Cope Conecta. Email: lc.mariano@unesp.br

<sup>448</sup> Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Integrante do Grupo de Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Crise do capital, do CNPq. Bolsista de Iniciação Científica da FAPESP (processo no 2024/ 03453-0). Email: matheus.jc.fernandes@unesp.br

<sup>449</sup> Doutor em Ciências Sociais pela FCLar/UNESP. Professor Assistente Doutor do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas da Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais -, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas (UNESP) e líder do Grupo de Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Crise do capital, do CNPq. E-mail: f.firmiano@unesp.br

Realização:



Apoio:





A América Latina, ao longo dos séculos, tem desempenhado um papel central na divisão internacional do trabalho como fornecedora de matérias-primas, frequentemente sendo objeto do processo global de saque e extração de recursos ecológicos e naturais dos países centrais e desenvolvidos. No século XXI, esse papel se intensificou com a ascensão do neoextrativismo (Gudynas, 2009; Svampa, 2013), um modelo de exploração dos recursos naturais que perpetua o “Consenso dos *Commodities*”, priorizando a exportação de bens primários - como minérios, petróleo e soja -, mas agora com a participação ativa do Estado, seja em sua modalidade “conservadora” ou “progressista”, como chamou Gudynas (2009) e com o discurso de que essa exploração acarreta benefícios sociais, a partir de investimentos públicos. No entanto, a literatura latinoamericana tem destacado como esse modelo mantém a dependência econômica e provoca sérios impactos sociais e ambientais (Svampa, 2019).

Essa lógica de exploração impõe um modelo de acumulação por despossessão, nos termos de David Harvey (2004), em que populações são expulsas de seus territórios, perdem seus meios de vida e têm seus saberes desvalorizados em nome do progresso e da inserção nos mercados globais. Recentemente, a atividade de mineração tem ilustrado sobremaneira este modelo que também tem refletido o intenso processo de crise civilizatória do capital, o qual, no Brasil, a partir da década de 1980, se manifesta através da progressiva financeirização econômica, da abertura do mercado para a valorização de capital estrangeiro, para a conversão da economia em fornecedora de commodities para o mercado internacional (Firmiano, Teixeira, 2024).

A atividade de mineração altera profundamente as relações sociais e ecológicas locais, seus impactos não se limitam somente ao meio ambiente, pois afetam também os laços comunitários, a saúde das pessoas e a autonomia dos povos, como tem ficado evidente em extensa literatura. Firmiano (2021), em um panorama dos conflitos pela mineração no ano de 2019, dialoga com a pesquisa realizada por Coelho (2019 *apud* Firmiano, 2021) em Conceição do Mato Dentro (MG), na qual foram perceptíveis, além do receio quanto à barragem instalada em suas proximidades, o aumento da violência, a precarização do ar e da água, a alteração da rotina e subsistência local. Zhouri (2023), de modo similar, discorrendo acerca da identificação de atingidos e de locais afetados por grandes projetos mineiros e desastres destes provenientes, argumenta que mesmo os habitantes que não são deslocados fisicamente, removidos de suas residências, permanecendo nas zonas de autossalvamento e adjacentes, passam pelo chamado deslocamento *in situ*, ou seja, pela eliminação sistemática de elementos familiares, afetivos, naturais que constituem seu modo de vida, processo que é intensificado por uma análise topográfica meramente quantitativa, que desconsidera a estrutura de municípios e o relevo onde determinadas moradias se encontram.

Tais fenômenos podem ser relacionados ao conceito de minério-dependência, proposto por Coelho (2020), ou seja, a invasão das demandas de corporações e das flutuações de mercado por commodities em cidades onde há extração de minérios, o que provoca o desmonte de outras formas de desenvolvimento econômico em favor da mineração, seja pela degradação da natureza ou pela eliminação de postos de trabalho tradicionais voltados a outros setores, sem a devida comunicação com os cidadãos. Além do mais, os efeitos negativos da mineração atingem com mais força especificamente populações historicamente vulnerabilizadas - como povos indígenas, comunidades tradicionais e moradores de áreas marginalizadas -, (Acselrad *et al*, 2009), sujeito que se tornam objeto de racismo ambiental, vivendo verdadeiras zonas de sacrifício do capital.

Esses sujeitos enfrentam, ao mesmo tempo, a degradação de seus territórios e a negação de seus direitos, sendo frequentemente excluídos das decisões que afetam

Realização:



Apoio:



suas vidas, uma vez que, mesmo em um contexto político caracterizado por forças progressistas, como no caso dos governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil, ainda paira uma mentalidade que justifica a exploração desmedida dos territórios e pretere povos tradicionais (Zhour, 2022). Assim, os conflitos que surgem nesses contextos não são simples divergências, mas refletem disputas profundas sobre os sentidos do território, da natureza e do desenvolvimento (Acsegrad, 2004). Nesta comunicação visamos discutir os conflitos territoriais da mineração na América Latina, em particular, um caso no Brasil e outro na Argentina que guardam similares, no contexto do neoextrativismo latinoamericano, e distâncias, em razão de suas peculiaridades históricas.

### **Conflitos territoriais na Argentina: o caso de Mendoza**

O Estado provincial de Mendoza, na Argentina, desde meados do século XIX, estruturou uma identidade baseada na concentração de recursos hídricos nos oásis de irrigação, na vitivinicultura em larga escala. Nesse território árido, com precipitações anuais de chuva inferiores a 100 mm em diversas regiões, a água superficial foi direcionada prioritariamente aos oásis irrigados, marginalizando outras áreas e populações (Saldi *et al.*, 2014). Esse modelo consolidou uma dicotomia socioespacial, na qual o "oásis" é associado à modernidade, à ciência e ao desenvolvimento, enquanto o "deserto" é vinculado ao atraso, à tradição e à improdutividade (Escolar *et al.*, 2012; Wagner, 2011). Essa lógica não apenas orientou as práticas econômicas e territoriais históricas, como persistiu no tempo, especialmente nos debates em torno da instalação de megaprojetos de mineração a céu aberto. Em uma província marcada pela escassez hídrica, tais projetos são percebidos como ameaças aos recursos naturais, aprofundando disputas e conflitos sobre o uso da água (Saldi *et al.*, 2014).

A resistência à mineração em Mendoza não é recente. Desde 2003, a província registra mobilizações contra a mineração, iniciadas em San Carlos, que impediram projetos próximos à *Reserva Natural Laguna del Diamante* (Wagner; Giraud, 2011). Apesar da resistência, o projeto *Potasio Río Colorado (PRC)*, da brasileira Vale S.A., foi aprovado em 2009, prevendo alta demanda de recursos e impactos ambientais, como uma enorme pilha de sal e uso intensivo de energia, água e gás, em troca de poucos empregos e baixos royalties (Wagner; Giraud, 2011). Essa articulação culminou na fundação da *Asamblea Mendocina por el Agua Pura (AMPAP)* e da *Asamblea Popular por el Agua del Gran Mendoza*, movimentos fundamentais, cujas lutas redundaram na conquista da Lei 7.722, de 2007, que proibiu o uso de substâncias tóxicas na mineração (Cf. Argentina, 2007).

Apesar da Lei, os conflitos não cessaram. Outro caso, o projeto San Jorge, localizado a 40 km de Uspallata, também tornou-se emblemático. A partir de 2008, a canadense Coro Mining manifestou interesse na exploração de cobre no Cerro San Jorge, intensificando os embates socioambientais. Mesmo sob vigência da Lei 7.722, a empresa argumentou que seu método não utilizaria substâncias tóxicas, e chegou a questionar judicialmente a constitucionalidade da legislação (Wagner; Giraud, 2013). A mobilização em Uspallata rapidamente ganhou força. As *Asambleas* locais, junto à *AMPAP*, liderou ações massivas, como a grande manifestação de dezembro de 2009 contra a mineração e em defesa da lei. Em outubro de 2010, uma audiência pública reuniu cerca de 2.000 pessoas, na qual 77% dos moradores de Uspallata e 69% dos participantes de outras localidades rejeitaram o projeto (Wagner; Giraud, 2013). Apesar da forte oposição, a mídia tentou apresentar o debate como equilibrado, ocultando que a rejeição popular era três vezes maior do que o apoio. Entre os que apoiavam o projeto, predominava a expectativa de empregos e desenvolvimento econômico. Contudo, essa promessa se revela frágil, como destacaram Araóz *et al.* (2011).

Realização:



Apoio:



Mesmo diante de mais de 14.000 assinaturas contrárias, o governo provincial concedeu a *Declaración de Impacto Ambiental (DIA)* em janeiro de 2011. A decisão provocou uma onda de manifestações, incluindo uma marcha de 3.000 pessoas à Legislatura e outra ainda maior durante a *Fiesta Nacional de la Vendimia*<sup>450</sup>. Sob pressão popular e em um contexto eleitoral, a Legislatura rejeitou por unanimidade a *DIA* em agosto de 2011, barrando o projeto (Wagner; Giraud, 2013). Entretanto, a Coro Mining tentou alternativas, como transformar San Jorge em um projeto biprovincial, extraíndo o minério em Mendoza e processando-o em San Juan, onde o uso de ácido sulfúrico é liberado. Além disso, a empresa ameaçou processar o governo mendocino e a Oikos Red Ambiental<sup>451</sup>. Em contrapartida, as *Asambleas* intensificaram sua mobilização, realizando uma campanha que recolheu mais de 35.000 assinaturas contra a mineração. Ao final de 2011, a Legislatura encerrou definitivamente o projeto, amparada em falhas no *Informe de Impacto Ambiental (IIA)* e na forte pressão social (Wagner; Giraud, 2013).

Atualmente, o Projeto San Jorge, repaginado como PSJ Cobre Mendocino, voltou ao centro dos debates na província, após a apresentação de um novo *Informe de Impacto Ambiental (IIA)*, protocolado pela empresa em janeiro de 2025. A proposta inclui atualizações técnicas e um discurso alinhado à “sustentabilidade”, buscando demonstrar adequação à Lei 7.722. Este relançamento ocorre após mais de 15 anos de paralisação, e a empresa busca enquadrar o projeto no *Régimen de Incentivo para Grandes Inversiones (RIGI)*, destacando um investimento estimado em 559 milhões de dólares, além de compromissos com processos “secos”, ou seja, sem utilização de água no beneficiamento<sup>452</sup>. O procedimento formal de avaliação ambiental teve início em 12 de fevereiro de 2025, por meio da *Resolución Conjunta N° 51/25 de la Dirección de Minería e 10/25 de la Dirección de Protección Ambiental*, que autorizou o avanço do processo. Desde então, a *Comisión Evaluadora Interdisciplinaria Ambiental Minera (CEIAM)* tem conduzido reuniões técnicas, inspeções em campo e a análise do *IIA* apresentado.

Por outro lado, o relançamento do projeto reativou imediatamente a mobilização popular. Organizações ambientais e *Asambleas* de Uspallata e da Grande Mendoza voltaram às ruas com manifestações massivas. Slogans como “El Agua de Mendoza no se negocia” e “No a la Mina San Jorge” dominaram os protestos, reforçando a histórica defesa do território e da água. Os movimentos denunciam que, apesar das audiências públicas e dos canais de diálogo promovidos pelo governo e pela empresa, a comunidade não concedeu a licença social, essencial para a continuidade do projeto<sup>453</sup>. Além das manifestações, houve episódios de criminalização da resistência, incluindo detenções dos ativistas históricos Federico Soria e Mauricio Cornejo<sup>454</sup>. Isso

<sup>450</sup> La época de Vendimia en Mendoza es una de las temporadas turísticas más importantes que tiene la provincia. Todo gira en torno a la Fiesta Nacional de la Vendimia, el gran homenaje a la vitivinicultura y a sus trabajos. Los festejos comienzan en enero y se extienden hasta el primer fin de semana de marzo, finalizando con el Acto Central espectáculo que se realiza en el teatro griego “Frank Romero Day” a cielo abierto, enclavado en el pedemonte de la Precordillera de los Andes, donde participan más de 1000 artistas en escena. El espectáculo culmina con la elección de la Reina Nacional de la Vendimia que representa a la provincia durante un año” Disponível em: <https://mendoza.tur.ar/productos/vendimia/> Acesso em: 15 abr. 2025

<sup>451</sup> Es una Asociación Civil que se dedica a la defensa del ambiente a través de estrategias como el monitoreo de políticas públicas, el acceso a la justicia y la información ambiental. Propende a que los ciudadanos se comprometan en la temática ambiental y al mismo tiempo de sensibilizarse, se movilicen en defensa de sus derechos. Disponível em: <https://oikosredambiental.org/inicio.php> Acesso em: 16 abr. 2025.

<sup>452</sup> Disponível em: <https://www.mendozapost.com/economia/psj-cobre-mendocino-presento-un-nuevo-informe-de-impacto-ambiental/> Acesso em: 21 jun 2025.

<sup>453</sup> Disponível em: <https://www.laizquierdadiario.com/El-pueblo-de-Uspallata-le-volvio-a-decir-NO-a-la-minera-San-Jorge> Acesso em: 21 jun 2025.

<sup>454</sup> Disponível em: <https://www.laizquierdadiario.com/Mas-de-160-organizaciones-exigen-la-libertad-de-los-ambientalistas-Federico-Soria-y-Mauricio> Acesso em: 21 jun 2025.

Realização:



Apoio:



evidencia não apenas os conflitos territoriais, mas também a crescente tensão social e política em torno da mineração na província.

### **O complexo ferrífero de Ouro Preto: a “zona de auto risco de morte” do distrito de Antônio Pereira**

Minas Gerais, berço histórico da mineração, honra plenamente o significado de seu nome. Desde o início da colonização portuguesa, no século XVI, o território mineiro vem sendo explorado, tendo sua trajetória profundamente marcada pela extração de recursos minerais. Desde a descoberta do ouro, o estado passou a figurar em posição de destaque na economia brasileira, consolidando-se como um dos principais pólos produtivos do país. A descoberta de ouro no final do século XVII transformou radicalmente a região, atraindo milhares de pessoas em busca de riquezas e dando origem às primeiras vilas e cidades que hoje compõem o patrimônio histórico mineiro. É notável como a mineração se fez presente desde o período colonial e refletiu um papel historicamente imposto ao Brasil, bem como ao restante da América Latina, caracterizado pela exploração de recursos naturais e do trabalho, inicialmente escravizado e atualmente precarizado (Bertollo, 2021). No entanto, é na transição entre os séculos XX e XXI que “se conforma a partir de um novo padrão de reprodução do capital, o padrão exportador, em contexto de mundialização do capital e sob o domínio cada vez mais expressivo das economias/nações imperialistas” (Bertollo, 2021, p. 462).

Atualmente, a pressão internacional por recursos minerários, auxiliada por uma legislação voltada à gestão da natureza que, embora considerada pioneira em sua estrutura e participação popular em instâncias deliberativas, como a trajetória de formação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Lei Nº 11.903/95), órgão responsável por institucionalizar o que se conhece como licenciamento ambiental, não eliminou a primazia da pauta extrativista, expõem Iorio, Magno e Umbuzeiro (2022). Assim, é possível afirmar que, a nível estadual, a escalada do interesse por diferentes recursos minerais determinada historicamente, combinada com uma governança ambiental permissiva podem ter relevância para a incidência de conflitos.

Antônio Pereira, distrito que se localiza a 26 km de Ouro Preto, apresenta um exemplo emblemático da relação histórica e contínua entre comunidades locais e a atividade minerária no Brasil. A história minerária de Antônio Pereira começou em 1693 com a chegada do bandeirante português Antônio Pereira Machado, que deu origem ao povoado inicialmente chamado de “Bom Fim do Mato Dentro”. O potencial aurífero da região atraiu outros exploradores como Antônio Mateus Leme, Antônio Pompeu Tanques e o Padre João Inhaia, resultando na fundação de diversas minas importantes, incluindo as do Romão, Mata-Mata, Macacos, Manoel Teixeira e Capitão Simão. (Beserra; Camargo, 2022).

Atualmente, Antônio Pereira enfrenta os desafios da mineração industrial moderna. É conhecido por sofrer pela exploração agressiva de recursos ambientais, realizadas pelos garimpos ilegais e mineradoras. Com uma longa história e uma rica cultura, o distrito resiste aos atravessamentos e violações da mineração predatória. Localizado nas proximidades de Mariana, encontra-se a menos de 40 quilômetros de Bento Rodrigues. Contudo, não é apenas a proximidade geográfica que conecta este distrito às localidades devastadas pelos rejeitos tóxicos da mineração. A comunidade de Antônio Pereira também vivencia o luto pela perda de dois de seus moradores em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão.

Mateus Márcio Fernandes, de 29 anos, foi arrastado pela enxurrada de rejeitos e teve seu corpo localizado apenas três semanas após a tragédia. Cláudio Fiuza, de 40 anos, foi auxiliado por colegas de trabalho após sofrer um mal súbito enquanto tentava escapar da lama no dia do rompimento, porém não sobreviveu ao ocorrido.

Realização:



Apoio:





O município está à jusante da barragem “Doutor”, que está sob a posse da empresa Vale S.A, construída em 2001, destinada ao armazenamento de rejeitos da flotação de minério de ferro, tornou-se o epicentro das preocupações locais. Com capacidade para 35 milhões de metros cúbicos de rejeitos, esta estrutura passou a representar uma ameaça constante para a comunidade, especialmente após os desastres de Mariana em 2015 e Brumadinho em 2019, que expuseram a fragilidade e os riscos inerentes às barragens de mineração, forçando a suspensão das operações da Barragem do Doutor em março de 2019 (Beserra; Camargo; 2022)

Em Antônio Pereira, conforma-se, portanto, uma Zona de Autossalvamento (ZAS), que são territórios a jusante de uma barragem, sendo assim definidos, por não haver tempo para a chegada dos serviços e agentes de proteção civil em casos de acidentes. Por isso, para Senna (2023, p. 26), são “áreas de alto risco de morte”. As ZAS são definidas a partir do mapa de inundação, ou seja, considerando-se a possível área afetada por um rompimento de barragem. Isto, nos marcos da Lei de Segurança de Barragens, regulamentada pelo Decreto Federal no. 11.310/22, que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). (BRASIL, 2022; BRASIL, 2010). Mas conforme escreveu Senna (2023, p. 26):

Depois dos crimes de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) veio à público à Resolução ANM no. 4/2019, logo substituída pela Resolução ANM no. 13/2019, proibindo a construção de novas barragens a montante e exigindo o descomissionamento e a descaracterização das estruturas já existente construídas por este método. O processo de descomissionamento da barragem Doutor, iniciado em 2020, trouxe novos desafios para a comunidade de Antônio Pereira. A elevação do nível de emergência para grau 2 implicou na remoção compulsória de 588 moradores das Zonas de Alto Salvamento, áreas que seriam atingidas pela lama em caso de rompimento (Beserra; Camargo, 2022). Paralelamente, às obras de descomissionamento impactou diretamente na qualidade de vida dos moradores, o tráfego intenso de caminhões, necessário para a remoção dos rejeitos, gerou o que a população local denomina “tempestades de poeira”, afetando particularmente a saúde respiratória da comunidade. (Vasconcelos; Pereira, 2021 *apud* Beserra; Camargo, 2022).

O poder público municipal, dependente dos royalties minerários, demonstra uma postura omissa diante dos problemas comunitários, revelando a complexa teia de interesses que permeia a governança local. A população, por sua vez, não deixou de exercer pressão sobre aqueles que são responsáveis pelo silêncio em questão. Houveram mobilizações como o fechamento da rodovia MG – 129, durante o qual era reivindicada “a remoção de 25 famílias que estariam cadastradas como moradoras da área de risco, mas que ainda não haviam sido retiradas”, maior transparência na interlocução e acesso à informação, além da instituição e uma assessoria técnica independente (ATI) (Beserra; Camargo, 2022, p. 120) revelam; bem como o ato organizado em 2 de agosto de 2021, pelo centro histórico de Ouro Preto, por garimpeiros locais, “que tinha como objetivo reivindicar o direito de continuar o seu ofício, que inclusive é uma atividade histórica do local” (Beserra; Camargo, 2022, p. 120), visto que haviam sido impedidos pela Vale S.A de acessar postos de trabalho localizados no Rio Gualaxo do Norte e no Córrego da Água Suja (Jornal Voz Ativa, 2021 *apud* Beserra; Camargo, 2022). Em dezembro de 2022, a assessoria técnica independente requisitada iniciaria suas operações pelo Instituto Guaicuy, por 30 meses, considerada uma conquista pelos atingidos (Cruz, 2023).

Nota-se, ademais, que as manifestações e cobranças observadas têm a presença de diferentes entidades. Silva e Alves (2025) identificam que estão presentes os garimpeiros tradicionais supracitados, em especial a Comunidade Tradicional Garimpeira do Alto Rio Doce, o Grupo de Acolhimento de Antônio Pereira – Acalento, que identifica impactos psicológicos da proximidade à barragem, o jornal independente

Realização:



Apoio:





A Sirene, que denuncia práticas abusivas da corporação, dando voz à comunidade, a ATI supracitada, movimentos sociais e lideranças locais. Beserra e Camargo (2022), a seu modo, discorrem sobre o coletivo Mulheres Guerreiras, criado após o descumprimento de medidas preventivas contra a covid-19 nos despejos, o qual é responsável por atos em Ouro Preto, pelos quais foram hostilizadas pelo aparato policial, tendo seus métodos também questionados pela comunidade, segundo o relato da militante entrevistada Ana Carla Cota.

É importante destacar também o papel da Frente Mineira de Luta das Atingidas e dos Atingidos pela Mineração (FLAMa-MG), atuante na região, a qual, em 4 de fevereiro de 2025, organizou junto ao Instituto Guaicuy um protesto em frente ao Fórum de Ouro Preto, com apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em resposta a uma audiência que acontecia naquele momento, solicitada pela Vale contra mulheres ativistas de Antônio Pereira<sup>455</sup>. Além das manifestações, as estratégias destinadas a visibilizar as demandas dessa população incluem a participação em audiências públicas, a produção de um material midiático conscientizador e combativo, ações judiciais, participação em eventos religiosos, organização de abaixo-assinados e petições, adesão a reuniões e assembleias (Silva; Alves, 2025).

### Considerações finais

Uma análise comparativa entre os casos de Uspallata (Argentina), e Antônio Pereira (Brasil), evidencia como os conflitos territoriais provocados pela mineração assumem formas distintas a partir das especificidades históricas, culturais e políticas de cada território. Compartilham, no entanto, a mesma processualidade de expansão do capital sob o neoextrativismo.

Em Uspallata, onde não há tradição mineradora, a tentativa de implantação do projeto San Jorge encontrou uma comunidade organizada que, desde as primeiras tentativas de exploração, articulou uma resistência popular muito engajada. A mobilização das *Asambleas* culminou, ao longo dos anos, em importantes conquistas legais e políticas, como a aprovação da Lei 7.722/2007, que proíbe o uso de substâncias tóxicas na mineração em Mendoza (Escolar *et al.*, 2012). Essa legislação, aliada à força da mobilização social, conseguiu frear o avanço do projeto minerário, mesmo diante de sucessivas tentativas de reativá-lo por parte da empresa e do Governo Provincial (Wagner; Giraud, 2013). O caso mendocino, portanto, demonstra que, em contextos nos quais a mineração não está historicamente naturalizada, sendo possível contar com outras formas e atividades que diversificam a economia, há maior espaço, tempo e disposição para que a mobilização popular ocorra.

Em contrapartida, no distrito de Antônio Pereira, em que a mineração se faz presente desde o século XVII e teve grande influência para seu estabelecimento e expansão (Beserra; Camargo, 2022), a revolta popular que se apresenta, motivada pela valorização de outras maneiras de desenvolvimento econômico (Beserra; Camargo, 2022), entre os quais se encontra o garimpo tradicional (Beserra; Camargo, 2022; Silva; Alves, 2025), além dos medos e incertezas da população quanto à sua inserção nas ZAS (Cruz, 2022), é dificultada pois entra em confronto uma influência historicamente construída da Vale S.A sobre o território (Beserra; Camargo, 2022). As experiências do coletivo Mulheres Guerreiras também revelam que há discordâncias entre a população afetada quanto aos métodos de se organizar a revolta (Beserra; Camargo, 2022).

Dessa forma, pode-se dizer que Antônio Pereira se encontra, há séculos, dominada pela mineração extrativista, em um estado de minério-dependência (Coelho,

---

<sup>455</sup> FLAMa-MG e Instituto Guaicuy organizam ato em prol das mulheres de Antônio Pereira. Disponível em: <https://oliberalinconfidentes.com.br/ouro-preto/flama-mg-e-instituto-guaicuy-organizam-ato-em-pr-ol-das-mulheres-de-antonio-pereira/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



2018), em que são minadas não só a subsistência e tradições de seus habitantes, o que as atrai aos postos de emprego estipulados pela mineradora, mas também sua presença em instâncias deliberativas. O conflito em Uspallata, sobre o qual se debruçaram Wager e Giraud (2013), bem como Escolar *et al.* (2012), embora recente, constitui a revolta populacional a uma iniciativa que visa a instalação de uma mina a céu aberto e a desestruturação política, estrutural da economia vitivinicultora tradicional aliada a uma propaganda a qual visa a adesão quase compulsória da força de trabalho local. Assim, é evidente que também traz à tona o fato de que a Argentina, enquanto nação latinoamericana, se encontra subordinada ao papel imposto à região, de fornecedor de commodities e força de trabalho superexplorada (Bertollo, 2021) para personificações de um capital externo em necessidade de expansão (Firmiano, 2021).

## Referências

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ARAÓZ, Horácio Machado *et al.* **15 mitos y realidades de la minería transnacional en la Argentina**. Buenos Aires: El Colectivo: Herramienta, 2011.

ARGENTINA. Lei 7.722: **Prohibición de uso de sustancias químicas en procesos de extracción de minerales**. Mendoza, 2007. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/provincial/ley-7722-123456789-0abc-defg-227-7000mvorpyel/actualizacion>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BESERRA, Raphaella Karla Portes; CAMARGO, Pedro Luiz Teixeira de. O impacto da mineração no cotidiano das comunidades atingidas: o caso do distrito de Antônio Pereira em Ouro Preto – MG. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 24, n. 2, p. 109–125, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/71149>>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BERTOLLO, Kathiúça. A mineração extrativista em Minas Gerais: “ai, antes fosse mais leve a carga”. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 459-469, set./dez. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/k4XjkbLMdGHCbMFntGkwvnk/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 21 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº. 11.310**, de 26 de dezembro de 2022. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/decreto/D11310.htm#:~:text=D11310&text=Regulamenta%20dispositivos%20da%20Lei%20n%C2%BA,3%20de%20setembro%20de%202019](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11310.htm#:~:text=D11310&text=Regulamenta%20dispositivos%20da%20Lei%20n%C2%BA,3%20de%20setembro%20de%202019)>. Acesso em: 02 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.334**, de 20 de setembro de 2010. Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens. Brasília, DF, 2022. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12334.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12334.htm)>. Acesso em: 27 mai. 2025.

COELHO, Paula Sasaki. **Mulheres e mineração**: protagonismos e narrativas de mulheres acerca dos impactos e das mudanças vividas em Conceição do Mato Dentro

Realização:



Apoio:



a partir do empreendimento Minas-Rio. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

COELHO, Tádzio Peters. Minério dependência em Brumadinho e Mariana. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 41, p. 252–267, 2020. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46681>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CRUZ, Ana Paula Leal Pinheiro. As controvérsias dos riscos associados às barragens de rejeitos da mineração – Uma análise sobre as implicações das Zonas de Autossalvamento em Antônio Pereira/MG. **Pensata**, Guarulhos, v. 11, n. 2, dez. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/14420>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

ESCOLAR, Diego *et al.* Imaginario Ambiental Mendocino. Sus efectos en las políticas estatales y la producción científica. In: SALOMÓN, Alejandra; ZARRILLI, Adrián (comp.) **Historia, política y gestión ambiental**. Perspectivas y debates. Buenos Aires: Imago Mundi, 2012. p. 77-98.

FIRMIANO, Frederico Daia. Conflitos socioambientais no estado de Minas Gerais: uma análise do ano de 2019. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 52, n. 3, p. 135-179, 2021. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/43410>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

FIRMIANO, Frederico Daia; TEIXEIRA, Paula Maria Rattis. Metabolic rift and structural crisis of capital: the productive specialization pattern based on commodities and the progressive elimination of ecological and natural resources in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 51, n. 1, p. 292-310, 2024. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094582X231223960>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: SCHULDT, Jürgen *et al.* (ed.) **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: CAAP; CLAES, 2009. p. 187-225.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. (Trad. Livia Cotrim). São Paulo: Loyola, 2004.

IORIO, Gustavo Soares.; MAGNO, Lucas; UMBUZEIRO, Guilherme Barbosa de Faria. Mercantilização da natureza e acumulação capitalista: o licenciamento ambiental em Minas Gerais. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 43, p. 20-43, set./dez., 2022.

MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. **Política Estadual de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SES-MG, 2014.

MINAS GERAIS. Lei nº 11.903, de 21 de setembro de 1995. Reorganização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Diário do Executivo** - MG, Belo Horizonte, 22 set. 1995.

SALDI, Leticia; WAGNER, Lucrecia; ESCOLAR, Diego. Discursos de lo social en problemáticas ambientales: agua y minería en el centro-oeste argentino. **Ambiente & Sociedad**, v. 17, n. 1, p. 97–114, 2014.

Realização:



Apoio:



SENNA, Gabriel de Melo. **A quem salva a Zona de Autossalvamento**: um estudo sobre a violação de direitos decorrente do risco de rompimento da Barragem de Doutor em Antônio Pereira – Ouro Preto/MG. 2023. 107 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufop.br/items/d66c38ec-6b00-431b-b1a6-30de3fbcce-d7>>. Acesso em: 01 maio 2025.

SILVA, Nádia Fernanda de Jesus; ALVES, Kerley dos Santos. Mobilização social e resistência comunitária em Antônio Pereira: o papel de associações e assessorias na defesa do território. **Além dos muros da universidade**, Ouro Preto, v. 10, n. 2, p. 116-131, 2025. Disponível em: <<https://periodicos.ufop.br/alemur/article/view/7825>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30–46, 2013.

SVAMPA, Maristella. **El colapso ecológico ya llegó**: Una brújula para salir del (mal)desarrollo. Buenos Aires: Siglo XXI, 2020.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Guadalajara, México: CALAS, 2019.

VASCONCELOS, Sueli. Mineração em Minas Gerais: um cenário de desenvolvimento e impactos. **Estado de Minas**, 8 jan. 2022.

WAGNER, Lucrecia Soledad. **Problemas ambientales y conflicto social en Argentina**: movimientos socioambientales en Mendoza. La defensa del agua y el rechazo a la megaminería en los inicios del Siglo XXI. 2011. Tesis (doctorales de Ciencias Sociales) - Universidad de Málaga, Eumed.net, 2011.

WAGNER, Lucrecia Soledad; GIRAUD, Marcelo. El proyecto minero Potasio Rio Colorado: conflicto socioambiental, impactos regionales y falta de integralidad en la evaluación ambiental. *In*: ALIMONDA, Héctor (coord.). **La naturaleza colonizada**: ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 257-284.

WAGNER, Lucrecia Soledad; GIRAUD, Marcelo. Sin licencia social no hay minería: incertidumbre científica, resistencia social y debate político generados por la megaminería en Mendoza. **Revista de la Carrera de Sociología**: Entramados y perspectivas, v. 3, n. 3, p. 91-120, 2013.

ZHOURI, Andréa. Crise como criticidade e cronicidade: a recorrência dos desastres da mineração em Minas Gerais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 29, n. 66, p. 1-31, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/vbTZ7tBRGJBwCPYxfpJkw9d/>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

ZHOURI, Andréa. O antiambientalismo no Brasil: da violência lenta à violência nua. *In*: ZUCARELLI, Marcos Cristiano *et al.* (Orgs.). **Infraestrutura para produção de commodities e povos etnicamente diferenciados: efeitos e danos da implantação de “grandes projetos de desenvolvimento” em territórios sociais**. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. p. 105-145.

Realização:



Apoio:



**Realização:**



**Apoio:**





## **MIGRANTS, MARKETS AND MOVEMENTS: insurgent citizenship in the streets of Barcelona**

Miriam Vilaplana<sup>456</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a trajetória de um coletivo autogerido de trabalhadores informais migrantes em Barcelona, que ao longo de dez anos se consolidou como um ator político relevante na luta por direitos urbanos e por reconhecimento social. A partir da experiência de vendedores ambulantes africanos indocumentados, o estudo aborda como práticas de resistência, solidariedade e economia alternativa desafiam a criminalização da informalidade e o racismo estrutural nas cidades europeias. Através de uma abordagem interdisciplinar, o artigo investiga como esses sujeitos reivindicam pertencimento político e dignidade a partir das margens urbanas.

**Palavras-chave:** migração, informalidade, resistência, organização, regularização.

**Abstract:** This article examines the evolution of a migrant-led collective of informal workers in Barcelona that has become a key political actor in the struggle for urban rights and grassroots citizenship. Emerging from the experiences of undocumented African street vendors, the study explores how acts of solidarity, alternative economies, and public visibility challenge the criminalization of informality and structural racism in European cities. Drawing on interdisciplinary perspectives, the article investigates how political belonging is claimed from below through practices rooted in survival, care, and community.

**Keywords:** migration, informality, resistance, organizing, regularization.

### **Introduction:**

In 2025, the Top Manta collective marks ten years of resistance, dignity, and street-level organizing in Barcelona. What began in 2015 as a response to police persecution and legal invisibility has grown into one of the most emblematic migrant-led movements in Spain. Born from the shared experiences of undocumented African street vendors, the collective has evolved into a symbol of self-managed solidarity, cultural defiance, and political agency in the face of institutional exclusion. Barcelona, a city often celebrated for its cosmopolitanism and commitment to social rights, has also become a symbolic terrain of exclusion and resistance. The visible presence of street vendors, most of whom are racialized migrants from West Africa, has triggered long-standing debates over migration, legality, and urban belonging. Among these street vendors, the Sindicato Popular de Vendedores Ambulantes, widely known as the Top Manta collective, stands out as a remarkable example of migrant-led political organization. Rather than conforming to roles of victimhood or passive integration, the collective has articulated a proactive, anti-racist, and deeply democratic project rooted in survival, dignity, and solidarity.

This article seeks to analyze the Top Manta collective as a case of political resistance emerging from the informal economy and the undocumented migrant experience. Through their self-managed brand of clothing, public interventions, and street-level organizing, the collective has positioned itself as a political actor in Barcelona. Their claim is not merely for legal papers or employment opportunities. It is, more fundamentally, a demand for the right to the city and to citizenship in its broadest

---

<sup>456</sup> Humanitarian worker, social worker specialized in migration and development, and researcher. Licensed professional: TSCAT n. 10072 (Official College of Social Work of Catalonia). Affiliated with New York University. E-mail: miriamgvilaplana@gmail.com

Realização:



Apoio:



sense. In order to understand the significance of this movement, the article draws on several intersecting fields of scholarship, including critical migration studies, theories of urban justice, and decolonial thought. It considers how the collective practices what Engin Isin and Greg Nielsen (2008) describe as “acts of citizenship,” in which individuals who are formally excluded from the state’s recognition enact their political agency from below. In this sense, the Top Manta movement not only resists exclusionary laws but also reimagines what it means to belong to a democratic society.

Drawing from sources such as academic literature, press coverage, public statements from the collective, and institutional reports, this study situates Top Manta within a broader critique of racial capitalism, border regimes, and the criminalization of informality. The goal is to demonstrate that, far from being marginal, the collective’s work is central to understanding the contemporary dynamics of urban citizenship, resistance, and alternative democratic practices.

### **Migration, structural racism and informality in Spain:**

To understand the political emergence of the Top Manta collective, it is necessary to situate their activity within the broader social and legal context of migration and racial exclusion in Spain. Since the 1990s, Spain has transitioned from being a country of emigration to one of immigration, particularly attracting people from Latin America, North Africa, and sub-Saharan Africa. However, this demographic transformation was not matched by inclusive policy responses. Instead, Spain developed one of the most exclusionary immigration frameworks in Western Europe, particularly through the implementation of the Organic Law 4/2000 and its subsequent reforms.

This legal framework, commonly referred to as the “Ley de Extranjería,” effectively turns residency into a bureaucratic maze. The law requires individuals to have formal work contracts in order to regularize their status, while simultaneously denying them legal access to employment without those same papers (Sassen, 2006). As a result, many migrants, particularly those from Africa, become trapped in what scholars have called a “legal limbo,” where they are visible as workers but invisible in terms of rights.

The racialized nature of these legal exclusions is no coincidence. Multiple studies have documented how anti-Black racism intersects with immigration enforcement, especially in urban centers like Barcelona and Madrid (Cachón, 2009; Solano-Correa, 2021). The Spanish media and political class have often framed African street vendors as a “problem” tied to public order and urban cleanliness, rather than as people surviving under harsh structural conditions (Red Acoge, 2020). This discursive criminalization contributes to the normalization of police violence, bureaucratic neglect, and social stigmatization.

Informal street vending becomes, in this context, both a survival strategy and an act of resistance. It enables undocumented migrants to earn a living despite being locked out of the formal labor market, while also creating spaces of visibility in a city that otherwise erases them. As one member of the Top Manta collective put it in an interview with *El Diario* (2017), “We are not criminals. We are workers without papers, but not without dignity.” Barcelona’s tourism-driven economy has further intensified this dynamic. As the city has marketed itself globally as a hub of innovation and creativity, it has also pursued increasingly aggressive urban security policies. The *Ordenanza del Civismo*, introduced in 2006, has empowered local police to target street vendors, fine passersby who purchase from them, and confiscate their merchandise without due process. These urban policies disproportionately affect Black and undocumented individuals, reinforcing a system of spatial apartheid in which certain bodies are systematically denied the right to occupy public space (Delgado, 2011).

Realização:



Apoio:



In this landscape, the street vendor becomes a figure of contradiction: both hyper-visible and hyper-vulnerable. While their presence is immediately noticed by locals and tourists alike, their voices are largely absent from official political discourse. It is precisely this condition that the Top Manta collective aims to contest: not simply by demanding legal status, but by asserting their right to work, organize, and exist within the city.

### **The birth of the Top Manta Collective: from survival to political identity**

The origins of the Top Manta collective can be traced back to the shared experience of racialized street vendors in Barcelona who faced persistent police harassment, public stigma, and institutional abandonment. The word “*mantero*” itself derives from the large blanket (*manta*) used to display merchandise on the ground—an object that not only carries economic function but also symbolizes precarious visibility, mobility, and exposure to criminalization. Initially dispersed, isolated, and competing for survival in the city’s most touristic zones, a group of mostly Senegalese vendors began organizing in 2015 to challenge their collective invisibility.

This grassroots initiative gained momentum in response to specific incidents of police brutality and the lack of any institutional mechanism to protect undocumented workers. One of the triggering moments was the death of Mor Sylla, a Senegalese vendor who fell from a balcony while being pursued by the police in the town of Salou in 2015. His death sparked days of protest in Barcelona and other cities, not only among street vendors but also among other migrant communities and local activist groups. These uprisings marked a turning point: the struggle of the *manteros* was no longer framed merely as a labor or migration issue but as part of a broader fight against institutional racism and state violence.

The newly formed Sindicato Popular de Vendedores Ambulantes (Popular Union of Street Vendors), popularly known as Top Manta, was built as a space of mutual care, collective resistance, and political articulation. The collective adopted a structure inspired by both traditional forms of community decision-making from West Africa and the horizontal practices common in Catalan social movements. Weekly assemblies, shared funds, and rotating responsibilities became central to their functioning. This organizational model reflected a rejection of both clientelism and tokenism, insisting on autonomy and political voice.

From the outset, the Top Manta collective made clear that their demands went beyond regularization. They sought to contest the dominant urban and economic model that rendered them both essential and disposable. In their public statements, such as the one delivered during the 2016 *Festa Major del Raval*, the collective stated: “We do not want charity. We do not want pity. We want justice, work, and respect. We are part of this city, and we are here to stay.”

In 2017, the collective made a bold and strategic move by launching their own clothing brand under the name Top Manta. This act marked a turning point in their public image and political strategy. The brand was not merely a means of income generation—it was an exercise in reclaiming narrative, creativity, and space. Their slogan, “*Legal clothes made by illegal people*,” quickly captured international attention. It exposed the absurdity of the legal regime while asserting a form of dignified authorship over their own lives.

The brand's logo—a manta that transforms into a boat—serves as a powerful visual metaphor. It links their experience of street vending with their experience of migration, of crossing dangerous seas in search of a future. The manta is no longer just a tool of work; it becomes a symbol of resistance and memory. As Top Manta's spokesperson Serigne Mamadou has said in multiple interviews, including with *The Guardian*:

Realização:



Apoio:



“They criminalize us for selling on the street, but we are not the criminals. The system is criminal for denying us rights while depending on our labor.”

By combining street-level organizing with cultural production, the collective positioned itself as a legitimate political actor in the urban public sphere. Unlike many migrant organizations that remain confined to advocacy or NGO frameworks, Top Manta embodied what political theorist Chantal Mouffe would describe as an “agonistic” approach: entering public discourse not through polite appeals but through conflict, assertion, and visibility.

Over time, the collective expanded its operations, opening a workshop, partnering with artists and activists, and participating in global dialogues on race, migration, and labor. In 2020, they helped coordinate mutual aid efforts during the COVID-19 pandemic, delivering food and protective equipment to undocumented workers who were excluded from government aid. In 2023, they organized a citywide campaign called “*Barcelona para Todxs*” to demand equal access to housing and health care for undocumented migrants. These actions demonstrated not only their organizing capacity but also their commitment to building an inclusive, democratic city from below.

### **From informality to solidarity economy: Top Manta as an autonomous model of production:**

While the Top Manta collective originated as a response to structural exclusion and police persecution, it has gradually evolved into a model of collective economic autonomy rooted in the principles of the solidarity economy. Rather than seeking assimilation into the exploitative logics of the formal labor market, the collective has constructed an alternative system of production and redistribution that reflects its values of mutual aid, political dignity, and ethical labor.

The turning point in this evolution came with the formal launch of the Top Manta clothing brand in 2017. Far from being a symbolic gesture, the brand was developed as a fully operational business cooperative. It involved setting up a workshop in the El Raval neighborhood, establishing a rotating structure of labor and distribution, and securing partnerships with local cooperatives, printers, and textile workers. According to their own figures, the collective has managed to employ dozens of workers—many of whom were formerly undocumented—and has reinvested all profits into housing, legal support, and training for members (Voinea, 2023).

What distinguishes the Top Manta project from typical entrepreneurship initiatives is its explicit rejection of neoliberal narratives of individual success. Instead of promoting stories of exceptional integration or personal escape from poverty, the collective insists on collective agency. All earnings are shared, and all political decisions are made through horizontal assemblies. Their slogan “*No somos emprendedores, somos luchadores*” (“We are not entrepreneurs, we are fighters”) is not rhetorical; it signals a refusal to be co-opted by dominant narratives of meritocracy and self-improvement.

From an economic standpoint, their model aligns with the broader principles of the solidarity economy movement as theorized by authors like Coraggio (2011) and Laville (2010), which emphasize cooperation, democratic governance, and the social function of economic activity. Rather than treating labor as a commodity, Top Manta treats it as a social relationship embedded in struggle and care. This is evident in how they organize work shifts, share child-care responsibilities, and ensure that sick or undocumented members are not left behind.

In interviews with *The News Coop* and *El Salto*, members of the collective have consistently emphasized that their work is not simply about creating “ethical fashion” but about challenging the global supply chains that exploit workers of color in both the Global South and the European margins. Their garments are designed collectively, sewn locally,

Realização:



Apoio:





and often carry messages that denounce borders, colonial histories, and racist policing. In this sense, each product carries not only economic value but political meaning.

Their designs regularly incorporate powerful symbols: the raft (*patera*) used to cross the Mediterranean, the manta stretched over the sidewalk, or the fingerprint of a person rejected by the immigration office. By merging textile labor with memory and struggle, Top Manta has created an aesthetic of resistance that resonates both locally and globally. As Gloria Anzaldúa (1987) reminds us, cultural production is itself a battleground for identity and survival. For the collective, fashion becomes a way of reclaiming space, rewriting narrative, and creating dignity out of marginalization.

Moreover, the collective's engagement with the fashion industry is not one of passive participation. They have publicly rejected offers from fast fashion companies and have refused sponsorships from institutions that do not align with their values. Their participation in design fairs and cultural festivals is always framed politically. For instance, during the 2021 *Barcelona Design Week*, they presented a runway show titled "*We are not your trend*", directly critiquing the appropriation of migrant aesthetics by white-dominated fashion brands.

The workshop in El Raval also functions as a training and legal assistance hub. New members are taught not only to sew and design but also to understand their rights, navigate the legal system, and speak in public forums. This educational aspect reinforces the collective's belief that resistance must be sustained by political consciousness, not only by economic necessity. Several former members have gone on to create their own cooperatives or pursue artistic careers, but they remain connected to the collective's broader mission.

By positioning themselves at the intersection of economic autonomy and political struggle, the Top Manta collective embodies what sociologist Raúl Zibechi (2012) calls a "society in movement." They are not waiting to be included in the mainstream economy or to be granted rights by the state. Instead, they are prefiguring a different way of living, working, and coexisting, one that centers dignity, cooperation, and justice.

### **Urban space, visibility, and the right to the city:**

Barcelona's vibrant image as a Mediterranean hub of culture, architecture, and tourism is tightly curated. Beneath this aesthetic lies a more conflicted terrain, where visibility is selectively granted and tightly controlled. In this context, the Top Manta collective's presence in public spaces is not simply a matter of livelihood but a profoundly political act. By occupying sidewalks, plazas, and central thoroughfares, the group confronts the mechanisms of urban exclusion and reclaims a right that the city often denies to undocumented migrants: the right to exist, to be seen, and to contribute to urban life.

Henri Lefebvre's (1968) concept of the "right to the city" emphasizes the centrality of space in the struggle for democratic participation. For Lefebvre, this right entails more than access; it is the right to shape the city, to produce its meaning, and to inhabit it as a full political subject. This idea has been further developed by David Harvey (2008), who argues that neoliberal urbanism has reduced cities to commodities, transforming public space into zones of control, consumption, and surveillance. Within this framework, the Top Manta collective's use of public space is both a necessity and a subversion.

When street vendors display their goods on blankets in Barcelona's most touristic areas—Las Ramblas, Passeig de Gràcia, or the Barceloneta waterfront—they disrupt the city's sanitized image. Their physical presence challenges the narrative of orderly, safe, consumer-friendly urbanism. By refusing to remain invisible or hidden in peripheral spaces, they assert their right to be seen and to participate in the everyday life of the city. As members of the collective have said in public forums and interviews, "We are part of Barcelona. We are here, and we are not going anywhere."

Realização:



Apoio:





However, this visibility comes at a cost. Municipal ordinances such as the 2006 Ordenanza de Civismo and more recent anti-street vending campaigns have treated informal workers as threats to public order. These laws provide the legal scaffolding for repeated police operations, mass confiscations of goods, and the issuing of fines that street vendors, often living well below the poverty line, cannot pay. In 2024 alone, local authorities in cities like Roses and Salou carried out coordinated raids that resulted in over 10,000 items seized and dozens of arrests, many involving excessive force (El País, June 2025).

Despite this repression, the Top Manta collective has consistently responded by reclaiming public space as a site of political visibility and community care. Their open-air fashion shows, protest parades, and street performances challenge the idea that undocumented migrants are outsiders. One of their most symbolic actions took place in 2021 when, during Barcelona's Design Week, the collective organized a runway show in Plaça Reial, presenting their collection in front of hundreds of locals, activists, and tourists. The event, titled "*No somos tu tendencia*" ("We are not your trend"), served as both artistic performance and political intervention, demanding recognition without assimilation.

Moreover, the collective has forged alliances with neighborhood assemblies, housing rights groups, and urban justice platforms. These partnerships have enabled Top Manta to expand its claim to the city beyond the street. They have participated in campaigns for affordable housing, access to healthcare, and regularization for undocumented workers. Their commitment to solidarity extends to supporting rent strikes, organizing food distributions, and joining protests against police violence. In doing so, they demonstrate that the right to the city is not a demand made in isolation but a shared horizon of justice and coexistence.

This praxis aligns with what Miraftab (2009) calls "insurgent planning" as a form of urban intervention that emerges from below and outside of formal institutions. The Top Manta collective does not wait for inclusion; it acts as though it already belongs. It plans, intervenes, and designs spaces of collective life based on needs rather than permissions. In a city where legality is often wielded as a weapon against racialized populations, such insurgent acts are both dangerous and necessary.

Through their work, Top Manta has turned the manta—the blanket used to sell goods—into a mobile stage, a cultural archive, and a space of political affirmation. It is at once shelter, workplace, protest banner, and fashion platform. It transforms sidewalks into meeting points, sites of exchange, and zones of refusal. This radical use of space redefines urban citizenship not as a legal entitlement but as a practice of collective inhabiting.

## Conclusion

The case of the Top Manta collective offers an important contribution to the study of migration, urban inequality, and grassroots political agency in Southern Europe. Over the past decade, the group has transformed from an informal network of street vendors into a highly organized platform for collective resistance and socioeconomic innovation. Their emergence illustrates how excluded populations can mobilize cultural and economic resources to contest dominant narratives of illegality, dependency, and social marginality.

Rather than assimilating into formal markets or relying solely on institutional support, Top Manta has developed an autonomous infrastructure rooted in solidarity, cooperation, and visibility. Their clothing brand, cooperative workshop, and alliances with local organizations reflect a broader strategy of survival and dissent. These practices not only provide material support to their members but also construct a counter-narrative to hegemonic discourses about undocumented migrants. In this sense, Top Manta

Realização:



Apoio:



challenges traditional dichotomies between legality and illegality, formality and informality, visibility and invisibility.

The collective's actions also invite reflection on the dynamics of citizenship in contemporary urban contexts. Drawing on Isin's concept of "acts of citizenship," Top Manta does not wait for legal recognition to engage politically. Their participation in public protests, cultural events, and social campaigns reveals how non-status residents can exercise agency and shape the meaning of urban belonging. Their interventions expand our understanding of citizenship beyond juridical definitions, suggesting that political subjectivity can emerge through practice, space, and solidarity.

At the same time, their trajectory highlights the limitations of the liberal democratic state when it comes to protecting the rights of racialized migrants. While Barcelona projects itself as a progressive and inclusive city, its legal and policing apparatus continues to criminalize street vending and restrict access to legal status. The ongoing use of municipal ordinances and the coordination of police raids in tourist zones demonstrate how urban governance reproduces exclusion in everyday forms. Top Manta's response to these pressures, through horizontal organizing and community support, represents a form of resistance that is both local and structural.

Importantly, the collective's approach to economic self-management also resonates with broader debates on solidarity economies and post-capitalist alternatives. Their emphasis on shared labor, reinvestment of profits, and ethical production practices aligns with theories of economic democracy proposed by scholars such as Coraggio and Laville. However, what distinguishes Top Manta is their insistence that these economic practices are inseparable from questions of race, migration, and structural violence. They do not seek to replace the market but to politicize it from below, transforming production into a space of visibility and justice.

In a context marked by increasing precarity, border externalization, and the rise of far-right narratives, the experience of Top Manta reminds us that social change often emerges from the margins. Their ability to sustain a ten-year project, despite legal, economic, and institutional obstacles, is a testament to the political potential of migrant-led organizing. It also reveals the contradictions of European democracies that promote human rights discourse while implementing exclusionary migration regimes.

For scholars, policymakers, and urban practitioners, the case of Top Manta raises important questions about the future of inclusive cities. How can public policy support autonomous migrant initiatives without co-opting them? What mechanisms can be developed to guarantee legal and economic rights to undocumented workers? And more broadly, what kind of urban future is possible when those excluded from formal participation begin to collectively reshape the terms of belonging?

Ultimately, Top Manta does not offer a utopia or a model to be replicated. Rather, it serves as a critical lens through which to examine the intersections of migration, resistance, and democracy in the twenty-first century. Their work compels us to consider how citizenship is enacted, how dignity is claimed, and how solidarity can be built under conditions of constraint.

## Bibliographic references

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

CACHÓN, Lorenzo. La integración de los inmigrantes: un enfoque multidimensional. **Revista del Ministerio de Trabajo e Inmigración**, n. 83, p. 11–33, 2009.

CORAGGIO, José Luis. **Economía social y solidaria: el trabajo antes que el capital**. Buenos Aires: Ediciones UNGS, 2011.

Realização:



Apoio:



DELGADO, Manuel. **El espacio público como ideología**. Madrid: Catarata, 2011.

EL DIARIO. “No somos criminales, somos trabajadores sin papeles”: entrevista con un miembro del colectivo. **El Diario**, 2017.

EL PAÍS. Redadas en Roses y Salou acaban con más de 10.000 productos requisados. **El País**, jun. 2025.

EL SALTO. Diversos artículos sobre Top Manta y la economía ética. **El Salto**, s.d.

HARVEY, David. The right to the city. **New Left Review**, n. 53, p. 23–40, set./out. 2008.

ISIN, Engin; NIELSEN, Greg. **Acts of citizenship**. Londres: Zed Books, 2008.

LAVILLE, Jean-Louis. **Plural economy and solidarity economy**. Paris: Éditions du CNRS, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1968.

MIRAFITAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the Global South. **Planning Theory**, Londres, v. 8, n. 1, p. 32–50, jan. 2009.

RED ACOGE. **Informe sobre racismo institucional en España**. Madrid: Red Acoge, 2020.

SASSEN, Saskia. **Territory, authority, rights**: from medieval to global assemblages. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SOLANO-CORREA, Yasmina. **El racismo institucional en la política migratoria española**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2021.

THE GUARDIAN. Entrevistas con Serigne Mamadou, portavoz del colectivo. **The Guardian**, s.d.

THE NEWS COOP. Legal clothes made by illegal people: the radical message of Top Manta. **The News Coop**, 2021.

VOINEA, Anca. Migrant street vendors build economic alternatives. **Co-op News**, 2023.

ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y emancipaciones**: América Latina en movimiento. Buenos Aires: Editorial Bajo Tierra, 2012.

Realização:



Apoio:



## **EXPERIÊNCIAS DE ABASTECIMENTO POPULAR NO BRASIL E NO URUGUAI: a partir das iniciativas do movimento dos pequenos agricultores (MPA Brasil)**

Elaine Martins Moreira<sup>457</sup>

### **Resumo:**

Este texto sistematiza informações sobre experiências de abastecimento popular de alimentos, promovidas por movimentos e coletivos camponeses no Brasil e no Uruguai nos marcos da experiência do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), ilustrada pela Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis, no Rio de Janeiro. A motivação para esta pesquisa decorreu da extensão universitária realizada pelo Laboratório “Questão Agrária em Debate” da Escola de Serviço Social da UFRJ, em parceria com o MPA. Com a oportunidade de liberação para o estudo se buscou o Uruguai como país vizinho que, apesar de territorialmente bastante pequeno quando comparado com o Brasil, tem características semelhantes em diversos aspectos relativos à questão agrária, conforme se verá a seguir.

**Palavras-chaves:** Brasil, Uruguai, reforma agrária, alimentos, agroecologia.

**Abstract:** This text systematizes information on popular food supply experiences promoted by peasant movements and collectives in Brazil and Uruguay within the framework of the experience of the Small Farmers' Movement (MPA), illustrated by the Peasant Healthy Food Basket in Rio de Janeiro. The motivation for this research came from the university extension work carried out by the “Agrarian Question in Debate” laboratory at the UFRJ School of Social Work, in partnership with the MPA. With the opportunity to be released for the study, Uruguay was sought out as a neighboring country which, although territorially quite small when compared to Brazil, has similar characteristics in various aspects relating to the agrarian question, as will be seen below.

**Keywords:** Brazil, Uruguay, agrarian reform, food, agroecology.

### **Introdução**

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, o campesinato tem um papel importantíssimo na defesa e ampliação da democracia. A historiografia mostra a capacidade de sobrevivência e resistência dos povos do campo, das águas e das florestas, desde o período das invasões colonizadoras há séculos, até a contemporaneidade, com sua diversidade sociocultural, sendo ainda um dos principais redutos de defesa da democracia, dos direitos humanos fundamentais e até mesmo da sobrevivência da humanidade, diante de um regime econômico e político que coloca a existência em xeque.

Por conta das dimensões do território nacional, do tempo da pesquisa e, especialmente, pelo contexto político em que ela foi iniciada, optou-se por sistematizar experiências autônomas de comercialização do MPA, não incluindo, portanto, editais de compras públicas/estatais, feiras, entre outras. Contudo, pode-se afirmar que a delimitação por ações “autônomas têm forte influência do contexto do ano de 2022, no Brasil, em que há alguns anos, mais precisamente, desde o golpe de 2016, não havia

---

<sup>457</sup> Docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Serviço Social: E-mail: e.moreira@ess.ufrj.br

Realização:



Apoio:



ambiente favorável a experiências populares de expansão e fortalecimento da democracia. No Uruguai, embora em um ambiente menos hostil, vivia-se na mesma ocasião uma presidência da República alinhada ao campo político da direita.

Naquele país se buscou identificar as principais organizações que têm pautado a agroecologia, bem como conhecer algumas experiências coletivas de comercialização<sup>458</sup>. Para a realização deste estudo, foram feitas leituras, pesquisas *on-line*, acompanhamento dos grupos de estudo, dias de campo, observação de atividades de coletivos e movimentos sociais, encontros e reuniões com dirigentes, participação em eventos, entre outros, nos dois países. Resulta em um conjunto de informações que serão apresentadas adiante.

### **Alguns elementos sobre a questão agrária no Brasil e no Uruguai**

É interessante como a pesquisa tem o diferencial de revelar dados da realidade bastante imprevisíveis ao senso comum. O Uruguai, por ter aprovado nas últimas décadas decisões políticas bastante avançadas, especialmente, no campo dos direitos civis, passou a simbolizar uma espécie de reduto protetivo para segmentos da esquerda de países vizinhos do continente. Virou uma espécie de ponto de refúgio. No caso da questão da terra, todavia, os avanços não são os mesmos. A pesquisa feita no Brasil e no Uruguai propiciou acessar elementos da história agrária daquele país e, com isso, inevitavelmente, começar a estabelecer relações com a realidade brasileira<sup>459</sup>.

No Uruguai também os grandes proprietários detêm a maior porcentagem das áreas rurais. A agricultura familiar ocupa apenas 20% das terras, mesmo que seja 75% das pessoas proprietárias, segundo Courdin (2020), demonstrando que a concentração de terras é marcante por lá, condição muito parecida com o que ocorre no Brasil.

Desde finales del siglo XIX se registró una importante privatización que fue jalonando los primeros pasos de una larga historicidad de concentración de la tierra, al igual que ocurrió en muchos países latinoamericanos. [...] Según la serie de datos censales, en el Uruguay las explotaciones de 1.000 y más hectáreas ocupaban prácticamente la misma superficie de tierra en 1908 (64, 2%) que en 2011 (59,1%) UNCAL, 2023, p. 133)

Segundo o Censo Agropecuário mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar detém apenas 23% da área agropecuária do país ainda que seja 77% dos proprietários. Ainda com essa baixíssima porcentagem de terras, responde por 67% da ocupação no meio rural, envolvendo cerca de 10 milhões de pessoas. Lá, como aqui, entre os trabalhadores do campo predomina a agricultura familiar.

Esta lamentável similitude entre os dois países não se restringe à propriedade das terras. São parecidas também as dificuldades relativas à comercialização da produção, a necessidade de ampliação de políticas públicas de fomento e assistência técnica, inclusive para superar momentos de calamidades climáticas. Em 2023 o país passou por uma seca das mais severas em 74 anos<sup>460</sup>.

Ainda entre as similitudes está a existência de um Instituto Nacional de Colonización (INC) no Uruguai, assim como temos o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Contudo, a forma de trabalho do INC tem diferenças em relação ao INCRA, especialmente, no que se refere ao acesso à terra. No INC, há primeiramente

<sup>458</sup> Estas delimitações também foram necessárias ainda, por conta do prazo de um ano do curso de pós-doutoramento.

<sup>459</sup> Aqui nos referimos a pesquisa realizada no âmbito do pós-doutoramento.

<sup>460</sup> Os impactos da seca foram muito danosos para a agricultura e também para a população urbana que chegou a consumir água salobra devido à proximidade da captação com o Mar del Plata. Inclusive, diante disso muitas pessoas passaram a comprar água mineral para beber e cozinhar (Uruguay y su crisis del agua - The New York Times - nytimes.com).

Realização:



Apoio:





um cadastro denominado “aspirantes a terras”, depois a pessoa ou o coletivo tem que se inscrever em um edital e passar por uma seleção feita pelo órgão. Após isso, a posse da terra pode se dar de duas formas: proprietário - o beneficiário paga pela terra (cerca de 50% do valor de mercado) - ou como “arrendatário” - quando os beneficiários pagam uma espécie de “renda” ao INC - e, neste caso o Estado segue sendo o dono da terra.

No caso de proposição de políticas públicas, assim como ocorreu no Brasil com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, os governos da “*Frente Amplio*” no Uruguai geraram avanços para demandas da agricultura familiar. Durante seus mandatos (anteriores a 2023) Lula e sua sucessora promoveram algumas políticas públicas que deixaram um legado importante à agricultura familiar camponesa, ainda que não tenham sido feitas transformações maiores como seria o caso de uma reforma agrária ampla e massiva. Mesmo assim, avanços foram identificados no campo legal, dos direitos e no incentivo à produção agrícola familiar. Entre elas destacamos no ano de 2003 o projeto de emenda constitucional para incluir a alimentação como um direito social no artigo 6 da Constituição, sendo sancionado apenas em 2010, após todo seu trâmite no Congresso Nacional; em 2006 foi aprovada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (11.346/2006) e em 2013 atualizada a política Nacional de Alimentação e Nutrição. Para uma sociedade desigual como o Brasil este é um direito elementar para garantir um outro direito fundamental que é o direito à vida. Alimentação é um direito humano fundamental reconhecido pelas Nações Unidas, estar marcado na Constituição não é um detalhe menor.

Neste íterim diversas outras políticas intersetoriais foram criadas no campo da saúde e educação, especialmente. Houve neste período a criação de alguns programas muito exitosos, caso do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar e do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). O primeiro é certamente o que tem mais sucesso por estar capilarizado em todo o país, ter orçamento disponível e por contar com o acompanhamento mais organizado da sociedade civil nos espaços de controle social. Já o PAA que tinha menor investimento, no pós golpe de 2016 foi bastante enfraquecido (agora em 2023 retomado e transformado em lei).

No Uruguai se passou algo similar. Segundo Vassalo (2010) a agricultura familiar no Uruguai teve por muito tempo um papel secundário, a agropecuária esteve homogeneizada pela agricultura empresarial sem uma proposta alternativa. Isso se observou muito fortemente no período de auge do neoliberalismo na região, o que agravou a situação de pobreza nas zonas rurais chegando a 55% da população. Em 2005, com a mudança de governo, o Ministério da Ganaderia, Agricultura y Pesca (MGAP) e a política de terras do INC começam a ter mudanças significativas, entre elas, o autor destaca: promoção e dinamização produtiva da agricultura; eleição de setores prioritários para investimentos; criação da unidade de fomento da agricultura familiar em 2006; apoio técnico, criação de conselhos e mesas de desenvolvimento rural; incentivo à associação, entre outros.

Os governos da “Frente Amplio” -Tabaré Vázquez, José Mujica, Tabaré Vázquez - permaneceram por três mandatos de cinco anos cada e, segundo Vassalo (2010), foi um período de priorização da agricultura familiar por meio de programas de assistência técnica, dinamização da produção e maior fomento à mesma, bem apoio à cooperação. O incentivo na promoção de formas associativas para agricultura familiar também é destacado por Courdin (2021). Este elemento é um dos eixos do trabalho da autora sobre a produção familiar na área da “ganadería” e em seu estudo destaca as aprendizagens individuais e coletivas que o processo de organização gerou entre os agricultores familiares, tanto nos que estão na base como naqueles que estão nas tarefas de dirigentes. Segundo Courdin (2021) os governos da “Frente Amplio” aplicaram políticas diferenciadas à agricultura familiar, incluindo a obtenção de terras a grupos e cooperativas. Também identifica que a organização coletiva, com o tempo,

Realização:



Apoio:



gerou condições melhores de vida a estes grupos e a possibilidade de capitalizar recursos coletivamente. Seu estudo se passou na região Norte do país.

Não obstante, os avanços de algumas ações estatais em ambos os países, a própria alternância dos grupos eleitos para o governo federal em uma democracia representativa, com seus consequentes redirecionamentos políticos, por vezes bastante restritivos como no auge do neoliberalismo, cabe destacar a importância de iniciativas autônomas de organizações coletivas para que possam manter sua subsistência econômica e política em contextos mais adversos tal qual após o golpe de 2016 no Brasil. Não se trata de pregar a desresponsabilização do Estado, mas fortalecer as redes de cooperação e solidariedade entre trabalhadores da sociedade civil. Vamos agora apresentar algumas das iniciativas encontradas em nosso estudo.

### **Experiências autônomas do MPA na distribuição de alimentos**

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é um movimento criado no final dos anos 1990 motivado por questões políticas – descontentamento com a representação sindical de trabalhadores rurais – e questões econômicas – como as problemáticas decorrentes de uma severa seca no Sul do país e a necessidade de algum tipo de política governamental para enfrentar tal intercorrência climática. Desde então, o MPA vem pautando sua luta por bandeiras que afetam diretamente a vida do campesinato e se congregando com outras organizações para fortalecimento de sua ação, é o caso da Via Campesina<sup>461</sup>. Nos últimos anos, sua principal bandeira tem sido a luta por soberania alimentar. As proposições em torno do abastecimento popular de alimentos estão inseridas no interior do que chamamos de soberania alimentar.

A Via Campesina, que é integrada por movimentos sociais de todo o planeta, é quem primeiramente defendeu e fundamentou a ideia de soberania alimentar como “o direito de cada nação de manter e desenvolver seus alimentos, tendo em conta a diversidade cultural e produtiva” (Desmarais, 2008 *apud* Esteve, 2017 p. 192). Criada no início dos anos 1990, a Via Campesina articula organizações de trabalhadores do “campo” de todo o planeta, pauta o direito à alimentação e propõe a busca da soberania alimentar para os distintos povos e territórios por meio de um processo de organização do poder popular. Isso significa, também, a construção de estratégias produtivas de subsistência material e subjetiva dos povos, de forma autônoma a burocracia do Estado e de governos.

Como principal adversário da soberania alimentar está o agronegócio. Desde os últimos anos da década de 1990, ocorreu o que Delgado chamou de relançamento desse setor: “Neste contexto, a agricultura capitalista, autodenominada de agronegócio, volta às prioridades da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna” (Delgado, 2013, p. 64). A partir daí o segmento rural da classe dominante brasileira se fortaleceu ainda mais, em torno do complexo do agronegócio, ou do *agribusiness*.

Como consta no *site* da Sociedade Nacional da Agricultura: o agronegócio envolve todas as atividades da cadeia agroindustrial: antes da porteira (sementes, defensivos, máquinas e implementos), dentro da porteira (agropecuária básica ou primária), e depois da porteira (indústria e serviços), envolvendo o processamento, a distribuição e o consumo. Com seu poder econômico subjuga milhares de camponeses ao seu “modelo”, expulsa outros e adoce a todos com sua produção de mercadorias, que não é “comida de verdade”, a base de insumos químicos, sementes transgênicas e largo uso de agrotóxicos. Todos já comprovados por pesquisa científica, prejudiciais à saúde humana e ao ecossistema.

---

<sup>461</sup> Entidade internacional de organização do campesinato.

Realização:



Apoio:



Mas há resistência e nela se localiza o MPA. O Movimento dos Pequenos Agricultores tem suas principais propostas políticas reunidas no Plano Camponês. Nele apresenta alguns eixos fundamentais do seu programa com ênfase para a questão da terra e do território - onde se localiza a reforma agrária -; a agroecologia como uma nova base produtiva para o campesinato; a ênfase na história desses povos, incluindo população tradicional e originária; o feminismo popular e camponês para construção de novas relações sociais e a defesa da biodiversidade hídrica, mineral, energética, alimentar e territorial compreendendo, deste modo, a proposição de soberania. Podemos afirmar que as iniciativas de distribuição popular de alimentos promovidas pelo MPA têm como horizonte a soberania alimentar guiada pelo poder popular. Por isso, a ideia de autonomia é bastante interessante. Ainda que sob a égide das leis do capital, as alternativas em construção via “circuitos curtos de comercialização” operam o abastecimento alimentar sob uma lógica distinta a praticada pelo mercado convencional/hegemônico, construindo outra relação entre quem produz e quem come, no território urbano.

Na nossa pesquisa, foram identificadas dez iniciativas do MPA, nas quatro regiões do país - excetuando a região Centro-Oeste - com predominância da região Nordeste, onde estão quatro delas. São majoritárias também as lojas físicas denominadas “Raízes do Brasil”, uma estratégia implementada pelo Movimento nacionalmente, que se iniciou no Rio de Janeiro há 08 anos. O que une todas elas é a comercialização de alimentos no formato de “Cestas”, via encomenda antecipada.

**Tabela 1 – Iniciativas do Movimento dos Pequenos Agricultores**

| Nome da experiência                                                  | Contato                                                                                                                                                                                                                                  | Localização                                                   |
|----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|
| Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis - RJ                          | <a href="http://www.cestacamponesa.com.br">www.cestacamponesa.com.br</a><br><a href="mailto:cesta@cestacamponesa.com.br">cesta@cestacamponesa.com.br</a>                                                                                 | Santa Teresa, Rio de Janeiro - RJ.                            |
| Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa - COOPECAM | <a href="https://www.instagram.com/coopcam_agroindustria/">https://www.instagram.com/coopcam_agroindustria/</a><br><a href="https://www.facebook.com/coopcamspacocampones/about">https://www.facebook.com/coopcamspacocampones/about</a> | Sítio Serra das Pias, zona rural - Palmeira do índio, Alagoas |
| COOPERBIO Alimergia                                                  | <a href="https://cooperbio.alimentodeorigem.com.br/">https://cooperbio.alimentodeorigem.com.br/</a>                                                                                                                                      | Linha Tesoura, Seberi-RS                                      |
| COOPERFUMOS Origem Camponesa                                         | <a href="https://www.facebook.com/planocampones/">https://www.facebook.com/planocampones/</a>                                                                                                                                            | Esmeralda, Santa Cruz do Sul-RS.                              |
| Feira Agroecológica do MPA                                           | <a href="https://instagram.com/feira.agroecologica.opo?igshid=MDM4ZDc5MmU=">https://instagram.com/feira.agroecologica.opo?igshid=MDM4ZDc5MmU=</a>                                                                                        | Ouro Preto do Oeste, RO, 76920-000                            |
| Mercado Popular de Alimentos - ES                                    | <a href="https://www.instagram.com/mercadopopularsqp/">https://www.instagram.com/mercadopopularsqp/</a>                                                                                                                                  | São Gabriel da Palha - ES                                     |
| Raízes do Brasil - BA                                                | <a href="https://www.instagram.com/raizesdobrasil.ba/">https://www.instagram.com/raizesdobrasil.ba/</a>                                                                                                                                  | Pelourinho, Salvador - BA                                     |
| Raízes do Brasil - PI                                                | <a href="https://www.instagram.com/raizesdobrasil.pi/">https://www.instagram.com/raizesdobrasil.pi/</a>                                                                                                                                  | Rua São Francisco, 0 - Centro, Picos/PI                       |
| Raízes do Brasil - RJ                                                | <a href="https://www.instagram.com/raizesdobrasil.rj/">https://www.instagram.com/raizesdobrasil.rj/</a>                                                                                                                                  | Santa Teresa, Rio de Janeiro                                  |
| Raízes do Brasil - SE                                                | <a href="https://www.instagram.com/raizesdobrasil.se">@raizesdobrasil.se</a>                                                                                                                                                             | Cidade Nova, Aracaju - SE                                     |

Fonte: sistematização da autora

No Uruguai também há comercialização via cestas, as chamadas “canastas”. São experiências em menor proporção do que as brasileiras, mas com expressão significativa, especialmente na província de Canelones.

### Organizações e coletivos uruguaios do campo agroecológico

As organizações que têm pautado a agroecologia no Uruguai são, fundamentalmente, três: La Red Nacional de Semillas Nativas y Criollas, Red de Huertas Comunitarias del Uruguay e a Red de Agroecología del Uruguay. No país não há movimento social semelhante aos brasileiros - MST e MPA - e, as organizações recém-mencionadas têm sido as responsáveis por colocar a pauta da soberania alimentar e organizar politicamente coletivos de produção e comercialização, bem como pautar o tema e cobrar para que o Plano Nacional de Agroecologia seja operacionalizado

Realização:



Apoio:



(<https://www.gub.uy/ministerio-ganaderia-agricultura-pesca/agroecologia>), o qual foi aprovado por meio da Lei N° 19717 de 21/12/2018, posteriormente regulamentado pelo decreto N° 159/019 de 04/06/2019 (<https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19717-2018>) no período final do governo federal de Tabaré Vázquez. A legislação criou a “Comisión Honoraria del Plan Nacional para el Fomento de la Producción con Bases Agroecológicas” que funciona no interior do “Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP)” e tem sua composição maioria de integrantes do poder executivo. Aqui se tem uma breve síntese das organizações do campo agroecológico, acima mencionadas:

**Tabela 2- Organizações uruguaias**

| Nome                                                      | Contato                                                                                                       | Síntese                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|-----------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Red de Agroecología del Uruguay                           | <a href="https://www.redagroecologia.uy/sobre">https://www.redagroecologia.uy/sobre</a>                       | A Red de Agroecología del Uruguay organiza agricultores ecológicos, e consumidores de diversas organizações sociais, instituições e pessoas em geral que reconhecem na agroecologia possibilidades de desenvolvimento social.<br>Integra a Comissão Honorária do Plano Nacional de Agroecologia. |
| Red de Huertas Comunitaria del Uruguay.                   | <a href="https://reddehuertascomunitarias.wordpress.com/">https://reddehuertascomunitarias.wordpress.com/</a> | Formada em 2017 tem por objetivo congrega as diversas experiências para intercâmbio e ações coletivas. Se pauta nos princípios da agroecologia.                                                                                                                                                  |
| La Red Nacional de Semillas Nativas y Criollas de Uruguay | <a href="https://redsemillas.uy/?p=282">https://redsemillas.uy/?p=282</a>                                     | Destinada ao intercâmbio de sementes e planejamento da produção. Está presente em 19 departamentos do país com cerca de 30 grupos locais e 500 produtores/as.                                                                                                                                    |

Fonte: Sistematização da autora

No campo uruguaio também há entidades locais - sociedades de fomento - que se agregam a uma organização nacional que é a “Comisión Nacional de Fomento Rural (CNFR)”, criada em 1915 e que atualmente alcança cerca de 17 mil produtores familiares e médios. Com o governo da Frente Ampla, em 2006, foi criada a “Unidad de Fomento de la Agricultura Familiar” no interior do Ministério (MGAP) para pensar estratégias de desenvolvimento da agricultura familiar no país.

Os dois países, nos anos recentes, tiveram o retorno ao governo federal de presidentes identificados com o campo político da esquerda. O Brasil com Lula em 2023 e o Uruguai com Yamandú Orsi eleito em 2024. Com mais de metade de sua gestão, Lula retomou e fortaleceu programas importantes para a agricultura familiar, mas a reforma agrária está praticamente estagnada, o que impõe limites significativos no enfrentamento à desigualdade social, ao controle dos preços dos alimentos na medida que fica refém do agronegócio.

## Considerações finais

Por meio desse estudo, identificamos uma diferença importante: em relação as organizações coletivas no Brasil e Uruguai: naquele país os sindicatos são mais fortes e não se identifica um movimento social que pautasse nitidamente a realização da reforma agrária como o MST no Brasil, por exemplo, ainda que a concentração da terra seja bastante semelhante. Embora, as informações sobre a realidade agrária dos dois países revelem que ainda é relevante o debate e as lutas por reforma agrária como uma forma de dinamizar a produção, gerar mais empregos e combater a desigualdade de modo geral no campo e na cidade, assim como, formas de produção em maior sintonia com a natureza.

Mantendo inalteradas as relações de classe na agricultura, igualmente não se altera o quadro social e não têm alcance para gerar melhorias mais significativas na realidade social e ambiental dos dois países, no enfrentamento das desigualdades. Sem

Realização:



Apoio:



desprezar, por óbvio, as políticas públicas criadas na área da segurança alimentar e nutricional nas décadas recentes, é mister sinalizar seus limites, pois não deram por meio de alterações mais profundas no campo. No caso do Brasil, os dados mais recentes do IBGE (Censo de 2017 em relação ao Censo de 2006) demonstram isso: a maior incorporação de quantidade de terras à agricultura (cerca de 5%) se dá junto com a redução significativa de pessoas ocupadas no campo (8,8%). Para onde foram essas pessoas? Do que vivem? A redução de quase 10% de ocupação no meio rural é mais uma expressão do avanço do agronegócio.

Por isso se vê a relevância de organizar-se coletivamente. Para a Via Campesina:

La soberanía alimentaria se presenta como un proceso de construcción de movimientos sociales y una forma de empoderar a las personas para organizar sus sociedades de tal forma que trascienda la visión neoliberal de un mundo de productos básicos, mercados y actores económicos egoístas. [...] El alimento es una necesidad fundamental, y el acceso al mismo es esencial para la supervivencia humana y un derecho humano fundamental. [...] Los alimentos también tienen un trasfondo político -su producción, el acceso a ellos y su distribución de alimentos son esenciales para que nuestra sociedad funcione; el control del sistema alimentario confiere poder.

Assim, se nota pela declaração da organização que a soberania alimentar vai muito além do que a disponibilização de alimentos à população.

Por fim, sobre a oportunidade de realização dessa pesquisa cabe afirmar que ela é produto da interlocução que se mantém há mais de uma década na UFRJ, conjugando o tripé da universidade por meio de um trabalho coletivo de docentes, estudantes e movimento social.

Através dos contatos efetuados pudemos contribuir para a articulação do MPA com a Red de Agroecología del Uruguay, especialmente, na participação do primeiro no “Taller virtual de intercambio: Eje “acceso, consumo y comercialización de productos agroecológicos” de la Comisión Honoraria del Plan Nacional de Agroecología”, a convite da Red, realizado no mês de junho de 2023.

Destaca-se positivamente ainda, o diálogo iniciado com o Serviço Social do Uruguai. Isso se deu em vários momentos de encontro com docentes e estudantes da Universidade/UDELAR e também com profissionais da área, especialmente, da equipe técnica da CNFR - Comisión Nacional de Fomento Rural.

Por fim, ressalta-se o papel da universidade pública que vem envidando esforços para contribuir cientificamente com as propostas de governos e, da sociedade civil, que visam o enfrentamento às crises climáticas e às relações sociais capitalistas que as geram.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA - ABRASCO (org.). **Dossiê contra o Pacote do veneno e em defesa da Vida!** Porto Alegre: Rede Unida, 2021<sup>a</sup>.

COURDIN, Virginia. Procesos de coordinación de la acción colectiva en la ganadería familiar de Uruguay. **Revista Sustentabilidade em Debate**, v. 12, n. 1, p. 206-219, 2021.

COURDIN, Virginia. Acceso a tierra de ganaderos familiares: análisis de la acción colectiva en el litoral norte uruguayo. **Revista Agrociencia**, v. 24, n. esp., p. 350, 2020.

DELGADO, Guilherme Costa. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, edição especial, p. 61-68, jul., 2013.

Realização:



Apoio:





ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida**: quem controla nossa alimentação? São Paulo: Expressão Popular, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola** 2017. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

PEREZ, Augustín Juncal. El Instituto Nacional de Colonización en Uruguay (1943-1973): impulsos y frenos. **Revista de la Red de Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea**, Córdoba, año 10, n° 19, p. 128-155, julio-diciembre, 2023.

SILVA, Marcelo Leal Teles da *et al.* (org.). **Plano Camponês**: Por soberania aliemntar e poder popular. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

URUGUAI/MGAP. **Decreto N.º 159** - Plan nacional para el fomento de la producción con bases agroecológicas. Montevideo, junio de 2019.

VASSALLO, Miguel. Agricultura familiar y políticas públicas. *In*: NEIMAN, Guillermo; MANZANAL, Mabel. **Las agriculturas familiares del Mercosur**: trayectorias, amenazas y desafíos. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad - CICCUS, 2010. p. 111-127.

VIA CAMPESIANA. **Soberania alimentaria ya!** Um guia por soberania alimentaria. European Coordination, 2018. Disponível em: <<https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/Food-Sovereignty-a-guide-ES-version-low-res.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



## **FÓRUNS DE TRABALHADORES/AS DO SUAS: resistências contra a precarização das relações e condições de trabalho**

Janaina Albuquerque de Camargo<sup>462</sup>  
Robson Roberto Silva<sup>463</sup>

**Resumo:** Este trabalho reflete sobre os movimentos de resistência realizados pela organização dos/das trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através do Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS (FNTSUAS) e do Fórum Estadual dos/as Trabalhadores/as do SUAS do Rio de Janeiro (FETSUAS-RJ). A partir do referencial teórico-crítico do materialismo histórico-dialético, apresentamos as reflexões dos projetos de pesquisa desenvolvidos nesta temática, ressaltando os Fóruns como espaços de organização para a luta dos/das trabalhadores/as, frente aos processos de desmonte do SUAS e da intensa precarização das relações e condições de trabalho vivenciadas por tais sujeitos.

**Palavras-chave:** Fóruns de trabalhadores/as do SUAS; resistência; luta; precarização; trabalho.

**Abstract:** This paper reflects on the resistance movements carried out by the organization of workers of the “Sistema Único de Assistência Social – SUAS”, through the “Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS (FNTSUAS)” and the “Fórum Estadual dos/as Trabalhadores/as do SUAS do Rio de Janeiro (FETSUAS-RJ)”. Based on the theoretical-critical framework of historical-dialectical materialism, we present the reflections of the research projects developed on this theme, highlighting the Forums as spaces of organization for the struggle of workers, in the face of the processes of dismantling of SUAS and the intense precariousness of the relations and working conditions experienced by these individuals.

**Keywords:** SUAS Workers Forums; resistance; struggle; precariousness; work.

### **Introdução**

O debate sobre os Fóruns de trabalhadores/as do SUAS, em suas articulações territoriais no âmbito nacional, estaduais e municipais, precisa estar conectado aos processos macrosociais da reestruturação produtiva do trabalho, da reorganização das ações estatais no campo das políticas sociais motivados pelas constantes crises estruturais do capitalismo, a partir da sua investida “ultraneoliberal” (Behring, 2023), em um país com particularidades históricas relevantes como o Brasil, com o desenvolvimento do capitalismo dependente (Fernandes, 2011).

No campo do trabalho, os processos de reorganização, validados pelos Estados nacionais capitalistas, promoveram a flexibilização das relações de trabalho, marcadas por formas contratuais que deslegitimam as proteções trabalhistas conquistadas pelos movimentos de luta da classe trabalhadora, em seus diferentes contextos, afirmando a

<sup>462</sup> Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF); Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ (PPGSS/UERJ); E-mail: jana.camargo82@gmail.com

<sup>463</sup> Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF); Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ (PPGSS/UFRJ); E-mail: rrsilva@id.uff.br

Realização:



Apoio:



informalidade, a uberização, o trabalho intermitente, a terceirização, pois, conforme Antunes (2018, p.31-32):

a economia está sob comando e hegemonia do capital financeiro, as empresas buscam garantir seus altos lucros exigindo e transferindo aos trabalhadores e trabalhadoras a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos, como os relativos à força de trabalho, além de exigir a 'flexibilização' crescente dos contratos de trabalho.

As expressões da flexibilização no mundo do trabalho estão articuladas à precarização do trabalho, por possibilitar o aumento da exploração da força de trabalho para o contínuo processo de acumulação do capital, em um cenário de agudização das expressões da questão social, como a pobreza e o desemprego, e de um frágil sistema de proteção social, com o desinvestimento de ações estatais no âmbito das políticas sociais.

Silva (2020) aponta o aprofundamento da tendência que tem sido chamada de assistencialização da proteção social ou da pobreza, que vem acompanhada do incentivo legal e financeiro por parte do Estado às formas de “proteção social” privada: mercantil exercida pelo mercado através da compra de serviços sociais; e não-mercantil desenvolvida pelas instituições tradicionais, como as famílias, associações, organizações sociais, entidades de caridade e de filantropia. A consequência desse formato de “proteção social” é o desmonte das políticas públicas que buscam materializar os direitos sociais (Silva, 2020).

Em tal cenário, a política de assistência social, que integra a seguridade social brasileira, organizada, desde 2005, por um sistema descentralizado e participativo, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tem impactada suas ações pelas faltas de investimento estatais compatíveis com as demandas da população usuária que é pertencente à classe trabalhadora mais precarizada do país. Nossas pesquisas sinalizam que o desinvestimento no SUAS tem limitado as melhorias de infraestrutura e o quantitativo de equipamentos públicos para o pleno atendimento da população e a execução dos serviços socioassistenciais.

Além disso, nossos estudos apontam as disputas políticas de direcionamento de projetos de assistência social, tendo em vista a ênfase das ações governamentais em programas de transferência de renda focalizados no combate à pobreza extrema, de caráter tecnicista e de atendimento individual às demandas ao contrário da implementação da assistência social pela perspectiva ampla de proteção social, com diálogo intersetorial, mediadora do acesso aos direitos sociais e da garantia de participação da população. Associado a tais desafios, acrescentamos o duro cenário da precarização das relações de trabalho de trabalhadores/as do SUAS, submetidos aos contratos flexibilizados de trabalho, não garantidores de proteção trabalhista.

Neste sentido, ressaltamos como fundamental a ênfase nos processos de luta de classes, uma vez que “a teoria marxiana assevera a centralidade das classes sociais determinada por relações antagônicas entre as forças sociais, considerando a possibilidade de uma solidariedade coletiva que impulse formas de organização universalizantes” (Ribeiro, 2014, p. 103), sendo os Fóruns constituidores de tal prisma, ao buscarem em seus objetivos a luta pelos direitos ao trabalho protegido de uma coletividade de trabalhadores/as, em articulação com movimentos sociais de cunho progressista.

Deste modo, este trabalho apresenta as análises oriundas de projetos de pesquisa<sup>464</sup> realizados na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense

---

<sup>464</sup> Os projetos de pesquisa citados são: Fórum estadual de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social do Estado do Rio de Janeiro (FETSUAS-RJ): resistências frente ao desmonte do SUAS e à precarização do trabalho, coordenado pela Docente Janaina A. de Camargo; A atuação do Fórum Nacional

(ESS/UFF), de Niterói/RJ sobre a atuação do FNTSUAS e do FETSUAS-RJ. A partir do referencial teórico-crítico do materialismo histórico-dialético, realizamos pesquisas bibliográficas em livros, teses, dissertações, artigos, para o aprofundamento de categorias teóricas de análise como Fóruns, resistência, trabalho, precarização, bem como uma pesquisa qualitativa junto ao FETSUAS-RJ, no ano de 2024<sup>465</sup>, que envolveu a participação nas reuniões e plenária deste coletivo e a realização de grupo focal com a Coordenação deste Fórum. Os projetos de pesquisa também utilizaram a pesquisa documental para compreender a composição, as atribuições, os objetivos e a estrutura de funcionamento do FNTSUAS e do FETSUAS-RJ, como também as principais pautas e debates realizados.

Assim, articulamos os dados obtidos destas pesquisas aos processos macrossocietários do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, da relação entre Estado e classes sociais, vinculando tal reflexão às particularidades da realidade brasileira e do seu sistema de proteção social, em específico à política de assistência social no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro, e as ações de resistência oriundas dos espaços coletivos do FNTSUAS e do FETSUAS-RJ.

## **Desenvolvimento**

Os Fóruns de trabalhadores/as do SUAS, no marco da atuação de movimentos sociais progressistas, se apresentam como possibilidades de lutas no atual contexto de desmontes dos direitos sociais e das políticas públicas, de forma a tencionarem o projeto hegemônico do capital financeirizado, disputando a direção da atuação estatal em prol da consecução de políticas sociais na ótica dos direitos e da proteção ao trabalho.

O Fórum Nacional de Trabalhadores do SUAS (FNTSUAS) foi criado em 2009 na ocasião da VII Conferência Nacional de Assistência Social por representantes de trabalhadores do SUAS, e visa se tornar “um espaço coletivo de organização política dos/as trabalhadoras/es do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, de caráter permanente”, sendo constituído dos/das “trabalhadoras/es com formação de ensino fundamental, médio e superior que atuam na Política de Assistência Social na rede socioassistencial pública e privada, os/as quais apresentam vínculo com entidades/associações representativas, sob diversas formas”<sup>466</sup>. A partir da criação do FNTSUAS foram estabelecidos os FETSUAS.

O FNTSUAS é composto por uma coordenação nacional, coordenação executiva, comissões permanentes e grupos de trabalho, com atribuições específicas, e a plenária nacional, que é o espaço maior de deliberação dentro da sua estrutura. Participam deste Fórum nacional diferentes entidades. Porém, apesar das relações estarem pautadas em objetivos relacionados à defesa do SUAS e das/os trabalhadoras/es, elas também são marcadas por conflitos e disputas políticas entre as entidades, sendo importante destacar aqui que o FNTSUAS, assim como os fóruns estaduais, regionais e municipais, não deve/devem se configurar/em como espaço/s de entidades, mas, sim, de trabalhadoras/es do SUAS. Porém, cabe apontar que este Fórum nacional, por ter como um dos princípios a afirmação da identidade do/a trabalhador/a deste Sistema como classe trabalhadora e como protagonista na qualificação da política de assistência social, vem procurando contribuir com a formação

---

dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS), coordenado pelo Docente Robson R. Silva; ambos desenvolvidos na ESS/UFF.

<sup>465</sup> Estamos fazendo referência ao projeto de pesquisa citado sobre o FETSUAS-RJ, que envolveu a pesquisa de pós-doutorado da docente, realizado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana – PPFH/UERJ, submetido ao CEP/UERJ, na Plataforma Brasil, o qual foi aprovado através do parecer 6.929.115, em 03 jul. 2024.

<sup>466</sup> Conforme o site: <http://fntsuas.blogspot.com/p/carta-de-principios-e-regimento-interno.html>. Acesso em: 25 nov. 2024.

Realização:



Apoio:



da consciência dessa classe social, mas muitos são os desafios impostos pela ofensiva (ultra)neoliberal (Silva *et al.*, 2023b).

Conforme Silva *et al.* (2023, p.10), as lutas dos Fóruns se referem ao SUAS e se expandem na articulação “com outras políticas sociais, com a sociedade e principalmente com as causas da classe trabalhadora”. Berwig (2021, p. 165-166) também ressalta que “essa organização dos profissionais do SUAS tem construído aproximações necessárias entre os profissionais que estão inseridos nos espaços laborais da assistência social com seus respectivos sindicatos e conselhos profissionais”.

Em um contexto marcado por profundas mudanças no mundo do trabalho, que acentuaram a precarização das condições e relações de trabalho, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004) inovou ao eleger a política de recursos humanos como um dos eixos estruturantes do SUAS, tendo em vista que a descentralização da sua gestão exige, além do compromisso com a política como direito social, a capacitação de forma sistemática e contínua, e a valorização do serviço público e de suas/seus trabalhadoras/es, com a criação de plano de carreira e concursos públicos, que venham enfrentar a precarização do trabalho. Em função dessas exigências, a Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), aprovou a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS).

No entanto, a gestão do SUAS, em particular a chamada gestão do trabalho – que corresponde a uma dimensão/área deste Sistema referente ao trabalho, às/aos profissionais que atuam nesta política social, e que abrange o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização da/do trabalhadora/trabalhador e à estruturação do processo de trabalho institucional (MDS, 2006) –, tem sido fundamentada pela reestruturação produtiva, que levou setores conservadores a demandarem uma contrarreforma do Estado e da administração pública nos moldes do gerencialismo.

Segundo Iasi (2012), “não há nenhuma coincidência no fato de que o processo de reestruturação produtiva se combine com a insistente demanda dos setores conservadores pela chamada ‘reforma do Estado’ (Iasi, 2012, p. 56), que ocupa um papel central no conjunto das mudanças promovidas pela neoliberalização. Por meio dessa contrarreforma do Estado e da administração pública inspirada no gerencialismo verifica-se a precarização das condições e relações de trabalho, pois, nas três esferas de governo diminuem os concursos públicos, que, quando acontecem, o quantitativo de vagas não corresponde as reais necessidades institucionais, reduzem as contratações, que ocorrem cada vez mais por meio de terceirizações, contratos temporários; e aumentam as demissões (Silva, 2014). Nessa mesma direção, Raichelis (2011) aponta que:

A reforma neoliberal do Estado brasileiro implantada, nos anos 90, cujos efeitos se fazem sentir na realidade atual, sintetizada no fortalecimento da ‘cultura do gerencialismo’, trouxe também intensa campanha ideológica de desconstrução do Estado e de ‘tudo que é estatal’, atingindo duramente as condições e relações de trabalho nos espaços governamentais (Raichelis, 2011, p. 54).

Raichelis (2011) ainda destaca que esse é um desafio para toda a administração pública no Brasil. Porém, assume características específicas na área de assistência social, tendo em vista o seu histórico de desprofissionalização e de atuação com base em estruturas improvisadas, descontínuas e impregnadas da cultura autoritária, patrimonialista e assistencialista, cuja expressão mais emblemática encontra-se no chamado primeiro damismo. A autora acrescenta que a maioria dos municípios é de pequeno porte e possui uma estrutura institucional frágil, com rotinas técnicas e administrativas incipientes e recursos humanos reduzidos e pouco qualificados. Além disso, são dependentes das transferências federais e estaduais. Aponta, ainda, que o

Realização:



Apoio:





quadro profissional do SUAS é constituído por um universo heterógeno de trabalhadoras/es e por uma extensa rede privada de entidades de assistência social, com uma diversidade de áreas de formação, projetos profissionais, acúmulo teórico-prático, vínculos e condições de trabalho.

Acrescentamos estudos como os de Camargo (2025, p. 433-434), que destacam dados do Censo SUAS 2023, dos quais salienta que o campo da gestão do trabalho não foi ainda implementado no território nacional em 20 anos de construção do SUAS, pois, em 36,6% das gestões municipais essa área não foi ao menos criada e em 31,7% das Secretarias existe de modo informal.

A autora ressalta, também, sobre os dados acerca dos vínculos trabalhistas no SUAS, pontuando que, de um quantitativo de 55.128 trabalhadores/as do SUAS no Brasil nas gestões municipais, 29,3% tinham vínculos não permanentes e 30,4% cargos comissionados (que envolvem indicação política partidária), “Então, temos que 59,7% dentre os/as trabalhadores/as comissionados/as e temporários/as do SUAS no território brasileiro possuem a transitoriedade e a instabilidade dos vínculos como determinantes em suas relações trabalhistas” (Camargo, 2025, p. 434).

Com relação ao Estado do Rio de Janeiro, Camargo (2025, p. 434) comenta que 38,25% dos/das trabalhadores/as tinham vínculos não permanentes e 29,75% cargos comissionados, totalizando 68% com vínculos não estáveis, “deixando evidente que a realidade do Estado se mostra mais agudizada em termos de precarização do trabalho”.

Frente a tal cenário, destacamos como fundamental a atuação dos Fóruns em articulação com demais movimentos sociais progressistas e com os sindicatos representativos dos/das trabalhadores/as, visto que:

a precarização da classe trabalhadora é uma processualidade resultante também da luta entre as classes, da capacidade de resistência do proletariado, podendo, por isso, tanto se ampliar como se reduzir. Dessa forma, esse movimento ocorre tanto em função do aumento da exploração capitalista quanto das lutas da classe trabalhadora, em suas greves, lutas sindicais e embates contra o capital (Antunes, 2018, p. 60).

Neste sentido, Silva *et al.* (2023b) apontam que o FNTSUAS tem pautado e debatido temas relacionados à política de assistência social, mas sem desprezar a seguridade social e as particularidades das conjunturas nacionais, como o contexto do pós golpe institucional de 2016 e da pandemia da COVID-19. Particularmente, os temas pautados e discutidos neste Fórum nacional estão ligados, principalmente, à precarização das condições e relações de trabalho e à realização de concurso público; à mesa de negociação, na perspectiva de contribuir com a gestão do trabalho neste Sistema e com a qualidade da oferta dos serviços socioassistenciais; à criação do plano de cargos e salários; de uma política de educação permanente; à realização de um trabalho multidisciplinar e interdisciplinar, que considere as dimensões de classe, étnico-racial, gênero e sexualidade do público alvo atendido; à relação do poder judiciário com o SUAS; à construção da identidade das/dos trabalhadoras/es e das/dos usuárias/os deste Sistema; à pandemia da COVID-19 e seus rebatimentos na política de assistência social.

De acordo com os autores, o FNTSUAS, ao pautar e discutir temas importantes como esses, também vem criando ações e atividades para enfrentar a ofensiva (ultra)neoliberal contra o SUAS e, de um modo geral, contra os demais sistemas de política e de direitos sociais. No blogspot deste Fórum, que foi criado em 2012 e constituiu-se em uma importante plataforma virtual das/dos trabalhadoras/es do SUAS, é divulgado um conjunto de ações e atividades, que tratam de temas atinentes à seguridade social, à política de assistência social e ao SUAS, principalmente à gestão do trabalho, aos espaços de controle social democrático e às formas de resistência e de

Realização:



Apoio:



luta dentro e fora deste Sistema, considerando as medidas contrarreformistas que atacam as conquistas democráticas (Silva *et al.*, 2023b).

Dessa maneira, o FNTSUAS pode aglutinar forças com outros espaços e entidades de defesa das/os trabalhadoras/es, que lutam pela construção do SUAS, dos demais sistemas de políticas e direitos sociais, e pela construção de uma sociedade sem exploração, opressão e injustiça social. Contudo, são muitos os desafios apontados por este Fórum para mantê-lo em funcionamento e, também, para organização e mobilização da classe trabalhadora no atual cenário de precarização das condições e relações de trabalho (Silva *et al.*, 2023b).

No que se refere ao FETSUAS-RJ, sua criação foi em 2012<sup>467</sup> e a composição é similar ao do FNTSUAS, contando com uma coordenação, secretaria executiva, comissões e grupos de trabalho e a plenária estadual, segundo o artigo 10º do seu Regimento Interno (2020). Além disso, conforme o artigo 2º do referido Regimento, este Fórum é formado de “representação de entidades estaduais dos(as) trabalhadores(as) do SUAS, de natureza sindical, acadêmico-científica, de fiscalização do exercício profissional, de representação/categoria profissional” além das “representações dos Fóruns Municipais e Regionais de Trabalhadoras/es do SUAS”, bem como “trabalhadores(as) do SUAS ainda que não estejam organizados(as) em fóruns”.

Concebemos este espaço coletivo “de articulação, discussão democrática e deliberação política em defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ao nível estadual incluindo questões pautadas no Fórum Nacional dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS”, de acordo com o Regimento Interno (2020).

Destacamos, na atuação do FETSUAS-RJ, os Fóruns Municipais de Trabalhadores do SUAS (FMTSUAS), sendo que 10 Fóruns municipais estão na composição do FET, oriundos de Belford Roxo, Campos dos Goytacazes, Itaguaí, Macaé, Maricá, Niterói, Paty do Alferes, Queimados, Rio das Ostras e Rio de Janeiro.

Ao verificarmos as pautas dos registros de determinadas reuniões do FETSUAS-RJ, no ano de 2024, destacamos como o FET se preocupa em mobilizar os/as trabalhadores/as em questões mais abrangentes como a participação no Seminário e plenária do FNTSUAS, e na reunião descentralizada do CNAS, bem como às particularidades do próprio FET acerca da organização da plenária estadual, na construção de parceria com a UFF – contribuição para processos de pesquisa acadêmica, organização conjunta de Seminário - e às especificidades oriundas dos/as trabalhadores/as do SUAS, como a criação de novos Fóruns Municipais.

O compartilhamento das vivências concretas dos processos de lutas dos/das trabalhadores do SUAS contra a intensa precarização das relações de trabalho existentes na implementação dos serviços socioassistenciais, programas e ações da política de assistência social no Estado do Rio de Janeiro nos permitiu identificar que esta precarização tem sido o determinante central da fragilização da participação dos/das trabalhadores no FETSUAS-RJ. Porém, mesmo com um quantitativo de trabalhadores reduzido, verificamos o protagonismo político da Coordenação do FETSUAS-RJ em ações de resistência que buscam enfrentar este duro cenário.

Através dos relatos obtidos no Grupo Focal, observamos uma atuação incisiva do FET no contexto da pandemia da COVID-19, e dentre as ações realizadas, destacamos as mencionadas por uma das representantes da Coordenação como: “nota de posicionamento”, “conferências livres”, “provocou duas audiências livres na ALERJ.” Outra trabalhadora mencionou, posteriormente a esse período, “muitas ações de mobilização junto com o Fórum Nacional”. Quando salientamos sobre a relação do FETSUAS-RJ com o FNTSUAS, percebemos ações articuladas nos processos de luta, identificadas no seguinte relato:

<sup>467</sup> Conforme o site do blog do Fórum: <https://ftsuarj.blogspot.com/2012/>. Acesso em: 25 out. 2024.

Realização:



Apoio:



Desde a gestão passada eu já estava nesta representação e a gente tem uma articulação muito boa com essa demanda de trabalho coletivo (...) é muito importante essa articulação, até porque a nossa luta é uma luta coletiva. Eu entendo que quanto mais articulados a gente está, mais possibilidades a gente tem de caminhar. (...) a gente vem nesse grande mote da precarização e desse reconhecimento do Fórum enquanto espaço legítimo de representação dos trabalhadores nos espaços de controle social. (...) É dentro desse movimento coletivo que a gente se fortalece (REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃO DO FETSUAS-RJ, 2024).

Acrescentamos, a partir de nosso estudo, o importante papel que a Coordenação do Fórum Estadual realiza nos processos de organização e de mobilização dos/das trabalhadores/as para a constituição de novos Fóruns municipais, sendo formados dois novos Fóruns em 2024, o de Rio das Ostras e o de Campos dos Goytacazes.

No ano de 2024, a Coordenação também realizou sua plenária estadual em Rio das Ostras, de forma descentralizada e participativa. Além da organização e da realização em conjunto com nossa pesquisa do I Seminário “A precarização do trabalho no SUAS no Estado do Rio de Janeiro e os movimentos de resistência do FETSUAS-RJ”, o qual promoveu debates e trocas coletivas com os/as trabalhadores/as do SUAS dos diferentes municípios do Estado.

Por outro lado, pontuamos que o esvaziamento de trabalhadores/as nos espaços das reuniões e nas atividades do Fórum tem dificultado o cumprimento de suas atribuições e o alcance de suas ações de forma ampliada. Verificamos que alguns sindicatos participam como membros da Coordenação do FET, mas não observamos uma atuação mais efetiva dos mesmos nas atividades do Fórum. Sabemos que a precarização do trabalho tem levado à fragmentação e desmobilização dos/das trabalhadores/as. Neste sentido, ressaltamos como contribuição para o fortalecimento do FETSUAS-RJ a articulação junto às universidades públicas para a realização de projetos de extensão, visando processos de formação política junto aos trabalhadores/as do SUAS engajados nos FMT, pois acreditamos que “O mergulho no cotidiano das necessidades e das resistências também nos abre possibilidades programáticas de intervenção junto às organizações e as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores” (Duriguetto, 2014, p. 189).

## Considerações finais

Na perspectiva da luta de classes, reafirmamos os Fóruns como relevantes espaços de resistência, configurando-se como locais articuladores para mobilizar trabalhadores/as do SUAS em suas pautas de lutas, principalmente quando atuam em conjunto com os demais movimentos sociais e sindicatos de cunho progressista.

Ainda que não promovam, substantivamente, alterações nas relações de trabalho no âmbito dessa política –, tendo em vista que isso depende da luta mais geral da classe trabalhadora, que está articulada à transformação radical da sociedade –, podem contribuir com esse processo contra-hegemônico, de modo a disputar o direcionamento do projeto de assistência social na perspectiva dos direitos e da participação democrática.

Embora sejam muitos os desafios dos Fóruns, que expressam em alguma medida as dificuldades de organização e de mobilização do conjunto da classe trabalhadora brasileira no contexto atual, ressaltamos seus movimentos de resistência como importantes para fortalecer a luta dos/das trabalhadores/as no âmbito do SUAS, e nos demais espaços públicos das políticas sociais e da sociedade brasileira.

## Referências

Realização:



Apoio:



ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 23, n. 1, p. 10-22, jan./jun. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/41383>>. Acesso em: 30 de junho de 2025.

BERWIG, Solange Emilene. Os desafios para a organização dos/as trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 150-168, 2021. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/59994>>. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – **NOB-RH/SUAS**. Brasília: MDS, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho**. Brasília: MDS, s/d. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/gestao-do-suas/gestao-do-trabalho-1>>. Acesso: 16 mar. 2016.

CAMARGO, Janaína Albuquerque de. FETSUAS-RJ: resistência em movimento contra a precarização do trabalho no SUAS. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 25, n. 49, p. 430-445, jan./jun., 2025.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e serviço social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; DURIGUETTO, Maria Lúcia. (org.). **Movimentos sociais e serviço social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. p. 177-194.

FERNANDES, Florestan. **Brasil**: em compasso de espera – pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

FETSUAS-RJ – FÓRUM ESTADUAL DOS TRABALHADORES DO SUAS DO RIO DE JANEIRO. <https://ftsuarj.blogspot.com/2012/>. Acesso em: 25 out. 2024.

FETSUAS-RJ – FÓRUM ESTADUAL DOS TRABALHADORES DO SUAS DO RIO DE JANEIRO - FETSUAS-RJ. **Regimento Interno**. Rio de Janeiro: FETSUAS-RJ 2020.

FÓRUM NACIONAL DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES DO SUAS – FNTSUAS. Disponível em: <<http://fntsuas.blogspot.com/p/carta-de-principios-e-regimento-interno.html>>. Acesso em: 25 nov. 2024.

IASI, Mauro. O Estado depois do ajuste: políticas sociais na época da hipocrisia deliberada. In: PASTORINI, Alejandra *et al.* **Estado e cidadania**: reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

RAICHELIS, Rachel. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS**: uma contribuição necessária. Brasília (DF), 2011.

Realização:



Apoio:



RIBEIRO, Sâmbara Paula Francelino. Lutas sociais contemporâneas: entre os desígnios pós-modernos e os imperativos da classe trabalhadora. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; DURIGUETTO, Maria Lúcia. (org.). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 102-118.

SILVA, Robson Roberto da *et al.* Análise da atuação do fórum nacional de trabalhadores do SUAS. In: **Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social**, Vitória-ES, UFES, jun. 2023.

SILVA, Robson Roberto da *et al.* A atuação do Fórum Nacional dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS). In: **Seminário de Iniciação Científica da PROPPI/UFF**, 2023, Niterói. Revista PIBIC - Seminário de Iniciação Científica da PROPPI/UFF. Niterói: UFF, 2023b.

SILVA, Robson Roberto da. A Dinâmica da neoliberalização e os ataques à seguridade social no Brasil. In: MAURIEL, Ana Paula Ornellas *et al.* (org.). **Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

SILVA, Robson Roberto da. **(Des)centralização, contrarreforma do Estado e política de assistência social no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Realização:



Apoio:





## A CRISE DA DEMOCRACIA NO BRASIL E OS IMPACTOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Cristiane Rodrigues Libardi\*

**Resumo:** Este artigo analisa a crise da democracia contemporânea, destacando suas causas e os impactos nas políticas públicas sociais. Parte-se da compreensão da trajetória e dos modelos democráticos, observando o declínio do índice de democracia em diversos países. A desigualdade econômica é apontada como um fator que compromete a igualdade política e favorece o surgimento de líderes autoritários. O neoliberalismo intensifica esse processo ao mercantilizar direitos sociais e enfraquecer o papel do Estado. Defende-se a necessidade de fortalecer a democracia como condição para a efetivação de políticas públicas justas e igualitárias.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais. Neoliberalismo. Terceiro Setor. Crise Democrática. Participação Popular.

**Abstract:** This article analyzes the crisis of contemporary democracy, highlighting its causes and the impacts on social public policies. It starts from the understanding of the trajectory and democratic models, observing the decline in the democracy index in various countries. Economic inequality is pointed out as a factor that undermines political equality and favors the emergence of authoritarian leaders. Neoliberalism intensifies this process by commodifying social rights and weakening the role of the state. The necessity of strengthening democracy is advocated as a condition for the realization of fair and equitable public policies.

**Keywords:** Social Movements. Neoliberalism. Third Sector. Democratic Crisis. Popular Participation.

### Introdução

Os movimentos sociais, enquanto expressões coletivas das contradições sociais, vêm passando por um processo de diversificação ao longo do desenvolvimento histórico. Em seus momentos iniciais, especialmente no contexto da consolidação do capitalismo industrial, eram fortemente impulsionados pelos interesses da classe trabalhadora, centrados na luta por melhores condições de trabalho, reajustes salariais e reconhecimento de direitos. A centralidade da relação capital-trabalho, como expressão da sociabilidade capitalista, configurava as pautas e a organização desses sujeitos coletivos, que buscavam resistir às formas de exploração e dominação inerentes ao modo de produção capitalista, na busca por transformações estruturais no âmbito das relações de produção e da organização do trabalho.

Entretanto, com as modificações nas relações de trabalho e, sobretudo, com o processo de êxodo rural, emergiram novas expressões da questão social que demandavam respostas imediatas por parte do Estado. Paralelamente ao crescimento demográfico, as demandas que surgiam extrapolavam o escopo tradicional de atuação dos sindicatos, vinculando-se diretamente à reprodução ampliada das relações sociais capitalistas e às próprias condições materiais de existência dos sujeitos, abrangendo aspectos como moradia, saúde, educação, segurança, assim, a complexificação da questão social era no contexto da urbanização e da reestruturação produtiva.

---

\*Bacharel e Mestranda em Serviço Social pela PUC-SP. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. E-mail: cricajbc@yahoo.com.br

Realização:



Apoio:



Em determinados momentos, as pautas dos movimentos sociais convergiram, como na luta pela redemocratização do Brasil na década de 1980. Contudo, em diversos contextos, observaram-se a emergência e o fortalecimento de segmentos populacionais heterogêneos, cujas demandas exigiam o reconhecimento de direitos específicos relacionados a gênero, raça, etnia, orientação sexual, faixa etária, condições geofísicas, saúde, entre outros. Embora muitos desses movimentos tenham se originado a partir da organização de trabalhadores, o processo de identificação coletiva tornou-se progressivamente mais desafiador, à medida que as agendas se diversificavam e, conseqüentemente, os movimentos sociais passavam a apresentar maior fragmentação e isolamento em suas ações.

Com o advento da crise do capitalismo, na década de 1970, os governos centrais, sobretudo o norte-americano, adotaram estratégias que simultaneamente favoreceram a expansão do mercado e promoveram o esvaziamento das responsabilidades estatais em relação às políticas públicas sociais. Sob o discurso da eficiência e autonomia, estimulou-se a transferência das obrigações do Estado para a sociedade civil, que passou a ser convocada a suprir as demandas sociais por meio de iniciativas privadas, voluntárias e filantrópicas. Essa lógica, ainda presente, se fundamenta na responsabilização individual pelos riscos e vulnerabilidades sociais, mascarando a precarização dos direitos sociais e gerando a desmobilização das estruturas estatais de proteção. O chamado “terceiro setor” emergiu como alternativa marcada por seletividade, fragilidade institucional e forte influência mercantilista, enquanto o Estado se afastava de seu papel central na garantia do bem-estar coletivo, naturalizando assim a desresponsabilização pública em nome de um suposto fortalecimento da sociedade civil.

O presente estudo traz alguns apontamentos das consequências da criação do terceiro setor para a democracia e para os movimentos sociais. Ademais, estabelece relação íntima da crise democrática no Brasil com os movimentos sociais alertando para as implicações complexas desse cenário, que envolvem desde o risco de cooptação e desvirtuamento de suas agendas emancipatórias até o comprometimento de sua autonomia política, sobretudo em contextos de fragilização institucional, retração do espaço público e crescente influência de interesses privados na formulação de políticas públicas.

O objetivo deste trabalho é analisar os impactos da crise da democracia brasileira sobre os movimentos sociais, destacando o modo como o enfraquecimento das instituições públicas e o avanço do neoliberalismo contribuíram para a reconfiguração das lutas sociais. Pretende-se, ainda, refletir sobre os limites e desafios enfrentados pelos movimentos na contemporaneidade, em especial diante da mercantilização das políticas públicas e da expansão do terceiro setor.

A perspectiva teórico-metodológica adotada baseia-se na análise crítica das transformações históricas das formas de sociabilidade capitalista, articulando autores da tradição marxista com contribuições do pensamento social brasileiro. O estudo parte de revisão bibliográfica qualitativa, ancorada em referências nacionais e em dados secundários, buscando compreender as mediações entre a crise da democracia, o papel do Estado e os processos de mobilização social no Brasil contemporâneo.

## **Movimentos sociais, lutas de classe e a consolidação da hegemonia do capital no Brasil**

Durante o século XIX, destacaram-se os movimentos sociais da classe trabalhadora, posteriormente denominados de clássicos, cujo núcleo central de reivindicação concentrava-se na luta por melhores salários e condições de trabalho. As mobilizações tinham como eixo estruturante a condição econômica dos trabalhadores e a relação direta entre capital e trabalho, expressando-se, majoritariamente, por meio da

Realização:



Apoio:



atuação sindical e de sua inserção no ambiente fabril, onde as dinâmicas produtivas e as disputas de classe se manifestavam de forma mais direta.

Entretanto, a partir de meados do século XX, principalmente no contexto do pós-guerra e da Guerra Fria, a intensificação da expansão capitalista global modificou o cenário das lutas sociais. Novos movimentos emergiram, ora como complemento, ora como crítica e alternativa aos movimentos operários tradicionais e aos partidos de esquerda. Tal dinâmica evidenciou os limites das lutas classistas, que não lograram superar a lógica de reprodução econômica e produtiva do capital. Diversos segmentos sociais passaram, assim, a protagonizar suas próprias mobilizações em defesa de direitos historicamente negligenciados, dando origem aos movimentos de mulheres, negros, diversidade sexual, entre outros. “A luta operária e sua expressão no espaço produtivo fabril não conseguiu converter-se num projeto societal hegemônico dos trabalhadores, contrário ao do capital.” (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 265)

Para além das relações de produção, os chamados “novos movimentos sociais” passaram a incidir também sobre a esfera da reprodução social, direcionando suas pautas para o acesso a bens coletivos de consumo, como saúde, educação, moradia, saneamento básico, transporte, entre outros. Embora estas demandas estejam diretamente vinculadas às condições de existência da população, muitas vezes carecem de uma compreensão mais aprofundada acerca de sua origem estrutural, enraizada na relação capital-trabalho e nas formas de reprodução do capitalismo. Tal dissociação enfraquece o potencial político desses movimentos, restringindo sua capacidade de intervenção sobre as causas estruturais das desigualdades sociais. Ao desconectar-se da crítica do modo de produção, esses movimentos acabam por fragmentar as lutas sociais e dificultar a formação de alianças estratégicas com a luta histórica da classe trabalhadora.

Embora haja críticas quanto ao uso da noção de “novo” para caracterizar os movimentos sociais contemporâneos, é possível compreendê-la não como expressão de uma ruptura com a estrutura do sistema capitalista, mas como manifestação de novas formas de organização, mobilização e reivindicação no interior da sociabilidade do capital. Nesse sentido, o termo não precisa ser descartado, mas problematizado, reconhecendo que essas expressões traduzem contradições sociais concretas e específicas, ainda que muitas vezes dissociadas da crítica à centralidade da relação capital-trabalho. Aprofundar essa compreensão permite evitar uma leitura despolitizada dos movimentos, ampliando sua potência crítica e reforçando a possibilidade de articulação com a luta histórica da classe trabalhadora.

Outro aspecto a ser destacado refere-se à segmentação e ao fracionamento que caracterizam essas lutas sociais, fenômeno que se intensifica quando os diversos movimentos deixam de reconhecer o eixo comum que atravessa suas reivindicações: a relação capital-trabalho e a inserção coletiva no universo do proletariado. “A superação desse particularismo poderia ser alcançada se identificassem um objetivo comum: a reapropriação das condições sociais de existência – o que implicaria ligação com a luta de classe do proletariado.” (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 266-267). Essa limitação, além de favorecer a manutenção do sistema capitalista, fortalecendo-o, promoveu o atravessamento da ideologia neoliberal e a hegemonia do capital.

Especificamente no Brasil, país considerado agrário até meados da década de 1950, o avanço do processo de industrialização possibilitou um expressivo crescimento da população urbana, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980. A mecanização agrícola e a expansão do agronegócio provocaram um êxodo rural compulsório, duplicando a população residente nos grandes centros urbanos. Esse contexto impulsionou, de um lado, a concentração fundiária nas mãos de poucos e, de outro, nas cidades industrializadas, intensificou o deslocamento populacional para as periferias urbanas. O baixo nível salarial, somado às precárias condições de vida, inviabilizava o

Realização:



Apoio:



acesso dos trabalhadores à moradia adequada, resultando na proliferação de loteamentos clandestinos e no aprofundamento da pobreza urbana.

A partir das transformações macroeconômicas e das alterações na infraestrutura ocorridas ao longo da década de 1970, intensificaram-se as mobilizações que visavam responder aos novos desafios impostos ao proletariado urbano, aos trabalhadores rurais e à classe média. Nesse contexto, emergiram novas formas de inserção política desses grupos, configurando um novo sindicalismo e uma diversidade de movimentos sociais urbanos. Destacam-se, nesse período, os clubes de mães, os grupos de jovens, os movimentos de mulheres, de educação popular, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as associações de moradores – frequentemente articulados com o apoio da base cristã e inspiradas na Teologia da Libertação - bem como militantes de esquerda e movimentos vinculados ao campo, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Com o advento da ditadura militar, cujo marco inicial foi o golpe de 1964, as estratégias de repressão e controle geraram sucessivas revoltas e mobilizações populares. Ao longo da década de 1980, consolidou-se uma luta persistente pela redemocratização do país, favorecendo o estabelecimento de um consenso entre distintos movimentos sociais, especialmente aqueles que confrontavam o regime autoritário. Em 1984, ocorreu a maior mobilização em massa da história recente, o movimento “Diretas Já”, que reivindicava eleições diretas para a Presidência da República.

Entretanto, com o fim do regime militar em 1985 e a promulgação da Constituição de 1988 - que estabeleceu o marco legal dos direitos sociais e das garantias fundamentais – verificou-se uma dispersão das agendas dos movimentos sociais em múltiplas frentes, muitas vezes desarticuladas entre si.

### **Movimentos sociais e a inserção institucional: entre a resistência e a cooptação**

Com a crise do capital na década de 70, o mercado passou a exigir a retração do Estado na condução dos investimentos sociais, redirecionando-os ao próprio mercado. Essa orientação foi consagrada pelo Consenso de Washington, posteriormente incorporada por lideranças como Margaret Thatcher e Ronald Reagan.

A ideologia dominante dos regimes neoliberais sustenta que as adversidades enfrentadas pelas populações seriam responsabilidade dos próprios indivíduos, isentando o Estado de qualquer obrigação de suprir suas necessidades ou minimizar seus sofrimentos. A resolução dos problemas sociais seria, portanto, transferida para o nível individual ou para a ação local, que deveriam buscar autonomamente seus próprios mecanismos de superação, limitando assim a intervenção estatal.

Consolida-se, nesse contexto, a criação de organizações não governamentais e entidades da sociedade civil sob o manto da filantropia, da solidariedade e da benevolência.

No campo da nova filantropia – também designada como “terceiro setor” – desenvolve-se, sobretudo a partir dos anos 90, uma configuração adaptada aos interesses do capital. No Brasil, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), essa vertente assume uma nova roupagem discursiva: “a renovação do espaço público, o resgate da solidariedade e da cidadania, a humanização do capitalismo e, na medida do possível, a superação da pobreza.” (Calegare; Silva Junior, 2009, p. 3)

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) implementou políticas que resultaram no desmonte das políticas públicas e na desproteção do trabalhador. Simultaneamente, consolidou medidas que favoreceram o mercado, como as privatizações, e estruturou políticas que transferiram à sociedade a responsabilidade pelo atendimento das demandas sociais.

Realização:



Apoio:



Segundo Calegare; Silva Junior (2009, p. 14-16), “longe de atacar diretamente a base dos problemas geradores da questão social, o que temos é a transmutação desta última para uma questão organizacional.”

O fato de o Estado, com frequência, constituir-se como o principal financiador de determinadas organizações sociais possibilita uma mescla indissociável entre os objetivos formais dessas entidades e interesses alheios à sua finalidade original. Esse vínculo propicia, portanto, o aumento da margem para práticas desviantes e ilícitas envolvendo tanto o setor político quanto o aparato estatal.

Dessa forma, o enquadramento do “terceiro setor” como uma suposta resposta neoliberal às problemáticas sociais evidencia a presença de uma ideologia subjacente, que o instrumentaliza como mecanismo de reprodução dos interesses do capital sob a chancela do Estado.

A princípio, Montaño (2002, p. 7) compreende que o terceiro setor exerce a função de atenuar os impactos das reformas neoliberais. Tal perspectiva, portanto, fundamenta-se na justificativa e legitimação do processo de desestruturação da Seguridade Social, promovendo a desresponsabilização do Estado na intervenção Social e transferindo à sociedade civil o encargo da assistência pública. Com isso, reduzem-se as possibilidades de controle democrático e de pressão política, uma vez que o direcionamento das ações dessas organizações passa a atender, prioritariamente, os interesses de grupos privados e empresariais.

A segunda consequência refere-se à desoneração do capital quanto à sua responsabilidade pelas respostas às manifestações da “questão social”, deslocando o ônus da intervenção para as políticas sociais cada vez mais focalizadas e pontuais.

O terceiro apontamento de Montaño (2002, p. 8) diz respeito à despolitização dos conflitos sociais, uma vez que estes são diluídos e transformados em “lutas contra a reforma do Estado” em “parceria com o Estado”.

O quarto apontamento do autor é no sentido de que o “terceiro setor” implica na criação da cultura do “possibilismo”, ou seja, “não se acredita mais nas instituições democráticas/estatais ou classistas (partidos e sindicatos), mas na autoajuda, na ajuda mútua, ou na ajuda divina – todas formas independentes da atividade do Estado.” (Montaño, 2002, p. 10)

Outro aspecto abordado por Montaño (2002) diz respeito à atribuição ao “terceiro setor” de um suposto efeito mitigador do desemprego, frequentemente exaltado como alternativa ao incremento da desocupação estrutural. Embora as organizações da sociedade civil disponibilizem vagas de trabalho, abarcando grupos de desempregados em diversos segmentos, Montaño (2002) afirma que, na verdade, sua existência representa estratégia de sobrevivência do trabalhador desempregado, funcionando como mecanismo de contenção social, instrumentalizado pelo capital para amortecer insatisfações, atenuar ânimos e reduzir tensões.

Ainda, segundo o autor, outra consequência consiste na localização e trivialização da “questão social”, deslocando-a à esfera da responsabilização individualizada, em que o próprio indivíduo passa a arcar com os custos e riscos de sua própria inserção social.

Por fim, ao abdicar de suas responsabilidades e desproteger seus cidadãos, o Estado abre espaço para o fortalecimento de organizações e entidades privadas que, não raro, avançam sobre o próprio Poder Legislativo, mediante apoio de parlamentares defensores de interesses corporativos e econômicos. Na prática, observa-se o benefício político das organizações religiosas e filantrópicas, consolidando uma interseção entre os poderes públicos e privados que, inevitavelmente, interfere na plena realização do Estado Democrático de Direito.

Os movimentos sociais, a partir da década de 1990, passam por um processo de reconfiguração. “Observa-se um recuo da sua força combativa e de enfrentamento direto nas lutas por ocupação de espaços no campo institucional do Estado, como

Realização:



Apoio:





ocorre nos Conselhos de Direitos.” (Duriguetto; Montañó, 2011, p. 304). Essa mudança de trajetória - anteriormente marcada por uma ascendente participação conflituosa – passa a ser orientada por uma lógica institucionalizada, em que os movimentos deixam de atuar exclusivamente fora do aparato estatal e passam a ocupar posições nos diferentes níveis da administração pública: federal, estadual e municipal.

Se, por um lado, esses atores se deparam com um ambiente mais estável e formalmente reconhecido, por outro, esse novo arranjo atende a demandas de relação com o Estado que se tornam cada vez mais frequentes e diversificadas. A proliferação de instâncias participativas evidencia a tentativa de construção de uma ação conjunta entre Estado e sociedade civil. No entanto, embora essas iniciativas favoreçam certa normatização da atuação política e aumentem a capacidade de inserção no sistema político, elas também acarretam uma diminuição da autonomia dos movimentos sociais à medida que estes priorizam a manutenção de vínculos com o governo e com os órgãos de financiamento de políticas públicas. Nesse contexto, “muitos movimentos sociais atuantes perdem o seu caráter de movimento popular e se tornam sujeitos subalternos aos atores centrais do campo político instituído.” (Feltran, 2011, p. 30)

Atualmente, mesmo com a intensificação do projeto neoliberal, os movimentos sociais – sobretudo os de orientação progressista - procuram articular-se em redes sociais, locais, virtuais e temáticas. Estas redes abordam questões específicas de ordem sociocultural, geracional e histórica, entre outras. Com isso, os interesses deixam de ser apenas pontuais, buscando conformar agendas coletivas e mais abrangentes, como as pautas relacionadas à ética na política, meio-ambiente, antiglobalização etc.

### **A democracia em disputa: reações e reinvenções da sociedade civil**

Como abordado anteriormente, a ideologia neoliberal, ao encontrar terreno fértil na erosão democrática, compromete a função do Estado de garantir direitos sociais, substituindo essa garantia por uma lógica de mercantilização, financeirização e filantropização. Esse deslocamento contribui para o enfraquecimento do pacto democrático, comprometendo também os princípios de justiça social que fundamentam as políticas públicas em regimes democráticos.

Além disso, a descrença da população na representatividade política – sobretudo em relação àqueles que alegam defender os interesses populares -, a fragmentação partidária agravada pelo excesso de partidos e os sucessivos escândalos de corrupção, somados às crescentes desigualdades econômicas e sociais, geram o descontentamento generalizado. Tal cenário favorece o surgimento de discursos populistas, nacionalistas e conservadores. A polarização e a radicalização ideológicas, a influência das redes sociais e a persistência de elementos autoritários no imaginário político nacional (como a democracia recente, a herança da ditadura militar, a cultura política e a memória histórica) são fatores que contribuem para a crise da democracia no país.

Entretanto, esses coeficientes estruturais, conjunturais ou culturais da crise podem também atuar como propulsores de novos movimentos sociais. Em situações de crise, a mobilização popular tende a ocorrer de forma mais intensa e recorrente, como evidenciado, por exemplo, nas manifestações políticas de junho de 2013.

A polarização política, intensificada pela crise democrática, também gera movimentos sociais de viés mais radical, tanto à direita quando à esquerda. Grupos extremistas e de cunho antissistema podem ganhar força à medida que a desconfiança nas instituições passa a legitimar ações que desrespeitam o ordenamento jurídico.

Outro fato agravante da crise democrática, especialmente no que se refere aos movimentos sociais, é a repressão e a criminalização dessas manifestações. Diante de crises institucionais, governos tendem a adotar posturas mais rígidas e autoritárias,

Realização:



Apoio:



valendo-se de medidas repressivas, restrições à liberdade de expressão e à atuação de lideranças sociais e políticas.

Adicionalmente, certos movimentos sociais são, por vezes, instrumentalizados por elites políticas com o intuito de desestabilizar seus adversários, enfraquecer governos ou ainda promover agendas de caráter antidemocrático. Neste cenário, o uso de plataformas digitais torna-se uma ferramenta poderosa para disseminar desinformação, manipular narrativas ou organizar protestos simultâneos com forte apelo emocional e baixo compromisso com a veracidade dos fatos.

Dessa forma, a crise da democracia, embora represente uma ameaça concreta às instituições e aos direitos historicamente conquistados, também configura um terreno fértil para a emergência de novos movimentos sociais. A fragilidade do Estado em garantir proteção social e representação efetiva abre espaço para que atores coletivos se reestruturem, reinventem estratégias e reafirmem seu protagonismo na cena pública. Em um cenário de tensões políticas, polarização e retrocessos institucionais, a mobilização social se revela não apenas como uma forma de resistência, mas também uma via de construção de alternativas democráticas, solidárias e inclusivas.

## Conclusão

Ao longo da história, observa-se que os movimentos sociais são constituídos pela necessidade de resposta que os indivíduos demandam para verem suas necessidades atendidas. A associação entre grupos, que permite a mobilização popular, é imprescindível como mecanismo de pressão sobre o Estado – seja para assegurar ou para contestar determinadas atuações.

Esses movimentos podem assumir diferentes vieses, a exemplo da luta por moradia digna, ética na política, respeito à diversidade sexual, direitos das mulheres, da população negra, dos indígenas, das pessoas com deficiência, pessoas idosas, pautas ambientais, entre outros. Em geral, essas pautas se conectam ao contexto histórico-político de sua emergência e se organizam a partir de alguma demanda de mudança – seja ela social, política, econômica ou cultural - que envolva tanto o reconhecimento de direitos quanto a exigência de deveres por parte do Estado.

A história tem mostrado que a relação capital trabalho é o cerne que move grande parte das lutas sociais e serve como mola propulsora da cidadania, embora nem sempre essa conexão esteja claramente delineada. A superação das lutas puramente fabris aponta para a necessidade de se considerar contradições que ultrapassam a esfera da produção e que alcançam, também, a reprodução social e as condições materiais de existência da vida humana.

Os movimentos sociais, ainda que sofram os impactos do neoliberalismo e enfrentem os efeitos da barbárie do capital, seguem como expressão legítima da sociedade civil. Eles caminham lado a lado com os anseios da população – sejam pautas promovidas por grupos conservadores, reacionários ou por agendas progressistas e emancipadoras – justamente porque emergem do seio social. Seus membros compartilham o propósito de transformação e enfreamento às desigualdades, independentemente de o retorno vir ou não por parte do Estado.

Ressalta-se, por fim, que a crise da democracia que atravessa as sociedades contemporâneas interfere diretamente na forma como os movimentos sociais se constituem, se expressam e são reconhecidos. O tipo de resposta que os Estados oferecem revela o grau de abertura democrática, a tolerância ao dissenso e a capacidade institucional de dialogar - ou, ao contrário, o impulso à repressão e à criminalização das demandas sociais. Trata-se, portanto, de um reflexo direto da saúde e da maturidade do regime democrático em vigor.

## Referências

Realização:



Apoio:



CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; SILVA JUNIOR, Nelson da. A “construção” do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 129-149, jan./jun., 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n17/v917a09.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2024.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, p. 56-64, 2002. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18912/14066>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ROSSONI, Sandra Aparecida Machado dos Reis. Terceiro setor: uma análise crítica. **Akrópolis**, Umuarama, v. 18, n. 3, p. 227-236, jul./set. 2010. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/235577184.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SANTOS, Leane Mota Araujo dos; LOPES, Fernando Dias; AÑEZ, Miguel Eduardo Moreno. Análise crítica em organizações sociais: apropriando teoria e prática de seus componentes estruturais e culturais. **Cadernos EBAPE.BR**, São Paulo, v. 5, n. 2, jun. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/5024/3758>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

Realização:



Apoio:



## **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: uma reflexão a partir da entrada do modelo social e do feminismo**

Cintia Dutra da Silva Bensi<sup>468</sup>

Paula Azevedo Manhães<sup>469</sup>

Juliana Thimóteo Nazareno Mendes<sup>470</sup>

**Resumo:** Este artigo discute as transformações no entendimento da deficiência a partir do modelo social, incorporando as contribuições dos feminismos, especialmente no que se refere ao papel do cuidado. Propõe uma reflexão acerca do binarismo entre deficiência e não deficiência, a partir das normativas existentes. Utilizando uma metodologia de natureza bibliográfica e analítico-reflexiva, baseada em referenciais teóricos e documentos normativos sobre deficiência, além de dados secundários do município de Campos dos Goytacazes-RJ, buscou fornecer uma contribuição sobre como interpretamos as barreiras para acessibilidade e o termo inclusão.

**Palavras-chave:** Pessoas com Deficiência. Movimento político. Acessibilidade. Inclusão.

**Abstract:** This article discusses changes in the understanding of disability based on the social model, incorporating contributions from feminism, especially with regard to the role of care. It proposes a reflection on the binary distinction between disability and non-disability, based on existing regulations. Using a bibliographic and analytical-reflective methodology based on theoretical references and normative documents on disability, as well as secondary data from the municipality of Campos dos Goytacazes-RJ, it sought to provide a contribution on how we interpret barriers to accessibility and the term inclusion.

**Keywords:** People with disabilities. Political movement. Accessibility. Inclusion.

### **Introdução**

Este artigo apresenta uma reflexão acerca dos deslocamentos teóricos no debate sobre as questões que perpassam as pessoas com deficiência, realizando uma breve aproximação à realidade do município de Campos dos Goytacazes, localizado no interior do estado do Rio de Janeiro. Para isso, adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica tendo como base os estudos de autores como Débora Diniz (2007), Livia Barbosa e Wederson Rufino dos Santos (2009).

O município de Campos dos Goytacazes, possui uma população aproximada de 483.540 habitantes (IBGE, 2024), não sendo possível, identificar quantos habitantes declararam ter alguma deficiência. No entanto, no Censo de 2010, a população estimada era de 463.731 habitantes, sendo que destes 108 mil haviam se declarado

---

<sup>468</sup> Graduada em Serviço Social e mestranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Núcleo de Pesquisa sobre Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas (NIJUP/UFF). E-mail: cintiad@id.uff.br

<sup>469</sup> Graduada em Psicologia e mestranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Núcleo de Pesquisa sobre Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas (NIJUP/UFF). E-mail: paulamanhaes@id.uff.br

<sup>470</sup> Doutora em Geografia pela UFF, mestre e graduada em Serviço Social pela UFJF. Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF e do curso de Serviço Social da UFF/Campos dos Goytacazes. Vice-líder do Núcleo de Pesquisa sobre Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas (NIJUP/UFF). Membro do Grupo Temático Serviço Social, Geração e Classes Sociais da ABEPSS. E-mail: juliana\_mendes@id.uff.br

Realização:



Apoio:



com alguma deficiência, seja ela visual, auditiva, motora e/ou mental. Isso representava, à época, que cerca de 23% da população possuía algum tipo de deficiência que não deve se diferenciar no contexto atual.

No âmbito da política de assistência social, esta população é atendida pelo serviço de proteção social especial de média complexidade, que em Campos dos Goytacazes é realizado por instituições da sociedade civil organizada, por meio de convênio firmado com o Fundo Municipal de Assistência Social, via chamamento público específico, como determina as normativas legais.

O percurso da atenção à pessoa com deficiência foi marcado por intensos debates e lutas políticas, que permitiram alcançar um padrão mínimo de proteção social no Brasil. Assim, este trabalho visa apresentar uma breve reflexão acerca deste processo, em que no primeiro momento trata-se do movimento coletivo das pessoas com deficiência, abordando a incorporação do modelo social e a participação ativa dessas pessoas na luta por direitos. Nesse contexto, destaca-se também a contribuição do movimento feminista, que insere nas discussões o papel do cuidado. No segundo momento, realiza-se uma reflexão sobre a acessibilidade, convidando o leitor a uma análise das barreiras para além do binômio “pessoa com deficiência ou não”. Além disso, discute-se o termo “inclusão” construído a partir de uma ótica conservadora, frequentemente adotada por aqueles que já se sentem incluídos. Por fim, realiza-se uma breve aproximação à realidade de Campos dos Goytacazes-RJ.

### **Modelo social de deficiência e a contribuição do feminismo**

As primeiras manifestações coletivas e a conquista de visibilidade das pessoas com deficiência (PCD) nas arenas e espaços políticos remontam, aproximadamente, à década de 1970. Foi nesse período que emergiu o modelo social de deficiência, que deslocou o entendimento da deficiência a partir de uma perspectiva estritamente biomédica para uma leitura no campo das humanidades (Diniz, 2007). A abordagem social visou romper com a abordagem marcada por definições de corpos com lesões e lesionados e com a ideia de que as pessoas com deficiência eram responsáveis por suas limitações. Conforme Diniz (2007), antes havia um discurso que empurrava estes sujeitos para instituições, na tentativa de “normalizá-las” para, depois, reinseri-los na família ou sociedade.

O modelo social mostrou que “a experiência da deficiência não era resultado de suas lesões, mas do ambiente social hostil à diversidade física” (Diniz, 2007, p. 18). Assim, de acordo com a autora, este modelo permitiu o deslocamento do tema da deficiência do espaço doméstico, marcado pela vergonha e pelo estigma da anormalidade, para o espaço público, entendido como uma questão de justiça. Neste espaço, a deficiência passou a ser compreendida como uma experiência de desigualdade compartilhada por pessoas com diferentes tipos de impedimento e que os serviços biomédicos são direitos sociais, pois se constituem como respostas às suas demandas e necessidades.

Foi a partir dessa compreensão que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2006 e ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional em 2008 (Decreto nº 6.949/2009), representa um marco fundamental na consolidação dos direitos das pessoas com deficiência no cenário nacional e internacional. Influenciada pelos princípios do modelo social da deficiência, e com o envolvimento e a participação dos movimentos sociais em sua elaboração, buscou romper com a perspectiva biomédica que historicamente reduziu a deficiência a um problema individual ou exclusivamente clínico.

Outro instrumento normativo fundamental na reformulação da compreensão sobre a deficiência foi a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), publicada pela Organização Mundial da Saúde em 2001. A CIF buscou

Realização:



Apoio:





transformar a lógica exclusivamente médica da antiga Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens, *Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps* (ICIDH) de 1980. A CIF estabeleceu critérios para mensurar as barreiras e a restrição de participação social, propondo uma abordagem biopsicossocial, integrando os modelos médico e social, que pensasse a deficiência não apenas uma condição do corpo, mas nas diferentes perspectivas de saúde: biológica, individual e social, enquanto a ICIDH, numa lógica médica de impedimentos corporais, baseava-se na ideia, em que um corpo com impedimentos experimentaria restrições de habilidades, que, por sua vez, levariam a desvantagens sociais (Diniz, Barbosa e Santos, 2009).

Se no campo da produção teórico-política o modelo social representou um grande avanço, influenciando as normativas mundiais como a CIF da Organização Mundial de Saúde e a CDPD das Nações Unidas, no campo da vida cotidiana, os sujeitos com algum tipo de impedimento também passaram a lutar por inserção no mercado de trabalho, ganhando maior visibilidade. Como aponta Cassab (2001, p. 144), no “jogo das identificações”, que também é “um jogo de diferenciações”, esses se reconheceram nos paradigmas socialmente valorizados, ao mesmo tempo em que eram diferenciados por eles.

Em uma sociedade que os segregavam e estigmatizavam, passaram a se perceber como parte dela. Nesse processo, o assujeitamento — entendido aqui como um elemento necessário à constituição da subjetividade — desempenha papel central. Utilizando os argumentos de D’Andrea (2022, p. 226), é possível afirmar que esses sujeitos passaram “do estigma ao orgulho”. Ao reconhecerem-se por meio de uma experiência comum e coletiva, e impulsionados pelo movimento político, deixaram de ocupar um lugar de passividade e passaram a se afirmar como sujeitos de agir políticos.

Neste processo não se pode deixar de considerar as contribuições do movimento feminista ao debate, até então, as lutas centravam-se no acesso ao trabalho para homens com deficiência física. Foi com a pauta feminista, sobretudo a partir dos anos de 1990 e 2000, que se trouxe a discussão do cuidado, da interdependência e das demandas de mulheres cuidadoras e de pessoas com deficiência intelectual e mental.

Segundo Diniz (2007) o movimento feminista ressaltou o que significava viver com um corpo doente ou lesado e evidenciou o papel das cuidadoras anteriormente esquecido pelos teóricos do modelo social. Essa perspectiva ampliou o olhar sobre quem exerce o cuidado, reconhecendo as experiências vivenciadas por mulheres.

Assim, a entrada dos feminismos no movimento político das pessoas com deficiência trouxe outras formas de resistência, de questionamento e de visibilidade aos processos experienciados por elas como condições geracionais, de saúde e de interdependência, que são ainda intensificadas pela questão étnico-racial. Já no contexto brasileiro, marcado por uma história de escravização, o entrelaçamento entre raça, gênero e classe é fundamental para compreender integralmente a luta das pessoas com deficiência (Motta, 2018).

Na realidade do município de Campos dos Goytacazes, segundo dados do CECAD<sup>471</sup>, atualizados em maio de 2025, entre os 107.182 cadastrados no CadÚnico que responderam à pergunta sobre deficiência, 19.636 declararam possuir algum tipo de deficiência. Esse número representa 18,32% do total de respondentes e 4,0% do total da população campista. Destes, 59,9% vivem em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, o que evidencia a relação direta entre deficiência, pobreza e vulnerabilidade social no município de Campos dos Goytacazes.

---

<sup>471</sup> CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, “é uma ferramenta que permite conhecer as características socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas no Cadastro Único (domicílio, faixa etária, trabalho, renda etc.), bem como saber quais famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família e de outros programas sociais que usam o Cadastro Único como base para seleção de beneficiários.” (Disponível em: <[https://manual-cecad-20.readthedocs.io/o\\_que\\_eh.html](https://manual-cecad-20.readthedocs.io/o_que_eh.html)>. Acesso em 05 jul. 2025.)

Realização:



Apoio:



Quanto à variável raça/cor, os dados mostram que 44,62% das pessoas com deficiência se autodeclaram pardas, 37,08% como brancas, 17,86% como pretas, 0,37% como amarelas e 0,07% como indígenas. Esses números reforçam como as deficiências estão atravessadas por desigualdades estruturais relacionadas à raça e classe. Além disso, é preciso considerar a dimensão de gênero, porque tendem a ser as mulheres as que exercem cuidado com estes sujeitos.

Reconhecer que a proteção social está atravessada por múltiplos marcadores sociais, como raça, gênero e classe, é fundamental para compreender seus limites e contradições. Nesse contexto, a reflexão proposta por Martins (2002) contribui para aprofundar o debate. Ao compreender a categoria “exclusão” como um processo historicamente produzido no interior das contradições do modo de produção capitalista de orientação conservadora, o autor aponta que não se trata de uma falha no sistema, mas de um mecanismo estrutural e necessário à sua reprodução. Trata-se de um processo que desloca, constantemente, determinados sujeitos para fora dos espaços legitimados de cidadania, trabalho e reconhecimento.

Embora Martins não trate diretamente das pessoas com deficiência, sua leitura crítica da exclusão oferece elementos teóricos importantes para problematizar os limites do discurso da inclusão social dirigido a esse grupo. A mesma população que, historicamente, era merecedora de caridade, mas não de cidadania, passa a ocupar, por meio de lutas e reivindicações, um espaço político que demanda inclusão por meio de acessibilidades arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais, atitudinais e de mobilidade. As pessoas que antes eram segregadas, retomam os espaços públicos e colocam em pauta a inclusão social e o direito à cidadania.

Entretanto, é preciso refletir sobre a terminologia “inclusão”, mesmo sendo utilizada oposta à segregação, tem como oposição a “exclusão”. Dito isso, não há como falar de inclusão sem dialogar sobre exclusão. Ao buscar a história das pessoas com deficiência, o que se tem é uma não visibilidade nos espaços públicos e uma separação intencional via confinamento familiar ou até institucionalização. A exclusão, presente nessas narrativas, é a mesma apontada por Martins (2002), cuja orientação conservadora categoriza o excluído e, ao mesmo tempo, o inclui de forma subordinada. A mesma sociedade que captura o sujeito é aquela que também o rejeita.

De acordo com o autor, a categoria “exclusão” não se refere propriamente aos “excluídos”, mas sim a uma impressão superficial sobre o outro, construída por aqueles que se consideram “incluídos”. Assim, ele convida a refletir sobre a contradição daqueles que propõem que certos sujeitos não estão inseridos na mesma sociedade que todos. Eles estão, sim, inseridos, mas são marginalizados pelos mesmos que afirmam “inserir-los”.

Dessa forma, a inclusão da pessoa com deficiência não pode ser reduzida à sua presença física em determinados espaços ou ao acesso pontual a políticas públicas. É preciso questionar como pensamos acessibilidade, tecnologia e barreiras — sociais, arquitetônicas, culturais e comunicacionais — se ainda sustentam formas de exclusão, mesmo em contextos que se dizem inclusivos.

### **Inclusão social e barreiras: a política de atendimento socioassistencial à pessoa com deficiência em Campos dos Goytacazes – RJ**

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência é um documento normativo que serve como referência para a proteção das pessoas com deficiência em todos os países que o assinaram. O Brasil ratificou esta Convenção em 2008, passando a nortear as políticas públicas por meio de suas referências sobre deficiência e proteção social. Já em 2015, aprovou a Lei nº 13.146 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que se tornou um importante marco regulatório e político no Brasil, ao consolidar um ordenamento jurídico orientado pelos princípios do modelo

Realização:



Apoio:



social. Ao reconhecer a deficiência como resultado da interação entre impedimentos de longo prazo e barreiras sociais, institucionais e atitudinais, a LBI desloca o foco da limitação individual para as condições estruturais que produzem exclusão.

Contudo, embora as noções de barreiras — urbanas, arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais —, bem como os princípios de acesso e inclusão, já estejam presentes nas dimensões éticas, políticas e socioculturais, “na prática ainda são colocadas como demandas individuais, pontuais e circunscritas aos corpos deficientes” (ABA *et al.*, 2020, n/p).

Compreender as desigualdades de forma ampliada e não como demanda focalizada no indivíduo, propõe entender as interações feitas entre sujeitos em sociedade e suas diversas formas. Portanto, a ABA *et al.* (2020, s.p) questiona sobre a “relação entre acessibilidade e desenho universal” ao perguntar: Afinal o que seria o universal? Se tal entendimento partir do campo de padrões de comportamentos e corpos, se torna excludente e retoma a ideia do modelo médico de incapacidade. Assim, se propõe uma abordagem que evita estabelecer uma relação direta entre o que é universal com um padrão corporal ou de comportamento humano. Nesse sentido, compreende-se que:

as ações, que muitas vezes entendíamos como direcionadas para uma pessoa com um “tipo de deficiência”, na realidade, englobavam uma prática de inclusão de várias outras corporalidades e formas de estar no mundo. Se continuarmos a pensar na rampa “para o cadeirante”, na legenda “para o surdo”, na audiodescrição “para o cego”, acabamos pressupondo que, se não há pessoas com estas deficiências no espaço, estes recursos são desnecessários, e continuaremos tendo, como consequência, a gestão da acessibilidade “sob demanda” (ABA *et al.*, 2020, n/p).

Uma rampa de acesso, por exemplo, atende a múltiplos corpos e contextos — crianças, idosos, pessoas com mobilidade reduzida ou dificuldades temporárias — atravessando diferentes classes, gêneros e gerações. Pensar a diferença além da binaridade, como por exemplo cadeirante e não cadeirante, é reconhecer sua complexidade e evitar conceitos normativos e excludentes. Como alerta Pierucci (1990) a lógica binária se torna uma armadilha ao reduzir experiências diversas a categorias fixas, que muitas vezes podem ser instrumentalizadas conforme interesses.

Portanto, busca-se trazer o foco para as barreiras físicas e sociais e não para as diferenças nas pessoas, pois:

trazendo o foco para as barreiras, e não apenas para os indivíduos, assim todos nós nos beneficiamos das ações que permitem a expansão dos corpos e a diversificação das interações, possibilitando que as diferentes formas humanas de estar no mundo e de aprender sejam contempladas (ABA *et al.*, 2020, n/p).

Similarmente, é possível pensar nesses espaços como ambientes heterogêneos em que corpos diversos vivem sua vida cotidiana. Pode-se relacionar essa visão ao conceito de cotidiano, como coloca Heller (2014, p. 17): trata-se do espaço em que se expressam “capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, sentimentos, paixões, ideias, ideologias”. É no cotidiano — no trabalho, no lazer, no convívio coletivo — que as barreiras se manifestam para todos os tipos de corpos, comunicações e formas cognitivas.

Embora tenhamos avançado em termos legais e políticos, a luta ainda prossegue. No município de Campos dos Goytacazes-RJ, como já informado anteriormente, 18,32% dos cadastrados no CadÚnico informaram possuir alguma deficiência. No entanto, quando se olha para os serviços ofertados no âmbito da atenção socioassistencial a esta parcela da população, eles têm se dado pelas instituições da sociedade civil organizada conveniadas com o poder público, por meio do Fundo

Realização:



Apoio:



Municipal de Assistência Social, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal de Saúde.

Atualmente, o município conta com quatro instituições voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência no âmbito da assistência social: a APOE – Centro de Assistência Social e Terapêutico “Diva Marina Goulart”; a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; a APAPE – Associação de Pais de Pessoas Especiais do Norte e Noroeste; e o Educandário São José Operário.

No entanto, apesar da atuação dessas entidades, a oferta de serviços ainda se mostra insuficiente frente à dimensão da demanda local. De acordo com dados do CadÚnico, como visto anteriormente, 19.636 pessoas declararam possuir algum tipo de deficiência no município. Em contraste, o Edital de Chamamento Público SMDHS nº 01/2024, voltado para o exercício de 2025, disponibilizou 848 vagas destinadas a esse público, conforme publicado no Diário Oficial de Campos dos Goytacazes, edição nº 1681, de 18 de outubro de 2024.

Historicamente, essas ações aconteciam como projetos conveniados à prefeitura. A partir de 2018, iniciou-se um processo de adequação das parcerias conforme as diretrizes do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Brasil, 2014), a fim de reorganizar a política de assistência social do município nas bases padronizadas pela Tipificação dos serviços socioassistenciais (Brasil, 2009).

Para compreender a importância desse serviço, é necessário contextualizar a assistência social no Brasil. A Constituição Federal de 1988 consolidou-a como política pública integrante da seguridade social, marcando a transição de uma prática caritativa para uma política de direitos (Brasil, 1988). Como aponta Pereira (2011), a assistência social é um processo contraditório, multifacetado, marcado por contradições: ao mesmo tempo em que garante direitos, pode servir aos interesses do sistema econômico dominante.

Assim, quando a Assistência Social passou a ser reconhecida como política pública da Seguridade Social, surgiu a necessidade de organizar e padronizar suas ações. Com a publicação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009) os serviços foram estruturados em dois níveis: proteção social básica e proteção social especial. Esse instrumento padronizou a nomenclatura dos serviços, definiu os públicos a quem se destinam, seus objetivos, as formas de acesso e os tipos de unidades responsáveis pela sua oferta. Além disso, estabeleceu que as ações deveriam ser continuadas, o que resultou na transição dos projetos para ações desenvolvidas na forma de serviços.

Há, portanto, uma desresponsabilização do poder público com este segmento, reforçando a lógica neoliberal de atenção mínima aos sujeitos que estão em situação de maior vulnerabilidade social. Como analisa Behring (2003), a lógica imposta a partir dos anos 1990 é de uma gestão de recursos restritos para os investimentos de Estado e generosos para o pagamento de encargos financeiros da União, o que atinge em cheio a área social. Como alternativa, muitas famílias têm que recorrer a rede privada, cujos custos do atendimento são altos, dificultando assim, o acesso a serviços essenciais ao pleno desenvolvimento destes sujeitos.

Contudo, no município os movimentos em defesa da pessoa com deficiência têm mantido a resistência e luta para consolidação e ampliação da proteção social, por meio do Conselho Municipal para Inclusão da Pessoa com Deficiência (COMDE) e da articulação e ocupação de outros espaços deliberativos de políticas públicas, como os Conselhos Municipais de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente e do de Saúde.

Nesse processo, destaca-se também o papel das Organizações da Sociedade Civil que atuam no atendimento às pessoas com deficiência, não apenas na execução de serviços, mas também nas discussões de políticas públicas, participando de audiências públicas, mobilizações sociais e na composição de conselhos de direitos e

Realização:



Apoio:



de gestão. Com isso, espera-se evitar também retrocessos no modo de enxergar e atender as pessoas com deficiência e suas famílias, cuidadores e cuidadoras.

## Conclusão

O propósito deste artigo foi refletir sobre as transformações nos debates a partir do modelo social acerca dos sujeitos e sujeitas que utilizam o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência. Um atendimento tipificado na política de assistência social, com uma recente história de reordenamento da modalidade projeto para serviço de ação continuada, em parceria com Organizações da Sociedade Civil.

Ao compreender como as pessoas com deficiência passaram a ocupar a cena política, e ao observarmos como esses sujeitos foram historicamente estigmatizados — considerados incapazes para o trabalho e até para a vida social, muitas vezes reduzidos à condição de objetos de caridade e classificados a partir de suas corporalidades —, somos levados a refletir sobre os avanços e retrocessos que marcaram suas lutas ao longo do tempo.

Ainda podemos adensar a esta discussão a entrada dos feminismos no movimento coletivo das pessoas com deficiência, com a entrada do cuidado, da interdependência, nas múltiplas formas dessas sujeitas e sujeitos de se relacionar e nas intersecções com outros marcadores sociais, como classe, gênero e raça.

Igualmente, é crucial que, ao pensar em acessibilidade, deixemos de adotar uma visão binária (deficiente vs. não-deficiente) e passamos a reconhecer as múltiplas barreiras que afetam diferentes contextos de vida, gerações e temporalidades.

## Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, 2009. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/webarquivos/Oficina%20PCF/JUSTI%C3%87A%20E%20CIDADANIA/convencao-e-lbi-pdf.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Direção: Eduardo Cardoso. Produção: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasil, 2012. Documentário. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uSZsJs3TN70>>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º ago. 2014. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Realização:



Apoio:





BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **CECAD – Consulta Pública.** Brasília, DF: Ministério da Cidadania, [2024]. Disponível em: <[https://cecad.cidadania.gov.br/tab\\_cad.php](https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php)>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais: texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 nov. 2009. Reimpressão de 2014. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.** Brasília, DF: MDS, 2009. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2025.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Edital de Chamamento Público SMDHS nº 01/2024. **Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, n. 1681**, 18 out. 2024. Disponível em: <<https://campos.rj.gov.br/app/assets/diario-oficial/link/6671>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza.** Niterói: Editora Intertexto, 2001.

ABA; ANPOCS; UERJ; ANIS; CONATUS; NACI (org.). **Contracartilha de acessibilidade: reconfigurando o corpo e a sociedade.** Brasília; São Paulo; Rio de Janeiro ABA; ANPOCS; UERJ; ANIS; CONATUS; NACI, 2020. Disponível em: <[https://ichf.uff.br/wp-content/uploads/sites/121/2023/10/Contracartilha-de-acessibilidade\\_-reconfigurando-o-corpo-e-a-sociedade.pdf](https://ichf.uff.br/wp-content/uploads/sites/121/2023/10/Contracartilha-de-acessibilidade_-reconfigurando-o-corpo-e-a-sociedade.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2025.

D'ANDREA, Tiaraju Padro. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo.** São Paulo: Editora Dandara, 2022.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sur/a/fPMZfn9hbJYM7SzN9bwzysb/?lang=pt>>. Acesso em: 21 jan. 2025.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados: Campos dos Goytacazes – RJ.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/campos-dos-goytacazes.html>>. Acesso em: 19 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MOTTA, Daniele. Do universal ao específico: entrelaçando gênero, raça e classe. **Cadernos CEMARX**, Campinas, n. 11, p. 71-88, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF**: versão resumida. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP-SP, 2003. Disponível em: <<http://www.crsp.org.br/arquivos/CIF.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social**: temas & questões. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, p. 7-33, 1990.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanesi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

Realização:



Apoio:



## FORMAS DE RESISTÊNCIA LGBTQIAPNB+ NO BRASIL: um contexto de lutas e conquistas

Dhébora de Sousa Rodrigues<sup>472</sup>

**Resumo:** Este artigo examina as diversas formas de resistência da comunidade LGBTQIAPNB+ no Brasil, destacando sua trajetória em um contexto marcado por violência e desafios sociais persistentes. Por meio de revisão bibliográfica e análise qualitativa de dados secundários, evidencia-se os marcos históricos do ativismo e as estratégias adotadas, como o ativismo político, a expressão artística e a proteção social comunitária. Apesar das conquistas legais, como a criminalização da homotransfobia, ainda persistem lacunas legislativas, violência estrutural e fragmentação interna do movimento. Conclui-se que a continuidade da luta e a construção de alianças são fundamentais para o avanço dos direitos LGBTQIAPNB+ no país.

**Palavras-chave:** LGBTQIAPNB+; resistência; ativismo; violências.

**Abstract:** This article examines the diverse forms of resistance of the LGBTQIAPNB+ community in Brazil, highlighting its trajectory in a context marked by violence and persistent social challenges. Through a literature review and qualitative analysis of secondary data, it highlights the historical milestones of activism and the strategies adopted, such as political activism, artistic expression, and community social protection. Despite legal achievements, such as the criminalization of homophobia and transphobia, legislative gaps, structural violence, and internal fragmentation of the movement persist. It concludes that the continuation of the struggle and the building of alliances are fundamental to the advancement of LGBTQIAPNB+ rights in the country.

**Keywords:** LGBTQIAPNB+: resistance; activism; violence.

### Introdução

A trajetória da luta do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersexos, assexuais, pansexuais, pessoas não-binárias e demais identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes (LGBTQIAPNB)+ no Brasil é marcada por avanços, retratados especialmente pela formação de programas governamentais e pelo crescimento do debate público, e também por desafios colocados (Facchini, 2009). Nesse contexto, o presente artigo propõe-se a contextualizar a trajetória do movimento LGBTQIAPNB+ no Brasil, explorando suas conquistas, desafios e as formas de resistência que emergem nesse cenário. Recorreremos ao materialismo histórico-dialético como perspectiva teórico-metodológica para a sua para a sua estruturação, através de uma revisão bibliográfica e abordagem qualitativa.

Desde o surgimento do grupo SOMOS em 1978, a luta pela afirmação da identidade homossexual foi um marco que impulsionou a formação de diversas organizações e movimentos. O jornal "Lampião da Esquina", é lançado como um importante instrumento de comunicação e resistência valendo-se como um espaço para a divulgação de informações, debates e a promoção da cultura LGBTQIAPNB+, além

<sup>472</sup> Assistente Social, mestranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: dheborarodrigues@id.uff.br

Realização:



Apoio:



de ser um veículo de denúncia de violências e abusos vivenciados pela comunidade (Green, 2024).

Durante a ditadura militar, a repressão e a censura representaram um grande obstáculo para a visibilidade e os direitos da população LGBTQIAPNB+. No entanto, esse contexto também fomentou a união de diferentes movimentos sociais, que lutavam por uma sociedade mais democrática e justa. O movimento LGBTQIAPNB+ começou a se politizar, buscando não apenas a aceitação social, mas também a luta contra a patologização da homossexualidade, que era tratada como um transtorno.

As conquistas ao longo das décadas foram significativas, incluindo o reconhecimento das uniões homoafetivas pelo Supremo Tribunal Federal em 2011 e a regulamentação do uso do nome social em 2016. Apesar disso, a ausência de uma legislação específica que reconheça plenamente os direitos da população LGBTQIAPNB+ ainda é uma lacuna importante.

Os desafios enfrentados pela comunidade são muitos, incluindo violência, discriminação e a falta de políticas públicas eficazes. As formas de resistência têm se manifestado de diversas maneiras, desde o ativismo político até a expressão cultural, como a cultura Ballroom, que oferece um espaço seguro e de acolhimento. A luta por direitos e visibilidade continua a evoluir, com novas vozes e demandas surgindo, refletindo a diversidade e a complexidade das experiências dentro da comunidade LGBTQIAPNB+.

Assim, a trajetória do movimento é marcada por uma luta constante por reconhecimento, direitos e igualdade, que se entrelaça com o contexto social e político do Brasil, destacando a importância da interseccionalidade na compreensão das experiências vividas por cada grupo dentro da comunidade.

### **Breve contextualização da luta do movimento LGBTQIAPNB+**

O movimento social não pode ser compreendido de forma dissociada das relações que o constituem e o sustentam, assim como da conjuntura sócio-histórica em que se insere (Facchini, 2009). No Brasil, o grupo ativista “SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual” é reconhecido como o precursor do movimento, tendo iniciado suas atividades em 1978. Nesse contexto, o jornal “Lampião da Esquina”, primeiro periódico voltado à discussão da temática homossexual, teve papel fundamental tanto na articulação nacional quanto na expansão do grupo SOMOS. Além disso, contribuiu diretamente para a formação de outros coletivos que, aos poucos, se incorporaram à luta, como o Grupo de Atuação e Afirmação Gay (GAAG) e o Grupo Auê de Afirmação Homossexual, ambos em 1979; o Grupo Gay da Bahia (GGB), em 1980; o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), em 1981; o Grupo Triângulo Rosa e o Grupo Atobá, ambos em 1985, entre outros.

Nesse primeiro ciclo, o foco central estava na construção e afirmação de uma identidade homossexual. O que hoje reconhecemos como movimento LGBTQIAPNB+ surgiu inicialmente sob a denominação de Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), voltado à luta contra a discriminação e o preconceito baseados na orientação sexual. Naquele período, ainda não havia uma compreensão consolidada sobre as especificidades da discriminação relacionada à identidade de gênero. O MHB integrava os chamados “novos movimentos sociais” da época, ao lado do Movimento Feminista (ou de Mulheres), do Movimento Negro, do Movimento Indígena, entre outros.

Durante o contexto político da ditadura militar, a população LGBTQIAPNB+ foi duramente afetada pela censura e repressão. “Peças, filmes, músicas e programas de TV eram cancelados ou sofriam cortes em cenas que contrariavam a moral e os bons costumes defendidos pelo regime militar” (Menandro, 2023, p. 31). Nesse contexto, os recém-formados grupos ativistas dos movimentos feminista, negro e LGBTQIAPNB+ uniram-se na luta por fundamentos mais democráticos, articulando-

Realização:



Apoio:



se em defesa do fim da ditadura. Paralelamente, transformações socioeconômicas significativas no país favoreceram o surgimento de um movimento LGBTQIAPNB+ com caráter politizado ao final da década de 1970, conforme já mencionado neste ensaio (Green, 2024).

De acordo com Green (2024) ao longo das décadas de 1950 e 1960, milhares de pessoas com identidades de gênero e sexualidades não normativas “fugiram” do preconceito e discriminações por parte de sua família, vizinhos e meios sociais ao se mudarem para capitais estaduais ou para o Rio de Janeiro, então capital do Brasil na época. Nesse sentido, de acordo com o autor supracitado (p.8) “nesses centros urbanos, eles e elas criaram redes de apoio e ocuparam espaços sociais públicos onde tinham relativa liberdade para socializar”.

O crescimento econômico entre 1968 e 1973, o então aclamado “milagre econômico” do regime militar, que beneficiou as classes média e alta, ampliou o número de consumidores que possuíam rendimentos e que apoiaram a uma ampliação de bares, discotecas e restaurantes. Esse movimento cooperou para a criação de uma noção de identidades coletivas nos espaços conquistados pela população LGBTQIAPNB+ (Green, 2024).

Destarte, as vicissitudes culturais internacionais que questionaram as normatividades de gênero e sexualidade dispuseram de manifestações no Brasil, sobretudo entre a geração de jovens pós-1968 que originaram núcleos de resistência as noções hegemônicas da cisheteronormatividade. Feministas, ativistas negras, e um pequeno número de intelectuais LGBTQIAPNB+ compreenderam a liberalização política prometida por Ernesto Geisel, presidente do país na época (1974-1979) como uma brecha para inserir novas temáticas nos debates entre os opositores do regime militar (Green, 2024).

Segundo a Comissão Nacional da Verdade (2014), a discriminação contra a população LGBTQIAPNB+ não surgiu na ditadura. Suas primícias aludem a períodos muito preexistentes da história brasileira,

a homofobia esteve sempre embutida em diversas esferas e manifestações da cultura em nosso país: nos discursos médico-legais, que consideravam a homossexualidade uma doença; nos discursos religiosos, que condenavam o ato homossexual como pecado; em visões criminológicas conservadoras, que tratavam homossexuais como um perigo social; e em valores tradicionais que desqualificavam e estigmatizavam pessoas que não se comportavam de acordo com os padrões de gênero prevalentes, sendo vistas como anormais, instáveis e degeneradas, caracterizando a homossexualidade como um atentado contra a família (Brasil, 2014, p. 300).

Uma das primeiras lutas do movimento homossexual brasileiro foi contra a patologização da homossexualidade, considerada um transtorno de personalidade, aparecia como “homossexualismo” no Código 302.0 da Classificação Internacional das Doenças (CID), utilizada pelo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social – INAMPS e pela Organização Mundial da Saúde em 1990 (Menandro, 2023).

Em 1985, o Conselho Federal de Medicina se manifestou contra à utilização do CID 302.0, sendo considerada a primeira vitória para o movimento LGBTQIAPNB+ (Brasil, 2002). Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia, por sua vez, determinou, que nenhum profissional de Psicologia “exercera qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados” (CFP, 1999).

As primeiras políticas públicas no Brasil que tiveram como foco os homossexuais foram relacionadas ao combate à epidemia do HIV-AIDS no início dos anos 1990. O Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) de 1996 foi o primeiro documento oficial

Realização:



Apoio:





a reconhecer abertamente os homossexuais no campo da promoção dos direitos humanos em seu eixo “Proteção do direito à vida – segurança das pessoas”. Em 2001, foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) e em 2002, com a elaboração do PNDH II, foram integradas algumas ações norteadoras ao público LGBTQIAPNB+ no eixo “Garantias do Direito à Liberdade” que contempla “orientação sexual” (Facchini, 2009).

No ano de 2003 em diante a junção entre as temáticas LGBTQIAPNB+ e Direitos Humanos ganham novas movimentações como a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) que incorpora o CNCD como esfera de participação e controle social e passa a ter uma importância de ministério; bem como a criação de um grupo de trabalho designado a criação de um plano de combate à homofobia, que deu origem ao “Brasil Sem Homofobia” em 2004 em seu formato interministerial (Daniliauskas, 2009 apud Facchini, 2009).

O Programa Brasil Sem Homofobia se apresenta mediante tópicos relacionados as temáticas estruturadas de saúde, educação, trabalho, cultura, questões raciais, mulheres, e segurança no governo federal e preconiza articulações entre Secretarias e Ministérios através da transversalidade e da intersectorialidade, sendo sua implementação prevista também com a participação de ativistas (Facchini, 2009).

Ainda sobre os grupos ativistas, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) que é uma das associações mais respeitadas, fundada em 1995, com parcerias de diversas entidades no Brasil; atuante na implantação de programas federais como o “Brasil Sem Homofobia” e projetos vinculados ao Ministério da Educação como o “Projeto Escola Sem Homofobia”, bem como ao incentivo à cultura LGBTQIAPNB+ do “Encontro Nacional de Arte e Cultura LGBT” que aconteceu em colaboração com a Prefeitura de Niterói/RJ em 2014 (Menandro, 2023).

Em relação à cultura, destacamos as realizações das Paradas LGBTQIAPNB+ no país como uma das lutas por espaço digno e respeito, sendo a de São Paulo, considerada a maior do mundo, a grande mobilização fez com que fosse reconhecida pelo “Guinness Book” (livro dos recordes). Sua primeira edição ocorreu em 1997 com a reunião de grupos na Avenida Paulista; atualmente une milhares de pessoas e é idealizada pela Associação da Parada do Orgulho LGBTQIAPNB+ de São Paulo (Menandro, 2023).

Na contemporaneidade, temos várias associações e redes nacionais importantes, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 1992, derivada da ASTRAL), a Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (LBL, 2003), a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL, 2004), Rede Afro LGBT (2005), Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras (Candaces BR, 2007), Aliança Nacional LGBTI+ (2009), Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (RedeTrans, 2009), a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT, 2012), o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (2014), a Associação Brasileira de Intersexos (ABRAI, 2018), a Frente Bissexual Brasileira (FBB, 2020), o Coletivo Brasileiro de Assexuais (AbrAce), entre outros.

Como desdobramento do “Brasil Sem Homofobia”, em junho de 2008, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) realizou a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em Brasília, que, com a presença do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, reuniu cerca de 600 delegados (Brasil, 2008). Como resultados obtivemos a elaboração de um Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, divulgado em 2009, com atuações a serem desenvolvidas por várias secretarias e ministérios com o objetivo de implementação de políticas públicas que promovessem o direito à cidadania e direitos humanos. Ademais, no Brasil foram realizadas três Conferências

Realização:



Apoio:



Nacionais LGBTQIAPNB+ nos anos de 2008, 2011 e 2016, a quarta acontecerá no ano vigente (2025).

Dessa forma, é possível perceber que, desde a década de 1970 até os dias atuais, o movimento LGBTQIAPNB+ brasileiro, por meio de intensas lutas, conquistou importantes direitos. No entanto, os avanços no campo legislativo ainda enfrentam diversas dificuldades (Facchini, 2009), como será discutido na próxima seção deste trabalho.

## **Direitos LGBTQIAPNB+: conquistas e avanços**

Atualmente, os direitos da população LGBTQIAPNB+ no Brasil são assegurados nacionalmente por decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), com base na interpretação dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, bem como nas convenções, tratados e pactos internacionais dos quais o país é signatário — todos com força de lei no território nacional. Ressalta-se que decretos e resoluções oriundos do Poder Executivo, que implementam políticas públicas, também se fundamentam nessas mesmas normativas. Apesar da tramitação de diversos Projetos de Lei, até o momento nenhuma legislação específica que reconheça os direitos das pessoas LGBTQIAPNB+ foi aprovada pelo Congresso Nacional.

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4277), reconheceu as uniões homoafetivas como entidades familiares, equiparando-as em direitos e deveres às uniões heterossexuais. Essa decisão foi complementada pela Resolução Normativa nº 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que passou a obrigar os cartórios de todo o país a realizarem o casamento homoafetivo, sem a necessidade de autorização judicial. Além do direito ao casamento, não há impedimento legal para a adoção conjunta por casais homoafetivos, desde que estejam casados ou em regime de união estável.

A regulamentação do uso do nome social foi estabelecida pelo Decreto Federal nº 8.727/2016 e pela Resolução nº 1/2018 do Ministério da Educação. Em 2018, por meio da ADI 4275, o STF reconheceu o direito à autodeterminação de gênero, garantindo às pessoas transgênero, maiores de 18 anos e plenamente capazes, o direito de retificar nome e gênero diretamente nos Cartórios de Registro Civil, sem a necessidade de decisão judicial, presença de advogado ou defensor, laudo médico, cirurgia de transgenitalização ou hormonioterapia. Essa decisão foi regulamentada pelo Provimento nº 73 do CNJ. No caso de crianças e adolescentes, a retificação ainda depende de decisão judicial e da autorização dos responsáveis legais.

Em 2019, diante da omissão do Congresso Nacional em legislar sobre crimes motivados por orientação sexual e identidade de gênero, o STF decidiu que manifestações de homotransfobia podem ser equiparadas ao crime de racismo, conforme os dispositivos da Lei nº 7.716/1989. Já em 2020, por meio da ADI 5543, o STF declarou inconstitucional a restrição à doação de sangue imposta à população LGBTQIAPNB+, vigente desde 1991.

Em 2022, o STF reconheceu a aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) em casos de violência contra mulheres trans e travestis. Apesar de ainda não haver uma legislação nacional específica que reconheça, de forma explícita, os direitos da população LGBTQIAPNB+, há dispositivos legais com outras finalidades que contemplam, ainda que parcialmente, esses direitos. Entre eles, destaca-se a Lei nº 12.852/2013, que institui o Estatuto da Juventude. Em seu artigo 17, inciso II, a norma assegura o direito dos jovens de não serem discriminados por sua orientação sexual ou identidade de gênero. O artigo 18, incisos III e IV, estabelece que compete ao poder público incluir temas relacionados à orientação sexual e identidade de gênero na formação de profissionais da educação e nos conteúdos curriculares.

Realização:



Apoio:



Outro exemplo é a Lei nº 13.146/2015 — o Estatuto da Pessoa com Deficiência — que, em seu artigo 18, § 4º, inciso VI, garante o respeito à identidade de gênero e à orientação sexual das pessoas com deficiência no acesso aos serviços de saúde pública. Já a Lei nº 13.718/2018 incluiu no Código Penal o agravante do chamado “estupro corretivo”, tipificando-o como uma forma de violência de cunho discriminatório.

Além das leis, autarquias e conselhos profissionais também contribuem para a consolidação de direitos por meio de resoluções e normativas que reconhecem as especificidades da população LGBTQIAPNB+ e orientam a atuação institucional.

Ainda assim, apesar dos avanços conquistados, a população LGBTQIAPNB+ continua enfrentando sérios desafios, como a persistência da violência e da discriminação, a escassez de políticas públicas efetivas de proteção e promoção de direitos, e a fragmentação interna do próprio movimento. Tais questões serão aprofundadas na próxima seção.

### **Desafios enfrentados pela população LGBTQIAPNB+ e suas formas de resistência**

Os sujeitos LGBTQIAPNB+ enfrentam desafios recorrentes, ainda que em diferentes graus de intensidade. No âmbito familiar, são frequentemente alvo de violências “corretivas” e, em muitos casos, acabam sendo expulsos de casa. No mercado de trabalho, enfrentam dificuldades tanto para ingressar quanto para ascender em suas carreiras, devido à discriminação estrutural. No ambiente escolar, registram taxas particularmente elevadas de evasão, reflexo do preconceito e da exclusão vivenciados nesse espaço. Já nas esferas da sociabilidade e do lazer, continuam sendo alvo de violências e discriminações motivadas por sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, entre outras expressões de sua existência.

Este fator coloca esta parcela da população minorizada à margem do sistema urbano e social, na qual, a partir de expulsões compulsórias não acessam — ou evadem — das esferas formais de sociabilização, trabalho e educação. Tais violências se concretizam a partir do pensamento colonial patriarcal religioso de binariedade, no qual sexualidades distintas são categorias estanques (Fátima, 2017). A reconfiguração do território na contemporaneidade, agora, inciso à globalização, reforça tais anseios herdados, contudo, através principalmente dos movimentos sociais, políticas públicas vêm se concretizando e reconhecendo o abandono histórico da população LGBTQIAPNB+.

O “Dossiê 2023: Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil” (2024) sinaliza que, entre 2000 e 2023, ao menos 5.865 pessoas morreram prevalentemente por conta do preconceito e da intolerância por parte da população, e do descaso das autoridades encarregadas pela efetivação de políticas públicas capazes de controlar os casos de violência.

A violência que atinge a população LGBTQIAPNB+ no Brasil é um fenômeno histórico e persistente. Movimentos sociais como o Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) vêm, há anos, realizando o monitoramento de dados de segurança pública, como os índices de assassinatos, que evidenciam o caráter estrutural e sistemático da LGBTQIAPNB+fobia no país. A transformação dessa realidade — marcada por uma cultura de violência, morte e estigmatização em torno da diversidade sexual e de gênero — em uma cultura que acolha, apoie e proteja a diversidade é um caminho árduo, que exige compromisso político, mudança cultural e ações concretas em todas as esferas da sociedade.

No ano de 2023, foram registradas 230 mortes de pessoas LGBTQIAPNB+ no Brasil. A pesquisa identificou uma ampla variedade de violências, incluindo agressões verbais e físicas, negativas no fornecimento de serviços, dificuldades de acesso às políticas públicas e tentativas de homicídio em diversos contextos — como vias públicas, domicílios, unidades prisionais e ambientes de trabalho. Foram registrados, ainda, 18

Realização:



Apoio:



casos de suicídio com possíveis vínculos à LGBTQIAPNB+fobia estrutural (Dossiê, 2023).

Quanto ao perfil das vítimas, dois grupos se destacaram como os mais violentados, em consonância com anos anteriores: mulheres trans e travestis, que representaram 61,74% dos casos (142 mortes), e homens cisgêneros gays, com 25,65% (59 mortes). A faixa etária das vítimas variou entre 10 e 69 anos. No que se refere à raça/etnia, foi possível identificar essa informação em 151 casos (65,65% do total), dos quais 80 vítimas eram pessoas pretas ou pardas (34,78%) e 70 eram brancas (30,43%). Houve ainda um caso envolvendo uma pessoa indígena (0,43%), e 79 vítimas não tiveram sua raça/etnia identificadas.

Infelizmente, não foi possível levantar a profissão ou ocupação de 138 vítimas, o que representa uma importante lacuna na análise e revela a invisibilização dessa população no campo do trabalho. Entre os casos em que a ocupação foi identificada, a prostituição aparece como a atividade mais recorrente (6,96%), seguida pela profissão de cabeleireiro/a (3,04%).

Nesse sentido, ao analisarmos esses marcadores sociais pontuados pelo Dossiê 2023 de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil (2024), em uma ótica interseccional, é possível identificarmos elementos sociais que impactam nos desafios enfrentados pela população LGBTQIAPNB+ no contexto brasileiro. Nessa perspectiva a interseccionalidade como uma ferramenta analítica de acordo com Collins; Bilge (2020, p. 16)

considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Outro desafio enfrentado pela população LGBTQIAPNB+ diz respeito à forma como as políticas públicas vêm operando a partir de um equilíbrio delicado entre focalização e transversalidade. Nesse cenário, observa-se que certos setores do ativismo promovem o que Facchini (2009) denomina de “focalização da focalização”, ou seja, uma intensificação da segmentação interna, agravada por disputas de hegemonia política e pela necessidade de reconhecimento de demandas específicas dentro do próprio movimento social.

Esse processo, muitas vezes, leva à fragmentação do movimento LGBTQIAPNB+, que se expressa por meio de diferentes aspectos, tais como: 1) a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais, cujos grupos possuem demandas específicas que acabam por definir diferentes prioridades na luta por direitos; (2) as diferenças regionais, que fazem com que o enfrentamento às violações varie conforme os contextos políticos, sociais e culturais locais; (3) as críticas internas à representatividade das lideranças, pois há ativistas que não se sentem contemplados por experiências ou vozes dominantes no movimento; (4) as distintas estratégias de mobilização, com alguns grupos adotando abordagens mais institucionais, enquanto outros optam por posturas mais radicais e de resistência direta.

Essa fragmentação, embora seja um desafio ao consenso e à coesão das lutas, também pode ser vista como uma potência política: ela permite que múltiplas vozes e experiências ganhem visibilidade, contribuindo para o enriquecimento da luta coletiva por igualdade e justiça social.

As formas de resistência não se limitam à confrontação direta, mas se manifestam também em diversas ações, como o ativismo político institucional — com representações no poder legislativo e executivo —, na proteção social não estatal promovida entre pares, e nas expressões artísticas e culturais como ferramentas de afirmação e visibilidade das identidades LGBTQIAPNB+. Nesse sentido, destacam-se a

Realização:



Apoio:





arte, a música e a literatura como importantes instrumentos de resistência simbólica e política.

A cultura Ballroom, por exemplo, tem seus primeiros registros nas periferias dos Estados Unidos na década de 1970. Inicialmente organizada por meio de competições performáticas, esse movimento se consolidou como espaço de acolhimento e expressão para corpos socialmente marginalizados. Hoje, é compreendido como um estilo de vida e um espaço seguro que oferece formas alternativas de proteção social não institucionalizada. É importante destacar que, historicamente, a presença negra nos espaços LGBTQIAPNB+ foi marcada por processos de invisibilização, em que pessoas negras precisavam “embranquecer-se” para obter reconhecimento nas competições lideradas pela branquitude. A cultura Ballroom nasce como resposta a essa exclusão, sendo um marco de resistência antinormativa e antirracista. As *casas de Ball* são, portanto, territórios de afirmação de identidades de gênero dissidentes, aliadas à luta contra o racismo estrutural (Ferreira; Souza, 2023).

Destarte, é essencial reconhecer que outras formas de resistência, não abordadas neste trabalho, existem e continuarão a emergir ao longo da trajetória política do movimento. O enfrentamento às violências motivadas por identidade de gênero e orientação sexual impulsiona o surgimento de novos sujeitos políticos, articulados nas interseccionalidades de classe, raça, gênero e sexualidade. O sujeito político, outrora concebido de forma homogênea como “homossexual”, desdobra-se hoje em uma multiplicidade de vozes que reivindicam direitos, representatividade e reconhecimento de suas especificidades.

## Conclusão

As considerações finais deste estudo destacam a complexidade e a riqueza do movimento LGBTQIAPNB+ no Brasil, evidenciando a importância da diversidade de vozes e experiências que o compõem. Apesar das conquistas significativas alcançadas nas últimas décadas — como o reconhecimento dos direitos civis e a ampliação da visibilidade social —, os desafios ainda são inúmeros e demandam constante atenção e mobilização.

A interseccionalidade se apresenta como uma ferramenta analítica fundamental para compreender as múltiplas formas de opressão que incidem sobre indivíduos dentro da comunidade, especialmente aqueles que pertencem a grupos marginalizados em função das intersecções entre raça, classe, gênero e orientação sexual.

A fragmentação do movimento, frequentemente apontada como um entrave, pode ser também interpretada como uma oportunidade para que diferentes identidades se articulem a partir de suas particularidades, fortalecendo uma resistência mais ampla e efetiva. É imprescindível que os diversos grupos que compõem o movimento estabeleçam diálogos e colaborações, reconhecendo que a luta por igualdade e justiça social é uma responsabilidade coletiva.

O futuro do movimento LGBTQIAPNB+ no Brasil dependerá da capacidade de seus integrantes de construir uma frente unida, onde a empatia e a interseccionalidade sejam pilares essenciais. Somente assim será possível avançar na conquista de direitos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que respeite e valorize cada identidade. A luta segue adiante, e a colaboração entre todas as forças é indispensável para superar os obstáculos ainda presentes, garantindo que todas as vozes dentro do movimento recebam o devido reconhecimento e respeito.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS (ABGLT); Associação Nacional de Travestis e

Realização:



Apoio:





Transexuais (ANTRA); Acontece Arte e Política LGBTI+ (org.). **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**: Dossiê 2023. Florianópolis, SC: Acontece; ANTRA; ABGLT, 2024.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**: textos temáticos, v.2. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Guia de prevenção das DST/Aids e cidadania para homossexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Brasil realiza primeira conferência no mundo sobre questões GLBT**. 2008. Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas\\_noticias/2008/06/not\\_brasil\\_realiza\\_primeira\\_conferencia\\_no\\_mundo\\_sobre\\_quetoes\\_glb](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas_noticias/2008/06/not_brasil_realiza_primeira_conferencia_no_mundo_sobre_quetoes_glb)>. Acesso em: 10 jan. 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: [http://www.ser.puc-rio.br/2\\_COLLINS.pdf](http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf). Acesso em: 26 dez. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Resolução nº 001**, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2025.

FATIMA, Wellton da Silva de. Imaginário sobre corpos desviados no jornal Folha Universal. **Revista Alpha**, v. 18, p. 100-117, 2017.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas** - Estudos gays: gêneros e sexualidades, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300>>. Acesso em: 26 dez. 2024.

FERREIRA, Letícia de Faria; SOUSA, Pablo Felipe de Oliveira. Ballroom: performance e resistência LGBTQIAPN+. In: OLIVEIRA, Felipe Alves; SILVA, Ronaldo. (org.). **Corpos em diálogo**: Vivências LGBTQIA+ e os desafios da interseccionalidade. Foz do Iguaçu, PR: CLAE e-Books, 2023.

GREEN, James Naylor. O grupo Somos, o jornal Lampião, o movimento LGBTI+ e a abertura política. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 1, n. 89, p. e10715, 2024. Disponível em: <[DOI](https://doi.org/10.11606/2316901X.n89.2024.e10715)>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MENANDRO, Maysa Nobre. **A relevância dos movimentos sociais na luta pela visibilidade da população LGBTQIAPNB+ no alto sertão paraibano**. 2023. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa-PB, 2023. Disponível em: <<https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/33790>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



## LUTAS, MOVIMENTOS SOCIAIS, DIREITOS SOCIAIS E SUA RELAÇÃO COM O PROJETO ÉTICO- POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Vinícius Paulino Lopes da Silva<sup>473</sup>

**Resumo:** O objetivo desse texto é estudar a relação entre as lutas e os movimentos sociais para a viabilização de direitos. Tendo em vista, a pesquisa bibliográfica e o materialismo histórico e dialético, o trabalho analisa os fundamentos sócio-históricos da “questão social” e dos movimentos sociais na sociabilidade do capital e aprofunda a relação do Serviço Social com os movimentos sociais e as lutas sociais na particularidade brasileira atual. Os resultados da pesquisa revelam que a estratégia fundamental para viabilizar os direitos sociais é a unidade das lutas da classe trabalhadora em sua diversidade humana para o enfrentamento das ofensivas do capital.

**Palavras-chave:** lutas; movimentos sociais; Projeto ético-político; Serviço Social.

**Abstract:** The objective of this text is to contribute to the critical debate on conservatism and its expressions in contemporary Brazilian social work. The work addresses the socio-historical foundations and determinants of classical conservatism and details (neo)conservatism in Brazilian social formation, highlighting its expressions in Brazilian social work today. In light of bibliographical research and historical and dialectical materialism, it is reiterated that in times of structural capital crisis, expressions of conservatism tend to intensify, necessitating the unity of collective struggles and resistance in light of the ethical-political Project.

**Keywords:** struggles; social movements; Political project social; Social Service.

### Introdução

O objetivo desse texto é estudar a relação entre as lutas e os movimentos sociais para a viabilização de direitos. Além dessa introdução, para alcançar tal objetivo, utiliza-se três chaves de análises a partir do diálogo bibliográfico de autores considerados clássicos e contemporâneos: na primeira, analisa-se os fundamentos sócio-históricos da “questão social” e dos movimentos sociais na sociabilidade do capital Netto (2001), Iamamoto (2001), Freitas (2017), Montaño e Duriguetto (2008); na segunda, aprofunda-se a relação do Serviço Social com os movimentos sociais e as lutas sociais na particularidade brasileira atual Abramides e Duriguetto (2014) e Guimarães (2022); e, por fim, sem pretensão de esgotar a discussão, aborda-se as considerações finais.

Debater os processos de lutas sociais e movimentos sociais na busca de efetivação de direitos requer pousar sobre um solo histórico determinado: o solo típico da sociabilidade burguesa madura. Mas por que existem movimentos sociais? Qual é a relação do Serviço Social com as lutas e os movimentos sociais? Para Freitas (2017) existem movimentos sociais porque há classes sociais em disputa por projetos societários

<sup>473</sup> Assistente Social pela UPE. Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bolsista do CNPq e Mestre em Serviço Social pela UFPE. E-mail: [vinicius.profpaulino@gmail.com](mailto:vinicius.profpaulino@gmail.com)

Realização:



Apoio:



antagônicos que buscam no miúdo do cotidiano transformar ou conservar a ordem estabelecida.

Já Montañó e Duriguetto (2008) defendem que as lutas sociais são geradas a partir dos tipos de consciência dos sujeitos seja de caráter individual (imediata) ou de classe (reivindicatória /sindical) determinadas pela realidade social. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais é histórica. Por sua vez, a profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho nasceu no bojo dos movimentos conservadores da Igreja Católica na década de 1930 no enfrentamento moral e de controle da “questão social” considerada a matéria prima de seu fazer profissional Iamamoto e Carvalho (1982).

Com base nas reflexões de Netto (2011) foi no Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino Americano (1965-1975), especificamente, na Intenção de ruptura com o conservadorismo em 1979 que a profissão deu um salto qualitativo ao aproximar-se da teoria social de Marx, dos movimentos sociais progressistas e de esquerda da sociedade brasileira e reconheceu-se enquanto parte da classe trabalhadora assalariada, cujo o resultado foi a construção um projeto coletivo crítico que tem à liberdade como valor ético central e à emancipação humana.

Em tempos de crise do capital, o aprofundamento do projeto neoliberal, da precarização do trabalho e do desemprego, tem construído o solo fértil para o surgimento de “novos movimentos sociais”, cujo objetivo é despolitizar a luta mais geral da classe trabalhadora, da unidade dos sindicatos em defesa de pautas pulverizadas e descoladas da totalidade social. Na contra mão desse ideário, defende-se que a estratégia fundamental para o enfrentamento coletivo as ofensivas do capital é buscar a sintonia do Projeto Ético Político com a unidade das lutas mais gerais da classe trabalhadora em sua diversidade humana (as questões de raça/etnia, classe, gênero, geração, território).

### **Breves considerações sobre a relação entre a “questão social” e os movimentos sociais**

O capitalismo enquanto modo de produção emergiu exalando as seguintes contradições: a expulsão violenta dos camponeses dos territórios, o roubo dos bens preciosos da Igreja, os forçados cercamentos, os saques da madeira e das terras feudais os servos que até então trabalhavam nas terras não podiam ser vendidos ou trocados, foram brutalmente expulsos de seus territórios e converteram-se em trabalhadores assalariados/ expropriados.

Segundo Netto (2011) estamos falando da formação e consolidação de uma nova sociabilidade: a sociabilidade capitalista que superou a relação entre servos e senhores (suserania e vassalagem) para relações de disputas entre duas classes sociais fundamentais: a classe trabalhadora (vende a força de trabalho em troca de um salário) e a classe capitalista (detentora da propriedade privada e dos meios sociais de produção).

Assim, é nessa sociabilidade marcada pela luta de classes que encontra-se os fundamentos dos movimentos sociais. Netto (2011) destaca que na segunda metade do século XIX a lei geral de acumulação capitalista foi responsável pela superação do grau de escassez de alimentos e de produtos (baixo desenvolvimento das forças produtivas) e passou a (re)produzir a pobreza, a fome, a miséria, as desigualdades sociais na mesma medida em que a riqueza era socialmente produzida.

Esse processo, gestou as bases para o acirramento entre capital e trabalho e, conseqüentemente, o questionamento e reconhecimento da classe trabalhadora (a partir da tomada de consciência em si) enquanto explorada pelo capital. Em resposta a burguesia, os (as) trabalhadores (as) destruíram as máquinas das fábricas. Esse episódio ficou reconhecido como Movimento luddista no contexto da Revolução

Realização:



Apoio:



Industrial Inglesa. Segundo o autor, as lutas sociais se estenderam ainda nos eventos revolucionários de 1848 na busca de reconhecimento de seus direitos, e, portanto, a base fundante da “questão social” e a sua relação fulcral com os movimentos sociais.

Tais experiências demarcam a dimensão dos chamados “movimentos sociais clássicos” caracterizados pelas disputas diretas da classe trabalhadora contra o capital, apresentam organização política dos sindicatos, objetivo bem consolidados, direção reivindicatória, viés classista de unidade entre trabalhadores (Freitas, 2017).

Marilda Vilela Iamamoto (2007) em sintonia com Netto (2001) reitera que a “questão social” além de expressar o conjunto de desigualdades inerente a relação capital e trabalho (violência, analfabetismo, não acesso à educação, discriminações e preconceitos) é sinônimo de rebeldia do proletariado na arena política, que a partir da tomada de consciência de classe (em si para si) das problemáticas sociais tornam públicas as suas demandas exigindo publicamente da sociedade civil e do Estado burguês, o reconhecimento jurídico dos seus direitos sociais e cidadania, espaço no qual o Serviço Social responde as expressões da “questão social” matéria prima de seu trabalho juntamente a população usuária das políticas sociais e demais serviços sociais públicos e privados.

Segundo Montañó e Maria Lucia Duriguetto (2008) é a partir da consciência determinada pela realidade que aguçam os sujeitos a lutarem por seus direitos, construir e potencializar movimentos sociais. Os autores afirmam a existência de dois tipos de consciência: 1) a consciência individual e imediata: que consiste numa primeira tentativa de rompimento com a alienação, faz a crítica a partir da realidade concreta vivenciada pelos sujeitos, mas sem estabelecer as mediações universais que sustentam as leis de acumulação do capital, não há um questionamento nas raízes do modus operandi da sociabilidade burguesa, a luta é por melhores condições de vida, direitos básicos, sendo assim, limita-se a emancipação política capitalista.

2) a consciência de classe (reivindicatória ou sindical): vai possibilitar que o movimento social alcance a sua “motivação ontológica”, ou seja, a percepção dos trabalhadores enquanto ser social universal, produtor da riqueza socialmente produzida, construtor e protagonista do movimento da história. Busca-se superar as alienações e opressões típicas do mundo capitalista maduro. Essa consciência, consolida determinado projeto societário: o projeto da emancipação humana.

À vista disso, Mirla Cisne Álvaro (2014) avança em sua tese de doutoramento para a necessidade de uma “consciência militante feminista”. Segundo a autora, a consciência de opressão não é antes nem depois da luta. Ela é uma ação simultânea, um processo histórico. A “consciência militante feminista”, é, portanto, antirracista e não limita-se a reação contra as opressões, embora seja importante para fomentar as lutas. Nos termos de Cisne (2014), ela é um ‘continuum’ atravessado pelo movimento dialético entre a formação política, organização e lutas que parte da dimensão individual, de rompimento com o mundo “privado”, à dimensão de coletividade, organizado em um movimento social, partido político ou outro tipo de sujeito coletivo.

Nesse diálogo, percebe-se, então, a razão de ser dos movimentos sociais: os mesmos só existem, porque há classes sociais em conflitos na busca de consolidação de seus projetos de classe. É uma das formas de questionar - a partir da consciência- ou legitimar determinado projeto societário, seja da classe trabalhadora- expropriada do trabalho social- ou da burguesia- detentora dos meios sociais de produção-. Em síntese, do ponto de vista mais geral, os movimentos sociais podem atuar tanto no avanço quanto no retrocesso de direitos sociais.

## **Lutas, movimentos sociais e o serviço social no contexto brasileiro**

Na particularidade brasileira, os movimentos sociais surgiram segundo Freitas (2017) na primeira metade do século XX no governo de Getúlio Vargas (1930-1945)

Realização:



Apoio:



impulsionado pelo desenvolvimento do capitalismo periférico e dependente, pela monocultura agroexportadora, pelo atraso da industrialização e superexploração da força de trabalho. Nesse contexto, eram recorrentes as tentativas de despolitização, desmobilização e fragmentação sindical na medida em que as respostas a “questão social” se davam por meio da mescla entre ações assistencialistas e repressão a classe trabalhadora mais pauperizada e para a segmentos de trabalhadores como ferroviários, portuários a cooptação, inserindo-os na estrutura do Estado.

Na perspectiva de Yazbek (2009) as décadas de 1930 e 1940 demarcaram, respectivamente, as origens e institucionalização do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho vinculada as classes dominantes através do movimento social leigo e conservador da igreja católica, movimento esse que buscava oferecer junto as classes subalternas a formação cristã, o “bem comum” para a “recristianização” da sociedade.

Já para Castro (2007) direciona a discussão para os anos 1950 articulando a metodologia de desenvolvimento de caso, grupo e comunidade como outra possibilidade de entender a profissão junto aos movimentos sociais. Tal metodologia, tinha como base interventiva a perspectiva limitada ao local, a inserção de assistentes sociais enquanto “agente de mudança” nas associações de moradores, comunidades e bairros periféricos. Acreditava-se que a junção entre o povo (comunidade) e o governo resultaria no progresso do país. É importante ressaltar que essa ideologia tinha relação direta com a dominação do capital imperialista estrangeiro no sul global que influenciara o projeto de governo de Juscelino Kubitschek considerado “desenvolvimentista”.

O amadurecimento da categoria profissional deu-se no fim dos anos 1970: 1) na relação com outros protagonistas (profissionais nas equipes multiprofissionais, grupos da população organizadas; 2) emergência de grupos católicos progressistas de esquerda de militância ativa que influencia a categoria de assistentes sociais tais como a Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), a Ação Popular (AP), Juventude Operária Católica (JOC), Movimento de educação de base (MEB), etc. 3) o espalhar do movimento estudantil nas escolas de Serviço Social e 4) o referencial próprio das ciências sociais críticas no período (Netto, 2001).

Na intenção de ruptura de 1979, houve o questionamento da profissão em relação ao seu significado social, seus fundamentos, valores e arsenal técnico-operativo na busca de um Serviço Social “eminentemente Latino- Americano” nas palavras de Marilda Yamamoto (2016), levando em consideração na sua formação e intervenção profissional as particularidades locais, políticas e econômicas da região.

Impulsionada pela ótica de Yamamoto (2018), Luiza Erundina (2009), no momento de efervescência política da “autocracia burguesa” (Netto, 2001) e da “questão social”, movimentam-se “sujeitos políticos construtores de sua própria história” Erundina (2009), isto é, as parcelas de trabalhadores tomam consciência de classe e se apresentaram nas lutas sociais por direitos e por melhores condições de vida enquanto reação aos impactos da conjuntura política, econômica e social.

Esse terreno, fez surgir diversos movimentos populares que reivindicaram políticas públicas e direitos sociais, quais sejam: movimento contra a carestia, a luta dos moradores de favela por ligação de água e luz em seus barracos, de resistência contra os despejos, movimento por creches, movimento por saúde, por melhores condições urbanas, dentre outras. Relata Erundina (2009) que nesse contexto, os assistentes sociais tiveram protagonismo com esses movimentos e nos encaminhamentos das lutas comprometidos com os interesses populares, ao mesmo tempo, reivindicavam os direitos da categoria profissional na condição de trabalhadores assalariados.

Outra forma de organização político-coletiva pioneira de Assistentes Sociais foi na Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP), criada enquanto entidade pré-sindical no ano de 1955. Ainda não sendo um sindicato, a APASSP tinha no primeiro momento o reconhecimento da centralidade da ação sindical

Realização:



Apoio:





geral, o caráter profissional, combativo e de reconhecimento da profissão enquanto classe trabalhadora. Ação foi interrompida em razão do contexto ditatorial.

Isto posto, Marcelo Badaró (2009) defende a existência de um “novo sindicalismo”, caracterizado pelo grande número de movimentos grevistas, das mais variadas categorias profissionais demarcado nos últimos anos da década de 1970. Em consonância com Badaró (2009), Beatriz Abramides (2009), utilizou também a expressão “novo sindicalismo” para tentar dar conta da emergência e expansão desse fenômeno no Brasil destacando- o como um dos principais pilares que impulsionou a luta e a ação política dos movimentos sociais e de suas inflexões nas entidades sindicais de assistentes sociais a partir do fim dos anos 1970 e início dos anos 1980.

A mostra filmica brasileira *Eles não usam Black Tie* (...gravata preta) de Gianfrancesco Guarniere, em 1981, foi simbólica ao expor a história do personagem Tião e sua família que lutava com demais trabalhadores e sindicalistas contra a exploração patronal numa metalúrgica em São Paulo através de assembleias até a consolidação da Greve do ABC Paulista. Além disso, a luta que objetivou melhores condições de vida e trabalho, alimentação, moradia num cenário marcado pela instabilidade econômica agudizou a crise da ditadura empresarial militar.

Foi nesse terreno de reivindicações de projetos societários distintos que materializou- se o emblemático III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 1979 marcado pela “virada” na profissão. Virada essa, que substituiu da mesa do Congresso os representantes do governo dos militares por representantes dos trabalhadores. A ação foi capitaneada pela vanguarda profissional em articulação com a militância político- sindical via inserção das lutas sociais da classe trabalhadora em curso na sociedade brasileira em busca de autonomia e unidade de classe Abramides (2009).

Essa reserva de forças, autonomia e combate sindical classista provocou uma nova reflexão no âmbito da formação (dimensão teórico- metodológica) e do trabalho profissional (dimensão técnico- operativa) questionando as amarras do “serviço social tradicional” que culminou num relevante debate acerca de um novo projeto profissional (dimensão ético- política).

Nessa conjuntura de efervescência política, articularam- se as entidades sindicais da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), e, posteriormente, Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS). Tiveram alterações na nomenclatura do conjunto Conselho Federal de Assistentes Sociais/ Conselho Regional de Assistentes Sociais (CFAS/CRAS) para o atual Conselho Federal de Serviço Social/ Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/ CRESS), a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) para a atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) para a atual Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Ademais, esse movimento público e coletivo culminou num novo Código de Ética no ano de 1986, que foi reformulado em 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de n. 8.662 de 1993, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 fruto da Reforma Curricular de 1982 sintetizado no Projeto Ético Político Profissional.

A relação interventiva do Serviço Social com os processos de mobilização, lutas populares e movimentos sociais é explicitada, por exemplo, no artigo 4. da Lei de Regulamentação da Profissão quando determina como competência do Assistente Social prestar assessoria e apoio direto aos movimentos sociais no que tange a luta por políticas sociais, seus direitos civis, políticos e de coletividade. Em nosso Código de Ética, tal questão aparece como um direito da categoria apoiar e participar dos movimentos e organizações populares no sentido de ampliar a luta, consolidação da democracia, direitos e cidadania das classes subalternas.

Realização:



Apoio:



Conforme Martins (2012), o movimento sindical da categoria foi fundamental para a construção de uma contra hegemonia no interior do Serviço Social, principalmente, no que se refere a direção social. O autor, registra conforme Abramides (2009) que a articulação das entidades sindicais da profissão deu-se em sintonia com as lutas sociais mais amplas do país.

Na década de 1980 e 1990, as respostas a crise estrutural do capital Mészáros (2009) foi a implementação do neoliberalismo no país sustentado pela acumulação flexível (trabalhos instáveis, fragmentados, por demanda- Just-in-time-, sem direitos) a contrarreforma do Estado, os ajustes fiscais, a ideologia do empreendedorismo, além da concepção “pós-moderna” que embasa os chamados “novos movimentos sociais”. Tais movimentos, defende que as recentes transformações societárias não são mais suficientes para permitir aquelas antigas formas de lutas e resistências de classe conforme ocorrida no século XIX e início do século XX.

Nos anos 2000, presenciou-se o aprofundamento da luta de classes e o boom de movimentos sociais diversos a saber: “As Jornadas de junho” de 2013 que gestou-se com o descontentamento de trabalhadores em razão do aumento no preço das passagens, baixa qualidade e inseguranças nos transportes públicos, a precarização e demissão em massa de motoristas e cobradores; o Golpe de 2016 com o governo de Michel Temer marcado pela reforma trabalhista que legalizou juridicamente o negociado sobre o legislado, a PEC n. 95 congelou por 20 anos o orçamento público destinado as políticas de seguridade social, ao passo que , assistíamos as ocupações estudantis nas escolas e universidades públicas do país por melhores condições de permanência no ensino básico e superior (alimentação de qualidade, bolsas e auxílios) e a repressão do Estado via força militar.

Esse Estado autoritário e violento intensificou-se no (des)governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) com a emblemática frase “Passar a Boiada” discursada pelo ex-ministro do Meio Ambiente Roberto Sales.

Tal estratégia tinha o objetivo de desmonte dos conselhos de direitos e conferências, excluindo a participação das classes subalternas na tomada decisão do país, a criminalização dos movimentos sociais populares e a ascensão de movimentos de extrema direita dando novos contornos ao que Mota (1995) denominou de “Cultura da crise”, ao identificar a ofensiva do capital financeiro frente as recentes conquistas de direitos e das políticas de seguridade social pela classe trabalhadora no país.

Essa conjuntura de crise, apresentou inflexões diretas nas políticas sociais, na formação e no trabalho profissional do Serviço Social, com a precarização e sucateamento das universidades e equipamentos públicos, agudizou-se as expressões da “questão social”, e, portanto, nas condições objetivas e subjetivas de viabilização de direitos sociais dos usuários.

Num mergulho sobre as produções teórico- políticas dos últimos anos do Serviço Social sobre os movimentos sociais e lutas sociais é emblemático os “Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional” da ABEPSS (2022) que não abre mão da articulação entre os núcleo de fundamentação da Diretrizes, a saber: o núcleo de fundamentos teórico- metodológicos da vida social; do núcleo de fundamentos das particularidades da formação social brasileira; do núcleo de fundamentos do trabalho profissional com a possibilidade do estudante de Serviço Social apreender numa perspectiva de totalidade e historicidade as mediações das lutas sociais, classistas, antirracistas e feministas como constituintes e constitutivas dos fundamentos da “questão social”. A entidade formativa, pensa que o debate dos movimentos sociais e das lutas sociais não deve limita-se apenas a uma disciplina, mas sim, numa dimensão que atravessa o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

Assim sendo, debater os movimentos sociais requer capturar o movimento do real atravessada pela luta de classes na sociedade capitalista e que, portanto, se inscreve diretamente nos fundamentos da categoria profissional. Por isso, é uma ação

Realização:



Apoio:



necessária para avançarmos coletivamente na incorporação da concepção crítica nos âmbitos da formação e do trabalho profissional, inclusive, essa leitura de realidade é imprescindível para reconhecer e fortalecer o cotidiano das políticas sociais sob a direção social estratégica da categoria construída com os demais segmentos da classe trabalhadora ao longo das últimas décadas.

## Conclusão

Diante do exposto, reitera-se que os movimentos sociais só existem porque estão imbricados nas disputas por projetos societários antagônicos típicos da sociabilidade burguesa desde a Revolução Industrial Inglesa. Sociabilidade essa, marcada pelo conflito histórico entre o capital e trabalho e na medida em que os trabalhadores tomam a consciência de classe estimulada pela realidade social lutam por melhores condições de vida e direitos sociais constituindo-se como o fundamento da “questão social” na qual atuam diretamente assistentes sociais operacionalizando políticas, serviços, programas e projetos sociais.

Portanto, é fundamental articulação da profissão com as lutas e os movimentos sociais na busca de construção de estratégias coletivas para o encaminhamento de suas necessidades sociais, a exemplo do Movimento Sem Terra (MST), Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento Negro Unificado (MNU), Movimento de Mulheres, dentre outros, ou até mesmo fomentar a criação desses quando não existem pra a viabilização de direitos sociais.

## Referencias

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 97, p. 85-108, out./dez. 2009.

BADARÓ, Marcelo. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do serviço social na América Latina**. São Paulo: Cortez editora, 2007.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

ERUNDINA, Luiza. Análise do contexto socioeconômico e político no Brasil na década de 1970 e suas implicações para o serviço social. In: CFESS (org.). **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2009. p. 107-119.

FREITAS, Tais Pereira de. Movimentos sociais e serviço social: debates fundamentais. **Sociedade Em Debate**, Pelotas, v. 23, n. 2, p. 76 – 96, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Marxismo e serviço social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 204-226, ago./dez., 2018.

MARTINS, Daniel de Aquino Lucas. **O caminho da conquista**: a organização política das(os) assistentes sociais até a redução da jornada de trabalho. 2012. 170 f. Trabalho

Realização:



Apoio:



de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Humanidades e Saúde, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2012.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistencial social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS; ABEPSS. (org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

Realização:



Apoio:





**EIXO TEMÁTICO 8**  
**OFENSIVA ANTIGÊNERO, RACISMO, SEXISMO E LUTAS**  
**SOCIAIS**

Realização:



Apoio:





## O RACISMO TERRITORIAL NA PLANÍCIE GOITACÁ

Ana Cláudia de Jesus Barreto<sup>474</sup>

Jady Cristina Mattos Gomes<sup>475</sup>

Katy Dutra Fernandes<sup>476</sup>

Maíza da Silva Izaías<sup>477</sup>

**Resumo:** O racismo se expressa das diversas formas no cotidiano das cidades brasileiras e a localização da população no meio urbano é o espelho que reflete as diferenças no acesso ao direito à cidade e que não se limita a ter uma moradia. O racismo territorial é uma realidade para parte da população campista que foi induzida a migrar para regiões que dificultam o acesso à cidade e através do mapeamento medimos a distância e tempo de acesso que essa população leva para alcançar alguns serviços públicos e bem como revela a inexistência de alguns serviços em seus territórios.

**Palavras-chave:** Segregação; mapeamento; direito à cidade.

**Abstract:** Racism manifests itself in various forms in the daily lives of Brazilian cities, and the population's location within urban areas reflects the differences in access to the right to the city, which goes beyond housing. Territorial racism is a reality for part of the Campos Gerais population, who were forced to migrate to areas that hinder access to the city. Through mapping, we measure the distance and time it takes for this population to access some public services, as well as revealing the lack of certain services in their territories.

**Keywords:** Segregation; mapping; right to the city

### Introdução

O município de Campos dos Goytacazes cortado pelo grande Rio Paraíba do Sul está situado na região norte fluminense do estado do Rio de Janeiro. Possui 483.540 mil habitantes (IBGE) de 2022, representando um aumento de 4,2% em comparação com o Censo 2010. Com relação aos dados relacionados a raça/cor a população se divide em 203.487 (42,08%) brancas, 193.892 (40,10%) pardas, 360 (0,07%) amarelas, 85.408 (17,6%) pretas e 363 (0,08%) indígenas. Os dados demonstram uma predominância da população negra na cidade totalizando 57,7%.

Pretendendo estudar o processo de segregação racial e saber a localização das pessoas negras em Campos dos Goytacazes, foi realizada entre 2021-2023 uma pesquisa tendo como referência o Programa Habitacional Morar Feliz, executado a partir de 2010 e que removeu uma parcela da população de algumas áreas da cidade, principalmente localizadas próxima ao centro urbano, para regiões mais afastadas.

A pesquisa pretendeu avaliar se o acesso à moradia garantiu o direito à cidade. pois o valor de um ser humano está ligado ao lugar onde se encontra localizado. Caso esse local seja estigmatizado as pessoas passarão por estigmas, violências e discriminação, além da ausência de bens e serviços e infraestruturas básicas e não lhes serão ofertadas as condições para o exercício de cidadania (Silva, 2006).

<sup>474</sup> Assistente Social. Docente do Departamento de Serviço Social da UFF/Campos. Doutora em Serviço Social. E-mail: acjbarreto@id.uff.br

<sup>475</sup> Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: jadycristina@id.uff.br

<sup>476</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: katyfernandes@id.uff.br

<sup>477</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: maizaizaias@id.uff.br

Realização:



Apoio:



Para tanto foram selecionados sete conjuntos habitacionais para avaliarmos as condições de moradia e a distância entre os equipamentos públicos próximos ou distantes e os bens e serviços ofertados na cidade.

Isto posto, pretendemos socializar o resultado da pesquisa e possibilitar a discussão de que o direito à cidade não é restrito apenas ao acesso a uma casa, mas implica também o acesso à cidade. Nesse sentido, a segregação socioespacial em Campos dos Goytacazes se apresenta por meio do aumento dos grandes empreendimentos imobiliários que produzem uma cidade dividida socialmente e geograficamente.

Na medida em que de um lado tem-se os condomínios fechados que atendem a classe média e alta campista, e ainda que quando construídos em zonas mais afastadas da centralidade da cidade, atraem investimento do capital para subsidiar os recursos e equipamentos públicos e privados visando atender esses novos moradores. E por outro lado, tem-se as áreas mais afastadas da área central e concomitantemente mais afastadas do acesso à grande parte dos serviços e equipamentos públicos, e é nestas áreas que se concentram as moradias populares construídas através do Programa Habitacional Morar Feliz.

### **O acesso à moradia não garante o direito à cidade**

Segundo Marx (1972, p. 574), “a propriedade territorial pressupõe o monopólio de certas pessoas que lhes dá direito a dispor sobre determinadas porções do planeta como esferas privativas de sua vontade privada, com exclusão de todos os demais”. Esses são os fundamentos que determinam o modo de produção e consumo do espaço urbano.

A moradia também é um componente da reprodução da classe trabalhadora, porém na história da política habitacional brasileira, devido ao critério de renda e a insuficiência salarial, é um artigo de luxo para a maioria da população, principalmente para a de renda zero. Usando o discurso de déficit habitacional, o poder público vai deixando à margem da cidade essa parcela populacional, que cada vez mais não encontra lugar para viver. Sobra para essa parcela as áreas desvalorizadas que podem futuramente se tornarem alvo de valorização, as áreas de risco ambiental e as ocupações em áreas ou prédios públicos e, assim, vão construindo a cidade da exceção, da segregação social e racial.

A cidade de Campos dos Goytacazes ao longo dos últimos anos, a partir dos grandes empreendimentos imobiliários, vem se configurando como uma cidade altamente segregada. Por um lado tem-se os condomínios fechados e horizontalizados que atendem a classe média e alta e de outro lado as moradias populares que foram construídas através do Programa Habitacional Morar Feliz<sup>478</sup>, que internamente tem muitos problemas de ordem social, de segurança, de transporte público, de conflitos entre facções do tráfico de drogas, ou seja é um lado da cidade que foi produzido pelos agentes produtores do espaço urbano: poder público, o mercado imobiliário e os proprietários fundiários.

O Programa Habitacional Morar Feliz (PHMF), segundo informações disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e da Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres (EINURD), foi planejado e executado para retirar os moradores de área de risco às margens das lagoas do Rio Paraíba do Sul, das margens das ferrovias e rodovias federais que atravessam a cidade e do aluguel social, com a estimativa de beneficiar 40.000 pessoas.

---

<sup>478</sup> Os recursos desse programa foram oriundos dos royalties do petróleo, não houve nenhuma outra fonte de recursos. Instituído pelo Decreto Municipal nº 055/2011, tendo início em 2008 no primeiro mandato de Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira (Rosinha Garotinho).

Realização:



Apoio:



É necessário analisar a trajetória das políticas habitacionais que são desenvolvidas no Brasil a partir das remoções dos grupos sociais mais vulneráveis que habitam territórios de interesse do capital imobiliário. Assim, no processo de remoção se utiliza a justificativa de “risco” para a população com o objetivo de convencer os mesmos que essa ação é para a melhores condições de vida e omitem os verdadeiros objetivos e interesses que estão por trás desse processo, que é aquele para atender os interesses do capital imobiliário. No século XIX, a justificativa utilizada era de surtos endêmicos. Já no Século XXI, por sua vez, essa justificativa não se aplica devido aos avanços da medicina e ciência, se utilizando na maioria das vezes a justificativa do risco ambiental.

E foi a partir dessa justificativa que ocorreram as remoções em Campos dos Goytacazes a partir do PHMF. O município é uma planície, dividida pelo Rio Paraíba do Sul. Assim, devido a sua estrutura geográfica, quando ocorre as intensas chuvas de verão resulta em inundações e transbordo do rio. Com isso, uma das áreas mais afetadas por essas inundações é Ururá, onde as construções da residência dessa população se localizam à margem do rio e estes foram os primeiros que passaram pelo processo de remoção de suas localidades e realocados em Tapera, Penha e Novo Jockey.

Cortes (2020) destaca que inicialmente o PHMF apresenta um salto na política habitacional, tendo em vista que é um programa gratuito para a população assistida, porém quando se analisa a totalidade encontra semelhanças presentes na tendência histórica das políticas habitacionais do Brasil que é afastar do centro urbano as populações empobrecidas. Segundo a autora as casas do PHMF foram construídas afastadas do centro, onde os lotes imobiliários são menos valorizados e não encontra os serviços públicos com eficácia. Assim, o PHMF reforça demasiadamente a tendência das políticas habitacionais dentro do processo de segregação urbana e segregação étnico-racial no município campista.

Segundo Harvey (2005, p. 171) “o poder de organizar o espaço se origina de um conjunto complexo de formas mobilizadas por diversos agentes sociais”, tornando-se o espaço urbano um instrumento de dominação, exercido através dos vários interesses das classes dominantes representadas como agentes produtores do espaço urbano, que exercem o seu poder selecionando para si as áreas de seu interesse, realizando intervenções urbanas e transformando a cidade para atender a lei do valor e, enquanto isso, a população majoritária é empurrada cada vez mais para as regiões periféricas, para os “cantos”, as “bordas”, caracterizadas pela ausência de tudo um pouco e distante cada vez mais da cidade “civilizada” (Villaça, 2001).

No portal da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes consta que foram entregues 6,5 mil casas do Programa Habitacional Morar Feliz, beneficiando 32 mil pessoas até 10 de outubro de 2016 e que os conjuntos habitacionais do Morar Feliz, “são dotados de infraestrutura completa”. As informações encontradas em uma apresentação em slides constam as características estruturais das moradias como, instalações hidrossanitárias, tamanho do lote, divisão interna das casas, esgotamento sanitário, piso de cerâmica, etc. Vale ressaltar que na visita de campo para aprofundar melhor sobre a condição da população residente nos conjuntos do Morar Feliz e sua aproximação ou distanciamento dos serviços públicos, pudemos avaliar a péssima condição das moradias e os materiais de baixa qualidade que foram utilizados.

Vale ressaltar que o poder público demonstra formalmente que o projeto do Programa Habitacional é de excelência, porém a realidade é outra. Reafirmando aquilo que o Brasil sabe bem fazer: o distanciamento da letra da lei e sua execução. Os conjuntos habitacionais tanto na parte estrutural como a de acesso a bens e serviços demonstram o descaso do poder público para com a população, reafirmando o racismo territorial.

Realização:



Apoio:



A realidade é bem diferente, como demonstra (Viana, 2018), ao pesquisar sobre a segregação do bairro Jockey Club, constatando que não tem muitas possibilidades de serviços e equipamentos públicos, ausência de praças e locais de lazer e o transporte público é precário, que os moradores têm dificuldades de usar o serviço de entrega como lanches e de farmácia, pois os prestadores deste serviço têm receios de ir no bairro por causa da criminalidade.

Peres (2017), ao analisar dois outros conjuntos habitacionais Tapera II e Ururaí II, também do Programa Morar Feliz, constatou que não houve, apesar do acesso à moradia, o avanço no direito à cidade, pois esses conjuntos estão localizados à beira da BR 101. Esta localização das moradias produz nos moradores um sentimento de isolamento e exclusão do cotidiano da cidade. O que também revela uma contradição do discurso do poder público que usou a justificativa de área de risco para removê-los do local de origem, pois a maioria dos habitantes desses conjuntos são remanescentes da favela Margem da Linha, que ficava próxima a estrada da BR 101. Os moradores continuam no risco, tendo que atravessar a BR para ter acesso aos serviços essenciais e inclusive as crianças ficam à margem da BR para ter acesso a escola que fica à margem da BR, sem uma passarela para atravessar, apenas contam com uma faixa de pedestre.

Na compreensão de Harvey (2013) o direito à cidade, é o direito de transformá-la em algo radicalmente diferente e isso implica em participar dos processos de transformação das cidades, pois normalmente são construídas para atender dos interesses do capital e que por isso a luta pelo direito à cidade é a luta contra o capital. Isto posto, as falas de Harvey se materializam na realidade campista.

Um projeto de moradia para a população empobrecida que foi concebido por indivíduos que ocupam um lugar de privilégio na sociedade e sem consultar os sujeitos implicados durante o processo, para que pudessem fazer escolhas para sua qualidade de vida, demonstram o autoritarismo e a falta de respeito pela população e ao mesmo tempo o cuidado para atender os interesses do capital. Logo, atender os interesses do capital significa, passar por cima dos direitos dos cidadãos que vivem na pobreza. É como se não tivessem o direito a ter direito no entendimento de uma elite branca que reforço as bases do colonialismo: escravização, hierarquização, discriminação, violência sobre os corpos negros. Em conversa com alguns moradores dos conjuntos, ouviu-se o relato de que nunca participaram do planejamento do programa, sequer sabiam onde iam morar, inesperadamente receberam a notícia que teriam que sair do local para o novo conjunto habitacional.

Os empreendimentos imobiliários que foram construídos nas áreas de “risco” de Campos dos Goytacazes, após a saída dos moradores indesejados, passaram a ter uma alta valorização, a exemplo da área que estava localizada a favela Margem da Linha. Atualmente tem-se os seguintes empreendimentos: Shopping Boulevard, Hotel Tupin Inn e Condomínios horizontais e verticais de luxo. Logo, podemos afirmar que o direito à cidade não é para todos, haja vista que o acesso a mesma é mercantilizado, excluindo desta forma parcelas significativas da população e as remanejando para os cantões da cidade ou para o “quarto de despejo” (JESUS, 1960).

Sobre o perfil étnico-racial dos moradores dos conjuntos do PHMF, Arruda (2014) aplicou 365 questionários em 11 conjuntos e com base nos dados analisados, verificou-se que a população é majoritariamente negra. Sendo que 23,3% (85) são brancas, 33,7% (123) são pretas, 41,4% (151) são pardas, 1,6% (6) são amarelas e 0,0% (0) são indígenas.

Para Campos (2007), o quilombo é o espaço transmutado nos cortiços e nas favelas que no século XX representou para a sociedade republicana o mesmo que o quilombo representou para a sociedade escravocrata: local das classes perigosas. Sendo assim Carril (2013) compreende que na modernidade ocorre o reaparecimento de mecanismos antigos de exploração da força de trabalho e de realidades reprimidas

Realização:



Apoio:

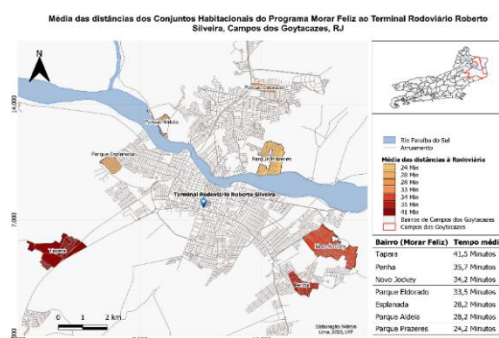


que possuem conteúdos étnico-raciais. Reaparecer não significa que deixou de existir, mas que sempre foi uma “condição presente do refazer a acumulação primitiva do capitalismo brasileiro” (Carril, 2013, p. 95).

### O racismo em mapas: os indesejáveis

Os dados que serão apresentados são resultado de uma pesquisa realizada entre 2021 e 2023 pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa Espaço e Raça/ UFF Campos. A proposta da pesquisa foi estudar sobre as áreas segregadas na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, impulsionadas pelo Programa Habitacional Morar Feliz (PHMF), a partir dos anos 2010 e demonstrar através do mapeamento de alguns territórios, a distância entre eles e os bens e serviços ofertados, os equipamentos de saúde, proteção social, educação, cultura, lazer e a área central da cidade. O cálculo do distanciamento foi realizado levando em consideração os meios de transporte como carro, moto e bicicleta. Em relação ao transporte por meio dos ônibus, na cidade são ofertados majoritariamente pela empresa privada “São João” a partir de um antigo contrato com a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Entretanto, verifica-se a precariedade das condições dos ônibus, que são antigos e muitas das vezes se encontram depredados pela própria população. Por este motivo, impossibilitou-se a coleta de dados referentes ao tempo do deslocamento do transporte público por meio do instrumento de pesquisa utilizado “Google Maps”, pois ele não compreende as relações de tempo dos antigos ônibus da “São João”.

Foram 7 (sete) conjuntos habitacionais do Morar Feliz objetos da pesquisa, são: Aldeia, Eldorado, Esplanada, Jockey, Penha, Parque Prazeres e Tapera. A seguir apresentamos as médias das distâncias entre os conjuntos habitacionais e os equipamentos públicos



O transporte público em Campos dos Goytacazes é muito deficitário. Não existe uma disponibilidade de linhas de ônibus que sirvam a toda população. Muitos ônibus não entram nos conjuntos habitacionais. O tempo de espera é entre 1 a 2 horas no ponto de ônibus. Causando atrasos na chegada ao trabalho ou numa consulta médica por exemplo, segundo relatos dos moradores. Como pode-se ver, o bairro Tapera é que mais leva tempo (41 min) para chegar ao Terminal Rodoviário Roberto Siqueira, localizado no centro da cidade. Devido à proximidade com a BR-101, os moradores ficam à margem da BR aguardando o transporte público, sem nenhum abrigo para se proteger do sol ou da chuva. O menor tempo é no Parque Prazeres (24 min). Em alguns bairros, como é o caso do Parque Prazeres para ir até ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que tem um tempo de deslocamento médio de apenas 24 minutos, mas que, entretanto, por meio do transporte público é necessário pegar dois ônibus, segundo relato dos moradores. Levando as pessoas que precisam da assistência pública a se deslocar de bicicleta em virtude do alto valor a desembolsar

Realização:



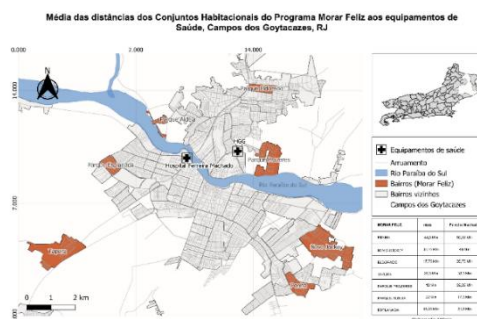
Apoio:



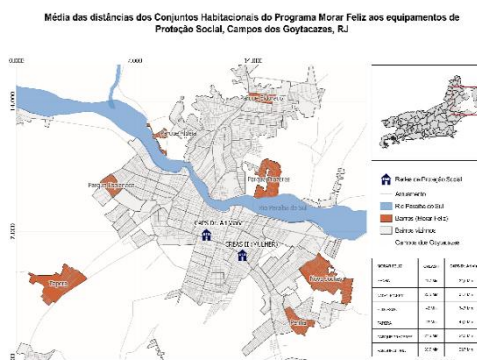


com transporte público. Inclusive dificulta também o acesso dos estudantes ao ensino médio, devido à ausência de escola para essa faixa etária e ensino, na localidade.

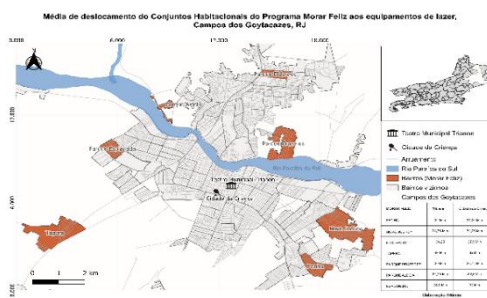
Com relação ao serviço de saúde, referenciamos o Hospital Ferreira Machado, que oferece um serviço de urgência e emergência e está mais próximo do centro da cidade. Os bairros mais afastados é Penha e Novo Jockey, com uma média de 50 a 46 minutos respectivamente.



Com relação aos equipamentos de proteção social, selecionamos apenas dois, pois o mapa não comportaria vários equipamentos. Metodologicamente seria inviável a compreensão e a visibilidade. Isto posto, escolhemos um da área da saúde mental e da proteção especial (Mulher). Os bairros Tapera, Eldorado e Parque Aldeia estão mais distantes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), entre 48 min, 42 min e 39 min respectivamente. No caso do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), os bairros Tapera e Eldorado são os mais distantes com 40 min a 34 min de distância, respectivamente.



No tocante aos espaços de lazer e cultura, referenciamos o Teatro Municipal Trianon e a Cidade da Criança. Os bairros mais distantes são Tapera e Eldorado. Com relação ao Teatro, o tempo de distância é entre 47 min e 34 min respectivamente e da Cidade da Criança, 42 min a 37 min.



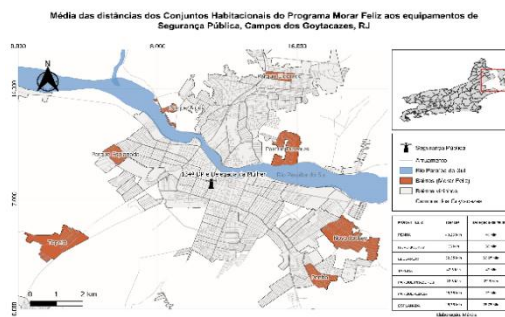
Realização:



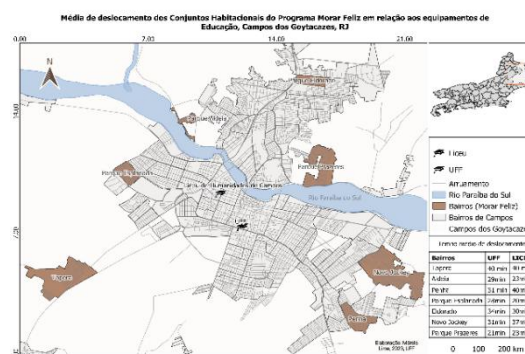
Apoio:



Sobre o tempo para acessar a Delegacia da Mulher e a 134ª Delegacia de Polícia, três bairros levam mais tempo, são eles: Tapera, Penha e Novo Jockey. Com um tempo muito similar entre esses órgãos da segurança pública, 42 min, 40 min e 36 min respectivamente.



E por fim, os equipamentos da área da educação do ensino médio e universitário. Selecionamos o Liceu de Humanidades de Campos e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Os bairros mais distantes do Liceu: Tapera e Eldorado, com 40 min a 34 min. E aqueles mais distantes da UFF, são: Tapera, Penha e Novo Jockey com 40 min nos dois primeiros e 37 min, respectivamente.



À primeira vista, o senso comum pode achar que o tempo de deslocamento é muito curto levando em consideração o tamanho da cidade de Campos dos Goytacazes e principalmente pensando no meio de transporte – o automóvel. Contudo, o olhar precisa ser mais apurado e sensível ou até mesmo deslocar-se do lugar de fala do status de privilegiado. A população moradora dos conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz, são pessoas que vivem na pobreza, na exclusão social, vendendo “o almoço para comprar a janta”, vivendo uma trajetória de expulsão, segregação e desterritorialização. Somado a tudo isso, o serviço de transporte na cidade é deficitário, o resultado dessa soma é igual a não possibilidade de acessar a cidade, impossibilidade de ir em busca dos serviços ofertados, causando até mesmo um desânimo para acessá-lo, pois as barreiras estruturais são muitas. Alguns desses conjuntos habitacionais do Morar Feliz, como o da Penha, fazem fronteira com condomínios fechados, destinados a uma faixa de renda acima de 3 (três) ou mais salários mínimos.

Realização:



Apoio:



Contudo, o acesso destes a cidade dar-se-á de outra forma, as possibilidades são maiores causadas pelo poder de compra, lhe traduz uma cidade acessível. Inclusive mesmo estando em local mais afastado do centro da cidade conseguem atrair para perto bens e serviços. Ao contrário dos outros conjuntos que conseguimos conhecer in loco, há inexistência de mercados, farmácias, comércio em geral por perto e quando tem são bem afastados. As pessoas precisam andar muito para acessar. Isto posto, os moradores do PHMF foram inseridos em territórios de “vazios” no entorno, vazios de bens e serviços necessários à sobrevivência.

Harvey (apud Villaça, 2001, p. 329) afirma que “o domínio do espaço sempre foi um aspecto vital da luta de classes” e as condições das classes sociais nessa disputa são definidas ainda na estrutura de produção e, neste caso, a burguesia consegue exercer um domínio. Sendo assim, nem sempre a classe burguesa procura o lugar mais perto, pode querer ir para um local mais afastado, para buscar “ar puro” e, nesse movimento, arregimenta o comércio, o centro, o emprego, os serviços para perto de si, inclusive adaptando esses espaços ao seu meio predominante de mobilidade, que é o automóvel. “Revolucionam o centro principal, produzem “centros expandidos o “seu” centro e os centros “dos outros” (Villaça, 2001, p. 329).

E sobre os equipamentos de saúde e educação, apesar de já existirem no território, existe a questão do crescimento da demanda, que causa um impacto no atendimento. Escutamos algumas falas das moradoras que nem sempre conseguem vaga no posto de saúde para consulta médica, levando-as a procurar o serviço médico em outros territórios. E por fim ouvimos de um funcionário de um posto de saúde que os moradores do PHMF chegaram depois no bairro e que por isso a prioridade é de quem já morava no bairro antes da chegada deles. Se houver vaga, os “encaixa”, do contrário fica sem atendimento.

Isto posto, podemos afirmar que o racismo territorial é uma realidade vivenciada pelos moradores do PHMF, quando os mesmos são estigmatizados, vistos como bandidos, intrusos e sofreram uma expulsão das áreas valorizadas com justificativa de risco ambiental, mas que posteriormente foram remodeladas pelo capital imobiliário, e empurrados de forma violenta para as bordas da cidade e assim continuam vivenciando a violência praticada de várias formas: seja pelo isolamento social, pela dificuldade de acesso à cidade, pela precariedade das moradias e do seu entorno, inclusive com risco de vida se não for pela proximidade com a BR 101, será pela guerra às drogas, haja vista que a maioria dos conjuntos, inclusive os 7 (sete) conjuntos que visitamos, tem uma forte presença do tráfico de drogas.

## Considerações finais

O planejamento urbano no Brasil é um instrumento de separação racial a partir das reformas urbanísticas desde 1875, quando foram sendo definidos os territórios que deveriam ser ocupados pela população branca e negra. Assim deu-se a segregação racial no Brasil através de um processo de higienização, de limpeza da cidade baseados no discurso eugenista. Acreditamos que esse propósito das elites brasileiras nunca deixou de estar em movimento. Isso é muito claro ao analisar as configurações espaciais das cidades.

Não podemos naturalizar o local onde se encontra a população negra, que são as áreas irregulares, informais com ausência ou péssima oferta de saneamento básico, precariedade habitacional, violência policial. Tudo isso representando a negação da negação à cidadania. Esse projeto hegemônico das elites brasileiras foi forjado em 1850, quando definiu o acesso à terra. Mas, para além desse acesso temos a questão racial que coloca o negro como o inferior, o subordinado e define o seu lugar na sociedade brasileira, que deve ser aquele mais desumano possível, porque humano nunca considerado foi.

Realização:



Apoio:



A cidade é o espelho das relações das desigualdades raciais e por isso “é necessário compreender como o modelo racial brasileiro estrutura relações no cotidiano e em que medida essa estrutura racista se reproduz no espaço além do fator social de classes” (Gomes, 2021, p. 26).

Através dessa pesquisa podemos abordar sobre as relações raciais em Campos dos Goytacazes, a partir da experiência do PHMF. Essas relações são baseadas na lógica da hegemonia da branquitude, através do poder público que opera o racismo, a segregação e exclusão a partir da aliança dos interesses do capital e da elite (Gomes, 2021), que determina através do planejamento urbano o lugar das relações que são permitidas. Foi permitido que a população negra e pobre da cidade ocupasse espaços periféricos. Em alguns casos com vazios de serviços, em outros apesar da proximidade não tem garantia de acesso, em decorrência das vagas limitadas, como o serviço de creche e atendimento de saúde, por exemplo. É o lugar do abandono do poder público, uma vez que se apresentam como lugares de vulnerabilidade, violência, pobreza e falta de condições ideais de moradia.

A ausência da participação nos processos de planejamento territorial é um fator importante que reafirma o racismo e a subordinação. Em nenhum momento a população alvo das remoções foi consultada ou informada sobre o planejamento do programa ou criado espaços de diálogos e construção de um ideal de local de moradia.

Um ponto curioso e que demonstra a não participação popular, são os nomes das ruas. Alguns são nomes de bairros da cidade do Rio de Janeiro, outras de entes públicos e de flores e quando questionados sobre a origem dos nomes das ruas, os moradores falaram que nunca opinaram sobre os nomes, demonstrando assim o total alheamento e ausência de espaços de discussão e diálogo entre o poder público e os moradores.

Todos esses aspectos nos levam a inferir sobre o racismo territorial no planejamento urbano da cidade de Campos dos Goytacazes. O poder público ratifica a lógica de segregar e discriminar a população preta campista.

## Referências

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. **Política habitacional e direito à cidade: a experiência do programa "Morar Feliz" em Campos dos Goytacazes-RJ**. 2014. 274 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2014.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela**. A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CORTES, Thaís Lopes. O outro lado do “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes/ RJ: a oficialização da expropriação pela retórica do “risco”. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 48, p. 295-316, 2020.

GOMES, Aramis Horvath. **Racismo territorial: o planejamento urbano tem um problema de raça?** Jundiaí: Paco, 2021.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia *et al.* (org.). **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. São Paulo: Edição Popular, 1960.

Realização:



Apoio:



MARX, Karl. **El sapital**: crítica de la economía política – libro III. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1972.

PERES, José Felipe da Silva. **Produção e fragmentação do espaço urbano e o direito à cidade**: uma análise do programa morar feliz entre os moradores dos conjuntos Tapera II e Ururaí II. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2017. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

VIANA, Aline da Silva. **Periferia segregada**: um estudo sobre os processos socioespaciais no Jockey Club. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Ambiente e Políticas Públicas). 2018. Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2018.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 2001.

Realização:



Apoio:





## A REALIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO

Robson Luiz Marques da Silva<sup>479</sup>  
Marcos José Hortolani Louzada<sup>480</sup>  
Emanuely Ferreira Marques Silva<sup>481</sup>  
Marilda Aparecida Simeão<sup>482</sup>

**Resumo:** O artigo analisa o racismo estrutural no mercado de trabalho brasileiro, destacando como a herança escravocrata moldou uma sociedade excludente, onde a população negra enfrenta barreiras históricas e institucionais. A discriminação impacta o acesso a empregos qualificados, salários e ascensão profissional. O texto enfatiza o papel do assistente social na luta antirracista e na promoção dos direitos humanos. Defende políticas afirmativas e a necessidade de romper com o mito da meritocracia, mostrando que a desigualdade racial é estruturante no Brasil contemporâneo.

**Palavras-chave:** Racismo estrutural, Desigualdade social, Mercado de trabalho

**Abstract:** The article analyzes structural racism in the Brazilian labor market, emphasizing how the legacy of slavery shaped an exclusionary society where the Black population faces historical and institutional barriers. Discrimination affects access to qualified jobs, wages, and career advancement. The text highlights the role of social workers in the anti-racist struggle and the promotion of human rights. It advocates for affirmative policies and the need to dismantle the myth of meritocracy, showing that racial inequality is a foundational aspect of contemporary Brazil.

**Keywords:** Structural racism, Racial inequality, Labor Market

### Introdução

Assim como diversos autores tratam de compreender o racismo estrutural no Brasil, consideramos de grande importância perceber como o processo escravocrata se fez presente e como impacta o comportamento da população. Vamos abordar neste artigo as diversas pesquisas realizadas por estudiosos que se dedicaram a descobrir as raízes deixadas pelo período escravocrata brasileiro.

Fernandes (2020), mais especificamente em seus estudos sobre a revolução, contrarrevolução brasileira e as consequências para a formação da sociedade até os dias atuais, trouxe diversos apontamentos sobre o período escravocrata brasileiro e ainda analisou o comportamento da elite burguesa que até hoje influencia e naturaliza essa fase pelo qual passou o Brasil.

Da mesma maneira desejamos aproximar das ideias apresentadas por outros pensadores e pensadoras da contemporaneidade com o objetivo de desvelar esse cenário atual do racismo e seus impactos junto ao trabalho dos Assistentes Sociais, já que, no cotidiano esses profissionais se deparam com usuários em situação de vulnerabilidade social e conforme o IBGE (2019) “falar de desigualdade social no Brasil é, também falar sobre desigualdade racial” neste mesmo estudo o instituto aponta que

<sup>479</sup> Assistente social e doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UFJF). E-mail: robsonmarques14@yahoo.com.br

<sup>480</sup> Economista e doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UFJF). E-mail: marcosjf\_br@yahoo.com.br

<sup>481</sup> Graduada em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (FD/UFJF). E-mail: emanuelymarques311@gmail.com

<sup>482</sup> Pedagoga e especialista em História da África. E-mail: marildasimeao@hotmail.com

Realização:



Apoio:



as pessoas pretas e pardas são as que mais padecem no Estado em face da ausência de oportunidades e pela péssima distribuição de renda.

Muito embora a pobreza seja a resultante deste sistema predatório que se reinventa a cada dia para manter o privilégio de poucos, a parcela da população mais afetada são trabalhadores periféricos, negros e pardos em situação de vulnerabilidade social. O CFESS em uma resolução nº1054 de 14 de novembro de 2023 enfatiza a importância do trabalho do Assistente Social no combate à discriminação, mais especificamente em seu Art.3º.

Parágrafo primeiro: Às/aos assistentes sociais é permitida e indicada a utilização de instrumentos profissionais que possibilitem conhecer a realidade étnico-racial de grupos, instituições e territórios, com a finalidade de promoção e análise de indicadores sociais que contribuem para o exercício profissional antirracista, bem como para elaboração de políticas voltadas para a população negra, indígena e outras populações tradicionais (CFESS, 2023, p. 2).

Nesta mesma resolução o CFESS salienta que é dever de todo profissional denunciar qualquer prática de racismo e/ou injúria racial por parte de outros profissionais, outras pessoas físicas ou jurídicas, demonstrando que o trabalho do assistente social deve ser pautado na ética e coerente com as normas e leis brasileiras. Esse tema é de tamanha relevância que o CFESS (2019) realizou em Salvador BH, o 2º Seminário Nacional Serviço Social e Direitos Humanos, onde pode aprofundar o conhecimento da realidade desses usuários e planejar estratégias de abordagem e atuação profissional compreendendo a diversas expressões do racismo em nosso país.

Tendo como tema central o debate da questão racial, o seminário abordará diversas expressões do racismo no Brasil, como a criminalização, o genocídio do povo negro, a condição das mulheres negras e sua auto-organização. Abordará ainda a importância do trabalho dos/as assistentes sociais no combate ao racismo, especialmente ao racismo institucional, presente em muitos espaços ocupacionais (CFESS, 2019, n/p).

Queremos estimular junto aos leitores o interesse em aprofundar o conhecimento sobre o mercado de trabalho da população negra e ao mesmo tempo oferecer a oportunidade de entender um pouco como a maior parcela da sociedade brasileira está inserida no mundo do trabalho. No entanto sabemos que além dos negros, há ainda outras parcelas importantes que também sofrem com o desemprego, subemprego como por exemplo as mulheres, o público LGBTQAI PN+.

### **As raízes brasileiras e suas implicações na sociedade**

O Brasil devido suas características de descobrimento e seu papel enquanto fornecedor de bens para a seu colonizador obteve uma importância expressiva para a manutenção da coroa e da burguesia europeia. Nosso país foi um lugar de extrema exploração dos recursos minerais, de produtos como cana de açúcar e café com a utilização maciça de mão de obra escravizada. Por muitos anos as mãos que sustentavam o mercado europeu foram de homens e mulheres retirados do continente Africano pelos traficantes para o trabalho escravizado nas terras brasileiras.

A escravidão no Brasil foi uma tragédia humanitária de proporções gigantescas. Arrancados do continente e da cultura em que nasceram, os africanos e seus descendentes construíram o Brasil com seu trabalho árduo, sofreram humilhações e violências, foram explorados e discriminados. Essa foi a experiência mais determinante na história brasileira, com impacto profundo na cultura e no sistema político que deu origem ao país depois da independência, em 1822 (Gomes, 2019, p. 34).

Ao abordar o tráfico negreiro praticado por mais de 350 anos no Brasil, temos a oportunidade de compreender uma parte da história brasileira onde a expropriação, o

Realização:



Apoio:



sofrimento e domínio de uns pelos outros se fez presente. Todos esses elementos históricos são constituintes da formação social brasileira. Uma vez que ela tem em sua formação um processo conturbado, onde conforme já elencado havia a expropriação de mão de obra escravizada para manter os engenhos e plantações, a fim de servir aos interesses internos e principalmente aos externos com o fornecimento de produtos ao mercado europeu.

Os números do tráfico de escravos em território muçulmano na África são impressionantes. Cerca de 12 milhões de negros africanos foram capturados e exportados através do Saara, do Mar Vermelho e do Oceano Índico entre os séculos VII e XIX. Ou seja, o mesmo número de cativos embarcados para a América ao longo de 350 anos (Gomes, 2019, p. 78).

O Brasil manteve como principal força de trabalho o trabalho escravizado, sendo um dos últimos a acabar com a escravidão em face da resistência dos senhores de engenho. Fernandes (2020) salienta que o sistema capitalista por ter entre uns de seus pilares o mercado consumidor, não seria mais tão rentável escravizar, de modo que por uma pressão dos países de capitalismo central esse tipo de exploração precisava se alterado, já que não havendo circulação de dinheiro o sistema capitalista não se alimenta. Não obstante o autor elencar a abolição como uma resultante da pressão do sistema, houve homens e mulheres submetidos ao regime escravocrata que em união aos abolicionistas contribuíram para o fim deste período.

Foi nas cidades de alguma densidade e nas quais os círculos “burgueses” possuíam alguma vitalidade que surgiram as primeiras tentativas de desaprovação ostensiva e sistemática da “desumanidade” dos senhores ou de seus prepostos. Também foi aí que a desaprovação à violência se converteu, primeiro, em defesa da condição humana do escravo ou do liberto e, mais tarde, em repúdio aberto à escravidão e às suas consequências, o que conduziu ao ataque simultâneo dos fundamentos jurídicos e das bases morais da ordem escravista. Por fim, desses núcleos é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos “brancos” e para os “brancos”: combatia-se, assim, não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomia, numa sociedade que extinguiu o estatuto colonial, pretendia organizar-se como nação e procurava, por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado (Fernandes, 2020, p. 33).

O processo de escravização de um povo pelo outro desde séculos atrás tem um requinte de crueldade, mas especificamente no Brasil, foi um grau mais expressivo de desumanidade, seja pelo número de pessoas de diferentes nações e etnias submetidas ao trabalho escravo, bem como pela duração. Inicialmente escravizaram os povos indígenas, porém conforme Santos (2021) “os indígenas brasileiros eram excessivamente atrasados em sua experiência de trabalho disciplinado e demasiado rarefeito para servir de base a uma economia rural estável”.

O recurso inicial que utilizaram os portugueses foi a escravidão dos indígenas, combinada com a utilização de portugueses degradados. Esta solução se mostrou muito limitada e se abriu uma fantástica e terrível etapa histórica de deslocamento da população africana para a América, utilizando e intensificando até o limite máximo o velho comércio escravista árabe na África. Este comércio transformou-se num dos mais importantes negócios do capitalismo mercantil (Santos, 2021, p. 31).

Conforme podemos observar que a base do regime implantado no Brasil foi o trabalho escravo, em face das extensas plantações não havia mão de obra suficiente dos degradados portugueses para manter a produção interna, de modo que foi necessário escravizar homens e mulheres a fim de manter a produção interna, no entanto essa atitude travou o desenvolvimento do trabalho assalariado, dos capitais e do mercado interno. Conforme Santos (2021, n/p) “as relações de produção escravista

Realização:



Apoio:



[...] impediram o estabelecimento de um regime de produção capitalista que permitisse o pleno desenvolvimento das forças produtivas do país”.

As manufaturas que se instalaram no país se utilizavam de mão de obra escravizada, isso impedia a instalação de fábricas modernas, e consequentemente retardava o sistema de produção capitalista. Esse cenário se altera com o fim da escravidão em 1888, onde o Brasil passou a desenvolver um processo de industrialização e das forças produtivas do país.

Segundo Evangelista (2021, p.90) “os conflitos, pressões internas e externas que se apresentaram nesse contexto histórico foram expressões das contradições internas do capitalismo competitivo dependente no Brasil.”

### **A organização da classe trabalhadora e o mercado de trabalho dos negros e brancos**

Com o crescimento da indústria e o aumento de profissionais liberais conforme Evangelista (2021) a classe trabalhadora inicia um processo de reorganização em sindicatos e movimentos sociais, sendo encarado como uma ameaça aos planos de poder da burguesia interna e externa, pois os trabalhadores tinham a possibilidade de se reconhecerem como classe e colocariam reformas de base que eram prejudiciais aos planos burgueses de segregação social.

Nessa perspectiva de análise, a instabilidade política e social somente tornou-se numa crise do poder burguês quando as pressões externas das corporações multinacionais colocaram a necessidade de estabelecer uma nova modalidade de dependência econômica e política do Brasil ao imperialismo estadunidense (Evangelista, 2021, p. 91).

Evangelista (2021, p. 91) enfatiza que essa dependência brasileira era devido a presença de empresas estrangeiras no Brasil e a relação comercial do agronegócio, mineradoras, indústrias de importação e empresas de energia. Dessa forma, romper não foi o caminho escolhido, havia a necessidade de manter-se submisso “[...] a via de adaptação às transformações capitalistas do imperialismo (de fora para dentro) e a ditadura de classes (dominação burguesa interna) colocou a contrarrevolução preventiva na via de concretização da revolução burguesa dependente no Brasil.”

Já a partir da década de 1970 até 1985 com a efervescência do movimento sindical e os primeiros sinais de enfraquecimento da ditadura militar, com as leis trabalhistas anteriormente implementadas, como FGTS que acabara com a estabilidade no emprego podendo dispensar os trabalhadores, Evangelista (2021, p. 93) nos fala que houve de uma certa maneira “a permanência dos mecanismos de contrarrevolução por via das transformações capitalistas e suas incidências na vida social brasileira”. Assim como o advento da tecnologia nas zonas rurais em benefício dos grandes fazendeiros, intensificou a concentração de terras nas mãos de uma parcela da sociedade, gerando inclusive confrontos pela propriedade mantendo o poder de controle do mercado interno nas mãos da elite. Processos que enfatizam um novo padrão de acumulação monopolista de capital que mantém a desigualdade e o subdesenvolvimento presente nas classes sociais.

Com a democracia de cooptação Evangelista (2021) chama atenção para a continuidade da autocracia burguesa, que conforme o autor são sinais do início do fim da contrarrevolução burguesa nacional, tendo como consequência o mimetismo da classe burguesa para manter-se no controle. Ela permitiu o processo eleitoral com ascensão de alguns representantes do movimento sindical sem, contudo, atrapalhar o sistema econômico e sua relação com o imperialismo externo.

Dessa forma a democracia de cooptação torna a autocracia burguesa institucionalizada, mantendo conforme nos aponta Evangelista (2021, p. 97) “a continuidade de mecanismos políticos e econômicos de contrarrevolução prolongada,

Realização:



Apoio:



num momento de fluxo e refluxo, mas permanente na estrutura política e econômica do país.”

Muito se fala em racismo estrutural, mas nem todos conseguem observar as práticas discriminatórias nas organizações, algo naturalizado com anos de exclusão. No entanto Bento (2022), encontrou uma forma mais eficaz para identificar nas estruturas empresariais se há esse comportamento discriminatório, ela observa o organograma das empresas e identifica qual cor impera em seus quadros de trabalhadores e principalmente quem está ocupando os cargos de maiores salários e responsabilidades, ou seja, ela traz a perspectiva da análise institucional para de fato compreender se determinada empresa possui ou não uma pluralidade que reflete a realidade da população brasileira, ou se seus recursos humanos mantém o privilégio racial como bandeira de atuação.

É possível observar essa dificuldade de tratar do tema desigualdades raciais em um estudo realizado por Daniel Teixeira, que aponta que as cinquenta grandes empresas consideradas com melhor desempenho pela revista DiversityInc, em 2014, revelaram possuir políticas para inserção e ascensão de negras e negros em suas matrizes, porém suas filiais brasileiras focalizavam, quase exclusivamente, programas relacionados a gênero e pessoas com deficiência. Assim a diversidade nessas multinacionais aparecia de maneira limitada, não considerando a dimensão estrutural da desigualdade racial, principalmente em intersecção com gênero (Bento, 2022, p.103-104).

O Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2024) publicou que a maioria das funções de baixa remuneração, informais, ou seja, o subemprego é ocupado por homens e mulheres negras. As mulheres negras são o dobro de desempregadas em comparação ao índice de homens brancos desempregados, há uma parcela expressiva que ganha menos de 1 salário mínimo em trabalhos como domésticas. Outro dado assustador é que 66% dos resgatados de situação de trabalho análogo à escravidão são de negros e/ou pardos.

O Relatório de Transparência salarial revela que as mulheres ganham 20,7% menos do que os homens nas mesmas funções, segundo dados da RAIS de 2023 de 50.692 empresas com 100 ou mais trabalhadores no país. Porém, quando se faz o recorte por raça, as mulheres negras recebem 50,2% da remuneração dos homens brancos. O levantamento ainda mostrou que em 42,7% dos estabelecimentos as mulheres pretas ou pardas eram até 10% do contingente de trabalhadores (Brasil, 2024, n/p).

Assim como os adultos negros os jovens negros da mesma forma encontram dificuldades para a inserção no mercado de trabalho. Desta maneira alguns intelectuais da população negra aprofundam o debate acerca da reparação, já que ao serem escravizados por 350 anos, a população negra não teve as mesmas oportunidades dos não negros. Uma destas reparações se trata da lei de cotas. Essa lei frequentemente é questionada por aqueles que resistem em ter uma sociedade realmente mais igualitária. Conforme Bento (2022), há muitas lutas e debates a serem travados, pois ainda ouvimos algumas indagações como “vamos ter de que flexibilizar os critérios de seleção ou, ainda, vamos ter que baixar a régua, dizem as lideranças diante de programas de ações afirmativas”

Esse pensamento denota que a inserção das pessoas negras iria reduzir a qualidade do ensino e/ou da instituição de educação. No entanto esses contextos são arruinados com os índices publicados pelos órgãos de pesquisas e por pesquisadores, os cotistas possuem média igual ou superior dos não negros.

Mas os argumentos foram todos derrubados por diversos estudos, tais como os de Jacques Wainer e Tatiana Melguizo, que utilizaram dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), de mais de 1 milhão de estudantes – isto é, um terço do total de alunos do ensino superior formados entre 2012 e 2014 – e, comprovaram que não há diferença prática entre o

Realização:



Apoio:





conhecimento de alunos cotistas e não cotistas ao final do curso, bem como não há diferença entre conhecimento de alunos cotistas por razões raciais ou sociais e o de seus colegas que não são cotistas (Bento, 2022, p. 110).

No que tange ao mercado de trabalho temos outra questão que se faz importante salientar, que é a reestruturação produtiva. Esse processo impulsionou o mercado a mudar seus discursos com o objetivo de atender uma demanda da sociedade, trouxe as pautas de inclusão social, preocupação com o meio ambiente, gestão financeira e sustentabilidade. Atrélado ao marketing nas redes sociais de modo a conquistar um público mais exigente, além de se apresentar para o mercado como uma empresa que se preocupa com as pautas sociais.

De todo modo os empresários insistentemente lançam a ideia de uma qualificação profissional para preencher os cargos disponíveis, incutindo na classe trabalhadora o imaginário que basta de qualificar para ter um futuro melhor. No entanto, as mudanças com a qualificação profissional não alteraram a forma como são tratadas as minorias, os negros, as mulheres e o público LGBTQIA+, que continuam enfrentando enormes dificuldades para conseguir ascensão profissional. Trata-se de um público que fica à margem no momento de escolha para ocupar funções de maior remuneração e responsabilidade nas corporações empresariais.

O discurso voltado à qualificação e ampliação da formação e capacitação dos trabalhadores, dentro do objetivo de incrementar a modernização durante a reestruturação produtiva, não se refletiu em mudanças tão significativas quanto seria de esperar no que diz respeito às histórias de discriminações de gênero e etnia. Essas discriminações persistiram e, por conseguinte, em grande parte das situações concretas de trabalho continuaram dando margem à desqualificação (Seligmann, 2012, p. 229).

Conforme aponta Seligmann (2012), diversas pesquisas realizadas em nível mundial advertem que a reestruturação produtiva não foi capaz de qualificar e apreciar o trabalho da mulher, do negro, do indígena, dos LGBTQIAPN+. Em algumas instituições, essa inclusão aconteceu debilmente, porém, em outras, as mulheres, os negros, os indígenas e os LGBTQIAPN+ continuam preteridos das ocupações de posições de mando; a exploração do trabalho permanece. Seligmann (2012) destaca.

Os preconceitos raciais ou de outro tipo podem ser, da mesma forma, favorecedores de desqualificação, fazendo, por exemplo, com que as tarefas do chamado “trabalho sujo” sejam atribuídas às pessoas discriminadas, que, por outro lado, também recebem menores salários (Seligmann, 2012, p. 228).

Essa situação de discriminação também é comum nas agências e departamentos bancários, observamos o racismo institucional embora seja de forma velada. Essa constatação fica evidente ao entrarmos em uma agência bancária, não há presença expressiva de mulheres e homens pretos ocupando cargo de bancário, coordenador e/ou gerência, no entanto observamos que há sim negros e negras no sistema financeiro, porém exercendo funções como vigilantes, serviços gerais e prestadores de serviços diversos.

Em um ambiente em que todas as pessoas são brancas, elas se identificam umas com as outras e se veem como iguais, membros de um mesmo grupo. Essa presença exclusiva de brancos, aliás, faz parte da realidade da maioria das organizações públicas, privadas e da sociedade civil. Quando isso é rompido pela presença de uma pessoa negra, o grupo se sente ameaçado pelo “diferente”, que por ser na instituição ou no departamento a única pessoa negra, num país majoritariamente negro, expõe os pés de barro do “sistema meritocrático” (Bento, 2022, p. 72).

Segundo Bento (2021) com as primeiras movimentações para a criação do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), próximo da

Realização:



Apoio:



promulgação da Constituição Cidadã de 1988, foi um avanço importante para condensar os diversos debates sobre os direitos humanos, relações sociais e a luta contra o racismo em nosso país. Essa instituição provocou o debate sobre a questão racial em vários outros espaços, principalmente no movimento sindical, que não estava problematizando a luta racial em suas pautas de reivindicações. Foram realizadas “duas conferências interamericanas (Salvador/1994 e Washington/1995) com a participação da maior central norte-americana, a *American Federation of Labor & Congress of Industrial Organizations*” (Bento, 2021, p. 91-92).

Essas conferências foram provocaram uma movimentação de diversas categorias como a dos Bancários, Metalúrgicos, Químicos e Plásticos de São Paulo, de modo que surgiram cláusulas de reserva de vagas para negros e negras nas mesas de negociações.

O CEERT vivenciou, em 2007, uma experiência que poderia ser classificada como auditoria de equidade racial, no emblemático complexo setor bancário brasileiro, esse trabalho foi realizado, após licitação, como consultoria técnica. O processo havia se iniciado em 2003, quando, provocado por organizações dos movimentos negro e sindical, o Ministério Público do Trabalho ajuizou ações civis públicas contra os cinco maiores bancos privados com atuação nacional, por discriminação contra negros e mulheres, pleiteando que essas instituições adotassem políticas de promoção da igualdade racial e de gênero (Bento, 2022, p.115).

Não obstante toda essa mobilização que envolveu o CEERT e o movimento sindical, o sistema financeiro permanece com baixa expressividade de equidade de gênero, orientação sexual e de raça em seus quadros de funcionários. Conforme uma pesquisa realizada pela CONTRAF/CUT (2017), observamos que, mulheres que possuem a mesma função de homens brancos recebem até 25% menos que estes. No que tange às mulheres negras nos bancos, sua presença é infinitamente inexpressiva. Somente 3% dos bancários se autodeclararam pretos ou pardos. De modo que podemos observar que no ramo financeiro há uma nítida tendência à prática do racismo institucional, já que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), 45,3% dos brasileiros se declaram pardos e 10,2% se declaram negros, totalizando 55,5% da população se autodeclararam pretos e/ou pardos e em contrapartida os bancos conforme apontado pela pesquisa possuem cerca de 0,054% de diversidade racial entre seus empregados.

Esse racismo institucional que discrimina e exclui uma parcela da sociedade brasileira, pode ser um fator a facilitar o adoecimento de muitos trabalhadores, já que, são minorias em cargos de salários mais elevados nas empresas e mesmo se capacitando tecnicamente, não conseguem êxito no mercado de trabalho, podendo sofrer frustrações e desmotivação irreparáveis, situação condicionante para as doenças psíquica e mentais. Conforme Seligmann (2012, p. 231), “a frustração, o rebaixamento da autoestima e muitas vezes as autoacusações pela precariedade em que se encontra, podem levar o trabalhador explorado à revolta, ao desespero ou à procura de compensação em bebidas alcoólicas ou drogas euforizantes”.

Segundo o IBGE (2024), a partir da informação divulgada no Boletim sobre a desigualdade racial no mercado de trabalho no segundo trimestre de 2024, a taxa de informalidade dos homens negros representa 44,1%, a taxa de informalidade das mulheres negras está em 41%, já a taxa de informalidade dos homens não negros é de 34,6% e das mulheres não negras está em 31,9%. Esse dado demonstra o elevado índice de pessoas negras que atuam na informalidade e/ou no subemprego, quanto a remuneração os homens não negros recebem em média por hora de trabalho R\$22,86, as mulheres não negras R\$ 19,71, os homens negros R\$13,45 e as mulheres negras R\$12,13. Ser homem branco no Brasil representa um privilégio, a remuneração por hora de trabalho do homem branco é quase o dobro da remuneração da mulher negra.

Realização:



Apoio:



## Conclusão

Os cenários de discriminação, exploração do trabalho e desemprego crônicos é vivenciado por uma grande parcela da população mundial, mas estudos apontam que a classe trabalhadora negra é mais impactada. Compreender esse cenário é de extrema importância para a atuação dos assistentes sociais. Em uma sociedade onde se naturaliza a desigualdade social, o racismo institucional, o racismo religioso, o racismo cultural, a aversão ao gênero, a violência contra o público LGBTQIAPN+ é preciso ser antirracista e ter uma atuação profissional pautada na ética conforme preconizado no código de ética do assistente social.

Deste modo, esse artigo trouxe uma síntese do mercado de trabalho da população negra. Observamos o quanto é preciso avançar nas pautas raciais e em defesa da inclusão social. Não foi, e não é desejo nosso, tornar a atuação do assistente social um trabalho messiânico, mas sim chamar a atenção dos profissionais sobre a realidade do mundo do trabalho no sistema capitalista, onde o racismo estrutural, digo, racismo institucional está presente em uma grande parcela das grandes, médias e pequenas empresas. A população negra configura como o maior número de usuários assistidos pelo Serviço Social, não se trata de uma mera coincidência, mas de um projeto de poder desde o Brasil colônia. Onde a exploração do trabalho se fez da forma mais perversa possível, escravizando, açoitando e matando homens, mulheres e crianças em nome da concentração de renda.

Conforme apontamentos anteriores as raízes desta realidade remontam há muitos anos de escravização e exploração de uma raça sobre a outra, onde a sanha da lucratividade é bandeira para a maioria da burguesia brasileira. O discurso da meritocracia não pode mais ser algo rotineiro nesta sociedade, onde uma parcela dos homens brancos se sente ameaçada pela presença de um negro.

A extrema direita rotineiramente apresenta discursos atacando os direitos conquistados por nosso povo, tentam convencer as pessoas que não há qualquer impedimento para a ascensão de vida. As políticas de reparação precisam ser debatidas e colocadas em prática, diversos estudiosos apontam a lucratividade exorbitantemente obtida através da escravidão. Fica latente o importante papel dos assistentes sociais nesta sociedade excludente, seja ao atender o usuário e até mesmo desmentir as mais diversas falsidades tão espalhadas por aqueles que se utilizam do nacionalismo.

Conforme Bento (2022) movimentos nacionalistas com firme ligação à extrema direita vêm conquistando adeptos em todo o mundo, utilizando as redes sociais com grande intensidade para atacar os povos que para eles são inferiores. Esse processo traz consigo enormes desafios para o combate ao racismo, a xenofobia, a LGBTfobia e a luta das mulheres. Com o pseudo anonimato das redes sociais, grupos em sua maioria de homens brancos destilam ódio e pregam a morte de milhares de pessoas. Essas práticas vêm travestidas de nacionalismo, reconstrução e reforço da identidade e supremacia brancas tendo como grande representante mundial o atual presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump e no Brasil, Jair Messias Bolsonaro.

É inaceitável, no século XXI, continuar a ler e assistir passivamente à morte de jovens negros nas periferias, à perseguição de pessoas LGBTQIAPN+, e à violência contra mulheres. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, assegura que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", e corrobora o direito à vida, à liberdade, à segurança e à igualdade. Assim, as políticas públicas e as ações de combate ao racismo devem ser estruturadas à luz dos direitos humanos, em defesa da dignidade e da igualdade de todos os cidadãos, conforme os princípios humanos que garantem a todos o direito a uma vida digna e livre de qualquer forma de discriminação.

Acreditamos que a unidade coletiva é o caminho, de modo que os movimentos sociais, identitários, movimento sindical, políticos progressistas, igrejas, religiões de matriz africanas, as mais diversas religiões que sofrem com a discriminação lutem pela

Realização:



Apoio:



democracia, contra toda e qualquer forma de discriminação. Não podemos recuar, precisamos ocupar os espaços, no executivo, legislativo, no judiciário e outro qualquer local de tomada de decisão. É tarefa de cada um de nós tornar a sociedade mais inclusiva, onde o combate em defesa da dignidade humana e pela boa convivência seja a nossa bandeira.

## Referências

BENTO. Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo, Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**: Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Desigualdade racial persiste no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília: MTE, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Novembro/desigualdade-racial-persiste-no-mercado-de-trabalho-brasileiro>>. Acesso em 10 de mai. 2025

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Resolução nº 1.054**, de 14 de novembro de 2023. Brasília: CFESS, 2023. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/1054-2023-1.pdf>> Acesso em 12 de abr. 2025

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **2º Seminário nacional de serviço social e direitos humanos**. Brasília: CFESS, 2019. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/noticia/view/1569>> Acesso em 05 mai. 2025

EVANGELISTA, Diogo Prado. Revolução burguesa dependente e contrarrevolução no Brasil. **Katálisis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 86-98, jan./abr. 2021.

EVANGELISTA, Diogo Prado. Notas sobre o tema “Revolução Burguesa no Brasil” no pensamento social de Florestan Fernandes. In. PIZETA, Adelar João *et al.* (org.) **Florestan Fernandes: ideias para combates**. São Paulo, Expressão Popular, 2021.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: ContraCorrente, 2020.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro, Globo Livros, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/metarias-especiais/21039-desigualdades-sociais-por-cor-raca-no-brasil>> Acesso em 11 de abr. 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Boletim sobre a desigualdade racial no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/opdet/boletim-desigualdade-racial>> Acesso em 17 de abr. 2025

SANTOS. Theotonio dos.: **Evolução histórica do Brasil** – da Colônia à crise da Nova República. São Paulo, Expressão Popular, 2021.

Realização:



Apoio:



SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez editora, 2012.

## **LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL: proteção de crianças ou punição de mulheres?**

Cyntia Gomes Damasceno Basilio<sup>483</sup>  
Vanessa Cristina dos Santos Saraiva<sup>484</sup>  
Daniel de Souza Campos<sup>485</sup>

**Resumo:** Sabe-se que nos últimos quinze anos, o aumento do número de divórcios aumentou consideravelmente e trouxe, por consequência, o aumento das disputas pela guarda dos filhos. Nesse ínterim, observa-se a ocorrência dos atos de Alienação Parental com maior frequência, embora ela sempre tenha existido. Assim, o objetivo deste trabalho é realizar a análise crítica da Lei da Alienação Parental (12.318/2010), normativa que se contrapõe ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e aos mecanismos de enfrentamento a violência contra a mulher como a Lei Maria da Penha.

**Palavras chave:** alienação parental; violência contra a mulher; patriarcado.

**Abstract:** It is known that in the last fifteen years, the number of divorces has increased considerably and, consequently, has led to an increase in disputes over child custody. In the meantime, acts of Parental Alienation have been occurring more frequently, although it has always existed. Thus, the objective of this work is to carry out a critical analysis of the Parental Alienation Law (12.318/2010), a regulation that contradicts the Statute of Children and Adolescents (ECA) and mechanisms for dealing with violence against women, such as the Maria da Penha Law.

**Key words:** parental alienation; violence against women; patriarchy.

## **Introdução**

A lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010 (Brasil, 2010), popularmente conhecida como Lei da Alienação Parental (LAP), foi instituída no Brasil com o pressuposto de proteção dos direitos de crianças e adolescentes. Tal lei é incorporada massivamente no cenário judiciário, sobretudo, em casos que envolvem a regulação / disputa de guarda de crianças e adolescentes. De acordo com a LAP, quando uma das partes envolvidas no processo se sente lesada, ou seja, quando a criança apresenta relatos ou comportamentos que evidenciem afastamento de uma das partes por influência de outro responsável, pode se “lançar mão” da lei para resguardar seus direitos na dinâmica de cuidado e acompanhamento do desenvolvimento do filho. Esse contexto de alienação não se restringe aos genitores, mas a quaisquer pessoas que estabeleçam relação de cuidado e autoridade sobre o menor de idade (avós, tias e tios, etc).

<sup>483</sup> Assistente Social. Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu, RJ. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). E-mail: cyntia.damasceno30@gmail.com

<sup>484</sup> Assistente Social. Docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Serviço Social. E-mail: v.saraiva@ess.ufrj.br

<sup>485</sup> Assistente Social. Docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Serviço Social. E-mail: daniel.ufano@gmail.com

Realização:



Apoio:





A LAP caracteriza a alienação como difamação contra um dos responsáveis / genitores acerca do exercício de suas responsabilidades parentais, a imposição de dificuldades no contato com a criança bem como sua autoridade parental, a limitação da convivência familiar e comunitária, a omissão de informações relevantes sobre a vida da criança, a formulação de falsas denúncias (como denúncia de abuso sexual) e mudança de local de moradia, sem aviso prévio, para local distante, que interfira na convivência do genitor com a criança (Brasil, 2010).

No campo formal, a LAP apresenta uma proposta que afirma um compromisso em proteção de crianças, porém a realidade tem se mostrado um pouco contraditória, sobretudo, quando desveladas suas conexões como uma nova forma de violência de gênero contra mulheres e crianças.

Dessa forma, precisamos compreender como a alienação parental (e conceitos conservadores associados) tem se consolidado como uma poderosa arma jurídica que, além de minimizar ou descartar diretamente as denúncias de violência e abuso sexual infantil, perpetua o sistema patriarcal, o qual privilegia os direitos do páter-famílias sobre a segurança das mulheres-mães e seus filhos.

Paralelamente, se faz necessário compreender as bases que deram origem a LAP, a partir do conceito de Síndrome de Alienação Parental (SAP), cunhado pelo norte-americano Richard Alan Gardner. A partir disso, buscaremos compreender e analisar como esse conceito passa a ser incorporado na realidade brasileira, sobretudo, no campo sociojurídico e verificar de que maneira essa normativa acaba ferindo os direitos das mulheres e de crianças e adolescentes que passam a vivenciar, um cotidiano tenso, a partir da aplicação da LAP.

### **A condição de mulheres na sociedade capitalista e sua relação com a lei da alienação parental**

Richard Gardner (1931 - 2003), médico clínico-geral, iniciou sua atuação na psiquiatria através de sua residência médica, em 1957. Gardner atuou como professor voluntário na Universidade de Columbia, na divisão de psiquiatria da criança e adolescente, mas não foi possível localizar comprovações de seu título de psiquiatra. Mesmo assim, a partir de 1963 começou a conduzir avaliações psicológicas no contexto de disputa de custódia nos tribunais americanos. Produziu artigos e textos onde descreve o que ele denomina como um distúrbio: a Síndrome da Alienação Parental (SAP). Segundo Gardner, a SAP consiste em uma espécie de programação (composta por discursos e ações) empreendida intencionalmente pelo suposto alienador com a criança, com o objetivo de colocar em questão os cuidados realizados pelo genitor que possuía a guarda da criança. As consequências da SAP, no que tange a criança, são imensuráveis, mas o abalo psíquico é um desses; o autor denomina esse processo como desordem, e por isso a necessidade do surgimento do termo SAP. Segundo ele, esse distúrbio surgiria quase que exclusivamente no contexto de disputa de guarda e quando de fato há negligência e abusos por parte do pai, nesse contexto percebido como alvo.

Interessa-nos, em um primeiro momento estabelecer a importância de compreender que a Síndrome da Alienação Parental, foi desenvolvida, exclusivamente por um médico que não possui comprovadamente as competências necessárias para tal, bem como há aprofundamento teórico baseado em fontes heterogêneas, de diversos campos, mas que corroboram com essa perspectiva, tratada como uma doença diagnosticável. A SAP é relacional-comportamental, pois os sintomas elencados por Gardner não constam no/a genitor, mas sim na criança envolvida no processo. A título de exemplo, podemos citar, a amnésia a respeito de todas as experiências vivenciadas pela criança com o pai-alvo.

Realização:



Apoio:



Outro ponto relevante é que a SAP corrobora com a descredibilização do depoimento de crianças e adolescentes e da genitora vista como alienadora, acerca de casos nos quais existem investigação de suspeita de abusos, na medida em que, se há uma suspeita de alienação parental, a narrativa empregada na acusação do abuso passa a ser questionada como estratégia de alienação de crianças e adolescentes, tumultuando a apuração da veracidade dos fatos.

Chama atenção o fato de que ao final de sua carreira Gardner sofreu diversos processos criminais (Mendes, 2019) por abuso sexual e pedofilia, tendo em vista que ao longo de sua trajetória profissional seu foco foi defender pais-alvos de acusações de abusos sexuais contra seus filhos, baseado na SAP, emitindo laudos e enriquecendo com a produção desse material e de escritos acerca do tema, que embasou a criação da LAP, utilizada por vezes com o mesmo objetivo: descredibilizar denúncias de abuso e servir como mecanismo de violência por genitores que respondem processos criminais dentro da Lei Maria da Penha.

Por tanto fica clara a importância do estudo LAP tendo como pano de fundo o enfrentamento a violência contra a mulher, pois mulheres são as principais processadas por essa lei, muito apoiada por grupos masculinistas, permitindo que homens violentos exerçam através de seus filhos, controle sobre suas ex-companheiras, visto que medidas protetivas, em sua maioria não são estendidas aos filhos, obrigando essas mulheres a manter a convivência com o agressor e reforçando no imaginário social a moralização da mulher e a sua imagem como louca, histérica e que não supera o fim da relação - é sabido pelas estatísticas que essas mulheres na verdade são vítimas de homens que querem ter o controle de seus corpos.

Importa compreendermos que a construção do feminino e do papel social da mulher é histórica e fruto das relações sociais. Essas relações estão inseridas no contexto da lógica burguesa que movimenta o modo de produção capitalista, ou seja, o cerne deste modo de produção é a relação entre capital e trabalho, que tem como objetivo a produção de mais valia (Marx, 1996) através da exploração dos sujeitos da classe trabalhadora. A luta de classes está presente em todas as esferas da sociedade e a mulher representa um papel fundamental na esfera da produção: a reprodução social.

Segundo Tithi Bhattacharya (2013, p. 103), historiadora feminista marxista, a reprodução social contribui para que, por um lado, dentro da classe dominante, se reponha a geração dos donos de meios de produção, que irão explorar e expropriar, e por outro lado, dentro da classe trabalhadora, se reponha não só os novos trabalhadores que assumirão seus lugares sociais de indivíduos explorados, bem como se realize a reposição da força de trabalho diária dos trabalhadores ativos, através do cuidado com a casa e com filhos e afazeres domésticos, como preparo da comida.

Esse trabalho que, em sua maioria não é remunerado - principalmente no que tange a reprodução social da classe trabalhadora - acontece fora da esfera da produção e permite a reposição constante da força de trabalho a um custo muito baixo para o capital. Manter o controle sobre os corpos<sup>486</sup> femininos e doutriná-los é parte do processo de manutenção da sociedade capitalista.

A condição de passividade e submissão foi historicamente imposta sobre o feminino, sendo esta condição originada e retroalimentada pelo patriarcado. Gênero e patriarcado são relações históricas que se transformam ao longo do tempo, sendo reajustadas pelo capital para atender suas necessidades. O patriarcado é uma relação

---

<sup>486</sup> A utilização do termo “corpo” neste contexto, refere-se ao controle de métodos contraceptivos, criminalização do aborto e aos mais diversos cerceamentos materializados na forma física sobre mulheres, estando ou não em situação de violência. Mulheres são violadas enquanto sujeitos, entretanto no tema que se segue, nossos corpos são o alvo primordial do capital, principalmente no que tange à reprodução biológica, o que justifica a utilização da palavra corpos para reforçar esta perspectiva.

de poder, dominação e exploração das mulheres e o gênero foi construído socialmente a partir da determinação do que é feminino e masculino (Saffioti, 2015, p. 47).

Diante disso, uma hipótese que se levanta neste trabalho para que se possa refletir diz respeito à mulheres que rompem com ciclos de violência, formalizam denúncias e enfrentam o sistema patriarcal existente, visto que essas são mulheres que fogem às expectativas de normatividade, e tem na Lei da Alienação Parental a sua forma de punição, como resposta ao avanço nos direitos de proteção desse grupo.

Ainda que Gardner seja visto como precursor da alienação parental, segundo Mendes (2019), em seu artigo, *Genealogia, Pressupostos, Legislações e Aplicação da Teoria de Alienação Parental: uma (re)visão crítica*, outros estudiosos já haviam trazido este mesmo conceito com nomenclaturas distintas, como nos demonstra o trecho a seguir:

Por exemplo, em 1986, Blush e Roos afirmaram a existência da sexual allegations in divorce syndrome (SAID), ou síndrome das alegações sexuais no divórcio, que se referia às falsas alegações de abuso sexual; em 1988, Jacobs postulou a existência da Medea Syndrome (ou síndrome de Medeia, em referência ao mito grego de Medeia que matou os filhos para punir a traição do marido), em que a mãe impele esforços para destruir a relação dos filhos com o pai, visando vingança pelo fim do casamento; em 1994, Turkat apresentou a divorce related malicious mother syndrome (ou síndrome da mãe malvada no divórcio), segundo a qual a mãe despenderia inúmeros esforços e estratégias para manipular e controlar o filho, visando afastá-lo do pai, por um desejo de vingança (Mendes, 2019, p. 12).

Todas estas teorias possuíam um viés em comum: a construção da imagem da mulher como alienadora, ou seja, havia um olhar perverso sobre a mãe que era considerada a principal agente de destruição da relação entre pai e filhos, sendo orientada por um viés misógino que sempre associa a mulher à loucura, pela não aceitação do fim de um relacionamento, assumindo traços vingativos. Até os anos 2000, a teoria da alienação parental conferia ao termo agente alienador, o gênero feminino e mesmo após a troca para um termo 'neutro', a herança, ou melhor dizendo, o ranço da mãe alienadora perdura nos tribunais até os dias de hoje.

conforme atestado por Meier e Dickson (2017) que analisaram 238 sentenças de primeira e segunda instâncias nos Estados Unidos, entre 2002 e 2013. Constatou-se que em oitenta e dois por cento das vezes, as alegações de AP/SAP eram feitas pelos pais e que eles apresentavam duas vezes mais chances de obter a guarda nesses casos. Mesmo quando as alegações eram rejeitadas pela Corte, a proporção de pais que ganhavam a guarda dos filhos era três vezes maior que a de mães (Mendes, 2019, p. 13).

Importa dizer que mulheres são as principais vítimas de violência de gênero que culminam em morte no país, e a maior parte delas é cometida por companheiros e ex companheiros, por motivos passionais, como ciúmes, ou não aceitação do fim do relacionamento, evidenciando a incoerência que é atrelar mulheres à esse perfil, frente aos dados concretos. Um estudo feito pelo Monitor da Violência, recentemente divulgou dados entre os anos de 2017 e 2022 que demonstram queda de 31% dos homicídios no Brasil, em contraponto a um aumento de 37% de feminicídios no mesmo período (Piccirillo; Silvestre, 2023). Ou seja, mulheres ainda lutam pelo direito à vida.

Elucidadas estas questões, cabe salientar que disputas de custódia, acusações de alienação parental, ou de abuso sexual, que no plano da aparência ocorrem no campo familiar, na realidade estão relacionadas com outras determinações que compõem um todo. Seguindo a orientação do Projeto Ético-político do Serviço Social, não há como considerar essas questões apenas no núcleo familiar, pois a família está

Realização:



Apoio:



inserida dentro de um modo de produção que permeia todas as relações sociais, econômicas, culturais, políticas, que é o modo de produção capitalista.

que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas. Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens – uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta assim, uma “história” (Marx; Engels, 2007, p. 34).

A sociabilidade burguesa é muito específica e carrega consigo de forma inerente a mercantilização, que é o que há de mais essencial em todas as instâncias da vida humana; é o seu momento predominante.

### **O patriarcado e o contrato de dominação sobre as mulheres dentro da família nuclear burguesa**

O movimento feminista é apontado por Gomes (2008) como o grande arranjador do conceito de gênero, quando parte de premissas de que a expressão é constitutiva das relações sociais instaladas no olhar diferencial entre os sexos e que também é nele que o poder se instaura.

A discussão sobre identidade de gênero na sociedade brasileira deve ser refletida nas dinâmicas sociais por meio das quais estas são socialmente construídas, pois nesse processo de socialização, a família, a circunvizinhança, a escola, o credo religioso, etc. atuam naturalizando certos pressupostos conservadores. Os arcaísmos de gênero, que se constroem socialmente, tanto na infância como na adolescência, serão absorvidos por meninas e meninos como se fossem próprios. Portanto, esses constructos ao longo da vida social vão orientar a sexualidade, os manejos dos afetos, a adequação do vestuário e da cor, a escolha da profissão e a divisão sexual racial do trabalho.

A própria construção do conceito de família monogâmica nuclear burguesa tem seu papel fundamentado dentro da lógica do capital. De acordo com Friedrich Engels em seu livro, *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, a família monogâmica se estabelece com objetivo de “procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível, porque os filhos na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai” (Engels, 2022, p. 74). Cabe ressaltar que nesta nova conjuntura, a rigidez dos laços matrimoniais é maior, podendo apenas o homem rompê-los (tendo a contrapartida da infidelidade ao seu dispor), e repudiar sua esposa. A monogamia, grosso modo, se traduz em uma monogamia apenas para mulheres, vistas pelos homens como nada mais do que mãe de seus filhos legítimos (Engels, 2022, p. 76). Ou seja, o surgimento da família nuclear está intrinsecamente ligado ao surgimento da propriedade privada, e da passagem de bens de pais para filhos, logo, a necessidade de ter um vínculo, não necessariamente afetivo, mas uma espécie de contrato com as mulheres, que garantisse a linhagem de sucessores era essencial, assim como controlar essas mulheres para que executassem perfeitamente seus papéis, como fica claro no trecho a seguir:

Essa foi a origem da monogamia ... De modo algum foi fruto do amor sexual individual, com o qual nada tinham em comum, já que os casamentos, antes como agora, permaneceram atos de conveniência. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva (Engels, 2022, p. 78).

Realização:



Apoio:



Podemos assim compreender que a monogamia heteronormativa está muito distante de ser o triunfo do elo afetivo entre o homem e a mulher. Ela se aproxima muito mais do que Engels denomina de “escravização de um sexo pelo outro” (Engels, 2022, p. 79), se correlacionando diretamente com o que entendemos como patriarcado, tendo como eixo central, a primeira divisão social do trabalho, feita entre homem e mulher, para a procriação de filhos. Esta tríade - família, propriedade privada e patriarcado - que só é possível pela especificidade do modo de produção capitalista, é fundamental para essa análise.

Observa-se no movimento da história que a primeira forma de escravidão e a que mais se repete é a escravização de mulheres e crianças e justamente por ser a mais antiga é a menos revelada. Existe uma relação oculta histórica entre exploração sexual, exploração do trabalho e as guerras, por exemplo. Após o triunfo em um conflito, as mulheres dos inimigos eram escravizadas e abusadas sexualmente. O patriarcado é justamente esta relação histórica de poder, dominação e exploração das mulheres, dada principalmente pela exploração sexual (Saffioti, 2015), e que pode ser entendida como uma pirâmide, na qual, a depender da formação social pode sofrer mudanças em sua configuração, mas seu topo é sempre ocupado pelo homem branco.

### **A histórica negação do direito das mulheres**

Se considerarmos a formação sócio-histórica do Brasil e traçarmos uma linha do tempo acerca dos direitos das mulheres, iremos observar o quão recente são algumas conquistas. Conforme artigo de Wander Fernandes (2023), no site JusBrasil, mulheres, em 1879, foram autorizadas a frequentar a faculdade. Entretanto, essa inserção tinha restrições. As mulheres solteiras precisavam da licença dos pais e as casadas, do consentimento por escrito do marido.

No tocante a isso, como resultado da nossa formação sócio-histórica assentada no modelo escravista patriarcal, encontramos o reflexo das desigualdades relacionadas também às vidas das mulheres. São elas as primeiras a sofrerem com a escravização, principalmente as negras e indígenas. Sob esta ótica, racismo e patriarcado são funcionais ao capitalismo, que serviram e ainda servem às formas de opressão, exploração e dominação, sobretudo, dos sujeitos marcados por raça e sexo.

De acordo com o antigo Código Civil, na lei 3071/1916, de 1917 a 2002, mulheres dependiam de autorização de seus maridos para viajar, receber herança e trabalhar. No ano de 1932 as mulheres conquistam o direito ao voto, mas o voto feminino só é incorporado à constituição em 1934, como facultativo e em 1965 torna-se obrigatório. A Consolidação das leis trabalhistas garantiu alguns direitos às mulheres, como licença maternidade de 120 dias, estabilidade empregatícia após o nascimento da criança (por no mínimo cinco meses), alteração de função durante a gestação, caso necessário, dentre outros. Na Constituição de 1946 foi estabelecido o direito de as mulheres votarem e serem votadas.

Foi na década de 1960 que a pílula anticoncepcional proporcionou uma maior autonomia para mulheres realizarem um maior planejamento familiar, entretanto, é sabido que muitas mulheres na atualidade não têm controle de seus métodos contraceptivos. Foi nessa mesma década que o Estatuto da Mulher Casada derrubou a lei que obrigava mulheres a depender da autorização de seus maridos para trabalhar fora, receber herança, assinar documentos, viajar, comprar e vender imóveis. Apenas em 1974 mulheres passam a ter direito de portar cartão de crédito.

A partir da Constituição de 1988 fica proibida a diferença salarial em cargos de mesma função entre homens e mulheres. Em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente define igualdade de condições do pai e da mãe no exercício da guarda e responsabilidade em relação aos filhos. Sabe-se que até hoje há uma responsabilização

Realização:



Apoio:





social maior sobre a mulher acerca do cuidado com os filhos, que é parte da construção da sociedade patriarcal, como já descrito anteriormente.

Em 1997 passa a existir a cota de gênero para lançamento de chapas nas eleições, visando um percentual mínimo de mulheres em relação aos homens e apenas em 2002 a falta de virgindade deixa de ser motivo plausível para anulação de casamento, de acordo com o atual Código Civil. Em 2006 é promulgada a Lei Maria da Penha, para a proteção de mulheres contra a violência física, psicológica, patrimonial, moral e sexual.

No ano de 2015 as leis de cirurgia plástica reparadora pelo SUS para casos de mulheres sobreviventes de violência doméstica e de transformação em crime hediondo o assassinato de mulheres em decorrência de violência doméstica ou discriminação de gênero (Lei do Feminicídio), foram promulgadas. Apenas neste mesmo ano, mulheres passam a poder registrar seus filhos sem a presença do marido. Em 2018, a importunação sexual vira crime e no ano seguinte, 2019, divórcio de mulheres vítimas de violência tornam-se prioritários.

Em 2021 cria-se a lei de combate a violência contra a mulher nas eleições. Surpreendentemente, somente no ano de 2022, a tese de legítima defesa da honra tornou-se inconstitucional em casos de feminicídios e nesse mesmo ano, criou-se a possibilidade de consentimento de medida protetiva sem decisão judicial. Em 2023 foi liberada a realização de laqueadura sem autorização do marido para mulheres acima de 21 anos e foi instituído que a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) operasse em atendimento 24 horas.

Diante do exposto, cabe a reflexão do quanto mulheres, na trajetória histórica do país, estiveram - e ainda estão - submetidas as mais diversificadas expressões da violência de gênero, tendo em vista que as relações sociais estão fincadas em bases patriarcais, sexistas, racistas que insistem em objetificar, invisibilizar, explorar e alienar mulheres em todas as suas performatividades. Paralelamente, há que se reconhecer que todas essas opressões são enfrentadas milenarmente pela organização coletiva dos movimentos feministas.

Desta forma, torna-se imprescindível refletir sobre os sujeitos que ocupam os espaços de produção discursiva, elaboração legislativa e julgamento no contexto social. No âmbito do processo judicial, observa-se, com frequência, que mulheres, especialmente aquelas negras e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, são reiteradamente expostas e submetidas a processos de descrédito ao darem continuidade a uma denúncia, sendo compelidas a produzir provas acerca das violências vivenciadas.

## **Considerações finais**

Os questionamentos aqui levantados são pontos de partida para alavancar o debate sobre o lugar que mulheres, crianças e adolescentes ocupam nas famílias, de acordo com a perspectiva da LAP: mulheres como manipuladoras e crianças como objetos, desconsiderando qualquer análise e possivelmente ancoradas nas relações patriarcais de gênero e cujas demandas, postas diante de uma legislação como a LAP, podem nos levar a reproduzir culpabilização e naturalização dessas relações (CFESS, 2022, p. 15)

A grande contradição que envolve este tema é que órgãos competentes que deveriam ser responsáveis pela proteção de mulheres e crianças, reproduzem os mecanismos do sistema patriarcal, e leis como a LAP, perpetuam processos de violência gênero, mas não só isso, atualizam os processos de dominação masculina, pois em muitos casos homens que possuem processos na Lei Maria da Penha, e que por conta das mais inúmeras violências têm medidas protetivas contra eles concedidas às ex

Realização:



Apoio:



companheiras, saem da condição de acusados, para acusadores, através da descredibilização do relato de mulheres, que são historicamente silenciadas.

O Brasil é o único país do mundo em que ainda há uma lei federal que versa acerca da alienação parental e não coincidentemente, a Lei Maria da Penha em vigor no país é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma das três mais avançadas do mundo. De maneira contraditória, o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo, segundo dados fornecidos também pela ONU. Por isso cabe a reflexão que sempre que avançamos no sentido progressista, ampliando direitos a nível nacional, há uma resposta reacionária de cunho conservador e moralizador, que cumprirá o papel de enfrentamento na correlação de forças, no sentido contrário, visando reduzir direitos de grupos historicamente explorados.

O último país que revogou a LAP foi o México em 2017, após o caso Mireya Agraz, que marcou profundamente a sociedade após um suicídio coletivo de três crianças, a mãe e a avó, após uma determinação judicial que obrigou a entrega da criança de seus irmãos ao genitor que respondia um processo criminal por abuso sexual, baseada na alienação parental, visto que, como já exposto anteriormente, a LAP passa por cima de muitos mecanismos de proteção de mulheres e crianças, colocando-as em risco e em situação de violação de direitos.

A teoria de Richard Gardner sobre a Síndrome de Alienação Parental é controversa por várias razões. Ela não é reconhecida como um distúrbio médico ou psicológico pela maioria das organizações profissionais de saúde mental. Além disso, a teoria é criticada por ser baseada em evidências fracas não submetidas a testes científicos rigorosos. Outra crítica é que a teoria pode ser usada para justificar a violência doméstica, bem como se torna uma tática de litígio em casos de custódia de crianças. Por fim, a teoria é sexista e perpetua estereótipos de gênero, ao sugerir que as mães são mais propensas a alienar seus filhos do que os pais (Souza; Brito, 2011, p. 277).

Cabe a reflexão de quais grupos apoiaram a constitucionalização da lei e quem está sofrendo mais danos. Se o objetivo é a proteção de crianças e adolescentes e o impedimento da violação de seus direitos humanos, ultrapassar o ECA ou desconsiderá-lo seria no mínimo contraditório. Assim como o modo de produção capitalista se atualiza e encontra novas formas de espraiamento, os processos de exploração e violência, que são inerentes a ele e necessários para sua existência, também se atualizam e encontram mecanismos na forma da Lei (Marx; Engels, 1998, p. 12).

## Referências

BHATTACHARYA, Tithi. O que é teoria da reprodução social? **Outubro**, São Paulo, v. 1, n. 32, p. 1-15, set./2019. Disponível em: <[http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04\\_Bhattacharya.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf)>. Acesso em: 7 out. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Nota técnica:** O trabalho de assistentes sociais e a lei da alienação parental (Lei 12.318/2010). Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-LAP-2022-dez.pdf>>. Acesso em: 10 jul.2023

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 11ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2022.

FERNANDES, Wander. Linha do tempo - Direitos das mulheres na legislação brasileira e na jurisprudência do STF, CNJ e STJ. **JusBrasil**, 10 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direitos-das-mulheres-na-legislacao-brasileira-linha-do-tempo/1776438470>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Realização:



Apoio:



GARDNER, Richard. **Basic facts about the parental alienation syndrome**, p. 1-13, 2001. Disponível em: <[http://www.rgardner.com/refs/pas\\_intro.html](http://www.rgardner.com/refs/pas_intro.html)>. Acesso em 18 jun 2023.

GOMES, Romeu. **Sexualidade masculina, gênero e saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

MARX, Karl. **O capital**. a lei geral da acumulação capitalista. Nova Cultural Editora, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MENDES, Josimar Antônio de Alcântara. Genealogia, pressupostos, legislações e aplicação da teoria de alienação parental: uma (re)visão crítica. *In*: Conselho Federal de Psicologia – CFP. (org.). **Debatendo alienação parental**: diferentes perspectivas. Brasília: CFP, 2019. p. 11-35. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/337621074\\_Genealogia\\_Pressupostos\\_Legislacoes\\_e\\_Aplicacao\\_da\\_Teoria\\_de\\_Alienacao\\_Parental\\_uma\\_revisao\\_critica](https://www.researchgate.net/publication/337621074_Genealogia_Pressupostos_Legislacoes_e_Aplicacao_da_Teoria_de_Alienacao_Parental_uma_revisao_critica)>. Acesso em: 10 jul. 2023

MENEZES, R. S. D. O outro lado da lei de alienação parental: a violência contra mulheres e crianças legitimadas pelo sistema de justiça. **Summum Iuris**, Lisboa, p. 1-15, nov. 2021. Disponível em: <<https://summum.iuris.com.br/wp-content/uploads/2021/11/O-outro-lado-da-lei-de-alienacao-parental-a-violencia-contra-mulheres-e-criancas-legitimadas-pelo-sistema-de-justica.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

PICCIRILLO, Debora; SILVESTRE, Giane. Aumento dos feminicídios no Brasil mostra que mulheres ainda não conquistaram o direito à vida. **G1**. Monitor da Violência, 03 mar. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/aumento-dos-feminicidios-no-brasil-mostra-que-mulheres-ainda-nao-conquistaram-o-direito-a-vida.ghtml>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PONTE, Emmanuel. Mãe, esposa, vagabunda: O estigma das mulheres encarceradas apresentado no Seminário Tortura e Encarceramento em Massa. **Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC**. 15 jul. 2015. Disponível em: <<https://ittc.org.br/mae-esposa-vagabunda-o-estigma-das-mulheres-encarceradas-apresentado-no-seminario-tortura-e-encarceramento-em-massa>>. Acesso em: 7 out. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, São Paulo, 2015.

SANTOS, Isabela. Na contramão da defesa dos direitos de crianças e adolescentes, nova lei estadual reforça teoria da “alienação parental” no RN. **Saiba Mais**: Agência de Reportagem. 10 ago. 2022. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2022/08/na-contramao-da-defesa-dos-direitos-de-criancas-e-adolescentes-nova-lei-estadual-reforca-teoria-da-alienacao-parental-no-rn/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

SOUZA, Fábio Rocha de. **Alienação parental e violência de gênero**: uma análise sociojurídica da Lei 12.318/10. 2021. 151f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto

Realização:



Apoio:



Alegre, 2021. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9803>>. Acesso em 11 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



## **CORPO QUE MENSTRUA, AMAMENTA E GESTA: um breve relato sobre as práticas feministas e comunitárias do coletivo Flores de Resistência em Belo Horizonte/MG**

Marcela Mendes Sales<sup>487</sup>

**Resumo:** O artigo analisa as formas de violação de direitos reprodutivos vividas por mulheres negras e periféricas no Brasil, especialmente a amamentação, dignidade menstrual e violência obstétrica. Partindo de uma perspectiva interseccional, feminista e decolonial, evidencia como as desigualdades de gênero, raça, classe e território impactam o acesso à saúde reprodutiva e ao cuidado digno, buscando articular reflexões teóricas com a experiência do coletivo Flores de Resistência, localizado na região do Barreiro, em Belo Horizonte/MG, como exemplo de enfrentamento comunitário às violências estruturais. Conclui-se que a luta por justiça reprodutiva é central para um projeto feminista emancipatório enraizado nas periferias.

**Palavras-chave:** violência obstétrica; dignidade menstrual; amamentação; feminismo periférico; justiça reprodutiva; interseccionalidade.

**Abstract:** This article examines the multiple forms of reproductive rights violations experienced by Black and marginalised women in Brazil, focusing on breastfeeding, menstrual dignity, and obstetric violence. Based on an intersectional, feminist, and decolonial perspective, the paper connects theoretical reflections with the experience of *Flores de Resistência*, a grassroots collective based in the Barreiro district of Belo Horizonte/MG, as a concrete example of community-based resistance to structural violence. It concludes that the struggle for reproductive justice is central to an emancipatory feminist project rooted in the urban peripheries.

**Keywords:** obstetric violence; menstrual dignity; breastfeeding; feminism; reproductive justice; intersectionality.

### **Introdução**

Na sociedade capitalista contemporânea, atravessada pela lógica neoliberal e heranças coloniais, os corpos que menstruam, gestam e amamentam seguem subordinados a múltiplas formas de exploração, precarização e apagamento. O trabalho reprodutivo, fundamental à reprodução da força de trabalho, permanece invisibilizado e desvalorizado, marcado por hierarquias de raça, gênero e classe (Gonzalez, 2020; Federici, 2016). A naturalização da violência e da precarização dos corpos, sejam femininos, negros ou outros, evidencia como a vida social é organizada de modo a manter práticas sistemáticas de exclusão e negligência.

Ao abordarmos o contexto brasileiro, as questões vinculadas à saúde e aos direitos reprodutivos são atravessadas por desigualdades sociais, econômicas e raciais. Ao analisarmos temas como a amamentação, a dignidade menstrual e a violência obstétrica, evidencia-se um padrão estrutural de violação de direitos, especialmente entre mulheres em situação de vulnerabilidade social e em territórios periféricos. É nesse cenário de desigualdades estruturais e violações cotidianas que emergem experiências de resistência protagonizadas por mulheres das periferias urbanas. O

---

<sup>487</sup> Assistente social, graduada pela PUC-MG, mestra e doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UFJF). E-mail: marcelamsales@gmail.com

Realização:



Apoio:





Coletivo Flores de Resistência, localizado na região do Barreiro, em Belo Horizonte/MG, constitui uma dessas iniciativas. Formado majoritariamente por mulheres negras e periféricas, o coletivo atua na promoção da dignidade menstrual, no apoio à amamentação e no enfrentamento à violência obstétrica, por meio de ações educativas, rodas de conversa, articulações comunitárias e distribuição de insumos básicos. O coletivo visa construir uma prática política de cuidado, ancorada em saberes populares e na valorização da experiência vivida como fonte legítima de conhecimento e ação, indo além de meramente responder às ausências do Estado.

O Flores de Resistência mobiliza o território como espaço de luta e solidariedade, promovendo o fortalecimento das mulheres como sujeito coletivo e político. Suas práticas representam formas de insurgência contra as estruturas que desumanizam os corpos femininos e racializados, reafirmando o cuidado como direito e resistência. Ao tornar visíveis as lutas cotidianas pelo acesso à saúde reprodutiva e pelo reconhecimento das mulheres periféricas como protagonistas de sua história, o coletivo contribui para a construção de um feminismo enraizado, interseccional e transformador.

Neste artigo, buscamos apresentar e problematizar as dimensões das opressões e enfrentamentos cotidianos vivenciados por mulheres negras e periféricas por meio da análise das práticas e experiências do Coletivo Flores de Resistência, localizado no Barreiro, em Belo Horizonte/MG. Por meio do debate sobre amamentação, dignidade menstrual e violência obstétrica, pretendemos contribuir com o fortalecimento de uma agenda feminista que denuncie as violências estruturais e, ao mesmo tempo, visibilize as estratégias de cuidado, resistência e produção de autonomia protagonizadas por essas mulheres. Nesse sentido, este debate se mostra igualmente crucial para o Serviço Social, na medida em que interpela as Assistentes Sociais a reconhecerem e atuarem frente às desigualdades de gênero, raça e classe que atravessam os corpos das mulheres periféricas, afirmando o compromisso ético-político da profissão com a emancipação e a justiça social.

### **Amamentação, raça e classe**

No desenvolvimento das sociedades capitalistas periféricas, como a brasileira, os determinantes sociais da saúde evidenciam que a reprodução das desigualdades de gênero e raça está profundamente enraizada nas estruturas econômicas e políticas, revelando como as condições socioeconômicas e territoriais impactam diretamente a saúde das mulheres, especialmente daquelas em situação de maior vulnerabilidade. Portanto, temos que a saúde não é uma questão meramente biológica, mas um fenômeno socialmente produzido, determinado pelas formas de inserção dos indivíduos no processo de produção e reprodução da sociedade e pela distribuição desigual dos recursos sociais (Laurell, 1992; 1995).

Portanto, o acesso precário à alimentação adequada, moradia digna, saneamento básico, empregos dignos, trabalho decente e serviços de saúde de qualidade compõe um quadro estrutural de violação de direitos, que repercute em indicadores alarmantes de morbimortalidade materna, sofrimento psíquico e adoecimentos relacionados à pobreza. Pesquisa desenvolvida pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2021) demonstra que mulheres negras e periféricas estão mais expostas a condições insalubres de vida, maiores taxas de doenças crônicas e enfrentam barreiras institucionais no acesso ao cuidado integral. São dados que reiteram a necessidade de políticas públicas e da atuação das Assistentes Sociais considerarem os efeitos estruturais da desigualdade social, reconhecendo o impacto das opressões de classe, raça e gênero no processo saúde/doença.

A amamentação, reconhecida globalmente como uma prática fundamental para a saúde materno-infantil, apresentou avanços significativos no Brasil nas últimas décadas. Segundo Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil - ENANI-2019

Realização:



Apoio:



(UFRJ, 2021), 45,8% das crianças brasileiras são amamentadas exclusivamente até os seis meses de vida. Embora o aumento em relação às décadas anteriores seja expressivo, uma vez que em 1986 a taxa era de somente 4,7%, o índice permanece aquém da meta estabelecida pelo país de alcançar 70% até o ano de 2030. Tal defasagem aponta para dificuldades estruturais, como a ausência de políticas públicas de suporte efetivo às lactantes, escassez de profissionais capacitados e a falta de rede de apoio, sobretudo em territórios marcados pela informalidade, precariedade socioeconômica e falta de acessos a serviços públicos de qualidade.

A amamentação desempenha um papel decisivo tanto na redução das hospitalizações quanto no fortalecimento do vínculo afetivo (OMS, 2003). No entanto, as taxas de amamentação ainda são profundamente marcadas por desigualdades regionais, socioeconômicas e raciais, afetando especialmente mulheres negras e periféricas, que encontram maiores barreiras de acesso ao suporte adequado (Brasil, 2009). Isso revela a urgência de políticas públicas que assegurem o direito à amamentação em condições de dignidade, reconhecendo a prática como direito social e determinante crucial para a saúde mental e física.

Neste cenário, iniciativas como a Semana de Apoio à Amamentação Negra (SAAN) emergem como estratégias fundamentais de enfrentamento ao racismo estrutural e de afirmação da justiça reprodutiva no Brasil. A campanha integra o *Agosto Dourado*, mês dedicado à promoção do aleitamento materno, simbolizado pela cor dourada que representa o padrão ouro de qualidade do leite materno. A SAAN foi lançada no Brasil em 2020 pela psicóloga e psicanalista Fê Lopes e a pediatra Tiaguã Fazendeiro, com o objetivo de visibilizar as desigualdades raciais que atravessam a experiência da amamentação, explicitando que o racismo é um determinante social da saúde que afeta diretamente a possibilidade de gestar, parir e amamentar com dignidade (Lopes, 2024).

A institucionalização da SAAN, por meio do Projeto de Lei n. 3945/2021, aprovado em 2025 pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, representa um avanço político na consolidação da amamentação como um direito social que exige políticas específicas para mulheres negras (BRASIL, 2021). O reconhecimento de que o sucesso da amamentação depende de condições sociais, econômicas e políticas favoráveis desafia a responsabilização individual das mães e reivindica o cuidado como direito coletivo e responsabilidade do Estado. A maternidade negra é atravessada por múltiplas opressões que tornam o simples ato de amamentar um gesto político (Davis, 2016; Collins; Bilge, 2016). A falta de licença-maternidade para trabalhadoras informais, a ausência de creches públicas e o racismo nos espaços de saúde tornam a amamentação uma prática desigual, muitas vezes inviabilizada para mulheres negras e periféricas.

Portanto, pensar a amamentação a partir dos marcadores de raça e classe permite desnaturalizar discursos universalizantes e revelar as desigualdades históricas que impedem sua realização plena. Políticas públicas de apoio à amamentação devem, portanto, ser formuladas com base em diagnósticos interseccionais, que considerem as especificidades das mulheres negras e periféricas, assegurando-lhes o direito de cuidar e serem cuidadas em condições de dignidade. Amamentar, nesse contexto, é também um ato de resistência, de cuidado coletivo e de luta por justiça reprodutiva.

## **Pobreza menstrual e a luta por dignidade**

No Brasil, estima-se que mais de 11 milhões de pessoas menstruantes vivenciam a pobreza menstrual, enfrentando barreiras de acesso a itens básicos de higiene, além da ausência de condições sanitárias adequadas. A pobreza menstrual é um grave problema de direitos humanos, atingindo desproporcionalmente meninas negras, indígenas e periféricas. Além dos impactos diretos na saúde ginecológica, a pobreza

Realização:



Apoio:



menstrual interfere na permanência escolar, sendo um fator de evasão de meninas em idade escolar, uma vez que 61% das jovens já deixaram de ir à escola por falta de acesso a absorventes (Think Olga, 2023). A menstruação, enquanto processo fisiológico recorrente que marca a experiência corporal de milhões de pessoas no mundo, tem sido historicamente relegada ao campo do silêncio e da invisibilidade social. O modo como a menstruação é vivida, gerida e significada está profundamente imbricado em relações de poder atravessadas por gênero, classe, raça. A emergência do conceito de dignidade menstrual nas últimas décadas evidencia um deslocamento epistemológico que busca reconhecer a menstruação como dimensão da justiça social, dos direitos humanos e da saúde coletiva.

No Brasil, embora o marco legal federal tenha avançado com a Lei nº 14.214/2021, que criou o Programa Nacional de Dignidade Menstrual (BRASIL, 2021; BRASIL, 2024), sua implementação revela as desigualdades estruturais que persistem no campo das políticas públicas (BRASIL, 2022). A escassez de dados, a baixa capilaridade dos programas e a ausência de uma abordagem interseccional têm limitado os impactos práticos da política (Silva, 2023; Ledur; Oliveira-Menegotto; Giongo, 2024; Criola, 2022). Nesse contexto, gestões estaduais e municipais assumem protagonismo na institucionalização de medidas mais efetivas (ALMG, 2025). Em Minas Gerais, a Lei Estadual nº 23.904/2021, regulamentada, em 2025, propõe a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para populações vulnerabilizadas, com várias limitações em sua implementação (Governo do Estado de Minas Gerais, 2023; ALMG, 2024).

A articulação entre as secretarias de educação, saúde, justiça e desenvolvimento social na operacionalização do programa *Liberdade em Ciclos*, produção de absorventes descartáveis dentro do sistema prisional. Absorventes produzidos pelas mulheres encarceradas e distribuídos em instituições públicas e ONGs. No âmbito municipal, a Lei nº 196/2021 propõe a institucionalização do Programa Municipal de Dignidade Menstrual em Belo Horizonte (Belo Horizonte, 2022; PL, 2022). A proposta, além de prever a distribuição sistemática de produtos menstruais, contempla ações de educação crítica sobre o ciclo menstrual, enfrentamento ao estigma e promoção da autonomia corporal.

A análise da política de dignidade menstrual em suas dimensões globais, nacionais e locais permite compreender que a menstruação, enquanto marcador social, convoca uma abordagem interseccional. Ao inscrever a menstruação no debate público como questão de justiça social, os movimentos feministas, especialmente os protagonizados por mulheres negras, periféricas e trans, têm ampliado o horizonte do que se entende por políticas do corpo, convocando o Estado à responsabilidade e desestabilizando os dispositivos que naturalizam a precariedade como destino.

## **Parto e violência obstétrica**

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), o cuidado respeitoso e humanizado durante o parto é um direito fundamental. A violência obstétrica, entretanto, subverte esse princípio ao impor práticas coercitivas e paternalistas, muitas vezes sob a justificativa da autoridade médica. Episiotomias sem consentimento, cesarianas forçadas, recusa de analgesia, isolamento da parturiente e infantilização da mulher durante o parto são práticas recorrentes.

No Brasil, a expressão violência obstétrica foi amplamente difundida a partir da atuação de movimentos sociais feministas como o coletivo Parto do Princípio – Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa, especialmente com a publicação e entrega do Dossiê Parirás com dor à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra as Mulheres, em 2012, que denunciava a naturalização de práticas abusivas no parto institucionalizado (PARTO DO PRINCÍPIO, 2012). Esses movimentos contribuíram decisivamente para a denúncia e problematização do modelo tecnocrático de atenção

Realização:



Apoio:



ao parto no país, estruturado pela lógica da medicalização excessiva, da hierarquia de saberes e do apagamento das experiências femininas (Aguilar; D'oliveira; Schraiber, 2018; Ferreira; Gonçalves, 2020).

Este tipo de violência engloba intervenções desnecessárias como episiotomias sem consentimento, cesarianas forçadas, recusa de analgesia, isolamento da parturiente e infantilização da mulher durante o parto, restrição à mobilidade, humilhações verbais e ausência de acompanhante relatadas com frequência por mulheres em serviços de saúde (Palma; Donelli, 2017; Moreira et al., 2018). São práticas recorrentes. negligência, desrespeito e desinformação durante o ciclo gravídico-puerperal, estudos mostram que tais práticas são legitimadas pelo discurso biomédico e reforçadas por estruturas patriarcais que se atualizam no ambiente hospitalar, produzindo sofrimento físico e psíquico durante o parto (Ferreira; Gonçalves, 2020; Medeiros; Nascimento, 2022). Essa violência, embora vivida de forma recorrente, é muitas vezes silenciada ou minimizada pelas próprias instituições, sendo necessária sua nomeação e enfrentamento por meio de políticas públicas, mobilização social e mudança de paradigma no cuidado obstétrico. A pesquisa, *Nascer no Brasil*, coordenado por um grupo na Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP (2014) da Fiocruz, contou com quase 24 mil participantes entre 2011 e 2012, e destacou que 30% das parturientes atendidas em hospitais privados sofreram violência obstétrica, enquanto no SUS, a taxa foi de 45% (FPA, 2013a; 2013b).

O racismo institucional e o patriarcado convergem para produzir experiências de desumanização específicas para as mulheres negras, historicamente associadas à figura da “mãe forte”, resistente à dor, e desprovida de subjetividade. A ausência de escuta, o desprezo pela dor e o impedimento do exercício da autonomia reprodutiva são marcas profundas da violência obstétrica. A formação biomédica hegemônica ainda sustenta uma visão hierárquica, onde o médico detém o saber absoluto e a mulher é colocada como objeto de intervenção. Essa lógica tecnocrática e produtivista do parto, onde o tempo da instituição se sobrepõe ao tempo do corpo, legitima a desumanização e contribui para o silenciamento das vítimas.

## **O Coletivo Flores de Resistência**

O Coletivo Flores de Resistência (2023), localizado na região do Barreiro, em Belo Horizonte, é um exemplo da resistência protagonizado por mulheres periféricas. Inserido em um contexto social marcado por desigualdades estruturais de gênero, raça e classe, o coletivo emerge como uma estratégia contra-hegemônica de enfrentamento às múltiplas formas de opressão que incidem nas mulheres nos territórios cobertos. Sua atuação pauta-se pelo reconhecimento das especificidades das demandas femininas nas periferias urbanas, articulando práticas comunitárias de acolhimento, formação política e distribuição material de insumos básicos como itens de dignidade menstrual, kits de amamentação e enxovais para o pós-parto.

As ações desenvolvidas pelo coletivo se estruturam em rodas de conversa temáticas, nas quais se debate de maneira crítica e acessível diferentes tópicos como menstruação, amamentação, maternidade, gestação, parto respeitoso, saúde sexual e reprodutiva, violência doméstica, acesso a direitos e políticas públicas, entre outros. Os encontros possuem tanto caráter informativo quanto promovem a produção coletiva de saberes ancorados na vivência cotidiana das mulheres, transformando experiências individuais em narrativas políticas e fortalecendo a autonomia coletiva.

O Coletivo Flores de Resistência constrói assim um espaço onde as múltiplas dimensões das opressões, sejam elas de raça, classe, gênero e território ou outras, são reconhecidas, debatidas e enfrentadas pela própria comunidade. Desse modo, as próprias mulheres são envolvidas nas discussões e rodas de conversa, ampliando o acesso à informação e a direitos básicos frequentemente negados pelas instituições do

Realização:



Apoio:





Estado, assim como fortalecendo os vínculos comunitários e a construção de um senso crítico em relação às formas de opressão presentes na vida cotidiana (Aguilera, 2020).

Portanto, a atuação do coletivo se dá na contramão da lógica neoliberal que individualiza problemas estruturais e mercantiliza necessidades básicas, promovendo uma ação política que ressignifica a assistência como instrumento de conscientização e emancipação. Ao reivindicar políticas públicas de acesso a produtos de higiene menstrual, atendimento pré-natal humanizado, parto respeitoso e amamentação digna, o coletivo denuncia as omissões históricas do Estado na garantia dos direitos reprodutivos das mulheres, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade social, racial e territorial. Reiteramos que essa prática espelha uma perspectiva feminista interseccional, uma vez que reconhece como gênero, raça e classe produzem experiências diferenciadas de acesso à saúde e à cidadania (Akotirene, 2019; Crenshaw, 1991). A distribuição gratuita de absorventes ecológicos e kits de maternidade, realizada de forma articulada às rodas de conversa, transcende a assistência material imediata ao integrar um projeto político que visa a politização das participantes, combatendo a lógica mercantil neoliberal.

O Coletivo Flores de Resistência representa um exemplo concreto de organização popular feminista anticapitalista e antirracista, que opera a partir da base social, fomentando redes comunitárias de apoio mútuo e resistência coletiva. Suas práticas reafirmam a centralidade da luta pela transformação social e apontam para a importância dos saberes territorializados na construção de um feminismo popular enraizado na realidade material das mulheres periféricas.

## Conclusão

As experiências do Coletivo Flores de Resistência demonstram que práticas locais, ancoradas no território e na experiência vivida, são fundamentais para a construção de um feminismo popular que articule o enfrentamento ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo. Ao promover rodas de conversa, distribuir absorventes ecológicos, compartilhar informações sobre direitos reprodutivos e construir redes de apoio comunitário, as mulheres desses territórios produzem saberes emancipatórios e enfrentam cotidianamente a lógica da exploração capitalista. São práticas que constroem alternativas políticas e epistemológicas à lógica neoliberal, patriarcal e racista que estrutura a sociedade brasileira (Dardot; Laval, 2016; Gonzalez, 2020).

As práticas do Flores de Resistência constituem não apenas ações comunitárias, mas práticas radicais que denunciam a estrutura colonial-capitalista e criam espaços de cuidado, acolhimento e politização do cotidiano. Essas ações representam formas de resistência que articulam o cuidado como prática coletiva e subversiva, reposicionando o trabalho reprodutivo no centro da luta por justiça social (Federici, 2019; Davis, 2016). Nesse sentido, discutir a dignidade menstrual, o acesso ao pré-natal humanizado, o direito ao parto respeitoso e ao apoio à amamentação, não é tratar de questões individuais ou pontuais, mas acessar um campo de disputa política central na luta feminista anticapitalista e antirracista. A garantia de acesso universal a itens de higiene menstrual em espaços públicos, o fortalecimento das redes de apoio entre mulheres nos territórios periféricos e a efetivação de políticas públicas sensíveis às realidades das mulheres negras e pobres são formas concretas de enfrentamento à lógica capitalista que mercantiliza o corpo e esvazia as políticas de cuidado.

Portanto, a luta pela dignidade dos corpos que menstruam, amamentam e gestam é uma luta que ultrapassa o campo do assistencialismo, sendo expressão viva de um projeto político que reivindica a centralidade da vida, do cuidado e do direito à existência plena. É no fortalecimento das mulheres periféricas, no reconhecimento das violências estruturais, na construção de redes solidárias e na politização das práticas de cuidado que reside a potência de uma transformação social radical. A partir dessas

Realização:



Apoio:





práticas locais, é possível afirmar um feminismo que não se limita às pautas do mercado, mas que se compromete com a emancipação, reivindicando o direito de viver com dignidade.

Ao centrar o cuidado, a autonomia e o conhecimento situado como princípios políticos, o feminismo construído a partir das periferias desafia as hierarquias de saber e afirma a centralidade da vida sobre a lógica do lucro. A partir das práticas cotidianas de resistência, enraizadas nos territórios populares, emerge uma proposta de transformação social radical, capaz de articular luta por direitos e valorização dos saberes periféricos.

## Referências

AGUIAR, Janaína Marques de; D'OLIVEIRA, Ana Luiza Vilela; SCHRAIBER, Lília Blima. **Patriarcado e violência obstétrica**: a vitalidade da estrutura patriarcal no ambiente do parto. In: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Canoas: DIÁLOGO, n. 41, ago. 2018.

AGUILERA, Lorena. **Rodas de conversa como forma de enfrentamento à violência de gênero**. Modifica, 2020. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/rodas-conversa-violencia-genero/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2018.

ALMG institui Política Estadual de Dignidade Menstrual. **Tribuna de Minas**. Belo Horizonte, 27 dez. 2024. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/27-12-2024/almg-institui-politica-estadual-de-dignidade-menstrual.html>. Acesso em: 21 julho 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Garantir a dignidade menstrual ainda é desafio no Brasil**. Belo Horizonte: ALMG TV Assembleia, 2025. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Garantir-a-dignidade-menstrual-ainda-e-desafio-no-Brasil>. Acesso em: 21 julho 2025.

BELO HORIZONTE. CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Debatido por vereadores, programa de dignidade menstrual já é realidade em BH. **Notícia institucional**, 21 set. 2022. Disponível em: <https://cmbhweb.cmbh.mg.gov.br/comunicacao/noticias/2022/09/debatido-por-vereadores-programa-de-dignidade-menstrual-ja-e-realidade-em-bh>. Acesso em: 21 jul. 2025.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO - FPA. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo: FPA, 2013a. Disponível em: [https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa\\_.org\\_.br\\_sites\\_default\\_files\\_pesquisaintegra.pdf](https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa_.org_.br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf). Acesso em: 26 jul. 2025.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO - FPA. **Percepções da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres**. São Paulo: FPA, 2013b. Disponível em: [https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa\\_.org\\_.br\\_sites\\_default\\_files\\_pesquisaintegra.pdf](https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa_.org_.br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf). Acesso em: 21 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



BRASIL. Ministério da Saúde. **Dignidade menstrual**: cartilha informativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/2024/dignidademenstrual>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa dignidade menstrual**: 2024. Brasília: MS, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/2024/dignidademenstrual>>. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Análise de impacto regulatório: Lei nº 14.214/2021 e regulamentações**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/doc\\_tec/SAPS\\_sa%C3%BAde%20menstrual.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/doc_tec/SAPS_sa%C3%BAde%20menstrual.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 3945**, de 9 de novembro de 2021. Cria a Semana Nacional de Apoio à Amamentação Negra, a ser celebrada entre 25 e 31 de agosto de cada ano. Brasília, DF, 9 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=230635>>. Acesso em: 20 jul. 2025

BRASIL. Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas do SISAN incluam absorvente higiênico feminino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 out. 2021. Com veto parcialmente rejeitado em março de 2022. Regulamentada pelo Decreto nº 11.432, de 8 mar. 2023. Disponível em: <[https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei+14.214-2021&OpenDocument](https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei+14.214-2021&OpenDocument)>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2016.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRIOLA. **Cadê o meu absorvente?** Rio de Janeiro: Criola, 2022. Disponível em: <<https://criola.org.br/artigo-cade-o-meu-absorvente>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Débora. Violência obstétrica: o lado oculto do atendimento obstétrico no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 5, p. 1004-1013, 2015.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA - ENSP. **Nascer no Brasil**: sumário executivo. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2014. Disponível em: <<https://nascernobrasil.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/05/Sum%C3%A1rio-executivo-l.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Maíra Soares; GONÇALVES, Eliane. Parirás com dor: a violência obstétrica revisitada. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 23, e60230, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/download/60230/35735>>. Acesso em: 21 julho 2025.

FLORES DE RESISTÊNCIA. **Relatório de Atividades**. Belo Horizonte: Flores de Resistência, 2023 (mimeo).

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Governador assina decreto que regulamenta lei sobre dignidade menstrual**. Belo Horizonte: Social/MG, 8 mar. 2023. Disponível em: <<https://social.mg.gov.br/noticias-artigos/1919-governador-assina-decreto-que-regulamenta-a-lei-sobre-dignidade-menstrual>>. Acesso em: 21 jul. 2025

IBFAN. **Estratégia Global para Alimentação de Lactentes e Crianças de Primeira Infância**. Brasília: IBFAN Brasil, 2014. Disponível em: <<https://ibfan.org.br/wp-content/uploads/2014/09/IBFAN-estrategia-global.pdf>>. Acesso em 21 jul. 2025.

INSTITUTO THINK OLGA. **Livre para menstruar**: um panorama sobre a dignidade menstrual no Brasil. São Paulo: Think Olga, 2023. Disponível em: <<https://thinkolga.com/livre-para-menstruar/>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

LAURELL, Asa Cristina; MARQUEZ, Maria Guadalupe. **El desgaste obrero en México**. México: Ediciones Era, 1983.

LAURELL, Asa Cristina. Estado e saúde: uma perspectiva histórica. In: LUZ, Madel Terezinha et al. (org.). **Saúde e sociedade**. São Paulo: Hucitec, 1992.

LAURELL, Asa Cristina. Políticas de saúde no neoliberalismo. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, n. 46, p. 59–70, 1995.

LOPES, Fê. Porque você deve conhecer e apoiar a Semana de Amamentação Negra. **Carta Capital**. SaúdeCapital, 28 ago. 2024. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/saude-capital/por-que-voce-deve-conhecer-e-apoiar-a-semana-de-amamentacao-negra/>>. Acesso em: 20 jul. 2025

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020

MOREIRA, Sérgio Adrianly Santos; PARTICHELLI, Patrícia Peterli; BAZANI, Adriana Aparecida Oliveira. Violência obstétrica e os desafios de se promover políticas públicas de saúde efetivas. **Diálogo**, Canoas, n. 41, p. 115-126, ago. 2018.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

Realização:



Apoio:



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Estratégia global para alimentação do lactente e da criança pequena**. Genebra: OMS, 2003. Disponível em: <<https://ibfan.org.br/wp-content/uploads/2014/09/IBFAN-estrategia-global.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Recomendações da OMS sobre cuidados maternos e neonatais para uma experiência pós-natal positiva**. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: <<https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/354560/9789240048515-por.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2025

PALMA, Carolina Coelho; DONELLI, Tagma Marina Schneider. Violência obstétrica em mulheres brasileiras. **Psico**, Porto Alegre, v. 48, n. 3, p. 216–230, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2017.3.25161>>. Acesso em: 21 julho 2025.

PL para distribuição de absorventes pode beneficiar mais de 40 mil estudantes de BH. **Brasil de Fato** Minas Gerais, 14 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/04/14/pl-para-distribuicao-de-absorventes-pode-beneficiar-mais-de-40-mil-estudantes-de-belo-horizonte/>>. Acesso em: 31 jul. 025.

LEDUR, Taísi Corrêa da Silva; OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado de; GIONGO, Carmem Regina. Pobreza menstrual e desigualdade de gênero: o olhar de professoras e professores de escolas públicas. **Revista Diversidade e Educação**, Bagé, v. 12, n. 2, p. 443–466, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/divedu/article/download/18050/11518>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

SAMPAIO, Joana et al. A cultura dos profissionais de saúde acerca da violência obstétrica: revisão integrativa. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, SP, v. 18, supl. 2, p. 753-767, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/dGn6dRF4VHzHQJyXHNSZNND/?lang=pt>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SILVA, Amanda Valério da. **Neoliberalismo e pobreza menstrual**: desafios para a promulgação da Lei nº 14.214/2021. 2023. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/37821>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

UNICEF; UNFPA. (org.). **Pobreza menstrual**: desafios para a dignidade de meninas e mulheres no Brasil. Brasília: Unicef, 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ. **Aleitamento materno**: Prevalência e práticas de aleitamento materno em crianças brasileiras menores de 2 anos 4: ENANI-2019. Documento eletrônico. - Rio de Janeiro: UFRJ, 2021. Disponível em: <<https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios/>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



## O TOM DA DESIGUALDADE E A COR DA POBREZA: Uma análise crítica na perspectiva do Serviço Social

Andreia Cristina Soares de Mello<sup>488</sup>

**Resumo:** Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a racialização da pobreza e a perpetuação das desigualdades sociais no Brasil contemporâneo, com foco na realidade da Baixada Fluminense, região historicamente marcada por exclusões e negligência do poder público. A partir da perspectiva do Serviço Social, a pesquisa aborda como o racismo estrutural e as concentrações de renda moldam as expressões da questão social e impactam diretamente a vida de populações negras, periféricas e empobrecidas. Por meio de revisão bibliográfica e análise de indicadores sociais, argumenta-se que a cor da pobreza no Brasil tem um tom racial definido, e que a atuação crítica do assistente social é central na denúncia e enfrentamento dessas injustiças com isso o objetivo é refletir a partir da perspectiva crítica do Serviço Social, sobre como a desigualdade no Brasil está diretamente vinculada à racialização da pobreza e como o racismo estrutural opera na reprodução das desigualdades sociais, econômicas e institucionais que afetam a população negra. Além disso, destaca o papel da profissão na luta antirracista e na defesa de políticas públicas que enfrentem essa realidade.

**Palavras-chave:** Pobreza; Serviço Social; Racismo estrutural.

**Abstract:** This article proposes a critical reflection on the racialization of poverty and the perpetuation of social inequalities in contemporary Brazil, focusing on the reality of Baixada Fluminense, a region historically marked by exclusion and neglect by the government. From the perspective of Social Work, the research addresses how structural racism and income concentration shape the expressions of the social issue and directly impact the lives of black, peripheral and impoverished populations. Through a bibliographic review and analysis of social indicators, it is argued that the color of poverty in Brazil has a defined racial tone, and that the critical role of the social worker is central to denouncing and confronting these injustices. Therefore, the objective is to reflect from the critical perspective of Social Work on how inequality in Brazil is directly linked to the racialization of poverty and how structural racism operates in the reproduction of social, economic and institutional inequalities that affect the black population. In addition, it highlights the role of the profession in the anti-racist struggle and in the defense of public policies that address this reality.

**Keywords:** Poverty; Social Work; Structural racism.

### Introdução

A desigualdade social no Brasil tem cor, território e gênero. A Baixada Fluminense, região composta por 13 municípios do Rio de Janeiro, é um exemplo emblemático de como o racismo estrutural e a pobreza se sobrepõem na organização

---

<sup>488</sup> Assistente social, graduada pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) e mestranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: soares.mello.ac@gmail.com

Realização:



Apoio:





do espaço urbano e na vida cotidiana de suas populações. Majoritariamente negra jovem e periférica essa população enfrenta múltiplas expressões da questão social: desemprego, violência policial, falta de saneamento, educação precária e acesso limitado e cada vez mais difícil à saúde e à assistência. Neste contexto, o Serviço Social se coloca como uma profissão que atua na linha de frente das políticas públicas, buscando fomentar ações estratégicas a fim de viabilizar direitos e denunciar as estruturas que naturalizam a pobreza, ausência de acesso a direitos básicos para existência e favorecem a exclusão dessa população.

A frase “O tom da desigualdade tem e a cor da pobreza tem raça” não é apenas uma constatação simbólica, mas um reflexo histórico, estrutural e profundamente enraizado na formação social brasileira. O racismo, longe de ser um problema individual ou de atitudes isoladas, constitui um mecanismo estruturante das relações sociais, responsável por produzir e manter desigualdades econômicas, políticas e culturais que atingem, sobretudo, a população negra.

### **O tom da desigualdade: racismo e estrutura social**

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, sem oferecer qualquer forma de reparação histórica. Como resultado, a população negra foi relegada à marginalidade, reproduzindo-se por gerações em territórios precários e subalternizados. Na Baixada Fluminense, a cor da pobreza é majoritariamente negra. Dados do IBGE (2022) indicam que cerca de 70% da população da região se autodeclara preta ou parda. Essas pessoas enfrentam, cotidianamente, os efeitos de um racismo que se manifesta na distribuição desigual de bens, serviços e oportunidades.

De acordo com dados do IBGE (2022), a população negra (pretos e pardos). representam uma taxa da pobreza no Brasil de 40% e na baixada fluminense de 70% tornando evidente a manifestação da desigualdade em referência a taxa de pobreza da população branca que no Brasil segundo a pesquisa do IBGE é de 21%. Além disso, o desemprego é maior entre as pessoas negras, que acabam migrando para trabalhos informais e para empregos mais precarizados. Para as mulheres negras, a situação se agrava mais, uma vez que precisam viver a interseção do racismo com o sexismo e a desigualdade de classe, concentrando as maiores taxas de pobreza, violência doméstica e exclusão educacional.

A formação socioeconômica brasileira está profundamente marcada pela escravidão. Foram mais de 300 anos de trabalho forçado da população negra, sem qualquer reparação histórica ou política após a abolição em 1888. A falsa ideia de democracia racial encobriu por décadas as práticas de exclusão, segregação e violência institucional que impediram o acesso da população negra aos direitos sociais básicos, como educação, saúde, moradia e trabalho digno.

Segundo Moura, a “democracia racial” é um mito, e tem função de desarticular a consciência crítica e perpetuando a discriminação, o racismo e o extermínio contra o negro. Esta ideologia busca justificar a discriminação e responsabilizando o próprio negro pela sua estagnação social.

De acordo com Moura, faz-se necessária uma “modificação desalienadora do pensamento do brasileiro preconceituoso e racista”. Segundo o autor, apenas a partir da perspectiva negra seria possível, então, romper com a alienação ainda existente do racismo na sociedade brasileira.

A herança da escravidão que muitos sociólogos dizem estar no negro, ao contrário, está nas classes dominantes que criam valores discriminatórios através dos quais conseguem barrar, nos níveis econômicos, social, cultura e existencial a emergência de uma consciência crítica negra capaz de elaborar

Realização:



Apoio:



uma proposta de nova ordenação social e de estabelecer uma verdadeira democracia racial no Brasil (Moura, 1988, p. 70).

Logo a desigualdade étnico-racial se manifesta na pobreza, diante da discrepância entre as taxas referentes à população negra no Brasil e na Baixada Fluminense de pobreza e a população branca, o que reflete desigualdades históricas e persistentes.

Pode-se perceber uma marca no processo de formação do Brasil, uma profunda desigualdade social além de diversas formas de preconceito e opressão. Considerando que o capitalismo gera uma estrutura desigual, tendo como determinantes estruturais a pobreza; miséria; violência; fome; desemprego; trabalho precarizado; discriminações etárias, étnico raciais, de gênero, de orientação sexual ou por deficiências, dentre outras; que atingem grande parte dos/as trabalhadores/as e cidadãos/ãs brasileiros/as, e as mulheres negras geralmente são as mais afetadas pelas desigualdades. Como afirma González (2020),

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. [...] Ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias de classe média e alta da formação social brasileira. [...] Tudo isso acrescido da dupla jornada que ela, mais do que ninguém sabe, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar. [...] Após adiantar os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece todo o dia (Gonzalez, 2020, p. 58).

Nesse sentido, a desigualdade social brasileira não compreendida de forma a restringi-la apenas às classes sociais, mas para, além disso, precisava ser entendida também a partir da interseccionalidade entre raça, classe e gênero, que reconheçam como essas opressões se articulam e se reforçam mutuamente.

### **A cor da pobreza e suas expressões na Baixada Fluminense**

A pobreza na Baixada Fluminense não pode ser compreendida apenas como ausência de renda, mas como um conjunto de privações múltiplas que afetam de forma mais intensa a população negra. Entre as principais expressões da desigualdade destacam-se:

- *Educação de baixa qualidade*: escolas sucateadas e ausência de políticas de permanência para jovens negros.
- *Violência institucional*: atuação violenta e seletiva das forças policiais, com alto número de mortes de jovens negros.
- *Desemprego e informalidade*: marcada presença da população negra em trabalhos precários e sem direitos trabalhistas.
- *Moradia precária*: favelas e ocupações urbanas com infraestrutura deficiente.
- *Acesso desigual às políticas sociais*: ausência de equipamentos públicos adequados e baixa cobertura de serviços socioassistenciais.

É preciso refletir, pois os tópicos acima apresentados são exemplos reais que apontam para realidade, uma realidade de extermínio indireto, enquanto se fala de compensação por anos de escravidão, continuam a negação de cuidados, políticas de emprego, a população negra continua escrava, só que na atualidade seus grilhões são a falta de empregos dignos, a ilusão de um empreendedorismo que os levam a trabalhar sem condições mínimas de direito, a ausência de condições saúde, medicamentos,

Realização:



Apoio:



entre outras necessidades para sua existência, que democracia social é esta que condiciona a população a situações de total insegurança física, alimentar, emocional, entre outras.

### **Racismo estrutural e institucional: o Estado como agente de reprodução**

O conceito de racismo estrutural, amplamente discutido por autores como Almeida (2019), aponta que o racismo não é uma falha do sistema, pelo contrário trata-se de parte de sua engrenagem funcional. As instituições como o Estado, o sistema judiciário, a escola e os serviços públicos produzem e reproduzem desigualdades raciais ainda quando não há intenção explícita de discriminar.

Segundo o autor ação dos atores envolvidos é orientada, e muitas vezes só é possível por meio das instituições, sempre tendo como pano de fundo os princípios estruturais da sociedade, como as questões de ordem política econômica e jurídica. Isso nos leva a mais duas importantes e polêmicas questões:

- A supremacia branca no controle institucional é realmente um problema, na medida em que a ausência de pessoas não brancas em espaços de poder e prestígio é um sintoma de uma sociedade desigual e, particularmente, racista. Portanto, é fundamental para a luta antirracista que pessoas negras e outras minorias estejam representadas nos espaços de poder, seja por motivos econômicos e políticos, seja por motivos éticos. Mas seria tal medida suficiente? É uma prática antirracista efetiva manter alguns poucos negros em espaços de poder sem que haja um compromisso com a criação de mecanismos institucionais efetivos de promoção da igualdade?

- A liderança institucional de pessoas negras basta quando não se tem poder real, projetos e/ou programas que possam de fato incidir sobre problemas estruturais, como as questões da ordem da economia, da política e do direito? (Almeida, 2019, n/p).

A seletividade penal, por exemplo, é um exemplo concreto disso. Jovens negros são maioria nas prisões brasileiras e os que mais morrem em ações policiais, além são na grande maioria, oriundos de comunidades, filho de mãe solo e muitos sequer completaram o ensino fundamental. No campo da saúde, a negligência com as condições específicas da população negra é extrema aumenta a cada dia o número de pessoas com diagnósticos tardios, nos leva a refletir será o sistema de regulação feito para facilitar o acesso, tem servido para inviabilizar o mesmo a partir da burocratização, como a ausência de protocolos específicos, a subnotificação de doenças prevalentes em negros e o racismo no atendimento são práticas cotidianas que agravam a exclusão.

### **O papel do serviço social no enfrentamento das desigualdades**

Para o Serviço Social, é preciso um olhar crítico sobre as políticas sociais e como essas reforçam ou combatem as desigualdades raciais. O assistente social, como profissional comprometido com a efetivação dos direitos humanos e com a construção de uma sociedade justa e igualitária, não pode se furtar a esse debate. Pelo contrário, deve incorporá-lo em suas práticas, análises e intervenções, reconhecendo que a questão racial é parte constitutiva da questão social no Brasil.

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissionais dotados de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no

Realização:



Apoio:



mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do assistente social (ABEPSS, 2007. n/p).

O Serviço Social, inserido nas políticas públicas e orientado por um projeto ético político comprometido com a emancipação humana, tem um papel fundamental no enfrentamento da desigualdade racial e da pobreza. Na Baixada Fluminense, assistentes sociais atuam em contextos de extrema vulnerabilidade, exercendo funções como:

- Acolhimento e escuta qualificada de sujeitos historicamente silenciados.
- Elaboração de diagnósticos sociais com recorte de raça e território.
- Articulação de redes de proteção social e encaminhamentos intersetoriais.
- Atuação política em fóruns, conselhos e movimentos sociais.
- Denúncia de violações de direitos e incidência na formulação de políticas públicas, dentre outras atividades.

Contudo, essa atuação encontra limites estruturais: cortes de verbas, escassez de profissionais, de condições de trabalho, infraestruturas, violência nos territórios, correlações de forças e racismo institucional que permeia os próprios espaços públicos e seu cotidiano profissional. No entanto, cabe a este profissional buscar formas estratégicas de enfrentamento dentro desses espaços a fim de viabilizar o acesso aos direitos dos usuários do serviço.

### **O compromisso ético-político do serviço social com a luta antirracista**

O racismo estrutural é uma das principais formas de opressão que atravessam a sociedade brasileira, gerando desigualdades profundas e persistentes. Diante desse cenário, o Serviço Social, enquanto profissão comprometida com os direitos humanos, a justiça social e a emancipação das classes subalternizadas, assume um compromisso ético-político inegociável com a luta antirracista. Essa responsabilidade está diretamente ligada ao projeto ético-político da profissão, que não admite qualquer forma de discriminação e reconhece o racismo como uma questão social que precisa ser enfrentada de forma ativa e contínua.

A atuação antirracista do assistente social vai além do atendimento técnico e individualizado. Trata-se de uma postura crítica frente às estruturas que mantêm a desigualdade racial no país, o que inclui o enfrentamento das políticas públicas excludentes, da reprodução institucional do racismo e da invisibilidade histórica da população negra. Assim, o compromisso antirracista exige que o profissional reconheça o impacto do racismo nas expressões da questão social e busque construir estratégias de intervenção que promovam a equidade racial, o fortalecimento das identidades negras e o acesso efetivo aos direitos sociais.

O Código de Ética do/a Assistente Social, em sua versão atual, reforça esse posicionamento ao afirmar como princípio fundamental “o compromisso com a eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação e à autonomia dos/as usuários/as”. Esse princípio impõe ao exercício profissional uma dimensão política clara: não basta ser neutro ou imparcial diante do racismo é necessário combatê-lo em todas as suas formas. Isso significa reconhecer que o racismo não é um problema individual, mas uma estrutura social que impacta diretamente nas condições de vida, de trabalho e de acesso a direitos da população negra.

Portanto, o compromisso ético-político do Serviço Social com a luta antirracista exige formação crítica, posicionamento ativo e intervenção profissional comprometida com a transformação das relações sociais racializadas. É uma prática que implica desnaturalizar a desigualdade, dar visibilidade às vozes historicamente silenciadas e atuar ao lado dos movimentos sociais que constroem cotidianamente a resistência negra no Brasil. Assim, o Serviço Social reafirma sua função social como profissão que atua

Realização:



Apoio:



pela equidade, pelo enfrentamento das opressões e pela construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e antirracista.

O projeto ético-político do Serviço Social, consolidado a partir do final dos anos 1980, tem como princípios fundamentais a defesa dos direitos humanos, o compromisso com a classe trabalhadora, a luta contra a desigualdade social e a promoção da justiça e equidade. No entanto, a efetivação/reconhecimento da centralidade da questão racial na construção da questão social brasileira.

O assistente social, em seus diversos campos de atuação como: assistência social, saúde, educação, sistema prisional e judiciário e outros, precisa identificar o racismo como uma expressão concreta da desigualdade e do sofrimento ético-político da população negra. O que inclui:

- Analisar criticamente os dados e as situações atendidas sob o recorte racial;
- Denunciar práticas racistas institucionais e cotidianas;
- Defender ações afirmativas e políticas públicas específicas;
- Apoiar e fortalecer movimentos sociais e coletivos negros;
- Lutar pela construção de práticas profissionais verdadeiramente antirracistas.

O profissional de Serviço Social atuante na Baixada Fluminense, principalmente no funcionamento da administração pública, tem seu cotidiano profissional marcado por entraves para realização de seu trabalho em conformidade com seu código de ética e demais diretrizes, portanto, é de suma importância que este profissional seja dotado, Como destaca (Iamamoto, 2007), de uma relativa autonomia e busque para além do fatalismo ou messianismo os direitos da população assumindo o compromisso ético político com a qualidade dos serviços e garantias dos direitos sociais, possuem a

responsabilidade e chance de escolha, de imprimir sentido, direção valorativa e finalidade às suas ações, uma vez que portador de relativa autonomia na execução da sua atividade. Todavia, para isso é crucial capacidade intelectual — busca de substanciais conhecimentos teóricos e metodológicos (inclusive ético-políticos) que lhe permitam situar o seu papel como profissional na realidade social — sem o obscurecimento de idealismo se dos limites das intervenções que não ultrapassem o plano das intenções, pois desconexas da realidade (Forti; Guerra, 2011, p. 8).

Essa postura exige formação teórica e ética sólida, além de compromisso com uma práxis transformadora. Como ensina Lélia Gonzalez, não basta ser contra o racismo, é preciso ser antirracista e atuar politicamente contra sua estrutura.

## Conclusão

Diante da análise sobre o tom da desigualdade e a cor da pobreza, torna-se evidente que as questões sociais no Brasil e em muitas partes do mundo não se limitam apenas à renda ou à classe, mas carregam marcas profundas de raça e origem. A cor da pele, infelizmente, ainda é um fator determinante para o acesso à educação, saúde, moradia e oportunidades dignas. A pobreza, quando racializada, escancara as heranças de um passado colonial e escravocrata que continuam a moldar as estruturas sociais contemporâneas. Assim, combater a desigualdade exige não apenas políticas econômicas, mas também um compromisso real com a justiça racial e o reconhecimento das múltiplas formas de exclusão. Só através desse enfrentamento será possível construir uma sociedade verdadeiramente equitativa, onde cor e condição social não definam o destino de ninguém.

A cor da pobreza no Brasil, especialmente na Baixada Fluminense, reflete um projeto de sociedade excludente e racista. Superar essa realidade exige ações estruturais, investimentos públicos e, sobretudo, o reconhecimento do racismo como

Realização:



Apoio:





eixo central da desigualdade. O Serviço Social, ao se comprometer com a defesa intransigente dos direitos humanos e com o combate às opressões, deve fortalecer suas estratégias coletivas de enfrentamento e construir alianças com os movimentos sociais negros e periféricos. O tom da desigualdade só poderá ser alterado com políticas antirracistas, intersetoriais e efetivamente voltadas para a população historicamente negligenciada.

O tom da desigualdade e a cor da pobreza, essa afirmação expressa uma realidade que é constantemente invisibilizada por discursos que buscam neutralizar ou individualizar as causas da exclusão social. O racismo é um fenômeno estrutural, histórico e funcional ao capitalismo brasileiro, e sua superação exige não apenas boas intenções, mas ações concretas, políticas públicas eficazes e compromisso profissional.

Dessa forma, percebe-se que o tom da desigualdade no Brasil está diretamente ligado à cor da pobreza, revelando um cenário em que fatores raciais e sociais se entrelaçam e perpetuam a exclusão de populações historicamente marginalizadas. Para enfrentar esse problema, é fundamental que o Estado promova políticas públicas que priorizem a equidade racial e o acesso igualitário à educação, ao mercado de trabalho e aos serviços básicos. Além disso, escolas e meios de comunicação devem atuar na desconstrução de estereótipos e na valorização da diversidade, contribuindo para uma mudança cultural que rompa com o preconceito estrutural. Assim, será possível construir uma sociedade mais justa, em que cor e origem deixem de ser determinantes de pobreza e desigualdade.

O Serviço Social, ao se reconhecer como profissão a favor da classe trabalhadora e como classe trabalhadora atuante na defesa intransigente dos direitos humanos, precisa assumir a luta antirracista como parte de seu projeto profissional. Isso implica romper com práticas euro centradas, racialmente neutras e supostamente “técnicas”, para incorporar uma análise crítica e interseccional que reconheça o racismo como elemento constitutivo da questão social. Nesse caminho, a profissão fortalece sua dimensão política, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, plural e antirracista.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL - ABESS. **Temporalis**, Brasília, n, 1, 2007.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de ética profissional do assistente social**. Brasília: CFESS, 2011.

FORTI, Valéria. GUERRA, Yolanda. Na prática a teoria é outra. *In*: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. (org.). **Serviço social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2011.

GONZALEZ, Léila. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

Realização:



Apoio:



IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Letramento, 2017.

LIMA, V. C. Desigualdade racial e pobreza no Brasil: intersecções e enfrentamentos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 139, 2021.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

Realização:



Apoio:



## A INFLUÊNCIA DO PATRIARCADO NA REPRESENTAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA NO CINEMA MUNDIAL

Aline Salles de Souza<sup>489</sup>

Mariana Teixeira Grijó de Araujo<sup>490</sup>

Estela Saleh da Cunha<sup>491</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivos compreender como o patriarcado se expressa através da representação de mulheres LGBTQIAPN+ no cinema mundial, e analisar os impactos da representação estereotipada em mulheres sáficas, através de estudantes da UFJF. Para isso, foi necessário promover uma longa discussão sobre: a relação entre capitalismo e patriarcado, a maneira com a qual o cinema dissemina as ideologias capitalistas-patriarcais, a influência do cinema na criação do imaginário social acerca de relacionamentos entre mulheres, os impactos do cinema hegemônico no consumidor e os efeitos do audiovisual na criação de um senso de identificação entre a comunidade.

**Palavras-chave:** cinema; LGBTQIAPN+; mulheres sáficas; patriarcado; capitalismo.

**Abstract:** The following article seeks to understand how patriarchy is expressed through the representation of queer women in world cinema, and to analyze the impacts of stereotypical representation on sapphic women, through interviews with students from UFJF. To this end, it was necessary to promote a long discussion on: the connection between capitalism and patriarchy, the way in which cinema disseminates capitalist-patriarchal ideologies, the influence of cinema in the creation of the social consciousness around relationships between women, the impacts of hegemonic cinema on the consumer and the effects of audiovisual in creating a sense of personal identification among the community.

**Keywords:** cinema; LGBTQIAPN+; sapphic women; patriarchy; capitalism.

### Introdução

As reflexões apresentadas aqui resultam de um projeto de pesquisa realizado ao longo de nove meses nas disciplinas de “Pesquisa Social I e II” da graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob orientação da docente responsável pela disciplina. O trabalho foi dividido em três etapas: construção das bases elementares do projeto, realização de entrevistas com a amostra selecionada e análise e interpretação dos dados. Aqui apresentamos um breve resumo dos resultados encontrados. Trata-se da primeira experiência das autoras com a produção de um artigo científico.

A pesquisa analisa a influência do patriarcado na indústria cinematográfica global desde os anos 2000, seu papel na representação fetichizada de relacionamentos lésbicos, e a maneira com a qual isso impacta a comunidade sáfica como um todo,

<sup>489</sup> Discente na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora

<sup>490</sup> Discente na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora

<sup>491</sup> Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Realização:



Apoio:



considerando seus efeitos na construção de um senso de identificação. A partir de entrevistas com estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora, foi possível apreender as implicações de tal estigmatização nesses indivíduos.

Ao direcionar a atenção às produções que recebem mais visibilidade no cinema contemporâneo, é possível perceber que há uma representatividade restrita e padronizada de mulheres LGBTQIAPN+, majoritariamente brancas, de classe média-alta e enquadradas nos padrões cisheteronormativos. Essa conformidade atende aos interesses da classe dominante, que busca obter o lucro e a manutenção do *status quo*, sustentando-se no patriarcado como mecanismo de exclusão e marginalização social, como discutido por Saffioti (1987, p. 33), ao mencionar que “o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual”, evidenciando a composição predominante da camada dominante.

Como tratado por Adorno e Horkheimer [1944 (1985)] na obra, *Dialética do Esclarecimento*, a “indústria cultural” é responsável por produzir um cinema em série, padronizado e neutro em relação às diversas temáticas existentes na sociedade civil, causando então uma representação completa de estigmas e escassez. Diante disso, o tema se mostra relevante ao Serviço Social, por seu compromisso com o Projeto Ético-Político e com os direitos de pessoas em situação de marginalização, especialmente diante da LGBTfobia. Acreditamos na emancipação política desses grupos e na conquista de espaços de visibilidade no cinema mundial, como uma maneira de garantir que possam ocupar espaços de relevância no cinema mundial, produzindo obras que, de fato, representem suas vivências.

Os procedimentos metodológicos para a realização da investigação foram divididos em duas fases principais: na primeira: realizamos entrevistas com 10 estudantes sáficas da UFJF, selecionadas por meio de divulgação da pesquisa e indicações de pessoas conhecidas. A segunda fase consistiu na análise de filmes de maior bilheteria de 2000 a 2019 que abordassem representações femininas não cisheterossexuais. Essa análise reforçou a predominância de personagens moldadas por uma lógica patriarcal-capitalista, direcionada ao olhar masculino, como analisa Laura Mulvey [1975 (2004)], o que distancia essas produções das vivências reais da comunidade sáfica brasileira.

## **O patriarcado como um mecanismo de dominação do capitalismo**

Primordialmente, é necessário iniciar as discussões sobre as expressões do patriarcado como um mecanismo auxiliar para a perpetuação dos ideais opressores e excludentes do capitalismo. É importante destacar que o patriarcado surgiu bem antes do capitalismo, o que é evidenciado por Engels (1884), em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”. O autor explicita que a dominação de um gênero pelo outro pode ser caracterizada como o momento inicial da submissão de uma classe em virtude de outra: “a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (Engels, 1884, p. 70). Dessa forma, torna-se evidente a marginalização sofrida pelas mulheres desde os primórdios da organização social. Quando o capitalismo entra em cena, apoiado na hierarquia patriarcal, esse fenômeno assume novas formas e toma proporções maiores, sendo intensificado, principalmente, com a divisão sexual do trabalho.

Quando a divisão se estabelece no cenário laboral, frente à uma intensa industrialização da sociedade, as estruturas familiares são igualmente abaladas. Da desconstrução da família camponesa para a criação do modelo de família nuclear burguesa, inaugura-se um novo padrão familiar. Souza (2015) menciona que a segregação entre os trabalhos responsáveis de cada gênero foi um mecanismo constituído pela solidez do patriarcado nesse período, que serviu perfeitamente aos interesses da classe dominante.

Realização:



Apoio:



Além disso, Saffioti (1978) aborda a maneira com a qual as mulheres são exploradas no regime capitalista, destacando as duas principais formas de repressão: no âmbito econômico (através do trabalho), e como indivíduos do sexo/gênero feminino (exploração patriarcal), estando ambas intrinsecamente interligadas e dependendo uma da outra para sustentarem o regime.

Com o capitalismo já consolidado, o corpo feminino se torna um objeto de comercialização e tem sua narrativa social construída em torno da satisfação dos prazeres masculinos. Isso pode ser exemplificado a partir do que Naomi Wolf (1992) desenvolve acerca do “mito da beleza”. A autora promove uma análise acerca da maneira como o desenvolvimento industrial e o avanço da globalização fez com que a imagem da “mulher ideal” se transformasse em uma moeda de troca, com o objetivo único e exclusivo de obtenção de lucros e acumulação de valor. Esclarecemos que a beleza a que Wolf (1992) se refere diz respeito aos padrões sociais considerados como adequados para as mulheres, os quais são responsáveis por projetar na sociedade normas comportamentais inalcançáveis. Qualquer indivíduo que não se identifique com as características brancocêntricas e cisheteronormativas que são vendidas, especialmente pela mídia, é colocado em situação de hostilidade e exclusão social.

Essa abordagem permite dialogar com os dados das entrevistas, nas quais todas as participantes relataram que se sentem deslocadas diante da imposição de uma imagem idealizada da “mulher LGBTQIAPN+”, que não as representa nas telas de cinema. As características mais citadas como um padrão percebido nas protagonistas foram: cabelo liso, corpo magro, branquitude e feminilidade — elementos que obstaculizam a abertura de espaços para a representação da diversidade, de maneira a perpetuar os moldes de exploração de um sexo por outro, analisada por Engels (1884), e a mercantilização do corpo feminino, discutida por Wolf (1992). A dominação masculina, destacada por Saffioti (1978), também se manifesta nesses filmes, onde a presença de um homem entre o casal de mulheres é recorrente, revelando que até mesmo os espaços culturais voltados ao público feminino são atravessados pela lógica falocêntrica.

### **O cinema como um meio de disseminação da ideologia patriarcal-capitalista e seus impactos na comunidade LGBTQIAPN+ feminina**

No modelo societário vigente, patriarcado-capitalista, os corpos femininos são considerados como meros objetos responsáveis por satisfazer os desejos masculinos. Isso, necessariamente, se reflete na cultura audiovisual, uma vez que, assim como todos os aparatos majoritariamente comandados pela classe dominante, o cinema também é considerado um produto do capital e é responsável pelo espraio de seus ideais exploratórios, excludentes e opressores. No processo de análise da amostra de filmes, duas obras destacaram-se por serem grandes reveladoras do caráter patriarcal desse gênero cinematográfico: “Elas me odeiam, mas me querem” (2004) e “Azul é a cor mais quente” (2013) escancaram a urgência de um debate sobre o papel do olhar masculino na produção de filmes queer femininos. Em ambos os casos, é evidente o uso de personagens sáficas como artifício para torná-las objetos de prazer, tanto para o protagonista masculino, no caso do primeiro filme, quanto para o público alvo. Vale citar que as atrizes principais do longa de 2013 denunciaram o diretor da obra por abuso sexual durante a gravação de cenas explícitas.

Isso está relacionado ao que Laura Mulvey [1975 (2004)] caracteriza como a presença do *male gaze* (olhar masculino) na indústria cinematográfica, trabalhando o fato de que o telespectador, majoritariamente, é considerado em uma posição masculina e as figuras femininas são objetificadas, tendo como função principal satisfazer o homem que as assiste. Assim, é atribuída à mulher uma característica de passividade, ao receber significados, e ao homem pertence um caráter ativo, produzindo significados:

Realização:



Apoio:





A mulher, dessa forma, existe na cultura patriarcal, como o significante do outro masculino, presa por uma ordem simbólica na qual o homem pode exprimir suas fantasias e obsessões (...) impondo-as sobre a imagem silenciosa de mulher, ainda presa ao seu lugar de possuidora de significado, e não de produtora de significado (Mulvey, 1975 (2004), p. 438).

Nessa vertente, o debate de bell hooks (2018) em, *O Feminismo é para Todo Mundo: políticas arrebatadoras*, especificamente no capítulo, *Alegria completa: lesbianidade e feminismo*, se faz indispensável, pois nele a autora promove uma análise voltada para o fato de que os meios de comunicação costumam selecionar mulheres que mais se encaixam nos padrões brancocêntricos e heteronormativos para realizar a divulgação de teorias feministas, com o objetivo de perpetuar a satisfação do “olhar masculino” [Mulvey, 1975 (2004)]. Em analogia, assim como a narrativa social das mulheres é construída de modo a preencher os espaços de desejo do homem, as narrativas das personagens LGBTQIAPN+ são moldadas da mesma maneira, através da expressão das convicções dominantes na sociedade. Para exemplificar, dos dezoito filmes analisados, quinze contavam com a presença de protagonistas brancas, dois com mulheres racializadas e um possuía um casal interracial. Além disso, todas as protagonistas dessas obras eram cisgênero, desconsiderando as possibilidades de existência para além da binaridade cis, imposta pela monocultura, negando, como adverte Yussef Campos e Ailton Krenak (2021), expressões do ser *queer*, sendo caracterizada como “a imposição monolítica de um mundo só” (Campos; Krenak, 2021)

Diante disso, é nítida a enorme disparidade entre o que a indústria acredita ser o ideal para ser mostrado, e o que, de fato, é a realidade concreta da grande maioria da população. Durante as entrevistas, quatro mulheres retrataram suas percepções acerca do cinema enquanto produção do imaginário popular sobre a comunidade LGBTQIAPN+ feminina. Acreditam que mulheres LGBTQIAPN+ que não performam feminilidade sofrem com a lesbofobia de maneira potencializada, e uma das principais causas disso é a representação estereotipada dessas mulheres no cinema. Destacamos, por sua importância, a ideia de Judith Butler (1990) acerca das expressões de gênero, afirmando ser uma categoria performativa e que requer repetição, para que seja afirmado:

A ação do gênero requer uma *performance repetida*. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação (Butler, 1990, p. 200).

Esses dados refletem essencialmente a maneira com a qual as produções audiovisuais exercem uma forte influência na construção da percepção das pessoas, tanto sobre si mesmas quanto sobre os outros indivíduos.

Outra constatação relevante para as análises que estamos expondo aqui, diz respeito às reflexões de uma entrevistada negra. Ela observa que quando relacionamentos sáficos inter-raciais são representados no cinema, à mulher negra são designados os papéis de gênero socialmente definidos como masculinos em relacionamentos heterossexuais. Tal visão perpetuada pelo cinema está atravessada, tanto pela heteronormatividade e o sexismo, quanto pelo racismo. Isso reflete e molda a maneira pela qual a sociedade enxerga mulheres negras em relacionamentos lésbicos, colocando-as em um local marginalizado, combinando os efeitos da norma cisheterossexual e do preconceito racial.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que **sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular**” (González, 1984, p. 224, grifo nosso).

Realização:



Apoio:



## O impacto da indústria cinematográfica de massas no consumidor

Para a melhor compreensão da relação das entrevistadas com os filmes que consomem, analisamos a origem em comum desses filmes. Entre as 17 obras, todas eram de origem norte-americana ou europeia. Isso demonstra a forma como a produção e a divulgação de filmes é um privilégio de apenas uma pequena parcela da sociedade, e que, à parcela restante, só resta o papel de consumir.

Para a construção analítica em torno dessa relação de consumo, apoiamo-nos na “Teoria da Dependência”, que se tece em torno da ideia de “subdesenvolvimento” dos países latino-americanos. A noção de dependência elaborada por Ruy Mauro Marini (2005) não deve ser limitada à uma compreensão econômica, uma vez que a cultura também é um espaço fértil para a perpetuação dessa subordinação. Levando isso em conta, é perceptível que essa dependência do Brasil a outros países também chegou pelo e no cinema. Alex Viany (1959, p. 157), afirma que “a raiz de todos os males, em qualquer estudo honesto, é encontrada na crescente penetração dos monopólios estrangeiros, direta ou indiretamente, na estrutura do movimento cinematográfico no Brasil”. Esse cenário perpetua uma valorização do cinema de países imperialistas em detrimento do cinema brasileiro, e isso se reflete na falta de incentivo e divulgação das produções nacionais, tal problemática se potencializa quando se trata do cinema LGBTQIAPN+. Ao serem perguntadas se consumiam o cinema LGBTQIAPN+ feminino, algumas entrevistadas disseram não consumir com frequência devido à dificuldade de acesso a essas obras. Ester (branca, cisgênero, bissexual) disse que começou a assistir esses filmes recentemente, por não saber onde encontrá-los, já que, em sua opinião, falta divulgação. Vitória (branca, cisgênero, lésbica) disse que acredita que a razão para existir uma representação estigmatizada e a baixa divulgação é o pouco financiamento que a maioria dos filmes recebe, combinado ao fato de que quem produz o cinema hegemônico é a classe dominante.

Quando analisamos o cinema que inclui a comunidade de mulheres *queer*, é possível perceber que as produções mais influentes e memoráveis para a amostra de entrevistadas foram as produções norte-americanas e européias. Isso se relaciona com a amostra de filmes analisada, cuja escolha foi baseada na bilheteria, e que também contava apenas com filmes destes dois continentes. Vale apontar que obras sáficas brasileiras não foram citadas pelas entrevistadas. A Teoria da Dependência se torna ainda mais relevante ao discutir sobre cinema, pois percebe-se uma dependência do próprio público consumidor à mídia produzida pelos países centrais.

Adorno e Horkheimer [1944 (1985)] discutem de que forma o uso do cinema como ferramenta do capital impacta o público consumidor. Eles compreendiam que a produção de arte tinha deixado de ser arte e se tornado uma indústria, a “indústria cultural”. “O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade é que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem” (Adorno; Horkheimer, 1944 (1985), p. 57). Os autores afirmam que a “indústria cultural” produz um cinema em série, padronizado e neutro visando atingir todos os públicos possíveis, desenvolvendo obras que não permitem ao espectador a possibilidade de reflexão crítica. Esta forma de fazer cinema busca a criação de uma “cultura global”, mas esta se torna a responsável pelo assassinato da subjetividade cultural. A neutralidade do cinema produzido pela indústria cultural, entretanto, está sempre alinhada a pensamentos conservadores e ideologias dominantes, que não apenas promovem a exclusão e não representação de certos grupos sociais, como também os oprimem e estereotipam. Esse cinema “dilacera a diversidade e obstaculiza a expressão da subjetividade em suas dimensões de gênero, raça, etnia, orientação sexual, entre outras” (Boschetti, 2009, p. 21).

Realização:



Apoio:



## O senso de identificação e a emancipação da comunidade LGBTQIAPN+

Todas as entrevistadas, sem exceção, acreditam que o cinema é essencial para a criação de um senso de identificação enquanto comunidade. Algumas mencionaram a necessidade ainda maior que existe no ato de assistir a uma obra e se sentir representada no momento de descoberta da sexualidade e da criação de identidade, durante a adolescência. Vitória (branca, cisgênero, lésbica) disse que cresceu cercada de mídias heteronormativas e, ao começar a ter acesso à filmes com mulheres LGBTQIAPN+, sua perspectiva sobre si mesma mudou. Disse ainda, que se apoiou no cinema para ter referências de mulheres lésbicas, já que na sua realidade elas não existiam. Ana Carolina (negra, cisgênero, bissexual) disse “(o cinema) faz com que eu não me sinta errada”.

Além disso, o cinema enquanto espaço que acolhe, que ajuda na autoaceitação, que distrai da realidade homofóbica foi outro assunto abordado por todas as entrevistadas. Algumas delas relataram que a importância dessa arte em suas vidas teve relação com o ambiente em que elas cresceram: serem criadas dentro de núcleos familiares cristãos e/ou em cidades pequenas. No entanto, contraditoriamente, o número de entrevistadas que afirmou não se sentir representada por esse cinema também foi alto (7). Isso nos levou, enquanto pesquisadoras, a buscar entender melhor as determinações por trás dessa contradição. A hipótese a qual nós chegamos foi a de que o público cria uma conexão emocional com os filmes, mesmo enxergando suas problemáticas, porque apenas a mera existência de filmes que abordem a temática da homossexualidade feminina já é considerado um grande avanço para a comunidade de mulheres LGBTQ+. Entretanto, deve-se salientar que, tratando-se da indústria cultural, o acolhimento também se torna uma mercadoria. Em um contexto de ascensão neoliberal, o mercado, através do cinema, se apropria de determinadas pautas para se aproximar do público, e assim, disseminar sua propaganda ideológica. Por isso, proporcionalmente aos comentários sobre os aspectos positivos dos filmes, também havia os comentários de descontentamento, principalmente sobre seus padrões de beleza inalcançáveis e excludentes.

Portanto, fez-se necessário realizar uma análise acerca dos impactos da representação estigmatizada na criação de um senso de identificação por parte da comunidade sáfica. A grande parcela que não se sente representada é colocada em uma posição de marginalização na sociedade, especialmente no que diz respeito à validação e representatividade. Para este debate, nos baseamos no que bell hooks (1992) desenvolve em sua obra, *Olhares Negros*. A autora aborda sobre como as mulheres negras se sentiam invisibilizadas no início do processo de integração racial no audiovisual e, ainda, o fato de que elas tinham consciência de que se analisassem os filmes a fundo, iriam se deparar com a representação estereotipada de si mesmas. O mesmo acontece com a representatividade de mulheres LGBTQIAPN+. A fetichização na indústria cinematográfica perpetua um modelo de segregação entre a comunidade, que não desenvolve uma conexão verdadeira com o conteúdo que consome.

Boschetti (2009) argumenta que a saída para essa dinâmica discriminatória é a democratização dos espaços de comunicação. Ela defende e valoriza a luta de grupos marginalizados por esse espaço, pois acredita que é um campo de potencial estratégia política:

Democratizar a comunicação implica reconhecer legal e legitimamente a comunicação como direito humano; criar instrumentos e mecanismos que garantam a socialização da informação sem filtros e vieses ideológicos; desconcentrar o domínio e poder midiático; assegurar a fala e expressão das lutas dos movimentos sociais pela ampliação e materialização de direitos (Boschetti, 2009, p. 22).

Realização:



Apoio:



Laura (branca, cisgênero, lésbica) estuda cinema e disse que sente falta de produções com casais sáficos, então, por ter a possibilidade de criar roteiros, produz o que sempre quis assistir. Disse que isso é uma maneira de “curar sua criança interior”, ou seja, promover essa identificação através de suas próprias obras.

## Conclusão

Após realizarmos todas as etapas da pesquisa, conclui-se que a escassez de uma representatividade legítima está relacionada, primordialmente, à inferiorização das mulheres no regime capitalista-patriarcal. Estando em uma posição de submissão dentro da lógica do capital, o corpo feminino passou a ser mercantilizado pela classe dominante, comandada por homens. O cinema foi rapidamente apropriado pela burguesia como ferramenta para propagandas ideológicas, então, trata-se de uma indústria fundamentada em ideais patriarcais. Ao que diz respeito às mulheres LGBTQIAPN+, a situação é ainda mais extrema, pois aos ideais patriarcais são adicionados ideais homofóbicos e excludentes. O contexto escolhido para a análise dos filmes foi um contexto de ascensão de obras cinematográficas centradas na temática LGBTQIAPN+. Ao realizar a análise desses filmes, confirmamos nossas hipóteses a respeito do papel do olhar falocêntrico, pois percebemos elementos narrativos fetichistas, excludentes, estereotipados e preconceituosos.

Para compreender como essa representação estigmatizada impacta a comunidade sáfica, recorreremos ao uso de entrevistas, que também foi extremamente satisfatório no sentido de confirmação de nossas hipóteses iniciais. O assunto da falta de representatividade - ou uma representatividade problemática - foi unanimemente abordado pelas mulheres entrevistadas como seu principal incômodo com o cinema LGBTQIAPN+ feminino. Elas afirmaram que se sentem desconfortáveis com a disseminação de padrões de beleza, além de relatarem um incômodo por não se adequarem à eles. Relacionando os relatos das entrevistadas com nossas referências teóricas, pudemos entender que a posição da nossa amostra enquanto mulheres brasileiras potencializou esse incômodo, levando em conta que os filmes também buscam emular um modo de vida do norte global, oposto à realidade concreta brasileira.

Por fim, concluímos que a saída para um cinema que violenta e exclui a comunidade LGBTQIAPN+, é justamente que a comunidade se aproprie de espaços midiáticos, produza suas próprias histórias, como uma forma de emancipação do regime patriarcal-capitalista. Por isso, a democratização desses espaços é essencial.

## Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 [1944].

BOSCHETTI, Ivanete. Prefácio. In: SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (org.). **Mídia, questão social e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CAMPOS, Yussef; KRENAK, Ailton. **Lugares de origem**. São Paulo, Jandaíra, 2021.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984

Realização:



Apoio:



GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, ANPOCS, p. 223-244, 1984. Disponível em: <[https://presencial.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1195135/mod\\_resource/content/0/Artigo%20Gonzales%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira.pdf](https://presencial.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1195135/mod_resource/content/0/Artigo%20Gonzales%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira.pdf)>. Acesso em: 09 mar. 2025.

hooks, bell. **Olhares negros**. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI Roberta; MARINI, Ruy Mauro (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Página Aberta, 1992.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Novas Direções, 1977.

MULVEY, Laura. **Prazer visual e cinema narrativo**. Rio de Janeiro: Record, [1975] 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**, Brasília, ano 15, n. 30, p. 475-494, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/10969/8406>>. Acesso em: 09 mar. 2025.

VIANY, Alex. **Introdução ao cinema brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1959.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Realização:



Apoio:





## **LEIS QUE LIBERTAM, ESTRUTURAS QUE OPRIMEM: considerações sobre o pacto da branquitude no Brasil**

Maria Julia Batista de Oliveira Reis<sup>492</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa criticamente as leis abolicionistas brasileiras à luz do pacto narcísico da branquitude, evidenciando como o direito foi utilizado para manter privilégios raciais e estruturas de poder herdadas do período escravocrata. A partir de uma revisão bibliográfica fundamentada em autoras e autores como Maria Aparecida Bento, Clóvis Moura e Lélia Gonzalez, demonstra-se a permanência do racismo estrutural no Brasil contemporâneo e a ausência de políticas de reparação no pós-abolição. A pesquisa aponta para a seletividade jurídica e a omissão estatal como elementos centrais na reprodução das desigualdades raciais.

**Palavras-chave:** Branquitude; Racismo estrutural; Leis abolicionistas; Pós-abolição.

**Abstract:** This article critically analyzes Brazilian abolitionist laws through the lens of the narcissistic pact of whiteness, showing how legal structures were used to maintain racial privileges and power inherited from slavery. Based on a bibliographic review grounded in authors such as Maria Aparecida Bento, Clóvis Moura, and Lélia Gonzalez, the study demonstrates the persistence of structural racism in contemporary Brazil and the lack of reparative policies in the post-abolition era. The research highlights legal selectivity and state omission as central elements in the reproduction of racial inequalities.

**Keywords:** Whiteness; Structural racism; Abolitionist laws; Post-abolition.

### **Introdução**

A produção acadêmica sobre o período colonial brasileiro é vasta e complexa, variando entre interpretações que priorizam a visão do colonizador e aquelas que, historicamente marginalizadas, abordam criticamente a formação social do país sob a ótica dos colonizados. Essas narrativas demonstram que o conhecimento é profundamente moldado por fatores como território, cor, etnia e gênero, atravessados por processos históricos e culturais que configuram as relações sociais.

O regime escravista estabelecido no Brasil durante o período colonial não apenas foi a base da economia luso-brasileira, como também conformou estruturas sociais, políticas e culturais que seguem influenciando a sociedade atual. Essa permanência torna-se ainda mais evidente quando se observam os indicadores sociais. A escravidão africana, ao ser institucionalizada, deu origem a um sistema que desumanizou pessoas negras, organizou o trabalho sob uma lógica de exploração e consolidou uma estrutura opressiva cujos efeitos persistem na profunda desigualdade social que marca o Brasil contemporâneo.

Este artigo apresenta pressupostos críticos que relacionam a falta de efetividade das leis abolicionistas ao pacto narcísico da branquitude. Tendo em vista que as leis do processo abolicionista, como a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea (1888), foram construídas sob uma lógica de concessão e não de

---

<sup>492</sup> Assistente social, mestra em Geografia e doutoranda em Serviço Social pela PUC-Rio. E-mail: mariajuliareissocial@gmail.com

Realização:



Apoio:



reparação, a abolição se deu de forma incompleta e sem compromissos concretos com a inclusão social da população negra.

A tese do pacto narcísico da branquitude, formulada por autores como Maria Aparecida Bento, ajuda a compreender como as elites brancas brasileiras, ao se reconhecerem como portadoras da normalidade e da racionalidade, sustentaram um sistema excludente que naturaliza privilégios e silencia os efeitos da escravidão. Assim, o racismo estrutural se fortalece na omissão estatal e na manutenção de uma ordem social que continua a marginalizar os descendentes de africanos, negando-lhes acesso pleno aos direitos, à cidadania e à memória histórica.

Este artigo também evidencia que a branquitude historicamente ocupou um lugar de privilégio e impunidade, sendo não apenas beneficiária, mas também agente ativa na criação e manipulação de dispositivos legais que asseguram seus interesses e mantêm suas estruturas de poder. Tal dinâmica revela um padrão persistente de seletividade jurídica e racial, em que a lei opera de forma desigual, frequentemente sendo aplicada com rigor à população negra e com condescendência à branquitude.

Essa constatação abre caminhos para a problematização das experiências contemporâneas de descendentes de pessoas escravizadas, marcadas pela continuidade do racismo institucional e da desigualdade no acesso à justiça, e a dos descendentes dos colonizadores, sujeito fundamental para manutenção do pacto narciso da branquitude.

Do ponto de vista metodológico, este artigo fundamenta-se em uma análise bibliográfica crítica, ancorada em autores e autoras que problematizam as heranças coloniais e os efeitos persistentes da escravidão na formação social brasileira. A metodologia adotada busca articular o debate teórico com a análise de fontes históricas, legislações abolicionistas e dados estatísticos, examinando como a branquitude, enquanto estrutura de poder, se beneficiou da omissão do Estado e da seletividade jurídica. As obras de referência incluem Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Maria Aparecida Bento, Sueli Carneiro, Abdias do Nascimento e Achille Mbembe, entre outros, cujas contribuições foram essenciais para compreender os mecanismos que naturalizam privilégios e perpetuam desigualdades raciais.

## Considerações metodológicas

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, crítica e situada, fundamentada nos referenciais dos estudos antirracistas e decoloniais. Parte-se do entendimento de que o conhecimento é atravessado por relações históricas de poder, e que a produção acadêmica sobre o processo abolicionista no Brasil requer o deslocamento do olhar eurocentrado para narrativas comprometidas com a denúncia da colonialidade e da branquitude como estruturas que organizam a sociedade brasileira.

A investigação articula análise documental e revisão bibliográfica crítica, com ênfase em legislações abolicionistas, como a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea (1888), e suas formulações jurídicas e políticas. Essas fontes são examinadas a partir das contribuições de autoras como Maria Aparecida Bento (2002), cuja noção de pacto narcísico da branquitude oferece uma chave interpretativa para compreender os mecanismos de seletividade legal e a manutenção de privilégios racializados ao longo do tempo.

A análise é ainda sustentada por dados históricos e estatísticos, como o Censo do Império de 1872 e o repositório do projeto *Slave Voyages*, que contribuem para evidenciar as continuidades entre o regime escravocrata e as estruturas contemporâneas de exclusão. Nesse percurso, autores como Clóvis Moura (1988) e Lélia Gonzalez (1988) são mobilizados para romper com a linearidade das narrativas oficiais e valorizar a agência histórica da população negra. Adota-se, também, a crítica de Sueli Carneiro (2003) ao *epistemicídio* enquanto processo sistemático de

Realização:



Apoio:



apagamento das produções intelectuais negras, reafirmando a necessidade de construir leituras contra hegemônicas sobre o direito, a história e a política no Brasil.

Mais do que descrever normas jurídicas, esta metodologia busca desvelar como os discursos legais operaram, e seguem operando, como dispositivos de legitimação da desigualdade racial, articulando exclusão, silenciamento e manutenção da ordem colonial sob novas roupagens. Trata-se, portanto, de uma proposta analítica que combina rigor teórico com engajamento político e ético.

## **A política da escravidão**

A impunidade em casos envolvendo trabalho análogo à escravidão, como as denúncias envolvendo o cantor Leonardo, ou violências recreativas e até homicídios praticados por indivíduos brancos, como no caso de Bruno Krupp, ilustram como o sistema penal brasileiro segue operando com base em um pacto de proteção racial, em que o pertencimento à branquitude funciona como escudo contra a responsabilização legal. Trata-se, portanto, de um legado do colonialismo e do racismo estrutural, que naturaliza privilégios e fragiliza os mecanismos de reparação histórica.

Para Tiago Rogero (s/d) instituiu-se uma política da escravidão, um pacto para manutenção de riquezas privadas e crescimento econômico em torno do tráfico negreiro, da mão de obra escravizada e da evolução para o trabalho precário/decente. Havia uma população não escravizada, que englobava pessoas civis, comerciantes, médicos, até juristas e políticos, todos estavam, de alguma forma, envolvidos na lógica escravocrata, seja como proprietários diretos de pessoas escravizadas ou como beneficiários do sistema.

A mão de obra escravizada estava presente em diversas esferas da vida cotidiana dessas elites, atuando não apenas nas lavouras ou nas atividades produtivas, mas também nos serviços domésticos, nas funções urbanas e nos cuidados pessoais. O trabalho forçado, não remunerado, serviu como um poderoso mecanismo de transferência de privilégios, garantindo conforto, ascensão econômica e distinção social àqueles que dele se beneficiaram. Esse processo histórico desmente o mito da meritocracia, ao revelar que posições de prestígio foram conquistadas e mantidas com base em um sistema profundamente desigual e excludente, que negava direitos e oportunidades à grande maioria da população.

A primeira lei que regulou o tráfico de africanos no Brasil foi promulgada em 7 de novembro de 1831, após 331 anos de escravidão no Brasil. Conhecida como Lei Feijó, ela declarava livres todos os africanos escravizados que desembarcassem no território brasileiro a partir daquela data e previa penalidades para os responsáveis pela sua importação. No entanto, essa lei enfrentou grande resistência para ser implementada, uma vez que a mão de obra escravizada africana sustentava todos os setores da economia, inclusive a economia nacional (Rogero, s/d).

Durante os quatro anos seguintes à sua promulgação, a Lei Feijó apresentou impactos significativos na redução do tráfico atlântico de africanos. Contudo, a partir de 1835, o tráfico clandestino voltou a se intensificar nos portos brasileiros, enfraquecendo os efeitos da legislação. Nesse contexto, os irmãos Joaquim de Souza Breves e João de Souza Breves expandiram consideravelmente suas fortunas, evidenciando uma característica histórica que ainda marca o Brasil contemporâneo: a exploração da condição humana por meio da expropriação do trabalho, seja na forma escravizada de outrora ou sob modalidades atuais de precarização, como o trabalho intermitente. Esta lei ficou conhecida popularmente como uma lei “para inglês ver”.

Até mesmo o autor da lei, sugeriu posteriormente sua revogação, considerando a conjuntura política e econômica da escravidão no país. Segundo Rogero (s/d), o Marquês de Barbacena se posicionou contra a aplicação da própria norma, argumentando ser inadmissível que “proprietários tranquilos”, chefes de família,

Realização:



Apoio:



peças consideradas virtuosas e industriais, fossem criminalizadas por participarem do tráfico de africanos.

Somente em 1850, com a promulgação da Lei nº 581, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, o Brasil passou a adotar medidas mais eficazes para a repressão ao tráfico transatlântico de africanos. Ainda assim, nesse mesmo ano, o Cais do Valongo, localizado na cidade do Rio de Janeiro (fundada em 1565 por Estácio de Sá), permaneceu como principal ponto de desembarque de africanos escravizados no país, mantendo uma lógica comercial que causava perplexidade moral entre observadores de outras nações (Santos, 2012).

A tabela a seguir, extraída do banco de dados do Slave Voyages (Tabela 1), ilustra a quantidade de escravizados trazidos para diferentes destinos ao longo dos períodos de maior auge do comércio transatlântico:

**Tabela 1 - Embarque e desembarque de africanos na diáspora (1830 - 1856)**

| Embarque e desembarque de africanos na diáspora (1830 - 1856) |                                             |                                       |                            |                                             |                                       |
|---------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|---------------------------------------|----------------------------|---------------------------------------------|---------------------------------------|
| Ano                                                           | Africanos embarcados no continente africano | Africanos que desembarcaram no Brasil | Ano                        | Africanos embarcados no continente africano | Africanos que desembarcaram no Brasil |
| 1830                                                          | 57.893                                      | 51.624                                | 1842                       | 31.084                                      | 27.347                                |
| 1831                                                          | 6.813                                       | 5.877                                 | 1843                       | 45.025                                      | 36.320                                |
| 1832                                                          | 11.249                                      | 9.398                                 | 1844                       | 36.510                                      | 30.185                                |
| 1833                                                          | 16.548                                      | 13.450                                | 1845                       | 28.832                                      | 23.796                                |
| 1834                                                          | 23.305                                      | 18.904                                | 1846                       | 66.191                                      | 54.238                                |
| 1835                                                          | 46.529                                      | 37.522                                | 1847                       | 80.156                                      | 65.654                                |
| 1836                                                          | 70.784                                      | 57.115                                | 1848                       | 81.241                                      | 66.336                                |
| 1837                                                          | 76.951                                      | 61.021                                | 1849                       | 74.150                                      | 60.682                                |
| 1838                                                          | 70.883                                      | 57.209                                | 1850                       | 41.004                                      | 34.239                                |
| 1839                                                          | 72.697                                      | 58.967                                | 1851                       | 7.555                                       | 6.014                                 |
| 1840                                                          | 43.067                                      | 37.930                                | 1852                       | 1.234                                       | 984                                   |
| 1841                                                          | 32.889                                      | 28.701                                | 1856                       | 520                                         | 320                                   |
| Total Embarcados: 493.502                                     |                                             |                                       | Total Desembarque: 406.115 |                                             |                                       |

Fonte: Slave Voyages

Mesmo após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, o Brasil manteve o tráfico de pessoas escravizadas por mais seis anos. Devido à natureza ilegal e clandestina dessa prática, não é possível estimar com precisão o número real de indivíduos traficados nesse período. O sentimento de impunidade das elites econômicas e políticas sempre prevaleceu sobre as penalidades previstas pelo sistema jurídico brasileiro.

Numa tentativa de mensurar o comércio ilegal de escravizados africanos, o banco de dados do *Slave Voyages* descreve que as decisões políticas sempre viabilizaram o tráfico de escravizados: não apenas por meio de leis e regulamentações

Realização:



Apoio:



que facilitavam ou incentivavam a prática, mas também pela criação de estruturas econômicas e comerciais que dependiam desse fluxo de perversidades.

As potências coloniais europeias, assim como as elites locais nas Américas, estavam profundamente comprometidas em garantir a continuidade do tráfico devido aos lucros gerados. Mesmo quando começaram a surgir pressões internacionais para a abolição do comércio, muitos governos e instituições financeiras buscaram maneiras de driblar essas proibições, mantendo o tráfico vivo por meios clandestinos.

A legislação colonial, as políticas de concessão de monopólios comerciais e os acordos bilaterais entre as metrópoles e as colônias foram fundamentais para sustentar o tráfico de escravizados ao longo dos séculos. Esses fatores históricos mostram como as decisões políticas moldaram o desenvolvimento do tráfico de escravizados, não apenas em termos de quantidade de pessoas traficadas, mas também em termos de como essa prática era integrada ao sistema econômico e social da época.

Em 1871, foi sancionada a Lei do Ventre Livre, que determinava que nenhuma criança nasceria mais na condição de escravizada. Ou seja, as mulheres escravizadas passariam a dar à luz apenas filhos livres. Na época, muitos senhores de escravizados defenderam a ideia de receber ressarcimento financeiro do Estado como compensação pelos supostos prejuízos causados pela nova legislação. A lei estabeleceu que:

Os ditos filhos menores ficarão em poder ou sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade com a presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se consideravam extintos no fim de 30 anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquele em que o menor chegar à idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor (Brasil, 1871).

A Lei do Ventre Livre também previa a criação de um pecúlio, uma espécie de fundo individual, para cada criança nascida livre, a ser utilizado em sua emancipação. Contudo, assim como outras legislações abolicionistas, essa medida foi amplamente desrespeitada. Segundo Rogero (s/d), cerca de 95% dos senhores optaram por manter os serviços dos menores até os 21 anos de idade, buscando lucrar por mais de duas décadas com o trabalho infantil e juvenil.

Diante disso, observou-se um crescimento significativo do movimento abolicionista no Brasil, especialmente porque diversas nações já haviam abolido a escravidão. Como observa Alonso (2014, p. 122, apud Drescher, 2009, p. 372):

mudanças estruturais compeliram ao abandono do escravismo em favor do trabalho livre, compatível com as formas capitalistas de produção que se disseminavam e com a expansão de mercados consumidores, mas cada país o fez no seu ritmo e ao seu modo

Nesse contexto, instituiu-se uma política de incentivo à imigração europeia, articulada ao fim do tráfico atlântico de escravizados, que provocou uma inversão nos fluxos populacionais entre o campo e a cidade. Antes de 1850, a população era atraída para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades e salários. Com o aumento da concorrência no mercado de trabalho e a consequente queda dos salários, muitos senhores de escravizados passaram a vendê-los para áreas rurais e periféricas. Por volta de 1870, com a expansão das zonas cafeeiras, esse movimento de deslocamento se consolidou (Alencastro, 1988).

Realização:



Apoio:





## Retratos estatísticos do racismo: recenseamento de 1872

O primeiro censo oficial do Brasil foi realizado em 1872, durante o Império, no reinado de Dom Pedro II. No que se refere às especificidades da população negra no país, os dados do *Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872* revelam que 99% da população escravizada era analfabeta. Entre os negros livres, apenas 23% sabiam ler e escrever, enquanto os demais 77% compunham o contingente de analfabetos do país.

Os registros referentes a crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos também refletem a exclusão educacional da população africana, tanto livre quanto escravizada. A Diretoria Geral de Estatísticas não apresentou dados específicos sobre a escolaridade da população escravizada, o que, por si só, já revela uma invisibilização institucionalizada. Quanto à frequência escolar, os números apontam que apenas 17% dos meninos e 11% das meninas frequentavam a escola nesse período (Mariani *et al.*, 2017).

O *Recenseamento de 1872* (Tabela 2) também registrou os principais setores de ocupação da população negra na diáspora africana. Muitos indivíduos já haviam conquistado sua liberdade e estavam inseridos em diversas atividades econômicas. Esses dados evidenciam que, apesar das severas restrições impostas pelo sistema escravocrata, os trabalhadores negros, livres ou escravizados, já protagonizavam formas de resistência e luta por inserção social, ainda que enfrentassem caminhos especialmente árduos.

**Tabela 2 - Ocupação profissional de africanos da corte 1872**

| Categorias                                  |                                         | Livres | Escravizados | Total: |
|---------------------------------------------|-----------------------------------------|--------|--------------|--------|
| Profissionais Liberais (5,35)               | Religiosos                              | 264    | 0            | 264    |
|                                             | Juristas                                | 625    | 0            | 625    |
|                                             | Médicos                                 | 394    | 0            | 394    |
|                                             | Cirurgiões                              | 44     | 0            | 44     |
|                                             | Farmacêuticos                           | 369    | 0            | 369    |
|                                             | Parteiras                               | 54     | 0            | 54     |
|                                             | Professores                             | 897    | 0            | 897    |
|                                             | Empregados Públicos                     | 2.351  | 0            | 2.351  |
|                                             | Artistas                                | 8.930  | 498          | 9.428  |
| Militares (2,0 %)                           |                                         | 5.474  | 0            | 5.474  |
| Marítimos (2,9 %)                           |                                         | 7.512  | 527          | 8.039  |
| Pescadores (0,4%)                           |                                         | 1.042  | 174          | 1.216  |
| Capitalista e Proprietários (0,7 %)         |                                         | 2.007  | 0            | 2.007  |
| Profissões industriais e comerciais (8,8 %) | Manufatureiros e fabricantes            | 822    | 0            | 822    |
|                                             | Comerciantes, guarda livros e caixeiros | 10.208 | 0            | 10.208 |

Realização:



Apoio:



|                                         |             |                                                |         |        |         |
|-----------------------------------------|-------------|------------------------------------------------|---------|--------|---------|
| Profissões Manuais e Mecânicas (10,8 %) | Costureiras |                                                | 10.208  | 1.384  | 11.592  |
|                                         | Operários   | Canteiros, calceteiros, mineiros, cavouqueiros | 863     | 65     | 928     |
|                                         |             | Em metais                                      | 2.711   | 276    | 2.987   |
|                                         |             | Em madeiras                                    | 5.230   | 690    | 5.920   |
|                                         |             | Em tecidos                                     | 14      | 0      | 14      |
|                                         |             | Em edificações                                 | 2.142   | 596    | 2.738   |
|                                         |             | Em couros e peles                              | 425     | 54     | 479     |
|                                         |             | Em tinturaria                                  | 8       | 0      | 8       |
|                                         |             | Em vestuários                                  | 2.287   | 232    | 2.519   |
|                                         |             | Em chapéus                                     | 464     | 34     | 498     |
|                                         |             | Em calçados                                    | 1.812   | 188    | 2.000   |
| Profissões agrícolas (6,2 %)            |             | Lavradores                                     | 11.326  | 5.695  | 17.021  |
|                                         |             | Criadores                                      | 0       | 0      | 0       |
| Pessoas assalariadas (29,4 %)           |             | Criados e jornaleiros                          | 19.901  | 5.785  | 25.686  |
|                                         |             | Serviços domésticos                            | 32.169  | 22.842 | 55.011  |
|                                         |             | Sem profissão (33,5 %)                         | 82.207  | 9.899  | 92.109  |
| Total:                                  |             |                                                | 226.033 | 48.939 | 274.972 |

Fonte: Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872.

Os dados apresentados revelam uma profunda discrepância na inserção de africanos nos diferentes setores profissionais. Mesmo entre os negros livres, o número de indivíduos ocupando cargos nas chamadas profissões liberais ou exercendo a função de proprietários era extremamente reduzido quando comparado àqueles que atuavam como comerciantes, costureiras, operários, lavradores, jornaleiros e, sobretudo, nos serviços domésticos, este último representando o setor com maior concentração de negros livres e escravizados.

Outro dado que chama atenção refere-se ao elevado percentual de indivíduos que constavam como “sem profissão”, condição que abrangia tanto livres quanto escravizados, e que representava cerca de 33% da população africana no período. Essa ausência de registro profissional pode estar relacionada a fatores como o analfabetismo, a informalidade das ocupações exercidas ou a própria negligência do Estado em reconhecer o trabalho desenvolvido por essa parcela da população.

Por outro lado, é importante destacar que, mesmo diante de um contexto de exclusão social e institucional, havia um número significativo de trabalhadores negros que, tendo conquistado sua liberdade, já atuavam de forma autônoma em profissões consideradas socialmente prestigiadas, o que demonstra não apenas resistência, mas também capacidade de organização e ascensão, mesmo em condições adversas.

Tanto a Lei do Ventre Livre (1871) quanto a Lei nº 3.270/1885, conhecida como Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotegipe, inspiraram-se na Lei Moret (1870), promulgada na Espanha, e na Lei do Escravo Fugitivo dos Estados Unidos. A Lei dos

Realização:



Apoio:



Sexagenários concedia liberdade apenas aos escravizados com mais de 60 anos, uma faixa etária que, no contexto da escravidão brasileira, já não representava força de trabalho ativa. Isso porque, segundo estimativas da época, a expectativa de vida das pessoas africanas escravizadas era de aproximadamente 30 anos. Na prática, portanto, tratava-se de uma manobra legislativa com efeitos limitados, que pouco interferiu na estrutura escravocrata vigente.

Com a promulgação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, teve início uma política de embranquecimento da população brasileira, incentivada por meio da abertura para a imigração europeia. A proposta era deslegitimar social e economicamente a população negra recém-liberta, justificando assim as políticas públicas voltadas ao incentivo da imigração branca. Como aponta Souza (1983), o modo de existência do indivíduo negro foi reconstruído sob a ótica do Ocidente, reforçando uma lógica de negação da sua identidade e de inferiorização de seus saberes e culturas.

No pós-abolição, foram implementados mecanismos institucionais que dificultaram o acesso da população negra à terra e à propriedade. A legislação referente às terras devolutas, por exemplo, privilegiava indivíduos que se enquadravam no padrão branco, livre e católico, excluindo africanos, indígenas e mestiços, ainda que libertos, da possibilidade de legalizar suas posses ou acessar terras públicas. Essa exclusão fundiária estruturou o processo de formação das cidades brasileiras e ainda impacta gerações de famílias negras, privadas de moradia digna e de serviços básicos. Como afirma Clóvis Moura (1988), “O Brasil fez a Independência sem abolir o trabalho escravo e fez a Abolição sem acabar com o latifúndio”.

Em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca liderou o movimento militar que depôs o imperador Dom Pedro II, proclamando provisoriamente a República. Como registra o Decreto de 1889: “Fica proclamada provisoriamente e decretada como a forma de governo da Nação Brasileira, a República Federativa” (BRASIL, 1889). Dois anos depois, foi promulgada a primeira Constituição da República, que estabeleceu, entre outras medidas, a separação entre Estado e Igreja.

Entretanto, mesmo com o fim legal da escravidão, o Brasil adotou decisões políticas que perpetuaram o racismo como elemento estrutural da sociedade. A hierarquização racial foi essencial para manter os indivíduos negros em condição de subalternidade. A ausência de políticas reparatórias, o não acesso a serviços e oportunidades, e a marginalização social ainda hoje marcam as trajetórias de grande parte da população trabalhadora, majoritariamente racializada.

Para Behring e Boschetti (2011, p. 72), o processo de colonização entre os séculos XVI e XIX foi funcional à acumulação originária de capital nos países centrais. Segundo as autoras, os períodos imperial e republicano não romperam essa lógica, apenas transformaram historicamente as formas de subordinação e dependência ao mercado mundial.

De forma semelhante, Ianni (1989) argumenta que o escravismo deixou marcas profundas e deletérias na cultura, nos valores, na ética e até mesmo nas aspirações de futuro do país. As condições precárias de trabalho, as relações sociais hierarquizadas e a constante desqualificação do trabalhador são expressões de uma herança escravocrata que ainda estrutura a lógica capitalista no Brasil contemporâneo.

## Considerações finais

As evidências apresentadas ao longo deste trabalho reforçam a tese de que a abolição da escravidão no Brasil foi um processo inconcluso, marcado por concessões jurídicas que atenderam aos interesses da branquitude e das elites econômicas, e não por um compromisso real com a justiça social. As leis abolicionistas foram formuladas de modo a preservar a estrutura escravocrata sob novas roupagens, mantendo a população negra em condição de subalternidade. A omissão do Estado e a ausência de

Realização:



Apoio:



mecanismos efetivos de reparação configuram a continuidade de um pacto racial silencioso, no qual a liberdade formal não se traduziu em cidadania plena.

Diante disso, torna-se urgente a formulação de políticas públicas de reparação que considerem o legado escravocrata e sua permanência nas estruturas sociais, econômicas e jurídicas brasileiras. A revisão crítica da memória histórica nacional é fundamental para romper com a narrativa única que silencia ou distorce as lutas negras por liberdade e apresenta a formação social brasileira exclusivamente sob a ótica do colonizador. É preciso reconhecer que o racismo não é um desvio do projeto de nação, mas um de seus alicerces. Assim, políticas de ações afirmativas, reforma agrária, inclusão econômica e valorização das culturas afro-brasileiras devem ser ampliadas e consolidadas.

Nesse contexto, o Serviço Social, como profissão historicamente comprometida com os direitos humanos, a equidade e a emancipação das classes subalternizadas, assume papel estratégico na denúncia das expressões do racismo estrutural e na defesa de políticas reparatórias. Para tanto, é fundamental que a formação antirracista, prevista na Lei nº 10.639/2003 e ampliada pela Lei nº 11.645/2008, seja fortalecida não apenas na educação básica, mas também no ensino superior, fortalecendo a autonomia e o compromisso dos profissionais com a mitigação do racismo. Somente por meio de uma educação crítica e engajada será possível construir um projeto de país verdadeiramente democrático, inclusivo e anticolonial.

Diante das reflexões propostas, este trabalho se insere no eixo temático “Questão social, direitos humanos e diversidade: raça, etnia, gênero e sexualidade”, ao contribuir com a análise crítica das expressões contemporâneas do racismo estrutural no Brasil. A abordagem adotada dialoga diretamente com os desafios ético-políticos enfrentados pelo Serviço Social, especialmente no que diz respeito à luta por equidade racial, à garantia de direitos e à superação das desigualdades historicamente produzidas. Compreender os efeitos duradouros da escravidão nas instituições e políticas sociais brasileiras é essencial para a atuação profissional comprometida com a justiça social, a emancipação humana e a transformação das estruturas de opressão racial.

## Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868–1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivete. **Política social**: fundamentos e história. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENTO, Maria Aparecida. O pacto narcísico da branquitude no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1353–1361, nov./dez. 2002.

BRASIL. **Lei n.º 2.040**, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem no Império a partir da data da lei. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 1**, de 15 de novembro de 1889. Proclama provisoriamente a República Federativa. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 8 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2003. 339f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 455–462.

IANNI, Octavio. **A formação do estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

MARIANI, Ricardo *et al.* Censo demográfico de 1872: contribuições para a compreensão da exclusão da população negra na educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 17, n. 1, p. 157–186, 2017.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. (Trad. Marta Lança). São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. O quilombo: resistência ao escravismo. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 91–107, 1985.

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil (1826–1865)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ROGERO, Tiago. **Projeto Querino**. Podcast e reportagens especiais. [s/l]; [s/d]. Disponível em: <<https://www.projetoquerino.com.br>>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SANTOS, Lília. Valongo: o maior porto escravagista das Américas. **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: UFMG, 1983.

SLAVE VOYAGES. **The trans-atlantic slave trade database**. [s/l]; [s/d]; [n/p]. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org>>. Acesso em: 8 jul. 2025.

BISPO, Nego. Colonialismo e racismo religioso: o mito da democracia racial. **Revista Pensata**, Guarulhos, v. 10, n. 1, p. 15–30, 2021.

Realização:



Apoio:





## Reflexões sobre a perpetuação de mulheres negras na precariedade do trabalho

Fernanda Picinin Moreira<sup>493</sup>  
Joseane Fernandes Reis<sup>494</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo central problematizar as condições de precarização do trabalho de mulheres negras, a partir das determinações estruturais de raça, gênero e classe que operam na sociedade capitalista, racista e patriarcal brasileira. Ancorada no método materialista histórico-dialético, busca apreender a essência do objeto, na análise da funcionalidade das opressões que atravessam a vida dessas mulheres.

**Palavras-chaves:** Mulheres negras, precarização do trabalho, racismo estrutural, feminismo negro, capitalismo

**Abstract:** This article aims to critically examine the precarious working conditions of black women, based on the structural determinations of race, gender, and class that operate within the capitalist, racist, and patriarchal Brazilian society. Grounded in the historical-dialectical materialist method, the study seeks to grasp the essence of the object beyond its phenomenal appearance, analyzing the oppressions that permeate the lives of these women and perpetuate their condition of precariousness. **Keywords:** Black women, labor precarization, structural racism, black feminism, capitalism

### Introdução

A formação social brasileira está enraizada em uma estrutura marcada pela violência colonial, pelo racismo e pelo patriarcado. As marcas da escravidão, longe de terem sido superadas com a abolição, foram ressignificadas em novas formas de exclusão, especialmente para as mulheres negras, historicamente alocadas nos espaços mais precarizados do trabalho e da vida social. Como aponta Conceição Evaristo (2022), há um “passado que não passou”, que segue presente nas relações sociais e econômicas brasileiras.

A transição do trabalho escravizado para o trabalho livre não rompeu com as bases opressoras do sistema anterior. Ao contrário, integrou-as funcionalmente à lógica do capital, mantendo a população negra — em especial as mulheres — à margem do mercado formal e dos direitos sociais. Assim, a sociedade capitalista brasileira se constituiu como um sistema classista, racista e patriarcal.

Com base nas contribuições do feminismo negro e do materialismo histórico, este artigo propõe uma análise crítica sobre a posição das mulheres negras no mundo do trabalho, evidenciando como a divisão sexual e racial do trabalho atualiza a colonialidade em tempos modernos. Trata-se de compreender as formas de opressão e exploração como estruturais e entrelaçadas, e o feminismo negro como ferramenta teórica e política fundamental para a denúncia e superação dessas violências.

### As mulheres negras na formação da classe trabalhadora brasileira

<sup>493</sup> Assistente social e professora e orientadora na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. E-mail: fernandapicinin@hotmail.com

<sup>494</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: joseane.fernandes@estudante.ufjf.br

Realização:



Apoio:



O resgate do período colonial e de suas manifestações, contribui a pensar sobre as marcas de um passado violento, que trabalhou fortemente para a não inserção de pessoas negras na sociedade construída após o fim do período escravocrata, ou melhor, na sua inserção pautada no apagamento cultural, social e econômico. Tal sociedade segue semeando, durante a longa trajetória superior a dois séculos da assinatura da Lei Áurea, diferentes formas de exclusão racial e de gênero conectadas ao processo inicial de violência colonial. Como nos sinaliza Conceição Evaristo:

para os brasileiros, notadamente os afro-brasileiros e os povos indígenas, donos primeiros das Terras Brasis, a compreensão da nossa história inclui a busca do que não foi escrito, do que foi ocultado ou da história subterrânea, que ainda precisa ser explicitada. Há um passado presente que precisa ser desvendado sobre os processos de colonização e de escravização que estruturam a nação brasileira. Reafirmamos que há um passado que não passou (Evaristo, 2022, n/p).

Assim, analisando os aspectos de exclusão de mulheres negras durante a formação da classe trabalhadora brasileira, e, portanto, seu direcionamento estrutural para atividades laborais precarizadas, como atividades braçais, insalubres e informais, é essencial compreender a relação entre esse passado e o presente que conversam e se perpetuam na sociedade capitalista, mantendo mulheres negras à margem. Recorre-se assim, a estudos voltados para a compreensão da formação das classes sociais brasileiras e da subalternização de determinados grupos que constitui o processo de formação do capitalismo dependente.

Um ponto importante para a análise acerca do mundo do trabalho diz respeito ao movimento dialético de instauração de uma sociedade de classes no contexto brasileiro. Nesse cenário, a necessidade do desenvolvimento do capital se choca com o sistema escravocrata brasileiro, levando a transformações no cenário social, cultural, político e econômico, “a força de trabalho escravizada passou a ser entrave à medida que a industrialização demandava cada vez mais um mercado consumidor” (Cisne; Santos, 2018, p. 98), gerando assim, a necessidade da abolição da escravatura para a criação de uma classe trabalhadora ativa.

As bases que estruturam a formação social brasileira, herdadas do colonialismo na América Latina e da relação com o imperialismo inglês e norte-americano, foram essenciais para erguer uma nova economia brasileira pautada na dependência econômica de países centrais, no desenvolvimento industrial e na manutenção das bases coloniais, portanto, na reprodução social do arcaico x moderno (Fernandes, 2009).

Todavia, a inovação incrusta-se em uma realidade socioeconômica que não se transformou ou que só se transformou superficialmente, já que a degradação material e moral do trabalho persiste e com ela o despotismo nas relações humanas, o privilegiamento das classes possuidoras, a superconcentração da renda, do prestígio social e do poder, a modernização controlada de fora, o crescimento econômico dependente etc. (Fernandes, 2009, p. 42).

O arcaico apresentado pelo autor diz respeito às bases escravistas construídas a partir de um processo de dominação, opressão e exploração a qual homens e mulheres de origem africana e indígena foram sujeitados a métodos ideológicos, físicos e científicos de violência e desumanização. Os métodos de violência do período foram utilizados para respaldar os horrores legalizados e disseminados durante a colonização, como também, serviram de estrutura para a acumulação do capital, particularizando a construção da “questão social” em território brasileiro. “Essa coexistência de temporalidades históricas desiguais faz com que a questão social apresente, hoje, tanto marcas do passado quanto do presente, radicalizando-a” (Iamamoto, 2000, p. 37).

Realização:



Apoio:



Torna-se essencial a reflexão acerca dos agentes que levaram à ruptura entre escravizado x trabalhador livre, e logo, a separação entre trabalhador livre negro x trabalhador livre branco. Ancorado nas investigações de Octavio Ianni (2004), revela-se que:

O antagonismo essencial entre o escravo e a mercadoria somente aparece como contradição no momento em que o sistema econômico-social ingressa num período de transformações aceleradas. A coexistência entre a produção mercantil e a escravatura é eficaz enquanto a mercadoria não adquire de modo pleno, a condição de categoria fundamental do sistema (Ianni, 2004, p. 14).

Entende-se assim que, a necessidade de transformação conectada ao processo de colonização e de dependência externa a qual a formação capitalista está intrinsecamente vinculada, leva a incorporação de elementos anteriores ao sistema, mas que se apresentam fundamentais para sua produção e reprodução, elementos esses que constroem o sistema classista-racista-patriarcal no Brasil, reproduzindo a divisão de classe, racial e de gênero, naturalizando desigualdades, violências e precarização<sup>495</sup>.

Assim, para construção do entendimento acerca do lugar imposto às mulheres negras na divisão social do trabalho, bebe-se da fonte da escravização brasileira, e das relações racistas e patriarcais presentes na colonização e que posteriormente fundaram a sociedade capitalista, visto que, “As marcas da subordinação e dependência, forjadas em um modelo de colonização baseada no patrimônio patriarcal e escravista, possuem implicações na formação não apenas econômica, mas também social, cultural e política no Brasil.” (Cisne; Santos, 2018, p.100).

Apresenta-se então o movimento de negação à população ex-escravizada de inserção social coerente com os quase três séculos de escravização e desumanização, e atenta-se para a reafirmação desses aspectos. Sobretudo, cabe apontar o processo de exclusão direcionado às mulheres ex-escravizadas que, diferentemente dos homens escravizados, vivenciaram formas de dominação e violências específicas no seio da colonização e que, posteriormente, foram consolidadas na estrutura do sistema capitalista na sociedade moderna patriarcal.

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (Davis, 2016, p. 19).

Logo, após compreensão das bases que fundamentam a formação social brasileira e os aspectos singulares “de um país que sofreu uma colonização estruturada por um regime escravista patriarcal” (Cisne; Santos, 2018, p. 101), é necessário realizar um recorte de gênero fundamental para entender que, para além da exploração da força de trabalho, para as mulheres somava-se “a exploração sexual, seja para fins de realização do prazer dos homens, seja para aumentar a população escravizada, ou seja, a força de trabalho para acumulação” (Cisne; Santos, 2018, p. 103), e que portanto, o patriarcado se apresenta enquanto um dos elementos fundantes da sociedade de classes e que consequentemente, naturaliza a constante violação do acesso à direitos

<sup>495</sup> É fundamental citar que para além das determinações externas, as quais priorizaram as “grandes” transformações econômicas em prol da acumulação do capital, o movimento interno de rebeliões quilombolas, guerrilhas e da resistência de aldeias indígenas tencionou a luta em prol do fim do regime escravista. Portanto, de forma a redesenhar a perspectiva que os colocavam em inércia na história, é importante firmar os indivíduos escravizados enquanto agentes coletivos fundamentais para a mudança. (Moura, 1993)

Realização:



Apoio:



de mulheres negras, suas violências e marginalização. O sofrimento é histórico, e as atinge de forma interseccional, tanto pela sua cor quanto pelo seu gênero.

Em poucas palavras: o racismo e o patriarcado estruturam as classes sociais e as relações de exploração entre elas, e, também, em seu interior. Ou seja, como são estruturantes, o racismo e o patriarcado atravessam todas as relações sociais e dão substâncias às relações de opressão e exploração inter e entre classes (Cisne; Santos, 2018, p. 76).

Nesse sentido, analisar a perspectiva do trabalho, que reverbera esses elementos históricos, permite estabelecer a relação da imposição à população negra de postos insalubres de ocupação, enquanto um movimento histórico e dialético pautado no racismo e no patriarcado desde suas bases coloniais. Como analisa a essencial Lelia Gonzalez (2022, p. 86).

Preconceito e discriminação raciais, o despreparo cultural do ex-escravo para assumir a condição de cidadania e de trabalhador livre e a sua negação do trabalho como forma de afirmação da posição de homem livre resultaram na marginalização e desclassificação social do negro, que se estendeu por mais de uma geração.

Dessa forma, partindo da compreensão que, com a urgência de formação do sistema capitalista, há transformações na organização social que levam à formação das classes sociais, é necessário pontuar os aspectos intrínsecos à essa transformação que resultam em um esforço para isolar homens e mulheres negras em espaços longe dos grandes centros, e, de forma, ideológica e política perpetuam a desumanização iniciada na colonização enquanto mecanismo para o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro. Serve-se assim, as bases racistas e patriarcais que estruturam a nossa formação sócio-histórica, e que, representam para além das relações classistas, mas também “se consolidaram como sistema, enraizarem-se na cultura, nas ideologias e religiões de forma tal que apenas sob a análise das classes é insuficiente a compreensão deles” (Cisne; Santos, 2018, p.104).

A perspectiva da formação sócio-histórica brasileira permite assim, se aprofundar acerca da naturalização de mulheres na precariedade do trabalho e na privação do acesso à reprodução de vida de qualidade, realidade fundamentada na produção e reprodução do sistema capitalista, sistema esse, racista e patriarcal desde sua formação.

No caso da classe trabalhadora negra nas cidades, foi na condição de subemprego, informalidade, trabalho doméstico, trabalho braçal e em tantas outras condições precárias que, em grande medida, não absorvem a satisfação das suas necessidades imediatas de reprodução. Necessidades às quais o Estado respondeu por meio da criminalização e de pressupostos eugênicos no seio da sociedade moderna em formação (Silva, 2025, p. 276).

## **Mulheres negras no mundo do trabalho contemporâneo e os resquícios da escravidão**

As relações pré-capitalistas no Brasil, são marcadas pelas relações coloniais de exploração da força de trabalho de mão de obra escrava e poderio das grandes “potências” norte americanas e europeias, potências construídas a partir do roubo, violência, exploração, genocídio e apagamento cultural de outros povos (Silva, 2025).

As bases da dominação e da exploração sexual e do trabalho durante os tempos coloniais, direcionado às mulheres negras, constituem parte da formação social brasileira, reverberando fortemente na nossa cultura, pois, a imagem construída da mulher negra historicamente tem em sua estrutura a dominação patriarcal colonial. Lélia Gonzalez (1984) com seus estudos voltados para a desmistificação do mito da

Realização:



Apoio:



democracia racial<sup>496</sup>, permite compreender a imagem criada da mulher negra localizando discursos pautados na articulação entre o racismo e o sexismo que naturalizam “a construção de uma divisão sexual e racial do trabalho e dos espaços” (Cisne; Santos, 2018, p. 111) através do paralelo entre a empregada doméstica e a “deusa do carnaval” para desvendar a realidade por trás dessas construções simbólicas:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (Gonzalez, 1984, p. 228).

Partindo de uma perspectiva macro, é fundamental entender esse processo enquanto constitutivo da consolidação do capitalismo moderno. Analisa-se, portanto, do ponto de vista do capital o lugar em que se localizam essas mulheres no processo produtivo, e questiona-se, porque “os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, “coincidentemente”, pertencem exatamente às mulheres e à população negra” (González, 2020, p. 23).

Tendo em vista que fatores ideológicos, científicos, sociais, culturais e econômicos pavimentaram um caminho de naturalização de mulheres negras em postos de trabalho precarizados, as impondo obstáculos para a manutenção da vida social de qualidade, é necessário compreender a organização produtiva apresentada na contemporaneidade e as oportunidades hoje oferecidas a elas.

A posição ocupada pela mulher negra representa uma herança da mentalidade colonial na sociedade brasileira, especialmente naquelas pessoas que se fixam em grandes centros urbanos, que têm a ideia de que o trabalho exercido pela mulher negra, especialmente no âmbito doméstico, seria um exercício laboral de menor importância, sem valores reais, baseado na ideia de que essas trabalhadoras já estariam sendo beneficiadas pela oferta de alimentação e moradia (Chai *et al.*, 2003, p. 3).

Essa herança se materializa de diferentes formas, e é possível reconhecê-las na presença majoritária de mulheres negras em postos de trabalhos destituídos de direitos como, por exemplo, no mercado informal, no trabalho doméstico e no trabalho análogo à escravidão. Pesquisas realizadas pelo IBGE revelaram que no 1º trimestre de 2024, dentre as 101,8 milhões de pessoas, 38,6% estavam na informalidade, sendo as mulheres negras representadas por 41%, e as mulheres não negras, 31,9% (Brasil, 2024).

Nesse cenário, é necessário pontuar que o processo de produção e reprodução do capital, pautado no receituário neoliberal, utiliza-se da fomentação de atividades no mercado informal enquanto mecanismo para inviabilizar direitos trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora. “Proliferaram, a partir de então, as distintas formas de “empresa enxuta”, “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho

---

<sup>496</sup> O conceito da “Democracia Racial” apresentado Gilberto Freyre, defendia a não existência de preconceitos raciais no Brasil, argumentando que a convivência harmoniosa entre brancos, negros e indígenas no período colonial promoveu uma sociedade altamente miscigenada e sem discriminação racial. Fortemente propagado nas décadas de 1930, foi um desserviço para a luta em prol da igualdade racial, pois mascarava e negava a desigualdade racial. Intelectuais como Florestan Fernandes e Lélia Gonzalez foram fundamentais para criticar esse conceito e elaborar estudos sobre a perpetuação do racismo e sua relação com as bases coloniais.



voluntário” etc., dentre as mais distintas formas alternativas de trabalho precarizado” (Antunes, 2008, p. 4).

O trabalho doméstico também é composto por grande parte das mulheres negras no Brasil, sendo cerca de 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico mulheres e significativamente, 65% delas representadas por mulheres negras. A maioria está acima dos 40 anos e tem renda média inferior a um salário-mínimo (Vilela, 2022). Apesar de analisar a configuração apresentada nos Estados Unidos, Angela Davis (2016), contribui a aprofundar a relação histórica entre mulheres negras e o trabalho precário:

A equiparação ocupacional das mulheres negras com o serviço doméstico não era, entretanto, um simples vestígio da escravidão destinado a desaparecer com o tempo. Por quase um século, um número significativo de ex-escravas foi incapaz de escapar às tarefas domésticas. (...) Mais de dois terços das mulheres negras de sua cidade foram forçadas a encontrar empregos como cozinheiras, babás, lavadeiras, camareiras, vendedoras, ambulantes ou zeladoras e se viram em condições “tão ruins, se não piores, do que as do período da escravidão (Davis, 2016, p. 98).

Portanto, entender que as bases racistas e patriarcais operam sobre a reprodução de vida de mulheres negras, é apontar para a necessidade de desnaturalização das mulheres negras destes lugares e logo, problematizar a funcionalidade para o sistema capitalista, se atentando ao movimento dialético de acumulação do capital, que construiu uma narrativa de subjugação de mulheres negras impondo à elas precariedade.

Defende-se a unidade dialética entre opressão e exploração na medida em que a opressão é veículo/motor para a exploração. Em outras palavras, através da opressão/dominação naturalizam-se relações, comportamentos, mentalidades, que se convertem em privilégios e desigualdades, os quais favorecem a exploração. Tais privilégios e desigualdades não se limitam ao sexo, mas abarcam as relações étnico-raciais. Assim, considera-se que “a opressão constitui, ao mesmo tempo, o veículo e o disfarce da exploração” e, apesar de afetar a todos (por seu caráter estruturante), incide de modos diferentes e com intensidades diversas sobre os elementos que pertencem a uma e a outra categoria de sexo e raça (Saffioti, 1984, p. 24). Tais relações, apesar de suas particularidades, não atuam/funcionam de forma autônoma (Barroso, 2018, p. 458).

## **A importância do feminismo negro para o repensar do lugar de mulheres negras**

Dedica-se esse momento à aproximação da vertente do feminismo negro a qual centraliza as mulheres negras ao longo da história, tomando para si a responsabilidade de localizá-las, aprofundando os estudos sobre suas violências, demandas e cultura na construção da sociedade. Recorre-se assim brevemente, a história do feminismo negro e a sua urgência para a organização das mulheres negras e desnaturalização da subjugação estruturante da sociedade de classes, repensando as estruturas sociais e a perpetuação da desigualdade de gênero e raça.

Inicialmente, os primeiros estudos feministas centravam-se nas opressões vivenciadas por um grupo específico de mulheres: majoritariamente brancas, classe média e europeias. Assim, os embates iniciais promovidos pelo feminismo abordavam questões importantes como o direito ao voto, o acesso à educação e melhores condições de trabalho, mas que partiam de uma perspectiva universalista, assumindo a existência de uma experiência feminina única e homogênea (Assis, 2019).

Apesar de ser inegável o papel do feminismo para lutas e conquistas dos direitos de mulheres, como também, das discussões acerca do ser feminino e de suas determinações, desencadeando o “debate público no qual emergiu a tematização de questões completamente novas — sexualidade, violência, direitos reprodutivos etc.”

Realização:



Apoio:



(Gonzalez, 2020, p. 127), no entanto, o espaço para o debate racial foi cerceado, levando a não incorporação das violências raciais vivenciadas por mulheres negras.

Logo, apesar de fundamental para ampliar os embates teóricos acerca da dominação patriarcal e das opressões direcionadas às mulheres por serem mulheres, as especificidades vivenciadas por mulheres negras - sendo estas atravessadas pela raça, gênero e classe - eram comumente ignoradas, levando ao “não lugar” das mulheres negras nos movimentos populares voltados para organização política. As pautas das mulheres negras eram frequentemente silenciadas diante da configuração de análise das opressões de gênero, direcionadas pelo prisma de mulheres brancas, como também os debates acerca dos racismos, liderados por homens negros. Como nos apresenta bell hooks, diante dos anos de inúmeras violências, subjugação, desumanização e exploração, as mulheres negras possuíam diferentes vivências e pautas para explorar nos espaços de discussões, porém eram excluídas diante das organizações feministas embranquecidas, urgindo a necessidade de organização própria.

As mulheres negras do século XIX estiveram mais conscientes da opressão sexista do que qualquer outro grupo feminino da sociedade americana tivesse estado. Não foram apenas o único grupo feminino mais vitimizado pela discriminação sexista e pela opressão sexista, a sua impotência era de tal forma resistente que dificilmente podia tomar a forma de ação coletiva organizada. O movimento de direitos de mulheres do século XIX podia ter providenciado um fórum para que as mulheres negras exprimissem as suas queixas, mas o racismo das mulheres brancas impediu-as de participarem de forma total no movimento (hooks, 1981 (2019), p. 116).

No campo teórico, o feminismo negro, com seu auge de produções nos anos 1970 e 1980, apresentou significativas contribuições para pensar os marcadores sociais que rebatem sobre a vivência de mulheres negras e o lugar imposto à elas na sociedade racista-patriarcal-classista, portanto “denunciam que assim como, de maneira estrutural, o sexismo posiciona a mulher de forma subordinada na sociedade, o racismo também ocupa esse lugar quando interseccionado com demais marcadores sociais” (Assis, 2019, p. 12).

Um dos nomes fundamentais para pensar sobre o feminismo negro mundialmente diz respeito a Kimberlé Crenshaw, que, com seus estudos sobre interseccionalidade, produziu uma perspectiva teórica essencial para pensar o rebatimento do gênero e da raça sobre as mulheres negras de forma específica e atravessada, acirrando suas condições de reprodução de vida.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Após situar as mulheres negras enquanto indivíduos oprimidos interseccionalmente pelas diferentes desigualdades e violências da sociedade de classes, outros atores foram surgindo para complementar e expandir o debate no seio das estruturas feministas.

Recorre-se assim, a Angela Davis, ativista e intelectual negra, que, através da sua leitura das relações raciais dos Estados Unidos, assim como Kimberlé Crenshaw, contribuiu enormemente para repensar as relações de gênero e raça, porém explorando o lugar das mulheres negras nas estruturas de classe. Davis (1981), com seu olhar

Realização:



Apoio:



marxista, apropriou-se do debate sobre as classes e desenvolveu um marco para o feminismo negro “Mulheres, raças e classes” promovendo assim, um debate antihegemônico o qual reconhece as estruturas capitalistas enquanto reprodutoras do racismo e sexismo.

No contexto brasileiro, alguns nomes marcam a trajetória do feminismo negro como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Cida Bento e Beatriz Nascimento, cujas suas obras inauguraram a perspectiva de mulheres negras em diferentes espaços brasileiros, viabilizando a existência e importância do olhar e do reconhecimento dessas mulheres nas artes, na literatura, na cultura e em produções científicas.

Ao destacar os trabalhos de Lélia Gonzalez, é possível realizar uma articulação do capitalismo racista-patriarcal-classista com a particularidade da formação social brasileira, possibilitando assim, uma compreensão integrada da colonização e da presença de suas bases para a construção do capitalismo dependente brasileiro. Dessa forma, seus estudos foram essenciais para refletir acerca das particularidades de um feminismo afro-latino-americano, pensando as condições de países colonizados e de suas estruturas latentes que ditam a condição estrutural das mulheres negras de perpetuação da violência vivenciada nos tempos coloniais.

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência (Gonzalez, 1984, p. 225).

Portanto, o caminho redesenhado por potências negras focado na centralização das opressões, violências e exploração, mas também, dos saberes, cultura e literatura de mulheres negras construiu a possibilidade de protagonizar esses sujeitos na lógica capitalista enquanto intensamente violentados pelo capital, sem acesso à direitos, à voz e sujeitos a marginalização de seus corpos.

De maneira gradativa, as pautas das mulheres negras foram ganhando espaço e, durante a chamada Década da Mulher, as temáticas de gênero e raça alcançaram as plataformas internacionais. Por esse motivo, a multiplicação dessas fontes de financiamento e o crescimento da presença das mulheres negras nos espaços políticos, reivindicando seu lugar de fala, fizeram com que o sexismo e o racismo nos movimentos sociais comessem a ser apontados concomitantemente nos espaços de militância. Assim, esses preconceitos passaram a ser combatidos também de forma conjuntural (Assis, 2019, p. 29).

O feminismo negro proporcionou o localizar dessas mulheres nas intersecções de classe, raça e gênero, apontando como essas dimensões se entrelaçam e moldam as experiências únicas de opressão e resistência. Se apresentou enquanto forma de desafiar as narrativas dominantes, alertando sobre os aspectos de uma sociedade racista-patriarcal e tomando para si a responsabilidade de falar sobre os seus.

## Considerações finais

A análise da inserção das mulheres negras no mundo do trabalho brasileiro revela um processo histórico marcado pela continuidade das estruturas coloniais e escravocratas, que moldaram profundamente a formação da classe trabalhadora no país. A marginalização da população negra, especialmente das mulheres, não se deu

Realização:



Apoio:



de forma circunstancial, mas como parte de um projeto político-econômico que articulou racismo, patriarcado e exploração de classe para garantir a acumulação capitalista em uma sociedade dependente.

Compreender essas dinâmicas exige uma leitura interseccional que reconheça como raça, classe e gênero se entrelaçam na constituição das desigualdades sociais. O feminismo negro, ao centralizar as experiências e lutas das mulheres negras, tem sido fundamental para desvelar essas camadas de opressão, mas também para afirmar saberes, resistências e formas de existência que desafiam as narrativas hegemônicas.

Nesse sentido, é urgente romper com a naturalização das posições subalternas atribuídas às mulheres negras no mercado de trabalho e na sociedade como um todo, reconhecendo que a precarização vivida por elas não são efeito colateral, mas parte estrutural do funcionamento do sistema capitalista-racista-patriarcal. Somente a partir do enfrentamento dessas estruturas será possível construir caminhos que rompam com a reprodução das desigualdades históricas e afirmem outras possibilidades de existência para as mulheres negras.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Século XXI**: nova era da precarização estrutural do trabalho? Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho, São Paulo, 28 e 29 nov. 2008.

ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Boletim sobre a desigualdade racial no mercado de trabalho**. Brasília: TEM, novembro de 2024. Disponível em: <[https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/o-pdet/boletim-desigualdade-racial/BoletimsobreadesigualdaderacialnomercadodetrabalhoVF.pdf?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/o-pdet/boletim-desigualdade-racial/BoletimsobreadesigualdaderacialnomercadodetrabalhoVF.pdf?utm_source=chatgpt.com)>. Acesso em: 6 mar. 2025.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, v. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELPIDIO, Maria Helena. Por uma formação antirracista no Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, ano 25, n. 49, p. 565-574, jan./jun. 2025.

EVARISTO, Conceição. Independência do Brasil: uma pátria de muitos gritos. In: SANTOS, Hélio (org.). **A resistência negra ao projeto de exclusão racial**: Brasil, 200 anos (1822-2022). São Paulo: Jandaíra, 2022.

Realização:



Apoio:



FAUSTINO, Deivison Mendes. **“Por que Fanon, por que agora?”**: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. 2015. 252 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global Editora. 4ª ed., 2009.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do negro na sociedade de classes**. 6ª ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, São Paulo, v. 6, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALGH, Carlos. **Lugar de negro**. São Paulo: Zahar, 2022.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In*: ABEPSS; CFESS (org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: ABEPSS; CFESS, 2009.

hooks, bell. **Não sou eu uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019 [1981].

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais**. Brasília: CFESS, 2013.

IANNI, Otavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MOURA, Adriana Borges Ferro; LIMA, Maria da Glória Soares Barbosa. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 5, n. 15, p. 24-35, 2014.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 4ª ed. São Paulo: Editora Anita, 1993.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expansão Popular, 2011.

SILVA, Sandra Regina Vaz da. Passado presente: racismo e capitalismo na particularidade da formação social brasileira. **SER Social** comunicações e Políticas Sociais, Brasília, v. 27, n. 56, p. 261-281, jan./jul. 2025. Disponível em: <[https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/46522/41740](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/46522/41740)>. Acesso em: 15 jul. 2025.

VILELA, Pedro Rafael. Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país. **Agência Brasil**, 27 abr. 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>>. Acesso em: 19 fev. 2025.

Realização:



Apoio:





## A VIA AUTOCRÁTICA-ESCRAVISTA-COLONIAL DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO BRASILEIRO

Anderson Martins Silva<sup>497</sup>

Jéssica Ribeiro Duboc<sup>498</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a via autocrático-escravista-colonial de entificação do capitalismo no Brasil. A partir do diálogo com autores marxistas, evidencia-se a particularidade da formação social brasileira, de modo a fornecer subsídios teórico-analíticos para a compreensão dos desafios que se impõe ao Serviço Social no Brasil contemporâneo.

**Palavras-chave:** Formação social brasileira; Capitalismo dependente; Racismo; Mito da democracia racial.

**Abstract:** The article analyzes the autocratic-slavery-colonial path of capitalist entification in Brazil. Through dialogue with Marxist authors, it highlights the particularity of the Brazilian social formation, offering theoretical-analytical contributions to understanding the challenges faced by Social Work in contemporary Brazil.

**Keywords:** Brazilian social formation; Dependent capitalism; Racism; Myth of racial democracy.

### Introdução

O presente artigo analisa o caráter autocrático, escravista e colonial que perpassa todo o processo de constituição da formação social brasileira. Ao longo do século XX muitos autores enfrentaram o desafio de compreender as origens do capitalismo e do Estado brasileiro, de modo que foram apresentadas compreensões distintas acerca do caráter da sociedade aqui estabelecida, e em particular, de quais seriam as determinações fundamentais que conformaram o Brasil colonial e, por conseguinte, os fundamentos dos quais partiu a acumulação capitalista propriamente dita em nosso país.

Existiram diversas e divergentes análises no campo do marxismo. Analistas como Alberto Passos Guimarães (2011) e Nelson Werneck Sodré (1962; 1990) afirmaram a existência de elementos feudais no período colonial brasileiro. Outra compreensão foi a apresentada nas análises de Ciro Flamarion Cardoso (1975; 1982; 1980), Jacob Gorender (2016) e Décio Saes (1985) para os quais teria ocorrido a conformação de um modo de produção escravista no Brasil colonial. Por sua vez, Clóvis Moura, em um primeiro momento – *Rebeliões da Senzala* (1988) – se aproxima da defesa de que houve a manifestação de relações feudais no Brasil colonial, no entanto, anos mais tarde, em *Dialética Radical do Brasil Negro* (1994) desenvolve a interlocução com os autores do segundo grupo ao incorporar o conceito de modo de produção escravista colonial.

Também tiveram lugar as contribuições de Caio Prado Jr (2012; 1997; 1987) e José Chasin (2000). Para estes últimos, desde o início da colonização, o Brasil consistiu em uma forma social particular de expressão da universalidade capitalista, ou para

<sup>497</sup> Professor na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: anderson.martins.silva@hotmail.com

<sup>498</sup> Professora na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: jessicadubocss@gmail.com.

Realização:



Apoio:



utilizarmos os termos de Chasin uma forma específica de ser e ir sendo capitalismo. Ademais, também é necessário destacar as contribuições originais de Florestan Fernandes (1976) que nos revela o caráter autocrático burguês que constituiu o processo brasileiro desde o fim da colonização, Carlos Nelson Coutinho (2006) que enfatiza o prussianismo presente na formação social brasileira – revolução pelo alto, acordo entre o velho e o novo – e Clóvis Moura (1988) que contribuiu decisivamente para a denúncia e desvelamento do mito da democracia racial que estrutura a sociedade brasileira até nossos dias.

Dito isso, a seguir, nos dedicamos a apresentar a nossa compreensão acerca do caráter autocrático, escravista e colonial que marcou a constituição da formação social brasileira. Para tanto, na seção 2, a partir do diálogo com Marx (2011), apresentamos nossas considerações acerca da relação estabelecida entre a produção e a reprodução do capital e suas formas históricas concretas. Com base nas considerações teóricas apresentadas e no diálogo com Fernandes (1976), Chasin (2000), Nascimento (2016) e Moura (1988) na seção 3, delineamos os elementos específicos que constituíram a via autocrático-escravista-colonial de entificação capitalista no Brasil. Por fim, à guisa de conclusão, destacamos os elementos fundamentais apresentados no artigo.

### **As formas históricas concretas da produção e da reprodução do capital**

Consideradas empiricamente, toda a produção e reprodução social só podem existir por meio de determinadas *formas históricas concretas*. Como destaca Marx (2011, p. 39-40), o “caçador e o pescador, singulares e isolados, pelos quais começam Smith e Ricardo, pertencem às ilusões desprovidas de fantasia das robisonadas do século XVIII”, não são capazes de oferecer explicação para o surgimento da sociedade capitalista e nem de nenhuma outra. Nessas robsonadas, o indivíduo do século XVIII – fruto da dissolução das formas feudais de sociedade e do desenvolvimento das forças produtivas a partir do século XVI – “aparece como um ideal cuja existência estaria no passado. Não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história”.

Curiosamente, tal ponto de vista – do indivíduo isolado – foi produzido apenas no século XVIII justamente na “época das relações sociais (universais desde esse ponto de vista) mais desenvolvidas até o presente”. De fato, como apontado por Marx (2011, p. 40-41), o “ser humano é, no sentido mais literal, um [animal político], não apenas um animal social, mas também um animal que somente pode isolar-se em sociedade” de modo que a “produção do singular isolado fora da sociedade [...] é tão absurda quanto o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos vivendo juntos e falando uns com os outros”. Assim, de uma perspectiva marxiana, “quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio e desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais”. Quando comparadas, todas as épocas da produção – produção em geral – apresentam certas características em comum, porém, como destaca o comunista:

*A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse universal, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. Algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas. [Certas] determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Nenhuma produção seria concebível sem elas; todavia, se as línguas mais desenvolvidas têm leis e determinações em comum com as menos desenvolvidas, a diferença desse universal e comum é precisamente o que constitui seu desenvolvimento. As determinações que valem para a produção em geral têm de ser corretamente isoladas de maneira que, além da unidade – decorrente do fato de o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, são os mesmos –, não seja esquecida a diferença essencial (Marx, 2011, p. 41, grifos nossos).*

Realização:



Apoio:



Como sinaliza nosso autor, é justamente no esquecimento da diferença essencial entre os diversos modos de produção existentes na história da humanidade que “repousa [...] toda a sabedoria dos economistas modernos que demonstram a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes” sob a égide do capital. Em tais perspectivas, os fatos gerais de que nenhuma produção é possível sem a utilização de instrumentos de produção; que nenhuma produção é possível sem que se parta do “trabalho passado, acumulado, mesmo sendo esse trabalho apenas a destreza acumulada e concentrada na mão do selvagem pelo exercício repetido” e; por fim, que o “capital, dentre outras coisas, é também instrumento de produção, também trabalho passado objetivado [objektiviert]”, são apresentados como prova de que o “capital é uma relação natural, universal e eterna”. Aqui, a *determinação específica* que transforma o instrumento de produção e o trabalho acumulado em capital – expropriação violenta dos produtores diretos dos meios de produção, trabalho assalariado e conformação da propriedade privada capitalista a partir de meados do século XV na Inglaterra – é deixada de lado em prol de uma leitura idílica acerca das origens e do desenvolvimento do capitalismo. Como resume Marx (2011, p. 44, grifos do autor):

para todos os estágios da produção há determinações comuns que são fixadas pelo pensamento como determinações universais; mas as assim chamadas *condições universais* de toda produção nada mais são do que esses *momentos abstratos*, com as quais nenhum estágio histórico efetivo da produção pode ser compreendido.

Deste modo, existem elementos comuns a todas as épocas históricas – ou a parte delas –, porém, para que possam ser apreendidos em seu significado concreto em cada estágio da produção, faz-se necessário considerar as formas específicas como tais elementos se manifestam nas distintas formações sociais. Apesar de todas as sociedades humanas utilizarem o trabalho para levar a cabo a produção dos bens necessários para atender às suas necessidades reprodutivas, somente na sociedade capitalista a forma específica e dominante do trabalho aparece como trabalho assalariado. O trabalho é o conteúdo geral ao passo que o trabalho assalariado é a forma assumida historicamente por tal conteúdo. Deste modo, o trabalho assalariado não é uma forma eterna, mas apenas uma forma específica que reveste de maneira generalizada o trabalho no capitalismo. Noções como bens, trabalho e excedente são formas gerais válidas para todas as sociedades historicamente constituídas, porém incapazes de permitir a apreensão daquilo que diferencia uma sociedade em relação a outra evidenciando suas particularidades. No modo de produção capitalista, os bens, o trabalho e o excedente adotam respectivamente a *forma de mercadorias, salários e mais-valor*.

Quando consideramos a produção e reprodução dos bens por meio do trabalho, observamos que, em contraste com os modos de produção anteriores – nos quais o mercado existia, mas não como forma dominante na mediação da produção e distribuição da riqueza social –, no capitalismo esses bens aparecem de maneira cada vez mais generalizada na forma de mercadorias.

Do mesmo modo que não há produção em geral, também não existe produção universal, a “produção é sempre um ramo *particular* da produção – por exemplo, agricultura, pecuária, manufatura etc. – ou uma *totalidade*”. Nesse sentido, quando tratamos da produção, sempre estamos tratando de um “certo corpo social, um sujeito social em atividade em uma totalidade maior ou menor de ramos de produção” (Marx, 2011, p. 41, grifos do autor).

Deste modo, Marx estuda o *trabalho para além de seus aspectos meramente técnicos, abordando o trabalho como fundamento da vida social em uma sociedade historicamente localizada*, na qual, as *relações sociais entre os seres humanos*

Realização:



Apoio:



*aparecem de maneira fetichizada como relações sociais entre os produtos do trabalho no âmbito do mercado (Marx, 2017a).*

A partir da consideração da produção de mercadorias, não como um elemento universal, mas sim, como forma específica da produção em um momento particular do desenvolvimento histórico, no qual, os produtos do trabalho aparecem de maneira generalizada como mercadorias, Marx joga luz sobre a especificidade histórica do capitalismo, ou seja, sobre a produção de valor e mais-valor que é velada pelas formas adotadas pelo produto do trabalho no mercado. Daí que, para o revolucionário a magnitude do valor é determinada pela duração do *tempo de trabalho socialmente necessário*, não como uma medida invariável, mas como uma medida que se modifica em decorrência de uma série de fatores. Assim, a *teoria marxiana do valor* (Marx, 2017a, p. 836), longe de ser uma análise das relações estabelecidas entre os indivíduos e as coisas ou, entre as próprias coisas, *trata de compreender “uma relação social entre pessoas, mediada por coisas”*.

### **A via autocrática-escravista-colonial de entificação do capitalismo brasileiro**

Entendemos que no Brasil, estivemos diante de um processo de entificação capitalista por via autocrática-escravista-colonial. Esse é o ponto de partida para o desenvolvimento da acumulação no país e com ela do processo de industrialização hipertardiado (Chasin, 2000) colocado em curso pela autocracia burguesa (Fernandes, 1976; Coutinho, 2006) entre os anos de 1930 e 1970. Trata-se de um processo em que a burguesia brasileira se mostrou desinteressada e incapaz de superar as limitações estruturais herdadas da situação colonial que caracteriza a sua gênese. Nas condições particulares de seu desenvolvimento no Brasil, a burguesia, em base a conciliação com as oligarquias tradicional e moderna – entre o arcaico e o moderno (Oliveira, 2015) – promoveu a modernização conservadora da sociedade brasileira.

Assim como Chasin (2000, p. 5), compreendemos que as tentativas de apreensão do desenvolvimento capitalista e das formas concretas por meio das quais ocorreu a sua entificação e reprodução no Brasil se equivocaram em dois sentidos. Por um lado, houve aqueles que apresentavam “insatisfatório entendimento do que venha a ser o *caráter universal* do fenômeno capitalista” e, nesse sentido, conduziram sua reflexão “simplesmente com atributos e leis genéricas, e a ‘constatar’ a ocorrência necessária destes a qualquer custo, no interior das fronteiras nacionais”. Esse parece ser o caso dos comunistas defensores da existência do feudalismo brasileiro, Nelson Werneck Sodré (1962; 1990) e Alberto Passos Guimarães (2011). Apesar de sua intenção universal, tais autores deixaram de apreender a dimensão do universal concreto e, nesse sentido, o processo histórico particular percorrido pelo capitalismo brasileiro, de modo que, “singularidades reais foram perdidas”.

Por outro lado, houve aqueles que incorreram no posicionamento controverso de ter “hiper-acentuado as singularidades, mas tomando-as simplesmente como dados empíricos”, ou seja, sem considerá-las a partir de uma apreensão ontológica do processo social do qual são expressões singulares. Deste modo, como destaca Chasin (2000, p. 5), ocorre a diluição completa da universalidade concreta. Nessas abordagens, a relação entre o universal e o singular é apresentada “como uma relação entre categorias exteriores uma à outra, como a subsunção de um amontoado de notas empíricas a um princípio geral”. São exemplos deste modo de ver, as defesas da ocorrência de um modo de produção escravista colonial no Brasil apresentadas por autores como Décio Saes (1985), Jacob Gorender (2016), Ciro Flamarion Cardoso (1975; 1980; 1982) e Clóvis Moura (1994).

Ambas as tendências analíticas indicadas foram “notáveis no que diz respeito ao malbaratamento do universal concreto, a despreocupação com o ontológico e a confusão entre singularidade concreta e dado empírico” (Chasin, 2000, p. 5). Ao passo

Realização:



Apoio:





que o primeiro grupo de autores acentua o “universal e tende a perder o singular”, o segundo, “acentua o que toma pela singularidade e perde completamente o universal”. *No cerne do equívoco das análises criticadas pelo filósofo, se encontra o esquecimento da categoria da particularidade* – mediação que possibilita a apreensão do universal concreto em suas determinações histórico ontológicas – e, por conseguinte, a *acentuação da polarização entre a universalidade e a singularidade*.

Numa linguagem lukácsiana, dir-se-ia estar em face de teorias fetichizadas, na medida que lidam exclusivamente com as categorias de *universalidade e singularidade*, eliminando ou não reconhecendo exatamente a categoria da *particularidade*, visto que “O movimento do singular ao universal ou vice-versa está sempre mediado pelo particular; é um *membro real de mediação tanto na realidade objetiva, quanto no pensamento que reflete de modo aproximadamente adequado esta realidade* (Chasin, 2000, p. 5, *grifos nossos*).

Deste modo, o problema de compreender o processo por meio do qual o capitalismo se pôs e se põe hodiernamente no Brasil está diretamente relacionado a necessária apreensão do modo particular de combinação entre o elemento universal constituinte das formações histórico-sociais capitalistas e as singularidades imbricadas no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Nesse sentido, é fundamental compreender que *“há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a universalidade de sua anatomia, mas que a realizam através de objetivações específicas”* (Chasin, 2000, p. 5, *grifos nossos*).

De acordo com Mazzeo (2015, p. 55), o surgimento do sistema colonial a partir do século XVI pode ser explicado no essencial pelo “novo caráter do capital, que abandona a mera esfera da circulação, entrando na da produção de mercadorias”.

A expansão marítima luso-espanhola no século XVI constituiu um dos momentos da história moderna do capital, de seu movimento. Como parte do “processo histórico de acumulação capitalista” a expansão dos reinos ibéricos para além-mar “surge justamente no momento em que se colocam as necessidades das manufaturas e dos Estados protecionistas das atividades burguesas”. Estávamos frente a um novo momento da acumulação capitalista no qual a ampliação do mercado mundial cumpria um papel fundamental para a continuidade da produção e reprodução ampliada do capital, visto que a “mercadoria passa a ser o elemento determinante das relações econômicas europeias”. Deste modo, “Portugal se integra ao grande processo de acumulação capitalista” em curso a partir do século XVI no qual “já estão postas as condições do amplo desenvolvimento das forças produtivas que desembocarão na Revolução industrial, na qual as colônias americanas terão um papel fundamental”. Em síntese, foram as exigências de ampliação da acumulação capitalista no continente europeu que deram o impulso decisivo para a expansão ultramarina e o subsequente estabelecimento do sistema colonial nas américas. Forma adequada a “expansão capitalista mercantil” que buscava “formas de ampliar sua produção” (Mazzeo, 2015, p. 53-54).

Como destaca Mazzeo (2015, p. 54), a partir do século XVI o “grande centro produtor se instalará na América, onde os *capitalistas europeus* investirão seus capitais acumulados, passando, efetivamente, da produção simples à produção ampliada de mercadorias”. Com o *objetivo de ampliar a produção para o mercado capitalista em ascensão a “burguesia comercial implantará, na América, a grande empresa mercantil”*. Determinada pelo advento do modo de produção capitalista, a grande empresa mercantil-colonial contribuiu para a destruição do velho propiciando a “conquista do planeta” pelo capital europeu, a “instalação europeia nos novos mundos e a ampliação da produção”. Nesse contexto, houve uma mudança de eixo de parte do fluxo de capitais investidos no comércio de especiarias no oriente que, passaram a ser investidos no empreendimento colonial nas américas, dando origem ao *sistema colonial*.

Realização:



Apoio:





A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem *momentos fundamentais da acumulação primitiva*. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco (Marx, 2017a, p. 821).

No Brasil, a via colonial de entificação capitalista só pode se sustentar por meio da escravização e do genocídio de negros e indígenas. Como enfatiza Abdias Nascimento, no clássico *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado* (2016, p. 44) o “africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia”. Deste modo, as origens histórico-processuais da acumulação capitalista no Brasil foram marcadas pela violência ostensiva e sistemática dos senhores, primeiro contra os povos originários e, em seguida, contra as pessoas negras escravizadas deixando marcas profundas no modo operandi do capitalismo brasileiro até nossos dias. Como enfatizam Clóvis Moura (1988) e Saes (1985), foi a *luta de classes entre o senhor e o escravo* que dinamizou a história do Brasil colonial e, por conseguinte, forneceu as *bases sociais para o desenvolvimento da acumulação primitiva* nas terras brasileiras.

Em *Rebeliões das Senzalas*, Moura (1988) se aproxima das teses defendidas por Sodré (1962; 1990) e Guimarães (2011) ao assinalar a ocorrência de relações feudais no Brasil colonial. Anos mais tarde, em *Dialética Radical do Brasil Negro* (1994), nosso autor muda de posição e passa a defender, assim como Cardoso (1975), Décio Saes (1985) e Gorender (2016), que houve a conformação de um modo de produção escravista no período colonial brasileiro. Apesar de discordarmos de ambas as caracterizações do Brasil colonial delineadas, compreendemos junto a Moura (1988) e Saes (1985) que o *processo de escravização de pessoas negras determinou todo o processo de entificação capitalista brasileiro, de tal modo, que o racismo se constituiu enquanto expediente sistemático da dominação burguesa no país e segue ainda hoje como determinação relevante para a compreensão do quadro brasileiro*. A compreensão mais apurada desse aspecto da formação social brasileira nos auxilia no entendimento do altíssimo grau de exploração da força de trabalho que caracteriza todo o processo de industrialização hipertardio (Chasin, 2000) pelo qual passará o Brasil no período 1930-1980, e a sua permanência em nossos dias.

Como enfatiza Marx (2017a, p. 821), a descoberta de reservas de ouro e prata no continente americano, o genocídio, a “transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles negras” e, por conseguinte, a escravidão constituem-se como “momentos fundamentais da acumulação primitiva” da qual faz parte a conformação do sistema colonial.

Apoiados no monopólio do comércio exterior pelas coroas do Velho Mundo, os *grupos mercantis em expansão* operaram como “verdadeiras alavancas de concentração capitalista” europeia (Mazzeo, 2015, p. 54), contribuindo deste modo para a enorme expansão do comércio, da navegação e da produção de mercadorias observada a partir do século XVI e que desembocaram na Revolução industrial no século XVIII. As práticas que constituíram o sistema colonial foram responsáveis pela integração das colônias ao mercado europeu “articulando o desenvolvimento da concentração a partir das múltiplas atividades que o capital cria, em seu processo de autorreposição”. O sistema colonial foi o modo de integração das colônias a dinâmica da produção e da divisão internacional do trabalho que se estruturou a partir do século XVI. Em síntese, *a colonização foi a forma por meio da qual as terras do Novo Mundo foram inseridas na dinâmica expansiva do capital*.

Realização:



Apoio:



Como assinala Mazzeo (2015, p. 67), autores como Décio Saes, Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso afirmaram equivocadamente a existência de um modo de produção escravista colonial no Brasil. Ao “entender o todo como modelos/abstrações ideais”, tais autores “acabam por eliminar da análise marxista o ontológico” de modo a reduzir a “totalidade a uma entidade construída a partir do que se pensa sobre ela, tornando-a uma tipificação”. Assim, a desconsideração do caráter ontológico que une em um mesmo processo as diferentes formas de entificação capitalista historicamente constituídas, e a apreensão unilateral de suas manifestações fenomênicas,

levará os três autores a uma apreensão fragmentada da totalidade, não estabelecendo, dessa forma, uma relação histórico-dialética entre o desenvolvimento do capitalismo europeu e o caráter das formações sociais nas colônias, na medida em que nelas *não encontramos, efetivamente, uma subsunção real das relações de produção e, até certo ponto, das forças produtivas ao capital*. Priorizando o fenomênico ao ontológico, Cardoso, Gorender e Saes interpretarão a formação colonial como modos de produção específicos (*não capitalistas e sim escravistas*), porque as “formas puras”, que o modelo de interpretação do real propõe, não são encontradas (Mazzeo, 2015, p. 67, grifos nossos).

Por fim, assim como Mazzeo (2015, p. 71), entendemos que, a estrutura escravista que se estabelece no Brasil a partir do século XVI *“aparece como uma formação (social) particular de universalidade capitalista”*. Assim, estamos diante de uma forma específica de ser e ir sendo capitalismo, a qual podemos denominar como *via autocrática-escravista-colonial* posta historicamente lado a lado com as *vias clássica e prussiana*.

### À guisa de conclusão

Como assinalamos, em nossa compreensão o aspecto decisivo que impulsionou a colonização das américas e, em particular, do Brasil pelos fidalgos portugueses, foi a *necessidade de ampliação da produção de mercadorias* – reprodução ampliada do capital – para abastecer o mercado europeu em ascensão. Nesse sentido, diferente daqueles que afirmaram a ocorrência do feudalismo ou de um suposto modo de produção escravista em nosso passado colonial, concluímos que no Brasil a articulação entre a produção de mercadorias para alimentar o mercado externo e a *exploração do trabalho escravizado de negros e indígenas pelo branco europeu forneceu os fundamentos econômico-sociais para a constituição de uma via autocrática-escravista-colonial enquanto particularidade concreta e, nesse sentido, forma específica de afirmação do modo de produção capitalista no novo mundo*.

### Referências

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **As concepções acerca do sistema econômico mundial e do antigo sistema colonial**: a preocupação excessiva com a extração de excedentes. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Modo de produção escravista colonial na América. In: SANTIAGO, Théó Araujo (org.). **América colonial**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

Realização:



Apoio:



COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. *In*: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CHASIN, José. **A miséria brasileira**: 1964-1994 do golpe militar a crise social. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Editora Fulgor, 1964.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6ª. ed. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOURA, Clóvis. **Dialética do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições e guerrilhas. 4ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2015.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 23ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SAES, Décio. **A formação do estado burguês no Brasil**: 1888-1891. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

Realização:



Apoio:



## **É RACISMO RELIGIOSO E NÃO INTOLERÂNCIA: o plano de poder neopentecostal como estratégia colonialista**

Leonardo Patricio de Barros<sup>499</sup>

**Resumo:** O presente trabalho versa sobre o racismo religioso como categoria em disputa no âmbito da identificação das violências sofridas pelas comunidades de terreiro de matrizes africanas. Se trata de uma reflexão teórica que busca desvendar a presença da prática do racismo religioso ao longo do processo da formação social brasileira desde sua gênese, e, identifica o plano de poder neopentecostal no cenário contemporâneo como parte da estratégia do projeto colonialista em curso.

**Palavras-chave:** Racismo religioso; Neopentecostalismo; Matrizes africanas; Comunidades de terreiro; Intolerância religiosa.

**Abstract:** This paper examines religious racism as a contested category in the context of identifying the violence suffered by African-based terreiro communities. It is a theoretical reflection that seeks to unravel the presence of religious racism throughout the process of Brazilian social formation since its inception, and identifies the Neo-Pentecostal power plan in the contemporary scenario as part of the strategy of the ongoing colonialist project.

**Keywords:** Religious racism; Neo-Pentecostalism; African-based terreiro communities; Religious intolerance.

### **Introdução**

No cenário contemporâneo da América Latina, podemos observar o crescente de um processo que tem significado o fortalecimento das perseguições aos sujeitos que se identificam como adeptos de tradições de religiosidades de matrizes africanas<sup>500</sup>.

Seja por meio de depredação dos espaços e territórios sagrados, destruição de objetos de culto e/ou indumentária, violências físicas, verbais, tortura psicológica, proibição de trânsito em locais públicos. O que vimos observando é a prática de variadas formas de violência contra esses sujeitos, motivadas e justificadas pela sua vinculação a essas tradições provenientes das tradições de matrizes africanas.

Esse fenômeno aparente gera, em primeiro momento, a ideia de que estamos diante do que se convencionou chamar de intolerância religiosa. Ou seja, os atos de violência sofridos podem ser entendidos como ações realizadas por quem não tolera e consequentemente não compreende as práticas dessas tradições.

Assim, uma série de possibilidades para compreender essas violências se transmutam em rasas conclusões que desembocam na célebre justificativa que norteia o senso comum e que se repete como um mantra: “as pessoas que perseguem a religião do outro o fazem por falta de conhecimento”.

Atribuir a falta de contato e conhecimento com as práticas das comunidades de terreiro de matrizes africanas para, de alguma forma, buscar entender o que move essa histórica prática é uma constatação que se põe quando observamos o fenômeno sem

<sup>499</sup> Assistente social, mestre e doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS-UERJ). Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF-Niterói). E-mail: leonardo\_pbarros@hotmail.com

<sup>500</sup> Frigerio (2015) fornece um panorama dos conflitos entre umbandistas e cristãos do segmento neopentecostal na Argentina e no Uruguai.

Realização:



Apoio:



realizar as devidas mediações sócio-históricas que nos possibilitam compreender a totalidade do que está no cerne desse movimento do real.

De antemão evidencio que rechaço veementemente a ideia de que o não conhecimento das práticas tradicionais das populações de terreiro de matrizes africanas é o motor às suas perseguições. É uma falácia que permeia o senso comum e cria uma mítica sobre um culpado abstrato que não existe, e, que se existe é personificado por quem pratica a violência tendo o abrandamento de que o faz por falta de conhecimento e pura ignorância.

Esse argumento infantiliza e vitimiza o sujeito que é aquele que persegue, pois justifica a violência por falta de entendimento. Nesse sentido, reivindicamos a necessidade de compreender o significado da intolerância religiosa e do racismo religioso enquanto categorias que ainda hoje estão em disputa no cenário acadêmico e político e que possuem significados distintos e atendem a interesses distintos a depender de seu uso.

A terminologia intolerância religiosa se coloca presente na agenda da luta política executada pelas comunidades de terreiro de matrizes africanas há mais de 20 anos. Em 21 de janeiro de 2005 foi realizada no Rio de Janeiro a Primeira Marcha Contra a Intolerância Religiosa, tendo como duas das variadas instituições organizadoras o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) e a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR).

A marcha, embora tivesse representantes de vários segmentos religiosos, teve como elemento propulsor a indignação de setores da sociedade civil diante da morte de Mãe Gilda de Ogum nos anos 2000. Mãe Gilda era Iyalorixá do Terreiro Ilê Axé Abassá de Ogum situado em Salvador.

Em resumo, conforme registrado na página oficial do *site* da Fundação Palmares, vinculada ao Governo Federal, Mãe Gilda teve sua saúde fragilizada e consequentemente faleceu após ser vítima de violências contra sua religiosidade. Teve sua imagem estampada no periódico Folha Universal no ano de 1999, na foto Mãe Gilda aparecia vestida com a indumentária tradicional do candomblé e com uma tarja preta nos olhos. A matéria tinha por título: “Macumbeiros e charlatões lesam o bolso e a vida de clientes”.

O título da matéria é um deliberado ataque a uma sacerdotisa da religiosidade de matrizes africanas veiculado por um jornal vinculado a uma igreja, especificamente, a Igreja Universal do Reino de Deus.

Partindo do exposto, nos cabe sintetizar o debate sobre intolerância religiosa e racismo religioso, demonstrando em que medida reivindicar que as violências sofridas pelas comunidades de terreiro de matrizes africanas extrapolam a categoria de intolerância religiosa, mas sem deixar de reconhecer que o debate sobre intolerância religiosa que se fez no Brasil até aproximadamente o final da segunda década dos anos 2000 foi indispensável para o fortalecimento da luta contra as violências sofridas pelo povo de terreiro.

Assim, pretendemos realizar uma reflexão teórica dividida em três seções. Na primeira seção buscamos delimitar a importância da reivindicação política do termo racismo religioso para identificar as violências sofridas nas comunidades de terreiro de matrizes africanas em detrimento do termo intolerância religiosa.

A segunda seção registra alguns resgates importantes que possibilitam ao leitor identificar que embora o termo racismo religioso seja contemporâneo as práticas relacionadas a ele remontam os períodos coloniais no Brasil.

Na última seção trataremos do plano de poder neopentecostal em curso na atualidade evidenciando o racismo religioso como base ideológica fundamental desse mecanismo do projeto colonialista.

Realização:



Apoio:





## **Racismo religioso e intolerância religiosa: uma luta político-ideológica**

O debate travado no âmbito das ciências sociais na atualidade no que tange às violências sofridas pelas comunidades de terreiro de matrizes africanas tem ganhado visibilidade. Autores como Nascimento (2017) já realizavam importante debate sobre a necessidade da compreensão da insuficiência da intolerância religiosa como forma de identificar as violências sofridas pelas comunidades de terreiro.

Na atualidade as reflexões nesse sentido vêm sendo sedimentadas com produções mais atuais como as de Nogueira (2020), Barros (2022) e Rocha (2025). Não nos interessa aqui fazer um inventário das produções sobre o tema, mas demonstrar apenas, citando algumas obras, que a categoria do racismo religioso está ainda em construção e que é um terreno em disputa.

É importante observar que entre os autores citados é unânime a ideia de que o racismo religioso ou racismo cultural religioso, nos termos de Rocha, é aquele que melhor define as perseguições sofridas pelas populações de terreiros de matrizes africanas.

A “insuficiência da categoria da intolerância religiosa para compreender o que acontece no contexto de violência aos territórios e pessoas que se vinculam aos povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas” (Nascimento, 2017, p. 52) está posta pela própria generalização do seu significado.

A ideia de intolerância nos indica que uma determinada prática religiosa ou forma de vivenciar a religiosidade não é tolerada por alguém. A invasão de espaços de culto, o impedimento de rituais e até as violências mais aviltantes como destruição de objetos de culto e agressões aos adeptos, quando interpretadas como práticas de intolerância religiosa no contexto das perseguições às comunidades de terreiro de matrizes africanas apresenta limites.

Partindo do movimento do real precisamos buscar a compreensão do que está posto na sua totalidade. O que se quer dizer é que não nos interessa interpretar o fenômeno dado, mas compreender o que está na essência desse fenômeno. A síntese de suas múltiplas determinações. Portanto, é pelo movimento dialético do singular, particular e universal que nos é possível entender que o racismo religioso é a categoria analítica que nos permite interpretar o significado das violências sofridas pelas comunidades de terreiros de matrizes africanas.

## **O racismo religioso na história**

Partindo da particularidade brasileira é imprescindível que tratemos de identificar as comunidades de terreiro de matrizes africanas como espaços construídos em diáspora. Nesse sentido, embora o debate sobre racismo religioso seja contemporâneo as suas práticas remontam o período colonial.

Tendo como ponto de partida de nossa análise a formação social brasileira, podemos observar que já no século XVII as manifestações das religiosidades negras eram perseguidas no país. “Em 1685, a parda Clara Garces, viúva, foi denunciada por ter em casa um ‘culto de criatura ou de pau de barro’ em torno do qual vivia ‘curando a todos que a sua casa vinham doentes, usando de calundus e bonifrates” (Reis, 1988, p. 62).

O relato trazido pelo autor é um dos vários registros feitos ao longo dos quase 400 anos de escravidão vigentes no Brasil, em que as autoridades prendiam e puniam os sujeitos que realizassem qualquer tipo de manifestação de tradições de matrizes africanas.

Realização:



Apoio:



Conforme nos demonstra Moura (2014), de 1550 a 1850 o Brasil vivenciou o que o autor identificou como escravismo pleno, ou seja, nesse período foram solidificadas as relações de sujeição dos negros, o aparato jurídico-ideológico foi cimentado com base no modo de produção colonial escravista. A produção de excedente por negros escravizados era a base produtiva daquela sociedade e as relações sociais de produção estavam estruturadas pela divisão de duas classes fundamentais, senhores e escravizados.

A partir dessa estrutura de sociabilidade o racismo era elemento estrutural das relações sociais. A subsunção do negro ao trabalho compulsório só foi possível por dominação violenta e tendo o processo de racialização como base. A criação de uma modernidade pautada na invenção ideológica de uma raça selvagem e passível de ser dominada foi a estratégia colonial para executar o projeto de dominação.

Dos variados mecanismos utilizados para a instauração de uma sociabilidade que pautava a civilidade na padronização eurocêntrica em que o antropocentrismo colocava o homem cisgênero, heterossexual, branco, cristão e violento como padrão para os povos, o racismo religioso assumiu papel fundamental nesse processo.

O Brasil enquanto colônia portuguesa ocupou lugar de destaque na implementação do projeto colonial, sendo definido como lugar de exploração de forma integral. Nessas terras foram implementados territórios para produção de *commodities* para abastecimento do comércio europeu.

A cana de açúcar, o tabaco, o pau-brasil, o café e demais produtos eram produzidos com sangue e suor de negros escravizados, sequestrados de suas terras nativas e jogados em navios que partiam em travessia para o Novo Mundo cercado de barbárie e morte. A colonização foi uma das formas mais bárbaras de acumulação primitiva e foi possível apenas pela racialização dos povos.

Toda produção criada para atender as demandas do capitalismo que se consolidava na Europa, em especial na Inglaterra, não seria possível sem as colônias e suas produções realizadas pelos escravizados. Portanto, destituir essas populações escravizadas de todas as dimensões enquanto sujeitos era imprescindível.

Retirar dos negros seus saberes, sua identificação, religiosidades, modos de viver, apagar suas epistemologias e formas de sociabilidade foi imprescindível. Destruir o negro como ser social retificá-lo, transformando esses sujeitos em mercadoria, os interpretando como semoventes e transferindo para esses sujeitos tudo o que não se quer ser, transformá-lo em não ser, em tudo o que não se quer ser. Essa é a estratégia colonialista de dominação e que tem a racialização por estrutura.

O Não Ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não Ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: autocontrole, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização. No contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de “coisa que fala” (Carneiro, 2023, p. 86).

No processo de colonização do Brasil a racialização de negros africanos e dos indígenas foi fundamento do que a autora afirma ser a construção do não ser. A afirmação do sujeito branco como padrão a ser seguido. A civilidade, a religiosidade o ser último e acabado no processo evolutivo. Aquele que ocupa o lugar mais elevado na escala evolutiva da humanidade.

Esse sujeito padrão que foi construído no período iluminista, conforme Almeida (2019), se materializa nas relações sociais que passam a ser estabelecidas na sociabilidade moderna. Essas relações são pautadas no binômio exploração/opressão, típicos da sociabilidade burguesa, “em séculos anteriores ao capitalismo industrial e imperialista, a ideologia racista surgiu como justificativa para legitimar o comércio escravista e foi um dos pilares da acumulação primitiva do capital” (Almeida, 2017, p. 38-39).

Realização:



Apoio:



Observa-se, portanto, que a sociedade capitalista tem por estrutura garantidora de sua conformação a acumulação primitiva que teve por uma de suas principais fontes de produção de lucro o tráfico e comércio de negros escravizados. O racismo é um negócio lucrativo e desde a instauração da sociabilidade capitalista sedimenta as relações sociais, guardando particularidades em cada formação social.

Nos Estados Unidos, o preconceito tende a ser antes emocional e irracional que intelectual e estético, assumindo o caráter de antagonismo ou ódio intergrupal. Por isso mesmo, suas manifestações são mais conscientes, tomando a forma de exclusão ou segregação intencional da população negra, em relação aos mais diversos aspectos da vida social – segregação ocupacional, residencial, escolar, em instituições religiosas, culturais, recreativas e de assistência social e sanitária, em logradouros públicos, veículos e outros recintos de acesso público. (...) no Brasil, um indivíduo pode ter preconceito contra as pessoas de cor, em geral, e, ao mesmo tempo, ser amigo particular, cliente ou admirador de determinada pessoa de cor, sem que isso cause espécie ou implique uma mudança de atitude ou de conceito das demais pessoas em relação a ele, pois que não envolve uma redefinição de atitude ou de ponto de vista de sua parte. Nos Estados Unidos, o branco que mantém relações de amizade com pessoas de cor é pejorativamente chamado de negro-lover ou de “negro voluntário”, além de estar sujeito a sanções mais drásticas. A pessoa branca que se casa ou se une com uma de cor, socialmente, passa a ser negra, tornando-se objeto de discriminação e sendo relegada ao mundo social dos negros (Nogueira, 2007, p. 296-297).

A partir das contribuições de Oracy Nogueira, fica evidente que embora o racismo seja estrutural à sociabilidade sob a égide capitalista, ele assume formas diferentes em cada particularidade das formações sociais. Não é executado da mesma forma em todas as partes do mundo, mas está presente em cada espaço e território em que o modo de produção capitalista está presente.

A expropriação e exploração das populações negras pelo mundo garantem o lucro exacerbado das potências capitalistas. E se o Brasil na divisão internacional do trabalho se encontra como uma economia dependente isso se dá não apenas por sua inserção atrasada no cenário mundial capitalista, mas pelo lugar que o racismo determinou que deveria ocupar as economias do cone sul.

Os processos de colonização dos países latino-americanos sedimentaram o lugar que deveriam ocupar ao longo da transição e da consolidação do capital. Moura (2014) evidencia que ao longo do escravismo tardio (1850-1888) as relações capitalistas foram implementadas no Brasil e paulatinamente no cenário do escravismo-colonial o *locus* de território negro e superexplorado foi o papel assumido pelo país na transição, na consolidação e no desenvolvimento do capitalismo.

Nesse sentido, o racismo religioso é o mecanismo que foi utilizado na particularidade do processo da formação social brasileira para executar a destruição dos saberes ancestrais e tecnologias de (re)existência negro africana nas comunidades de terreiro de matrizes africanas. Fez e faz parte do processo de subalternização imposto a nação pelo colonialismo.

Na contemporaneidade assume novas roupagens e executa variadas formas de violências que são perpetradas pelo Estado que assume o lugar da omissão. Em muitos casos justifica a sua *não atuação* pelo aparato jurídico-legal ao burocraticamente interpretar as práticas de racismo religioso como crimes de depredação, injúria ou agressão e não como racismo.

Não se pretendemos reivindicar uma lógica punitivista, mas o que está posto em nosso debate é a da negação por parte do Estado de que existe uma especificidade nas perseguições sofridas pelos sujeitos que são vinculados a essas comunidades de terreiro e praticantes de suas tradições. Reiteramos que na essência desse fenômeno

Realização:



Apoio:



está o racismo que constituiu a sociabilidade moderna e que não é reconhecido pelo Estado como tal.

A identificação das práticas negras relacionadas as comunidades de terreiro como negativas, demoníacas e selvagens deram e seguem dando o tom da interpretação da população em geral sobre os significados dessas práticas na atualidade. No período colonial a religião católica cunhou o Orixá como demônio. Durante os primeiros anos da República o Estado criminalizou as práticas de cuidado típicas das comunidades de matrizes africanas por meio do I Código Penal da República em 1891 acusando quem as fizesse de curandeirismo.

No cenário contemporâneo podemos observar que a demonização dessas cosmovisões e modos de vida presentes no terreiro seguem sendo perseguidos. Os ataques adentraram o cenário político no atendimento de uma lógica que fortalece aos interesses da extrema direita em seu aspecto ideológico e conservador. São variados os casos de grande repercussão em que lideranças políticas atacam diretamente as comunidades de terreiro de matrizes africanas e seus adeptos.

### **O racismo religioso como base do plano de poder neopentecostal**

Precisamos em primeiro momento afirmar que nosso debate não tem por objetivo qualquer forma de crítica as práticas e crenças de qualquer religiosidade, nos limitamos à compreensão dos aspectos sociais e políticos que estão relacionados ao uso do aparato religioso e criação de ideologias que legitimam as opressões por meio das religiosidades.

Ao nos referirmos ao neopentecostalismo não nos ocuparemos de compreender os sentidos teológicos do segmento, como não nos interessa também o debate teológico sobre as religiosidades de matrizes africanas. Nos importa refletir sobre as consequências políticas e sociais que resultam do uso de elementos das organizações religiosas na legitimação das perseguições, especificamente contra as comunidades de terreiro de matrizes africanas.

O pentecostalismo surge como um movimento religioso vinculado ao cristianismo e tem por protagonista a população negra norte-americana, entretanto, no Brasil a partir dos anos 1970 o neopentecostalismo surge por iniciativa de Edir Bezerra Macedo, amplamente conhecido como Bispo Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus na década de 1970.

Expoente da vertente neopentecostal, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) difundiu a ideia da existência de uma guerra espiritual entre Deus e o Diabo e justifica a produção e reprodução das expressões da questão social e adoecimento mental dos sujeitos como resultado das ações de encostos<sup>501</sup>.

Na realidade orixás, caboclos e guias – sejam lá quem forem, tenham os nomes que tiverem – não são deuses. Os exus, os pretos-velhos, os espíritos de crianças, os caboclos ou os “santos” são espíritos malignos sem corpo, ansiando por um meio para se expressarem neste mundo (Macedo, 2021, p. 17).

Podemos observar que as ideias difundidas pelo autor estão diretamente ligadas à demonização das divindades e entidades cultuadas nas tradições das comunidades de matrizes africanas. O racismo religioso é evidente na conformação da identificação de um inimigo maligno. A estratégia criada aqui é a interpretação dessas tradições como fruto do mau. Não é novidade esse processo, como já evidenciamos, mas é

<sup>501</sup> Encosto é a nomenclatura difundida entre os adeptos dessa vertente religiosa, neopentecostal, para se referir às divindades e entidades cultuadas nas comunidades de terreiros de matrizes africanas.

Realização:



Apoio:

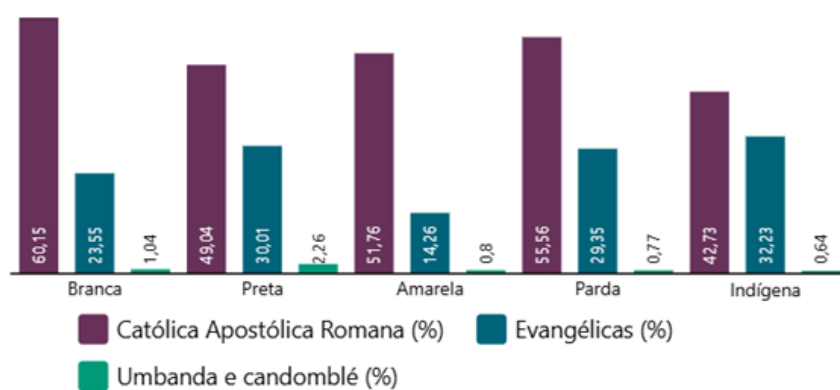


continuidade do projeto colonialista de tentativa de destruição das construções culturais e religiosas dos negros.

Em vários momentos da obra Edir Macedo (2021) apresenta como responsáveis pelo adoecimento psíquico dos sujeitos os encostos. Com base na teologia da prosperidade a lógica que impera no segmento neopentecostal relaciona o enriquecimento às bênçãos divinas e a pobreza e as mazelas sociais como castigos divinos ou maldições.

Se Weber demonstra como a lógica protestante possibilitou o fortalecimento, pela via ideológica, do modo de produção capitalista, no Brasil contemporâneo, o neopentecostalismo têm servido para fortalecimento do racismo religioso, da lógica neoliberal e do projeto colonialista que coloca negros contra negros, pois majoritariamente a população negra está nas religiões cristãs em detrimento das religiosidades de matizes africanas.

**Gráfico 1 – Cor ou raça por religiões selecionadas<sup>502</sup>**



Fonte: IBGE [s/d]

Os dados do último censo do IBGE realizado em 2022 revelam que os negros (pretos e pardos) não chegam à expressão de 3,5% nos segmentos da umbanda e do candomblé. Em um primeiro momento poderíamos ter a impressão de que se trata de contingente, pois ainda de acordo com o referido censo, os cristãos são maioria esmagadora, católicos 56,75% e evangélicos 26,85%, sendo 1,05% identificados como umbandistas e/ou candomblecistas.

Entretanto, o que podemos observar é que a população negra não ocupa os segmentos historicamente construídos por meio de muitas lutas por seus ancestrais em diáspora justamente pela perseguição sofrida por esses segmentos.

O contingente das vertentes de matrizes africanas, embora tenham influenciado de maneira direta a cultura brasileira, ocupa na representação social dos sujeitos o lugar do demônio, do não ser e do selvagem. A expressão religiosa do atraso e da maldade. O proselitismo religioso presente nas religiões cristãs e as relações de opressão estabelecidas por elas com apoio do Estado desde a colonização do Brasil cimentaram a sua hegemonia entre a população em geral.

De forma particular as comunidades de matrizes africanas foram colocadas em um lugar de grupo diferenciado, ou seja, aquele que é interpretado como subalterno, ruim, maligno e fora do que se pretende ser quando o padrão estabelecido é o europeu.

<sup>502</sup> Gráfico elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, s/d). Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=10>>. Acesso em 05 jul. 2025.

Realização:



Apoio:





No Brasil contemporâneo esse processo tem se fortalecido pelo plano de poder neopentecostal.

Plano de poder demonstra que Deus tem um grande projeto de nação elaborado por ele mesmo e que é nossa responsabilidade apresentá-lo e colocá-lo em prática. Na Bíblia, em Gênesis, Deus dá uma aula de planejamento, organização e execução de sua ideia. Ele esclarece sua intenção estadista e a formação de uma grande nação (Macedo; Oliveira, 2008, n/p).

Observamos como em mais uma de suas publicações o líder neopentecostal evidencia a sua intenção de transformar o país em uma teocracia. A tentativa de resgate de elementos judaicos no âmbito litúrgico do segmento neopentecostal como uso de itens como menorá, talit, kipá, bandeira de Israel e estrela de Davi, a representação de um divino belicoso, dominante, temível e destruidor de seus inimigos tem sido uma realidade assustadora na dinâmica da perseguição contra as comunidades de terreiro de matrizes africanas.

A definição de um inimigo espiritual que se materializa e personifica nos sujeitos pertencentes às comunidades de terreiro de matrizes africanas, segundo a ideologia racista, têm sido na contemporaneidade a expressão bárbara pela qual o colonialismo tem sido executado no que tange a tentativa de destruição desses modos de vida.

No Rio de Janeiro temos observado o movimento de determinada facção, terceiro comando puro (TCP) responsável pelo varejo de drogas ilícitas dominar territórios e implementar lógicas violentas pautadas no ideário proveniente do que chamamos aqui de plano de poder neopentecostal. Esse plano de dominação político-ideológico se espalha em variadas vertentes como podemos perceber.

Seja nas instituições democráticas como Supremo Tribunal Federal com ministro “terrivelmente evangélico”, nas casas legislativas com a bancada da bíblia, ou nas regiões periféricas com facções vinculadas ao varejo de drogas ou às milícias. O plano de poder neopentecostal tem por base a fundação de um país teocrático, ultraconservador, capitalista, misógino, LGBTfóbico, racista e violento.

Nesse sentido, podemos dizer que o plano de poder neopentecostal é um dos vários mecanismos do colonialismo e tem hoje executado papel fundamental no fortalecimento do conservadorismo no Brasil. Ele tem por base fundamental o racismo religioso. Justifica as mazelas sociais que são produto da lei geral da acumulação capitalista, pela via ideológica da existência de uma guerra espiritual em curso. Na materialidade personifica as mazelas sociais e adoecimento dos sujeitos pelas maldições provenientes das práticas ancestrais que foram preservadas nas comunidades de terreiros de matrizes africanas.

## Conclusão

Nosso debate não se esgota nesse esforço, mas temos como norte a ideia de fomentar a reflexão na área para que futuras produções amadureçam cada vez mais os estudos acerca do perigoso cenário que está em curso no que tange as perseguições contra as comunidades de terreiro de matrizes africanas.

Ao longo de nosso trabalho buscamos desvelar que o racismo religioso é a base ideológica fundamental que está presente nas perseguições a essas comunidades desde que os negros em diásporas se organizaram e fizeram do espaço do terreiro seu território de resistência.

Foi possível observar que ao longo da formação social brasileira o projeto colonialista em curso criou variadas tecnológicas e formas de tentar destruir o legado da resistência negra presente nessas comunidades e em suas práticas ancestrais. Na atualidade observamos que o plano de poder neopentecostal é parte do projeto colonialista em curso e tem como uma de suas principais bases o racismo religioso que é face do racismo estrutural.

Realização:



Apoio:



Identificamos que a lógica desse plano de dominação neopentecostal tem ganhado espaço por meio de variados grupos que estão em disputa, seja pelas milícias, facções que dominam o varejo de drogas ilícitas, atores políticos ou cidadãos comuns. O que se verifica é que o projeto colonialista tem cada vez mais se fortalecido e subsidiado o fortalecimento da barbárie capitalista e que sua superação depende das lutas sociais pautadas em uma postura anticapitalista, antirracista, antilgbtfóbica, antissexista.

## Referências

ALMEIDA, Magali da Silva. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no Serviço Social. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, jan./abr. 2017.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARROS, Leonardo Patrício. **Racismo religioso: uma outra face do racismo estrutural na formação social brasileira**. 2021. 108 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BRASIL. Decreto nº. 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. **Coleção de leis do Brasil**. Rio de Janeiro, DF, 11 de out. de 1890. Vol. Fasc. X, p. 2664.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. Personalidades negras 2013: Mãe Gilda. **Fundação Cultural Palmares**, 1 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/personalidades-negras-2013-mae-gilda>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**. São Paulo: Zahar, 2023.

FRIGERIO, Alejandro. Exportando guerras religiosas: as respostas dos umbandistas à Igreja Universal do Reino de Deus na Argentina e no Uruguai. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. (org.). **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Panorama – Indicadores: População negra. **Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=10>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MACEDO, Edir. **Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios**. São Paulo: Unipro, 2021.

MACEDO, Edir.; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de poder: Deus, os cristãos e a política**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. O fenômeno do racismo religioso: desafios para os povos tradicionais de Matrizes Africanas. **Revista Eixo**, Brasília-DF, v. 6, n. 2, p. 51-56, nov., 2017. Disponível em: <<https://arquivorevistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/515>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para interpretação do material sobre relações

Realização:



Apoio:



raciais no Brasil. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 287-308, jan./abr. 2007.

REIS, João José. Magia jeje na Bahia: a invasão do Calundu do Pasto da Cachoeira, 1785. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 57-82, mar./ago., 1988.

ROCHA, Carolina. **A culpa é do diabo**: o que li, vivi e senti nas encruzilhadas do racismo religioso. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2025.

Realização:



Apoio:



## A EXCLUSÃO DA EDUCAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL COMO ESTRATÉGIA NEOLIBERAL DE MERCANTILIZAÇÃO

Carina dos Santos Magalhães<sup>503</sup>

Rayane Nunes de Paula<sup>504</sup>

**Resumo:** Este estudo analisa os impactos da exclusão da educação do sistema de Seguridade Social previsto na Constituição Federal de 1988. A partir de uma abordagem teórico-crítica, demonstra-se que essa separação institucional fragiliza o financiamento da educação pública, favorece sua mercantilização e contribui para a reprodução das desigualdades sociais. Argumenta-se que tal exclusão atende aos interesses do capital, limitando o potencial emancipador da educação e impedindo sua articulação com outras políticas sociais essenciais à promoção da cidadania e da justiça social.

**Palavras-Chaves:** Educação; Seguridade Social; Políticas Públicas; Neoliberalismo; Desigualdade.

**Abstract:** This study analyzes the impacts of excluding education from the Brazilian social security system established by the 1988 Federal Constitution. Using a critical theoretical approach, it argues that this institutional separation weakens public education funding, fosters its commodification, and deepens social inequalities. The exclusion is seen as serving capitalist interests by limiting the emancipatory role of education and hindering its integration with other essential social policies, such as health and social assistance. The research highlights the need to recognize education as a fundamental social right within a universal and redistributive protection system.

**Key words:** Education; Social Security; Public Policy; Neoliberalism; Inequality.

### Introdução

A Constituição Federal de 1988 configura-se como um importante marco no avanço no campo dos direitos humanos no Brasil, consagrando direitos fundamentais, como a vida, liberdade e igualdade. Nesse âmbito, a Carta Magna destaca-se pela organização de um sistema de Seguridade Social, composto pelas políticas de saúde, assistência social e previdência social (Brasil, 1998, art. 194 a 204). Embora a educação também tenha sido reconhecida como um direito social essencial (Brasil, 1998, art. 6), ela foi estruturada fora do sistema de Seguridade, recebendo tratamento institucional e financeiro apartado. Essa distinção tem gerado efeitos significativos sobre a política educacional brasileira, em especial, no que diz respeito à sua função redistributiva, ao seu financiamento e à sua capacidade de garantir o direito à educação como um bem público universal.

Behring (2003) destaca que a Seguridade Social representa um núcleo estratégico das políticas públicas de caráter universal e protetivo, sendo essencial à luta contra as desigualdades produzidas pelo modo de produção capitalista. Dessa maneira, pode-se compreender que, ao manter a educação à margem desse sistema, o Estado brasileiro reitera uma concepção restrita de proteção social, fragilizando o papel da

<sup>503</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ), bolsista da CAPES. E-mail: seso.carinamagalhaes@gmail.com

<sup>504</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bolsista PROFAEX. E-mail: rayanenunes094@gmail.com

Realização:



Apoio:



educação enquanto instrumento universal de emancipação e cidadania. Assim, esse distanciamento institucional aprofunda a fragmentação das políticas sociais, dificultando a articulação entre educação, assistência e saúde, um tripé fundamental para o desenvolvimento humano integral (Iamamoto, 2007).

Por mais que a educação, dos níveis primários ao superior, tenha sido estabelecida como gratuita a todos os cidadãos pela Constituição Federal de 1988, esta torna-se um alvo preciso da ofensiva neoliberal, marcada por inúmeras políticas de ajuste fiscal, privatização e redução do papel do Estado. A aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o teto de gastos por 20 anos, representou um marco na retração do financiamento das políticas públicas, afetando diretamente o investimento em educação e acirrando as desigualdades sociais (Gentili, 2017a). A fragilidade orçamentária que caracteriza o financiamento da educação, por não estar respaldada pelos mecanismos de custeio vinculados à Seguridade Social, a torna suscetível à lógica mercadológica, a qual tem se intensificado nas diretrizes das políticas públicas educacionais (Saviani, 2009).

Os efeitos dessa exclusão atingem de forma desproporcional as populações já historicamente marginalizadas, para as quais a escola pública representa, muitas vezes, a única possibilidade concreta de acesso à cidadania. Como afirmam Davis (2016) e Carneiro (2011), a interseção entre racismo estrutural, desigualdade de classe e cisheteronormatividade impõe múltiplas barreiras ao pleno exercício dos direitos educacionais dessas populações.

Ante o exposto, este estudo tem como objetivo analisar criticamente os impactos da não inserção da política educacional no sistema da Seguridade Social, evidenciando o modo no qual essa separação institucional compromete a efetivação do direito ao acesso e à permanência na educação, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais. Posto isso, a partir de uma abordagem teórico-crítica, ancorada nos aportes do Serviço Social, da Sociologia da Educação e do Pensamento Crítico Latino-Americano, busca-se compreender os limites dessa arquitetura constitucional e os caminhos possíveis para a construção de uma política educacional integrada ao sistema de proteção social universal e redistributivo.

## **Breve conceituação e contextualização do sistema de seguridade social no Brasil**

A Seguridade Social, conforme delineada na Constituição Federal de 1988, representa um dos pilares do modelo de proteção social brasileiro. Definida nos artigos 194 a 204, trata-se de um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Fundamentada nos princípios da universalidade da cobertura e do atendimento, da equidade na forma de participação no custeio e da integralidade da atenção, a Seguridade Social configura-se como uma política pública de caráter redistributivo, orientada à promoção da justiça social (Brasil, 1988).

Historicamente, a institucionalização do referido sistema no Brasil está associada aos avanços democráticos da década de 1980 e à luta dos movimentos sociais por direitos universais, como o movimento da Reforma Sanitária. A Constituição de 1988 rompe com o paradigma estritamente contributivo herdado da lógica bismarckiana da previdência social, ao incorporar, também, ações não contributivas, como a assistência social, e ao consolidar a saúde como direito de todos e dever do Estado (Iamamoto, 2007).

Contudo, mesmo sendo concebida como um sistema integrado e universalizante, a Seguridade Social brasileira sempre enfrentou tensões estruturais e contradições impostas pela lógica capitalista dependente e periférica. A disputa em torno do financiamento, da gestão e do alcance das políticas de Seguridade reflete o embate entre projetos societários antagônicos: de um lado, a perspectiva neoliberal de

Realização:



Apoio:





Estado mínimo e focalização; de outro, a defesa de um Estado garantidor de direitos e promotor da equidade (Behring, 2003).

Nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 1990 – com os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso –, o sistema de Seguridade tem sido alvo de recorrentes ataques sob a justificativa de ajuste fiscal, modernização administrativa e sustentabilidade econômica. A Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o novo regime fiscal, é um dos marcos mais contundentes dessa inflexão neoliberal, ao congelar os investimentos sociais por vinte anos, restringindo drasticamente a capacidade do Estado em garantir direitos sociais básicos (Gentili, 2017a).

Apesar desses desafios, o sistema de Seguridade Social permanece como uma das mais importantes conquistas da Constituição Cidadã, sendo essencial na luta contra as desigualdades históricas e estruturais da sociedade brasileira.

No entanto, sua limitação ao tripé saúde, assistência e previdência impôs uma segmentação nas políticas públicas, deixando áreas fundamentais, como a educação, à margem dessa estrutura de proteção social. Tal exclusão revela uma arquitetura institucional fragmentada que compromete a efetividade de direitos sociais universais e interdependentes.

### **Quem ganha com a exclusão da educação no sistema de seguridade social?**

A exclusão da educação do sistema de Seguridade Social não é fruto de um descuido institucional ou mero tecnicismo jurídico, ela responde a interesses concretos de reprodução das desigualdades sociais, econômicas e raciais que sustentam a lógica capitalista. Assim, ao se questionar a quem interessa que a educação pública não esteja protegida pelo mesmo sistema que garante o direito à saúde, à assistência e à previdência, deve-se apreender que a resposta exige uma análise crítica das funções que a educação pode desempenhar numa sociedade de classes.

Desde os primórdios do pensamento liberal burguês, a manutenção de amplas parcelas da população em condições de ignorância e pobreza é vista como funcional à ordem capitalista. Bernard de Mandeville (1728) defendia que a ignorância popular era útil, visto que ajudava a conter os desejos, mantendo os indivíduos conformados com sua posição social e, assim, facilitando o controle social. Desse modo, entende-se que, para Mandeville, a miséria tem utilidade moral e econômica, dado que gera uma mão de obra obediente, barata e disponível, consolidando a desigualdade como uma "virtude social".

Esse pensamento, embora formulado no século XVIII, continua operando na lógica neoliberal contemporânea. Assim, faz-se possível compreender que, quando a educação é mantida fora do sistema de proteção social integral, ela se torna vulnerável à mercantilização e ao sucateamento, impossibilitando sua função emancipadora. Logo, ela deixa de ser um instrumento de transformação social e passa a cumprir um papel adaptativo, preparando os sujeitos conformes às exigências do mercado, ao invés de formar cidadãos críticos capazes de intervir na realidade.

No entanto, Freire (1996), concebe a educação como prática da liberdade e, assim, defende que ensinar e aprender são atos políticos. Sendo assim, entende-se que negar à classe trabalhadora, às populações negras, periféricas e LGBTI+ uma educação crítica e de qualidade é uma forma de negar-lhes a própria possibilidade de questionar a ordem vigente. Nesse sentido, a não inclusão da educação na Seguridade Social é um mecanismo de controle e silenciamento social.

Ante o exposto, entende-se que quem ganha com essa exclusão são os grupos econômicos e políticos que se beneficiam da manutenção de uma massa precarizada, despolitizada e com acesso limitado ao conhecimento.

Realização:



Apoio:



Assim sendo, os setores dominantes encontram na desarticulação entre as políticas sociais, especialmente entre educação, saúde e assistência, um ambiente fértil para o avanço da mercantilização da vida e para a naturalização das desigualdades. Em síntese, essa fragmentação enfraquece a capacidade do Estado de garantir proteção integral e coordenada, permitindo que a lógica do mercado penetre e controle áreas que deveriam ser públicas e universais (Behring, 2003).

O grande capital lucra diretamente com a ausência de uma educação pública, crítica e de qualidade voltada à classe trabalhadora. Desse modo, a desinformação e a limitação do acesso ao conhecimento geram uma força de trabalho mais submissa, desorganizada e explorável, como já alertava Mandeville (1714) ao justificar moralmente a utilidade da pobreza para a estabilidade da ordem social. À vista disso, conclui-se que quanto menos crítica for a população, maior a dificuldade de organização coletiva e resistência aos processos de exploração e expropriação das classes subalternas.

Posto isso, observa-se que uma população com menores níveis de escolarização formal tende a ser absorvida de forma mais intensa em postos de trabalho precários, informais ou desprovidos de direitos trabalhistas garantidos. Tal condição favorece os interesses do capital, ao assegurar uma força de trabalho mais vulnerável, disponível e facilmente explorável (Antunes, 2018; Behring 2003).

Dessa maneira, Antunes (2018) observa que o capitalismo contemporâneo, especialmente em sua fase ultraneoliberal, exige sujeitos adaptáveis, obedientes e descartáveis. Assim, a ausência de uma educação emancipadora atende perfeitamente a esse perfil desejado pelo mercado, fornecendo trabalhadores que não questionam, não exigem direitos e se submetem à lógica de exploração capitalista.

Por outro lado, a própria mercantilização da educação configura-se como um setor altamente lucrativo dentro da lógica neoliberal. Com o progressivo sucateamento da escola pública, promovido por políticas de austeridade fiscal e cortes sistemáticos de investimentos (Behring, 2003), observa-se a ampliação da oferta de ensino privado de baixa qualidade, voltado prioritariamente à formação técnica instrumentalizada e à adaptação do indivíduo às exigências do mercado (Gentili, 2003; Saviani, 2009). Nessa perspectiva, a escolarização deixa de ser um processo formativo emancipador e passa a assumir um caráter funcionalista e superficial, centrado em discursos como “empreendedorismo” e “autoajustamento” (Duarte, 2016).

Em face do exposto, trata-se de uma dupla violência social: de um lado, nega-se o acesso à educação pública de qualidade como um direito universal; de outro, oferece-se uma versão empobrecida desse direito como mercadoria, produzindo um ciclo de exclusão que afeta principalmente as camadas populares, negras e periféricas. Essa lógica atende aos interesses do capital educacional privado, que se expande sobre as ruínas da escola pública ao denunciar a transformação da educação em um campo de negócios altamente rentável, subordinado às regras da competitividade e da eficiência empresarial (Gentili, 2017b).

Como alerta Gentili (2017c), a negação da educação como direito social pleno é parte de uma pedagogia da exclusão que sustenta o projeto neoliberal na América Latina. Em síntese, essa pedagogia tem como objetivo não apenas retirar o Estado do seu papel de provedor de direitos, mas também impedir que os setores populares desenvolvam consciência crítica de sua própria condição, enfraquecendo, assim, as possibilidades de transformação social. A exclusão educacional, portanto, não é apenas efeito colateral do capitalismo, mas constitui-se como um de seus pilares funcionais.

Dessarte, incluir a educação na Seguridade Social não é apenas uma questão jurídica ou administrativa, é uma escolha política e ideológica, na qual impacta diretamente na estrutura de poder da sociedade, além de implicar na legitimação e na perpetuação do sistema capitalista.

Isto posto, tal inclusão implicaria o reconhecimento da educação como direito social fundamental, articulado à promoção da cidadania, da justiça social e da

Realização:



Apoio:



democracia substantiva. Por essa razão, a perspectiva e a luta por uma educação gratuita, crítica e de qualidade enfrenta resistência por parte dos grupos que se beneficiam da reprodução das desigualdades sociais e da manutenção de um modelo societário excludente, centrado na lógica de mercantilização dos direitos.

## Considerações finais

A análise desenvolvida neste estudo permitiu compreender que a não inclusão da educação no sistema de Seguridade Social brasileiro não se trata de uma omissão técnica, mas de uma opção política e ideológica que favorece a reprodução das desigualdades estruturais da sociedade brasileira (Behring, 2003; Iamamoto, 2007).

Assim, a educação, enquanto direito social fundamental previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, foi institucionalmente apartada do sistema de Seguridade Social, que é estruturado pelos direitos à saúde, à assistência social e à previdência, comprometendo sua função redistributiva, seu financiamento estável e sua articulação com outras políticas sociais essenciais (Brasil, 1988).

Ao ser mantida à margem da Seguridade Social, a educação passou a ocupar uma posição mais vulnerável frente às diretrizes neoliberais que vêm orientando as políticas públicas brasileiras desde a década de 1990. Esse processo se intensificou com o avanço de reformas de cunho fiscalista e restritivo, culminando na promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016. Tal emenda, também conhecida como a "PEC do Teto de Gastos", impôs um limite rígido para os investimentos públicos por um período de 20 anos, desconsiderando fatores como o crescimento populacional e as demandas sociais crescentes, o que comprometeu seriamente a capacidade do Estado de ampliar ou até mesmo manter o financiamento adequado de políticas sociais, como a educação.

Nesse cenário, a educação pública foi ainda mais subordinada à lógica de mercado, com a introdução de mecanismos de avaliação padronizada, meritocracia e privatização indireta por meio de parcerias público-privadas, terceirizações e ampliação de contratos com organizações sociais. Tais medidas refletem a racionalidade neoliberal que privilegia a eficiência fiscal e a competitividade em detrimento do direito à educação como política de Estado. Como aponta Gentili (2017a), o congelamento dos investimentos sociais institucionalizado pela EC 95 não apenas precariza as condições materiais das escolas públicas, mas também sinaliza uma ruptura com o pacto constitucional de 1988, que reconhecia a educação como direito social e dever do Estado. Assim, a exclusão da educação da Seguridade evidencia uma escolha política que relega a formação cidadã e a justiça social a um plano secundário frente aos interesses do ajuste fiscal e do capital.

Cabe destacar que essa limitação orçamentária fragiliza de forma estrutural a capacidade do Estado em assegurar o direito fundamental à educação pública, gratuita e de qualidade, especialmente nos níveis mais básicos de ensino. Sendo assim, quando os investimentos são insuficientes, escolas sofrem com infraestrutura precária, falta de materiais pedagógicos, escassez de profissionais qualificados e a ausência de políticas de permanência, como merenda escolar, transporte, bolsas, atendimento psicossocial e programas de inclusão.

Esse cenário afeta de forma desproporcional os segmentos sociais historicamente marginalizados, como a população negra, periférica, indígena, LGBTQIA+ e a classe trabalhadora. Para esses grupos, a escola pública representa não apenas um espaço de aprendizagem, mas também um local de proteção social, de acesso a políticas públicas e, em muitos casos, a única ponte possível para o exercício pleno da cidadania e da mobilidade social (hooks, 2013).

Dessa maneira, cabe destacar que a educação, em contextos marcados pelo racismo estrutural e pelas desigualdades de classe e gênero, não pode ser analisada

Realização:



Apoio:



isoladamente de suas dimensões políticas. Assim, a escassez de recursos não é neutra, visto que perpetua desigualdades, reforça a lógica da exclusão e limita o potencial emancipador da escola. Em outras palavras, a desvalorização da escola pública por meio de cortes e restrições orçamentárias não é apenas uma questão técnica ou fiscal, mas uma decisão política que impacta diretamente a vida daqueles que mais dependem da ação do Estado para garantir direitos (Carneiro, 2011; Davis, 2016).

Logo, é fundamental compreender que a disputa por orçamento na área da educação é, também, uma disputa por justiça social, por equidade e por um projeto de sociedade mais inclusivo e democrático.

Como discutido ao longo do trabalho, essa exclusão atende aos interesses do capital, que se beneficia tanto da desinformação quanto da precarização das condições de trabalho e vida. A manutenção de uma força de trabalho submissa e despolitizada, como apontado por Mandeville (1728) e retomado por Antunes (2018), é funcional à ordem capitalista, uma vez que garante mão de obra barata, disponível e adaptável às exigências do mercado.

Nessa lógica, a mercantilização da educação torna-se altamente lucrativa, especialmente para os grupos privados que se expandem sobre os escombros da escola pública, oferecendo uma formação tecnicista e superficial, voltada ao empreendedorismo e à lógica do autoajustamento (Duarte, 2016; Saviani, 2009).

Somado a isso, o distanciamento entre educação, saúde e assistência social aprofunda a fragmentação das políticas públicas, inviabilizando uma abordagem intersectorial capaz de garantir o desenvolvimento humano integral (Iamamoto, 2007).

Dessa maneira, essa desarticulação, como enfatiza Behring (2003), enfraquece a capacidade do Estado em promover a proteção social de forma universal e coordenada, favorecendo a penetração da lógica mercantil e a erosão dos direitos sociais conquistados.

Em contraposição a esse cenário, autores como Freire (1996) defendem uma concepção de educação como prática da liberdade, condição essencial para a construção da cidadania crítica e para a transformação da realidade social. Assim, incluir a educação na Seguridade Social não é apenas uma medida jurídica ou administrativa, mas sim um posicionamento político comprometido com a democratização do conhecimento, com a justiça social e com a consolidação de um projeto societal baseado na equidade, na solidariedade e na dignidade humana.

Portanto, reconhecer a educação como parte integrante da Seguridade Social significa afirmar seu papel estratégico na luta contra as desigualdades e na construção de uma democracia substantiva. Trata-se de uma proposta que visa romper com a lógica do capital e colocar a educação a serviço da emancipação social, da consciência crítica e da garantia efetiva dos direitos sociais para todas e todos (Gentili, 2017b; Behring, 2003; Antunes, 2018).

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**, de 25 de março de 1824. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acesso em 03 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 5 de outubro de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03 jun. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DAVIS, Angela. **Liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Newton. **Crítica ao fetichismo da individualidade**: para uma pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GENTILI, Pablo. A educação na constituinte: a construção de um novo paradigma educacional no Brasil? *In*: CUNHA, Luiz Antonio; GÓES, Moema (org.). **Educação e Constituinte**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 29-52.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

GENTILI, Pablo. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GENTILI, Pablo. A austeridade contra a educação: o ajuste fiscal e o financiamento das políticas educacionais no Brasil. *In*: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; DUARTE, Maria Thereza Machado (org.). **Educação e crise do capital no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2017a. p. 33-56.

GENTILI, Pablo. **A falsa promessa da igualdade: neoliberalismo, educação e pobreza**. São Paulo: Boitempo, 2017b.

GENTILI, Pablo. A ofensiva conservadora: do neoliberalismo à pedagogia da exclusão. *In*: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e neoliberalismo**: crítica ao modelo educacional da reforma. Petrópolis: Vozes, 2017c. p. 9-42.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MANDEVILLE, Bernard de. **A fábula das abelhas**: ou vícios privados, benefícios públicos. São Paulo: Editora Unesp, [1714] 2017.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

Realização:



Apoio:





## **DIREITO À CIDADE É PARA QUEM?** mulheres negras, racismo socioambiental e serviço social

Luana Martins Santos<sup>505</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa como o racismo socioambiental, interligado à interseccionalidade de raça, gênero e classe, cria barreiras que restringem o acesso de mulheres negras ao direito à cidade no Brasil, comprometendo suas rotinas, histórias e, sobretudo, suas escolhas. O estudo compreende o território como espaço de materialização de desigualdades e ressalta o papel do Serviço Social em desvelar e enfrentar as violações de direitos decorrentes dessa estrutura. Afinal, "Direito à Cidade é para quem?"

**Palavras-chave:** Racismo Socioambiental, Direito a Cidade, Serviço Social, Território e Interseccionalidade

**Abstract:** This article analyzes how socio-environmental racism, intertwined with the intersectionality of race, gender, and class, creates barriers that restrict Black women's access to the right to the city in Brazil, compromising their routines, histories, and, above all, their choices. The study understands territory as a space where inequalities materialize and highlights Social Work's role in unveiling and confronting the rights violations stemming from this structure. Ultimately, "The Right to the City: For Whom?"

**Keywords:** Socio-environmental Racism, Right to the City, Social Work, Territory, Intersectionality

### **Introdução**

No Brasil, o cenário urbano, especialmente nas grandes cidades, é palco de contrastes acentuados e profundas desigualdades socioespaciais. Longe de ser um espaço democrático por natureza, a organização das metrópoles estrutura-se a partir de lógicas históricas que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros. Nesse panorama, as mulheres negras enfrentam uma realidade particularmente desafiadora. A intersecção de raça, gênero e classe as posiciona em uma condição de vulnerabilidade, conforme abordado por autoras como Kimberlé Crenshaw (2005) e Patricia Hill Collins (2019), que se traduz na negação de direitos fundamentais e na precarização de suas existências, inclusive no ambiente urbano.

No cerne desta discussão, a compreensão do racismo socioambiental é fundamental. Ele se manifesta na distribuição desigual de recursos urbanos e ambientais, impactando desproporcionalmente as comunidades negras, conceito bem definido por Tânia Pacheco (2007). A ausência de saneamento básico, a exposição à poluição, a proximidade a áreas de risco e a escassez de equipamentos urbanos essenciais são facetas desse racismo, das quais emergem as múltiplas violências experienciadas e a negação do direito a um ambiente seguro e justo para as mulheres negras.

Nesse contexto de vulnerabilidades e violências sistêmicas, o presente artigo se propõe a analisar a fragilização do pleno direito à cidade para mulheres negras. Para isso, utilizaremos o conceito de "muros invisíveis" para descrever as barreiras não físicas (sejam elas simbólicas, econômicas, sociais ou políticas) que segregam, excluem e impedem o acesso e a plena participação dessas mulheres no ambiente urbano. Em contrapartida, os "gritos visíveis" representam as vozes e as manifestações explícitas

---

<sup>505</sup> Assistente social, graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: luana.pmartins@yahoo.com.br

Realização:



Apoio:



da injustiça e as denúncias de violações de direitos. O direito à cidade, como conceituado por Henri Lefebvre (2016) e aprofundado por David Harvey (2012), transcende o mero acesso formal, implicando o direito de todos os habitantes de participar ativamente da produção, uso e transformação do espaço urbano, usufruindo de seus benefícios de forma equitativa e justa.

Veremos, contudo, como esse direito é sistematicamente negligenciado sobretudo às mulheres negras, cujas vidas e corpos são transformados em territórios de conflito. Essa perspectiva se alinha à compreensão de Milton Santos (2006) sobre o território usado como o "chão mais a identidade", onde as dinâmicas sociais se materializam e as desigualdades se inscrevem. Com isso, o artigo busca oferecer subsídios para o olhar crítico e a atuação do Serviço Social diante dos desafios impostos pelo racismo socioambiental e pela precarização da vida urbana das mulheres negras.

### **Racismo socioambiental, direito à cidade e território**

A cidade, enquanto palco de formação e reprodução social, sempre materializou os conflitos e contradições de uma sociedade marcada por desigualdades históricas. É nesse cenário que o racismo socioambiental emerge como uma das faces mais cruéis da segregação e da injustiça. Para compreender a profundidade desse fenômeno, faz-se uso da definição de Racismo Ambiental da professora Tânia Pacheco (2007), que transcende as discussões setoriais e abrange a totalidade de suas implicações:

Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto 'racial', não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. (...) O conceito de Racismo Ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo paradigma civilizatório, por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem e etnia (Pacheco, 2007.n/p).

Neste artigo, a opção pela categoria "Racismo Socioambiental" busca abarcar uma dimensão mais ampla do fenômeno, que transcende o enfoque restrito às questões climáticas ou de saneamento básico. Compreende-se que tal conceito engloba as relações intrínsecas entre desigualdades raciais, injustiça ambiental e as estruturas sociais que produzem a segregação espacial e a precarização da vida, especialmente nas cidades.

O racismo socioambiental se manifesta, portanto, na desconsideração das condições inadequadas de saneamento e do acesso limitado à água potável, à coleta de lixo, e ao calor excessivo vivido sobretudo nas periferias. Além disso, implica na escassez de equipamentos urbanos essenciais, como escolas e postos de saúde, no acesso precário ao transporte público, e na restrição ao lazer e a tantos outros direitos fundamentais.

A omissão desses fatores configura o apagamento da própria história e dos impactos sociais que se perpetuam até os dias atuais. Trata-se, portanto, de uma forma de racismo que se manifesta nas desigualdades socioambientais, comprometendo diretamente a qualidade de vida de comunidades historicamente marginalizadas. Essa realidade afeta sobretudo as mulheres negras, que, na base da pirâmide do racismo estrutural, vivenciam as mais severas consequências em razão de critérios de raça e classe (Gonzalez, 1984).

Por sua vez, o direito à cidade, conforme conceitua Henri Lefebvre (2016), exige uma redefinição pelos próprios habitantes que nela vivem, implicando a compreensão de que os conflitos são partes indissociáveis da realidade urbana. Lefebvre (2006; 2002) também critica a cidade construída para o consumo e regida por planejamentos

Realização:



Apoio:



burocráticos, que sistematicamente falham em acolher a heterogeneidade de manifestações e existências. Assim, o direito à cidade representa a própria reinvenção da vida urbana, acolhendo seus arranjos e desejos, e se manifesta na capacidade de transformar o espaço, desafiando sua racionalidade codificada, numa perspectiva que também dialoga com as análises de David Harvey (2012).

Em suma, o direito à cidade transcende a mera formalidade de acesso; ele é a prerrogativa coletiva de reinventar o espaço urbano, acolher suas diversidades e promover a participação ativa na sua construção. Essa reinvenção e apropriação da cidade, fundamentais ao direito de transformá-la, encontram ressonância direta na concepção de território usado de Milton Santos (2006). Para Santos, o território não é apenas um arranjo de sistemas naturais e objetos construídos, mas o "chão mais a identidade", onde as dinâmicas sociais se materializam e as desigualdades se inscrevem. Conforme ele descreve:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho: o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 2006, p. 14).

Assim, o direito à cidade está intrinsecamente relacionado à liberdade de escrever a própria história em determinado território, de acordo com a cultura e a identidade de um indivíduo ou coletividade. Ele pressupõe a ausência de interferências, controles e interesses econômicos e políticos que possam cercear a autonomia do percurso. É sentir-se pertencente a um determinado espaço, com a posse definitiva desse território, garantindo igualdade, fraternidade e troca de saberes, sem reservas ou limitações. No entanto, a realidade da urbanização frequentemente desafia esses princípios, expondo o compromisso estatal com a especulação imobiliária e planejamentos urbanísticos excludentes, que intensificam a pobreza e os conflitos urbanos (Lefebvre, 2006).

Nesse cenário de contrastes e desigualdades, a urbanização, longe de ser um processo neutro, atua como um influente configurador de vidas e relações sociais e, quando analisada sob perspectiva interseccional (Davis, 2016; Gonzalez, 1984), revela como suas práticas intrinsecamente segregam corpos e identidades, especialmente no que tange a gênero e raça. Diante disso, a questão fundamental que emerge é: afinal, de quem é a cidade, e como sua cartografia foi historicamente desenhada para excluir? (Ribeiro; Ávila, 2019, p. 3).

Diante desse questionamento, a informalidade urbana emerge não como um fenômeno periférico, mas como um componente intrínseco e complexo da estrutura da cidade. A informalidade constitui um modo particular de funcionamento das relações, em que, conforme destacam Gonçalves, Bautes e Maneiro (2018, p. 16):

O Estado não está ausente desses espaços, muito pelo contrário, em muitos casos, é um dos autores principais no desenvolvimento e consolidação dessas áreas. O problema ainda em questão é conhecer, com maior precisão, as modalidades específicas de exercício do poder do Estado nos espaços informais: as formas de negociação, de tramitação de conflitos, de construção de 'zonas liberadas', de criação de tributos informais, entre outros." (Gonçalves; Bautes; Maneiro, 2018, p. 16).

Essa perspectiva aponta que o Estado atua nessas áreas informais não apenas pela presença direta, mas também pela ausência de recursos e serviços essenciais, exercendo seu poder através de arranjos complexos e muitas vezes invisíveis.

Realização:



Apoio:



Essa compreensão se alinha ao conceito de exclusão integrativa de Yazbek (2001), descrevendo um pertencimento paradoxal, onde a inclusão se dá pela exclusão. É uma modalidade de inserção que se define pela não participação plena e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída. Isso se manifesta em regiões empobrecidas globalmente, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento. É nesse contexto de contradições que se erguem os "muros invisíveis", barreiras não físicas (normativas, sociais ou econômicas) que restringem o direito à cidade e impactam desproporcionalmente grupos vulnerabilizados, e que se adensam especialmente para as mulheres negras.

A complexidade dessas dinâmicas urbanas, onde o racismo socioambiental e a informalidade produzem esses "muros invisíveis", interpela diretamente a atuação do Serviço Social. A compreensão interseccional das condições de vida nas periferias e o reconhecimento do território como espaço de múltiplas manifestações de desigualdade são cruciais para a intervenção profissional, que busca desvelar as violações de direitos e fomentar a justiça socioespacial.

### **Mulheres negras e o direito à cidade: a exclusão histórica e os desafios para o serviço social**

A realidade socioambiental atual possui raízes profundas no período escravagista. Estima-se que cerca de 4 milhões de africanos foram trazidos ao Brasil como escravos entre os séculos XVI e meados do XIX (FUNDAÇÃO CASA RUI BARBOSA, 2015). A abolição da escravidão, em 1888, não foi acompanhada por políticas de inclusão, lançando os "libertos" em um vazio estrutural. Ao contrário dos imigrantes europeus, que receberam terras e apoio governamental, nenhuma política pública de oportunidades de trabalho, moradia ou acesso a serviços básicos e cidadania foi estabelecida para a população negra. Essa desassistência histórica resultou na desterritorialização e na manutenção da população negra à distância dos centros urbanos, configurando uma forma incipiente de segregação espacial (Pacheco, 2010).

No período escravagista, a mulher negra não era apenas força de trabalho para o colonizador branco; ela vivenciava uma severa exploração sexual. Seu corpo se tornou o epicentro de múltiplas opressões, intrinsecamente ligadas por raça, gênero e classe, gerando desvantagens históricas duradouras. Tais desvantagens influenciam decisivamente a posição social e econômica das mulheres negras na atualidade, perpetuando o legado da escravidão em estereótipos e na subalternização associados ao corpo feminino negro, como as imagens da mulata hipersexualizada e da doméstica, que revitalizam os arquétipos da "mucama" e da "mãe-preta" (hooks, 2019).

Essa realidade complexa, que Lélia Gonzalez (1982) problematiza como a construção de um lugar social estigmatizado pela inferiorização, marginalidade e hipersexualização dos corpos negros no território nacional, configura um verdadeiro apartheid social e territorial. Tais espaços sociorraciais, como Garcia (2023) aponta, são constituídos pelo contexto sócio-histórico de marginalização e pela sistemática expulsão dos corpos negros do projeto de modernização do país. Nesse cenário, a rua, apesar de ser espaço de controle, também emerge como palco de reconfiguração socioespacial e de vida coletiva.

Sendo assim, o acesso ao direito à cidade para mulheres negras manifesta-se de forma distinta conforme as regionalidades e as especificidades urbanas. A atuação do Serviço Social, nesse sentido, exige uma profunda compreensão das raízes da questão racial e de gênero no Brasil. É a partir do desvelamento desses processos históricos de desterritorialização e vulnerabilização que a profissão pode embasar suas intervenções, buscando superar os legados da exclusão e promover o reconhecimento e a valorização das existências negras no espaço urbano.

Realização:



Apoio:



As disparidades entre as regiões do Brasil, e mesmo dentro de uma mesma cidade como o Rio de Janeiro, evidenciam a complexidade dessa exclusão. É crucial pontuar que não se trata de uma generalização, mas de realidades multifacetadas que demandam uma análise atenta do Serviço Social. Por exemplo, mulheres negras que residem em comunidades da Zona Sul do Rio, embora geograficamente próximas a áreas com maior infraestrutura e recursos de mobilidade, também enfrentam as expressões do Racismo Estrutural em suas rotinas de trabalho (como domésticas e prestadoras de serviços para a classe média local). Adicionalmente, sofrem os impactos referentes à objetificação de seus corpos e à escassez de redes de apoio.

Já as mulheres negras que residem na Zona Oeste, além das características já citadas, são ainda mais impactadas pela deficiência da estrutura urbana, especialmente no que diz respeito à locomoção e ao acesso a serviços essenciais. Nessas localidades, a falta de saneamento básico, a precariedade da moradia e a distância dos centros de oportunidade são drasticamente maiores. Tal contexto resulta em tempos de deslocamento exaustivos, maior exposição à violência e acesso limitado a serviços essenciais, intensificando a sobrecarga cotidiana enfrentada por essas mulheres e aprofundando a segregação espacial no acesso à terra, à moradia digna, à saúde, ao lazer e a um ambiente urbano verdadeiramente equitativo e promotor de vida digna. Nesse panorama, a escuta ativa se configura como uma ferramenta indispensável ao Serviço Social, permitindo compreender a singularidade de cada história e as escolhas de vida, além de subsidiar a identificação das múltiplas manifestações de desigualdade que permeiam cada território e a construção de estratégias de intervenção mais assertivas.

## **1. Mobilidade urbana e violência obstétrica**

A mobilidade urbana para mulheres negras é um campo minado de discriminação e violência. Uma pesquisa do Instituto Locomotiva (Campos, 2022) revela dados alarmantes que sublinham essa vulnerabilidade nos deslocamentos: 72% delas temem sofrer algum tipo de assédio sexual, 64% temem uma agressão física e 47% temem sofrer racismo. Além da violência explícita, a pesquisa evidencia a naturalização do racismo estrutural, com 69% da população considerando-o comum no cotidiano, e apenas 25% acreditando na punição efetiva dos agressores. Nesse cenário, as demandas femininas permanecem negligenciadas no planejamento do transporte público, apesar de as mulheres constituírem a maioria da população usuária e realizarem um número maior de deslocamentos, muitas vezes responsáveis pelos percursos de suas famílias.

No que tange à importunação sexual no transporte público do Estado do Rio de Janeiro, uma reportagem de Bárbara Souza (2023) no site Notícia Preta, baseada em dados de 2022 do Instituto de Segurança Pública (ISP) e da Casa Fluminense, expõe um cenário alarmante: do total de 172 casos registrados naquele ano, 55% das vítimas eram mulheres negras, evidenciando uma vulnerabilidade desproporcional. As ocorrências no transporte representaram 10% do total desse crime em todo o estado, e 22% das vítimas eram menores de idade, sublinhando a dimensão e a gravidade da violência nesse ambiente.

Essa mesma lógica de invisibilidade e desconsideração das especificidades das mulheres negras, que se manifesta na mobilidade urbana, reproduz-se de forma ainda mais perversa no acesso à saúde, especialmente no que tange à violência obstétrica. A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2017), em seu caderno de Saúde Pública, reportou que essa violência incide de forma diferenciada entre as mulheres, com maior prevalência entre as mulheres negras no Brasil. Os dados são alarmantes e indicam que mulheres negras enfrentam disparidades significativas na atenção à saúde: são 62% mais propensas a ter um pré-natal inadequado, 23% a não terem acompanhamento

Realização:



Apoio:





contínuo na maternidade, 67% a estarem sem acompanhante no parto e 33% a realizarem peregrinação antes do parto.

Ainda de acordo com os dados da FIOCRUZ (2017), a realização de procedimentos como episiotomia, analgesia peridural e cesariana eletiva é mais frequente em mulheres brancas e com elevado nível de escolaridade. É crucial sublinhar que 49% das episiotomias em mulheres negras foram executadas sem anestesia local. Essa aparente contradição corrobora a existência de violência e racismo obstétrico, evidenciando as profundas disparidades raciais no acesso e na qualidade da atenção à gestação e ao parto experimentadas por mulheres negras nas maternidades brasileiras.

Tais violências e disparidades se estendem a outras esferas fundamentais da vida urbana, impactando diretamente a segurança e a qualidade de vida das mulheres negras no que se refere à moradia, ao saneamento básico e aos efeitos da crise climática.

## 2. Mulheres negras: condições de vida, ambiente urbano e bem-estar

Além dos desafios já evidenciados na mobilidade e na saúde, o direito à cidade para mulheres negras é sistematicamente negado em aspectos fundamentais como moradia, saneamento básico, proteção diante da crise climática, acesso ao lazer e suporte à saúde mental. Essas áreas, embora distintas, convergem para formar um quadro complexo de privações que afeta desproporcionalmente a vida e o bem-estar dessa população, reforçando a natureza multidimensional da exclusão urbana.

As dificuldades socioambientais e econômicas enfrentadas por mulheres negras e pardas, perpetuadas pelo racismo, são acentuadas no que tange ao acesso ao saneamento básico e aos efeitos da crise climática. Segundo o relatório do Instituto Trata Brasil (2022), mais de 41 milhões de brasileiras não possuem acesso adequado à infraestrutura sanitária. Essa privação é particularmente grave em domicílios chefiados por mulheres negras, onde 40% das mães negras e solteiras carecem de tratamento de esgoto adequado (IBGE, 2020). Tal carência de água e saneamento básico gera impactos irreversíveis à saúde e à vida, contribuindo para o adoecimento e a precarização. Essa fragilidade é intensificada pela baixa renda e alta informalidade no mercado de trabalho, resultando em um rendimento médio cerca de 45% menor do que o de homens brancos em 2022 (IBGE, 2023).

Essa disparidade, acrescida ao quadro de insegurança alimentar vivenciado por mulheres negras, se potencializa devido à escassez de redes de apoio formais, como creches públicas. Os dados revelam uma lacuna significativa no suporte infantil: apenas 35,6% das crianças de 0 a 3 anos com mães negras frequentaram creches ou pré-escolas em 2019, em nítido contraste com 42% daquelas com mães brancas (IBGE, 2020), impactando diretamente a capacidade das mães de inserção no mercado de trabalho e na educação.

No que concerne à crise climática, a reportagem na BBC News (Vilicic 2024) revelou que o calor extremo afeta desproporcionalmente pessoas negras, idosas e mulheres no Brasil. A pesquisa identificou esses grupos como os mais vulneráveis a eventos climáticos extremos. Tais eventos não são democráticos; eles atingem de forma mais severa aqueles que carecem de recursos de adaptação e enfrentam condições socioeconômicas precárias, resultando em acesso limitado a moradia digna, sistema de saúde e meios de prevenção. Nesse sentido, uma reportagem da Revista Veja (Negros...2023), citando o geógrafo Diosmar Filho (UFF), destaca que os efeitos das ondas de calor extremo são mais intensos para as populações de áreas periféricas dos centros urbanos. Isso ocorre porque essas localidades, majoritariamente habitadas por pessoas negras, apresentam infraestrutura deficiente e menor assistência à saúde, transporte, saneamento e moradia.

Realização:



Apoio:



Paralelamente a essas privações estruturais, o direito ao lazer, embora garantido pela Constituição Federal brasileira de 1988 (Art. 6º e Art. 217, §3º), também se configura como um mecanismo de segregação. O racismo ambiental se manifesta na deficiência do acesso de determinados grupos sociais a essa garantia básica. No município do Rio de Janeiro, por exemplo, cinemas, teatros, praias e parques ainda prevalecem nas áreas nobres da cidade. Apesar dos esforços recentes da prefeitura em construir parques em alguns bairros da Zona Oeste e Zona Norte, a distribuição e a qualidade desses espaços ainda são desiguais, tornando-se, na prática, um mecanismo de valorização e diferenciação social, com investimentos e manutenção desiguais em detrimento de áreas populares.

Essa desigualdade é ainda mais acentuada para as mulheres da Baixada Fluminense, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, onde atuo como assistente social há 9 anos. Para elas, o acesso a espaços de lazer e cultura é um desafio diário, dada a distância, a precariedade do transporte público e a falta de equipamentos culturais em seus próprios bairros e municípios. A ironia geográfica de o Cristo Redentor estar de costas para a Baixada Fluminense e de frente para a Zona Sul é um símbolo potente dessa segregação, ilustrando como o lazer, a beleza e os investimentos turísticos da cidade são direcionados para uma parcela específica da população, enquanto outras regiões, majoritariamente habitadas por pessoas negras, são invisibilizadas e privadas de um direito básico.

A relação do direito ao lazer com o racismo socioambiental também se manifesta quando práticas físicas, esportivas e de lazer se tornam efetivas apenas com a implementação de uma política pública inclusiva que democratize esses espaços, oferecendo condições de socialização. Mesmo que os parques disponham de quadras esportivas gratuitas, elas serão utilizadas apenas por quem possui meios financeiros para usufruir, caso o Estado não ofereça as demais condições, como a instrução.

Todo esse quadro de negligências e privações tem um impacto direto no adoecimento da saúde mental dessas mulheres. Sobretudo com relação aos desafios na criação dos filhos, as pressões contínuas decorrentes do racismo, do machismo e da pobreza geram um elevado nível de estresse crônico, repercutindo significativamente na saúde mental das mães pretas, manifestado em quadros de exaustão e esgotamento. Estudos e revisões sistemáticas indicam uma maior prevalência de depressão e ansiedade entre mulheres negras, diretamente associada à experiência do racismo (Smolen; Araujo, 2017). O acesso a serviços de saúde mental de qualidade é frequentemente limitado por barreiras financeiras, geográficas e pelo estigma social, culminando em menor procura por parte das mulheres negras a esses serviços. A ausência de suporte adequado agrava um ciclo de exclusão que demanda uma compreensão ampliada e estratégias urgentes de enfrentamento.

## Conclusão

A complexidade e a interconexão das realidades urbanas são vividamente observadas na prática profissional e no cotidiano. Enquanto assistente social há mais de uma década, com atuações na Baixada Fluminense/RJ, e também na cidade do Rio de Janeiro, e residente há 39 anos na Zona Oeste, sendo eu uma mulher preta retinta e mãe, pude acompanhar a história de dezenas de mulheres negras em sua luta por acesso a bens e serviços básicos como saúde, educação e transporte. Nos relatos dos atendimentos, identifiquei as violências sofridas por elas, inclusive no momento em que deveriam ser mais bem cuidadas, como o parto.

Muitas delas, por serem mulheres pretas, ouviram da equipe de saúde que eram "parideiras" natas, onde as violências são naturalizadas e permitidas. Mulheres que, ao entrarem em trabalho de parto de madrugada, não tinham como se locomover até o hospital porque o ônibus do bairro não circula nesse horário. Como moradora da Zona

Realização:



Apoio:



Oeste, vivências e vivências dificuldades no transporte público. Embora o BRT tenha aprimorado o acesso, a ausência de outras modalidades de transporte, como o metrô, e a precarização do trem ferroviário ainda persistem. Minha experiência durante a graduação e o mestrado ilustra isso, com trajetos diários de ida e volta que demandavam cerca de 4 horas.

Essa intrínseca relação entre a produção do espaço urbano e as manifestações da questão social posiciona o Serviço Social como um ator estratégico na luta pela efetivação do Direito à Cidade. A profissão opera diretamente na interface entre indivíduos, coletividades e o ambiente urbano, lidando em sua prática cotidiana com as complexas desigualdades socioespaciais e as sistemáticas violações de direitos vivenciadas na cidade. Essa atuação é profundamente marcada pela dimensão política do Serviço Social, que se alinha ao seu projeto ético-político profissional.

Conforme destaca Iamamoto (2011), o Serviço Social não é uma prática neutra, mas inserida nas relações sociais de produção e reprodução da vida, atuando na mediação das contradições. Yazbek (2001), por sua vez, complementa ao reconhecer a cidade não como um campo neutro, mas como um espaço de direitos e conflitos, onde as dinâmicas capitalistas produzem e reproduzem contradições que exigem intervenção qualificada. Nesse contexto, o assistente social atua ativamente no enfrentamento dos "muros invisíveis". Essas barreiras, sejam elas normativas, sociais ou econômicas, que segregam, excluem e impedem o acesso pleno à cidade (conforme exemplificado nas seções anteriores), são identificadas e denunciadas no fazer profissional.

Simultaneamente, o Serviço Social dedica-se à amplificação dos "gritos visíveis". Por meio do apoio à organização popular, da assessoria a movimentos sociais urbanos e do fortalecimento das redes comunitárias, a profissão contribui para dar visibilidade às lutas e vozes das populações historicamente invisibilizadas, promovendo sua participação ativa na redefinição do espaço urbano. A promoção da participação popular nos espaços de decisão sobre a cidade é vista como crucial para garantir que o Direito à Cidade não seja apenas uma prerrogativa legal, mas uma conquista constante e coletiva, consolidando o protagonismo das mulheres negras e assegurando que sua vivência e demandas moldem o futuro do espaço urbano.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 05 de outubro de 1988.

CAMPOS, Ana Cristina. Racismo no transporte já foi presenciado por 72% dos brasileiros. **Agência Brasil**, 21 mar. 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-03/racismo-no-transporte-ja-foi-presenciado-por-72-dos-brasileiros>>. Acesso em: 14 jun. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e políticas de empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 171-188, jan./abr. 2005.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FUNDAÇÃO CASA RUI BARBOSA. **O tráfico negreiro no Brasil**. [S. l.], 2015. Disponível em:

Realização:



Apoio:



<[http://www.casaruibarbosa.gov.br/traficonegreiro/conteudo\\_html/index.html](http://www.casaruibarbosa.gov.br/traficonegreiro/conteudo_html/index.html)>. Acesso em: 14 jun. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. Violência obstétrica no Brasil: um estudo sobre as disparidades raciais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2017.

GARCIA, Antônia dos Santos. Cidade, relações de gênero e raça: Salvador, o direito à cidade e os movimentos sociais. **Laje**, v. 2, n. 1, p. 228–259, 2023.

GONÇALVES, Rafael Soares *et al.* A informalidade urbana em questão. **O Social em Questão**, ano XXI, n. 42, p. 9-26, set./dez. 2018.

GONZALEZ, Lélia. O lugar da mulher negra. **Revista Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 76, n. 2, p. 15-22, mar./abr. 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, São Paulo, v. 6, p. 223-244, 1984

HARVEY, David. O direito à cidade. (Trad. Jair Pinheiro). **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** mulheres negras e feminismo. (Trad. Trisha de Andrade). Rio de Janeiro: Record, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<http://www.tradutoradeespanhol.com.br/2016/03/acesso-aa-informacao-sujeita-aa-sancao.html>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<http://www.tradutoradeespanhol.com.br/2016/03/acesso-aa-informacao-sujeita-aa-sancao.html>>. Acesso em: 14 jun. 2025.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **O saneamento e a vida da mulher brasileira**. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2022. Disponível em: <<https://tratabrasil.org.br/o-saneamento-e-a-vida-da-mulher-brasileira-2022/>>. Acesso em: 4 jun. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. (Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins). São Paulo: Centauro, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. (Trad. Sérgio Martins). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

PACHECO, Tânia. Racismo ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. **Racismo Ambiental**, [S. l.], 2007. Disponível em:

Realização:



Apoio:



<<https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania-2/>>. Acesso em: 21 jun. 2025.

PACHECO, Tânia. **Racismo ambiental**: desafios para uma nova abordagem da luta contra a discriminação e o racismo. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Cristine Jaques; ÁVILA, Carla Silva de. O direito à cidade e a mulher negra. **Missões**: Revista de Ciências Humanas e Sociais, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 66-83, jul./dez., 2019. Disponível em: <<https://revistamissoeschs.com.br/missoes/article/view/136/130>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2006.

SMOLEN, Juliane; ARAUJO, Maria Luiza da Cunha. Depressão em mulheres negras: uma revisão sistemática. **Psicologia**: Ciência e Profissão, Brasília, v. 37, n. 4, p. 896-910, 2017.

SOUZA, Barbara. Importunação sexual no transporte: no Rio, maior parte das vítimas são mulheres negras. **Notícia Preta**, [S. l.], 9 maio 2023. Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/mulheres-negras-importunacao-sexual/>>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Negros e periféricos são mais afetados por mudanças climáticas. **Veja**, São Paulo, 27 nov. 2023. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/comportamento/negros-e-perifericos-sao-mais-afetados-por-mudancas-climaticas/>>. Acesso em: 5 jun. 2025.

VILICIC, Filipe. Calor extremo: Pretos, pardos, idosos e mulheres são os mais afetados no Brasil, aponta pesquisa. **BBC News Brasil**, 23 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c904q5ejd51o>>. Acesso em: 14 jun. 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. Exclusão social e o novo arranjo dos vínculos sociais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 155-172, mar., 2001.

Realização:



Apoio:





## RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, RACISMO E EUGENISMO-HIGIENISMO NA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA

Clara Barbosa de Oliveira Santos<sup>506</sup>

**Resumo:** O corrente trabalho é parte da pesquisa de doutorado em andamento da autora. Tomando o método da crítica da economia política, busca-se discutir brevemente a (con)formação da nação brasileira por meio da exploração colonial, enfatizando o racismo como tecnologia de opressão e organizador das relações sociais. Junto dele, destaca-se o papel da eugenia como fundante da concepção de humanidade e da construção da identidade nacional. Finaliza-se reconhecendo a atualidade do aparato estrutural que organiza política e economicamente um projeto de classe (racista, machista e sexista), com resquícios de eugenismo para eliminar (objetiva e subjetivamente) a população negra trabalhadora.

**Palavras-chave:** Relações étnico-raciais. Racismo. Eugenia. Formação sócio-histórica brasileira. Identidade Nacional.

**Abstract:** The present work is part of the author's ongoing doctoral research. Using the method of the critique of political economy, it seeks to briefly discuss the (con)formation of the Brazilian nation through colonial exploitation, emphasizing racism as a technology of oppression and as an organizer of social relations. Alongside it, the role of eugenics is highlighted as foundational to the conception of humanity and the construction of national identity. The text concludes by recognizing the current relevance of the structural apparatus that politically and economically organizes a class project (racist, sexist, and patriarchal), with remnants of eugenics aimed at eliminating (objectively and subjectively) the black working population.

**Keywords:** Ethnic-racial relations. Racism. Eugenics. Brazilian socio-historical formation. National identity.

### Introdução

O presente trabalho é proveniente da pesquisa de doutorado ainda em curso da autora, portanto, trata-se de um recorte de uma das discussões realizada na referida pesquisa. Pretendemos trazer sucintamente como o racismo e a eugenia forjaram o processo de formação sócio-histórica, defendendo que tais aspectos permanecem se expressando na realidade material do país.

Optamos por uma divisão em duas seções: na primeira – “Relações étnico-raciais e racismo superestrutural: ideologia e a marginalização do(a) negro(a) brasileiro(a)” – elaboramos sobre as categorias ideológicas raça e racismo, enfatizando o racismo (super)estrutural como um organizador das relações sociais brasileira. No segundo e último tópico – “Racismo e eugenia como componentes táticos de assujeitamento coletivo do projeto de nação brasileiro” – destacamos como o racismo e a eugenia foram fundantes (e ainda são) na concepção de humanidade e na construção da identidade nacional, visando a atualizar o debate com relatórios e pesquisas brasileiras do campo da saúde mental; de gênero e raça; e das distintas formas de violência. Encerramos com um balanço nas nossas considerações finais.

<sup>506</sup> Assistente social no Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ). Mestra em Educação Profissional em Saúde pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV-Fiocruz) e doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). E-mail: clarab.santos7@gmail.com

Realização:



Apoio:



## **Relações étnico-raciais e racismo superestrutural: ideologia e a marginalização do(a) negro(a) brasileiro(a)**

Balizando-nos na obra *A Ideologia Alemã*, de Karl Marx e Friedrich Engels (Marx; Engels, [1846] 2007), ambos se propõem a realizar um resgate histórico da emergência e consolidação do modo de produção capitalista (a sociedade burguesa), travando um debate com a tradição filosófica hegemônica naquele momento: o idealismo hegeliano. *A Ideologia Alemã* é uma peça-chave para o desenvolvimento do método analítico materialista, anos mais tarde refinado numa *crítica à economia política*, consolidada no livro *O Capital* (Marx, [1867] 2013).

Ao apresentarem as determinações sócio-históricas desta sociabilidade no século XIX – dentre elas, as determinações das classes sociais em seu interior: a burguesia, de revolucionária à conservadora, e a classe trabalhadora passando a ser a classe com a tarefa histórica de lutar pela superação desta sociedade – tanto em seu caráter transitório; ativo no fazer histórico, Marx e Engels afirmam que indivíduos determinados constroem entre si relações sociais e políticas determinadas – sendo “o representar”, “o pensar” uma emanção direta de seu comportamento material, assim como as leis, a moral, religião, as representações jurídicas, a ideologia e, acrescenta-se, a construção da concepção de raça e as justificativas legitimadoras do processo de violência e exploração colonial, ou seja, elementos da *superestrutura* deste modo de produção (Marx, [1867] 2013).

Esta compreensão inicial da *superestrutura* é crucial para o debate que travaremos: a compreensão de raça, relações raciais e racismo como categorias ideológicas que interagem entre si, porém, possuem significados distintos. “Raça”, como categorização, é proveniente do campo da biologia, cujo intuito inicial era classificar e distinguir plantas e animais e, posteriormente, passou a ser utilizada para se referir também a seres humanos (Almeida, 2019). A última forma supracitada é um fenômeno eminentemente moderno: as teorias raciais emergem em concomitância com o processo de formação das classes sociais na nascente sociedade burguesa europeia no século XVIII (Nery, 2022), com o marco da Revolução Francesa.

No entanto, previamente a isso, cabe pontuar que as circunstâncias históricas dos séculos XVI, XVII e XVIII – a expansão mercantilista europeia que forjou a cultura renascentista – forneceram um sentido específico à ideia de raça, adequando-a à apropriação da riqueza do mundo colonial (Almeida, 2019; Oliveira, 2021; Nery, 2022), lapidando seu embasamento processualmente. Com esta expansão, as formas de colonização no continente americano, mesmo não justificando seu sentido e necessidade, em sua emergência, às relações étnico-raciais – “raça” como era abordada nos primórdios –, passam a embasar um modelo *universal* de Homem (com “h” maiúsculo) e de humanidade: uma concepção eurocêntrica, caucasiana e masculina que se dissemina no século XIX (Amin *apud* Oliveira, 2021, p. 90). Caracteriza-se por algo de ordem relacional, pois define como *racializados* e *inferiores* àqueles(as) que divergem comparativamente a este padrão.

Goés (2018) argumenta que o racismo é uma justificativa ideopolítica para dar sustentação à classe social burguesa que buscou transformar o mundo por meio de seus ditames, universalizando o capital (a partir do século XV, como consta em seu texto) até a atualidade. Não seria, segundo o autor, somente algo da ordem da hierarquização de indivíduos, mas objetiva “assegurar a ‘superioridade’ de uma classe sobre a outra, logo, permeia todo o tecido social na sociedade de classes.” (2018, p. 97) Esta *classificação racial fundamenta o racismo* no capitalismo (Oliveira, 2021), algo importante de sublinhar, uma vez que o racismo não é um fenômeno exclusivo deste modo de produção, mas sim se expressa de maneira particular nele.

Realização:



Apoio:



De acordo com Almeida (2019, n/p), o racismo “[...] é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.” O autor ressalta que o racismo é sistêmico, ou seja, articula-se e organiza-se às relações sociais (de uma sociedade cindida em classes), distribuindo desigualmente as condicionalidades de vida; hierarquizando os sujeitos e como se reproduzem na política, na economia, na cultura, na educação etc., tendo na esfera do cotidiano sua expressão mínima.

Destaca-se que, junto do racismo, a misoginia patriarcal foi também utilizada como tecnologia de opressão para a acumulação do capital (Souza; Teles, 2021). Na obra de *O Calibã e a Bruxa*, de Silvia Federici (2017), a autora expõe como, no processo da assim chamada acumulação primitiva, a perseguição daquelas mulheres que eram consideradas “bruxas” (insubmissas e com conhecimentos que se opunham ao poder secular deste momento histórico) expropriou-as de uma autonomia de seus corpos e/ou socioeconômica, condenando-as à tortura e à morte, bem como igualando-as àquilo que é entendido como irracional.

Tal estratégia tinha o fito de consolidar a desvalorização do valor de sua força de trabalho, justificando ideologicamente a exploração e violação de seus corpos seja pela mercantilização sexual e/ou pelo contrato matrimonial (Federici, 2017). No caso das mulheres negras e indígenas, além da escravização e subordinação de sua existência humana, tem-se também o estupro, violação esta naturalizada como componente da “miscigenação” da formação sócio-histórica brasileira – esta “miscigenação” estará presente nas discussões nacionais das teorias raciais no século XIX (Schwarcz, 1993).

É com o iluminismo do século XVI que se funda a observação da multiplicidade de seres humanos e, portanto, a classificação destes nos diferentes campos: economia, biologia, linguística etc. Na filosofia, o debate racial se organiza em torno da *civilidade* e da *selvageria* (Almeida, 2019). O deslocamento do sentido biológico de “raça”, conforme apontado por Lukács ([1959] 2020), para os campos filosófico e sociológico, com um emprego “desfigurado” e “deformado”, possui uma relação direta com as tendências ideológicas reacionárias e o uso de “métodos pseudobiológicos como instrumento adequado de combate à concepção de progresso” ([1959] 2020, p. 577) e, na sociabilidade emergente do capital, foi utilizada como instrumento de opressão para o enfrentamento dos valores e projetos da classe burguesa *a priori* revolucionária por parte da nobreza, sendo fruto de um contexto histórico específico e da luta de classes inscrita neste.

Nery (2022) salienta que, na Europa, esta superioridade entre raças fundamentada “cientificamente” acarreta uma estratificação de brancos em relação a brancos; já no Brasil, esta subjugação dá-se entre brancos e negros (em adição: os povos originários), e era efetivada anteriormente à disseminação das teorias raciais (racismo científico) em solo nacional, visto que as explorações negra e indígena foram explicadas e legitimadas, primeiramente, a partir do pensamento religioso cristão católico, e só após um período histórico passam a ser pautadas nos critérios raciais (2022, p. 199). O componente étnico-racial que passa a se aglutinar à imposição a uma massa de sujeitos da condição de trabalho escravo é considerado por Souza e Teles (2021) como o marco inaugural da luta de classes no Brasil: as práxis indígena e negra.

No Brasil, raça conforma classe social, e o racismo é uma manifestação condizente com a ordem social do capital; não um fenômeno patológico (Almeida, 2019), tratando-se de “uma ideologia que ‘cimenta’ relações sociais particularmente em um país atravessado historicamente por mais de três séculos de escravização de africanos abolida de forma conservadora tardiamente” (Oliveira, 2021, p. 64) Em consequência, para Almeida (2019) e Oliveira (2021), as relações raciais – vale mencionar o patriarcado e a heteronormatividade – seriam estruturantes e estruturais da acumulação

Realização:



Apoio:



primitiva do capitalismo, necessárias para o próprio desenvolvimento e modulação da sociabilidade. O racismo emerge no processo de colonização das Américas caribenha e latina, sofisticando suas particularidades no processo de formação dos Estados nacionais.

Neste ponto, a obra de Silvio Almeida faz uma incursão fundamental para refletir sobre raça e classe na história da constituição político-econômica das sociedades contemporâneas, trazendo como a categorização pela raça é um marcador de segregação moderno, com entrecruzamento dos componentes biológico e étnico-cultural (Almeida, 2019), e traz a sua compreensão sobre os diferentes níveis interpretativos do racismo (individual e institucional), que advém de uma dimensão totalizante: o racismo estrutural.

O racismo estrutural estabelece que o racismo é componente da ordem social, não se limitando a ações de indivíduos isolados (como um “desvio psicológico”), da transmissão de privilégios e segregacionismo por instituições (racismo institucional), bem como não é sanado com a construção de espaços representativos de poder e decisão (Almeida, 2019). Portanto, o fenômeno do racismo não é uma prática atrelada a uma ideia e a posturas individuais – “irracionais” – de determinados sujeitos que seriam, *grosso modo*, ignorantes e que deveriam ser alvo de “uma conscientização” (em um sentido pedagógico), mas concerne à base material desta sociedade, que tem como parte de seus pilares a divisão de classes, a apropriação privada da riqueza socialmente produzida e a aglutinação de opressões presentes em outras formações sociais, como o racismo.

Ainda que a categoria “racismo estrutural” não tenha sido cunhada por Almeida, o autor desenvolve uma elaboração crítica sobre as relações raciais e o mecanismo de violência do racismo nesta sociabilidade, sendo, portanto, uma referência no debate da questão étnico-racial. Por esse motivo, acreditamos ser importante e interessante trazer que Nery (2022) trava uma disputa teórica com Almeida no tocante ao termo “racismo estrutural”, apresentando, em contrapartida, o *racismo superestrutural* como um uso mais apropriado a partir da teoria social crítica.

Retomando Almeida (2019), este assevera que o racismo, além de fruto de uma determinada processualidade histórica, de interesses políticos (e econômicos de uma classe dominante), também forja subjetividades, “de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais.” (2019, p. 40) Em um contexto de colonização, isso se expressa pela via da submissão violenta.

Forjado por quatro séculos de regime escravocrata – classificado por Moura ([1994] 2014) em duas fases: escravismo pleno (1500-1850) e escravismo tardio (1850-1888) –, nosso país não só determina a conformação do sujeito “brasileiro” pela via da opressão racial (das opressões de gênero e sexualidade unidas à exploração de classe), como os demais âmbitos da sociedade são determinados pelo racismo. É no escravismo pleno que a estrutura colonial se organiza em seu arcabouço político, legislativo e jurídico com a exploração da mão-de-obra escrava racializada (negra e indígena); a formação de um mercado agroexportador subordinado aos interesses mercantilistas do capital internacional, alimentando o processo de acumulação primitiva de uma metrópole. A partir disto, a trajetória que se pavimenta é a emergência de classes sociais e frações desta no Brasil, que apresentam, por sua vez, um caráter “passivo” – leia-se subordinado – diante da potência mercantilista europeia; se moldando à dominação externa e sem levar a cabo transformações sistêmicas que alterem esta lógica.

Fase posterior, o escravismo tardio configura-se como a desagregação social deste regime escravista (Moura, [1994] 2014). Inicia-se com a proibição legal do tráfico de pessoas negras escravizadas, finalizando com a abolição formal da escravidão. É o momento em que relações escravistas e relações capitalista inter cruzam-se e retroalimentam-se, consolidando as características que serão fundamentais para a transição brasileira para o capitalismo de caráter dependente (Souza; Teles, 2021).

Realização:



Apoio:





No caso brasileiro, nossa gênese como país é marcada pela violência colonizadora como potência econômica (Marx, [1867] 2013), mas tal violência está determinada por dimensões opressivas, dentre elas, o racismo. Em paralelo às leis de “valorização” do escravo no interior do país (frisa-se que não havia um interesse das elites dominantes de instituir a extinção da escravidão), emergem políticas, perpetradas pelo Estado, baseadas no projeto de modernidade eurocêntrico, etnocêntrico e de eugenismo-higienismo cuja essência discriminatória, como a Tarifa Alves Branco (1844) (Goés, 2018), Lei Eusébio de Queiroz (Lei de Terras de 1850) e a Lei do Ventre Livre (1871), somadas à Política do Branqueamento, com doação de pedaços de terra como incentivo à vinda de imigrantes europeus (alemães e italianos em meio a um contexto de pós-guerra) como mão-de-obra assalariada em detrimento da mão-de-obra negra já existente (que ficaria desenraizada pós-Abolição), reiterou as superioridades social, racial e racional, visando à eliminação objetiva da população negra.

Mesmo não sendo bem-sucedida na totalidade do fim o qual se propunha, esta marginalização da população não-branca, com materialidade no passado colonial, se valeu de fontes pseudocientíficas, em especial, após a abolição formal do sistema escravocrata, para atribuir legitimidade ao paulatino apagamento deste segmento inferiorizado (Schwarcz, 1993) pautado tanto no racismo, como na eugenia.

### **Racismo e eugenia como componentes táticos de assujeitamento coletivo do projeto de nação brasileiro**

Tanto Lukács ([1959] 2020), como Schwarcz (1993) afirmam que as teorias raciais se trata de um confronto; uma disputa intelectual com os princípios de igualdade, fraternidade e liberdade da Revolução Francesa, contrárias a uma visão unitária de humanidade. Schwarcz (1993) aponta que, no Brasil, a consolidação das teorias raciais como pensamento científico – em suas diversas linhas, mas com o denominador comum do racismo – deu-se somente no século XIX, antecedendo a Abolição (formal) da escravidão (nos anos 1870), e com uma apropriação original, não sendo uma mera cópia.

Em um esforço de pensar um projeto de nação para um país miscigenado, portanto, compreendido como “degenerado”, a forma como tais teorias são amadurecidas no Brasil (e na América Latina) aglutina-se às peculiaridades regionais e ao histórico político-econômica, capilarizando-se na sociedade; conservando; adaptando e atualizando um pretexto racial que fomenta hierarquias tradicionais colocadas em questionamento pelo fim da escravidão (Schwarcz, 1993; Souza, 2007).

Simultaneamente ao entendimento de que a “incidência mestiça” no país provoca uma inferiorização racial, e que tal processo de racialização (algo também demarcado por uma diretriz de classe) constrói uma população ontologicamente criminosa, violenta e bárbara (Batista, 2011), Schwarcz (1993) afirma a existência de uma esperança (“cientificamente” reiterada) de que a miscigenação seria uma “transição” e, de maneira paulatina, a partir de cruzamentos estimulados, sucessivos e acelerados, o Brasil passaria por um “aprimoramento racial”: um “embranquecimento” que, conseqüentemente, não só marginalizaria o corpo negro, como também delineava extingui-lo em médio prazo. Com as devidas reconfigurações, a convivência das teorias deterministas – o darwinismo social; o evolucionismo; o positivismo; a perspectiva monogenista – no país nos séculos XIX e XX, inclusive, busca demonstrar a viabilidade de uma nação mestiça (1993, p. 85) e, acrescentamos, a sua “salvação”.

Esta projeção estratégica não provém só do racismo científico, mas está associada aos princípios da eugenia (ou eugenismo), um movimento internacional, que se expandiu também nacionalmente, sem necessariamente ser homogêneo, tomando corpo de acordo com o espaço geográfico em que se encontrava (Souza, 2007). Tal movimento emerge no século XIX, influenciado por ideias evolucionistas dos anos 1860

Realização:



Apoio:





e pela obra econômica malthusiana que objetivava moralizar a pobreza (Goés, 2015), permitindo que o inglês Francis Galton (1822-1911) construísse um conjunto de princípios que chamou de “eugenia”, pela primeira vez, em 1869 (termo de origem grega cujo significado é “boa linhagem”) (Souza, 2007; Goés, 2015; Santos, 2024).

Centralmente, Galton defende a tese de um *controle estatal da reprodução dos sujeitos* – via políticas de natalidade –, alegando que determinados comportamentos (compreendidos por ele como degenerados e imorais) eram transmitidos geneticamente e inferiorizavam a espécie humana, citando criminosos (“delinquentes”); prostitutas; pobres, dentre outros (Santos, 2024), como parte destes indesejáveis sociais. Em suma: um contingente populacional, oriundo da classe trabalhadora, afetado pelas contradições do capital do século XIX. Na América Latina e no Brasil, teve especificidades ideológicas, com certas distinções e conformações. Souza (2007), ao analisar a obra de Nancy Leys Stepan – *A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina* – coloca que, em *Nuestra America*, há uma inversão da tese central eugênica: o cerne dos princípios eugênicos mantém-se, qual seja, o aprimoramento e refinamento *da sociedade*. Todavia, os movimentos latino-americanos apropriam-se da eugenia por meio de uma adoção de seu caráter “preventivo”, dedicando uma atenção maior às reformas sociais e à adaptação ao meio, não havendo um foco na dimensão biológica (Stepan *apud* Souza, 2007).

Isso não significa que não existia uma articulação dos movimentos eugênicos com as teorias do racismo científico, algo já ressaltado por Schwarcz (1993), mas o objetivo da eugenia latino-americana era “a construção de uma ‘verdadeira nacionalidade’”. Os esforços da maioria dos eugenistas latino-americanos foram empregados com o objetivo de superar a heterogeneidade de sua ‘população mestiça’, abrindo caminho para a homogeneização da identidade nacional” (Souza, 2007, p. 515). As faculdades de direito e medicina no país, em meados do século XIX e início do século XX, vão pavimentar esta defesa em uma miríade teórica, seja defendendo a tese do atraso nacional provocado pelo clima tropical; pela mestiçagem; pelos aspectos sociais e/ou higienistas (Schwarcz, 1993), com a busca de soluções para tal.

A ponte para o processo de manicomialização nacional encontra-se neste período histórico (séculos XIX e XX, iniciando nos anos 1830), ressaltado por Batista (2011, p. 44): “O século dos manicômios era também o século das prisões e dos asilos.” Em alguma medida, a concepção de loucura foi associada persistentemente como uma enfermidade dos negros e pobres, e isso junto de uma intervenção profissional própria são escolha política dos saberes científicos hegemônicos, pois ao negar a raça ou reconhecê-la como algo depreciativo descredibiliza uma forma/um processo de subjetivação (Duarte, 2021, p. 25).

Ao atualizarmos o debate percebe-se que tal realidade permanece latente ao se analisar o Relatório de Inspeção Nacional dos Hospitais Psiquiátricos (CFP, 2019), pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Ministério Público do Trabalho (MPT) em conjunto, na qual são selecionados 119 hospitais psiquiátricos dentre os 131 inspecionados a partir dos estabelecimentos públicos ou conveniados ao SUS ativos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) (no ano de 2018), com 18.459 leitos (15.676 leitos destinados ao SUS), localizados em 22 estados e distribuídos em todas as regiões do Brasil (CFP, 2019). A começar, a continuidade da existência dos hospitais psiquiátricos, sua inclusão e consideração legal como uma alternativa de tratamento em caso de esgotamento das tentativas extra-hospitalares configura, na nossa percepção, como uma violação. Há, também, uma ausência de dados de raça/etnia, idade e orientação sexual, o que já implicaria numa reprodução de discriminação e preconceitos, incompreensão da singularidade e do contexto das formas de sofrer, que pode gerar desumanização, violações e violências no processo de cuidado (2019, p. 289).

Realização:



Apoio:



Nas considerações finais do relatório, entretanto, no item *Um elo: características asilares e condições de tratamento cruel, desumano e degradante em hospitais psiquiátricos*, é abordado que, à luz dos arcabouços jurídico e legislativo, a ilegalidade da internação de pessoas em sofrimento psíquico grave permanece, identificada em quarenta hospitais psiquiátricos inspecionados na ação conjunta, porquanto há instituições com características asilares, além de características de tratamento cruel, desumano e degradante ou tortura. (CFP, 2019, p. 497-498). Ademais, são identificados elementos de violências física; sexual (2019, p. 283); de gênero; LGBTfobia (2019, p. 288); exploração de mão-de-obra dos internos (a “laborterapia”) (2019, p. 304); as históricas internações compulsórias de adultos e crianças e, neste último caso, o manejo com medicalização excessiva, contenção mecânica e o uso da eletroconvulsoterapia (CFP, 2019, p. 341), presente na tratativa dos sujeitos enclausurados em manicômios nos séculos prévios.

As dimensões de raça e gênero também se expressam na realidade concreta em outras áreas: de acordo com o Relatório Anual Socioeconômico das Mulheres de 2025 (Brasil, 2025), em 2023, quase 60% dos domicílios cuja responsabilidade era de uma mulher tinha rendimento domiciliar *per capita* de até um salário-mínimo (58,6%). Nos domicílios chefiados por homens, este percentual era de 46%, logo, um menor quantitativo. Porém, naqueles domicílios chefiados por mulheres pretas ou pardas, quase 70% tinham rendimento domiciliar de até um salário-mínimo *per capita*. Entre chefes mulheres brancas, havia uma proporção menor nas primeiras faixas de renda (43,8% até 1 salário-mínimo), o que indica um grau maior de fragilização socioeconômica entre mulheres pretas e pardas (Brasil, 2025, p. 50). As condições de trabalho destas mulheres, com base na PNAD Contínua, também são distintas: mulheres pretas e pardas tinham participação menor, de 51,3%, enquanto as de cor branca, 54,2% (Brasil, 2025, p. 33) e são as que mais se concentram na informalidade do trabalho – mulheres pretas ou pardas (41%); brancas (31,7%) (2025, p. 37).

O Atlas da Violência 2025 (Cerqueira; Bueno, 2025) aponta que, apesar do decréscimo no número de homicídios nacionalmente nos últimos 11 anos, com uma tímida taxa de queda – “o Brasil atingiu o índice de 21,2, o menor dos últimos 11 anos. Em 2023, 45.747 pessoas perderam as vidas em face dos homicídios.” (2025, p. 8) – esta não foi a mesma para toda a população. O Atlas frisa que, ao observamos a violência contra pessoas negras e a relação delas com a segurança pública, é necessário evidenciar a existência de um tratamento diferenciado e direcionado a esta população que é, de certa maneira, naturalizado (2025, p. 73): Como consta no relatório, os sujeitos negros são o maior alvo da violência letal no país, o que implica também em reconhecer que há uma política de Estado que legitima esta dinâmica.

Neste sentido, o Atlas da Violência reafirma que o racismo estrutural, que forja o cenário de desigualdades raciais, é um marcador da persistente desigualdade racial na violência letal no Brasil: em 2023, uma pessoa negra tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que uma pessoa não negra – aumento de 15,6% em relação a 2013, portanto, com uma intensificação neste cenário (2025, p. 73).

As mulheres negras também são o maior quantitativo de vítimas de violência doméstica em suas diversas ordens, lidas como agressões não letais (58,5%) (2025, p. 67). 68,9% dos homicídios de mulheres tiveram vítimas negras, enquanto essa população representa 55,7% do total de mulheres no país, um número significativamente superior ao homicídio de mulheres brancas (31,1%) (2025, p. 63), demarcando a união entre racismo e patriarcado nos requintes de violência. Isto posto: “O crivo dos marcadores raciais evidencia que, mesmo com a agenda pública nacional mais permeável ao debate racial, permanece vívida uma zona do não ser, que recusa dignidade às pessoas negras. E quando o assunto são homicídios, a recusa fica evidente” (Cerqueira; Bueno, 2025, p. 73)

Realização:



Apoio:



Ponderamos que no Relatório Anual de Inspeção dos Hospitais Psiquiátricos não havia dados sobre raça/etnia dos internos (CFP, 2019), mas, tomando o Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (Elsa-Brasil), a população negra é mais acometida por doenças crônicas, ocupacionais, sofrimento psíquicos e outras formas de adoecer (JORNAL DA USP, 2023). Pessoas negras relatam piores índices de saúde quando comparadas às brancas (Goes *et al.*, 2020): 62,9% da população adulta preta e 62,9% da população adulta parda avaliam sua saúde como boa ou muito boa, contra 71% da população branca (IBGE, 2019).

Estes dados nos auxiliam a compreender como os aspectos ideológicos do racismo, da misoginia e do ódio de classe se concretizam na realidade brasileira. Deste modo, cumpre reiterar que o racismo está interligado ao *modus operandi* político do país, e a eugenia, mesmo não sendo declarada nominalmente, ainda se manifesta na estrutura do Estado e na correlação de forças de luta e projetos de classe.

## Conclusão

Cabe frisar que não possuímos pretensão de esgotar discussões aqui expostas dadas as suas complexidades: procuramos resumi-las sem incorrer a reducionismo, tarefa esta delicada. Todavia, para fins didáticos, depreendemos que o racismo e a eugenia foram/são indissociáveis da concepção de humanidade no território brasileiro.

Parte do constructo ideológico dominante, depreendemos que, mesmo com os marcos formais que findaram a exploração escravagista (cujo marco é a Lei Áurea de 1888), o reconhecimento das violações aos direitos humanos que o os princípios eugenistas-higienistas perpetuaram, somada a outras formas de opressão, com o destaque colocado neste espaço para o racismo, legitimam um aparato estrutural em torno de um projeto societário que objetiva fatalizar cruelmente determinados segmentos da classe trabalhadora. Deste modo, faz-se necessário, para a disputa política de corações e mentes, pautar a(s) diversidade(s) de existência(s) desta classe para a superação do sociometabolismo do capital.

## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2025**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2025.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2011.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Relatório anual socioeconômico da mulher: RASEAM**, ano 7. Brasília: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/MMulheres, mar., ano 7, v. II, 2025

ESTUDO LONGITUDINAL DE SAÚDE DO ADULTO – ELSA BRASIL. **Boletim Especial Dia da Consciência Negra**. Salvador: Universidade Federal da Bahia; MNU, 2023. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://mnubahia.com.br/wp-content/uploads/2023/11/Boletim-Dia-da-Consciencia-Negra-2023-elsa-ufba.pdf>. Acesso em 1 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



DUARTE, Marco José de Oliveira. Racismo, subjetivação e saúde mental: contribuições para a reforma psiquiátrica antimanicomial. *In*: DAVID, Emiliano de Camargo *et al.* (org.) **Racismo, subjetividade e saúde mental**: o pioneirismo negro. São Paulo: Hucitec; Porto Alegre [RS]: Grupo de Pesquisa Egbé, Projeto Canela Preta, 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: Mulheres corpo e acumulação primitiva. São Paulo, Editora Elefante, 2017.

GOÉS, Weber Lopes. Formação social do Brasil e a objetivação do racismo no pensamento conservador. *In*: SILVA, Maria Lucia *et al.* (org.). **Violência e sociedade**: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro. São Paulo: Escuta, 2018.

GOES, Emanuelle Freitas. RAMOS, Dandara de Oliveira. FERREIRA, Andrea Jacqueline Fortes. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 1-7, e00278110, 2020

JORNAL DA USP. Negros sofrem mais com doenças crônicas e adversidades na vida explicam parte desse adoecimento. **Jornal da USP**. Publicado em 21 nov. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/negros-sofrem-mais-com-doencas-cronicas-e-adversidades-na-vida-explicam-parte-desse-adoecimento/>. Acesso em 1 jun. 2025.

LUKÁCS, György. Darwinismo social, teoria das raças e fascismo. *In*: LUKÁCS, György. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MAI, Lilian Denise.; ANGERAMI, Emília Luigia Saporiti. A inserção do termo eugenia na Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn, 1932 a 2002. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 5 (supl.), n. 1, p. 85-91, dez., 2006.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. 1973. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6539551/mod\\_resource/content/2/7.%20Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular%20-%20At%C3%A9%20p.28.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6539551/mod_resource/content/2/7.%20Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular%20-%20At%C3%A9%20p.28.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2024.

MARQUES, Morena Gomes. Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo. **Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 137-146, jan./abr. 2018.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, Livro I: o processo de produção do capital, São Paulo, Boitempo, 2013.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Maurício Gabrois; Anita Garibaldi. 2014.

NERY, Jônatas Corrêa. O que é racismo superestrutural? **PLURAL**, Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 29.2, p. 99-117, jul./dez., 2022

Realização:



Apoio:



OLIVEIRA, Dennis de. Racismo estrutural: por que uma perspectiva histórico-crítica. *In*: OLIVEIRA, Dennis. de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

OLIVEIRA, Dennis de. Raça como categoria mental da modernidade. *In*: OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

SANTOS, Gabriela Alves dos. A eugenia no trato das expressões da questão social e no Serviço Social brasileiro. **Em Pauta**: Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, p. 92-106, set./ dez, 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Resenha (de STEPAN, Nancy Lys. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005). **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 131, p. 515-518, maio/ago., 2007.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; TELES, Heloisa. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 44-61, jul./dez. 2021.

Realização:



Apoio:





## **BARRAGEM NA COMPETIÇÃO: o racismo como mecanismo de manutenção de privilégio do grupo racial branco**

Marcela Rodrigues Camilo da Conceição<sup>507</sup>

**Resumo:** O artigo analisa como o racismo estrutural atua na contenção da ascensão social da população negra, mesmo diante de avanços no acesso à educação. A partir da noção de “ideologia da barragem”, proposta por Clóvis Moura, e com apoio em dados do IBGE e DIEESE, demonstra-se que a população negra permanece majoritariamente em ocupações precárias e de baixa remuneração. Argumenta-se que a lógica meritocrática funciona como nova forma de exclusão racial, travestida de neutralidade. Assim, o enfrentamento do racismo é condição essencial para qualquer transformação estrutural nas relações sociais e econômicas do país.

**Palavras-chave:** Barragem na competição, racismo, disparidade racial.

**Abstract:** This article analyzes how structural racism operates as a barrier to the social mobility of the Black population in Brazil, even amid advances in access to education. Based on Clóvis Moura's concept of the “ideology of the barrier” (*ideologia da barragem*) and supported by data from IBGE and DIEESE, it demonstrates that Black people remain mostly in precarious and low-paid occupations. The argument is that meritocratic logic functions as a new form of racial exclusion, disguised as neutrality. It concludes that confronting racism is essential for any structural transformation of social and economic relations in the country.

**Keywords:** Barrier in competition; racism; racial disparity.

### **Introdução**

O trabalho, enquanto categoria fundante da sociabilidade capitalista, assume particularidades na formação social brasileira, marcada profundamente pela escravização. A transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no Brasil não ocorreu de forma abrupta ou por um gesto de ruptura moral. Ao contrário, foi conduzida pela lógica perversa da implantação do capitalismo, que exigia o trabalho assalariado como condição para a extração de mais-valia. O ideário social que sustentou esse processo não visava à superação da escravidão, mas encarava a abolição como um mal necessário para resolver a crise do sistema colonial e viabilizar a modernização das relações de produção no país.

A sociedade brasileira, então, subsidiou o “azar” da população negra na sociabilidade de classe. O negro precisava se enquadrar aos novos padrões impostos pelo trabalho livre de forma independente, depois de toda uma vida sendo expropriado dela. Nas entrelinhas já se colocava o “lugar” do negro no meio social. Havia projetos políticos que visavam a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, mas tratavam sobretudo, acerca dos interesses da burguesia de proteger a propriedade privada e manter o poder entre a elite branca. Os ex-escravizados em meio a toda espoliação vivida, naquele momento tinham apenas a força de trabalho para ser vendida, com pouco mercado e em condições muito parecidas com as anteriores (Azevedo, 1987, p.30).

<sup>507</sup> Pós-graduanda pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista FAPERJ. E-mail: marcelarodriguesca@gmail.com

Realização:



Apoio:



Nessa direção, conclui-se que enquanto no sistema colonial, a população negra detinha todo o conhecimento da divisão do trabalho, ao passo que era obrigada a atuar em todos os seus níveis para a reprodução dos engenhos, no capitalismo em meio a modernização, a população negra era associada ao atraso. Considerados incapazes, justamente pela animalização do negro, para o trabalho livre e taxados por incapazes de forma intelectual, técnica e moral (Silva, 2013, p. 95).

Tal processo teve consequências profundas na conformação do acesso da fração negra da classe trabalhadora ao mercado de trabalho, e assim, a sua possibilidade de mobilização social e maior obtenção de direitos. Perpetuar-se, portanto, tanto ideológica, quanto materialmente, no ideário social, o lugar do negro na subalternidade social, o que mitiga os caminhos para a sua ascensão social. Em resposta, a resistência organizada da população negra impulsionou a formulação de políticas públicas voltadas à superação dessas desigualdades, enfrentando os discursos da meritocracia e da falsa democracia racial — que sustentam a ideia de que brancos e negros possuem oportunidades iguais. Ignora-se, nesse discurso, que a maior parte da população branca sempre teve acesso ao trabalho assalariado e, com ele, ao conjunto de direitos vinculados a essa condição. Ao passo que no capitalismo brasileiro, o status de cidadão sempre esteve diretamente relacionado ao acesso ao trabalho formal.

Dessa forma, com base nos elementos apresentados nesta introdução, este trabalho propõe discutir a persistente barragem imposta à ascensão social da população negra, principalmente na competição, compreendendo-a à luz da luta de classes. Para isso, o primeiro item aborda uma reflexão teórica acerca da construção da racionalidade racista na formação social brasileira por meio da concepção de Clóvis Moura e outros autores, que possuem contribuições fundamentais para desvelar a profundidade da colonialidade presente nas relações sociais brasileiras. Em seguida, o segundo item utilizará dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos — DIEESE para evidenciar como o racismo estrutural se manifesta de maneira concreta e persistente nas dinâmicas do mercado de trabalho contemporâneo.

## **Reflexões acerca da construção da racionalidade racista na formação social brasileira**

O que sobrou para o ex-escravo neste quadro? Exatamente o subemprego, o desemprego, a marginalização progressiva. O que sobrou para a mulher negra? Os trabalhos não qualificados de doméstica, que substituiu os da Mãe Preta e da mucama, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição forçada. Esta foi a realidade que o negro encontrou para resolver, com as suas próprias forças, depois de quatro séculos de escravidão (Moura, 2021, p. 41).

A partir dos estudos de Moura (2021), é possível compreender que, juntamente com a materialização da condição de subalternidade da população negra no pós-abolição — e sua manutenção ao longo de décadas marcadas pela ausência de medidas reparatórias —, opera uma racionalidade racista, ou melhor, uma racionalidade irracionalidade racializada. Essa lógica associa compulsoriamente o negro a uma série de estereótipos negativos, sustentando o que Moura denomina de *ideologia da barragem*: um conjunto de mecanismos simbólicos e materiais que impedem, silenciosamente, a ascensão social da população negra.

Em suas palavras:

o preconceito de cor no Brasil é a ideologia através da qual se manifesta o racismo nas suas diversas gradações e cria a imagem do mau cidadão negro. É o responsável pela distorção de julgamento que se faz sobre o comportamento dos grandes contingentes populacionais de cor e determina uma série de medidas restritivas que — embora não codificadas — funcionam e estabelecem uma constelação de barreiras e desajustes consequentes que

Realização:



Apoio:



dificultam ou frustram a ascensão das camadas negras e mestiças no atual sistema de estratificação (Moura, 2022, p. 56).

Segundo Moura (2022, p. 56), o racismo constitui o elemento ideológico que ergue a barragem imposta à população negra na sociedade brasileira. Essa ideologia se manifesta de múltiplas formas: nos comportamentos da população branca; nas relações inter e intrafamiliares; nos critérios seletivos para a escolha de empregos ou ocupações; nos contatos formais entre indivíduos de diferentes etnias; na lógica de funcionamento de grupos, segmentos e instituições, tanto públicas quanto privadas; e, ainda, na competição global entre as camadas que compõem as classes sociais etnicamente diversificadas da sociedade brasileira.

A marginalização da população negra na sociabilidade de classe cumpre uma função estratégica dentro da lógica do capitalismo. Ela permite que a classe dominante branca mantenha um exército industrial de reserva racializado, composto majoritariamente por trabalhadores negros, disponíveis como mão de obra não qualificada, facilmente explorável e contratada por valores abaixo do seu valor real. Segundo Eurico (2018):

há entre o racismo e o capitalismo uma articulação fortalecida pela ideologia racial, essencial para a dinâmica das relações sociais na contemporaneidade e que justifica, ainda que não explique, o pauperismo de parcela majoritária da população negra brasileira. A permanência histórica desse grupo em patamares vexatórios e a forma como as políticas públicas vêm se desenvolvendo sob o mito da democracia racial leva a uma pretensa inclusão dos diferentes no acesso aos bens e serviços, cunhada pelo discurso da igualdade jurídica (Eurico, 2018, p. 515).

Tal irracionalidade, então, sempre foi racional para o cumprimento da manutenção da ordem social, assegurando a dominação da classe burguesa branca, por trás de uma bela fachada escrita “Todos nós somos iguais”. O tratamento de indivíduos de forma genérica, geral e abstrata é amplamente funcional para a perpetuação do racismo institucional e estrutural e sua reatualização. Ao passo que suprime a necessidade de organização para mudança daquela realidade, intervindo apenas nas violências individuais — por vezes nem nessa esfera. Sendo assim a reprodução dessa noção, mistifica a dimensão crítica da totalidade do sistema de produção vigente, assim como também, mistifica o descompasso do acesso ao trabalho formal pelos grupos raciais da classe trabalhadora.

Desta forma, ao tempo em que estabelece mecanismos de defesa capazes de impedir que o negro ascenda socialmente, apresenta-o como incapaz, em virtude de não ter aproveitado as oportunidades que lhe são oferecidas para nivelar-se ao branco. Oportunidades que a sociedade competitiva concede na mesma proporção a uns e outros, porém que ele não soube aproveitar (Moura, 2022, p. 59).

Frente a essa estrutura, a população negra, enquanto sujeito histórico, forma a sua resistência e fricciona as barragens impostas. Nessa direção, as leis de ação afirmativa, importantes conquistas do movimento negro, configuram uma disputa pelo reconhecimento das relações raciais enquanto um elemento que determina a forma de acesso a direitos fundamentais, e assim, expressa as disputas raciais na sociabilidade capitalista — que ocorrem entrelaçadas com a luta de classe. Logo, também configuram uma fricção na estrutura tradicional, e por isso, em geral, enfrenta a oposição social.

Para o objetivo deste trabalho, elenca-se a chamada lei de cotas, a Lei federal n.12.711 promulgada em 2012, que após mais de 10 anos e luta sendo tramitada, dispõem 50% das vagas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e devem se destinar aos alunos que estudaram na rede pública

Realização:



Apoio:



durante todo o nível médio (Brasil, 2021). Essa normativa tornou obrigatória a reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas, alunos de escola pública e de baixa renda nas instituições federais de ensino superior e técnico.

Quanto a isso, destaca-se que a proporção da população negra com nível superior completo cresceu cerca de 5,3 vezes entre 2000 e 2022, passando de 4,5% para 24,0%. Esse avanço expressivo evidencia o impacto da Lei de Cotas e outros mecanismos de ação afirmativa no acesso ao ensino superior. No entanto, a desigualdade racial persiste, como revela o dado referente à população branca, cuja proporção com ensino superior aumentou de 9,9% para 25,8% no mesmo período — um crescimento de 2,6 vezes (IBGE, 2021). Esses dados reforçam a relevância das políticas afirmativas na promoção da inclusão educacional, mas também indicam que o acesso à universidade não garante, por si só, a ascensão social da população negra. O ingresso em instituições de ensino superior não tem se traduzido, de forma equitativa, em inserção em cargos com maiores remunerações e prestígio, especialmente quando comparado ao grupo racial branco.

Logo, percebe-se que uma fração da população negra, mesmo enfrentando os mecanismos persistentes de preconceito, consegue ultrapassar barreiras históricas e alcançar formação intelectual e técnica. No entanto, ao vencer os obstáculos de acesso à educação, depara-se com uma “nova” barreira — que, embora atualizada, carrega velhas nuances do racismo colonial: a barragem da competição.

### **Barragem social da ascensão social da população negra**

Quando chega a esse plano, isto é, quando o negro capacita-se tecnicamente, qualifica-se em uma profissão tida como possuidora de atributos superiores como engenheiro, médico, secretária executiva, advogado, arquiteto, e inicia a luta, de forma individual, em pé de igualdade no mercado de trabalho, surgem novas barreiras mais agudas, estereótipos e racionalizações irracionais das quais o preconceito de cor é o mais representativo e abrangente (Moura, 2021, p. 64).

A lógica meritocrática, mistificada de neutralidade, é responsável por deslocar o discurso da desigualdade estrutural para a suposta incapacidade individual. E transforma o percurso educacional em mais um critério seletivo que privilegia os de sempre e exclui os mesmos de sempre. A formação social da competição atua privilegiando o grupo racial branco a espaços que possam fornecer algum teor de transformação social. Ou seja, limita o acesso da população negra a ele. Aqueles que esporadicamente conseguem acessar são colocados como um mecanismo de afirmação da meritocracia.

Entretanto, quando os marginalizados alcançam tal qualificação, ainda sim é preterido perante a um branco. Moura (2021, p.64) vai colocar que “Mesmo se ele tiver capacidade idêntica à do branco, é marginalizado pelo processo de peneiramento que a sociedade competitiva exerce”. Para o autor o preconceito de cor se aguça nesse momento pois:

Na medida em que a massa negra ou de mestiços entra no mercado de trabalho friccionando-o, procurando incorporar-se ao centro do sistema de produção do qual foi expulso, não querendo mais aqueles empregos tradicionais que lhe eram impostos e procura forçar a mobilidade social vertical, reivindicando posições, cargos e vantagens que eram reservados aos brancos, ele se aguça. O negro passa, assim, a tentar deslocar de posições já conseguidas pessoas e grupos que se sentiam seguros e estabilizados no rango que haviam adquirido na sociedade tradicional. A chegada desses elementos negros e mestiços que pretendem deslocar-se dos estratos inferiores em que se encontram, procurando disputar, no mesmo mercado, em nível superior, os empregos e cargos que estavam sendo ocupados por outros

Realização:



Apoio:



elementos, cria expectativas de comportamento específico no segmento ameaçado (Moura, 2021, p. 65).

Acerca disso, Bento (2022, p.11) coloca que as instituições da sociedade civil por meio de seu modo de funcionamento torna homogêneo e uniforme o perfil de seus empregados e lideranças, dentre o grupo racial branco. Tal “cultura” institucional perpetua o racismo institucional por gerações, mantendo a hierarquia das relações de dominação de classe, raça e gênero. A autora denomina isso como branquitude, e a garantia da manutenção da dominação corresponde a um “pacto” de cumplicidade velado entre os brancos.

A competição, então, pode ser realizada entre eles, mas não entre eles e o “outro”. O outro que é símbolo de uma antipropriedade e de uma antiracionalidade na sociabilidade de classes.

Tal fenômeno evidencia a urgência de incidir na relação de dominação de raça e gênero que ocorre nas organizações, cercada de silêncio. Nesse processo, é fundamental reconhecer, explicitar e transformar alianças e acordos não verbalizados que acabam por atender a interesses grupais, e que mostram uma das características do pacto narcísico da branquitude. Fui consolidando uma perspectiva sobre o modo de operacionalização das discriminações dentro das organizações, em que questões éticas, morais e relacionadas com a democratização de espaços institucionais sempre são tratadas através de uma perspectiva “racional”, que busca justificar as desigualdades a partir da ideia de mérito. Ou seja, se constatamos representação excessiva de pessoas brancas nos lugares mais qualificados é porque elas mereceram isso, e a ausência de negras e negros e de outros segmentos deve-se ao fato de não estarem devidamente preparados (Bento, 2022, p. 12).

Frente a esse pacto silencioso e aos mecanismos de perpetuação da subalternidade técnica e intelectual da população negra — como se observa, por exemplo, nos meios de comunicação e entretenimento —, resta, muitas vezes, como saída possível, a venda de sua força de trabalho por um valor abaixo. O que é amplamente funcional para a burguesia branca que alimenta essa lógica para se beneficiar com o rebaixamento de salários e condições de trabalho frente à conjuntura de insegurança da classe trabalhadora como um todo.

Nessa direção, é importante trazer os dados do DIEESE sobre a inserção da população negra no mercado de trabalho, conforme aponta o *Boletim Especial de 20 de novembro – Dia da Consciência Negra de 2024*. A ideia de barragem na competição se materializa de forma evidente, uma vez que, tradicionalmente os negros ocupam postos de trabalho mais precarizados em comparação aos demais trabalhadores e enfrentam maiores dificuldades de ascensão profissional. Quase metade da população negra ocupada está na informalidade: 46% entre as mulheres negras e 45% entre os homens negros. Entre os não negros, embora a taxa de informalidade também seja elevada, com 34%, ela ainda se apresenta significativamente mais baixa. Esses dados reafirmam a raça como elemento da competição social (DIEESE, 2023, p. 4).

O estudo revela que a disparidade racial, também, está na área de rendimentos, como mostra o gráfico abaixo:

**Gráfico 1 - Proporção de negros e não negros nas 10 ocupações com maiores rendimentos**



Realização:



Apoio:





O gráfico permite analisar que nas 10 profissões mais bem pagas, os negros são a minoria. Ainda de acordo com o estudo, eles representam 27% dos ocupados nestas profissões, mas são 70% dos trabalhadores nas 10 ocupações com os menores rendimentos. Sendo possível, portanto, ver o quanto determinadas profissões ainda são, historicamente, negadas para os negros.

Ademais, constata-se que isso rebate diretamente nos salários, ao passo, que no trimestre de 2024, o rendimento médio dos negros era de R\$ 2.392, valor 40% inferior ao dos demais trabalhadores, que era de R\$ 4.008. Um impacto que significa que os negros recebem, em média, R\$ 899 mil a menos que os não negros ao longo da vida laboral. Entre os que possuem ensino superior, o valor chega a R\$1,1 milhão (DIEESE, 2023, p.1).

Ou seja, quando se cruza o nível de escolaridade com outros indicadores socioeconômicos, torna-se evidente que a desigualdade persiste mesmo entre os segmentos mais escolarizados da população. Um outro dado que reflete isso é o rendimento médio das pessoas negras com ensino superior completo, que alcança R\$ 4.798 — valor 32% inferior ao rendimento médio dos não negros com a mesma formação, que é de R\$ 7.030 (DIEESE, 2023, p.14). Esse dado reforça as reflexões teóricas elencadas acima, ao passo que materializa a ideia de que, mesmo ao atingir a qualificação exigida, a população negra continua sendo subvalorizada no mercado de trabalho.

Trata-se de uma forma concreta da chamada "barragem na competição": uma barreira racial que obriga o trabalhador negro a vender sua força de trabalho por menos do que ela vale, para se inserir em espaços que o são negado. O que evidencia que o racismo não se desfaz com a escolarização, mas sim, se atualiza dentro das estruturas do capitalismo se colocando através de "novas" barreiras. Ainda que não suficiente, as políticas de ação afirmativa são elementares para que a fração da população negra possa alcançar esses espaços de decisão responsáveis, mesmo que em certa medida, de ampliar esse acesso e corroer a disparidade de rendimento.

## Conclusão

A análise da dinâmica racial no Brasil evidencia que a ideologia da barragem permanece como um dispositivo central no impedimento da ascensão social da população negra. Mesmo diante de avanços pontuais no acesso à educação e ao mercado de trabalho, a lógica da competição, estruturada sobre fundamentos racializados, segue operando como um mecanismo de exclusão e hierarquização. A persistência das desigualdades salariais, da informalidade e da sub-representação em cargos de prestígio revela que o racismo permanece dentro da sociabilidade capitalista, reorganizando suas formas de dominação sob discurso meritocrático.

Contudo, é justamente a presença negra — mesmo que parcial e marcada pela precarização — em espaços historicamente dominados pelo grupo racial branco que tensiona a estrutura e evidencia possibilidades de transformação. Essa inserção, ainda que limitada, produz fissuras no pacto racial excludente e aponta para a potência de maior acesso da população negra às carreiras historicamente negadas. Assim, pode-se perceber que as políticas de ação afirmativa atuais precisam ser aperfeiçoadas para mitigar a disparidade racial.

Assim, compreender a competição como uma dimensão constitutiva do capitalismo — e, simultaneamente, estruturada de forma racializada — é reconhecer que a superação desse modo de produção exige, necessariamente, o enfrentamento do racismo. Não é possível pensar em uma perspectiva revolucionária sem enfrentar as barreiras históricas que sustentam e perpetuam as desigualdades raciais, as quais

Realização:



Apoio:



operam como engrenagens centrais na manutenção e reprodução do sistema capitalista.

## Referências

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor**: um estudo de ascensão social. São Paulo: Nacional, 1987.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto narcísico da branquitude no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 2012. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 28 jun. 2025.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Boletim especial** – Apesar dos avanços, desigualdade racial de rendimentos persiste. Especial 20 de novembro de 2024 (Dia da Consciência Negra). São Paulo: DIEESE, nov. 2024. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/conscienciaNegra.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

EURICO, João Luiz. Racismo e desigualdade na ordem democrática. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 98, p. 512-527, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo 2022: proporção da população com nível superior completo aumenta de 6,8% em 2000 para 18,4% em 2022. **Agência de Notícias IBGE**, 26 fev. 2025. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42742-censo-2022-proporcao-da-populacao-com-nivel-superior-completo-aumenta-de-6-8-em-2000-para-18-4-em-2022>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2022.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 6ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** 2ª ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Criminalidade organizada**: uma perspectiva sociológica. São Paulo: Contexto, 2013.

Realização:



Apoio:



## **INSERÇÃO DE PROFESSORES NEGROS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO:** reflexões sobre trajetórias, dinâmicas e reproduções sociais

Hosana Borges Costa<sup>508</sup>

Lorraine Bastos Silva<sup>509</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por finalidade analisar a inserção de professores negros (as) no ensino superior brasileiro em âmbito federal, assim, dando ênfase aos impactos do racismo estrutural e institucional. Portanto, o mesmo adota uma abordagem qualitativa fundamentada no materialismo histórico-dialético, a pesquisa trata de uma revisão bibliográfica e análise documental. Dessa forma, são discutidas barreiras históricas ao acesso da população negra à educação e à importância de políticas afirmativas, assim como a Lei de Cotas e legislações para ingresso no serviço público. Apesar de avanços, docentes negros continuam sub-representados nas universidades federais, refletindo na exclusão sistêmica. A presença desses educadores é fundamental para enfrentar as desigualdades raciais e promover diversidade e inclusão no ambiente acadêmico.

**Palavras-chave:** Racismo estrutural e institucional; Ensino superior; Docência negra; Políticas afirmativas.

**Abstract:** This article aims to analyze the inclusion of Black professors in Brazilian federal higher education, with an emphasis on the impacts of structural and institutional racism. It adopts a qualitative approach grounded in historical-dialectical materialism, based on bibliographic review and document analysis. The study discusses the historical barriers to access to education for the Black population and highlights the importance of affirmative action policies, such as the Quota Law and legislation for entry into public service. Despite some progress, Black faculty members remain underrepresented in federal universities, reflecting systemic exclusion. The presence of these educators is essential to confronting racial inequalities and fostering diversity and inclusion in the academic environment.

**Keywords:** Structural and institutional racism; Higher education; Black faculty; Affirmative policies.

### **Introdução**

O presente trabalho intitulado *Inserção de Professores Negros<sup>510</sup> no Ensino Superior Brasileiro: reflexões sobre trajetórias, dinâmicas e reproduções sociais*, tem por objetivo analisar o racismo e a trajetória dos professores negros no ensino superior brasileiro, assim como os desafios, as desigualdades e reproduções sociais que ocorrem nas universidades. Assim, buscando também problematizar e compreender os fatores que refletem nas dinâmicas dos docentes, e fomentar o debate sobre as cotas raciais para o acesso desses profissionais dentro destes espaços.

Portanto, a metodologia adotada neste estudo é de abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, que busca compreender os fenômenos sociais a partir das contradições presentes na realidade concreta,

<sup>508</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Viçosa. E-mail: hosana.costa@ufv.br

<sup>509</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Viçosa. E-mail: lorraine.b.silva@ufv.br

<sup>510</sup> De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera-se negro aquele que se autodeclara preto ou pardo (Fernandes, 2023).

Realização:



Apoio:



considerando os processos históricos, econômicos e sociais como condicionantes das relações sociais (Netto, 2011). Na primeira fase da pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica com foco nas trajetórias, desigualdades e resistências de docentes negros no ensino superior. Na segunda fase, procedeu-se à análise documental de legislações sobre racismo, ações afirmativas e dados estatísticos oficiais sobre a composição racial do corpo docente em universidades federais.

Desse modo, essa temática é relevante para o debate dos dias atuais, levando em conta que a trajetória do negro é repleta de desafios, discriminação, racismo, desigualdade, entre outros. No âmbito acadêmico não é diferente, considerando que as oportunidades para pessoas pretas são desiguais. Além disso, é importante enfatizar quais aspectos perpassam o contexto da desigualdade racial e os desafios estruturais impostos a esses profissionais em seu cotidiano profissional. A inclusão de professores negros na academia também oferece um ambiente de identificação para estudantes negros/as, potencializando o seu engajamento e a sensação de pertencimento ao espaço acadêmico nas universidades e nos espaços de produção científica.

O artigo também traz a análise dos obstáculos enfrentados pelos professores na sua jornada acadêmica: em sua maioria, o corpo docente é composto por pessoas brancas e o número de pessoas negras é amplamente reduzido. Portanto, visa problematizar e analisar os fatores que refletem nas dinâmicas e reproduções sociais dos docentes, também considerando o debate sobre as cotas raciais para o acesso desses profissionais dentro desses espaços.

## **Racismo estrutural e institucional**

A compreensão acerca dos desafios relacionados a inserção de professores negros no ensino superior envolve o refletir de que forma o racismo estrutural está enraizado na sociedade e interfere na trajetória de professores negros. Outrossim, de acordo com os estudos de Almeida (2019) o racismo estrutural perpetua as desigualdades raciais e cria condições que desfavorecem pessoas negras e passam a privilegiar pessoas brancas. Portanto, essa prática é mantida por normas e valores no qual há prevalência de mais professores brancos do que negros e tal fato seria baseado unicamente em fatores individuais, deduzindo que o sujeito só chega em algum patamar econômico ou social por meio da meritocracia.

Nesse contexto, é essencial pontuar que para as mulheres é ainda mais difícil o acesso, pois além do racismo, se inter cruzam com a formação histórica do Brasil que as direcionam para serviços extremamente precários. Gonzales (2020), discorre que as opressões continuam a operar mesmo após décadas da chamada abolição. Nos dias atuais, essas opressões se manifestam de formas diferentes, mas continuam a perpetuar e marginalizar as mulheres negras.

Segundo Bento (2019), o “pacto da branquitude” reproduz atitudes silenciosas e mantém pessoas brancas nos espaços de poder. Portanto, a predominância de brancos nos ambientes universitários reforça um sistema que favorece essa elite branca, limitando as oportunidades para pessoas negras, tanto na admissão quanto na progressão de carreira.

De acordo com Almeida (2019), o racismo estrutural ocorre independente das intenções individuais, pois é um fenômeno coletivo. Dessa forma, ainda que esse sistema opere de maneira invisível para muitos, naturaliza a exclusão e o privilégio com base na raça. Esse fato explicita que mesmo que as instituições passem uma imagem de serem neutras e inclusivas, elas agem de maneira a favorecer majoritariamente pessoas brancas, perpetuando dessa forma as desigualdades raciais e a discriminação racial (Almeida, 2019).

Deste modo, para Almeida (2019 p. 34) “pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e

Realização:



Apoio:



não é um álibi para racistas”, assim, compreender as interfaces do racismo como parte da estrutura e das relações sociais não exclui a responsabilidade individual de quem possui práticas racistas. No entanto, conforme Almeida (2019), é necessário implementar medidas estruturais que enfrentem o racismo em suas dimensões, sejam elas política, econômica e cultural, promovendo uma verdadeira transformação nas relações sociais e nas instituições brasileiras.

Segundo Almeida (2019), o racismo institucional é um ponto central que está dentro do racismo estrutural, porém a dimensão institucional tem menos evidências, tornando sua identificação mais difícil. Nesse sentido, constata-se que o racismo se perpetua em instituições, assim como no mercado de trabalho, universidades, sistemas de saúde etc. (Almeida, 2019).

A principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (Almeida, 2019, p. 27).

Almeida (2019) também observa que a abordagem institucional do racismo coloca o poder como um elemento central nas relações raciais. Outro aspecto importante considerado por ele, é que mesmo que haja pessoas negras ocupando espaços de poder, isso não significa que a instituição deixará de ser racista. Com isso, compreende-se o racismo como um mecanismo de dominação: a elite que possui o poder são aqueles que controlam a política econômica da sociedade e, de acordo com a história da humanidade, entende-se que os grupos que majoritariamente obtêm total poder dos meios de produção e de conhecimento são as pessoas brancas. Portanto, o racismo institucional relacionado ao ensino superior impacta diretamente a inserção de professores negros, pois perpetua barreiras históricas e estruturais, dificultando veementemente o acesso de profissionais negros nesses espaços acadêmicos.

## Lei de Cotas

O ano de 2012 foi um acontecimento para a história das ações afirmativas universitárias no Brasil. Após muita luta do movimento negro, a Lei de Cotas, Lei nº 12.711, foi manifestada em 29 de agosto de 2012, no governo da presidenta Dilma Rousseff. A Lei garante a reserva de 50% das vagas nas universidades e instituições federais de ensino técnico e ensino médio para negros, pessoas com deficiência e estudantes de escola pública (Mota, 2023).

Para mais, embora sancionada em 2012, a Lei de Cotas é resultado de um conjunto de lutas sociais por parte do movimento negro, realizadas durante décadas antes da sua promulgação. Em 2002, as universidades estaduais da Bahia (UNEB) e do Rio de Janeiro (UERJ), tornaram-se precursoras na implementação de ações afirmativas para o ingresso de pessoas negras nas universidades. Já no âmbito federal, a Universidade de Brasília, UNB, é vanguardista, adotando as políticas de cotas desde 2004 (Mota, 2023).

Além disso, fazendo o recorte racial da lei citada, em especial para negros, é crucial destacar os dados étnico-raciais oficiais no Brasil. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, em 2019, cerca de 46,8% dos brasileiros se declaram como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas. Isto

Realização:



Apoio:





é, pardos, pretos<sup>511</sup> e indígenas no Brasil somam cerca de 56,2% da população brasileira (Mota, 2023).

Portanto, ainda que a maior parte da população brasileira seja representada por pessoas não brancas, a ocupação e representação desses corpos nas instituições acadêmicas são minoria (Mota, 2023).

### **Lei de cotas raciais para o ingresso ao serviço público federal**

A Lei de nº 12.990, de 9 de junho de 2014, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff decreta em seu Art. 1º a reserva de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, na forma desta Lei (Lei nº 12.990/2014). Já no § 1º do mesmo artigo, a reserva de vagas é aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 3 (três) (Brasil, 2014).

Quanto à sua aplicação, por se tratar da Administração Federal, a Lei não estabelece vínculo com Estados, Municípios, Judiciário e Legislativo Federal, porém apenas com o Poder Executivo da União. No entanto, as cotas étnico-raciais para provimento de cargos efetivos também passam a entender o âmbito do Conselho Nacional de Justiça por meio da Instrução Normativa nº 63 de 18 de março de 2015 (Pena *et al.*, 2016). Isto posto, a Lei 12.990/2014, ao prever as cotas étnico-raciais nos concursos públicos de nível superior, consolidou sumariamente o vínculo com o Direito Administrativo, visto ser este o ramo do Direito que constitui regras balizadoras da Administração Pública, sem, por óbvio, se deslocar da ótica da Constituição Federal, que, aliás, a regulamenta (Pena *et al.*, 2016).

Hodiernamente, no dia 4 de junho de 2025, foi publicada a Lei nº 15.142/2025, que amplia e atualiza a Lei de Cotas anterior no âmbito do serviço público federal. Com a nova norma, 30% (trinta por cento) das vagas em concursos públicos e seleções temporárias são designadas para pessoas negras, indígenas e quilombolas. A nova modalidade inclui concursos para cargos efetivos e empregos públicos na administração pública federal direta, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União, também vale para processos seletivos simplificados para contratações temporárias (Câmara dos Deputados, 2025).

Contudo, há várias formas de não ter uma candidatura negra aprovada, se percebemos o peso do racismo estrutural e institucional na sociedade brasileira. Pois, definir, previamente, quais pessoas negras terão a 'sorte' de beneficiar-se da política de ação afirmativa, que lhes é garantida ajuda a explicar, em boa medida, a razão do insucesso de sua implementação em todos esses anos (Santos *et al.*, 2024). A título de exemplo, as políticas afirmativas ainda não são o suficiente para o reparo da inclusão de professores negros/as dentro das universidades, pois, embora os pretos e pardos configurem a maioria da população do Brasil, como docentes nas salas de aula das universidades eles ainda são minoria, até então, ocupando em média 0,53% entre junho de 2014 e dezembro de 2019 (Barbosa, 2023).

### **Educação Superior**

A Educação para acesso de pessoas negras aos ensinos básico e superior surge após vários processos históricos, dos quais é importante evidenciar que no início essa inserção era sobretudo voltada para pessoas brancas. Logo, podemos dizer que

---

<sup>511</sup> De acordo com Emerson Pinheiro, presidente da Associação Cultural Afro Guaçuana Mogi Guaçu (ACAG), o termo preto identifica a pessoa de pele retinta (pele mais escura), que diferencia da pessoa de pele clara, mas ele afirma que todos são negros (Mendes, 2023).

Realização:



Apoio:



essa condição é decorrente da escravidão, no qual o Brasil é um dos últimos países a 'abolir a escravidão', esta que só aconteceu por pressão de outros países e como estratégia para mão de obra "livre". Com isso, é importante salientar as leis que foram criadas para distanciar as pessoas negras a acessarem a Educação no geral. Essas leis tinham como finalidade favorecer fazendeiros, agricultores e proprietários que detinham terras (Baêta, 2016).

Assim, a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, conhecida como a Lei do Boi, dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Essa lei prevê que, no preenchimento das vagas, deve-se dar preferência a candidatos que sejam filhos de agricultores, trabalhadores rurais ou que estejam envolvidos direta ou indiretamente com a agricultura. Para mais, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), posteriormente, Universidade Federal de Viçosa (UFV) é objeto de análise e prática da Lei citada acima. Embora a ESAV sofresse de problemas estruturais, humanos e de relevância para a elite rural local, a instituição se configurou no que Baêta (2016) elencou como um interesse do Presidente Arthur Bernardes e no discurso de que a produção agrícola caracterizaria um ponto forte para a economia do país.

Contudo, quando discutimos sobre as ações afirmativas e as cotas, nos referimos a uma forma de pensar na redução de desigualdades sociais que se arrebatam pela história do nosso país. Schneider (2021, p. 39) ressalta que as cotas raciais, por exemplo, "[...] não são uma forma de dar privilégio a uma parte da população, ao contrário, são uma forma de desprivilegiar um pouco a elite hegemônica da nossa sociedade, redesenhando o acesso a oportunidades e, quem sabe, trazendo mais igualdade".

Retomando sobre a Lei 5.465/1968, o deputado Ultimo de Carvalho apresentou o projeto que contemplava as seguintes propostas:

Art. 1º. As vagas que se verificam, anualmente, nos estabelecimentos de ensino agrícola pertencentes à União, ou por ela subvencionados serão preenchidas 50% (cinquenta por cento) com candidatos filhos de agricultores, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% (trinta por cento) com candidatos filhos de agricultores, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio.

Parágrafo único. O mesmo critério será extensivo àqueles que terminaram o segundo ciclo nos estabelecimentos de ensino agrícola e que se destinarem às Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária (Brasil, 1968, p. 1003).

Segundo Santos (2020, p. 24), "[...] a implementação da lei foi assegurada pelos órgãos ligados ao processo de modernização da agricultura que comprovaram a condição de beneficiário. Assim, a elite agrária se manteve no controle do processo de capacitação da mão de obra rural". Desta forma, para o autor:

A lei evidencia privilégios aos ricos e mantém a condição de não evolução da situação dos trabalhadores agrícolas pobres, tendo em vista que desprivilegiados e seus filhos não poderiam se afastar dos campos de trabalho para estudar, ao contrário dos proprietários de terras e seus descendentes. Em contrapartida, a Lei do Boi foi revogada no ano de 1985, pela Lei nº 7.423, em meio a evidentes argumentações de que favorecia à elite rural (Santos, 2020, p. 23).

Sendo assim, usando de exemplo a lei mencionada acima, é visto o quanto tudo é projetado e estruturado para reforçar privilégios de classe e raça, limitando as pessoas negras o acesso aos seus direitos. A partir dessa perspectiva, é indubitável que diversas legislações foram criadas para a garantia de exclusão sistemática das pessoas negras dos espaços de poder. Portanto, uma análise cronológica dessas legislações ajuda a compreender esse impacto do racismo estrutural no Brasil:

Realização:



Apoio:



- 1837 – Primeira lei de educação: negros não podiam ir à escola. Lei nº 1 de 14 de janeiro de 1837: “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravizados e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”.
- 1850 – Lei de terras: negros não podiam ser proprietários. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850: aprovada no mesmo mês e ano da lei Eusébio de Queirós (Lei nº 581 de 4 de set de 1850), que previa o fim do tráfico negreiro. A Lei de Terras, como ficou conhecida, foi uma antecipação de grandes fazendeiros e políticos latifundiários que queriam impedir que negros pudessem possuir terras.

É preciso pontuar que as leis consideravam que as pessoas pretas não teriam acesso ao ensino, e este pensamento perpassa até os dias atuais, no qual observamos que a estrutura da sociedade é racista, e pessoas pretas possuem menos oportunidades em todas as esferas, sejam elas econômicas, sociais, culturais, profissionais e acadêmicas. O desafio para professores negros no ensino superior começa antes mesmo, dado ao fato de que o prosseguimento de jovens negros na academia é permeada por obstáculos.

Visto isso, um exemplo a ser citado, de acordo com a Seção Sindical dos Docentes da UFV (ASPUV), elaborada pelo cientista social Flávio Conceição, apenas 6,43% dos professores de graduação da UFV são pardos e 1,74%, pretos. Destarte, fazendo um recorte de gênero a divisão se dá pela seguinte maneira:

- Homens: 92,70% são brancos; 6,37% são pardos e 0,94% são pretos.
- Mulheres: 89,22% são brancas; 7,49% são pardas e 3,92% são pretos.

Isso mostra que apesar dos avanços, da adoção das cotas para esses profissionais, mostra o quanto ainda é dificultosa a trajetória desses educadores na ocupação e permanência dentro das Universidades Federais brasileiras.

Segundo Edgard Leite de Oliveira, entrevistado pela ASPUV (2018), esses professores negros na instituição também têm dificuldades de proceder em cargos de coordenação, ou seja, em espaços de decisões. O autor relata que tem, por exemplo, pouquíssimos professores coordenadores de cursos, de projetos, de ações de ensino, pesquisa e extensão, nas pró-reitorias, não tem praticamente nenhum representante negro. O autor também afirma que isso tudo caracteriza de forma perversa o racismo institucional.

Já Sales Augusto dos Santos, entrevistado pela ASPUV (2018), traz uma análise de que o pouco número de negros na docência endossa uma outra percepção: a de que negros cabem em funções mais operacionais na UFV, ocupando, por exemplo, serviços terceirizados, significativamente na parte da limpeza e de jardinagem da universidade. Ele afirma que os papéis e status mais elevados, provavelmente, devem estar sendo ocupados por funcionários brancos, e que ainda que haja profissionais negros em cargos mais valorizados, ainda são minoria. A exemplo da primeira negra à frente da ASPUV no cargo de presidenta, a professora do antigo Departamento de Economia Doméstica, posteriormente, Departamento de Serviço Social, Junia Marise de Sousa, que afirma que ser mulher dentro de um contexto sindical já é bastante forte e ser uma mulher negra é muito mais.

Contudo, constata-se que apesar de pequenos avanços, é notório como o negro ainda é marginalizado, encaixado em lugares e empregos precarizados, assim, nota-se a presença do racismo institucional. E que apesar das Cotas Raciais serem uma política positiva e justa, dado todo o histórico e desafio da pessoa negra na inserção desses espaços, também é necessária a proteção da permanência dessas pessoas, para a continuidade de alunos, professores e cargos de liderança nas universidades federais brasileiras.

Realização:



Apoio:



## Conclusão

Dessa forma, é possível analisarmos que o acesso de professores no ensino superior é um processo que revela profundas desigualdades estruturais e históricas que continuam a se evidenciar na atualidade. Essas barreiras institucionais e estruturais corroboram e limitam não só a inserção, como também a permanência no espaço educacional.

É primordial que a presença de pessoas negras na academia contribua para construção da reparação das desigualdades raciais vividas e colabore na sensação de pertencimento do mesmo. Embora possamos constatar avanços como a Lei de Cotas para o servidor público federal, observa-se que é urgente que as políticas públicas continuem a serem implementadas e que o ambiente institucional haja de maneira a executar mudanças significativas que garanta que o espaço universitário seja plural, diversificado e comprometido com a luta para que se tenha cada vez mais negros nesses lugares.

Para mais, o Mano Brown, junto com o Edi Rock, em uma das suas canções de resistência e protesto, cita e problematiza a vivência da população negra, dizendo-as da seguinte forma, em um dos seus trechos: “Desde o início por ouro e prata, olha quem morre, então veja você quem mata, recebe o mérito, a farda que pratica o mal. Me ver pobre, preso ou morto já é cultural.”

Assim dizendo, é mais uma afirmação sobre pessoas negras ocupando empregos subalternos e precarizados, majoritariamente não ocupando espaços de liderança, principalmente nos espaços educacionais. Ademais, as políticas afirmativas, mesmo sendo um ponto positivo, ainda não são suficientes para o reparo da inserção de professores negros/as/es nas universidades, pois, embora os pretos e pardos representem a maioria da população do país, como docentes nas salas de aula das universidades, eles não chegam a 20% (Martins, 2023).

## Referências:

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

ARBOLEYA, Arilda Fortunata; MEUCCI, Simone. Trajetórias de docentes negros no ensino superior brasileiro e a construção de significados para o mérito “incomum”. *In: Reunião Equatorial de Antropologia*, 5, 2015. **Anais da V REA e XIV ABANNE**, Maceió, v. 1, n. 5, p. 1-20, 2015.

BAÊTA, Odemir Vieira. **Estratégias como práticas sociodiscursivas em uma universidade pública: uma abordagem crítica**. 2016. 439 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2016.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **O pacto da branquitude**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.465**, de 3 de julho de 1968. Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Brasília DF: Diário Oficial da União. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-norma-pl.html>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em:

Realização:



Apoio:



<[https://drive.google.com/drive/folders/1RDgqPHPaTI6UDyY5og1hk\\_ZYknDTCie](https://drive.google.com/drive/folders/1RDgqPHPaTI6UDyY5og1hk_ZYknDTCie)>.  
Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.990**, de 9 de junho de 2014. Dispõe sobre reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília DF: Presidência da República Casa Civil, 2014. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm)>. Acesso em: 09 dez. 2024.

COSTA, Gilberto. Entrada de professores negros em universidades públicas é abaixo de 1%. **Agência Brasil**, 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/entrada-de-professores-negros-em-universidades-publicas-e-abaixo-de-1#:~:text=O%20percentual%20de%20pretos%20e,lei%3A%2020%25%20das%20vagas>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

FERNANDES, Camilla. Preto ou negro: qual é a forma correta? **Politize!** 31 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/preto-ou-negro/>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos (Org. Flávia Rios; Márcia Lima). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MARTINS, Luiza M. A falta de professores pretos nas universidades brasileiras: consequências de uma estrutura educacional excludente. **Jornal O Casarão**, 2023. Disponível em: <<https://jornalocasaraio.uff.br/2023/12/20/a-falta-de-professores-pretos-na-universidades-brasileiras-consequencias-de-uma-estrutura-educacional-excludente>>. Acesso em: 09 dez. 2024.

MENDES, Anderson. Identidade: preto ou negro, qual a forma correta? **Gazeta Guaçuana** – Caderno Multi, 19 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.gazetaguacuana.com.br/identidade-preto-ou-negro-qual-a-forma-correta/>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MOTA, Maria Clara. 10 anos da lei de cotas: o que mudou? **Politize!** 2023. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/lei-de-cotas/#:~:text=Como%20surgiu%20a%20Lei%20de%20Cotas&text=Em%202002%2C%20as%20universidades%20estaduais,nas%20universidades%20e%20institui%C3%A7%C3%B5es%20federais.&text=An%20error%20occurred.,is%20disabled%20in%20your%20browser>>.  
Acesso em: 15 jun. 2025.

NASCIMENTO, Wagner Lemes do. **“O vestibular nunca acaba para nós”**: trajetória acadêmica e inserção profissional de diplomados da UFRGS beneficiados pela política de cotas. 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PENA, Vieira Martinez Pena; FRIEDRICH, Denise Bittencourt; SILVA, Mozart Linhares da. A política de cotas étnico-raciais para concursos públicos de ensino superior.

Realização:



Apoio:





Barbarói, n. 47, p. 125-143, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i47.9575>>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PONZIO, Fernanda. **Violência diárias, dificuldades de inserção e pouco espaços na tomada de decisões: o racismo na UFV**. Viçosa: Associação Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa (ASPUV), 20 nov. 2018. Disponível em: <<https://aspuv.org.br/violencias-diarias-dificuldade-de-insercao-e-pouco-espaco-na-tomada-de-decisoes-o-racismo-na-ufv/>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

RACIONAIS MC 'S. **Negro drama**. São Paulo: Cosa Nostra Fonográfica, 2002. Disponível em: <<https://youtu.be/tWSr-NDZI4s?feature=shared>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SANTOS, Caio Lima dos. **Autodeclarar-se, uma análise sobre o acesso à universidade por meio de ações afirmativas na UFF**. 2020. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sistemas de Informação) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Computação, Niterói, 2020.

SANTOS, Edmilson Santos dos; OLIVEIRA, Ana Luisa Araujo de.; SANTOS, Alisson Gomes dos. Lei 12.990/2014: quando a sorte é para a branquitude. **Nexo Jornal**, 26 jul. 2024. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2024/07/26/lei-12-990-2014-quando-a-sorte-e-para-a-branquitude>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SCHNEIDER, Carolina Chagas. **Cotas raciais no cotidiano da rede municipal de ensino de Porto Alegre**: implicações para a educação das relações étnico-raciais. 2021. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

Realização:



Apoio:



## INTERSECÇÕES ENTRE CAPITALISMO, RACISMO ESTRUTURAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO: breves apontamentos

Lara Rodrigues Caputo<sup>512</sup>

**Resumo:** A partir da perspectiva materialista histórico-dialética, o artigo busca compreender a loucura e o sofrimento psíquico como expressões da questão social no contexto do capitalismo, articuladas às determinações do racismo estrutural. A análise é fundamentada em autores clássicos e se apoia em revisão teórica, com destaque para a população negra como grupo vulnerabilizado e exposto à exclusão, ao sofrimento e à desumanização.

**Palavras-chave:** sofrimento mental; racismo estrutural; questão social; loucura; capitalismo.

**Abstract:** From a historical-dialectical materialist perspective, this article aims to understand madness and mental suffering as expressions of the social question within the capitalist mode of production, articulated with the structural determinations of racism. The analysis is based on classical and contemporary Social Work theorists and supported by an review, highlighting the Black population as a vulnerable group exposed to exclusion, suffering, and dehumanization.

**Keywords:** mental suffering; structural racism; social question; madness; capitalism.

### Introdução

A compreensão da loucura e do sofrimento psíquico da população negra brasileira exige uma análise que transcenda a individualização desses processos, tratando-os como expressões históricas e sociais. Neste artigo, propõe-se uma leitura crítica da loucura e do sofrimento psíquico à luz das determinações do modo de produção capitalista (MPC) e do racismo estrutural, articulando essas dimensões como constitutivas da “questão social”. Parte-se da premissa de que os processos de adoecimento mental não podem ser analisados fora de suas condições materiais, históricas e raciais.

Para tal, recorre-se ao referencial teórico marxista, com destaque para os escritos de Karl Marx, e ao diálogo com produções contemporâneas no campo do Serviço Social. A análise parte da centralidade do trabalho e das contradições que estruturam a sociabilidade capitalista, destacando o peso do racismo estrutural na produção de subjetividades adoecidas.

### A loucura/sofrimento psíquico como expressões da “questão social” no capitalismo

A noção de “questão social” surge no contexto europeu do século XIX, quando as contradições do capitalismo industrial emergem com força. Iamamoto (2001) aponta que o termo começa a ser utilizado por volta de 1830, refletindo as lutas da classe trabalhadora contra as precárias condições de existência impostas pelo avanço industrial. A partir das mobilizações coletivas dos trabalhadores, as desigualdades sociais deixaram de ser compreendidas como naturais ou isoladas e passaram a ser

---

<sup>512</sup> Assistente social, graduada, mestre e doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: lararrcaputo@gmail.com

Realização:



Apoio:



reconhecidas como resultado de relações políticas e econômicas concretas — portanto, como expressão da luta de classes.

A estrutura do modo de produção capitalista baseia-se na extração da mais-valia, com a exploração da força de trabalho pelo capital. Conforme Iamamoto (2001), a incorporação de tecnologias e métodos de produção mais eficientes provocou, de um lado, o aumento da produtividade, e de outro, a redução da necessidade de trabalho vivo, gerando um excedente populacional que não consegue se inserir no mercado formal. Esse excedente, chamado por Marx de “exército industrial de reserva” e por Iamamoto (2001) de “superpopulação relativa”, é fundamental para a manutenção do sistema, pois pressiona os salários para baixo e contribui para a intensificação da exploração. A autora diferencia três frações da superpopulação relativa: os intermitentes (absorvidos e expulsos do mercado), a superpopulação latente (trabalhadores em condições precárias) e a estagnada (excluída do processo produtivo, mas funcional à precarização do trabalho).

Dentro dessa fração estagnada se encontram os sujeitos considerados “inaptos” para o trabalho, entre eles, os indivíduos que adoecem mentalmente. Essa exclusão material é, portanto, constitutiva do processo de acumulação capitalista e está na raiz da “questão social”, como sintetiza Iamamoto (2001, p. 14):

Assim, o processo de acumulação produz uma população relativamente supérflua e subsidiária às necessidades médias de seu aproveitamento pelo capital. É a lei particular de população deste regime de produção: com a acumulação, obra da própria população trabalhadora, esta produz, em volume crescente, os meios de seu excesso relativo. Acresce-se a isso o interesse dos empresários capitalistas em extrair uma maior quantidade de trabalho de uma parcela menor de trabalhadores-via aplicação e intensificação do trabalho-, articulando os meios de extração da mais-valia absoluta e relativa.

Netto (2001) reforça essa compreensão ao destacar que, apesar da existência anterior da pobreza, é no capitalismo que ela assume contornos estruturais. Com o crescimento da capacidade produtiva da sociedade, a pobreza passa a se expandir proporcionalmente à riqueza. Portanto, não se trata da ausência de bens, mas da negação de acesso a eles por parte da maioria da população.

A resposta do Estado à intensificação da questão social foi, historicamente, ambígua. De um lado, o capitalismo concorrencial respondeu com repressão, e de outro, com o avanço do capitalismo monopolista, emergem políticas públicas com caráter compensatório. Segundo Netto (1992), a função do Estado passa a incluir a manutenção e reprodução da força de trabalho, regulando seu acesso a direitos sociais básicos. No entanto, essa atuação não se dá em ruptura com a lógica do capital, mas em sua manutenção. O enfrentamento da questão social se dá pela via do consenso e da legitimação ideológica, o que Netto (2001, p. 44) nomeia como “reformismo para conservar”: vejamos:

Mais precisamente: o cuidado com as manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar (Netto, 2001, p. 44).

Essa tendência é radicalizada na fase neoliberal do capitalismo, especialmente a partir dos anos 1990, com o desmonte das políticas sociais, a precarização do trabalho e a intensificação da miséria. Como destaca Ianni (2001), a pobreza “ressurge” como desafio global, inclusive nos países centrais. O Estado deixa de atuar como promotor de direitos e passa a operar ajustes e contrarreformas que aprofundam as expressões da questão social, entre elas, o sofrimento mental.

O entendimento da loucura e dos sofrimentos psíquicos como produtos sociais encontra respaldo na teoria marxista, mesmo que Marx não tenha se debruçado

Realização:



Apoio:



diretamente sobre a temática da saúde mental. Ainda assim, sua análise das contradições do modo de produção capitalista oferece fundamentos para pensar os processos de sofrimento enquanto expressão das condições materiais da existência.

Um exemplo emblemático dessa contribuição é o artigo “O crescimento da loucura na Grã-Bretanha”, publicado por Marx em 1858 no *New-York Daily Tribune* e traduzido por Costa (2021). Marx relaciona o crescimento da riqueza e do pauperismo ao aumento dos casos de loucura, revelando que, no período de 1852 a 1857 — marcado por uma prosperidade econômica sem precedentes —, houve crescimento exponencial da população considerada insana. Mais do que dados, Marx denuncia o caráter mercantilizado do tratamento destinado àqueles classificados como loucos pobres. O autor aponta a atuação de casas privadas que lucravam com a custódia desses indivíduos, mantendo-os sob o menor custo possível, com vistas à maximização do lucro. Como afirma: “todo o planejamento dos contratantes consiste, é claro, no único ponto de fazer grandes lucros com essas pequenas receitas” (Marx, 1858, p. 7).

Essa perspectiva crítica é ampliada em *Sobre o Suicídio* (2006 [1846]), em que Marx analisa casos reais de suicídio a partir dos relatos de Jacques Peuchet, identificando neles a alienação, o sofrimento e a desesperança como respostas subjetivas a uma sociabilidade marcada pela mercantilização da vida. Ainda que reconheça a ocorrência de suicídios em todas as classes sociais, Marx destaca que a miséria é seu principal determinante: “embora a miséria seja a maior causa do suicídio, encontramos-lo em todas as classes” (Marx, 1846, p. 24).

Costa (2022), ao retomar essas análises, argumenta que a loucura deve ser compreendida como um fenômeno socialmente determinado, ou seja, produzido nas múltiplas mediações concretas da vida cotidiana. Para o autor, a loucura não nasce no vazio histórico, mas expressa as condições objetivas e as contradições do modo de produção capitalista. Nesse sentido, “é expressão concreta de como seres concretos se produzem na realidade concreta, a saber: o MPC” (Costa, 2022, p. 5).

A compreensão do sofrimento mental exige, ainda, o entendimento da subjetividade como categoria histórica. Conforme Jesus e Costa (2017), a subjetividade humana se constitui na mediação entre o sujeito e o mundo objetivo, sendo formada no processo histórico de desenvolvimento das relações sociais, com destaque para o trabalho.

Martín-Baró, citado por Costa (2022), reforça que a saúde mental deve ser entendida a partir da inserção do sujeito nas relações sociais. Assim, em uma sociedade fundada na alienação, o sofrimento emerge como manifestação do estranhamento do ser humano diante de si mesmo, de seu trabalho e de seus semelhantes. Como Marx afirmava, no MPC o trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho, o que o distancia de sua própria essência humana.

Portanto, o sofrimento mental é compreendido aqui como uma expressão concreta da alienação imposta pelo capitalismo, logo, uma das expressões da “questão social”. Costa (2022, p. 7) sintetiza que, numa sociabilidade em que a riqueza é produzida socialmente e apropriada privadamente, “a tendência é que com o crescimento da produção e acumulação de riqueza, tenhamos maior produção e acumulação de miséria, bem como do sofrimento, da loucura”.

## **Racismo estrutural e sofrimento psíquico da população negra**

É nesse cenário de exploração e alienação que o racismo estrutura e potencializa as desigualdades, especialmente no Brasil, país de capitalismo dependente e com histórico colonial escravocrata. Conforme aponta Costa (2022), a população negra é maioria entre os pobres, os precarizados e os adoecidos, o que evidencia a necessidade de uma análise que articule classe, raça e loucura de forma dialética.

Realização:



Apoio:



O sofrimento da população negra não pode ser compreendido fora da trajetória histórica de escravização, desterritorialização e desumanização. Oliveira (2020) contribui com o conceito de trauma coletivo, construído a partir do processo violento de sequestro de povos africanos, sua posterior escravização nas Américas e as atualizações contemporâneas desse processo por meio da segregação racial, da exclusão econômica e do encarceramento em massa. Para Oliveira (2020, p. 109), o negro é “inventado como um vazio da humanidade”, sendo marcado por uma violência estrutural que persiste e se reatualiza. Esse trauma não se refere a um único evento, mas à repetição sistemática da exposição à violência, produzindo uma ferida aberta, que sangra continuamente na vida social brasileira.

Passos (2023), ao tratar do que chama de “trauma psicossocial colonial”, mostra como o racismo estrutura a medicalização, a contenção química e o encarceramento como formas atualizadas de controle dos corpos negros. O dado de que a maioria das mulheres presas e medicadas no Rio de Janeiro são negras é um exemplo contundente de como a loucura, a contenção e o disciplinamento continuam racializados. O uso do manicômio como instrumento de segregação social é analisado por Moreira (1983), que identifica nas instituições psiquiátricas a função de repressão, custódia e trabalho forçado. Apesar do discurso médico de recuperação do paciente, o manicômio se apresenta como espaço de exclusão, disciplina e violência simbólica.

Essas instituições, no Brasil, surgem em plena vigência do regime escravocrata. O Hospício Pedro II, fundado em 1852, revela as raízes coloniais do modelo asilar brasileiro. Faustino (2020), com base em Frantz Fanon, aponta que tais instituições reproduzem a lógica colonial ao separar, controlar e desumanizar corpos racializados, legitimando práticas de segregação em nome da ordem e da racionalidade. Menegat, Duarte e Ferreira (2020) aprofundam essa leitura, afirmando que o sofrimento mental da população negra se manifesta historicamente em diferentes formas de confinamento: dos navios negreiros às senzalas, das workhouses aos manicômios, dos guetos às prisões. A loucura, nesse contexto, é a consequência e a denúncia da ordem social que não reconhece a humanidade negra.

Neste debate, destaca-se o artigo de Santos, Santos e Castro (2022), que aborda de forma crítica e objetiva os impactos da pandemia de Covid-19 sobre o sofrimento psíquico da população negra. A partir de uma revisão bibliográfica ancorada na perspectiva marxista e na concepção de determinação social do processo saúde-doença, as autoras evidenciam que o sofrimento mental é inseparável da estrutura social, em especial da opressão racial que marca a formação sócio-histórica brasileira. A análise parte da crítica à concepção de determinantes sociais, apontando que, ao se limitar às expressões aparentes dos fenômenos, esta perspectiva desconsidera o movimento real da totalidade social e as contradições que a compõem. Assim, resgatam a concepção de determinação social de Laurell (1982), para quem o processo saúde-doença deve ser entendido como uma unidade histórico-social e biológica, ou seja, um processo único.

Ao dialogar com Martín-Baró, as autoras defendem que a saúde mental deve ser pensada a partir da realidade concreta em que os sujeitos vivem, e não como resultado de fatores exclusivamente individuais ou psicobiológicos. Dessa forma, a saúde mental da população negra é compreendida como resultado da articulação entre racismo estrutural, desigualdade de classe e alienação capitalista. A pandemia, nesse contexto, apenas escancarou uma crise já existente. A primeira morte oficial no Brasil pela Covid-19 — Rosana Urbano, mulher negra e trabalhadora doméstica — simboliza essa realidade. Dados citados no artigo reforçam as desigualdades: as chances de morte por Covid-19 de pessoas pretas ou pardas analfabetas foram quase quatro vezes maiores que as de pessoas brancas com ensino superior (Batista *et al.*, 2020, apud Santos; Santos; Castro, 2022).

Realização:



Apoio:





As autoras ainda enfatizam que os índices de sofrimento psíquico e suicídio também revelam a marca racial do adoecimento. Mulheres negras apresentam maior prevalência de sintomas depressivos do que mulheres brancas; o suicídio de jovens negros cresceu 12% entre 2012 e 2016, sendo 45% maior do que entre jovens brancos. Esses dados escancaram que o sofrimento psíquico, muitas vezes compreendido como uma experiência individual e desvinculada de determinações sociais, possui um recorte racial profundo, marcado pela negação de direitos e pelo racismo estrutural. Tal compreensão desestabiliza abordagens reducionistas centradas na medicalização dos sintomas e aponta para a urgência de ações que considerem os atravessamentos do racismo na saúde mental da população negra.

Para além do diagnóstico, o artigo de Santos, Santos e Castro (2022) defende a necessidade de uma ruptura radical com a ordem capitalista, propondo não apenas políticas afirmativas e reparatórias, mas também a construção de uma nova ordem social, livre da opressão racial, da medicalização da vida e da exploração do trabalho. As autoras argumentam que a superação do sofrimento psíquico da população negra está intimamente ligada à luta antirracista e anticapitalista, sendo indispensável a construção de uma sociedade socialista, sem exploração e sem opressão. Essa perspectiva amplia o debate sobre saúde mental ao integrá-lo à crítica estrutural, conectando os sintomas psíquicos ao modo de produção e às desigualdades raciais historicamente estabelecidas.

Neste horizonte crítico, o artigo de Jesus e Costa (2018) contribui de maneira significativa ao aprofundar os efeitos do racismo sobre a constituição subjetiva da população negra. As autoras não se limitam a mapear as condições materiais desiguais impostas pelo racismo — já amplamente evidenciadas pelos indicadores sociais —, mas se debruçam sobre os impactos subjetivos que esse sistema de opressão produz. A partir de uma perspectiva marxista e histórico-dialética, compreendem a subjetividade como uma singularidade humana constituída na relação com o mundo e mediada pelo trabalho, entendido aqui como atividade vital que transforma a natureza e, simultaneamente, transforma o sujeito.

Segundo Jesus e Costa (2018), a subjetividade humana é construída no processo histórico em que o ser humano se diferencia dos demais seres da natureza por meio do trabalho. Essa construção não ocorre de forma homogênea ou neutra, mas em contextos sociais concretos marcados por relações de exploração e dominação. Assim, a subjetividade é forjada em meio às contradições sociais, sendo atravessada pelas formas de opressão estruturais, como o racismo. Nesse sentido, o racismo opera como um fator que afeta diretamente o desenvolvimento da personalidade, comprometendo capacidades cognitivas, afetivas e existenciais, ao limitar o acesso à humanidade plena.

Com base nos pressupostos teóricos de Lucien Sève, as autoras destacam que o desenvolvimento psicológico e a constituição da personalidade não são processos internos e autônomos, mas respondem a uma dinâmica externa — às relações sociais e suas contradições. É nesse ponto que o racismo aparece como uma contradição social que atua contra o pleno desenvolvimento do sujeito negro, provocando um bloqueio ou uma estagnação da personalidade. A alienação capitalista, enquanto lógica de dominação e mercantilização da vida, exacerba esse processo. Conforme citado pelas autoras, a alienação funciona como “essa iluminação universal [...] que modifica todas as tonalidades particulares” (Sève, 1989, p. 169 *apud* Jesus; Costa, 2018, p. 326), atingindo também a interioridade dos sujeitos racializados.

A partir da análise de 22 relatos coletados na comunidade virtual “Senti na Pele”, as autoras identificam três formas predominantes de resposta subjetiva à violência racial: o silenciamento do sofrimento, a negação do corpo e da identidade negra, e o engajamento em movimentos de resistência. A primeira forma, o silêncio, é muitas vezes interpretada socialmente como passividade. No entanto, Jesus e Costa (2018)

Realização:



Apoio:



argumentam que o silêncio também pode ser uma forma de resistência, ainda que dolorosa, pois expressa a permanência do sujeito negro em espaços historicamente excludentes, mesmo diante da violência. Como ilustra o relato de uma mulher negra que foi violentamente interpelada em um trem e, sem conseguir reagir, permaneceu marcada pela dor daquela experiência, o silêncio pode ser tanto uma resposta de autopreservação quanto uma expressão do trauma acumulado (Jesus; Costa, 2018, p. 329).

A segunda forma de resposta refere-se à negação do corpo e da identidade negra, evidenciada em práticas como o desejo de embranquecimento e o repúdio aos traços físicos e culturais associados à negritude. Essa dinâmica revela o processo de interiorização da lógica racista, em que a subjetividade do sujeito negro é moldada por um sentimento de inadequação constante. Um dos relatos mais contundentes expressa esse movimento: “Eu me odiava, eu odiava meu cabelo e minha pele [...] Eu tinha delírios em querer ser branco, mas tudo isso era para escapar disso, escapar da exclusão racial” (RELATO 5 – H) (Jesus; Costa, 2018, p. 330). Esses exemplos demonstram que o sofrimento psíquico é socialmente produzido e não pode ser reduzido a explicações individualizantes.

Por fim, a terceira forma identificada é a militância, o engajamento em movimentos sociais e ações coletivas como forma de ressignificação do sofrimento. Embora essa categoria não tenha sido aprofundada pelas autoras, ela aponta caminhos de resistência que transformam a dor em ação política. Um dos depoimentos evidencia essa potência: “Depois de tudo o que passei, as pessoas ainda me perguntam por que faço parte do movimento negro. [...] Enquanto houver racismo, continuaremos lutando e resistindo” (RELATO 3 – M) (Jesus; Costa, 2018, p. 330).

Diante desse panorama, fica evidente que o sofrimento psíquico da população negra é indissociável das estruturas de dominação que organizam a sociedade capitalista e racializada. Os relatos analisados escancaram as marcas deixadas pelo racismo nos corpos e nas subjetividades, revelando que a dor e o adoecimento não são manifestações isoladas, mas sintomas de um sistema que nega a humanidade de determinadas populações. Como defendem Menegat, Duarte e Ferreira (2020), é preciso afirmar uma nova narrativa sobre os corpos negros — corpos que importam, que resistem, que estão vivos nas favelas, nas prisões, nas ruas e nos hospitais psiquiátricos. A superação do sofrimento, portanto, não pode ser pensada fora da luta coletiva, pois está intimamente vinculada à afirmação de outros regimes de verdade, à desalienação e à construção de uma nova sociabilidade.

## Conclusões

O presente artigo buscou demonstrar que a loucura e o sofrimento psíquico não podem ser compreendidos como fenômenos individuais, desvinculados de suas determinações históricas e sociais. Pelo contrário, são expressões materiais da “questão social”, produzidas no interior das contradições do modo de produção capitalista. Essa compreensão exige uma análise que articule as dimensões de classe, raça, gênero e subjetividade, entendendo que o racismo, enquanto estrutura constitutiva da formação social brasileira, opera na produção e na gestão da loucura/sofrimentos psíquicos.

Ao longo do texto, buscou-se recuperar a perspectiva crítica marxista para compreender como o racismo e a exploração contribuem para a produção e intensificação do sofrimento psíquico. A partir de autores como Iamamoto (2001), Netto (1992; 2001) e Marx (1858; 1846), analisou-se o papel do Estado e das instituições psiquiátricas na administração da “questão social”, frequentemente atuando como instâncias de repressão e normalização da desordem social provocada pelas desigualdades do capital.

Realização:



Apoio:



A revisão teórica realizada e os diálogos com autores como Costa (2022), Menegat, Duarte e Ferreira (2020), Jesus e Costa (2018), Oliveira (2020), Moreira (1983) e Passos (2023) etc. permitiram aprofundar a reflexão sobre como o sofrimento mental da população negra é atravessado por camadas de violência histórica, exclusão social e apagamento subjetivo. A loucura, nessa perspectiva, é expressão e, ao mesmo tempo, denúncia do projeto genocida que estrutura a sociedade capitalista racializada.

A compreensão crítica da loucura como expressão da “questão social” nos desafia a pensar formas de resistência e reconstrução subjetiva. O reconhecimento do racismo estrutural como uma das determinações do sofrimento psíquico da população negra é passo fundamental para a construção de políticas públicas antirracistas, que enfrentem não apenas os sintomas, mas as causas profundas do sofrimento.

Concluimos, portanto, que a superação do sofrimento mental da população negra não se dará por ações pontuais e individualizadas, mas exige a transformação das condições materiais de vida, das relações sociais alienadas e da estrutura racista do Estado e da sociedade. A produção de subjetividades saudáveis passa pela construção de uma nova sociabilidade, fundada na justiça social, na equidade racial e no reconhecimento da dignidade humana em sua plenitude.

## Referências.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da. Marx sobre a loucura. **Revista Dialectus**, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 11-31, jul.-ago., 2022.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da. Um Marx antimanicomial? **Esquerda Online**, 15 jul. 2021. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2021/07/15/um-marx-antimanicomial/>>. Acesso em: 22 dez. 2024.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon e a mental brasileira diante do racismo. In: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Direitos humanos, saúde mental e racismo**: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon. Rio de Janeiro: DP-RJ, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001.

JESUS, Laís Gonçalves de; COSTA, Mônica Rodrigues. Impactos do racismo na subjetividade de indivíduos negros. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 314-335, fev. 2018.

MARX, Karl. O crescimento da loucura na Grã-Bretanha. New-York Daily Tribune, 1858. (Trad. Pedro Costa). **Esquerda Online**, 2021.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006 [1846].

MENEGAT, Elizete Maria; DUARTE, Marco José de Oliveira; FERREIRA, Vanessa Fátima. Os novos manicômios a céu aberto: cidade, racismo e loucura. **Em Pauta**: Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 100-115, 1º semestre, 2020.

MOREIRA, Diva. **Psiquiatria**: controle e repressão social. Petrópolis: Vozes, 1983.

Realização:



Apoio:



NETTO, Jose Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, n. 3, p. 41-49, jan./jun. 2001.

NETTO, Jose Paulo. Estado e “questão social” no capitalismo dos monopólios. *In*: NETO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Leituras geográficas e fanonianas do racismo, do trauma e da violência psíquica: alguns apontamentos teóricos. *In*: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Direitos humanos, saúde mental e racismo**: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon. Rio de Janeiro: DP-RJ, 2020.

PASSOS, Rachel Gouveia. **Na mira do fuzil**: a saúde mental das mulheres negras em questão. São Paulo: Hucitec, 2023.

SANTOS, Clara Barbosa de Oliveira; SANTOS, Débora Cristina Lopes; CASTRO, Marina Monteiro de Castro e. Sofrimento psíquico da população negra brasileira e impactos da pandemia de Covid-19. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 403-422, jul./dez., 2022.

Realização:



Apoio:



## **O RACISMO NO PROJETO PEDAGÓGICO: análise do núcleo sócio-histórico na formação do serviço social da UFJF**

Emylli Santos Silva<sup>513</sup>

**Resumo:** O artigo analisa o racismo no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira do Projeto Pedagógico do Serviço Social (2023) da UFJF, por meio de revisão crítica da literatura. Busca identificar lacunas raciais no currículo e se as referências refletem a realidade histórica nacional. O racismo aparece tanto na ausência de conteúdos quanto na estrutura curricular, impactando a formação crítica dos assistentes sociais. A análise documental evidencia hegemonia eurocêntrica e marginalização das epistemologias negras. Conclui que a formação compromete o projeto ético-político e recomenda transversalizar o debate racial, inserindo autoras negras e alinhando práticas à Resolução CFESS 1054/2023.

**Palavras-chave:** Racismo estrutural; currículo; Serviço Social; epistemologias negras

**Abstract:** The article analyzes racism within the Core of Socio-Historical Foundations in the 2023 Social Work Pedagogical Project at UFJF through a critical literature review. It aims to identify racial gaps in the curriculum and assess whether references reflect Brazil's historical reality. Racism manifests both in absent content and the curricular structure, impacting the critical formation of future social workers. Document analysis reveals Eurocentric dominance and marginalization of Black epistemologies. It concludes that current training undermines the profession's ethical-political project and recommends mainstreaming racial debate, including Black authors, and aligning practices with CFESS Resolution 1054/2023.

**Keywords:** Structural racism; curriculum; Social Work; Black epistemologies

### **Introdução**

O debate sobre o racismo na sociedade brasileira é um tema que exige análise profunda e comprometida, sobretudo quando se trata da formação de profissionais cuja atuação impacta diretamente a garantia de direitos e a promoção da justiça social. No campo do Serviço Social, essa responsabilidade torna-se ainda mais urgente, considerando a centralidade do combate às desigualdades em sua prática cotidiana. Nesse cenário, o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, tal como estruturado no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de 2023 da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), assume relevância estratégica na consolidação de uma formação crítica, capaz de articular teoria e prática diante das múltiplas expressões das opressões no Brasil.

---

<sup>513</sup> Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: emylli.silva@estudante.ufjf.br

Realização:



Apoio:





O núcleo em questão propõe-se a oferecer subsídios teóricos para que os estudantes compreendam as raízes históricas, políticas e econômicas que moldaram a sociedade brasileira, tanto em sua configuração rural quanto urbana, evidenciando as contradições regionais, territoriais e institucionais. Assim, é imprescindível investigar se, na prática, os conteúdos e bibliografias adotados contemplam o debate racial de forma transversal e aprofundada, como parte indissociável das contradições sociais que estruturam as relações entre classes sociais, Estado e dinâmicas institucionais no Brasil.

O estudo dedica-se a analisar de maneira minuciosa e crítica o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira. Busca compreender se as referências teóricas adotadas dialogam de forma consistente com a realidade marcada pela racialização no país. Para isso, estabelece como parâmetro a identificação de palavras-chave relacionadas à colonização, escravidão, raça, racismo, negritude, diáspora e outras experiências históricas de grupos subalternizados.

Ao longo do artigo, torna-se possível observar como a ausência ou a presença de debates sobre a questão racial influencia diretamente a construção de uma perspectiva crítica racializada no curso. Essa análise permite vislumbrar se o currículo se apresenta como instrumento de leitura das desigualdades estruturais e históricas que atravessam a sociedade brasileira. Além disso, evidencia se o conjunto de ementas e bibliografias está alinhado a uma formação profissional realmente comprometida com a superação do racismo estrutural.

Dessa forma, o trabalho não se restringe a um levantamento técnico ou descritivo de conteúdo, mas assume uma postura analítica voltada para a transformação curricular. Apresenta-se como uma reflexão engajada, entendendo o currículo como um espaço de disputa política e ideológica que deve tensionar projetos de sociedade. Tal perspectiva dialoga com as diretrizes críticas expressas na Resolução CFESS nº 1054/2023, reforçando a necessidade de uma formação plural, antirracista e socialmente comprometida.

## **O racismo no Brasil**

O racismo é uma das marcas mais profundas da sociedade brasileira, manifestando-se não apenas em atos isolados de preconceito, mas na organização das instituições, na distribuição desigual de direitos e na permanência de privilégios historicamente construídos. O racismo se consolida de forma que:

Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas (Almeida, 2019, p. 24).

Essa definição reforça que o racismo não é uma exceção, mas uma regra que atravessa relações sociais, políticas públicas e a própria estrutura do Estado brasileiro. A compreensão do racismo como fenômeno estrutural exige retomar o processo de colonização e escravização que moldou a formação socioeconômica do Brasil. A escravidão negra, por mais de trezentos anos, estabeleceu as bases para uma sociedade hierarquizada racialmente, cuja abolição formal em 1888 não significou a garantia de cidadania plena para a população negra. Como afirma Kabengele Munanga,

desde a abolição, os pretos tinham ficado expostos a toda espécie de agentes de destruição e sem recursos suficientes para se manter. Agora, espalhados pelos distritos de população mais rala tendem a desaparecer de nosso território (Munanga, 1999, p. 63).

No Brasil contemporâneo, o racismo se revela em índices alarmantes de desigualdade de renda, na violência policial direcionada contra corpos negros e na sub-

Realização:



Apoio:



representação da população negra em cargos de poder e decisão. Esses dados expressam que as marcas coloniais ainda organizam as oportunidades e restringem a mobilidade social de milhões de pessoas negras, aprofundando os ciclos de pobreza e exclusão. Nesse sentido, o pensamento de Abdias do Nascimento (1978) já alertava para o que denominou de “genocídio do negro brasileiro”, destacando que a violência racial assume múltiplas formas, da negligência estatal às ações repressivas.

É fundamental reconhecer que o racismo no Brasil não se dissocia da lógica de classes e da reprodução de privilégios para as elites brancas. Para Silvio Almeida (2019), o racismo é parte constitutiva do capitalismo periférico, pois opera como mecanismo de segmentação do mercado de trabalho, manutenção de uma reserva de mão de obra precarizada e legitimação de políticas estatais excludentes. Assim, compreender o racismo é compreender também sua relação dialética com a exploração econômica e as opressões de gênero, território e geração.

Portanto, a luta contra o racismo demanda uma leitura crítica que ultrapasse a denúncia de atitudes individuais preconceituosas e se direcione ao enfrentamento das raízes históricas e institucionais das desigualdades. Isso implica articular práticas profissionais, movimentos sociais, políticas públicas e ações educativas que desestabilizem as bases do racismo como estrutura de poder. Como aponta Gonzalez (2020), “não basta não ser racista: é preciso ser radicalmente antirracista”, indicando que o compromisso ético-político de qualquer campo de formação deve enfrentar de forma sistemática as dinâmicas raciais que organizam a sociedade brasileira.

## 1. Racismo na educação

Compreendendo o ponto de partida da análise, pode-se afirmar que o racismo se manifesta de forma contundente no sistema educacional brasileiro, influenciando não apenas o acesso, mas a permanência e as oportunidades de sucesso de estudantes negros. Os espaços educacionais tradicionais com escolas e universidades deveria ser um espaço de promoção da igualdade e da justiça social, mas muitas vezes reproduz estereótipos, discriminações veladas e práticas excludentes que naturalizam as desigualdades raciais. Nilma Lino Gomes ressalta que

Há apagamentos históricos e epistemológicos presentes nos currículos, nas propostas e nas práticas educacionais [...] no Ensino Superior, que só serão superados se o campo educacional e a produção científica compreenderem-se como espaços que precisam descolonizar-se (Gomes, 2017, p. 2).

Desde a infância, crianças negras enfrentam barreiras simbólicas e materiais que dificultam sua trajetória escolar, revelando como o racismo opera na construção da subjetividade e das relações institucionais. A ausência de representatividade do debate e a falta de formação dos docentes para lidar com a diversidade racial agravam esse cenário. De acordo com Munanga (2005), o preconceito racial, internalizado no imaginário social, projeta-se na escola como um prolongamento da estrutura discriminatória da sociedade.

As manifestações de racismo no ambiente educacional vão além de agressões verbais ou físicas evidentes, revelando-se principalmente por meio da exclusão silenciosa dos conhecimentos, vivências e contribuições das populações negras. Nesse sentido, ainda nos deparamos com as mesmas inquietações apontadas por Gomes ao indagar se, no século XXI, os currículos da educação básica e do ensino superior realmente têm incorporado o antirracismo como fundamento teórico, político e pedagógico de suas práticas e estruturas institucionais.

A Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares, representa um marco legal importante, mas sua implementação ainda encontra resistência. A falta de recursos, a escassez de

Realização:



Apoio:



materiais didáticos de qualidade e a carência de políticas de formação continuada para educadores revelam que a legislação, por si só, não garante mudanças estruturais. Munanga (2005) adverte que sem vontade política e compromisso pedagógico, a lei tende a permanecer no papel

Além da abordagem histórica, o debate sobre racismo na educação deve contemplar as desigualdades de acesso e permanência no ensino superior. A adoção de ações afirmativas, como as cotas raciais, expõe o conflito entre diferentes projetos de sociedade: de um lado, setores que defendem a reparação histórica e a democratização do ensino; de outro, grupos que insistem em negar a centralidade do racismo nas trajetórias educacionais. Carneiro (2008) destaca “é a sua capacidade de tirar as máscaras do racismo, da discriminação racial, e explicitar a verdadeira natureza dessas ideologias: a legitimação de privilégios raciais e sociais.”

Para além das políticas de cotas, é preciso pensar na qualidade da permanência de estudantes negros na universidade. Muitos enfrentam preconceito, isolamento, racismo institucionalizado nos espaços acadêmicos e dificuldade de acesso a redes de apoio. Nesse sentido, a pedagogia antirracista deve se materializar em práticas institucionais que acolham e fortaleçam a presença negra em todos os níveis da educação, não apenas no ingresso, mas na produção de conhecimento e na ocupação de espaços de decisão.

Autores como Paulo Freire, ao discutir a “Educação como prática da liberdade”, enfatizam que o ensino libertador só é possível quando questiona relações de poder, inclusive o racismo. hooks (2013, na obra “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” elabora sobre como uma pedagogia verdadeiramente engajada é sempre uma pedagogia antirracista. Assim, enfrentar o racismo na educação implica romper com silêncios e práticas cristalizadas, construindo espaços onde a diversidade seja valorizada como potência transformadora.

Deste modo, discutir o racismo na educação não é tarefa restrita a disciplinas específicas ou a datas comemorativas, mas deve atravessar todo o projeto político-pedagógico das instituições. É nesse sentido que a formação de profissionais críticos, especialmente na área do Serviço Social, deve estar alinhada a práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial, a justiça social e a transformação das estruturas excludentes que ainda moldam a realidade brasileira.

## **Currículo como espaço de disputa**

Compreendido as construções apresentadas, pode-se questionar o caráter imparcial que os currículos contêm, logo não sendo um elemento neutro ou meramente técnico dentro da formação universitária, mas um território de disputa de projetos de sociedade, valores e práticas pedagógicas. No contexto do Serviço Social, o currículo materializa escolhas políticas sobre quais saberes são priorizados e quais são silenciados, revelando a quem ele serve e a quem ele marginaliza. Assim, compreender o currículo como espaço de disputa é essencial para perceber suas lacunas e suas potencialidades na luta por uma formação antirracista.

Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira é um espaço para exercer exatamente esse papel de tensionar as contradições sociais, evidenciando as relações de exploração, dominação e desigualdade que estruturam o país. Contudo, quando o debate racial é relegado a algumas disciplinas isoladas ou bibliografias complementares, perde-se a oportunidade de construir uma formação que encare o racismo como eixo central da análise da realidade brasileira. Para Nilma Lino Gomes (2017) é na disputa pelo currículo que se constrói também uma disputa pela narrativa sobre quem somos como nação e quem pode ser reconhecido como sujeito de conhecimento

Realização:



Apoio:



A Resolução CFESS nº 1054/2023 fortalece esse entendimento ao estabelecer diretrizes que orientam o trabalho do assistente social a partir de uma perspectiva antirracista, indicando que o currículo deve dialogar diretamente com as contradições étnico-raciais da sociedade. Em suas orientações, o documento destaca a centralidade de práticas que combatam todas as formas de racismo, tanto na formação acadêmica quanto na atuação profissional. O trecho a seguir expressa com clareza essa dimensão:

Às/aos assistentes sociais é permitida e indicada a utilização de instrumentos profissionais que possibilitem conhecer a realidade étnico-racial de grupos, instituições e territórios, com a finalidade de produção e análise de indicadores sociais que contribuam para o exercício profissional antirracista, bem como para elaboração de políticas voltadas para a população negra, indígena e outras populações tradicionais (CFESS, 2023, p. 4).

Com essa resolução, reforça as construções que Gomes (2017) constrói sobre que o currículo não deve ser visto como mera listagem de conteúdo, mas como ferramenta de transformação social. Ao integrar o combate ao racismo como princípio ético e político, a resolução amplia a responsabilidade para todos os âmbitos dos profissionais com formação em serviço social, instigando-os em revisar e atualizar suas referências, métodos e bibliografias. O desafio, porém, está em romper com tradições acadêmicas que naturalizam a ausência do debate racial ou o tratam como tema periférico, desvinculado das análises estruturais.

Reconhecer o currículo como território de disputa implica também enfrentar resistências internas e externas à universidade, uma vez que a inserção de autores negros, referências africanas e afro-brasileiras e narrativas contra hegemônicas muitas vezes provoca tensões políticas. Dessa forma, “o racismo estabelecerá a linha divisória entre superiores e inferiores” (Almeida, 2019, p. 71). Nesse sentido, democratizar o currículo é abrir fissuras nessa estrutura, permitindo que outros saberes ganhem centralidade e se articulem com a prática social.

Portanto, o currículo do curso de Serviço Social deve ser compreendido como um projeto político-pedagógico em disputa permanente, que não pode abdicar de seu compromisso com a transformação da realidade. Se o objetivo é formar profissionais capazes de enfrentar o racismo em suas múltiplas expressões, é necessário garantir que o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira seja, de fato, um espaço de tensionamento, reconstrução de narrativas e fortalecimento de uma prática crítica, coerente com os princípios da profissão e as demandas da sociedade.

### **Análise das bibliografias do projeto pedagógico do curso de Serviço Social (2023)**

A análise das bibliografias do Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) 2023 evidencia avanços pontuais, mas também revela ausências significativas que limitam o potencial crítico da formação. Apesar de algumas disciplinas incluírem referências que tangenciam o debate racial, ainda prevalece uma hegemonia de autores eurocentrados, com pouca presença de intelectuais negros e negras que dialoguem diretamente com as especificidades do racismo.

A tabela a seguir sintetiza o mapeamento das disciplinas do núcleo e indica se suas bibliografias apresentam referências que abordam o debate racial de forma explícita. O critério para distinguir quais matérias tinham bibliografias que debatiam ou não foi identificar palavras como colonização, raça, negro(a), racismo, escravidão, diáspora, africana, interseccionalidade, e outras que são palavras que estão presente no debate, ou até mesmo pesquisas que são desenvolvidas para compreender parcelas da sociedade.

Realização:



Apoio:



**Tabela 1 - Mapeamento de Referências Raciais**

| DISCIPLINA                                           | TEXTOS QUE DEBATEM A QUESTÃO RACIAL | TOTAL DE TEXTOS |
|------------------------------------------------------|-------------------------------------|-----------------|
| Classes e Movimentos Sociais I                       | 0                                   | 24              |
| Classes e Movimentos Sociais II                      | 0                                   | 9               |
| Classes e Movimentos Sociais III                     | 0                                   | 12              |
| Economia Brasileira                                  | 0                                   | 2               |
| Formação Sócio-Histórica do Brasil Contemporâneo     | 0                                   | 6               |
| Gestão Social e Planejamento                         | 0                                   | 11              |
| Pensamento Social III                                | 3                                   | 8               |
| Política de Seguridade Social I                      | 1                                   | 15              |
| Política de Seguridade Social II                     | 0                                   | 31              |
| Política Social                                      | 1                                   | 13              |
| Questão Social e Desigualdades Sócio-Territoriais    | 6                                   | 14              |
| Relações de Classe, Raça/Etnia, Gênero e Sexualidade | 30                                  | 52              |
| <b>TOTAL</b>                                         | <b>41</b>                           | <b>197</b>      |

Fonte: Sistematização da autora

Ao observar a estrutura do núcleo, nota-se que disciplinas como Pensamento Social, Formação Sócio-Histórica do Brasil Contemporâneo e Classes e Movimentos Sociais mantêm bibliografias marcadas por interpretações clássicas sobre a sociedade brasileira, mas não incorporam, de forma sistemática, leituras que abordem a escravidão, o pós-abolição e suas heranças. “A ênfase da análise estrutural do racismo não exclui os sujeitos racializados, mas os concebe como parte integrante e ativa de um sistema que, ao mesmo tempo que torna possíveis suas ações, é por eles criado e recriado a todo momento” (Almeida, 2019, p. 34).

Nilma Lino Gomes (2017) reforça que a ausência de debates racializados nos currículos evidencia uma negação de epistemologias que poderiam contribuir para a formação de uma leitura crítica da realidade. Assim, torna-se evidente que a maior parte do núcleo analisa a formação do Brasil a partir de referenciais que não tensionam suficientemente as desigualdades raciais como dimensão estrutural. Relações de Classe, Raça/Etnia, Gênero e Sexualidade, sua existência isolada não substitui a necessidade de transversalidade do debate racial em todo o núcleo. O risco é cristalizar o tema como um “recorte” opcional, quando deveria ser estruturante em todas as análises sobre a formação da sociedade brasileira.

Outro ponto a ser destacado é que a análise documental não identificou bibliografias africanas ou afro-diaspóricas que possibilitassem aos estudantes ampliar o olhar sobre a diáspora negra, as resistências e as construções de identidades coletivas. Assim, perpetua-se a ideia de um Brasil interpretado apenas sob lentes eurocêntricas, o que fragiliza o projeto ético-político do Serviço Social, baseado na pluralidade de saberes e na luta pela equidade racial. Portanto, revisar as bibliografias do Núcleo de Fundamentos não é um ato protocolar, mas um movimento ético-político que exige movimentação institucional para rever tradições acadêmicas e reconhecer que a luta

Realização:



Apoio:





antirracista passa por aquilo que se lê, se discute e se pesquisa. Dessa forma, “No fim das contas, ao contrário do que se poderia pensar, a educação pode aprofundar o racismo na sociedade” (Almeida, 2019, p. 45).

Dessa forma, a análise revela que, embora o núcleo analisado do PPC 2023 apresente tímidos avanços nos debates, persiste uma lacuna estrutural que precisa ser enfrentada por meio de revisões permanentes, inserção de autorias negras na bibliografia básica e fortalecimento de disciplinas que articulem raça, classe e Estado. Só assim o Núcleo de Fundamentos cumprirá o papel de formar assistentes sociais aptos a intervir criticamente na realidade brasileira, em consonância com as diretrizes da Resolução CFESS nº 1054/2023.

## Conclusão

Ao longo desta análise, tornou-se evidente que o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, tal como estruturado no PPC 2023 do Serviço Social da UFJF, ainda reflete as marcas de uma tradição curricular eurocentrada, na qual a questão racial aparece de forma periférica e insuficiente para dar conta da complexidade histórica do racismo no Brasil. Essa lacuna, ao não ser enfrentada de modo crítico, limita a formação de assistentes sociais comprometidos com o projeto ético-político da profissão, que exige compreender o racismo como expressão estruturante da questão social. Reafirma-se, assim, a necessidade de repensar não apenas os conteúdos programáticos, mas também as metodologias de ensino, as referências bibliográficas e o sentido histórico do que se entende por formação crítica.

Entre os caminhos possíveis para uma prática pedagógica verdadeiramente antirracista, destaca-se a transversalização do debate racial em todas as disciplinas do núcleo, superando a lógica de tratamento pontual ou fragmentado do tema. Isso implica atualizar e diversificar as bibliografias básicas, incluindo autoras e autores negros como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento e Nilma Lino Gomes, para que estudantes tenham contato direto com produções teóricas que problematizam o racismo como fenômeno histórico e estrutural. Além disso, a inclusão de intelectuais africanos e afrodiáspóricos possibilita ampliar o horizonte crítico, conectando as realidades brasileiras ao contexto da diáspora negra.

Outro aspecto fundamental é estimular metodologias participativas e críticas que possibilitem aos estudantes tensionar as teorias estudadas a partir de suas vivências e da realidade concreta de grupos historicamente oprimidos. Seminários temáticos, rodas de conversa, análise de documentos históricos e pesquisa de campo em territórios negros podem contribuir para construir um conhecimento situado, dialogado e comprometido com a transformação social. Como defende Nilma Lino (2021) que a educação antirracista é inseparável da escuta e do diálogo com as memórias e saberes produzidos por quem vivencia o racismo cotidianamente.

Nesse processo, a Resolução CFESS nº 1054/2023 cumpre papel central como marco orientador, e que trazendo-a para o âmbito formativo em Serviço Social, se torna preciso incorporar de forma sistemática a luta antirracista como eixo estruturante da prática profissional. A resolução considera “que a direção ético-política do Serviço Social se opõe de forma intransigente à discriminação e ao preconceito e firma o compromisso com o combate radical ao racismo;” (CFESS, 2023, p. 2). Indicando que não basta adotar posturas neutras ou pontuais: é preciso construir uma intervenção profissional ativa, consciente e transformadora. Essa perspectiva exige coerência entre o discurso institucional e o projeto pedagógico efetivamente implementado.

A construção de um currículo antirracista também passa por criar espaços permanentes de formação continuada para docentes, técnicos e supervisores de estágio, de modo que a responsabilidade pela promoção da equidade racial não recaia apenas sobre indivíduos engajados, mas se torne compromisso coletivo da instituição.

Realização:



Apoio:



O fortalecimento de projetos de extensão universitária voltados às comunidades negras, quilombolas e periféricas é outro caminho estratégico para aproximar ensino, pesquisa e prática profissional das demandas concretas da sociedade brasileira.

Por fim, é preciso compreender que reformular o currículo não se trata apenas de uma exigência formal, mas de um posicionamento político que reflete a opção por um projeto de sociedade baseado na justiça racial, na democracia e na dignidade humana. Somente ao reconhecer o racismo como parte central das contradições que estruturam o Brasil será possível formar assistentes sociais capazes de atuar criticamente nas múltiplas dimensões do racismo — institucional, interpessoal e estrutural — e contribuir para a construção de uma sociedade efetivamente antirracista. Nesse horizonte, a Resolução CFESS nº 1054/2023 não é apenas um documento normativo, mas um convite permanente à revisão crítica e à reinvenção do próprio fazer profissional.

## Referência

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. O melhor das cotas. **Geledés**, 01 nov. 2008. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-melhor-das-cotas-por-sueli-carneiro/>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Resolução nº 1054**, de 25 de março de 2023. Dispõe sobre orientações ético-políticas para o exercício profissional antirracista do/a Assistente Social. Brasília: CFESS, 2023. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e relações raciais: desafios e perspectivas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia, Aurora**, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 435-454, mai./ago. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Realização:



Apoio:



## UMA POSSÍVEL (RE) LEITURA DE IMAGENS RELACIONADAS À MEDUSA

Cibele Vieira Feital<sup>514</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa, utilizando a iconologia, duas imagens relacionadas ao mito da Medusa que podem fazer refletir e sugerir melhores usos para a representação dos mitos, mediar os aprendizados que podem emergir dos mesmos e como tais imagens podem ser (re) lidas como espelhos e escudos, protegendo dos horrores do real e, assim, possibilitar seu enfrentamento e sua transformação.

**Palavras-chave:** Medusa, imagens e violências.

**Abstract:** Using iconology, this article analyzes two images related to the myth of Medusa. These images can spark reflection and suggest better uses for representing myths, mediate the lessons that can emerge from them, and how such images can be (re)read as mirrors and shields, protecting us from the horrors of reality and, thus, enabling us to confront and transform ourselves.

**Keywords:** Medusa, images, and violence.

### Introdução

Sabe-se que os mitos não possuem autores específicos, mas as versões de alguns escritores popularizaram várias histórias. Assim, inicialmente, pede-se à leitora/ao leitor que se rememore do mito relacionado à Medusa<sup>515</sup>. Há algumas versões, com pequenas diferenças entre si, mas em síntese Medusa era uma sacerdotisa muito bela, mortal, que residia e servia no templo da deusa Atena. Atraído por sua beleza incontroversa, Medusa foi estuprada pelo deus Poseidon dentro do templo, o que o maculou. Atena, furiosa com a profanação de seu templo, transformou Medusa em uma górgona, figura feminina monstruosa com cabelos de serpentes, garras e dentes afiados e o poder de petrificar quem a olhasse. Outras duas górgonas presentes também na Mitologia seriam Esteno e Euríale, com os mesmos poderes de Medusa, mas ambas imortais. Todas viviam em lugar distante e eram muito temidas.

O herói Perseu, filho de Zeus com Dânae – filha do rei Acrísio que lança a mesma e o neto ao mar com receio de ser morto pelo último, receando o que lhe fora revelado de uma profecia – vivia na ilha de Sérifos, governada por Polidecto, que o incumbiu de matar Medusa e trazer sua cabeça, motivado, provavelmente, por desejar que o herói – reconhecido por sua grande força – morresse em tal missão e assim deixasse o caminho livre para relacionar-se com Dânae, sua mãe.

Contudo, o rei Polidecto não contava que Perseu recebesse preciosa ajuda dos deuses: Hermes lhe deu sandálias aladas que garantiriam melhor deslocamento; Atena lhe presenteou com um escudo que refletiria imagens; e Zeus garantiu a Perseu uma espada afiada para que ele conseguisse cortar a cabeça da górgona. Assim, Perseu chegou voando à caverna onde Medusa dormia, usou o escudo brilhante para ver a imagem da górgona sem lhe olhar diretamente – e ser petrificado – e desferiu o golpe que lhe arrancou a cabeça. Do sangue jorrado da cabeça de Medusa nasceram Pégaso, um cavalo alado, e Crisaor, um gigante – ambos filhos dela e de Poseidon.

<sup>514</sup> Mestra em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: cifeital@gmail.com

<sup>515</sup> Há passagens na Teogonia, de Hesíodo; nas Metamorfoses, de Ovídio; e muitas traduções e interpretações.

Realização:



Apoio:



A cabeça de Medusa, mesmo após sua morte, manteve o poder de petrificar quem a olhasse. Assim, posteriormente, Perseu ainda usou tal cabeça como arma em algumas ocasiões, inclusive, transformando Polidecto em pedra. Por fim, deu a cabeça de Medusa para Atena, com o propósito que a deusa a usasse como amuleto em seu escudo, o égide.

Nota-se, dessa forma, que Atena puniu Medusa, em algumas versões do mito por desobediência, em outras por ciúmes. Medusa foi punida por ter sido estuprada e Poseidon, o violador, saiu impune. Medusa foi morta, simbolicamente, duas vezes, por Poseidon e por Atena; e, objetivamente, por Perseu. Vale lembrar que o próprio Perseu pode ter sido concebido após um estupro de Zeus contra sua mãe, Dânae – que foi expulsa ou aprisionada por seu pai – ou seja, duas vezes violentada pelo masculino. Dânae foi reduzida à mãe de Perseu e Medusa foi reduzida a uma cabeça cortada por Perseu; uma gerou Perseu e a outra foi morta por ele. Perseu gerado por uma mulher violentada, matou uma mulher violentada. Nota-se, assim, a extensão das possibilidades de interpretações e reflexões que emergem de tal mito, porém, nesse artigo interessa, sobretudo, o uso da imagem, que permitiu que Perseu não olhasse diretamente para Medusa, e com isso pudesse matá-la. A imagem refletiva é uma mediação que guiou Perseu. Olhar diretamente o mataria, mas a imagem refletida é inofensiva e permitiu o enfrentamento e o cumprimento de seu nefasto objetivo. Dessa forma, se abstrai que diante da impossibilidade de encarar os horrores reais, quando esses podem paralisar completamente, pode-se flertar com suas imagens, que apenas se assemelham ao real, mas que não apresentam riscos. As imagens podem ser um meio (e não um fim como têm sido usadas, infelizmente) para o enfrentamento do horror existente na realidade, pois sendo apenas uma semelhança, não oferecem os mesmos riscos do real, assim o “espelho, a imagem, é um escudo real contra o real para o qual não se pode olhar” (Didi-Huberman, 2020, p. 233, citando G. Wajcman).

Dito tudo isso, afirma-se que nas linhas que se seguem se objetiva analisar, utilizando-se a iconologia, duas imagens relacionadas ao mito da Medusa que podem elucidar, fazer refletir e sugerir melhores usos atuais para a representação dos mitos e suas nuances, bem como mediar os aprendizados que podem emergir dos mesmos, de como tais imagens podem ser (re) lidas e (re) utilizadas como espelhos e escudos, protegendo dos horrores do real e, assim, possibilitando seu enfrentamento e sua transformação.

## Sobre iconologia

Erwin Panofsky (Hanôver, 1892-1968) crítico e historiador da arte, foi um grande expoente e teórico em iconografia e iconologia no século XX, sendo que de acordo com o mesmo: “iconografia é a denominação dada ao estudo dos significados convencionais das imagens, e iconologia refere-se à interpretação que vai além dos dados visuais e sintetiza o significado cultural mais profundo da imagem” (Moreira, 2018, p. 02). Contudo, esses conceitos não são consensuados<sup>516</sup> e as atividades mencionadas podem até se sobrepor. Para Moreira (2018, p. 02), a iconologia seria a última etapa da iconografia, uma fase interpretativa das imagens, antecedida de duas outras fases, sendo uma descritiva e outra analítica, “decodificadora de significados convencionais”.

Apropriando-se das definições de Panofsky e dos outros autores mencionados brevemente aqui, mas mais ainda pelo investimento em se analisar o contexto social e histórico das imagens em questão, afirma-se que se fez iconologia das mesmas. Semelhante à Panofsky e seguindo seu método, analisando as formas presentes nas

<sup>516</sup> Uma outra possibilidade conceitual descrita por Santos (2020, p. 1): “Inicialmente, no final do século XVI, o termo “iconologia” foi empregado por Ripa para determinar as regras para a representação de atributos e de imagens – nas narrativas alegóricas exploradas em pinturas ou esculturas. Ou seja, “iconologia” era sinônimo de ‘alegoria’”.

Realização:



Apoio:



imagens – e entende-se por formas aqui objetos, situações e gestos – foi possível desvelar o conteúdo das imagens buscando a realidade à que elas fazem menção.

Neste artigo foram analisadas duas obras de arte famosas relacionadas ao mito da Medusa, ambas fontes secundárias e de domínio público. Privilegiou-se a análise dessas duas obras por serem muito conhecidas e por uma se centrar na imagem do feminino e a outra na imagem do masculino, o que pode permitir algumas análises e reflexões sobre as violências cometidas contra as mulheres.

## Sobre imagens

De maneira superficial, na Física, um acontecimento é definido como um ponto no espaço-tempo, que por sua vez é uma única variedade de quatro dimensões (três de espaço e uma de tempo) e remetendo-se a essa definição que Flusser, filósofo checo-brasileiro (Praga, 1920-1991), traz o conceito de imagem:

Imagens são superfícies que pretendem representar algo. [...]. As imagens são, portanto, resultado do esforço de se abstrair duas das quatro dimensões de espaço-tempo, para que se conservem apenas as dimensões do plano. [...]. Em outros termos: imaginação é a capacidade de codificar fenômenos de quatro dimensões em símbolos planos e decodificar as mensagens assim codificadas. Imaginação é a capacidade de fazer e decifrar imagens. [...] (Flusser, 2009, p. 07).

A imagem, assim, representa um acontecimento no qual a profundidade e o tempo são desconsiderados, restando altura e largura. Contudo, a imaginação<sup>517</sup> é usada para criar e elucidar essa representação, em seu aspecto raso. Para aprofundar em seu significado, segundo Flusser, é preciso escanear essa superfície e devolver as dimensões de tempo e profundidade àquele acontecimento por meio da imaginação.

O filósofo e historiador de arte Georges Didi-Huberman (Saint-Étienne, 1953) traz uma definição para imagem que parece complementar à de Flusser por retomar a dimensão do tempo à mesma: “A imagem é um *ponto sensível* exemplar da história, do pensamento, do conhecimento, até mesmo da ação política. A imagem é o lugar onde tudo é possível, tanto o pior como o melhor, e que devemos atravessar num momento ou noutro” (Didi-Huberman, 2017, p. 96-7)

Com relação ao significado desse ponto sensível, desse lugar onde tudo é possível, Flusser traz um conceito importante e explicativo, muito diferente daquele que o senso comum lhe atribui. Dessa forma, em Flusser, *magia* é a “existência no espaço-tempo do eterno retorno” (Flusser, 2009, p. 77). Nota-se, assim, que Flusser faz menção ao pensamento de *looping* dos acontecimentos da vida presente trazido por Nietzsche, no século XIX. A doutrina do eterno retorno é complexa e não se pretende adentrar à mesma, mas ressalta-se que em um de seus aspectos pode ser considerada como certo processo seletivo, um mecanismo que atribui valor aos acontecimentos da vida e os separa em aqueles que se relacionam ao êxito e aqueles que se relacionam ao fracasso.

Outra autora que também faz menção à magia descrita e conceituada em Flusser é Susan Sontag (Nova York, 1933-2004). Para Sontag (2004, p. 27), “todos esses usos talismânicos das fotos exprimem uma emoção sentimental e um sentimento implicitamente mágico: são tentativas de contatar ou de pleitear outra realidade”.

Além disso, nota-se que em Sontag a eternalização dos acontecimentos pela imagem aparece em um pouco diferente de Flusser visto que a mesma parece não

<sup>517</sup> De acordo com o site <<https://origemdapalavra.com.br/palavras/imaginacao/>>, (acesso em 18 jul. 2021), a origem da palavra imaginação vem do latim imaginari, que pode ser compreendida como formar uma imagem mental de algo, deriva-se de imago, imagem, representação e possui a mesma raiz de imitar, que é copiar, fazer semelhante. E Didi-Huberman (2017, p. 93) ensina: “para saber é preciso imaginar”, [...] “Isto é inimaginável”. Para acrescentar depois, “logo devo imaginá-lo apesar de tudo”.

Realização:



Apoio:





considerar o eterno retorno de igual forma e assim um evento pode ser findado no mundo real, mas nunca no mundo-imagem.

Flusser, por sua vez, segue se aprofundando e traz definições poéticas, reforçando o caráter de representação do mundo que as imagens trazem, mas que está deturpado uma vez que o ser humano tem vivido em função das imagens e acreditando que elas refletem a realidade.

Imagens são mediações entre homem e mundo. [...] Imagens têm o propósito de representar o mundo. Mas, ao fazê-lo, entropõem-se entre mundo e homem. Seu propósito é serem mapas do mundo, mas passam a ser biombos. O homem, ao invés de se servir das imagens em função do mundo, passa a viver em função de imagens. Não mais decifra as cenas da imagem como significados do mundo, mas o próprio mundo vai sendo vivenciado como conjunto de cenas. Tal inversão da função das imagens é idolatria. Para o idôlatra – o homem que vive magicamente –, a realidade reflete imagens. [...]. Trata-se de alienação do homem em relação a seus próprios instrumentos. O homem se esquece do motivo pelo qual imagens são produzidas: servirem de instrumentos para orientá-lo no mundo. Imaginação torna-se alucinação e o homem passa a ser incapaz de decifrar imagens, de reconstituir as dimensões abstraídas (Flusser, 2009, p. 09).

O ser humano, alienado e alucinado, não consegue mais decodificar as imagens e nem restituir as duas dimensões que fogem ao plano e que foram suprimidas na superfície da cena.

As imagens podem parecer substituir as experiências a tal ponto que a realidade e as imagens produzidas a partir dela podem ser apreendidas e compreendidas como sinônimos. Pode ser desafiante e até difícil para algumas pessoas ou grupos – notadamente as mais jovens<sup>518</sup> e, talvez por isso, mais imersas em imagens – diferenciar e distanciar uma imagem da realidade da qual a mesma emerge. A imagem pode ser um fragmento, uma fração, um recorte do real. Ela apenas se assemelha à realidade, e semelhança não pode ser compreendida como sinônimo de igualdade. Essa incompletude e fragmentação proporcionadas pelas imagens e das informações que delas emergem, metaforicamente, se assemelham à visualização da ponta do *iceberg*, mas sem a projeção e a compreensão que um imenso bloco de gelo, infinitamente maior do que aquilo que se vê, está submerso nas águas do oceano.

Essa obsessão pelas imagens que caracterizam a ilusão da realidade se explica uma vez que as imagens distorcem, ou melhor, são incapazes de fornecer compreensão da realidade, pois elas levam unicamente à aceitação da realidade e Sontag elucida que compreensão se relaciona à capacidade de negar a aparência fornecida pelas imagens. E adentrando no repasse dessas informações e em como as imagens exercem um controle diferenciado da escrita, da narrativa, afirma-se que a fragmentação do real pelas imagens fornece um tipo de informação diferente e, portanto, uma forma diferente de controle. As imagens fornecem informações quando a escrita é ineficaz ou inatingível. A vivência do real nos fornece experiências, a escrita e as imagens nos fornecem informações. Mas, as informações advindas das imagens exercem um controle diferenciado pela fragmentação.

Sobre o uso que se faz das imagens, sobre o ver imagens, é salutar mencionar que “fotos não podem criar uma posição moral, mas podem reforçá-la – e podem ajudar a desenvolver uma posição moral ainda embrionária” (Sontag, 2004, p. 28). As reações que as imagens provocam são diversas e também ficam mais bem esclarecidas pelas reflexões de Sontag.

---

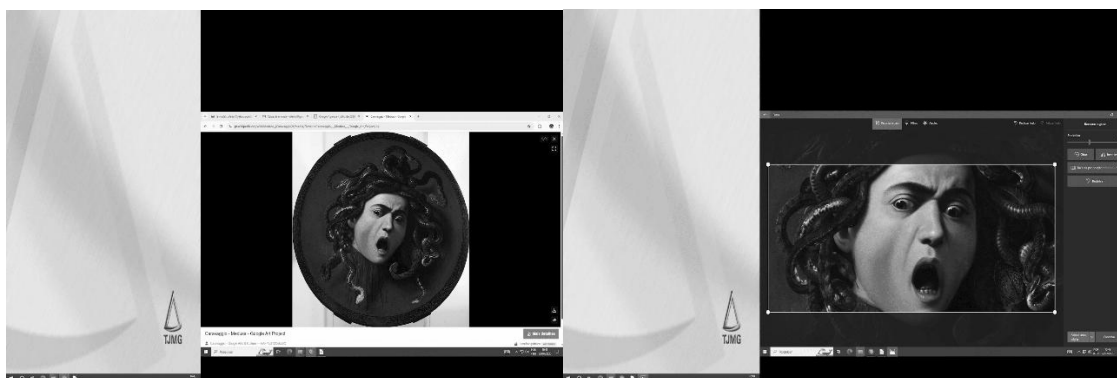
<sup>518</sup> Medeiros (2018, p. 150), citando Fernanda Bruno, informa que “[...] pelo menos, nove em cada dez jovens possuem uma conta em uma rede social onde compartilham suas produções de fotos, vídeos, textos etc. em um processo de vigilância e visibilidade”.

o que determina a possibilidade de ser moralmente afetado por fotos é a existência de uma consciência política apropriada. [...] A natureza do sentimento, até de ofensa moral, que as pessoas podem manifestar em reação a fotos dos oprimidos, dos explorados, dos famintos e dos massacrados depende também do grau de familiaridade que tenham com essas imagens. (Sontag, 2004, p. 29).

### **Sobre as imagens escolhidas e sobre algumas possibilidades de análise das mesmas**

O aplicativo ou produto “Google Arts & Culture” disponível gratuitamente em <https://artsandculture.google.com/> se autodenomina uma iniciativa não comercial, que atua com instituições culturais e artistas de todo o mundo e cuja missão é “preservar e trazer a arte e a cultura do mundo *online* para que sejam acessíveis a qualquer pessoa, em qualquer lugar”. Quando uma busca simples pelo termo “Medusa” é feita em tal aplicativo mais de 500 imagens surgem como possibilidades e a escolha de quais analisar, iconologicamente, talvez seja o primeiro e o mais difícil desafio enfrentado na escrita desse artigo. Mas, a primeira delas chama atenção especialmente, talvez, por ser muito conhecida, atribuída a famoso artista italiano. Assim, é escolhida. A seguir uma outra, também muito conhecida é escolhida, mas justamente para se opor a primeira (que retrata uma mulher) e nesta segunda imagem vir a ser retratado seu algoz, um homem, ou melhor, um “herói”.

**Figura 1**



Fonte: Disponível em: <<https://artsandculture.google.com/asset/medusa-called-medusa-murtola-0063/CgG9FZiGct3udw>> Acesso em: 09 jul. 2025.

A Figura 1 se refere a uma pintura de óleo sobre tela, cuja dimensão é 60 X 55 cm, criada pelo italiano Michel Angelo Merisi da Caravaggio (Milão, 1571 – Porto Ercole, 1610) cuja criação se localiza entre 1595 e 1598, intitulada *Medusa*, atualmente exposta na Galleria degli Uffizi em Florença, Itália. Toda pintura é feita em tons sóbrios e terrosos, o estilo é barroco. Sabe-se que duas versões dessa pintura foram produzidas e que uma certa dificuldade técnica se apreende na execução dessa famosa obra, que parecem confirmar que seu autor se baseava em estudos óticos e de espelhos. A tela foi aplicada a um escudo de madeira, fazendo menção à égide de Atena, e foi produzida para ser presenteada.

Caravaggio foi um notável pintor italiano no início do Barroco, sendo considerado um dos fundadores da corrente naturalista moderna. Sua obra revolucionou a pintura, com a utilização do claro-escuro e pelo seu caráter naturalista. O artista em questão parece ter procurado sempre pela representação da concretude, da realidade e utilizou figuras humanas, não se esquivando de pintar o desforme, o feio e, assim, provocar surpresa em seus contemporâneos.

Realização:



Apoio:



O século XVI, por sua vez, foi um período de grandes transformações, seja no campo cultural, social, político, ou seja, no campo científico. Cita-se como alguns exemplos dessas transformações, a Reforma Protestante, iniciada em 1517; as Grandes Navegações, resultando no início da colonização; o Renascimento, movimento cultural e artístico que valorizava a razão, a ciência, a arte e a cultura clássica greco-romana e influenciou a produção literária, artística e científica; o Absolutismo na Europa, com monarcas que centralizavam cada vez mais poder em suas mãos e limitavam, assim, os poderes dos nobres e do clero; e a invasão e colonização das Américas pelos europeus, resultando na exploração dos povos originários e na busca por recursos naturais.

Feito esse breve relato acerca do artista e sobre o contexto histórico no qual a pintura foi feita, retorna-se à *Medusa* de Caravaggio para destacar que nessa pintura se observa o rosto decapitado de uma mulher, e afirma-se, tão seguramente, sobre a decapitação visto o sangue que emerge abaixo da linha de seu rosto. As expressões faciais são de horror, a abertura da boca e o arqueamento/franzimento das sobrancelhas chamam atenção, assim como a abertura da boca e seu olhar que transmite pavor. Outro ponto de destaque são seus cabelos, transfigurados em cobras revoltas, que se movem em diversas direções.

Tal obra de arte localiza-se entre outras das coleções da família Medici em Florença e foi usada para representar seu domínio militar, sendo usada para tanto a captura da expressão do rosto da Medusa, deformada pelo horror de ter sido decapitada e reduzida a uma cabeça. O objetivo de tal obra é óbvio: insuflar medo nos inimigos, seja pela representação do momento passageiro entre a vida e a morte, seja pela decapitação da Medusa de maneira tão violenta e realista. Observa-se, ainda a utilização da técnica do claro-escuro, do reforço ao científico em sua composição e do “real”, desforme e feio representado na Medusa, mas ressignificado por mais uma violência que vivenciava.

O mito relata que Medusa estava adormecida quando Perseu se aproximou, mas a pintura de Caravaggio, composta pelo sangue, pelos cabelos de cobras se contorcendo, pela expressão de choque e dor no rosto da Medusa, demonstra que talvez ela estivesse consciente de sua própria morte brutal e de mais uma injustiça que sofria.

**Figura 2**



Fonte: Disponível em:

<<https://artsandculture.google.com/asset/HQFf8vfXcKHWUg?childAssetId=ygHWaHM5Fxy0Sg>>, Acesso em: 09 jul. 2025

Realização:



Apoio:



A Figura 2, por sua vez, se opõe à Figura 1 seja pela clareza de sua composição, seja por retratar, com centralidade, o masculino. Contudo, a cabeça da Medusa se faz também presente. Esta figura se refere à escultura *Perseus with the Head of Medusa*, de Antonio Canova, exposta no *The Metropolitan Museum of Art*, na cidade de Nova York, Estados Unidos. Criada entre 1804 e 1806, a estátua possui como dimensões físicas 242,6 x 191,8 x 102,9 cm e foi esculpida em mármore. Essa versão, criada para a condessa Valeria Tarnowska da Polônia, trata-se de uma segunda versão que mostra maior refinamento nos detalhes e uma abordagem mais suave.

Antonio Canova (Possagno, 1757 – Veneza, 1822) é considerado o maior escultor do Neoclassicismo, mas também foi desenhista, pintor, arquiteto e desenvolveu uma carreira consistente e profícua. Com um estilo inspirado na arte da Grécia Antiga, suas obras foram comparadas, por seus contemporâneos, com a melhor produção da antiguidade. Teve forte contribuição para a consolidação da arte neoclássica, apesar de não ter se mostrado insensível à influência do Romantismo.

O século XIX também foi marcado por importantes e grandes transformações: a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, se espalhou por outros países, transformando a produção, o trabalho e as relações sociais; o Imperialismo se consolidou e as potências europeias expandiram seu domínio sobre outros continentes, buscando recursos naturais e mercados consumidores; no campo das filosofias e ciências, surgiram diversas correntes de pensamento que influenciaram a política e a sociedade; e houve grandes descobertas e invenções que lançaram as bases para os avanços do século XX. Dentre os conflitos, no início do século XIX, as Guerras Napoleônicas se sobressaíram e o autor da obra de arte disposta na Figura 2 e Napoleão Bonaparte tiveram uma relação notável, sendo que Canova criou esculturas inspiradas no imperador mencionado e em sua família.

A Figura 2, *Perseu com a cabeça da Medusa*, faz alusão ao belo ideal e pertence ao gênero heroico, sendo assim traz a imagem de Perseu como centralidade, não o mostrando em combate, mas em triunfo, ostentando a cabeça da Medusa. O escudo já não se faz mais necessário, mas a espada ainda está em uma de suas mãos. A imagem traz Perseu com um elmo alado e não sandálias aladas. Ainda com relação a Perseu, nota-se que ele olha para a cabeça da Medusa que está virada para frente e não o olha diretamente, demonstrando o aniquilamento da livre vontade e da capacidade de luta relacionado à Medusa e, talvez, por isso, o escudo não se faz mais necessário.

Houve críticas à atitude demasiadamente elegante dessa escultura, talvez imprópria para um guerreiro. Contudo, chama atenção o falo, o órgão sexual masculino tão destacado, talvez denotando a suposta força do masculino sobre o feminino aniquilado, reduzido a uma cabeça subjugada, sem vontades e com capacidade de ação à mercê de quem a possui. A cabeça da Medusa é segurada pelos cabelos e, curiosamente, também contém asas e serpentes ainda vivas, talvez denotando o poder de ação que ainda possui em suas entranhas. Tecnicamente, a obra é tida como impecável e, curiosamente, quando Napoleão tomou para a França o *Apolo*, o papa adquiriu *Perseu com a cabeça da Medusa* para compensar sua perda, e mandou erguê-lo no pedestal da imagem roubada; por isso, tal obra ficou conhecida como *O Consolador*, o que se considera desapropriado visto que retrata um feminicídio no qual não há consolo ou motivos de glória.

## Conclusão

Na mitologia, heróis podem ser definidos como personagens arquetípicos que empreendem grandes feitos por meio da coragem e da força. São, ainda, filhos de deuses com mortais, como Perseu que era filho de Zeus com Dânae. Assim sendo, mesmo antes do ataque à Medusa, Perseu já era considerado um herói e ainda assim foi persuadido a lutar uma luta que não era sua, mas de Polidecto. Então, questiona-se:

Realização:



Apoio:



qual foi, afinal, a maior façanha de Perseu? Teria sido enfrentar o medo e olhar a imagem refletida em seu escudo? Teria sido não permitir que o horror o paralisasse e o tornasse totalmente impotente? Acredita-se que uma possível chave para se refletir sobre essas questões se localiza no escudo de Perseu que permitia guiá-lo sem olhar diretamente para a Medusa, e sendo assim, como toda imagem deve ser, era um mapa. Lembra-se, portanto, que as imagens representam o mundo, se assemelham ao real (mas, não são a realidade), por isso a imagem da Medusa refletida não petrificava Perseu. Imagens podem eternizar os acontecimentos e são a instância onde tudo é possível; a imagem refletida media, guia e é inofensiva; tem-se aí os elementos que permitem o enfrentamento dos horrores que podem paralisar, levando à sua transformação – no caso da Medusa em Pégaso e Crisaor.

Contudo, imagens são fragmentadas e incompletas, e, por isso, exercem um controle diferenciado, levando à aceitação e não à compreensão; além disso, reforçam uma posição moral. Então, quantos de nós não ouviram, acreditaram e repassaram que Medusa era um monstro? Que merecia ser morta ou sequer não problematizaram que isso seria um crime, um feminicídio? Quantos questionaram como esse “monstro” foi criado? E as imagens elencadas aqui para análise reforçam todos os mitos presentes no próprio Mito. A *Medusa* de Caravaggio é uma imagem horrenda, profundamente real e não se sabe se a expressão da Medusa em tal pintura é atrelada ao horror que produzia, ao horror foi sofrido por ela ou ao horror da morte. Mas, sempre é o horror. Além disso, pouco se conta como Medusa pode ser considerada um exemplo da culpabilização da vítima de violência sexual, da punição por atos que não são de sua responsabilidade e que foi Atena, ironicamente a deusa da Justiça, que nada menciona sobre o violador e condena a vítima e que foi profundamente injusta. É preciso, assim, transformar Medusa no símbolo da capacidade de superação e da resistência feminina; que sua imagem, ainda que horrenda, seja usada como emblema diante das opressões que cercam o feminino.

Outro ponto a se destacar é a representação do masculino na imagem selecionada para análise. Em *Perseu com a cabeça da Medusa* a projeção do falo e a redução de uma mulher à sua cabeça decapitada parece demonstrar o uso político feito do mito e sustentado pela escultura. A reprodução do belo ideal masculino exibindo a redução e morte do feminino enfeiado, monstruoso, exemplificam que o belo pode ser bem violento e que a história da Medusa segue relevante na cultura e na reflexão sobre temas como gênero, violência e poder.

Para finalizar, lembra-se que para ser afetado por uma imagem depende-se de uma consciência política apropriada; que para atingir a verdadeira compreensão é preciso negar a aparência e que para saber é preciso imaginar. Então, imaginemos uma realidade na qual o horror não nos paralise jamais e que sejamos educados para decifrar as imagens e assim elas se tornarão mapas e não biombos, servindo à humanidade e sendo instrumentos para orientar no mundo.

## Referências

CANOVA. In: **Wikipédia:** a enciclopédia livre. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Antonio\\_Canova](https://pt.wikipedia.org/wiki/Antonio_Canova)>. Acesso em: 17 jul. 2025.

CARAVAGGIO. In: **Wikipédia:** a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Caravaggio>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. São Paulo: Editora 34, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. São Paulo: Editora 34, 2020.

Realização:



Apoio:





FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Sinergia; Relume-Dumará, 2009.

MEDUSA. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Medusa>>. Acesso em: 09 jul. 2025.

MAGALHÃES, Daniela. Medusa: reler o mito, reescrever a história. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 32, n. 3, p. e91630, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/L4q4Sws3ctDHKsRxzBwWPkF/>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MOREIRA, Altamir. A iconografia em revisão. **Revista Contemporânea**, Santa Maria, v. 1, n. 1, e9, p. 01-08, 2018.

SÉCULO XVI. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9culo\\_XVI](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9culo_XVI). Acesso em 15 jul. 2025.

SÉCULO XIX. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9culo\\_XIX](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9culo_XIX). Acesso em 17 jul. 2025.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. Alegoria, iconografia e iconologia: diferentes usos e significados dos termos na história da arte. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA ARTE, 17, v. 2, n. 8. Pelotas, 2020. **Anais** [...]. Pelotas: UFPEL, 2020. Disponível em <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/4903>>. Acesso em 26 jan. 2021.

Realização:



Apoio:



**DIÁLOGOS DO COTIDIANO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL  
SERVIÇO SOCIAL PETSS: aula aberta sobre o projeto de lei n. 1904/2024 – “criança  
não é mãe”**

Karina Lorrany Silva<sup>519</sup>

Regina Maura Rezende<sup>520</sup>

Yasmin Aparecida Marques de Freitas<sup>521</sup>

**Resumo:** O aborto é uma questão de saúde pública no Brasil. Existem permissivos legais que viabilizam o acesso ao direito em casos específicos previstos no Código Penal. Ainda assim, as ofensivas ultraconservadoras somam esforços para minar as possibilidades de exercício deste direito. O projeto de Lei nº 1904/2024 (PL-RJ) representa um retrocesso, posto que busca equiparar o aborto após a 22ª semana de gestação ao crime de homicídio – inclusive nos casos em que o procedimento já é legalmente assegurado. Um cenário de asselvajamento da ideologia patriarcal, debatido pelo PET Serviço Social em uma aula aberta junto à profissional da área.

**Palavras-chave:** Direitos sexuais e reprodutivos. Serviço Social.

**Abstract:** Abortion is a public health issue in Brazil. Legal provisions exist that allow access to the right in specific cases provided for in the Penal Code. Even so, ultraconservative attacks are joining forces to undermine the exercise of this right. Bill No. 1904/2024 (PL-RJ) represents a step backward, as it seeks to equate abortion after the 22nd week of pregnancy with homicide—even in cases where the procedure is already legally protected. This scenario demonstrates the rampant patriarchal ideology, discussed by the PET Social Service in an open class with a professional in the field.

**Keywords:** Sexual and reproductive rights. Social Work.

## Introdução

Atualmente, seguindo o Código Penal Brasileiro o aborto é considerado crime, sendo permitido legalmente apenas em situações específicas: quando a gestação representa risco à vida da mulher e quando é resultante de estupro. Além dessas situações, desde 2012 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece o direito da gestante de interromper a gravidez em casos de anencefalia fetal, ampliando assim o entendimento sobre os direitos reprodutivos no país (Brasil, 1940).

Nesse contexto, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), instituída em 2004, estabelece os direitos reprodutivos como parte essencial do direito à saúde. A política propõe ações voltadas à ampliação do acesso à contracepção, ao planejamento reprodutivo, ao atendimento humanizado em casos de aborto legal e ao enfrentamento da violência doméstica e sexual. A PNAISM também reconhece a importância de garantir atenção às mulheres que enfrentam situações de

<sup>519</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: d202210760@uftm.edu.br

<sup>520</sup> Docente Associada IV do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Doutora em Serviço Social. E-mail: regina.rezende@uftm.edu.br

<sup>521</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: d202120191@uftm.edu.br

Realização:



Apoio:



abortamento inseguro, uma realidade que ainda persiste de forma alarmante no país (Brasil, 2004).

Apesar das garantias instituídas pela PNAISM, a realidade concreta revela um cenário adverso. A maioria dos serviços de saúde pública no Brasil não está preparada ou capacitada para lidar com as complicações decorrentes de abortos realizados de forma clandestina e insegura, colocando em risco a vida de milhares de mulheres (Oliveira, 2001). Segundo a Cartilha de Princípios e Diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher,

O aborto realizado em condições inseguras figura entre as principais causas de morte materna e é causa de discriminação e violência institucional contra as mulheres nos serviços de saúde. Violência que pode traduzir-se no retardo do atendimento, na falta de interesse das equipes em escutar e orientar as mulheres ou mesmo na discriminação explícita com palavras e atitudes condenatórias e preconceituosas. Pela representação simbólica da maternidade, como essência da condição idealizada do ser mulher e da realização feminina, o aborto pode sugerir uma recusa da maternidade e por isso pode ser recebido com muitas restrições por parte dos profissionais de saúde (Brasil, 2004, n/p).

Cabe destacar que a PNAISM foi construída em uma conjuntura em que a discussão sobre os corpos que gestam e a diversidade de gênero relacionada à gestação ainda não era amplamente reconhecida nas políticas públicas brasileiras. Em decorrência disso, observa-se que a PNAISM é voltada principalmente para mulheres cisgêneros e não contempla explicitamente questões relacionadas às pessoas trans, não-binárias ou outras identidades de gênero que também podem vivenciar a gestação. Esse processo em que a regulamentação não se atualiza diante da realidade social pode impactar severamente no cotidiano dos corpos que gestam, uma vez que não há, em consequência, atendimentos especializados para as pessoas demandatárias das políticas públicas, e, de forma especial, aos corpos que gestam. Assim, a abordagem de temáticas pertinentes aos diversos conflitos e anseios sociais é objeto de preocupação do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes Serviço Social (PETSS)

Nesse sentido, no ano de 2024, em meio a um cenário de intensificação dos ataques aos direitos reprodutivos das mulheres no Brasil, o projeto Diálogos do Cotidiano, promovido pelo Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes - Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), proporcionou um espaço fundamental de reflexão crítica. Com o objetivo de aproximar estudantes e comunidade da realidade concreta da profissão, o projeto convida profissionais Assistentes Sociais e da área das ciências sociais aplicadas e humanas, e atuantes nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais para dialogar com a comunidade acadêmica sobre experiências de atuação, fortalecendo a formação ética e política de futuras/os assistentes sociais.

Em uma das edições do projeto, o PETSS recebeu como convidada uma profissional do Serviço Social atuante no Hospital de Clínicas da UFTM, na área de Ginecologia e Obstetrícia. Em suas explanações, foram compartilhados diversos relatos de casos em que o acesso ao aborto legal se mostrou extremamente dificultado, revelando o abismo entre o direito previsto em lei, e a realidade vivenciada por mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade. Esse encontro ocorreu em um momento particularmente tenso no cenário nacional, marcado pela tramitação do Projeto de Lei nº 1.904/2024, que propõe equiparar o aborto realizado após 22 semanas ao crime de homicídio simples, inclusive nos casos já legalmente previstos, como gravidez decorrente de estupro, prevendo penas de reclusão de seis a vinte anos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2024). A proposta reacendeu debates sobre a autonomia das mulheres e os retrocessos legislativos que ameaçam direitos já conquistados.

Realização:



Apoio:



Apresentada no dia 17 de maio de 2024, na prática, a proposta, significaria que meninas estupradas, muitas das vezes com menos de 14 anos, poderiam responder criminalmente por homicídio ao realizarem um aborto fora do limite gestacional estabelecido pelo projeto. A PL causou comoção nacional, sendo amplamente criticada por juristas, entidades de direitos humanos, profissionais da saúde, assistentes sociais e movimentos feministas, por representar um grave retrocesso nos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e meninas no Brasil. A redação do projeto ignora, por exemplo, que em casos de estupro de vulnerável (crianças e adolescentes), o reconhecimento da gestação frequentemente ocorre tardiamente, e que o próprio Sistema Único de Saúde (SUS), em muitos lugares, não possui estrutura para oferecer acolhimento e procedimentos com agilidade, o que coloca essas meninas para fora do prazo proposto.

Vale lembrar que a discussão sobre a descriminalização do aborto no Brasil não é nova. Dados apresentados durante a audiência pública da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 442, realizada no Supremo Tribunal Federal em 2018, revelam que aproximadamente um milhão de abortos induzidos são realizados anualmente no país, resultando na hospitalização de cerca de 250 mil mulheres. Em 2016, o aborto inseguro foi responsável pela morte de 203 mulheres, o equivalente a mais de um óbito a cada dois dias (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018). Ainda na audiência da ADPF 442, a diretora do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde, Maria de Fátima Marinho de Souza, destacou que embora o número estimado de abortos seja elevado em todas as classes sociais, as consequências mais graves recaem desproporcionalmente sobre mulheres negras, jovens, solteiras e com baixa escolaridade, evidenciando as profundas desigualdades socioeconômicas que atravessam o debate sobre o tema no Brasil.

Nesse contexto, o presente relato de experiência busca compartilhar as reflexões suscitadas a partir desse momento de diálogo e escuta, evidenciando a importância da atuação crítica do Serviço Social na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. Em um país onde o aborto legal ainda é permeado por barreiras institucionais e marcado pela seletividade penal, espaços como o projeto Diálogos do Cotidiano se mostram essenciais para a formação de profissionais comprometidos com os princípios ético-políticos da profissão, com os direitos humanos e com a justiça social.

## **METODOLOGIA**

O projeto Diálogos do Cotidiano é um projeto do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes Serviço Social PESS\_UFTM, previsto e executado a partir do Planejamento de 2025. Trata-se de um projeto que tem como objetivo central a socialização de conhecimentos sobre a realidade social, sobretudo no que se refere ao cenário de atuação do Assistente Social nas mais diversas políticas públicas.

O processo de implementação conta com a organização de um cronograma de encontros, o qual vincula-se, preferencialmente, à agenda de lutas dos Conselhos Regionais de Serviço Social e Conselho Federal de Serviço Social ambos, construindo o conjunto CFESS-CRESS; trata-se de um projeto que traz à tona temáticas vinculadas aos princípios e valores do Assistente Social, e que se constituem em enfrentamentos e luta por direitos da classe trabalhadora. Assim, são previstos anualmente encontros presenciais, no prédio do Centro Educacional da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), sempre no período entre 17:00 e 19:00 horas, a fim de viabilizar a participação de estudantes trabalhadores. Os encontros contam com socialização do conhecimento profissional articulado à formação profissional do Assistente Social. São aulas abertas e dialogadas, momento em que todas as pessoas participantes podem expor suas reflexões, dúvidas e posicionamentos. Todos os encontros são amplamente

Realização:



Apoio:



divulgados via e-mail institucional e pelas redes sociais do programa, principalmente pelo Instagram do PETSS, e em grupos de Whatsapp, que somados, têm importante papel no despertar de interesses e curiosidades da comunidade interna e externa à Universidade. A atividade é mediada por um(a) participante do PETSS, que, ao final, faz também uma síntese e conclui a proposta. Após à atividade, o PETSS oferta a certificação dos participantes como forma de incentivo à realização de Atividades Complementares à formação acadêmica.

Especialmente no encontro para discussão sobre o aborto, frente ao Projeto de Lei 1904/2024 – analisado pelas entidades representativas da categoria profissional, enquanto um projeto que implicaria em retrocessos de direitos sexuais e reprodutivos, assegurados desde 1940 – o grupo PETSS convidou uma Assistente Social trabalhadora da saúde, com amplo conhecimento e militância na temática “saúde e direito da mulher”. Esta, localiza-se em um locus privilegiado para discussão acerca do “PL da Gravidez Infantil”<sup>522</sup>, visto que é Assistente Social em um serviço de alta complexidade, o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro da UFTM, instituição que atende cerca de 27 municípios da macrorregião do Triângulo Sul, onde é atuante no setor de Ginecologia e Obstetrícia e atende, em seu cotidiano profissional, a mulheres vítimas de violência sexual, e que desejam realizar o abortamento legal, ou ainda, a entrega legal. Consoante ao CFESS (2024, n/p), “as ações orquestradas por grupos fundamentalistas antidireitos têm atacado também os serviços de aborto legal, em que assistentes sociais estão inseridas(os)”, tornando urgente a mobilização coletiva. Com o intuito de democratizar discussões a respeito das respostas profissionais construídas coletivamente pela categoria, em meio às constantes tensões e ofensivas a direitos consagrados, o Projeto Diálogos do Cotidiano mantém-se relevante no fortalecimento do diálogo entre Universidade e Sociedade, sobretudo para o revigoramento da direção ético-política hegemônica – sempre vigilante às ofensivas conservadoras a direitos adquiridos nos processos de luta da classe trabalhadora.

## **Análise e Discussão**

A aula aberta promovida pelo projeto Diálogos do Cotidiano do PETSS foi previamente divulgada por meio das redes sociais, especialmente pelo perfil do Instagram do PET Serviço Social (@petservicosocialuftm). A publicação, realizada dois dias antes do encontro, alcançou mais de 3.600 visualizações, o que evidencia o interesse e a relevância do tema para a comunidade acadêmica e o público externo.

Conforme destacado, o encontro ocorreu no dia 22 de agosto de 2024, às 17:00 horas, dentro das dependências da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). O horário foi estrategicamente escolhido por anteceder o início das aulas noturnas da universidade, o que contribui para ampliar o alcance do evento, tornando-o mais acessível a um público diverso, incluindo estudantes trabalhadores. Na ocasião, foram registrados 29 participantes na lista de presença (um número expressivo se comparado a outras edições do projeto). Destes, mais da metade não integravam o PET, o que demonstra uma forte adesão da comunidade universitária e interesse no tema abordado. Isso reforça a importância de espaços de formação que dialoguem com questões

---

<sup>522</sup> “Caso a lei seja aprovada, proibindo a realização de aborto legal acima de 22 semanas em caso de estupro, as principais afetadas serão as crianças, que são boa parte de quem busca os serviços de aborto com esse tempo de gravidez, uma vez que, em casos de abuso sexual, há mais demora em descobrir ou mesmo identificar a gestação. Isso tudo em um país em que, no ano de 2022, foi registrado o maior número de estupros de vulnerável da história, com 74.930 vítimas. Destas, 6 em cada 10 vítimas são crianças com idade entre 0 e 13 anos, que são vítimas de familiares e outros conhecidos. Essas crianças não podem ser forçadas a ser “mães”! (Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, 2024, apud CFESS, 2024, n/p)

Realização:



Apoio:





urgentes e sensíveis, como os direitos sexuais e reprodutivos. Iniciativas como o projeto Diálogos do Cotidiano do PETSS são fundamentais para a construção de uma formação profissional crítica e comprometida com as demandas da população usuária. Como aponta Iamamoto (2009, p. 47), “a formação profissional é parte de um processo social mais amplo e deve articular o ensino com a realidade social concreta, possibilitando ao aluno apreender criticamente o mundo em que vive e atua.”

O tema do encontro promovido pelo projeto Diálogos do Cotidiano, realizado no dia 22 de agosto de 2024, foi diretamente impulsionado pelo contexto político alarmante instaurado com a tramitação do Projeto de Lei nº 1.904/2024 (PL 1904/24) na Câmara dos Deputados. A discussão da PL 1904/24 escancara a vitalidade da estrutura conservadora e patriarcal do legislativo brasileiro, majoritariamente composto por homens brancos, cisgêneros, heterossexuais e pertencentes a classes médias e altas, além de muitos estarem vinculados a religiões conservadoras e pregarem discursos religiosos em um Estado teoricamente laico. Segundo um levantamento da organização Gênero e Número (2022), 82% dos deputados federais são homens, e apenas 18% das cadeiras são ocupadas por mulheres, uma sub-representação evidente em um país cuja maioria da população é feminina e racializada. Essa composição impacta diretamente na formulação de leis que afetam o corpo, a vida e os direitos das mulheres, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade. O controle sobre os corpos femininos é uma forma histórica de dominação que se atualiza por meio da legislação e da negação de direitos sexuais reprodutivos, pois o “patriarcado e o controle dos corpos das mulheres alicerçam as bases opressoras da sociedade capitalista e racista em que vivemos e isso expressa em todos os julgamentos [...] que envolvem a pauta do acesso, por meio da justiça brasileira, do direito ao aborto” (CFESS, 2020, n/p).

Conforme é possível observar, o poder do macho (ou a “falocracia”) que permeia às relações sociais na sociabilidade brasileira – estruturada em um sistema de dominação/exploração chamado de patriarcado-racismo-capitalismo<sup>523</sup> – expressa-se, inclusive, no aparelho Estatal, através da proposição de legislações que conservem a dominação masculina – primordialmente sobre o corpo, compreendido como um território prolífico público – legitimando a condição subalterna e de aviltamento social da mulher, em uma sociedade profundamente misógina. (Saffioti, 1987). Portanto, é fundamental à categoria profissional, bem como à sociedade como um todo, a constante observância e defesa intransigente dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres – são direitos humanos – sobretudo em cenários de asselvajamento do patriarcado. A partir da contribuição de Beauvoir (1949), os direitos das mulheres não são perenes, estão à uma crise de distância – seja ela de caráter econômico, político ou religioso – de serem questionados.

Diante deste cenário, vale aqui ressaltar os posicionamentos do Serviço Social enquanto categoria profissional acerca do tema, haja vista que a categoria expressa de forma coletiva e hegemonicamente, um direcionamento ético-político à imagem profissional, alinhada à construção de uma nova ordem social, livre da dominação e opressão de classe, etnia e gênero (CFESS, 2012). O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) manifestou-se com firmeza, posicionando contrariamente ao Projeto de Lei nº 1.904/2024 (PL 1904/24), ressaltando os riscos que a proposta representa para a garantia de direitos já conquistados. Em nota pública divulgada por meio da plataforma oficial do CFESS, foi destacado:

Ressaltamos a importância de que a categoria de assistentes sociais se posicione contrária a projetos que retrocedem direitos adquiridos, tendo

<sup>523</sup> De acordo com Saffioti (1987), com a emergência do capitalismo, houve a simbiose entre os outros dois sistemas de dominação/exploração (o patriarcado e o racismo), conferindo, pois, à estrutura societal, uma unidade contraditória em que seus sistemas são inseparáveis. O patriarcado-racismo-capitalismo produz, simultaneamente, a exploração e opressão de gênero, raça e classe.

Realização:



Apoio:



compromisso com a proteção integral das infâncias, juventudes e com a vida das mulheres e pessoas que gestam. O projeto de lei também reforça a criminalização das vítimas e de profissionais que realizem o procedimento.

O CFESS alerta que a PL em si, representa um avanço direto do conservadorismo institucional. A aprovação em regime de urgência agrava ainda mais o cenário, permitindo que a matéria seja votada no plenário da Câmara sem passar por análise técnica nas comissões, o que fere os princípios democráticos do debate público. Além de enfatizar que o PL mostra um grave retrocesso nos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e pessoas que gestam, e reforçar a criminalização das vítimas e dos profissionais de saúde.

Diante desse cenário, a escolha do tema e da convidada não foi aleatória, e sim estratégica. A Assistente Social convidada, trouxe à discussão experiências concretas com o atendimento de mulheres e meninas em busca do aborto legal. Suas colocações evidenciam como, mesmo nos casos permitidos por lei, o acesso é marcado por entraves institucionais, morais, discursos fundamentalistas religiosos e problemas infraestruturais, aprofundando ainda mais as desigualdades que afetam a população feminina – sobretudo àquela que majoritariamente utiliza o serviço público de saúde. E, quando o caso se refere à adolescente, isso é ainda mais potencializado por ditames ultra-neoconservadores.

Durante o encontro, foram compartilhados alguns relatos, uma das situações presentes na rotina do hospital é o encaminhamento de meninas muito jovens, muitas vezes com 14 anos ou menos, que chegam ao hospital vindas de municípios de pequeno porte ou áreas rurais próximas a Uberaba-MG. Essas cidades, em geral, não dispõem de uma rede estruturada para lidar adequadamente com a questão do aborto legal. A falta de preparo das equipes de saúde e assistência social é evidente, resultando em orientações inadequadas ou insuficientes – que, pela ignorância ou intencionalidade, obstaculizam o acesso ao direito. Em alguns casos, essas meninas chegam ao hospital acreditando que farão o pré-natal, e sem nenhuma noção do direito ao abortamento, demonstrando o quão falho é o encaminhamento e o acolhimento inicial que deveriam receber. Isso revela não apenas o desconhecimento sobre seus direitos, mas também uma grave violação do princípio da informação e do atendimento humanizado previsto na Lei 8.080/1990<sup>524</sup>.

Essa realidade escancara também a necessidade urgente de capacitação dos profissionais de forma geral, mas de forma particular nos municípios menores, especialmente nas áreas rurais e periféricas, para que possam promover orientações, acolhimento digno e encaminhamentos eficazes, evitando o sofrimento e o aumento dos riscos para essas adolescentes.

Um relato impactante compartilhado pela assistente social diz respeito a uma menina que chegou para o atendimento de aborto legal já com uma gestação bastante avançada. O que chamou a atenção da equipe foi o fato de que ela trazia em suas mãos uma boneca, um símbolo forte da infância, e carregado de significado diante da situação de desproteção e urgência vivenciada. Esse gesto revela a complexidade emocional e social envolvida no processo, especialmente para uma criança ou adolescente que, além de enfrentar a violência do estupro, ainda carrega um fardo pesado de expectativas e pressões sociais para abandonar a infância e a juventude, e assumir a maternidade.

Além disso, a assistente social compartilhou um caso ainda mais delicado, em que uma família optou por desistir do aborto legal para uma criança que estava gestante, fruto de um estupro de vulnerável. A decisão foi influenciada pela oferta de uma igreja local, que se colocou à disposição para ajudar a cuidar da criança após o nascimento. Esse episódio expõe as múltiplas pressões sociais, culturais e religiosas que atuam

<sup>524</sup> Dentre os princípios feridos, destacam-se, “VI - divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário” e “XVI – atenção humanizada.” (BRASIL, 1990)

sobre as famílias e as vítimas, interferindo diretamente no exercício dos direitos reprodutivos garantidos por lei. A influência de instituições religiosas, muitas vezes presentes e atuantes, sobretudo nos pequenos municípios, pode reforçar discursos conservadores que desconsideram a autonomia das mulheres e adolescentes sobre seus corpos, além de minimizar a gravidade da violência sexual sofrida.

Essa situação é um exemplo das dificuldades concretas que permeiam o acesso ao aborto legal no Brasil, especialmente em regiões onde o controle social se sobrepõe às garantias legais. Reflete também o quanto as redes de apoio institucional ainda são frágeis e insuficientes para acolher essas vítimas, fazendo com que escolhas sejam tomadas em contextos de forte vulnerabilidade e pressão, ao invés de em um ambiente seguro e informado. Durante o encontro, também foram compartilhados vários exemplos de famílias em que o estupro se apresentava como uma violência geracional e culturalmente enraizada. A profissional relatou situações em que a criança estava sendo vítima de estupro, ao passo que a mãe, avó, e outras mulheres da família também haviam sofrido abusos sexuais, muitas vezes cometidos por avôs, pais ou tios, o que reforça a presença da violência no ambiente considerado de proteção. Esse padrão revela uma dinâmica assustadora de reprodução da violência sexual no ambiente familiar, que perpetua o ciclo de sofrimento e desproteção. Essa realidade está em consonância com dados oficiais do Brasil, pois, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), 65,8% dos estupros são cometidos por pessoas próximas ou familiares da vítima, sendo que grande parte ocorre dentro do ambiente doméstico.

Uma outra questão alarmante apresentada foi o reduzido número de médicos que, mesmo em um hospital referência, realizam o procedimento de aborto legal. Segundo o relato, apenas dois médicos no Hospital de Clínicas da UFTM estavam efetivamente realizando os procedimentos de interrupção da gestação previstos por lei. Os demais profissionais, recusam-se a fazê-lo com base na chamada objeção de consciência. Esse dado é particularmente grave se considerarmos que se trata de um hospital público universitário, com pronto-socorro específico para ginecologia e obstetrícia, referência em traumatologia e com ampla atuação no atendimento de vítimas de violência sexual, e que tem uma abrangência regional. A recusa da maioria dos médicos em realizar um procedimento legal e necessário evidencia a distância entre os direitos previstos em lei e sua efetiva garantia no interior dos serviços públicos de saúde.

A objeção de consciência, enquanto direito individual, não deveria se sobrepor à vida e à dignidade das usuárias, especialmente em um serviço público cuja missão deve ser, acima de tudo, garantir o acesso integral à saúde e o cumprimento da legislação vigente. A omissão institucional frente a essas recusas sistemáticas por parte de profissionais revela o quanto os direitos sexuais e reprodutivos ainda são negligenciados, sobretudo quando atravessados por desigualdades de gênero, classe e raça. Como destaca Débora Diniz (2020), “não se trata de defender o aborto, mas de proteger a adolescente em uma necessidade de saúde. Tal fato decorre também porque há um fanatismo moral na sociedade brasileira em torno da questão do aborto”. Portanto, depreende-se, através da aula-aberta, que as ofensivas antigênero aos ínfimos permissivos legais que garantem a realização do aborto no Brasil, coadunam com o conjunto de ações para a manutenção da estrutura societária patriarcal-racista-capitalista. Por intermédio da promoção de discursos, posturas e projetos que objetivam controle dos corpos que podem gerar. Sob este prisma, o PET Serviço Social somou-se à luta empreendida pela campanha “Criança NÃO é Mãe” na mobilização contrária à este projeto – um retrocesso aos direitos humanos.

## Considerações finais

Realização:



Apoio:



À guisa de síntese, a defesa intransigente dos direitos humanos – expressa enquanto um princípio inegociável no Código de Ética de Assistentes Sociais – alcança os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas que gestam e abortam. Nesse sentido, o compromisso com o posicionamento contrário a todas as movimentações e projetos que retrocedem direitos conquistados, reflete o projeto societário que a categoria profissional de Serviço Social hegemonicamente defende: uma sociedade livre de dominação e exploração de classe, raça/etnia e gênero. No intuito de somar-se às frentes de luta pela legalização do aborto, o PET SS propôs a realização de uma aula-aberta junto a profissional Assistente Social que está estrategicamente inserida em um serviço de aborto legal. O intuito foi direcionado a discutir os dilemas entre o direito instituído em Lei e a realidade do exercício profissional na viabilização do acesso à justiça reprodutiva. A socialização de saberes através do compartilhamento de experiências e análises de realidade, pautadas em uma perspectiva de defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, fomentou a problematização do PL n.1904/2024 em seu caráter ultraconservador, e, portanto, trouxe à luz uma questão imperativa de discussão: o risco eminente da perda da garantia do direito ao abortamento legal das pessoas que gestam, logo, com direito garantido em Lei. O ultra-neoconservadorismo vem promovendo uma ofensiva cujo projeto é ceifar o direito instituído em diversas frentes, logo, também direcionado ao controle dos corpos femininos e dos corpos que gestam! Trata-se de um “novo” desafio imposto à categoria profissional, a qual, munida de seus princípios e valores, têm criado estratégias capazes de se contrapor ao conservadorismo, e, nessa medida, promover o direito dos segmentos em desproteção.

## Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Dispõe sobre o Código Penal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 23941, 31 dez. 1940. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20, set. 1990. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm)>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher**: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental**. Anencefalia. ADPF n. 54, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiannoticiastf/anexo/adpf54.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2025.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Transcrição da Audiência Pública**: Interrupção voluntária da gravidez. ADPF n. 442, Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/audienciasPublicas/anexo/TranscrioInterrupovoluntriadagravidez.pdf>>. Acesso em 30 jul. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1904**. Apresentado em 17 de maio de 2024. Ementa: Acresce dois parágrafos ao art. 124, um parágrafo único ao artigo

Realização:



Apoio:



125, um segundo parágrafo ao artigo 126 e um parágrafo único ao artigo 128, todos do Código Penal Brasileiro, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493>>. Acesso em 30 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **CFESS Manifesta**. Em defesa da vida das mulheres e das meninas! Brasília: CFESS, 18 de agosto de 2020. Disponível em: <[www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1741](http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1741)>. Acesso em 30 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **PL 1904/2024**. CFESS se posiciona contra projeto que equipara aborto legal a homicídio. Brasília: CFESS, 2024. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2129>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Aprovado em 13 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <[https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em 30 jul. 2025.

DINIZ, Débora. Fanatismo moral contra o aborto é bandeira do bolsonarismo. **DW Brasil**, 19 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/fanatismo-moral-contra-o-aborto-%C3%A9-bandeira-do-bolsonarismo/a-54612270>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/19o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-fbsp-2025/>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

GÊNERO E NÚMERO. Mais mulheres, mais negros, menos avanço. **Gênero e Número**, São Paulo, 4 out. 2022. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/mais-mulheres-mais-negros-menos-avanco/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Fátima. **Saúde da população negra**. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2001. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0081\\_saude\\_popnegra.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0081_saude_popnegra.pdf)>. Acesso em: 30 jul 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

Realização:



Apoio:





## **A ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE LÉLIA GONZALEZ: algumas reflexões sobre as mulheres na contemporaneidade**

Raquel Pereira da Silva<sup>525</sup>

**Resumo:** O artigo é resultante de reflexões elaboradas na disciplina “Teoria Sociológica” no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fundamenta-se em dois textos centrais da intelectual brasileira Lélia Gonzalez, “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira” e “A Mulher Negra na Sociedade Brasileira”. Tendo como objetivo reforçar sua contribuição histórica para pensarmos a realidade brasileira e a atualidade do seu pensamento.

**Palavras-chaves:** Racismo, Sexismo, Realidade Brasileira, Mulher negra

**Abstract:** This article is the result of reflections developed in the "Sociological Theory" course in the Graduate Program in Social Work at the Federal University of Rio de Janeiro. It is based on two central texts by Brazilian intellectual Lélia Gonzalez: "Racism and Sexism in Brazilian Culture" and "Black Women in Brazilian Society." It aims to reinforce her historical contribution to understanding Brazilian reality and the current relevance of her thought.

**Keywords:** Racism, Sexism, Brazilian Reality, Black Women

### **Introdução**

Quem foi Lélia Gonzalez e qual sua importância para o pensamento negro brasileiro? Cabe iniciar com tal questionamento inicial, mas seria mais oportuno indagar: Por que ouvimos falar de uma das maiores teóricas negras brasileiras de forma tão tardia? A vasta produção teórica da pesquisadora possui ricas contribuições para se pensar as questões da formação sócio-histórica brasileira, especialmente a respeito da mulher negra na sociedade de classes. Com uma escrita didática e de rica análise nos apresenta seu pensamento. Na obra intitulada “Por um feminismo Afrolatinoamericano”, organizado por Flávia Rios e Márcia Lima, nos é apresentado ensaios, intervenções e diálogos em ordem cronológica da produção de Lélia Gonzalez.

O contexto o qual é elaborado a obra intelectual de Lélia, entre 1975 e 1990, está atravessados por “os anseios democráticos da nação brasileira e de outros países da América Latina e do Caribe, além das reivindicações por igualdade racial nos Estados Unidos e das lutas por independência dos países africanos” (Rios; Lima, 2020). Seus inscritos vão repercutir no cenário internacional, principalmente nos contextos citados, vai dialogar com autores e pesquisadores, participar de diversos eventos internacionais, o que vai enriquecer suas análises. Produz não somente a respeito do cenário brasileiro, mas também sobre o continente Africano e o Caribe.

Seu pensamento vai sofrer influência de grandes intelectuais, tanto de brasileiros como de figuras internacionais, como Guerreiro Ramos, Teresa Cristina Araújo Costa, Simone de Beauvoir, Frantz Fanon, Abias do Nascimento, Joel Rufino, Beatriz do Nascimento, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, dentre outros. O que vai ser essencial para a construção do seu pensamento, que contribui não somente no tocante da questão racial, mas também da filosofia, antropologia, cultura e na psicanálise. Dentre as posições defendidas, ressalta-se as críticas ao racismo e o sexismo na cultura brasileira, a importância da candidatura de negras e mulheres, a necessidade de

---

<sup>525</sup> Assistente Social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: raquel.silvaab2@gmail.com

Realização:



Apoio:



autonomia dos movimentos sociais no que concerne aos partidos políticos, contudo, reforça a importância da institucionalização.

Na esfera nacional, defendia a ideologia de que a superação do mito da democracia racial era imprescindível para se combater o racismo e o estabelecimento da democracia no país. Tecia críticas a necessidade não somente de resistência, mas como a insubordinação de pessoas negras nas “casas grandes”. Além disso, buscava nos seus estudos a resistências, leituras secundárias, nos quilombos, nas revoltas, nas rebeliões e nos motins formados por negros escravizados (Rios; Lima, 2020). A riqueza da produção de Lélia é além, seu movimento duplo de fundamentar-se nos grandes estudiosos e somada a sua visão da importância de estudar as resistências, torna sua obra ainda mais grandiosa.

Outra contribuição significativa é sobre o pensamento negro feminista, sua linha de pesquisa abarcando a perspectiva interseccional, que abrande a dominação sexual, de classe e de raça em articulação à opressão e hierarquia racial, além da formação identitária coletiva. Em sua obra assinala no tocante da importância sobre pensamento e ação, como destaca-se Rios e Lima (2020):

O segundo aspecto distintivo do pensamento feminista negro presente na obra e na trajetória de Lélia Gonzalez é a articulação entre pensamento e ação. A autora destaca em seus textos a importância de pensar o feminismo na teoria e na prática. Segundo ela, esse movimento que inovou na agenda de lutas teve conquistas importantes e produziu um debate público essencial ao politizar o mundo privado. Justamente por isso, esse movimento não poderia ser cego às questões raciais. Era necessário, portanto, que as mulheres negras enquanto coletividade marcassem suas experiências fazendo emergir questões relacionadas aos dilemas de raça e classe e às questões históricas e culturais, assim como aos diferentes papéis e representações sociais das mulheres a partir da sua condição racial na sociedade brasileira (Rios; Lima, 2020, p. 19).

Em suma, suas contribuições vão desde do pensamento interseccional, ao racismo, a cultura, a situação da mulher na sociedade de classes, dentre outros. Mais atual do que nunca, não é à toa sua influência contemporânea. Desse modo, a reflexão aqui apresentada pretende sua contribuição histórica para se pensar a realidade brasileira, especialmente na contemporaneidade.

## **Racismo e sexismo na cultura brasileira**

No texto “Racismo e Sexismo na cultura brasileira”, Lélia inicia o diálogo com a descrição de uma epígrafe a qual intitula “Cumé que a gente fica?”, apresentando ao autor de forma muito clara como se estruturava as relações de dominação entre os brancos e os negros na sociedade brasileira. Enquanto os brancos eram considerados aqueles que detêm o conhecimento letrado e elabora em escritos a análise acerca da exploração, dominação e opressão da população negra, os negros eram obrigados a ficarem sentados ouvindo falar sobre o que sofriam e quando resolvem expressar sua indignação são vistos como sujeitos indecorosos.

Segundo Gonzalez (1984), o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira e sua articulação com o sexismo opera efeitos violentos sobre a mulher negra. Existe uma dupla imagem da mulher negra na sociedade, a mulata e a doméstica, além da noção de mãe preta.

Fundamenta-se a partir de Freud e Lacan, da psicanálise, para trabalhar as noções de consciência e memória. A consciência é compreendida como o estado do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento, assim como do saber. À vista disso, o discurso ideológico se faz presente. Agora a memória é tida como “a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que

Realização:



Apoio:



restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção” (Gonzalez, 1984, p. 78).

Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioula, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena (Gonzalez, 1984, p. 79).

Outro aspecto pontuado é sobre o mito da democracia racial, especialmente exaltado na festa carnavalesca do Rio de Janeiro. Tal mito oculta algo para além do que está posto, desempenha uma violência simbólica de modo particular sobre a mulher negra. A transformação da figura endeusada no carnaval para a empregada, a culpabilidade por seu endeusamento expressa-se de forma agressiva. Nesse contexto, os termos “mulata” e “doméstica” (termos utilizados pela autora) são atribuídos ao mesmo sujeito.

o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama. E, pelo visto, não é por acaso que, no Aurélio, a outra função da mucama está entre parênteses. Deve ser ocultada, recalcada, tirada de cena. Mas isso não significa que não esteja aí, com sua malemolência perturbadora. E o momento privilegiado em que sua presença se torna manifesta é justamente o da exaltação mítica da mulata nesse entre parênteses que é o carnaval (Gonzalez, 1984, p. 82).

Lélia não mediu esforços para criticar teóricos como Caio Prado Júnior, citando o livro “Formação do Brasil Contemporâneo”, texto que expressa a neurose cultural brasileira.

Ora, sabemos que o neurótico constroi modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento. Na verdade, o texto em questão aponta para além do que pretende analisar. No momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo (Gonzalez, 1984, p. 84).

Além das críticas tecidas, a autora ao longo de toda explanação constitui sua argumentação apresentando grandes nomes como Fanon e Heleieth Saffioti, o que demonstra sua maestria em dialogar e nos apresentar autores diversos.

Destaca-se que a ideologia do branqueamento, em sua lógica de dominação objetiva a dominação dos negros por meio da internalização e da reprodução dos valores brancos ocidentais. Tudo que pertence às expressões da cultura negra, a forma de falar considerada ignorante, é visto como não brasileiro, não pertencente ao português correto.

Um ponto que chama atenção e que revela a atualidade das análises de Lélia é o alerta presente no final do texto onde chama a atenção das práticas das ações policiais direcionadas contra a população negra. Assim como, sinaliza com outras instituições, “Mas que se atente para os hospícios, as prisões e as favelas como lugares privilegiados da culpabilidade enquanto dominação e repressão” (Gonzalez, 1984, p. 93).

## **A mulher negra na sociedade brasileira**

O texto escolhido visa abordar sobre a situação da mulher negra, assim como da população negra no geral na sociedade brasileira, especificamente do período da escravidão. Lélia tece críticas à forma como a história oficial do país é contada, faz um

Realização:



Apoio:



caminho de análise revisando-a de forma crítica, especialmente para contar a condição a qual mulheres e homens negros foram colocados.

De acordo com Lélia (2020), o tráfico negreiro teve início em 1550, contudo, a presença de africanos trabalhando nas plantações de cana-de-açúcar já existiam no Brasil. Desse modo, não era um cenário de fato novo, o contexto nacional contava com a maior parcela da população composta por negros no final do século XVI. Ressalta-se que a diferença que apontam sobre o Brasil ter essa grande parcela de população negra, se dá ao fato da violência sofrida pelas mulheres negras por parte dos brancos, encoberta pela ideia dos casamentos “inter-raciais”.

É apontado que a história oficial também não diz nada a respeito do primeiro Estado livre presente no Brasil colonial, formado pela República Negra de Palmares, que entre 1595 à 1695, germinou em Pernambuco como uma forma de denúncia ao sistema implementado pelos europeus no continente. Mais uma vez Lélia enfatiza em seus escritos o reconhecimento das lutas organizadas pela população negra no cenário brasileiro, que por vezes não tem o seu reconhecimento explicitado na história. Palmares foi a primeira investida brasileira para se tentar criar uma sociedade democrática e igualitária, tendo Zumbi como líder, conseguiu estabelecer uma certa harmonia racial formada por negros, indígenas, brancos e mestiços que viviam do trabalho livre e os benefícios retornavam para todos.

O protagonismo dos negros em diversas lutas, como o movimento urbano armado de Salvador de 1807 que levou a Revolta dos Males, assim como dos movimentos de libertação nacional do período colonial e do império. Esteve presente na Revolta dos Alfaiates, na Confederação do Equador, Sabinada, Balaiada, Revolução Praieira, dentre outros. Portanto, a população negra não estava passiva diante das lutas históricas presentes na sociedade, embora seu protagonismo seja por vezes apagado. O papel da mulher negra nas lutas também se fez presente, figuras como Luísa Mahin se destacou.

Destaca-se que a cultura brasileira é eminentemente negra, fundamentada na ideia lacaniana de linguagem, os homens e mulheres negros, conscientemente ou não, transmitiram para os brancos categorias das culturas africanas. Um exemplo desse movimento é o papel exercido pelas mulheres negras na criação das crianças brancas, que transmitiam por meio de cantigas e histórias figuras do folclore africano.

A respeito do lugar da mulher negra na força de trabalho e nas relações raciais, a condição de mulher e negra no Brasil faz com que a mesma seja objeto de tripla discriminação, haja vista os estereótipos provocados pelo racismo e sexismo responsáveis por colocá-la em um alto nível de opressão. A visão que a sociedade vai ter dessa mulher é como doméstica e “mulata”, quando não ocupa o cargo de doméstica está na prestação de serviços de baixa remuneração em supermercados, escolas e hospitais.

Ainda acerca da mulher negra na força de trabalho, mesmo às que atingiram níveis mais altos de escolaridade, mesmo capacitadas são subordinadas a uma seleção racial, especialmente em multinacionais, assim como outros cargos que exigem “boa aparência”. A população negra de modo geral foi excluída do mercado de trabalho, colocada na condição de massa pobre crescente, ocupando postos de trabalho por temporada, trabalho ocasional, dentre outros, levando-os a baixíssimas condições de vida.

E, em termos de superpopulação relativa, é importante ressaltar que ocorre na constituição desse sistema não somente um exército industrial de reserva, mas uma massa marginal crescente, em face do mercado de trabalho do setor hegemônico. Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho (Gonzalez, 2020, p. 56).

Realização:



Apoio:



A autora trabalha categorias como classes sociais e sua reprodução ampliada, os aspectos de subordinação da reprodução dos atores. Ainda define o racismo como uma construção ideológica em que suas práticas se realizam nos diversos processos de discriminação racial, utilizando-se para fortalecer os interesses dos que dele se beneficiam. E no tocante da formação econômica brasileira, considera que coexistem três processos qualitativamente diferentes de acumulação, o capital comercial, o capital industrial competitivo e o capital industrial monopolista. Ao pontuar tais elementos em sua narrativa reflete ainda mais a qualidade de suas reflexões e a importância dos debates que chamam atenção, como no caso da condição da mulher negra na sociedade brasileira.

Cabe salientar que a mulher negra por muito tempo esteve excluída como objeto de análise do movimento feminista branco, não aparecendo em textos e discursos propagados. Além de tudo sofrido pela mulher negra, se tem a superexploração econômica-sexual e a reprodução do mito da sensualidade especial que são acusadas de possuir. Um exemplo muito claro dado por Lélia que expressa como se deu o apagamento da importância do debate, foi quando ao participar de um encontro feminista e ao levantar a pauta sobre o racismo e a condição da mulher negra na sociedade é acusada de emocional.

### **Reflexões sobre a situação das mulheres negras na atualidade**

As mulheres são parte significativa de beneficiárias das políticas sociais compensatórias, especialmente as mulheres negras, tornando-as mais vulneráveis às reformas operadas pelo neoliberalismo. Tal quadro gera um cenário em que vão sentir na pele os cortes das políticas sociais, consequentemente, as colocando em miséria.

Além de assumirem posições subalternas em relação aos homens, ocupam os estratos mais precarizados em relação às próprias mulheres, principalmente no que tange aos cargos relacionados a tarefas intelectuais, sendo, ainda, as principais beneficiárias das políticas sociais compensatórias, que se desmantelam com maior rapidez de acordo com o avanço neoliberal (Vazquez; Falcão, 2019, p. 372).

As consequências concretas na vida das mulheres vão ser sentidas em intensidades diversas, conforme a raça, o território, a sexualidade, que envolve uma série de fatores econômicos e sociais, mesmo pertencentes à mesma classe. Apesar das estratégias operadas pelo neoliberalismo em separar as mulheres da classe trabalhadora, o que não significa que suas particularidades não devam ser consideradas e objetos de reflexões. Criam-se meios para reproduzir na moral dominante burguesa o convencimento da necessidade de mudanças operadas pelo projeto neoliberal tendo em vista sua dimensão político ideológica que objetiva convencer que tais reformas são necessárias. Tal ideário é baseado na privatização, focalização e descentralização, o que vai impactar nas políticas sociais e na vida dos indivíduos que dela necessitam.

Se esta reforma atinge brutalmente a classe trabalhadora em seu conjunto, não podemos negligenciar a forma particular que impacta as mulheres trabalhadoras. Sendo elas o estrato mais subalterno da classe, estão sujeitas a maior exploração e opressão (Vazquez; Falcão, 2019, p. 388).

Nos anos 1990 o Brasil passa por um processo de reformulação para adequação passiva à lógica do capital, entraves foram colocados para reformas mais profundas, portanto o que se concretizou foi a contrarreforma do Estado. Mudanças no sentido social-democrático não ocorreram e sim processos de modernização conservadora ou passiva, revelando a natureza submissa e antipopular das classes dominantes brasileiras (Behring; Boschetti, 2003). Mesmo diante da ascensão das lutas

Realização:



Apoio:





democráticas no país nos anos 1988, que sinalizava significativas reformas do Estado, contratendências se contrapuseram a de fato essa possibilidade.

Houve, portanto, uma redefinição do padrão de reprodução do capital, acompanhada de uma contrarreforma do Estado abrangente no país, cujo sentido foi definido por fatores estruturais e conjunturais externos e internos, e que engendrava um duradouro ajuste fiscal (Behring, 2018, p. 04).

Diante do quadro posto, o país se viu obrigado a seguir o projeto neoliberal, o que acarretou no Estado seguindo certos caminhos, “cortar gastos públicos, imprimir dinheiro ou vender títulos do Tesouro a juros atraentes” (Behring, 2003, p. 133). A conjuntura atual sofre as sequelas do avanço do neoliberalismo no nosso país, a seletividade e privatização em detrimento da universalidade e estatização, gera redução dos direitos. A falta de ampliação dos direitos significa que parte da classe trabalhadora, como no caso das mulheres, tem seus direitos retirados ou nem conseguem acessá-los.

A desresponsabilização do Estado submete as mulheres a uma rede de exploração e apropriação, convertendo especialmente as mulheres racializadas em situação de pobreza. Segundo Falquet (2013, p.1-2), “a globalização neoliberal consiste, no plano da produção material, em uma reorganização global da divisão do trabalho segundo suas diferentes dimensões: sexual, social e racial”.

A cultura de desresponsabilização dos homens das tarefas relacionadas ao cuidado vai expressar à lógica neoliberal de responsabilização da família, o que faz a mulher ser super explorada nessa ideologia.

Parte da expropriação que as mulheres sofrem, neste sistema, está profundamente relacionada ao tempo. O fator tempo de trabalho produtivo versus tempo de trabalho reprodutivo é um dos traços de distinção de gênero, de raça/etnia e de classe, porque conjuga, ao mesmo tempo, proporções distintas entre a classe trabalhadora, entre homens e mulheres e entre mulheres com níveis distintos de formação. A consequência disso é que as mulheres pobres, majoritariamente negras, têm seus tempos de trabalho produtivo apropriados pelo trabalho reprodutivo (Vazquez; Falcão, 2019, p. 382).

As consequências da desresponsabilização do Estado é a formação de uma cultura política neoliberal, fazendo a classe trabalhadora, e no caso das mulheres e das mulheres negras, que sofrem as múltiplas jornadas de trabalho, terem suas vidas cada vez mais precarizadas. Serviços como saúde, educação, cultura e segurança se tornam mercantilizados e privilégios sociais apenas de alguns que podem acessá-los por meio da iniciativa privada (Vazquez; Falcão, 2019). Desse modo, as mulheres da classe trabalhadora, vivendo no contexto colocado, vão assumir ainda mais responsabilidades de cuidados que deveriam ser papel do Estado promover. E para a efetivação de tal lógica o neoliberalismo fortalece toda uma cultura de romantização do cuidar centrado na família, peso que acaba recaindo sobre as mulheres, especialmente as mulheres negras.

## Considerações finais

Em sua obra, Lélia nos apresenta de modo aprofundado a análise do funcionamento do modo de produção capitalista em formações socioeconômicas específicas como o Brasil. Fundamenta-se em teóricos como José Nun, na sua concepção de acerca de superexploração relativa, exército industrial de reserva e massa marginal, no contexto da América Latina. A criação da chamada massa marginal, somada à dependência neocolonial e a preservação de outras formas produtivas

Realização:



Apoio:



anteriores, constrói fatores que vão levar a uma problemática. Primeiramente o capitalismo na sua fase monopolista, o capitalismo industrial vai dificultar o progresso das forças produtivas nos países subdesenvolvidos, isso vai acarretar um desenvolvimento desigual e combinado.

O trabalhador livre e o capital são processos da acumulação primitiva necessários para estruturar o capitalismo, porém no cenário brasileiro isso não vai se arquitetar desse modo. O setor agrário não passa por transformações estruturais importantes, temos uma inserção dependente dentro do mercado mundial, além disso o trabalhador livre surge somente no capitalismo industrial. Coexistem três processos de acumulação qualitativamente diversos, temos o capital comercial, capital industrial competitivo e o capital industrial monopolista, o que vai gerar variados efeitos na força de trabalho. Isto vai criar um mercado de trabalho complexo, fazendo com que exista dispersões salariais altíssimas.

No contexto brasileiro, forma-se uma massa marginal, que vai viver em precárias condições de vida e trabalho, formado por parcela significativa da população negra. No contexto do capitalismo monopolista os contingentes que compõe o mercado de trabalho vão ser formados por: a) Parcela da mão de obra empregada pelo capital industrial competitivo; b) A maioria dos trabalhadores que procuram refúgio em atividades terciárias de baixa remuneração; c) A maioria dos desempregados; d) A totalidade da força de trabalho que, direta ou indiretamente, está subordinada ao capital comercial (Gonzalez, 2020).

Consequentemente o perfil de usuários atendidos pelas políticas públicas, em grande parte é a população negra, especialmente as mulheres negras que vão ser o público alvo do Serviço Social. No caso brasileiro, o gênero e a etnicidade vão ser manipulados de tal forma que os baixos níveis de composição da força de trabalho vão pertencer às mulheres e à população negra. É expressivo a sobrecarga de cuidados que essas mulheres sofrem diariamente, são elas que estão todas as manhãs levando as crianças na escola/creche, na fila da consulta, nas campanhas de vacinação infantil e pesagem, quem atua na área da saúde vê muito claramente esse quadro. Quando Lélia analisa que o trabalho físico da mulher negra foi duplicado após a abolição, passando a se dividir entre os serviços de sua casa e do trabalho (na figura da doméstica). Na atualidade isso não é muito diferente do contexto estudado pela autora, tanto na política de assistência social como na de saúde isso se expressa de forma latente.

Na construção do nosso trabalho profissional cotidiano, cabe-nos a tomada de posicionamento antirracista, uma tarefa indispensável para a categoria, um compromisso ético-político. O cuidado com a fala ao conduzir determinado instrumento é primordial, uma vez que a nossa socialização é impregnada pelo ethos dominante da moral burguesa, permeado por valores conservadores que promovem o moralismo. Portanto, a importância da maneira que será realizada às reflexões críticas acerca das temáticas que vamos trabalhar, seja em um grupo, reunião de equipe, atendimento individual, dentre outros, é necessário claro direcionamento ético-político. Por meio da intervenção profissional o assistente social expressa certos valores e concepções aos seus usuários, que podem vir a recair na forma como determinados grupos sociais se formam.

As escolhas tomadas pelos profissionais dispõem de implicações ético-políticas, quer o profissional tenha clareza ou não, a todo tempo somos convocados a responder requisições e a forma como as respondemos reflete o direcionamento ético-político do nosso trabalho, demonstrando a sua não neutralidade, “a necessidade de se posicionar em face do significado e das implicações da ação profissional e a responsabilidade diante das escolhas” (Barroco, 2010, p. 68).

Enquanto trabalhador assalariado, inserido na divisão sociotécnica, sujeito aos dilemas da alienação e exploração (Iamamoto; Carvalho, 2014), o constante movimento

Realização:



Apoio:



da reflexão ética no cotidiano não é facilitado, entretanto, não é impossível. A expressão de um trabalho norteado pelo projeto profissional crítico se dá de diferentes formas, quer tenha clareza ou não, as escolhas têm implicações ético-políticas. Especialmente na defesa do projeto ético político, entender que a ética não se resume à sua normatização legal, ela está presente no cotidiano da construção do trabalho profissional. Portanto, o compromisso com a luta antirracista fundado pela categoria é indispensável de ser fomentado.

## Referências

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

FALQUET, Jules. O capitalismo financeiro não liberta as mulheres: análises feministas materialistas e imbricacionistas. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 20, n. 36, 2013.

RIOS, Flavia; LIMA, Marcia. (org.) Lélia Gonzalez. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira In: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia. (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 49-64.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia. (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.

VAZQUEZ, Ana Carolina Brandão; FALCÃO, Ana Taisa da Silva. Os impactos do neoliberalismo sobre as mulheres trabalhadoras: a esfera do cuidado e a precarização do trabalho feminino. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 43, p. 371 – 392, jan./abr., 2019.

Realização:



Apoio:



## Racismo, proibicionismo e guerra às drogas: guerra contra quem?

Juliana Desiderio Lobo Prudêncio

Renan Silva Gomes

Hiago Teixeira Damaciano<sup>526</sup>

**Resumo:** A partir do avanço do neoliberalismo, evidencia-se uma guerra dirigida a corpos negros e pobres, sustentada pela necropolítica e pelo racismo estrutural. A guerra às drogas opera como ferramenta de controle, disciplinando esses corpos na dicotomia entre traficante e usuário. Com base em revisão de literatura, o artigo analisa como tal política, longe de ser neutra, direciona-se seletivamente, legitimando o encarceramento penal e o aprisionamento manicomial. Assim, o proibicionismo reforça desigualdades históricas e raciais, articulando repressão e exclusão como mecanismos de gestão da vida e da morte sob uma lógica neoliberal.

**Palavras – chaves:** racismo; proibicionismo; guerra às drogas; encarceramento; aprisionamento

**Abstract:** Amid the advance of neoliberalism, a war targeting Black and poor bodies becomes evident, sustained by necropolitics and structural racism. The war on drugs operates as a tool of control, disciplining these bodies within the dichotomy of dealer and user. Based on a literature review, this paper analyzes how such policies, far from neutral, selectively target marginalized groups, legitimizing penal incarceration and psychiatric confinement. Thus, prohibitionism reinforces historical and racial inequalities, articulating repression and exclusion as mechanisms for managing life and death under a neoliberal logic.

**Keywords:** racism; prohibitionism; war on drugs; incarceration; imprisonment

### Introdução

O presente artigo apresenta reflexões em torno das políticas de repressão às drogas no Brasil em interface com a questão racial. Têm-se como objetivo discorrer sobre elementos que estruturam o discurso proibicionista e seu alinhamento às políticas de extermínio da população negra e favelada com centralidade no racismo como arma na guerra às drogas. Entendendo que a criminalização da população negra tem suas origens no processo de abolição da escravidão e na Constituição do Brasil enquanto república, aponta-se o papel desempenhado pela construção dos saberes médicos e jurídicos neste período, os quais se apoiavam em teorias eugenistas voltadas para a construção de um discurso em que os negros seriam cognata à vadiagem, loucura, crime e impureza.

Diante disso, consonante também foram as tentativas de apagamento das raízes africanas brasileiras, a partir da proibição de manifestações culturais e demais hábitos da cultura afro-brasileira, como o uso da maconha, a capoeira e o culto das religiões de matriz africana (Souza, 2024)

A remoção da população negra e pobre dos espaços urbanos, apresenta uma óptica importante sobre os indivíduos, onde se é instituída regras e propostas de controle voltada para a conduta e o comportamento dos indivíduos. É pela via da limpeza social que se tem a definição de uma identidade nacional, majoritariamente

---

<sup>526</sup> hiagodamaciano@id.uff.br

Realização:



Apoio:



branca e burguesa, seguida da moral cristã, a qual institui a disciplina familiar e do operário. A partir disso surgem manicômios, presídios, reformatórios e demais instituições asilares enquanto destino para os sujeitos que não se enquadravam em tais regras, por quaisquer que sejam os motivos, e pela compulsoriedade por serem negros e pobres (Santos, 2022; Passos, 2018). Com destaque para o papel aprisionante que tais instituições ganham ao seu nascedouro como forma de aniquilar corpos determinados.

O proibicionismo, enquanto modo de disciplinarização, tem origem no liberalismo a partir das ideias de propriedade privada, na acumulação do capital e exploração da força de trabalho, como matriz orientadora para o trato moral do tema droga e no aprisionamento de alguns corpos com tráfico e uso de substâncias ilícitas. O papel do Estado se destaca enquanto um agente que deve cercear os elementos que venham a obstruir a exploração da força de trabalhos dos sujeitos, sendo a expressão de tal ideologia a criação de leis e regras que possuem impacto direto na vida privada dos indivíduos (Rocha *et al*, 2021).

Evidenciado o papel do proibicionismo quanto uma ferramenta para exponenciar o controle e aprisionamento de corpos negros e pobres, dado o fato de que o proibicionismo não abrange a todas as substâncias e tão pouco recrimina todos os indivíduos, pois é a partir da díade são e louco, funcional e disfuncional, é que se legitima o encarceramento da população negra em instituições manicomiais pela caracterização da improdutividade do negro enquanto força de trabalho que agora se encontra liberta e tão pouco sua compatibilidade com os moldes de operário que o Brasil passa a adotar com a transição para república (Rocha; Lima; Ferrugem, 2021; SOUZA, 2024).

O racismo como orientador da determinação do doente e do criminoso faz na guerra às drogas o imperativo de contenção de corpos negros e pobres na lógica da estigmatização e definição daqueles que podem viver. Como força motriz de aniquilamento em vida de corpos negros e pobres.

Para a compreensão do debate fomentado neste artigo acerca do racismo na guerra às drogas perpasso na compreensão sobre quais corpos são aniquilados pelo racismo na guerra, busca-se à revisão de literatura. Para a revisão de literatura, utilizamos como recurso a revisão de narrativas proposta por Rother (2007), que se dedica a entender sobre a guerra às drogas de forma racializada, além das análises realizadas pelos autores.

## **Capitalismo, neoliberalismo e racismo**

Tendo como suporte de análise a construção foucaultiana de neoliberalismo, pode-se dizer que essa racionalidade política transita para além das instituições propriamente estatais, tendo sua abrangência e atuação em espaços como escola, instituições médicas e na estrutura de trabalho, propriamente dita. A partir de uma leitura aprofundada dos conceitos de “biopolítica” e “governamentalidade” é que se cunha a ideia de que o Estado irá operar pelas vias de apresentar ao indivíduo um modo de funcionamento, embasado em raízes liberais, que tem como premissa o domínio populacional pela via da subjetividade (Laval, 2021; Laval; Dardot, 2018).

Em linhas mais gerais, o modo de relação dos indivíduos, suas condutas e suas aspirações seriam balizadas por um autogoverno de si onde o livre mercado é o parâmetro. Havendo então uma compreensão dos indivíduos enquanto capital, imperando o ideal empresarial que analisa meticulosamente o investimento, o custo, o benefício e o retorno em relações, como casamento, educação e saúde e seus valores de mercado (Figueiredo, 2021).

Ao falar em racionalidade neoliberal, é que se tem como instrumento as medidas, escalas, cálculos e o controle enquanto tecnologias que se apoiam em um discurso científico de progresso, que se inicia a ideia de que haveria indivíduos que seriam eleitos

Realização:



Apoio:





para a vida e os quais estariam elencados para deixar morrer. Esse controle pressupõe uma subdivisão da raça humana em pequenos grupos, tendo como parâmetro a soberania e o exercício de poder sob os sujeitos.

Mediante isso, emerge enquanto questionamento: “Quais seriam as condições para se implementar essa prática de controle sobre a vida?” e “Sob quais sujeitos às políticas de deixar morrer incidem? Tais interrogações se fazem pertinentes no conxte neoliberal e se aliam a compreensão acerca do funcionamento da necropolítica no contexto das guerras às drogas no ultraliberalismo contemporâneo.

Ao discutir a noção do direito de matar, cunhada a partir dos conceitos de exceção e estado de sítio, Mbembe (2023) elabora a ideia de relação de inimizade enquanto ponto de autorização e partida das políticas de extermínio. Localiza-se um duplo sentido nessa questão que leva ao aniquilamento de corpos determinados pois, de um lado têm-se a instauração de um pânico, a partir da emergência e da criação de um perigo ficcional. E de outro, há a constatação da presença do outro, de uma alteridade, enquanto elemento que viria a ameaçar a existência e consequentemente como algo a ser eliminado.

Evidentemente, é nesse local de possível abalo a racionalidade que se encontra o negro. Historicamente, a colonização é o primeiro passo que o capitalismo dá frente às práticas biopolíticas/necropolíticas. Mbembe (2023) aponta que a desumanização dos escravizados, com a perda de seu lar e a diáspora de inúmeros africanos para o continente brasileiro, e ainda com o processo de coisificação sobre os corpos negros ao tornar este sujeito uma propriedade, tornando-o bem comercializável. Com isso, o negro passa a ter o status de “coisa”, “objeto”, em suma, algo destituído de vida.

Diante disso, tem-se os primeiros passos que poderiam concatenar o terror moderno em torno da figura do negro enquanto marginal, pois o pressuposto utilizado para o processo de colonização seria a “selvageria” do nativo, os quais não o tornaria humano. A “ausência” de humanidade que deveria ser domesticada e aprimorada, seja por via da escravidão ou do processo de catequização, consta a primeira dimensão de “ameaça” que o negro transparecia ao colonizador, dado o fato de que a expansão dos saberes africanos viria a se constituir como um risco para a sociedade eurocêntrica.

Transpondo para o contexto brasileiro, vemos que a “selvageria” no aparato médico - jurídico se traduz por um discurso que ao mesmo tempo se pauta em uma dimensão do negro como doente, tendo sua principal via de intervenção o poder biomédico, e que também é apreendido pelo discurso jurídico, lido enquanto um perigo em potencial que deve tratado pelas vias da institucionalização (Souza, 2014)

Com isso, a criação de um inimigo comum que se pauta em princípios e premissas que defende interesses que estariam embasadas em propostas de segurança, como lemas ligados à defesa da família, da moral e dos costumes tradicionais, mas que ao mesmo tempo permitiria a aniquilação do outro enquanto diferença, é o que viria a respaldar a política de guerras às drogas no Brasil (Wermuth; Marchat, 2020).

Sendo assim, é por essas vias que se endossa o extermínio massivo da população negra através da divulgação e circulação de notícias que classificam a morte da juventude periférica apenas como um “efeito colateral” de operações policiais, estimulando também a população a assumir a posição de “justiceira”, através de abordagens violentas junto a juventude negra que potencialmente estariam apresentam um “risco” ou “periculosidade” a população (Laval; Dardot, 2018).

### **Proibicionismo como artimanha racista no Brasil: a guerra às “drogas”**

A matriz proibicionista norte-americana assegura a sua internacionalização na América Latina como forma de garantir o seu poder econômico e político no globo através da repressão às drogas ilícitas. É através do investimento pesado em formas de

Realização:



Apoio:



erradicar o plantio, a venda e o uso de drogas que o proibicionismo vai ganhando território a partir da militarização da polícia e das forças armadas como aliadas da ação antidroga (Rodrigues, 2017).

Com o aval da sociedade e o discurso do fim das drogas, o proibicionismo ganha espaços nas agendas governamentais e força na opinião pública. A dualidade entre bem e mal que transcende o poder médico-jurídico na construção de orientações que tornam determinadas substâncias e plantas em drogas ilícitas ganha um aparato normativo e societário que criminalizam o plantio, a venda e o uso, e que sobretudo orientam discursos e práticas de extermínios sobre determinados corpos pela criminalização da pobreza e da droga.

Como afirma Rybka *et al.* (2018) a sustentação do proibicionismo se dá com a medicalização e criminalização, uma vez que se cria uma orientação que hipermedicaliza corpos para a seu disciplinamento e controle, a partir de uma métrica branca e europeia de normalidade, colocando o sujeito negro como anormal e assim patologizando-o e criminalizando suas ações. E a criminalização que valida a existência de uma droga ilícita, logo proibida. Que pela justiça, em nome da segurança pública, legitima ações de extermínio de corpos determinados ora traficantes, ora usuário de drogas em nome do fim das drogas.

O processo de criminalização da droga, dos traficantes e usuários, na esteira do racismo, não se atenta para a produção de desigualdades raciais e sociais promovidas pelo neoliberalismo. Pois é no neoliberalismo brasileiro que presenciamos a existência de um Estado mais desresponsabilizado no que tange às possibilidades de proteção social via políticas sociais. E, ainda, uma segurança pública que se orienta por práticas punitivista e criminalizantes. Tais características orientam a deflagração de uma “guerra às drogas”, uma vez que neste contexto há o acirramento das desigualdades, das opressões e aprisionamentos pelo racismo (Prudencio; Passos, 2025, p. 634).

O proibicionismo no Brasil ganha terreno fértil como ferramenta para a criminalização de determinados corpos e territórios, e ainda forja a subjetividade que clama pelo fim das drogas. A subjetividade racista facilmente capta a lógica proibicionista como caminho para a salvação das drogas e alia-se ao discurso e clamor pelo fim da droga, de quem vende e faz usos. Sobre a base racista que se funda o capitalismo no Brasil e o seu projeto de colonialidade muito bem arraigado e em pleno exercício, o proibicionismo norte-americano dá passagem a uma versão aliada ao racismo estrutural que se reforça no racismo institucional e na formação de uma subjetividade que agora se coloca enquanto ainda racista, mas na sua aventura proibicionista e manicomial no Brasil.

A estrutura racista, proibicionista e manicomial brasileira ampara a segurança pública para a defesa contra as drogas e o exercício da criminalização de corpos negros e pobres, e fortalece a guerra às drogas pelo imperativo do “lugar para negro ser visto” como bem pontua Souza (2024, p. 57). É na guerra às drogas que acompanhamos o aumento e defesa de espaços aprisionantes como as prisões, os manicômios e as comunidades terapêuticas, lugares que serão a representação da salvação da sociedade racista, proibicionista e manicomial pelo aprisionamento de traficantes e/ou usuários de drogas. E ainda a expressão de um “Estado máximo de segurança e repressão aos pobres (negros e latinos) e Estado mínimo na garantia da proteção e justiça social” (Paula, 2022, p.54).

A ideia racista e proibicionista que coloca o foco das lentes nas drogas e lança sobre os territórios negros e pobres a luz sobre o problema da droga indiscriminadamente pelo viés da violência e criminalização, localiza tal problema em espaços esquecidos pelo Estado e que representam a resistência do devir negro e do aquilombar-se. Logo, a periferia ou comunidades ou favelas que representam a resistência de um povo que sustenta o capitalismo e não tem lugar na sociedade

Realização:



Apoio:



capitalista brasileira. E que ainda na ausência de políticas sociais ocupam territórios para a sua sobrevivência, mesmo que condicionados a falta de saneamento básico, educação pública, saúde pública, emprego/renda e segurança pública. Ou seja, territórios abandonados que ganham a mídia racista pelo descaso público, pobreza, violência e guerra às drogas, expressões dos marcadores de exclusão (Ferrugem, 2019).

Tornando assim uma guerra contra corpos determinados e territórios, não contra determinadas drogas, como bem pontua Ferrugem (2019; 2020). A guerra contra as drogas traz para a cena do debate um proibicionismo que mata e aprisiona corpos negros sejam traficantes ou usuários de drogas, pois não há trégua a lógica racista de morte. A busca por uma sociedade livre das drogas extermina e aprisiona tais corpos pela sua existência e sua permanência em território marginalizados.

O assegurar da matriz proibicionista no Brasil vem sobre a orientação das ações antidrogas pela segurança pública que legitima a ação violenta de extermínios de corpos, ideias, territórios e existências. A permanência de um estado de guerra é algo que ganha força no Brasil neoliberal, sobretudo pela indisposição estatal em assegurar condições mínimas de existência via política social, fazendo com que o aumento da pobreza e miséria seja executado pela violência estatal com a justificativa da “defesa total da abstinência do uso de substâncias psicoativas consideradas ilegais pelos indivíduos” (Fraga, 2007, p. 70).

Importante destacar que no Brasil a guerra às drogas constitui-se a partir de uma cultura estigmatizante<sup>527</sup>, reafirmando-se sob o predomínio de um discurso embasado no racismo estrutural e na criminalização da pobreza, que direcionam um tratamento desigual pautado no controle de corpos negros e periféricos. Alocado historicamente na condição de subalternidade, a população negra e é marcada, ainda, por expressões de desigualdades sociais que reproduzem e intensificam estruturas sociais e econômicas proveniente de um processo de formação social que acontece ancorado no sistema escravocrata.

Sob concepções racistas, é perceptível a distinta forma de tratamento na qual são alocados os sujeitos usuários de drogas, um elemento simbólico dessa retratação encontra-se nos discursos propagados na mídia na qual corpos negros e de favelas são tratados sob a condição de potenciais traficantes de drogas e, risco eminente a sociedade, enquanto a pessoa branca é representada como usuária de substâncias ilícitas, passível de um apelo social.

Tal discurso denota que na ‘guerra às drogas’ é essencialmente uma guerra contra pessoas negras, que por via do Estado, ao se moldar para atender aos interesses dominantes, acaba por reforçar estruturas de exclusão, subalternização e hierarquização de sujeitos sociais, legitimando ao corpo negro a repressão, o aprisionamento e extermínio, sendo este um argumento para a incidir sobre os sujeitos negros e periféricos.

A violência como um marcador social intrínseco da formação sócio-histórica do país desvela muitas marcas nos sujeitos sociais, Silva e Dara (2015) nos revelam que a “democracia das chacinhas”, marcada pela guerra às drogas, expõe “devastação física, psíquica, moral e material” (Silva; Dara, 2015, p. 87), que é fruto de uma ideologia racista que alinhada ao conservadorismo forja o processo punitivista a um determinado corpo enquadrado como traficante em potencial, sendo explicitamente o corpo negro e pobre. E que ainda como já citado, forja uma subjetividade que se alia a ao proibicionismo que se faz no extermínio pela morte ou aprisionamentos. Diante disso, afirma-se que ao

---

<sup>527</sup> Goffman (1982) apresenta que a estigmatização é um processo de categorização social por meio de uma identificação seletiva, atribuindo um adjetivo negativo, pejorativo; O autor aponta que, a estigmatização compromete a identidade social dos indivíduos por completo na interação social.

Realização:



Apoio:



longo do processo histórico conjuntural do Brasil, da colonização aos dias atuais, inúmeras estratégias foram forjadas para reatualizar as relações de opressão racial.

A abolição, marcada pela negligência e precariedade, com seu caráter inconcluso, abriu espaço para o racismo moldar as condições de trabalho, moradia, educação e saúde da população negra no Brasil. Nesse contexto, as políticas eugenistas e a negação do acesso aos direitos tornaram-se ferramentas fundamentais para a criação do pretexto de culpabilização e individualização da população negra em relação às suas condições de vida, muito alinhada a um processo de repulsa à liberdade cultural negra que pela branquitude é alocada no lugar da subserviência. Esse processo intensificou a marginalização social e impôs barreiras significativas ao seu acesso a direitos fundamentais.

Marques Junior (2020) apresenta que o vestígio do crime é dado por um olhar policial marcado por fenótipo, onde os estereótipos forjados nas teorias raciais não são equívocos, são regra.

A racialização está dada na medida em que o negro não é apenas uma inscrição fenotípica, mas pode tornar-se um lugar, algo que extrapola as fronteiras da característica física, não por acaso que constituímos o verbo denegrir, que nada mais significa que o tornar-se negro, mas que justamente por isso, equivale a difamar, cobrir a imagem de alguém com negrura, obscurecer, logo importa pouco se no território periférico pode residir não negros, uma vez que esses territórios já estão obscurecidos, difamados, são ao final as periferias/favelas negras (Marques Junior, 2020, p.369).

Nota-se que relações sociais brasileira constituíram a vinculação entre os territórios de favela e a população negra, demarcando as favelas como um território negro, e sendo os sujeitos que ali estabelecem suas relações pertencente a um lugar enegrecido. Tal elemento apresentado é um fator simbólico para a análise acerca da guerra às drogas, haja vista que, os conflitos armados que ocorrem nas favelas e periferias, são majoritariamente em nome dessa suposta 'guerra às drogas'. Logo, no caso da população negra a culpa já é construída, de forma a legitimar as violações. Ou seja, a culpa "começa pela cor da pele, atravessa o lugar onde residem, e os espaços em que transitam" (Marques Junior, 2020, p. 371).

Um exemplo latente desse processo de criminalização dos territórios de favela e a questão das drogas ocorreu durante o processo eleitoral de 2022, quando o então candidato à Presidência da república Lula (PT) esteve em um ato de campanha no Complexo do Alemão, favela da cidade do Rio de Janeiro, e o mesmo fez uso de um chapéu bordado com as letras "CPX" - abreviatura da palavra complexo, termo comumente usados na região do Morro do Alemão. As imagens tornaram-se ferramenta sensacionalista do concorrente de Lula, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) que buscava sua reeleição. Bolsonaro e seus apoiadores usaram das redes sociais para propagar discursos de ódio, compartilhamento de fake News e a tentativa de disseminar a ideia de que a sigla 'CPX' pertencia a uma facção criminosa do Rio de Janeiro que apoiava o candidato. O acontecimento tornou-se, inclusive, pauta do debate realizado pelo canal televisivo Bandeirantes, na qual o Bolsonaro dirige-se ao Lula e evoca que "não tinha um policial, só traficante".

À vista disso, a construção da narrativa da guerra às drogas nos evidencia que se propaga uma sociedade do medo, onde criminaliza-se corpos negros e a justiça é pensada sob a lógica do encarceramento, punitivismo e execução, onde a autoridade se impõe pela força e não pela garantia de um Estado de Direito.

## Conclusão

O presente artigo teve como intuito trazer à luz alguns elementos para a problematização da guerra às drogas em sua leitura a partir das lentes do racismo, no entanto, sem a ambição de esgotar o debate. Foram apresentados elementos do cenário

Realização:



Apoio:



nacional a partir da premissa de que o proibicionismo, e, respectivamente, a guerra às drogas se estruturam a partir de raízes racistas, no qual a figura do negro era apreendida pelo discurso médico e jurídico, seja pela via da loucura ou de uma potencial periculosidade.

Na contemporaneidade, esse discurso se atualiza a partir da orientação punitiva do Estado Penal onde o artifício racista de guerra às drogas em defesa de uma sociedade “segura” a partir do genocídio massivo da população negra, que ora se dá a partir do encarceramento em massa de usuários de drogas, e, por outro lado, através de políticas de extermínio em comunidades realizadas pelo braço armado do Estado, a polícia. E ainda pelos aprisionamentos em institucionais manicômiais como os manicômios e comunidades terapêuticas para a cura do vício das drogas

Também se vê que o avanço do neoliberalismo incide sobre o campo das políticas públicas, o que se torna evidente com o desmonte de estratégias de cuidado antimanicômiais e produtoras de vida, como a Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Abrindo margem para propostas como a PEC 45/2023 que tem como via de solução para o uso abusivo de álcool e outras drogas, o encarceramento e a internação compulsória.

Mediante a isso, torna-se urgente o combate contra o sucateamento privatista do campo da saúde mental e a luta pelo fortalecimento de políticas que se declaram antirracistas e antiproibicionistas, como enfrentamento a tais formas de opressão que se apresentam cotidianamente para a população negra e pobre brasileira.

## Referências

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARQUES JUNIOR, Joilson Santana. O “equivoco” como morte negra, ou como “naturalizar” balas racializadas. **Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 366-374, 2020.

FERRUGEM, Daniela. **Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

FERRUGEM, Daniela. Guerra às Drogas? **Em Pauta** - Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 45, n. 18, p. 44-54, jan./jun., 2020. Disponível em: <<http://online.anyflip.com/ckri/yhmr/mobile/>>. Acesso em: 13 mar. 2025.

FIGUEIREDO, Carlos Eduardo. **A gestão dos supérfluos**: neoliberalismo e prisão-depósito. São Paulo: Mórula Editorial, 2021.

FRAGA, Paulo César Ponte. A geopolítica das drogas na América Latina. Em **Pauta** - Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 10, p. 83-105, 2007. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/187>>. Acesso em: 19 jan. 2025.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **El ser neoliberal**: Edición a cargo de Enric Berenguer. Editorial Gedisa, 2018.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 ed., 2023.

Realização:



Apoio:





PASSOS, Rachel Gouveia. “Holocausto ou navio negreiro?”: inquietações para a reforma psiquiátrica brasileira. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 3, p. 10-23, 2018.

PAULA, Tadeu de. **Guerra às drogas e a redução de danos**: tecendo o comum nas encruzilhadas. São Paulo: Hucitec, 2022.

PRUDENCIO, Juliana Lobo; PASSOS, Rachel Gouveia. Racismo, guerra às drogas e a PEC 45/2023: o avanço de estratégias de destruição. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 28, n. 2, p. 631–645, 2025 Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/23733>>. Acesso em: 28 mar 2025.

RYBKA, Larissa Nadine; NASCIMENTO, Juliana Luporini do; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Os mortos e feridos na “guerra às drogas”: uma crítica ao paradigma proibicionista. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 35, n. 1, p. 99-109, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/HhsZqTPYTgtJjCVdLWYK9Bx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 mar. 2025

RODRIGUES, Thiago. **Política de drogas nas Américas**: uma genealogia do narcotráfico. São Paulo: Desatino, 2017.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

SILVA, Débora Maria da; DARA, Danilo. Mães e familiares de vítimas do Estado: a luta autônoma de quem sente na pele a violência policial. In: KUCINSKI, B. *et al.* (org.). **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

SOUZA, Tadeu de Paula. Da raiz à radicalidade da reforma psiquiátrica: racismo, manicômio e guerra às drogas. In: Garcia Júnior, Carlos Alberto Severo; CECCON, Roger Flores. **Violência e saúde mental**: desafios contemporâneos. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2024.

SOUZA, Tadeu de Paula. O nascimento da biopolítica das drogas e a arte liberal de governar. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 26, n. 3, p. 979-997, 2014.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. Editorial. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v–vi, abr./jun., 2007. Disponível em: <[https://www.scielo.br/j/appe/a/z7zZ4Z4GwYV\\_6FR7S9FHTByr/](https://www.scielo.br/j/appe/a/z7zZ4Z4GwYV_6FR7S9FHTByr/)>. Acesso em: 25 fev.2025.

ROCHA, Andréa Pires; LIMA, Rita de Cássia Cavalcante; FERRUGEM, Daniela. Autoritarismo e guerra às drogas: violência do racismo estrutural e religioso. **Katálisis**, Florianópolis, v. 24, p. 157-167, 2021.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; MARCHT, Laura Mallmann; DE MELLO, Letícia. Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo. **Revista de Direito da Cidade**, v. 12, n. 2, p. 1053-1083, 2020.

Realização:



Apoio:



## EUGENIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: breves incursões sobre currículo e formação em serviço social

Larisse Miranda de Brito<sup>528</sup>

**Resumo:** Como desdobramento da tese de doutorado da autora através do materialismo histórico e dialético, esse trabalho discute os impactos da eugenia na educação superior brasileira a partir de aproximações com o debate sobre currículo e formação em Serviço Social. Seus resultados indicam que as instituições de ensino superior foram responsáveis pela difusão dos ideais eugênicos por meio da colaboração entre ciência, política e raça que marcam a produção intelectual no campo da Medicina e do Direito, áreas fundamentais na composição curricular e formativa do serviço social. Assim, nota-se a proeminência da eugenia na emergência e institucionalização profissional no contexto nacional.

**Palavras-chave:** Eugenia; educação superior; currículo; formação; Serviço Social

**Abstract:** As an offshoot of the author's doctoral thesis using historical and dialectical materialism, this work discusses the impacts of eugenics on Brazilian higher education, based on approaches to the debate on curriculum and training in Social Work. Its results indicate that higher education institutions were responsible for spreading eugenic ideals through the collaboration between science, politics and race that marked intellectual production in the fields of medicine and law, fundamental areas in the composition of the curriculum and training of social work. Thus, we can see the prominence of eugenics in the emergence and institutionalization of the profession in the national context.

**Keywords:** Eugenics; higher education; curriculum; training; Social Work Work

### Introdução

As teses raciais propaladas entre finais do século XVIII e XIX que constituem o lastro para o debate acerca das diferenças físicas, morais e intelectuais entre os povos, disseminaram a ideia de vínculo entre o progresso de uma sociedade e sua composição populacional. Valendo-se delas Francis Galton (1822 – 1911) inaugura a eugenia como ramo (pseudo) científico que surge entre finais do século XIX e início do século XX. Além disso, sua análise centrava-se na transposição da Teoria da Evolução de Charles Darwin (1809 – 1882) – fundamentada na tese da seleção natural – para o campo das ciências sociais e humanas. Para Galton, tanto aspectos físicos quanto talento e capacidade intelectuais eram passíveis de cálculo, administração e estímulo a partir de casamentos que possibilitassem a manutenção ou degeneração de certas tendências físicas, intelectuais e morais. Esse cenário forjou o *darwinismo social* que propunha a distinção racial humana a partir de critérios biológicos

Assim, como sinônimo de boa geração a eugenia poderia ser benéfica para forjar uma nação sadia fisicamente e avançada moral e intelectualmente. Para isso, bastava que os casamentos fossem controlados e administrados no sentido de não permitir uma mistura racial entre espécies consideradas mais elevadas e àquelas apontadas como atrasadas. Havia em Galton, um interesse na conservação de características

---

<sup>528</sup> Assistente Social. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Educação. E-mail: [larisse.brito@ufba.br](mailto:larisse.brito@ufba.br).

Realização:



Apoio:



“benéficas” ao desenvolvimento social. Por isso, ele centrou seus esforços em uma espécie de “controle da qualidade reprodutiva”, o que, em tese, beneficiaria a sociedade em termos de erudição contrapondo-se a qualquer tendência degenerativa (Del Cont, 2008; Brito, 2024).

Utilizando-se da antropometria, como método eficaz para estabelecer o selo de qualidade física e intelectual, buscava-se a partir da “medição de crânios” estabelecer arquétipos físicos e intelectuais adequados/inadequados para o progresso sociocultural e político da sociedade. As ideias galtonianas ganharam destaque, especialmente, entre antropólogos, sociólogos, médicos e juristas que passam a usar seus critérios para compreender os grupos sociais com os quais trabalhavam. A união entre ciência e desenvolvimento econômico e político, observada entre os séculos XIX e XX, favoreceu o uso das teses eugênicas para o desenho de políticas de Estado, assim médicos e juristas passam a contribuir para a elaboração de medidas específicas no sentido de perseguir o nascimento de uma população sadia.

Torna-se importante esclarecer que as ideias de Galton foram consideradas pseudociência no espaço europeu já em finais do século XIX. Isso porque o pressuposto de diferentes raças humanas não se sustentou em termos biológicos. Contudo, naquilo que se refere à organização social os efeitos da eugenia foram devastadores, pois, forjou a diferenciação sociocultural, política e intelectual da sociedade moderna inaugurando o racismo como forma social específica. Nesse sentido, concordamos com Souza (2022), quando ele sinaliza que ao articular ciência, política e raça, a eugenia contribuiu para a disseminação de critérios de hierarquização entre as nações e mesmo entre os grupos que compõem uma mesma sociedade. Hierarquizações estas centradas em identidades raciais e de gênero visto que o arquétipo adequado ao desenvolvimento físico, moral e intelectual é identificado com o homem branco europeu e heterossexual.

Essa percepção da realidade social forja a ideia que permeou todo o século XX, cujo argumento central baseava-se no subdesenvolvimento e dependência político-econômica de países latino-americanos e africanos como resultado de sua composição racial. Nesse processo, como afirma Brito (2024), a produção sociocultural e política dos povos africanos e indígenas serão identificados como sinônimo de atraso, associados a uma dimensão desumanizadora que marca sua organização sociocultural e política como algo animalesco, instintivo enquanto as pessoas brancas europeias autoidentificavam-se como símbolo de progresso, com alto desenvolvimento humano, moral, racional/intelectual.

Na transição da sociedade escravista-colonial para a sociedade de classes-industrial, processo que marca o ingresso do Brasil no modelo econômico capitalista (Fernandes, 2019; Moura, 2014; 2019; Iamamoto; Carvalho, 2001; Brito, 2024) em meados do século XIX e XX, a classe intelectual recém-formada do país disseminava as teses eugênicas no âmbito nacional, especialmente àqueles ligados à antropologia, às ciências médicas e jurídicas. Desse modo, a eugenia foi estimulada tanto em ambientes e práticas educacionais quanto por meio de políticas de “promoção de higiene e saúde”, como veremos adiante. Dessa forma, Schwarcz (1993) aponta que as Escolas, Institutos, Museus e outras instituições que se dedicavam à educação superior no contexto nacional, na segunda metade do século XIX, passam a ser proeminentes divulgadoras das teses eugênicas.

Aliado a esse processo, na primeira metade do século XX, observa-se uma investida intelectual de celebração da mestiçagem como atributo positivo da nação, o que, entretanto, escamoteava o real interesse desse ato celebratório: a extinção da população negra através do branqueamento da população pela via da miscigenação. A celebração da mestiçagem como característica positiva da construção da identidade nacional ocorre como contraposição aos discursos hegemônicos que atribuíam o atraso nacional às características raciais de sua população. Dessa forma, não sendo possível branquear a população na cor, seria desejável alterar seus hábitos socioculturais

Realização:



Apoio:



amplamente associados à população negra e indígena Nascimento (2017). É assim que entre as décadas os primeiros anos 1900 até pelo menos finais de 1950, o país orientou sua política interna através de práticas eugênicas, o que na concretude das relações sociais, tencionava promover a miscigenação como forma de branquear a população nacional.

Nesse período, ganha destaque a produção de Gilberto Freyre (1900-1987) cujo livro “Casa Grande e Senzala”, disseminou a ideia da miscigenação como característica distintiva da grandeza nacional uma vez que ela demonstrava a capacidade de convivência harmônica entre raças distintas. Esse cenário forjou o “*mito da democracia racial*” como pano de fundo do processo de construção da identidade nacional, fator importante para o estabelecimento do sentimento nacionalista perseguido pela administração nacional a fim de organizar a nascente sociedade urbana-industrial. A positivação da identidade nacional, entretanto, foi desenhada através do encobrimento da violência contra a população negra e indígena perpetrada pelo Estado. É possível considerar que *as teses e políticas eugênicas, somadas ao mito da democracia racial forja as bases para o surgimento da democracia brasileira, com o advento da República em 1889 e marca a sociabilidade nacional.*

Assim, o foco do nosso trabalho é compreender como a educação superior que surge a partir de 1808, colaborou para a difusão da eugenia no país. Para isso, lançamos nosso olhar para o currículo e formação em Serviço Social, cuja emergência, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho ocorre em meados de 1930 e se confunde com o a expansão da urbanização-industrialização brasileira, fortalecimento da política eugênica e emergência do mito da democracia racial no contexto nacional. Do mesmo modo que sua expansão, pela via da inserção na oferta de cursos de ensino superior ocorre a partir de 1953, no contexto de ampliação do higienismo médico, área à qual a profissão esteve historicamente atrelada.

A partir do materialismo histórico e dialético, que sustenta a historicidade como resultado de um processo heterogêneo e dialético de ações humanas coletivas e individuais que forjam a realidade concreta em suas dimensões de particularidade, singularidade e totalidade, faremos uma breve incursão histórica sobre ciência, eugenia e seus impactos na educação superior brasileira. Em seguida, analisamos seus rebatimentos no currículo e formação das primeiras Assistentes Sociais. Para a realização dessa pesquisa levantamos a produção bibliográfica no campo da Antropologia e da História acerca da história da Ciência e da Eugenia. Buscamos referências através do uso dos descritores: eugenia e suas interações com a educação superior brasileira, para então, relacionarmos eugenia e a história do Serviço Social no Brasil com foco na formação de seus primeiros quadros profissionais. Priorizamos trabalhos que analisassem a produção intelectual no âmbito das faculdades e institutos de Medicina e Direito, profissões que serviram de lastro teórico para a elaboração dos modelos de formação e currículo em Serviço Social.

## **Ciência, eugenia e educação superior no Brasil**

A ciência moderna desenvolveu-se entre os séculos XIV e XIX e introduziu, através do Renascimento (europeu), a ideia do homem como centro do universo. Estabeleceu “um novo método de aprendizado baseado na indução, na razão e na empiria [...] [recusou] explicações estritamente religiosas para o entendimento da realidade, [e inaugurou] a valorização da individualidade” (Brito, 2024, p.38). Nesse caminho, como parte do processo de Revolução Científica, o Iluminismo, realizado entre os séculos XVI e XVIII, caracterizou-se pelo fortalecimento do liberalismo<sup>529</sup> enquanto

---

<sup>529</sup> De modo geral, o liberalismo caracteriza-se como uma proposta de organização político-social baseado na regulação autônoma do mercado, na defesa da propriedade privada, das liberdades individuais e da democracia representativa

Realização:



Apoio:



corrente política e a radicalização da razão como promotora do método científico, cujas principais correntes foram: o *Racionalismo*, o Empirismo, o *Naturalismo* e o Idealismo. Assim, os conhecimentos matemáticos e naturais com destaque para a Biologia, forneceram o lastro para àquilo que se considerava ciência (Burke, 2003; Japiassu, 2007; Brito, 2024).

Recorrendo ao naturalismo, durante o século XIX, o *evolucionismo* destaca-se como teoria científica no campo biológico cujo principal objetivo era explicar a evolução das espécies. A publicação do livro “A Origem das Espécies” por volta de 1859, escrito por Charles Darwin marca a compreensão de que “as espécies animais se modificam a partir de condições objetivas [...] permanecem vivas aquelas que melhor se adaptam as mudanças do ambiente” (Brito, 2024, p. 44). Desse modo, o nascimento de disciplinas como a Sociologia, a Antropologia e o Direito, durante o século XIX, e o reconhecimento destas como ciência, será marcado pelo racionalismo, o naturalismo e o evolucionismo, com consequente utilização de pressupostos matemáticos e biológicos como forma de reconhecer o caráter científico desses ramos do saber. Nesse cenário, Francis Galton transpõe as teses do evolucionismo biológico, elaborado por seu primo Darwin, para a compreensão das relações sociais a partir da genética, inaugurando o *darwinismo social*. Como supramencionado, Galton elaborou teses que pressupunham diferenças raciais como determinantes para clivagens socioculturais.

A primeira publicação de Galton, intitulada: “Investigações sobre fertilidade humana e seu desenvolvimento<sup>530</sup>”, na qual forja o conceito de eugenia, data de 1883, e está centrada no melhoramento genético das sociedades através do controle da evolução e desenvolvimento humano. Inicialmente suas ideias não despertaram grande interesse devido às dificuldades de comprovação enfrentadas por ele. Contudo, entre os séculos XIX e XX, elas despontam com força no cenário científico e político como forma de explicar o atraso ou dependência de determinados países no desenvolvimento econômico, sociopolítico e cultural no contexto do capitalismo monopolista.

De modo mais abrangente, o *positivismo-funcionalista* de Émile Durkheim (1858-1917), baseado especialmente no empirismo e no racionalismo, vai marcar o reconhecimento da Sociologia como ciência através da publicação de seu livro: “As Regras do Método Sociológico”, publicado em 1895, aproximava a sociologia da racionalidade matemática e biológica como dispositivos para o conhecimento do fato social (Schwarcz, 1993; Japiassu, 2007; Brito, 2024). O pensamento durkheimiano irá influenciar diferentes áreas ligadas à abordagem sociológica, antropológica, médica e jurídica. Nesse sentido, concordamos com Schwarcz (1993), para quem as grandes teorias que marcam o século XIX são o *positivismo*, o *evolucionismo* e o *darwinismo social*. A inserção dessas correntes científicas no Brasil ocorrerá a partir de 1808 e está associada a chegada da Família Real à Colônia, pois data desse período o nascimento das primeiras instituições voltadas para o estudo e ensino da ciência no contexto nacional.

A partir do darwinismo social, as teses eugênicas consideram que fatores ligados à degeneração moral e física, ao desenvolvimento de vícios e desvios sexuais eram transmitidos por hereditariedade. Dessa maneira, ao “cruzar” uma raça superior com a uma raça inferior, geraria um indivíduo propenso ao desenvolvimento de degenerescências que impediriam a evolução social. Desse modo, somente através do controle dos casamentos seria possível desenvolver uma população intelectualmente e moralmente superior. Nesse sentido, como alerta Janz Junior (2011, p. 95) “o aperfeiçoamento da raça estaria ligado então ao controle da miscigenação”.

De acordo Verzolla e Mota (2017) desenvolveu-se no âmbito do pensamento eugênico duas teses distintas: a primeira nomeada eugenia positiva e a segunda

---

<sup>530</sup> Informações retiradas do site: *National Human Genome Research Institute*. Disponível em: <<https://www.genome.gov/about-genomics/educational-resources/timelines/eugenics>>. Acesso em 05 maio 2025.



eugenia negativa, cujos pressupostos baseavam-se nas ideias de hereditariedade desenvolvidos por Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829) e Gregor Mendel (1822 - 1884), respectivamente. Enquanto a *eugenia lamarckista* apontava para a possibilidade de transformação de características hereditárias a partir de ações voltadas para o campo da higiene e da educação levando o indivíduo a adquirir novos hábitos através de um *processo de adaptação*. A *eugenia mendelista* defendia a impossibilidade de alterações dos traços hereditários “tendo como uma de suas propostas a *esterilização dos chamados “inferiores”, para impedir a propagação de uma raça impura*” (Verzolla; Mota, 2017, p. 614, grifo nosso).

Ao analisar as Instituições de Ciência surgidas nos primeiros anos do século XIX no Brasil, Schwarcz (1993) sugere que havia grandes dificuldades para seu funcionamento dadas as condições materiais específicas daquele período. Por isso, ela aponta que as teses raciais são introduzidas com maior força entre a intelectualidade nacional, com destaque para as teses eugênicas, entre os anos de 1870 e 1930, tendo encontrado no âmbito das Faculdades de Medicina e Direito, em diferentes estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Bahia, dadas as singularidades de cada região, solo fértil para seu desenvolvimento. É importante sinalizar que o surgimento de universidades no Brasil ocorre entre 1920 e 1930, sendo a Universidade do Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo<sup>531</sup>, os primeiros paradigmas universitários que despontam no cenário nacional.

Stepan (2004) salienta que embora os estudos discutam de maneira tímida o legado do pensamento eugênico na realidade latino-americana, seus países não passaram ilesos a esse processo. Para ele, desenvolveu-se em diferentes partes do continente teses eugênicas ligadas, especialmente, à tendência lamarckista. No entanto, as pesquisas desenvolvidas por Verzolla e Mota (2017) acerca das produções de teses no âmbito da Faculdade de Medicina de São Paulo<sup>532</sup>, em 1920, apontam fortes traços da eugenia mendelista no pensamento desenvolvido à época, com investigações de autoria, por exemplo, de Arnaldo Vieira de Carvalho que além de ter sido o primeiro diretor da referida Faculdade foi também presidente da primeira Sociedade de Eugenia do Brasil. Os autores sinalizam que as “teorias mendelistas, restritivas e esterilizadoras, defendidas notadamente no meio médico paulista [eram amplamente] divulgadas em conferências e congressos” (Verzolla; Mota, 2017, p. 614) da área.

Schwarcz (1993) aponta para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro como importante reduto de disseminação e endosso das teses eugênicas. Ademais, as Faculdades de Direito do Rio de Janeiro, Recife e Salvador, foram locais de ampliação dessas teorias (Oliveira, 2011; Schwarcz, 1993). Nesse campo, são emblemáticos os estudos de Nina Rodrigues<sup>533</sup>, publicados por volta de 1889, que impactou a compreensão da criminalidade a partir de traços hereditários relacionando-os diretamente à população negra e mestiça. Suas compreensões foram amplamente aceitas e reproduzidas por estudantes da área jurídica na explicação da delinquência, especialmente entre crianças, adolescentes e jovens. O que impactou na promulgação de leis específicas como o Código de Menores de 1927, reconhecido por seu caráter

<sup>531</sup> Há entre os estudiosos do tema um debate acerca do ano de surgimento de um paradigma nacional de universidade, o qual pode ser melhor conhecido através da leitura do trabalho de Brito (2015; 2024) que constam nas referências finais desse artigo

<sup>532</sup> Torna-se importante destacar que no processo de criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, a Faculdade de Medicina esteve entre as Escolas e Faculdades agregadas para sua composição (Brito, 2015).

<sup>533</sup> As teses de Nina Rodrigues disseminaram no Brasil o pensamento de Cesare Lombroso (1835-1909), cuja ideia de criminoso nato estava associada à medição de crâneos e a identificação de traços físicos, adotando, portanto, a perspectiva eugênica da medicina legal aos estudos jurídicos.

Realização:



Apoio:



racista e punitivista cujo alvo principal eram as crianças negras e mestiças<sup>534</sup> empobrecidas.

É possível considerar que na transição para a sociedade de classes, especialmente entre as décadas de 1930 e 1950, quando o processo de industrialização e urbanização ganham contornos mais proeminentes, (Fernandes, 1970; Moura 2014; 2019), tenha ocorrido uma espécie de reorganização do discurso eugênico entre nós. Isso porque, como aponta Schwarcz (1993), as teses eugênicas associadas ao mendelismo que remetiam à degenerescência da nação a partir de sua composição racial, não contribuíam para o projeto modernizador ao qual o país estava vinculado, consolidando o capitalismo de tipo dependente que se instaura nesse período. Nesse sentido, o mito da democracia racial, como mencionado na primeira parte do texto, cumpriu uma função inegável tanto para positivar a identidade nacional quanto para escamotear o real interesse por trás das medidas tomadas. Assim, os “cuidados” com a higiene e a educação da população ganham destaque.

Nascimento (2017) sinaliza que nesse período a racionalidade estatal apontava como estratégia política que se não branqueasse a população na cor poderia, ao menos, branqueá-la no comportamento, silenciando os aspectos culturais afro-indígenas a partir de uma domesticação do corpo negro e de seus descendentes. Dessa forma, o Estado preocupou-se tanto com a difusão e estímulo à educação eugênica, como previu a Constituição de 1934, quanto com a adoção de práticas de “cuidado” com a saúde vinculadas ao *higienismo*, cujo pressuposto básico era o desenvolvimento de bons hábitos, o combate as taras e aos vícios a fim de forjar uma raça virtuosa, robusta, apta para o trabalho e com alguma qualidade intelectual. Além disso, contribuiu para o surgimento de novas profissões, dentre elas o Serviço Social, voltadas para atividades de educação e adaptação dos trabalhadores e suas famílias às rotinas fabris (Iamamoto; Carvalho, 2001; Oliveira, 2019).

O higienismo foi desenvolvido principalmente no âmbito da medicina psiquiátrica com destaque para o trabalho com crianças e jovens vistas como mais propensas a mudanças de hábitos posto que nos adultos a degradação poderia ter alcançados níveis incorrigíveis. Acreditava-se ainda que aquelas crianças inseridas no ambiente familiar poderiam contribuir para mudanças nesse espaço. Assim, “A psiquiatria começa a se voltar [aos] [...] supostamente [...] normais [...] cujas manifestações das “taras hereditárias” pudessem ser mitigadas pelo adestramento mental [...] passará a conjugar [...], pela defesa da eugenia, [...] a educação dos “instintos” na direção da adaptação ao convívio social (Oliveira, 2011, p. 631, grifo do autor). A Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) foi uma das principais responsáveis pela disseminação da eugenia entre nós (Stepan, 2004; Varzola; Mota, 2017; Oliveira, 2019)

O surgimento da LBHM objetivou a intervenção em questões de saúde mental e psicopatias a partir da adoção de medidas profiláticas. Voltou-se para o combate à vícios como alcoolismo, contando com o apoio de profissionais das áreas de medicina, direito e educação. Buscou capacitar outros profissionais com a intenção de “exercer vigilância dos comportamentos das crianças, de modo a identificar os “pequenos contraventores”, obstruindo sua conversão, dada como certa, em adultos criminosos (Oliveira, 2011, p. 630, grifo do autor). A higiene mental estava preocupada tanto com a prevenção da “degeneração psíquica (profilaxia mental)” e com a “adaptação do indivíduo ao meio físico e social”.

A partir do reordenamento do discurso da degenerescência para a adaptação operado em 1930, no qual vê-se maior influência das teses lamarckistas, nota-se uma atuação mais voltada para a regeneração social dos indivíduos. Dessa forma, a educação sexual torna-se sinônimo de profilaxia mental para afastar as crianças dos

<sup>534</sup> Ao utilizarmos negras e mestiças, estamos sendo fiéis aos documentos da época. Compreendemos, entretanto, que dadas as transformações históricas, especialmente àquelas ligadas aos debates raciais dos movimentos negros, a categoria “negro” no Brasil, corresponde ao somatório de pretos e pardos.

Realização:



Apoio:



vícios e taras herdados de seus genitores. Fazendo com que eles pudessem adaptar-se ao trabalho assalariado, uma vez que até 1943, não havia lei que regulamentasse o trabalho infantil no país, sendo proibido apenas a partir da Constituição Federal de 1988 (Iamamoto; Carvalho, 2011).

A Liga exerceu forte influência na formação e prática profissional dos primeiros assistentes sociais como aponta Oliveira (2019), isso porque além do trabalho com o ajustamento e adaptação dos trabalhadores, esses profissionais estiveram intimamente relacionados às campanhas contra o alcoolismo encampadas pela LBHM. A intervenção junto a crianças e adolescentes desajustados foi também uma das áreas de atuação desses profissionais, especialmente através de sua inserção “no Laboratório de Biologia Infantil, coordenado por médicos psiquiatras, que compunham a Liga e [...] direcionavam o trabalho [dos assistentes sociais] a partir de preceitos eugênicos (Oliveira, 2019, p. 85). Ademais, como apontam Silva (2022) e Brito (2025), a organização curricular dos cursos de Serviço Social a partir de 1950, foi marcada pela existência de disciplinas da área de psicologia voltadas para a higiene mental. É sobre isso que discutiremos a seguir.

### Um olhar sobre eugenia, currículo e formação em serviço social

A emergência das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, ocorre em São Paulo e Rio de Janeiro, em 1936 e 1937, respectivamente. Embora seu nascimento esteja situado na estratégia de colaboração entre Igreja Católica, através da Ação Social Católica, e Estado para elaboração de medidas de contenção da “questão social”<sup>535</sup>, cuja eclosão ocorre em 1920, o processo de institucionalização profissional se dá como demanda do Estado através da necessidade de profissionalização de seus quadros para atuar nas grandes instituições assistenciais que emergem no cenário nacional como resultado da complexificação das relações sociais a partir de 1940<sup>536</sup>.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2001) os profissionais de serviço social são chamados a atuar na adaptação e contenção da classe trabalhadora. Além de exercerem funções voltadas para a educação higiênica da família como núcleo fundamental no processo de disseminação de valores adequados à sociedade de classes. Orientados por uma perspectiva “teórica-doutrinária”, buscavam disseminar entre as populações empobrecidas as ideias de perfectibilidade e noções de moral e ética amplamente baseadas na filosofia de São Tomás de Aquino cuja base remetia ao ajuste e melhor desempenho da personalidade humana<sup>537</sup>. As bulas papais *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1930) que constituem a base doutrinária da orientação profissional, traziam consigo uma perspectiva “inovadora” no seio da Igreja por representarem a busca de equilíbrio entre o poder do Estado liberal e a manutenção da importância política do Clero que vinha perdendo espaço para os ideais liberais. Nesse sentido, buscavam a manutenção do *status quo* e celebravam o trabalho e a conciliação de classes como mediações importantes para o equilíbrio social.

<sup>535</sup> A questão social, é entendida aqui a partir das contribuições de Iamamoto e Carvalho (2001), como o conflito de interesses entre capitalistas e trabalhadores e as repostas elaboradas pelo Estado e pelo empresariado, objetivadas nas políticas sociais, a fim de gerir os problemas sociais (ou expressões da questão social) decorrentes dessa disputa.

<sup>536</sup> Esse cenário, revela o aprofundamento do caráter de regulação social assumido pelo Estado a partir de 1930, materializado na expansão das legislações sociais cuja culminância ocorre em 1943, com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (Iamamoto; Carvalho, 1996).

<sup>537</sup> É importante destacar que os fundamentos da filosofia tomista e neotomista remete à metafísica aristotélica, cujo pressuposto de imobilismo social esteve fortemente presente. Nesse sentido, reconhecia “alguns são escravos em qualquer parte, enquanto outros em nenhuma parte. Isto se aplica também aos de nascimento nobre” (Aristóteles, Pol. 1255a 30 *apud* Vhal, 2016, n/p.). Transposta para a sociedade de classes, a perspectiva aristotélica contribua para a ideia de pobreza e riqueza como determinações divinas.

Realização:



Apoio:



À medida que o Estado requisita cada vez mais profissionais da área para atuar junto às instituições sociais na contenção das mazelas geradas por um processo de industrialização/urbanização sem qualquer planejamento que prevísse a reprodução de classe trabalhadora com acesso ampliado a direitos sociais básicos, o serviço social buscou distanciar-se do doutrinário através do aprimoramento técnico do exercício profissional. Nesse processo, combinou pressupostos religiosos com uma compreensão ainda frágil do positivismo enquanto teoria científica. Além disso, valeu-se amplamente das produções na área da saúde pela via de acesso ao conteúdo do curso de “visitadoras sociais” ofertado pelo curso de Enfermagem, como aponta Oliveira (2019). Dessa forma, está presente nos “primeiros currículos dos cursos de Serviço Social: a organização doméstica, a higiene do lar, a composição de um ambiente salutar e agradável” (Oliveira, 2019, p. 190).

A ideia de organização doméstica e higiene do lar atrela-se ao aconselhamento como principal instrumento da prática profissional e à fiscalização do espaço privado como dispositivo de controle, ambos atrelados aos interesses do Estado. Nesse sentido, concordamos com Oliveira (2019), quando ele salienta que no âmbito do discurso higienista houve uma espécie de “biologização social”, como campo interventivo no trato com a “infância abandonada [somado] à vigilância da vida privada da família dos setores pobres da classe trabalhadora” (Oliveira, 2019, p. 287).

Ainda de acordo com Oliveira (2019), os relatos de Maria Esolina Pinheiro, pioneira do serviço social, acerca de sua atuação no Laboratório de Biologia Infantil (LBI), instaurado no país a partir de 1935, ilustram a perspectiva eugênica do trabalho desenvolvido pela profissão à época, fortemente assentado nos pressupostos da área da saúde e da criminologia jurídica. Voltado ao tratamento de “crianças e adolescentes abandonadas, doentes e delinquentes” (Oliveira, 2019, p. 266), o LBI funcionava como local de pesquisa acerca do conhecimento psicológico e biológico. Além disso, realizavam um processo de profilaxia criminal cujo interesse principal era a identificação – via composição fenotípica – de possíveis criminosos. Assumia-se, portanto, os pressupostos jurídicos lombrosianos adotados por Nina Rodrigues.

A década de 1940 é também marcada por uma aproximação da profissão com a psicologia social norte-americana e os discursos pedagógicos do movimento pela Escola Nova, que como aponta Benedicto (2016) contribuiu de maneira singular para o desenvolvimento dos ideais eugênicos no país. Ademais, sinaliza-se que foi nos Estados Unidos da América (EUA) onde houve maior incidência da eugenia mendelista em diferentes campos do saber (Stepan, 2004). Teria a psicologia social norte-americana passado ilesa a esse processo? Embora nossa pesquisa não permita afirmar ou negar, nos parece importante supor que é quase impossível a ausência de influência das ideias eugênicas nesse campo do saber.

De acordo com Lewgoy (2009) é em meados da década de 1940 de início de 1950, que o serviço social brasileiro vai se preocupar de maneira mais sistemática com o debate em torno do currículo e formação de seus quadros profissionais adotando para isso as ideias de Taylor que apresentava o currículo como importante dispositivo de adequação da população educanda aos pressupostos da sociedade baseada no trabalho, pois a educação seria o meio de disseminação dos valores da sociedade de classes (Brito, 2024). Nesse caminho, no processo de inserção da profissão na educação superior, o que ocorre a partir de 1953, a proposta curricular vai ser composta por disciplinas como: a) Direito e Legislação Social; b) Higiene e Medicina Social; c) Psicologia e Higiene Mental; d) Serviço Social em suas especializações; Família - Menores - Trabalho – Médico (Silva, 2022; Brito, 2025).

Apesar das teses eugênicas terem perdido forças a partir de 1945, em função dos horrores do holocausto alemão, não podemos acreditar que seus pressupostos não seguiram firmes no imaginário científico e educacional. Afinal, sabemos que na cultura intelectual a queda de um paradigma e seu consequente desuso pode ser um processo

Realização:



Apoio:





longo. Nesse sentido, concordamos com Oliveira (2019) quando ele afirma que a disseminação da eugenia no serviço social resulta do uso que o curso fez do conhecimento desenvolvido no âmbito da Medicina e do Direito, através de disciplinas específicas na formação de seus quadros profissionais, como supramencionado. Dessa forma, apesar de carecermos de estudos mais sistemáticos acerca da disseminação do pensamento eugênico na América Latina e, em especial, no Brasil, como afirma Stepan (2004), bem como de sua incidência no interior do debate sobre fundamentos do serviço social, podemos inferir, a partir do exposto, que essas disciplinas podem ter contribuído para a disseminação da prática eugênica na formação e exercício profissional dos assistentes sociais.

## Conclusão

É possível concluir que as intersecções entre ciência, eugenia e política disseminadas através da produção intelectual brasileira entre os séculos XIX e XX, especialmente nas áreas de saúde e direito, incidiu não apenas sobre o currículo e a formação em serviço social, mas moldou a prática de seus profissionais na emergência e institucionalização profissional. Observa-se, entretanto, o necessário investimento intelectual na produção de conhecimento acerca do impacto das teses eugênicas não apenas nos fundamentos da profissão, mas especialmente nas áreas que serviram de lastro para a composição de seus currículos ao longo dos anos. Orienta-se para o esforço na elaboração de estudos sistemáticos sobre o tema que possam resultar em dissertações e teses no sentido de promover uma discussão científica orientada para o compromisso com a formação antirracista no âmbito da profissão.

## Referências

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2001.

BENEDICTO, Ricardo Matheus. **Afrocentricidade, educação e poder**: uma crítica afrocêntrica ao eurocentrismo no pensamento educacional brasileiro. São Paulo. 2016. 298 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29032017-161243/pt-br.php>>. Acesso em: 20 jun. 2019

BRITO, Larisse Miranda de. Capitalismo dependente e questão social: apontamentos sobre eugenia e serviço social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 25, n. 1, p. 180-203, 2025. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/47735>>. Acesso em: 05 jul. 2025

BRITO, Larisse Miranda de. **Afiliação estudantil, atos de currículo/ atos institucionais e de-s-colonização**: autoetnobiografias tecidas por jovens indígenas, quilombolas, africanos, negros e (filhos de) trabalhadores. 2024. 368f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39423>>. Acesso em: 4 jun. 2024

BRITO, Larisse Miranda de. **Novas rotas para o ensino superior no Brasil**: os bacharelados interdisciplinares da UFRB. 2015, 160f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar sobre Universidade) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências,

Realização:



Apoio:





Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18380>>. Acesso em: 03 jan. 2016

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg à Diderot. (Trad.: Plínio Dentzien). Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Revista Scientiæ Zúdia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-218, set., 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978

JANZ JUNIOR, Dones Cláudio. O valor da eugenia: eugenia e higienismo no discurso médico curitibano no início do século XX. **Revista Cordis** - Revista Eletrônica de História Social da Cidade, São Paulo, n. 7, p. 87-120, 2011.

JAPIASSU, Hilton. **Como nasceu a ciência moderna**: e as razões da filosofia. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Maurício Graboys, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 2ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2017.

OLIVEIRA, Cristiane. Eugenizar a alma: a constituição da euphrenia no projeto de higiene mental voltado à infância da Liga Brasileira de Hygiene Mental. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 627-641, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/PH58D3fPYYfCshzZPf38Lsz/>>. Acesso em: jun. 2025.

OLIVEIRA, Robson de. **“Nasci errado e estou certo”**: a presença da Eugenia no processo de institucionalização do serviço social brasileiro. 2019. 300f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214968>>. Acesso em: jun. 2024

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras: 1993.

SILVA, Ana Paula Procópio da. Higienismo, eugenia e racismo na gênese do serviço social brasileiro: apontamentos introdutórios. In: EURICO, Marcia Campos *et. all.* (org.) **Antirracismo e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2022. p. 38-51.

SOUZA, V. S. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 42, n. 89, 2022

Realização:



Apoio:



STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. *In*: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (org.) **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. p. 330-391

VAHL, Matheus Jeske. O conceito de escravidão na Política de Aristóteles: um problema metafísico ou político? **Revista Controvérsia**, São Leopoldo, v. 12, n. 3, p. 178-187, 2016

VERZOLLA, Beatriz Lopes Porto; MOTA, André. Representações do discurso médico-eugênico sobre a descendência: a eugenia mendelista nas teses doutorais da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo na década de 1920. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 612-625, 2017

Realização:



Apoio:



## **RACISMO E TRABALHO NO BRASIL: os rebatimentos da formação sócio-histórica brasileira na configuração dos supérfluos nacionais**

Iasmim Lopes Ribeiro<sup>538</sup>  
Marcelo Martins Rodrigues<sup>539</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como intuito contribuir para uma maior compreensão acerca da relação entre raça e os supérfluos no Brasil. Os estigmas racistas criados no período escravocrata (e que perduram nos dias atuais) constituíram-se como parte da base fundamental do sistema capitalista e da formação brasileira. Propôs-se no presente artigo a realização de uma reflexão crítica sobre a historicidade do papel que se determina a população negra dentro da sociedade capitalista, qual espaço uma sociedade de origem escravocrata relega a essa população e como dentro do cenário brasileiro estes aspectos sócio-históricos geram repercussões na atualidade.

**Palavras-chave:** supérfluo, população negra, formação sócio histórica, mercado de trabalho

### **Abstract**

This article aims to contribute to a greater understanding of the relationship between race and the superfluous in Brazil. The racist stigmas created during the slave-owning period (and which persist today) constituted the fundamental basis of the capitalist system and the formation of Brazil. This article proposes a critical reflection on the historicity of the role assigned to the Black population within capitalist society, the role a society with its origins in slavery relegates to this population, and how, within the Brazilian context, these socio-historical aspects generate repercussions today.

**Keywords:** superfluous, Black population, socio-historical formation, labor market

## **Introdução**

O presente trabalho tem o intuito de desenvolver uma maior contribuição nos estudos a respeito da relação entre raça, capitalismo e os supérfluos no Brasil; por basear-se no princípio de que um não se explicaria sem o outro, visto que neste trabalho parte da compreensão de que o sistema capitalista se consolida enquanto um sistema mundial somente a partir dos espólios e acumulação violentamente adquiridos no movimento de colonização e da escravidão dos locais que hoje se configuram as Américas

Quijano (2004) nos sinaliza que a concepção de raça serviu enquanto um mecanismo muito funcional a exploração capitalista desses territórios, sobre essa funcionalidade da raça na lógica colonialista, o autor nos sinaliza que

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da

<sup>538</sup> Doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: iasmimlopes43@gmail.com

<sup>539</sup> Graduando em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: marcelomartins1732@gmail.com

Realização:



Apoio:



idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (Quijano, 2004, p.118).

No presente artigo, se buscará abordar a relação da população negra e os supérfluos a partir da realidade brasileira. Para tal exposição, se destacará o momento pós abolição no Brasil buscando ressaltar o lugar que historicamente a sociedade capitalista brasileira relegou ao sujeito negro.

Ressalta-se que no sistema capitalista há uma valorização do sujeito enquanto trabalhador e a partir do trabalho assalariado, o que por sua vez implica que esses sujeitos apenas compreendam a si mesmos enquanto úteis e significativos socialmente partindo da dimensão do trabalho. Como rebatimento dessa lógica, se os sujeitos não conseguem se inserir socialmente enquanto trabalhadores, a visão de si mesmos enquanto valiosos socialmente, ou seu valor enquanto indivíduos sociais fica prejudicada.

De encontro a isso, a IPEA (2021) apresenta que

a inserção no mercado de trabalho segue sendo um fator central para a construção de identidade, a definição do padrão de sociabilidade e, sobretudo, para obter recursos que permitam suprir as necessidades básicas de forma autônoma. (...) Para a população negra, o acesso ao mercado de trabalho é pressuposto para enfrentar uma realidade de pobreza e privação a que historicamente foi relegada (IPEA, 2011, p. 27).

Segundo Ribeiro (2020),

O mercado de trabalho ocupa então na vida das pessoas uma dimensão de extrema importância tanto objetivamente nas questões relativas à sobrevivência quanto subjetivamente, na construção da sua identidade e reconhecimento perante a sociedade (Ribeiro, 2020, p.51).

O presente trabalho parte da concepção de que a grande parcela de sujeitos que configuram a Superpopulação Relativa brasileira têm raça, classe e se inserem desde os primórdios do país em lugares sociais bem específicos.

Somando-se a isso, nos faz compreensível que essas pessoas uma vez se encontrando sem vínculo de trabalho, sem formas de garantir sua sobrevivência, irão buscar maneiras de fazê-la por meio de subempregos, da ilegalidade e muitas vezes, por meio da solicitação de acesso aos benefícios socioassistenciais disponíveis.

Costa (2017, p. 34) nos apresenta que majoritariamente pessoas negras (e mulheres em sua maioria) são solicitantes de acesso a benefícios e serviços ofertados pela assistência social brasileira. E a autora complementa que

pesquisas atuais do próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, órgão responsável pela organização desta política em âmbito nacional, informam que 73,88% dos titulares do Programa Bolsa Família entre homens e mulheres são negros (DATA SOCIAL, 2015 apud COSTA, 2017). Sobre o total geral de beneficiários titulares do Programa, 93% são mulheres e 68% destas são negras, sendo que o sudeste do país e outras regiões mantêm estas proporções (Costa, 2017, p. 3-4).

Dados do IBGE (2022) apresentam que

mesmo com a implementação de programas de transferência de renda, a exemplo do Auxílio Brasil e, mais recentemente, dos programas emergenciais adotados em 2020, como o Auxílio Emergencial, bem como das políticas públicas voltadas à ampliação do acesso desta população a bens e serviços acima referidos, os maiores impactos sobre a população preta ou parda, por exemplo, não foram capazes de reverter as históricas desigualdades que mantêm sua situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. De fato, como

Realização:



Apoio:



analisado, apesar da população preta e parda representarem 9,1% e 47,0%, respectivamente, da população brasileira em 2021, sua participação entre indicadores que refletem melhores níveis de condições de vida está aquém desta proporção (IBGE, 2022, p. 01-02).

Nesse sentido, compreendendo-se que são as pessoas negras que se inserem (ou muitas vezes nem o conseguem fazer) em postos de trabalho precários e informais, se mostra imprescindível discutir de maneira crítica a temática do presente trabalho, apresentando os elementos históricos da população negra e como isso se expressa na atualidade. Desta maneira se partirá de uma análise crítica marxista por compreender que a perspectiva marxista consegue realizar uma análise que propõe abarcar as questões históricas estabelecidas, assim como aspectos da realidade dos sujeitos na dinâmica social capitalista.

## **Raça**

É impossível dar início ao presente trabalho sem sinalizar o impacto da construção da noção de raça para o capitalismo. Acerca disso, o antropólogo congolês Kabengele Munanga (2004) analisa a origem e a utilização do termo “raça” como forma de distinção entre seres humanos. Segundo o autor, essa nomenclatura foi inicialmente empregada nas áreas da Zoologia e da Botânica, sendo posteriormente incorporada ao latim medieval para referir-se à ideia de descendência ou a grupos de pessoas.

Munanga (2004) analisa que o conceito de raça não existe biologicamente ao se tratar de seres humanos, o autor reconhece que pode haver diferenças biológicas entre os homens, porém essa variação não é significativa para determinar as raças como distintas.

A classificação da humanidade em raças hierarquizadas desembocou numa teoria pseudo-científica, a raciologia, que ganhou muito espaço no início do século XX. Na realidade, apesar da máscara científica, a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana (Munanga, 2004, p. 5).

Essa legitimação a qual Munanga (2004) se refere, se dava ao eleger uma raça denominada como superior, e conseqüentemente, uma outra como inferior, justificando assim, todo processo de dominação exercido de uma sobre a outra. “Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e dominação” (Munanga, 2004, p. 6).

Quijano (2005) afirma que a ideia de raça serviu como um elemento de naturalização das relações coloniais de dominação, legitimando assim toda a relação existente entre dominadores e dominados, colocando os dominados em uma posição de inferioridade.

Isso evidencia o papel que o racismo exerceu no processo de expansão capitalista e de colonização das Américas. É importante compreendermos o racismo enquanto um elemento criado pelo modo de produção capitalista, que viabilizou em um primeiro momento a geração de uma acumulação e em seguida a obtenção de lucros.

No particular podemos dizer que o racismo moderno nasceu com o capitalismo. Referindo-se ao racismo como o entendemos modernamente, o qual procura justificar a dominação de um povo, nação ou classe sobre a outra invocando argumentos “científicos” (Moura, 2023, p. 63).

## **Formação sócio-histórica brasileira**

Realização:



Apoio:





Acerca das grandes expedições marítimas dos séculos XV e XVI, Prado Jr. denomina os navegadores como exploradores, e “traficantes”, o autor o faz partindo do entendimento de que o único interesse desses navegadores nada mais era que a extração das riquezas locais para o comércio europeu. Garantindo a acumulação primitiva da Europa (e consequentemente do capitalismo) por meio do comércio e roubo nesses territórios “descobertos”.

Barreto (2013) sinaliza que na ocupação dos territórios americanos o povoamento não se dá como ideia primária, muito pelo contrário, havia um desprezo em relação às nossas terras, estas eram vistas como primitivas e vazias uma vez que o foco das navegações eram as especiarias encontradas no Oriente. A ocupação desses territórios era dada nesse período através da defesa militarizada onde o intuito da mesma era a comercialização com a população nativa ali residente.

Nesse sentido, o Brasil se insere na lógica capitalista mundial, desde seu princípio de forma subalterna, a finalidade do que se produziu aqui era acumulação das metrópoles. Sobre a funcionalidade das colônias para os países colonizadores, Kowarick (1994) sinaliza que

Por definição, o sistema colonial impedia o surgimento de circuitos econômicos internos, na medida em que eles entravam em conflito com os interesses da burguesia mercantil metropolitana. Não se trata, dessa perspectiva, de diversificar a economia, mas de fortalecer a produção de artigos tropicais que impulsionaram a acumulação metropolitana (Kowarick, 1994, p. 24).

Ribeiro (2024) aponta, que o trabalho escravo surge a partir das demandas das grandes plantações nos territórios colonizados, sendo criado a partir de uma demanda econômica de solucionar a falta de mão de obra extremamente barata. Onde havia grandes plantações de cana de açúcar ou algodão havia mão de obra extensa, mão de obra escravizada. “A escravidão, de maneira alguma, denotava em qualquer sentido científico, a inferioridade do negro. Sem ela, o grande desenvolvimento das plantações de cana-de-açúcar das Antilhas, entre 1650 e 1850, teria sido impossível” (Williams, 1975, p. 34).

Pensar o lugar do negro na sociedade brasileira implica então apreender como as relações sociais de raça são perpassadas pelas condições advindas do período escravocrata, onde se atribuiu à população negra os papéis de subserviência.

Moura (1988) acerca do valor do escravizado nesse período, deixa evidente que muitas vezes os senhores de escravos achavam mais viável e econômico “comprar outro escravo quando ele morria ou ficava incapacitado para o trabalho (a vida útil do escravo brasileiro era em média sete anos) do que criar os que nasciam, alimentá-los e tratá-los até a idade em que seriam rentáveis”.

Esse fato só se modificou a partir de 1850, com a abolição do tráfico com a África, a partir desse momento “os senhores começaram a tratar mais humanamente os seus escravos” uma vez que necessitavam que seu tempo de vida se prolongasse. Entretanto, tratar mais humanamente não significava que a partir desse momento, de fato e sempre os sujeitos negros passariam a serem tratados enquanto seres humanos que eram.

A escravidão negra exerceu forte influência econômica e cultural para a configuração social brasileira, não podemos esquecer ou negar isso. A escravidão, com seu início por volta de 1549 e o seu término em 1888, se fez de suma importância para a formação social do nosso país (Moura 1988).

A escravidão além de contribuir econômica e culturalmente no Brasil, configurou também a população brasileira. Moura (1988) sinaliza que segundo estimativas (que podem apresentar falhas) foram raptados e contrabandeados para o país cerca de 8 a 9 milhões de africanos até o tráfico de escravos ser extinguido no ano de 1850. Essa população escravizada foi distribuída ao longo de todo o território brasileiro.

Realização:



Apoio:



Acerca da abolição, apesar de toda a movimentação de resistência do povo negro (como os quilombos, revoltas etc.) e denúncia da situação da escravidão por seus aliados, a mesma só começa a ser discutida e ocorre principalmente por uma demanda econômica.

### **Trabalho livre no Brasil e racismo**

O trabalho escravo se tornou um empecilho ao processo de desenvolvimento capitalista, com isso o capitalismo central começa a exercer uma pressão nas colônias, para que ocorra o processo de abolição, uma vez que os países europeus precisavam vender suas mercadorias. Menezes (2010) cita três fatores que contribuíram para o processo de abolição, são eles; as lutas dos negros pela liberdade, a pressão britânica por novos consumidores de seus produtos e a própria lógica do capitalismo.

Porém desde o desenvolvimento do modo de produção capitalista nas Américas o trabalho assalariado se constituiu como um privilégio branco. Quijano (2005) aponta que entre os europeus ou brancos havia a percepção de que eles eram superiores, portanto, o trabalho pago deveria se constituir como um privilégio deles. Essa ideologia era baseada na ideia de raça, onde o colonizador implicava que o colonizado tinha uma inferioridade racial, sendo assim, não era digno de pagamento de salário.

No período pós abolição não houve muita alteração na lógica, visto que o racismo se fazia fortemente presente no ideário social, os negros ex-escravizados não foram inseridos de forma imediata no mercado de trabalho. Barreto (2013) afirma que foi uma liberação sem liberdade, pois ao negro foi vedado a ascensão econômica e social e não foram ofertadas de fato possibilidades reais para que essas pessoas pudessem dispor de condições para competir no mercado de trabalho.

Posto isso, a solução encontrada pela elite brasileira foi a de promover a introdução da mão de obra imigrante para os serviços que antes eram realizados por pessoas escravizadas. “Com o fim da escravidão no Brasil, a solução encontrada para substituição da mão de obra escrava foi a introdução de imigrante, cuja força de trabalho foi utilizada os cafezais e nas indústrias” (Barreto, 2013, p. 31).

Também houve uma mudança acerca da ideologia sobre o trabalho braçal, no período colonial com o trabalho escravizado as atividades realizadas por essas pessoas eram vistas como indignas, e, portanto, deveriam ser feitas por pessoas que eram denominadas como inferiores. Todavia com a passagem para o trabalho livre precisou-se alterar essa lógica, agora o trabalho braçal passa a ser visto como algo virtuoso. Conforme aponta (Menezes, 2013, p. 28), “a partir do incentivo à imigração europeia, o trabalho passou a ser louvado como característica moral e pessoal virtuosa, que os escravizados não teriam”.

Barreto (2013) realiza indagações importantes a respeito da vida do negro ex-escravizado no processo de formação social brasileira. A autora questiona sobre a forma na qual o negro se insere na sociedade, e o que essas pessoas realizaram pra sobreviver, uma vez que o estigma criado sobre essa população é muito presente na sociabilidade de classes. “Devido à vida no ‘eito’, o negro das senzalas não aprendeu a ler nem escrever e, ainda por cima, nem roupa possuía para se apresentar ‘bem’. Para esses o destino foi a segunda escravidão” (Barreto, 2013, p. 33).

Posto isso, a autora destaca que as atividades que dispunham de uma maior remuneração foram sendo ocupadas majoritariamente por imigrantes brancos, colocando o negro a margem desse processo. “O negro era posto à margem do processo, sendo conduzido para os setores residuais confinados às tarefas ou ocupações mal retribuídas e degradadas” (Barreto, 2013, p. 21).

Sendo assim, ao negro ex-escravizado não restou outra opção a não ser se inserir nos postos de trabalho mais precários e informais, isso quando era possível se inserir no mercado de trabalho assalariado.

Realização:



Apoio:



Portanto, podemos observar conforme destaca Quijano (2005) sobre a divisão racial do trabalho, que a estrutura social designa funções produtivas para cada população a depender das identidades raciais as quais ela é relacionada. Durante e após a colonização os postos de trabalho com uma melhor remuneração, formalizados, foram relacionados aos brancos, já trabalhos informais, atividades precárias e até mesmo a atividades forçadas foram associadas aos negros.

### **Supérfluos e população negra no Brasil**

Conforme Barreto (2013) sinaliza, nesse momento pós abolição em que se instaura a sociedade de classes, a população negra irá se inserir sem terras, bens, dinheiro e vivendo sob um forte estigma racial na sociedade brasileira.

Nesse cenário, o sujeito negro é então visto legalmente como livre mas sem preparo algum para a nova sociabilidade de trabalho, sem formas objetivas de se manter e manter seus familiares, a liberdade foi apenas no papel, socialmente eles ainda estavam presos as velhas estruturas.

Houve nesse período um bloqueio social ao mercado de trabalho para as pessoas negras, fato esse dado principalmente por estigmas e estereótipos racistas criados no período de abolição que se mantiveram mesmo com o final da sociedade escravocrata.

O processo de democratização encontra no Brasil, além das barreiras ligadas a uma estrutura econômico-social mista, que contém elementos estruturais do passado no seu interior, também um conjunto de normas e ideais discriminatórios que dificultam especialmente a integração e mobilidade social das populações negras e mestiças (Ianni, 2004, p. 286).

No pós abolição houve uma diferença de acesso para negros se comparados a população branca brasileira, essa privação do acesso se apresentava tanto no âmbito do trabalho, educacional, cultural, etc. “Cabe ressaltar que esse acesso – ou negação deste – teve consequências que se apresentam até os dias atuais” (Ribeiro, 2020, p. 45-46).

Nesse sentido, podemos refletir a realidade atual dessa população, visto que a cada crise do capital a vida da classe trabalhadora assim como os postos de trabalho se encontram cada vez mais precarizados, degradados e inseguros. Levando em conta as revoluções tecnológicas, destacando-se aqui a quarta revolução industrial, com tecnologia de ponta, os impactos na vida da população e na modificação da configuração do trabalho são ainda mais preocupantes (Ribeiro, 2024, p. 64).

A Folha de São Paulo, em 2023, publicou uma notícia onde sinalizava que de acordo com pesquisas do banco Goldman Sachs IA generativa poderia substituir 300 milhões de trabalhadores.

O banco sinalizou que sistemas de IA “generativos”, como o ChatGPT, capazes de criar conteúdo indistinguível da produção humana, poderão desencadear um boom de produtividade que acabaria por aumentar o produto interno bruto global anual em 7% num período de dez anos.

Mas se a tecnologia cumprir sua promessa também trará “perturbações significativas” ao mercado de trabalho, expondo à automação o equivalente a 300 milhões de trabalhadores em tempo integral nas grandes economias, de acordo com Joseph Briggs e Devesh Kodhani, autores do estudo (Strauss, 2023, n/p).

Como Ribeiro (2024) aponta, partindo dessa realidade, conforme os desdobramentos das novas fases do capitalismo, o que restará para nós é uma intensificação das desigualdades que atualmente já se mostram exacerbadas e a

Realização:



Apoio:



violência em todos os âmbitos (por meio das guerras, do terror, da pilhagem) ou seja, viver na própria barbárie.

Nessa direção, na dinâmica de mercado de trabalho capitalista há dois lugares para a população negra, os que conseguem se inserir (encontrando-se majoritariamente em trabalhos formais precarizados e extenuantes - terceirizados, uberização, diarista, serviços gerais etc. e em trabalhos informais) e os que não se inserem (para sobreviver irão se inserir em formas de obtenção de renda alternativa, muitas vezes ilegais, como milícia, tráfico etc.). Os sujeitos negros que já se encontram historicamente em postos precários de trabalho sempre serão os primeiros a sofrerem as duras consequências das revoluções tecnológicas industriais.

Segundo as Estatísticas Sociais da Agência de Notícias do IBGE (2022) “em 2021, a taxa de desocupação foi de 11,3% para a população branca, 16,5% para a preta e 16,2% para a parda. Já as taxas de subutilização destas populações foram, respectivamente, 22,5%, 32,0% e 33,4%”. Ainda é apresentado que “em 2021, a taxa de informalidade da população ocupada era 40,1%, sendo 32,7% para os brancos, 43,4% para os pretos e 47,0% para os pardos (Cabral, 2023).

Cabral (2023) pontua que “mais da metade (53,8%) dos trabalhadores do país em 2021 eram pretos ou pardos, mas esses grupos, somados, ocupavam apenas 29,5% dos cargos gerenciais, enquanto os brancos ocupavam 69,0% deles”.

Isso demonstra que

as desigualdades sociais por cor ou raça seguem evidentes no mercado de trabalho. A desocupação, a subutilização e a informalidade continuam atingindo mais pretos e pardos do que os brancos. Em 2021, as taxas de desocupação foram de 11,3% para os brancos, de 16,5% para os pretos e de 16,2% para os pardos. No ano anterior, esses percentuais foram de 11,1%, 17,4% e 15,5%, respectivamente. Os dados são do estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (Cabral, 2023, n/p).

Segundo a MADE, em suas análises do 1º trimestre de 2024, de janeiro a março,

a taxa de desemprego das mulheres negras foi de 11.69% e, para as mulheres brancas, o desemprego ficou em 7.54%. Os homens brancos tiveram taxa de desemprego no patamar de 5.19%. Para os homens negros, a taxa foi de 7.41%. A categoria de Homem Branco foi quem teve a maior taxa de emprego, enquanto a de Mulher Negra foi quem teve a menor. Regionalmente, o desemprego também apresentou tendência de queda no 1º trimestre de 2024. A região Nordeste, registrou a maior taxa de desemprego de 11.11% (queda de -1.13 pontos percentuais em um ano). A menor taxa de desemprego foi registrada na região Sul, 4.94%, com recuo de -0.06 p.p. em um ano. Na região Norte, a taxa de desemprego registrada foi de 8.18% (queda de -0.9 p.p. em um ano). Na região Centro-Oeste, a taxa de desemprego medida foi de 6.09% (queda de -0.91 p.p. em um ano). Por fim, na região Sudeste, a taxa de desemprego registrada foi de 7.61% (queda de -0.99 p.p. em um ano) (MADE, 2024, p. 1).

Made (2024, p. 3) observa no que tange o desemprego que “a taxa de desemprego das mulheres negras foi de 11.69% e, para as mulheres brancas, o desemprego ficou em 7.54%”. Os dados analisados sobre os homens não foi diferente, “os homens brancos tiveram taxa de desemprego no patamar de 5.19%” enquanto para “os homens negros, a taxa foi de 7.41%”. Ou seja, os dados mostram que os homens brancos são os que possuem a menor taxa de desemprego possuindo a maior taxa de emprego, na contramão a mulher negra é quem se mostra mais insegura no mercado de trabalho visto que foi quem teve a maior taxa de desemprego observada.

Desta forma, conseguimos assimilar que os homens brancos são os que possuem melhor segurança uma vez que sua taxa de subutilização é a menor, por sua vez a mulher negra é se encontra em um patamar de insegurança com a maior taxa de subutilização observada.

Realização:



Apoio:



Mesmo quando a população negra se encontra ocupada no mercado de trabalho, ocupam os setores mais inseguros, precarizados, vistos socialmente como de menor importância. Sobre isso o DIEESE (2023) sinaliza que

quando conseguem ocupação, as condições de inserção dos negros são mais desfavoráveis. Em geral, conseguem se colocar em postos mais precários e têm maiores dificuldades de ascensão profissional. Apenas 2,1% dos trabalhadores negros – homens ou mulheres - estavam em cargos de direção ou gerência. Entre os homens não negros, essa proporção é de 5,5%. Isso significa que apenas um em cada 48 trabalhadores negros está em cargo de gerência, enquanto entre os homens não negros, a proporção é de um para cada 18 trabalhadores.

O DIEESE (2023) apresenta que a informalidade é maior na população negra onde “praticamente metade dos negros ocupados estava em trabalhos desprotegidos: 46,5% das mulheres negras e 45,8% dos homens negros. Entre os não negros, essa proporção foi de 34%”. Esses dados expressam que “o fato de os negros estarem em maior proporção em postos de trabalho informais e com menor remuneração explica apenas parte da diferença de remuneração entre negros e não negros” e que “mesmo quando comparados os rendimentos médios de negros e não negros na mesma posição na ocupação, os negros estão em desvantagem. Em todas as posições, o rendimento médio deles é inferior”.

O que o DIEESE (2023) apresenta apenas demonstra que “além das desigualdades de oportunidade, os negros enfrentam tratamento diferenciado no mercado de trabalho”.

Mesmo com a indicação do crescimento da atividade econômica, o mercado de trabalho continua reproduzindo as desigualdades sociais. Os trabalhadores negros enfrentaram mais dificuldades para conseguir trabalho, para progredir na carreira e entrar nos postos de trabalho formais com melhores salários. E as mulheres negras encaram adversidades ainda maiores do que os homens, por vivenciarem a discriminação por raça e gênero (DIEESE, 2023, n/p).

Essas desigualdades se tornam evidentes ao analisarmos o rendimento médio mensal da população ocupada, evidencia-se que o homem branco possui maior rendimento comparado aos demais.

Em 2022, a população ocupada de cor ou raça branca ganhava, em média, 64,2% mais do que a de cor ou raça preta ou parda e os homens, 27,0% mais que as mulheres, sendo que mulheres e homens de cor ou raça preta ou parda recebiam rendimentos inferiores aos das pessoas brancas. Os resultados indicam a existência de desigualdade estrutural, dado que esses diferenciais, salvo pequenas oscilações, foram encontrados em todos os anos de 2012 a 2022 (IBGE, 2023, p. 25).

Ou seja, conseguimos observar que na atualidade, no que tange o mercado de trabalho brasileiro (seja formal, subemprego, desemprego etc.) as desigualdades raciais ainda se mostram presentes. O mercado de trabalho ainda é espaço de reprodução da desigualdade racial. Tanto a inserção quanto as possibilidades de ascensão são desiguais para a população preta e parda (DIEESE, 2023).

## Conclusão

Partindo da formação sócio-histórica brasileira conseguimos compreender o motivo da população negra ocupar as camadas mais “baixas” da nossa sociedade e entender a funcionalidade do racismo que continua impactando a realidade dessa população mesmo após o momento de abolição. O desprezo do mercado formal pela mão de obra negra liberta que entrou no século XX apenas com uma falsa liberdade, aprisionou “aos grilhões da pobreza, passando ao largo do acesso ao ensino básico, ou

Realização:



Apoio:





de outros mecanismos de mobilidade social, como o acesso ao crédito, à terra ou mesmo à proteção legal” (Paixão, 2006 *apud* Costa, p.2) essa população.

No período pós abolição a população negra, sem reparação às injustiças sofridas ao longo de séculos, se viu sem nenhuma forma de apoio, jogados à própria sorte e sem garantia de trabalho para suprir as necessidades de sobrevivência (Ribeiro, 2020).

O que se chamou de borra da escravidão é jogado à periferia do modelo e esse processo violento de marginalização é justificado pela simbologia dominante de que o bom é o branco. Junte-se, portanto às limitações estruturais inerentes ao modelo de capitalismo dependente uma simbologia alienadora que coloca o Negro como o elemento negativo da realidade, para se poder compreender o traumatismo que o atingirá em seguida. A força desse símbolo irá bloquear as possibilidades de mobilidade vertical massiva do negro que fica social e culturalmente congelado (Moura, 1983, p. 11).

Desta maneira, essa população se vê empurrada para formas de subtrabalho como maneira de sustento, ou recaindo sobre as franjas do desemprego, da pauperização, vivenciando na pele e configurando-se como os principais alvos das mazelas das diversas expressões da questão social, se tornando usuários das políticas socioassistenciais na melhor das hipóteses e em muitos casos dependentes da caridade dos filantropos.

Sendo assim, observa-se por meio das questões anteriormente sinalizadas referentes a formação do nosso país que “a população negra ocupa as camadas mais “baixas” da nossa sociedade em decorrência do histórico da escravidão e com os preconceitos que continuam perseguindo essa população mesmo após este momento” (Ribeiro, 2020, p. 40).

## Referências

BARRETO, Ana Claudia de Jesus. **O lugar dos negros pobres na cidade**: estudo na área de risco no bairro Dom Bosco. Juiz de Fora: FUNALFA, 2013.

CABRAL, Umberlândia. Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento. Estatísticas Sociais. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 11 nov. 2023. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento#:~:text=Em%202021%2C%20as%20taxas%20de,hoje%20\(11\)%20pelo%20IBGE](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento#:~:text=Em%202021%2C%20as%20taxas%20de,hoje%20(11)%20pelo%20IBGE)>. Acesso em: 05 jul. 2025.

CENTRO DE PESQUISA EM MACROECONOMIA DAS DESIGUALDADES - MADE. **Relatório Trimestral da PNAD**. São Paulo: Made/FAE/USP, 2024.

COSTA, Gracyelle . Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XX, n. 38, p. 227-246, maio/ago., 2017. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Conheça o Brasil** - população cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGEeduca, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 2ª edição. **Estudos e Pesquisas** - Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 48, Rio de Janeiro, IBGE, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª edição. Brasília: IPEA, 2011.

Realização:



Apoio:



KOWARICK, Lucio. **Trabalho e vadiagem** - A origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MOURA, Clovis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. s.l.: s.n., s.d. Disponível em: <<https://www.niepn.ufscar.br/textos/clovis-moura-o-racismo-como-arma-ideologica-de-dominacao.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2025.

MOURA, Clovis. 100 anos de abolição do escravismo no Brasil. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 15, p. 5-10, maio, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. São Paulo: USP, s.d. Disponível em: <<https://www5.usp.br/wp-content/uploads/raca-racismo-identidade-etnia.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2025.

MENEZES, Franciane Cristina de. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 87–110, jan./jul. 2013.

RIBEIRO, Iasmim Lopes. **De escravo à superfluo**: um estudo sobre o lugar do negro no mercado de trabalho brasileiro atual. 2024. 105f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024.

RIBEIRO, Iasmim Lopes. **Mulheres negras e o mercado de trabalho**: uma breve análise a partir das produções do Serviço Social. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 45, p. 117-131, 2005.

STRAUSS, D. IA generativa pode substituir 300 milhões de trabalhadores, projeta banco. **Folha de São Paulo**, Londres-Financial Times. 27 mar. 2023.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia Editora Americana, 1975.

Realização:



Apoio:



## AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE DE JOVENS BRASILEIROS/AS NO GOVERNO LULA (2023-2025/1)

Sabrina Pereira Paiva<sup>540</sup>  
Yuri Carvalho Machado<sup>541</sup>

**Resumo:** Análise documental de políticas públicas sexuais, de educação em sexualidade de adolescentes e jovens brasileiros/as. Há o direcionamento para ampliação da educação em sexualidade, com a centralidade do setor saúde; a (re)articulação entre sociedade civil e Estado. A educação sexual permanece como tema de política pública, de responsabilidade estatal, movimentos sociais e outros setores.

**Palavras-chave:** educação sexual; juventude; sexualidade; conservadorismo.

**Abstract:** Documentary analysis of public sexual policies and sexuality education for Brazilian adolescents and young people. There is a focus on expanding sexuality education, with the health sector being central; the (re)articulation between civil society and the State. Sexual education remains a topic of public policy, state responsibility, social movements and other sectors.

**Keywords:** sexual education; youth; sexuality; conservatism.

### Introdução

A educação em sexualidade no Brasil é historicamente marcada por disputas ideopolíticas entre distintos setores sociais. Com a redemocratização no final dos anos 1980, o tema ganhou destaque, especialmente em debates sobre pluralismo e democracia, impulsionando a construção participativa de políticas públicas e o fortalecimento dos movimentos feminista, LGBTQIAPN+, antirracista e de diversidade sexual e de gênero. Na década de 2000, tais movimentos ampliaram sua presença na agenda pública, obtendo avanços em marcos regulatórios e políticas públicas voltadas à transversalidade do debate de gênero e sexualidade nas políticas sociais (Leite, 2019; Carvalho; Sivori, 2017). Carrara (2015) interpreta essas disputas como parte de um processo de transformação do “dispositivo de sexualidade” (Foucault, 1976), em direção a um regime centrado nos direitos sexuais como direitos humanos.

Esse novo regime desloca o foco do combate ao sexo não reprodutivo para o controle da sexualidade “irresponsável”, utilizando uma linguagem sociojurídica baseada na noção de consentimento (Carrara, 2015). Durante os governos petistas, pautas desses movimentos foram incorporadas às políticas públicas, como o Programa Brasil sem Homofobia (2004), o Curso de Gênero e Diversidade na Escola (2006), a I Conferência Nacional LGBT (2008), o PNDCDH-LGBT (2009), o PNDH 3 (2009), o projeto “Escola sem Homofobia” (2010) e o Conselho Nacional LGBT (2010) (Mello; Brito; Maroja, 2012; Irineu, 2014; Vigano; Laffin, 2019).

Contudo, a partir de 2010, houve maior visibilidade das narrativas conservadoras, resultando em um “pânico moral” acerca da sexualidade juvenil e em acusações de que o Estado promoveria a corrupção de crianças e famílias. Sales e Mariano (2019, p. 17) destacam que o crescimento das ações políticas dos movimentos LGBTQIAPN+ provocou

<sup>540</sup> Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFJF). Doutora em Saúde Coletiva. E-mail: [sabrinappaiva@gmail.com](mailto:sabrinappaiva@gmail.com)

<sup>541</sup> Graduando em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF). E-mail: [carvalho.yuri@estudante.ufjf.br](mailto:carvalho.yuri@estudante.ufjf.br)

Realização:



Apoio:



reações intensas das bancadas evangélica e católica conservadoras, que se aliam à direita neoliberal para combater políticas ligadas aos direitos humanos. Como consequência, termos relacionados a gênero e diversidade sexual foram excluídos do Plano Nacional de Educação, acarretando retrocessos significativos e aumentando a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, sobretudo meninas negras e pobres, a abusos sexuais e estupro (Vigano; Laffin, 2019; Zan; Krawczyk, 2019; UNICEF; FBSP, 2021).

As narrativas e ações contrárias aos direitos humanos, ao pluralismo e às diversidades sexuais e de gênero tornaram-se cada vez mais visíveis e estratégicas no cenário das políticas públicas, tanto no Brasil quanto em outros países (Paternotte; Kuhar, 2018). No Brasil, esse movimento ganhou maior destaque durante o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022), com Damares Alves à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Ainda que existisse uma agenda internacional em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos (Corrêa; Petchesky, 1996), o MMFDH promoveu uma inflexão ao adotar uma retórica antigênero (Paternotte; Kuhar, 2018; Junqueira, 2017), combinada com iniciativas pró-vida, centrando a figura da família cisheteronormativa como modelo ideal de amor e educação moral.

Essa política ignorou desigualdades de classe, raça, gênero, geração e orientação sexual, silenciando sobre violências internas à família e reforçando uma visão moralista centrada na castidade feminina e na responsabilização de meninas e mães pelo “desgoverno da carne” que levaria à “reprodução precoce”. Durante o governo Bolsonaro, os documentos oficiais articulavam a linguagem dos direitos humanos a uma narrativa binária e essencialista sobre gênero e sexualidade, validando posições ideológicas alinhadas a grupos conservadores e religiosos.

Essas estratégias impediram o debate sobre pluralismo, prazer sexual e diversidade, substituindo-os por um discurso individualista focado no autocuidado e na centralidade da família como espaço seguro. A noção de “sexualidade precoce” foi amplamente utilizada sem definição clara, o que possibilitou a compreensão de qualquer vivência sexual na infância e adolescência (0–19 anos) como um risco. O apagamento conceitual e o uso de idealismos abstratos fizeram parte da estratégia para alcançar hegemonia discursiva nas políticas públicas brasileiras.

Conforme argumentam Moraes *et al.* (2020, p. 813) a respeito do caráter familista das políticas sociais brasileiras, faz-se mister considerarmos as particularidades da nossa formação social, econômica, política e cultural, as quais ajudam a construir um conjunto de determinações que fortalecem a “cultura patriarcal, tradicionalista, preconceituosa que perpetuou características históricas na constituição de um certo modo de ‘ser família’”. Além disso, também configurou certas expectativas no interior das instituições da sociedade e do Estado na relação com as famílias, sempre tomadas como entes abstratos e sacralizados, materializando-se em políticas de caráter familista e conservador.

Enquanto isso, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2022) publicou um documento em que destacou a necessidade de dar “visibilidade ao invisível”, tratando-se da crise da invisibilidade ou da falta de atenção mundial às gestações não intencionais e suas causas e consequências sociais. A investigação que abarcou 96% da população adolescente mundial concluiu que, no conjunto dos países em desenvolvimento, um terço das mulheres jovens (20 a 24 anos) havia gestado na adolescência, sendo que praticamente a metade tinha até 17 anos na primeira gestação. De acordo com o documento, o desenvolvimento social e econômico, maiores índices de igualdade de gênero, políticas que contemplem um incremento de acesso legal ao aborto seguro e a oferta de educação sexual integral refletem diretamente em reduções das taxas de gestações não intencionais (UNFPA, 2022).

No Brasil, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2016), o Brasil tem uma das maiores taxas de gravidez na adolescência da América Latina e, mesmo que tenha decrescido nos últimos anos, ainda eram 68,4 nascidos vivos a cada mil meninas de 15 a 19 anos, em 2016.

Realização:



Apoio:



Desse modo, entendemos que no contexto atual, de recomposição de forças políticas no interior do Estado e na própria sociedade, faz-se *mister* acompanharmos e analisarmos os debates, ações, programas e políticas que envolvem a sexualidade e a juventude, com foco em dois elementos importantes para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos para a juventude: a educação em sexualidade e as gestações na adolescência.

## **Procedimentos metodológicos**

A pesquisa em questão é de natureza social, embasada em uma perspectiva feminista, decolonial e construtivista. As abordagens decoloniais e dos feminismos críticos proporcionam uma análise mais complexa das intersecções entre raça, classe, gênero, sexualidade, geopolítica e geração na sociedade brasileira contemporânea (Lugones, 2020). Essa perspectiva considera a colonialidade como uma lógica de poder, saber, ser, natureza e linguagem, que estrutura relações entre países, entre sujeitos e instituições (Lugones, 2014, p. 940).

Metodologicamente, a pesquisa se baseia em análise documental sobre políticas sexuais desenvolvidas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023–2024/1), com foco na educação em sexualidade e prevenção da gravidez na adolescência. Foram analisados documentos oficiais escritos e audiovisuais acessados em fontes públicas e governamentais nesse período, sendo eles: 1. Cartilha Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora (Ministério da Saúde/UnB, 2024); 2. Nota técnica n. 2/2024 sobre a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência; 3. Nota técnica n. 5/2023 sobre o Programa Saúde na Escola (2023/24); 4. Semana Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania); 5. Coleção Cadernos Temáticos de Educação em Direitos Humanos: O papel da escola no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes (MEC/SECADI).

A análise dos documentos foi orientada por três questões principais: 1. Quais valores sociais sustentam as concepções das políticas de sexualidade para a juventude? 2. Quais estratégias, ações e políticas são formuladas para responder aos altos índices de gravidez na adolescência e às violações dos direitos humanos de crianças e jovens? 3. De que forma (ou se) aparecem os enfoques de gênero, raça e classe nos documentos e nas políticas analisadas?

A pesquisa adota a premissa da análise de discurso segundo a qual “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (Orlandi, 2007), buscando evidenciar os impactos sociais das políticas sexuais voltadas à juventude sob uma perspectiva decolonial e relacional. Complementarmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nacional sobre o desenvolvimento das políticas sexuais dirigidas à população jovem.

## **A educação em sexualidade de jovens brasileiros: governo Lula e as disputas em torno das políticas sexuais**

Durante o discurso de posse da ministra da Saúde, Nísia Trindade, tivemos expressão pública do interesse de parcela importante do governo atual de Lula em certo reposicionamento das narrativas e estratégias políticas relativas aos direitos sexuais e reprodutivos, em especial da juventude. Em seu discurso, a mesma menciona que o governo, por via da construção de comissões transitórias tripartites no âmbito daquele ministério, se comprometia em revogar portarias e notas técnicas que ofendessem a ciência, os direitos humanos e os direitos sexuais e reprodutivos. Em seguida, observa que é fundamental restabelecer o campo de disputas dominado, até então, pelas forças conservadoras. Vale ressaltar que o lema do governo Lula é “união e reconstrução”, sendo que o primeiro termo dessa diáde coloca a necessidade de diálogo entre setores sociais que se posicionam de forma oposta em relação a temas centrais que envolvem os direitos

Realização:



Apoio:





humanos e, entre eles, especialmente os direitos sexuais e reprodutivos da população jovem, nesse caso, mas não somente. A gestão governamental de Jair Bolsonaro defendeu a ideia de abstinência (ou adiamento da vida sexual) como panaceia para a questão da “alta” incidência de gravidez na adolescência e como alternativa a ser destacada no contexto das ações educativas em sexualidade. E respondeu à gravidade das violências sexuais com crianças e adolescentes no Brasil com políticas fundamentadas em perspectivas familista (privatista), ultraneoliberal e teocrática.

Com este cenário, o governo Lula, desde o início, apontou que a ideia era utilizar a política de saúde como principal articuladora para a formação sexual, como forma de deslocar o problema estabelecido em torno da política de educação, e considerando que as próprias narrativas conservadoras afirmam que a gravidez na adolescência e as violências sexuais devem ser tratadas como questão de saúde pública.

Dessa forma, o Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Promoção da Saúde da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, formulou o documento, lançado em 2022, denominado *Passo a Passo para a Adesão ao Programa Saúde na Escola: ciclo 2023/2024*. Tal documento retoma o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007, com a proposta de alinhar as duas políticas para promover saúde e educação integral. Mais uma vez, a opção foi propor um trabalho intersetorial da saúde com a educação, explicando que o objetivo é, “refletir sobre como esses serviços estão se relacionando, qual o padrão de comunicação estabelecido entre as diferentes equipes e serviços, qual o modelo de atenção ao público escolar e qual o modelo de gestão intersetorial produzido nesses serviços” (Brasil, 2022, p. 3).

Ao republicar o Programa Saúde na Escola, o Ministério da Saúde publicou em 2023 a Nota Técnica nº 5, que tem como propósito orientar o PSE. Assim como os outros, a nota foi elaborada com a intenção de apontar o trabalho intersetorial e que o programa deve estar inserido no projeto pedagógico das escolas. A nota lança o compromisso com o processo de ensino sobre as questões de saúde nas escolas.

Em fevereiro de 2024, durante a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, foi lançada a cartilha *on line* “Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora”, que apresenta uma perspectiva de rompimento com os direcionamentos dados a estas pautas pelo governo anterior, que implicam em críticas quanto ao fortalecimento do pânico moral em torno da sexualidade juvenil, pautando a adolescência e juventude como período fundamental para o aprendizado da sexualidade. Não mais tratada como assunto de cunho puramente familiar, a educação sexual introduzida pelo documento permeia todos os âmbitos da sociedade civil, incluindo a escola como estimuladora da discussão, que deve ser feita de forma crítica e ética.

O documento apresenta o complexo enredo que circunda a discussão sobre sexualidade no Brasil, explorando os conceitos de moralidade, cultura e liberdade. Ao apresentar os jovens brasileiros como sujeitos dotados de sexualidade, a cartilha faz uma escolha contrária ao moralismo religioso exposto pelas políticas de abstinência sexual formuladas pelo governo de Jair Bolsonaro, entendendo a sexualidade como aspecto fundamental para o desenvolvimento dos corpos, das subjetividades e relações juvenis. A cartilha afirma a capacidade de aquisição de autonomia dos jovens brasileiros através da sexualidade, pois é através dela que esta população pode obter conhecimento sobre prazer, afeto, direitos, identidade, corpo e cuidado. Como exposto neste documento, “é libertador aceitar a própria sexualidade e ser respeitado por ela” (Brasil, 2024, p. 13). Percebe-se, uma aproximação do conceito construtivista da sexualidade, afastando-o de uma visão reducionista e essencialista, com foco na reprodução/contracepção, prevenção de doenças, da violência e gravidez não planejada (Desidério *apud* Malagi; Slongo, 2023, p. 10).

É importante salientar também a compreensão da importância da educação sexual como uma ferramenta de prevenção às violências sexuais e de gênero. Já é possível argumentar que, as políticas conservadoras de abstinência sexual e de responsabilização

Realização:



Apoio:



das famílias sobre a sexualidade, obtiveram resultados nada satisfatórios na proteção de crianças e adolescentes às violências sexuais.

De acordo com dados do *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, o Brasil atingiu o maior número de registros de estupro e estupro de vulnerável da história, com 74.930 vítimas (Bueno; Bohnenberger; Martins; Sobral, 2023, p. 154). Esses números alarmantes se tornam ainda mais preocupantes quando incluímos o fenômeno da subnotificação de casos em nossas análises, percebemos que, até mesmo, demonstrar o crescimento da violência sexual no Brasil não é tarefa fácil. Sabemos que a subnotificação ainda é regra nestes casos e está longe de ser uma especificidade do contexto brasileiro.

Não é novidade que a educação em sexualidade é uma arma poderosa na identificação de violências sexuais e de gênero. Uma simples pesquisa no buscador *Google* já nos exemplifica a efetividade de uma educação sexual transformadora. São recorrentes reportagens atestando a identificação de violência sexual com crianças e adolescentes a partir de atividades ligadas à educação em sexualidade. É imprescindível a participação da escola na discussão, bem como a família, dispositivos governamentais e instituições da sociedade civil.

Já a Nota Técnica Nº 2/2024, trata sobre a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, ocorrida em fevereiro de 2024, e explora a gravidez na adolescência em todas as suas nuances, desde os aspectos biológicos até os aspectos sociais, englobando este tema numa discussão ampliada sobre saúde. A Nota destaca o importante papel da educação sexual como ação preventiva de casos de gravidez na adolescência, apresentando os fatores de riscos sociais e biológicos enfrentados pela população jovem ao gestar. As ações recomendadas pela Nota Técnica incluem: ações de prevenção da violência sexual e suas repercussões sobre a saúde; componentes educativos, com enfoque de gênero sobre os direitos sexuais e reprodutivos; a corresponsabilidade masculina nos eventos sexuais e reprodutivos; respeito à diversidade sexual e suas manifestações (Brasil, 2024, p. 4).

Além desses materiais, foi organizada pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania do Governo Lula a Semana Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em parceria com a sociedade civil. O evento comemora os 25 anos de mobilização do 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Segundo o sítio oficial do Governo do Brasil, os debates subsidiarão a implementação de políticas para proteção desta população (Brasil, 2025). Realizada entre os dias 19 e 22 de maio, o evento contou com organização conjunta entre a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), em parceria com a Comissão Intersectorial de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes (CIEVSCA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, a Rede ECPAT Brasil e Childhood Brasil. O evento ocorreu em Brasília, no Distrito Federal.

Durante a exposição, a coordenadora-geral de Promoção de Direitos de Populações Vulnerabilizadas da Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Rafaela Lopes, destacou a importância e os desafios de consolidar as regras de proteção vigentes em uma sociedade que ainda naturaliza várias formas de violência. Segundo ela,

temos leis importantes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei da Escuta Protegida, que propõem uma compreensão radical: crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e merecem especial proteção por parte do Estado. Mas vivemos em um contexto institucional ainda marcado por relações autoritárias e por desigualdades históricas, como o racismo, o machismo e a LGBTfobia (Brasil, 2025, n/p).

Entretanto, é importante destacar que tal iniciativa invisibilizou a educação em sexualidade como potencializador dos acessos aos direitos, não sendo mencionada em

Realização:



Apoio:



nenhum material divulgado pelo governo referente à Semana Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Isso gera questionamentos sobre o trabalho intersetorial realizado pelo governo, onde as políticas de educação, saúde e direitos humanos e cidadania acabam por se isolar e delegar a execução das políticas de educação sexual apenas para as pastas vinculadas ao Ministério da Saúde.

Enfim, o último material analisado foi o Caderno Nº 1 da Coleção Cadernos Temáticos de Educação em Direitos Humanos, cujo tema é “O papel da escola no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes”. O material, produzido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), vinculada ao Ministério da Educação, traz o papel centralizador da escola no combate às violências sexuais, trazendo temas introdutórios sobre o atual panorama das violências sexuais contra crianças e adolescentes no Brasil, os tipos de violências sexuais que podem acometer esse público, a escola como peça central no sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes e quais ações podem ser empreendidas pela escola para prevenção e/ou denúncia de casos apresentados por alunos. Novamente, não há menção ao termo “educação sexual” no documento analisado, mesmo essa sendo uma medida de educação em sexualidade e de proteção dos direitos sexuais e reprodutivos de jovens brasileiros. Cabe-nos questionar se a onda do conservadorismo, o pânico moral em torno das sexualidades juvenis e a polemização midiática que circunda o tema da educação sexual geram, conseqüentemente, uma recusa e invisibilização deste termo por parte de setores não vinculados às pastas da saúde do governo Lula.

O Brasil ainda enfrenta os reflexos do conservadorismo e do fundamentalismo religioso, que sustentam políticas conservadoras e ataques aos direitos sexuais e reprodutivos. Esses ataques se expressam em projetos e políticas que impõem retrocessos, como o Projeto de Lei nº 1904/24, que equipara o aborto após 22 semanas ao crime de homicídio simples, mesmo em casos de estupro. Essa perspectiva inviabiliza uma educação sexual transformadora, mantendo-se atrelada ao modelo tradicional e limitado. Como destacam Brandão e Lopes (2018), a educação sexual nas escolas brasileiras ainda enfrenta o desafio de ir além da dimensão biológica da sexualidade e da ênfase exclusiva na prevenção da gravidez na adolescência e das ISTs/HIV. A abordagem da sexualidade continua centrada no risco e nas doenças, como forma de controle dos agravos (Palma et al., 2015). Diante disso, é fundamental considerar não apenas os materiais produzidos pelo governo Lula sobre educação sexual, mas também os contextos políticos e os atores envolvidos. Embora haja avanços em relação ao governo anterior, é essencial manter a atenção às permanências históricas do conservadorismo que ainda moldam o cenário atual.

## Considerações finais

Partindo da necessidade de compreender as estratégias de ação dos setores conservadores e setores críticos no Brasil no que se refere à educação em sexualidade para jovens, nos detivemos aqui na análise das estratégias e disputas ideopolíticas, bem como as formulações de linhas de ação para prevenção de gravidez na adolescência. No que tange à educação sexual, percebemos que os ataques direcionados a ela se revestem de diferentes manifestações de *violências contra as escolas*, que ficou visível nas últimas décadas.

Nos últimos anos, identificamos nas narrativas e atitudes dos governantes ligados à extrema direita brasileira, fundamentalistas religiosos e anticomunistas, conhecidos como participantes da bancada evangélica (bíblia) e do “boi”. Tais parlamentares, manifestam uma repulsa à ideia de educação sexual, uma vez que acusam essa educação como uma tentativa de motivar o ato sexual e interferir no desejo dos/as estudantes. De acordo com o pensamento desses setores, a educação sexual é algo que deve ser responsabilidade exclusiva das famílias, pois, segundo eles, o objetivo das escolas é desenvolver uma

Realização:



Apoio:



doutrinação marxista e de promover a "ideologia de gênero" (Cassiavillani; Albrecht, 2023). Eles se concentram mais em torno das disputas no setor de educação.

Essa disputa é antiga e mesmo assim é sempre reeditada, podemos citar as narrativas opostas ao programa governamental *Escola Sem Homofobia*. O projeto foi apelidado por Jair Messias Bolsonaro (Deputado Federal na época) de "*kit gay*". Parte significativa da população e do Congresso Nacional concordou com tal discurso e aliou a ideia de combate ao "novo inimigo". Aqueles que defendiam parcialmente a educação sexual nas escolas, usavam o argumento que a discussão deveria ser realizada apenas nas disciplinas de Ciências Naturais. Não à toa, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz como competência para a disciplina de ciências que, "nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária" (Brasil, 2017 p. 327).

Entretanto, entendemos que as escalas de violência conservadora contra as escolas, tanto em relação à instituição quanto ao trabalho docente, traz reflexos negativos para o trabalho com a educação em sexualidade. A realidade é que professores/as se sentem desrespeitados e amedrontados diante da possibilidade de sofrerem incisivas ameaças. Por isso, embora tenha enfrentado desafios na discussão, o governo Lula ainda pensa em estratégias para que a formação em sexualidade seja realizada com crianças e adolescentes. Uma delas foi a formulação da cartilha "*Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora*", criada pelo Ministério da Saúde em conjunto com a Universidade de Brasília.

Cabe destacar que os participantes na elaboração da obra demonstraram lucidez ao trazer a família como protagonista para o debate e colocar a educação formal como uma aliada no processo de formação. O material expõe a importância do diálogo com os grupos conservadores, considerando o que eles defendem. Dessa forma, a cartilha aponta que,

a necessidade de trabalhar a temática sexual também reside no fato de que ela está presente em toda a sociedade. Quando percebemos esse contexto, conseguimos então concluir que um dos espaços mais importantes para refletir sobre sexualidade, educação sexual, liberdade sexual, bem como a segurança do corpo, o respeito às diversidades de orientações sexuais e identidades de gênero e às escolhas reprodutivas, entre outros, é dentro de casa. Debatendo e aprendendo sobre essas questões em casa, podemos constituir, juntas e juntos, a autonomia nos mais jovens (Brasil, 2024, p. 6).

Como se pode observar, existe um direcionamento para a ideia de que a educação sexual deve acontecer mediante a articulação da sociedade civil e Estado, afirmando buscar a descentralização estatal como responsável pela temática. Além disso, demarcamos que nesse momento o critério foi trazer a saúde para o seio da discussão. Retirar as escolas como principal motivador da educação sexual foi fundamental no atual cenário político, que ainda mantém os parlamentares conservadores e reacionários como maioria no congresso. Porém, a cartilha deixa evidente que a educação em sexualidade permanece sendo uma questão de política pública, por isso deve-se manter a responsabilidade das escolas, movimentos sociais e outros espaços na discussão.

## Referências

BRANDÃO, Elaine Reis; LOPES, Rebecca Faray Ferreira. "Não é competência do professor ser sexólogo": o debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 100–123, 2018. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/28265>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

Realização:



Apoio:





BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Simpósio Nacional debate enfrentamento à violência sexual online contra crianças e adolescentes**. Brasília: MDHC, 23 maio 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/simposio-nacional-debate-enfrentamento-a-violencia-sexual-online-contra-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **O papel da escola no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**. Brasília: MEC; Universidade Federal de Uberlândia; OEI, 2024. (Coleção Cadernos Temáticos de Educação em Direitos Humanos).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora**. Brasília: Ministério da Saúde; Universidade de Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota técnica n. 2/2024** - Secretaria de Atenção Primária à Saúde - trata da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência - “Prevenção da Gravidez na adolescência, promovendo a saúde e garantindo direitos”. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota técnica n. 5/2024**. CGEDESS/DEPPROS/SAPS/MS - Documento Orientador do Programa Saúde na Escola: Indicadores e Padrões de Avaliação do Ciclo 2023/2024. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

BUENO, Samira; BOHNENBERGER, Marina; MARTINS, Juliana; SOBRAL, Isabela. A explosão da violência sexual no Brasil. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP. 2023. p. 154-161. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2023.

CARRARA, Sergio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CARVALHO, Mario C.; SIVORI, H. F. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017.

CASSIAVILLANI, Thiene Pelosi; ALBRECHT, Mirian Pacheco Silva. Educação Sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/ZbGGgt6VvqkKxjLGgcZRScv/> Acesso em: 16 abr. 2024.

CORREA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, p. 147-177, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**, v. 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, [1976]1999.

IRINEU, Bruna Andrade. 10 anos do programa Brasil sem homofobia: notas críticas. **Temporalis**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 193-220, nov., 2014.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – Ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. (org.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. FURG, 2017.

LEITE, Vanessa Jorge. Em defesa das crianças e da família: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad** – revista latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 32, p. 119-142, ago., 2019.

Realização:



Apoio:





LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MALAGI, A.; SLONGO, I. I. P. Itinerários da (des)oficialização da educação sexual nos anos iniciais: uma perspectiva histórica. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 1–14, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/64726>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para uma população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 39, p. 403–429, jul., 2012.

MORAES, Patricia Maccarini *et al.* Familismo e política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 2, p. 802–818, dez., 2020. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13675>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Taxa de gravidez na adolescência no Brasil está acima da média latino-americana e caribenha**. Genebra: OMS, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/taxa-de-gravidezadolescente-no-brasil-esta-acima-da-media-latino-americana-e-caribenha/>>. Acesso em: 23 maio 2022.

ORLANDI, Eni. Educação em direitos humanos: um discurso. *In*: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

PALMA, Yáskara Arrial *et al.* Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 727-738, set., 2015. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2015000300016&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300016&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em: 5 dez. 2023.

PATERNOTTE, D.; KUHAR, R. “Ideologia de gênero” em movimento. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. p. 503-523, set./dez. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 maio 2022.

SALES, Lilian; MARIANO, Ricardo. Ativismo político de grupos religiosos e luta por direitos. **Religião e Sociedade**, v. 39, n. 2, p. 9–27, maio, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n2editorial>. Acesso em: 03 março 2022.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNFPA. **Estado de la población mundial 2022**. Visibilizar lo invisible: la necesidad de actuar para poner fin a la crisis desatendidas de los embarazos no intencionales. Buenos Aires: UNFPA, 2022. Disponível em: <<https://argentina.unfpa.org/es/publications/visibilizar-lo-invisible-la-necesidad-de-actuar-para-poner-fin-la-crisis-desatendida--2>>. Acesso em: 6 abr. 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF; FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: UNICEF/FBSP, out. 2021, Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. Gênero e sexualidade: concepções e discussões acerca da educação. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 209–222, mar., 2019.

Realização:



Apoio:



ZAN, Dirce; KRAWCZYK, Nora Rut. A disputa cultural: o pensamento conservador no ensino médio brasileiro. **Revista Amazônida**, Manaus, v. 4, n. 1, p. 01-09, 2019.

Realização:



Apoio:



**COMUNIDADE MIGRANTE VENEZUELANA LGBTQIA+ NO BRASIL:** Duas  
realidades, país de origem e país anfitrião

Yarlis Yaneth Conde Herrera<sup>542</sup>

Marco José de Oliveira Duarte<sup>543</sup>

**Resumo:** Migrantes e Refugiados Venezuelanos com orientação sexual ou identidade de gênero distintas, encaram problemas e riscos ao longo do seu projeto de imigração que os coloca numa situação vulnerável. Isso responde a diferentes fatores entre os quais destacam, aqueles estruturais, típicos dos países destinatários, e aqueles relacionados ao estigma, discriminação e desinformação sobre pessoas LGBTQIA+.

**Palavras-chaves:** LGBTQIA+; Direitos Humanos; Migração.

**Abstract:** Venezuelan migrants and refugees with different sexual orientation or gender identities face problems and risks throughout their immigration project, which places them in a vulnerable situation. This responds to different factors, including those that are structural, typical of the recipient countries, and those related to stigma, discrimination and misinformation about LGBTQIA+ people.

**Keywords:** LGBTQIA+; Human Rights; Migration.

## Introdução

Particularmente no que diz respeito às experiências de migrantes LGBTQIA+, essa questão é ainda mais complexa. Isso porque as formas de vivenciar orientações sexuais e/ou identidades e expressões de gênero, são afetadas por processos de mobilidade e têm implicações em conflitos sociais, culturais e políticos em torno da (des)construção de significados, da (auto)representação, da garantia de direitos e do exercício da cidadania que ocorrem em todas as etapas do processo migratório (Andrade 2019; Zecena 2019).

Segundo McCall 2005, Ritzer e Ryan (2011) ao usar a sigla LGBTQIA+ e a palavra migrantes, não podemos assumir a vulnerabilidade de grupos, mas podemos categorizar indivíduos com o propósito de dialogar sobre as injustiças epistêmicas impostas a essa população no acesso aos seus direitos humanos. Para esses autores o termo migrante LGBTQIA+ não é usado como um termo genérico, é preciso ressaltar que essa linguagem não pretende desconsiderar as diversas experiências de trajetórias migratórias dentro das diversas comunidades LGBTQIA+.

Em vez disso, Massaquoi (2020) e Muelle e Ramírez (2019), destacam que é estrategicamente crucial e vantajoso classificar migrantes LGBTQIA+ como um grupo e, com base em Fricker (2007), isso poderia contribuir para uma proliferação epistêmica de suas experiências para conhecer a prática, a educação, a política e a pesquisa desse grupo.

De acordo com Boyd e Grieco (2003), o caso da migração de pessoas LGBTQIA+, é pouco estudado, mas pode de certa forma ajudar sobre outros aspectos estruturais que afetam os processos de migração. Além do idioma do país anfitrião, o contato com o país de origem e ideias de retorno, as estruturas e condições impostas

<sup>542</sup> Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: conde.yarlis@estudante.ufjf.br

<sup>543</sup> Docente da Faculdade de Serviço Social e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutor em Serviço Social. E-mail: marco.duarte@ufjf.br

Realização:



Apoio:



pelo sistema de gênero também são fatores subjacentes tanto na decisão de migração, bem como no seu processo. Esses autores indicam que o impacto da migração também depende de fatores de gênero, como identidade e orientação sexual dos migrantes, especialmente no acesso a serviços ou em processos como a incorporação no setor trabalhista ou regularização do status de imigração.

Desta forma Vidal-Ortiz (2013), indica que ressignificar a realidade social para pessoas com identidade de gênero ou orientação sexual não normativa pode implicar em muitos casos, padrões de liberação (no caso de chegar em países com maior abertura a essas identidades) ou de restrição, em comparação com a situação no país de origem.

Segundo a OIM (2016), para compreender a dinâmica migratória das pessoas LGBTQIA+ é preciso identificar as condições de discriminação e exclusão que enfrentam na região, além de chamar a atenção para a existência de fatores estruturais relacionados com o não reconhecimento dos seus direitos na legislação dos diferentes países, que geram condições de vulnerabilidade. Pelo qual essa comunidade enfrenta diversas condições de discriminação fortemente enraizada na cultura e legitimados nas diferentes áreas da vida cotidiana, política e social, seja na forma de regras, leis e/ou regulamentos que ignoram ou restringem seus direitos humanos, ou sustentados através de manifestações culturais como piadas, zombarias e discursos de ódio que incita à violência. Isto tem um impacto concreto no acesso a serviços básicos, como acontece com a comunidade trans e o acesso ao trabalho, ao sistema educacional ou de saúde.

Da mesma forma a OIM (2016), frisa que a falta de reconhecimento legal dos casais do mesmo sexo deixa a eles e às suas famílias desprotegidas no acesso a cuidados de saúde, pensões, visitas hospitalares, créditos, adoções, reconhecimentos de crianças. Essas situações colocam as pessoas da comunidade LGBTQIA+ em posição de desvantagem social e econômica, criando uma situação discriminatória em relação à população heterossexual, que possui reconhecimento legal de tais direitos.

De acordo com Hernandez *et al.* (2021), a maioria das pessoas da comunidade LGBTQIA+ que decidem migrar de seus países por motivos de discriminação, violência ou acesso a serviços ou reconhecimento de seus direitos, eles decidem fazê-lo aos países que são detentores de direitos conquistados, como mudança de nome e sexo no documento de identidade, leis contra a violência de pessoas LGBTQIA+ e casamento civil igualitário.

## **Os números da migração venezuelana no Brasil**

Segundo dados da Plataforma Regional de Coordenação Interagencial - *Response for Venezuelans* (R4V, 2024), a República Federativa do Brasil considerasse um país que acolhe uma cifra importante de migrantes procedentes da Venezuela, sendo esses números para a data do 04 de junho de 2024, de 132.626 venezuelanos refugiados reconhecidos no Brasil, 15.088 solicitações de refúgio de venezuelanos, e um total de 479.751 venezuelanos com autorização de residência no Brasil.

Esta situação gera uma crise social que coloca essas pessoas, comparadas com a população brasileira, em situação de maior vulnerabilidade laboral, educacional e de seus direitos humanos (Banco Mundial, 2020), especialmente se pertencem a populações historicamente oprimidas, como mulheres, crianças, adolescentes ou pessoas de orientação sexual diversa, identidade de gênero, expressão de gênero ou características sexuais identificadas como lésbicas, gay, bissexual, transgênero, conhecidas como representantes da comunidade LGBTQIA+.

Para Care (2020), o fenômeno de migração pode representar para muitas pessoas da comunidade LGBTQIA+, a possibilidade de aceder a um espaço que possa lhe oferecer oportunidades para desenvolver um projeto de vida que reconheça suas

Realização:



Apoio:



identidades, seus corpos e suas famílias. No entanto, para os refugiados e migrantes da Comunidade LGBTQIA+ procedentes da República Bolivariana da Venezuela, que é encontrada no Brasil, a situação está longe de ser ideal, já que seu deslocamento responde a outro tipo de emergência, chamada de (crise política, econômica, social, cultural) que os coloca numa faixa complexa diferente ao cenário de outras comunidades migrantes no país.

No Brasil, existe pouca informação sobre a situação de refugiados e migrantes venezuelanos da Comunidade LGBTQIA+. Já na região (América do Sul), existem alguns estudos relevantes, por exemplo o realizado por Presente e OIM (2020), onde encontram-se informações críticas sobre a situação de segurança, habitação, trabalho e saúde que essas pessoas vivenciam, além de uma série de testemunhas de violência e discriminação em suas experiências como refugiados ou migrantes.

### **Antecedentes de discriminação da comunidade LGBTQIA+ na Venezuela**

Como é bem conhecido a Venezuela enfrenta uma crise política, social, econômica, cultural, que vai se tornando cada dia pior, motivo pelo qual a mobilização humana ocorrida, desde 2014, só acrescenta os números de refugiados venezuelanos pelo mundo. Essa crise que está presente na Venezuela afeta à comunidade LGBTQIA+ com discursos discriminatórios provenientes de funcionários do governo. De acordo com o relatório “*Rompiendo el Silencio*”, sobre violência contra pessoas LGBTQIA+ na Venezuela, durante o ano 2022, no mês de junho (mês do Orgulho LGBTQIA+) foi caracterizado pela manifestação de discursos discriminatórios por parte de funcionários e figuras públicas. Os casos desses discursos relatados neste mês representaram a metade do total de discursos documentados (OVV LGBTQIA+, 2023).

Segundo o relatório em 2022, foram documentados 22 discursos discriminatórios difundidos por funcionários do estado ou figuras públicas, a maioria deles foram emitidos devido ao preconceito associado a mais de uma das características que incluem a população LGBTQIA+, ou seja, orientação sexual, identidade ou expressão de gênero e/ou diversidade corporal e teve lugar, principalmente em espaços de comunicação, ou seja, no ambiente midiático ou redes sociais (OVV LGBTQIA+, 2023).

De acordo com a (OVV LGBTQIA+, 2023), no que diz respeito aos primeiros seis meses de 2023, junho resultou ser o mês em que predominaram os discursos discriminatórios. Durante este período, observa-se uma tendência contínua em termos de identificação de preconceitos, a maioria deles é contra a população LGBTQIA+ em geral, enfatizando características como identidades, gênero e orientação sexual. Da mesma forma, eles estão espalhados em ambientes da mídia ou redes sociais.

Esses discursos geralmente são transmitidos sem atacar as pessoas individualmente, salvo algumas exceções, quando ocorreram, além de emitir comentários contra toda a população LGBTQIA+, estes foram especificamente dirigidas contra mulheres trans, especialmente contra mulheres trans que praticam ativismo e que apresentam notoriedade pelo seu trabalho na defesa dos Direitos Humanos. Um exemplo disso foi a denúncia contra ativistas trans que uma deputada da Assembleia Nacional apresentou ao Ministério Público. Além de existir uma crueldade particular contra as mulheres trans por causa de sua identidade de gênero, em geral, as represálias contra ativistas que denunciam esse tipo de mensagem podem ter lugar, quase que no cotidiano. Outro exemplo foi o fato de um deputado divulgar dados pessoais de um jornalista e acusá-lo de ser um “espião LGBTQIA+” por publicar uma entrevista sobre algumas supostas portarias que a deputada estava promovendo.

Através desses discursos são transmitidas mensagens de vários tipos, em alguns casos zombaria contra esta população, legitimação de vários tipos de violências, estigmas que marcam as pessoas LGBTQIA+ sendo denominadas como pessoas incapazes, sem moral e até doentes. Em outros casos, que causam especial

Realização:



Apoio:





preocupação, são aqueles discursos fundamentalistas que expressam nojo, preconceito e discriminação, pois estes, se opõem mais diretamente aos direitos das pessoas LGBTQIA+, ou seja, não só emitem preconceitos, suas mensagens são acompanhadas por uma ação que visa limitar o livre desenvolvimento dessas pessoas.

Para OVV LGBTQIA+ (2023), os emissores destes discursos dedicam-se sistematicamente a falar disso, desta forma tendem a expressar que estão em “Defesa da família originária” (para se referir àqueles compostos por pai e mãe) ou contra de “ideologia de gênero” (eles rejeitam movimentos LGBTQIA+ e feministas por considerar que agem contra a natureza e a família). Esses discursos geralmente são baseados em desinformação e mentiras, para aprofundar preconceitos contra pessoas LGBTQIA+, alguns dos temas recorrentes são:

- a. Pessoas LGBTQIA+ são uma ameaça à família tradicional e valores tradicionais.
- b. O ativismo LGBTQIA+ baseia-se na promoção da ideologia de gênero.
- c. Pessoas trans representam uma ameaça à infância.

Desta maneira aqueles que geralmente fazem esses discursos têm abertura de vários espaços, mídias; centros educacionais; espaços comunitários entre outros; além disso, procuram levar essa narrativa para espaços de participação e representação política, para impedir a aprovação de leis que favoreçam esta população ou promover propostas de portarias que visam a discriminação dessas populações vulneráveis e que violam os seus direitos.

Um caso significativo dessa discriminação, ocorreu no ano 2022, onde um radialista, em um de seus programas, expressou que a homossexualidade não era normal. O Prefeito do Município Plaza do Estado Miranda no centro do país, acompanhou uma marcha promovida por organizações religiosas em repúdio ao reconhecimento dos direitos das pessoas LGBTQIA+, nesta mesma atividade declararam este município como “O primeiro Município pró-vida e pró-família” do país. Nessa ordem de ideias o líder político Montoya, do Partido “*Primero Justicia*”, realizou um discurso ignorando identidades trans, enfatizando o mesmo contra as mulheres trans, sobre a qual deu exemplos de situações que não podia aceitar e com isso argumentou que promoverá um movimento nacional para defender a família, as tradições e a vida.

### **Principais agentes discriminatórios da comunidade LGBTQIA+ na Venezuela**

De acordo com OVV LGBTQIA+ (2023), nos últimos anos, discursos de tipo discriminatório tiveram momentos de maior utilização por funcionários do estado. Exemplo desse fato foi no contexto da campanha eleitoral de 2012, onde uma das principais narrativas contra o candidato presidencial da oposição foi concentrada na homofobia. Sendo assim dentre os principais atores que propõem esses discursos no país, encontram-se: Deputados da Assembleia Nacional de 2005 até a atual 2025. O Presidente da República, o Procurador Geral da República, alguns Prefeitos atuais e diferentes líderes nacionais, regionais e municipais de partidos políticos do governo e da oposição.

De acordo com o indicado anteriormente podemos dizer que isso constitui apenas um pequeno fragmento da complexidade que essas mensagens discriminatórias contemplam, e que além de gerar impacto no direito ao livre desenvolvimento das pessoas LGBTQIA+ e a limitação dos seus direitos representam uma preocupação internacional porque podem gerar uma visão distorcida sobre as pessoas desta população, impactando diretamente na segurança e integridade de pessoas LGBTQIA+

Realização:



Apoio:



ou dos defensores dos direitos desta comunidade. Pelo fato de que esses discursos e ações são gerados por funcionários do estado ou figuras públicas, transmite-se a mensagem de que ninguém defende nem protege os direitos desta população e que aqueles que se atrevem a fazê-lo devem enfrentar as consequências que isso acarreta, motivando a discriminação, violência e a não denúncia desses eventos. Esta situação agrava-se quando os meios de comunicação social são parcializados, dando maior cobertura e espaços para aqueles que emitem mensagens estigmatizantes, sendo contrários de dar espaço para pessoas da comunidade LGBTQIA+ e os problemas que as afetam.

### Existem algumas vozes contra esses discursos de discriminação?

Quanto à abertura que esses discursos têm em diversos espaços, a “*Relatoria Especial para la Libertad de Expresión de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos*” (Figura 1). Expressou sua “preocupação com os discursos das autoridades da Universidade de Carabobo, que associa pessoas LGBTQIA+ à pedofilia, e educação sexual abrangente com pornografia”. Além disso, alertou que esses discursos acentuam um ambiente hostil contra essa população.

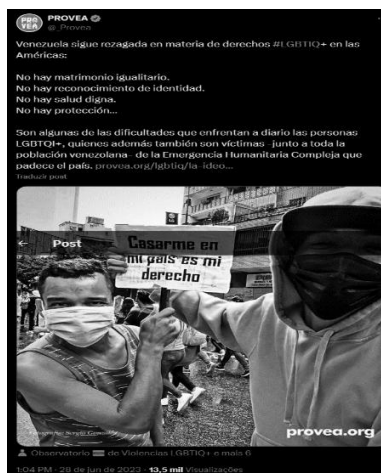
**Figura 1 - Expressão na Rede Social X (antigamente conhecida como Twitter), sobre discursos contra a Comunidade LGBTQIA+.**



**Fonte:** Disponível em: <[https://x.com/RELE\\_CIDH/status](https://x.com/RELE_CIDH/status)> (2023).

Para a ONG venezuelana “*Programa Venezolano de Educación Acción en Derechos Humanos*” (PROVEA), afirma-se que a Venezuela continua atrasada em termos de direitos LGBTQIA+ em comparação com outros países latino-americanos. A organização afirmou que as pessoas LGBTQIA+ também enfrentam a “Complexa Emergência Humanitária que o país sofre” e que afeta toda a população (Figura 2).

**Figura 2 - Expressão na Rede Social X (antigo Twitter), sobre atraso da Venezuela em termos de direitos LGBTQIA+**



Fonte: <[https://x.com/\\_Provea/status](https://x.com/_Provea/status)> (2023).

Além disso, PROVEA reconheceu o trabalho de ativistas e associações que lutam pela igualdade de direitos na Venezuela e instou aos cidadãos e o estado a promover “uma sociedade com mais educação e respeito”.

## Metodologia da pesquisa

O desenho desta pesquisa é do tipo descritivo. Utilizando métodos de coleta de informações quantitativas (enquetes) e qualitativas (grupos focais), além da revisão de fontes secundárias (bibliografia e estatísticas).

A amostra de estudo foi definida por 10 refugiados e migrantes da Venezuela identificados como população LGBTQIA+ que moram no estado de Minas Gerais, especificamente no município de Juiz de Fora.

A decisão de realizar a pesquisa em Juiz de Fora (MG), baseou-se em três fatores principais: a) sua importância como destino de migração; b) a atuação do governo local em relação às políticas públicas voltadas à população migrante e/ou LGBTQIA+; e c) sua visibilidade como um centro urbano mais acolhedor para a população LGBTQIA+.

A amostragem foi não probabilística, intencional, o que significa que não é representativa da população de refugiados e migrantes venezuelanos pertencentes à comunidade LGBTQIA+ no Brasil, isso pelo fato de não ter uma estatística real do número de pessoas refugiadas e migrantes da comunidade venezuelana LGBTQIA+, mas nos permite descrever de forma exploratória e dar escopo à situação em que se encontram e descrever as percepções de seus Direitos Humanos no Brasil.

Assim, através de entrevistas, obteve-se a resposta de 10 refugiados e migrantes LGBTQIA+ da Venezuela cuja idade varia entre 18 e 48 anos. Para o qual foram consideradas três características obrigatórias como validação:

- 1) Identificar-se como pessoa LGTBQIA+ (seja por orientação sexual, expressão de gênero, identidade de gênero e/ou características sexuais).
- 2) Ser migrante ou refugiado de origem venezuelana.
- 3) Residir ou permanecer em território brasileiro.

## Resultados

Dos 10 refugiados e/ou migrantes da comunidade LGBTQIA+ da Venezuela que fizeram parte desta pesquisa, foram obtidas as seguintes informações:

Realização:



Apoio:



- a) Quanto ao Perfil Sociodemográfico, participaram pessoas entre 18 e 48 anos de idade, dos quais 60% têm ensino superior (Universitário ou Técnicos), em comparação com 40% com ensino secundário completo. É importante destacar que metade das pessoas se identifica como gay (50%), 25% como lésbicas e 25% como trans;
- b) Em relação à rota migratória, segundo o levantamento há registro de migração LGBTQIA+ desde 2017, o que equivale a cerca de 7 anos em território nacional. Como têm mais tempo no país, há mais possibilidades de se mudarem para outras cidades em comparação com aqueles que estão no país há 1 ou 2 anos e que se instalam em cidades do norte do Brasil como Pacaraima e Boa Vista no Estado de Roraima, isto também pode ser explicado pela limitação de recursos econômicos ao entrar no país, que só permite chegar a cidades fronteiriças mais próximas;
- c) Sobre a qualidade da migração, a totalidade da comunidade LGBTQIA+ venezuelana participante da pesquisa possuem documento legal, que permite uma estadia regular em território brasileiro: (Registro Nacional Migratório), sendo indicativo de acesso a diferentes oportunidades de emprego, empreendedorismo ou serviços prestados pelo governo federal ou municipal;
- d) Em relação ao exercício dos direitos econômicos e sociais, 40% das pessoas entrevistadas não têm trabalho estável ou é informal, o outro 60% encontram-se em situação laboral ativa, sendo motivo de destaque para as pessoas trans onde a cifra de desemprego chega até 80%.

## Conclusões

Apesar do governo brasileiro ter facilitado a entrada dos migrantes venezuelanos, ajudando na legalização e permanência deles no território brasileiro. Existem algumas percepções sobre os Direitos Humanos no Brasil da comunidade LGBTQIA+ venezuelana, que foram analisadas na pesquisa. Basicamente a maioria de participantes do estudo indicam uma conformidade com o respeito de seus Direitos Humanos, comparado com o vivenciado na Venezuela, eles indicam primeiramente a aprovação de leis e regulamentos no Brasil que dão direitos de reconhecimento que não estão permitidos na Venezuela, como por exemplo o reconhecimento de famílias LGBTQIA+ através do casamento civil igualitário (de mesmo gênero), o reconhecimento de pessoas trans e não binárias e o fortalecimento da legislação sobre discriminação, que significam um passo importante no estabelecimento dessa comunidade no Brasil.

Essa visão é muito diferente ao cotidiano dessa comunidade na Venezuela onde, por exemplo existem frases como “Eles me tratam diferente porque eu não sou heterossexual” e “Eu fui julgado por não ser heterossexual”. Sobre a Percepção de Discriminação de Grupo há uma tendência a concordar com a percepção de discriminação ao coletivo LGBTQIA+, destacando-se os seguintes itens: “O sistema educacional do país não atende às necessidades da comunidade LGBTQIA+”, “Em público, casais do mesmo sexo não são tratados da mesma forma que os heterossexuais” e “Os políticos do meu país minimizam as necessidades da comunidade LGBTQIA+”.

Em relação à cidade de Juiz de Fora, podemos verificar que se trata de um contexto mais receptivo para as pessoas LGBTQIA+ entrevistadas, em comparação à sua cidade/país de origem. Isso se reflete na possibilidade de ser, se expressar e ser visível como pessoa LGBTQIA+; no entanto, situações de violência continuam existindo. Nesse sentido, é necessário reconhecer que, como fronteira geopolítica que promove a

Realização:



Apoio:



constituição de um espaço social, o território guarda íntima relação com a marginalização, a vulnerabilidade e a precariedade da existência de pessoas LGBTQIA+.

Por meio da pesquisa foi solicitado aos participantes a sugestão de possíveis soluções ou identificação de problemas considerados dentro do cotidiano de sua permanência no Brasil, sendo as respostas mais relevantes as seguintes:

- Estabelecer estratégias para alcançar o empoderamento de refugiados e/ou migrantes LGBTQIA+.
- Criação de rotas e estratégias para encaminhamento de casos de vulnerabilidade, especialmente no caso laboral.
- Gerar espaços comunitários para promover a integração das pessoas LGBTQIA+.
- E de forma muito importante estabelecer estratégias de contenção emocional, promoção da saúde mental e prevenção de conflitos em espaços de convivência.

Desta forma através desta investigação esperamos fortalecer a importância de considerar a mobilidade humana venezuelana que atualmente ocupa um espaço importante no Brasil, no avanço de pesquisas que integram a Comunidade LGBTQIA+ e seus Direitos Humanos no mundo institucional e acadêmico, já que desde nossas instituições são originadas ideias e soluções que possivelmente sejam o Norte na resposta que os refugiados ou migrantes desta comunidade precisam.

## Referências

ANDRADE, Vítor Lopes. **Refúgio por motivos de orientação sexual**: um estudo antropológico na cidade de São Paulo. Florianópolis: Ed. UFSC, 2019.

BANCO MUNDIAL. **Migrantes y refugiados venezolanos en el Perú**: el Impacto de la crisis de la Covid-19. Washington: World Bank Group, 2020. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/647431591197541136/pdf/Migrantes-y-Refugiados-Venezolanos-en-El-Peru-El-Impacto-de-la-Crisis-del-Covid-19.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

PRESENTE; ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES – OIM. **Salir de casa para volver al closet**: diagnóstico situacional sobre la población venezolana LGBTIQ+ en situación de movilidad humana en Perú. Lima: Presente: Organización Internacional para las Migraciones – OIM, noviembre, 2020. Disponível em <<https://peru.iom.int/sites/g/files/tmzbd1951/files/Documentos/DIAGLGTTBIQ2020.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. Women and migration: incorporating gender into international migration theory. **Migration Policy Institute**, mar., 2003.

CARE PERÚ. Análisis rápido de género. **Proyecto Alma Llanera**. Disponível em <<https://www.r4v.info/sites/default/files>>. Acesso em 10 julho 2025.

FRICKER, Miranda. **Epistemic Injustice**. Oxford: Oxford University Press, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198237907.001.0001>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

Realização:



Apoio:





HERNÁNDEZ, M.A. et al. **Migración calificada de peruanas/os LGBTQ+**: discriminación y fuga de talentos. Lima: Más Igualdad Perú, 2021.

MASSAQUOI, Notisha M. **No place like home**: African refugees and the making of a new queer identity. 2020. 297p. Tesis (Doctor of Philosophy) - Ontario Institute for Studies in Education, University of Toronto, 2020. Disponível em: <[https://tspace.library.utoronto.ca/bitstream/1807/103314/3/Massaquoi\\_Notisha\\_202011\\_PhD\\_thesis.pdf](https://tspace.library.utoronto.ca/bitstream/1807/103314/3/Massaquoi_Notisha_202011_PhD_thesis.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2025.

McCALL, Leslie. The Complexity of Intersectionality. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. **30**, n. 3, p. 1771–1800, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1086/426800>> Acesso em: 05 jul. 2025.

MUELLE, Camila Esguerra; RAMÍREZ, Jeisson Alanis Bello. Intersectionality and LGBTI public policies in Colombia: uses and displacements of a critical notion. *In*: HANKIVSKY, Olena; JORDAN-ZACHERY, Julia S. (ed.) **The palgrave handbook of intersectionality in public policy**. London: Palgrave Macmillan, 2019. p. 489-510

OBSERVATORIO VENEZOLANO DE VIOLENCIAS LGBTIQ+. Voces contra el prejuicio: **Informe sobre violencias y discriminación a personas LGBTIQ+**, enero – junio, Caracas, 2023.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. Migración calificada y desarrollo: desafíos para América del Sur. **Cuadernos Migratorios**, n. 7, 2016. Disponível em <[https://www.iom.int/sites/default/files/press\\_release/file/OIM-Migracion-Calificada-en-America-del-Sur.pdf](https://www.iom.int/sites/default/files/press_release/file/OIM-Migracion-Calificada-en-America-del-Sur.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2025.

R4V. **Refugiados y migrantes de Venezuela**. Disponível em <<https://www.r4v.info/es/refugiadosymigrantes>>. Acesso em 15 julho 2025.

RITZER, George; RYAN, J. Michael (ed.). **The concise encyclopedia of sociology**. New Jersey: Blackwell Publishing Ltd, 2011.

VIDAL-ORTIZ, Salvador. Más allá de la nación: sexualidad y género como ejes centrales de la migración. **Revista Maguaré**, v. 27, n. 1, p. 195-213, 2013.

ZECENA, Ruben. Migrating like a queen: visibility and performance in the trans gay caravan. **WSQ - Women's Studies Quarterly**, v. 47, n. 3 e 4, p. 99-118, 2019.

Realização:



Apoio:



## INTERVENÇÕES DO ESTADO NA INFÂNCIA NEGRA: velhas e novas formas de controle social

Bianca Franciane da Cruz<sup>544</sup>  
Carolina Morais Simões de Melo<sup>545</sup>

**Resumo:** O trabalho propõe uma reflexão a partir de uma perspectiva histórico-crítica, das estratégias de controle do Estado brasileiro sobre a infância negra, com foco nas políticas de saúde mental. Com base na experiência de estágio no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (Capsi) de Barbacena/MG e em pesquisa acadêmica, analisa como o racismo estrutural e institucional atravessa as políticas sociais, especialmente por meio da medicalização, patologização e institucionalização de crianças negras. Discute-se o papel histórico do higienismo, da eugenia e da psiquiatria na legitimação de práticas de exclusão, evidenciando a articulação entre racismo, classe social e políticas públicas.

**Palavras-chave:** Racismo Estrutural; Saúde Mental, Controle Social, Infância e juventude.

**Abstract:** From a historical-critical perspective, this article examines the Brazilian state's strategies for controlling Black children, focusing on mental health policies. Based on an internship experience at the Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (Capsi) in Barbacena, Minas Gerais, and academic research, the article analyzes how structural and institutional racism permeates social policies, particularly through the medicalization, pathologization, and institutionalization of Black children. The article discusses the historical role of hygiene, eugenics, and psychiatry in legitimizing exclusionary practices, highlighting the interconnectedness of racism, social class, and public policies.

**Keywords:** Structural Racism; Social Control; Mental Health; Children and teenagers.

### Introdução

O presente trabalho surgiu a partir das reflexões teórico-práticas do trabalho profissional e da inserção no Estágio em Serviço Social no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (Capsi) de Barbacena, Minas Gerais. Também conta com reflexões suscitadas através de pesquisa de Doutorado, realizada por uma das autoras, acerca da atenção em saúde mental de crianças e adolescentes em Barbacena/MG<sup>546</sup>.

Busca-se desenvolver uma análise teórica e crítica a respeito das políticas sociais voltadas a crianças e adolescentes na contemporaneidade a partir de uma análise da formação social brasileira e da estrutura racista que sustenta as estratégias de controle do Estado sobre crianças e adolescentes e suas famílias. O racismo de Estado se manifesta nas estratégias de intervenção nas expressões da “questão

<sup>544</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) de Barbacena/MG. E-mail: biancaifbarbacena@gmail.com

<sup>545</sup> Assistente Social e Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: carolina.moraismelo@gmail.com

<sup>546</sup> Pesquisa de doutorado realizada na Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), nos anos 2019 a 2024, tendo como tema a atenção em saúde mental de crianças e adolescentes em Barbacena/MG, bem como a instituição do Capsi como marco de uma política de saúde mental infantojuvenil neste município, podendo ser conferida em Melo (2025).

Realização:



Apoio:



social”<sup>547</sup>, adquirindo particularidades nas diversas políticas sociais, constituindo-se como mecanismos de produção e reprodução da classe trabalhadora na contradição essencial das políticas sociais no capitalismo.

No campo da saúde mental infantojuvenil, percebem-se mecanismos de controle que se expressam na contemporaneidade por um avanço da patologização da infância, da psicologização, individualização e medicalização de processos sociais, que encobrem as desigualdades sociais, sexuais e raciais características da formação social brasileira.

Busca-se, então, em um primeiro momento, caracterizar a formação social brasileira a partir de sua estrutura colonial e escravocrata e de que forma o eugenismo e o higienismo contribuíram para o estabelecimento de uma formação social essencialmente racista, configurando uma associação entre pobreza e raça e cor no Brasil. O segundo item aborda o aparecimento e a valorização da infância na agenda pública, indicando de que forma crianças e adolescentes foram alvo da intervenção estatal e como estas estratégias expressam uma face do racismo estrutural brasileiro. Também busca-se, ao final deste item, indicar algumas reflexões acerca das novas formas de racismo e controle nos serviços de saúde mental, particularmente, nos Caps.

### **Intervenções racializadas: o Estado como agente da desigualdade na gestão da pobreza negra**

O século XX no Brasil é marcado por diversas transformações sociais, políticas e econômicas e por uma mudança de paradigmas no campo dos direitos e do Estado. Este contexto determina a estruturação de políticas públicas, bem como a constituição de concepções e práticas voltadas às crianças e adolescentes e suas famílias. Essas transformações são marcadas pelas particularidades da constituição do capitalismo no Brasil e da formação da classe trabalhadora, bem como dos mecanismos de produção e reprodução da força de trabalho, situadas historicamente, e das relações entre as classes e o Estado.

No campo das políticas públicas brasileiras, na passagem do século XIX para o século XX, transformam-se as funções do Estado e do tratamento dado à “questão social” (Netto, 2006). Se no capitalismo concorrencial a “questão social” era objeto do Estado apenas quando ameaçava as condições de produção, colocando em risco o fornecimento da força de trabalho, no período dos monopólios a “questão social” se internaliza na ordem econômica e política e demanda uma intervenção sistemática do Estado para manter as condições gerais de produção.

A intervenção na “questão social” se dá, então, através de políticas sociais objetivando atender problemas pontuais, como o desemprego, a fome, a pobreza, a falta de moradia, sendo atacada, então, em suas refrações (Netto, 2006). Desta forma, a política social no Brasil, começa a se constituir através de medidas esparsas e frágeis de proteção social até 1930, fato que se relaciona às mudanças urbanas, sociais e da composição e organização da classe trabalhadora.

O Brasil altera seu regime político no fim do século XIX, com a instauração do Período Republicano em 1889, porém mantendo princípios e valores marcados pelas práticas monárquicas e coloniais. Após a abolição formal da escravidão em 13 de maio de 1888, o Estado brasileiro não promoveu medidas efetivas de inclusão dos ex-escravizados no âmbito da cidadania. A liberdade conquistada juridicamente não foi acompanhada de políticas públicas que reconhecessem a população negra como parte

<sup>547</sup> Adota-se a formulação de Netto (2006), para quem a expressão “questão social” é grafada entre aspas, uma vez que teve na história diversos sentidos e significados, surgindo para designar o fenômeno do pauperismo e posteriormente sendo usada como vocabulário próprio do pensamento conservador, distanciada da teoria marxista. Para o autor, a “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo, fruto da contradição essencial entre capital e trabalho.

Realização:



Apoio:



integrante e constitutiva da nação. Pelo contrário, os trabalhadores negros foram sistematicamente marginalizados, retirados da inserção no proletariado urbano nascente e classificados como a “escória da escória do operariado em formação” (Florestan, 2008 *apud* Gonçalves, 2018, p. 515), sendo vistos como uma ameaça à ordem burguesa emergente.

A formação do capitalismo brasileiro está intrinsecamente ligada ao escravismo, que, ao longo de mais de três séculos, estruturou a distribuição desigual de riquezas e oportunidades. O modo de produção capitalista se valeu das heranças do sistema escravista e da opressão racial para consolidar suas bases, naturalizando a exclusão da população negra. Nesse processo, o racismo estrutural se consolidou como instrumento ideológico e material de dominação.

Durante o século XIX, ideias racistas foram revestidas de um verniz científico, sustentando a tese de que os ex-cativos não eram aptos à construção da nação capitalista. A miscigenação passou a ser interpretada como um “defeito de cor” que comprometeria o desenvolvimento do país (Gonçalves, 2018, p. 516). Como consequência, o Estado brasileiro adotou políticas migratórias voltadas à substituição da força de trabalho negra por imigrantes europeus, com o objetivo de “branquear” a população. O incentivo à imigração nesse período foi um dos principais mecanismos de embranquecimento, inclusive sendo o Brasil um dos poucos países que rejeitou imigrantes não brancos (Gonzalez, 2020). Tal política, baseada em argumentos supostamente científicos, aprofundou a exclusão da população negra, associando-a à degeneração moral e ao atraso civilizacional.

Moura (1988) aponta que o branqueamento é um mecanismo de opressão e violência, que tem como finalidade a criação de uma identidade nacional homogênea e o encobrimento das profundas desigualdades sociais da formação social brasileira. Propunha-se, na verdade, o apagamento da identidade e das culturas negras, sendo uma estratégia de racismo e de controle social.

Compreender este processo histórico é fundamental para entender a constituição da classe trabalhadora brasileira, a luta de classes e a constituição do Estado, bem como suas estratégias de controle, consenso e legitimação e como essas particularidades influenciaram na constituição e condições das famílias e crianças negras. A desigualdade social no Brasil não pode ser dissociada da questão racial, a qual não apenas expressa a dimensão social da exclusão, mas a antecede e fundamenta.

O Estado direciona suas estratégias contando com o respaldo da Justiça e da Medicina, que tinham como fundamentos o eugenismo e o higienismo, inserindo-se no projeto colonial de branqueamento da população brasileira, disseminado principalmente entre 1890 e 1930. No campo médico, Costa (1979) aponta que, no final do século XIX, a medicina higienista assume uma posição de agente educativo terapêutico, numa relação de tutela das famílias, entrando na intimidade das suas vidas, impondo uma educação física, moral, intelectual e sexual, sendo a infância negra, alvo prioritário das ações da medicina higienista.

O movimento higienista baseia-se em ideais eurocêntricos e em pressupostos da medicina europeia transportada para a realidade brasileira, sendo atravessada pelos interesses de classe, podendo o conhecimento médico ser considerado um “epifenômeno dos interesses da classe dominante” (Maio, 2004, p. 26)<sup>548</sup>. As práticas higiênicas extrapolavam o campo do cuidado às doenças e voltavam-se à “limpeza” social e urbana dos espaços, tornando-se um mecanismo de controle social através das práticas médicas.

---

<sup>548</sup> Maio (2004), apoiado em pesquisa realizada por Chalhoub (1996), aponta que, na ocasião de aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, e do colapso da escravidão, a febre amarela se transforma na principal pauta da saúde pública, visto que atingia os imigrantes, mão de obra alternativa aos negros escravizados, em detrimento da tuberculose e da varíola, que atingiam principalmente a população negra.

Realização:



Apoio:



A educação física do higienismo criou um modelo de corpo saudável no século XIX, um corpo harmonioso e robusto, se contrapondo ao corpo relapso e doentio do indivíduo colonial, corpo este que representa uma classe e uma raça, baseados em uma superioridade racial e social da burguesia branca (Costa, 1979). A “questão do negro”, longe de ser reconhecida como produto de desigualdades históricas e institucionais, foi reduzida, por muitos intelectuais da época, a uma suposta deficiência psicológica ou atraso cultural.

No campo da Justiça, a proibição das expressões culturais afro-brasileiras foi um dos mecanismos utilizados pelo Estado para a manutenção dessa ordem racializada. O Código Penal de 1890, ao tipificar como crimes práticas como a capoeira, o curandeirismo e outras manifestações religiosas e culturais de matriz africana, contribuiu para a repressão da identidade negra. O ócio, muitas vezes resultado da recusa de empregadores em contratar negros, passou a ser tratado como delito, evidenciando o caráter racista das políticas de controle social (Gonçalves, 2018, p. 518).

O higienismo, na medida em que propõe uma “limpeza urbana”, também opera uma segregação espacial que reconfigura o território brasileiro. A associação entre epidemias e falta de moralidade foi frequentemente mobilizada para culpar os pobres e, em especial, os negros pela degradação das condições sanitárias, desviando a atenção das verdadeiras causas estruturais. A construção histórica da favela como espaço reservado à população negra e pobre é um dos exemplos de como o racismo opera na constituição de territórios marcados pela negligência do Estado e pela segregação social (Gonçalves, 2018).

Contribuindo para as práticas e ideais higienistas, o conceito de eugenia, cunhado por Francis Galton em 1883, defendia a ideia de aprimorar geneticamente populações humanas para alcançar uma humanidade considerada mais evoluída. No Brasil, possuiu um caráter nitidamente elitista e excludente: a burguesia capitalista era identificada como portadora da superioridade racial e moral, em contraste com os trabalhadores empobrecidos, camponeses, estrangeiros, indígenas, negros, ciganos e outras minorias culturais e religiosas, considerados inferiores e degenerados (Aguilar Filho, 2011).

A eugenia, no Brasil, se manifestou, em diversos campos: na medicina, buscava-se erradicar doenças hereditárias e normalizar padrões físicos e mentais considerados superiores; no direito, criaram-se normas para “proteger” ou corrigir degenerados; no urbanismo surgiram propostas de segregação espacial e higienização das cidades; enquanto na educação via-se essa como uma ferramenta para promover uma regeneração física, moral e racial da sociedade. Nesse contexto, consolidou-se o ideal de “raça-nação”, concebendo o trabalhador brasileiro ideal como disciplinado, obediente, produtivo e subordinado aos interesses do Estado e à ordem social estabelecida. Essas ideias formaram a base ideológica para fortalecer o autoritarismo estatal no país.

O período de 1930 a 1945, especialmente durante a Era Vargas, foi marcado por uma série de medidas que institucionalizaram o pensamento eugenista no aparato estatal. A Constituição de 1934, por exemplo, em seu artigo 138, estabelecia como função do Estado “estimular a educação eugênica”, evidenciando o caráter oficial da doutrina. O discurso de Getúlio Vargas na abertura da Assembleia Constituinte de 1933 reforçava essa perspectiva ao propor uma educação que fosse física, moral, eugênica e cívica, voltada para a formação de uma mão de obra disciplinada e para o fortalecimento da “Raça”. Essas propostas visavam legitimar a seleção e a adaptação da população brasileira a um modelo ideal de trabalhador, tanto em termos físicos quanto comportamentais (Aguilar Filho, 2011, p.24)

O projeto eugênico e higienista brasileiros contavam com uma estratégia comum: a intervenção junto às infâncias para moldar uma “nova” sociedade. Busca-se então desvelar as ações estatais voltadas às crianças e adolescentes no Brasil,

Realização:



Apoio:





compreendendo suas concepções em uma perspectiva sócio-histórica. Particularmente, busca-se analisar de que forma as intervenções e desafios no campo da saúde mental infantojuvenil, como aquelas vivenciadas no Capsi, são atravessadas pelo racismo característico da formação social brasileira, direcionando as estratégias de intervenção do Estado nas expressões da “questão social”.

### **Esperança ou ameaça: o racismo institucional nas práticas do Estado frente à infância negra**

No fim do século XIX e início do século XX, o conceito de infância adquire novos significados e uma dimensão social inexistente até então, deixando de ser vista apenas no âmbito privado das famílias e da Igreja, passando a ser objeto de interesse, preocupação e competência administrativa do Estado (Rizzini, 1997). A criança passa a simbolizar, ao mesmo tempo, a esperança e a ameaça, em dois extremos que representavam a salvação ou a perdição. Segundo Rizzini (1997), caso fosse devidamente educada ou retirada de seu meio enfermiço, se tornaria útil a sociedade.

A medicina, a justiça e a filantropia, juntos ao Estado, são chamadas para classificar as crianças e educá-las ou a intervirem em seus modos de vida tendo o seguinte propósito comum: salvar a criança para transformar o Brasil, de forma que salvar a criança era salvar a nação. O investimento na infância tinha como objetivo construir um projeto de nação distanciado de seu passado colonial, delimitando-se como um projeto essencialmente político e racista, visando proteger a infância como forma de defesa da própria sociedade. Se no discurso a criança devia ser educada visando o futuro da nação, na prática, para a infância pobre e negra, educar tinha o objetivo de moldá-la para a submissão (Rizzini, 1997).

De um outro lado, a criança aparece em sua face ameaçadora, demonstrando elementos de crueldade e perversão, colocando em xeque sua inocência, passando a ser representada como delinquente. Deve, então, ser afastada dos ambientes viciosos, principalmente das ruas. Esta percepção, porém, não atinge todas as crianças da mesma forma.

Nos primeiros anos da República, existia uma matriz de leitura dos problemas da criança e dos jovens que se estruturava a partir de quatro elementos centrais: uma representação social da criança, a de um *menor*; um marco jurídico, a *doutrina da situação irregular*; uma concepção de Estado, com função *tutelar*; e uma proposta de intervenção, a *institucionalização* (Couto, 2012). A dinâmica entre esses elementos definiu a relação entre Estado, família, sociedade e crianças por quase oito décadas. E, dessa forma, essa matriz definiu as ações, o financiamento e a pauta política da época, colocando como preocupação central a pobreza e o abandono moral ou material.

A Doutrina da Situação Irregular foi instituída enquanto ordenamento jurídico que se destinava a crianças e adolescentes em “situação irregular”, tendo como marco o Código de Menores de 1979. A “situação irregular” direcionava-se às crianças e adolescentes em situação de “perigo moral” ou “com desvio de conduta”, advindas da delinquência, vadiagem, abandono, privação de condições de subsistência, maus-tratos e pobreza (Leite, 2006, p. 97). O Código de Menores traz uma cisão na categoria da infância, dividindo-a entre “menores” e “crianças”. Enquanto o “menor” era o foco da tutela do Estado, objeto de leis, programas e medidas filantrópicas, majoritariamente pobres e negros, o termo “criança” definia aqueles que se mantinham sob os cuidados da família, conservando sua cidadania (Leite, 2006; Couto, 2012).

O Código de Menores de 1927 pode ser considerado um dos instrumentos legais que colaboraram com a implantação do projeto eugenista autoritarista. Ainda que anterior ao governo Vargas, esse código permaneceu vigente e foi amplamente utilizado para justificar políticas de remoção de crianças pobres, negras e abandonadas de suas famílias e comunidades. Classificadas como “vadias”, “libertinas”, “mendigas” ou

Realização:



Apoio:



“expostas”, essas crianças eram institucionalizadas ou entregues à guarda de particulares por meio de patronatos e instituições religiosas e filantrópicas, muitas vezes associadas às elites locais. Essas práticas expressavam claramente o projeto de “correção” e controle social sobre os segmentos mais vulneráveis da população. Combinaram o determinismo biológico com conceitos político-sociais mais amplos, frequentemente aproximando ciência e religião para elaborar justificativas pseudocientíficas em prol do controle populacional e da construção idealizada da nação (Aguilar Filho, 2011).

Nesse contexto, o racismo, tanto estrutural quanto institucional, atravessa de maneira profunda as vivências cotidianas de crianças negras, impactando seus corpos, subjetividades e trajetórias desde a infância. Na perspectiva do racismo estrutural e do controle do Estado, Eurico (2020) expõe que esse controle se materializa especialmente nas famílias negras que vivem em situação de pobreza. Essas famílias enfrentam dificuldades para garantir necessidades básicas, como moradia, alimentação e educação, e muitas vezes essa situação é vista como negligência.

A situação irregular dos “menores” direcionava uma legião de crianças e adolescentes da tutela familiar para a tutela do Estado. Rizzini e Rizzini (2004, p. 22) apontam para uma “tradição de internação de crianças e jovens em instituições asilares” gerando uma “cultura da institucionalização” no Brasil. Essa estratégia foi utilizada em grande escala, apesar dos documentos jurídicos, desde 1900, já sinalizarem que esse deveria ser o último recurso adotado.

A pobreza, amplamente racializada no Brasil, é um dos principais fatores que leva crianças negras à institucionalização e, ainda hoje, ao acolhimento institucional (Eurico, 2020). Ainda que a legislação atual afirme que a carência de recursos não é motivo legítimo para a perda do poder familiar, o viés racial e de classe frequentemente influenciam as decisões do sistema de justiça e assistência social. O conceito de negligência, por exemplo, por sua subjetividade, abre margem para julgamentos enviesados que penalizam famílias negras em situação de pobreza.

Conforme Eurico (2020), o relatório *Stolen Childhoods*, publicado em 2017 pela ONG *Save the Children*, destaca o fim prematuro da infância em várias regiões do mundo, com maior incidência nos países da África e da América Latina. O Brasil ocupa a 89ª posição, evidenciando a intensidade das violações de direitos que afetam as crianças no país. Em especial, a infância negra enfrenta uma vulnerabilidade ainda maior, caracterizada pela exclusão no acesso a recursos, serviços e proteção social, tornando-se o principal alvo das dinâmicas globais de exploração, dominação e opressão.

As formas de opressão são invisibilizadas e possuem raízes profundas nas estruturas sociais, impactando a construção da subjetividade das crianças, submetendo-as a um cotidiano marcado por vigilância, resistência e violência. Adicionalmente, o pensamento conservador e patriarcal desempenha um papel crucial na perpetuação dessas desigualdades, contribuindo para legitimar condições de vida precárias e restringir oportunidades de transformação social.

A atenção dada à infância no Brasil e sua aparição na agenda pública não resultou, portanto, até o fim do século XX, em maior proteção a crianças e adolescentes, mas foi parte de um discurso que legitimou uma lógica de controle dos corpos negros, diante das alterações nas relações de trabalho e da constituição das classes no Brasil. Este cenário começa a se modificar somente a partir da década de 1980, com a redemocratização e a mobilização de diversos movimentos sociais, tendo como marco a Constituição Federal de 1988 que estabelece o Estado Democrático de Direito e garante direitos sociais universais, públicos e gratuitos, a partir do reconhecimento da cidadania a toda população brasileira.

No campo da infância e da adolescência, é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, que marca uma mudança de paradigmas no campo dos

Realização:



Apoio:



direitos e das políticas públicas. Crianças e adolescentes passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, inseridos com prioridade e de forma transversal em todas as políticas sociais, buscando dar visibilidade às suas particularidades.

Esse processo não ocorre, porém, sem resistências, sem correlações de forças e sem contradições. Se no campo jurídico e político houve avanços significativos e paradigmáticos a partir da década de 1980, é possível perceber a permanência e a força de concepções e práticas arraigadas culturalmente, construídas por muitos séculos em nosso país. Os processos que se desenrolam nas décadas seguintes e no século XXI, indicam que a estrutura racista e elitista do Estado brasileiro segue se reorganizando no campo cultural e da produção e reprodução da classe trabalhadora, mantendo e aprofundando os níveis de opressão e exploração, não sem resistências e lutas dos trabalhadores e movimentos sociais.

É esta percepção que nos faz questionar de que forma o colonialismo e o racismo brasileiros seguem impactando e direcionando as concepções e práticas no âmbito das políticas sociais e, particularmente, da Saúde Mental infantojuvenil.

No período republicano, as questões ligadas à saúde mental de crianças e adolescentes eram consideradas efeitos extremos da pobreza e do abandono, produto do contexto de pobreza, colocando-os em uma “situação irregular” e, conseqüentemente, levando à internação em instituições. As demais questões das crianças e adolescentes, como as anomalias físico-psíquicas ou deficiências, eram secundárias, delegadas aos saberes e instituições especializadas, institucionalizadas nos reformatórios e educandários (Rizzini, 1997).

No campo da Saúde Mental, a institucionalização nos manicômios, nos séculos XIX e XX, também possuíam justificativas terapêuticas no âmbito da Medicina, particularmente, da Psiquiatria, indicando que o isolamento do meio enfermo seria a principal terapêutica para a loucura, ou para os desajustados da mente, do corpo e da ordem social. Essa lógica encheu manicômios em todo o mundo e, de forma considerável, também no Brasil (Amarante, 2019).

A Reforma Psiquiátrica opera o fechamento dos hospitais e leitos psiquiátricos brasileiros, mas entendemos que ainda hoje existem também, no campo da saúde mental, outras formas de controle dos sujeitos que se mantêm sob a lógica naturalista e biologizante, sendo a patologização de fenômenos sociais um mecanismo fundamental do controle social.

A patologização, transforma problemas da vida e processos sociais em doenças, individualizando problemas coletivos, social e historicamente determinados, tendo como uma das principais estratégias a medicalização. Moyses e Collares (2020) apontam que “a naturalização e a medicalização da vida destroem os direitos humanos, uma conquista da humanidade, ‘datada e situada’, como diria Paulo Freire, que não tem espaço em território naturalizado, em chão biologizado” podendo se constituir como uma nova forma de violência (Moyses; Collares, 2020, p. 37).

No que tange às crianças e adolescentes, percebe-se, na atualidade, uma articulação com a medicalização da educação, com a “invenção das doenças do não-aprender e com a medicalização do comportamento” (Moyses; Collares, 2013, p. 15). A partir dos anos 1980 crescem os embasamentos para estes pressupostos no campo das disfunções neurológicas<sup>549</sup>, visto que a aprendizagem e os modos de ser e agir tem sido os alvos preferenciais da medicalização, e, conseqüentemente, crianças e adolescentes tem sido os mais atingidos por esse processo.

---

<sup>549</sup> Moyses e Collares (2013) chamam a atenção que a maioria dos discursos medicalizantes atuais estão direcionados à dislexia, transtorno por déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtorno do espectro autista (TEA) e transtorno de oposição desafiante (TOD). Apontam que muitos destes diagnósticos dividem opiniões no campo científico, inclusive, alguns deles tendo uma enorme fragilidade no diagnóstico, além da carência de pesquisas científicas validadas que reconheçam a eficácia real de um tratamento medicamentoso, como é o caso do TDAH.

Realização:



Apoio:



Considerando a história da formação brasileira e o racismo estrutural que se construiu no Brasil, considera-se que a patologização e a medicalização da vida se apresentam como novos mecanismos de racismo e de controle da população negra, reinventados, mas direcionados aos mesmos sujeitos que eram recolhidos das ruas e que lotavam os manicômios, os educandários, reformatórios e internatos.

É preciso nos perguntar de que forma as novas – e velhas – práticas racistas têm adentrado os serviços substitutivos de saúde mental, como os Caps, que derrubaram os muros dos manicômios, mas enfrentam um desafio cotidiano de lidar com lógicas manicomialistas muito vivas, que seguem demandando ao Estado a “adaptação” e o “ajustamento” desses sujeitos.

### Considerações finais

A história da infância é uma história contada por adultos, mediadas por instituições, também de adultos, que muitas vezes tratam de uma criança ideal, saudável, obediente, uma promessa de virtudes. Isso se opõe à realidade da infância brasileira, marcada, historicamente, por relações desiguais, por práticas de opressão, racismo e violência, controle e disciplinamento, praticados no âmbito do Estado.

Crianças e adolescentes no Brasil são marcadas por uma estrutura de classe e de raça, que tem seu controle, isolamento e extermínio justificados por uma racionalidade científica, respaldada pela medicina e suas especialidades, sustentados nos princípios eugenistas e no higienismo, que produzem e reproduzem relações de classe.

O racismo não é uma mera herança do passado, mas uma engrenagem essencial da ordem social capitalista contemporânea, especialmente em países como o Brasil, onde a marca do período escravista continua a influenciar de forma profunda a cultura, a distribuição de poder, riqueza e dignidade.

A cultura da institucionalização no Brasil, indica não apenas a função social dos manicômios, de isolamento dos indesejáveis, que possuem cor e classe, mas também a função dos educandários, asilos, internatos e outras instituições que abrigaram crianças e adolescentes no século XX.

A realidade enfrentada pela infância negra no Brasil exige um compromisso ético, político e técnico que reconheça o racismo como um sistema estrutural de opressão e promova práticas genuinamente antirracistas.

### Referências

AGUILAR FILHO, Sidney. **Educação, autoritarismo e eugenia**: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). 2011. 364f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2019.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

COUTO, Maria Cristina Ventura. **Política de saúde mental para crianças e adolescentes**: especificidades e desafios da experiência brasileira (2001-2010). 2012. 178f. Tese (Doutorado em Saúde Mental) – Instituto de Psiquiatria, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Realização:



Apoio:



EURICO, Marcia Campos. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo. **Em Pauta** - Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 69-83, 1º semestre de 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/rep.2020.47214>>. Acesso em: 26 jul. 2025.

EURICO, Marcia Campos. **Racismo na infância**. São Paulo: Cortez, 2020.

FIRMINO, Hiram. **Nos porões da loucura**. Rio de Janeiro: CODECRI, 1982.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>>. Acesso em: 26 jul. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LEITE, Carla Carvalho. Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas. **Revista do Ministério Público**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 93-107, jan./jun., 2006. Disponível em: <[https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2764825/Carla\\_Carvalho\\_Leite.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2764825/Carla_Carvalho_Leite.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2025.

MAIO, Marcos Chor. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Lívio (org.) **Etnicidade na América Latina**: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2004. p. 14-44. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/dcc7q/epub/monteiro-9788575416150.epub>>. Acesso em 28 jul. 2025.

MELO, Carolina Morais Simões de. **Do “Trem de doido” à “Estação Vida”**: a atenção em saúde mental de crianças e adolescentes em Barbacena/MG. 2024. 235 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Novos modos de vigiar, novos modos de punir: a patologização da vida. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 57, v. 2, p. 31-44, dez., 2020.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Amais, 1997.

Realização:



Apoio:





## DESIGUALDADES HISTÓRICAS DO ACESSO AO PODER NO BRASIL: quem sobe e quem fica?

Aline Cristina Pelozo Rabaglio<sup>550</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a sub-representação de mulheres negras em cargos de liderança no Brasil, destacando as raízes históricas e estruturais dessa desigualdade, ancoradas no legado colonial, racista, patriarcal e capitalista. A partir de uma abordagem qualitativa, o estudo dialoga com dados recentes do IBGE (2023; 2024) e CNJ (2023; 2024) e com autores(as) como Gonzalez (2020), Ianni (2004) e Moura (1980), evidenciando a manutenção do racismo estrutural e sexismo nos espaços de poder, especialmente no Judiciário. Defende-se o compromisso do Serviço Social com práticas antirracistas, antipatriarcais e anticapitalistas para promover a inclusão e justiça racial.

**Palavras-chave:** Mulheres negras; desigualdade racial; gênero; poder; Serviço Social

**Abstract:** This article analyzes the underrepresentation of Black women in leadership positions in Brazil, highlighting the historical and structural roots of this inequality, anchored in the colonial, racist, patriarchal, and capitalist legacy. Using a qualitative approach, the study engages with recent data from IBGE (2023; 2024) and CNJ (2023; 2024), as well as with authors such as Gonzalez (2020), Ianni (2004), and Moura (1980), evidencing the persistence of structural racism and sexism in spaces of power, especially within the Judiciary. The article advocates for the commitment of Social Work to antiracist, antipatriarchal, and anticapitalist practices to promote inclusion and racial justice.

**Keywords:** Black women; racial inequality; gender; power; Social Work.

### Introdução

No Brasil contemporâneo, o acesso aos espaços de poder continua a ser estruturado por marcadores históricos de desigualdade. A permanência dessas barreiras denuncia a herança colonial, racista, patriarcal e capitalista que molda a sociedade brasileira e estrutura o mercado de trabalho, impedindo a ascensão de mulheres negras a cargos de liderança e decisão. A partir da década de 2010, com o avanço de pautas conservadoras e a intensificação das desigualdades sociais, torna-se urgente questionar: quem sobe e quem fica sem ter a oportunidade de ocupar os espaços de poder?

Como pesquisadora no campo do Serviço Social, longe de ter pretensão alguma de ocupar lugar de fala de uma mulher negra, no entanto, tenho o compromisso de tensionar, provocar de maneira fundamentada, as estruturas que sustentam suas marginalizações históricas. Este artigo é fruto do estudo desenvolvido no Mestrado Acadêmico em Serviço Social e Políticas Sociais com foco na sub-representação de mulheres negras em cargos de poder no Judiciário Brasileiro. Trata-se de um recorte crítico que busca contribuir para o debate sobre raça, gênero e poder, articulado ao projeto ético-político do Serviço Social.

O presente estudo insere-se na unidade curricular "Serviço Social e Política Social" e dialoga com autoras e autores como Cisne e Santos (2018) Gonzalez (2020),

---

<sup>550</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: [aline.rabaglio@unifesp.br](mailto:aline.rabaglio@unifesp.br).

Realização:



Apoio:



Iamamoto (2007; 2024), Ianni (2004) e Moura (1980). As contribuições teóricas dessas e desses pensadores possibilitam a compreensão das determinações históricas e estruturais das desigualdades raciais e de gênero que limitam o acesso de mulheres negras a posições de comando e reconhecimento social.

As autoras Cisne e Santos (2018, p. 12) na obra 'Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social' destacam que as relações sociais entre os sexos, historicamente construídas sob a lógica da exploração, opressão e apropriação, são forjadas em um sistema patriarcal<sup>551</sup>, capitalista e racista. Este sistema, no contexto brasileiro, foi moldado por uma colonização de caráter escravocrata e exploratório:

as relações sociais de sexo são relações de exploração, opressão e apropriação, que têm como base material (a divisão sexual do trabalho e o controle sobre a sexualidade e a reprodução das mulheres a ele associado), forjadas pelo sistema patriarcal, capitalista e racista, com seus contornos particulares na formação sócio-histórica brasileira, dados por nossa constituição como uma colônia de exploração que teve na racialização de grupos sociais para fins de exploração – nocaço, a população negra traficada do continente africano – um de seus pilares (Cisne; Santos, 2018, p. 12).

Ao reconhecer essa base histórica e material das desigualdades, o Serviço Social reafirma seu compromisso com a análise crítica da realidade e com a defesa dos direitos humanos, em especial das mulheres negras, cujas trajetórias são marcadas pela marginalização institucionalizada.

Gonzalez por sua vez, na mesma linha de pensamento, em sua coletânea "Por um Feminismo Afrolatino-Americano" (2020, p. 30) reforça:

As possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média têm sido praticamente nulas para a maioria da população negra. É certo que, de 1950 para cá, ocorreu o crescimento das classes médias no Brasil. Todavia, em termos relativos, isso significou a deterioração das possibilidades de acesso ao mercado de trabalho para a população negra. Excluída da participação no processo de desenvolvimento (desigual e combinado, não esqueçamos), ficou relegada à condição de massa marginal crescente: desemprego aberto ou não, ocupação "refúgio" em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente, trabalho por temporada etc. Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc. (Gonzalez, 2020, p. 30).

A análise de Gonzalez (2020) escancara as contradições do modelo de desenvolvimento brasileiro, ao revelar como o crescimento econômico e a expansão das classes médias a partir da década de 1950 não apenas ignoraram, mas aprofundaram a marginalização da população negra. Gonzalez denuncia que o desenvolvimento "desigual e combinado" não é mero efeito colateral, mas uma engrenagem estruturante de um sistema que naturaliza a precariedade para os corpos negros.

Ao apontar a informalidade, o subemprego e a intermitência como destinos recorrentes, a autora evidencia que a marginalização do povo negro não é casual, mas produto direto de um projeto de nação que os posiciona sistematicamente à margem dos direitos sociais. Seu pensamento nos convoca a romper com leituras economicistas ou neutras das transformações sociais, e a reconhecer o racismo como eixo central na produção das desigualdades brasileiras.

Portanto, este artigo tem como objetivo principal tensionar essas hierarquias que se perpetuam sob a aparência da neutralidade institucional. Ao articular o debate de

<sup>551</sup> Utiliza-se a expressão heteropatriarcado partindo do pressuposto de que "a heterossexualidade compulsória é uma mediação fundamental da dominação-exploração patriarcal, daí, a proposição do conceito de heteropatriarcado para lançar luzes sobre esta dimensão ainda marginalizada na análise crítica da realidade social" (Cisne; Santos, 2018, p. 12).

raça, gênero e poder com o projeto ético-político do Serviço Social, reafirmamos o compromisso com uma prática profissional crítica, antirracista, antipatriarcal e anticapitalista.

Nesse sentido, este estudo adota uma abordagem qualitativa fundamentada na análise bibliográfica e documental de autores/as clássicos e contemporâneos do Serviço Social, ciências sociais e estudos sobre raça, gênero e poder. Além da fundamentação teórica, o artigo dialoga com dados oficiais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023; 2024), Conselho Nacional de Justiça - CNJ (2023; 2024) e outras fontes institucionais que evidenciam as desigualdades no mercado de trabalho e no Judiciário. A análise crítica visa compreender as raízes históricas para contribuir com reflexões e propostas para a práxis profissional.

Em 1) *Introdução*: contextualiza o problema da sub-representação das mulheres negras nos espaços de poder no Brasil, apresentando o quadro histórico, social e político que estrutura as desigualdades de raça e gênero, e situando o debate no projeto ético-político do Serviço Social, com contribuições de Cisne e Santos (2018) e Gonzalez (2020).

Em 2) *Desenvolvimento*: analisa a partir do aporte teórico de autores como Ianni (2004) e Moura (1980). As bases históricas e sociais do racismo estrutural e patriarcal que persistem no Brasil. Explora dados empíricos que evidenciam a manutenção dessas desigualdades no mercado de trabalho e no Judiciário, como IBGE (2023; 2024), CNJ (2023; 2024) e Jornal da USP (2024).

Por fim, em 3) *Conclusão*: sintetiza os principais pontos da análise, reafirmando a necessidade de romper com a naturalização das desigualdades por meio de um compromisso ético-político do Serviço Social. Destaca a urgência de práticas profissionais antirracistas e antipatriarcais para promover a inclusão efetiva de mulheres negras nos espaços de poder.

## Desenvolvimento

A compreensão da sub-representação de mulheres negras em posições de liderança no Brasil requer uma análise que vá além dos dados empíricos. Clóvis Moura (1980) em sua obra 'Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo' aponta que a estrutura social brasileira carrega profundas marcas do escravismo colonial, e que essas marcas não foram superadas com a abolição formal da escravidão em 1888, mas remanejadas e funcionalizadas pelo modelo de capitalismo dependente<sup>552</sup> que se estabeleceu no país.

A escravidão no Brasil, como destaca Moura (1980), não foi apenas um regime econômico, mas um modo de produção com forte implicação na constituição do *ethos nacional*<sup>553</sup>, capaz de moldar subjetividades e naturalizar desigualdades. Essa herança escravocrata formou um sistema que marginaliza o negro e legitima sua marginalização estrutural dos espaços de poder. Ao ser deixado 'à margem do projeto de nação' que emergiu após a Abolição - como mostram os silenciamentos, o apagamento das revoltas negras e o próprio branqueamento ideológico promovido pelo Estado -, o negro foi também impedido de disputar lugares sociais de centralidade.

No caso das mulheres negras, essa marginalização se manifesta de maneira ainda mais intensa, em razão do racismo e sexismo presentes desde a formação sócio-histórica brasileira. O que Moura (1980) identifica como um "simbólico congelamento

<sup>552</sup> Segundo Moura (1980, p. 134) as sociedades como a brasileira tiveram a sua trajetória histórica assinalada pela formação de dois modelos básicos que se sucederam diacronicamente: o escravista, dominado pelo sistema colonialista e o capitalismo dependente, dominado pelo sistema imperialista.

<sup>553</sup> Ethos nacional diz respeito a construção da identidade brasileira se deu com base na marginalização de determinados grupos, conforme Moura (1980).

Realização:



Apoio:



social do negro" (1980, p. 134) se agrava para as mulheres negras. Essas opressões operam historicamente não apenas na limitação do acesso à educação e ao trabalho formal, mas sobretudo na inviabilização do reconhecimento político e institucional dessas mulheres como lideranças legítimas. Para Moura (1980, p. 134),

O simbolismo assume, assim, neste caso especial, um papel quase decisivo na seleção do trabalhador brasileiro. O que se chamou de borra da escravidão é jogado à periferia do modelo e esse processo violento de marginalização é justificado pela simbologia dominante de que o bom é o branco. Junte-se, portanto às limitações estruturais inerentes ao modelo de capitalismo dependente uma simbologia alienadora que coloca o Negro como o elemento negativo da realidade, para se poder compreender o traumatismo que o atingirá em seguida. A força desse símbolo irá bloquear as possibilidades de mobilidade vertical massiva do negro que fica social e culturalmente congelado (Moura, 1980, p. 134).

Moura (1980) deixa evidente como a ideologia racial dominante naturaliza a marginalização do negro, associando-o a um lugar negativo e justificando sua 'não presença' nos espaços de prestígio e poder. Essa simbologia, que ele denomina como "borra da escravidão", atua como uma engrenagem cultural que congela a mobilidade social da população negra, impedindo sua ascensão mesmo diante de aparentes avanços econômicos.

Assim, o racismo simbólico, somado às limitações do modelo econômico periférico<sup>554</sup>, produz um duplo bloqueio: material e subjetivo. A crítica de Moura (1980) desmonta a falácia da meritocracia e denuncia que o lugar social do negro no Brasil é resultado de um projeto histórico de marginalização que se perpetua por meio da cultura, das instituições e das práticas sociais aparentemente neutras, mas estruturalmente racistas.

Moura (1980) denuncia ainda a lógica da "divisão racial do trabalho", presente desde o período colonial, onde o negro era destinado às funções mais pesadas e desvalorizadas. Essa lógica não desapareceu; apenas se transformou, alocando pessoas negras, especialmente mulheres, em posições precárias, informais ou invisibilizadas dentro do mercado de trabalho e das estruturas organizacionais.

Mais do que a ausência de políticas afirmativas ou de programas de diversidade, é a persistência de uma estrutura racializada e patriarcal de poder, herdada da colonização e reatualizada no neoliberalismo<sup>555</sup>, que explica a manutenção dessa desigualdade. Como afirma Moura (1980), "a força do símbolo imposto pelo colonizador e reformulado pelas classes dominantes bloqueia as possibilidades de mobilidade vertical massiva do negro" (Moura, 1980, p. 134). No caso das mulheres negras, esse bloqueio assume a forma de barreiras sistêmicas que vão do estereótipo à marginalização institucionalizada.

A partir dessa análise, é possível afirmar que a baixa presença de mulheres racializadas em cargos de liderança não é por acaso, mas consequência direta da permanência do escravismo como elemento estruturante da sociedade brasileira. E essa permanência só pode ser confrontada com um projeto político de enfrentamento ao racismo estrutural que reconheça o protagonismo dessas mulheres e promova transformações radicais no modo como o poder é distribuído socialmente. Para Octavio Ianni, sociólogo e professor brasileiro (2004, p. 33):

A marginalização herdada do sistema escravocrata e adaptada pelo capitalismo dependente brasileiro, tem efeitos concretos e mensuráveis na vida

<sup>554</sup> Sobre o capitalismo periférico, segundo Moura (1980) se estruturam de maneira subordinada, dependente e desigual em relação aos países centrais (industrializados e dominantes).

<sup>555</sup> Para Iamamoto (2007), o neoliberalismo é um projeto político e ideológico que redefine a questão social no contexto do capital fetiche e da globalização, intensificando a precarização do trabalho, desmontando direitos sociais e impondo lógicas de mercado sobre todos os espaços da vida social.

Realização:



Apoio:



das mulheres negras. Entendendo que os prenúncios do “Brasil Moderno” na constituição do capitalismo brasileiro, polarizados pela ideia de “modernização conservadora”, esbarravam em pesadas heranças de escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo, sendo a coexistência entre o arcaico e o moderno constitutiva da formação social brasileira e do capitalismo dependente (Ianni, 2004, p. 33).

O sociólogo Ianni (2004) apresenta uma metáfora poderosa para compreender a complexidade social brasileira. Ao dizer que o Brasil moderno é como um caleidoscópio, assim, destaca a diversidade de influências históricas, culturais e sociais que coexistem no país - diferentes épocas, modos de vida e formas de trabalho se entrelaçam em sua estrutura social. No entanto, apesar dessa multiplicidade, a herança do escravismo se sobressai como o elemento mais persistente e determinante.

Segundo o autor (2004), essa herança escravocrata não é apenas um vestígio histórico, mas uma força viva que mantém e alimenta o racismo estrutural na sociedade brasileira. O racismo estrutural se manifesta de formas explícitas, visíveis, mas também de maneira “velada” permeando as relações cotidianas, as instituições e as práticas sociais, muitas vezes mascarado por discursos como o do “país cordial”. Essa expressão, usada para caracterizar uma suposta cordialidade brasileira, esconde as profundas desigualdades que atravessam as dimensões econômica, social, cultural e política.

Os dados recentes reforçam a persistência das desigualdades raciais e de gênero no Brasil. De acordo com o IBGE (2023), “o Brasil é o país com a segunda maior população negra do mundo (atrás apenas da Nigéria), e as mulheres negras representam 27,8% da população”. Esse estudo revela que apenas 4,7% dos cargos de liderança nas 500 maiores empresas são ocupados por pessoas negras, apesar de representarem 56,1% da população. No caso das mulheres, a situação é ainda mais preocupante: em 2019, apenas 13% dos cargos de CEO eram ocupados por mulheres, evidenciando a sobreposição de barreiras relacionadas ao gênero/sexo e à raça/etnia.

Esse dado do IBGE é um retrato de como o racismo e o sexismo estrutural continuam muito vivos no Brasil, impedindo que a diversidade da população se reflita nos espaços de poder econômico e organizacional. A população negra, que corresponde a mais da metade do país, permanece marginalizada em termos de acesso a cargos de liderança, o que mostra que o avanço social e econômico não tem sido distribuído de forma equitativa. A baixa presença de mulheres negras em cargos de CEO evidencia que os mecanismos de marginalização são complexos e multifacetados, envolvendo barreiras históricas, culturais, econômicas e institucionais.

Essa realidade não só limita as oportunidades individuais dessas mulheres, mas também impede que as empresas e a sociedade como um todo se beneficiem da diversidade de perspectivas e experiências. A sub-representação nas lideranças reforça ciclos de desigualdade, porque as decisões continuam a ser tomadas sem considerar a pluralidade da população, perpetuando políticas, práticas e culturas organizacionais que mantêm privilégios de determinados grupos.

Portanto, os dados apontam para a necessidade urgente de políticas afirmativas, mudanças culturais e ações estruturais que promovam a inclusão real e efetiva das mulheres negras e de toda a população negra em espaços de poder, garantindo que as oportunidades sejam distribuídas de forma justa e que as barreiras históricas sejam efetivamente enfrentadas.

No Judiciário, a situação não é diferente. Dados do CNJ (2023) mostram que, embora a participação de mulheres na magistratura tenha crescido de 24,6% em 1988 para 40% em 2022, elas ainda são minoria, especialmente em tribunais superiores, como o Supremo Tribunal de Justiça - STJ, onde representam apenas 23% do total. A sub-representação de mulheres negras é ainda mais acentuada.

Realização:



Apoio:





Quando analisadas as porcentagens de ingressantes magistradas no Poder Judiciário nos últimos anos, pelo CNJ (2023), através da Cartilha: Participação Feminina na Magistratura, percebe-se que os valores nunca alcançaram os 50% e oscilaram entre 35% e 46% ao longo da série histórica. O pior resultado apresentou-se em 2009, com 35%.

Esses números revelam que, apesar de avanços na participação feminina no Judiciário brasileiro ao longo das últimas décadas, as mulheres ainda enfrentam forte sub-representação, principalmente nos níveis mais altos da magistratura, como o Supremo Tribunal de Justiça (STJ). O fato de apenas 23% das vagas no STJ serem ocupadas por mulheres evidencia que as estruturas de poder judicial permanecem predominantemente masculinas, o que reforça uma cultura institucional que limita o acesso feminino a cargos de maior prestígio e influência. Segundo os dados do Censo do Poder Judiciário, CNJ (2024) revela ser ainda composto majoritariamente por homens brancos, cisgêneros e heterossexuais.

E o que esse perfil nos revela? Nos revela que o Poder Judiciário Brasileiro ainda reproduz uma estrutura social marcada por privilégios históricos. Isso significa que os espaços de poder e decisão permanecem concentrados em grupos que, tradicionalmente, detêm maior acesso a recursos, oportunidades e influência, enquanto mulheres, pessoas negras, pessoas indígenas, população LGBTQIAPN+ e outras minorias continuam subrepresentadas.

Essa homogeneidade impacta diretamente na forma como a justiça é interpretada e aplicada, já que a falta de diversidade pode levar à reprodução de “vieses”, “preconceitos” e uma compreensão limitada das demandas e realidades sociais diversas. Ou seja, um Judiciário pouco plural tende a manter estruturas que favorecem a manutenção do *status quo*, dificultando a efetivação de direitos e o acesso igualitário à justiça para todos os segmentos da população.

Além disso, esse perfil evidencia a necessidade de políticas afirmativas e ações que promovam a inclusão e a representatividade, tornando o Poder Judiciário mais democrático, legítimo e sensível às questões de raça, gênero, sexualidade e outras dimensões da diversidade social.

A oscilação na entrada de magistradas, que nunca ultrapassou os 50% e chegou a ter um baixo de 35% em 2009, demonstra que o avanço da equidade de gênero no Judiciário é lento, instável e insuficiente para quebrar os padrões tradicionais de marginalização. Esse quadro evidencia a necessidade de políticas afirmativas e estratégias específicas para promover a inclusão, especialmente das mulheres negras, para que o Poder Judiciário reflita a diversidade da sociedade que deve representar e garantir justiça.

Em suma, o trecho aponta para a persistência de desigualdades estruturais que limitam a participação plena das mulheres - sobretudo mulheres negras nos espaços decisórios do Judiciário, reproduzindo, assim, um ciclo de marginalização e desigualdade que compromete a democratização e a legitimidade das instituições.

Dados demonstram que houve um avanço na parcela de magistradas no país de 1988 (24,6%) para 2022 (40%), mas as mulheres ainda são minoria. Na Justiça estadual, as mulheres são 38%, enquanto no (STJ) são 23%, segundo o CNJ (2024).

No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP, apenas 1% dos magistrados /as (dos respondentes da pesquisa), se identificam como pessoas negras conforme relatado pela Juíza Flávia Martins de Carvalho, primeira mulher negra a ocupar a posição de Juíza Ouvidora no Supremo Tribunal de Justiça – STF, segundo relatado em uma entrevista para o Jornal da USP (2024).

O que esses dados escancaram é a vigência de uma estrutura que, sob a aparência de neutralidade democrática, reproduz o legado colonial através de novas formas sofisticadas, mas igualmente violentas. A ideologia do “mérito”, como nos cargos de poder (no 2º grau de jurisdição), por exemplo, cumpre o papel de naturalizar a

Realização:



Apoio:



ausência de mulheres negras nos espaços de liderança como se fosse resultado de escolhas ou falta de qualificação, desconsiderando os entraves históricos, simbólicos e materiais que impedem sua presença nesses lugares.

Nesse contexto, a análise crítica da realidade proposta por Moura (1980) se mostra extremamente atual. A continuidade das desigualdades raciais e de gênero no Brasil não pode ser compreendida fora da articulação entre o colonialismo, o escravismo, o racismo e o capitalismo, que juntos configuram uma forma particular de dominação social. Para enfrentar esse cenário, é preciso reconhecer que o problema da sub-representação de mulheres negras “não é individual, mas estrutural”, e, portanto, demanda ações coletivas, políticas afirmativas e uma ruptura com o pacto narcísico da branquitude que organiza o poder no Brasil.

## Conclusão

A partir da análise apresentada, este artigo reafirma que a sub-representação de mulheres negras em cargos de liderança no Brasil não é fruto do acaso ou da falta de qualificação individual, mas sim resultado de um sistema estrutural que conjuga heranças coloniais, racistas, patriarcais e capitalistas. Essa estrutura opera por meio de mecanismos simbólicos, institucionais e materiais que naturalizam e marginalizam corpos racializados e femininos.

O legado do escravismo colonial não se limita a um passado distante, mas permanece ativo e reconfigurado nas dinâmicas do capitalismo dependente contemporâneo, perpetuando estruturas de opressão que sustentam profundas desigualdades de poder no Brasil. Essa herança moldou um sistema social que marginaliza sistematicamente mulheres negras, confinando-as à marginalização dos espaços decisórios, refletindo uma continuidade histórica de silenciamento e invisibilização.

No âmbito do Judiciário, essa marginalização, como vimos, se manifesta de forma ainda mais contundente, pois trata-se de uma instituição marcada por tradições conservadoras e uma resistência arraigada a mudanças que ameaçam o *status quo*. A persistente ausência de mulheres negras nesses espaços não é fruto do acaso, mas resultado de um pacto estrutural que privilegia identidades dominantes.

Desse modo, a reprodução dessas desigualdades dentro do Judiciário reforça a manutenção de um poder seletivo que não apenas reflete, mas também legitima as desigualdades sociais, dificultando a construção de uma justiça verdadeiramente plural e democrática. Confrontar esse cenário exige mais do que ações simbólicas; é preciso dismantlar as bases históricas e institucionais que sustentam o racismo estrutural e o patriarcado, promovendo transformações profundas e duradouras nas práticas e nos imaginários sociais.

Diante desse cenário, torna-se indispensável que o Serviço Social, enquanto campo profissional e acadêmico, reafirme seu compromisso ético-político, adotando uma postura crítica, antirracista, antipatriarcal e anticapitalista. Isso implica não só a denúncia das desigualdades, mas também o engajamento ativo em políticas afirmativas, educação antirracista e ações que promovam a transformação das estruturas de poder.

Em suma, para que possamos vislumbrar um Brasil mais justo e igualitário, é preciso abrir os olhos para aqueles que alçam voo rumo aos cargos de liderança e para aqueles que, silenciosos, aguardam sua vez no horizonte. É urgente enfrentar as tensões dessa realidade desigual e, juntos, tecer um projeto de Serviço Social que pulsa com a força da emancipação, da esperança e da justiça para todas e todos/es.

## Referências

Realização:



Apoio:



BRASIL. Conselho Nacional de Justiça - CNJ. **Relatório sobre a participação feminina na magistratura**. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-participacao-feminina-na-magistratura-v3-20-03-23-ficha-catalografica.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2025

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra no Brasil. In: RIOS, Flávia; Lima, M. **Por um feminismo afrolatino-americano**. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social na História: resistência às desigualdades sociais e respeito à Diversidade. **Em Pauta**: Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, p. 20-33, set./dez, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/rep.2024.86520>>. Acesso em: 22 jul. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004

MOURA, Clovis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Texto apresentado pelo autor no Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado na cidade do Panamá, entre os dias 17 e 21 de março de 1980. Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas – IBEA, SP, 1980.

RIBEIRO, Guilherme. Flávia Martins de Carvalho é primeira juíza ouvidora do STF. **Jornal da USP**, 08 mar. 2024. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/diversidade/flavia-martins-de-carvalho-e-primeira-juiza-ouvidora-do-stf/>>. Acesso em: 23 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



## **RACISMO, TRABALHO E FORMAÇÃO SOCIAL: as políticas sociais em contexto de crise do capital**

Ana Paula Procópio da Silva<sup>556</sup>

**Resumo:** O estudo que integra a pesquisa sobre trabalho, questão racial e classes sociais a partir do pensamento social de Clovis Moura aborda na perspectiva antirracista e anticapitalista as políticas sociais no contexto da crise contemporânea do capital tomando as relações raciais e o racismo como elementos estruturais da formação social e estruturantes do Estado e do capitalismo dependente. **Palavras-chave:** Antirracismo; Anticapitalismo; Crise do capital Estado; Política social; Racismo estrutural; Trabalho.

**Abstract:** This study, which integrates research on labor, racial issues, and social classes based on the social thought of Clovis Moura, addresses social policies from an anti-racist and anti-capitalist perspective in the context of the contemporary crisis of capital, considering race relations and racism as structural elements of social formation and structuring the state and dependent capitalism.

**Keywords:** Anti-racism; Anti-capitalism; Crisis of state capital; Social policy; Structural racism; Labor.

### **Introdução**

Consideramos que para abordar em uma perspectiva antirracista a vinculação entre trabalho e políticas sociais no Brasil e o contexto da crise contemporânea do capital é preciso compreender a relação histórica entre acumulação capitalista, escravidão e racismo. Uma relação que antecede a formação social brasileira e que posteriormente irá configurar o capitalismo dependente, a superexploração, as relações de classe, o Estado e a questão social. E sendo o racismo uma ideologia de dominação econômica, política e cultural que estrutura a totalidade da vida social, a relação entre trabalho e política social é tanto constituída como mediada por ele. Ainda mais quando situamos a origem dos modelos contemporâneos das políticas sociais na constituição dos Estados capitalistas.

No livro *Capitalismo e escravidão*, Eric Williams demonstra a relevância dos excedentes oriundos do tráfico triangular de africanos escravizados (que envolvia África, Europa e América) e do sistema colonial de exploração e comercialização para acumulação capitalista nos países europeus, em especial a Inglaterra.

O comércio de pessoas negras e a exploração do trabalho escravizado no desenvolvimento do sistema colonial foram fatores proeminentes na estruturação do capitalismo.

O comércio marítimo triangular deu um triplo estímulo à indústria britânica. Os negros eram comprados com artigos britânicos; transportados para as fazendas, eles produziam açúcar, algodão, anil, melaço e outros produtos tropicais, cujo processamento criava novas indústrias na Inglaterra; e, enquanto isso, a manutenção dos negros e seus donos nas fazendas fornecia mais um mercado à indústria britânica, à agricultura da Nova Inglaterra e aos pescadores da Terra Nova. Em 1750, praticamente não existia nenhuma cidade mercantil ou manufatureira na Inglaterra que não estivesse ligada de alguma

---

<sup>556</sup> Assistente social, Professora adjunta, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Doutora em Serviço Social (UFRJ). E-mail: procopio.anapaula@gmail.com

Realização:



Apoio:



maneira ao comércio colonial triangular ou direto. Os lucros obtidos forneceram um dos principais fluxos de acumulação do capital que, na Inglaterra, financiou a Revolução Industrial (Williams, 2012, p. 90).

Tomando esses dados históricos como base compreendemos que a análise da origem e funcionamento do capitalismo em sua totalidade requer visualizar o capital como uma relação social racializada desde e a categoria acumulação primitiva como um conjunto de transformações radicais, a partir das quais se tornou possível o desenvolvimento do sistema capitalista. Processos que envolveram em termos estruturais a submissão da força de trabalho pela expropriação da propriedade dos meios de produção, a acentuada acumulação e concentração de riquezas e a intensificação do comércio internacional, ainda no contexto do mercantilismo.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saque das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva (Marx, 2013, p. 821).

“Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital” (Marx, 2013, p. 823). Foi em uma dinâmica de totalidade que as bases materiais produziram as condições para a criação de normas sociais, valores culturais e ideologias compatíveis com as necessidades de expansão e subjugação. E os processos que na Inglaterra criaram as condições histórico-estruturais para a formação do capitalismo industrial (Ianni, 1988) e a naturalização do princípio da livre oferta de força de trabalho no mercado também produziram no mundo colonizado a escravidão negra como um sistema natural de exploração.

No colonialismo, sistema organizado em termos de hierarquias raciais e sustentando pelo escravismo moderno, pela monocultura e pelo latifúndio foi estabelecido pelas metrópoles um sistemático controle político, econômico e cultural sobre os territórios de diferentes partes do mundo e suas populações. Esse fenômeno histórico se manifestou pela invasão e ocupação territorial, pela imposição de valores e práticas das potências colonizadoras e pela exploração intensa e violenta dos recursos naturais.

Na passagem do colonialismo para o imperialismo e o neocolonialismo, que representou também para muitas ex-colônias a transição do escravismo para o capitalismo dependente,

o racismo é remanejado na sua função instrumental. As metrópoles passam a ver as áreas coloniais como habitadas por povos indolentes, incuravelmente incapazes de criar uma poupança interna que os elevasse ao nível dos países brancos, que tinham estes predicados e se desenvolveram, ao contrário do mundo não-branco, que por esta razão permanece subdesenvolvido (Moura, 1994b, p. 31).

Em 1873, o enfrentamento da primeira crise estrutural do sistema capitalista pelas nações de capitalismo central está assentado no imperialismo e aponta como estratégia o neocolonialismo concretizado na divisão dos territórios africanos (partilha da África) conforme os termos da Conferência de Berlim (1884).

A bolsa de valores, o empreendimento colonial e o desenvolvimento do capital financeiro, são, ao fim e ao cabo, os fundamentos econômicos que permitiram a constituição do racismo e do nacionalismo como a manifestação da ideologia do capitalismo após a grande crise do século XIX (Almeida, 2018, p. 159).

Realização:



Apoio:





O discurso científico de inferioridade racial dos povos colonizados validou a naturalização das atrocidades cometidas pelos “civilizados” contra milhões de pessoas. Sob o argumento racista de serem portadoras de uma inerente desorganização política e propensão ao subdesenvolvimento as populações africanas foram expropriadas das suas terras, das riquezas naturais e da possibilidade de reivindicação de humanidade em sua concepção liberal.

No século XX a crise de 1929 e seus desdobramentos que culminam com a 2ª Guerra Mundial tiveram como substrato a ascensão do nazifascismo, que articulou o nacionalismo e a resolução da crise econômica à necessidade de uma reengenharia social objetivada no genocídio de segmentos raciais específicos.

No pós 2ª Guerra, o arranjo social dos países de capitalismo central se organizou no sentido de uma acumulação baseada no fordismo e na incorporação seletiva das demandas de proteção da classe trabalhadora. A produção industrial em larga escala e o consumo de massa foram instituídos como indicadores de desenvolvimento econômico e social a serem replicados em todos os países, particularmente os chamados subdesenvolvidos. Essa receita adotada resolução dos problemas da América latina e do Caribe promoveu além da intensificação da industrialização, o aumento do endividamento externo, o reforço da superexploração e o acirramento das iniquidades de segmentos historicamente discriminados, com destaque para as populações negras.

O terceiro marco de crise sistêmica foi deflagrado em 2008, porém começou a ser evidenciado nos anos 1970, nas transformações do capitalismo nos países centrais, pela crise do modelo de proteção e do modo de produção fordista. Esta crise tem forjado profundas alterações nos Estados nacionais de capitalismo central e dependente além de contínuas e diversas reestruturações produtivas que adensaram o racismo com novas complexidades.

O sistema global do capital depois de vivenciar adentrou uma nova fase, inédita, de crise estrutural, marcada pela continuidade de efeitos depressivos. Uma crise que se mostra longa, sistêmica e estrutural e demarca a falência dos principais sistemas estatais de controle e regulação do capital no século XX exemplificados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS e pelo Estado de Bem-Estar instituído em algumas sociedades capitalistas centrais (Antunes, 2009).

Adentramos o século XXI sob a égide do capital financeiro, da consolidação do neoliberalismo e da acumulação flexível que determinaram tanto o fim da produção e do consumo de massa como o aumento da quantidade de “descartáveis” para o sistema. No Brasil o desemprego estrutural contribuiu para o enfraquecimento de sindicatos e movimentos sociais de modo concomitante à escalada de racismo, conservadorismo, fascismo, misoginia, homofobia e transfobia. E a atualização de velhos discursos de criminalização da pobreza, focalização de políticas públicas e a culpabilização dos segmentos discriminados pela precarização e pelo desemprego.

A informalidade deixa de ser a exceção para tendencialmente tornar-se a regra, e a precarização passa a ser o centro da dinâmica do capitalismo flexível, se não houver contraposição forte a este movimento tendencial de escala global” (Antunes; Druck, 2015, p. 19).

A crise contemporânea é estrutural por ser uma crise na própria realização do valor – expressa nas crescentes quedas das taxas de lucro. O capital não tem como se desenvolver sem recorrer a taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias. As necessidades de amplos segmentos humanos são cada vez mais subordinadas à esfera da lucratividade, na medida em que é cada vez menos considerado o valor concreto das mercadorias para a manutenção de suas existências. Nestes termos, as reformas, os ajustes econômicos e a redução das políticas sociais aprofundam cada vez mais essa subordinação.

Realização:



Apoio:



## **Escravidão tardia e a transição para o capitalismo dependente: o pauperismo como condição estrutural para as populações negras**

O lugar de pauperismo ocupado pelas populações negras no Brasil e as barreiras sociais condicionadas pelo racismo estrutural são questões em curso na atualidade, que impactam negativamente o acesso aos direitos na forma de políticas sociais públicas. A historicização da realidade contemporânea é uma condição para o entendimento desses processos para além de sua abordagem descritiva. Isso significa apropriar-se conceitualmente do escravidão como um sistema organizativo econômico total e assumir a exploração do trabalho escravizado como a contradição fundante de nossa sociedade.

A funcionalidade do racismo para o capitalismo na sociedade brasileira tem como base material e histórica a exploração do trabalho, em sua articulação com as necessidades do sistema em seus diferentes momentos e crises. Assim, a longa duração do escravidão no Brasil, os processos políticos, econômicos e culturais de transição para o trabalho livre assalariado e a abolição inconclusa estiveram sempre consoantes com as necessidades do capitalismo internacional e organizaram a sua forma dependente no país.

No século XIX, o domínio do capital inglês nas estruturas nacionais tornou-se preponderante, especialmente com vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, fato que alterou substancialmente a dinâmica da vida colonial. Em um período relativamente curto ocorreu a Independência em 1822 e a primeira Constituição foi outorgada em 1824. Porém, nenhum desses acontecimentos colocou em questão a permanência da escravidão como sistema produtivo central. Somente a partir de 1850, quando o tráfico transatlântico foi proibido pela Lei Eusébio de Queirós, teve início o escravidão tardio<sup>557</sup>, que “coexiste com as instituições fundamentais do capitalismo dependente que vai substituí-lo e a sua ideologia e os seus interesses econômicos quase que não se alteram” (Moura, 1988, p. 27).

No período em que o escravidão progressivamente entrou em crise, ficou evidente a constituição de uma burguesia nacional,

auxiliar, condicionada, dependente, apêndice e colaboradora dos interesses dos compradores, vendedores ou investidores da nova Metrópole: a Inglaterra. Os seus espaços econômicos, sociais e culturais já estavam tomados, as iniciativas pioneiras e acumuladoras de capitais já haviam sido ocupadas e funcionavam independentemente da sua liderança. Passou, a partir daí, a ser uma burguesia subalterna, que desempenharia funções caudatárias, porém jamais assumiria o seu papel social e político de transformadora de uma nova etapa histórica da nossa sociedade através de uma proposta de nova ordenação social (Moura, 1994, p. 47).

A sociedade escravista passou por uma *modernização sem mudança*, em que houve um certo progresso econômico, político, tecnológico e cultural sem alteração correspondente nas relações de produção. O fim da escravidão formal, em 13 de maio de 1888, demarca uma síntese de processos históricos particulares que não seguem *pari passu* os percursos das formações europeias de capitalismo central, contudo quando analisamos as relações centrais da transição, observamos o manejo legal de

---

<sup>557</sup> Conforme Moura (1988) o escravidão tardio (1850-1888) é o período demarcado pela proibição do tráfico de escravos no país e entendido como a fase em que vários outros setores, além dos negros, por motivos diversos, também passaram a demandar do Estado o fim da escravidão. É também onde estão localizadas as origens das estratégias de dominação racial postas em curso no pós-abolição, moldando a forma particular do racismo brasileiro.

Realização:



Apoio:



expropriação da terra pelo Estado, pela Lei nº 601, de 1850 (Lei de Terras)<sup>558</sup> e o controle da força de trabalho, pelo financiamento público da imigração europeia<sup>559</sup>, como elementos constituintes da forma dependente do capitalismo e da questão social no Brasil.

Na sua origem histórica a questão social expressa a generalização do trabalho livre e do assalariamento nas sociedades modernas europeias e as correspondentes resistências da classe trabalhadora e está diretamente relacionada com o pauperismo, como uma materialização da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a apropriação privada do excedente produzido. Não se trata, portanto, de um simples desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herda como traços invariáveis de toda organização social humana, ao contrário, está ligada ao tipo de sociabilidade hegemônica do capitalismo, ao mesmo tempo que condensa as especificidades históricas das diversas sociedades capitalistas.

A questão social no Brasil reveste-se tanto das condições intrínsecas para o estabelecimento do capitalismo como das particularidades de sua formação social e histórica visto que a complexa totalidade do sistema de mediações nos quais a lei geral da acumulação capitalista se realizou no país tem a economia escravista e as resistências negras e indígenas como substratos.

No decorrer do escravismo tardio, o Estado brasileiro cuidou das duas questões centrais para as classes dominantes, antes de encerrar a escravidão no país: terra e trabalho. A terra foi conservada na posse dos latifundiários escravistas através da Lei de Terras. No processo de embranquecimento e exploração do trabalho assalariado, a força de trabalho negra foi caracterizada como incapaz para as novas necessidades do mercado (tese da inadaptação ao trabalho assalariado regular).

A conjugação dos interesses internos (blocos de poder escravistas) e externos (imperialismo inglês) constituiu a base da política institucional perpetrada pelo Estado para uma passagem do escravismo ao trabalho livre sem alterações significativas na estratificação social, diga-se, a manutenção da dependência ao capital internacional, da estrutura agrária latifundiária, da economia baseada em monoculturas de exportação, da superexploração do trabalho e da forte repressão às resistências populares.

O trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária desse processo, ficando como borra sem função expressiva. O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação (Moura, 1994, p. 103).

Em 13 de maio de 1888, somente 5% da população estava na condição de escravização<sup>560</sup>. O grande contingente de pessoas negras livres e desocupadas foi

<sup>558</sup> A Lei nº 601, de 1850 (Lei de Terras), foi um mecanismo regulador e controlador do acesso à terra no sentido de preservar os interesses dos proprietários latifundiários, pois a terra deixou de ser patrimônio do Imperador adquirido por doação para tornar-se mercadoria a ser comprada do governo. Isso significou uma transformação na configuração do Estado e os conceitos de público e privado, pois a passagem de poder decisório sobre a terra afastou o poder público do dever social de doar a terra como reparação pelo trabalho escravizado aos negros à medida que fossem libertados.

<sup>559</sup> No período de 1827 a 1899 somente para o trabalho no estado de São Paulo foram 940.684 imigrantes. (Azevedo, 1941 *apud* Moura, 1977, p. 32). Segundo Andrews (1998, p. 93) 2,5 milhões de europeus migraram para o Brasil entre 1890 e 1914, sendo 987 mil com passagens de navio pagas por subsídios do Estado. Destaca-se a política imigrantista específica para São Paulo, que entre 1888 e 1928 levou 2,1 milhões de europeus para o estado, mais da metade do total da imigração europeia para o país no mesmo período e destes, quase metade tiveram suas passagens pagas pelo governo estadual, financiamento público que até 1895 ficou a cargo de uma entidade privada, a Sociedade Promotora da imigração.

<sup>560</sup> Ao longo do século XIX ocorreu um decréscimo da mão-de-obra escravizada no conjunto da economia nacional. No início do século eram 1,6 milhões de escravizados; 400 mil negros libertos e 1 milhão de

Realização:



Apoio:



sendo progressivamente formado no escravismo tardio, pela introdução de imigrantes europeus largamente financiada pelo Estado, pela compra de cartas de alforria pelas Irmandades negras, pela intensificação das fugas, da incidência política dos movimentos abolicionistas e dos levantes negros contra o escravismo. Além da necessidade do país se integrar às necessidades da ordem capitalista por trabalhadores assalariados e consumidores.

O número de desocupados, por isto, somava quase o dobro dos trabalhadores livres. Era, portanto, uma substituição a curto prazo que se estava fazendo no conjunto da economia brasileira, não apenas nas suas relações de produção, mas do próprio trabalhador. A massa de mão-de-obra nova, após a Abolição, não cresceu em consequência do aumento vegetativo líquido da nossa população, fato que poderia fazer com que, a longo prazo, mesmo passando-se por uma crise de qualidade da mão-de-obra, houvesse possibilidades de uma dinâmica integrativa capaz de aproveitar o ex-escravo na categoria de trabalhador livre. Não foi, assim, porém, que se deu no Brasil a passagem da escravidão para o trabalho livre, mas através da injeção maciça da mão-de-obra alienígena, fato que veio desequilibrar o ritmo da absorção do ex-escravo na economia de modelo capitalista, alijando-o praticamente de participar em igualdade de condições com aqueles que vinham de fora (Moura, 1977, p. 31).

As populações negras não foram alienadas do mercado assalariado devido à sua inadaptação ou aos resquícios do sistema anterior, mas em função das necessidades de superexploração do trabalho no sistema capitalista dependente que foi instaurado. Sendo uma constante nesse processo sócio-histórico o lançamento compulsório dos negros nos últimos estratos da sociedade, integrados em uma *economia de miséria* ou marginalizados.

O Negro foi obrigado a disputar sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. Podemos dizer que os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição, pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto (Moura, 1994, p. 160).

Na República instaurada em 1889, o racismo manteve-se como elemento estruturante das dimensões econômica, política e cultural na organização da sociedade republicana, contribuindo para criação de um imaginário que mesclava ao mesmo tempo o mito da democracia racial e a crença nas incapacidades inatas dos negros para a vida social.

No período, a estrutura ocupacional passou a ser mediada pelos processos de diferenciação econômica da sociedade e pela diversificação da divisão do trabalho, acompanhados por mecanismos reguladores do mercado de trabalho, sendo o racismo uma determinação dessa regulação, configurando uma divisão sociorracial do trabalho.

O racismo nas sociedades competitivas opera com elementos discriminatórios disfarçados de exigências meritocráticas que apenas um grupo reservado consegue atender. Por outro lado, a política de embranquecimento do trabalho no Brasil e nos demais países latino-americanos foi extremamente funcional para o escoamento da massa de trabalhadores sobranes nos países europeus de capitalismo central, o que possibilitou para muitos deles a construção de sistemas relativamente ampliados de proteção social para as classes trabalhadoras que permaneceram em seus territórios.

---

brancos. Entre 1864 e 1887 decresceu para 720 mil escravizados (Theodoro, 2005). Ao passo que a partir de 1882 o número de indivíduos desocupados era 2.822.583 e somava quase o dobro de trabalhadores livres contabilizados em 1.433.170 (Moura, 1977).

Realização:



Apoio:



As instituições fundamentais do capitalismo dependente que substitui o escravismo têm no racismo uma estratégia que preserva “os níveis de privilégios das classes e camadas dominantes, dos seus mecanismos repressores, que inclusive, prolongam-se através da nossa história social quase com o mesmo nível de antes da Abolição (Moura, 1988, p. 27).

Em referência a estas dinâmicas históricas que a todo tempo articulam universalidades e particularidades, a leitura da realidade na perspectiva de totalidade requer uma ortodoxia não determinista e nem cristalizada do método dialético, para pensar as transformações sociais.

### **A produção das desigualdades sociorraciais pelo trabalho no Brasil: é preciso enegrecer as políticas sociais porque racializadas elas já são...**

No imediato pós-abolição e durante toda a República, o sistema explícito e implícito do racismo nacional também estabeleceu uma concordância não codificada entre o racial e o social, que conformou as desigualdades como iniquidades sociorraciais. Em nossa estrutura social os grupos racializados foram ordenados hierarquicamente, através de níveis de pressão, controle e consenso variáveis nos diferentes períodos históricos.

O principal mecanismo de barragem social contra os negros foi acionado no 13 de maio de 1888 quando se tornaram “iguais perante a Lei” impedindo a criação de políticas sociais que considerassem o racismo fundante da sociedade brasileira. A sua condição estrutural de pauperismo foi identificada com insuficiências individuais ou grupais inerentes às próprias populações negras ou então uma suposta herança da escravidão impregnada em suas estruturas mentais.

O deslocamento do negro como força de trabalho central do sistema produtivo e a sua existência como excedente no restrito campo de oportunidades assalariadas que se abriu no pós-abolição foram determinantes em sua condição estrutural de pauperismo e superexploração.

A relação da proteção social regulada com o trabalho assalariado foi uma escolha do Estado brasileiro que excluiu um grande contingente de populações negras. Neste temos, o deslocamento das populações negras para as margens é constitutivo da formação do mercado de trabalho nacional e da organização das políticas sociais.

O nascimento do mercado de trabalho ou, em outros termos, a ascensão do trabalho livre como base da economia, foi acompanhado pela entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas. Esse processo vai dar origem ao que, em algumas décadas mais tarde será denominado o “setor informal” no Brasil (Theodoro, 2005, p. 95).

As discriminações cotidianas institucionais e/ou interpessoais atuam como componentes estruturantes sendo então mediações importantes tanto para a análise como para o enfrentamento das iniquidades sociorraciais na totalidade da vida social. É no interior desses processos contraditórios que as relações raciais, o trabalho e as políticas sociais confluem.

O mercado de trabalho no Brasil, no sentido clássico do termo, que pressupõe a existência do trabalho livre, foi “criado” por intermédio da ação estatal pela abolição da escravidão, e foi moldado por uma política de imigração, favorecida por taxações e subvenções, em detrimento da mão-de-obra nacional. Este mercado de trabalho nasceu, assim, dentro de um ambiente de exclusão para com uma parte significativa da força de trabalho. Criando assim o trabalho livre, o Estado criou também as condições para se consolidasse a existência de um excedente estrutural de trabalhadores, aqueles que serão germe do que se chama hoje “setor informal” (Theodoro, 2005, p. 105).

Realização:



Apoio:





Na atualidade, os números mostram que a maioria dos trabalhadores informais no país é negra. Os negros representam 55,5% da população brasileira e 54,9% da força de trabalho, porém, de acordo com o IBGE, em 2019, 47,4% dos trabalhadores informais eram pretos ou pardos, enquanto entre os trabalhadores brancos o percentual era de 34,5%. No setor rural, 69,6% dos trabalhadores são negros, e 58,3% estão na informalidade.

O emprego assalariado coberto pela legislação trabalhista – que no Brasil se configura no chamado “emprego com carteira assinada” – abarca uma porcentagem minoritária da força de trabalho ocupada, sendo que a contraparte maior vive do trabalho desprotegido ou informal (Theodoro, 2005, p. 115).

A configuração racializada do mercado de trabalho e da desproteção social no Brasil são resultantes de processos sócio-históricos que tem a exploração do trabalho escravizado como ponto de origem e da funcionalidade do racismo presente nas determinações econômicas da transição do escravismo para o capitalismo dependente.

O informal aparece, assim, ao mesmo tempo como regra de funcionamento do sistema – onde grassa uma forma híbrida e parcial de respeito estatuto legal – e como parte constitutiva do sistema de emprego – das atividades produtivas não protegidas. A informalidade, é, portanto, constitutiva da cadeia produtiva nacional, presente nas mais diversas situações e nos diferentes segmentos da atividade econômica: da produção do carvão que abastece nosso moderno parque siderúrgico – em grande parte advindo das carvoarias informais do interior maranhense ou mineiro – à reciclagem do alumínio, baseado no trabalho dos catadores de lata, presença ostensiva nas ruas das grandes cidades brasileiras. “A existência das atividades percebidas como modernas, no Brasil, pressupõe, em algum momento, uma contraparte informal e/ou “arcaico-tradicional” (...) (Theodoro, 2005, p. 118). Não por acaso, as populações negras, em maior número no trabalho informal e na desproteção, são as que mais acessam e necessitam das políticas sociais públicas para sobreviver.

Na maior parte de sua história, a proteção social no Brasil foi organizada numa perspectiva contributiva mantendo fora do sistema regulador as populações consideradas não participantes do processo de acumulação. Por outro lado, o modelo de gestão da pobreza fundado na incorporação progressiva dos pobres no mundo do trabalho regulado perdeu o sentido a partir dos anos 1990 com a reestruturação produtiva, a reforma neoliberal do Estado e o ascenso da ideologia do empreendedorismo como forma de mobilidade econômica e social e resposta ao problema do emprego no país.

## Conclusão

Chegamos ao século XXI com números que caracterizam, de modo incontestado, as desigualdades no Brasil, como iniquidades sociorraciais. No Censo 2022, 45,3% das pessoas se declararam como pardas (92,1 milhões), 10,2% (20,6 milhões) como pretas, 43,5% (88,2 milhões de pessoas) como brancas, 0,6% das pessoas (1,2 milhão) como indígenas e 0,4% (850,1 mil) como amarelas. Apesar de comporem 55,5% da população, a taxa de pobreza de pessoas pretas ou pardas (40%) é duas vezes superior à da população branca (21%).

Embora a população negra seja majoritária entre os pobres e desempregados no Brasil, não há como negar o contingente populacional branco que compõe o imenso grupo das pessoas sem emprego no país, além de brancos fazerem parte da população que mora nas favelas. No entanto, é fundamental observar também que nos altos postos de empresas, universidades, do poder público, enfim, em todas as esferas sociais, temos, ao que parece, uma cota não explicitada de 100% para brancos (Bento, 2022, p. 9).

Realização:



Apoio:



As relações raciais, o racismo e sua politização como questão racial são centrais para o entendimento das relações sociais em sua totalidade. Então, quando destacamos as relações raciais não estamos nos referindo a um “problema do negro” ou um “problema indígena” na sociedade brasileira, mas uma questão que é essencialmente política (Moura, 1994b) e constitui-se de múltiplas dimensões e desdobramentos materiais. É um componente estrutural do sistema de dominação econômica, política e cultural (Silva, 2017) que compromete a própria possibilidade de uma sociedade democrática.

A conquista da democracia passa pela questão racial. A formação do povo, enquanto uma coletividade de cidadãos, compreende também a progressiva superação das desigualdades raciais. As conquistas democráticas, em termos políticos, econômicos e culturais, estarão incompletas se as pessoas, famílias e grupos sociais estiverem separadas por aquelas desigualdades. Acontece que a questão racial compreende aspectos fundamentais da questão social (Ianni, 1988, p. 9).

Temos acordo com a afirmação de Ianni sobre o caráter fundamental da questão racial, contudo, para além de ser um aspecto da questão social, consideramos que no Brasil, a questão racial modela a questão social. Porque as relações sociais quando confrontadas em suas contradições expõem as desigualdades como iniquidades sociorraciais intrínsecas ao capitalismo dependente e ao racismo que estrutura a formação sócio-histórica e que organiza no pós-abolição um mercado de trabalho e um padrão institucional de oferta de políticas sociais públicas tanto limitado quanto racializado.

No país, em especial a partir da década de 1990, a crise contemporânea do capital se expressa pelas medidas de austeridade consoantes com os ditames neoliberais, sucessivamente implementadas por governos de diferentes matizes ideológicas, que impactam de modo contundente a sobrevivência das populações negras. E nos permitem articular o racismo estrutural e a crise do capital como embargos na ampliação e no acesso às políticas sociais públicas.

Sendo o racismo um fundamento das sociedades capitalistas pós-coloniais e elemento dinâmico da hegemonia burguesa, as exigências do capital para o enfrentamento de sua crise contemporânea dão o tom das medidas do ajustamento regressivo de direitos, do desfinanciamento público e da privatização das políticas sociais.

A solução da crise econômica é a socialização das perdas do capital sobre a classe trabalhadora como um todo, seja pela via de redução dos salários diretos e/ou pelo contingenciamento dos salários indiretos, atingido mais largamente as populações negras, que são a maioria na demanda por políticas públicas como garantia de sobrevivência.

As relações sociais no país foram forjadas nos limites (raciais, de gênero e de sexualidade) impostos pela legalidade democrática burguesa e pelo capitalismo dependente, portanto a superação desse sistema não está na construção de uma economia autonomizada do conflito de classes, baseada em milagres, planos reformadores ou arcabouços fiscais, mas na superação do próprio capitalismo, mediante a organização de trabalhadoras e trabalhadores, tendo como base o enfrentamento das explorações e opressões que o mantém.

## Referências

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo** (1888-1988). Bauru: EDUSC, 1998.

Realização:



Apoio:



ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 34, p. 19-40, jul./dez., 2015.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. Anita: São Paulo, 1994.

MOURA, Clovis. A dinâmica político-ideológica do racismo no novo contexto internacional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 66-76. 1994a. Disponível em: <[http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n03/v08n03\\_10.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n03/v08n03_10.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2024.

MOURA, Clovis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Princípios** - Revista Teórica, Política e de Informação, n. 34, p. 28-38. ago./out., 1994b. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/pdf/034.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da senzala**. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. 1988a

MOURA, Clovis. **O negro, de bom escravo à mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Ana Paula Procópio da. Racismo estrutural, crise do capital e ofensiva conservadora: desafios à consolidação da igualdade racial nas políticas sociais públicas. In: ABEPSS. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*, 16, 2018, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: ABEPSS, UFES, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22110>>. Acesso em 20 set. 2024.

SILVA, Ana Paula Procópio da. **O contrário de casa-grande não é senzala, é quilombo**: a categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura. 2017. 291f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

Realização:



Apoio:



## VIOÊNCIA LGBTIFÓBICA, ENFRENTAMENTO DA LGBTIFOBIA E CIDADANIA LGBTI+: um estudo de revisão

Marco José de Oliveira Duarte<sup>561</sup>

**Resumo:** O trabalho apresenta um estudo de revisão integrativa da literatura sobre violência LGBTIfóbica, entre 2016 e 2023. O estudo investiga as diversas violências dirigidas à população LGBTI+, suas implicações, bem como o papel das políticas públicas. Tomou a busca em bases de dados eletrônicas, com descritores como "Violência" e "LGBTI+". A partir dessa filtragem foram aplicados critérios de inclusão e exclusão, resultando na seleção de 5 artigos para análise completa. Na análise temática de conteúdo, foram problematizados temas que convergem entre os artigos, destacando as diferentes violências, as consequências sociais e psicológicas, a institucionalização da LGBTIfobia e seus enfrentamentos.

**Palavras-chave:** Violência LGBTIfóbica; LGBTIfobia; Cidadania LGBTI+

**Abstract:** This paper presents an integrative review of the literature on LGBTIphobic violence between 2016 and 2023. The study investigates the various forms of violence directed at the LGBTI+ population, their implications, and the role of public policies. The search was conducted in electronic databases using descriptors such as "Violence" and "LGBTI+." Based on this filtering, inclusion and exclusion criteria were applied, resulting in the selection of five articles for full analysis. The thematic content analysis problematized themes that converged among the articles, highlighting the different types of violence, the social and psychological consequences, the institutionalization of LGBTIphobia, and their confrontations.

**Keywords:** LGBTIphobic Violence; LGBTIphobia; LGBTI Citizenship

### Introdução

O presente trabalho tem por objetivo investigar, a partir de um estudo de revisão de literatura, os artigos publicados em periódicos acadêmicos, no período compreendido entre 2016 e 2023, com foco nos temas da violência LGBTIfóbica, enfrentamentos da LGBTIfobia e cidadania LGBTI+. A escolha desses temas foi motivada pela necessidade de compreender as diferentes manifestações da violência direcionadas a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, pessoas intersexo e mais (LGBTI+) e suas consequências, no sentido de contribuir para as políticas públicas voltadas para esta população, no sentido de sua mitigação desse fenômeno na realidade brasileira.

A revisão integrativa de literatura é a abordagem metodológica adotada, permitindo uma compreensão abrangente e mais aprofundada do tema. Assim, neste estudo, serão abordadas as diferentes formas de violência LGBTIfóbica, suas manifestações em diferentes contextos sociais e as consequências para LGBTI+. Neste âmbito, propõe-se a tratar deste processo de institucionalização da violência, permeando diversos setores da sociedade, desde o familiar até o público, incluindo escolas, serviços de saúde e sistemas de justiça. Desta forma, propõe-se a contribuir

---

<sup>561</sup> Assistente Social, Pós-Doutor em Psicologia Social, Docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e do quadro permanente do PPGSS/UFJF. Colaborador do PPGSS/UERJ. Pesquisador do CNPq e Líder do GEDIS/CNPq. E-mail: marco.duarte@uff.br

Realização:



Apoio:



com as políticas públicas de enfrentamento à LGBTIfobia, destacando a importância de uma abordagem integrada para combater esse problema endêmico.

Neste sentido, a técnica da revisão integrativa propõe-se uma síntese dos estudos publicados sobre o assunto, possibilitando uma visão mais aprofundada e conclusiva acerca do tema (Souza; Silva; Carvalho, 2010). Segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008), na referida técnica, se dispõe de seis etapas, sendo elas: identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa; estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos / amostragem ou busca na literatura; definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados / categorização dos estudos; avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; interpretação dos resultados; e apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

Com o objetivo de pesquisar as publicações que constituíram a revisão integrativa deste estudo, foi realizado um levantamento online entre os meses de junho a dezembro de 2023, tomando as seguintes bases de dados eletrônicas: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*). Tomou-se, para seleção dos artigos, os seguintes descritores: “Violência” e “LGBT”, como também foram utilizadas variantes da sigla como: “LGBTI”, “LGBTQIA+”, “LGBTQIAPN+”, “LGBTI+” entre outras, mas que não obtivemos resultados. Para a seleção, ambos os descritores deveriam estar presentes no título do artigo e foram consideradas apenas publicações entre os anos de 2016 e 2023, que foram publicados até dezembro de 2023. Assim como o ano de 2015, já que uma questão crucial para o estudo foi de investigar quais mudanças e impactos na literatura foram causados pela alteração da “Ficha de Notificação de Violência Interpessoal/Autoprovocada” do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)<sup>562</sup>.

Durante as etapas iniciais de filtragem dos artigos, foram definidos, também, os critérios que iriam definir se o artigo era útil ou não para a pesquisa. Assim, no que tange aos critérios de inclusão, são eles: Artigos publicados no período de 2016 a 2023; que abordem diretamente a temática da violência LGBTIfóbica; que sejam disponíveis online e gratuitamente e em português publicados no Brasil. Já os critérios de exclusão escolhidos foram: artigos fora do período de publicação; que não abordem a temática da violência LGBTIfóbica; que estejam fora das áreas científicas da pesquisa, Serviço Social e/ou Saúde Coletiva; Idioma que não seja o português do Brasil; restrito às publicações de periódicos acadêmicos e de acesso online.

Assim, foram selecionadas 32 publicações, por se enquadrar no universo da pesquisa, mas, no entanto, após leitura de resumo, introdução e conclusão e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão restaram 5 publicações que foram lidas na íntegra e tomadas para o estudo de revisão. A partir dos primeiros esforços de filtragem e organização dos dados e com intuito de analisá-los com aprofundamento do estudo, foi criada uma tabela com os 32 artigos incluídos no processo da investigação, contendo as principais informações, tais como: autoria, área de formação, o periódico, a área da revista, sua avaliação no Qualis periódicos da CAPES, a base de dados online de onde foi coletada, título e ano de publicação. Isto foi feito concomitante a leitura dinâmica do artigo, como resumo, introdução e conclusão.

De uma forma geral, observa-se que houve uma concentração de artigos publicados no ano de 2022. Quanto às áreas dos periódicos, há uma tendência de maior concentração para o campo da Saúde Coletiva e das Ciências Humanas, como também

<sup>562</sup> Salienta-se que, a partir de 2014, o SINAN incorporou novos campos em seus registros, tais como, nome social, orientação sexual, identidade de gênero e motivação da violência LGBTIfóbica. Essas alterações ampliaram a visibilidade da violência sofrida pela população LGBTI+ e qualificaram a notificação de casos relacionados à LGBTIfobia, incorporando as violências por motivação LGBTIfóbica no Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) para dar visibilidade à violência sofrida pela população LGBTI+.

Realização:



Apoio:





se registra que em sua maioria está no estrato A da última avaliação do Qualis Periódicos da CAPES (2017-2020), disponível em 2023. Assim, tomando a referida tabela, foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão sobre os 32 artigos selecionados, restando 5 artigos que foram lidos na íntegra tomando anotações sobre as temáticas de intersecção entre os artigos, nos quais respondiam alguns dos problemas de pesquisa.

### Tematizando sobre as violências LGBTfóbicas

A partir dos cinco artigos selecionados para análise, como informado acima, em sua totalidade, os mesmos pertencem à área das Ciências da Saúde, em particular, ao campo da Saúde Coletiva, sendo, em sua maioria, da base de dados LILACS, exceto dois, respectivamente, um do Portal de Periódicos da Capes e o outro da SCIELO. Três dos artigos, tomando a avaliação do Qualis CAPES, pertencem ao estrato A1 e dois ao estrato A3. Em se tratando de ano de publicação, neste aspecto não há uniformidade, dois são de 2020, dois em 2021 e um em 2022.

**Tabela 1: Quadro sinóptico dos artigos analisados entre 2016-2023**

| N | Autoria                                 | Formação       | Periódico                  | Área da Revista   | Qualis | Base de Dados | Título do Artigo                                                                                                                                                                 | Ano  |
|---|-----------------------------------------|----------------|----------------------------|-------------------|--------|---------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| 1 | Isabella Vitral Pinto et. al.           | Saúde Pública  | Revista Brasil. Epidemiol. | Ciências da Saúde | A3     | Lilacs        | Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017 | 2020 |
| 2 | Wallace Góes Mendes et. al.             | Saúde Pública  | Ciência & Saúde Coletiva.  | Ciências da Saúde | A1     | Lilacs        | Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial                                             | 2020 |
| 3 | Martha Helena Teixeira de Souza et. al. | Enfermagem.    | Caderno de Saúde Pública   | Ciências da Saúde | A1     | Lilacs        | Violência pós-morte contra travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil                                                                                                   | 2021 |
| 4 | Wallace Góes Mendes et. al.             | Saúde Pública  | Ciência & Saúde Coletiva   | Ciências da Saúde | A1     | Scielo        | Revisão sistemática das características dos homicídios contra a população LGBT                                                                                                   | 2021 |
| 5 | Rodrigo Otávio Moretti-Pires et. al.    | Saúde Coletiva | Saúde e Sociedade          | Ciências da Saúde | A3     | Capes         | Violência simbólica na experiência de estudantes universitários LGBT                                                                                                             | 2022 |

Fonte: Elaboração do autor

Em sua maioria quase absoluta, a maioria dos artigos trata do tema da violência LGBTfóbica tomando os dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), que segundo o relatório de pesquisa sobre violência LGBTfóbica do Brasil, produzida pela organização não governamental (ONG), “é o país com a maior quantidade de registros de crimes letais contra LGBT do mundo, seguido pelo México e Estados Unidos” (GGB, 2018, apud Mendes; Silva, 2020, p. 1710).

Realização:



Apoio:



Contudo, é necessário sinalizar que, para além da letalidade, a violência contra LGBTI+ acomete a sociedade brasileira de inúmeras outras maneiras. A leitura social da violência é adversa, assim como sua decorrência, podendo esse fenômeno se manifestar de diferentes formas de acordo com o contexto em que se insere.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (OMS, 2002, n/p.). Podendo manifestar-se através da violência física, psicológica, moral, sexual, financeira dentre outros.

Assim, nos artigos analisados, as maneiras com que a violência LGBTIfóbica se expressa é diferente de acordo com a realidade social no qual o sujeito está inserido. Em relação às violências que afetam a subjetividade (morais e psicológicas) Moretti-Pires *et al.* (2022, p. 8) afirmam que o lócus da homofobia é representado, sobretudo, pela família, que é também quem coloca LGBTI+ em dilema “frente ao desejo de se assumirem e de manter relações com os familiares que os excluem”. Analogamente, é também dentro do contexto familiar onde se agravam as violências físicas.

Segundo Pinto (2020, p. 8) “os familiares foram os autores mais frequentes de violências notificadas em adolescentes de 10 a 14 anos (29,4%) e em idosos (38,5%). Entre adolescentes de 15 a 19 anos, destacam-se os agressores de relação intrafamiliar (29,8%, considerando-se familiares e parceiros íntimos) e desconhecidos (19,5%). Nos adultos, foram mais frequentes as violências perpetradas por parceiros íntimos (32,5%)”.

Dentro e fora da família existe uma constância na violência psicológico/moral praticada contra pessoas LGBTI+, já que essa também acomete LGBTI+ nas relações amorosas, no trabalho, na rua, e em qualquer ambiente de convívio social que essa população se insira. Moretti-Pires *et al.* (2022) ressaltam a repetição constante da subestimação das identidades LGBT, como brincadeiras contínuas, palavras depreciativas e um conjunto de restrições e situações embaraçosas.

Em se tratando, mais especificamente, das populações trans e travestis, suas trajetórias são permeadas por violências que se iniciam em casa, ainda quando jovens, na medida em que os familiares não aceitam a transição como as transformações corporais. A violência continua nas escolas, por não se conformarem aos preceitos dicotômicos de gênero, e persistem nos serviços de saúde, no mercado formal de trabalho e assim por diante (Souza *et al.* 2021). Registra-se que estes sujeitos têm seus corpos e gêneros desrespeitados pela família e poder público mesmo depois de morrerem (Souza *et al.*, 2018).

Em poucas coisas o Brasil é tão plural e democrático quanto aos perfis de violência contra LGBTI+, tomando todas as idades, raças/etnias e classes sociais acometidas, afetando desde as fases iniciais, ainda quando a criança está na escola se descobrindo, até no pós morte como já foi citado no caso das travestis. Segundo Pinto *et al.* (2020, p. 5), “do total de notificações de violência contra pessoas LGBT analisadas, 69,1% das pessoas atendidas eram adultos e 24,4% adolescentes. Predominou a raça/cor negra em todas as faixas etárias, chegando a 57% entre adolescentes de 10 a 14 anos. A presença de deficiência ou transtorno foi maior entre os idosos (13,7%)”.

Quanto ao perfil da LGBTIfobia assassina, destacam Mendes e Silva (2020) e Mendes *et al.* (2021), que em sua maioria se dá em vias públicas e nas residências das vítimas. As armas brancas são as mais usadas entre gays e as de fogo com travestis. Ressalta-se também registros de espancamentos, asfixia e outros tipos de crueldades. Segundo os autores, nos dois estudos, o gênero masculino é predominante, a juventude negra é o público-alvo desta ação. Cabe reforçar, segundo Pinto *et al.* (2020), que a residência é o local privilegiado das ações de violências, seguido das vias públicas. “No

Realização:



Apoio:



caso dos adolescentes de 10 a 14 anos, destaca-se a escola como terceiro local mais importante (6,1%)” (Pinto *et al.* 2020, p. 5).

Como toda ação gera uma reação, os efeitos causados pela violência permeiam e transpassam a vida de LGBTI+ ao longo da vida. Impondo mecanismos que naturalizam representações ou ideias dominantes, como a “aceitação” de regras e sanções para transgressões, e que dificultam a análise das práticas linguísticas, das regras jurídicas ou morais (Moretti-Pires *et al.* 2022, p. 5). Os resultados das violências tanto físicas quanto verbais atravessam a vida de LGBTI+ de maneira a circundar sua existência não apenas através da dor/sofrimento (física e/ou psíquica), mas também através do trauma que afeta todas suas relações interpessoais e sua relação consigo mesmo. Contudo, quando essa violência está atrelada ao âmbito familiar, os resultados das dores podem ser ainda maiores, visto que existe uma confusão entre o laço de afeto que deveria ser estabelecido pela família de maneira a criar um ambiente seguro, mas que na verdade é o local onde a individualidade é violada.

Nesse sentido, a fuga do contexto familiar aparece como saída comum para a manutenção da saúde mental e física das pessoas LGBT (Pinto *et al.* 2020). Por isso, independente da região afetada por atos violentos, considera-se o corpo como a marca do indivíduo, a fronteira e o limite que o distingue dos outros. O corpo pode ser visto como o território primeiro do sujeito, a partir do qual ele constrói suas relações com o mundo, assim, urge a necessidade e o apelo de respeito ao corpo físico e contra danos emocionais/mentais causados pelas violências LGBTIfóbicas.

Uma questão que se coloca em comum entre os artigos é a maneira com que as violências LGBTIfóbicas são naturalizadas e cristalizadas nas relações coletivas do tecido social brasileiro. Assim sendo, fica claro em diversas passagens a maneira com que esse fenômeno se instaura e se institucionaliza não apenas nas famílias e nas instituições sociais, mas também através do poder público e em todos os seus ramos e contextos.

A cada ano o quantitativo de homicídios tem crescido no país pela ausência de políticas públicas de combate a esta violência. O Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou a LGBTIfobia ao crime de racismo, devido à sua complexidade. Contudo, “só esta ação não resolverá esse problema de saúde pública, mas constitui um passo importante no sentido de dar visibilidade à questão da homofobia” (Mendes; Silva, 2020, p. 1719).

Moretti-Pires *et al.* (2022) ressaltam, ainda, como em instituições de socialização secundária, as instituições de educação reproduzem a violência LGBTIfóbica institucional, gerando mal-estar em LGBTI+, particularmente, pela imposição da heteronormatividade nas relações socioinstitucionais. Segundo os autores, há um pacto de silêncio em relação à diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário (e ou de trabalho) que foi interpretado como uma manifestação de violência simbólica.

A escola, segundo Pinto *et al.* (2020), que deveria ser o espaço de segurança e acolhimento, vem se mostrando como cenário de violência para LGBTI+, com práticas discriminatórias e de bullying, reforçando a exclusão social de estudantes. Dessa maneira, o contato com as violências LGBTIfóbicas, perpassam toda a vida de sujeitos LGBTI+, da infância ao pós-morte. De fato, a LGBTIfobia é um problema endêmico e sistêmico, pois está na família, na escola, na universidade, nas relações de trabalho, na rua e em qualquer outro espaço de convivência social de LGBTI+.

Mendes e Silva (2020) e Mendes *et al.* (2021) tratam de como estas violências extrapolam ao seu grau máximo (homicídios), independentemente de haver LGBTIfobia ou não, ela passa a se tratar de um problema de saúde pública e de violação sistemática dos direitos humanos. Assim, a institucionalização da violência atinge, ainda, setores como justiça, segurança pública e saúde, desde os atendimentos não adequados até a truculência e maus tratos por autoridades (Souza *et al.* 2021).

Realização:



Apoio:



É nesse contexto, portanto, que emerge, assim, o fenômeno da revitimização, de um lado, expressão da institucionalização da violência LGBTIfóbica, modus operandi do racismo de Estado, caracterizada pela negação das identidades das vítimas, investigações inadequadas dos crimes e impunidade dos agressores. Como pela subnotificação, por outro lado. Além de que tudo isto é agravado pela ausência de políticas públicas que assegurem os direitos de LGBTI+, mas, principalmente, de pessoas trans e travestis, incluindo acesso à saúde, educação, trabalho e emprego.

De fato, outro elemento comum entre os artigos, é a necessidade de uma maior atenção do poder público e de políticas públicas para, se não sanar, amenizar o problema da violência LGBTIfóbica. No entanto, a falta de estudos e pesquisas, como de dados oficiais sobre essa população, é um enorme problema que causa problemas em cadeia. Desta forma, as consequências da omissão do Estado são desastrosas, nos últimos anos tem havido um crescimento vertiginoso do número de homicídios no país pela ausência de políticas públicas no sentido de combater essa violência.

### **Considerações sobre o enfrentamento a LGBTIfobia**

Analisar o tema da violência LGBTIfóbica e o enfrentamento a LGBTIfobia, em perspectiva crítica, é colocar, na cena do debate, que a demanda desta população é a proteção à vida por parte do Estado. O mesmo Estado que, contraditoriamente, de forma aparente, sustenta um discurso oficial de proteção social a esses sujeitos, a partir de normativas legais e jurídicas, em diversos dos seus âmbitos formais, conquistados e protagonizados pelos movimentos sociais LGBTI+, mas essas se mostrarem frágeis, precárias e, particularmente, ameaçadas, no presente, na sustentação das políticas públicas e dos direitos humanos da população LGBTI+.

Assim, ao tomarmos o tema da violência, pretende-se tratar de dados concretos dessa realidade, a partir de uma análise histórica e crítica, de como essa demanda social de LGBTI+ vem sendo respondida pelo Estado no seu “fazer viver, deixar morrer” (Foucault, 1999). Revelando, portanto, que o que está em jogo é o tema do poder em seus mecanismos de intervenção e de constituição de dispositivos e estratégias. Assim, trata-se de perguntar, em seus mecanismos, seus efeitos e suas relações, pelos dispositivos de poder que são exercidos nos diferentes domínios da sociedade, mas, em particular, para nossa análise, sobre a não responsabilização do Estado em efetivar de forma concreta a defesa dos direitos e das políticas públicas de LGBTI+.

Butler (2015) afirma que nem tudo que está vivo é uma vida, percorrendo sobre a precariedade do que chamamos vida e seus enquadramentos. Diz ela que:

A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro. Isto implica estarmos expostos não somente àqueles que conhecemos, mas também àqueles que não conhecemos, isto é, dependemos das pessoas que conhecemos, das que conhecemos superficialmente e das que desconhecemos totalmente (Butler, 2015, p. 43).

Neste sentido, para a autora, há as vidas reconhecidas como tal, as vidas que importam, as que são passíveis de luto. Essa é, tecnicamente, uma parcela da sociedade brasileira que vê as mortes de vidas precárias como espetáculo (Debord, 1997), seja na televisão, na mídia ou mesmo na internet, isenta dos efeitos das movimentações das forças policiais ou mesmo civis que as matam, pois não importam, são aquelas que não serão choradas, que são menos vida, ainda que estejam contidas em um ser vivo.

Como nos afirma Butler, é uma questão de enquadramento. Se alguém morrer esta noite na favela da Maré ou na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, ou mesmo na esquina da rua no centro desta mesma cidade, ninguém dos bairros nobres, como Leblon ou Barra da Tijuca, ou mesmo em Brasília, vai chorar por isso, porque se não for

Realização:



Apoio:



bandido, poderia até vir a ser, mas bandido bom, todo mundo sabe, é bandido morto. Apesar da corrupção, roubos, desvios de verbas e violações de direitos, nas esferas governamentais, esses ditos bandidos, caracterizados como homens brancos, classe média, cisheteronormativos, de meia idade e com nível superior completo são inocentados de seus crimes. Portanto, não são mortos.

A questão que emerge é: Quem decide quem pode morrer? Quem determina quais vidas importam? Quem usa fuzil para matar com autorização? Quem usa fuzil para matar sem autorização? Quem mata com objeto cortante com ou sem autorização? Porque é disso que se trata afinal no fazer morrer, “quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2018).

O senhor da guerra não gosta de gente. Ou melhor: só gosta de algumas. Por isso a emergência deste texto, que traduz vozes, presenças, reflexões, diálogos e conversações críticas como potência de escrita. Tomando a provocação de Spivak (2010), porque podem os subalternos falarem, e, neste sentido, a afirmação de Gonzalez (1984) que o lixo vai falar. Portanto, é nessa perspectiva deocolonial, contra as subalternidades e as hierarquias de gênero e sexualidade, que se resiste a hegemonia política capitalística, burguesa, ultraneoliberal e ultraconservadora e marcada pelo regime de exceção pela ordem do capital. Este, insiste na territorialização e fixação dos sujeitos, seus corpos, desejos e subjetividades em identidades enquadradas, rotuladas, seladas, estigmatizadas e etiquetadas como dissidentes, inimigas, anormais e abjetas, e por isso, devem ser alijadas, descartadas e matadas sem luto.

Racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para aceitabilidade do fazer morrer” (Mbembe, 2018, p. 18).

Assim, se racismo e raça são conceitos no âmbito político e social, pois nada tem de biológico nem antropológico, esses são constitutivos do dispositivo de poder, ao que Foucault denomina de racismo de Estado. Estado esse que garante, assim, o privilégio, na hierarquia racial, de uma raça sobre a outra, configurando, essa última, como inferior, desumanizada e, principalmente, a partir do racismo científico, com a eugenia e as práticas higienistas, como degenerado. Portanto, assim como o racismo é histórico, estrutural, sistêmico, institucional e pessoal, também são as muitas formas de discriminação, que se colocam os sujeitos e suas dissidências sexuais e de gênero. Esses são desqualificados moralmente, expulsos das instituições sociais, inclusive das famílias, submetidos, ainda, às internações em instituições psiquiátricas, que se impõem a “cura gay”, mas também capturado por todo um conjunto de dispositivos de normalizações opressivas, com conteúdo de ódio e terror, que se expressa no alterocídio. Segundo Mbembe (2014), é a necessidade de “constituir o outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se ou destruir (quando não se pode controlar)” (Mbembe, 2014, p. 26).

Desta forma, podemos aferir, nessa analítica, que o sistema cisheterossexista-patriarcal se constitui como racismo, estruturante e estruturado das relações sociais, impondo, de forma compulsória, a normalização da sexualidade e as normas hierárquicas de gênero, como regimes de verdade. Portanto, na governamentalidade das relações de hierarquização, exploração, opressão e dominação da população, o racismo de Estado, pune simbólica, moral e fisicamente as vidas, sujeitos e corpos dissidentes sexuais e de gênero que ousam existir em seus modos de subjetivação e com seus marcadores sociais de diferença e desigualdade.

## Conclusão

Realização:



Apoio:





A complexidade e a gravidade da violência LGBTI+ delineada acima ressalta a urgente necessidade de um compromisso mais amplo e abrangente com a pesquisa e as políticas públicas. A violência dirigida a LGBTI+ é uma triste realidade que persiste, exigindo ação imediata e eficaz.

A condução de pesquisas aprofundadas é crucial não apenas para entender as raízes e os impactos dessa violência, mas também para informar a criação de políticas públicas bem fundamentadas. A formulação e implementação de políticas específicas e bem dirigidas e direcionadas são passos essenciais para oferecer proteção, cidadania e recursos adequados à população LGBTI+, garantindo seus direitos, como segurança.

Além disso, é vital incorporar a diversidade e o respeito à população LGBTI+ também nos outros espaços, como educação, saúde, assistência social, trabalho etc. Portanto, o Estado tem a responsabilidade de construir políticas públicas para população LGBTI+, visando não apenas reduzir a violência, mas também proporcionar oportunidades com equidade. A implementação eficaz requer financiamento e monitoramento, com a intenção de criar um cenário onde LGBTI+ tenham seus direitos de cidadania garantidos em um Estado Democrático de Direito, em confronto com sua política de morte.

## Referências

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758–764, 2008.

MENDES, Wallace Góes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1709–1722, 2020.

MENDES, Wallace Góes et al. Revisão sistemática das características dos homicídios contra a população LGBT. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 11, p. 5615–5628, 2021.

MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio; VIEIRA, Marcelo; FINKLER, Mirelle. Violência simbólica na experiência de estudantes universitários LGBT. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 4, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS/OPAS, 2002.

PINTO, Isabella Vitral et al. Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 23, supl. n. 1, p. e200006, 2020.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 1, n. 8, p. 102-106, 2010.

SOUZA, Martha Helena Teixeira et al. Violência pós-morte contra travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. e00141320, 2021.

Realização:



Apoio:



## OS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E OS AVANÇOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

Daniela Falci Pereira<sup>563</sup>

Karen Coutinho Pereira<sup>564</sup>

Michele do Nascimento Alves<sup>565</sup>

**Resumo:** O artigo traz uma breve contextualização sobre a implementação do grupo reflexivo para homens autores de violência tendo como referência o Estado do Rio de Janeiro e implantação da iniciativa nos Municípios da Baixada Litorânea. As autoras dessa obra são técnicas do Centro Especializado de Atendimento à Mulher de Armação de Búzios e se debruçarão em contextualizar a implantação das políticas públicas para as mulheres em Armação dos Búzios e as conquistas para o município.

**Palavras-chave:** violência doméstica; grupo reflexivo; políticas públicas para mulheres

**Abstract:** The article provides a brief contextualization of the implementation of the reflective group for male perpetrators of violence with reference to the State of Rio de Janeiro and the implementation of the initiative in the Municipalities of the Baixada Litorânea. The authors of this work are technicians from the Specialized Center for Women's Care of Armação de Búzios and will focus on contextualizing the implementation of public policies for women in Armação dos Búzios and the achievements for the municipality.

**Keywords:** domestic violence; reflective group; Public policies for women.

### Introdução

Este artigo visa explorar a intersecção desses dois temas, destacando a importância dos grupos reflexivos para HAV e as políticas públicas implementadas em Armação dos Búzios, como a criação de serviços especializados, capacitação profissional e programas de apoio às mulheres em situação de violência são fundamentais para promover a proteção, autonomia e cidadania das mulheres, tendo assim o empoderamento para a ruptura do ciclo de violência. A violência contra a mulher é um problema grave e complexo que afeta não apenas as vítimas, mas também suas famílias e a sociedade como um todo.

No Brasil, a Lei Maria da Penha (11.340/2006) estabeleceu diretrizes importantes para o enfrentamento dessa questão. A implementação de políticas públicas eficazes é fundamental para prevenir e combater a violência contra a mulher, e nesse contexto, os grupos reflexivos para homens autores de violência (HAV) desempenham um papel crucial, pois visa conscientizar e promover mudanças nos

<sup>563</sup> Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense/Niterói e Assistente Social do Centro Especializado de Atendimento à Mulher de Armação de Búzios-RJ. E-mail: danielaFalci@hotmail.com

<sup>564</sup> Assistente Social coordenadora da Unidade da Mulher na Secretaria Municipal da Mulher de Armação dos Búzios-RJ. E-mail: karencoutinho.as@gmail.com

<sup>565</sup> Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estácio de Sá e Servidora da Prefeitura de Armação dos Búzios-RJ. E-mail: michele.as.alves@hotmail.com

Realização:



Apoio:



padrões de comportamento que levam à violência. A combinação dessas abordagens é essencial para criar uma sociedade mais justa e equitativa.

## **Desenvolvimento**

A trajetória institucional dos grupos reflexivos para homens autores de violência (HAV) inicia-se com intervenções concebidas e executadas por organizações não governamentais, até que a promulgação da Lei 11.340/2006, em seus artigos 35 e 45, legitimou o Serviço de Educação e Responsabilização para HAV, como política pública, no âmbito do Poder Judiciário.

A Lei Maria da Penha prevê a criação de espaços de "educação" e "reabilitação" para homens autores de violência contra a mulher, visando a conscientização e responsabilização pelos seus atos, com o objetivo de prevenir novas ocorrências. Essa iniciativa está prevista nos artigos 35 e 45 da lei, além de ser reforçada pela inclusão de medidas protetivas de urgência que podem determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.

O objetivo é de promover a responsabilização dos homens pela violência e a construção de novas formas de relacionamento.

Alguns documentos são importantes para detalhar a contextualização da criação dos grupos reflexivos para HAV, como: o Manual de Rotinas e Estruturação dos JVDPM (2011, 2018), os registros gerados por dois eventos anuais de vulto para a discussão da lei, como a Jornada Lei Maria da Penha (2007) e o Fórum Nacional de Violência Doméstica (FONAVID) (2009), a Política Nacional Judiciária do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2017), Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, normativa desenvolvida pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2011; a Padronização do Grupo Reflexivo dos Homens Agressores, desenvolvido pela Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados, de Violência Doméstica e Familiar (CEJEM), da Escola de Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), em 2012, e normativas produzidas no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foram importantes para a implementação do Serviço de responsabilização para HAV no âmbito de política pública. Em 2023, mediante a Resolução SEM-RJ Nº 21, de 11 de Outubro de 2023, foi implementado um programa pioneiro no Brasil que atua na desconstrução de estereótipos de gênero e na responsabilização de homens autores de violência, promovendo a reflexão sobre comportamentos e incentivando práticas mais respeitadas e igualitárias: O Serviço de Educação e Responsabilização do Homem (SerH) foi criado pela Secretaria de Estado da Mulher - SEM, no âmbito da Superintendência de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. O SerH visa trabalhar para sensibilizar os homens, combatendo a cultura de violência contra a mulher, a fim de gerar prevenção e evitar a reincidência.

O programa tem por objetivo estabelecer ações educativas e preventivas nos municípios do Rio de Janeiro, com público-alvo de homens de todas as faixas etárias, sendo eles agressores ou não, a fim de evitar a repetição de atos de violências contra a mulher bem como de estabelecer a cultura de não agressão. Além disso, o SerH visa a sensibilização dos servidores do estado às questões relacionadas ao feminino, a criação de campanhas, a realização de palestras pela erradicação do machismo e a elaboração de Diretrizes para criação dos Grupos Reflexivos para Homens, pelos municípios aderentes ao programa.

Outra iniciativa importante é a parceria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) com a Secretaria de Estado de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, mediante Termo de Convênio de Cooperação nº 003/678/2024, publicado no Diário Oficial de Justiça no dia 1º de outubro de 2024, estabelecendo o acordo de cooperação que consiste na realização de Grupos Reflexivos para Homens Policiais Militares

Realização:



Apoio:



autores de violência doméstica, bem como capacitações permanentes com foco em questões de gênero, direitos humanos e acesso à Justiça para Policiais Militares, além de elaborar um curso de formação de instrutores/formadores através do setor de Ensino da Polícia Militar, com a colaboração da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM).

Em março de 2025, a Secretaria de Estado da Mulher do Rio de Janeiro (SEM-RJ) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) assinaram, um memorando de entendimento para fortalecer iniciativas voltadas à promoção das novas masculinidades e à prevenção da violência contra mulheres. A parceria busca transformar normas sociais e de gênero, incentivando o engajamento masculino na construção de uma sociedade mais equitativa e livre de violência.

A parceria reforça a importância de um olhar interseccional e antirracista na promoção da equidade de gênero e na proteção de meninas e mulheres. Além disso, a iniciativa tem potencial para se tornar uma referência para outras regiões do Brasil e da América Latina, consolidando o Rio de Janeiro como um estado comprometido com a transformação social e a erradicação da violência baseada em gênero.

### **A implementação dos grupos reflexivos na Baixada Litorânea**

A divisão administrativa conhecida como Baixada Litorânea é composta por 13 Municípios, sendo eles: Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.

O grupo reflexivo em Rio das Ostras foi pioneiro na Baixada Litorânea, logo depois veio o de Araruama, Cabo Frio e recentemente o de Saquarema.

Em Cabo Frio foi aprovada em 2021 a Lei de nº 3.360, de autoria da vereadora Alexandra dos Santos Codeço, que prevê o Programa Tempo de Despertar que dispõe sobre a reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência doméstica e grupos reflexivos de homens agressores.

Em que fica instituído o Programa Tempo de Despertar, que trata sobre a reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência e grupos reflexivos de homens nos casos de violência doméstica contra as mulheres.

O Programa tem como objetivos delineados a conscientização dos autores de violência, a prevenção, o combate e redução dos casos de reincidência de violência doméstica contra as mulheres e tendo como diretrizes: a conscientização e responsabilização dos autores de violência, conforme descrito na Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; a transformação e rompimento com a cultura de violência contra as mulheres, em todas as suas formas e intensidades de manifestação; a desconstrução da cultura do machismo; o combate à violência contra as mulheres, com ênfase na violência doméstica e a participação do Ministério Público e do Poder Judiciário no encaminhamento dos autores de violência. Estabelece como objetivos específicos: promover o acompanhamento e reflexão dos autores de violência contra a mulher; conscientizar os autores de violência sobre a cultura de violência contra as mulheres; promover um ambiente reflexivo que favoreça a construção de alternativas à violência para a resolução de problemas e conflitos familiares; evitar a reincidência em atos e crimes que caracterizem violência contra a mulher; promover a integração entre Município, Ministério Público, Poder Judiciário e sociedade civil, para discutir as questões relativas ao tema, visando sempre o enfrentamento à violência praticada contra a mulher; promover a ressignificação de valores intrínsecos na sociedade no que diz respeito à sobreposição, dominação e poder do homem sobre a mulher e promover a ressocialização, de modo a melhorar os relacionamentos familiares e profissionais.

Realização:



Apoio:



A lei será aplicada aos homens autores de violência doméstica contra a mulher e que estejam com inquérito policial, procedimento de medida protetiva ou processo criminal em curso.

Não poderá participar do Programa os homens autores de violência que estejam com sua liberdade cerceada; sejam acusados de crimes sexuais; sejam dependentes químicos com alto comprometimento; sejam portadores de transtornos psiquiátricos e sejam autores de crimes dolosos contra a vida.

Com iniciativa da Secretaria Municipal da Mulher, o Município de Armação dos Búzios está prestes a inaugurar o SerH, porém segue aguardando a formalização do termo de convênio com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para o encaminhamento dos homens autores de violência.

A priori, o formato do grupo reflexivo compreenderá 9 reuniões regulares (com a opção de 1 reunião eletiva adicional), além das entrevistas iniciais e finais, totalizando assim 12 encontros.

### **Políticas públicas para as mulheres em Armação dos Búzios**

A implementação de políticas públicas destinadas às mulheres no município de Armação dos Búzios é bastante recente. Seu marco inicial data de 2021 se dá no ano de 2021, com a criação da primeira Secretaria Municipal da Mulher. Esta inauguração representou não apenas a criação de uma nova estrutura administrativa no município, mas uma mudança de paradigma: tratava-se da implementação de um organismo específico de políticas públicas para mulheres – um antigo anseio das associações e movimentos de mulheres do município, após anos de retrocesso institucional.

A criação da Secretaria municipal da Mulher trouxe consigo um novo olhar sobre o papel do poder público na garantia dos direitos das mulheres, o início de uma política comprometida com o acesso a direitos, ações de prevenção à violência contra a mulher e proteção às mulheres. Como em grande parte dos processos de implementação de políticas públicas, as primeiras ações priorizam as demandas mais urgentes.

Nesse contexto, destacou-se a necessidade de retomar a política de enfrentamento à violência contra a mulher, totalmente enfraquecida nos anos anteriores. Um exemplo emblemático foi o fechamento do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) sob a justificativa oficial de que não havia demanda suficiente para a manutenção do serviço. No entanto, o que de fato ocorreu foi um processo de silencioso sucateamento do serviço, marcado pela ausência de investimento público, de equipe mínima e da estrutura necessária para garantir o atendimento adequado e continuado às mulheres em situação de violência.

O CEAM (anteriormente inaugurado em 2013 foi fechado em 2016) permanecendo assim por seis anos. Nesse período, mulheres vinculadas a associações e movimentos sociais atuaram de forma autônoma e solidária, muitas vezes acompanhando outras mulheres em situação de violência e auxiliando para que pudessem romper este ciclo. Essa mobilização social foi fundamental para que mantivesse viva a luta pela reabertura deste serviço e pela efetivação de políticas públicas de enfrentamento à violência.

O CEAM é um dos principais equipamentos da rede de proteção à mulher. Sua atuação vai além do atendimento técnico social, psicológico ou jurídico direto às vítimas, exercendo um papel articulador entre os diversos serviços especializados e não especializados que compõem a rede de enfrentamento à violência. Diante disso, a decisão da gestão municipal em reabrir o CEAM foi acertada e estratégica: as mulheres residentes no município necessitavam de um atendimento especializado, humanizado e contínuo para viverem suas vidas livres de toda forma de violência.

Paralelo a isso, uma agente da Guarda Civil Municipal apresentou à gestão um projeto que visava a implantação da Patrulha Maria da Penha no município, com a proposta de funcionamento 24 horas com atendimento emergencial às mulheres em

Realização:



Apoio:





situação de risco devido à violência doméstica e familiar. A Patrulha Maria da Penha, foi implantada no município através de decreto Nº1580/2021 do prefeito municipal, e veio, sem dúvida, para somar esforços na área da segurança pública, oferecendo resposta e proteção imediata às emergências. O projeto foi implantado com a atuação de agentes femininas e agentes masculinos, capacitados para realizar um atendimento humanizado e respeitoso, desde o acionamento inicial por canal telefônico amplamente divulgado até o acompanhamento da mulher à Delegacia para registro de ocorrência, ao atendimento médico no Hospital Municipal e a realização de exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML). Além disso, a Patrulha realiza o monitoramento das mulheres com medidas protetivas deferidas pelo Poder judiciário, promovendo uma ação integrada com outros órgãos da rede.

O avanço na proteção às mulheres no município tornou-se ainda mais significativo com a reinauguração simbólica do CEAM e a inauguração da patrulha Maria da Penha, ambos ocorridos em 8 de março de 2021, uma data emblemática da luta das mulheres por direitos. A partir deste marco, o município de Armação dos Búzios passou a contar com uma estrutura mais consistente e articulada de enfrentamento à violência contra a mulher, integrando o acompanhamento técnico especializado do CEAM ao suporte emergencial e preventivo ofertado pela Patrulha Maria da Penha.

Com a elaboração do diagnóstico das necessidades das mulheres do município, foi essencial considerar também os dados qualitativos das escutas realizadas por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), também reestruturado no início da gestão após um longo período de inatividade devido ao período da pandemia do COVID 19. A escuta qualificada dos profissionais da rede, aliada à vivência cotidiana dos atendimentos, permitiu a compreensão com maior profundidade dos desafios específicos enfrentados em Armação dos Búzios.

Durante a implantação dos serviços da Patrulha Maria da Penha e do CEAM, os dados do Dossiê Mulher (ISP) foram utilizados como base para justificar a necessidade da atuação. No entanto, já se compreendia que os casos de violência contra a mulher são subnotificados, por diversos fatores: medo, vergonha, dependência financeira e/ou emocional, descrédito nos órgãos de proteção, entre outros.

Com a consolidação dos serviços e o fortalecimento da confiança das mulheres na rede local, observou-se um aumento expressivo no número de registros de ocorrência realizados com base na Lei Nº 11340/2006 (Lei Maria da Penha). Embora, para alguns, esse crescimento pudesse parecer um indicativo de aumento da violência, tratava-se na verdade, da consequência de um trabalho eficaz: com serviços ativos e humanizados, em que as mulheres poderiam confiar. O acompanhamento técnico do CEAM e da Patrulha Maria da Penha permitiu que mais mulheres rompessem o silêncio e denunciasses seus agressores. Os dados divulgados no Dossiê Mulher 2021 e 2023 demonstram esse aumento no número de registros de ocorrência, evidenciados no número absoluto de mulheres vítimas das diferentes formas de violência no município de Armação dos Búzios, conforme apontam: em 2020: Mulheres vítimas de violência física: 129; violência sexual: 29; violência psicológica 126 violência moral: 86; violência patrimonial: 21; e dados absolutos de 2023: violência física: 163; violência sexual: 37; violência psicológica: 254; violência moral: 185; violência patrimonial: 42.

Essa escuta também apontou outras necessidades das mulheres em situação de violência: muitas se sentiam envergonhadas em acessar o atendimento médico no hospital municipal, um atendimento que deveria ser qualificado para tal. E num município de pequeno porte onde muitos se conhecem elas se sentiam expostas e constrangidas. Sensibilizada com essa demanda, a Secretaria da Mulher articulou junto a Secretaria Municipal de Saúde a implantação da Sala lilás no Hospital Municipal Rodolpho Perissé, um espaço reservado e sigiloso, com atendimento humanizado e devidamente qualificado para tal. Pois para implantar a sala os profissionais passaram por capacitação com foco no atendimento respeitoso, digno e sem revitimização e

Realização:



Apoio:



elaborado conjuntamente um Procedimento Operacional Padrão (POP) estruturando a atuação da equipe de saúde, desde o acolhimento inicial, acionamento da Patrulha Maria da penha, até o envio de relatório técnico do atendimento ao CEAM para busca ativa e acompanhamento, conforme avaliação de riscos pela equipe. Além disso, este atendimento foi institucionalizado através de projeto de lei encaminhado pelo executivo à Câmara Municipal, aprovado através da Lei Ordinária Municipal Nº 1695/2021 que institui a sala lilás no hospital municipal e Campanha agosto lilás pelo fim da violência contra a mulher no município.

Outra necessidade apontada era a ausência de políticas que ofertassem capacitação profissional e promovessem a autonomia econômica das mulheres, além da necessidade do atendimento as mulheres em situação de violência mais descentralizado o que permitiria que as mulheres dessem continuidade ao acompanhamento técnico, já que muitas alegavam ausência de recursos financeiros para custear passagem e dar continuidade ao acompanhamento do CEAM, um trabalho essencial para o fortalecimento das mulheres para o rompimento do ciclo da violência. Inicialmente implementada como projeto piloto da Secretaria Municipal da Mulher, a Casa da Mulher Buziana se tornou um espaço referência em acolhida das mulheres residentes no município. O projeto contemplou a oferta de capacitação profissional em diversas áreas, palestras, rodas de conversa com temas que perpassam as relações de gênero, ações de prevenção e educação em saúde e ações de empoderamento para as mulheres acima de 16 anos de idade, residentes no município. Após um ano de implementação e o crescimento deste serviço foi realizada a aquisição da sede própria da Casa da Mulher. Alcinete Oliveira da Silva, no bairro da Rasa, uma grande conquista para as mulheres, visando garantir a sua continuidade, bem como a Lei Ordinária Nº 1997/2025 que institui a Casa da Mulher Buziana no município, podendo ser expandida para outros bairros. Tanto que no presente ano, a Casa Marta dos Santos Almeida, foi inaugurada no bairro de Cem Braças alcançando ainda mais mulheres.

No mesmo objetivo de promoção de autonomia econômica da mulher, a gestão encaminhou mais um projeto de lei de autoria do Executivo à Câmara Municipal. Este projeto, visava a concessão de um auxílio social destinado a mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social, que dependam financeiramente do autor de violência. O projeto foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal em novembro de 2023 sob Lei Ordinária Nº 1.879, dispôs da criação do Programa BÚZIOS POR ELAS: Auxílio social para mulheres em situação de violência doméstica residentes no município que necessitem de subsídio público para sua subsistência e ruptura do ciclo de violência.

Analisando todos os avanços das políticas públicas para mulheres no município de Armação dos Búzios, é possível reconhecer um elemento chave que possibilitou tantos avanços: a iniciativa da gestão em mudar paradigmas compreendendo a importância de orçamento público para a implementação dessas políticas. Desde a implantação da Secretaria Municipal da Mulher e a reestruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), foi criado o Fundo Municipal de Assistência à Mulher através da Lei Ordinária Nº 1693/2021 e através da alteração na lei orgânica Municipal definiu-se a destinação de 1% dos royalties do petróleo para o referido fundo. O consequente investimento de recursos públicos tornou possível a implementação de políticas públicas e todos os avanços no acesso aos direitos das mulheres no município.

## Conclusão

Foi-se o tempo do ditado “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, isso porque já temos o entendimento que “em briga de marido e mulher, o Estado deve meter a colher” promovendo políticas públicas e criando serviços especializados no atendimento as mulheres vítimas de violência doméstica.

Realização:



Apoio:



A implementação de políticas públicas para as mulheres em Armação dos Búzios representa o reconhecimento das desigualdades nas relações sociais que afetam as mulheres e a conquista dos movimentos feministas que lutam para incluir na agenda governamental ações pela garantia da proteção social, promoção de autonomia e a defesa de direitos em resposta à opressão, ao preconceito e à discriminação nas relações de gênero.

Tendo como foco o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção que promovam proteção, autonomia e o resgate da cidadania.

A violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública no Brasil que tem sustentado altos índices de ocorrência mesmo com uma legislação específica destinada a coibi-la. Essa violência é multicausal e multidimensional, porém, também expressa o resultado de uma ordem social que foi historicamente fundamentada em relações sociais assimétricas, que conferiram aos homens autorização para exercer seu poder sobre as mulheres a partir da desqualificação do feminino.

É imperativo um trabalho interventivo com homens autores de violência que abordem as masculinidades a partir de eixos que promovam a reflexão acerca dos elementos vinculados à construção da identidade masculina, além de possibilitar a problematização acerca dos seus sentidos e significados, e a desnaturalização de posições e concepções de gênero que recaiam na violência e opressão da mulher.

A implementação do grupo reflexivo para homens autores de violência (HAV) preconizado na Lei 11.340/2006, em seus artigos 35 e 45. O trabalho a ser realizado consiste em trazer a reflexão e propiciar aos homens autores de violência a repensar as relações de gênero e suas vivências cotidianas, produzindo outros sentidos e significados sobre a construção das masculinidades e da socialização masculina. Pretende-se alcançar como resultado a responsabilização dos homens autores da violência, a prevenção de novos episódios da mesma natureza, a desnaturalização da vinculação existente entre masculinidades e violência e a criação de uma rede de atendimento para homens.

## Referências

ALMEIDA, A. C. C. *et. al.* Trabalhando em grupo com homens em situação de violência doméstica. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19, 2008, Salvador. Anais [...]. Salvador: CFESS; FITS, ago., 2008.

ALMEIDA, Suely Souza de, SOARES, Bárbara Musumeci; GASPARY, Marisa. (org.) **Violência doméstica** – bases para a formulação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. Brasília, DF: SPM, 2006c.

BRASIL. Lei nº 11340, de 07 de agosto de 2006. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 de agosto de 2006a.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Coletâneas de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher. Brasília: SPM, 2011.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2004.

Realização:



Apoio:



BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/violencia/quantos-sao-e-onde-se-localizam-os-servicos-especializados-no-atendimento-a-mulher-no-brasil>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

OLIVEIRA, Elisângela et al. (org). **Dossiê Mulher**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2023.

IZUMINO, Wania Pazinato. **Justiça e violência contra a mulher**: O papel do sistema judiciário na solução de conflitos de gênero. São Paulo: FAPESP, 2004

SILVA, Anne Caroline Luz Grüdtner da; COELHO, Elza Berger Salema; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. O que se sabe sobre o homem autor de violência contra a parceira íntima: uma revisão sistemática. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 35, p. 278-283, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/rpsp/2014.v35n4/278-283/pt>>. Acesso em: 30 de jul. 2025.

SOARES, Bárbara Musumeci. **Mulheres invisíveis** - violência conjugal e novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Realização:



Apoio:



## **DA ABOLIÇÃO À MODERNIDADE: breve análise do racismo estrutural a partir dos jovens catadores de Campos dos Goytacazes**

Franciele da Silva Pessoa<sup>566</sup>

**Resumo:** O estudo em tela aborda uma breve análise das configurações do racismo no Brasil, sobretudo, como a desigualdade racial afeta aos jovens negros e periféricos diante ao acesso às políticas públicas. Para compor a metodologia, foi utilizado a pesquisa bibliográfica relacionado ao debate étnico-racial e, também, a pesquisa documental referente aos jovens das cooperativas de materiais recicláveis de Campos dos Goytacazes. Os resultados revelaram que os jovens entrevistados são em sua maioria negros e tem baixo índice de escolaridade, revelando um alto índice de evasão escolar. Conclui-se, a necessidade do Ministério da Educação implementar estratégias em prol da permanência dos alunos.

**Palavras-chave:** Escravização; Racismo; Jovens Negros.

**Abstract:** This study provides a brief analysis of the configurations of racism in Brazil, particularly how racial inequality affects Black and marginalized youth regarding their access to public policies. The methodology employed involved a bibliographical review related to the ethnic-racial debate, as well as documentary research concerning youth from recycling cooperatives in Campos dos Goytacazes. The results revealed that the interviewed youth are predominantly Black and have low levels of schooling, indicating a high rate of school dropout. We conclude that the Ministry of Education needs to implement strategies to promote student retention.

**Keywords:** Enslavement; Racism; Black Youth.

### **Introdução**

O Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão. Um processo por mais de 3 séculos, marcado por lutas e resistência da população originária e da população negra, sobretudo, os(as) africanos(as) trazidos pelo tráfico negreiro. Destaca-se, que os navios negreiros comandados pelos portugueses deportaram mais de 4 milhões de africanos(as) para o Brasil, gerando em torno de 40% de africanos(as), mas que nem todos sobreviveram à chegada às Américas.

Hoje, negros (as) já libertos(as), defrontam o temível racismo estrutural, que cotidianamente, revestidos de racismo velado, se desenvolve em nosso cotidiano. Vale lembrar, que o racismo não fere somente um indivíduo, mas toda sua coletividade, quando o outrem o ofende pela sua etnia.

Assim, compreender que o racismo é estrutural é também ter entendimento de como isso afeta às políticas públicas, principalmente, ao acesso à educação e ao mercado de trabalho da população negra. Nesse sentido, o presente artigo pretende trazer uma breve análise sobre o racismo no país, em especial, o processo de discriminação racial dos jovens catadores das cooperativas de materiais de reciclagem em Campos dos Goytacazes/RJ.

Em relação às abordagens metodológicas escolhidas para este artigo, foi utilizado referências bibliográficas relacionadas ao debate racial, dentre eles, Silvio de Almeida (2017), Patricia Collins e Sirma Bilge (2021), Ricardo Costa (2024), entre

---

<sup>566</sup> Mestranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: francielesp@id.uff.br

Realização:



Apoio:





outros. Ademais, para compreender o acesso dos jovens catadores à educação e ao mercado de trabalho, foi adotado a pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas dos jovens catadores no ano de 2022, feita pelo Núcleo em Dinâmica Capitalista e Ação Política (Netrad/UFF), vale dizer, que a pesquisa foi derivada de uma amostra de jovens com idade entre 18 e 28 anos das cooperativas supracitadas.

O artigo está dividido em quatro seções, a primeira reflete sobre a abolição dos escravos no Brasil, observando as principais leis que compuseram esse momento. Na segunda seção, debaterá sobre as consequências do processo de escravização dos negros e sua intrínseca ligação com o capitalismo, e em seguida, a terceira seção abordará o papel do Estado diante ao racismo no país. Por fim, uma breve discussão sobre o acesso à educação e ao mercado de trabalho dos jovens negros e periféricos das cooperativas de materiais de recicláveis.

### **Abolição no Brasil, início ou fim das lutas e resistências?**

É notório que a base da história brasileira é construída por uma desigualdade racial<sup>567</sup> advinda do trabalho escravo. Tal processo se permeou a cerca de 350 anos, o qual levou os europeus, sobretudo, os portugueses, um domínio sobre os povos indígenas e posteriormente, os negros africanos.

Costa discute, que o processo de escravização no Brasil se diferenciou aos demais países, pois a escolha dos negros para serem escravizados aqui se perpetuou por conta da etnia ou raça, enquanto no continente africano, esse processo era dado por conta de guerras e/ou dívidas entre os africanos (Costa, 2024).

Por isso, a escravidão no nosso país desencadeou tenazmente um racismo estrutural, que atravessa até os dias atuais, mesmo após a Abolição da Escravatura em 1888, onde os negros conquistaram arduamente a sua liberdade.

Convém destacar, que a Lei Áurea (1888), conhecida por decretar à liberdade dos escravizados no Brasil, não foi um processo pontual e democrático, o processo da libertação dos povos negros aconteceu gradualmente através várias formas de resistências dos negros e também, por pressão dos ingleses aos portugueses, indicando a abolição da escravidão.

Os primeiros passos no sentido de abolir a escravidão no Brasil foram dados em direção à extinção do tráfico de escravos no Atlântico Sul. Fora a Inglaterra que havia primeiramente se posicionado contra a escravidão e o tráfico, e, em relação ao Brasil, esperava-se apenas uma oportunidade, que surgiu ao se iniciarem as tratativas para o reconhecimento da sua independência, quando então as cartas foram dispostas na mesa de negociação (Costa, 2024, p. 22).

A exemplo disso, a primeira Lei que começou a impulsionar a abolição foi a Lei Eusébio de Queiroz em 1850, onde proibia o tráfico negreiro, porém sucedeu o tráfico interno de escravizados no Brasil. Outras duas leis foram criadas: Lei do Ventre Livre em 1871, onde o foco era libertar todos os filhos dos escravos após 1871, todavia, pelas condições impostas pelo governo, poucas crianças foram libertas e a Lei dos Sexagenários, que garantia a liberdade de escravos maiores de 60 anos, o que pouco ocorria, já que os escravos malmente chegavam aos 30 anos (Costa, 2024).

Por fim, a Lei Áurea foi decretada no dia 03 de maio de 1888 pela Princesa Isabel, libertando, tardiamente, todos os escravizados no Brasil, mas sem direito algum ou sequer indenização.

---

<sup>567</sup> “Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos” (Almeida, 2019, p. 27).

Realização:



Apoio:



A Lei Áurea, apesar de sua grande importância, era, porém, pouco ambiciosa em sua capacidade de prever a inserção daqueles em cujo jargão, durante tanto tempo, a cidadania e os direitos não constavam. E por isso o caso é em si exemplar. Ele lembra que atos como esse, não poucas vezes, vinham seguidos de reveses políticos e sociais, os quais começavam a desenhar um projeto de cidadania inconclusa, uma república de valores falhados (Schwarcz; Starling, 2017, p. 16).

Assim, é possível compreender que a abolição não era o “ponto de chegada, mas o ponto de partida de um imenso trabalho que ainda estava por fazer” (Costa, 2024, p. 228). As lutas para a inclusão dos negros na sociedade estavam somente começando, antes era a busca por liberdade, agora, a busca é por trabalho digno, moradia e alimentação.

### **E hoje? Brasil tardio para quem?**

Decorridos mais de 135 anos desde a abolição da escravidão no Brasil, observa-se que os progressos concernentes à reintegração da população negra na estrutura social têm-se manifestado de maneira morosa. Concomitantemente, a desigualdade social, o genocídio e o racismo velado demonstram uma progressão acentuada.

Último país a abolir a escravidão no Ocidente, o Brasil segue sendo campeão em desigualdade social e pratica um racismo silencioso, mas igualmente perverso. Apesar de não existirem formas de discriminação no corpo da lei, os pobres e, sobretudo, as populações negras são ainda os mais culpabilizados pela Justiça, os que morrem mais cedo, têm menos acesso à educação superior pública ou a cargos mais qualificados no mercado de trabalho (Schwarcz; Starling, 2017, p. 18).

Vale mencionar, que tal desigualdade não está só atrelada à raça, mas também à classe social, sobretudo, a economia do país. Os negros foram primordiais para o avanço da economia brasileira, não somente pela mão-de-obra barata, mas pela aptidão dos escravizados ao trabalho braçal. E, ainda hoje, a classe dominante se utiliza dessa desigualdade racial para fomentar a economia atrelada a um Estado autoritário (Ianni, 2016).

Ao analisar os dados sobre a diferença de renda entre homens brancos e homens negros, os resultados revelam uma disparidade preocupante. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2022, a população de cor branca que estava ocupada, ganhava, em média, 64% a mais do que a de cor preta ou parda. Em números, o salário médio dos brancos era de R\$ 3.273, enquanto dos negros ou pardos ganhavam em média de R\$1.994 (IBGE, 2023).

Destarte, pode-se afirmar que o racismo se permeia no cotidiano da sociedade, a qual se tornou “decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares não sendo uma patologia social e nem desarranjo institucional” (Almeida, 2019, p. 33).

É inegável o impacto do contexto sócio-histórico que marcou o período do comércio de pessoas escravizadas até a abolição da escravidão, especialmente no processo de acumulação primitiva que impulsionou o capitalismo. Esse sistema econômico só se consolidou como modo de produção devido à sua conexão intrínseca com a desigualdade social, sustentada pela exploração violenta e pela expropriação dos povos colonizados, o que favoreceu significativamente o crescimento econômico europeu (Williams, 1945).

Atualmente, o capitalismo continua a se beneficiar das desigualdades sociais para movimentar a economia, mas não pelo sistema escravocrata, e sim, pela exploração da mão-de-obra barata e o enorme lumpem proletariado.

Realização:



Apoio:



Tal característica ontológica da sociedade do capital transforma toda a vida social em vida que gira em torno do valor do capital, da exploração do trabalho, da extração da mais-valia, da dominação e da organização social da vida em sociedade, e cujas interligações encontram-se presentes nas complexas relações particulares que afetam os diferentes segmentos de classe e singulares mediações que condicionam a vida de cada indivíduo e sua própria condição humana (Gentili, 2013, p. 314).

Além da exploração do trabalho, o capitalismo também fomenta uma alienação pautada na desigualdade racial, confirmando estereótipos que a população branca é superior à negra, não somente nos extratos econômicos, como também nas demais formas de inserção social, identificadas nas barreiras estruturais e discriminação dos povos negros, exemplificado por Collins e Bilge (2021) abaixo:

Essas diferenças nacionais se alinham às diferenças raciais, impedindo que a juventude negra e parda dos países pobres ou das regiões pobres dos países ricos tenha acesso a treinamento e oportunidade de praticar esportes. Meninas e meninos podem querer jogar futebol, mas raramente chegam aos mesmos times ou competem entre si. Sendo um esporte que exige capacidade física, o futebol traz o foco para o “capaz” que sustenta a análise da capacidade. Na base, o futebol é um grande negócio, que proporciona benefícios financeiros a patrocinadores e a uma pequena parcela de atletas de elite. Diferenças de riqueza, origem nacional, raça, gênero e capacidade moldam padrões de oportunidades e desvantagens no esporte (Collins; Bilge, 2021, p. 21).

Conclui-se que o racismo é um processo estrutural que vai além de ações individuais, permeando o cotidiano da população negra. Ele se manifesta na habitação, onde as opções muitas vezes se restringem a favelas ou guetos, na empregabilidade, marcada pela predominância de negros em trabalhos informais e de menor remuneração, e no olhar intimidador do policial, que frequentemente direciona sua suspeita de forma seletiva e discriminatória.

### **E o papel do Estado?**

O Estado está intrinsecamente ligado aos interesses do capitalismo, se para o capitalismo a desigualdade racial é vantajosa, automaticamente o Estado se torna uma bandeira de desigualdade racial. Vale dizer, que o racismo não é somente resquício da escravidão, mas também faz parte de um Estado moderno e legitimador das desigualdades sociais.

Outra corrente, apesar de não negar os impactos terríveis da escravidão na formação econômica e social brasileira, dirá que as formas contemporâneas do racismo são produtos do capitalismo avançado e da racionalidade moderna, e não resquícios de um passado não superado. O racismo não é um resto da escravidão, até mesmo porque não há oposição entre modernidade/capitalismo e escravidão. A escravidão e o racismo são elementos constitutivos tanto da modernidade, quanto do capitalismo, de tal modo que não há como desassociar um do outro (Almeida, 2019, p. 112).

Na prática, o Estado é racista ao inibir seu poder na luta antirracista, por exemplo, quando a “maioria das domésticas são negras”, quando a maior porcentagem de evasão escolar são de crianças e adolescentes pretos e pardos, e mais ainda, quando “a maior parte das pessoas encarceradas é negra e as posições de liderança nas empresas e no governo geralmente estão nas mãos de homens brancos” (Almeida, 2019, p. 42).

Realização:



Apoio:



Cabe destacar, que não é somente o Estado brasileiro incorpora o capitalismo expropriador e legitimadores das formas de opressão das minorias, sejam elas, mulheres, quilombolas, indígenas, negros etc. São formas naturais e estruturais que o capitalismo engendra em toda sociedade a partir de uma lógica excludente e alienada, formando blocos econômicos pautados na desigualdade social.

Portanto, não é o racismo estranho à formação social de qualquer Estado capitalista, mas um fator estrutural, que organiza as relações políticas e econômicas. Seja como racismo interiorizado – dirigido contra as populações internas – ou exteriorizado – dirigido contra estrangeiros –, é possível dizer que países como Brasil, África do Sul e Estados Unidos não são o que são apesar do racismo, mas são o que são graças ao racismo (Almeida, 2019, p. 111).

Contudo, o Estado também é utilizado como forma de resistência ao atender a classe trabalhadora, dentre eles, os negros, com políticas de reparação. Para isso, a sociedade terá que permanecer na luta constante em cobrar do Estado, como, por exemplo: *a permanência e criação de novas políticas de reparação, uma política educacional de qualidade e antirracista, a valorização do patrimônio cultural e histórico etc.*

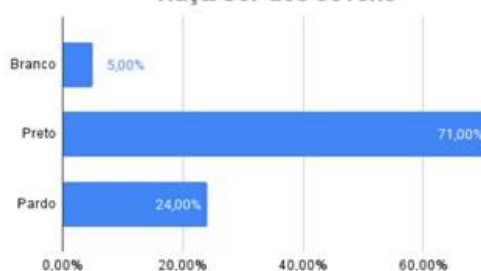
Além disso, é de suma importância uma reforma estrutural nas instituições policiais, e a partir dela, uma maior fiscalização e controle externo do trabalho militar, através do uso de câmeras corporais e monitoramento corporal.

### **Desigualdade racial em tela: o caso dos jovens das cooperativas de materiais recicláveis em Campos dos Goytacazes:**

Os jovens das cooperativas fazem parte dos 48% dos cooperados, com idade entre 18 a 28 anos, segundo pesquisa realizada com uma amostra de 44 cooperados das quatro cooperativas (*Renascer, Reciclar, Cata Sol e Nova Esperança*), que equivale a 75% do universo de cooperados das mesmas (Netrad, 2022). Com idade entre 18 e 24 anos são 24% do total dos cooperados.

De acordo com os dados da pesquisa (Netrad, 2022), os jovens cooperados são sobretudo negros, periféricos e pobres, que recorreram às cooperativas de materiais recicláveis em busca de trabalho em face do desemprego crescente desde 2017 e, mais, fortemente, durante e após a pandemia da Covid -19.

**Gráfico 1 - Jovens Cooperados por Raça/Cor**  
Raça/Cor dos Jovens



Fonte: Netrad (2022)

São jovens negros em uma sociedade capitalista marcada pela desigualdade de classe e com uma forte interseccionalidade, com o racismo que produz um mercado de trabalho segmentado, excludente e marcado pela precarização e divisão sócio racial do trabalho. Destaca-se, que o trabalho desenvolvido pelos cooperados é um trabalho extremamente precarizado, com rendimentos bem abaixo do salário mínimo, e com uma péssima infraestrutura local e sem o mínimo dos equipamentos necessários para o

Realização:



Apoio:



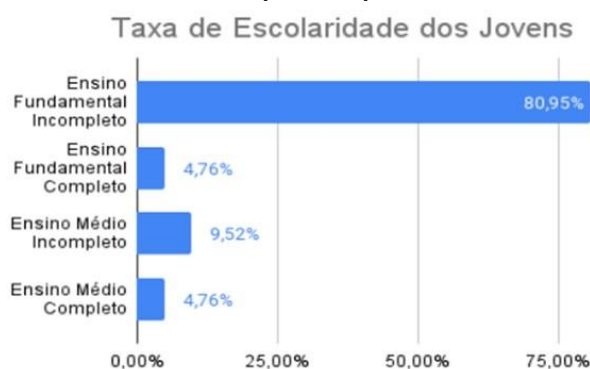
exercício do seu trabalho, o que tem produzido uma atividade laborativa exacerbada e que, ao longo do tempo, pode trazer doenças degenerativas, sem qualquer garantia da previdência social, já que os mesmos mal conseguem prover a sua própria sobrevivência e a dos seus familiares.

No atual contexto, essas disparidades são vivenciadas nos âmbitos educacionais, políticos, trabalhistas entre outros, perpetuado pela dificuldade de acesso e permanência aos seus direitos, como, por exemplo, a hierarquia no mercado de trabalho e as diferenças salariais nas empresas, quando eles conseguem acessar o emprego formal. Segundo Moura (2019, p. 46) “o aparelho ideológico de dominação da sociedade escravista gerou um pensamento racista que perdura até hoje”. Nas palavras de Elpídio (2020), ratificando o pensamento de Moura (2019):

Tal reconhecimento é fundamental para entender como o racismo estrutural se incorpora à lógica, de como se estrutura e se organiza o poder e, conseqüentemente, para pensar a conformação do Estado considerando a particularidade brasileira. O autor aponta que há uma ligação indissolúvel entre racismo e autoritarismo como fórmulas constantes do pensamento social e político no país (Elpídio, 2020, p. 839).

Ao analisar os jovens das cooperativas, foi perceptível observar a intensa taxa de exclusão escolar, onde somente um cooperado dentre os 21 entrevistados, completou o Ensino Médio, ou seja, somente 4,76% dos cooperados, como aponta o Gráfico 5 abaixo:

**Gráfico 2 - Jovens Cooperados por Taxa de Escolaridade**



Fonte: Netrad (2022)

Conforme o gráfico, cerca de 81% dos jovens cooperados não concluíram o Ensino Fundamental; um número alarmante de jovens que ainda estão entre 18 a 28 anos e que, portanto, já passaram da idade escolar obrigatória.

Deste modo, percebe-se que há um índice forte de evasão escolar entre eles, demonstrando que o recorte da desigualdade social é maior entre os negros, pobres e periféricos, evidenciando o racismo estrutural e institucional, que não são naturais e sim, advindas de uma estrutura capitalista periférica e excludente, onde “para uns, breve paraíso; para outros, inferno sem fim; para outros, ainda, espécie de purgatório na Terra, essa história continua atual, apesar de inscrita e desenhada no passado” (Schwarcz; Starling, 2017, p. 23).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996) assegura que o acesso à educação é obrigatório, sendo um direito público subjetivo. Porém, na prática, este direito social está associado a diversas falhas do sistema público, como indica Kerstenetzky (2012, p. 32), “o valor do direito social à escola pode ser comprometido pela baixa qualidade do ensino e pela inexistência de controle social

Realização:



Apoio:





e político sobre isso". A autora também enfatiza que o direito civil pode estar comprometido quando não é assegurado o meio de locomoção do estudante.

O percurso para dar continuidade à escolaridade é permeado pelo desânimo, cansaço, falta de esperança e a necessidade do trabalho, o que acaba sendo central na vida dos jovens pobres, negros e periféricos, principalmente ao atingir a maioridade. O desejo de se formar acaba sendo derrotado pela necessidade de ter seu dinheiro no final do mês. Como afirma Corrochano (2013, p. 32), "é uma escola que não cabe na vida, uma vida marcada pelo trabalho" numa sociedade capitalista, vivenciando o alto índice de desemprego e disputa por empregabilidade.

## Considerações finais

Nesse estudo, abordamos uma breve análise do processo de escravização no Brasil, principalmente, a abolição da escravatura e suas consequências para a população preta e parda atualmente, trazendo conceitos como: *discriminação racial, racismo estrutural e racismo institucional*.

E para acrescentar ao debate sobre discriminação racial, foi apresentado um resumo da experiência dos jovens catadores das cooperativas de materiais recicláveis de Campos dos Goytacazes. A partir dessa análise, foi possível apreender como os jovens negros possuem alguns entraves no acesso às políticas públicas, principalmente, à educação pública e ao mercado de trabalho.

Esse debate é crucial para compreender como o racismo estigmatizou a população negra e perpetua discriminações na modernidade, e que modernidade é essa, não negando o fator principal dessa desigualdade racial: *o capitalismo selvagem*.

Em suma, é necessário não somente refletir ou somente compreender o processo de apagamento da escravização e suas consequências, mas criar mecanismos de resistências e o fortalecimento da população negra no Brasil. Para isso, o Estado deverá aprimorar as políticas de reparação, fiscalizar e controlar o sistema judiciário e o sistema militar, a fim de cumprir a proteção à vida, seja ela, qualquer cidadão, sem que haja atitudes racistas interpostas no cotidiano dessas instituições.

Além disso, criar estratégias para uma educação antirracista, principalmente, nas escolas públicas, dentre elas, a valorização do patrimônio cultural e histórico dos negros e indígenas no Brasil. E, não menos importante, fomentar investimento em outras políticas públicas, como na saúde e no mercado de trabalho, permitindo o acesso igualitário e inclusivo.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: MEC, 1996.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORROCHANO, Maria Carla. Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior. **Avaliação** - Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 18, n. 1, p. 23-44, mar. 2013.

COSTA, Marcos. **1888**: uma biografia da abolição da escravidão no Brasil. Rio de Janeiro: Valentina, 2024.

ELPÍDIO, Maria Helena. O lugar da negritude nas políticas do Estado brasileiro: faces persistentes de uma presente ausência. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 22, n.

Realização:



Apoio:



esp., p. 834-850, 2020. Disponível em:  
<<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15837>>. Acesso  
em: 05 jul. 2025.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Sociabilidade e subjetividade: aproximações para o  
serviço social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 02, p. 312-324, 2013.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo, Editora brasiliense, XXXX

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais - 2023**: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, dez. 2023. Disponível em:  
<[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/070903d82038130a93f0374ada39f81d.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/070903d82038130a93f0374ada39f81d.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2025.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O Estado do Bem-Estar Social na idade da razão**. A reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NÚCLEO DE PESQUISA EM DINÂMICA CAPITALISTA E AÇÃO COLETIVA - NETRAD. **Acervo de dados qualitativos e quantitativos do NETRAD**. Campos dos Goytacazes/RJ: UFF Campos, 2022.

SCHWARCZ Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WILLIAMS, Eric. **Escravidão e capitalismo**. Rio de Janeiro: Americana, 1975.

Realização:



Apoio:





**EIXO TEMÁTICO 9**  
**SUPREMACIA DO CAPITAL, TERRITÓRIOS URBANO E RURAL**  
**E CRISE CLIMÁTICA**

Realização:



Apoio:



## **TERRITÓRIOS DA DESIGUALDADE: A segregação social e racial nas ZEIS em Juiz de Fora - MG**

Dayane Andrade Cardoso da Silva<sup>568</sup>

**Resumo:** As relações de trabalho e a configuração urbana no Brasil são marcadas por desigualdades históricas, racismo estrutural e avanço tecnológico que intensificam a exclusão social. Este estudo apresenta e analisa dados da pesquisa “Territórios da Cidadania”, realizada em Juiz de Fora, refletindo as condições de vida nas ZEIS e os desafios para a efetivação de direitos e redução das desigualdades socioespaciais.

**Palavras-chave:** Trabalho, Periferia, Exclusão Social, ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social)

**Abstract:** Labor relations and urban configuration in Brazil are marked by historical inequalities, structural racism, and technological advancement that intensify social exclusion. This study presents and analyzes data from the 'Territories of Citizenship' survey, conducted in Juiz de Fora, reflecting living conditions in the Special Zones of Social Interest (ZEIS) and the challenges for the realization of rights and the reduction of socio-spatial inequalities.

**Keywords:** Labor, Superfluous, Periphery, Social Exclusion, ZEIS (Special Zones of Social Interest)

### **Introdução**

Este trabalho analisa a relação entre trabalho, novas tecnologias e desigualdades urbanas no Brasil, com foco em Juiz de Fora. Revisita o conceito de “exército industrial de reserva”, destacando a força de trabalho supérflua e a exclusão social de grupos racializados. Em seguida, aborda a periferização urbana, onde as periferias tornam-se espaços centrais de exclusão e trata das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que, apesar das políticas de inclusão, continuam marcadas pela marginalização. Por último, apresenta as ZEIS em Juiz de Fora, através do estudo e análise dos resultados da pesquisa realizada pela Secretaria de Planejamento do Território e Participação Popular (SEPPPOP) da Prefeitura de Juiz de Fora em parceria com a ONU-Habitat, para avaliar condições de vida e orientar na criação de políticas públicas.

### **Sobre os supérfluos no mundo do trabalho**

Marx define a “acumulação primitiva” como o processo entre os séculos XV e XVIII, em que camponeses europeus foram expropriados de suas terras e forçados a virar assalariados, criando uma massa de trabalhadores dependentes da venda de sua força de trabalho. Esse processo gerou um excedente de mão de obra supérflua, essencial para a expansão do capitalismo, mas condenada à pobreza.

A produtividade capitalista depende da exploração da mais-valia, e o avanço tecnológico reduziu a necessidade de trabalhadores, ampliando o desemprego e a precarização. Segundo Kurz, a Terceira Revolução Industrial acelerou essa tendência, e a atual Quarta Revolução Industrial, com softwares e automação, aprofunda a crise do capitalismo e o desemprego estrutural.

No Brasil, a força de trabalho supérflua tem raízes no período colonial e

---

<sup>568</sup> Assistente Social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: dayaneacardosos@gmail.com

Realização:



Apoio:



escravista. A Lei de Terras de 1850 e a falta de políticas após a abolição em 1888 excluíram ex-escravizados do mercado formal, empurrando-os para empregos precários. Esse histórico explica a marginalização persistente e o desemprego massivo, que seguem reproduzindo desigualdades econômicas e sociais.

Esses processos mostram como a marginalização de grandes parcelas da sociedade está ligada à lógica de acumulação capitalista, tanto na Europa quanto no Brasil.

### **Periferia e crise urbana**

A periferia surge como produto da urbanização capitalista, abrigando populações excluídas e distantes dos serviços essenciais, mas não plenamente integradas ao sistema. A favelização, o aumento da violência e da miséria mostram o colapso das contradições do capitalismo, que transforma a periferia de exceção em centro da crise urbana. A crise do capitalismo, intensificada pela automação e o modelo de acumulação flexível desde os anos 1960, agrava a expansão das favelas e revela o fracasso do sistema (Canetti, 2019).

A colonização estabeleceu uma hierarquia racial que marginalizou povos não brancos, destinando-os a trabalhos precários para alimentar a acumulação capitalista. No fim do século XX, grande parte da população latino-americana vivia em moradias irregulares, fruto da negligência estatal, aprofundando desigualdades.

No Brasil, a urbanização acelerada no século XX intensificou as desigualdades, com periferias construídas em áreas irregulares e precárias destinadas a concentrar elevados contingentes da população com acesso limitado aos direitos básicos. Políticas públicas oscilaram entre omissão, remoções e melhorias pontuais, sem integrar plenamente as periferias à cidade, apesar de sua importância na construção urbana.

Em Juiz de Fora, o processo de favelização acelerou-se nos anos 1960, principalmente na região leste, com destaque para a Vila Olavo Costa. As remoções, incentivadas por pressões sociais e políticas de “higienização” urbana, empurraram moradores para áreas mais distantes e invisíveis, ampliando a exclusão social. O crescimento industrial atraiu migrantes, mas a falta de moradias formais manteve muitos em ocupações periféricas, agravando a marginalização.

### **Zonas Especiais de Interesse Social e ações pelo direito à cidadania e o direito à apropriação espacial**

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas urbanas ocupadas por famílias de baixa renda, destinadas a receber atenção do poder público. Sofrem com ocupações irregulares, falta de infraestrutura e serviços básicos, como água, saneamento e transporte. As ZEIS buscam regularizar moradias, integrar essas áreas à cidade e proteger os moradores da especulação imobiliária, combatendo a desigualdade urbana.

A expansão das moradias irregulares no Brasil é, em parte, resultado do planejamento urbano existente, voltado para a valorização imobiliária das áreas centrais. O processo de criação das ZEIS envolve diagnóstico socioeconômico, delimitação geográfica, formalização por leis municipais, uso de instrumentos urbanísticos e participação da comunidade, visando garantir justiça social, inclusão e melhores condições de vida para populações vulneráveis.

As ações pelo direito à moradia são conduzidas pelo Estado, com obras de urbanização e regularização de áreas precárias, e pela sociedade civil, que propõe leis e reivindica direitos. O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e o SNHIS (2005) são marcos legais que garantem moradia popular com participação social, sendo essenciais para assegurar moradia digna e reduzir desigualdades urbanas.

Realização:



Apoio:





Em Juiz de Fora, a SEPUR (Secretaria de Planejamento Urbano) e a EMCASA atuam juntas em políticas de regularização fundiária e inclusão social, com foco na melhoria de assentamentos e apoio a pequenos empreendedores. A Lei 13.465/17 fortaleceu a regularização, garantindo serviços públicos e melhores condições de vida para moradores de áreas irregulares.

### **Juiz de Fora contemporânea: Zonas Especiais de Interesse Social e a sua realidade**

Durante o mandato da prefeita Margarida Salomão (2020-2024), foi criado o programa “Territórios da Cidadania”, conduzido pela SEPPOP em parceria com a ONU-Habitat. O programa analisou as condições urbanas de Juiz de Fora, dividindo a cidade em 9 macroterritórios e 141 microterritórios, incluindo 137 ZEIS, dois conjuntos habitacionais e dois distritos. Essa iniciativa serve como ferramenta estratégica para formular políticas públicas, alocar investimentos e reduzir desigualdades, buscando tornar Juiz de Fora mais inclusiva, com foco no desenvolvimento de áreas vulneráveis e no acesso a serviços essenciais.

### **Mapa Rápido Participativo**

Uma das principais metodologias aplicadas no projeto foi o Mapa Rápido Participativo (MRP), uma abordagem qualitativa que coleta dados primários sobre as condições urbanas dos microterritórios, utilizando observações diretas e entrevistas com moradores. Os dados abrangem aspectos como infraestrutura de mobilidade, abastecimento de água, coleta de resíduos, qualidade das habitações e fornecimento de energia. As informações coletadas são convertidas em indicadores, permitindo a comparação entre os territórios e auxiliando na priorização de intervenções e investimentos.

Juiz de Fora tem uma população estimada de 577.532 habitantes (IBGE, 2021) e está entre as 49 cidades brasileiras com mais de 500 mil habitantes. Juiz de Fora possui uma área de aproximadamente 1.435,75 km<sup>2</sup> e uma densidade demográfica de 402,25 habitantes por km<sup>2</sup>. O levantamento do MRP considerou a seguinte divisão territorial da cidade:

- **Macroterritório Centro:** O Centro engloba 9 microterritórios com 17 microáreas, localizados em bairros como Dom Bosco, Poço Rico e São Mateus, além de áreas próximas à divisa com o Leste. O território é bem servido por infraestrutura e serviços, mas com disparidades no acesso a oportunidades, especialmente nas áreas periféricas.
- **Macroterritório Centro-Oeste:** Com 17 microterritórios e 30 microáreas, está concentrado em bairros como Carlos Chagas e Milho Branco. Sofre com problemas de infraestrutura, como drenagem inadequada, agravados pela declividade do terreno, resultando em deslizamentos e acúmulo de água.
- **Macroterritório Leste:** Inclui 26 microterritórios e 50 microáreas, concentrados nos bairros Linhares, Santa Paula e Progresso. A área é marcada por ocupações em declives instáveis e histórico de deslizamentos, embora tenha uma boa infraestrutura viária.
- **Macroterritório Nordeste:** Segmentado em 12 microterritórios e 21 microáreas, com ocupação recente e potencial para crescimento. Problemas de drenagem ocorrem em áreas como Vila dos Sonhos, afetando as partes mais baixas devido a obstruções na rede.
- **Macroterritório Norte:** Abrange 18 microterritórios e 35 microáreas em uma área de 450 km<sup>2</sup>, com características semi rurais. A infraestrutura é satisfatória, mas há problemas de alagamento na Avenida Presidente

Realização:



Apoio:



Juscelino Kubitschek, principal via da região.

- Macroterritório Oeste: Composto por 17 microterritórios e 30 microáreas, tem uma topografia mais suave e abrange áreas de alta renda e ocupações informais. Eventos como a inauguração da UFJF e a extensão da Avenida Itamar Franco impulsionaram seu desenvolvimento.
- Macroterritório Sudeste: Com 16 microterritórios e 39 microáreas, é caracterizado por alta densidade populacional em áreas inclinadas. Sofre com deslizamentos e infraestrutura precária, especialmente em moradias autoconstruídas em encostas.
- Macroterritório Sul: Possui 25 microterritórios e 44 microáreas, destacando-se bairros como Santa Efigênia e Ipiranga. Apesar da proximidade com o centro, enfrenta riscos geológicos e diferenças habitacionais entre bairros de alta e baixa renda.
- Macroterritórios Distritos: Os distritos de Caetés de Minas e Sarandira estão localizados na área rural. Ambos preservam traços históricos relacionados à produção de café, embora possuam diferenças em infraestrutura devido à sua topografia.

### **Perfil Socioeconômico**

O Perfil Socioeconômico é uma pesquisa domiciliar realizada em 2.400 lares, que analisa características demográficas, socioeconômicas e a percepção sobre serviços públicos, abordando cor/raça, educação, trabalho, renda e habitação.

#### **● Cor/Raça:**

A desigualdade racial no Brasil, fruto do racismo que perdura desde o período colonial e da escravidão, ainda afeta principalmente pretos e pardos, maioria nas periferias urbanas, onde a pobreza e a vulnerabilidade são mais intensas. Nessas áreas, a precariedade de serviços, infraestrutura e oportunidades de emprego reforça o ciclo de exclusão social, evidenciando como raça, pobreza e desigualdade estão interligadas. Superar esse quadro requer políticas públicas que enfrentam tanto a questão racial quanto a desigualdade social.

A população dos microterritórios de Juiz de Fora é majoritariamente preta (34,4%), seguida por parda (33%), branca (31,2%) e amarela (1,2%), com variações entre os macroterritórios. A maior concentração de negros ocorre no Sudeste, enquanto o Oeste tem mais pessoas brancas. Nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste predominam pessoas negras, enquanto Sul e Oeste concentram mais brancos.

Nas periferias, onde há maior presença de pretos e pardos, prevalecem desigualdades sociais e econômicas, infraestrutura precária e exclusão. Essas populações enfrentam dificuldades no acesso à educação, saúde, saneamento e estão mais vulneráveis à violência e à marginalização. O racismo estrutural agrava a pobreza nas periferias, afetando principalmente a população negra, e evidencia a necessidade urgente de políticas públicas que promovam a inclusão racial, reduzam desigualdades e melhorem as condições de vida nas áreas mais vulneráveis da cidade.

#### **● Educação**

A educação no Brasil enfrenta desigualdades históricas no acesso e na qualidade. O sistema é dividido em educação básica, superior e profissional. Apesar de avanços como a universalização do ensino fundamental e maior acesso ao ensino superior com Enem, ProUni e FIES, persistem altas taxas de evasão no ensino médio, baixo desempenho em avaliações internacionais e grandes disparidades regionais e

Realização:



Apoio:



socioeconômicas.

A alfabetização segue como desafio, com taxa de analfabetismo de 6,6% entre pessoas com 15 anos ou mais (Censo 2019), concentrada nas regiões Norte, Nordeste e entre a população de baixa renda. O Plano Nacional de Educação busca reduzir esses índices, mas enfrenta problemas como infraestrutura precária, falta de formação de professores e desigualdade no acesso a ensino de qualidade, o que impacta o desempenho escolar e impede que muitas crianças avancem plenamente alfabetizadas.

Em Juiz de Fora, dados mostram disparidades de alfabetização por faixa etária, gênero e raça, com brancos geralmente mais alfabetizados que negros, refletindo o racismo estrutural e menor acesso da população negra à educação de qualidade. Entre idosos no Nordeste, por exemplo, 79% dos negros são alfabetizados, contra 86,2% dos brancos. As mulheres também apresentam taxas ligeiramente mais baixas em regiões vulneráveis, como Nordeste e Norte, devido a fatores culturais e estruturais que limitam seu acesso à educação. Essas desigualdades destacam a necessidade de políticas inclusivas que promovam equidade educacional no país.

#### ● Trabalho e renda

Para reduzir as desigualdades sociais e raciais nas periferias, é essencial implementar políticas públicas específicas, como programas de moradia inclusiva, melhorias na infraestrutura urbana e ampliação do acesso à educação e ao mercado de trabalho. Também é necessário enfrentar o racismo institucional e promover a inclusão racial em todos os níveis da sociedade.

Embora Juiz de Fora tenha avançado em aspectos da infraestrutura urbana, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir serviços adequados e equitativos para todos. Um esforço coordenado do poder público é crucial para expandir e melhorar a qualidade dos serviços, priorizando áreas vulneráveis. Um planejamento urbano inclusivo e eficiente é vital para reduzir desigualdades e promover um ambiente urbano justo e sustentável.

A luta pela cidadania plena e pela justiça social nas ZEIS de Juiz de Fora representa um desafio histórico, exigindo políticas públicas robustas e inclusivas. Superar as desigualdades socioespaciais e garantir acesso a direitos fundamentais, como moradia digna, é fundamental para construir uma sociedade mais equitativa. Assim, a continuidade e o aprimoramento das intervenções públicas, juntamente com a participação da sociedade civil, são indispensáveis para alcançar uma cidade mais justa e inclusiva.

A maioria dos chefes de domicílio em Juiz de Fora vive com renda baixa: 36,7% ganham entre 1 e 2 salários mínimos, enquanto apenas 18% recebem mais de 2 salários. Cerca de 13,9% sobrevivem com menos de meio salário mínimo, mostrando alta vulnerabilidade. Entre os homens, 41,2% estão na faixa de 1 a 2 salários, mas entre as mulheres, 40,8% ganham de 1/2 a 1 salário, e quase 20% vivem com até meio salário, revelando maior desigualdade de gênero.

No recorte racial, 31,3% dos brancos têm renda acima de 2 salários, contra apenas 13,1% dos negros. Já 35,6% dos negros ganham de 1/2 a 1 salário, e 15,4% recebem até meio salário, frente a 10% dos brancos, evidenciando o impacto do racismo estrutural na renda. Esses dados mostram a necessidade urgente de políticas para reduzir as desigualdades de gênero e raça, com foco em educação, inclusão social e acesso igualitário ao mercado de trabalho.

#### ● Acesso a serviços e equipamentos urbanos e sociais

Em 2021, 84% dos brasileiros tinham acesso à água potável, mas apenas 55% contavam com esgotamento sanitário adequado, com maior desigualdade em áreas

Realização:



Apoio:



rurais e no Norte, enquanto o Sudeste apresentava melhores condições. A falta de saneamento impacta a saúde pública, aumentando casos de doenças como diarreia e hepatite A, e é uma das principais causas de mortalidade infantil, segundo a OMS.

Em Juiz de Fora, o acesso à água ultrapassa 95% na maioria das regiões, com o Sudeste alcançando 99% e o Nordeste ficando em 79%. O acesso ao esgoto é menor em todas as áreas, embora no Nordeste seja similar ao das demais regiões, perto de 96%. Na coleta de lixo, a média é alta, mas há desigualdades: o Sul tem o menor índice (85%), sugerindo deficiência de serviço, enquanto Nordeste e Sudeste atingem 93%, refletindo áreas mais urbanizadas. Melhorias nas regiões Sul e Norte são necessárias para uniformizar a qualidade dos serviços.

### ● Percepção do bairro e dos serviços

A maioria dos bairros de Juiz de Fora conta com transporte (95,6%) e comércio (90,9%), mas a baixa nota do transporte (2,7) indica insatisfação com sua qualidade. Escolas (77,5%) e postos de saúde (74,6%) estão presentes, com notas medianas (3,6 e 3,2), enquanto creches aparecem em apenas 57,5% dos bairros, evidenciando carência nesse serviço. Praças, parques e locais de lazer são ainda mais limitados, com menos da metade dos bairros atendidos, assim como a arborização, presente em apenas 27,4%, e oportunidades de trabalho, em 17,7%, destacando desafios na oferta de áreas verdes e empregos.

Serviços básicos como iluminação pública (98,4%) e coleta de lixo (97,7%) têm boa cobertura, mas enquanto a coleta é bem avaliada (4,0), a iluminação recebe nota mediana (3,5). A pavimentação, embora presente em 96,6% dos bairros, é mal avaliada (2,8), assim como as calçadas (78,9% de cobertura, nota 2,7), refletindo problemas de manutenção. O esgotamento sanitário atinge 78,2% dos bairros, mas a qualidade é apenas razoável (3,5), e a limpeza de vias (37,6% de cobertura) e de praças (28,4%) apresenta baixa abrangência e notas medianas, mostrando necessidade de melhorias.

Apesar da presença de serviços em grande parte dos bairros, a qualidade é insatisfatória em diversos itens, especialmente pavimentação, calçadas, limpeza urbana e saneamento, revelando desigualdades e falta de manutenção que afetam principalmente as regiões mais vulneráveis.

### ● Habitação e dinâmica imobiliária

Em Juiz de Fora, 60% dos domicílios são próprios e quitados, demonstrando estabilidade habitacional, mas há baixa adesão a financiamentos, indicando dificuldades de acesso ao crédito imobiliário. Os imóveis alugados somam 18%, opção comum para quem não consegue comprar, enquanto 20% são moradias cedidas, revelando dependência de terceiros e vulnerabilidade econômica. Moradias em ocupações ou assentamentos informais também estão presentes, evidenciando precariedade habitacional.

Apenas 38% dos imóveis têm documentação registrada em cartório, enquanto 7% não possuem nenhum documento, deixando moradores em situação de alta vulnerabilidade jurídica. Documentos informais, como recibos (com ou sem testemunhas), e promessas de compra e venda (23%) mostram que muitos ainda não concluíram a regularização. Outros 8% possuem diferentes tipos de documentos, e 5% resultam de programas habitacionais, mas ainda de forma limitada. Essa diversidade de situações evidencia a informalidade como problema estrutural, comprometendo a segurança da posse e a transmissão de bens, tornando essenciais políticas de regularização fundiária.

Mais de 85% dos domicílios possuem paredes de alvenaria com revestimento, refletindo padrões urbanos de maior durabilidade e segurança, mas Nordeste (77%) e

Realização:



Apoio:



Leste (81%) têm os menores índices, indicando desigualdade habitacional nessas regiões. Esse cenário acompanha a média nacional de 87% de alvenaria, mas as variações regionais em Juiz de Fora revelam diferenças econômicas e de infraestrutura dentro da cidade.

## Conclusão

A pesquisa analisou a formação da força de trabalho supérflua e como o capitalismo global perpetuou a marginalização de grupos racializados. As transformações tecnológicas e dinâmicas do mercado de trabalho deixaram um legado de exclusão, resultando em informalidade e desemprego, especialmente nas periferias. Em Juiz de Fora, a força de trabalho excedente é predominantemente composta por pessoas negras, pobres e sem acesso aos direitos trabalhistas. A questão racial está intimamente ligada às condições de vida nas periferias, onde uma população negra, historicamente marginalizada, enfrenta precariedade social, econômica e urbana. A construção e expansão dessas áreas são resultado de um desenvolvimento desigual e de políticas públicas insuficientes, configurando-as como espaços de exclusão social e econômica, com as populações mais vulneráveis em condições de vida precárias.

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) foram criadas para integrar populações vulneráveis ao tecido urbano, mas ainda enfrentam subcidadania e problemas de infraestrutura, perpetuando a desigualdade. Uma análise das ZEIS em Juiz de Fora, utilizando metodologias participativas, revelou a precariedade dessas áreas, que, mesmo perto das regiões mais afetadas, sofrem com deficiências estruturais que afetam a qualidade de vida dos moradores.

Desigualdades de renda impactam especialmente mulheres e negros, e a pobreza é mais prevalente entre esses ambientes, refletindo um cenário de exclusão social. Além disso, o acesso à água e ao esgoto é desigual e insuficiente. Embora existam iniciativas para melhorar esta situação, o sucesso depende de investimentos significativos e de uma gestão pública eficaz, além de parcerias público-privadas para expandir e manter a infraestrutura de saneamento básico, essencial para o desenvolvimento econômico da cidade, mas também para a melhoria da qualidade de vida e da saúde pública da população.

Para reduzir as desigualdades raciais nas periferias, é essencial implementar políticas públicas específicas, como programas de moradia inclusiva, melhorias na infraestrutura urbana e ampliação do acesso à educação e ao mercado de trabalho. Também é necessário enfrentar o racismo institucional e promover a inclusão racial em todos os níveis da sociedade.

Embora Juiz de Fora tenha aspectos avançados de infraestrutura urbana, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir serviços adequados e equitativos para todos. Um esforço coordenado do poder público é crucial para expandir e melhorar a qualidade dos serviços, priorizando áreas vulneráveis. Um planejamento urbano inclusivo e eficiente é vital para reduzir desigualdades e promover um ambiente urbano justo e sustentável.

A luta pela cidadania plena e pela justiça social nas ZEIS de Juiz de Fora representa um desafio histórico, exigindo políticas públicas robustas e inclusivas. Superar as desigualdades socioespaciais e garantir o acesso aos direitos fundamentais, como moradia digna, é fundamental para construir uma sociedade mais equitativa. Assim, a continuidade e o aprimoramento das intervenções públicas, juntamente com a participação da sociedade civil, são indispensáveis para alcançar uma cidade mais justa e inclusiva.

## Referências

Realização:



Apoio:





ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. São Paulo: Letramento, 2019.

BOTELHO, Maurílio. Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina. **Espaço e Cultura**, n. 34, p. 195–230, 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/12274>>. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O SUS de A a Z**: garantindo saúde nos municípios. 3. ed. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus\\_a\\_z\\_garantindo\\_saude.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_a_z_garantindo_saude.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**: situação habitacional brasileira. Brasília, 2022.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS. **Diagnóstico temático**: serviços de água e esgoto – Visão Geral. Brasília: MC, dez., 2023. Disponível em: <[https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO\\_TEMATICO\\_VISAO\\_GERAL\\_AE\\_SNIS\\_2021.pdf](https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2021.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2024.

CANETTIERI, Thiago. **A condição periférica**: uma crítica da economia política do espaço em paralaxe. Disponível em: <[https://www.academia.edu/38550678/A\\_CONDI%C3%87%C3%83O\\_PERIF%C3%89RICA\\_UMA\\_CR%C3%8DTICA\\_DA\\_ECONOMIA\\_POL%C3%8DTICA\\_DO\\_ESPA%C3%87O\\_EM\\_PARALAXE](https://www.academia.edu/38550678/A_CONDI%C3%87%C3%83O_PERIF%C3%89RICA_UMA_CR%C3%8DTICA_DA_ECONOMIA_POL%C3%8DTICA_DO_ESPA%C3%87O_EM_PARALAXE)>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CAVALCANTI, Leonardo; SILVA, Juliana. Raça e espaço urbano no Brasil: o desafio da inclusão social nas periferias negras. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, n. 1, 2020.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DE ABREU, Christiane Silva. Favelas em Juiz de Fora: a ocultação do fenômeno. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 143-167, jan./jul., 2010.

FERREIRA, Patrícia da Silva Figueiredo *et al.* Avaliação preliminar dos efeitos da ineficiência dos serviços de saneamento na saúde pública brasileira. **Revista Internacional de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 214–229, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/ric/article/view/24809>>. Acesso em: 17 set. 2024.

FERREIRA, Geniana Gazotto *et al.* Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida. **Urbe**: Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 11, p. e20180012, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/urbe/a/jmR7Y6NdPqRwZf3PgQsVNjN/?lang=pt>>. Acesso em: 17 mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Atlas da Violência 2022**.

Realização:



Apoio:



Brasília: IPEA, 2023.

JUIZ DE FORA. **Lei Complementar nº 82**, de 03 de julho de 2018. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-juiz-de-fora-mg>>. Acesso em: 28 set. 2024.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. v. I. (Coleção Os Economistas). São Paulo: Abril ed., 1996.

MENEGAT, Elizete Maria; SILVA, Dayane Andrade Cardoso da. A sobrevivência por um triz: velocidade de crescimento dos supérfluos, aumento da pobreza e 4ª revolução industrial. In: ARBIA, Alexandre Aranha *et al.* (org.). **Atendimento à população em situação de rua**: reflexões e práticas no Brasil e na Europa. Juiz de Fora: Ed. UFJF; Selo Serviço Social, 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires; CLACSO, 2005. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2024.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

Realização:



Apoio:



## DA COLÔNIA À FAVELA: a persistência da dominação racial no Brasil

Anna Luiza Carneiro e Oliveira<sup>569</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a permanência da colonialidade nas Américas, especialmente no Brasil, onde a racialização das relações sociais ainda estrutura as desigualdades. A ideia de raça, criada nas colônias para justificar a dominação e a hierarquia, persistiu após a independência de 1822. A abolição da escravidão, sem reparações ou inclusão social, empurrou a população negra para a margem, sem acesso à terra ou trabalho digno. Muitos ocuparam territórios precários, origem das favelas. Esses espaços, majoritariamente negros, seguem excluídos e marcados pela presença do Estado, sobretudo por meio do policiamento ostensivo.

**Palavras-chave:** Colonialidade; favela; desigualdade social; população negra; policiamento.

**Abstract:** This article analyzes the persistence of coloniality in the Americas, especially in Brazil, where the racialization of social relations still structures inequalities. The idea of race, created in the colonies to justify domination and hierarchy, persisted after independence in 1822. The abolition of slavery, without reparations or social inclusion, pushed the Black population to the margins, without access to land or decent work. Many occupied precarious territories, the origin of favelas. These spaces, predominantly Black, remain excluded and marked by the presence of the State, especially through overt policing.

**Keywords:** Coloniality; favela; social inequality; black population; policing.

### Introdução

A colonização europeia nas Américas representou não apenas uma reorganização geopolítica, mas também a consolidação de um sistema de poder baseado na racialização das relações sociais. Segundo Quijano (2005), é nesse processo que se inaugura a ideia de raça como instrumento de dominação e classificação social, legitimando a superioridade dos conquistadores brancos sobre os povos indígenas e africanos escravizados. Essa hierarquização, juntamente com a imposição do ideário eurocêntrico, e a dominação dos países colonizados, estruturou uma subordinação que persiste até os dias atuais por meio do que o autor chama de colonialidade do poder.

No contexto brasileiro, essa permanência colonial se articula com a formação social dependente descrita por Florestan Fernandes (2008), que aponta para a ausência de uma ruptura efetiva com o passado colonial e a incorporação subordinada ao capitalismo global. A escravidão, a negação do acesso à terras e a ausência de políticas reparatórias após a abolição, não apenas excluíram a população negra da cidadania plena, como a lançaram à marginalidade urbana, em que a violência do Estado atua como mecanismo de controle. Essa violência se manifesta de forma intensa nas favelas, território onde o racismo estrutural, a exclusão social e a militarização do cotidiano se entrelaçam.

---

<sup>569</sup> Graduada e mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: annacarneirooliveira@gmail.com

Realização:



Apoio:



Este estudo se baseia em uma análise teórica, com apoio dos autores como Quijano (2005), Mike Davis (2006), Brito, Villar e Blank (2013) e Fernandes (2008), além da utilização de dados antigos e recentes sobre violência e encarceramento. O objetivo do artigo é analisar como a colonialidade do poder se expressa no Brasil por meio da racialização do trabalho, da segregação urbana e da militarização das periferias, especialmente para a população negra e pobre. Parte-se do entendimento de que a violência nesses territórios não é uma exceção, mas uma engrenagem funcional da ordem capitalista.

## **Da colônia à favela**

A colonização europeia nas Américas foi responsável pela criação do pensamento racial, algo inexistente até então. As relações sociais passaram a ser organizadas com base na ideia de raça, a partir de diferenças atribuídas como biológicas entre dois grupos: os conquistadores e os conquistados. Nesse processo, os europeus se autodeclaravam brancos, enquanto os povos colonizados foram classificados como mestiços, negros e indígenas, categorias construídas socialmente e associadas à inferioridade. Assim, a raça tornou-se um instrumento de classificação e dominação, legitimando uma hierarquia em que os colonizadores ocupavam o topo. Como afirma Quijano (2005), a partir desse momento, a racialização passou a estruturar as relações sociais nas colônias, consolidando um sistema duradouro de poder na desigualdade racial.

A forma de legitimar a dominação dos europeus nesse processo foi imposta pela ideia de raça. Através da inserção da perspectiva eurocêntrica nas Américas, e no resto do mundo, a ideia de raça passa a naturalizar essas relações coloniais. As relações sociais se configuram como dominação dos europeus sob os não-europeus. Dessa forma, os povos conquistados foram colocados em uma situação de inferioridade natural, assim como seus conhecimentos, cultura e traços fenotípicos. (Quijano, 2005) A raça foi o primeiro critério utilizado na divisão da sociedade, classificando locais e papéis do indivíduo nas estruturas de poder.

Com a expansão do capitalismo no mundo todo, essa noção de raça perpetuou, criando a “divisão racial do trabalho”, “A distribuição racista do trabalho no interior do capitalismo colonial/moderno manteve-se ao longo de todo o período colonial” (Quijano, 2005, p. 119) Os espanhóis e portugueses podiam receber salários, ser comerciantes e independentes; para os índios ficou a servidão e para os negros a escravidão. Esse critério de classificação social foi imposto mundialmente pelos europeus, criando novas identidades, os amarelos e os azeitonados, juntando-se com os brancos, negros, índios e mestiços. Sob essa ótica, estabeleceu-se essa nova distribuição de raças, de forma exitosa, como havia acontecido nas Américas, em que desde o princípio, os trabalhos não pagos foram associados aos dominados, considerados como raça inferior.

Os índios no início da colonização foram usados como força de trabalho descartável, seu enorme genocídio ocorreu também devido ao trabalho que eram obrigados a realizar. Adiante, eles passam a ocupar a servidão, não na forma européia, pois não possuíam proteção dos senhores, e nem sempre terras para seu sustento. É nesse momento que o trabalho não remunerado passa a ser exclusivo da população trazida da África. Consolidando a ideia de que o trabalho pago era um privilégio branco, enquanto o trabalho escravo era reservado às raças consideradas inferiores. Essa “divisão racial do trabalho” foi bem-sucedida, perpetuou e ainda perpetua, associando a raça com a ocupação e salário do indivíduo (Quijano, 2005)

O controle do trabalho nesse contexto de colonização determinou a distribuição do capitalismo, estabelecendo a Europa como o centro do capital. E países colonizados, tratados como subordinados aos países hegemônicos. Essa subordinação de países como os da América Latina, ocorre porque foram construídos para serem países

Realização:



Apoio:



satélites, de acordo com Florestan Fernandes (2008) são organizados para atender as demandas dos países centrais, seja para a produção de mercadorias, força de trabalho ou matéria prima.

Os países da América Latina, tiveram particularidades em sua formação social, assim como o Brasil. De acordo com Quijano (2005) sem a descolonização, o país não se desenvolveu para estabelecer seu Estado-nação, o que ocorreu foi um rearranjo do colonialismo. Mesmo após a independência em 1822 esse colonialismo seguiu presente, a burguesia brasileira preservou sua aliança com a oligarquia nacional e com o capital internacional. Adaptando a modernização econômica a seus próprios interesses, buscando preservar seus privilégios (Fernandes, 2008)

Esse colonialismo moldou as estruturas econômicas, sociais e culturais que perpetuam até os dias atuais. Desse modo, é necessário considerar a escravidão como pilar fundamental na formação da sociedade brasileira, sua abolição em 1888 ocorreu para atender à necessidade do capital de trabalho livre, ela não significou o fim da opressão dos negros, apenas modificou a forma com que essa opressão ocorre.

Não houve transformação estrutural, e os negros não passaram a integrar a chamada cidadania, Florestan (2008) aborda a ideia de “democracia restrita”, que perpetua as estruturas do colonialismo e escravidão, excluindo pobres e negros de direitos políticos, civis e sociais. Ela é planejada e sustentada pela burguesia sendo a cidadania reservada para as elites, sem ser universalizada, ou seja, sem democratização.

Após a abolição não houve possibilidade de inserção dos negros na vida social, econômica e política. Um dos principais mecanismos dessa exclusão foi a Lei de Terras de 1850, que, ainda durante o regime escravocrata, já havia antecipado a lógica de marginalização. Ao estabelecer que a terra só poderia ser adquirida por compra, e não por posse. Essa lei impediu que os ex-escravizados tivessem acesso à base material necessária para reconstruir suas vidas com autonomia, levados a viver à margem da sociedade. Paralelamente, o Estado brasileiro incentivou a imigração europeia como estratégia de embranquecimento da população e substituição da força de trabalho negra. Essa política racializada não apenas negou o acesso à terra aos ex-escravizados, mas também instituiu um projeto de nação com exclusão dos negros.

A permanência das estruturas coloniais na formação social brasileira não se limita ao passado escravista ou às relações econômicas globais, ela também se manifesta de forma concreta nas cidades. A área urbana reflete e reproduz a desigualdade racial e social do período colonial. Nesse sentido, é possível entender que a segregação espacial e a marginalização das populações negras e pobres atualmente são expressões desse processo histórico. Mike Davis (2006) analisa as periferias urbanas ao redor do mundo, assim como as favelas brasileiras, sendo formas de habitação que resultam da exclusão imposta pelo capitalismo e pela modernização seletiva. Assim, as favelas não surgem por acaso, elas são a continuidade das estruturas coloniais e racistas que organizam a sociedade brasileira.

A definição de favela foi estabelecida em uma reunião da Organização das Nações Unidas - ONU em 2002,

Os autores de *The Challenge of Slums* (...) conservam a definição clássica da favela, caracterizada por excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado a água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia. Essa definição operacional, adotada oficialmente numa reunião da ONU em Nairóbi, em outubro de 2002, está “restrita às características físicas e legais do assentamento” e evita as “dimensões sociais”, mais difíceis de medir, embora igualem-se, na maioria das circunstâncias, à marginalidade econômica e social (Davis, 2006, p. 24).

Contudo, de acordo com Davis (2006), a definição da ONU é conservadora e subestima a realidade. Mesmo apontando que as características sociais não são

Realização:



Apoio:





consideradas por serem difíceis de medir, o autor reconhece que essas dimensões sociais estão presentes nas favelas.

Nesse bojo, o dicionário define favela como área urbana com moradias precárias e infraestrutura geralmente deficitária. Tanto essa definição, quanto a da ONU, ao se concentrarem apenas em aspectos físicos e legais, esvaziam e ocultam os processos históricos de exclusão racial e econômica, que deram origem a esses territórios, como a abolição sem reparação, a negação do acesso à terra, e o projeto contínuo de marginalização da população negra e pobre nas cidades. Além disso, o termo favela, passou a ser utilizado pelo IBGE após debates, anteriormente chamado de aglomerado subnormal. Essa terminologia era fortemente criticada por movimentos sociais, comunidade acadêmica, apontando que as favelas não são subnormais, elas são parte da cidade e devem ser reconhecidas dessa forma (Cefavela, 2024)

Segundo Davis (2006) a partir de 1970, com o capitalismo neoliberal, os favelados passaram a compor 6% da população urbana em países desenvolvidos e 78,2% da população urbana em países menos desenvolvidos, sendo um terço da população urbana mundial. Além disso, nesse período, existiam mais de 200 mil favelas ao redor do mundo, podendo chegar a mais de 1 milhão de pessoas em cada uma, “As “megafavelas” surgem quando bairros pobres e comunidades invasoras fundem-se em cinturões contínuos de moradias informais e pobreza, em geral na periferia urbana.” (Davis, 2006, p. 26) O crescimento explosivo das favelas expressa uma “divisão racial do espaço”, de um lado os bairros nobres brancos com infraestrutura, e de outro as periferias, com raça definida, com falta de serviços públicos e marcadas pela violência e repressão estatal.

Em 2022, o Censo Demográfico, realizado pelo IBGE, identificou no Brasil 12.348 favelas e comunidades urbanas, distribuídas em 656 municípios. Nesses territórios, viviam 16.390.815 pessoas, ou 8,1% da população do país. Sendo a Rocinha a favela mais populosa do país, com 72.021 moradores. Acerca da cor e raça, predominantemente são pessoas declaradas pretas e pardas com 72,9%. Além da idade mediana ser 30 anos, sendo a população mais jovem em relação ao país (IBGE, 2024)

O percentual de indivíduos morando em favelas, não abrange o quantitativo real, isso acontece por alguns fatores, como ausência de moradores, recusa, a falta de endereços ou dificuldade de acesso e de rastreio, por exemplo em casa de fundos ou laje, dificultando os registros. De acordo com Renato Meirelles, fundador do Data Favela<sup>570</sup>, o problema do censo do IBGE nas favelas é a dificuldade de reconhecer um território que muitas vezes não possui rua, CEP e saneamento básico, “São locais que estavam fora do mapa. O estigma de medo em relação às favelas também é uma das razões, além da falta da presença do Estado nas favelas” (Meirelles, 2023)

As favelas são territórios produzidos por um Estado que, ao mesmo tempo que abandona essa população por meio da negação de direitos básicos e serviços públicos, com 1,8 milhão de domicílios sem ligação de rede de água e 4,3 milhões sem esgotamento sanitário. Mantém presença constante através do policiamento ostensivo, da criminalização e da repressão.

O Estado trata esses espaços como territórios inimigos, e seus habitantes, majoritariamente negros e pobres, como alvos de uma política de guerra interna disfarçada de segurança pública. Essa lógica se materializa na letalidade policial e nos homicídios que atingem de forma seletiva determinadas camadas da população. A violência no Brasil é profundamente marcada por critérios econômicos, raciais e territoriais. Os dados revelam a continuidade dos mecanismos de exclusão herdados da escravidão. Em 2008, por exemplo, o número de negros assassinados foi 103% maior que o de brancos, ou seja, dois em cada três homicídios vitimaram pessoas negras.

<sup>570</sup> Primeiro instituto de pesquisa do Brasil a dialogar integralmente com favelas e periferias. (Data Favela, 2023)

Realização:



Apoio:



(Brito; Villar; Blank, 2013) Em 2023, os negros permaneceram sendo as maiores vítimas de homicídio no país, representando 76% dos casos.

De acordo com os autores Brito, Villar e Blank (2013), o número de homicídios no Brasil supera a média anual dos doze conflitos armados mais letais do mundo. Esse dado expressa não uma anomalia, mas o próprio modo de funcionamento do Estado brasileiro, que possui a polícia que mais mata e também a que mais morre no mundo, a polícia do Rio de Janeiro. Nesse cenário, os civis deixam de ser vistos como vítimas e passam a ser considerados alvos legítimos das operações militares. Como destacam os autores,

As atuais operações militares em diversas partes do mundo não se pautam mais pela distinção entre “combatentes” e “civis não combatentes” e muitas vezes transformam extensas faixas hiperpovoadas em “teatro de guerra” (Brito; Villar; Blank, 2013, p. 223).

No caso brasileiro, isso se expressa, por exemplo, nas incursões em favelas, onde a população negra e pobre é tratada como inimiga interna. Além disso, o número crescente de atores não estatais envolvidos na segurança pública, como empresas privadas e milícias, revela uma nova lógica de controle. (Brito; Villar; Blank, 2013)

A privatização da segurança assume papel central nesse processo. Estima-se que apenas no Rio de Janeiro existam cerca de 242.811 vigilantes privados, número quatro vezes maior do que o efetivo da polícia civil. Esse “policimento privado” se insere no que os autores chamam de “indústria do controle do crime”, um mercado em expansão que lucra com o medo, a insegurança e a lógica da militarização (Brito; Villar; Blank, 2013).

A segurança pública, nesse contexto, se estrutura em diversos níveis de preparação para a “guerra” cotidiana travada entre os chamados “cidadãos de bem”. A violência é naturalizada e incorporada nas práticas sociais mais corriqueiras,

Entre outros exemplos, podemos destacar a expansão da posse (legal e ilegal) de armas, o aprendizado de técnicas de defesa pessoal, a blindagem de casas e automóveis, a utilização de câmeras de vigilância, o isolamento em condomínios fechados, a contratação de seguranças privados, a formação de milícias e gangues para a eliminação dos “indesejáveis” (Brito; Villar; Blank, 2013, p. 228)

De acordo com os autores, outro elemento que evidencia essa “militarização da vida social” é o crescimento expressivo do número de armas de fogo em circulação, muitas delas nas mãos de civis. Embora a fiscalização seja responsabilidade do governo federal, o controle é falho, o que contribui para o fortalecimento de uma cultura armamentista. O Brasil, inclusive, é um dos principais produtores de armas de pequeno porte do mundo, uma indústria bélica que movimenta bilhões e desempenha papel fundamental na engrenagem do capitalismo.

Dessa forma, a “guerra”, nesse sentido, não se limita a conflitos entre Estados, ela se manifesta como estratégia de controle social, de geração de lucros e de reprodução das desigualdades. A militarização da vida cotidiana, portanto, ultrapassa as instituições estatais, ela se infiltra nas relações sociais, nas subjetividades e nas formas de existência.

Todo esse impacto é visto principalmente nas favelas, e refletido pela quantidade de encarceramentos, que sobe todos os anos. De acordo com o Sistema de Informações Penitenciárias (InfoPen) em 1995 havia 140.000 pessoas em cárcere no Brasil, em 2011 o país atingiu o terceiro lugar no ranking mundial sendo superado apenas pelos Estados Unidos e China. Desses encarcerados, 60% eram negros. (Brito; Villar; Blank, 2013)

Em recente divulgação, foi publicado em 2024 que no Brasil a quantidade de pessoas encarceradas passava de 850.000. Sendo dessas, 70% pessoas negras, ou seja, 470.000 pessoas. Mesmo estando em constante aumento, esse perfil nunca foi diferente no país, é um processo criminal com cor (Agência Brasil, 2024)

Realização:



Apoio:



A militarização não é apenas uma resposta pontual à insegurança urbana, mas é um elemento estrutural do capitalismo em sua fase neoliberal. No Brasil, principalmente em cidades como o Rio de Janeiro, a presença ostensiva das forças armadas e policiais, não é uma exceção, mas uma prática de controle social. Essa “pacificação” não promove a paz, mas institucionaliza a guerra como método cotidiano de gestão dos pobres (Brito; Villar; Blank, 2013)

Uma pesquisa realizada no país aponta que quase 90% das pessoas mortas por policiais em 2023 eram negros. Assim como apresentado, o racismo estrutural está presente em todas as faces da vida, como educação, mercado de trabalho e segurança pública. O perfil do suspeito é retratado como jovem e negro, assim, passam a ser vistos como perigosos e o alvo da polícia, essa que possui alta taxa de letalidade e “permissão” para matar, recebendo congratulações e incentivos institucionais por suas ações violentas (Agência Brasil, 2024)

Aponta-se uma epidemia de violência contra jovens no Brasil, principalmente a juventude negra. Entre 2021 e 2023, a média de mortes de crianças e adolescentes foi de 13,5 por dia. A grande maioria são jovens do sexo masculino e na faixa etária de 15 a 19 anos. Meninos totalizam 92,4% das mortes e meninas 7,6%. Contudo, desse percentual, 83,6% são jovens negros. E 16% brancos. Esse valor é registrado em morte violenta intencional, que abarca feminicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, homicídio doloso e mortes decorrentes de intervenção policial, estando ou não em serviço (Senado Federal, 2024)

De acordo com esses dados do Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, uma parceria entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a violência para com crianças de até 9 anos, ocorre frequentemente dentro de casa, por familiares ou pessoas conhecidas. Mas crianças e adolescentes de 10 a 19 anos, caracteriza como violência urbana, sendo a arma de fogo o principal instrumento utilizado, ou seja, desloca a violência para a via pública. Além disso, a taxa de mortalidade de um jovem negro do sexo masculino é 4,4 vezes maior do que de um branco. Evidenciando o racismo que está estruturalmente presente no país e se manifesta de forma letal na vida da juventude negra.

Essa naturalização da violência como forma de mediação social está vinculada à lógica do capital. Para continuar acumulando, o capital precisa impor, e onde não convence, recorre à coerção. A polícia, nesse contexto, opera como engrenagem da sua manutenção. As operações militares em favelas, travestidas de ações de segurança pública, fortalecem uma guerra interna que mistura racismo estrutural, controle territorial e reprodução ampliada da dominação de classes. Cíveis, sobretudo negros e pobres, são enquadrados como ameaça permanente, e, assim, elimináveis em nome da ordem.

Essa lógica faz parte do que Quijano chama de colonialidade do poder, ou seja, a forma como o colonialismo continua influenciando o presente, mesmo depois do fim das colônias. Para ele, o racismo não é apenas um problema moral, mas uma ferramenta que o capitalismo usa para organizar quem pode viver melhor e quem vai ser explorado ou descartado. No Brasil, isso aparece de uma forma muito clara, já que a população negra e pobre continua sendo tratada como inferior e abordada com violência. A presença constante da polícia e do exército em territórios populares é parte do modo como o capital funciona, dessa forma, a violência se torna também uma forma de governar.

## Considerações finais

A formação social brasileira é marcada por um processo de dominação que teve início com a colonização e se estende até os dias atuais. A partir da invenção da ideia de raça como categoria social, imposta durante o período colonial, foram organizadas

Realização:



Apoio:



estruturas de poder que naturalizam a inferiorização de determinados grupos, especialmente indígenas, negros e mestiços, e legitimam a apropriação violenta de suas terras, corpos e saberes.

A raça então é determinada como fundamental para a classificação social dos indivíduos. Ela passa a operar como eixo central de exploração econômica e controle social, articulando-se com a lógica capitalista em expansão. Nesse contexto, o Brasil desenvolveu uma formação social dependente, estruturada a partir de um colonialismo que não foi superado, mas apenas reorganizado. A permanência das estruturas coloniais nas dinâmicas sociais, econômicas e territoriais do Brasil evidencia que a colonização não é um episódio encerrado do passado, mas uma lógica ainda operante no presente.

Ou seja, os traços coloniais determinaram e seguem determinando onde e como determinados grupos sociais vivem. A lógica de marginalização imposta desde o período colonial empurrou principalmente os negros e pobres, para as favelas das cidades, espaços marcados pela precariedade, pela ausência de infraestrutura básica e pela constante presença do Estado sob a forma de repressão. As favelas, nesse sentido, não são apenas um “problema urbano”, mas são continuidade da colonialidade, que ainda define quem tem acesso pleno à cidade e quem é relegado à sobrevivência em territórios criminalizados. A espacialização da desigualdade, portanto, é uma das faces mais visíveis da permanência do projeto colonial em território brasileiro.

Além disso, a violência cotidiana contra corpos negros e pobres, muitas vezes legitimada como política de segurança pública, revela-se, na verdade, como mecanismo de controle e exclusão, útil à manutenção das desigualdades estruturais. A construção histórica que associa raça, território e violência não apenas organiza o espaço urbano, mas também define quem pode viver plenamente e quem está permanentemente sob ameaça.

Essa lógica de exclusão e morte, longe de ser disfuncional, cumpre um papel estratégico na reprodução do capitalismo no Brasil, que se apoia na racialização da desigualdade para manter a ordem social vigente. A colonialidade do poder, portanto, segue estruturando a vida no país, operando por meio da violência seletiva, da criminalização da pobreza e da militarização dos territórios.

## Referências

BELLO, Luiz. Censo 2022: Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em favelas e comunidades urbanas. **Agência Brasil**, Brasília, 08 nov. 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas>>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BRITO, Felipe; VILLAR, André; BLANK, Javier. Será guerra? In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro (org.). **Até o último homem**: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 215 - 239.

CAMPOS, Ana Cristina. Censo: falta de endereços em favelas dificulta registro dos domicílios. **Agência Brasil**, Brasília, 22 mar. 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-03/censo-falta-de-endereco-em-favelas-dificulta-registro-dos-domicilios>>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CARDOSO, Rafael. Quase 90% dos mortos por policiais em 2023 eram negros, diz estudo. **Agência Brasil**, Brasília, 07 nov. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-11/quase-90-dos-mortos-por-policiais-em-2023-eram-negros-diz-estudo>>. Acesso em: 14 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



DAVIS, Mike. A generalização das favelas. *In*: DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 23-36.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed., 2ª reimp. São Paulo: Editora Globo, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, Renato. Estudo: 70% da população carcerária no Brasil é negra. **Agência Brasil**, Brasília, 19 jul. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-07/estudo-70-da-populacao-carceraria-no-brasil-e-negra>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SENADO FEDERAL. Brasil tem 5 mil crianças e adolescentes assassinados por ano, aponta debate. **Senado Notícias**, Brasília, 23 ago. 2024. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/08/23/brasil-tem-5-mil-criancas-e-adolescentes-assassinados-por-ano-aponta-debate>>. Acesso em: 14 jul. 2025.

Realização:



Apoio:





## **METABOLISMO SOCIAL, RUPTURA METABÓLICA E SUA UNIVERSALIZAÇÃO:** elementos críticos para pensar a questão ambiental.

Alysson Lima de Oliveira<sup>571</sup>  
Álvaro Henrique da Silva Halfeld<sup>572</sup>

**Resumo:** O artigo objetiva refletir sobre a mudança na relação humanidade-natureza sob o capitalismo e a particularidade da colonização neste processo. Para isso, utiliza do termo de ruptura metabólica para compreender essa mudança a partir da transformação do trabalho e da natureza em mercadoria, e sua universalização via colonialismo como forma de acumulação primitiva, concluindo que, sendo o capitalismo a lógica fundante da questão ambiental, a perspectiva de mudança deve ser emancipatória.

**Palavras-chave:** Questão ambiental. metabolismo social. ruptura metabólica. colonialismo.

**Abstract:** The article aims to reflect on the change in the humanity-nature relationship under capitalism and the particularity of colonization in this process. To do so, it uses the term metabolic rift to understand this change, stemming from the transformation of labor and nature into commodities, and its universalization through colonialism as a form of primitive accumulation. It concludes that, since capitalism is the foundational logic of the environmental question, the perspective for change must be emancipatory.

**Keywords:** Environmental question. social metabolism. metabolic rift. colonialism.

### **Introdução**

Observa-se atualmente o crescimento da pauta ambiental em diversos espaços políticos e midiáticos. As expressões devastadoras da crise socioambiental colocam na ordem do dia a necessidade de construir novas possibilidades de relação com o planeta, em que a escassez dos bens naturais e as consequências do uso destrutivo destes é uma realidade ameaçadora à própria vida humana.

Contudo, a discussão hegemônica tem sido realizada num sentido, consciente ou não, que, em última instância, obscurece o elemento principal que funda essa dinâmica cujas raízes são mais profundas e complexas que as soluções paliativas projetadas pelo mercado e por entidades políticas alcançam.

Defende-se aqui, a partir da tradição marxista, que a crise socioambiental contemporânea - que demonstra seus efeitos na crise climática, na poluição do ar, solo e água, e em outros diversos elementos -, que promove a escassez dos bens naturais e tem implicações sociais de diversas formas, é uma consequência do processo de apropriação capitalista da natureza e do trabalho, que se remodela ao longo do desenvolvimento histórico dessa forma de produzir a vida.

Afirmar que a "questão ambiental", em suas expressões contemporâneas, é inerente à sociabilidade do capital, significa dizer que as desigualdades provenientes do motor deste sistema e de suas intrínsecas contradições perpassam e são causadoras principais não apenas das tragédias/crimes/colapsos ambientais que se manifestam

<sup>571</sup> Graduado e mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Bolsista Capes. E-mail: alyssonlimadeoliveira@gmail.com

<sup>572</sup> Bacharel e mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: alvarohalfeld@gmail.com

Realização:



Apoio:



hoje, mas também da forma como estas atingem majoritariamente os não detentores dos meios de produção. Toma-se como exemplo a questão que perpassa o Estado e os territórios indígenas, as concessões realizadas às transnacionais extrativistas e poluidoras nos países periféricos e outras medidas que negam sistematicamente a realização das necessidades de reprodução da vida material da humanidade.

Grossi (2009, p. 39), seguindo a tradição marxista, aponta a “questão ambiental” como “a expressão da relação sociedade/natureza que vem destruindo as duas fontes de produção de riqueza: o trabalho e a natureza”. Portanto, para entendermos e discutirmos a “questão ambiental”, devemos entender como se estabelece e remodela-se a relação humanidade-natureza, que desde a acumulação primitiva de capital até o desenvolvimento desse sistema é objeto de intenso processo de alienação e reificação, onde os bens naturais são considerados recursos infinitos e que tem como seu único fim a “ininterrupta” reprodução do capital.

Assim, o presente artigo tem como objetivo refletir teoricamente o processo de mudança na relação humanidade-natureza em sua gênese e estabelecer, em linhas gerais, as particularidades da colonização neste processo.

A partir de uma pesquisa bibliográfica, foi trabalhado o termo metabolismo social, para compreensão da relação humanidade-natureza e sua ruptura ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, com o objetivo de demonstrar o fundamento dessa relação desigual e a indissociabilidade da questão ambiental com o elemento fundante do capitalismo e suas refrações na natureza em determinado momento histórico de seu desenvolvimento.

Ademais, será abordada a universalização deste processo para além do movimento clássico de gênese e desenvolvimento capitalista. A partir do colonialismo, trabalhou-se a invasão do continente americano como pilar da acumulação primitiva de capital e da mudança na relação humanidade-natureza nas colônias.

Através destes elementos, explicitou-se o processo de ruptura metabólica enxergado por Marx a partir do desenvolvimento capitalista na Inglaterra e uma especificidade da universalização da remodelação da relação entre humanidade e natureza promovida pelos invasores coloniais nas terras invadidas.

### **Metabolismo social: a relação homem-natureza**

A relação histórica entre humanidade e natureza configura culturas, formas de vida e viver, produzir e reproduzir a vida social, contudo, apesar de essencial à existência humana, torna-se progressivamente desigual enquanto se exterioriza a atividade que medeia essa relação. Isso quer dizer que a apropriação capitalista do trabalho e da natureza desenha um quadro de troca desigual entre humanidade e natureza que se expressa apresentando riscos biofísico-químicos ao meio ambiente e rebatendo na vida social de toda a humanidade.

Para compreender os determinantes que configuram esse quadro voltamos em Marx (2010, p. 84), assinalando que “a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico [...]”, isso porque o próprio homem é natureza e precisa de sua natureza externa enquanto meio de realização da sua própria humanidade.

Assim como plantas, animais, pedras, ar, luz etc., formam teoricamente uma parte da consciência humana, em parte como objetos da ciência natural, em parte como objetos da arte - sua natureza inorgânica, meios de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente para a fruição e para a digestão -, formam também praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana (Marx, 2010, p. 84).

Realização:



Apoio:



Portanto, o metabolismo social consiste no intercâmbio entre homem e sua natureza externa a qual se não existisse, suas necessidades não seriam satisfeitas, não haveria vida humana.

Marx (2017), ao caracterizar o trabalho em sua forma geral, apresenta-o enquanto atividade em que o homem medeia seu metabolismo com a natureza, pondo-se em confronto com a matéria natural e transformando-a de acordo com a utilidade fim desejada. É nesse processo de transformação de sua natureza externa que o homem transforma sua própria natureza, ao desenvolver suas potencialidades e, ainda, um novo ser: o ser social (Netto, 2006 *apud* Grossi, 2009).

Para além do trabalho, compreender o papel da terra é essencial no entendimento do metabolismo social. Para Marx (2017) a terra existe enquanto “objeto universal do trabalho humano” (p. 256), mas também enquanto meio universal de trabalho, fornecendo os objetos de trabalho preexistentes e servindo de meio e ferramenta para que o trabalho se realize.

Portanto, a terra é um meio de subsistência, onde o trabalho se realiza, onde as relações se estabelecem e onde o ser humano se desenvolve.

Metabolismo social, quer dizer, portanto, da relação mútua entre humanidade e natureza onde o trabalho exerce sua função principal de atividade reguladora na transformação da matéria natural para a satisfação de necessidades.

De acordo com Foster (2023, p. 232):

Marx, portanto, empregou o conceito tanto para se referir à interação metabólica real entre a natureza e a sociedade por meio do trabalho humano [...] quanto em sentido mais amplo [...] para descrever o conjunto complexo, dinâmico e interdependente de necessidades e relações criadas e constantemente reproduzidas em forma alienada sob o capitalismo e a questão da liberdade humana que isso levantava - todas as quais poderiam ser vistas como sendo conectadas à forma como o metabolismo humano com a natureza era expresso por meio da organização concreta do trabalho humano.

Dessa forma, ao considerar esses dois sentidos, Marx compreende a relação humanidade-natureza enquanto uma relação com duas esferas: a das condições naturais, impostas pela natureza; e a da capacidade humana de influenciar esse processo - lidar com (ou condicionar) a escassez, tentar reverter condições naturais, manusear a terra etc.

Assim, Marx realiza a leitura desse metabolismo social enquanto indispensável para a existência humana, mas identifica uma “fissura irreparável” dessa relação homem-natureza que se origina como resultado da apropriação pelo modo de produção capitalista das relações sociais e da separação entre a cidade e o campo (Foster, 2023).

## **A apropriação capitalista da vida e a ruptura metabólica**

O processo que separa o trabalhador de seus meios de trabalho cria as condições da instauração e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nesse contexto, o rompimento de uma relação íntima do homem com a terra - onde se produz e reproduz a vida - é condição e efeito do surgimento da propriedade privada.

É necessário que essa aparência seja suprasumida (*aufgehoben*), que a propriedade fundiária, a raiz da propriedade privada, seja completamente arrastada para dentro do movimento da propriedade privada e se torne mercadoria; que a dominação do proprietário apareça como a pura dominação da propriedade privada, do capital, dissociado de toda a coloração política; que a relação entre proprietário e trabalhador se reduza à relação nacional-econômica de explorador e explorado; que toda relação pessoal do proprietário com sua propriedade termine, e esta se torne, ela mesma, apenas riqueza material coisal; que no lugar do casamento de honra com a terra se instale o

Realização:



Apoio:



casamento por interesse, e a terra, tal como o homem, baixe do mesmo modo a valor de regateio (Marx, 2010, p. 75).

Portanto, com o advento da propriedade privada no modo de produção capitalista, a terra passa a possuir o selo de mercadoria, servindo à própria lógica de acumulação desta ordem e o vínculo subjetivo da relação entre possuidor e terra - de pertencimento, criação de costumes, caráter e demais relações que constituíam-se neste solo - cede lugar à propriedade desta, que possui determinações específicas na sociabilidade capitalista.

Nessa nova configuração, onde a propriedade privada dos meios de produção impera e a força de trabalho torna-se mercadoria a ser vendida como única forma de subsistência para a maior parcela da sociedade, o trabalho passa a possuir a atribuição específica de produção de mais-valor (Marx, 2017). A atividade que se realizava primordialmente à necessidade humana e que, ao mesmo tempo, transformava a natureza externa e o próprio gênero humano, torna-se uma atividade exteriorizada, portanto, estranhada em seu processo.

A mudança na lógica de produção essencialmente destinada à necessidade para a de produção onde a troca se sobrepõe à necessidade, coloca o trabalhador enquanto alheio a esse processo, ele não trabalha mais por ele, por suas necessidades, mas para outro - em todos os sentidos -, suprimindo as necessidades de uma lógica perversa.

[...] A externalidade (Äusserlichkeit) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. [...] A atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo (Marx, 2010, p. 82).

Ademais, Marx (2010, p. 85) assinala que

O trabalho estranhado faz, por conseguinte:

3) do ser genérico do homem, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como sua essência espiritual, a sua essência humana.

Portanto, o trabalho em sua especificidade capitalista, onde o processo produtivo é alheio a quem realiza essa atividade e cujo produto é de fruição daquele que compra a força de trabalho, é acompanhado de um estranhamento que se dá em relação ao produto do trabalho, a si próprio e ao mundo exterior ao trabalhador, à natureza.

Tendo isso, a propriedade privada se configura primeiro enquanto “produto do trabalho exteriorizado e, em segundo lugar, que é o meio através do qual o trabalho se exterioriza, a realização dessa exteriorização” (Marx, 2010, p. 88) numa determinação de reflexão.

Dessa forma, com a apropriação do trabalho e da terra, tem-se a condição de uma cada vez maior exploração do trabalho e da natureza pelo capital. A partir do momento em que o homem não se reconhece em sua produção, no seu processo produtivo, enquanto parte inerente da natureza e enquanto coletividade, o capital abre as possibilidades de seu desenvolvimento cada vez mais perverso. E é a partir de uma reflexão que abrange esses elementos que Marx identifica uma ruptura metabólica na relação existente entre humanidade e natureza.

Conforme Foster (2023), Marx elabora o conceito de ruptura metabólica a partir das mudanças na agricultura, através de autores das ciências naturais, que contribuíram no estudo da propriedade do solo e identificaram o lado destrutivo da agronomia aos moldes capitalista, que também já enfatizavam a importância do manejo do solo para a produção, que a produtividade do solo não se deve à uma condição natural somente, mas à técnica que nele se desenvolve. Contudo, cada técnica é possível de ser

Realização:



Apoio:



empregada a depender da forma como se determinam as relações de produção, que na sociedade do capital se estabelecem na forma da exploração desenfreada e sempre inacabada da força de trabalho e da natureza em todas as suas formas.

Marx então, ao longo de seus estudos, identificou que “[...] a indústria de larga escala e a agricultura de larga escala foram combinadas para empobrecer o solo e o trabalhador” (Foster, 2023, p. 227).

Nas relações estabelecidas pelo desenvolvimento da indústria e agricultura em larga escala, Marx (1976 *apud* Foster 2023) vai identificar uma ruptura no metabolismo social visto que, no primeiro momento, a indústria exaure a força de trabalho e a agricultura moderna destrói a natureza e, posteriormente, com a modernização da agricultura, esta também consome a força de trabalho enquanto a indústria se encarrega de fornecer meios para uma cada vez maior destruição dos bens naturais.

E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. [...] Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (Marx, 1971, p. 637-638 *apud* Foster, 2023, p. 228).

Portanto, quanto maior a dominação do capital sobre o trabalho e a natureza, quanto mais a relação de exploração - e o próprio desenvolvimento do capital - se intensifica, tem-se a perda significativa de bens naturais que, mesmo que por vezes renováveis, se torna irreversível. Nem mesmo o capital pode reverter essa situação, isso porque

o caráter inerente da agricultura de larga escala sob o capitalismo impede qualquer aplicação verdadeiramente racional da nova ciência do manejo do solo. Apesar de todos os desenvolvimentos científicos e tecnológicos na agricultura, o capital não era capaz de manter aquelas condições necessárias para a reciclagem dos elementos constitutivos do solo (Foster, 2023, p. 229).

Isso não se dá apenas na agricultura, mas em todas as atividades que se tem o manejo direto com a natureza - presente na origem de todas as atividades, visto que todas precisam de matérias-primas ou materiais brutos advindos da natureza -, no âmbito da mineração, energia, até mesmo na pecuária - que além da exploração animal envolve um grande desperdício de água -, entre outras atividades.

Essa exploração, destruição, se intensifica na medida em que o sistema de capital se complexifica. Principalmente em momentos de crise, onde o capital toma força para seu avanço exponencial pós-crise, inovando nas condições e tecnologias de exploração do trabalho e da natureza.

Se, como dito anteriormente, o metabolismo social compreende também o complexo de relações alienadas sob a égide do capital o qual “se expressa por meio da organização concreta do trabalho humano” (Foster, 2023, p. 232), essa é a chave para a compreensão da ruptura metabólica identificada a partir da apropriação capitalista da forma de produzir a vida, que se expressa no estranhamento do próprio processo produtivo, de si próprio e de sua natureza externa, e na destruição desenfreada dos bens naturais tendo como fim a expansão capitalista.

### Universalização da ruptura através do colonialismo

Se é verdade que o processo de ruptura e a alteração do metabolismo social possui o seu início localizado em espaço-tempo na Inglaterra durante o século XVI, esse processo se universalizou através das grandes navegações e da invasão do continente nomeado enquanto América. Para Wood (2000) o sentido da terra durante esse período

Realização:



Apoio:





é alterado, passa agora a ser propriedade privada, mas não só, propriedade privada e exclusiva do detentor, dissolvendo as relações comunitárias e comunitárias.

Talvez o corretivo mais salutar desses pressupostos e de suas implicações ideológicas seja o reconhecimento de que o capitalismo com todos os seus impulsos sumamente específicos de acumulação e maximização do lucro, não nasceu na cidade, mas no campo, num lugar muito específico e em época muito recente da história humana. Não precisou de uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas de uma transformação completa das relações e práticas humanas mais fundamentais, de um rompimento com antiquíssimos padrões de interação humana com a natureza (Wood, 2000, p.13).

Wood (2000) traça a hipótese de que o surgimento do capitalismo possui as suas origens fundamentais no campo, não na cidade, uma vez que a alteração da lógica da propriedade da terra foi responsável, por excelência, pelo impulsionamento dos mecanismos possíveis de acumulação e considera a terra enquanto elemento exclusivo de um proprietário e através dos melhoramentos, a terra toma uma função primeira de acumular riquezas, dissolvendo, assim, durante esse processo as relações humanas e sociais previamente estabelecidas, não só na Inglaterra, mas em todo o globo.

Com o advento das grandes navegações e da invasão de outras terras, esse processo foi acentuado em outras partes do globo, cabe aqui ressaltar o processo de colonialismo na América Latina e as suas consequências históricas na formação social das nações dessa região, com foco para as relações que permita a compreensão do Brasil no quadro desse processo do “desenvolvimento histórico”<sup>573</sup>.

Para Wood (2000, p. 22),

Terras sem ‘melhoramentos’, terra que não se torna produtiva e lucrativa (como, por exemplo, as terras dos indígenas nas Américas) constituem desperdício e, como tal, estabelecem o direito e até mesmo o dever de aqueles decididos a ‘melhorá-las’ se apropriarem dela.

Considerar-se-á, conforme Kowarick (1994), o colonialismo enquanto elemento constitutivo do capitalismo em sua fase mercantil, mas não só, sem esse processo o capitalismo não poderia ser desenvolvido, muito menos ser restringido espacialmente em certos países do continente europeu.

Em grandes pinceladas, convém, inicialmente, ressaltar que o sistema colonial criado pelo capitalismo mercantil constituiu uma das alavancas de fundamental importância para a acumulação da burguesia metropolitana. De fato, as colônias americanas, enquanto expressão ultramarina do mercantilismo, devem ser entendidas como formas de acumulação primitiva, cujos excedentes estavam inteiramente voltados para a expansão do capital realizada em alguns países europeus (Kowarick, 1994, p.20).

Sendo assim, o colonialismo é por excelência um mecanismo de acumulação primitiva, pois através da invasão e dos saques de riquezas do que se denominou enquanto América é que se possibilitou o acúmulo de excedentes e da apropriação da natureza para o além-mar.

Para tal, se faz necessário a compreensão de dois processos fundamentais, se o primeiro momento que introduz a lógica da propriedade privada exclusiva da terra na Inglaterra (Wood, 2000) destitui os camponeses do uso comunal e dissolve suas relações sociais em torno da terra, alienando uma massa de sujeitos de seus meios de produção e reprodução da vida social e força uma proletarianização, na América invadida

<sup>573</sup> Utiliza-se entre aspas partindo do pressuposto da não-linearidade do tempo e de que o que se propõe enquanto desenvolvimento são os impactos do poder Colonial eurocêntrico sob nossa formação.

Realização:



Apoio:



esse processo ocorre de maneira similar mas com particularidades, a primeira é que não havia um regime de camponato no continente, logo as relações sociais são diferentes, a segunda é que quem deteve o monopólio do uso da terra foi o poder colonial, ou seja, a Coroa dos respectivos países invasores.

Impôs-se, via invasão e colonização, as formas de produção e reprodução da vida material dos colonizadores europeus, a terra e a natureza são transformadas em meios de extração de riquezas para fins de acumulação, o emprego de força vital escravizada é adotada com o pressuposto de superioridade das sociedades e dos povos europeus frente ao que era considerado primitivo. As relações sociais anteriores nessas terras, com seu modo de produzir, estruturas de poder, de organização da vida material, foram destruídas e substituídas pela máquina de acumulação.

o capitalismo considera de vital importância a apropriação violenta dos principais meios de produção em terras coloniais. Como as organizações sociais primitivas dos nativos constituem os baluartes na defesa dessas sociedades, bem como as bases materiais de sua subsistência, o capital serviu-se, de preferência, do método da destruição e da aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não capitalistas, com as quais entra em choque por força da expansão por ele pretendida (Luxemburgo, 2018, p. 117).

A marcha da acumulação e da constituição do capital global não pôde ocorrer, e não o poderia, de maneira pacífica, não há, e não houve, espaço para a coexistência de formas e organizações sociais dissonantes da rigidez da expansão do capital. A destruição das formas não-capitalistas de organização e produção da vida social e material foi, e é, a premissa básica do espraio violento do modo de produção capitalista. Destrói-se os alicerces, ou baluartes, dessas sociedades para reconstruir em novas bases uma forma subserviente aos interesses da metrópole.

Através da invasão, genocídio e escravização de povos não-europeus se institui abaixo da linha do equador uma ruptura generalizada e universalizada entre a humanidade e a natureza, a ocupação via invasão dessas terras institui um dos elementos fundamentais e histórico do que se denomina enquanto questão ambiental conforme Grossi (2009).

Vê-se, portanto, que o processo de globalização traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente. Vê-se, também, que junto com o processo de globalização, há, ao mesmo tempo, a dominação da natureza e a dominação de alguns homens sobre outros homens, da cultura européia sobre outras culturas e povos, e dos homens sobre as mulheres por todo o lado. Não faltaram argumentos de que essa dominação se dava por *razões naturais*, na medida em que certas *raças* seriam *naturalmente inferiores*. A modernidade européia inventou a colonialidade e a racialidade (base da escravidão moderna) e, assim, essa tríade – modernidade-colonialidade-racialidade - continua atravessando, até hoje, as práticas sociais e de poder (Porto-Gonçalves, 2006, p.25).

Dessa maneira, conforme Porto-Gonçalves (2006) o processo de invasão de outros continentes é por excelência a gênese da globalização, processo esse que universalizou a relação de destruição e exploração da natureza, esse processo nega as relações prévias dos povos nativos e/ou originários em seu processo de reprodução da vida, negando assim a sua forma de organização e consequentemente provocando a destruição dessas. É a modernidade europeia, por excelência, enquanto uma invenção, que provocou esse processo, debatido anteriormente, a modernidade não só buscou justificar um modelo de exploração da natureza, mas também a exploração, dominação, escravização e genocídio de um grupo, considerado enquanto sujeito universal – lê-se aqui, homens brancos, colonizadores – sobre os demais, considerados sujeitos passivos e alvo de violência.

Realização:



Apoio:



Conforme Quijano (2005) a raça é justamente a invenção que promove a diferenciação a partir de características inerentes aos sujeitos, características biológicas, a partir dessa invenção se cria aquele que se torna o sujeito universal e central no desenvolvimento histórico a partir de suas próprias narrativas espaço-temporais e aqueles que foram silenciados, apagados, exterminados. É essa a modernidade que coloca a Europa no centro do desenvolvimento histórico e nega as demais formas de organização social, assim como suas formas e organizações tecnológicas. Nega-se o outro para se afirmar a partir de sua própria narrativa, a diferença é vista como um marcador identitário que promove ou exclui a humanidade de grupos sociais inteiros.

A própria monocultura, enquanto técnica, inicialmente para o cultivo da cana, era uma imposição, haja vista a impossibilidade material de um povo ou uma comunidade qualquer se reproduzir fazendo monocultura para si próprio. Assim, a monocultura não é só a cultura de um só produto, mas também a cultura para um só lado. Por isso a energia da chibata para mover o sistema. Afinal, ninguém faz monocultura espontaneamente até que tenhamos subjetivado as relações sociais e de poder assimétricas e contraditórias (a mão invisível é precedida de outra bem visível que brandia a chibata) (Porto-Gonçalves, 2006, p.43).

O apagamento, ocultamento, desses saberes já existentes em terras invadidas, seja através do extermínio dos conhecimentos, ou o extermínio físico dos povos, possui a sua máxima em uma dupla relação: 1) se anteriormente as relações estabelecidas nos territórios invadidos do que calhou ser nomeado enquanto América pela Europa eram distintas do que foi imposto e do que se desenvolveu até o contemporâneo, há de se levar em consideração que o saber hegemônico é construído através da violência da modernidade, assim sendo, o que se intitula enquanto moderno, foi construído a ferro, fogo e sangue de povos inteiros; 2) Se essas relações eram diferentes, bem como a forma de organização no que convém chamar de modo de produzir a vida material, o trabalho – livre – possuía uma outra dimensão, a interação com a natureza era direta entre sujeito e objeto de ação desse trabalho, seja através da caça, colheita, criação de ferramentas e afins, configurando uma relação sócio-metabólica. Portanto, se o trabalho, em seu sentido alienado, que consiste na expropriação do camponês da terra e seus meios de produzir e relações de assalariamento, foi instituído na Europa, nos continentes invadidos não, mas a ruptura entre sujeito e natureza sim.

Através da expansão colonial-imperialista, que constitui o ciclo de acumulação primitiva, que foi possível a universalização da forma de detenção exclusiva de continentes inteiros pelo poder metropolitano e colonial, a terra, controlada enquanto exclusiva das coroas europeias, são tomadas de forma predatória, seja através da monocultura em primeiro momento, ou através da mineração e extração de riquezas naturais, a finalidade única é o saque, espoliação e roubo dessas riquezas, bem como a degradação das terras já existentes, para acumulação dos países europeus detentores de colônias, dessa maneira, a questão ambiental é constituinte e fundamento da acumulação primitiva capitalista, sendo aprofundada no percurso histórico.

## Conclusão

Com base nos elementos trabalhados, afirma-se a questão ambiental enquanto inerente à lógica predatória do funcionamento da sociabilidade capitalista tendo em vista seu incessante processo de acumulação, com sua gênese na apropriação e destruição das duas fontes de riqueza.

É este processo de apropriação, inicialmente ancorado na transformação da terra e da força de trabalho em mercadoria, no qual a lógica do trabalho justifica-se primordialmente na apropriação do mais-valor e a natureza é reduzida a recurso que engendra a mudança na relação entre humanidade e natureza.

Realização:



Apoio:



A ruptura metabólica não se reduz a uma ideia que se põe à realidade, mas ao próprio movimento histórico material de separação do homem com a natureza e que se universaliza com suas particularidades na forma do colonialismo enquanto mecanismo fundamental da acumulação capitalista. O colonialismo, para além disso, legitima a destruição de formas não-capitalistas de produção da vida através da dominação e extermínio de povos nativos e suas formas de organização social, estabelecendo os rumos específicos do desenvolvimento das desigualdades nessas terras invadidas que se colocam em âmbito social, político e ambiental.

Através dessa perspectiva, que se ancora na análise histórica e material do desenvolvimento que cria e recria as condições atuais de produção e reprodução da vida, é correto afirmar a incapacidade das medidas políticas e econômicas paliativas que vem sendo construídas em torno da crise socioambiental, que por serem projetadas dentro dos limites da ordem capitalista vigente não alcançam a complexidade da gênese dessa questão.

Nesse sentido, se é a lógica da forma capitalista da produção que funda tal questão, as possibilidades que surgem dos seus aparatos administrativos não passam de remediadores temporários e falseadores dessa realidade que, sem uma perspectiva emancipatória, há de se esgotar para a humanidade, visto que o próprio movimento deste sistema remodela e amplia suas formas de exploração a cada etapa de seu desenvolvimento histórico.

## Referências

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

GROSSI, Mônica Aparecida. Capitalismo e questão ambiental: contribuições da tradição marxista. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, p. 37-58, jan./jul., 2009.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1994.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital *In*: LOUREIRO, Isabel (org.) **Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massa**. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEOgraphia**, Niterói, ano VIII, n.16, p. 41-55, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgard. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciencias sociais: perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina, editora CLACSO, 2005. p. 117-142.

Realização:



Apoio:



WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 7, n. 10, p. 12-29, 2000.

Realização:



Apoio:





## A EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Robson Luiz Marques da Silva<sup>574</sup>  
Emanuely Ferreira Marques Silva<sup>575</sup>  
Marilda Aparecida Simeão<sup>576</sup>

**Resumo:** O artigo analisa criticamente a exploração histórica e contemporânea da classe trabalhadora, destacando como o capitalismo perpetua desigualdades sociais, expropriação de territórios e destruição ambiental. Aborda o impacto da colonização, do agronegócio e do neoliberalismo, enfatizando a expulsão de trabalhadores do campo, a precarização urbana e a favelização. Defende a reforma agrária e a união entre trabalhadores do campo e da cidade como formas de resistência ao modelo capitalista, que privilegia o lucro em detrimento da vida humana e do meio ambiente.

**Palavras-chave:** Exploração, Desigualdade, Resistência

**Abstract:** The article critically examines the historical and ongoing exploitation of the working class, emphasizing how capitalism perpetuates social inequality, land expropriation, and environmental destruction. It addresses the impact of colonization, agribusiness, and neoliberalism, highlighting the expulsion of rural workers, urban precarity, and slum expansion. The text advocates for agrarian reform and the unification of rural and urban workers as a form of resistance against a capitalist system that prioritizes profit over human life and nature. It underscores that true progress requires structural change, collective organization, and the defense of social rights and environmental sustainability.

**Keywords:** Exploitation, Inequality, Resistance

### Introdução

Desde suas origens, o sistema capitalista tem se sustentado na concentração de poder e riqueza nas mãos da classe burguesa, enquanto a maioria, composta pela classe trabalhadora, sobrevive aos efeitos dessa desigualdade. Essa lógica está alicerçada na propriedade privada dos meios de produção, ou seja, na ideia de que quem detém as ferramentas e os recursos para produzir também controla os lucros. Isso cria uma realidade em que, quanto maior a concentração de renda em poucas mãos, mais se intensificam, no outro, a pobreza, o desemprego e a desigualdade que atingem diretamente os trabalhadores.

Marx (2013, p. 721) expressa essa realidade de maneira contundente ao afirmar que “a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.”

Para compreendermos melhor como as chamadas expressões da questão social afetam a classe trabalhadora na atualidade, é importante voltar no tempo e observar o processo de colonização das Américas. Desde o chamado “descobrimento”, o que se viu foi a exploração desenfreada das riquezas naturais, o massacre dos povos indígenas e a imposição de uma cultura eurocêntrica sobre os nativos. A mão de obra dos

<sup>574</sup> Graduado, Mestre e Doutorando em Serviço Social pela UFJF. E-mail: robsonmarques14@yahoo.com.br

<sup>575</sup> Graduada em Direito na UFJF. E-mail: emanuelymarques311@gmail.com

<sup>576</sup> Pedagoga e Pós-graduada em História da África. Email: marildasimeao@hotmail.com

Realização:



Apoio:



ameríndios foi superexplorada, e suas culturas foram, muitas vezes, desconsiderados ou destruídos.

Com esses parágrafos iniciais, podemos pensar sobre o pensamento de Rosa Luxemburgo (1913), que já naquele período observava como o capitalismo exige o domínio constante de territórios e das populações para se manter vivo. Desta forma, a lógica de expansão capitalista não é apenas econômica, mas também territorial e social: onde houver um povo ou um recurso ainda não explorado, ali haverá dos detentores dos meios de produção enfatizando a sanha pelo poder e dinheiro.

Não temos a pretensão de esgotar um tema tão vasto e complexo quanto a expropriação da terra e a superexploração do trabalho no artigo. No entanto, buscamos provocar no leitor um olhar ainda mais crítico sobre a origem e a permanência dessas desigualdades sociais, que não são recentes. Ao contrário, acompanham a humanidade desde tempos muito antigos. Embora compreendamos que a desigualdade entre ricos e pobres exista há séculos, acreditamos que no sistema capitalista que ela atinge uma dimensão mais perversa e mundializada.

Ainda se faz presente a lógica de dominação e superexploração do trabalho, mas com outras formas de abordagens. A expropriação dos trabalhadores de suas terras, por exemplo, já não ocorre apenas por meio da força, mas por meios econômicos, políticos e jurídicos que, muitas vezes, são naturalizados. A verdade é que o objetivo permanece o mesmo, garantir mais lucro e mais controle para uma burguesia que domina grande parte do planeta, incluindo a América Latina e o Brasil.

Ao analisarmos o caso brasileiro, é possível compreender, com base na obra de Holanda (1936), como essa lógica se estruturou em nossa formação histórica. Segundo ele, o Brasil carrega uma herança patrimonialista, ou seja, um modelo de sociedade onde o público e o privado se misturam, e o poder se concentra nas mãos de grupos que, desde o início da colonização, tratam o Estado como extensão de seus próprios interesses.

## **Desenvolvimento**

Enormes abusos foram e ainda são cometidos contra aqueles que vendem sua força de trabalho como forma de garantir a própria sobrevivência. É nesse contexto que, nas páginas seguintes, propomos uma reflexão sobre como esse cenário atual marcado pela concentração de riquezas, desigualdades sociais e aprofundamento da precarização está intimamente ligado a processos históricos de expropriação e dominação. Entender esse processo nos ajuda a decifrar porque tanto trabalhadores, movidos pelo desespero e pela ausência de perspectivas, se veem forçados a abandonar suas origens em busca de melhores condições de dignidade nas grandes cidades.

Desde o período colonial, a América Latina e o Brasil em particular têm sido tratadas como extensões de terras destinados à exploração, de suas riquezas naturais e de mão de obra. A lógica sempre foi a de desprezar tanto a diversidade cultural dos povos originários quanto sua autonomia sobre os territórios. Como aponta Botelho (2013), a primeira viagem de Colombo revelou não apenas o encanto com a diversidade ambiental, mas também a ânsia de conquistar e ocupar os territórios visando ao enriquecimento da monarquia europeia.

A partir dessa lógica, os colonizadores passaram a explorar ao máximo os recursos naturais encontrados nas novas terras. O Brasil, por exemplo, viu suas matas serem devastadas, seu ouro extraído e sua população indígena dizimada ou escravizada. Hoje, ainda de maneira diferente, a lógica de exploração permanece, vendemos nossas commodities, nosso minério e nossa força de trabalho a valores baixos, e adquirimos produtos industrializados com valores expressivos.

Realização:



Apoio:



Esse processo de dominação foi marcado, também, pela violência simbólica e física contra os povos originários. A igreja católica teve um papel fundamental nesse processo, impondo sua religião e apagando tradições e saberes ancestrais. Como nos lembra Botelho (2013, p. 200), “a violência colonial atingiu todas as formas possíveis, antecipando e sintetizando os momentos mais sangrentos da modernidade nos séculos seguintes.” No Brasil, os colonizadores portugueses utilizaram métodos semelhantes aos dos espanhóis na América, impondo a cruz, a espada e um modelo de trabalho baseado na grande propriedade e na concentração de terras, como descreve Holanda (1936).

Essa herança colonial permanece viva nos dias de hoje. Indígenas e quilombolas continuam sendo vítimas de expropriações e violações de direitos. A expansão do agronegócio avança sobre terras demarcadas, em nome do lucro e do chamado progresso. Um exemplo claro desse retrocesso foi a proposta, durante o governo Bolsonaro, de desmontar a Funai e transferir suas atribuições ao Ministério da Agricultura. Essa mudança, além de desconsiderar os direitos dos povos indígenas, atende diretamente aos interesses do agronegócio, cujas pautas frequentemente são contrárias às necessidades e aos direitos da classe trabalhadora.

A diminuição na concessão de demarcações de terras e o destravamento de obras como ferrovias e rodovias em áreas próximas a comunidades indígenas estavam entre as principais demandas da Frente Parlamentar Agropecuária da Câmara, também conhecida como “bancada ruralista”, que representa os interesses de grandes produtores rurais. No entanto, a decisão tomada pelo então presidente foi ainda mais favorável a esses interesses do que os próprios parlamentares esperavam (Passarinho, 2019).

Esse processo de usurpação das riquezas naturais brasileiras, com destaque para as terras indígenas e os recursos estratégicos nelas contidos, foi amplamente noticiado pelos meios de comunicação. Uma matéria publicada no jornal Valor Econômico, em março de 2019, assinada pelo jornalista Marcos de Moura, evidenciava os riscos e impactos dessas medidas. A repercussão gerou forte reação de lideranças indígenas, movimentos sociais e setores da população preocupados com a preservação do meio ambiente e a proteção dos direitos dessa população.

Caso não houvesse mobilização popular e resistência das comunidades diretamente afetadas, o Brasil teria presenciado mais um ciclo de deslocamento forçado de populações indígenas e tradicionais para os centros urbanos. Esse tipo de migração, historicamente marcada por violências e perdas de identidade cultural, compromete não apenas a sobrevivência física e simbólica desses povos, mas fragiliza a soberania nacional, ao permitir a entrega de territórios estratégicos para empresas privadas — em sua maioria, de capital estrangeiro.

Abrir as terras indígenas para empresas privadas de mineração. Foi esse um dos principais anúncios que o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, fez na segunda-feira a investidores e mineradoras no Canadá. A ideia tem sido uma das bandeiras do presidente Jair Bolsonaro (PSL) e está prevista na Constituição de 1988, mas nunca nesses 31 anos, foi regulamentada pelo Congresso. Ontem, em Toronto, onde participou de um dos principais eventos globais da mineração, o Prospectors and Developers Association of Canada (PDAC), Albuquerque deu mais detalhes dos planos do governo durante entrevista ao Valor (Souza, 2019, p. A4).

Segundo reportagens divulgadas à época, cerca de 12% do território brasileiro correspondem a terras indígenas demarcadas. Para o governo anterior, conhecer e explorar as riquezas minerais presentes nessas áreas era visto como uma oportunidade promissora, que, segundo sua narrativa, poderia gerar grandes benefícios econômicos tanto para os povos indígenas quanto para o Brasil. Contudo, esse discurso carrega traços do mesmo modelo histórico de dominação utilizado pelos antigos colonizadores.

Realização:



Apoio:



A justificativa de desenvolvimento continua sendo uma estratégia amplamente usada para legitimar os avanços sobre os direitos da classe trabalhadora e das populações originárias. Na prática, no entanto, a experiência acumulada ao longo da história revela que esse tipo de intervenção, motivada pelos interesses da elite econômica, resulta frequentemente em perdas irreparáveis para o planeta e para seus habitantes.

Embora as mídias hegemônicas, alinhadas à agenda neoliberal do governo Bolsonaro, tenham silenciado sobre os episódios de violência contra os povos indígenas, as redes sociais e veículos independentes denunciaram com veemência a situação alarmante vivida por essas comunidades. Posteriormente, diversas reportagens vieram a comprovar as denúncias, revelando o abandono e as condições precárias de saúde enfrentadas por povos como os Yanomami. Crianças, jovens, adultos e idosos dessa etnia foram vítimas da fome e da contaminação por resíduos químicos oriundos da exploração mineral praticada por garimpeiros em seus territórios. A gravidade do cenário causou comoção entre os que defendem os direitos humanos e a democracia. No entanto, mesmo diante de tamanha tragédia, é impossível compará-la à brutalidade genocida registrada no período da colonização, quando, conforme relata Botelho (2013), os colonizadores espanhóis testavam o fio de suas espadas partindo indígenas ao meio, lançavam crianças a cães ferozes e queimavam os corpos dos nativos como forma de impor o medo e consolidar a dominação.

Em 2019, relatos de assassinatos de mulheres, crianças e homens indígenas por fazendeiros circularam com preocupação, sem que houvesse qualquer tipo de reação por parte das forças armadas, evidenciando o silêncio cúmplice do Estado diante do genocídio desses povos. Da mesma forma, assistimos à intensificação da devastação ambiental: florestas inteiras foram destruídas, o solo foi esgotado com o uso indiscriminado de tratores e agrotóxicos antes proibidos, comprometendo a saúde humana, a fauna e a flora. Tudo isso, mais uma vez, foi justificado em nome deles denominam de progresso, quando na verdade reflete a ganância desenfreada daqueles que concentram poder e riqueza, em detrimento da dignidade e dos direitos fundamentais das populações mais vulneráveis.

A Terra Indígena Araribóia é composta por etnias indígenas Ka'apor, Guajajaras e Awá-Guajás. As três tribos fazem parte de um grupo chamado "Guardiões da Floresta" que é formado com o intuito de proteger a natureza. [...] os conflitos já haviam sido denunciados às autoridades, e as ameaças aumentaram após a apreensão de veículos utilizados na extração ilegal de madeiras em terras indígenas no Maranhão e Paulo Paulino estava incluído no Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos (PPDDH) (VEJA..., 2019, n/p).

Como podemos observar, a burguesia não se acomoda diante da luta de classes; ao contrário, articula-se de forma contínua e estratégica contra os trabalhadores de todo o mundo, em especial aqueles que se encontram em condições mais vulneráveis de vida. Essa articulação se manifesta em diferentes esferas, inclusive por meio da propagação de ideologias que aparentam defender o bem comum, mas que, na verdade, camuflam projetos de dominação. Tais discursos, muitas vezes vazios de um verdadeiro compromisso coletivo, perpetuam a lógica da submissão daqueles que vendem sua força de trabalho. Como destaca Botelho (2013, p. 212), trata-se também de "um processo subjetivo de construção da consciência burguesa, que cria a representação de sua própria condição numa ordem social e natural, ao mesmo tempo que projeta sobre o Outro uma imagem inferiorizada nesta ordem".

Nesse contexto, a classe trabalhadora brasileira enfrenta desafios cada vez mais intensos e complexos. Os ataques direcionados aos trabalhadores do campo, aos povos indígenas, aos quilombolas e às populações periféricas se tornam cada vez mais frequentes. O avanço do agronegócio, aliado ao desmonte de políticas públicas voltadas para o campo, impulsionou nas últimas décadas um processo de esvaziamento e

Realização:



Apoio:



desmobilização das regiões rurais. Essa dinâmica, além de comprometer a soberania alimentar e o modo de vida tradicional, também forçou a migração de milhares de trabalhadores para os centros urbanos em busca de oportunidades que, na prática, raramente se concretizam.

Ao refletir sobre a industrialização no Brasil, observamos que ele contribuiu para solidificar no imaginário social a ideia de que o êxito econômico estaria vinculado à vida nas cidades. Tal ideia adensou o êxodo rural, muitas vezes acompanhado por conflitos pela posse da terra. Embora esse processo tenha se iniciado na década de 1950, foi a partir da década de 1970, com a intensificação das políticas neoliberais, que a migração do campo para a cidade assumiu proporções mais intensas levando a óbitos trabalhadores que defendiam seus territórios.

De acordo com Duarte e Mello (2001), atualmente cerca de 75% da população brasileira reside em áreas urbanas, percentual que chega a 95% na Inglaterra. Esse fenômeno revela uma tendência global de urbanização, mas também escancara a desigualdade na distribuição e acesso aos espaços urbanos. Davis (2006, p. 34) ressalta que aproximadamente “78,2% dos habitantes urbanos dos países menos desenvolvidos” vivem em favelas, evidenciando que um terço da população urbana mundial habita em condições precárias, desprovidas de infraestrutura e de direitos básicos.

Como reflexo deste processo, as cidades tradicionais com suas arquiteturas relativamente estruturadas sofrem uma expansão sem limites, resultando em cidades, bairros algo totalmente desestruturados, sem condições dignas de sobrevivência, insalubres, com total precarização da saúde, da educação e do transporte. Prevalece conforme Duarte e Mello (2001) uma grande especulação imobiliária, onde poucos trabalhadores têm condições de adquirirem suas casas, a maioria irá se estabelecer em favelas, bairros periféricos ou até mesmo nas ruas das cidades em busca de se manterem vivos.

com o reino da mercadoria a cidade, implode e explode mundialmente em fragmentos de urbanidade pelas periferias e subúrbios. Um pouco por todo o mundo surgem, para além da antiga cidade, uma morfologia sócio-espacial que expõe tais relações sociais contraditórias: bairros operários e de classe média, novos loteamentos segregados na forma de habitações minúsculas e precárias para o (sub-) proletariado (casas de aluguel, cortiços, auto-construções, favelas, barriadas, bidonvilles etc.), conjuntos habitacionais e pavilhões gigantescos e miseráveis nos confins do perímetro urbano, cidades satélites etc., bairros nobres privilegiados politicamente e restritos à classe média alta e burguesia etc (Duarte; Mello, 2001, n/p).

O modo de vida urbano-industrial, especialmente a partir da abolição da escravidão, foi frequentemente apresentado como símbolo de desenvolvimento e progresso. Segundo Duarte e Mello (2001), as cidades passaram a representar uma promessa de ascensão social e melhores condições de vida. No entanto, essa promessa se mostrou, para muitos, apenas uma triste ilusão. As cidades tornaram-se o destino de milhares de trabalhadores que, forçados a deixar seus locais de origem, seja por falta de oportunidades ou em consequência da expropriação de suas terras promovida por grandes conglomerados econômicos buscavam apenas a chance de reconstruir suas vidas com dignidade.

Ao se instalarem nas zonas urbanas, esses migrantes se depararam com uma realidade bastante diferente daquela que idealizavam. A precariedade das políticas públicas voltadas para os recém-chegados os lançou diretamente em situações de extrema vulnerabilidade. Sem acesso a serviços básicos como moradia, saúde, educação e emprego formal, muitos se viram empurrados para o trabalho informal, a coleta de recicláveis, o subemprego ou o chamado “empreendedorismo”. A ausência sistemática e seletiva de políticas públicas eficazes não apenas os empobreceu materialmente, mas também cobrou um alto preço emocional. As péssimas condições de vida, o desemprego persistente e a falta de perspectivas geraram sofrimento psíquico

Realização:



Apoio:





em muitos desses trabalhadores, que, sem apoio do Estado, enfrentam diariamente o adoecimento mental em silêncio. Assim, a urbanização, longe de representar progresso para todos, tornou-se mais uma etapa do processo de exclusão social vivido pela classe trabalhadora no Brasil.

A produção e o crescimento das desigualdades sociais são inegáveis no capitalismo, cuja lógica de acumulação de capital, estruturada na propriedade privada e na concentração da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora, é apropriada privadamente, ficando a maioria da população sem condições dignas de sobrevivência, sem condições de reprodução da própria força de trabalho. Por isso, o Estado é fundamental na composição do capitalismo, pois é a instância competente para a realização das políticas sociais, que são direcionadas à manutenção da população ativa em condições de trabalhar (Chaves; Arcoverde, 2021, n/p).

Uma parcela considerável destes trabalhadores não possui uma escolaridade avançada, segundo Duarte e Mello (2001, p.4) “a escolaridade média do trabalhador é de 3,5 anos. Apenas 4% da população entra e completa o curso universitário”. Desta pequena parcela que completa o ensino superior, poucos são aqueles com aproveitamento satisfatório a ponto de se inserirem no mercado de trabalho com condições de igualdade com a classe dominante. Deste modo não resta outra alternativa aos emigrantes a não ser se instalarem em locais com pouca ou nenhuma infraestrutura localizada nas regiões periféricas da cidade.

A favela é a última alternativa que sobra para cerca de 30% da população carioca e 6,2% da população paulistana. Obviamente isto tem relação com a queda histórica dos salários e rendimentos e com políticas estatais que sempre privilegiam o crédito bancário para a construção de moradias para a classe média. Se somarmos habitações precárias em cortiços (3,4 milhões de habitantes em São Paulo) e os loteamentos clandestinos (em construção), teremos cerca de metade (ou mais da metade) da população dessas cidades morando em condições gerais insalubres e insuficientes. (Duarte; Mello, 2001, n/p).

Ao falarmos sobre as favelas onde uma parcela considerável de trabalhadores moram é importante ressaltar que para os liberais do XIX, estes locais eram destinados as pessoas incorrigíveis da sociedade. Embora Davis (2006) enfatiza isto sobre a realidade fora do Brasil, infelizmente aqui a ideia central sobre o conceito dos trabalhadores que residem nas favelas tem características muito próximas, vejamos.

que todas se caracterizavam por um amálgama de habitações dilapidadas, excesso de população, doença, pobreza e vício. É claro que, para os liberais do século XIX, a dimensão moral era decisiva e a favela era vista, acima de tudo, como um lugar onde um ‘resíduo’ social incorrigível e feroz apodrecia em um esplendor imoral e quase sempre turbulento; na verdade, uma vasta literatura excitava a classe média vitoriana com histórias chocantes do lado negro da cidade. [...], ainda definia slum como ‘uma área de becos sujas, principalmente quando habitada por uma população miserável e criminosa’ (Davis, 2006, p. 33).

Atualmente, um dos entraves enfrentados pela classe trabalhadora nos grandes centros urbanos é a especulação imobiliária, que tem se intensificado de forma alarmante nas periferias das metrópoles brasileiras. Esse processo, longe de representar apenas uma disputa por espaço urbano, revela-se como um elemento profundamente perverso, especialmente para as populações de baixa renda que, cotidianamente, lutam pela permanência em territórios já precarizados. Em muitos casos, essas áreas se tornaram alvo de interesses econômicos ilegais, como apontam diversas reportagens que denunciam o crescente controle do tráfico de drogas e das milícias sobre o comércio local e, de forma ainda mais preocupante, sobre o mercado de imóveis.

Realização:



Apoio:



Nesse cenário, há um mercado clandestino altamente organizado atuando nas periferias brasileiras, no qual a população acaba refém do poder bélico e econômico dessas organizações. Não se trata apenas de disputas territoriais, mas de um domínio que afeta diretamente a vida cotidiana de quem mora nesses locais — desde o preço do aluguel até a possibilidade de acesso à moradia digna. De acordo com Geni (2020), a especulação imobiliária se tornou uma das principais fontes de receita das milícias nos grandes centros urbanos, fortalecendo ainda mais o poder dessas organizações sobre territórios periféricos.

Diante da precarização e do alto custo de vida, muitos trabalhadores são forçados a realizar verdadeiros cálculos de sobrevivência, refletir sobre tempo de deslocamento, custo de transporte, alimentação e, sobretudo, o valor do aluguel. Esses cálculos, que deveriam ser simples para garantir dignidade, se transforma em um dilema perverso. Para um número expressivo de trabalhadores, a única alternativa possível tem sido viver nas ruas. Como observa Davis (2006, p. 39), “para alguns, como muitos moradores de rua, a localização próxima do trabalho – digamos, em uma feira livre ou estação de trem – é ainda mais importante do que o teto”.

Esse quadro escancara de forma contundente as expressões da questão social no Brasil contemporâneo. A ausência de políticas públicas habitacionais eficazes, aliada ao avanço de grupos armados que se apropriam das periferias, consolida um ciclo de exclusão no qual a moradia, um direito básico, torna-se inacessível para grande parte da população trabalhadora.

mais recentemente, as atividades imobiliárias legais e ilegais têm sido apontadas por reportagens do jornalismo investigativo como uma das principais – senão a principal – fonte de renda das milícias. Silva, Fernandes e Braga (2008) já haviam assinalado que o crescimento das milícias estava intimamente relacionado ao processo de expansão da fronteira urbano-imobiliária [...] mais recentemente, pesquisas qualitativas, concluídas e em andamento, têm assinalado a participação de milicianos nos mercados de construção, venda e aluguel de imóveis e no cadastramento e administração condominial de Unidades do Programa Minha casa, Minha Vida (MCMV) (Geni, 2020, n/p).

## Conclusão

O sistema capitalista conta com o apoio das grandes mídias e de alguns pensadores da política neoliberal com o objetivo de espalhar suas crenças, travestida do discurso de liberdade, progresso e de uma vida mais digna. Essa narrativa traz consigo a proposta da atuação diversificada da mão de obra, flexibilização das relações de trabalho, ausências de direitos e a ampliação do empreendedorismo, se tornando uma armadilha bem-preparada para dominar o modo de pensar e agir da classe trabalhadora através do sonho de uma vida prospera, levando muitos a migrarem de suas terras.

Frequentemente há expulsão dos trabalhadores do campo pelos grandes conglomerados internacionais. Ao ocuparem os campos, implementam rapidamente formas de exploração do solo, das matas e seus mananciais, trazendo enormes catástrofes para o meio ambiente. Guerra (2020, p.201) enfatiza que “a destruição ambiental não é um efeito colateral do capitalismo, mas parte de sua lógica intrínseca. A natureza é tratada como recurso infinito a ser explorado, assim como os corpos dos trabalhadores.” Desta neste processo de expulsão os trabalhadores emigram para os grandes centros, atitude essa que contribui para a ampliação do exército industrial de reserva, onde a composição normalmente é de trabalhadores informais, prestadores de serviços, terceirizados, desempregados, uberizados e aqueles que desistiram de procurarem emprego.

Segundo Konchinski (2024), em reportagem em Brasil de Fato, o êxodo rural no Brasil foi de 34% entre 2000 e 2022, um índice significativamente maior que a média

Realização:



Apoio:



mundial, que está em 18,4% da população. Esse movimento migratório tem gerado grande preocupação entre estudiosos, já que a diminuição do número de trabalhadores no campo impacta diretamente na queda da produção agrícola. Como consequência, as políticas públicas, que já são limitadas, tornam-se ainda mais frágeis. Como o agronegócio não tem como foco principal a produção de alimentos para consumo humano, esse cenário gera um risco eminente de escassez alimentar para atender à demanda da população.

Há alguns anos, foi amplamente noticiado pela imprensa internacional que uma multidão de trabalhadores da América Central seguia a pé rumo aos Estados Unidos, movida pela esperança de um futuro melhor. Todos esses homens, mulheres e crianças eram vítimas diretas do efeito predatório da ganância sem limites do capital. No entanto, mesmo nos Estados Unidos, considerado por muitos um símbolo de prosperidade, a classe trabalhadora que depende da venda da sua força de trabalho também enfrenta enormes dificuldades. Muitos sobrevivem em condições precárias, morando em parques ou nas ruas dos grandes centros urbanos. Como relata Davis (2006, p. 46), “Los Angeles é a capital dos sem-teto no Primeiro Mundo, estimados em 100 mil, incluindo-se o número crescente de famílias acampadas nas ruas do centro da cidade ou que vivem furtivamente em parques e nos gramados das autoestradas.” Ainda impera na mente dos desprovidos que as grandes cidades oferecem melhores condições de vida. Veja o que nos fala Duarte e Mello (2001).

Cidades como São Paulo até os anos 90, mesmo diminuindo seu crescimento relativo, ainda recebiam cerca de 250/300 mil novos migrantes e/ou moradores anualmente. E como o ritmo expansivo do capital não tem conseguido mais integrar mão-de-obra (são 2,7 milhões de desempregados em média na metrópole para uma população de 17 milhões), tais pessoas estarão todas obrigadas a ir à caça ao dinheiro por conta própria, em plena “selva de pedra”. De fato, é preciso “tirar leite de pedra”, como diz o ditado popular, para conseguir alimentar os filhos. Ruim em São Paulo, pior fora dela. Por isso, se mantém os fluxos para as grandes cidades nestes últimos 20 anos. Quantidade não desprezível de pessoas já tenta, também, por isso, a imigração para outros países (Japão, EUA, Europa) (Duarte; Mello, 2001, n/p).

A resultante do projeto neoliberal sobre a classe trabalhadora tem sido devastadora. As expressões da questão social, como o desemprego, a informalidade e o crescimento acelerado da miséria, vêm sendo naturalizadas por parcelas da população que ainda conseguem sobreviver nesse cenário de crise constante. É fundamental compreender que o processo de expropriação da classe trabalhadora de suas terras não é um fenômeno isolado, mas sim parte estrutural do próprio modo de produção capitalista.

Desta forma, torna-se urgente repensar o modelo de distribuição de terras no Brasil. Defendemos a necessidade de uma reforma agrária ampla, que promova a redistribuição de grandes e médias propriedades rurais improdutivas. Essa redistribuição, no entanto, precisa vir acompanhada de políticas estruturantes que garantam às famílias assentadas condições reais de produção. É necessário assegurar acesso a crédito público, infraestrutura e assistência técnica, permitindo que essas famílias produzam alimentos de qualidade, tanto para o próprio sustento quanto para a comercialização local e regional. Não se pode admitir que uma pequena elite concentre vastas extensões de terra, enquanto milhões de trabalhadores são forçados a abandonar suas origens, pressionados pelo avanço do agronegócio e pela falta de apoio governamental.

Apesar de o cenário retratado até aqui parecer fatalista, ele representa, infelizmente, a realidade vivida por milhões de pessoas no Brasil e em diversos países do mundo. No entanto, é importante destacar que ainda há resistência. Vozes contrárias ao avanço do capital se manifestam diariamente, tanto nas ruas quanto nas redes sociais. Sabemos que essa luta será árdua, sobretudo porque os ataques também se

Realização:



Apoio:



voltam contra as instituições que historicamente organizam e fortalecem a classe trabalhadora, como os sindicatos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outras organizações populares.

Nesse contexto, o avanço da favelização, como discutido anteriormente, segue um ritmo alarmante. Com ela, a miséria e o desespero tornam-se presença constante na vida dos que foram empurrados para as margens das cidades. É por isso que a organização coletiva dos trabalhadores ressurgiu como uma ferramenta indispensável de enfrentamento a essas políticas neoliberais que, em nome do progresso, aprofundam a desigualdade e negam o direito à dignidade. O trabalhador rural, ao perder seu meio de vida e não vislumbrar alternativas no campo, entrega suas terras e parte para as cidades. No entanto, ao chegar aos centros urbanos, enfrenta outra dura realidade: a ausência de políticas públicas e de condições básicas de sobrevivência. Assim, acaba se aglomerando nas periferias, perpetuando um ciclo de exclusão que parece não ter fim a menos que seja quebrado pela mobilização popular e por políticas comprometidas com a justiça social.

## Referências

BOTELHO, Maurílio Lima. Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina. Rio de Janeiro. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 195-230, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/12274>>. Acesso em: 05 mar. 2025.

CHAVES. Helena Lúcia Augusto; ARCOVERDE. Ana Cristina Brito. Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 141, p. 164–182, maio/ago., 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/jk8Jvp8DJFPsS6FHGcBXsnt#:~:text=A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20e%20o%20crescimento,popula%C3%A7%C3%A3o%20sem%20condi%C3%A7%C3%B5es%20dignas%20de/>>. Acesso em: 18 maio 2025.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DUARTE, Claudio Roberto; MELLO, Caio B. Crise da cidade e fetiche do trabalho. **Krisis.org.**, 31 dez. 2001. Disponível em: <<http://www.krisis.org/2001/crise-da-cidade-e-fetiche-do-trabalho>>. Acesso em: 20 maio 2025.

GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS – GENI; Observatório das Metrópoles (org.) **A expansão das milícias no Rio de Janeiro**: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados (Relatório Final de Pesquisa). Rio de Janeiro, out., 2020. Disponível em: <[https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-Parcial\\_A-expansao-das-milicias-no-Rio-de-Janeiro\\_FINAL.pdf](https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-Parcial_A-expansao-das-milicias-no-Rio-de-Janeiro_FINAL.pdf)>. Acesso em: 23 maio 2025.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1936

KONCHINSKI, Vinicius. Êxodo rural no Brasil é quase o dobro da média mundial e desafia sustentabilidade do campo e cidade. **Brasil de Fato**, 18 fev. 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/18/exodo-rural-no-brasil-e-quase-o-dobro-da-media-mundial-e-desafia-sustentabilidade-do-campo-e-cidade/>>. Acesso em: 21 maio 2025.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1913

Realização:



Apoio:



MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

PASSARINHO, Nathalia. Plano de Bolsonaro para demarcações indígenas pode parar na Justiça. **BBC News Brasil**, 03 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46749222>>. Acesso em: 05 mar. 2025

SOUZA, M. M. Governo quer liberar urânio e terra indígena à mineração, **Valor Econômico**, São Paulo, p. A4, 2 a 6 mar. 2019.

VEJA quem são os indígenas mortos em 2019. **G1**, 10 dez. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/12/10/veja-quem-sao-os-indigenas-mortos-em-2019.ghtml>>. Acesso em: 23 maio 2025, de <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/12/10/veja-quem-sao-os-indigenas-mortos-em-2019.ghtml/>>

Realização:



Apoio:





## SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL: um debate necessário para a formação profissional

Larissa Costa Murad<sup>577</sup>

Maurício Caetano Matias Soares<sup>578</sup>

**Resumo:** A universidade vive o desafio de comungar a realidade social ao processo de construção de conhecimento e sua transmutação em formação e em prática profissional e social. Com destaque aquele referente ao meio ambiente na construção de uma nova cultura socioambiental em prol da justiça social. Assim, apresentamos a relação entre pesquisa, extensão e ensino como fundamental para apreensão e enfrentamento do real, além de problematizar a categoria Questão Socioambiental em termos de produção e reprodução de desigualdades, que se traduzem em novas requisições para profissionais do Serviço Social. Consideramos a formação necessária para potencializar as ações nos territórios.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Formação Profissional; questões socioambientais.

**Abstract:** The university faces the challenge of integrating social reality into the process of constructing knowledge and transforming it into training and professional and social practice. Emphasis is placed on environmental issues in the construction of a new socio-environmental culture for social justice. Thus, we present the relationship between research, outreach, and teaching as fundamental to understanding and addressing reality, in addition to problematizing the category of Socio-Environmental Issues in terms of the production and reproduction of inequalities, which translate into new demands for Social Service professionals. We consider training necessary to enhance actions in the territories.

**Keywords:** Social Work; Professional Training; socio-environmental issues.

### Introdução

Nas últimas décadas o debate acadêmico sobre meio ambiente tem se desdobrado no Serviço Social enquanto forma de problematizar a prática profissional, principalmente em relação aos/as assistentes sociais que lidam diretamente com pessoas atingidas por desastres decorrentes da crise climática e socioambiental. O que é extremamente pertinente em tempos de colapso do capital, quando consideramos o papel que o assistente social tem sido chamado a desempenhar enquanto profissional “da ponta” na gestão mediada da barbárie (Menegat, 2017). Ou seja, o esforço em colocar o tema em foco<sup>579</sup> tem sido fundamental no sentido de reafirmar as diretrizes que orientam a formação profissional em Serviço Social e o arcabouço ético-político acumulado pela profissão de meados da década de 1980 em diante, que supõe a necessidade de formação de um profissional capaz de reconhecer as contradições sociais e ir além das demandas institucionais.

<sup>577</sup> Professora Adjunta e vice coordenadora do curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora em Serviço Social. E-mail: limurad@ufrrj.br

<sup>578</sup> Professor Adjunto do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Coordenador do NUPEMASS/UFRRJ). Doutor em Serviço Social. E-mail: mcaetanosoares@ufrrj.br

<sup>579</sup> O CFESS elege o tema “Serviço Social na luta por Justiça Ambiental para a diversidade de povos e biomas” para as comemorações do 15 de maio – dia do Assistente Social (CFESS, 2025).

Realização:



Apoio:



Porém, ao revisarmos a literatura sobre o tema, notamos que tanto a produção intelectual da categoria na área quanto no que tange à organização das disciplinas na formação profissional, a temática aparece ainda de forma incipiente. Ao compreendermos o Serviço Social como profissão prático-interventiva, atuante na gestão mediada dos efeitos e da crise estrutural, podemos indagar: em que medida, e de que maneira a temática Meio Ambiente está presente nos processos de formação profissional? A temática em tela é de extrema relevância quando consideramos o compromisso ético assumido pela profissão com a luta pela justiça social. Afinal, não há justiça social possível de se vislumbrar sem enfrentamento direto da Questão Socioambiental.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivos indicar a relação entre pesquisa, extensão e ensino como fundamental no processo de apreensão e enfrentamento do real; apresentar a experiência de pesquisa que vem sendo realizada no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Serviço Social, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – NUPEMASS/UFRRJ; além de problematizar o lugar conferido ao tema Meio Ambiente quando olhado em relação à prática profissional de Serviço Social, a partir da categoria Questão Socioambiental e seus desdobramentos em termos de produção e reprodução de desigualdades.

Apontamos a pesquisa social como um caminho necessário, uma estrada a ser percorrida em relação direta ao ensino da profissão, em um tempo histórico de crise estrutural acachapante do capital, no qual a Questão Socioambiental se tornou algo com o que todos nós lidamos cotidianamente – em medidas diferentes, e desiguais por suposto. E apontamos a relação necessária dessa com a extensão, entendendo a urgência da construção de práticas formativas e de produção acadêmica além muros. A Universidade é atravessada pelas práticas desenvolvidas nos territórios que a abrigam, e além de poder potencializá-las, suas práticas de ensino são também instituídas por essas.

Adotamos o termo Questão Socioambiental por entendermos a abrangência do mesmo e sua relevância em denotar a relação intrínseca entre questão ambiental e produção de desigualdades sociais. Tendo em vista o caráter predatório do capitalismo em relação à natureza, entendemos a Questão Socioambiental como desdobramento lógico do processo de mundialização do capital e de seu atual colapso, que, não obstante se constitui na contemporaneidade como uma espécie de esfinge que ameaça a própria existência humana. Em outras palavras, a Questão Socioambiental ultrapassa a intervenção antrópica no meio ambiente, que causa a degradação do espaço natural. Ela expressa mudanças no sentido das relações sociais, que tanto resultam como dela se desdobram, reverberando em múltiplas manifestações fenomênicas da desigualdade social que aparecem na prática profissional dos/as assistentes sociais nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais. Dada a complexidade do real em contexto de crise estrutural do capital, o enigma proposto só pode ser desvendado no âmbito acadêmico a partir da pesquisa social, entendida em relação direta com a experiência extensionista como pressuposto do ensino e da formação de profissionais comprometidos com alguma espécie de futuro sustentável.

Afinal, em tempos de crise de sociabilidade e verdadeira sindemia (Bocayuva, 2025), as populações periféricas e os povos originários<sup>580</sup> têm buscado saídas, soluções comunitárias para lidar com a crise socioambiental e seus efeitos devastadores, às quais precisamos nos somar se quisermos avançar no campo da luta pela justiça

---

<sup>580</sup> Ailton Krenak em *A cultura do Bem Viver* apresenta uma síntese de um pensar cada vez mais urgente: o futuro será construído a partir de práticas em sintonia com a natureza, ou não virá. A natureza nos constitui, e o capitalismo nos aparta da mesma (Maia, 2020).

Realização:



Apoio:



socioambiental. Entendemos que a Universidade<sup>581</sup>, enquanto espaço de formação de profissionais diversos, que intervém diretamente no cotidiano, necessita estar atenta ao que se constrói nos territórios como práticas capazes de apontar para a produção de formas de vida não-predatórias, desenhando assim horizontes possíveis.

Enquanto não somos devorados de vez, ainda temos possibilidade de pensar e construir soluções e práticas profissionais e de formação atentas ao impacto da degradação socioambiental sistemática, no que concerne à produção e ao agravamento de desigualdades históricas e suas consequências em termos de adoecimento físico e mental da população em tempos de crise socioambiental terminal do capital (Altvater, 2010); e conectadas com a necessidade de estabelecermos coletiva e socialmente novas práticas, afinadas com os Movimentos Sociais progressistas, que tenham por horizonte a construção de outra forma de organização social não-predatória.

Cabe destacar que o artigo ora apresentado é resultado da Pesquisa desenvolvida no NUPEMASS no decorrer de 2025.1. Portanto, a metodologia adotada abrange o evoluir do processo de pesquisa realizado pelas linhas interseccionais que compõem o Núcleo. Nesse sentido, optamos por pesquisa qualitativa desenvolvida em múltiplas etapas. Realizamos grupos de estudos semanais, reuniões e encontros durante os quais afinamos conceitos, objetivos, e a linha teórica adotada. Desenvolvemos ainda aulas sobre o sentido da Pesquisa na Universidade, considerando o período em que esta se abre às massas (Eco, 1997) e as particularidades do desenvolvimento das Universidades no Brasil. Posteriormente, iniciamos levantamentos: bibliométrico; de notícias e reportagens acerca da temática para posterior construção de hemeroteca digital; e de práticas extensionistas desenvolvidas no âmbito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro<sup>582</sup> – considerando que a UFRRJ atende com suas práticas de extensão principalmente o público da Baixada Fluminense e Zona Oeste do Rio de Janeiro, ou seja, neste caso a extensão é um meio primordial de relação universidade/comunidades periféricas. Realizamos também busca de artigos nas principais plataformas de pesquisa, como *Scielo* e *Google Scholar* relacionando as palavras-chave meio ambiente e serviço social, além de pesquisarmos os principais canais de comunicação digital da categoria para o artigo em tela.

### **Universidade em disputa em contexto de crise socioambiental**

O cenário contemporâneo em que a universidade imerge colide com os propósitos de emancipação e busca por justiça social. O modelo de formação para o mercado, a valorização do ensino privado, o avanço do Ensino a Distância (EaD), a priorização da extensão acadêmica em detrimento da pesquisa, o estabelecimento de uma universidade autossustentável e a tendência de mercantilização do Ensino Superior são recomendações das agências internacionais prescritas no Protocolo de Bolonha (1999). Mas que já tinham referências notórias na educação brasileira, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDB), de 1996, e que ganharam forças no século XXI. Salienta-se que o ingresso do Brasil no Fórum Político de Bolonha, em 2009, “parece ter contribuído para acelerar e aprofundar a incorporação dessas recomendações nos processos de contrarreforma do Ensino Superior no Brasil” (Boschetti, 2015, p. 645), destacando-se as seguintes recomendações:

---

<sup>581</sup> Por ser uma Universidade localizada na periferia da periferia do capital, na Baixada Fluminense notamos que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro possui compromisso ético em relação ao local que a abriga.

<sup>582</sup> A pesquisa em seu primeiro semestre de funcionamento originou dois Resumos, ambos apresentados por discentes pesquisadoras na IX Semana Acadêmica de Serviço Social, que ocorreu na UFRRJ de 26 a 29 de maio de 2025: “Universidade e práticas ambientais: extensão na Rural”; e “Racismo Ambiental e o papel do Serviço Social na promoção da Justiça Socioambiental”.

Realização:



Apoio:



reduzir o gasto público por aluno, o que obriga as universidades a reverem a sua estrutura de custo e a diversificarem as fontes de financiamento, cobrando mensalidades dos alunos que podem pagar (crédito estudantil ou bolsas para alunos mais pobres); incentivar uma maior diferenciação das instituições incluindo o desenvolvimento das instituições privadas. (...). Essas instituições não incidem gastos com pesquisas e extensão, produzem uma formação modelar e atrativa ao mercado privado, instituem uma educação para o mercado de trabalho e em resposta aos interesses do capital, colocando a educação como mercadoria (Banco Mundial, 1995).

Tais recomendações geram desafios para a formação profissional descaracterizando a importância da consciência política, além de implicar em uma dualidade para a extensão universitária. De um lado, a extensão é um campo de troca de conhecimento mútuo, onde “o diálogo é uma exigência existencial” (Freire, 1987, p. 44), que possibilita a proximidade entre a comunidade acadêmica e a sociedade, evidenciando que os problemas sociais são reais e devem ser objeto de pesquisa e de intervenção da universidade. Parte indispensável do pensar e fazer universitários, nas atividades extensionistas a universidade reafirma o seu compromisso social “como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, se vinculando às demandas da sociedade e propiciando o usufruto de seu conhecimento (FORPROEX, 2012).

Do outro, o cenário político e econômico coloca a extensão universitária como estratégia aplicada a efetivação das artimanhas neoliberais e propaga ações pontuais, imediatistas, focalizadas e de cunho assistencialista. Nessa vertente, as extensões universitárias são estimuladas a condição de prestadora de serviços à comunidade, objetivando tapar as brechas produzidas pelo recuo do Estado na implantação efetiva de ações públicas de enfrentamento da questão social (Jezine, 2004). Fato que impõe as universidades a necessidade de buscar parcerias com instituições privadas e de iniciativas da sociedade civil com fins de financiamento de seus projetos extensionistas, corroborando com a mercantilização dessas atividades. O reverberar disso está na centralização das relações comerciais em detrimento da formação acadêmica. Notadamente, há o abandono do objetivo de transformação social qualitativa promovido pela educação em vista da solidificação da estrutura do sistema do capital (Mészáros, 2008).

De igual modo, observamos o mesmo processo em relação ao meio ambiente. Bookchin (2019) revela que o modelo de produção capitalista explora a natureza de diversas formas com fins aliados a ascensão do capital. O mercado, cada vez mais predatório, transforma o percurso dos indivíduos para um único objetivo, a adaptação irrestrita às exigências do capital, conduzindo-os ao modelo de desenvolvimento que despreza os limites naturais do planeta, acentuando as desigualdades socioambientais.

Dado o nefasto cenário de crise que atinge também a universidade, atualmente em disputa, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) se depara com o desafio de não omissão frente a essa realidade. A “Rural”, como é carinhosamente conhecida em Seropédica, desempenha um importantíssimo papel para o desenvolvimento social, político e econômico da região. Em sua parceria com instituições públicas e privadas implementa e executa múltiplos projetos promovendo e viabilizando ações de ensino, pesquisa, e extensão universitária, cujos desdobramentos ampliam a capacidade tecnológica, traz inovação, gera empregos, e mantém um circuito histórico e cultural formado por um conjunto arquitetônico e paisagístico, patrimônio do município. Nesse *Campus*, a Universidade oferta mais de 40 cursos de graduação e pós-graduação, com destaque para o de Serviço Social. Sendo necessário pensar sua atuação de forma científica e extensionista, propagando ações de educação e práticas ambientais com fins de difundir uma nova cultura socioambiental que considere a realidade social em suas particularidades, valorizando as potencialidades e respeitando

Realização:



Apoio:



as limitações do ecossistema e dos territórios.

## **O serviço social na UFRRJ frente as questões socioambientais**

O capitalismo contemporâneo pode ser caracterizado como época de vivência de uma verdadeira pandemia (Bocayuva, 2025). Nesse cenário, a crise ambiental se destaca justamente por expressar ameaça concreta e, diga-se de passagem, inegável, à continuidade da existência humana, e por ser fator de reprodução de desigualdades sociais. A vida como experimentada no auge do desenvolvimento da modernidade já não existe mais. As alterações climáticas, por exemplo, modificam não apenas as instituídas estações do ano, mas também tornam urgente a readaptação das megalópoles para lidar com extremos.

O aquecimento global progressivo, as chuvas torrenciais, geadas fora de época e de lugar, calor extremo, seca, são algumas das consequências diretas de séculos de uso predatório da natureza. Seus efeitos são sentidos das mais diversas maneiras ao redor do globo, a ponto de termos nos últimos anos o aumento exponencial de migrantes do clima<sup>583</sup>, acompanhado da piora generalizada das condições de saúde – física e mental<sup>584</sup> – da população mundial, e do agravamento da condição de insegurança alimentar.

A crise climática é uma parcela expressiva da crise ambiental, sendo ela de maior amplitude por envolver a destruição dos biomas, da biodiversidade, em uma combinação letal que representa de maneira palpável a possibilidade de extinção da vida humana em breve; e da ampliação de ambientes inabitáveis, insalubres já no presente. Nesse sentido, os efeitos da crise ambiental representam uma espécie de retorno do recalcado, em um cenário no qual séculos de exploração da natureza cobram seu preço.

Ao fazer referência ao fim do capitalismo como o conhecemos, Altvater (em entrevista concedida a Seabra; Brito; Coelho, 2010) chama a atenção para o entendimento de que a principal contradição do capitalismo é a relação homem x natureza, que na modernidade é informada pela relação capital x trabalho, produzindo desigualdades e destruição em larga escala. Para o autor, a própria desigualdade leva ao recrudescimento da crise ambiental – e vice-versa.

Considerando esses elementos brevemente expostos, indicamos que a crise ambiental é uma consequência lógica dessa forma social predatória, sendo a Questão Socioambiental categoria que permite a apreensão dessa relação. No início do século XXI se agrava a condição já anunciada ao final do século XX, quando a devastação ecológica suposta na contradição homem x natureza e o esgotamento do capitalismo baseado na matriz energética fóssil (Altvater, 2010) encontra o limite lógico da própria reprodução do valor (Menegat, 2011). A terceira revolução técnico-científica (1970), seguida pelo *boom* da microeletrônica e pela robótica resulta em uma crise estrutural que tem por consequência direta a supressão de diversos postos de trabalho, e a impossibilidade lógica da valorização do valor por meio da produção de mercadorias – realizada atualmente em um marco sem precedente de incorporação em larga escala de tecnologia e ciência.

Aqui a crise ambiental – entendida como suposta nessa forma social – se integra com a crise estrutural do capital, provocada pelo acirramento da contradição interna ao sistema. É nesse cenário que a produção das desigualdades sociais se acirra,

<sup>583</sup> Há elementos para se tratar de êxodo climático devido aos efeitos extremos das mudanças climáticas relacionadas ao aquecimento global produzido no âmbito da sociedade moderna. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2024/04/o-que-sao-refugiados-climaticos>>. Acesso em: 19 jul. 2025.

<sup>584</sup> Sobre a relação mudanças climáticas e saúde mental ver em disponível em: <<https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/ecoansiedade-como-mudancas-climaticas-podem-afetar-a-saude-mental/>>. Acesso em: 19 jul. 2025.

Realização:



Apoio:





resultando na piora generalizada das condições de vida da maior parte da população mundial.

Essa realidade se manifesta notoriamente no município de Seropédica<sup>585</sup>. A prática de extração de areias dos rios, se configura em uma fonte importante para a economia local e se intensifica frente ao cenário de expansão urbana e de implementação de programas governamentais como “Minha casa minha vida” e o “Programa de Aceleração de Crescimento” (PAC e PAC 2). Atraindo investidores formais (cadastrados) e ilegais, produzindo ocupação irregulares e irreversíveis impactos socioambientais (Pinheiro; Mendes; Oliveira, 2019).

O município de Seropédica possui uma exuberante potencialidade produtiva de agregados da construção civil, despertando o mercado de areais clandestinos na região, que foram alvo, em 2023, da operação Areia Legal protagonizada pela Polícia Civil do RJ e a Superintendência de Combate aos Crimes Ambientais da Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade, que identificou a sua ligação com a milícia carioca<sup>586</sup>.

Tal fato expressa questões socioambientais que, para além da intervenção antrópica no meio ambiente e consequente degradação do espaço natural, expressa mudanças no contexto das relações sociais, desdobrando-se em situações de violência, trabalho análogo a escravidão, ampliação de moradias irregulares, desorganização da estrutura urbana, dominação do “poder paralelo”, aumento dos índices de doenças e de pobreza e alterações nas formas de sociabilidade. Nota-se, portanto, os efeitos deletérios da exploração capitalista sob a dinâmica social e da natureza, impactando de forma vernacular sobre a vida, relação que o Serviço Social não pode ignorar.

No Brasil o Serviço Social se consolida no campo da produção de conhecimento a partir da década de 1980, com o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação. Concomitante ao processo de redemocratização, a categoria profissional se redefine, assumindo viés progressista, adotando (hegemonicamente) a teoria crítica como base de análise do real. Nesse movimento o ensino e a formação em Serviço Social também são redesenhados, e atualmente orientados pelas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996). Nas Diretrizes, além do tripé ensino, pesquisa e extensão ser pressuposto, o projeto de formação de assistentes sociais é organizado por Núcleos de Fundamentação: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Os Núcleos orientam a organização das disciplinas no processo de formação profissional, e indicam a necessidade de compreensão da prática profissional inserida em determinada realidade histórica, em contextos particulares. Ou seja, pretende-se a formação de um profissional comprometido, atento e crítico à realidade na qual está inserido, orientado pelos princípios fundamentais estabelecidos no Código de Ética Profissional de 1993<sup>587</sup> (Brasil, 2012), dentre os quais a defesa intransigente dos direitos humanos, da equidade e da justiça social.

<sup>585</sup> Seropédica é um município da região da Baixada Fluminense, na área do Grande Rio. Ele possui base territorial de 265,189 km<sup>2</sup>, com uma população estimada em 84.737 habitantes (IBGE, 2024), expressando significativo aumento demográfico em comparação ao Censo de 2022. Esse aumento populacional se deve a migração dos grandes centros urbanos para municípios de pequeno porte e rurais. Não obstante, a busca por segurança e as oportunidades viabilizadas pela especulação imobiliária entram no rol de justificativas desses processos migratórios.

<sup>586</sup> Cf. G1. Operação mira extração de areia pelas maiores milícias do RJ. Rio de Janeiro, 24 de abril de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/04/26/operacao-mira-extracao-de-areia-pelas-maiores-milicias-do-rj.ghtml>>. Acesso em: 15 jul. 2025; VEJA. “Milícia do RJ busca domínio de cadeia do crime e investe em areais”. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/milicia-do-rj-busca-dominio-de-cadeia-do-crime-e-investe-em-areais/>>. Acesso em 15 jul. 2025.

<sup>587</sup> O Código de Ética de 1993, as Diretrizes Curriculares de 1996, dentre outros documentos informam o que a categoria construiu como Projeto ético-político profissional, direção para a profissão vinculada a construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, a qual pressupõe uma formação sintonizada com a teoria crítica.

Realização:



Apoio:



Portanto, ao olhar para a realidade atual brevemente indicada acima, cabe indagar: é possível formar profissionais comprometidos com a justiça social sem problematizar o lugar do meio ambiente nas relações capitalistas? As consequências de séculos de organização de uma forma social predatória em relação à natureza aparecem atualmente aos profissionais que atuam diretamente com as políticas sociais como fator elementar na produção e reprodução de desigualdades sociais. Não por acaso a categoria em seu conjunto profissional vem fazendo um movimento de conferir centralidade à discussão sobre meio ambiente nos últimos anos (CFESS, 2025), em consonância com os diversos movimentos sociais que tem pautado, inclusive, o racismo ambiental como elemento estruturante de desigualdades na realidade brasileira.

Porém, como isso se traduz em ensino, pesquisa e extensão? No ensejo dessa problemática propomos a criação do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Meio Ambiente, Assistência Social, Saúde e Serviço Social, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – NUPEMASS/UFRRJ. O Núcleo, com diferentes linhas de pesquisa, recupera a relação intrínseca entre Questão Socioambiental e políticas sociais, entendendo a relevância de formar pesquisadores e futuros assistentes sociais capazes de identificar a amplitude e diversidade de significados conferidos à noção de meio ambiente, sua relação com as políticas públicas em geral, além de indicar a urgência de repensarmos o currículo do curso quando se trata de viabilizar a compreensão acerca da Questão Socioambiental – aqui tratada como constitutiva da nossa época e marcada pelas particularidades que a crise estrutural assume na periferia do capitalismo.

Na UFRRJ, o curso de Serviço Social é relativamente recente, completa 10 anos em agosto de 2025, e encontra-se sob processo de revisão do Projeto Político Pedagógico do Curso. No NUPEMASS, ao analisarmos as disciplinas que compõem a grade curricular, notamos que o debate sobre meio ambiente tangencia algumas disciplinas, porém não aparece consolidado em nenhuma, com exceção de optativas ofertadas em alguns semestres.

Para além do ensino em Serviço Social, cabe ressaltar que no âmbito da extensão a UFRRJ possui diversas iniciativas, desde as que relacionam meio ambiente e sustentabilidade, meio ambiente e educação no campo, até as ligadas aos cursos historicamente consolidados na Universidade, como agronomia, engenharia florestal, veterinária, dentre outros. Porém, qual é a concepção de meio ambiente que embasa o desenvolvimento dos projetos de extensão em andamento?

O NUPEMASS tem realizado esses levantamentos trabalhando a partir da percepção de que não há ensino capaz de formar profissionais críticos e comprometidos sem a articulação com pesquisa e extensão. O Núcleo é atualmente composto por 03 professores, 11 discentes do curso de Serviço Social da UFRRJ, e 02 profissionais de apoio de programas de pós-graduação e outras instituições de ensino superior. E se organiza a partir de três linhas de Pesquisa inter-relacionadas: Meio Ambiente e Questão Social; Saúde e Formação Profissional; e Meio Ambiente e Educação.

No decorrer de 2025.1 realizou encontros semanais, grupos de estudos, e reuniões para discutir conceitos, analisar os principais movimentos atuantes na área e construir metodologia de ação. Além dos referidos levantamentos, fundamentais para organizarmos os múltiplos sentidos conferidos ao termo Meio Ambiente e entendermos como a Questão Socioambiental aparece em relação à prática profissional das assistentes sociais.

Analisando os artigos publicados recentemente na área sobre a temática, identificamos três chaves analíticas principais nas diversas abordagens: o meio ambiente como direito humano fundamental; a questão ambiental como expressão da questão social; e os desastres climáticos em relação com a prática profissional das assistentes sociais.

Dentre os artigos que aqui destacamos (Marques; Schmitt, 2021; Santos; Ferreira; Avelino, 2019; e Sauer; Ribeiro, 2012), representativos quanto ao uso das

Realização:



Apoio:



chaves analíticas indicadas acima, aparecem também as noções de desenvolvimento sustentável, e até mesmo Serviço Social ambiental (Marques; Schmitt, 2021). E, apesar de todos mencionarem a Questão Socioambiental, notamos que é necessário, quando se trata do processo de ensino e formação em Serviço Social, o aprofundamento quanto à compreensão sobre esta categoria como estruturante na produção e reprodução de desigualdades sociais. Há consenso acerca da urgência do tema, do mesmo ser discussão incipiente no âmbito da profissão, e dos desafios colocados à prática profissional.

A importância da educação ambiental é também elemento de destaque nas análises (Santos; Ferreira; Avelino, 2019), geralmente relacionada à noção de conscientização ambiental. Por fim, aparecem os espaços socioambientais como campo de intervenção do Serviço Social (Marques; Schmitt, 2021), e a inserção dos profissionais, como trabalhadores assalariados, na área de construção de empreendimentos causadores de impactos ambientais (Sauer; Ribeiro, 2012).

### **Considerações finais**

No decorrer do artigo em tela partimos do pressuposto de que a crise estrutural do capital é conformada de maneira elementar pela Questão Socioambiental. Seus desdobramentos diversos impactam os sujeitos de maneira desigual, de acordo com marcadores sociais como raça-etnia, gênero, classe social e território.

No Brasil, dadas as particularidades próprias a um país de capitalismo periférico, fundado na colonização dos povos originários, onde o racismo estrutura as relações (Menezes, 2010), a Questão Socioambiental é elemento de produção e agravamento das desigualdades sociais, sendo, portanto, fundamental atentarmos para suas consequências em termos de vivência dos territórios.

Sendo o Serviço Social profissão interventiva, tais desigualdades aparecem de maneira imediata no cotidiano da prática profissional, em diversos espaços sócio-ocupacionais, onde lida-se não somente com a execução de políticas públicas e sociais, mas também com planejamento e gestão delas. Porém, aparecem de maneira fragmentada, enquanto vulnerabilidade, carência e pauperização. Para ir além de uma atuação imediata, urge compreender os enigmas em curso no cotidiano da vida.

Logo, é fundamental aprofundarmos a compreensão acerca da Questão Socioambiental em sua relação com a atual quadra histórica, onde a crise sela o trágico no presente e ameaça o (frágil) futuro da humanidade. É urgente uma leitura acerca do meio ambiente que extrapole os âmbitos comportamentais, jurídicos e empresariais, ou seja, capaz de ir além do ideário que sustenta a forma social moderna.

O NUPEMASS surge a partir dessas premissas como espaço privilegiado de pesquisa social, entendendo tal urgência e recuperando a compreensão das políticas públicas e sociais como mediações pelas quais o Serviço Social se insere nos diferentes espaços sócio-ocupacionais e lida diretamente com as diversas faces da desigualdade.

Ao observar que a temática constitui ainda uma lacuna no campo da produção teórica da categoria e do ensino e formação profissional, recuperamos a pesquisa social como uma estrada a ser percorrida, na qual a extensão e as práticas de movimentos sociais desenvolvidas no território podem conformar uma ponte, ligando assistentes sociais em formação ao almejado perfil ético-profissional crítico e comprometido com as práticas de transformação social. Potencializar ações de extensão, e fomentar o desenvolvimento de práticas capazes de mudar o atual rumo das coisas, aprendendo com elas, pode ser uma saída para este beco no qual a Universidade se prende ao perder de vista sua função social em relação ao território.

### **Referências**

Realização:



Apoio:



ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Rio de Janeiro, nov. de 1996. Disponível em: <[https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2025.

ALTVATER, Elmar. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**. Las lecciones derivadas de la experiencia. Washington (DC): BIRD, 1995. Disponível em: <<http://documentos.bancomundial.org/curated/es/274211468321262162/pdf/133500PA PER0Sp1rior0Box2150A1995001.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunca. **Crueldade e catástrofe em tempos de barbárie**. Rio de Janeiro: Círculo de Giz, 2025.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637 – 651, out/dez, 2015.

BOOKCHIN, Murray. **Por uma ecologia social**. Lisboa: Biblioteca Anarquista Lusófona, 2019.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Lei 8.662, 07 de junho de 1993. Código de ética do/a assistente social**. 10ª ed. Brasília: CFESS, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **CFESS Manifesta**. A gente defende justiça ambiental para enfrentar a desigualdade social. Brasília: CFESS, maio de 2025. Disponível em: <[https://www.cfess.org.br/publicacao?RevistaSearch%5Bid\\_revista\\_categoria%5D=2](https://www.cfess.org.br/publicacao?RevistaSearch%5Bid_revista_categoria%5D=2)> Acesso em 19 de jul. 2025.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS - FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

JEZINE, Edineide. As práticas curriculares e a extensão universitária. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2, 2004. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2004

KRENAK, Aílton. **Caminhos para a cultura do Bem Viver**. (org. de Bruno Maia). Rio de Janeiro, 2020.

MARQUES, Eduardo José da Silva Tomé; SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi. **O serviço social ambiental**: compromisso com os objetivos do desenvolvimento sustentável e a defesa do meio ambiente enquanto direito humano. **Katálisis**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 607–616, set./dez., 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/KHwnkmNk86WwcYtNBGCT3th/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 18 jul. 2025.

MENEGAT, Marildo. Feitiço de fundo de quintal - o PT, a crise e a economia política da barbárie. **Metaxy**, v. 1, n. 1, p. 9-27, mar., 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy/article/view/8881>>. Acesso em 18 jul. 2025.

MENEGAT, Marildo. O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto. **EPOS**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. jan./jun., 2011. Disponível em: <[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-700X2011000100003](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2011000100003)>. Acesso em 19 jul. 2025.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

Realização:



Apoio:



PINHEIRO, Cleane do Socorro da Silva; MENDES, Ronaldo Lopes Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelo José de. Impactos socioambientais causados pela extração de areia e seixo em Porto Grande/AP e sua relação com o desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 15, n. 1, p. 152-166, jan./abr., 2019.

SANTOS, Cleusa de Oliveira; FERREIRA, Cláudia Lopes; AVELINO, Cleide Henrique. A influência do serviço social na questão ambiental. **Revista e- HUMANIT@S**, São Paulo, 5ª ed., p. 1-13, 2019. Disponível em: <<https://unisalesiano.com.br/aracatuba/wp-content/uploads/2020/12/Artigo-A-influencia-do-Servico-Social-na-Questao-Ambiental-Pronto.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

SAUER, Mariane; RIBEIRO, Edaléa Maria. **Meio ambiente e Serviço Social**: desafios ao exercício profissional. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 390 - 398, ago./dez. 2012. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/download/12585/8650/0>> Acesso em: 18 jul. 2025.

SEABRA, Joana Emmerick; BRITO, Julian Araujo; COELHO, Tadzio Peters. Crises, alternativas e as perspectivas do marxismo ecológico: entrevista com o Professor Elmar Altvater. **Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 312-326, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/intratextos/article/view/4575/pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SOUZA, Lethícia Medeiros Felipe de. **Extensão Universitária da UFRRJ**: o alcance da comunidade do entorno. 2022. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração Pública) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.

Realização:



Apoio:





## **EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E RACISMO AMBIENTAL: porque os mais vulneráveis pagam o preço mais alto?**

Lorraine Bastos Silva<sup>588</sup>  
Luana Vital de Santana<sup>589</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo abordar como a crise climática afeta de forma desigual a população. Portanto, a análise realizada busca evidenciar quais são as populações em vulnerabilidade que sofrem de forma desigual com as consequências da crise climática. Para mais, analisou-se como o modelo de produção capitalista e o avanço do neoliberalismo está presente neste contexto, cooperando para perpetuação das desigualdades sociais existentes na sociedade e reafirmando as formas de injustiça social. Por fim, este estudo demonstra como a crise climática é emergente e o quanto é preciso que sejam criados meios para que os impactos sejam reduzidos.

**Palavras-chave:** crise climática; vulnerabilidade; desigualdades climáticas

**Abstract:** The aim of this article is to discuss how the climate crisis affects the population unequally. Therefore, the analysis undertaken seeks to highlight which vulnerable populations suffer unequally from the consequences of the climate crisis. Furthermore, it analyzed how the capitalist production model and the advance of neoliberalism are present in this context, cooperating to perpetuate existing social inequalities in society and reaffirming forms of social injustice. Finally, this study shows how the climate crisis is emerging and how necessary it is to create ways to reduce its impacts

**Keywords:** Climate crisis; Vulnerability; climate injustices.

### **Introdução**

Nos últimos anos, tornou-se essencial o debate acerca da crise climática. Assim sendo, compreende-se que as desigualdades climáticas afetam de formas desiguais a população, em especial aquelas que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica. Com isso, observa-se que os mais pobres acabam por pagar um preço mais alto com as disparidades sociais. De acordo com Dias (2024 p. 2), “as mudanças climáticas são sentidas de maneira desigual em todo o mundo, com algumas regiões geográficas e grupos sociais enfrentando impactos muito mais severos.” Logo, no Brasil, por exemplo, as comunidades pobres, periféricas e indígenas enfrentam enchentes, secas e calor de forma mais acentuada.

Nesse contexto, é fundamental abordar o racismo estrutural e como ele coopera para que as desigualdades se expressem com mais intensidade. Almeida (2019) pontua em seus escritos que o racismo estrutural faz parte de um processo social em que embora se manifeste de inconsciente para muitos, ele age para perpetuar as desigualdades.

Portanto, além de excluir as populações historicamente marginalizadas, contribui para a intensificação das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que com o aumento desenfreado da população nos últimos anos, faz-se

---

<sup>588</sup> Estudante da Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: lorraine.b.silva@ufv.br

<sup>589</sup> Estudante da Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: luana.v.santana@ufv.br

Realização:



Apoio:



necessário a criação de medidas para controlar os riscos e promover uma sociedade mais sustentável.

Assim, a presente pesquisa têm como proposta compreender os aspectos que permeiam as desigualdades relacionadas à crise climática no Brasil. Portanto, esse artigo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, pois objetiva-se compreender e considerar as singularidades dos indivíduos e nesse processo é preciso entender a existência das contradições (Minayo, 2011).

Outrossim, a pesquisa é de natureza bibliográfica e possui caráter descritivo. Os dados foram coletados através da análise de conteúdo, que nos permite identificar categorias e significados recorrentes nos discursos sobre mudanças climáticas e desigualdade social. (Bardin, 2011).

Para a construção do referencial teórico, houve a leitura de livros, artigos científicos e trabalhos acadêmicos que refletem sobre a crise climática, utilizando temáticas como racismo ambiental, crise climática, justiça ambiental e políticas ambientais. Dessa forma, a proposta deste artigo é uma reflexão diante da intersecção entre as desigualdades existentes e a crise climática que afeta a sociedade de maneira distintas. Para além de discutir os impactos ambientais em si, esse estudo visa compreender como as estruturas sociais influenciam quem sofre e quem se beneficia no enfrentamento das mudanças climáticas.

### **Crise climática como produto do capitalismo global**

A crise climática tem assumido papel atual nas discussões da contemporaneidade e isso inclui identificar quais são os principais atores dessa crise, que são os países ditos como industrializados, segundo dados os três maiores emissores de gases do efeito estufa são: Europa, Ásia Central, Leste Asiático e Pacífico e América do Norte, totalizando 79% das emissões globais, isso não significa que os países em desenvolvimento não poluem, mas a liderança desse ranking dispara quando falamos da participação do capitalismo monopolista como aborda Netto (1992).

Essas mudanças climáticas oriundas de um modelo de produção que não respeita os limites em prol de uma lucratividade exacerbada afetam de maneira desproporcional as diversas regiões globais, um exemplo a ser citado são as secas enchentes, insegurança alimentar, migrações forçadas dentre outras expressões da questão social que condicionam pessoas em vulnerabilidade social e socioeconômicas a experienciar condições desumanas. De acordo com Bezerra *et al.* (2025) quanto maior o recurso financeiro uma população ou uma nação detém, maior vão ser as estratégias de defesa contra as emergências climáticas.

Trazendo essa discussão para dentro do âmbito nacional, podemos constatar que as grandes temperaturas vivenciadas no ano de 2023 na capital Paulista, assim como as enchentes do Rio Grande do Sul são exemplos claros de um colapso social. Warnavin (2024) coloca que cerca de 10 milhões de Brasileiros residem em áreas de risco, e isso está inteiramente ligado com a falta de espaço que possuem os centros urbanos brasileiros, o êxodo rural crescente entre a década de 1970 e 1980 propiciado pelo capitalismo faz com que os centros urbanos não tenham espaço para tantas moradias expulsando dessa forma, os mais pobres para as periferias e morros das cidades.

Com o avanço do neoliberalismo e o enfraquecimento de políticas públicas a parcela pobre da sociedade segue sendo segregada a condições precárias de vida e trabalho, isso revela como Gilberto Freyre (1936) coloca uma sociedade que não conseguiu superar de fato seu passado escravista e colonial rejeitando e marginalizando aqueles que não detém poder aquisitivo, corroborando dessa forma, para a manutenção do poder hegemônico da elite brasileira poupando assim esses da destruição ambiental arquiteta pelos mesmo.

Realização:



Apoio:



Dessa forma, compreende-se que o desenvolvimento econômico pregado e estipulado por países tidos como desenvolvidos não abarca diversas camadas e também não se refere a situação social de um país, ignorando fatores como pobreza, índices de violência dentre outros. Marques (2018) aponta que essa busca incessante por lucratividade faz com haja um desequilíbrio ambiental e que isso possui rebatimento direto em um processo que ele intitula de “decrescimento” tanto social como econômico, esse coloca também que o crescimento negativo é uma realidade do capitalismo principalmente em países dependentes como o Brasil.

Os poucos países que ainda apresentam taxas elevadas de crescimento são vítimas de estrangulamentos ambientais que imporão em breve também estrangulamentos econômicos. Conscientes de que a ilusão desenvolvimentista está conduzindo à falência os serviços prestados pela biosfera aos seus integrantes, os partidários do decrescimento percebem que um decrescimento administrado seria a única forma de evitar um colapso ambiental, o qual será tanto mais brutal e mortífero quanto mais protelado. (Marques, 2018, p. 503).

Ademais, constata-se que o movimento “decrescimento” se configura como algo anticapitalista, que nada mais é do que uma crise que está acontecendo por conta da extratividade predatória que ceifam a vida de milhares anualmente, essa é arquitetada e perpetuada pelo próprio capitalismo que cria essas e o próprio se alimenta dessas, tendo por objetivo central a lucratividade em massa, ignorando dessa forma fatores como justiça ambiental, desigualdade social e crise climática.

### **Racismo ambiental e emergências climáticas**

Conforme se avançam os debates acerca das mudanças climáticas, observa-se que os recursos têm sido distribuídos de forma desigual, afetando desta forma mais intensamente as pessoas que vivem em contexto vulnerabilidade social. Logo, quem mais sofre com os impactos são os indivíduos que historicamente vivem em condições precárias, assim como as comunidades quilombolas, ribeirinhos, moradores de áreas periféricas, indígenas, mulheres e homens negros, além de moradores de áreas rurais.

De acordo com dados do Painel Intergovernamental sobre mudanças climáticas (IPCC, 2022) é importante que haja a compreensão de que os impactos ambientais não ocorrem de formas igualitárias, ao contrário, afetam em maior escala as populações mais vulneráveis e que vivem em áreas de risco. Assim, é importante enfatizar que os trabalhadores rurais também sofrem com a crise climática pois a mesma afeta sua produção agrícola decorrente de fenômenos imprevisíveis.

Segundo a revista Veja (2024), entre o ano 2000 a 2018 cerca de 48 mil pessoas do Brasil morreram devido ao aumento da temperatura. Esses dados revelam que a crise climática afeta a todos, no entanto, quem vive em regiões periféricas, por exemplo, possuem menos condições e recursos e acesso ao sistema de saúde.

Destaca-se também que o Racismo ambiental é uma das ramificações do Racismo estrutural mas que este está inteiramente atrelado a crise climática atual, Bernardino (2021), caracteriza esse processo como “sofrimento sentido por minorias étnicas” ou seja a ocupação do solo condiciona a sociedade a diferentes direitos, esse termo ganhou notoriedade entre a década de 50 e 60 quando Benjamin Franklin Chaves Jr observou que durante as manifestações que ocorriam em torno de Warren nos EUA, estavam depositando resíduos tóxicos nesta localidade composta majoritariamente por pessoas pretas.

O racismo ambiental reforça a estratificação das pessoas (por raça, etnia, status e poder), lugar (em cidades centrais, subúrbios, áreas rurais, áreas não incorporadas ou reservas indígenas) e trabalho (em que trabalhadores de escritório, por exemplo, têm maiores proteções que os trabalhadores rurais).

Realização:



Apoio:



Institucionaliza a fiscalização desigual, comercializa a saúde humana com fins lucrativos, coloca o ônus da prova nas “vítimas” em vez dos poluidores, legitima a exposição humana a substâncias químicas nocivas, pesticidas e substâncias perigosas, promove tecnologias “arriscadas”, explora a vulnerabilidade econômica e comunidades politicamente desprivilegiadas, subsidia a destruição ecológica, cria uma indústria em torno da avaliação de riscos, atrasa as ações de limpeza e não desenvolve os processos de prevenção e precaução da poluição como a estratégia dominante e abrangente (Bullard, *et al* 2005, n/p).

Um estudo realizado pela Universidade de São Paulo na Comunidade de Paraisópolis, localizada na zona sul da capital Paulista detectou diferença de temperaturas entre as áreas arborizadas fora da comunidade e dentro, na favela as temperaturas constatarem (até 3°C) e mais baixas à noite (1°C em média). Esse é um reflexo direto de como o racismo ambiental impacta diretamente parcelas marginalizadas da sociedade, além da segregação socioespacial que a comunidade vivência, existem condicionantes econômicos como a falta de renda para comprar um ventilador ou ar condicionado, é importante ressaltar também que a maioria das casas são feitas de maneira irregular e com uma distância mínima uma da outra, dificultando ainda mais o isolamento térmico para com essa população.

### **Política nacional do meio ambiente**

A Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, desde sua promulgação possui muitos avanços, porém ainda é visível muitos desafios que se mostram insuficientes para abarcar as demandas de um território tão extenso como o Brasil. Embora a lei estabeleça o ideal de um meio ambiente equilibrado, às desigualdades sociais e raciais presentes no país afetam a população de forma diferente. Essas pessoas muitas vezes vivem em comunidades e em áreas mais expostas à poluição, ao desmatamento, a lixões, e outras formas de agressão ambiental. A criação da política nacional do meio ambiente tem como finalidade conservar os recursos naturais e visa preservar a sociedade. (Brasil, 1981)

A Lei nº 6.938/1981, estabelece algumas diretrizes de pontos básicos considerando o meio ambiente, bem como cria o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) cuja finalidade é que os órgãos ambientais brasileiros fomentem meios para ação integrada no meio ambiente. Há também a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que se objetiva na formulação de normas e padrões, assim como fiscalização das poluições.

Portanto, compreende-se que é necessário pesquisas que coloquem em debate as especificidades regionais de cada área do nosso território, e também que haja uma transparência maior quando se trata de questões ambientais para que com a junção do setor privado, governamental e social possamos desenvolver políticas que sejam realmente eficazes e que alcancem todos os âmbitos.

Em contrapartida a isso, temos diversos retrocessos na Política Nacional do Meio Ambiente, durante o Governo de Jair Messias Bolsonaro segundo dados do IPAM, compartilhados no G1, “de agosto de 2018 a julho de 2021 o desmatamento na Amazônia aumentou 56% quando comparado ao mesmo período em governos anteriores”.

Como comprovação desse retrocesso legislativo tivemos a aprovação na madrugada do dia 17 de julho de 2025 um projeto de lei que visa enfraquecer o licenciamento ambiental, privilegiando dessa forma os grandes latifúndios agrários que vem lucrando durante todos esses anos com a contaminação exacerbada dos solos e também das águas desse país. A PL 2159/2021 foi defendido por 267 votos e recusada com 116, agora será levado para a sanção ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que pode vetar alguns pontos dessa, esse projeto foi bem recebido e defendido pela

Realização:



Apoio:



bancada ruralista e pelo chamado “centrão” que comemora e se beneficia cada vez mais com o avanço acelerado do neoliberalismo ambiental.

A “PL da Devastação” segundo notícias do Jornal *O Povo* representa “um retrocesso para a proteção dos direitos do meio ambiente” seus principais pontos são: I) Licença por adesão e compromisso (LAC) essa elimina a necessidade de um estudo prévio sobre a área que será utilizada, não considerando dessa forma, os impactos negativos e medidas que visem mitigar os malefícios causados; II) Licença Ambiental Especial (LAE) durante o processo de tramitação dentro da câmara o projeto passou a incluir a ementa 198 de autoria do Davi Alcolumbre (Partido União Brasil) que traz como principal objetivo apoiar a aceleração do licenciamento de empresas tidas como estratégicas, desconsiderando assim os impactos ambientais e sociais causados por essas, por conseguinte e III) Enfraquecimento dos órgãos ambientais, essa permite a expropriação e a atividade econômica em áreas de proteção ambiental, ignorando a liberação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio).

O projeto é um retrocesso grave no que tange a defesa do meio ambiente com isso enfraquece os órgãos de fiscalização, facilitando assim o desmatamento e ignorando a proteção ambiental, esse projeto visa uma autogestão das grandes empresas que farão uso indiscriminado das terras e águas do nosso país, para além disso como a Marina Silva coloca esse projeto “Fere de morte um dos principais instrumentos de proteção ambiental do país” além disso a Ministra do meio ambiente coloca que com essa fragilidade iremos pagar um preço muito alto futuramente, para além disso é preciso enxergarmos que existem outros meios de crescer economicamente, meios que não ignorem as áreas de proteção ambiental e que para além disso respeite a história nacional do Brasil que durante muito tempo foi massacrada.

Segundo a Ministra, flexibiliza ao extremo os procedimentos de licenciamento ambiental e fragiliza todo o arcabouço legal que sustenta a proteção socioambiental, sem trazer ganho de eficiência ou agilidade”. Ela também alertou para os riscos jurídicos da medida: “retrocessos estruturais” e “insegurança jurídica”, que, segundo a ministra, podem motivar questionamentos judiciais por parte de setores da sociedade (Rosso, 2025, n/p).

Esses avanços econômicos nos levam a questionar se a sociedade está realmente se desenvolvendo ou retrocedendo, que desenvolvimento é esse que passa por cima cotidianamente de diversas expressões da questão social em prol de lucratividade, isso mais uma vez nos leva a refletir que as populações que serão mais atingidas serão as ribeirinhas, quilombolas, indígenas, preta dentre outros. Assim, atualmente com o avanço do conservadorismo e o aumento do neoliberalismo que consiste na desproteção de direitos humanos essenciais podemos ver também um aumento de um ideal meritocrata, que culpabiliza a parcela pobre da população por vivenciarem as expressões da questão social, colocando esses em um lugar de responsabilização da pobreza.

O ideal proposto pela PL da Devastação vem em contrapartida aos objetivos propostos pela Política Nacional do Meio Ambiente além de enfraquecer aparatos jurídicos, traz um teor desenvolvimentista, colocando assim que através desse meio a população Brasileira vai conseguir ascender economicamente e socialmente falando, mas sabe-se que essa consiste em uma ameaça a biodiversidade nacional, colocando essa em uma cesta de vendas.

## Conclusão

Dessa forma, conclui-se que historicamente, a construção social e econômica do Brasil foi pautada na exploração exacerbada de populações marginalizadas, e que populações como os povos tradicionais e originários vem sofrendo com o

Realização:



Apoio:





desenvolvimento socioeconômico pregado pelo modo de produção capitalista. Assim, compreendemos que o modelo de desenvolvimento atual “é uma ameaça a existência de populações tradicionais”, além disso, esse não visa incorporar essa parcela, muito menos respeitar os limites impostos pela natureza, inviabilizando dessa forma, a cultura desses que resistem até às desigualdades socioeconômicas do capitalismo monopolista.

Portanto, quando falamos de Políticas Públicas ambientais, é importante compreender que possui de modo geral uma extrema importância para entender os aspectos que ocorrem na sociedade. Para uma vida plena e para desfrutarmos de um ambiente bom e seguro, precisamos dessas políticas, que servem como amparo para a construção dos interesses comuns. No entanto, embora haja políticas públicas, é necessário destacar o papel do Estado e das ações governamentais que possam cooperar para melhorias ambientais e para o aprimoramento das próprias políticas. O que observamos na maioria das vezes é que o interesse pelo bem-estar da humanidade se torna escasso por falta de investimentos em uma melhor qualidade de vida que abranja a todos e promova um ambiente mais sustentável.

Dessa forma, diante dos fatos expostos, é importante a fundamentação de construção de políticas públicas específicas para as comunidades marginalizadas e que vivem em situação de precariedade devido às crises climáticas. A criação da Política nacional do meio ambiente embora essencial, sem que haja um aparato social e político, se torna ineficiente na concretização dos direitos da sociedade civil.

## Referências

ALBANO, Arthur. PL da Devastação: veja o que é e como foi a votação na Câmara. **O Povo**, Fortaleza, 17 jul. 2025. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2025/07/17/pl-da-devastacao-veja-o-que-e-e-como-foi-votacao-na-camara.html>>. Acesso em: 17 jul. 2025.

BEZERRA, Daiana de Souza; SOUZA, Luan Matheus. Mudanças climáticas e desigualdade: quem paga o preço da crise ambiental? **Anais do XXI Encontro Nacional de Estudantes de Pós-Graduação - ENEP**, 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 set. 1981.

BRASIL DE FATO. População brasileira reconhece que pobres são mais afetados por efeitos das mudanças climáticas. **Brasil de Fato**, 10 out. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/10/populacao-brasileira-reconhece-que-pobres-sao-mais-afetados-por-efeitos-das-mudancas-climaticas/>>. Acesso em: 19 fev. 2025.

BULLARD, Robert D. *et al.* **The quest for environmental justice: human rights and the politics of pollution**. San Francisco: Sierra Club Books, 2005.

BORGES, Guilherme. Os maiores emissores de gases de efeito estufa do mundo. **Climatempo**, 15 jul. 2024. Disponível em: <<https://www.climatempo.com.br/noticia/2024/07/15/os-maiores-emissores-de-gases-de-efeito-estufa-do-mundo-5718>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



DIAS, Reinaldo. Impactos desiguais: as mudanças climáticas e a intensificação das desigualdades sociais. **EcoDebate**, 8 maio 2024. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2024/05/08/impactos-desiguais-as-mudancas-climaticas-e-a-intensificacao-das-desigualdades-sociais/>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

GOUVEIA, Aline. “PL da Devastação: ‘Fere de morte o licenciamento ambiental’, diz Marina Silva”. **Brasil247**, 17 jul. 2025. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/brasil/pl-da-devastacao-fere-de-morte-o-licenciamento-ambiental-diz-marina-silva>>. Acesso em: 23 jul. 2025.

IPCC. Sixth Assessment Report. **Intergovernmental panel on climate change**, 2022. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3ª ed. rev. e ampl. Campinas: Ed. Unicamp, 2018. 736 p.

PRATES, Jane Cruz; CARRARO, Gissele; ZACARIAS, Inez Rocha. A produção da pobreza e das desigualdades no capitalismo: uma leitura a partir da obra marxiana. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; MACIEL, Ana Lúcia Suárez; GERSHENSON, Beatriz (org.). **Neoliberalismo e desigualdade social**: reflexões a partir do serviço social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. p. 23–48.

SILVA, Edelci Nunes da; RIBEIRO, Helena. Alterações da temperatura em ambientes externos de favela e desconforto térmico. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 663–670, 2006.

Realização:



Apoio:



## **CAMINHANDO COM MOVIMENTOS SOCIAIS PARA ENFRENTAR ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS:** análise a partir da experiência de extensão universitária

Caroline Rodrigues da Silva<sup>590</sup>  
Luiza Helena David da Silva<sup>591</sup>  
Stephany Araujo Fernandes<sup>592</sup>  
Vanessa Fernandes Corrêa<sup>593</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva sistematizar parte dos debates realizados no Curso de Extensão Universitária “Mudanças Climáticas e o Direito à Água na Metrópole do Rio de Janeiro 2025”, relativos ao tema do direito humano a água, das mudanças climática e das tecnologias sociais. Busca analisar estes temas no contexto urbano do estado Rio de Janeiro, onde os serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto, concedidos à iniciativa privada, operam a partir de tecnologias convencionais que reproduzem as desigualdades socioespaciais. Artigo conclui que tecnologias sociais de saneamento são alternativas para garantir o direito à cidade.

**Palavras-chave:** direito à água, direito à cidade, mudanças climáticas, tecnologias sociais, extensão universitária.

**Abstract:** This article aims to systematize part of the debates held during the University Extension Course “Climate Change and the Right to Water in the Metropolis of Rio de Janeiro 2025”, on the subject of the human right to water, climate change and social technologies. It seeks to analyze these themes in the urban context of the state of Rio de Janeiro, where water supply and sewage treatment services, granted to the private sector, operate using conventional technologies that reproduce socio-spatial inequalities. The article concludes that social sanitation technologies are alternatives for guaranteeing the right to the city.

**Keywords:** right to water, right to the city, climate change, social technologies, university extension.

### **Introdução**

Este artigo foi elaborado a partir da experiência de extensão universitária realizada no âmbito da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no período entre 2023 e 2025. Duas atividades caracterizaram essa experiência: i) A realização de assessoria à “Rede de Vigilância Popular em Saúde e Saneamento”, que é uma articulação da sociedade civil que luta pelo direito humano à água num contexto adverso do estado do Rio de Janeiro, cujo serviço de saneamento público encontra-se concedido à iniciativa privada desde 2021<sup>594</sup>; e ii) A realização de duas edições do Curso de Extensão Universitária “Mudanças Climáticas e o Direito à Água na Metrópole do Rio de Janeiro”, realizados em 2023 e 2025 na FSS-Uerj, com a parceria da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), do Núcleo Rio de Janeiro do Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental e da própria Rede de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde (Rede).

Por meio da atividade de assessoria à Rede, o projeto promove a articulação entre a universidade e os movimentos sociais para construção de estratégias de

<sup>590</sup> Assistente Social, Professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ. E-mail: cora\_rs@hotmail.com

<sup>591</sup> Graduanda em Serviço Social da UERJ. E-mail: luizahelenaamor46@gmail.com

<sup>592</sup> Graduanda em Serviço Social da UERJ. E-mail: stephany.uerj@gmail.com

<sup>593</sup> Graduanda em Serviço Social da UERJ. E-mail: fernandesvc84.2@gmail.com

<sup>594</sup> Para conhecer mais sobre a Rede de Vigilância em Saneamento e Saúde consultar o Instagram @redevigilanciapopular ou o site <<https://informe.ensp.fiocruz.br/secoes/noticia/45098/54002>>. Acesso em 27 jul. 2025.

Realização:



Apoio:



participação e controle social sobre o serviço de abastecimento de água e tratamento de esgoto. Os aprendizados coletivos alcançados pelos discentes e docentes do projeto em relação ao trabalho dos assistentes sociais com os movimentos sociais urbanos já se encontra sistematizado em Silva, Fernandes, Correa (2024). Já por meio das atividades de formação, que incluem não só cursos de extensão, mas também rodas de conversa, oficinas, palestras, entrevistas; o projeto conecta saberes acadêmicos e populares, contribuindo para agenda de reconstrução democrática do país e para defesa do direito à cidade. Parte dessas ações de formação foram apresentadas na mostra da “Uerj Sem Muros 2025”, que é a semana de extensão da Uerj, e em artigo que trata do tema das mudanças climáticas e do racismo ambiental na cidade do Rio de Janeiro, escrito por Silva, Morais e Francisco (2024).

Neste artigo sistematizaremos parte dos aprendizados do Curso de Extensão Universitária “Mudanças Climáticas e o Direito à Água na Metrópole do Rio de Janeiro”. O Curso ocorreu entre maio e junho de 2025 e reuniu jovens e mulheres integrantes de coletivos, fóruns, redes, organizações e movimentos sociais, com atuação em favelas e bairros populares, ativistas de direitos humanos, além de estudantes universitários e profissionais assistentes sociais com inserções em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Ao todo foram cerca de 35 participantes.

O objetivo do Curso foi conjugar as agendas da água, da produção das cidades e das mudanças climáticas num processo formativo balizado pelos princípios da educação popular. Abordou os diferentes impactos que o modelo de cidade mercadoria e as mudanças climáticas provocam na vida da população de favelas e bairros populares. Apresentou ainda as alternativas de tecnologias sociais resilientes aos efeitos do clima, num contexto de precariedade dos serviços de provisão de água e tratamento de esgoto, possibilitando aos participantes conhecerem algumas proposições das organizações e movimentos sociais que defendem a água como um bem comum, e se opõem às falsas soluções para o clima defendidas pelo mercado.

Nesta perspectiva, este artigo tem como objetivo sistematizar parte dos debates realizados no Curso de Extensão de 2025 relativos ao tema do direito humano à água, das mudanças climática e das tecnologias sociais. Busca analisar estes temas no contexto urbano do estado Rio de Janeiro, onde os serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto, concedidos à iniciativa privada, operam a partir de tecnologias convencionais que reproduzem as desigualdades socioespaciais

Isso posto, o artigo apresentará na primeira parte um levantamento de dados sobre como as mudanças climáticas estão afetando a disponibilidade hídrica no Brasil e agravando a crise ambiental. Na segunda apresentará breve debate teórico sobre as diferenças entre tecnologias convencionais e sociais e na terceira sistematizará a visita de campo que o Curso de Extensão 2025 fez nas comunidades de Novo São Bento e Vila Alzira, localizadas em Duque de Caxias, onde foram instaladas tecnologias sociais de saneamento.

## **Mudanças climáticas e disponibilidade hídrica**

Pelo menos desde 2013, o Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC-2013) já sinalizava que as mudanças climáticas estavam alterando significativamente o ciclo hidrológico. Essa constatação adicionou uma incerteza significativa quanto à disponibilidade hídrica em diversas regiões do planeta. Embora haja lacunas nos estudos da mudança climática que dificultam aos gestores e estudiosos prever as consequências das alterações climáticas, alguns apontamentos já são feitos.

Embora sujeitas a incertezas, as projeções de mudança climática oferecem um vislumbre de possíveis impactos e desafios futuros sobre os recursos hídricos no Brasil. Os impactos projetados variam de acordo com a região do Brasil, mas no geral concordam com aumentos na temperatura e evapotranspiração.

Realização:



Apoio:



A escassez hídrica, que atualmente resulta em perdas econômicas e sociais significativas, pode ser mais comum em muitas regiões do Brasil. Essas perdas econômicas, que ocorrem em vários setores, da agricultura ao turismo, têm efeitos profundos nas comunidades locais (ANA, 2024, p. 15).

O ciclo hidrológico está diretamente vinculado às mudanças de temperatura da atmosfera e ao balanço de radiação da energia terrestre. Uma das consequências do aquecimento da atmosfera são as mudanças nos padrões de precipitação, que podem variar em relação à intensidade e variabilidade e, com isso, afetar significativamente a disponibilidade e a distribuição hídrica nos rios. De acordo com Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA (2024) os estudos científicos mostram que os eventos hidrológicos críticos, como as secas e enchentes, poderão tornar-se mais frequentes e mais intensos.

O setor de recursos hídricos, por ser fortemente dependente de fatores climáticos, é um dos mais vulneráveis aos impactados das mudanças climáticas. Esse cenário se agrava em países como Brasil, onde a cada 100 litros de água tratada produzidos, apenas 4 litros vão para consumo humano, enquanto 72 litros vão para irrigação dos monocultivos do agronegócio e para dessedentação animal da pecuária (ANA, 2024). Outro fator que se relaciona diretamente com a disponibilidade dos recursos hídricos é o setor de saneamento que, no Brasil, ainda está longe de alcançar a universalização. Apenas para se ter um parâmetro nas áreas urbanas do Brasil apenas 57,7% da população possui abastecimento de água adequado, enquanto 39,8% possuem abastecimento precário e 2,7% não possui. Em relação ao esgotamento sanitário os índices são ainda mais baixos, apenas 48% possuem serviço adequado, enquanto 48,7% possuem serviço precário e 3% não possui (IBGE, 2022). A partir destes dois exemplos buscamos demonstrar que qualquer alteração na disponibilidade hídrica decorrentes das mudanças climáticas irá ter desdobramentos econômicos.

No entanto, não é apenas o clima que muda no futuro, mas também os sistemas socioeconômicos e ambientais, mudanças estas que devem ocorrer mesmo na ausência de mudança climática. No caso específico da área de recursos hídricos, é preciso compreender as suas nuances, as diferentes características e especificidades da segurança hídrica nas mais diferentes regiões do Brasil (ANA, 2024, p. 89).

Nos últimos anos as mudanças climáticas ganharam visibilidade pública no Brasil. Em 2022, a cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, viveu a maior tragédia climática de sua história devido ao alto volume de chuvas que caíram na cidade em curto espaço de tempo. Em 2023, fortes chuvas devastaram o estado do Rio Grande do Sul, deixando a região metropolitana de Porto Alegre debaixo d'água e inacessível por mais de um mês. Em 2024, novamente o Rio Grande do Sul foi destruído pelas cheias do Rio Taquari. A Amazônia iniciou 2023 com superfície de água acima da média histórica e, meses depois, o bioma enfrentou uma seca sem precedentes. O rio Negro, um dos mais importantes rios da Amazônia, registrou o menor índice desde que seu nível começou a ser acompanhado, há 100 anos.

Segundo levantamento do MapBiomás (2024) em 2023 a superfície total de água do Brasil diminuiu 3% em relação a 2022. Considerando apenas os corpos hídricos naturais como os rios e lagos, a superfície de água encolheu 30,8% em 2023, quando comparado a 1985. Em relação aos biomas brasileiros, o que mais teve perdas hídricas foi o pantanal, com redução da área alagada e do tempo de permanência da água, de modo que, em 2023, apenas 2,3% do bioma estava coberto por água. Segundo o relatório a diminuição do corpo hídrico do Pantanal está relacionada com a redução da vegetação nativa nas proximidades, onde estão as nascentes e cabeceiras dos rios que abastecem a planície alagada.

Realização:



Apoio:





Segundo o estudo *Impacto da Mudança climática no Recursos Hídricos do Brasil*, elaborado pela ANA (2024), a disponibilidade hídrica pode cair mais de 40% em regiões hidrográficas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e parte do Sudeste até 2040. A partir dessa redução, existe uma tendência de aumento no número de trechos de rios que secam temporariamente, especialmente na região Nordeste. Esse cenário demanda planejamento governamental para o enfrentamento das secas e ainda pode afetar a geração de energia pelas hidrelétricas, a produção da agricultura e o abastecimento de água nas cidades dessas regiões. Contudo, por outro lado, na região Sul há uma tendência de aumento da disponibilidade hídrica em até 5% até 2040, porém com uma maior imprevisibilidade e um aumento da periodicidade de cheias e inundações, como os desastres de 2023 e 2024 já mostraram.

Seja pelo excesso ou pela escassez, a água vem causando graves conflitos Brasil afora. De acordo com os Relatórios de Conflitos no Campo<sup>595</sup>, produzidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2017), houve um aumento de 26% dos conflitos envolvendo água entre 2015 e 2016, passando de 135 para 172 casos. Já segundo o Relatório de 2018 (CPT, 2019), o número de conflitos por água aumentou 40% em relação a 2017 e bateu o recorde da série histórica, iniciada em 2002: naquele ano foram registrados 276 conflitos envolvendo mais de 73 mil famílias. Essa tendência de aumento dos conflitos por água se confirmou no mais recente relatório (CPT, 2024) que registrou 266 casos, que representam um aumento de 16% em comparação com 2023.

Diante do exposto, a presença das mudanças climáticas no território brasileiro e a sua relação com a disponibilidade hídrica nos parecem visíveis e patentes. Como demonstramos a explicação para esse cenário é complexa e se deve a vários fatores como mudança nos padrões de precipitação das chuvas, aumento das temperaturas, verões mais quentes e mais longos, mudanças no uso do solo. Portanto, é a cada vez mais necessário que o tema das mudanças climáticas esteja na agenda política do país.

## **Tecnologias sociais e as desigualdades socioespaciais**

No contexto das desigualdades socioespaciais urbanas e da intensificação das mudanças climáticas, as chamadas tecnologias sociais<sup>596</sup> se apresentam como alternativas concretas para acessar bens e serviços em territórios onde a ausência das políticas públicas é histórica. Essa premissa não desresponsabiliza o Estado, mas considera que, dado a dinâmica do capitalismo financeiro e do neoliberalismo, as políticas de austeridade fiscal vêm promovendo o desfinanciamento das políticas públicas e aprofundando a perda de legitimidade dos governantes.

Isso posto, práticas coletivas instituídas pela coletividade para produzir, conservar ou governar bens e serviços podem contribuir para reposicionarmos o Estado. Esse reposicionamento implica que o Estado deixe de ser centralizador da gestão pública e passe a compartilhá-la com os cidadãos, que deixam de ser meros consumidores de serviços e passam a ser cogestores.

Isso significa que esses serviços são lugares de tensão e luta, e que não podem ser vistos unilateralmente nem como “aparelhos de Estado” a serviço da dominação burguesa nem como órgão plenamente a serviço da sociedade. [...] A questão, portanto, é saber como transformar os serviços públicos para que eles passem a ser instituições do comum orientadas para os direitos de uso comum e governadas de forma democrática. Seria como conceber o Estado não mais como uma gigantesca administração centralizada, mas, ao

<sup>595</sup> De acordo com a metodologia da CPT, são considerados conflitos as ações de resistência e enfrentamento que acontecem no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, a luta pela água e a luta dos trabalhadores por direitos, meios de trabalho ou produção.

<sup>596</sup> Este conceito foi aprofundado na aula facilitada pela professora e doutora Ana Lúcia Brito, que coordena o Laboratório de Águas Urbanas (LEAU/PROURB/UFRJ). Nesse dia conhecemos diversas tecnologias sociais de saneamento. Agradecemos à professora pelas valiosas contribuições.

Realização:



Apoio:



contrário, como o sumo garantidor de direitos fundamentais dos cidadãos no que diz respeito à satisfação de necessidades consideradas coletivamente essenciais, enquanto a administração dos serviços seria entregue a órgãos dos quais fariam parte não só representantes do Estado, mas também trabalhadores e usuários-cidadãos (Dardot; Laval, 2017, p. 545-6).

Em geral o Estado opera serviços e bens a partir de tecnologias convencionais voltadas à lógica de mercado e a maximização do lucro, ou seja, estão inseridas na lógica de produção e acumulação de capital. As tecnologias convencionais, desenvolvidas pelas grandes corporações, são segmentadas, hierarquizadas, intensivas em insumos industriais e ambientalmente insustentáveis (Dagnino, 2016). Na área do saneamento estão baseadas em estruturas físicas centralizadas e gestão técnica, com baixa participação social e baixa adaptação às mudanças climáticas.

As tecnologias sociais têm sua gênese na escuta das necessidades sociais, na valorização dos saberes populares e na busca por soluções sustentáveis que enfrentem às desigualdades socioespaciais. São uma forma de produção de conhecimento construída pelos territórios, de forma coletiva, com a participação ativa das pessoas que vivem os problemas e buscam alternativas. Elas consideram o contexto local, os recursos disponíveis e as capacidades organizativas dos sujeitos envolvidos. São tecnologias que fortalecem a autonomia das comunidades, por não dependerem de grandes investimentos ou de equipamentos complexos. Outro ponto chave é que não se restringem a um recurso técnico, mas envolvem processos formativos e organizativos, que fortalecem a construção coletiva de soluções (Dagnino, 2016).

Portanto, ao promover a formação crítica balizada pelos princípios da educação popular e criar um espaço de troca entre os saberes populares e acadêmicos, o Curso de Extensão 2025 contribuiu para o fortalecimento dos movimentos sociais e dos diversos sujeitos coletivos que lutam pelo direito à cidade no contexto das mudanças climáticas, assim como para semear ideias em relação às práticas coletivas instituídas pela coletividade que podem nos ajudar a disputar o sentido público do Estado.

### **Tecnologias sociais de saneamento: experiência das cisternas verticais de captação e armazenamento de água da chuva**

Ao longo do Curso de Extensão apresentamos várias tecnologias sociais de saneamento como preservação de nascentes, reuso de água em domicílio, desinfecção solar da água, filtro ecológico alternativo, bacia de evapotranspiração ou fossa de bananeira e biodigestores para tratamento de esgotos. Neste item apresentaremos mais detalhadamente as cisternas verticais de captação e armazenamento da água da chuva.

O Curso de Extensão realizou uma visita de campo nas comunidades Novo São Bento e Vila Alzira, localizadas no segundo distrito de Duque de Caxias<sup>597</sup>. A escolha da localidade deveu-se à parceria com a Ong Fase, que desde 2022 desenvolve o projeto *Direito à Água em Duque de Caxias* no local e ao perfil das comunidades que teceram lutas e resistências pelo direito à cidade ao longo de sua história.

Em Novo São Bento, fomos recebidas por Sandra Santos, liderança comunitária local, e pela assistente social e educadora popular da Ong Fase Caroline Santana. Com elas, conhecemos a história da comunidade, caminhamos pelas áreas de lazer e fomos até as margens do Rio Iguaçu.

---

<sup>597</sup> Duque de Caxias é um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro localizado na Baixada Fluminense. Teve um crescimento populacional intenso, especialmente a partir do início do século XX, impulsionado pela melhoria das conexões ferroviárias e rodoviárias, como a Estrada de Ferro Leopoldina e a Rodovia Rio-Petrópolis. Foi emancipado de Nova Iguaçu em 1943. Atualmente possui 808.152 habitantes, distribuídos em 4 distritos.

Realização:



Apoio:



Sandra nos conta que reside no Novo São Bento há mais de 30 anos, relata ainda que, antes de morar ali, morou em outra comunidade perto do centro de Duque de Caxias, mas não tinha casa própria, dividia casa com um irmão. Na época da ocupação do Novo São Bento, as casas eram barracos feitos com tábuas usadas. Na época o valor do terreno era de 80 mil e tudo era mato. Fala das dificuldades que passaram sem água e sem luz, os primeiros trabalhos foram feitos por mutirões, onde os próprios moradores capinavam e construíram suas casas. Tudo que tem na comunidade do Novo São Bento foi conquistado com muita dificuldade, a praça e o campo de futebol demoraram 30 anos para que fossem concluídos. Com muita dificuldade conseguiram água e luz ainda que o abastecimento de luz fosse muito fraco, e isso trazia muitos danos materiais, com aparelhos domésticos queimados constantemente. Teve muita briga com a Supervia para que permitissem a passagem do fio sobre a linha férrea, sem o qual não era possível a instalação da luz na comunidade. Sandra diz que o asfalto foi conquistado em 2010 em uma conversa com o governador na época, o Garotinho, e que as ruas eram barrentas. Nos conta ainda da existência de orelhão e que eles também tinham a dificuldade com CEP, o que dificultava as entregas das correspondências (Diário da Visita de Campo, 25 de junho de 2025, estudante Luiza Helena David da Silva).

Quando conversamos com Sandra Santos sobre os desafios enfrentados pelo território do Novo São Bento, especialmente em relação à falta de água e às enchentes, ela nos conta que o acesso a água e ao saneamento ainda são um problema no dia a dia do bairro.

A água sempre foi muito problemática aqui dentro. A água também trouxemos de lá de fora. Lembro bem que o cano passava, aqui assim, oh, parou ali o cano, perto da árvore, mais ou menos. Cada morador comprava uma vara de cano, até chegar na sua porta e botar para dentro do seu terreno. (Depoimento de Sandra Santos, moradora do Novo São Bento, vídeo Caminho das Águas, FASE, 2024).

Em um de seus relatos Sandra diz que já passou fome por falta de água e não exatamente por falta de comida. Como o abastecimento de água na comunidade nunca foi todos os dias, antes dela poder ter caixa d'água ela sofria com a demora da chegada da água. Diz ainda que hoje em dia a água da Águas do Rio chega fraca e é preciso ligar uma bomba para encher a caixa. A demanda por água da sua família é grande. (Diário da Visita de Campo, 25 de junho de 2025, estudante Luiza Helena David da Silva).

Em meio ao percurso no Novo São Bento, visitamos uma cisterna vertical de captação e armazenamento de água de chuva instalada numa casa. As cisternas verticais são tecnologias sociais de saneamento de baixo custo, que asseguram uma fonte alternativa de água às famílias que possuem abastecimento precário.



Foto 1: visita de campo na área de lazer do Novo São Bento.



Foto 2: cisterna vertical de captação e armazenamento de água de chuva instalada no Novo São Bento.

A estrutura, que custou em torno de 600 reais no ano de 2024, é feita com canos de policloreto de vinila (PVC) de 100mm e tem capacidade de armazenar 750 litros de

Realização:



Apoio:



água. Os canos são colocados como calhas nos telhados das residências para receber a água da chuva. A estrutura da casa precisa suportar essa calha. A água passa por uma malha filtrante que serve para reter as sujeiras maiores, um cano elimina o excesso de água com sujeira e a água limpa vai para os reservatórios de armazenamento. Em uma ponta do sistema há uma torneira e na outra ponta um tempão removível que permite efetuar a limpeza. Essa tecnologia social é ideal para residências com pouco espaço físico, pois possibilita armazenar água de forma eficiente sem ocupar muito espaço. Embora a água não seja potável, serve para diferentes usos domésticos como limpeza de casa, lavagem de roupa, rega das hortas e jardins.

Mesmo vivendo sem acesso ou com acesso precário aos serviços e políticas urbanas, moradores das comunidades e periferias do Rio de Janeiro como Sandra Santos tem orgulho da sua história no território e com o território.

É visível na fala de Sandra o orgulho de morar no bairro do Novo São Bento, ela expressa muita emoção de ter ajudado a construir aquele bairro e chega a nos contagiar com sua vivência. Ainda conta sobre o preconceito que existe sobre o local quando se precisa de um aplicativo de transporte. Os motoristas que não são de território acham que o local é comunidade. (Diário da Visita de Campo, 25 de junho de 2025, estudante Luiza Helena David da Silva).

Em Vila Alzira, fomos recebidos por Vivian Santos, Aline Souza e Débora que são participantes do projeto *Direito à Água em Duque de Caxias*. Elas nos conduziram até as margens do Rio Iguaçu para identificação do território de Dique. Após a caminhada, seguiremos para a sede da AMAC – Associação de Mulheres de Atitude e Compromisso Social<sup>598</sup>, onde conheceremos um pouco da história da instituição e suas ações desenvolvidas em parceria com o projeto.



Foto 3: cisterna vertical de captação e armazenamento de água instalada na AMAC, no bairro Vila Alzira.



Foto 4: Visita ao Rio Iguaçu, localizado nas margens do bairro Vila Alzira.

Os desafios enfrentados por Vila Alzira em relação ao saneamento são enormes. Há intermitência no abastecimento de água e ausência de tratamento do esgoto, há necessidade de acionar bombas elétricas para aumentar a pressão da água, o que aumenta o custo de vida das famílias; há ainda a convivência com longos períodos de enchentes do Rio Iguaçu e outros rios auxiliares, que dependem no nível do mar para escoamento, assim como são afetados pela operação dos diques que existem nos outros bairros do entrono. A falta de água durante o período de enchentes é um grave problema de saúde enfrentado pela população.

<sup>598</sup> AMAC é uma organização sem fins lucrativos fundada em 2012 por Nill Santos, que transformou sua experiência pessoal com violência doméstica em um projeto de apoio e empoderamento para outras mulheres. Além de apoio assistencial às mulheres, a instituição tem projetos voltados à saúde das mulheres, à educação de crianças e jovens - oferecendo reforço escolar e atividades esportivas – à geração de renda – oferecendo atividade voltadas ao artesanato, informática. A AMAC é mantida por doações de parceiros, por projetos sociais e por ações solidárias.

Realização:



Apoio:





Aqui ainda falta muita água, muito raro ter água aqui. A gente tem água do outro lado, ali que a nossa “encanação” passa por dentro do brejo. (Depoimento de Cintia Monteiro, moradora de Vila Alzira - vídeo *Caminho das Águas*, FASE, 2024).

A água vem encanada da rua, mas ela não tem hidrômetro, ela cai umas duas vezes por semana, às vezes quando isso não falta, falta uma semana, falta quinze dias, já faltou até um mês. Se a gente conseguir colher essa água, vai ser de uma boa ajuda, né? 100% (Depoimento de Maria Madalena, Moradora de Vila Alzira - vídeo *Caminho das Águas*, FASE, 2024).

Nosso acesso a água é muito ruim, a gente não tem água. A água da gente aqui cai só as vezes, no verão quase não cai. E é uma briga danada, por aí liga a bomba para um, liga a bomba para outro, por que aqui a água é feita por meios próprios dos moradores. (Depoimento de Vívian Santos, Moradora de Vila Alzira - vídeo *Caminho das Águas*, FASE, 2024).

Diante destes problemas, o acesso às tecnologias de saneamento é visto pelos moradores como uma forma de melhorar a qualidade de vida.

Muitas vezes a água vem suja, vem com barro e com gosto ruim. Com a água caindo agora da chuva, vai vir mais limpa, você pode coletar a água para limpar a sua casa. (Depoimento de Aline Santos, Moradora de Novo São Bento - vídeo *Caminho das Águas*, FASE, 2024)

Ah eu gostei. Eu fui selecionada lá na ONG, botaram meu nome, aí eu fui, aceitei. Aí, depois que eles instalaram, eu amei o projeto. (Depoimento de Vívian Santos, Moradora de Vila Alzira - vídeo *Caminho das Águas*, FASE, 2024).

## Conclusão

Diante do impacto das mudanças climáticas no setor de recursos hídricos do Brasil apresentado neste artigo e dos riscos de continuarmos enredados pela lógica neoliberal de gestão dos bens e serviços urbanos, notadamente aqueles relativos à água e ao saneamento, é cada vez mais necessário defender a água como direito humano e bem comum e não cairmos no erro de imputar aos sujeitos a responsabilidade por sua condição social.

Dessa forma, ao trabalhar com tecnologias sociais no campo do saneamento, não estamos apenas pensando em soluções técnicas para a escassez hídrica, mas fortalecendo um projeto de sociedade pautado na justiça socioambiental, na autonomia dos territórios e no reconhecimento dos saberes populares. Em tempos de agravamento da crise climática, avanço das desposseções e do aprofundamento da gestão neoliberal das políticas públicas, reafirmar a importância das tecnologias sociais é também reafirmar que o direito à cidade e, mais especificamente, o direito humano à água é um direito ainda não alcançado.

Essa experiência de produção de conhecimento com e a partir dos territórios é exceção nas universidades brasileiras que vêm reproduzindo à lógica da ciência hegemônica, que valoriza apenas os conhecimentos legitimados pelos centros de pesquisa internacionais. No entanto, experiências como a relatada neste artigo mostram que é possível, e necessário, construir outro modo de fazer ciência, mais comprometido com os territórios e com os sujeitos populares. A extensão universitária, nesse sentido, faz uma ponte entre a universidade e a sociedade.

## Referência

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA. **Impacto da Mudança Climática nos Recursos Hídricos do Brasil**. Brasília – DF. 2024. Disponível em: <[https://www.gov.br/ana/pt-br/arquivos-externos/mudanca\\_climatica23012024-72dpi.pdf/view](https://www.gov.br/ana/pt-br/arquivos-externos/mudanca_climatica23012024-72dpi.pdf/view)>. Acesso em 15 jul. 2025.

Realização:



Apoio:





AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). ANA lança estudo sobre impactos da mudança climática nos recursos hídricos das diferentes regiões do Brasil. **Ministério da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional**. 31 jan. 2024. Disponível em: <ANA lança estudo sobre impactos da mudança climática nos recursos hídricos das diferentes regiões do Brasil — Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)> . Acesso em 14 jul. 2025

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT, 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14061-conflitos-no-campo-brasil-2016?Itemid=0>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo – Brasil 2018**. Goiânia: CPT, 2019. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14154-conflitos-no-campo-brasil-2018?Itemid=0>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo – Brasil 2024**. Goiânia: CPT, 2025. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/caderno/conflitos-no-campo-brasil-2024/>> Acesso em 14 jul. 2025

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FASE. Caminho das Águas. **Vídeo**. 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Cr6pNbjfUAM&t=8s>> Acesso em 27 jul. 2025

REDE DE VIGILÂNCIA POPULAR EM SANEAMENTO E SAÚDE. **Carta da Rede**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <<https://informe.ensp.fiocruz.br/secoes/noticia/45098/54045>>. Acesso em 11 jul. 2025

SILVA, Caroline Rodrigues da; FERNANDES, Stephany Araujo; CORRÊA, Vanessa Fernandes. Serviço social e movimentos sociais: aprendizados e desafios da extensão universitária voltada para defesa do direito à água e ao saneamento no Rio de Janeiro. In: **Anais do III Seminário Habitação na Amazônia e II Seminário Nacional Serviço Social e Habitação**. Belém (PA): Universidade Federal do Pará, Campus Belém, 2024. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/iii-seminario-habitacao-amazonia-ii-seminario-nacional-servico-social-habitacao/872487-servico-social-e-movimentos-sociais---aprendizados-e-desafios-da-extensao-universitaria-voltada-para-defesa-do-di>>. Acesso em 11 jul. 2025

SILVA, Caroline Rodrigues da; MORAIS, Larissa de Souza Ferreira de; FRANCISCO, Monica Santos. A extensão universitária no enfrentamento das mudanças climáticas e do racismo ambiental. **Em Pauta**: Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, p. 160-174, maio/ago., 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/rep.2024.84195>> Acesso em 11.jul.2025> Acesso em 11 jul. 2025

Realização:



Apoio:



## **CORPO-TERRITÓRIO ENTRE O URBANO E O RURAL: a periferia na ordem do capital**

Marília Magalhães Lima<sup>599</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a constituição do corpo-território periférico entre a urbanidade e a ruralidade, refletindo sobre a relação entre centro e periferia na ordem do Capital. A discussão aborda a formação histórica do território brasileiro, as marcas do colonialismo e do eurocentrismo, e como os processos de urbanização e exploração do trabalho estruturam desigualdades sociais e ambientais. A pesquisa se apoia em referências clássicas (Marx, Engels, Santos, Galeano) e atuais, problematizando as expressões contemporâneas da *questão social* nas periferias.

**Palavras-chave:** periferia; centro-periferia; corpo-território; capitalismo; Serviço Social.

**Abstract:** This article analyzes the formation of the peripheral body-territory between urbanity and rurality, reflecting on the relationship between center and periphery within the logic of Capital. It discusses the historical formation of the Brazilian territory, the legacies of colonialism and Eurocentrism, and how urbanization processes and labor exploitation shape social and environmental inequalities. The research draws on both classical (Marx, Engels, Santos, Galeano) and contemporary references, critically examining current expressions of the social issue in peripheral areas.

**Keywords:** periphery; center-periphery; body-territory; capitalism; Social Work.

### **Introdução**

Este texto integra o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre a temática do *corpo-território*<sup>600</sup> periférico dos distritos, com enfoque no município de Mariana, MG. A discussão busca elucidar as formas organizativas desses espaços na ordem do capital. Para tanto, o artigo resume e apresenta conclusões sobre o tema, trazendo considerações sintéticas com base no trabalho acadêmico.

A temática das periferias rurais é pouco abordada na academia. Nesse sentido, destaca-se que o capitalismo – enquanto modo de produção e reprodução das relações sociais – depende não apenas de corpos para seu funcionamento, mas também de territórios. A produção nesse sistema político, econômico e social ocorre a partir do cercamento dos territórios e da subjugação dos corpos para a extração de mais-valor por meio da força de trabalho, como demonstram as teorias marxianas e marxistas. Assim, é fundamental compreender como os corpos e territórios, indissociáveis, são periferizados sistemicamente, ou seja, quais são os corpos-territórios colocados em marginalização em relação aos centros de poder do capital (Marx, 2017).

Ao se falar de corpos, entende-se tudo aquilo que carrega vida. Em um território, existem corpos animais – humanos ou não –, árvores, rios, montanhas e outros elementos

<sup>599</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e reivindica o nome ancestral, Tacruk Borum-Kren.

<sup>600</sup> Este método de abordagem indigenista permite a compreensão da indissociabilidade dos seres com o espaço que compõem.

Realização:



Apoio:



que carregam riqueza social. Ao cortar árvores, obtém-se um produto comercializável; ao abrir uma montanha, ganha-se espaço para a produção de mercadorias ou para a extração de riquezas geológicas; ao subjugar o rio, este pode se tornar fonte de água potável ou via de escoamento de resíduos; ao subjugar os corpos humanos, extrai-se o trabalho – força vital humana que gera capital aos donos dos meios de produção. Ou seja, os corpos-territórios são convertidos, neste sistema, em produtos comercializáveis.

Nessa perspectiva, é necessário encarar os territórios periféricos como corpos residentes em completude que, assim como os corpos humanos, são utilizados no sistema como formas de valor – tanto de uso quanto de troca (Marx, 2017). Ao criar um espaço de produção, cria-se também um espaço de dominação: toda senzala deve ter uma casa-grande. Na ordem do capital dependente e periférico do Brasil, toda área habitada por trabalhadores está subordinada a um centro, de onde se exercem poderes legislativos para a manutenção do modo de produção capitalista. A criação desses espaços é orgânica ao sistema social, mas é preciso compreender como as periferias – urbanas e rurais – se relacionam com o centro de poder.

Para isso, é importante explicitar a relação entre centro e periferia. O centro, nos dicionários do português brasileiro é definido como aquilo que está centralizado, que se encontra no meio. A periferia, como seu antônimo, é marcada por aquilo que está à margem desse espaço central. No entanto, a partir do processo histórico que consolida o Brasil – perpassado pelas vivências originárias de Abya Yala<sup>601</sup>, pelos colonizadores europeus e pelas ancestralidades africanas –, o centro brasileiro residiu na Europa durante a era colonial, considerando a metrópole portuguesa como detentora da hegemonia do poder. Não é possível considerar que o centro de uma grande extensão territorial no continente americano tivesse seu “meio” nas margens do continente europeu. Portanto, a palavra centro, aqui, não possui raízes concretas, mas sim ideológicas (Dussel, 2005).

O centro de poder que se desenvolveu da Europa para o Brasil fez com que toda a extensão do território fosse perpassada pelas ideologias europeias, tornando-se um espaço eurocentrado nas ordens político-econômicas e sociais ditadas pelos povos embranquecidos. Posteriormente, a mestiçagem no país – provinda da violência contra mulheres racializadas de etnias indígenas e africanas – gerou o mito da miscigenação. Acreditava-se que o ato de gerar filhos com pessoas racializadas levaria a populações embranquecidas que “revolucionariam” a organização social dentro do sistema (Florestan, 2017), assim como ocorreram revoluções mestiças em outros países do continente, como demonstra Galeano (1986) em *As veias abertas da América Latina*. A tentativa de embranquecimento populacional foi um dos movimentos higienistas – fundamentado em teorias europeias sobre a “inferioridade” de outras raças – que visava à extinção e marginalização das populações indígenas e negras, que, ainda hoje, formam o corpo-território periférico junto a populações brancas empobrecidas no sistema capitalista.

Compreende-se, portanto, que o território periférico é formado pelos corpos periféricos. Assim, cabe demarcar como um território é periférico num país que tem, em sua constituição histórica, a marca da periferia em relação à Europa centralizada na história mundial (Dussel, 2005). O encontro com o “Novo Mundo” proporciona novos caminhos para a história e o povo que a conduz, inclusive o apagamento do “Velho Mundo” – o cosmos originário existente antes das grandes navegações. Desde esse encontro com os europeus, Abya Yala foi vista como mercadoria: as riquezas do espaço foram exportadas por meio do trabalho escravizado dos corpos periféricos, construindo a riqueza europeia e a modernidade capitalista.

Territórios cercados, tidos como propriedades, foram expropriados dos nativos e explorados com o uso da mão de obra escravizada desses povos e dos africanos. Essas formas de produção colonial abriram as portas para o modo de produção capitalista, assim como para as ideologias modernas usadas para subjugar os corpos considerados

<sup>601</sup> Da língua Kuna, Abya Yala designa o continente nomeado América, reconhecendo, primordialmente, a vivência indígena no espaço.

Realização:



Apoio:



“primitivos”. Em suma, esse é o contexto que move a história mundial e conforma os corpos-territórios periféricos, tanto os que constroem o espaço urbano quanto o rural. A divisão do espaço, nesse sentido, é uma forma de o sistema social compreender os processos de produção e reprodução da vida, bem como promover a extração cada vez mais eficiente e em maiores quantidades da riqueza do corpo-território.

## Desenvolvimento

Somente a partir dessas considerações iniciais é possível apresentar a relação das periferias, tanto urbanas quanto rurais, na ordem do capital, uma vez que ambos os espaços são constituídos por seres vivos atravessados pelo sistema político, econômico e social, que produz e reproduz ideologias de destruição da natureza, gerando a crise climática no *espaço-tempo presente* (Pataxó, 2024).

A temática da crise climática tem se intensificado, assim como as preocupações com a sustentabilidade do modo de produção e consumo na sociedade. Esse processo é mediado por instituições que, alinhadas aos interesses da acumulação capitalista, visam primordialmente à mitigação das problemáticas causadas, sem romper com o modelo vigente. A questão ambiental aparece associada ao movimento de acumulação das riquezas naturais pelos grandes proprietários de terras. Na transformação do corpo-território em valor de uso e de troca, a mercadoria que gera capital formata o espaço conforme as necessidades de exploração dos bens naturais, seja nas aberturas para monocultura, pastagem, mineração ou construção urbana.

Esses bens naturais, expropriados do corpo-território, geram problemáticas para além do campo das ideias: aparecem no cotidiano na forma da destruição ambiental. Ao extrair riquezas naturais sem considerar o tempo de regeneração da terra, esta se degrada. Esse é o movimento concreto que promove as mudanças climáticas, num contexto em que a cultura hegemônica incentiva o consumo em um sistema econômico que produz de acordo com a oferta e a demanda. Quanto maior o consumo, maior a produção e, consequentemente, o desperdício – expresso na obsolescência programada. É necessário compreender não apenas como se produz nesse sistema, mas também como se consome. Nesse sentido, explicitam-se os momentos de produção do sistema capitalista que determinam a questão urbana, agrária e ambiental. Contudo, é importante destacar que a produção nesse sistema é empreendida na lógica de acumulação de capital por uma pequena parcela populacional. Sem a distribuição social da riqueza, o capital não apenas reproduz, como gera relações desiguais. O processo de constituição dos “Estados Unidos do Brasil”, nos termos modernos, transforma o campo e a cidade em espaços territorializados, ou seja, demarcados pela propriedade da produção. Isso aprofunda a “concentração de terras e de riquezas, engendrando formas de especulação fundiária e imobiliária nas cidades, aprofundando as desigualdades entre as classes sociais, tanto no campo quanto nas cidades, e intensificou o uso predatório da natureza” (GTP, 2012, p. 463).

O espaço categorizado como território é transformado em um meio para um fim – sendo a finalidade a extração de riquezas de maneiras não sustentáveis ao planeta. A destruição massiva do meio ambiente retrata os espaços agrários e urbanos como produtores mercadológicos, pois “os espaços agrário e urbano moldados essencialmente para potencializar a acumulação de capital, suas formatações articulam os diferentes momentos do modo capitalista de produzir” (Barros; Guimarães, 2019, p. 105). Os espaços organizados entre agrário e urbano proporcionam não apenas momentos produtivos diversos na ordem do capital, mas também vivências distintas.

Assim, para avançar no debate, é necessário apresentar que as regiões agrícolas são determinadas, predominantemente, pela vida rural, também associada ao campo. Esse espaço é voltado a atividades econômicas relacionadas à agroindústria – agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura. Em sua constituição, possui características urbanas – de acordo com a necessidade social, tanto na fabricação quanto na venda de produtos – e

Realização:



Apoio:



rurais nas “atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo grau de versos, dessas atividades” (Santos, 1993, p. 67).

As regiões urbanas, por sua vez, marcam a vivência nas cidades, seja nos centros de poder ou nas periferias. Sua atividade econômica tem por enfoque as indústrias manufatureiras, que fabricam produtos intermediários ou bens e serviços para uso imediato. Essa divisão não impede que áreas agrícolas possuam estruturas urbanas e que, nas cidades, haja espaços de agricultura; porém, as vivências diferenciam-se de forma materialista histórico-dialética. Santos (1993, p. 67), em *A urbanização brasileira*, afirma: “A região urbana tem sua unidade devida sobretudo à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território”.

Ou seja, a vida rural demonstra maior contato com a natureza, uma vez que o momento de produção agrária depende de espaços de pastagem para animais e plantações – seja na agricultura familiar, seja na produção massiva de alimentos ou produtos minerados. Enquanto isso, a vida urbana é marcada pelas grandes cidades, com o momento produtivo concentrado na fabricação e no consumo de bens e serviços.

A dicotomia apresentada evidencia diferenças econômicas entre os espaços, que, conseqüentemente, determinam as vivências. Engels (apud Barros; Guimarães, 2019, p. 106) apresenta a “urbanização capitalista como instrumento particular de segregação social”. O autor, analisando o fim do século XIX na Inglaterra, mostra como a habitação da classe trabalhadora nas cidades revela exclusão e discriminação, explicitando o status de poder de uma classe sobre outra. Ou seja, a forma de viver é apresentada como um instrumento de hierarquização.

Nos centros urbanos, observa-se uma sociabilidade perpassada pelo acesso aos bens públicos e privados essenciais – saúde, lazer, trabalho. Em contraste, nas periferias, os trabalhadores assalariados, colocados à margem, enfrentam não apenas vulnerabilidade econômica – ocupando a base hierárquica – mas também dificuldade de acesso aos bens capitalistas. Nesses espaços, é comum a falta de água potável e saneamento básico; as habitações, muitas vezes, estão em áreas de risco e vulnerabilidade, sujeitas a alagamentos, enchentes e deslizamentos, além da dificuldade de acesso a serviços de saúde, lazer e empregabilidade, entre outros reflexos da questão social.

Esse movimento está ligado ao modo de produção, que explora a força de trabalho e o espaço de vivência para conversão em capital. Assim, “a natureza periférica, como um meio para obtenção de recursos destinados à acumulação de capital, é retirada e exportada para este centro” (Lima, 2025, p. 26). O Estado, como mediador do poder, deveria converter a riqueza retirada em capital social, mas, mediado pelos interesses da burguesia, não o faz, mantendo o sistema centro/periferia e suas contradições.

Santos (1993, p. 39) explica o sistema centro/periferia, destacando o movimento cíclico de crescimento e periferização:

Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema do acesso à terra e habitação se acentua. Mas o déficit de residências também leva à especulação e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano.

Ou seja, quanto mais as cidades crescem, maior a dificuldade dos corpos periféricos serem integrados ao sistema. De fato, a subsistência em espaços elitizados se torna inviável, ampliando as áreas periféricas. Esse movimento dá função social às favelas e ocupações, que acolhem trabalhadores empregados para a construção dos centros elitizados. As pessoas periferizadas precisam acessar os centros de poder em busca de trabalho, saúde, lazer e outros bens e serviços, mesmo sem senso de pertencimento e em situação de pauperização constante.

Nas periferias, é possível notar áreas irregulares, com riscos ambientais. As moradias dessas populações apresentam fragilidades construtivas e estão sujeitas a movimentos gravitacionais de massa em busca de condições de vida qualitativas (Silva, 2023). Os órgãos

Realização:



Apoio:





governamentais demonstram seu direcionamento político-econômico ao negligenciar essas moradias, concentrando seus “esforços principalmente no período pós-desastre, com a maior parte dos investimentos em reconstrução e reabilitação” (Silva, 2023, p. 21).

Na política de habitação, o território é uma “necessidade básica fundamental e inalienável” (Abreu, 2015, p. 2013), mas também revela a complexidade da mercadoria “moradia”. Abreu (2015, p. 2013), em sua tese *Território, política social e serviço social no contexto do social-liberalismo*, afirma que a construção sócio-histórica do Brasil evidencia desigualdade social profunda na forma habitacional, uma vez que garantir que a política pública seja realizada em sua totalidade é um desafio ao produto mercantil e, conseqüentemente, ao próprio sistema que o reproduz. Apesar de ser um direito inalienável e uma necessidade básica, a moradia mercantilizada e inacessível revela a contradição do sistema (Abreu, 2015).

Dessa forma, é necessário compreender que a população periférica, pela especificidade da formação colonial, é caracterizada principalmente pela questão étnico-racial. As cidades, construídas de modo a centralizar o modelo europeu, representam uma estrutura de hierarquia e poder. Isso significa que a urbanização brasileira é higienizada como premissa de controle sanitário e político, com a expulsão da população racializada dos centros para a periferia (Barros; Guimarães, 2019).

As periferias enfrentam, assim, as maiores consequências das mudanças climáticas. Não é incomum encontrarmos notícias de destruição de áreas marginalizadas em função da produção predatória, como no crime do rompimento da Barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP Billiton, em 2015, que destruiu o subdistrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG). O mesmo ocorreu em 2019, em Brumadinho (MG), quando a barragem de rejeitos da Mina Córrego do Feijão, controlada pela Vale S.A., devastou a região metropolitana de Belo Horizonte.

Dessa forma, é inegável que a lógica do capital coloca em risco as condições de existência daqueles que dependem da venda de sua força de trabalho. Tal vulnerabilidade manifesta-se não apenas no âmbito empregatício — como evidenciam os inúmeros trabalhadores vitimados por crimes ambientais relacionados à mineração —, mas também no cotidiano, especialmente quando essas populações são alocadas em territórios marcados por habitações precárias e negligenciadas pelo poder público, frequentemente situadas em áreas ambientalmente degradadas.

O modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que expropria a força vital do trabalhador e da natureza, impede que os sujeitos periféricos se beneficiem plenamente daquilo que produzem. Esses trabalhadores consomem pouco, mesmo sendo os principais produtores. Suas vidas são atravessadas pelas expressões mais agudas da questão social, principalmente na forma da desigualdade. A degradação ambiental impõe às populações marginalizadas as consequências mais severas. Habitantes de zonas historicamente negligenciadas vivenciam, cotidianamente, as diversas precariedades do sistema.

É nesse contexto que se compreende a indissociabilidade entre corpos e territórios, os quais moldam as experiências periféricas. No caso específico de Minas Gerais, mais precisamente no distrito de Mariana, observa-se não apenas o histórico conflito colonial contra os povos indígenas Boruns, mas também o intenso fluxo de imigração europeia associado à imposição do trabalho escravizado sobre povos africanos e seus descendentes. Os distritos em torno da cidade foram cenário de lutas e resistência, materializadas nos quilombos. Ainda que essa memória exista, apenas um aquilombamento — a Vila Santa Efigênia — é oficialmente reconhecido pela Fundação Palmares, abrangendo também os subdistritos de Engenho Queimado, Castro e Embaúbas. Esses territórios, apesar de sua importância histórica e cultural, continuam enfrentando a ausência do Estado e a constante negação de direitos constitucionalmente assegurados desde o período colonial.

Os povos originários da região, os remanescentes Borum-Kren, seguem em processo de resistência por meio da etnogênese, buscando reafirmar e preservar suas tradições. Esses grupos, forçados à marginalização em função das violências históricas, se

Realização:



Apoio:



estabeleceram nos territórios periféricos como forma de sobrevivência.

Ademais, tais espaços também são habitados por populações embranquecidas e empobrecidas pelo sistema capitalista, como o chamado povo da roça — indivíduos despossuídos que, ainda assim, mantêm laços profundos com a terra. Destacam-se ainda os ciganos, frequentemente esquecidos, que transitam e se fixam ao longo dessas estradas e localidades.

As comunidades locais, portanto, são compostas majoritariamente por trabalhadores racializados, conforme apontam os dados oficiais. Atuando principalmente nas áreas da mineração, agricultura e artesanato, essas populações enfrentam barreiras significativas no acesso aos centros de poder, mas seguem organizadas na defesa de suas culturas, territórios e identidades étnicas.

## Considerações Finais

Neste artigo objetivo evidenciar a periferização como um movimento orgânico do capitalismo dependente no Brasil, vinculando-se às estruturas históricas de dominação colonial, ao racismo estrutural e à divisão centro-periferia. As periferias — urbanas e rurais — não são apenas espaços geográficos, mas corpos-territórios marginalizados, fundamentais para o funcionamento do sistema e, ao mesmo tempo, vítimas de sua lógica destrutiva.

Os impactos do capitalismo sobre populações periféricas, demonstra como a lógica de expropriação do trabalho e da natureza agrava desigualdades sociais e ambientais. A vivência nos distritos de Mariana (MG) se articulam às histórias de exploração colonial, a resistência quilombola e indígena e processos contemporâneos de exclusão. Apesar da invisibilidade estatal diante dessas comunidades, a luta por reconhecimento étnico e territorial (como no caso dos Borum-Kren e da Vila Santa Efigênia) se mostra como um movimento de transformação diante as comunidades marcadas pela racialização, pobreza e resistência cultural. Neste caminho, é deveras importante ressaltar também a presença de camponeses empobrecidos e ciganos, formando um panorama complexo de vivência periférica em constante enfrentamento com as estruturas do capital e do Estado.

Portanto, a análise indica não somente a urgência de políticas públicas que enfrentem as desigualdades territoriais e sociais, mas também de pesquisas que ampliem o debate sobre a vida nas periferias, principalmente, no contexto da assistência social que trabalha cotidianamente com as populações minoritárias em diretos.

## Referências

ABREU, Maria Helena Elpidio. **Território, política social e serviço social no contexto do social-liberalismo**. 2015. 312 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624093038/5\\_Dussel.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624093038/5_Dussel.pdf)>. Acesso em: 4 jun. 2025.

FERNANDES, Florestan. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2017.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. (Trad. Galeano Freitas). 22ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GRUPO TEMÁTICO DE PESQUISA (GTP) Questão agrária, urbana e ambiental e serviço social. Anexo 1: Ementa ampliada do GTP (2015–2016). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES(AS) EM SERVIÇO SOCIAL, 15, 2016, Ribeirão Preto (SP). **Anais [...]**. Ribeirão Preto: ABEPSS, ENPESS, 2016.

Realização:



Apoio:



MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital. (Trad. Rubens Enderle). 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARENHAS, Raquel Mota. **O canto do Antropoceno**: questão ambiental como emergência do espaço-tempo presente. 2024. 322 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, Ana Paula de Carvalho. **Retroanálise da ruptura de uma encosta natural no distrito de Cachoeira do Brumado, município de Mariana - MG**. 2023. 73 f. Monografia (Graduação em Engenharia Geológica) – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

Realização:



Apoio:



## DESLOCAMENTOS FORÇADOS E A PROTEÇÃO DOS MIGRANTES AMBIENTAIS À LUZ DA SUPREMACIA DO CAPITAL

Amanda Balbino Dias<sup>602</sup>

Bárbara Silva Ferreira<sup>603</sup>

Vitória Barros de Oliveira<sup>604</sup>

**Resumo:** Este trabalho busca compreender os deslocamentos forçados por razões ambientais e a proteção dos migrantes ambientais à luz da supremacia do capital. A partir de uma revisão bibliográfica crítica, discute-se a figura do migrante ambiental, marcada pela ausência de reconhecimento legal e pela dificuldade em distinguir fatores ambientais e socioeconômicos. A lógica capitalista intensifica as causas, impactos e vulnerabilidades da migração ambiental. Destaca-se a insuficiência da proteção jurídica atual, como a não inclusão desses migrantes na Convenção de Genebra de 1951.  
**Palavras-chaves:** deslocamentos forçados; migração ambiental; supremacia do capital.

**Abstract:** This study examines forced displacement due to environmental reasons and the protection of environmental migrants under the supremacy of capital. Through a critical bibliographic review, it discusses the figure of the environmental migrant, marked by a lack of legal recognition and the difficulty in distinguishing environmental from socioeconomic factors. Capitalist logic intensifies the causes, impacts, and vulnerabilities of environmental migration. The current legal framework's inadequacy is highlighted, such as the exclusion of these migrants from the 1951 Geneva Convention.

**Keywords:** forced displacement; environmental migration; supremacy of capital.

### Introdução

A temática dos deslocamentos forçados por questões ambientais e mudanças climáticas têm ganhado notoriedade na comunidade internacional, diante das consequências entre clima, meio ambiente e deslocamentos humanos. As mudanças climáticas afetam o modo de vida e as condições para existência digna, exigindo migração forçada. Seus efeitos se expressam por secas, inundações, terremotos, ciclones, enchentes, erosões, desabamentos e mudanças repentinas de clima, principalmente nos países em desenvolvimento. Nesse cenário, é crucial evidenciar causas e efeitos da degradação ambiental com a relação macrosocietária, considerando os aspectos econômicos e políticos em tempos de supremacia do capital, na qual os impactos sobre migrantes ambientais são agravados. Assim, é necessário identificar a existência de sistema jurídico internacional que garanta proteção às vítimas dos desastres ambientais, causados pelas mudanças climáticas.

Segundo as considerações de Quintanilha e Segurado (2020), nas discussões sobre a migração forçada decorrentes das mudanças climáticas, nota-se uma predominância de uma neutralidade com relação aos fatores socioeconômicos e políticos capitalistas. Sobre essa realidade, que o presente artigo tem como objetivo compreender os deslocamentos forçados por razões ambientais e a proteção dos

<sup>602</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: amanda.b.dias@ufv.br

<sup>603</sup> Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: barbara.ferreira1@ufv.br

<sup>604</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: vittoria.oliveira@ufv.br

Realização:



Apoio:



migrantes ambientais à luz da supremacia do capital, para atingir o objetivo mencionado, as discussões serão divididas por um caminho teórico metodológico que aborda a definição dos deslocamentos forçados, os dados quantitativos registrados pela UNHCR<sup>605</sup> e do Portal de Dados do *Internal Displacement Monitoring Centre* (IDMC), bem como a marginalização econômica e social dos deslocados.

Seguidamente, será realizada a relação intrínseca dos deslocamentos ambientais e a supremacia do capitalismo, sob uma perspectiva de que as dinâmicas de produção da ordem societária, ocasiona no aumento das crises climáticas, fator que resulta nos deslocamentos ambientais. Além disso, evidencia-se a existência de um projeto de classe hegemônica que destina de modo intencional, impactos no que diz respeito a precarização do trabalho, as sistemáticas violações dos direitos sociais e a criminalização dos migrantes ambientais que se tornam os “sem papéis” dentro dessa lógica.

Por fim, frente a esse cenário buscou-se realizar como dá-se a proteção dos migrantes ambientais no âmbito da proteção internacional, destacando a existência de iniciativas flexibilizadas de modo a garantir condições de proteção aos migrantes ambientais, ademais foram analisados os desafios legais e as lacunas persistentes na proteção internacional das pessoas afetadas por migrações de cunho ambiental.

### **Deslocamentos forçados**

O deslocamento forçado ocorre quando o movimento de uma pessoa de determinado país ou região é involuntário ou forçado, podendo ser motivado por situações de perseguição, conflitos, violência, ou por violações dos direitos humanos que podem advir de inúmeras causas, incluindo mudanças climáticas e desastres ambientais, como definido pela União Europeia (UE). Em meados de 2024, aproximadamente 122,6 milhões de pessoas foram submetidas a situações de deslocamento forçado em todo o mundo, pelas motivações mais diversas (UNHCR, 2024). Dentro deste dado alarmante, há inúmeras pessoas em busca de refúgio, mas é importante ressaltar que apenas aqueles que são reconhecidos pelo “país acolhedor” recebem a proteção internacional como refugiados de fato.

Segundo dados da Agência da ONU para Refugiados no Brasil (ACNUR), na última década, os eventos climáticos resultaram em média 21,5 milhões de novos deslocamentos a cada ano, se caracterizando mais que o dobro dos deslocamentos causados por violência e conflitos. A UNHCR traz que o deslocamento é uma das consequências da emergência climática, definida como crise dos tempos atuais e resultante das ações humanas, onde eventos climáticos como o aumento das emissões de gases de efeito estufa e o aumento da temperatura média na Terra são alguns dos impactos sentidos globalmente.

De acordo com o Portal de Dados do IDMC, cerca de 9,3 mil pessoas espalhadas por 94 países e territórios em 2024, foram vítimas dos deslocamentos internos causados por desastres ambientais. Este dado, embora sujeito à subnotificação, revela a dimensão global da crise climática, que já não pode ser tratada como uma ameaça futura, mas como uma realidade presente. É necessário fazer o recorte de que tais deslocamentos tendem a afetar de forma mais intensa as populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, escancarando as desigualdades ambientais e o desequilíbrio no acesso à proteção.

Molin, Christoffoli e Catelli na obra, *Os “estranhos” e “nós”: movimentos migratórios sob as lentes de Zygmunt Bauman* (2021), evidenciam que os movimentos migratórios, sejam eles voluntários ou, cada vez mais, forçados, assumem proporções

---

<sup>605</sup> A *The UN Refugee Agency* – UNHCR (em inglês) é o mesmo, em português, para Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR

Realização:



Apoio:





únicas. Bauman observa o movimento dos corpos entregues ao deslocamento e propõe categorias para entender essa dinâmica além das definições tradicionais de migrante ou refugiado. Ele destaca a dicotomia entre os locais, menos móveis e os globais, altamente móveis, ou, de forma mais pungente no contexto do deslocamento forçado, aqueles com raízes e os "estranhos", aqueles que chegam. Para Bauman, a globalização, marcada pela fluidez e o deslocamento do capital, acentuou as diferenças e as desigualdades.

As pessoas forçadas a se deslocar por conta dos desastres naturais, guerra, perseguição, fome ou pobreza extrema, ou as que se tornam "redundantes" economicamente pelo progresso global, frequentemente se encaixam em uma categoria subjugada e marginalizada que são caracterizados pelo estigma da rejeição e da pobreza, em oposição a aqueles com recursos para se mover livremente. Nesse cenário de desconfiança permanente e segregação, onde a diferença entre "eu" e "outro" é acentuada, os deslocados ambientais, já vulneráveis pelos impactos das mudanças climáticas e as desigualdades socioeconômicas, enfrentam o desafio adicional de serem percebidos e tratados como "estranhos" indesejáveis.

É nesse contexto que se evidencia a supremacia do capital e a negligência em garantir a proteção aos deslocados, tornando cada vez mais urgente a litigância climática, que segundo a definição de Guimarães e Durães (2024):

A litigância climática, por sua vez, refere-se ao uso dos tribunais e do sistema jurídico para responsabilizar os governos, empresas e outras entidades por suas ações ou omissões relacionadas às mudanças climáticas. A litigância climática tem como objetivo buscar justiça, compensação e medidas corretivas em relação aos danos causados pelas mudanças climáticas, incluindo os impactos sobre os refugiados ambientais (Guimarães; Durães, 2024, p. 2).

A litigância climática desempenha um papel indispensável na governança ambiental, atuando como um mecanismo fundamental para evitar retrocessos e exigir ações estatais no que tange a emergência climática, podendo gerar impactos diretos, que se efetivam por meio das mudanças formais nas legislações e políticas públicas, e impactos indiretos, que se manifestam através das mudanças comportamentais e normativas (Oliveira, 2024). Portanto, na medida em que as mudanças climáticas continuam a afetar o planeta e mais pessoas são deslocadas devido aos diversos eventos climáticos, a litigância climática em casos de deslocados ambientais desempenha um papel crucial na busca por justiça, responsabilização e proteção dessas pessoas vulneráveis.

## **Supremacia do capital**

Segundo as considerações de Singer (1980), fenômenos sociais deveriam ser compreendidos sob a ótica de fatores sócio-históricos. Desse modo, a análise de processos sociais por meio do materialismo histórico-dialético pressupõe o conhecimento dos aspectos da estrutura social e sua relação com as ações envolvidas. A partir dessa compreensão, o presente tópico visa determinar a relação intrínseca das mudanças climáticas com a dinâmica estrutural do modo de produção capitalista, sendo um produto da lógica de acumulação e maximização de lucros incessante inerentes a esse sistema, uma vez que segundo a concepção de Guilherme Foladori (2001), "é impossível entender os problemas de depredação e poluição sem prestar atenção às tendências econômicas" (Foladori, 2001, p. 164).

As mudanças climáticas que emergem na conjuntura atual, têm a sua raiz histórica com a constituição da economia da barbárie, que atualmente conta com a sua

Realização:



Apoio:



expressão mais evidente, a partir do advento do neoliberalismo<sup>606</sup>, como evidenciado por Giovinazzo Júnior e Mucache (2023). Historicamente, o processo de desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista e a sua acumulação de riquezas deu-se em detrimento da destruição dos sistemas ecológicos, a degradação ambiental e a degeneração da qualidade de vida da população.

No entanto, pode-se compreender que as interações humanas com o meio ambiente não são algo recente. Tais transformações se adensam a partir da emergência da propriedade privada, da busca pelo lucro e da lógica do mercado. Nesse cenário, é crucial considerar que, em momentos de crises econômicas e sociais cíclicas dessa sociabilidade, a demanda e a pressão sobre os recursos naturais tendem a se intensificar. Sobre as crises econômicas, a partir das considerações de Marx (2013), elas expressam suas contradições mais intensas acerca da exploração do trabalho.

Os processos intensivos de exploração do meio ambiente ocorrem especialmente por parte de empresas multinacionais, cujos negócios se baseiam em uma lógica extrativista, intensiva e extensiva, na qual a exploração do meio ambiente, por meio do desmatamento e poluição dos rios, acontece de maneira predatória, muitas vezes sem impedimento legal, cultural ou político, visando esgotar todos os recursos de interesse presentes naquele território (Giovinazzo Júnior; Mucache, 2023, p. 202)

Conforme Costa (2014), às demandas por mais matérias primas e fontes de energia cruciais para o processo produtivo, garante a elevação da quantidade de rejeitos “metabólicos”, como metais pesados, radioativos, aerossóis e gases de efeito estufa. É nessa fase do capitalismo, que em decorrência das ações exploratórias, que o aquecimento global ganha contornos tão evidentes, além da diminuição da camada de ozônio. Essas desregulações podem ocasionar em eventos climáticos extremos, como furacões, enchentes, tsunamis, secas e entre outros, ou de modo paulatino, como processos de degradação ambiental gradual, como elevação do nível do mar, poluição do ar e da água e desertificação do solo.

Diante desse cenário de degradação ambiental acelerada, surge o fenômeno dos migrantes ambientais, caracterizados como um reflexo da crise climática. Os efeitos desses desastres ambientais acarretam impactos significativos para a população atingida. Contudo, é importante destacar que os efeitos da crise climática, embora atinja todos, não se dá de maneira homogênea. A partir do reconhecimento de populações mais suscetíveis a este fenômeno tem-se que destacar a desproteção estatal frente a essa realidade, Saliba e Valle (2017) apontam que: “Ainda que certas populações marginalizadas tendem a sofrer mais com as consequências de desastres e degradações ambientais, há de se demonstrar um nexos verdadeiro entre tal sofrimento e uma efetiva recusa do Estado em prestar assistência ao grupo” (Saliba; Valle, 2017, p.16).

Entre os mais afetados por esses desastres ambientais, segundo as estimativas, são as populações mais subalternizadas, como apontado por Ojima e Nascimento (2008). Nesse cenário de grupos sociais que são mais acometidos pelas mudanças climáticas, a relação intrínseca das discussões acerca do racismo ambiental também torna-se crucial para a análise. Segundo Bernardino (2021), o racismo ambiental pode ser compreendido como processos de discriminação de populações periféricas ou grupos étnicos que sofrem os efeitos da degradação ambiental. Para Bullard (2004):

O racismo ambiental refere-se a qualquer política, prática ou diretiva ambiental que afete de forma diferenciada ou prejudique (intencionalmente ou não)

---

<sup>606</sup> De acordo com as contribuições de Muchache e Júnior (2023, p. 201), “o objetivo do programa político neoliberal é maximizar o lucro, sem a preocupação de satisfazer as necessidades das populações – nele progride, sem freios, as tendências que promovem as desigualdades sociais e a marginalização social.

indivíduos, grupos ou comunidades com base na raça ou cor. O racismo ambiental é reforçado por instituições governamentais, legais, econômicas, políticas e militares. Este tipo de racismo combina com políticas públicas e práticas da indústria para fornecer benefícios para os países do Norte enquanto transferir custos para os países do sul (Bullard, 2004, p. 3, tradução nossa).

Essa ausência de assistência por parte do Estado relaciona-se com o fato de como a migração ambiental, em um contexto de supremacia do capital, caracteriza-se como um processo de expulsão que determina a privação dos meios de subsistência e de produção desses grupos socialmente excluídos. Essa situação tem o seu agravamento pela violência sistêmica ou por meio das catástrofes que colocam em risco as condições simbólicas e materiais dos grupos em um contexto dos seus lugares de origem, resultando em um “colapso real da ordem social”.

Nesse sentido, a desassistência estatal em relação ao fenômeno dos migrantes ambientais não são meras falhas conjunturais, mas sim reflexos diretos da supremacia do capital, uma vez que segundo Quintanilha e Segurado (2020), há uma existência e predominância de um projeto de classe que tem o principal objetivo de garantir a concentração de que riqueza das classe capitalista, através das transnacionais às custas do desmantelamento das economias nacionais e a precarização das condições de vida e trabalho de um contingente de sujeitos.

Diante dos processos de reestruturação do capital, há uma crescente demanda por força de trabalho qualificada e não qualificada. Portanto, é importante ressaltar ainda que os migrantes ambientais ao residir em outros países, podem ser acometidos à condições de trabalho subalternizantes, na qual a sua força de trabalho é submetida a processo de superexploração, fator que favorece o mercado interessado na mão de obra precarizada.

## **Migrantes ambientais**

Segundo Saliba e Do Valle (2017), o fenômeno da migração motivada por fatores ambientais é recorrente na história humana. No entanto, ainda não é possível determinar uma definição clara e universalmente aceita da expressão “migrantes ambientais”, mesmo que dados apresentados anteriormente neste artigo mostrem sua relevância. Nesse sentido, os autores discutem como a expressão “migrantes ambientais” carrega diversas definições próprias de pesquisadores da área e organizações diferentes, contribuindo para uma inexistência de uma definição bem consolidada. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) em seu Glossário de Migração define:

Migrante ambiental é a pessoa ou grupo(s) de pessoas que, predominantemente por razões de mudanças súbitas ou progressivas no meio ambiente que afetam negativamente suas vidas ou condições de subsistência, são obrigadas a deixar seus locais de residência habitual, ou optam por fazê-lo, temporariamente ou permanentemente, deslocando-se de dentro ou fora de seu país de origem (Sironi; Bauloz; Emmanuel, 2019, p. 65, tradução nossa).

Destaca-se que esta é uma definição de trabalho da OIM e não cria uma nova categoria legal. No entanto, a partir dessa definição, é possível estabelecer uma relação com os dados apresentados na seção 2, os quais evidenciam que, em 2024, aproximadamente 122,6 milhões de pessoas foram submetidas a deslocamentos forçados em todo o mundo, sendo os eventos climáticos responsáveis por mais de 21 milhões de novos deslocamentos anuais, superando os causados por conflitos e violência (UNHCR/ACNUR, 2024).

Tais números representam uma forma específica de deslocamento por desastres, se encaixando na definição mais ampla de migração ambiental proposta pela

Realização:



Apoio:



OIM. Isso porque as pessoas forçadas a se mover internamente devido a esses desastres constituem, de fato, uma categoria de "migrantes ambientais" que não cruzaram uma fronteira internacional. Dessa forma, opta-se por adotar este conceito neste trabalho justamente por seu caráter abrangente, que permite incluir diferentes formas de mobilidade induzida por fatores ambientais, especialmente aquelas que não se enquadram nas categorias legais tradicionais.

Dentre as diversas definições da expressão "migrantes ambientais", ressalta-se a dificuldade de distinguir "migrantes ambientais" de "migrantes econômicos", visto que situações de condições desfavoráveis de vida e dificuldades financeiras são consequências de desastres e degradações ambientais, especialmente em casos de degradação ambiental lenta, nos quais se considera que outros fatores socioeconômicos fortemente influenciam a opção pela migração (Saliba; Do Valle, 2017).

Contudo, reconhece-se que há uma indissociabilidade entre fatores socioeconômicos e ambientais na produção de fluxos migratórios, especialmente sob o sistema capitalista. Segundo Quintanilha e Segurado (2020), a definição jurídica do refúgio se mostra insuficiente para alcançar outras faces do deslocamento forçado de milhões de pessoas, a exemplo do crescente número de refugiados ambientais e do que a visão dominante convencionou chamar de "migrantes econômicos", um eufemismo dos Estados e dos organismos internacionais de direitos humanos.

O ACNUR em seu relatório, *Sem Escapatória: na linha de frente das mudanças climáticas, conflitos e deslocamento forçado* (ACNUR, 2024), aprofunda a compreensão sobre como os impactos das mudanças climáticas são um fator de deslocamento, frequentemente interligado a conflitos e vulnerabilidades preexistentes, o que resulta em "deslocamento forçado". O relatório destaca que não se trata de uma nova categoria de migrantes, mas de como os impactos climáticos exacerbam as causas existentes de deslocamento e afetam as populações já vulneráveis ou deslocadas.

Para além, apresenta-se dados que ilustram a interseção entre mudanças climáticas, conflitos e deslocamento forçado. Segundo ACNUR (2024), três quartos dos mais de 120 milhões de deslocados forçados globalmente residem em países severamente impactados pelas mudanças climáticas e metade dessas pessoas deslocadas encontram-se em locais que são simultaneamente afetados por conflitos e riscos climáticos. Ademais, a disparidade no financiamento para adaptação climática é acentuada, onde estados extremamente frágeis recebem uma quantia significativamente menor (cerca de US\$ 2 per capita) em comparação com estados não frágeis (US\$ 161 per capita). Além disso, mais de 90% do investimento nos estados frágeis é direcionado para as capitais, deixando as áreas mais vulneráveis com pouca ou nenhuma assistência.

Dessa forma, a separação entre migração ambiental e econômica ignora as causas estruturais do deslocamento forçado, que são profundamente enraizadas na crise multidimensional do capitalismo contemporâneo, onde a busca por lucro e a exploração do meio ambiente e da força de trabalho são elementos indissociáveis na geração de vulnerabilidades e na obrigação dos movimentos humanos. Assim, o meio ambiente não é um fator isolado, mas uma esfera intrinsecamente ligada às dinâmicas de produção e acumulação capitalista, cujas consequências diretas impulsionam a migração (Quintanilha; Segurado, 2020).

## **Proteção de migrantes ambientais**

Como tentativa de gerar respostas eficazes a migração e ao deslocamento induzidos pelo clima, existem iniciativas como o Plano Estratégico do ACNUR para Ação Climática (2024-2030) e o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular (GCM), sendo este o primeiro acordo intergovernamental da ONU que abrange todas as dimensões da migração internacional. Ambos, sugerem uma preferência por

Realização:



Apoio:



adaptar e flexibilizar as ferramentas migratórias existentes por meio de uma interpretação mais ampla das causas subjacentes à perseguição ou à necessidade de proteção, em vez de criar um novo status legal, o que tem implicações políticas significativas e mais razoáveis para os Estados. Essa abordagem, ainda que pragmática, não elimina a necessidade de refletir sobre os desafios legais e lacunas na proteção internacional de pessoas afetadas por migrações ambientais.

Segundo Pacífico e Gaudêncio (2014), há uma ausência de reconhecimento legal e proteção jurídica específica para a categoria de pessoas deslocadas por causas ambientais. Os autores discorrem sobre como a Convenção de Genebra de 1951 e seu Protocolo de 1967 não consideram a temática ambiental como uma das causas que possibilitam ao migrante forçado o requerimento do status de refugiado, uma vez que, a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951, p. 29) define refugiado como:

Todo aquele que, temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

Nesse sentido, Jungo (2016) traz que a concessão do status de refugiado, assegura a integração ao país de acolhida ou em terceiro país, lhes garantindo assistência material e jurídica, proibição do retorno forçado ao Estado de origem ou procedência (princípio do non refoulement – “não devolução”) e o direito de retorno com a devida segurança, além das obrigações legais contidas no direito interno de cada Estado signatário. Tratando-se de uma gama de direitos que só o reconhecimento do status de refugiado pode garantir às vítimas de migrações forçadas.

Saliba e Do Valle (2017) discutem sobre as exigências que fazem com que os migrantes ambientais não se enquadrem nesta definição de refugiados da Convenção de 1951. Dando destaque ao requisito de “perseguição” que geralmente não é comprovado na migração ambiental, onde mesmo com a omissão governamental em infraestrutura para desastres ambientais não é considerada perseguição, a menos que haja “negligência deliberada do Estado embasada em raça, religião, nacionalidade, opinião política ou grupo social”.

Além disso, a limitação do termo “refugiado” apenas utilizado na definição específica da Convenção de 1951 e seu Protocolo de 1967, demonstra uma excessiva restrição jurídica e falta de mobilização política e filosófica quanto ao tema, implicando no desamparo e desproteção de milhões de pessoas vítimas dessas circunstâncias de migrações forçadas por motivos ambientais (Jungo, 2016). Ainda assim, o termo “refugiado ambiental” continua sendo amplamente empregado como forma de chamar atenção para a situação de vulnerabilidade desse grupo, entretanto, a abordagem não gerou resultados efetivos, visto que, mesmo após mais de 40 anos da criação da expressão esses migrantes permanecem sem status legal próprio ou uma proteção internacional específica e consistente (Saliba; Do Valle, 2017).

A partir dessa realidade, Saliba e do Valle (2017) apresentam medidas provisórias e direcionadas a apenas certos casos concretos que Estados esparsos adotam para lidar com a situação de migrantes ambientais. No entanto, observa-se que a maioria dessas medidas presume um grande fluxo de migrantes em curtos períodos, o que limita significativamente seus impactos sobre os afetados por condições ambientais adversas de longo prazo, fazendo com que essas mínimas proteções que existem sejam temporárias.

Por fim, ressalta-se que migrantes ambientais, apesar de necessitarem de uma proteção internacional adequada, de acordo com os números apresentados, não possuem reconhecimento jurídico efetivo. Além disso, a migração e o deslocamento

Realização:



Apoio:





ambiental são fenômenos complexos e multifacetados, tanto por sua indeterminação conceitual quanto por sua escala crescente, o que, de qualquer forma, exige uma resposta global coordenada. Ressalta-se que o fator decisivo dos deslocamentos ambientais não é um acontecimento isolado, pois eles necessitam migrar por uma multicausalidade de fatores ocorridos no meio ambiente, como políticos, econômicos, sociais, religiosos, culturais, entre outros, embora o fator ambiental seja o preponderante (Pacífico; Gaudêncio, 2014).

## Conclusão

Considera-se que o deslocamento forçado, tradicionalmente associado a perseguição, conflitos e violência, também é motivado por violações dos direitos humanos que advêm de inúmeras causas, incluindo mudanças climáticas e desastres ambientais. Desse modo, embora a expressão "refugiados ambientais" seja amplamente utilizada para chamar atenção para a vulnerabilidade desse grupo, há uma dificuldade na determinação de uma definição clara e universalmente aceita, apesar da relevância do fenômeno.

Crucialmente, a Convenção de Genebra de 1951 e seu Protocolo de 1967 não consideram a temática ambiental como causa para o requerimento do status de refugiado. Essa ausência de reconhecimento legal e proteção jurídica específica para a categoria de pessoas deslocadas por causas ambientais implica na privação de uma gama de direitos que o reconhecimento do status de refugiado poderia garantir às vítimas, como a proibição do retorno forçado (princípio do *non-refoulement*).

Entende-se que o contexto dos deslocamentos ambientais está intrinsecamente ligado à supremacia do capital, onde a lógica da acumulação e maximização de lucros inerente ao sistema capitalista se relaciona com as mudanças climáticas e a produção de fluxos migratórios. Pessoas forçadas a se deslocar por desastres naturais, entre outras causas, frequentemente lidam com o estigma da rejeição e da pobreza, assim, atingidos pelos impactos das mudanças climáticas e desigualdades socioeconômicas enfrentam o desafio adicional de serem percebidos e tratados como "estranhos" indesejáveis.

Nesse sentido, a dificuldade em diferenciar "migrantes ambientais" de "migrantes econômicos" negligência a indissociabilidade desses fluxos no contexto do sistema capitalista, apresentando-se como uma ideologia da naturalização dos fenômenos sociais, incluindo as generalizações e preconceitos quanto às características dos indivíduos, aparecendo como uma forma de controle do Estado, para gerir e conter os processos migratórios e garantir a reprodução do capital monopolista (Santos, 2016).

Portanto, diante do crescente número de deslocados ambientais, a definição jurídica do refúgio demonstra ser insuficiente para abranger essa realidade. Embora iniciativas como o Plano Estratégico do ACNUR para Ação Climática e o Pacto Global para a Migração tenham surgido para adaptar ferramentas existentes em vez de criar um novo status legal, e a litigância climática surja como ferramenta para buscar justiça e responsabilização, a migração ambiental é um fenômeno complexo e multifacetado que exige uma resposta global coordenada, dada sua indeterminação conceitual e escala crescente.

Por fim, conforme Jesus (2014), não se deve esperar por conflitos, desastres naturais ou outros eventos ambientais para elaborar medidas que minimizem os efeitos dos deslocamentos. O desenvolvimento de ferramentas jurídicas pode estabelecer normas que atribuam responsabilidades tanto aos países receptores quanto aos causadores dos eventos. Além disso, é fundamental construir valores como tolerância, hospitalidade e solidariedade, promovendo a dignidade por meio da aceitação, do acesso equitativo aos recursos naturais e da compensação quando houver

Realização:



Apoio:



comprovação da responsabilidade estatal, sobretudo em relação a países economicamente vulneráveis.

## Referências

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS - ACNUR. **Plano Estratégico para Ação Climática 2024-2030**. Brasília: ACNUR, 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/sites/default/files/2024-10/plan-estrategico-para-la-accion-climatica-2024-2030.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS - UNHCR. **Refugee statistics**. Genebra: UNHCR, s/d. Disponível em: <https://www.unhcr.org/refugee-statistics>. Acesso em: 07 jun. 2025.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS - ACNUR. **Sem escapatória**: na linha de frente das mudanças climáticas, conflitos e deslocamento forçado. Genebra: ACNUR, nov. 2024.

BULLARD, Robert. D. **Environment and morality**: confronting environmental racism in the United States. United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD) Identities, Conflict and Cohesion Programme Paper, n. 8, oct., 2004.

CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS. Concluída em Genebra em 28 de julho de 1951. Entrada em vigor em 22 de abril de 1954. **Série Tratados da ONU**, n. 2545, v. 189, p. 137. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf). Acesso em: 5 jun. 2025.

COSTA, Alexandre Araújo. Sobre crise ecológica, violência e capitalismo no Século XXI. **Os mil nomes de Gaia**: do Antropoceno à Idade da Terra. Rio de Janeiro. v. 9, 2014.

FOLADORI, Guilherme. **Limites do desenvolvimento sustentável**. (Trad. Marise Manuel). Campinas: Ed. UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

GIOVINAZZO JÚNIOR, Carlos Antônio; MUCACHE, Cornélio Raimundo. A economia da barbárie, raiz da crise socioambiental, e as mudanças climáticas: o papel da educação ambiental no paradoxo entre o progresso econômico e a produção da catástrofe. **REMEA** - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 40, n. 3, p. 197-217, 2023.

GUIMARÃES, Emanuelle de Castro Carvalho; DURÃES, Marilene Gomes. Os deslocados pelas mudanças climáticas: a importância da litigância climática para os refugiados ambientais. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, Caxias do Sul, v. 14, n. 2, p. 1-13, 2024. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/13353>. Acesso em: 7 jun. 2025.

JESUS, Tiago Schneider de. **Um novo desafio ao direito**: deslocados/migrantes ambientais. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014

JUNGO, Kamilla. Desafios para o reconhecimento dos refugiados ambientais no Sistema de Proteção Internacional. **Travessia** - Revista do migrante, [S. l.], v. 29, n. 79,

Realização:



Apoio:



p. 51–74, 2016. Disponível em:  
<<https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/57>>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MARX, Karl. **O capital**. v.1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOLIN, Elisiane Dondé Dal; CHRISTOFFOLI, Angelo Ricardo; CASTELLI, Yasmin Lenz Piccoli. Os “estranhos” e “nós”: movimentos migratórios sob as lentes de Zygmunt Bauman. **Contemporânea**, v. 11, n. 1, p. 153–175, jan./abr., 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.31560/2316-1329.111.6>>. Acesso em: 06 jul. 2025.

OJIMA, Ricardo; NASCIMENTO, Thais Tartalha do. Meio ambiente, migração e refugiados ambientais: novos debates, antigos desafios. *In*: **Anais do IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade**, 2008.

OLIVEIRA, Letícia Marinho de Andrade. **A litigância climática como um mecanismo para a governança climática**: impactos regulatórios das ações baseadas em argumentos de direitos humanos. 2024. 100 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU). **Pacto global para uma migração segura, ordenada e regular**. Genebra: ONU, 2018. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/migration/global-compact-safe-orderly-and-regular-migration-gcm>>. Acesso em: 5 jun. 2025.

PACÍFICO, Andrea Pacheco; GAUDÊNCIO, Marina Ribeiro Barboza. A proteção dos deslocados ambientais no regime internacional dos refugiados. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 22, n. 43, p. 133–148, jul. 2014.

QUINTANILHA, Karina; SEGURADO, Rosemary. Migração forçada no capitalismo contemporâneo: uma análise dos fluxos e da nova Lei de Migração no Brasil em crise. *In*: BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. (org.). **Migrações em expansão no mundo em crise**. São Paulo: EDUC, 2020. p. 85-122

SALIBA, Aziz Tuffi; VALLE, Mariana Ferolla Vallandro do. A proteção internacional dos migrantes ambientais. **Revista de Informação Legislativa - RIL**, v. 54, n. 213, p. 13-37, jan./mar. 2017.

SANTOS, Cleusa. **Assistente social no combate ao preconceito: Xenofobia**. (Caderno 5). Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, 2016.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. *In*: Moura, Hélio. (org.). **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

SIRONI, Alice; BAULOZ, Céline; EMMANUEL, Milen. (eds.). **Glossary on migration**. International Migration Law, n. 34. Geneva: International Organization for Migration - IOM, 2019.

UNIÃO EUROPEIA, **Deslocamento Forçado**. Disponível em: <[https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/migration-and-forced-displacement/forced-displacement\\_en#refugees-asylum-seekers-and-stateless-people](https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/migration-and-forced-displacement/forced-displacement_en#refugees-asylum-seekers-and-stateless-people)>. Acesso em: 7 de jun. 2025.

Realização:



Apoio:



## CONSIDERAÇÕES SOBRE A FACE OCULTA DA PESCA ARTESANAL NO BRASIL

María Fernanda Escurra<sup>607</sup>

**Resumo:** Este trabalho, tendo como referência um levantamento bibliográfico e documental, destaca algumas considerações sobre a face oculta da pesca artesanal no Brasil. Com base em uma sucinta recuperação histórica da pesca e de seu desenvolvimento no Brasil, observa-se certa invisibilidade que a pesca artesanal possui como traço característico. Procura-se mostrar o seu papel social e econômico relevante, assim como o conceito de populações tradicionais. Conclui-se, com base no seu papel relevante, que as pescadoras e os pescadores artesanais são considerados povos e comunidades tradicionais, porém fica evidente que apesar de ser uma atividade existente no passado, também é presente e futura em curto, médio e longo prazo.

**Palavras-chave:** Pesca artesanal. Comunidades tradicionais. Histórico. Invisibilidade. Brasil.

**Abstract:** This paper, based on a bibliographical and documentary review, highlights some considerations regarding the hidden face of artisanal fishing in Brazil. Through a brief historical overview of fishing and its development in the country, it identifies a characteristic invisibility associated with artisanal fishing. The study aims to demonstrate its significant social and economic roles, as well as discuss the concept of traditional populations. It concludes that, given their important contributions, artisanal fishers are recognized as traditional peoples and communities. Nevertheless, it becomes evident that artisanal fishing, while rooted in the past, remains a vital activity in the present and will continue to be so in the short, medium, and long term.

**Keywords:** Artisanal fishing. Traditional communities. History. Invisibility. Brazil.

### Introdução

Este trabalho apresenta alguns aspectos julgados relevantes sobre a pesca artesanal, com base em levantamento bibliográfico e de documentos sobre o tema. Concorde-se com Silva (1988, p. 13) quando afirma que desvendar a “face oculta do Brasil significa considerar grupos sociais inteiros que, tradicionalmente, sempre estiveram presentes mesmo que, por trás da casa grande ou da senzala, como o são os pescadores artesanais”.

Nessa perspectiva, como de forma oportuna lembra Martins (1989), para não empobrecer a interpretação da realidade é preciso reconhecer a existência da diversidade interna das classes e dos grupos subalternos. Assim sendo, o autor ressalta a necessidade de considerar as lutas e possibilidades históricas dessas classes, no contexto de seus dilemas e debilidades, em contraposição a uma narrativa que as unifique, dificultando a elucidação de situações específicas.

Por esse motivo, inicialmente é importante assinalar que a pesca artesanal alcança um universo heterogêneo de trabalhadoras e trabalhadores com especificidades que se expressam: na cultura fruto de influências da colonização e

---

<sup>607</sup> Assistente Social, Professora Associada da Faculdade de Serviço Social e do PPGSS da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Mestre e Doutora em Serviço Social. E-mail: mfescurra@gmail.com

Realização:



Apoio:



urbanização de cada região; na própria dinâmica histórica, econômica, ambiental e social na qual se insere; assim como nos equipamentos, processos e jornadas de trabalho. Inclusive, a diversidade que existe no seu interior está relacionada com a sua localização ao longo de rios, lagos, mangues e de toda a costa brasileira, mantendo, entretanto, estreita ligação pelo cotidiano do trabalho vinculado à pescaria e às águas.

Diante disso, para Diegues (1999), a pesca artesanal compreende vários sujeitos nas suas diferentes autoidentificações e recebe múltiplas “nomeações” que expressam culturas litorâneas regionais diversas: jangadeiro, em todo o litoral nordestino, do Ceará até o sul da Bahia; caiçara, no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo<sup>608</sup>; açoriano, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul<sup>609</sup>. Enquanto o jangadeiro depende praticamente de forma inteira da pesca costeira, os dois últimos tipos de pescadores também desenvolvem trabalhos agrícolas. Silva (2014), fazendo também referência às diversas populações pesqueiras, acrescenta a existência de pantaneiros na Região Centro-oeste e de caboclos na região amazônica. Ademais, conforme os autores, segundo as espécies a serem capturadas variam os equipamentos utilizados para pescar (anzol, espinhel, tarrafa, armadilha, rede etc.), interferindo, também, na própria jornada e no processo de trabalho.

Nessa direção, é oportuno esclarecer que os aspectos assinalados neste texto objetivam, a partir do reconhecimento de tal diversidade, levantar algumas considerações relevantes sobre a face oculta da pesca artesanal no Brasil, na perspectiva de contribuir com a sua visibilidade de forma mais geral, longe de pretender abordar as especificidades que envolvem cada uma dessas regiões e culturas. Para isso, em um primeiro momento, é realizada uma sucinta recuperação histórica da pesca – uma das formas mais antigas de trabalho e fonte de alimento de sociedades primitivas – e de seu desenvolvimento no Brasil, observando certa invisibilidade que a pesca artesanal possui como traço característico. Na sequência, são apresentados dados atuais que mostram o papel social e econômico relevante da pesca artesanal, assim como o conceito de populações tradicionais que inclui comunidades de pescadoras e pescadores artesanais. Por último, o texto conclui com breves considerações finais.

### **Um exercício necessário: breve recuperação histórica da pesca artesanal**

Como assinala Engels (1876), o trabalho começa com a produção de instrumentos, portanto, levando em consideração que os restos que resultaram dos homens pré-históricos são instrumentos de caça e de pesca, é possível afirmar que elas constituem as formas mais antigas de trabalho.<sup>610</sup> A pesca integrava a dieta alimentar na história de grupos humanos ancestrais, caracterizando, desse modo, uma temporalidade extremamente antiga que vincula uma forma de organização socioeconômica e cultural. A fonte de alimentos de sociedades primitivas, antes do desenvolvimento das formas tradicionais de cultivo da terra e criação de animais, era fornecida fundamentalmente pela pesca.

Diegues (1983) observa que se bem pouco se sabe sobre a pesca nas sociedades primitivas, segundo indicações arqueológicas e etnológicas, ela representou uma fonte de alimento importante em períodos anteriores à agricultura. A importância dos moluscos na alimentação humana anterior ao Neolítico é atestada pelos restos de cerâmica, cascas de mexilhões e ostras encontrados na Escandinávia.

<sup>608</sup> As comunidades caiçaras são oriundas da miscigenação entre o colonizador português e populações de pessoas negras e indígenas.

<sup>609</sup> Trata-se da pesca realizada pelos descendentes de pescadores açorianos que chegaram a meados do século XVIII para colonizar o extremo sul do Brasil.

<sup>610</sup> Neste sentido, é oportuno lembrar que o trabalho, nas palavras de Marx (1994, p. 50), “como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana”.

Realização:



Apoio:





Já no fim da pré-história foram criados os anzóis, como instrumentos para captura de peixes, assim como as primeiras redes de pesca com o desenvolvimento da tecelagem primitiva. O autor ressalta ainda que a influência da pesca marítima é reconhecida na constituição do capitalismo mercantil dos séculos XV e XVI, existência de uma associação histórica entre navegação, pesca e formação de centros urbanos importantes no Mar do Norte e no Canal da Mancha. Também são reconhecidos setores amplamente industrializados nas pescarias do século XIX na Inglaterra e na Holanda.

No caso do Brasil, Diegues (1999) registra que grupos pré-históricos já faziam da pesca atividade essencial em seus modos de vida e que sua importância é comprovada pelos inúmeros sambaquis, depósitos de conchas encontrados em sítios arqueológicos ao longo do litoral. Ele acrescenta que as características geográficas, a existência de grandes rios e afluentes sempre favoreceram a atividade no país, de modo que anterior à chegada dos navegadores portugueses, os indígenas praticavam a pesca com a ajuda de processos rudimentares e métodos próprios para a construção de canoas, jangadas e utensílios para a captura de peixes, tendo crustáceos, moluscos e peixes como parte importante de sua dieta alimentar.

Na bibliografia é reconhecido que em diferentes momentos da história do país, no processo de formação do povo brasileiro, as técnicas e a cultura da pesca foram influenciadas por indígenas, pessoas escravizadas e imigrantes. Nesta direção, conforme Ramalho (2008), inúmeras pessoas chegadas da África ao Brasil, já possuíam alguma tradição pesqueira, aspecto que permitia a incorporação deles nesse setor através de seus senhores, assim como, possivelmente, essa situação contribuía como talento produtivo na hora da sua venda como pessoas escravizadas.

Além da pesca indígena de subsistência, ainda no período colonial, foi organizada a pesca da baleia, monopólio da Coroa Portuguesa, outorgada a pescadores portugueses e bascos que utilizavam trabalho de pessoas africanas escravizadas, muitas libertas, principalmente a partir do início do século XIX (Diegues, 1983).

No período do Estado Imperial brasileiro é evidente um intenso processo de dominação, controle político e opressão fiscal da atividade pesqueira (Silva, 1988). Assim, em 1846 foi elaborada a primeira listagem oficial de todos os pescadores brasileiros, através da criação das Capitanias dos Portos e Costas e dos Distritos de Pesca (Silva, 1988).

Silva (1988), com base no fato de que pescadores artesanais participaram como sujeitos sociais em lutas importantes do território nacional, ressalta a necessidade de compreender a existência da pesca artesanal não separada da relação política e econômica global do país. O autor corrobora que diferentes estudos fazem referência à participação ativa dos pescadores artesanais em diversos momentos históricos do país como a abolição da escravatura, a independência, revoltas Cabanagem e Sabinada (Silva, 1988). Em relação à abolição da escravatura,

os pescadores foram mais do que grandes apoiadores e inspiradores das campanhas abolicionistas; foram partícipes das fugas de seus irmãos de cor. Provavelmente, quando um escravo fugido chegava ao barco de um pescador para trilhar clandestinamente seu projeto de autonomia, isso era o mesmo que se atingir o terreno da solidariedade e das águas esperanças de uma possível emancipação diante do trabalho compulsório (Ramalho, 2008, p. 276).

Silva (1988) acrescenta, inclusive, que a pesca, última atividade de caça desenvolvida em grande escala, também está presente no aspecto socioeconômico do país, dado que no decorrer dos seus diferentes ciclos históricos (plantações de café e cana de açúcar, mineração e extrativismo) várias cidades litorâneas se formaram a partir de núcleo de pescadores. Além disso, ele observa que ainda hoje, a localização das comunidades na Amazônia, por exemplo, conserva esta tradição, pois tal localização não corresponde à rua, ou ao bairro, mas sim aos afluentes dos rios.

Realização:



Apoio:



Até a década de 1930 do século XX, salienta Diegues (1983), a atividade pesqueira no Brasil era realizada dentro dos quadros da pequena produção mercantil. Os pescadores, espalhados pelas inúmeras comunidades ao longo do litoral, combinavam a agricultura e a pesca. Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, em algumas regiões do país, a atividade anteriormente vinculada à pequena produção assumiu escala comercial significativa, como é o caso da pesca da sardinha por barcos que usavam a traina, grande rede de cerco (Diegues, 1999). Esse constitui, segundo a análise do autor, um exemplo de que, nessa época, os esforços e investimentos públicos no país se concentravam em modernizar o setor com o aumento da pesca de camarão para exportação, as indústrias de salga, secagem e posteriormente enlatamento em Rio de Janeiro e Santos, assim como indústrias de processamento de merluza no Rio Grande do Sul.

Cardoso (2001) explicita que o Estado brasileiro, como estratégia de consolidar a Marinha de Guerra, a partir das duas primeiras décadas do século XX, atrelou a si os pescadores do país, que inscritos nela podiam ser convocados em caso de guerra. Assim, dentro de uma ética militar, a Marinha criou o sistema organizativo da categoria, através de Colônias, Federação e Confederação Nacional de Pescadores. Este fato contribuiu, na compreensão do autor, com o processo de controle da força de trabalho e a organização de um mercado de trabalho com fundamento em uma lógica externa das comunidades de pescadores. No plano organizativo e político, nas corporações de ofícios portuguesas que foram trazidas pelos imigrantes se encontram os antecedentes históricos de como se estruturou e desenvolveu o trabalho da pesca artesanal.

Na década de 1960, o governo federal, em sintonia com o modelo de desenvolvimento de modernização conservadora imposto pela Ditadura Militar, através da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – Sudepe,<sup>611</sup> implantou uma indústria pesqueira com base empresarial, principalmente no litoral centro-sul do país, com o objetivo de desenvolver tecnologia e aumentar a produção, por meio de financiamentos e incentivos fiscais para a compra de barcos, equipamentos e implantação de unidades de beneficiamento (Diegues, 1983).

Com base na análise de Diegues (1983), entende-se que o projeto político tinha como premissa a transformação do setor pesqueiro de uma pesca artesanal para uma pesca moderna, com foco na pesca industrial. O caráter de classe do Estado constituía o centro desse modelo que tinha como principais características a concentração de riqueza, a expropriação de pequenos produtores e a rápida destruição dos recursos naturais. Nesse contexto, em oposição à pequena pesca artesanal, surgia um proletariado vinculado à pesca e ao beneficiamento do pescado, nos moldes do modelo de campanha característico da pesca ibérica.

Diegues (1983) mostra, inclusive, que o auge da pesca industrial/empresarial foi na década de 1970, mas na década posterior, como resultado da sobrepesca, além da recessão econômica que limitou o aporte de recursos financeiros conseguidos com facilidade pelas empresas, esse setor entrou em uma grave crise. O fechamento de indústrias e a transferência de parte das empresas para o litoral amazônico foram consequências visíveis dessa crise, assim como o acirramento de conflitos costeiros, na medida em que as embarcações industriais passaram a pescar mais próximas da costa, áreas de pesca dos pequenos produtores pesqueiros.

Em síntese, é possível afirmar que o setor da pesca artesanal no país historicamente foi em certa medida esquecido e relegado na formulação de políticas públicas. Todavia, isso precisa ser compreendido na dinâmica do modo de produção capitalista vinculada à realidade da pesca artesanal brasileira, no contexto da perda e degradação de habitat, luta pelo território, especulação imobiliária, imposição de regras

---

<sup>611</sup> A Sudepe foi extinta em 1989. Para uma recuperação histórica das datas e mudanças dos órgãos federais responsáveis pela pesca, ver o histórico apresentado no site do Ibama, disponível em: <[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)>.

Realização:



Apoio:



sem participação da comunidade pesqueira, conflitos com a pesca industrial, etc. Realidade que, por sua vez, como já explicitado, é rica de especificidades regionais expressas, por exemplo, nas múltiplas nomeações que assume a atividade, demonstrando a existência de culturas regionais diversas.

Entretanto, é importante registrar que com o objetivo de lutar pelo atendimento de seus interesses, entre 1985 e 1988, os pescadores e as pescadoras artesanais realizaram a “Constituinte da Pesca”. Apenas a partir da constituição de 1988 as Colônias de pescadores, seus órgãos de classe, ganharam status de organização sindical independente, passando a sofrer menos interferência do Estado.

### **Alguns dados relevantes sobre a pesca artesanal**

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)<sup>612</sup>, em 2023, afirma o papel fundamental que pescadoras e pescadores artesanais têm na gestão de recursos aquáticos nos oceanos, rios e lagos do mundo e apresenta recomendações alinhadas com o que denomina “objetivos dos 4 melhores”: melhor produção, melhor nutrição, ambiente melhor e vida melhor. A FAO faz referência aos pescadores artesanais como integrantes de grupos e comunidades mais vulneráveis à degradação ambiental, perda de biodiversidade, impactos climáticos e econômicos.

Uma série de informações atuais, veiculadas no site da FAO, demonstra a importância mundial da pesca artesanal de pequena escala, a saber: proporciona meios de subsistência para meio bilhão de pessoas, sendo que 95% delas residem em países em desenvolvimento do Hemisfério Sul; 45 milhões de mulheres participam da pesca artesanal, o que significa que quatro em cada dez pescadores são mulheres; pescadores artesanais e trabalhadores da pesca representam 90% das pessoas que trabalham em todo o mundo nas cadeias de valor da pesca de captura; os pescadores artesanais produzem aproximadamente 40% da pesca global, mas em alguns países da América Latina e do Caribe fornecem até 85% do pescado consumido; contribui para a garantia de dietas saudáveis e constitui a base da segurança alimentar de centenas de comunidades, muitas delas indígenas, que vivem ao longo das costas e bacias hidrográficas.

Por sua vez, o potencial da área da pesca no Brasil se relaciona a sua costa marítima de aproximadamente 8,5 mil km de extensão, a sua Zona Econômica Exclusiva de cerca de 3,5 milhões de km<sup>2</sup>, ao clima favorável, ao fato de possuir praticamente 12% do total da reserva de água doce disponível no planeta, além de contar com mais de 2 milhões de hectares de terras alagadas, reservatórios e estuários<sup>613</sup>.

A pesca é uma área extremamente heterogênea que integra situações e vivências diferentes, desde o pescador artesanal até a pesca capitalista, com os chamados trabalhadores do mar, passando pelos trabalhadores “invisíveis”, na sua maioria mulheres, responsáveis pela produção de apetrechos de pesca, limpeza e filetagem. Desse modo, a construção da identidade de mulheres que trabalham na área da pesca está condicionada pelas relações de gênero, aspecto que faz que muitas se identifiquem como ajudantes e não como pescadoras. Neste sentido, a questões relacionadas à luta de pescadores artesanais enquanto classe trabalhadora se soma a interseccionalidade de lutas que incorporam questões de gênero e raça.

O estudo “Iluminando as Capturas ocultas – ICO. A pesca artesanal costeira no Brasil: um estudo de caso” (2020) recupera dados específicos do país que revelam que

<sup>612</sup> Informações extraídas do site, disponível em: <<https://www.fao.org/brasil/noticias/detail/1456876/>> (Acesso em: 21 nov. 2022) e de <https://news.un.org/pt/story/2023/04/1812612>>. Acesso em: 20 out. 2023.

<sup>613</sup> Dados extraídos da Justificativa da 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca – Caderno de Resoluções, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, novembro de 2003. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Aquicultura\\_Pesca/deliberacoes\\_1\\_conferencia\\_aquicultura\\_pesca.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Aquicultura_Pesca/deliberacoes_1_conferencia_aquicultura_pesca.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2025.

Realização:



Apoio:



em 2012 ocupava o 18º lugar na produção de pescado no mundo. Revela ainda que segundo o último número oficial informado em 2013, pelo então Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, existiam 1.041.967 de pescadores registrados, sendo 58,1% homens e 41,9% mulheres; desse total 1.033.124 (99,2%) atuavam na pesca artesanal e de subsistência, em contraposição a 8.843 (0,8%) que atuavam na pesca industrial; mais de 3.000.000 de trabalhadores estavam indiretamente envolvidos na pesca em todo o país. Inclusive, o estudo faz referência às incertezas e dificuldades para levantar dados da produção pesqueira em milhares de pontos. Entretanto, estimava-se que, apesar da elevada taxa de subnotificação das pescarias de pequena escala, 60% das capturas nacionais provinham da pesca em pequena escala. A produção de pescado pelo extrativismo pesqueiro nesse ano superava 803.000t e em média por ano civil os dias estimados de pesca alcançavam 200 (55% dos dias do ano).

Silva (2014), com base nesses dados do MPA, considerando as regiões brasileiras, observa, inclusive, que o Nordeste concentrava a maior população pesqueira e também a mais pobre do país, seguido da região Norte com o segundo contingente, sendo também responsável pela maior parte do pescado capturado. O autor acrescenta que desse total de pescadores registrados 54,7% estavam localizados no Nordeste, 45% no Norte, 10% no Sudeste, 7,5% no Sul e 2,2% no Centro-oeste.

A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, instância colegiada de caráter deliberativa e consultiva, criada por meio de Decreto em 2004, modificada por Decreto em 2006, era presidida desde 2007 pelo Ministério de Desenvolvimento Social. Como resultado do trabalho dessa Comissão, no contexto da busca de reconhecimento e preservação por parte do Estado de outras formas de organização social, foi instituída, através do Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Os povos e comunidades tradicionais (PCTs) são definidos como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Brasil, Decreto 6.040, art. 3)<sup>614</sup>.

Para um grupo ser considerado tradicional inicialmente é necessária a autoidentificação, seja pela localidade que habita, o trabalho ou pelo hábito cultural. É amplamente reconhecido que, de forma geral, tal autoidentificação ou declaração acontece diante ameaças vivenciadas.<sup>615</sup>

As características básicas destes povos são a produção e reprodução de seu modo de vida dependente do mundo natural, de seus ciclos e seus produtos. A unidade familiar e/ou vizinhança é também uma característica importante, assim como a oralidade para a definição de sua cultura. Entre as atividades econômicas mais importantes desses grupos estão o extrativismo vegetal, a pesca, a agricultura itinerante e a pecuária extensiva.

No Brasil existem duas categorias de populações tradicionais: os povos indígenas (povos originários) e as populações tradicionais não indígenas, sendo que muitas populações ainda não foram incluídas na legislação. Atualmente são

<sup>614</sup> A PNPCT defende a necessidade de ações intersetoriais, integradas, coordenadas, sistemáticas, na base do reconhecimento da diversidade socioambiental e cultural das comunidades tradicionais, levando em conta etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual, entre outros.

<sup>615</sup> O Decreto 8.750, de 09 de maio de 2016, institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, ligado ao extinto Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, passando a partir do Decreto 11.481, de abril de 2023, a integrar a estrutura do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas.

Realização:



Apoio:





reconhecidos 27 tipos de povos ou comunidades tradicionais não indígenas, como, por exemplo, andirobeiras, babaçueiros, catingueiros, ciganos, varjeiros, pescadores artesanais, quilombolas.

Nesse contexto, um conceito relativamente recente para o tratamento das comunidades de pescadores e pescadoras artesanais é o de populações tradicionais. Os Decretos 6.040/2007 e 8.750/2016 reconhecem pescadoras e pescadores artesanais como povos e comunidades tradicionais. Porém, esta classe recebeu maior atenção a partir da Lei 11.959 de 2009 que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e, no seu primeiro artigo, objetiva “o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades”.

Cabe ainda registrar que, no caso específico da pesca, o atual governo Lula recriou o Ministério da Pesca e Aquicultura em 2023 e, no mês de agosto, lançou o programa “Povos da Pesca Artesanal”, que destina recursos para ações de desenvolvimento e valorização da pesca artesanal no país e assinou a retomada do CONAPE – Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca.

Entretanto, é importante ressaltar que as denominações povos e comunidades tradicionais podem demonstrar “uma política de lidar com o tempo, negando a contemporaneidade e a coetaneidade de tais sujeitos” (Cardoso, 2001, p. 24). Desse modo, concorda-se com Cardoso (2016) quando observa que pescadoras e pescadores artesanais são ao mesmo tempo os mesmos, porém outros, visto que apontam o espaço geográfico desigual e combinado em que se incorporam, possibilitando a sua reprodução social em concordância com o uso da natureza. Segundo o autor, a partir da observação da pesca extrativa brasileira no passado o que era considerado primitivo permaneceu menos predatório em relação à indústria pesqueira que era considerada o futuro.

## Considerações finais

Conforme explicitado, a herança da pesca artesanal, atividade mais antiga que a própria história oficial do Brasil, perdura sob o capital apesar do modelo de desenvolvimento econômico que ameaça e degrada mangues, lagoas, rios, mar, espécies da flora e da fauna, assim como a própria vida humana.

A partir da constatação de certa invisibilidade como traço característico da pesca artesanal foram apresentadas considerações sobre o que se denominou como face oculta da pesca artesanal no Brasil. Tais considerações demonstram sua presença e relevante contribuição histórica, econômica, social, cultural, política e ambiental.

Ressaltou-se que a pesca artesanal é responsável pela maior parte do abastecimento do mercado interno do país e historicamente sofre com um processo de marginalização social e econômica. Ademais, como consequência do baixo desenvolvimento tecnológico, a pesca artesanal é por muitos vista como uma espécie em extinção.

Mostrou-se que as pescadoras e os pescadores artesanais são reconhecidos como povos e comunidades tradicionais, aspecto que pode representar uma conquista em prol do avanço no seu reconhecimento e direitos. Diante do exposto, conclui-se que fica evidente que a pesca artesanal diz respeito a uma atividade existente no passado, porém, considerada a sua contribuição, é possível afirmar que também é presente e futura em curto, médio e longo prazo.

## Referências

BRASIL. **Decreto Nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Realização:



Apoio:





BRASIL. **Decreto Nº 8.750**, de 09 de maio de 2016. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BRASIL. **Decreto Nº 11.481**, de 06 de abril de 2023. Altera o Decreto Nº 8750, de 09 de maio de 2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BRASIL. **Lei 11.959**, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga e dá outras providências.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais**: natureza, território e movimento social. 2001. 143f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. A pesca artesanal brasileira: passado e presente visitados a partir dos “tipos e aspectos do Brasil”. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 94, p. 32-46, 2016.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. Ensaios 94. São Paulo: Editora Ática, 1983.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. Etnográfica. **Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social**, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. [jun., 1876]. In: MARX, Karl (org.). **Obras escolhidas de Marx e Engels**. v. 2. 11ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2001. p. 267-280. Disponível em: <[www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm](http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm)>. Acesso em: 05 out. 2022.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**. emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MATTOS, Sérgio Macedo Gomes de; WOJCIECHOWSKI, Maciej John; GANDINI, Fabrício Caldeira. **Iluminando as capturas ocultas da pesca artesanal costeira no Brasil**: um estudo de caso. (Relatório Executivo). Illuminating Hidden Harvests (IHH) Project, organized and coordinated by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), the WorldFish, and the University of Duke. Instituto Maramar para a Gestão Responsável dos Ambientes Costeiros e Marinhos (Maramar Institute for Coastal Management). Brasil, abril, 2020.

MARX, Karl. **O capital**. crítica da economia política. o processo de produção do capital. 12 ed., livro 1, v. 1, Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. A formação histórica da pesca artesanal: origens de uma cultura do trabalho apoiada no sentimento de arte e de liberdade. **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, v. 24, n 2. p. 261-285, jul./dez., 2008.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA. **1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca**. Caderno de Resoluções. Brasília, nov. 2003.

SILVA, Adriano Prystyon da. Pesca artesanal brasileira, Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, 3. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

SILVA, Luiz Geraldo (coord.). **Os pescadores na História do Brasil**. v. 1: Colônia e Petrópolis: Comissão Pastoral dos Pescadores; Vozes, 1988.

Realização:



Apoio:



## **EXTRATIVISMO NO BRASIL E O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO:** considerações sobre Linhares – Espírito Santo

Aristela Vieira de Sousa<sup>616</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo demonstrar a relação do extrativismo – enquanto dimensão orgânica do modo de produção capitalista – como parte do desdobramento de um crime ambiental. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica no relatório produzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre a avaliação dos impactos e valoração dos danos socioeconômicos causados para as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão no Espírito Santo. A técnica de análise utilizada foi a hermenêutica dialética e os eixos de análise foram subdivididos entre impactos na Natureza, trabalho e cultura.

**Palavras-chave:** Rompimento da barragem da Samarco; extrativismo; Espírito Santo

**Abstract:** This article aims to demonstrate the relationship between extractivism—as an organic dimension of the capitalist mode of production—and its role in the unfolding of an environmental crime. To this end, a bibliographic analysis was conducted using the report produced by the Getúlio Vargas Foundation (FGV), which assessed the impacts and valued the socioeconomic damages caused to the communities affected by the collapse of the Fundão dam in Espírito Santo. The analytical method employed was dialectical hermeneutics, and the analysis was structured around three axes: impacts on nature, labor, and culture.

**Keywords:** Samarco dam collapse; extractivism; Espírito Santo

### **Introdução**

O rompimento da barragem da mineradora Samarco, localizada em Mariana – Minas Gerais (MG) no dia 05 de novembro de 2015, marca um capítulo pungente na história do país. Levando a óbito 19 pessoas e encobrindo de rejeito de minério uma longa extensão geográfica, tanto dos municípios de Minas Gerais quanto do Espírito Santo, impactou sobremaneira não só modos de vida – das diversas comunidades das regiões – mas uma expressiva biodiversidade marinha e terrestre (Leonardo et al, 2017).

Se considerarmos o rompimento da barragem como um evento que não se explica por si mesmo, e ao longo das mediações puxássemos fios que compõem parte da realidade, em suas diversas complexidades – econômicas, políticas, culturais e sociais – evidenciaríamos que esse crime está inserido dentro de uma dinâmica muito mais complexa e de longa data no território latino-americano, e seus impactos, partem de uma resignificação histórica, que perpassa a memória de mulheres e homens dos territórios periféricos.

Apreender o rompimento da barragem, a partir de uma leitura dialética, nos invoca a pensar o fenômeno para além do seu caráter emergencial, ou seja, para além do que se vê. Ainda que ele seja parte de um todo, é impossível considerá-lo como fim em si mesmo, e o objetivo central desse artigo é demonstrar a relação do extrativismo

---

<sup>616</sup> Graduada em Serviço Social (UFES). Especialista em Serviço Social e Saúde – modalidade residência (UERJ). Mestra em Serviço Social (UFRJ). Doutoranda em Serviço Social (PUC-Rio). Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Socioambientais e Urbanos (GRIPES). E-mail: aristelavieiradesousa@gmail.com

Realização:



Apoio:



– enquanto dimensão orgânica do modo de produção capitalista – como parte do desdobramento de um crime ambiental.

Para responder o objetivo proposto, foi realizado uma pesquisa documental do relatório produzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2022, sobre a avaliação dos impactos e valoração dos danos socioeconômicos causados para as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão – Matriz indenizatória territorial para os municípios de Aracruz, Conceição da Barra, Fundão, Linhares, São Mateus e Serra, na Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito.

O relatório contou com nove oficinas que ocorreram de forma virtual com 84 moradores do município de Linhares, sendo 44% do perfil dos interlocutores mulheres e 56% homens. Em relação a autodeclaração de cor e raça 19 pessoas se autodeclararam brancas, 38 pessoas se autodeclararam pardas, 14 se autodeclararam pretas, 04 pessoas se autodeclararam indígenas e 09 não quiseram realizar a declaração<sup>617</sup>.

Os dados foram analisados a partir da hermenêutica dialética, onde foram identificados e catalogados três principais eixos de análise, sendo eles: rompimento da barragem e sua relação com a Natureza, com o trabalho e com a cultura. O artigo está subdividido em três momentos – desconsiderando a presente introdução e as considerações finais. O primeiro tópico tem por objetivo discutir, ainda que brevemente, o conceito de extrativismo e neoextrativismo. Em seguida são apresentados os desdobramentos do rompimento da barragem da Samarco e por fim, a exposição dos dados sobre o município de Linhares. Os pseudônimos utilizados fazem referência aos descritos no relatório da FGV.

## **Extrativismo e neoextrativismo: entre dimensões conceituais e fundamentos teóricos**

Pensar o extrativismo enquanto categoria analítica para apreender o desastre – crime produzido pela Samarco, implica situá-lo historicamente diante do desenvolvimento do modo de produção capitalista, assim como de sua implicação na formação social, econômica, política e cultural de *Nuestra América*.

De acordo com Svampa e Vialle (2020), a América Latina tornou-se o laboratório para que se estabelecesse a construção de um sistema novo, que ganhava forma e contorno à medida que se orquestrava os fluxos de produção e circulação de capital. Dito isso, esse continente *descoberto*, alicerçado na colonização, aglutina três fatores importantes para a construção e manutenção desse sistema, a saber: a *expansão das fronteiras geográficas* – que diz respeito à migração de capitais para outros continentes, em busca de povoar, explorar e dominar novos territórios; o *controle sobre a força de trabalho* – para que fossem garantidos a produção de mais-valor; e a *consolidação de Estados fortes*, com o objetivo de ordenar e coordenar a reprodução ampliada do capital em territórios doravante periféricos.

Quando dizemos que a junção desses três fatores, possibilitou uma outra forma de organização do mundo, estamos dizendo que, esses fenômenos criaram as condições para o nascimento de uma forma político-econômica sociocultural de controle da reprodução social. Essa forma de controle, que pôs abaixo a ordem e estrutura feudal, fez homens lançarem-se ao mar, provocou genocídio, ecocídio e destruição

<sup>617</sup> Por conta da pandemia da Covid-19, esse material técnico se conforma como a fonte de dados primários mais atualizada sobre os atingidos do Espírito Santo. Por ter sido concluído de forma remota, muitas comunidades não conseguiram ser ouvidas, seja pelas barreiras de desigualdade social, sobretudo, do acesso à informação.

Realização:



Apoio:



generalizada em várias formas de sociabilidades, é o que denominaremos por modo de produção capitalista (Aráoz, 2020).

Para Mészáros (2007), o capitalismo é um modo de produção e reprodução da vida social que é histórico. Marcado pela exploração do trabalho e da Natureza, como objeto de dominação e valorização. “É um sistema orgânico. Cada uma de suas partes sustenta e reforça as demais” (Mészáros, 2007, p. 79), permitindo com que ele se renove e se mantenha ao longo do tempo histórico, como parte de seu próprio metabolismo. De acordo com Altvater (2007, p. 343), “o capitalismo é um sistema expansionista, onde tudo é interpretado como matéria-prima para o processo de produção do valor e mais-valia”. Portanto, não existe capitalismo sem extrativismo, sem exploração da força de trabalho e apropriação da Natureza. A base do sistema de produção e reprodução da vida material no capital é extrativa. E aqui que nossa análise se localiza.

Existem diferentes apreensões na literatura do que é o extrativismo. A leitura clássica do conceito parte de Gudynas (2015). Segundo o autor, o extrativismo é um conceito cunhado para se referir às atividades que removem de forma direta ou mediada, os bens naturais pouco processados, com o objetivo de serem exportados nos mercados mundiais, segundo as demandas dos países de capitalismo central.

Para Acosta (2012), o extrativismo se conforma como um mecanismo de acumulação que se inicia na invasão territorial na América Latina. Segundo o autor,

O extrativismo é uma modalidade de acumulação que começou a definir-se massivamente há 500 anos. Com a conquista e colonização da América, África e Ásia, começou a estruturar-se a economia mundial: o sistema capitalista. Essa modalidade de acumulação extrativa esteve determinada desde então pela demanda dos centros metropolitanos do capitalismo nascente. Algumas regiões foram especializadas na extração e produção de matérias-primas, quer dizer, bens primários, enquanto outras assumiram o papel de produtoras de manufaturas. As primeiras exportam Natureza, as segundas as importam (Acosta, 2012, p. 201, tradução nossa).

Corroborando com Acosta (2012), Aráoz (2012) define o extrativismo como uma relação orgânica do próprio (des)envolvimento do capital. Nas palavras do autor, - “o capital nasceu com o extrativismo” (Aráoz, 2012, p. 22, *tradução nossa*) – conectando e subordinando territórios, e essa relação só foi e ainda é possível, através da relação centro e periferia.

Segundo Gudynas (2015) nem toda atividade de extração no território deve ser considerada como uma atividade extrativista. Segundo o autor, o extrativismo, enquanto conceito, é apreendido como uma atividade que retira um extenso volume com alta intensidade de extração de bens coletivos da Natureza, e que tem por finalidade única a comercialização externa do país, atendendo a uma demanda global, ou seja, exportação de commodities. Dessa forma, se configuram como “recursos naturais’ localmente determinados, mas que ao alimentar exportações estão globalmente articulados” (Gudynas, 2015, p. 450).

Para o autor, existiram quatro gerações de extrativismo ao longo do processo histórico. A primeira é marcada pelas baixas tecnologias de extração, utilizando como principal ferramenta os equipamentos movidos à animais. A segunda e terceira geração tornam o processo mais complexo, pelo advento da Revolução Industrial. Pela alta demanda de Natureza – finita – para atender a uma determinação do capital nos circuitos de comercialização –acumulação infinita – os recursos naturais se tornam cada vez mais escassos, o que requer um maior investimento em capital fixo para extração e uma baixa qualidade dos recursos disponíveis. A essa fase, onde investe-se cada vez mais no processo extrativo e retiram cada vez menos da Natureza, denomina-se neoextrativismo (Gudynas, 2012).

Realização:



Apoio:



Em termos gerais, o neoextrativismo está organicamente vinculado a reorganização do capital após a grande crise – a qual Mészáros (2011) denomina por crise estrutural – de 1970. Surge como aprofundamento do modelo extrativista clássico, mas mantém suas bases na extração de bens naturais e coletivos pouco processados, cuja finalidade é a exportação, porém, nesse período histórico, está atrelada à globalização do capital (Acosta, 2016; Gudynas, 2012).

De acordo com Acosta e Brand (2018, p. 66),

o neoextrativismo é “uma inserção internacional subordinada e funcional à globalização do capital transnacional”. Não apenas mantém, mas avança com a “fragmentação territorial, com áreas relegadas e enclaves extrativos, associados aos mercados globais”. Consolida e, em alguns casos, agrava os impactos sociais e ambientais dos setores extrativos.

Ou seja, não é um fenômeno inédito, mas um novo arranjo de exploração que é acometida na América Latina. Ressignifica velhos aspectos, como a exportação de Natureza, mas dentro de uma nova dinâmica, funcional ao capitalismo reestruturado e globalizado (Gudynas, 2009). Nas palavras de Santos e Milanez (2013, p. 125), “o neoextrativismo não é uma completa inovação institucional, mas sim, uma combinação de aspectos historicamente enraizados na paisagem econômica e política latino-americana”.

Dessa forma, segundo Svampa (2019), o neoextrativismo é uma categoria latino-americana, que precisa ser analisada a partir das particularidades do capitalismo periférico. Para a autora, nesse estágio de desenvolvimento, a extração de recursos naturais para serem comercializados nos mercados globais se torna slogan tanto dos governos conservadores quanto progressistas, sendo delimitado por três fases. A primeira denominada como *fase da positividade* – e ocorre entre os anos de 2003 e 2010; a segunda fase da *multiplicação dos projetos extrativos em território nacional e a resistência* apresentada pelas comunidades a eles; e a terceira fase é marcada pela *exacerbação do neoextrativismo*, que corresponde ao fim do período de crescimento do setor extrativo, entre 2013 e 2015.

O rompimento da barragem da Samarco se localiza no final desse megaciclo expansivo do neoextrativismo. Esse fim ocorre pelos desdobramentos da crise do mercado imobiliário norte-americano entre 2007 e 2008 (Tonelo, 2021), causando *mais do que uma marolinha* anos depois de seu acontecimento. Com a queda do preço das commodities – reflexo da crise internacional – as economias ligadas ao extrativismo ampliaram suas fronteiras e dinamizam novos territórios para manter o percentual das taxas de lucro, ou seja, a produtividade é aumentada para compensar o volume das exportações.

Dessa maneira, as empresas continuam seu funcionamento de forma intensa, ainda que o período seja de baixa das exportações, flexibilizando ainda mais as relações de trabalho, tendo o respaldo estatal na flexibilização das legislações vigentes (Coelho, 2015). É na desvalorização da força de trabalho junto a exportação de produtos pouco processados que as economias de centro mantêm os fluxos de mais-valia na dinâmica centro-periferia e é aqui que o rompimento da barragem da Samarco se inscreve, como desdobramento dos efeitos da crise do capital (Svampa; Vaile, 2020).

## O dia 05 de novembro de 2015: a barragem desabou!

No dia 05 de novembro de 2015, por volta das 16h da tarde, a barragem de Fundão localizada em Mariana rompeu<sup>618</sup>, deixando mais de 300 famílias desabrigadas

<sup>618</sup> A barragem da Samarco não é a primeira barragem a se romper no Brasil. Silva (2017) aponta que desde o final do século XX, oito barragens se romperam em Minas Gerais, estando localizadas em Itabirito (1986), Nova Lima (2001), Cataguases (2003), Miraf (2007), Itabirito (2014), Mariana – Fundão (2015), Mariana –

Realização:



Apoio:





em Minas Gerais e ocasionando a morte de 19 pessoas, dessas, duas crianças, 14 adultos – dos quais 13 eram terceirizados da mineradora Samarco– dois idosos e uma das vítimas ainda se encontra desaparecida.

Reconhecido como o maior desastre ambiental nacional e internacional envolvendo barragem de rejeitos, a onda de rejeitos além de ceifar a vida de 19 pessoas, levou a óbito diversas espécies de animais marinhos e terrestres que viviam em torno da região do Rio Doce<sup>619</sup>. Estima-se que 11 toneladas de peixes tenham morrido em decorrência do rompimento, sendo 08 toneladas retiradas em Minas Gerais e 03 no Espírito Santo (Polignano; Silva; Bastos, 2019).

Esse crime soterrou comunidades, contaminou rios e afluentes em torno da bacia do Rio Doce, “atingindo mais de um milhão de pessoas, entre trabalhadores rurais, pescadores, garimpeiros, comerciantes, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia” (Silva, 2017, p. 21). Foram 35 municípios atingidos em Minas Gerais (MG) e 04 no Espírito Santo, provocando um dos maiores desastres socioambientais no Brasil<sup>620</sup> (Coelho, 2016).

A barragem rompida em questão é de responsabilidade da empresa Samarco. Essa empresa nasce como projeto em 1971 da junção de duas mineradoras que monopolizavam o território mineiro – Samitri e Marcona Corporation – e tinha por objetivo a “[...] busca pela mineração do itabirito, mineral com baixo teor de ferro (Carmo, 2023, p. 40)”. Porém, foi somente em 1977 que suas operações começaram, a partir do primeiro bombeamento de minério.

A partir dos anos 2000, a Samarco se torna uma associação de economia fechada que se organiza por um processo de *joint venture*<sup>621</sup>, dividindo-se entre duas empresas independentes em personalidade jurídica, que são de competência da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – atualmente Vale – e da multinacional BHP Billiton<sup>622</sup>, sendo a Vale a detentora da responsabilização operacional no país (Wanderley et al, 2016).

Enquanto subproduto da CVRD, a Vale possui grande prestígio e visibilidade econômica no setor extrativo mineral. Foi privatizada em 1997, no bojo do pacote neoliberal de privatizações para a América Latina, como uma tentativa de redução dos custos do Estado, a fim de torná-lo viável para a nova fase globalizada do capital. Ela ocupa o segundo lugar de maiores empreendedores de barragens no país, possuindo 115 instalações dispostas nos territórios nacionais. Somente no ano de 2019, ela foi responsável por um acidente<sup>#</sup> e oito incidentes no Estado de Minas Gerais (Adão, 2006).

## O dia 20 de novembro de 2015: a lama chega na Foz do Rio Doce

Como situamos anteriormente, o Espírito Santo é atingido de forma indireta em algumas localidades do Estado, como a região norte e nordeste. Dentre os territórios

---

Santarém (2015) e Brumadinho (2019), apresentando-se como “catástrofes anunciadas” dentro das contradições intrínsecas a essa forma de produção e reprodução da vida social.

<sup>619</sup>Três anos e dois meses após o rompimento da barragem da Samarco, no dia 25 de janeiro de 2019, outra barragem de propriedade da Vale S.A se rompe em Minas Gerais, na cidade de Brumadinho. Esse rompimento afetou diversas comunidades na região, afetando a fauna, flora e levando a óbito 272 pessoas. Até dezembro de 2022, ainda restam 03 pessoas desaparecidas (CNN, 2022).

<sup>620</sup> Importante salientar que os dados sobre as populações atingidas ainda são fluidos, visto que alguns municípios, sobretudo localizados no Espírito Santo, ainda lutam para serem reconhecimentos como população atingida (A Gazeta, 2024).

<sup>621</sup> Joint venture é uma ligação entre empresas que estabelecem alianças comerciais pelos mesmos objetivos por tempo determinado.

<sup>622</sup> “A BHP Billiton, mineradora e petrolífera anglo-australiana, sediada em Melbourne/Austrália, tornou-se em 2013 a maior mineradora diversificada do mundo. No Brasil, opera desde 1984, quando adquiriu a Marcona Internacional, antiga controladora da Samarco” (Rojas; Pereira, 2017, p.03).

Realização:



Apoio:



atingidos, estão os municípios de Aracruz, Baixo Guandu, Colatina, Conceição da Barra, Fundão, Linhares, Marilândia, São Mateus e Serra (FGV, 2019).

Estima-se que 663,2km de áreas fluviais tenham sido atingidas no percurso em que os rejeitos se deslocaram entre Minas Gerais e Espírito Santo. O processo de reconhecimento das territorialidades atingidas se deu de forma gradual e alguns municípios ainda lutam para serem reconhecidos como atingidos. Dentre os municípios atingidos no estado encontra-se Linhares, que tem como lócus central de sua economia e cultura a relação direta com o rio Doce (FGV, 2022).

O município possui nove distritos, sendo eles Bebedouro, Desengano, Farias, Pontal do Ipiranga, Povoação, Regência, Rio Quartel, São Rafael e Linhares Sede. Destes, oito são banhados pelo rio Doce, com exceção do distrito de Pontal do Ipiranga. Entre os distritos, há várias subdivisões que compõem diversas comunidades, cada uma delas com particularidades diversas e que deixaram de encontrar, na mediação com o rio Doce, o processo de efetivação das relações sociais. Dentre os distritos citados, os que se encontram mais impactados com as consequências do rompimento da barragem são os de Regência, Povoação, Degredo, Pontal do Ipiranga e Linhares, sede (FGV, 2022).

Os principais impactos relatados pelos interlocutores da pesquisa se dividem em três blocos, o primeiro tem como eixo de análise a *relação com a Natureza*, abarcando questões quanto a insegurança alimentar provocada pela contaminação do solo pelos rejeitos trazidos pelo rio e mar; insegurança hídrica, pela falta de água potável para consumo e irrigação, visto que as fontes de captação de água foram contaminadas e a perda da biodiversidade marinha e terrestre, pela contaminação direta com os metais pesados presentes nos rejeitos.

O segundo eixo refere-se à *relação ao trabalho*, onde elenca-se os impactos pela perda da atividade pesqueira, principal fonte de recursos econômicos na região; impacto na agricultura e setor de serviço – segunda maior fonte de renda do município, ficando atrás somente da atividade pesqueira – seguido do impacto sobre o aumento dos gastos básicos para reprodução da vida material. Salientamos que as três atividades econômicas – pesca, agricultura e setor de serviços – acontecem muitas vezes concomitantemente, ou seja, uma não anula as outras.

Por fim, como último eixo os *relação com a cultura e o lazer*, materializados nos impactos culturais e a perda das tradições, sobretudo no que diz respeito ao cultivo da tradição da pesca e do ensino geracional da pescaria junto ao rio Doce. Os impactos culturais também se inter-relacionam aos conflitos tanto familiares quanto comunitários, pois na falta da integralidade dos elementos simbólicos e materiais provindos da Natureza, as relações se enfraquecem, gerando precedentes para disputas dentro do próprio território

Com a chegada da lama na Foz do Rio Doce, a pesca foi imediatamente suspensa. Segundo o entrevistado *N\_090*, a interrupção das atividades que envolvem a mediação com o rio e com o mar proporcionaram uma perda irreparável – material e simbolicamente – para os moradores da região, como pode ser observada na fala abaixo:

*Nós tínhamos uma vida que as mineradoras tiraram de nós. O rio Doce está morto, inútil. O que se está julgando é o que se perdeu, não é material. Nós os animais tínhamos uma vida. Não tem mais respeito entre as pessoas. [...] Se o rio Doce acabar de vez estamos mortos (FGV, 2022, p. 628).*

Além desses impactos, é necessário salientar que os espaços geográficos que são alvos diretos das atividades extrativas ou atravessadas pelos seus *efeitos derrames*<sup>623</sup>, geralmente são comunidades periféricas, majoritariamente formada por

<sup>623</sup> Segundo Gudynas (2015, p. 15, *tradução nossa*), “os [efeitos derrame] do extrativismo se desdobram muito além da localização espacial de cada empreendimento. Não fazem alusão aos impactos locais em um lugar, mas afetam e podem se repetir em muitas outras áreas do país. Por sua vez, também se

peessoas pretas e pardas, como é o caso do município de Linhares, evidenciando as dimensões do racismo ambiental que cercam as atividades de valorização do capital envolvendo o neoextrativismo (Gudynas, 2015).

Em outro momento, na fala de outro entrevistado, N\_098 é colocado em questão a importância material e simbólica da Natureza no cotidiano das práticas sociais, e de como esse lugar que o extrativismo roubou, pela via de um crime ambiental, jamais poderá ser recuperado.

*a gente fica triste, porque a gente vivia sem medo de tomar banho e hoje, não podemos mais tomar banho, comer um peixe. Hoje a gente não pode plantar, só temos momentos tristes, porque não é mais a mesma coisa. Por anos e anos a Fundação Renova pode fazer o que ela quiser, mas voltar ao que era não volta não (FGV, 2022, p. 628).*

Quando analisamos as perdas materiais e simbólicas diante da catástrofe, nos atentamos sobretudo às mudanças significativas que aqueles homens e mulheres foram condicionados e de que forma eles encontraram de (re)existir, dentro dos limites de se produzir e reproduzir existências no capitalismo. Porém, ao resgatarmos aspectos sócio-históricos da formação de *Nuestra América*, apreendemos que essa estrutura catastrófica está inserida dentro da dinâmica de exploração da força de trabalho pelo capital assim como de sua apropriação incansável de Natureza (Aráoz, 2020).

Dessa maneira, é impossível dissociar os impactos da Natureza desvendados dos impactos sobre os homens e mulheres que compõem o território de Linhares, pois “a apropriação dos territórios é necessariamente relacionada a expropriação dos corpos; é expropriação dos ‘recursos’ que nos fazem ‘corpos’, e a capacidade de vida desses corpos” (Aráoz, 2013, p. 21, *tradução nossa*).

Um dos principais impactos que o rompimento ocasionou na cultura foi a perda das festividades, que marcam a história do município, como a Festa do Robalo, do Caboclo Bernardo, da Manjubinha e do Congo. Quando falamos em comunidades, nos referimos a populações que têm dinâmicas muito próprias de reproduzir a vida social, que tecem as relações sociais de forma coletiva, ao redor da Natureza, como ressalta o entrevistado N\_097 ao relatar sobre a importância da festa do Congo – simbolicamente e economicamente para a região.

A nossa maior manifestação cultural é o congo e tem todo sincretismo, pois temos a junção do negro das senzalas e os índios do Rio Doce havendo um processo de integração e surge o congo. O congo do Espírito Santo é um bem material e imaterial. Apesar do preconceito, quando trazemos essas manifestações culturais para as festas na comunidade todos ganham, pois movimentam todo comércio, seja vendendo comidas típicas, alugando casa, absorção de mão de obra nos restaurantes e pousadas etc (FGV, 2022, p. 715).

Como demonstrado a partir da fala do interlocutor N\_097, perder as características festivas que compunham o tecido social e cultural das comunidades é perder parte de sua identidade enquanto sujeito, revelando as tramas que compõem a longa memória os traços de dominação provenientes do capital.

O rompimento da barragem de Fundão só retoma esse debate para a ordem do dia, evidenciando que pensar as consequências provocados pelo extrativismo em determinados territórios é pensar as implicações da expansão do capital sobre a Natureza, o que repercute diretamente na vida dos sujeitos sociais.

---

[derramam] para além das medidas específicas de cada empreendimento, afetando a compreensão e os sentidos de várias políticas públicas, ambientais, sociais ou econômicas, assim como o sentido do que se entende como desenvolvimento, política, justiça, democracia e Natureza”.

Realização:



Apoio:



## Considerações finais

Como buscamos demonstrar ao longo das páginas acima, há várias chaves de leitura para se pensar o extrativismo. Sejam aquelas que o consideram como uma atividade que tem por primazia a transferência de Natureza, em grande volume e intensidade, dos países periféricos às economias de capitalismo central, sendo possível, através do desenvolvimento do mercado e dos fluxos globais de mercadoria, outras como um mecanismo de acumulação que tem início com a colonização e criação da América, ou seja, faz parte do processo de fundante do capitalismo, e é sob essa perspectiva, que esse trilhamos com a presente reflexão.

No que tange as principais consequências do rompimento da barragem para as comunidades no município de Linhares, elencamos três eixos de análise, sendo eles o impacto sobre a Natureza, no trabalho e na cultura. Embora tenham sido organizados em eixos analíticos, são dimensões que se vinculam, visto que a contaminação da água influi no impacto do trabalho e por fim, nas formas de habitar e ser habitado pelo território.

Reafirmamos que rompimentos de barragens não se conformam como *catástrofes naturais*, mas são produtos humanos, de uma acumulação predatório da Natureza, que em busca de um processo de acumulação infinito, coloca em risco a produção e a reprodução da vida material no planeta – que é finito. Este trabalho se inscreve nas trincheiras, vinculado à luta dos atingidos, que no cotidiano, ensaiam formas de re-existência de suas práticas de vida.

## Referência

ACOSTA, Alberto. **Extractivismo y neoextractivismo**: dos caras de la misma maldición. In: Grupo de Trabajo sobre alternativas al desarrollo. Quito: AbyaYala, Fundación Rosa Luxemburgo, 2012.

ACOSTA; Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e descrecimento**: saídas ao labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.

ADÃO, Sonia Maria. **Os discursos confrontados no processo de privatização**: o caso da Companhia Vale do Rio Doce. São Paulo. 2016. 203f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? In: BORÓN, Atílio; AMADEO, Javier.; GONZÁLES Sabrina. (org.). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ARÁOZ, Horacio Machado. Extractivismo y “Consenso Social”: Expropiación – consumo y fabricación de subjetividades (capitalistas) em contextos neocoloniales. **Revista Cuestiones de Población y Sociedad**, v. 03, n. 03, p. 29-42, 2013.

ARÁOZ, Horacio Machado. Los dolores de nuestra América y la condición neocolonial: extractivismo y biopolítica de la expropiación. **OSAL** - Revista del Observatorio Social de América Latina, Año XIII, n. 32, p. 51-66, nov., 2012.

ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

CARMO, Roberto Coelho. A simbiose histórica entre a cidade de Mariana e a atividade da mineração do ferro. In: HORST, Claudio Henrique Miranda; CARRARA, Virginia Alves. (org.). **“Questão social”, mineração e serviço social**: reflexões a partir da Região dos Inconfidentes. Ouro Preto: Editora UFOP, 2023. p. 27-53

Realização:



Apoio:



COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás**: Trinta anos de desenvolvimento frustrado. Rio de Janeiro: IBASE, 2015.

FERNANDES, Vilmar. Lama no rio Doce: justiça inclui litoral do ES em áreas afetadas. **A Gazeta**. 25 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/colunas/vilmar-fernandes/lama-no-rio-doce-justica-inclui-litoral-do-es-em-areas-afetadas-0424>>.

Acesso em 12 de julho de 2024

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. **Relatório anual de atividade**. Avaliação dos impactos e valoração dos danos socioeconômicos causados para as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. **Relatório anual de atividade**. Avaliação dos impactos e valoração dos danos socioeconômicos causados para as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão – Matriz indenizatória territorial para os municípios de Aracruz, Conceição da Barra, Fundão, Linhares, São Mateus e Serra, na Região Estuarina, Costeira e Marinha do Espírito Santo, 2022. Disponível em: <[https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/2022-1/fgv\\_matriz-estuarina-recm-es\\_parte-ii.pdf](https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/2022-1/fgv_matriz-estuarina-recm-es_parte-ii.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2025.

GUDYNAS, Eduardo. **Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo**: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: CAAP (org.). *Extractivismo, política y sociedade*. Quito: Centro Andino de Acción Popular (CAAP) Editors, 2009. p. 187-225.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos em América del Sur y sus efectos derrame. **La Revista Boletín**, n. 76, p. 13-23; 2015.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Enfrentando os limites do crescimento**. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 303-318.

LEONARDO, Flávia Amboss Merçon et al. Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/ BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES). **Relatório de Pesquisa**. Vitória: GEPPEDS, abril, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; MILANEZ, Bruno. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 10, n. 19, p. 119-148, jan./jun., 2013.

POLIGNANO, Marcus Vinícius; SILVA, R. L.; BASTOS, L. G. Impactos e danos provocados pelo crime da Samarco na bacia do rio Doce e perspectivas socioambientais. In: PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães et al. (org.) **Mar de lama da Samarco na bacia do rio Doce**: em busca de respostas. Belo Horizonte: Instituto Guaiacuy, 2019.

SILVA, Camilla Veras Pessoa da. **Lama, luto e luta**: A vivência dos atingidos pelo desastre da Samarco e a organização popular no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) como estratégia de enfrentamento. 2017. 195 f. Dissertação (Mestre em Psicologia Social) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

Realização:



Apoio:





SVAMPA Maristella; Viale, Enrique. **El colapso ya llegó**: una brújula para salir del (mal)desarrollo. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2020.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

TONELO, Iuri. **No entanto, ela se move**: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo; Iskra, 2021.

WANDERLEY, Luiz Jardim *et al.* Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socioambientais. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 68, n. 03, p. 30-35, jul./set., 2016.

Realização:



Apoio:



## **ENTRE RACISMO AMBIENTAL E INJUSTIÇA SOCIAL: as contradições do Estado e a realidade das favelas na preparação da COP30 em Belém (PA)**

Carlos Matheus Matos Santos dos Santos<sup>624</sup>

Izabel Cristina dos Anjos Martins<sup>625</sup>

Alice Estefani Nascimento dos Santos<sup>626</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o racismo ambiental nas favelas de Belém do Pará, destacando a segregação social marcada pela precariedade no saneamento básico, na saúde e na infraestrutura, diante do desenvolvimento privilegiado em bairros nobres e turísticos para receber a COP30. A pesquisa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, ressalta o papel do Serviço Social na luta por justiça ambiental, articulando direitos humanos e participação popular para enfrentar a exclusão e a desigualdade socioambiental.

**Palavra-chave:** Racismo ambiental; COP30; favela; Serviço Social.

**Abstract:** This article aims to reflect on environmental racism in the favelas of Belém, Pará, highlighting social segregation marked by precarious basic sanitation, health, and infrastructure, in contrast to the privileged development of affluent and tourist areas in preparation for COP30. The research, based on a literature review and documentary analysis, emphasizes the role of Social Work in the fight for environmental justice, linking human rights and popular participation to address social exclusion and socio-environmental inequality.

**Keyword:** Environmental racism; COP30; favela; Social Work.

### **Introdução**

Durante séculos, Belém, capital do Pará, foi palco de conflitos territoriais, com bairros historicamente marginalizados por ocupações irregulares em decorrência do avanço do desenvolvimento urbano na metrópole da Amazônia. Assim, as margens da cidade, desenvolvem-se as favelas, que majoritariamente, é ocupada pela população negra e indígena, recebem os tratamentos mais precarizados do Estado: carência de saneamento básico, terraplenagem precária, postos de saúde fragilizados e, como na Vila da Barca, resíduos de esgoto da “Nova Doca”.

Essas características descrevem uma região suscetível à injustiça social e, conforme a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2023), ao racismo ambiental, cuja manifestação se expressa na localização de lixões e aterros sanitários próximos a comunidades de baixa renda, compostas por pessoas negras e indígenas. Além disso, há a poluição do ar em bairros empobrecidos, somada à ausência de acesso à água potável e ao saneamento básico, entre outros problemas.

Diante do exposto, o presente artigo busca refletir sobre as contradições do Estado brasileiro frente aos preparativos para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP30), especialmente por consolidar práticas de racismo ambiental

<sup>624</sup> Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: carlosmatos.matheus1@gmail.com

<sup>625</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: izabelmartins510@gmail.com

<sup>626</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: alicesantos0202@gmail.com

Realização:



Apoio:



expressas na chamada "segregação da COP", à medida que bairros periféricos enfrentam processos de exclusão social. Além disso, descreve a participação do Serviço Social diante tal expressão da questão social e os elementos reflexivos para atuar diante desse fenômeno.

Portanto, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica de autores que debatem a questão do racismo ambiental em Belém do Pará e análise documental como a do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e documentos do Planalto sobre a COP30.

### **Contextualização histórica do desenvolvimento urbano em Belém do Pará**

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, s.d.), o patrimônio cultural destaca que o processo de desenvolvimento da cidade de Belém do Pará começou pela ocupação da foz do rio Pará, em 1616, com o objetivo estratégico de expandir o Império Ibérico nas Américas. Esse processo corroborou para as proteções das igrejas, conforme planejado por Francisco Caldeira Castelo Branco e seus comandados, no intuito de fortalecer o núcleo inicial da cidade. A ocupação transformou a cidade em um polo comercial, funcionando como porta de entrada para a Região Amazônica e o elo entre Portugal e o Estado do Grão-Pará (IPHAN, s.d.).

Até o final do século XVII, a cidade de Belém possuía uma rede urbana composta por vias estreitas, com quarteirões formados por terrenos estreitos, onde as construções eram erguidas diretamente sobre o alinhamento dos lotes, sem afastamento lateral. Os dois núcleos urbanos já estavam consolidados e eram separados pelo igarapé do Piri, um pequeno curso d'água que conectava a área alagadiça à Baía do Guajará. Ambos apresentavam uma arquitetura simples, caracterizada principalmente por residências térreas e praças em frente às edificações religiosas (IPHAN, s.d.)

Por ser um ponto de convergência de rotas fluviais e, conseqüentemente, possuir uma localização geográfica estratégica, Belém atrai interesse internacional. Como resultado, a cidade recebe um grande fluxo de europeus, principalmente oriundos da Península Ibérica. No entanto, a população indígena era significativamente superior à europeia (Dias; Dias, 2007, p. 03). Os autores destacam também que um evento peculiar marca a história das conquistas das coroas europeias nas Américas nessa região: os colonizadores, necessitando do conhecimento indígena para se orientar e sobreviver na floresta, além de facilitar a comunicação entre portugueses e nativos e incentivar a miscigenação, passaram a aprender a língua nativa, em vez de impor a sua própria.

Com o avanço das grandes metrópoles e a concentração dos investimentos em modernização e benefícios voltados a classes específicas, a população que buscava melhores condições de vida acabou ocupando irregularmente áreas periféricas. Essa expressão da questão social<sup>627</sup> favoreceu o desenvolvimento das favelas, configurando uma categoria socialmente oprimida no contexto urbano. Ou seja, trata-se de uma segregação social resultante de diversos fatores, como desigualdades econômicas, questões étnicas, status social, entre outros (Levy, 2011, p. 3).

Para exemplificar, o Censo 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou a desigualdade no desenvolvimento urbano de Belém e da

---

<sup>627</sup> A questão social é compreendida a partir do debate de Iamamoto (2000), como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Região Norte. Belém é uma das únicas capitais brasileiras em que mais da metade da população vive em favelas, com 57,2% dos habitantes residindo em comunidades. Além disso, o estado do Pará ocupa o quarto lugar no Brasil em número de favelas mapeadas, totalizando 723 áreas identificadas, sendo 214 apenas na capital paraense.

Os dados seguem ao descrever que a Região Norte lidera o percentual de população vivendo em favelas, atingindo 18,9%, um índice superior ao das demais regiões do país: Nordeste (8,5%), Sudeste (8,4%), Sul (3,2%) e Centro-Oeste (2,4%). Os três estados com maior proporção de pessoas morando em favelas também estão no Norte, com o Amazonas registrando 34,7%, o Amapá 24,4% e o Pará 18,8%. Além disso, as cinco cidades brasileiras com maior percentual de população vivendo em favelas pertencem à Região Norte. Vitória do Jari, no Amapá, lidera com 69% da população nessa condição, seguida por Ananindeua (PA), com 60%, Marituba (PA), com 59%, Belém (PA), com 57%, e Manaus (AM), com 56% (IBGE, 2022).

A cidade de Belém é envolvida pelo Rio Guamá e pela Baía do Guajará. As regiões situadas às margens desses cursos d'água eram consideradas mais baixas e sujeitas a alagamentos em comparação com outras localizadas no interior da cidade. Dessa maneira, o termo “áreas baixas” ou “de baixadas” passou a ser empregado para descrever, inicialmente, os primeiros bairros urbanos no litoral da cidade. Contudo, com a rápida industrialização que impulsionou um crescimento urbano desorganizado em Belém a partir de meados do século XX, as áreas mais elevadas e secas, caracterizadas por sua distância das regiões ribeirinhas, começaram a ser valorizadas, tornando-se preferidas pela classe economicamente mais privilegiada (Levy, 2011, p. 5). Assim, algumas áreas de baixada passaram a ser associadas a regiões periféricas, assentamentos precários, ocupações irregulares, carentes de infraestrutura urbana e de serviços públicos essenciais.

## **Racismo ambiental e a readaptação diante as mudanças climáticas no estado do Pará**

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios da contemporaneidade, com efeitos que transcendem as fronteiras ambientais e impactam diretamente as dimensões sociais, econômicas e políticas de regiões e territórios inteiros. Portanto, o aumento de eventos extremos afetam as condições de vida de diferentes populações, mediante às desigualdades socioeconômica, socioespacial, racial e de gênero. Determinados grupos socialmente e historicamente marcados, são mais vulneráveis às consequências das mudanças ambientais.

De acordo com o relatório da Unicef (2022) a crise climática interage com as desigualdades provenientes do sistema capitalista, dessa forma pessoas pardas e pretas do gênero feminino são menos propensas às adaptações climáticas ou a prevenção aos desastres ambientais, tendo em vista a escala de pobreza expressiva que, meninas e mulheres negras estão submetidas. Assim, os efeitos dessas mudanças afetam de forma desigual diferentes grupos sociais e os colocam em maior risco de vulnerabilidade.

Esses padrões de desigualdade afetam os impactos da crise climática. Grupos com menos recursos financeiros e sociais, privados de investimentos públicos adequados, são menos capazes de promover adaptações e, portanto, estão mais expostos às mudanças no padrão de chuvas e/ou nas temperaturas (Unicef, 2022, p. 84).

Para Herculano (2008), o conceito de racismo ambiental diz sobre as injustiças ambientais e sociais que atinge de forma desproporcional etnias socialmente vulnerabilizadas, configurando-se em ações que possui impacto racial sob comunidades/grupos tradicionais na transformação de seus territórios e de suas culturas, como exemplo, instalações de grandes empreendimentos em territórios de

Realização:



Apoio:



populações tradicionais ribeirinhas, indígena e quilombolas para extração de recursos naturais. Enquanto no contexto urbano as populações negras periféricas, que habitam, segundo a autora em “zonas de sacrifício”, convivem com poluentes e despejos químicos em seus territórios.

Os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária. As dinâmicas econômicas geram um processo de exclusão territorial e social, que nas cidades leva à periferização de grande massa de trabalhadores, e, no campo, por falta de expectativa em obter melhores condições de vida, leva ao êxodo para os grandes centros urbanos (Herculano, 2008, p. 10-11).

Ante o exposto, compreende-se que as relações econômicas que engendram esta sociedade capitalista determinam o grau de acesso ao meio ambiente saudável e seguro, bem como aos serviços e às políticas públicas de diferentes grupos e territórios.

Num contexto paraense, os dados do Instituto Trata Brasil (2024) evidenciam os déficits em relação ao acesso à água tratada pelos paraenses, 48,9% da população residia neste ano, em habitações que não possuíam água tratada, bem como 91,5%, da população do estado não tinham acesso às ligações à rede geral de esgoto. Em continuidade com a análise, a Região Metropolitana de Belém também obteve um déficit relativo, mesmo sendo uma das regiões com melhor índice do estado do Pará, a RMB apresentou uma carência de 79,2% de residências sem coleta de esgoto.

Para mais, seguindo com dados do mesmo instituto (Trata Brasil; Go Associado, 2024), o novo ranking de saneamento de 2024 analisa 100 municípios mais populosos do país, entre eles destaca os 20 melhores e os 20 piores em índices de saneamento básico. Belém encontra-se entre os 20 municípios com piores resultados, juntamente com Ananindeua e Santarém. Outro fato importante, segundo o mesmo estudo, os municípios que compõem essa avaliação desfavorável possuem um investimento médio no período de 4 anos (2018-2022) de apenas R\$73,85 reais por habitante, evidenciando o pouco investimento público nessas políticas.

Esses dados revelam um dos principais obstáculos enfrentados pelas populações periféricas que, de acordo com Duarte *et al* (2022, p. 4) “os bairros que não possuem condições sanitárias e são mais vulneráveis a eventos climáticos críticos são os periféricos, que em países como o Brasil é predominantemente composto por pessoas pretas e pardas”, logo percebe-se que dimensão étnico-racial está associada às injustiças ambientais e, também, sociais.

A luta por justiça climática ocorre no enfrentamento das diferentes expressões da desigualdade, no cenário urbano (Belenense) as regiões periféricas são as mais afetadas pela ausência de investimentos em políticas ambientais urbanas. O meio ambiente interfere na condição de vida e saúde das populações, dessa forma a superação desses obstáculos nas periferias urbanas é um passo importante para prevenção das crises climáticas.

### **As contradições do Estado e os Impactos do racismo ambiental nas comunidades periféricas às vésperas da COP30**

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) publicou no ano de 2023 uma matéria acerca do racismo ambiental, abordando quais as consequências das desigualdades socioambientais para as comunidades marginalizadas, como por exemplo as populações negras, indígenas e pobres, que são afetadas pelas consequências negativas da degradação ambiental, a escassez de acesso aos recursos naturais e até de serviços ambientais.

A FIOCRUZ ressalta que a desigualdade socioambiental afeta diretamente na saúde e bem-estar, além de interferir na inserção destas comunidades nas

Realização:



Apoio:





oportunidades econômicas e sociais, devido às dificuldades de acesso à empregos, serviços públicos e educação de qualidade.

Mediante isso, um grande exemplo de racismo ambiental está sendo vivenciado no estado do Pará, que se prepara para receber a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP30), a ser realizada em Belém (PA), em novembro de 2025. Uma reportagem produzida pela Alma Preta e republicada em parceria com a Agência Pública relatou o descaso e a segregação socioespacial vivenciados pela população residente na comunidade da Vila da Barca.:

considerada uma das maiores favelas de palafitas da América Latina, com mais de 7 mil habitantes. As casas de palafitas são moradias precárias construídas sobre estacas de madeira acima de territórios alagados. Na Vila da Barca, cerca de 80% das moradias são de palafitas (Assunção, 2025, n/p).

Contraditoriamente, a comunidade em questão está localizada ao lado dos bairros mais ricos da capital paraense, em destaque a Avenida Visconde de Souza Franco, localizada às margens do canal da Doca onde os apartamentos chegam a R\$ 13 milhões, esta área é uma das, senão, a maior beneficiada pela COP30, recebendo a obra da intitulada "Nova Doca", com investimento de R\$ 310 milhões por parte do Governo do Estado.

Neste contexto, a reportagem em questão destaca que afastando-se do embelezamento proposto pelas obras de macrodrenagem, o esgoto produzido pelos moradores e comércios da Doca, será despejado na área da comunidade da Vila da Barca, após a recente desapropriação de um prédio para o cumprimento da função designada, decreto este publicado no dia 17 de dezembro de 2024 e assinado pelo atual governador Helder Barbalho (MDB).

Ante o exposto, Leitão *et al* (2025, p. 17-18) destaca:

No cenário internacional, Belém-PA – às vésperas de sediar a COP30 – torna-se um microcosmo dos desafios de alinhar práticas locais com os objetivos globais de sustentabilidade. Os resultados mostram contradições claras entre as ações locais observadas e os compromissos assumidos pelo Brasil no contexto da Agenda 2030 da ONU e do Acordo de Paris [...] O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) preconiza a inclusão das comunidades na tomada de decisão e o acesso universal a espaços verdes e públicos seguros e inclusivos. Entretanto, a “segregação da COP” vivenciada em Belém – com melhorias urbanas concentradas em zonas turísticas enquanto comunidades vulneráveis ficam à margem – contrasta com o espírito do ODS 11, que enfatiza a urbanização inclusiva e resiliente.

Observa-se que no contexto de Belém fica explícito diversas expressões da questão social, principalmente, a exclusão das comunidades locais do planejamento da COP30 e o apagamento do histórico amazônico “como a negligência a alternativas de sombreamento baseadas no reflorestamento urbano com espécies nativas foram duramente criticados por coletivos locais” (Leitão *et al.*, 2025, p. 18).

## O serviço social no contexto socioambiental

O Conjunto CFESS-CRESS, aprovou em comemoração ao dia 15 de Maio Dia da(o) Assistente Social, o tema "Serviço Social na luta por justiça ambiental para a diversidade de povos e biomas" para o ano de 2025, como também a criação de um documento orientador para as atividades comemorativas baseado nas análises marxianas de que o ser humano transformou-se em ser social a partir dê e com a natureza, criando ferramentas de trabalho, modos de produção, moradias e estabeleceu relações sociais para viver.

Realização:



Apoio:



Seguindo este pressuposto, o documento segue reafirmando que na sociedade burguesa, impõe-se a ruptura entre o ser humano e a natureza, pois ambos passaram a ser dominadas e exploradas no processo de acumulação primitiva do capital, ressignificando e alienando a relação entre a sociedade humana e outros seres da natureza.

Além disso, faz-se necessário compreender as expressões da questão ambiental, não só no Brasil, como também nos demais países colonizados e socialmente marginalizados, devido as suas particularidades causadas pela dominação e superexploração de pessoas escravizadas e da apropriação dos bens comuns da natureza.

Vale ressaltar que a degradação desenfreada da natureza, não afeta a população de maneira igualitária, apesar de ter escala mundial. As populações subalternas da classe trabalhadora, sobretudo povos e comunidades tradicionais, sofrem perdas de proporções diferentes já que em sua grande maioria encontram nos espaços de construção de suas moradias e de lazer, áreas de atividades geradoras de graves impactos ambientais. Problema este, caracterizado no final do século XX como Racismo Ambiental (CFESS-CRESS, 2025).

No Brasil, as apropriações territoriais são historicamente explícitas desde as condições dadas a população "liberta" no período da denominada "abolição", em que a política eugenista do século XIX segregou estas populações para os morros e para as nascentes periferias das metrópoles, sendo necessário desenvolver estratégias de sobrevivência nos cortiços e favelas da época. Até os dias de hoje, essas populações são enumeradas em tabelas de déficits habitacionais, de saneamento básico e de mobilidade urbana, estas contradições presentes no contexto urbano, são propícias para a realização do trabalho de assistentes sociais.

Tendo em vista que "são nos bairros periféricos, pretos e empobrecidos que se encontram os lixões, de onde essa população, em sua maioria formada por mulheres negras, retiram o sustento das suas famílias." (CFESS-CRESS, 2025), reconhecer e identificar as expressões da questão social com a ambiental é um desafio ético-político para o Serviço Social.

## Considerações finais

O objetivo basilar deste artigo é refletir sobre a realidade das comunidades periféricas de Belém do Pará, diante de práticas históricas que reforçam as expressões da questão social, como exemplificado no caso da Vila da Barca. O racismo ambiental, presente nas periferias e favelas, evidencia um processo de segregação que se torna ainda mais contraditório às vésperas da COP30, quando o modelo de desenvolvimento privilegia explicitamente bairros nobres e áreas turísticas.

Nesse contexto, o Serviço Social desempenha um papel estratégico ao articular a defesa dos direitos humanos com uma postura ético-política, fortalecendo a participação popular e contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e resiliente na efetivação de direitos.

O enfrentamento dos impactos sociais nas periferias é fundamental para o fortalecimento dessas comunidades, sobretudo diante da luta cotidiana contra a invisibilidade e das violações constantes de direitos básicos, expressas no racismo, na segregação social, na precariedade dos serviços de saúde e na limitação do acesso à educação. Assim, combater as desigualdades na Amazônia não significa invisibilizar ou excluir as realidades de famílias historicamente marginalizadas pela sociedade burguesa, mas reconhecer que ela é composta também por povos e comunidades tradicionais, quilombolas e migrantes, cuja existência é ameaçada por um capitalismo em sua forma mais predatória.

Realização:



Apoio:



## Referência

ASSUNÇÃO, Fernando Favela em Belém recebe esgoto e entulhos de obra da COP30. **Agência Pública**, 21 de março de 2025. Disponível em: <<https://apublica.org/2025/03/favela-em-belem-recebe-esgoto-e-entulhos-de-obra-da-cop30/>>. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. **COP 30 no Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cop28/cop-30-no-brasil>>. Acesso em: 23 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Dia da(o) Assistente Social 2025**: a gente defende a justiça ambiental para combater a desigualdade social. Brasília: CFESS, 2025. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/documento/view/320/dia-assistente-social-2025-a-gente-defende-a-justica-ambiental-para-combater-a-desigualdade-social>>. Acesso em: 21 jun. 2025.

DIAS, Caio Smolarek; DIAS, Solange Irene Smolarek. Belém do Pará: história, urbanismo e identidade. In: DIAS, Solange Irene Smolarek (org.). **Planejamento urbano e regional**: ensaios acadêmicos do CAUFAG em 2007.1. Cascavel: Smolarek Arquitetura, 2007.

DUARTE, Bruno Monteiro; DA SILVA, Nathália Thais Cosmo; DA SILVA LOPES, Ivonete. Interseccionalidade e mudanças climáticas: um estado da arte sobre o racismo ambiental no Brasil e seus outros. **Sêmata**: Ciências Sociais e Humanidades, Santiago de Compostela, n. 34, 2022.

FIOCRUZ. Racismo ambiental: as consequências da desigualdade socioambiental para as comunidades marginalizadas. **CEE-FIOCRUZ**, Rio de Janeiro, 11 maio 2023. Disponível em: <<https://cee.fiocruz.br/?q=racismo-ambiental-as-consequencias-da-desigualdade-socioambiental-para-as-comunidades-marginalizadas>>. Acesso em: 21 jun. 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Crianças, adolescentes e mudanças climáticas no Brasil**. UNICEF, Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/19256/file/criancas-adolescentes-e-mudancas-climaticas-brasil-2022.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Interfacehs** – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, v. 3, n. 1, p. 1-20, jan./abr., 2008. Disponível em: <[http://www.interfacehs.sp.senac.br/BR/artigos.asp?ed=6&cod\\_artigo=113](http://www.interfacehs.sp.senac.br/BR/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=113)>. Acesso em: 27 jul. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Tabela 3379** - População residente em aglomerados subnormais, por situação do domicílio e grupos de idade. Rio de Janeiro: IBGE, s/d. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3379>>. Acesso em: 2 abr. 2025.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Benefícios econômicos e sociais da expansão do saneamento no Pará**. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2024. Disponível em: <[https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Release\\_Beneficios-](https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Release_Beneficios-)

Realização:



Apoio:



Economicos-e-Sociais-da-Expansao-do-Saneamento-no-Para-1.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

INSTITUTO TRATA BRASIL; GO ASSOCIADOS. **Ranking do Saneamento 2024**. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2024. Disponível em: <<https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Release-Ranking-do-Saneamento-de-2024-TRATA-BRASIL-GO-ASSOCIADOS-V2.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **O que é patrimônio cultural**. Brasília: IPHAN, s/d. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1216/>>. Acesso em: 28 mar. 2025

LEITÃO, Rafael Rocha; PEZZOPANE, João Eduardo Macedo; LEITÃO, Vítor Rocha. Paisagismo artificial e racismo ambiental na Amazônia urbana: avaliação multinível de impactos em Belém-PA às vésperas da COP30. **Journal of Convergent Scientific Inquiry**, v. 1, n. 1, p. 09-24, 2025.

LEVY, Dan Rodrigues. Uma tentativa de emancipação social na favela: breve análise da primeira etapa do projeto habitacional e urbanístico da Vila da Barca, Belém-PA. **Série Comunicações** – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra FEUC, Coimbra, p. 1-18, 2011.

Realização:



Apoio:



## TEORIA DO VALOR PROCESSO DE TRABALHO E A SUPEREXPLORAÇÃO NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Juliana da Silva Miranda<sup>628</sup>

Isabel Jardim do Nascimento Andrade<sup>629</sup>

**Resumo:** Este trabalho analisa a teoria do valor em Marx, com foco no contexto do capitalismo dependente. A investigação tem como centralidade o processo de trabalho como base da produção de valor, destacando como as relações sociais de produção são formadas por estruturas históricas e econômicas próprias dos países de capital periférico. O estudo apresenta como essa dinâmica reforça a subordinação aos países centrais capitalistas e como a superexploração é elemento sistêmico do capitalismo dependente. Ou seja, este trabalho propõe um estudo crítico das categorias do marxismo para compreender a realidade do trabalho na América Latina.

**Palavras chave** - teoria do valor; processo de trabalho; superexploração; capitalismo dependente.

**Abstract:** This work analyzes the theory of value from a Marxist perspective, focusing on the context of dependent capitalism. The investigation centers on the labor process as the foundation of value production, highlighting how the social relations of production are shaped by historical and economic structures specific to peripheral capitalist countries. The study shows how this dynamic reinforces subordination to central capitalist countries and how superexploitation is a systemic element of dependent capitalism. In other words, this work proposes a critical study of Marxist categories to understand the Latin American reality.

**Keywords:** theory of value; labor process; superexploitation; dependent capitalism.

### Introdução

Nos últimos anos, se intensificou o debate a respeito das formas de exploração do trabalho e da reprodução do capital ainda mais nas formações sociais periféricas, isto devido ao fato da crise estrutural do capitalismo, aprofundada por processos de financeirização e precarização do trabalho, por exemplo. Discutir sobre esta dinâmica exige um esforço de retomar categorias fundantes da crítica da economia política, como a teoria do valor, processo de trabalho e os mecanismos de superexploração nos países de capital dependente. Com isso, esse processo de investigação permite compreender não apenas os fundamentos da produção do valor, mas também situar as formas de exploração históricas que caracterizam o capitalismo em suas diferentes fases.

Assim, tendo como objetivo deste trabalho processar as ideias da Teoria do Valor dentro do modo de produção capitalista para pensar o processo de trabalho e a superexploração combinado com as singularidades do capitalismo dependente brasileiro; justificamos a articulação entre os aportes teóricos de Isaak Rubin, Ricardo Antunes e Ruy Mauro Marini para contribuir com a leitura marxista. Isaak Rubin contribui para o estudo com sua leitura profunda sobre a obra de Marx e destaca que a teoria do valor não pode ser compreendida como uma simples teoria econômica sobre preços ou

<sup>628</sup> Assistente Social. Mestre em Política Social pelo PPGPS/UFF. Doutoranda em Serviço Social pelo PPGSS/UERJ. E-mail: asjsmiranda@gmail.com

<sup>629</sup> Advogada. Assistente Social. Mestre em Serviço Social pelo PPGSS/UFJF. Doutoranda em Serviço Social pelo PPGSS/UERJ. E-mail: isabel.jardin.andrade@gmail.com

Realização:



Apoio:





quantidades de trabalho, mas sim como uma teoria social sobre as formas de mediação das relações sociais entre seres humanos no modo de produção capitalista. Por isso, o valor é expressão das relações sociais objetivadas e para nós é exigido compreender como o trabalho abstrato constitui a substância do valor.

Isso revela que a dominação do capital não se dá apenas pela extração de excedente econômico, mas pela forma social do trabalho e da vida, e com isso somamos os estudos de Ricardo Antunes. O autor aborda sobre as transformações recentes no mundo do processo de trabalho e as novas formas de precarização e intensificação da exploração no capitalismo globalizado. Nas obras que resgatamos de Ricardo Antunes, conseguimos analisar como a reestruturação produtiva a partir dos anos 1970, cheias de estratégias neoliberais, levaram à formação de uma nova classe trabalhadora que vive formas tradicionais de trabalho assalariado e com múltiplas expressões do trabalho precarizado, como a informalidade, terceirização e subemprego.

Essa reorganização da classe trabalhadora acontece juntamente com a intensificação da extração de mais-valor relativo e absoluto, fazendo o processo de trabalho mais e mais fragmentado, instável e subordinado às exigências do capital financeiro. O trabalho, mais explorado e menos reconhecido, funciona como um dos principais mecanismos de reprodução de desigualdades. Para compreender sobre as formas de exploração nas formações sociais dos países de capital periférico, consideramos os escritos de Ruy Mauro Marini e a sua leitura da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Ruy Mauro Marini apresenta a categoria de superexploração do trabalho como fator estruturante da reprodução capitalista dos países latino-americanos, e coloca que a incorporação de forma subordinada das economias periféricas no mercado mundial, resulta em uma forma particular de extração do mais-valor. Isso não se esgota na intensificação da produção, mas pela remuneração de baixíssimo valor da força de trabalho, sendo essa superexploração a base que se articula a dependência econômica, tecnológica e política em relação aos países centrais do capitalismo.

Desta forma, este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre os fundamentos da exploração capitalista em contexto de capital periférico, considerando como a lógica do valor, a organização do trabalho e os mecanismos de superexploração se encontram na produção e reprodução do capital dependente.

## **Fundamentação: teoria do valor**

A teoria do valor no sistema de produção capitalista, discute sobre a forma como o valor das mercadorias é estabelecido e a origem do lucro. Para pensarmos sobre a questão da teoria do valor, precisamos passar por suas bases, como as discussões sobre mercadoria, trabalho socialmente necessário, teoria do valor-trabalho e o mais-valor<sup>630</sup>. Segundo Rubin (1987, p. 140), a tarefa da teoria do valor é “a análise causal dos processos de igualação das diversas mercadorias e diferentes formas de trabalho efetivamente realizados, e a não descoberta de padrões práticos para sua comparação”. Com isso, a teoria do valor é um campo teórico e não prático, que busca a compreensão da equivalência de mercadorias e como isso se relaciona com a equivalência e a distribuição do trabalho social. Ela investiga as origens do valor, não se baseando em um critério externo de valor.

---

<sup>630</sup> Existe atualmente um movimento na literatura sobre o uso dos termos “mais-valia” e “mais-valor”. Acontece que se tem discutido que o termo “mais-valor” representa a lógica da exposição marxiana (valor, valor de uso, valor de troca, mais-valor) e tem mais literalidade na língua portuguesa. Enquanto “mais-valia”, embora tenha criado um espaço forte na literatura, não é o mais adequado na língua portuguesa. O primeiro termo traz o sentido imediato, por isso, neste momento absorvemos o termo “mais-valor”.

Realização:



Apoio:



Entendemos em Rubin (1987) que existe uma certa diferença entre teoria do valor e teoria do valor-trabalho<sup>631</sup>: sendo, a teoria do valor uma explicação marxista das formas sociais determinadas historicamente que se manifestam pelo trabalho humano no capitalismo, analisa a quantidade de trabalho e a forma social do valor, logo como o trabalho como mercadoria; a teoria do valor-trabalho é uma parte específica da teoria do valor que trata sobre o tempo de trabalho socialmente necessário que expressa o trabalho abstrato. Sobre este último, de acordo com Rubin (1987, p.97): “O caráter específico da teoria de Marx sobre o valor-trabalho consiste no fato de que Marx não baseia sua teoria nas propriedades do valor, mas sim mostra que numa economia mercantil esta atividade assume inevitavelmente a forma valor dos produtos do trabalho.”

A categoria<sup>632</sup> mercadoria, forma elementar da riqueza nas sociedades capitalistas, possui simultaneamente dois aspectos distintos: o valor de uso e o valor de troca. O valor de uso expressa a materialidade das necessidades humanas, “as mercadorias são produtos de um trabalho de qualidade específica, que atendem a necessidades sociais. O valor de uso é a própria materialidade da mercadoria e se realiza no consumo dos objetos úteis.” (Iamamoto; Carvalho, 1996, p. 43). Acontece que, sem o valor de uso, não existiria procura e não haveria compra e troca de mercadorias.

O valor de troca se refere à proporção da troca das mercadorias no processo mercadológico do capital, não pelas suas características físicas e sim do trabalho humano abstrato objetivado na tal mercadoria; “o valor de troca de sua mercadoria não pode ser determinado pela maneira como o comprador usa sua mercadoria, mas somente pela quantidade de trabalho objetivado que existe nela mesma” (Iamamoto; Carvalho, 1996, p. 231-232). O trabalho mencionado é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário. O valor de troca ocorre somente quando as mercadorias estão em relação de equivalência no mercado.

Com isso, como valores de uso, as mercadorias são diversas e qualitativas; como valores de troca, diferem apenas quantitativamente. “Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. No tipo de sociedade a que nos propomos a estudar, os valores de uso, são, ademais, o suporte material dos valores de troca” (Marx *apud* Iamamoto; Carvalho, 1996, p. 43).

Na vertente marxista, o trabalho socialmente necessário, é o trabalho medido através da quantidade de tempo necessário para se produzir uma mercadoria, sendo um tempo social e não individual. Logo, o tempo socialmente necessário é por isso o fundamento do valor, pois isso se deve ao fato que este quantifica o trabalho abstrato<sup>633</sup> em mercadoria, onde cada mercadoria incorpora esse tempo e não o gasto real individual do produtor. Na lógica capitalista, ao se ampliar a produtividade, o tempo socialmente necessário reduz, diminuindo assim o valor da mercadoria. A forma mercadoria somente assume valor quando comparada a outras mercadorias, mediado pelo tempo socialmente necessário.

Em síntese, o trabalho socialmente necessário regula a produção e a troca na lógica mercantil-capitalista. Diferentemente do que a ideologia capitalista enraiza em seus processos, o valor é uma expressão socialmente condicionada, logo não natural ou individual. Nessa lógica, com o equivalente universal, o dinheiro, o trabalho privado

<sup>631</sup> Rubin (1987, p. 13 e 139) utiliza os termos com todas as letras em caixa baixa na sua obra.

<sup>632</sup> Segundo Rubin (1987), uma categoria marxista é uma forma teórica que reflete relações sociais reais e históricas específicas legitimadas pelas condições do capitalismo, não são universais, por isso são históricas e determinadas socialmente. Ainda segundo o autor, mercadoria é uma categoria porque apresenta relações sociais objetivas e históricas, não sendo um objeto neutro, mas uma forma social. E também porque a mercadoria não se reduz a utilidade ou troca individual, e sim funciona como forma social que regula a produção e a distribuição do trabalho na economia capitalista.

<sup>633</sup> Rubin (1987, p. 143) retoma sobre trabalho abstrato e diz que o trabalho abstrato é um conceito central na teoria de Marx sobre valor.

toma forma social e permite comprar o trabalho abstrato das mercadorias. Assim, conseguimos afirmar que o tempo socialmente necessário procede das necessidades sociais concretas e da produtividade social.

A teoria do valor-trabalho é fundante na crítica marxista à economia política clássica, logo, à estrutura do capitalismo e diz sobre o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário à sua produção. Isso quer dizer, os meios e técnicas disponíveis em dada sociedade para produzir uma mercadoria de forma absoluta. Devemos destacar que a teoria do valor-trabalho parte de uma análise objetiva das relações sociais de produção, do que é concreto. E ainda, o trabalho é a fonte do mais-valor e não somente produz valor.

Na lógica capitalista, os trabalhadores não vendem os produtos do seu trabalho realizado, nós, os trabalhadores, vendemos a nossa força de trabalho em troca de um salário que é correspondente apenas à reprodução social do trabalhador, para sua subsistência e manutenção da sua força de trabalho e não ao valor total que o trabalhador gera com seu trabalho ao capitalista, enquanto o tempo restante de trabalho gera valor excedente. Com isso, temos o mais-valor. Essa é justamente a diferença entre valor produzido e o salário pago: o valor excedente é apropriado pelo capitalista com lucro para a manutenção do seu modo de existência, onde o trabalhador gera mais valor e é a base para todo ordenamento do processo de acumulação capitalista. Compreender essa linha de funcionamento do capital é básico para compreender a exploração que é própria do sistema capitalista.

Como já explicitado, a teoria do valor-trabalho suporta que o valor de um produto é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário. Isaak Rubin menciona que “os produtos do trabalho são trocados proporcionalmente segundo as quantidades já medidas e igualadas do trabalho que contém” (Rubin, 1987, p. 139). Assim, existe o valor excedente do trabalho produzido pelo trabalhador e o valor que este trabalhador recebe na forma de salário. Respectivamente, por último, estamos falando do mais-valor, que é apropriado pelo capitalista como lucro. Desta forma, quanto maior a jornada de trabalho, maior será o mais-valor extraído do trabalhador. Esta dinâmica é importante para compreendermos a teoria do valor e por isso, abordaremos sobre o mais-valor.

É necessário partir da teoria do valor-trabalho - que afirma que o valor das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário -, para discutirmos a compreensão da dinâmica do capitalismo e da exploração da força de trabalho, é importante conhecer o conceito central para tal que é o mais-valor. O mais-valor caracteriza o valor excedente produzido pelo trabalhador além do necessário para reproduzir sua força de trabalho, ou seja, além do que ele recebe em forma de salário.

Mesmo que no capitalismo os trabalhadores não vendam o produto de seu trabalho diretamente, e sim a sua força de trabalho, recebendo em troca um salário que sirva para a manutenção da sua condição de trabalhador, logo, que supra (ou não) suas necessidades cotidianas para a reprodução da sua força de trabalho; ao decorrer da jornada de trabalho, o trabalhador produz apenas o correspondente ao seu salário, em uma parte da sua produção, todo o resto é apropriado pelo capitalista e não pago ao trabalhador. Esse valor excedente não pago é o mais-valor.

Retomando rapidamente sobre a reprodução da força de trabalho, Marini (2000, p.16, grifos nossos) faz uma contribuição importante sobre as condições que se dá a referida reprodução social. O autor aponta que são “negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente provocando seu esgotamento” e outro, “porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal”. Avaliamos interessante à discussão adiantar este tópico para a contribuição contemporânea do processo de trabalho.

Realização:



Apoio:



O mais-valor, fonte incalculável do lucro do capitalista, não é oriunda da circulação das mercadorias: ele surge do processo de produção, onde ocorre a exploração e expropriação do trabalho. O conceito do mais-valor apresenta como a acumulação de capital está baseada na apropriação do trabalho não pago ao trabalhador. O que também direciona às crises cíclicas do capital devido a busca por mais lucros que leva à exploração, desemprego e devém, por estes mesmos motivos, formas de geração de valor. Ricardo Antunes (2013, p. 14) aponta que ao experimentarmos uma dinâmica com múltiplas tendências, junto ao aumento significativo da classe trabalhadora que enfrenta precariedade ou a perda de postos de trabalho, testemunhamos também o surgimento de novas formas de exploração do trabalho excedente.

Marx orienta a dois tipos de mais-valor: absoluto e relativo, ambas são formas do capital de aumentar sua taxa de lucro. O mais-valor absoluto representa o aumento da jornada de trabalho, fazendo crescer o tempo de trabalho excedente materializado, enquanto o mais-valor relativo representa a manutenção da jornada de trabalho para aumentar a produtividade do trabalho com o emprego de meios de produção mais eficazes, que permitam reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de uma mercadoria e aumentar, com isso, o tempo de trabalho excedente da jornada de trabalho (Iamamoto; Carvalho, 1996, p. 68).

Na forma mais-valor absoluto, o capitalista extrai valor excedente do trabalhador no processo de produção que ocorre por meio da ampliação da jornada de trabalho, fazendo com que o trabalhador trabalhe mais horas sem alteração do seu salário, ou seja, sem receber por isso. Logo, ao aumentar a jornada de trabalho para além da produção do que é necessário à sua reprodução, o capitalista aumenta o volume de mais-valor. Essa forma se torna a mais direta de intensificar a exploração do trabalho, em comparação ao mais-valor relativo.

No mais-valor relativo, a extração de valor ocorre sem a necessidade de aumento da jornada de trabalho, mas sim, aumento da produtividade por meio de tecnologias combinadas com métodos mais eficientes e eficazes, que fazem com que o trabalhador produza em menos tempo o equivalente à sua força de trabalho. Em síntese, o mais-valor relativo tem como base a intensificação do trabalho usando do avanço tecnológico como meio para esse fim. Essa nova morfologia do trabalho, “vem ampliando o universo do trabalho invisibilizado e potencializando novos mecanismos geradores de valor - ainda que com aparência de não valor - a partir de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de autoexploração) do trabalho” (Antunes, 2013, p. 14-15).

Seguindo sobre as relações sociais no modo de produção capitalista, acrescentamos à discussão para contribuir sobre a teoria do valor, o conceito de fetichismo da mercadoria<sup>634</sup>. Ele expõe como as relações sociais entre as pessoas assumem a forma de relações objetificadas nas sociedades capitalistas. Isso quer dizer que os produtos do trabalho humano surgem como dotado de valor próprio, afastado, autônomo do trabalho que o produziu, encobrindo as relações de exploração direta. E assim, oculta o fato de que o valor de uma mercadoria se origina do trabalho socialmente necessário para sua produção, como já foi apontado nesta discussão. Negando o resultado das relações sociais de produção, no mercado, as mercadorias se apresentam como objetos precificados, como se fosse algo natural e intrínseco a elas.

O fetichismo traz para os trabalhadores uma negação de relação com o trabalho de outras pessoas; ali, naquele tal produto não é percebido o trabalho presente para seu preparo, as condições em que foi produzido, muito menos a exploração presente para a produção dele. E a máxima é que ele é visto como um objeto de valor monetário.

---

<sup>634</sup> Como Rubin (1987) aponta sobre categoria, entendemos o fetichismo da mercadoria como um conceito por se tratar de um termo crítico sobre como as categorias valor e mercadoria se apresentam como naturais.

Isso é o fetichismo. Esse processo também é essencial para a reprodução do capital, pois naturaliza as relações desiguais e a exploração, mascarando as relações sociais reais, concretas. Ocorre que o fetichismo, como um mascaramento das contradições do capital e anulador de uma consciência crítica ao referido sistema, o trabalhador vende sua capacidade de trabalho como uma mercadoria qualquer, sendo que não realidade está acontecendo a reprodução da vida em condições de exploração.

O fetichismo não é uma mentira individual, e sim uma estrutura ideológica concreta para atender a lógica do mercado. Ao desvendar o fetichismo, trazendo à luz que o valor é histórico e social, é uma possibilidade da luta anticapitalista, de transformação societária com o rompimento desse véu ideológico que perpetua relações de dominação burguesa.

### **Relação processo de trabalho e superexploração no modo de produção capitalista**

No marxismo, processo de trabalho é a transformação da natureza pelo ser humano para produzir itens úteis para sua vivência. Ainda, o processo de trabalho acontece em dois momentos: o trabalho útil (ou concreto) e o trabalho abstrato - e devemos fazer o destaque que não se trata de dois momentos separados e sim de pontos de vistas de uma mesma realidade para investigar o trabalho, e é neste último que associamos com a discussão do item anterior: a teoria do valor-trabalho. Onde a teoria do valor e o processo do trabalho são alicerces da crítica marxista ao modo de produção capitalista. Em relação a teoria do valor-trabalho e o materialismo histórico-dialético proposto por Marx, “têm o mesmo ponto de partida: especificamente, o trabalho como elemento básico da sociedade humana, elemento cujo desenvolvimento determina, em última instância, todo o desenvolvimento da sociedade” (Rubin, 1987, p. 13).

Resgatando o que foi discutido neste trabalho a respeito da teoria do valor-trabalho, no marxismo, o valor de uma mercadoria não é determinado pela utilidade, e sim pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de tal mercadoria. O valor é uma expressão das relações sociais por intermediação do trabalho e só existe em sociedades que a produção seja com base na troca, logo, o trabalho individual não cria valor, mas sim o trabalho dado como necessário dentro do sistema de produção e troca.

No cerne desta teoria, temos o processo de trabalho, que Marx divide em duas partes. A primeira é o trabalho como uma atividade universal, que existe em qualquer sociedade, onde as pessoas transformam a natureza de forma consciente para atender às suas necessidades. A segunda diz respeito ao trabalho dentro das relações sociais específicas do capitalismo. Com isso, o processo de trabalho está imbricado no processo de valorização. Isso significa dizer que organiza o trabalho para gerar lucro, e não satisfazer necessidades humanas. Essas necessidades são criadas determinadas pela lógica de produção capitalista histórica<sup>635</sup> concreta e social.

O trabalho concreto é a atividade prática que uma pessoa realiza de forma específica para criar um produto que tem utilidade real, ou seja, que serve para atender a uma necessidade das pessoas. Isso envolve conhecimento técnico e modos específicos de transformação considerando as práticas sociais do período histórico vivido, o que implica especificidade nas formas de organização do trabalho, meios

---

<sup>635</sup> Marx diz que “por isso, poderia parecer que, ao falar da produção, seria preciso ou seguir o processo de desenvolvimento em suas diferentes fases, ou declarar desde o primeiro momento que se trata de uma determinada época histórica, da produção burguesa moderna, por exemplo, que na realidade é o nosso próprio tema” (Marx, 2008, p. 239-240). A questão do trabalho na contemporaneidade assume características como a precariedade expressa em falta de vínculo estável, ausência de direitos, trabalho não pago, inclusive, estamos tratando de eventos que ocorrem numa sociedade específica, como Rubin (1987) destaca na introdução da sua obra.



técnicos, necessidades sociais criadas. O trabalho concreto (ou útil), atividade prática, apesar de ser uma manifestação direta da criatividade e da capacidade produtiva do ser humano, sob a influência do capital, torna-se uma função subordinada à valorização do valor. Sem o trabalho concreto, nenhuma mercadoria existiria, pois toda mercadoria é, ao mesmo tempo, um valor de uso (resultado do trabalho concreto) e um valor de troca (expressão do trabalho abstrato).

Trabalho abstrato porque ele é apropriado como trabalho que vai trazer valor para uma determinada mercadoria. Mas as mercadorias não são apenas valores de uso: “são grandezas ou magnitudes sociais que têm em comum o fato de serem produto do trabalho humano geral e indiferenciado (trabalho abstrato); são valores enquanto materialização de força humana de trabalho.” (Iamamoto; Carvalho, 1996, p. 44). A categoria trabalho abstrato, presente no contexto da análise do valor no modo de produção capitalista, o trabalho não é apenas uma atividade humana produtiva, mas assume diversas formas de acordo com o modo de produção presente e dominante.

O trabalho abstrato toca à capacidade humana de empregar energia em qualquer forma de produção, independente da sua finalidade ou produto específico. No capitalismo, o trabalho torna-se uma mercadoria e é considerado apenas como uma quantidade de tempo socialmente necessário para produzir uma mercadoria, negando as suas qualidades particulares. A abstração ocorre porque na troca de mercadorias, o importante é o trabalho médio que a sociedade leva para produzir tal mercadoria, e não o tipo de trabalho que foi realizado. O trabalho abstrato surge apenas no capitalismo, onde os produtos do trabalho aparecem como mercadorias e o trabalho é mediado pelo valor, onde o valor das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho abstrato que contém. Logo, o trabalho abstrato é o fundamento da forma-valor.

A fim de contribuir para a discussão, é interessante agregar sobre trabalho necessário e trabalho excedente que são importantes para a compreensão da lógica da exploração. Ricardo Antunes (2001) retoma essa discussão para fazer uma análise sobre a intensificação da exploração no capitalismo contemporâneo, e inclusive cita sobre as “conexões existentes entre trabalho e as novas exigências da lei do valor” (p.119). Que entendemos sendo novas formas da expressão da teoria do valor no processo de produção capitalista contemporânea.

O trabalho necessário é o tempo da jornada de trabalho em que o trabalhador produz valor correspondente ao seu salário para a sua reprodução social. Sendo o trabalho excedente o tempo adicional de trabalho que gera valor não pago ao trabalhador que é apropriado pelo capitalista como mais-valor. O autor coloca que nas formas mais atuais do capitalismo, existe uma intensificação da extração do trabalho excedente por meio da precarização, informalidade e ampliação da jornada de trabalho. “O trabalho estável, herdeiro da fase taylorista-fordista, relativamente moldado pela contratação e pela regulamentação, vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade” (Antunes, 2013, p. 14) como ainda segue o autor na linha de análise sobre a informalidade. Aliás, nova morfologia do trabalho juntamente com outras características como: erosão do trabalho regular, criação de falsas cooperativas, “empreendedorismo”, degradação do trabalho imigrante. Ainda, a redução do proletariado estável, o crescimento do trabalho intelectual abstrato nas fábricas contemporâneas e a disseminação generalizada de formas precárias de emprego, como o trabalho manual abstrato, manifestam-se através de terceirizações e do trabalho em regime de meio período. Essas tendências se intensificaram na chamada “era da empresa flexível” e na desverticalização da produção, evidenciando a atuação da lei do valor (Antunes, 2001, p. 120-121).

O crescimento das tecnologias e flexibilização de trabalho ampliou os mecanismos de extração do trabalho excedente através da intensificação do trabalho, instabilidade, redução de salários; ou seja, mesmo com a inovação tecnológica, a lógica da exploração foi e segue sendo central para a acumulação capitalista. Atendendo a

Realização:



Apoio:



contrariedade estruturante do capital, ao mesmo tempo em que desenvolve as tendências tecnológicas e de organização do trabalho, o capital recorre cada vez mais às formas precarizadas e intensificadas de exploração do trabalho (Antunes, 2001, p. 120). Sendo isso expressões do trabalho contemporâneo para acúmulo do capital.

Ruy Mauro Marini (2001), apresenta que em todas as formas de superexploração do trabalho, há uma distorção da relação entre trabalho necessário e o excedente, este que não aumenta só pela ampliação da jornada de trabalho, mas sim pela compressão do trabalho necessário (aquele pagamento de salário inferior ao socialmente necessário). Muito importante a análise que Marini sobre a superexploração (2001) coloca que não se trata de uma anomalia, e sim uma condição estrutural do capitalismo dependente. Isso porque a reprodução social da classe trabalhadora se dá por meio da deterioração das condições de suas vidas.

Assim, a relação entre trabalho necessário, trabalho excedente e superexploração apresenta a intensidade das formas de dominação nos países capitalistas dependentes. Aproveitando o estudo, é necessário apontar para uma superação não só da apropriação do mais-valor, mas dessas formas específicas de expropriação que caracterizam o capitalismo periférico, assim, desejamos uma luta de transformação das relações capitalistas de produção. “O aumento da intensidade do trabalho aparece como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento da sua capacidade produtiva” (Marini, 2000, p. 14).

Marini (2000, p. 16) apresenta que “a atividade produtiva se baseia sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro”. A fim de ampliar o estudo, trazemos Ricardo Antunes (2013, p. 17) onde o mesmo diz que “os mais distintos e diversos modos de ser da informalidade parecem assumir um importante elemento de ampliação, de potencialização e mesmo de realização do mais-valor. Isso significa que existe uma grande importância nessa análise e merece nossa lente de aumento: tendo como base os dois autores citados por último combinado com Rubin (1987), o mais-valor é a forma essencial da teoria do valor somado à discussão da superexploração como nova forma, expressão da teoria do valor na contemporaneidade que afirma a nossa hipótese de pesquisa. A mesma que ainda é reforçada com “a informalização do trabalho, parece assumir um traço constitutivo da acumulação do capital” (Antunes, 2013, p. 22), pois a informalização (uma das expressões da superexploração do trabalho como já discutido neste estudo) gera maior acumulação de capital, logo atende a teoria do valor.

## Conclusão

Analisar de forma articulada as categorias teoria do valor, processo de trabalho, superexploração e capitalismo dependente, contribui para uma compreensão crítica das múltiplas determinações que estruturam a dinâmica da acumulação capitalista em sua forma periférica. Ao longo deste estudo, procuramos evidenciar que essas categorias não funcionam de forma isolada, mas se articulam de forma estrutural, formando uma totalidade concreta que apresenta mecanismos históricos e sociais de reprodução de desigualdades no sistema capitalista mundial.

Com esta investigação, tendo como centralidade a teoria do valor como fundamento da crítica marxista à economia política, resgata-se uma dimensão social e histórica do valor e não somente ao cálculo técnico do trabalho. E também compreender que a exploração capitalista não se reduz apenas à apropriação de parte do produto do trabalhador, mas está no cerne da forma social do trabalho que é fetichizada e mediada por relações mercadológicas aparentemente espontâneas e naturais.

Realização:



Apoio:



A partir das transformações impostas para o atendimento de uma agenda neoliberal e pela reestruturação produtiva nas últimas décadas no século XX, o mundo do trabalho passou a apresentar uma nova metamorfose no contexto do capitalismo globalizado e digitalizado marcado pela intensificação da precarização, avanço da informalidade, fragmentação do trabalho e formas de subordinação e controle. O trabalho sob condições de instabilidade e desproteção, expressam novas formas de extração de mais-valor que se articula com a lógica do capital e a flexibilização das fronteiras de vida e trabalho.

Ao incorporar a ontologia do valor, crítica do trabalho e análise da dependência, evidencia a exploração capitalista como um fenômeno complexo, multifacetado e enraizado nas formas históricas de organização do trabalho. Essa articulação entre valor, forma social, trabalho, dominação, dependência constitui chaves explicativas para analisar as condições objetivas de reprodução do capital para as classes trabalhadoras na do capital periférico.

### Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Mundo do trabalho e teoria do valor: as formas de vigência do trabalho material e imaterial. In: ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 119-134.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. 13-27.

DAL ROSSO, Sadi. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27. n. 70, p. 75-89, jan./abril, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 11ª ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2011.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Pólis, 1987.

Realização:



Apoio:

